



# V Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras (CIHRF)

---

**19 a 21 de outubro de 2021**

---

## **Anais**

Ironita A. Policarpo Machado

Luiz Carlos Tau Golin

Marcos Gerhardt

(Organizadores)



**Ironita A. Policarpo Machado  
Luiz Carlos Tau Golin  
Marcos Gerhardt**  
(Organizadores)

**V Congresso Internacional  
História, Regiões e Fronteiras  
(CIHRF)**

**19 a 21 de outubro de 2021**

**Anais**

**E-book**

[cihrfupf.wixsite.com/cihrf2021](http://cihrfupf.wixsite.com/cihrf2021)  
[cihrf.net.br](http://cihrf.net.br)



São Leopoldo  
2021

© Dos autores – 2021

Revisão: Dos autores de cada artigo

Imagem da capa: V Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras

Arte-final: Editora Oikos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

As imagens e informações contidas nos textos, bem como a sua adequação às normas editoriais e técnicas, são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

C749 Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras (CIHRF) (5.: 2021: Passo Fundo, RS).

V Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras (CIHRF). 19 a 21 de outubro de 2021. [E-book]. / Organizadores: Ironita A. Policarpo Machado, Luiz Carlos Tau Golin e Marcos Gerhardt. – São Leopoldo: Oikos, 2021.

1983 p.; il.; color.; 21 x 29,7 cm.

ISSN 2318-6208

1. Congresso – História. 2. História – Brasil – Congresso. 3. Historiografia. 4. História – Fronteiras e regiões – Territórios. I. Machado, Ironita A. Policarpo. II. Golin, Luiz Carlos Tau. III. Gerhardt, Marcos.

CDU 930:061.3

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

## **Organizador do evento:**

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo

### **Comissão Organizadora: professores**

Adelar Heinsfeld (UPF)  
Alessandro Batistella (UPF)  
Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)  
Fabricio J. N. Vicoski (PNPD Capes)  
Felipe Cittolin Abal (UPF)  
Gerson Luís Trombetta (UPF)  
Gizele Zanotto (UPF)  
Ironita A. Policarpo Machado (UPF)  
Jacqueline Ahlert (UPF)  
Janaína Rigo Santin (UPF)  
João Carlos Tedesco (UPF)  
Luiz Carlos Tau Golin (UPF)  
Marcos Gerhardt (UPF)

### **Comissão Organizadora: estudantes**

Alana da Silva Follador  
Ana Carolina Lorenzet Galvan  
Andréa Pagno Pegoraro  
Bruno Almeida  
Caroline da Silva  
Cláudia Regina Schäffer  
Diego José Baccin  
Dirceu Adolfo Dirk  
Eliane Salete Bruneto  
Franciela Ritter Blanck  
Isadora Regina C. Barbosa  
João Paulo de Barros Silva  
Josei Fernandes Pereira  
Keltom R. Andrade de Abreu  
Leonardo Dlugokenski  
Lieli Coelho Kolling  
Lorilei Secco  
Márcio Comin  
Natan Kickow  
Pedro Martins Mallmann  
Samuel Celuppi Schneider  
Tatiana Teixeira dos Santos  
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos  
Valdirene R. Tomazelli Chitolina  
Vanderlise Prigol

## **Comissão Científica**

Adelar Heinsfeld (UPF)  
Adrián Gustavo Zarrilli (CONICET, CEAR, UNQ)  
Alessandro Batistella (UPF)  
Ana Marcela França de Oliveira (CONICET, CEAR, UNQ)  
André Luis Ramos Soares (UFSM)  
Antonio Maurício Dias da Costa (UFPA)  
Arlene Anelia Renk (UNOCHAPECÓ)  
Beatriz Ines Moreyra (CONICET, IEH, CEH)  
Cândido Moreira Rodrigues (UFMT)  
Carlos André Silva de Moura (UPE)  
Carolina Christiane de Souza Martins (UFPA)  
Charles Monteiro (PUCRS)  
Claiton Marcio da Silva (UFFS)  
Cláudia Mariza Mattos Brandão (UFPEL)  
Daniel de Souza Leão Vieira (UFPE)  
Danilo Pereira Lima (CEUCLAR)  
Denize Grzybovski (UPF)  
Dilceu Roberto Pivatto Junior (UFRGS)  
Douglas Souza Angeli (UEMG)  
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)  
Enise Barth (UFFS)  
Eunice Sueli Nodari (UFSC)  
Fabricio José Nazzari Vicroski (UPF)  
Felipe Cittolin Abal (UPF)  
Fernando Cezar Ripe da Cruz (UFPEL)  
Fernando Comiran (FURG)  
Francimar Ilha da Silva Petrolí (SED SC)  
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (UFRN)  
Gerson Luís Trombetta (UPF)  
Gisele Belusso (IFRS)  
Gonçalo Rocha Gonçalves (UNIRIO)  
Guilherme Dias (CMSM)  
Humberto José da Rocha (UFFS)  
Ironita A. Policarpo Machado (UPF)  
Ivo Canabarro (UNIJUI)  
Jacqueline Ahlert (UPF)  
Jó Klanovicz (UNICENTRO)  
João Carlos Tedesco (UPF)  
Joaquim dos Santos (URCA)  
Joice de Souza Soares (IBGE)  
Jonas Moreira Vargas (UFPEL)  
José Carlos Radin (UFFS)  
José Edimar de Souza (UCS)  
Julia Rany Campos Uzun (UNICAMP)  
Leandro Silva de Paula (UFG)  
Lisandro Ramón Rodríguez (CONICET, FHYCS, UNAM)  
Lorilei Secco (UPF)  
Luciana da Costa de Oliveira (UNISINOS)

Luis Rosenfield (PUCRS)  
Luiz Carlos Tau Golin (UPF)  
Marcos Gerhardt (UPF)  
Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ)  
María Rosa Catullo (CONICET)  
Marina Monteiro Machado (UERJ)  
Marta Rosa Borin (UFMS)  
Mauricio Hepp (UFMG)  
Mauro Dillmann (UFPEL)  
Michelle Ferreira Maia (UNINTA)  
Naiane Inez Cossul (UNIRITTER)  
Noemi Maria Girbal-Blacha (CONICET, UNQ)  
Patricia Alejandra Fogelman (CONICET, UBA)  
Patricia Elena Barrio (CONICET, IHAA, FFyL, UNCuyo)  
Paulo Cesar Carbonari (UNB)  
Pedro Carvalho Oliveira (UEM)  
Reinaldo Lindolfo Lohn (UDESC)  
Renato Amado Peixoto (UFRN)  
Rodrigo Coppe Caldeira (PUC-Minas)  
Rogéria Cristina Alves (UEMG)  
Samira Peruchi Moretto (UFFS)  
Sidnei José Munhoz (UFSC)  
Silvana Winckler (UNOCHAPECÓ)  
Suellen Mayara Péres de Oliveira (UNILA)  
Thais Janaína Wenczenovicz (UERGS)  
Thiago Reisdorfer (UESPI)  
Tiago da Silva Cesar (UNICAP)  
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos (UPF)  
Wellington Barbosa da Silva (UFRPE)  
Wesley Oliveira Kettle (UFPA)

## Programação

19 out. 2021, terça-feira

9h as 12h: Simpósios temáticos

14h as 17h: Simpósios temáticos

17h30min as 19h: Reunião da Rede Internacional de Pesquisa

19h30min: Conferência de Abertura

**Do local ao global e o seu retorno: fronteiras historiográficas em um mundo incerto**

Prof. Dr. Rafael R. Ioris, Universidade de Denver, EUA

<https://youtu.be/QnWSUBZXGEQ>

20 out. 2021, quarta-feira

9h as 12h: Reuniões simultâneas dos grupos de trabalho

14h as 17h: Simpósios temáticos

17h as 19h: Lançamento de livros

19h30min: Conferência

**Dinámicas y disputas en la conformación de los territorios rurales de América Latina**

Profa. Dra. Marta B. Chiappe, Universidad de la República (Uruguai)

<https://youtu.be/Xep5hfuHZK4>

21 out. 2021, quinta-feira

9h as 12h: Simpósios temáticos

14h as 17h: Simpósios temáticos

17h as 19h: I Fórum Internacional da Associação de Pós-Graduandos em História (APGH)

19h30min: Conferência de Encerramento

**As fronteiras historiográficas ou discutindo as repercussões das disputas e identidades espaciais na escrita da história no Brasil**

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

<https://youtu.be/ji5wHQKOG48>

## **Simpósios temáticos e respectivos coordenadores**

### **ACESSO À TERRA, CAPITALISMO AGRÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DELINEANDO REGIÕES E FRONTEIRAS**

Ironita A. Policarpo Machado (UPF) BR  
Marina Monteiro Machado (UERJ) BR  
Patricia Elena Barrio (CONICET, IHAA, FFyL, UNCuyo) AR

### **ARTE, IMAGEM E CULTURA VISUAL**

Charles Monteiro (PUCRS) BR  
Ivo Canabarro (UNIJUI) BR

### **ARTE, IMAGINÁRIOS E IDENTIDADES NA AMÉRICA LATINA**

Gerson Luís Trombetta (UPF) BR  
Cláudia Mariza Mattos Brandão (UFPEL) BR

### **CATOLICISMOS E POLÍTICA: ENTRE CONSERVADORES E PROGRESSISTAS**

Cândido Moreira Rodrigues (UFMT) BR  
Renato Amado Peixoto (UFRN) BR  
Rodrigo Coppe Caldeira (PUC-Minas) BR

### **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS TERRITORIAIS: PROJETOS DE GRANDE ESCALA (PGE), MINERAÇÃO E COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI) EM DISPUTA COM OS POVOS DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS**

Silvana Winckler (UNOCHAPECÓ) BR  
María Rosa Catullo (CONICET) AR  
Arlene Anelia Renk (UNOCHAPECÓ) BR

### **CRIME, JUSTIÇA E POLÍCIA EM PERSPECTIVA: INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS E SABERES NOS SÉCULOS XIX E XX**

Joice de Souza Soares (IBGE) BR  
Gonçalo Rocha Gonçalves (UNIRIO) PT

### **CULTURA MATERIAL, ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA INDÍGENA E AFRODESCENDENTE**

Luiz Carlos Tau Golin (UPF) BR  
Fabricio José Nazzari Vicoski (UPF) BR  
Mauricio Hepp (UFMG) BR

### **CULTURA VISUAL, GÊNERO E MEMÓRIA**

Jacqueline Ahlert (UPF) BR  
Luciana da Costa de Oliveira (UNISINOS) BR

### **DIREITOS HUMANOS, SUJEITOS DE DIREITOS, TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES**

Paulo Cesar Carbonari (UNB) BR  
Thais Janaína Wenczenovicz (UERGS) BR

### **ESPAÇOS E FRONTEIRAS: HISTÓRIA, CULTURA VISUAL E PATRIMÔNIO**

Daniel de Souza Leão Vieira (UFPE) BR  
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (UFRN) BR



FOLGUEDOS POR ESCRITO: CULTURA POPULAR E RELAÇÕES DE PODER

Antonio Maurício Dias da Costa (UFPA) BR  
Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ) BR  
Carolina Christiane de Souza Martins (UFPA) BR

FRONTEIRAS, TERRAS E CONFLITOS

Francimar Ilha da Silva Petroli (SED SC) BR  
José Carlos Radin (UFFS) BR

HISTÓRIA AMBIENTAL: FRONTEIRAS, CIÊNCIA E BIODIVERSIDADE

Eunice Sueli Nodari (UFSC) BR  
Samira Peruchi Moretto (UFFS) BR  
Marcos Gerhardt (UPF) BR

HISTÓRIA DO MUNDO RURAL: MIGRAÇÕES, SUCESSÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Denize Grzybovski (UPF) BR  
Enise Barth (UFFS) BR

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: ENTRE FRONTEIRAS E LIMIARES DA POLÍTICA, DA CULTURA E DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Thiago Reisdorfer (UESPI) BR  
Reinaldo Lindolfo Lohn (UDESC) BR

HISTÓRIA E DIREITO COMO EIXO INTERDISCIPLINAR NAS NARRATIVAS DO BRASIL

Luis Rosenfield (PUCRS) BR  
Felipe Cittolin Abal (UPF) BR  
Danilo Pereira Lima (CEUCLAR) BR

HISTÓRIA POLÍTICA: FONTES, OBJETOS E ABORDAGENS

Jonas Moreira Vargas (UFPEL) BR  
Douglas Souza Angeli (UEMG) BR  
Alessandro Batistella (UPF) BR

HISTÓRIAS TRANSNACIONAIS: DIÁLOGOS SOBRE AS RELIGIÕES ENTRE A EUROPA, A AMÉRICA E A ÁFRICA NOS SÉCULOS XIX E XX

Carlos André Silva de Moura (UPE) BR  
Julia Rany Campos Uzun (UNICAMP) BR

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS EM DIMENSÕES REGIONAIS:  
HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS

José Edimar de Souza (UCS) BR  
Gisele Belusso (IFRS) BR  
Fernando Cezar Ripe da Cruz (UFPEL) BR

INTERFACES ENTRE PATRIMÔNIO E IMIGRAÇÃO

Guilherme Dias (CMSM) BR  
André Luis Ramos Soares (UFMS) BR

JOVENS PESQUISADORES(AS)  
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos (UPF) BR  
Lorilei Secco (UPF) BR  
Alex Antônio Vanin (UPF) BR

LAS COMPLEJIDADES DE LA HISTORIA REGIONAL EN LA ARGENTINA  
RURAL DE LOS SIGLOS XX Y XXI  
Noemi Maria Girbal-Blacha (CONICET, UNQ) AR  
Lisandro Ramón Rodríguez (CONICET, FHYCS, UNAM) AR  
Beatriz Ines Moreyra (CONICET, IEH, CEH) AR

MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA: HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE  
João Carlos Tedesco (UPF) BR  
Humberto José da Rocha (UFFS) BR

NAS FRONTEIRAS CULTURAIS DA MORTE, DO MORRER E DOS MORTOS  
Joaquim dos Santos (URCA) BR  
Michelle Ferreira Maia (UNINTA) BR

POLICIAR & ENCARCERAR: ORDEM, VIGILÂNCIA, CASTIGOS E CONTESTAÇÕES  
Wellington Barbosa da Silva (UFRPE) BR  
Tiago da Silva Cesar (UNICAP) BR

REGIÕES, FRONTEIRAS E PAISAGENS NA ARTE E NA LITERATURA  
Ana Marcela França de Oliveira (CONICET, CEAR, UNQ) AR  
Wesley Oliveira Kettle (UFPA) BR  
Adrián Gustavo Zarrilli (CONICET, CEAR, UNQ) AR

RELAÇÕES AMÉRICA LATINA-ESTADOS UNIDOS NA GUERRA FRIA: POLÍTICA  
EXTERNA, DIPLOMACIA E AUTORITARISMO  
Pedro Carvalho Oliveira (UEM) BR  
Sidnei José Munhoz (UFSC) BR

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA: ASPECTOS HISTÓRICOS E  
METODOLÓGICOS  
Adelar Heinsfeld (UPF) BR  
Fernando Comiran (FURG) BR

SABERES E PODERES: ENCONTROS TRANSFRONTEIRIÇOS NO MUNDO ATLÂNTICO  
Leandro Silva de Paula (UFG) BR  
Rogéria Cristina Alves (UEMG) BR  
Suellen Mayara Péres de Oliveira (UNILA) BR

SABERES E PRÁTICAS DE CURA À LUZ DA FÉ E DA CIÊNCIA  
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS) BR  
Mauro Dillmann (UFPEL) BR

## Sumário

### Textos completos das comunicações orais apresentadas

APRESENTAÇÃO .....	25
CULTURA, CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL: OS QUILOMBOS DO PIAUÍ NA LUTA PELA TERRA .....	27
Adauto Neto Fonseca Duque (UESPI) BR	
NONOAI: LUTA E RESISTÊNCIA PELA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1960-1980) .....	37
Alana da Silva Follador (UPF) BR	
A NATUREZA A PARTIR DOS RELATOS DE VIAGEM DE AIMÉ BONPLAND....	50
Alessandra da Silva (UPF) BR	
LOCAIS DE DEFLORAMENTO EM BRAGANÇA/PA (1916-1940) .....	61
Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos (UFPA) BR	
O MISTÉRIO NA RETIRADA DE LAGUNA: O QUE FOI QUE DIZIMOU A COLUNA QUE FOI AO MATO GROSSO? .....	73
Alexandre Borella Monteiro (UPF) BR	
LAISSEZ-FAIRE: DA MERCANTILIZAÇÃO A COMPETITIVIDADE – UM NOVO MODELO EM FAZER ESCOLAS DE SAMBA .....	88
Alexandre Gonçalves (UFRJ) BR Helenise Monteiro Guimarães (UFRJ) BR	
A NECROPOLÍTICA E O ESTADO DE EXCEÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE SEU PROCESSO HISTÓRICO ATÉ O CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL .....	100
Álvaro Ribeiro Nicotti (UFRGS) BR Jonas José Seminotti (UFRGS) BR	
MODOS DE ESTRUCTURACIÓN SOCIAL Y AGRARIA EN LA REGIÓN DEL ALTO PARANÁ: LA FERIA FRANCA DE MONTECARLO (1998-2020) .....	108
Amarilla Florencia (UNAM-FHYCS) AR	
RELAÇÕES SIMBÓLICAS ENTRE A FOTOGRAFIA E A PALAVRA: INTERSEMIOSE ENTRE MAUREEN BISILLIAT E ADÉLIA PRADO .....	123
Ana Beatriz Reinoso Rosse (UFPEL) BR Cláudia Mariza Mattos Brandão (UFPEL) BR	
ESCOLA SÃO CARLOS: O BERÇO DAS IRMÃS PALOTINAS NO BRASIL .....	134
Ana Carolina Cherobini Bortolin (UFSM) BR Daffine Natalina Reck (UFSM) BR	

RELAÇÕES DE ALTERIDADE E IDENTIDADE: AS FRONTEIRAS CULTURAIS EXPRESSAS EM CEMITÉRIOS DE NOVA BASSANO/RS .....	144
Ana Carolina Lorenzet Galvan (UPF) BR	
OS DESENCONTROS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PANLATINISMO X PANAMERICANISMO (1951-1954) .....	157
Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF) BR	
A CRIMINALIZAÇÃO DO ANARQUISMO NA ATUAÇÃO LEGISLATIVA DE ADOLFO GORDO .....	167
Ana Paula Graboski de Almeida (UPF) BR	
"NÓ CEGO": A CANÇÃO DO GRUPO ENGENHO NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO .....	177
Anderson Cleber Loz (UDESC) BR	
O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO NAS TERRAS DAS PROPRIEDADES DO ANTIGO TERRITÓRIO DE VACARIA DURANTE A REP. NO BRASIL .....	190
Andréa Pagno Pegoraro (UPF) BR	
LA IRRUPCIÓN DEL CAPITAL EXTRANJERO EN UNA REGIÓN MARGINAL: EL VALLE DE UCO MENDOZA (ARGENTINA), EN EL SIGLO XX .....	200
Andrea Paola Cantarelli (Depto. de Geografía, FFyL, UNCuyo) AR	
Patricia Elena Barrio (CONICET, IHAA, FFyL, UNCuyo) AR	
A POLFEST COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS (I)MIGRANTES POLONESES NA REGIÃO DAS MISSÕES / RS .....	213
Andressa Domanski (UPF) BR	
“VIRGENS DO BECO É SHOW”: PERFORMANCES DE UMA QUADRILHA HUMORÍSTICA EM SANTARÉM, PA .....	223
Andreza Cristina Moraes Viana (UFPA) BR	
Luciana Goncalves de Carvalho (UFOPA) BR	
MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO IDOSO ENTRE OS ANOS DE 1980 ATÉ 1985 .....	238
Andreza Jucelly Severina da Silva (UFRPE) BR	
UMA ESCOLA NA SELVA: HISTÓRIA E IMPACTO SOCIOEDUCATIVA DE UMA ESCOLA NO MARAJÓ .....	252
Antônio Ribamar Diniz Barbosa (UNIFAP) BR	
GENTIL PUGET: FOLCLORE E NEGRITUDE .....	270
Ariel Silva Soares (UFPA) BR	
REGULAÇÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO: DISCURSOS DOS JURISTAS COMO MEMÓRIA NACIONAL DO MITO DA DEMORACIA RACIAL E O CONTROLE REPRODUTIVO DE MULHERES NEGRAS .....	281
Bárbara Galli de Oliveira (UPF) BR	

EL ESTADO Y LAS DESIGUALDADES SOCIALES EN EL NOROESTE DE CORDOBA (ARGENTINA) 1900-1930 .....	291
Beatriz Ines Moreyra (CONICET, IEH, CEH) AR	
MICRO RESISTÊNCIAS URBANAS NA CIDADE DE PELOTAS: INTER-RELAÇÕES ENTRE ARTE E SOCIEDADE NO TEMPO PRESENTE .....	313
Berenice Knuth Bailfus (UFPEL) BR	
Cláudia Mariza Mattos Brandão (UFPEL) BR	
DESCOLONIZANDO A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL HAITIANA POR C. L. R. JAMES: UM PROCESSO DE SOLIDIFICAÇÃO HISTÓRICA .....	325
Betina da Rocha Gamalho (UPF) BR	
FRETILIN: UM MOVIMENTO POLÍTICO DE INDEPENDÊNCIA NO TIMOR-LESTE E SUA RELAÇÃO COM PORTUGAL .....	336
Bianca Obetine Magnus (PUCRS) BR	
A SUBALTERNIDADE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO GOVERNO BOLSONARO POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL .....	345
Bruno Almeida Silva (UPF) BR	
O POSICIONAMENTO NACIONAL COMO GLOBAL TRADER E AS ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS BRASILEIRAS (2003-2014) .....	353
Caio Rafael Peppe (UPF) BR	
A EXPANSÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL E A COL. SERRO AZUL .....	369
Carla Cristine Spies Stallbaum (UPF) BR	
DESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM ITAPIRANGA – SC (1950-1965) .....	382
Carlise Schneiders (UPF) BR	
PROJETOS MISSIONÁRIOS DOS JESUÍTAS EXILADOS: AÇÕES PARA A RECATOLIZAÇÃO NO BRASIL (1910-1936) .....	399
Carlos André Silva de Moura (UPE) BR	
LA INVENCION DEL DESIERTO EN LA REPRESENTACION DEL PAISAJE EN MONTERREY .....	410
Carlos Lejaim Gómez Hernández (UAZ, México) MX	
GÊNEROS E SEUS DIREITOS: A LUTA DA MULHER DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ O SÉCULO XXI .....	419
Caroline Lorensi da Silva (UPF) BR	
Denize Grzybovski (UPF) BR	
PROTESTAS AGRARIAS Y URBANAS EN EL SUR CORDOBÉS (1989-1991) .....	429
Celia Cristina Basconzuelo (UNRC) AR	

REZAS E COMENSALIDADES EM UM PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA DÁDIVA .....	441
César Augusto Viana de Lima (UFPB) BR	
Antonio Renaldo Gomes Pereira (UFPB) BR	
OS PIAUIENSES DEBATEM A CONSTITUINTE: MOBILIZAÇÃO CIVIL ENTRE 1986-1987 .....	454
Cíbele da Silva Andrade (UFPI) BR	
Cláudia Cristina da Silva Fontineles (UFPI) BR	
MOVIMENTAÇÃO E TERRITORIALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DOS POVOS GUARANIS E O TERRITÓRIO PLATINO, 1770-1800 .....	470
Clara Correia Lima Felix (UNB) BR	
OLHARES FORA/DENTRO: QUANDO A HISTÓRIA SE MANIFESTA NA ARTE ..	481
Cláudia Mariza Mattos Brandão (UFPEL) BR	
SER Y HACER UNIVERSIDAD EN EL INTERIOR DEL URUGUAY: APORTES A LOS PROCESOS DE DESCENTRALIZACIÓN, REGIONALIZACIÓN E INCLUSIÓN SOCIAL .....	494
Cristian Matías Pinato Galbarini (UDELAR) UY	
Karen Geanine Díaz da Costa (UDELAR) UY	
BANDITISMO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL: A HISTÓRIA DA QUADRILHA DE JUVÊNIO RODRIGUES PEREIRA (1870-1886) .....	508
Dário Milech Neto (UFPEL) BR	
O PROTAGONISMO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA PARA A EFETIVIDADE DO PNAE: UMA ANÁLISE EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA .....	519
Darlan Christiano Kroth (UFFS) BR	
Valdecir José Zonin (UFFS) BR	
DO XÁ AO AIATOLÁ: A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ COM OS EUA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 .....	535
David Anderson Zanoni (SMECD) BR	
A DISTÂNCIA ENTRE A PENA E O DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DO INDÍGENA NAS CARTAS ÂNUAS NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI NO SÉCULO XVII .....	550
Déborah da Costa Ribeiro Barbosa (PUCRS) BR	
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO HISTÓRICO E INTERDISCIPLINAR PARA O DIREITO AMBIENTAL .....	561
Denise Oliveira Dias (UFG) BR	
MEU CORPO, MEU TERRITÓRIO: IMAGINÁRIOS (DES)CONSTRUÍDOS ATRAVÉS DAS ARTES VISUAIS .....	573
Dhara Fernanda Nunes Carrara (UFPEL) BR	

RELAÇÃO CONFLITIVA ENTRE IMIGRANTES EM IRAÍ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E O DOSSIÊ ANTÔNIO PAULY .....	585
Dirceu Adolfo Dirk (UPF) BR	
OS MORTOS CONTAM HISTÓRIAS: PRÁTICAS EDUCATIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS NO CEMITÉRIO VERA CRUZ - PASSO FUNDO/RS .....	600
Djiovan Vinícius Carvalho (UPF) BR	
ENTRE A PRIMEIRA REPÚBLICA E O ESTADO NOVO DE SALAZAR: INTELECTUAIS CATÓLICOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA EM PORTUGAL (1910-1940) .....	618
Edmilson Antonio da Silva Junior (UFRPE) BR	
O CARÁTER PEDAGÓGICO DO MANUAL DE MEDICINA ERÁRIO MINERAL (1735) DE LUÍS GOMES FERREIRA NO SETECENTOS: CONCEPÇÕES MÉDICAS ACERCA DO ÚTERO FEMININO .....	635
Eduardo Mangolim Brandani da Silva (UEM) BR	
Gessica de Brito Bueno (UEM) BR	
OS DANÇANTES DAS ÁGUAS DA AMAZÔNIA TOCANTINA, EM CAMETÁ (PA) .....	647
Elizane Gonçalves Miranda (UFPA) BR	
"A TERRA É MÃE, E MÃE NÃO SE VENDE, NÃO SE NEGOCIA": TRAJETÓRIA HISTÓRICA E JURÍDICA DO DIREITO À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS .....	660
Émelyn Linhares (UFFS) BR	
Thais Janaína Wenczenovicz (UERGS) BR	
Marlei Ângela Ribeiro dos Santos (UNOESC) BR	
A ATUAÇÃO DAS IRMÃS CARLISTAS NA EDUCAÇÃO EM CASCA/RS: O COLÉGIO SÃO LUÍS (1947-1982) .....	677
Fábio de Bastiani (UPF) BR	
UMA REFLEXÃO SOBRE COSTUMES E CULTURA EM GUINÉ-BISSAU: PROJETO TRANSFORMAR .....	691
Fabrício Teodoro Abdel Qader (UDE) BR	
Roberto Oliveira Gonçalves (UDE) BR	
Tiago Augusto de Figueiredo (UDE) BR	
DOM JORGE MARCOS DE OLIVEIRA: BISPO-PROFETA, A FRENTE DE SEU TEMPO .....	702
Felipe Cosme Damião Sobrinho (PUC SP) BR	
JORNEGRO E AFRO-LATINO-AMÉRICA: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NEGRA (1977-1981) .....	713
Fernanda Aparecida Antunes de Arruda (UFMT) BR	

AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NO PERIÓDICO A ESTAÇÃO: JORNAL ILUSTRADO PARA A FAMÍLIA .....	727
Franciela Ritter Blanck (UPF) BR	
ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	740
Francisca Simere G. Leocádio Figueirêdo Silva (UCS) BR	
Ary Ribeiro de Alencar Araújo (UCS) BR	
Maria Daniela de Alencar (UCS) BR	
DO UNIVERSO DOS QUADRINHOS À SALA DE AULA: O COWBOY TEX WILLER À AULA DE HISTÓRIA .....	750
Francisco Arantes Aranha (UFG) BR	
LA HISTORIA Y EL GIRO DIGITAL: COMPARTIENDO MEMORIAS Y VIVENCIAS DEL PUEBLO DE GARUHAPÉ (MISIONES, ARGENTINA) .....	764
Gabriel Horacio Leal (CEH, FHYCS, UNAM) AR	
TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE SUA ATUALIDADE .....	778
Gabriel Varreira Gasperin (UPF) BR	
COLLEUSES - INTERVENÇÃO FEMINISTA E MANUTENÇÃO DO DISSENSO NO ESPAÇO PÚBLICO .....	787
Gabriela Traple Wieczorek (PPGAV-UFRGS) BR	
A INTERNET COMO ESFERA PÚBLICA VIRTUAL NO BRASIL .....	798
Geovana Alves Pinto (UNIMONTES) BR	
O CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO EM SANTA CATARINA (1974-1985) .....	809
Geovanni Rocha Junior (UDESC) BR	
A DEFESA DO ELITISMO NO CONTEXTO TEFEPISTA CONSERVADOR .....	821
Gizele Zanotto (UPF) BR	
A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO IMAGINÁRIO ERECHINENSE EM COGUMELOS DE OUTONO DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO .....	828
Gláucia Elisa Zinani Rodrigues (UPF) BR	
DA CARTOGRAFIA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) À UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA: NOVOS OLHARES A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DA FAMÍLIA SILVA TAVARES .....	837
Gustavo Figueira Andrade (UFSM) BR	
APONTAMENTOS SOBRE AS REGRAS DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE CASAS NA VILA DE CURITIBA DURANTE O SÉCULO XVIII .....	854
Gusttavo Guth (UFPR) BR	



PATRIMÔNIO CULTURAL (I)MATERIAL DE ERECHIM: APROXIMAÇÕES E TENSIONAMENTOS A PARTIR DA ANÁLISE DO ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JUAREZ MIGUEL ILLA FONT .....	868
Henrique Antônio Trizoto (UPF) BR	
VOLTAR-SE AO PASSADO PARA VER O FUTURO: AS INTERPRETAÇÕES DO DIREITO ARCAICO GUARANI ATRAVÉS DO EPISÓDIO DE MORTE DOS PADRES ROQUE GONZÁLES, JOÃO DE CASTILHOS E AFONSO RODRIGUES (1628) E SUAS IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS .....	879
Henrique Pereira Lima (UPF) BR	
DIPLOMACIA PÚBLICA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....	891
Igor Mello Diniz (UFF) BR	
O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA TRAJETÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) ..	902
Indaia Dias Lopes (UPF) BR	
A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA EM FORMAÇÃO: APOSSAMENTO, SOCIABILIDADE E USOS DA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX .....	919
Ironita A. Policarpo Machado (UPF) BR	
Diego José Baccin (UPF) BR	
AS MULHERES TRABALHADORAS NAS FOTOGRAFIAS DOS IMIGRANTES POLONESES DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX .....	931
Isabella Czamanski Rota (UPF) BR	
“LOGO, COMO DIZEM SE TRATA NAQUELE TRIBUNAL DA SALVAÇÃO DAS ALMAS?”: AS CRISTÃS-NOVAS NA HISTORIOGRAFIA DE ANITA NOVINSKY ..	947
Isadora Regina Celso Barbosa (UPF) BR	
O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA A PARTIR DA LITERATURA REGIONAL .....	958
Ivoneides Maria Batista do Amaral (UFMT) BR	
Mauricio dos Santos de Oliveira (UFMT) BR	
O PELEADOR VALENTE: AS IMAGENS DOS GAÚCHOS NA GUERRA DE CANUDOS .....	970
Jacqueline Ahlert (UPF) BR	
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA .....	985
Jane Elisabete Basso (UNOCHAPECO) BR	
Arlene Anelia Renk (UNOCHAPECÓ) BR	
Silvana Winckler (UNOCHAPECÓ) BR	

EL MONOPATÍN EN EL FUERZA LOCAL: DEMANDAS DE ESPACIOS PÚBLICOS DE ÓCIO .....	998
Jimmy Iran dos Santos Melo (UPF) BR	
Gerson Luís Trombetta (UPF) BR	
MARCOS IDEOLÓGICOS E PROGRAMÁTICOS DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE .....	1010
João Elter Borges Miranda (UNIOESTE) BR	
MIGRAÇÕES SOBRE RODAS: O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO OESTE CATARINENSE EM MEADOS DO SÉCULO XX .....	1027
João Henrique Zoehler Lemos (UFFS) BR	
A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE O REGIME DAS CORTES GERAIS .....	1046
João Paulo de Barros Silva (UPF) BR	
A ENTRADA DOS EUA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: A VISÃO DO JORNAL GERMANÓFILO O DIA, DE FLORIANÓPOLIS .....	1059
Jones Cenci (UPF) BR	
CELEBRAÇÕES DO PODER VARGUISTA E AS PRÁTICAS DISCIPLINARES NO PIAUÍ (1930-1945) .....	1069
José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior (UFPI) BR	
Pedro Pio Fontineles Filho (UFPI) BR	
GRUPOS ESCOLARES, MEMÓRIAS E CULTURAS DA EDUCAÇÃO EM DIMENSÕES REGIONAIS .....	1080
José Edimar de Souza (UCS) BR	
O HOMICÍDIO DA ESCRAVIZADA LUÍZA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NO RECIFE OITOCENTISTA .....	1093
Joyce Conceição de Mesquita (UNICAP) BR	
DIREITOS HUMANOS: UNIVERSAIS E VÁLIDOS PARA TODOS? .....	1108
Juciele Silva Ortiz Rosa (SEEDF) BR	
Adriana Pereira Frony (SEEDF) BR	
Roberto Oliveira Gonçalves (UDE) BR	
GLOBALIZAÇÃO, HIDRELÉTRICAS E RESISTÊNCIA .....	1120
Katsura Nayane Balbinot (UNOCHAPECO) BR	
Arlene Anelia Renk (UNOCHAPECÓ) BR	
PROJETO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DA IGREJA, CORONEL JOÃO SÁ, BAHIA .....	1136
Keltom Romulo Andrade de Abreu (UPF) BR	

NELSON DE SOUZA CARNEIRO E O CAMINHO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LEI DO DIVÓRCIO NO BRASIL .....	1149
Lauren Cavichioli Quissini (UPF) BR	
STUDIUM E PUNCTUM NAS VISUALIDADES DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO .....	1164
Leonardo Augusto de Jesus (UFRJ) BR	
REMANESCENTES DE OCUPAÇÃO DA HISTÓRIA ANTIGA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL .....	1180
Lieli Coelho Kolling (UPF) BR	
PRODUCIR Y COMERCIALIZAR EN LOS MÁRGENES DE LA PATRIA: LA AGROINDUSTRIA YERBATERA EN EL TERRITORIO NACIONAL DE MISIONES (1926-1953) .....	1195
Lisandro Ramón Rodríguez (CONICET, FHYCS, UNAM) AR	
CEMITÉRIO E URBANIZAÇÃO: O ESPAÇO DA MORTE E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE JARDIM DO SERIDÓ, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX ...	1207
Luana Barros de Azevedo (UFRN) BR	
PENALIDADE CIVILIZATÓRIA: UMA ANÁLISE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO CORRECIONAL EM MINAS GERAIS .....	1218
Luana Menezes Lira (UNB) BR	
MEMÓRIAS DO AI-5 NO ESTADO DO PARANÁ .....	1237
Lucas Alves da Silva (UDESC) BR	
FUTEBOL E GEOPOLÍTICA: DISPUTAS BRASIL X ARGENTINA EM JUNHO DE 1978 .....	1253
Luciano Anderson Breikreitz (UPF) BR	
“OLHANDO A TRADIÇÃO E O PASSADO NO CORAÇÃO DE SERGIPE”: AS PEREGRINAÇÕES AO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DIVINA PASTORA (1958-1983) .....	1265
Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN) BR	
SOCIOECOLÓGICAS E ECONOMIA NA EXPLORAÇÃO DO SALITRE NO SERTÃO BAIANO – SÉCULO XVIII .....	1280
Mailson Moreira dos Santos Gama (UNEB) BR	
MEMÓRIAS DA COLÔNIA: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA .....	1290
Malcon Gustavo Tonini (UDESC) BR	
CEMITÉRIO DO BONFIM: ARTE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – A CONSTRUÇÃO DE ROTEIROS SURPREENDENTES .....	1306
Marcelina das Graças de Almeida (UEMG) BR	

CONSTELAÇÕES FAMILIARES SISTÊMICAS: TENSÕES ENTRE ESPIRITUALIDADE E CIÊNCIA E A VIVÊNCIA HISTÓRICA COMO TERAPIA ..1316 Marcelo Leandro de Campos (PUCC) BR	
LEONEL BRIZOLA E OS ESTADOS UNIDOS: DO GOVERNO JOÃO GOULART À DITADURA MILITAR BRASILEIRA .....1333 Marcelo Marcon (UPF) BR	
A EXPANSÃO DA SOJA EM SOLEDADE/RS: 1960 A 1985 .....1341 Márcio Comin (UPF) BR	
OS SUJEITOS BICULTURAI E A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS NO BUMBA MEU BOI: DAS CRÔNICAS “FUNDACIONAIS” AOS ESTUDOS DE FOLCLORE .....1356 Maria da Conceição Salazar Cano, BR	
ENSAIO SOBRE HISTÓRIA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO FAMILIAR NO IMPÉRIO ROMANO AO ANO MIL .....1371 Maria Daniela de Alencar (UCS) BR Ary Ribeiro de Alencar Araújo (UCS) BR Francisca Simere G. Leocádio Figueirêdo Silva (UCS) BR	
ESTUDIO COMPARATIVO DE LOS PROCESOS DE RELOCALIZACIONES COMPULSIVOS CONSECUENCIA DE LA CONSTRUCCION DE GRANDES PROYECTOS: CIUDAD DE FEDERACION (ARGENTINA) E ITA (BRASIL) .....1381 María Rosa Catullo (CONICET) AR	
A REGIÃO DE PORTO CAMARGO E OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE PONTES .....1393 Mateus Araújo Rafael Silva (UNICENTRO) BR	
SESSENTA ANOS APÓS JÂNIO: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E O EGITO NEUTRALISTA .....1406 Mateus José da Silva Santos (UFBA) BR	
A BOLA, A GRAMA, A ANIMOSIDADE: ENTRE HISTÓRIA, IMAGEM E O CLÁSSICO ESCOCÊS OLD FIRM .....1424 Matheus Pinto Furtado (UPF) BR	
O HOLODOMOR NO ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE TOTALITARISMO .....1440 Mauricio da Silva Lima (UFPE) BR	
O FILIADO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL (1962-1970) .....1450 Milena Moretto (UPF) BR	
A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: DA TRANSIÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DA MODERNIDADE (1930-1942) .....1463 Mirelle Antônia Souza Freitas (UEG) BR	

TENSIONES EN LOS MÁRGENES DE LA ECONOMÍA AZUCARERA ARGENTINA. EL CASO DE LA UCIT Y LA FAA (1983 - 1989) .....	1477
Nahuel Alejandro Rodríguez (UNQ) AR	
GUERRA FRIA, DITADURA MILITAR E IMPRENSA ALTERNATIVA: O HUMOR COMO VIÉS DE OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA .....	1493
Natália Martins Besagio (UEM) BR	
PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO: A EXPANSÃO AGRÍCOLA NO NOROESTE PAULISTA NAS DÉCADAS DE 1900 A 1935 .....	1504
Natalia Scarabeli Zancanari (UEM) BR	
O MOVIMENTO DAS FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS NO OESTE CATARINENSE: A COLÔNIA DE PORTO NOVO .....	1517
Natan Roberto Kickow (UPF) BR	
LA REGION Y SUS ACTORES EN LA ARGENTINA RURAL. UN ENFOQUE HISTÓRICO CONCEPTUAL DESDE LOS MARGENES HACIA MEDIADOS DEL SIGLO XX .....	1527
Noemi Maria Girbal-Blacha (CONICET, UNQ) AR	
SEXUALIDADE E RELIGIÃO NA ACADEMIA ESTADUNIDENSE .....	1543
Pablo Vinicius Napoli (UEM) BR	
Vanda Fortuna Serafim (UEM) BR	
HISTORIOGRAFIA DO BRASIL COLONIAL: O PROCESSO DE CATEQUIZAÇÃO INDÍGENA ENTRE 1500 E 1600 .....	1557
Pablu Pereira de Andrade (ECIFAC) BR	
A IGREJA REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ DURANTE O GOVERNO MILITAR: UMA ANÁLISE POLÍTICA NA AÇÃO ECLESIAL DA DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO .....	1573
Pâmela Pongan (UPF) BR	
LOS ALCALDES DE LA HERMANDAD EN PERGAMINO: UN ESTUDIO DE CASO EN EL VIRREINATO DEL RÍO DE LA PLATA .....	1588
Patricio Andres Klimezuk (UNLU) AR	
A FRONTEIRA NA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL .....	1605
Pedro Martins Mallmann (UPF) BR	
TRABALHADORES DO MAR: REPRESENTAÇÕES DOS JANGADEIROS NAS PINTURAS DE RAIMUNDO CELA E NO CINEJORNAL “A JANGADA VOLTOU SÓ” .....	1616
Raquel Lopes da Silva (UECE) BR	

O AVANÇO DO AUTORITARISMO PENAL DURANTE O GOVERNO VARGAS .....	1627
Rivail Carvalho Rolim (UEL) BR	
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, ESTADO E SOCIEDADE (1928 – 1930) .....	1641
Roberto Jorge Chaves Araújo (UFPB) BR	
USO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA E IMAGENS AÉREAS NO ESTUDO DA HISTÓRIA AMBIENTAL DE PARATY, BRASIL, NOS SÉCULOS XX E XXI .....	1656
Rodrigo Zambrotti Pinaud (UFRJ) BR	
“O MARFIM DE CADA UM”: USOS EM ESCALA ATLÂNTICA E LOCAL, REINO DE ANGOLA (SÉCULOS XVI A XVIII) .....	1669
Rogéria Cristina Alves (UEMG) BR	
APRESAMENTO DE NAVIOS ALEMÃES PELO BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA: A VERSÃO DOS JORNAIS CATARINENSES .....	1685
Rogerio Augusto Bilibio, BR	
A DOENÇA TAMBÉM É INIMIGA E REDUZ AS GUARNIÇÕES: SAÚDE E DOENÇAS NA OCUPAÇÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO NO SÉCULO XVIII .....	1696
Rogério Machado de Carvalho (UNISINOS) BR	
NÓS COMBINAMOS DE NÃO ESQUECER: AS MEMÓRIAS AFRO-DIASPÓRICAS NA OBRA DE ALINE MOTTA .....	1708
Rosemeri Maria da Conceição (PPGAV-UFRJ) BR	
O DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: A GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO OESTE CATARINENSE E OS ATORES PRESENTE NO HIDRONEGÓCIO E NA GERAÇÃO DESCENTRALIZADA .....	1716
Sadi Baron (UNC) BR	
Virginia Elisabeta Etges (UNISC) BR	
A DOCTRINA DE CHUMBO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRO (1981-1985) .....	1730
Sandro Heleno Morais Zarpelão (USP/IFSP) BR	
DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E VIOLÊNCIAS: CONFLITOS TERRITORIAIS E “VAZIOS HUMANOS” NA DEMARCAÇÃO DO TI TOLDO CHIMBANGUE EM CHAPECÓ – SC .....	1743
Saulo Cerutti (UNOCHAPECÓ) BR	
Arlene Anelia Renk (UNOCHAPECÓ) BR	
Silvana Winckler (UNOCHAPECÓ) BR	

A ANTROPIZAÇÃO UNIVERSALISTA EUROPEIA ATRAVÉS DAS DROGAS E SUAS INTEGRAÇÕES ESTRUTURAIS GLOBAIS NO PERNAMBUCO JOANINO: UMA HISTÓRIA DO HORTO D'EL REY EM OLINDA CONTADA POR HENRY KOSTER E MANUEL ARRUDA DA CÂMARA .....	1756
Saulo Vilar de Campos Silva (UNICAP) BR	
EL PAISAJE NATURAL DEL NOROESTE ARGENTINO EN IMÁGENES DE VIAJEROS EN EL SIGLO XIX .....	1772
Silvina Beatriz Aráoz (FACULTAD DE ARTES, UNT) AR	
ERNESTO GEISEL E A (INCONVENIENTE) QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS (1974-1979) .....	1787
Sulena Cerbaro (UPF) BR	
RELAÇÕES DE FRONTEIRA E A CIDADE DE ITAQUI .....	1801
Taciane Neres Moro (UPF) BR	
ETNOHISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO REPERTÓRIO SIMBÓLICO NO CAMPO DA VISUALIDADE APLICADOS NA CESTARIA DO POVO KAINGANG .....	1811
Tadeu dos Santos (UEM) BR	
“OS PANOS SUJOS LAVAM-SE EM CASA”: A BIENAL INTERNACIONAL DE 1977 E A ARTE POPULAR DE JUAZEIRO NO TRIBUNAL DOS GENERAIS .....	1826
Tereza Cândida Alves Diniz (UFPE) BR	
OS CACIQUES COMO REPRESENTAÇÕES DE PODER JUNTO AOS POVOS JESUÍTICOS .....	1842
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos (UPF) BR	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA CONSULTIVA: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE AÇÕES REALIZADAS NO OESTE DE SANTA CATARINA (2015-2020) .....	1858
Valdirene Chitolina (UPF) BR	
A CULTURA MATERIAL PRÉ-COLONIAL EM VISTA ALEGRE DO PRATA: AS TRADIÇÕES TAQUARA E TUPIGUARANI .....	1873
Valéria Pedron (UPF) BR	
O “FLAGELO DE DEUS” NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O CONTESTADO: NARRATIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS ACERCA DE ADEODATO .....	1886
Vanderlei Cristiano Juraski (UPF / IFC) BR	
A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O FORTALECIMENTO DO CAPITALISMO .....	1902
Vanderlise Ines Prigol Reginato (UPF) BR	
O ÍNDIO FRANCISCO E O MONSENHOR: A REPRESENTAÇÃO DAS CARRANCAS DA CATEDRAL DE PORTO ALEGRE .....	1917
Vanessa Gomes de Campos (UPF) BR	

FRENTE DE EXPANSÃO AGRÍCOLA: IMIGRANTES BRASILEIROS NO  
DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ, PARAGUAI .....1931  
Vanucia Gnoatto (UPF) BR

O FUNDO EUROPEU DE DEFESA E SEUS IMPACTOS NO  
DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES A2/AD .....1943  
Victor Domingues Ventura Pires (UFRGS) BR

“MATANDO O MOTOR DA MINHA DESGRAÇA”: HONRA E VERGONHA  
EM UMA NOTÍCIA DA IMPRENSA FLUMINENSE (1882-1883) .....1956  
Vitor Wieth Porto (UFPEL) BR

A IMAGEM NEGRA NA DANÇA DE SÃO GONÇALO: UM PARALELO  
ENTRE GUAICUÍ-MG E A HEMEROTECA DO CENTRO NACIONAL  
DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR-RJ .....1967  
Wádson Pereira Rocha (UFRJ) BR  
Helenise Monteiro Guimarães (UFRJ) BR



## **Apresentação**

O Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras (CIHRF), agora em sua 5ª edição, vem se consolidando como um grande evento e ocasião para discussões e intercâmbios sobre seus eixos temáticos. Discutir fronteiras e regiões, sob o ponto de vista da História ou de outras áreas, é adentrar para um campo complexo, que exige interdisciplinaridade, interfaces e reconhecimento de suas problemáticas e de seus limites interpretativos e analíticos.

No último meio século, com a intensa globalização e mundialização de múltiplos fatores, com a dinâmica das redes transnacionais e dos canais de informação e comunicação universais, fronteiras e regiões passaram a ser discutidas, problematizadas, redefinidas, quando não enfatizadas por algumas abordagens como inexistentes, inoperantes e, frente a este contexto, sem sentidos. Junto a esses conceitos, somam-se e problematizam-se múltiplas questões correlatas como as do campo simbólico e cultural (identidades, crenças, línguas ...), de poder (governos, políticas públicas, estado-nação, fronteiras nacionais...), da esfera econômica (desenvolvimento, produção, moeda, comércio ...), bem como redefinições dos espaços das antigas e sempre atualizadas noções de centro e periferia, dentre outras dimensões.

Por isso, em razão das construções das dinâmicas da vida social, ampliam-se as complexidades e, como consequência, o imperativo de análises e intercâmbios sobre os conceitos de regiões e de fronteiras. Nesse sentido, com o passar dos anos, o referido congresso amplia sua participação e importância. A amplitude da presente compilação de textos para os anais o atesta; revela ser um momento fértil para discussões interdisciplinares, com discussões temáticas de abrangência internacional, seminários temáticos em torno dos eixos centrais do evento, mas que se abrem para correlações e transversalidades, com pesquisas e análises que contemplam inúmeras regiões do país e de outros, em particular, no âmbito latino-americano, assim como reuniões de trabalho, de núcleos e redes de pesquisas internacionais, dentre outras ações.

Portanto, o referido congresso internacional, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH UPF), revela ser um esforço de um amplo contingente de pesquisadores interessados e preocupados com as dinâmicas históricas que constroem os territórios e que problematizam as regiões e as fronteiras em suas múltiplas dimensões. A colaboração de agências de estado para seu incentivo e viabilização é condição para sua realização. Nesse sentido, expressamos nosso agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo apoio financeiro, a Universidade

de Passo Fundo, que sempre vem acolhendo a proposta, sua efetivação e colocando à disposição sua infraestrutura, à coordenação geral do evento e de todos/as os/as que propuseram e realizaram seus simpósios temáticos, bem como os/as conferencistas e toda a equipe de suporte.

Esperamos que tenhamos continuidade e sempre maior participação. Desejamos, com o presente material compilado e editado, socializar todas as pesquisas e análises dos participantes, agradecer pela colaboração, motivar a sequência e cativar a inserção de novos participantes.

A Coordenação Geral do Evento

## CULTURA, CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL: OS QUILOMBOS DO PIAUÍ NA LUTA PELA TERRA

Adauto Neto Fonseca Duque, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Professor Barros Araújo, [adautoneto@pcs.uespi.br](mailto:adautoneto@pcs.uespi.br)

**Resumo:** O artigo trata da notícia veiculada no Jornal o dia em fevereiro de 2003, tratando do retorno do ministro da Cultura e da ministra da Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social ao Estado do Piauí. Como fonte a notícia do jornal documenta não somente a visita dos ministros de Estado, pois a notícia vai se inaugurar uma sequência de atos políticos, econômicos e culturais que viriam a ser traduzidas em ações do governo junto as comunidades quilombolas. Seleccionada a notícia, tendo como objetivo visualizar as movimentações em torno da questão quilombola no início da gestão federal iniciada em 2003, procedemos a leitura crítica e visibilidade dessa fonte para valorizar a notícia jornalística contemporânea como um documento que narra acontecimentos que podem ser problematizados por pesquisadores da educação, história, cultura. O envolvimento governamental nas demandas históricas dos quilombolas ampliou expectativas em torna do respeito a cultura afrodescendente e, principalmente, na possibilidade de acesso a terras conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Entre avanços e retrocessos se estabelecem ganhos para o Estado, envolvido nos projetos de desenvolvimento sustentável do Governo Federal e para as comunidades que tinham apoio para suas atividades culturais e produtivas. Coube ao Estado atender e executar propostas que estavam no projeto de governo da chapa vendedora do pelito de 2002 e que continuavam vivas nos discursos de ministros. Assim, o governo Lula se colocava na vanguarda de investimentos em políticas públicas para atender as comunidades com vivências caracterizadas pela diversidade étnica e social brasileira.

**Palavras-chave:** Quilombos; Cidadania; Terra.

Em 23 de fevereiro de 2003 o jornal O Dia, periódico diário que circula em Teresina – PI, publicou uma notícia com a seguinte manchete: Gil e Benedita – Ministros voltam ao Estado em março. Gilberto Gil, ocupou o Ministério da Cultura (MinC) de 2003-2008. Benedita da Silva, ocupou a Secretária Especial da Assistência e Promoção Social em 2003-2004. Pela simbologia e pelas ações práticas que irão se desenvolver nas duas pastas nos anos iniciais do Governo Lula estamos tratando de dois prestigiados ministérios.

O jornal O Dia é um periódico de circulação na Capital do Piauí, Teresina. Fundado em 1951 e integrante do Sistema O Dia de Comunicação, o jornal se caracteriza por “explorar assuntos relacionados à política e as manchetes e chamadas de capa geralmente estão direcionadas às questões locais de grande repercussão” (O Dia). A presença dos dois ministros de estado em Teresina, pela representatividade política, recebeu uma tímida atenção do jornal, sendo que a notícia do dia 23/02/2003 trata do retorno dos ministros anunciada para março do mesmo ano, mas não amplia uma apresentação dos motivos da viagem anterior.

O trabalho com matérias de jornais e tratando de questões que envolvem atuações de governos recentes proporciona diferentes desafios ao historiador. Dentre estes está o fato de lidar com o processo no qual “o presente, ameaçado pelo desgaste da aceleração, converte-se,

enquanto transcorre, em matéria da memória” (SARLO, 2005, p. 96). A aproximação temporal entre o fato ocorrido e sua conversão em memória proporciona usos não republicanos e, ainda, menos éticos, do conjunto de atos praticados pelos sujeitos envolvidos na construção do que será lembrado. Outro desafio reside no fato do historiador precisar demonstrar ao leitor que o seu envolvimento com o tema não significa defesa ou aproximação apaixonada, mas uma percepção parcial dos acontecimentos. Assim, o texto apresentado carrega esses desafios não resolvidos, sendo o resultado de uma breve e pontual análise de uma fonte, os resultados são parciais e, nitidamente, para serem coerentes, também são carentes de críticas.

Por tratarmos de contexto social vale pontuar que o início dos anos 2000, pela natureza de continuidade, tendo em vista que não presenciamos o *Bug* do Milênio e o fim do mundo, anunciava um período de otimismo sociopolítico e econômico. No Brasil, na questão política, apresentava-se uma estabilidade democrática, com a presidência ocupada por um intelectual que tinha na academia um suporte de raciocínio lógico e produtivo em relação as intempéries da sociedade nacional e sua economia.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2003, evidenciara um incipiente afago em temas sensíveis como demonstrado na visibilidade dada a Fundação Cultural Palmares. Entidade Fundada em 22 de agosto de 1988, mas que até meados dos anos 1990 sempre teve atuação tímida em relação aos propósitos da “promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (Fundação Cultural Palmares). Mesmo que o Governo FHC tivesse ampliado as ações da instituição a Fundação Palmares nunca teve poder político e econômico que garantisse a real implementação dos seus objetivos e sofria com atitudes reversas e contraditória como verificado quando “o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou na íntegra, no dia 13 de maio, dia da abolição da escravatura, um projeto de lei que regulamenta a legalização das comunidades remanescentes de quilombos no país. Na mesma data, FHC lançou a segunda versão do Programa Nacional dos Direitos Humanos, que prevê, entre outras medidas, a criação de cotas para negros no funcionalismo público” (MAISONNAVE, 2002). Pelo contexto, podemos inferir que através de avanços e retrocessos estruturais e práticos caminhava a implementação de uma política de ações que ainda não afirmava positivamente a presença negra na cultura nacional.

Saindo do Governo FHC, o próximo a ocupar a presidência é Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2011. Logo de início apresenta-se como inovação da nova gestão federal a criação da pasta denominada Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social e a ampliação nos

investimentos nas potencialidades da cultura nacional, incorporando como política pública fomento às artes e saberes dos grupos de matrizes étnicas em diferentes regiões do Brasil. Assim, as ações propostas pelo ministério da Cultura e a Secretária Especial da Assistência e Promoção Social são exaltadas pela gestão federal, que assumiu o governo do Brasil no ano 2003, como parte indissociável do sucesso da política sociocultural do país.

O Programa de Governo apresentado pela Coligação Lula Presidente, na eleição presidencial de 2002, estabelecia no item inclusão social “a ênfase no desenvolvimento social articulado com a retomada do desenvolvimento econômico fundamenta-se nos princípios éticos e nas prescrições constitucionais relacionados com o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à justiça social e com compromissos cívicos e patrióticos (Coligação Lula Presidente, 2002, p. 39). Na dinâmica sociocultural foram estabelecidos espaços de escuta para dar vazão às demandas coletivas suprimidas nas áreas de educação, cidadania e qualidade de vida aos diferentes grupos da sociedade nacional.

Termos como desenvolvimento social e justiça social, presentes no programa de governo, traduziam-se em novos tempos que se abriam no contexto de grupos históricos com representatividade nacional. Ampliavam-se anseios de ver a cultura e a tradição de um povo como suporte gerador de divisas positivas ao povo brasileiro, representado na trajetória do Ministro da Cultura que assim se posicionava diante de sua indicação:

É também nesse horizonte que entendo o desejo do presidente Lula de que eu assumo o Ministério da Cultura. Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negromestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo. E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia-a-dia dos brasileiros. (Gilberto Gil, Discurso de posse, janeiro 2003).

As mensagens do ministro são transformadas, simbolicamente, em formação e informações acerca do próprio conceito de cultura, retirando-a das mãos de indivíduos letrados e colocando-a em espaços antes percebidos apenas como folclóricos ou em desagregação de um passado. Nas falas do ministro o presente tem uma complexidade de representar o passado e garantir uma justa formação de argumentos culturais no futuro.

Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será

colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os une. (Gilberto Gil, Discurso de posse, janeiro 2003).

A função do Estado nesse percurso da sociedade é proporcionar o fomento a produção cultural, independentemente de locais, mantendo a visibilidade positiva e o respeito aos grupos que são guardiões e promotores das práticas e saberes de uma coletividade.

O fomento ao desenvolvimento de políticas públicas que valorizem a história e a construção de uma cidadania plena, com direitos sociais garantidos, pois dessa forma se transforma a realidade de um povo e estabelece uma dinâmica de cidadãos conscientes de seus direitos e não flagelados mendigando a ajuda do Estado.

### **A perspectiva Quilombola**

Entre os grupos com demandas históricas estão os quilombolas. Estes foram contemplados pela Constituição de 1988, no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mas no início dos anos 2000 os quilombos permaneciam carentes da efetividade da legislação que na prática permanecia somente como direito constitucional. Entre os anos de 1995, com a primeira titulação de uma comunidade quilombola, e os anos 2000, houve avanços pontuais em Estados como o Pará e Maranhão. Contudo, as ações do poder público são lentas e Maranhão e Pará continuam, até hoje, final de 2021, como Estados com maior número de territórios titulados sob o amparo do Art. 68 e da memória quilombola.

Em 2003, o Presidente Lula assumiu a gestão federal e logo no início do governo era possível perceber que nas falas e ações de Estado estavam sendo atendidas demandas dos movimentos de bases populares e sob o aporte político dos partidos de esquerda. A Carta Maior, veículo de comunicação digital e com o subtítulo O Portal da Esquerda, narra a eleição presidencial e a posse de Gilberto Gil da seguinte forma:

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país. O ministro da Cultura entende assim o recado enviado pelos brasileiros, através da consagração popular do nome de um trabalhador, do nome de um brasileiro profundo, simples e direto, de um brasileiro identificado por cada um de nós como um seu igual, como um companheiro.

No Piauí foi eleito Governador Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores (PT). Com essa conjuntura esperava-se que anseios represados por gestões anteriores viessem à tona e fossem atendidos pelos novos gabinetes ministeriais e pelas secretarias de estado.

## **Ministros retornam ao Piauí**

Para uma análise de uma fonte é imprescindível qualificar o documento e entender o tempo, o local, os objetivos e quem a produziu. Nesse sentido, o jornal, que noticia a visita de dois ministros ao Estado do Piauí em 2003 contextualiza, ao tempo que documenta, não somente uma visita formal para inauguração de monumento ou iniciar a execução de um projeto estrutural. O que se iniciava nas páginas do jornal O Dia, podemos perceber pela leitura que o faz de forma muito tímida, é a inauguração de uma sequência de acontecimentos políticos, econômicos e culturais que causariam muitas mudanças em grupos tradicionalmente percebidos nas margens das decisões no Estado do Piauí. Trazer essa fonte para este texto tem o sentido de valorizar a notícia jornalística contemporânea como um documento que narra acontecimentos que podem ser problematizados em diferentes áreas de pesquisa. Todavia, o perigo de tomar a fonte como única possibilidade de ler um acontecimento nos coloca armadilhas que só podem ser desfeitas com a devida atenção e o respeito ao lidar com a complexidade do que se escreve a partir de um tema de pesquisa.

Explico esse imbróglio da seguinte forma: numa primeira leitura da fonte o jornal está noticiando, em fevereiro, o retorno de dois ministros ao Piauí, anunciado para o mês de março e suas participações no III Encontro de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Piauí. Ao consultar o jornal O Dia, edições dos dias de 20 e 21 de março de 2003, no intuito de verificar a cobertura ao retorno dos ministros, não encontrei nenhuma menção a visita ou suas participações no evento. Algo surpreendente, tendo em vista que o Estado do Piauí, naquele momento governado por um aliado da gestão federal, devia ter interesse em receber com honras e regalias dois prestigiados ministros. Ao recorrer a outros veículos de imprensa encontrei sob o título “Quilombolas participam de encontro em Teresina” matéria no site do Governo do Piauí, dia 19 de fevereiro de 2003, informando sobre o III Encontro de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Piauí. De acordo com o que foi publicado o Encontro seria realizado nos dias 28 (de fevereiro) e 01 (de março) de 2003. Ampliando as fontes temos o discurso da Deputada Federal Francisca Trindade (PT-PI) no qual consta a realização do III Encontro nos dias 19 a 21 de março de 2003. Para este artigo não foi possível confirmar o período da realização do encontro, pois até os órgãos do Estado não mantêm um arquivo desses eventos. Todavia, falta de registro indica que os ministros não estiverem presentes nas atividades do evento que deve ter contado com presenças ilustres da política e do movimento negro e quilombola do Piauí. Conforme anunciou o site do governo:

A solenidade de abertura acontecerá a partir das 8 horas do dia 28, e será presidida pelo governador Wellington Dias. Participam também representantes do Ministério de Desenvolvimento Rural, do Movimento Negro e das Comunidades Negras Rurais do Estado, o secretário do Desenvolvimento Rural do Piauí, Sérgio Vilela e a presidente da Fundação Cultural, Sônia Terra. (SECOM, 2003)

Voltando ao fato noticiado pelo jornal O Dia não podemos dizer que o Piauí tinha o privilégio de receber ministros de estado, pois Benedita da Silva estava realizando visitas em diferentes Estados da Federação. Todavia, dois ministros em menos de seis meses de gestão pode ser considerado um fato digno de observação. Levando-se em conta que os ministros tomaram posse em janeiro de 2003 alguns questionamentos são provocados pela notícia veiculada no O Dia. O que justifica a repetição da visita de dois Ministros de Estado em tão curto espaço de tempo ao Piauí?

Na imprensa não localizamos referências sobre os motivos da viagem dos ministros ao Piauí realizada em fevereiro. A segunda viagem (março) tinha como objetivo a participação do Ministro da Cultura, Gilberto Gil e da Ministra da Cidadania e Ação Social, Benedita da Silva, no “III Encontro de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado”. Evento que esteve na pauta local e foi citado em discurso da então Deputada Francisca Trindade (PT-PI) na Câmara dos Deputados, no dia 19 de março de 2003, que ao tratar de questões nacionais em torno do racismo e das cotas raciais nas Universidades destacou:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda nesta mesma linha de defesa dos direitos da população negra, outro fato digno de registro é a realização do III Encontro de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Piauí, evento que será sediado na Capital do nosso Estado, Teresina. A abertura desse encontro acontece hoje, dia 19 de março, e sua programação segue até o dia 21 de março. O encontro, cujo foco é a organização das comunidades quilombolas, é organizado por entidades do movimento negro e conta com o apoio do Governo do Piauí, em mais uma demonstração de sintonia com as causas populares, tal qual se dá com o Governo Lula na esfera federal. (Câmara dos Deputados, Sessão: 018.1.52.O)

No discurso da Deputada não é mencionada a presença dos dois ministros em Teresina. Também é necessário enfatizar que aos dois encontros anteriores não aparecem na imprensa local e não teve seus temas destacados. O III Encontro aconteceu em um período positivo nas articulações, proposições e execução de políticas públicas do governo federal junto aos quilombos brasileiros. A presença quilombola em todo território nacional e seus posicionamentos no cenário da luta pela terra acendiam a atenção em relação a etnicidade, a memória e a história dos negros no Brasil. Também estava em evidência os projetos sobre a produção da subsistência a partir do desenvolvimento sustentável. Projetos que estavam na agenda do Governo Federal e do Governo do Piauí.



## **A Luta pela terra que foram ocupadas pelos ancestrais Quilombolas**

Uma questão em pauta quando o tema é terra para quilombolas são os questionamentos sobre a temporalidade da ocupação. Nos quilombos do Piauí é preciso dirimir essas dúvidas com a enfática afirmação de que estamos tratando de temas relacionados a territórios com uma memória de tempos da escravidão e, necessariamente, terra ocupada no período escravista brasileiro. Sobre essa questão pode-se consultar trabalhos sobre quilombos históricos e quilombos contemporâneos e suas diretrizes de formação e a legislação brasileira que trata sobre terras de quilombos.

No Piauí as dificuldades impostas aos negros para acesso à terra dos quilombos vão se somar a problemas cotidianos como a falta de infraestrutura para atender minimamente as comunidades conforme levantado e divulgado na fonte consultada:

O Piauí possui em torno de 100 comunidades negras, com grande concentração no Centro-Sul do Estado, mas somente 18 estão mapeadas, com levantamento de problemas e carências, à espera de assistência e infraestrutura. De acordo com representantes de entidades como o Ifaradá da UFPI (Universidade Federal do Piauí) e Coordenadoria da Pessoa Negra do Estado, a maioria das comunidades mantém isolada por falta de estradas e outros meios de comunicação. (SECOM, 2003)

Por esse contexto, temos a luta dos quilombos para acessar políticas públicas e garantir direitos demarcada por uma trajetória histórica de negação da posse dos espaços rurais nos quais sempre estiveram os antepassados negros. Estes viviam do trabalho na agricultura de subsistência e pela condição de ocupantes de uma propriedade registrada em nome de fazendeiros precisavam se submeter a seus mandos e usurpação da sua força de trabalho. Para corrigir essas distorções a Constituição Federal, promulgada em 1988, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garante aos quilombolas a posse legítima das terras ocupadas e assegura como dever do Estado emitir os títulos definitivos de propriedade.

Essa possibilidade também ao longo dos anos foi negada aos quilombolas e a questão se viu envolvida em questionamentos sobre a aplicabilidade jurídica do artigo 68 ADCT. Na burocracia, para chegar aos devidos responsáveis pela implementação da lei, e somada a falta de empenho dos Estados que, através de seus Institutos de Terras, não encontra mecanismos para acelerar a regularização fundiária, deixando que as exigências de laudos para comprovar autenticidade dos quilombos dominem e sejam o mecanismo de negação de titulações por todo o Brasil.

No caso do Piauí é legítimo dizer que muitos estudos e promessas do Estado dominam as discussões sobre a legitimação da posse das terras quilombolas. Havendo caso em que os quilombolas, em meados de 1990, se organizaram e compraram as terras por eles ocupadas para manter a tranquilidade e a segurança jurídica proporcionada pelo documento cartorial. Todavia, a partir da conclusão da primeira titulação de terras quilombolas, no Estado do Pará em 1996, os quilombos ampliaram as expectativas pela aceleração das titulações em todo o Brasil. Na realidade não se concretizaram os esperados movimentos dos Estados e dos Institutos de terra para fazer valer o respeito devido à Constituição que imputava aos Estados a construção de mecanismos jurídicos para acelerar os processos de titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos.

A eleição de 2002, por ter como vencedor um presidente com base política nos movimentos sociais, as esperanças no sucesso ao atendimento das demandas por terra e políticas públicas ganharam espaço na mídia e nos órgãos governamentais tanto do Brasil como no Piauí. As peculiaridades políticas do Piauí, em 2003, mostram o alinhamento do Governo Federal e Governo do Estado sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). A presença de quilombos, a luta pela terra e a demanda por políticas públicas delimita “um processo específico de resistência cotidiana da população negra no campo, de forma predominante, quase exclusiva, concretizada em uma ação coletiva como estratégia de reafirmação de identidade” (LIMA, 2017, p. 242). Essas discussões sobre direitos quilombolas afloravam com destaque nos eventos organizados pelas comunidades e com a poio do Estado, como é o caso dos Encontros de Comunidades Negras Rurais.

Pelo fato de ser realizado nos meses iniciais de 2003 o III Encontro, destacando como fonte o site do governo do Piauí, tem o potencial de nos demonstrar as discussões colocadas em destaque no Estado em relação aos quilombos. Sobre as abordagens temáticas temos:

A legislação antidiscriminatória, o direito à terra e à sustentabilidade da política de ação afirmativa, são temas a serem abordados no III Encontro de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Piauí, a ser realizado nos dias 28 de fevereiro e 1º de março, no auditório do Centro de Treinamento do Emater de Teresina, na BR343. (SECOM, 2003)

Não há novidade nos temas abordados tendo em vista que os quilombos contemporâneos estavam discutindo formas de garantir que suas memórias cada dia mais fossem os alicerces para manutenção, permanência e garantia de direitos dos negros. O ineditismo está no fato de que o Encontro:

É uma promoção do Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Fundação Cultural do Piauí, visando propiciar a discussão sobre a implementação de políticas de ação afirmativa para as comunidades negras rurais remanescentes de quilombolas e também mostrar à sociedade a realidade das comunidades negras rurais. (SECOM, 2003)

Essa aproximação do Estado com as comunidades beneficiaria ambas as partes, pois a concretização de políticas públicas nos quilombos estava na pauta do governo federal que publica em 2004 o Programa Brasil Quilombola (PQB), no qual consta que sua “finalidade precípua é coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil” (PBQ, 2004).

A participação do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal em discussões que envolvem representantes dos grupos organizados da sociedade civil tinha o potencial de alavancar medidas nas áreas de Segurança Alimentar, Titulação de Terras, apoio financeiros e trocas de conhecimentos nas áreas de produção e sustentabilidade. Outra questão em aberto e que teve avanços nesse momento são as iniciativas tanto do Estado quanto das comunidades em relação a produção cultural de matriz africana que envolvem saberes sobre cura, alimentação, ervas medicinais e religiosidade. Assim, “durante dois dias, governos federal, estadual e municipal, sociedade civil organizada e os remanescentes vão discutir e elaborar propostas que resgatem os direitos reconhecidos na Constituição Federal em reparação histórica do Estado com a população negra do Piauí”. (SECOM, 2003)

Nesses momentos mediados por debates, palestras e oficinas reacende a necessidade da efetivação das titulações de terra baseada no Art. 68 da Constituição de 1988, apresentando-se como a realização de objetivos historicamente construídos no passado e no presente. Realidade que não repara atitudes do passado, mas demonstra que os quilombolas resistem pela construção de territorialidades estabelecidas na religiosidade, no uso consciente dos espaços e na relação de respeito a ancestralidade como marcadores da vivência cotidiana nos quilombos do Piauí. Assim, a visita de dois ministros de estado, relatada na reportagem do jornal O Dia, pode nos mostrar a dimensão de articulação política e a representatividade étnico-cultural e histórica dos quilombos do Piauí.

### **Entre avanços e retrocessos - Alguns ganhos**

Em 2003, maior envolvimento governamental nas demandas históricas dos quilombolas ampliou expectativas em torna do respeito a cultura afrodescendente e, principalmente, na possibilidade de acesso a terras conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Entre avanços e retrocessos se estabelecem ganhos para o Estado que se via envolvido em projetos de desenvolvimento sustentável e em atendimento as propostas do governo que em projeto de

governo e discursos de ministros colocava-se na vanguarda de investimentos em políticas públicas para atender as comunidades com cultura e vivências caracterizadas pela diversidade étnica e social brasileira.

O Jornal O Dia repercutiu em Teresina a presença de Ministros de Estado nas atividades envolvendo palestras, oficinas e debates sobre e com a presença de quilombolas do Estado do Piauí. A partir desse momento inicial o jornal publicou matérias, sempre ressaltando a presença e as ações dos quilombolas em sua trajetória de conquistar espaço simbólico e territorial sob os aportes da legislação brasileira.

A continuidade da luta até os tempos atuais demonstra que fissuras presentes em 2003 continuam abertas ou em expansão. A terra continua sendo uma ausência legal, pois a ocupação imemorial garante o direito de trabalho e de pertencer a determinados territórios, mas a garantia de segurança jurídica e de não ser importunado, por ditos proprietárias, ainda não se tornou realidade.

### **Referências**

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. Programa de Governo 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

MAISONNAVE, Fabiano. *FHC veta projeto de lei sobre comunidades quilombolas*. Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 19 de maio de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1905200221.htm>. Acesso em: julho 2021.

O Dia (Teresina). [https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Dia\\_\(Teresina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Dia_(Teresina)). Acesso outubro de 2021.

LIMA, Solimar Oliveira. Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí. In: Lima, Solimar.O; FIABANI, Adelmir. (Org.). *Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí*. Teresina: EDUFIP, 2017.

SECOM. Governo do Piauí. *Quilombolas participam de Encontro em Teresina*. 10-02-2003. Disponível em: [www.piaui.pi.gov.br](http://www.piaui.pi.gov.br). Acesso em: jul. 2021.

## **NONOAI: LUTA E RESISTÊNCIA PELA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1960-1980)**

Alana da Silva Follador, mestranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES

**Resumo:** O presente trabalho busca compreender o desenvolvimento da luta pela terra e o processo de resistência em Nonoai no norte do estado do Rio Grande do Sul entre 1960 e 1980, salientando os desdobramentos para que houvesse a luta indígena. Partindo de uma retomada histórica das políticas indigenistas do século XIX e século XX, através dos órgãos de proteção e do governo do estado do Rio Grande do Sul ao longo da década de 1940, ressaltando-se também a relevância da CPI do Índio de 1968 para o início da demanda de Nonoai, que investigava a exploração da madeira de forma ilegal e a demarcação da reserva florestal de Nonoai. O caso de Nonoai torna-se representativo em virtude da Luta de 1978, que destacou o empoderamento do indígena no processo de reivindicação de suas terras. A revolta teve como ato emblemático a queima de escolas para não-indígenas presentes na área da reserva florestal de Nonoai. Ao final da revolta, diversas famílias de colonos foram obrigadas a deixar a área. Nonoai foi uma área onde houve vários períodos em que sua área original foi reduzida, intrusada por sem-terra e madeireiras, mas a revolta indígena deu origem e fortaleceu outras demandas posteriores. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, será utilizada a análise de fontes documentais, além da leitura de vários autores de referência sobre a temática indígena, colonização, estrutura fundiária e migratória. A escolha por analisar o processo de reivindicação de Nonoai é devido a possível influência que os conflitos de Nonoai de 1978, tiveram sobre outras demandas indígenas no norte do Rio Grande do Sul, fazendo com que elas se diferenciem de outras solicitações de terra do Estado.

**Palavras-chaves:** Nonoai; resistência; indígenas;

### **Introdução**

Atualmente no Brasil existem diversos conflitos envolvendo indígenas e agricultores em torno do direito à posse e à propriedade da terra. Em cada região do país esses conflitos se apresentam de formas distintas, muitas vezes deixando apenas o âmbito jurídico e passando a confrontos físicos que, por vezes, resultam em consequências graves. Na região norte do Rio Grande do Sul, atualmente existem 11 áreas indígenas em disputa, envolvendo 16 municípios, com a presença de conflitos entre indígenas e agricultores (BREITENBACH; TROAIN, 2014).

A solicitação de demarcação de terras não busca garantir aos indígenas somente sua subsistência, mas busca também a preservação de uma memória coletiva, de um modo de vida que lhes é tradicional, bem como a conservação dos grupos e a preservação de sua cultura. Nas últimas décadas presenciamos um maior acirramento dos conflitos territoriais que reivindicam a legitimidade e a legalidade sobre as terras. Em particular, no Rio Grande do Sul, esses conflitos se localizam em áreas que, em diferentes momentos da história, o Estado assegurou direitos sobre um mesmo território a diferentes grupos sociais, ora fomentando a ocupação, ora destituindo e removendo a legitimidade outrora concedida.

O presente trabalho busca compreender qual foi o desenvolvimento da luta pela terra e o processo de resistência em Nonoai no norte do estado do

Rio Grande do Sul entre 1960 e 1980, salientando os desdobramentos para que houvesse a luta indígena. Partindo de uma retomada histórica das políticas indigenistas do século XIX e século XX, através dos órgãos de proteção (o Serviço de Proteção aos Índios e a Fundação Nacional do Índio) e do governo do estado do Rio Grande do Sul ao longo da década de 1940, ressaltando-se também a relevância da CPI do Índio de 1968 para o início da demanda de Nonoai, que investigava a exploração da madeira de forma ilegal e a demarcação da reserva florestal de Nonoai.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, será utilizada a análise de fontes documentais encontradas online no Museu do Índio do Rio de Janeiro e nos arquivos da FUNAI de Passo Fundo/RS, documentos como, atas, ofícios, o laudo antropológico das áreas indígenas, fotografias, plantas cartográficas, notícias do jornal *Zero Hora*, *Correio do Povo* do período da década de 1960 a 1980. Além da leitura de vários autores de referência sobre a temática indígena, colonização, estrutura fundiária e migratória.

A escolha por analisar o processo que levou a essas demarcações e a esses processos de solicitação de demarcação de área Indígena, foi devido a relevância e a possível influência que os conflitos de Nonoai de 1978, tiveram sobre as demais demandas, fazendo com que elas se diferenciem de outras solicitações de terra no Rio Grande do Sul.

### **A Política Indigenista de Aldeamentos do século XIX e o Projeto de Nacionalização dos Toldos do século XX**

Os indígenas de etnia Kaingang teriam se fixado na localidade de Nonoai no século XVIII. Eles teriam cruzado o Rio *Goio-en*, que na sua língua significa “água com mato alto”, hoje o conhecido Rio Uruguai, que divide os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Se instalando assim entre o que atualmente seria os municípios de Passo Fundo e Rio da Várzea. Esses indígenas se deslocaram para o sul, pois enfrentavam pressão das frentes que ocupavam o planalto de São Paulo e o planalto paranaense (ROCHA, 2009).

Os Kaingang. Nessa localidade havia extensa mata araucária, com animais, árvores frutíferas e erva-mate, utilizados para a alimentação. A região das terras altas permitia prevenção e defesa de ataques de outros grupos indígenas. A segunda década do século XIX marcou o contato mais intenso das populações indígenas de Nonoai com os não indígenas. Essa intensificação ocorreu devido à solicitação do presidente da província de São Paulo, Francisco Ferreira da Rocha Loures, em ter uma nova rota que levasse às missões jesuíticas. A estrada solicitada cruzaria o Paraná, os Campos de Palmas e chegaria ao Rio *Goio-en*. Essa nova passagem cruzaria um dos principais redutos Kaingang no Rio Grande do Sul, no século XVIII, os “campos de Nonoai”. Em razão disso, fez-se necessário solicitar o apoio dos jesuítas para a

construção da estrada na localidade.

Em 1845, surgiu o primeiro aldeamento da região norte do estado do Rio Grande do Sul, o aldeamento de Nonoai, com o apoio do padre jesuíta Antônio Almeida Leite Penteado, que fez a mediação entre o governo e os indígenas. Ele conquistou o apoio de mais de quatrocentos Kaingang da região para a construção de um aldeamento, permitindo, assim, a passagem de tropeiros e a instalação de imigrantes. Simonian(1981) destaca que o aliciamento compulsório de indígenas para a abertura de estradas teve como consequência a perda de territórios Kaingang, ao mesmo tempo, permitia a expansão e ocupação de território pela elite latifundiária que vinha se desenvolvendo de forma lenta e instalou-se desde 1824.

Com a instalação de colônias de imigrantes europeus os conflitos se tornavam intensos e frequentes, exigindo do governo uma posição, sendo assim, uma solução encontrada para manter os núcleos coloniais foi a criação de pequenas tropas para a caça e extermínio de indígenas. O Império dava grande relevância político-econômica às colônias, pois os imigrantes europeus eram sinônimo de progresso, um “exemplo” de civilização europeia, diferentemente da população nacional de indígenas e caboclos, que denotava barbárie e impedimento do progresso.

Essa demasiada valorização dos imigrantes europeus fez com que fossem criadas políticas de aldeamento indígena no Rio Grande do Sul. Dessa forma, em 1845, criou-se o Regulamento das Missões, instaurado pelo decreto nº 426, de 24 de julho de 1845, que previa a criação de aldeamentos em regiões de toldos indígenas já existentes (local de ocupação tradicional) que receberiam assistência e orientações da fé católica.

Na verdade, os aldeamentos permitiriam a liberação das terras devolutas ocupadas pelos indígenas, permitindo o retorno do crescimento econômico após a Revolta Farroupilha de 1835. Desse modo, a intenção do governo era dar a menor quantidade de terra para o maior número de indígenas possível.

A necessidade de a população avançar para a região centro-norte da província através da criação de estradas, fez com que ocorressem embates com os indígenas. Isso foi uma forma estratégica e de proteção diante da intrusão cada vez mais frequente em seus territórios, e também uma forma de proteger dos ataques de outros grupos indígenas. Alguns caciques Kaingang começaram a colaborar com a formação dos aldeamentos.

Com o apoio dos padres jesuítas, vários outros aldeamentos foram criados nos mesmos princípios, de introduzir o catolicismo e mostrar os valores do trabalho rural para os indígenas. Cada aldeamento criado tinha grandes extensões de terra para o plantio, para a

produção da erva-mate e da pecuária, tornando os aldeamentos alvos dos não índios que se instalavam na região. Não foram poucos os casos de apossamento de terras pertencentes aos aldeamentos por parte de colonos e funcionários não índios.

A posse de terras ocorreu durante todo século XIX até as primeiras décadas da República. Durante esse período, um grande número de leis, como a Lei de Terras de 1850, legitimou e apoiou essas atitudes ilícitas e fraudulentas. Anterior a essas leis não havia um controle sobre o território, desse modo, muitos grandes latifundiários apropriavam-se de grandes extensões de terras.

A partir da Lei de Terras, a única forma de adquirir propriedades era através da compra, porém, devido à negligência do governo em fazer o controle, o apossamento continuou existindo. Durante esse período, a colonização no estado foi reduzida em razão da não gratuidade das terras.

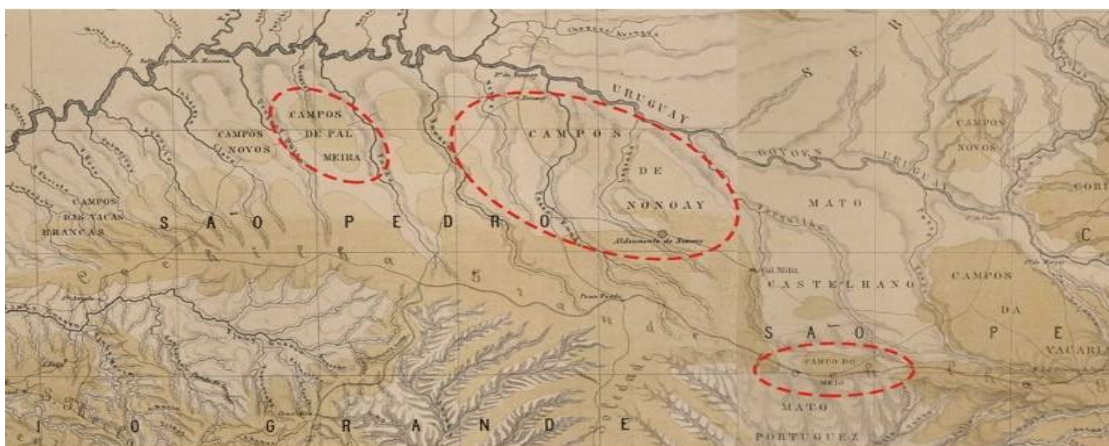
É importante ressaltar que, devido à intensificação desse processo de ocupação territorial pelos europeus, as lideranças cacicais se viram obrigadas a aceitar os aldeamentos como forma de manter a sobrevivência dessas comunidades, contando, muitas vezes, com o auxílio dos próprios caciques.

[...] Nodoai, Fongue e Braga, que até então, mantinham domínio pleno no Rio Grande do Sul [...]. Em meados do século XIX, portanto, estavam estes Kaingang aldeados em Nonoai, Guarita e Campo do Meio. A intenção do governo, a partir de então e apesar da resistência indígena, era transformar Nonoai em centro de reunião de todos os grupos indígenas (EBLING, 1985, p. 20).

Surgiram, posteriormente ao aldeamento de Nonoai, os aldeamentos de Guarita e Campo do Meio. O aldeamento de Guarita nasceu em 1848 no extremo norte da província, próximo ao aldeamento de Nonoai, sendo o cacique Fongue foi sua principal liderança. Guarita se diferenciava dos demais aldeamentos, pois havia uma relação amistosa entre eles e os não índios, exercendo a extração da erva-mate como principal atividade.



**Figura 1 - Mapa da Província de Santa Catarina do Império do Brasil**



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. De: Woldemar Schultz, 1863.

É possível, nas áreas em destaque, visualizar as localidades que possuíam aldeamentos na região, inclusive a localização de uma das aldeias do aldeamento de Nonoai. Três anos após a instalação, em 1849, já havia denúncias a respeito do alto investimento que os aldeamentos representavam para a província (SIMONIAN, 1981). O Estado, então, visando expandir as atividades econômicas dos não indígenas e gerar novos latifúndios, na falta de resultados concretos por parte dos jesuítas nos aldeamentos, propõe reunir todos os indígenas no aldeamento de Nonoai. No entanto, nem todos os indígenas aceitaram a proposta, por isso muitos voltaram para a mata.

A inviabilidade desse projeto, a falta de mão-de-obra e a escassez de recursos financeiros, levaram ao cancelamento dos aldeamentos, fazendo com que muitos indígenas retornassem para as matas e se reorganizassem em pequenos agrupamentos conhecidos como “toldos”. Esses indígenas ficaram alocadas nas regiões dos antigos aldeamentos.

A partir da Proclamação da República em 1889, as políticas de aldeamentos foram adaptadas aos estados de então. É importante destacar que o governo do Rio Grande do Sul era fortemente influenciado pelos ideais positivistas de Augusto Comte, que tinha como base da sua teoria a lei dos três estados em que os seres humanos se encontraram até chegar ao progresso positivo. O Rio Grande do Sul passou a ter novamente os olhos voltados para a colonização, com a intenção de criar uma sustentação econômica na mudança da produção agrícola da monocultura para gêneros variados. A questão indígena das terras e da colonização voltou a ser discutida, tornando-se necessária a incorporação dos índios no modo capitalista de produção.

Com a Proclamação da República, outras questões indígenas passaram a ser de responsabilidade da federação. No Rio Grande do Sul, em 1895, foi criada a Diretoria de

Terras e Colonização (DTC), responsável por cuidar da questão fundiária e, indiretamente, da questão indígena. Nos últimos anos do século XIX, o fluxo migratório voltou a ser intenso, o que repercutia na continuação da redução do território Kaingang, já reduzido com a construção da ferrovia que ligava São Paulo-Rio Grande do Sul.

As políticas integracionistas criadas no início do século XX estão diretamente ligadas às políticas indigenistas surgidas na metade do século XIX, nos chamados aldeamentos indígenas, as quais tinham por objetivo a contenção das populações nativas em certas áreas e, assim, visando catequizá-los e auxiliá-los no processo de “civilização” através da agricultura.

Após a Proclamação da República, os ideais positivistas se fortaleceram no Rio Grande do Sul, intensificando o processo de colonização e ocupação das fronteiras na região norte pelas empresas colonizadoras. Nesse período, as discussões a respeito das medidas que deveriam ser tomadas com as populações indígenas da região ganharam força, principalmente devido à uma denúncia em nível internacional, no XVI Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Viena, em 1908, sobre o extermínio de povos indígenas no Brasil. O governo brasileiro buscou formas de contingenciamento da população indígena (KUJAWA, 2015, p.26).

Em 20 de julho de 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (Spiltn) órgão responsável em tratar de questões indígenas e dos trabalhadores nacionais (caboclos). Esse órgão tinha em sua frente o marechal Rondon, um positivista, ou seja, as políticas e as medidas tomadas em relação aos povos originários teriam como princípio a preservação de seu território, a vinculação voluntária à civilização brasileira e eles seriam tutelados do Estado.

Contudo, em 1918, existiu a necessidade de focar somente as complexidades das questões indígenas, assim, houve a divisão das atribuições de dois órgãos distintos: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o Serviço de Povoamento (SP), que tratava das questões relacionadas aos trabalhadores nacionais (VANIN, 2018, p.22). Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, em 1910, numa tentativa de o governo centralizar em algumas áreas os Kaingang, foram demarcadas 11 áreas indígenas pelo engenheiro de terras Torres Gonçalves, sendo elas, próximas aos antigos aldeamentos. Os 11 toldos demarcados foram: Faxinal (Cacique Doble), Carreteiro, Monte Caseiros, Inhacorá, Ligeiro, Nonoai, Serrinha, Ventara, Guarita, Votouro Kaingang e Votouro Guarani. A presença de diversos toldos na região demonstrou a relevância dos grupos indígenas na localidade.

**Figura 2 - Localização dos toldos indígenas no RS, 1910.**



Fonte: GONÇALVES apud BOTH, 2011, p. 62.

O SPI assumiu a proteção em Nonoai, em 1941, quando enviou Francisco Vieira dos Santos para a reserva como inspetor de índios ou chefe do posto indígena, responsável de instalar uma infraestrutura necessária para a proteção dos indígenas.

As ações desempenhadas por Vieira no posto de Nonoai tinham como característica o caráter paternalista, orientando os indígenas para as mudanças, afetando diretamente a chefia da comunidade. Fornecia aos indígenas serviços de saúde, atividades agrícolas e propunha a formação de uma estrutura social patrimonial, com moinho, instrumentos para o uso diário, ferramentas para o plantio, ao mesmo tempo, construiu uma escola que respeitasse as questões culturais e sociais das comunidades Kaingang. Os indígenas eram aproveitados nas funções do SPI como funcionários, eles criavam gado, manejavam as ferramentas para produção agrária, o moinho, porém o controle era feito por não indígenas.

Paralelamente, efetivaram-se diversos contratos de arrendamento de terras de Nonoai como forma de produzir renda para os indígenas, bem como a exploração e aproveitamento dos recursos florestais. A atuação do SPI regulamentou a situação de arrendatários e posseiros de terras indígenas, permitindo a utilização dos campos para a criação de animais e a exploração da madeira, iniciada na década de 1940.

Em decorrência desse processo de exploração da madeira do toldo de Nonoai, a DTC informou à 7ª Inspeção Regional do SPI, e a partir de então surgiu uma política de proteção

das matas e conter os abusos do SPI. Com apoio da Secretaria da Agricultura do Estado, foi encaminhada uma intervenção nessas áreas e, assim, determinou-se a criação das reservas florestais em Nonoai e Guarita, administradas pelo SPI, e, também, nas áreas de Serrinha, administrada pelo governo do Estado.

A partir de então, Nonoai, que até o momento tinha uma área de 39.908 hectares de terra, ficou com 14.910ha, e a área demarcada era destinada para reserva florestal, não mais pertencente à comunidade indígena, mas classificada como terra devoluta, pertencendo ao Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo após o processo de expropriação de terras indígenas, as áreas destinadas aos Kaingang no Rio Grande do Sul não deixaram de ser invadidas por não indígenas. As terras que foram transformadas em reserva florestal continuaram sendo apossadas por colono sem-terra.

Em 6 de janeiro de 1958, o então governador do estado Ildo Meneghetti promulgou a lei nº 3.381, que legalizava a destinação dos lotes aos ocupantes. Desse modo, tornava-se legal a ocupação das áreas, nas quais foram constituídos os parques florestais de Serrinha e da reserva indígena de Nonoai (SIMONIAN, 1981).

A reserva florestal criada em Nonoai em 1950 foi uma forma de sanar a falta de terra para os não indígenas da região norte do estado do Rio Grande do Sul. Os conflitos por falta de terra se intensificaram, tornando-se recorrentes. O governo do estado incentivou, através de políticas públicas, a entrada de colonos em terra de áreas indígenas demarcadas no início do século XX.

No governo de Leonel de Moura Brizola(1959-1963), foram destinados 2.499 hectares do Parque Florestal de Nonoai para os posseiros. O governador acreditava que essa medida resolveria os conflitos da falta de terra aos não indígenas. As áreas indígenas de Ventarra, Serrinha, Inhacorá, Votouro, Guarani e Cacique Doble também entraram nesse processo de intrusão dos sem-terra.

O período entre 1940 e 1960 foi o mais crítico para as comunidades indígenas Kaingang no estado do Rio Grande do Sul, principalmente na região de Nonoai. Houveram vários eventos com respaldo, em muitas situações, da ação legitimadora, o próprio Estado.

### **A CPI do Índio de 1967 e o processo de luta pela terra em Nonoai**

Em 1967 foi instaurada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a Comissão Parlamentar de Inquérito, que ficou conhecida como CPI do Índio, para investigar as motivações centrais das denúncias constantes e graves de conflitos existentes no toldo de

Nonoai. O relatório revela através de notícias, entrevistas e dados, como se deu o processo de ocupação e intrusão por não indígenas nos toldos indígenas do Rio Grande do Sul.

A CPI identificou os diversos atos jurídicos e administrativos que normatizaram a redução das áreas indígenas nas décadas de 1940 até 1960, como processo administrativo nº 1.819 de 1941 que repassava administração dos todos para o SPI e também a redução da extensão de terras indígenas em Guarita, Nonoai e Serrinha, juntamente com a criação de reservas florestais; O decreto do governador Estadual nº 13795 de 1962 que estabelecia a criação de uma região para colonização dentro da área da Reserva Florestal de Nonoai ; O despacho do governador nº 15.703 que restabelecia os limites de terras indígenas administradas pelo Estado destinando parcelas para o processo de loteamento e venda para Agricultores.

A CPI também esclarece a presença de diversos contratos para extração de madeiras nas áreas dos Toldos, além da prática de arrendamento das terras indígenas pelo próprio Serviço de Proteção ao Índio, que usava explorava da mão de obra indígena para obter "renda" e lucros para os toldos que na maior parte das vezes ficava na mão dos não indígenas responsáveis pela administração dos toldos.

Uma prática para permitir a exploração de madeira comumente utilizada nos toldos indígenas, exemplificada no trecho da notícia a seguir no toldo de Nonoai, era incêndios clandestinos para justificar a retirada desta madeira alegando que as árvores já estavam mortas. Tal prática era tão comum e conhecida e amplamente denunciada pelos jornais da época:

Denunciando incêndio criminoso no toldo de Nonoai, que danificou 1200 Pinheiros e afirmado que continua o roubo de madeira naquela área do estado sob jurisdição do serviço de proteção aos índios do Senhor Fernando Gonçalves telegrafou ao chefe daquele órgão, senhor Anísio de Carvalho, solicitando providências contra tais irregularidades. (Zero Hora, Porto Alegre, 11/02/1965, p. Apud Relatório da CPI fls. 15)

O acirramento dos conflitos pode ser visto nas manchetes dos jornais como por exemplo, do Correio do Povo datado de 16 de agosto de 1964 a matéria intitulada “Choque entre os “intrusos” e índios no toldo de Nonoai:

Conflito entre os índios e os chamados "intrusos", no toldo de Nonoai, determinaram a viagem urgente, aquele local, do Sr. Fernando Gonçalves, diretor do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, atendendo ordem do governador do Estado. Nos choques avidos, registra-se vários índios e agricultores feridos. (Correio do Povo, Porto Alegre, 16/08/1964, p. Apud Relatório da CPI fls. 8).

A CPI foi concluída em dezembro de 1967 onde constatou-se que tanto indígenas quanto os não indígenas viviam em condições miseráveis. Destacou-se também a falta de respaldo por

parte do Estado e de uma solução para os conflitos que vinham se agravando cada vez mais. Os atos jurídicos e administrativos, de arrendamento, e exploração de madeira, foram declarados ao final da CPI como ilegais. E a resolução determina foi:

1º- reconhecer o direito de posse e propriedade dos índios nas terras dos toldos de marcados em 1913;

2º- considerar os atos administrativos de 20 de março de 1941 e 16 de fevereiro de 1962, exarado no processo administrativo nº 15.703/61 e os atos legislativos decreto 658,1 de 10 de março de 1949 decreto 13381,1 de 6 de janeiro de 1958,1 decreto nº 13795,1 de 10 de julho de 1962 e, como contrário as normas constitucionais

Vigentes desde 1934 e as leis federais e estaduais que fizeram os direitos dos indígenas sobre as terras ocupadas e demarcadas;

3º-recuperar, progressivamente, todas as reservas dos índios e incorporar as áreas destinadas às Reservas Florestais e, desde logo;

4º-indenizar os índios pela perda do toldo de Serrinha;

5º- considerar delicada a situação dos intrusos de Nonoai e conceder as terras em outro local e meios, inclusive doação de recursos imediatos [...] (DUTRA *et al.*, 1968, p. 322-323).

Importante destacar que os indígenas de Nonoai e os de outras comunidades, ao longo do século XIX e XX, não foram passivos aos processos de intrusão, invasão e demarcação feitos pelo Estado ou pela Federação. Em muitas ocasiões eles se posicionavam contra essas políticas indigenistas rebelando-se e manifestando-se contrários. Em vezes, utilizavam a força para combater-las, sempre expressando suas concepções a respeito das políticas indigenistas, que não visavam ao real benefício do indígena.

A partir da década de 1970, o clima em Nonoai e as tensões em decorrência da falta de meditas aos intrusos na comunidade indígena tendiam a se agravar. Por isso iniciou-se a retirada dos posseiros das terras. Apesar das medidas tomadas na década de 1960, que deixavam claro que o apossamento e legitimação pelo estado eram inválidos, a intrusão por não-indígenas continuou ocorrendo.

A partir da década de 1970 várias entidades comissões associações passaram a tentar mediar os problemas em que as comunidades indígenas no Brasil estavam enfrentando. Devido à CPI do índio de 1967 a década de 1970 veio a se tornar um período de grande expressão e de luta indígena. O CIMI órgão ligado à igreja católica auxiliou na criação de assembleias com lideranças indígenas para assim organizar um movimento que reivindicava a se os direitos sociais e culturais dos povos originários.

A mediação feita pelo CIMI, buscava com esta mediação a criação de novos cacicados onde se teria caciques jovens assumindo diversas áreas indígenas. Apesar da construção de um novo órgão responsável pelos indígenas em todo Brasil, a Funai ainda seguia os moldes do SPI e intervinha fortemente nas relações dentro dos aldeamentos e das áreas indígenas em todo o Brasil.

Um exemplo disso é que em diversas áreas na região Sul havia arrendamento de terras pertencentes aos indígenas a colonos, e a Funai mais precisamente os funcionários ficavam responsáveis pelo repasse desse dinheiro aos indígenas, o que não ocorria, muitos funcionários se apossavam dos valores e repassavam uma parte da quantia somente aos caciques. E com isso cada vez mais a paisagem passava a ter a cultura da soja e a presença de madeiras onde antes eram terras indígenas.

No aldeamento de Nonoai uma liderança jovem se destacou Nelson Xangrê se engajou nos movimentos e passou a aderir a possibilidade de uma mobilização contra os não-indígenas no aldeamento de Nonoai, juntamente ao CIMI, Xangrê demonstrava interesse em realizar uma articulação para garantir as terras indígenas aos indígenas em Nonoai.

Nos anos de 1976 e 1977, esse processo de preparação se intensificou-se. Em decorrência disso, conflitos internos e conflitos com a Funai, devido aos aliados que conquistaram esse processo de organização e retomada das terras indígenas, começaram a ocorrer (SIMONIAN, 1981).

Esse movimento de encontros e o processo de empoderamento indígena feito através do diálogo com outras comunidades Kaingang e com apoiadores do movimento geraram a necessidade de mudança e mobilização por parte dos indígenas de Nonoai na luta pela retomada de suas terras. Em maio de 1978, ocorreu a ordem de saída dos invasores, eles teriam o prazo de 24h para se retirar das terras pertencentes à comunidade Nonoai.

A queima da escola não indígena na área de Nonoai tornou-se um marco desse processo de luta, e a legitimidade que o governo do estado deu entre as décadas de 1940 e 1970 passou a ser novamente discutida. As famílias dos colonos desalojados da área indígena foram levadas para locais provisórios na região de Esteio, Sarandi e Ronda Alta.

**Figura 3 - Restos do incêndio na área de Nonoai e indígenas do aldeamento, preparados para expulsar os colonos**



Fonte: *Veja*, p. 62, 10 maio 1978.

A luta indígena obteve novas forças e impulsionou a luta dos colonos sem-terra por melhores condições de vida e possibilidade de se ter um meio de sobrevivência no estado. No que diz respeito à questão indígena, a organização de Nonoai influenciou outros processos de retomada na região sul, como em 1978 o de Cacique Doble e Ligeiro, e na década de 1980, o de Iraí e Rio da Várzea.

### **Considerações finais**

Enfim podemos afirmar que a presença Kaingang no norte do Rio Grande do Sul é milenar, e que a forma de vida indígena passou a mudar a partir do século XIX, com o processo de ocupação de fronteiras no Sul do Brasil e o intenso contato com não indígenas. Podemos observar que muitos dos conflitos atuais derivam de medidas e políticas públicas de caráter integracionistas que iniciaram a partir da segunda metade do século XIX com os chamados aldeamentos indígenas, que tiveram seqüências no século XX com as políticas de toldos indígenas, bem como também estão relacionadas com o processo de demarcação de reservas florestais nas áreas dos toldos a partir de 1940.

O acirramento dos conflitos foi ainda maior a partir da segunda metade do século XX com o esgotamento das fronteiras agrícolas, intensificando ainda mais o apossamento de terras indígenas por não indígenas. Ressalta-se que a CPI do índio de 1968 foi instaurada em virtude de compreender a razão dos diversos confrontos em Nonoai cada vez mais violentos, e que se concluiu que o Estado legitimou o apossamento de terras indígenas através de leis e medidas



administrativas, aquilo que parecia ser uma solução, somente intensificou os conflitos entre indígenas e sem-terra; e que o órgão responsável pela proteção dos índios, o SPI, era o responsável pelo arrendamento e exploração ilegal de madeira das áreas indígenas.

Assim deixando claro o descaso do Estado com os indígenas e com os sem-terra. Destaca-se que as medidas resolutivas indicadas pela CPI de 1967 nunca foram aplicadas, e o apossamento por não-indígenas continuou ocorrendo levando ao processo de luta e empoderamento indígena na retomada de suas terras 1978. A luta indígena pela terra em Nonoai, veio ser o gatilho para demais reivindicações no norte do Rio Grande do Sul anteriores e posteriores a constituição de 1988.

## Referências

BOTH, M. A. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Palmarica, 2011.

BREITENBACH, R.; TROAIN, A. *Conflito agrário entre índios e agricultores familiares do norte do Rio Grande do Sul – Brasil*. Revista da Universidade do Rio Verde, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 547-559, 30 jul. 2014. Semestral. Disponível em: [http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1391/pdf\\_137](http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1391/pdf_137). Acesso em: 16 jun. 2019.

CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva Serrinha/norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

GOLIN, T.; KERN, A.; SANTOS, M. C. (Org.). *Povos indígenas*. Passo Fundo - RS: Méritos, 2009. (col. História Geral do Rio Grande do Sul, 5).

KUJAWA, H. *Conflitos por territoriais envolvendo indígenas e agricultores: uma análise histórica e jurídica de políticas públicas contraditórias*. Curitiba: CRV, 2015.

LAROQUE, L. F. S. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. Antropologia, n. 64, Pesquisas/ Instituto Anchietano, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. *Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

SIMONIAN, L.T. L. *Política/ação anti-indígena de Leonel de Moura Brizola*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). História geral do Rio Grande do Sul: povos indígenas. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 5. p. 469-494.

TEDESCO, J. C.; VANIN, A. A. *Povoamento, aldeamento e colonização no norte do Rio Grande do Sul- século XIX*. Um esboço histórico para a compreensão dos atuais conflitos. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Conflitos agrários no norte do estado do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores dimensões históricas. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 37- 84.

## A NATUREZA A PARTIR DOS RELATOS DE VIAGEM DE AIMÉ BONPLAND

Alessandra da Silva, PPGH - UPF - CAPES

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar as descrições de paisagem e natureza através dos relatos de viagem de Aimé Bonpland (1773-1858) escritos no seu diário de viagem entre 1849 e 1850, transcrito pela Dr. Alícia Lourteig publicado originalmente em francês com o título *Jornal de Voyage de Sn. Borja a la Tierra y a Porto Alegre*. Aimé Bonpland, médico e botânico francês esteve duas vezes na América do Sul a primeira viagem entre os anos de 1799 e 1804 em companhia de Alexander Von Humboldt (1769-1859) e posteriormente em 1816, quando Bonpland retorna para residir na América do Sul. Conhecido por seus escritos e descrições de plantas, enquanto os demais viajantes coletavam espécies que eram estudados posteriormente na Europa, ele se diferencia ao realizar estudos mais detalhadamente, observando principalmente a paisagem descrevendo plantas e suas utilidades, foi responsável pela catalogação de diferentes espécies de erva-mate, araucárias e plantas medicinais. Alguns desses relatos fazem parte do seu Diário de viagem de São Borja, a Serra e a Porto Alegre.

**Palavras-chave:** Relatos; Paisagem; Natureza.

### Introdução

Metodologicamente o trabalho foi construído a partir da revisão bibliográfica sobre a temática dos viajantes naturalistas, relatos de viagem e imagens. Em uma abordagem inicial é apresentada uma breve introdução sobre a trajetória do naturalista, analisando suas contribuições para a produção científica da época. Posteriormente são analisados alguns trechos com descrições do diário de Bonpland e algumas imagens. Ao final se tecem algumas observações sobre a ideia de domínio da natureza como norteadora e motivadora do trabalho dos viajantes naturalistas.

### A trajetória de Aimé Bonpland

Aimé Jacques Alexandre Goujoud Bonpland, foi um médico botânico nascido em La Rochelle, França no ano de 1773, viveu parte de sua vida na América do Sul, na fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina. Bonpland ficou conhecido pelos escritos relacionados à sua grande jornada pelas terras equinociais com Alexander Von Humboldt (1799-1804) e seus diários botânicos de suas viagens pelo Rio Grande do Sul e leste da Argentina, onde ele viveu até sua morte.

Ele esteve na América do Sul em dois momentos, primeiramente entre os anos de 1799 e 1804 em companhia de Alexander Von Humboldt (1769-1859) em uma viagem de exploração científica, posteriormente em 1816 quando retorna para residir.

Sobre a trajetória do naturalista, conhecido como Aimé Bonpland, Amado Bonpland ou Dom Amado, pouco se sabe sobre sua vida antes do encontro com Alexander Von Humboldt, alguns estudos dizem que desde muito jovem se interessou pelas Ciências Naturais,

influenciado por seu pai que era cirurgião, estudou anatomia em Paris (1791), aprofundando seus estudos em botânica e anatomia.

Em 1798 Bonpland conheceu Humboldt em Paris, um jovem artista, geógrafo, naturalista alemão. A afinidade de ambos pelas ciências naturais, os motivou a troca de ideias sobre grandes viagens, pesquisas, pesquisas científicas (BRASIL ESCOLA, 2020) e juntos planejam uma grande expedição.

Entre os séculos de XVIII e XIX, período de grandes descobertas científicas, muitos foram os viajantes financiados por instituições europeias que estiveram no Brasil estudando as riquezas naturais, coletando amostras e fazendo um levantamento das condições sociais econômicas. No entanto dentre os naturalistas, Aimé Bonpland e Alexander Von Humboldt se destacam ao realizar uma viagem financiada com seus próprios recursos.

Entre 1799 e 1804, eles empreenderam a primeira viagem à América do Sul, considerada a primeira exploração de uma perspectiva científica dessa região. Visitaram Cuba, atravessaram o centro e o norte dos Andes, o México no intuito de estudar os aspectos físicos da terra, coletar amostras e estudar diversas espécies de plantas e animais. A pesquisadora Marise Basso Amaral (2003), destaca que “A viagem desse naturalista alemão pelos trópicos, acompanhado pelo botânico francês Aimé Bonpland, durou cinco anos e resultou numa obra de trinta volumes, a qual passou a ocupar um lugar de referência para os demais naturalistas viajantes.” (AMARAL, 2003, p. 90)

Após terem passado cinco anos em intensa exploração Bonpland e Humboldt retomaram a Europa, entregando ao Jardim Botânico de Paris, um herbário composto por (60.000) sessenta mil espécies, com (3.600) três mil e seiscentas delas desconhecidas. Por conta disso receberam tributos de reconhecimento e uma pensão do governo francês e receberam várias homenagens por suas importantes contribuições científicas.

Bonpland e Humboldt, após essa extraordinária viagem, foram declarados membros honorários da Academia de Ciência de Paris, tendo Bonpland sido nomeado administrador do Jardim Real de Malmaison, passando a receber de Napoleão I - por influência de Humboldt, Lamark e Jussieu uma pensão anual de três mil francos, em reconhecimento aos seus serviços prestados à França. Afinal, Bonpland entregara ao governo Francês, mais de sessenta mil exemplares de sua coleção de plantas dissecadas, a maioria delas desconhecidas àquela época?”. (AMARAL, 2003)

Durante o período em que esteve Paris, Bonpland tornou-se conhecido, motivo pelo qual a Imperatriz Josephine de Beauharnais (1763-1814) o chamou para trabalhar no Palácio Malmaison, tornando-se um botânico e intendente real. RIX (2014) destaca que esse período

em que esteve na França, o botânico trabalhou para a imperatriz Josefina (1763-1814) a qual cultivava um lindo jardim com rosas e outras plantas.

Bonpland e Humboldt seguiram caminhos diferentes: enquanto Humboldt permaneceu na Europa escrevendo e publicando os resultados da expedição. Após retornar da viagem, Bonpland se manteve a par das discussões e acontecimentos sobre os movimentos nacionalistas e de independência nas colônias espanholas. Após a morte na Imperatriz Josephine ele decide retornar a América do Sul a convite de Simón Bolívar, principal líder revolucionário dos domínios espanhóis.

Com a morte de Josefina, os herdeiros não tinham mais interesse em manter Bonpland em Malmaison, e o médico buscou alternativas para refazer sua vida. Na América do Sul, havia a amizade de Simon Bolívar, com quem conviveu na Europa, e o convite de Buenos Aires para organizar um museu de história natural. Ele escolhe a Argentina, onde aporta em janeiro de 1817, ao lado da mulher, Adelia Bouchy, e da enteada, Emma. (Gaucha ZH, 2020)

Em 1816 juntamente com Adelia Bouchy, ele instalou-se em Buenos Aires, trazendo uma infinidade de semente, com a promessa de Bernardino Rivadavia (primeiro presidente da Argentina), de apoiar-lhe na criação de um Jardim Botânico e um Museu de Ciências Naturais. Ali passou a exercer a profissão de médico, e também colaborou em periódicos locais com questões ligadas às ciências naturais.

Nesse período a região vivia uma grande instabilidade política fruto de disputas pela demarcação de territórios sobre tudo pela navegação no Rio da Prata, importante rota comercial.

Na América espanhola, vivia-se um período extremamente conturbado. O poderio espanhol estava em franca decadência e a França napoleônica tinha sido favorável à independência das colônias. Os rebeldes americanos se organizaram e, quando o rei espanhol fora detido por Napoleão, criaram as Juntas de Governo que serviram como antecedente das posteriores revoluções independentistas. Com a queda de Bonaparte e o retorno do rei, a monarquia espanhola tentou reconstruir seu antigo poder sobre o território peninsular e americano. Mas os revolucionários se opuseram e começaram os enfrentamentos e a guerra pela independência das colônias. Entre as primeiras cidades a organizar governos autônomos figuram Assunção e Buenos Aires. Cada região teve suas particularidades nesse processo independentista, mas a maioria dos países americanos se declararam independentes da Espanha entre 1810 e 1825. Após as lutas de independência, vieram as guerras internas pela organização nacional e a definição dos territórios de cada país. Foi neste contexto histórico instável que Bonpland foi incentivado pelo convite do principal líder revolucionário dos domínios espanhóis, Simón Bolívar, a viajar para América. (MOREIRA E QUINTEROS, 2008, p.224-225)

Dentre os fatores que deram um novo direcionamento a trajetória do naturalista destacam-se: a impossibilidade de fundar um jardim botânico pela situação política, o rompimento de seu casamento com Adelia e a descoberta de vestígios do cultivo de erva-mate pelos Jesuítas. A partir de então Bonpland se interessa em estudar a erva-mate, buscando conhecer e explorar suas potencialidades. STEPHEN (1992), destaca que “O caráter científico e o potencial comercial do mate tornaram-se preocupações primordiais pelo resto de sua vida”.

Em 1820, Bonpland se instalou em Santa Ana na Argentina, antiga redução jesuítica da província de Misiones, com autorização de Francisco Ramirez que nessa época era governador da Argentina Bonpland, ali casou-se, uma outra vez, com Maria, com quem teve dois filhos: Maria e Amado e deu início a um projeto para reativar os antigos ervais dos jesuítas. Ignorando que a produção e comércio da erva-mate era monopólio do Paraguai, que mantinha conflitos de limites com a Província argentina de Corrientes pela posse das Misiones, Bonpland passou a ser visto como um espião por Gaspar Rodríguez de Francia, governador do Paraguai.

Em uma invasão de soldados paraguaios, Bonpland teve seus ervais destruídos e foi levado para a margem direita do Rio Paraná, aprisionado na aldeia de Santa Maria de Fé durante 9 anos.

Durante a prisão, Bonpland circulava livremente por Santa Maria, mas não podia deixar a cidade. Ali, exerceu a medicina e se tornou um habitante estimado. Autoridades de diferentes países intercederam pela soltura, sem sucesso. Foi só em 1831 que o francês foi libertado. Contava então 58 anos, uma idade adiantada para a época. Mas, naquele momento, ele recém iniciava uma nova vida – ainda casaria, teria três filhos e batalharia pelo cultivo da erva-mate em mais um país, o Brasil. (Gaúcha ZH, 2020)

Seus amigos e admiradores exerceram em vão, toda a sua influência, para tentar devolver-lhe à liberdade. No entanto ele foi libertado apenas em 1831. Apesar de algumas inconsistências de datas, sabe-se que após a libertação do exílio, Bonpland casou- novamente agora com Victoriana Cristaldo com quem teve três filhos.

Após a libertação passa a residir em São Borja, uma povoação fundada em torno de uma antiga missão jesuíta na margem brasileira do rio Uruguai. Ali passa a dedicar-se a uma nova plantação de erva-mate, além de administrar uma fazenda de cavalos e ovelhas, recorre à venda de seus animais para somar renda a pensão que recebia da França em intervalos irregulares. Nesse período viaja com seus trabalhadores levando gado, exercendo a medicina, que era sua profissão, buscando remédios para o povo do campo que não recebia atendimento médico.

Em suas viagens ocupar-se além da comercialização a descrição e recolha de amostras de plantas e animais. Enviando para coleções de Buenos Aires, com o objetivo de enriquecer o

Museu de História Natural, e para a França caixas contendo coleções de plantas destinadas ao Museu de História Natural de Paris.

No caso do viajante naturalista Aimé Bonpland, que ficou por mais de vinte anos na região de São Borja RS, no entender de alguns autores, esse tempo de permanência foi um tempo de desperdício de um talento e saber extraordinários, uma vez que esse tempo vivido por Bonpland é um tempo no qual ele estaria à margem das Instituições Científicas, das redes de informação do conhecimento formal, das publicações oficiais e das instituições acadêmicas. (AMARAL, 2003, p. 183)

Em 1853, decidiu retornar a Santa Ana na Argentina e continuar fazendo a trajetória até São Borja. Antes de sua morte Bonpland teve alguns reconhecimentos e também a oportunidade de voltar ao Paraguai como convidado de, Carlos Antônio López. Em 1854, foi nomeado diretor do Museu de Corrientes. Em 1856 recebeu uma medalha do rei da Prússia. Em 1857, foi declarado Doutor Honoris Causa pela Universidade de Berlin. Meses antes de sua morte apareceu na revista *Bonplandia*, vindo a falecer em 1858 aos 85 anos.

### **O diário de viagem**

No *Jornal de Voyage de Sn. Borja a la Tierra y a Porto Alegre*, foi publicado em 1978, pelo Departamento de Botânica e do Curso de Pós-Graduação em Botânica do Rio Grande do Sul e pelo Center National de La Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica) de Paris. A obra traz uma transcrição do manuscrito original de Aimé Bonpland com notas e revisões pela Dra. Alicia Lourteig. O desenho e formato esquemas originalmente feitos por Bonpland, foram copiados por Sr. Storez.

Os manuscritos originais estão preservados na Biblioteca do Museu de Paris sob os números 208 e 209 são o Diário de Viagem de San Borja a Serra e Porto Alegre (1849-1850) no que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil.

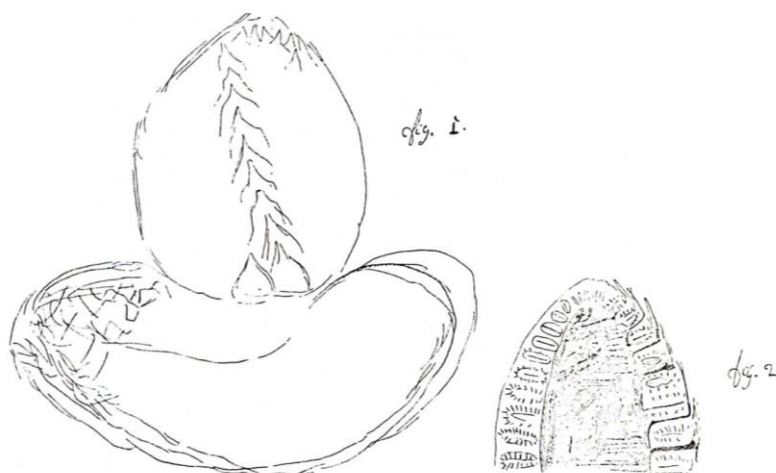
O diário inicia descrevendo os motivos da viagem, dentre eles: o comércio de animais como ovelhas, cavalos, éguas e bois; analisar uma plantação de erva-mate se era boa suficiente para ser trabalhada; fazer uma análise de solo pra ver se era adequado para o plantio de maçaricos como os jesuítas faziam em todos os povos das missões; enviar seu atestado de vida à França afim de receber os semestres devidos de sua pensão; conhecer a capital da província de Rio Grande, conseguir alguns remédios e buscar auxílio para o exercício da medicina em São Borja.

No diário, Bonpland descreve sua rotina com os animais e os seis peões que lhe acompanham. Descreve e nomeia as estâncias por onde passam e pernoitam, bem como as

características do solo de cada região, detalhes dos rios, da vegetação, os animais e seu hábitos, observações de plantas e as principais características das cidades em formação. Ao analisar tais relatos é possível perceber seu modo de vida, sua psicologia, seus planos e suas críticas. Além de nos apresentar uma imagem clara do ecossistema e da sociedade humana do Rio Grande do Sul, assim como as obras importantes que começaram a ser construídas e que contribuíram com modificações.

Ao final do diário encontram-se as reproduções dos esquemas feitos por Bonpland, redesenhadas manualmente por Sr. Storez.

**Figura 1 - Bonpland, 1849 - Representação da cedrona**



Reprodução por Sr. Storez. Fonte: BONPLAD (1849) Transcrito por Alicia Lourteig (1978)

As ilustrações feitas com contorno em linha e texturas visuais, mostram figuras enumeradas de diferentes vistas, apresentando detalhes da morfologia das principais plantas estudadas. Tais ilustrações apresentam detalhadamente as informações sobre os sistemas de reprodução das plantas com notas e descrições. Além das ilustrações ao final algumas outras ilustrações aparecem ao lado do texto.

Na página 39 encontra-se um esboço de uma picada, feito por Bonpland em 28 de abril de 1849 o local denominado como *El Paredón*. No texto que antecede, ele descreve a passagem por esse caminho até chegar a chácara do Sr. Abel, onde iriam pernoitar.

**Figura 2 - BONPLAND, 1849. Esboço da picada - El Paredon**



Reprodução por Sr. Storez, Fonte: BONPLAD (1849) Transcrito por Alicia Lourteig (1978)

Ficamos surpresos, para não dizer assustados, ao ver a rápida descida pela qual tivemos que passar. a estrada é reta e tão inclinada que os cavalos que descem são obrigados a arrastar ou deslizar nas patas traseiras, como fazem os cavalos para descer as altas montanhas de Antisana e Pichincha, no Peru. Achamos prudente desmontar e puxar nossos cavalos pelo freio. À velocidade desta parte do caminho e à sua profundidade deve-se acrescentar que o caminho é estreito e que tanto à esquerda como à direita vemos um precipício. Esta colina é formada pela mesma pedra de toda a parte anterior da picada oferece no seu solo uma infinidade de pedras destacadas e como se enterrada numa terra esbranquiçada que imita a areia. (BONPLAND, 1849, p. 38)

Com relação a utilização do desenho como sistematização do pensamento Fernando Correia (2011) diz que “na prática, as ilustrações científicas acabam por agir e atuar como catalisadores e indutores visuais, capazes de promover não só a correta e precisa Divulgação do Saber adquirido, como também contribuir ativamente para consolidação do mesmo.” As imagens científicas passam a fazer parte da nossa cultura visual e se constituírem como imagens operativas portadoras de conhecimento e capazes de comunicá-lo.

Nesse sentido o ilustrador esforça-se ao máximo em afastar qualquer subjetividade de sua representação, produzindo um recurso visual ideal, capaz de transmitir um saber pré-existente. Pode se dizer que as imagens científicas atuam como imagens operativas portadoras de conhecimento, ou seja, para ilustrar o “natural”, a realidade que se pretende explicar, se recorre a uma criação “artificial” que sintetiza características do real para convencendo o receptor de que se encontra frente à “verdade”.

A imagem científica tem suas vertentes estéticas no desenho naturalista que foi impulsionado pela descoberta de novos continentes, e pelo trabalho dos artistas viajantes em



catalogar espécies desconhecidas do continente europeu.

As contribuições de Aimé Bonpland para as descrições de paisagem e compreensão da natureza do Rio Grande do Sul são imensas, pois ele se diferencia dos demais viajante ao atuar como residente, suas descrições são muito mais detalhadas pois são frutos de várias viagens em um período mais extenso de tempo, observando mais detalhadamente, principalmente plantas e suas utilidades, foi responsável pela catalogação de diferentes espécies de erva-mate, araucárias e plantas medicinais.

Não podemos desconsiderar os interesses europeus em estudos científicos, na catalogação de espécies e reconhecimento de suas potencialidades, como parte de um projeto para descobrir novas fontes de recursos econômicos. Mesmo assim a riqueza de detalhes desse relato, ainda pouco explorado, é uma fonte rica de pesquisa para diversas áreas. Através dele viajamos para o passado, e conseguimos compreender melhor os processos de transformação histórico, social e da paisagem.

### **A ideia de domínio da natureza**

Entre o século XVIII e XIX ocorreram grandes transformações da sociedade e da economia no mundo. A ideia de domínio da natureza pautadas nos princípios do progresso desencadeou transformações ambientais.

Nas expedições científicas ao novo mundo, entre os séculos XVIII e XVI, a imagem tornou-se um importante recurso para o registro e catalogação, atuando como uma testemunha das experiências e descobertas. Enquanto registros científicos das expedições tanto as ilustrações como as descrições apresentam um forte potencial comunicativo ao aliar a imagens e a observações em primeira pessoa. As ilustrações eram usadas para testemunhar as experiências de descoberta, ou seja, se apresentam como um testemunho visual baseado na descrição.

Para Amaral (2003) a viagem de Alexander Von Humbold e Aimé Bonpland assinalam profundas mudanças na forma de descrição da paisagem e na própria forma de constituir os relatos. Segundo a autora várias foram as inovações advindas da viagem, desde o ponto de vista político, seu modo de olhar e compreender a natureza, o estilo narrativo que posteriormente influenciou outros viajantes. Pode se dizer que a viagem dos naturalistas pela América do Sul, inaugurou um novo estilo descritivo da paisagem.

Humboldt foi o pensador que melhor conseguiu unir as diferentes correntes às suas pesquisas na América. É evidente a influência do romantismo alemão, principalmente no que diz respeito a sua concepção de natureza, unitária e

quase supra-real, dotada de uma finalidade. Dizia ele que “a natureza considerada por meio da razão, isto é, submetida em seu conjunto ao trabalho do pensamento, é a unidade na diversidade dos fenômenos, a harmonia entre as coisas criadas, que diferem segundo as formas, a própria constituição e as forças que as animam; é um todo animado por um sopro de vida” Sua postura perante a natureza era quase religiosa de contemplação e adoração. (LAHUERTA, 2006 apud MORAES, 2002, p. 93).

Andea Wulf (2019) fala sobre a influência que Alexander Von Humboldt teve sobre a construção da narrativa e o pensamento científico, destacando excepcionalmente sua influência sobre Dawin: “A minha admiração por sua famosa narrativa pessoal (parte da qual conheço quase de cor), fez com que eu decidisse viajar para países distantes e me levou a me candidatar como naturalista voluntário no navio de sua majestade, o Beagle”.

Charles Darwin, criou a teoria da evolução, publicada em 1859, segundo a qual é o ambiente, por meio de seleção natural, que determina a importância da característica do indivíduo ou de suas variações, e os organismos mais bem adaptados a esse ambiente têm maiores chances de sobrevivência, deixando um número maior de descendentes.

Auguste Comte pai do Positivismo<sup>1</sup> apresentou essa noção de progresso. Comte influenciou fortemente o pensamento do século XIX, através da visão estética do progresso, da beleza e da ideia de domínio da natureza. Essa visão evolucionista-progressista foi estabelecida a partir das concepções biológicas de Charles Darwin, sobre a teoria da evolução das espécies.

Os termos Ordem e Progresso são os termos do Positivismo. O mundo passava por mudanças, o progresso era o lema do século, cada geração invejava a seguinte e não se tinha uma preocupação com a possibilidade de que a própria natureza poderia ser destruída.

### **Considerações finais**

Conhecer a trajetória de vida de Aimé Bonpland nos permite reconhecer e investigar suas contribuições no desenvolvimento da ciência moderna na América do Sul, especialmente no Rio Grande do Sul. Suas grandiosas coletas e descrições botânicas ainda hoje estudadas por cientistas do mundo todo.

Os estudos com base na cultura material buscam se valer do potencial dos objetos, artefatos como instrumentos de preservação da memória social e cultural. Nesse contexto, é

1 A palavra positivismo foi empregada pela primeira vez pelo filósofo francês Claude Saint-Simon - um dos chamados socialistas românticos - para designar o método exato das ciências e a possibilidade de sua extensão à filosofia. Mais tarde, o politécnico Auguste Comte (1798-1857), que foi seu secretário, utilizou a expressão para designar a sua filosofia, que teve grande expressão no mundo ocidental durante a segunda metade do século 19 (estendendo-se no Brasil à primeira metade do século 20). Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/positivismo-ordem-progresso-e-a-ciencia-como-religiao-da-humanidade.htm>> Acesso em: 14 maio 2020.

importante destacar que os relatos dos viajantes, paralelo a ilustrar atuam como um recurso potente capaz de apresentar elementos facilitadores de leituras para uma melhor compreensão do tempo, do espaço e da memória coletiva. Permitindo, a interligar gerações vencer barreiras e ultrapassar fronteiras.

Os cadernos e anotações de viagem trazem o olhar para a paisagem e seus elementos de composição essas descrições abordam nesse conjunto animais, plantas, minerais, condições climáticas, topografia e descrições geográficas, geralmente descrevendo as relações entre os seres vivos e a economia.

## Referências

- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Figura na sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- BERND, Zilá. *Figura na sombra ou Aimé Bonpland Habitando a Distância e o Esquecimento*. UFRGS/Unilasalle S/A.2013.
- BONPLAND, Aimé. *Diário: viagem de São Borja a Serra de Porto Alegre*. Transcrição por Alicia Lourteing; Paris: 1978.
- BRASIL ESCOLA. "Aimé Goujaud Bonpland". 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/aime-goujaud.htm>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.
- CORREIA, Fernando. *A ilustração científica: "santuário" onde a arte e a ciência comungam*. VISUALIDADES, Goiânia, v.9, n. 2, p. 221-239, jul-dez 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/19864> Acesso em: 15 out. 2021.
- LALLEMANT, Robert Avé. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte. Itatiaia, 1980.
- LAHUERTA, Flora Medeiros. *Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (64), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-64.htm> Acesso em: 20 nov. 2021
- MOREIRA, Luiz Felipe; QUINTERO, Marcela Cristina. *Em busca de Aimé Bonpland*. Fronteira, Dourados, MS, V.10, n.18, p.221-236, jul./dez.2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/32733438/Em\\_busca\\_de\\_Aim%C3%A9\\_Bonpland](https://www.academia.edu/32733438/Em_busca_de_Aim%C3%A9_Bonpland) Acesso em: 16 out. 2021.
- RIX, Martin. *A era de ouro da arte botânica*. São Paulo, Editora Europa, 2014.
- ROSA, Lilian da. *O complexo ervateiro na Província do Rio Grande do Sul oitocentista visto sob as impressões de viajantes*. UNICAMP, 2014. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa23-complexoervateiroprovinciarsoitocentista.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.
- WITKOWSKI, Nicolas. *Uma História Sentimental das Ciências* - Col. Ciência e Cultura: 2004.
- WULF, Andrea. *A Invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt*. (Trad.) Renato Marques. 2ª Ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- \_\_\_\_\_ *O sábio francês que quis fazer do chimarrão uma bebida universal*. Gaucha ZH.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/02/o-sabio-frances-que-quis-fazer-do-chimarrao-uma-bebida-universal-ck73nr3bv0mc701qdgmgjbrz.html> Acesso em: 20 nov. 2021.

\_\_\_\_\_ *Aimé Bonpland*: de prisioneiro no Paraguai a personagem de romance. Gaucha ZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/02/aime-bonpland-de-prisioneiro-no-paraguai-a-personagem-de-romance-ck73nqxkd0k7501mvhs5nqirb.html> Acesso em: 20 nov. 2021.

## LOCAIS DE DEFLORAMENTO EM BRAGANÇA/PA (1916-1940)<sup>2</sup>

Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia PPHIST/UFPA  
e-mail: alessandra.patricia.oliveira@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho pretende apresentar uma reflexão acerca dos fatores que contribuíram à escolha dos lugares para realização da cópula desvirginadora nos casos de defloramento e rapto impetrados na Comarca de Bragança/PA entre os anos de 1916 e 1940. Partindo do pressuposto de que a rua era o espaço que no imaginário de médicos e juristas novecentistas representava o lugar do perigo, da tentação e nela as mulheres estariam sempre sob a constante ameaça do ataque do matreiro *Don Juan*, portanto sair de casa desacompanhada era conduta indesejada à elas. Mas, o que fazer quando a obrigação de auxiliar na subsistência da prole exigia que homens e mulheres trabalhassem fora dos domínios do lar? Numerosos foram os casos em que elas contribuíam à manutenção da família, tornando a necessidade de ir e vir do trabalho em oportunidade para furtivos encontros amorosos e sexuais. Deste modo, compreende-se que os locais onde aconteceram as cópulas desvirginadoras não foram escolhidos ao acaso, pelo contrário, os personagens envolvidos em processos criminais de defloramento e rapto impetrados na Comarca de Bragança nas décadas iniciais do século XX demonstraram que as abordagens que culminaram em relações sexuais defloradoras foram arquitetadas sob os olhares vigilantes de parentes e vizinhos e buscavam sempre elaborar estratégias para minimizar os riscos de flagrantes e maximizar as chances de sucesso na missão de realizar a cópula desejada.

**Palavras-chave:** defloramento, sedução, locais.

### Introdução

As argumentações a seguir se dedicaram à análise dos casos de defloramentos e raptos acontecidos em Bragança e vilas por ela administradas, nas décadas iniciais do século XX, e tiveram como objetivo compreender os critérios que foram utilizados pelos sujeitos envolvidos em crimes sexuais para pensar os lugares e as manobras necessárias à viabilização dos encontros que culminaram em cópulas desvirginadoras.

Os autos por crimes sexuais impetrados na Comarca de Bragança entre 1916 e 1940 foram as principais fontes utilizadas nesta pesquisa e se demonstraram importantes por permitir descortinar fragmentos da vida cotidiana dos enredados nas contendas jurídicas, além de expor as relações de amizade, os hábitos, os conflitos, e fornecer indícios de como parte da sociedade bragantina vivenciava os valores morais e sexuais vigentes. Os discursos emanados dos documentos jurídicos contribuíram sobremaneira ao entendimento das representações que os envolvidos em defloramentos e raptos elaboraram sobre moralidade sexual, quer a individual,

<sup>2</sup> Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado (em andamento) intitulada "Equilíbrio precário: as representações do corpo em Bragança (1916-1940)", que tem como objetivo pesquisar os valores que os enredados em defloramentos, estupros e raptos atribuíam ao corpo da mulher.

quer a coletiva, no lugar e no tempo em questão.

Isto posto, com o propósito de alcançar o que Sidney Chalhoub denominou de "dimensão social do pensamento", as análises concentraram esforços na busca por "decodificar e contextualizar" as diversificadas fontes objeto deste estudo, no sentido de identificar os discursos convergentes e divergentes, tencionando verificar como eles se estruturaram no tocante às representações que o corpo adquiriu à Justiça, à sociedade, à família e ao homem. (CHALHOUB, 1990, p. 16)

Para analisar as narrativas produzidas pelos enredados em defloramentos e raptos alguns conceitos foram basilares e serviram de suporte teórico às argumentações, quais sejam: a noção de representação proposta por Roger Chartier, a partir da qual essa categoria foi assimilada como processo em que um indivíduo ou um grupo social elaboram significados correlatos para o mundo social, de forma que esta construção de sentidos acontece em torno de práticas e relações sociais. (CHARTIER, 1990, 2002). Em outras palavras, a categoria representação forneceu bases teóricas para compreender como os personagens envolvidos em defloramentos e raptos formularam interpretações e conferiram valores ao corpo, à virgindade, à família e à moralidade, por exemplo. Igualmente fundamentais foram as definições de poder simbólico, elaboradas por Pierre Bourdieu, que possibilitaram interpretar a sociedade como um sistema de poder organizado, uma espécie de arena onde são constantes as relações conflituosas, tendo de um lado as tentativas de dominação e de outro as medidas de resistência. (BOURDIEU, 2017, 2010).

O ensaio também se apoiou nos ensinamentos de Christopher Hill sobre a necessidade de elaborar novas interpretações acerca dos acontecimentos do passado (HILL, 1987, p.33) e, a partir do estudo pormenorizado dos documentos, tencionou apresentar uma análise em torno dos estratagemas que os envolvidos em crimes sexuais colocaram em prática ao pensar os lugares e as estratégias a viabilizar os encontros amorosos e sexuais. Com este fim, partiu-se do pressuposto de que, quando a intenção era copular, as preocupações do casal se assentavam em dois pilares, quais sejam: por um lado, encontrar um lugar na paisagem rural bragantina que os mantivesse protegidos das vistas dos curiosos e, por outro lado, conseguir escamotear os momentos de intimidade atrás de atividades do cotidiano.

Isto posto, seguem algumas considerações acerca de como defloradores e defloradas pensaram os lugares à realização da cópula desvirginadora.

### **Local de trabalho**

Em Bragança e nas vilas por ela administradas no início do século XX, comumente

encontravam-se famílias que organizavam as atividades laborais que viabilizavam o sustento do lar de modo que todos os membros, independente do gênero e da idade, desempenhassem diferentes conjuntos de tarefas, ou seja, homens e mulheres, crianças e idosos contribuíam de variadas formas ao satisfatório provimento e arranjo do lar. Portanto, o sustento da família, bem como as tarefas diárias de manutenção e organização da casa eram responsabilidades coletivas, ou seja, as responsabilidades eram distribuídas entre os componentes do grupo familiar. Essa era a dinâmica no lar de Miguel Antonio dos Reis, 27 anos, solteiro, lavrador, residente em Jandiá, município de Bragança, tio da ofendida Benedicta dos Reis, 16 anos, solteira, lavradora, residente em Jandiá, município de Bragança. A reclamante era órfã e desde os oito anos morava com o tio e estando na companhia deste passou a ser, naturalmente, inserida na dinâmica dos afazeres cotidianos. Na ocasião do encontro sexual denunciado nos autos, Miguel estava trabalhando para as praias de Quatipurú e tinha deixado Benedicta na companhia de outras duas sobrinhas – Maria Reis, 19 anos, solteira, lavradora, residente em Jandiá, município de Bragança e Maria Pinheiro Fernandes, 13 anos, solteira, lavradora, residente em Jandiá, município de Bragança – as quais encarregou da tarefa de "pôr de molho uma mandioca colhida de uma roça do respondente". (Autos crimes de defloramento e rapto, 1928. Ofensor: Antonio Raymundo do Nascimento. Ofendida: Benedicta dos Reis. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal Bragança E CX 29).

A ofendida estava habituada ao labor na roça, mas também às atividades domésticas, tanto que ao final do dia de trabalho no roçado do tio passou pela casa comercial do namorado para comprar alimentos para o lar, intenção desviada pela vontade de ambos em realizar os seus íntimos desejos. Esse modelo de efetiva participação das mulheres na produção social das comunidades também pode ser observado nos estudos da pesquisadora Maria Cristina Maneschy, que discutiu sobre a presença da mulher nas atividades pesqueiras na vila de Ajuruteua, em Bragança. (MANESCHY, 1994).

Trabalhando no lar ou fora dele, as mulheres da zona rural bragantina representavam arrimo imprescindível ao sustento da família. Corrobora esta compreensão o trabalho de Benedita Celeste de Moraes Pinto, no qual a pesquisadora apresenta uma análise sobre a importância das parteiras, curandeiras e benzedadeiras para as comunidades onde elas atuam. Do mesmo modo estas mulheres executavam atividades da produção agrícola e no lar, ou seja, elas administram o universo das tarefas da casa e o do roçado com o mesmo domínio e habilidade. (PINTO, 2010).

A tática de recorrer ao espaço do trabalho para facilitar e ocultar os namoros e relações sexuais foi recorrentemente aplicada pelos casais que pretendiam namorar longe da vigilância da comunidade, aprecie-se a teia que envolveu os enamorados Maria Thereza da Silva, 18 anos, brasileira, solteira, doméstica, residente nos Campos do Pery, município de Bragança e Raymundo Sampaio, 35 anos, viúvo, lavrador, residente na comunidade Bom gosto, município de Bragança, que escolheram como cenário ideal às suas aventuras sexuais lugares nos quais eram realizadas atividades voltadas ao labor, tais como a produção de farinha e o preparo de tabaco. Os depoimentos foram divergentes quanto ao local onde a cópula aconteceu, mas em ambos a dinâmica da escolha do lugar foi a mesma: esconder-se por detrás da cortina do trabalho. O ofensor e a avó da ofendida dividiam um roçado de mandioca e, segundo a denunciante a cópula aconteceu quando ela, suas irmãs e sua avó foram à propriedade de Raymundo para fazer farinha na casa de forno que pertencia a ele. Logo após a sua chegada, uma filha do acusado chamada Raymunda solicitou que ela lhe acompanhasse até a sua casa e quando lá chegaram Maria encontrou o ofensor esperando-a. Após "muitos agrados e carinhos" eles se deitaram em uma rede que se encontrava armada e "realisaram o seu primeiro amor". Ao término da relação sexual, a deflorada voltou para a casa de forno, nada tendo sido notado pela sua avó e nem pelas suas irmãs. Como tiveram sucesso na primeira tentativa, voltaram a se encontrar em situação similar à primeira, ou seja, aproveitando-se das circunstâncias que o labor na roça lhes oferecia. Assim, um novo encontro foi acertado para acontecer no caminho que dava acesso ao roçado dividido entre Raymundo e a avó da ofendida: "e ahi foram para o matto, tendo novas relações de amores". (Autos crimes de defloramento, 1925. Ofensor: Raymundo Sampaio. Ofendida: Maria Thereza da Silva. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA)

Novamente o local escolhido para o encontro sexual relacionava-se ao trabalho de um ou de outro dos envolvidos, essa conduta demonstra que, no entendimento dos casais que almejavam viabilizar momentos íntimos, as melhores oportunidades surgiram a partir do lugar onde as suas parceiras frequentavam no desempenhar do labor, porque nestas condições eles poderiam aproveitar o tempo que elas passavam distante dos seus responsáveis e ainda utilizar como esconderijo a paisagem natural do campo.

### **Paisagem natural**

Os autos que foram objeto destas análises concentraram casos de defloramento e rapto ocorridos na zona rural bragantina, assim sendo, torna-se fundamental atentar para o fato de que os deslocamentos aconteceram em espaços cercados por matas, por caminhos estreitos que



levavam a igarapés, por estradas pouco movimentadas que ligavam as vilas e povoações. Nestes campos, tornou-se importante analisar alguns dados geográficos do lugar estudado, informações que podem contribuir ao entendimento das razões pelas quais as paisagens campestres foram tão importantes às tramas sexuais elaboradas por defloradores e defloradas. Neste intento, recorreu-se à Enciclopédia dos municípios brasileiros do IBGE de 1957, a fim de compreender o conjunto populacional da época e a paisagem do município de Bragança. A população do município era de 57.888 habitantes (dados do Recenseamento de 1950), deste total 48.136 pessoas, ou seja, aproximadamente 83% da população estavam na zonal rural, esses valores colocavam Bragança em 3º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado, perdendo apenas para Belém com 254.949 habitantes e Santarém com 60.229. Esses elementos indicam que nas comunidades rurais havia intenso convívio social. Deste modo, era habitual encontrar homens e mulheres transitando regularmente entre as vilas, povoações e o núcleo urbano, sendo comum que durante tais movimentações acontecessem trocas de olhares, tímidas conversas, convites para passeios, os quais poderiam culminar em amizades, namoros ou defloramentos.

Sobre a vegetação, a Enciclopédia indica que era bastante variada, com destaque para a amazônica, a de mangue e a de campos naturais alagáveis. Também há o relato da existência de diversas praias, como a Praia do Grilo, Praia do Boiucanga, Praia de enseada, Praia do Pilão, Praia Chavascal, Praia da Vila. As ilhas também faziam parte da geografia do município, o relatório do IBE destacava: a Ilha do Canela, Ilha de Boiucanga, Ilha de Mucum e Ilha de Caeté.

Nesta estrutura, comumente as casas localizavam-se afastadas umas das outras, portanto, depreende-se que essa configuração geográfica contribuiu sobremaneira aos planejamentos dos encontros sexuais, haja vista as incontáveis possibilidades de combinar encontros sob a proteção das matas, dos igarapés que se embrenhavam pelos matos, dos caminhos estreitos e desabitados, das casas abandonadas, além de outros lugares pouco frequentados que serviram como cenário perfeito aos encontros sexuais.

Os casais tramaram encontros aproveitando qualquer oportunidade que garantisse o segredo e as condições necessárias à realização do ato sexual. Assim, muitos namorados se aventuraram em encontros furtivos que tiveram como cenários casas de fazer farinha, currais de estender tabaco, ou banheiros públicos, como aconteceu na ação movida por Norma Enedina das Neves, 16 anos, doméstica, residente na Villa de Urumajó, município de Bragança contra Benedicto José das Virgens, 22 anos, solteiro lavrador, residente na Villa de Urumajó,

município de Bragança. O acusado e a denunciante eram namorados e, apesar de terem fornecido depoimentos divergentes sobre o lugar onde aconteceu a primeira relação sexual, os dois relatos narram encontros sexuais em locais abrigados pela paisagem natural. De acordo com a deflorada a cópula teria acontecido em um banheiro público, que ficava afastado da comunidade e próximo ao rio onde as mulheres costumavam lavar roupas. Por seu lado, o deflorador afirmou que o encontro sexual aconteceu em uma casa abandonada que ficava nos matos, próximo à casa da família de Norma. (Autos crimes de defloramento, 1922. Ofensor: Benedicto José das Virgens. Ofendida: Norma Enedina das Neves. Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança/PA). Tanto na versão da deflorada quanto na versão do deflorador, a escolha do lugar tinha como objetivo facilitar as aventuras sexuais e ocultar dos familiares e vizinhos os encontros clandestinos.

Homens e mulheres jamais estiveram suficientemente dominados e nas relações cotidianas frequentemente as normas morais e sexuais foram postas em planos secundários, sendo priorizados os interesses individuais. Aos homens importava conquistar a namorada e apossar-se de sua virgindade, gabando-se do feito, mas sempre cuidando para não serem flagrados e punidos pela proeza de "tirar um cabaço". A preocupação com o flagrante nos casos de crimes sexuais é milenar, tendo registros inclusive na Bíblia, no livro de Deuteronômio, capítulo 22, versículo 28 e 29:

Se um homem encontra uma jovem virgem que não está prometida, e a agarra e se deita com ela e é pego em flagrante, o homem que se deitou com ela dará ao pai da jovem cinquenta siclos de prata, e ela ficará sendo a sua mulher, uma vez que abusou dela. Ele não poderá mandá-la embora durante toda a sua vida. (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2006)

Depreende-se que o narrador bíblico entendia como fundamental o flagrante para que fosse possível punir o deflorador. Apenas com a existência deste elemento criminal o infrator poderia ser sujeitado às penalidades. Das punições aplicáveis a este tipo de delito o excerto relaciona a indenização, que consistia em uma pena de reparação devida ao pai, que em consequência do delito cometido perdera o capital por tantos anos cuidado e protegido; e a união por toda a vida com a mulher deflorada, que representava uma pena moral, na qual o criminoso era castigado sendo eternamente preso ao inconveniente fruto do seu crime. (FOUCAULT, 2006). As duas formas de repreensão eram indesejadas, aos homens o pretendido desfecho da relação sexual consistia em poder gabar-se da conquista de um corpo virgem sem precisar lidar com as consequências de um ato que à época era entendido como transgressor das normas morais e sociais desejadas.

Exemplo deste pensamento encontra-se nos discursos presentes nos autos do defloramento e rapto de Benedicta dos Reis, 16 anos, brasileira, solteira, lavradora, residente em Jandiá, povoação de Tracuateua, município de Bragança, que acusou como autor dos crimes denunciados a Antonio Raymundo do Nascimento, 27 anos, brasileiro, solteiro, comerciante, residente na povoação de Tracuateua, município de Bragança. O acusado fez questão de gabar-se aos seus amigos de ter deflorado uma jovem. Em sua narrativa, a testemunha Luiza Maria dos Reis, 30 anos, brasileira, casada, lavadeira, que trabalhava cozinhando e lavando roupas na casa do réu, informou que no dia do defloramento de Benedicta estava encarregada de entregar o jantar na casa de Antonio e lá chegando, poucas horas após o ato delituoso, encontrou-o à porta da entrada, reunido com vários rapazes contando a eles sobre uma moça que tinha desvirginado naquele dia. Ao perceber a presença de Luiza, Antonio pediu-lhe que dissesse à sua noiva que não seria possível acompanhá-la à festa naquela noite, porque estava adoentado. Sendo interrogado sobre qual era a sua doença, respondeu "estar enfadado devido ter deshonrado uma moça residente no sítio". Antonio deleitou-se com a conquista da virgem, afinal a posse de um corpo inviolado adquiria representações no imaginário dos homens que os impelia a divulgar o feito, vangloriando-se dessa conquista junto aos amigos. (Autos crimes de defloramento e rapto, 1928. Ofensor: Antonio Raymundo do Nascimento. Ofendida: Benedicta dos Reis. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal Bragança E CX 29)

Em oposição à urgência de divulgar as suas façanhas sexuais, sobrepunha-se a necessidade de escapar das consequências do delito. O defloramento gerava uma dívida do deflorador junto à deflorada, à família desta e à sociedade, a qual poderia ser extinta mediante a celebração do casamento. O Código Penal de 1890 no artigo 276 determinava:

Art. 276. Nos casos de defloramento, como nos de estupro de mulher honesta, a sentença que condemnar o criminoso o obrigará a dotar a offendida.

Paragrapho unico. Não haverá logar imposição de pena si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz dos orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento, ou a aprazimento da offendida, si for maior. (Decreto 847 de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Oficial, 1891)

Os crimes de defloramento e estupro foram interpretados pelas ciências médica e jurídica como um atentado contra a honra das famílias, razão pela qual a penalidade a ser aplicada deveria ser capaz de restabelecer a moralidade familiar e social. Deste modo, entendia-se que o único meio de alcançar tal objetivo era a celebração do casamento entre deflorador e deflorada. Na tentativa de fugir desta penalidade eterna, João Alexo do Nascimento, 17 anos, solteiro,

lavrador, residente em Cachoeira do Urumajó, município de Bragança defendeu-se da acusação do defloramento de Benedicta Maria do Rosario, 15 anos, solteira, doméstica, residente na Colônia do Urumajó, município de Bragança, confessando ter se relacionado sexualmente com a reclamante, mas protestando que ela já não era virgem quando a cópula aconteceu e por esse motivo "não quer cazar-se com Benedicta por não lhe dever nada". (Autos crimes de defloramento, 1921. Ofensor: João Alexo do Nascimento. Ofendida: Benedicta Maria do Rosário. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA). A defesa baseava-se na confirmação da relação sexual, mas que ela nada subtraiu da mulher, haja vista a inexistência do selo virginal.

Muitos casais tiveram comportamentos audazes no momento de definir a hora e o lugar da relação sexual, destacando-se aqueles que tiveram por cenário a casa da deflorada. A seguir alguns casos com estas características serão apresentados.

### **Na casa da namorada**

Aproximar-se da família da deflorada e fazer-se íntimo a ponto de obter autorização para frequentar a casa consistia em estratégia facilitadora dos encontros amorosos. Deste modo, ao conquistar a confiança dos responsáveis pela moça da família os futuros defloradores tinham contato com os dados da rotina dos moradores da casa e tinham acesso a informações privilegiadas, por exemplo, passavam a conhecer os horários em que os mantenedores do lar se ausentavam para o trabalho e deixavam as jovens sozinhas ou, como no caso a seguir apresentado, aproveitavam-se de um momento de descuido do responsável para realizar os seus intentos. Conduta igual à que teve João Campello da Silva, 21 anos, paraense, solteiro, lavrador, residente nos Campos de Baixo, município de Bragança que respondeu pelo defloramento de Camilla Soares de Souza, 17 anos, solteira, lavradora, filha de Raymunda Soares da Silva, residente em São Thomé, município de Bragança. O namoro entre eles começou aproximadamente um ano antes do defloramento e durante este período o acusado visitava frequentemente a sua namorada, sempre demonstrando carinho e consideração. A este respeito o depoente Theodoro Antonio Correa, 23 anos, brasileiro, paraense, solteiro, lavrador, residente em São Thomé, município de Bragança, forneceu importantes dados sobre o processo de sedução praticado pelo deflorador, de acordo com a testemunha, o sedutor frequentava quase diariamente a casa de sua namorada, sempre agindo com gentileza de modo a conquistar a confiança da sogra. Com o tempo e a intimidade adquirida, passou a estudar a rotina da vítima e de seus familiares a fim de encontrar a ocasião favorável à investida. O promotor público Raul de Castro Braga justificou esta conduta do acusado como sendo uma preparação ao ato seguinte: a posse de um corpo virgem. Segundo a autoridade o réu visitava frequentemente a namorada

a fim de conquistar a confiança dela e de sua genitora, o que de fato aconteceu e em muito facilitou a realização da cópula alvo do processo. Camilla morava apenas com a mãe, que no início do namoro acompanhava de perto as visitas do namorado à filha, mas com o tempo e a confiança depositada no acusado passou a abrandar a vigilância e a permitir que João ficasse até a noite na companhia de sua filha. Sempre que surgiam estas oportunidades de se demorar na casa da namorada, João fazia uma tentativa de cópula, sendo algumas vezes rejeitado por Camilla, outras vezes atrapalhado pelo chamado ou aproximação da genitora. Entretanto, estas visitas prolongadas permitiram que João conhecesse os hábitos da sogra, o que facilitou sobremaneira a ação do dia 29 de julho de 1918. Nesta noite João estendeu a sua visita até mais tarde, esperando que a mãe de Camilla adormecesse, o que não custou a acontecer e neste momento convidou novamente a namorada para manterem relações sexuais, ao que foi atendido. Enfim tinha chegado o momento por eles tão desejado, estudado e algumas vezes fracassado. Certos de não serem interrompidos, o local escolhido para aproveitar aquele momento foi a sala da casa de Camilla, ao lado do quarto de dormir da mãe desta, apoiados no esteio da casa. (Autos crimes de defloramento, 1918. Ofensor: João Campello da Silva. Ofendida: Camilla Soares de Souza. Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança/PA).

Situação similar aconteceu com a ofendida Joana Maia da Cunha, 21 anos, paraense, solteira, doméstica, residente na Villa de Urumajó, município de Bragança e o ofensor André Avelino da Costa, 22 anos, paraense, solteiro, pescador, residente na Villa de Urumajó, município de Bragança. Antes de dividir a habitação nos arquivos judiciais, o casal já tinha sido vizinho e assiduamente frequentavam a casa um do outro. A liberdade conquistada após muitas visitas conferiu a eles certa intimidade a ponto de se entreterem em conversações até a noite. Em uma destas oportunidades, após longo bate-papo, André convidou a vizinha para copular, convite que "Joana aceitou, marcando ela que iria esperá-lo no fundo do quintal, que o depoente dando uma volta pelos fundos da casa, ali se encontrou com Joana a espera do depoente, que nessa ocasião tiveram relações sexuais". A condição de vizinhos certamente facilitou a aproximação, o *flirt*, o planejamento e o sucesso do encontro sexual. (Autos crimes de defloramento, 1939. Ofensor: André Avelino da Costa. Ofendida: Joana Maia da Cunha. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal Bragança B CX 26).

Assim como neste caso, nos demais que deram origem aos processos explorados neste estudo, os envolvidos não eram desconhecidos, pelo contrário, em todos os episódios analisados os enredados tinham algum tipo de relação antes dos fatos que desencadearam a denúncia. O

grau de intimidade e o tipo de contato foram inúmeros, alguns eram vizinhos, amigos, colegas de trabalho, mas além destas relações os autos revelam que muitas vezes o deflorador e a deflorada eram de algum modo ligados por vínculos familiares. Amostra desta conexão encontrou-se nos autos em que Jesuína Osória do Rosário, 16 anos, solteira, residente no Alto Quatipuru, município de Bragança, acusou como autor de seu defloramento a Miguel Pinheiro dos Reis, 22 anos, casado, lavrador, residente no Alto Quatipuru, município de Bragança. O raptor era casado com uma irmã da raptada, mas a benquerença entre eles existia desde antes do casamento, posto que, segundo declarou o acusado, ele tinha pela cunhada "muita amizade a esta desde o seu casamento pois era com esta mesmo que elle desejava casar e que não levou a effeito por circunstancias da occasião". O casamento não abrandou a afeição existente entre os cunhados, sendo assim o romance continuou, com furtivos encontros acontecidos entremeados às tarefas do cotidiano. Os planos para uma fuga surgiram nestes encontros, e a oportunidade ideal chegou no dia em que a senhora Maria de Nazarete Osória, mãe da raptada e sogra do raptor, passou a noite em uma ladainha na casa de uma vizinha. Aproveitando-se da ausência prolongada da genitora, por volta da meia noite do dia seis de agosto de 1921, Miguel "tendo antes combinado com a queixosa, esperou-a na porta de sua casa, e na companhia da mesma seguiram diretos a Quatipuru". Durante a fuga eles embrenharam-se pelas matas até chegar a um porto onde já eram esperados por um amigo do acusado que em uma pequena embarcação os conduziu até a localidade Quatipuru, de onde só saíram por ordem da autoridade policial. (Autos crimes de rapto e defloramento, 1921. Ofensor: Miguel Pinheiro dos Reis. Ofendida: Jesuína Osória do Rosário. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA). Neste caso, o casal elaborou estratégias à realização dos encontros, à fuga e à permanência em outra localidade, sendo a composição geográfica suporte indispensável, por fornecer o esconderijo para as relações sexuais e por facilitar a fuga pelas matas e depois pelo rio.

### **Considerações finais**

Os homens e mulheres enredados em autos criminais por defloramento encontraram ou fizeram surgir oportunidades de encontros amorosos ou sexuais entremedio as atividades cotidianas, burlando normas, driblando a vigilância e priorizando os seus desejos e interesses em detrimento das expectativas das famílias e da sociedade. Encontros foram tramados antes ou depois do trabalho, no caminho dos igarapés, nos banheiros públicos, nos currais de peixe, nas casas de farinha, nas casas abandonadas, aproveitando-se dos rápidos instantes em que as pretendidas ficavam a sós.

Avisar o namorado sobre a oportunidade adequada foi tarefa difícil, mas frequentemente

utilizada pelas mulheres interessadas nos encontros sexuais. Do mesmo modo, vigiar, acompanhar a rotina e aparecer se surpresa em situações nas quais as amadas estavam desacompanhadas em casa ou no trabalho representou aos namorados estratégia eficaz diante das limitadas situações favoráveis aos contatos íntimos.

Enfim, quando os namorados almejavam relacionar-se sexualmente nenhuma vigilância mostrou-se suficiente, nenhum lugar apresentou-se como inviável e tampouco o limitado tempo demonstrou-se insuficiente, dito de outra forma, diante dos desejos de ambos, qualquer empecilho tornou-se inexpressivo e todas as dificuldades foram superadas.

### **Fontes: documentos**

Autos crimes de defloração e rapto, 1928. Ofensor: Antonio Raymundo do Nascimento. Ofendida: Benedicta dos Reis. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal Bragança E CX 29.

Autos crimes de defloração, 1925. Ofensor: Raymundo Sampaio. Ofendida: Maria Thereza da Silva. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA.

Autos crimes de defloração, 1922. Ofensor: Benedicto José das Virgens. Ofendida: Norma Enedina das Neves. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA.

Autos crimes de defloração, 1921. Ofensor: João Alexo do Nascimento. Ofendida: Benedicta Maria do Rosário. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA.

Autos crimes de defloração, 1918. Ofensor: João Campello da Silva. Ofendida: Camilla Soares de Souza. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA.

Autos crimes de defloração, 1939. Ofensor: André Avelino da Costa. Ofendida: Joana Maia da Cunha. Centro de Memória da Amazônia. Comarca do Interior Criminal Bragança B CX 26.

Autos crimes de rapto e defloração, 1921. Ofensor: Miguel Pinheiro dos Reis. Ofendida: Jesuína Osória do Rosário. Arquivo do Fórum da Comarca de Bragança/PA.

Fontes: legislação

Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Oficial, 1891.

### **Referências**

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Tradução Maria Helena Kühner. 5ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017. 172p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 322p.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287p.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 277p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. 244p.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.481p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: Nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 31ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

MANESCHY, Maria Cristina. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: D'INCAO, Maria Angela. SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.251-258.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das matas*: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açai, 2010.



## O MISTÉRIO NA RETIRADA DE LAGUNA: O QUE FOI QUE DIZIMOU A COLUNA QUE FOI AO MATO GROSSO?

Alexandre Borella Monteiro - Universidade de Passo Fundo.  
Orientador(a): Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel. Curso de História e PPGH/UPF.  
Agência financiadora: Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF 50%).  
e-mail: alexandre\_borella\_monteiro@hotmail.com

**Resumo:** O presente texto irá analisar a Coluna Expedicionária que foi ao Mato Grosso na Guerra do Paraguai e que acabou protagonizando o episódio que ficou conhecido como a Retirada de Laguna, narrado por Alfredo d'Esgranolle Taunay. O objetivo é debater qual foi a doença que dizimou grande parte da coluna, chegando a ceifar a vida do comandante coronel Carlos de Moraes Camisão. Para fazermos este debate, faremos um estudo tanto na literatura sobre o tema, como em depoimentos de memorialistas e narrativas em diários. Taunay e outros autores definem que a cólera foi a doença que atacou a expedição, matando grande parte do efetivo. Entretanto, há evidências que apontam que eles podem ter sido vítima de outra enfermidade. Médicos ao analisarem as narrativas posteriormente entendem que a causa dos óbitos foi uma toxi-infecção alimentar com gastroenterite aguda. Este questionamento é feito a partir das evidências contidas na própria narrativa que apresenta, dentre outras informações, a forma como a doença teria sido curada. Não trazemos, entretanto um resultado definitivo. Nossa proposta é levantar o tema para debate e quem sabe instigar futuras pesquisas sobre este tema.

**Palavras-chave:** Doenças; Guerra; Retirada.

### Introdução

Oficialmente a Guerra do Paraguai inicia com a apreensão da embarcação brasileira Marquês de Olinda em 12 de novembro de 1864 e posterior invasão da província do Mato Grosso em 27 e 28 de dezembro do mesmo ano com posterior declaração de guerra. Em 1865 é a vez de os exércitos de Francisco Solano López (1827-1870) invadirem a província de Corrientes na Argentina após ter negado seu pedido para cruzar o território argentino com o objetivo de atingir o sul do Brasil. Em 1º de maio de 1865 é assinado o tratado da Tríplice Aliança, onde Brasil, Argentina e Uruguai se uniam na guerra contra o Paraguai. Tratado esse que colocava o presidente argentino Bartolomeu Mitre (1821-1906) como comandante em chefe das forças aliadas, bem como condicionava o encerramento das hostilidades apenas com a deposição do ditador paraguaio. Também ficavam proibidos os aliados de negociarem paz em separado com o Paraguai. (FAUSTO, 1995, 272-273). A coluna expedicionária do Mato Grosso parte de Santos em abril de 1865. Sua trajetória é narrada detalhadamente por Alfredo d'Esgranolle Taunay nos livros *Dias de Guerra e de Sertão*, *A Retirada de Laguna*, *Memórias e Recordações de Guerra e de Viagem*. No total, a expedição teve seis comandantes, os quais podemos listar: Coronel Manoel Pedro Drago, que foi substituído antes mesmo de sair do Brasil, por procrastinar a ida ao teatro da guerra; Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, que morreu após contrair beribéri; Tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães, interino; Coronel José Joaquim de Carvalho, substituído após partir para a capital do Mato Grosso; Coronel

Carlos de Moraes Camisão, que morreu após contrair cólera; e por fim, Major Thomaz Gonçalves. Após chegarem em território paraguaio, liderados por Camisão, eles acabaram tendo de voltar por não terem meios de se manter, iniciando o episódio conhecido por “Retirada de Laguna”. Nessa volta eles passaram pelas mais diversas privações e foram atacados sem piedade pela cólera. Mas, foi mesmo a cólera? É esse o debate que pretendemos lançar neste texto.

### **A partida da coluna e a demissão de Drago**

A coluna parte de Santos no dia 27 de abril de 1865 com o objetivo de atingir o Mato Grosso. No caminho, eles passariam por Campinas até Uberaba, em Minas Gerais, onde se juntariam com as forças militares desta província. Entretanto, esta marcha fora sobretudo demorada. Partindo de São Paulo em 10 de abril, eles somente atingiram Uberaba em 18 de julho e dali partiu para o Mato Grosso apenas em 04 de setembro. Este período em que ficaram estacionados, por ter sido demasiado longo, permitiu que muitos soldados e voluntários acabassem desertando. (Relatório dos Negócios da Guerra, 1866, p.34).

A permanência em Campinas deveu-se, sobretudo pelo fato de os expedicionários, sob comando do Coronel Drago terem aproveitado as muitas oportunidades de apreciarem a vida social local, com festas e saraus. Taunay descreve muitas paradas, especialmente em Campinas, onde participavam de recepções, bailes e outras atividades no caminho ao Mato Grosso. Entretanto, com o tempo, o coronel Drago, comandante da expedição passou a ser criticado pela demora. De fato, o autor do livro menciona que ao invés de irem diretamente a Cuiabá, onde eram aguardados, o coronel não desperdiçava nenhuma oportunidade para fazer paradas, onde eles da comissão aproveitavam para participar da vida social e serem bem recebidos pelos habitantes locais, bem como frequentarem as recepções e bailes. (TAUNAY, 1943, pp.119-120).

Entretanto, não podemos colocar o atraso apenas na conta do coronel Drago, ou afirmar que foi por sua incompetência, medo de chegar ao destino ou ainda, apenas vontade de aproveitar a vida social em Campinas. Grande parte da responsabilidade dessa demora foi do governo imperial, pois havia providências administrativas a serem tomadas, que seriam exclusivamente de sua alçada. Não havia numerários, nem meios de condução e meios de condução das bagagens dos corpos, visto que a coluna não recebeu os cavalos que o Ministério da Guerra compraria. Também faltaram autorizações para o engajamento de tropeiros, dentre outras falhas. (SOUZA, 1971, p. 390).

Houve ainda outros motivos para o atraso em Campinas. A coluna expedicionária

recebeu um efetivo do contingente de aproximadamente 1600 homens. Ocorre que eles estavam pessimamente treinados, sem nenhuma instrução e que sua artilharia estava em péssimo estado. Dessa forma, parte do tempo perdido, foi perdido em treinamento e adestramento dos soldados que se incorporaram à coluna. (SOUZA, 1971, p.399). Reduz-se dessa maneira, a responsabilidade de Drago no atraso para a partida de Campinas. Ocorre que a demissão do comandante se deveu a outros eventos, dentre os quais, destacamos a desobediência direta de ordens do Ministério da Guerra quando ao caminho a ser tomado. Essa desobediência, teria exposto desnecessariamente a força por ele conduzida a uma situação de penúria, principalmente no que diz respeito ao fornecimento de alimentos. Um dos problemas apontados foi a permanência em locais onde as condições locais não eram propícias, causando baixas devido a enfermidades contraídas pelos militares nesses locais, além de deserções. No período em que ficaram estacionados em Uberaba, houve nada menos que 14 óbitos e 76 deserções. (SOUZA, 1971, p. 396).

O maior problema causado por Drago teria sido a alteração do percurso que a coluna teria de percorrer. O coronel Drago comunica uma mudança de planos da Coluna Expedicionária. Ao invés de irem pela estrada de Santana do Parnaíba, tomaria a do Rio Claro, por receio de sofrerem assaltos dos paraguaios. Dirigia-se ele assim, para Cuiabá. (SOUZA, 1971, p. 396).

Esta tese é corroborada no livro *Um estadista do Império*. Nabuco de Araújo. Sua vida. Suas opiniões, sua época, do autor Joaquim Nabuco.

O coronel Drago nomeado presidente e comandante das armas, tomou o comando dessa expedição, seguindo por Santos, S. Paulo, Campinas, com longas demoras, até Uberaba, onde se lhe incorporou a brigada mineira, sob as ordens do coronel Galvão. [...] A demora de Drago em seguir para o Mato Grosso exaspera o Governo que afinal o demite e manda responsabilizar. Furtado pretende fixar a origem remota do desastre, não na demora de Drago, que deixa aproximar-se a estação chuvosa sem partir, e que abandona, supondo-a exposta a assaltos paraguaios, a estrada de Sant'Anna do Parnaíba, onde se tinham estabelecido depósitos de víveres, mas sim, na mudança de objetivo da coluna, na ordem de Saraiva, ministro da Guerra interino, para que a expedição em vez de seguir para Cuiabá reunir-se às outras forças da capital fosse para o Coxim afim de cobrir dali a capital. (NABUCO, 1899, p.298)

Com essa mudança de percurso, a tropa teria de atravessar terrenos desconhecidos e enfrentar a carestia de alimentos e de recursos. Segundo escreveu Luiz de Castro Souza:

As praças iam recomeçar novas e intermináveis caminhadas pelos sertões bravios e desprovidos de recursos locais, e a mudança do itinerário provocaria alteração no abastecimento de provisões já estabelecidas pelos governos provinciais. (SOUZA, 1971, p. 396).

Como resultado tanto da demora em chegar ao destino da coluna expedicionária, quanto devido à desobediência no tocante ao caminho que deveriam seguir, Manoel Pedro Drago acaba sendo destituído do comando da tropa. Para o seu lugar, é nomeado o Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão. Entretanto, os problemas da coluna expedicionária estavam longe de acabar.

### **A primeira epidemia da coluna expedicionária: o beribéri ataca**

A coluna expedicionária do Mato Grosso estaciona no distrito de Miranda. E foi nessa parada que eles enfrentaram a primeira epidemia. Conhecida por ele como “perneira”, o beribéri foi consequência das condições desfavoráveis do local onde eles pararam. Dentre suas vítimas mais ilustres figuraram o próprio comandante da coluna, José Antonio da Fonseca Galvão. Segundo, Luiz de Souza Castro:

A Vila Miranda era um foco perene de infecção [...]. A orientação acertada era a Coluna ter marchado do Taboco em direção a Nioaque, de percurso menor e sabidamente salubre. Em Miranda a permanência da Coluna durou 114 dias, que representaram um imenso risco, pois a Expedição poderia ter-se aniquilado. As baixas provocadas pelo beribéri até aquele ponto já somavam a umas quatrocentas. (SOUZA, 1971, p.411)

O Visconde de Taunay, em seu livro de memórias, faz a descrição do aparecimento de uma das doenças que assombrou as forças militares. A princípio foi chamada de perneira, devido aos sintomas, pois eles eram sentidos nos pés e nas pernas. Com o tempo, descobriu-se que se tratava de uma enfermidade chamada beribéri. E ela acabou levando ao túmulo soldados de todas as patentes, inclusive o comandante da tropa onde o autor do livro servia, o coronel Galvão, como mencionado, que seria substituído pelo coronel Camisão. E este seria vítima da cólera em episódio já narrado.

Começou então a aparecer um mal de origem e marcha até ali desconhecidas. Atacava de diversos modos, mas sempre grave senão mortal logo, ora pérfida e lentamente, ora de chofre e com os sintomas mais aterradores e cruéis, trazendo paralisias mais ou menos generalizadas. [...] Às vezes o doente acusava formigamento nas plantas dos pés e dificuldades na locomoção, sentindo de dia agravarem-se esses sinais; a que se juntavam sem muita demora as opressões, dispneias, sobrevindo afinal a agonia e morte; outras, tudo isso se atropelava e em breves horas falecia quem, bem pouco antes se mostrara forte e são. (TAUNAY, 1943., p.208)

Se até então a doença era chamada de perneira, Taunay demonstra que eles se questionaram sobre a denominação da moléstia. Como ela se chamava? E qual a importância de saber isso? É o fato de que ao se saber qual é a enfermidade que está causando baixas nas forças militares, é possível tratar ela e até tentar erradicá-la. No momento que se identifica a

doença que se está enfrentando, é possível combater-la. Conhecer o inimigo para enfrentá-lo. “Que enfermidade era afinal? Nada mais, nada menos do que beribéri, de que ainda não se tinha então falado em todo o Brasil e que se tornou hoje tão conhecido, sem perder, contudo, por isso, o caráter de gravidade que o distingue.” (TAUNAY, 1943, p.208).

Com a morte de Galvão, o comando passa primeiro para o Tenente-coronel Joaquim Mendes Guimarães e por fim assume a coluna expedicionária o coronel José Joaquim de Carvalho. O coronel Carvalho acabou contraindo beribéri e partiu para Cuiabá. Entretanto, sua substituição já estava acertada e viria assumir a liderança da expedição o coronel Carlos de Moraes Camisão, que tomou conta do comando das forças no dia primeiro de janeiro de 1867. (TAUNAY, 1943, p.224).

Segundo Alfredo d’Esgranolle Taunay, Carvalho parte para a capital da província para se tratar, deixando o comando da coluna expedicionária. Entretanto, cabem aqui duas observações. A primeira, no tocante à relação deste comandante com o narrador da obra “A Retirada de Laguna”. Neste livro, bem como em outros de Taunay, o coronel José Joaquim de Carvalho é apontado como arrogante e acusado de não se importar com a tropa. Entretanto, segundo Luiz de Souza Castro, parte dessas críticas se devem à animosidade do escritor para com ele, principalmente pelo fato de o coronel ter dissolvido a Comissão de Engenheiros, da qual Taunay fazia parte.

Souza escreve que este militar enfrentou a inimizade do engenheiro Alfredo d’Esgranolle Taunay, que o critica de forma bastante dura em seus livros. Tendo este comandante amanhecido certo dia com sintomas do beribéri, convocou uma junta médica para examiná-lo. Depois, chamou também Taunay, que, segundo Souza, “era metido a entender de assuntos médicos”. Taunay teria se aproveitado da situação para exagerar diante das doenças para se livrar do comandante que “não suportava”. Assustado, o coronel Carvalho teria partido para Cuiabá, sem sequer esperar o novo comandante, o coronel Carlos Moraes Camisão, ainda em 31 de dezembro de 1866. Camisão assumiria o comando a 1º de janeiro de 1867. (SOUZA, 1971, p.413).

O Relatório dos Negócios da Guerra também dá outra versão para a partida do coronel. Aqui o relatório difere da narrativa de Taunay quanto ao motivo da partida do coronel José Joaquim de Carvalho. O autor de A Retirada de Laguna escreveu que aquele partira para a capital se tratar da doença que acometia os militares do acampamento, a perneira, como eles chamavam o beribéri. O relatório traz outra motivação. O episódio ocorre após o coronel ter deliberado avançar sobre o ponto de Albuquerque entre Cuiabá e o distrito de Miranda, a fim

de restabelecer a comunicação fluvial. Para isso, ele precisaria da cooperação do presidente da província do Mato Grosso.

O governo, porém, tinha ordenado por aviso de 30 de abril do ano passado que o coronel José Joaquim Carvalho respondesse a Conselho de Guerra; e não tendo ainda o presidente da província conhecimento da resolução mandando suspender os processos militares enquanto durar a guerra, ordenou o mesmo presidente que Carlos de Moraes Camisão seguisse tomar conta do comando da expedição, a fim de ser cumprida a ordem do governo; e o coronel Carvalho, ciente da deliberação a seu respeito, passou a 24 de dezembro o comando da expedição ao tenente coronel Juvencio Manoel Cabral de Menezes, e seguiu logo para a capital da província. (Relatório dos Negócios da Guerra, 1867, p.34)

O problema com o beribéri acaba sendo resolvido quando Carlos de Moraes Camisão assume o comando da coluna expedicionária e os leva para um local mais saudável. Mas os problemas enfrentados pela coluna expedicionária ainda não acabaram. Eles iriam piorar ainda mais.

### **O erro de Camisão e a Retirada de Laguna**

O coronel Carlos de Moraes Camisão, assim como seus predecessores (Drago, Galvão, Carvalho), também demonstrou suas qualidades (ou melhor, a falta delas) quando comandou a força expedicionária do Mato Grosso. Um dos episódios mais marcantes por que estes soldados passaram foi a retirada da fazenda de Laguna, detalhadamente relatada no livro *A Retirada de Laguna*. Entretanto, este episódio só ocorreu, devido a um erro primário de cálculos por parte de Camisão, que elaborou um ataque ao território paraguaio sem saber se teria homens suficientes para a empreitada e o pior, sem saber se teria suprimentos para tal. Segundo Luiz de Castro Souza:

Levado pelo entusiasmo e por enganosas informações, o Coronel Camisão resolveu invadir o Paraguai, pela fronteira do Apa, com o pequeno corpo de exército, embora bem aguerrido, mas sem meios de transporte e locomoção, pouca munição, falta de mantimentos e o pior, sem cavalaria — elemento indispensável para uma ação daquela envergadura. O gado, alimento principal da soldadesca, havia sido trazido pelo Guia Lopes de seus campos, em duas boiadas; uma de duzentas e cinquenta e depois de duzentas reses, mas, pelo consumo diário da Coluna de vinte e duas cabeças, não eram suficientes para manter o abastecimento por um período longo. Davam apenas para suportar um mês de alimentação. (SOUZA, 1971, p.414)

Taunay, em *Dias de Guerra e de Sertão*, publicado em 1927, descreve o coronel Camisão e escreve a surpresa que causou a partida para tal empreitada, em virtude das características pessoais do comandante.

A 14 de abril de 1867 foi que encetamos a marcha em busca do inimigo; e aos soldados causou má impressão partirmos exatamente nos dias da semana santa. Nem sei como o coronel Camisão, religioso como era, não esperou por mais uma semana. Estava, porém, isso no seu caráter de natureza apática e morosa, mas dado a precipitações uma vez impelido a fazer qualquer coisa grave e importante. [...] Visivelmente não estava satisfeito e constrangidamente assumia a responsabilidade de uma aventura, que requeria a despreocupação de um espírito audacioso e leviano para ser levada com galhardia. Faltavam-lhe as qualidades indispensáveis à temeridade que se ia praticar, alegria comunicativa, popularidade entre os comandados e rapidez de planos, tudo isso antinômico à sua índole e aos seus preceitos militares. Não duvido nada que tivéssemos colhido excelentes e gloriosos resultados, com rapidíssima marcha até a fronteira, assalto premeditado aos fortes paraguaios e volta apressada a Nioaque, onde tomássemos posição defensiva; mas assim como íamos, caminhávamos para desastres certos, levando à nossa frente um chefe triste e resignado que se constituíra vítima por pundonorosa obrigação. (TAUNAY, 1927, pp.119-120)

E se não bastasse o ataque ser obra de um erro de cálculo, tratava-se de um ato de desrespeito ao plano elaborado pelo comandante em chefe Marquês de Caxias. “O projeto de Caxias mandava que as forças chegadas ao Apa, deveriam esperar ligação com o grosso do exército que enfrentava Humaitá. Desse modo, o plano não foi respeitado e levado em consideração.” (SOUZA, 1971, p. 414).

Com a informação de estarem próximos a uma fazenda pertencente ao ditador Solano López, o coronel Camisão ordena que sua força expedicionária ocupe tal propriedade, a Fazenda da Laguna. Entretanto, ao chegarem, não encontraram nada, pois os paraguaios ao se retirarem, levaram o que puderam e incendiaram o que não puderam levar. Os exércitos paraguaios continuaram recuando e evitando entrar em conflito com a coluna, instigando as tropas brasileiras a adentrarem cada vez mais em território inimigo. Pressentindo que não teria condições de prosseguir com o plano, principalmente pela falta de alimento, Camisão ordena o retorno a Nioaque, de onde haviam saído. Não sem antes um ataque fulminante ao 21º Regimento de Cavalaria paraguaia. E no dia oito de maio de 1867, se iniciava a retirada de Laguna. (SOUZA, 1971, p. 114-115).

Entretanto, essa atitude de Carlos de Moraes Camisão não seria totalmente estranha, caso todos conhecessem à época o contexto em que ela fora tomada. Camisão estava precisando liderar uma investida como uma espécie de afirmação. Seu amor próprio estava ferido devido a acontecimentos passados. Sim, o coronel que ficaria conhecido posteriormente pela retirada da fazenda de Laguna, um dos episódios mais dramáticos narrados na Guerra do Paraguai, bem como pelo abandono dos coléricos nesta mesma marcha, tinha a intenção de se redimir de evento anterior, uma vez que seu nome era relacionado ao abandono de Corumbá. Segundo

escreveu Taunay, em *A Retirada de Laguna*, de 1874:

Um precedente pesava sobre ele [Camisão]. Por ocasião da evacuação do forte de Corumbá pelo Coronel Oliveira, então comandante das armas da província, posto que pessoalmente estranho à primeira ideia dessa retirada precipitada, figurara como comandante do segundo batalhão de artilharia, e assumira por isso tal ou qual solidariedade de que a malevolência se apoderara contra ele. Correu impresso um soneto que estigmatizava cruelmente o procedimento dos defensores de Mato Grosso; entre outros nomes lera o seu. (TAUNAY, 1874, p.30)

Segue o autor:

A dor dessa afronta subsistia; o seu pundonor militar fora profundamente ferido. Foi, pois, com alacridade que aceitou o oferecimento que lhe fizeram do comando da expedição; via nisso um meio de reabilitar-se na estima pública, e desde então concebeu o projeto, não de manter-se na defensiva como fora de razão com os poucos recursos de que podia dispor, mas de levar a guerra ao território inimigo, fossem quais fossem as consequências. (TAUNAY, 1874, p.30)

Atacar uma terra sem ter certeza de ter meios de manter a coluna em um local desconhecido, baseado em informações imprecisas, no entanto, não foi o único e talvez nem o pior erro de Carlos de Moraes Camisão. Para a volta ele teria de escolher entre dois caminhos. E foi a partir daí que o drama da coluna expedicionária aumentou ainda mais.

Não pequena contrariedade, entretanto, sobreveio à expedição do combate: o gado que existia para o corte disparou, e não foi possível contê-lo por faltar a cavalhada precisa: para logo, viu-se o coronel comandante das forças a braços com as grandes dificuldades provenientes da falta de subsistência. Para remover tão sério inconveniente tinha dois alvites: ou seguir com a celeridade possível a estrada por onde haviam vindo de Nioaque até a república, estrada já conhecida, e onde se encontrariam carros com mantimentos para as forças, achando-se já alguns a pequena distância, e escoltados pela infantaria; ou então, tomar outro caminho, pouco conhecido, por onde passavam antigamente as rondas do Apa, e ver se seria possível por ali arrebanhar algum gado de uma fazenda denominada Jardim, do guia da expedição José Francisco Lopes. Dizia-se mais que este segundo caminho era mais curto. Foi portanto ele, preferido pelo coronel Camisão. (Relatório dos Negócios da Guerra, 1868, pp.83-84)

Segue o relatório.

Foi um erro deixar-se a estrada conhecida e na qual havia certeza de encontrar-se recursos, para seguir-se caminho inteiramente desconhecido, com única esperança de arrebanhar nele algum gado, o que aliás, era muito duvidoso! [...] Por esse caminho seguiu a expedição, e nele lutou com as maiores privações, achando-se constantemente rodeada de fogo, lançado nos campos pelo inimigo, e sendo quase sem cessar tiroteada pelas forças encobertas pela fumaça. A própria água para matar a sede era tomada à viva força; não tardou



muito que a fome, com todas as suas horrorosas consequências, aparecesse. (Relatório dos Negócios da Guerra, 1868, p.84.

E foi na volta para Nioaque que a coluna expedicionária do Mato Grosso enfrentou a piora na falta de alimentos e que sofreu o seu pior ataque. E não se tratou dos inimigos declarados, mas de outro: a cólera morbo.

### **A segunda epidemia ataca. A cólera dizima a expedição**

No retorno a Nioaque, os expedicionários enfrentaram um inimigo implacável, que ceifou centenas de vidas. A cólera não poupou ninguém, nem o próprio comandante da expedição, o coronel Carlos de Moraes Camisão, que acabou sucumbindo.

Em seus livros, Francisco Felix da Costa Pereira relata o aparecimento da epidemia no dia 29 de março de 1867.

A cólera-morbus apareceu em Corrientes no dia 29 de março [1867]; passou depois para o 1º corpo do exército, onde em todo o mês de abril e parte de maio fez quase 500 vítimas, e se não fez estrago maior foi devido ao asseio do campo e às excelentes medidas higiênicas mandadas observar pelo general em chefe. [...] Não aconteceu o mesmo no 2º corpo do exército, onde o número de mortos passou de mil e quinhentos, para o que concorreu achar-se em um terreno baixo e úmido, e deitarem os paraguaios no rio os cadáveres dos que faleciam de cólera em Curupaiti. (PEREIRA, 1870, p.297)

Na coluna expedicionária em que Taunay fazia parte, a epidemia apareceu em 17 de maio, entretanto, segundo o mesmo narra, eles somente passaram a perceber a gravidade do que ocorria um dia mais tarde.

Supusera-se, a princípio, que seria mero cave esporádico; e sobre o fato se guardara segredo, nada se podendo fazer, tudo nos faltando para dominar o morbo. Em sodas as paradas, enormes fogueiras se acenderam supondo os soldados que se empregava um processo saneador da atmosfera do pantanal. No silêncio consistia, realmente, o melhor preservativo contra a propagação da peste. Mas a 18 rasgou-se o véu do mistério: caíram três homens atacados pela epidemia e com os mais graves sintomas, e, desde então, os nossos dois médicos que haviam assistido à primeira irrupção da cólera no Rio de Janeiro, julgaram imperioso dever não mais dissimular a verdade. Fora-nos necessário, contudo, prosseguir na marcha, subitamente salteados de mal-estar e desmaios caíram alguns soldados; o que provocou a perturbação e a confusão gerais em nossas fileiras. Não se caminhava mais. Os três homens já atingidos pelo flagelo sucumbiram. Dentro em pouco estavam a carreta que nos restava e um carroção de munições, que se lhe adicionara, repletos de enfermos, cujos gemidos por toda a parte apressavam o surto da epidemia. (TAUNAY, 1874, pp.52-53)

Ao que se percebe, uma das maiores dificuldades era saber de que provinha a doença. E ao tentar escrever sobre as possíveis causas, Alfredo d'Esgranolle Taunay nos dá pistas que foram utilizadas por médicos para colocar em xeque a própria doença, nesse caso, a cólera. Sim,

ela atacou os exércitos em guerra e fez vítimas entre aliados e paraguaios. Mas aqui nos interessa saber se esta coluna especificamente foi vítima sua. Taunay relata que entre as possíveis causas poderia estar a carne estragada que eles consumiam ou mesmo os vegetais que eles coletavam e comiam além de frutos verdes e até podres. Estas características do alimento consumido por eles nos demonstra outro fato. Os soldados desta coluna estavam passando muita fome e na palavra do autor, “devorando” qualquer coisa que encontravam.

A que cause devíamos atribuir esta irrupção da cólera ou, melhor, a que cause não a atribuímos? Seria talvez a carne estragada que éramos obrigados a comer, ou a fome curtida quando as náuseas venciam o apetite, ou ainda o insuportável ardor dos incêndios que nos escaldavam o sangue, quiçá a infecção oriunda de sodas as substancias vegetais que devorávamos, brotos, frutos verdes e podres, ou também, enfim, a insalubridade do ar viciado pela água estagnada dos charcos e lodaçais que naquela região tanto abundam. (TAUNAY, 1874, p.53)

Taunay descreve os sintomas e como eram as pessoas atingidas pela cólera.

Para a noite caiu abundante chuva, agravadora de todos os nossos padecimentos. Amontoados perto da pequena barraca dos médicos, sem abrigo e ao ar livre, receberam os coléricos, nos corpos gélidos, as bâtegas que desabavam, de espaço em espaço. Era horrível ver estes míseros, presos de agitação extrema, dilacerando os andrajos com que procurávamos cobri-los, rolando uns sobre os [...] outros, a se torcerem com câimbras, vociferando soltando brados, que se fundiam numa só voz articulada: Água! (TAUNAY, 1874, pp.53-54)

E por fim, o episódio mais dramático. O momento em que os coléricos foram abandonados. Para evitar se atrasarem, o coronel Carlos de Morais Camisão acabou dando a ordem para que os condenados fossem deixados em uma clareira. O pensamento é que como eles estavam sendo perseguidos pelos paraguaios, carregar os moribundos iria atrasá-los e colocar todos em perigo. Nas palavras do próprio visconde de Taunay:

Depois de, em concisas palavras, haver exposto o estado das coisas, e a urgência da avançada rápida, sem a qual estávamos todos perdidos e a impossibilidade, agora perfeitamente averiguada e geralmente reconhecida, de levarmos mais longe os enfermos, declarou aos comandantes que, sob a própria responsabilidade, e em obediência a rigorosos ditames que lhe impunham este dever, iam os coléricos, exceto os convalescentes, ser abandonados nesse mesmo pouso! Não houve uma só voz que contra esta decisão se levantasse. A si avocava o coronel Camisão toda a responsabilidade. Longo silêncio acolheu a ordem, sancionando-a. (TAUNAY, 1874, p.58)

Segue o autor:

Como desvairado, ordenou, então, o Coronel que, à luz de fachos imediatamente na mata vizinha se abrisse uma clareira, para onde seriam os

coléricos transportados e abandonados. Ordem terrível de dar, terrível de executar; mas que, no entanto (forçoso é confessá-lo), não provocou um único reparo, um único dissentimento. Puseram os soldados, logo, mãos à obra como se obedecessem a uma ordem comezinha; e — tão facilmente cede o senso moral ante a pressão da necessidade — colocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo todos estes inocentes condenados, os desventurados coléricos, muitos deles companheiros de longo tempo, alguns até amigos provados por comuns padecimentos. (TAUNAY, 1874, p.58).

Ironicamente, o próprio coronel Carlos de Moraes Camisão acabaria vítima da cólera. Taunay narra que tanto o coronel, quanto o chefe deles, o Juvêncio, teriam sido atingidos pela doença. Contraíram após ingerirem carne contaminada. O próprio autor chegara a comer a carne, mas vomitara pouco depois, se livrando de ser atingido pelo mal. Essa é uma das passagens que servirá posteriormente para o questionamento da doença. Segundo o próprio Taunay:

Escapei da cólera creio por modo bem singular e graças a uma boa inspiração de momento, expediente que me acudiu de súbito à ideia e executei sem mais vacilo. [...] Havíamos já abandonado os coléricos exatamente na véspera. Indo falar com o coronel Camisão, encontrei-o em companhia do nosso chefe Juvencio, sentados num couro, a comerem tristemente uma carne viciada, mas com muita pimenta do reino. [...] O aspecto era mau; entretanto o cheiro acre não deixava de agradar ao olfato. “O meu camarada, explicou-me o coronel, achou não sei que temperos no fundo de uma bruaca e preparou-no isto. O Sr. quer provar?” Não me fiz de rogado com a fome que me torturava o estômago e aceitei um pedacinho de carne com arroz, cujo gosto a princípio me soube bem. Depois, porém, ao retirar-me, senti-me enjoado e logo me acudiu sinistro pensamento: “Estou com cólera!” E com alguma ansiedade puz-me a caminhar depressa. [...] Foi quando, ao avistar uma flor de capim que pendia de comprida haste, puxei-a e com ela esfreguei violentamente a garganta até provocar vômitos, que logo me aliviaram. Bebi um caneco de água fresca, que ainda me fez vomitar; mas então já experimentava como que a posse de vida nova e segura, a consciência de ter escapado de iminente perigo. [...] Horas depois, o Camisão, o Juvencio, o camarada daquele e o desgraçado cozinheiro, todos enfim que haviam comido da tal carne tão picantemente adubada, estavam mortalmente atacados do terrível morbo! (TAUNAY, 1927, pp.136-137)

Assim como surgiu a epidemia de cólera, o seu arrefecimento também é narrado por Taunay. Esse episódio ocorreu depois de eles chegarem à fazenda do guia, onde eles encontraram uma farta plantação de laranjas. Segundo podemos ler:

Teve a sua abundância este primeiro efeito de distender estômagos desde muito vazios. Eram, por vezes, devoradas com casca e tudo, no ardor da fome e da sede que nos consumia. Sua maturidade e doçura convidava-nos, aliás, ao abuso, mas os princípios medicinais que residem na essência da casca agiram mais eficazmente ainda: diminuiu a epidemia, e quase cessou. Haveria nisto mera coincidência? Já Lopes, contudo, nos predissera esta melhoria do estado geral. Certo é que foram coléricos vistos — a mor parte dos quais se

curaram — passar longas horas a devorar montes de laranjas de que mal deixavam alguns restos. (TAUNAY, 1874, p.65)

Mas foi se baseando nessas afirmativas, médicos têm passado a fazer questões se teria sido realmente a cólera que atingiu a coluna expedicionária do Mato Grosso. Como veremos no próximo tópico, esse questionamento se deu pelos seguintes motivos: o alastramento da mesma, comparando com outras ocorrências da cólera, e a forma como ela teria sido curada. Por fim, traremos ainda mais uma informação que pode vir a exatamente confirmar a teoria da cólera.

### **O que atingiu a coluna? A cólera era realmente cólera?**

Neste tópico, faremos um levantamento da questão para debate. Baseados em evidências apontadas na própria narrativa de Alfredo d'Esgranolle Taunay, a teoria da cólera é colocada em xeque. Esse questionamento é baseado nas características apresentadas por Taunay, bem como na suposta cura da mesma.

A dizimação dos soldados da coluna expedicionária em questão pela cólera acabou sendo colocada em questão por médicos. Teria sido esta mesmo a doença? Ou teria sido uma *toxi-infecção alimentar com gastroenterite aguda*? O Dr. Luiz Brandão Filho levantou dúvida sobre tal doença, afirmando se tratar de uma “profunda intoxicação alimentar à que se associava uma grande carência de vitaminas.” (SOUZA, 1971, p. 123-125).

Como foi possível ver em passagens nos tópicos anteriores, a coluna expedicionária enfrentou o grave problema da fome. Camisão, ao ocupar a fazenda em Laguna, se deparou com um cenário não esperado por ele. Não havia o prometido gado, pois os paraguaios o havia levado. Não tendo como manter o grupo no local, Camisão teve de voltar. E nesse cenário que se dá a retirada de Laguna.

Entretanto, como vimos, o coronel ao retornar a Nioaque, tomou um caminho diverso do que haviam tomado para chegar até ali. O fez por pensar ser possível encontrar gado no caminho. Mas isso não ocorreu. E, além disso, como haviam tomado um caminho desconhecido e não utilizado, não houve como obter alimentos. Isso condenou todos à fome. Debilitados por ficarem muito tempo sem se alimentar, os soldados acabaram ficando vulneráveis a serem acometidos por doenças as mais diversas.

Souza utiliza passagens do livro Memórias de Alfredo d'Esgranolle Taunay para por em dúvida e até mesmo descartar a cólera como real causadora das mortes da coluna. Primeiramente, narra Taunay, ter encontrado o coronel Camisão, juntamente com o tenente-coronel Juvêncio consumindo alimento de aparência duvidosa. O próprio Taunay teria ingerido pequena quantidade da comida, uma vez que estava com muita fome, mas vomitou em seguida,

por suspeitar estar contaminada. Os dois comandantes da expedição acabariam doentes e morreriam, juntamente com o guia Lopes, que comera com eles. (SOUZA, 1971, p. 125-129).

E aqui, as intoxicações com semelhantes sintomas seriam causadas por salmonelas, segundo podemos ler no trecho que segue:

As toxi-infecções graves que correm por conta de salmonelas, de grupos bem determinados, apresentam aquela síndrome coleriforme transcrita pelo Dr. . QUINTANA: vômitos, diarreia profusa de fezes riziformes (com aspecto de grãos de arroz), desidratação (provocando “grande sede”), desequilíbrio hidrossalino, pulso pequeno e frequente, anúria (supressão de urinas), o nariz se afila, as extremidades arrefecem, esfriam e ficam cianóticas, câibras nos músculos das panturrilhas, a voz torna-se fraca e apagada (“mudança extrema no metal da voz e mesmo afonia”). (SOUZA, 1971, p.127).

Luiz de Castro Souza também questiona como não houve contágio da doença para outros locais da província do Mato Grosso, ficando esta moléstia restrita ao grupo da retirada? A doença ficou restrita apenas ao núcleo da Força Expedicionária, apesar de os doentes terem se encaminhado até Cuiabá. Como ela não teria se irradiado em outros locais na província de Mato Grosso? (SOUZA, 1971, p. 128).

Por fim, outro ponto em que se baseia Souza para questionar a cólera foi a narrativa de Taunay do meio porque, ao acaso, eles conseguiram se livrar da cólera. O próprio Taunay segue escrevendo que ao encontrarem a residência do guia, com pés de laranja e de limão e consumirem estes frutos em grande quantidade, a doença teria desaparecido. E é categórico ao afirmar que a cólera não seria curada por esses meios. Assim, o fim da epidemia teria se dado principalmente pela providência de viveres e quando se passou a evitar o consumo de alimentos deteriorados. (SOUZA, 1971, p. 1125-129)

Usando essa afirmação, Luiz de Castro Souza afirma que o consumo de laranjas por parte dos expedicionários, fez com que eles se hidratassem. Isso teria causado uma melhoria no equilíbrio hidrossalino, causando a recuperação dos mesmos. Também é lembrado que a avitaminose, também presente no quadro clínico dos soldados doentes, pôde ser resolvida com o encontro do pomar na fazenda do guia Lopes. Além disso, a cólera em si, não seria curada por estes meios, mas apenas traria a melhoria nas condições físicas dos enfermos. (SOUZA, 1971, p. 128-129).

A autora Maria Teresa Garritano Dourado escreve, entretanto, que sim, que as laranjas poderiam sim ter sido utilizada como antídoto contra a cólera.

Somente após 30 anos [1922] os franceses descobriram que o ácido cítrico, encontrado em abundância na casca da laranja, era o melhor antídoto para a cólera-morbo, causando um efeito surpreendente sobre os coléricos, diminuindo seu sofrimento e auxiliando o processo de cura. (DOURADO, 2010, pp.91-92).

Aqui temos a narrativa de Taunay, mais uma vez como base para as interpretações posteriores. Dourado afirma que o ácido cítrico agiria como antídoto e auxiliaria na cura da enfermidade enfrentada por eles, aqui, supondo que realmente se trata da cólera. A ingestão de alimentos por parte dos soldados fortaleceria o organismo até então debilitado pela fome. E o fato de terem ingerido laranjas também fez com que a imunidade dos membros da coluna expedicionária melhorasse e por consequência, aumentasse a possibilidade de eles se curarem das enfermidades.

### **Considerações finais**

No presente documento, procuramos fazer primeiramente uma contextualização a respeito da coluna expedicionária que foi ao Mato Grosso com o objetivo de desalojar os paraguaios que lá estavam. Demonstramos como os problemas com ela iniciaram antes mesmo de deixar o país, com a demissão do comandante Manoel Pedro Drago. Em seguida, passamos pela primeira epidemia que castigou a coluna, o beribéri. Analisamos então, o fato que deu origem aos sofrimentos que fazem parte de nosso objeto de discussão, que foi a cólera que atingiu a força expedicionária no episódio conhecido como A Retirada de Laguna. Essa retirada se deu da forma como ocorreu devido a dois equívocos cometidos pelo comandante da tropa, o Coronel Carlos de Moraes Camisão. Primeiro, ao atacar um local desconhecido sem ter a certeza de ter como manter o efetivo em tal local; e segundo, a escolher o caminho errado para retornar, optando por uma estrada desconhecida, por ser mais curta, mas que, no entanto, acabou causando a morte de muitos membros da coluna. Por fim, trouxemos a discussão sobre o que atingiu a força expedicionária. Taunay afirmou que eles foram vítimas da cólera. Entretanto, há evidências apontando para uma infecção alimentar aguda acompanhada de gastroenterite. Associa-se à carência de vitaminas dos soldados e à vulnerabilidade de seus organismos causada pela fome, bem como à ingestão de alimentos mal conservados ou mesmo mal cozidos, possivelmente contaminados com salmonelas. Como afirmamos, não temos o objetivo de responder ou encerrar a questão, mas sim, de levantar pontos de debate.

### **Referências e fontes**

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e do Paraguai*. Volume III. Rio de Janeiro: Livraria de A. G. Guimarães, 1870.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome,*

doenças e penalidades. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: USP, 2010.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo. Sua vida. Suas opiniões, sua época, Tomo Segundo 1857-1866. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.

*Relatório dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na Guerra do Paraguai I*. Revista de História – USP. V.37 n.75, 1968. Disponível em

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128469/125314>, acesso em 01/06/2021 às 10:30.

SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na Guerra do Paraguai II*. Revista de História – USP. V.38 n.78, 1969 Disponível em

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128792/125514>, acesso em 01/06/2021 às 10:35.

SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na Guerra do Paraguai III*. Revista de História – USP. V.40 n.81, 1970. Disponível em

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128944/125628>, acesso em 01/06/2021, às 10:40.

SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na Guerra do Paraguai IV*. Revista de História – USP. V.41 n.83, 1970. Disponível em

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129084/125719>, acesso em 01/06/2021, às 10:45.

SOUZA, Luiz de Castro. *A medicina na Guerra do Paraguai V*. Revista de História – USP. V.42 n.85 (1971). Disponível em

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129584/126076>, acesso em 01/06/2021, às 10:50.

TAUNAY Alfredo d'Esgranolle. *A Retirada de Laguna*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1874.

TAUNAY, Visconde de. *Dias de Guerra e de Sertão*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1943.

## LAISSEZ-FAIRE: DA MERCANTILIZAÇÃO A COMPETITIVIDADE: UM NOVO MODELO EM FAZER ESCOLAS DE SAMBA

Alexandre Gonçalves

Doutorando em Artes Visuais pelo PPGAV EBA/UFRJ, bolsista CAPES, pesquisador do Núcleo de Estudos Carnavalescos e Festas – NesCaFe (CNPQ). Rio de Janeiro/RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2683850771502309>, <https://orcid.org/0000-0001-8453-7750>, e-mail [xandoenf@yahoo.com.br](mailto:xandoenf@yahoo.com.br)

Helenise Monteiro Guimarães

Professora Associada 1 do departamento de História e teoria da Arte da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, docente e orientadora do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais PPGAV EBA/UFRJ, Coordenadora do Núcleo de Estudos Carnavalescos e Festas – NesCaFe (CNPQ). Rio de Janeiro/RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6266807318429051>, e-mail [heleng46@gmail.com](mailto:heleng46@gmail.com)

Agência financiadora / Pesquisador bolsista

CAPES – PROEX – Programa de Excelência Acadêmica

Nº processo 88887.605493/2021-00

**Resumo:** O carnaval carioca consagrou-se como o maior espetáculo da terra e estabeleceu este parâmetro pela multiplicidade de linguagens que apresenta em diversos campos de manifestações: música, dança, artes visuais, literatura, política e economia, entre outras esferas, constituindo sem dúvida uma festa de múltiplas combinações. Entendendo e percebendo esse cenário do carnaval e em especial das escolas de samba do Rio de Janeiro, percebe-se a transformação dessa importante manifestação cultural popular num objeto de estudo acadêmico e mercadológico assim como sua estrutura funcional e organizacional. A estrutura de uma organização é de grande relevância para o alcance de objetivos preestabelecidos, que é a forma pela qual as atividades são divididas, organizadas e coordenadas. Esses processos organizacionais por qual as escolas de samba irão passar, traz à tona um novo modelo que está surgindo na política econômica brasileira em meados da década de 70 assim como o processo de mercantilização e ressignificação do carnavalesco, artista responsável pelo desenvolvimento da narrativa e do aspecto visual das escolas de samba.

**Palavras chaves:** Escola de Samba; Carnavalesco; Neoliberalismo.

### Introdução

O carnaval carioca consagrou-se como o maior espetáculo da terra e estabeleceu este parâmetro pela multiplicidade de linguagens que apresenta em diversos campos de manifestações: música, dança, artes visuais, literatura, política e economia, entre outras esferas, constituindo sem dúvida uma festa de múltiplas combinações. As investigações acadêmicas se debruçaram sobre esta manifestação, sobretudo a partir dos anos de 1970, e demonstra até hoje extensa vitalidade em renovadas indagações científicas.

Dentre as muitas peculiaridades do desfile de escolas de samba destaca-se a de poder a cada ano mobilizar a opinião pública em torno de fatos–aleatórios ou não– que surgem e são objeto de discussões e polêmicas. Muitas vezes tais fatos são meticulosamente programados,



em outras ocasiões fatores alheios a estrutura do espetáculo (e justamente por isso) são capazes de criar situações emblemáticas que se fixam na memória da crônica carnavalesca e conseqüentemente tornam-se fatos históricos no carnaval.

No campo dos estudos sobre carnaval destacamos as escolas de samba como elemento fundamental para sua compreensão e neste contexto é possível verificar que existem trabalhos de relevância. Temos o carnaval desenvolvido como fato histórico, conceito e representação, por Leopoldi em *Escola de Samba ritual e sociedade* (2010), Da Matta com *Carnavais Malandros e Heróis* (1990), Ferreira, com *Inventando carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas* (2005), Viveiros de Castro, *Carnaval carioca, dos Bastidores ao Desfile* (1984) analisando seus processos históricos e ritualísticos. Na análise das imagens e construção de identidades imagéticas carnavalescas, Guimaraes, *A Batalha das Ornamentações, a Escola de Belas Artes e o carnaval Carioca* (2006) e Correa, *As múltiplas faces da comissão de frente da escola de samba no contexto da opera de rua (1928-1999)* e na construção de enredo e performances, Farias *O enredo de escola de samba* (2007) e Fernandes, com *Escolas de Samba: Sujeitos celebrantes e objetos celebrados* (2001). Estas e outras pesquisas fornecem um amplo panorama da importância que as escolas de samba conquistaram no meio acadêmico e a multiplicidade de questões que elas ainda despertam.

Entendendo e observando o cenário do carnaval e em especial das escolas de samba do Rio de Janeiro, percebe-se as transformações dessa manifestação popular num objeto de estudo acadêmico e mercadológico assim como sua estrutura funcional e organizacional.

A constatação de que o carnaval passou a ser tratado como mercadoria nas últimas décadas não é uma novidade. Isso já foi apontado pelos próprios membros das agremiações, como também por estudiosos do tema. Não por acaso, as últimas décadas estão inseridas em um momento histórico específico do capitalismo: o regime de acumulação integral. Partimos do pressuposto de que a mercantilização das relações sociais se intensificou no regime de acumulação conjugado (intensivo-extensivo) e, principalmente, no regime de acumulação integral (Viana, 2015, p.15; Ferreira, 2018, p.13).

Para melhor entender esse processo de mercantilização das escolas de samba, se faz necessário em primeiro, desenhar a evolução e / ou construção histórico social das escolas de samba do Rio de Janeiro.

As escolas de samba do Rio de Janeiro, são agremiações recreativas que sempre despertaram a atenção e a curiosidade dos cientistas sociais. São expressões culturais oriundas das camadas pobres das favelas e subúrbios carioca. Participam desde os anos de 1920 dos

desfiles de carnaval cariocas, cantando e dançando a modalidade samba, tipificada como samba enredo, apoiada por uma estrutura cenográfica-

No Rio de Janeiro do início do Século XX, as camadas pobres urbanas não tinham muitas opções de lazer e cultura e, no afã de um ideal modernizador que reconfigurou o espaço urbano, foram geograficamente levadas ao subúrbio e as favelas, principalmente.

Essa massa pobre urbana, de grande maioria negra, era marginalizada da vida social e do trabalho produtivo por ideias racistas e eugênicas que perpassaram o centro decisório da política, desde a Primeira República até a Era Vargas. Suas manifestações culturais e religiosas eram duramente reprimidas e criminalizadas pelo estado brasileiro, reduzindo drasticamente suas possibilidades de expressão.

O samba seria o elemento que diferenciaria as escolas de samba de outras formas de organização carnavalesca. Quando falamos de samba, não estamos tratando apenas de um ritmo, mas sim de uma cultura musical que se desenvolveu sobretudo nos morros cariocas, como consequência das reformas urbanas de racionalização do espaço promovidas no início do século XX.

Em um contexto pós-abolição em que as manifestações culturais e religiosas dos negros eram duramente recriminadas e reprimidas o samba carioca encontrou uma brecha para se desenvolver através da legalização dos cultos de origem africana. Beneficiando-se da incapacidade das autoridades de distinguir os toques religiosos e a batucada do samba, os sambistas encontraram nos terreiros o espaço para produzir sua arte. Com a liberdade de culto garantida por lei, o samba cresceu nesse contexto e tinha nos terreiros das ‘Tias’, mães de santo em grande parte oriundas da Bahia, na Pequena África o seu principal reduto (Cabral, 1996, p.7).

Diante desse cenário, as escolas de samba surgem no Rio de Janeiro no início da década de 1920, elas têm como predecessores três grupos carnavalescos nitidamente estratificados por camada social. As Grandes Sociedades eram compostas pelas elites, os Ranchos Carnavalescos eram organizados pela pequena burguesia carioca, já as classes populares se agrupavam em torno dos Blocos Carnavalescos, e tinham suas bases nos morros e subúrbios cariocas (Cavalcanti, 1994, p.43; Araújo *et al*, 1991, p.11).

As escolas de samba surgem da rua no seio dos blocos carnavalescos e aos poucos vai agregando em seu interior indivíduos de classes sociais distintas propondo novas formas de sociabilidade urbana (Cavalcanti, 1998, p.64).

Nos anos de 1950 se inicia a expansão das bases sociais das escolas de samba e se

consolida o padrão hegemônico do desfile, o que se verifica com o aumento da participação das camadas médias e com o início da comercialização do desfile na década de 1960. (Cabral, 1996, p.8)

A partir da análise do processo histórico de concepção das Escolas de Samba, perceber-se que o período em que as agremiações carnavalescas sobreviveram sem investimentos financeiros de entidades externas ao “mundo do carnaval” é muito curto. Portanto, ao analisar o início do processo de mercantilização das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, seria infundado buscar uma pureza dos desfiles, assim como apresenta Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2008, p. 23) ao dizer que “o acesso a uma ‘tradição popular pura’ é humanamente impossível (...) as ideias de autenticidade e pureza comportam problemas, a cultura popular é, e sempre foi, essencialmente diversa”.

As discussões desenvolvidas por Bakhtin (1999) na sua obra “A cultura popular na Idade Média e Renascimento” onde, desenvolve reflexões sobre a cultura popular e as suas formas de transgressão, principalmente através do riso nas manifestações do carnaval, dão origem ao entendimento da singularidade entre as culturas, isto é, as manifestações da cultura popular e da cultura dita oficial se relacionam nas experiências de sua materialização no cotidiano social. Não existem, assim, formas puras de manifestação cultural, tanto da cultura popular quanto da dita oficial, apesar de suas respectivas representações darem significado ao lugar das classes sociais nas sociedades.

Em “O mistério do Samba”, Hermano Vianna, falando sobre a gênese do samba nos diz que (...) foi uma resposta criativa, de gênios populares, estimulados por uma demanda de intelectuais de elite, interessados em organizar normas, valores, o imaginário social e a identidade nacional”.

Entretanto, o caráter pedagógico das Escolas de Samba não se limitava a ser apenas formas de exaltação a heróis nacionais e políticas de promoção ideologia. As agremiações tornaram-se fontes de descobertas históricas.

Através deste aspecto “pedagógico” das Escolas de Samba, foi possível, enfim, introduzir com mais clareza a discussão sobre o início do processo de mercantilização do desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro.

### **O Processo econômico mercantil e a ebulição no cenário das escolas de samba**

Para Jupiara e Otavio, 2015, a década de 1970 é marcada pelo estreitamento das relações entre o jogo do bicho e as escolas de samba, em que o mecenato do jogo do bicho levou a uma racionalização da administração da escola e da produção do desfile. Movidos pela

competitividade crescente entre as escolas, ideias como mercantilização e profissionalismo passam a fazer parte do vocabulário do carnaval carioca e forjam um novo modo de se "fazer carnaval".

Nesse mesmo período, o neoliberalismo econômico ganha lugar nas economias mundiais, substituindo as medidas do modelo keynesiano (que defende a intervenção do Estado na organização econômica de um país), apoiando os princípios capitalistas. Esse modelo, objetiva estimular o desenvolvimento econômico, a ênfase principal é a não interferência do Estado na economia.

Também nesse período, as Escolas de Samba, passaram a deter maior independência financeira em relação aos recursos estatais, e começam a caminhar “pelas próprias pernas”. Ao se conquistar essa independência, inaugurou-se um novo estágio dos desfiles. As escolas se afastaram da “liberdade vigiada” do governo e adquiriram o livre arbítrio em suas opções. Esse novo período marca o início do processo de Mercantilização dos desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. (Cabral, 2007, p. 7; Cavalcanti, 2008, p.22)

Estudos diversos apontam, que no ponto de vista artístico, a inclusão da contravenção possibilitou a ampliação das oportunidades. Entretanto, ao mesmo tempo, fortificou-se o caráter competitivo entre agremiações e se fortaleceu uma desigualdade de forças entre as Escolas de Samba, visto que poucas eram beneficiadas pela presença da contravenção.

Logo, para que pudessem galgar condições de competir pelo título de campeã do desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, as agremiações fortaleceram a busca por novas formas de captação de recursos e, assim, abriu-se caminho, mesmo que de maneira lenta e gradual, para a transformação da manifestação cultural em celebração da Indústria Cultural.

A partir da leitura do artigo “Indústria Cultural: Revisando Adorno e Horkheimer” (Costa et al; 2003) e de “A Indústria Cultural Hoje” (Durão et al, 2008, p. 7) é possível identificar que o conceito de Indústria Cultural foi desenvolvido pelos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer no livro “Dialética do Esclarecimento”. Ambos os teóricos faziam parte da Escola de Frankfurt, escola de teoria social interdisciplinar formada por diversos pensadores que tinham como fim realizar uma leitura crítica dos conceitos marxistas, já que visualizavam as correntes de pensadores que seguiam os conceitos de Karl Marx como meros perpetuadores de teorias. Não havia reflexão em torno das ideias do materialismo histórico.

Ao desenvolver o conceito de Indústria Cultural, Adorno e Horkheimer acreditavam que não era possível realizar análises a respeito das ideologias limitando-se, apenas, ao estudo das doutrinas políticas vigentes. Para eles, era necessário se ampliar às reflexões, passando a

observar também as formas simbólicas que estão presentes no mundo social, tendo em vista a importância das relações nas sociedades e as maneiras nas quais se produz e se intensifica a massificação dos indivíduos. O desenvolvimento da comunicação em massa, para os teóricos, resultou em um impacto fundamental sobre as ideologias nas sociedades modernas.

A concepção do conceito de Indústria Cultural está inserida em um contexto histórico nas quais várias transformações vinham ocorrendo na sociedade, com destaque aos aspectos econômicos e políticos. Um regime totalitário vigorava no país de origem dos filósofos: o Nazismo alemão. Eles perceberam que toda a arte produzida no país era voltada para esse sistema político, havendo, portanto, uma cultura “industrializada” de controle ideológico (Durão et al, 2008, p. 34).

Rodrigo Duarte (2008) observa que a manipulação das individualidades dos homens pela Indústria Cultural é tão intensa que os bens culturais tornaram-se formas de estabelecimento de relações sociais. É comum se visualizar em espaços públicos o estabelecimento de contato entre desconhecidos através de comentários sobre programas televisivos produzidos para as massas, como novelas e *reallity shows*.

Para Duarte (2008), a Indústria Cultural consegue aliar cultura à economia, tendo como ação principal a desconstrução da autonomia subjetiva dos indivíduos sendo também responsável, por condicionar os aspectos mais subjetivos à estrutura social, enquadrando o homem como massa e, desta forma, ele passa a ser identificado como um indivíduo de subjetividade neutra, que tem como função principal assimilar o que é reproduzido pelo capital. A Indústria Cultural é responsável por proporcionar a coisificação do indivíduo.

Duarte também, observa que a partir das discussões sobre o conceito de Indústria Cultural e da massificação dos consumos culturais promovida por ela, que a arte corre o risco de perder três principais características, a saber: a sua expressividade, o trabalho de criação e a experimentação do novo.

Segundo a filósofa, a expressividade das obras de arte é perdida devido à excessiva reprodução e repetição das obras. Já o trabalho de criação se desgasta, pois as criações se tornam eventos para o consumo. E no que se refere à experimentação do novo, as obras tornam-se apenas consagrações dos que já foi consagrado pela moda e pelo consumo, em suma, tornam-se repetitivas.

Valendo-se dos conceitos de Indústria Cultural é possível fazer uma análise do processo de mercantilização dos desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

## **Da Indústria Cultural a Indústria da Folia – O Processo Capital**

A estrutura de uma organização é de grande relevância para o alcance de objetivos preestabelecidos, que é a forma pela qual as atividades são divididas, organizadas e coordenadas.

Para se organizar uma Escola de Samba, é necessário um bom administrador, que nesse caso, precisa ter pulso e coerência para planejar, acompanhar, organizar e controlar o trabalho desenvolvido dentro e fora da “Indústria da Folia”.

O Carnaval, se tornar um grande espetáculo que sensibiliza milhões de pessoas mundo afora, se faz necessário a interação de inúmeros profissionais de diferentes formações e competências que, em conjunto com um bom modelo de gestão, dá ao evento toda a sua suntuosidade.

A estrutura organizacional, a visão estratégica e o comprometimento com a administração das Escolas de Samba são constituídos por agentes econômicos, sociais e culturais.

O sucesso deste nicho da indústria cultural pode ser mensurado através da movimentação financeira que atrai grandes nomes e marcas, o mercado publicitário e também pela geração de empregos. Tal sucesso mais tarde se revelaria prejudicial à festa carnavalesca, em entrevista à revista veja Luiz Antônio Simas fala que:

A virada dos anos 2000 foi terrível. O pior momento da história das escolas foi exatamente quando o dinheiro entrava fácil nas escolas. Nessa época, as agremiações foram cooptadas por uma lógica do mercado e de turismo. Os enredos eram basicamente propaganda. Quando o dinheiro começou a sumir, o nível dos enredos melhorou muito. Leandro Vieira só conseguiu fazer um enredo extremamente politizado na Mangueira em 2019 porque não havia patrocínio. (SIMAS, 2020, p. 67)

Uma Escola de Samba é um empreendimento na área de cultura, sem fins lucrativos, que presta serviços de resgate e preservação da identidade cultural das comunidades envolvidas. Não visa lucro e sim ganhos em resultados de sua atuação na área cultural. As Escolas de Samba vendem sua imagem como um produto de responsabilidade social e investimento cultural (LIESA, 2009, p.1).

E esse empreendimento, que antes era apenas um modelo de identidade nacional, agora também passa a gerar lucro e ser uma fonte de produção de geração de trabalho.

Nos aspectos históricos-sociais, antes mesmo da mercantilização, a diferenciação das escolas já havia ocorrendo, na virada da década de 1950 para a década de 1960, algumas das principais transformações ocorrem no seio das escolas de samba, sobretudo a principal delas: a

transformação do carnavalesco.

“Carnavalesco” é um termo de várias aplicações: aquele que gosta de carnaval, folião, coisas relativos ao carnaval, e recentemente designa um profissional com atribuições específicas, que trabalha no âmbito do carnaval. Seu antepassado era o chamado “técnico”, que possuía atribuições idênticas e elaborava os desfiles das Grandes Sociedades e Ranchos Carnavalescos, manifestações populares do carnaval do Rio de Janeiro no século passado e deste século. Estas entidades contavam com a participação de artistas plásticos e cenógrafos, constituindo os primeiros núcleos de formação profissional técnica e artística carnavalesca. (GUIMARÃES, 1995, p. 47)

Trata-se de uma transformação primordial por ter induzido a diversas outras transformações que, por um lado, ajudaram a alçar os desfiles a um espetáculo de repercussão mundial e, por outro, alteraram significativamente a organização, a estrutura e os sentidos do espetáculo.

Em “Carnavalescos das escolas de samba cariocas - Origem, resistência e afirmação de um profissional” Guimarães, 1995, já apresenta a escola de samba Acadêmicos do Salgueiro como uma grande responsável pelas inovações e controvérsias no carnaval, quando em 1959 convidou dois artistas plásticos para a confecção da parte artística visual de seu desfile, até então, cabia aos próprios componentes das escolas de samba o papel de confeccionar as fantasias e alegorias que seriam apresentadas na avenida, mas no carnaval de 1959, com o convite ao casal Marie Louise Nery e Dirceu Nery, esses se tornariam os primeiros profissionais com qualificação técnica específica, quando então temos a constituição de um novo profissional, o “**carnavalesco**”.

A agremiação tijuicana (Acadêmicos do Salgueiro), é sem sombra de dúvidas um grande marco para a transformação desse profissional, poderia dizer, que ela foi não apenas uma escola de samba, mas também uma escola de formação de carnavalescos, como corrobora Guimarães. Isso porque, na década seguinte, 1960, chega na agremiação o cenógrafo e também professor da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o artista Fernando Pamplona, que na época também era cenógrafo do Teatro Municipal.

Pamplona, transforma o Salgueiro, indiretamente, num grande projeto de extensão da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), isso porque, além do próprio, ele convida o figurinista Arlindo Rodrigues e o também professor Escola de Belas Artes o desenhista e aderecista Nilton Sá. Com esse cenário formado, Pamplona, convida alguns de seus alunos a participarem, dentre eles Rosa Magalhães e Maria Augusta Rodrigues.

O sucesso dessa empreitada é imediato e a escola, que até então jamais tinha vencido, obtém entre 1960 e 1969 quatro títulos, dois vice campeonatos e três terceiras colocações. Esse sucesso se torna referência de forma a influenciar as demais escolas a valorizar mais o aspecto

visual e buscar profissionais capazes de pensar, produzir e gerenciar a construção dos desfiles a partir de uma nova concepção estética.

Esse é um momento de reformulações estruturais, econômicas e principalmente políticas, é um momento de reformulação da própria estrutura das agremiações e do próprio desfile com o ingresso dos mecenas na cena das escolas de samba.

Oriundos, na sua maioria, dos aparelhos da ditadura, como diz Jupiara, 2015, esses mecenas, trazem um modelo muito parecido com o *Laissez-faire* (expressão francesa que significa literalmente "**deixar fazer**"), nesse caso seria, o deixa fazer o carnaval, o projeto a ser apresentado pela agremiação, e assim também se tornar cada vez mais competitiva, atraindo mais investidores (patrocinadores) para a agremiação, melhorando de vez a relação dos mecenas com a agremiação, essa fórmula de "**deixar fazer**" é considerada um **símbolo da economia liberal** defendida pelo capitalismo.

De acordo com o liberalismo econômico, o Estado deve "deixar o mercado fazer", sem interferir no funcionamento deste, se limitando apenas a criar leis que protejam os consumidores e os direitos de propriedades, incorporando e/ou analisando as escolas de samba por essa luz, os mecenas passam a ter essa filosofia, dentro das escolas de samba.

Sob essa ótica filosófica dos mecenas, as escolas de samba, também objetivando o êxito do Salgueiro, expresso na conquista do título, passam a promover uma espécie de reformulação em suas organizações, e a primeira mudança é no visual.

Visual e competitividade estão interligadas e o modelo, apresentado pelo Salgueiro, salta aos olhos dos mecenas, que trazem para seu "time" esse profissional acadêmico, o carnavalesco ganha status de diferencial das escolas de samba.

Para alguns, essa ascensão do carnavalesco, não foi bem vista, uma vez que se caracteriza como um afluxo e uma adesão maciça das camadas médias urbanas a uma manifestação até então mais marcadamente popular. (Cavalcanti, 1998, p. 54)

Mas é portanto, com essa ascensão do carnavalesco, que passamos a ter uma diferenciação das escolas de samba, respeitando suas tradições e principalmente os estilos e formações de cada artista, que passam a responder pelo visual apresentado pela escola de samba, nesse cenário, teremos Joazinho Trinta, que passaria a traçar um modelo visual e uma narrativa de ostentação na Beija Flor de Nilópolis, Arlindo Rodrigues com um requinte indiscutível a temas ligados a narrativa histórica e visual barroco na Mocidade Independente de Padre Miguel, ambas com a presença de mecenas em seu corpo administrativo, e na contramão dos mecenas, mas com objetivo em partilhar essa nova conjuntura do cenário das escolas de



samba, teremos a quase desconhecida União da Ilha do Governador, que tinha ascendido a elite do carnaval carioca no ano anterior, a aposta era a mesma, transformar a escola, moldar seu visual, ser competitiva mas com um diferencial, essa agremiação não possuía um mecenas, mas como todo empreendimento, ela já se encontrava no novo modelo, a mercantilização do carnaval em busca de lucro, e para isso, traz a artista plástica e professora Maria Augusta Rodrigues para desenvolver seus carnavais na busca de uma possibilidade de competição.

## **Conclusão**

Ao longo do tempo, as escolas de samba, mesmo que marginalizadas a luz da cultura erudita, continuam sendo uma grande vitrine para expressão artística, social e política, estão fixadas como o pilar da cultura popular carioca e brasileira, mesmo tendo sofrido interferências internas e externas. Seus desfiles passaram por grandes modificações ao longo deste tempo, seja por motivos administrativos ou por mudanças estéticas no visual plástico.

Desde o meado dos anos 20 até os dias de hoje, as agremiações, apesar destas influencias continuam a cumprir seu papel social, refletindo em seus desfiles as mudanças sociais de cada período, dando voz e vez ao folião e ao artista de carnaval, continua ainda hoje com aspecto pedagógico e didático na narrativa de seus enredos, proporcionando inclusão, trazendo discussões salutares e necessárias a sociedade brasileira, inclusive dando visibilidade internacional a alguns assuntos do nosso cotidiano.

A potência dos desfiles das escolas de samba fica evidente, principalmente quando em momentos sombrios da nossa história, utilizam este grande mecanismo de fala às massas, para retratarem / divulgarem, mesmo que de forma impositiva uma visão distorcida, como por exemplo ocorreu nos carnavais de 74 a 76 na Beija Flor de Nilópolis com seus enredos encomendados pelos militares para descrever um ufanismo a seus governos.

As escolas de samba são sem sombra de dúvida, a narrativa clara de um Brasil agrário que se moderniza a cada instante e que traz em seus modelos gerenciais o reflexo de nossa política econômica vigente, trazendo a lógica neoliberal para o processo da competição carnavalesca.

Essa adequação, a um novo modelo econômico adotado, traz alguns desconfortos as escolas, como por exemplo se adequar aos modelos impostos pelas emissoras de televisão (um dos maiores consumidores do produto) além de uma necessidade, a todo momento em superar a cada ano o espetáculo apresentado, afim de permanecer no mercado da concorrência entre as primeiras colocações, visando uma melhor arrecadação financeira para o próximo ano, se assim

podemos ressignificar esse modelo atual.

Nessa luta constante do consumo imediato/imediatista das escolas de samba, o dinheiro/capital, traz a mercantilização e essa a importância e necessidade de uma projeção de uma identidade visual competitiva a cada ano; sendo assim, para que esse processo visual possa ocorrer com maestria, a presença do artista denominado oficialmente como carnavalesco, ou como alguns gostam de chamar “design carnavalesco ou do carnaval”, que atua fisicamente como um grande diretor de arte.

O modelo neoliberal fundamentado nos princípios do *Laissez-faire* passam a fazer parte ativa do processo de criação das escolas de samba a filosofia do *Laissez-faire* que é considerada um **símbolo da economia liberal** defendida pelo capitalismo, passa a fazer parte da filosofia administrativa/econômica das escolas de samba; nos dias atuais, as escolas de samba passaram a ser um grande palco para o artista popular, poderia aqui ressignificar esse profissional carnavalesco como um grande artista pedagógico da folia, porque ele traz para si a responsabilidade não apenas de um visual competitivo, mas também de um visual uma narrativa que tenha um impacto social forte, a arte sempre teve e sempre terá esse objetivo impactante social, vimos isso na semana de 22, e nas escolas de samba não poderiam ser diferente, o carnavalesco é um artista que se comunica com o grande público, é um artista de massa para a massa.

## Referências

CABRAL, S. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

CAVALCANTI, M, L, V, C. *O rito e o tempo: ensaios sobre o carnaval*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CORRÊA, Elizeu de Miranda. *As múltiplas faces da comissão de frente da escola de samba no contexto da ópera de rua (1928-1999)*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

FARIAS, Júlio César. *O enredo de escola de samba*. Rio de Janeiro: Litteris, 2007.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados, Rio de Janeiro, 1928-1949*, Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, A, C. *Mutação de valores e mercantilização das escolas de samba paulistanas no capitalismo contemporâneo*. Aurora, Marília, v.11, n. 1, p. 95-118, Jan./Jun., 2018.

FERREIRA, Felipe. *Inventando Carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro. *A batalha das decorações: a Escola de Belas Artes e o carnaval carioca*. Tese (doutorado) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro. *Carnavalescos das escolas de samba cariocas - Origem, resistência e afirmação de um profissional*. INTERFACES Ferramenta de Leitura, 1995.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas*. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p.

JUPIARA, A; OTAVIO, C. *Os porões da contravenção. Jogo do bicho e ditadura militar; a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2015. ISBN 978-85-01-10715-2.

LEOPOLDI, J. S. *Escola de samba, ritual e sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1978.

SIMAS, LUIZ ANTONIO. 7.ed. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020 ISBN: 978-85-200-1392-2.

VAZ, ALEXANDRE FERNANDES; ZUIN, ANTÔNIO; DURÃO, FABIO AKCEL RUD. *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Bomtempo, 2008 ISBN: 9788575591239.

# **A NECROPOLÍTICA E O ESTADO DE EXCEÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE SEU PROCESSO HISTÓRICO ATÉ O CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**

Álvaro Ribeiro Nicotti, graduado em Educação do Campo, Ciências da Natureza UFRGS

Jonas José Seminotti, professor do Dept. Interdisciplinar e do Mestrado em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento UFRGS

**Resumo:** Achille Mbembe é um filósofo e cientista social camaronês responsável por cunhar o termo necropolítica. Traz o entendimento de Estado, soberania e política sob a ótica de Biopoder. Uma política de estado que tem em suas raízes nas invasões europeias nas Américas e na escravidão, mas que se perpetua como prática dos estados contemporâneos na forma de definir quem deve viver e quem deve morrer. Assim, este artigo se propõe a fazer um texto teórico fundamentando a necropolítica, seu processo histórico e o contexto de pandemia de covid-19 do Brasil no governo de Jair Bolsonaro.

**Palavras-chave:** Necropolítica; Estado de Exceção; História, Pandemia.

## **Introdução**

Achille Mbembe é um filósofo e cientista social camaronês responsável por cunhar o termo necropolítica. Traz o entendimento de Estado, soberania e política sob a ótica de Biopoder. Uma política de estado que tem em suas raízes as invasões europeias nas Américas e na escravidão, mas que se perpetua como prática dos estados contemporâneos na forma de definir quem deve viver e quem deve morrer. Assim, este artigo se propõe a fazer um texto teórico fundamentando a necropolítica, seu processo histórico e o contexto de pandemia de covid-19 do Brasil no governo de Jair Bolsonaro.

No primeiro capítulo, faço uma abordagem teórica sobre a definição e conceito de necropolítica na perspectiva de Mbembe e autores que dialogam com o mesmo. Já no segundo capítulo, faço uma descrição histórica, a partir do próprio Mbembe, onde o este constrói a materialização e solidificação da necropolítica no desenrolar da História, abordando desde a escravidão nas colônias americanas até as guerras contemporâneas e os governos de extrema direita que emergiram pelo mundo a partir da segunda década do século XXI.

No terceiro capítulo apresento o fascismo, o autoritarismo e o bolsonarismo como ideologias de governo baseados na negação à ciência e na banalização da morte no contexto de pandemia. Nesta parte, além de trazer teóricos que dialogam com a temática, por se tratar de um momento recente e por ainda estarmos vivendo o mesmo, entendi ser necessário também a utilização de algumas reportagens para ilustrar determinadas situações e fatos.

Por fim, no capítulo de considerações finais, faço uma abordagem geral sobre a necropolítica, mas sob uma ótica mais pessoal, trazendo fatos históricos recentes relacionados a geopolítica, no caso dos conflitos modernos do século XXI, bem como o contexto histórico

recente do Brasil. Em relação a este último tema, apresento um breve cronograma histórico para ilustrar o momento que o país está passando neste início de século XXI, que culminou na sintonia de uma das maiores crises sanitárias de sua história com um governo fascista, ultraliberal e negacionista.

### **Achille Mbembe e a Necropolítica**

Achille Mbembe é um filósofo e cientista social camaronês responsável por cunhar o termo necropolítica. Além disso, traz o entendimento de Estado, soberania e política sob a ótica de Biopoder. O conceito de Biopoder, como percebido por Michael Foucault, se define como:

uma tecnologia de poder que se estabelece como condição histórica a partir da qual os estados modernos são fundados. Uma lógica onde a política, entendida como controle, distribuição e a determinação da vida é gerada a partir de classificações biológico e formas de regulação (saúde, higiene, nascimento, longevidade, raça). (MCGRAGOR, 2013, p.12)

A partir desta perspectiva de biopoder que Mbembe define a prática dos Estados contemporâneos como estados de exceção, que utilizam de sua soberania e poder para definir a morte e a vida na sociedade moderna. Em sua obra *Necropolítica*, o filósofo desenvolve a noção da “ideia de que a soberania na atualidade consiste no poder e na capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer. Matar ou deixar viver são os aspectos centrais de seu ensaio” (BOMTEMPO, 2020).

Portanto, o estado de exceção se tornou o ponto chave de como podemos entender a imposição da soberania dos Estados contemporâneos. A exceção deve ser classificada como regra da necropolítica. A necropolítica é o estado de exceção e a relação de inimizade entre sujeitos, tornando “base normativa do direito de matar” (MBEMBE, 2018).

Esse direito de matar legitimado produz de forma eficaz vidas descartáveis a luz da razão. É justamente neste ponto que Mbembe aprofunda sua definição sobre o que é necropolítica e discrimina em três eixos centrais, descritos de forma pontual por Mcgragor:

- 1) O contexto em que o que geralmente tomamos como o estado de exceção tornou-se normal;
- 2) O projeto central é a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos e populações humanas consideradas descartáveis ou supérfluo;
- 3) O governo se refere ou apela continuamente para a emergência e para uma noção ficcionalizada ou fantasmática do inimigo.

Assim, é necessária uma narrativa para se legitimar, perante a sociedade, o direito de matar por parte do Estado. O fascismo, o racismo, o autoritarismo, a invenção de inimigos

imaginários e o discurso *nós contra eles* são exemplos dessa intenção de legitimação da necropolítica através do estado de exceção.

Porém, esta prática de soberania em que se conceitua na “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE), não é novidade dentro do nosso processo histórico. O estado de exceção, o estado como instituição legítima para escolher quem morre e quem vive, esteve presente nas colônias americanas e, mais recentemente, nos Estados nazista e fascista da primeira metade do século XX que, com sua índole destrutiva, impulsionaram a Segunda Guerra Mundial.

### **A necropolítica na História**

A necropolítica como soberana e com condições de impor a escolha de quem deve viver e quem deve morrer ou, quem faz parte da civilização ou quem é considerado selvagem, tem suas raízes na época da colonização/invasão europeia nas Américas. A escravidão, a exceção e, principalmente, a ocupação dos espaços ditavam o Direito. Nesta época, portanto, o espaço se apresentava como “a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto (MBEMBE).

Na dicotomia entre o civilizado e o selvagem, que nada mais é que uma das essências da narrativa do necropoder, tem no período colonial uma particularidade: a escravidão. Navios lotados oriundo da África desembarcaram nas colônias americanas abarrotadas de negros escravizados para trabalharem nas grandes plantações. É a partir desta relação do europeu com o escravizado negro que Mbembe conceitua a necropolítica baseada no necropoder, quando afirma que a condição de escravo “resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral)”.

No entanto, dentro do processo histórico civilizatório ocidental, é possível trazer outros exemplos de necropolítica e biopoder, como os regimes fascistas e nazistas da primeira metade do século XX. Apresentando formas diferentes da escravidão nas colônias americanas dos séculos XVI ao XIX, mas não menos nefastas, estes regimes impuseram mortes a minorias e, inclusive, genocídio histórico, como ocorrido com os judeus nas mãos dos nazistas alemães. Acerca do regime nazista e sua contribuição para a consolidação da necropolítica na civilização humana, o filósofo Mbembe afirma que:

Por uma extrapolação biológica sobre o tema do inimigo político, na organização da guerra contra os seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo

seus próprios cidadãos à guerra, o Estado nazi é visto como aquele que abriu caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da “solução final”. (MBEMBE, 2018, p. 128).

Esta consolidação do direito de matar parece ter se consolidado, principalmente quando analisamos os fatos históricos ligados à conflitos, guerras, genocídios e assassinatos neste início de século XXI. Os Estados já não procuram ocupar mais espaços, eles aniquilam em prol de apropriação de recursos naturais. Quanto a guerra, inclusive, ela parece ter ganhado contornos mais cruéis e sofisticados, como descrito abaixo:

Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias (MBEMBE, 2018, p. 141).

Quando o alvo passa a ser a população civil desarmada; quando um míssil é lançado em uma usina elétrica, mas atinge um hospital infantil matando dezenas de crianças e as *senhores da guerra* afirmam que este é um mal necessário, temos a banalização da morte. Contudo, esta banalização da morte, também é vista nas novas formas de colonização. A chamada colonização contemporânea:

a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de várias poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. (...)A forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina. (MBEMBE, 2018, p.142)

Pois a neocolonização que ocorre no território da palestina está vinculada a todos os aspectos que envolvem e caracterizam a necropolítica com base no biopoder. A questão da ocupação de espaços, de diferença religiosa, de raça, de poder aquisitivo e poder econômico e cultural. Esta discrepância, somado a fatos históricos peculiares envolvendo dois povos distintos gera legitimidade no direito de matar de forma discriminada, alimentando e prolongando um conflito em um tempo eterno. Em relação banalização da morte e a violência na região, Mbembe elucida que:

Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”... interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer;... ossos quebrados; tiroteios e fatalidades – um certo tipo de loucura. (MBEMBE, 2018, p. 146)

Por fim, chegamos no Brasil do biênio 2020/2021. Sob um governo negacionista, o país enfrenta sua pior crise sanitária de sua história: a pandemia de covid- 19. Pandemia que até o

momento que este artigo é escrito já matou mais de meio milhão de pessoas. Para completar o quadro não existem ações propositivas concretas para seu combate efetivo agonizando grande parte da população, levando miséria, fome e desequilíbrio emocional.

### **O Bolsonarismo e o contexto da pandemia**

No ano de 2019 assume a presidência do Brasil Jair Messias Bolsonaro (sem partido). Fruto de uma campanha política atrelada ao discurso de ataque aos seus opositores e a quem pensa diferente, criando inimigos imaginários que supostamente ameaçavam a soberania nacional e pendurado na narrativa anticorrupção. Desta forma, a extrema direita brasileira foi se introduzindo “na sociedade brasileira sem alardes e na adesão da linguagem populista conservadora, que, retomou flerte direto com discursos característicos do fascismo universal.” (SILVA JR. E FARGONI)

O fascismo universal teve o modelo clássico na primeira metade do século XX na Itália, tendo como seu líder Mussolini que, aliado ao regime nazista alemão, formaram o Eixo e buscaram implantar sua soberania na Europa na Segunda Guerra Mundial. Neste fascismo clássico, “não há lugar para igualdade, visa a meritocracia e o Estado exerce autoridade total sobre a população. No fascismo não há democracia, pois ela é exaurida da conjuntura social”. (SILVA JR. E FARGONI)

No entanto, o que temos hoje em diversos países não é simplesmente este fascismo clássico, mas uma ideologia fascista. “O fascismo como corrente ideológica e política foi e está viva podendo ser observada em governos que não se dizem fascistas, mas que adotam algumas ou todas as mesmas práticas” (Silva Jr. e Fargoni, 2020). No caso do Brasil, a conquista do poder pela extrema direita, através da candidatura de Bolsonaro, viabilizou colocar em prática ações fascistas que, com o desenrolar de seu governo, ganharam, inclusive, uma denominação própria: o Bolsonarismo. Segundo Fargonio e Silva Junior, no Bolsonarismo: “os discursos são ambíguos e sempre carregados de muito ódio, mas são precisos porque fazem a população sentir-se ameaçada no mesmo tempo que se vendem como soluções contra o inimigo dela. Inimigo, criado pela própria narrativa fascista”. (SILVA JR. E FARGONI, 2020, p.14)

Esta característica exemplar do caricato fascista, que anda de mãos dadas com o projeto de necropoder, já bem definido por Mbembe, existe no discurso de Bolsonaro fazem anos. Fergoni e Silva Junior trazem uma fala do atual presidente em uma grande rede de rádio e televisão no final da década de 1990:

“Me desculpa, mas através do voto, você não vai mudar nada nesse País. Só vai mudar, infelizmente, quando partirmos para uma guerra civil aqui dentro.



E fazendo um trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30 mil. Começando com o FHC. Se vai morrer alguns inocentes? Tudo bem!" (BOLSONARO, 1999).

Esta fala do atual presidente brasileiro é um exemplo bem cristalino de um líder que impões em seu governo uma soberania baseada na necropolítica e no necropoder. Contudo, a transparência do fascismo de um governo nefasto e negacionista se dá quando se oficializa a pandemia de Covid-19, ocasionado pelo novo-coronavírus, no início do ano de 2020. Neste contexto:

Bolsonaro repete aos quatro ventos a teoria de que há, no Brasil, um plano comunista para destruir a nação e discorda incessantemente de órgãos e pessoas públicas como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU) entre outras instituições científicas que sobre os problemas sociais, ambientais e educacionais do Brasil, além de tratar com desdém a vida humana ao dizer em plena pandemia da COVID-19 que a doença é “uma gripezinha” ou quando perguntado foi sobre as mortes respondendo: “E daí!”. Mais uma vez aparece o negacionismo como um eixo central do Bolsonarismo. (SILVA JR. E FARGANI, 2020, p.14).

Além do discurso de menosprezo para com o vírus e a propagação de notícias mentirosas e imposição de tratamento precoce para a doença com nenhuma confirmação científica, o governo de Jair Bolsonaro colocou em prática o descaso com as *minorias* do país, quando adotou a “negligência com a cultura dos povos indígenas e, recentemente, os vetos de diversas medidas destinadas à saúde desses cidadãos, e também dos quilombolas, no combate à pandemia de Covid-19. (FERRARI et. al., 2020)

A título de exemplo, numa palestra para aproximadamente 300 pessoas no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, na condição de pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro falou assim: "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles"(BOLSONARO, 2017). Este tipo de colocação, por parte do presidente brasileiro, reforça bem o que se define por fascismo, ao deixar claro que nesta ideologia o autoritarismo e o desprezo pela diversidade são a regra.

Em relação aos indígenas, o procedimento fascista não é diferente. Neste caso em específico, também existe uma questão econômica e de espaço envolvido que são as terras indígenas localizadas na Amazônia. Em relação a estes, o presidente Jair Messias Bolsonaro fez, em 1998, a seguinte afirmação: “Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios” (BOLSONARO, 2019).

Mas os indígenas e quilombolas não estão sozinhos no menosprezo e ataque do governo federal. As mulheres, gay e outros grupos considerado *minorias*, por não pertencerem ao grupo considerado “privilegiado pela natureza”, também estão sob ataque. Afinal, racismo, sexismo,

guerra, homofobia, fundamentalismo religioso são elementos constituintes do fascismo, do autoritarismo e do necropoder.

É assim que a necropolítica se materializa na forma de governar do Brasil no início da terceira década do século XXI. Um país assolado por uma pandemia de Covid- 19, altos índices de concentração de renda nas mãos dos poucos milionários do país, pobreza, fome, miséria e esgotamento psicológico.

### **Considerações finais**

A necropolítica é uma definição bem precisa da soberania do estado de exceção, onde este acaba tendo legitimidade para decidir quem deve morrer e quem deve viver. Outrossim, a necropolítica é visível nos atuais conflitos modernos, onde as nações não mais declaram guerras para ocupar territórios, mas sim para se *apropriar* de recursos naturais.

Nos últimos 20 anos, foi possível ver este tipo de conflito, que tem como característica a curta duração, o alto poder de fogo e de tecnologia para que, num curto espaço de tempo, o inimigo fosse aniquilado. Mas esse aniquilamento mata, por muitas vezes, a população civil. É essa morte de mulheres, crianças, enfermos e estudantes (vítimas de um míssil Tomahawk, por exemplo, e que o *senhor da guerra* comunica que se trata de um pequeno erro, mas que pelo tamanho da importância do conflito foi um mal necessário) que se naturaliza a necropolítica. A destruição do Iraque, cometida pelos EUA no início do século XXI e a intervenção impiedosa da OTAN na guerra civil da Líbia em 2011, são alguns dos muitos conflitos curtos, mas mortíferos, que não tinham a intenção de ocupação de espaço, mas sim a aquisição de poder e recursos naturais.

Mas como vimos, não só nas guerras a necropolítica se materializa, pois a onda neoconservadora que assumiu o poder em diversos estados do planeta também visibiliza a banalização da morte, inclusive no Brasil. Autoritarismo, racismo, sexismo, fundamentalismo religioso são as ferramentas de acesso ao poder por parte da extrema direita.

A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018 e sua política necrófila e fascista, é consequência de um processo de quebra institucional que criou corpo a partir do afastamento da presidente Dilma Rousseff em 2016. Desde então, políticas neoliberais, reformas constitucionais impopulares e um programa de recuperação econômica baseada no endividamento social, foram as ações das elites brasileiras que tomaram o poder. No entanto, este processo não foi uma característica peculiar do Brasil, foi um movimento identificado em diversas partes do mundo. Soma-se a isso, o discurso conservador e moralista se dilui nas ações neoliberais e formaram um prato cheio para a ascensão da extrema direita ao poder de diversos

países. E a extrema direita no poder nada mais fez do que escancarar a necropolítica e o necropoder que sempre existiram, mas que ganharam vozes ecoantes em todas as partes do planeta.

Mas o que ninguém (ou quase ninguém) contava era que no ano de 2020 o mundo viveria uma das maiores crises sanitárias de sua história: uma pandemia de covid-19. Enquanto escrevo este ensaio, são mais de 500 mil mortos pela covid-19 e milhões de pessoas infectadas no Brasil. Acrescenta-se aí o já mencionado governo negacionista defensor de tratamento precoce não comprovado pela ciência, política econômica ultraliberal, altos índices de corrupção e de fortes traços de um fascismo miliciano. Contudo, quem passa fome uma hora se revolta. E parece que alguns setores da sociedade brasileira estão acordando.

### **Referências**

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MAC GREGOR, Helena C. *Necropolítica: la política como trabajo de muerte*. Ábaco. Revista de Cultura y Ciencias Sociales, nº 78, 2013, pp. 23-30.

BOMTEMPO, V. L. *Achille mbembe e a noção de necropolítica*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Periódicos. V.11 n.22. 2020.

ILKA, Franco; SILVA, Eulália; GUERRA, Andréa. *Pandemia, necropolítica e o real do desamparo*. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* 23 (3) Jul-Sep 2020

FARGONI, Everton; SILVA JR, João. *Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais*. *Revista Eletrônica de Educação*, v.14, 1-26, e4533133, jan./dez. 2020.

# MODOS DE ESTRUCTURACIÓN SOCIAL Y AGRARIA EN LA REGIÓN DEL ALTO PARANÁ: LA FERIA FRANCA DE MONTECARLO, MISIONES- ARGENTINA (1998-2020)<sup>3</sup>

Amarilla Florencia, pertenencia Institucional: UNaM- FHyCS e-mail: florenciaamarilla.unam@gmail.com

**Resumen:** Este trabajo propone realizar –desde la perspectiva de la historia regional- una aproximación al estudio de las Ferias Francas en la provincia de Misiones, Argentina, en tanto región marginal y de frontera. Para el análisis, se pondera a la Feria Franca de la ciudad de Montecarlo. La delimitación temporal comprende desde la creación de este “mercado alternativo” en 1998 hasta el 2020, año atravesado por la pandemia del COVID- 19. El objetivo de esta comunicación consiste en reconocer e identificar la emergencia de los nuevos sujetos sociales e históricos en el agro regional nordestino, conocidos como *feriantes*. Con esta investigación pretendemos, además, abordar conceptos que posibiliten comprender las propuestas económicas y socioambientales de las ferias francas, y desarrollar nuevas interpretaciones que permitan análisis relacionales sobre diversas dimensiones de la misma. La hipótesis inicial de esta propuesta sostiene que los cambios históricos (particularmente durante las últimas décadas) en esta región transfronteriza incidieron en el surgimiento de nuevos actores sociales en el agro misionero, como los *feriantes*, al tiempo que condicionó a todos los sujetos sociales agrarios a redefinir sus estrategias económicas, sociales y políticas. La metodología cualitativa estructura esta ponencia. El análisis documental y bibliográfico se complementará con entrevistas a actores claves. La visita a la feria seleccionada como unidad de estudio representará otra instancia de obtención de información.

**Palabras claves:** Feriantes; Economía Solidaria; Agricultura Familiar.

## Metodología y estado de la cuestión

Plantaremos este trabajo desde la perspectiva regional<sup>4</sup> también presentaremos los conceptos que permitirán enriquecer los conocimientos sobre las Ferias Francas como estrategias socioproduktivas colectivas, es decir, identificaremos algunas categorías vinculadas a las Ferias Francas para aproximarnos a su estudio, algunas de ellas son: *Red de Poder, Desarrollo local, Desarrollo Sustentable, Economía Social, Soberanía alimentaria, Agricultura Familiar etc.*) mencionando a la vez a algunos de los referentes teóricos principales. Finalmente, realizaremos algunas referencias sobre la Feria Franca de Montecarlo.

La metodología adoptada consiste en el análisis bibliográfico y en la construcción y utilización de las fuentes orales (a través del trabajo etnográfico y la observación participante):

<sup>3</sup> Trabajo realizado en el marco de las becas de Estímulo a Investigación, la Ciencia y la Tecnología de la Universidad Nacional de Misiones. Se trata del primer trabajo presentado en el marco del proyecto “La agroindustria yerbatera: Agricultura familiar y desarrollo regional en los márgenes de la Argentina Rural (1953-2013)” Dirigido por el Dr. Rodríguez Lisandro.

<sup>4</sup> Según Oviedo Norma (2014) este enfoque concibe a la región como “una realidad observable a varias escalas y dimensiones, es un sistema abierto y complejo, se manifiesta como polaridad dicotómica, entre la homogeneidad y la heterogeneidad”. Esta autora afirma, además, que: “la representación de una región excede la delimitación de un espacio geográfico delimitado jurídicamente o con características físicamente semejantes, debido a que de la relación con los sujetos sociales devienen prácticas y fundamentaciones discursivas y simbólicas que dan paso a configuraciones e interpretaciones que retoman significaciones ancladas en lo político como y en lo identitario” (Oviedo. 2014:30 en Schvorer 2014).

entrevistas, historias de vida y testimonios de feriantes, también, consideramos indispensable el trabajo desde enfoques interdisciplinarios debido a que:

“Sitúan las problemáticas ancladas en las intersecciones, originando campos de estudios específicos como la historia agraria, la historia rural, la etnohistoria, etc., desmitificando los sentidos unitarios de abordaje de la historia y contribuyendo a la puesta en diálogo entre investigadores y sujetos investigados a fin de asumir compromisos y responsabilidades en la resolución de los problemas de las sociedades de pertenencia -cuestiones de planificación y ordenamiento territorial, implementación de las políticas públicas, etc.-” (Oviedo. 2014:34)

En este sentido Eduardo Jaquet nos dice que:

“Es necesario realizar estudios integrados entre diversas disciplinas, que contribuyan a un intercambio fecundo entre historia, antropología y sociología, teniendo en cuenta que las perspectivas de cada disciplina están en constante transformación y nunca pueden darse por cerradas...” (Jaquet, 2001:128).

El análisis del agro y sus distintas realidades en un país tan extenso como la Argentina adquiere una preponderancia fundamental en los estudios académicos. Existen investigaciones que demuestran la importancia de abordar las particularidades de las estructuras agrarias (Girbal- Blacha, 2011; Barsky y Gelman, 2009), como así también la conformación de los sujetos sociales que las componen (Bartolomé, 1975; Baranger, 2008; Schiavoni, 2008/2010).

La Magíster Schvorer Lucía (2003) describe las alternativas de surgimiento y organización de un *proyecto de desarrollo rural* denominado “Ferias Francas”, a partir del estudio etnográfico de la “Feria Franca de Eldorado”, situado en el Departamento de Eldorado, Misiones, para analizar las posibilidades de la apuesta al desarrollo del *mercado local de alimentos* como una estrategia de supervivencia de la pequeña producción familiar en Misiones, poniendo el foco en los factores económicos y culturales específicos de la explotación familiar agrícola que intervinieron en la sustentabilidad del proyecto. Observa, además, las particularidades de la explotación agraria familiar en la provincia de Misiones y las condiciones del contexto en las últimas décadas que posibilitaron la implementación de este programa de desarrollo rural. Por lo cual, este aporte metodológico y conceptual es fundamental para este trabajo.

Por otro lado, Ricotto Alcides y Almeida Jalcione (2002) realizan una descripción multidimensional y un análisis desde el enfoque sociológico de las *Ferias Francas* de Misiones, entendiéndolas como “*una red de actores sociales*”. Además mediante un estudio etnográfico

identifican las nuevas y diversas visiones del *mundo rural*<sup>5</sup> por parte de los *feriantes*.

Asimismo, para José Coraggio (2010) la *economía social* y la *agricultura familiar* tienen múltiples puntos de encuentro y miradas que potencian sus alcances en la construcción conjunta. La *economía social* constituye una propuesta de acción, una propuesta de construcción de otra organización económica, una propuesta política que requiere la crítica de lo existente y la formación de una voluntad política mayoritaria -implica también pensar qué se hace con las políticas de Estado- (Coraggio.2010).

Por último, Caracciolo B. Mercedes (2014) presenta un estudio sobre la *Economía Social* y la *Economía Social y Solidaria*, presentando una reseña de varias *modalidades de mercados solidarios* en la provincia argentina de Córdoba, los cuales tienen algún grado de autonomía de los mercados convencionales, entre ellos, las Ferias Francas, las cuales apuntan a establecer relaciones más equitativas entre productores y consumidores y por este motivo contribuyen a construir *Economía Social*.

### **Aproximación conceptual**

La importancia socioeconómica, política y científica de los *feriantes*<sup>6</sup> (muchas veces llamados “*agricultores familiares*”, “*colonos*”, “*pequeños productores*”<sup>7</sup>, “*emprendedores*”) como objetos de estudio resulta preponderante, especialmente en una provincia que cuenta con gran porcentaje de la población dedicada a actividades agropecuarias, que además forma parte de un región geográfica e histórica especial, ya que se halla, cultural y socialmente muy emparentada con los estados nacionales limítrofes<sup>8</sup>.

Ricotto y Almeida (2002) se centran en los *vínculos* entre los actores que forman la *red de poderes* que constituyen las Ferias Francas, describen esta *red* compuesta por actores colectivos y por actores individuales, divididos en cuatro grupos: los mediadores técnicos, los

<sup>5</sup> La discusión entre lo “agrario”, lo “rural” (muchas veces vistos como sinónimos) y lo urbano en torno a la *Feria Franca* es importante (¿es este un modelo de desarrollo rural, un modelo desarrollo agrario o un modelo desarrollo urbano? ¿Es posible seguir pensando en términos antagónicos? ¿los feriantes definen sus prácticas como rurales o urbanas?, etc.).

<sup>6</sup> *Feriantes* es la denominación creada por los productores que comercializan en las ferias francas para auto referirse y referir a sus compañeros de feria (Schvorer. 2003:7).

<sup>7</sup> Para más información ver, Obschatko, Edith Scheinkerman; María del Pilar Foti; Marcela E. Román (2007). “Los pequeños productores en la República Argentina: importancia en la producción agropecuaria y en el empleo en base al censo nacional agropecuario”: 2da.Edición. Buenos Aires.

<sup>8</sup> El propio surgimiento de las ferias francas en Misiones evidencia la importancia de los vínculos transnacionales, ya que un grupo de productores, dirigentes del MAM y miembros del PSA, viajaron a la ciudad de Santa Rosa (Río Grande Do Sul, Brasil), para conocer la experiencia de una Feria Franca que allí funcionaba desde hacía dos décadas con una alta rentabilidad para los productores locales. Luego en agosto de 1995 comenzó a funcionar la Feria Franca de Oberá, la experiencia se fue expandiendo y actualmente participan de las ferias francas de Misiones cerca de 2.500 familias, organizadas en más de 50 ferias distribuidas en distintos puntos de la provincia.

representantes del poder público (municipal y provincial), los productores que venden en las ferias y los consumidores (cada uno abarca más o menos un sentido de poder dentro de las ferias).

Estos autores, a su vez, realizan un estudio de los diferentes participantes dentro de la red de las Ferias Francas de Misiones para determinar a qué tipo de red de poder pertenecen, para ello, toman los conceptos de “*Comunidad Política*” y “*Red Difusa*”. Caracterizan así, a las ferias francas a partir de conceptos como “*red de poder intermedio*”, sin embargo, aclaran que estas experiencias se aproximan más a una “*comunidad política*”, debido a que una parte de las relaciones sociales son relaciones de poder, es decir, relaciones en las que unos tienen la capacidad de influir en la conducta de los otros, además, de ser un espacio atravesado por el poder político.

Según Ricotto y Almeida (2002) una *red de poder* es una construcción social definida a partir de conexiones complejas entre diferentes organizaciones y dependiente de los recursos del poder (constitucional, legal, organizativo, financiero, político o informativo), los cuales son buscados por los actores con el fin de obtener mejores resultados y evitar una posible dependencia de otros actores. Así, cada red de poder se distingue de las demás por la diversidad en la estructura de esta dependencia. (Rodees, 1998 Citado en Ricotto y Almeida, 2002: 21). En el caso de las Ferias Francas de Misiones todos sus actores han tenido poder de recurso en mayor o menor medida, y esto ha sido dinámico.

En cuanto al “*desarrollo local*” Ricotto y Almeida (2002) consideran que “es un proceso de transformación de la economía y de la sociedad por una actuación acordada entre los actores locales, públicos y privados, intentando aprovechar de manera sustentable los recursos locales y generando un ambiente motivador en el territorio” (Ricotto y Almeida, 2002: 25). Además, consideran que “una visión territorial de desarrollo puede revelar potencialidades que hasta hoy en el medio rural no reveló a la sociedad (...) construir instituciones propicias al desarrollo rural consiste en fortalecer el capital social de los territorios, mucho más que en favorecer el crecimiento de esta o aquella actividad económica” (Abramovay, 2000: 13. Citado en Ricotto y Almeida, 2002: 35).

Las categorías “*desarrollo sustentable*” y “*desarrollo local*” son importantes porque han sido *asimiladas*, y son utilizadas, por técnicos, dirigentes agrarios y feriantes cuando hacen referencia al proyecto de las *Ferías Francas*. En este sentido Schvorer (2003) nos plantea que el “*Desarrollo sustentable*” fue una nueva mirada hacia el desarrollo, que siguió las tendencias a la descentralización y a la valoración de la iniciativa local, como solución a la crisis de los

709 del “desarrollo capitalista-industrial y globalizado”.

Las iniciativas de “*desarrollo local*” respaldan el desarrollo desde una óptica micro poniendo especial énfasis en la capacidad de agencia de los actores sociales involucrados. El desarrollo y la promoción humanas son vistos como resultado de la acción de los sujetos, sin descartar las determinaciones estructurales, pero otorgando mayor confianza, autonomía y seguridad en la toma de decisiones de los actores (Schvorer. 2003. 19).

El “*Desarrollo Sustentable*” es una idea constitutiva de la feria, como narrativa construida socialmente, orienta las acciones de las personas, sirviendo como encuadre para orientar el proceso de satisfacción de las necesidades del presente sin comprometer el futuro de las próximas generaciones (Schvorer: 2003). De este modo ante el deterioro ecológico y la crisis económica surge la idea de un actor social que se relaciona con el medioambiente en un marco de *sustentabilidad* que garantiza la preservación de los ecosistemas, surgen las *Ferías Francas*, como una *alternativa de mercado local* para los pequeños productores familiares en Misiones. Quienes hacia 1995 buscaban formas de sortear las dificultades que venían siendo arrastradas desde hacía mucho tiempo.

También cobra relevancia el concepto de *Soberanía Alimentaria* y su relación con las ferias francas, debido a que este emerge en los discursos, en las justificaciones de las políticas públicas, etc. Entendida como el “derecho de cada pueblo, comunidad y país a definir sus propias políticas agrícolas, pastoriles, laborales, de pesca, alimentarias y agrarias que sean ecológicas, sociales, económicas y culturalmente apropiadas a sus circunstancias exclusivas...” (Foro de ONG/OSC, 2002).

Por otra parte, en el año 2015 mediante la Ley 10 N° 28.118 de “Reparación Histórica de la Agricultura Familiar para la Construcción de una Nueva Ruralidad en la Argentina” se declaró de interés público a la Agricultura Familiar, Campesina e Indígena, por su contribución a la seguridad y *soberanía alimentaria* del pueblo, por sus prácticas y promociones de sistemas

<sup>9</sup> Durante las décadas de 1960-1970 en nuestra región se denota un estado constante de crisis agrícola a raíz del deterioro de los precios de los productos agrícolas, el rol de los acopiadores privados, y las variaciones de precios en el mercado internacional. Esta crisis se profundizó a partir de los '90. A partir aquí se profundizan los procesos de diferenciación social agraria, llevando a un mayor empobrecimiento, descapitalización y expulsión de población rural a los centros urbanos más importantes de la provincia (Schvorer, 2003:45). Todo lo anterior sumado al aumento de problemas ambientales causados por la sobreexplotación de la flora y fauna silvestre, la extensión del monocultivo impedimento para la rotación de los suelos, la práctica agrícola de roza y quema, la contaminación de los cursos de agua, el uso intensivo de los agroquímicos, y el incalculable impacto ambiental y social de la explotación forestal y tabacalera (Schvorer, 2003:45).

<sup>10</sup> Otros marcos normativos son: Ley III - N° 10: Desarrollo, Promoción y Fomento De La Feria Franca Y Del Mercado Zonal Concentrador De Las Ferias Francas de la provincia, publicada en el Boletín Oficial N° 12791 Posadas, 15/07/2010. Y su Reglamentación: Decreto 1.039/2020. Y la Ley VIII – N° 68: Ley de Fomento a la Producción Agroecológica.



de vida y de producción que preservan la biodiversidad y los procesos sostenibles de transformación productiva.

Con respecto al concepto “*Agricultura Familiar*” esta misma ley en su Artículo n° 5 define al *agricultor y agricultora familiar* de la siguiente manera: “Es quien lleva adelante actividades productivas agrícolas, pecuarias, forestal, pesquera y acuícola en el *medio rural*”. Además estipula que para ser considerado agricultor familiar la persona deberá acreditar los siguientes requisitos:

La gestión del emprendimiento productivo tiene que ser ejercida directamente por el productor y/o algún miembro de su familia; el productor/productora debe ser propietario/a de la totalidad o de parte de los medios de producción; los requerimientos del trabajo deben ser cubiertos principalmente por la mano de obra familiar y/o con aportes complementarios de asalariados; la familia del Agricultor y Agricultora debe residir en el campo o en la localidad más próxima a él; se debe tener como el ingreso económico familiar principal de la actividad agropecuaria del establecimiento; y pueden ser todos los *Pequeños Productores, Minifundistas, Campesinos, Chacareros, Colonos, Medieros, Pescadores Artesanales, Productor Familiar* y, también los *campesinos y productores rurales sin tierra, los productores periurbanos* y las *comunidades de pueblos originarios* comprendidos en los apartados anteriores.

Algunos de los objetivos de esta ley son “corregir disparidades del desarrollo regional a través de la atención diferenciada a las regiones con mayor atraso, mediante una acción integral del Poder Ejecutivo Nacional que impulse su transformación y la reconversión productiva y económica, con un enfoque productivo de desarrollo rural sustentable” ( Art. 3\_b); y contribuir a la soberanía y seguridad alimentaria de la nación mediante el impulso de la producción agropecuaria (Art. 3\_c)

### **¿Qué son las Ferias Francas?**

Según Schvorer (2003) la feria es un mercado donde los productores familiares venden los productos de sus chacras y huertas, y otros productos elaborados de manera “casera”. Este tipo de mercado se caracteriza por la venta directa (la transacción se realiza entre el productor y el consumidor en el mercado de la feria sin intermediarios); y por la ausencia impuestos estatales por realizar este comercio, además, señala que las Ferias Francas han girado en torno a “*las potencialidades del mercado local de alimentos, la capacidad de agencia y organización de los actores involucrados y el apoyo técnico y crediticio del Estado*” (Schvorer. 2003: 7).

### Mapa 1. Ubicación geográfica de la ciudad de Montecarlo



Fuente: Wikipedia.

#### La feria de Montecarlo: ¿Por qué Montecarlo?

Montecarlo es uno de los epicentros de la actividad en torno al cultivo de la yerba mate, cooperativista y de mercados alternativos, esta connotación ubica a la zona en la unidad de análisis y a los sujetos sociales que la conforman en la unidad de estudio.

La Feria Franca de Montecarlo inició sus labores el 13 de junio de 1998, localizado en el alero<sup>11</sup> de la Cooperativa Agrícola (sobre la avenida principal de la ciudad: “El Libertador”) , luego se situó al lado del edificio de los Bomberos Voluntarios (el cual fue cedido en comodato por la misma Cooperativa). Fue fundada por *colonos*<sup>12</sup> apoyados por la Cooperativa Agrícola Mixta, por la municipalidad y por el PSA.

En el 2019 la Feria inauguró su propio espacio<sup>13</sup>, en este mismo año fue declarada de

<sup>11</sup> Parte exterior de un edificio cubierto por un techo y de fácil acceso.

<sup>12</sup> Leopoldo J. Bartolomé (1975) clasifica a los diferentes sujetos participantes dentro del agro identificando así los siguientes “tipos sociales agrarios”: *campesino, colono tipo I, colono tipo II, y empresario agrícola* .Las discusiones teóricas respecto de la definición del actor social nos pueden llevar a interrogarnos y problematizar el sujeto social agrario “*feriante*” y sus connotaciones actuales en Misiones: ¿Son agricultores familiares? ¿Son emprendedores? ¿son campesinos? ¿son farmers? ¿Son trabajadores? ¿Son pequeños productores? ¿Son colonos? ¿Son agentes precursores de la soberanía alimentaria? ¿Son colonos tipo I, tipo II o empresarios agrícolas?¿Cómo se definen estos actores sociales, y en este misi sentido, es importante definirse o es un interés de las Ciencias Sociales? etc.

<sup>13</sup> Tener su propio espacio de comercialización era uno de los desafíos que deseaban lograr, trabajaron

interés provincial, luego en el 2020 se llevó a cabo la declaración de interés municipal de la misma, motivado por la celebración del 22° aniversario de la institución. Según la presidenta del Concejo Deliberante de Montecarlo, Graciela Oliveira “es el resultado del gran trabajo y perseverancia de los productores, conjuntamente con la implementación de políticas públicas en el municipio y desde el gobierno de la provincia de Misiones para acompañar y potenciar la actividad de los productores y feriantes locales”. Asimismo, el vicegobernador de la provincia, el Sr. Carlos Arce (2019-2023) señaló que en Misiones con el Programa de Fortalecimiento Alimentario, se entregaron más de 140 mil tickets que sirven para comprar en las ferias de toda la provincia, y aseguró que van a seguir potenciando a las Ferias y que “Misiones, es una Provincia que donde ve una necesidad, lo transforma en un derecho”.

Actualmente la Feria cuenta con veintitrés miembros, que comercializan dos veces por semana, miércoles y sábados por la mañana. Pueden participar del proceso productivo y de la comercialización varios miembros del grupo familiar, durante la pandemia del Covid 19 en el 2020 siguieron trabajando normalmente (a excepción de una semana de preparativos de protocolos). Cada familia que conforma esta Feria administra su mesa<sup>14</sup>, todas son distintas, tienen motivaciones e intereses diferentes, por lo cual, cuando pudimos hablar con algunos feriantes, remarcaban el hecho de que lo que comentaba se limitaba al su entorno familiar, lo que muestra la heterogeneidad en estas experiencias. La Feria tiene una comisión conformada por el presidente, el vice, el tesorero, el secretario, 1° vocal, 2° vocal, 3° vocal, y revisor de cuentas. Sin embargo, en las decisiones importantes participan todos los feriantes, todos tienen la participación de opinión.

Para ser miembros de la Feria Franca de Montecarlo el primer paso es entregar una nota dirigida al presidente en funciones, describiendo con qué productos va a ingresar, qué productos pretende agregar a su venta a futuro y qué días que va a feriar, además, los interesados deben comprometerse a la continuidad. En la actualidad cada feriantes aporta \$150 (se cobra mensualmente la mesa) con ese ingreso se cubren los gastos de elementos de limpieza, cloaca, alumbrado, y limpieza. al respecto el entrevistado agregó:

“Y bueno en su momento siempre se buscaba que la persona viva en la chacra, o que

mucho, ellos mismos aportaron mucha mano de obra (algunos consiguieron mezcladoras, entre todos aportaron para pagar a un ayudante de albañil, y hacían lo que podían), asimismo juntaron fondos vendiendo pollos asados y galetto, durante fines de semanas, sábados y domingos. Recibieron gran apoyo por parte de la municipalidad (que costó a un albañil), de la Cooperativa Agrícola, y del INTA que mediante PRO-HUERTA “Proyectos especiales”: Fortalecimiento de espacios y canales de comercialización, vehiculizó un fondo por un total de \$241.793.00.

<sup>14</sup> Mesa rectangular, cubierta con manteles donde se exhiben los productos para la venta.

tenga una chacra arrendada, en la colonia y bueno siempre se priorizó eso. En algunos casos los feriantes vivían en las chacras y después por razones personales vinieron al pueblo, se asentaron en el pueblo. Pero igual siguen con sus chacras, siguen trabajando ahí”. (Entrevista realizada al Presidente de la Feria: Alfredo Kraus. 16/6/21).

La Feria Franca se constituyó como un *mercado alternativo*, un sistema de cooperación e integración, en el cual las personas se desenvuelven (aquí se desarrollan conductas y prácticas sociales) lo cual nos invita a preguntarnos ¿Cuál es la racionalidad de los feriantes cuándo emergen conductas individuales y/o cuándo se comportan de acuerdo a la pertenencia a la Feria?

La mayoría de los feriantes coinciden en que sus productos son “*mejores*” *porque son caseros* (elaborados “*con cariño*”, con sabores tradicionales), *Orgánicos* (sin aditivos químicos ni conservantes artificiales, sin agroquímicos), *Sanos* (recuperación de las propiedades nutritivas, lo cual permitiría sanar dolencias y/o beneficiar la salud y nutrición); y *son locales: misioneros*, por ello la experiencia de feria franca es vista y construida como un paso importante hacia la *autonomía* en materia de *seguridad y soberanía alimentaria* (Schvorer. 2003: 154).

En relación a los reconocimientos realizados a esta Feria hemos preguntado qué significaron en términos concretos, la respuesta fue la siguiente:

“En eso todavía no notamos ningún cambio. Ojalá sea para mejor y el día de mañana, esperemos que por ahí tenga además de un respaldo, tenga algún beneficio para todos los feriantes. El reconocimiento está muy bueno pero que no se quede ahí.” (Entrevista realizada al Presidente de la Feria: Alfredo Kraus. 16/6/21)

Según Ricotto y Almeida (2002) las Ferias ofrecen beneficios a los municipios, ya que terminan ayudando al sector de las *políticas de seguridad social*, reduciendo el número de candidatos a recibir ayuda (Ricotto y Almeida. 2002). Así, por ejemplo, según el intendente de Montecarlo:

“[...] hoy por hoy el productor agropecuario que no estuviera en las ferias francas, que no tuviera como alternativa esto, seguramente tendría una gran cantidad de probabilidades que fuera<sup>3</sup> un candidato a ser atendido por la asistencia social municipal, el hecho de la presencia de la feria franca como una alternativa de sustento económico lo aleja de esa cercanía al municipio, lo autosustenta y le permite, de algún modo, su desarrollo particular sin desprenderse del municipio como entidad, ordenadora de los proyectos políticos y sociales pero ya no como una alternativa de sustento directo o la necesidad de solucionarle los problemas coyunturales de la vivencia diaria al productor agropecuario”. (Ricotto y Almeida, 2002:77).

En el caso del *Programa de Fortalecimiento Alimentario* y la entrega de los tickets, las ferias de la provincia no solo reducen el número de beneficiarios sino que son canales mediante

los cuales el Estado provincial subsidia a los sectores en situación de vulnerabilidad.

Entre los desafíos que la mayoría de las Ferias Francas deben enfrentar se encuentran:

“Realizar una planificación productiva de los predios de los productores feriantes, obtener un protocolo de producción hecho en forma participativa que permita vender productos elaborados, tener mejores condiciones de logística y transporte de productos, generar una mayor interacción con los consumidores<sup>15</sup> organizados y contribuir a la apropiación, autonomía y construcción de poder por parte de los productores involucrados a través de su organización” (Dumrauf y Alcoba, 2011: 9)

En cuanto a los feriantes de Montecarlo encontramos que algunos tienen dificultad para “salir de la colonia<sup>16</sup>” e ir al “pueblo”, por lo cual muchos aprovechan el día de *feriar* (miércoles y/o sábado) para realizar trámites personales, realizar compras, pagar cuentas, etc. El tema de la permanencia en la Feria puede atribuirse a “la visita semanal al “pueblo”, la asistencia a las capacitaciones<sup>17</sup> y encuentros de productores, el trato con los clientes, técnicos, y demás actores sociales que circulan en torno a este proyecto” (Schvorer. 2003. 149). Pero en este caso resaltan los motivos subjetivos como la satisfacción de reunirse con otros productores, disfrutar del espacio que les ha costado muchos sacrificios construir, la continuidad de amistades, conocer y compartir las novedades locales, practicar la solidaridad, ayudar a alguien que “no puede atender su mesa”, etc.

Por otra parte, considerando las relaciones con el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria<sup>18</sup> (INTA) nuestro entrevistado afirmó:

“El INTA es una institución muy importante para la Feria Franca, porque tienen profesionales para todo tipo de sectores, para el que hace banana, para el que hace lo que es horticultura, para el que hace forestal, para el que hace ganado. La parte de lo que es ganadería es muy amplio, o sea, lo que es la parte de sanidad animal. Sólo que a veces el que no

<sup>15</sup> Para más información ver: Agüero, D.; Sandoval, G.; Freire, V.; Carrera, R.; Crivellaro, M.; Gramaglia, C.; García, V.; Pérez, R.; Viola, C. (2014). Perfil del consumidor en modalidad alternativa de comercialización: Estudio en la Feria de Villa Las Rosas-Córdoba. Universidad Nacional de Río Cuarto - INTA. Este estudio presenta las características, preferencias y valores de los consumidores de una Feria Franca del país, sus consideraciones pueden aportar al mejoramiento de las relaciones productor-consumidor.

<sup>16</sup> Algunas de las Colonias lindantes son: Colonia Guatambú, Colonia Itacuruzú, Colonia Horqueta, Guaraypo, Cuatro Bocas, etc

<sup>17</sup> Sobre las capacitaciones encontramos que: “se hizo muchas capacitaciones, de distintos ámbitos, lo que es manipuleo de alimentos, eso constantemente se viene haciendo. Cuando salió la primer capacitación de las Buenas Prácticas Agrícolas en Aristóbulo, tuvimos la participación también, lástima que nunca nos llegó el certificado, porque es algo muy importante, pero bueno por lo menos la charla la hicimos, pedimos dos veces y no obtuvimos respuestas...” “... para mí está buenísimo que se haga, entonces la gente tiene un poco más de conocimiento del tema, es por el bien de todos.” (Entrevista realizada en Montecarlo al Presidente de la Feria: Alfredo Kraus. 16/6/21).

<sup>18</sup> Para más información ver: GROSSO, Susana (2019): Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) (Argentina, 1983-2019). Disponible en <https://www.teseopress.com/diccionarioagro/chapter/instituto-nacional-de-tecnologia-agropecuaria-inta/>

se acerca es el productor, a veces por ahí el profesional no puede saber a qué productor le está haciendo falta alguna ayuda, sin embargo, el productor se tiene que acercar, se mantiene un poco distante, yo no se cuál será, parece como que es un, no sé, cómo un miedo a ver con qué se puede encontrar, sin embargo, es ahí donde está la solución de muchos de los problemas que puedan haber.

Como te digo en todos los rubros, yo, por ejemplo, tengo mucha participación con el INTA, me acerqué en varias oportunidades y la verdad que siempre tuve la solución de lo que son mis problemas y bueno por ahí las consultas que tenía para hacer, la verdad que siempre bien"...“el apoyo más grande siempre fue del INTA”. (Entrevista realizada en Montecarlo al Presidente de la Feria: Alfredo Kraus. 16/6/21).

Ricotto y Almeida, en su trabajo del 2002 no reconocen al INTA como un actor colectivo significativo en esta red de relaciones, dado que “la institución no tiene ningún compromiso con las ferias, aunque muchos técnicos de sus programas y agencias están presentes en muchas ferias y municipios” (Ricotto y Almeida. 2002: 49). Es una afirmación que se puede contrastar con el testimonio anterior, en este caso de estudio el INTA en principio aparece como un actor colectivo muy importante, se pueden obtener datos sobre este rol desde los propios feriantes y desde los técnicos del INTA.

Ante ese distanciamiento entre productor y técnico Coraggio (2010) propone una actitud de ida y vuelta, de enseñanza y aprendizajes multidireccional, remarca así los problemas de comunicación entre el “experto” y las personas que reciben la asistencia de los programas, para este autor el técnico debe dejar de ser el especialista que sabe, para ser alguien que puede preguntar y repreguntar, aprendiendo a escuchar y a comunicarse. En este sentido, esta institución se ha transformado en las últimas décadas, según Arach desde el 2003 hubo una tendencia a otorgar más importancia a las variables sociales y culturales dentro del *desarrollo rural* (Arach, 2008. 78).

### **¿Qué es la Feria Franca de Montecarlo?**

Este mercado es más que un ámbito de competencias, es un:

“espacio de intercambio de productores y consumidores que apuestan a otro tipo de organización, de alimentación y sustentabilidad. La Feria se convierte en el escenario esperado semana a semana; punto de llegada desde la chacra a la ciudad; son lugares repletos de colores y aromas a fruta, especias y verduras frescas” (anónimo, en: <https://www.facebook.com/feriafranca.montecarlo>).

La feria franca de Montecarlo constituye un espacio donde se desarrollan nuevas dinámicas sociales, con nuevas relaciones de género en las familias de los agricultores participantes (una dimensión con gran relevancia actual), mayor fluidez de vínculos entre las familias de los agricultores y las familias de los consumidores que acuden a las ferias, un aumento en la autoestima de los propios agricultores y de los técnicos comprometidos y un nuevo ambiente propicio para la capacitación y la educación de los habitantes rurales (Ricotto y Almeida. 2002).

### **Reflexiones finales**

Las críticas condiciones del contexto en las últimas décadas (a nivel nacional los cambios políticos y económicos del neoliberalismo, a nivel regional las transformaciones que este impulsó principalmente en la agroindustria yerbatera) provocaron el surgimiento de nuevos actores sociales en el agro misionero, como feriantes, al tiempo que los condicionaron a redefinir sus estrategias económicas sociales y políticas, surge así la estrategia *de desarrollo rural* llamada “*Feria Franca*”. A la vez la retirada del Estado nacional de distintos espacios sociales, económicos y políticos, generó abismos que fueron apropiados y resignificados por distintos actores sociales, tal es el caso de las ferias francas, donde distintos actores sociales fueron relacionándose hasta componer lo que hoy son las ferias francas.

Existen muchos antecedentes que brindan enfoques, conceptos y metodologías de acercamiento al estudio de las *Ferías Francas*, sin embargo, en este trabajo nos limitamos a mencionar solamente algunos. Lo interesante de los autores seleccionados es que han desarrollado sus estudios desde distintas *disciplinas* científicas, por lo cual aproximarse a ellos, escudriñarlos en profundidad y poder tomar casos de estudio (considerados por ellos o *Ferías Francas* que aún no han sido tomadas en cuenta), servirá para visualizar desde esas *intersecciones* los cambios y las permanencias, las visiones del mundo rural y las miradas cotidianas- prácticas de las personas que forman este vasto campo.

Este trabajo pretende ser una muestra de primera aproximación al estudio de las *Ferías Francas*, poniendo la óptica en el caso de la Feria Franca de Montecarlo, pensando en futuros nuevos aportes de conocimientos, nuevas perspectivas, nuevas vinculaciones (interinstitucionales ¿por qué no?) o bien producciones comparativas de las Ferias Francas de esta *Región Transfronteriza*, de ninguna manera quisimos tomar fragmentos de teorías y hacerlas “coincidir” con la realidad (la “práctica”) sino mencionar una parte de la gran cantidad disponible para pensar este tema, y a la vez que vayan surgiendo nuevas interrogantes.

Asimismo, al hacer referencia al caso de la Feria Franca de Montecarlo, intentamos evidenciar la capacidad estructurante de los sujetos que se ven sumergidos en crisis, quienes además van resignificando sus roles sociales, obrando como agentes mediadores de los programas alimentarios del estado municipal y provincial. Además, quisimos mostrar la importancia socioeconómica y política de esta alternativa, y por ello, reconocer que es necesario que desde los distintos centros de producción de conocimiento se incluyan a las *Ferias Francas* y a sus miembros los “*feriantes*” como nuevos actores sociales (podríamos preguntarnos en qué sentido son “*nuevos*”) y nuevos sujetos de estudio, de este modo desde las ciencias sociales intentar ofrecer conocimientos que aporten a las políticas públicas y las acciones privadas en pos del *desarrollo sustentable*.

Como hemos visto los programas destinados al fortalecimiento de los *mercados solidarios locales* han aumentado desde principios de siglo, también han habido planes estratégicos y mesas de debate en torno a la *agricultura familiar*, sin embargo, en términos prácticos podríamos preguntarnos si la afirmación de Manzanal (2001) de que los programas ejecutados en el pasado no habían logrado un mejoramiento real de las condiciones de vida de sus destinatarios, cobra corporeidad en la actualidad, y asumir así un compromiso, contribuyendo en la resolución de los problemas concretos de nuestra sociedad.

Definitivamente una parte de las relaciones sociales en esta red son *relaciones de poder* (relaciones en las que unos tienen la capacidad de influir en la conducta de los otros) además, de ser un espacio atravesado por el poder político, donde gozan de variados niveles de autonomía, y además cada individuo tiene la libertad ideológica y política que caracteriza a una sociedad democrática. A diferencia de Ricotto y Almeida nosotros hemos tomado una Feria Franca, en donde se identifica esta red y su dinamismo a un nivel micro, asimismo nos proponemos a futuro visualizar en qué medida los feriantes asimilan los conceptos de “*economía social*” o “*economía social y solidaria*” y demás categorías identificadas en esta primera aproximación.

Asimismo, incluiremos en el futuro las voces de los actores que no han sido considerados en esta primera etapa, es decir, entrevistaremos a los representantes del poder político, a los técnicos de entidades afines, a los consumidores y a los no consumidores, a fin de ir ampliando poco a poco la perspectiva de análisis e ir estableciendo vinculaciones entre la realidad y las categorías conceptuales propuestas con mayor rigurosidad.

Dada la buena predisposición de los feriantes al compartir sus conocimientos, y la invitación a seguir conociéndolos, sumado a la riqueza teórica existente, nos hallamos con un



panorama propicio para seguir rescatando saberes e intentar comprender un poco más esta experiencia tan cercana y tan poco conocida a la vez. La feria franca de Montecarlo se constituye así en un espacio de aprendizajes, de encuentros y memorias, de continuidades, solidaridad y costumbres, pero también de aperturas, de transformaciones y renovaciones.

## Referências

ALCOBA Damián, DUMRAUF Sergio (Comp.): *Del productor al consumidor. Apuntes para el análisis de las ferias y mercados de la Agricultura Familiar en Argentina*. 1a. ed. - Buenos Aires: Ediciones INTA. 2011.

ARACH, Omar (2008): *Perdido en el campo. Dilemas de un antropólogo en una institución de desarrollo rural*. En: Bartolomé, Leopoldo y Schiavoni, Gabriela (comps.), *Desarrollo y Estudios Rurales en Misiones*. Ed. Ciccus, Buenos Aires. 2008.

BARANGER, Denis (2008): *La construcción del campesinado en Misiones: de las Ligas Agrarias a los "sin tierras"*, En: Schiavoni Gabriela (compiladora): *Campesinos a agricultores familiares. La cuestión agraria en Misiones a fines del siglo XX*, Buenos Aires, Ediciones Ciccus. 2008.

BARSKY Osvaldo y GELMAN, Jorge. *"Historia del Agro Argentino: desde la conquista hasta comienzos del siglo XXI"*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana 2009.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J.: *Colonos, Plantadores y Agroindustrias. La Explotación Agrícola Familiar en el sudeste de Misiones*. *Desarrollo Económico*, núm. 58, julio-septiembre, pp. 239-264. 1975.

CARACCILO Mercedes (2014): *Economía Social y Solidaria: mercados y valor agregado en actividades rurales y urbanas*. En Rofman, Alejandro Boris (2014). *Economía solidaria y cuestión regional en Argentina de principios de siglo XXI: entre procesos de subordinación y prácticas alternativas*. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

CORAGGIO, José Luis (2010): *Pensar desde la perspectiva de la Economía Social*. En CITTADINI, Roberto (comp.). 2010. *Economía social y agricultura familiar: hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención* - 1a ed. - Buenos Aires: Ediciones INTA.

GIRBAL BLACHA, Noemi. *Vivir en los márgenes. Estado, políticas públicas, conflictos sociales. El Gran Chaco argentino en la primera mitad del siglo XX*. Rosario, Prohistoria. 2011.

GROSSO, Susana: *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA) (Argentina, 1983-2019)*. 2019. Disponible en <https://www.teseopress.com/diccionarioagro/chapter/instituto-nacional-de-tecnologia-agropecuaria-inta/>

JAQUET, Héctor: *En otra historia*. Posadas. Editorial Universitaria – UNESCO. 2001.

MANZANAL, Mabel. *Políticas, Instituciones y gestión del desarrollo rural en la Argentina de fin de siglo* (2001). Ponencia presentada en las II Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Fac. de Ciencias Económicas, UBA., Bs. As.

RICOTTO J. y J. ALMEIDA: *Las ferias Francas de Misiones: una red de actores sociales y una nueva visión del mundo rural* (2002). Disponible en línea: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.html>

SCHIAVONI, Gabriela (2010): *Describir y prescribir: caracterizaciones de la agricultura*

*familiar en las políticas y programas públicos*. En MANZANAL Mabel y NEIMAN Guillermo (comp.). *Las agriculturas familiares del MERCOSUR. Trayectorias, amenazas y desafíos*. 2010.

SCHIAVONI, Gabriela (Comp.): *Campesinos y agricultores familiares. La cuestión agraria en Misiones a fines del siglo XX*. Buenos Aires: CICCUS, 184 pp.2008

SCHVORER Esther L.: *Etnografía de una feria franca: estudio de un proyecto de desarrollo rural con productores familiares. Departamento Eldorado, Misiones, Argentina*. Universidad Nacional de Misiones. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Secretaría de Investigación y Postgrado. Maestría en Antropología Social, 2003.

SCHVORER, Esther Lucía (2014): *Homenaje a la Historia regional. La trama abierta de la historia*. Entrevista a las historiadoras Susana Bandieri, Noemí M. Girbal Blacha, E. Yolanda Urquiza, María del Mar Solís Carnicer, Norma Oviedo y Claudia Salomón Tarquini. En: La Rivada N° 3. Revista digital de la Secretaría de Investigación de la FHyCS de la UNaM, 2014, [www.larivada.com.ar](http://www.larivada.com.ar).

Declararon de interés municipal la Feria Franca de Montecarlo (18 de junio de 2020), El Territorio. Disponible en: <https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2020/06/18/665711-declararon-de-interes-municipal-la-feria-franca-de-montecarlo>

Feria Franca Montecarlo: <https://www.facebook.com/feriafranca.montecarlo>

Ubicación de Montecarlo: [https://es.wikipedia.org/wiki/Montecarlo\\_\(Misiones\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Montecarlo_(Misiones))

## RELAÇÕES SIMBÓLICAS ENTRE A FOTOGRAFIA E A PALAVRA: INTERSEMIOSE ENTRE MAUREEN BISILLIAT E ADÉLIA PRADO

Ana Beatriz Reinoso Rosse; Graduanda do curso de Letras – Português Francês da Universidade Federal de Pelotas; pesquisadora do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPe/CNPq). anabeatrizreinoso25@gmail.com

Cláudia M. M. Brandão; Doutora em Educação, com pós-doutorado em Criação Artística Contemporânea (UA, PT), professora do Centro de Artes, do curso Artes Visuais – Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Artes Visuais, da Universidade Federal de Pelotas. Líder do PhotoGraphein - Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPe/CNPq). claummattos@gmail.com

**Resumo:** Não foram muitos os fotógrafos que traduziram tão bem o Brasil em sua complexidade e pluralidade como a inglesa Maureen Bisilliat. Com um olhar estrangeiro no sentido, aquele que, por não ser natural do lugar, procura entendê-lo e respeitá-lo, ela fotografou, desde o dia a dia dos índios do Xingu, os personagens e as paisagens dos sertões do Nordeste e de Minas Gerais, até as festas e os rituais religiosos e folclóricos do país. E assim, Bisilliat coloca também as suas imagens em um diálogo direto com a obra de grandes escritores da literatura nacional brasileira. Em “Chorinho doce” (1995), Bisilliat conversa diretamente com Adélia Prado e apresenta suas fotografias de forma com que a escrita da palavra e a escrita da luz caminhem juntas, justapostas não para ilustração, mas “para acompanhar – calma e quietamente – o seu andar”, como escreve na nota introdutória do livro. Considerando a intersemiose como o eixo que conduz a articulação dos signos entre esses diferentes sistemas de arte, a presente proposta visa apresentar como a imagem ganha um novo olhar através do texto, e como o texto também recebe nova leitura ao ser unido das imagens, destacando ambas as expressões artísticas como representações simbólicas vinculadas ao imaginário, de acordo com o pensamento de Gilbert Durand (2001), que propõem diferentes percepções acerca da construção das identidades.

**Palavras-chave:** Intersemiose; Maureen Bisilliat; Adélia Prado.

Aprecio imagens aliadas à escrita, frases escolhidas definindo melodicamente a linha da orquestração. Em livros como os de Diane Arbus, de Nan Goldin, há essa orquestração: ritmos, silêncios, acordes, vazios. A palavra, escolhida da produção literária ou pinçada do testemunho biográfico, vem da fala íntima da pessoa, destilada. Seria quase como escrever com a imagem e ver com a palavra. (BISILLIAT, Maureen. Apud CASTILLO, Miguel del. Em: *Fotografia e literatura* - Nos livros de Maureen Bisilliat, 2018)

Sheila Maureen Bisilliat é uma fotógrafa, nascida na Inglaterra em 1931, filha da pintora Sheila Brannigan e de um diplomata. Por conta da profissão do pai, Maureen passou sua infância radicada em vários países diferentes. Ela veio pela primeira vez ao Brasil em 1952, fixando suas raízes de forma definitiva no país em 1957, na cidade de São Paulo.

Nas palavras da própria Bisilliat (2009), "O Brasil foi uma procura de raízes, que eu não tive quando criança. Nasci na Inglaterra, sim, mas vivi em muitos lugares. Meu pai era diplomata, o que me obrigou a uma vida meio camaleônica. O destino me amarrou ao Brasil. Foi um ficar querendo". E tal amarração sentimental é a força motriz da sua produção artística.

E é com este olhar estrangeiro que Maureen retrata um Brasil, visto por uma ótica exterior, como aquela que, por não ser natural do lugar, procura entendê-lo e respeitá-lo. Assim a fotógrafa percorre o país retratando, desde o dia a dia dos índios do Xingu, festas e rituais religiosos, eventos folclóricos do país, até as paisagens elucidativas de grandes obras da literatura brasileira, resultando na fama de “a mais brasileira das mulheres nascidas na Inglaterra”, segundo Antônio Abujamra (2010).

Com seu projeto fotográfico-literário, Bisilliat estabelece um diálogo permanente entre imagem e palavra escrita, como em publicações como “A João Guimarães Rosa” (1969), cujas legendas das fotos são trechos da obra literária inspiradora. A fotografia, por meio desta hipertextualidade e do caráter sequencial e rítmico do trabalho, indica uma função narrativa e intersemiótica. E é assim, por meio das fotografias, que Maureen reconta grandes histórias brasileiras.

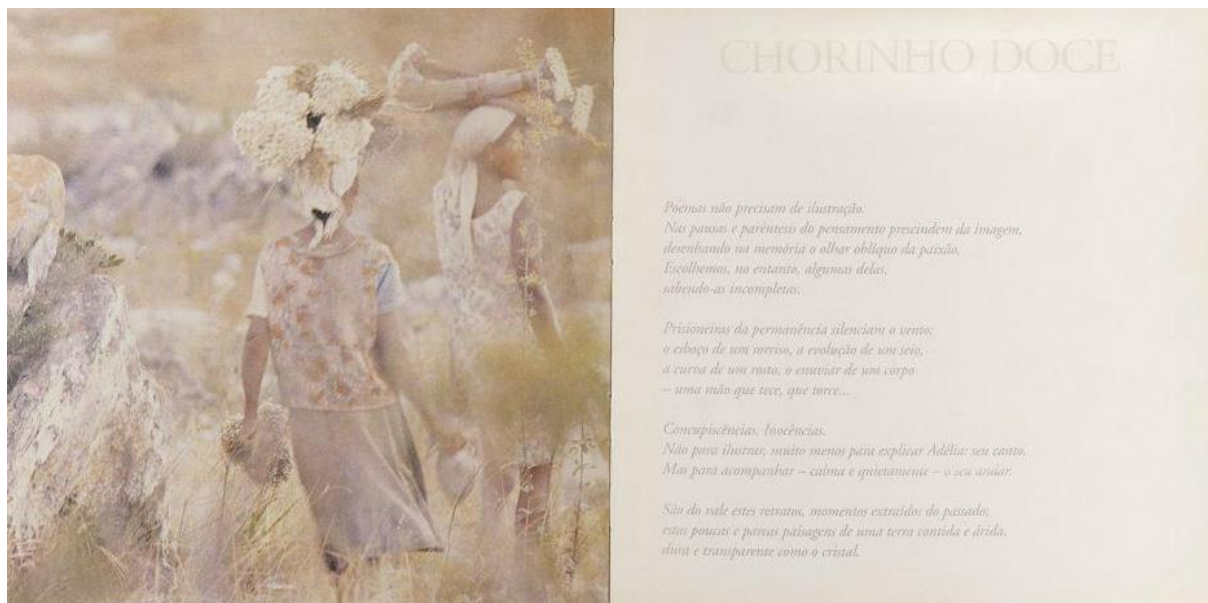
Neste artigo escolhemos analisar especialmente o livro “Chorinho doce”, de 1995 (Figura 1), no qual igualmente as imagens não são utilizadas para ilustrar ou explicar a poesia de Adélia Prado. Diferente disso, imagem e palavra se complementam como ênfase poética da mensagem, quase como se o processo implicasse “escrever com a imagem e ver com a palavra”.

Sobre o assunto, na nota introdutória do livro Bisilliat (1995, p.11) destaca:

Poemas não precisam de ilustrações.  
Nas pausas e parêntesis do pensamento prescindem de imagem,  
Desenhando na memória o olhar oblíquo da paixão.  
Escolhemos, no entanto, algumas delas,  
Sabendo-as incompletas.  
Prisioneiras da permanência silenciam o vento:  
o esboço de um sorriso, a evolução de um seio,  
as curvas de um rosto, o enuviar de um corpo  
- uma mão que tece, que torce...  
Concupiscências, Inocências.  
Não para ilustrar, muito menos explicar Adélia: seu canto.  
Mas para acompanhar – calma e quietamente – o seu andar.

E assim o leitor percorre a obra, “calma e quietamente”, porém, sempre acompanhado. Maureen, que sob o efeito de uma leitura crítica, elabora uma proposta de tradução intersemiótica através do qual a fotografia se alia ao poema enfatizando o discurso poético (Figura 1).

**Figura 1- Nota introdutória, imagens Maureen Bisilliat e poemas Adélia Prado.**



Fonte: Livro “Chorinho Doce”, Alternativa/Iochpe-Maxion, 1995.

Vale destacar que a tradução se refere a um método de recriação, não de repetição, e a isso se deve à experiência individual de cada artista. São essas experiências, fruto de outras, e da necessidade de subsídios característicos, que na transição de um sistema de signos para outro, o artista deixa rastros de seu contexto, sua vivência e de sua visão de mundo, no novo trabalho resultante.

Considerando a intersemiose como o eixo que conduz a articulação dos signos entre esses diferentes sistemas de arte, o artigo discute sobre como as imagens de Maureen Bisilliat adquirem novos sentidos ao lado dos textos de Adélia Prado, e de como os textos também se apresentam a novas leituras ao serem conectados às imagens. Ao destacarmos ambas as expressões artísticas como representações simbólicas vinculadas ao imaginário, de acordo com o pensamento de Gilbert Durand (2001), propomos diferentes percepções acerca da construção das identidades sociais/culturais com base em tais produções.

### **Associações poéticas potencializando a imaginação nos processos da intersemiose**

Em suas obras filosófico-poéticas, Gaston Bachelard visualiza a imaginação como um processo mental criador que impulsiona o saber humano e, em especial, a valoriza como criação organizadora das obras de arte. Assim, arte é imagem e o mundo da arte integra o imaginário, e a imaginação se distende como uma força primitiva, agente vital da percepção. E é a fantasia,

entendida como uma capacidade secundária, que atua no querer consciente, que amolga e recria as imagens.

Em seus trabalhos preliminares (1948 a, 1948 b) sobre a criação artística, Bachelard problematiza a atividade da imaginação como condicionada a causas profundas. Porém, em suas obras posteriores (1989 a, 1989 b) a imagem é definida como fenômeno de dupla realidade, psíquica e física, e como meio de aproximação íntima entre o ser imaginante e o ser imaginado. Bachelard entende que o processo de constituição da imagem é sempre simbólico, sendo o símbolo considerado como condutor de um significado, camuflado, atravessado por desejos primitivos, configurado em objetos materiais.

Gilbert Durand, em “As estruturas antropológicas do imaginário” (2001), retorna aos estudos de Bachelard, sistematizando-os. Apoiando as intuições bachelardianas como basilares na concepção geral do simbolismo imaginário: "a imaginação é um dinamismo organizador, e este dinamismo organizador é fator de homogeneidade na representação" (DURAND, 2001, p. 30). Durand ressalta que a visão de Bachelard passou a ser tacitamente antropológica, ao visualizar concretamente o símbolo como fruto dos imperativos biopsíquicos, em sua reação às sujeições dos meios cósmico e social.

Durand, a partir das discussões propostas por Bachelard, organizou uma teoria geral da imagem, baseada em elementos de ciências exatas, naturais e humanas. E em sua perspectiva das estruturas da simbolização, iniciou a proposição de que "existe uma estreita concomitância entre os gestos do corpo, os centros nervosos e as representações simbólicas" (DURAND, 2001, p. 51). Na classificação dos símbolos e dos arquétipos, o autor admite três “matrizes sensório-motoras”, reflexos dominantes, ou seja, as dominantes posturais, as copulativas e as digestivas, nas quais as imagens se compõem organicamente. Sendo assim, as dominantes reflexológicas se apresentam de três maneiras essenciais, estruturando agrupamentos de imagens que caracterizam movimentos específicos.

O imaginário, radicado num sujeito complexo irreduzível às suas percepções, não se distende em torno de imagens livres, mas institui uma lógica, uma estrutura, que faz do imaginário um cosmo de representações. Sendo assim, o estudo do imaginário admite organizar uma lógica dinâmica de composição de imagens, sendo essas narrativas verbais ou visuais, de acordo com dois regimes, que irão resultar em três estruturas polarizantes: uma estrutura mística, uma heróica e uma disseminatória.

As imagens são intrínsecas às sociedades contemporâneas de tal maneira que é impossível negar suas presenças em nosso dia a dia. Considerando essa intrínseca relação e o

foco nas linguagens literária e fotográfica, faz-se fundamental saber diferenciar cada uma dessas linguagens, observando e analisando suas peculiaridades e a pluralidade de sentidos existente entre elas.

O ato de transição, tradução e adaptação entre esses meios de expressão é um dos motivos propulsores do desenvolvimento de ambas as linguagens, expandindo o procedimento de tradução, sobretudo a respeito da semiótica que examina cada uma dessas linguagens e também os movimentos de um sistema para outro. Esse método é proposto por Roman Jakobson como tradução intersemiótica ou transmutação, que “consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais” (JAKOBSON, 1975, p. 65).

Devemos sempre ter em mente o caráter artístico e plástico da imagem fotográfica. Não podemos considerá-la apenas como um registro documental, como a captura de elementos selecionados do mundo “real”, da configuração como “realmente” se apresentam, mas sim, visualizá-la como produto expressivo de uma linguagem simbólica, comunicativa, e como tal passível de múltiplas e plurais interpretações.

É reconhecida a complexidade de transmissão da mesma mensagem de um sistema de signos para outro. A tradução intersemiótica ou transmutação, a passagem de uma poética verbal para um sistema não-verbal (ou vice e versa), não se estabelece a partir de uma relação de equidade direta. Isso, pois as obras de arte podem se constituir através do diálogo entre diferentes meios expressivos, diferentes linguagens, colaborando para a densidade da obra, para uma maior instigação de questionamentos no receptor/leitor, através da combinação/complementação de imagens, símbolos e representações diversas sobre um mesmo tema.

Trata-se, portanto, de reivindicar à tradução intersemiótica a qualidade de potencializadora da imaginação no processo de recepção das mensagens poéticas e retroalimentação dos imaginários. A associação entre diferentes linguagens proposta por Maureen Bisilliat, nos apresenta a imagem fotográfica num patamar diferenciado, para além da ilustração do vivido, posicionada como instauradora de visualidades passíveis de instigar novas indagações sobre o texto poético de Adélia Prado.

Para exemplificar tal argumentação, selecionamos o poema “Leitura” (PRADO, 2016, p.20):

Era um quintal ensombrado, murado alto de pedras.  
As macieiras tinham maçãs temporãs, a casca vermelha  
de escuríssimo vinho, o gosto caprichado das coisas  
fora do seu tempo desejadas.

Ao longo do muro eram talhas de barro.  
Eu comia maçãs, bebia a melhor água, sabendo  
que lá fora o mundo havia parado de calor.  
Depois encontrei meu pai, que me fez festa  
e não estava doente e nem tinha morrido, por isso ria,  
os lábios de novo e a cara circulados de sangue,  
caçava o que fazer pra gastar sua alegria:  
onde está meu formão, minha vara de pescar,  
cadê minha binga, meu vidro de café?  
Eu sempre sonho que uma coisa gera,  
nunca nada está morto.  
O que não parece vivo, aduba.  
O que parece estático, espera.

No verso inicial lemos: "Era um quintal ensombrado, murado de pedras altas", e nesse compasso poético das palavras somos apresentados a uma progressão de imagens de vívido realismo sensorial. Ao longo do poema nos deparamos com a exaltação da memória, com fragmentos de momentos, repletos de sentimentos de saudade, alegria e melancolia.

A importância da memória não é algo contemporâneo, pelos antigos gregos era estimada como elemento imperativo para os seres humanos, como argumenta Loiva Otero Félix (1998, p. 36):

[...] Antes mesmo da instituição da razão como instrumento de compreensão do mundo, no século V a.C, a memória já era valorizada como imprescindível à coesão dos laços sociais. Numa sociedade de fundamento mito-poético, o *aedo* desempenhava esse papel. Era ele quem, através das musas inspiradoras, resgatava a memória e sua importância. A memória era sacralizada. A palavra poética enunciada em voz alta construía verdades dentro de uma dimensão do tempo mítico, não do cronológico.

Sendo assim, Adélia Prado demonstra por meio de seu poema a importância e a necessidade do lembrar e relembrar, mesmo que alguns momentos possam parecer banais. A poeta enfatiza que Nossa vida é uma sucessão de fatos e acontecimentos, alguns com mais relevância instantânea, outros triviais, porém, como postula Adair Felizardo (2007, p. 209), "hoje banal, amanhã todavia memória". Portanto, somos seres constituídos por um apanhado de memórias, ordinárias ou não, muitas delas preservadas em imagens, ressignificadas a cada mirada.

Essa facilidade com que se mostra ao mundo, do ponto de vista da memória, pode representar perdas inestimáveis, já que muitas fotografias ganham o seu devido valor – diríamos “o amadurecimento imagético” – a sua completa carga semântica, com o passar do tempo. Esta constatação nos fez perceber o quão importante é a manutenção de nossas fotografias, de nossos álbuns de família, de nossos museus iconográficos, pois nosso passado, nossa caminhada presente e futura, está atrelada à nossa memória. (FELIZARDO, 2007, p. 209).



A defesa de Felizardo em prol da fotografia como receptáculo da memória adquire força no exercício realizado por Bisilliat ao visitar e registrar os caminhos percorridos pela memória de Adélia Prado. A sua poética fotográfica soma-se à escrita de Adélia (Figura 2), e juntas elas tecem uma rede poderosa e complementar na direção de salvaguardar memórias como obra de arte.

**Figura 2 – Fotografia de Maureen Bisilliat, com poema de Adélia Prado**



Fonte: Livro “Chorinho Doce”, Alternativa/Iochpe-Maxion, 1995.

### **A intersemiose em “Chorinho Doce” e seus elementos de ênfase poética e retórica**

As fotografias de Bisilliat buscam a essência das coisas, seus modos de ver o mundo. Seus ensaios são banhados por muita luz, pouca luz, contraluz e, muitas vezes, carregados de sombras, sempre na busca por um andar tranquilo ao lado do texto.

A fotógrafa demonstra através de sua crônica visual a progressão visual das memórias escritas por Adélia, retrata momentos estáticos, a espera do que virá, a memória passageira. No último trecho de “Leitura”, Adélia (PRADO, 2016, p.20) se refere a um movimento em potência, à dinâmica intrínseca à imaginação:

Eu sempre sonho que uma coisa gera,  
nunca nada está morto.  
O que não parece vivo, aduba.  
O que parece estático, espera.

E ao colocar-se imagetivamente ao lado da escrita poética, Maureen congela o movimento lírico do poema e o preserva de tal maneira que acaba por gerar a possibilidade para que leitores, poeta e fotógrafa partilhem de uma mesma sensação pessoal. Nesse processo, a

associação entre as diferentes linguagens manifesta-se como força alimentadora dos imaginários e das identidades sociais, como uma construção coletiva que facilita o reconhecimento pessoal no âmbito social.

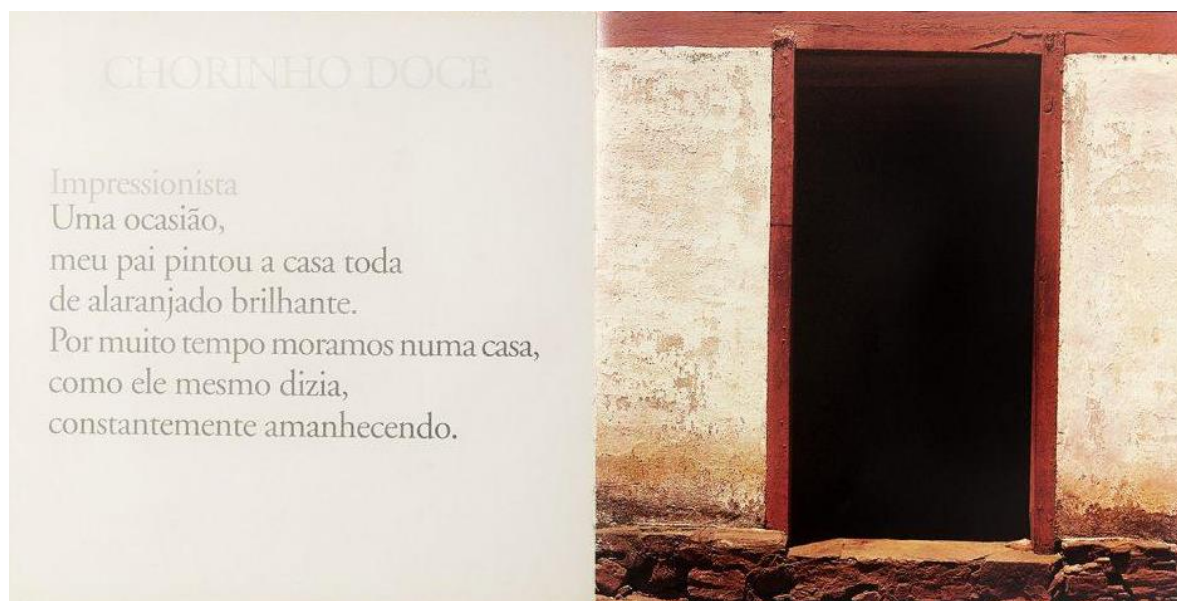
As estruturas transcendentais do imaginário têm um caráter de "apego ao aspecto concreto, colorido e íntimo das coisas, ao movimento vital, à revelação dos seres" (DURAND, 2001, p. 279). Nesse sentido, Adélia Prado materializa processos imaginativos por meio de seus poemas, dá luz à percepção sensível e à memória, enaltecendo com suas metáforas as coisas banais e a linguagem do dia a dia. Na poética adeliana também é notável a utilização constante da cor, visto que "A cor na sua poesia não é um encanto da superfície, é uma tintura" (FERREIRA, 1991, p. 38), fornecendo através da palavra poética a tingidura necessária para que cada leitor intua o tom desejado.

Em "O cão sem plumas" (BISILLIAT; MELO NETO, 1984) Bissiliat inaugura um processo de justapor texto e imagem, que se agregam por consonância ou dissonância. A fotógrafa utiliza imagens de um ensaio visual versando sobre homens e mulheres da região de Livramento (Paraíba), que viviam da caça do caranguejo, no entendimento de que tais imagens enfatizam politicamente as questões sociais referidas no poema de João Cabral de Melo Neto, focado no Capibaribe (Pernambuco).

Nesse caso, a maioria das imagens são apresentadas em preto e branco reforçando a ideia da triste associação entre os personagens e a lama, ressoando os versos acromáticos característicos do poeta. No processo, Maureen complementa com seu universo visual a energia poética textual, potencializando ambos, e atinge o devido reconhecimento como produtora de imagens de arte balizadas conceitualmente no âmbito antropológico/social das realidades que registra.

Diferente da proposta efetivada para o poema de João Cabral, Maureen escolhe, para a representação de equivalência ao texto poético de Adélia, fotografias cheias de luz, nuances e de cores (Figura 3). E isso enfatiza a ligação da fotógrafa com a pintura, quando começou a estudar e a representar, através da cor, da luz, dos corpos e movimentos.

**Figura 3 - Fotografia Maureen Bisilliat e poema de Adélia Prado**



Fonte: Livro “Chorinho Doce”, Alternativa/Iochpe-Maxion, 1995.

Em “Impressionista” Adélia Prado (2016, p. 32) com seus versos não regulares, livres, ou seja, sem metrificacão, integra como tintura de seu poema a substância do alaranjado, esse sendo resultante da mistura das cores primárias amarelo e vermelho, o amarelo significando para os alquimistas, o ouro, a quinta-essência da matéria e o vermelho elencando a ideia do elemento fogo, do sangue e do coração humano:

Uma ocasião,  
Meu pai pintou a casa toda  
De alaranjado brilhante  
Por muito tempo moramos numa casa,  
Como ele mesmo dizia  
Constantemente amanhecendo.

E nas palavras da poeta, o alaranjado remete sensorial e simbolicamente ao Sol, à vibração da luz solar, ao horizonte incandescente e ao calor vital à existência no planeta terra.

Referindo alguns princípios do Impressionismo, movimento artístico surgido na França em 1874, o qual o título do poema evoca, a cor não é uma característica constante e permanente, pois ela está em contínua mudança. Refletindo a qualidade e a intensidade da luz que incide nos objetos, a cor muda de acordo com o clima e a estação do ano. Logo, o que transforma a luz e a cor num fenômeno, depende do sistema visual humano.

O alaranjado no poema é arquétipo do redobrimento do ser e elucida-se em uma vasta gama de símbolos presentes no próprio. O laranja encarna a vida, a liberdade e um fragmento de uma memória feliz, de um passado com uma certa doce e íntima melancolia. Melancolia

essa, característica de quem tem plena consciência de que esse *momentum* não retornará, de que ele está fadado a habitar a memória do indivíduo que o viveu e a quem só resta visualizá-lo através de lentes saudosistas.

Na tradução dos sentimentos presentes na poética adeliana, Maureen Bisilliat retrata o alaranjado presente no poema e toma a porta como símbolo de dualidade, da passagem entre dois mundos: o conhecido e o desconhecido, o passado e presente, a memória e uma nova etapa da vida. A fotógrafa se utiliza do elemento cor e da força dos símbolos para aliar imagem à escrita, operando como alguém que combina as partes, arranjadas entre si de modo equilibrado, sejam os silêncios, os vazios, as memórias ou a própria história.

### **Considerações finais**

Bisilliat, admiradora da poesia de Adélia Prado, propôs à autora a feitura de um livro em conjunto. A esses versos simples, íntimos e carregados de afeto, Maureen associou fotografias realizadas na companhia de seu marido, falecido antes do término do livro, em suas muitas viagens ao vale do Jequitinhonha. As fotografias, todas coloridas, são carregadas de uma certa nostalgia, e parecem suspensas no tempo, assim como uma tradução, tanto dos poemas quanto dos sentimentos da própria fotógrafa.

Certa vez, o cineasta Jean-Luc Godard disse que “palavras e imagens são como cadeira e mesa: se você quiser se sentar à mesa, precisa de ambas” (GODARD apud JOLY, 2003, p. 135). Nesta frase, ao mesmo tempo em que identifica a particularidade de cada linguagem, destaca o fato de que ambas se complementam.

Ambas, fotógrafa e poeta, expressam suas especificidades, entretanto, concomitantemente, demonstram correspondências, seja por convergências ou por divergências, proporcionadas por intermédio de imagens metaforizadas da atmosfera mineira e de seus habitantes. E assim, os signos estéticos criados por Maureen superam o sentido de complementaridade, o que sugere a aproximação entre imagem e texto. Além disso, essa aproximação cria novos campos de significações tanto no cosmo textual quanto no fotográfico.

Na instauração de processos de tradução intersemiótica, Maureen Bisilliat dá a ver a imagem como fruto do exercício da linguagem fotográfica, uma síntese de dois movimentos basilares: a internalização das exterioridades e a expressão das interioridades (BRANDÃO, 2012). Trata-se, portanto, de nos referirmos a um produto imagético resultante da observação reflexiva sobre quem somos, das corporalidades que nos fazem sujeitos em interação ativa com o mundo ao redor, em circunstância, e que nos (re)posicionam no trajeto antropológico do ser.

## Referências

- ABUJAMRA; Antônio. Entrevista a fotógrafa Maureen Bisilliat. *Provocações: TV Cultura*, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AgUh3LeKfmg&t=1s>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=2jgYkFDrgvg>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=VyknAREaYw>>. Acesso em: 16 out. 2021.
- BACHELARD, Gaston. *La ferre et les reveries de la volonté*. Paris: Corti, 1948 a.
- \_\_\_\_\_. *La ferre et les reveries du repos*. Paris: Corti, 1948 b.
- \_\_\_\_\_. *A psicanálise do fogo*. Lisboa: Litoral, 1989 a.
- \_\_\_\_\_. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 b.
- BISILLIAT, Maureen; MELO NETO, João Cabral de. *O cão sem plumas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BISILLIAT, Maureen; PRADO, Adélia. *Chorinho doce*. São Paulo: Alternativa/Iochpe-Maxion, 1995.
- BRANDÃO, Cláudia Mariza Mattos. *Entre Photos, Graphias, Imaginários e Memórias: a (re)invenção do ser profess@r*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/123456789/1678/1/Claudia%20Mariza%20Mattos%20Brandao\\_Tese.pdf](http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/123456789/1678/1/Claudia%20Mariza%20Mattos%20Brandao_Tese.pdf)> Acesso em: 20/11/2021
- CASTILLO, Miguel del. Em: *Fotografia e literatura - Nos livros de Maureen Bisilliat*, 2018. Disponível em: <<https://ims.com.br/2018/10/04/fotografia-e-literatura-nos-livros-de-maureen-bisilliat-texto-do-curador/>> Acesso em: 20/11/2021
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERREIRA, Leticia. *UM IMAGINÁRIO NOTURNO: "O MUNDO POÉTICO" DE BAGAGEM DE ADÉLIA PRADO*. Letras, 0(1), 33-45, 1991
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. *A fotografia como objeto e recurso de memória*. Discursos Fotográficos, Vol. 3, N. 3, p. 206-220, 2007.
- GODARD, Jean-Luc. “Ainsi parlait Jean-Luc, Fragments du discours d'un amoureux des mots ” *Télérama*, n.º 2278, 08/09/93.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BISILLIAT, Maureen. *Brasilidade - Maureen Bisilliat*. Entrevista concedida a Federico Mengozzi. **Entrevistas Brasil**. Publicado em: 25 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://entrevistasbrasil.blogspot.com/2009/01/brasilidade-maureen-bisilliat.html>> Acesso em 16 out. 2021.
- PRADO, Adélia. *Poesia reunida*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

## **ESCOLA SÃO CARLOS: O BERÇO DAS IRMÃS PALOTINAS DO BRASIL**

Ana Carolina Cherobini Bortolin; Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da  
Universidade Federal de Santa Maria

Daffine Natalina Reck; Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade  
Federal de Santa Maria

**Resumo:** Patrimônios históricos culturais possuem importância na história de determinada sociedade ou comunidade, sendo elementos de fundamental relevância para a formação identitária da cultura do povo. A antiga Escola de São Carlos foi fundada pelas Irmãs Palotinas no atual município de Dona Francisca, no Rio Grande do Sul, sendo destaque para a comunidade local e regional, para seu sentimento de pertencimento e referência ao seu passado de fé e trabalho. Diante disso, esse artigo tem como objetivo descrever a história da antiga Escola São Carlos e discutir sobre a sua importância e significado como patrimônio histórico e cultural para o município e para a região da Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul. Para a coleta de informações, foram utilizadas pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas, além da apreciação de imagens da época.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Escola das Irmãs Palotinas São Carlos; Dona Francisca.

### **Introdução**

Patrimônios culturais são bens, materiais ou imateriais, com valor sociocultural para determinada sociedade por terem sido importantes na construção da sua história. São elementos que marcaram a trajetória de um povo e, por isso, a sua memória é importante para a construção da identidade e fortalecimento dos grupos sociais (LOPIS, 2017).

Em um mundo de globalização e constantes mudanças, permeia o confronto entre o tradicional e o moderno. Tal fato faz com que muitas memórias e registros da vida de um povo acabem esquecidos e perdidos ao longo das gerações, comprometendo a sobrevivência do patrimônio cultural e a formação de identidades culturais (TOMAZ; MACKENZIE, 2010).

A partir disso, o registro das memórias surge como uma forma de preservar o patrimônio cultural de uma comunidade, mantendo a sua história viva e garantindo que elas permaneçam acessíveis para as próximas gerações. Com o uso estratégico das memórias registradas, inclusive, é possível promover o sentimento de valorização do patrimônio e de pertencimento por parte da população. (LOPIS, 2017).

A antiga Escola São Carlos, localizada no atual município de Dona Francisca, na região central do estado do Rio Grande do Sul, foi o berço das Irmãs Palotinas no Brasil, fundado por elas em 1933. A Escola possui significado enquanto patrimônio histórico cultural, estando entrelaçado à história do Município e seu desenvolvimento e adentrando-se à trajetória da cultura material e imaterial da região da Quarta Colônia.

Devido à sua importância, este trabalho teve como objetivo pesquisar o histórico da Escola São Carlos, desde sua fundação até os dias atuais, fazendo um diálogo com as memórias

de pessoas que tiveram uma intensa relação com o colégio, cada um à sua maneira e ao seu tempo. Buscou-se relacionar a trajetória da Escola com o desenvolvimento do município de Dona Francisca e inserindo-a no contexto de formação histórica da região da Quarta Colônia. Sendo o colégio um patrimônio material, o qual carrega uma imaterialidade muito forte, de religiosidade, pertencimento, recordações e memórias grandiosas, justifica-se a importância de manter viva a trajetória da escola perante a sociedade.

Ao abordar a história da Escola São Carlos, usando por metodologia análise bibliográfica, entrevistas e apreciação de fotografias da época, objetiva-se valorizar este patrimônio do município de Dona Francisca, fazendo com que seus elementos físicos e imateriais não se percam com o tempo. Esta, conta com poucos materiais escritos, ainda que seja de fundamental importância em vários elementos da sociedade, sejam eles religiosos, culturais, históricos, sendo uma instituição renomada, a qual educou diversas gerações, tendo relações ao contexto da época, não só regional, como internacional, pois foi berço das Irmãs Palotinas vindas da Itália e de sua ordem na América Latina.

### **Histórico de fundação**

A antiga Escola São Carlos, localizada no atual município de Dona Francisca, no Rio Grande do Sul, é o berço da Congregação do Apostolado Católico no Brasil. Esta foi fundada em 1838, em Roma, pelo sacerdote Vicente Palotti, e possuía como objetivo a proteção das pessoas mais fragilizadas e em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Marin e Aléssio (1995), o atual município de Dona Francisca foi o primeiro local onde a Congregação iniciou suas atividades no Brasil, com o objetivo missionário de educar crianças e jovens e trazer a religião para os imigrantes, principalmente italianos. As autoras colocam que, no período da década de 30, Dona Francisca era um povoado pertencente ao município de Cachoeira do Sul, com cerca de mil habitantes, em sua maioria imigrantes italianos vindos da região de Vêneto e Treviso. Estes imigrantes, como praticantes da Igreja Católica, trouxeram consigo a fé que professavam e o desejo de transmitir os princípios da sua religião aos seus filhos e novas gerações.

Em 1921, Umberto Cassol, residente da comunidade local, fundou uma sociedade com o objetivo de arrecadar fundos para a construção de um colégio para as Irmãs de Caridade. A dificuldade, no entanto, foi encontrar Irmãs que se dedicassem à formação religiosa da juventude, e a luta para encontrá-las perdurou por anos. Havia uma necessidade muito grande do povo em edificar uma obra grandiosa, que visava à educação para as gerações da época e também futuras. (FENKER, 2016).

Conforme mencionam Marin e Aléssio (1995), a comunidade local elegeu uma comissão encarregada de levar o pedido ao pároco local, Padre José Iop. Aconselhado pelo Padre, o povo levou o pedido ao Bispo de Santa Maria, o qual fez o pedido às Irmãs do Coração de Maria. No entanto, a resposta da Superiora Geral foi negativa, pois ainda faltavam Irmãs aptas a assumir tão missão. Segundo Aléssio e Marin, foi a partir a partir disso que Padre João Iop, superior regional dos Padres Palotinos no Brasil, encaminhou o pedido ao geral em Roma, foi pessoalmente contatar a Superiora Geral, Madre Jacinta Napolitano. Esta acolheu o pedido com muito prazer, visto que o seu grande desejo sempre foi disseminar o ideal do Santo Fundador pelo mundo inteiro.

Diante disso, Madre Jacinta lançou o convite à comunidade para verificar quais Irmãs se dispusessem a participar dessa importante missão. Inúmeras religiosas se candidataram de forma destemida e generosa a esta missão que, apesar de ser desconhecida, as fascinava. Em 1933, partiram as primeiras missionárias ao Brasil, em uma viagem difícil e demorada, estabelecendo-se no atual município de Dona Francisca. As pioneiras dessa missão foram: Madre Eletha Sciotti, Irmã M. Colomba Prócida, Irmã Jacinta Napolitano, Irmã M. Celina Polci, todas da Itália, e Madre Geraldina Fontana, Irmã Leonilda Zacagnini e Irmã Celeste Salvatore, dos Estados Unidos.

A chegada das Irmãs a Dona Francisca ocorreu às duas horas da manhã do dia 22 de março de 1933. Apesar do horário, muitas pessoas estavam no local aguardando a sua tão esperada chegada, com uma calorosa recepção formada pela presença de banda de música, arcos de bambus, flores e faixas com inscrições como “bem vindas, irmãs! Estamos felizes com a sua chegada!” Este ato demonstrava a felicidade do povo diante de anos de luta, esforço e persistência para conseguir trazer as missionárias ao local, com a grande ajuda do Padre José Iop.

Após a sua chegada, as Irmãs estabeleceram-se em uma casa, propriedade do Senhor Carlos Reck, morador local, que a doou às missionárias. Estas, desde a sua chegada, começaram a se voltar para o povo a dedicar-se aos serviços da paróquia. Ainda no mesmo ano, abriram uma escola elementar, a Escola São Carlos. De acordo com Fenker (2016), o nome da escola foi em homenagem ao homem que fez a doação do terreno à ordem. Já, de acordo com depoimento da Irmã Édina Menghetti, que estudou no local, o nome da escola foi uma homenagem a São Carlos, devido às suas características como forte espiritualidade, inteligência e bondade com o povo.



A comunidade era formada pelas Irmãs Celeste, Celila e Jacinta e pela superiora Madre Eletta Sciotti, visto que as demais logo após a sua chegada, partiram para o atual município de Nova Palma para fundar a Escola Nossa Senhora Medianeira. Em 12 de maio de 1934, Dona Francisca recebeu uma segunda turma de voluntárias destinadas a tornar eficaz a realização do plano divino: as Irmãs Romana Ambrosetti, Ersília Bucaria, Felícita Spagnoli e Lucina, todas vindas dos Estados Unidos, e as Irmãs Crucifixa Maietta, Alfonsina Attanasio, Romana Caputo e Bibiana Coletta, vindas da Itália. (ALÉSSIO E MARIN, 1995).

### **Trajetória da escola até os dias atuais**

De acordo com Marin e Aléssio (1995), realizadas as devidas adaptações na casa doada pelo morador local, Sr. Carlos Reck, em abril do mesmo ano, começaram a funcionar as aulas, mesmo que de forma precária e com poucos alunos. A escola oferecia ensino da modalidade particular e teve como primeira diretora a virtuosa Madre Eletha Sciotti, que assumiu tal cargo até o seu falecimento, em 1947.

Com doações que recebiam e com o trabalho de pessoas voluntárias da comunidade, foi possível ampliar as dependências da escola e passar a funcionar a escola de 1º grau, que compreendia, na época, do jardim de infância à 5ª série. O prédio também passou a oferecer um pequeno internato de meninas, a fim de atender as necessidades mais prioritárias e emergentes do povo da região.

Com a conclusão da nova construção, a Escola São Carlos passou a ter capacidade para receber mais alunos externos, de todas as regiões do estado, e também teve a possibilidade de passar a acolher meninos em regime de internato. Em 1934, anexo à Escola São Carlos, foi construída a casa do Noviciado, cujo local, posteriormente, passou a ser utilizado como um espaço de teatro da escola.

A atuação das Irmãs visava a oferecer aos educandos uma formação humano-cristã, com base nos princípios da fé pregada pela Igreja Católica, bem como as Irmãs ocupavam-se aos trabalhos pastorais da paróquia. Além das aulas de 1º grau, havia cursos de piano, teatro violino acordeão, bordado, pintura, datilografia, corte e costura, lecionados exclusivamente pelas Irmãs.

Após concluírem o quinto ano, os alunos que desejassem continuar os seus estudos deveriam fazer uma prova de admissão. No entanto, nos primeiros anos de funcionamento da Escola São Carlos, as escolas que ofereciam o ensino dos anos seguintes estavam localizadas em cidades grandes como Cachoeira do Sul e Santa Maria, não tão próximas de Dona Francisca. Por isso, muitos estudantes concluíam os seus estudos no quinto ano.

Diante da oferta crescente de cursos e do aumento da quantidade de alunos, fazia-se necessário aprimorar as condições de atendimento e do ensino, a fim de oferecer o ensino com o máximo de qualidade possível a quem buscava na escola uma oportunidade para preparar-se para um futuro melhor. A escola foi aos poucos crescendo até atingir a estrutura demonstrada na imagem abaixo:

### **Imagem 1: Escola São Carlos**



Fonte: Acervo Biblioteca Publica Municipal de Dona Francisca.

Com a sua estrutura pronta, a escola contava com três andares e um subsolo. De acordo com o arquiteto Marcos Seeber Muller da Silva, a Escola possuía uma arquitetura neoclássica eclesial escolar, típica do período, devido à existência de um programa nacional de construção de escolas, que perdurou durante o período de 1889 a 1937, que seguia essa linha de construção.

De acordo com relatos da Irmã Édina Meneghetti, que ingressou na escola como estudante em 1944, no primeiro andar da escola havia as salas de aula, sala de reunião e uma capela, onde eram realizadas as orações e as missas que, de acordo com a Irmã, eram rezadas na língua italiana até meados de 1955. O segundo andar era destinado ao dormitório das Irmãs e a salas de alguns cursos. No terceiro andar, havia a parte do internato, destinado a crianças e jovens, principalmente vindos de outras regiões, que estavam em Dona Francisca para poderem estudar. Os dormitórios dos meninos eram localizados em um lado do prédio, enquanto que o das meninas, em outro lado. Os dormitórios eram caracterizados como grandes salas que abrigavam vários alunos dentro deles. No mesmo andar, também havia o dormitório das noviças e uma lavanderia.

No subsolo, havia a despensa, o refeitório das irmãs e o refeitório das meninas, dos meninos e das noviças, todos separados um do outro. Os refeitórios eram destinados apenas aos estudantes internos para as refeições principais. Nos intervalos, não eram oferecidas refeições como ocorre nas escolas atualmente, mas havia um bar em que os estudantes podiam comprar

lanches. Nos fundos da escola, havia a horta, o pomar e o galinheiro, cujas tarefas eram realizadas pelas Irmãs com o auxílio das noviças.

Conforme mencionam Marin e Aléssio (1995), com o passar do tempo, a Escola São Carlos começou a sofrer com as mudanças da sociedade, do ensino, da cultura e da economia. Com o número cada vez menor de alunos, a escola não conseguiu manter-se em pé e as Irmãs optaram por fechá-la e colocar as peças para locação residencial. A partir de então, fechou-se o berço da missão brasileira, por onde passaram aproximadamente 8.500 alunos. Em 1986, as Irmãs resolveram vender o prédio, que acabou sendo comprado por um ex-morador do município, que continuou alugando os cômodos a moradores.

Em 17 de outubro de 1990, o prédio da Antiga Escola São Carlos veio a ser alvo de um incêndio criminoso, tendo parte de sua estrutura comprometida. Conforme relatos de ex-moradores do prédio, o Corpo de Bombeiros logo foi acionado, mas como a unidade mais próxima localizava-se em Santa Maria, município situado a 60 km de Dona Francisca, o tempo para a chegada dos Bombeiros contribuiu para que o fogo destruísse grande parte do local.

Atualmente, o prédio está em ruínas, praticamente abandonado e invadido por vegetações de todos os tipos que saem pelas janelas. O que restou do prédio continua imponente na avenida principal de Dona Francisca, a 17 de Julho.

Com o objetivo de manter vivas as memórias da Antiga Escola São Carlos, a Prefeitura Municipal de Dona Francisca, à qual pertence atualmente a propriedade, trabalha no projeto de revitalização do prédio das Irmãs Palotinas. De acordo com o Secretário da Cultura de Dona Francisca, Ricardo Zimmer, o objetivo é realizar uma intervenção modernista no prédio, sem perder as características originais e sua história. Será um espaço multicultural de música, dança e exposições, bem como será, no prédio, a sede da estrutura administrativa do poder executivo municipal.

### **Memórias e recordações: uma saudade sem fim**

Conforme depoimento da Irmã Édina, a vinda das Irmãs Palotinas e a instauração da Escola São Carlos trouxe imensuráveis benefícios para a região da Quarta Colônia, visto que promoveram o desenvolvimento cultural, educacional e econômico da região e da população local.

Loureci Bortolin Ceolin, atualmente residente no município de Alegrete e antiga estudante da escola, relembra que as Irmãs eram muito acolhedoras e dedicavam-se a um ensino muito rígido quanto à ordem e disciplina. Ela relata que recebeu ensinamentos que foram muito importantes para a sua vida e que os guarda até hoje.

Telda Escobar, antiga aluna, diz que suas recordações da escola são as melhores, “época de coleguismo, empatia, religiosidade e respeito, além dos excelentes ensinamentos das irmãs” (ESCOBAR, entrevista 2021). Na noite do incêndio, Telda sentiu um cheiro muito forte de fumaça e ouviu estalos, mas como estava amamentando uma criança de 11 dias, demorou para visualizar o incêndio. A ex-aluna relata que a comunidade ficou muito abalada, onde uns queriam consolar os outros, alguns ajudaram a tirar de dentro da escola (em chamas) alguns pertences dos moradores que lá estavam, quando os bombeiros chegaram nada mais podia ser feito.

Escobar relembra que as Irmãs exigiam o uso de uniforme pelos alunos. A estudante conta que realizavam desfiles em datas importantes, como na Semana da Pátria e em Eventos Religiosos de Dona Francisca. O colégio também possuía uma banda que contava com a participação dos alunos, a qual realizava apresentações nos eventos importantes. Telda destaca que, com o tempo, foi inaugurado o teatro, ao lado da escola, em que eram realizadas apresentações dos alunos com uma grande plateia. O que mais causa saudade em Telda eram os cânticos das irmãs da Escola São Carlos.

Já Fátima Felipetto lembra-se do colégio e de sua beleza desde os seus sete anos de idade, quando fez a preparação para a primeira eucaristia e relata que tudo era sempre muito organizado e limpo. Em depoimento, Fátima coloca que as irmãs se dedicavam muito às aulas do primário até a quinta série, como também em ter meninos e meninas no internato, além de ter aulas de música à tarde. A ex-aluna diz que a Escola se configura em um patrimônio histórico cultural muito rico, visto que deixou um legado muito importante para Dona Francisca. Fátima Felipetto relata que, de 1988 até 1990, morou no colégio, quando já não pertencia às Irmãs, em uma peça alugada do proprietário que havia comprado e que alugava quitinetes, o qual havia os adaptado para adequar a sua renda.

Luciano Chelotti estudou na Escola entre o jardim de infância e a quinta série, ingressando na mesma em 1975. Com boas lembranças do colégio, o ex-aluno relembra que, no intervalo, uma Irmã abria a janelinha do bar e os alunos enfileiravam-se para comprar merengue quente e sorvete quente. Ainda no intervalo, Luciano brinca que os meninos tentavam furar o “bloqueio” das Irmãs para ir até o pátio das meninas, já que o pátio das meninas era separado do pátio dos meninos.

Chelotti relembra que, nas aulas de datilografia, os alunos aprendiam a digitar sem olhar para o teclado, uma tarefa um tanto difícil, ele comenta. Ele rememora que, no jardim de infância, após lancharem no recreio, os pequenos alunos, vestidos de uniforme cor de rosa,

deviam ir ao banheiro escovar os dentes antes de voltar para a sala de aula, o qual possuía pias baixinhas para as crianças.

Na época das festividades de São João, Luciano comenta que os alunos ensaiavam apresentações com pau de fitas. Os ensaios eram realizados no salão do Escola, localizada ao lado, e as apresentações eram no pátio da escola. Os alunos também ensaiavam coreografias para desfilar no feriado de 7 de Setembro, no centro do município.

Célia dos Santos Hitz, atual residente no município de Alegrete, foi interna da escola entre o final da década de 60 e início de 70. Célia estudou o ensino primário na localidade onde residia com a sua família, na Linha Formoso, em Dona Francisca. Como a Escola São Carlos oferecia ensino somente até a 5ª série, Célia cursou as séries seguintes, modalidade chamada na época de “ginásio”, em outra escola que, com o passar do tempo, foi fundada no município, a Escola José Manuel Gonçalves Gomes Mostardeiro (atual escola Maria Ilha Baisch). Devido à distância e a dificuldade de locomoção entre a sua casa e a escola, Célia manteve-se hospedada na Escola São Carlos, como interna, até concluir os seus estudos do “ginásio”.

A ex-interna relembra que as colegas de quarto compunham uma turma grande, tinham um bom convívio e as suas relações eram regadas de risadas e diversão. Ela relembra que os estudantes e internos que não pagavam mensalidade, devido às condições econômicas da família, tinham a tarefa de ajudar as irmãs a varrer os corredores do prédio, cuidar da horta, cozinhar, limpar a cozinha e corredores, executar tarefas na lavanderia e a tirar leite das vacas que ficavam em um potreiro perto da escola.

Ela também elogia a estrutura organizada que a escola tinha. Nas horas livres, os internos ocupavam o seu tempo assistindo televisão em uma sala de lazer e divertiam-se na quadra de esportes, localizada no primeiro andar do prédio, jogando *ping-pong* e outros esportes. Célia conta que é muito grata à oportunidade que teve de poder ficar hospedada na Escola, pois se não fosse assim, teria encerrado os seus estudos no quinto ano.

Neste artigo, trazem-se algumas lembranças de um tempo muito rememorado pelos alunos e pela comunidade. Com andar do tempo, as irmãs, os alunos, os moradores que muito ajudaram na construção do prédio, seguiram caminhos diferentes, mas ainda recordam com muito saudosismo da época em que a Escola São Carlos estava no seu cotidiano como lar, como espaço de educação, de cultura ou de religiosidade.

## **Conclusão**

Ao analisar-se a história da antiga Escola São Carlos, verifica-se a sua relevância enquanto patrimônio histórico cultural, estando entrelaçado à história do Município e seu

desenvolvimento. A influência das Irmãs e da Ordem Palotina no município e na região da Quarta Colônia foi tão grande que seus feitos são até hoje lembrados pela população e refletem na história e desenvolvimento de toda a região.

O prédio da Escola São Carlos, onde as primeiras missionárias lançaram as sementes de sua ação evangelizadora, é um legado material, histórico, cultural, educacional e religioso para os franciscanos e todos os alunos e internos que por ele passaram. Educandos estes que se encontram por várias regiões do país atualmente e que carregam lembranças e recordações deste tempo. Tempo este em que a Escola embelezou o centro da cidade, trouxe religiosidade, educação e desenvolvimento.

A esperança dos franciscanos, hoje, é que o prédio seja restaurado para preservar o que os antepassados de muitos ajudaram a construir com esforço e união. Além de um legado material e histórico na cidade, o imponente prédio da Escola São Carlos deixou marcas emocionais na vida de muitas pessoas, no processo de fundação de Dona Francisca e da Quarta Colônia, como um todo.

## **Referências**

BARTZ, Enio. Entrevista realizada em Dona Francisca, no dia 19 de julho de 2021, às 18h30min por Ana Carolina Cherobini Bortolin.

CEOLIN, Loureci Bortolin. Entrevista realizada em Alegrete, no dia 26 de julho de 2022, às 19h10min por Ana Carolina Cherobini Bortolin.

CHELOTTI, Luciano. Entrevista realizada em Dona Francisca, no dia 29 de julho de 2021, às 11h por Ana Carolina Cherobini Bortolin.

ESCOBAR, Telda. Entrevista realizada em Santa Maria, no dia 15 de julho, às 18h, por Daffine Natalina Reck.

FENKER, Terezinha Tessele. *Resgatando a Grande Cachoeira*. Porto Alegre: Corag, 2016.

FELIPETTO, Fátima. Entrevista realizada em Dona Francisca, no dia 23 de julho de 2021, às 11h por Daffine Natalina Reck.

*História*. CACIP Congregação do Apostolado Católico das Irmãs Palotinas. Disponível em: [https://irmaspalotinas.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=216&Itemid=610](https://irmaspalotinas.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=216&Itemid=610). Acesso em: 16 de julho de 2021.

*Histórico*. Prefeitura Municipal de Dona Francisca. Disponível em: <https://www.donafrancisca.rs.gov.br/municipio/historia>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

HITZ, Celia dos Santos. Entrevista realizada em Alegrete, no dia 27 de julho de 2021, às 15h por Ana Carolina Cherobini Bortolin.

LOPIS, E. A. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? uma questão conflituosa. *Revista Mosaico*, Vassouras, v. 8, n. 12, dez 2017.

MARIN, A.; ALÉSSIO, A. M. *Congregação do Apostolado Católico – Irmãs Palotinas: uma caminhada de fé e coragem*. Porto Alegre: Editora Palotti, 1995.

MENEGHETTI, Édina. Entrevista realizada na Localidade de Palma, em Santa Maria, no dia 20 de julho de 2021, às 13h30min.

THOMAZ, P. C., MACKENZIE, U. P. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 7, n. 2, mai-ago 2010.

ZIMMER, Ricardo. Entrevista realizada em Dona Francisca, no dia 23 de julho, às 15h, por Daffine Natalina Reck.

## RELAÇÕES DE ALTERIDADE E IDENTIDADE: AS FRONTEIRAS CULTURAIS EXPRESSAS EM CEMITÉRIOS DE NOVA BASSANO/RS

Ana Carolina Lorenzet Galvan<sup>19</sup>, PPGH/UPF, Bolsista CAPES

**Resumo:** É possível compreender as fronteiras socialmente construídas como produtos históricos relacionadas à alteridade e à construção da identidade de um sujeito ou grupo? Neste trabalho, abordaremos as fronteiras manifestas no espaço cemiterial, de forma especial em sua representação por meio da cultura material. A formação do município de Nova Bassano relaciona-se ao contexto da imigração do final do século XIX e início do século XX. Nessas áreas de colonização, as linhas destinadas à ocupação pelos imigrantes muitas vezes simbolizaram até mesmo a fronteira entre dois países. No entanto, a alteridade da imersão entre elementos de grupos diferentes é que possibilita a convivência social nas fronteiras do Eu com o Outro, bem como, é geradora do sentimento de pertença. Tomando então como fonte cemitérios selecionados do município de Nova Bassano/RS, buscaremos perceber como as fronteiras se fazem presentes nos cemitérios, sendo suporte para a construção identitária. Assim, é na tomada de consciência de que somos intrinsecamente finitos, enquanto condição para existirmos, que buscamos maneiras de superar essa condição e reafirmar nossas identidades.

**Palavras-chave:** Cemitério; Fronteiras; Identidade.

### Introdução

Pensar a sociedade e suas relações implica também pensar em fronteiras. Segundo Golin, “a zona fronteira é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos” (2002, p. 14). Indo muito além dos aspectos geográficos e naturais, as fronteiras são “realidades tangíveis, ou seja, como realidades efetivas e realidades do pensamento, são o resultado de relações de poder” (MELO apud GOLIN, 2002, p. 16), produzindo diversidades culturais e sendo produto destas. Complementando, Pesavento as coloca da seguinte forma: “antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicos. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade” (2002, p. 35). No contexto deste trabalho, nos importam as noções de fronteiras culturais, isto é, as construções de sentido que integram o jogo social das representações, estabelecendo classificações, hierarquias e limites (PESAVENTO, 2002).

Como resultado das experiências de fronteira e necessário a todo ser humano, está a construção de sua identificação, e para construir a imagem de si, depende-se da existência de um Outro. Sendo essa construção uma imagem essencialmente alheia, “sua identidade própria nunca poderá deixar de ser algo que lhe vem de fora, do horizonte da alteridade” (SALES, 2005,

<sup>19</sup> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6043678500332760>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0305-0081>. Contato: [159271@upf.br](mailto:159271@upf.br). Alguns trechos e discussões expressos aqui são provenientes da monografia de conclusão de curso da autora, intitulada “*Nós que aqui estamos por vós esperamos*”: estudo sobre a conservação do patrimônio histórico no Cemitério Vera Cruz, Passo Fundo/RS, apresentada à disciplina de Métodos e Práticas de Pesquisa Histórica III do curso de História da Universidade de Passo Fundo em dezembro de 2019, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Ahlert.



p. 116). No decorrer da vida, a identificação do eu, inserido numa dinâmica social, começa “a ser com a imagem dos outros semelhantes” (SCHARINGER, 2009, p. 52). Nesse sentido, percebe-se que a alteridade reside no momento em que “o outro torna-se figura diretamente associada ao eu” (BORGES, 2017, p. 1). As fronteiras, por si, trabalham com analogias, oposições e correspondências, se confrontando com as noções de alteridade e identidade, ao definir os ‘outros’ em relação a ‘nós’ (PESAVENTO, 2002).

Essas formações sociais deslocam-se aos cemitérios e ligam-se à morte no sentido de que estes espaços levaram “às últimas consequências um desejo de sobrevivência individualizada. [...] Com o crescimento da importância do *sujeito*, teriam de aparecer representações que já não podiam subsumir o direito à individualização” (CATROGA, 2010, p. 169). Isto mostra que a identidade do Eu, que fora construído com relação ao Outro durante sua vida, deveria ser transposta ao espaço de enterro, mantendo sua memória individualizada, única. Ao mesmo tempo, essa identidade transposta busca reafirmar o pertencimento a um grupo, uma comunidade ou localidade.

Nos cemitérios de Nova Bassano, município do interior do Rio Grande do Sul, identidades imigrantes se manifestam materialmente. O município tem sua origem como parte da antiga Colônia Alfredo Chaves, que começou a ser povoada por imigrantes europeus no final do século XIX. O povoamento do local se deu majoritariamente por italianos, mas figuram outros grupos, como os poloneses, ambos grupos importantes para esta pesquisa em desenvolvimento. Estudando os cemitérios da área rural do município, é possível encontrar muita simbologia religiosa católica, um dos elementos semelhantes entre os dois grupos, além de epitáfios em italiano e polonês, elemento que demonstra o pertencimento a determinada comunidade e afirmação identitária.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo, em âmbito geral, perceber as transposições das fronteiras culturais e sociais construídas no mundo dos vivos para os espaços de enterro que os integram. Além disso, buscaremos discutir como as fronteiras entre grupos imigrantes se manifestam na cultura material funerária catalogada em Nova Bassano.

O trabalho, então, está dividido em duas seções. A primeira apresentará o cemitério como análogo à cidade dos vivos, explorando as hierarquias e relações sociais. Ainda, será abordada a noção de entre lugar, colocando-se nas fronteiras entre a cidade dos vivos e o espaço dos mortos, trazendo algumas reflexões sobre a morte, a alteridade e as identidades. A segunda seção investigará a dinâmica social do município de Nova Bassano, contextualizando os métodos de pesquisa, e refletirá sobre a construção da identificação social possível de analisar

nos espaços de enterro do município.

### **Cemitérios, hierarquias e fronteiras observáveis**

A formação do espaço de enterro como conhecemos hoje tem início, no Brasil, no século XIX. Maristela Carneiro destaca que "a universalidade do acesso aos cemitérios extramuros inicialmente ocorreu sob uma perspectiva específica, branca, europeia, que se considerava civilizada, em relação a tudo que fosse diferente" (CARNEIRO, 2012, p. 112). O Brasil oitocentista, assim como boa parte do mundo, encontrava-se sob influência cultural europeia, cuja sociedade a partir do século XVIII tendeu a dar à morte um sentido novo (ARIÈS, 2012). O século XIX "é a época dos lutos que o psicólogo de hoje chama de histéricos - e é verdade que, por vezes, toca os limites da loucura" (ARIÈS, 2012, p. 73), e que dá origem ao culto dos cemitérios, isto é, o medo da morte deixa de centrar-se no "eu" para focar sobre o outro, estendendo-se à sociedade, "denominada naquela época por Philippe Ariès, com muita propriedade, de *'la mort de toi'* [da morte de ti], inesquecível objeto amado" (VOVELLE, 2010, p. 266).

É possível perceber que a diminuição do poder da Igreja Católica sobre as sociedades, pelos movimentos secularizantes, o Romantismo e a tendência higienista que aparece no século XIX foram importantes para a transladação dos corpos em direção aos cemitérios extramuros, isto é, fora dos muros das igrejas. Os cemitérios então se afastaram dos centros urbanos e passaram a reforçar a individualização do ser, a preservação da memória deste indivíduo, seu pertencimento a uma classe social ou grupo específicos e por meio da pompa funerária e da ornamentação das sepulturas, expressam essa individualidade.

Embora a noção de sepultamento *ad sanctos*<sup>20</sup> não fizesse mais sentido, uma vez que os santos e seus altares permaneceram dentro das igrejas, as noções hierarquizantes foram transpostas ao cemitério secular, sendo comum que os cemitérios apresentem áreas de maior prestígio ou maior visibilidade. Além da lógica social, a vida familiar também se encontra transferida aos cemitérios – a exemplo de jazigos e mausoléus destinados às famílias, mas que reafirmam a visão patriarcal ao levar o sobrenome masculino –, bem como as manifestações religiosas, encontrando-se o cemitério adaptado à perspectiva da cidade em que se encontra.

<sup>20</sup> Os sepultamentos *ad sanctos*, comuns na Idade Média, caracterizam-se por serem enterramentos realizados o mais próximo possível dos santos e suas relíquias, em um espaço sagrado, geralmente a igreja e suas dependências (ARIÈS, 2012). Como espelho da sociedade estamental medieval, conforme a posição na hierarquia social, mais próximo aos santos o morto era sepultado.

Somados à secularização e higienização dos centros, os novos ideais antropocêntricos começam a relegar maior importância para a expressão individualista do ser. Essa expressão hierárquica, necessária para a burguesia em ascensão do século XIX, ocorre não apenas pela localização no espaço de enterro, mas também pela pompa que seu túmulo ou jazigo apresenta à sociedade. Desse modo, a arte funerária ressurge com maior intensidade, no papel de demonstrar a importância de um indivíduo e construir um discurso sobre sua história pessoal. Os túmulos passam a apresentar uma estatuária expressiva, cujo significado é compreendido quando expressa-se alegoricamente, ou seja, apresenta uma ideia por meio da sua representação.

No início do século XX, o cemitério era um dos locais mais visitado de uma cidade, tendo a representação dos mortos o papel singular de conciliar a “rede de relações pessoais em torno dos mesmos e de sua memória. Na sociedade burguesa, os mortos passam a ser concebidos como exemplos a serem seguidos no aspecto moral e social” (CARNEIRO, 2012, p. 2). Para Borges e Carneiro (2017), no processo de modernização que permeava a sociedade brasileira quando ocorre o processo de secularização, “o cemitério se preservou como um espaço devocional, um espaço para a expressão de uma arquitetura sacra e de uma arte religiosa que se desdobrou em níveis diferentes de elaboração técnica e material” (BORGES; CARNEIRO, 2017, p. 153). Dito isso, podemos notar que “o século XIX pode ser considerado em sua totalidade um período de transição para um novo modelo de relação entre vivos e os mortos - pelo menos no que diz respeito à tradução urbanística dessas relações” (CYMBALISTA, 2001, p. 17). Todo este aparato hierárquico, associado às formas materiais construídas, representam as fronteiras entre os indivíduos, entre classes sociais, e até mesmo entre mortos e vivos. Essas novas relações reproduzem, nos espaços de enterro os aspectos culturais existentes na sociedade dos vivos, admitindo-se que “todo e qualquer cemitério, e particularmente o cemitério oitocentista, deve ser visto como um lugar por excelência de reprodução simbólica do universo social e das suas expectativas metafísicas” (CATROGA, 2010, p. 166), exprimindo uma ligação entre o culto dos mortos e a memória. Tanto a memória como o culto aos mortos “convocam um objeto ausente” sendo que a função do símbolo funerário é “em última análise, ser metáfora do corpo, trabalho imaginário exigido pela recusa da morte” (CATROGA, 2010, p. 167). Na morte do outro, se vê a própria morte, e é a partir da concatenação dessa representação que as memórias e identidades são construídas pelo espaço cemiterial.

Assim, é possível compreender as relações sociais com o cemitério por meio da noção de entre-lugar proposta por Homi K. Bhabha, ao fornecer “o terreno para a elaboração de

estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade” (1998, p. 20), um terceiro lugar entre a cidade dos vivos e o espaço reservado aos mortos onde há a possibilidade de “emergir como os outros de nós mesmos” (1998, p. 69), ou seja, onde a alteridade mais uma vez se manifesta.

Fernando Catroga afirma que são recorrentes as atitudes humanas a fim de recusar-se à finitude, interiorizando “o desejo de se sentir imortal” (2010, p. 164). Concordamos com o autor ao perceber os movimentos da sociedade contemporânea, distanciando cada vez mais a vida e a morte. Apesar de ser-para-a-morte – enquanto a finitude apresenta-se como certeza absoluta no futuro do ser –, essa condição ainda nos traz a angústia de um mistério que não será resolvido em vida, é um “fim que espera o *Dasein*<sup>21</sup>, que o espreita, que o precede, fim incessantemente sempre iminente” (RICŒUR, 2007, p. 368). Quiçá será resolvido, já que “de facto [*sic*], em si mesma, a morte é um nada epistemológico e um nada ontológico” (CATROGA, 2010, p. 164), não sendo possível ser compreendida pelos vivos enquanto experiência, muito menos pelos que já não existem além da memória. Pensamos, então, que a experiência de morte de um indivíduo é através da morte do outro, e esta experiência nunca será completa. Porém, mesmo sendo a experiência incompleta pela morte de outrem, “no espelho de sua própria morte, cada homem redescobria o segredo de sua individualidade (ARIÈS, 2012, p. 65). Isto nos mostra que a morte do outro é vivida como uma projeção da morte do eu e ao mesmo tempo em que a morte interrompe o “poder-ser”, ela está inscrita na gênese do “ser” enquanto humano. Só se pode “ser”, e só há o “poder-ser”, enquanto mortal. Ao relacionar o espelho da própria morte na morte de outrem, Ricœur afirma que

No caminho que passa pela morte do outro [...], aprendemos sucessivamente duas coisas: a perda e o luto. Quanto à perda, a separação como ruptura da comunicação – o morto, aquele que não mais responde – constitui uma verdadeira amputação do si mesmo, na medida em que a relação com o desaparecido faz parte integrante da identidade própria. A perda do outro é, de certa forma, perda de si mesmo (2007, p. 370-371).

A alteridade, portanto, “não é algo que se põe no outro, mas que emerge no sujeito pelo Outro que nos constitui” (RAVASIO, 2016, p. 163). Lacan, em um de seus seminários, afirma

<sup>21</sup> “Existência e mundo estão ontologicamente imbricados, de modo que não há ser humano sem mundo, nem mundo sem ser humano. Instauramos o mundo enquanto estrutura significativa que comporta nossas realizações e nos construímos a partir das possibilidades abertas nele” (DORO, 2011, p. 125). Em linhas gerais, pode-se entender o *Dasein*, conceito Heideggeriano que em tradução literal significa *ser-aí*, como as possibilidades das quais o ente se apodera, o poder-ser. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, sugerimos primeiramente a leitura da obra *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger. Outra obra que também trabalha com noções de *ser* é *A memória, a história, o esquecimento*, de Paul Ricœur, especialmente no segundo capítulo, História e Tempo.

que quando nos relacionamos com o sujeito-outro, não nos relacionamos com o sujeito como ele é, mas sim imerso na alteridade que compõe a relação. Ele propõe que não se considere o sujeito sem considerar a imersão na alteridade (PEUSNER, 2001). Assim, o termo "immixing" (em inglês) supõe uma mistura de elementos na qual a essência destes se encontra dissolvida e mesclada, impedindo, portanto, uma vez dissolvida sua essência, que os elementos retornem ao estado anterior (PEUSNER, 2001), o que acontece com a identidade do sujeito em suas relações sociais.

De forma consciente ou inconsciente, o modo de ser do sujeito em relação aos fenômenos relacionados às fronteiras culturais decorrem das combinações psicológicas e do jogo de interesses que compõem os grupos humanos e que os leva a pensar sua inserção no espaço, no tempo e no conviver com o outro, pois as

fronteiras culturais remetem à vivência, às sociabilidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias. Basicamente, a fronteira cultural aponta para forma pela qual os homens investem no mundo, conferindo sentidos de reconhecimento (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Toda essa gama de sociabilidades da sociedade dos vivos transpõe-se às relações funerárias, e “o cemitério – em geral municipal, periférico e em tese secularizado – consolida-se no final do século XIX como o local por excelência reservado às relações entre vivos e mortos na cidade” (CYMBALISTA, 2001, p. 18). Neste espaço edifica-se a memória dos que uma vez viveram e dá-se uma dimensão veritativa ao que não se encontra – ao ausente, possibilitado pelo simbolismo funerário (CATROGA, 2010). Este conjunto simbólico pode vir a ser relacionado ao capital simbólico de uma sociedade, sendo este diretamente ligado à história e “o veículo mais coerente do pertencimento identitário e o reconhecimento da contribuição de todos os segmentos formativos da sociabilidade [...]. Uma operação cultural da inserção humana” (GOLIN, 2007, p. 452-453). Na relação com a memória construída dos mortos, personifica-se a identificação construída do ser, sendo importante notar que “recordar é em si mesmo um acto [*sic*] de alteridade: a exigência de fidelidade leva a que se apele sempre para as recordações do outro, e, muitas vezes, as recordações próprias são recepções de narrações recebidas de outros” (CATROGA, 2010, p. 179).

Portanto, pontuamos que as representações simbólicas funerárias que derivam da identificação de uma sociedade são expressões e expressam-se nas operações de alteridade e construção da memória comunitária, mas também são formativas nas operações individuais, integrando o sujeito individual, o sujeito comunitário e a convivência com o(s) Outro(s).

## **Identities manifestas nos espaços de enterro bassanenses**

Deslocando a discussão engendrada nas seções anteriores aos cemitérios bassanenses, percebemos que apesar de não serem espaços pomposos, com grandes peças de arte funerária, as identidades estão manifestas de outras formas.

As relações fronteiriças entre poloneses e demais imigrantes nas regiões de colonização do Rio Grande do Sul, podem ser percebidas pela expressão “polacos sem bandeira”, um xingamento que fazia “alusão direta à ocupação da Polônia pelas potências estrangeiras” (VICROSKI, 2021, p. 88), o que fez com que muitos poloneses suprimissem sua nacionalidade para evitar constrangimentos. No entanto, por mais que tenha ocorrido a supressão da nacionalidade em alguns casos, noutros ela foi celebrada por meio da afirmação da identidade polonesa. Isso porque muito da identidade ocidental no século XIX relacionava-se com sua nacionalidade, e a manutenção dos costumes, da língua, da religiosidade, entre outros, constituía uma forma de legitimação identitária.

No caso dos imigrantes italianos, apesar de não haver um fervor nacionalista, os costumes e tradições eram muito apreciados e observados. Além disso, por mais que alguns segmentos fossem contra a unificação do Estado Italiano que estava em curso no período em que imigraram ao Brasil, “se sentiram italianos ao manter contato com outras etnias” (POSSAMAI, 2007, p. 50). A construção identitária ítalo-brasileira passou por estes percalços, e demonstra ser importante a distinção entre a política de italianidade oficial propagada pelo Estado italiano e a italianidade que se fez presente no dia-a-dia do colono no Brasil (POSSAMAI, 2007).

As identidades individuais são construídas histórica e culturalmente. Na maioria das vezes, a forma como “nos constituímos, percebemo-nos, interpretamos e nos apresentamos para nós mesmos e para os outros” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 145) não é um processo consciente, mas sim constituído nas relações do dia-a-dia e no contexto em que estamos inseridos, de modo que a identidade é formada ao longo do tempo, “através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38). Por mais que, inicialmente, poloneses e italianos não estivessem nos melhores termos em questão de convivência nas colônias mistas, e que suas culturas diferissem em alguns aspectos, a começar pela forma de assentamento até a língua falada, em outros pontos esses imigrantes tinham muito em comum. Obviamente, um deles era o fato de serem imigrantes em um lugar totalmente diferente de onde vieram. Outro fator importante na convivência desses grupos foi a religiosidade. Novamente, o catolicismo aparece como aglutinador, agora não apenas de

colonos da mesma região, mas de diferentes localidades. As fronteiras culturais, antes tão delimitadas, aos poucos passam a ser um “lugar” de alteridade, no qual o intercâmbio identitário ocorreu. Dito isso, percebemos que “o processo de construção e reconhecimento identitário é complexo, dinâmico e contínuo. O formato que ele assumirá dependerá, em larga medida, do ambiente social no qual o indivíduo está inserido” (VICROSKI, 2021, p. 98).

Para conduzir a pesquisa, visitamos alguns cemitérios da área rural de Nova Bassano, sendo eles: o Cemitério Polonês, que atualmente integra a rota turística do município, e os cemitérios das comunidades Sagrado Coração de Jesus, São Pedro, Boa Fé, Nossa Senhora de Caravaggio (conhecida como Monte Paréo), São Paulo Apóstolo e São Roque. Nestes locais, catalogamos as sepulturas que apresentavam os seguintes critérios:

- presença de estatuária;
- presença de símbolos e signos ornamentais;
- situação de conservação do túmulo;
- interferência de terceiros no túmulo;
- apropriação do túmulo ou do espaço;
- data de falecimento ou data de construção do túmulo;
- marcadores de identidade, como epígrafes em língua estrangeira.

Ao presente estudo, nos interessa especialmente o último critério, referente aos marcadores identitários que percebemos nos espaços de enterro. Observando os objetos de análise catalogados, percebemos que dentre 33, apenas 3 sepulturas não apresentam cruz na cabeceira, apesar de apresentar algum outro elemento cristão, como o Sagrado Coração de Jesus, Anjos e Cristo ressurreto. Além destes três, em um caso não é possível afirmar com certeza o que se encontrava na cabeceira, pois o artefato está quebrado na base, mas observando o conjunto tumular, é possível inferir que se trate de algum elemento indicativo da religiosidade (Figura 1). A partir dessas observações, podemos afirmar que a devoção religiosa é um traço identitário que a comunidade bassanense busca preservar e rememorar.

**Figura 1 - Sepultura com cabeceira incompleta**



Fonte: Jazido da Família Vicari e Zampieron, no cemitério São Pedro. Imagem da autora, 2021.

Ainda, dentre esses 33 objetos catalogados, 7 são cruzeiros localizados no Cemitério Polonês, onde não há presença de túmulos ou jazigos, e os enterramentos são feitos diretamente no solo. Essas cruzeiros, em geral de ferro, apresentam placas com o nome do sepultado, data de falecimento, entre outros, algumas escritas em polonês. Também é possível encontrar cruzeiros com essas placas em outros cemitérios, escritas em italiano. Na Figura 2, é possível comparar duas cruzeiros encontradas. Uma delas está no Cemitério Polonês, demarcando um local de sepultamento, e a outra encontrava-se na área de descarte do Cemitério da Comunidade São Pedro, o que é um tanto preocupante para quem entende a cultura material como aporte para construção identitária e sentimento de pertença.

**Figura 2 – Placas com inscrições em língua estrangeira em Nova Bassano/RS**



Fonte: A primeira imagem é uma placa do Cemitério Polonês onde se lê: Tu spoczywa Antoni Zablocki, zmarły dnia 23 lutego roku 19??. Przeżywszy lat 62. Cześć jego



pamięci. Cujá tradução, levando em consideração as mudanças que a língua sofreu, pode ser algo próximo de: Aqui jaz Antoni Zablocki, falecido em 23 de fevereiro de 19 ???. Passou aos 62 anos. Em honra de sua memória. A segunda imagem é uma placa que se encontrava em uma cruz descartada no Cemitério São Pedro, onde lê-se: Qui ripoza le ossa di Giusseppe Marcante, di anni 75, morto 23 setembre de 1918. Requiascante impacce. Novamente, considerando alterações da língua, a tradução aproxima-se de: Aqui repousam os ossos de Giusseppe Marcante, de 75 anos, morto em 23 de setembro de 1918. Descanse em paz. Imagens da autora, 2020.

A análise da cultura material catalogada leva em consideração as interações entre sujeitos e objetos, compreendendo que essas coisas, objetos, “têm inclinações, tendências, são dinâmicas, não são passivas ou inertes” (HILBERT, 2009, p. 22), e essas características alteram-se no contato diário e em seus usos. Compreendendo a cultura material como as dimensões concretas das relações sociais (LIMA, 2011), podemos afirmar que as identidades fronteiriças que permeiam o ser imigrante encontram formas de expressão nos cemitérios bassanenses. Por este motivo, o descarte de conjuntos tumulares é preocupante, no sentido de que “o desaparecimento de monumentos funerários tem como consequência, em boa medida, cidades amnésicas, onde a população desconhece seus antepassados e seu direito patrimonial” (CARVALHO, 2015, p. 41). Construções que geralmente são vistas exclusivamente como a marcação do local de sepultamento de alguém, transformam-se na possibilidade de expressar de forma simbólica identidades e pertencimentos.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, buscamos dialogar com diferentes áreas, autores e noções, integrando-os numa perspectiva de maior compreensão sobre os fenômenos relacionados à morte, às identidades e às fronteiras que se expressam nos cemitérios. Acreditamos ser importante em primeiro lugar elucidar a formação do espaço cemiterial, que se apresentou, especialmente nas sociedades oitocentistas, como um local de autoafirmação de grupos e classes, hierarquizado. Percebemos, ainda, que por mais que o projeto cemiterial tenha possibilitado a construção da memória de todos os sepultados, alguns continuaram e continuam a ser mais beneficiados que outros. Estes entre-lugares de construção identitária, que deveriam esconder a corrupção do corpo humano e permitir a imortalização da memória, se constituíram como espaços em que “o próprio muro físico funciona como proteção contra as profanações e como uma espécie de margem, ou melhor, símbolo-fronteira, campo semântico onde mesmo o mais secular dos significantes se aura de sacralidade” (CATROGA, 2010, p. 171-172).

O que fica evidente é que não podemos desconsiderar o estudo deste espaço enquanto constituinte da história de uma comunidade e identificação desta. Por mais inusitado que possa

parecer à primeira vista estes novos temas e fontes – onde encaixam-se os estudos cemiteriais –, põem-se “à disposição do historiador como que toda uma multiplicidade de sinais emitidos pelo passado para que ele, continuamente, descubra novos caminhos, construindo novas versões” (PESAVENTO, 2002, p. 37) do passado. A função desses lugares enquanto construtores de identidade é definido como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (NORA apud CANDAU, 2012, p. 157). Assim, “o relicário da memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado” (CANDAU, 2012, p. 159).

Ao passar pela experiência da morte do Outro, o Ser vê refletida sua própria finitude. De forma análoga, nas relações sociais é por meio do Outro e da diferença que o Ser constrói sua identificação, que é moldada de acordo com o contexto em que o sujeito está inserido (HALL, 2006) e “é somente ao final de um longo trabalho sobre si que a necessidade totalmente factual de morrer pode se converter, certamente, não em poder-morrer, mas em aceitação do ter que morrer” (RICŒUR, 2007, p. 369), sendo a morte um fenômeno constitutivo do ser em si, pois o sujeito sempre será um ser-para-a-morte.

É na tomada de consciência de que somos intrinsecamente finitos, enquanto condição para existirmos, que percebemos ter direito à memória. Por meio do espaço cemiterial, buscamos romper de certa forma nossa finitude, encontrando na simbologia e nas representações formas de fazer continuar expressa nossa identidade e existência. Nos parece, deste modo, que a alteridade da imersão entre elementos de grupos diferentes é que possibilita a convivência social nas fronteiras do Eu com o Outro, bem como é geradora do sentimento de pertença, passível de continuar existindo na memória da comunidade mesmo depois de ir-se.

## Referências

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 290 p.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORGES, Leonardo. *Alteridade Lacaniana*. Resenha. 2017. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/resenhasdelivros/3695647>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil: contribuições para a historiografia da arte brasileira. In: *Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte*, Porto Alegre, 2002. 20 p. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto26.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

BORGES, Maria Elizia; CARNEIRO, Maristela. A estatuária funerária no Brasil: um olhar indagador sobre as imagens de Jesus Cristo nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de*

*História das Religiões*, v. 9, n. 27, p. 151-170, jan./abril, 2017.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Maristela. "Quando o silêncio se rompe": Cemitério Municipal São José, Ponta Grossa (1881-2007). *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*. v. 1, n. 1, p. 167-177, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2610>. Acesso em: 27 out. 2021.

CARNEIRO, Maristela. A escultura funerária no Brasil: a descoberta da sensualidade na composição das imagens femininas nos Cemitérios da Consolação/SP e São João Batista/RJ - 1889-1930. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. Ofício do Historiador: ensino e pesquisa* (online). São Gonçalo: FFP/UERJ, 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512577\\_ARQUIVO\\_ARTIGO-AnpuhRJ.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512577_ARQUIVO_ARTIGO-AnpuhRJ.pdf). Acesso em 14 jun. 2019. 12 p.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. *História e arte funerária dos cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)*. Tese (Doutorado em Artes Visuais, ênfase em História, Teoria e Crítica de Arte). Instituto de Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/122577>. Acesso em: 07 ago. 2019.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun./2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315>. Acesso em: 11 maio 2020.

CYMBALISTA, Renato; LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas*. 2001. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DORO, Marcelo J. O sentido existencial da morte: uma interpretação a partir do paradigma heideggeriano. In: OLIVEIRA, Cíntia Roso *et al* (Coord.). *Filosofias da morte*. Passo Fundo: Méritos, 2011. Pp. 123-147.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Ed. On-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Pp. 451-469.

GOLIN, Tau. *A fronteira*. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HILBERT, Klaus. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. *Métis: História & Cultura*, v. 8, n. 16, p. 11-25, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/947>. Acesso em: 14 maio 2021.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, abr. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000100002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 maio 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai - Argentina*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. Pp. 35-40.

- PEUSNER, Pablo. Acerca de la entrada del término “immixtion” em la obra de Jacques Lacan (nota filológica). *Acheronta: Revista de Psicoanálisis y Cultura*, n. 14, dec. 2001. 7 pg. Disponível em: <https://www.acheronta.org/acheronta14/immixtion.htm>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- POSSAMAI, Paulo César. O processo de construção da identidade ítalo-sul-rio-grandense (1875-1918). *História Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 49-57, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5875>. Acesso em: 14 maio 2021.
- RAVASIO, Marcele Homrich. Alteridade e psicanálise: as modalidades de Outro em Lacan. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 46, p. 153-165, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i46.8670>. Acesso em: 22 maio 2020.
- RICŒUR, Paul. História e Tempo. In: RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 357-421.
- SALES, Léa Silveira. Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. *Revista do Departamento de Psicologia*. UFF, v. 17, n. 1, p. 113-127, Jan./Jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/tj9BF4SPqhKFtqcD6YxbJQP/?format=pdf&lang=pt#:~:text=O%20est%C3%A1gio%20do%20espelho%20constitui,96>). Acesso em: 22 maio 2020.
- SCHARINGER, Joana Pantoja. *Psicanálise e alteridade: um percurso em Lacan pelas diferentes modalidades de outrem*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7368>. Acesso em: 22 maio 2020.
- VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. A Água Branca para além-fronteiras: reflexões sobre a identidade étnica polonesa. In: REWERA, Witold; VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *Polscy Brazylijczycy/Brasileiro-Poloneses*. Tom I. Lublin: Wydawnictwo UMCS, 2021. P. 85-102.
- VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, Os trabalhos de luto*. Tradução: Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 346 p.

## OS DESENCONTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PANLATINISMO X PANAMERICANISMO (1951-1954)

Ana Luiza Setti Reckziegel (PPGH - UPF)

**Resumo:** o capítulo tem o objetivo de expor as linhas da política externa brasileira postas em confronto, durante o segundo governo Vargas (1951-54), a saber, o pan-americanismo e o pan-latinismo. Essas concepções foram defendidas, no âmbito governamental, na ação de dois protagonistas: João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores até 1953, e Batista Lusardo, embaixador brasileiro na Argentina. O desentendimento sobre a condução da política externa, foi um dos fatores que agravaram o desgaste político do presidente Vargas, no plano da política interna.

**Palavras-chave:** Política externa; pan-latinismo; pan-americanismo.

A escola francesa da história das relações internacionais fez do tema da “política interna”, tomada no sentido *lato*, um dos pivôs de sua problemática.<sup>22</sup> Pierre Milza, aponta que as relações entre a chamada política interna dos Estados e os relacionamentos que mantêm com as outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional constituem um campo de pesquisa e reflexão em que se cruzam com uma frequência cada vez maior os métodos e os trabalhos provenientes de duas “escolas”: a da história “política”, propriamente dita, e a das relações internacionais contemporâneas. (MILZA, 1996, p. 365)

Para fins desse estudo, é fundamental recuperar o cenário no qual se desenrolou a política interna brasileira a fim de vincularmos as ações desenvolvidas no âmbito de suas relações internacionais. A dimensão histórica das relações internacionais do Brasil no período será observada a partir do procedimento metódico citado por Estevão Martins que parte da análise na qual se deve tentar reconstituir os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem e engendram as circunstâncias em que as ações políticas internas e externas-estatais ou não- foram realizadas. (MARTINS, 2012)

### A formação de blocos regionais

O início dos anos 1950, se apresentaria para as relações Brasil-Argentina como de aparente simetria. De um lado, os dois países passaram a dispor dos requisitos básicos que lhes permitiram rápidos processos de industrialização. Apesar de manterem fortes vínculos de dependência com o sistema econômico internacional, tanto Brasil como Argentina foram capazes de realizar um processo de substituição de importações, durante os anos trinta, que, ao ser mantido a longo prazo, poderia conduzir a uma transformação estrutural de suas economias.

<sup>22</sup> Ver especialmente as obras de René Girault e Robert Frank, *La puissance em Europe* (1938-1940). Paris: Publications de la Sorbone, 1984

Por outro lado, ambos se viram, diretamente ou não, envolvidos na inserção da América Latina em um projeto político internacional (HIRST, 1985).

No que se refere aos contextos políticos, a orientação populista-nacionalista e a estrutura *obreira* parecia também aproximá-los, considerado que a similitude político-ideológica dos governos Vargas e Perón, não significou o abandono de uma postura competitiva entre as duas nações.

A evolução do contato binacional evoluiu para a formulação de uma proposta integracionista, configurada no que ficou conhecido por Pacto ABC, uma reedição adaptada do Tratado do ABC, proposto por Rio Branco<sup>23</sup>. Ressuscitar as bases do ABC ia ao encontro da estratégia peronista de formação de blocos regionais que se contrapusessem a potência hegemônica central, os Estados Unidos.

Essa proposição de formação de blocos regionais estava assentada com o que ficou conhecido como a Terceira Posição. Ainda que tenha sofrido variações de escala e força em nível mundial e no âmbito regional e nacional, a política exterior argentina durante a década peronista pode ser caracterizada como o intento de definir a inserção internacional do país, no mundo bipolar criado pela Guerra Fria, através da chamada Terceira Posição, pela qual pretendia balancear o peso considerável dos Estados Unidos, procurando um maior protagonismo na América Latina, consolidando a tradicional conexão com a Europa e estabelecendo laços diplomáticos com o bloco soviético, ainda esse último não significasse abandonar a ligação com o Ocidente (RAPOPORT, 2002).

Se havia consenso a respeito da necessidade de o Brasil impor-se como liderança regional, as formas de encaminhamento da questão variaram no próprio âmbito do poder executivo, em evidente discordância entre o presidente Vargas e seu ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura.

Por sua vez, nem no próprio âmbito do Itamaraty havia consenso sobre a estratégia a ser adotada pelo Brasil a fim de se afirmar como país líder na região. Esse foi o caso da grave dissonância entre o ministro Neves da Fontoura e o embaixador na Argentina, Batista Lusardo. O cerne do desacordo entre a linha do ministro e do embaixador residia na esfera do

<sup>23</sup> O Tratado do ABC foi uma proposição do então ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, para aproximar as três maiores economias da época, Argentina, Brasil e Chile, em uma aliança política sul-americana, a fim de fazer frente ao avanço norte-americano na região e comprometer o trio em uma política de não agressão, consulta e arbitragem sobre questões que pudessem comprometer a boa convivência entre os signatários. Segundo o barão, deveria ser uma “política de cordial inteligência” entre esses países. A ideia somente ganhou formato oficial na gestão do ministro Lauro Muller, quando foi assinado o Tratado, em 15 de maio de 1915. Ratificado apenas pelo Brasil, não chegou a vigorar. Ver Lins, Álvaro, 1965.

encaminhamento do protagonismo brasileiro. Isto é, se deveria ser pleiteado frente à nação hegemônica do sistema, os Estados Unidos, ou em nível dos países sul-americanos. O movimento para obtenção da liderança regional esteve vinculado a uma conjuntura que incluía, de um lado, as manifestações peronistas em prol do pan- latinismo<sup>24</sup>, que encontrou no embaixador Lusardo um defensor, e, de outro, a pressão dos Estados Unidos pelo pan-americanismo<sup>25</sup>, projeto defendido pelo ministro Neves da Fontoura.

Conforme aponta Leandro Morgenfeld (2011), na conjuntura do pós-guerra, os Estados Unidos implementaram a nova etapa panamericana, que consistia em promessas de apoiar o desenvolvimento da industrialização dos países latino-americanos. No entanto, a ajuda econômica que a América Latina esperava dos Estados Unidos foi exígua e acabou frustrando as pretensões de ser incluída no Plano Marshall. Entre 1945 e 1952, a região recebeu menos assistência econômica do que a Bélgica e Luxemburgo. E desse total geral, o Brasil concentrou mais da metade do valor de um milhão e trezentos mil dólares, o que estava aquém das necessidades do país.

De acordo com Morgenfeld,

apenas se outorgaram créditos limitados, através do Eximbank, que era uma forma de subvencionar as exportações e as importações privadas dos Estados Unidos para a região e desde esta. Não houve empréstimos para as empresas estatais latino-americanas, para não favorecer o nacionalismo econômico e nem o estatismo, considerados os males da época na América Latina. (MORGENFELD, 2011, p. 352)

O entrave nas negociações dos empréstimos com os Estados Unidos levou Vargas a adotar como estratégia de pressão a aproximação com a Argentina, que defendia para os países periféricos uma maior autonomia de ação no sistema internacional de poder através da formação de blocos regionais independentes.

### **Política externa na perspectiva do panamericanismo**

Procurando esclarecer a posição brasileira a fim de evitar equívocos, logo nos primeiros meses de governo, Neves da Fontoura foi em missão conversar com o Secretário de Estado norte-americano, Miller. A decorrência dessas conversações foi a promessa de abertura de um crédito na ordem de US\$ 250 milhões, menos da metade requisitada.

<sup>24</sup> Para fins do período que analisamos, o conceito de panlatinismo está atrelado à ideia da unidade dos países latino-americanos e de fortalecimento da região, incluindo uma orientação antiimperialista.

<sup>25</sup> O enfoque dado ao panamericanismo nesse estudo diz respeito ao projeto norte-americano de congregar os países do continente sob a liderança dos Estados Unidos.

Neves da Fontoura temia que uma definição pró-Perón viesse a prejudicar o projeto desenvolvimentista brasileiro, o que viria a enfraquecer a liderança regional.

Defensor do que chamava de pan-americanismo solidário, Neves da Fontoura insistia num alinhamento incondicional aos Estados Unidos e encarava qualquer tentativa de formação de blocos regionais como uma ameaça potencial de desestabilização nas relações Brasil-Estados Unidos.

Ao que tudo indica, o ministro perdeu a oportunidade para barganhar com os norte-americanos a não-adesão brasileira ao projeto de blocos regionais em troca da efetiva cooperação econômica norte-americana esperada pelo presidente Vargas.

Essa divergência de estratégias de política externa frente aos EUA e à Argentina, acabou por distanciar definitivamente Vargas e Neves da Fontoura, culminando na renúncia do ministro, em junho de 1953.

Procurando mais detidamente as razões da posição de Neves da Fontoura em prol dos negócios com os Estados Unidos em detrimento da formação de um bloco regional, chegamos ao vínculo que o ministro tinha com a *Standard Oil*. A gigante petroleira norte-americana vinha desde a década de 1940 em um processo de expansão de negócios na América Latina. Fazia ofensivas na área de exploração de petróleo junto aos governos brasileiro e argentino. Evidente que era perturbador para Washington a expansão das nacionalizações que se fazia em ambos os países por Perón e Vargas (RAPOPORT E SPIGUEL, 2009)

Por seu turno, Neves da Fontoura era um dos diretores da Ultragas, subsidiária da *Standard Oil* no Brasil, o que o tornava no mínimo suspeito na tomada de decisão acerca da política externa brasileira naquele ambiente internacional (RECKZIEGEL, 1996). Essa situação vem corroborar o que aponta Estevão de Rezende Martins quando afirma que,

o Estado, ainda que permaneça sendo um ator de destaque no âmbito das relações internacionais está colocado, para fins de procedimento metódico, na perspectiva da dinâmica que articula o local, o regional e o global, extrapolando em muito a dimensão doméstica (MARTINS, 2012, p. 85).

Os desacertos em termos de condução da política externa culminaram na denúncia que o ex-ministro Neves da Fontoura fez em março de 1954 de que Vargas e Perón haviam realizado um acordo secreto, à revelia do Itamaraty. Tomando como prova da traição um discurso atribuído ao presidente argentino realizado na Escola Superior de Guerra em Buenos Aires, datado de dezembro de 1953, Neves da Fontoura provocou uma das mais graves crises no âmbito das relações internacionais interamericanas do Brasil naquela década. Segundo o ex-ministro, Perón teria afirmado que as tratativas sobre o Pacto ABC haviam começado por



ocasião da eleição de Vargas sendo que este “esteve total e absolutamente de acordo com essa ideia e em realizá-la assim que assumisse o poder”.<sup>26</sup> Para Neves da Fontoura, o pronunciamento de Perón denunciava a cada parágrafo o comprometimento de Vargas com a adesão ao ABC e revelava que o presidente brasileiro concordara em ter um encontro com seu colega argentino: “quando Vargas subiu ao poder, prometeu-me que nos reuniríamos em Buenos Aires ou no Rio de Janeiro e faríamos esse tratado”, teria esclarecido Perón.<sup>27</sup>

Segundo o pronunciamento citado por Neves da Fontoura, Vargas teria protelado o encontro sob alegadas dificuldades na condução da política interna e, diante disso, Perón o consultou sobre a possibilidade de avistar-se primeiro com o presidente do Chile, Carlos Ibañez del Campo (1877-1960). Em 21 de fevereiro de 1953, Perón assinou com Ibañez a Ata de União Econômica Argentino-Chilena, que seria a primeira medida antes de uma futura união aduaneira entre os dois países. Esse tipo de acordo, que encetava a possibilidade de formação de um bloco regional que pudesse negociar com mais força com os Estados Unidos, gerava um crescente temor na diplomacia norte-americana. Em seguida da assinatura da Ata de Santiago, o Departamento de Estado implantou uma ativa campanha através da imprensa e dos meios diplomáticos confidenciais, a fim de neutralizar um potencial integração econômica e política sul-americana (MORGENFELD, 2011).

Quando Neves da Fontoura veio à público denunciar as tratativas secretas do ABC, as quais Vargas teria aderido, Perón se encontrava novamente no Chile tentando assinar o pacto com o presidente Ibañez. Surpreendido perante a representação chilena, Perón acabou por regressar à Buenos Aires visivelmente contrariado. Ali foi procurado pelo jornalista Geraldo Rocha, desafeto de Neves, que trazia, a pedido de Vargas, um recado: de que a situação no Brasil estava muito difícil e de que ele não podia mandar no seu então ex-ministro. Tendo, aparentemente, aceitado a explicação do presidente brasileiro, Perón proclamara que “essa união, senhores, está em plena elaboração”.<sup>28</sup>

### **Pan-latinismo e protagonismo regional**

O jogo internacional no qual se moviam os agentes políticos governamentais foi marcado por percepções excludentes. Contrário ao alinhamento incondicional aos EUA como meio de afirmar-se como líder da região, o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Batista Lusardo, entendia que a liderança regional deveria ser obtida primeiramente e preconizava:

<sup>26</sup> FONTOURA, João Neves da. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estudo 14, maço 20, cx 10

<sup>27</sup> FONTOURA, João Neves da. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estudo 14, maço 20, cx 10

<sup>28</sup> FONTOURA, João Neves da. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estudo 14, maço 20, cx 10

Argentina e Brasil tem de andar juntos. Ou se compreendem e todo o continente retratará essa compreensão, ou não se entendem a padecerão todos, no continente, desse desentendimento.<sup>29</sup>

Lusardo adotou uma política de apoio irrestrito à aproximação entre ambos os países, o que era defendido, principalmente, via implementação das relações comerciais. Atuando em outras frentes, o embaixador mediou questões referentes ao atrito entre Argentina e Uruguai<sup>31</sup> e ao problema da reaproximação entre Argentina e Estados Unidos.

No caso dessa última, partiu de uma proposta do embaixador norteamericano em Buenos Aires, Elisworth Bunker (1884-1984) a Lusardo para que atuasse como intermediário, declarando: *Quiero contar con su ayuda en esa oportunidad.*<sup>30</sup> Ao que o Embaixador brasileiro respondeu

Com tradicional amizade que nos une aos EUA e com poderosa alavanca do entendimento com este país, poderemos (...) muito fazer para tornar melhores as relações argentino-norte-americanas.<sup>31</sup>

A atuação de Lusardo foi prejudicada por incidentes na fronteira com o Brasil, provocados pelo contrabando, ao final de 1952. Contra os argumentos de que os incidentes teriam conotação de ataque à soberania brasileira, Lusardo afirmava que “contrabando e violação de território continuam sendo hoje uma só coisa, quando, se melhor compreensão e mais boa vontade houvesse da parte dessa gente, já o assunto teria entrado na fase de simples repressão do contrabando.”<sup>32</sup>

Os incidentes na fronteira argentino-brasileira, cuja dimensão era a de um caso de polícia, em atritos de ordem política, agravados não só pela “falta de compreensão e presteza de algumas autoridades responsáveis argentinas”, mas pela divulgação sensacionalista que a imprensa brasileira fez sobre o assunto. A fim de acalmar os ânimos, Lusardo sugeria a instalação de uma comissão mista para examinar a origem e os pormenores dos incidentes<sup>33</sup>.

Esse contexto foi ainda agravado pela demora na assinatura do convenio comercial Argentina- Brasil. Irritado com a morosidade da consecução do acordo comercial, Lusardo advertia Vargas:

<sup>29</sup> Carta de Batista Lusardo a Vargas, 27.09.1951, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 51.09.27/3 <sup>31</sup> Entre 1951 e 1952 houve uma série de acusações do governo uruguaio de que o governo argentino infiltrava agentes políticos em várias áreas com o propósito de expansão do que denominavam de imperialismo peronista. Lusardo foi chamado pelo governo do presidente Andrés Martínez Trueba (1884-1959) que governou o Uruguai entre 1951-52, para mediar a situação junto a Perón. Cf. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *O Pacto ABC. As relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996, p 53 et seq

<sup>30</sup> Carta de Batista Lusardo a Vargas, 25.10.1952, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 51.10.25/1

<sup>31</sup> Carta de Batista Lusardo a Vargas, 25.10.1952, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 51.10.25/1

<sup>32</sup> Carta de Batista Lusardo a Vargas, 25.10.1952, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 51.10.25/1

<sup>33</sup> Carta de Batista Lusardo a Vargas, 25.10.1952, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 51.10.25/1

“Tome ação, pois senão o fizer as relações entre Brasil e Argentina poderão ir por água abaixo.”<sup>34</sup>

Lusardo insistia, pelo que se infere, em que o ponto crucial das relações com a Argentina, estava calcado no intercâmbio comercial. A via de integração era, portanto, antes de ser política, econômica. Os acordos comerciais firmados entre Brasil e Argentina tinham no embaixador brasileiro um grande incentivador que via na aproximação comercial o primeiro passo para uma integração política, a qual defendia.

Para Loris Zanatta, o envio de Lusardo a Buenos Aires

reativou em Perón a esperança de que um entendimento com o velho caudilho brasileiro serviria para fazer ressuscitar o ABC, e com ele uma federação de Estados da América que fosse capaz de fazer frente à Washington. (ZANATTA, 2013, p. 301)<sup>37</sup>

Nesse particular, havia profunda divergência entre o embaixador e o ministro Neves da Fontoura, que julgava que convênios como o do trigo e do café seriam uma fase preparatória para a dominação política da Argentina sobre o sul do continente.<sup>35</sup>

Os objetivos da Argentina em liderar o bloco sul-americano, em um momento em que se falava de pactuar, apareciam, ao mesmo tempo como uma ameaça e como uma incongruência. Vargas, entretanto, não teria motivo para alarme, pois entendia que a liderança regional seria dada naturalmente a quem dominasse economicamente, o que era a pretensão brasileira.

O grupo pró-EUA, civis e militares, teve suas resistências contra a Argentina ampliadas na ocasião da nomeação de João Goulart, político petebista, de fácil trânsito nas áreas sindicais, para o ministério do Trabalho. Na visão destes, estaria ligado à ameaça de *peronização*, colocando em risco a ordem social vigente. Sobre isso, localizamos no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, uma carta anônima na qual se pronunciavam os setores oposicionistas “o Jango tem muito contato com Argentina e certamente quer manietar o Exército pela massa do povo como demonstraram os descamisados que paralisaram tudo”<sup>36</sup>, em clara referência aos movimentos grevistas no país vizinho.

O intenso desenvolvimento das relações exteriores argentinas como, por exemplo, o acordo comercial previsto com a URSS, a visita de Perón ao Chile, a vinda de Milton

<sup>34</sup> Carta de Batista Lusardo a Vargas, 28.01.1953, Buenos Aires. CPDOC/FGV. GV 53.01.09/4

<sup>35</sup> Essa versão também encontrou eco no exterior. A imprensa britânica, por exemplo, manifestou-se no sentido de que “os novos tratados com a Argentina têm o propósito evidente de provocar modificações de alto relevo nas relações com os países incluídos em seu novo império”. Correio do Povo. Porto Alegre. 13, março, 1954.

<sup>36</sup> Carta anônima. CPDOC/FGV, GV 52.00.00/58

Eisenhower, irmão do presidente norte-americano, à Argentina levavam Lusardo a prevenir o presidente Vargas de que em razão do protagonismo de Perón em termos de política externa, o Brasil poderia ter dificuldades de se impor como nação líder na região. E ainda solicitava ao presidente que prestasse atenção “às coisas verdadeiramente sérias, em vez de tanto nos preocuparmos com campanhas inúteis de imprensa.”<sup>37</sup>

O embaixador Lusardo considerava que os ataques sistemáticos que a imprensa oposicionista<sup>38</sup> fazia ao peronismo pudesse ser responsável pela perda de prestígio e, principalmente, da influência do Brasil na Argentina.

Divisões internas projetaram-se claramente sobre a condução da política externa, a qual, examinada na perspectiva do subsistema regional, permite antever que, no centro das divergências colocava-se a questão das relações com a Argentina como um risco de retração nas relações com os Estados Unidos, na medida em que estes não aprovavam a política de blocos regionais.

A falta de coesão do governo em termos de condução da política externa, foi um golpe nas pretensões nacionalistas de Vargas porque também se refletia no reforço das posições do grupo pró-Estados Unidos que logo a seguir acusaria o presidente de traição nacional. A denúncia de Neves da Fontoura sobre o pacto ABC data de março de 1954, portanto alguns meses depois do discurso do presidente argentino, na Escola Superior de Guerra, em dezembro de 1953.

Confrontadas com a denúncia, as autoridades argentinas negaram a autenticidade do discurso. Apesar disso, Neves da Fontoura não tinha dúvidas de sua veracidade sob alegada coincidência de estilo de Perón e por este já ter mencionado o Pacto ABC em outras ocasiões. Alegava o ex-ministro, que, embora não houvesse prova documental da transação entre os dois presidentes, era verossímil que Vargas tivesse se comprometido com o ABC, disfarçado inicialmente de integração econômica.

A denúncia de Neves da Fontoura e a polêmica que se seguiu, dificultou a estratégia de Vargas e ao mesmo tempo paralisou todos os seus movimentos de defesa. A alternativa final, assim, pareceu ser seu próprio silêncio. Além de afirmar que as cartas trocadas com Perón consistiam em *simples cortesia*, Vargas não fez nenhuma tentativa no sentido de esclarecer as acusações feitas contra ele.

<sup>37</sup> Correio do Povo. Porto Alegre. 13 março 1954.

<sup>38</sup> Praticamente toda a grande imprensa brasileira era contra Vargas, excetuando-se o jornal Última Hora, de Samuel Wainer. Ver: D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas. 1951-1954*. São Paulo Ática, 1992.

A defesa do presidente ficou a cargo do chefe da casa Civil, Lourival Fontes (1899-1967), que deu o caso por encerrado tomando como pressuposto principal o desmentido da Embaixada da Argentina sobre a autenticidade das declarações atribuídas a Perón, consideradas falsas.

Partindo, entretanto, do princípio de que o discurso fosse autêntico, ficaria evidenciado que Vargas havia manipulado Perón. Se a verdade consistia no fato de que o Pacto ABC havia sido mais um expediente no rol das manobras políticas às quais Vargas era dado, esse caso era por demais delicado para ser admitido.

Por seu turno, o embaixador Lusardo queixava-se da falta de comunicação com o presidente Vargas e implorava,

estou inteiramente sem notícias suas e desconheço assim seu pensamento, o seu ponto de vista sobre todos esses assuntos de magna importância!

Mande-me dizer alguma coisa, escreva ou dite, mas não me deixe em suspenso!<sup>39</sup>

A situação do embaixador era de isolamento crescente, o que é comprovado e resumido nas suas próprias palavras quando afirmava,

eu próprio sofri e estou sofrendo consequência de uma atitude que nunca consegui entender. Sem apoio do meu próprio Ministro, e sendo amigo do Presidente Perón, quem não havia de sentir-se à vontade para me atacar?<sup>40</sup>

O isolamento de Lusardo, acusado pelos setores antinacionalistas de tramar a *peronização* do Brasil, levou-o à renúncia. Desgastado, deixou a embaixada em Buenos Aires, abandonando o pan-latinismo e passando a defender o pan-americanismo. E as razões da renúncia do embaixador Lusardo não foram, até esse momento, suficientemente aprofundadas, permanecendo à espera de novas investigações.

### **Considerações finais**

A política externa brasileira em relação à Argentina, durante o segundo governo Vargas, foi permeada por visões opostas de parte dos agentes governamentais, o ministro João Neves da Fontoura e o embaixador Batista Lusardo. Enquanto o primeiro defendia o alinhamento ao panamericanismo, o segundo entendia que o panlatinismo poderia ser o contraponto que levaria a região se fortalecer frente ao imperialismo norte-americano.

<sup>39</sup> Correio do Povo. Porto Alegre. 13, março, 1954

<sup>40</sup> Carta de Batista Lusardo a Vargas ,06.07.1953, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 53.07.06/1

Frente a estratégias antagônicas, Vargas tirava partido de ambas, ora indo em direção à Argentina e fomentando o Pacto ABC, ora esperando que os Estados Unidos aportassem os financiamentos prometidos para a expansão da industrialização brasileira.

Desencontradas, as estratégias da política externa foram fator de aprofundamento da divisão política interna, amplamente aproveitadas pelos opositores do presidente para fragilizá-lo. A diversidade de posicionamentos no bloco governamental impossibilitou uma leitura pragmática do cenário continental e rompeu de vez com a sustentação do já desgastado presidente.

### **Referências**

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas. 1951-1954*. São Paulo Ática, 1992.

HIRST, Monica. Vargas y Perón: las relaciones argentino-brasileñas. *Todo es historia*. Buenos Aires, dic/1985

FARRET, Rafael Leporace; Simone Rodrigues Pinto. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das Relações Internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ricardo (orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

MORGENFELD, Leandro. *Vecinos em conflito*. Argentina y Estados Unidos em las Conferencias Panamericanas (1880-1955). Buenos Aires: Continente, 2011.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *O Pacto ABC*. As relações Brasil-Argentina na década de 1950. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

ZANATTA, Loris. *La internacional justicialista*. Auge y ocaso de los sueños imperiales de Perón. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

## A CRIMINALIZAÇÃO DO ANARQUISMO NA ATUAÇÃO LEGISLATIVA DE ADOLFO GORDO

Ana Paula Graboski de Almeida.

Bacharel em Direito pela Universidade de Passo Fundo. Mestranda em História pela mesma instituição. Bolsista FUPF. E-mail: anap.graboski@gmail.com

**Resumo:** A formação da classe operária industrial no Brasil se misturou com as ondas de imigrantes que chegavam ao país no final do século XIX e início do século XX como mão de obra em busca de melhores oportunidades. Junto com os estrangeiros, chegaram as ideias anarquistas. Majoritário dentro do movimento operário mundial até a Revolução Russa de 1917, o anarquismo popularizou-se ao redor do mundo com as ondas migratórias, tendo como principal escopo de atuação os sindicatos, pela via do sindicalismo de intenção revolucionária. No Brasil, as ideias anarquistas encontraram terreno fértil em uma sociedade que se fundava sobre profundas desigualdades econômicas e sociais, exercendo forte influências sob os movimentos grevistas das primeiras décadas do século XX. De outro lado, se estruturava um sistema jurídico calcado no positivismo e que buscava atribuir uma capa de legitimidade jurídica aos seus atos, sobretudo os repressivos. Dentro desse cenário, um homem em específico ocupou papel destacado pela sua atuação no sentido de repressão do movimento operário e, especialmente, do anarquismo: o político Adolfo Gordo. Diante do exposto, a presente pesquisa analisa a atuação legislativa de Adolfo Gordo a fim de analisar a construção e evolução do aparato legislativo repressivo, constatando aí um dos primeiros movimentos da tradição política do país de buscar no âmbito jurídico certa legitimidade para atos de repressão política.

**Palavras-chave:** Anarquismo; Repressão; Adolfo Gordo.

### Notas sobre o anarquismo e a formação da classe operária no Brasil

O Brasil estruturou-se sob o sistema escravocrata por quase três séculos, situação que deu origem a uma sociedade capitalista com grandes desigualdades sociais e econômicas. Até a metade do século XIX, a produção no país ainda se baseava na exploração do trabalho escravo e nos grandes latifúndios agrícolas cuja produção era destinada à exportação, inexistindo grandes centros urbanos ou população industrial ativa. Nesse período, a imigração estrangeira foi baixa; as difíceis condições de trabalho e a persistência da escravidão faziam com que o Brasil não fosse um destino procurado pelos imigrantes, que preferiam reconstruir suas vidas em outros países latino-americanos.

Esse cenário começa a se alterar na década de 1870. Efetivamente, estima-se que entre o ano de 1871 e 1920 tenham chegado por aqui 3.390.000 imigrantes, dos quais 1.373.000 eram italianos, 901 mil eram portugueses e 500 mil eram espanhóis (SALLES, 2005, p. 30-31). No ano de 1906, o número de imigrantes atingiu 210.515 pessoas em uma população de 811.443 habitantes e, segundo dados fornecidos pelo censo de 1907, os imigrantes constituíam 25% da população do Rio de Janeiro (SANTOS, 2019).

Junto com essa onda de imigrantes vieram as ideias anarquistas. Entre a morte de Karl Marx e a Revolução Russa em 1917, o Marxismo ortodoxo foi minoritário dentre os grupos de

oposição ao capitalismo; era o anarquismo, por outro lado, que tinha conquistado as mentes, os corações e as manchetes. Primeiro, isso aconteceu com a onda de atentados e assassinatos de chefes de estado, políticos e capitalistas sob a rubrica da “propaganda pelo fato”. Posteriormente, foi a ascensão do sindicalismo revolucionário, tendo como principal estratégia a greve geral, teorizada pela primeira vez pela corrente antiautoritária da AIT na década de 1870, que fez com que o anarquismo predominasse entre a classe operária (VAN DER WALT; HIRSCH, 2010).

Ainda, por um bom tempo o anarquismo assumiu um caráter mais internacionalista que o comunismo, rodando o mundo com as massivas ondas de imigração que caracterizaram os 40 anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.

Italians, Spaniards, Portuguese, Poles, Jews and so on poured into the New World, round the Mediterranean, and into the empires being created by the Europeans in Asia and Africa (Malatesta spent years in Argentina and Egypt, for example, while Marx and Engels stayed in Western Europe) (VAN DER WALT; HIRSCH, 2010, p.xv)

Entre os anos de 1880 e 1920 a propagação do ideal republicano veio acompanhada de uma modernização acelerada, que envolvia secularização, desenvolvimento industrial, urbanização e migração. Esse processo alterou as formas tradicionais de vida e conduziu ao desenvolvimento de novos atores sociais, especialmente nas cidades. Trazidos pelos imigrantes Europeus e, de certa forma, adaptados à realidade brasileira, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário foram elementos importantes na conformação da classe trabalhadora do Brasil no final do século XIX e início do século XX, assim como no resto do mundo. Esse foi um capítulo importante na história do pensamento e ação política no Brasil.

O movimento anarquista propagava valores e comportamentos que questionavam e desafiavam as hierarquias sociais estabelecidas, bem como a mentalidade que servia para excluir a maioria dos trabalhadores da participação política, institucional ou não. Mais que isso, os anarquistas ao redor do mundo eram parte de um projeto comum internacional, no entanto, em cada país os trabalhadores utilizavam linguagens e métodos anarquistas que providenciassem respostas concretas aos problemas locais (TOLEDO; BIONDO, 2010).

In the context of Brazil of the First Republic, labour struggles and claims— influenced partly by anarchism—were thus, in a sense, also an effort to democratize society. These were not only about improving wages and reducing work days, but also an effort to achieve democratic conditions and civil rights, so that the workers’ movement could be recognized as a legitimate part of society. The State and entrepreneurs, of course, feared the actions of these anarchist and syndicalist groups, often considered a police matter, repressing them severely. (TOLEDO; BIONDO, 2010 p.365)



Logo na primeira década do século XX foram deflagrados cerca de 111 movimentos grevistas no país, em sua maioria motivados por questões salariais. Alexandre Samis sustenta que muito do montante das massivas greves que ocorreram no Brasil no início do século XIX se deve às organizações operárias revolucionárias. Entre os anos de 1917 a 1920, apenas no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, aconteceram mais de duzentas greves. Todas essas manifestações reivindicatórias aconteciam de forma endêmica e sob forte inspiração anarquista, conformando uma verdadeira cultura reivindicatória. Esses eventos, pelo entusiasmo das classes ou pelas necessidades circunstanciais, arrebatarem um grande número de trabalhadores, que serviu também para alimentar os sonhos de Revolução Social, acalentado por militantes libertários (SAMIS, 2010).

Como era de se esperar, o movimento repressivo por parte do Estado não tardou a aparecer. Para além da repressão policial, por meio da realização de conferências policiais com o intuito de organizar o controle social, estruturou-se todo um aparato legislativo que visava à criminalização do estrangeiro-anarquista, que teve como um dos grandes atores no âmbito legislativo o político Adolfo Gordo, cuja trajetória será analisada a seguir.

### **Adolfo Gordo e a estruturação do Arcabouço Jurídico Repressivo**

Adolfo Afonso da Silva Gordo, mais conhecido como Adolfo Gordo, nasceu na cidade de Piracicaba-São Paulo, em 12 de agosto de 1858. Era filho de Ana Blandina de Barros e do português Antônio José da Silva, comerciante e abastado fazendeiro que cresceu ao longo da vida a alcunha “Gordo” ao seu nome, transmitindo-a aos seus filhos. Adolfo graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1879, e iniciou sua vida política na década posterior; o exercício dessas duas profissões foram dois marcos na sua biografia.

Após a formatura em Direito, iniciou a carreira na cidade de Capivari e, em pouco tempo, reuniu boa clientela, mantendo suas atividades até o ano de 1887. Também nessa cidade dedicou-se à atividade política junto ao conceituado clínico Dr. Cesário Nazezeno de Azevedo Mota Magalhães Júnior. Juntos, eles organizaram o Partido Republicano local e ambos foram eleitos vereadores da Câmara Municipal no primeiro pleito a que concorreram, sob a legenda do novo partido político.

Proclamada a República, aos 31 anos de idade, Adolfo foi nomeado pelo Governo Provisório da República o primeiro Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Embora tenha permanecido por poucos meses na função, realizou atos como a criação da primeira Escola Normal daquele estado e estabeleceu prêmios pecuniários para a produção de sal, uma das principais atividades econômicas daquele estado.

Também compôs a bancada do Estado de São Paulo no Congresso Constituinte de 1890/1891, sendo, inclusive, o representante do seu Estado na Comissão dos 21. Na oportunidade, dentre tantas outras propostas, apresentou uma emenda ao projeto de Constituição que alterava o sistema de eleição do Presidente da República. De acordo com sua proposta, o Presidente e o Vice-Presidente seriam eleitos pelas Legislaturas dos Estados e Municipalidade do Distrito Federal. A apuração dessa votação teria que ser feita pelo Congresso Nacional, presente a maioria absoluta das duas Casas, devendo iniciar e acabar no mesmo dia, mantendo os Senadores e Deputados presos no edifício até concluírem a tarefa, muito semelhante ao que ocorre com os Cardeais nas eleições dos Papas. A Constituinte marcou o início de sua vida parlamentar, que se estenderia quase sem interrupções até a sua morte, em 29 de junho de 1929, no Rio de Janeiro, vítima de um atropelamento por caminhão.

Após a promulgação da Constituição, em 25 de fevereiro de 1891, Adolfo Gordo permaneceu no mandato e foi reeleito por diversas vezes, mantendo-se na Câmara dos Deputados até o mês de dezembro de 1902. No ano de 1901, houve uma dissidência no Partido Republicano que ocorreu devido a divergências com as orientações do presidente do partido. Adolfo integrou o recém criado Partido Republicano Dissidente e por ele se candidatou à reeleição em 1903, não atingindo votos suficientes para que fosse eleito. Já em 1906, ainda pelo Partido Republicano Dissidente, foi eleito Deputado Federal, pelo 3º distrito. Conseguiu a reeleição em 1909 e 1912 e, em 1913, com a morte de Campos Sales, foi eleito Senador para completar seu mandato. Em 1921 foi reeleito para um mandato de nove anos que não chegou a completar devido ao seu falecimento.

Além da intensa participação no movimento republicano, Adolfo Gordo também foi responsável por uma extensa atividade legislativa. Dentre as matérias por ele defendidas se encontram questões como: a utilização do princípio da nacionalidade como norma reguladora do estado e da capacidade civil das pessoas; o instituto do *homestead*<sup>41</sup>, o divórcio e a dissolução do vínculo conjugal, bem como o reconhecimento dos filhos adulterinos e o instituto do fideicomisso. Não obstante a agitada vida política, o grande marco de sua atuação legislativa foi a defesa de leis de caráter repressivo.

A sua primeira atuação expressiva nesse sentido foi a apresentação do projeto de lei que veio a ser sancionado como o Decreto nº 1.641 de janeiro de 1907, que providenciava sobre a

<sup>41</sup> *Homestead* (em tradução livre, lugar de sua casa) é um instituto jurídico que surgiu nos Estados Unidos como imunização da penhora em favor da pequena propriedade e, no Brasil, se apresenta como uma garantia que lei oferece visando à proteção da família em relação ao imóvel único utilizado para moradia.

expulsão de estrangeiros do território nacional. Sob o abrigo desta lei, de acordo com Claudio Batalha (2001), foram expulsos 132 estrangeiros apenas no seu primeiro ano de vigência. Sobretudo, esse dispositivo legal legitimou a “limpeza” dos estrangeiros indesejáveis do país, em uma espécie de “regime de exceção legal” que atendia aos interesses das classes dominantes (Pinheiro, 1991).

As reações à lei proposta por Adolfo Gordo não demoraram a aparecer e adquiriram maior volume no início da década de 1910. Esse foi um momento de diversas greves e manifestações contestando a pobreza que afetava a classe trabalhadora. Além disso, foram realizados diversos congressos operários, muitos deles ligados ao sindicalismo revolucionário, com forte participação de anarquistas.

Nesse período, mais especificamente no ano de 1912, a Lei de Expulsão de Estrangeiros foi submetida a um processo de revista, especialmente dos arts. 3º, § único do art. 4º e art. 8º, que dispunham o seguinte:

Art. 3º — Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando:

casado com brasileira;

viúvo com filho brasileiro.

Art. 4º — O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro, cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aqueles a que se referem os arts. 1º e 2º.

Parágrafo único. A entrada não pode ser vedada ao estrangeiro nas condições do art. 3º, se tiver se retirado da República temporariamente.

(...)

Art. 8º — Dentro do prazo que for concedido, pode o estrangeiro recorrer para o próprio Poder que ordenou a expulsão, se ela se fundou na disposição do art. 1º, ou para o Poder Judiciário Federal, quando proceder do disposto no art. 2º. Somente neste último caso o recurso terá efeito suspensivo.

De relatoria do próprio Deputado Adolfo Gordo, o projeto de revisão visava à revogação desses artigos a fim de facilitar o processo de expulsão de estrangeiros, como forma de reação à nova onda de agitações. Nos seus discursos na Câmara dos Deputados em defesa do projeto, o então Deputado defende a tese jurídica de que o direito à expulsão era inerente à soberania nacional; ele argumenta que esse é um direito natural, que se constitui antes mesmo da regulação pela lei e cujo exercício é essencial à segurança e à defesa das nações. De acordo com seu raciocínio, o direito do estrangeiro de entrar e fixar residência no território nacional, permissão concedida inclusive por conveniência a um país que necessita de mão de obra para

se desenvolver, encontra sua limitação no dever de obediência às autoridades do país, não constituindo jamais um perigo para a ordem e segurança públicas (GORDO, 2006[1913]).

Outra linha de defesa adotada pelo Deputado foi no sentido de atacar o período de dois anos de residência no país como critério impeditivo da deportação, o que ocorreu por meio de dois raciocínios distintos: por um lado, fez uma abordagem comparativa com a legislação de outros países por ele definidos como cultos, a fim de demonstrar a falta de rigidez da legislação nacional no que tange ao controle dos estrangeiros em solo nacional. De outro, argumentou que o espaço de tempo de dois anos é curto demais para que o caráter desviante do imigrante seja ressaltado, podendo este ser um período meramente preparatório da atividade subversiva. Mais que isso, em uma argumentação ao estilo lombrosiano<sup>42</sup>, sustenta que o período de residência no país não é capaz de alterar as características inatas ao indivíduo tipo como perigoso à segurança nacional. É interessante notar como todo o teor jurídico de sua argumentação é atravessado por uma perspectiva ideológica que relega ao estrangeiro a pecha de anarquista-perigoso, como no exemplo utilizado pelo próprio Adolfo em um de seus discursos e reproduzido a seguir:

“A” é um anarquista perigoso, um profissional do crime e vem ao nosso país com planos sinistros. Nos primeiros tempos emprega a sua atividade em estudar a nossa língua e as nossas instituições, em conhecer o nosso país e em formar relações... Pois não é manifesto que a sua ação pode ser muito mais nefasta, muito mais perigosa depois desse trabalho preliminar, do que quando recém-chegado?! (Apoiados). E a circunstância de um estrangeiro ser casado com mulher brasileira ou de ter um filho brasileiro exerce tão poderosa e decisiva influência sobre o seu caráter que o torna incapaz de praticar qualquer mal contra o nosso país? Não, evidentemente. (GORDO, 2006[1913]). p. 09)

Ou ainda:

Suponha-se que um estrangeiro, anarquista perigosíssimo, é expulso. Recorre do ato, com o fundamento de que é ilegal, por ser casado com brasileira. Verifica-se que a alegação é verdadeira, mas que, há muito tempo, abandonou a sua mulher (...) (GORDO, 2006[1913]), p. 19)

Temia o parlamentar que o Brasil se constituísse um refúgio de anarquistas, demonstrando preocupação com a constituição no país de sociedades anarquistas. No entanto, sua atuação em torno da expulsão de estrangeiros não foi sua última tentativa de sufocar as ideias anarquistas que agitavam a classe operária no alvorecer do século XX.

<sup>42</sup> Cesare Lombroso, psiquiatra Italiano e fundador da chamada antropologia criminal. Em síntese, defendia que os criminosos apresentavam características de uma espécie de retrocesso evolutivo, atributos que poderiam ser constatados por medição do crânio e aspectos físicos. Ver: LOMBROSO, Cesare. O homem delinquente. São Paulo: Ícone, v. 80, 2007.

Alguns anos depois, no ano de 1921, no cargo de Senador, Adolfo Gordo propôs a chamada Lei de Repressão ao Anarquismo. Criada com o objetivo expresso de regular a repressão ao anarquismo, a referida lei tipificava atos como:

Art. 1º Provocar directamente, por escripto ou por qualquer outro meio de publicidade, ou verbalmente em reuniões realizadas nas ruas, theatros, clubs, sédes de associações, ou quaesquer logares publicos ou franqueados ao publico, a pratica de crimes taes como damno, depredação, incendio, homicidio, com o fim de subverter a actual organização social:

Pena: prisão cellullar por um anno a quatro annos.

Art. 2º Fazer pelos meios indicados no artigo antecedente, a apologia dos crimes praticados contra a actual organização social, ou fazer, pelos mesmos meios, o elogio dos autores desses crimes, com o intuito manifesto de instigar a pratica de novos crimes da mesma natureza:

Pena: prisão cellullar por seis mezes a um anno.

(...)

Art. 4º Fazer explodir em edificios publicos ou particulares, nas vias publicas ou logares franqueados ao publico, bombas de dynamite ou de outros explosivos iguaes, ou semelhantes em seus effeitos aos da dynamite.

Pena: prisão cellullar por um a quatro annos.

Art. 5º Collocar, nos logares indicados no artigo anterior, bombas de dynamite ou de outros explosivos iguaes ou semelhantes em seus effeitos aos da dynamite:

Pena: prisão cellullar por seis mezes a dous annos.

Art. 6º Fabricar bombas de dynamite ou de outros explosivos iguaes ou semelhantes, em seus effeitos, aos da dynamite, com o intuito de causar tumulto, alarma, ou desordem, ou de commetter alguns dos crimes indicados no art. 1º ou de auxiliãr a sua execução:

Pena: prisão cellullar por seis mezes a dous annos (BRASIL, 1921).

É importante pontuar que, no Brasil, no final do século XIX e no início do século XX, sobretudo nas suas duas primeiras décadas, os anarquistas exerceram forte influência no movimento sindical, através do sindicalismo de intenção revolucionária – comumente conhecido também como anarcossindicalismo, em que pese suas diferenças pontuais-, sendo fundamental na construção e organização dos trabalhadores e trabalhadores imigrantes no país.

Naquele momento, o tensionamento que os anarquistas, imigrantes em sua maioria, faziam das relações entre capital e trabalho por meio da agitação política chamou atenção das autoridades e não demorou a ser alvo de reação. A respeito da expulsão de estrangeiros, por exemplo, Sheldon Leslie Maram, comentando a prisão do anarquista Edgar Leuenroth durante a greve de 1917, defende que a política de deportação assumiu característica de política de

Estado, atendendo a certos interesses.

As leis de deportação permitiam às elites livrarem-se dos operários militantes sem perder a sua fachada de tradição jurídica tão cultivada nos setores urbanos como um contraste ao progresso e à civilização. O sistema judiciário funcionava em sintonia com as exigências das classes dirigentes (Maram, 1979, p. 39).

Compreendemos a elaboração da Lei de Repressão ao Anarquismo como inserida nessa tradição de manutenção de uma fachada jurídica para os atos repressivos da elite sobre a classe trabalhadora. Efetivamente, a adição de mais um dispositivo jurídico pode ser lida como uma tentativa de recrudescer a repressão ao movimento que ganhava força no Brasil e que havia demonstrado essa força recentemente, nas greves de 1917 e 1918.

No entanto, o decreto n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, adiciona uma peculiaridade à compreensão do anarquista, que deixa de ser o sujeito perigoso por atentar contra a ordem social e moral do país, de forma abstrata, para, a partir de então, ser o sujeito perigoso inclusive materialmente, atentando contra a incolumidade física da população.

Em discurso publicado no jornal Correio da Manhã, levado à imprensa pelo Deputado Octávio Rocha após ter sido impedido de discursar na Câmara dos Deputados é possível verificar a essência da Lei de Repressão ao Anarquismo. Na ocasião, o Club Militar, do qual o ilustre parlamentar era frequentador havia sido fechado por ordem do então presidente Epitácio Pessoa, com base no decreto n. 4.269/1921. A fim de justificar a aberração jurídica de tal o ato, o deputado recorre à gênese da lei justificando sua criação com base na argumentação de que:

Quando, em meados do anno de 1919, se agitaram nesta capital e em São Paulo elementos subversivos á ordem publica, sobretudo estrangeiros que para aqui vinham com idéas de roubo, assalto e homicídio por processos bárbaros e deshumanos, o poder legislativo agitou-se e procurou dar na lei remedio eficaz para esses crimes e prompta repressão (CORREIO DA MANHÃ, terça-feira, 4 de s/ano, p. 01)

Como já mencionado, o projeto apresentado ao Senado considerava crimes a provocação ao dano, furto, roubo, assalto, incêndio, homicídio e a supressão ou subversão da atual organização da sociedade ou de seus institutos legais. O projeto também criminalizava a fabricação de bombas de dinamite e seu transporte ou emprego com o intuito de causar tumulto, alarme ou desordem. Ainda, a importância e urgência da aprovação do projeto era justificada por um contexto maior de luta dos Estados modernos contra o anarquismo, na qual o Brasil se encontrava em atraso tendo em vista a liberalidade da legislação.

Mais do que um suposto atraso do Brasil em relação a repressão ao tão temido anarquismo, existiu, aqui, uma particularidade: o sujeito anarquista, que caminhava pelas

sombras com a carga de dinamite sempre pronto a mandar pelos ares as fábricas e as propriedades de “cidadãos de bem”, incorporou-se à imagem do imigrante estrangeiro, sempre suspeito em suas intenções e -embora desejável enquanto mão de obra- indesejável ao trazer às terras brasileiras ideias exógenas e incompatíveis com a realidade do dócil povo brasileiro. Dessa forma, a legislação repressiva ao terrorismo caminhava ao lado do controle migratório, da deportação e também da prisão de italianos, espanhóis, portugueses e franceses (MONTEIRO, 2017).

Nesse cenário, a presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, procura compreender a evolução da legislação de repressão ao movimento operário e anarquista no contexto maior das lutas sociais do período, bem como sua repercussão dentro dos grupos libertários. À guisa de conclusão provisória, é possível afirmar que se viu na atuação legislativa de Adolfo Gordo e em toda a legislação analisada os primeiros movimentos de uma tradição jurídico-política existente no país que busca por meio da lei alcançar um aspecto de legitimidade para a repressão política.

### Fontes

Parecer 711- 1920. Senado Federal Disponível em: <https://atom.cmu.unicamp.br>

Recorte do Jornal Correio da Manhã. Disponível em <https://atom.cmu.unicamp.br>

Jornal O Paiz, Domingo, 14 de agosto de 1927. Disponível em <https://atom.cmu.unicamp.br>

Adolfo Gordo, esboço biográfico. Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 12 de agosto de 1958, por João Sampaio. Disponível em <https://atom.cmu.unicamp.br>

### Referências

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: J. 2001.

BRASIL, Decreto nº 4269 de 17/01/1921. Disponível em < <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/164367-regula-a-repressao-do-anarchismo.html>> Acesso em: 25/10/2021.

BRASIL. DECRETO Nº 1.641, DE 7 DE JANEIRO DE 1907. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>>. Acesso em: 25/10/2021

GORDO, Adolpho. *A expulsão de estrangeiros*. Ebooks Brasil, 2006[1913]. Disponível em [www.ebooksbrasil.org](http://www.ebooksbrasil.org). Acesso em: 25/10/2021.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MONTEIRO, Fabrício Pinto. *O terrorismo anarquista no Brasil da Primeira República: construções de sentidos de militantes e a repressão governamental*. Escrita da História, p. 262-287, 2017.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*.

2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SAMIS, Alexandre. *O anarquismo no Brasil*. História do Anarquismo. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Faísca: Imaginário, 2008.

SANTOS, Hamilton. *Imigração e anarquismo no movimento operário durante a Primeira República*. Revista Estudos Libertários, 2019, v. 1, n. 2, p. 119-153.

TOLEDO, Edilene; BIONDO, Luigi. *CONSTRUCTING SYNDICALISM AND ANARCHISM GLOBALLY: THE TRANSNATIONAL MAKING OF THE SYNDICALIST MOVEMENT IN SÃO PAULO, BRAZIL, 1895–1935*. In: VAN DER WALT, Lucien e HIRSCH, Steven J., orgs. 2010. *Anarchism and syndicalism in the colonial and postcolonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution*. Leiden/Boston: Brill.

VAN DER WALT, Lucien e HIRSCH, Steven J., orgs. 2010. *Anarchism and syndicalism in the colonial and postcolonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internationalism, and social revolution*. Leiden/Boston: Brill.



## "NÓ CEGO": A CANÇÃO DO GRUPO ENGENHO NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Anderson Cleber Loz, Mestre em Ensino de História, Mestrado Profissional de História (ProfHistória), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: andersoncleberloz@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo visa apresentar uma reflexão sobre a participação cultural do Grupo Engenho na cena musical da cidade de Florianópolis através do seu engajamento estudantil e musical no contexto de redemocratização. Com fundamentação teórica nas propostas de Hermeto (2012) e de Napolitano (2005) houve análise de fontes audiovisuais que compõem o álbum intitulado “Eu vou botá meu boi na rua” do ano de 1980. Como fontes orais utilizadas nessa discussão, foram realizadas entrevistas com músicos do Grupo Engenho empregando como metodologia de pesquisa oral os pressupostos teóricos de Alberti (2004). Foram utilizadas também como referências relacionadas ao Grupo Engenho as dissertações de Souza (2014) e Pinho (2016). A partir da discussão à cerca do conceito de identidade cultural na pós-modernidade (2006) de Stuart Hall, se dialogou com as circunstâncias de uma configuração identitária nesse processo da cena musical em meio ao contexto político, ao produzir, reproduzir e consumir o produto de mercado que é a canção popular. O início da carreira musical do Grupo Engenho se relaciona com período final da ditadura civil-militar e por isso algumas de suas canções descrevem atitudes de resistência contra a censura, tortura e as desigualdades sociais decorrente da política adotado nesse momento histórico.

**Palavras-chave:** Canção; Grupo Engenho; Redemocratização.

### Introdução

A escrita desse artigo originou-se da escrita de uma dissertação<sup>43</sup>, integrado ao programa nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História –\_ProfHistória\_, que contribui na formação continuada de professores que atuam na educação básica. Reconhecendo o potencial do uso de canções como fontes históricas na elaboração de narrativas históricas, considera-se as suas múltiplas linguagens, que vai muito além da sua letra (palavra), pois segundo Napolitano (2005, p.281), “ as fontes áudio visuais e musicais como um outro tipo qualquer de documento histórico, portadora de uma tensão entre evidência e representação”. O autor sustentou os seus estudos nas fontes audiovisuais considerando a relação entre imagens, sons e palavras, e o quanto estas, são documentos importantes para servirem de matéria prima para análise do historiador.

Portanto, o Grupo Engenho se tornou o objeto de pesquisa e conseqüentemente da escrita desse artigo, delimitando a canção *Nó cego*, e o seu suporte material que é o álbum *Vou botá meu boi na rua* como fonte histórica, de característica audiovisual e musical. É destacada a particular importância do Grupo Engenho para a criação de uma cena musical de Florianópolis

<sup>43</sup> A dissertação intitulada “Vou botar meu boi na rua”: As canções do Grupo Engenho e o Ensino de História- Um experimento de História Local no município de São João Batista (1970-2020), defendida no dia 12 de novembro de 2021 é de autoria do autor desse artigo científico, sob a orientação do professor Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

na década de 1980 e suas influências para os demais artistas catarinenses da época e outros que surgiram posteriormente. Além da exploração do que seria a cultura popular catarinense, muitas canções do grupo catarinense também abordavam críticas sociais em meio ao processo de abertura política vivido naquele período. De acordo com Souza (2007, p.07), as canções do Grupo Engenho “apresentam uma crítica ao sistema político e a sociedade à época”.

Esse artigo desenvolve uma análise da canção *Nó Cego* como fonte histórica, que foi composta pelo compositor Alisson Mota em um contexto de redemocratização política e suas implicações no contexto nacional e local. Foram utilizadas nessa escrita, como principais referências, a dissertação de Mestrado do Profhistória da UFSC elaborada por Ricardo Pinho em 2016, “O tempo do Engenho” ao qual desenvolveu uma narrativa sobre a relação entre a modernização da cidade de Florianópolis e as canções do Grupo Engenho enquanto fontes históricas, em diálogo com fontes históricas de várias naturezas. Outra narrativa histórica sobre o Grupo Engenho foi desenvolvida por Marco Antonio Ferreira de Souza, e defendida no ano de 2014 com o título “Entre a cantoria e a nossa barulheira: Florianópolis nas canções do Grupo Engenho e da Banda Dazaranha<sup>44</sup>”. Vinculando-se ao Grupo Engenho, Souza (2014) considera toda a sua carreira e suas canções como fontes históricas que identificam transformações decorrentes da crescente urbanização.

Essa investigação se deu também no âmbito da história oral utilizando-se de entrevista com o membro do Grupo Engenho, o cantor, compositor e violonista Alisson Abreu Mota, que reside atualmente em Florianópolis. Também houve a contribuição do músico Claudio Luiz Gadotti Rodrigues, percussionista e compositor do grupo, no dia 06 de agosto de 2021. As fontes orais utilizadas para elaboração deste trabalho estão amparadas nos pressupostos de História Oral, que estabelece parâmetros de como realizá-las essas e como proceder com o tratamento dessas fontes produzidas a partir dessa entrevista. De acordo com Alberti (2004), a preparação de entrevistas deverá ser realizada fundamentada em um projeto que prescrevam quais os objetivos, quem será entrevistado, quantas pessoas e que tipo de entrevista será realizado.

### **O grupo Engenho e a cena musical em Florianópolis**

A primeira formação do grupo contava com Alisson Abreu Mota (voz e violão), Marcelo

<sup>44</sup> Grupo musical que surgiu e reside atualmente em Florianópolis, teve seu início na década de 1990 e é reconhecido por boa parte do público catarinense. Seu som é uma mescla de rock, reggae e estilo de característica regional destacando a presença do violino no timbre musical de boa parte das canções. Grande parte das letras de suas canções descrevem características culturais do litoral catarinense e de Florianópolis.

Muniz (voz e baixo), Chico Thives (bateria), Cristaldo Souza (acordeon) e Claudio Frazê (percussão). As canções do Grupo Engenho tematizam em suas letras a cultura do que seriam os segmentos das classes populares e seu modo de vida em comunidades agropesqueiras do litoral de Santa Catarina, envolvendo comunidades camponesas na região serrana ou planalto catarinense, no período anterior à década de 1980. Em relação às comunidades de trabalhadores manuais e pequenos sítiantes, que tinham um modo de vida bem distinto e sua economia fundamentava-se na pequena propriedade rural, na pesca artesanal, na agricultura familiar e na produção de farinha de mandioca em engenhos movido a água ou a tração animal, ou o que ajuda a juntar o gado com berrante, abrir caminho no mato, ou tirar madeira. Um mundo rural justaposto à vida litorânea dependente do mar e a vida no campo, que grande parte dela chegou a desafiar a República, com a Guerra do Contestado, muitas vezes extrapolando esse limite, em canções que também fazem referência à cultura da fronteira e aspectos comuns à realidade brasileira e questões existenciais e contemporâneas como um todo, que ultrapassam barreira do estado.

A origem do Grupo Engenho remete à história de migração de jovens de diversas cidades catarinenses e de outros estados com o propósito de estudar na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), o que se intensificou ao longo da década de 1970. Para o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn, (2016), a transformação ocorrida em Florianópolis é proveniente também de um jogo de interesse econômico e político resultado de uma especulação imobiliária em curso. Em sua tese de doutorado mencionava sobre o almejado desenvolvimento que a capital catarinense experimentando que beneficiava a poucos, de “modernização conservadora” (LOHN, 2002, p. 46).

Essa foi a primeira fase do Grupo Engenho, nessa conjuntura política, econômica e social ao qual atravessava a capital catarinense. Com intensa agenda voltada para esses forrós universitários, os chamados “forrós do Engenho”, atraía grande público, sobretudo o universitário ao qual as canções do Grupo Engenho agradavam. Em seguida o grupo receberia vários convites para apresentações de “forrós” em ambientes na cidade de Florianópolis, como ginásios de esporte, festas e eventos fora da universidade. No final do período da ditadura militar vários artistas estavam retornando para o Brasil, a exemplo de cantores e compositores como Caetano Veloso e Sivuca, e ambos tocavam forró, o que se tornou popular e democrático. O músico Marcelo Muniz, por exemplo, tinha influência e inspiração nos trabalhos de Sivuca.

O Grupo Engenho foi o primeiro grupo musical a construir uma carreira que se aproximou do campo profissional e encontrou alguma consistência no início da década de 1980,

tornando-se conhecido e reverenciado regionalmente. Deixou um legado que serviu de inspiração para uma legião de músicos que surgiram posteriormente e iriam compor a cena musical de Florianópolis assim, como também a cena musical catarinense. Os elementos da sonoridade de suas canções ainda inspiram obras de músicos e grupos musicais na atualidade: “remetendo à cultura açoriana, e bebendo na obra do Engenho, o Dazaranha se consolida como uma das principais bandas florianopolitanas, de rock, nos anos 1990” (OLIVEIRA, 2018, p.158).

O termo “Cena musical” remete às discussões propostas em diferentes trabalhos, destacando-se a pesquisa desenvolvida pelo autor canadense da área de História da Arte e Estudos de Comunicação, Will Straw. Em seu artigo intitulado “Cenas e Sociabilidades”, Straw (2006) reflete e analisa os sentidos do conceito “cena” nas abordagens que trabalham em torno de uma cartografia das sociabilidades emergentes no espaço urbano. O conceito de cena musical colabora no entendimento de práticas pertinentes à produção, circulação e consumo de produção social. A cena musical é a forma tomada por essas práticas ao ganharem materialidade social. Para Straw (2006) o conceito de Cena é utilizado para abarcar grupos com práticas e afinidades locais unindo-os as mais gerais, como gostos, e dispersas no mundo pois suas fronteiras são invisíveis e elásticas. Em uma cena musical há a experiência do meio urbano e cosmopolita através de consumo de produtos, convivência em espaços de sociabilidade como encontro, shows e outros eventos.

Em meio às circunstâncias de uma configuração identitária em torno de uma cena musical em Florianópolis na década de 1980, pode-se apurar, a partir da sugestão de Hall (2006), uma “identidade possível”, mas não uma identidade permanente. Segundo Hall (2006, p.13), “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. O que encontramos na contemporaneidade é uma multiplicidade de identidades possíveis, como na cena musical, na qual podemos encontrar representações de uma identidade transitória. Em decorrência da globalização as mudanças nas sociedades são rápidas e constantes sendo que as identidades, segundo Hall (2006), são contestadas e deslocadas, representando-se mais políticas, plurais, diversas e não estáticas, produzindo uma diversidade de “posição de sujeitos”. Consequentemente, o processo de identidade se desenrola na cena musical pelo ato de produzir, reproduzir e consumir o produto de mercado que é a canção popular.

O rock e outros estilos musicais que ganharam expressão pública na cidade de Florianópolis nesse contexto, surgindo grupos musicais como o Grupo Engenho, Expresso Rural/Expresso, Ratoes/Tubarão, Decalco Mania, Burn, entre outros. A sonoridade das

canções do Grupo Engenho se diferencia dos outros grupos ou bandas por apresentarem aspectos mais relacionados às canções da Música Popular Brasileira (MPB) e outras influências, sendo que o seu trabalho não era direcionado somente para jovens, mais públicos de todas as idades. Considera-se que o o Grupo Engenho foi o grupo musical que abriu a cena musical em Florianópolis nos anos de 1980, com a colaboração de diversos músicos. Scheyla Tizzatto dos Santos, ao defender sua dissertação de mestrado com o título “Nas manhãs do sul do mundo”, na qual apresenta uma análise sobre a obra do Grupo Expresso Rural<sup>45</sup>, ressalta a contribuição dos integrantes do Grupo Engenho para a “construção de cena musical catarinense de produção independente” (SANTOS, 2013, p.39).

O Engenho foi formado no final da década de 1970 e gravou seu primeiro Long Playing (LP) no ano de 1980. Diante disso, para os limites deste trabalho e desta proposta, cabe circunscrever a análise ao que estamos chamando de cena musical propriamente em Florianópolis na referida década. O fato é que muito tempo após o surgimento dessa cena musical, o trabalho de muitos grupos musicais de Santa Catarina refere-se, direta ou indiretamente, ao Grupo Engenho.

Assim como outros conjuntos musicais do período, o Engenho era formado por jovens em sua grande parte universitários que expressavam ideias e sentimentos dessa geração que convivia com o final da ditadura militar. As canções de alguns grupos catarinenses da década de 1980 transmite uma nostalgia à vida do campo ou interior de Santa Catarina em oposição ao processo de modernização vigente. O conjunto de toda a obra do primeiro LP do Grupo Engenho produzido em 1980, tem como personagem central o boi de mamão manifestado no título do álbum e de uma de suas canções, “Vou botá meu boi na rua”. O próprio título do álbum e canção se tornou um “estandarte”, ou seja, um grito de protesto em defesa do patrimônio histórico material e imaterial da Ilha e também catarinense que vinha sendo ameaçado. Politicamente tinha caráter denunciativo da repressão vivida na época em que não se tinha liberdade de expressão. Por isso o boi de mamão era uma prática ao qual era permitido expressar ideias e sentimentos.

A canção intitulada como “Vou botá meu boi na rua”, deu nome ao show que em novembro de 1979 foi apresentado no Teatro Álvaro de Carvalho. Dias após essa apresentação

<sup>45</sup> Grupo musical que surgiu no ano de 1981 na cidade de Florianópolis tendo como músicos protagonistas dessa primeira formação: Daniel Lucena no vocal, Zeca Petry no violão e guitarra, Marcos Ghiorzzi na bateria e Volnei Varaschin no violão base, arranjo vocais e gaita de boca, e Paulo Back no baixo e vocal. No ano de 1983 o grupo lança o seu primeiro álbum com o título “Nas manhãs do sul do mundo” da qual se destaca a canção com o mesmo nome, além de outras como “Sol de Sonrisal”, “Tom Natural”, Harmonia e Flodoardo.

houve o famoso e emblemático episódio político em Florianópolis, a Novembrada, que foi uma manifestação popular que revelou o descontentamento da população de Florianópolis em relação ao regime militar. Esse protesto político e social no dia 30 de novembro daquele ano teve a presença maciça de estudantes da UFSC, os quais hostilizaram o último dos ditadores militares, o general João Batista Figueiredo. Sua visita seria marcada pela inauguração de uma placa em homenagem a Floriano Peixoto, cujo nome serviu para rebatizar a capital de Santa Catarina em 1894. Os integrantes do Grupo Engenho participavam na época do movimento estudantil e eram ligados aos diretórios acadêmicos da UFSC e seus líderes, conforme relatos do músico e percussionista do grupo, Claudio Gadotti Rodrigues, em entrevista concedida ao autor.

Todos os que foram presos depois do episódio com o general Figueiredo na Praça XV, eram nossos amigos do dia a dia. E, fomos todos os dias para as ruas do centro protestar e, a polícia em cima. Chegaram a cercar os manifestantes na frente da catedral e saímos pelo lado cantando o Hino Nacional (RODRIGUES, 2021).

Esse período histórico foi marcado pelas lutas por liberdades democráticas. À sua maneira, os integrantes do Grupo Engenho se engajaram nos movimentos populares contrários à ditadura militar. As canções que transparecem esses temas relacionados à ditadura militar são: *Calabouço*, *Nó cego*, *Feijão com Caviar*, *Vou botá meu boi na rua* e *Baião de milhões*. O show no TAC (Teatro Álvaro de Carvalho), quase às vésperas da Novembrada, impulsionou o grupo a gravar seu primeiro LP em outubro de 1980 com o título “*Vou botá meu boi na rua*”, que seria um grito de protesto em duplo sentido, pois refere-se à perda de cultura devido à modernização, assim como a falta de liberdade decorrente da opressão imposta pela ditadura.

Esse primeiro trabalho do grupo foi realizado de forma independente: os recursos levantados para a gravação deste LP eram originários dos shows. O que alavancou a carreira do Grupo Engenho foram constantes apresentações na TV Catarinense, que era uma emissora de televisão local recém fundada em Santa Catarina, que mais tarde mudaria o nome para Rede Brasil Sul (RBS). Como afirma Alisson Mota “Aí realmente o sucesso do Engenho foi esta questão da TV também, bastante, assim. Eles abraçaram a gente e nós nos deixamos levar” (MOTA, 2019). Essa união teve repercussão positiva para a popularização do trabalho do grupo, que chegou a se expandir além do estado. De acordo com Rodrigues (2021), as proporções foram se tornando maiores, chegando a chamar a atenção de críticos de renome nacional.

## **A canção “Nó Cego” como fonte histórica**

É demasiadamente rica as informações que trazem consigo essas fontes históricas relacionadas à canção, mas consigo vem um grande desafio para o historiador pois nem todos possuem conhecimentos mínimos sobre teoria musical. O historiador José D’Assunção Barros em um artigo que discute a possibilidade de interação entre História e música, propõe considerações teóricas e metodológicas acerca das relações entre Música e História. Considera-se a partir de sua abordagem, que o historiador analisar somente a letra, deixará de lado outros aspectos relevantes que fazem parte de todo o conjunto da obra musical, pois ela vai muito além da letra e do ato de cantar.

Uma música (uma composição musical), independente de vir ou não integrada a uma dimensão poética, é uma forma de expressão artística que envolve aspectos diversos como forma, gênero musical, estilo, elementos variados de estética musical, ritmo, melodia, harmonia, timbre, instrumentação, performance, mediação através do intérprete, entre outros mais que poderiam ser citados (BARROS, 2018, p.27).

Deve-se considerar esses inúmeros aspectos concernentes à canção, e que essas fontes, segundo Napolitano (2008), não são portadoras de objetividade em si, pois cabe ao historiador interrogá-las. Por outro lado, é preciso evitar o subjetivismo que pode prejudicar os limites e rigores necessários à interpretação sistemática. Cabe buscar um equilíbrio na análise, ampliando os recursos e informações disponíveis. Para Hermeto (2012), é importante considerar a canção como um “fato social”, ao mesmo tempo um produto cultural e comercial, com a participação de inúmeros sujeitos em sua construção. Partindo desse pressuposto, pode-se levar em consideração inúmeras fontes históricas sobre a canção, além das fontes audiovisuais e musicais. Podemos enumerar algumas: artigos de jornais, folders de shows, documentários, entrevistas, reportagens, vestígios de redes sociais, entre outros. Na escrita deste tópico, além das fontes audiovisuais e musicais, foram utilizadas como referências as dissertações de Souza (2014) e Pinho (2016), e entrevistas orais com músicos do grupo.

As mudanças sociais impactam a produção cultural e artística, repercutindo nas identificações dos diferentes grupos e segmentos, evidenciando as tensões e fragmentações (Hall, 2006). Nisso, o local passa a sofrer as inflexões dos processos globais. Por outro lado, aparecem movimentos que buscam assegurar e homogeneizar o local, na tentativa de reconstruir e cristalizar identidades fixas em meio aos intensos e constantes conflitos. Em Santa Catarina, a construção de identificações híbridas e plurais em meio a discursos que pretendem controlar as mudanças, seja por meios institucionais ou pela formação de grupos e entidades culturais,

constitui um processo que se alargou na segunda metade do século XX. A canção popular pode fornecer indícios para a discussão de tal processo.

Manuseando a capa do álbum *Vou botá meu boi na rua*, poderemos perceber elementos como cor, fotografias, embalagem, bem como a tipografia utilizada em sua confecção. O disco de vinil, chamado de LP, é o suporte material da canção, assumindo condição documental, identificando a obra, bem como dotando-a de contexto histórico. Em qualquer obra similar, as imagens nas capas podem sugerir a atmosfera em que um disco foi elaborado, se por acaso for mais melancólico ou mais divertido, ou mais crítico, sarcástico, etc. Nesse documento pode-se ainda obter informações sobre o gênero musical gravado no fonograma.

Como a canção é um produto que também assume características comerciais, a capa é produzida com objetivo de impactar visualmente para atrair o consumidor e resguardar muitas informações relevantes a uma investigação histórica. Nesse sentido, as pesquisas utilizando as capas de LP como fontes históricas vêm ganhando espaço e, conseqüentemente, uma preocupação de instituições de memória e patrimônio em arquivar essas obras. A arquivista Lisângela de Aquino Lima afirma que “as capas de disco, como parte da cultura material, e analisadas sob a perspectiva da informação e memória, têm muito a dizer, sobretudo quando relacionadas a um determinado período da história” (LIMA, 2015, p. 3).

**Figura 01- Lp do Grupo Engenho “Vou Botar meu Boi na Rua”**



Fonte: Arquivo pessoal



O enunciado “Vou botá meu boi na rua” em forma de pichação é destaque da fotografia principal da capa do primeiro disco do Grupo Engenho, assim como os próprios músicos e a fachada de uma construção abandonada. Por esta imagem, é possível indicar a justaposição que envolve a canção e a imagem da capa e as referências sociais que medeiam a apropriação do álbum. A capa é um importante artefato explorado como suporte, não sendo somente um complemento da obra, mas sim uma parte essencial e indissociável, contribuição para a interpretação de ideias e sentidos.

Temos de um lado a música como fonte histórica; de outro lado, as fontes de diversos tipos que podem ser convocadas para a apreensão dessa música que, no fim das contas, poderá ser utilizada como fonte para a compreensão da história (seja da própria história da música, seja a história de todas as outras coisas) (BARROS, 2018, p. 29).

Nesse sentido a imagem da capa do álbum é utilizada como fonte histórica para auxiliar na análise da canção. Do lado esquerdo da imagem aparecem os jovens integrantes do Grupo Engenho, correndo e transmitindo a impressão de que estivessem em fuga. Da esquerda para a direita, aparecem: Marcelo Muniz, Cláudio Frazê, Alisson Mota, Cristaldo e Chico Thives. Frazê segura em sua mão direita uma lata de tinta spray que remete imediatamente à pichação da parede da antiga fábrica. Os músicos estão vestidos de forma casual, com calças jeans, camisetas e camisas vestidas de modo descontraído. Calçam tênis, indumentária comum utilizada pelos jovens e estudantes durante a década de 1980. Essa imagem de rosto da capa do LP (long play) do primeiro álbum do Grupo Engenho retrata aspectos relacionados com a cultura jovem global de centros urbanos que em sua grande parte eram estudantes e possuíam atitudes políticas integrando-se a ideais de milhões de estudantes no Brasil e no mundo.

Quanto às características dos cortes de cabelo dos integrantes do grupo, nas imagens do álbum é apresentando com estilo rebelde, ou compridos e livres, demonstrando uma tendência bastante voltada para a moda dos finais dos anos de 1970 e 1980. Todo esse visual dos integrantes transmite características e valores como humor, espontaneidade, descontração e liberdade. Através do ato de vestir-se e portar-se de maneira livre como é mostrada na fotografia, manifesta a identidade de cada indivíduo e a história de militância política e cultural particular. Estudantes que se vestiam assim nesse período histórico transmitiam características de rebeldia.

Antes da existência do Grupo Engenho o compositor e vocalista Alisson Mota e Claudio Frazê participavam de um grupo musical denominado Vzero, enquanto Marcelo Muniz e Chico Thives atuavam em outro grupo musical, também denominado de Engenho. No ano de 1978 o

Grupo Vzero participou do 1º Encontro Nacional de Estudantes.

O pessoal do DCE distribuiu uma apostila com letras impressas, algumas proibidas pela censura, como ‘Caminhando’, de Geraldo Vandré, e ‘Apesar de Você’, de Chico Buarque. Um jornalista fez uma matéria dizendo que eu havia cantado as músicas censuradas. No dia seguinte fui intimado a comparecer na reitoria onde me aguardavam o reitor e umas figuras fardadas. O reitor me acusava de ter o enganado. Como o show não foi gravado e eles não entendiam nada de música, era difícil provar que eu não havia cantado aquelas músicas. Fiquei mais de seis horas sendo interrogado e ameaçado de ser expulso da universidade. Desse acontecimento surgiu a música ‘Nó Cego’, gravada no primeiro disco do Grupo Engenho (MOTA, 2021)

De acordo com o depoimento apresentado do compositor e cantor Alisson Mota ao jornalista Marcelo Cabral, do NDTV Record SC, conjectura-se a participação dos integrantes do Grupo Engenho em atividades ligadas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em um período que as arbitrariedades decorrentes do regime militar se estendiam ao contexto local. Canções como “Nó Cego”, de acordo com Pinho (2016, p.115), “trazem em suas letras, melodias e arranjos, um pouco dessa atmosfera pesada da vida política nacional que era sentida e percebida também aqui na capital catarinense”.

Em entrevista ao jornalista Marcelo Cabral, o compositor Alisson ainda revela que a canção “Nó cego” surgiu após esse episódio de repressão após o show na universidade.

Nó cego  
To amarrado feito saca de farinha  
Querendo de todo jeito  
Aliviar a situação  
E este nó feito laço no pescoço  
Impedindo a minha língua  
De falar com o coração  
Quero sair do meio deste emaranhado  
Com o corpo inteiro e livre  
Pra tocá meu violão  
Faca com ponta espingarda e baioneta  
Eu nunca vi jeito mais duro  
De falar de opinião  
Para o claro do dia bate a mão  
Para o escuro da noite bate o pé (GRUPO ENGENHO, 1980).

A canção foi gravada no ano de 1980 se inicia através de uma introdução instrumental com arranjo de sanfona. Em seguida entra o do violão, baixo, outros instrumentos de percussão e o ritmo bem marcado da bateria com viradas que remetem ao “rock and roll”. Nesse conjunto musical é perceptível a influência do baião e forró. O solo da sanfona é executado como se fizesse uma analogia a um solo de guitarra. A letra cantada se inicia com a frase “To amarrado feito saca de farinha”, ao qual remete a um elemento proveniente da cultura do litoral

catarinense que é a farinha de mandioca, alimento esse de origem indígena, mas foi produzido nos engenhos em grande escala por luso portugueses, incluindo os que são descendentes do arquipélago dos Açores. A frase faz uma analogia à falta de liberdade, estar amarrado como fosse obrigado a ficar calado. A canção faz uma crítica à conjuntura política durante esses últimos anos da ditadura militar. A canção continua evidenciando ainda mais posições contrárias a esse período através das frases: “E este nó feito laço no pescoço”, “Impedindo a minha língua” e “De falar com o coração”. Essas afirmações acentuam mais a falta de liberdade de expressão em falar e expressar os sentimentos. Essas frases são ressaltadas na performance do cantor através de um ritmo mais lento, pausando a voz. Em seguida vem as frases: “Quero sair do meio deste emaranhado”, “Com o corpo inteiro e livre” e “Pra tocá meu violão”. A palavra “emaranhado” significa misturado, confuso, ou seja, sair do meio dessa confusão “com o corpo inteiro”, ileso. A canção tem um ritmo alegre e dançante que facilmente pode ficar despercebido o caráter de criticidade, e algumas expressões meio pesadas como “sair com o corpo inteiro”. Na sequência a canção continua com a frase “Faca com ponta espingarda e baioneta” em referência à repressão militar, “armas facilmente associadas ao exército dá primeiro a noção de que é o Estado o opressor e, portanto, o causador da preocupação com os atos violentos” (SOUZA, 2014, p.93). E a canção continua com “Eu nunca vi jeito mais duro” e “De falar de opinião”. Depois a canção traz o refrão que diz: “Para o claro do dia bate a mão” e “Para o escuro da noite bate o pé”. Esse refrão faz referência ao ato de aplaudir durante o dia, ou seja, nas conquistas pela liberdade, e no escuro da noite, ou seja, na repressão, protestar batendo o pé”. Nessas frases o cantor realiza uma entonação de voz para dar ênfase às palavras “para”, “bate” e “mão”, e às palavras “para”, “bate”, “pé”. De acordo com Barros (2018, p. 28), “frequentemente, compositores a serviço de forças políticas, ou da resistência a determinadas forças políticas, utilizaram a favor de suas causas a força do refrão”.

Mesmo sobressaindo a voz calma e suave do vocalista nessa performance é possível perceber o conteúdo político e contestador na canção também através da melodia, harmonia e timbre. Luiz Tatit, que é músico, professor e pesquisador na área de linguística, analisou a “interdependência entre melodia e letra da canção. Se a reiteração e as tensões de altura servem para estruturar a progressão melódica, esses mesmos recursos podem ser transferidos ao conteúdo, de modo a construir uma significação compatível”. (TATIT, 2003, p.09). Sendo uma canção regional produzida de forma independente e gravada em um estúdio na cidade de Curitiba utilizando uma mesa de 04 canais apenas, remete um som bem moderno.

## Considerações finais

Sendo assim, o Grupo Engenho, apesar de não se caracterizar pelo gênero rock, abriu caminho para outros grupos roqueiros, pois seus integrantes foram os primeiros que se profissionalizaram no mercado de shows com músicas autorais. O grupo Engenho esteve no centro de um movimento artístico com uma importante influência para a música catarinense e por isso os estudos sobre suas obras têm se tornado cada vez mais frequentes. Na década de 1980, período este que houve uma proliferação de bandas que tinham em comum o fato de serem formadas por jovens que, em suas canções, expressavam parte da memória da geração afetada pela ditadura militar.

Na maior parte das canções do primeiro LP do Engenho são notórias as expressões em defesa da cultura popular em momentos em que ocorria um processo de modernização e urbanização, assim como também são notórias expressões de crítica social e política que dialogavam com um contexto em que o país atravessava um processo de crise, abrindo espaço para a contestação e as reivindicações pela redemocratização. Essas canções foram bem recebidas pelo público e pela crítica, pois possuíam um diferencial: apesar de serem calcadas na música popular, também representavam a conjuntura política catarinense no período de reabertura política.

## Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARROS, José D'Assunção. História e música: considerações sobre suas possibilidades de interação. *Revista História & Perspectivas*, v. 31, n. 58, 11 jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-2>. Acesso em: 21 set. 2021.

GRUPO ENGENHO. *Vou botá meu boi na rua*, Florianópolis: Engenho Produções e Gravações, LP, 1980.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

HERMETO, Miriam. *Canção popular brasileira e ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

LIMA, Lisangela de Aquino. *Capas de vinis: artefato de memória e informação do tropicalismo*. 2015. 18 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, DCI, UFPB, João Pessoa, 2015.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o Futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis, 1959 a 1970*. 2002. 442f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do futuro: Cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

- MOTA, Alisson Abreu. [65 anos]. [dez. 2019]. *Entrevista oral*. Florianópolis, 12 dez. 2019
- MOTA, Alisson in: CABRAL, Marcelo (ed.). *Conheça o engenhoso universo de Alisson Mota*. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/musica/conheca-o-engenhoso-universo-de-alisson-mota/>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. *História & música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.120p.
- NAPOLITANO, Marcos. *História depois do papel*. In: PINSKI, C. B. (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, p.235-287, 2008.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira. *Cabe rock nessa ilha? Formação da cena de rock em Florianópolis (1980-1989)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- PINHO, Ricardo. *O tempo do Engenho: A modernização recente de Florianópolis considerada a partir da trajetória e obra do grupo engenho (História e fontes para o ensino de História)*. Dissertação de Mestrado em História, ProfHistória, UFSC, Florianópolis, 2016.
- RODRIGUES, C. L. G. [65 anos]. [ago. 2021]. *Entrevista oral*. WhatsApp. Florianópolis, 06 ago. 2021
- SANTOS, Scheyla Tizatto. *Nas Manhãs do Sul do Mundo: Música e cidade na produção do grupo Expresso Rural (1980-2012)*, 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.
- SOUZA, Marcos Antônio Ferreira. *Entre a cantoria e a nossa barulheira: Florianópolis nas canções do Grupo Engenho e da banda Dazaranha (1980-2004)*. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- SOUZA, Marcos Antônio Ferreira. *Os sons da Ilha: A cultura local na produção musical do Grupo Engenho, Florianópolis 1979-1984*. (TCC) História. CFH/UFSC. Florianópolis, 2007.
- STRAW, Will. Scenes and Sensibilities. *E-Compós, [S. l.]*, v. 6, 2006. DOI: 10.30962/ec.83. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/83>. Acesso em: 21 set. 2021.
- TATIT, Luiz. Elementos para a Análise da Canção Popular. *Cadernos de Semiótica Aplicada*. Vol.1, no 2, dezembro 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.21709/casa.v1i2.623>. Acesso em: 21 set. 2021.

# O PROCESSO DE RETERRITORIZAÇÃO NAS TERRAS DAS PROPRIEDADES DO ANTIGO TERRITÓRIO DE VACARIA DURANTE A REPÚBLICA VELHA NO BRASIL

Andréa Pagno Pegoraro, Doutoranda da Universidade de Passo Fundo  
Orientadora: Ironita P. Machado

**Resumo:** Este artigo tem como finalidade analisar a estrutura territorial de Vacaria entre o final do século XIX e início do século XX, considerando o que havia nas terras e de que modo poderia ser definida a questão econômica do município. A região que analisamos neste trabalho corresponde ao antigo território de Vacaria no Rio Grande do Sul quando sua extensão abrangia áreas atualmente pertencentes a municípios que foram sendo emancipados. Nossa intenção é compreender como se davam as relações dos fazendeiros com a terra e o que havia nas terras dos grandes e pequenos proprietários, destacando a presença das atividades pecuaristas e agrícolas. Nossa pesquisa se baseia em fontes de inventários *post-mortem* e medições de propriedade, onde encontramos registros referentes ao tamanho ocupado pelas fazendas demarcadas, os animais que nelas haviam, como eram utilizadas suas terras, além de mostrar um pouco sobre as relações sociais, os modos de partilha e transmissão de bens, entre outros aspectos.

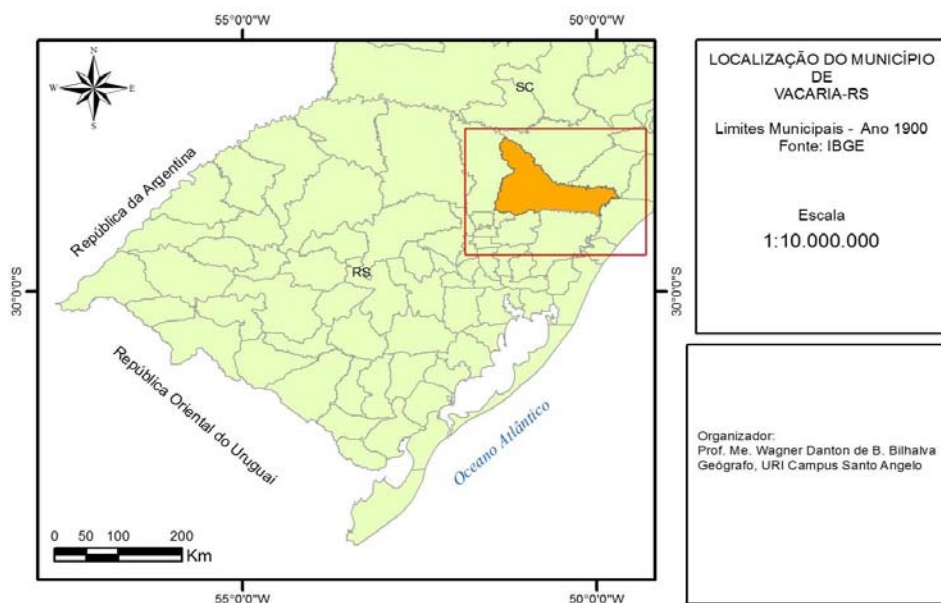
## Introdução

Este artigo busca compreender como se estruturavam as bases econômicas e sociais no Rio Grande do Sul durante os anos de 1889 a 1930, período da Primeira República Brasileira, tendo como objeto de estudo a região do antigo território de Vacaria. O município tem sua origem através do ciclo do tropeirismo e, segundo a historiografia, mantém a criação de gado como principal atividade econômica até meados de 1930. Nesse sentido, o presente trabalho tem a intenção de analisar, através de fontes documentais, sendo estas, inventários *post-mortem* e medições de propriedade, a presença de rebanhos nas fazendas e comprovações sobre as atividades produtivas nelas desenvolvidas.

Segundo dados divulgados pelo IBGE<sup>46</sup>, Vacaria possuía em meados de 1900 uma área de 8.526 Km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 2,02 hab. Km<sup>2</sup>". Este mesmo censo mostra que o município era composto pelos distritos de: 1° Vacaria, 2° Vista Alegre, 3° Capão Alto, 4° São Luís de França, 5° São João Batista, 6° São Pedro, 7° Santo Antonio e 8° Capela da Luz.". O mapa 1.1 indica a localização e abrangência do município em 1900:

<sup>46</sup> IBGE de 1900, Vacaria. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>. Acesso em 09 ago. 2017.

## Mapa 1 - Município de Vacaria, RS



A escolha do município de Vacaria para realização dessa pesquisa se deve ao fato do mesmo estar diretamente ligado a história da formação do território do Rio Grande do Sul. A história do município de Vacaria tem início com a passagem dos tropeiros que seguiam em busca do gado selvagem que havia nas terras do território do atual estado do Rio Grande do Sul em decorrência da atuação dos padres jesuítas na região. A rota mercantil de animais que ligava os chamados Campos de Viamão à feira de Sorocaba incluía em seus itinerários diferentes locais, os quais funcionavam não apenas como pontos de passagem e repouso, mas participavam com seus produtos deste circuito de trocas, compras e vendas. O trajeto tinha início na freguesia de Viamão, passando por Santo Antônio da Patrulha em direção aos Campos de Cima da Serra (PEGORARO, 2016).

Foi o tropeiro José de Campos Bandemburgo, que primeiramente solicitou a carta de sesmaria das terras, por volta de 1770 com extensão estimada em três léguas de comprimento por uma e meia de largura, uma extensão que a historiadora Helen Osório (1990) identificou como equivalente a 13.000 hectares. Sua criação de animais concentrava-se em reses e éguas, com 800 unidades de cada em 1785, ou seja, seus bovinos correspondiam a 2% do rebanho total identificado por Tiago Gil (2009) um número expressivo. A Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira tem início em 1768, porém já era habitada anteriormente. A mesma se dividia entre a povoação de mesmo nome e a Capela da Entrada da Serra de São Francisco de Paula que, por outro lado, pertencia ao distrito de Cima da Serra, parte integrante de Santo Antonio da Patrulha. A localidade de Santo Antônio da Patrulha competia, de acordo com Gil (2009), a uma região

maior, em que se integrariam a Freguesia de Conceição do Arroio, o Distrito de Cima da Serra e Vacaria, abrangendo uma extensa área dedicada tanto a produção pecuária quanto às invernadas (PEGORARO, 2016).

### **A organização patrimonial e as partilhas de heranças**

Ser proprietário de terras não se restringia a manter o poder econômico, mas era também símbolo de prestígio e visibilidade social. Conforme Bourdieu (2008), a família é um dos elementos fundamentais que fornece as bases do desenvolvimento social. É através da família que a sociedade se estrutura, tendo lugar as transmissões de patrimônio. As heranças deixadas pela família compreendem todo o universo simbólico em que os pais transmitem aos filhos seus sobrenomes, suas heranças sociais, círculos de convívio, modos de vida e padrões de comportamento. Mas as famílias não transmitem apenas heranças simbólicas, elas transmitem também seus bens materiais e junto com eles todas as implicações de recebê-los.

Motta (1998) destaca que a morte de um fazendeiro inaugurava, muitas vezes, uma querela por suas terras. Desse modo, a partilha iniciava ou consolidava desavenças entre herdeiros, gerando ódios e rancores entre familiares. A decisão sobre o destino do melhor quinhão de terras ou de uma fonte d'água fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Poderes diversos conferiam o esforço de reconstituir a família em torno de um dos herdeiros. A insubordinação ou mesmo o rompimento definitivo podiam significar, não somente o desmembramento da área, como também a formação de novas parentelas. As leis estabeleciam que, ocorrendo a morte do marido, seria retirada a meação da viúva e o restante seria partilhado entre os herdeiros, sendo estes em primeiro lugar os filhos e se algum deles já fosse falecido, o sua parte caberia aos netos.

Desse modo, para a família dos grandes fazendeiros do século XIX e XX, a organização era fundamental para garantir o prestígio social que estava ligado diretamente à conservação de seu patrimônio material. Administrar essas extensas propriedades não era tarefa fácil, sendo necessárias pessoas suficientes para realizarem todas as atividades de cuidado com a propriedade e com os animais. Com o fim da escravidão, os trabalhos nas fazendas no sul do Brasil ficam principalmente a cargo dos peões de estância:

Os peões de estância formavam um grupo que se dividia em diversas categorias, em função do tipo de trabalho. Da sua especialidade vinha seu lugar na escala de remuneração e prestígio. Grosso modo, eram importantes os *capatazes*, que dirigiam o estabelecimento dos proprietários ausentes, e os peões campeiros que, de um modo geral, eram solteiros e habilidosos nas atividades campeiras (laçar, domar, organizar rodeios) (ZARTH, 2002, p. 179).



Como mencionado por Zarth (2002), os peões eram responsáveis pelas atividades relacionadas ao cuidado com o gado, cabendo a eles grande parte das atividades necessárias à manutenção da estrutura pecuarista nas fazendas. Segundo o autor durante o século XIX no planalto Rio-Grandense havia uma forte competição entre a criação de mulas e de gado bovino até 1891, explicado pela inexistência de charqueadas na região. Porém, com a melhoria dos sistemas de transporte e a construção de ferrovias, a produção de muares diminuiu. Osório (1999) observa que de meados de 1765 até 1785, os muares representavam cerca de 24% do valor total dos rebanhos, sendo que 56% dos estancieiros criavam esses animais. Porém, de meados de 1815 a 1825, os muares não ultrapassavam o percentual de 1,5% do valor do rebanho e apenas 36% dos estancieiros as possuíam, possivelmente pelas dificuldades de reprodução desses animais. A pesquisadora também destaca a redução no número de equinos, que representavam apenas 25% do número de animais no primeiro período e que passam a representar 10% no último.

#### **As fazendas: terras e rebanhos**

A passagem do século XIX para o século XX marca grandes transformações no contexto histórico, econômico e social da sociedade brasileira, pois relaciona-se com a abolição do trabalho escravo, o fim do Império e a consolidação da República. As mudanças se refletem diretamente no modo como a sociedade estava organizada e na maneira como os patrimônios eram administrados, provocando uma valorização acentuada das terras. Nos inventários as medições buscam maior exatidão tanto na extensão das terras partilhadas, quanto em suas divisas. A terra passa a ser valorizada como produto comercial, exigindo maiores cuidados na definição de seus limites. A demarcação dos terrenos reflete as mudanças resultantes da valorização das terras em sua comercialização após a Lei de Terras de 1850.

Conforme Motta (2005) a Lei de Terras foi criada para impedir que houvesse a apropriação de terras por outros meios que não a compra. Essa lei permitiu que a terra fosse transformada em renda territorial, consentindo ao fazendeiro novos investimentos. Possibilitou também, a substituição do capital anteriormente investido em escravos, na compra de terras. Motta aponta que a Lei de Terras foi descrita em vários estudos como um marco na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a implantação da lei os inventários passam a apresentar dados mais detalhados sobre a localização das fazendas, com medidas de extensão e limites demarcados por agrimensores, de acordo com Machado:

Medir e dividir os lotes era um pressuposto básico para a comercialização e/ou legalização da terra. O comércio e a legalização das posses apresentavam-se

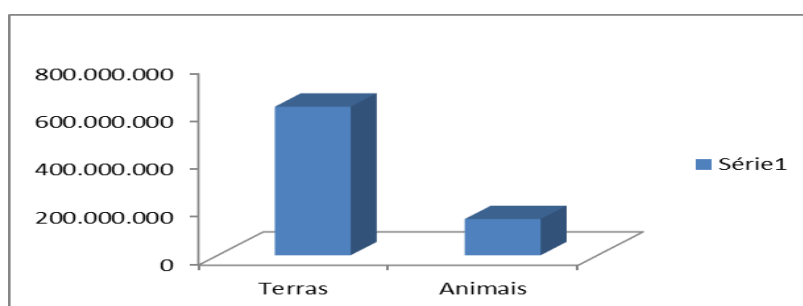
como pré-requisitos para que as terras devolutas e sob domínio de particulares sem os devidos registros viessem a aumentar a rentabilidade de serviços e recursos tributáveis, acrescentando aos recursos pecuniários do Estado (2012, p. 149).

Segundo a pesquisadora a comercialização das terras exigia que as demarcações e divisões dos lotes fossem realizados de maneira correta. Nas partilhas de heranças encontramos dados de medições de algumas propriedades que comprovam que efetivamente os lotes passam a ser medidos e demarcados com técnicas mais rigorosas de controle. Nos documentos de medições são descritos com detalhes o terreno onde se inicia a demarcação e especificamente os limites de divisa que anteriormente eram simplesmente definidos por confrontantes como o nome de um vizinho, um arroio ou outro limite geográfico. Outro dado que passa a aparecer com mais frequência são as medidas em hectares, como descrito no inventário dos bens de Constantino José de Souza de 1890:

Uma parte de campo adquirida por compra a Christino Monato dos Santos, cuja parte em comum com outros herdeiros no rincão da Ramada no valor de cem mil réis, o que calculamos em 12 hectares mais ou menos, o que avaliamos em 420 mil réis. Um retaco de campo no lugar denominado. Muitos Capões com as divisas seguintes: começando do passo do monjolo e desta por uma cachoeirinha até a estrada geral (antiga) que vem a vila e pela entrada até outro passo que tem abaixo da casa do finado Constantino José de Souza, três ou quatro quadra mais ou menos, e pelo mesmo arroio acima que segue por trás da casa do dito Constantino José de Souza e por este acima dividindo com o rincão da Ramada até chegar o passo do açude onde começou a divisa, contendo mais ou menos 10 hectares, o que avaliam por 350 mil réis<sup>47</sup>.

Na descrição do documento as terras apresentam informações de suas divisas e da proporção que as mesmas ocupam em seus territórios. Geralmente, em casos de propriedades com extensões maiores os dados registrados nos inventários *post-mortem* são provenientes dos autos de medições dessas fazendas. Os autos de medição apresentam detalhadamente as medidas de cada lote de terras, contendo também a planta da propriedade. O gráfico 2.1 *Relação de bens* nos mostra como o valor das terras elevou-se em comparação com o preço dos animais.

**Gráfico 3.1 Relação de bens**



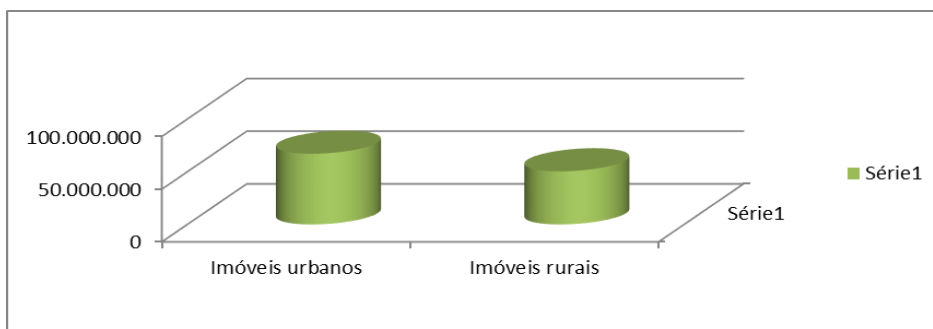
Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

<sup>47</sup> APERS. Ano: 1890. Autos nº 322. Maço: 9. Estante: 119. Inventariado: Constantino José de Souza. Inventariante: Manoel Ignácio Cabral.

Entre as fortunas familiares deixadas entre 1889 a 1930 em Vacaria, evidenciamos que a terra representa a soma da maior parte das riquezas inventariadas, ficando os rebanhos em segundo lugar. Já as casas e benfeitorias não somavam valores significativos, um exemplo está no inventário de Antônio Telles de Souza (1913)<sup>48</sup> em que os bens deixados foram: "um retaco de campos e matos no lugar denominado Saltinho, 1º distrito deste município no valor de 15 contos de réis, casa e mais benfeitorias no lugar, no valor de 600 mil réis", além de 232 cabeças de espécies diversas. Observamos que o valor conferido a casa, juntamente com as benfeitorias perfazia apenas a quantia de 600 mil réis, o que contrasta com o valor pelo qual os campos foram avaliados.

Entre os bens descritos nos inventários de fazendeiros encontramos referências a propriedades urbanas, sendo estas terrenos e casas, havendo também casas comerciais. Ao analisarmos a valorização dos bens imóveis urbanos e compararmos com os valores conferidos aos bens imóveis rurais, observamos que os imóveis urbanos foram melhor avaliados. O gráfico 2.2 *Imóveis rurais e urbanos* apresenta as diferenças entre as somas dos bens imóveis urbanos e rurais.

**Gráfico 3.2 Imóveis rurais e urbanos**



Elaboração da autora. Fonte Inventários *post-mortem* 1890-1920

Os imóveis urbanos representavam um investimento maior do que os imóveis rurais, o que se evidencia também pelo preço do terreno urbano. No entanto, devemos considerar que as casas das fazendas eram locais de trabalho, sendo que alguns fazendeiros chegavam a residir na área urbana e outros destinavam as habitações urbanas a locais de passeio. Precisamos considerar ainda os estudos arquitetônicos das fazendas que nos mostram que as sedes das fazendas passam a se modificar a partir do final do século XIX adentrando ao século XX, com as influências europeias e a crescente industrialização, como referido por Luccas (2006):

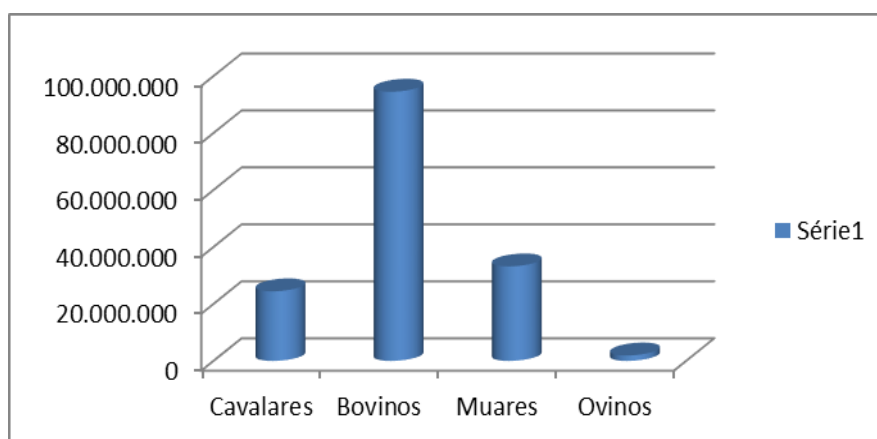
<sup>48</sup> APERS, Ano: 1913. Autos nº 662. Maço nº 20. Estante: 119. Vacaria/ Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza. Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

A industrialização urbanizou a sociedade, impondo novas variáveis ao projeto. O adensamento das cidades, o crescente anseio de privacidade e a busca de salubridade pela insolação e ventilação, provocaram o surgimento de arranjos interiores e espaciais mais artificiosos, capazes de satisfazer estas demandas. A partir daquele momento, a edificação não responderia tão somente a poucos problemas semelhantes e de baixa complexidade, mas seria concebida como engenho capaz de satisfazer às variadas pressões dos diferentes contextos e aos apelos mais diversos (LUCCAS, 2006, p. 15).

Conforme nos explica Luccas (2006), é a partir do século XX que os novos modelos de pensamento passam a modificar os estilos de vida da sociedade sul-rio-grandense, trazendo novas ideias associadas à industrialização e padrões de comportamento. As sedes das fazendas passam a ser reinterpretadas trazendo novas formas de construção associadas ao conforto e ao requinte.

Quando comparamos a soma dos valores dos rebanhos, evidenciamos que o gado bovino merece destaque, já que correspondem a maior porcentagem entre os animais existentes nas fazendas. Conforme o historiador Mário Maestri, no "Rio Grande do Sul apenas no início do século XX, em atraso com relação ao Uruguai e Argentina, a atividade pastoril começou a introduzir-se na esfera da produção capitalista" (2010, p. 114). Ao analisarmos os dados coletados em nossa pesquisa, evidenciamos que ocorreu um aumento no preço dos animais, sendo que a venda do gado passou a ser substituída pela venda do couro, da carne e derivados. Os muares, mesmo em menores contingente ultrapassam a soma conferida ao preço total dos cavalos nas fazendas, os ovinos aparecem em número bem menor, como demonstrado pelo gráfico 3.1 Rebanhos em Vacaria no início do século XX.

**Gráfico 3.3 Rebanhos em Vacaria no início do século XX**



Elaboração da autora. Fonte Inventários post-mortem 1890-1920

Nossos estudos indicam que os maiores proprietários de campos eram também donos dos maiores rebanhos, como é caso de José Paim de Andrade. Seu inventário (1912)<sup>49</sup> aponta que existia em sua fazenda quando de seu falecimento o total de 600 reses, 24 mulas, 32 éguas, entre outros animais. A ele pertencia também uma parte de campos e matos na fazenda Morro Grande no segundo distrito do município com área aproximada de 29 milhões e 500 mil metros quadrados, no valor de 37 contos 999 mil réis. Casa e benfeitorias no valor de 2 contos e 800 mil réis; campos na fazenda Capão Redondo, por 3 contos e 100 mil réis; uma parte de campos e matos na fazenda São Pedro no valor de 15 contos 905 mil réis; uma parte de campos na Invernada Velha Moura Grande, por 2 contos e 50 mil réis, uma invernada no valor de 32 contos 496 mil réis; casa e benfeitorias por 600 mil réis; entre outras porções de terras citadas, onde se inclui um terreno no município de Gravataí.

Consideramos, portanto, que Vacaria, até meados de 1930, foi um espaço destinado principalmente às atividades pecuaristas e que a presença de grandes estâncias na região foi confirmada pela documentação histórica analisada. O gado bovino representa, de acordo com nossos estudos, o maior percentual entre os animais inventariados, sendo comum que mesmo o pequeno proprietário de terras possuísse algum rebanho.

### **Considerações finais**

Buscamos neste trabalho analisar a estrutura agrária do Rio Grande do Sul durante o final do século XIX e a Primeira República Brasileira (1889-1930) usando como fonte de pesquisa inventários *post-mortem* do município de Vacaria. Em nosso estudo identificamos que as fazendas eram, sobretudo, voltadas para a produção pecuarista e que algumas famílias possuíam extensas áreas de terras com rebanhos expressivos. Considerando a análise dos inventários *post-mortem* e relação de bens deixados, evidenciamos que a criação de gado bovino constituía a principal atividade econômica da região, sendo mencionada a existência de diversas invernadas entre os bens descritos. O número de animais nos rebanhos indica que a criação se destinava a venda, outro fato que aponta para o destaque da produção de gado bovino é a existência de invernadas em grande parte das terras inventariadas.

Destacamos também que ocorre uma valorização das terras como produto comercial, expressas pelas avaliações conferidas às mesmas. Durante o século XIX, e principalmente antes da Lei de Terras de 1850, os inventários indicavam para um patrimônio alicerçado nos

<sup>49</sup> APERS. Ano: 1912. Autos nº 659. Maço nº 19. Estante: 119.Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Paim de Andrade. Inventariante: Velocino Paim de Andrade.

rebanhos. Já em meados do século XX, as terras representam somas mais significativas quando comparados aos valores conferidos aos rebanhos.

### Fontes

APERS. Ano: 1890. Autos nº 322. Maço: 9. Estante: 119. Inventariado: Constantino José de Souza. Inventariante: Manoel Ignácio Cabral.

APERS. Ano: 1912. Autos nº 659. Maço nº 19. Estante: 119. Vacaria/Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventariado: José Paim de Andrade. Inventariante: Velocino Paim de Andrade.

APERS. Nº: 3. Ano: 1913. Autos nº 662. Maço nº 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza/Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

APERS, Ano: 1913. Autos nº 662. Maço nº 20. Estante: 119. Vacaria/Cartório de órfãos e ausentes. Inventariado: Antonio Telles de Souza. Inventariante: Eduardo Pereira Monteiro.

### Referências

BOURDIEU, Peirre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

GIL, Tiago Luis. *Coisas do caminho: Tropeiro e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-

Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

IBGE/Biblioteca/ *Vacaria*. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vacaria.pdf>. Acesso em 09 ago. 2017.

IBGE/ Pesquisa *Pecuária Municipal/Vacaria*: 2015. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2015>. Acesso em 06 ago. 2017.

LUCCAS, Luiz Henrique. *Estâncias e fazendas do Rio grande do Sul: arquitetura tradicional da Pecuária*. Faculdade de arquitetura/UFRGS: 2006. Disponível em:

<http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01503.pdf>. Acesso em 22 jan. 2018.

MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.

MAESTRI, Mário. *Círculo de Ferro: Milcíades Penã e o capitalismo pastoril argentino*. In:

MAESTRI, Mário. SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. ESSELIN, Paulo (org.) Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, p. 92-146.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. Dissertação. (Mestrado em História). 1990. Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura*

*Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação da Universidade Fluminense, Niterói, 1999.

PEGORARO, Andrea P. *Família e Patrimônio no sul do Brasil do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

VILAR, Pierre. *Uma história total, uma história em construção*. Bauru: EDUSC, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

## LA IRRUPCIÓN DEL CAPITAL EXTRANJERO EN UNA REGIÓN MARGINAL: EL VALLE DE UCO MENDOZA (ARGENTINA), A FINES DEL SIGLO XX

*Andrea Paola Cantarelli* - Instituto de Geografía (FFyL-UNCuyo) -  
acantarelli@ffyl.uncu.edu.ar

*Patricia Barrio* - Instituto de Historia Americana y Argentina (FFyL-UNCuyo) -  
pbarrio@ffyl.uncu.edu.ar

**Resumen:** En esta ponencia analizamos una región en el oeste de la provincia de Mendoza conocida como Valle de Uco, correspondiente a tres jurisdicciones: Tupungato, Tunuyán y San Carlos. El Valle de Uco permite numerosas lecturas territoriales a lo largo de su historia, desde el siglo XVI hasta la actualidad, relacionadas con el modo de su inserción en las dinámicas económico-productivas provinciales, nacionales y globales. En estos procesos ha sido territorio periférico y fronterizo del Imperio Español; luego se incorporó al circuito comercial ganadero con Chile y, cuando a fines del siglo XIX, en Mendoza, se implantó la vitivinicultura de base capitalista para surtir el mercado interno en expansión, el Valle de Uco no se incorporó al nuevo modelo económico quedando rezagada como una región marginal. Sin embargo, desde fines del siglo XX se transformó en una región de particular interés para las inversiones de capitales extranjeros y nacionales vinculados al sector vitivinícola de alta gama –integrando lo productivo, turístico e inmobiliario-. Estas inversiones responden a las lógicas de las fuerzas funcionales valiéndose de las denominadas lógicas territoriales. De este modo, se pueden determinar procesos que vinculan dos niveles en el Valle de Uco: las actividades ligadas al territorio y las que responden a la lógica globalizada.

**Palabras clave:** Valle de Uco; Mendoza; Región marginal.

### Introducción

En este trabajo reconstruimos la historia de una región a partir de conceptos espaciales como periferia, frontera, margen y centro. Nuestro objeto de estudio es uno de los oasis de la provincia de Mendoza (Argentina). Esta última, recostada sobre la cordillera de los Andes y limítrofe con la República de Chile, tiene clima árido, razón por la cual sus principales actividades económicas se desarrollan en tres oasis: el Norte, el Sur y el Valle de Uco<sup>50</sup>. Este último oasis, ubicado en el centro-oeste de la provincia e incluido en los departamentos de Tupungato, Tunuyán y San Carlos (carta n° 1), resulta un caso muy interesante porque a través de su análisis se puede observar cómo las regiones pueden cumplir roles económico-productivos diferentes en el tiempo largo<sup>51</sup>. Para realizar este trabajo se ha recurrido a

<sup>50</sup> Mendoza se caracteriza por la aridez, y la irregularidad y la escasez de precipitaciones (200-300 mm al año con caída de granizo en la época estival). Estas condiciones hacen imprescindible la utilización de un sistema de irrigación artificial para la agricultura sobre suelos aluvionales. En el Valle de Uco los ríos Las Tunas, Tunuyán y Yaucha, mediante su sistematización, permiten el cultivo. Se trata, pues, de un oasis de agricultura intensiva de economía de especulación, concentrada en los cultivos que aseguran el mejor provecho en el mercado nacional e internacional.

<sup>51</sup> El Valle de Uco es un espacio de alta densidad histórica, su “estructura espacial es también el pasado en el presente” (SANTOS, 1978, p. 167). Pierre George (1969) se refiere a otro aspecto del tiempo acumulado en el espacio geográfico, que adopta distintas escalas que coexisten, como una convergencia de procesos cuya velocidad



bibliografía, cartografía, información estadística y una entrevista en profundidad.

### **Mendoza y el Valle de Uco: de la periferia a la frontera y de la frontera a la integración**

A mediados del siglo XVI, la zona norte de Mendoza se constituyó en el límite austral del avance colonizador español en la línea de la cordillera de los Andes. En 1561, los españoles venidos del Reino de Chile fundaron la ciudad de Mendoza, aunque sus primeros pobladores prefirieron vivir en Santiago de Chile. Así, la nueva ciudad constituyó una típica sociedad periférica es decir con poca población, una economía de subsistencia con escasos saldos exportables, encomiendas sin residencia y poco flujo de recursos materiales y humanos (GASCÓN, 1998, pp. 196-197).

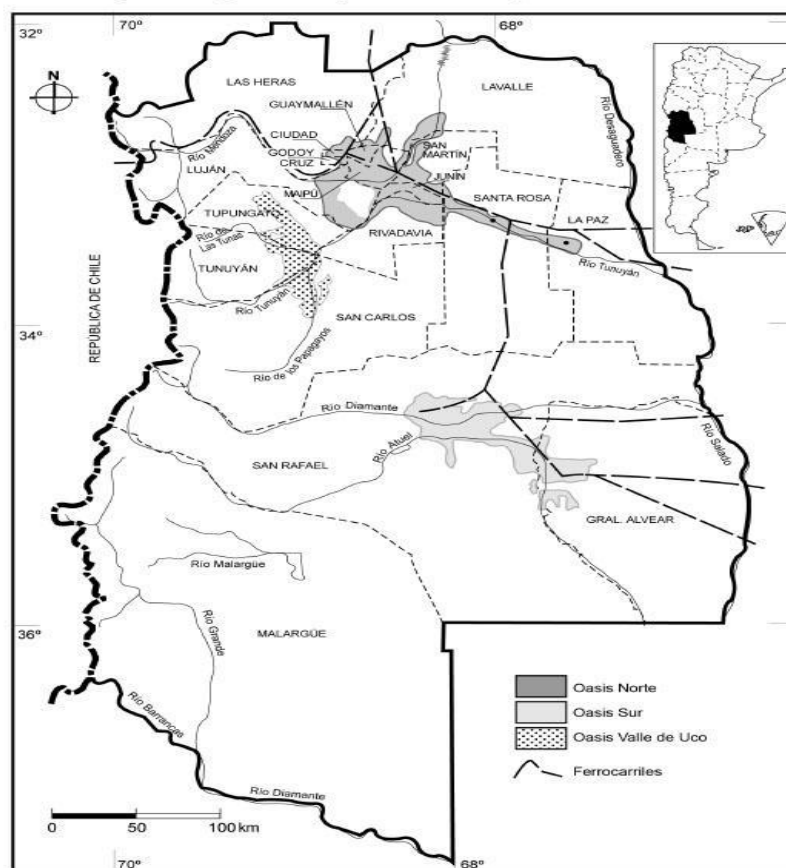
Sin embargo, por razones geopolíticas y por la presencia de aborígenes aguerridos al sur de la actual provincia, Mendoza se transformó en una frontera, entendiéndose por tal un territorio que separa dos sociedades que son étnica o culturalmente diferentes, entre las cuales hay contactos, intercambios, comercio, mestizaje, límites acordados tácitamente, pero también control armado (ROULET, 2005, pp. 1-26). Además, se abrió un Camino Real con eje Este-Oeste que unía los océanos Pacífico y Atlántico y que era necesario proteger. A la militarización, Mendoza sumó otro rol: el de convertirse en un centro de servicios tanto para cruzar la cordillera de los Andes como para recorrer el largo camino hacia Buenos Aires (PALOMEQUE, 2006; GASCÓN, 1998; SOVARZO, 2014 y 2016).

A unos 60 km al suroeste de la ciudad de Mendoza se hallaba el llamado Valle de Uco que, regado por el río Tunuyán y otros arroyos, desde los inicios de la dominación española tuvo encomiendas y haciendas dedicadas especialmente a la cría de ganado (carta n° 1). Aquí había un paso cordillerano que comunicaba con Chile llamado de Piuquenes – Portillo (LACOSTE, 2009). En la vertiente Este de la montaña nacía un camino que seguía el curso del río Tunuyán y empalmaba en San Luis con el Camino Real y de allí a Buenos Aires (GASCÓN, 1998, pp. 193-213) (carta n° 2).

de marcha es profundamente diferente, asociando y poniendo en competencia y en contradicción, movimientos lentos de ritmo secular y movimientos acelerados que transforman paisajes y actividades en el curso de una generación o a veces de una década. En estas condiciones, el tiempo geográfico es a la vez geológico, histórico y contingente.

## Carta n° 1: Oasis de Mendoza

Figura 1  
Mapa de oasis productivos y vías férreas de la provincia de Mendoza

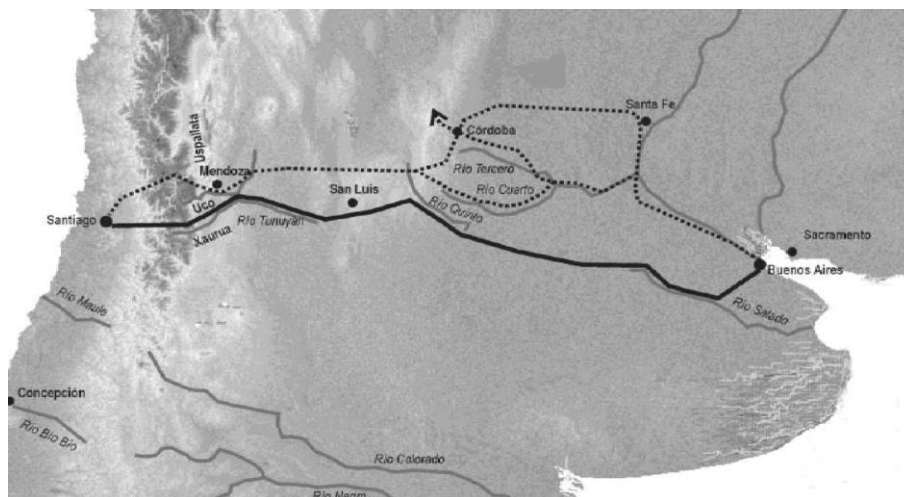


Fuente: dibujo de Daniel Dueñas (Medios Audiovisuales y Gráficos-Centro Científico Tecnológico, Magraf-CCT, Conicet Mendoza).

Fuente: RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, 2019.

El Valle de Uco fue una frontera móvil. Entre los siglos XVII y XVIII, los criollos y pueblos indígenas avanzaron y retrocedieron alternativamente. Recién en 1792, y luego de 14 expediciones, ambos firmaron una paz duradera (PALOMEQUE, 2006; CHACA, 1964), y a principios del siglo XIX, nuevos acuerdos con tribus del Sur de Mendoza trasladaron la frontera a 160 km al Sur de San Carlos.

## Carta n° 2: Camino real entre Santiago de Chile y Buenos Aires



Fuente: GASCÓN, 2016.

Este nuevo escenario permitió la expansión de alfalfares para alimentar el ganado para el consumo interno y para comerciar con Chile (MARTÍNEZ, 1961). Si bien la ganadería fue una actividad permanente a nivel provincial tuvo sus altibajos por la crisis económica derivada de las sucesivas guerras de la primera mitad del siglo XIX. A partir de 1850 comenzó una etapa de crecimiento económico caracterizado por la venta de ganado a Chile y la producción de trigo y harina que se comercializaba con el centro del país. Así, el Valle de Uco vivió un momento de auge. Rodolfo Richard-Jorba (2003), quien ha reconstruido y analizado este proceso, señala la existencia de grandes haciendas-estancias que se complejizaron organizacional y productivamente, aunque con la principal función de exportar ganado y producir y vender trigo y harina.

### **De la integración ganadera a la marginalidad vitivinícola (y sus ciclos)**

El modelo ganadero entró en crisis a partir de mediados de la década de 1870 y la elite local impulsó la vitivinicultura, una actividad que tenía tradición colonial. A partir de la década de 1880, Mendoza comenzó a elaborar vino de escasa calidad en forma industrial para el mercado nacional, incorporándose al modelo agroexportador a través de la demanda de bienes de capital del exterior y la recepción de inmigrantes para mano de obra y de técnicos especializados en el renovado sector. El cambio de la economía provincial fue contundente y, hacia 1914, la vitivinicultura se había convertido en hegemónica no solo por los capitales invertidos sino, además, porque era la principal aportante al fisco provincial (RICHARD-JORBA, 1998). El Valle de Uco quedó fuera de modelo convirtiéndose en un territorio marginal de la economía provincial. Lo calificamos de marginal entendiendo por tal un territorio con

indicadores negativos ambientales, económicos, demográficos, sociales y de servicios (LEIMGRUBER, citado por CEPPARO, p. 2); y en efecto, el Valle de Uco no tenía las características ambientales propicias para la vitivinicultura: su altura, la amplitud térmica y las frecuentes nevadas eran contraproducentes para la viticultura; no poseía una red de riego, esencial en una economía de oasis, y tenía un relativo aislamiento respecto de los centros de comunicación, otra variable estratégica para conectar la producción con el consumo. Por esto, a fines de los años veinte, el área cultivada con viñas, el volumen de vino elaborado y el número de bodegueros tenía un peso ínfimo en el total provincial (cuadro n° 1). Por el contrario, tanto el oasis Norte como el Sur poseían una red de riego que se fue expandiendo, y centros de servicios (Mendoza y San Rafael) y de comunicación por la existencia del ferrocarril (RICHARD-JORBA, 1992, p. 132).

**Cuadro n° 1: Superficie con viñedo y producción de vino del Valle de Uco. Mendoza, 1899-1929**

Valle de Uco	Hectáreas con viñedos	% Total provincial	Hectolitros de vino	% Total provincial	N° de elaboradores de vino/total provincial
1899	237	1,1			
1909	386	1,0	3.926,0	0,14	8/1189
1914	2663	3,8	24.545,4	0,50	35/1398
1924	2544	3,3	80.618,0	2,20	29/1220
1929	3636	4,0	223.538,0	3,50	31/1180

Fuentes: GALANTI, 1900, p. 60; REPÚBLICA ARGENTINA, 1916, t. V, pp. 207- 215. DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA PROVINCIA DE MENDOZA, 1916, p. 209. DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA PROVINCIA DE MENDOZA, 1926, pp. 407, 414 y 416. DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA PROVINCIA DE MENDOZA, 1931, pp. 173, 181 y 186.

La crisis vitivinícola de los años treinta fue un marco poco propicio para la expansión de este sector en el Valle de Uco, región que adoptó un perfil productivo propio gracias al impulso de la fruticultura (RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, 2016a y 2016b, 2019), a lo que se agregó a fines de los años treinta la extracción de petróleo en Tupungato que, sumado a otros pozos, convirtieron a Mendoza en la segunda productora de hidrocarburos del país (TIMMERMANN, 2020, pp. 283-307).

A partir de comienzos de los años cuarenta se expandió el consumo de vino gracias al mejoramiento de la situación económica, tendencia que se profundizó con la política distribucionista del peronismo. En 1944 se levantó una prohibición de plantar viñedos y estos

comenzaron a extenderse especialmente de variedades de alta productividad<sup>52</sup>. A esto se sumó desde los años sesenta una política crediticia que impulsó grandes inversiones durante todo el periodo<sup>53</sup>. Se construyeron bodegas con instalaciones y equipamientos con tecnología de punta diseñados para elaborar grandes volúmenes de vino común y plantas de fraccionamiento en Buenos Aires y en otras ciudades argentinas. De esta segunda modernización, no fue ajena el Valle de Uco que aumentó su participación en la superficie provincial con viñedos (cuadro n° 2), aunque continuaba como un territorio marginal del sector, con un perfil agro-productivo diversificado: frutales, cultivos anuales -tomate, cebolla y ajo-, forestales (GUDIÑO, 1987), y una ganadería residual.

**Cuadro n° 2: Superficie con viñedos en el Valle de Uco (Mendoza), 1942-1990**

Año	Hectáreas con viñedo	% Total provincial
1942	4.643	5,5
1959	9.700	6,0
1968	17.030	8.1
1979	18.414	7.9
1990	8.112	5.5

Fuentes: MINISTERIO DE ECONOMÍA, Obras Públicas y Riego, 1943, pp. 28-61. GOBIERNO DE MENDOZA. IJET, 1959, p. 133. GOBIERNO DE MENDOZA, 1970, t. V.

El crecimiento del consumo de vino continuó hasta alcanzar un récord de 91,7 litros por persona por año en 1970 (OBSERVATORIO VITIVINÍCOLA ARGENTINO, p. 47) pero en adelante, la tendencia se revirtió. En este cambio operaron factores como las variaciones de las estructuras de consumo y de la alimentación debido al gusto creciente por las bebidas gaseosas y la cerveza, a lo que se agregó las dificultades de la industria para adaptarse a los cambios. En efecto, por la inercia de la etapa de auge continuó aumentando la superficie con viñedo hasta 1978 en que alcanzó 252.928 ha en toda la Argentina. Recién a partir del año siguiente comenzó una reducción de la superficie con viñedos hasta llegar a 141.081 ha en 2000 (OBSERVATORIO VITIVINÍCOLA ARGENTINO, pp. 1-3).

<sup>52</sup> En 1930, Mendoza tenía 91.180 ha con viñedos que bajó, por acción estatal y abandono de los productores, durante la crisis de esa década, a 83.560 en 1938. Esta tendencia se revirtió en la siguiente década. En 1947, la superficie con viñedos se había elevado a 108.380 ha; a 151.300 ha en 1955 y a 209.490 ha en 1968 momento en que se llegaba al máximo del consumo *per cápita* (GOBIERNO DE MENDOZA, 1970, tomo V).

<sup>53</sup> Entre otras, se destacan las leyes 18.833/66, 18.905/70, 20.954/74 y la 22.211/80 que establecieron diferentes incentivos a la inversión y producción e integración vertical.

Los estudios de mercado mostraban la decadencia del consumo de vinos comunes y el aumento de los vinos finos. El nuevo ciclo era adecuado para bodegas y superficies de viñedos pequeñas, con menos estructura de costos, con uvas de alta calidad enológica para elaborar vinos *premium*. No había buenas perspectivas para las grandes bodegas y plantas de fraccionamiento con altos costos de mantenimiento y producción tal como se habían expandido en el ciclo anterior.

Las respuestas a esta encrucijada fueron varias. Del lado de los actores económicos, muchos productores comenzaron a levantar sus viñedos -en especial en las zonas marginales, plantados durante el auge del periodo anterior-; algunos bodegueros vendieron sus empresas y otros cerraron sus establecimientos industriales. Por supuesto, que el Valle de Uco sintió el efecto de la crisis y la superficie con viñedos se redujo en casi un 56% en once años (cuadro n° 2). El Estado, por su parte, y al igual que en otras oportunidades, intervino para moderar el ciclo pero también impulsó su reconversión receptando las señales y demanda del mercado mundial de vinos<sup>54</sup>.

### **De la marginalidad a la centralidad: nuevo impulso a la expansión de la vitivinicultura en el Valle de Uco a fines del siglo XX**

Sumado a la crisis de la vitivinicultura y a las diferentes respuestas de los actores públicos y privados, en las últimas décadas del siglo XX, se desarrolló el proceso de globalización caracterizado por un crecimiento del comercio internacional y del mercado de capitales, una creciente concentración del poder económico y una desregulación económica por parte del Estado que afectó a todas las economías y sociedades del mundo, con características y consecuencias muy desiguales según las áreas, las producciones y los actores involucrados.

Argentina se incorporó a dicho proceso a partir de 1989 con la llegada a la presidencia de Carlos Menem. Respecto de la vitivinicultura, en 1991, un decreto del PEN denominado “Desregulación económica” (n° 2.284), en su art. 46 estableció: déjese sin efecto todas las regulaciones a la vitivinicultura, producción yerbatera, producción azucarera e industrias derivadas. Se desmontó así un corpus legal de por lo menos 9 leyes desde la ley general de Vinos de 1959, normas generales de producción y comercio y de multas y sanciones ante infracciones; incluso la ley que prohibía la plantación de nuevos viñedos de variedades comunes hasta 1993, el bloqueo de existencias vínicas, los controles de la oferta y la diversificación del

<sup>54</sup> Las leyes nacionales 22.667 (1982), 23.149 (1984) y 23.550 (1988) fueron las últimas leyes intervencionistas del Estado que combinaron medidas tradicionales, como los cupos a la vinificación y la prohibición de plantar viñedos con otras de adaptación a las señales del mercado como la diversificación del uso de la uva, la exportación con el mejoramiento y diversificación vertical.

uso de la uva. En concreto, esta norma liberó al sector vitivinícola en todas sus etapas. Como consecuencia, la crisis continuó y se profundizó durante los años noventa al mismo tiempo que se disolvían las principales características que habían identificado la vitivinicultura desde su nacimiento: la producción de vinos comunes para el mercado interno y la intervención del Estado. Pero, al mismo tiempo continuó la reconversión del sector animada, ahora, por los actores económicos más poderosos y sobre todo por las inversiones extranjeras directas (IED), que es el tema que nos ocupa. Estas últimas adquirieron empresas de capitales locales y nacionales, con influencia en la transformación de parte de la industria vitivinícola mendocina como así también en otros sectores productivos (FURLANI DE CIVIT Y GUTIÉRREZ DE MANCHÓN, 1996; WALTERS, 1997; AZPIAZU Y BASUALDO, 2002; RADONICH Y STEIMBREGER, 2007; BARSKY Y FERNÁNDEZ, 2008). La lógica empresarial de estas inversiones respondió a intereses extranacionales y el centro de toma de decisiones se localizó en otras geografías; de esta manera Mendoza se convirtió en un nodo más de la red mundial del vino (HINNEWINKEL Y VELASCO-GRACIET, 2005; TULET Y BUSTOS, 2005).

Esta nueva reconversión vitivinícola estuvo guiada por una demanda de vinos calificada, el conocimiento científico sobre las posibilidades de producción y elaboración de las uvas y sus vinos, la actitud de los empresarios y los nuevos modos de integración, las por entonces recientes formas de comercialización y la creciente importancia del mercado exterior mediante la mayor inserción de los empresarios locales en los circuitos internacionales. En parte esto fue posibilitado por la modernización y/o incorporación de cambios en los procesos tecno-productivos de esta agroindustria.

Si bien en el 2001 se hizo manifiesta la activación del sector impulsada por la demanda externa, los cambios habían comenzado en la década anterior. En el caso del Valle de Uco, en 1990 su superficie con viñedos había caído a 8.000 hectáreas, pero esta aumentó de manera contundente a partir de 1997 y en el 2001 había alcanzado 13.000 ha (cuadros 2 y 3, gráfico 1). Este crecimiento continuó convirtiendo al Valle de Uco como la zona de expansión más significativa de la vitivinicultura mendocina, tanto en términos cuantitativos como cualitativos (CANTARELLI, 2010) (cuadro n° 3).

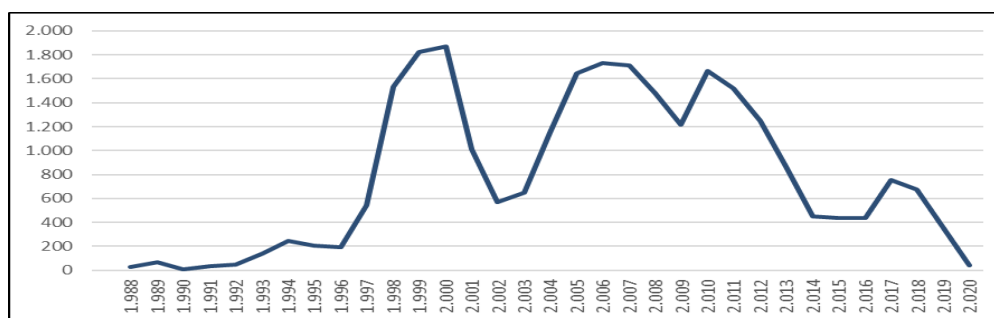
**Cuadro N° 3: Superficie plantada con vid en departamentos del Valle de Uco, 2001-2020**

Departamentos	Superficie en ha					
	2001		2010		2020	
San Carlos	3.774	28,98%	7.536	31,21%	8.860	30,70%
Tunuyán	3.869	29,71%	7.907	32,75%	9.801	33,96%

Tupungato	5.381	41,31%	8.703	36,04%	10.199	35,34%
Valle de Uco	13.024	9,23%	24.146	15,05%	28.860	19,08%
Mendoza	141.081	100%	160.453	100%	151.233	100%

Fuentes: INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA, VI Censo Vitícola Nacional. Mendoza, 2001. INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA Y OBSERVATORIO VITIVINÍCOLA ARGENTINO, datos en línea.

**Gráfico n° 1: Superficie de nuevos viñedos (ha) según año de plantación. Valle de Uco, 1988-2020**



**Nota:** Desde 1996 en adelante las caídas en la curva coinciden con crisis económicas en Argentina, también vinculadas al contexto internacional. La salida de la crisis de 2001, en relación a la vitivinicultura, se vincula al crecimiento de las exportaciones de vino en cantidad y, fundamentalmente en valor. Pero esto es así solamente para un segmento reducido de los productores: los exportadores. Comparar con la información del cuadro n° 5.

**Fuente:** INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA y OBSERVATORIO VITIVINÍCOLA ARGENTINO, datos en línea.

La apertura de la economía y la desregulación de la actividad se conjugaron en procesos de inversión de capitales (cuadros n° 4 y 5), en su mayor parte extranjeros, y en la incorporación de cambios técnicos en los viñedos (recambio varietal, malla antigranizo, riego por goteo) y en las bodegas (vasijas de acero inoxidable y roble, mostoseparadores, prensas neumáticas) en el Valle de Uco (AZPIAZU y BASUALDO, 2002; RICHARD-JORBA, 2008; entrevista).

**Cuadro n° 4: Inversiones realizadas en la industria vitivinícola argentina durante la década de 1990**

Período	Inversiones realizadas (millones de dólares)
1990-1996	398,1
1997-1999	125,2
Total	523,3

Fuente: AZPIAZU y BASUALDO, 2002, p. 6.



Durante las últimas tres décadas, como complemento de estas transformaciones productivas y territoriales, se realizaron inversiones asociadas a actividades denominadas de alta gama, para consumidores con alto poder adquisitivo, que incrementaron aún más la rentabilidad de los complejos vitivinícolas de este segmento. Así se vincularon vitivinicultura, turismo, gastronomía y emprendimientos inmobiliarios de lujo<sup>55</sup>. De esta manera se combinaron las favorables condiciones agroecológicas, los imponentes paisajes de montaña, las bodegas con arquitectura de autor<sup>56</sup> y los recursos humanos especializados, todos ellos impulsados por las inversiones de capital y con miras al mercado internacional de alto poder adquisitivo, ya sea para la compra de vinos o de los servicios turísticos y gastronómicos (cuadro n° 5). Los propietarios y/o administradores de estos enclaves de paisajes mercancía (TORRES et al., 2018) esgrimen criterios de autenticidad, originalidad, unicidad y cualidades especiales e irreproducibles, vinculados al *terroir*<sup>57</sup>, al momento de ofrecer sus productos y/o servicios, marcas de distinción con capacidad para obtener rentas de monopolio (HARVEY, 2013).

### **Conclusión: Valle de Uco del siglo XVI al XXI**

La evolución de esta peculiar región menor traduce fenómenos geográficamente más amplios. Prácticamente desde el siglo XVI hasta fines del siglo XIX fue un territorio marginal respecto de las principales actividades económicas provinciales y con muy escasa inversión estatal en servicios básicos para su crecimiento poblacional y económico. Fue la periferia de la dominación inca y comienzos de la española; a partir de la segunda década del siglo XVII los cambios geopolíticos, que hicieron necesario proteger el comercio entre los océanos Atlántico y Pacífico con la permanente presión de los pueblos indígenas, convirtieron esta porción provincial en una frontera étnica. También fue un camino secundario para el comercio con Chile especialmente para el contrabando de ganado. Ya en el siglo XIX se expandió la ganadería en el Valle de Uco, aunque en competencia con el sur provincial –donde la cadena montañosa es

<sup>55</sup> Ejemplos de emprendimientos productivo-turístico-inmobiliarios son Entrevides, Tupungato Valley, Atamisque o The vines of Mendoza. Información disponible en: Entrevides Barrio privado: <https://entrevides.com/>, Tupungato Valley Vida entre viñas: <https://tupungatovalley.com/>, Tierras Atamisque: <https://www.tierrasatamisque.com/> y The vines of Mendoza: [http://www.vinesofmendoza.com/private\\_vineyard/es/](http://www.vinesofmendoza.com/private_vineyard/es/)

<sup>56</sup> Algunos de los arquitectos que han diseñado y construido bodegas y otros espacios vinculados en el Valle de Uco son: Eliana Bórmida y Mario Yanzón, Gabriel Japaz, Fernando Raganato, Maximiliano Matheu y Roberto Busnelli.

<sup>57</sup> Término en francés que, traducido, significa terruño. Hace referencia a las características del suelo (edafología) donde se cultivan las viñas, de igual manera a aspectos tales como la topografía y el relieve, el clima, tanto general de la región como particular de cada parcela de viñedo, y también la forma de cultivo y labores culturales que se realizan, que responden en gran medida a la tradición cultural pero asimismo a la tecnología utilizada.

de menor altitud-, y con el tradicional paso de Uspallata del norte provincial. Esta situación secundaria en la economía provincial se hizo más profunda y marginal a partir de la instalación de la vitivinicultura en Mendoza a fines del siglo XIX. Esto debido a su relativo aislamiento y a las condiciones geográfico-ambientales que no hacían atractiva esta región para la inversión vitivinícola sobre todo por la posibilidad de hacerlo en otros oasis mejores conectados con el mercado consumidor. Consecuentemente, el Valle de Uco recibió escasa atención estatal en cuanto a los servicios, factores básicos para el desarrollo económico. No obstante, a partir de los años treinta actores económicos privados invirtieron en otras actividades agroproductivas como los frutales, hortalizas y forestales.

La vitivinicultura del Valle de Uco está subordinada a las exigencias de los intereses del capital en un contexto de sostenida disminución del consumo de vinos, tendencia que no se ha podido revertir, y de competencia de los productos del resto de las zonas y países productores. La agroindustria vitivinícola y los servicios asociados, que ocupan un lugar central en las dinámicas económico-productivas y como receptor de inversiones de capital desde fines del siglo XX, también cumple diferentes funciones dependiendo de los contextos espaciales en los que se inserta.

El análisis a distintas escalas espaciales –mundial/global, nacional, provincial, local- y temporales de los procesos de esta región muestran las diferentes características que tuvo y tiene la región del Valle de Uco.

## **Fuentes**

Cristian Moor, gerente de enología y viticultura de Bodega Corazón del Sol; copropietario de Moor-Barrio Wines y conductor del programa de radio Matices del Vino.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA PROVINCIA DE MENDOZA (1916). *Anuario correspondiente al año 1914*, Mendoza, Best.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA PROVINCIA DE MENDOZA (1926). *Anuario correspondiente al año 1924*, Buenos Aires, Peuser.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA DE LA PROVINCIA DE MENDOZA (1931). *Síntesis de los Anuarios correspondientes a los años 1927, 1928 y 1929*. Mendoza, Flores & Chesak.

GALANTI, Arminio (1900), *La Industria Viti-nícolica Argentina*, T.I, Buenos Aires, Talleres Ostwald & Cía.

GOBIERNO DE MENDOZA. Instituto de Investigaciones Económicas y Tecnológicas (1959). *Anuario. Síntesis Estadística y Geográfico-Económica*. Mendoza

GOBIERNO DE MENDOZA (1970). *Series Estadísticas 1970*. Tomo V Sector Agricultura, Mendoza.

INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA (1991). *V Censo Vitícola Nacional*. Mendoza.

INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA (2001). *VI Censo Vitícola Nacional*. Mendoza.

INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA Y OBSERVATORIO VITIVINÍCOLA ARGENTINO, datos en línea. Disponibles en: <https://observatoriova.com/estadisticas/>

MINISTERIO DE ECONOMÍA, OBRAS PÚBLICAS Y RIEGO (1943). *Censo General de Población y riqueza de Mendoza. Cultivos Permanentes, 1942*. Mendoza. Imprenta Oficial.

REPÚBLICA ARGENTINA (1916). *Tercer Censo nacional*, levantado el 1 de junio de 1914, Buenos Aires, Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía, tomo V.

## Referências

AZPIAZU, D. y BASUALDO, E. (2002). Las modificaciones técnicas y de propiedad en el complejo vitivinícola argentino durante los años noventa. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, (17), pp. 5-36.

BARSKY, O. y FERNÁNDEZ, L. (2008). Cambio técnico y transformaciones sociales en el agro extrapampeano. Buenos Aires, Teseo.

CANTARELLI, A. P. (2010). Transformaciones de la viticultura del sur de Mendoza en la década de 1990. *Geográfica Digital* (electrónica), (13).

CEPPARO, M.E. (s/f). Los espacios marginales y escasamente poblados. Artículo. Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo. Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de Geografía. Dirección URL del informe: /1178. Fecha de consulta del artículo: 07/10/21.

CHACA, D. (1964). *Síntesis histórica del departamento mendocino de San Carlos*. Buenos Aires, Editorial El Progreso.

FURLANI DE CIVIT, M. E. y GUTIERREZ DE MANCHON, M. J. (Coord.) (1996). Mendoza: una geografía en transformación. Primera Parte. Mendoza, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo.

GASCÓN, M. (1998) La articulación de Buenos Aires a la frontera sur del Imperio Español, 1640-1740. *Anuario IEHS* (13), pp. 193-213.

GASCÓN, M. (2016). Configuraciones de un espacio imperial: Cuyo y Mendoza desde finales del periodo incaico a finales del siglo XVII. *Boletín Histórico de la Sociedad de Historia y Geografía de Chile*, (XVIII), pp. 77-87

GEORGE, P. (1969). Sociología y Geografía. Barcelona, Península.

GUDIÑO DE MUÑOZ, M. E. (1987). Incipiente modelo de diversificación agrícola en el Valle de Uco. *Boletín de Estudios Geográficos*, 84, pp. 139-183.

HARVEY, D. (2013). Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad de la revolución urbana. Madrid, Akal.

HINNEWINKEL, J.C. y VELASCO-GRACIET, H. (2005). Les vins de l'hémisphère Sud et la mondialisation de la planète vitivinicole. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, (231-232), pp. 267-280.

LACOSTE, P. (2009). Transporte terrestre en el Cono Sur (1550-1850): Arrieros y troperos. *Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos*, IX (2), pp. 141-168.

MARTÍNEZ, P. S. (1961). Historia económica de Mendoza durante el Virreinato (1776-1810). Madrid, Universidad Nacional de Cuyo-Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo.

PALOMEQUE, S. (2006). Circuitos mercantiles de San Juan, Mendoza y San Luis. Relaciones con el "interior argentino", Chile y el Pacífico Sur (1800-1810). *Anuario IEHS*, (21), pp. 255-286.

- PIATELLI, A. (1996). Historia del Transporte. En *Historia de San Carlos*. Colección del Diario Uno. Mendoza, pp. 196-198.
- RADONICH, M. M. y STEIMBREGER, N. G. (comp.) (2007). Reestructuraciones sociales en cadenas agroalimentarias. Buenos Aires, La Colmena.
- RICHARD-JORBA, R. (1992). Conformación espacial de la viticultura en la provincia de Mendoza y estructura de las explotaciones, 1881-1900. *Revista de Estudios Regionales* (10), Mendoza, pp. 131-172.
- RICHARD-JORBA, R. (1998). *Poder, Economía y Espacio en Mendoza. 1850-1900. Del comercio ganadero a la agroindustria vitivinícola*. Mendoza. Facultad de Filosofía y Letras-Universidad Nacional de Cuyo.
- RICHARD-JORBA, R. (2003). Transformaciones en la región centro-oeste de la Argentina. De un espacio económico binacional a la formación de la economía regional vitivinícola y la integración al mercado nacional: Mendoza y San Juan, 1870-1914. *Andes* (14), pp. 2-23.
- RICHARD-JORBA, R. (2008). Crisis y transformaciones recientes en la región vitivinícola argentina. Mendoza y San Juan, 1970-2005. *Estudios Sociales*, 16 (31), pp. 83-123.
- RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, F. (2016a). Ensayar, proponer y hacer: discusiones y aportes técnicos para la diversificación productiva en Mendoza (1907-1928). *Avances del Cesor*, XIII, pp. 20-42.
- RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, F. (2016b). Escenarios productivos diversos en Mendoza: en la búsqueda de una fruticultura comercial (1900-1930). *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, 16, pp. 1-23.
- RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, F. (2019). Estado y empresarios atraviesan coyunturas de crisis: condiciones y posibilidades para la diversificación productiva en Mendoza (1901-1939). *Apuntes. Revista de Ciencias Sociales*, 46 (85).
- ROULET, F. (2005). Fronteras de papel El periplo semántico de una palabra en la documentación relativa a la frontera sur rioplatense de los siglos XVIII y XIX. *Revista Tefros* 4 (2), pp. 1-26
- SANTOS, M. (1978). *Por una geografía nueva*. Madrid, Espasa-Calpe.
- SOVARZO, J. (2014). La garganta del comercio interoceánico. Río de la Plata, Mendoza y Santiago de Chile y sus relaciones comerciales a fines del siglo XVIII. *XXIV Jornadas de Historia Económica*, Rosario, 1-3 de octubre. Recuperado de <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/xxiv-jornadas-de-historia-conomica/ponencias/Sovarzo.pdf/view>
- SOVARZO, J. (2016). La región Río de la Plata y sus relaciones comerciales con Mendoza y los mercados del Pacífico Sur Americano 1779-1783. *Revista Dos Puntas* (14), pp. 217-255.
- TIMMERMANN, E. (2020). ¿Allá era todo viña? La gestión estatal de hidrocarburos en Mendoza (1930-1943). P. BARRIO y F. RODRÍGUEZ VÁZQUEZ (Coords.). *Políticas, industrias y servicios en Mendoza (1918-1943)*. Teseopress, pp. 283-307.
- TORRES, L. et al. (2018). Turismo de lujo y extractivismo: la ruralidad como presa del capital. Reflexiones a propósito del Valle de Uco (Argentina). *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* (585).

## A POLFEST COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS (I)MIGRANTES POLONESES NA REGIÃO DAS MISSÕES - RS

Andressa Domanski, Universidade de Passo Fundo (UPF), Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), [andressadomanski@yahoo.com.br](mailto:andressadomanski@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema a história da Polfest, Festa Típica Polonesa, realizada no município de Guarani das Missões, região noroeste do RS. O objetivo é desenvolver parte da investigação que compõe os estudos da pesquisa de Doutorado em História, cuja proposta de desenvolvimento de tese é entender sobre a representação, a identidade e o patrimônio cultural dos (i)migrantes poloneses na região das Missões/RS. O município de Guarani das Missões, é conhecido por ter uma comunidade numerosa de descendentes poloneses e por isso mantém manifestações culturais predominantemente dessa etnia. Essa festa, ocorre desde o ano de 1996, organizada pela municipalidade e a comunidade local e pretende exaltar as características culturais da imigração polonesa, assim como as possibilidades de empreendimento para município e região. A metodologia aplicada nessa etapa de estudo será com base em estudos bibliográficos em livros, artigos e demais materiais disponibilizados pela Biblioteca Municipal do município supracitado. A base teórica foi desenvolvida com leituras sobre a Memória (CANDAUI, 2011), (NORA, 1993), Patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006), (CHUVA, 2012). Os resultados do trabalho apresentam-se na forma de contribuição em termos de conhecimento sobre a cultura da etnia polonesa na cidade de Guarani das Missões, o que é parte fundamental da tese de doutoramento.

**Palavras-chave:** Memória; Patrimônio Cultural; Guarani das Missões; Polfest.

### Introdução

A partir dos estudos do doutoramento em História da Universidade de Passo Fundo (UPF/RS) e proposta de pesquisa para o referido curso, as leituras sobre a Memória e o Patrimônio Cultural mostram-se com fundamentais para a compreensão da constituição de grupos sociais e na formação cultural das comunidades. Entender como se materializam as representações e identificações culturais, assim como, as relações de poder, é importante para o desenvolvimento de pesquisas no campo da cultura e patrimônio.

O presente artigo, tem como objetivo abordar um breve histórico da Polfest – Festa Típica Polonesa – realizada no município de Guarani das Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma festa realizada pela municipalidade e com participação densa da comunidade local, que tem o intuito de destacar as raízes culturais e sua descendência polonesa.

Para contextualizar essa festa, é preciso conhecer um pouco sobre o município. Guarani das Missões, desde sua formação como uma colônia pertencente ao município de São Luiz Gonzaga, recebeu imigrantes suecos, russos, austríacos, alemães, italianos, poloneses, entre outros (MARMILICZ, 1996, 1998). No entanto, com o passar das décadas, os descendentes poloneses passaram a corresponder pelo maior número, evidenciando, assim, suas origens culturais, tradições e religiosidade.

A denominação do município faz referências aos grupos nativos que viveram e ainda vivem na região. A localidade emancipou-se em 1959 e, desde então, desenvolveu-se influenciada por muitos aspectos da cultura polonesa, a partir de manifestações culturais com a fundação de associações, promoção de festas e exaltação da religiosidade, muito significativas e células identificadoras de Guarani das Missões na região (MARMILICZ, 1996, 1998).

Nesses estudos, distintas abordagens foram contempladas a partir de leituras de artigos relacionados aos temas. Muitos autores contribuem para os diálogos sobre temas relativos à pesquisa histórica e, também, subsídios para servir como base teórica e metodológica para a produção da escrita de uma tese. Entre os conceitos que serão compreendidos nesse trabalho, destacam-se a Memória e o Patrimônio. Ambos os temas servirão como suporte teórico e metodológico para as pesquisas que estão sendo desenvolvidas sobre a história e o patrimônio cultural do município de Guarani das Missões.

Na sequência, este texto traz aspectos teóricos sobre a perspectiva desejada para a produção da pesquisa, algumas leituras relacionadas sobre a memória e o patrimônio, suas interpretações e histórico e, também, as primeiras noções sobre a Polfest, objeto de destaque nesse trabalho.

## **A memória**

Para alavancar os estudos sobre a história, a memória, o patrimônio cultural e temas que permeiam uma comunidade de descendentes de (i)migrantes, é preciso compreender algumas questões sobre a memória e como ela ocorre entre os sujeitos.

Como indivíduos, sabemos da finitude da nossa memória, seja ela enquanto vivos, em função de lembrar – a profundidade da nossa memória possibilita lembrar duas ou três gerações; seja após a morte: entendemos que a nossa memória entrará para o esquecimento algum dia (CANDAU, 2011). Comunidades, grupos, grandes ou pequenos, recorrem à memória e a maneiras de fixá-la para poder ter a continuidade ao que consideram importante e necessário ser lembrado e, por isso, lugares e objetos desempenham uma tarefa de importância nesse processo.

Candau nos apresenta muitos exemplos de memórias e uma delas diz respeito às memórias familiares e motivos de sua relevância para não nos desfazermos delas. Em seus estudos sobre o tema, o autor destaca:

(...) mesmo no caso de conflitos que podem ir até a ruptura definitiva, a memória e a identidade pessoal devem sempre compor com a memória

familiar, que é uma memória forte, exercendo seu poder para além de laços aparentemente distendidos. Solidariedades invisíveis e imaginação vincula sempre um indivíduo a seus ascendentes: a memória familiar é nossa “terra”, de acordo com os termos de um informante de Anne Muzel, é uma herança da qual não podemos nos desfazer e que a faz com que, como diz Rimbaud, percorramos lugares desconhecidos sobre os traços de nossos pais (2001, p. 141).

O exemplo usado por Candau sobre a memória familiar é apresentada como o primeiro passo, a primeira memória que deve ser mantida e repassada, que estabelece o vínculo com os seus antepassados. Ele ainda ressalta que “Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece” (2011, p. 60).

É preciso considerar a memória como formadora de identidade: a memória coletiva é uma maneira de eleger um determinado enunciado, um símbolo, um acontecimento ou outros aspectos, para serem assimilados pelos membros de um grupo, que tem uma memória supostamente comum entre estes. Podemos observar a valorização do patrimônio em objetos de reprodução como jornais e livros, através da evocação da memória coletiva (CANDAU, 2011, p. 22).

Indivíduos se enxergaram como pertencentes a um determinado grupo, estabeleceram representações de símbolos, histórias, políticas e outros aspectos. Estes objetos eleitos como patrimônio necessitam de sua conservação para a manutenção da identidade de um grupo. O autor menciona Benedict Anderson, exemplificando que esta seria a forma com que esses indivíduos se percebem e se imaginam como seres pertencentes a um determinado grupo social.

Candau aborda sobre a memória geracional, a que abarca os nossos antepassados e noção de continuidade em que ela coloca:

[...] é também uma memória de fundação que tem seu lugar no jogo identitário. Ela é por vezes horizontal e vertical e apresenta duas formas, uma antiga e uma moderna. A forma antiga, é uma memória genealógica que se estende para além da família. Ela é uma consciência de sermos continuadores de nossos predecessores. Essa consciência do peso de gerações anteriores é manifestada em expressões de forte carga identitária, como “as gerações anteriores trabalharam por nós” ou “nossos antepassados lutaram por nós” etc (2011, p. 142)

Com as discussões acerca de alguns conceitos de memória, é importante entender que para haver a memória, a lembrança, é preciso que haja seleções e que existam esquecimentos. Visto isso, é necessário salientar que o que realmente efetiva a memória é o campo afetivo, selecionado pelo sujeito ou pela coletividade.

Estudos sobre memória, história e mais desdobramentos referentes a esses temas, são objeto de estudo de Pierre Nora (1993). Em suas reflexões sobre a memória e a história, o autor diz que são dois temas distintos, não são sinônimos e abordam temas específicos. Segundo Nora:

A memória é viva, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sobre a problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (1993, p. 9)

A memória na compreensão de Nora é “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter a necessidade de nos lembrar” (1993, p.14). Ela é natural, orgânica e pode até ser um elo entre gerações. Já a história é um discurso que opera na desnaturalização, tem objetivo de controlar ou ressignificar a memória, é universal e ela começa quando a memória termina. Para ele, tudo o que consideramos memória já não é mais, e sim é a história.

O autor também trata sobre os lugares de memória. Para Nora (1993) lugares de memória são rastros de memória, o que se materializou, não está somente na experiência, pois ela se materializou em instituições para salvaguardar o que deve ser lembrado e buscar vencer o problema do esquecimento.

O conceito de lugar de memória foi inicialmente tratado para justificar o uso da memória, como uma forma de referência para algo. Os lugares de memória, materiais, simbólicos e funcionais, ocupam espaço e cumprem um objetivo pedagógico, de lembrar, instruir. O autor conceitua para poder explicar o que é o lugar de memória, o não esquecimento, em uma sociedade sem ritos é necessário fazer uso de mitos. Quando não há mais memória, os lugares de memória passam a ser responsáveis pela guarda dos últimos vestígios da mesma, como é o caso de museus, monumentos, cemitérios e outros.

Nora ainda trata sobre a clareza da história:

Os dois grandes problemas da inteligibilidade da história, ao menos a partir dos Tempos modernos, progresso e decadência, ambos exprimiam esse culto da continuidade, a certeza de saber a quem e ao que devíamos o que somos. Donde a imposição da ideia das “origens”, forma já profana da narrativa



mitológica, mas que contribua para dar a uma sociedade em via de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado (1993, p.19).

O autor ocupa-se sobre as relações com o passado a partir da história e enfatiza que estas são diferentes das relações com a memória. Para Nora (1993), na história existe o desejo pela continuidade e para que isso ocorra, é preciso existir o antes e o depois.

### **O patrimônio cultural**

Entender o significado do que é o patrimônio cultural hoje, é compreender que há uma variedade de interesses, relações de poder, instituições, individualidades e coletividades a sua cerca, assim como, uma trajetória muito longa, desde noções vindas da antiguidade até a contemporaneidade. Quando pensamos em patrimônio, a ideia nos remete a bens de valor passados de uma geração a outra, como heranças deixadas por pessoas da família. Há também, outros patrimônios, aqueles que são preenchidos de valor sentimental, como objetos de estima individual (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.9).

Funari e Pelegrini explicam a origem da palavra, “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família” (2006, p.11). Com o passar dos séculos, a saída da antiguidade, a passagem pelo medievo e logo depois, no renascimento, a interpretação do que é patrimônio, passou por transformações e chega a ideia de antiquários e coleções (2006, p.13). Com o surgimento dos Estados Nacionais desencadeou uma grande mudança no conceito de patrimônio, pois entenderam que a noção de unidade, de pertencimento se dava ao compartilhar “uma língua e uma cultura, uma origem e um território” (2006, p. 16).

Sobre a importância da formação dos estados nação para o conceito de patrimônio, Funari e Pelegrini destacam:

Talvez a Itália seja um caso mais claro devido à unificação tardia, mas o exemplo marca bem a importância da invenção de uma cultura nacional que não podia prescindir de suas bases materiais, de seu patrimônio nacional. Assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território. (2006, p. 17)

Com o avançar das décadas, legislações passaram a proteger os patrimônios com importância para nações e culturas. Em um primeiro momento, era entendido como algo de natureza material, algo concreto, como edificações, monumentos e objetos. Em segunda instância, entendia-se sobre o belo e o excepcional. E em último passo, criam-se legislações, instituições e burocracias para salvaguardar esses patrimônios (FUNARI; PELEGRINI, 2006,

p. 20). No século XX, principalmente no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundial, patrimônios nacionais são usados como construtores de uma identidade exaltada como o fascismo buscou na Roma antiga, o nazismo entre os germanos, entre outros (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 21).

O percurso traçado pelo patrimônio cultural no último século, nos níveis internacional e nacional, foi um processo longo de discussões e amadurecimento de ideias, projetos colocados em prática para se chegar às organizações, legislações e instituições que hoje os salvaguardam. Os estudos sobre o patrimônio no Brasil têm como prática passar pelos primórdios sobre a definição do que é patrimônio e o que foi necessário preservar. O texto de Chuva (2012, p. 147) apresenta uma proposta de viagem para a compreensão sobre a preservação patrimonial, em que as divisões entre material e imaterial são questões alvo dessa discussão, devido a sua singularidade e trajetória histórica até a sua constituição e noção de patrimônio cultural.

Com o intuito de compreender a trajetória que o patrimônio trilhou, Chuva (2012) menciona que foi na década de 1980 que a história da preservação foi divulgada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória), obra em que apresentou as ações de preservação iniciadas ainda no século XVIII, com a preocupação em preservar edificações legadas pelo período Holandês no Nordeste (p.148). A autora ainda destaca que o Sphan (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) foi idealizado por Mário de Andrade na década de 1930, quando deu seus primeiros passos, a pedido de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde na Era Vargas.

Por muito tempo e em lugares diferentes, o entendimento do que é patrimônio cultural esteve em dúvida e em questão por não existir uma definição. Ora um patrimônio era cultural, ora era alinhada uma nova definição. Na reflexão de Chuva (2012), novos valores relacionados a cultura surgiram dos anos de 1970 em diante. Noções identitárias relacionadas a religiosidade, etnia, gênero e outras influências culturais passaram a ser reconhecidas como características de uma determinada localidade ou nação. Segundo a autora:

É nessa conjuntura que ocorre a ampliação da noção do patrimônio cultural, em que novos objetos, bens e práticas passam a ser incluídos ou a concorrer para se tornarem patrimônio cultural. De um modo geral, tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação (CHUVA, p. 157, 2012).

Para entender o que Chuva (2012) quer exemplificar com a ampliação das noções sobre o que é o patrimônio cultural, com o passar dos tempos e reflexões, está vinculado diretamente

a configuração ou reconfiguração de identidades regionais e fundamentalmente nas identidades nacionais. A maior parcela dos patrimônios foi relacionada à história dos lugares, identificados como monumentos ou edificações importantes para a história local e motivos de orgulho nacional.

## **A POLFEST**

A POLFEST, Festa típica polonesa, foi criada com o objetivo de “resgatar o histórico desta festa” (CHAVES, 2004) e das contribuições dos imigrantes poloneses no cenário Regional. Essa festa foi criada em 1996 e os festejos ocorrem sempre no final do mês de maio, entre os dias que marcam a data do aniversário da Municipalidade que é em vinte e sete de maio, marco da emancipação de Guarani das Missões. Da primeira edição até os dias atuais, foram quinze edições da festa, sendo a última comemorada em 2018 e devido à Pandemia da Covid-19, a edição que deveria ocorrer em 2020 foi adiada.

Durante os três ou quatro dias em que é realizada a festa, são programadas apresentações folclóricas, demonstração e comercialização de artesanato e gastronomia típica, comércio, shows, e ainda a exaltação da religiosidade e alguns costumes particulares dos descendentes de imigrantes poloneses da localidade. O projeto foi pensado em 1995 pelo “Prefeito em exercício, o Secretário da Educação e o Padre da Paróquia” (KRAVCZYK, 2013) e desde o primeiro diálogo, o objetivo era ressaltar e valorizar o que Guarani das Missões tem de História e cultura para mostrar.

Conforme Kravczyk, em entrevista realizada com o Secretário de Educação da gestão municipal em que foi idealizada a POLFEST:

[...] ficou claro que a necessidade de expor as origens étnicas polonesas urgia de tal forma, que a festividade tornou-se necessária, pois seria a melhor forma de unir a comunidade em prol da etnia originária, exercendo então a “polonidade”. A simbologia e códigos da cultura polonesa tradicional, preservados através das práticas culturais e da memória social, auxiliaram na construção e realização da *POLFEST*. Então, através dessa festividade, esse grupo étnico está mantendo e preservando a cultura social e popular de seus antepassados, forma importante de manutenção da sociedade guaraniense (2013, p.30).

Também, é necessário considerar entre os objetivos da realização da festa, a importância e potencial econômico para o município. Para Chaves, a realização desse evento mostra “a característica empreendedora do povo guaraniense” (2004, p.7) e possibilita a inserção de Guarani das Missões no contexto Estadual, Nacional e Internacional.

Com relação à divulgação da festa, a gestão municipal, assim como a comunidade, envolvem-se nesse processo. Com meses de antecedência, é designada a comissão organizadora, a programação, a identidade visual para materiais de divulgação, assim como, uma característica bastante presente em feiras do sul do país, a escolha das soberanas que irão representar, auxiliar na divulgação e recepção durante a realização do evento. Conforme as pesquisas de Kravczyk, realizada sobre a 11ª edição da festa

A comunicação é uma importante ferramenta de difusão da informação e da propaganda, pode se dar por vários meios, por exemplo: jornais, revistas, folders e cartazes. Na propaganda divulgadora da 11ª POLFEST, foram utilizados como difusores de propaganda para a comunidade os meios acima citados. Os conteúdos publicitários sobre a festividade, tanto no jornal 'O Comunicador'12 quanto na 'Revista Comunicação 10'13, ambos com circulação na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, deram destaque de 1ª página a abertura da festividade [...] (2013, p. 3).

Entre as características presentes nos materiais publicitários, desde a primeira edição até a mais recente, a Águia Branca aparece como uma insígnia que remete aos símbolos da Polônia e, da mesma forma, o uso das cores vermelha e branca, também características do referido país. Sobre a Águia, Chaves diz ser importante para a Polônia e, portanto, para os descendentes de imigrantes por ser um “pássaro levanta voos altos e serve de estímulo para a vida” (2004, p.19). Ainda com relação a alguns materiais publicitários, ainda há a presença de frases muito simbólicas para a comunidade local, como a “As portas da Polônia se abrem para você” (KRAVCZYK, 2013, p. 31), além de fotos de festas passadas, indumentárias, culinária, entre outros.

O local usado para a realização da festa é o Parque de eventos Vicente Binkowski, situado dentro da área urbana do município. Nesse parque, há as instalações das duas associações culturais: a Braspol e da Casa Polonesa da Associação Águia Branca. Há também, pavilhões onde ocorrem exposições e bailes, palcos para apresentações e outros espaços abertos usados durante as festividades, tudo “ornado nas cores oficiais da Polônia (vermelho e branco)” (KRAVCZYK, 2013, p. 38) com o objetivo de bem receber o visitante.

A festa, desde sua primeira edição até as mais atuais, teve tanta aceitação e envolvimento dos munícipes, que é possível observar nas ruas e casas, decorações que fazem menção à Polfest e as características da cultura dos imigrantes poloneses. Kravczyk destaca como uma importante ação o desfile cultural que percorre as principais ruas da cidade realizado na edição de do ano de 2012 com carros ornamentados, crianças e adultos com trajes típicos, convidando e incentivando o envolvimento da comunidade local com a festividade (2012, p. 41).

Outra marca da festa, é a exaltação da religiosidade católica muito forte entre a comunidade. Momentos destinados a orações são destacadas em um palco no primeiro dia da festa, onde o pároco do município profere bênçãos sobre os que desejam e circulam no parque. Há também a celebração de uma missa em língua polonesa no Santuário de Nossa Senhora de Czestochowa, reunindo a comunidade local, devotos e turistas (KRAVCZYK, 2013, p. 38)

Diante do panorama apresentado sobre a Polfest, a festa polonesa, realizada no município de Guarani das Missões, fica evidente a grande devoção religiosa e também, o orgulho, respeito e desejo de propagar a cultura que essa comunidade de descendentes de poloneses herdou dos seus antepassados. Assim como outras festas realizadas por membros de diferentes etnias, em todo o Estado, a Polfest cumpre o papel de divulgar e exaltar a cultura dos descendentes de poloneses, que vivem nesta região do país, contribuindo para a manutenção da memória desta comunidade.

### **Considerações finais**

O texto apresentou algumas reflexões importantes e necessárias para a produção do estudo que se desenvolve sobre a história e o patrimônio de Guarani das Missões. O objetivo foi ampliar horizontes sobre a memória, o patrimônio cultural seus significados para os estudos na área, bem como, lançar conhecimentos sobre a Polfest, festa tão importante para a comunidade guaraniense.

No primeiro momento, foram abordadas noções sobre a memória e seus desenlaces a partir de Candau (2011) e Nora (1993). Ambas as leituras servem como arcabouço teórico para os estudos referentes às manifestações culturais no município supracitado. Já os conhecimentos sobre o patrimônio cultural apresentados com Funari e Pelegrini (2006) e Chuva (2012) possibilitam entender sobre os trilhos em que o conceito do patrimônio passou desde a antiguidade até os dias atuais. Ambos os conceitos servem e servirão para embasamento teórico para a produção da pesquisa da tese já mencionada. Por último, não menos importante, os conhecimentos referentes à Polfest, festa típica polonesa nessa comunidade de descendentes de (i)migrantes localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Com essa pesquisa, foi possível compreender um pouco de como a comunidade mencionada atua e valoriza suas raízes culturais através da participação e envolvimento na festa realizada há mais de duas décadas. Foi possível também, elencar temas importantes como a memória e o patrimônio que serão utilizadas nas pesquisas que seguirão e principalmente, a necessidade de buscar mais contribuições teóricas para essa discussão.

E por fim, compreendemos que o resultado desse estudo bibliográfico e as reflexões propiciadas por ele, são ferramentas primordiais para entender sobre os objetos de estudos selecionados, bem como, necessários para a produção da escrita da tese.

## **Referências**

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *Antropología de la Memoria*. Nueva Vision, Buenos Aires: 2002

CHAVES, Dalva. *Resgate Histórico da Polfest*. Guarani das Missões: 2004

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, História e Patrimônio*, nº. 34, p. 147-165, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

KRAVCZYK, Mariane Virginia. *A POLFEST: a construção da identidade cultural polonesa em Guarani das Missões – RS*. Monografia (Bacharel em Museologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 64. 2013

MARMILICZ, Paulo Tomaz. *A antiga colônia Polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais*. Ijuí: Policronia Gráfica e Editora: 1996

\_\_\_\_\_. *Linha Bom Jardim: cem anos de colonização 1898 - 1998*. Ijuí: Policronia Gráfica e Editora: 1998

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLANCZYK, Antonio José. *O Imigrante Polonês e a Colônia Guarani*. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2010.

## “VIRGENS DO BECO É SHOW”: PERFORMANCES DE UMA QUADRILHA HUMORÍSTICA EM SANTARÉM, PA

Andreza Cristina Moraes Viana (Mestranda no PPGSA/UFGA), amoraesviana@gmail.com

Luciana Gonçalves de Carvalho (PPGSA/UFGA), luciana.gdcarvalho@gmail.com

**Resumo:** Este artigo é resultado de uma monografia da graduação que objetiva compreender as expressões e os sentidos cômicos nas performances de quadrilhas juninas categorizadas como “humorística”, em Santarém, Pará. Como unidades empíricas de análise, foram delimitadas as apresentações realizadas pela chamada As Virgens do Beco, as quais se destaca pela combinação de dança, teatro e humor que, em parte, se assemelha às quadrilhas convencionais, mas também se distingue ao direcionar parte de sua apresentação ao objetivo de provocar o riso no público. O foco do trabalho recai nos aspectos cômicos das performances, além de traçar um paralelo acerca da noção de sociabilidade entre público e plateia. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa se alinha aos estudos de antropologia da performance na medida em que assume as apresentações da quadrilha como conjuntos de situações ritualizadas e dá ênfase às interações face a face nas apresentações observadas de acordo com princípios básicos da etnografia. Além de contar com a documentação visual produzida nas apresentações utilizadas como recurso importante nesta investigação. Com intuito de entender as dinâmicas sociais estabelecidas em contextos juninos e interpretar os conteúdos risíveis captados a partir da sua atuação, foi percebido durante as observações em campo que apesar da execução dos ensaios serem previamente gravadas, em sua maioria o momento das apresentações decorre de um improviso com a finalidade de causar o riso.

**Palavras-chave:** Quadrilhas humorísticas; Performance; Santarém/PA.

### Introdução

O período junino na cidade de Santarém/ PA anualmente é marcado por festas que ganham as ruas e praças da cidade. Entre as principais atrações dos festejos estão as apresentações competitivas realizadas pelas quadrilhas. Dentro dessa modalidade de dança junina, que é amplamente disseminada nas diferentes regiões do Brasil, uma categoria se destaca: a quadrilha humorística. Chama-se de humorística a um tipo de quadrilha que mescla dança, teatro e humor, e que, em parte, se assemelha às quadrilhas convencionais, mas delas também se distingue ao direcionar parte de sua apresentação ao objetivo de provocar o riso no público.

Uma das quadrilhas humorísticas mais conhecidas na região é a chamada “As Virgens do Beco”. O grupo foi criado no ano de 2015 e é composto sobretudo, por pessoas LGBTQIA+, o que reforça a necessidade de atenção a questões relativas à sexualidade e ao gênero nessa quadrilha humorística que propõe a visibilidade homossexual e travesti em esferas públicas, em um contexto em que a diversidade tem sido pauta política. Suas apresentações estão entre as mais aguardadas nas competições juninas e suas preparações começam regularmente tão logo termine o feriado de carnaval. Desse modo, durante três meses “As Virgens do Beco” se preparam para levar ao público o melhor espetáculo junino.

]A apresentação da quadrilha divide-se em duas partes, assim definidas para fins analíticos, embora, na prática, não haja fronteira clara entre elas. O primeiro momento abre o espetáculo com musicalidade e coreografia, este repertório junino dura cerca de seis minutos, dando destaque à elegância da dança e à mistura de cores presente na indumentária e nos adereços dos componentes, cuja caracterização parece ter fortes influências das quadrilhas nordestinas<sup>58</sup>. Já o momento cômico se constitui como uma série de esquetes em que os componentes, normalmente com movimentos exagerados, teatralizam cenas sobre determinados temas considerados risíveis.

Durante o espetáculo humorístico alguns personagens são recorrentes, brinca-se com a “loira burra”, “o (a) corno (a)”, “o pobre”, “o homem que sai do armário”, “musas de clubes de futebol” “musas de academia de Santarém”, “batalhas de funk”, “bichas que sensualizam homens da plateia”. Porém, cada performance é, em alguma medida, improvisada, graças à interação entre público e personagens, característica dos espetáculos de rua (CARVALHO, 1997). Apesar das falas dos esquetes serem pré-gravadas, em cada atuação o personagem tem liberdade de improvisar sobre o roteiro, de acordo com a boa recepção ou reação do público.

A categoria humorística de quadrilha reúne uma série de elementos risíveis que remetem a tradições cômicas de maior amplitude, conectando-se a expressões universais do riso popular, que privilegiam como objetos o corpo – e em especial, o baixo corporal –, o grotesco e o avesso da cultura “oficial” (BAKHTIN, 2013).

Neste contexto, as quadrilhas humorísticas suscitam indagações acerca do riso e do risível, que se apresentam como motivações desta pesquisa: Afinal, de que se ri? Entre várias faces do cômico nas manifestações culturais populares, nota-se que a temática da sexualidade se destaca nos esquetes desse tipo de dança junina. Aliás, é ela também que se manifesta no próprio nome do grupo cujas apresentações são tomadas como objeto empírico deste estudo: As Virgens do Beco.

Este trabalho é um breve apanhado da monografia do curso de antropologia que se alinhou aos estudos de performance no momento em que buscou compreender as dinâmicas

<sup>58</sup> Readaptando os elementos de quadrilhas juninas tradicionais ou matuta, as grandes festas do Nordeste no período junino inserem em seus espetáculos o aparato estético. A música, a coreografia e os trajes demonstram o contemporâneo em detrimento daquilo que representava a tradição das festas juninas interioranas: o camponês. Portanto o estético-coreográfico é o que provoca a espetacularização dessa manifestação. O autor Menezes Neto (2008) descreve acerca dessas mudanças ao longo dos anos no campo das quadrilhas juninas, referindo-se ao processo que as chamadas estilizadas/contemporâneas tomaram lugar e apontando como essas próprias mudanças fazem parte da tradição.



sociais existentes nos festejos juninos, podendo ser entendidos como ensejo de aproximação entre atores e espectadores em situações ritualizadas que desencadeia diversos elementos performáticos, permitindo analisar as relações construídas dos sujeitos em âmbito social.

O trabalho de campo foi realizado antes e durante o período festivo dos anos de 2018 e 2019, envolvendo a experiência de observação participante de caráter etnográfico em ensaios e apresentações. Acompanhei espetáculos de rua e praça pública, registrando em vídeo as performances do grupo, além de realizar entrevistas semiestruturadas e conversas informais com os seus membros.

Busquei interpretar os sentidos cômicos e as relações existentes no universo da quadrilha. A partir disso, recorro ao que indica o sociólogo alemão Georg Simmel quando desenvolve a noção de sociabilidade. A situação urbana vivenciada favorece o estabelecimento de sociabilidades entre os sujeitos, criando a possibilidade de comunicação durante as apresentações, que de outro modo, não seria possível desenvolver esse tipo de interação.

Minha pesquisa se insere em um crescente campo de discussão sobre sexualidade e gênero em manifestações culturais populares e pretende contribuir teoricamente pela perspectiva da performance e do riso, uma vez que propõe uma análise de cunho etnográfico acerca das relações em ocasiões de festa, circulando por questões acerca de sexualidade satirizados no humor.

O objetivo geral do estudo é compreender as expressões e os sentidos do riso nas performances de quadrilhas humorísticas que, tal como As Virgens do Beco, se destacam pela mobilização de elementos risíveis além de dança e teatro. Assim, o foco deste estudo recai em perceber como o enredo da performance da quadrilha é composto nos espetáculos de rua e praça pública, analisando os conteúdos cômicos a partir das apresentações.

Dessa maneira, busco compreender as expressões e os sentidos do riso nas performances da quadrilha humorística, bem como perceber a forma que o enredo da performance d'As Virgens do beco é composto nos espetáculos de rua e praça pública, analisando os conteúdos cômicos a partir das apresentações.

### **A marca do grotesco nos espetáculos D'AS Virgens do Beco**

A inserção nesse campo de quadrilhas juninas inicia-se no ano de 2018, quando acompanhei com curiosidade antropológica as apresentações de quadrilhas humorísticas em Santarém, em específico d'As Virgens do Beco. Em um primeiro exercício, gravei em vídeo e posteriormente descrevi textualmente as performances executadas por esse grupo nas ruas e praças públicas de Santarém. Nas cenas, verifiquei o que me chamava atenção, do ponto de

vista antropológico.

Deste modo, as características mais elementares das quadrilhas humorísticas, das quais As Virgens do Beco são um bom exemplo, constituem-nas como expressões contemporâneas de tradições cômicas populares que remontam à praça pública medieval abordada por Mikhail Bakhtin no livro intitulado *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, no qual apoio este estudo.

De acordo com Bakhtin, as festas de rua instituem ambientes de sociabilidades e interações pessoais singulares, essenciais à tradição cômica da cultura popular. Descrevendo a praça pública medieval a partir das obras de François Rabelais, o autor pontua que nas festas carnavalescas as pessoas se despiam de todas as relações hierárquicas e regras, subordinando-as a atos e ritos cômicos, de modo que o riso se fazia uma constante nesse ambiente carnalizado, invertido.

Do mesmo modo acontece nas manifestações juninas contemporâneas, como estas em que quadrilhas humorísticas se apresentam em Santarém, percebe-se uma dimensão de continuidade em relação às práticas e expressões de subversão dos poderes oficialmente instituídos, por meio de elementos paródicos e grotescos.

A apresentação a qual me refiro divide-se em dois momentos de espetáculo. A primeira é a parte coreografada/dançada com músicas juninas, nesse momento abre-se o espetáculo, com duração de 6 minutos. Sob influência do modelo de apresentação das quadrilhas estilizadas, a categoria de quadrilha humorística também adota um tema para cada apresentação, com roteiro, personagens definidos e tudo a que um espetáculo cênico tem direito. Assim como nas estilizadas, na comissão de frente os casais em destaques encarnado pelo casal de noivos, rei e rainha apresentam-se como item importante na composição da quadrilha, pois além de saber executar a coreografia e ter um figurino impecável, é necessário demonstrar simpatia e animação durante todo o espetáculo.

## Figura 1 e 2 - Apresentação da primeira parte do espetáculo



Fonte: Pedro Alcântara (2019)

O segundo momento de espetáculo, trato como humorística, na medida em que se compõem de entradas curtas em que os membros da quadrilha dramatizam cenas para fazer rir, é por meio dos esquetes que teatralizam cenas com excessos e exageros nos movimentos. Todos os anos a quadrilha, no momento cômico, tenta inovar no humor, entretanto seguem um mesmo preceito de satirizar a “loira burra”, “o (a) corno (a)”, “o pobre”, “saindo do armário”. As curtas cenas interpretadas se dispõem de gestos e atuação em grande medida improvisadas, principalmente se tratando de interação com o público. Apesar das falas serem gravadas, as ações não necessariamente seguem um roteiro, isso vai de acordo com a boa recepção ou reação do público.

No tema do sujeito que “sai do armário”, presente em vários esquetes dessa categoria humorística, geralmente se apresentam personagens masculinos com roupas chamativas para ajustar-se às expectativas geradas sobre a figura feminilizada na cena. Dessa maneira, o conjunto de atos e figurino determina tais fatores de “virar” ou “transvirar” na performance, e isto, de certa forma, envereda para o viés alegórico.

Um exemplo que se alinha ao contexto *rabelaisiano* trata-se de eleição de rainhas e reis “para rir”, no ambiente das festas juninas atuais dispomos de musas de academia ou mulheres que marcaram época “para rir”, uma vez que são personagens travestidas representando de forma grotesca a figura feminina. Seguindo Bakhtin (1993, p. 6), a margem entre a arte e a vida, na verdade, “é a própria vida apresentada com os elementos característicos da representação.”

Para demonstrar esse universo alegórico, recorro à descrição de uma dessas esquetes dos espetáculos. Numa sequência de atuação cômica, a eleição de musas de academia é um

elemento comum entre as quadrilhas humorísticas de Santarém que traduz o sentido *rabelaisiano* do qual me refiro:

#### Cena

Um aspecto comum entre as quadrilhas humorísticas é a representação de musas de clubes brasileiros de futebol. Aqui, a cena compõe-se de um apresentador que exhibe um desfile das “Musas do Brasileirão”<sup>59</sup>, ocasião em que as meninas representadas são sujeitos que cumprem papéis femininos usando, cada qual, a camisa de times como Palmeiras, Corinthians, Vasco e Flamengo. As musas entram em cena ao som do hino de seu respectivo time. Brinca-se com a posição que cada uma ocupa nas séries, além dos nomes dados a elas dentre eles: “Maria Mijona”, “Rogéria Furação”, “Vice Campeã” e a “Gostosa do Flamengo” – única representada por uma mulher cis, que, de certa maneira, arranca reações do público masculino por ser a “gostosa”. Em meio a aplausos, simula-se uma confusão em que a verdadeira musa do Flamengo aparece representada por uma “bicha” gorda, travestida de mulher, com mínimas roupas do time. Assim, a reação não poderia ser diferente: risos e gritaria. Vale destacar ainda as provocações dirigidas a grupos rivais, que esta cena estimula. Por exemplo, ao satirizar a musa do clube Vasco da Gama, há uma tentativa de criar analogia entre a posição do time, de estar em segundo lugar nos campeonatos, e a posição da quadrilha concorrente.<sup>60</sup> O personagem que simulava o apresentador dizia: “Vem aí a musa do Vasco da Gama, ela que é igual a concorrência. Não deixa de ser vice-campeão!” A provocação aberta também faz parte da disputa nesta categoria e, nesse caso, as piadas de desafio ocupam lugar preferencial. Ademais, o comportamento coletivo adotado pelo grupo é de evitar pronunciar o nome das quadrilhas humorísticas rivais.

Novos recortes, símbolos e dinâmicas estão sendo incorporados no contexto junino fazendo com que as quadrilhas acompanhem os avanços e exigências da pós-modernidade. Assim, no cenário em que as Virgens estão inseridas enquanto quadrilha lgbtqia+ trazendo em seu espetáculo informações regionais, apresenta-se à comunidade um novo modelo de se fazer São João. Faz parte do conteúdo cômico abdicar-se de determinadas estruturas e tabus, recorrendo a satirizar a mulher traída, a bicha oferecida, danças esdrúxulas<sup>61</sup>, musas “gostosas” e “aquele que sai do armário” na medida em que são mecanismos recorrentes neste momento, mesmo que a intenção seja sempre a renovação dos conteúdos.

A seguir, através do recurso de imagens procuro, de maneira breve, representar a interação que ocorre entre personagens e plateia com o objetivo de demonstrar a forma como

<sup>59</sup> Refere-se a um evento realizado pelo Globo Esporte, vinculado a transmissora Rede Globo de televisão, desde 2006, em que cada um dos vinte clubes de futebol da Série A do Campeonato Brasileiro elege uma musa (os critérios variam de cada time). Após a seleção das meninas, essas disputam o título de “Representante da Beleza Feminina nos Estádios Brasileiros”.

<sup>60</sup> O termo “concorrente” é utilizado pelos integrantes das quadrilhas para não citar o devido nome do opositor, visto que há rivalidade e provocações entre os grupos brincantes.

<sup>61</sup> O termo “esdrúxulo” contém um sentido figurado de uma característica daquilo que se encontra fora das regras comuns, causando admiração ou espanto.

esse contato face a face é estabelecido no show. Descrevo os conteúdos risíveis utilizados sob uma ótica alegórica e grotesca. Brinca-se com o baixo corporal, a metaforização nos sentidos de músicas populares, com movimentos esdrúxulos e comportamento que cause a reação do riso o público.

**Figura 3 - Traz-se nessa cena da “bicha oferecida”. No momento em que ela entra na quadra, busca-se imediatamente alguém da plateia para lhe fazer parna dramatização**



Fonte: Pedro Alcântara (2019)

**Figura 4: “Duas bichas sensualizam com homens da plateia”, sugerindo que eles são bancados pelas bichas. Subir na mesa, beijar, sentar no colo são recursos utilizados pelos personagens**



Fonte: Pedro Alcântara (2019)

**Figura 5: Passos de dança esdrúxulos e feições expressivas marcam um estado que dentro do show é permitido**



Fonte: Pedro Alcântara (2019)

Este momento de humor encerra-se dezesseis minutos após o início da apresentação. Ao seu término, o grupo responsável pela dança retorna ao centro do espaço cênico para finalizar a coreografia e agradecer ao público pela atenção e participação.

Associo o momento de término de apresentação e, conseqüentemente, saída do grupo da quadra junina com o desfile de escolas de samba, em que saem rapidamente da quadra retirando todos os itens utilizados durante o espetáculo. A autora Cavalcanti (2000) descrevendo acerca da disputa dos Bois de Parintins assimila também tal evento ao desfile das escolas de samba cariocas, bem como percebo o campo das quadrilhas dentro das competições. Dessa forma, conforme a autora:

“São ambas festas espetaculares e massivas, organizadas em torno da disputa num campeonato anual. São, contudo, muito distintas em sua estrutura e em seu sentido simbólico (...) O desfile é um cortejo: uma escola de samba ‘passa’ em fluxo linear e contínuo diante do espectador, que participa livremente brincando ou apreciando. É um campeonato aberto, como convém a um grande centro urbano: há diferentes *rankings*, entre os quais ocorrem anualmente subidas e descidas.” (p. 1037).

Eventos do período junino que ocorrem em ruas e praças públicas, querendo ou não, remetem a uma natureza carnavalesca, no que se refere a assumir um embaraço na estrutura. Afinal, é dentro dos espetáculos que hierarquias, regras e tabus se dissolvem e quem está na plateia participa do momento festivo sem se importar com as relações pré determinadas no âmbito social.

Enfatizando a natureza complexa do riso carnavalesco, Bakhtin (1993, p. 10) sugere que o riso é sobretudo festivo:

“Não é, portanto, uma relação individual diante de um ou outro fato “cômico” isolado. O riso carnavalesco é em primeiro lugar patrimônio do povo (esse caráter popular, como dissemos, é inerente à própria natureza do carnaval); todos riem, o riso é “geral”; em segundo lugar, é universal, atinge a todas as coisas e pessoas (inclusive as que participam no carnaval), o mundo inteiro parece cômico e é percebido e considerado no seu aspecto jocoso, no seu alegre relativismo; por último, esse riso é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente.”

Dessa maneira, percebo que o panorama que Bakhtin propicia acerca do riso e do cômico a partir da obra rabelaisiana em muitos aspectos ampara este estudo, no sentido de exprimir tal realidade representada de forma grotesca que desvia daquilo que já é condicionante dentro das normas comuns. Durante os esquetes de humor geralmente ápice do riso se dá quando há interação entre atores e plateia.

Colocar corpos em evidência através de situações ridículas ou vexatórias com intenção de causar o riso ou a zombaria por parte dos demais resulta na interpretação dos aspectos humanos que podem ser percebidos como essenciais para a produção da comicidade. Pois, “o exagero, o hiperbolismo, a profusão, o excesso são os sinais característicos mais marcantes do estilo grotesco” (BAKHTIN, 1993, p. 265).

Diante do exposto, friso que a interação dos membros da quadrilha com o público, na parte humorística, é primordial. Por isso, eles procuram criar uma relação amistosa com pessoas da plateia, no momento do show, e, em geral, são bem recebidos. As piadas e interações íntimas são um meio de envolver o público de modo que o desejo de provocar risos seja alcançado. Atitudes como abraçar, dançar, beijar, sentar-se no colo, enfatizar as partes íntimas corporais, são recursos importantes nesse sentido, e são articuladas como se fizessem parte do enredo.

### **Face a face: estabelecendo a sociabilidade**

Erving Goffman (1996) propõe a abordagem interacionista para interpretar a vida social a partir da interação em que o sujeito, através da performance, transmite informações. Assim como Schechner (2012)<sup>62</sup>, o autor se baseia em elementos teatrais para argumentar os modos que o indivíduo assume nas interações face a face. Para Goffman (1996, p. 17):

“Esta forma de controle sobre o papel do indivíduo restabelece a simetria do processo de comunicação e monta o palco para um tipo de jogo de informação, um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas, (...) os outros podem perceber que o indivíduo está manipulando o aspecto supostamente espontâneo de seu comportamento e procurar no próprio ato da manipulação alguma variação da conduta que o indivíduo não tenha conseguido controlar.”

O conceito de sociabilidade apresentado por Georg Simmel (1983) fornece elementos para refletir acerca do estabelecimento de uma rede de comunicação. É válido frisar que o autor entende a sociabilidade como uma forma lúdica de sociação<sup>63</sup> produzida por sujeitos que constituem toda uma dinâmica durante o espetáculo cênico. Assim, a sociabilidade aqui cria um mundo sociológico ideal, em que o contato do ator/dançarino está intimamente ligado a resposta (interação) dos outros. A relação entre ator e espectador, portanto, é fundamental para se compreender os comportamentos forjados nas ocasiões de interação.

<sup>62</sup> Para Richard Schechner (2012) as performances consistem de comportamentos duplamente exercidos, codificados e transmissíveis. Esse comportamento exercido, a qual me refiro, é gerado através da interação entre o jogo e o ritual. Assim, uma definição de performance pode ser: comportamento ritualizado condicionado/permeado pelo jogo (p. 49).

<sup>63</sup> A sociação é constituída pelos impulsos, motivos e interesses dos indivíduos. Além das formas que esses conteúdos assumem (SIMMEL, 1983).



Simmel é considerado junto com Max Weber um dos fundadores da sociologia alemã. Influenciado pela corrente teórica que considera a ação social como constituinte da sociedade, tem como ferramenta o método compreensivo que consiste em entender o sentido por trás das ações do indivíduo e o que motiva agir de determinada forma.

Assim, compreende-se que a interação é um processo social básico, ou seja, a sociedade é constituída pelas diversas maneiras de interação. O processo de interação pode se configurar como uma noção de “sociedade”, pois segundo Simmel, não existe sociedade em si, mas o resultado da pluralidade e variedade das formas da interação “onde quer que vários indivíduos entram em interação” (SIMMEL, 1983, p.59). Assim, o autor pretende dizer que a “Sociedade” nada mais é que uma denominação para indicar vários indivíduos ligados pela interação.

Como descrito acima, a sociação é formada pelos interesses dos indivíduos e pela forma que o conteúdo assume. Entretanto, no sentido weberiano, formas e conteúdo são inseparáveis. As formas funcionam aqui como “tipos ideais”. Simmel seguindo a mesma lógica, apresenta a sociabilidade como “exemplo de sociologia pura ou formal”, “estar juntos”, faz parte da forma da interação, o que não isenta de ganhar autonomia. Como forma pura, a sociabilidade não tem conteúdo e por isso é a forma lúdica da sociação, justamente porque depende inteiramente das personalidades entre dos indivíduos (SIMMEL, 1983, p.169).

Tanto o sociólogo Georg Simmel quanto o antropólogo Erving Goffman estão preocupados em analisar a relação entre sociedade e indivíduo. Simmel diz que a matéria da sociação é a própria relação constituída na ação recíproca. Igualmente, Goffman coloca norma e reprodução como mundos que reproduzem a vida cotidiana. A consequência disso é justamente a sociabilidade e interação do momento entre os sujeitos.

A partir de referências como estas pude analisar a atuação do sujeito diante de interações sociais influenciadas pelos comportamentos adotados. É através do contato face a face que se cria relações intimistas, num caráter brincante, é no momento em que os personagens entram em cena e iniciam as buscas do sujeito alvo da brincadeira que acontece a interação necessária para a execução do esquete. Contudo, a boa receptividade que está contida nos olhares e expressões do sujeito que está na plateia. A relação entre ator e espectador, portanto, é fundamental para se compreender os comportamentos forjados nas ocasiões de interação

### **Na esfera da performance**

A vertente da antropologia da performance manifesta-se no campo teórico da pesquisa no momento em que analiso as relações entre atores e plateia durante os espetáculos, apoiando o estudo a partir do encontro entre Victor Turner, com seu aporte sobre teatro, e Richard

Schechner, acerca do drama e o ritual. Conforme Rose Satiko Gitirana Hikiji (2005, p. 159), ao descrever uma etnografia se tratando de performance, afirma que:

“Schechner, parceiro de Turner em trabalhos sobre a antropologia da performance, defende sua diferença com relação ao autor do conceito de drama social. Turner localizaria o drama essencial no conflito e na resolução desse. Schechner (1988) localiza-o na “transformação”: em como as pessoas usam o teatro como um meio de experimentar, atuar e sancionar mudanças. As transformações via performance se dão tanto nos performers (que reorganizam seu corpo e mente) como no público. Nesse, as mudanças podem ser temporárias (e aqui se está falando da performance como entretenimento) ou permanentes (no caso do ritual).”

De um lado, Richard Schechner vem de uma tradição do teatro, e depois envereda para a antropologia, a partir da observação do outro. De outro, Victor Turner, antropólogo, é atraído pelo drama e, quando começa a desenvolver seus trabalhos de campo, capta uma espécie de teatralidade própria do ser humano. Nesse sentido, o diálogo entre ritual e teatro, com base nesses autores, é fundamental para perceber a ação humana como performance. Pois, compreender as representações dos indivíduos em contexto que entrelaça dança e humor em festejos juninos possibilita uma análise das atuações e, dessa forma, fornece um entendimento de como são forjadas as interações.

O conceito de ritual apresentado por Turner está ligado ao conceito de performance na medida em que se aplica a eventos performáticos em espaços públicos, fornecendo elementos para refletir as ações efêmeras durante os espetáculos de rua e praças da quadrilha. Schechner (2012, p. 49) afirma que:

“Performances consistem de comportamentos duplamente exercidos, codificados e transmissíveis. Esse comportamento duplamente exercido é gerado através da interação entre o jogo e o ritual. De fato, uma definição de performance pode ser: comportamento ritualizado condicionado/permeado pelo jogo.”

Turner (1974) ao se apropriar do termo liminar, cunhado por Van Gennep (2011), para definir o conceito de *liminaridade*, compreende o momento de margem que os atores vivenciam ao se despir de papéis sociais paradigmáticos. Esse aspecto torna-se fundamental para a definição de ritual apresentada por Turner, na medida em que a representação simbólica – por meio dos movimentos, expressões, trejeitos e objetos – estabelece um momento que foge da realidade cotidiana.

Assim, a quadrilha, no cenário humorístico, desenvolve um momento liminar, colocando em jogo uma negação da própria estrutura. O ritual acontece em um momento que é limiar. Para Turner (TURNER, 1974, p.117):

“Os atributos de liminaridade, ou de *personae* (pessoas) liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificação que normalmente determina a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial.”

É justamente neste momento que tanto os indivíduos que interpretam personagens, quanto a plateia, suscitam um sentimento de igualdade, estando portanto, despidos, por alguns instantes do show, de seus paradigmas sociais. Quer dizer, no momento de apresentação, não existem as separações de poder, entre eles, que comumente são pré estabelecidas no âmbito social.

Estudos contemporâneos sobre quadrilhas juninas têm fomentado discussões acerca do protagonismo da população lgbtqi+ no período junino, problematizando as posições ocupadas por “elxs” nos festejos juninos. Rafael Noleto (2016), por exemplo, se atém à análise das festas juninas de Belém, enfocando os “dilemas” morais, sexuais e de gênero nos concursos de “Miss Caipira Gay” realizados nas periferias da capital paraense. O autor se dedica, principalmente, a problematizar as convenções de sexualidade sob um contexto ritual denominado “festa”.

Ao mesmo tempo que nos festejos juninos se cria uma divisão binária de gênero, resultando, conseqüentemente, no pressuposto de uma heterossexualidade presente na coreografia, os sujeitos ocupam certa centralidade nos eventos públicos. Nesse sentido, através da apreciação da dança e do teatro percebe-se a dinâmica que sistematiza os gêneros e exprime sexualidades, são os movimentos corporais e expressões que caracterizam a coreografia e o contexto que se deseja apresentar. Assim, os corpos dos sujeitos que vêm à frente mostrar ao espetáculo, para além do gênero, demonstram seu lugar social.

“A sexualidade é a própria substância da dança. Os em deors, as elevações e aberturas do balé – sem falar nas dobras do tutu da bailarina, que lembram vulvas – são sexuais. E o balé está longe de ser excepcional em relação a outras danças. As ligações entre o sexo, o prazer visual, o movimento do corpo e a representação artística são óbvias (SCHECHNER, 2013: 47).”

As performances de subversão de sujeitos subvertidos, no sentido do binarismo, se fazem presentes e fazem sentir nesse contexto reinventado, de modo a alterar os sentidos da tradição. Percebem-se como sujeitos capazes de estar presentes em espaços públicos nas festas juninas, estando sob olhares de um caráter daquilo que é considerado tradicional em manifestações populares. Aqui imitam-se papéis fixos, mas apenas imita-se.

## Considerações finais

A interação entre ator e plateia são características dos espetáculos de rua (CARVALHO, 1997). Os componentes do grupo não se limitam ao espaço demarcado para as apresentações e, em diversos momentos, os atores, encarnados em um personagem, saem de quadra junina para interagir com a plateia. Nessa interação, vale extrapolar os elementos cômicos que contribuem para o riso, delimitando as significações em ocasiões sociais.

Volto ao questionamento descrito na introdução, “Afinal, de que se ri?”. As motivações do riso nos esquetes cômicos circulam no modo grotesco de se utilizar da temática da sexualidade e do corpo dos atores. Ri-se de uma representação do baixo corporal em que alusões aos órgãos sexuais são frequentemente evidenciadas. Portanto, a dinâmica dada na interação de atores e plateia tende ao exagero e ao hiperbolismo.

É por meio de expressões, movimentos, roupas, comportamentos e falas que se reinventa um mundo risível, no qual sobressaem, portanto, formas subversivas de criar humor e fazer o público rir. As performances adotadas durante as apresentações oscilam do elegante, com a parte coreografada, ao esdrúxulo, quando inicia o momento cômico. Assim, produzem performances quadrilheiras que orientam a prática ritual das festas juninas e, concomitantemente, mostram-se como uma quebra no cotidiano da cidade uma vez que trazem em seus conteúdos aspectos do exagero e do alegórico que somente no show é estimado.

## Referências

- BAKHTIN, M. A *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- CARVALHO, L. G. *Os Espetáculos de Rua do Largo da Carioca*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997.
- CAVALCANTI, M. L. V. C. “O Boi-bumbá de Parintins, Amazonas. Uma breve história e etnografia da festa” in: *História, Ciências, saúde – Manguinhos*. Vol. VI (suplemento). pp.1019-1046. 2000.
- COHN, Gabriel. *Introdução*, in: *Max Weber: sociologia* (coleção grandes cientistas sociais no. 13), São Paulo: Ática, pp. 7-34, 1979.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOFFMAN, E. “Introdução”. In: *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes. Pp. 11-75. 1996.
- HIKIJ, R. S. G. *Etnografia na performance musical – identidade, alteridade e transformação*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 155-184, jul./dez. 2005.
- LIGIÉRO, Z. *Performance e Antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

NOLETO, R. S. *Brilham estrelas de São João: gênero, raça e sexualidade em performance nas festas juninas de Belém*. Tese (Doutorado em Antropologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SCHECHNER, R. "Pontos de contato" revisitados. In: Dawsey, John; Müller, Regina; Hikiji, Rose Satiko G.; Monteiro, Marianna (orgs). *Antropologia e performance: ensaios NAPEDRA*. São Paulo: Terceiro Nome: 37-65, 2012.

SIMMEL, Georg. *Georg Simmel: Sociologia*. Organizado por Evaristo Moraes Filho. São Paulo: Ática. 1983.

TURNER, V. "Liminalidade e Communitas" in. *O Processo Ritual*. Petrópolis: Vozes. Pp. 116-159, 1974.

## MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO IDOSO ENTRE OS ANOS DE 1980 ATÉ 1985

Andreza Jucelly Severina da Silva (UFRPE), Graduada em bacharelado História na UFPE e estudante de Lic. História na UFRPE.

**Resumo:** Tem-se como objetivo discutir o conceito de memória e a problemática da representação do idoso nos veículos de notícias (Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e Jornal do Comércio) no período entre 1980 e 1985. Nos anos 80, havia um debate internacional sobre a visibilidade e assistência pública para a terceira idade, todavia, cada país enfrentava situações particulares no processo de organização populacional. O debate do contexto histórico esteve presente nos jornais o tempo todo, em especial, as discussões e posicionamento da geriatria para a conscientização do envelhecimento no Brasil. Para essa pesquisa foi encontrado um acervo de 75% das pesquisas acadêmicas, gerontologias e de medicina, 15% em serviço social, 7% em educação física, 3 a 1 % em humanidades. A antropologia destaca a memória do idoso como um recurso de representabilidade de identidade, sendo também um resquício de toda a História cultural envolvida na figura de um ancião (chefe de aldeia). No entanto, na Modernidade o idoso é visto como ultrapassado ou ser decadente. Por que os velhos são vistos como seres ultrapassados no século XX? Por que os historiadores não estavam presentes no debate sobre a memória dos velhos junto com os membros da geriatria? Os anos entre 1980 e 1985 apresenta a “emergência dos sujeitos” que vivem na “dinâmica do cotidiano”.

**Palavras chave:** Idoso; SSAM; CSUs.

### Introdução

Têm-se os debates médicos e geriátricos nos jornais: Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e Jornal do Comercio. Cerca de 70% desta pesquisa esteve centrada nos periódicos da época, facilitando o trabalho de busca e diálogo com as fontes anteriormente obtidas. E os diálogos dos jornais com os textos e artigos encontrados expandiram o entendimento sobre o período de redemocratização política brasileira e o apelo do povo por mais assistência social. Além disso, muitas lacunas sobre a exclusão do idoso foram quebradas, principalmente porque faltou a presença de escritos de historiadores sobre esse tema.

Falar sobre a memória é um desafio, de modo geral, a historiografia oficial lança um debate particular entre História e memória. Por um lado, as críticas sobre a legitimidade do relato contado se contrapõe ao status de veracidade defendido pelos historiadores. Com o passar do tempo, o estudo sobre a importância da memória para a historiográfica permaneceu na gaveta, o que ficou depois conhecido como a exclusão ou morte da narrativa. Apenas com a 3ª geração da Escola dos Annales que houve o regresso do debate acerca da memória, como exemplos têm o livro de Le Goff “História e Memória” os escritos de Bergson acerca da memória-hábito e o clássico livro de Ecléa Bosi que relata a importância da memória dos velhos.

Para Jacques Le Goff a memória (lembrança) é um atributo que guarda informações pessoais, coletivas e psíquicas. Com ela o homem pode identificar vestígios do passado. No

entanto, com a falta de importância das lembranças e dos vestígios do passado de outrem, perdem-se os dados sobre a história de um bairro, o do nascimento e da vida de parentes próximos. Le Goff ressalta que o estudo da memória social é fundamental, porque aborda os problemas do tempo e da História. Destaca ainda o autor que:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, P. 422).

Em suma, esse mecanismo de manipulação torna a lembrança um ato do esquecimento. Fator que vai corroborar para a negação da velhice pelos próprios velhos, e incentivar a estética da beleza juvenil. Para a autora Ecléa Bosi (Bosi, 2004) essa opressão é criada pelo sistema capitalista e por convenções sociais. Diante disso, a autora destaca que a memória hábito é diferente da memória lembrança, pois elas agem de forma diferenciada no mundo Moderno. A memória Hábito está diretamente relacionada ao sistema neuro motor do ser humano, e só tem a finalidade de aprendizagem a partir das repetições de gestos e palavras no cotidiano. Assim, em uma sociedade que menospreza certas atividades, acaba sendo divulgada a exclusão do outro. No entanto, isso só ocorre através de ações das instituições sociais. E é com o auxílio dos hábitos que as convenções sociais são apreendidas pelos sujeitos, o que abrange os mercados capitalistas ou as regras de condutas incorporadas por uma lógica juvenil. Fugindo dessa situação, a memória lembrança traz fatos únicos, sendo representada como uma imagem do inconsciente dos indivíduos. Por isso, que as lembranças são uma marca do passado que expressa a experiência dos sujeitos. Por outro lado, as duas concepções de memória andam juntas, motivo que é justificado a partir da lógica da vivência em sociedade.

Bergson mostra que a memória hábito não está distante dos sujeitos, mas as lembranças podem ser constituídas a partir do sistema motor do corpo humano e através da influência de estímulos da natureza. Assim, quanto mais o indivíduo faz uma atividade, maior é a capacidade de memorização e aprendizagem. Exceto quando não há a repetição de atividades que se tem o processo de esquecimento ou distanciamento do cone da memória, que é retratado por Ecléa como um processo de ação, comando, e resposta do corpo em relação ao ambiente. É no ambiente natural que os indivíduos interagem e ganham experiência de vida. A personagem Risoleta faz parte desse processo de experiência coletiva, onde o individual se soma ao coletivo, formando a identidade de grupo. E são as memórias dessas pessoas que podem resgatar a imagem de um cenário passado, reconstituindo a experiência de vida dos velhos no cotidiano.

Em contrapartida, vem à tona uma questão: Por que os historiadores têm desconfiança do estudo da memória? Será que a resposta dessa questão pode justificar a falta de participação desses intelectuais no debate sobre a 3ª idade nos anos 80? Não se deve esquecer o contexto da época em que as críticas feitas à previdência social brasileira se inserem, pois em 1980 estávamos no processo de reabertura política após passar por uma ditadura civil militar. Então, para os historiadores era de suma importância se ter o regresso das discussões sobre a temática política, sem se esquecer da retomada da disciplina de História nas grades curriculares escolares. Além disso, houve no meio acadêmico o debate sobre a economia do país, mediante o crescimento da dívida externa com os EUA, a também conhecida pela sigla FMI (Fundo Monetário Internacional) que foi sendo negociada em 1984, no governo do presidente eleito Tancredo Neves. Depois, veio à tona a volta da participação dos sindicatos e da junta dos trabalhadores em frente à crítica ao Ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho. E é nesse amontoado de problemas sociais que os historiadores se debruçaram no debate cultural, na retomada da crítica aos movimentos ditatoriais e a crise econômica, deixando para os geriátricos brasileiros a oportunidade de levantarem estudos sobre a questão do idoso nos anos 80.

A visão do idoso é complexa, ao mesmo tempo em que, eles são considerados como um ser de status menor. A indústria buscava uma mão de obra forte, dispensando as pessoas consideradas como inadequadas. Por outro lado, o ancião carregava um emblema de inferioridade, quase como um ser inconsciente, pois para a visão dos jovens o idoso precisava de um tutor para poder guiá-los no dia a dia. Assim, negavam o envelhecimento pelo fato de ser uma representação de decadência, lentidão, doença, feiura e demência.

### **O problema idoso**

A economia é baseada no lucro; é este, na pátria, a que toda a civilização está subordinada: o natural humano só interessa enquanto produz. Depois, é jogado fora (BEAUVOIR, 1976, P.13)

O corpo humano é formado por órgãos e sistemas. Cada sistema está encarregado de estabelecer uma função específica e os órgãos estão encabeçados na estabilidade da vida biológica corpórea. Como exemplo, o pulmão está associado ao sistema respiratório, o coração ao sistema circular, e o cérebro ao sistema nervoso. Cada célula estabelece uma dinâmica, apontando que o ato de lembrar – rememorar não pode fugir dessa regra básica. Culturalmente, símbolos e gestos humanos estão ligados a uma teia da “dinâmica do cotidiano”, no qual um fenômeno social pode representar o imaginário de um povo.



O velho é um indivíduo que participa dos afazeres da vida urbana ou rural, todavia, ele sempre vai carregar consigo um símbolo de trabalhador ou de quem não mais trabalha. Será que essa produtividade o repele de ser muito mais que um organismo lento, mesmo sabendo que os seus cabelos brancos carregam o selo da experiência de vida? Simone de Beauvoir escreve com a pena da doçura, destacando o quanto o conceito da palavra velho é pejorativa, porém é a lembrança de sua vida que esclarece que a 3ª idade é nada mais nada menos que um rito de passagem cultural. Assim, ela inicia sua obra clássica “*A velhice*”, com uma parábola sobre um “moribundo e o príncipe Sidarta Buda”. A princípio, Buda era um jovem arrogante que saía de carruagem exibindo “saúde” depois de ter fugido do palácio de seu pai. Nesse dia, ele se deparou com uma pessoa enferma, desdentada e que se apoia sobre uma rústica bengala. O príncipe não soube definir quem poderia ser aquele sujeito, aliás, naquele momento reinou um sentimento de indiferença. No entanto, o coheiro vendo aquela situação, respondeu para Buda que aquela figura na rua se tratava de um velho. É importante esclarecer essa passagem, notadamente, esse relato não escapa da construção representativa da simbologia da velhice anos 80. No ápice do capitalismo, toda a indústria brasileira se apoiava na mão de obra jovem, porém o ancião perdia seu valor e sua figura era associada à decadência ou doença. Em alguns países o termo velho é negado, pois o ideal para as massas populares estava no status de beleza e no esplendor da juventude. No Brasil, muitos negavam suas idades, pintavam os cabelos brancos e jogavam fora as bengalas de madeira. Isso porque o termo velhice também esteve associada à discriminação, a falta de respeito e a doença. Alguns recortes do Diário de Pernambuco mostram a crítica dos médicos (Gerontologia) sobre a necessidade de uma portaria que atendesse ao idoso, uma vez que faltava espaço clínico para eles. Depois, cobrava-se ajuda financeira e uma aposentadoria justa aos trabalhadores, porque pairava sobre eles o medo de terminarem a vida dependendo da boa vontade da Santa Casa da Misericórdia. O descaso era tanto, que inclusive, os familiares podiam abandonar seus idosos, jogando eles em casa de cuidados especiais ou simplesmente abandonando nas ruas como indigentes.

O mercado de trabalho já era muito competitivo nos anos 80, e o idoso afastado das atividades cotidianas. De maneira geral, o ancião esteve associado à invalidez, um ser de status menor que necessitavam de um tutor para guiá-los. Eles eram igualados a uma criança que não tinha forças para lutar contra o discurso opressor, na medida em que, era legitimada apenas a figura do homem robusto e forte. Simone De Beauvoir destaca que, em sua época, o termo velhice era encarado de forma discriminatória. Na França o assunto era proibido, pois apenas havia pessoas menos jovens que as outras. Assim, a velhice era negada pelos 4 cantos do

mundo. Existe assim, uma visão (representação) das imagens de outro para o ancião (alteridade-visão do outro para o velho). E é essa visão que determina quem é velho ou não (Beauvoir, 1970)

Ressaltando-se que ainda tem a negação da imagem da velhice para o próprio idoso. Como se observou no relato posterior, é a indústria cultural que distanciava os idosos da vida cotidiana do trabalho. A mídia vai eternizar a beleza e o belo, tornando feio o corpo “frágil”. Os anos 80 carrega um cenário de debate acerca da aposentadoria e do trabalho. E mesmo com um estatuto do trabalhador e uma CLT, ocorriam muitos problemas, como por exemplo: abono de natal, férias e auxílio doença. Muitos trabalhadores queriam ser assistidos depois que a idade chegasse. Então, se tinha o problema do preconceito à figura do idoso, e o descaso com o trabalhador, que apesar de tudo, vivia sob a face da inflação.

Nota-se que todo esse contexto histórico é importante para se perceber o motivo que levou uma sociedade a excluir seus semelhantes. E é a partir do estudo da 3ª idade que é observado como é formado o imaginário social e a conduta de padrão de comportamento daqueles que julgam o envelhecimento como um processo de falência da beleza. Claro, a figura de outrem é construída ao longo do tempo, trazendo consigo um morfismo de significados culturalmente adaptados para cada situação. A esse propósito, o idoso vai negar sua própria identidade, acreditando que se for taxado como doente ou inválido vai acabar sendo excluído por seu semelhante. Assim, o ato de pintar os cabelos brancos pode significar o próprio apelo de esconder os sinais do envelhecimento, e incentiva o “show da beleza” continua.

Não se sabe o número exato de idosos nos abrigos, todavia os dados estatísticos da densidade demográfica apontam para o crescimento desse grupo. Já em 1980, é visto no Diário de Pernambuco algumas cobranças de grupos de Geriatria no Brasil. Em especial, acerca do pedido de que o Estado criasse um sistema de previdência social adequada e ações de políticas públicas que pudessem atender as demandas dentro e fora dos asilos.

De acordo com a tabela abaixo, disponibilizada pela TabNet data Sus, o número de pessoas com a idade entre 70 e acima de 80 é maior na zona urbana, totalizando um o percentual de 101.717 % de habitantes. E esse número varia de acordo com a queda da taxa de mortalidade e o desenvolvimento urbano de Pernambuco. Em 1982, essa porcentagem salta para 137.343%, e em 1985 fica oscilando entre a margem de 174.353 para 281,544%. Essas mudanças podem ser justificadas através do aumento de assistência básica para os velhinhos.

## Imagem 1 - População residente-Pernambuco

POPULAÇÃO RESIDENTE - PERNAMBUCO

População residente por Situação segundo Faixa Etária  
Período: 1980

Faixa Etária	Urbana	Rural	Total
TOTAL	3.784.990	2.358.513	6.143.503
Menor 1 ano	109.713	84.399	194.112
1 a 4 anos	406.682	312.542	719.224
5 a 9 anos	488.106	360.890	848.996
10 a 14 anos	476.759	329.788	806.547
15 a 19 anos	449.626	257.364	706.990
20 a 29 anos	627.701	305.130	932.831
30 a 39 anos	418.915	229.914	648.829
40 a 49 anos	317.580	182.025	499.605
50 a 59 anos	234.037	136.185	370.222
60 a 69 anos	150.579	96.933	247.512
70 a 79 anos	80.418	48.752	129.170
80 anos e mais	21.299	12.421	33.720
Idade ignorada	3.575	2.170	5.745

Fontes:  
• 1980, 1991, 2000 e 2010: IBGE - Censos Demográficos

Fonte: TabNet.Datasus 1980. Disponível em:  
<file:///C:/Users/Nando/Desktop/livros%20diversos-%20e%20sobre%20o%20idoso/Sobre%20o%20Idoso/censo%20demografico/faixa%20%20C3%A9t%20C3%A9ria%201980.html>. Acesso em: 02/12/2021.

### O ano internacional do idoso em 1892 e os desdobramentos da campanha geriátrica em Pernambuco

A ONU (Organização das Nações Unidas) em 14 de dezembro de 1978, através da resolução 33/52, convocou a Assembleia Mundial sobre o envelhecimento. Após essa data, muitos países passaram a pensar sobre o índice de crescimento populacional e a queda da taxa de mortalidade, deixando a política de assistência social em crise. Em cada país, de maneira geral, tinha seus idosos dispensados nos centros urbanos. Muitos deles acabavam ficando à mercê de cuidados especializados nos asilos. No ano de 1982 ocorreu em Viena a AME (Assembleia Mundial do Envelhecimento), o qual foi coordenado pela ONU. Depois desta data, se esperava que as nações do mundo inteiro se unissem para resolver uniformemente o problema do envelhecimento. No entanto, essa visão simplista, não notará as particularidades do idoso nos asilos ou nas ruas de Recife, pois generaliza o problema do idoso. Para Andea Lopes (Lopes,2000) “A sociedade brasileira de geriatria e gerontologia” via o tratado internacional produzido em Viena no ano de 1982 como um marco importante no estudo do envelhecimento, mas a situação do idoso é diferente nos quatro cantos do mundo e não pode ser integrada como um fator universal.

A partir da assembleia do envelhecimento que foi concebido um plano internacional sobre o envelhecimento, objetivando as seguintes metas gerais:

Fortalecer a capacidade dos países para abordar de maneira efetiva o envelhecimento de sua população e atender as preocupações e necessidades especiais das pessoas de mais idade, e fomentar uma resposta internacional adequada aos problemas do envelhecimento com medidas para o estabelecimento da nova ordem econômica internacional e o aumento das atividades internacionais de cooperação étnica, em particular entre os próprios países em desenvolvimento (ONU, 1982, P. 1).

No Brasil, a previdência social anos 80 é compreendida como fator simbólico da situação de muitos trabalhadores que depois da velhice precisaram da assistência da Santa Casa da Misericórdia, pois a aposentadoria não era formada para estabelecer uma vida digna aos aposentados. Poder-se-á afirmar que em cada Estado brasileiro era estabelecido algum tipo de sistema social de assistência aos idosos, como é o caso da SSAM em Pernambuco.

Marco Maciel, governador de Pernambuco, divulgou no dia 13 de Janeiro de 1982 a campanha SSAM (Serviço Social Agamenon Magalhães) de ajuda aos idosos asilados nos centros urbanos. O programa SSAM dialogava com os idosos localizados nos centros urbanos da região Metropolitana do Recife. Dentro das chamadas CSUs (Centros sociais urbanos) era vivenciado o cotidiano dos velhinhos, os jogos de xadrez e inúmeras produções artísticas. Os velhinhos que estavam nas CBUS eram de alguma maneira assistidos, mas ao mesmo tempo, não se pode negar que ainda havia muitas pessoas em situação de carência e desumanidade.

Nos anos 80, críticas foram feitas a respeito da integração do velho e o tratamento que muitas famílias tinham com os seus membros. Na Itália, como por exemplo, foi divulgada a longa metragem “Uma emoção a mais”, que narrava a história de um senhor de 60 anos. Nesse filme, o velho sofre exploração econômica de seus filhos, acarretando no final em uma internação do ancião a uma clínica assistencialista. Por fim, a história relatada em “uma emoção a mais” trouxe um debate social atual em 1980, porque estava rodando nos cinemas sob a iminência da Assembleia do envelhecimento em 1982. Antes do congresso internacional sobre o envelhecimento em Viena, a situação do idoso pelo mundo não era encarada como se deve pelas instituições públicas. Se houve um avanço nos estudos de assistência à 3ª idade, foi devido ao forte empenho do trabalho da geriatria que esteve presente também nos seminários sobre o idoso.

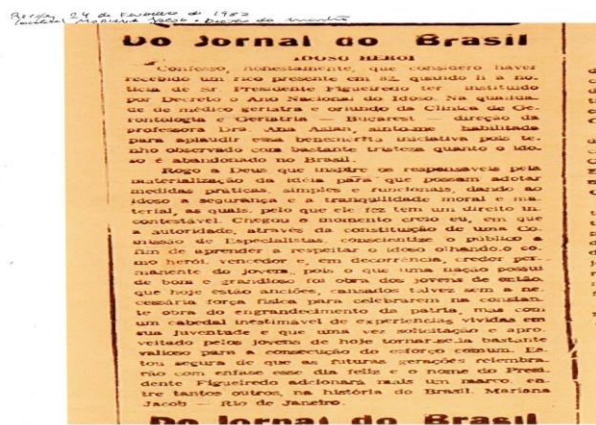
Lea Leal esteve presente no auditório de Itamarati, no encontro brasileiro de geriatria para falar da difícil situação do velho nos asilos. Além disso, ela destaca que o papel da Legião Brasileira de Assistência visa propagar a conscientização e a inclusão dos velhinhos na sociedade, todavia é importante que haja uma maior formação de estagiários e enfermeiros aptos para fazerem parte dos estudos geriátricos. Por isso, que em todo o momento, a LBA

esteve fazendo parcerias com instituições privadas e públicas, em asilos e casas de repouso no Brasil, o que estimulava a participação dos médicos no processo de movimentação através das mídias para propagar o movimento “o idoso precisa de teto, lar e amor” (Diário de Pernambuco, 1982). Era muito comum as reportagens pedindo reformas na previdência social ou portarias relatando a necessidade de se dar mais atenção ao trabalhador, que depois de um tempo, se via excluído do círculo do trabalho e do seio familiar. Os pedidos de portarias falavam dos trabalhos das instituições e buscavam que o governo criasse novas políticas de assistência social. Em tese, o pedido das portarias exigia assistência preventiva, terapêutica e promocional. A assistência promocional estaria ligada a construções de mais ambulatórios médicos ou casa de cuidado ao idoso, facilitando o trabalho médico e aproximando os idosos de seus parentes. Vale ressaltar que muitas vezes a base familiar não tinha condições de gerir com os medicamentos de seus idosos, que de modo geral, implicava na possibilidade de abandono. Nesse intuito, o presidente da SSAM desempenhou um papel importante no governo de Marco Maciel em Pernambuco. De 1980 a 1985, cresceu o número de CSUs na região metropolitana do Recife, estimulando a ação de políticas públicas governamentais junto com o auxílio de assistência à moradia e apoio ao lar do idoso.

O debate sobre aposentadoria se estendeu até 1985, onde várias confederações de apoio ao idoso foram criadas. Mesmo depois que Figueiredo decretou 1982 como o ano Nacional do idoso, muitas pessoas viram o descaso e o abandono do velho com mais ressalvas.

A doutora Ana Aslan, representante da clínica Geriátrica Bucaresti, criticou o governo. Ela apontou que deveria ser criada medidas que fornecessem segurança e propagasse a dignidade do idoso no Brasil. As críticas da doutora foram postadas no dia 24 de Fevereiro de 1982, no Jornal Diário da Manhã. Em suma, o trabalho dela estava em conscientizar o povo sobre a necessidade de ter mais cuidados com seus velhinhos, e negar a prática do abandono e exclusão deles. Optou-se por uma maneira de inseri-los socialmente e culturalmente. Logo abaixo tem o relato da doutora acerca do decreto do dia nacional do idoso em 1982.

## Imagem 2 - Do Jornal do Brasil



Fonte: Diário da Manhã, Recife, 24 de Fevereiro de 1982. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1982>. Acesso em: 02/12/2021.

Biologicamente, estima-se que a velhice está totalmente atrelada a doenças ou por “decrepitude”. O corpo do idoso fica mais lento, marcado pela experiência da vida de trabalho e pela falta de um amparo político nos órgãos de assistência social. Além disso, nos anos 80, várias críticas foram levantadas a respeito da integração do velho e o tratamento que muitas famílias davam a seus membros.

### O papel da LBA e das CSUs

As CSUs (centros sociais urbanos) fazem parte de um programa de valorização do idoso, elaborado pelo serviço social Agamenon Magalhães (SSAM). O presidente da SSAM, Murilo Guerra, lançou o slogan “O homem idoso precisa de sol, amor e teto” para implantar as CSUs em toda região metropolitana do Recife. Naquele momento, de maneira geral, era importante dar aos anciões algum tipo de assistência médica, odontológica e atividades recreativas. E essas atividades sócio-recreativas possibilitaram a reintegração do idoso na vida profissional, familiar e comunitária. No governo de Marco Maciel em Recife, o plano do serviço de assistência social esteve totalmente ligado ao programa de conscientização do público para a valorização da vida do homem velho (Diário da Manhã, 1980).

Muitos grupos de estudos foram criados sob a supervisão de médicos, cientistas sociais e psicólogos. A partir desses indivíduos que os trabalhos comunitários foram construídos, como também a formação de inúmeros congressos nacionais sobre o tema do envelhecimento no Brasil. Em meados de 1981, houve o alargamento das CSUs na região metropolitana do Recife, o que não seria 100% efetivado sem a colaboração da Legião Brasileira de Assistência.

Destaca-se que a diretoria da LBA era formada por médicos geriátricos. Lea Leal era uma médica geriátrica, presidente da LBA, que sempre anunciava seu trabalho nos jornais da

época. Além disso, os médicos conviviam diariamente com os seus pacientes, acompanhando o estado de vida e saúde de muitos idosos desassistidos pela previdência social. E vendo essa situação de abandono, os centros de estudos geriátricos de Pernambuco se mobilizaram em crítica ao modelo de vida juvenil que excluía as pessoas de idade. De maneira geral, os médicos pediam que o Estado planejasse alguma solução para a problemática do idoso no mundo onde capitalista.

No Recife, em meados dos anos 80, funcionava o Centro de Estudos Geriátricos e Gerontológicos de Pernambuco (CEGEPE). Essa entidade foi construída sem fins lucrativos, pois visava o estudo de toda problemática referida ao idoso habitante de Pernambuco. No entanto, não se deve negar que o índice populacional de idosos nos centros urbanos era superior aos 17%. Em tese, acredita que esse valor não é um somatório que abrace todos os habitantes da região agreste e interior de Pernambuco, pois esse número deve ser superior aos 17%. Ainda assim, o jornal do Amanhã relata, em dados, a quantidade de prédios dirigida pela CEGEPE na região metropolitana do Recife:

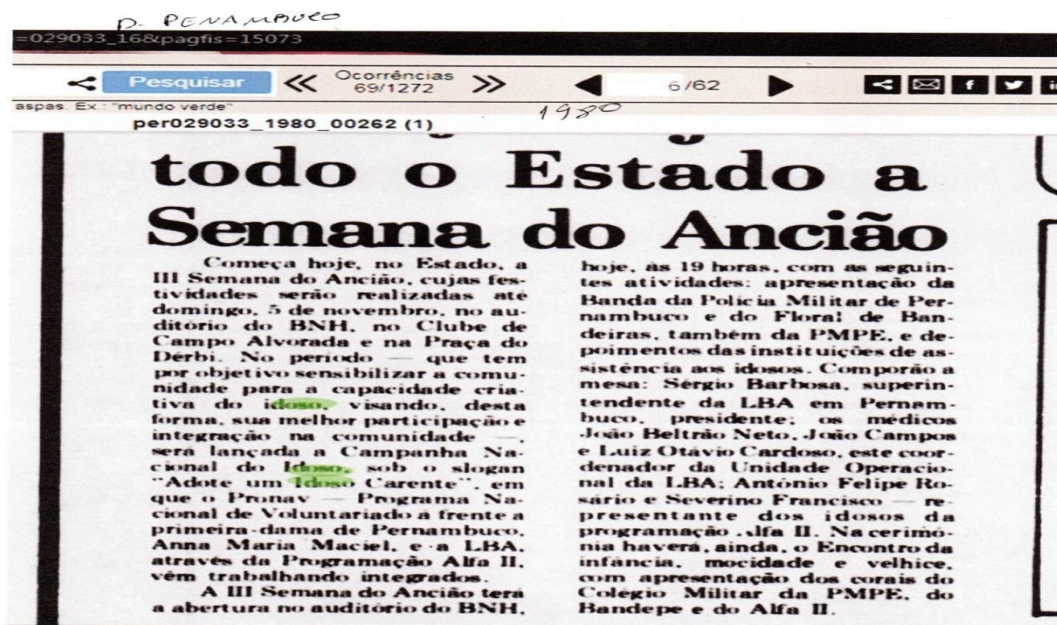
Informações sobre inscrição poderão ser prestadas no lar geriátrico em Casa Forte, Av. 17 de Agosto, nº 126. Na diretoria do hospital da policia militar, a praça do Derby ou no instituto de geriatria do Recife, av. João de Barros nº 125..... Além de atividades pedagógicas, o centro de estudos geriátricos e gerontológicos de Pernambuco se propõe ainda a proporcionar assistência técnica as organizações publicas e particulares que tratam de pessoas de idade, bem como aos inúmeros asilos de velhos existentes no Recife e Grande Recife (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, P. 138)<sup>64</sup>

Em 1980, o polo da LBA em casa grande sítio completava 10 anos de funcionamento. Data que foi celebrada com a chamada semana do ancião, momento oportuno para haver reuniões de inúmeras atividade pró-conscientização do homem idoso em Pernambuco. Então, durante os meses de março e novembro ocorreu a semana do ancião no auditório do BNH, no clube Alvorada e na Praça do Derby. Essa celebração foi também abraçada como o ano da geriátrica no Brasil e, de modo geral, direcionava a campanha “adote um idoso carente” que fazia referências ao slogan “O homem idoso precisa de sol, amor e teto”. Esse slogan também foi adotado pelas CSUs. Nesta época, a Legião Brasileira de Assistência exercia uma função operacional e de vigília nos programas internos Alfa I e Alfa II. Para exercer uma atividade administrativa adequada a LBA contava com o apoio de assistentes sociais, médicos, psicólogos e assistentes das inúmeras CSUs espalhadas pela região metropolitana do Recife. Toda essa

<sup>64</sup> *Em funcionamento centro de estudos sobre a Geriatria: Per029033\_1980\_00138. Diário de Pernambuco, 24 de Maio de 1980.*

organização foi fundamental na semana do idoco, servindo como apoio à luta por melhorias na previdência social e o estabelecimento de uma política de assistência social após o presidente Figueiredo decretar o ano do idoso em 1982. Os anexos a seguir relatam a semana do idoso em 1980 e em 1982 através da organização da LBA.

Imagem 3 - Começa hoje em todo Estado a semana do ancião



III semana do anciãõ 5 de novembro de 1980  
no auditório do BNH, no clube de campo  
Alvorada e Praça do Derby  
o lançamento da campanha nacional do idoso  
"Adote um idoso carente"

Fonte: Diário de Pernambuco, 27 de Setembro de 1980. Disponível:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_16&pagfis=15073](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pagfis=15073). Acesso em: 02/12/2021.



## Imagem 4 - LBA Promove semana do ancião



Fonte: Diário da Manhã, Recife, 24 de Setembro de 1982. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1982>. Acesso em: 02/12/2021.

No clube Aldeia, a festa junina destacou a possibilidade de integração do idoso, uma vez que, segundo o recorte do Diário de Pernambuco: “O idoso tem capacidade de viver como adulto e a faixa etária não pode limitar suas atividades. Ele quer e pode participar de todas as atividades” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p.169)65. O trecho é importante, pois mostra um quantitativo de 19% de idosos presentes no programa Alfa II. E a partir dessa informação, pode-se pensar o quanto eram extensas as casas de abrigos para os velhinhos em Pernambuco, todavia, esses dados não podem ser encarados como únicos. Em tese, havia a possibilidade de se ter muitas outras casas de assistência ao idoso espalhadas por toda a região Pernambucana.

O papel das CSUs e da LBA em Pernambuco esteve sempre ligada ao propósito de dar assistência e melhor qualidade de vida ao ancião. Para isso, as festas da semana do Anceão mostraram ser apenas o fio da meada de uma organização que promovia ajuda médica psicológica e também de moradia.

O debate sobre a aposentadoria por tempo de trabalho se estendeu até 1985. Nesse período surgiram várias confederações de apoio ao trabalhador idoso, que de modo geral, levantavam pautas de melhoria para a previdência social que estava em reforma em Brasília. Sem se esquecer de que o Brasil passara recentemente por uma ditadura militar, e por volta de 1984 explodiu as manifestações por diretas já. E somando a isso a dívida externa do Brasil com os Estados Unidos só crescia, a então conhecida por FMI (Fundo Monetário Internacional).

65 *Festejos na roça em clube Aldeia*. Diário de Pernambuco, Recife, 24 de Junho de 1980.

Estima-se que a aposentadoria por tempo de serviço não poderia ser superior a 95% do salário. No geral, a aposentadoria por velhice era calculada a partir da soma da base da média salarial recebida nos últimos 36 meses do beneficiário, porém havendo a possibilidade de falta de contribuição, a apuração recuava 12 meses até ser completado o total da contribuição. Um total absurdo, pois geralmente, o contribuinte passava 6,7 ou 8 meses esperando para ter o benefício aceito, enquanto um empresário era aprovado na hora. Na verdade, esse descaso mostra o quanto o trabalho era desvalorizado, mesmo depois de o Brasil ter um decreto do ano do idoso em 1982.

A Federação dos aposentados do estado de São Paulo, durante o congresso de metalúrgicos de Ipatinga, formulara uma carta denúncia e enviaram para a ONU. Para a entidade, o exterior precisava saber da situação do aposentado no Brasil, onde 54% dos beneficiários recebiam pensões com valores inferiores ao salário mínimo regional. Além disso, os trabalhadores se movimentaram em greves e buscaram apoio de outras entidades. Até então, entre 1984 e 1985, foi estabelecido um limite máximo de 55 anos para a aposentadoria, sob a eliminação do salário família e do auxílio funeral, mas, essa proposta de reforma na previdência pelo ministro Jarbas Passarinho se viu inconsistente pelos sindicatos de aposentados e pensionistas. As federações pediam pelo fim da corrupção na aposentadoria, e por mais auxílios que atendessem a população carente. No entanto, o ministro Jarbas Passarinho jogava a culpa na inflação e na crise financeira.<sup>66</sup>

## **Conclusão**

A concepção de idoso muda ao longo do tempo, dependendo de como eles estão inseridos na sociedade. No caso dos jornais, existe a possibilidade de perceber a problemática sobre a “emergência dos sujeitos”. Essa emergência não se limita a um discurso internacional da ONU em 1982, muito menos, se entende a partir de uma generalização conceitual da 3ª idade, pois apenas leva em consideração os aspectos biológicos da velhice.

Com o crescimento dos centros urbanos houve a baixa na taxa de mortalidade entre indivíduos de 55 a 65 anos, fator que está ligado à melhora nos programas de serviços hospitalares. Ainda assim, muitos problemas internos devem ser esclarecidos, como é o caso das vastas crises do campo da geriatria ao governo brasileiro. Mesmo depois que o Presidente Figueiredo ter decretado o ano do idoso em 1982, muitos eram os casos de descaso com a vida do idoso. Primeiro, faltava mais apoio do Estado nas CSUs e nos programas ministrados em

<sup>66</sup> Aposentados e trabalhadores vão discutir a previdência. Jornal do Comercio, SP, 14 de Janeiro de 1984.

todo País pela Legião Brasileira de Assistência. Os dados levantados acima foram selecionados, exclusivamente, dos periódicos Diários da Manhã, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. No mais, parte dos textos pesquisados trazem relatos de estudiosos da área de saúde ou da geriatria. Apenas alguns textos na área de humanas foram encontrados, como é o caso de Le Goff no estudo sobre a memória. E foi a partir da dificuldade do encontro de fontes que a pesquisa se guiou pelos periódicos da época, que foram criticamente selecionados e estudados a fundo.

## Referências

- ALVES, Karin. Novos paradigmas na assistência do idoso: *o enfoque da prevenção e promoção de um envelhecimento saudável*. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/376>. Acesso em 06/09/2020.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. SP: Editora Difel, 1976.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: ZAHARR, 2010.
- CARLOS, José Reis. *História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e verdade*. RJ: Editora FGV, 2008.
- DA,C,S,RENATA. *Velhice e memória*. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12581/1/Renata%20da%20Costa%20Seabra.pdf>. Acesso em: 12/08/2020
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Graal.1996.
- FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão, o mal estar na civilização e outros trabalhos. RJ: Editora IMAGO LTDA,1996.
- KAMKHOGI, Dorli. “*O envelhecimento com a metáfora da morte: clinica do envelhecer*”. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/15624#previewlink0>. Acesso em: 06/09/2020.
- LE Goff Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora UNICAMP.2013.
- LOPES,Andrea. *A sociedade brasileira de geriatria e gerontologia, e os desafios da gerontologia no Brasil*- dissertação de mestrado. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251288/1/Lopes\\_Andrea\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251288/1/Lopes_Andrea_M.pdf). Acesso em: 06/09/2020
- HELENO, Rodrigo; PAULA, Edimundo. Por uma História do velho ou do envelhecimento no Brasil. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/310>. Acesso em: 26/07/2020

# UMA ESCOLA NA SELVA: HISTÓRIA E IMPACTO SOCIOEDUCATIVO DE UMA ESCOLA NO MARAJÓ

Antônio Ribamar Diniz Barbosa, Universidade Federal do Amapá, Aluno do Mestrado em História Social. ribamardiniz@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo desse artigo é conhecer o impacto socioeducativo da Escola Adventista de Breves, município que faz parte do Arquipélago do Marajó, no Pará, na Região Amazônica. Para alcançar tal proposição, é realizada uma breve descrição do Arquipélago do Marajó e da Rede Adventista de Educação, para contextualizar o ambiente e a proposta educativa experimentada; é feito um resgate histórico da Escola Adventista de Breves (entre 1995 e 2020), para conhecer sua origem e trajetória e finalmente é realizada uma breve análise do impacto socioeducativo da Escola Adventista de Breves, junto ao alunado. Tal pesquisa se valeu de diferentes metodologias investigativas, sobretudo o método bibliográfico e a história oral. Segundo os dados levantados e entrevistas realizadas, a EAB exerceu impacto socio educativo em diferentes áreas, resultando na melhora da qualidade de vida e prevenção ao abuso infanto-juvenil por um lado, e em resultados positivos na avaliação anual da Escola de Breves, por outro.

**Palavras-chave:** Escola Adventista; Marajó; impacto socioeducativo

## Introdução

O Arquipélago do Marajó, localizado no Norte do Pará, na Amazônia legal, é considerado o maior arquipélago fluvio marítimo do mundo. Essa região, abriga um grande número de manifestações culturais, e é considerada um verdadeiro paraíso ecológico (cf. DINIZ, 2021, p. 13), devido a abundância de sua fauna e flora. Seus 16 municípios são banhados pelas águas do Rio Amazonas e pelo Oceano Atlântico e outros cursos de água e a principal fonte de renda é a comercialização do açaí.

A região foi colonizada após a chegada dos portugueses e a educação formal de seus habitantes foi iniciada pelos Jesuítas e demais ordens religiosas católicas. Com a chegada de outros religiosos, como mais recentemente os Adventistas do Sétimo Dia, outros projetos educativos foram implementados. O Marajó, apesar de suas belezas naturais e riqueza material, possui sérios problemas sociais e educativos. Os projetos educativos tentaram sanar alguns desses crônicos problemas.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia – IASD, possui uma rede de educação internacional (com instituições educativas desde o Ensino Fundamental até o Superior), como uma de suas estratégias expansionistas e de transmissão da fé. O município de Breves, o maior do Arquipélago do Marajó, possui uma dessas unidades educativas, a 26 anos, atendendo gratuitamente cerca de 400 alunos de Nível Fundamental. Este artigo trata da educação adventista no Arquipélago do Marajo. Desde modo, apresenta o seguinte problema: Qual o impacto sócio educativo da Escola Adventista de Breves?

O objetivo geral do artigo é conhecer o impacto socioeducativo da Escola Adventista de Breves - EAB. Através dos objetivos específicos, pretende-se: Descrever brevemente o Marajó e a rede adventista de educação; resgatar a história da Escola Adventista de Breves e analisar o impacto socioeducativo da Escola Adventista de Breves.

### **Metodologia e procedimentos**

A presente investigação é de natureza qualitativa, pois, estas pesquisas fundamentam-se mais em um processo indutivo (explorar e descrever, e depois gerar perspectivas teóricas) do que dedutivo. Em um típico estudo qualitativo o investigador entrevista uma pessoa, analisa os dados que obteve e tira algumas conclusões; posteriormente, entrevista outra pessoa, analisa esta nova informação e revisa seus resultados e conclusões; do mesmo modo, efetua e analisa mais entrevistas<sup>67</sup> para compreender o que busca. Procedendo caso por caso, dado por dado, até chegar a uma perspectiva mais geral (Grinnell, 1997). A pesquisa será de procedimento bibliográfica, porque será elaborada com base a material já publicado (GIL, 2009, p. 29).

A pesquisa, em termos específicos, é documental, pois se vale de documentos, atas, diários e outros materiais arquivados na EAB e por pessoas a ela relacionadas (UNGLAUB; UNGLAUB, D., 2010, p. 46). O uso de entrevistas aos responsáveis pela Escola Adventista de Breves fundamenta-se na história oral, prática reconhecida e importante para a historiografia contemporânea (MATOS; SENNA, 2001). A fonte oral acrescenta uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos. (FERREIRA, M., 2012. *In* CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 169-170). A história oral é uma metodologia que tem sua importância para a investigação da memória de um evento, cultura ou povo. Embora fontes orais tenham suas limitações, e sofram descrédito por parte de muitos (THOMSON, 1997) elas também apresentam possibilidades de conhecimento, e definitivamente não desmerecem ou ignoram obras ou documentos escritos, mas algumas vezes abrem o leque para uma investigação mais ampla (GANDON, 1997, p. 137-138).

A pesquisa *in loco* foi realizada nos municípios de Breves e Santana. Em Breves, foi visitada a própria EAB, haja vista ela abrigar os documentos e lá o pesquisador teve acesso a profissionais que a representam e puderam ser entrevistados. Em Santana, no Amapá, foram encontradas algumas pessoas ligadas a história da EAB, ex-funcionários e alunos. Algumas informações foram catalogadas por meio de recursos digitais. Em termos de estrutura e

<sup>67</sup> Isso justifica o grande número de entrevistas do capítulo III.

formatação, este estudo adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), padrão brasileiro e nas orientações dadas para esses anais.

Para alcançar seu objetivo e responder as questões levantadas, este estudo foi organizado em quatro partes, obedecendo a seguinte estrutura: A primeira parte é introdutória, provendo brevemente a descrição do problema, os objetivos, a metodologia e os procedimentos adotados na pesquisa. A segunda parte oferece uma breve descrição do Arquipélago do Marajó e da Rede Adventista de Educação. Já a terceira parte resgata a história da EAB, no período entre 1995 a 2020 e a última parte analisa o impacto dessa instituição na comunidade estudantil de maneira específica e do município de Breves de maneira geral. Finalmente, são feitas algumas considerações finais e apresentada as referências bibliográficas.

### **O Arquipélago do Marajó e a Rede Adventista de Educação**

O Arquipélago do Marajó é um conjunto de ilhas, localizado na região Norte do Brasil, na Amazônia legal. Pela sua extensão é considerado o maior arquipélago fluvio-marítimo do mundo, pois é formado por 2500 ilhas aproximadamente (ALVES; LIMA, 2014, p. 25-29). O título que ostenta não é exagerado, pois a região é maior que sete estados brasileiros e países como Portugal (FILHO, 2013, p. 225) e Holanda.

Localizado ao norte do Estado do Pará, o arquipélago do Marajó reúne diversidade de culturas, formas de vida e organização social ao longo de dezesseis municípios entrecortados por numerosos rios, pelo oceano Atlântico e pela Baía de Marajó. Possui uma área com extensão territorial de 104.139,30 Km<sup>2</sup> disposta em torno de [...] cinco regiões: a) Nordeste – Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure; b) Sudeste – São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Currálinho; c) Sudoeste – Breves, Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel; d) Noroeste - Chaves e Afuá; e) Central – Anajás. (POMBO, 2014, p. 24).

Citando Barroso (1953, p. 77), Pombo (2014), explica que o arquipélago marajoara se divide em duas partes: “a sudoeste é coberto por exuberante, fecunda e espessa floresta tropical; a nordeste é formada por opulentas e verdes pastagens”. Divisão que Pacheco (2006, p. 23) resumiu em Marajó dos campos e Marajó das florestas<sup>68</sup>.

<sup>68</sup> O Arquipélago do Marajó é conformado por duas importantes regiões, o Marajó dos Campos, formado pelos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Chaves, Ponta de Pedras e Muaná, e o Marajó das Florestas, constituído pelos municípios de Afuá, Gurupá, Anajás, Breves, Melgaço, Portel, Bagre, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista. O uso dos termos campos e florestas ultrapassa a ideia da paisagem predominante nestes dois lados da região. Sua divisão é realizada em perspectiva geopolítica para marcar diferenças históricas e especificidades na organização dos modos de vida nestes ambientes banhados pelo Amazonas (Marajó das Florestas) e oceano Atlântico (Marajó dos Campos), pois em termos físicos campos e florestas estão presentes em toda a Amazônia Marajoara (SARRAF-PACHECO, 2006).

A principal ilha deste imenso arquipélago é a Ilha do Marajó, maior ilha costeira brasileira, na foz do rio Amazonas, “distribuída em regiões e campos naturais, zona de mata, praias, rios e mar,” (PACHECO, 2006, p. 12) formada por 12 municípios (Afuá, Chaves, Santa Cruz do Arari, Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Breves e Anajás).

A Ilha do Marajó teve três nomes diferentes, depois da chegada dos portugueses. Em tempos remotos geralmente chamava-se *Ilha do Nheengaibas*, devido as diversas tribos que ali habitavam. Esse termo caiu em desuso e o nome adotado foi *Ilha Grande de Joanes*, nome de uma dessas tribos e finalmente se convencionou chamar *Marajó*, por sua localização estratégica, como barreira ou proteção do mar (BAENA, 1833, apud GLÓRIA, 2013, p. 21, grifo nosso).

Para Pacheco (2009, p. 81), a partir do século XVI até o atual, nações, grupos e homens viajaram, desbravaram, povoaram, colonizaram, catequizaram e re(cristianizaram), a Amazônia Marajoara.

#### **Fotografia 01 - Igreja Católica de Joanes (à esq. ruínas jesuíticas)**



Foto: Antônio Ribamar Diniz Barbosa

Segundo Leão (2018, p. 18, 19) três caminhos foram trilhados para conquistar o Marajó. Os portugueses usaram o Norte, deixando o oceano Atlântico e avançando Amazonas adentro para alcançar, via margem esquerda, Gurupá. Ali na confluência com o Rio Xingú, perceberam ser um lugar estratégico para se avistar quem subia e descia o rio Amazonas, por isso construíram o Forte de Santo Antônio de Gurupá em 1623. A segunda se deu pelo Sul, no rasgar da baía de Marajó com a fundação da missão de Joanes em 1653 pelos padres Franciscanos. A terceira pelo Oeste, em 1659, comandada pelo padre Antônio Vieira, a qual consolidaria, através de um tratado de paz no alto Mapuá com setes caciques das nações “nheengaíba”, a

conquista do grande arquipélago e abriria os estreitos de Breves à navegação por dentro do Amazonas.

A assinatura desse histórico tratado mudaria a história do Marajó para sempre. Para Portugal, principal interessado, garantiria o trânsito livre pelo estreito de Breves, rumo a Macapá e Guiana Francesa; para a Igreja Católica, abriria novo campo missionário para o envio de outras missões religiosas e para os marajoaras, proporcionaria o surgimento de vilas e cidades posteriormente, formando assim uma mesorregião, apesar da extinção contínua de sua cultura.

Em anos recentes o Marajó transformou-se num destino turístico em ascensão e alvo de projetos públicos e privados para garantir sua preservação ambiental e desenvolvimento humano. Negligenciado por séculos, possui problemas sociais acumulados desde sua descoberta. Sua beleza e localização privilegiada ocultam seus crônicos problemas.

No século XXI grandes mudanças tecnológicas aconteceram no Marajó. Depois da navegação a motor (no século XX), a chegada da internet na zona rural e o uso de energia solar, mudaram a vida do ribeirinho, antes esquecido, sem comunicação e fonte de energia contínua.

Em 09 de outubro de 2020, o Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, o governador do Pará, Elder Zahluth Barbalho e a Ministra Damaris Cristina Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, visitaram Breves, para lançar o programa *Abrace o Marajó*. O objetivo é melhorar o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, dos municípios da região, que estão entre os mais baixos do País. Com mais de 500 mil pessoas, inclui o município com pior índice IDH do Brasil (Melgaço) e alguns municípios que estão na lista dos 50 piores IDHs do país: Chaves, Bagre, Portel, Anajás, Afuá, Currallinho e Breves (GOVERNO FEDERAL, 2020). O programa visa fornecer o acesso aos direitos humanos, combate à exploração sexual de adolescentes e violência a pessoas vulneráveis, desenvolvimento humano e geração de renda.

O município de Breves iniciou-se no período colonial, na Missão dos Bocas, quando dois irmãos portugueses se instalaram com a família na região onde foi concedida uma sesmaria entre 1738 e 1740. Em 1850, recebeu a categoria de Freguesia, chamada Nossa Senhora Santana de Breves. O lugar pertenceu, consecutivamente, a Melgaço e Portel. Entretanto, foi delimitada no governo de Augusto Montenegro. O nome da cidade vem do sobrenome dos irmãos portugueses Manoel e Ângelo Fernandes Breves em 1882 (BARBOSA, 2012 p.17). Breves tem uma população estimada em 103.497 pessoas para 2020.

O contexto escolar de Breves, cidade onde está situada a EAB, está formado no meio urbana por 27 escolas, 666 docentes, 17.904 discentes e rural por 307 escolas, 437 docentes e



14.165 discentes. (MAGALHÃES, 2010, pp. 25-25). Os maiores desafios estão na educação rural, devido as dificuldades logísticas para os professores, falta de infraestrutura adequada nas escolas, desinteresse dos alunos e falta de compromisso dos professores que, em sua maioria, não permanecem o tempo suficiente para as aulas. Além disso.

O Marajó, de maneira geral e o município de Breves, em particular, abrigam diversos e complexos problemas sociais e educativos. Entre os principais está a pobreza, o desemprego, a violência, a prostituição infanto-juvenil, o analfabetismo, evasão escolar, etc. Esses fatores foram agravados a partir de 2010, com o fechamento de muitas serrarias, acompanhada pelo êxodo rural e o consequente inchaço da cidade. (cf. OLIVEIRA, 2019). Em meio a este cenário natural cercado pela floresta amazônica e caos social, um projeto educativo confessional foi implantado na década de 1990.

### **História e descrição da Rede Adventista de Educação**

Em sua recomendação de um livro sobre o Adventismo no Marajó, Agenor Sarraf Pacheco explica que a leitura do livro *A Igreja das Águas* permite ao leitor conhecer “o difícil processo de nascimento, formação e expansão das congregações da Igreja Adventista na região, como se deu as primeiras experiências de evangelização e sua articulação com os campos da saúde e educação numa região sob a regência das águas.” (SARRAF, Agenor. *In* DINIZ, 2021). O campo da saúde foi provido pelo trabalho assistencial da Lanchas médicas Luzeiro, que atenderam gratuitamente as comunidades ribeirinhas. Já o campo da educação pode referir-se claramente na atuação da EAB, que pode ser verificado nas iniciativas adventistas de evangelização do Marajó (cf. DINIZ, 2021). Tal escola não foi uma iniciativa isolada, mas o projeto faz parte de uma rede ampla e organizada, em escala global.

“A Rede Educacional Adventista, de caráter confessional, está vinculada diretamente à Igreja Adventista do Sétimo Dia, que é mantenedora de todo sistema educacional adventista, sistema este presente em 145 países ao redor do mundo.” (MENSLIM, 2015, p. 9). A Rede Adventista de Educação ostenta números impressionantes. São 9.400 instituições (118 de ensino superior), 111.800 professores, 1.881.571 de alunos no mundo. No Brasil, são 500 unidades, com 220 mil alunos (EDUCAÇÃO ADVENTISTA, 2021). Essa prestigiada rede educacional internacional teve humildes começos, em 1872, com a criação da primeira instituição educativa na cidade de Battle Creek, nos Estados Unidos, sob o comando de G. H. Bell, experiente professor. No Brasil, a primeira escola adventista foi fundada em 1896, na cidade de Curitiba, no Paraná, sob a direção do versátil Guilherme Stein Jr. (cf. MENSLIN, 2015, p. 25, 54).

Veículos de comunicação nacional, como é o caso da *Revista Veja*, tem reconhecido o crescimento recente da rede adventista de educação, pese a sua filosofia claramente religiosa e criacionista (REVISTA VEJA, 2007). Essa rede está em pleno crescimento no Brasil, que em 2021 completa 125 anos de existência com grandes planos para os próximos anos. um dos destaques atuais, foi a adaptação e expansão no período de pandemia, com o estabelecimento de uma das melhores plataformas digitais para o alunado (EDUCAÇÃO ADVENTISTA, 2021).

Em relação a filosofia ou princípios que norteiam esse sistema educativo, os seus líderes, desde o início, têm se baseado nos conceitos de Ellen G. White, uma das fundadoras da IASD. Seu livro *Educação* (WHITE, 2008) fornece as bases filosóficas e metodológicas para a rede. A clássica definição sobre educação, provida por White, é a grande inspiração para todos os envolvidos:

Nossas idéias acerca da educação têm sido demasiadamente acanhadas. Há a necessidade de um objetivo mais amplo e mais elevado. A verdadeira educação significa mais do que avançar em certo curso de estudos. É muito mais do que a preparação para a vida presente. Visa o ser todo, e todo o período da existência possível ao homem. É o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, intelectuais e espirituais. Prepara o estudante para a satisfação do serviço neste mundo, e para aquela alegria mais elevada por um mais dilatado serviço no mundo vindouro[...] A fonte de semelhante educação é apresentada nestas palavras das Escrituras Sagradas, referentes ao Ser infinito: NEle ‘estão escondidos todos os tesouros da sabedoria’. Col. 2:3. ‘Conselho e entendimento tem.’ Jó 12:13. (WHITE, 2008, p. 13).

George R. Knight, prolífico autor adventista e educador, escreveu extensamente tanto sobre a história como sobre a filosofia adventista de educação. Ele reconhece que a IASD ainda não conseguiu implementar completamente os ideais planteados por Ellen G. White, em virtude de vários mitos que foram incorporados à interpretação de seus escritos a respeito da educação cristã. (KNIGHT, 2010). Apesar disso, o autor reconhece avanços e concorda com outros autores sobre o papel da educação adventista.

Os educadores adventistas acreditam que “a queda quebrou a imagem de Deus no homem nos seus aspectos físicos, espirituais e mentais. Portanto, a educação cristã deve buscar a restauração daquela imagem equilibrada na vida de cada pessoa. A educação redentora trabalha para restaurar todo homem ao ideal original de Deus. Não enfatizar o mental, o físico, o espiritual, o social, o vocacional ou o emocional mais do que outro. Em vez disto, deve-se desenvolver a pessoa toda numa plenitude integrada. Tanto o currículo formal quanto o informal da escola deve procurar promover esta harmonia equilibrada nos filhos do Senhor. Realizar programas educacionais que facilitem isto num mundo em constante mudança é um desafio contínuo, que continuará a ocupar o melhor pensamento e os esforços mais intensos dos educadores adventistas no lar, na escola e na igreja. (KNIGHT, 2010, p. 247).

Os pilares da educação adventista podem ser resumidos em: a educação deve ser retentiva, a partir de uma visão bíblico-cristã; a educação começa no lar, com os pais; o professor na educação cristã tem um perfil bem definido; a Bíblia Sagrada é um importante elemento curricular e deve estar no centro e na base do processo escolar; a natureza é um precioso compêndio que não pode ser desprezado e o estudante deve ser levado a desenvolver sua capacidade de raciocinar e pensar por si próprio. (MENSLIN, 2015, p. 120).

Menslim (2015, pp. 178-179), enumera, na conclusão de seu livro sobre Educação Adventista, os principais pontos do ideário educacional da denominação: A visão bibliocêntrica de educação, levando em conta que a Bíblia é considerada o livro base para a construção de todo pressuposto filosófico educacional; a visão criacionista de mundo, pois o universo foi criado por um ser superior ao ser humano, que deseja interagir com o homem para restaurá-lo; a capacidade de transformação do ser humano através da transmissão de conhecimentos herdados e adquiridos, sendo a educação e a influência divina decisivos nesse processo; defesa do trinômio família/igreja/escola, sendo a família a principal via educativa e de desenvolvimento do caráter, complementada pela escola/igreja; o meio em que o aluno está influencia suas escolhas, o que leva a instituição a defender os espaços de interação social e cultural como campos de instrução e formação dos indivíduos.

Em relação aos objetivos, a proposta educativa adventista, em todos os níveis, buscar promover o reconhecimento de Deus como a fonte de toda sabedoria; estimular o estudo, a proteção e a conservação da natureza criada por Deus; incentivar a utilização das faculdades mentais na aquisição e construção do conhecimento em favor do bem comum, tendo como ferramenta do conhecimento as diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos; promover a aquisição de hábitos saudáveis por meio do conhecimento do corpo e das leis que o regulam; dar oportunidade para desenvolver o senso crítico, a criatividade, a investigação e o pensamento reflexivo; incentivar o desenvolvimento dos deveres práticos da vida diária, uma sábia escolha profissional e a formação familiar, o serviço a Deus e a comunidade; promover a autonomia e a autenticidade fundadas nos valores bíblico-cristãos; favorecer o desenvolvimento da autoestima positiva, do sentimento de aceitação e segurança; resgatar prática da regra de ouro nas relações interpessoais, que é amar o próximo como a si mesmo. (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, 2004, pp. 48-51).

## Resgate histórico da Escola Adventista de Breves

### Fotografia 2 - Escola Adventista de Breves, ao lado da Igreja Adventista do Sétimo Dia



Foto: Everton Agostino de Souza

A Escola Adventista de Breves, no Marajó das Florestas, está situada na selva marajoara. Essa instituição muito contribuiu para a consolidação da IASD nesta cidade, pois, tanto os filhos dos membros da Igreja, como outros interessados tiveram contato com a mensagem adventista nessa escola. Outro fator foi a grande influência na cidade, já que filhos de pessoas influentes da cidade, na área comercial, empresarial e política foram alunos. Outro fator foi o contato frequente da direção da escola ou seus funcionários com o Departamento de Educação da sede adventista para o estado do Pará, o que resultou em uma maior consciência denominacional e identidade da Igreja local. Além dos benefícios internos para a própria igreja, aportes sociais e educativos podem ser rastreados na trajetória nessa escola na selva.

Manoel Gomes Sanches construiu, “atrás da igreja um malocão [galpão de madeira], para serem realizadas reuniões sociais da igreja, de onde, posteriormente surgiu a ideia de ser construída a Escola Adventista”, escreveu Maria de Jesus Sanches, que se tornaria professora no empreendimento educativo (SOUSA, M. 2021). Inicialmente a Escola foi chamada “Centro Educacional Adventista do Marajó”, adotando depois o nome atual.

### Fotografia 3 - Primeira fachada da Escola Adventista de Breves



Foto: Acervo pessoal de Maria de Jesus Sanches.

A Escola foi fundada no dia 05 de março de 1995, pela família Sanches, umas das pioneiras adventistas em Breves. Solange Travassos Sanches assumiu o projeto com primeira Diretora Escolar, no período em que o pastor adventista local era Norberto Brabo<sup>69</sup>. O mesmo deu grande apoio a incipiente iniciativa. A Escola passou a funcionar em regime paroquial, modalidade popular até o final da década de 1990, na Igreja Adventista em todo o Brasil (MENSLIN, 2015).

Segundo diários da época, os primeiros alunos da 2ª série, do 1º bimestre de 1995, eram apenas cinco: Piteira Campos, Magno de Assis Silva, da Costa Furtado Filho, Silva Meireles, Mendes Piteira e Souza de Oliveira. Já no final daquele ano os alunos da 1ª série foram: Andrea Leite Furtado, Anadilson Gama Jenorio, Ellen White S. Pastana, Geovane de Souza Ferreira, Leide Nara Vieira Correa, Maria Leão Ferreira, Leide Nara Vieira Correa, Maria Leão Ferreira, Miguel Ferreira Leão, Miqueias Mendes Piteira, Shirley dos Santos Brandão. Nos primeiros anos o número de aluno e funcionários eram bastante reduzidos. Houve um incremento a partir da década seguinte. No ano 2000, por exemplo, a 1ª série já tinha 15 alunos (ATA DA ESCOLA

<sup>69</sup> Algumas das informações foram enviadas pela Professora Miriam Sanches, que já foi diretora e atualmente é a vice-diretora da Escola desde 2017.

ADVENTISTA DE BREVES, 1995). Depois do convênio com a Prefeitura aconteceu o maior crescimento em matrículas. As aulas aconteciam nos turnos matutino e vespertino.

A partir de 2004, devido a problemas financeiros, a escola mudou seu status, aderindo a um convênio com a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Breves. O convênio tem sido renovado até hoje, possibilitando o funcionamento dessa Escola. Nesse acordo, a Prefeitura responsabiliza-se com os salários e despesas operacionais da escola, que por sua vez, entra com a filosofia adventista de ensino e os conteúdos pedagógicos, possibilitando grandes ganhos para ambas as partes. A EAB pôde ampliar a oferta de vagas e a Prefeitura recebeu uma escola pronta para acomodar seu alunado. A decisão foi fundamental para o crescimento nas matrículas e projeção social da EAB. Quando Anamim de Freitas Evangelista Almeida assumiu o cargo de diretora da Escola havia 58 alunos inscritos e em sua saída “eram 520 alunos matriculados”. (ALMEIDA, A., 2020).

Não apenas houve vantagens, algumas controvérsias surgiram. Devido a presença de funcionários concursados da Prefeitura se chocou com a filosofia e estilo de vida adotados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Essas dificuldades sempre foram superadas com diálogos e reuniões promovidas pelos diretores, pastores locais e a organização adventista em Belém. Em 2017, por exemplo, o prefeito de Breves, Antonio Augusto Brasil da Silva, acompanhado pelo Secretário de Educação do município, participaram de uma reunião na sede da Missão Pará Amapá, responsável pela administração da EAB. Tudo aconteceu graças a um convite do pastor Antônio Ribamar Diniz Barbosa, autor desse artigo. O prefeito foi recebido pelo Pastor Paulo Coelho, diretor de Educação das Escola Adventistas na região, naquela oportunidade. O prefeito ouviu acerca da filosofia da educação e sobre os fundamentos da mesma. Ao final, o prefeito garantiu que não haveria interferência e a EAB teria autonomia em relação à administração, indicando o pessoal e projeto pedagógico.

#### Fotografia 4 - Fachada atual da Escola Adventista de Breves



Foto: Everton Agostinho de Souza

Uma das grandes necessidades da EAB era a melhoria em sua infraestrutura. Em 2020, houve uma reforma patrocinada por doações locais e da Missão Pará Amapá. Maria Luzinete David, diretora atual, explique que:

Nunca tivemos reforma na escola, tivemos melhorias em alguns espaços, a mais recente foi em 2020: Troca de metade do telhado do prédio esquerdo, troca do piso de uma sala de aula, foi feita a fachada da Escola, pintura do piso do pátio, troca de duas pias na copa e na área de serviço, foi colocado lajota na metade do pátio da Escola, foi feito um poço que resolveu o problema da água na escola. (DAVID, 2021).

Abaixo, é apresentada uma lista com o nome dos diretores da EAB e o período em que atuaram. Dos diretores, apenas um é do sexo masculino e a maioria desses gestores foram esposas de pastores adventistas, o que ajudou a difundir a filosofia adventista de educação junto ao corpo docente.

#### Quadro 1 - Diretores (as) da Escola Adventista de Breves

Nome	Período
Solange Travassos Sanches	1995-fevereiro 1996
Rosilda de Sousa Brabo	1996-2000
Anamim Evangelista Almeida	2001-2006

Elenildes Assis da Silva Lamêgo	2006-2008
Mônica Cardoso Yamaoka	2009-2010
Francisca Rebelo Maia	2011-2012
Grace Sanches Pasta	2013-dezembro 2013
Mirian da Silva Sanches	2014-2016
Hailton Felipe dos Santos	2017-2018
Daniele Bandeira Ferreira	2019-2020
Maria Luzinete Ferreira David	2021 ao presente

Fonte: Elaboração própria.

### **Impacto socioeducativo da Escola Adventista de Breves**

Alguns autores realizaram pesquisas sobre o efeito da educação adventista na vida dos alunos, professores e comunidades onde as escolas estavam inseridas. Chaves (2013, pp. 218-219), por exemplo, realizou um estudo histórico sobre a contribuição da educação adventista na vida do indígena *aymara* de Rosário, no altiplano boliviano, entre os anos de 1920 a 1930, chegando à conclusão de que a educação contribuiu em quatro áreas: a social, a física, a mental e a espiritual. Chaves chega a afirmar que “a transformação integral do *aymara* foi o produto da contribuição da educação adventista” naquela região (CHAVES, 2013, p. 216). Tal contribuição pode ser fruto da visão integral ou holística da educação difundida em meados da década de 1980, por Ron Miller, mas já promovida pelas escolas adventistas desde o ano de 1872, com base nos escritos da pioneira Ellen G. White. (SUÁREZ, 2012, p. 208).

Já Suárez (2012), em uma abalizada pesquisa sobre o processo de construção humana, destaca, como parte de suas conclusões, que

às implicações da noção de educação-redenção para a práxis educacional ocorrem em pelos menos três aspectos. Primeiramente, temos uma pedagógica que impacta o sujeito ao longo da vida, atingindo-o em todas as circunstâncias e espaços em que se encontre. Deste modo se estabelece uma práxis pedagógica que vai além da sala de aula, sendo capaz de unir a educação familiar, escolar, social e eclesial. Em segundo lugar, se desenvolve uma práxis pedagógica que impacta o sujeito em toda sua complexidade, promovendo todas as potencialidades humanas, e não apenas as habilidades cognitivas. Estes dois elementos mencionados promovem desenvolvimento completo do sujeito, sintonizando-o com a demanda da sociedade, onde se vive multidimensionalmente, o que exige uma formação e postura igualmente amplas. Finalmente, temos uma práxis pedagógica que prepara para o serviço; mediante uma vida de utilidade o ser humano é elado acima da escravidão da artificialidade. (SUÁREZ, 2012, p. 208-209).

Outro pesquisador, Menslin, aponta outro benefício relacionado ao desenvolvimento cognitivo do discente; trata-se “do pensamento da educação libertadora, defendida por Paulo



Freire, onde a educação que humaniza é aquela que não é fruto de um depósito de informações, mas sim, o desenvolvimento de um processo, onde ‘é a práxis que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.’” (FREIRE, 2005, p. 67. In MENSLIM, 2015, p. 105).

Apesar dos benefícios da educação adventista, como pode ser visto acima, abrangerem muitas áreas e facetas da natureza humana, esse trabalho destaca apenas o impacto social e educativo da EAB, cabendo a pesquisas futuras desvelar esses outros aspectos igualmente importantes.

**Fotografia 5 - Professora Grancinete Oliveira e ex-aluno Odenilzo de Melo Paes, da EAB**



Foto: Antônio Ribamar Diniz Barbosa

Para analisar o impacto socio educativo da proposta da EAB é importante ouvir seus gestores. A título de ilustração, foram colhidos alguns depoimentos, sendo o primeiro de Solange Sanches, primeira diretora da instituição.

Foi significativo ter alcançado vários pais e oferecer um método de ensino que sempre gozou de excelência. Você sabe que a educação adventista é de primeira qualidade e as pessoas colocam seus filhos por causa da questão religiosa. No primeiro ano não tivemos projetos sociais, apenas datas comemorativas, onde convidávamos os pais para participar. (SANCHES, 2021).

Já Miriam Sanches, vice diretora atual e funcionária da EAB desde a década de 1990, se expressou do seguinte modo: “É muito positivo no Município, o índice de evasão é zero, nossos alunos são dedicados e comprometidos com os estudos, cumprem suas tarefas e se envolvem em todos os projetos da escola sejam educativos ou sociais.” (SANCHES M., 2021).

Maria Luzinete Ferreira David, é Teóloga, Pedagoga, Terapeuta Familiar e Comunitária, Kidcoache, graduanda em Serviço Social e Gestão Escolar. Atualmente ela serve como diretora da EAB. Sobre o impacto social ela respondeu que a maioria dos alunos é da “classe média baixa, mas a maioria são alunos carentes”. Essa oferta de vagas gratuitas, é bastante significativo, pois o diferencial da proposta adventista de educação está pautado no “ensino de valores, os alunos amam cantar, adoram as capelas, os projetos espirituais e dizem que gostam de lá porque aprendem a verdade.” (DAVID, 2021).

Em relação ao impacto educativo a diretora explica que “não existe avaliação pra ver o rank das escolas no município. Mas se tivesse a escola de Breves estaria entre as melhores, pois os alunos sempre apresentam resultados acima da média nas avaliações externas como SAEB, PROVA BRASIL E ANA QUE a partir desse ano vai se resumir só em SAEB.” (DAVID, 2021). Isso pode fornecer indícios dos bons resultados pedagógicos, com resultados práticos no ensino-aprendizagem. A diretora acrescenta que os efeitos educativos se estendem a várias áreas, sendo geralmente:

muito positivo, uma vez que não temos casos de evasão escolar, nem de vandalismo, os alunos se envolvem e se comprometem com projetos da Escola juntamente com os pais e mães, sofrem muito quando precisam deixar a escola, depois que saem sentem grandes saudades eles sempre dizem que é a melhor escola do mundo e se pudessem nunca sairiam, eles têm prazer em estar na escola. (DAVID, 2021).

Os principais projetos sociais hoje, na EAB, são o “Mutirão de Natal, Semana da Família, Semana de Oração, Impacto Esperança, Visita aos alunos da Escola, Escola de Pais, Classe Bíblica.” Já os projetos educativos ou extracurriculares são “Soletrando, Calculando, Reforço no Espaço Pedagógico, Feira do Empreendedor, Feira da Saúde, As Mais Belas Histórias da Bíblia, Feira Cultural, Cantata de Natal”. (DAVID, 2021).

Como resumo do impacto discutido nesse artigo, abaixo seguem algumas informações básicas, com base as análises feitas e entrevistas realizadas. Se pode agrupar o impacto socioeducativo da EAB em alguns pontos específicos.

#### Impacto Social

Atendimento gratuito a 400 alunos de classes sociais média e baixa

Inclusão social (alunos com necessidades especiais tanto física como mentalmente e atendimento a alunos não adventistas).

Projetos sociais (Quebrando o silêncio, Mutirão de Natal)

Ascensão social. Alunos que se tornaram professores (Ellen White) e formação de cidadãos conscientes do cumprimento de seus deveres (exemplo professora e aluna na ilustração acima).

Resultados na melhora da qualidade de vida e prevenção ao abuso infante – juvenil

Impacto Educativo  
Proposta pedagógica de educação integral  
Atividades extracurriculares (Clube de Desbravadores, Coral da Escola, etc.)  
Contato com a natureza e incentivo à leitura (Impacto Esperança)  
Apoio ao PEAMB (Plano de Educação Ambiental do Município de Breves)  
Resultados razoáveis (letramento, alfabetização, evasão escolar)  
Resultados positivos na avaliação anual das Escolas de Breves

### **Considerações finais**

Esse artigo analisou o impacto socioeducativo da EAB, localizado no Arquipélago do Marajó. Essa escola na selva está integrada à Rede Adventista de Educação e faz uso de uma filosofia cristã de educação, pautada em valores bíblico-religiosos e pedagógicos que pode ser associado à educação holística ou integral, que busca abarcar todo o ser. Como um início muito modesto em 1995, a instituição cresceu devido a um convênio firmado com a Prefeitura Municipal em 2004, quando passou a atender 400 alunos aproximadamente, todo os anos. Em 26 anos de vida institucional, a EAB ganhou notoriedade na sociedade local, pelos bons resultados obtidos tanto no aspecto acadêmico como na transmissão de valores. Conquanto os problemas sociais e educativos do Marajó sejam notórios e complexos, a atuação da EAB tem contribuído, em sua esfera, na solução de alguns desses, devido ao impacto que exerce sobre o alunado. Como estudos adicionais, se sugere uma análise mais aprofundada dos benefícios oriundos da educação adventista na EAB, no contexto marajoara.

### **Referências**

- ALMEIDA, Anamim de Freitas Evangelista. Entrevista [2020]. Entrevistador: Antônio Ribamar Diniz Barbosa. Entrevista efetuada para a dissertação de Mestrado do entrevistador, Santana, AP, 06-10 de dezembro de 2020.
- ALVES, J.; LIMA, M.I. “*Geomorfologia da Ilha Mexiana, Arquipélago do Marajó, Nordeste do Pará.*” REVISTA GEONORTE, Edição Especial 4, v.10, N.1, p.25–29, 2014.
- ATA DA ESCOLA ADVENTISTA DE BREVES. Breves, PA, 24 de dezembro de 1995.
- CHAVES, Samuel Antonio. *Pedagogía de la salvación: un estudio histórico sobre el aporte de la educación adventista en la vida del indígena aymara de Rosario (1920-1930)*. 1ra ed. Cochabamba: Editorial Nuevo Tiempo de Bolivia, 2013.
- COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodología de la investigación*, 4. ed. México: MCGRAW-HILL/INTERAMERICANA EDITORES, S.A. DE C.V. 2006.
- CRUZ, Miguel Evangelista Miranda da. *Soure*, Pérola do Arquipélago do Marajó. Belém. Empresa Jornalística e Editora Gráfica M. M. Lima Ltda. 1999.
- DAVID, Maria Luzinete Ferreira. Entrevista realizada por Antônio Ribamar Diniz Barbosa. Breves, PA, 26 de outubro de 2021.
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. *Pedagogía adventista*. 1ra ed. Buenos Aires, Argentina: Casa Editora Sudamericana, 2004.

- DINIZ, Ribamar. *A Igreja das Águas: Uma breve história da Igreja Adventista do Sétimo Dia (1937-2020)*. Macapá: Edição do autor, 2021.
- EDUCAÇÃO ADVENTISTA. Portal da Educação Adventista. disponível em: <https://www.educacaoadventista.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2021.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões Novos Desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-170.
- FILHO, João Meireles. O Marajó de Lisboa. Resenha do livro LISBOA, Pedro. L. B. A terra do Aruã: uma história ecológica do Arquipélago do Marajó. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012. *Ciências Humanas*, Belém, v. 8 n. 1, p. 225-228, jan./abril. 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GANDON, Tania Almeida. *O índio e o negro uma relação legendária*. Revista Afro-Ásia, Salvador, 1997, n. 19/20, p. 137-138. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20951/13554>. Acesso: 19 abr. 2021
- GOVERNO FEDERAL. *Programa Abrace o Marajó é lançado para ampliar acesso aos direitos humanos*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/programa-abrace-o-marajo-e-lancado-para-ampliar-acesso-dos-marajoaras-aos-direitos-humanos>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- GRINNELL, R. M. (1997). *Social work research & evaluation: Quantitative and qualitative approaches*. 5. ed. Itaca: E.E. Peacock Publishers. Apud: SAMPIERE, Roberto Hernández,
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar um projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MAGALHÃES, Luis Marconi Fortes. *Plano de Educação Ambiental do Município de Breves: Princípios, Diretrizes e Políticas*. Belém: Paka-Tatú, 2010.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2395/1286>>. Acesso em: 06 abr. 2013.
- MENSLIN, Douglas. *Educação Adventista 120 anos: das escolas paroquiais a uma rede de ensino permanências e rupturas de um ideário educacional*. Curitiba: DVK Editora, 2015.
- NUNES, Augusto César Miranda. *No palco da cultura marajoara: identidades e saberes em Mestre Damasceno*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Amazônia, Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagem e Cultura, 2013.
- KNIGHT, George R. *Mitos na Educação Adventista: Um estudo interpretativo da educação nos escritos de Ellen G. White*. Tradução: Ana M. M. Schaffer e Fernand C. de Andrade Souza. Engenheiro Coelho, SP: Imprensa Universitária Adventista, 2010.
- OLIVEIRA, Raquel Correia de. *a juventude marajoara: indicadores de perpetuação do ciclo da vulnerabilidade social entre os jovens do município de Breves/Marajó-PA*. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23280>. Acesso em 27 out. 2021.
- PACHECO, Agenor Sarraf. *À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “cidade floresta” - Melgaço/PA*. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- REVISTA VEJA. N. 2025. Edição de 12 de setembro de 2007.
- REDE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO. <https://www.educacaoadventista.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2021.

- SANCHES, Solange Travassos. Entrevista realizada por Antônio Ribamar Diniz Barbosa. Santana, PA, 9 de outubro de 2021.
- SANCHES, Miriam da Silva. Entrevista realizada por Antônio Ribamar Diniz Barbosa. Breves, 19 de outubro de 2021.
- SUÁREZ, Adolfo S. *Redenção, liberdade e serviço: Ellen G. White e o processo de construção humana*. 2ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2012.
- SANCHES, Miriam da Silva. Entrevista realizada por Antônio Ribamar Diniz Barbosa. Breves, PA de 2019.
- UNGLAUB, Eliel e UNGLAUB, Delton Leher. *51 atitudes para a pesquisa inteligente: Guia prático para o pesquisador de sucesso*. 1. ed. Tatuí, São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2010.
- POMBO, Délcia Pereira. *Educação, memórias e saberes amazônicos: vozes de vaqueiros marajoaras*. 2014. 144F. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada ao Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, 2014.
- PACHECO, Agenor Sarraf. *À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “cidade floresta”* - Melgaço/PA. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- WHITE, Ellen G. *Educação: um modelo de ensino integral*. Tradução de Flávio Lopes Monteiro. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.
- WIKIPÉIDA. Breves. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Breves>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

## GENTIL PUGET: FOLCLORE E NEGRITUDE

Ariel Silva Soares, Mestranda em História Social da Amazônia, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará.

**Resumo:** O objetivo desta comunicação gira em torno de como os motivos do folclore e negritude, introduzidos no cenário estadonovista, permitiram que um músico, compositor e folclorista da região amazônica ganhasse espaço e voz em rádios cariocas e participasse da formação de uma identidade nacional com a sua trajetória musical e radiofônica. Busca-se entender a ambivalência de temas, músicas e manifestações de origem negras e caboclas que eram pesquisadas e passada por filtros intelectuais para compor a imagem de ser brasileiro ao mesmo tempo que eram perseguidas pelo governo que a permitia para estudos. Sem furtar-se a nossos objetivos, marcar para história Gentil Puget com sua trajetória relevante para região amazônica, artista esquecido algumas décadas após sua morte. Com auxílio de discussões teóricas e metodológicas, construir a pesquisa em conjuntos com fontes impressas e produções radiofônicas, percebendo a complexidade do tema que envolveram agentes governamentais, interesses políticos, uma massa de intelectuais e a população brasileira. Os sujeitos que compõem esse emaranhado de relações como o Departamento de Imprensa e Propaganda, a radiodifusão, os intelectuais e os receptores dos programas radiofônicos são peças fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

**Palavras-chaves:** Gentil Puget; Folclore; Negritude.

Esta comunicação é fruto do meu projeto de mestrado “O modesto caboclo doutor: um estudo sobre folclore e negritude na obra de Gentil Puget durante e após o Estado Novo (1940-1948)”, iniciado em agosto de 2021 e está em andamento.

A primeira metade do século XX foi um período de grandes acontecimentos e transformações na sociedade como um todo. No Brasil isso não seria diferente, além da participação na Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma mudança na estrutura política, na economia, nos meios de comunicação e nas manifestações artísticas.

Sobre os aspectos artísticos e culturais, a Semana de Arte Moderna em 1922 foi um dos marcos para o início dessas mudanças. Por meio dela se buscou a reorientação nacionalista diante dos ditames europeus nas artes e assim novos sujeitos e cenários ganharam voz e vez. Outro fato de mudança foi a tomada de poder em 1930 por Getúlio Vargas, inicialmente com um governo provisório e depois com o Estado Novo. Outro agente determinante nas mudanças de pensamento e comportamento foi o rádio, a partir de meados de 1920, pensado aqui como um veículo de comunicação de massas e, ao mesmo tempo, produtor e reproduzidor de práticas culturais e cotidianas.

O rádio foi um dos instrumentos utilizado no governo Vargas, bem como a imprensa escrita, o cinema e outros, e fazia parte de um projeto estatal de construção do espírito nacionalista, que se manifestava por meio da valorização dos estudos de folclore e de músicas

com temas pertinentes ao homem rural, ao popular, a cultura negra e mestiça, inserindo-se neste cenário, a partir de meados de 1930, o paraense Gentil Puget.

Gentil Puget foi um músico, compositor e folclorista paraense que atuou durante a década de 1930 em rádios paraenses e na década de 1940 em rádios cariocas. Suas composições e programas radiofônicos eram voltados para temas de folclore, músicas populares e negritude e suas manifestações, suas músicas, com o tema da negritude, foram inspiradas em coletas em terreiros, pajelanças, subúrbios, manifestações religiosas e do folclore negro. Ele também atuou como jornalista, escrevendo para revistas ilustradas e sobre programas radiofônicos.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, que perduraria até 1945, o Brasil viveu um momento histórico de tomada de poder por parte de Getúlio Vargas, quando ocorreu um endurecimento das políticas governamentais orientadas para um sentido autoritário. Dentre as medidas adotadas no governo Vargas para o controle da produção artística e intelectual, esteve a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, órgão regulador dos meios de comunicação e da atividade artística que tinha sua sede na Capital Federal.

Estando vinculado diretamente ao Gabinete da Presidência, o DIP não passaria por influências de outros agentes governamentais, como seus predecessores sofreram, agindo de acordo com os interesses de Vargas. O Departamento abarcava os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Cabia-lhe a coordenação, a orientação e a centralização da propaganda interna e externa; promoção de censura no teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organização de manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências; e direção e organização do programa de radiodifusão oficial do governo (VELLOSO, 1987, p. 20). A colaboração dos artistas foi fundamental para o projeto integrador (VELLOSO, 1987, p.30) do regime no qual o rádio e a música tomaram um papel importante nesse contexto.

Ainda sobre o DIP, Angela de Castro Gomes esclarece que

[...] seu objetivo tinha como que duas faces opostas e complementares. Tratava-se de difundir amplamente a imagem do novo regime que se instalara em novembro de 1937 e de combater a veiculação de todas as mensagens que lhe fossem contrárias. Para tanto, o órgão deveria ser um grande mecanismo de promoção da figura do chefe de Estado, das autoridades que o cercavam e das iniciativas políticas então implementadas, produzindo e divulgando o noticiário oficial e supervisionando todos os instrumentos de comunicação de massa. O alcance dessa proposta traduzia-se na estrutura do próprio órgão dividido em cinco seções: propaganda, radiodifusão, cinema e teatro, turismo e imprensa. (GOMES, 1996, p. 126)

Outro papel importante do rádio foi a construção e propagação da imagem de Getúlio Vargas e seu governo. Burke (1994) trata da fabricação do rei Luís XIV como um processo de criação da imagem e o papel desenvolvido pelos meios de comunicação para essa construção, posto como um líder carismático, com uma aura de autoridade, em algumas situações até santo, divino, aquele para guiar a nação, um ser que por vezes poderia se confundir com o próprio Estado.

Ainda segundo Burke

Uma vantagem do termo “representação” é que ele pode se referir não só os retratos visuais ou literários do rei, à imagem projetada nos meios de comunicação ou por eles, mas também à imagem recebida, a imagem de Luís na imaginação coletiva ou, como dizem os historiadores e antropólogos franceses, as “representações coletivas” da época. (BURKE, 1994, p. 21).

Os meios de comunicação, neste caso estamos focando no rádio, tornou-se um “veículo que solidificou a imagem de Getúlio junto a população, dando-lhe um caráter de populismo com absoluta propaganda dos feitos de seu governo, como o salário mínimo, consolidação das leis do trabalho, férias remuneradas, entre outras amplamente massificadas.” (VIEIRA; GONÇALVES, 2003, p. 50)

O rádio emerge no cenário midiático brasileiro na década de 1920, porém é somente na década seguinte que ocorrerá a sua popularização. A princípio compunham a sua programação programas de músicas clássicas, com apresentações de orquestras, conforme um estilo europeizado. Todavia, num artigo da revista “A Cena Muda”<sup>70</sup>, de 05 de junho de 1945, dada ao entrevistador Raymundo Paranhos, Puget nos fala da necessidade da divulgação da música folclórica como um passo para a popularização da “música boa” e isso serviria para “moldar a índole da nossa raça afroindígena”. Puget, com mais de 587 composições e mais de cinco mil temas musicais<sup>71</sup>, afirmaria que no “folclore amazônico há a ‘legítima musicalidade brasileira’”, isso significava “dar as costas” a música clássica e enveredar por temas populares (COSTA; SOARES, 2018, p.8).

Assim, a partir dos anos de 1930, Puget ingressa na Rádio Clube do Pará (PRC-5) e começa a trabalhar em programas musicais, seja na direção ou locução, ele trazia consigo, em um primeiro momento, músicas mais voltadas para a sua formação erudita, mas isso mudaria

<sup>70</sup> Surgiu em 31 de março de 1921, funcionou de 1921 a 1955, destinada aos fãs. Ver ADAMATTI, Margarida Maria. *A crítica cinematográfica e o star system nas revistas de fãs: a Cena muda e Cinelândia (1952-1955)*. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) - São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2008 p.18.

<sup>71</sup> Relata que ao chegar no Rio de Janeiro, tinha acumulado este quantitativo. VER Revista CARIOCA, Rio de Janeiro, 23/08/1941, p. 38.



em breve. Em entrevista à Revista Dom Casmurro (1940)<sup>72</sup>, o músico lembra que fora requisitado por um diretor da rádio a compor canções com temas populares, em Belém nos anos de 1930, isso se tornou um ponto decisivo em sua carreira, pois “passou a visitar bibliotecas com frequência e levantou uma lista de obras que se tornaram guias para ele, a partir de então, seguiu uma séria carreira engajada no estudo dos temas musicais do folclore brasileiro.” (COSTA; SOARES, 2018, p. 18-19). O músico, em entrevista, elucida que

[...] antes de estudar a arte do povo através de suas manifestações populares, era necessário saber o que era o folquêlore. Enfie-me pelas paginas adentro de Melo Moraes Filho, Silvio Romero, João Ribeiro, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Lindolfo Gomes, Leonardo Moraes, Mario de Andrade, Câmara Cascudo, Gustavo Barroso, Osvaldo Orico, Joaquim Ribeiro até os nossos da terra Coutinho de Oliveira, Ernesto Cruz, Jose Carvalho, Raimundo Moraes, Romeu Mariz, Jorge Hurley, que muito tem concorrido para a divulgação do folquêlore amazônico, tornei-me um vasculhador de livrarias, bibliotecas, arquivos e até dos próprios estudiosos no assunto para dissertarem-me sobre a arte que eu volvera às vistas. Todos me diziam – o rumo é esse... (DOM CASMURRO, 1940, p.05)

O músico explica que

O folk lore brasileiro começa a despertar na alma sequiosa de nossos artistas toda atenção e carinho que elle marca como berço ethnico das nossas manifestações populares. Gerado sob o influxo de três raças, de três sangues e de três caracteres diversos, nenhuma fonte poderia revelar ao senso pesquisador de nossos artistas toda a psychologia de um povo inda em formação que traz dentro de si a superstição de todos esses ritos e a melancolia profunda de todas essas vozes que ecoaram pela terra em cânticos de louvor a Xangô e em todos [sic] de recolhimento a Tupan!

Dahi elle ser o reflexo nativo de sentimentos colletivos, que se misturando, confundiram-se e baralharam-se na alma ingênua do povo.

Dentro de si anda a saudade profunda e mystica do negro no eito; a nostalgia doce do luso perdido dentro de um novo mundo, cheio de fulgor e riqueza para elle: a revolta ensopitada do indígena pelos primeiros homens civilizados que se apossaram de suas terras de suas tabas e de seus thesouros violando florestas e singrando rios intermináveis. [...] (PUGET, 1936)

Seu envolvimento com a temática da negritude remonta ao ano de 1938, quando liderou um grupo de 25 intelectuais que lutavam pela “defesa da liberdade religiosa para os cultos afro no Pará” (COSTA; SOARES, 2018, p. 23). Isso desencadeou, de acordo com Salles (2005, p. 161) um curto período de encarceramento do músico, em 1939. Outro ponto diz respeito a questão racial do músico e o meio de trânsito nesse novo espaço, ainda não encontramos algo que afirme uma declaração da cor de pele de Puget, mas na Revista Fon-Fon, na coluna “Rádio

<sup>72</sup> Revista DOM CASMURRO, Rio de Janeiro, 28/09/1940, p. 05

Atualidades”, o jornalista carioca Pedro Bloch apresenta Gentil Puget como “O modesto cabloco doutor”, “esse “cabloco” diz muito mais que uma expressão de alguém vindo da Amazônia, diz respeito a uma miscigenação onde a presença indígena está marcada e apesar de não se ter declarado cor de pele, o uso desse termo nos mostra a visão do eixo sudeste sobre o personagem em destaque neste trabalho.

Até então já percebemos a presença marcante dos temas envoltos ao folclore em suas obras, bem como sua atuação em rádios. Em 1940, Puget parte para o Rio de Janeiro, para sair deste meio em Belém e estudar medicina, mas ele abandona essa ideia e complementa sua formação no Instituto Brasileiro de Folclore. Aqui busca-se também o entendimento sobre o circuito literário e intelectual ao qual Puget transitara, pois as dinâmicas culturais, musicais e intelectuais direcionara ele para certos rumos e não outros, o que nos dirá sobre o porquê de sua influencia e conhecimento e o porquê de ser relegado ao esquecimento anos depois.

O estudo em tela visa analisar a produção artística acerca dos temas folclore e negritude que permeiam a obra de Gentil Puget, levando em consideração as características que esses temas carregavam na década de 1940 no Brasil. Em vista disto é fundamental examinar o contexto histórico-político pelo qual o Brasil passava, no qual as manifestações artísticas e culturais eram fiscalizadas por um órgão ligado diretamente ao Executivo. Sobre o período, Mônica Velloso (1987, p. 25) ressalta a busca das “raízes da brasilidade” pelos intelectuais no Estado Novo e o comportamento latente do artista em foco. Os componentes artísticos pesaram sobremaneira na política estadonovista. A busca pela homogeneização do campo cultural é vista como forma de assegurar a organização do regime, no qual as discordâncias diante da ordem ideológica dominante eram vistas como contrárias ao “interesse nacional”. Assim, a radiodifusão entra em cena como o “portador do bom exemplo, do certo e do errado” e a música, inserida no projeto cultural do regime, seria o meio mais eficiente para a educação da nação, pois, na visão dos representantes da política cultural do Estado, “ela seria capaz de atrair para as esferas da civilização os indivíduos analfabetos, brancos e rudes”. (VELLOSO, 1987, p. 30)

Ritmos como maxixe, samba e batuques foram considerados desvirtuados, por carregarem os estigmas de sua “origem” (RAMOS, 1935, p. 125) e seriam combatidos por conta da desqualificação do negro. Todavia, paralelamente, “estimulava-se a pesquisa sobre a sua contribuição na formação da nossa cultura” (VELLOSO, 1987, p. 31), na qual intelectuais poderiam enaltecer os aspectos positivos da cultura africana, apropriando-se dos ritmos para os objetivos do regime. Em 1942, é criada uma sessão de música folclórica no Rádio Nacional no Rio de Janeiro, seguindo os caminhos da Rádio Difusora da Prefeitura (PRD-8), com sua

programação marcada pelos temas de saúde e música. Gentil Puget trabalhou nesta emissora em um programa com temas folclóricos da Amazônia e músicas. Porém seu maior reconhecimento como especialista radiofônico sobre o tema veio durante seu trabalho na Rádio do Ministério da Educação (PRA-2).

A Rádio do Ministério da Educação (PRA-2) surgiu de uma doação da Sociedade Rádio do Rio de Janeiro, de Roquette-Pinto, para o Ministério da Educação e Saúde. A rádio não poderia alinhar-se ao novo modelo de programação popular e comercial liberada a pouco tempo, ela deveria permanecer com programas culturais e educativos. Ao saber que a PRA-2 seria incorporada ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o próprio Roquette-Pinto escreveu uma carta ao governo salientando que a rádio não estava sendo entregue ao governo e sim à educação do país. O governo concordou com as exigências e em 7 de setembro de 1936 o professor entregou solenemente a emissora ao Ministério. A PRA-2 fica instituída oficialmente em janeiro de 1937, pela Lei 378, que determinou no seu artigo 50: “fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativo (SRE), destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo” (MILANEZ, 2007, p. 214). A força e importância da PRA-2 foi tamanha devido ao seu alcance de suas ondas sonoras, que era transmitidas para todo território nacional.

A exemplo do alcance da radiodifusão no Estado do Pará, temos

Na década de 60, a continuidade do **Mensageiro Para o Interior** [que] esteve ameaçada, quando um diretor dos Correios e Telégrafos, talvez enciumado pelo fato do programa estar substituindo o trabalho da empresa, ordenou que ele fosse retirado do ar. Edgar Proença colocou um mapa do Pará embaixo do braço e seguiu para Brasília para uma audiência com o Ministro das Comunicações. Lá, estendeu o mapa sobre a mesa e explicou em detalhes porque a rádio insistia em manter o programa. Ele exemplificou que, para entregar um telegrama enviado do rio Ariri, em Altamira, até a sede do município, os correios levavam exatamente quatro dias de viagem num barco. As grandes distâncias e as dificuldades de acesso convenceram o ministro de que a população da Amazônia não podia prescindir rapidez da mensagem radiofônica e o **Mensageiro Para o Interior** foi mantido. (VIEIRA e GONÇALVES, 2003, p. 56)

Apesar do trecho supracitado exceder o marco temporal trabalhado, décadas de 1930 e 1940, vinte anos depois o rádio ainda era a melhor opção para conectar os centros urbanos com os interiores dos Estados e que a comunicação entre eles era mais efetiva por este meio que ao meio de fato correspondente, o serviço de Correios e Telégrafos.

O regime varguista, com seu projeto civilizador, integralista e higienizador buscava recursos para promover uma integração nacional. Dentre eles, contava com as temáticas

folclórica e da negritude que, juntamente com o mito das três raças, viriam a compor o panorama nacional e as características de cada região ao serem ressaltadas como parte de um todo da identidade nacional. Ângela Côrrea explica que

No decorrer do processo de formação do país, o que se percebia era a imposição de culturas estrangeiras, imposição essa que precisava ser rompida para que a verdadeira música regional pudesse ser construída. O canto no meio popular ainda era de “raízes” africanas, portuguesas e indígenas; portanto, não havia sido regionalizado. Caberia ao artista brasileiro encontrar a originalidade rítmica e melódica que criaria a música regional e nacional. Para tanto, fazia-se necessário um posicionamento favorável à busca do genuíno, do autêntico, na cultura popular para que a verdadeira música regional pudesse aflorar. (CÔRREA, 2010, p. 192)

A colaboração de Puget na invenção artística e folclórica da “música negra” na Amazônia paraense (COSTA; SOARES, 2018, p. 9) corrobora os debates estabelecidos entre o compositor, artistas, folcloristas e jornalistas com quem mantinha relações políticas e intelectuais na então Capital Federal. Essa relação com esses grupos direcionaria o músico para questões raciais mais marcantes e uma aproximação forte com os grupos negros e da cultura popular.

Apesar de ter uma carreira relativamente conhecida no Norte do país, quando chegou ao Rio de Janeiro, Puget ainda teria um longo caminho a percorrer para seu reconhecimento artístico no meio carioca. Ele fora antecedido na Capital Federal, à época, pelo maestro Waldemar Henrique, que na década de 1940, já experimentava então uma carreira mais consolidada. Isso é um elemento importante pois Puget, assim como Waldemar, encontrou espaço para trabalhar com o folclore amazônico e brasileiro, como um todo e, em particular, em torno da questão da negritude, assunto bastante defendido por ele na década anterior, quando vivia em Belém e se tonara conhecido por meio de programas radiofônicos e de suas apresentações musicais.

Em entrevista com a musicóloga Maria Lenora Menezes Brito, cedida em 20 de novembro de 2015, soubemos que apesar de pertencer a uma família de relativas posses, Puget, ao chegar no Rio de Janeiro passou por dificuldades financeiras até se estabelecer nas emissoras cariocas. Explicava-se o engajamento do músico em seguir com a carreira artística e intelectual também por conta do objetivo de se desprender das amarras impostas pelo pai (COSTA; SOARES, 2018, p. 18), que se opunha à sua profissionalização musical. Essas questões da trajetória de vida, origem social, as pessoas com quem se relacionava em Belém serão as bases estabelecidas e solidificadas que permearam a sua trajetória na Capital Federal.

O repertório de Puget contava com toadas, cocos, carimbós, batuques, cirandas e pontos rituais, motivos musicais recolhidos em terreiros afro religiosos, pregões de rua, festejos populares, vendedoras de feira, ervas, doces, amoladores de tesoura etc. Sua atuação na Rádio Difusora da Prefeitura (P.R.E-8), Rádio Mauá e principalmente Radio do Ministério da Educação (P.R.A-2), teve alcance nacional. Os programas “Lira do Povo”, “Nossa música popular” e “Roteiros da música popular brasileira” contavam com uma dinâmica de apresentação da história e do folclore de cada estado brasileiro.

Seu engajamento com a causa da negritude foi ressaltado no estreitamento de relações com Teatro Experimental do Negro e com a Orquestra Afro-Brasileira. Há nos periódicos cariocas da época notícias de inúmeras participações em apresentações de ambas entidades. Diversas músicas com a temática negra foram compostas e exibidas nessas ocasiões. A relação com o Teatro Experimental do Negro permaneceu tão forte que mesmo após seu falecimento em 1948, sua música continuou a ser exibida em toda a temporada da peça Aruanda.

Ressalto que a produção radiofônica e artística de Gentil Puget foi demasiadamente importante no contexto nacional e local, pois além de ter o folclore amazônico, em especial o paraense, estampado nas principais rádios cariocas, com a valorização do regional, temos um intelectual, compositor e músico engajado na temática de folclore e negritude, muito conhecido e comentado até então, mas que foi rapidamente esquecido nas décadas seguintes à sua morte.

Apesar de ser um conterrâneo e contemporâneo a artistas como Waldemar Henrique, Puget não contou com a mesma projeção internacional e nem foi homenageado por obras memorialísticas, seria devido, talvez, ao seu engajamento político, sua concordância com um certo direcionamento das artes e da rádio na construção dessa visão una da nação, sua própria aproximação com os temas e personagens negros, nos parece que ele não estava tão preocupado com o *show business* e por causa dessas escolhas teria caído no esquecimento, ele não seria, ao menos é o que nos parece, um conformista. Este trabalho pretende mostrar um pouco mais da contribuição deste artista no campo do folclore musical negro, que será aqui tomado como campo de estudo de história social e cultural da arte, bem como como essas relações intelectuais e políticas o deixaram ora em foco, ora em esquecimento na História.

A pesquisa tem como base um levantamento, prévio acerca de Puget, um conjunto documental de periódicos onde buscou-se investigar a participação e interação do músico na sociedade intelectual e radiofônica carioca. Para tanto, ressaltamos que esta fonte se constitui de

[...] um vigoroso conjunto de obras que, com abordagens e perspectivas distintas, discutiu a produção e o universo dos homens das letras alocados no período ‘pré-moderno’ e cujos resultados tornaram patente a inadequação da terminologia e do lugar que a História literária lhes tem reservado. (LUCA, 2005, p. 125)

Luca (2005) observa as potencialidades e possibilidades de trabalhar-se com periódicos, elencando uma série de autores e produções tendo esta fonte como base. Porém ressalta a fragilidade da fonte se não for bem trabalhada e questionada. A fonte não se basta, sendo necessário outras para o cruzamento das informações e a contextualização da fonte, apontando-se informações sobre quando foi escrita, por quem e para quem, além de leituras que sustentem as afirmações pontuadas.

Partindo deste material coletado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, partiremos agora para a coleta de outras fontes como as gravações dos programas radiofônicos “Lira do Povo”, “Nossa música popular” e “Roteiros da música popular brasileira”, onde se pretende transcrever esses programas para análise e discussão, buscando-se então informações sobre os assuntos apresentados, as atrações musicais, convidados e membros das rádios. Bem como um levantamento dos broadcastings (serviços de rádio difusão). Estes consistem em radiodifusão sonora, ou seja, um conjunto que abarca o tipo de transmissão, a área de serviço, tipo de modulação, de funcionamento, faixa de frequência, de ondas eletromagnéticas e modalidade, características técnicas para a exibição dos programas.

Mas afinal, o que estamos pretendendo ao falar de um músico da Amazônia que ao se estabelecer no Rio de Janeiro, à época Capital Federal, tratando de assuntos como folclore e negritude em sua obra durante e após o Estado Novo?

A ideia é perceber como o regime estadonovista permitiu a Puget a coleta, produção e veiculação de produções musicais e intelectuais voltadas para o folclore negro, enquanto, ao mesmo tempo, perseguia centros afro religiosos e combatia expressões musicais negras não identificadas com a exaltação ao trabalho. Também, busca-se entender como a abordagem dos temas folclore e negritude abriu portas para um artista amazônico na Capital Federal à época.

Puget foi um ferrenho defensor da Amazônia e levava isso para suas composições musicais e programas radiofônicos. Inserido no contexto modernista, ele puxou para si e para os seus conterrâneos o dever de mostrar que a “verdadeira música nacional” se encontrava na região, com homens simples que vivam nas matas e florestas, ou na roça e nos subúrbios da cidade. E como defensores da época, como Mario de Andrade, ele afirmava que era necessário a coleta destes motivos musicais e culturais, pois em seu discurso entendia que o avanço do

progresso e da civilização iria extinguir a cultura verdadeiramente popular. Independentemente de sua visão está alinhada ou não com o governo, a sua contribuição faz-se presente neste estudo.

## Referências

- BURKE, Peter. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CALABRE, Lia. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960*. 2002. 276 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002. v.1.
- CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1. n. 31, p. 161-181, 2003.
- CORRÊA, Ângela Tereza de Oliveira. *História, cultura e música em Belém: décadas de 1920 a 1940*. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- COSTA, Antonio Maurício Dias da; SOARES, Ariel S. Pianos, Violões e Batuques: caminhos da invenção artística e folclórica da música negra na Amazônia paraense (1923-1940). *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 37, p. 1-33, 2018.
- ESPOSITO, Kátia Adriana Falcão Pereira. *A propaganda na era Vargas: a propaganda oficial (1930-1945) de um regime que saiu da vida e entrou para história*. 1. ed. Niterói: Itapuca, 2018. E-book. 128p.
- FIGUEIREDO, Aldrin M. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950*. Belém: EDUFPA, 2008.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Nossos intelectuais e os chefes de mandinga: repressão, engajamento e liberdade de culto na Amazônia (1937-1951)*. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- LEMOS, Rebeca. *Gentil Puget e sua busca por uma identidade nacional*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MILANEZ, L. (ed.). *Rádio MEC: herança de um sonho*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.
- PUGET, Gentil. *Revista A Semana: vozes de nossa música*. Belém: [s.n.], 1936.
- RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1935.
- SALLES, V. *A modinha no Grão-Pará*. Belém: Secult/IAP/AATP, 2005.
- TRAVASSOS, Elisabeth. *Modernismo e música brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIEIRA, Ruth; GONÇALVES, Fátima. *Ligo o rádio pra sonhar: a história do rádio no Pará*. Belém: Prefeitura Municipal, 2003.



# REGULAÇÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO: DISCURSOS DOS JURISTAS COMO MEMÓRIA NACIONAL DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O CONTROLE REPRODUTIVO DE MULHERES NEGRAS

Bárbara Galli de Oliveira,  
Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de  
Passo Fundo. Bolsista pela Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF). E-mail:  
145561@upf.br.

**Resumo:** No discurso jurídico existe uma linguagem que guarda marcas de uma história que não foi escrita. A luta das trabalhadoras domésticas esbarra nessa premissa uma vez que, lembrados alguns elementos históricos para interpretar os dispositivos do ordenamento jurídico, permanecem vestígios de valores patriarcais e de conexão com a escravidão. Portanto, objetiva-se trazer para esse debate os principais pontos da historiografia dos direitos das trabalhadoras domésticas do Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 para demonstrar como os discursos dos juristas podem servir de base para análise do mito da democracia racial e da forma de controle reprodutivo de mulheres negras. Essa abordagem se torna relevante para compreender a modernidade brasileira diante da afirmação de igualdade perante a lei entre os sujeitos. Posto isso, o presente trabalho identifica pontos que oportunizam compreender as contradições presentes no ordenamento jurídico brasileiro em matéria de trabalho doméstico, bem como, apresenta uma reorientação sobre a narrativa histórico-jurídica das trabalhadoras domésticas na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Discursos jurídicos; mito da democracia racial; controle reprodutivo de mulheres negras.

## Introdução

O delineamento geral da pesquisa nasce a partir do questionamento: Por que o trabalho doméstico é uma classe trabalhadora que ainda hoje experencia a falta de reconhecimento social, econômico e trabalhista?

O trabalho doméstico é um objeto comum de pesquisa para os campos da História Social do Trabalho e do Direito, sendo possível analisar a permanência histórica situacional e peculiar das empregadas domésticas em termos legais. Essa abordagem interdisciplinar possibilita compreender essas trabalhadoras de uma maneira ampliada contemplando problemáticas como as de gênero e de raça a fim de romper com algumas tradicionais dicotomias.

Trago para o centro do debate as lutas por direito e reconhecimento de uma categoria composta por milhares de trabalhadoras que, historicamente, são a base de sustentação para a manutenção de todos os demais trabalhadores e que são marcadas pelo silenciamento, por imagens internalizadas de controle e complexamente articuladas em torno do controle reprodutivo de mulheres negras.

Em termos jurídicos, a codificação ou a falta dela, evidencia a formação histórico-cultural do país, uma vez que demonstra os marcos tradicionais de fundação do Estado. É nessa

medida que a linguagem pode transparecer uma história que não foi escrita e que pode ser revelada pela análise do discurso jurídico.

Portanto, afinando-se esse questionamento inicial, que é extremamente amplo e de complexo estudo acadêmico, o presente trabalho limitar-se-á na reflexão de dois aspectos: O primeiro revisita a consolidação e regulamentação de leis trabalhistas especificamente o histórico de desenvolvimento do trabalho doméstico a partir da Constituição Federal de 1988, demonstrando a sua desvalorização e não reconhecimento.

O segundo traz apontamentos sobre essa formação historicamente mais recente a partir de alguns exemplos de discursos de juristas. Esses discursos nos possibilitam discutir o mito da democracia racial (inclusive semanticamente) e as formas de controle reprodutivo de mulheres negras. Ambos os tópicos nos demonstram a divisão sexual do trabalho e a sustentação do racismo por denegação.

### **Historiografia jurídica do trabalho doméstico no Brasil após Constituição Federal de 1988**

A historiografia mostra que a configuração do trabalho doméstico é marcada pela marginalidade jurídica. As normas eram esparsas e a pretensão não era a criação de direitos e proteção da categoria, mas sim, mecanismos de controle.

Eis que, o pós-escravismo significou uma institucionalização de controle dos sujeitos a partir da “continuidade de um conjunto de ideologias, princípios, instituições, esquemas, atitudes, ações políticas, decisões que contribuíram para manter o modo de vida da população negra o mais próximo possível daquilo que era o escravismo” (ANDRADE; FERNANDES; CARLI, 2015, p. 559).

As trabalhadoras domésticas gozavam de um status de marginalidade jurídica em duas acepções: a primeira no que tange a estar à margem de uma legislação trabalhista que lhes equiparasse ou ao menos não discriminasse se comparadas aos trabalhadores em geral e; a noção mais vulgar do termo marginalidade, dadas às exigências contumazes de submissão ao controle de instituições penais, com a estigmatização de seus comportamentos e a pretensão de controle e gestão desses sujeitos a partir da polícia e não os órgãos com atribuições para tratar das relações de trabalho (RAMOS, 2018, p. 45).

Portanto, de que forma o mundo do trabalho constituído a partir da Constituição Federal de 1988 absorveu o trabalho doméstico em suas relações sociais?

Dentre as comissões de formação da Constituição Federal de 1988 – Assembleia Nacional Constituinte -, as discussões acerca do trabalho doméstico foram envolvidas pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e a Comissão da Ordem Social.

Essas discussões também ocorreram a partir de participação popular e assim como os demais trabalhadores, as domésticas também se mobilizaram no debate constituinte na busca pelo reconhecimento institucional. Articulação essa que já tinha um grande histórico de luta:

Os registros das primeiras movimentações das trabalhadoras domésticas para organizar-se politicamente são marcadas pela década de 1930. Em 1936 foi criada a primeira organização social cuja temática era o trabalho doméstico: nas cidades de São Paulo e Santos foi fundada a Associação das Empregadas Domésticas, mas a mesma foi fechada em 1942 por ocasião da proibição do regime autoritário do Estado Novo. A atuação delas se aliou a diversos seguimentos dos movimentos sociais. No início, apenas no campo das organizações sindicais, depois se aproximando de outros movimentos sociais a exemplo do movimento negro, tendo sido Laudelina de Campos Melo, umas das precursoras das lutas das domésticas, integrante da Frente Negra Brasileira. Com protagonismo de Dona Laudelina de Campos Melo, o movimento surgiu na região de Campinas, inicialmente como Associação e aliada à Igreja Católica (RAMOS, 2018, p. 51).

Foi junto a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos que Lenira de Carvalho, representando a categoria das trabalhadoras domésticas, apresentou um documento elaborado por 23 associações de 9 Estados do País mediante a qual expuseram suas reivindicações

Nós, Trabalhadoras Empregadas Domésticas, somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham neste país, cerca de 1/4 (um quarto) da mão-de-obra feminina, segundo os dados do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas de Janeiro de 1985. Fala-se muito que os trabalhadores empregados domésticos não produzem lucro, como se fosse algo que se expressasse, apenas e tão-somente, em forma monetária. Nós produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, que sem ter acesso a instrução e cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões. Queremos ser reconhecidos como categoria profissional de trabalhadores empregados domésticos e termos direito de sindicalização, com autonomia sindical. Reivindicamos o salário mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado, 13º salário, estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e demais direitos trabalhistas consolidados. Extensão, de forma plena, aos trabalhadores empregados domésticos, dos direitos previdenciários consolidados (ANC, 1987, p. 184-192).

Percebe-se que o discurso apresenta um tom de exigência justamente no intuito de afirmar o “direito de 3 milhões de trabalhadoras” que se encontravam na invisibilidade. Ainda, o movimento frisava a máxima: “não queremos ser da família, queremos direitos!”, pois em geral, os parlamentares constituintes descreviam as trabalhadoras domésticas “como se fossem da família”, sendo uma narrativa de “afeto” que retira da categoria suas demandas por igualdade e profissionalização. (RAMOS, 2018, p. 72-79).

**Figura 1 - Registro da entrega da Sugestão 10195-8 ao presidente Ulysses Guimarães pelas representantes dos empregados domésticos**



Fonte: a: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

As trabalhadoras realizaram um movimento comprometido, mas a redação final da Constituição reconheceu apenas 9 de um rol de 34 direitos fundamentais conferidos aos demais trabalhadores, agregando-as separadamente na forma do parágrafo único do art. 7º, sendo eles: direito ao salário mínimo, irredutibilidade salarial, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais mais 1/3 do salário normal, licença à maternidade por 120 dias, licença paternidade, aviso prévio proporcional e integração à previdência social.

Essa invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico excluiu direitos como: hora extra de no mínimo 50% à hora normal, adicional noturno, duração de trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, medida de proteção de riscos inerentes ao trabalho, intervalo para refeição e descanso, FGTS, seguro-desemprego e reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho. Portanto, a não equiparação das domésticas a direitos que foram assegurados a todos os demais trabalhadores fere, com clareza, o princípio da isonomia.

Consigne-se que a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a reconhecer a categoria das trabalhadoras domésticas, incluindo o direito a sindicalização (LOPES, 2020, p. 97).

As décadas de 2000 e 2010, durante os governos Lula e Dilma, promoveram maior diálogo institucional no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, o

que viabilizou a criação deste novo conjunto normativo, ainda com muitos limites, sem que nunca logrem equiparação com os demais trabalhadores. “[N]a verdade, a Lei 150 não equiparou de fato. Melhorou... (...) então ficou lá muito tempo engavetado e tivemos muitas lutas pra chegar até aqui, que ainda não tá bom... não tá bom de jeito nenhum!” (LOPES, 2020, p. 100).

Já no século XIX, a partir da Lei nº 10.208 de 23 de março de 2001 estabelecendo o acesso, de forma facultativa a seu empregador, ao direito ao FGTS e ao seguro-desemprego também para a trabalhadora doméstica.

Nessa mesma senda de ampliação, no ano de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.324 que conferiu estabilidade provisória à empregada gestante, repouso semanal remunerado e o direito a férias anuais de 30 dias, banindo também a hipótese de desconto salarial por utilidade e feriados:

Art. 2º – A. É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.

§ 1º Poderão ser descontadas as despesas com moradia de que trata o caput deste artigo quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.

Art. 3º O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.

Art. 4º – A. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto”.

Posto isso, foi somente com a Emenda Constitucional nº 72 aprovada em 02 de abril de 2013 que a categoria das domésticas foi equiparada em direitos trabalhistas com os trabalhadores urbanos e rurais, oportunidade em que houve a inclusão de dezesseis incisos junto ao parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal/1988, passando a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Eis que, esses incisos acresceram os seguintes direitos: proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, adicional noturno, proteção ao salário, salário-família, jornada de

trabalho de 08 horas diárias e 44 horas semanais, hora extra, redução dos riscos no trabalho, auxílio-creche, reconhecimento de Acordos e Convenções Coletivos de Trabalho, seguro contra acidentes de trabalho, proibição de discriminação, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ocorre que, nada obstante a fixação destes direitos, gerou-se grande debate na doutrina pois alguns destes direitos ficaram pendentes de regulamentação, “não entrando em vigor: não entrando em vigor: proteção do trabalhador doméstico contra despedida arbitrária ou sem justa causa, seguro desemprego (extensão de 03 para 05 parcelas), FGTS, adicional noturno, auxílio creche, salário família e seguro contra acidentes de trabalho”. Assim, parte da doutrina sustentava a criação de uma nova legislação infraconstitucional enquanto que outros defendiam a aplicabilidade imediata destes direitos.

Por fim, esgotando as discussões ainda restantes, em 1º de junho de 2015 foi publicada a Lei Complementar nº 150 que definiu características e particularidades deste vínculo sendo aplicada a todos os contratos de trabalho doméstico que vigoraram antes ou depois da Emenda Constitucional nº 72, exceto as diaristas, inclusive, revogando a Lei nº 5.859/1972 (Lei dos Domésticos).

Uma das principais definições da Lei foi a conceituação do emprego doméstico, como aquele que “que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”, ou seja, delimita quantos dias trabalhados caracterizam o vínculo de emprego, fazendo a diferenciação com diarista.

Mais recentemente, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), que fragilizou garantias constitucionais dos trabalhadores já no governo Michel Temer, pouco alterou as condições do emprego doméstico, já sistematicamente excluído desse arcabouço protetivo. “Quando a gente tava perto, aí eles tiraram das outras categorias. Entendeu?” (LOPES, 2020, p. 100).

Por fim, essas leis seguem nos demonstrando o tom de luta constante da categoria e da persistente exclusão jurídica sofrida por essas trabalhadoras.

### **Discursos dos juristas como memória nacional do mito da democracia racial e o controle reprodutivo de mulheres negras**

As demandas por reconhecimento de direitos codificados das trabalhadoras domésticas nos demonstram também uma construção de elementos historiográficos que podem nos levar a interpretação das relações sociais e, igualmente, das exclusões.

O moroso arranjo jurídico-institucional que envolve essa categoria de trabalhadoras toca na memória da escravidão que tem como padrão a negação dos direitos da população negra bem como guardando relação com a divisão sexual do trabalho que busca preservar a mulher no âmbito privado.

Propositalmente as atividades domésticas são tachadas como um trabalho sem finalidade lucrativa e são inviabilizadas na cadeia de sustentação do capital. Essa forma, evidências empíricas anteriores focalizam sua atenção em compreender a gênese dessa invisibilidade, que surge a partir da desvalorização social que é atribuída a colonialidade, permitindo a hierarquização em várias dimensões, racial e de gênero.

Nesse sentido, a teoria do mito da democracia racial consagra-se como um suporte ideológico, marcado por características antidemocráticas, antiliberais e conservadoras agindo como um apagamento da memória nacional e operando para naturalizar a violência e a supressão de uma agenda política sobre as desigualdades. Juridicamente, se traduz como a “ausência de dispositivos racistas no ordenamento brasileiro, uma ideia que cai por terra quando analisada mais de perto” apresentando um “padrão de dispositivos normativos abertamente discriminatórios”:

Operavam, sobretudo, em nível infraconstitucional, na forma de contravenções penais e posturas municipais, normas de comportamento para proteção da moral, dos princípios e dos costumes da sociedade. Como forma de controle dos corpos no espaço da cidade, estratificavam racialmente a população. O controle penal e a exclusão de garantias trabalhistas informam sobre o lugar de abjeção e vigilância que se destinava à população negra com a proximidade da abolição. (LOPES, 2020, p. 102).

Conforme Lélia Gonzalez (1988, p. 73):

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue", como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura.

Em face da resistência dos parlamentares ao longo da história acaba-se por ratificar esse mito na ordem constitucional, que nada mais é do que um reflexo da cultura. Conforme tópico

anterior, o processo normativo do emprego doméstico é um dos exemplos que nos mostram como o mito opera largamente no âmbito do trabalho a partir das vinculações com a escravidão e os valores patriarcais.

Ocorre que “o espaço jurídico e o seu discurso constitutivo se apresentam como o lugar privilegiado para o estudo das relações raciais, como relações de poder num campo agonístico, isto é, campo de conflito e antagonismo.” Portanto, o mito da democracia racial cumpre um papel importante no processo de argumentação e decisões judiciais, porque ele “qualifica os saberes sérios, demarca as questões relevantes, marginaliza saberes e narrativas (...) como imaginário social é um horizonte (...)” um modo de funcionamento das práticas discursivas e por isso o contexto do discurso jurídico se torna suporte dessa relação, com efeitos sociais concretos (SALES JÚNIOR, 2006, p. 57-66).

Considerando a relação entre democracia e autoritarismo, mediada pelas chaves da raça e da memória na tradição filosófica ocidental, as permanências autoritárias no constitucionalismo latino-americano, segundo Roberto Gargarella, estão na ausência de mudanças estruturais no que ele chama de “sala de máquinas” da Constituição. Não são somente as graves violações de direitos humanos que determinam lógicas autoritárias, mas as formas de organização do Judiciário, do Legislativo e do Executivo, que pouco se alteraram nos últimos séculos. Apesar de alguns avanços, não alcançamos esse núcleo da maquinaria democrática (LOPES, 2020, p. 104-105).

As mancadas, escorregadas ou fraquejadas do discurso dos juristas oferecem pistas para compreender a aparente contradição entre o afeto e a negação de direitos da categoria. Se você quiser saber sobre contratos de trabalho doméstico no século XIX, talvez o melhor lugar para procurar sejam os registros policiais, que registram o profundo medo das elites das mulheres que cuidavam de suas casas e de seus filhos.

A historiografia do trabalho doméstico no Brasil registra que, “Embora dependentes de serviços, os donos das casas os viam com a mesma suspeita destinada aos pobres e negros no geral. (...). E entre os serviços domésticos, as mulheres representavam o maior risco, uma vez que costumeiramente executavam o mais pessoal do trabalho doméstico.” (LOPES, 2020, p. 103).

Segundo a historiadora Martha Santos, o princípio que fundamenta a hereditariedade do status de escravizado pela linha materna tornou-se uma peça central no debate sobre a manutenção da escravidão desde a proibição do tráfico transatlântico em 1831. Em um contexto de interrupção do fluxo de chegada de novos carregamentos de escravizados, de crescente demanda por mão de obra no Sudeste e de declínio da economia açucareira no Nordeste, o reabastecimento do mercado interno contou com a reprodução e com o cuidado das cativas. As “mães escravas” teriam também o papel de pacificar



e estabilizar a mão de obra. (...) As “mães escravas” povoaram não só as disputas legislativas da época, mas também discursos acadêmicos e manuais de empresas agrícolas publicados por senhores de escravos. Encontra-se, entre uma e outra técnica de plantio e colheita para otimizar a produção, instruções específicas sobre a promoção de casamentos entre escravizados para estimular a reprodução natural. Seu trabalho reprodutivo era fundamental não somente para a economia nacional, parindo e criando novos trabalhadores, mas para reconciliar as contradições entre a prática da escravidão e o avanço de ideias liberais na construção de um Brasil moderno. (LOPES, 2020, p. 106).

Posto isso, percebe-se que as imagens de controle, o racismo e o sexismo se encontram presentes de forma marcante na cultura brasileira a partir de uma análise mais aprofundada das imagens das mulheres negras. E, nessa lógica, a história do emprego doméstico registra essa violência privada, os esforços estatais de controle e, por outro lado a resistência.

### **Considerações Finais**

Verificou-se que a trajetória de organização das trabalhadoras domésticas tem muito a nos ensinar sobre o reconhecimento de milhares de mulheres atravessadas pela violência colonial, a ruptura das imagens de controle internalizadas e a trajetória de luta na construção de uma democracia livre de racismo e sexismo.

Ainda, a ideia de democracia racial bem como da neutralidade jurídica afirma-se como mitos que visam assegurar específicos interesses e que, quando judicialmente concretizados, se formam verdadeiros obstáculos para a criação/realização de direitos sociais.

### **Fontes**

Atas da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 - ANC. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT\\_Abertura.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp).

### **Referências**

ANDRADE, Bruno; FERNANDES, Bruno Diniz; CARLI, Caetano de. O fim do escravismo e o escravismo sem fim: colonialidade, direito e emancipação social no Brasil. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 06, nº 10, 2015, p. 551 – 597. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/15415>. Acesso em: 07/08/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03/08/2021.

BRASIL. Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110208.htm). Acesso em: 03/08/2021.

BRASIL. Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111324.htm). Acesso em: 03/08/2021.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm). Acesso em: 05/08/2021.

BRASIL. Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 15/08/2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 17/07/2020.

LOPES, Juliana Araújo. Quem pariu América?: trabalho doméstico, constitucionalismo e memória em pretuguês. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2 p.93-123, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/6900>. Acesso: 06/01/2020.

RAMOS, Gabriela Batista Pires. “*Como se fosse da família*”: o trabalho doméstico na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28405>. Acesso: 06/01/2020.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. *Raça e justiça*: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, Recife. 2006. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/9747>. Acesso em: 09/10/2021.

SILVA, Dayane Rose. *Trabalho doméstico no Brasil*: os avanços trazidos pela Lei Complementar 150/15. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/40811/trabalho-domestico-no-brasil-os-avancos-trazidos-pela-lei-complementar-150-15>. Acesso em: 10/07/2021.

## EL ESTADO Y LAS DESIGUALDADES SOCIALES EN EL NOROESTE DE CORDOBA (ARGENTINA) 1900-1930

Beatriz I. Moreyra

Instituto de Estudios Históricos – Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”

UEDD CONICET

**Resumen:** El subcontinente latinoamericano, y Argentina en particular, se ha caracterizado a lo largo de su historia por generar formas de desigualdades sociales, económicas y culturales particularmente severas y persistentes. Paralelamente, la preocupación por las formas de desigualdad ha ganado centralidad en el universo académico, político y de la sociedad civil en las últimas décadas y ha dinamizado un debate más extenso acerca de las dimensiones, causas e institucionalización de las desigualdades. En este contexto, esta investigación analiza los procesos y dimensiones generadores del atraso y desigualdad económica, social e institucional de la región del Noroeste de Córdoba, (Argentina) en las primeras décadas del siglo XX, con miras a ofrecer una perspectiva compleja y específica de esta región, sin desconocer su interrelación con la escala nacional y/o internacional. Si bien la vulnerabilidad social regional exige una perspectiva integral centrada en las interdependencias sistemáticas entre diferentes dimensiones de la desigualdad social, esta investigación se focaliza en la centralidad de la debilidad institucional del Estado y las deficiencias que impidieron una *accountability* de los modos de gestión regional.

Palabras clave: desigualdad, Estado, territorialidad.

La preocupación por las desigualdades sociales, los procesos que las generan y reproducen, y los mecanismos que permiten mitigarlas son temas recurrentes en el pensamiento social moderno. Hacia finales del siglo XX, su análisis toma un nuevo impulso, ante la constatación que las desigualdades económicas y sociales, lejos de haber disminuido, están cada vez más acentuadas en todo el mundo y han adoptado nuevas modalidades. En este sentido, Atkinson plantea un “vuelco de desigualdad” a partir de la década de 1980, que ha conducido a un nivel excesivo de desigualdad que exige pensar mecanismos igualatorios que reduzcan esta creciente brecha. El subcontinente latinoamericano, y Argentina en particular, se ha caracterizado a lo largo de su historia por generar formas de desigualdades sociales, económicas y culturales particularmente severas y persistentes. Paralelamente, la preocupación por las formas de desigualdad ha ganado centralidad en el universo académico, político y de la sociedad civil en las últimas décadas y ha dinamizado un debate más extenso acerca de las dimensiones, causas e institucionalización de las desigualdades. Este creciente interés ha ido acompañado por un deslizamiento desde un enfoque puramente económico hacia una mirada multidimensional que considera la desigualdad como una construcción histórica en la que se entrecruzan múltiples factores y participan numerosos agentes dotados desigualmente de poder.

En este contexto de producción en el que en cada sociedad y en cada época existen diferentes tipos, grados y factores de desigualdades y fronteras móviles en relación con los niveles de inequidades, esta investigación analizará los procesos y dimensiones generadores del atraso y desigualdad económica, social e institucional de la región del Noroeste de Córdoba, en las primeras décadas del siglo XX, con miras a ofrecer una perspectiva compleja y específica de esta región, sin desconocer su interrelación con la escala nacional y/o internacional. Si bien la vulnerabilidad social regional exige una perspectiva integral centrada en las interdependencias sistemáticas entre diferentes dimensiones de la desigualdad social, esta investigación se focaliza en la centralidad de la debilidad institucional del Estado y las deficiencias que impidieron una *accountability* de los modos de gestión regional. Este factor fue decisivo porque las formas de inequidades no se vinculaban únicamente a la dinámica propia de un modelo económico, sino que requerían también el complejo proceso de naturalización e imposición del orden estatal y políticas activas para revertir el estancamiento y las desigualdades persistentes. En esta dimensión fundamental, la investigación se focaliza en la articulación de las estructuras y redes del poder político periférico, en la legitimidad que revistieron, en las características y alcance de las políticas públicas territoriales y su impacto en la reproducción de las desigualdades sociales.

Con respecto al contexto historiográfico, la indagación se inserta dentro de los estudios sociales de la política a escala subnacional, que desde los años 90 del siglo pasado, han adquirido particular interés en los procesos políticos de las provincias periféricas, como un modo de cuestionar las explicaciones nacionales que no tenían en cuenta las particularidades de estos espacios y las estrategias y prácticas de los actores políticos. Esta perspectiva focalizada en la configuración política provincial desde adentro permite interpretar la acción en situación y en el mismo movimiento de las gramáticas que la hacen posible, enfoques opacados desde una mirada exclusivamente “nacional” de la política. El conocimiento de las características del Estado en contextos periféricos ha permitido cuestionar las nociones con las que se ha abordado el proceso de construcción del Estado nacional: “uniformidad, estatización, centralización y expropiación social”, mostrando así “el carácter complejo, intrincado, inacabado, heterodoxo y conflictivo de la estructuración del Estado en el país” (ORTIZ BERGIA, 2015; SOPRANO, 2008).

Una mirada más preocupada por reconocer matices en los procesos históricos revela que el Estado también puede comprenderse como una institución más bien heterodoxa y bastante menos eficaz en su pretensión de ejercer el monopolio legítimo de la violencia física y simbólica

sobre una población inscrita en un territorio. Esta perspectiva ha sido menos transitada para los espacios periféricos y esta ponencia intenta contribuir al conocimiento de los estilos de gestión reconocibles en los agentes, Estados y sociedades periféricas.

### **La construcción e institucionalidad del orden estatal en el interior de la provincia de Córdoba: entre el marco normativo y las prácticas políticas**

La gran meta de los liberales cordobeses a lo largo de la década del setenta del siglo XIX fue sentar las bases de la construcción de un aparato estatal para la provincia. Su ascenso al poder provincial inauguró un periodo no solo de reacomodamiento de las figuras políticas provinciales, sino también una nueva visión en lo que respecta a la estructuración del poder provincial.

El conflicto entre el ideal liberal de fundar una nación de “ciudadanos”, que incluía entre otras herramientas de homogeneización, la necesidad de equiparlos y considerarlos como individuos iguales, y las prácticas locales de dominación y sujeción, no terminaron de resolverse aun entrado el siglo XX en aquellas sociedades marginales cuyo papel económico y político quedó relegado en el marco de una reorientación productiva iniciada en las últimas décadas del siglo XIX. En el caso de la provincia de Córdoba, a partir de la década del 80, con la incorporación del país al modelo primario exportador, a través del que se insertó en el comercio internacional en gran escala y al capital extranjero, se profundizó la división de su territorio en al menos dos regiones, no sólo en términos de sus características agro-ecológicas sino también de sus diferentes formas de ocupación y uso de la tierra. El espacio pampeano provincial dotado de abundantes pastos naturales, experimentó una verdadera revolución agrícola-ganadera. Por el contrario, la región noroeste, era de bajo coeficiente de humedad, predominando los pastos duros, circunstancias, que, unidas a las lluvias escasas, se tradujeron en condiciones muy desfavorables para las actividades rurales, a pesar que previamente fue la zona con mayor preponderancia poblacional y económica, donde se establecieron los primeros establecimientos productivos en el siglo XVI vinculados a la economía colonial del Alto Perú. Pero a partir del último tercio del siglo XIX y durante las tres primeras décadas del XX, la región noroeste quedó marginada de la nueva realidad económica, sus efectivos poblacionales y sus actividades productivas fueron perdiendo importancia con el desarrollo de la nueva orientación de la economía nacional, convirtiéndose en una zona marginal. Con respecto a la población, su importancia relativa en el total provincial descendió del 38% en 1869 a 14,3% en 1914, y la evolución demográfica dependía casi exclusivamente de las tasas vitales que eran muy elevadas (ANUARIO, 1900-1930). Pero lo más significativo era la emigración de varones

jóvenes en edad productiva que constituyó la principal estrategia de supervivencia de los habitantes de la región como consecuencia de las deficiencias de la estructura productiva.

La desnivelada integración de los territorios en general y en el interior de ellos mismos provocaron agudas tensiones y desigualdades, claramente visibles en los procesos productivos extra pampeanos, que se caracterizaron por la presencia de inequidades, desventajas, ausencias o insuficiencias (CEPPARO, 2013).

En el caso del Noroeste de Córdoba, esas características marginales aludían a las áreas más aisladas del sistema, extremadamente concentradas en sí mismas, carentes de un crecimiento potencial interno, excluidas de los procesos de decisión políticos, sociales y económicos, y existiendo al filo de la supervivencia (LEIMGRUBER, 1994).

La constitución de 1870 de la provincia de Córdoba introdujo una institución nueva, destinada a desempeñar una función de trascendencia para la estructura de poder y la vida política del interior provincial: la jefatura política, creada en cada departamento de campaña y cuyo titular se constituyó en cabeza de un nuevo orden de empleados para responder a las exigencias del servicio público.

Los artículos referidos a los jefes políticos permanecieron sin variantes en los textos constitucionales en las reformas de 1883, 1900, 1912 y 1923, hasta que la constitución de 1949 suprimió el “Régimen Político Departamental” que se volvió a reimplantar en 1955 y subsistió hasta la última reforma de 1987.

Los artículos constitucionales establecían que el jefe político estaba bajo la inmediata dependencia del gobernador de la provincia, quedando suprimidas las comandancias principales de los departamentos. Ello no excluía la existencia de jefes o comandantes de cuerpos de guardia nacional, que solo ejercían mando en sus respectivos cuerpos y únicamente para los casos del servicio militar. Estos comandantes o jefes de milicias estaban sujetos al jefe político, como primera autoridad del departamento, sin perjuicio que el gobierno pudiera comunicarle directamente las suyas.

La facultad central del jefe político era consolidar el poder ejecutivo a través de agentes directos en el ámbito provincial y el sometimiento de las fuerzas armadas al orden civil. Con ello, se procuraba avanzar en la carrera de la modernización política, superando las viejas prácticas emanadas de las luchas civiles que habían retardado la incorporación del país a los beneficios de la modernidad.

Los jefes políticos se entendían directamente con el poder ejecutivo, de quien dependían, y eran el órgano ordinario de comunicación con todas las autoridades y funcionarios de su

dependencia, sin tener injerencia alguna en lo que era del resorte de las municipalidades y jueces; pero debían prestar todo el auxilio y protección que les requieran (DIGESTO, 2007). Para ser jefe político se requerían las mismas condiciones que para ser senador, no tener investidura o grado militar y ser vecino del departamento. Su soporte legal no cambió sustancialmente y eran considerados como un empleado civil superior que dependía del gobernador e intermediaba entre éste y otros agentes de la administración departamental, ejercía la autoridad política, tenía a su cargo la policía y a él estaban sujetos los jefes y los comandantes de los cuerpos de la guardia nacional.

Ellos proponían al gobernador los nombres para cubrir los cargos jerárquicos de la policía y de los juzgados de paz así como a los miembros de las comisiones municipales y de fomento de las comisiones especiales. Es decir, concentraban un sin número de facultades y en muchas ocasiones servían a los objetivos facciosos y electoralistas del gobierno provincial. Los jefes políticos figuraban entre los mayores contribuyentes y los profesionales (PAVONI, 2000, p. 12).

La jefatura política fue así concebida como un poderoso instrumento para el control del espacio rural, en tanto cabeza de toda la estructura policial de la respectiva jurisdicción y portadora del monopolio de la coerción, factor fundamental en la construcción y reproducción del poder.

Con respecto al régimen municipal, a comienzos del siglo XX, el territorio de la provincia se dividía en distritos, cuya parte administrativa y económica estaba a cargo de su respectiva municipalidad. Las Municipalidades se componían de un concejo deliberativo y un departamento ejecutivo; eran independientes de todo otro poder en el ejercicio de sus funciones. Con respecto a las municipalidades, era una institución pública muy cuestionada y el funcionamiento del régimen municipal era intermitente por los conflictos con diversos funcionarios departamentales, la resistencia de los vecinos al pago de los impuestos y por las rivalidades políticas. Ello determinaba frecuentes y sostenidas acefalías completas de las autoridades municipales de campaña y su reemplazo por comisiones administradoras nombradas por el poder ejecutivo. Ante esta situación, en 1903, el poder ejecutivo provincial, en su mensaje anual a la Legislatura, manifestó la necesidad de la reforma del régimen municipal, porque *las prácticas no son aplicables en las poblaciones que no han adquirido cierto grado de desarrollo y condensación...*, situación que se replicaba en los departamentos del norte y del oeste. En 1905, se dictó una nueva ley orgánica de municipalidades, la ley 1819 pero no se experimentaron cambios en su funcionamiento y, por ende, los servicios y las

demandas de la población se encontraban muy resentidas. Si bien la constitución provincial estableció un adecuado régimen municipal, el mismo fue desnaturalizado en la ley orgánica porque en virtud de ella, el poder ejecutivo hizo uso de numerosas intervenciones que obstaculizaron la autonomía que es la esencia de la institución municipal. En este sentido, se fue afianzando a lo largo de las décadas un clima de ideas favorables tendiente a garantizar, con una reforma de la ley, la independencia, la autonomía y eliminar la intervención del poder ejecutivo.

### **Las prácticas, experiencias y estrategias, políticas**

Las prácticas, estrategia y experiencias políticas en los departamentos de la región pusieron en evidencia la presencia cotidiana endeble del Estado, su funcionamiento embrionario y su ausencia en los núcleos rurales no integrados al modelo primario-exportador. En efecto, hubo una escasa penetración material e institucional de las agencias estatales por las dificultades para hacer efectivo el orden y la seguridad de los vastos territorios y también por el vacío efectivo de contrapesos como el régimen municipal y el sistema judicial.

Los núcleos comunitarios experimentaron y adolecieron de un proceso de lenta penetración material e institucional del Estado por la complejidad de los fenómenos de territorialización; la difícil conformación de las agencias regionales, las dificultades organizativas en el proceso de construcción estatal, el desconocimiento del marco jurídico que regulaba las atribuciones; las limitaciones de las capacidades administrativas y políticas de los distintos elencos regionales de gobierno; la crónica escasez de recursos materiales y cognitivos y las dificultades para instituir regulaciones sobre los comportamientos particulares.

Las autoridades rurales enfrentaron una multiplicidad de contrariedades y de carencias para el desempeño de sus funciones. En primer lugar, el régimen político gubernamental no revestía una forma orgánica, porque no estaban deslindados sus deberes y atribuciones ni la extensión y responsabilidad de sus facultades. Procedía en diversas circunstancias con criterio discrecional y solo se limitaba cuando la resistencia contingente de las personas y/o autoridades de diversas jurisdicciones se oponían a las acciones que implicaban una violación de sus competencias.

Las personas que ejercieron el poder político local ocuparon una posición intermedia entre las comunidades rurales de las que eran miembros y las autoridades y los organismos e instituciones del poder político central. Como ocupantes de esa posición intermedia estaban sometidas a constantes presiones derivadas de las obligaciones de cumplir con las órdenes y políticas concretas emanadas del poder provincial y al mismo tiempo se vieron presionados a



responder a las peticiones y exigencias de sus vecinos. Y esa situación los obligaba a hacer un permanente *acopio de legitimidad*. En efecto, la actuación de los poderes locales transcurría en una permanente búsqueda de legitimidad por esa situación zigzagueante entre sus roles de delegados de los poderes provinciales y su pertenencia a la comunidad en donde convivían y en donde discurrían sus días. Y así se sucedían episodios que evidenciaban la falta de cumplimiento de sus deberes como autoridades y otros donde se aliaban con la comunidad, a lo que se sumaba que muchas autoridades provinciales no conocían la realidad sobre el terreno y dejaban actuar a las autoridades locales. También, en otras ocasiones, las autoridades locales generaban espacios para el consentimiento que garantizaran sus cargos y su cuota de poder.

Con respecto al control del espacio rural, las dificultades con que tropezaban las policías de campaña obedecían a la considerable extensión del territorio a vigilar con un número de agentes muy reducido y la exigua compensación de sus servicios, compensación que en los departamentos de la región no igualaba a un modesto jornal, lo que tornaba muy difícil la selección del personal subalterno. Por otra parte, los bajos sueldos, los atrasos en su percepción y la necesidad de atraer agentes a la repartición policial generalizaban el sobresueldo, la contribución o el subsidio fuera de la ley. A ello se sumaba la carencia de una ley que estableciera con precisión los fines de la policía y los procedimientos que debían seguir que regularizaran las relaciones con las demás autoridades (COMPILACIÓN, 1903).

La composición del personal y su remuneración se establecía periódicamente en el presupuesto anual provincial y en respuesta a casos puntuales y de manera discriminada para cada departamento, pero no tenían garantizada una fuente estable de financiamiento. Diversas disposiciones se destinaban ocasionalmente para sufragar los gastos policiales como el producto de determinados ramos (multas policiales y judiciales, papel sellado departamental, papeleta de conchavo, licencia para carreras y juegos permitidos, derecho de abasto público, de guía, de corral, alumbrado público, remate de caballos mostrencos, etc.). Algunos de esos eventuales eran de montos reducidos, desconociéndose cuáles eran los fondos específicos que podían disponerse, con el agravante, además, que algunos departamentos no tenían ninguno asignado y dependían de agentes ad-honoren que muy frecuentemente renunciaban al cargo ante perspectivas laborales mejores, en especial las frecuentes emigraciones estacionales a zonas rurales de la llanura donde había una creciente demanda de mano de obra, especialmente para las cosechas. Las multas que la policía estaba autorizada a imponer por delitos rurales debían percibirse en papel sellado, ser depositado ante el juez de paz e ingresar al tesoro provincial, pero en la práctica servían para cubrir gastos no presupuestados de la administración

departamental o para sostener al personal subalterno o como fuente de ascenso económico. La falta de recursos era la causa directa de las deficiencias del personal, de su inestabilidad y su renovación incesante. Esta carencia de efectivos, unida a la de movilidad y armamentos, era evocada sistemáticamente por las autoridades departamentales: “(...) la falta de personal semi competente y honesto, porque los sueldos que se le pagan no son un aliciente que los atraiga y los contenga y los sacrificios que se les exigen los lleva a rechazar cualquier insinuación de ingresar entre el personal de policía” (AHPC, 1916).

La repartición policial era, así, un ámbito de trabajo nada atractivo y no podía competir con las mayores opciones que brindaba la expansión agrícola en los centros productores del sudeste provincial. Por ello, eran comunes los rechazos y las renunciaciones al cargo de comisario o subcomisario “por el poco personal que tenía la partida y el mínimo de sueldo que se pagaba, mínimas para la vida y así es imposible conseguir un buen agente con la remuneración de 25 pesos” (AHPC, 1906).

El desenvolvimiento de la institución policial puso en evidencia que no descansaba esencialmente en ella la capacidad de acumulación y ejercicio del poder. Esa situación en las jurisdicciones serranas y especialmente norteñas de la provincia se traducían en la inmovilidad y el desamparo de los habitantes y productores de esos parajes. En 1900, el gobernador reconocía que “la policía de campaña carece de personal necesario y su vigilancia en salvaguardia de los derechos de propiedad privada se hace cuando no imposible, difícil debido a la falta de recursos disponibles” (COMPILACIÓN, 1900). Como consecuencia, los jefes políticos no podían organizar el cuerpo policial, se encontraron obligados a suprimir comisarías o a licenciar periódicamente a los agentes por falta de pago, al margen de las supresiones o reducciones que, por inconvenientes financieros, decidía el propio gobierno. Es decir, la máxima autoridad departamental no estaba en condiciones de controlar con regularidad el orden público y proteger los derechos personales y de propiedad (PAVONI, 2000, p. 119 y 123). Las consecuencias de esta situación de precariedad institucional, conllevó a la integración de la policía con elementos de mal vivir, a la intervención de los notables del departamento en la designación del personal y a la privatización de la seguridad, todo lo cual favoreció a su vez a la mecánica clientelística.

La lenta penetración material e institucional del estado en los espacios rurales se exteriorizaba también en la debilidad de *la materialidad administrativa* de las diversas autoridades por los complejos fenómenos de territorialización y por la endeblez de las instituciones que carecían incluso de un espacio físico donde ejercer sus funciones,

encontrándose las autoridades diseminadas por diversos y opuestos lugares de los departamentos con el deterioro de la administración eficaz y “con el menoscabo del progreso moral y material del departamento”.

Esta situación se maximizaba en los departamentos del norte de la provincia donde como, en el caso de la localidad de Rayo Cortado, en el departamento de Río Seco, en 1911, se carecía de edificios para la subcomisaría y juzgado (AHPC, 1911).

Los departamentos del oeste no fueron ajenos a estas distorsiones y esa debilidad de la materialidad administrativa se hacía sentir en el departamento Pocho, donde la sede de la jefatura Política estaba en el paraje San Miguel a una distancia de 171 Km del pueblo de Salsacate que era la ubicación más indicada por ser el centro de las mayores actividades económicas, poseía sucursal bancaria, un espacioso edificio policial y el único punto que disponía de telégrafo nacional tan necesario para el desempeño del gobierno departamental (AHPC, 1929).

A ello se sumaba, la carencia de personal idóneo y estable, imbuidos de intereses personales, que provocaban continuas renunciadas e inestabilidad en las funciones esenciales de gobierno. Esa situación era recurrente por la tensión permanente entre los intereses particulares y los inherentes a la gestión pública: “el subcomisario de Rayo Cortado renuncia por “sus numerosas ocupaciones multiplicadas y por el mal año”.

Por otra parte, los objetivos de gobernación social establecidos por autoridades policiales, políticas, judiciales y militares fueron poco eficaces debido a la ausencia de saberes idóneos por parte de los agentes públicos para cumplir sus funciones, pero también por la carencia de apoyo material y humano para el desarrollo de esas tareas y el predominio de las relaciones personales por sobre las institucionales (FREDERIC y SOPRANO, 2009, p. 49).

La lenta conformación y las distorsiones en el funcionamiento de las agencias estatales se reflejaba claramente en la precariedad de la organización y el deficiente manejo económico. Así, en 1917, la Comisión de Fomento de Villa de Soto ponía en conocimiento que al hacerse cargo, la comisión saliente se negó a entregar los comprobantes de los asientos que aparecían en los libros y los talonarios demostrativos de los impuestos de rodados, matanza y riego percibidos en los años 1915 y 1916. Tampoco de la subvención de 3000 pesos recibida del gobierno provincial de la que solo se justificaron 1200. Todo ello determinaba que la nueva comisión no pudiera atender los gastos y deudas acumuladas y solicitaba al gobierno adopte las medidas correspondientes (AHPC, 1917).

De la misma manera, la falta de institucionalidad en el manejo de la cosa pública y las irregularidades en la sucesión de las autoridades era un proceso recurrente. En 1916, el jefe político del departamento Rio Primero, José Cuestas, manifestaba al gobernador que el no cumplimiento del envío del inventario de ley al asumir sus funciones obedecía a que el jefe saliente, “Pablo Ramos, tenía en su estancia a 45 kilómetros de Santa Rosa unas cuentas a pagar y prometió traerlas en estos días”. Esto prueba los mecanismos informales en el manejo de los recursos y la privatización de la gestión política (AHPC, 1916).

La precariedad del funcionamiento administrativo se agravaba porque muchos de esos agentes no poseían instrucción elemental y, asimismo, no era inusual el ejercicio simultáneo de la jefatura política y cargos constitucionalmente incompatibles como el de comandante militar, jefe de policía en los interinatos o la práctica de funciones judiciales.

Por su parte, en los departamentos del norte provincial, era común que los jefes políticos permanecieran por mucho tiempo en sus cargos por la prevalencia en esas sociedades periféricas de los lazos parentales y de amistad.

A ese manejo comunitario y familiar, se sumaban las amplias funciones que el jefe político ejercía de derecho y de hecho, amparado en el carácter difuso de la reglamentación que fijaba sus atribuciones y deberes y las que les otorgaban los gobernadores afines a sus ideas.

Estas deficiencias en el ejercicio de las prácticas políticas se veían agravadas por la precariedad jurídica en que se desenvolvían, por la carencia de normativas legales adecuadas para consolidar las funciones y la acción estatal. Ello se patentizaba, además, en el no respeto de los derechos y de la ley, que tornaba anárquico el diario vivir en los espacios rurales. En 1911, el jefe político de Rio Seco expresaba que en cuatro juzgados de su jurisdicción y en las comisarías, se carecía de la ley orgánica de Tribunales para ajustar los procedimientos en lo civil, comercial y penal (AHPC, 1911). Ese desconocimiento de las leyes y de las normativas vigentes obstaculizaba, distorsionaba y promovía contradicciones en la aplicación de las atribuciones de las agencias estatales

Otra limitación estructural y permanente era la escasez presupuestaria para atender los servicios e infraestructura y los equipamientos elementales. La carencia de recursos se profundizaba en los territorios de la región y los gastos más indispensables de la policía y los administrativos de las jefaturas políticas pasaban a depender de las esporádicas y reducidas remesas giradas desde la capital que no satisfacían los montos señalados en el presupuesto de gastos de la repartición. La disponibilidad de las rentas departamentales no solo dependía de la capacidad económica y del movimiento comercial, sino, además, de la existencia o no de

municipalidad, pues en caso afirmativo, ésta reclamaba la pertenencia de aquellas fuentes de recursos. Las disputas entre la municipalidad y/o comisiones de fomento y la jefatura política se alimentaban en gran medida, al margen de las rivalidades facciosas, del interés de cada una por apropiarse de fondos para servicios propios y en los que pudieran competir jurisdiccionalmente. Eran la administración más castigada en cuanto a la falta de recursos y también la más demandada. Siendo la administración más próxima a los vecinos, carecía de las capacidades para dar respuesta a sus permanentes y múltiples demandas. En el caso de las comisiones de fomento que eran las prevalecientes en la región marginal, carecían de ordenanzas de impuestos y por consiguiente la recaudación se hacía con morosidad y muchas dificultades, porque un número considerable de contribuyentes se resistía a pagar, argumentando que las comisiones de fomento carecían de autoridad legal para exigir la percepción de los impuestos dado que las ordenanzas debían ser aprobadas por la Legislatura. En efecto, las exiguas rentas de las que disponían las comisiones de fomento, les impedían hacer frente a las múltiples obligaciones del servicio público desde la conservación de los caminos y puentes, las necesidades de la higiene pública hasta toda obra benéfica que implicara el desarrollo local como lo expresaron los vecinos en 1907 en nota al ministro de Obras Públicas afirmando que

(...) toda iniciativa de progreso muere en la impotencia de poder dotar al municipio fácil y económicamente del elemento que le es más indispensable. Por estas causas este pueblo, lejos de seguir el impulso civilizador, incorporándose al concierto de los demás centros de progreso, se debate en la agonía de un perpetuo y deprimente estacionamiento (AHPC, 1907).

En 1914, el gobernador Ramón J. Cárcano reafirmaba esa imagen al respecto:

La mayor parte de los centros poblados hállanse entregados a la incuria e impotencia de comisiones de fomento que no pueden reorganizarse en municipalidades por falta de conjuces y padrones electorales, ni desempeñan funciones administrativas por falta de facultades para arbitrar y comprometer recursos. Todos los servicios de vecindad encuéntrase abandonados, y sin ninguna higiene común, la salud pública a veces comprometida (MOREYRA y REMEDI, 2005, p. 307).

Si bien en 1915, la ley provincial 2466, dispuso que todas las municipalidades electivas creadas y las que en adelante se constituyeran percibirían como renta fiscal el 10% del producido de la contribución directa de las propiedades, todavía en 1926, las pocas municipalidades existentes en la región no percibían el 5 % de las rentas que les correspondía por contribución directa y patentes en sus respectivos radios para la construcción y conservación de caminos y las embrionarias comisiones de fomento se debatían en la

precariedad al no gozar de autonomía en materia de recursos debido a que los proyectos de ordenanzas locales requerían la correspondiente aprobación legislativa (CÁMARA DE SENADORES, 1926).

Con respecto a la salvaguarda de los derechos personales y patrimoniales, los jueces de paz, con jurisdicción en cada sección de ciudad o villa de la provincia, tenían competencia en lo civil y comercial al nivel de los jueces de alzada; por otra parte, no tenían facultades correccionales en forma directa sino que solo podían conocer de las consultas correccionales cuando “la pena excediera dos meses de reclusión, uno de trabajos en obra pública o multa de 30 pesos fuertes”. Sus sentencias causaban ejecutoria en los asuntos que no excediesen los cien pesos fuertes o cuando confirmaran sentencias de sus inferiores. La intención de los legisladores cordobeses fue estructurar en los pueblos o villas un juez cercano a las propias necesidades de los usuarios; es decir, un juez de causas menores, con un proceso expeditivo, que solo tuviera competencia directa en materia civil y comercial, evitando su participación en las competencias de las otras estructuras estatales. Al establecer explícitamente que cumplirán solo funciones judiciales, se procuraba ser consecuente con el paradigma liberal de la división de funciones entre los poderes en todas las estructuras estatales (BERALDI, 2017). Pero la tramitación de los juicios, por su escasa preparación y educación, no se hacían en la forma correspondiente y la tardanza y dilación en ellos dificultaban la vida en las poblaciones. Ello motivó la presentación, en 1907, de un proyecto de creación de Inspector de justicia con la función de inspeccionar en febrero y setiembre los Juzgados letrados y de paz de la campaña, y la creación de juzgados de Paz Letrado en lo civil y comercial en distintas regiones de la provincia (CÁMARA DE SENADORES, 1907). Además, se instituía una Cámara de Apelaciones de Paz con asiento en la ciudad de Córdoba (CÁMARA DE SENADORES, 1907).

### **La relación entre las atribuciones de las agencias estatales, la función central que ejercieron las comunidades y la privatización de lo público**

La construcción del orden institucional no estuvo dominada por una lógica externa al proceso social ni fue impulsada por un actor -el Estado- dotado de una voluntad unívoca sino que fue fruto por un lado, de las orientaciones adoptadas por las autoridades para ejercer efectivamente el poder en el medio rural y, por el otro, el accionar de los grupos sociales que iban buscando ocupar posiciones dentro de la nueva estructura institucional” (BERALDI, 2017).

Las agencias estatales y los diversos actores de la comunidad no constituían dos esferas tajantemente divididas, sino que existía siempre una conflictiva porosidad institucional que no

estaba legalmente avalada. Esos intercambios resultaban de la disposición de los agentes estatales a establecer vínculos con otros actores o de su incapacidad para resistir a las presiones y a las determinaciones provenientes de ámbitos no estatales. Es que a pesar que los funcionarios hacían esfuerzos por delimitar y diferenciar atribuciones y competencias para cada agencia, las funciones terminaban superponiéndose no solo en la práctica estatal cotidiana sino en la propia normativa vigente. Las comunidades locales tuvieron siempre cierta capacidad de influencia basada en una serie de personalidades de prestigio que tenían demostrada capacidad de influencia dentro de las comunidades locales rurales como los sacerdotes, médicos, maestros porque eran considerados referentes morales. Así mismo, las comunidades locales fueron un campo abonado para la proliferación de clientelas y de comportamientos sociales y políticos clientelares (CABANA y LANERO TABOAS, 2014).

Más allá del carácter honorario y de la jerarquía social sobre la que descansan las autoridades rurales, el escenario que subyacía, en cuanto a la institucionalización de la “fuerza pública”, estaba todavía lejos del arquetipo liberal de separación entre lo público y lo privado (CABANA y LANERO TABOAS, 2014). Como ha afirmado Alejandro Agüero, había una endeble estatalidad en fase germinal y la participación del público derivaba de la conservación de aquella tradición y de su necesaria tendencia a la “localización”, una de cuyas manifestaciones más evidentes pasaba por el protagonismo de los miembros destacados de la comunidad en la gestión de los asuntos públicos, licuando así potenciales conflictos y asegurando la adaptación de las normas al terreno específico (AGÜERO, 2011, p. 15).

Un indicador clave de la falta de legitimidad institucional eran las tensiones originadas por la dualidad que le generaba al personal policial vestir un uniforme y portar un arma en un espacio social donde las relaciones cotidianas entre policías y vecinos cuestionaban a menudo su autoridad, junto con la simultánea demanda de los habitantes de una figura que garantizara el orden y el derecho de propiedad.

En las zonas más marginales y aisladas en particular, como los departamentos del norte y del oeste provincial, prevalecía una persistencia en la articulación de la autoridad pública con un orden de autoridades sociales basado en el patronazgo doméstico y en la propiedad de la tierra. Incluso cuando ya se pasó el umbral de la codificación, aun bajo una nueva estructura burocrática, la tenaz persistencia de la antigua articulación entre autoridades públicas y domésticas seguía proporcionando la base normativa del control sobre la población marginada de los sistemas productivos. De allí que el proceso de construcción estatal en las zonas periféricas se caracterizaba por la personalización del poder público, la predominancia de las

lealtades personales por sobre las institucionales y esa peculiaridad se derivaba de la escasez presupuestaria y las dificultades organizativas de ese dificultoso y lento proceso (FREDERIC y SOPRANO, 2009, p. 31).

Los actores sociales de localidades e instituciones periféricas acumulaban poder de un modo situacional, produciendo un poder político localizado. En las dimensiones informales de la política cobraban relevancia los vínculos primarios -familiares y amicales-, cuya politización, permite comprender las permanencias y las transformaciones. Eso explica que una de las dificultades para consolidar el régimen institucional en la campaña fueron los conflictos o tensiones entre las autoridades y las comunidades corporizadas en las exigencias que ejercían diversas personas con intereses e influencias sociales, políticas y económicas (YANGILEVICH, 2018, p. 60).

Por otra parte, las limitadas capacidades del Estado explican la función central que ejercieron las comunidades, a cuyo protagonismo se apelaba para resolver las carencias más elementales, como la falta de atención médica y el desarrollo educativo. Este protagonismo de gestión de las comunidades conducía a que lo público se privatizaba rápidamente, porque el Estado tardaba en llegar, era frágil y no lograba imponer sus intereses sobre los de la comunidad y, en no pocos casos, la escasa institucionalidad se veía agravada en sus consecuencias por los conflictos y resistencias de los intereses individuales que no estaban dispuestos a acatar las normas establecidas. A través de su derecho a peticionar ante las autoridades, los actores individuales y/o colectivos se expresaban para modificar decisiones administrativas o políticas de jefes o funcionarios dependientes, para defender derechos conculcados y para limitar excesos. Dichas peticiones, respaldadas a menudo por la vecindad movilizadada, llegaban a las jefaturas y, cuando allí no encontraban eco, se elevaban a instancias superiores provinciales o nacionales.

Estas circunstancias inequitativas que se interpolaban en el diario vivir de estos sectores marginados también obedecían a que lo rural en esos parajes, se caracterizaba por un tipo de relaciones sociales con un fuerte componente personal. Es decir, sobre la base de vigorosas relaciones familiares y vecinales, algunas particularidades muy arraigadas en el medio rural de la primera mitad del siglo XX eran la relevancia de la figura del padre, la confianza/desconfianza, la familia y el compromiso con la vida local. Por otro lado, este tipo particular de relaciones sociales, que podían derivar tanto en colaboración como en conflictos, generaba, a su vez, un enérgico control social por parte de las comunidades locales. En 1905, el gobernador en su mensaje inaugural ante la legislatura, reconocía, el lugar protagónico de los



vecinos en la instalación de las escuelas de campaña que reunían las condiciones de higiene y comodidad necesarias, y, en 1912, el gobierno provincial, viendo el papel destacado de esas escuelas, decidió otorgarles a las mismas 50.000 pesos, suma liquidada trimestralmente de acuerdo a la asistencia media de los alumnos (COMPILACIÓN, 1913).

Por otra parte, el gobernador Cárcano, en 1913, consideraba que otro factor determinante que había que revertir, para mejorar la administración de la campaña, era lograr un aumento de los sueldos del personal de servicio para evitar que “el vecindario se vea obligado a secundar a los funcionarios o lo que era más común, el funcionario está forzado a abusar del vecindario”. Con estas expresiones, el gobernador cordobés reconocía la naturalización de la debilidad cotidiana y territorial del Estado, la privatización de lo público y el auge del clientelismo.

Otro tipo de tensiones, conflictos y resistencias a las autoridades provenían de la detención de los sujetos que contaban con una red de relaciones que podían brindarles cierta protección. Además, más comprometedor y desafiante para el monopolio del orden y la autoridad era la formación de partidas policiales pagadas por suscripciones de los vecinos y por los hacendados que implicaba el reconocimiento de hecho de una suerte de policía privada.

En síntesis, esta privatización del espacio público y la eficacia del sistema de poder construido sobre fundamentos clientelares, impidieron que éste quedara subordinado a las estructuras administrativas creadas.

### **La desigualdad de gestión**

La escasa penetración material e institucional de las agencias del estado generó una *desigualdad de gestión*, que prolongó, con sus matices diferenciales, la condición periférica de las distintas comunidades de la región. En las sociedades marginales, donde la desigualdad económica se desbordaba, la igualdad de oportunidades pasó a ser una utopía y la falta de tejido cohesivo se convirtió en un problema crucial (GONZÁLEZ LEANDRI, 2020).

Para romper el círculo de las desigualdades estructurales y dinámicas, un imperativo insoslayable era lograr legitimidad en los modos de gestión. En esta parte, se analizan algunas de las demandas que los habitantes locales gestaron cuando se afectaban sus bienes más directos, como el acceso a la tierra, al agua, la salud y la educación y como respondieron las endeble instancias estatales al deterioro de las condiciones materiales y culturales de la región.

El mencionado cambio de centro de actividad económica del noroeste al sudeste desde fines del siglo XIX, hizo sentir su impacto en el mercado de tierras regional que se caracterizó por una cuasi-inmovilidad en la cotización de las tierras como en la subdivisión de las mismas, por una conformación económica caracterizada por la prevalencia de las actividades primarias

en la composición del producto bruto regional por el lado de la producción de bienes. A ello se sumaba la carencia de agua que obstaculizaba la falta de pastos naturales y la siembra de alfalfa para una ganadería de cría extensiva con escaso índice de mestización. Estas limitaciones estructurales determinaron que la agricultura regional experimentara un crecimiento extremadamente pausado. En este sentido, la región poseía una disfuncionalidad territorial, ya que no actuaba como una unidad económica, sino que presentaba islotes de actividad agrícola y grandes espacios vacíos.

### **Aislamiento y Desigualdad**

Uno de los problemas centrales que determinaban el carácter periférico del espacio norteño y serrano de la provincia de Córdoba obedecía a que el paisaje humano se recortaba sobre un terreno accidentado y un fondo de abundantes montañas, lo que dificultaba la circulación de las personas, los bienes y la información. Los ferrocarriles, cuando existían, cubrían en forma muy limitada las necesidades de transporte de los pobladores del noroeste, porque penetraban apenas tímidamente en la región y esa situación se agravaba por una deficiente red vial y la generalización de caminos de tierras cuyo mantenimiento ni se fiscalizaban ni se mantenían, quedando abandonados o intransitables. Este aislamiento inter e intra regional era una de las desigualdades estructurales más persistentes que ahondaba la situación de estancamiento, involución y desigualdad territorial. En 1907, con la sanción de la ley 1946, sobre construcción de caminos, se conformaron comisiones a tal efecto en los departamentos de Ischilín, San Alberto, San Javier y Pocho para proyectar y ejecutar los caminos, cuya realización se vio obstaculizada permanentemente por el no desembolso de los fondos asignados por la ley (COMPILACIÓN, 1907).

Las condiciones generales señaladas fueron crónicas hasta fines del período, por lo menos hasta fines de la década de 1920, dificultando el acceso a los mercados regionales, al capitalino y al mercado nacional en forma competitiva. Era el caso de los comerciantes de Dolores y San Pedro, quienes para trasladar sus productos a Río Cuarto demoraban 7 u 8 días de travesía y pagaban 25 a 30 centavos cada diez kilos de carga. Esas dificultades para acceder a los mercados explicaban gran parte de su aislamiento y la predominancia de una economía primaria de subsistencia sin capitalización (MOREYRA y REMEDI, 2005).

Otra de las demandas estructurales era la carencia de recursos hídricos por ser una región desprovista de los elementos primordiales para el cultivo de sus tierras. En 1909, se designó una comisión técnica para los estudios de aprovechamiento de las aguas en los ríos Quilino, Ischilín y Río Seco que permitirían el riego de 30.500 hectáreas en zonas incultas y áridas

carentes de todo elemento de producción y progreso. El primero que se planificó fue el dique de Quilino destinado al riego de 4000 has. Y posteriormente se iniciaron los estudios en Río Seco para construir un embalse para incorporar a la producción 10.000 has al este de villa de Río Seco y el del río Ischilín para el riego de 16.500 has, entre Ischilín y Déan Funes. Pero la carencia de recursos destinados a ese fin demoró la ejecución de los mismos y puso en evidencia la escasa representatividad que las demandas de las autoridades comunales y de los representantes legislativos tuvieron en la gestión de esas inversiones necesarias para el despegue integral del noroeste.

Desde el punto de vista de la operatividad de las agencias estatales, el funcionamiento de las jefaturas políticas, no constituyó un vehículo de respuesta a las necesidades de desarrollo departamental porque de su marco legal no surgía explícitamente el encargo de la promoción en ese sentido y, en el caso de la no existencia de municipalidades- que eran las encargadas de costear las obras comunales y la instrucción elemental- al jefe político se le encargaba atender esos servicios, pero los problemas financieros del Estado provincial imposibilitaron canalizar recursos para esos fines por su intermedio como agente natural del gobierno ni tampoco las escasas rentas departamentales permitieron hacer frente a esas erogaciones ni aún a las más elementales acciones administrativas. En 1906, el jefe político del departamento Calamuchita expresaba que la gran extensión del mismo, que comprendía montañas escabrosas, llanuras dilatadas y bosques, dificultaba grandemente la atención de las diversas ramas, redundando negativamente en su eficacia.

En el caso de Cruz del Eje, departamento del oeste, en 1908, la capital departamental, tenía 3500 habitantes y poseía la siguiente dotación de servicios: un comisario general, uno de reciente creación y 5 agentes; un juzgado de paz y otro de paz letrado; receptoría de rentas, un registro civil, una comisión administradora municipal, una comisión de irrigación, correo y telégrafos, iglesia y sociedad de Beneficencia y Socorros Mutuos, dos escuelas, una de niñas y varones, dos estaciones de FF.CC argentino del Norte y Cordoba y Nor-oeste; un centro social y tiro nacional y un centro de administración del ferrocarril Argentino del Norte y caminos carreteros a Dean Funes, San Marcos, Media Naranja, San Juan y La Rioja; es decir, a todas las poblaciones y departamentos adyacentes. Pero el resto de las poblaciones de la jurisdicción departamental, a excepción de Villa de Soto, poseían entre 200 y 600 habitantes, núcleos muy diseminados y la mayoría de ellos con una estructura administrativa insuficiente- un subcomisario, muchas veces ad-honoren, una estafeta, un juzgado de paz, iglesia y caminos para mulas- y con signos de estancamiento e involución. El jefe político describía con lenguaje

sombrío la decadencia de estos parajes y el desgobierno imperante. Concretamente, refiriéndose a la pedanía de Pichanas expresaba:

Todo ha cambiado de un modo lastimoso y triste. La iglesia amenaza ruina y los pocos habitantes que quedan están diseminados desordenadamente sobre el camino público con una edificación que da pena. Allí viven su mayor parte llenos de abatimientos, muertos ya los sentimientos de aspiraciones y dominados por unas cuantas personas, que enseñoradas del campo de la comunidad, los han explotados descaradamente, aumentando considerablemente el caudal de fortuna, fomentando la hostilización de los demás dueños para que abandonen su posesión” (AHPC, 1908).

Otras dos vivencias cotidianas de la marginalidad y de la desigualdad imperante en la región eran las condiciones higiénicas sanitarias y el difícil acceso a la educación elemental. Con respecto a las primeras, la mayoría de las comunidades rurales padecían un cuadro de morbilidad caracterizado por sucesivos brotes epidémicos y una alta tasa de mortalidad, agravado por una deficiente organización y operatividad del conjunto asistencial regional. En efecto, en materia de hospitales, en 1914, en el oeste, sólo funcionaba uno en Villa Dolores, el norte carecía de ellos y el de Cruz del Eje tenía el acceso estrictamente restringido al personal ferroviario. Ello implicaba que la población rural dispersa en un vasto territorio y aislada por la carencia de medios de comunicación no pudiera acceder a las prestaciones sanitarias, debiéndose conformar con los servicios de un profesional de la medicina residente temporariamente en los poblados rurales en el mejor de los casos o recurrir más frecuentemente a los sanadores que disfrutaban de la protección resignada o cómplice de las autoridades departamentales.

Con respecto a la educación elemental, existía una pronunciada carencia de establecimientos escolares adecuados, especialmente en los departamentos del norte, Sobremonte, Río Seco e Ischilín. El porcentaje de niños fuera del radio escolar oscilaba entre el 50 y casi el 90 %. Por otra parte, del total de establecimientos que funcionaban en el territorio provincial, el 50% pertenecía a la provincia y el 30% a particulares, pero este último tipo de instituciones se localizaban casi con exclusividad en los centros desarrollados del espacio pampeano. Además, predominaban las escuelas rurales en las que sólo se cursaban dos grados frente a las graduadas, que comprendían los seis grados. Por otra parte, el trabajo de los menores en las faenas agrícolas del grupo familiar, la deficiente cobertura espacial del sistema educativo, las frecuentes epidemias, las dificultades de comunicaciones y transportes y la falta de personal idóneo y equipamientos mínimos determinaban que los niños solo cursaban los primeros grados. Esa desigualdad social y educativa se agravaba por la descuidada acción estatal que

mantenía en forma irregular las escuelas del Estado y de la comunidad con acciones aisladas, lejanas a políticas sistemáticas. En 1901, el gobernador en su mensaje anual a la legislatura, reconocía la precaria situación cuantitativa de la instrucción primaria en la región y la deficiente calidad de la enseñanza elemental transmitida por la escasa preparación de los agentes educativos: (...) en la región con pequeñas diferencias, la escasez de elementos de vida y lo reducido del sueldo, los maestros de derecho han sido siempre sustituidos por aficionados sin la menos noción (COMPILACIÓN, p. 160).

Al descuido de las demandas regionales se sumaba las desigualdades de la gestión para con la región si se pondera que en 1909, el gobierno provincial inauguró 18 edificios escolares nuevos en el interior provincial, de los cuales 17 correspondieron a la zona del sudeste provincial y solo uno estaba en vías de construcción en Quilino en la región periférica (COMPILACIÓN, p. 160).

Estas condiciones de precariedad y de abandono, en una palabra las condiciones objetivas de desigualdad, requiere no descuidar su impacto sobre las percepciones subjetivas e incluso emocionales de los habitantes en relación a la situaciones vivenciales de marginalidad, abandono y descuido de la acción estatal. La variación creciente dentro de las regiones rurales, no puede ser explicada solamente por elementos estructurales o desde la óptica exclusiva de lo económico sino también según los cambios de percepción que los pobladores pueden tener de sus ámbitos rurales. En este sentido, el enfoque de bienestar subjetivo incluye el papel de las percepciones y la heterogeneidad de propósitos de vida, a la vez que descarta la exclusiva y excluyente equiparación del bienestar a la renta y la riqueza. Es en consecuencia de gran importancia recuperar los heterogéneos imaginarios de cohesión social y las particularidades, conflictos y consensos en que se vieron inmersos (CASTELLANOS CERECEDA, 2012). El bienestar subjetivo alude a la noción que la forma en que las personas experimentan una serie de circunstancias es tan importante como las circunstancias mismas y que las personas son los mejores jueces para evaluar cómo son sus vidas. La reconstrucción de estos aspectos subjetivos se torna dificultosa en la indagación por la carencia de fuentes disponibles desagregadas lo que obliga a valernos de un análisis indiciario a partir de la narrativa microanalítica de algunos fragmentos discursivos de peticiones, denuncias, demandas y renuncias del personal político de las comunidades rurales frente a la situación de estancamiento y desigualdad persistentes de la zona, por la ausencia de programas oficiales específicos y continuos, ausencia que provocó una gestión estacionaria y burocrática. A ello se sumaban las dificultades para articular una voz audible y cohesionada capaz de obtener respuestas de algún tipo por parte de las autoridades

públicas. Por su parte, los pequeños y descapitalizados productores, que poseían cadenas productivas de carácter embrionario, soportaban esporádicas políticas estatales y débiles iniciativas locales y adolecían de falta de identidad con el lugar, especialmente la población joven. Estos procesos provocaban situaciones de dependencia, exclusión, descapitalización, olvido, abandono e informalidad.

Además, generaba la persistencia de la transmisión intergeneracional de la situación de privación evidenciada en el efecto negativo y perdurable que tenía el aislamiento, el desempleo, la escasa penetración material e institucional de las agencias estatales. En este sentido, en 1908, el jefe político del departamento de Río Seco, Bernardo Solís, al elevar su renuncia a su cargo que ejercía desde 1896, reproducía nítidamente el impacto negativo de su prolongada permanencia en un departamento norteño, aislado, sin infraestructura básica y sin recursos para revertir la decadencia económica y social y la consecuente aceptación de la inevitabilidad de sus condiciones de vida y de la autogestión: (...) porque debo dirigir mis actividades hacia otros asuntos que requieren mi atención donde espero encontrar mayores compensaciones para mi espíritu (AHPC, 1908).

### **Algunas reflexiones finales**

Los avances realizados hasta ahora nos permiten afirmar: a) que la multidimensionalidad de desigualdades en los espacios rurales del noroeste fueron producto de una realidad compleja, donde se combinaban las dinámicas físicas, socioeconómicas, políticas, culturales y emocionales en un espacio específico. b) La región se caracterizó por la existencia de pequeños y descapitalizados productores que soportaban esporádicas políticas estatales y débiles iniciativas locales y adolecían de falta de identidad y perspectiva con el lugar. c) La interrelación de los factores estructurales y dinámicos sugieren que los núcleos rurales analizados experimentaron una fuerte y multifacética dependencia respecto de los centros de poder que determinaron una presencia estatal estacionaria y burocrática que no modificaba la situación de estancamiento y desigualdad persistentes de la zona. d) La difícil conformación de las agencias regionales en el proceso de construcción estatal, el desconocimiento del marco jurídico que regulaba las atribuciones; las limitaciones de las capacidades administrativas y políticas de los distintos elencos regionales de gobierno y la carencia de recursos, generaron una constante impugnación de la legitimidad, la consecuente debilidad cotidiana y territorial del Estado y el predominio de las lealtades personales por sobre las institucionales y esa debilidad determinó que la región noroeste, permaneciera sin lograr desarrollar sus potencialidades mediante una gestión de políticas regionales de integración.

## Referencias

- AGÜERO, Alejandro. Tradición jurídica y derecho local en época constitucional. El “Reglamento para la administración de justicia y policía en la campaña” de Córdoba, 1856. *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, n. 41, p. 15, enero-junio 2011.
- ANUARIO de la dirección de Estadística de la Provincia de Córdoba, años 1900-1930, *passim*.
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), gobierno, Año 1906, tomo 1, Jefaturas Políticas, fj. 164.
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), gobierno, año 1907, Jefaturas Políticas, tomos 1, 2 y 3, *passim*
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC) gobierno, año 1908, t.16, fj.390 (El subrayado es nuestro).
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), serie gobierno, año 1908, tomo Jefaturas Políticas, fj 165.
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), gobierno año 1911, tomo11, Jefaturas Políticas, fj.117.
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), gobierno, año 1911, tomo 16, Jefaturas Políticas, fj126.
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), gobierno, 1917 tomo 21, fj 85 a 88.
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), gobierno, año 1929, jefatura Políticas tomo 6 fj. 182-183.
- ARQUIVO Historico de la Provincia de Cordoba (AHPC), Jefaturas políticas Año 1916. departamento Rio I, fj. 59.
- BERALDI, Nicolás. La implementación de la justicia de paz en la provincia de Córdoba. ¿Claves liberales en un mundo tradicional? (1855-1883), *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, n. 53, 2017.
- CABANA, Ana y LANERO TABOAS, Daniel. Equilibrios Precarios, Una microhistoria del Poder local en acción bajo el franquismo. In: FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo y ARTIAGA REGO, Aurora (eds.), *Otras miradas sobre golpe, guerra y dictadura*, Madrid: Ed. La Catarata, p. 220-250, 2014.
- CÁMARA de Senadores de la Provincia de Córdoba, año 1907, p. 2 a 18.
- CÁMARA de Senadores de la Provincia de Córdoba, Diario de Sesiones año 1907, p. 11.
- CÁMARA de Senadores, Diario de sesiones, cit., año 1926, p. 480.
- CASTELLANOS CERECEDA, Roberto. El bienestar subjetivo como enfoque e instrumento de la política pública: Una revisión analítica de la literatura, *Estado, Gobierno, Gestión Pública*. *Revista Chilena de Administración Pública*, Chile, n. 19, p. 133-168, 2012.
- CEPPARO, María Eugenia. Las áreas rurales marginales de las economías regionales argentinas. Problemáticas y alternativas. *Boletín de Estudios Geográficos Mendoza*, n. 101, 2013.
- COMPILACIÓN de Leyes y Decreto de la Provincia de Córdoba, Año 1900, p. 92.

- COMPILACIÓN de Leyes y Decretos de la Provincia de Córdoba, año 1907, p. 569.
- COMPILACIÓN de Leyes y Decretos de la Provincia de Córdoba, Año 1903, pp. 99.
- ARCHIVO HISTORICO DE LA PROVINCIA DE CORDOBA (AHPC), gobierno, año 1916, tomo 20, Jefaturas Políticas, fj 276.
- COMPILACIÓN de Leyes y Decretos... cit, año 1913, p. 12.
- COMPILACIÓN de Leyes y Decretos de la provincia de Córdoba, Ministerio de Gobierno, Justicia e Instrucción Pública, p. 160.
- DIGESTO Constitucional de la Provincia de Córdoba. Constituciones y reformas constitucionales entre los años 1821 y 2001, Córdoba, pp. 141, 2007.
- FREDERIC, Sabina y SOPRANO, Germán. (comp.). Políticas y variaciones de escalas en el análisis de la Argentina, Buenos Aires: Prometeo y Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 49, 2009; AHPC, Gobierno, 1917 tomo 21 gob, fj 85 a 88.
- FREDERIC, Sabina y SOPRANO, Germán (comps.). Política y variaciones de escalas en el análisis de la Argentina. Buenos Aires: Prometeo, p. 31, 2009.
- GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo. Higiene y educación social en la Argentina, 1890-1910, Cohesión, Fraternidad, centralismo técnico y Pluralismo profesional. GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo y GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. Perspectivas Históricas de la desigualdad social y cohesión social en América Latina, siglos XIX y XX, Madrid, p. 207-245, 2020.
- LEIMGRUBER, Walter. Marginality and marginal regions: problems and definition. In: CHANG-YI, David Chang (ed.), Marginality and development issues in marginal regions, Taipei: National Taiwan University, 1994.
- MOREYRA, Beatriz y REMEDI, Fernando. Las cosas de todos los días en los espacios rurales de Córdoba a comienzos del siglo XX, Anuario IEHS, Tandil, n. 20, p. 305, 2005.
- ORTIZ BERGIA, María José. El Estado en el interior nacional. Aproximaciones historiográficas a un objeto en constante revisión. Estudios Sociales Del Estado, Buenos Aires, v.1, n. 1, pp. 59-85, 2015; SOPRANO MANZO, Germán. Del Estado en singular al Estado en plural. Contribución para una historia social de las agencias estatales en la Argentina, Cuestiones de Sociología, La Plata, n. 4, pp. 19-48, 2008.
- PAVONI, Norma. Las jefaturas políticas y su incidencia en el clientelismo rural: Córdoba, 1870-1890. Cuadernos de Historia, núm. 3, Córdoba, 2000, p. 212.
- YANGILEVICH, Melina. Prefecturas, comisarías de campaña y construcción estatal en la Provincia de Buenos Aires (Argentina) a mediados del siglo XIX. Secuencia, n. 102, p. 60, 2018.



## MICRO RESISTÊNCIAS URBANAS NA CIDADE DE PELOTAS: INTER-RELAÇÕES ENTRE ARTE E SOCIEDADE NO TEMPO PRESENTE

Berenice Knuth Bailfus, PPGAVI UFPEL, bere.bailfus@gmail.com

Cláudia Mariza Mattos Brandão, Centro de Artes, UFPEL, attos@vetorial.net

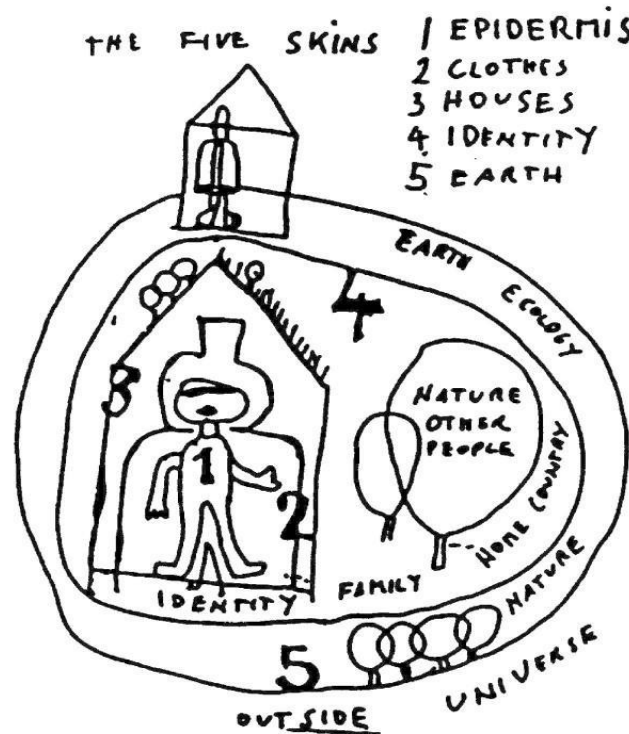
**Resumo:** Este texto se dedica a apresentar um recorte de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, da Universidade Federal de Pelotas. Consiste na problematização sobre a “teoria das cinco peles”, proposta pelo artista Hundertwasser, e o seu manifesto “O teu direito de Janela - O teu devir de Árvore”, de 1972. Segundo o artista, eles se referem às relações que rodeiam a vida social e suas repercussões sobre o meio natural. Tal argumentação permite discussões sobre o tempo presente, destacando afecções provocadas no âmbito do simbólico, (trans)formadoras de imaginários (DURAND, 2001), como proposições de outras formas de percepção das fronteiras políticas, sociais e culturais presentes nos espaços urbanos contemporâneos. Baseada no pensamento de Hundertwasser, que defende a autonomia dos sujeitos para “decorar com cor e plantas suas sacadas e janelas até onde seus braços alcancem” (RESTANY, 1997, p. 27), como ações de micro resistências em prol de reflexões críticas sobre as tensões advindas do comportamento humano, aborda-se uma intervenção urbana realizada no condomínio Bandeirantes, em Pelotas, e as suas repercussões nesse microcosmo. O conceito de micropolítica proposto por Félix Guattari e Sueli Rolnik (1996) potencializam a escrita, no entendimento da arte e a cultura como micro resistências urbanas capazes de restituir o caráter político do espaço público. Nesse sentido, entendemos que o artigo contribui para debates sobre o caráter simbólico dos diferentes fazeres artísticos, atuando como instigador de microações necessárias para uma boa convivência em sociedade e de resistência às demandas do sistema em que vivemos hoje.

**Palavras-chave:** Artes Visuais; Teoria das Cinco Peles; Micro Resistência Urbana.

O artigo resulta de um recorte de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, da Universidade Federal de Pelotas, na linha Educação em Artes e Processos de Formação Estética, compondo também estudos realizados no âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPEL /CNPq). Nele, propomos reflexões críticas sobre o comportamento humano perante o espaço habitado, destacando a prática artística interventiva realizada no condomínio Bandeirantes, localizado no Bairro Areal da cidade de Pelotas (RS). O objeto da análise é classificado como intervenção urbana, uma manifestação artística que acontece em espaço público, implicando na interação livre com objetos de arte, e colocando em questão as diferentes percepções instigadas nos espectadores.

A escrita se baseia principalmente na “teoria das cinco peles”, proposta pelo artista e arquiteto austríaco Friedensreich Hundertwasser (1928-2000), representada esquematicamente pelas cinco peles/camadas que nos envolvem e suas inter-relações (Figura 1).

Figura 1: Hundertwasser, *Espiral das Cinco Peles*, fotografia



Fonte: Aline Matulja. YAM. Disponível em: <  
<https://yam.com.vc/conexao/795009/detox-das-cinco-peles-de-hundertwasser>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

O artista se utiliza desta teoria para explicitar a sua compreensão de mundo e, por consequência, os modos como somos afetados e o afetamos, algo que se soma ao pensamento ecosófico de Félix Guattari (2001), propondo o equilíbrio das relações subjetivas com si próprio, com os outros e com o meio, como uma tríade de suporte à qualidade da vida sobre o planeta. Tais referências são complementadas pelo manifesto que Hundertwasser lançou em 1972, “O teu direito de Janela – O teu dever de Árvore”, no qual o artista reafirma a defesa por relações orgânicas entre os humanos e o mundo, defendendo a vida e a intensa potência criativa dos corpos como produtores de sua própria energia e de sua sustentabilidade.

Ele acreditava num processo harmônico de conhecimento do corpo e suas diversas peles, e pelo manifesto, convoca os sujeitos criativos a decorarem suas janelas e sacadas, até onde o braço alcançar, com cores e plantas, defendendo o direito individual de intervir na sua casa conforme o seu gosto. Além disso, sugere que a natureza seja deixada seguir seu curso livremente (RESTANY, 2003, p. 27), diferenciando-se da arquitetura habitual, definida por linhas retas e a ausência de plantas e cores.

No que se refere ao caráter da intervenção urbana realizada, considerada como uma

pequena ação política, recorre-se a Guattari e Suely Rolnik (1996) com suas argumentações em defesa de ações micropolíticas que rompem com as normas sociais no contexto da subjetividade individual dos sujeitos que habitam um mesmo espaço. Nesse sentido, cabe ressaltar o conceito de imaginário, abordado por Gilbert Durand (2001) como a grande bacia semântica que influencia as mentalidades e os comportamentos, e que precisa ser problematizada, direta ou indiretamente, para que possamos encaminhar transformações, sem desconsiderar os atravessamentos antropológicos que nos (re)posicionam na trajetória histórica.

A referida intervenção urbana consiste na distribuição de minijardins elaborados pela pesquisadora, tendo como suportes cerâmicas artísticas, colocados nas janelas de sua residência, um apartamento localizado num condomínio residencial, o que gerou um impacto de tal ação nos imaginários dos demais moradores. Destaca-se que tal ação atuou como um ativador social, fomentando reflexões sobre a arquitetura do local e os vínculos interpessoais/sociais, uma micro ação que afetou o coletivo e segue reverberando.

### **As propostas de Hundertwasser**

Segundo a “teoria das cinco peles”, elaborada por Hundertwasser, “tudo começa em nós e se conecta através das diferentes peles: a epiderme, as roupas, a casa, o meio social e a pele planetária” (RESTANY, 2003, p.11). Em seus trabalhos, o artista buscava representar a conexão do sujeito com suas peles através de desenhos, pinturas e, até mesmo, de obras arquitetônicas.

A princípio, a teoria constava somente três peles, que surgiram em meados de 1967 através de desenhos: a epiderme humana, as vestimentas e o direito à moradia/casa. As duas últimas, a quarta e a quinta, são relativas ao meio social e à pele planetária, e surgiram com a sequência de seus estudos.

Para o artista, a primeira pele corresponde a zona membranosa mais próxima do eu profundo, aquela que encarna a nudez do homem, pois ele considera que a nudez evidencia as suas convicções naturalistas e a simpatia que o conecta aos demais (RESTANY, 1997). Hundertwasser, por meio desta teoria, questiona o belo e as irregularidades não dominadas que podem repercutir negativamente sobre o crescimento pessoal do indivíduo.

A segunda pele está relacionada às vestimentas humanas, que nos caracterizam como sujeitos unos. O artista defende a autonomia dos sujeitos para criarem e usarem as peças que acharem adequadas, destacando a importância da criatividade para criação e confecção das roupas. E assim, ele desconstrói qualquer padrão de moda, refletindo sobre o consumo e desestimulando o capitalismo, em defesa da autonomia e da identidade ímpar de cada pessoa.

Além de confeccionar suas próprias vestimentas, o artista alterou seu nome de Stowasser para Hundertwasser, um nome que entendia representativo do artista naturalista que era. Ele foi influenciado por um amigo a quem muito admirava, principalmente, a sua “liberdade imaginativa do estilo de vestimenta, o que como prova, a seus olhos, a justeza com o envolvimento existencial (RESTANY, 1997, p. 37)”.

A terceira pele pensada por Hundertwasser está relacionada ao direito à moradia. O artista ficou famoso por conta da sua crítica à estrutura formal da arquitetura da época, questionando por meio de sua arte, ações, projetos e cartazes sobre as linhas retas da arquitetura, a ausência da cor e das plantas nos prédios e residências, que por sua vez, o intitulou como “médico da arquitetura”. O artista realizou diversos manifestos criticando o convencional. Um deles, de 1972, intitulado “O teu direito de Janela – O teu dever de Árvore”, no qual convoca todos os sujeitos que se sentirem tocados pela proposta, a decorarem suas sacadas e janelas o mais longe que seu braço alcance com cores, desconstruindo as linhas retas das construções e com a inserção de muitas plantas nas fachadas.

Nesses manifestos, o autor argumenta sobre o nosso direito de ter uma janela digna/viva em casa, referindo ao poder pessoal de decisão, sobre e inclusive, o tamanho das janelas, o que deveria corresponder à amplitude dos braços abertos. Tais argumentos demarcam elaborações arquitetônicas atentas à diversidade dos desejos e das normas da arquitetura, defendendo que cada janela em um prédio deve ser diferente da outra, assim como cada cômodo.

Sobre a quarta pele, o artista argumenta que corresponde ao meio social, à família, aos amigos e à nação, ou seja, está relacionada a sociedade que nos rodeia. Em sua vida pessoal, que se mescla a seus estudos, a consciência da existência de uma quarta pele surge com a morte da sua mãe. Hundertwasser perdeu o pai ainda na infância, o que reforçou os seus vínculos afetivos com a mãe, porém, ao perdê-la, ele percebeu com mais intensidade as inter-relações com o meio social.

Com isso, a relação de cumplicidade existencial e de intimidade espiritual que estavam afetadas, começaram a ganhar atenção, estimulando o entendimento de que a quarta pele se estende para além da família, natural ou adquirida, abrangendo o meio social, ao conjunto dos grupos associativos que geram a vida de uma coletividade.

Para completar o ciclo das peles, segundo o artista, a quinta pele está relacionada à pele planetária, por sua vez, conectada diretamente ao destino da biosfera, à qualidade do ar que respiramos, e ao estado da crosta terrestre, que nos protege e nos alimenta. Hundertwasser manifesta suas ideias por escrito, na forma de manifestos, e artisticamente através de

*happenings*<sup>73</sup>, explorando temas que hoje são de importância global, como as ideias sobre as conexões entre a natureza e a humanidade, a ecologia, temas frequentes de suas performances, manifestos e propostas arquitetônicas, ressaltando seus pontos de vista sobre a natureza. Seus projetos arquitetônicos, eram sustentáveis e coloridos, considerando práticas planejadas em seus mais profundos detalhes: suas construções não geram poluição, e sim, reflexão e encantamento (Figura 2).

**Figura 2: Andrej Trnkoczy, Casa de Hundertwasser em Viena – Áustria, fotografia, 2014**



Fonte: Getty Images. Disponível em: <  
<https://www.gettyimages.pt/detail/foto/hundertwasser-haus-imagem-royalty-free/530296227?adppopup=true>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Sua sensibilidade à vida expressa o entendimento da complexa diversidade vital do planeta como um todo. E isso se mostra na compreensão de que uma pele conduz à outra, numa interdependência sistêmica fundamental para a manutenção do equilíbrio dos mais variados processos. Sendo assim, se dá a definição da quinta pele do humano, a planetária, que se projeta ao infinito como a tessitura de novos corpos/humanos imaginados a partir de outros princípios e valores éticos e estéticos visando uma nova sociedade.

Na sua fabulação conceitual, o artista almeja relações viscerais com o planeta, estabelecidas com base numa ética ecológica e relacional da humanidade, com novos agenciamentos e outros devires oriundos das vivências coletivas. O seu pensamento considera

<sup>73</sup> O termo *happening* foi criado no fim dos anos 1950 pelo americano Allan Kaprow, para designar um recurso do artista, que combina artes visuais e um teatro *sui generis*, sem texto nem representação. O *happening* é uma forma de expressão das artes visuais que, de certa forma, apresenta características das artes cênicas. Neste tipo de obra, quase sempre planejada, incorpora-se algum elemento de espontaneidade ou improvisação, que nunca se repete da mesma maneira a cada nova apresentação.

vivermos sob uma imensa rede de saberes e fazeres inaugurais de outras mentalidades e comportamentos, para a qual a vida e o pulsar da existência são a pele vital do ser humano.

Inclui-se na quinta pele o hábito de plantar de Hundertwasser, responsável pela plantação de milhões de mudas por onde passou pelo mundo. Ele era um viajante contumaz, sempre visando difundir a necessária mudança de consciência e reflexões frente ao desmatamento acirrado das florestas. Para o artista, a estética era fundamental, porém, obrigatoriamente associada à consciência ambiental, visto que com os:

...desafios ambientais que hoje enfrentamos, talvez estejamos — e seria bom que assim fosse — entrando no período mais criativo da história humana, uma época definida por um objetivo que se fundamenta e se estende por um século de ambientalismo que inclui a sustentabilidade da natureza na vida cotidiana (LOUV, 2014, p. 19).

As palavras de Richard Louv reafirmam a atualidade do pensamento de Hundertwasser e da necessidade de contaminar/fertilizar mais e mais pessoas através desse ideário. E as práticas de cultivo dos jardins nas janelas, configuradas como intervenção urbana, analisadas a seguir, podem ser um exemplo de criatividade sustentável, pois permitem o contato com meio natural e ativam olhares interessados em dar continuidade a ação. O autor também aponta alguns preceitos para um bom viver, atuando como reformuladores da vida presente e futura:

- \*Quanto mais centrada na alta tecnologia nossa vida se torna, mais precisamos de natureza para alcançar um equilíbrio natural;
- \*A conexão mente/corpo/natureza, também chamada vitamina N (de natureza), aumentará a saúde física e mental;
- \*O uso da tecnologia quanto da experiência com a natureza aumentará nossa inteligência, nosso pensamento criativo e nossa produtividade, dando origem a mente híbrida;
- \*O capital social humanidade/natureza enriquecerá e redefinirá as comunidades de modo a incluir todas as coisas vivas;
- \*No novo espaço intencional, a história natural, será tão importante quanto a história humana para a identidade regional e pessoal;
- \*Com o projeto biofílico, nossas casas, nossos locais de trabalho, as vizinhanças e cidades não apenas conservarão os watts, mas também produzirão energia humana;
- \*Por meio do relacionamento com a natureza, o alto desempenho humano irá conservar e criar um habitat – e um novo potencial econômico – onde viveremos, estudaremos, trabalharemos e teremos períodos de lazer (LOUV, 2014, p. 19).

A sequência de indicações ponderadas pelo autor, nos apontam para a necessidade de priorizarmos ações, inclusive as artísticas, versando sobre o equilíbrio entre o viver natural e o tecnológico de modo a possibilitar atuações conectando as duas instâncias em prol da vida.

### **Colorindo o Bandeirantes, habitando as janelas**

Apoiadas na teoria das cinco peles e os demais escritos do artista, consideramos a prática do cultivo de plantas em janelas um potente mediador em prol do estabelecimento de diálogos com quem interage com os minijardins artísticos, esteticamente dispostos nos umbrais. O cultivo de plantas é algo que acompanha a humanidade desde o início do trajeto antropológico, temos por instinto, memória, necessidade ou apreciação, a disseminação do hábito de plantar sementes, fazer novas mudas, inventar suportes, dentre outras, na tentativa, por vezes, de deixar o espaço mais verde e mais próximo possível do natural.

Assim sendo, nos debruçamos agora sobre a prática realizada no Condomínio Bandeirantes, residencial Amapá, um condomínio fechado com cerca de cinco blocos de quatro andares cada. O bloco da ação desenvolvida localiza-se nos fundos do conjunto, posicionado lateralmente em relação aos demais. O apartamento em si, fica rodeado por paredes opacas e sem vida, o que estimulou a vontade de “dar vida” ao espaço, vontade essa que crescia por mais plantas, a cada muda nova ofertada por amigos ou resultantes de passeios na zona rural do município.

Com o passar do tempo, os minijardins, organizados em seus suportes artísticos, tornaram-se obras vivas, exigindo luz para a sua nutrição e ganhando espaço nos parapeitos das janelas. O primeiro deles foi colocado num canto e resistiu ao vento, ao sol, a chuva, e ao receio da queda, dando a ver seu viço e demonstrando que estava saudável ali.

**Figura 3: Berenice Bailfus, *Janelas da propositora*, fotografias, 2021**



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Logo, novos vasos surgiram, lotando uma janela, depois a outra, e assim sucessivamente até preencher quase todos os espaços disponíveis nas quatro janelas com parapeitos adequados.

As plantas se dividem entre cactos, suculentas, temperos, chás, ervas, dentre outras (Figura 3). Alguns suportes são de plástico, mas a troca por cerâmica e vasos de *Kokedamas*<sup>74</sup> estão ganhando espaço, povoando e colorindo com mais de cinquenta vasos um espaço, espaços quase inóspitos.

Por algum tempo, essas eram as únicas janelas do bloco com plantas, porém, a movimentação gerada pela manutenção das plantas provocou encontros e diálogos com outros moradores, que circulam por entre os blocos. E gradativamente outras janelas “verdes” surgiram. Os processos de rega, cuidado e nutrição dos vasos exigem tempo e dedicação, e disponibilidade para observar o contínuo trânsito dos moradores, o que acaba gerando conversas versando sobre as plantas.

Geralmente as pessoas elogiam a presença delas, sendo que alguns já mencionaram gostar de observá-las cedo pela manhã, pois elas alegram o início do dia. Outros gostam de tirar dúvidas sobre as espécies, conhecer mais a fundo os procedimentos ou conversar sobre curiosidades. São costumeiras as abordagens sobre como cultivar e comentários sobre os suportes diferenciados, artísticos, sempre ressaltando o viço do verde, embora sendo pequenos os suportes da base, alguns se interessam em compartilhar a prática.

Nas cidades, as plantas muitas vezes são tratadas como mercadorias, negociadas em locais específicos, desconsiderando a complexa vida presente em cada vaso. Diferente do espírito mercantilista, busca-se ampliar o cartel dos exemplares através das trocas de mudas que crescem espontaneamente, estimulando relações comunitárias sensíveis frente à vida que brota, estabelecendo vínculos diferenciados entre os moradores.

<sup>74</sup> *Kokedama* é como são chamados os arranjos de plantas aéreas. Trata-se de uma técnica japonesa que fornece uma alternativa para suspender, sem nenhum tipo de jardineira, espécies de plantas que precisam de terra.



**Figura 4: Berenice Bailfus, *Da Janela*, fotografia, 2021**



Fonte: Acervo da pesquisadora.

O que surgiu e se desenvolveu sem alarde, no compasso cotidiano das trocas e dos fazeres artísticos, hoje se consolida como uma intervenção urbana que coloca em prática as ideias de Hundertwasser, agregando valor vital aos espaços, subjetivando as moradias e estabelecendo uma rede comunitária em prol da qualidade de vida sobre o planeta. E assim, reforçando a epiderme coletiva que nos conecta e afeta, o condomínio está substituindo o aspecto monótono dos prédios iguais, construídos em série, por marcas identitárias e estéticas através das quais a vida vibra.

Pouco a pouco os moradores, através de conversas potentes, estão desconstruindo imaginários pré-estabelecidos, permitindo emergir uma nova visão de mundo, mais solidária e vital. Quando se permite que um novo pensar desabroche e desacomode práticas consagradas, o resultado são novos cenários mais estéticos (Figura 4) e a abertura para a formação de novos modos de atuação no mundo. Nesse processo os imaginários são afetados e transformados, permitindo acesso às subjetividades que se movimentam atrás das janelas.

E nesta função fantástica reside o ‘suplemento da alma’ que a angústia contemporânea procura anarquicamente sobre as ruínas dos determinismos, porque é a função fantástica que acrescenta à objectividade morta o interesse assimilador da utilidade, que acrescenta à utilidade a satisfação do agradável, que acrescenta ao agradável o luxo da emoção estética, que enfim numa assimilação suprema, depois de ter semanticamente negado o negativo destino, instala o pensamento no eufemismo total da serenidade como da revolta filosófica ou religiosa. [...] Também o imaginário, longe de ser uma paixão vã, é acção eufémica e transforma o mundo segundo o Homem de Desejo (DURAND, 1984, p. 500-501).

Gilbert Durand, em seus estudos, considera que o imaginário é um “lugar onde guardamos todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a produzir, nas suas diferentes modalidades da sua produção” (1994a, p. 3). Portanto, ele funciona como um entrelugar, que conserva informações, carregando sentidos, signos e símbolos que são fundamentais para as vivências humanas, considerando também, para além disso, como as imagens são transmitidas e como são recepcionadas. O imaginário implica, portanto, “um pluralismo das imagens, e uma estrutura sistêmica do conjunto dessas imagens infinitamente heterogêneas, mesmo divergentes...” (DURAND, 1996, p. 215).

Portanto, entendemos que é através da imaginação que as imagens começam a fazer sentido e o processo de simbolização vai de encontro à alienação humana, fortalecendo desejos de transformar a realidade, no caso analisado, através da disseminação do cultivo de plantas nas janelas. Sendo assim, é possível afirmar que a imaginação, enquanto fabuladora simbólica da realidade, desdobra-se como um fator importante de equilíbrio social, contribuindo para o equilíbrio de funções biológicas, psicológicas e sociais:

Finalmente o imaginário não é outra coisa que este trajecto no qual a representação do objecto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual reciprocamente, como magistralmente Piaget mostrou, as representações subjectivas explicam-se ‘pelas acomodações anteriores do sujeito’ ao meio objectivo (DURAND, 1984, p. 38).

Retomando Hundertwasser e a sua teoria das peles, consideramos dizer que a afetação do imaginário social através da intervenção realizada colaborou (e segue colaborando) para a reconstituição da pele planetária, caracterizada como uma ação de resistência que se soma a outras na produção de novos modos de pensar e atuar no mundo. Portanto, a potência das ações artísticas, e do que podem desencadear no outro, podem se configurar como atos de resistência necessários frente ao caos estabelecido no mundo em que vivemos.

As questões políticas estão atreladas à vida contemporânea, e a arte não se furta a atuar nesta relação. Enquanto isso, os governantes incentivam os desmatamentos, e nós seguimos sendo resistência, produzindo arte na forma de minijardins, e promovendo ações micropolíticas impulsionadoras de olhares reflexivo. Estamos atentas à produção de subjetividade perante o modo de viver capitalista contemporâneo, problematizada no campo das artes visuais, ressaltando suas imbricações políticas, sociais e ambientais.

O participante do jogo estético proposto pela intervenção urbana com os minijardins promove o sonho e circunscreve num novo encantamento, espiralado, assim como as formas produzidas por Hundertwasser. Referimo-nos a outros pensares sobre a humanidade, seus

comportamentos e espaços habitados, que provocam a linearidade do pensamento rumo ao progresso, instigando o surgimento de curvas desniveladas a partir do enredamento das peles no fluxo de uma imensa espiral que faz da vida uma obra de arte.

### **Finalizando uma etapa, tangenciando curvas reflexivas**

Como produzir novos agenciamentos de singularização que trabalhem por uma singularidade estética, pela mudança da vida num plano mais cotidiano, e ao mesmo tempo, pelas transformações sociais a nível dos grandes conjuntos econômicos e sociais? (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 22).

Guattari e Rolnik definem a subjetividade como indissociavelmente atravessada por múltiplos vetores em fluxo constante e incessantemente, visto que ela “resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 340). Sendo assim, é possível considerar que a intervenção realizada promoveu o rompimento a norma, atuando como linha de fuga na dominância da subjetividade, potencializando a subjetividade coletiva fundada por meio de tais práticas e resultando experiências concretas.

Parece simples e, por vezes, um assunto batido falar do cultivo de plantas, mas, com a passagem do tempo, notamos que o verde diminuiu drasticamente nos espaços urbanos. E isso vem num crescimento contínuo que exige a nossa atenção, e torna-se necessário problematizar o assunto e pôr em prática ações contrárias as que o sistema impõe. As pessoas estão se desvinculando do contato com o meio natural e direcionando sua atenção para as telas tecnológicas, especialmente neste momento pandêmico.

Nesse sentido, encontramos na arte uma possibilidade de desconstrução dos imaginários, estimulando compreensões de mundo com base no pensamento espiralado de Hundertwasser, que esteticamente expõe a complexidade do viver em sociedade. Além disso, as discussões de Louv acerca do déficit de natureza, do distanciamento/abismo criado entre a humanidade e a natureza, impulsionam a compreensão da necessária reconexão com o mundo natural, “fundamental para a saúde, o bem-estar e a sobrevivência do ser humano” (LOUV, 2014, p. 17).

Para o autor, talvez estejamos entrando em uma época de complexa criatividade, para a qual, a sustentabilidade da vida seja latente e meios de inserção da natureza no contexto cotidiano se façam necessários, frente aos desafios ambientais imbricados na vida contemporânea. Nesse contexto, a arte emerge com sua potência estética transformadora, capturando olhares e pensares aleatórios, colaborando assim para a tessitura qualitativa da grande epiderme vital que nos envolve.

## Referências

DURAND, Gilbert. *La foi du cordonnier*. Paris: Denoël, 1984.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. França: Edições 70, 1994a.

DURAND, Gilbert. *L'imaginaire. Essai sur les sciences et la philosophie de l'image*. Paris: Hatier, 1994b.

DURAND, Gilbert. *Champs de l'imaginaire. Textes réunis para Danièle Chauvin*. Grenoble: Ellug, 1996.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 2001.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOUV, Richard. *O princípio de natureza: reconectando-se ao meio ambiente na era digital*. São Paulo: Cultrix, 2014.

RESTANY, Pierre. *Hundertwasser: o pintor-rei das cinco peles*. Viena: Taschen, 2001.

# DESCOLONIZANDO A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL HAITIANA POR C. L. R. JAMES: UM PROCESSO DE SOLIDIFICAÇÃO HISTÓRICA

Betina da Rocha Gamalho, Bolsista Capes no Mestrado em História (UPF), licenciada em História (PUCRS), betinagamalho@gmail.com

**Resumo:** Neste artigo, os encontros transfronteiriços no mundo atlântico serão analisados através da proposta de compreender como a identidade nacional haitiana é construída a partir de processos históricos delimitados no período de 1789 a 1815, evidenciados na obra de Cyril Lionel Robert James, “Os Jacobinos Negros”, que visibilizou o protagonismo negro colocando-os como sujeitos históricos e descolonizando formas de pensamentos e reflexões, contribuindo para a chamada solidificação da construção da identidade nacional haitiana. Ao trazer uma nova perspectiva da revolução e de seus próprios sujeitos, e ao resgatar historicamente as tentativas dessa construção, - num território que experimentou o fenômeno colonialista e que experimenta, ainda hoje, as consequências desse processo - a partir do conceito de africanismo já nas páginas finais da obra, James solidifica a liquidez histórica que até então permeava sobre a historiografia haitiana. A partir da pluralidade de enfoques teóricos, que lançam luz sobre o tema e permitem desnaturalizar, historicizar e problematizar, o artigo terá como fundamentação interpretativa, teórica e conceitual alguns autores que desenvolveram diferentes análises frente ao tema de pesquisa, oportunizando e resultando em um estudo comparativo e em um espaço para a construção de novos saberes.

**Palavras-chave:** Identidade; Haiti; James.

## Introdução

Uma fronteira resulta de um processo de construção de múltiplas relações históricas, sociais e culturais, sendo essencialmente o lugar da alteridade, do conflito e da construção simbólica das identidades. É necessário descolonizar construções identitárias complexas e elucidar interpretações que sejam antítese do colonialismo, evidenciando sujeitos históricos silenciados nessa fronteira que implica as relações daí decorrentes. Visibilizar a perspectiva da história contada a partir dos seus próprios revolucionários é minimizar a ocidentalização dos eventos históricos, contados por aqueles que monopolizam o conhecimento, e desconstruir o mito da passividade dos escravizados e afrodescendentes nas Américas, colocando-os como sujeitos do processo histórico.

A priori da análise da interpretação do autor de Jacobinos Negros, é fundamental situar no tempo e no espaço a sua vida acadêmica e política, para assim, compreender as múltiplas influências que exercerá em suas abordagens históricas, sendo indissociável analisar a obra separadamente do contexto em que a fonte primária do presente artigo foi escrita. Esse contexto, fora marcado pela grande instabilidade política na Europa, devido à ascensão do nazifascismo e pelo totalitarismo stalinista na URSS, acontecimentos, os quais, serão retomados em seguida. A abordagem conceitual em sua obra, através de diversas pautas do discurso marxista, como proletariado, imperialismo, luta de classes, revolta das massas trabalhadoras, exploração dos escravos e dos trabalhadores compõe a problematização que o autor se detém a fazer. Ele

denuncia as mazelas do imperialismo europeu, à medida que narra os acontecimentos fundamentais que nortearam o protagonismo negro na luta pela libertação de São Domingos, passando a construir um discurso de fomentação da construção de uma Identidade Nacional consolidada no Haiti.

Ao final do artigo, será abordada uma síntese interpretativa, teórica e conceitual de autores que desenvolveram diferentes análises frente ao tema de pesquisa: Identidade Nacional. Diferenciando e aproximando a interpretação de C. L. R. James aos demais autores que serão evidenciados, abre-se um maior espaço para a construção de novos saberes, transformando-as em objetos acadêmicos. Ao salientar a importância interpretativa conceitual, a análise será concretizada ao conceituar o fenômeno explicado por James, na construção da Identidade Nacional haitiana.

À medida que James realiza uma leitura muito crítica da realidade da revolução em São Domingos, revolucionando a historiografia local, ele contribui para o que será chamado de solidificação da construção da Identidade Nacional haitiana. Será utilizado do termo solidificação, pois o autor de fato, não constrói a Identidade Nacional no país estudado. Ao trazer uma nova perspectiva da revolução e de seus próprios sujeitos, e ao resgatar historicamente as tentativas dessa construção, a partir do conceito de africanismo já nas páginas finais da obra, James solidifica a liquidez histórica que até então permeava este ser haitiano.

### **C. L. R. James, acadêmico, político e revolucionário historiográfico**

Historiador, romancista e jornalista, Cyril Lionel Robert James nasceu em janeiro de 1901 na ilha de Trinidad. Com 19 anos deu início a sua carreira docente, lecionando literatura na Royal Queen's College. Em 1932, aos 31 anos, muda-se para a Grã-Bretanha, tornando-se repórter esportivo e filia-se ao Partido Trabalhista Independente, e em 1938, aderiu a IV Internacional Comunista, entrando em contato com as ideias de Leon Trotsky. É notória a influência que as teses marxistas, exercerão em suas obras “A Revolução Mundial 1917-1936”, publicada em 1937, e “Os Jacobinos Negros” de 1938.

Devido à Segunda Guerra Mundial, James refugia-se nos Estados Unidos, onde deu prosseguimento à suas atividades acadêmicas e políticas. Membro fundador do Partido Socialista dos Trabalhadores, publicou em 1948 o manifesto “Uma resposta revolucionária ao problema do negro nos Estados Unidos”. Devido a sua militância, em 1953, James foi expulso dos Estados Unidos. Assim, decide voltar à Inglaterra, onde permaneceu até 1958, quando, então, retorna a Trinidad envolvendo-se na luta pela libertação anticolonialista britânica, aonde veio a falecer em 1989.

Tendo já citado a não dissociação da compreensão histórica do contexto em que James publicou a obra, com a interpretação do mesmo para com os eventos descritos em “Os Jacobinos Negros”, serão sinalizadas as motivações e a abordagem conceitual e interpretativa que o fez analisar, a partir do cenário de instabilidade europeu. Tal cenário da ascensão do nazifascismo, do totalitarismo stalinista na URSS e as lutas anticolonialistas no continente Africano e na terra natal do autor em Trinidad, o motivou a envolver-se nas denúncias do estado de opressão em que viviam a população negra na África e em outras partes do mundo. O envolvimento com as pautas comunistas, aliando-se as teses marxistas, serão também, fundamentais para compreender a interpretação de James em suas obras, em especial em “Os Jacobinos Negros”.

Foi na calma de um subúrbio á beira-mar que puderam ser ouvidos mais clara e insistentemente o estrondo da artilharia pesada de Franco, a matraca do pelotão de fuzilamento de Stalin e a impetuosa e estridente agitação dos movimentos revolucionários lutando por lucidez e influência. Essa é a era e este livro é parte dela, com algo de fervor e de inquietude. Tampouco o autor se lastima dela. Este livro é a história de uma revolução e, se escrito sob diferentes circunstâncias, teria sido diferente, mas não necessariamente melhor. (JAMES, 2010, p. 17).

Levando em conta o contexto em que sua obra foi publicada, é notável a crítica que James traz, a partir de um discurso ideologicamente marxista, ao imperialismo. Anunciando o protagonismo negro na luta pela libertação, em “Os Jacobinos Negros”, ele ressalta que a revolução despertou a confiança e o orgulho na população, fazendo com que aquele sentimento de inferioridade “com os quais os imperialistas envenenam os povos de todas as partes” desaparecessem (JAMES, 2010, p. 243). Se não fosse a revolução, a população negra de São Domingos passaria a vida como escravizados “servindo criaturas medíocres que eram seus donos, permanecendo descalços e esfarrapados assistindo a pequenos governantes inchados e medíocres funcionários da Europa passarem uns após os outros”. (JAMES, 2010, p. 243)

Dada a interpretação marxista do autor frente aos fatos, ele acredita que a viabilização da revolução em São Domingos deve-se, em parte, ao fato dos escravizados já se encontrarem organizados, devido ao sistema fabril, já implantada, no século XVIII. Para o autor, trabalhando e vivendo juntos nos enormes engenhos de açúcar, eles estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores daquela época, e o levante foi, por essa razão, um movimento de massas preparado e organizado. James aponta que já no século XVIII, havia entre os escravizados do Haiti uma consciência de classe, que os permitiu se organizarem para combater a exploração colonial. Ele ainda realiza uma comparação da posição do líder da Revolução Haitiana com Lênin, quando diz que este mantinha o partido e

as massas totalmente a par de cada passo, explicando cuidadosamente a posição dos burgueses, já Toussaint não explicava nada, e deixava que as massas pensassem que seus velhos inimigos estavam sendo favorecidos as custas delas.

Críticos dessa interpretação, como o historiador Jacob Gorender (2004) na publicação de uma resenha na Revista Estudos Avançados, afirma que James tornou-se anacrônico ao relacionar as rebeliões escravas no Haiti com as lutas operárias do século XX. Contudo, segundo o historiador Carlos Alexandre Barros Trubiliano:

Todavia dentro de uma abordagem histórica e social, entendemos que devemos contextualizar o autor e sua obra com sua leitura de vida, nos parece que a escrita de “Os jacobinos negros” e o prefácio de 1980, antes de um texto acadêmico é um esforço militante, que tem como pretensão denunciar, conforme o próprio autor, a perseguição e opressão que vivem os africanos e os afrodescendentes. (TRUBILIANO, 2012, p. 225-230).

Nesse sentido, cabe um olhar historiográfico acerca da posição autoral de C.L.R James, que se envolveu no processo de produção, como um intelectual e como um militante. Assim faz-se necessária uma interpretação crítica da obra que nos permita reconhecer sua importância na solidificação da Identidade Nacional, propondo um sentimento de pertença baseado no protagonismo étnico-racial negro.

### **Protagonismo negro: a revolução na perspectiva dos seus sujeitos históricos**

A partir da breve síntese de sua vida no campo acadêmico e político, pode-se discutir em relação às múltiplas contribuições de James para a historiografia e para a solidificação da construção da Identidade Nacional haitiana. Em 1938, residindo em Londres, publica “Os Jacobinos Negros”, grande marco e referencial na historiografia sobre os estudos da revolução negra de São Domingos. O autor traz como pauta principal a construção dessa revolução, evidenciando seus agentes e protagonistas: a população negra e escravizada liderada por um grande líder: Toussaint L’Ouverture, (denominado pelo autor como um grande herói, mas também com erros fatais para a revolução) dentro de um recorte temporal de 1789 a 1815 e analisados através de fontes de correspondências das pessoas envolvidas no conflito.

Sobre o grande protagonista do acontecimento, James o identificava como tão senhor de seu corpo como de sua mente. Impenetrável, não confiava em ninguém e não se confiava com ninguém. Era conhecido por toda a ilha como um homem que nunca quebrava a sua palavra. O caráter pessoal e a conduta do líder, surgido do povo, tinha uma significação social. No entanto, após ter liderado os negros à liberdade, cometeu erros para com a revolução e sua continuidade. Confiando demais em seus próprios poderes, ele cometia um engano terrível. Seu



erro foi negligenciar seu próprio povo. Eles não compreendiam o que ele estava fazendo ou para onde caminhava. Era perigoso explicar, mas era ainda mais perigoso não confiar, segundo James. Sua impenetrabilidade e despotismo levava-o a confiar no seu próprio julgamento. Os acontecimentos demonstraram que, se ele houvesse mobilizado as massas e expurgado o exército antes, o ataque francês teria malogrado desde o início. Seu desejo de evitar a destruição foi exatamente o que a causou. “Esse é o erro recorrente dos moderados quando enfrentam a luta revolucionária”, conforme James. (2010, p. 243). Confiante de que precisaria apenas falar para que as massas o seguisse, e convencido de que a escravidão jamais seria restaurada em São Domingos, Toussaint não levou São Domingos à independência, mas sim outro líder da revolução: Dessalines. Foi a fidelidade à Revolução Francesa e a tudo que ela possibilitou, que o tornou no que ele era, mas isso acabou por arruiná-lo.

Segundo o antropólogo haitiano Rolph Trouillot (2016) havia uma tendência na historiografia norte-americana e europeia de silenciamento da Revolução Haitiana, atribuindo o processo a influências externas (da Revolução Francesa, dos espanhóis ou dos britânicos), ou como episódio insignificante diante de outras revoluções do período, como a independência norte-americana ou a Revolução Francesa de acordo com Marques (2017). Conforme ressaltou Laurent Dubois (2009), James teria evidenciado o fato de que a condenação radical da escravidão e a extensão dos direitos do homem e do cidadão às populações negras nas colônias, teriam sido consequências da rebelião dos escravizados de São Domingos, e não decorrências naturais do pensamento filosófico ilustrado da França setecentista. Implica-se assim, em uma releitura crítica da própria história da modernidade europeia, desconstruindo o que se entende como o “verdadeiro pensamento do Iluminismo” (MARCUSI, 2018, p. 100-101).

Colocando os negros como sujeitos de seu próprio processo histórico, protagonizamos o que historicamente quer-se silenciar: a não passividade dos negros escravizados. Quando os franceses prenderam Toussaint, ainda num ato revolucionário, o líder pronuncia as seguintes palavras: “ao me depor, cortastes em São Domingos apenas o tronco da árvore da liberdade. Ela brotará novamente pelas raízes, pois estas são numerosas e profundas”. (JAMES, 2010, p. 303, grifo do autor). Os franceses alertavam que aqueles homens revolucionários morriam com um “fanatismo incrível, caçoam da morte, o mesmo se dá com as mulheres [...] não é o bastante afastar Toussaint. Há cerca de dois mil líderes para serem afastados.” (JAMES, 2010, p. 313, grifo do autor). Falavam ainda que, “temos na Europa, uma ideia falsa do país no qual lutamos e dos homens contra os quais lutamos” (JAMES, 2010, p. 320, grifo do autor). Toussaint morreu no dia 7 de abril de 1803, e contrariando o que os franceses pensavam, a população armada

redigiu a Declaração de Independência, e para enfatizar a ruptura com os franceses, o novo Estado foi batizado de Haiti.

James indica que os imperialistas contemplam uma eternidade de exploração africana, julgando-os como atrasados e ignorantes.

Se alguém tivesse contado aos brancos franceses que milhares de brutos estúpidos, chicoteados para trabalhar pela manhã e chicoteados novamente à noite, que eram submetidos a mutilações, queimaduras e outras selvagerias, se aqueles finos cavalheiros soubessem que, dentro de três anos, os negros iriam quebrar os seus grilhões e enfrentar o extermínio para não ser agrilhoados novamente, aqueles cavalheiros pensariam que quem dissesse tal coisa estaria louco. Ao passo que, se hoje alguém sugerir a um potentado branco colonial que, entre os negros que este governa, há homens infinitamente superiores em capacidade [...] seriam loucos também. (JAMES, 2010, p. 340).

### **Compreendendo a solidificação da construção da identidade nacional haitiana à luz conceitual**

A priori, é fundamental referenciar a importância do trabalho conceitual e suas múltiplas interpretações para a erudição do saber histórico. Os fatos são interpretados à luz de conceitos, e desenvolver a erudição teórica sobre a temática significa compreender cada conceito e autor. É necessário desnaturalizar os contextos e analisar a história problema e não a história historicizante, e ainda assimilar que as identidades são intersubjetivas, precisando-se transformá-las em objetos acadêmicos. Sendo assim, será destacada algumas interpretações conceituais e teóricas reflexivas acerca da Identidade Nacional, realçando as semelhanças e diferenças entre as abordagens teóricas com a interpretação de C. L. R. James.

Na abordagem de Eric Hobsbawm (1997), há uma ideia de ruptura com o passado medieval, ideia de modernidade nova, representada pelo capitalismo no seu formato moderno da revolução industrial fazendo o uso do estado, para construir um processo de consentimento e adesão. Apesar de James aproximar-se ideologicamente de Hobsbawm, como evidencia na sua fala: “eu devo dizer que admiro muito o que você (Thompson), Hobsbawm e uns outros dois estão fazendo, que vocês estão voltando e cavando a história, cavando coisas que as pessoas esqueceram, ignoraram e suprimiram” (BORDA; CHAVES, 2019, p. 188, grifo do autor). James ainda evidencia críticas ao capitalismo e ao imperialismo não partindo do pressuposto de que a Identidade Nacional é uma construção ideológica, com o objetivo de criar homogeneidade e manipulações.

Um dos grandes contrapontos a essa interpretação é a abordagem do autor Anthony Smith (1997), à medida que trabalham em sentidos teóricos distintos e aproxima-se de James ao concordar que a busca por identidade é estrutural do ser humano, então não há uma ruptura

da modernidade, há uma nova configuração e ressignificação. Ele demonstra que essa resposta dada pela modernidade, a ascensão do capitalismo, intelectuais e burguesia, é uma resposta contextual moderna a uma pergunta que é estrutural do ser humano. É neste sentido, que Smith não trata de uma invenção, e sim de construção da Identidade Nacional.

Smith afirma, que esse vínculo pré-moderno é usado para justificar a existência de separatismos e de fundações de novos estados, justificando a legitimidade de novas nações pleitearem independências. Se interpreta-se a partir de um olhar de Hobsbawm, de invenção das tradições, condizente com a ruptura da modernidade, será concordado que esses movimentos não são legítimos, são invenção da burguesia. Se olharmos através da visão de Smith, a partir da reinterpretação de fenômenos pré-modernos entrando na modernidade através da ressignificação histórica, podemos tratar desses fenômenos, de novos nacionalismos, como objeto de pesquisa.

James aproxima-se de Smith ainda, ao concordar que a menção ao passado e ao sentimento de pertencimento, é uma maneira legítima de responder um contexto de modernidade. Smith não nega o caráter de reconfiguração identitária, para ele, a etnia é reinterpretada em diversos contextos, dando legitimidade para o mundo da simbologia.

Para finalizar essa análise e comparação de um estudo conceitual, será complementado com a abordagem conceitual do autor Benedict Anderson (2005) e seu conceito de comunidades imaginadas. Para Anderson, tanto o marxismo quanto o liberalismo fracassaram em compreender o fenômeno da nação, sendo necessário considerar a nação como um exemplo de comunidade socialmente construída, imaginada por pessoas que percebem a si próprias como parte de um grupo. Sendo assim, aproxima-se da abordagem de Smith e James, à medida que ambos pensando nos aspectos culturais de nação e de pertencimento constroem suas interpretações. James, ao trazer o conceito de africanismo como uma via para a Identidade Nacional e por considerar as identidades como fruto de construções sociais, aproxima-se mais de Benedict Anderson e Anthony Smith.

Sendo assim, os conceitos apresentam-se como ferramentas através das quais os historiadores e historiadoras constroem suas pesquisas. Para isso, os autores se apresentam como sustentáculos desse processo. Foi visto que acerca da complexidade do problema de pesquisa estudado, que são as Identidades Nacionais, encontram-se diferentes enfoques teóricos que lançam luz sobre o tema e permitem desnaturalizar, historicizar e problematizar os conceitos, e a partir disso abrir espaço para a construção de novos saberes.

Ao evidenciar o problema de pesquisa, a partir da vida do autor, o contexto em que a obra foi publicada, sua abordagem conceitual e ideológica, suas críticas ao imperialismo e a ênfase dada ao protagonismo negro e à liderança de Toussaint L'Ouverture, será dado andamento à problemática para a compreensão de como esses processos históricos e a perspectiva de James irá auxiliar na construção da Identidade Nacional haitiana. James, constrói um importante caminho em sua obra acerca do resgate das narrativas de protagonismo da população negra que historicamente não ocupavam esse local na memória. Assim, ao resgatar historicamente esses processos e apresentando uma nova perspectiva, James contribui para a solidificação dessa liquidez histórica da Identidade Nacional haitiana.

Nesse aspecto, James apresenta uma perspectiva que reorganiza as narrativas acerca do processo de formação das Ilhas do Caribe. Segundo James (2010, p. 97) a formação histórica do Caribe anglófono – West Indies – foi propícia para a inovação cultural, artística, social e política. James afirma que a “população nas Índias Ocidentais não possui uma civilização nativa. Esta população é essencialmente ocidentalizada e tem sido ocidentalizada por séculos” (JAMES, 2010, p. 97). Possuem uma modernidade distintiva formada também pelo internacionalismo e pela percepção a partir de uma escala reduzida. De acordo com James (2010, p. 143) os caribenhos são “essencialmente um povo internacional [...] desta forma somos particularmente abertos”. Assim, o autor apresenta os povos caribenhos/haitianos como uma sociedade de insulares que são capazes de compreender o mundo de diferentes formas. Segundo Mattos (2019), James apresenta a Grã-Bretanha, onde um intelectual era capaz de perceber apenas sua classe e seu território em contraponto ao Haiti que foi formado por uma ampla diversidade, de modo que esses intelectuais eram capazes de conhecer toda a sociedade. Dessa forma, o Haiti e a população negra é apresentada como mais desenvolvida do ponto de vista epistemológico que a população da Grã-Bretanha.

Assim, nessa disputa por narrativas, o autor aponta um novo ângulo para visualização desse processo na sua obra, “Jacobinos Negros”, a partir da construção de uma narrativa que priorize o protagonismo de Toussaint e dos negros, apontando sua organização na luta, sua capacidade diplomática e, sobretudo, a posição de não submissão dos negros na luta pela independência. Constrói-se uma Identidade Nacional haitiana baseada no protagonismo negro, ao reorganizar a narrativa, colocando em primeiro plano a ação de Toussaint e dos negros e ao valorizar a formação diversificada do território caribenho apresentando suas potencialidades de acordo com Marques (2015). Assim, James irá solidificar essas narrativas acerca da história do Haiti, promovendo dessa forma um assentamento e uma coesão da Identidade Nacional

haitiana. Apesar de proclamarem sua independência, os haitianos não estariam livres de passar novamente pelos horrores do colonialismo e do imperialismo, conforme evidenciou Vieira (2006). Antes da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos, alegando a necessidade de saldar as dívidas e restabelecer a ordem, invadem o Haiti em 1913. No entanto, a nação resiste e organiza-se uma greve geral liderada pelos intelectuais literatos que tinham descoberto o africanismo de seus camponeses como uma via para a Identidade Nacional. Conforme James:

Pode parecer que a África tenha sido invocada nas Índias Ocidentais por necessidade empírica e circunstâncias acidentais. Não foi bem assim. Muito antes de os fuzileiros navais deixarem o Haiti, o papel da África na consciência do povo das Índias Ocidentais tinha demonstrado ser, por si só, um estágio no desenvolvimento da busca de uma identidade nacional para as Índias Ocidentais. (JAMES, 2010, p. 349).

James chega à conclusão que era apenas no período em que vivenciava, que poderia então definir o que havia motivado a preocupação do homem das Índias Ocidentais para com a África, que seria devido à educação dos povos centrais (em especial, haitianos) nos padrões do Ocidente.

Antes que pudessem começar a se enxergar como um povo livre e independente tinham de livrar suas mentes do estigma de que qualquer coisa que viesse da África era inerentemente inferior e degradada. A estrada para a identidade nacional das Índias Ocidentais encontra-se na África. (JAMES, 2010, p. 355-356).

### **Considerações finais**

É notável a presença do debate acerca da Identidade Nacional, a complexidade das suas formações e a suas diferentes reflexões. O crescimento dessas análises aponta para uma adesão de diferentes sujeitos e grupos sociais que não estavam incluídos nessas narrativas oficiais de Estado-Nação, mas que passam a entrar em uma disputa de narrativas a fim de afirmar-se dentro dessas Identidades Nacionais.

Tal transformação está fundada em um processo que permite analisar a Identidade Nacional enquanto um fenômeno extremamente complexo e diversificado que tem suas facetas de acordo com cada caso específico. Assim, é possível se apoiar em análises como as de Eric Hobsbawm, Anthony Smith e Benedict Anderson que apresentam um aparato conceitual bastante diversificado e permitem um olhar crítico e atento ao processo de construção das Identidades Nacionais que não podem ser entendidas apenas a partir de um único prisma. Verificou-se, no âmbito dos conceitos, que esse processo narrado por James em sua obra, “Jacobinos Negros”, não pode ser entendido apenas a partir de um conceito, mas precisa ser analisado na sua complexidade como uma construção de narrativas, que viabilizam o

protagonismo negro e apontam a Revolução Haitiana como o início de um processo de construção de uma identidade nacional nesse território tão diversificado.

Diante disso, a importância de analisar esses casos específicos, como o do Haiti, está em conseguir pluralizar as perspectivas acerca das formações nacionais, entendendo-as como processos construídos, complexos e diversos. Assim, torna-se possível uma análise crítica que não priorize apenas um ponto de vista.

O presente artigo analisou a construção da Identidade Nacional haitiana e seu processo de solidificação promovido pela obra de C.L.R James. Constatou-se, que através da obra de James ocorre uma transformação na narrativa histórica da Revolução Haitiana, que até então vinha sido formada a partir de um viés europeu que colocava o processo haitiano apenas como um reflexo da Revolução Francesa. Dessa forma, não valorizava as especificidades da Revolução Haitiana e nem o protagonismo da população negra nesse processo. Com a obra de James, vemos uma rearticulação nessa ótica de maneira a promover uma narrativa que solidifique a liquidez histórica que permeava o caso haitiano.

Sugere-se que para maior aprofundamento do assunto, em novas pesquisas relacionadas à formação da Identidade Nacional, sejam também consideradas a construção de um nacionalismo extra-nacional e o transnacionalismo cultural que são aspectos de suma significância de serem analisados a partir da obra de C.L.R James.

## Referências

- ALMEIDA, Jorge. Arquivo Marxista na Internet, 2021. *A Resposta Revolucionária ao Problema Negro nos Estados Unidos*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/james/1948/12/40.htm>. Acesso em 13 out. 2021.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BORDA, Erik; CHAVES, Wanderson. *Falando com um historiador: entrevista com C. L. R. James por E. P. Thompson*. Revista angelus novus, São Paulo, n. 15, p. 167-190, 2019.
- DUBOIS, Laurent. *The black Jacobins, seven decades later*. NACLA Report on the Americas, Nova York: North American Congress on Latin America, v. 42, n. 2, p. 38-41, mar-abr. 2009.
- GORENDER, Jacob. *O épico e o trágico na história do Haiti*. Estudos avançados, São Paulo, v. 18, n.50, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. “Introdução: a invenção das tradições” In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997, pp.9-23.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARCUSSI, Alexandre Almeida. *O anticolonialismo como tragédia: “Os jacobinos negros” entre a História e a política*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 2018.

- MARQUES, Pâmela Marconatto. *Narrando Revoluções com os Pés no Haiti: A revolução haitiana por Michel-Rolph Trouillot e outros intelectuais caribenhos*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Rio Grande do Sul, v. 11, n.3, 2017.
- MARQUES, Pâmela Marconatto; ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Quem quer ser Toussaint Louverture? Banalização e silenciamentos na produção de narrativas oficiais sobre a história haitiana*. Revista Brasileira do Caribe, São Luís - Maranhão, v. 16, n. 31, p.125-169, 2015.
- MATTOS, Pablo. James: *a invasão da etiópia, pan-africanismo e uma opinião africana internacional*. Revista de Teoria da História, Goiás, v. 22, n. 02, p. 137-176, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/60001/34156>. Acesso em: 13 out. 2021.
- SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- TROUILLOT, Michel Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.
- TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. *O Jacobinos Negros*. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v.4, n.7, p.225-230, jan/jun, 2012.
- VIEIRA, Jofre Teófilo; ASSUNÇÃO, Victor Fialho de. *A crise no Haiti pós-independência, de 1804-1915*. Ameríndia, Ceará, v.2, n.2, 2006.

## **FRETILIN: UM MOVIMENTO POLÍTICO DE INDEPENDÊNCIA NO TIMOR-LESTE E SUA RELAÇÃO COM PORTUGAL**

Bianca Obetine Magnus, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsa CAPES.  
Orientador: Marçal de Menezes Paredes, PhD

**Resumo:** O Timor-Leste foi uma colônia portuguesa localizada no Sudeste Asiático, região que também passou por um processo de luta política, cuja independência iniciou a partir da Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974. Menos de um mês do 25 de Abril, articularam-se as primeiras associações políticas timorenses, com o objetivo de discutirem as possibilidades para o futuro do território. Em 20 de maio de 1974, surgiu a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), fundada com o intuito de defender a independência do território. Mais tarde, no mesmo ano de sua fundação, a ASDT passa a se chamar FRETILIN, a qual inicialmente buscava se articular como um movimento político forte, organizando-se ideologicamente e levando sua mensagem para população. Em 1975, a Indonésia passa a ser uma ameaça significativa para a independência do Timor português, uma vez que os interesses indonésios em relação ao território timorense se tornavam cada vez mais preocupantes e o risco de uma invasão era cada vez maior. Sendo assim, é nesse contexto que realizo meus estudos, buscando entender a relação entre a FRETILIN, enquanto um forte movimento político que buscava independência e, Portugal enquanto colonizador e administrador do processo de descolonização. Sendo assim, pretendo compartilhar reflexões acerca da minha pesquisa até o momento.

**Palavras-chave:** Timor-Leste; Descolonização; Fretilin.

### **Breve contextualização sobre o Timor-Leste**

O Timor-Leste está localizado no Sudeste asiático entre a Indonésia e a Austrália. A Ilha de Timor é dividida, o lado oriental é o Timor-Leste e o ocidental faz parte da Indonésia. É um país consideravelmente pequeno, principalmente quando comparado ao menor estado brasileiro (Sergipe) que chega a ser maior que o Timor-Leste (SERRANO; WALDMAN, 1997). No entanto, a história do Timor-Leste se apresenta como um caso peculiar e complexo.

A história do Timor, que hoje é um país independente e soberano, é marcada por conflitos e por presenças estrangeiras, essas que ajudaram a tardar a independência, tornando o país o primeiro a se tornar independente no século XXI, especificamente em 2002, após uma longa presença portuguesa na região seguida pela presença indonésia a partir de 1975 até 1999 (AMARANTE, 2010).

A presença portuguesa no território do atual Timor-Leste inicia no século XVI com a chegada de navegadores na busca por sândalo; e a colonização efetiva do território se dá no século seguinte. Há ainda outras presenças estrangeiras no território como os holandeses, que estavam na concorrência com Portugal pelo comércio de especiarias no Sudeste Asiático e essa disputa resulta na divisão do território do Timor no ano de 1859 em duas partes: o Timor Ocidental holandês e o Timor Oriental português (SILVA, 1999).



No século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Timor sofre com a invasão de forças japonesas em fevereiro de 1942, que detém as forças holandesas e australianas que lá estavam buscando a contenção da expansão japonesa no território. Os japoneses permaneceram no território timorense até setembro de 1945, deixando marcas de destruição e mortes – estimam-se o número de 40 mil timorenses mortos no período da ocupação japonesa. Nesse mesmo ano, a Indonésia conquista sua independência da Holanda e anexa à parte ocidental ao seu território e a parte oriental permanece sob controle português (BICCA, 2011).

No contexto de um movimento anticolonialista internacional na década de 1950, Portugal passa a sofrer pressões em relação às suas colônias. Portugal tem o Timor português como possessão colonial assim como seus outros territórios de domínio (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, Goa, Damão, Diu e Macau). No entanto, em 1951, devido às pressões estrangeiras, Portugal muda a denominação de suas colônias para “províncias ultramarinas”, embora, na prática, não mude sua atuação político-administrativa sob estes territórios (SILVA, 1999).

Em 1955, Portugal torna-se membro das Nações Unidas e passa a receber críticas e oposições por sua política colonial, contrariando o princípio da autodeterminação dos povos presente na Carta das Nações Unidas. Em 1960 a situação se altera mais com a Resolução 1514 (XV) (MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL, 2020), e em seguida a Resolução 1542 (XV) que classifica o Timor-Leste como território não-autônomo, tornando o território um problema internacional, passando a ser de dever da comunidade internacional o interesse sobre o território. Portugal, por não considerar o território como não-autônomo, recusa-se a dar informações sobre o território até 1974 (SILVA, 1999).

Em 1974, iniciam-se as mudanças para o Timor-Leste a partir da Revolução dos Cravos em Portugal. É com a queda do regime salazarista que Portugal reconhece o direito à independência às suas províncias. O que abre espaço para a formação de partidos políticos no Timor-Leste. Nesse mesmo ano é fundada a Associação Social Democrata Timorense (ASDT) a favor da independência do Timor-Leste, que em seguida passa a se chamar Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), e é o objeto de estudo da minha pesquisa.

Outros movimentos políticos são fundados logo nos primeiros meses após o 25 de Abril em Portugal. Entre eles, a União Democrática Timorense (UDT) que pregava uma independência gradual, mantendo contato com Portugal e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) a favor da anexação do território à Indonésia. O processo de

descolonização envolvia uma negociação política de transição entre Portugal e os partidos do Timor-Leste, mas nesse período não havia uma equidade na tomada de decisões e constata-se ainda um despreparo por parte dos partidos na questão da independência (GALDINO, 2012).

O ano de 1974 para a ASDT/FRETILIN, tem se apresentando através das minhas pesquisas como um momento em que o movimento busca se afirmar para população, e até busca se afirmar ideologicamente. A bibliografia geralmente indica a FRETILIN como marxista-leninista, no entanto, isso é uma questão que tem se apresentado de forma complexa. Observo que há uma radicalização no movimento para o marxismo a partir de setembro de 1974, mas há também uma inclinação da FRETILIN a social democracia<sup>75</sup> (RAMOS-HORTA, 1994).

Indonésia e Portugal discutiam sobre o processo de descolonização do território, mas devido suas posições políticas contrárias no cenário da Guerra Fria não viam ainda a consolidação da independência do Timor-Leste. Buscando efetivar a independência os partidos FRETILIN e UDT formam uma coligação em janeiro de 1975 (por terem em comum, naquele momento, o repúdio a integração na Indonésia), o que agrada a Portugal por representar um avanço na questão, mas desagradava a Indonésia, visto que a FRETILIN possuía identificação com ideário marxista-leninista (CUNHA, 2001).

O ano de 1975 pode ser considerado decisivo para o Timor-Leste, as ações de todos os lados envolvido nas questões da independência do Timor marcam a história do país e resultam em mais uma invasão agressiva e sangrenta do território. Em maio de 1975, a UDT rompe a coligação com a FRETILIN, por discordâncias de ideais. Dentro de um cenário em que Portugal buscava avançar com o processo de descolonização, os partidos timorenses se encontram em exaltação pelos impasses observados em relação as intenções portuguesas e indonésias gerando ações e reações que resultam em uma breve guerra civil entre a UDT e a FRETILIN.

A UDT, de posição anticomunista, lança uma ação armada na capital Dili e prende simpatizantes da FRETILIN. A FRETILIN possui uma situação favorável do lado oriental da ilha e passa a controlá-lo. As tentativas de negociação para resolver os conflitos envolvem os movimentos políticos internos, Portugal, Indonésia e até a ONU, mas não resultam em ações efetivas para resolução do problema.

E em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN proclama a independência da República Democrática do Timor-Leste, alegando agressões da Indonésia e a incapacidade de Portugal no processo de descolonização. Em resposta, o Movimento Revolucionário Anticomunista,

<sup>75</sup> Essa questão sobre a ideologia da FRETILIN no período de 1974-75 ainda deve ser melhor pesquisado.

formado pelos movimentos contrário a FRETILIN e com apoio ostensivo da Indonésia, proclama a integração do território a Indonésia. Esse ato resulta na invasão indonésia no dia 7 de dezembro de 1975 que dá início a um novo capítulo da história do Timor-Leste (CUNHA, 2001).

É nesse período breve, de 1974 a 1975, e turbulento da história do Timor-Leste que tenho realizado meus estudos. Um tempo no qual os próprios timorenses tiveram a oportunidade de uma participação política ativa dentro de seu próprio país; por consequência de uma transição política que se inicia em Portugal – a partir da Revolução dos Cravos – observamos suceder uma transição política interna no próprio Timor.

Dentro desse contexto, a FRETILIN produz uma rica documentação resultante da sua experiência na busca da independência do seu país. Dessa forma tenho observado a relação entre a FRETILIN e Portugal, enquanto colonizador e administrador do processo de descolonização no período de 1974 a 1975. Ainda levo em consideração um contexto amplo existente nesse período, como a Guerra Fria e a importância do Terceiro Mundo nesse contexto. Dialogado com acontecimentos em Portugal, na Indonésia, nas outras colônias portuguesas em processo de libertação, entre outros territórios que estão inseridos em uma rede ampla de conexões nesse período.

### **Desafios da pesquisa e reflexões**

Tenho como objetivo na minha pesquisa analisar a relação da FRETILIN, de 1974 até 1975, com Portugal. A documentação produzida pelos líderes da FRETILIN apresenta posicionamentos do movimento timorense sobre seu colonizador Portugal. E a compreensão desta relação agrega ao entendimento quanto a trajetória da FRETILIN na busca pela independência do Timor.

Isso se justifica, em primeiro lugar, pela escassez de trabalhos sobre a história do Timor-Leste no Brasil, principalmente sobre a FRETILIN, que é um movimento político importante para a formação da resistência timorense após a invasão da Indonésia em 1975. Vale destacar que a resistência gerou grandes debates no contexto da década de 1990, quando a questão do Timor-Leste passou a ser discutida em esfera internacional. O que gerou mobilizações pela causa timorense da independência e produziu resultados.

Deve-se considerar ainda que o Timor-Leste possui relações históricas com o Brasil, pelo fato de ter vínculos culturais e uma herança lusófona comum. Além disto, destaca-se o fato das relações de cooperação entre os países após a independência em 2002, em que o Timor-Leste conta com apoio brasileiro para a consolidação da língua portuguesa no país.

A história do Timor-Leste parece ser urgente pela riqueza que é, assim como toda história, mas quando se faz um levantamento historiográfico sobre o país vemos poucas produções brasileiras tanto sobre trabalhos que se relacionam com o tema da pesquisa, a FRETILIN, quanto sobre a própria história do Timor em geral. Dito isso este trabalho possui uma dimensão original, pela ausência de pesquisa sobre o tema, e internacional, possibilitando trocas de conhecimentos entre países e gerando integração e cooperação.

Todas as justificativas levam a conceber esse objeto de estudos como necessário e importante, no entanto, é relevante apontar alguns desafios que acompanham essa pesquisa. Entre eles, destaco as fontes. As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa constituem um material diverso produzido pela FRETILIN, as lideranças do movimento, nos anos de 1974 e 1975. Todas as fontes utilizadas foram encontradas em acervos virtuais.

Dito isso a seleção da documentação segue os critérios, em um primeiro momento, da facilidade de acesso a fontes de forma online presentes no site da CasaComum.org da Fundação Mario Soares, que fazem parte do Arquivo e Museu da Resistência Timorense em Díli. E também no site do Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral “CIDAC.pt.” em Portugal. Em segundo da relação do conteúdo com os objetivos da pesquisa e da produção da fonte no período entre 1974 e 1975.

Os materiais produzidos pela FRETILIN compõem um corpus bastante diverso. No ano de 1974, utilizo algumas correspondências, o programa do partido, e o periódico Nacroma publicado pela FRETILIN em edições quinzenais. No ano de 1975, a documentação é composta por comunicados, folders partidários, estudos relacionados aos acontecimentos no Timor, correspondências, anotações, levantamentos sobre questões relevantes a evolução do partido, reportagens etc.

As fontes serão divididas dentro de seus contextos de produção, de forma cronológica, podendo haver um cruzamento para validação dos discursos apresentados. A metodologia empregada para tratar com as fontes será a análise de conteúdo, buscando a compreensão e interpretação do conteúdo da documentação e levando em conta os significados diversos presentes nos textos. Reforço que atualmente ainda estou buscando outros arquivos e acervos online que possam ampliar o corpus documental.

A busca por mais fontes que possam formar um corpus mais harmônico e completo tem se apresentado como um desafio, assim como encontrei dificuldade em buscar bibliografias brasileiras no campo da história que tenham como tema o Timor-Leste, também encontro dificuldades em buscar acervos e arquivos que tenham material sobre a FRETILIN.

Outro desafio que se apresentou com grande relevância foi de caráter teórico. Encontrei dificuldades em conceber teorias que pudessem ser utilizadas no caso do Timor-Leste. Devido a tratar-se de um objeto no sudeste asiático, que foi colonizado pelo imperialismo europeu e conquistou uma independência tardia, sempre me intrigou utilizar aportes teóricos que não foram construídos pensando nesse espaço. Dito isso, passo para as considerações finais nas quais trato justamente sobre o uso de um aporte teórico que pareceu adequado ao objeto.

### **Considerações finais**

A partir do contato com obras sobre a História Global, constato que esta propõe uma perspectiva ampla de redes e conexões que auxiliam no entendimento da complexidade do Timor-Leste no período de 1974 e 1975. Seu uso se justifica inicialmente por se tratar de um processo transição dentro do Timor-Leste, que obrigatoriamente deve passar pelo fim do salazarismo em Portugal, ou seja, duas transições concomitantes em espaços distantes mesmo que relacionados pelo colonialismo, o que sugere uma relação ampla de trocas.

O uso da História Global para o caso do Timor-Leste se faz necessário pelas relações e conexões existentes principalmente entre Portugal e Timor-Leste, mas também as relações com outros países, como Austrália, Indonésia, EUA e etc., relações que geram consequências indiretas para o objeto de estudo da pesquisa.

Além destas conexões que afetam a relação Timor-Portugal, ainda há o contexto da Guerra Fria, que afeta os acontecimentos no Timor, assim como em Portugal. Dito isso, o uso da História Global pretende justamente romper com estudos que tem foco em uma história nacional, dando ênfase a um aspecto mais amplo de acontecimentos e lugares que geram consequências a um objeto específico, no caso o Timor-Leste. Conrad (2017, p. 10-11) aponta essas possibilidades para a História Global:

A defesa da história global, portanto, também nos convida a superar esta fragmentação <sup>[76]</sup> a fim de chegar a uma compreensão mais abrangente das interações e conexões que deram origem ao mundo moderno. [...] Trata-se principalmente de mobilidade e intercâmbio, com processos que transcendem as fronteiras. Ela toma o mundo interligado como ponto de partida e se concentra em questões como o movimento e o intercâmbio de coisas, pessoas, ideias e instituições. Como uma definição preliminar (e bastante solta) da história global, poderíamos descrevê-la como uma forma de análise histórica na qual fenômeno, eventos e processos são colocados em contexto globais. [...] o objetivo é escrever uma história de espaços delimitados (e, portanto, não “globais”), mas com conexões globais e condições estruturais em mente.

<sup>76</sup> Fragmentação refere-se a uma história apresentada de forma isolada, como exemplo uma história nacional abordada como se fosse isolada.

Dito isso, ainda aponto outro fator em que a história global se torna importante neste estudo que passa pela justificativa apresentada para essa pesquisa, o fato de ser um tema internacional, mas que possui relações com o Brasil, e também por se tratar de um estudo pioneiro, lembrando da escassez de trabalhos sobre o Timor-Leste, sobre isso Conrad (2017, p. 10 e 19) escreve:

[...] o apelo pela história global é apresentado como um apelo pela inclusão, por uma visão mais ampla. Os outros passados também foram história. [...] A história global, por outro lado, abre um ângulo de visão mais amplo para contemplar processos que, por muito tempo, se não indetectáveis para os sistemas de conhecimentos do mundo acadêmico, foram pelo menos rotulados como irrelevantes.

O uso da história global surge das necessidades de superar uma história que use o Estado-ação como eixo de análise e evitar o enfoque eurocêntrico (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017), fazendo com que repensemos nossas noções de fronteira, e quanto a isso SUBRAHMANYAM (2012) afirma que a história global nos convida “a redesenhar mapas que emergem das problemáticas que pretendemos estudar, em vez de inventarmos problemáticas que encaixem nas cartografias preexistente” fazendo com que as fronteiras deixem de “ser fundamento da historicidade para se tornar também componentes da problemática” (DELGAN; PARETO JUNIOR, 2019).

A partir dessas afirmações o estudo do Timor-Leste se faz possível através da História Global, primeiro referindo-se ao tema da pesquisa que trata da relação de dois territórios distantes e considerando também o contexto internacional que afeta ambos, a Guerra Fria, que gera influências tanto em Portugal quanto no Timor-Leste, o que gera um estudo das relações internacionais e uma história de influências que fazem parte da História Global (PIMENTA, 2011).

Atualmente busco me aprofundar nos debates sobre História Global, Transnacional, e História Conectada. Constato que esse caminho, principalmente levando em consideração o contexto da Guerra Fria que é extremamente importante para o objeto da pesquisa, pode dar conta de auxiliar na compreensão da complexidade do Timor-Leste e da FRETILIN nesse período.

Busco inserir o Timor-Leste em um contexto mais amplo e até complexo de debates sobre o Terceiro Mundo no contexto da Guerra Fria e da formação de novos estados nesse período. Com isso é possível realizar um estudo, através da documentação, sobre a relação da FRETILIN com Portugal, levando em consideração as transições políticas concomitantes, assim como um contexto amplo/internacional que gera consequências em um espaço específico, como o Timor-Leste.

## Referências

- BATISTA, Gabriela Lopes. *Narrativas da resistência timorense: o Arquivo e Museu da Resistência Timorense e a construção de uma memória nacional*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- BICCA, Alessandro. *A diferença entre os iguais*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CASA COMUM. *Arquivos*. Lisboa, 2020. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos> . Acesso em: 17 jun. 2020.
- CECPLP. *República Democrática de Timor-Leste*. Disponível em: <http://www.cecplp.org/timor-leste.html> . Acesso em: 21 out. 2020.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Organização*. Lisboa, 2020. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2763.aspx> . Acesso em: 19 mai. 2020.
- CONRAD, Sebastian. *História global. Uma nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Editorial Planeta, 2017.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Porto Alegre, RS, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002.
- CUNHA, João Solano Carneiro da. *A questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG, 2001.
- DE LUCCA, Daniel. *A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2016.
- DE LUCCA, Daniel. Outros 500 – O Quinto Centenário de Timor-Leste e o Pós-Colonialismo em Português. *Ilha*, Florianópolis, SC, v. 19, n. 2, p. 108-142, dez. 2017.
- DE LUCCA, Daniel. Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia, de Rui Graça Feijó. *Análise Social*, Porto, v. 225, n. LII, p. 932-940, 2017.
- DEGAN, Alex; PARETO JUNIOR, Lindener. História global, histórias conectadas: debates contemporâneos. *Esboços*, Florianópolis, SC, v.26, n.42, p. 229-233, mai./ago. 2019.
- FERNANDES, Moisés Silva. *A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975*. In: Conferências da Associação de Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios, 2005, Lisboa. Apresentação. Lisboa: Negócios Estrangeiros, fev. 2007. p. 90-171. 22
- FERRO, Manuel. A revitalização da epopeia na afirmação da identidade de Timor Lorosae: d’Os Lusíadas, de Luís de Camões, a Mauberíadas, de Xanana Gusmão. *Revista Investigações*, Recife, PE, v. 29, n. 1, p. 41-94, jan. 2016.
- GAGLIATO, Marcio. *Timor-Leste e a ocupação Indonésia: A religião como operador de resistência*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GALDINO, Carolina Ferreira. *Nasce um Estado: A Construção do Timor Leste*. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita

Filho”, São Paulo, 2012.

ITAMARATY. *Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5477-republica-democratica-de-timor-leste> . Acesso em: 15 abr. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 1985.

LIMA, Fernando. *Timor – Da guerra do Pacífico à Desanexação*. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2002.

LUCCA, Daniel de. *Moçambique em Timor e Timor em Moçambique: diáspora, guerra e revolução nas margens do índico*. In: Seminário África na FFLCH II, 2016, São Paulo. *ÁFRICA: PERSPECTIVAS Ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: FFLCH, 2018. p. 178 – 198.

MARTINS, Rui Cunha. *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL. *Resolução 1514 (XV)*, de 14 de dezembro de 1960 refere-se à Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Lisboa, 2020. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-indepcolonial.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PIMENTA, João Paulo. O que é uma “história global”? A propósito de um livro de David Armitage. *Almanack*, Guarulhos, SP, n. 6., p.153-157, 2013.

RAMOS-HORTA, José. *Timor Leste: amanhã em Díli*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SANT’ANNA, Sílvio L.. *Timor Leste Este País Quer Ser Livre*. São Paulo: Editora Martin Claret LTDA, 1997. 23

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, Niterói, RJ, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. *Brava gente de Timor: a saga do povo maubere*. São Paulo: Xamã, 1997.

SILVA, Lurdes Marques. *Descolonização, nacionalismo e separatismo no Sudeste Asiático: Os casos da Indonésia e Timor Leste*. In: Lusophonies asiatiques, Asiaticques em lusophonies. 2000. p. 359 – 374.

SOUZA, Domingos Francisco de Jesus. *A Ocupação Indonésia e a Resistência Timorese (1975-2002)*. 2018. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) - Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Impérios em Concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.



## **A SUBALTERNIDADE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO GOVERNO BOLSONARO POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL**

Bruno Almeida Silva, Graduado em História (UPF), mestrando em História UPF.  
E-mail: [brunoalmeidasilva@upf.br](mailto:brunoalmeidasilva@upf.br)

**Resumo:** Colocando em questão a influência do norte global em relação as experiências do sul, este trabalho busca compreender quais os reflexos da subalternidade que está inserido o governo Bolsonaro e como as fronteiras epistêmicas podem analisar as relações de emancipação dos países latino-americanos. Ao discutir a política internacional do governo Bolsonaro é preciso compreender a caracterização do próprio governo, desenrolando sua finalidade e sua percepção sobre os outros países da América Latina. A política assumida pelo governo Bolsonaro é destacada pelo não reconhecimento dos avanços sociais que estabeleceu os direitos individuais das comunidades sulistas, destacando como pauta principal a revogação das relações com blocos internacionais que possibilite uma pauta de interação político-cultural dentro do próprio continente. Por fim o governo Bolsonaro tornou-se símbolo de como as relações internacionais podem afetar diretamente a emancipação de uma nação subalternizada, tornando submissa nas políticas internacionais conforme as necessidades do norte. Ao desconfigurar as relações internacionais estabelecidas com países vizinhos, pode significar uma ruptura no próprio desenvolvimento cultural e político sem reconhecimento da própria realidade.

**Palavras-Chave:** Decolonialidade; Fronteira; Epistemologia; Relações Internacionais.

### **Saberes latino-americanos**

As práticas de educação formal que se consolidaram ao longo dos últimos séculos na História da América Latina, carregam dentro da sua formação consequências da colonização ibérica nas Américas do Sul. Com o fortalecimento dos movimentos sociais no fim do século XX e se consolidando no início do século XXI, começa a nascer um debate teórico político sobre como repensar as experiências sociais produzidas pelos grupos subalternos do sul global e estabelecer que o resultado dessa movimentação pode levar para uma epistemologia voltada para as necessidades locais, possibilitando o fim do ciclo colonial estabelecido no início da colonização europeia.

Contudo, precisamos assumir que ao longo da constituição do latino-americano as políticas de estado e principalmente as necessidades interna desses povos refletiu sob grande influência das necessidades do norte global, sendo regida e organizada conforme seus padrões de universalidade. Essa influência pode ser compreendida pela colonialidade do saber, colocando como universal as experiências do norte, conforme defende Lourenço:

A ideia de conhecimento universal legitima o pensamento eurocêntrico como único, da mesma forma que se deriva dele. O estabelecimento dessa proposição opera de forma silenciosa a calar formas de pensar à margem do padrão. Esta forma de genocídio intelectual pode ser considerada uma violência epistêmica. Esta atinge a episteme de um indivíduo/povo e está principalmente ligada ao contexto histórico da modernidade e do colonialismo. (LOURENÇO, 2018. p. 71)

Paulo Freire, quando olha para as experiências dos grupos subalternos, entende que a educação tem um papel importante, tanto para dar continuidade à exploração desses grupos, como para expor a contradição social e estabelecer um conflito que leve à libertação o que pode possibilitar uma ruptura das necessidades internacionais de dependência política. A decolonialidade vem trazer a importância de resgatar uma ciência produzida por protagonistas do sul, que tiveram sua ciência baseada nas experiências do norte global como universais para sua própria realidade. Analisar o lugar de onde se produz o conhecimento é importante para que os indivíduos possam compreender a própria realidade, assim, podendo se colocar como oposição aos modelos hegemônicos de conhecimento, conforme observa Milton Santos:

Nesse processo, afirma-se, também, segundo novos moldes, a antiga oposição entre o mundo e o lugar. A informação mundializada permite a visão, mesmo em flashes, de ocorrências distantes. O conhecimento de outros lugares, mesmo superficial e incompleto, aguça a curiosidade. Ele é certamente um subproduto de uma informação geral enviesada, mas, se for ajudado por um conhecimento sistêmico do acontecer global, autoriza a visão da história como uma situação e um processo, ambos críticos. Depois, o problema crucial é: como passar de uma situação crítica a uma visão crítica e, em seguida, alcançar uma tomada de consciência. Para isso, é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia. (SANTOS, 2000, p. 116)

Assim, retomar autores que pensam o Sul dentro de sua própria perspectiva é entender que a experiência local é capaz de construir soluções que evidenciem suas próprias demandas e que a pedagogia experienciada por grupos subalternos deve ser encarada como libertadora e, principalmente, confrontadora quando colocada em relação a hegemonia do norte ao sul.

As características dos povos latino-americanos, ou povos subalternos que vivem ao sul global, se construíram com base na força de resistência contra o colonialismo, assim, não se pode negar a influência que o movimento histórico colonial teve na construção de identidade desses povos. Por isso, trazer o debate de colonialidade não é apagar um momento histórico, mas conseguir evidenciar as forças de resistência que permanecem até a contemporaneidade, conforme Walsh:

Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial, quer dizer, passar de um momento colonial a outro não colonial, como se fosse possível que os padrões e suas marcas desistam de existir. A intenção é mais assinalar e provocar um posicionamento – uma postura e atitude contínua – de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínuo no qual podemos identificar, visibilizar e promover 'lugares' de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2009).

O papel da decolonialidade nos processos de emancipação política no campo

internacional se torna importante para entender que as experiências de grupos marginalizados ou considerados não científicos é uma forma de resistência epistêmica do sujeito deslocado da modernidade, como também uma arma política para a construção de uma sociedade que consiga entender esses grupos não apenas como objeto de estudo. Quijano, quando fala sobre esse movimento diz que,

primeiro de tudo, a descolonização epistemológica, como decolonialidade, é necessária para abrir caminho para uma nova comunicação intercultural, para troca de experiências e significados, como base de uma outra racionalidade que pode legitimamente pretender alguma universalidade. Nada é menos racional, afinal, do que a pretensão de que a cosmovisão de uma etnia particular seja posta como racionalidade universal (QUIJANO, 2010, p. 31).

O movimento de libertação de povos oprimidos contra uma única corrente de conhecimento considerada como válida não é apenas uma opção para discussão, mas é possível considerar que uma “opção decolonial” seja já o processo de libertação, de descolonização: “‘libertação’ e ‘descolonização’ são projetos conceituais (e portanto, epistêmicos) de desprendimento da matriz colonial do poder” (MIGNOLO, 2010a, p. 23). Se afastar dessa matriz é um projeto contínuo, assim, não existe uma fórmula fixa que coloca a educação do sul global como sua própria protagonista. Isto se reflete nas lutas diárias contra as formas de opressão e submissão dos grupos marginalizados. Atuando intimamente com o protagonismo do território, a extensão é um braço que pode garantir uma universidade verdadeiramente popular, se desenvolvendo através das pautas dos grupos subalternos que inexistem enquanto ser.

### **Governo Bolsonaro e as relações de subalternidade**

Discutir a política internacional do governo Bolsonaro é preciso compreender a caracterização política do próprio governo, como a figura do Bolsonaro pode representar ações das políticas externas e suas definições teóricas, para De Freixo, ele pode ser compreendido como uma figura ultraconservadora, nas bases do antiglobalismo conforme ele descreve abaixo:

O bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno político que transcende a própria figura de Bolsonaro. Caracteriza-se por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Na última década, tal visão ganhou bastante força em várias partes do mundo, alimentando-se da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No campo das relações internacionais, ela se identifica com o antiglobalismo de viés conservador e com as críticas ao multilateralismo, às organizações internacionais, ao multiculturalismo e à agenda liberal-progressista, que ganhou força a partir da década de 1990, com

ênfase em questões como direitos humanos, igualdade de gênero e igualdade racial. (De Freixo, 2019. p. 4)

A política assumida pelo governo Bolsonaro é destacada pelo não reconhecimento dos avanços sociais que estabeleceu os direitos individuais das comunidades sulistas, destacando como pauta principal a revogação das relações com blocos internacionais que possibilite uma pauta de interação político-cultural dentro do próprio continente. Ainda para De Freixo (2019) o governo Bolsonaro “sinaliza-se também o rompimento com algumas das diretrizes centrais das últimas décadas, dentre as quais a busca da autonomia, a diversificação de parcerias estratégicas, o pragmatismo nas relações exteriores, a ênfase no multilateralismo, a defesa da reforma das organizações internacionais e a prioridade dada à integração regional”. Esse rompimento afetou principalmente países da América-Latina entre aqueles o debate da emancipação sobre as políticas hegemônicas do norte global afetava diretamente todo o desenvolvimento social, político e econômico.

Importante destacar que apesar da mudança de governo estabelecida na transição entre os governos Bolsonaro e Temer, os estados brasileiros ainda representavam uma política interna bastante similar ao governo anterior, sem qualquer ruptura na grade internacional com países vizinhos. Essa drástica ruptura é destacada por Carlos Eduardo Vidigal como:

Sob Bolsonaro, o alinhamento aos Estados Unidos não foi definido a partir dos interesses de Estado e sim de governo, e de modo voluntarista e unilateral. Na viagem que o presidente brasileiro fez aos Estados Unidos em março, a delegação brasileira deveria convencer o terceiro maior parceiro comercial do país, com a corrente de comércio, bastante equilibrada, atingindo US\$ 47 bilhões em 2018, a apoiar o esforço brasileiro no sentido de aumentar sua participação nas cadeias produtivas internacionais e dinamizar o comércio bilateral. A dúvida principal antes da viagem era saber se Trump apoiaria formalmente o pleito brasileiro de ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento. (VIDIGAL, 2019, p. 3)

O que significou um total alinhamento com as políticas internacionais com governo Trump, sem qualquer debate de transição com as nações vizinhas e muito menos sem trazer uma análise dos diplomatas brasileiros de quais reflexos podem ser enfrentados pelo governo na tomada dessa política.

A submissão do governo Bolsonaro na sua política externa não acaba sendo um reflexo apenas sociológico ou teórico, mas pauta de uma necessidade econômica e política do mercado financeiro, conforme esclarece Fuser:

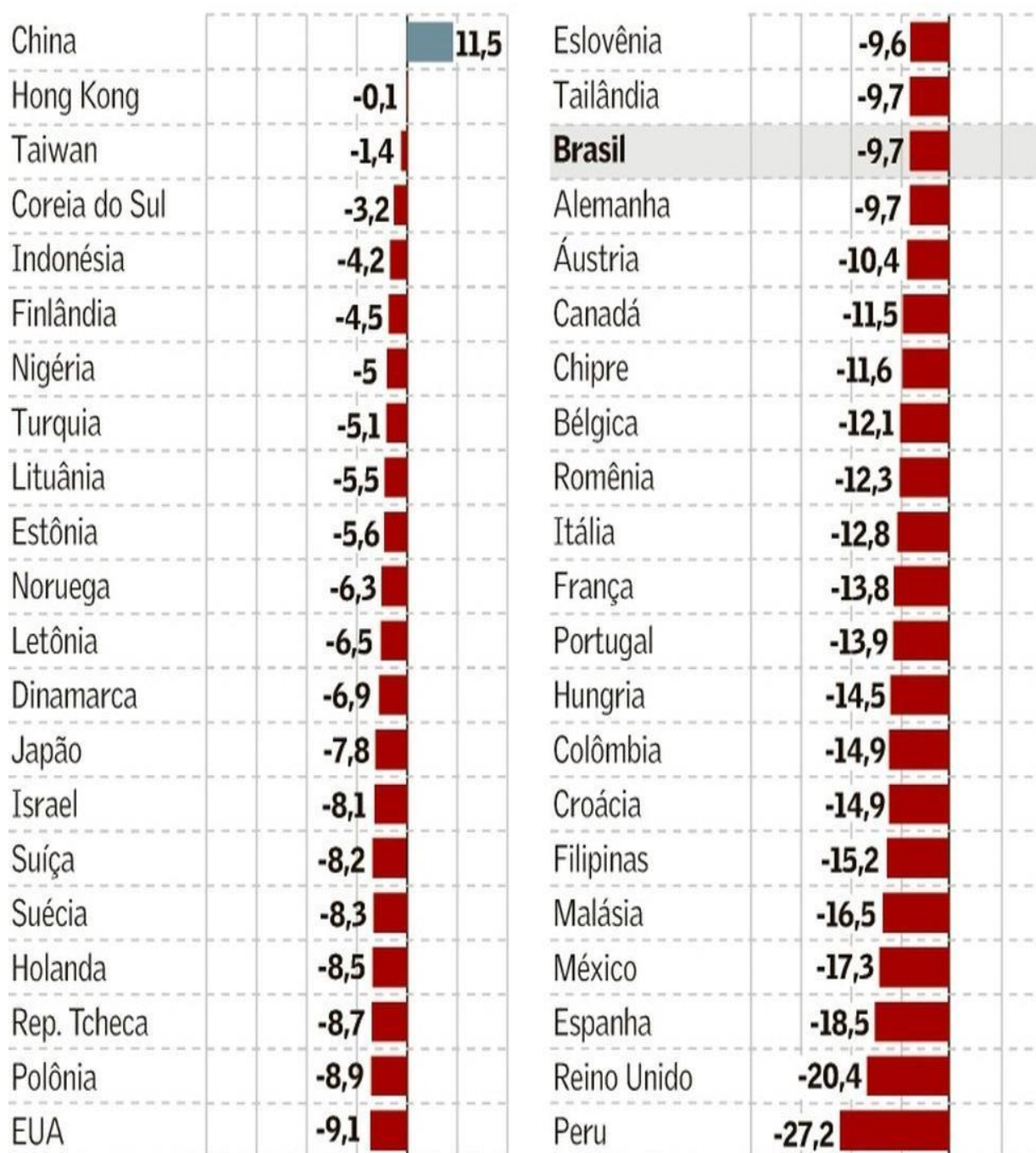
A dimensão das relações externas brasileiras que mais interessa à elite econômica – o comércio exterior, os investimentos e as finanças – é retirada em grande medida da alçada do Itamaraty para se incorporar à área sob o

comando do “superministro” da Economia, Paulo Guedes, que exerce seu cargo como um misto de porta-voz dos interesses do capital financeiro hegemônico e de fiador da confiabilidade do governo perante os agentes do “mercado”, no país e no exterior. Esse movimento mantém as questões econômicas vitais para o país em um lugar relativamente protegido da imprevisibilidade e da retórica do chanceler Ernesto Araujo e do clã dos Bolsonaros, mas não há como evitar pontos de tensão e de incerteza, com consequências negativas para os investimentos e para o comércio exterior. O Mercosul, ao menos, escapou até agora de ser extinto pela tinta de uma caneta Bic. O principal mecanismo de integração regional na América do Sul se mantém preservado, porém agora nos marcos de um enfoque diferente, aquele que já vinham preconizando o PSDB e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) desde a virada do século. O Mercosul passa a Diplomacia da subserviência 107 ser encarado como um instrumento de “livre comércio” distante de qualquer viés (neo)desenvolvimentista, de qualquer projeto de autonomia política e econômica regional. (FUSER, 2019, p.107)

Observando a caracterização do governo Bolsonaro em suprir as necessidades econômicas de outras potências, sem ao menos colocar em pauta as necessidades da população latino-americana, a diplomacia de subserviência conforme coloca Fuser, consegue esclarecer como está colocado o Brasil em relação ao continente Americano e quais serão a política assumida pelo governo em momentos de crises, pode-se utilizar o exemplo da coordenação do governo Bolsonaro em relação ao enfrentamento da crise de 2020.

As relações de subalternidade, apesar de estar configurada na colonização de países do sul global, construiu uma imagem de países totalmente dependente das políticas internacionais do norte global, contudo, os movimentos de aproximação entre os países da América Latina foi um símbolo de combate a hegemonia do norte. Durante o ano de 2020, em decorrência da crise econômica desenvolvida pelo COVID-19, grandes economias tiveram uma queda significativa na produção interna. A ilustração abaixo demonstra um pouco da queda que tanto os países do continente Americano e Europeu enfrentaram no último ano.

**Figura 1 - Índice de queda do PIB durante o ano de 2020**



Fonte da imagem: Agencia de Estatísticas dos Países e OCDE

Deve-se construir questionamentos sobre a articulação política em torno do governo Bolsonaro, colocando em ponto que uma maior interação entre os países latino poderia auxiliar no enfrentamento da crise desenvolvida pelo COVID-19, como garantir uma consolidação hegemônica em torno dos grandes centros políticos e econômicos, reivindicando assim um processo emancipatório e decolonial em torno das necessidades dos países ao norte do globo.

A existência de uma maior colaboração entre os países do globo em torno da crise de 2020, poderia está construindo uma ação multilateral entre os países, possibilitando um avanço nas políticas sociais conforme esclarece Alves:

Com isso, a crise de COVID-19 mostrou até que ponto as instituições multilaterais são cruciais para a saúde, a prosperidade e a segurança coletiva. No entanto, as respostas de enfrentamento à pandemia ainda são insuficientes e a fragilidade do multilateralismo se torna latente, inibindo alternativas de coordenação. Disso decorrem amplos malefícios, como arbitrariedade e falta de agilidade na tomada de decisões em âmbito global. Com todos os países do planeta precisando das mesmas ferramentas para preservar vidas de uma só vez, rivalidades nacionalistas se acirraram e estão comprometendo o acesso de todos. Desse modo, torna-se urgente a necessidade de maior apoio aos esforços de instituições multilaterais à implementação de uma resposta global coordenada e coerente, que tenham respeito aos princípios da democracia e do Estado de Direito, face às severas consequências socioeconômicas da crise. (ALVES, 2020, p. 106)

É necessário avançar continuamente nas ações de cooperação entre que buscam um reconhecimento da sua autonomia política e econômica, principalmente aqueles países do sul global afetados pelas raízes da colonização histórica. Por fim o governo Bolsonaro tornou-se símbolo de como as relações internacionais podem afetar diretamente a emancipação de uma nação subalternizada, tornando submissa nas políticas internacionais conforme as necessidades do norte global. Desconfigurar as relações internacionais estabelecidas com países vizinhos, pode significar uma ruptura no próprio desenvolvimento interno brasileiro, sem parceiros econômicos e políticos que consigam estabelecer um embate na política internacional.

## Referências

- ALVES FARIA, Vinícius. Multilateralismo e COVID-19: desafios de coordenação frente à crise global. *Petrel – Boletim de Conjuntura*, Brasília, v. 2, n. 3, p. 101-109, maio 2020. Disponível em: <[http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel\\_v2\\_n3/8\\_FARIA\\_Vincius\\_Alves\\_Multilateralismo\\_e\\_Covid-19.pdf](http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v2_n3/8_FARIA_Vincius_Alves_Multilateralismo_e_Covid-19.pdf)>. Acesso em: 30 Nov. 2021.
- CASCAIS, M. G. A; TERÁN, A. F. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. *Ciência em tela*, VER LOCAL DA PUBLICAÇÃO, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2014.
- FREIXO, Adriano de. As relações exteriores – Bolsonaro, 100 dias. Publicado 10 de abril de 2019a. *Le Monde*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter et al. *Colonialidade e decolonialidade da (anthropos) logia jurídica: da uni-versalidade a pluri-versalidade epistêmica*. 2011
- FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, Campo Grande, MS, n. 37, p. 89-106, jan./jun. 2014.

- MILTON, S. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- MIGNOLO, Walter. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa. 1998.
- QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. In: MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo. *Globalization and the decolonial option*. New York: Routledge, 2010.
- FUSER, Igor. Diplomacia da subserviência: política externa com as orelhas do Mickey, M. Brasil: *incertezas e submissão*, v. 1 p. 107-128, set/out. 2019.
- RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo et al. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil?. *Revista enfermagem UERJ*, v. 28, p. 49570, 2020.
- SANTOS, B. de S; PAULA, M. N. *Epistemologias do sul*. Cortez Editora, 2014.
- SILVA, F. P.; BALTAR, P; LOURENÇO, B. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. *Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 1, p. 68-87, 2018.
- SUESS, R. C; DE SOUZA SILVA, A. A perspectiva decolonial e a (re) leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 23, p.7, 2019.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. História e Relações Internacionais: o caso do Brasil. *Intelligere*, n. 10, p. 46-69, 2020.
- DA MOTTA BAPTISTA, João Victor; BERTOLUCCI, Artur Cruz; DIOGO, Ana Victória Klovra. POLÍTICA DE ESTADO OU DE GOVERNO? A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB O GOVERNO BOLSONARO. Cadernos do CEAS: *Revista crítica de humanidades*, v. 45, n. 250, p. 502-533, 2020.
- WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y razón decolonial: refundares políticoepistémicos em marcha. En: *Temas de interculturalidad crítica desde Abya Yala*. Universidad de la Tierra: Chiapas, 2009, p. 64-68.



## O POSICIONAMENTO NACIONAL COMO *GLOBAL TRADER* E AS ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS BRASILEIRAS (2003- 2014)

Caio Rafael Peppe, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História do PPGH da Universidade de Passo Fundo (UPF), Gerente dos Programas de Pós-Graduação Corporativos da Fundação Dom Cabral (FDC), 188274@upf.br; caio.peppe@fdc.org.br

**Resumo:** Este artigo descreve o posicionamento brasileiro como um *player e trader* global no período do Governo Lula e de sua continuidade no primeiro mandato do Governo Dilma. Por meio da revisão da literatura referente a política comercial externa nacional é examinado o conjunto de estratégias competitivas utilizadas pelo governo brasileiro para o incremento da atuação internacional, através da adoção de políticas industriais específicas que objetivavam incentivar empresas brasileiras a expandir suas operações globalmente. E assim, reforçar a posição brasileira como um global trader e player. Neste sentido, o trabalho apresentará como se deu o processo de construção das políticas comerciais externas brasileiras, como foi estruturada a política comercial externa nos anos do Governo do Presidente Lula, descreve o ambiente competitivo global e os cenários externos e internos, além de apresentar o conjunto das estratégias competitivas adotadas pelo governo brasileiro à época, a fim, de incrementar a participação brasileira no âmbito do comércio internacional.

**Palavras-chave:** Política comercial externa; Política industrial brasileira; Estratégias competitivas.

### Introdução

Ao refazer a história econômica do Brasil, parece evidente que a diversificação da estrutura produtiva nacional, com o objetivo de modificar a posição do país na divisão internacional do trabalho e consequentemente, reduzir a transferência de renda ao exterior foi um objetivo presente da política econômica nacional, pelo menos entre as décadas de 1930 e 1970. (CARVALHO & GIUBERTI, 2010).

Por meio da interrupção deste projeto a partir da década de 1980 e fortemente modificado com um conjunto de reformas liberalizantes a partir de 1990, coube a década seguinte a tarefa de reconstruir um projeto de desenvolvimento nacional. (CARVALHO & GIUBERTI, 2010).

Para Oliveira (2012) compreender este contexto é central para a análise da trajetória de crescimento da economia brasileira entre 1930 e 2010, o que nos permite, a partir de então compreender a posição brasileira de enfatizar o conceito de *global trader* na formulação da política comercial externa.

O binômio autonomia-desenvolvimento, que funda as bases da inserção internacional brasileira, passa a ganhar nova força com o impulso renovado de integração da economia brasileira à mundial. A mudança do modelo de desenvolvimento, com menor proteção econômico-comercial, reestruturou as necessidades internas em termos de possibilidades externas, que também se apresentavam variantes. A autonomia é, então, buscada pela via da integração e da participação. (OLIVEIRA, 2012).

Fonseca Jr. (1998) destaca que a autonomia não passa mais pelo distanciamento de temas polêmicos e polos de poder a fim de resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Pelo contrário, a autonomia traduz-se pela participação ativa a fim de influenciar a agenda internacional com valores que remetem aos princípios e às tradições da política externa brasileira.

Os anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso sintetizaram a lógica da “autonomia pela participação” – ou “autonomia pela integração” –, que permitiria ao país ampliar o controle sobre seu destino no contexto da integração à globalização. (LAFER, 2004; CARDOSO, 2006 apud OLIVEIRA, 2012).

Assim, o governo FHC sinalizou que o Brasil tinha interesses globais que justificavam o posicionamento em agendas diversificadas e na busca por mercados e relações não vinculadas a apenas um parceiro, ou de nenhum tipo de alinhamento automático. Portanto, a inserção externa do Brasil não seria excludente, ampliando-se a ideia da possibilidade de integração com outros países e regiões. No contexto da “autonomia pela integração”, pensar na inserção comercial externa do Brasil sem alinhamentos e exclusividades permitiria à política comercial externa defender os interesses nacionais, que se reestruturavam, no campo da regulação política do comércio internacional. (VIGEVANI, OLIVEIRA E CINTRA, 2003).

Neste contexto, incorporar o conceito de *global trader* significava que o Brasil tinha interesses globais, e assim, poderia assumir posições e agendas diversificadas, buscando mercados e novas relações sem se vincular de forma automática a um único parceiro. (OLIVEIRA, 2012).

Com a eleição do Presidente Lula, em 2002, novos elementos foram incorporados à política externa, com mudanças de ênfases e discursos que tinham base no próprio pensamento do Partido dos Trabalhadores sobre a agenda internacional e a inserção externa do Brasil. Estas, apresentavam uma visão de mundo distinta daquela apresentada no governo anterior. (ALMEIDA, 2004).

Não obstante tais elementos, ao longo do governo Lula, marcas da tradição e de continuidade foram claramente observadas em algumas dimensões de sua política externa, em geral, e da política comercial externa, em particular. A manutenção da estratégia de negociações com prioridade conferida à participação no regime multilateral de comércio e à integração regional na América do Sul destacava-se no quadro mais geral da tradição e da continuidade. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2009).

Assim, a integração à globalização em seus múltiplos processos deu a linha da política comercial brasileira no período, e foi determinante para integrar, no longo prazo, os vetores que nortearam a estratégia brasileira por meio do enfoque estruturado na visão do Brasil como *global trader*<sup>77</sup>. Tal posicionamento regeu a estratégia da negociação comercial brasileira. Vinculado a objetivos de ampliação da participação nacional no fluxo global de comércio, por meio do incremento da atuação de empresas brasileiras no âmbito internacional e pela redução de políticas de proteção das relações com parceiros comerciais tradicionais. Outro ponto relevante, ainda neste contexto, se deu pelo incentivo a expansão internacional brasileira, através, principalmente do incremento das exportações, e das operações internacionais com investimento direto de empresas brasileiras<sup>78</sup>. Estes pontos serão apresentados ao longo deste estudo e qualificados como, as estratégias competitivas brasileiras.

### **A Política Comercial Externa do Governo Lula**

Muitas das iniciativas do governo Lula se situaram na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca do aprofundamento e da coordenação com países em desenvolvimento e emergentes. Entretanto, muitas dessas parcerias começaram a se moldar, efetivamente, no fim do governo FHC, mas Lula deu nova ênfase a esse aspecto da agenda internacional brasileira. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011).

Dentre os elementos que compuseram a maior ênfase da agenda internacional brasileira estava a consolidação da posição brasileira como *global trader e player*. Vigevani e Cepaluni (2011) afirmam que nesse quadro de referência da política comercial externa, duas ideias estiveram presentes nos pronunciamentos oficiais da diplomacia à época: a autodenominação do Brasil como *global trader* e a concepção do Mercosul como plataforma de inserção competitiva no plano mundial.

Na política comercial externa do governo Lula, a diversificação de parcerias econômicas e políticas além do papel de liderança regional foram classificados como objetivos que, para serem alcançados, exigiriam ação diplomática “ativa, ativa e criativa” com dinamismo e flexibilidade negociadora. Como destacou, em 2005, o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. (VISENTINI, 2012).

<sup>77</sup> Global Trader: Vigevani e Cepaluni (2009) apresentam a expressão *global trader*, como a síntese do conceito de que uma nação pode apresentar interesses comerciais globais e, portanto, não deveria realizar alinhamento automático algum com qualquer país, mercado ou conjunto de nações que poderiam, de alguma limitar a atuação comercial, no âmbito externo para países que detêm esta condição.

<sup>78</sup> Para Keegan (2005) os modelos de internacionalização das empresas derivam de cinco estratégias, aqui denominada de grupos: (a) Exportação. (b) Joint Venture. (c) Licenciamento. (d) Investimento Direto. (e) Franqueamento.

Para Lima (2010), a formação de arranjos cooperativos e coalizões negociadoras entre o Brasil e outros países emergentes era marca da política externa brasileira, e foi reforçada durante o governo Lula. Na avaliação do ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, o ativismo criativo definiu as linhas da inovação e da tradição da política externa entre 2003 e 2010, desenhando novas estratégias para a formação de arranjos cooperativos e coalizões negociadoras.

Assim, a articulação do binômio autonomia-desenvolvimento ganhou reforço na política comercial externa implementada no período, por meio da identificação da necessidade de ampliação e diversificação de parcerias econômicas e políticas no contexto de adequação das novas possibilidades externas em sua vinculação com o desenvolvimento nacional.

Neste sentido, e seguindo a tipologia da mudança em política externa apresentada por Hermann (1990) apud Oliveira (2012), para analisar as mudanças na política comercial externa entre os governos FHC e Lula, pode-se afirmar que ocorreram pequenos ajustes envolvendo mudanças de ênfase em pontos específicos da agenda, como na participação do Brasil no regime multilateral de comércio, bem como mudanças de programas com renovação de mecanismos de ação externa relacionados à agenda da integração com a América do sul e, particularmente, à realização de acordos comerciais com países de fora da região. (OLIVEIRA, 2012).

Já, para Lima (2005), a principal diferença entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula no que concerne à inserção internacional do Brasil é de perspectiva, da visão da ordem internacional de cada um destes. Ao contrapor a estratégia de busca por credibilidade, que marcou o governo FHC, esta autora ressalta a autonomia enquanto vetor conceitual da estratégia de política externa do governo Lula.

Para a concretização da nova estratégia, as relações internacionais do Governo Lula foram dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e afirmação e a terceira propositiva. Tratava-se de um projeto amadurecido por mais de uma década, e não uma política voluntarista, e à época, demonstrou estar adequada à correlação de forças existente no país e no mundo. (VISENTINI, 2005).

O governo Lula devolveu ao Itamaraty a posição estratégica que anteriormente ocupara na formulação e execução da política exterior do Brasil. Além disso, foi promovido amplo redimensionamento do Itamaraty: adoção de políticas afirmativas sem quotas, ampliação do número de diplomatas, abertura de numerosas embaixadas na África e na Ásia e maior abertura da diplomacia à sociedade civil e à academia. (VISENTINI, 2012).

Este movimento, permitiu que ao longo de seu Governo, Lula desenvolvesse uma intensa agenda internacional e se posicionou como o porta-voz desse projeto.

Isto posto, o Brasil se considerava protagonista de nível equivalente, com capacidade de negociação e portador de um projeto que pode, inclusive, contribuir para inserir a agenda social na arena internacional. Em lugar de vagos discursos contestatários e de uma obediência prática, o país propôs medidas, concretizando as que estavam a seu alcance. Havia uma margem de manobra, embora limitada, que poderia, mas não fora aproveitada nos anos 1990. A ênfase da era FHC foi invertida, o que implicou em uma inflexão significativa em termos de política externa.

Na prática, isso significou que o Itamaraty, em lugar de concentrar-se na tentativa de cooperação com países, para os quais éramos secundários, buscou os espaços não ocupados, exercitando uma diplomacia de alto perfil (*high profile*). Com essas credenciais, o presidente brasileiro abriu a Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, evento que teve uma participação recorde de líderes em 2003. (VISENTINI, 2012).

No plano global, o Brasil procurou se portar à altura de um membro do BRICS<sup>79</sup>, dando conteúdo às parcerias estratégicas e fomentando a Cooperação Sul-Sul. Neste sentido, a posição brasileira fora acusada pela oposição de iniciativa ideológica baseada na experiência do movimento dos Países Não Alinhados dos anos 1970, as ações nesse campo focaram-se, pragmaticamente, em objetivos comuns, sem a criação de uma frente anti-hegemônica ou anti-OCDE. (VISENTINI, 2012).

Como global trader, o país desejava manter suas relações com várias áreas do mundo, priorizando o Mercosul e a integração sul-americana.

Portanto, a política externa de Lula, comparada à praticada por FHC, apresentou elementos de “mudança dentro da continuidade” (Lafer, 2001, p.108). Sua administração não se afastou do princípio historicamente assentado para a diplomacia, ou seja, de que a política externa consiste em instrumento de desenvolvimento econômico e da consequente preservação e ampliação da autonomia do país. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011).

A articulação da política comercial externa ao desenvolvimento nacional marcou a atuação internacional do Brasil no período. Esta estratégia caminhou de forma articulada e

<sup>79</sup> O acrônimo BRIC foi cunhado em 2001 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, para indicar as potências emergentes que formariam, com os Estados Unidos, as cinco maiores economias do mundo no século XXI. Em 2006, os países do BRIC deram início ao diálogo que, desde 2009, tem lugar nos encontros anuais de chefes de Estado e de Governo. Em 2011, com o ingresso da África do Sul, o BRICS alcançou sua composição definitiva, incorporando um país do continente africano. (BRASIL, 2019).

sincronizada com vetores da política externa em geral, que sinalizaram para a consolidação do papel do Brasil enquanto articulador de consensos.

Seguiu-se, assim, nos trilhos da estratégia de negociação comercial, que se encontrava vinculada a princípios e tradições da atuação externa do país, embora com novos enfoques e programas em cada governo, seguindo diferenças ideológicas e políticas quanto à inserção internacional brasileira. (OLIVEIRA, 2012)

Desta forma, a ideia da autonomia pela integração se sintetiza na defesa da posição do país como um *global trader e player*, no sentido de assegurar a posição brasileira como um país que detém estrutura de exportações e importações suficientemente diversificada de modo a caracterizar o Brasil como um país que demandava a construção de relações comerciais com interesses significativos em várias regiões do Mundo. (MACADAR, 1996).

### **O Ambiente Competitivo e o Cenário Externo**

O Brasil evoluiu no século XXI no sentido de tornar-se um país inserido globalmente. O caso brasileiro correspondeu à inserção industrialista, marcado nessa etapa pela maturidade do processo de desenvolvimento e por dois traços essenciais: o multilateralismo da reciprocidade e a internacionalização econômica. (BUENO E CERVO, 2015).

Neste sentido, dois homens de Estado, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao exercerem 16 anos de mandato, foram determinantes para a evolução do modelo brasileiro de inserção internacional, na passagem do século XX para o XXI. O primeiro nutria suas ideias e decisões com a filosofia paradigmática do neoliberalismo<sup>80</sup>, o segundo com a da missão logística do Estado<sup>81</sup>. Mas o pensamento apenas, não basta para qualificar as estratégias dos dois presidentes. Ao ensaiar em seu segundo mandato o paradigma logístico de política exterior, FHC, abriu a porta para seu sucessor, que adotou o novo padrão com o fim de promover a inserção interdependente do país. (BUENO & CERVO, 2015).

Lula herdou uma economia moldada por anos de agenda neoliberal, estabilizada pela forte agenda fiscal e monetária do governo FHC, e ciente da necessidade de continuidade do

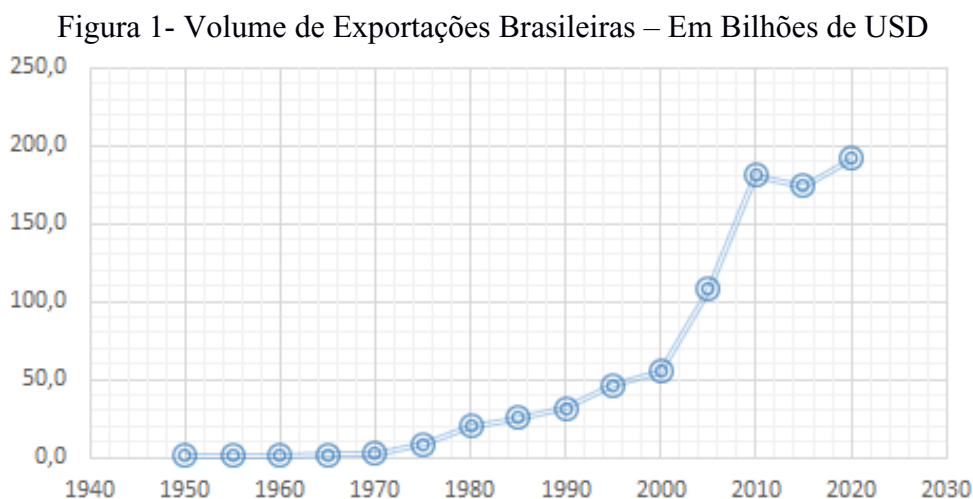
<sup>80</sup> O *Paradigma Neoliberal ou Normal*, foi denominado pelo expoente da comunidade epistêmica argentino, Domingo Cavallo, em 1991, quando era ministro das Relações Exteriores do governo de Menem. Aspiraram ser *normais* os governos latino-americanos que se instalaram em 1989-1990. A experiência de uma década revela que esse paradigma envolve três parâmetros de conduta: como Estado *subserviente*, como Estado *destrutivo* e como Estado *regressivo*, reserva para a nação as funções da infância social. (BUENO & CERVO, 2015).

<sup>81</sup> O *Paradigma do Estado logístico*, que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, para equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado. (BUENO & CERVO, 2015).

tripé macroeconômico com o objetivo de manter, de forma sucinta, o controle inflacionário. No entanto, embora tenha dado continuidade à política macroeconômica de seu antecessor, a sua política industrial e principalmente sua política comercial externa foi discordante da visão que perdurou pelos governos anteriores. (SANTOS, 2015).

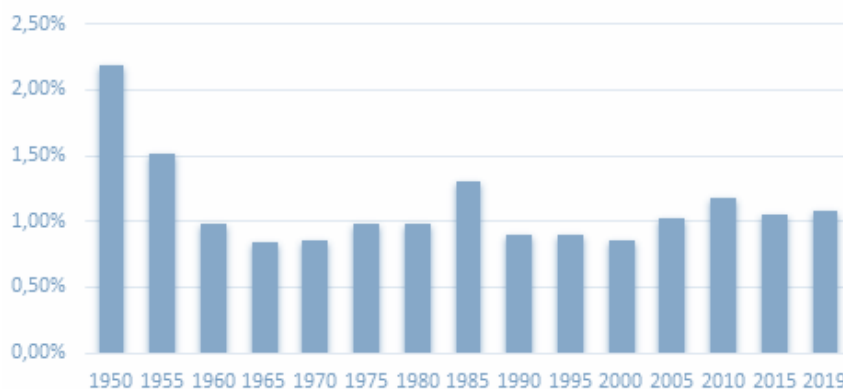
Bueno e Cervo (2015) destacam que a internacionalização da economia brasileira entrou em ritmo acelerado no início da década, acompanhando a tendência dos emergentes. Os investimentos diretos brasileiros no exterior apresentaram desde então um crescimento médio de 14% ao ano. (SOBEET, 2007). Em alguns anos, superaram os investimentos estrangeiros no Brasil. Os emergentes detinham cerca de 5% dos investimentos diretos no exterior em 1990 e mais de 20% em 2007. Neste ano, com 108 bilhões de dólares consolidados, o Brasil tornou-se o segundo investidor externo entre os emergentes, ademais os investimentos estrangeiros no Brasil somaram 34,6 bilhões, um crescimento de 100% relativamente ao ano anterior (2006). No ano seguinte, o investimento direto consolidado brasileiro no exterior chegaria a 149 bilhões de dólares. Com igual tendência de alta, as reservas internacionais do Brasil ultrapassaram os 250 bilhões de dólares em 2010, após o país receber o grau de investimento pelas agências de classificação de risco. (SOBEET, 2007).

O volume de exportações brasileiras crescia na cadeia global de comércio, de forma contundente, conforme demonstrado na Figura 1. Entretanto, também era possível observar que a participação do país, no total dos negócios globais, se mantinha praticamente estável, conforme apresentado na Figura 2.



Fonte: O Autor. Adaptado de MDIC (2021).

**Figura 2- Participação Brasileira na Cadeia Global de Comércio – (1950 – 2019)**



Fonte: O Autor. Adaptado de OMC (2020).

O quadro internacional a partir de 2003, quando se iniciou o primeiro governo Lula, mostrou-se extremamente favorável. A economia mundial, puxada principalmente, pelo bom desempenho das economias norte-americana e chinesa, passou a crescer de forma mais acelerada, o que provocou uma forte elevação nos preços e na demanda por commodities, beneficiando o Brasil, que já era um grande exportador de matérias-primas e produtos agrícolas. (PIRES, 2010).

O elevado crescimento da economia mundial e da demanda por commodities minerais e agrícolas não só contribuiu para o melhor desempenho da economia brasileira, cuja taxa de crescimento médio anual passou de 2,1%, entre 1996 e 2002, durante o Governo FHC, para 3,8%, entre 2003 e 2007, já no Governo Lula. (SOBEET, 2007). Com o aumento expressivo das exportações brasileiras, que passaram de pouco mais de 73 bilhões de dólares, em 2003, para 160,6 bilhões de dólares, em 2007, gerando assim saldos comerciais positivos e crescentes, a balança comercial proporcionou a obtenção de um saldo positivo em conta corrente em todos os anos do período, algo extremamente raro na histórica econômica brasileira. Nos 61 anos decorridos desde 1947, o Brasil teve déficit em conta corrente em 49 deles, e superávit em apenas 12, dos quais cinco correspondem exatamente ao período de 2003 a 2007. (PIRES, 2010).

Se, de um lado, a conjuntura internacional extremamente favorável permitiu que, apesar das elevadas taxas de juros e do câmbio valorizado, o Brasil pudesse crescer a uma taxa média de 3,8% ao ano, portanto, superior à média de 2,1% ao ano nos dois governos FHC, o fato é que esses dois elementos – juros altos e câmbio valorizado - decorrentes da postura conservadora do Banco Central com relação à inflação, representariam um relevante risco a estabilidade do ambiente econômico interno brasileiro. (PIRES, 2010).



Como consequência, a tendência de declínio no saldo da balança comercial já evidenciada, demonstrava que, perante a valorização da taxa de câmbio real, mesmo com a demanda mundial por commodities agrícolas e minerais aquecida, propensão à deterioração da balança comercial e, conseqüentemente, da balança de transações correntes se mostrava como um elemento de preocupação. (PIRES, 2010).

Desse modo, e apesar de a economia brasileira beneficiar-se, no momento, de uma conjuntura mundial bastante favorável, decorrente, dentre outros fatores, do rápido crescimento dos países em desenvolvimento, particularmente China e Índia, o cenário em questão permitiu ao Brasil sustentar uma taxa de crescimento em torno de 4% ao ano. Com um crescimento expressivo de suas exportações, principalmente de matérias-primas, o então padrão de comércio exterior brasileiro padecia de sérias debilidades, o relatório da SOBEET (2007), destaca as principais: (i) A crescente dependência da exportação de commodities; (ii) a mudança estrutural na balança comercial brasileira; (iii) a manutenção de elevadas taxas de juros; (iv) a ausência de controle de capitais.

Neste sentido, o padrão de comércio exterior adotado, gerava poucos empregos e perpetuava, no país, um modelo econômico concentrador de renda. Apesar da maior participação global brasileira, da modernização do sistema produtivo e da estratégia logística de inserção internacional, o Brasil não conseguiu no início do século XXI modificar substancialmente sua pauta de exportações e elevar a participação do comércio exterior no PIB. (BUENO E CERVO, 2015).

### **O Ambiente Competitivo e o Cenário Interno**

Com a abertura do mercado brasileiro, nos anos 1990, criou-se um novo desafio para o comércio exterior nacional. A abertura, destinava-se, pela lógica política, que neste sentido forçou a modernização do sistema produtivo e a elevação de sua competitividade externa. Visto que os fluxos do comércio não confirmavam tal fato, o governo passou a negociar em múltiplas frentes, visando com seus esforços incrementar sua atuação por meio de organismos multilaterais. (BUENO E CERVO, 2015)

Apesar dos avanços nas exportações, a participação do Brasil no comércio mundial ainda era pouco expressiva (em torno de 1% das exportações globais, como demonstrado na Figura 2, acima), sobretudo quando comparada com o tamanho da economia brasileira ou com outras economias similares, em desenvolvimento. (SOBEET, 2007)

Esse quadro era tão mais preocupante quanto mais se percebia que em alguns setores econômicos, as iniciativas de internacionalização cada vez mais deixavam de ser meras escolhas estratégicas empresariais para se tornar imperativo, diante do acirramento da concorrência nos mercados em que atuavam essas empresas.

Várias foram as razões que justificariam essa situação de baixa inserção internacional, entre elas, o histórico de instabilidade macroeconômica e volatilidade da taxa de câmbio real, o tamanho do mercado doméstico, políticas públicas ainda incipientes de incentivo à internacionalização e, não menos importantes, questões culturais. (SOBEET, 2007)

Assim, e ao se investigar o processo de internacionalização da economia brasileira, evidenciava-se a existência de fatores estruturais que contribuíram para o incremento exportador, iniciado no início da década anterior. De fato, muito além do câmbio favorável, da demanda globalizada aquecida e da elevação dos preços das commodities, fundamentais, despontaram como elementos facilitadores, as mudanças realizadas ao longo dos anos 1990, como a desregulamentação dos mercados, liberalização comercial, privatizações e estabilidade monetária, que propiciaram um ambiente econômico positivo para as iniciativas de exportação. Essas mudanças teriam impactado fortemente o grau de competitividade das empresas brasileiras. (SOBEET, 2007)

Entretanto, e apesar de observar incremento no número de empresas brasileiras, que se internacionalizaram entre 1998 e 2006, o volume exportado permanecia altamente concentrado nas operações de grandes empresas.<sup>82</sup> Ainda, este processo de concentração se intensificou nos anos seguintes. A Tabela 1, abaixo, mostra a participação nas exportações por porte de empresa entre 1998 e 2006. (SEBRAE, 2013).

**Tabela 1 – Participação nas Exportações por Porte de Empresa**

Tipo de Empresa	Participação no Volume Total de Exportações (%)								
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Micro	8,2	6,9	5,8	6,5	5,6	5,5	5,9	4,9	4,75
Pequena	8,7	8,4	7,7	7,3	7,1	7,3	6,7	6,65	6,7
Média	18,8	18,9	17,1	15,9	15,4	14,8	15,2	13,25	13,1
Grande	64,3	65,8	69,4	70,3	71,9	72,4	72,2	75,2	75,45
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

<sup>82</sup> Para o SEBRAE (2013) são consideradas: Microempresas até 19 pessoas ocupadas. Pequenas empresas de 20 a 99 pessoas ocupadas. Médias empresas de 10 a 499 pessoas ocupadas. Grandes empresas, acima de 500 pessoas ocupadas.

Ainda que beneficiadas pela possibilidade de planejamento no médio e longo prazo, em função da nova condição de estabilidade, as empresas brasileiras continuavam enfrentando sérias restrições de financiamento para a realização de investimentos. O mercado financeiro internacional foi uma alternativa para as grandes empresas, mas certamente não para a maioria das empresas brasileiras, que conforme apresentado no anuário das micro e pequenas empresas do Sebrae em 2013, correspondiam a mais de 99% das organizações estabelecidas no país, à época. No mercado doméstico, os recursos financeiros de longo prazo foram, basicamente, ofertados pelo BNDES e o mercado de capitais continuou estreito e fechado para essas empresas. Isso afetou o processo de investimento local e as possibilidades de expansão ao exterior. (SOBEET, 2007).

Finalmente, o papel da apreciação da taxa de câmbio real, que afetou diretamente o processo decisório de investimentos no exterior. Efetivamente, algumas empresas brasileiras teriam modificado o planejamento de sua produção em função da apreciação do real, o que contribuiu fortemente para as decisões de investimentos externos. (SOBEET, 2007)

Assim, e considerando o panorama apresentado, os fundamentos da política macroeconômica do Governo Lula deveriam ser revistos. Neste contexto, em 2007, foi escolhido como tema para o Fórum de Lideranças Empresarias, a Prática da Internacionalização das Empresas Brasileiras. O Fórum caracterizou o tema, como questão de fundamental importância para a maior inserção brasileira no mundo globalizado, e como forma de manutenção da posição nacional como *global player*.

As recomendações desenvolvidas pelo Fórum representaram uma compilação das muitas ideias oferecidas por líderes e colaboradores participantes do evento. Como fruto do Fórum, coube a SOBEET<sup>83</sup>, a coordenação do estudo temático sobre a internacionalização das empresas brasileiras, o que resultou na produção de um relatório que objetivava a orientação, de forma prática para empresários, além da apresentação de um conjunto de recomendações destinadas ao governo brasileiro, com o objetivo de estimular o processo de internacionalização da economia. Assim, o relatório desenvolvido pela SOBEET, apontou para a real necessidade de ajustes na política macroeconômica com o objetivo de incrementar a participação brasileira em mercados globais.

<sup>83</sup> SOBEET – Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização.

Desta forma, e ao analisar o ambiente interno, pareceu claro que os fundamentos da política macroeconômica do Governo Lula, que apresentou, entre 2003 a 2007, como prioridade a manutenção da estabilidade monetária, demandava ajustes. A ênfase da política econômica em restringir-se à estabilidade monetária por meio do aumento ou da manutenção das ainda elevadas taxas de juros e da taxa de câmbio valorizada, poderia comprometer a competitividade industrial nacional e conseqüentemente a posição brasileira como *global trader* de forma mais contundente.

### **As Estratégias Competitivas Brasileiras**

Os desafios apresentados durante o 1º mandato do Governo Lula foram reconhecidos, por meio do Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), anunciado em 12 de maio de 2008. Foi evidente a interpretação do Governo Lula, de que a política macroeconômica consistia em condição necessária, mas não suficiente, para a aceleração da competitividade industrial, e da pretendida manutenção da posição brasileira como um relevante *global trader*.

Lula herdou uma economia moldada por anos de agenda neoliberal, do governo FHC, e deu continuidade aos fundamentos macroeconômicos que objetivavam a manutenção do controle inflacionário. No entanto, a sua política industrial foi discordante da visão neoliberal o que culminou com a implementação da Política, Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). (SANTOS, 2015).

O PITCE, lançado em novembro de 2003 trouxe para agenda governamental a questão da inovação como um elemento-chave para o crescimento da competitividade industrial nacional. O PITCE consistia, basicamente em uma justificativa da necessidade da política a ser implantada, além de mostrar de maneira sucinta suas ideias principais, compiladas em vinte e duas folhas. (GUEDES, 2019).

O PITCE foi a primeira iniciativa da estratégia de desenvolvimento do governo Lula e perdurou até 2008. Seus objetivos principais eram a busca da formulação de incentivos que proporcionassem inovação nas cadeias dos setores da economia e a difusão de tecnologias, para que fosse possível a melhoria na inserção externa além de apresentar as bases para a modernização industrial.

O Plano de Desenvolvimento Produtivo- PDP/ 2008, por sua vez, consistia na segunda proposta de política industrial do governo Lula e tinha como objetivo fomentar às indústrias e o comércio exterior brasileiro por meio de uma série de medidas complementares à PITCE. Entre as principais metas do PDP, destacaram-se: (i) crescimento anual de 5% do PIB, no período de 2008 a 2010; (ii) ampliação da taxa de investimento, de 13,6% do PIB, em 2007,

para 21% do PIB, em 2010; (iii) elevação do investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para 0,65% do PIB em 2010; (iv) ampliação da participação do Brasil para 1,25% das exportações mundiais, até 2010; (v) aumentar em 10% o número de micro e pequenas empresas (MPEs) exportadoras.

Para concretizar esses objetivos, a nova política teria como principais instrumentos a ampliação do financiamento público, a desoneração tributária e o aumento do gasto público com inovação tecnológica. Os recursos envolvidos entre 2008 e 2010 foram: (i) financiamentos do BNDES de R\$ 210,4 bilhões no período de 2008/10; (ii) alocação de R\$ 41 bilhões da área de Ciência e Tecnologia - C&T (0,4% do PIB por ano); (iii) 21,4 bilhões de reais de desoneração de tributos (0,3% do PIB por ano).

O PDP selecionou 25 sistemas produtivos e foi orientado por cenários estratégicos setoriais, tendo, como premissa, formas de atuação diferenciadas. O objetivo era o de minimizar riscos de concentração então observados, de modo a respeitar e fortalecer a diversificação da estrutura industrial brasileira. (PIRES, 2010).

O PDP foi organizado em 35 programas, agrupados em quatro macro programas: (i) consolidar e expandir a liderança; (ii) fortalecer a competitividade; (iii) mobilizar áreas estratégicas; (iv) destacar áreas estratégicas (GUEDES, 2019). O programa apresentou como principais resultados, até o final de sua execução, em dezembro de 2010, 425 medidas. Onde, 420 estiveram em pleno funcionamento. Destas, 41% se relacionaram à meta de investimentos, 29% a exportações, 20% à inovação e 10% às pequenas e médias empresas (ABDI, 2010).

O último programa industrial do período aqui apresentado foi o Plano Brasil Maior (PBM). Lançado já no governo da presidente Dilma Rousseff, com duração de 2011 a 2014. Seu principal objetivo era o de dar continuidade e aprofundamento às políticas industriais já adotadas nos governos de Lula por meio do PCTI e PDP (ABDI, 2014).

Segundo (ABDI, 2014), o aperfeiçoamento da PITCE e do PDP nesta política incluiu tanto o diálogo entre o poder público e privado, como a articulação institucional governamental e a avaliação das políticas. De maneira geral, as principais medidas se fundamentaram em aperfeiçoar e proporcionar os seguintes pontos: (i) desoneração dos investimentos e exportações; (ii) ampliação e simplificação do financiamento; (iii) aperfeiçoamento do marco regulatório para inovação; (iv) fortalecimento da defesa comercial; (v) criação de regimes especiais para agregação de valor aos produtos; (vi) regulamentação da lei de compras governamentais.

## Considerações finais

A política externa do governo FHC manteve o apelo à tradição multilateralista da inserção internacional do Brasil. O enfoque estruturado na visão do Brasil como *global trader* posicionou a estratégia de negociação comercial vinculada a objetivos de ampliação das exportações por meio de reduções de proteção em parceiros comerciais tradicionais.

Este apelo autonomista e a busca por distinção frente às ações de política externa do governo FHC, paradoxalmente marcaram, efetivamente a política externa do governo Lula.

Ainda neste quadro de referência da política externa, duas ideias estiveram sempre presentes nos pronunciamentos oficiais brasileiros: a autodenominação do Brasil como *global trader* e a concepção do Mercosul como plataforma de inserção competitiva no plano mundial. A expressão *global trader* sintetizava novamente a ideia de que o Brasil tinha interesses comerciais globais e, portanto, não deveria se alinhar automaticamente a nenhum país.

A política macroeconômica do Governo Lula apresentou, no período de 2003 a 2007, como principal prioridade, a estabilidade monetária. Mesmo com o reconhecimento tardio, por meio do Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), anunciado em 12 de maio de 2008, de que a política macroeconômica era condição necessária, mas não suficiente, para a aceleração da competitividade industrial, a manutenção de políticas macroeconômicas que se restringissem apenas à estabilidade monetária por meio do aumento ou da manutenção das ainda elevadas taxas de juros e da taxa de câmbio valorizada, poderiam comprometer todo o esforço de posicionamento do Brasil como *global trader*.

O desempenho da economia brasileira no Governo Lula apresentou, em seus aspectos mais relevantes, desempenho mais favorável do que no Governo FHC. Tal melhora, entretanto, se deveu, em grande parte, a uma situação internacional favorável, pelo menos até meados de 2008, do que propriamente a mudanças significativas na política econômica, pois esta manteve-se, no essencial, na mesma linha do governo anterior.

Neste cenário, e apesar de a economia brasileira beneficiar-se, no momento, de uma conjuntura global bastante favorável, permitiu ao Brasil sustentar uma taxa de crescimento em torno de 4% ao ano, com um crescimento expressivo de suas exportações, principalmente de matérias-primas. Entretanto, ainda era possível perceber alta concentração do comércio exterior nacional em segmentos específicos e em algumas grandes organizações. Este padrão de comércio externo então praticado no Brasil apresentava debilidades que demandavam ajustes.

Desta forma, no 2º mandato do Presidente Lula, mudanças deveriam ser realizadas. E neste contexto, foi lançado o 2º plano industrial da gestão Lula, o PDP, com o objetivo de

estabelecer a participação do Estado como agente de desenvolvimento. Esta alteração relacionada a posição do governo Lula frente aos desafios econômicos apresentados, rompia definitivamente com a política neoliberal do governo FHC.

Muitas das ações relacionadas ao fortalecimento do ambiente empresarial nacional começaram a ser planejadas e enraizadas ainda na PITCE, e foram melhores desenvolvidas e planejadas nos demais planos, principalmente com o lançamento do PDP em maio de 2008, que perdurou até o final de 2010, quando foi sucedido pelo PBM e continuado pelo Governo Dilma.

Assim, e com o objetivo de manutenção do posicionamento global brasileiro, e com base nas evidências aqui apresentadas, foi possível concluir que as estratégias de competitividade executadas pelo governo brasileiro entre o período de 2003 e 2014, se pautaram a um conjunto de estratégias governamentais, centradas principalmente no BNDES, de incentivo às empresas e consideradas como fatores-chave em seus respectivos setores no mercado doméstico, para que pudessem aprofundar e consolidar suas operações de internacionalização. E desta forma, assegurar a posição brasileira como global trader e player.

## Referências

- ABDI. *Plano Brasil Maior: Conselhos de competitividade setoriais*. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2014.
- ABDI. *Política de Desenvolvimento Produtivo: Balanço de atividades 2008/2010 - relatório de macro metas (volume 1)*. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2012.
- ALMEIDA, P. R. *Relações internacionais e política externa brasileira: história e sociologia da diplomacia brasileira*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARTESAGHI, I. *La estrategia de Brasil como "global player": efectos en el desarrollo de la integración regional*. 2014.
- BRASIL. *BRICS*: Brasília: MRE, 2019.
- CARVALHO, V.R.; GIUBERTI, A.C. *A História do Crescimento Econômico Brasileiro e a Restrição Externa*. *Análise Econômica*, v. 28, n. 54, 2010.
- CERVO, A.L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 2015.
- DE MACADAR, B. M. *Política comercial brasileira: os dilemas da inserção internacional*. *Ensaio FEE*, v. 17, n. 1, p. 234-252, 1996.
- FONSECA J. G. A. *Legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GUEDES, M.C; et al. *A política dos campeões nacionais aplicada no Brasil e sua implementação por meio do BNDS no período 2004-2014*. 2019.
- KEEGAN, W. J. *Marketing Global*. 7. ed. Pearson Education do Brasil, 2005.
- LAFER, C. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

- LIMA, M. R. S. A. *Aspiração internacional e política externa*. Revista brasileira de comércio exterior, v. 19, n. 82, p. 4-19, jan- mar. 2005.
- LIMA, M. R. S. A. *Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul*. In: BAUMANN, R. (Org.). O Brasil e os demais BRICs: comércio e política. Brasília: Cepal. 2010.
- OLIVEIRA, I.T.M. *Política comercial e política externa no Brasil: uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995-2010)*. 2012.
- PIRES, M.C. *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. Saraiva, 2010.
- SANTOS, P.A.S. *Dois momentos da política de campeões nacionais: governo militar (1968-1979) e Dilma Rousseff (2011-2014)*. 2015.
- SEBRAE. ÀS MICRO, Serviço Brasileiro de Apoio et al. *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2010-2012*. Brasília: DIESE, 2013.
- SOBEET. *Internacionalização de empresas brasileiras*. São Paulo. Editora Clio, 2007.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Contexto internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jun. 2009.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. *A Política Externa Brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. *Política externa no período FHC: a busca de autonomia por integração*. Tempo social, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003.
- VISENTINI, P. *A projeção internacional do Brasil 1930-2012*. Elsevier Brasil, 2012.
- VISENTINI, P. *De FHC a Lula: uma década de política externa*. Civitas: revista de ciências sociais. Porto Alegre, RS. Vol. 5, n. 2 (jul- dez. 2005). p. 381-397, 2005.



## A EXPANSÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL E A COLÔNIA SERRO AZUL

Carla Cristine Spies Stallbaum, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UPF, Bolsista FUPF, Orientador: Dr. Marcos Gerhardt

**Resumo:** Uma das características da colonização portuguesa no Brasil foi a sua localização: sempre próxima ao litoral. A partir do século XVIII as áreas litorâneas foram ficando mais restritas, com as suas terras mais valiosas já sendo utilizadas, fazendo com que se tornasse necessária uma expansão na busca por novos territórios. É dessa forma que começa o processo de interiorização na província do Rio Grande de São Pedro. Este processo é consolidado no século XIX, após a Independência do Brasil com a chegada das primeiras levas de imigrantes europeus, cuja expressiva maioria, num primeiro momento, era formada por germânicos. Com o passar das décadas e a aurora da República, a legislação foi aprimorando-se e ampliando as fronteiras do Estado, dirigindo as novas populações, tanto de imigrantes europeus, como de migrantes em direção ao norte e noroeste do Estado, até chegar ao Rio Uruguai, limite geográfico com a Argentina. Estas características coloniais deixaram marcas profundas que, até os dias atuais, são características dos municípios que desenvolveram-se a partir destes empreendimentos colonizadores.

**Palavras Chave:** Expansão; Território; Imigração.

### Introdução

Ao escrever acerca da expansão territorial do Rio Grande do Sul e da formação das colônias de imigração germânica no estado faz-se necessário um recorte temporal que satisfaça a região estudada. A vinda de colonos germânicos para o Estado (na época, Província de São Pedro) fez parte de um projeto governamental de ocupação de espaço de terras devolutas e, talvez mais significativo, branqueamento da população.

A saída dos migrantes da Europa foi cercada pelas atribulações advindas das mudanças geradas pelo processo de industrialização que acontecia no continente. Outro fator significativo para o desejo de emigrar era a possibilidade de o migrante vir a ser o proprietário da sua própria terra, algo que era bastante difícil de acontecer em sua terra natal.

Após cerca de 80 anos da chegada dos primeiros imigrantes, quando da aurora da República brasileira, houve nova movimentação dessa população: Incentivados tanto pelas colonizações públicas, como pelas empresas colonizadoras particulares, foram em busca de novas terras na Região do Planalto Rio-grandense e das antigas Reduções Jesuíticas Missioneiras.

As chamadas novas colônias são fundadas como redes fechadas em sua confessionalidade religiosa, sendo organizadas com o objetivo de que o colono alcançasse o progresso material, assim como garantir o aumento dos fiéis para as Igrejas. Com essas bases, é fundada em 1902 a Colônia Serro Azul, pela Bauerverein, com um projeto

predominantemente católico e com um planejamento bastante organizado pelos padres da Companhia de Jesus, os grandes idealizadores deste projeto colonial no Noroeste do Rio Grande do Sul.

### **A Ocupação da Terra no Rio Grande do Sul**

A instabilidade fronteiriça sempre foi um marco recorrente das relações entre portugueses e espanhóis, tanto na Europa, como em suas colônias na América do Sul. Um dos mais notórios exemplos desta instabilidade, foi a chamada Guerra Guaranítica, resultado das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri, de 1750. Até então, a região do extremo sul do Brasil era de posse exclusivamente espanhola e seu território era ocupado pelos indígenas da etnia Guarani, reduzidos em Missões, coordenadas pela Companhia de Jesus.

Portanto, é apenas na segunda metade do século XVIII que o território gaúcho passa, efetivamente, a ser parte do Brasil. A principal razão para este interesse português na região, ainda que tardio, é o ponto estratégico de fronteira com os territórios platinos e as diversas oportunidades de comércio com o Rio da Prata que estes territórios representavam para a coroa portuguesa. Cidades como Viamão, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha tornam-se essenciais para as pretensões portuguesas nestas paragens. Conforme QUEVEDO (2000, p.147):

O início da conquista ocorreu no período 1701-1725, quando os luso-brasileiros desenvolveram uma sondagem lenta e gradual da terra, observando suas possibilidades e problemas, muito bem expressos nas crônicas dos que percorriam o território entre a colônia do S. Sacramento e Laguna – SC. Com a “Tropa de João de Magalhães” foram incorporadas as terras litorâneas, sendo que a doação das primeiras sesmarias em 1733, inseriu o Rio Grande no colonialismo luso, transformando a região em domínio português. No nordeste e leste do conhecido Continente de Rio Grande ou Campos de Viamão, os luso-brasileiros concentraram-se durante um bom tempo e por isso passou a ser necessário tomar posse definitiva da região conquistada, litoral do Rio Grande, o que levou à construção do Presídio Jesus-Maria-José em 1737.

Entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX Portugal estabelece em definitivo o seu modelo de colonização na região sul, baseado em grandes propriedades rurais e mão de obra escrava ou semi servil. A disponibilidade de campos e de gado consolidaram o modelo agropastoril deste período. Nas regiões mais ao norte e noroeste do Estado ainda havia a presença efetiva de ervais nativos e grandes florestas, esta região era habitada esparsamente, através de vastas propriedades não demarcadas.

Ao iniciar-se o processo independentista brasileiro, em 1822, completou-se também a integração da região do atual Estado do Rio Grande do Sul (na época Província de São Pedro)

com a nação brasileira. Em comparação com o restante do país, esta integração é tardia, assim como a sua colonização e povoamento. Conforme WESZ (2016, p. 32):

As paragens sulinas só foram integradas a América portuguesa em meados do século XVIII, mesmo que o ano de 1730 date da doação da primeira sesmaria portuguesa em terras sul-rio-grandenses, somente em 1760 é que o governo português criou a Capitania de São Pedro, cumprindo o acordo diplomático assinado em Madri, em 1750.

Ao se tornar independente, na primeira metade do século XIX e, diferentemente de seus vizinhos na América do Sul, o Brasil adotou um regime imperial de governo. O Império do Brasil foi governado por D. Pedro I, da Casa de Bragança, de Portugal, filho do rei Dom João VI, governante do país Ibérico. Este é um dos motivos apontados pelos historiadores como sendo preponderante para que o processo de ruptura com a Metrópole fosse relativamente tranquilo em comparação com os processos ocorridos nos demais países do continente americano.

Após a independência tem início o processo de “branqueamento” da população, processo esse que não foi uma exclusividade do Brasil, pois conforme aponta Favero (2013), a Argentina, após maciços investimentos, recebeu um total de 8.091.253 imigrantes entre 1870 e 1960. A vinda de imigrantes ocorre em dois contextos, conforme PRADO JR., apud Lando e Barros (1981, p. 11):

[...] coexistem no processo imigratório duas atividades distintas: uma, de iniciativa oficial, cujo objetivo era ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes, na maior parte das vezes, da área de influência do latifúndio; a outra, de iniciativa particular, estimulada pelo governo, visava à obtenção de braços livres para a grande lavoura, em substituição ao braço escravo. [...]

Existiu, portanto, na região sudeste do Brasil uma imigração cujo sentido era a substituição da mão de obra de africanos escravizados e seus descendentes. No sul do país, a intenção não era substituir a mão de obra escrava, mas, principalmente, povoar regiões “vazias”, cuja população era composta por caboclos, ou por esparsos grupos indígenas, sendo então, a mão de obra imigrante voltada para a povoação e defesa do território. Na região sul da Província existiam as charqueadas, mas na região da serra e vale dos rios dos Sinos e Taquari, além da região das antigas Reduções Jesuíticas, a Província estava praticamente despovoada, deixando o território vulnerável a invasões estrangeiras.

### **A Imigração como forma de ocupar a terra**

Conforme Roche (1964) a imigração para o Brasil é um processo que podemos dividir

em fases e períodos. A 1ª fase, de 1824 a 1889, compreende o tempo de Brasil Império, onde as responsabilidades para com a coordenação da vinda dos imigrantes dividem-se entre o Governo Imperial (1825-1847), os Governos Provinciais (1848-1874) e pelo Governo Geral (1874-1889). A 2ª fase compreende o período de 1889 a 1914, onde as responsabilidades e iniciativas para a colonização partiram dos projetos republicanos.

As iniciativas de colonização se processavam de duas maneiras principais, as colônias públicas (organizadas pelo Estado) e as colônias privadas (organizadas por entes religiosos e por empresas colonizadoras). Segundo IOTTI (2001, p. 30):

De 1848 a 1874, o governo provincial fundou quatro colônias. Santa Cruz (1849), Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1858) e Monte Alverne (1859). Além destas foram criadas uma série de outras colônias particulares, tais como: Teutônia (1858), São Vendelino (1861), Candelária (1864), Arroio do Meio (1869) e Cafundó (1873).

Desta forma temos uma ampliação das fronteiras socioambientais acontecendo durante o século XIX. A ocupação humana das terras da província do Rio Grande de São Pedro deixa de ter como ponto principal a zona litorânea e passa a interiorizar-se, indo em direção ao Planalto Central e à Zona Florestal das Missões. A primeira lei provincial que trata da colonização data de 2 de junho de 1846, que autorizava o presidente da província a utilizar 12:280\$00 réis com subsídios para assentar 200 colonos, pagando-lhes 160 réis diários para as despesas necessárias na compra de ferramentas e outros víveres.

Após a promulgação da chamada Lei de Terras, em 1850, a configuração das colonizações sofre alterações significativas, sendo que em seu artigo 1º a lei já deixa clara a nova diretriz: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetua-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de dez léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.” Houve nesta lei um dispositivo legal para a regularização fundiária dos posseiros e sesmeiros que, antes da promulgação da mesma, haviam invadido espaços de terras públicas. Na prática, esta anistia era oferecida apenas aos grandes proprietários. Aos pequenos proprietários, a anistia era possível mediante o pagamento de taxas para a regularização. Para os latifundiários estas taxas acabavam não pesando no bolso, enquanto que para os pequenos agricultores elas eram proibitivas.

De que maneira então fazer a colonização? Ocupar as terras continuava fazendo-se necessário. Cada província teve relativa liberdade para organizar seu próprio projeto colonizador. Assim, a colonização provincial do Rio Grande do Sul tem seu início efetivo a

partir de 1854, onde temos uma adaptação da Lei nacional na lei provincial nº304/1854. De acordo com o sistema posto nesta lei, conforme CIRNE LIMA, (1933, p. 87-88):

os postulados do bom regime colonial podiam ser enunciados, do modo seguinte: a) A prosperidade das colônias depende principalmente da mão de obra, na proporção do território ocupado, e esta, os capitalistas é que a tem a seu dispor. b) Podem ser, porém, importados para as colônias, trabalhadores das metrópoles, tomadas as providências necessárias a fim de obrigá-los a servir durante dois ou três anos, pelo menos. c) Para que estes não se possam tornar proprietários, demasiado cedo, preciso é, entretanto, que as terras sejam vendidas a preços suficientemente elevado. d) O produto total da venda das terras deve ser incorporado ao um fundo de imigração, destinado a custear o transporte para as colônias de trabalhadores das metrópoles, e só com o emprego integral daquele produto para esse fim se pode manter o equilíbrio exato, entre a extensão das terras cultivadas, a quantidade da mão de obra e a soma dos capitais. e) O preço das terras deve ser uniforme e fixo, sem distinção de qualidade, variando unicamente segundo a extensão. Deve ser, portanto, vedada a venda em hasta pública.

Percebe-se a intencionalidade de restringir a posse das terras apenas a quem tiver condições financeiras de mantê-las e ocupá-las devidamente. As condições para a venda seriam à vista ou a prazo (cinco anos) sem juros, em lotes de 48 hectares. A legislação também apresentava o dispositivo de, em caso de não pagamento dentro do prazo legal, haveria o acréscimo de 1% ao ano. O uso e posse de escravizados nas colônias era expressamente proibido. O governo oferecia transporte gratuito desde o Porto de Rio Grande até as colônias. Em caso de haver terras devolutas nos lugares próprios à colonização, o presidente da Província tinha a autorização para comprar terras adequadas.

HELGA PICOLLO (1998, p. 465-466) alerta que:

Isso implicava gastos que a situação financeira da Província podia não suportar. Daí discutir-se outras alternativas, como a conveniência de promover a colonização através de proprietários e de companhias, a quem o governo daria auxílios no futuro ressarcidos, e de incentivar a vinda de colonos que possuíssem algum capital.

Para controlar esta situação o governo da Província realizou uma série de estudos e levantamentos. Segundo NEUMANN (2012, p.4):

Na segunda metade do século XIX, o governo do Rio Grande do Sul procedeu a um levantamento minucioso das terras devolutas disponíveis, bem como à medição e legalização das posses privadas, atendendo às exigências estabelecidas pela Lei de Terras de 1850 e o Ato Adicional de 1854. No início da República, essa fiscalização foi mais rigorosa, com a aprovação do Regulamento de Terras e Colonização, em 4 de julho de 1900 (IOTTI, 2001), com o objetivo de recuperar novamente as terras apropriadas irregularmente por fazendeiros e posseiros, revendendo-as posteriormente a particulares e empresas de colonização. A grande região Norte/Noroeste do estado, também chamada de região serrana, Cima da Serra, geograficamente integra o Planalto Médio gaúcho. O município mais antigo e

proeminente era Cruz Alta, fundado em 1834. Ao longo do século XIX, instalaram-se nessa região grandes latifúndios de criação de gado, ocupando as áreas de campo. Paralelamente, desenvolveu-se o extrativismo sazonal da erva-mate nos ervais públicos, fonte de renda dos pequenos lavradores nacionais e posseiros. Em menor escala, praticava-se uma agricultura de subsistência nas áreas relegadas pelo latifúndio. Predominavam, contudo, extensas áreas de terras devolutas, cobertas de mata nativa, as quais foram incorporadas gradativamente às zonas coloniais.

A partir destas constatações inicia-se o sistema de contratos, visto por Roche (1969) como uma das mais eficazes maneiras de alimentar a corrente migratória para as colônias da província. Através das companhias colonizadoras milhares de pequenos agricultores tiveram a oportunidade de tornarem-se proprietários de suas próprias terras, deixando de ser simplesmente servos na Europa.

A ação destas companhias fez com que ampliassem-se ainda mais as zonas ocupadas do Estado, estendendo as fronteiras através da ação humana em relação ao ambiente do entorno. A abordagem de uma colonização particular foi fomentada como uma maneira de se utilizar ao máximo o território, servindo principalmente a região Noroeste-Missões como região produtora e distribuidora de alimentos. Neste processo de expansão temos como protagonistas as associações e grupos criados pelos padres da Companhia de Jesus.

Os jesuítas começaram a chegar na província a partir de 1849, incentivando, principalmente, a educação e o bem-estar material como um pressuposto para a vida espiritual saudável. Concentraram maior atenção em assistência social e liderança em projetos que visavam à promoção da vida humana. Depois de 1869, quando da criação da Missão Sul-Brasileira, os jesuítas trabalharam ainda mais intensamente. “Os sacerdotes encontraram imigrantes católicos sem a prometida assistência religiosa e foi a partir de atividades paroquiais que eles passaram, em meio aos protestantes, a chamá-los às práticas sócio religiosas católicas comunitárias”. (SILVA, 2003, p. 191). Foi com base nestes princípios de desenvolvimento material e espiritual, que foi criado o Bauerverein, Associação de Colonos, cujos estatutos foram aprovados em 1902. Conforme SALATINO (2018):

Essa associação teve como finalidade atender às questões sociais, religiosas e econômicas dos imigrantes alemães. Por intermédio da integração entre os colonos e da ajuda mútua, atreladas a uma atividade financeira, os líderes desse empreendimento acreditavam que pudessem dar conta da produção, da compra e da venda dos produtos agrícolas. Os motivadores para a criação da Associação foram: o jesuíta Theodor Amstad, o jesuíta Eugênio Steinhardt, e o Sr. Hugo Metzler. A ideia de criação foi difundida no Segundo Congresso Geral dos Católicos, realizado em Santa Catarina de Feliz, no ano de 1899. (2018)

Podemos assim perceber que o papel definido pelos jesuítas é um papel de ocupar espaços, de aproveitar as terras. Além de ser uma história de colonização, de pioneirismo, esta é, também, uma história de resistência e destruição. Ao abrir colônias nas zonas “desabitadas” do Estado, abre-se uma frente pioneira que traz consigo, conforme Martins (1996), sonhos e esperanças, protestos e revoltas. Assim, com a atuação dessas associações, do Estado, abrem-se novas fronteiras e trazem consigo todas as consequências dessa situação, todas as lutas étnicas e sociais.

Segundo Mantelli no final do século XIX a colonização já havia se espalhado pelo Estado, seguindo um padrão evolutivo composto pelas seguintes fases:

- 1 - desmatamento e agricultura de subsistência;
- 2 - expansão agrícola e exportação de excedentes;
- 3 - especialização agrícola com objetivos de comercialização, o que proporcionou uma diversificação geográfica da produção agrícola.

A região noroeste missões do Estado do Rio Grande do Sul passa a ser ocupada ao final do século XIX, já dentro das concepções do governo republicano. Conforme WESZ (2016):

No contexto do início do século XX, quando o Partido Republicano RioGrandense (PRR) estabeleceu seu projeto de desenvolvimento econômico para o estado, a Região Noroeste, passou por um processo de mudanças acentuadas, devido à formação de novas colônias, e o papel que essa região deveria deter enquanto uma espécie de celeiro do estado, essencial para o abastecimento interno. Consequentemente, devido à chegada de descendentes de imigrantes, incentivados pelo Estado e também por iniciativas privadas, ocorreu o reagrupamento dos grupos sociais nestes locais, pois nesses espaços já encontravam-se indivíduos oriundos do passado colonial da região, lavradores nacionais, peões, fazendeiros, e mesmo que não apareçam na documentação cartorial, é difícil pensar que não houvesse indígenas em meio a esse processo.

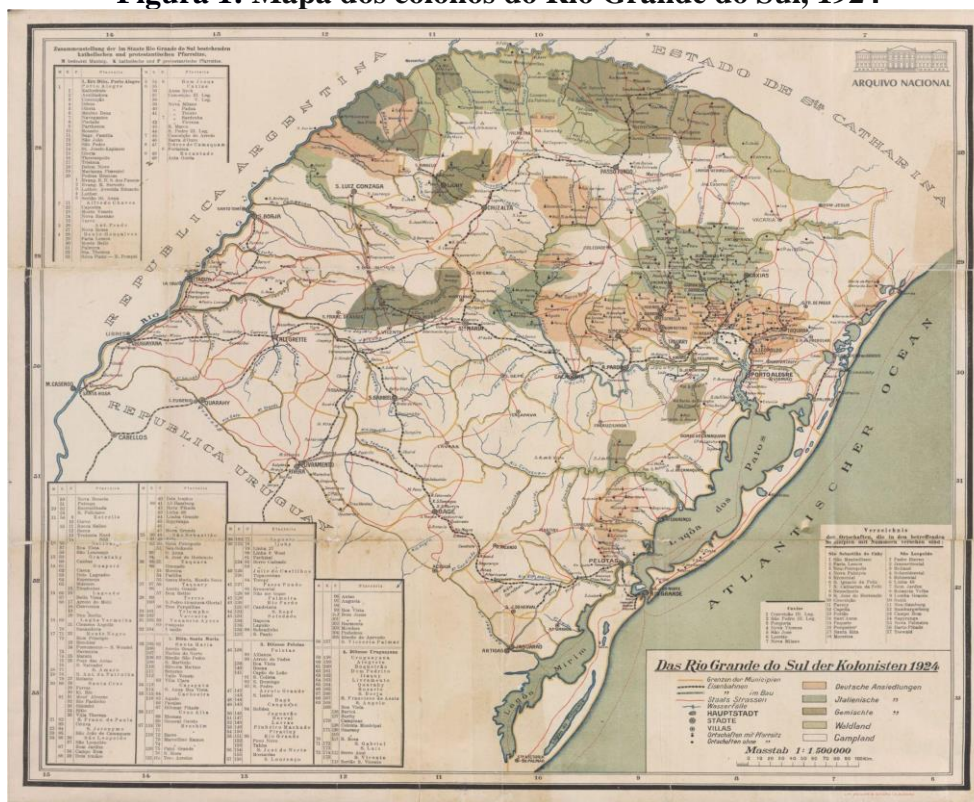
Temos então a continuidade do processo de expansão do território ocupado por agricultores no Rio Grande do Sul. As terras da região florestal das Missões eram bastante férteis e propícias para o assentamento de agricultores e eram, também, terras “desocupadas”.

A fundação das primeiras colônias na Região Norte do estado, a partir de 1890, a caracteriza como a área de ocupação mais recente do Rio Grande do Sul. Nesta região, conhecida como região das colônias novas, o povoamento e ocupação se consolidaram, basicamente pela migração de descendentes de agricultores das antigas colônias da Encosta da Serra e da região das chamadas Colônias Velhas. Esses, representados principalmente por descendentes de alemães, foram além da antiga região colonial em ritmo cada vez mais acelerado, uma vez que essas regiões (antigas colônias) se encontravam inteiramente ocupadas.

O pioneirismo dos colonos transformou até as regiões mais longínquas em atividades rentáveis e o seu trabalho, portanto, foi recompensado pela valorização das terras, sendo

bastante corriqueira a prática de uma família vender seu lote de terras nas colônias velhas para, com os valores obtidos, comprar novos lotes, a um preço menor, em regiões das chamadas Novas Colônias.

**Figura 1: Mapa dos colonos do Rio Grande do Sul, 1924**



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Franz Borborema.

Conforme o mapa acima podemos perceber que a metade norte do Rio Grande do Sul, até 1924, foi ocupada por imigrantes ou por seus descendentes. Enquanto até 1824 basicamente a faixa litorânea era povoada, 100 anos depois as fronteiras socioambientais expandiram-se de maneira bastante significativa, criando um povoamento com características distintas das características que marcam a região sul do estado.

BOTH (2011, p. 47) destaca a diferença na formação e consolidação de cidades do norte e do sul do Rio Grande do Sul, em relação à sua área territorial atual:

(...) Por esta justaposição das duas malhas, fica visível o quanto os espaços de colonização sofreram, ao longo do século XX, um intenso processo de divisões e subdivisões, enquanto no sul, alguns municípios – Alegrete, por exemplo – continuam atualmente com a mesma dimensão que tinham no início do século passado. Grande parte dos municípios criados da região de matas são originárias de colônias públicas e privadas. No espaço que, em 1900, situavam-se Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira das Missões, foram fundados, desde 1912 até o ano de 2009, em torno de 170 municípios, sendo alguns originários de linhas coloniais que, inicialmente, eram as divisões tradicionais dadas às colônias.



Podemos ver claramente nos mapas abaixo as diferenças em quantidade de municípios e tamanho dos mesmos. Percebe-se que os municípios da metade norte do Estado são mais numerosos do que os da metade sul. A metade sul, porém, detém os municípios com as maiores áreas territoriais e cujos territórios sofreram poucas alterações no decorrer do tempo.

Figura 2: Divisão Municipal do Rio Grande do Sul, comparativo 1902 e 2013



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2019

No início do séc. XX, o investimento em ferrovias abria frentes de expansão em meio a uma região de mata fechada. Esse aspecto é essencial para compreender a dinâmica da colonização neste período. Conforme RAMOS (2006):

Em 1900, foi concluída a ferrovia Santa Maria - Cruz Alta, e o governo pretendia ligar Tupanciretã a São Luiz Gonzaga, São Borja, Uruguaiana, Palmeira das Missões e, mais tarde, a Lagoa Vermelha e Caxias do Sul. O Sr. Horst Hoffmann, diretor da firma alemã Pró-ferrovia, recebeu trinta mil marcos para inspecionar e dirigir a construção da via férrea. (...) Serro Azul foi criada para abrigar o excedente de colonos das colônias velhas, conservando os reunidos étnica e religiosamente (...) Dessa forma, em 1900, a recém fundada Associação de Colonos intitulada Bauerverein, com sede no município de São José do Hortêncio, interessou-se em colonizar uma área de terras na região noroeste, entre os rios Ijuí e Comandáí, que abrangia terras de propriedade da Nordwestbahn, uma companhia férrea alemã que havia adquirido as terras do governo do Estado (...) Pelo acordo o Bauerverein, comprometia-se a colonizar as terras em um prazo de 10 anos. Assim em 1902 o “Bauerverein” adquiriu duas áreas de terra da Nordwestbahn e comprometeu-se a colonizar a colônia Serro Azul, atual município de Cerro Largo e a colônia Boa Vista, atual município de Santo Cristo.

A expansão ferroviária no Estado permitiu uma certa facilidade de deslocamento, favorecendo os movimentos migratórios internos, aumentando a velocidade da abertura de novas fronteiras agrícolas e a ocupação de áreas florestais.

## **Criação da Bauerverein e a Colônia Serro Azul**

Os padres jesuítas, fiéis às suas práticas de catequização e assistência, encabeçam o movimento de fundação da Bauerverein - Associação Rio - Grandense dos Agricultores - durante A Assembleia Geral dos Agricultores em Santa Catarina do Feliz, no ano de 1899.

Segundo RAMBO (2011) um dos objetivos desta associação era colocar a colônia alemã em condições de prover a si mesma os seus gêneros alimentícios, de vestuário, instrumentos e outros itens necessários à vida comunitária, sem a necessidade de uma intervenção externa. Ao associar-se o colono precisava comprovar uma reputação inatacável e poderia, então, usufruir das benesses trazidas pelo cooperativismo desta entidade.

Um dos projetos da Associação foi o de colonizar áreas ainda despovoadas tanto nos territórios do atual estado do Rio Grande do Sul como em Santa Catarina. O projeto de colonização da Northwest-bahn estava fracassado até o final do ano de 1900. No ano de 1902, durante a 2ª Assembleia Geral da Associação, realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro na localidade de São José do Hortêncio, senhor Horst Hoffmann, representante da Northwest-bahn, fez um discurso, endossado pelo Pe Teodor Amstad, sobre as vantagens de a Associação fazer a compra das terras da bacia hidrográfica do Uruguai.

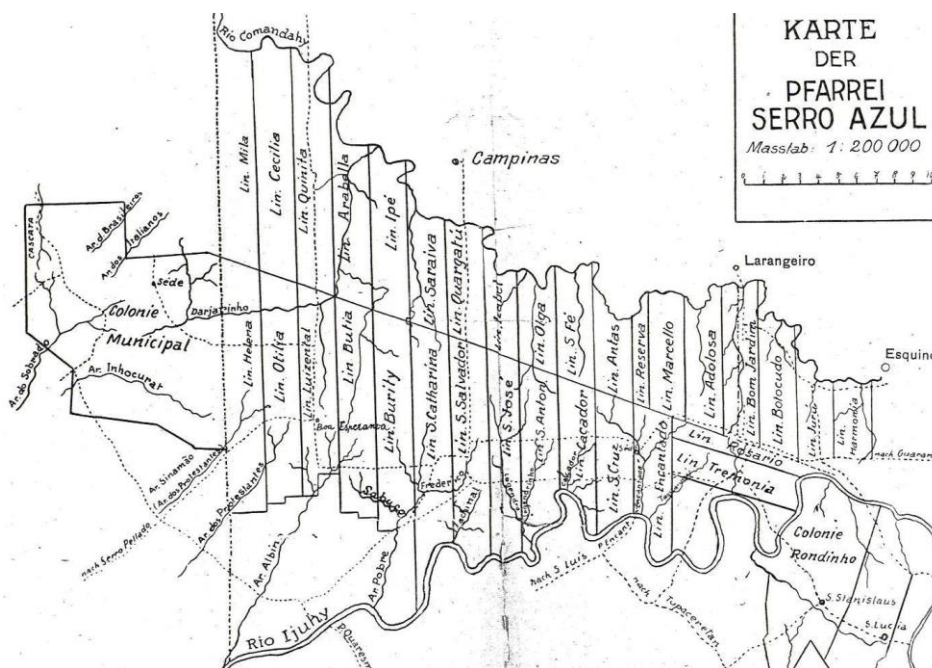
Foi a partir da aprovação nesta assembleia que o Bauerverein adquiriu terras da empresa, comprometendo-se a colonizar duas áreas específicas, que mais tarde ficaram conhecidas como colônia Serro Azul, atual município de Cerro Largo e colônia Boa Vista, atual município de Santo Cristo. TREIB (2006) afirma que a área de interesse maior na colonização era a região que se situava entre os rios Comandá e Ijuí. Esta é a área correspondente à colônia Serro Azul.

Após a visita da comissão chefiada pelo padre jesuíta Maximiliano Von Lassberg, verificou-se que havia condições de se instalar uma colônia e que esta teria meios de progredir. Assinou-se, portanto, o contrato em que o Bauerverein se compromete a colonizar as terras num prazo de dez anos. Segundo TREIB (2006, p.42) “o Bauerverein pagou, para cada hectare, oito contos de réis em Serro Azul e sete contos e meio em Boa Vista”.

Após a decisão da compra das terras e do planejamento das linhas, inicia-se o processo de venda dos lotes para os agricultores interessados. O foco principal de vendas era, segundo RAMBO (2011), os filhos dos colonos das Médias e Velhas colônias. Os primeiros imigrantes, que ocuparam a região a partir de 1902, chegavam de diversas maneiras e cada qual conforme suas condições financeiras. Alguns vinham de trem até Tupanciretã e de lá se deslocavam até Serro Azul de carroça ou até mesmo a pé. Outros também vinham de carroça ou a cavalo, enfrentando as intempéries até a chegada à colônia.

Antes mesmo da chegada dos colonos foram medidos os lotes de terra e, posteriormente, estes lotes foram divididos em linhas (comunidades). Cada lote tinha 25 hectares, o que, na região, popularmente é chamado de uma colônia de terra. Cada linha era demarcada de 2 em 2 km, no sentido norte-sul. Segundo TREIB (2006, p. 44) “foram criadas 12 linhas ou pequenas comunidades na sede Serro Azul. A oeste da sede, todas eram católicas, enquanto que a leste couberam apenas duas linhas que eram evangélicas.”

**Figura 3 - Mapa da Paróquia Serro Azul, feito por Karl Kulmey**



Fonte: Museu 25 de Julho.

Na Quarta Assembleia Geral de Colonos, realizada na cidade de Santa Cruz nos dias 17, 18 e 19 de abril de 1904, um relatório apresentado pela diretoria da Associação afirmou: “[...] mais da metade da soma empatada na medição e na demarcação dos lotes coloniais já havia retornado para o caixa da Associação.” Este fato demonstra que a colonização que havia iniciado menos de dois anos antes atingia os objetivos de povoação e ampliação das fronteiras.

Outro item bastante marcante nas colônias organizadas pelo Baureverein foi a separação religiosa. Considerava-se bastante importante que protestantes e católicos não se misturassem nas colônias. Entretanto, em 1908, um grupo de luteranos adquire terras junto à Bauerverein (que tinha cerca de 50% dos sócios protestantes) na colônia Serro Azul. Para evitar conflitos, estes membros luteranos são alocados nas chamadas linha 4 e linha 5 (D. Helena e D. Otília, no mapa), os pontos mais distantes da sede da colônia.

Assim com as outras colônias do Estado, Serro Azul teve sua economia fundamentada na prática agrícola, havendo inclusive, por parte da Bauerverein, o incentivo para a criação de

pequenas cooperativas de agricultores a fim de facilitar o escoamento e comercialização da produção. Algumas características destas práticas dos colonizadores ainda deixam sinais significativos na sociedade. Uma destas marcas é a densidade populacional nas áreas rurais.

A ocupação da Região Noroeste do Rio Grande do Sul foi, economicamente, marcada pela pequena propriedade, que ainda hoje proporciona o desenvolvimento da agricultura local. Proprietário de pequenas áreas, o agricultor, com o auxílio da mão-de-obra familiar, produz alimentos, matérias-primas de transformação industrial e grande parte participa - principalmente com a cultura da soja - do mercado externo. Ainda assim, muitas dessas áreas apresentam baixo rendimento econômico e diversas famílias ainda vivem em condições desfavoráveis de desenvolvimento econômico.

### **Considerações finais**

Demonstrar esses aspectos específicos da região da colônia Serro Azul contribui de forma significativa para o entendimento da expansão das fronteiras socioambientais do Rio Grande do Sul, permitindo observar as particularidades existentes nas diversas regiões, especialmente a Colônia Serro Azul. Nesse sentido, conforme o avanço desta pesquisa, pretende-se continuar construindo um estudo de forma consistente, que demonstre como ocorreu a formação e estabelecimento das diferentes religiosidades nesses espaços.

Por fim, o estudo do desenvolvimento da Colônia Serro Azul, por meio de novos dados e informações, possibilita o avanço da historiografia, proporcionando novos questionamentos, e reflexões acerca das diferentes características e dificuldades encontradas no início do Séc XX, e que foram preponderantes para a configuração da ocupação espacial que é característica até os dias de hoje. O que faz do conhecimento científico tão útil e necessário nesse decorrer do século XXI são as diversas possibilidades de conhecimento, conscientização e preservação das características regionais e de sua história.

### **Referências**

CIRNE LIMA, Ruy. *Origens e aspectos do regime das terras no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933.

FAVERO, Alejandra Bettina. *La última inmigración. Italianos en Mar del Plata (1945-1960)*. 1ª ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

IOTI, Luiza Horn, org. *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Educs, Caxias do Sul 2001.

LANDO, Adair Marli e BARROS, Elaine Cruxén. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica*. Editora Movimento, Porto Alegre, 1981.

MANTELLI, Jussara. *O Processo De Ocupação Do Noroeste Do Rio Grande Do Sul E A*

- Evolução Agrária*. Revista Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 269-278, mai./ago. 2006
- NEUMANN, R, M. *Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da colonizadora Meyer (Planalto Rio-Grandense, 1897-1932)*. Tempos históricos. Volume 16 – 2012, p.313-336. ISSN 1517-4689
- PICOLLO, Helga (org.) *Coletânea de discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998
- QUEVEDO, J. R. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. Bauru: Edusc, 2000.
- RAMBO, Arthur Blasio. *Somando Forças: o projeto social dos jesuítas no Sul do Brasil*. Ed. Unisinos, 2011. São Leopoldo. RS.
- RAMOS, A. *A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil*. Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2006.
- SALATINO, Alba Cristina Couto dos Santos. *“Tudo para todos”*. Um estudo comparado de princípios e de práticas cooperativas: de Pigüé (BS AS) e Nova Petrópolis (RS) (1898-1920) Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. *Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava: Unicentro, 2011.
- TREIB, Rafael Rodrigo Wolfart. *Serro Azul (1902-1927): início e evolução de uma colônia alemã no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de curso – monografia para a obtenção de grau de Licenciado em História na URI - Santo Ângelo, 2006.
- WESZ, Mauro Marx. *“O Reordenamento Do Espaço Agrário Na Região Florestal Das Missões Nas Primeiras Décadas Do Século XX.”* O processo de reordenamento do espaço agrário na Região Florestal das Missões nas primeiras décadas do século XX - Dissertação de Mestrado UFSM

## DESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM ITAPIRANGA – SC (1950-1965)

Carlise Schneiders, mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo, bolsista UNIEDU/FUMDES, carliseschneiders@outlook.com

**Resumo:** Os anos de 1950 e 1960 significaram uma mudança importante para as comunidades rurais do Brasil. O pós-II Guerra colocou como pauta a falta de modernização, o subdesenvolvimento, o modo arcaico de produção e a baixa industrialização da agricultura dos países do sul global. Como solução, os países capitalistas, principalmente por intermédio de grandes empresas e de ações filantrópicas, desenvolveram pacotes tecnológicos que prometiam modernizar, industrializar e com isso, solucionar o problema da fome mundial. O presente texto busca identificar as ações e políticas que trouxeram o projeto de modernização da agricultura dos países do centro do capitalismo para o Brasil e mais especificamente para Itapiranga, município localizado no extremo sudoeste de Santa Catarina, e que, devido a sua história de colonização, possuía uma população majoritariamente rural e praticante de uma agricultura campestre, de subsistência e com a venda do excedente. Para tal proposta, será observada a bibliografia acerca da temática, os relatórios anuais do governo do estado de Santa Catarina, seus planos de ação e discursos dos governadores entre os anos de 1950 e 1965.

**Palavras-chave:** Modernização agrícola; Revolução Verde; Santa Catarina.

### Introdução

Os anos de 1950 e 1960 foram divisores de águas para o Estado brasileiro e em definitivo para as comunidades rurais do país. O pós-II Guerra colocou como pauta a falta de modernização, o subdesenvolvimento, o modo arcaico de produção e a baixa industrialização dos países do Terceiro Mundo<sup>84</sup>. Como solução para tal realidade, os países capitalistas, principalmente por intermédio de grandes empresas e de ações filantrópicas, desenvolveram pacotes tecnológicos que prometiam modernizar, industrializar e com isso, solucionar o problema da fome mundial.

O presente texto busca identificar as ações e políticas que trouxeram o projeto dos países do centro do capitalismo para o Brasil e mais especificamente para Itapiranga, município localizado no extremo Sudoeste de Santa Catarina, e que, devido a sua história de colonização, possuía uma população majoritariamente rural e praticante de uma agricultura campestre, de subsistência e com a venda do excedente.

Para analisar a implementação do projeto de modernização da agricultura no Brasil será observada a bibliografia acerca da temática. Quando partimos para a especificidade de Santa Catarina e Itapiranga, passamos a analisar os escritos sobre o assunto na região e os relatórios

<sup>84</sup> O período que sucedeu a II Guerra Mundial ficou marcado pela disputa ideológica entre os países capitalistas, Primeiro Mundo, liderados pelos Estados Unidos da América e os países do bloco socialista ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Segundo Mundo. Essa realidade colocou o norte global como regulador das políticas mundiais e disputando o domínio dos países menos desenvolvidos, estes chamados de países de Terceiro Mundo, caso do Brasil.

anuais do governo do estado de Santa Catarina, assim como seus planos de ação e discursos dos governadores disponíveis na Hemeroteca Digital Catarinense entre os anos de 1950 e 1965.

Podemos enquadrar essa modalidade de documentos na categoria de discursos, já que, segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior (2017, p. 223), o discurso é uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Nesse sentido, os relatórios de governo, assim como os planos de ação são escritos para o povo catarinense acompanhar as ações e planos do governo estadual. Analisa-los, possibilitará perceber as políticas públicas implementadas para atingir os municípios catarinenses no projeto de modernização da agricultura dos países em desenvolvimento.

Em um primeiro momento, será explanado brevemente sobre o Brasil do século XIX, o paradigma das relações internacionais e sua ligação com o projeto de nação, importante para a vinda dos imigrantes europeus que, mais tarde, através de seus descendentes iriam colonizar a região de Itapiranga. No segundo momento será abordado o Brasil do século XX, o projeto desenvolvimentista, as tensões mundiais e como esse cenário resulta em planos e projetos para as regiões rurais dos países de Terceiro Mundo.

Finalmente, faz-se uma análise mais pontual de Itapiranga, destacando a trajetória do município até a chegada dos anos 50 e de que forma o projeto mundial do capitalismo, as relações internacionais brasileiras e as políticas públicas nacionais e estaduais influenciaram no local. Destaca-se nesse cenário, que a forma como as tendências mundiais chegam a esses locais modificam não apenas a estrutura econômica do local, mas também e principalmente as relações entre as pessoas e destas com a propriedade e com os mecanismos de produção.

### **Liberal-conservadorismo e projeto de nação**

Durante o século XIX, no período pós-independência, se desenvolveu no Brasil e em toda a América Latina uma política internacional que colocou a região na periferia do capitalismo, todas as regiões colonizadas e recém independentes saíram da condição de colônias, mas continuaram subservientes aos projetos dos países colonizadores. Essa política, chamada de liberal-conservadora, colocou as oligarquias agrárias, mais uma vez, a frente do projeto nacional. Essa política se caracterizava pela exportação de bens primários e pela importação de produtos industriais. Nesse contexto os grandes fazendeiros e produtores de café foram a classe mais beneficiada. Cervo (2008, p. 66) ressalta que “aqueles dirigentes confundiam, logicamente, os interesses nacionais com os próprios interesses”.

Importante frisar que o país ainda é, naquele momento, um país escravocrata. A base da mão-de-obra nacional e da população é o povo negro, em sua maioria, escravizado. O fim

iminente da escravidão leva as lideranças brasileiras a pensar um projeto de nação e na substituição da mão-de-obra pelo trabalhador livre. Do outro lado do oceano, a Revolução Industrial avança e muitos países que antes tinham uma estrutura majoritariamente camponesa, industrializam-se rapidamente, transformam seus camponeses em operários e criam uma massa de potenciais emigrantes que buscam terras, emprego e liberdade.

Três pontos assolavam os planos das lideranças brasileiras: a população brasileira era majoritariamente negra, não havia mão-de-obra livre para as fazendas, havia um imenso território classificado como “terras devolutas”<sup>85</sup> ou regiões com “vazio demográfico”. Para resolver os impasses, o governo iniciou uma política de atração de imigrantes, principalmente europeus, responsáveis pelo branqueamento da população, pela ocupação de territórios com baixa ocupação demográfica e para servir de mão-de-obra para fazendas e indústrias nascentes.

Esse processo durou mais de um século, a partir da década de 1820, imigrantes alemães, italianos, poloneses, japoneses, entre outros, passaram a sair de seus países de origem e ocupar o território brasileiro. Anderson (2008, p. 32) defende que todas as comunidades são imaginadas, principalmente as nações, e que elas se diferem pelo estilo que são imaginadas. Nessa perspectiva, o Brasil nega-se a imaginar a sua nação como eternamente caracterizada pela população negra. O branqueamento do país está intimamente ligado ao processo de imigração, assim como os planos de um sucesso econômico a partir da chegada dos progressistas imigrantes. O *melting pot*<sup>86</sup> produzido pela chegada dos imigrantes brancos, produziria, em cerca de três décadas, um brasileiro de fenótipo branco, proposto a morrer pela sua pátria e dedicado ao ideal de Brasil elaborado pela elite nacional.

Esse plano, contudo, não funcionou por diversos pontos. Seyferth (1997, p. 96) aponta que o *abrasileiramento* não ocorreu, pois, os grupos de imigrantes ficaram isolados em suas colônias, o governo imperial os designou para o abastecimento nacional e a ocupação de terras sem se preocupar em integrar os nacionais com os recém chegados. O processo acarretou em formação de grupos bastante homogêneos de imigrantes e descendentes, principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Estes, diferente do imaginado pelos nacionalistas, desenvolveram em seu seio as tradições, idiomas e culturas trazidas de sua pátria mãe.

<sup>85</sup> O conceito era designado caracterizar espaços que, durante o século XIX, não tinham escritura e por isso, eram terras públicas, de posse do governo. Muitos desses locais estavam ocupados por indígenas, caboclos ou negros que não possuíam documentos de posse e estavam impossibilitados de comprar os lotes pelos baixos recursos financeiros. Ver Lei Nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

<sup>86</sup> Conceito utilizado por Seyferth (2000) para caracterizar a mistura de raças que ocorreria com a chegada do imigrante



Mais tarde, entre 1937 e 1945, Vargas tentaria incorporar (ou eliminar) os *quistos étnicos* a partir do processo de Nacionalização, proibindo a utilização de línguas, se não o português e vigiando as localidades colonizadas por alemães, principalmente, pela iminente onda nazista que assolava a Europa. Junto desse processo, o Brasil passaria, neste momento, por uma mudança de paradigma nas relações internacionais. A partir de 1930 o país entraria para o processo desenvolvimentista, se o liberal-conservadorismo apenas afundou o país em um estado de subordinação, o desenvolvimentismo tentaria, como já diz o nome, desenvolver as atividades brasileiras para torná-lo um país soberano.

### **Desenvolvimentismo**

O Brasil entra nos anos 1930 como um país que ficou dominado pela elite oligárquica rural desde a sua gênese, a má distribuição de terras e de dinheiro, o atraso industrial, agrícola, educacional, marcam a nação tupi. As crises que arrasam o cenário internacional pós I Guerra favorecem o processo de modernização de toda América Latina, enquanto os países do norte global utilizam o protecionismo para se defender, os estados latino americanos deixam de focar suas energias na agro exportação e passam investir na industrialização, como aponta Le Goff,

As nações atingidas pelo imperialismo ocidental, quando conseguiram alcançar mais ou menos a sua independência, foram confrontadas com o problema do seu atraso em certos campos. A descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial, permite às novas nações que, por sua vez, abordem este problema. Quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por todo o lado distinguiu também a modernização econômica e técnica da modernização social e cultural. (LE GOFF, 1990, p. 163)

O conceito de desenvolvimentismo levanta duas questões, a primeira é que a palavra em si já se refere a progresso, a segunda é a consciência de que os países do sul global estão atrasados (em relação aos países do centro do capitalismo) em diversos quesitos, entre eles a tecnologia, a indústria e a agricultura. Dessa forma, o desenvolvimentismo que o Brasil exerce entre a ascensão de Vargas e o final do período ditatorial é fruto de uma agenda urgente, tanto para os países líderes do capitalismo mundial, quanto para o Brasil em si.

O ponto crucial nesse debate é que o conceito de *desenvolvimento* se refere tanto a parte econômica quanto a parte social, Le Goff (1990, p. 235) fortalece essa ideia citando economistas que criticam as definições de desenvolvimento e subdesenvolvimento criadas pelos países centro do capitalismo e apelam para a máxima de que não há desenvolvimento sem a transformação das relações sociais.

No Brasil, contudo, a parte social foi preterida, dando preferência a iniciativas desenvolvimentistas de cunho exclusivamente econômico. Uma das discussões que envolve essa querela é a de uma reforma agrária no Brasil deste período, pois, grande parte do território nacional estava, majoritariamente, nas mãos de latifundiários. A reforma agrária resolveria a questão das milhares de famílias sem-terra e que inflariam as cidades vivendo em condições sub-humanas. Gelinski e Filippi (2019, p. 40) ressaltam que Celso Furtado, representante da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), defendia um projeto de nação que necessitava de uma reforma agrária, e que a agricultura e a industrialização deveriam andar juntas para o progresso econômico e social do Brasil.

Contudo, o projeto de Furtado não se concretizou, a reforma agrária não aconteceu até o momento e a concentração fundiária é um dos problemas estruturais mais graves do Brasil. Em seu lugar, se desenvolveu uma política nacional e internacional que deu suporte a industrialização e a modernização da agricultura sem muita atenção aos problemas sociais e políticos em que o Brasil estava afundado.

### **A modernização da Agricultura**

Dentro do caminho desenvolvimentista que o estado nacional traçou, internacional e internamente, durante os anos de 1930 a 1980, a agricultura foi um dos pontos que mais teve agitações. Diversos foram as iniciativas que fomentaram o setor, as mais destacadas podem ser o investimento do capital estrangeiro e o fomento estatal para efetivar a Revolução Verde.

Revolução Verde foi o nome dado para um conjunto de políticas de investimento e modernização da agricultura, políticas estas que se dão a partir da implementação de maquinário mais avançado, insumos, fertilizantes, defensivos agrícolas, raças geneticamente mais rentáveis, sementes com maior potencial produtivo e técnicas de manejo do solo, dos animais e das plantas. A iniciativa surgiu nos países de Primeiro Mundo como um pacote de soluções tecnológicas para os países do Terceiro Mundo, caso do Brasil.

Ganimi e Andrades (2007, p. 47) ressaltam que a Revolução Verde foi gestada no período pós-II Guerra, quando diversos insumos restantes do processo bélico estavam disponíveis para serem investidos em outras querelas. Faltava, diante disso, um plano econômico, social e político para a implantação do discurso da modernização agrícola. Neste momento, borbulham no cenário internacional os ditames políticos da Guerra Fria, marcada pela bipolaridade e pela disputa de poder.

O cenário perfeito estava montado e a carta do lado ocidental do planeta para vencer a guerra ideológica foi a extinção da fome no mundo. Para isso, a Revolução Verde levaria mais

alimentos, prosperidade e tecnologia para as regiões rurais dos países em desenvolvimento. No Brasil, o pacote seria recebido de braços abertos pelo desenvolvimentismo, interessado no crescimento econômico e pelos latifundiários, interessados em aumentar os rendimentos.

Os principais personagens internacionais desse processo foram o Instituto *Rockefeller* com a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), a Fundação *Ford* e o Banco Mundial. Esses grupos, afim de expandir o capital, patrocinaram iniciativas não apenas voltadas para a agricultura, mas para todo o capital científico, social, econômico e político nacional. Iniciativas de inclusão de mulheres, formação de lideranças, saúde, desenvolvimento sustentável, entre outras (VIEBRANTZ, 2008, p. 128) (ANDRADES, GANIMI, 2007, p.49).

Segundo Le Goff (1990, p. 172) “o termo ‘moderno’ assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado”, a modernização da agricultura, não somente no Brasil, mas como um movimento ocidental, marca a ruptura de um modelo arcaico, antigo ou tradicional de produzir alimentos e se relacionar com a terra. Os organismos internacionais filantrópicos do centro do capitalismo, assim como as elites políticas e econômicas dos países em desenvolvimento se utilizaram do discurso da modernidade para alavancar a renda privada dos donos do capital através da mudança estrutural da produção, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas em grandes e pequenas propriedades rurais.

Em Santa Catarina, os passos para a modernização agrícola são tímidos no início dos anos de 1950, mas passam a ter mais atenção a partir da criação da Secretaria de Agricultura em 1953. Em discurso proferido pelo então governador Irineu Bornhausen em 31 de janeiro de 1954, ele ressalta que

Os serviços de assistência e fomento à agricultura sempre estiveram a cargo da Secretaria da Viação e Obras Públicas. Não era admissível que setor de tamanha importância na vida econômica do Estado continuasse subsidiário de outro organismo com finalidades tão complexas. Eis por que foi criada, no meu Governo, a Secretaria da Agricultura, a qual está funcionando desde 5 de novembro do ano findo. (SANTA CATARINA, 1954a, p. 16)

A inexistência de uma Secretaria de Agricultura em um estado com uma população majoritariamente agrícola provoca espanto, contudo, a implantação da secretaria em 1953 demonstra que o projeto nacional está também sendo implementado no estado e que existe uma tentativa de mostrar a população que há uma parceria entre a união e o estado,

Realmente extraordinário tem sido o apoio constante prestado à agricultura pelo meu Governo. Em colaboração estreita com o Ministério da Agricultura, sob a patriótica

administração do Senhor Doutor João Cleophas, vimos realizando um trabalho de elevado alcance para a economia catarinense. No ano de 1953, prosseguindo na tarefa iniciada em 1951, empenhamo-nos a fundo na solução do problema da mecanização da nossa lavoura. (SANTA CATARINA, 1954a, p. 18)

Bornhausen ressalta, nesse trecho, o empenho para a mecanização do Estado. Ele apresenta que entre 1951 e 1953 “foram atendidos 29 municípios, com tratores, combinadas, trilhadeiras ou ceifa-atadeiras. No corrente ano, êsse programa estender-se-á a todos os municípios de Santa Catarina”. É efusivo o discurso sobre a cooperação entre os agentes estatais e o Ministério da Agricultura, ressaltando que não há, “intrigas entre o meu Govêrno e a pessoa do Exmo. Snr. Presidente da República”<sup>87</sup>. Bornhausen tenta provar a eficiência do governo do Estado e a cooperação com o governo federal apresentando dados sobre a compra de maquinário, repasse de verbas para construção de silos e tentativas de trazer para o Estado a produção de café,

Fiquem certos os meus coestaduanos de que quanto maiores forem os ataques e as intrigas, mais hei-de me desdobrar, num esforço leal e obstinado, em solicitações ao Govêrno Federal de recursos e serviços que tragam o progresso e bem-estar para o Estado que tenho a honra de governar (SANTA CATARINA, 1954, p. 22)

Ainda no ano de 1954, Bornhausen, através de uma mensagem à Assembleia Legislativa, assinala as conquistas de seu governo para a agricultura do Estado,

Com a valiosa cooperação do Govêrno Federal, deu-se maior elasticidade aos serviços de assistência à agricultura e fomento da produção agrícola e animal. Na verdade, vários e múltiplos foram os benefícios conferidos à laboriosa classe dos agricultores, a saber: distribuição de adubos, mudas e sementes selecionadas, em maior escala que nos anos precedentes; construção de armazéns para a coleta de cereais [...] início dos trabalhos para a construção de dois silos, um subterrâneo e outro aéreo [...] vários postos agropecuários e de suinocultura; instalação de escolas agrícolas e centros de tratoristas; distribuição de máquinas e implementos agrícolas, através das Associações Rurais, ou pelo sistema de revenda do "Serviço de Fomento Agrícola", além de vários outros benefícios II cuja especificação encontrareis na presente Mensagem". (SANTA CATARINA, 1954b, p. 8)

O Governo de Celso Ramos, iniciado em 1961, aborda de forma sistemática os projetos para a agricultura, citando de forma enfática a ACARESC<sup>88</sup> e sua fundamental atuação para a ampliação da modernização no Estado. Outra característica é a parceria público-privada objetivada pelo governo,

<sup>87</sup> O então presidente da República era Getúlio Dorneles Vargas.

<sup>88</sup> Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina criada em 1956.

A posição do Governo, na Política Agrária que executa através do Plano de Metas, é a de estimulador, fiscalizador e controlador da produção e não produtor propriamente dito. Somente nos casos em que a iniciativa particular se desinteressa pela produção de fatores imprescindíveis ao desenvolvimento econômico-social. atua o Governo, na qualidade de pioneiro, porém, objetivando sempre entregar a empresa. começada pelo Estado, à iniciativa particular. (SANTA CATARINA, 1962, p. 84)

A partir desses princípios, o governo promete desenvolver, em 1962, seis setores que estimulariam a agricultura: 1. Ensino 2. Pesquisa 3. Assistência Técnica 4. Crédito Rural 5. Mercado e 6. Casas Rurais. No projeto do ano posterior, um sétimo item é adicionado, o Fomento à Produção. O lema promulgado em 62 era “O Governo CELSO RAMOS tem uma política agrária definida, que objetiva elevar a produtividade do trabalho do homem do campo” (SANTA CATARINA, 1963, p. 127).

No plano de metas do 4º ano de trabalho de Celso Ramos, o setor da agricultura inicia com a seguinte epígrafe “O programa de agricultura executado pelo Plameg visou oferecer ao produtor rural catarinense, condições que lhe assegurassem melhor nível de vida, através da assistência técnica e financiamento, levados diretamente aos agricultores em suas propriedades”<sup>89</sup>.

### **Extensão Rural**

A extensão Rural foi uma das consequências da Revolução Verde. Ela serviu como duto para que a modernização chegasse à todas as propriedades rurais, principalmente as de menor porte. Olinger (2020, p. 33) destaca que em 1956 o presidente do Brasil, Juscelino Kubistchek assina o convênio com o presidente norte-americano Dwight Eisenhower com o objetivo de criar um Escritório Técnico de Agricultura - ETA, no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, destinado a coordenar a execução de projetos de desenvolvimento rural nas áreas de agricultura, pecuária, conservação do solo, irrigação, mecanização de lavouras e de extensão rural. Peixoto reitera a implantação do sistema,

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para

<sup>89</sup> Lei Nº 2.772, de 21 de julho de 1961. É instituído o Plano de Metas do Governo Estadual, PLAMEG, destinado à execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (PEIXOTO, 2008, p. 18)

O objetivo dos projetos de Extensão Rural era chegar até as famílias e ensinaram técnicas para aumentar a produtividade, levar sementes mais produtivas e raças de animais que teriam mais rentabilidade. Além disso, a extensão rural incentivou práticas de higiene, organização e limpeza, tanto do espaço agrário quanto do espaço de moradia.

Viebranz (2008) lembra que um novo personagem surge nesse cenário: o extensionista rural. É através dele que os conhecimentos técnicos chegam as regiões mais remotas, a autora ressalta que, muitas vezes, os extensionistas atuavam em dupla, “o rapaz extensionista dedicava-se, preferencialmente às atividades masculinas e a extensionista feminina com atividades voltadas ao público feminino”.

Em Santa Catarina a extensão rural inicia no ano de 1956, conforme Viebrantz,

Em março de 1956, através Lei n. 248, o governo catarinense aprovou o termo de acordo firmado pela Secretaria da Agricultura e da Federação das Associações Rurais de Santa Catarina com o ETA (Escritório Técnico de Agricultura), cuja finalidade era “usando os métodos de Extensão Agrícola, Economia Doméstica e Crédito Supervisionado, aumentar a produtividade e obter melhores condições de vida para a população rural do Estado de Santa Catarina”. Através de “práticas racionais” para o trabalho, a pequena propriedade aumentaria sua produtividade e superaria o atraso. (VIEBRANTZ, 2008, p. 129)

Olinger (2020, p. 19) ressalta que o conjunto de ações aplicados em Santa Catarina foi uma adaptação direta do programa norte-americano *Extension Service*, o autor foi um dos pioneiros da Extensão Rural no estado com o ETA-Projeto 17 (futura Acaresc) em fevereiro de 1956. Em trabalho recente, revela os princípios da Extensão Rural em Santa Catarina,

Utiliza-se do princípio pedagógico que devemos “ensinar a fazer fazendo”, por meio de demonstrações práticas, nas propriedades individuais e comunidades rurais, em parceria com adultos e jovens componentes das famílias rurais, de ambos os sexos, de forma participativa. Ao mesmo tempo que transmite novos e úteis conhecimentos, adquire outros que lhes permite aperfeiçoar o processo de ensino-educação. As práticas ensinadas devem ser tecnicamente possíveis, economicamente justificáveis, socialmente desejáveis, ecologicamente corretas. Costumávamos acrescentar financeiramente viáveis e politicamente aceitáveis, porém sem perder de vista que à extensão rural é vedado o proselitismo político-partidário. (OLINGER, 2020, p. 19)

Diversos foram os subprojetos da Extensão Rural em Santa Catarina. Olinger destaca alguns que tiveram mais destaque: Economia Doméstica Rural, Clubes 4-S e cooperativas, o ensino rural extraescolar e a Semana do Fazendeiro e o Serviço Social Rural e o Projeto Gado Leiteiro (2020, p. 22-32).

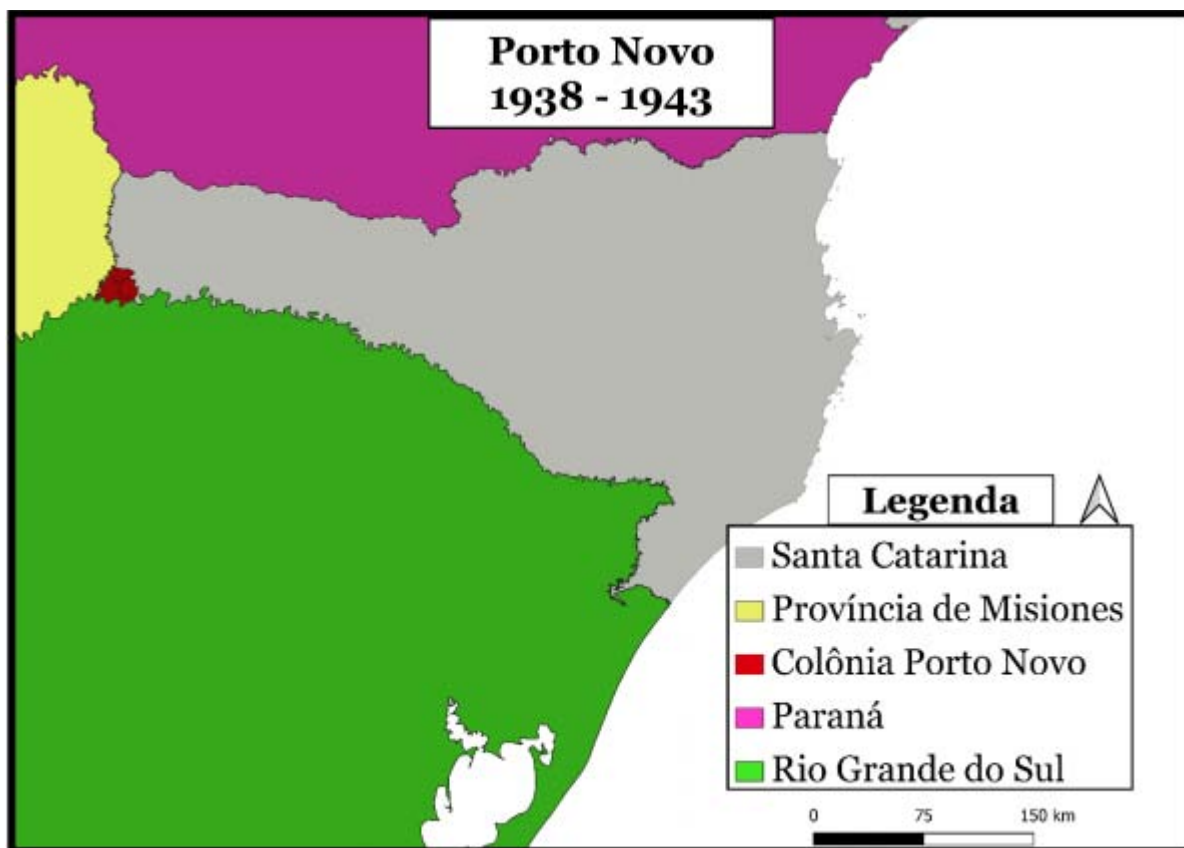
No ano de 1963 instalou-se sob o comando de Serafim Bertaso, a Secretaria de Negócios do Oeste, projeto idealizado pelo Governador Celso Ramos que visava “criar um órgão descentralizado, cotado de autonomia financeira, que viesse dinamizar o potencial econômico do “celeiro de Santa Catarina”” (SANTA CATARINA, 1964, p. 3). A secretaria, segundo Cassol (2007, p. 108) serviu como inibidor de um projeto a favor de emancipar a região do Iguaçu, que teria o oeste de Santa Catarina como componente, pois este se via distante da Capital, Florianópolis, principalmente no quesito das políticas públicas. A partir do Secretaria de Negócios do Oeste, a região passou a ter mais amparo do governo estadual, mais infraestrutura e investimentos na agricultura regional.

É possível perceber, nesse âmbito, que diversas políticas públicas estaduais, com parcerias nacionais e internacionais foram implementadas para atingir os objetivos da modernização agrícola e do desenvolvimentismo no Estado e conseqüentemente no país. Políticas estas que, através da extensão rural chegariam aos locais mais remotos do estado.

#### **Porto Novo: da colônia modelo ao atraso agrícola**

Porto Novo é um nome histórico dado a região do extremo sudoeste do estado de Santa Catarina, seu território faz fronteira com a Argentina, tendo como linha fronteira o rio Pereriguaçu e, ao sul, faz divisa com o estado do Rio Grande do Sul, tendo como linha divisória o rio Uruguai (SAUSEN, 2020, p. 3).

**Mapa 1: Localização de Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste**



Atualmente, os municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste compõem o território em questão. Contudo, no recorte temporal do presente texto, os três municípios pertenciam a Itapiranga. São João (atual São João do Oeste) e Tunas (atual Tunápolis) eram distritos do município itapiranguense, por esse motivo, o recorte geográfico deste ensaio ficará denominado apenas como Itapiranga ou Porto Novo.

Porto Novo foi uma dessas colônias de alemães e descendentes que se instalaram no sul do Brasil. A região de Itapiranga foi considerada terra devoluta até meados do século XX, sua localização estratégica, banhada por rios e com uma densa mata da floresta ombrófila mista fez com que fosse habitada há muito por grupos indígenas. Mais tarde, a região foi alvo de madeiras, o que levou a região diversos grupos de caboclos. No início da década de 1920 a região foi adquirida pela Sociedade União Popular, também conhecida como *Volkverein*. Essa sociedade era comandada pelos padres jesuítas e tinha como sócios os colonos alemães ou descendentes de religião católica. O projeto para a região era ousado, fazer daquela uma comunidade homogênea étnica e confessional. Somente seriam aceitos para a compra de lotes



aqueles que fossem alemães ou descendentes e necessariamente católicos. Em 1926 iniciam os movimentos migratórios para a região, o processo se deu pela escassez e desgaste de terras no estado do Rio Grande do Sul, conhecidas como colônias velhas e o crescimento desenfreado da população que não tinha mais como se sustentar na agricultura.<sup>90</sup>

A formação da nova colônia alemã se daria a partir de moldes jesuíticos de educação, cultura, religiosidade e comunidade. O alicerce econômico da colônia de Itapiranga, especialmente nas três primeiras décadas, foi a agricultura familiar/campesina, com mão de obra dos próprios colonos e suas famílias que cultivavam o necessário para alimentar a prole e vendiam o excedente. Nesse contexto, fábricas e pequenas indústrias instaladas se limitavam a atividade madeireira, produção de utensílios para a agricultura e para a expansão das áreas de cultivo com a abertura de clareiras ou derrubada de áreas de vegetação arbórea como um todo. Conforme Franzen,

A necessidade de mão-de-obra braçal era ocasionada pela escassez de equipamentos capazes de dar conta da rusticidade do terreno. Em suma, na propriedade se tinha uma junta de bois e utensílios básicos para o cultivo da terra. A utilização da força braçal era fundamental para os padrões produtivos da época. (FRANZEN, 2014, p. 25)

Nas primeiras décadas de existência, enquanto a colonização primava como objeto de governos e de grupos privados para habitar áreas com baixa densidade populacional e levar a “civilização” e o “progresso” à essas regiões, a colônia Porto Novo foi sinônimo de sucesso. A pioneira Maria Rohde transformou suas memórias em livro e descreve incansavelmente os sucessos e as dificuldades da colônia.

Até o momento só acompanhamos o desenvolvimento e o desabrochar constante da nova colonização. Vimos que apesar de estraves e dificuldades de todo tipo, a dedicação e persistência do camponês germânico permitiu que vencêssemos, de modo que o empreendimento pode ser visto como um êxito. Nós lemos sobre as opiniões bem embasadas de observadores do país e do exterior, que expressaram sua admiração em relação ao desenvolvimento da colonização da mata virgem. (ROHDE, 1996, p. 209)

A colônia permaneceu sobre poder privado e comunitário de organização, seguindo os preceitos religiosos e culturais dos jesuítas. Sua forma de organização homogênea e fechada foi necessária, pois, nos primeiros 12 anos, quando se deu a Nacionalização de Vargas, a inclusive após o fim desse momento, a comunidade era responsável pela construção e mantimento de

<sup>90</sup> Sobre a fundação e processo de povoamento da colônia Porto Novo ver: MAYER, Leandro. NEUMANN, Rosane M. A dinâmica de ocupação e povoamento de Porto Novo: uma colônia étnica e religiosamente homogênea no extremo oeste de Santa Catarina e MAYER, Leandro. “Terras cultiváveis de primeira classe”: as propagandas sobre a colônia Porto Novo realizadas pela Volksverein na década de 1920

escolas, hospitais, clubes e todas as formas de assistência da sociedade. Dessa forma, a solidariedade horizontal<sup>91</sup> que se desenvolveu tanto nas questões culturais e educacionais quanto nas questões políticas e econômicas, foi necessária para que as famílias sobrevivessem aos primeiros anos da colonização.

### **Atraso agrícola e modernização**

O município de Itapiranga possuía, segundo o Censo Demográfico de 1950, 13.542 habitantes, sendo 94,24% desses, moradores da área rural (IBGE, 1952, p. 22) e desenvolvedores de uma agricultura rudimentar, com base campesina, empregando mão-de-obra familiar. Este modelo de produção de subsistência começou a ser questionado na década de 1950 e como projeto inicial de mudança, ressalta-se a emancipação de Itapiranga no ano de 1954.

Franzen (2014, p. 108) destaca que nessa conjuntura foi criada a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga – Comude, seguindo as tendências internacionais de modernização da agricultura e nacionais do desenvolvimentismo. A constituição da Comude foi a responsável pela maior parcela de planos e medidas adotadas para a promoção dos setores deficitários em Itapiranga.

Planejamentos estratégicos e estudos detalhados das características geográficas, além de levantamentos socioeconômicos foram realizados com os objetivos de reunir bases de dados suficientes para pleitear subsídios e recursos de instituições de fomento internacional como a *Misereor*<sup>92</sup> e a *Adveniat*<sup>93</sup> e de órgãos governamentais estaduais e nacionais.

Em menos de duas décadas, a prensa estendida pela política desenvolvimentista possibilitou a instalação de agroindústrias (aves, leite e suínos) na região. Além disso, a implementação de projetos estaduais como os da ACARESC, explanados anteriormente, influenciaram diretamente a realidade local dos agricultores e jovens rurais. Os clubes 4-S, as novas técnicas de cultivo, os incentivos fiscais, os maquinários mais avançados e o incentivo à produção para a venda transformaram a cara da agricultura no município.

<sup>91</sup> Conceito utilizado por SCHNEIDER (2016) para designar as práticas comunitárias desenvolvidas em Porto Novo.

<sup>92</sup> Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Ver: FRANZEN, D. O. *Os católicos alemães e a política de cooperação transnacional: gênese da fundação e expansão da instituição Misereor*. Revista Latino-Americana de História. v. 4 n. 14, 2015. P. 251-271.

<sup>93</sup> Fundo Latino Americano de Católicos alemães, mantido como agência de fomento da Igreja Católica Alemã para financiamento de projetos de desenvolvimento na América Latina.

Essa nova forma de agricultura não modifica apenas as relações econômicas entre camponeses e o mercado. A vida social (em comunidade e de ajuda mútua) e a religiosidade são atingidas de modo a romper laços e alterar a organização dos processos produtivos e de trabalho, que até então eram norteados pela unidade familiar e religiosa/comunitária. Eidt e Silva Junior reforçam essa ideia,

A modernização, introduzida em toda região Oeste de Santa Catarina a partir da década de 1970, transformou o “espaço natural” e rompeu com a sociabilidade tradicional, integrando região aos círculos internacionais de economia. Para o governo brasileiro era preciso que os diferentes espaços desconhecidos, bizarros e atrasados fossem incorporados ao projeto nacional de modernidade (SILVA JUNIOR, EIDT, 2011, p. 46)

Variiedades de plantas, sementes e animais deixaram de ser produzidas, diversos autores relatam o empobrecimento nutricional que a Revolução Verde relegou para as pequenas comunidades. Rambo identifica que

As pequenas propriedades agrícolas familiares, e neste particular as de Itapiranga, deixaram de lado produtos tradicionais, como mandioca, feijão, cana-de-açúcar, batata (inglesa e doce) e inúmeros outros produtos do setor hortifrutigranjeiro; ademais, os porcos (de pelagem preta, vermelha e branca) deixaram de ser criados de forma mais agroecológica e, portanto, de uma forma mais barata. (RAMBO, 2005, p. 40)

A história de Porto Novo pode se confundir com as fases históricas do Brasil. Sua fundação embasada na valorização do imigrante e seu descendente, assim como seu desenvolvimento inicial, marcado pela ausência estatal e pela solidariedade horizontal. Mais tarde, as ações nacionais e internacionais influem diretamente na dinâmica de funcionamento do município, alterando as organizações sociais e econômica de forma profunda e irreversível.

### **Considerações finais**

É perceptível que modelos internacionais de comunidade e de política econômica se difundem ao transcorrer do tempo. No caso dos países latino-americanos e de suas comunidades, esses processos, apesar de parecerem distantes, transformam, de forma significativa, a realidade local. Nesse sentido, perceber a influência dessas demandas nos estados em municípios se torna uma necessidade.

A partir do presente texto, pode-se concluir que os paradigmas nacionais de organização da política exterior determinam o destino das comunidades mais remotas. A transformação de Porto Novo (atual Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste) é exemplo de como o desenvolvimentismo e a modernização na agricultura dos anos de 1950 e 60 chegaram às comunidades e transformaram os modos de vida dessas populações. Essa mudança possui dois

parâmetros, ao mesmo tempo que aumenta a produtividade agrícola e inova nas técnicas de manejo e de higiene e saúde, também modifica de forma profunda as relações que se estabelecem entre os camponeses.

Como não há progresso que não seja também moral, a principal tarefa dos nossos dias, no foral do século, na via de um progresso ridicularizado e duvidoso, mas pelo qual se deve mais do que nunca combater é o combate pelo progresso dos direitos humanos (LE GOFF, 1990, p. 238)

De tal modo, a chegada da modernidade e do progresso muda as estruturais tradicionais da sociedade, Le Goff (1990, p. 275 ) defende que a igreja, a escola, a família e a pátria já não são mais suficientes para gerar integração, por isso, o progresso necessita de novas metodologias. Nesse cenário, o tradicional, o antigo, o genuíno, se perde ou se guarda, enquanto novas sociabilidades e formas de trabalho brotam, seguindo um paradigma internacional de sociedade.

## Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 2017. P. 223-250.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de. GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e apropriação capitalista. *CES Revista*, v.21. Juiz de Fora, 2007. P. 43-56.
- CASSOL, Evaldo. A SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE – SNO: as ações do Estado no desenvolvimento regional catarinense (1963-1992). *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS, 2007.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. 297p.
- EIDT, Paulino. SILVA JUNIOR, Edinaldo Enoque. *Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado*. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2011.
- FRANZEN, Douglas O. Modernizar é preciso: a produção do discurso de atraso agrícola de Itapiranga (1960-1970). In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). *Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 194-210.
- FRANZEN, Douglas O. Um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense: o caso do frigorífico Safrita de Itapiranga. *Dissertação* (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo -RS, 2014. 180 f.
- GELINSKI, L. J. N.; FILIPPI, E. E. Desenvolvimentismo e consolidação da agricultura no Brasil. *Revista Científica Agropampa*, v. 1, n. 1, 16 jul. 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *VI Recenseamento Geral do Brasil - CENSO DEMOGRÁFICO*. Rio de Janeiro, 1952. Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd\\_1950\\_sc.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_sc.pdf)>

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MAYER, Leandro. “Terras cultiváveis de primeira classe”: as propagandas sobre a colônia Porto Novo realizadas pela Volksverein na década de 1920. *Temática*. NAMID/UFPB Ano XII, n. 03. Março/2016.

MAYER, Leandro. NEUMANN, Rosane M. A dinâmica de ocupação e povoamento de Porto Novo: uma colônia étnica e religiosamente homogênea no extremo oeste de Santa Catarina. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 8 Nº 16, Julho - Dezembro de 2016. P. 73-88

OLINGER, G. *Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 84p.

PEIXOTO, Marcus. *EXTENSÃO RURAL NO BRASIL – UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO*. Consultoria Legislativa do Senado Federal: Brasília. 2008

RAMBO, Nestor F. Pequena propriedade agrícola familiar e pluriatividade: tentando compreender a relação campo X cidade no município de Itapiranga (SC). *Dissertação* (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2004. 119 f.

ROHDE, Maria Wiersch. *Espírito Pioneiro: A Herança dos Antepassados*. Itapiranga: Porto Novo Gráfica e Editora. 1996.

SANTA CATARINA. *A SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE – 1º ANO DE ATIVIDADES*. Florianópolis: 1963-1964. Disponível em:

<[http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1963\\_1964.pdf](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1963_1964.pdf)>

SANTA CATARINA. *Celso Ramos (1961 – 1966)*. Plano de Metas do Governo Celso Ramos. 1ª Ano de trabalho. Florianópolis: 1962.

<<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1962.pdf>>

SANTA CATARINA. *Celso Ramos (1961 – 1966)*. Plano de Metas do Governo Celso Ramos. 2ª Ano de trabalho. Florianópolis: 1963.

<<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1963.pdf>>

SANTA CATARINA. *Irineu Bornhausen (1951 – 1956)*. Mensagem à Assembleia Legislativa. Florianópolis: 15 de abril de 1954b. Disponível em:

<<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1954.pdf>>.

SANTA CATARINA. *Irineu Bornhausen (1951 – 1956)*. Síntese de três anos de Governo 1951-1953. Florianópolis, 31 jan. 1954a. Disponível em:

<[http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1951\\_1953.pdf](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1951_1953.pdf)>.

SANTA CATARINA. *Irineu Bornhausen (1951 – 1956)*. Um governo que trabalha. Relação das obras realizadas pelo Governo Irineu Bornhausen no quadriênio 1951/54, discriminadas por Município: Florianópolis, 1955. Disponível em:

<[http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1951\\_1954.pdf](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1951_1954.pdf)>.

SAUSEN, João Vitor. Os nacionais estrangeiros: as políticas estatais de nacionalização cultural de Porto Novo (SC) em uma era de conflitos (1938-1943). XIII Encontro Estadual de História – ANPUH-PE: Anais Eletrônico. 2020

SCHNEIDER. Maikel. Colonização, comunidade e ausência inicial do Estado: Estudo sobre o

modelo comunitário do município de Itapiranga/SC. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). *Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 179-192.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, Apr. 1997.

SEYFERTH, Giralda. AS IDENTIDADES DOS IMIGRANTES E O MELTING POT NACIONAL. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000

VIEBRANTZ, Kerli Paula Melz. A EXTENSÃO RURAL: AMBIENTE, AGRICULTURA E ASSOCIATIVISMO. *REVISTA GRIFOS* - n. 25 – dezembro, 2008.

## PROJETOS MISSIONÁRIOS DOS JESUÍTAS EXILADOS: AÇÕES PARA A RECATOLIZAÇÃO NO BRASIL (1910-1936)

Carlos André Silva de Moura, Universidade de Pernambuco, Carlos.andre@upe.br

**Resumo:** A comunicação busca analisar a atuação dos membros da Companhia de Jesus exilados no Brasil, após a expulsão das ordens religiosas de Portugal, em decorrência da Proclamação da República em outubro de 1910 e das legislações laicistas pensadas pelo Ministro da Justiça Afonso Costa. A partir da análise de jornais, documentos religiosos e cartas dos jesuítas, realizaremos um debate sobre as ações desenvolvidas por estes atores sociais para a organização de um trabalho missionário e a colaboração com os projetos recatolizadores do início do século XX. A investigação foi desenvolvida a partir da História Cultural das Religiões, compreendendo as ações dos eclesiásticos como representações de questões sociais, políticas e econômicas dos lugares de atuação. Com a proposta, foi possível perceber as trocas culturais, diálogos religiosos e novas ideias para a atuação dos fiéis e hierarquia da Igreja Católica. Sendo assim, entendemos que o grupo foi fundamental para a organização, fortalecimento e divulgação de devoções católicas no período analisado.

**Palavras-chave:** Jesuítas; Brasil-Portugal; Restauração Católica.

Compreendemos as missões como uma atividade religiosa, com características políticas e culturais que buscavam inserir novas formas de pensamento em espaços classificados como “campos missionários”. Segundo Nicola Gasbarro, as missões precisam ser analisadas como uma atividade essencial do cristianismo, percebida como proposta fundamental para a sua expansão (GASBARRO, 2006). Nesse sentido, durante as narrativas, debatemos projetos que são inerentes às ações da Igreja Católica, executados por um conjunto de eclesiásticos com apoio dos fiéis.

O estudo sobre as missões contribuiu para compreendermos a movimentação dos representantes religiosos a partir do trabalho de homens e mulheres com diferentes objetivos<sup>94</sup>. As investigações sobre o caráter cultural, as negociações e os acordos se tornaram um lugar privilegiado para as pesquisas que envolvem as negociações em torno das religiões (ROBERT, 2017, p. 27).

A segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela atuação de diferentes grupos em distintas localidades do Brasil. Como lugar caracterizado “para a expansão da fé”, o país contou com o trabalho de religiosos que mantiveram intensas trocas culturais, negociações, táticas e estratégias para o sucesso das suas atividades. Por esse

<sup>94</sup> “Portanto ide, fazei discipulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”. (Cf. BÍBLIA, 1993, Mateus 28:19, 20).

motivo, as ações que tiveram o objetivo de expandir as formas de crer devem ser compreendidas de modo amplo, a partir de estruturas transnacionais, para que possamos visualizar as conexões entre os diferentes projetos.

A imigração ou exílio de religiosos tem sido tema de historiadores, antropólogos, sociólogos e pesquisadores da área da educação. Em meio às discussões, os projetos dos membros das mais diversas ordens eclesásticas têm contribuído para compreendermos a missão cultural implementada por esses personagens, a sua inserção nos debates políticos e os desdobramentos econômicos em território brasileiro.

A importância do Continente americano para a reconfiguração do trabalho dos católicos pode ser percebida a partir do catálogo da Companhia de Jesus em Portugal, que demonstrou o quantitativo de religiosos enviados para atividades na região até 1909. É importante destacar que as informações são referentes ao período anterior à expulsão dos jesuítas, quando os eclesiásticos precisaram abandonar os seus projetos devido à implementação de leis anticlericais coordenadas pelo Ministro Afonso Costa. A língua em comum, as conexões entre projetos e a representação de um país sem problemas entre os poderes civil e eclesiástico atraíram religiosos com o objetivo de desenvolver as suas ações.

**Figura 1 - Estatística das Missões da Companhia de Jesus no princípio do ano de 1909**

	Missões	Provincias	Sacerdotes	Escolasticos	Coadjuutores	Total
America do Norte	Alaska Boreal	Canadense	14	---	12	26
	Alaska, Colorado, Novo Mexico	Napolitana	56	7	25	88
	Alaska, Montanhas Rochosas, California	Turinese	156	117	107	380
	Honduras Inglesa	Missuriana	17	4	4	25
	Antilhas, Cuba	Castelhana	42	14	34	90
	Antilhas, Jamaica	Mariland	15	---	3	18
<b>Total</b>			<b>30</b>	<b>142</b>	<b>185</b>	<b>627</b>
America do Sul	Colombia	Castelhana	79	34	48	161
	Guiana Inglesa	Inglesa	21	----	1	22
	Brasil Septentrional e Central	Romana	48	15	36	99
	Brasil Meridional	Allemã	108	24	67	199
	Equador e Peru	Toledana	99	17	49	165



	Chile e Republica Argentina	Aragonesa	169	32	112	313
Total			524	122	213	959

Fonte: (CATÁLOGO, 1911, p. 57).

Para este artigo, analisamos os trabalhos desenvolvidos na Missão Setentrional dos Jesuítas Portugueses Dispersos no Brasil, sobretudo as ações desempenhadas em Pernambuco. Compreendemos a importância do trabalho em outros espaços, mas julgamos o recorte necessário para dialogarmos com os pontos específicos das missões, a estruturação de devoções que contribuíram com a recatolização e as conexões com os movimentos políticos e religiosos em Portugal.

A opção pela análise do trabalho dos jesuítas teve como base o projeto missionário que buscava a reafirmação internacional do catolicismo e a manutenção de um diálogo transnacional com as instituições portuguesas. Para isso, foram estruturadas atividades como a formação de Congregações Marianas, Congregações de Militares, projetos educacionais e a estruturação de novos cultos.

No momento da expulsão dos membros da Companhia de Jesus de Portugal, em novembro de 1910, a província contava com 360 membros, com a formação escolar para mais de 4.000 alunos em Portugal, Índia, África Oriental, Macau e Timor (SOUSA, 2016, p. 12). Mesmo com a interrupção abrupta do trabalho, ao se fixarem nas cidades brasileiras, deram continuidade às atividades que já desenvolviam em suas dioceses, colaborando com a formação de novas práticas religiosas.

O deslocamento dos jesuítas para o Brasil foi incentivado pelo Pe. Luiz Gonzaga Cabral (1866-1939)<sup>95</sup> e o irmão Gomes Pereira que, com a publicação das leis laicistas, fugiram para Madrid (Espanha) e avaliaram o Brasil como uma das melhores possibilidades de destino. O anticlericalismo em países como Portugal, França e Espanha contribuiu com a migração de membros do clero para várias nações do Continente americano. No entanto, a entrada desses religiosos nos novos destinos nem sempre foi pacífica.

A proibição de desembarque de integrantes da Companhia de Jesus era uma reivindicação de grupos maçons, que se inspiravam em ações de controle dos religiosos instauradas em Portugal. O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro publicou diversos protestos

<sup>95</sup> Jesuíta que chegou a Salvador (BA) em 1917. Na região, dedicou-se à ampliação da educação católica, com ações no Colégio Antônio Vieira. Entre os anos de 1930 e 1933, ocupou o cargo de diretor da instituição, com trabalhos que ampliaram as atividades do colégio.

de membros das Lojas Maçônicas sobre a questão, como a apresentada em 04 de novembro de 1910 ao Presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910), que afirmava que protestavam “[...] contra a entrada [em] nosso paiz de jesuítas expulsos de Portugal. Igualdade, que tem como principal dever pugnar sempre a favor de interesses da humanidade, considerou séria essa invasão, verdadeiro flagelo para toda comunhão brasileira” (Jornal do Commercio, 1910, p.04).

Os atritos entre os jesuítas e o governo se intensificaram após a proibição de acesso ao país dos religiosos B. J. Rodrigues e Antonio F. dos Coutinhos, em novembro de 1910. Para Marcos Gonçalves, após a decisão do governo federal, integraram-se favoráveis “a questão dos jesuítas” parlamentares e cidadãos que discutiam sobre a validade do ato e a livre manifestação religiosa no país (GONÇALVES, 2014, p. 73).

Para o autor, a base jurídica para a proibição do desembarque foi fundamentada em leis elaboradas em outro momento histórico e com finalidades específicas (GONÇALVES, 2014, p. 74). A ação teve como base o Decreto nº 1.641, de 07 de janeiro de 1907, que estabelecia, no artigo 4º, que o “[...] O Poder Executivo póde impedir a entrada no territorio da Republica a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem incluil-o entre aquelles a que se referem os arts. 1º e 2º”<sup>96</sup>.

A ação do presidente foi questionada por indivíduos que defendiam a legalidade da entrada dos jesuítas, sobretudo em um momento de conflito com os representantes políticos do país em que atuavam. No entanto, o chefe de Estado brasileiro “[...] declarou que se inspirava em motivos de ordem publica e que a sua decisão era irrevogável” (Jornal do Commercio, 1910, p. 01).

Além das justificativas jurídicas apontadas por Nilo Peçanha, deve-se destacar o posicionamento anticlerical de alguns intelectuais e políticos do início do século XX. O então presidente fez os seus estudos nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, instituições com fortes debates sobre a secularização e influentes na formação do pensamento político da primeira metade do século XX (SCHWARCZ, 1993). Deve-se lembrar que o seu posicionamento como maçom também foi fundamental para atender às reivindicações sobre a “questão dos jesuítas” durante o governo.

<sup>96</sup> Diz os artigos 1º e 2º: “Art. 1º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, póde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional. Art. 2º São tambem causas bastantes para a expulsão: 1ª, a condemnação ou processo pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum; 2ª, duas condemnações, pelo menos, pelos tribunaes brasileiros, por crimes ou delictos de natureza commum; 3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocinio competentemente verificados”. (BRASIL, 1907).

É importante lembrar as representações em torno do trabalho da Companhia de Jesus, com discussões internacionais que afirmavam que eram responsáveis pela construção de um complô de dominação política e religiosa internacional. Parte das ideias foi fundamentada em publicações que circularam desde o século XVII, a exemplo da *Monita Secreta* (Instruções secretas), utilizada para desconstruir o trabalho dos membros da ordem. Entre as principais acusações estão heresias e conspirações contra os poderes constituídos, como foram utilizadas durante a Primeira República portuguesa. Os discursos estiveram baseados na forma de atuação dos religiosos, que deveria ser discreta para que tivessem a possibilidade de dominar as estruturas sociais, econômicas e políticas dos lugares em que estivessem inseridos. Os redatores destacaram que a Companhia de Jesus era estruturada na depravação, na falsidade religiosa e na falta da boa moral cristã, presente em seus documentos e ações (El Judio Errante, 1845, p. 06).

José Eduardo Franco e Christine Vogel afirmam que a construção das representações sobre os jesuítas não tinha fronteiras, do mesmo modo que as crenças sobre as suas ações eram estabelecidas a partir de atividades internacionais. Com isso, deve-se compreender que a oposição aos projetos da ordem foi organizada como um fenômeno que fazia parte do antijesuitismo, em que a jesuitofobia ou jesuitomania se apresentavam como expressões mais radicais do movimento (FRANCO, 2002, p. 31, 56).

Com a publicação das legislações anticlericais, os membros da Companhia de Jesus foram os religiosos que mais atraíram suspeitas dos representantes governamentais. Algumas explicações partem da fidelidade desses indivíduos ao Papa, da articulação política dos seus intelectuais ou das formas de ordenamento social através da fé, da imprensa e de discursos. Nesse sentido, a partir do século XVIII, a jesuitofobia foi construída com base em um discurso conspiratório internacional. Durante o século XX, os representantes da ordem fizeram parte de uma demonologia de liberais, democratas e republicanos (MARTINS, 2018, p. 357-359).

O tema fez parte do conjunto de publicações dos jesuítas, que buscavam desconstruir as acusações, com a proposta de invalidar os discursos dos opositores. Em obra sobre a *Monita Secreta*, membros da ordem destacaram que:

Nenhuma sociedade religiosa – diz o escriptor protestante Boehmer – deu origem a tantas lendas nem pôs em acção tantas pennas como a Companhia de Jesus. Para desfazer uma dessas lendas escreveu o sr. Padre Francisco Rodrigues um livrinho cheio de erudição, lucidez e brilho litterario. Trata-se do célebre livro intitulado “Monita secreta” que o critério dos homens illustrados e sinceros há muito relegou para a categoria das falsificações grosseiras. [...] um objectivo principalmente nos anima no que vamos

escrever: o de pôr manifesta a injustiça flagrante com que geralmente é impugnada a Companhia de Jesus ainda por eruditos, que mais protestos alardeiam de imparcialidade. É facto já hoje indubitavel na historia, que dos jesuítas se acreditam, se propalam e se defendem pertinamente as maiores monstruosidades com um apriorismo assombroso. São effeitos dessa jesuitophobias, que se apoderou de tantas intelligencias, capazes certamente de receber a verdade, mas desconcertadas em seus raciocinios por aquelle mal já tão velho e sempre novo (RODRIGUES, 1917, s/p).

A referência a um escritor protestante que, historicamente, se manteve em conflito com as ordens católicas, buscou legitimar as discussões elaboradas no documento a partir de uma interpretação supostamente isenta. Do mesmo modo, os jesuítas argumentaram sobre a atuação dos intelectuais ou dos livres-pensadores para a formação das propostas anticlericais, grupo responsável pela elaboração das leis laicistas em Portugal ou por críticas referentes à recepção dos exilados no Brasil.

O padre Francisco Rodrigues, autor da obra, foi um eclesiástico perseguido e interrogado por Afonso Costa, e um dos protagonistas das aparições em Fátima. O eclesiástico foi responsável pela primeira comunhão da vidente Lúcia de Jesus e por ter acompanhado os pastorinhos na reza de um terço durante as supostas manifestações de Nossa Senhora do Rosário. As suas propostas foram fundamentais para a reação dos jesuítas em diferentes localidades, especialmente o mundo luso-brasileiro.

Os atritos entre o governo de Nilo Peçanha, os membros da Igreja Católica e a reprodução dos discursos antijesuítas demonstraram os limites da liberdade religiosa no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O controle da entrada de eclesiásticos no país e a vigilância das suas ações podem ser compreendidos como um “acerto contas” de setores da sociedade para questões debatidas durante a elaboração da lei de separação entre o Estado e a Igreja no final do século XIX. As determinações relativas à “questão dos jesuítas” também podem ser analisadas como posicionamentos pessoais a partir de demandas intelectuais específicas.

Mesmo com as diversas manobras dos opositores, os eclesiásticos receberam autorização para desembarcar no Brasil, após a intervenção dos membros da Câmara dos Deputados, do jurista Cândido Mendes de Almeida Filho (1866-1939) e de alguns integrantes da polícia que foram solidários à causa. No entanto, um grupo de religiosos seguiu viagem para Buenos Aires, a fim de evitar problemas com o poder civil (AZEVEDO, 1914, p. 234-235, 240-241, 247).

De acordo com o Pe. Luiz Gonzaga Cabral, entre os meses de outubro de 1910 e setembro de 1911, foi registrado o desembarque de 85 jesuítas da Província Portuguesa. Entre os exilados estavam naturalistas, biólogos e educadores, com produção registrada na revista

*Brotéria*, principal periódico de divulgação cultural e científica da Companhia de Jesus em Portugal.

As primeiras instalações que receberam os exilados foram os Colégios de Nova Friburgo (Rio de Janeiro), o Ginásio Santo Inácio (Rio de Janeiro) e o Colégio São Luís em Itu (São Paulo), coordenados pela província romana da Companhia de Jesus (AZEVEDO, 1914, p. 249). Nas instituições iniciaram as suas atividades pastorais e os contatos para se fixarem nas diversas dioceses do país. Podemos afirmar que o trabalho dos membros da Província Dispersa no Brasil, especialmente na área da educação, originou-se dos religiosos que mantiveram estada nessas instituições.

Após o estabelecimento, os integrantes da ordem se destinaram a outros lugares, como a região Norte, com o objetivo de desenvolver diversos projetos. Uma das primeiras ações foi iniciada em março de 1911, com a fundação do Colégio Antônio Vieira em Salvador. A instituição foi o ponto de partida para outros empreendimentos, com uma efetiva colaboração com os religiosos Maristas e Salesianos.

Além das contribuições para a formação intelectual dos brasileiros, a atuação dos jesuítas também se apresentava como proposta civilizadora e de condução da sociedade nos “retos caminhos”. A partir desse princípio, ainda na Bahia, por recomendações do monsenhor Luís Pinto Bastos, as atividades se estenderam para a região de Caetité, tornando-se uma das principais ligações para as missões que se destinavam ao Sertão (FOULQUIER, 1940). Os religiosos chegaram ao lugar em 1912, com o objetivo de combater as atividades da Escola Americana, fundada pelo presbiteriano Henry John McCall, que contava com o apoio financeiro de políticos. Com a intenção de promover uma educação católica, no mesmo ano, foi fundado o Instituto São Luís Gonzaga, que apresentou um curto tempo de atividade devido à reorganização da Escola Normal na cidade (MONTEIRO, 2020).

A interiorização das atividades dos jesuítas na Bahia atendeu a uma demanda de afirmação da educação católica perante o ensino protestante ou laico (AZEVEDO, 1986). É importante enfatizar que, após um ano de atividades, Caetité passou a sediar uma diocese, com a reconfiguração das divisões eclesiais (MATOS, 2016, p. 256). A criação do bispado, publicada em 20 de outubro de 1913, a partir da bula *Majus animarum bonum*, não fez referência ao trabalho dos jesuítas, que se mantiveram à frente de questões educacionais na região até 1925, mas não podemos desconsiderar as ações dos religiosos para o processo de independência do espaço eclesial.

Na capital pernambucana, as ações dos membros da Província Portuguesa Dispersa foram acompanhadas pela implementação da devoção a Nossa Senhora de Fátima. O Pe. José Aparício da Silva (1879-1966), jesuíta exilado e um dos confesores da Irmã Lúcia de Jesus, foi o primeiro promulgador das mensagens da “Senhora do Rosário” fora de Portugal e encontrou no Recife o principal ponto de implementação e divulgação da prática para outras localidades (CUNHA, 1953).

Os primeiros integrantes da Companhia de Jesus chegaram à capital pernambucana a partir de um convite do Bispo de Olinda, Dom Luís Raimundo da Silva (1840-1915), com a intenção de organizar uma instituição escolar. No entanto, perceberam que o trabalho se destinava a colaborar com a administração do Colégio Diocesano, o que não se configurava como interesse da ordem. As atividades só tomaram forma com um projeto educacional independente, com uma proposta voltada para o ensino, a organização política e o fortalecimento do culto mariano, ideias que foram executadas durante o bispado de Dom Sebastião Leme.

Para colaborar com as ações desempenhadas na região eclesiástica de Olinda e Recife, em 1917 chegaram 13 jesuítas, divididos entre seis padres, seis irmãos e um escolástico. Com o apoio do bispo, adquiriram um espaço para o início das suas atividades devocionais, educacionais e culturais, com a inauguração do Colégio Manuel da Nóbrega, em 19 de março de 1917, localizado no Palácio da Soledade, residência oficial do bispado (AZEVEDO, 1986, p. 115-117).

A instituição seguiu o modelo aplicado em outras cidades, com uma educação católica, de formação moral de jovens meninos e a colaboração com as atividades de recatolização da sociedade. Com um programa voltado para a concepção intelectual dos alunos, os seus egressos tinham como destino as faculdades de Direito, Medicina ou Engenharia, formação acadêmica que representava um *status* para os discursos de modernização e organização jurídica do país (CABRAL, 2009).

Entre os diferentes trabalhos, os jesuítas se empenharam na construção de um templo dedicado a Fátima. A edificação se constituiu como um dos principais espaços de reunião de associações católicas, como as congregações marianas, que apoiaram os projetos eclesiásticos na cidade. Inaugurada em 08 de setembro de 1935, a igreja foi utilizada como parte integrante do Colégio Manoel da Nóbrega, com ampliação dos espaços de sociabilidade com base no catolicismo.

As notícias da seção *Vida Religiosa*, publicada no *Diario de Pernambuco*, demonstraram como as ações dos membros da Companhia de Jesus estavam integradas a atividades sociais e aos projetos católicos na cidade. Nas informações sobre a inauguração da Igreja, o periódico destacou que será o “[...] primeiro templo catholico do mundo, em honra a [...] Fátima, construída por iniciativa dos padres da Companhia de Jesus, junto ao Collegio Nobrega”. O evento foi acompanhado por diferentes ações, como a “[...] benção do novo templo pelo revmo. Padre Candido Mendes, superior dos Jesuitas no Norte do Brasil, [...] seguido da benção do Santíssimo [...] para se implorar a Deus, a paz e prosperidade para o Brasil” (*Diario de Pernambuco*, 1935, p. 05). Os projetos dos portugueses refletiam as “problemáticas” nacionais, com propostas constituídas a partir da internacionalidade do culto mariano<sup>97</sup>.

A importância das ações dos religiosos do Recife foi debatida no *Diario de Pernambuco*, com a discussão sobre as modificações que os jesuítas provocaram na cidade. Os redatores do periódico destacaram que:

A expulsão dos jesuítas de Portugal teve para nós um beneficio: trouxe-os ao Recife. Aqui chegados, installaram-se no antigo palácio do Bispo e trataram de construir um prédio novo para o seu educandário, que é hoje um dos bons edificios da cidade, que não é tão fértil em amplas construcções. Não fazendo do collegio objecto de lucro comercial, mas visando o bem geral e o interesse da communitade, estão os jesuítas construindo a mais bella igreja moderna do Recife. [...] Os jesuítas deram com a sua igreja de Nossa Senhora de Fatima uma lição de fé e de bom gosto artistico (*Diario de Pernambuco*, 1934, p. 02).

Nota-se que, mesmo com um processo de recusa inicial, as contribuições culturais dos lusitanos para a cidade e as práticas religiosas não passaram despercebidas. É importante compreender que as estratégias foram úteis para a efetivação das ideias da recatolização, com a execução de um amplo projeto educacional, conectado com as questões religiosas. Do mesmo modo, precisamos enfatizar que parte dos colaboradores do *Diario de Pernambuco* era integrante das congregações instaladas no Colégio Nóbrega e defensores dos ensinamentos católicos.

<sup>97</sup> Parte da historiografia consolidou a informação de que a igreja construída no Recife foi o primeiro templo dedicado a Fátima. No entanto, consideramos que a edificação foi o primeiro espaço de grandes proporções, uma vez que, em Portugal, já tinha sido erguida uma pequena capela no lugar das aparições. A edificação na capital pernambucana foi estruturada em formato de cruz, com 48 metros de comprimento, 15 metros na parte mais larga e uma torre de 50 metros, considerada uma das edificações mais elevadas da cidade na década de 1930. O trabalho foi coordenado pelo arquiteto francês Georges Henry Munier.

A instituição coordenada pelos jesuítas colaborou com um amplo projeto de ensino no Recife, com a organização de escolas confessionais na primeira metade do século XX, a exemplo do Colégio São José das Irmãs Dorotéias, o Colégio Nossa Senhora do Carmo e o Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora, na área central da cidade, ou o Colégio dos Maristas, o Colégio Damas da Ponte D'ucha e o Colégio Imaculada Conceição em regiões mais afastadas do centro. Outras instituições foram fortalecidas, como o Colégio Salesiano de Artes e Ofícios do Sagrado Coração, que desenvolvia as suas funções desde 1895.

Com a missão cultural no Norte brasileiro, os rumores da Segunda Guerra Mundial e as dificuldades para o financiamento do clero, a Companhia de Jesus passou a enfrentar empecilhos para manter a estrutura da Missão Setentrional dos Jesuítas Portugueses no Brasil. Para diminuir os gastos com os financiamentos, algumas províncias foram declaradas independentes, como a Vice-província Dependente Setentrional do Brasil, por desenvolver um trabalho missionário sólido. Desse modo, a partir de 08 de dezembro de 1938, a instituição passou a atuar com recursos próprios e a organizar um corpo administrativo independente (AZEVEDO, 1986, p. 246). Em 1938, as ações da Companhia de Jesus na região contavam com 60 sacerdotes, 40 estudantes e 53 irmãos, com um efetivo trabalho em um momento de readaptação eclesial (AZEVEDO, 2006, p. 33).

## Fontes

AZEVEDO, L. Gonzaga de. *Proscritos: notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*. Bruxellas: Tipografia E. DAEM, 1914.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução por João Ferreira de Almeida. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRASIL. Diário Oficial. *Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>

*CATÁLOGO dos Jesuítas Portugueses no anno de 1910*. Conforme ao original latino encontrado na Casa do Noviciado do Barro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

COUSAS da cidade. A Igreja do Collegio Nobrega. *Diario de Pernambuco*, Recife, 19 dez. 1934.

CUNHA, Maria Teresa Pereira da. *Nossa Senhora de Fátima Peregrina do Mundo Através dos Continentes, a Caminho de Roma, dos Mares e dos Ares*. Rio de Janeiro: Editora Santa Maria, 1953.

El Judio Errante. *Mónita Secreta de Los Jesuitas, o instrucciones reservadas de los padres de la Compañia de Jesus, compuesta por el Padre Claudio Aguaviva, de la misma Compañia, traducida de la edicion portuguesa de 1827*. Madrid: Imprenta de la Gaceta Mercantil, 1845.

FOULQUIER, Joseph H. *Jesuítas no Norte: segunda entrada da Companhia de Jesus (1911-*



- 1940). Salvador: Vice-Província da Companhia de Jesus no Brasil Setentrional, 1940.
- HONTEM. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 08 nov. 1910.
- RODRIGUES, Francisco. *Jesuitophobia*. Resposta serena a uma diatribe. Porto: Typographia Luzitania Editora, 1917.
- VARIAS Notícias. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 04 nov. 1910.
- VIDA Religiosa. Será inaugurada amanhã a Igreja de N. S. de Fátima. *Diario de Pernambuco*, Recife, 07 set. 1935.

## Referências

- AZEVEDO, Ferdinand. *A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911-1936*. Recife: Fasa, 1986.
- AZEVEDO, Ferdinand. *Procurando sua Identidade: a difícil trajetória da Vice-província do Brasil Setentrional da Companhia de Jesus nos anos 1937 a 1952*. Recife: FASA, 2006.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Memórias de um cotidiano escolar*: Universidade Católica de Pernambuco (1943-1956). Recife: FASA, 2009.
- FRANCO, José Eduardo; VOGEL, Christine. *Monita Secreta*. Instruções Secretas dos Jesuítas. História de um Manual Conspiracionista. Lisboa: Roma Editora, 2002.
- GASBARRO, Nicola. Missões: A Civilização Cristã em Ação. In. MONTERO, Paula (Org.). *Deus na Aldeia*: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: GLOBO, 2006.
- GONÇALVES, Marcos. Afinidades republicanas na era do anticlericalismo: Brasil, Portugal e a “questão jesuítica” de novembro de 1910. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, p. 63 – 87, 15 (23), 2014.
- MARTINS, Hermínio. *As Mudanças de Regime em Portugal no Século XX*: um estudo transcronológico e transnacional. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.
- MATOS, Fernando de Oliveira. A presença dos jesuítas no sertão baiano: o Instituto São Luiz Gonzaga – Caetité (1912 – 1925). In. SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. (Orgs). *Os Jesuítas no Brasil*: entre a Colônia e a República. Brasília: Liber Livro, 2016.
- MONTEIRO, Lorena Madruga. *Religião, cultura e política*: o apostolado laico dos jesuítas e os espaços sociais de atuação no Rio Grande do Sul (1910-1960). Curitiba: CRV, 2020.
- ROBERT, Dana L. O cristianismo mundial como movimento feminino. In: MOURA, Carlos André Silva de; SILVA, Eliane Moura da; MOREIRA, Harley Abrantes (Org.). *Missões, Religião e Cultura*: estudos de história entre os séculos XVIII e XX. Curitiba: Prismas, 2017.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. (Orgs). *Os Jesuítas no Brasil*: entre a Colônia e a República. Brasília: Liber Livro, 2016.

## LA INVENCION DEL DESIERTO EN LA REPRESENTACION DEL PAISAJE EN MONTERREY

Carlos Lejaim Gómez Hernández, Universidad Autónoma de Zacatecas  
Asesora: Dra. Juana Elizabeth Salas Hernández

**Resumen:** En la construcción de identidades regionales opera un proceso de homologación, en palabras de Antonio Cornejo Polar (2011), la hegemonía convierte “un ‘nosotros’ excluyente, en la que ella cabe con comodidad, con sus deseos e intereses íntegros, en un ‘nosotros’ extensamente inclusivo, casi ontológico” (p. 13). Uno de los elementos en los que se sostiene la configuración identitaria es el paisaje: la territorialidad no sólo se define en los límites arbitrariamente trazados por los estados sino por la identificación de los individuos que habitan en ese territorio con el paisaje. En el caso de Monterrey, ciudad al norte de México, muy lejana de los grandes centros de poder novohispanos, la invención (una de las vías posibles con las que una comunidad puede relacionarse con el paisaje de acuerdo con Edward Said [2002]) del desierto como concepto unificador de la percepción paisajística de la región ha sido útil para el desarrollo del proyecto civilizatorio desde la colonia hasta nuestro tiempo y ha marcado la relación de la ciudad con la naturaleza. La ponencia forma parte de la investigación Paisaje e identidad en la obra de tres poetas regiomontanas: Isabel Fraire, Minerva Margarita Villarreal y Carolina Olguín.

**Palabras clave:** Historia ambiental; historia de Monterrey; Paisaje.

### Breve aproximación al paisaje regiomontano visto desde Monterrey

Si nos situamos en el extremo sur de la Macropiazza, frente al *Homenaje al sol*, de Rufino Tamayo, veremos el cauce del Río Santa Catarina casi siempre seco y cubierto por una raquítica vegetación. También casi siempre encontraremos algún trascabo o excavadora manteniendo raquítica la cubierta de sauces, guajes e higuierillas para realizar alguna obra hidráulica —la expansión de la ciudad exige el constante perfeccionamiento de la infraestructura de desecación del río— o reconstruir los muros de contención del cauce que las crecidas destruyen. Si levantamos un poco la mirada, el cerro de la Loma Larga, donde se asientan las tradicionales colonias Independencia, Tanques de Guadalupe y Nuevo Repueblo, cuyo origen se remonta al barrio de San Luisito, fundado a finales del siglo XIX por los migrantes que arribaron a la ciudad durante el auge industrial promovido en el reyismo (Vizcaya, 2006, p.99). Si volteamos más arriba y más al sur: las cumbres verdes de la Sierra Madre Oriental, sus escarpadas paredes que, desde la Macropiazza, quizá nos parezcan contener el avance de la ciudad. Al sureste, el Cerro de la Silla, también verde. Entre el Cerro de la Silla y la Sierra Madre Oriental se extiende el Cañón del Huajuco (cuya toponimia prehispánica nos recuerda que hay una historia territorial soterrada), que comunica a Monterrey con la Llanura Costera del Golfo a través de un corredor de bosques alimentados por arroyos y ríos que nacen en la sierra. Quizá desde la Macropiazza, casi junto a los sauces, higuierillas y guajes mantenidos a ras con trascabos y excavadoras, pudiéramos pensar que los bosques de encino en las cumbres son extensión de la maltrecha vegetación urbana, pero si saliéramos de la Macropiazza, si tomáramos al este la Avenida

Morones Prieto, que recorre paralelamente el cauce del río, hacia Guadalupe —fundada con la entrega de haciendas españolas a indios chichimecas en la campaña de pacificación de Francisco de Barbadillo y Vitoria (Cavazos, 1992, p. 22), y hoy plenamente integrada a la mancha urbana del Área Metropolitana de Monterrey— nos encontraríamos con el semblante natural del río: sotos densamente poblados de grandes sabinos, alamillos y sauces.

De regreso a la Macroplaza, junto al *Homenaje al sol*, podríamos voltear al suroeste, y en una mañana despejada, cuando el sol aún se proyecta desde el este, quizá alcancemos a ver las escaleras desnudas de roca en la Huasteca —cuya austera belleza ha explorado Saskia Juárez en su plástica—: puerta de acceso a los intrincados cañones de la Sierra Madre, y cuya desertificación podríamos constatar tanto al ver los monumentales tubos de acero descansando sobre algunas de las lomas interiores, como al revisar registros fotográficos de principios de siglo XX, en los que se apreciaban bosques de ribera de sauces y sicomoros (Garza, L., X. Moyssén y R. Ortiz, 2007, p. 211 y 212). Más al oeste, entre la Huasteca y el Cerro de las Mitras, el camino a Saltillo, único acceso desde Monterrey al Altiplano Central, que por la diferencia abrupta de altura Ignacio Martínez, a finales del siglo XIX, recomendaba que las personas enfermas recorrieran en dos días haciendo escala en el pueblo de Rinconada (Martínez, 1886, p. 274). Hacia el noroeste veremos el Cerro de las Mitras: peculiar por sus escarpados picachos, donde se alternan la aridez de la roca desnuda con manchas de bosques de encino, sobre una amplia extensión de izotales. Al norte, tras varios kilómetros de la mancha urbana —San Nicolás y Escobedo—, el amplio horizonte se nos abre a las Grandes Llanuras de Norteamérica, donde alguna vez habitó el mítico bisonte americano y todavía para la segunda mitad del siglo XIX se libró la batalla territorial contra los pueblos originarios que habitaron la región norte de México y sur de Texas.

### **La configuración de la identidad regiomontana y la *invención* del desierto**

El apresurado repaso territorial regiomontano (visto desde un hipotético centro: el extremo sur de la Macroplaza), nos revela un paisaje heterogéneo y cambiante: la ubicación fronteriza de Monterrey entre varias provincias fisiográficas: la Llanura Costera del Golfo, la Sierra Madre Oriental y las Grandes Llanuras de Norteamérica, y el tránsito de distintos grupos humanos por la región, establecen condiciones para la proliferación de diversas unidades del paisaje así como múltiples representaciones de las mismas. Sin embargo, con el proceso de modernización se ha consolidado el concepto de desierto como la unidad de paisaje dominante en la caracterización ontológica de lo *regiomontano*. Si Benedict Anderson (2006) nos revela los mecanismos que le dan cohesión a una comunidad como *imaginarios* —“Communities are

to be distinguished, not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined” (p. 6) —, para Edward Said (2002), de quien la reflexión en torno al paisaje parte de la pugna territorial entre Israel y Palestina, la relación entre paisaje e identidad está signada por el concepto de *invención*: “This too is also an indication of how geography can be manipulated, invented, characterized quite apart from a site’s merely physical reality” (p. 246). Y es que el proceso de cohesionar a una comunidad entre límites arbitrariamente definidos por autoridades políticas (ya sean coloniales, virreinales, postindependentistas, etcétera) implica un proceso de homologación, como lo señala Antonio Cornejo Polar (2011):

Pero sucede que cada vez tengo mayores sospechas acerca de que el asunto de la identidad esté demasiado ligado a las dinámicas del poder: después de todo es una élite intelectual y política la que convierte, tal vez desinteresadamente, un “nosotros” excluyente, en la que ella cabe con comodidad, con sus deseos e intereses íntegros, en un “nosotros” extensamente inclusivo, casi ontológico, dentro del cual deben apretujarse y hasta mutilar algunas de sus aristas todos los concernidos en este proceso en el que, sin embargo, no han intervenido. (pp. 13 y 14).

Tomando en cuenta estos mecanismos para la configuración de las identidades de una comunidad no es extraño que Raúl Rangel Frías (1971), en “Teorema de Nuevo León”, texto en el que analiza el derrotero del *progreso* en el estado, comience refiriéndose al territorio que posteriormente pasaría a ser el Nuevo Reyno de León como “una región [...] [con] escasa densidad demográfica y la falta de complejos culturales” (p. 69), apelando a la idea de desierto en el sentido de despoblado. Porque el término de desierto transita por dos ámbitos semánticos no necesariamente compatibles: el de la aridez y el de la soledad: es tan desierto el de la extensión tropical inhabitada de Horacio Quiroga, como el del arenoso oeste de África en J.M.G. Le Clézio. En *El Reyno*, el mismo Rangel Frías emplea con eficacia la ambivalencia del término al utilizarlo tanto en el sentido de soledad como en el de aridez, y así mostrar una imagen del paisaje reynero con ambas características:

Aquel Reyno era perfecto porque de tan grande estaba vacío. (Rangel Frías, 1972, p. 13).

El desierto es la expresión de la soledad. Un juego de formas orgánicas asociadas al puro espacio físico; vacío de tiempo y desposeído de articulaciones rítmicas [...] Vuelve agudas las hojas de las plantas, hunde su dorso entre bordes duros de los extremos o las remata con púas largas de espinas teñidas en costra de sangre. (Rangel Frías, 1972, pp. 53 y 54)

Así, el dominio del territorio que hoy configura al estado de Nuevo León, está íntimamente ligado a la *invención*, en términos de Said, de un paisaje desértico —en los dos sentidos señalados del término—. Sin embargo, dicha *invención* no sólo sería en la dimensión

de las representaciones, sino que, como el mismo Rangel Frías expone en su “Teorema de Nuevo León”, la consolidación del *progreso* español en el Valle de Nueva Extremadura, tan alejado de las urbes novohispanas y de los grandes centros mineros como Zacatecas, sólo se pudo llevar a cabo gracias al arribo intensivo de la biota portátil que, como reveló Alfred W. Crosby en su *Imperialismo ecológico* (1999) —cuya primera edición es 15 años posterior a la publicación del *teorema*—, fue un factor fundamental en el éxito de la conquista de lo que él llama las *nuevas Europas*; y en el caso de las ovejas, como lo señala Elinor G. K. Melville en *A Plague of Sheep. Environmental consequences of the conquest of Mexico* (2010), se trata de una intervención transformadora del paisaje. Sin embargo, más allá de la lectura que en el ámbito de lo global pudiera ofrecer la relación del fenómeno con las ideas de Crosby, o en el ámbito de lo nacional con la obra de Melville, es interesante que las reflexiones de un intelectual local como Raúl Rangel Frías apunten a la introducción del ganado ovejuno como determinante para el proyecto imperialista novohispano:

La fuerza de los pastores fue la que sirvió de base para la lucha con los indígenas; por que más que guerra, como lo era desde el punto de vista de que se usaban armas contra ellos y que se les fue ejecutando en una serie de acciones militares; el verdadero exterminio lo hicieron ovejas, cabras y reses.

En la disputa entre los animales domesticados y los indígenas, aquellos acaban por ganarles el terreno, fondo y sustento de nopales, tunas, mezquites, granos de toda especie para alimento de hombres y ganados. (Rangel Frías, 1971, p. 93)

La introducción intensiva de ovejas, al representar una competencia imposible de resistir por los elementos biológicos locales —y, por lo tanto, por los grupos humanos que habitaban el territorio y estaban habituados a las condiciones biológicas previas a la modificación que implicó la introducción del ganado—, representó la primera intervención y dominación del paisaje regiomontano: así comienza la *invención* del desierto.

No es extraño el empleo recurrente del concepto en una ciudad que desde su consolidación en las formas capitalistas durante el siglo XIX le ha resultado útil para la apología del esfuerzo del trabajo frente al desierto, así como para justificar la ocupación del espacio *vacío*. En el momento que se agudizó la tensión entre *salvajes* contra *civilizados*, a finales del siglo XIX, el concepto aparece ligado a los pueblos originarios a los que se combatía para reafirmar el proyecto civilizatorio:

salvajes, nacidos en el desierto, educados a semejanza de Aníbal, en el odio a nuestra raza y sin otros ejercicios que los de la guerra, con el deber por religión y por ley, de matar sin compasión, de luchar sin rendirse y de morir maldiciendo, son hombres guerreros de una fuerza corporal y de ánimo casi

desconocido entre los civilizados. (Periódico Oficial del Gobierno del Estado Libre y Soberano de Nuevo León, 1879, como se citó en Lazo, 2020)

Y durante el periodo del establecimiento del capitalismo como modelo de acumulación de la burguesía local —Mario Cerutti (2006) destaca la transición hacia 1890 de una burguesía precapitalista, cuya acumulación se basó en la especulación y el comercio hacia una capitalista sustentada en la producción fabril— no se abandonó el concepto, como se refiere Bernardo Reyes al territorio neoleonés:

Tres logias simbólicas vinieron a la existencia con crepitaciones de ricas savias, en septiembre del año pasado [1905], y a ellas se unieron otros dos talleres que guardaban el fuego sagrado en este desierto neolonés. (Reyes, 1906, como se citó en Garza, 2016, p. 114)

### **El desierto y la relación contemporánea de la ciudad con el medio ambiente**

En la actualidad, mientras la burguesía de Monterrey y su área metropolitana se esmera por transitar de una economía fabril a una de servicios y de especulación inmobiliaria, el concepto continúa siendo de especial utilidad. En el desplegado *Proyecto integral Gran Parque Ecológico La Pastora y Estadio de Futbol Monterrey*, publicado el 18 de noviembre de 2011 en *El Norte* por el Consejo de Administración del Club de Futbol Monterrey, dependiente de FEMSA, donde justifica la cuestionada construcción del estadio en un predio público con valor ambiental por su colindancia con el Monumento Natural Cerro de la Silla y el Parque La Pastora (cuyo polígono tuvo que ser modificado en 2011 para darle validez jurídica a la solicitud). La defensa con la que FEMSA sortea los argumentos ambientales esgrimidos por los colectivos que se oponían al proyecto se sustentan en un estudio técnico del predio que señalaba “la existencia primordialmente de vegetación secundaria de matorral submontano y definitivamente NO<sup>98</sup> de un bosque” (Consejo de Administración del Club de Futbol Monterrey, 2011), además exponía fotografías del terreno evidentemente ya intervenido por la misma construcción —desmontado/desertificado— como el espacio destinado a la infraestructura, frente al área no intervenida rotulada con la leyenda “La Pastora (Bosque)”. La dicotomía bosque/matorral submontano hábilmente establecida por FEMSA nos remite, nuevamente, a la noción colonizadora/homogeneizante de desierto, y ante éste nos preguntamos: ¿es el matorral submontano un espacio que exige —como el indómito Valle de Nueva Extremadura que se resistía a albergar la *civilización* europea hasta que se introdujo el ganado como elemento modificador del paisaje— la normalización y adecuación al proyecto civilizatorio, aunque esto implique el deterioro ambiental y el deterioro de la calidad de vida de

<sup>98</sup> El énfasis es del texto original en el desplegado.

los vecinos del sector? Además, la defensa mediática fue intensa, volcando todo el aparato de apologetas de una de las empresas más poderosas del estado, como el popular comunicador deportivo Roberto Hernández Jr., quien en su programa Fútbol al día compartió el desplegado (sin precisar la procedencia institucional) abundando en la adjetivación con el fin de perfilar las diferencias entre los dos términos que confronta la dicotomía propuesta por FEMSA:

Esta fotografía nos indica: allá a la izquierda, dónde va a estar el estadio; y acá a la derecha, donde la flecha está marcando, está el Bosque de la Pastora; allá a la izquierda es un campo de zarzales, es un campo de basura, es un campo mal usado, mal cuidado, es un campo desaprovechado, es un campo que ningún político, ni de Guadalupe, ni de San Pedro, ni de Monterrey, ni de ninguna parte, le puso mano para regenerarlo. El Bosque de la Pastora está acá de este lado, a la derecha, y como ustedes pueden ver, aquél lado que ya está pelón (es una fotografía sacada hoy para colocarla hoy mismo en internet), no afecta en nada, totalmente (Hernández, 18 de noviembre de 2011)

Don Rober (así se le llamaba al comunicador), en el desenfado habitual de su ejercicio del periodismo deportivo, no tiene empacho en desvelar el revés de la dicotomía planteada por FEMSA: no se trata de diferenciar entre las características biológicas de unidades del paisaje sino de *inventar* un espacio vacío —desierto— con el fin de volverlo aprovechable para el desarrollo civilizatorio —inmobiliario—, por ello trastoca el “matorral submontano” del desplegado institucional en campo mal usado, mal cuidado y desaprovechado. Por otro lado, Don Rober apela a una tensión, ajena a esta investigación pero muy importante para la configuración de las identidades en Monterrey —y quizá de casi cualquier centro urbano del mundo—, la de lo público y lo privado. En su estudio sobre el caso *La apropiación conflictiva de espacios naturales en la Zona Metropolitana de Monterrey. Las representaciones espaciales del progreso y la naturaleza en la construcción del Estadio Bancomer-BBVA en La Pastora*, Ximena Peredo propone la dicotomía sobrerrepresentación/subrepresentación para explicar la dinámica bajo la cual la hegemonía persuade a la sociedad civil en su proyecto civilizatorio/urbanístico.

En el mismo tenor abunda la publicidad de desarrollos inmobiliarios en la que se establece una relación homogeneizante con el territorio y el paisaje local; es el caso de Terralta, un fraccionamiento de lujo con campo de golf y club deportivo localizado en las montañas de García, Nuevo León (uno de los municipios periféricos del Área Metropolitana de Monterrey al que se ha volcado el desarrollo inmobiliario de gama alta y baja en los últimos años). En los videos y fotografías panorámicos se aprecia la mancha verde de los campos de golf que contrasta con la aridez que caracteriza a las montañas García, así como los cerros cercenados para habilitar caminos sinuosos por los que se llega al fraccionamiento. En la serie de spots

publicitarios llama la atención la postura discursiva de la arquitecta Ana Landa, quien para respaldar la propuesta urbanística y arquitectónica de Terralta apela a los mismos mecanismos de desacreditación del paisaje autóctono: “Se me hace al final de cuentas increíble que puedan ser tan visionarios. Es un privilegio en el sentido que se les ha entregado una tierra para hacerla maravillosa” (Landa, 21 de mayo de 2021).

El concepto de desierto como mecanismo de caracterización ontológica de la ciudad ha permeado dimensiones diversas; en cuanto a la literatura y la cultura, por ejemplo, en años recientes se han publicado títulos que orbitan en torno a este campo semántico: *El mar es un desierto: poetas de la frontera norte 1950-1970*, de Margarito Cuéllar (1999), *El polen se esparce en el desierto: semblanzas y perfiles de mujeres de Nuevo León*, de Lídice Ramos e Irma Alma Ochoa (2000), *Los hijos del desierto: conversaciones con don Raúl Rangel Frías*, de Celso Garza Guajardo (1993), *Flores en el desierto: poesía femenina en Monterrey*, de Ernesto Castillo (2011) y *Amante del desierto: Eugenio del Hoyo, 1914-1989*, compilación y notas de Jesús Ávila (1993). Y es sobre todo la narrativa la que se ha esmerado en ubicar las historias en escenarios áridos en las obras de Irma Sabina Sepúlveda, Ricardo Elizondo Elizondo, David Toscana y Eduardo Antonio Parra. Al respecto, la crítica Nora Guzmán (2009) se ha referido a la aparición recurrente del desierto en la narrativa del norte como una constante identitaria:

En la literatura nortea, el espacio físico tiene un protagonismo importante dado que la identificación con el lugar refuerza una serie de señas de identidad, como si los escritores del norte tuvieran la necesidad de articular el paisaje al propio ser como una prolongación de sí mismos.

La narrativa escrita en el norte aporta imágenes geográficas donde la región sobresale por sus constantes identitarias; es decir, hay una cierta homogeneidad de características que la literatura recupera. Así, la forma particular de escribir de los autores de esta parte de México enriquece la literatura mexicana, la cual se caracterizó, durante el siglo XX, por dar una especial relevancia a las representaciones del centro y sur del país.

La narrativa nortea expresa la relación entre el hombre y el medio que lo circunda, las condiciones geográficas y los hechos sociales. (p. 14)

## **Conclusión**

Es fundamental para comprender los problemas ambientales de una comunidad atender la dimensión de la representación de la naturaleza y el paisaje. Y aunque la percepción y representación de la naturaleza se configura a través de diversos mecanismos de la superestructura ideológica, el arte debería jugar un papel fundamental, ya que los otros actores involucrados, como los medios de comunicación, están más ligados a las directrices de los



grupos de empresarios interesados en el desarrollo industrial y urbanístico. En el arte, aunque también operan intereses relacionados con las diferentes industrias productivas —sobre todo a partir de la promoción del concepto de economías naranjas, con lo que se busca transformar al sector artístico en industrias creativas—, es un espacio de subrepresentación —apelando al concepto de Peredo— en el espectro de las percepciones desde el punto de vista del desarrollo, y por lo tanto goza de libertades con respecto a las pautas señaladas por la hegemonía. En varios sentidos el sector artístico es lo mismo que el matorral submontano para el desarrollo, y las economías naranjas la alternativa para volverlo *funcional*. Pero en esa *disfunción* se abre el espacio para el goce, el ocio y la crítica —condenados por el desarrollo—, como en el *baldío abandonado* aledaño al parque La Pastora —y otros en otras partes del Área Metropolitana de Monterrey— servía para la reunión pública de vecinos, la cascarita de fútbol y, a veces, para el amor.

## Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres/Nueva York: Verso, 2006.
- CAVAZOS, Israel. *El Lic. Francisco de Barbadillo Vitoria. Fundador de Guadalupe, Nuevo León*. Guadalupe: Ayuntamiento de Ciudad Guadalupe / Preparatoria no. 8 UANL, 1992.
- CERUTTI, Mario. *Burguesía y capitalismo en Monterrey. 1850-1910*. Monterrey: Fondo Editorial de Nuevo León / Universidad Autónoma de Nuevo León, 2006.
- CONSEJO DE ADMINISTRACIÓN DEL CLUB DE FUTBOL MONTERREY. *Proyecto integral Gran Parque Ecológico La Pastora y Estadio de Fútbol Monterrey*. Publicado el 18 de noviembre de 2011 en *El Norte*, 2011.
- CORNEJO-POLAR, Antonio. *Escribir en el aire. Ensayo sobre la heterogeneidad socio-cultural en las literaturas andinas*. Lima: Latinoamericana Editores, 2011.
- CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico. La expansión biológica de Europa, 900-1900*. Barcelona: Crítica, 1999.
- GUZMÁN, Nora. *Todos los caminos conducen al norte. La narrativa de Ricardo Elizondo Elizondo y Eduardo Antonio Parra*. Monterrey: Fondo Editorial Nuevo León, 2009.
- HERNÁNDEZ, Roberto. [MMDeportesMty] (2011). *Don Rober explica la construcción del nuevo Estadio Rayado*. Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=A5LwlotJPFo>
- LANDA, Ana. [Terralta Residencial & Country Club] (2021). *Y tú... ¿Ya conoces Terralta? Calidad de vida, belleza y armonía*. Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=oeBeiv72wBk>
- MARTÍNEZ, Ignacio. *Viaje universal. Visita a las cinco partes del mundo*. Nueva York: [José S. Molins], 186.
- MELVILLE, Elinor. *A Plague of Sheep. Environmental consequences of the conquest of Mexico*. Nueva York: Cambridge University Press, 2010.
- PEREDO, Ximena. *La apropiación conflictiva de espacios naturales en la Zona Metropolitana de Monterrey. Las representaciones espaciales del progreso y la naturaleza en*

*la construcción del Estadio Bancomer-BBVA en La Pastora*. [Tesis para obtener el grado de Doctora en Democracia para el Siglo XXI]. Universidad de Coimbra, 2019.

PERIÓDICO OFICIAL DEL GOBIERNO DEL ESTADO LIBRE Y SOBERANO DE NUEVO LEÓN (1879). Citado en LAZO, Eugenio. *La lucha contra el desierto. La región de guerra en el corredor del Bravo mexicano, las escalas de contención y sus aspectos operacionales contra el nómada ecuestre, siglo XIX* [Tesis para obtener el grado de Maestro en Historia]. El Colegio de San Luis, 2020.

RANGEL, Raúl. “Teorema de Nuevo León”, en *Cosas Nuestras*. Monterrey, Fondo Editorial Nuevo León, 1971.

REYES, Bernardo (1906). Citado en GARZA, Antonio. *Panorama y contexto de la transformación urbanística de Monterrey durante el gobierno del General Bernardo Reyes (1885-1909)* [Tesis para obtener el grado de Maestría en Ciencias con Orientación en Arquitectura] Universidad Autónoma de Nuevo León, 2016.

SAID, Edward. “Invention, Memory and Place”, en Mitchel, W. (ed), *Landscape and power*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

VIZCAYA, Isidro. *Los orígenes de la industrialización de Monterrey*. Monterrey: Fondo Editorial Nuevo León / Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, 2006.

## **GÊNEROS E SEUS DIREITOS: A LUTA DA MULHER DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ O SÉCULO XXI**

Caroline Lorensi da Silva – PPGAdm UPF – 190606@upf.br

Denize Grzybovski – PPGAdm UPF - gdenize@upf.br

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

**Resumo:** Nos anos 1970 consolidou-se o movimento feminista no Brasil, mas o campo de políticas públicas para as mulheres na perspectiva de gênero no século XXI ainda é pouco explorada. Assim surge uma inquietação na história do tempo presente: as políticas públicas garantem direitos e princípios constitucionalmente instituídos? O objetivo é analisar os direitos trabalhistas para a mulher na perspectiva de gênero, tendo o ano 1916 como recorte temporal e o Código Civil como evento que representou um avanço no campo das políticas públicas. E, complementarmente, analisar os resultados das políticas implementadas desde então até o tempo presente. O CC/16, estabelece que as mulheres casadas são relativamente incapazes, necessitando da permissão do marido para atos da vida civil. Em 1962, esse direito foi revogado eliminando a qualidade de relativamente incapaz, mantendo o marido “chefe da sociedade conjugal”, permitindo a mulher exercer uma profissão e usufruir de seus rendimentos. A igualdade de gênero aparece na CF/34, equiparando direitos trabalhistas entre homens e mulheres, os quais são aperfeiçoados na CF/88. A discriminação de gênero foi proibida, a condição do marido como “chefe da sociedade conjugal” foi eliminada, as normas de proteção à maternidade foram reestabelecidas e modificadas. Mesmo assim, os indicadores sociais do ano 2021 indicam desigualdade de gênero, com mulheres preteridas em cargos de gestão. Os resultados indicam que as políticas públicas garantem direitos às mulheres, mas eles não são pensados na perspectiva de gênero. Apenas fazem-se adaptações daquilo que se tem para os homens.

**Palavras-chave:** Direito da mulher; Feminismo; Violência simbólica.

No final dos anos 70, consolidou-se o movimento feminista no Brasil, mas o campo de políticas públicas para as mulheres na perspectiva de gênero no século XXI ainda é pouco explorada (FARAH, 2004, 2018; ROCHA, 2016; MARCONDES; FARAH, 2021). Assim surge uma inquietação na história do tempo presente: as políticas públicas garantem direitos e princípios constitucionalmente instituídos? O objetivo deste estudo é analisar os direitos trabalhistas para a mulher na perspectiva de gênero, tomando como recorte temporal o ano 1916, quando o Código Civil estabelece que as mulheres casadas são relativamente incapazes, o que representou um avanço no campo das políticas públicas. E, complementarmente, analisar os resultados destas políticas implementadas deste então até o tempo presente.

Para tal, faz-se necessário analisar o papel da mulher no mercado de trabalho e as relações históricas que as envolve. Neste contexto, o papel da mulher sempre foi bem definido, sendo elas responsáveis pela educação dos filhos, coesão familiar e afazeres domésticos. Segundo o IBGE (2021) as mulheres necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos, aceitando ocupação com carga horária reduzida, de até 30 horas semanais de trabalho. Também dedicam o dobro de tempo que os homens em afazeres domésticos, sendo

21,4 horas semanais contra 11 horas semanais dos homens. Na região nordeste do Brasil esta disparidade aumenta, sendo que as mulheres dedicam 21,8 horas semanais e os homens apenas 10,5 horas semanais para os afazeres domésticos.

A mulher por anos restringiu-se a desenvolver ações que a preparavam para ser uma boa esposa e mãe, conseqüentemente, deste modo, desfrutaria de um bom casamento. Desde criança recebia os princípios de uma moral comportamental que a tornaria futuramente em uma “esposa perfeita”. Recebidos estes ensinamentos e alimentados pela fragilidade do sexo feminino, as mulheres acabavam aceitando tal condição e tornavam-se mecanismos de autocontrole da sociedade em torno do comportamento das outras mulheres. Estigmatizadas e com um futuro já traçado, restava-lhe desenvolver os ensinamentos da melhor forma possível. Distanciadas da vida política e dos direitos, a mulher era então excluída da vida social, de qualquer função política e religiosa. Era considerada como invisível, pois não havia representatividade alguma, além de que, a grande maioria era analfabeta e subordinada juridicamente ao homem. (LUZ; FUCHINA, 2019)

Percebe-se que as relações históricas envolvendo as mulheres sempre foram pautadas em condições de costumes patriarcais e sexistas, tendo por consequência a submissão da mulher. De acordo com o artigo 6 do Código Civil de 1916, instituído pela Lei nº 3.071 de 01 de janeiro de 1916 eram considerados relativamente incapazes: I os maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos; II as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal; III os pródigos; IV os silvícolas. Na mesma lei, o artigo 36 pressupõe que “Art. 36. Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes. Parágrafo único. A mulher casada tem por domicílio o do marido, salvo se estiver desquitada (art. 315), ou lhe competir a administração do casal (art. 251).”.

No Brasil, os homens eram protegidos pelo Estado, enquanto as mulheres elas legadas ao estado de completo abandono, tratando-se de propriedades, primeiramente dos pais e posteriormente dos maridos. As relações de trabalho não eram interferidas pelo Estado e os salários eram determinados unicamente pelos seus patrões. Esta condição mudou com a instituição do salário mínimo, onde em 01 de maio de 1940, o então presidente Getúlio Vargas, fixou valores do salário mínimo nacional, data esta que é considerada como o dia do trabalhador.

A condição de relativamente incapaz da mulher, faz com que o homem seja responsabilizado pela família, legitimando a violência simbólica. Perpetuando a cultura dominante imposta e naturalizando as relações entre homens e mulheres que normalizam atos de machismo e violência física, psicológica, financeira e patrimonial contra a mulher. O mesmo Código Civil de 1916 previa: a anulação do casamento com mulher já “deflorada” sem o

conhecimento do marido, a proibição da mulher viúva ou com casamento anulado de casar-se novamente em até dez meses. Além disso, de acordo com o artigo 233, o marido era considerado chefe da sociedade conjugal, sendo responsabilidade deles, administração dos bens comuns e particulares da mulher, como por exemplo heranças recebidas e o sustento da mulher: “O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos”. Esta lei reforça o papel da mulher, quando trata que com a contração do matrimônio passa a ser a companheira, consorte e auxiliar dos encargos da família, devendo ela velar pela direção material e moral do casamento, mas, a impedindo de exercer profissão sem a permissão do cônjuge.

O referido diploma legal colaborava com a ideia de mulher subordinada ao homem, onde o marido administrava todos os bens familiares. A historiadora Mary Del Priore, em sua obra “Mulheres no Brasil Colonial”, tece algumas considerações referentes ao regime patriarcal:

O sistema patriarcal instalado no Brasil colonial sistema que encontrou grande reforço na Igreja Católica que via as mulheres como indivíduos submissos e inferiores, acabou por deixar-lhes, aparentemente, pouco espaço de ação explícita. Mas insisto: isso era apenas mera aparência, pois, tanto na sua vida familiar, quanto no mundo do trabalho, as mulheres souberam estabelecer formas de sociabilidade e de solidariedade que funcionavam, em diversas situações, como uma rede de conexões capazes de reforçar seu poder individual ou de grupo, pessoal ou comunitário. (PRIORE; 2000, p. 9).

No Brasil, as primeiras regulamentações do trabalho da mulher se deram por meio do Decreto 21.417 A de 1932, que regulava as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. O artigo 1º da referida lei já tratava a igualdade salarial sem distinção de sexo. Também nesta lei, foi vedado o trabalho da mulher entre as 22 horas até as 5 horas da manhã, o equivalente hoje ao trabalho noturno. Esta lei não compreendia o trabalho da mulher em estabelecimentos que fossem familiares, as mulheres que trabalhassem em estabelecimentos de saúde, empregadas em serviços de telefonia e radiofonia e fossem diretoras responsáveis pelas empresas. Embora parca, esta lei já previa direitos como a licença maternidade e amamentação.

A igualdade de gênero, mesmo que limitada aparece na Constituição Federal de 1934, estabelecendo a equiparação de direitos trabalhistas como proibição de diferenças salariais por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil, o descanso semanal remunerado, férias remuneradas, garantia de salário mínimo, assistência médica à gestante e licença maternidade de três meses após o parto sem prejuízo de salário e emprego, férias anuais e a proibição do trabalho do menor e da mulher em locais insalubres. Incorporando os direitos previstos no

Decreto 16.300 de 1926 outorgava às mulheres o descanso de trinta dias antes e após o parto, além de intervalo de amamentação e a presença de creches perto dos postos de trabalho. Em 1940 o Decreto-Lei 2.548 estabelece que as mulheres que trabalham em condições de higiene estatuídas em lei para o trabalho feminino poderão ter o salário mínimo reduzido em até 10%. Mas em 1946 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entra em vigor pelo Decreto Lei 5.452 e institui o Capítulo III denominado de “Da Proteção do Trabalho da Mulher” que reforça os direitos garantidos pela constituição.

Em 1948 a ONU, na sua Declaração Universal dos Direitos do Homem, versa sobre os principais temas relacionados com o trabalho da mulher. Quando trata que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e sem qualquer distinção tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Apesar disso, somente em 1962, pela Lei 4.121 foi alterado o Código Civil tirando a mulher da condição de relativamente incapaz, mas mantendo como chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos”. A referida lei permitiu que a mulher passasse a exercer sua profissão e possa usufruir dos frutos do produto do seu trabalho. A Constituição e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969, garantiu as mulheres ambientes de trabalho que se fizessem necessários a segurança e ao conforto, como vestiários separado dos homens, bebedouros, sanitários próprios, cadeiras ou bancos que permitam às mulheres trabalhar sem esgotamento físico. Garantiu também que os estabelecimentos onde que trabalhassem mais de trinta mulheres consideradas como tal aquelas a partir de dezesseis anos, um local para guarda e amamentação dos filhos, reconhecendo a mulher como mãe e unidade dissociada do homem. Além disso, protegeu a mulher gestante, proibindo a rescisão imotivada da mulher em caso de gestação ou contração do matrimônio, ato permitido até então. Proibiu também regulamentos de qualquer natureza, inclusive sindicais, que restringissem o direito da mulher ao seu emprego por motivo de gestação ou matrimônio. E, em 1974 a Lei 6.136 delegou à previdência social a responsabilidade sobre o salário maternidade. A Constituição de 1988 inseriu a licença maternidade de 120 dias garantindo a proteção da mulher no mercado de trabalho, sem prejuízo ao salário e ao emprego, protegendo-as de demissões arbitrárias sem justa causa. Mas a principal mudança trazida pela constituição foi a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, mantendo a desigualdade para a licença maternidade.

Apenas em 1999 a Lei 9.799 inseriu no capítulo III da CLT, buscando alterar situações díspares de acesso da mulher ao mercado de trabalho, veta as empresas de fazer anúncio de empregos que haja referência ao sexo, a recusa de emprego, promoção ou dispensa em razão

de sexo, situação familiar ou estado de gravidez, a determinação de remuneração em razão de sexo, a exigência de atestado ou exame de qualquer natureza para comprovação de esterilidade ou estado de gravidez para admissão ou permanência de emprego. Além disso, foi proibida revistas íntimas, prevista a dispensa sem prejuízo ao emprego ou ao salário de até seis consultas médicas durante a gestação e afastamento de atividade quando as condições de saúde exigirem e a garantia da retomada da função no retorno da licença Maternidade. Em 2002 a Lei 10.421, estendeu às mães adotivas o direito a licença maternidade já garantido pela constituição. Ainda em 2002 o novo código civil revoga muitas das disparidades estabelecidas pelo código civil de 1916.

A reforma trabalhista de 2017 prevê multa de duas vezes o limite máximo de contribuição previdenciária prevista pelo Regime Geral da Previdência Social em caso de discriminação por sexo, além de previsão do afastamento de gestantes em atividades insalubres. Porém o direito ao afastamento de empregadas gestantes e lactantes de atividades insalubres foi retirada pela Medida Provisória 808 de 2017, que visava alterar alguns dispositivos da Lei 13.467/17, podendo a mesma retornar as suas atividades por meio de atestado médico, violando princípios constitucionais, dentre eles a garantia de saúde, conforme artigo 196. Esta Medida Provisória, convertida em Lei, mas segue sendo alvo de discussões. Pela reforma trabalhista, foi retirado o direito da mulher ao intervalo de 15 minutos antes do início da jornada extraordinária, ou seja, após o período normal de trabalho e início das horas extras, obrigando a um trabalho contínuo, afrontando novamente questões de saúde e fisiologia da trabalhadora.

Embora haja a garantia da igualdade de gênero, o que foi reforçado pela Constituição de 1988, pela CLT e pelo Decreto 591/92 que instituiu para que haja comprometimento de igualdade entre homens e mulheres no gozo de todos os direitos econômico, sociais e culturais, além de salário equitativo e remuneração igual entre homens e mulheres, os indicadores sociais do ano de 2021 continuam a indicar esta desigualdade. Os dados do IBGE (2021) evidenciam que as mulheres ainda são preteridas em cargos de gestão, ocupando 37,4% do total dos cargos gerenciais e recebendo 77,7% dos rendimentos dos homens. Em 2019, o rendimento mensal médio dos homens era de R\$ 2.555,00 enquanto o das mulheres era de R\$ 1.985,00. A desigualdade salarial é ainda maior entre os trabalhadores nos grupos ocupacionais de maiores rendimentos. Em cargos de direção, gerenciais e profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres receberam 61,9% e 63,6%, respectivamente, do rendimento dos homens.

Apesar de mais instruídas, as mulheres ainda são minoria na docência superior. Em 2019, na população com mais de vinte e cinco anos, 15,1% dos homens e 19,4% das mulheres

possui nível superior completo. Contudo, o quadro dos professores de instituições de ensino superior do Brasil, são constituídos de 46,8% de mulheres. Sendo a proporção mais alta na Bahia de 51,8% e a mais baixa de 43,4% em São Paulo.

Para Farah (2021) análises de políticas de igualdade de gênero habitam as fronteiras entre dois campos do conhecimento científico: políticas públicas e igualdade de gênero. Contribuições entre estes estudos não são novidade, mas a partir da década de 1990 houveram iniciativas estruturadas de integração entre os campos.

Tendo por referência a agenda de gênero constituída ao longo das últimas décadas, analisam-se a seguir políticas e programas de governos estaduais e locais que incluem a dimensão gênero. Foram considerados pela pesquisa programas governamentais dirigidos à mulher (25) e programas que incorporam gênero, sem ter como foco a mulher (57). Foram identificados 18 programas com foco em mulheres entre os 629 inscritos no Gestão Pública e Cidadania em 1996, representando 2,9% das iniciativas, e sete programas com essas características entre os inscritos em 1997, de um total de 297, representando 2,3% das iniciativas governamentais. A análise sobre a incorporação de gênero por programas que não têm como foco a mulher baseou-se em um conjunto menor de programas - os selecionados a cada ano como semifinalistas pelo programa de premiação (100 em 1996 e 100 em 1997), uma vez que sobre esses programas havia informações mais detalhadas. Em 1996, 23% dos semifinalistas do Gestão Pública e Cidadania incorporaram a dimensão gênero e, em 1997, 34%. Isso significa que, dentre os 100 programas selecionados como inovadores em 1996, 23% incorporam a dimensão gênero; o mesmo ocorrendo, em 1997, com 34% dos inovadores. (FARAH, 2004)

No cenário político, o percentual de parlamentares mulheres na Câmara dos deputados passou de 10,5% em dezembro de 2017 para 14,8% em setembro de 2020. Embora tenha havido este aumento, o Brasil é o país da América Latina com a menor proporção de parlamentares mulheres, e em um *ranking* de 190 países encontra-se na posição 142. A primeira mulher a tomar posse em cargo político eletivo foi Alzira Soriano em 1928 no Rio Grande do Norte, quando venceu a eleição para a prefeitura de Lages com 60% dos votos e foi empossada como prefeita em em 1º de janeiro de 1929. Transcorridos 90 anos desde a primeira mulher eleita para um cargo político eletivo, em outubro de 2021, dos 23 ministros de estado, apenas três são mulheres, sendo uma proporção de 13%. Não obstante a isso, governo da presidente Dilma Rousseff, que no período de 2011 a 2016 teve no total 121 ministros, onde só 16 foram mulheres, equivalendo a, 13,22%. Já no supremo tribunal federal dos 10 ministros 20% são mulheres.



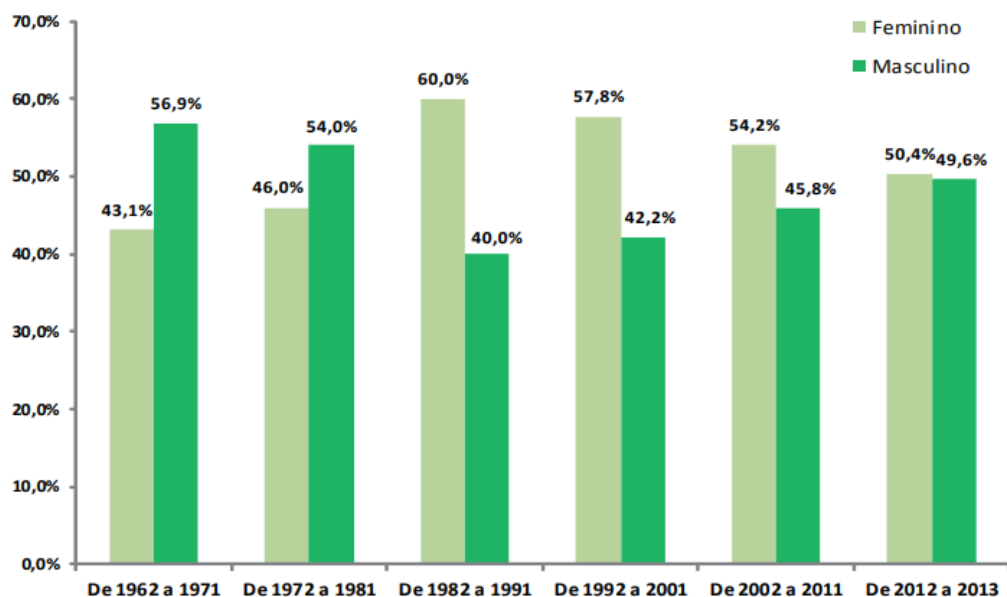
**Imagem 1: Posse de Alzira Soriano na prefeitura de Lages, junto com seu secretariado**



Fonte: BBC News

Em 2014, por meio do Conselho Nacional de Justiça, foi liberado o Censo do Poder Judiciário, que traz algumas estatísticas sociais da proporção de servidora mulheres, onde percebe-se que até 2012 o número de servidoras era predominante. Com base nisso, percebe-se que não há uma força nas políticas públicas e direitos pensadas para a mulheres, somente adaptações daquilo que se tem para os homens.

**Imagem 2: Percentual de servidores efetivos segundo ano de ingresso, por sexo. Brasil, 2013**



Fonte: Censo CNJ

A igualdade de gênero trata de uma questão fundamental de direitos humanos, mas não apenas isso, ela é a base para a construção de um mundo mais sustentável e equânime. Para isso a ONU por meio da agenda 2030, tem por objetivo 5 (ODS 5) alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, esta ODS tem por meta:

- 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis
- 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
- 5.a Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
- 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
- 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
- 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
- 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
- 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte (ONU, 2021)

Para que a equidade seja alcançada é necessário que haja uma conscientização sobre a situação das mulheres, não apenas no mercado de trabalho, mas na sociedade como um todo.

Essa avocação do conjunto de instâncias que contribuem para reproduzir a hierarquia dos gêneros deveria permitir esboçar o programa de uma análise histórica do que permaneceu e do que se transformou naquelas instâncias; a análise esta que, por si só, pode fornecer os instrumentos indispensáveis à compreensão tanto daquilo que podemos constatar ter, não raro de forma, surpreendente, permanecido constante na condição das mulheres (e isto sem precisar invocar a resistência e a má-vontade masculina ou a responsabilidade das próprias mulheres), quanto das mudanças visíveis ou invisíveis que tal condição experimentou em período recente. (BOURDIER, 1998, p.145)

Entendendo a trajetória da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, percebe-se o caráter patriarcal que se estabelece nas relações sociais e culturais. A ideia da incapacidade

feminina e a exclusão de direitos básicos perduraram por anos. As mulheres seguem sendo as responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado dos filhos e demais familiares, sobrecarregando-as com duplas jornadas.

Por isso faz-se necessária a adoção de políticas públicas efetivas, que estimulem e garantam condições práticas, produzindo mudanças radicais na estrutura da sociedade. Bem como garantir a presença das mulheres em cargos de gestão de empresas, cargos políticos e estatutários. Além da participação das mulheres no mercado de trabalho, há a necessidade de garantir condições favoráveis de salários, espaços e políticas de desenvolvimento e valorização das mulheres no trabalho.

No decorrer deste trabalho, buscou-se elencar as principais alterações legislativas e seus impactos em relação a normatização do trabalho e da saúde da mulher. Bem como trazer um panorama da ausência de alguns direitos fundamentais. Diante do exposto é possível vislumbrar o crescente avanço dos direitos no que tange a diminuição da desigualdade e a isonomia salarial. Também é possível perceber que as constantes alterações de legislação podem ferir direitos e trazerem retrocessos. Cabe destacar que alterações nas leis podem afetar o contexto social quando não observados os princípios constitucionais. O Brasil como signatário de diferentes acordos internacionais que direta ou indiretamente asseguram os direitos humanos das mulheres, tem como dever a proteção a estes direitos, tendo total observação da proteção prevista e estendendo a todas as outras ramificações do direito brasileiro.

## Referências

- BBC News. *A história de Alzira Soriano, a primeira mulher a virar prefeita no Brasil*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55108142>. Acesso em: 17 out. 2021
- BOURDIER, P. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand. Brasil, 1998
- CNJ. *Censo do Poder Judiciário*. 2014. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/CensoJudiciario.final.pdf>. Acesso em 17 out. 2021.
- BRASIL. *Decreto-lei 5.452. 1943*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm). Acesso em: 19 set. 2021
- BRASIL. *Lei 3.071. 1916*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em: 19 set. 2021
- BRASIL. *Lei 10.406 Compilada. 2002*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 19 set. 2021
- BRASIL, *Constituição Federal. 1934*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 19 set. 2021

- BRASIL. *Constituição Federal*. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 19 set. 2021
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 1*. 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em: 19 set. 2021.
- BRASIL, *Decreto 591*, 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm). Acesso em: 19 set. 2021
- BRASIL. *Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano*. Disponível em <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>. Acesso em 17 out. 2021
- BRASIL, *Decreto 21.417-A*. 1932, Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 out. 2021
- DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. *História do tempo presente e ensino de História*. Revista História Hoje, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.
- DEL PRIORI, Mary. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Contexto, 2000
- FARAH, M. F. S. *Gênero e políticas públicas*. Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004
- FARAH, M. F. S. et al. *Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015)*. Cadernos EBAPE.BR, v. 16, n. 3, p. 428-443, 2018
- IBGE. *Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 19 set. 2021
- LUZ, A. F.; FUCHINA, R. . *A Evolução Histórica dos Direitos da Mulher sob a Ótica do Direito do Trabalho*. In: II Seminário Nacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: América Latina em Debate, 2009, Porto Alegre - RS. Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS: Nova Prova Editora, 2009. v. 1. p. 1886-1899.
- MARCONDES, M. M.; FARAH, M. F. S. *Transversalidade de gênero em política pública*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, e65398, 2021. Doi: 10.1590/1806-9584-2021v29n165398
- ONU. *ODS 5*. 2021. Disponível em <https://agenda2030.org.br>. Acesso em: 19 set. 2021
- ROCHA, L. M. L. N. *Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação*. Revista de Políticas Públicas, São Luís, Especial, p. 313-322, 2016.
- UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 19 set. 2021
- VOLDMAN, D. *A invenção do depoimento oral*. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

## PROTESTAS AGRARIAS Y URBANAS EN EL SUR CORDOBÉS (1989-1991)

Celia Cristina Basconzuelo, Universidad Nacional de Río Cuarto. ISTE-CONICET.  
E mail: cbasconzuelo2003@yahoo.com.ar

**Resumen:** El trabajo analiza un ciclo de protestas acontecido entre 1989 y 1991 en una de las ciudades intermedias más importantes de la provincia de Córdoba, Río Cuarto, donde un significativo número correspondió a protestas urbanas reuniendo a los trabajadores mayormente del sector educativo, de servicios y de la administración pública, mientras las protestas agrarias se localizaron en dicha ciudad así como en otra intermedia (Villa María) y en otras medianas poblaciones del sur cordobés, aunque en su conjunto fueron de un número infinitamente menor que las del primer grupo. La investigación comprende dimensiones cuantitativas que constituyen el punto de partida imprescindible para la obtención de los datos relevantes de la protesta, a la vez se emprende un análisis cualitativo fundamental para arribar a la comprensión de la dinámica histórica. Para la construcción de los datos se trabajó fundamentalmente con el diario *Puntal*, editado en Río Cuarto. El estudio de las protestas sugiere la importancia de focalizar en el territorio como dimensión para comprender el conflicto social en la Argentina reciente.

**Palabras clave:** Protestas; Río cuarto; Agro.

### Introducción

El estudio de las protestas sociales que acontecieron en la historia reciente argentina se ha constituido en un campo de análisis propio donde los aportes de la sociología fueron los pioneros (GIARRACA, 2001; AUYERO, 2002; SCHUSTER, 2005; SCRIBANO, 2003; SVAMPA, 2009), y a medida que los estudios de caso se abrieron paso también la disciplina histórica contribuyó al esclarecimiento del tema, sobre todo de lo acontecido en ciudades metropolitanas. (GORDILLO, ARRIAGA, FRANCO, et. al., 2012) El período 1989 a 1991 ha sido trabajado principalmente en esos contextos urbanos. (GÓMEZ, 1997; IÑIGO CARRERA Y COTARELO, 2001; SANTELLA, 2008) Respecto de las protestas agrarias en el sur cordobés, el foco ha estado concentrado mayormente en la década del noventa (CARINI Y GERBALDO, 2021), o bien en la trama y los conflictos de un sector en particular como es el lácteo. (ROITMAN y SABATTINI, 2017).

Los abordajes correspondientes a ciudades intermedias son por tanto más recientes y el campo específico de la historia social de las protestas aun requiere de mayores contribuciones teóricas y metodológicas. Este trabajo recoge ambas inquietudes. Los objetivos específicos consisten, en primer lugar, en analizar un ciclo de protestas<sup>99</sup> acontecido entre 1989 y 1991 en

<sup>99</sup> Según Tarrow (1997), un ciclo de protesta es “una fase de intensificación de los conflictos y la confrontación en el sistema social, que incluye una rápida difusión de la acción colectiva de los sectores más movilizados a los menos movilizados; un ritmo de innovación acelerado en las formas de confrontación; marcos nuevos o transformados para la acción colectiva; una combinación de participación organizada y no organizada; y unas secuencias de interacción intensificada entre disidentes y autoridades que pueden terminar en la reforma, la

una de las ciudades intermedias más importantes de la provincia de Córdoba, Río Cuarto, donde un significativo número correspondió a protestas urbanas reuniendo a los trabajadores mayormente del sector educativo, de servicios y de la administración pública, mientras las protestas agrarias se localizaron en dicha ciudad así como en otra intermedia (Villa María) y en otras medianas poblaciones del sur cordobés, aunque en su conjunto fueron de un número infinitamente menor que las del primer grupo. ¿Qué situaciones explican las diferencias en la intensidad de ambos tipos de protestas? ¿Comparten algunos aspectos en común? En esta línea, se focaliza en iguales dimensiones para el abordaje de ambos tipos de protesta: frecuencia, actor colectivo, demandas, repertorio y actor interpelado. En segundo término, se pretende resignificar dos dimensiones pertinentes con una historia social de las protestas, teniendo en cuenta el contexto y la escala local. ¿Qué indicadores diferenciales respecto del contexto histórico presentaba la provincia de Córdoba al momento de producirse las protestas? ¿Qué importancia para la historia provincial y nacional reviste estudiar ambas protestas?

Este trabajo pretende dar respuesta a los interrogantes arriba planteados. El propósito no es encarar una historia comparada en razón de algunas substanciales diferencias, como ser sus actores, las demandas y los repertorios; sin embargo, todas ellas tuvieron como epicentro a la ciudad. Unas y otras se registraron en espacios urbanos cuyas dinámicas resultan indisociables, históricamente, del entorno agrario. Unas y otras se expresaron desde los bordes de la pampa húmeda, por lo que permiten problematizar el territorio no solo en su dimensión geográfica sino social y, específicamente, conflictiva-social.

Respecto de las nociones aquí empleadas, la protesta social designa de acuerdo con SCHUSTER (2005) “los acontecimientos visibles de acción pública contenciosa de un colectivo, orientados al sostenimiento de una demanda (en general con referencia directa o indirecta al Estado), se limita a partir de su carácter contencioso intencional y de su visibilidad pública” (p. 56). Es decir que su definición se focaliza en la acción misma, en la medida que ella se presenta como “una novedad, un quiebre y una ruptura” (p. 51).

Dicha definición esclarece centralmente el concepto de análisis y sus dimensiones (la acción contenciosa, el actor colectivo y su forma de organización, la demanda, la visibilidad pública, el repertorio y el actor interpelado), pero no así su dinámica histórica. Es por ello que, artículo es resignificar la dimensión contextual y escalar local de la protesta, entendiendo por “contexto” el entorno constituido por los aspectos materiales, sociales, políticos y culturales

represión y a veces, en una revolución” (p. 264).

que sirven de marco de referencia para situar ese evento contencioso, lo delimitan espacial y temporalmente.<sup>100</sup> Respecto de la escala local de análisis, se adopta una perspectiva en sentido amplio y diverso del término, que pueden englobar desde barrios a municipios y busca centrar en la manera en que los sujetos dieron sentido a lo local. (ANDÚJAR Y LICHTMAJER, 2019). Se entenderá por “escala local”, por un lado, el espacio geográfico donde se localiza la protesta (la ciudad, el ámbito rural o periurbano) y por otro, el lugar físico donde efectivamente se visibiliza (centro de la ciudad, plaza, barrios, ruta, fábrica, lugar de trabajo).

La investigación comprende dimensiones cuantitativas que constituyen el punto de partida imprescindible para la obtención de los datos relevantes de la protesta según los indicadores escogidos y, además, porque la visibilidad pública es una de sus características distintivas. En segunda instancia se emprende un análisis cualitativo fundamental para arribar a la comprensión de la dinámica histórica. Para la construcción de los datos se trabajó fundamentalmente con el diario Puntal, editado en Río Cuarto. Para efectuar el relevamiento de las protestas se recurrió al fichaje de cada evento que el diario consignó. Es decir, si una protesta aconteció un día determinado y la siguiente, del mismo actor, sucedió en la semana o mes posterior, fue registrada por separado. De cada protesta se consignó número, día, mes, año, actor, demanda, repertorio y actores interpelados. Luego, esa información se trianguló con los datos proporcionados por el análisis bibliográfico, los que fueron necesarios para reconstruir el contexto histórico, aunque la propia fuente periodística los suministra en sus secciones correspondientes, tanto en su referencia nacional como provincial y, más aún, local. Una vez ordenadas numéricamente las protestas, se procedió a aplicar un análisis cuantitativo y la sistematización de los datos se volcó en tablas Excel. Finalmente, se dio una valoración cualitativa al registro estadístico considerando, por una parte, las dimensiones de análisis centrales de la protesta (frecuencia, actor, demanda, repertorio, forma organizativa) y, por la otra, las correspondientes al enfoque histórico (contexto y escala).

A estos fines y lineamientos teórico metodológicos, el trabajo se divide en cuatro apartados. Primeramente, se traza un panorama descriptivo, de carácter cuantitativo del conjunto de protestas que tuvieron como escenario la ciudad de Río Cuarto. Seguidamente, se abordan las protestas agrarias para destacar en ellas los actores movilizados, sus demandas y los espacios geográficos. En tercer lugar, se analizan las condiciones que enmarcaron las

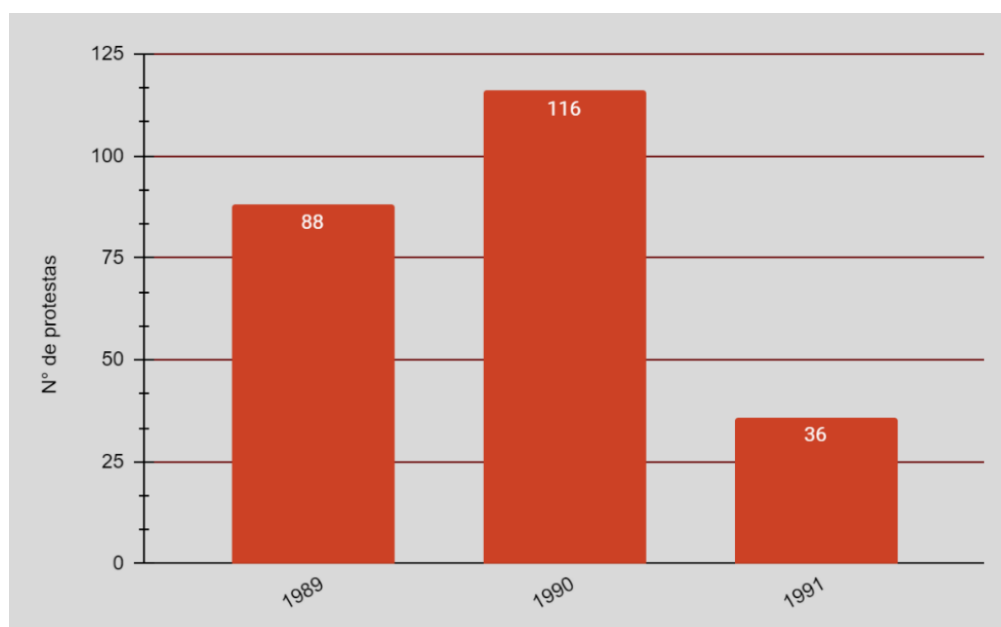
<sup>100</sup> Según la RAE la palabra contexto deriva del latín “contextus” y refiere el “entorno físico o de situación, político, histórico, cultural o de cualquier otra índole, en el que se considera un hecho”. Véase <https://dle.rae.es/contexto>. Para una reflexión sobre la relevancia del entorno en los estudios de historia social, véase SEWELL, 2006.

protestas, teniendo en cuenta el entorno nacional y provincial. El cuarto apartado aborda la escala local de este ciclo de protestas.

### Experiencias contenciosas en contraste

Durante los años 1989 a 1991 se contabilizaron un total de 240 protestas. El análisis cuantitativo del ciclo permite identificar la cantidad de protestas, la reiteración de las acciones en el lapso de años y meses y los momentos álgidos del período, es decir, la frecuencia de la acción contenciosa.<sup>101</sup> Esta dimensión muestra, según el histograma siguiente, un ciclo intenso de protestas entre 1989 y 1990, para luego decrecer sensiblemente en 1991.

**Gráfico 1. Frecuencia protestataria**



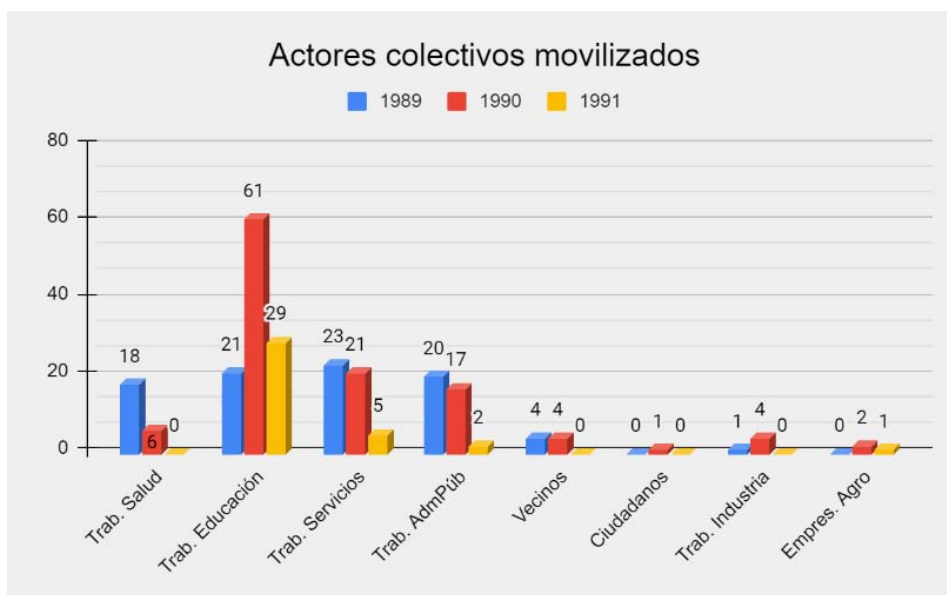
Fuente: elaboración propia

Respecto del actor colectivo de la protesta, es decir, de quienes protagonizan las acciones contenciosas y sus formas organizativas, se registró una activa participación de los trabajadores de la educación (46,0%), de los servicios públicos (20,3%), de la administración pública en sus tres niveles (16,1%), de la salud (9,9%), y en menor medida de vecinos (3,3%), de la industria (2,7%) y ciudadanos (0,1%), Por su parte, los actores agrarios llevaron a cabo 3 protestas durante el período (1,6%). La forma de organización es sindical en su inmensa mayoría, excepto en el caso agrario (corporativa), ciudadana (autoconvocada) y vecinal (territorial).

<sup>101</sup> El concepto ha sido desarrollado por QUIROGA y BAGGINI (2020, p. 71).



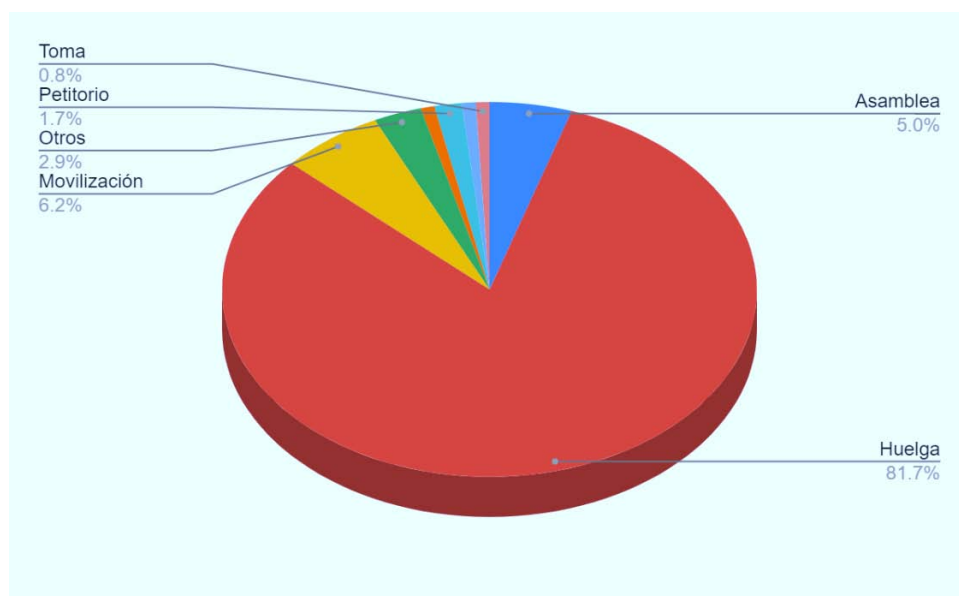
**Gráfico 2. Colectivos sociales protestatarios**



Fuente: elaboración propia

El repertorio de la movilización designa el formato mediante el cual adquiere visibilidad la acción de protesta. Para el ciclo 1989-1991 la huelga fue la modalidad más frecuente, la movilización y la asamblea acompañaron en segundo lugar las acciones contenciosas, mientras los saqueos fueron 3 episodios en el año 1989. Las protestas agrarias, por su parte, apelaron a las movilizaciones y concentraciones. El Estado fue el actor interpelado en la totalidad de los eventos analizados, en su alcance nacional, provincial y municipal.

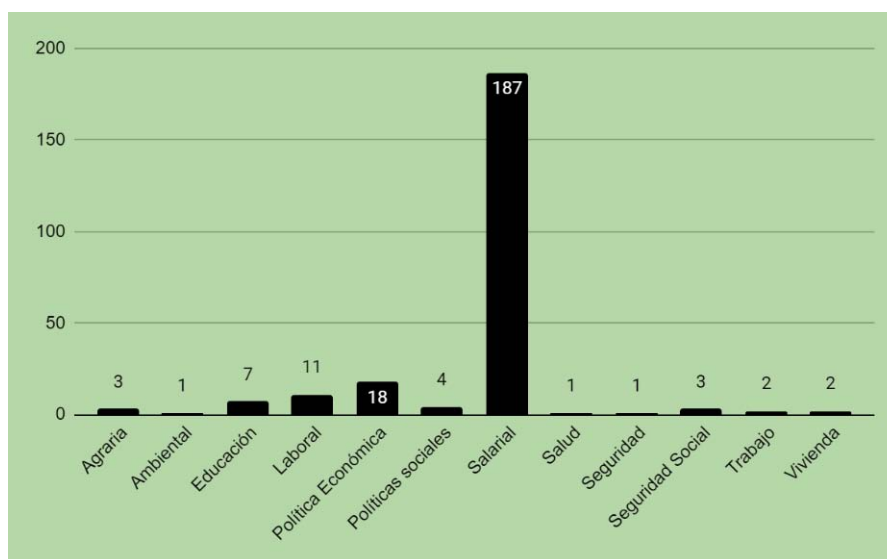
**Gráfico 3. Repertorio protestatario**



Fuente: elaboración propia

La demanda por los salarios predominó en todo el ciclo estudiado. Cuando la política económica neoliberal avanzó en su implementación recogió 18 protestas en la ciudad. Las corporaciones agrarias sentaron sus propias demandas, tal como se verá seguidamente.

**Gráfico 4. Demandas**



Fuente: elaboración propia.

### **El ciclo de protestas agrarias**

Los empresarios del agro llevaron a cabo tres protestas en total durante el período de estudio, de las cuales dos se registraron en Río Cuarto y una en Villa María. La primera se llevó a cabo el 31 de marzo de 1990 en Villa María.

Fue promovida por la FAA y reunió cerca de 1000 productores, según Puntal. El diario la tituló “concentración de productores en protesta por la política agroeconómica del gobierno”. A ello seguiría una movilización a nivel nacional. El evento fue presidido por el veterano líder agrario Humberto Volando, presidente de la FAA. El epicentro fue el cine Broadway. Participaron delegaciones de la mayoría de las localidades de la provincia de Córdoba donde existían filiales de FAA más alrededor de 30 agrupaciones provenientes del centro y sur de la provincia de Santa Fe y otras de distintos lugares del país. Se sumaron también productores de otras localidades pequeñas del sur cordobés como General Cabrera, Las Perdices y Carnerillo. La protesta agropecuaria generó tempranamente una tensión al interior de las entidades representativas, entre la Sociedad Rural Argentina (SRA) frente a los pequeños y medianos productores nucleados en la Federación Agraria Argentina (FAA) y el cooperativismo representado por la Confederación Intercooperativa Agropecuaria (CONINAGRO). Mientras el titular de la SRA, Guillermo Alchourón defendía continuamente la política económica del gobierno desde la liberalización de los mercados hasta la reforma del Estado agregando a ello

el hecho de que su entidad fue la única del sector que auspicio apoyo la generalización del IVA los productores del agro, CONINAGRO y FAA se inclinaban van más bien por la aplicación de un impuesto a la renta potencial de la tierra. También se sumaba el descontento frente a algunas medidas económicas como por ejemplo el aumento del 5% en las retenciones la generalización del IVA que afectaba sobre todo a los líquidos y ganaderos.

La segunda protesta aconteció el 28 de julio de 1990 y se congregó en la ciudad de Río Cuarto. En palabras del diario fue “un masivo encuentro ruralista”. Arribaron productores de cinco provincias a la concentración y fue organizada por la Confederación de Asociaciones Rurales de la Tercera Zona (CARTEZ), el lugar físico fue el predio de la Sociedad Rural local. Alrededor de 2000 productores daban a conocer la situación de las empresas agropecuarias donde se advertía como principal problemática una notoria descapitalización, como consecuencia de la falta de rentabilidad, una elevada carga impositiva y la permanente escalada de los insumos necesarios para la producción. Por lo tanto, las demandas más claras fueron la eliminación de las retenciones, la simplificación del sistema tributario y la instrumentación de nuevas líneas de crédito. Además, se solicitaba al gobierno nacional que se resolviera con urgencia el achicamiento del gasto público por medio de las privatizaciones y la racionalización del estado.

La tercera protesta fue declarada el 18 de marzo de 1991, organizada por FAA conjuntamente con CONINAGRO. Las demandas eran en defensa de una mayor rentabilidad agraria y la eliminación del IVA. Reunión alrededor de 1.500 productores.

### **Contexto de las protestas**

El ciclo protestatario se corresponde con un momento crítico de la historia argentina reciente, signado por la crisis hiperinflacionaria, la renuncia de Alfonsín, la asunción anticipada de Menem y la adopción del Plan de Convertibilidad en marzo de 1991. En verdad, dicho ciclo debería entenderse en el marco de una serie histórica más amplia de la confrontación, pues desde el inicio de la etapa democrática, se registraron protestas, mientras un punto culminante sería el año 2001 cuando se evidenciaron cambios en algunos repertorios y en las formas organizativas de la protesta.<sup>102</sup> Este estudio inicia en 1989. Fue el año en que se desató una aguda crisis hiperinflacionaria, mientras gobernaba el país Raúl Alfonsín. En poco menos de sesenta días -entre marzo y mayo- la escalada del dólar se hizo incontenible. Ese proceso lo

<sup>102</sup> El tema es abordado en nuestro proyecto de investigación Proyecto PPI “Hacia un mapeo de la protesta social en ciudades intermedias y agro-universitarias de la provincia Córdoba (1989-2003). Subsidiado por Mincyt, Córdoba. Direc.: Celia Basconzuelo; Co-direc: María Virginia Quiroga.

reflejaban claramente los titulares periodísticos. La moneda estadounidense triplicó su valor y así pasó de cotizar 17,70 australes a un valor de 50. Luego, en la última semana de abril superó los 100 australes, mientras las tasas de interés llegaron al 127%.

La respuesta a ese contexto de crisis fue en dos tiempos. Primero, el tiempo de la política. El sistema político institucional y la democracia representativa exhibieron capacidad para dar respuesta al producirse la renuncia de Alfonsín en junio de 1989 y la entrega anticipada del poder a Menem, electo democráticamente, en el mes de julio cuando debió ocurrir el 10 de diciembre. Luego, fue el tiempo de las políticas públicas mediante las reformas estructurales que se instrumentaron.

El menemismo, luego de ganar la presidencia, construyó un discurso político según el cual los problemas de la Argentina eran económicos, de manera que la solución a los mismos no podría provenir sino de respuestas económicas de carácter estructural. El diagnóstico no era novedoso, sino que ya había sido planteado por el gobierno militar de 1976, pero fue la crisis económica que posibilitó la expansión de ese discurso. (BARROS, 2002) Inclusive, desde 1987 venía impulsándose una campaña de desprestigio alrededor de la cuestión estatal, con soporte en los principales medios de comunicación, grupos empresarios, organismos internacionales de crédito, técnicos y consultoras. (LÓPEZ, CORRADO Y OUVIÑA, 2005). Desde fines del año 1989 el énfasis se colocó en la crítica dirigida sobre todo al tamaño y la eficiencia del Estado frente al mercado.

Entre agosto y septiembre de 1989 dos leyes clave para todo el modelo neoliberal que avanzaría desde 1991: la Ley de Emergencia Económica (Nº 23.696) y la de Reforma del Estado (Nº 23.697). Las implicancias y los alcances de ambas eran diferentes, aunque se complementaban ya que, si la primera ley modificaba el anterior sistema de protección industrial y desregulaba la economía, la segunda abrió las puertas para el ajuste y todo el proceso de reestructuración y privatización de las empresas estatales nacionales. Las notas periodísticas muestran claramente ese camino: primero se inició en el área de transportes fundamentalmente afectando la línea aérea y los ferrocarriles, luego prosiguió con el servicio de teléfonos.

A fines del año 1989 la especulación financiera reapareció. Miguel Roig quien había estado a cargo del Ministerio de Economía, falleció y fue reemplazado por Néstor Rapanelli, ambos con vínculos con el grupo Bunge y Born. En diciembre se designó a Erman González quien profundizó la orientación liberal, aunque sin conseguir estabilizar la inflación y el alza del dólar. Para entonces se sumó la participación en el gobierno de figuras políticas

provenientes del partido Unión de Centro Democrático (UceDé), de identidad conservadora y liberal.<sup>103</sup> Se completó así entonces la convergencia política con actores políticos que representaban un arco conservador derechista y actores económicos transnacionales. En enero de 1991 González fue reasignado al ministerio de defensa e ingresan en el área económica funcionarios de orientación liberal (Domingo Cavallo primero canciller y luego ministro de economía, además de Javier González Fraga en el Banco Central). Cavallo, miembro de la Fundación Mediterránea, sería el artífice de la sanción y aplicación del Plan de Convertibilidad. A partir de ese momento con sólo un análisis de los titulares periodísticos se advierte la influencia enorme del Ministerio de Economía dentro del Poder Ejecutivo.

No podrían desconocerse de este análisis los programas macro que tanto el gobierno norteamericano como los organismos financieros internacionales de crédito habían elaborado, ya que precisamente el conocido como “Consenso de Washington” impulsaba la idea de privatizar empresas estatales, desregular las economías nacionales que ya estaban endeudadas y dar mayores ventajas a las inversiones extranjeras. (SIDICARO, 2002)

Dentro de ese panorama, la provincia de Córdoba presentó matices diferenciados. Desde 1983 gobernaba el radicalismo con Eduardo Angeloz<sup>104</sup>, un hombre que representaba las ideas liberales dentro de la UCR. Sin embargo, aplicó un modelo propio de reforma apegado al vigente Estado benefactor. Como han mostrado GORDILLO, ARRIAGA, FRANCO y otros (2012) el proceso de ajuste fue más tardío en la provincia y recién se inició en 1995, cuando Angeloz ya había dejado la gobernación y si bien hubo una reforma provincial, se implementó de manera gradual y adoptó diferentes características y orientaciones a lo largo de la década, incluyendo inicialmente elementos de la matriz anterior. La reestructuración administrativa contempló tres áreas: la desregulación laboral de los agentes del Estado, una política de privatizaciones y la descentralización administrativa. Sin embargo, la privatización no se dio en las empresas provinciales más importantes como la Empresa Provincial de Energía de Córdoba (EPEC), la Empresa Provincial de Obras Sanitarias (EPOS) y los Bancos Provincia de Córdoba y Social. En cambio, sí avanzó el proceso de descentralización, de allí que ese impacto se notó en los municipios que debieron enfrentar una merma en la coparticipación de recursos

<sup>103</sup> Tres figuras de ese partido fueron importantes en los noventa: Álvaro Alsogaray, dirigente máximo de la UceDé como asesor en los temas de la deuda externa; María Julia Alsogaray, su hija, designada interventora de Entel y luego Adelina Dalesio de Viola.

<sup>104</sup> Eduardo Angeloz llegó a la gobernación de Córdoba el 30 de octubre de 1983, en consonancia con el partido que también ganaba en la escala nacional. En 1987 se reforma la Constitución de la provincia que introducen la reelección del gobernador y la modificación del régimen municipal. Es así como es reelecto un gobernador en 1987 extendiéndose su mandato hasta 1991 y posibilitando se lee un tercer mandato que se prolongó hasta el año 1995.

con impacto en sus finanzas comunales.

En vistas de los gráficos de protesta y teniendo en cuenta el marco nacional se explica la intensa movilización de los trabajadores de servicios (correos, telecomunicaciones y ferroviarios), así como se entiende que las demandas frente a la pérdida de trabajo o de vivienda representan un ínfimo porcentual frente al reclamo salarial que domina el cuadro. También se explica que los trabajadores municipales se hayan mostrado muy activos en el planteamiento de sus reclamos salariales frente al municipio.

### **Escalas de las protestas**

La ciudad de Río Cuarto es de rango intermedio. Hacia fines de siglo XX reunía una población de 110.100 habitantes según el censo de 1980, para alcanzar la cifra de 138.850 en 1991. Las actividades predominantes -aún hoy- son comerciales y de servicios. Cuenta también con una universidad pública, fundada en 1971. Ubicada en los bordes de la pampa húmeda, se halla rodeada de un cinturón agrario. No se estaba -ni tampoco en la actualidad- ante la presencia de una ciudad industrial que tuviese un componente de clase obrera significativo, sino que los grupos más dinámicos se hallan asociados al sector terciario y de servicios.

Dentro del sector industrial el rubro más dinámico era el alimenticio y de la construcción de material de transporte. En materia agrícola se destacaban la producción de forrajeras y en menor medida las oleaginosas y hortalizas, que en su conjunto ocupaban el 62% del área total del departamento mientras el 38% correspondía a la producción ganadera con la cría y engorde de ganado bovino. La distribución de las tierras por sistema de tenencia era muy similar al resto de la región pampeana, es decir, la propiedad ocupaba entre el 65 y el 70% de la superficie total; ello significa que entre fines de los setenta y principios de los ochenta se habría producido una disminución en la cantidad de explotaciones arrendadas.

Precisamente, esta singularidad en su configuración socio económica explica que la mayor parte de los actores colectivos movilizados representen el área de educación en todos sus niveles y los servicios que se brindaban en el área urbana, que por entonces experimentaron un traspaso del ámbito público estatal al privado, como ya se mencionó, o bien se vieron afectados por la disminución del presupuesto (trabajadores del sector salud pública). La dependencia de trabajadores de la nación, de la provincia y del municipio, integran otro grupo significativamente movilizado.

## **Reflexiones finales**

El trabajo ha desarrollado desde una metodología principalmente cuantitativa, aunque también con un propósito de análisis cualitativo el ciclo de protestas que se desarrollaron en una escala local urbana, Río Cuarto, en los bordes de la pampa húmeda. El escenario geográfico común es la ciudad, aun en el caso de las protestas agrarias. Otro punto en común es que los colectivos sociales dirigieron sus demandas al Estado, nacional en la mayoría de los casos, provincial por parte de los trabajadores de la educación y municipal en el caso de los trabajadores del municipio.

A partir de ese núcleo en común se plantean las substanciales diferencias, tanto en el número de las acciones contenciosas llevadas a cabo (solo 3 fueron agrarias de un total de 240), como en las demandas planteadas (mientras el conjunto de los trabajadores de distintos sectores planteaba reivindicaciones salariales, los empresarios agrarios colocaban indicadores impositivos, y en un caso (la movilización de 1991) convalidaron y exigieron mayores avances en la reforma del Estado. Los repertorios también los ubica en posiciones diferenciadas, la huelga frente a la concentración.

El trabajo ha puesto de relieve la dinámica protestataria en dos ciudades intermedias de la provincia de Córdoba, y ha subrayado algunos matices diferenciados respecto de lo ya conocido en otros espacios subnacionales, como ser la predominancia de trabajadores del sector servicios, salud y educación, lo cual se corresponde con el perfil de una ciudad donde los servicios y la administración pública, además del sector educativo congregan buen parte de los trabajadores. ¿Qué razones explicarían la ausencia de trabajadores mercantiles en una ciudad que históricamente se caracteriza por desarrollar tal actividad económica? Es un interrogante que amerita la continuidad de esta investigación.

## **Fuente periodística**

*Archivo Histórico Municipal de Río Cuarto. Puntal, Río Cuarto, 1989 a 1991.*

## **Referencias**

ANDÚJAR, Andrea y LICHTMAJER, Leandro (comps.). *Lo local en debate. Abordajes desde la historia social política y los estudios de género (Argentina, 1900-1960)*. Buenos Aires: Teseo, 2019.

AUYERO, Javier. *La protesta. Retratos de la beligerancia popular en la Argentina democrática*. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2002.

BARROS, Sebastián. *Orden, democracia y estabilidad. Discurso y política en la Argentina entre 1976 y 1991*. Buenos Aires: Alción Editora, 2002.

CARINI, Gabriel y GERBALDO, Juan Carlos. *Entre la movilización y la negociación: FAA y*

- UATRE frente al agronegocio (Córdoba, fines del siglo XX). *Avances del Cesor*, volumen 18, n° 24, 2021. Disponible en <https://www.sciencegate.app/document/10.35305/ac.v18i24.1387>
- GIARRACCA, Norma. *La protesta social en la Argentina. Transformaciones económicas y crisis en el interior del país*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2001.
- GORDILLO, Mónica, ARRIAGA, Ana, FRANCO, María José, et. al. *La protesta frente a las reformas neoliberales en la Córdoba de fin de siglo*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2012.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás y Cotarelo, María Celia. La protesta social en los 90. Aproximación a una periodización. *Documentos y Comunicaciones*, volumen 4, págs. 173-182, 2001. Disponible en: [http://www.cedinpe.unsam.edu.ar/sites/default/files/pdfs/inigo\\_carrera-cotarelo-docto\\_27.pdf](http://www.cedinpe.unsam.edu.ar/sites/default/files/pdfs/inigo_carrera-cotarelo-docto_27.pdf)
- LÓPEZ, Andrea, CORRADO, Aníbal y OUVIÑA, Hernán. Entre el ajuste y la retórica: la administración pública tras veinte años de reformas. En THWAITES REY, Mabel y LÓPEZ, Andrea (comps.). *Entre tecnócratas globalizados y políticos clientelistas. Derrotero del ajuste neoliberal en el Estado argentino*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005, págs. 117-144.
- QUIROGA, María Virginia y BAGGINI, Iván. El ciclo de protestas 2001-2002 en clave local. Revisitando el periodo desde la ciudad de Río Cuarto. RAIGAL. *Revista Interdisciplinaria de Ciencias Sociales*, volumen 6, págs. 66-81, 2020.
- ROITMAN, Susana y SABATTINI, Virginia (coords.). *La trama productiva láctea de Villa María. Problemáticas y abordajes desde las Ciencias Sociales*. Villa María: UNVM, 2017.
- SANTELLA, Agustín. La protesta social en los noventa. En *V Jornadas de Sociología de la UNLP*. La Plata: UNLP, 2008. Disponible en <https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev6413>
- SEWELL, William. Por una reformulación de lo social. *Ayer: Revista de Historia Contemporánea*, vol. 62, págs. 51-72, 2006. Disponible en: [https://www.revistaayer.com/sites/default/files/articulos/62-2-ayer62\\_MasAllaHistoriaSocial\\_Cabrera.pdf](https://www.revistaayer.com/sites/default/files/articulos/62-2-ayer62_MasAllaHistoriaSocial_Cabrera.pdf)
- SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos. Estado y poder económico. 1946-55/1973-76/1989-99*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2002.
- SCHUSTER, Federico. Las protestas sociales y el estudio de la acción colectiva. En SCHUSTER, Federico, NAISHTAT, Francisco, NARDACCHIONE, Gabriel y PEREYRA, Sebastián (Comps.). *Tomar la palabra. Estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina contemporánea*, Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2005, pp. 43-83.
- SCRIBANO, Adrián. Reflexiones sobre una estrategia metodológica para el análisis de las protestas sociales. *Sociologías*, vol. 5, n° 9, págs. 64-104, 2003. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XKJCvpcfqYNpbpJ6zWcXNSw/?format=pdf&lang=es>
- SVAMPA, Maristella. *Protesta, Movimientos Sociales y dimensiones de la acción colectiva en América Latina*. 2009. Disponible en: <http://maristellasvampa.net/protesta-movimientos-sociales-y-dimensiones-de-la-accion-colectiva-en-america-latina/>
- TARROW, Sidney. *El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza, 1997.



## REZAS E COMENSALIDADES EM UM PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA DÁDIVA

César Augusto Viana de Lima, mestrando em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [cavianax1@gmail.com](mailto:cavianax1@gmail.com)

Antonio Renaldo Gomes Pereira, doutorando em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [renaldogomes@live.com](mailto:renaldogomes@live.com)

**Resumo:** Personagem comum em todo território brasileiro, a rezadeira é descrita de diferentes formas, sendo geralmente atrelada à imagem de uma mulher idosa, capaz de debelar o mal dos “clientes” enfermos que a procura. Neste universo, por falar em nome de uma religião, a rezadeira pode não ser entendida sem que sua religião seja levada em consideração. Através de seu ofício, enquanto cientista popular e integrante de uma comunidade, cria uma rede de solidariedade na qual figuram ela própria e sua clientela, principalmente. Objetivamos com este trabalho, tecer algumas reflexões sobre comensalidade no ofício das rezadeiras. Por mais que a rezadeira se identifique com uma religião específica, a prática do seu ofício, por vezes, se confunde com outros saberes advindos de religiões distintas ou mesmo de outras práticas populares. Tais conhecenças, reunidas em um indivíduo, deixam de ser um apanhado fragmentado de saberes isolados para formar um sistema complexo e bem articulado de conhecimentos. A comuta que se dá no seio da comunidade protagonizada pela rezadeira e seus “clientes” ultrapassa a noção de uma mera relação de prestação de serviços e ganha contornos distintos na produção de sentidos, ao passo que a relação é ressignificada entre os envolvidos e a retribuição por parte da clientela se constitui na doação de alimentos em troca dos serviços prestados pela rezadeira. Neste âmbito, refletir sobre a comensalidade nas relações de dádiva que se tecem em torno das rezadeiras pode nos ajudar a compreender outras percepções de mundo, na medida em que esses atores são desafiados a encontrar alternativas e soluções para a cura de enfermidades e novos sentidos e significações são produzidos no bojo dessas relações.

**Palavras-chave:** Rezadeira; Comensalidade; Dádiva.

### Introdução

No contexto social urbano do século vinte e um, identificamos personagens que resistem ao tempo e têm reconhecidos, principalmente entre os populares, suas práticas e formas de lidar com os males de ordem física e espiritual que molestem as pessoas. Estão entre os indivíduos capazes de identificar e/ou reprimir os males que se manifestam em forma de doença, os xamãs e as rezadeiras. No cenário contemporâneo, onde as transformações tecnológicas e científicas têm ganhado terreno, esses personagens estão cada dia mais escassos, contudo, a tradição de buscar uma rezadeira/benedeira para benzer “vento caído”, “quebranto”, “mau-olhado”, “dente triado”, “espinhela caída” sobrevive ao tempo.

Os dados empíricos apresentados no decorrer deste trabalho foram obtidos no município de Cuité, interior da Paraíba, no período de 2017 e 2018, para compor a monografia intitulada *O ofício das rezadeiras: convergências e divergências entre o fazer nutricionista*, apresentada no curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande. Dialogamos, neste trabalho, com Contreras (2015), Del Priore (2004), Dos Santos (2018), Garcia (2015), Lévi-Strauss

(1996; 2004), Miranda (2017), Oliveira (1985) e Silva (2010), entre outros, para apresentar o cenário e as práticas que se constroem em torno da figura de uma rezadeira.

Neste trabalho, propomos uma reflexão em torno do processo de ressignificação da dádiva que se dá no ofício de rezadeiras. Para tanto, tratamos de apresentar algumas situações em que as práticas de cura têm suas gratificações ressignificadas e o recebimento de alimentos como forma de retribuição torna-se frequente e ganha o sentido de "mais adequado". As relações de dádiva que se tecem em torno das rezadeiras envolvendo o processo de cura e alimentos, ora recebidos ora consumidos, pode nos ajudar a compreender outras percepções de mundo, na medida em que esses atores são desafiados a encontrar alternativas e soluções para a cura de enfermidades e novos sentidos e significações são produzidos no bojo dessas relações.

Para a construção deste trabalho contamos com colaboração de nove interlocutores que desenvolvem o ofício de rezador no município de Cuité, dentre eles, um do sexo masculino e oito do sexo feminino. Segundo informações obtidas durante as interlocuções, que consistiram em conversas guiadas por um roteiro de entrevista semiestruturada, o tempo de atuação como rezadores varia entre dez e sessenta e cinco anos e as formas de aprendizado são as mais diversas. Trataremos dessas mais adiante.

O artigo se divide em quatro seções: a primeira apresenta a figura da rezadeira como indivíduo que se constrói entre os populares como pessoa capaz de identificar os males que podem afligir os seres vivos. Conhecedora dos processos de adoecimento e de cura, a rezadeira usa ervas, banhos e rezas para suprimir os males. Na seção seguinte, o cenário católico é apontado como propício para o desenvolvimento das habilidades e técnicas adotadas pela rezadeira que, além do uso de ervas e outros saberes, se ampara nas rezas e súplicas do catolicismo popular para subjugar e/ou extinguir os males. Na terceira seção, apresentamos ideias advindas de rezadeiras que indicam novas possibilidades para os tipos de agrados recebidos em razão do trabalho prestado. Na quarta seção, tratamos de tecer algumas ideias e significações em torno da ideia de comensalidade. Por fim, buscamos refletir a comensalidade no ofício das rezadeiras e outras percepções de mundo num processo de ressignificação da dádiva.

### **As rezadeiras**

No Brasil, as artes curativas com uso de rezas e ervas têm início no Período Colonial. “Os elementos oriundos da fauna e da flora, que já eram utilizados pelas populações indígenas em suas práticas de cura, passaram a ser incorporados, primeiramente, pelos Jesuítas e, posteriormente, pelos agentes da medicina oficial”. Com a chegada dos africanos e suas práticas

de cura, “o receituário da Colônia se tornou ainda mais complexo e híbrido” e a junção desses conhecimentos passou “a ser empregado pelos médicos, cirurgiões, barbeiros, curandeiros e benzedores” (MIRANDA, 2017, p. 288).

Segundo Mary del Priore (2004, p. 92), curandeiras e benzedoras que utilizavam em seu ofício as “orações, benzimentos, rezas e palavras santas” oriundas do catolicismo passaram a ser perseguidas pelos inquisidores do Santo Ofício que alegavam que suas curas tinham inspiração diabólica”.

No século XVIII, com “o crescimento da religiosidade popular”, que abarcava “traços católicos, africanos, indígenas e judaicos, favoreceu, ainda mais, o aumento do número de curandeiros, rezadores e benzedores que, com palavras mágicas e santas, procuravam curar os doentes e afastar os maus-olhados” (MIRANDA, 2017, p. 295).

De certa forma, os serviços ofertados pelas curandeiras e benzedoras eram como um “consolo para as classes desfavorecidas”, sendo, então, percebidas como “fontes milagrosas ou ‘operações mágicas’ revelavam uma outra racionalidade, repousada na crença de que certas pessoas, ou coisas, detinham poderes sobrenaturais em relação aos usos do corpo” (DEL PRIORE, 2004, p. 91).

Atualmente, esse personagem que figura a cena mágico-religiosa brasileira é denominado rezadeira ou benzedora e está presente nos confins de todas as regiões do Brasil. A rezadeira, termo que adotamos para nomear a pessoa que desempenha esse ofício, pode ser descrita de formas variadas, sendo geralmente relacionada à imagem de uma mulher idosa, capaz de debelar o mal de seus “clientes” enfermos por meio de uma reza ou benzimento (CASCUDO, 2004).

Recitar preces, rezas e orações acompanhadas por gestos corporais que inclui movimentar um raminho de folhas percorrendo o corpo enfermo dos “clientes” que a procura, são ritos que compõem parte significativa do ritual de cura oferecido pela rezadeira. Em sua identidade social reside a função de portadora de conhecimentos que podem ser utilizados para cura de males físicos e espirituais. O poder a ela incumbido é legitimado pelas pessoas que buscam seus serviços, assim como pela comunidade que a reconhece como tal.

Durante o benzimento, a rezadeira aciona saberes advindos de crenças distintas que irão compor o ritual específico para reprimir o mal-estar em questão. A assinatura do catolicismo popular se evidencia ao recorrer ao uso de rezas e súplicas em favor da cura de seus “clientes” (DOS SANTOS, 2018). Por estar vinculada a uma religião ou forma de religiosidade específica, a rezadeira enquanto cientista popular e religiosa é melhor entendida ao considerar todas as

nuances de sua religiosidade (OLIVEIRA, 1985). Neste âmbito, sua religião desempenha papel preponderante nas formas com as quais aplica sua ciência de cura. Por tratar-se de uma ciência composta de conhecimentos empíricos, ela apresenta, por vezes, detalhes diferenciados na mesma técnica de cura ou benzeção realizado por rezadeiras que, porventura, possuam religiões e/ou influências distintas.

Conforme Oliveira (1985), uma rezadeira católica pode possuir modos distintos de uma rezadeira umbandista no processo ritual de cura de seus “clientes” e pode em alguns momentos usar recursos e elementos próprios de suas religiões.

Portanto, diferentes elementos e recursos podem ser utilizados no ofício, variando desde o emprego de orações associadas a gestos específicos ao uso de ervas, frutos, flores, sementes, raízes, velas, objetos e outros instrumentos.

### **A identificação religiosa**

A identificação com o catolicismo pode ser percebida pela composição do cenário que apresenta elementos que remetem à religião católica, exposto nas residências das rezadeiras. Neles, é comum observar imagens de santos do povo, beatos e outras entidades que suscitam a fé. Recordamos, aqui, um momento em que pudemos observar, durante uma das visitas em razão de uma pesquisa realizada no município de Ibiapina, interior do Ceará, no ano de 2016, na qual pudemos verificar entre os santos católicos e populares a imagem do orixá Iemanjá figurando entre os demais.

O altar de santo é um dos elementos que compõem a cena ritual na qual as rezadeiras, comumente, realizam suas atividades de cura e benzeção. Ele pode ser entendido como elemento de inspiração para a mescla de ingredientes, se é que pode ser chamado assim, que irão compor a reza ou processo de cura a ser aplicado no enfermo. Nele estão representados a maioria das entidades evocadas na atividade ritual.

As práticas de cura (re)elaboradas e empreendidas por rezadeiras, assim como tantas outras advindas do povo, se reproduzem na oralidade. Entre os interlocutores que contribuíram para a construção deste trabalho, surge uma porção de nomes de parentes, amigos e conhecidos, além de entidades que são apontadas como portadoras e transmissoras do conhecimento de cura e que foram responsáveis por suas iniciações, sendo eles os agentes geradores e disseminadores dos primeiros métodos e técnicas de cura assimilados.

Segundo Garcia (2015), a prática do ofício da rezadeira é uma herança de família, ou seja, os saberes que sustentam a prática do ofício da rezadeira são passados de geração a geração. Há ocasiões em que esses saberes e conhecimentos são transmitidos por alguém

próximo, não necessariamente alguém que compartilha laços sanguíneos.

*“A curandeira era comade Delfina, morreu já. Comade Delfina me ensinou tudo. Aprendi pensando, aprendi escutando, porque quem não sabe lê, escuta, né!”,* diz uma interlocutora sobre o processo iniciático ao qual se submeteu.

É comum que seu aprendizado inicial esteja vinculado a familiares e/ou pessoas próximas do núcleo familiar, tais como: pai, mãe, avós ou mesmo compadres e comadres, possibilitando a continuidade dessa prática. Uma de nossas interlocutoras informa que *“não fui ensinada a rezar por ninguém, meu pai era rezador, meu avô era rezador, mas quem me ensinou a rezar, ouvi e aprendi, foi uma senhora em Itabaiana, tinha doze anos”*. O processo de iniciação costuma ser bem cedo, como indica a fala a seguir: *“assim... Eu escutei, eu era mocinha nova e eu escutei uma senhora rezando, aí fui aprendendo, fui pedindo força a Deus e só foi alimentando mais a fé no povo”*. Percebemos, na fala da interlocutora, que o processo de construção da imagem da rezadeira contribui para a formação e identificação como tal. A fé é empregada como elemento crucial no processo de cura tornando possível sua efetivação e reconhecimento pela comunidade que legitima a ação e outorga à rezadeira o *status* necessário para validar suas rezas.

Há casos em que a necessidade de socorrer um familiar faz despertar o dom da reza, surgindo, assim, a rezadeira que assume a missão e toma para si a obrigação de jamais negligenciá-la. *“Deus me ensinou, eu benzer. Foi Deus, me deu o dom, né?”*, diz uma interlocutora. Na literatura antropológica, conforme Mello (2013), o dom pode ser entendido como a capacidade que a rezadeira tem de efetuar sua ritualística de cura, que se constitui de e em uma experiência própria e singular de cada rezadeira no seu fazer. Os estudos de Garcia (2015) corroboram com a ideia ao apresentar algumas afirmações por parte de rezadeiras que asseguram ter recebido o “dom” de realizar sua prática por meio de entidades divinas, tais como: anjos e outras deidades, que compõem o imaginário religioso das mesmas. O termo dom, mencionado acima, faz referência a um fenômeno religioso e, como indica Martins (2005), obedece a uma regra de tradução cultural.

A teoria da dádiva ou dom elaborada por Mauss (2003) tem sentido mais amplo e constitui-se no que convencionou-se a chamar de “tríplice obrigação coletiva de doação” que consiste em “dar, receber e retribuir”. Esta teoria sistematiza doação, recebimento e devolução, nela inclui-se bens simbólicos e materiais.

A ressonância e a emergência dessas ideias atravessam a modernidade sob novas roupagens, ganhando inteligibilidade no seio de uma sociedade movida

- não somente, mas inclusive - por estímulos de interesse, racionalidades e utilidade. E, não obstante a persistência de vínculos propícios a partir desses traços [...], a dádiva se mantém de modo a caracterizar-se por tudo aquilo que ‘circula na sociedade, em prol e nome do laço social’ (GODBOUT, 1998, p. 5).

Nesse sentido, é interessante atentar que as formas de troca de bens e consumo são valorizadas no mundo globalizado e neoliberal, entendidas nas sociedades capitalistas diverge, da concepção que foi apresentada pelas rezadeiras entrevistadas aqui, fato que também chama a atenção uma vez que as mesmas se situam em meio a este mesmo contexto que privilegia o lucro e a venda de serviços, assim as rezadeiras também fazem resistência frente ao sistema capitalista de consumo e outras formas de cura. O “agrado” como é dito na fala que segue, se expressa de forma simbólica, no sentido de não necessitar necessariamente de uma obrigatoriedade explícita de um pagamento, o que importa neste contexto não é o lucro ou o dinheiro, mas sim restabelecer a saúde da pessoa enferma.

### **As rezas e o agrado**

O termo agrado é empregado com frequência no meio rural para indicar algum tipo de gratificação ou forma de pagamento. De acordo com nossos interlocutores, a gratificação em forma de dinheiro tem sido colocada de lado, enquanto que outras formas de retribuição pelo serviço prestado entram em cena. O pedido ou aceite do pagamento varia de acordo com cada um, contudo, para que haja a retribuição não é necessário uma cobrança prévia, basta a realização da atividade de cura para que suscite o desejo de recompensar. “*O povo dava o que queria dar*”. “*Peguei muitos anos, aí eu deixei*”. Receber ou não, um agrado, em razão da atividade de cura não define a realização do mesmo. De acordo com uma interlocutora, se “*chega uma pessoa precisando eu rezo*”. “*Eu não rezo por nada, só quero que o povo fique bom*”. Há, ainda, os casos em que há a recusa de remuneração por parte da rezadeira. Uma de nossas interlocutoras diz que “*não recebo*”, ao passo que outra comunica que “*graças a Deus, não exijo nada de ninguém, graças a Deus, não, não exijo*”. “*Às vezes o povo dá [um agrado], mas dinheiro não*”. “*Traz uma ofertinha ou então quando oferece dinheiro quero não, mas recebo se eles traz, eu recebo, né?*”, afirma.

Nas falas, as rezadeiras foram bastante enfáticas, ao afirmar a recusa por qualquer forma de remuneração pelos serviços de cura, apesar de alguns de seus clientes, em certos momentos, expressarem o desejo de retribuição. Percebemos, aqui, uma outra percepção de mundo num processo de ressignificação da dádiva, nos termos de Mauss (2003), onde o que importa não é o recebimento de qualquer tipo de pagamento, principalmente em forma de dinheiro, mas, ao

contrário, doar seus serviços, ao mesmo tempo que preserva uma rede de relações de trocas mútuas entre os sujeitos em cena. A recusa pelo pagamento em dinheiro reside na ideia de “*que a palavra do Senhor não se vende*” e se fortalece na crença de que “*Deus não deixou ninguém pra rezar por dinheiro*”. Além disso, “*eu não sei trabalhar com essas coisas de negócio de dizer assim: quero dinheiro. Essas coisas. Quero isso, pra fazer isso aquilo outro*”, esclarece.

Verificamos um processo que se constitui na ressignificação de formas de retribuição pelos serviços prestados pelas rezadeiras, que são entendidas dentro deste contexto como ofertas ou oferendas. Tal ideia de recompensa é parte das expressões da fé dos fiéis que tem sua graça concedida pela intermediação da rezadeira que suplica as deidades pela saúde do “cliente enfermo”. Entre as ofertas ou oferendas incluem-se, frequentemente, os alimentos. “*Pelo trabalho, recebo dinheiro não, eu não vendo a palavra de Deus, mas se a pessoa interessar a me dar um quilo de feijão, um alimento, um negócio de alimento e hoje em dia um pão, uma coisa... Tudo eu recebo! Agora, dinheiro não quero de forma nenhuma*”, nos conta uma interlocutora.

De acordo com Silva (2010), a ânsia de retribuição está vinculada ao desejo de quitar uma dívida que se estabelece na realização do trabalho de cura empreendido pela rezadeira.

Formula-se uma diferença fundamental entre a dádiva e o sistema mercantil, a primeira situa-se no plano da permanência da dívida, já o segundo é caracterizado pela transação pontual onde a troca impele à simetria e funda-se na liquidação imediata da dívida. Por outro lado, tudo o que circula sob a égide da dádiva permite aos atores sociais valerem-se de uma margem que promove a articulação entre a liberdade e a obrigação de dar, receber e retribuir, abrindo espaço à diversidade e à liberdade na escolha de desfazer ou construir alianças conforme as motivações e os desejos particulares dos participantes (SILVA, 2010, p. 366).

Neste contexto, a rezadeira é peça motriz nesse processo de ressignificação da dádiva e reelaboração de novos sentidos, tendo os alimentos ofertados como um dos elementos constituintes da atividade de cura.

A oferta de alimentos é capaz de suscitar o sentimento de pertença a um grupo ou comunidade específica, como ocorre no caso das rezadeiras que contribuiram para a construção deste trabalho. A produção de novos sentidos e o delineamento das relações entre os atores envolvidos se evidencia ao passo que valores internos da comunidade são reafirmados.

A doação de alimentos tornam-se, então, uma forma de retribuição aceita pela rezadeira que opta por alimentos não perecíveis de uso cotidiano. Assim, os clientes trazem “*feijão, bolacha, açúcar, tudo traz*” diz uma interlocutora ao ser indagada sobre as possibilidades de compensação por parte de seus clientes em razão do serviço prestado por ela. Contudo, quando

a ideia de pagamento pelas rezas entra em pauta, ela nos diz que “*reza pra Deus não tem preço*”.

A cura pelo benzimento gera desejo de retribuição por parte dos clientes que expressam sua fé através da oferta de alimentos em sinal de comunhão com a rezadeira, a deidade e a comunidade.

Ao recordar questões que envolvem as relações empreendidas entre rezadeira e seus clientes em razão do processo de cura e das retribuições concernentes, uma interlocutora nos conta que

“Já curei gente que chegou com nota de ‘cem real’, botou na minha mão, eu digo: não quero dinheiro de forma nenhuma. ‘E o quê que vai querer? Que eu fiquei muito agradecido’, [diz o cliente]. Eu digo: quer agradecer, eu vou lhe dizer. Você me dá ai uma farinhazinha. Nesse tempo a gente comprava uma farinha aqui, quando deu fé, o homem chegou com um saco de farinha”.

Além das rezas realizadas em seres humanos ou em favor dos mesmos, é bastante comum, sobretudo em áreas rurais, as rezas em animais para curar doenças ou machucados. “*Eu rezo bruto, animal, tudo eu rezo*”, afirma. Rezas para evitar entrada de animais peçonhentos em pastos ou mesmo para evitar a passagem dos animais de criação para fora dos limites da propriedade de seus donos ocorrem com frequência.

A rezadeira utiliza seu conhecimento da medicina popular para produção e cocção de chás e infusões com produtos e ervas ofertados pelos clientes. Essas técnicas são incorporadas e empregadas no ciclo das relações que se estabelecem entre a rezadeira e sua “clientela”. “*O povo traz pra eu arrumar e eu vou fazendo aquele chá e vou bebendo, enche uma garrafa*”, confessa.

### **Algumas significações em torno da comensalidade**

A comida e as formas de se relacionar com os alimentos carregam uma dimensão simbólica fortemente ligada ao contexto social vivenciado. Isto, se constitui “como resultado e representação de processos culturais que preveem a domesticação, transformação e reinterpretação da natureza” (FALTIN, GIMENES-MINASSE, 2019). Tal sistema propõe pensar o consumo, as trocas a nível de interação social e a lógica do processo econômico (HERNÁNDEZ, 2005).

As formas com que as pessoas se relacionam com os alimentos estão, frequentemente, condicionadas por um conjunto de indicações e tabus alimentares prescritos por crenças religiosas. Nesse contexto, conforme Contreras e Gracia (2011), a alimentação se apresenta como código e linguagem nas relações humanas cotidianas.



A comuta que se dá no seio da comunidade protagonizada pela rezadeira e seus clientes ultrapassa a noção de uma simples prestação de serviços e ganha contornos distintos na produção de sentidos, ao passo que a relação é ressignificada entre os envolvidos e a retribuição por parte da “clientela” se constitui na doação de alimentos em troca dos serviços prestados pela rezadeira.

Segundo Gomes (2007), o serviço prestado pela rezadeira adquire uma dimensão de solidariedade e comprometimento com as pessoas que a procuram. Enquanto o interesse econômico sai de cena, firma-se um vínculo entre os atores envolvidos.

Em nenhum momento, foi constatado qualquer tipo de cobrança pelos serviços prestados pela rezadeira, uma vez que, segundo elas próprias, seu ofício não pode ser cobrado e sua gratuidade é entendida como um sinal de sua devoção. A rezadeira se coloca como mediadora entre a pessoa enferma e Deus, pois, de acordo com elas, a cura vem dele. Segundo Beltrão Júnior (2013), quando um membro da comunidade adoecer todos os demais adoecem junto, há uma espécie de comoção, que mobiliza todo grupo, incluindo a rezadeira, figura fundamental que guarda os saberes transmitidos sobre as curas e as doenças, numa rede mútua de solidariedade.

A oferta de alimentos e a ideia de comunhão amplamente difundida no catolicismo popular, entre seus fiéis, se estende, na mesma proporção, às rezadeiras de devoção católica. Ela toma seu ofício como uma missão que por nenhum motivo deve ser negligenciada. Os alimentos ofertados em retribuição pelo serviço da rezadeira são mostras da expressão de fé das pessoas que a procuram para aliviar as dores físicas e/ou espirituais. A comida oferecida toma uma dimensão que está para além do consumo, se tornando elemento agregador, um sinal de fé e união entre os envolvidos, ao passo que a própria rezadeira é reafirmada enquanto agente portador de conhecimentos importantes para sua comunidade.

O termo comensalidade está relacionado à dimensão agregadora da comida que tem entre suas propriedades, a capacidade de estabelecer relações de sociabilidades, posto que, os alimentos ofertados entre os membros de um grupo podem reforçar os laços de união e coesão do mesmo.

Em torno da rezadeira, um apanhado de ações aparentemente isoladas se tornam um conjunto complexo e bem articulado de saberes e ações, onde se situam as relações com sua “clientela”, numa rede mútua de solidariedade.

O alimento como elemento capaz de constituir ou gerar vínculos entre pessoas e deidades se apresenta na cena ritual protagonizada pela rezadeira que encontra utilidades das

mais diversas nos alimentos durante o benzimento. Verificamos, no decorrer da pesquisa, o mastigar do alho com o intuito de gerar um campo de proteção em torno do enfermo, ao passo que a capacidade de banimento gerada pelo alimento em pauta entra em ação retirando o mau-olhado no ritual de benzimento, afirma uma interlocutora. Neste contexto, o alimento assume, dentro do ideário religioso da rezadeira, caráter protetivo. O mau-olhado pode estar associado a algum pensamento negativo e é capaz de afetar negativamente, tanto o corpo físico quanto o próprio espírito da pessoa, levando o indivíduo ao adoecimento.

A comensalidade é uma das características mais significantes no que se refere a sociabilidade humana, relacionando-se não apenas a ingestão de alimentos, mas também aos modos do comer, envolvendo hábitos culturais, atos simbólicos, organização social, além do compartilhamento de experiências e valores (FISCHLER *apud* LIMA; NETO; FARIAS, 2015).

Para além do aspecto biológico e nutricional, a alimentação se reveste de significados como indica Contreras (2005) e ganha novos contornos ao tornar-se parte da construção da identidade da rezadeira entendida como guardiã de conhecimentos e saberes ancestrais.

A eficácia do tratamento mágico-religioso realizado pela rezadeira acontece quando se dá a eliminação dos sintomas dos “clientes” enfermos que a procuram, ao passo que ela é reafirmada dentro do seio da própria comunidade como agente detentora de saberes imprescindíveis para a manutenção da saúde e da vida (GARCIA, 2015).

Pensando a partir das ideias desenvolvidas por Lévi-Strauss (1996), acerca da eficácia simbólica, assinalamos que no ideário que constitui a cosmovisão da rezadeira, a eficácia de seu tratamento aconteceria sob três elementos, sendo o primeiro, a crença da própria rezadeira na eficácia de seu tratamento; em segundo, a do “cliente” enfermo que é tratado por ela; e por fim, a confiança e as opiniões da comunidade coletiva onde essas relações se desenvolvem.

Como os feiticeiros das sociedades tribais, as benzedeiras acreditam fortemente na eficácia do seu trabalho. Mas essa condição, por si só, ainda não valida o seu ofício. A benção é a síntese de um trabalho que permite que se associem aos ritos, as doenças, os males, incertezas, as ansiedades. Repetidos um sem-número de vezes, os ritos vão sendo recriados, acrescidos de estratégias de cura com sal, o vinagre, o alho, o óleo, a água e as plantas medicinais. Nesse processo vão sendo resgatadas explicações que se passam no cotidiano da vida social das pessoas e vão ganhando um grande vigor (OLIVEIRA, 1985, p. 88).

Garcia (2015) alega que, em algumas situações, ao realizar o benzimento nos “clientes” enfermos, as rezadeiras utilizam ramos de ervas, indicam chás e banhos específicos a serem seguidos pelos seus “clientes” como parte essencial do tratamento.

Lévi-Strauss (2004), em *O cru e o cozido*, propõe pensar no processo de culturalização dos alimentos através de um triângulo culinário - o cru, o cozido e o podre - onde o alimento em seu estado natural passaria por processos de preparação e transformação pela cocção do fogo, ao passo, que vão ganhando novos sentidos e significados dentro de seus próprios contextos. O processo de cocção de alimentos pelo fogo serviria para auxiliar na extração total dos nutrientes necessários para restabelecimento do corpo. Seguindo a mesma lógica, Contreras (2011), acrescenta que todo sistema de crenças mais ou menos articulado possui algum tipo de prescrição alimentar e que reagem a alimentação de alguma forma.

### **Considerações finais**

No universo das rezadeiras, a medicina popular deixa de ser um apanhado fragmentados de conhecimentos isolados e se torna, nesta mesma esfera, um conjunto bem articulados de saberes nos quais se fundamenta sua ciência e em torno dela se constroem relações da mais diversas, figurando ao centro, a rezadeira e sua “clientela”, com a indicação de chás, lambedores, fruta e alimentos variados que contribuirão para o restabelecimento da saúde da pessoa enferma (LIMA, 2018).

Os tratamentos realizados pelas rezadeiras, especialmente as que contribuíram para a construção deste trabalho, apresentam como principal espaço de realização do seu ofício, o ambiente doméstico, seu próprio lar, onde são preparados os chás, lambedores e infusões destinadas aos seus “clientes”. De certa forma, esses saberes competem com outras formas de tratamentos oficiais, contudo, não fazem resistência frente a eles. A cura realizada pelo ofício da rezadeira, também é capaz de fortalecer os laços e as relações entre as pessoas da comunidade, que seguem suas recomendações e prescrições. Brillat-Savarin (2009) chama a atenção para uma cozinha de reparação, forjada no seio do lar com a intenção de restabelecer a saúde dos familiares e pessoas mais próximas.

Para Fischler e Masson (2010), a comensalidade deve ser compreendida a partir da cadeia de produção do alimento, que passa por processos de ressignificação e ganham novos sentidos dentro do sistema alimentar, até que seja consumido pelo comensal. Aqui, como apresentamos, a alimentação ganha outros contornos no contexto mágico-religioso das rezadeiras, sendo expressão de fé dos “clientes” que a procuram e sinal de comunhão com a deidade que cura e com sua própria comunidade. Os chás e infusões indicados pela rezadeira e o cuidado com as pessoas enfermas da comunidade reforçam a união entre esses atores, formando uma rede de solidariedade mútua.

As relações que se estabelecem entre as rezadeiras e os usuários de seus serviços possibilitam a construção de novas percepções de mundo em um processo de ressignificação da dádiva.

## Referências

- BELTRÃO JÚNIOR, Hudson. Roberto; NEVES, Soriany Simas. *As Práticas de Benzimento em Parintins: Uma Abordagem Folkcomunicação*. Universidade Federal do Amazonas, Parintins, AM. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte –Manaus. 2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0062-1.pdf>. Acesso em 25 nov de 2021.
- BRILLAT-SAVARIN, Jean Anthelme. *A fisiologia do gosto*. 2 ed. São Paulo. Companhia Das Letras, 1995.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Global, 2001.
- CONTRERAS, Jesus. *Alimentación y cultura*. Perspectivas antropológicas. Editorial Ariel. Barcelona. 2015.
- CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil / Mary Del Priore (org.) Carla Bassanezi (coord. de textos) –ed. - São Paulo: Contexto, 2004.*
- DOS SANTOS, Francimário Vito. *O ofício das benzedeiras: um estudo sobre práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta – RN*. Porto Alegre: Cirkula. 2018.
- FALTIN, Andrea Ortolani; GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta. Comensalidade, hospitalidade e convivialidade: Um ensaio teórico. *Rosa dos ventos*. n. 3, v. 11, p. 634-652. 2019. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6340/pdf>. Acesso em 25 nov. de 2021
- FISCHLER, Claude; MASSON, Estelle. *Comer: a alimentação de franceses, outros europeus e americanos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
- GARCIA, Jeannette Queiroz. *As rezadeiras: cultura popular e tradição histórica*. 1 ed. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.
- GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, nº. 38, p. 39-51, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FxCGqNj5XsnrQb9MyfRhNWt/?lang=pt>. Acesso em 25 nov. de 2021.
- GOMES, Sandro Roberto de Santana. *Saúde e salvação: o sagrado das rezadeiras em paulista*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Mestrado em Ciências da Religião. 2007
- HERNÁNDEZ, Jesús, Contreras. Mudanças econômicas e socioculturais e o sistema alimentar Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez., orgs. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-08.pdf>. Acesso em 24 nov. 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mitológicas I - O cru e o cozido*, tr. Beatriz Perrone Moisés, R.J.: Cosac e Naify, 2004.

LIMA, César Augusto Viana de. *O ofício das rezadeiras: convergências e divergências entre o fazer nutricionista*. Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2018.

LIMA, Romilda de Souza; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. *Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade*. Demetra; 10(3); 507-522. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/16072/13748>. Acesso em 25 nov. de 2021.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, p. 45-66, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/954> Acesso em 21 de nov. 2021.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Caian Alberto Andrade de. Percepção, intervenção e cura: sobre modos somáticos de atenção e a prática da benzedura. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 15, n. 18, p. 57-75, ene./jun. 2013. Disponível em: [http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M\\_autores/MELLO\\_Caian\\_tit\\_Percepcao\\_intervencao\\_e\\_cura\\_benzedura.pdf](http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M_autores/MELLO_Caian_tit_Percepcao_intervencao_e_cura_benzedura.pdf) Acesso em 25 nov. 2021.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. – 3. ed. rev. ampl. E atual. – Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2017.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. *O que é benzeção*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Tiago Lemões da. A dádiva e o laço social: o caráter relacional da caridade na doação alimentar à população em situação de rua. *Interseções* [Rio de Janeiro] v. 12 n. 2, p. 358-381, dez. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/4596/3391>. Acesso em 25 nov. de 2021.

## OS PIAUIENSES DEBATEM A CONSTITUINTE: MOBILIZAÇÃO CIVIL ENTRE (1986-1987)

Cibele da Silva Andrade- PPHGB (UFPI)  
Cláudia Cristina da Silva Fontineles – PPHGB (UFPI)

**Resumo:** Parte da crise política do tempo imediato é tributária do complexo processo de reconstitucionalização do país, uma corrida pelo espaço político constitucional entre conservadores e progressistas que se confundiram com o poder originário, aquele que provém da participação direta da população. Neste artigo analisamos as formas criadas pela sociedade civil piauiense para debater a respeito da Constituinte e temas conexos a ela entre 1986 e 1987, buscamos observar como espaços de debate e fiscalização foram construídos pelos piauienses, além de buscarmos identificar suas principais características. O aporte teórico utilizado compreende as considerações de Victor Vincent Valla (1998) a respeito de participação popular. A metodologia de análise qualitativa aplicada na pesquisa incidu na escolha dos materiais analisados, ou seja, das nossas principais fontes, o Jornal O dia, periódico de grande circulação e outro de pequena tiragem, de caráter comunitário, o Jornal Alternativa, a escolha nos permitiu analisar relatos produzidos por grupos com interesses diversificados.

**Palavras-chave:** História; redemocratização; piauienses; participação.

### Introdução

Em 28 de junho de 1985, José Sarney enviou a mensagem nº 330 ao Congresso Nacional, tratava-se da proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a ser composta por deputados e senadores que se reuniriam no dia 31 de janeiro de 1987 na sede do Congresso: “Cumpro o dever assumido com a Nação pela Aliança Democrática. A Assembleia Nacional Constituinte realizará, sem dúvida, o grande e novo pacto nacional, que fará o País reencontrar-se com a plenitude de suas instituições democráticas.” (BRASIL, 1985). Na mensagem de Sarney é possível perceber o tom conciliatório com que o processo de criação da nova Constituinte foi pensado pelo governo, um “pacto nacional”, o primeiro mandato civil na presidência não marcou o fim ou a saída dos militares e das forças conservadoras das negociações políticas do país, pelo contrário, estas permaneceram na busca de aprovarem suas propostas e disputaram espaço nas comissões constituintes.

A proposta de como funcionaria a Constituinte não agradou todos os setores da sociedade civil, coexistiram projetos diferentes que trataram de como ela deveria ser estruturada, entre os principais esteve o da Constituinte congressional, aquela em que os deputados e senadores além das atividades legislativas têm a responsabilidade de formular a constituição. O principal argumento contra este modelo referiu-se a submissão das demandas sociais aos interesses partidários e políticos dos congressistas que acumulariam dupla função, legislativa e constituinte. Existiu, nesse sentido, receio diante das negociações que poderiam ser realizadas entre as elites políticas durante a ANC, o que demonstra que havia em parte da

sociedade brasileira certa desconfiança diante da idoneidade de seus representantes políticos. Também existiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, conhecida pelo nome do seu presidente, Afonso Arinos de Melo Franco. A comissão foi instaurada por Sarney através do Decreto nº 91.450, tinha 50 membros, composta por intelectuais e juristas, entre eles, Gilberto Freyre, Jorge Amado e Celso Furtado, que foram designados a formular um Anteprojeto Constitucional. A formação desta comissão, por sua vez, foi amplamente criticada por setores da sociedade civil ao ser considerada elitista e entregava o debate a pessoas que não viviam de maneira direta os problemas que atingiam a população mais empobrecidas do país.

Em contraposição ao projeto de uma Constituinte congressional estava a proposta de uma Constituinte exclusiva, neste modelo os constituintes a serem escolhidos não necessitariam pertencer ao Poder Legislativo, esta formação funcionaria exclusivamente para o trabalho de elaboração da Constituição e seria dissolvida à posteriori. "No caso da Constituinte exclusiva, os constituintes não teriam que estar necessariamente vinculados a um partido político, nem seriam diferenciados como deputados ou senadores, sendo todos "simplesmente" constituintes." Com a derrota da Constituinte exclusiva e a possível supressão das demandas populares diante de interesses político-partidários, a principal bandeira de luta dos brasileiros passou a ser a participação popular na Assembleia Nacional Constituinte. Ainda existiram iniciativas que buscaram a revogação da convocação da Constituinte congressional, foi o caso dos debates realizados por trabalhadores na capital piauiense no encontro coordenado pela Central Geral dos Trabalhadores -CUT, a Central Geral dos Trabalhadores-CGT e sindicatos não especificados. Entre as pautas reivindicadas localizamos críticas a respeito da convocação feita pelo Governo Federal do modelo congressional:

Os trabalhadores vão pedir a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, um salário real digno, segurança no emprego, mais empregos, reforma agrária, liberdade de expressão, além de protestos contra a forma que o governo convocou a Constituinte. (Jornal O Dia, 01, 02, mai., 1986, p. 07).

No trecho tem-se a requisição de direitos sociais, ligados a jornada de trabalho, a segurança e ao emprego, os direitos civis, como o de liberdade de expressão, além disso, na matéria foi apontado a existência de protestos contra o modo com que ANC foi convocada pelo Governo Federal, provavelmente uma referência ao projeto de Constituinte congressional, há possibilidade destas críticas terem sido estendidas à Comissão Afonso Arinos de Melo.

Nesse contexto foi instaurado o Plano Cruzado, que foi formulado pelo Ministério da Fazenda, que tinha como ministro Dilson Funaro, a proposta foi construída com a contribuição de Edmar Bacha, André Lara Resende, João Sayad, e Persio Arida e foi aprovado no Congresso

Nacional. Entre as medidas esteve o congelamento e tabelamento de preços dos bens, entre eles, os alimentícios e os combustíveis. O sucesso inicial do plano fez com que a base governista formada pela coligação PMDB-PFL obtivesse números expressivos nas eleições de 1986<sup>105</sup>. Com o congelamento de produtos, a sociedade civil foi incentivada a realizar a fiscalização dos valores cobrados nos estabelecimentos do país, ou seja, verificar se os comércios e supermercados estavam seguindo a tabela de preços. As pessoas que faziam essa fiscalização foram popularmente nomeadas de “fiscais do Sarney”, esta foi uma das atividades exercidas pelas componentes da Associação de Donas-de-casa de Piripiri, “no documento, a entidade tem mais de 300 sócias e está recebendo apoio das donas-de-casa das cidades vizinhas” (Jornal O dia, 05 mai., 1986).

O plano definiu com o comportamento dos consumidores diante de um possível aumento de preços, as pessoas passaram a comprar muitos alimentos de uma única vez para fins de estoque, além dos comerciantes passarem a cobrar um ágio, uma diferença entre o valor repassado ao consumidor e o da tabela, assim, os produtos ficaram escassos, diante da crise o governo adotou novas medidas. O Plano Cruzado II foi lançado em 21 de novembro de 1986, entre as medidas adotadas esteve o congelamento de salários, a correção do salário mínimo quando a inflação chegasse a 20%, intitulado de gatilho salarial, entretanto, o segundo plano também não funcionou, os preços subiram, os impostos foram ampliados e o governo Sarney perdeu popularidade. Formou-se no Brasil dos anos 1980 um ambiente político-cultural democratizante que a partir da metade da década foi integrado pelos movimentos de luta pela instauração da ANC e posteriormente pela participação popular no debate das pautas que iriam compor o texto constitucional, conseqüentemente, uma das modalidades de participação foi envio de cartas-formulário à ANC. Mas a emergência de uma nova cultura política também foi tributária de outras formas de participação, fato que despertou a necessidade de analisarmos como se deu este cenário na cidade de Teresina e em outros municípios piauienses, nesse sentido, como o Piauí integrou-se a dinâmica nacional através da atuação de sua população em articulação com grupos locais, regionais e nacionais para influenciar e fiscalizar a Constituinte. Nesse percurso encontramos uma série de documentos, vestígios de discussões a respeito da constituinte que apresentaremos adiante. A contextualização nos permitiu verificar se foi construído no Piauí um cenário favorável à participação popular por meio do envio de cartas, tendo em vista que o contato com outras manifestações políticas pode ter influenciado o

<sup>105</sup> As eleições gerais ocorreram em 15 de novembro de 1986 e foram destinadas ao pleito de Deputados Federais e Estaduais, Governadores e Senadores.



engajamento da população em manifestar-se a respeito da nova Constituição através de outros meios.

Ao aplicarmos o conceito de cultura política à análise do nosso objeto identificamos apenas uma dentre as várias possibilidades de culturas políticas que poderiam coexistir em 1980, não implica dizer, portanto, que não houveram grupos que encararam a transição política de outra maneira, onde, por motivos diversos, escolheram se abster dos debates públicos. O estudo da cultura política leva em consideração a forma com a qual os sistemas políticos são interiorizados, expressados e avaliados pela sociedade civil, onde a subjetividade é transformada em matéria passível de análise por meio dos vestígios nos quais foi inscrita, as linguagens pelas quais foram expressadas:

A construção do conceito de cultura política emerge da necessidade de se tentar abarcar as dimensões subjetivas que explicariam os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político. É dessa forma que valores, crenças, sentimentos e conhecimentos passam a ser apontados como elementos motivadores e norteadores das orientações e das atitudes políticas dos atores políticos (BAPTISTA, 2016, p. 666).

Em consonância com a premissa acima, as cartas-formulário por serem documentos atravessados pela subjetividade de seus autores e colaboradores, baseado nas vivências individuais ou partilhadas dos sujeitos, configura-se como uma fonte que nos possibilita traçar o alinhamento de piauienses à uma cultura política centrada na participação civil que foi construída por meio de diversas frentes, demandas e linguagens entre os fins de 1970 e a década de 1980, além de buscar compreender as questões que nortearam e levaram a sociedade civil a enviar sugestões de 39 municípios piauienses, constituindo-se enquanto parte dos movimentos nacionais que buscaram continuamente influenciar os debates constituintes.

### **Os piauienses debatem a Constituinte (1986-1987)**

No Piauí durante o período analisado existiu um considerável número de associações, as citadas anteriormente são as apenas aquelas que conseguimos identificar durante a pesquisa hemerográfica, provavelmente existiram outras organizações que não foram retratadas nas matérias do Jornal O Dia durante os anos de 1986 e 1987. Refletir sobre a importância do crescimento das associações para a emergência de uma cultura política voltada para a participação popular na capital e nos demais estados do Piauí é observá-las como um modo de organização política que reuniu pessoas com objetivos comuns e que buscaram construir lugares de representação política para determinada classe ou grupo. Nesse sentido, a ação de pessoas se reunirem em grupos a fim de buscar e debater problemas que elas consideravam comuns

configurou-se como exercício de uma atividade essencialmente política. Para pensarmos a dinâmica que existiu no interior dessas associações refletimos a respeito das sociabilidades criadas cotidianamente por meio das ações promovidas e das táticas (CERTAU, 1988) criadas nestes espaços. Como exemplo tem-se a criação do “Desempregarte”, um centro de produção com salão de beleza e restaurantes formados por jovens desempregados do bairro Monte Castelo e o Centro de Produção de Confeções, formados por mulheres desempregadas do bairro Planalto Ininga (O Dia, 08,09 jun. 1986, p. 07). Além da organização política, as pessoas que participaram, estavam próximas as sedes ou tiveram contato com os participantes dos modelos de organização social citados acima, agregaram novos sentidos ao seu cotidiano através das atividades realizadas, além de que os projetos se configuraram como a busca por criar maneiras de produção de renda em um cenário econômico instável.

Parte da atuação destes grupos também transformou a paisagem urbana das cidades por meio de suas reivindicações, foi o caso da Associação dos Moradores do Bairro Macaúba que reivindicou a construção de uma praça onde existia um terreno baldio que acumulava lixo (O Dia, 19 jun. 1986, p. 07). Ao analisar elementos de planejamento urbano participativo na cidade de Belo Horizonte, Leonardo Avritzerp considera: "O reconhecimento da importância da participação das associações civis no processo de planejamento urbano foi uma das heranças da Constituição de 1988" (AVRITZERP, 2002, p. 573).

A existência de uma quantidade significativa de grupos, associações e sindicatos comprova a integração do Piauí à dinâmica nacional de emergência e solidificação de uma cultura política centrada na participação popular durante os anos 1980, mas, para a nossa análise que trata da participação popular no processo de construção da Constituição o mais interessante é perceber como os piauienses se articularam por meio destes grupos para a realização de encontros e assembleias com o intuito de debater a Constituinte e as pautas conexas à ela. Um exemplo desta dinâmica foi o I Encontro de Associações de Moradores e Favelas do Piauí, que ocorreu entre os dias 22 e 23 de fevereiro de 1986, em Teresina, no auditório do Colégio Estadual Zacarias de Góis (Liceu Piauiense). Durante o evento foi formulado um documento com reivindicações a serem entregues ao governador Hugo Napoleão e ao prefeito de Teresina, Wall Ferraz, entre os temas do encontro estava: "O Campo Presente- Reforma Agrária, Uma Questão Cadente" e a criação da Comissão Pró-Federação das Associações de Moradores do Piauí (O dia, 19 fev. 1986, p. 07). No próximo seção apresentaremos detalhadamente os debates sobre a constituinte realizados pela sociedade civil organizada no Piauí.

A participação ativa de parte considerável da sociedade brasileira nos debates políticos, aqui incluem-se as múltiplas linguagens pelas quais essas discussões foram realizadas, não implica a ultrapassagem da democracia no Brasil de uma fase emergencial, entretanto, podemos considerar que foi durante os anos 1980 que politicamente ela adquiriu contornos mais precisos. Nesse sentido, as lutas apresentadas durante o capítulo evidenciam a aprovação da norma jurídica e não a efetivação das mesmas.

Uma das organizações criadas para serem um centro de debates sobre as deliberações ou pautas que estavam sendo discutidas na Constituinte foram os Plenarinhos, nestes espaços as demandas da população eram discutidas para que posteriormente as organizações tentassem direcionar as respectivas considerações à ANC: "Estimulou também a formação de "plenarinhos", que funcionassem como estruturas paralelas à Assembleia Constituinte, vigilantes dos anseios populares no Congresso." (VERSIANI, 2013, p. 90). Encontramos eminências sobre a existência de Plenarinhos em Teresina, denominação pela qual ficaram conhecidos os núcleos de Plenários em Prol da Participação Popular na Constituinte. Localizamos por meio da matéria publicada pelo Jornal O dia, em 04 de junho de 1986, que as atividades de um plenarinho foram iniciadas semanalmente no dia 05 de junho de 1986, no auditório do Centro Pastoral Paulo VI. A publicação teve como título o tema da Campanha Pró-Participação Popular na Constituinte nacional, "Constituinte em povo não cria nada de novo":

No dia 05 de junho e em todas as quintas-feiras seguintes, estará funcionando um Plenarinho, no Auditório do Edifício Paulo VI, às 19:30, Rua Desembargador Freitas, 1599, Tel 222-2432. Todos são convidados a participar, bem como a expandi-lo, organizado em sua Rua ou em seu Bairro, outro Plenarinho. Vamos, assim, participar e fazer o povo participar! Vamos animar os Plenarinhos! Assim, seremos todos fiscais da Constituinte, permitindo que leis justas e sábias governem o Brasil (O Dia, 04 jun. 1986, p. 04).

O texto está localizado na editoria destinada à publicação das opiniões de leitores do jornal, a autora do texto, Maria Luiza Alencar, identificou-se como professora, através da sua convocação é possível afirmar que em Teresina houveram grupos que se alinharam as deliberações de movimentos nacionais das Campanhas Pró-Participação Popular na Constituinte. Segundo Maria Luiza, um dos objetivos que culminaram na fundação do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte foi a busca pela "efusão da voz popular" no que diz respeito a elaboração da nova Constituição. A consolidação destas tendências de participação pulverizadas em território nacional, contribuíram para a formação de demandas políticas que passaram a disputar espaço com valores de outros grupos durante a ANC. Afirmar

que as iniciativas populares fizeram com que assuntos políticos centrais para a redemocratização não se restringissem ao círculo de debate das elites brasileiras é observá-las como mais um personagem que buscou espaço na produção da Constituição, disputando pautas com outras forças políticas dominantes, fossem elas conservadoras ou progressistas. Observamos que o auditório do edifício Paulo VI serviu não só como ponto de encontro para a realização do Plenarinho, mas foi recorrentemente apontado como um local em que se realizavam reuniões populares para discussões a respeito da Constituinte: "Com uma reunião marcada para o próximo dia 5, no auditório do edifício Paulo VI...o movimento popular de Teresina inicia uma campanha visando influenciar a ação dos constituintes piauienses..." (Jornal O Dia, 20 fev., 1987, p. 03).

O texto constitucional de 1988 foi resultado de disputas entre personagens, instituições políticas dominantes e uma cultura política majoritária baseada no engajamento político dos brasileiros que foi construída ao longo da década de 1980. Pudemos observar essa relação de forças ao relacionarmos a construção de Plenarinhos, espaços de debate popular e a tendência partidária da bancada de constituintes piauienses. A instalação de um painel na Praça Pedro II foi um dos instrumentos criados para este fim, nele estava listado o nome dos congressistas, suas filiações partidárias e os seus posicionamentos diante do que os organizadores consideravam as principais pautas políticas do momento, a atividade foi organizada pela Central Única dos Trabalhadores- CUT-Piauí. (Jornal O Dia, 11 fev. 1987, p. 03). Segundo Valla:

De forma geral, participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar as formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.). (VALLA, 1998, p.09).

O momento de construção da nova Constituição intensificou o desenvolvimento das forças sociais nos aspectos de formulação, execução, fiscalização porque o texto constitucional garantiria formalmente os direitos civis, políticos e sociais, apesar de sua execução ainda dependesse de outros fatores, a garantia institucional conferiria respaldo para que a população cobrasse a sua realização à posteriori.

Em publicação datada de fevereiro de 1987 têm-se uma série de críticas e acusações direcionadas aos constituintes piauienses, “\Os constituintes piauienses não são confiáveis. A maioria é corrupta [...]” (Jornal Alternativa, fev. 1987, p. 03). A perspectiva de desconfiar dos representantes legislativos do Piauí na Constituinte reforçava a ideia de que as demandas sociais só poderiam ser alcançadas por meio da participação direta da população nos debates

constituintes. O jornal de características comunitárias também veiculou em data próxima as eleições de 1987 uma matéria a respeito da proposta dos candidatos piauienses à constituinte: “O que os candidatos propõem para Constituição” (Jornal Alternativa, nov. 1986, p. 01). A desinformação de parte da população brasileira a respeito das propostas constituintes dos candidatos foi tema abordado em artigo de opinião, publicado na editoria de política do Jornal O Dia pelo colunista Rangel Cavalcante. O tema do texto foi a secundarização das propostas políticas dos deputados federais e senadores em detrimento da corrida política da eleição, sob o título “A constituinte esquecida” (O Dia, 30 set. 1986, p. 05). O problema apontado no texto indicava que os candidatos esqueceram das pautas constituintes por conta de questões relativas ao pleito eleitoral, esta foi uma das principais distinções entre os diferentes projetos de Constituinte, a congressual e a exclusiva. Se por um lado faltou compromisso de parte dos candidatos em dialogar com a população a respeito da Constituinte e de suas propostas para a mesma, em sentido contrário, a própria sociedade civil criou mecanismos para explicar as demais pessoas o significado daquele momento e quais eram as propostas de cada candidato.

Os formatos que as organizações empregavam para debater, fiscalizar e influenciar a Constituinte foram plurais, como exemplo podemos citar a proposta dos “candidatos mudos” realizada em um ato público no centro de Teresina:

Conforme nota distribuída pelos organizadores do movimento tanto na passeata como no ato público os candidatos à Constituinte poderão apenas ouvir as propostas do povo, pois somente os representantes sindicais e populares terão direito a voz, para expressar as suas propostas para a Constituinte. (Jornal O Dia, 07, 08, set., p.03).

Uma das organizações responsáveis pelo evento foi o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte- Teresina, o que nos permitiu constatar que para além das orientações publicadas por organizações nacionais terem repercutido no Piauí, havia uma seção fixa do Plenário na cidade de Teresina. Na mesma matéria tem-se a apresentação do que era esta organização:

O Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte é uma articulação a nível nacional dos plenários, comissões comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte que existem em quase todos os Estados brasileiros, congregando mais de 300 entidades da sociedade civil, como CUT, OAB, CNBB, sindicatos e movimentos populares...

Desta maneira, o Piauí integrou-se à dinâmica de organização nacional para a participação e fiscalização da Constituinte. Outra forma de participação empregada pelos piauienses foi a elaboração de emendas populares, o mecanismo implementado foi o que mais

se aproximou da proposta de uma participação direta da sociedade na Constituinte. As propostas de emenda à Constituição podiam ser encaminhadas à ANC desde que contassem com o referendo de 3 entidades e 30 mil assinaturas<sup>106</sup>. Em Teresina, assinaturas foram recolhidas em praça pública.

A campanha foi organizada por diversas entidades, entre elas, a Federação das Associações de Moradores, Central Geral dos Trabalhadores- CGT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAG, Centro Popular da Mulher, Diretório Central dos Estudantes, União Municipal dos Estudantes Secundaristas, Sindicatos dos Eletricitários, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Sindicato dos Professores, além de associações de moradores. Foram lançadas oito propostas de emendas e bancas para o recolhimento de assinaturas foram instaladas no centro de Teresina, como está registrado na fotografia acima: "Com a participação de representantes de sindicatos e associações de moradores e centenas de populares, o auditório da Ordem dos Advogado do Brasil, secção Piauí, foi o palco do ato público de lançamento das propostas de emendas populares ao projeto constitucional" (Jornal O Dia, 19 jun. 1987, p. 07). Apesar da quantidade de necessária de assinaturas para referendar a sugestão fosse 30 mil, de acordo o relato: "as entidades envolvidas nessa campanha pretendem obter mais de um milhão de assinaturas, com a finalidade de respaldar ainda mais as proposições" (Jornal O Dia, 19 jun. 1987, p. 07). A busca por mais assinaturas foi empregada com a tentativa de demonstrar aos constituintes que determinada pauta era compartilhada pela opinião pública em larga escala "É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, não para torna-la absoluta, mas majoritária (BECKER, 2003, p. 188). As propostas realizadas tinham como tema: "Reforma agrária, direito dos trabalhadores, moradia popular, transporte, papel das forças Armadas, saúde da mulher, dívida externa e a questão eleitoral são os temas abordados nas oito propostas de emendas à Constituição" (Jornal O Dia, 19 jun. 1987, p. 07). É necessário pontuar que o evento ocorreu há aproximadamente dois meses antes da entrega das emendas populares ao Congresso Nacional, que ocorreu no dia 12 de agosto de 1987 (VERSIANI, 2013).

Debates a respeito da Constituinte também ocorreram nos municípios do interior do Piauí, Os Grupos Sociais de Campo Maior realizaram no dia 19 de outubro um debate a respeito

<sup>106</sup> Como sugestão de leitura para aqueles que quiserem se aprofundar no tema das emendas populares sugerimos a seguinte obra: MICHILES, Carlos et al. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

da Constituinte: “Pelo menos quatro candidatos a Deputados Federais deverão comparecer ... os candidatos deverão discorrer didática e politicamente sobre a matéria, inserindo cada qual seu pensamento a respeito e o que pretendem para dar maior legitimidade à futura Constituição do país” (O Dia, 02 out. 1986, p. 03). Podemos afirmar que a estrutura dos debates a respeito da nova Constituição foi plural, ao tempo que os temas foram debatidos sem a presença de candidatos, também existiram reuniões em que os candidatos à constituinte foram convidados a esclarecer as suas propostas. A presença de candidatos nas discussões fez parte do evento promovido na Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, durante o programa “Terças em Debate” a "A FUFPI na Constituinte", participaram do programa os candidatos piauienses à Constituinte, entre eles Antônio Carlos Andrade/ PT, José Luís Maia/PDS, Manoel Domingos Neto/PMDB e Myriam Portella/PDS (O Dia, 19,20 1986, p. 07). Também no município de Campo Maior ocorreu a palestra do professor de Direito da FUFPI, Celso Barros, que teve como tema a “Constituinte e o trabalhador”, o evento foi parte da programação da Associação Comercial de Campo Maior (O Dia 29 de abr. 1986, p. 02). Outro debate foi promovido por universitários do curso de Direito da FUFPI, no mês de junho de 1986, onde ocorreu “um ciclo de palestras e debates sobre Constituinte”, o evento serviu como preparação para o Encontro Nacional dos Estudantes de Direito, realizado no mês de julho em Fortaleza. (O Dia, 29, 30 jun. 1986, p. 03). Destacamos a presença de pessoas ligadas à FUFPI na promoção dos debates a respeito Constituinte, que fizeram do ambiente universitário espaço central de debates sobre a Constituinte.

No município de Floriano, região Sul do Piauí, foi realizado em fevereiro de 1986 uma discussão que articulou os temas Constituinte e saúde: “[...] será realizada a primeira conferência regional para a elaboração da carta de princípios sobre "Saúde na Constituinte", a ser apresentada por uma delegação piauiense composta de profissionais da área médica na VIII Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá no período de 17 a 21 de março, em Brasília” (O Dia, 30 de jan. 1986, p. 03). Além de os eventos terem diferentes dinâmicas de funcionamento, os temas debatidos também eram plurais, por vezes tratados de maneira setorial, como foi o caso dos profissionais de saúde de Floriano, que trataram da Constituinte, mas relacionando-a com o tema da saúde. Outro aspecto a ser pontuado é a reincidência de uma articulação estadual e nacional, uma vez que, do encontro no Piauí foram enviados representantes para a VIII Conferência Nacional de Saúde que iria ocorrer em Brasília, centro político do país.

Foi realizada a "Semana da Constituinte", por meio da Secretária Municipal do Trabalho e Ação Comunitária –SEMTAC, no dia 08 de novembro de 1986 (O Dia, 08 nov. 1986, p. 07). O I Encontro da Mulher de Indústria de Teresina foi realizado no dia 09 de novembro de 1986 e também teve entre os temas debatidos a Constituinte: "Legislação Social Aplicada à Mulher" e a outra "Constituinte e os Direitos da Mulher" (O Dia, 09 nov. 1986, p. 02). Se por um lado tivemos discussões entre profissionais de diversas áreas, da Saúde, do Direito, da Educação, discussões promovidas por universitários, a presença de candidatas, de chefes do executivo municipal nos eventos, a Constituinte também foi debatida por setores mais subalternizados, entre eles, os meninos em situação de rua da capital piauiense, durante evento organizado pela Comissão de Voluntários Pró-Meninos de Rua (O Dia, 18, 19 mai. 1986, p. 07). Além de todos os debates citados anteriormente também pontuamos a existência de discussões sobre a Constituinte que foram publicadas nos jornais, como foi o caso do Jornal Alternativa, que recorrentemente trouxe o tema nos seus editoriais. Este também foi o caso do então advogado Antônio Adala Carnib, que enviou um texto a respeito da Constituinte ao Jornal O Dia, caracterizando-a como o renascimento da esperança: "[...] estamos tendo novamente a oportunidade de discutir intensa e livremente nossos graves problemas. A sociedade está se organizando para participar e influenciar, de maneira mais efetiva, da construção de um país melhor" (O Dia, 04, 05 mai., 1986, p. 04). A busca pela participação na construção de um "país melhor", posta por Antônio Carnib, pode ser lida a partir das considerações de Serge Berstein:

Mas o fato novo é provavelmente que o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica (BERSTEIN, 2003, p. 88).

Nesse sentido, a análise de uma cultura política passou a englobar personagens que anteriormente foram deixados de lado pela historiografia, foram incorporados novos personagens às análises tendo em vista que a opinião política dos atores sociais não deveriam ser assepsiadas em detrimento da forma como foram expressadas, por meio de uma pintura, um samba-enredo, uma reunião de pessoas que não discutiram teoricamente o assunto, mas que com base em suas vivências discutiram a Constituinte, como exemplo, temos o caso do debate realizado por meninos de rua em Teresina no ano de 1986.

Em outro texto da editoria destinada à publicação de opinião dos leitores, a nova Constituição foi alçada para além das questões econômicas e financeiras dos países: "Constituinte, sim- [...] A nova Constituinte, portanto, deverá surgir como resultante desse animo renovador



e inovador que sacode o País, cujas repercussões extrapolam do âmbito econômico e financeiro, para se projetar no comportamento mesmo de cada cidadão" (O Dia, 02 abr.1986, p. 04). A intersecção da política com outras esferas sociais, entre elas, a cultural foi incisiva a tal ponto que duas escolas de samba de Teresina tiveram como tema de seus enredos do ano de 1987, a Constituinte e a crise econômica, destacamos abaixo alguns trechos das respectivas canções:

É a chegada da nova era, uma nova lei, tudo então mudará, nada será. Nada será como antes, diz-nos o constituidor [...] E o nosso povo, e o nosso povo, humilde filho dessa luta tão sutil, glorificando com essa grande mudança, tece os olhos de esperança, esquece até quem reprimiu. Vai bem nutrido, desenvolvido tornara-se mais servil, e os nossos pratos recheados, sobre a mesa mais fartura mais riqueza, assim será o meu Brasil" (Jornal O Dia, 30 mar. 1987, p. 07).

O samba-enredo acima intitulado “Nada será como antes” pertenceu a escola de samba Unidos da Vila, advindos do bairro Vila Operária, consideramos que a letra da canção ilustra a expectativa de que a criação da nova Constituição poderia significar a resolução de demandas sociais, o trecho “...é a chegada da nova era, tudo então mudará”, refere-se a essa concepção. Além disso, o início do samba-enredo da Escola Unidos da Vila faz referências ao poder constituinte originário, na seguinte parte: “Toda lei emana de um glorioso povo”. Não deixamos de notar a presença sublime de uma possível crítica ao regime da ditadura civil-militar que acabou por camuflar-se em meio as mensagens de esperança no futuro do país: “esquece até quem reprimiu”, podemos relacionar o esquecimento o prosseguimento de figuras que representaram o aparelho autoritário no país ou até estabelecer relações com a censura no Brasil, que continuou a ser aplicada em determinadas ocasiões ainda que os atos institucionais tivessem sido revogados, como exemplo tem-se a proibição da exibição do filme “Je vous Salue, Marie”, no ano de 1986, durante o mandato de José Sarney. A medida repercutiu inclusive em Teresina, onde um grupo de alunos da Fundação Universidade Federal do Piauí se organizou para exibir o filme na instituição. O local onde os estudantes estavam foi cercado pela polícia, uma aluna próxima a eles afirmou que mesmo após o episódio foi perseguida por um agente da Polícia Federal, na matéria “Agente federal persegue estudante”:

[...] e lhe faz ameaças desde a apreensão do filme Je Vous Salue Marie, no Campus da Ininga. A universitária disse que o policial aproveitou-se da amizade que tinha com ela e outros colegas para fazer investigações com o fim de descobrir quem forneceu a fita apreendida aos estudantes da Fufpi. Depois que descobriu que não obteria as informações...passou a ameaçá-la: Ele afirmou que me tinha nas mãos, pois minha ideologia era diferente- relatou a estudante (Jornal O Dia 08,09 jul.1986, p. 12).

Este acontecimento reforça a concepção de que mesmo com o fim formal do estado autoritário a censura não foi interrompida, (KUSHNIR, 2004) apresenta esta perspectiva no livro, *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, por meio de eventos e documentos, entre eles, correspondências de denúncias sobre abusos morais no período da redemocratização, de acordo com a autora, até 1987, 261 letras de músicas foram censuradas e 25 vetadas.

### **Considerações finais**

Diagnosticamos que os piauienses articularam-se para discutir a Constituinte tanto a nível local, quanto nacional, que os eventos tiveram diferentes configurações e foram realizados por diferentes grupos e categorias, conseqüentemente, também foi consolidada no Piauí uma cultura política de participação popular nos debates a respeito da nova Constituição, cenário que favoreceu a adesão popular ao projeto de envio de sugestões projeto *Diga Gente- Projeto Constituição*. O engajamento popular na luta pela Constituinte foi fortalecido mesmo por aqueles que não dominavam formalmente o assunto, mas partilharam da concepção de que as demandas dispostas na Constituição adquiririam proteção formal, ainda que sua aplicação real dependesse de outros desdobramentos.

No decorrer do artigo apresentamos o processo de distensão política que ocorreu durante a década de 1980 no Brasil, cenário atravessado por fatores nacionais e internacionais, como a recessão econômica e políticas externas de outros países que influenciaram as distorções no projeto político da ditadura civil-militar, as principais medidas liberalizantes e o início da luta popular pela instauração da Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de ter sido cogitada entre movimentos de oposição ainda na década de 1970, em que pese nas discussões do programa político do MDB, a bandeira da Constituinte foi deixada em segundo plano em decorrência de outras bandeiras que se destacaram através de uma ampla adesão da sociedade civil às suas respectivas causas, entre elas, a Anistia e as Diretas Já. Não se trata de valorar o processo de adesão de determinadas bandeiras em detrimento de outras, todos os posicionamentos da sociedade civil através de manifestações ou eleições, como foi o caso de 1974, contribuíram, posteriormente, para a existência de um cenário favorável ao estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte. Com a derrota da Emenda das Diretas, a necessidade de reconstitucionalização do país foi retomada, a principal pauta passou a ser como a ANC deveria ser estruturada, de maneira congressual ou exclusiva. Com a decisão de que ela seria formada pelos congressistas do senado e da câmara dos deputados ganhou espaço no debate público as formas com que a população poderia participar, contribuir e fiscalizar os debates realizados na

ANC.

Apresentamos durante o capítulo uma quantidade significativa de vestígios a respeito da mobilização política por meio de eventos, grupos, associações, que discutiram a Constituinte no Piauí, onde diferentes organizações se articularam para construir estes debates. Ao analisarmos as fontes, percebemos que a reforma agrária e assuntos ligados ao homem do campo foram amplamente discutidos, principalmente nos municípios do interior do estado. Apesar de Teresina concentrar parte dos eventos, estes também foram construídos em outros municípios, configurando uma descentralização das discussões. A busca por participar dos debates a respeito da nova Constituição também foi pensada prospectivamente como via para solucionar problemas agravados pela crise econômica em que o país estava imerso. A redemocratização não ocorreu de maneira linear, mas entre distensões e retrações do sistema autoritário e do fortalecimento da oposição, seja ela partidária ou advinda dos movimentos civis.

### Referências

- ASSOCIAÇÕES DEBATERÃO SOBRE ABASTECIMENTO POPULAR DIA 21. *Jornal O Dia*, 18 jan. 1986, p. 02.
- ASSOCIAÇÕES DISCUTEM PROBLEMAS DOS BAIRROS. *Jornal O Dia*, 26 fev. 1986, p. 07.
- ATO PÚBLICO CONTRA DEMISSÃO. *Jornal O Dia*, 05 abr. 1986, p. 01.
- AVRITZERP, Leonardo. A democratização brasileira e a emergência da inovação ao nível da sociedade. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 569-592.
- BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.185-210.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 57-93.
- CGT TRABALHA POR "EMENDAS POPULARES. *Jornal O Dia*, 11 jun. 1987, p. 03.
- CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO. *Jornal O Dia*, 04 jun. 1986, p. 09.
- CONSTITUINTE SERÁ DEBATIDA EM FLORIANO. *Jornal O Dia*, 30 jan. 1986, p. 03.
- CONSTITUINTE, SIM. *Jornal O Dia*, 02 abr. 1986, p.04.
- CRIANÇAS LOTAM AUDITÓRIO PARA SEBATER SOBRE A CONSTITUINTE. *Jornal O Dia*, 08 abr. 1987, p. 07.
- CUT INSTALA O "PAINEL DA CONSTITUINTE". *Jornal O Dia*, 11 fev. 1987, p. 03.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República, da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ELEITORES NÃO FORAM ESCLARECIDOS SOBRE O VOTO PARA CONSISTENTES. *Jornal O Dia*, 22 nov. 1986, p. 02.

ENCERRADA A "SEMANA DA CONSTITUINTE". *Jornal O Dia*, 08 out. 1986 p. 07.

ESCOLAS CANTAM O CRUZADO, CONSTITUINTE E CARLOS SAID. *Jornal O Dia*, 30 mar. 1987, p. 07.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In.: FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário, ditadura militar e redemocratização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In.: MATA, Sérgio; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia (Orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 101- 124.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na Memória e na História Piauiense*. Teresina: FUNDAPI, 2015.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MACIEL, Jessica de Souza. A campanha das Diretas Já na perspectiva dos jornais impressos em Teresina (1983-1984). In.: *Escritas, Tocantins*, vol. 08, n. ° 02, p. 126-147, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/2454/9397>

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2004.

MENINOS DE RUA DEBATEM CONSTITUINTE. *Jornal O Dia*, 13 ago. 1986, p. 09.

MONCLAIRE, Stéphane. A validade do Saic. In.: MONCLAIRE, Stéphane (Org.). *A Constituição desejada: SAIC: as 72. 719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. p.15-82.

MORADORES DE VILA DEBATEM SEUS PROBLEMAS. *Jornal O Dia*, 04 set. 1986, p. 02.

MOVIMENTO POPULAR QUER TER VEZ NA CONSTITUINTE. *Jornal O Dia*, 20 fev. 1987, p. 03

MULHERES DEBATEM SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR EM REUNIÃO. *Jornal O Dia*, 07,08 set. p. 01.

MULHERES RURAIS REALIZAM ENCONTRO EM DUAS CIDADES (VER). *Jornal O Dia*, 26 set. 1986, p. 07.

MULHERES TÊM CARTA PARA A CONSTITUINTE. *Jornal O Dia*, 12 mar. 1987, p. 03.

OS CONSTITUINTES PIAUIENSES NÃO SÃO CONFIÁVEIS. A MAIORIA É CORRUPTA. *Jornal Alternativa*, fev. 1987, p. 01.

PIAUI DEBATERÁ "SAÚDE NA CONSTITUINTE. *Jornal O Dia*, 28 jan. 1986, p.02.

POVO FAZ PASSEATA PELA CONSTITUINTE. *Jornal O Dia*, 07, 08 ago. 1986, p. 01.

PROFESSORES PROTESTAM CONTRA SALÁRIOS BAIXOS. *Jornal O Dia*, 15 out. 1986, p.01.

RÉMOND, RENÉ. Uma história presente. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, René. As Eleições in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p. 37- 56.

SERVIDORES DA EDUCAÇÃO CRIAM A SUA ASSOCIAÇÃO. *Jornal O Dia*, 28 out. 1986, p. 02.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In.: DELGADO, Lucília de Almeida Neves;

SOARES, Gláucio A. D. & D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

TRABALHADOR CONDENA O PACOTE ECONÔMICO NO CONGRESSO DA CUT. *Jornal O Dia*, 15,16 jun. 1986 p. 07.

VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a constituinte de 1987/1988*. Tese (Doutorado em História, política e bens culturais) – Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro ,2013.

# MOVIMENTAÇÃO E TERRITORIALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DOS POVOS GUARANIS E O TERRITÓRIO PLATINO, 1770-1800

Clara Correia Lima Felix, Universidade de Brasília,  
Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História.

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo principal discutir a inserção dos grupos guaranis, em especial aqueles que se encontram nos sete povos orientais, - denominados assim em referências às margens do Rio Uruguai, margem ocidental e, no caso do Uruguai, oriental - no espaço rio-platense. Isso se dará por meio da análise, em primeiro lugar, do panorama territorial na segunda metade do século XVIII. Busca-se portanto entender como a região estudada se modifica e como ela se apresenta no recorte escolhido, isto é, de 1772-1810. Daremos prioridade ao estudo de um caso específico e como ele nos guia pelo contexto estudado. Para além dos processos de sistematização territorial, pontua-se também a reforma administrativa pela qual passava o vice-reinado do Rio da Prata no final do século XVIII. Por fim, buscaremos compreender o processo de etnogênese missionária e de que maneira as categorias étnicas são construídas na região.

**Palavras-chave:** território; territorialidade; fronteira; etnicidade; movimentação;

## Apresentação

Em documento de oito de junho de 1785, o Vice-Rei do Rio da Prata, Marquês de Loreto, envia uma carta a José de Galvez, então Ministro de Índias. A missiva trata da má conduta de Antonio Pereira, comandante da Campanha de Montevideú, em companhia de Juan Angel Lazcano administrador geral dos povos de índios, ambos acusados de conduzir comércio ilegal de couros. Na carta, a omissão dos dois em relação a acontecimentos diversos é tratada com afínco entre eles as constantes deserções por parte dos indígenas, reduzidos nos povos orientais.

Entre eles, há Juan Vera, indígena tape, acusado de uma série de delitos nas estâncias do Uruguai. Algumas cartas tratam brevemente de seus feitos e possivelmente suas conexões. Segundo os expedientes que abarcam o corpus documental estudado (AGI - BA 333 - 1784-1786) Juan Vera supostamente era líder de um grupo de 98 indivíduos, entre mulheres e crianças, responsáveis por incursões em estâncias na região com o intuito de extrair gado das estâncias. É sabido também que Vera tinha conexões com outros grupos indígenas da região, referidos de maneira genérica na documentação como “infíeis”. Juntos, esse grande conglomerado formava uma *toldería*. A organização de toldos, ainda que irregular, tem, em seu âmago, uma complexidade territorial que não era entendida pelas autoridades centrais, mas certamente temida.

A história de Juan Vera, Pereira e Lazcano introduz um tópico importante que diz respeito ao processo de centralização administrativa. Esse cenário pode ser ilustrado de algumas maneiras específicas: em primeiro lugar, nas operações de comércio ilegal, – isto é, roubo de gado e posterior venda, introdução ilegal de gêneros comerciais do Brasil, entre outros

– conduzidas por funcionários da coroa. Em segundo lugar, nas constantes deserções dos povos de missões em todo o território dos antigos assentamentos jesuítas no sul da América..

Na década de 80 do século XVIII, a situação estava fora de controle - o sistema das missões já não tinha a vitalidade de outrora. O território pertencente aos 30 povos das missões era continuamente invadido por colonos na região e a fuga de indígenas reduzido atingiu número recorde. Não que não houvesse fugas antes da expulsão dos jesuítas, mas seu número era verdadeiramente assustador- estima-se que, entre 1767 e 1800, o decréscimo populacional nas missões foi de 50% (WILDE, Guillermo, 2009, p.275). Não à toa que as deserções são tema frequente em todo o processo de reformulação territorial.

Da mesma forma, os mecanismos para lidar com os problemas apresentados na campanha são evidentes nesse caso. Embora haja o relato breve sobre as incursões do grupo de Vera, a realização de seus feitos envolve algumas instâncias do projeto territorial para a região,. Aqui não importa apenas as ações de Juan Vera, mas revela-se também como a má conduta de Pereira e Lazcano é responsável por parte desses delitos. Assim, busca-se conter as incursões criminosas, mas, além disso, reformular toda administração de modo a frear o caos no qual se encontra a região. As ações de Juan Vera, Pereira e Lazcano são alvos de investigação que compõem um projeto mais amplo, integrando boa parte do *corpus* documental analisado: *Los expedientes para el Arreglo de los Campos*, que almeja, a partir da ação conjunta entre governadores, vice rei e funcionários espanhóis, pôr fim ao cenário regional onde o contrabando é parte do cotidiano.

Contudo, sobre Juan Vera, pouco se sabe. Sua trajetória é pouco narrada nas fontes disponíveis. Não sabemos, por exemplo, se as ações de seu grupo estão, de alguma forma, conectadas com atos criminosos cometidos por Pereira e Lazcano. Pode ser que os roubos façam parte de um esquema geral de compra e venda de gado, ou couros, entretanto, não temos a informação necessária para fazer essa constatação. As fontes são muito rasas ao se tratar dessa questão: tudo que sabemos sobre Juan Vera se resumem a poucos parágrafos

Além disso, outras questões permanecem sem resposta: quem são as 98 pessoas que acompanham Vera? Muito provável que façam parte de sua família extensa, mas, de novo, pode ser que parte das mulheres e crianças tenham sido capturadas de seus lares, ocorrência muito comum no contexto investigado. Outro fator interessante que o caso de Juan Vera nos revela é a interação do grupo guarani/tape com outros grupos móveis da região – de que modo se produz a diferença entre esses dois grupos? Como diferentes etnônimos são atribuídos nesse cenário?

De modo a buscar responder a algumas das questões levantadas acima, vamos explorar

o cenário regional no Rio de Prata – o que muda no território a partir da segunda metade do século XVIII? Na primeira parte deste capítulo, vamos discutir as implicações territoriais que são relevantes para nosso objeto de estudo. Em seguida, pretende-se discutir de que forma alguns episódios específicos modificam a relações de nossos principais atores, os grupos guarani/tape, com o território que os circundam. Na segunda parte, vamos abordar a formação étnica dos guarani/tape em um processo indicado pela bibliografia especializada como “etnogênese missionária” (WILDE, Guillermo, 2009, p.53-58) e como isso influencia as relações desse grupo com outros agentes atuantes na campanha.

## **Território**

Em 28 de abril de 1779, Juan José Vertiz, então vice-rei do Rio da Prata, envia uma carta a Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, dizendo o seguinte:

Mui señor mio. Debiendo evitarse que el considerable espacio de territorio nuestro que ha de quedar entre los limite da amba naciones sirva de asilo a los delincuentes, y temerme, que con este inmediato refugio se aumenten los desórdenes por las fronteras de nuestro mando, es consequente de nuestro principal cuidado tomar las providencias necesarias.

Esse trecho traz à tona algumas das problemáticas que iremos tratar neste capítulo. Em primeiro lugar, o extenso *corpus* documental que se refere à correspondência entre os vice-reis diz respeito, em grande parte, ao processo de demarcação proveniente do Tratado de San Ildefonso (1777). Celebrado entre os reinos de Portugal e de Espanha após a guerra de restauração, o acordo visava pôr fim às diversas disputas territoriais no sul da América meridional.

É importante pontuar, dessa forma, que esse processo de sistematização territorial e regulamentação ocupacional tem início com as disputas sobre o território ao sul da América do Sul (AZPIROZ, André, DÁVILA, Adriana, 2015, p.25). Vários tratados foram formulados no sentido de apaziguar os ânimos dos colonos no sul. Destaca-se entre esses o Tratado de Madrid, de 1750. Esse acordo, bem como o Tratado de Santo Ildefonso, funda um novo panorama de ocupação da região. Isso porque a delimitação entre ambas as coroas materializa o intento de firmar, a partir da demarcação e ocupação dos territórios, a posse sobre as terras demarcadas pelas coroas ibéricas. (ERBIG, Jeffrey, 2015, p.76)

Contudo, a organização territorial passava por questões mais complexas que a divisão imperial entre as duas coroas. Como se sabe, a região era habitada por diversos grupos indígenas, não apenas aqueles reduzidos no espaço das missões, como outros grupos itinerantes, como Charruas e Minuanos (AZPIROZ, André, DÁVILA, Adriana, 2015, p.25). Ao ocupar



esses locais, portugueses e espanhóis nem sempre consideravam a diversidade de grupos indígenas que habitavam a região. Assim, no processo de ocupação do Rio Grande do Sul, as áreas dominadas por esses coletivos geralmente eram chamadas de “vazios” ou “desertos”. Mesmo na América Espanhola, onde a ocupação das terras meridionais é bem mais antiga, as áreas denominadas “desertos” frequentemente dominavam a zona rural da região estudada.

Os “desertos” eram alvo de particular atenção por parte das autoridades por alguns motivos específicos. Em primeiro lugar, para o recorte escolhido para o trabalho (1772-1810), esses assentamentos fugiam às proposições territoriais impostas pelos tratados de limites. Um segundo ponto a ser levado em consideração é como essas regiões abrigam uma série de operações ilegais. Por ser uma área que fugia dos domínios imperiais, os “desertos” eram o lugar ideal para a condução de comércio ilegal. Por fim, vale ressaltar que há uma contradição muito forte entre um projeto territorial de ocupação e áreas que fogem completamente a essa proposição.

Assim, em época de sistematização territorial, as constantes deserções, como evidenciadas pelo caso de Juan Vera, são alvo de preocupação constante por parte das autoridades. Isso porque: I. muda a relação dos guaranis com o território que os circunda; II. Consolida as relações entre grupos guaranis e outros coletivos da região, como é evidente no caso de Juan Vera; III. Estremece a relação desses com as autoridades centrais; IV põe em evidência a contradição entre projeto territorial e ocupação efetiva. Como veremos a relação com as proposições territoriais fundadas pelo Tratado de Madrid (1750) quase nunca foram pacíficas.

Nesse processo de contato entre diferentes territorialidades, irrompe nos povos de São Nicolau e São Miguel uma rebelião que ficou conhecida como Guerras Guaraníticas (1753-1756). Era uma revolta contra a aplicação do Tratado de Madrid, sobretudo contra as modificações impostas na região dos sete povos, que hoje se encontram no Rio Grande do Sul. O tratado celebrado entre Portugal e Espanha previa a entrega do território dos sete povos orientais a Portugal em troca de Colônia de Sacramento. .

Nesse sentido, se olharmos o problema a partir de uma perspectiva mais ampla, vemos como a relação dos povos orientais com seu território é sagrada – não apenas isso, mas também é responsável por um tipo de particular de ocupação que desafia as fronteiras imperiais. A relação ancestral entre os povos tape e seu território pode ser evidenciada no trecho a seguir, retirado do Diário de Francisco Graell, capitão das tropas responsáveis por debelar a rebelião nos sete povos. A passagem narra o encontro entre as tropas de Graell e um grupo de mais ou

menos 200 indígenas que justificavam sua revolta:

Que eles só conheciam sua liberdade, a qual haviam recebido de Deus, e também estas terras dependentes do povoado de São Miguel, as quais somente Deus, e ninguém mais, poderia quitar deles [...]. E tendo-lhes confirmado que ainda assim prosseguiríamos a marcha, responderam: que no caminho nos encontraríamos. (GRAELL, F.1998:35)

Esse trecho ilustra a relação desenvolvida a longo prazo entre os guaranis e seu território. Segundo Max Ribeiro (RIBEIRO, Max, 2017, p.264), as Guerras Guaraníticas evidenciam uma terceira via territorial, em oposição à organização de fronteiras imperiais. De acordo com o autor, essa relação foi desenvolvida entre os guaranis e o espaço que ocupam parte de uma construção étnica segundo a qual havia um vínculo divino e ancestral com a região dos sete povos. Dessa forma, fica claro pelo excerto exposto acima, como aquela terra pertencia a esse grupo porque: I. Foi dada aos primeiros habitantes por Deus; II, ao longo de décadas, foi nutrida e defendida pelos guaranis/tapes. Portanto, a obrigação de mudança significava uma traição por parte do rei aos povos que viviam nela.

Essa recusa às normas impostas pelo Tratado de Madrid funda um panorama territorial segundo o qual a disputa territorial não competia apenas a Portugal e Espanha, mas também aos povos Guaranis. Ao analisar as cartas produzidas pela elite letrada indígena durante as Guerras Guaraníticas, Eduardo Neumann aponta para uma correlação direta entre identidade e território ocupado. Segundo o autor, ao pensar a fundação do Continente do Rio Grande, é necessário considerar que, além da concorrência entre espanhóis e português na região, há uma terceira via territorial, os espaços ocupados pelos grupos guaranis. Logo:

As terras circunscritas pelo rio Uruguai na sua face eram conhecidas pelos índios de fala guaranis como tape, os jesuítas no século XVIII mantiveram a mesma nomenclatura. os colonizadores espanhóis, por sua vez, referiam-se a essas terras como outra banda del Uruguay, e por último a parte leste, delimitada pelo rio Jacuí recebeu o nome no século XVIII, dos luso-brasileiros a denominação de continente de Rio Grande. A existência de três toponímias para uma mesma região indica os diferentes interesses e disputas presentes em um mesmo espaço, e esclarece quanto às origens dos agentes sociais envolvidos. (NEUMANN, E. 2004: 21)

Para concluir, vemos como o processo de formação identitárias está intrinsecamente ligado com o território ocupado. Portanto, reafirmar a pertença ao território ocupado não era apenas uma questão de competição por recursos, mas também um mecanismo de composição de categorias étnicas. A seguir veremos como isso acontece em um plano mais específico.

## **Identidade em disputa**

Ao analisar a formação identitária dentro do território missioneiro, temos que levar algumas coisas em consideração. Em primeiro lugar, a experiência jesuítica no Rio da Prata, que demarca uma apropriação de códigos indígenas, se deu mediante à sobreposição de esquemas políticos do Império Espanhol. Assim, o estabelecimento de reduções prévias não apenas converteu esses povos ao cristianismo, mas também mais amplamente, em súditos do rei da Espanha. Dessa forma, os guaranis que se encontravam no espaço das missões passavam a compor o corpo do Império Espanhol, cuja cabeça era o rei (DAHER, Andrea, 2018, p.16).

Essa conversão de “selvagens” a “súditos” previa algumas medidas particulares, que demarcaram a formação de identidade tipicamente missioneira. Em primeiro lugar, tem-se a apropriação das categorias nativas como uma forma de estabelecer uma elite local, permeada por hierarquias típicas do Antigo Regime. Guillermo Wilde(WILDE, Guillermo, 2009, p.51-60) destaca a apropriação de cacicazgos como uma forma de estabelecer uma elite missioneira no espaço das reduções. Assim, percebe-se a formulação de uma nobreza guarani permeada por uma linhagem oriunda de categorias do Antigo Regime. Chama-se atenção para laços de reciprocidade firmados entre essa elite e os demais membros das reduções, referidos como vassallos dessa nobreza. Para além da apropriação de cacicazgos como uma tradução local da ideia de nobreza, há a criação de uma burocracia, representada na figura dos cabildos em cada um dos povos.

Da mesma forma, vemos como essa mesma elite se beneficia de uma educação especial, isto é, tem o privilégio de se tornarem uma minoria letrada dentro das reduções. Esse aspecto, como ressalta Neumann (NEUMANN, Eduardo S. , 2004, p.28-38), seria essencial no processo de resistência ao Tratado de Madrid, uma vez que traduzia o intento dos guaranis em reafirmar seu território. O conhecimento de categorias retóricas os permitiam fundar seu pensamento. Aqui ressalta-se as produções escritas em tom de pregação, o que dotava os guaranis de um “domínio dos códigos retóricos” (NEUMANN, E. 2004:10)

Em suma, pode-se dizer que um dos aspectos essenciais da formação identitária dos indígenas reduzidos no espaço missionário é sua integração no princípio de universalidade cristã (HANSEN, João Adolfo, 1998, p.350), a partir da reciclagem de categorias nativas de modo a produzir uma diferenciação entre eles e os “outros”. A proposta de civilidade missionária era, portanto, uma mescla entre aspectos já existentes e formas de atribuição de autoridades fabricadas no espaço das missões. Segundo João Hansen:

A universalidade da religião cristã na base do direito inclui tais razões a priori, classificando-as como falta do Bem. Em todos os casos, trata-se de um modo de pensar fundado metafisicamente como a analogia escolástica, ou seja, um modo de pensar que estabelece relações de semelhança entre as práticas indígenas e o princípio metafísico que o regula (HANSEN, J. 1998: 349)

Como mencionado, um dos pontos importantes no que diz respeito à formulação étnica das missões era produzir uma diferença clara entre os guaranis e os grupos denominados “infieis”. A dicotomia entre “sem fé, sem lei, sem rei” (WILDE, Guillermo, 2009, p.53-58) e o espaço controlado e hierarquizado foi algo que, até certo ponto, foi internalizado pelos indígenas reduzidos, no sentido de produzir uma fronteira étnica entre eles e os “outros”.

A ideia de fronteira étnica, tal como formulada por Fredrik Barth (BARTH, Fredrik, 2000, *passim*), prevê que a diferenciação entre grupos étnicos se dá a partir da interação entre diferentes grupos e não apesar dela. No caso dos guaranis, vemos como a emergência dessa fronteira se deu mediante a uma interação constante com os grupos itinerantes. Não apenas em conflitos, mas também em interações pacíficas, seja por meio de acordos ou fugas dos membros das missões (WILDE, Guillermo, 2009, p.53-58). Nesse contexto, categorias étnicas pré-definidas não desempenham um papel tão importante quanto a ação desses grupos.

Segundo Barth, a fronteira étnica emerge a partir de uma autodeterminação e determinação de outros da mesma etnia . Isso se dá sobretudo em um contexto de interação frequente. Como se sabe, as categorias de civilidade internalizadas pelos guaranis permitiram a eles construir um cenário de diferenciação entre “fiel” e “infiel”. Essa dicotomia não parte tanto de categorias pré definidas como pelo cenário de interação multi-étnico no Rio da Prata

Jeffrey Erbig Jr. destaca que a interação entre praças (aqui abarca-se o território das missões, isto é, assentamentos estáveis) e toldos que, como mencionado no início deste capítulo, correspondiam a assentamentos móveis que, de maneira geral, tinham como habitantes os charruas e minuanos.

Para entender essa interação, precisamos antes compreender uma particularidade territorial do Antigo Regime. Os territórios correspondentes aos vice-reinados, do lado espanhol e capitanias, no caso português, não representavam continuidade estável entre diferentes praças. Dessa forma, embora a representação mapeada de um vice-reinado corresponda a uma grande área, sua jurisdição estava distribuída entre pontos relativamente isolados . Logo, pode-se dizer que o Vice-Reinado do Rio da Prata correspondia, segundo Erbig, a um arquipélago de praças e tolderias.(ERBIG, Jeffrey, 2015, p.76)

No contexto de ocupação da Banda Oriental, atual Uruguai, o acesso a recursos dependia da boa relação entre praças e toldos, uma vez que os povoados eram recentes e seu contato com

outras regiões não estava completamente estabelecido. Nesse cenário, alianças eram essenciais para garantir a sobrevivência de seus habitantes, tanto de um lado como de outro. Assim, em períodos de conflitos, notava-se uma carência considerável de recursos nas praças que sofriam com os cercos dos toldos. Da mesma forma, quando acontecia algum imprevisto na garantia de recursos por parte dos toldos, seus membros se refugiavam nas missões temporariamente. (EBIG, J. 2015, p.35-77).

Esse panorama de contato constante produzia embates em um cenário de competição territorial. Uma das passagens do diário do Francisco Graell relata a interação entre um guarani e as tropas de Graell. No diário, durante a fala dos indígenas, vemos um discurso voltado para produzir uma diferenciação clara e ilustrar os embates entre praças e toldos: “[...] os índios armados que se acham nesta fronteira são para prevenir as hostilidades dos índios infiéis, dos quais nesse meio tempo receberam várias ameaças” (GRAELL, 1998:37). Pela fala exposta acima, vemos que as rivalidades entre guaranis e “infiéis” são resultado de um longo processo de disputas territoriais na fronteira. Esse é um dos aspectos formativos da identidade guaranis, sobretudo aqueles dos sete povos orientais.

De acordo com Neumann (NEUMANN, Eduardo S, 2004, p.28-38), a identidade dos povos orientais, genericamente denominados “tapes”, se deu a partir de uma rivalidade frequente entre guaranis, portugueses e infiéis. Essa oposição é formada tanto por elementos da memória como por aspectos territoriais.

Em relação à memória, os povos que habitavam o atual território do Rio Grande do Sul se encontravam lá por causa do êxodo generalizado da região conhecida como Guairá (atual Paraná e parte do Paraguai). No século XVII, os bandeirantes invadiram a região dos primeiros assentamentos jesuítas, extrapolando os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Em meio a tragédia oriunda da situação de guerra, boa parte dos habitantes das reduções foi morta e outra se viu obrigada a migrar. Nesse contexto, a manifestação de um antagonismo em relação aos portugueses guiou as interações futuras entre guaranis e portugueses.

Ao migrar para a região que ficaria conhecida como Banda Oriental, os guaranis se viram mais uma vez ameaçados pelo avanço dos portugueses para terras originalmente pertencentes à Espanha. Com a fundação de Colônia de Sacramento, em 1640, e a posterior ocupação do Continente de Rio Grande, os guaranis se depararam com situação similar àquela do início do século XVIII. A diferença é que agora lhes era permitido utilizar armamentos, o que contribuiu para diversos embates na região. Portanto, a situação de fronteira na qual se encontravam os guaranis orientais foi um dos elementos de formação identitária desses povos.

Nesse contexto, os portugueses da fronteira firmam alianças com outros grupos indígenas da região, notadamente com os minuanos. Cresce então o antagonismo entre guaranis, “infiéis” e portugueses, bem como sua interação devido ao espaço fronteiro que ocupavam. (NEUMANN, Eduardo S, 2004, p.28-38)

Por fim, cabe um último questionamento. É certo que essa diferenciação entre “fiel” e “infiel” foi parte importante do período em que os jesuítas estiveram em território espanhol. O antagonismo entre os grupos que habitavam a fronteira ainda é muito claro durante o Tratado de Madrid, pelas cartas produzidas durante as Guerras Guaraníticas. Contudo, o que acontece quando os jesuítas são expulsos em 1767? Será que os mesmos preceitos que guiaram um século de atuação jesuíta em território espanhol ainda se aplicam às décadas finais do século XVIII?

Sobre período após a expulsão dos jesuítas, pode-se dizer que há um paradigma de mobilidade (WILDE, Guillermo, 2009, 265-306) . Isso porque, o período que segue o decreto de expulsão é comumente tido como uma época de decadência das reduções jesuíticas, sobretudo nos anos finais do século XVIII. Essa fase é vista dessa maneira devido ao conjunto de fatores, como epidemias, guerras e fugas a outros territórios da região do Rio da Prata. Todavia, pode-se dizer que a expulsão dos jesuítas é um fator essencial para a compressão do panorama apresentado porque : I. amplia o leque de relações mantidas pelos indígenas guaranis/tape”. II marca um período de maior mobilidade; III. Ressignifica os padrões étnicos construídos nas missões.<sup>107</sup>

Dessa forma, pelo relato que envolve o grupo de Juan Vera, vemos que já não existe o mesmo antagonismo entre guaranis e os grupos itinerantes, como evidencia-se pelo trecho que segue:

[...] y finalmente, por otros los distintos objetos que tiene el resguardo de la campaña, los cuales son no solamente evitar la fraudulenta extracción de cuero y ganado a los dominios de Portugal y la introducción de tabaco y otros géneros de contrabando sino también precaver los robos y otras violencias que recientemente acontecen en aquellos campos y la deserción de los indios de las misiones que se suele pasar a los dominios de Portugal, a unirse con los selvages y ocuparse con unos y tros en dichos robos y correrías [...] (AGI-BA 333- 1784-1786)

<sup>107</sup> Sobre esse aspecto ver : WILDE, Guillermo. *Ibidem*. ERBIG, Jeffrey. *Imperial Lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1800*. Tese (Doutorado) – Department of History, University of North Carolina, Chapel Hill, 2015; RIBEIRO, Max Pereira. “*A Terra Natural Desta Nação Guarani*”: Identidade, Memória e Reprodução Social Indígena no Vale do Jacuí (1750-1801). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p.264. 2017

Após a expulsão dos jesuítas, percebe-se um período de deserções constantes, sobretudo nos povos orientais. Assim, ao estudar o período que vai entre 1772 e 1800, devemos considerar que as fronteiras entre guaranis e grupo itinerantes se torna dúbia. Os guaranis não apenas se juntam aos “selvagens” como são acusados de roubar animais nas estâncias da Banda Oriental. Esse aspecto relativiza a distinção entre “fiel” e “infiel”, uma vez que o princípio de conversão a súditos do rei é frequentemente negado. Isso é reforçado pelo crime de contrabando cometido por eles, uma vez que estariam negando o princípio do bem comum e, portanto, prejudicando a posição de “fiéis vassallos do rei da Espanha”.

## Referências

- AZPIROZ, André; DÁVILA, Adriana. *Indios, cautivos y renegados en la frontera: Los blandegues y la fundación de Belén, 1800-1801*. Montevideu: Ediciones Cruz del Sur, 2015.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BARTH, Frederik. Anthropological models and social reality. In: BARTH, Frederik. *Process and form in social life*. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1981
- ERBIG, Jeffrey. *Imperial Lines, indigenous lands: transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1800*. Tese (Doutorado) – Department of History, University of North Carolina, Chapel Hill, 2015.
- GARCIA, Elisa F. *As Diversas Formas de Ser Índio: Política Indígena e Política Indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, p.2019. 2007.
- GELMAN, Jorge. *Campesinos y Estancieros: una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial los Libros de Riel, 1998.
- GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: elites contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- HAMEISTER, Martha. *Para dar Calor a Nova Povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batimais na Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio Janeiro, p.274. 2006.
- HANSEN, João Adolfo. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HILL, Jonanthan D. Introduction: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992. In: HILL, Jonanthan D. *History, Power and Identity: Ethnogenesis em the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confronto luso-guaranis na Banda Oriental, 1640-1757. *Revista Complutense de História da América*, v.26, n.7, p.73-92, jan.2000. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA0000110073A> Acesso em: 18.jan.2021.

NEUMANN, Eduardo. A Fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande-Século XVIII. In: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo (org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

RIBEIRO, Max Pereira. “*A Terra Natural Desta Nação Guarani*”: Identidade, Memória e Reprodução Social Indígena no Vale do Jacuí (1750-1801). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p.264. 2017.

WILDE, Guillermo. *Religión y Poder en las Misiones Guaraníes*. Sarandí: Editorial Sb, 2009.



## OLHARES FORA/DENTRO: QUANDO A HISTÓRIA SE MANIFESTA NA ARTE

Cláudia Mariza Mattos Brandão,  
Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, attos@vetorial.net

**Resumo:** Fotografar a paisagem urbana ao deslocar-se em deambulações, remete ao personagem do *flâneur* (BENJAMIN, 1989). Este artigo argumenta sobre processos artísticos/poéticos autoformadores de uma narradora visual que, assim como um *flâneur*, caminha carto/foto/graphando inquietações na cidade portuguesa de Aveiro, por ocasião de estágio pós doutoral, realizado em 2019. Trata-se, portanto, de alguém que se desloca da realidade à ficção poética, transgredindo a lógica cartográfica dos trajetos citadinos, buscando entender os mecanismos sociais que engendram a referida cidade e seus meandros formativos, numa perspectiva decolonial (MIGNOLO, 2008). Isso, com o intuito de desvelar o equilíbrio entre forças aparentemente opostas, advindas da memória e da vivência do presente, e da sensação de estranhamento gerada entre o que sabemos sobre nós mesmos, enquanto povo colonizado, e o que os ambientes e situações do povo colonizador nos indicam, o que baliza as obras artísticas autorais abordadas. Refiro-me a produções que visibilizam estranhamentos e reverberam diferentes tempos condensados pela experiência da errância: o do calendário; o da reflexão; o do fotográfico, a confundir equipamento, olhar, pensar, relacionar, aprender, lembrar; e o tempo de ser em situação, dedicado a deambulações em busca daquilo que surpreendesse o olhar, ávido por desvelar detalhes encobertos pelo tempo da história, imbricados num misto de arte e vida. Logo, o artigo objetiva discutir sobre a percepção do espaço urbano como uma possibilidade de estabelecimento de conexões transatlânticas, o que permite entender os imaginários latino americanos como reflexos de mentalidades e comportamentos extemporâneos, relacionando arte e sociedade.

**Palavras-Chave:** Arte Contemporânea; Cidade; Decolonialidade.

A imersão num referencial europeu possibilita reflexões sobre a materialidade da obra de arte delineada por recortes do real em suas diferentes formas, amealhados no exercício de uma carto/foto/graphia sem indicações ou comprometimentos, baseada no interesse curioso que quem está aberto à descoberta dos lugares. Refiro-me à arte dando a ver as interconexões estabelecidas por uma pesquisadora que, através do exercício de diferentes linguagens artísticas, mantém-se em eterno processo de (des)construção identitária, problematizando questões pertinentes à produção artística impulsionada pela experiência e pela memória, discutidas à luz do pensamento decolonial. Porém, antes de apresentar o tema da escrita propriamente dito, considero importante explicar aos leitores o que vem a ser a carto/foto/grafia.

A *carto/foto/grafia* se refere a ações artísticas realizadas através do caminhar, uma prática desenvolvida e adotada no Photographiein - Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPEL/CNPQ), desde 2010, o qual lidero. Essas são ações que visam reescrever em imagens a experiência da *deriva* (DEBORD, 2005), um procedimento metodológico que implica no andar sem rumo pela cidade sob a influência dos cenários, para o qual a observação ativa da vida urbana é fundamental. Sendo assim, diferente da prática da cartografia

(KASTRUP, 2009), essa metodologia busca fixar e transmitir em imagens, entendidas como sínteses simbólicas, a experiência subjetiva do artista/caminhante frente aos real. Imagens essas, que nos permitem ler nas entrelinhas das (re)apresentações do mundo, detalhes que muitas vezes passam despercebidos devido à rotina acelerada.

Retomando a ideia central da escrita, explicitada a metodologia que deu origem às obras produzidas, é importante demarcar as origens do estudo, ou seja, a experiência de uma pesquisadora/professora/artista/viajante brasileira realizando estágio pós-doutoral em Criação Artística Contemporânea na Universidade de Aveiro, em 2019. Na ocasião, me desloquei da cidade de Rio Grande (RS), no extremo sul do país, para a cidade de Aveiro em Portugal, levando na bagagem a viagem como uma possibilidade daquilo que existe em potência, ciente de que “toda a viagem é iniciática - assim como uma iniciação não cessa de ser uma viagem –, pois antes, durante e depois se descobrem verdades essenciais que estruturam a identidade (ONFRAY, 2015, p. 76).

Demarco, portanto, que o tema se refere à experiência de viver a extraterritorialidade, convivendo durante três meses com vetores aparentemente diferentes, advindos da memória e da vivência do presente. Percepções essas, que geraram estranhamento entre o que sabemos sobre nós mesmos, enquanto povo colonizado, e o que os ambientes e situações do povo colonizador nos indicam. Todo esse emaranhado perceptivo traduzido em imagens. Tais fotografias, registradas como fragmentos simbólicos do real, originaram produções artísticas, realizadas e apresentadas em Portugal, por uma pessoa engajada na visualidade como uma participante cultural. Obras essas, elaboradas com o objetivo de afastar a sombra projetada por conhecimentos anteriores sobre quem somos nós, brasileiros, e a nossa herança cultural como cidadãos de uma antiga colônia portuguesa.

Este texto problematiza questões pertinentes à produção artística impulsionada pela experiência e pela memória, discutidas no viés das decolonialidades (MIGNOLO, 2008). Trata-se de refletir sobre a materialidade da obra de arte cujo conceito foi delineado por recortes do real em suas diferentes formas, amalhados no exercício de uma *carto/foto/graphia* baseada no interesse curioso que quem está aberta à descoberta dos lugares. Para tanto, apresento duas obras em particular, resultantes de processos artísticos/poéticos autoformadores de uma narradora visual que, assim como uma *flâneur*, caminha *carto/foto/graphando* inquietações na cidade portuguesa de Aveiro, por ocasião de estágio pós-doutoral, em 2019. Refiro-me à montagem fotográfica SÍ.NO.DO, apresentada na exposição “espaçotraçotempo”, no Museu Santa Joana, e à instalação urbana MEA CULPA, integrando a XIV Bienal Internacional de

Cerâmica Artística de Aveiro, ambos eventos ocorridos em Aveiro, em junho e novembro de 2019, respectivamente.

### **Fabulações artísticas sobre o vivido**

O deslocamento da realidade à ficção poética, transgredindo a lógica cartográfica dos trajetos citadinos, dá acesso a um palimpsesto alegórico, do ser em seu permanente processo autoformativo. Pouco a pouco, as camadas são retiradas e permitem um maior entendimento dos mecanismos sociais que as cidades e seus meandros formativos. Na incessante busca por descobrir quem somos, a experiência em Aveiro foi experiência singular que não se encerrou com seu término, ao contrário, foi o primeiro gesto na direção de algo que se revelará paulatinamente com o tempo.

As produções artísticas, que resultaram das vivências em terras portuguesas, visibilizam estranhamentos e reverberam diferentes tempos condensados pela experiência da errância: o do calendário; o da reflexão; o do fotográfico (a confundir equipamento, olhar, pensar, relacionar, aprender, lembrar); e o tempo do ser em situação, dedicado a deambulações em busca daquilo que surpreendesse o olhar, ávido por desvelar detalhes encobertos pelo tempo da história, imbricados num misto de arte e vida.

Conhecer Aveiro, que me pareceu estranhamente familiar, mostrou a complexidade das engrenagens históricas daquele povo, além de expor as suas dinâmicas culturais e políticas particulares. E buscando visibilizar tais estranhamentos organizei as informações simbolicamente como discursos visuais, atribuindo a eles um sentido maior do que o olhar reconhece num primeiro momento. Portanto, tais processos artísticos/poéticos resultam dos entranhamentos autoformadores de uma narradora visual, que assim como uma *flâneur*, para quem importam os detalhes dos caminhos aleatórios. Assim como para esse personagem, “que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes” (BENJAMIN, 1989, p. 35), para mim:

Os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. (BENJAMIN, 1989, p. 35).

As minhas errâncias pela cidade de Aveiro remetem ao conceito de deriva, proposto por Guy Debord (2005) e o grupo “Internacional Situacionista”. O grupo era composto por artistas, ativistas políticos e filósofos, que através de derivas, redesenhavam os mapas das cidades, ilustrando-os a partir de suas percepções subjetivas dos espaços. Sendo assim, posso me

considerar uma *flâneur*, que conhecendo a cidade durante as derivas, considerou os sentidos advindos dos muros, focada que estava nos “entulhos” culturais, geralmente imperceptíveis aos olhares turistas.

**Figura 1: Cláudia Brandão, *Montagem fotográfica*, 2021**



Fonte: Acervo da pesquisa.

Já na primeira caminhada fui intimada pelas escritas urbanas (Figura 1), que passaram a balizar os meus (des)caminhos, visando conhecer aquela comunidade através dessas manifestações anônimas e seus silenciamentos. Genericamente conhecidas como “pixo”, elas são desprezadas por muitas pessoas e consideradas crime contra o patrimônio pela lei brasileira. Porém, para quem tem por hábito a prática da deriva, essas provocadoras *graphias* instigam reflexões, principalmente para alguém determinada a se distanciar de um olhar “do hábito, que caleja a percepção” (COLI, 2005, p. 295), e a elaborar o pensamento a partir do extraordinário dos percursos.

A paisagem urbana resulta de construções simbólicas coletivas (BACHELARD, 1993), logo, a sua apreensão implica a superação da mera observação visual, pois “os símbolos que vemos na rua e nas paredes não estão em caso algum desvinculados do tempo a que dizem respeito” (STAHL, 2009, p. 8). Sendo assim, nas deambulações que se seguiram à captura das primeiras imagens (Figura 2) passei a “perseguir” o/a pixador/a cuja tag é *Synod*, criando um mapa afetivo inspirado na cidade real. SÍ.NO.DO (Figura 2) é uma montagem fotográfica, um misto de espelho e ilusão da cidade original, culminância da liberdade cotidiana do caminhar e de exercícios autoformadores.

**Figura 2: Cláudia Brandão, *SÍ.NO.DO.*, montagem fotográfica com 35 imagens, 18 x 566 cm, Museu Santa Joana, Aveiro, Portugal, 2019**



Fonte: Acervo da pesquisa.

*SÍ.NO.DO* é uma montagem fotográfica horizontal, com 18 x 566 cm, que tem como *corpus* principal a cidade de Aveiro, explorando a poética de um olhar para o qual as percepções infraordinárias sobre o espaço urbano e transeuntes prevalecem. Os 35 registros fotográficos da tag *Synod* são organizados de modo a estabelecer um percurso pela cidade, reelaborado como discurso visual poético acerca do vivido. A obra foi apresentada na exposição coletiva “espaçotraçotempo”, em junho de 2019, no Museu de Aveiro/Santa Joana, um prédio histórico, antigo Convento de Jesus da Ordem Dominicana Feminina.

Na montagem se destacam duas características principais: o tamanho das imagens, relativamente pequenas, na comparação com as dimensões do prédio, exigindo maior atenção dos espectadores aos detalhes; e a repetição da *tag* em todas as imagens, chamando a atenção para algo geralmente rechaçado, o pixo, repetindo simbolicamente a atitude dos pixadores nos muros da cidade (Figura 3). A leitura desses textos não-verbais (FERRARA, 2002) é significada no encontro entre o contexto registrado e as questões estéticas e afetivas dos trajetos, subvertendo a cartografia normativa da cidade.

**Figura 3: Cláudia Brandão, montagem fotográfica, 2021**



Fonte: Acervo da pesquisa.

A palavra *Synod*, do inglês, é traduzida como Sínodo em português, significando “caminhar juntos”, como, por exemplo, numa assembleia de eclesiásticos e leigos, reunidos segundo um plano comum. E isso me faz indagar: Estará o/a pichador/a *Synod* nos convocando a “caminhar juntos”, povoando com *tags* as ruas de Aveiro? Será a auréola colocada sobre a escrita uma referência ao caráter “religioso” da escrita ou à religiosidade dos aveirenses? Ou simplesmente um elemento gráfico que compõe a escrita?

Difícilmente obterei respostas para tais indagações, mas isso não é importante, pois quanto mais questões surgirem, maiores serão as inspirações poéticas.

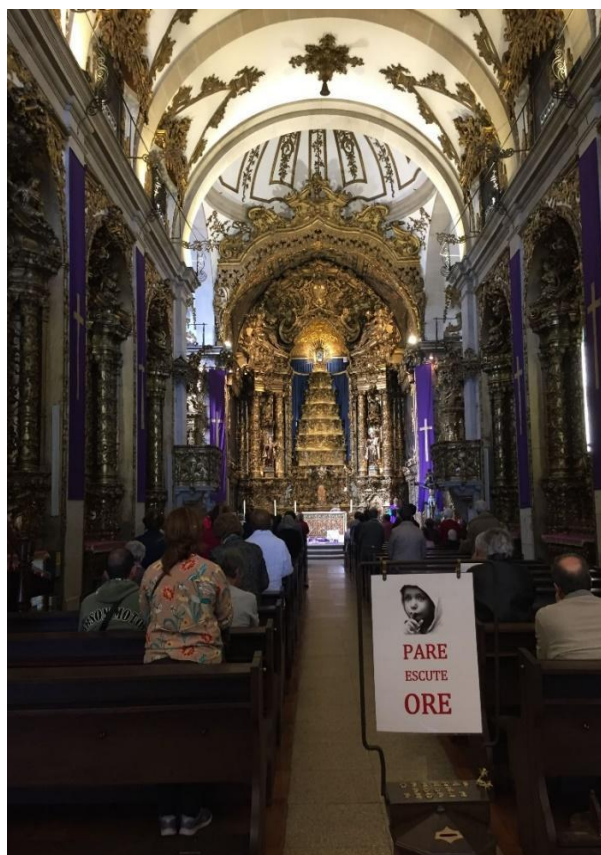
### **Extravasamentos artísticos de estranhamentos históricos**

As viajantes muitas vezes produzem diários e eu também fiz isso, entretanto, acrescentei a eles produções artísticas. Mobilizada pelas descobertas cotidianas, somaram-se as indagações do que representa ser brasileira a partir da identificação das raízes culturais e suas estruturações, que ainda repercutem em nós, brasileiros. Quando direcionamos o foco para as invisibilidades produzidas por diferentes nichos, desvelamos costumes e crenças fundantes das identidades, inclusive, as relações de poder coloniais que seguem oprimindo uma parte considerável da população brasileira.

Como considero que “a decolonialidade (...) não se constitui num projeto acadêmico que obrigaria aqueles que a adotassem a citar seus autores e conceitos chaves, nem se constitui

numa espécie universalismo abstrato (um particular que ascende à condição de um desígnio universal global)” (COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 1), as inquietações amealhadas impulsionaram as práticas artísticas, calcadas numa visão decolonial. Através dos fazeres poéticos processamos ideias e elaboramos entendimentos e assim, paulatinamente, fui aprimorando o meu entendimento acerca das engrenagens históricas, do imaginário nacional e seus atravessamentos em cada brasileiro.

**Figura 4: Cláudia Brandão, Igreja das Carmelitas, fotografia, Porto, 2019**



Fonte: Acervo da pesquisa.

O processo de (re)conhecimento das inter-relações coloniais foi ficando mais intenso em cada uma das inúmeras igrejas visitadas, nas quais a presença maciça de ouro se destaca na arquitetura interna. Esses templos não deixam dúvidas sobre a espoliação das nossas riquezas, promovida pelos colonizadores, e eu não podia me calar frente ao que considero uma verdadeira afronta, mas que tanto encanta os olhares desavisados (Figura 4).

Enquanto muitas pessoas consideram tais templos como espaços para oração ou gozo estético, vejo-os como símbolos de um passado histórico que cotidianamente exige reflexões críticas sobre o passado, suas reverberações presentes e possibilidades do devir, visto que “como um viajante, atravessar o espaço que nos envolve é então habitá-lo, implicar-se,

aproximar-se para focalizar os detalhes que nos engajariam em uma nova percepção” (DIAS, 2011, p. 3780). E essa foi a motivação para a realização de mais uma obra apresentada em território português.

O estranhamento provocado pelo dourado das igrejas foi externalizado através da arte, uma instalação urbana apresentada na XIV Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, realizada durante o mês de novembro de 2019, intitulada MEA CULPA. A ideia motora foi a de promover uma “contravisualidade” (MIRZOEFF, 2011), uma proposta de outras leituras sobre os processos coloniais por parte da comunidade aveirense. E assim, eu e Guilherme Sirtoli, que divide comigo a autoria da obra, produzimos uma visualidade diferente, sabedores que:

Visualidade é uma palavra antiga para um projeto antigo. Não é uma palavra da teoria da moda que significa a totalidade de todas as imagens e dispositivos visuais, mas é de fato um termo do início do século XIX, que significa a visualização da história. (...) Essa capacidade de montar uma visualização manifesta a autoridade do visualizador. (MIRZOEFF, 2011, p. 2, tradução nossa)<sup>108</sup>.

Mirzoeff destaca a necessidade de entendermos a história também como um projeto de visualidade, o que no Brasil foi implementado, principalmente, a partir do século XIX, pelo imperador D. Pedro II. Através de tal projeto foi (e ainda é) possível reconar os fatos, destacando narrativas hegemônicas, totalizadoras e castradoras, que escondem a multiplicidade étnica e a complexidade cultural que funda o que conhecemos como “povo brasileiro”.

Quando desvelamos os detalhes, oportunamente ocultados, a estrutura conceitual se apresenta como uma contravisualidade reveladora dos ideais “civilizatórios” impostos pelos colonizadores. Portanto, quando percebemos que as visualidades predominantes são as propiciadas pelos ideais colonizadores, que não contemplam a desconstrução de narrativas totalizadoras acerca dos processos civilizatórios, “a autonomia reivindicada pelo direito de olhar é oposta à autoridade da visualidade. Visualizar é a produção da visualidade, significando a realização dos processos da “história” perceptíveis à autoridade” (MIRZOEFF, 2011, p. 3, tradução nossa)<sup>109</sup>.

Sendo assim, instigados pelas vivências em Aveiro, instauraram-se ponderações oportunizadas pelo contato diários com a vida comunitária do lugar, fazendo delas emergir

<sup>108</sup> *Visuality is an old word for an old project. it is not a trendy theory word meaning the totality of all visual images and devices, but is in fact an early-nineteenth-century term meaning the visualization of history. (...) This ability to assemble a visualization manifests the authority of the visualization.*

<sup>109</sup> *The autonomy claimed by the right to look is thus opposed by the authority of visuality. Visualizing is the production of visuality, meaning the making of the processes of “history” perceptible to authority.*



diferentes modos de ver, decodificar e significar o mundo ao redor. E é nesse desígnio que se dá a realização de MEA CULPA, um movimento de transformação operado pelas nossas experiências, percepções e memórias, uma *contravisualidade* através da qual os fios da teia histórica e seus enredamentos são esgarçados, como marcas vivas de uma história que ainda mobiliza corpos e mentes.

**Figura 5: Cláudia Brandão, *Fonte dos Amores*, fotografia, Aveiro, 2019**



Fonte: Acervo da pesquisa.

O local escolhido para a instalação artística foi a Fonte do Amores (Figura 5), originalmente denominada Fonte de Benespera, localizada na rua Dr Mário Sacramento, próximo às nossas moradias. A referida proximidade fez com que convivêssemos com esse espaço cotidianamente, e chamou a nossa atenção o fato de uma construção de aparência histórica estar aparentemente abandonada pelo poder público, o que não é comum na cidade de Aveiro. Buscamos, então, informações sobre o monumento no site oficial da prefeitura da cidade<sup>110</sup>. Segundo o órgão:

<sup>110</sup> Disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27743](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27743)

Fonte dos Amores/Chafariz na Rua Dr. Mário Sacramento  
Portugal, Aveiro, Aveiro, União das freguesias de Glória e Vera Cruz

Descrição: Espaldar rectangular em alvenaria, plano, com embasamento em cantaria acompanhando toda a extensão do espaldar e contornando o tanque, é rematado por cornija em cantaria coroada por cinco merlões chanfrados, apresentando incrustado à direita um brasão e à esquerda um pequeno tanque encimado por cartela inscrita e pequena lápide informativa do ano das obras, sob as quais uma bica em cantaria verte para o tanque com face frontal ondulada e remate em cantaria.

Cronologia: Séc. 17 - data provável do escudo; 1971 - fotos de Joaquim António Gaspar Albino mostram-nos a fonte e lavadouro em funcionamento, localizado na rua e Viela da Fonte dos Amores; 1985 - construção do chafariz no actual local, segundo placa informativa colocada no espaldar.

A fonte fica num lugar abaixo do nível da rua, em função de deslocamentos que sofreu como consequência do crescimento da cidade, e passa despercebida para muitos transeuntes, embora a sua representatividade histórica para cidade:

(...) ainda se consegue ver o Brasão de quem teve a iniciativa da sua construção, os Duques de Aveiro, bem como o Padrão da Imaculada Conceição. Precisa de obras de restauro, com urgência, sob pena de se perder por completo. Nela pode ler-se a data de 1985, que corresponde ao ano em que foi mudada. Na fonte original, a data apresentada era a de 1896, como se pode ver em fotografias mais antigas, referente a obras de restauro, uma vez que a sua construção remonta a 1559. Atualmente, está praticamente abandonada<sup>111</sup>.

Considerando tais origens históricas e sua atual situação, a fonte serviu como um cenário perfeito à proposta de mostrar aos transeuntes aveirenses o nosso descontentamento com a histórica espoliação, que não se refere somente às riquezas minerais. Esse desagravo poético é composto por outros elementos portugueses icônicos, como a utilização da imagem da réplica do Cristo Redentor carioca, colocado às margens do Rio Tejo, em Lisboa, e a utilização de palavras/chamamentos encontrados em muitas igrejas.

Convivendo em sociedades que nos impelem à vertigem do consumo e a entretenimentos muitas vezes esvaziados de significados, elaboramos um chamamento artístico e intervencionista para que os transeuntes brevemente interrompessem seus trajetos cotidianos. Isso, com a intenção de que voltassem a experimentar o tempo da contemplação, do desacelerar e demorar-se na leitura visual e na descoberta dos indícios apontados pela obra, estimulando-os a rever sob novos ângulos velhos conceitos estabelecidos.

<sup>111</sup> Disponível em <https://asfontesdaminhavidablogs.sapo.pt/fonte-de-benespera-ou-fonte-dos-amores-18681>

A instalação urbana MEA CULPA é composta por dois elementos principais: em torno de 600 “moedas” confeccionadas em cerâmica, timbradas com a marca “Terra Brasilis”; e um banner de lona, medindo 40x90 cm, tendo como fundo para a inscrição PARE OLHE RECOLHA ESMOLAS DAS ALMAS, o monumento português do Cristo Redentor. Ela foi elaborada com o objetivo de instigar olhares transeuntes a refletir sobre atos de privação sofridos por povos colonizados, com relação a suas riquezas, possibilitando assim, aproximações críticas acerca da história e seus descaminhos. Através dos recursos da linguagem artística, a instalação estabelece metaforicamente um confronto entre as narrativas históricas formativas da identidade nacional brasileira frente ao que se vê no cotidiano das cidades portuguesas.

**Figura 6: Cláudia Brandão, MEA CULPA, montagem fotográfica, Aveiro, 2020**



Fonte: Acervo da pesquisa.

### **Finalizando reflexões, pau(t / s)ando discussões**

A elaborar a escrita, eu busquei destacar discussões poéticas sobre e no espaço urbano como recursos efetivos para o estabelecimento de conexões transatlânticas. Entendo ser muito significativo o papel da arte para um maior entendimento da história e dos imaginários latino-americanos, como reflexos de mentalidades e comportamentos extemporâneos que também os constituem.

Tais processos representativos não são miméticos, ao contrário, são instituidores de realidades, num movimento de deslocamento do sujeito representador a sujeito da representação. Em síntese, é possível afirmar que SÍ.NO.DO e MEA CULPA são representações manifestadas como *graphias de si*, resultantes da busca pelos referenciais que possibilitam reinterpretar a vida e a própria identidade, vinculando significativamente imagens fotográficas, arte e vida.

Caminhar sem pressa pelas ruas, percebendo cada detalhe e, conseqüentemente, acompanhando as suas transformações cotidianas, foi a minha proposta em Portugal. Sem estar inserida no cenário, distanciada como uma *flâneur*, sem destino certo, sem ser notada, busquei perambular com a atenção desperta, mantendo uma atitude crítica, tentando compreender, sistematizar e produzir conhecimentos sobre a produção e circulação de imagens na contemporaneidade, especialmente naquele país. Isso, com vistas à união reflexiva entre pensamentos, imagens, documentos e acontecimentos, para a elaboração de produções artísticas, numa perspectiva de hibridização de linguagens, problematizando questões relativas às representações e suas narratividades como forma de pensamento sensível *no* mundo e não apenas *sobre* o mundo.

## Referências

- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COLI, Jorge. Consciência e heroísmo no mundo moderno. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Poetas que pensaram o mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- COSTA, Joaze Bernardino; GROSFUGUEL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra*. Revista Sociedade e Estado. v. 31, n. 1. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2016. p. 15-24. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/467/Edi%C3%A7%C3%A3o%20completa%20v.%2031%20n.%201%20%282016%29> Acesso em: 08/05/2020.
- DEBORD, Guy. *Sociedade do Espetáculo*. Lisboa: Edições Antipáticas, 2005.
- DIAS, Karina Silva. *A prática do banal, uma aspiração paisagística*. Anais do Encontro Nacional da ANPAP. v. 1. Rio de Janeiro, 2011. p. 1-10.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Leitura sem palavras*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2002.
- FABRIS, Annateresa. A IMAGEM HOJE: entre passado e presente. In: DOMINGUES, Diana (org). *ARTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – Passado, presente e futuro*. São Paulo: UNESP, 2009.
- KASTRUP, Virgínia. PASSOS, Eduardo. ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do Método da Cartografia*. 4º Reimpressão. Editora Sulina, 2015.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de letras da UFF – Dossiê Literatura, língua e identidade. N° 34, Niterói, 2008, p. 287-324.

MIRZOEFF, Nicholas. *The right to look: a counterhistory of visibility*. Durham, London: Duke University Press, 2011.

ONFRAY, Michel. *Teoria da viagem – poética da geografia*. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2015.

STAHL, Johannes. *Street Art*. Alemanha: Ed. H.F. Ullmann, 2009.

# SER Y HACER UNIVERSIDAD EN EL INTERIOR DEL URUGUAY: APORTES A LOS PROCESOS DE DESCENTRALIZACIÓN, REGIONALIZACIÓN E INCLUSIÓN SOCIAL

Cristian Matías Pinato Galbarini (cmpg29@gmail.com),  
Karen Geanine Díaz da Costa (karendiaz-22@hotmail.com)  
Departamento de Ciencias Sociales, CENUR Litoral Norte, Universidad de la República,  
Salto, Uruguay.

**Resumen:** El trabajo que aquí se presenta, pretende exponer en profundidad los aportes del Centro Universitario Regional Litoral Norte (CENUR LN), de la Universidad de la República (UDELAR), en el fortalecimiento tanto de los procesos de descentralización, y regionalización promovidos por la institución desde hace más de 10 años, así como en el desarrollo de procesos de inclusión social de la región comprendida en su jurisdicción administrativa. Si bien la presencia de la (UDELAR) en la región se remonta a más de 60 años atrás, el trabajo pretende profundizar en la dimensión institucional, académica y social de la presencia universitaria en la región, en el marco del relativamente reciente diseño institucional denominado CENUR. Su creación significó un hito importante en la consolidación e impulso del proceso de descentralización iniciado años atrás; fundamentalmente porque su estructura académica e institucional puso en marcha una nueva forma de pensar y hacer la universidad más allá de las fronteras capitalinas o centralistas. Esta decisión, implicó entre otros, crear y ceder potestades administrativas, académicas y presupuestales a estas nuevas figuras institucionales. Ello, lejos de estar resuelto, constituye, hasta la fecha, una tensión permanente entre concepciones basadas en una universidad constituida por lógicas disciplinares y centrada en el desarrollo “sectorial” de las Facultades, y otra basada en una conformación multidisciplinar y autónoma de los espacios de co-gobierno y con capacidad, por tanto, de tomar decisiones sobre su desarrollo académico y presupuestal. En un contexto de transformaciones sociales y políticas, la Universidad también es interpelada y desafiada a repensar sus formas de ser y de hacer; la política de descentralización y regionalización universitaria impulsada hace ya unos años, pretende ser una de las posibles respuestas a ese desafío.

**Palabras clave:** Universidad; Regionalización; Descentralización.

## Introducción

El desarrollo de un polo de educación superior regional implica la agrupación de servicios universitarios en la especificidad de un territorio. Se pueden identificar dos tipos de organizaciones espaciales en donde se reúnen los servicios educativos de nivel superior: los denominados los “campus universitarios”, y las “ciudades universitarias” El primero, se puede definir como un conjunto de edificios y terrenos que corresponden a una universidad, habitualmente un campus contiene las facultades, aulas, bibliotecas, zonas de residencias para los estudiantes, áreas de esparcimiento y otros servicios.

En el caso de Salto, las diferentes instituciones terciarias han suscitado sus propios “campus universitarios”, tratándose de establecimiento de servicios de alojamiento y alimentación para sus estudiantes como el Centro Regional de Profesores del Litoral (hoy Instituto Universitario de Educación). Otros centros, como la Universidad Católica, brindan hospedaje en sus instalaciones a estudiantes beneficiarios de becas. Por otra parte, se presentan servicios que están a cargo del gobierno local, como el Hogar Estudiantil Municipal de la ciudad

que hospeda a estudiantes de la sede Salto de la UDELAR. No obstante, estos servicios brindados, si bien son significativos, no resultan suficientes en relación a la demanda estudiantil. Una gran población proviene de departamentos del interior del país, así como también de localidades rurales. La oferta de estos servicios resulta clave para una ciudad con aspiraciones de continuar el proceso de consolidación hacia un territorio universitario descentralizado- descentralizador en la región norte del país.

En el año 2013, se realiza un estudio de la población estudiantil que concurre a CENUR Litoral Norte Salto. Dicho estudio, fue realizado con el objetivo de contribuir a una planificación futura respecto a la oferta académica, a la atención brindada a estudiantes y a un acercamiento de la sede a otras localidades de la región. En este sentido, se desprenden cuestiones interesantes que ameritan ser estudiadas con mayor profundidad, tales como: la diversidad en el acceso a la educación terciaria la cual se encuentra vinculada a posibilidades socioeconómicas y de acceso geográfico; la continuidad y permanencia de los/as estudiantes se encuentra estrechamente vinculada al nivel educativo del contexto familiar (en un porcentaje significativo, los/as estudiantes son la primera generación de la familia que accede a estudios terciarios), así como también al acceso a la información sobre la oferta educativa existente en la región (NOBOA, PINATO, ROBAINA, 2013).

En lo que refiere a la particularidad de Salto, cuenta con una extensa historia de desarrollo institucional y con el mayor número de ofertas de educación superior en el interior del país. Actualmente las instituciones que desarrollan dichas actividades son diversas, encontrándose una vasta oferta de centros tanto públicas como privadas. Dentro de los mismos se encuentran: el Instituto de formación docente dependiente de ANEP, sede Salto del CENUR Litoral Norte- UDELAR, Universidad Católica-Sede Salto, Instituto de Formación Docente y Centro Regional de Profesores del Litoral, así como también dos centros terciarios dependientes del CETP: Instituto Tecnológico Superior y Escuela Tecnológica Superior de Administración y Servicios, y el Instituto CTC-UCLAEH. Lo anterior da cuenta de la consolidación del departamento como polo de educación superior regional, obligando a pensar sobre las formas de ser y hacer universidad en el Litoral Norte, apostando a la construcción de conocimientos que se desprende de la extensa oferta académica mencionada, tales como el acceso y el tránsito en educación superior, el diálogo entre las instituciones que dan cuenta de esta oferta académica, la posibilidad de generar un proyecto de regionalización que nucleee los diversos intereses, entre otras cuestiones.

En este sentido, se considera que se debe mirar hacia un proceso de regionalización actual, una estrategia política que apunte a incluir las distintas regiones del país de manera de forjar una política de descentralización articulada. La apuesta a la descentralización universitaria abre un abanico amplio de oportunidades a nivel regional, es por eso que el proceso que se intenta gestar en el interior del país con la UDELAR no puede ser ajeno a las demandas de formación y al contexto socioeconómico regional.

A la variedad de ofertas educativas, se suman las diversidades disciplinares y geográficas que conviven en el CENUR Litoral Norte, el cual está compuesto por dos sedes y dos casas de estudio distanciadas territorialmente. También existen, en ambas sedes, grupos de trabajo que se encuentran consolidados y otros en proceso de consolidación, siendo un gran desafío, no sólo la gestión e interacción entre las sedes y las casas, sino también, el diálogo y la fluidez de intercambio entre los grupos mencionados.

El proceso que se intenta gestar en el interior del país con la Universidad de la República no puede ser ajeno a las demandas de formación y al contexto socioeconómico regional, para esto, se hace necesario tener en cuenta “las propias lógicas subjetivas que operan en la demanda educativa a veces relacionadas a prestigios tradicionales asociadas a determinadas carreras o por lógicas objetivas económicas que coartan capacidades de elección vocacional” (KRALL, ROSTÓN, HEINZEN Y BELBEY, 2011).

Es aquí donde se requiere un esfuerzo de construcción de la cultura participativa regional. Tal estrategia incumbe situar una serie de acciones que envuelvan cambios socioeconómicos, políticos y culturales que se apliquen a la región.

Está claro que cualquier intento de desarrollo de la Universidad en el interior del país debe estar acompañado del interés y de la necesaria participación de los actores locales, que son indispensables para el desarrollo de emprendimientos de esta naturaleza. Cualquier impulso que no los incorpore tiene altas chances de fracasar. Está claro que el área estudiada es un área donde actualmente la UDELAR no tiene presencia en términos de enclaves ni de oferta en materia de enseñanza. De todos modos, para un mayor aprovechamiento de las oportunidades regionales es necesario incorporar todos los avances en materia de actividades de la UR en sus tres funciones vinculadas al área estudiada. (CARREÑO, RODRÍGUEZ, CHANELA, Y GONCÁLVEZ, 2011, p. 39).

Ahora bien, indagar sobre los “*Ser y hacer universidad en el interior del Uruguay: aportes a los procesos de descentralización, regionalización e inclusión social*”, implica reflexionar sobre su impacto en la región, ya que, como marcan las investigaciones y antecedentes, es inclusivo en términos del acceso, principalmente en estudiantes que son



primera generación universitaria en sus hogares, facilitando el tránsito educativo y disminuyendo las cifras de desafiliación en el primer año de ingreso a estudios terciarios. En este sentido la descentralización ha sido un factor fundamental, en términos de política educativa, reduciendo asimetrías geográficas, sociales, culturales y económicas. No obstante, la conformación del CENUR Litoral Norte, da cuenta de un proceso de luchas y conquistas que debe ser potenciado y fortalecido a través de la profundización de procesos de construcción de conocimiento que se materialicen en mayores innovaciones tecnológicas, así como también mayor formación de profesionales que se adecuen a las necesidades del contexto y la región.

El CENUR Litoral Norte de la Universidad de la República es el mayor servicio académico universitario del interior del país en el que se desarrollan, a la fecha, cerca de 50 carreras (de grado y posgrado, completas y parciales, propias y compartidas con los SRA) de las distintas áreas, abarcando a un total aproximado de catorce mil estudiantes provenientes de los departamentos del litoral, centro y norte uruguayo, como así también de ciudades del litoral argentino. El plantel docente está compuesto por aproximadamente 800 personas, con una matrícula estudiantil que crece año a año y que legitima los buenos resultados en cuanto a la formación de profesionales (en el último año se incrementó el número en 2200 estudiantes). Las Facultades que operan en la Regional Norte de la Universidad, desarrollan programas de investigación y de relacionamiento con el medio con alto grado de complementación académica y participación de estudiantes. Ello le permite a la Universidad mantener un vínculo cercano con las instituciones y organizaciones sociales, y a su vez generar conocimientos que potencian los procesos de desarrollo local y regional.

## **Desarrollo**

El CENUR como presencia descentralizada de la Universidad.

La Universidad es una puerta de entrada a un universo de posibilidades de hacer, pensar y sentir el proceso de enseñanza-aprendizaje en el que se va formando un perfil profesional mediado por las particularidades de la región y por la construcción de una identidad colectiva que encuentra a estudiantes, docentes y egresados, compartiendo un tiempo y espacios comunes; con características propias y diferentes a otras experiencias, con estudiantes de diferentes departamentos, pero, sobre todo, del interior profundo de esos departamentos. En este sentido, estudios realizados dan cuenta que: la población universitaria no residente, se caracteriza por ser oriunda de hogares de ingresos medios-bajos y sin educación terciaria. Esto incrementa el rol social que cumple la descentralización universitaria ya que los futuros egresados contarán con herramientas de inserción laboral con los que no contaron sus predecesores, ampliando sus horizontes personales y contribuyendo a la diversificación de las actividades productivas en la región (SILVA, y FORRISI, 2017 p.18).

La construcción del CENUR en tanto presencia descentralizada de la Universidad y polo de desarrollo en la región, implica no sólo la correlación de voluntades institucionales sino además la enunciación de una oferta educativa terciaria en concordancia con las demandas de formación, afines a las políticas de desarrollo local y regional, así como a las necesidades de la región donde se inserta. El impacto que genera la Universidad en distintos planos (educativo, demográfico, social, cultural, laboral, económico, entre otros), se ve reflejado no sólo en la ampliación de la oferta educativa y la instalación de equipos docentes con alta dedicación y formación, sino también en las transformaciones que genera en la dinámica de la ciudad.

Los recursos humanos que egresan de las universidades y centros de educación terciarios, así como también los estudiantes que previamente no residían en la ciudad, los docentes y los funcionarios, potencian la influencia de la universidad en la ciudad. En Salto, las universidades emplean en forma directa a 400 profesionales universitarios o profesores titulados en actividades docentes, capacitación o investigación, y 150 personas en tareas no docentes. Esto implica que el sector universitario emplea en forma directa 550 personas, esto es el 15% de los empleos en el sector enseñanza en la ciudad y el 1.5% de los empleos de la ciudad (SILVA Y FORRISI, 2017, p.4).

El lugar de las universidades mediante la generación de capital humano, y las actividades de extensión e investigación logran la cesión de conocimiento y tecnología, lo que marca el rol que tienen dichas instituciones en el desarrollo local y regional, favoreciendo el establecimiento de nuevos emprendimientos, ciudadanos que vuelcan su conocimiento en sus localidades de origen o también optan por instalarse en la ciudad en la cual se formaron.

En este marco, recuperando los aportes de Rebellato, Freire y De Sousa Santos, se reivindica la mirada transformadora y liberadora de la educación, basada en una apuesta a la formación de profesionales que participen activamente, “en la profundización de la democracia, en la lucha contra la exclusión social, la degradación ambiental y en la defensa de la diversidad cultural” (DE SOUZA SANTOS, 2005, p.67).

Desde este enfoque adquiere central relevancia el sentido y orientación que alcanza el proceso de descentralización y regionalización a partir del cual se crea una nueva estructura institucional denominada CENUR. La triple crisis (de hegemonía, legitimidad e institucionalidad) de la que habla De Sousa Santos (2005), para referirse al devenir de la Universidad pública latinoamericana hacia fines del siglo XX, da cuenta de la necesidad de repensar su funcionalidad y su propia esencia en términos de democratización y emancipación tanto de la producción de conocimiento como de la formación profesional que le da su razón de ser.

La resistencia debe involucrar la promoción de alternativas de investigación, de formación, de extensión y de organización que apunten hacia la democratización del bien público universitario, es decir, para la contribución específica de la universidad en la definición y solución colectiva de los problemas sociales, nacionales y globales (DE SOUZA SANTOS, 2005, p. 58)

En este sentido, la política de regionalización promovida a partir de creación de los CENURES, puede ser entendida como un cambio que se hace eco de esa triple crisis y la pretende enfrentar abriendo las puertas de la Universidad a las necesidades del medio mediante la generación de nuevas ofertas educativas en términos de enseñanza e investigación, así como también a sectores de la población para los cuales estaba económica y socialmente “vedado” su acceso. Reflejo de ello son algunos datos primarios que arrojó la encuesta realizada a estudiantes de la sede Salto del CENUR Litoral Norte en el año 2013 (Noboa, Pinato, Robaina, 2013). En ella se destaca que: un 40% de los encuestados son de otras carreras diferentes a Derecho y Ciencias Sociales, lo que refleja un reequilibrio en la distribución de alumnos por disciplina de conocimiento; un 74% de los jefes de hogar no llegaron nunca a la Universidad, siendo además un 25% que sólo alcanzó finalizar la educación primaria; del total de la muestra sólo un 8% son profesionales universitarios; un 15% son alumnos que trabajan y un 23% declaran que están momentáneamente desocupados; el 54% de los encuestados tiene su cobertura de salud en el sistema público; y, finalmente, un 45% de los estudiantes es becario estudiantil, principalmente del Fondo de Solidaridad.

### **Universidad en el interior: integralidad e interdisciplina en la formación universitaria**

La formación de un sujeto activo, involucrado en los procesos ciudadanos, en la previsión y la indagatoria propositiva del futuro, capaz de orientar su práctica con una mirada crítica que le permita comprender la complejidad del contexto en el que está inserto, son algunos de los desafíos a los que se enfrenta la formación universitaria hoy día. El pluralismo académico en las funciones de enseñanza y aprendizaje, la creatividad intelectual y la capacidad de generar y aplicar conocimiento científico fiable y pertinente, aparecen como elementos centrales de la formación académica y profesional del perfil de egresados de la institución. Para ello es necesario desarrollar propuestas que integren y articulen las funciones de enseñanza, investigación y extensión universitaria, desde un enfoque interdisciplinario que promueva el acercamiento y la retroalimentación entre la institución académica y las diversas expresiones de la comunidad en la que está inserta. En este sentido, la integralidad en tanto articuladora de funciones universitarias, disciplinas y saberes, puede ser entendida y pensada como un

movimiento instituyente en la universidad, como movilizador de cambios culturales profundos en los modos de hacer investigación, enseñanza y extensión. Estas tres funciones universitarias pueden y deben ser repensadas como producción conocimientos, aprendizaje e interacción con la sociedad (AROCENA ET AL. 1980).

Las particularidades académicas en las que estas funciones son desarrolladas desde el CENUR y su heterogeneidad en la convivencia multidisciplinar, son campo fértil para problematizar esta articulación gnoseológica con toda la radicalidad posible, recreando nuevas formas de conocer la realidad, así como de ser y sentir la vida universitaria en ese proceso. La articulación entre la investigación, la enseñanza y la extensión en este contexto, nos exige entonces, una ruptura con lo dado, con la tradición unívoca y centralista de hacer Universidad, puesto que las condiciones de clase, género, étnicas, sociales y culturales siempre están implícitas en quienes se embarcan en un proceso de creación de conocimiento.

Desde este enfoque, las teorías del conocimiento que pueden propiciar la existencia de una integralidad entre la investigación, la enseñanza y la extensión, coinciden en un punto decisivo: el conocimiento, y el ser de ese conocimiento –lo que somos–, es proceso, devenir. Ello implica pasar de las posiciones a los desplazamientos, no niega los límites y alcances del conocimiento, por el contrario, los identifica, pero en vez de tomarlos como imposibilidades se constituyen como fronteras a ser superadas. Estas perspectivas filosóficas apuestan por el establecimiento de una manera de pensar que dé lugar a lo múltiple y heterogéneo como aspectos sustantivos del proceso formativo. Desde este punto de vista, la investigación queda inserta en un proceso mucho más vasto de intervención, que se puede entender como extensión, relativizando la naturaleza de estas actividades, y promoviendo una formación profesional en la que los estudiantes puedan realizar procesos investigativos “donde los sujetos y las fuerzas sociales en general participan activamente en la construcción del conocimiento y en su utilización (al mismo tiempo, o en diferentes fases). (AROCENA, ET AL.1980 p.73).

Por otra parte, tal como se mencionara párrafos arriba, la complejidad de las problemáticas que constituyen el objeto de investigación e intervención profesional de las distintas disciplinas que hoy conviven en el CENUR, exige un enfoque múltiple e interdisciplinario lo suficientemente amplio y global para poder comprenderla y así dar cuenta de los cambios que se van operando en la realidad local y regional.

La interdisciplinariedad pretende trascender la suma de saberes mediante la creación de un lenguaje común a todas las áreas del conocimiento (disciplinas o ciencias) que permita un abordaje integral y holístico del objeto de intervención (Cifuentes, 2009). Desde este enfoque, se estima que la particularidad del CENUR Litoral Norte, así como las características de la población estudiantil que recibe, constituye una gran oportunidad para el abordaje

interdisciplinario de los fenómenos o problemáticas sociales que se desarrollan en la región. En efecto, la coexistencia y convivencia de más de once servicios, al tiempo que se convierte en un campo propicio para el desarrollo de habilidades asociadas a la negociación, la comunicación y la gestión, genera óptimas condiciones para la puesta en marcha de propuestas interdisciplinarias en las que se aborde la multidimensionalidad del fenómeno en cuestión y en pongan en diálogo el saber popular con el saber científico. “La promoción de diálogos entre el saber científico y humanístico que la universidad produce, y los saberes legos, populares, tradicionales, urbanos, campesinos, provincianos, de culturas no occidentales (indígenas, de origen africano, oriental, etc.) que circulan en la sociedad” (De Souza Santos, 2005, p. 69), con el fin de recuperar el sentido liberador y transformador de la educación, y en este caso de la Universidad como una de sus manifestaciones.

En el complejo escenario del litoral norte, la interdisciplina se transforma en una necesidad y una valiosa herramienta para la promoción de la participación como forma de construir ciudadanía. Así, el territorio se torna en un lugar de construcción de nuevas preguntas, donde “lo interdisciplinar”, cobra especial relevancia. Entendido como una conjunción teórico-metodológica de lo que las diversas disciplinas aportan desde su singularidad, lo interdisciplinar, permite la construcción de conceptualizaciones y lenguajes comunes, a partir del trabajo en equipo, cuya constitución va generando nuevas síntesis que le permiten intervenir en la realidad desde una nueva concepción, que no es una suma ni combinación de aportes de cada disciplina, sino una proyección -in continuum- en esa realidad (DORNELL, 2009).

### **Reflexiones finales**

Los estudios antes mencionados, así como los informes presentados desde la propia institución ante CCI y aquéllos generados desde estructuras centrales con el fin de evaluar su implementación, dan cuenta no sólo de una constante evolución en la ampliación de la oferta educativa terciaria desde el CENUR, sino también de su impacto en la dinamización de la vida social y económica de la región. Asimismo, su participación en ámbitos interinstitucionales tales como la Comisión Departamental de Educación o las Mesas Interinstitucionales de Políticas Sociales departamentales, dan cuenta del lugar que ocupa la institución en la vida social y política de la región.

En este sentido, se considera que la creación de esta nueva forma de ser y hacer universidad en el interior del país, ha generado nuevas tensiones y desafíos en términos institucionales, académicos y de vinculación con el medio. La construcción de un imaginario colectivo y social propio del CENUR, si bien comparte aspectos universales del modelo

tradicional de ser Universidad, reivindica las particularidades de los actores sociales, profesionales y académicos del medio en el que se inscriben sus prácticas, al tiempo que pone de manifiesto tensiones y disputas históricas que reflejan su heterogeneidad y diversidad en términos culturales, sociales y de desarrollo académico-institucional.

Por otro lado, se entiende que la implementación de propuestas de intervención e investigación a partir de las demandas que se producen en el ámbito institucional u organizacional en el que se insertan los estudiantes de las distintas disciplinas, se ven enriquecidas en la medida que éstos incorporan en ellas, una mirada interdisciplinaria y regional, en diálogo permanente con los actores del medio. No obstante ello, la fuerte tradición disciplinar y centralista de la vida universitaria, así como el desarrollo académico diferencial y “localista” por área de conocimiento según las sedes, actúan como obstáculos que debilitan el intento de esta nueva institucionalidad de superar miradas reduccionistas de la realidad y del quehacer universitario.

Ahora bien nos parece relevante plantear tres ejes necesarios en pro de apostar a la descentralización, regionalización e inclusión social.

El primer nivel es el *académico* aquí debemos apostar al fortalecimiento del diálogo de saberes desde la interdisciplina y la integralidad de las funciones con mirada regional, así como del sentido de pertenencia institucional más allá de los “localismos” temáticos o departamentales. En este sentido, hay que recuperar y promover el desarrollo de propuestas de intervención territorial interdisciplinarias, así como proyectos de investigación que nucleen a docentes y estudiantes en torno a temáticas comunes de una región.

Otro aspecto en el mencionado nivel es la consolidación del intercambio y relacionamiento con los actores locales (educativos, sociales y políticos) del medio, a través de la identificación de demandas y problemáticas regionales que generen nuevas líneas de trabajo entre servicios, e inter-institucionales. En este sentido, en el caso del Litoral Norte se identifica un acumulado de productos en base a la “cultura binacional” (con el desarrollo de temáticas de interés para ambas ciudades, por ejemplo, la navegabilidad del Río Uruguay) en donde se encuentran las sedes y las casas universitarias del CENUR (Salto-Concordia o Colón-Paysandú, Fray Bentos-Gualeguaychú y Artigas-Quaraí).

Por último es importante “el ida y vuelta con el medio, por ello es clave sistematizar sobre demandas de investigación, enseñanza y extensión, transversalizado esto por área académica, pero con una mirada regional esto se vincula con la necesidad previa de caracterizar la oferta educativa y el perfil profesional de los/as egresados/as universitarios, recuperando sus

particularidades regionales.

En un segundo nivel está el eje *social y comunitario* aquí es relevante el fortalecimiento de la gestión de la enseñanza la información y del conocimiento en el marco espacios interinstitucionales tales por ejemplo en nuestra ciudad Salto Ciudad Universitaria<sup>112</sup>, con el fin de potenciar políticas educativas inclusivas y articuladas inter-institucionalmente. Se apuntaría a fortalecer los espacios de reflexión y discusión colectiva entre todos quienes forman parte del sistema de educación pública terciaria con vistas a potenciar su impacto en los procesos de inclusión social en la región.

También es relevante la consolidación de la relación entre las instituciones de enseñanza sobre todo en lo que refiere a la educación superior, la creación de un ámbito de discusión y orientación de la educación en relación a las necesidades de la región en términos de acceso, tránsito y trayectorias educativas.

Otro punto es la integración de saberes populares y disciplinares en clave territorial para el entendimiento y el abordaje de las problemáticas que atraviesan los distintos sectores de la población, principalmente de aquéllos a los que la Universidad muchas veces no llega. Es importante el desarrollo de la extensión universitaria desde una concepción crítica de la misma, que recupere su sentido transformador en la producción de conocimiento desde y con los sujetos con quienes trabaja. Generación de espacios de intercambio con los actores locales (educativos, sociales y políticos), sobre los aportes la universidad al desarrollo territorial desde su constitución como tal que permitan identificar sus logros, sus avances, pero también sus ausencias y aspectos a mejorar.

En el tercer nivel el *político* el fortalecimiento de la universidad como actor clave en la vida social, política y económica de la región, y de su participación en espacios interinstitucionales de discusión y elaboración de las agendas de desarrollo de los departamentos de la región (por ejemplo, ámbitos estatales a nivel departamental donde se abordan las demandas del territorio en sus diversas dimensiones, etc.).

En segundo lugar la visibilización y reivindicación del aporte de la universidad en términos de producción de conocimiento científico (masa crítica) sobre demandas que respondan a las particularidades de la región, y de la generación de profesionales, de recursos humanos capacitados, para su atención.

<sup>112</sup> Es un espacio de trabajo interinstitucional con la meta de posicionar a Salto como un polo de estudios terciarios en el interior del país, por su calidad y cantidad de ofertas académicas, está conformado por instituciones educativas públicas y privadas y el gobierno departamental.

Y por último “descentralización de la desentralización” esto es la promoción de redes entre actores que permitan vincular a instituciones, organizaciones y población en general, en “localidades del interior profundo” buscando acercar la universidad a los rincones más alejados de la dinámica de las grandes capitales.

La vertiginosidad de la vida laboral en la actualidad, así como la diversificación de la estructura productiva del país erigen nuevos mercados laborales y nuevas demandas de capacitación. Las necesidades de recursos humanos adecuados para empresas que progresivamente pierden su anclaje nacional para transnacionalizar sus mercados comerciales se traducen al sistema educativo como presiones de formación. Consecuentemente el sistema educativo nacional busca crecientemente conocer las necesidades de demanda de las empresas bogando por adaptar las currículas hacia formaciones que hagan de sus alumnos seres viables económicamente a la vez que colaboradores al sistema productivo del país. (FLORIT, ROMERO, TUBÍO, 2009. p.39)

Es por eso que el proceso que se intenta gestar en el interior del país con la Universidad de la República no puede ser ajeno a las demandas de formación y al contexto socioeconómico regional.

Dadas las transformaciones en los modos de producción y la emergencia del mercado de servicios y las nuevas tecnologías blandas, los modelos de demanda de trabajadores se han revisado en amplios sectores empresariales. La palestra se organiza entre demandas de perfiles de recursos humanos con calificaciones específicas, acorde a un currículo ajustado a demandas concretas repercusiones del antiguo modelo fordista de trabajo, versus un nuevo modelo basado en competencias, como sapiencias flexibles, signado por la capacidad de remoción de activos más o menos generales que sirven como habilidades para multiplicidad de tareas. Como es previsible, los modelos de “competencias” y “calificaciones” conviven frecuentemente en los mercados y a la interna de las empresas. (FLORIT, ROMERO, TUBÍO, 2009, p.47)

Parados desde un enfoque democratizador, la región posee un papel sobresaliente en el proceso de una práctica ciudadana dentro de la gestión regional, fortaleciendo la democracia lo que además fortalece la identidad regional. Es aquí donde se requiere un esfuerzo de construcción de la cultura participativa regional. Que debe cristalizarse en una maniobra tanto de pensamiento como de acción. Tal estrategia incumbe situar una serie de acciones que envuelvan cambios socioeconómicos, políticos y culturales que se apliquen a la región.

Está claro que cualquier intento de desarrollo de la Universidad en el interior del país debe estar acompañado del interés y de la necesaria participación de los actores locales, que son indispensables para el desarrollo de emprendimientos de esta naturaleza. Cualquier impulso que no los incorpore tiene altas chances de fracasar. Está claro que el área estudiada es un área donde actualmente la UR no tiene presencia en términos de enclaves ni de



oferta en materia de enseñanza. De todos modos, para un mayor aprovechamiento de las oportunidades regionales es necesario incorporar todos los avances en materia de actividades de la UR en sus tres funciones vinculadas al área estudiada. (CARREÑO, RODRÍGUEZ, CHANELA, GONCÁLVEZ, 2011, p.39)

Como expresábamos líneas arriba la política de regionalización universitaria generó cambios en la democratización del acceso a sectores de la población para los cuales estaba económica y socialmente “vedado” su ingreso a la educación terciaria. En este sentido debemos pensar en involucrar la promoción de alternativas de investigación, de formación, de extensión y de organización que apunten hacia la democratización del bien público universitario, potenciando el aporte concreto de la universidad en la dilucidación y resolución de las problemáticas sociales. (DE SOUZA SANTOS, 2005)

La descentralización y la regionalización universitaria en el norte del país, como enunciamos trajeron consigo que muchos egresados fueran primera generación universitaria en sus hogares, lo que implicaría a priori pensar en una democratización al acceso, ¿pero cómo un derecho universal? ¿Acaso no todos “somos iguales” y tenemos las mismas posibilidades?

Como si el “ción” (que siempre designa un movimiento, una evolución) de la palabra “transición” se hubiera mudado al otro de los términos del par de conceptos que usábamos entonces, y como si el proceso que se tratara ahora de pensar no fuera ya el de conquista de una “democracia” que nos esperara al final de un túnel o de una ruta llena de dificultades sino el de la profundización de un camino que vamos recorriendo. Primera diferencia. Y la segunda: que ese camino no parece ser ya el camino hacia grados mayores de libertad, sino el camino hacia el usufructo de una cantidad mayor de derechos. (RINESI, 2014, p.8)

Un pasaje de democracia a democratización, de libertad hacia derechos. Es mediante la democratización que podemos lograr una universalización de derechos, donde se pase del privilegio de algunos, como fue históricamente el caso de las elites universitarias al derecho de todos. En este sentido las políticas educativas descritas, han generado un contexto particular para el litoral norte del país, en términos de acceso a la educación superior, producto del rol que tiene el Estado en las mismas. En este sentido creemos que el Estado es un actor concluyente de un eficaz transcurso de universalización de derechos, de democratización social y política. (RINESI, 2014)

Una cosa es llamar a la reflexión y sujetar a consideración crítica el discurso oficial y empresarial sobre lo que la educación superior debe hacer y no hacer, bajo el argumento de que la economía y el mundo del trabajo exigen o reclaman esto o aquello (...) y otra, totalmente distinta, es usar tales reservas como un subterfugio que serviría a las universidades para retrotraerse frente al entorno y volver a erigirse en torres de marfil. Por el contrario, la

universidad contemporánea está forzada –igual como lo estuvo en períodos anteriores del capitalismo– a tener en cuenta, vitalmente, su entorno, incluidas no sólo las nuevas circunstancias del mundo del trabajo sino, igualmente, los efectos que traen consigo los procesos de globalización, la revolución de los medios digitales, las transformaciones de la culturas juveniles, la mayor centralidad de los mercados en la coordinación de los sistemas de educación superior, el estrechamiento del rol de los estados en su sostenimiento y la presión que sobre las instituciones ejerce la universalización de la educación terciaria. (ALONSO, FERNÁNDEZ, RODRÍGUEZ, NYSSSEN, 2009, p.23)

## Referencias

ACOSTA Blanca, BIANCHI Delia. *Programas integrales*. Instrumento para la transformación universitaria. Revista Regional de Trabajo Social. N° 49. Editorial EPPAL. 2010.

AROCENA Rodrigo, TOMMASINO Humberto, RODRÍGUEZ Nicolás, SUTZ Judith, ÁLVAREZ PEDROSIAN Eduardo y ROMANO Antonio. *Integralidad: tensiones y perspectivas*. Cuadernos de Extensión - N° 1. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio (CSEAM). UDELAR, Uruguay. 1980.

ALONSO Luis, FERNÁNDEZ Carlos, RODRÍGUEZ José, NYSSSEN José. *El debate sobre las competencias*. Una investigación cualitativa en torno a la educación superior y el mercado de trabajo en España. Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación. Madrid. 2009.

CARREÑO Graciela, RODRÍGUEZ José, CHANELA, Gustavo GONCÁLVEZ Williams. *Estudio de caracterización de las regiones centro sur y suroeste*. Comisión Coordinadora del Interior. Unidad de Apoyo Académico. UDELAR. 2011.

CIFUENTES, Rosa. *Consolidación disciplinar de Trabajo Social en las Ciencias Sociales: desafío y horizonte en la formación profesional en Colombia*. En: Revista Eleuthera. Vol 3, enero – diciembre. Págs. 40-71. 2009.

DE SOUZA SANTOS Boaventura. *La Universidad en el siglo XXI*. Para una reforma democrática y emancipadora de la Universidad. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. 2005.

DORNELL Teresa. *La interdisciplina en la formación curricular de los profesionales que egresan de la UDELAR*. FCS. UDELAR. Montevideo, Uruguay. 2009.

FLORIT Paula, ROMERO Juan, TUBÍO Mauricio. *Informe de Investigación Proyecto de Estudio de demanda y factibilidad de la descentralización del Área Científico Tecnológica de UDELAR en el norte del país*. Unidad de Estudios Regionales. Facultad de Ciencias Sociales. Regional Norte. Universidad de la República. 2009.

HERNÁNDEZ Roberto, FERNÁNDEZ Carlos y BAPTISTA María. *Metodología de la investigación*. Sexta edición. McGraw-Hill/ Interamericana editores, México. 2014.

KRALL, Esteban, ROSTÓN, Alex, HEINZEN Margarita y BELBEY Elsa. *Relevamiento de las variables que inciden en la continuidad de los estudios luego del Bachillerato*. Una mirada primaria a los grupos de bachillerato. CENUR Litoral Norte, Paysandú. Uruguay. 2011

LEAL Jorge, RUNDIE Cristina, BORRELLI José. *Grandes inversiones en territorios de escaso dinamismo ¿Una alternativa para el desarrollo? El caso BOTNIA*. Serie. Documentos de trabajo documento N° 55. Universidad de la República– Regional Norte, Facultad de Ciencias Sociales, Unidad de Estudios Regionales. 2011.

MADOERY, Oscar. *Cinco interrogantes fundamentales del desarrollo endógeno*. En PRISMA. Revista semestral de Ciencias Humanas, Universidad Católica del Uruguay. Núm. 22. Págs. 59-82. 2008.

NOBOA Alejandro. *Pensar la Regional*. Consultado el 28/04/2020. En: <http://gesortyd.unorte.edu.uy/sites/default/files/Pensar%20la%20Regional%20Norte.pdf>. 2008

NOBOA Alejandro, PINATO Cristian, ROBAINA Natalie. *Estudio Socioeconómico de los estudiantes de la Regional Norte*. Regional Norte – UDELAR. 2013

RINESI Eduardo. Artículo en Revista: “La universidad como derecho”. Revista Política Universitaria, Año 1 N° 1. *Fortalecimiento de la docencia y democratización de la universidad*. Programa de Fortalecimiento de la Docencia en los Primeros Años de las Carreras Universitarias. IEC-CONADU. ISSN 2362-2911. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2014.

SILVA Emilio, FORRISI José. *Estimación del consumo corriente derivado de la actividad universitaria*. Observatorio Económico - Universidad Católica del Uruguay. 2017.

## **BANDITISMO NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL: A HISTÓRIA DA QUADRILHA DE JUVÊNIO RODRIGUES PEREIRA (1870-1886)**

Dário Milech Neto (Doutorando no PPGH – UFPel)  
E-mail: milechnet@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho, que é parte de uma pesquisa de doutorado em História, tem como objetivo estudar as ações de uma quadrilha de salteadores que atuou na fronteira meridional do Brasil, no final do século XIX. O bando em questão, liderado por um lavrador chamado Juvêncio Rodrigues Pereira (1851 - 1886), causou diversos problemas para as autoridades policiais locais, sobretudo na região em que atualmente se encontram os municípios de Pelotas, Canguçu, Cerrito, Pedro Osório, Piratini, Arroio Grande e Herval, no Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como ênfase, também, compreender como essas forças militares do governo agiram para deter a quadrilha entre os anos de 1884 e 1886, momento em que a violência empregada por esses agentes do Estado se tornou evidente nos documentos consultados. As fontes históricas utilizadas foram três relatos orais de “herdeiros da memória” acerca do evento da captura e morte de Juvêncio Pereira, e fontes escritas, como registros de batismos, casamentos, óbitos, processos criminais, além de periódicos da época (principalmente os jornais pelotenses "A Discussão" e "Correio Mercantil").

**Palavras-chave:** Banditismo social; Fronteira; Violência.

### **Um assassinato**

No final do século XIX, na região meridional da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma quadrilha de salteadores, chefiada pelo lavrador chamado Juvêncio Rodrigues Pereira (1851 – 1886) atuou, preocupando as forças policiais locais. O bando roubava, principalmente, caixeiros viajantes, comerciantes e estancieiros. Neste texto apresentaremos cronologicamente as ações do grupo de criminosos, baseados em diversas fontes históricas, tais como periódicos da época, processos-crime e, também, relatos orais acerca da captura e morte de seu líder.

A primeira informação que temos acerca de Juvêncio Pereira é de uma notícia (JORNAL DO RECIFE, 1880) sobre um fato ocorrido no dia 30 de maio de 1880. Juvêncio e um conhecido seu, de nome Luiz Maria Guerreiro, apostaram em uma carreira de cavalos. O animal em que Luiz Maria tinha jogado acabou perdendo e, com isso, Juvêncio cobrou a sua parte. Luiz Maria teria desconversado e dito que a aposta não tinha validade, pois ele havia desistido antes.

Após uma semana, num início de tarde, Juvêncio foi até a casa de Luiz Maria. Chegando lá, foi convidado para almoçar. Finalizada a refeição, os dois teriam conversado sobre diversos assuntos, até que Juvêncio tocou no tema da aposta, a qual Luiz Maria disse não se lembrar de ter feito. Juvêncio teria insistido e pedido para que o anfitrião o acompanhasse até a localidade denominada de Passo das Pedras, onde se encontrariam testemunhas de que o jogo de carreiras aconteceu. Luiz Maria, então, teria se negado a ir dizendo temer por sua segurança e solicitando

que Juvêncio trouxesse as testemunhas até sua casa. Nesse instante, Juvêncio teria segurado o braço de Luiz Maria e, com um único golpe rápido, o apunhalou no peito, mais especificamente na parte esquerda. Se esvaindo em sangue, o homem até tentou dar alguns passos para dentro de seu quarto, sendo seguido e observado por Juvêncio. A esposa de Luiz Maria, Bernardina, a fim de evitar que a contenda continuasse agarrou-se em Juvêncio com tamanha força que lhe arrancou metade de seu poncho.

No intuito então de fugir rapidamente do local, Juvêncio pegou uma pistola e um chapéu de Luiz Maria que estavam em cima da mesa, deixando o seu próprio chapéu, um rebenque e a metade do poncho que lhe foi tirada. Diz no início de uma reportagem do jornal: *“A vítima chama-se Luiz Maria Guerreiro, cidadão muito benquisto de 24 annos e exemplar chefe de família”*. E no final da notícia: *“Que scena horrível seguio-se a esta carnificina é difícil descrever! Guerreiro moribundo, trez filhos menores a chorar junto de seu leito e a esposa, em estado interessante, horrorisada, em pungentes lágrimas de dolorosas exclamações!”*.

Acreditamos ser importante analisarmos essa notícia em si (a forma como ela foi estruturada), para entendermos também a ênfase nesses pormenores do assassinato que o jornalista do *Correio Mercantil* quis dar na escrita da matéria, demonstrando um sensacionalismo desmedido.

O historiador francês Dominique Kalifa, na clássica obra *A Tinta e o Sangue: Narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque* (2019), derivada da sua tese de doutorado, estudou a profusão de relatos de crimes (fatos diversos criminais - faits divers -, romances e filmes) no período das vésperas da Primeira Guerra Mundial na cidade de Paris. Nela, o pesquisador destacou acerca das notícias de crimes em periódicos da cidade:

Mesmo quando tenta evitá-los (“os atos demoníacos que se seguiram à degola da velha se recusam à narrativa”), o autor do relato não consegue omitir os pormenores mais cruéis: “Foi assim que certas vísceras da vítima, depois de extirpadas pela faca, foram profanadas e penduradas em pregos”. Recorrendo ao diálogo vivo – “Para quê! Para quê!”, replicou o proxeneta. “Se isso lhe dá prazer, posso ajustar contar com você também” -, ao suspense – “O cobrador caiu de joelhos; num esforço sobre-humano, tentou erguer-se, mas tombou sobre o lado direito” – ou ao épico – “Tabouret enfrentou-o sozinho e, acuado contra a parede, preparou para defender ferozmente sua liberdade” -, o relato do crime, reconstituído nos detalhes mais sórdidos, continua sendo, ainda por muito tempo o coração de todo relato criminal (KALIFA, 2019, p. 84).

Guardadas as devidas proporções (Kalifa escreveu sobre a imprensa francesa - parisiense, já nós estamos usando como fontes alguns jornais publicados no Brasil), no caso da notícia que mencionamos acima, podemos visualizar esses recursos do diálogo vivo e do

suspense, sobretudo em trechos como: “*Seguiu-se uma pequena lucta, toda desfavorável a Guerreiro, que estava desarmado e já ferido*”, e “*Interveio a esposa de Guerreiro, porém inutilmente*”.

O *Correio Mercantil* foi um dos principais periódicos a coletar informações e noticiar as correrias, roubos e assassinatos que envolveram Juvêncio Pereira e seu bando. Isso foi possível graças, em grande parte, à tecnologia que o jornal dispunha: suas oficinas tipográficas tinham um maquinário evoluído para a época (o que possibilitava até a confecção de livros), sendo o primeiro diário a utilizar o motor a gás na Província, bem como conseguir manter um serviço telegráfico regular para a transmissão e recepção de notícias (LONER, 2017, p. 98).

Uma das informações que o citado jornal apurou na matéria sobre o assassinato de Luiz Maria Guerreiro foi a provável causa principal do crime: um desentendimento relacionado a uma aposta. Vale mencionar que discussões, brigas e mortes envolvendo carreiras de cavalos não eram incomuns no espaço fronteiriço.

Em relação ao acontecimento da morte de Guerreiro, foi instaurado um inquérito para apurar como ele teria ocorrido e quem seria o suspeito. “*De maneira geral, parece que, para resultar em inquérito, um crime rural tinha de envolver homicídio, ferimentos graves ou a perda, por roubo ou vandalismo, de propriedade valiosa*” (MONSMA, 2011, p. 29).

Um processo criminal foi montado para julgar Juvêncio (APERS, 1882). O inquérito começou com o pedido do subdelegado de polícia do primeiro distrito de Cerrito, Israel Joaquim Caldeira, para que duas pessoas fossem encarregadas da perícia no cadáver de Luiz Maria, no dia seguinte ao assassinato. Ao chegar na residência, Israel fez perguntas para duas testemunhas (além dos peritos, que constataram o fato de o ferimento mortal ter sido causado por uma faca de dois gumes – adaga) e também colheu o depoimento da viúva, Bernardina Porto, de 34 anos de idade. Ela relatou todo o ocorrido, conforme a notícia do jornal, dizendo que mandou chamar algumas pessoas depois, as quais chegaram a ver Guerreiro ainda com vida e a falar com ele.

Adiante, o processo prossegue com mais 10 testemunhos de pessoas que estavam próximas ao local do crime. São depoimentos reveladores se nos atentarmos aos seus pormenores. Mesmo assim, cada testemunho está engessado por perguntas iguais e respostas curtas/diretas na transcrição que o escrivão faz, algo padrão em processos da época. O historiador Boris Fausto, em seu clássico livro, *Crime de Cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880 - 1924* (1984), citou que esse tipo de documentação (processo crime) se corporifica por várias falas de diversos personagens. Ele enfatizou, nesse ponto, a questão da dificuldade de expressão das testemunhas, que têm seus depoimentos resumidos por normas jurídicas, com

uma transcrição de primeira para terceira pessoa, padronizadas, em que as emoções do que está sendo dito desaparecem – além do fator de uma testemunha das classes populares geralmente não querer falar por considerar o aparato policial e jurídico algo perigoso e com regras que lhe são estranhas (FAUSTO, 1984, p. 22 e 24).

Através da sétima testemunha, Luiz Silvano da Rosa, de 56 anos e profissão lavrador, viemos a saber que Juvêncio possivelmente não estaria sozinho. Pelas 10 horas da manhã do dia do assassinato, Luiz viu Juvêncio junto com Camillo Couto e Jorge Alfonso Pereira indo em direção de onde ficava a casa de Guerreiro. Quando a testemunha regressava para seu domicílio, pelas três horas da tarde, disse ter visto Juvêncio e Camillo a galope em uma rota contrária à residência de Guerreiro. Ao avistar a testemunha, Juvêncio teria então feito um desvio para a esquerda da estrada, no intuito de não ter que se encontrar com Luiz Silvano. Ele vestia, ainda segundo o depoente, um ponche balandrau e chapéu preto, e montava um cavalo gateado (pelagem).

Após outros testemunhos, o libelo (documentação escrita mostrando as circunstâncias em que o crime foi cometido) foi concluído em outubro de 1880, com o promotor Antônio Joaquim Bento acusando e requerendo que Juvêncio Pereira fosse condenado pelo artigo 192 do Código Criminal do Império de 1830, no grau máximo, o que significava pena de morte pela forca. O promotor escreveu quais seriam os agravantes que embasaram essa decisão: o réu teria cometido o crime por motivo frívolo, com o abuso de confiança nele posta, por também ter ocorrido dentro da casa da vítima e o fato de ter sido executado com surpresa.

Contudo, somente dois anos depois, em junho de 1882, Juvêncio foi preso. O julgamento ocorreu e, como o júri não decidiu de forma unânime pela pena de morte, o réu foi condenado a galés perpétuas (trabalhos forçados). Em menos de uma semana após a condenação, Juvêncio e outros presos escaparam da cadeia da vila de Canguçu.

### **A quadrilha**

Em meados de outubro de 1882, a *Gazeta de Porto Alegre* noticiou que Juvêncio Pereira tinha dado sinal de vida. Ele e outro preso evadido (sobre o qual não informam a identidade) assaltaram a casa de Domingues Alves de Faria, no segundo distrito de Piratini, levando moedas (200 condores e 108 libras esterlinas), dinheiro em papel, armas e outros objetos do local.

Então o presidente interino da província do Rio Grande do Sul na época, o pelotense Leopoldo Antunes Maciel, mandou que se tomassem todas as providências contra Juvêncio que, caso não encontrasse proteção indevida entre a vizinhança da região, seria morto se resistir à prisão, “*porque se trata no caso de um dos mais perigosos e audazes bandidos de que há*

*notícia na província*” (notícia reproduzida no *Jornal do Recife*, 20 out. 1882). A reportagem termina louvando “a energia” com que “Dr. Maciel” procedeu contra esse problema.

No caso do ano seguinte (1883) não encontramos notícias sobre o paradeiro de Juvêncio, excetuando o comunicado de que um de seus companheiros, chamado Torbio Telles “Argentino” se encontrava preso na cadeia de Pelotas em janeiro. Tudo o que podemos fazer, então, é apenas conjecturar o que estava se passando com o criminoso e também com os outros que com ele andavam.

Os bandidos não estão fora da sociedade política e econômica de sua época: eles estão à margem. Segundo Hobsbawm (2015, p. 111), as necessidades e a própria existência dos bandidos fazem com que eles mantenham relação com o sistema político, social e econômico convencional:

O que fazem com o gado arrebanhado, com as mercadorias do mercador assaltado na estrada? Compram e vendem. Na verdade, uma vez que normalmente possuem muito mais dinheiro do que os camponeses locais, suas despesas podem constituir elemento importante para o setor moderno da economia local, sendo redistribuídas, através de vendedores, donos de pensões ou estalagens, às camadas comerciais médias da sociedade rural. Tudo isso significa que os bandidos necessitam de intermediários que os ligam não só ao resto da economia local, como também às redes maiores de comércio (HOBSBAWM, 2015, p. 112 e 113).

Notando a força de atuação que a quadrilha teria nos anos de 1884 e 1885, podemos supor que em 1883 Juvêncio estava fazendo aquilo que fazia com frequência: roubando e vendendo os resultados de seus crimes, enquanto escondia-se da polícia e aproveitando para, por fim, reorganizar o seu grupo de salteadores. Só o citado roubo à residência de Domingues Alves de Faria, no fim de 1882, fez com que certamente o bandido tivesse que negociar alguns itens com contatos na localidade, tarefa que deve ter lhe ocupado por um período de tempo:

Por isso, é um erro pensar nos bandidos como simples filhos da natureza que assam veados na mata. Um bem sucedido chefe de salteadores mantém contato estreito com o mercado e o universo econômico além de sua aldeia, pelo menos tanto quanto um pequeno proprietário de terras ou um próspero agricultor. Na verdade, em regiões economicamente atrasadas, sua profissão pode aproximá-lo dos ofícios daqueles que viajam, compram ou vendem (HOBSBAWM, 2015, p. 114).

Em 1884, o *Correio Mercantil* informava que no distrito do Cerrito, mais especificamente em uma localidade chamada Passo dos Marmeleiros, após um tiroteio, Juvêncio foi morto e um companheiro seu foi capturado. Na mesma época, o subdelegado de polícia de Santa Isabel, João Paulo Botelho, prendeu na região da Palma o criminoso João Manoel de Barros, “*companheiro inseparável de Juvêncio*”. Manoel de Barros foi então



entregue ao subdelegado do Passo da Maria Gomes (hoje município de Pedro Osório), e depois remetido para a vila de Camaquã.

Porém, Juvêncio continuava vivo. Parte da família local de sobrenome Couto aparece como integrante da quadrilha, realizando roubos e matando. As notícias escritas na imprensa apontam uma proximidade entre Francisco do Couto e Juvêncio Pereira. Chegaram, inclusive, a utilizar o recurso da ironia: *“Um jornal da terra diz que Juvêncio Pereira e Francisco Luiz do Couto organizaram uma companhia de salteadores que funciona no distrito do Serrito. Como será o preço das ações?”*.

Se o *Correio Mercantil* noticiava tais informações sobre a quadrilha (que eram reproduzidas em outras folhas pelo país), o jornal *A Discussão* buscava “dar voz” ao outro lado da história, mesmo que tratasse o outro periódico com educação. Isso se devia, em grande parte, porque as linhas editoriais possuíam ideologias partidárias diferentes.

Com uma matéria intitulada *“Por uma vítima”*, repórteres d’*A Discussão* foram até a cadeia visitar Vicente Gonçalves a pedido deste (*“Attendemos o pedido e lá fomos”*). Vicente seria um dos membros da quadrilha de Juvêncio que foi preso, mas se dizia inocente. Depois de ouvi-lo dizer que sua prisão foi uma injustiça, os repórteres requereram do delegado de polícia (Major Caldeira) que passasse para eles a certidão com os detalhes da ordem de encarceramento (*“afim de impetrarmos em seu favor um habeas corpus”*), para mostrar a ilegalidade pela qual estava passando.

Segundo Kalifa (2019, p. 324 e 325), *“de fato, a concorrência entre jornais populares muitas vezes leva as redações a condenar nos outros práticas que, no entanto, são generalizadas. No mais das vezes, os jornalistas se esforçam para justificar o caráter salutar das intervenções”*.

Quatro dias após a prisão de Vicente, a quadrilha atacou uma casa de negócios no Passo do Acampamento, próximo ao rio Piratini. Roubaram uma quantia superior a quinhentos mil réis e deixaram o dono do local, um homem chamado Pedro Miguel, quase morto. Pedro Espelet, um caixeiro que se hospedava na casa naquele momento, fugiu para o mato próximo assim que ouviu os tiros.

Já em outubro o *Onze de Junho* noticiou que, na região do Passo das Pedras, oito pessoas de uma mesma família foram mortas por bandidos da quadrilha do “célebre Juvêncio Pereira”. Entre os mortos estariam duas moças que foram antes violentadas. No final do relato, o jornal informou que buscaria mais detalhes sobre o ocorrido. Porém, nesse caso, acreditamos ser uma matéria inverídica. Não encontramos (até o momento) outras fontes com alguma alusão a esse

crime. Os demais jornais não noticiaram ou reproduziram algo sobre isso: certamente a morte de uma família inteira seria propagada em diversas matérias nos periódicos locais. O bando, em número de seis (incluindo Juvêncio), tentou assaltar a casa de um abastado fazendeiro chamado Israel Fagundes em Cacimbinhas (atual município de Pinheiro Machado), no dia 18 de outubro. Contudo, o dono da residência escondera-se antes nos aposentos interiores, o que acabou frustrando o crime. Um escravo os recepcionou e eles disseram que andavam por ali apenas procurando cavalos.

E o bando continuou com suas práticas pela região sul. Os periódicos noticiaram que no dia três de novembro de 1884 ocorreu um enfrentamento entre Juvêncio Pereira e “*o mais incansável perseguidor da quadrilha*”: Bernardino Pereira Porto, suplente do subdelegado da polícia de Cerrito. Bernardino Porto era o já citado sogro de Luiz Maria Guerreiro, homem que foi assassinado por Juvêncio em 1880. Embora essa informação não apareça nas matérias, o cruzamento de dados entre as notícias e o processo criminal do julgamento possibilitou que descobrissemos se tratar da mesma pessoa. O trágico encontro ocorreu próximo ao Passo do Vieira. Segundo o *Diário de Pelotas*, Juvêncio e seus companheiros armaram uma emboscada e Bernardino foi baleado com quatro tiros, caindo do cavalo, gravemente ferido e falecendo depois a caminho de Canguçu. No embate, Juvêncio teria sido ferido, e fugiu. Já seu companheiro, Marciano Couto, foi morto.

No mês de junho de 1885, Pedro Corrêa da Câmara, o então delegado da vila de Canguçu, notificou que a quadrilha teria sido extinta: todos os seus membros foram presos, com exceção do seu chefe, que fugiu para o Estado Oriental, estando escondido possivelmente no departamento de Rivera. A tranquilidade pública foi, por fim, reestabelecida ali e todos os criminosos estavam presos, sem grande dispêndio aos cofres públicos.

Assim, nas fontes impressas, não encontramos mais atividades da quadrilha após esse período.

### **A morte do bandido**

Se na documentação como jornais, processos criminais e relatórios nós não encontramos o paradeiro de Juvêncio Pereira, as fontes orais nos mostraram o trágico fim que ele teve. Foi na região denominada “Palma”, na zona rural do município de Arroio Grande (RS), que Juvêncio foi capturado e morto. Nas margens do arroio Parapó existe, até hoje, uma cruz de ferro demarcando a sua sepultura. É um ponto de difícil acesso, rodeado por uma vegetação de mata fechada e campo cheio de gravatás, visitado ocasionalmente por caçadores ou pelo gado. A cruz (ver fotografia abaixo) poderia facilmente passar despercebida por algum transeunte,

camuflada entre o verde das gramíneas e o marrom dos galhos das árvores.

**Figura 1 - A Cruz da sepultura de Juvêncio R. Pereira**



Fonte: acervo pessoal do autor.

A captura e morte do bandido foi um evento que acabou sendo recontado de geração em geração na comunidade local da Palma. Estranhamente, como já dissemos, é um fato que não foi narrado por algum periódico ou processo (não encontramos, até o momento, nada sobre isso). Acerca dessa questão da oralidade, Eric Hobsbawm, em sua clássica obra *Bandidos* (cuja primeira edição é de 1969), salientou a importância da tradição local e oral como fonte de informações para se compreender não só a realidade desses bandidos, mas também o mito ou a lenda que se criava em torno deles. “*Porque os bandidos pertencem à história recordada, em contraposição à história oficial dos livros*” (HOBSBAWM, 2015, p. 169).

Para nossa pesquisa, optamos por coletar os depoimentos de pessoas do mesmo núcleo familiar que esteve intrincado com o fato em questão (a morte do bandoleiro Juvêncio) e também escolher alguém de fora desse núcleo, mas que morasse próximo ao lugar do túmulo, na já citada região da Palma. A família em questão é a dos Teixeira de Almeida.

Então, no final de 2017 e início de 2018, identificamos um depoente que narrava o evento da morte de Juvêncio e era proprietário de uma fração de campo em que ficava o sobrado. Seu nome é Fernando de Agendes de Almeida (aposentado, na época com 65 anos), tataraneto de Feliciano. Um outro conhecedor dessa história, segundo o próprio Fernando, era o seu primo e vizinho Orlando Borges de Almeida (pecuarista, 61 anos), ao qual também selecionamos para registrar a fala. A terceira pessoa ao qual buscamos consultar foi Alzir Canielas (aposentado, 68 anos), cuja família manteve estreitos laços com os Teixeira de Almeida por habitarem na Palma em um período também considerável de tempo.

A ilha de Juvêncio está localizada em uma área de propriedade hoje pertencente aos Canielas. Vale dizer que Alzir pode ser mencionado como um exemplo de que a história do bandido não ficou restrita a apenas um núcleo familiar específico. Ao nos decidirmos por colher essas narrativas, buscamos então uma metodologia que nos permitisse questionar e analisar o uso dessas fontes, e pensamos ser o método da história oral importante para essa parte do trabalho.

Sobre o lugar em que estão inseridos os narradores (Fernando de Almeida, Orlando de Almeida e Alzir Canielas), enfatizamos se tratar de um mundo rural, o que não quer dizer que seja um mundo em contraposição ao urbano, mas sim um local que possui suas próprias especificidades e ritmos de vida.

Entendendo a memória enquanto um conceito social, o francês Maurice Halbwachs (2013, p. 65), em seu livro *A memória coletiva*, refletiu sobre o laço entre crianças e seus avós no mundo rural, inclusive referenciando uma passagem de uma resenha sobre um de seus textos, feita pelo historiador Marc Bloch, em que este citou ser comum o ato de os pais, ao saírem para o trabalho no campo, deixarem as crianças aos cuidados dos mais velhos. Por isso, conseqüentemente, os mais novos receberiam as tradições e costumes dessas pessoas mais velhas da família. Notamos, nas três entrevistas, que pessoas mais velhas são citadas. Fernando de Almeida (2017) falou em seu avô e tios, Orlando de Almeida (2018) na sua bisavó e Alzir Canielas (2018) fez referência a um conhecido, ao qual nomeia como “o velho”).

Vejamos as narrativas dos entrevistados sobre o fato em si (a captura e o assassinato de Juvêncio), aqui transcritas:

Fernando de Almeida (2017):

A história contada para mim, foi a de que ele (Juvêncio) era um revolucionário, e na Palma existia um sobrado. E, segundo contavam, ele estava com a noiva, nesse sobrado. E ele tinha perdido uma lista, com os nomes dos opositores dele, que ele não gostava. E os caras encontraram essa lista e foram em busca de Juvêncio, encontrando-o ao lado noiva [...] Tiraram

ele desse sobrado e colocam ele em cima do seu cavalo, mas os seus opositores não sabiam que o cavalo era adestrado e num simples gesto o cavalo entrou em disparada, e o pessoal continuou perseguindo-o, em carreira... E nós fomos criados ouvindo falar da ilha do Juvêncio, o local mais ou menos uns 700 a 800 metros do sobrado, da propriedade do meu avô, do meu bisavô também e depois do meu pai. E vindo a ser executado o Juvêncio nessa ilha. [...] E a cruz... foi colocada lá em um sinal de respeito, acho que até por uma alma piedosa, não é? Que se compadeceu dele (ALMEIDA, 2017).

Orlando de Almeida (2018):

Aconteceu que ele (Juvêncio) estava... quando pegaram ele e mataram, ele estava almoçando com a noiva... Ele estava almoçando... As armas dele estavam embaixo de uma escada. Aí os outros sitiaram a casa... Aí pegaram ele, ele tirou a aliança... tirou a aliança do dedo e entregou para a noiva. Ele tinha uma lista de dezoito companheiros dele que ele ia matar... Aí os outros pegaram a lista... E aí foi que saíram com ele de lá do sobrado por aqui... passaram ali num pé de mata-olho que tem ali... Aí ali na passada do arame... Ele... o cavalo tinha uma senha... ele fez e o cavalo disparou. Disparou... e aí meteram uma carga de chumbo e ele entrou num “lagoãozinho” que agora está fechado ali. Aí tiraram ele do cavalo e degolaram. Aí... mataram ele. E depois o sogro dele que mandou puxar ele e enterrar... enterraram ele ali na ilha. [...] [Repetindo a parte final da história, para complementar]: Aí já botaram ele no cavalo dele, e ataram as pernas dele embaixo... Ataram. Para não ter perigo de se atirar ou... fugir. Mas o cavalo diz que era... o cavalo era emprestado, esse cavalo que ele andava. Mas diz que esse cavalo era ensinado. Fazia qualquer movimento em cima... não sei que movimento que ele fazia... o cavalo se arrancava... Foi... e o cara botou o pé em cima do arame... quando ele passou... ele fez o movimento e o cavalo deixou eles para trás. Se mandou o cavalo. E aí eles saíram e fizeram uma descarga de tiro nele... aí balearam ele... o cavalo que eu não sei... eu nunca lembro de perguntar pro pai se o cavalo balearam ele e mataram ou foi só ele. Sei que pegaram ele ali dentro do... ali no pequenininho... no lagoãozinho aquele ali, numa barranca lá... aí mataram ele, degolaram ele, e deixaram por ali. Daí o dono da estância, que era o futuro sogro dele, mandou os empregados arrastar ele e enterrar lá... lá na ilha lá (ALMEIDA, 2018).

Alzir Canielas (2018):

O Juvêncio... Pelo que o velho contava, ele era um guerreiro mal, procurado (não sei se era mal ou não). Ele era procurado pelos adversários dele, vivo ou morto (porque ele não dava colher de chá). E daí eles estavam procurando ele e não conseguiam pegar ele. E aí, ele morava no sobrado, do finado Mário Teixeira, naquele sobrado velho. Eu sei que cercaram ele. Cercaram e pegaram ele do lado da noiva. Não sei se ali ele morava ou era a noiva dele... acho que era a noiva. Levaram ele para a costa do mato. Tem um “lagoãozinho” lá dentro do campo do Renato, que era da minha avó... Aí afogaram ele lá, judiaram bastante com ele e vieram trazendo ele, quando chegaram ali na ilha braba e aí foram degolar ele, e o adversário dele pegou uma faca, uma adaga, que estava muito ruim a adaga (sem fio)... e nos arreios do Juvêncio existia uma faca muito boa, uma adaga bem afiada, e daí o Juvêncio pediu então para ser degolado pela faca dele. E daí, antes de degolar, fizeram ele abrir a cova. Ele abriu a cova. É, judiaram bastante dele. Diz o velho que ele era muito mal, que quando ele invadia as propriedades ou as casas dos adversários dele, que se escondiam e deixavam só as mulheres em casa... ele matava e pegava as

crianças os filhos das mulheres dos adversários, jogava pra cima, espetava com a ponta da adaga. Esse velho contava isso dele, que ele era muito mal... (CANIELAS, 2018).

E assim foi o fim do líder de uma quadrilha que aterrorizou a comunidade local, na região meridional da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Até os dias atuais, no local da sua sepultura, alguns dos moradores da região da Palma acendem velas e fazem pedidos para a alma do de Juvêncio Pereira. Um bandido santificado após a sua morte.

Baseados apenas nessas fontes orais, poderíamos descartar a categoria de “ladrão nobre” (cujo exemplo maior é o mito de Robin Hood) e aproximar Juvêncio da categoria de “vingador”, cunhada por Hobsbawm (2015, p. 83). Ele seria um tipo de bandido que fez uso do terror como parte da construção de sua imagem pública (Lampião seria o retrato modelo dessa categoria).

Por fim, precisamos reafirmar que a utilização dessas fontes orais é essencial, sobretudo por permitir que nos acercássemos mais do objeto de pesquisa. Pois, como salientou o historiador italiano Alessandro Portelli (1997, p. 37) mesmo que o controle do discurso dessas entrevistas está em nossas mãos (entrevistadores), achamos que o trabalho histórico que exclui as fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição.

#### **Fontes orais:**

ALMEIDA, Fernando Agendes de. *Fernando Agendes de Almeida*: depoimento colhido no dia 15/11/2017. Entrevistador: Dário Milech Neto. Pedro Osório, 2017. 1 arquivo .m4a (08 min.).

ALMEIDA, Orlando Borges de. *Orlando Borges de Almeida*: depoimento colhido no dia 23/01/2018. Entrevistador: Dário Milech Neto. Arroio Grande, 2018. 1 arquivo .m4a (15 min.).

CANIELAS, Alzir. *Alzir Canielas*: depoimento colhido no dia 25/01/2018. Entrevistador: Dário Milech Neto. Pedro Osório, 2018. 1 arquivo .m4a (16 min.).

#### **Referências**

FAUSTO, Boris. *Crime de Cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880 - 1924*. São Paulo: Edusp, 1984. 293 p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

KALIFA, Dominique. *A Tinta e o Sangue: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Org.). *Dicionário de história de Pelotas*. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2017.

MONSMA, Karl. O problema de viés de seleção na pesquisa histórica com fontes judiciais e policiais. *História Social*, 2011, 2(21), 27-46.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997.

# **O PROTAGONISMO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA PARA A EFETIVIDADE DO PNAE: UMA ANÁLISE EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

Darlan Christiano Kroth, curso de Administração.  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, SC.  
E-mail: [dckroth@uffs.edu.br](mailto:dckroth@uffs.edu.br)

Valdecir José Zonin, curso de Agronomia e Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) *Campus Marechal Cândido Rondon/PR*. E-mail: [valdecir.zonin@uffs.edu.br](mailto:valdecir.zonin@uffs.edu.br)

**Resumo:** O estudo tem como principal objetivo, analisar a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em sua nova versão dada pela Lei n. 11.947/2009, a partir da percepção do profissional de nutrição. Esses profissionais e agentes públicos, além de terem a responsabilidade técnica do programa, acabam assumindo sua gestão/coordenação nos municípios. Nestes termos, ao compreender a percepção destes profissionais, abre-se espaço para propor ações/estratégias de aprimoramento e fortalecimento do PNAE. O estudo lançou mão de pesquisa exploratória e descritiva, do tipo levantamento, a partir de questionário estruturado, com 22 nutricionistas que operam o PNAE, em 20 municípios da região Oeste de Santa Catarina. As entrevistas foram realizadas em âmbito do seminário “*Nutrição na Alimentação Escolar, Desenvolvendo a Agricultura Familiar*”, promovido pelo Projeto Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste de SC desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó-SC. O questionário foi elaborado a partir de literatura de desenvolvimento rural e da legislação do PNAE e as questões visaram captar as percepções dos profissionais nutricionistas em relação a três dimensões: i) visão normativa (juízo de valor) dos nutricionistas acerca do novo PNAE; ii) rotina de funcionamento do programa, através da burocracia do setor público; e, iii) desafios do PNAE, ou seja, situações que causam problemas para o bom desempenho do programa. As principais conclusões apontam para o comprometimento dos profissionais com o novo PNAE, e dentro de suas capacidades técnicas e operacionais do programa, estão se esforçando para efetivá-lo. Para ampliar os resultados do programa, há a necessidade de maior engajamento dos governos locais.

**Palavras-chave:** PNAE; agricultura familiar; políticas públicas.

## **Introdução**

Um dos momentos críticos/fundamentais para a efetividade de uma política pública é a sua implementação. É nesta fase que as ações planejadas de uma política são colocadas em prática, através da mobilização de insumos e recursos, e tem-se a entrega de produtos para o público-alvo (DENHARDT; CATLAW, 2017). Segundo Lotta (2012), há dois elementos centrais que afetam a qualidade da implementação de uma política e que vem ganhando maior atenção dos pesquisadores: o ambiente institucional e a atuação dos servidores (também denominados agentes públicos e/ou burocratas).

O ambiente institucional é caracterizado tanto pelas condições internas do órgão público responsável por executar a política, traduzida pela quantidade e qualidade de recursos (físicos e humanos) e pela cultura organizacional; como pelas condições externas ao órgão, representadas pelos valores e costumes de uma comunidade/sociedade, nível de cooperação da

população e controle social. No contexto brasileiro, em que muitas das políticas são executadas pelos entes federados, o ambiente passa a ser um elemento preponderante (SECCHI, 2013).

No que se refere a atuação dos servidores, mesmo que suas ações estejam amparadas e orientadas por regras e normativas, é composta por vários graus de discricionariedade que possuem influência direta (e/ou indireta) sobre os resultados da política. Para Faria (2012, p. 8) “a atuação da burocracia pública não é neutra, e que a implementação envolve, para muitos inevitavelmente, escolhas e decisões tomadas por agentes não eleitos”, e deste modo, interferem na condução dos processos e nos rumos de uma política. Nestes termos, a forma de atuação do servidor importa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em sua versão mais recente (Lei n.11947/2009), é um exemplo de política pública, em que esses dois elementos estão bem demarcados/salientes. Por um lado, a operacionalização da política (compra de alimentos e fornecimento de refeições aos estudantes) se dá no âmbito do município ou da unidade da federação, e, portanto, as características locais (socioeconômicas, culturais e políticas) exercem peso considerável sobre as prioridades políticas e a intensidade em que as ações do programa são realizadas (FARAH, 2013).

Por outro lado, a Lei n. 11.947/2009 (daqui em diante, *nova versão do PNAE* ou *novo PNAE*) ao estabelecer uma configuração mais ampla para a oferta da alimentação escolar, que prevê a presença de diferentes atores (gestores públicos, profissionais da saúde e da educação, servidores de escola, agricultores, dirigentes de cooperativas e de sindicatos, membros do controle social, pais e alunos) e setores da administração pública (distintas secretarias e escolas), acaba exigindo uma sintonia fina entre eles, para que o programa possa funcionar adequadamente, e principalmente, para que se possa alcançar os resultados almejados. Ou seja, a operacionalização do novo PNAE, exige um protagonismo por parte de agentes públicos para liderar e coordenar essa interação/articulação entre os atores envolvidos (KROTH ET AL., 2020).

Um dos agentes públicos que possui potencial para assumir essa responsabilidade de concertação do novo PNAE, é o profissional de nutrição. Embora a normativa vigente atribua ao nutricionista a responsabilidade técnica do programa, a atual formatação/configuração do PNAE, lhe confere um lugar de destaque, em que possui interação com todos os atores e setores envolvidos na implementação do programa (BRASIL, 2013; 2016)<sup>113</sup>.

<sup>113</sup> Em virtude desse “lugar” destacado do nutricionista no novo PNAE, muitas prefeituras estão direcionando a coordenação do programa para esses profissionais, conforme demonstrado em Kroth et al. (2019).



Conforme destacado em Brasil (2016), o nutricionista possui um papel central na operacionalização do novo PNAE, tendo condições de participar e interagir nas dez etapas da execução. Nesta perspectiva, o nutricionista pode contribuir tanto na elaboração do orçamento, através do apoio aos setores internos da prefeitura e dos conselhos de alimentação escolar no levantamento das informações para cálculo do valor a ser investido na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF); passando pela mobilização da articulação dos atores sociais, fazendo contatos com as secretarias municipais e com as entidades representativas da AF; como pela assessoria ao setor de compras e para os agricultores na elaboração das chamadas públicas e dos contratos de venda; e principalmente, da elaboração dos cardápios. É exatamente a elaboração dos cardápios que possui condições de materializar os resultados previstos pelo novo PNAE, pois permite garantir a inclusão dos alimentos da AF (BRASIL, 2018a). Alguns estudos, como os Baccarin et al. (2011) e de Trichez et al. (2018), demonstraram que quando a formação dos cardápios é descolada da realidade da AF local, há maiores restrições para a efetividade do PNAE.

Pode-se considerar ainda, que a atuação do nutricionista no PNAE, pode ir além das dez etapas previstas em Brasil (2016) e gerar benefícios que extrapolam o programa. Por exemplo, as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas tem grande potencial para auxiliar na promoção da saúde pública, além de fazer pontes com programas do Ministério da Saúde, como o Programa Saúde na Escola (PSE). Outro exemplo, refere-se a sua contribuição no fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), sendo uma oportunidade para promover a cidadania e a democracia.

Neste contexto, esse estudo tem como principal objetivo, analisar a operacionalização do novo PNAE, a partir da percepção do profissional de nutrição. A partir dessa abordagem de pesquisa, pretende-se compreender também a visão normativa e o envolvimento desses profissionais com o programa, na expectativa de propor ações/estratégias de capacitação e fortalecimento do programa. O estudo lançou mão de entrevistas, a partir de questionário estruturado, com 22 nutricionistas que operam o PNAE, em 20 municípios da região Oeste de Santa Catarina. As entrevistas foram realizadas no mês de maio de 2017. Para o desenvolvimento do objetivo, estudo se estrutura em mais três seções. A próxima seção está reservada para a apresentação da metodologia. Na sequência tem-se a análise dos resultados e a última seção é direcionada para as conclusões.

## **Método**

Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, do tipo levantamento, utilizando entrevistas com uso de questionário estruturado. As entrevistas foram realizadas com 22 nutricionistas que atuam na operacionalização do PNAE em 20 municípios da região Oeste de SC. A coleta de dados foi realizada em âmbito do seminário “*Nutrição na Alimentação Escolar, Desenvolvendo a Agricultura Familiar*”, promovido pelo Projeto Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste de SC, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó-SC, na data de dia 24 de maio de 2017.

O questionário foi elaborado a partir de literatura de desenvolvimento rural e da legislação do PNAE, contemplando 28 questões, sendo 3 abertas. As questões visaram captar as percepções dos profissionais nutricionistas quanto a diferentes dimensões do PNAE, como: agricultura familiar e suas organizações; contexto da produção, comercialização e consumo de alimentos; e, papel e desempenho da prefeitura no programa. Outro objetivo das entrevistas, foi analisar aspectos relacionados a operacionalização do programa, como: dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para participarem do PNAE; e, impactos e/ou potencialidades do PNAE para a geração de renda e manutenção do jovem agricultor na atividade rural;

Nesta perspectiva, para melhor exposição das respostas das entrevistas, optou-se em dividir a análise em três tópicos. Os tópicos foram estruturados na perspectiva de apresentar as percepções (ou olhares) dos nutricionistas, tendo em vista, que são esses profissionais que estão atuando/lidando mais diretamente com o programa nos municípios. Nestes termos, o primeiro tópico buscou captar a visão normativa (juízo de valor) dos nutricionistas acerca da Lei n. 11.947/2009, e portanto, seu parecer quanto a nova estrutura/desenho de funcionamento do PNAE, que coloca o foco nos alimentos advindos dos agricultores familiares.

O segundo tópico examinou a rotina de funcionamento do programa, através da burocracia do setor público. Mais especificamente, objetiva avaliar o formato de implementação pela lente do servidor responsável por cumprir normas, legislações e prestar contas para a sociedade. O terceiro e último tópico abordou o diagnóstico das tarefas, dando ênfase para os gargalos, ou seja, às situações que causam problemas para o bom desempenho do programa.

## Análise dos resultados

### Percepções sobre a agricultura familiar e a institucionalidade do PNAE

Esse primeiro bloco de análise, inicia com uma questão que é considerada estratégica para que uma política pública seja efetivamente implementada e atinja seus objetivos, que é seu grau de confiança e suporte. Conforme Secchi (2019) confiança e suporte referem-se ao apoio da sociedade a um objetivo de política pública e a um modo específico de alcançá-lo<sup>114</sup>. Esse grau de confiança deriva tanto da percepção da comunidade em geral (público-alvo e demais partes interessadas e sociedade em geral), como dos agentes públicos que serão responsáveis pela implementação da política. Nestes termos, analisar a compreensão dos nutricionistas sobre a relevância do novo desenho do PNAE, que coloca o foco nos agricultores familiares, é essencial para avaliar seu engajamento na execução do programa.

Conforme pode ser observado pelo Quadro 1, há praticamente um consenso entre os profissionais de que os agricultores familiares são muito relevantes para o sucesso do PNAE. Essa visão positiva da participação desses atores, tende a favorecer a adoção de práticas mais efetivas para a implementação do PNAE nos municípios. Ressalta-se que essa percepção pode ser reflexo da proximidade com que esses profissionais possuem dos agricultores, pois como são municípios pequenos e muito voltados à atividade rural, há uma identificação com esse público. Por outro lado, deve-se considerar que a formação dos profissionais nutricionistas, contempla a valorização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em que a produção sustentável possui um caráter central. Há também que salientar, que as capacitações na área da gestão do (novo) PNAE, enfatiza esses atributos (BRASIL, 2018a).

**Quadro 1 – Importância e papel da AF na atuação no PNAE**

Questões	Respostas						
	5	4	3	2	1	NR	Total
I. Modo de produção e vida no campo importantes, e portanto, merece incentivos públicos.	20	1				1	22
II. Ocupam adequadamente os canais de comercialização da alimentação escolar.	4	12		5	1		22

<sup>114</sup> Para BRASIL (2018), “confiança e suporte” são entendidos como o apoio subjacente que a política pública tem para ser implementada em três planos: no plano da população como um todo; entre as partes diretamente interessadas; e entre as lideranças políticas. Os estudos de análise de política, no entanto, incorporam mais um elemento, que é o engajamento do servidor público. Pode-se considerar ainda que a confiança externa (público-alvo e sociedade em geral) gera influência sobre o comportamento do agente público (FARIA, 2012).

III. É capaz de atender toda a demanda municipal.	9	7		6			22
IV. Há apoio no município para promover a organização associativa e/ou cooperativa.	3	11	1	5	2		22
V. Para o sucesso/efetivação das <b>chamadas públicas (elaboração)</b> do PNAE é fundamental o envolvimento de outros setores/organizações.	22						22
VI. Para o sucesso/efetivação <b>dos contratos (cumprimento das entregas)</b> do PNAE é fundamental o envolvimento de outros setores/organizações	17	5					22
VII. O Conselho municipal é atuante.	2	5	1	4	10		22

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: 5 – Concordo totalmente; 4 – Concordo parcialmente; 3 – Nem concordo, nem discordo; 2 – Discordo parcialmente; 1 – Discordo totalmente; NR – Não respondeu.

Essa visão mais positiva começa a alterar, a medida que se analisa a operacionalização do programa. Os profissionais avaliam que os agricultores poderiam ocupar mais adequadamente os canais de comercialização do PNAE (27% avaliam que os agricultores não ocupam adequadamente os canais), ou seja, a participação no programa poderia se dar de forma mais intensa. Essa percepção provavelmente possui relação com a questão seguinte (questão III), em que fica evidenciada que os agricultores não conseguem atender a toda a demanda do PNAE nos municípios. A dificuldade em atender a demanda do PNAE, está em linha com as conclusões de outros estudos, a exemplo de Trichez et al. (2018) e Kroth et al. (2019), que apontam para diferentes restrições enfrentadas pela AF para ter uma participação mais efetiva no programa. No tópico 3.3 é discutido mais amplamente sobre as dificuldades do programa.

Ainda no que concerne a participação da AF, os nutricionistas reconhecem que a Lei n.11.947/2009 contribuiu na criação de cooperativas de produção e/ou fortaleceu as já existentes. No PNAE, as cooperativas são consideradas como uma estratégia importante para organizar a produção, e portanto, constituem fator importante para contribuir na ampliação da oferta de alimentos (BRASIL, 2016). Neste quesito (questão IV), 64% das respostas consideram que há apoio do município para fomentar a associação e/ou cooperativas da AF.

Ao mencionar a participação dos AF no PNAE, entra-se em uma seara mais específica do estudo, que refere-se ao funcionamento/operacionalização do programa (questões V e VI). Como já demonstrado na introdução, a nova versão do PNAE exige uma concertação entre diferentes setores dos governos locais (setores de agricultura, educação e compras) e um suporte logístico da própria prefeitura, para que as compras desse público possam ser efetivadas e chegar às escolas (TRICHEZ, 2015; BRASIL, 2016). Nestes termos, os nutricionistas concordam que é fundamental o envolvimento de outros setores da prefeitura, para que, tanto

as chamadas públicas (elaboração) como os contratos de compras, sejam realizados com sucesso. Essas respostas demonstram que, assim como apontado por Kroth et al. (2020), o fato do PNAE se caracterizar como uma política intersetorial, que necessita de ações complementares e articuladas entre os diferentes setores envolvidos, não há condições de se efetivar o programa, se apenas um agente (no caso, os nutricionistas) ou um setor exclusivo (educação, por exemplo), se responsabilizar pelo programa.

Um último elemento considerado na avaliação da institucionalidade do PNAE, refere-se ao seu controle social, representado pelos CAEs<sup>115</sup>. A pesquisa demonstrou que os nutricionistas defendem o fortalecimento dos CAEs, principalmente como instrumento de fortalecimento da AF no PNAE. No entanto, na maioria dos casos (68%), os CAEs foram indicados como não atuantes, isto é, não desempenham suas funções adequadamente.

Essas falhas de atuação do controle social (que não são de exclusividade do PNAE) trazem significativas restrições para que se promova a AF de forma mais intensa, pois é através dos conselhos, que se definem parâmetros importantes de atuação do PNAE, como: estrutura das chamadas públicas, sugestão de cardápios a partir da oferta de alimentos e cultura regional, e principalmente, fiscalização da aplicação dos recursos (BRASIL, 2017).

### ***Percepções sobre a dinâmica de funcionamento do PNAE e o papel do governo local***

A análise desse tópico considera dois conjuntos de questões que se complementam na compreensão da operacionalização do PNAE nos municípios: as características das compras e a atuação da prefeitura municipal na condução do programa. Iniciando pela análise do perfil das compras, verifica através das questões I e II do Quadro 2, que os alimentos do PNAE não são supridos integralmente pela produção do município. Neste quesito, as respostas abertas indicam que há uma preferência para as compras da AF do próprio município, e apenas produtos que não são produzidos internamente ou oferecidos em quantidades suficientes, são adquiridos de fora da localidade (porém, majoritariamente dentro da região). Neste sentido, pode-se considerar que há espaço para ampliar as compras locais.

Quanto a oferta de alimentos mais processados, as respostas demonstram que nem as crianças preferem tais alimentos, nem é priorizado pelos municípios em suas compras (questões III e IV). Entretanto, existe a presença de alguns produtos processados, como fécula de batata,

<sup>115</sup> Conforme BRASIL (2017), o CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento do PNAE, composto sete membros titulares, a saber: um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas. Cada membro titular deverá ter um suplente do mesmo segmento e seu mandato é de 4 anos.

doces de frutas, pães e biscoitos. Todavia, tais produtos apresentam-se em quantidades pequenas e voltados a atender produtos oriundos das agroindústrias da AF do município/região. Essa situação vai ao encontro dos achados de Baccarin (2011), que denota que o PNAE vem atingindo seu objetivo de criar uma cultura alimentar saudável por um lado, e dar preferência para aquisição de produtos mais naturais, valorizando assim os hábitos alimentares da região, e por consequência, estimula-se a produção da AF. Fica claro aqui, que a formação dos cardápios e a “visão nutricional” dos profissionais da área, têm impacto direto sobre o perfil das compras da alimentação escolar, e portanto, deve-se investir na formação continuada/capacitação desses profissionais (TRICHEZ ET AL., 2018).

**Quadro 2 – Características das compras de alimentos do PNAE no município**

Questões	Respostas						
	5	4	3	2	1	NR	Total
I. Os produtos do PNAE provem integralmente do próprio município.	2	4	2	9	5		22
II. Parte dos produtos provém de outros municípios.	13	7	1		1		22
III. Prioriza-se a compra de produtos mais processados (maior grau de industrialização).		1		12	9		22
IV. A maior parte das crianças preferem alimentos mais processados.	1	2	2	10	6	1	22
V. É crescente a cada ano, a aquisição de produtos orgânicos e/ou agroecológicos.	2	7	2	5	6		22
VI. Paga-se um valor superior (até 30%) na aquisição desses produtos.	6	3	7		5	1	22

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: 5 – Concordo totalmente; 4 – Concordo parcialmente; 3 – Nem concordo, nem discordo; 2 – Discordo parcialmente; 1 – Discordo totalmente; NR – Não respondeu.

Ainda no que confere à oferta de alimentos, verificou-se que a demanda por produtos orgânicos ou agroecológicos existe e vem crescendo em alguns municípios, porém, a grande dificuldade encontrada é a falta de agricultores que possuem tais produtos ou não possuem a certificação em si (73% das respostas sinalizaram que não estão conseguindo ampliar a oferta e demanda por esses produtos, dada dificuldade exposta) – questão V. Com relação ao cumprimento da lei, que prevê o pagamento de preço de até 30% superior ao produto convencional, constatou-se que, embora ter baixo volume de produtos orgânicos/agroecológico adquiridos, as prefeituras vêm cumprindo com pagamento diferenciado, exceto em casos de falta de certificação. Este problema é ainda um paradigma a ser resolvido, já que a produção

orgânica e agroecológica respondem por sazonalidades específicas (no âmbito da produção e logística), cuja produção nem sempre é garantida, na quantidade desejada, impactando em outras questões como na limitação de volumes de produtos e na regularidade das entregas.

Na sequência, o Quadro 3 apresenta um conjunto de questões voltadas a compreensão da operacionalização do programa por parte do governo municipal. A primeira questão faz referência ao volume de recursos do FNDE direcionado para a compra de alimentos providos da AF. Pode-se considerar que esse é o primeiro passo para que a Lei n. 11.947/2009 cumpra seus objetivos. Desta forma, observa-se que 68% das nutricionistas avaliam que os recursos do FNDE para a AF foram crescentes nos últimos anos. Embora nem todos os municípios estejam ampliando o volume de recursos, há concordância de que pelo menos o valor mínimo exigido (30% do FNDE), vem sendo cumprido (questão II).

### **Quadro 3 – Atuação da prefeitura municipal na operacionalização do PNAE**

Questões	Respostas						
	5	4	3	2	1	NR	Total
I. É crescente a cada ano, o uso de recursos do FNDE para aquisição de produtos da AF.	8	7	2	3	2		22
II. A prefeitura garante o uso de pelo menos 30% dos recursos do PNAE/FNDE para aquisição de produtos da AF.	21	1					22
III. Os demais 70% são utilizados para aquisição de produtos no comércio local.	11	8		2	1		22
IV. Agentes públicos (diretores de escola, prefeitos) acabam interferindo sempre a favor do aumento percentual das aquisições da AF.	7	6		7	2		22
V. Os contratos são executados integralmente durante o ano, sem sofrer alterações.	4	6		7	5		22
VI. Após assinatura dos contratos, os preços podem ser alterados, conforme os períodos de entrega.	1	9	2	2	8		22
VII. As mudanças de gestão interferem na condução da operacionalização do PNAE no município.	4	7	9		2		22

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: 5 – Concordo totalmente; 4 – Concordo parcialmente; 3 – Nem concordo, nem discordo; 2 – Discordo parcialmente; 1 – Discordo totalmente; NR – Não respondeu.

Quanto ao percentual direcionado à AF, a maior parcela dos nutricionistas entrevistados (59%), entende que há interferência por parte de agentes públicos para ampliar esse percentual (questão IV). Conforme já destacado anteriormente, essa percepção provavelmente está ligada

com o grau de confiança e suporte que a Lei n. 11.947/2009 atingiu, isto é, por ser uma política pública que possui grande potencial de gerar benefícios para toda a sociedade, há forte apelo para que ela seja fortalecida e estimulada.

A formulação da chamada pública é uma fase crucial para a efetivação do PNAE e geralmente possui um envolvimento maior do setor de compras da prefeitura (e do setor jurídico/procuradoria). Nos municípios analisados, os nutricionistas são sempre consultados (73% dos casos) ou às vezes consultados (27% dos casos) na elaboração das chamadas. Essa participação dos nutricionistas, que estão envolvidos diretamente na execução do PNAE, pode explicar o fato de que em mais de 80% dos casos, as informações referentes ao local e a periodicidade das entregas dos produtos, bem como os preços, estão presentes nas chamadas públicas.

A pesquisa também buscou compreender outras características das chamadas públicas durante o ano civil, como o quantitativo de chamadas e os termos de execução. Neste contexto, verificou-se que 16 respostas apontam para a realização de apenas uma chamada pública anual, enquanto 6 respostas sinalizaram a realização de duas chamadas públicas (questão V). O quantitativo de chamadas no ano tem um resultado ambíguo sobre a participação da AF. Se por um lado há benefícios, pois possibilita atualização de cardápios, atualização de quantitativos de produtos e correção de preços, há por outro lado, prejuízos, pois gera-se maior custo de transação para os agricultores, em virtude da necessidade de reunir e encaminhar documentos referentes a nova chamada. Entende-se que esses custos transacionais podem ser minimizados, caso estas funcionalidades sejam atribuídas às cooperativas dos(as) agricultores(as). Ainda, quanto maior for o “tempo” entre a realização da chamada e a entrega dos produtos (o que pode transcorrer em até um ano), maiores serão as possibilidades de oscilação de preços no mercado regional, e necessidades de reajustes

Em termos de execução dos contratos (questão VI), observou-se que 45% das respostas apontam o fato de que as prefeituras conseguem operacionalizá-los integralmente ao longo do ano, enquanto para 55% não conseguem, provando-se aqui que os contratos não conseguem ser cumpridos na integralidade. A inviabilidade de cumprimento refere-se principalmente as mudanças de clima e falta de produto, decorrentes das intempéries, sazonalidade e aceitação dos escolares. Ainda no que se refere ao cumprimento dos contratos, para 45% podem ocorrer mudanças nos preços pagos aos agricultores, decorrentes principalmente de oscilação de preços no mercado local/regional.



De acordo com Trichez et al. (2018), os detalhes que envolvem as chamadas públicas e os entendimentos com os setores de compras e jurídico, são considerados grandes gargalos para o PNAE. De acordo com as respostas aqui relatadas, denota que os municípios da região Oeste de SC, já vêm superando essas incompreensões e aprimorando suas chamadas, o que resulta em maior participação nas compras da AF.

### **Percepções sobre as dificuldades enfrentadas na execução do programa**

O terceiro conjunto de questões, expostos no Quadro 4, aborda as dificuldades existentes na execução do programa, que por sua vez, inviabilizam a obtenção de resultados mais consistentes. Importante mencionar previamente, que as opções de respostas (tipos de dificuldade) listadas no Quadro 4, foram apresentadas para os nutricionistas no formato de questão fechada, partindo de resultados de estudos que vinham analisando a operacionalização do PNAE. Houve também, espaço aberto para elencar outras dificuldades, no entanto, apenas duas dificuldades adicionais foram indicadas (“necessidades de melhorias na produção” e “baixo volume de demanda por parte da alimentação escolar do município”). Essa situação denota que as dificuldades já verificadas em outros estudos (e em outras localidades) são confirmadas na região Oeste, e portanto, devem ser alvo de aprimoramento.

As principais dificuldades apontadas pelos nutricionistas remetem ao “cumprimento das exigências sanitárias” e à “logística de distribuição”. As exigências sanitárias estão mais relacionadas aos critérios de qualidade e higiene nos produtos agroindustrializados e/ou de origem animal. Tais requisitos são amplamente apontados pela literatura como limitações para ampliação da participação da AF no PNAE (TRICHEZ, 2015; TRICHEZ ET AL., 2018). O não cumprimento das exigências sanitárias referem-se tanto ao grau de processamento dos produtos (maior processamento/menor processamento) quanto aos sistemas de inspeção (municipal, estadual e nacional). Até então, são poucos os municípios que adotam sistemas unificados ou integrados de inspeção, sendo esta uma barreira condicionante à compra de produtos ainda fortemente agroindustrializados, ou com grau de processamento maior, nem sempre condizente com os melhores hábitos de alimentação saudável, mais preconizados pelos(as) profissionais da nutrição.

Já o enfoque da logística de distribuição, refere-se a coleta dos alimentos nas propriedades rurais e a entrega nas escolas ou nos centros de distribuição, de acordo com o planejamento semanal dos cardápios. Na maioria dos casos, as entregas dos alimentos nas escolas e/ou centros são realizadas pelos próprios agricultores, que possuem restrições naturais para o cumprimento de determinadas agendas/cronogramas. Neste sentido, para superar esse

gargalo, alguns municípios vêm investindo em centros logísticos ou núcleos de coordenação do programa, que possuem veículo que fazem essa distribuição dos alimentos. Em outros municípios, estas dificuldades são superadas, em partes, pelas cooperativas familiares que desempenham o papel de organização da produção e logística ao mesmo tempo. Tais iniciativas consistem em um importante suporte para efetivar e dinamizar o PNAE (KROTH ET AL., 2019).

#### Quadro 4 – Dificuldades para os agricultores da AF participarem do PNAE

Questões	Respostas						Total
	5	4	3	2	1	NR	
Cumprimento de exigências sanitárias	11	5	2				18
Logística de distribuição	10	4		1	2		17
Baixa diversificação dos alimentos	9	5	1	1	1		17
Falta de produção	9	3	3	2	1		18
Regularidade das entregas	9	1	1	3	2		16
Baixa inserção da juventude rural da AF	5	5	5	1	1		17
Realização de uma única chamada pública no ano	3	4	4		3		14
Produtos pouco agroindustrializados	1	6	2	1	3		13

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: 5 – Muito importante; 4 – Importante; 3 – Mais ou menos importante; 2 – Pouco importante; 1 – Nada importante; NR – Não respondeu.

As dificuldades relacionadas com “baixa diversificação dos alimentos”, “falta de produção” e “regularidade das entregas”, que se constituem na terceira maior dificuldade apontada pelos nutricionistas, podem ser analisadas em seu conjunto, tendo em vista que se referem as restrições de oferta dos alimentos. Conforme destacado por Costa et al. (2015), a baixa oferta de alimentos tem relação direta com a gestão do programa pelos municípios, a qual contempla ações de suporte administrativo, logístico, de ATER e de apoio às associações/cooperativas da AF.

Um ponto que chama a atenção nas respostas, é que a “baixa inserção da juventude da AF” não foi considerada como uma importante dificuldade para o programa. Há várias interpretações que podem ser feitas em relação a esse resultado, e que portanto, merecem maiores estudos. Entretanto, uma primeira constatação é que os jovens já vem participando do programa, e portanto, não apresenta-se como uma dificuldade<sup>116</sup>. Uma segunda interpretação

<sup>116</sup> Essa pode ser uma realidade para os municípios participantes do projeto Fortalecimento da Juventude

remete ao fato que o nutricionista pode estar considerando que as outras dificuldades são preponderantes, ou seja, se não resolver a questão das exigências sanitárias e da logística, pouco importa inserir mais jovens, pois eles também passarão por dificuldades. Uma terceira constatação, pode advir do desconhecimento da realidade regional pelos profissionais, isto é, de não perceber/reconhecer que vem ocorrendo um envelhecimento acentuado da população rural, cuja população jovem não está permanecendo no campo.

Por fim, a “realização de uma única chamada pública no ano”, conforme já comentado anteriormente, foi considerada como uma dificuldade intermediária, comparada com as demais dificuldades. A baixa oferta de produtos agroindustrializados foi lembrada por 31,8% das nutricionistas. Por sua vez, a atuação incipiente dos CAEs não teve nenhuma menção.

### **Conclusões**

Inicialmente, é mister demonstrar que os profissionais nutricionistas possuem papel de alta relevância e destaque, no que tange à criação de caminhos, oportunidades e até mesmo na liderança da condução/execução da política pública do PNAE nos municípios. Tal formação profissional é intrinsecamente correlacionada aos objetivos de uma alimentação saudável, da segurança alimentar e nutricional, eixos estruturantes do PNAE.

Do ponto de vista da percepção dos profissionais, sobre a importância da participação da AF na institucionalidade do PNAE, conclui-se pela unanimidade nesse entendimento, entretanto, percebem que este segmento não ocupa adequadamente (ou simplesmente não participa, em 27% dos casos) os canais de comercialização proporcionados pelo PNAE. Prova disto é o fato de que as demandas dos municípios, de modo geral, são atendidas complementarmente com produtos de fora das cidades. Neste âmbito ainda, pode-se considerar que um aspecto que contribui para essa realidade é a baixa atuação dos conselhos municipais, em especial Conselho Municipal de Agricultura e CAEs, que foram considerados como não atuantes, por 68% dos profissionais.

Considerando a percepção da dinâmica e funcionamento do PNAE na região Oeste Catarinense, verificou-se o esforço em elaborar cardápios afeitos aos alimentos da AF local, estimulando assim as compras locais, com menor grau de processamento possível. No entanto, admite-se a aquisição de produtos de fora das cidades, os quais de modo geral com maior grau de processamento.

Rural no Oeste de SC, em que foi feito um trabalho para inserção de jovens agricultores nos mercados institucionais.

Constatou-se a falta de produtos orgânicos e agroecológicos, ou quando são ofertados, são insuficientes neste mercado. Dentre os entraves principais que explicam esta lógica estão os problemas relacionados ao clima, à limitações de sazonalidades produtivas, impactando de sobre modo na regularidade e na frequência das entregas – fatores estes que conduzem à quebra de contratos, ou não executados integralmente em 55% das situações, tanto em relação à produção orgânica, agroecológica quanto em relação aos produtos convencionais.

Esta conclusão nos remete a outra de caráter sistêmica e de análise complementar: embora as prefeituras, em média, tentem investir 30% dos recursos do FNDE em produtos da AF, visando atender a lei do novo PNAE, esse percentual tende a não se efetivar, dada a constatação anterior, cujos contratos não serem executados na sua integralidade. Alinhado a essa realidade, o estudo apontou que cerca de 70% dos recursos do FNDE repassados aos municípios, é direcionado para aquisição de produtos via comércio local, que não significa aquisição da AF, mas sim de mercados/supermercados locais. Tal situação tem levado os agricultores e suas cooperativas questionarem tais práticas, pois reduz as quantidades de produtos demandadas da AF. Desta maneira, inviabiliza o planejamento da produção e, portanto, restringe o aumento da oferta de alimentos da AF, traduzindo em uma demanda insuficiente para provocar um estímulo produtivo local e a organização da produção necessária.

Neste âmbito, conclui-se ainda que embora 73% dos profissionais nutricionistas sejam consultados para a elaboração das chamadas públicas locais, ainda restam um contingente de 27% de casos onde os profissionais são consultados “às vezes”. Isto, somado ao fato de que em 72,7% dos municípios organiza-se apenas uma chamada pública anual (para organização deste mercado), abre-se um precedente importante para o não cumprimento contratual das entregas (por parte dos agricultores e de suas cooperativas), já que há um lapso muito grande, entre o momento de realização das chamadas e o momento das entregas efetivamente, cujos preços dos produtos da chamada pública, poderão sofrer alterações no “mercado regional”, levando à necessidade de realizar reajustes, o que tem ocorrido em apenas 45% das situações estudadas. Assim, onde não ocorrer ajustes dos volumes e reajustes de preços, as aquisições se dão pelos processos convencionais, que não envolvem a AF.

Além do baixo volume de produtos demandados pelas chamadas públicas, na maior parte das situações, as demais dificuldades apontadas à execução do PNAE estão ligadas ao não cumprimento das exigências sanitárias e às questões de logística de distribuição dos produtos. Deve-se ressaltar que em muitos municípios, a superação dessas dificuldades, foi alcançada pela forte e organizada atuação das cooperativas familiares, possibilitando que quase 100% das

chamadas públicas fossem atendidas com produtos oriundos da AF.

Por fim, constatou-se que os profissionais de nutrição estão comprometidos com o novo PNAE, e dentro de suas capacidades técnicas e operacionais do programa, estão se esforçando para efetivá-lo. As dificuldades evidenciadas na operacionalização do PNAE nos municípios passam mais pelo comprometimento dos governos locais em articular os diferentes setores envolvidos (secretarias de agricultura, de educação, setor de compras) na criação de um ambiente favorável à aquisição e alimentos da AF, e, de lançar mão de ações estratégicas que estimulariam a produção local, como o direcionamento de maiores recursos para as chamadas públicas, ampliação do diálogo e incentivos às cooperativas familiares e fomento de ATER específica ao PNAE. Essas ações locais poderiam ser materializadas a partir de pequenos ajustes da Lei n. 11.947/2009 que criassem os incentivos adequados aos municípios, como por exemplo, a pactuação de objetivos e metas, incentivos esses, que já são realizados com efetividade em outras políticas públicas.

## Referências

- BACCARIN, J. G. et al. Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do artigo 14 da lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. In: 49<sup>o</sup> CONGRESSO DA SOBER, Belo Horizonte, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conselho Deliberativo. *Resolução n. 26 de 17 de junho de 2013*. Brasília: 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. 2<sup>a</sup> ed. (versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015). Brasília: 2016.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União (TCU). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. 1. ed. Brasília: TCU, 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. Brasília : FNDE, 2018a.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante*. Brasília: Ipea, 2018b.
- COSTA et al. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, p. 109-126, jan-mar/2015.
- DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. *Teorias da administração pública*. 2<sup>a</sup> ed. SP: Cengage Learning, 2017.
- FARAH, M. F. S. Políticas públicas e municípios: inovação ou adesão? IN: LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C. (ORGS). *As ideias também importam: abordagem cognitiva e política pública no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2013.

- FARIA, C. A. P. (ORG). *Implementação de políticas públicas*. BH: PUC Minas, 2012.
- KROTH, D. C., ET AL. Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. *Redes*, v. 24, n. 1, p. 138 - 162, jan-abr/2019.
- KROTH, D. C., ET AL. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 10, pp. 4065-4076, 2020.
- LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. IN: FARIA, C. A. P. (ORG). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.
- SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª ed. SP: Cengage Learning, 2013.
- TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre-RS: Ed. UFRGS, 2015, p. 181-200.
- TRICHES, R. ET AL. Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. IN: PEREZ-CASSARINO, J. ET AL. (ORGS). *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais*. Chapecó: UFFS, 2018.

## **DO XÁ AO AIATOLÁ: A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ COM OS EUA NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

David Anderson Zanoni, Professor de História na Rede Municipal de Educação de Getúlio Vargas-RS. david\_zanoni@hotmail.com

**Resumo:** A presente proposta de comunicação tem por objetivo apresentar alguns aspectos da política externa iraniana em relação aos Estados Unidos na última década do governo Mohammed Reza Pahlavi (o xá) e após o processo revolucionário em 1979 com o ingresso do Aiatolá Ruhollah Khomeini. O período da década de 1970 marcou uma intensa corrida iraniana de reformas estruturais aos moldes ocidentais, a qual ficou conhecida como Revolução Branca. Promovido pelo governo autocrático do xá e pró Ocidente, tal projeto gerou imenso descontentamento na população iraniana, sendo um dos elementos que fomentaram a queda da monarquia e ascensão da República Islâmica do Irã. A partir de 1979, com o ingresso dos aiatolás no poder, as relações com o Ocidente, em especial com os EUA, mudaram radicalmente, ao ponto de o Irã ser colocado com inimigo número 1 do governo estadunidense. A partir da análise da imprensa da época e da bibliografia pertinente, sobretudo do conceito de Orientalismo, procurar-se-á apresentar os motivos e circunstâncias que moldaram as relações destes países ao longo do recorte proposto desta proposta de comunicação. Também objetiva-se demonstrar como veículos de imprensa procuram representar a política externa sob um prisma unilateral e parcial, fomentando um discurso pró Ocidente e islamofóbico.

**Palavras-chave:** Orientalismo; Política Externa; Revolução Iraniana;

### **Introdução**

As relações internacionais entre o Irã e os Estados Unidos da América sofreram, ao longo das últimas décadas, diversas mudanças, sobretudo no aspecto político e econômico. O contexto histórico contemporâneo, que demonstra de forma mais exemplar tais mudanças, tem como marco divisor a chamada Revolução Iraniana, também conhecida como Revolução Islâmica de 1979, momento em que o Irã mudou de forma significativa seu sistema governamental, passando de uma autocracia dinástica para uma República Islâmica.

A ideia deste pequeno esboço é apresentar, a partir da década de 1940 até o final da década de 1970 um panorama dos principais acontecimentos que aproximaram estes dois países, Irã e Estados Unidos, e após a mudança governamental no Irã um novo curso no panorama das relações internacionais entre estes dois países e os desdobramentos na década de 1980. Sendo assim, objetiva-se traçar uma linha do tempo com os eventos que marcaram as relações internacionais entre Irã e Estados Unidos no período de 1940 a 1980, tendo como panorama historiográfico os governos do xá Mohammad Reza Pahlavi (1941-1979) e após o governo do Aiatolá Ruhollah Khomeini (1979-1989).

A escolha do recorte temporal se dá justamente pelo fato de que é preciso compreender o contexto da ascensão do segundo xá (rei) da dinastia Pahlavi e sua queda devido o processo da revolução popular iniciada em 1978 e findada ao atingir o seu maior objetivo, qual seja: a queda do governo imperial e ascensão dos religiosos ao poder em janeiro de 1979. Ao percorrer

as décadas de 1940 até 1970, o leitor poderá compreender o processo de aproximação entre os Estados Unidos e o Irã através dos diversos governos estadunidenses e suas ações, tendo o xá Mohammad Reza Pahlavi como aliado. Ao mesmo tempo, ultrapassando o período da revolução e adentrando a década de 1980, a percepção dos elementos que acarretaram no rompimento das relações diplomáticas entre estas duas nações, além dos motivos e consequências que seguiram, também evidenciam a proposta deste estudo.

Tendo em vista a ideia de que muitas ações relacionadas ao Oriente Médio, em especial ao Irã são consideradas nocivas às pretensões políticas e econômicas do Ocidente, em especial os Estados Unidos da América, tal estudo se faz oportuno a fim de desconstruir alguns elementos fortemente solidificados pela mídia ocidental ao retratar os países Orientais, principalmente os que professam a religiosidade islâmica. Para tanto, recorreremos à teoria de Edward Saíd, o Orientalismo, que demonstra com clareza estratégias discursivas e materializadas em publicações e pseudo estudos científicos que procuravam, desde o século XIX, fortalecer a imagem de inferioridade, irracionalidade ou perigo iminente que tais povos islâmicos representam ao Ocidente.

Compreender as relações internacionais entre Irã e Estados Unidos, seus interesses econômicos, políticos e culturais, mostra-se de suma importância para entendermos a complexa dinâmica global das relações internacionais, em especial entre Ocidente e Oriente e as relações de poder estabelecidas a partir disto. Uma leitura de mundo necessária e cada vez mais urgente ao combate das intolerâncias religiosas, sociais, étnicas e culturais.

### **Década de 1940: Ascensão do Segundo Pahlavi ao poder no Irã**

A década de 1940 tem como elemento inicial, nas relações internacionais entre Estados Unidos e Irã, o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O Irã era governado pelo xá Reza Khan Pahlavi desde um golpe de estado promovido em 1932 contra o último xá da dinastia Qjar. O pai de Mohammad Reza Pahlavi era, a partir de então, o primeiro xá dos Pahlavi, e em uma de suas primeiras ações mudou o nome do país que se chamava Pérsia, para Irã (terra dos arianos).

Após a deflagração do conflito mundial, o então governante iraniano tinha fortes tendências nazifacistas, elemento observado em outros governantes pelo mundo e questão que, obviamente, desagradava os Aliados, em especial ao Reino Unido e Estados Unidos. Sendo o território do Irã um ponto geopolítico estratégico, tendo em vista a fronteira com a União Soviética, além das reservas de petróleo, carvão e a linha férrea transiberiana, tanto Hitler quanto os aliados não queriam perder o controle deste território importante para as pretensões



de guerra. Sendo assim, não tardou para que o xá fosse deposto do cargo e expulso do país e, em seu lugar, empossado o filho, Mohammad Pahlavi, um jovem que vivia e estudava em Londres e nem falava a língua local.

A partir de então, com um governante que pouco sabia de seu próprio povo, o Irã abria-se mais ainda para o controle estrangeiro, elemento que aproximaria os Estados Unidos, sobretudo no pós-guerra, do Irã controlando ações principalmente relacionadas à extração de petróleo e bens naturais iranianos, sem preocupação com o bem estar social da sociedade iraniana ou contrapartidas de desenvolvimento local.

### **Década de 1950: A Campanha Nacionalista e a instauração da Autocracia do XÁ**

A década de 1950 foi de manutenção e estreitamento das relações entre Estados Unidos e Irã. Como já mencionado, o xá dava pleno controle das reservas de petróleo ao capital estrangeiro, em especial para petrolíferas estadunidenses e britânicas. Em fins da década de 1950 o Irã tinha cerca de 40 mil técnicos estrangeiros residindo em Teerã, capital do país.

Contudo, essa invasão estrangeira não agradava a população, especialmente os religiosos, uma vez que a alguns costumes ocidentais não respeitavam certos padrões de vida e convivência orientais, em especial da fé islâmica. A população começava a usufruir das “benesses” ocidentais: bares, restaurantes, bebidas de álcool, cosméticos, etc, o que era encarado pelos clérigos xiitas como uma deturpação aos preceitos da fé islâmica. Essa ocidentalização era também mote do plano de governo do primeiro xá e tinha continuidade com o segundo, tendo em vista os benefícios econômicos que trazia para o capital estrangeiro e a uma parcela mínima da população, formada pela elite e pessoas da corte ou palacianos amigos do rei.

Nesse contexto o Irã elegia em 1951 um primeiro ministro chamado Mohammad Mossadegh, um advogado iraniano formado na França e com tendências de cunho nacionalista. Sua proposta de governo era nacionalizar o bem mais precioso do Irã, o petróleo. Evidente que esse foi seu maior erro, uma vez que contrariava fortemente os laços entre o capital estrangeiro e o xá. Contudo, Mossadegh contava com a opinião pública que cada vez mais reivindicava melhorias sociais, segurança, educação e bem estar social, tendo em vista que viam uma população estrangeira morando em palácios e a população local fazendo casas com restos de barris de petróleo.

Nos 27 meses, desde que Mohammed Mossadeq tornara-se primeiro-ministro, o Xá Mohammed Reza havia aguardado, confuso, ocioso e com medo, enquanto Mossadeq usava a autoridade absoluta. O primeiro-ministro

dominava o Majlis, desfez o Senado, suspendeu as funções do Tribunal Supremo, prolongou a lei marcial, forçou o xá a transferir um pouco da propriedade do Governo, instalou um comitê para examinar os caminhos para reduzir o poder do monarca e finalmente apresentou um projeto de lei para o Majlis limitar aqueles poderes. Incapaz de desafiar o muito popular primeiro-ministro e sua causa nacionalista com sua frágil base de poder, composta de um exército incerto e uma burocracia desarmada, o xá escondeu-se em seu palácio. Foi apenas quando as forças contrárias a Mossadeq – nacional e estrangeira – precisaram de uma figura para seguir que o xá tornou-se relevante para os acontecimentos (MACKEY, 2008, p. 205).

Sendo assim, a tensão entre o plano de governo do primeiro ministro com os interesses estrangeiros e do xá, teve seu ápice em 1953, quando, por meio de um golpe de estado arquitetado conjuntamente pela CIA e o Serviço Secreto Britânico, o premier iraniano foi deposto do cargo e o xá empossado de forma arbitrária, fato que mais tarde foi revelado pelos governos estadunidense e britânico com o título de “Operação Ajax”. O xá refugiou-se por dois dias em Roma, e após a expulsão do primeiro ministro pelas forças armadas iranianas, retornou ao país como autocrata. Iniciava assim o período mais duro do governo do xá, uma ditadura comandada e personificada na figura de Mohammad Reza Pahlavi, tendo um perfil repressor através do braço armado do xá, a sua polícia política chamada Savak.

O episódio do golpe de 1953, a operação Ajax, era mais um exemplo da intervenção estrangeira nos assuntos internos políticos iranianos. Assim como em 1941, com o arranjo para colocar o xá no poder, o Irã, mais uma vez, era palco da articulação externa em benefício de poucos e detrimientos de muitos. A partir do golpe, o Irã transformava-se em uma ferrenha autocracia, e o xá, por meio da Savak, eliminava inimigos políticos e beneficiava o capital estrangeiros de forma aberta e sem melindres. Tudo em nome de um dito progresso que beneficiava, como de costume, as elites locais e os palacianos. Assim, crescia a indignação popular, sendo cada vez mais notório o embate entre população iraniana e o governo despótico do xá.

Na obra *Todos os homens do xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio*, o jornalista e historiador americano Stephen Kinzer, analisa o episódio da chamada operação *Ajax* como um fator primordial no entendimento do antiocidentalismo e, sobretudo, antiamericanismo iraniano. Ele afirma que os iranianos tinham grande simpatia pelos Estados Unidos, até mesmo os clérigos xiitas. Mossadegh teria descoberto os planos britânicos para um golpe de Estado no Irã e, mesmo assim, cumpriu suas promessas nacionalizando a *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC), “o mais lucrativo negócio britânico em todo o mundo” (KINZER, 2004, p. 18).

Em êxtase patriótico, o Irã transformou Mossadegh em herói nacional. E também afrontou os britânicos, que, indignados, acusaram Mossadegh de roubar sua propriedade. [...] Mossadegh não se abalou com a campanha britânica. Um jornal europeu noticiou que ele “preferia ser fritado em petróleo persa do que fazer a mínima concessão aos britânicos”. Durante algum tempo, os britânicos cogitaram promover uma invasão armada para retomar os campos e refinarias de petróleo, mas desistiram da ideia depois que o presidente Harry Truman se recusou a apoiá-la (KINZER, 2004, p. 19).

Além desse caráter intervencionista, as relações entre o Irã e os Estados Unidos, no referido período, foram extremamente fortalecidas através da compra de armas, equipamentos, aviões de guerra e a ida de técnicos estadunidenses ao Irã para treinamento e operacionalização do material bélico adquirido pelo governo iraniano. A transferência de norte-americanos para Teerã, nesse período, foi constante, sobretudo em meados dos anos 1950. Na verdade, os Estados Unidos estariam, gradativamente, substituindo os britânicos em solo iraniano.

### **Década de 1960: A Revolução Branca e o choque do Império com os Clérigos Xiitas**

A década de 1960 ficou marcada pelo chamado processo de modernização do Irã promovido pelo governo autocrático do xá. Mohammad Reza Pahlavi queria, assim como o pai, ocidentalizar o Irã, para tornar-se, até os anos 2000, o país mais rico e mais bem armado do Oriente Médio, uma espécie de guardião do Golfo Pérsico. Contudo, questões sociais, como educação, saúde e bem estar social estavam longe dos planos do governante, cuja grande preocupação era industrializar o Irã a qualquer custo. A compra de armas dos Estados Unidos foi fortemente intensificada neste período, atraindo também técnicos militares ao Irã. Em 1963 iniciava-se a chamada “revolução branca”, conjunto de reformas políticas e administrativas promovidas pelo xá com o firme propósito de modernizar o Irã ao molde das potências mundiais ocidentais. Tomando como exemplo o próprio pai e o governante turco Kemal Ataturk, Mohammad Reza Pahlavi queria ser lembrado como Ciro ou Dário I, reis do Império Persa da Antiguidade.

Mais uma vez a população iraniana foi marginalizada dos propósitos reformistas do xá. A revolta crescia, principalmente nas mesquitas. Assim, clérigos da cidade sagrada de Qom, ao norte do Irã e da própria capital, Teerã, iniciaram uma série de manifestações populares reivindicando melhorias sociais e o fim de atividades que iam de encontro aos costumes islâmicos. Para confrontar ainda mais os religiosos, o xá decretou a proibição do uso do véu das mulheres em lugares públicos, uma afronta à cultura xiita. Nessa perspectiva, emergiu a figura

de um religioso em especial, que se tornaria o grande inimigo do xá e mentor da revolução iraniana no final da década seguinte, o aiatolá Ruhollah Khomeini.

Professor de teologia na escola de Qom e um líder xiita de prestígio, Khomeini liderou uma série de protestos contra o governo do xá. Mesmo sendo ameaçado de morte, o líder não recuou das suas reivindicações, ao ponto de ser preso pelas forças legalistas do xá. Após, foi expulso do Irã tendo que ir para o exílio, primeiramente no Iraque e, após na França, até fevereiro de 1979. Mesmo do exílio, Khomeini incitava manifestações e protestos contra o governo iraniano, a ponto de haver vários confrontos com mortes. A cada confronto com as forças legalistas, os mortos eram homenageados como verdadeiros heróis da causa, tornando-se mártires da luta contra a autocracia de Pahlavi.

A “revolução do xá” se revelou uma estratégia de consolidação da aliança com o imperialismo ocidental buscando o aburguesamento do país através da exclusão da massa do povo dos benefícios obtidos com as riquezas e recursos do petróleo (FILHO, 1979, p. 98).

Tais reformas, porém, não contemplavam em nada o bem-estar social e as necessidades básicas da população iraniana. Com sérios problemas assistenciais na saúde, educação e, praticamente, inexistência de leis trabalhistas, os iranianos sofriam com a forte desigualdade social. Nesse sentido, beneficiava-se uma pequena elite ligada à corte palaciana iraniana em detrimento de uma grande massa operária e de habitantes em níveis precários de subsistência e miserabilidade.

No Irã, enquanto os britânicos enriqueciam, o país permanecia cada vez mais desigual socialmente. Na refinaria de Abadan, o salário era de 50 centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada nem eletricidade. No inverno, as chuvas causavam alagamentos e moscas invadiam os vilarejos, no verão, o teto dos barracos, feitos de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores, enquanto os administradores da Anglo-Iranian viviam em enormes casas com ar-condicionado, piscinas e belos jardins (COGIOLLA, 2008, p. 38).

Assim, podemos observar que, além do fator de desigualdade social agravado pelas reformas do xá – o qual já seria motivo suficiente para as futuras contestações populares - temos que considerar o fator religioso contido nas medidas reformistas do monarca. Tais medidas laicizavam o governo e cerceavam cada vez mais os clérigos xiitas iranianos. Portanto, estava ocorrendo, assim, um gradativo processo de diminuição do papel dos aiatolás, principalmente aquele atrelado às questões políticas do país.

A população de Abadan revoltou-se contra as condições desumanas a que era submetida. Os protestos chegaram ao *Majilis*, que passou a exigir um contrato em melhores termos com os britânicos. Estes fizeram uma proposta, o Acordo Complementar, que, apesar de algumas melhorias – como a redução da área a ser explorada –, não oferecia algo a que os iranianos aspiravam: treinamento para cargos mais elevados nas companhias e abertura dos livros da empresa para auditores iranianos. Outra exigência era a de um acordo econômico mais justo: em vez de receber apenas 16% do lucro da empresa, o deputado Abbas Iskandari propôs que, ao exemplo do acordo recém firmado entre norte-americanos e sauditas, a Grã-Bretanha dividisse os lucros pela metade com o Irã. Mas os ingleses menosprezaram os iranianos, o que contribuiu para o crescimento de lideranças nacionalistas (COGIOLLA, 2008, p. 38).

Assim, tendo em vista o já existente atrito de significativo estrato da sociedade iraniana com a monarquia e; valendo-se do discurso de ocidentalização e destruição dos costumes islâmicos enraizados no seio da sociedade iraniana há gerações, através do cerceamento de atuação política dos religiosos xiitas, havia os ingredientes necessários à eclosão de uma rebelião popular que se mostrava cada vez mais iminente.

De acordo com a ótica de Andrew Traumann:

A “Revolução Branca” se revelou, na verdade, uma estratégia de aburguesamento do país por meio da exclusão da massa do povo dos benefícios obtidos com as riquezas e recursos do petróleo. Para consumo externo, o Irã era um país moderno, ocidentalizado, no qual havia igualdade entre os gêneros, a religião islâmica tida como retrógrada pelo regime tinha pouca influência e, algo que era muito caro ao xá, um país confiável e estável numa região turbulenta do globo (TRAUMANN, 2016, p. 63).

Neste aspecto, a imprensa ocidental começava a noticiar o Irã como um *Oasis* do progresso e da modernidade. Outro aspecto muito comentado na mídia, em especial na revista brasileira *Manchete* do grupo Bloch, era a vida pessoal do xá. A princesa Farah Diba, esposa do xá, era comumente retratada pelas suas vestimentas, passeios pela Europa, festas no palácio de inverno de Niaravan, entre outras futilidades. Lembrando, em certa medida, Maria Antonieta da França, enquanto a taxa de analfabetismo no Irã chegava os 80% da população, além da miserabilidade, mortalidade infantil etc, os bailes faraônicos ocorriam normalmente nos palácios reais. As revistas do mundo inteiro falavam em um país das maravilhas, ou “das mil e uma noites”, a terra dos tapetes persas e dos bazares. Sendo assim, os problemas sociais eram suplantados pelas notícias da balburdia pitoresca dos palacianos, prática comum, para desviar a atenção do mundo para os problemas sociais gritantes dos iranianos.

### **Década de 1970: a Revolução Iraniana e o choque com a política externa estadunidense**

A gota da água para a população iraniana viria em outubro de 1971, com a festa faraônica promovida nas ruínas de Persépolis, local onde na Antiguidade ficava o palácio do

império persa dos imperadores Ciro “o grande” e Dário I. A festa em comemoração aos 2500 anos do trono do pavão reuniu comissões diplomáticas de vários países do mundo, inclusive do Brasil. Tendas foram armadas no deserto, a comida e a bebida vinham da França e dos Estados Unidos de avião, tudo em exaltação ao poder de Mohammad Reza Pahlavi, cujo objetivo era demonstrar o Irã para o mundo. E este objetivo foi alcançado, pois mais de 50 emissoras de rádio e TV do mundo cobriram os acontecimentos em Teerã ao longo de 4 dias.

Enquanto isso, a população iraniana, não convidada para o evento, via seus impostos a serviço do caviar e do champanhe importados, servidos aos convidados estrangeiros. Pela imprensa, aos olhos do mundo, o Irã era um país próspero, praticamente um cenário de filme do Aladim, digno de ser comparado a um paraíso na Terra.

As manifestações contra o governo do xá aumentavam a cada ano. Enquanto o xá comprava mais armas e fortalecia suas forças armadas, a população iraniana não tinha escolas, hospitais, segurança. O princípio da dignidade humana era insignificante para o autocrata iraniano, mesmo assim, pelo prisma da imprensa, sobretudo ocidental, o Irã era um país em desenvolvimento, com indústrias, prédios modernos, praças, etc. As mazelas sociais mais uma vez eram suplantadas ou desviadas da atenção dos leitores.

Além do processo de modernização, o xá instrumentalizou e construiu uma das forças militares mais fortes e bem equipadas do Oriente Médio. O exército iraniano estava suprido dos equipamentos militares mais sofisticados e de alta tecnologia para a época, isso em virtude dos petrodólares, tendo em vista que o Irã foi, até 1979, o segundo maior produtor e exportador de petróleo do mundo, ficando atrás apenas da Arábia Saudita. “Em 1975, o xá possuía a maior marinha do Golfo Pérsico, a maior Força Aérea do Oriente Médio e o quinto maior Exército do mundo” (TRAUMANN, 2016, p. 66 apud ABRAHAMIAN, 2008).

Em agosto de 1978 os confrontos com as forças do xá se intensificaram. Uma guerra civil era deflagrada nas ruas das principais cidades do país, especialmente na capital Teerã. A imprensa mundial ao reportar os eventos relatava como desordem causada pela população e o governo combatia arruaceiros, vândalos, bandidos, e não uma população cansada de não ser vista ou assistida pelo governo tirano de Mohammad Reza Pahlavi. Helicópteros sobrevoavam a capital e metralhavam a população que protestava. Barricadas eram formadas pelo exército iraniano para combater pessoas que lutavam com paus e pedras.

O processo de deposição da monarquia iraniana governada por Mohammad Reza Pahlavi, em janeiro de 1979, foi fruto de intensas manifestações populares iniciadas em meados de 1978. O autocrata partiu de Teerã, capital iraniana, em 16 de janeiro de 1979 e nunca mais

retornaria ao país. Sua saída do Irã para o exílio decretou o colapso de uma monarquia dinástica, a qual perdurou cinquenta e quatro anos, sendo a primeira fase governada pelo monarca Reza Khan (1925-1941) e, posteriormente, o filho Mohammad Reza Pahlavi (1941-1979). Acometido por um câncer linfático, o segundo xá Pahlavi morreria em outubro de 1980 em um hospital de Nova Iorque.

Milhões de iranianos, de todas as estratificações sociais, funcionários públicos, comerciantes, ativistas políticos, donas de casa, autônomos, e principalmente os religiosos, ou seja, uma parcela significativa da população iraniana, foi às ruas das principais cidades do país para exigir o fim do regime autocrático do xá. As razões para tal inconformidade dos iranianos tinham três eixos principais: 1) as ações reformistas do xá, com a chamada “Revolução Branca”; 2) o enfrentamento com as autoridades religiosas xiitas que entendiam tal processo dito modernizante, como modelo ocidental e, portanto, deturpador dos preceitos da fé islâmica xiita e 3) a forte repressão exercida pelo xá através da polícia política da monarquia, a SAVAK.

De acordo com o professor e historiador Luis Eduardo Boserberg da Universidade do Andes de Bogotá:

La dinastía Pajlevi (1925-1979) llevó a cabo una serie de transformaciones en Irán. Tenía planes muy ambiciosos para hacer del país una potencia. El modelo constaba de la industrialización, la independencia – enmarcada en un discurso nacionalista persa -, el Estado social e interventor, y la superioridad militar e influencia regional. El petróleo debería ser la base de la riqueza y se proveyeran las bases para el desarrollo de un capitalismo de Estado. Era la única forma de prosperar ante una burguesía débil. Se necesitaba de un agente industrializador acelerado y ese fue el Estado (BOSEMBERG, 1997, p. 53).

Primeiramente, a questão social era a reivindicação de melhorias sociais que passava pelo caráter infraestrutural do país. Com uma população de 37 milhões de habitantes, cerca da metade não tinha condições mínimas de saneamento básico, água potável e energia elétrica. Somavam-se aos problemas habitacionais os precários serviços de saúde e educação que, conseqüentemente, geravam graves problemas de segurança pública. Esse panorama social era invisível para outra parcela da sociedade, uma elite local e os técnicos estrangeiros que viviam em mansões luxuosas e usurpavam os recursos naturais do país, em detrimento de uma população sem as mínimas condições sociais fundamentais e necessárias. De acordo com Cogiolla:

As condições sociais declinantes foram causando profundo ressentimento nos trabalhadores, nos camponeses e até nas classes médias, ressentimento que se transformaria, depois, em movimento revolucionário de massas. Greves gerais chegaram a paralisar a produção petroleira. À medida que a desigualdade crescia, os protestos aumentavam. Até elementos moderados se incomodavam

com a crescente autocracia e a crescente repressão da polícia secreta. Muitos deixaram o país antes da revolução, enquanto outros começaram a se organizar (COGIOLLA, 2008, p. 64).

O segundo aspecto se deve ao caráter religioso. A abertura do país ao capital estrangeiro trouxe enriquecimento e mudanças estruturais, mas, além disso, trouxe também as intermináveis atrações do mundo ocidental. As franquias da chamada indústria cultural invadiram as principais cidades do país, o que era visto pelos religiosos ortodoxos como um elemento negativo e deturpador dos preceitos da religiosidade islâmica xiita. Bares, restaurantes, cinemas, lojas, enfim, uma enormidade de serviços eram mais atrativos do que as mesquitas, situação que foi sendo agravada com a repressão do xá aos cultos religiosos em locais públicos.

Ademais, acrescenta-se a tudo isso uma ferrenha repressão estatal promovida pelo monarca para extirpar qualquer manifestação contra o regime. Com o controle dos poderes instituídos, Legislativo (Majlis), Judiciário e Executivo, o xá não media esforços para caçar opositores políticos. Em 1977 um relatório da ONU apontou o Irã como o país que mais violou os direitos humanos. Aliado dos Estados Unidos, o governo de Mohammad Reza Pahlavi foi considerado na década de 1970 o maior comprador de armas, em se tratando de arsenal bélico e tecnologia militar de última geração, do Oriente Médio. O intuito do xá era ser o governante do Golfo Pérsico, tornando este país a maior força militar.

De acordo com Ervand Abrahamian:

Essas queixas começaram a ser levantadas em 1977 - assim que o xá relaxou seus controles policiais mais rígidos. Ele o fez em parte porque Jimmy Carter, em sua campanha presidencial, levantou a questão dos direitos humanos em todo o mundo, tanto no Irã quanto na União Soviética; em parte porque jornais importantes como o London Sunday Times publicaram denúncias sobre tortura, prisões arbitrárias e prisões em massa no Irã; mas em grande parte devido à pressão de organizações de direitos humanos, especialmente a altamente conceituada Comissão Internacional de Juristas (ABRAHAMIAN, 2008, p. 157).

O resultado das políticas públicas excludentes, a repressão estatal e o processo de modernização que feria as ideias ditas tradicionais locais, foram o combustível para a eclosão do movimento insurgente contra a monarquia do xá. Desde então foi possível acompanhar os desdobramentos de intensas manifestações populares que levaram milhões de iranianos às ruas no intuito de pedir o fim do regime de Mohammad Reza Pahlavi. Realizada essa contextualização, passaremos a analisar como a imprensa reportou as questões relativas às manifestações ocorridas a partir de 1979, ano em que os enfrentamentos entre população e



forças legalistas do xá, ou seja, seu exército, se intensificaram, gerando um número significativo de mortos e feridos nas principais cidades do Irã.

A partir de 1978, Teerã, capital do Irã, foi tomada por uma crescente onda de manifestações populares que exigiam a deposição do xá Mohammad Reza Pahlavi. Seu governo, uma monarquia autocrática que perdurava 37 anos e que sucedeu o governo do pai, o xá Reza Khan, com o auxílio anglo-americano em 1941, era contestado por uma população cada vez mais descontente que reclamava, entre vários fatores da repressão política estatal, das diferenças sociais gritantes, além da exploração e das más condições de trabalho, sobretudo, dos funcionários de indústrias vinculadas à extração do petróleo.

Em fins de 1978, as telas das TVs do mundo inteiro mostravam um espetáculo surpreendente e inesperado. As ruas das principais cidades do Irã enchiam-se de manifestantes que, lançando vivas ao imã Khomeini, reclamavam o fim do governo, uma monarquia encabeçada pelo xá Mohamed Reza Pahlevi (COGIOLLA, 2008, p. 17).

Sobre a revolução no Irã e seus efeitos, Peter Demant analisa:

A revolução iraniana de 1978-1979 é a única revolução islâmica dos tempos modernos que derrubou um regime secularista e estabeleceu um regime islamista, expressado pela vontade política da grande maioria do povo. Essa foi também uma das maiores revoluções da história, que só se compara com a francesa, a russa ou a chinesa. Como essas, ela se deu por meio de fases distintas de crescente radicalização, vitimou muitos de seus filhos e, por fim, não realizou seus objetivos – embora mudasse dramaticamente o curso interno e internacional (DEMANT, 2013, p. 231).

Quando Demant cita a vontade majoritária da população iraniana para a ocorrência dos eventos que se desdobrariam na queda da monarquia, é importante salientar que dois fatores foram preponderantes para que os descontentamentos com o regime imperial passassem da indignação para a ação, o aspecto religioso e o social.

Em grande medida, a revolução islâmica no Irã foi um efeito – indesejável e imprevisto – da política norte-americana em relação àquele país. Ao eliminar o governo de Mossadegh, em 1953, o golpe de Estado articulado pela CIA destruiu também a possibilidade de que o Irã viesse a trilhar uma trajetória de modernização assentada sobre um nacionalismo laico, uma política externa não alinhada e um regime democrático. A monarquia absolutista do xá marginalizou a classe média – base social das políticas de Mossadegh – ao mesmo tempo em que hostilizou a oligarquia rural, alvo de uma reforma agrária ineficaz (a chamada “Revolução Branca”), cujo principal resultado foi um enorme êxodo de camponeses e o surgimento de um cinturão de miséria na periferia de Teerã (FUSER, 2005, p. 171).

Primeiramente, tratando-se de religiosidade, desde a implementação da revolução branca e da série de mudanças ditas modernizantes do xá, uma parcela significativa dos

iranianos ficou descontente com tais reformas. A proibição do uso do véu pelas mulheres e a abertura de atrativos ocidentais – cinemas, bares, restaurantes, *shopping center*, etc. – foram ofensivos aos preceitos da fé islâmica xiita, levando em consideração seu caráter de retração e conservação quando se trata de exposição. Além disso, como segundo aspecto, as insalubres condições de trabalho dos operários nas petrolíferas, a exploração a que eram submetidos, baseando-se na valorização salarial insustentável, somaram-se a indignação da vida palaciana que técnicos estrangeiros, principalmente estadunidenses, usufruíam no país em que seus filhos passavam fome.

Para Hobsbawn (1995) a revolução iraniana de 1979:

Foi a derrubada do xá do Irã em 1979, de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX. Era a resposta ao programa relâmpago de modernização e industrialização (para não falar de armamentos) empreendido pelo xá, com base em sólido apoio dos EUA e na riqueza petrolífera do país, de valor multiplicado após 1973 pela revolução de preços da OPEP. Sem dúvida, além de outros sinais da megalomania habitual entre governantes absolutos com uma formidável e temida polícia secreta, ele esperava tornar-se o poder dominante na Ásia ocidental. Modernização significava a reforma agrária na visão do xá, que transformou grande número de meeiros e arrendatários em grande número de subeconomias de pequenos proprietários e trabalhadores desempregados, que migraram para as cidades. Teerã passou de 1,8 milhão de habitantes (1960) para 6 milhões (HOBSBAWN, 1995, p. 440).

Somado a tudo que foi exposto, tentativas de reforma universitária, bancária e nos serviços públicos incitou uma parcela anestesiada da população, a classe média e universitária, através de greves e paralisação de vários serviços essenciais, a deflagrarem uma das maiores insurgências populares do século XX contra um governo despótico e tirano.

### **Década de 1980: os desdobramentos da Revolução Iraniana e o Irã como inimigo oficial dos EUA**

Com a queda da monarquia dos Pahlavi e a instauração de uma República Islâmica, o Irã teve a primeira década, quando da mudança regimental, marcada por uma série de eventos que aqui denominaremos de desdobramentos. O período também marcou a década de consolidação do regime dos aiatolás, e findou-se com a morte do líder e mentor da revolução islâmica, o aiatolá Khomeini. Assim, passaremos a elencar alguns dos principais desdobramentos a partir da mudança regimental iraniana, levando em consideração a problemática da pesquisa, ou seja, as relações com o Ocidente e a exposição dos fatos através das fontes/objetos deste estudo.

Ainda, em 4 de novembro de 1979, estudantes iranianos motivados pelo processo de mudança política e governamental no Irã ocuparam a embaixada dos Estados Unidos na capital iraniana Teerã. Os jovens iranianos tomaram o edifício da diplomacia estadunidense fazendo como reféns, inicialmente, cerca de 100 pessoas: diplomatas e funcionários da embaixada. A partir de então, as relações entre Estados Unidos e Irã, que já estavam em choque após a queda da monarquia, ganharam novos contornos, em uma sequência de fatos que ficou conhecida como “a crise dos reféns”. Passando por uma série de eventos: negociações entre representantes de ambos os países, liberação parcial dos reféns, tentativa estadunidense de resgate, eleições presidenciais nos Estados Unidos, solicitações dos Estados Unidos à ONU e, inclusive, ao Papa João Paulo II, a situação teria uma resolução após 444 dias, estendendo-se de 04 de novembro de 1979 a 20 de janeiro de 1981.

O fornecimento de petróleo era mais um elemento no contexto das relações entre Estados Unidos e Irã. Os iranianos, nesse período, eram o 3º maior produtor e exportador de petróleo do mundo. O rompimento das relações internacionais incorria, nesse caso também, na supressão do fornecimento do combustível, o que afetava diretamente os estadunidenses. Até 1978, os Estados Unidos compravam cerca de 50 milhões de barris por mês dos iranianos, o que correspondia a mais de um quarto das importações mensais dos norte-americanos.

Com relação às reivindicações dos estudantes, entre outras questões, os jovens iranianos desejavam a extradição de Mohammad Reza Pahlavi, que havia partido em fuga para os Estados Unidos em janeiro de 1979. Imbuídos pelo fervor do processo revolucionário, o grupo de estudantes iranianos, que ocupou a embaixada, objetivava, em princípio, o retorno do xá para ser julgado através das leis do novo regime político, a *Sharia*. Além disso, após os primeiros dias da ocupação, foram acrescentadas outras reivindicações como, por exemplo, a devolução de bens, móveis e imóveis, dinheiro e títulos desviados pelo ex-monarca e sua família. Tais recursos teriam sido supostamente, depositados em bancos estadunidenses e europeus, principalmente na Suíça, ao longo de mais de três décadas de governo (1941-1979).

Ao longo de todo o ano de 1980 as reportagens sobre o Irã e a questão da crise dos reféns continuaram. A investida estadunidense de resolução da crise foi através da Organização das Nações Unidas, além da tentativa de enviar diplomatas ao Irã. Na política iraniana, o país vivia o momento da escolha do primeiro presidente eleito após a revolução. Nos Estados Unidos também estava ocorrendo a corrida presidencial. Carter, mesmo pressionado, venceu as eleições distritais para ser o candidato democrata e tentar a reeleição. O petróleo também é assunto das reportagens, sendo que o Irã continuava figurando como o país que não estava disposto a

negociar. O fato dos Estados Unidos não aceitar deportar o ex-xá para o Irã não é mencionado.

### **Considerações finais**

Passados 40 anos da Revolução Islâmica iraniana, observamos a manutenção do discurso de ódio sobre o Oriente (Irã) por parte do Ocidente (principalmente Estados Unidos). As conexões com o terrorismo, fundamentalismo religioso homogeneizador e todo tipo de estereótipos ligados aos preceitos da fé islâmica, permanecem vivas e, por vezes, revigoradas. Basta lembrarmos que o último embate entre Irã e Estados Unidos se deu quando o presidente Donald Trump ordenou o assassinato do General iraniano Qasem Soleimani, ocorrido no Iraque em janeiro de 2020.

Importante em toda a reconstrução da defesa militar interna no Irã, Soleimani ajudou a impedir que forças estrangeiras, assim como a estadunidense, repetissem a intervenção governamental ocorrida durante grande parte do governo do xá Mohammad Reza Pahlavi. Destacou-se na guerra Irã-Iraque e manteve-se ao longo de décadas à frente da guarda revolucionária iraniana. Era considerado um entrave aos planos ocidentais no Oriente Médio, sobretudo no Irã.

Dessa forma, a construção do outro a qual nos referimos e, nesse caso tratando-se do islâmico no Ocidente, precisa ser debatida e combatida através da exposição. Para tanto, as pesquisas nos campos das Ciências Sociais: História, Antropologia, Geografia, Ciências Políticas, enfim, todas as áreas possíveis se fazem de extrema importância e necessidade. É urgente o imperativo em demonstrar que o discurso salvacionista, humano e libertador ocidental, sobretudo o estadunidense, pode ser, na verdade, tão ou mais belicoso do que qualquer outro no mundo, principalmente se comparado com o Oriente, seja ele o islâmico ou não.

### **Referências**

ABRAHAMIAN, Ervand. *A History of Modern Iran*. Cambridge University Press: New York, 2008.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. A "revolução branca". In: Newton Carlos (ed.). *Irã. A força de um povo e de sua religião*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1979.

CARLOS, Newton (Editor). *Irã: a força de um povo e sua religião*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1979, 164 p.

CHOMSKY, Noam. *O império americano: hegemonia ou sobrevivência*. Tradução – Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COGIOLLA, Osvaldo. *A revolução iraniana*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Renato J. *A Influência dos Ulemás Xiitas nas Transformações Políticas Ocorridas no Irã Durante o Século XX: O Wilayat al-Faqih e o Pragmatismo dos Aiatolás como Inviabilizadores na Expansão da Revolução Iraniana*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 294 f., São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Os aiatolás e o receio da República Islâmica do Irã*. São Paulo: Porto de Idéias, 2017.

COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew (org.) *República Islâmica do Irã: 40 anos de Khomeini a Soleimani*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KINZER, Stephen. *Todos os homens do xá: o golpe Norte-Americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio*. Tradução – Pedro Jorgensen Jr. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MEIHY, Murilo Sebe Bom. *Por devoção à República: Nação e Revolução no Irã entre 1978 e 1988* (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, 2007.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução, Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ZANONI, David Anderson. E agora Reagan? O caso Irã-Contras nas páginas da Revista Veja (1986-1987). Revista Dimensões – ISSN 2179-8869 – nº 44, edição semestral, agosto de 2020, dossiê: Opinião pública e instituições políticas nos períodos moderno e contemporâneo. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/21705>.

# A DISTÂNCIA ENTRE A PENA E O DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DO INDÍGENA NAS CARTAS ÂNUAS NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI NO SÉCULO XVII

Déborah da Costa Ribeiro Barbosa, Departamento de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsa financiada pela CAPES. E-mail: deborahribeirob@outlook.com

**Resumo:** A chegada dos europeus ao continente americano ampliou os limites geográficos, econômicos e sociais, criando novas relações de poder. Além dos primeiros relatos decorrentes de viajantes, cronistas e naturalistas, que fizeram sucesso junto aos leitores europeus, não tardou para que os religiosos que acompanhavam as expedições começassem a elaborar cartas e relatos descrevendo não apenas suas experiências. A Igreja não tardou a perceber que o projeto missionário, “a vinha do senhor”, poderia ser expandida para terras até então desconhecidas. A construção do discurso na correspondência eclesiástica entre os anos 1609 a 1615, com informações pertinentes à recém instaurada Província Jesuítica do Paraguai (região ao sul da América espanhola que fazia fronteira com a América portuguesa). Entre descrições da fauna, flora, condições de vida e cotidiano, aparecem repetidamente conceitos como “selvagem”, “infiéis”, “bárbaros” e “gentil” nas referências aos indígenas. Entre a pena e o discurso, título desse trabalho, há uma série de ecos e subjetividades que devem ser levados em conta na leitura dos documentos. Esse trabalho procura demonstrar algumas dimensões e propostas de análises que são possíveis a partir da leitura das Cartas Ânuas e como foi feita a construção do nativo dentro desses discursos. O projeto volta-se para uma região de ocupação espanhola que, depois dos tratados de limites do século 18, se converterá em parte significativa da região Sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Província Jesuítica do Paraguai; Cartas Ânuas; século XVII.

## Introdução

A presença de europeus no continente americano ampliou os limites geográficos, econômicos e sociais, criando assim novas relações de poder. Muito além da expansão territorial, esse encontro representou um marco no processo de construção da tomada de consciência de si, pautada a partir da descoberta do outro. Ao deparar-se com o diferente, os europeus tiveram de elaborar formas de afirmação para impor sua concepção de sociedade, procurando repetir algumas relações do seu continente de origem nesse novo espaço, tanto geográfico quanto simbólico, ao mesmo tempo em que as relações se modificaram.

O elemento do “geográfico” é facilmente encontrado nos diversos tratados assinados entre as coroas europeias a fim de estabelecer e delimitar fronteiras geográficas que ficariam sob seu domínio. O elemento “simbólico” surge a partir da leitura das fontes referentes ao discurso que era empregado pelos europeus na tentativa de dominar a América, não apenas fisicamente, mas culturalmente, criando um discurso de dominação, de hierarquização entre o “civilizador” e o “selvagem”, relações que na documentação aparecem das mais diversas formas, nem sempre tão bem delimitadas, mas demonstrando uma constante tensão. Essa nova construção de si a partir do outro pode ser analisada a partir das diferentes fontes produzidas durante o contato entre europeus e as sociedades nativas. Para Alvim:

[...] Reconhecer a diferença do ‘outro’ pressupõe uma reflexão sobre a nossa condição. Através do ‘outro’ delimitamos nossa própria identidade. Neste processo de construção da identidade americana pelos europeus, mas também de construção da própria identidade da Europa moderna, a análise do papel desempenhado pelas práticas e saberes dos dois povos e sua relação com a implantação da colonização produz, ainda, uma reflexão sobre a formação dos pilares que embasaram a Europa moderna em seu processo de expansão e centro propulsor da nova ordem que este continente imporá às localidades colonizadas. (ALVIM, 2013, p. 17).

Os estudos que tratam das relações coloniais a partir da noção da descoberta do outro utilizam-se de diferentes documentos para alicerçar seus argumentos. A partir de correspondências trocadas entre América e Europa, relatos iniciais das primeiras explorações no continente americano, assim como a confecção de mapas, surge um ponto crucial, uma mudança de discurso, tomada de consciência de si, agora pautada a partir da descoberta do outro. De acordo com Adauto Novaes:

O outro caminho trilhado foi o da própria consciência europeia, desfeita e refeita nessa viagem que já dura 500 anos. O Ocidente de 1500 vivia, politicamente, um processo universal de identificação do mesmo no mesmo. Os primeiros viajantes e os filósofos do século XVI nos mostram que através dos contatos com as sociedades indígenas, inicia-se o longo itinerário da descoberta do Outro. É como se, tendo forçado os limites do horizonte o ocidental fosse encontrar o seu Outro, como se o olhar não tivesse outra saída a não ser o reflexo de si mesmo no Outro; o ocidental começa a tornar-se consciente no contato com o novo mundo exterior. As sociedades indígenas revelaram para o Ocidente o seu lado oculto que ele ignorava. (NOVAES, 1999, p. 8)

No caso espanhol, as navegações e explorações que carregaram a bandeira espanhola tiveram início com o reinado de Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Neste contexto, correspondências trocadas entre soberanos e seus viajantes, assim como diários e relatos dos cronistas e naturalistas, delimitaram fronteiras físicas e elaborações sobre as características do novo mundo. Essa troca de correspondências auxiliou na produção de obras em diversos campos do conhecimento. Com uma escrita mais acessível, essas produções escritas, contendo relatos exuberantes e desenhos sobre as paisagens exóticas, encantaram seus leitores na Europa e rechearam os gabinetes de curiosidades da modernidade. Foram essenciais para construção de uma imagem do “novo mundo”. Além dos primeiros relatos decorrentes de viajantes, cronistas e naturalistas, que fizeram sucesso junto aos leitores europeus, não tardou para que os religiosos que acompanhavam as expedições comessem a elaborar cartas e relatos descrevendo não apenas suas experiências, que continham grandes estranhamentos e

condenações, mas já demonstrando um interesse e uma preocupação com as almas dos nativos, anunciando desde então, o que seria o longo projeto de tentativa de conquista da América através da cruz e da espada. Por conseguinte, a Igreja não tardou a perceber que o projeto missionário, “a vinha do senhor”, poderia ser expandido para terras até então desconhecidas. O presente estudo pretende demonstrar a possibilidade de uma análise a partir da narrativa jesuítica a partindo de suas descrições e narrativas acerca dos indígenas, utilizando as correspondências eclesiásticas do início do século XVII, período que corresponde à instauração da Província Jesuítica do Paraguai. Para isso, faz-se necessário compreender as dimensões que estão contidas na Carta Ânua como a presença da Companhia de Jesus na escrita, as vozes e os deslizes que se encontram nas correspondências.

### **A escrita e a Companhia de Jesus**

A presença de espanhóis na América iniciou-se a partir do século XVI:

O início da ocupação da região platina pelos colonizadores europeus remonta ao século XVI, período em que esta área encontrava-se assinalada aos domínios espanhóis por força ainda do Tratado de Tordesilhas, firmado entre as coroas ibéricas em 1494. O século XVI caracteriza-se por um duplo movimento espanhol nas porções meridionais da América: por um lado, a consolidação da conquista sobre as populações andinas da região do Peru-Bolívia e o início da exploração intensa dos minérios que esta zona propiciava; por outro lado, uma lenta e gradual exploração, com alguns estabelecimentos, do vasto território que circundava a bacia do Rio da Prata, com seus principais tributários, os rios Paraguai, Paraná e Uruguai. (BARCELOS, 2000, p. 94)

A produção de relatos escritos e sua circulação tanto na Europa quanto na América acompanhou a entrada dos europeus, no caso deste trabalho, espanhóis. Desde o século XVI foram surgindo obras escritas relativas aos novos descobrimentos do “Novo Mundo”, com livros dedicados aos relatos de viagens, plantas e animais, práticas medicinais, relatos do mundo chamado “selvagem” que recheavam as bibliotecas das cortes europeias (e seu imaginário). Essas políticas e ações foram também organizadas pela Coroa Espanhola, que em 1542 instituiu as Leis Novas, que “foi uma ação do governo espanhol neste sentido e, em seu texto, indica-se a necessidade obrigatória da coleta de informações sobre as “cosas de Indias”[...] (ALVIM, 2013, p. 12). Assim como também crescia o interesse pela troca de livros e circulação de saberes entre América e Europa:

La escritura acaba penetrando los espacios de sociabilidad, convirtiéndose en un medio de comunicación excepcional y una herramienta poderosa. [...] Los libros leídos en territorio americano solían provenir de centros de producción europeos, pero estos textos se enmarcan en unas prácticas culturales que tienen relación y son, a la vez, distintas de las europeas. (RAMÍREZ, 2012, p. 64-65)



A produção de livros em território americano tornou-se frequente a partir do século XVII, com a construção de oficinas dedicadas à produção destes artigos. No caso do Rio da Prata, essa prática surgiria com força a partir do século XVIII com a primeira prensa instalada em 1700. De acordo com Maeder:

En el Río de la Plata la primera imprenta se instaló en 1700 en las Misiones jesuíticas de guaraníes, y fue puesta al servicio de la evangelización de dichas comunidades indígenas. Se trata de un caso muy particular, que sólo tuvo un breve antecedente en la imprenta que los jesuitas utilizaron para la misión de Juli en la provincia de Chucuito, actual Bolivia, en 1612 ,durante cuyo año imprimieron allí cuatro obras. (MAEDER, 2011, p. 20)

Entretanto, desde os primeiros anos da colonização estabeleceu-se comércio de livros e uma verdadeira rota comercial cultural. Essa prática trazida da Europa também veio acompanhada da instituição da Inquisição, que dominou o monopólio da censura às práticas culturais desde o início da chegada dos europeus, procurando manter de fora da América as práticas europeias consideradas heréticas, notando-se talvez um discurso da América como uma terra “pura”. Deste modo, livros e troca de saberes estavam estreitamente ligados a instituições religiosas. Nas regiões do Rio da Prata, bibliotecas, comércio de livros, regulamentos e proibições estavam nas mãos das ordens religiosas:

El libro y la imprenta tuvieron especial importancia en la implantación de la fe cristiana y la cultura en América. Sin embargo, la legislación fue en principio restrictiva y sujetó los libros y la lectura a distintos controles en América. Dicha legislación, condensa en el Libro I, título XXIV, de la Recopilación de las leyes de Indias, se hallaba orientada a impedir la difusión de doctrinas heréticas, preservar las regalías de la monarquía, velar por la moral y las costumbres vigentes e incluso impedir la lectura de libros profanos y fabuloso. Dejaba el control de estos tópicos en manos del Consejo de Indias y de la censura eclesiástica (MAEDER, 2011, p. 9-10).

A presença desses religiosos nos primeiros anos do contato com o novo mundo, iniciou efetivamente em 1523. Solicitados por Hernán Cortés, padres da Ordem dos Franciscanos foram enviados para dar início ao processo de conquista espiritual<sup>117</sup>. Com a mudança do cenário político da Espanha, em 1572, a incumbência de doutrinação passou para as mãos da Ordem dos Jesuítas, durante o reinado de Felipe II.

Gestada em 1534 por Inácio de Loiola, a Companhia de Jesus, com seus soldados e seu projeto evangelizador, fez-se presente em todos os continentes, e acompanhou as descobertas de novos mundos. Assinada em 1540, a bula *Regimini militantis Ecclesiae* concedeu a primeira

<sup>117</sup> Expressão amplamente utilizada na historiografia da época para distinguir as empreitadas guiadas pela busca da conversão ao cristianismo das conquistas bélico-militares, cuja obra “Conquista Espiritual” de Montoya datada de 1639 é um exemplar para a região do Rio da Prata.

aprovação para a criação da ordem religiosa, que procurava se estabelecer desde muito antes, a partir de um núcleo inicial de alunos do Colégio Santa Bárbara. Não era novidade na Europa o monopólio das letras pela Igreja, situação que não foi diferente com os jesuítas. Tanto Inácio de Loyola e Juan Polanco, seu secretário, eram homens que possuíam uma relação muito forte com as letras e os estudos religiosos, características transmitidas para as obras estruturais da Companhia, como as *Constituições*, os *Exercícios Espirituais* e o *Ratio Studiorum*, obras essenciais para compreender o funcionamento interno e os paradigmas de doutrinação.

A importância da escrita para a Companhia se faz evidente em diversos capítulos de “*Constituições*”. O texto, ainda que não lido integralmente pelos jesuítas, representou um guia para as ações e uma forma de evitar a dispersão de seus membros de diferentes origens, atuando em diferentes continentes, que mesmo enfrentando dificuldades distintas, pudessem se voltar para as diretrizes e nelas atuar de forma igualitária. Na oitava parte das *Constituições*, Inácio de Loyola dedica as páginas às condutas que evitassem o afastamento dos padres em missão, procurando a “união dos corações” (LOYOLA, 1975, p.221). Além da obediência, subordinação, devoção e qualidades pessoais, a correspondência epistolar aparece como parte essencial para a manutenção da união dos membros da Companhia, sendo necessário o “intercâmbio frequente de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias e comunicações vindas das diversas partes” (LOYOLA, 1975, p.226), tarefa encarregada aos Superiores, em especial o Geral e os Provinciais. É marcante a presença da hierarquização na ordem, sendo as cartas mais um modo de perpetuar essa vigilância e hierarquização. As instruções são claras e objetivas aos padres residindo no estrangeiro, que mantivessem seus Superiores informados.

Habitados desde os primeiros estágios da educação jesuíta, a escrita sempre esteve presente na formação dos religiosos. A troca de correspondências entre padres em ação missionária nos territórios além mar e seus superiores em Roma era uma prática frequente e esperada. A produção e circulação destes registros escritos, em especial as Cartas Anuas, tornaram-se um instrumento de auxílio à prática missional, contribuindo para a tomada de decisões e criação de consensos necessários para formar uma unidade forte, em um período ainda de incertezas, no início do século XVII. Fernando Torres Londoño coloca a escrita como papel fundamental na prática de unificação das ações jesuítas em continentes distintos. Para o autor:

Sob a influência do padre Inácio a Companhia, desde os primeiros anos, utilizou a escrita como forma predominante de comunicação, ação e registro. Já

foi mencionado que no início os jesuítas estavam dispersos pela Itália , Irlanda , Portugal , Espanha , França e depois Ásia. Assim , o objetivo fundamental de qual carta era a união dos ânimos em torno da procura da vontade de Deus. Ignácio de Loyola, como primeiro superior geral, teve muito claro que havia de produzir uma imagem da Companhia através das letras (LONDOÑO, 2002, p. 17).

A partir dessa análise das correspondências ocupando um papel central na unificação das ações da companhia, uma categoria particular de correspondência epistolar é corrente nos estudos acerca da presença dos jesuítas em território de ocupação espanhola. As Cartas Ânua correspondiam a uma síntese das muitas correspondências trocadas entre missionários de uma região e unidades eclesíásticas como os colégios, bispados, arcebispados, provincial e superior da Ordem. Elas representavam uma categoria particular de produção discursiva, tendo como função central a propagação de informações e relatos dos frutos da ação jesuíta. Simultaneamente, fazem parte de uma série de ações pré estabelecidas pela Ordem para unificar suas ações pelos continentes. Uma primeira dimensão de investigação dos documentos direciona-se para a análise da relevância das correspondências e dos registros escritos para a Companhia de Jesus, assim como sua função essencial como instrumento de conversão. Muito mais do que a cruz e a espada, a Espanha parece ter tentado conquistar as Américas a partir da pena da escrita.

Alguns autores nos auxiliam no entendimento desses espaços criados a partir da experiência e da escrita. Acredito que essa relação tensa entre campos de saberes e práticas, aparecem na escrita de Michel Foucault, em “As Palavras e as Coisas”, em que o autor delimita um espaço em que atuam identidades, similitudes e analogias. Foucault vai denominar esse espaço de sistema de elementos, onde aparecem as diferenças e as semelhanças. Para ele esse sistema de elementos forma uma cultura, regem a linguagem, esquemas perceptivos, trocas, técnicas, valores. (FOUCAULT, 1999).

Para Foucault, existem códigos da cultura e ordens empíricas, e, no meio disso, o que ele chama de “domínio”, em que surgiriam os “estranhamentos”. A partir de uma leitura de “As Palavras e as Coisas”, podemos nos questionar como ocorre esse processo, como funcionam, neste domínio, as questões de ser ocidental e ser indígena? Essas são algumas questões que permeiam o trabalho.

As Ânua demonstram a tentativa de colocar o indígena em contato com as práticas europeias através da conversão e da doutrinação constante, entretanto o próprio contato entre os dois modifica as relações entre ser “europeu” e ser “indígena”.

Essa relação complexa entre ser “europeu” e ser “indígena”, construída através dos discursos é apresentada em “*Dois modelos de discurso: sobre a eficácia do ‘reduzir’ o Guarani e sobre o Guarani ‘reduzido’*”, de Maria Cristina dos Santos (2004), em que a autora apresenta as mudanças nos discursos acerca dos indígenas, mudança alicerçada nos desejos e necessidades daqueles que escrevem. Os discursos contidos nas correspondências eclesiásticas, modificam-se e renovam-se, levando em conta seu período de escrita, seu público leitor e as necessidades da Companhia em dado momento e localidade.

### **As Cartas Ânuaas**

A documentação utilizada neste trabalho refere-se às cartas que estão presentes no Tomo XIX do “Documentos para la Historia Argentina”, documentação encontrada em Buenos Aires que possui uma cópia digital que faz parte do acervo do Laboratório de Documentação Escrita da PUCRS.

Este tomo é um compilado de Cartas Ânuaas dos anos de 1609-1614, mas dentro da documentação existem relatos do fim de 1607 e 1608 também.

As cartas são assinadas pelo Provincial Diego de Torres Bollo. A documentação que é utilizada refere-se à fundação e aos primeiros assentamentos reducionais estabelecidos na região da Província Jesuítica do Paraguai, que era inicialmente chamada de Província do Paraguay, Chile y Tucumán. Abarcando parte dos territórios do atual Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Brasil e Chile, representava uma extensa porção territorial. Já existiam planos de ser instaurada uma Província desde 1604, mas apenas em 1607 deram início aos primeiros esforços e em 1609, quando Diego de Torres volta da Espanha, é fundada a primeira redução perto de Assunção. Diego de Torres Bollo nasceu em 1550, Villalpando, Espanha, estudou em Valencia e depois Salamanca, em 1581 foi superior da Residencia de Juli, principal missão do Peru, mas deveria aprender quechua e o aymará a partir de suas viagens, muitas delas com intuito catequizador. Diego Torres Bollo também foi Reitor do Colégio de Potosí, Procurador Geral da Congregação na Espanha onde, com o Padre Acquaviva, dividiram a responsabilidade da província jesuítica do Peru (JUSTO, 2018).

As reduções representavam um projeto não apenas de dominação do território, mas dominação dos indígenas e especialmente sua conversão. Para Guillermo Wilde:

Beginning in 1610, Jesuits founded a series of towns for indigenous people in the southern region of America. These towns, known as “missions” or “reductions”, achieved enormous territorial, demographic and political importance. In the first decades of the 18th century, Paraguay’s thirty missions became home to 140,000 indigenous residents.[...]Each reduction had two

Jesuits, a priest and his companion, in charge of spiritual and “temporal” administration, helped by indigenous elite who performed administrative and ecclesiastical jobs. These people could read and write in Guarani, Spanish and Latin. (WILDE, 2015, p.58).

## **Conclusão**

A troca de correspondências entre padres em ação missionária nos territórios além mar e seus superiores em Roma era uma prática frequente e esperada. A produção e circulação destes registros escritos, em especial as Cartas Ânuaas, tornaram-se um instrumento de auxílio à prática missional, contribuindo para a tomada de decisões e criação de consensos necessários para formar uma unidade forte, em um período ainda de incertezas, no início do século XVII. Os Superiores Provinciais estavam incumbidos de enviar uma carta por ano diretamente à Roma, contendo informações e notícias que auxiliassem na tomada de decisões, além de casos edificantes e relatos acerca do êxito da ação missionária, visto que as cartas eram de intensa circulação entre outros padres e também chegavam às mãos do público europeu leigo. Além da carta anual, era recomendado que os padres escrevessem e enviassem cartas de circulação regional a cada quatro meses.

Essas Cartas Ânuaas, então, representavam uma síntese de muitas correspondências trocadas entre os missionários de uma região e unidades eclesíásticas como colégios, bispados, etc. Elas representavam uma categoria particular de produção discursiva, tendo como função central a propagação de informações e relatos dos frutos da ação jesuíta. Simultaneamente, elas fazem parte de uma série de ações pré estabelecidas pela Ordem para unificar suas ações pelos continentes e são um importante instrumento para a compreensão da presença dos religiosos e da Coroa Espanhola nos territórios que abrangem o sul do Brasil, local que por vezes privilegia a historiografia portuguesa, omitindo esses primeiros anos de conflito entre jesuítas, espanhóis e indígenas. Para Wilde:

La exuberante documentación de diferente tipo que la Compañía de Jesús produjo en su actividad apostólica desde el siglo XVI constituye hoy un corpus privilegiado para el análisis de las interacciones culturales y políticas en el proceso de expansión del cristianismo. Dentro de ese corpus, los textos misionales, en el sentido más amplio del término, ocupan un lugar fundamental, cuyas proyecciones se ven reflejadas en la historia y la antropología contemporáneas. (WILDE, 2014, p.2)

As Cartas Ânuaas apresentam claramente uma continuidade discursiva assim como vários relatos e alguns estranhamentos dos jesuítas a partir do contato com os indígenas. Entre descrições da fauna, distância de um povoado a outro, condições, reclamações, falta de comida, relatos de doenças, salvagens e o cotidiano dos padres, o que me chamou atenção foi uma

utilização de palavras como “selvagem”, “infieis”, “bárbaros” que numa análise muito preliminar, vão se modificando ao longo do século XVII. O que salta aos olhos é a menção dos costumes indígenas, como por exemplo, a menção ao *çumante*, bebida purgante, meu objetivo é compreender como esses conceitos operam e trabalham na narrativa discursiva da carta, visto que por trás deles temos uma série de elementos.

Neste cenário, entende-se o discurso como:

Articulação de categorias que descrevem, relatam ou interpretam aquilo ou aquele que são objetos do discurso. Isso vai depender do autor que escreve o documento, do lugar que este ocupa em sua sociedade de origem, do lugar que ocupa na sociedade que está sendo descrita, e dependerá também dos objetivos com que escreve determinado texto e para quem enviará aquilo que escreveu. (SANTOS, 2004, p. 65)

A partir da leitura das correspondências, nota-se que uma característica de escrita hierarquizada e sujeita às normas e diretrizes da Companhia de Jesus, tanto que os fundadores da CIA Loiola e Juan Polanco eram homens das letras e prezavam muito pelo exercício da escrita, algo que se observa a partir da leitura de algumas obras estruturais da Companhia de Jesus como as “*Constituições*”, “*Exercícios Espirituais*” e o “*Rattio Studiorum*”. E fica claro então essa aproximação entre a escrita e a doutrina, algo que é comentado por autores como Maria Cristina dos Santos, Alcir Pécora e Fernando Torres Londoño, entre muitos outros.

Acredito que seja um exercício importante entender as facetas dessa escrita para compreender melhor essas construções que são feitas sobre os indígenas, que partem de um europeu, religioso, colonizador. Nas cartas existem muitos comentários sobre os povos das etnias Abipone, Guaranis do Tape, Charruas, Chiriguanos, Frentones, entre outros. Sempre claro, classificando aqueles que seriam de fácil conversão ou não.

E entre uma escrita estruturada, rígida, num período de incertezas e de uma edificação inicial, percebe-se que nessas cartas iniciais existe um confronto entre a estrutura e os silenciamentos e estranhamentos dos jesuítas. Tento então procurar nas fissuras, como chama do Michel de Certeau, um espaço intermediário entre códigos culturais e experiência, criar um prisma para tentar enxergar como se construiu essa relação entre ser indígena e ser jesuíta.

E então eu coloco que: Entre a pena e o papel, estão contidas as dimensões de quem conhece o público leitor, os aspectos e ecos da Companhia de Jesus; a experiência e o estranhamento dos europeus, as intenções do próprio autor, assim como as subjetividades que são possíveis de observar a partir da leitura do corpo documental por inteiro. E qual a posição dos indígenas nesse discurso? O que se pode ver é a construção de um indígena a partir do jesuíta, então como eu posso entender essa construção?

É significativa a presença de hierarquias, tanto dentro da ordem, na própria Província e na própria narrativa discursiva, Dentro da conjuntura da dominação espanhola nos territórios englobados pela Província Jesuítica do Paraguai coexistiam espanhóis da encomienda e religiosos, figuras administrativas etc, relações que devem ser levadas em conta ao realizar a leitura das cartas.

Pretendo me aprofundar no estudo da narrativa utilizando como ferramentas para auxiliar na compreensão do texto alguns conceitos da linguística, da antropologia e da semiótica e tentando compreender todos esses espaços que mencionei. Este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa que está sendo realizado no mestrado, a proposta é trabalhar as Cartas Ânua a partir dos questionamentos sobre a utilização da construção discursiva sobre o nativo (abipones, charruas, chiriguano, guaicurus, guaranis; homens, mulheres, crianças; convertidos, hereges, selvagens, infiéis) como instrumento de conversão, analisando o papel da escrita epistolar jesuítica na elaboração de uma identidade, chamando atenção para as tensões entre ser “espanhol” e ser “indígena” que estão presentes nos relatos das Cartas Ânua e encontrar um ponto de encontro entre o discurso edificante e a experiência relatada.

## Referências

- ALVIM, Márcia Helena (Org.) *Conhecimento, cultura e circulação de ideias na América Colonial Luso-Hispânica*. Santo André, Universidade Federal do ABC, 2013.
- BAPTISTA, Jean Tiago. Matar um jaguar a natureza na cultura Guarani através do discurso missionário. *História Unisinos*, Vol. 9 No 1 - janeiro/abril de 2005.
- BAPTISTA, Jean Tiago; SANTOS, M.C. Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII). *História Unisinos*, vol. 11, nº 2, 2007.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann . A morte no centro da vida – reflexões sobre a cura e a não-cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609 – 1675). *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte, 2000.
- BARCELOS, Artur. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. *Revista Complutense de História de América*, nº 26, p. 93-116, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JUSTO, Maria Soledad. "Valientes predicadores y operarios zelotes": Diego Torres Bollo y su breve relatione. *Actas y Comunicaciones del Instituto de Historia Antigua y Medieval*, vol.13, nº. 1, p. 8-19, 2018.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 11-32, 2002.

A Historiografia dos séculos XX e XXI sobre os Jesuítas do Período Colonial, conferindo sentidos a uma presença: do nascimento do Brasil à globalização. *Projeto História*, São Paulo, v. 64, pp. 10-40, Jan.-Abr., 2019.

LOYOLA, Santo Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus*. Lisboa: Imprimatur, 1975.

MAEDER, Ernesto J.A. Libros, bibliotecas, control de lecturas e imprentas rioplatenses en los siglos XVI al XVIII. *Teología*. Tomo 40, no. 77, p. 5-24, 2001.

NOVAES, Adauto (org). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PÉCORA, Alcir. Cartas à segunda escolástica. In: Adauto Novaes (org). *A outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RAMIREZ, Pedro Rueda. La cultura escrita en el mundo atlántico colonial: claves historiográficas, retos y perspectivas. *Erebea, Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, v.2, p. 53-76, 2012.

SANTOS, M.C. Dois modelos de discurso: sobre a eficácia do “reduzir” o Guarani e sobre o Guarani “reduzido”. *História Unisinos*, vol. 8, nº 9, 2004

WILDE, Guillermo. Imagining Guaranis and Jesuits Yesterday’s History, Today’s Perspective. *ReVista, The Harvard Review of Latin America*, vol XIV, nº 3, 2015.

Adaptaciones y apropiaciones en una cultura textual de frontera: impresos misionales del Paraguay Jesuítico. *História Unisinos*, v. 18, nº2, p. 270-286, 2014.



## **A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO HISTÓRICO E INTERDISCIPLINAR PARA O DIREITO AMBIENTAL**

Denise Oliveira Dias, Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais. Bolsista Capes. Email: denisedias92@gmail.com

**Resumo:** O Direito Ambiental é um ramo jurídico relativamente novo, pois veio a se solidificar no Brasil, na década de 1980, com a promulgação da lei 6.938/1981, que regulamentou a Política Nacional do Meio Ambiente, e ainda na década de 1980, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu no Capítulo VI, previsões específicas sobre o meio ambiente, além de outros artigos esparsos sobre a temática no decorrer do texto constitucional. Desta maneira, o Direito Ambiental pode ser traduzido como um resultado das transformações históricas, sociais, econômicas e ambientais que a sociedade global passou no decorrer dos anos. Este ramo do Direito é responsável por gerir o relacionamento humano com o meio natural, a fim de estabelecer limites que resguardem o meio ambiente de sua deterioração, por conta da ação antrópica. O Direito Ambiental tem peculiaridades que o distinguem de outros ramos jurídicos, pois seus princípios estabelecem que é necessário agir com base na prevenção e na precaução, ou seja, antes da ocorrência dos danos, e para tanto, é fundamental que existam estudos técnicos conduzidos por profissionais de outras áreas que não sejam jurídicas, que possam realizar estudos de impacto ambiental e que demonstrem previamente os possíveis danos da atividade que pretende ser desenvolvida em determinada área, a fim de que se possa prevenir tais ocorrências danosas ao meio ambiente. Dessa maneira, por ser um ramo jurídico novo, e por ser resultado de transformações socioambientais que continuam acontecendo na atualidade, o Direito Ambiental é uma área que requer estudo interdisciplinar constante por parte de seus operadores, tendo em vista as características do objeto que defende, qual seja o meio ambiente, que por si só já é um objeto de estudo interdisciplinar; sendo assim, o estudo histórico interdisciplinar contribui para uma melhor compreensão e aplicação do Direito Ambiental.

**Palavras-chave:** Políticas Ambientais; Constituição Federal de 1988; Proteção ambiental constitucional.

### **Introdução**

O movimento interdisciplinar é contemporâneo do movimento ambientalista, pois ambos são frutos da década de 1960. A partir da publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, nos Estados Unidos, que pautou os debates sobre meio ambiente e transformação do meio natural, por intermédio de tecnologia e os decorrentes danos dessa prática. Posteriormente a esta obra, surgiram movimentos internacionais que elaboraram importantes documentos sobre preocupações com o meio ambiente, afetando a legislação interna do Brasil e influenciando a produção do capítulo VI que trata sobre o meio ambiente na Constituição Federal de 1988.

A interdisciplinaridade desta forma se relaciona com os estudos ambientais, por ser uma prática que possibilita maior abrangência da pesquisa e assim permite a produção de melhores resultados. Ao considerar o meio ambiente como um campo de pesquisa complexo, reconheceu-se a necessidade de se utilizar métodos também complexos para a busca de soluções, assim a

prática interdisciplinar é o caminho para conduzir esse tipo de pesquisa, pois conjuga vários campos do conhecimento, não se restringindo a um único espaço disciplinar.

Este é um trabalho de revisão bibliográfica, que tem como objetivo geral demonstrar o quanto o Direito Ambiental pode se beneficiar do estudo interdisciplinar, tanto para interpretar as leis já existentes, quanto para produzir novas leis, advindas das demandas sociais.

Para isso, o trabalho foi dividido em 3 tópicos principais, sendo que o primeiro se dedicou a apresentar o tema da interdisciplinaridade e os estudos ambientais, discutindo os conceitos principais sobre a interdisciplinaridade e seus possíveis benefícios na pesquisa científica no que toca aos estudos ambientais, sendo o Direito Ambiental neste considerado como um desses ramos.

No segundo tópico, foi apresentada a ideia de que o Direito Ambiental Constitucional é um fruto do contexto político que o circundava, pois a Constituição Federal de 1988, foi o primeiro diploma constitucional brasileiro que dedicou um capítulo para tratar sobre o meio ambiente, e tal fato reflete as discussões internacionais sobre a temática, e também, as discussões internas e provocações de grupos de interesse para que a Constituição tivesse o resultado que teve, de regulamentar questões que são referentes ao meio ambiente. Não sendo apenas um produto aleatório, mas fundamentalmente vinculado com a história e com as outras áreas do conhecimento que demonstravam já nesse período da década de 1980, os danos ambientais e a necessidade de estabelecer políticas ambientais que protegessem a natureza, para fins de garantia da vida.

E por fim, num terceiro tópico, são apresentados os biomas brasileiros contidos no texto constitucional de 1988, refletindo sobre a necessidade de inclusão do Cerrado e da Caatinga, a fim de mostrar que apesar do contexto histórico ter favorecido a inclusão dos direitos da natureza na Constituição de 1988, ainda é necessário que a sociedade provoque o legislativo a fim de esses biomas também serem contemplados como patrimônio nacional.

Através do estudo interdisciplinar é possível compreender que apesar da lei não incluir esses biomas no texto constitucional, eles são tão importantes quanto os demais que estão inclusos, assim sendo, as jurisprudências podem guiar a aplicação do Direito Ambiental, enquanto as emendas constitucionais sobre a inclusão destes como patrimônio nacional não entram em vigor. Portanto o Direito Ambiental fica interligado com estudos de outras áreas do conhecimento, que atestam a necessidade de proteção desses ecossistemas, corroborando para uma aplicação do Direito de forma mais abrangente possível.

## **A interdisciplinaridade e os estudos ambientais**

Quando se fala sobre interdisciplinaridade, é difícil encontrar um consenso entre os pesquisadores, pois devida a complexidade que envolve o tema, é complicado existir um único conceito que o defina, portanto, feito esse esclarecimento inicial, apresenta-se o conceito de interdisciplinaridade utilizado neste trabalho:

A interdisciplinaridade não é, pois, um princípio epistemológico para legitimar saberes, nem uma consciência teórica para a produção científica, nem um método para a articulação de seus objetos de conhecimento. É uma prática intersubjetiva que produz uma série de efeitos sobre a aplicação dos conhecimentos das ciências e sobre a integração de um conjunto de saberes não científicos; sua eficácia provém da especificidade de cada campo disciplinar, bem como do jogo de interesses e das relações de poder que movem o intercâmbio subjetivo e institucionalizado do saber. (LEFF, 2008, p. 185)

Leff (2008) coloca que a interdisciplinaridade não é um produto, mas uma prática que leva ao enriquecimento da pesquisa científica, devido a possibilidade de se utilizar diversos ramos da ciência para buscar uma resposta que seja mais complexa e mais completa.

A relação da interdisciplinaridade com o meio ambiente, ou melhor, com o movimento ambientalista, advém do próprio nascimento deste, que data da década de 1960, nos Estados Unidos, derivado das transformações ambientais que a natureza estava sendo submetida, via a utilização de tecnologias que aumentavam a produção agrícola (DIAS, DIAS, 2021).

Juntamente com as alterações ambientais via tecnologia, se uniam aos reclames, os clamores por direitos sociais e liberdades individuais, convergindo para o fortalecimento do movimento ambientalista, que tinha em sua essência diversos núcleos: demandas sociais, individuais e ambientais. O movimento ambientalista por si só é um caso de uma questão interdisciplinar, tendo em vista que não se resume a um único cenário, mas representa a soma de vários problemas e a busca por soluções (CASTELLS, 1999).

Segundo Barros (2013) os estudos ambientais sejam de qualquer área disciplinar que forem a princípio, são (ou deveriam ser) interdisciplinares, pois ao tratar do tema meio ambiente, existem vários fatores que devem ser observados como: “redes diversas e complexas de poderes e identidades, envolvendo diferentes atores como cientistas, tecnólogos, órgãos governamentais e não-governamentais, ecomilitantes, jornalistas, empresários e investidores” (BARROS, 2013, p. 86). Sem contar com a própria complexidade do ecossistema.

Ou seja, por si esse tema é amplo e complexo em sua teia de agentes e fatores, o que evidencia a necessidade da pesquisa que trata sobre o meio ambiente dever propor um diálogo interdisciplinar:

Dispomos de uma série de soluções científicas, tecnológicas e econômicas para lidar com os problemas ambientais que enfrentamos. O desafio é utilizar de forma criativa os sistemas econômicos e políticos para implementar tais soluções. A chave é reconhecer que a maioria das mudanças econômicas e políticas é resultado de ações individuais e de indivíduos agindo conjuntamente para promover mudanças por meio de ação envolvendo pessoas comuns, de baixo para cima. (MILLER JÚNIOR, 2013, p.17)

No tocante ao Direito, não poderia ser diferente, tendo em vista que a ciência jurídica tem o dever de acompanhar as transformações sociais, e ainda mais no que refere-se ao Direito Ambiental, que é um ramo que deve estar sempre alinhado com as mudanças ambientais, a fim de adequar a norma às necessidades socioambientais, para proteger a natureza dos danos ambientais, de preferência antes que aconteçam, pois, pouco provavelmente depois do dano será possível retomar o *status quo* do bem ambiental, o que gera danos nos aspectos civis, penais e administrativos, tamanha a amplitude do alcance do dano ambiental sobre a coletividade.

Desta feita, é essencial que o Direito Ambiental se sirva da interdisciplinaridade como ferramenta para melhorar tanto a construção das normas jurídicas, quanto sua interpretação e ainda sua aplicação. Pois o Direito Ambiental é o ramo jurídico que se ocupa de defender os interesses da natureza, e para isso, é preciso conhecer a natureza, e como é possível sem o estudo de outras áreas do conhecimento científico? Tais como biologia, geografia, história, ecologia, engenharias, etc. É fundamental para o Direito Ambiental, para sua eficiência que sejam observadas as possibilidades que a interdisciplinaridade carrega.

A interdisciplinaridade não é um fim, mas um meio de se obter um melhor resultado. A busca por esse método de pesquisa iniciada em 1960 apenas remonta ao que os grandes pensadores da história da humanidade praticavam, como Aristóteles (384 a.c – 322 a.c), que é um exemplo de um pesquisador interdisciplinar, pois escrevia tanto de botânica, quanto de filosofia. No entanto, Descartes (1596-1650) já no século XVII através do método cartesiano, propôs a fragmentação das ciências em ramos disciplinares, e esse modelo persistiu até aproximadamente 1960, quando por intermédio do movimento ambientalista, fez-se essencial um novo modo de conduzir a pesquisa científica, unindo o que método cartesiano separou em áreas fragmentadas (POMBO, 1993).

Assim, o modelo de pesquisa interdisciplinar não possui uma receita única, pois cada pesquisador se utilizará de formas distintas das áreas disciplinares, para buscar o melhor resultado para as perguntas científicas. Neste trabalho o foco é demonstrar brevemente como o Direito Ambiental pode se beneficiar da pesquisa interdisciplinar, se romper com as barreiras que excluem a ciência jurídica das demais, como se fosse possível caminharem separadas. O

Direito Ambiental ganha (e ganhará) em qualidade e funcionalidade se conjugar outros conhecimentos disciplinares à ciência jurídica.

### **O Direito ambiental constitucional como resultado do contexto histórico político**

O estudo da Constituição Federal de 1988, especialmente no que concerne ao artigo 225, precisa ser conduzido observando o contexto político social que foi promulgada. As leis são criadas à medida que as relações sociais reclamam uma regulamentação pelo Direito destas, portanto, compreender quais foram os elementos que provocaram a ação legislativa na criação da lei, é fundamental para o estudo do Direito e sua devida aplicação.

Para proceder na pesquisa do contexto histórico, político e ambiental que estava inclusa a promulgação da Constituição de 1988, especialmente o artigo 225, é necessário que o pesquisador se debruce sobre os eventos históricos, não podendo ficar restrito ao estudo da própria lei, ou da doutrina ou jurisprudência. Este pesquisador deverá buscar expandir seu núcleo de conhecimento para áreas tais como história, geografia, sociologia, ciência política, ecologia e outras; a fim de complementar sua pesquisa e enriquecê-la com a contextualização que a permite praticar a interdisciplinaridade.

No âmbito global, durante a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorria desde a década de 1960, quando Rachel Carson (1907-1964) publicou seu livro “Primavera Silenciosa” em 1962, um debate assíduo sobre os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente. Se seguiram a partir de 1960 eventos como: Clube de Roma (1968); Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972); O relatório, lançado em 1972, conhecido como Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows; Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Noruega (1987), edição do Relatório Bruntland. Todos estes eventos de repercussão internacional afetaram o Direito brasileiro e contribuíram para moldar o Direito Ambiental, especialmente no que toca à Constituição Federal de 1988.

No âmbito local, na década de 1980, foi promulgada a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81), que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e estabeleceu os princípios, as diretrizes, os instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional. Em 1985 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a função de definir políticas e coordenar as atividades governamentais na área ambiental. Essas legislações foram fruto de provocações sociais que reclamavam uma legislação para regulamentar a ação humana sobre a natureza.

O movimento ambientalista formou a Frente Verde, que trabalhou pela inclusão do Capítulo do Meio Ambiente (Art. 225) à Constituição Federal de 1988. Segundo Alonso et al

(2008) esse processo de fortalecimento do grupo que defendia os interesses do movimento ambientalista no Brasil, aconteceu em decorrência da redemocratização que o país sofria:

A Abertura significou um amainamento da repressão aos protestos sociais em geral. Segundo os ativistas ambientalistas podiam contar com aliados em outros movimentos sociais, bem como na Igreja Católica e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apoiadores potenciais dos protestos contra o regime autoritário em fins dos anos 1970. Terceiro, as instituições políticas e administrativas se tornaram mais permeáveis às demandas da sociedade civil. (ALONSO, et al, 2008, p. 2)

Desta forma, a Assembleia Nacional Constituinte permitiu que diversos grupos de interesse participassem do processo de construção do texto constitucional, o que facilitou que os grupos sociais organizados pressionassem para a contemplação de temas antes não presentes nas constituições anteriores, e assim os representantes dos interesses ambientais puderam participar e conseguiram um capítulo para o meio ambiente na lei maior.

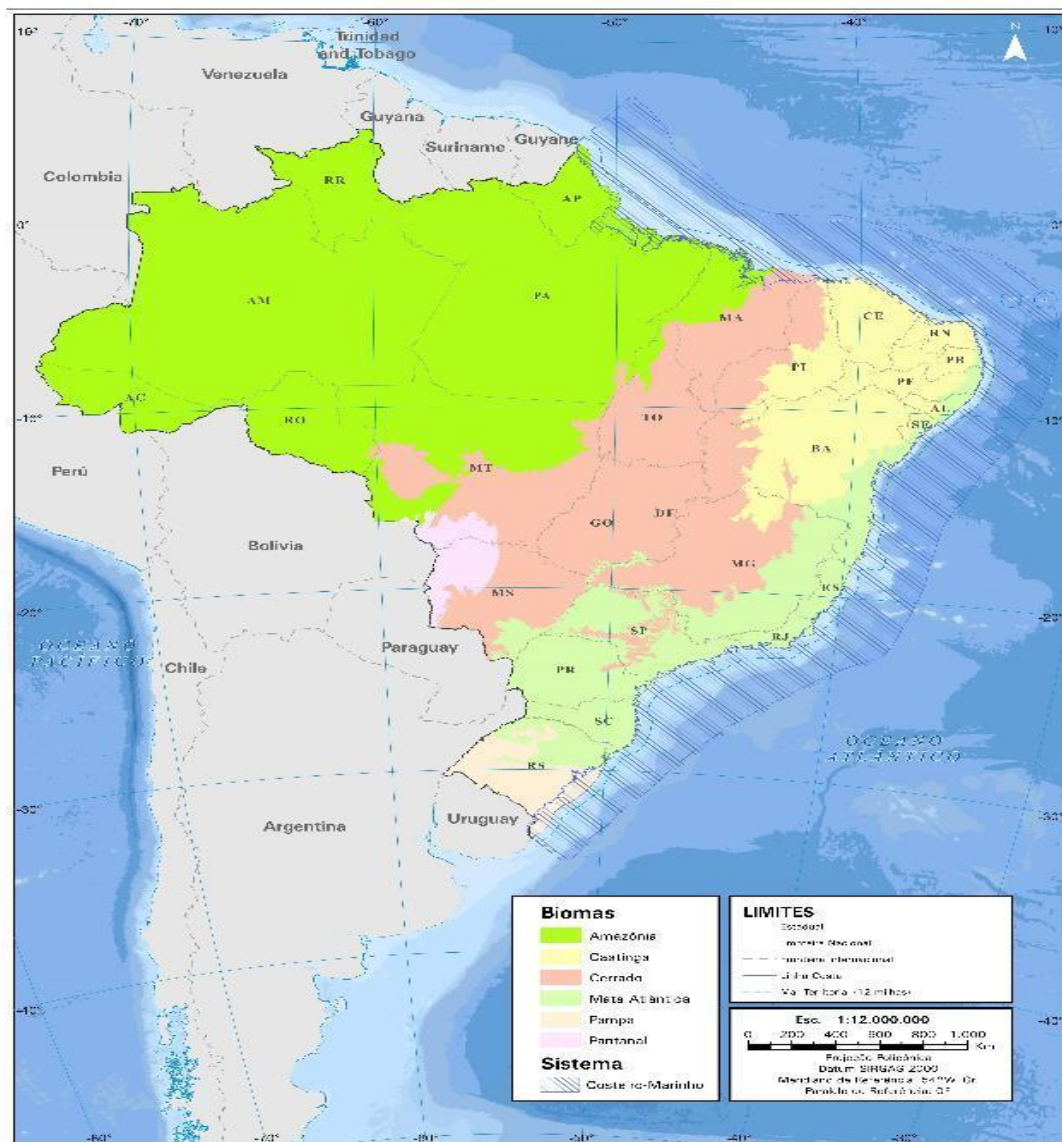
Desta maneira, fica demonstrando ainda que de forma breve que o Direito Constitucional Ambiental foi afetado pelo contexto histórico que o circundava, demandas globais sobre o meio ambiente, e internas representadas na ação dos grupos ambientalistas que participaram da construção do texto constitucional e das leis que a antecederam.

### **Biomass brasileiros protegidos na Constituição de 1988**

O território do Brasil é formado por seis biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal (BRASIL-MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2021). Cada um desses ambientes apresenta características próprias, que se unem e compõem um mosaico de paisagens, o qual é de extremo valor para a vida não apenas no Brasil, mas no planeta.

A Figura 1 representa o mapa do Brasil, conforme a disposição dos biomas, a fim de ilustrar a composição ambiental do território nacional:

**Figura 1: Biomas e sistema costeiro marinho**



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
(<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomas.html?=&t=o-que-e>) Acesso em: 19/10/2021

Como se pode observar através da Figura 1, o Brasil é um país composto por uma vasta diversidade ambiental, sendo necessário um arcabouço também vasto de políticas públicas ambientais para a devida proteção dessas áreas.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988, no seu capítulo VI, cujo nome é “Do Meio Ambiente”, Artigo 225, § 4º, dispôs que “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

E embora seja notável que a Constituição Federal de 1988 tenha tratado sobre a temática ambiental de forma tão abrangente no artigo 225, ao prever que os biomas sejam tidos como patrimônios nacionais, o que lhes confere um status legal de relevância, há uma lacuna nesse texto, pois o Cerrado e a Caatinga não fazem parte do rol constitucional de patrimônios.

Sobre isto:

A inserção do bioma Cerrado na Constituição Federal de 1988 tem sido pleiteada desde 1995, quando o deputado federal pelo Amapá, Gervásio Oliveira do Partido Socialista Brasileiro (PSB), apresentou a proposta de emenda constitucional (PEC) de nº 115/1995, que visava incluir o bioma Cerrado no artigo 225, §4º. (DIAS, MIZIARA, 2021, p. 334)

Embora desde 1995 seja pleiteado para se incluir o Cerrado no rol dos patrimônios nacionais, no artigo 225 do texto constitucional e depois a partir de 2003, por intermédio da PEC 131/2003, o pedido de inclusão da Caatinga neste mesmo rol, ainda hoje em 2021 não aconteceu a votação dessas propostas de emenda constitucionais.

Entretanto, “há ainda demais leis que podem ser reclamadas para a defesa do Cerrado, no âmbito nacional, há a Lei 6938/1981 que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei 9985/2000 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e o Código Florestal (Lei 12651/2012)” (DIAS, MIZIARA, 2021, p. 336).

Ou seja, esses biomas apesar de não inclusos no texto literal constitucional, estão protegidos por outras normas, além da possibilidade de se aplicar o artigo 225, §4º via interpretação aberta e dinâmica da Constituição, pois “o fato de não estar expressamente listado entre os patrimônios nacionais não exclui a responsabilidade ambiental que o artigo 225 impõe sobre o poder público e coletividade sobre todos os biomas nacionais” (DIAS, MIZIARA, 2021, p. 335).

Conforme ilustra a jurisprudência abaixo do TRF 4, sobre o acolhimento de uma denúncia sobre crime ambiental no bioma Mata Atlântica, segundo o entendimento jurídico, o crime ambiental no bioma é um crime contra o patrimônio público e por isso é utilizável nesse sentido, o princípio do “*in dubio pro societate*”, ou seja, na dúvida, deve-se buscar uma solução em prol da sociedade e não do indivíduo:

**AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. DENÚNCIA OFERECIDA EM DESFAVOR DO PREFEITO E DA PREFEITURA MUNICIPAL. COMPETÊNCIA FEDERAL. CRIME AMBIENTAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO PÚBLICO. EXTRAÇÃO MINERAL. DANO À VEGETAÇÃO. BIOMA MATA ATRLÂNTICA. ARTS 38ª, 48 E 55 DA LEI Nº 9.605/98. ART. 2º DA LEI Nº 8.176/91. QUESTÕES PROBATÓRIAS. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO. REQUISISTOS DO ART. 41 DO CPP PREENCHIDOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN**



DUBIO PRO SOCIETATIS. 1. É competente a Justiça Federal para processar e julgar ação penal que versa sobre o delito de extração mineral (artigo 2º da Lei nº 8.176/91), atividade regulada e fiscalizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM, autarquia federal e os crimes ambientais a este conexos, nos termos da Súmula nº 122 do Superior Tribunal de Justiça, como no caso os delitos praticados em detrimento do Bioma Mata Atlântica, insertos nos artigos 38- A e 48 da Lei nº 9.605/98. 2. Preenchidos no caso os pressupostos processuais do artigo 41 do Código de Processo Penal para o recebimento da denúncia uma vez que esta descreve suficientemente os fatos, enquadrando-os nos tipos penais adequados e apontando indícios da sua autoria e materialidade, estado, portanto, apta a deflagrar a persecução penal. (BRASIL, 2018, TRF 4- APN: 50439303820174040000504393038.2017.4.04.0000, Relator: CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI, Data de Julgamento: 19/04/2018, QUARTA SEÇÃO- **destaque nosso**)

Outro exemplo de como os biomas brasileiros são tratados na aplicação do Direito, é a jurisprudência seguinte:

PROCESSUAL CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. PARQUE ESTADUAL DE SERRA NOVA E TALHADO. RESERVA DA BIOSFERA DA SERRA DO ESPINHAÇO. PROTEÇÃO JURÍDICA ESPECIAL DOS ECÓTONOS E DO BIOMA DOS CAMPOS RUPESTRES. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC. ARTS. 2º, XVII, 3º, 27, 28, PARÁGRAFO ÚNICO, E 41, § 3º, DA LEI 9.985/2000. PLANO DE MANEJO. **PREVENÇÃO, PRECAUÇÃO E IN DUBIO PRO NATURA**. DEVER ESTATAL DE CRIAÇÃO E GESTÃO ADEQUADA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. OMISSÃO DO ESTADO. ALEGAÇÃO DE DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. PAPEL DO JUIZ NA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. (BRASIL, 2013, STJ-REsp: 1198727MG 2010/0111349-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14-08-2012, T2- SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09-05-2013- **destaque nosso**)

Nesta jurisprudência sobre o Cerrado, percebe-se que foi levado em conta os princípios da prevenção, da precaução e “*in dubio pro natura*” ou seja, na dúvida, decidir em favor da natureza. O que comprova a teoria de que apesar da Constituição Federal de 1988, não contemplar explicitamente o Cerrado e a Caatinga no rol dos biomas tidos como patrimônio nacional, ambos são relevantes e são protegidos pelo sistema jurídico brasileiro.

Desta forma, fica demonstrado que a Constituição Federal de 1988 não é a única lei que trata sobre o Meio Ambiente no Brasil, sendo que no site do Ministério do Meio Ambiente, é possível acessar toda a legislação ambiental desde 1937, até 2020, computando no total de 7.265 atos normativos, dentre leis, decretos, atos normativos, portarias etc. (BRASIL- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2021).

Todas essas disposições legais contribuem no sentido de proteção ambiental, contudo, é ainda necessário que a sociedade se envolva mais nas decisões referentes ao meio ambiente, e assim cobre mais ações dos órgãos de execução, a fim de aplicar o conteúdo das leis e proteger efetivamente a natureza.

### **Considerações finais**

É essencial que exista uma estrutura legal e prática que propicie uma proteção ambiental ampla e eficaz, a fim de resguardar todo o ecossistema que se encontra no território nacional.

Observa-se que o Direito Ambiental Constitucional é resultado do contexto histórico que estava inserido, de amplas discussões sobre as transformações ambientais via tecnologia e os danos desse processo a longo prazo, primeiramente no âmbito global com as Conferências de Estocolmo na década de 1970 e demais que se sucederam. E em segundo lugar, das discussões sobre direitos da natureza que se desenvolveram dentro do Brasil nas décadas de 1970 e 1980, que afetaram a construção do texto constitucional. Ressalte-se que as discussões sobre os direitos do meio ambiente como parte do texto constitucional, só foram possíveis em decorrência do processo de redemocratização do país, pois a Constituição de 1988 foi aberta para ouvir os cidadãos, possibilitando que diversos grupos de interesse participassem do seu processo de formação.

Entretanto, apesar do Direito Ambiental Constitucional ser um grande avanço para a legislação ambiental brasileira, observa-se que há lacunas no texto, especialmente no que toca a não inclusão do bioma Cerrado e Caatinga no rol de patrimônios nacionais. Tal ausência legislativa é objeto de proposta de emenda constitucional desde 1995, contudo ainda não foi votada e, portanto, não surtiu efeitos práticos.

No entanto, a jurisprudência nacional não se ateve a isso, e tem julgado no sentido de considerar o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional. Nesse sentido, observa-se que o conhecimento interdisciplinar permite que tanto o legislador, quanto o aplicador da norma jurídica possam ampliar seu olhar para além da lei, e buscar conhecimento em outras áreas disciplinares que comprovem que apesar de não inclusos na lei como patrimônio nacional, esses biomas são dotados de importância ecossistêmica e carecem de proteção ambiental na mesma proporção que os demais listados na lei.

O estudo do Direito Ambiental amparado pelo olhar interdisciplinar possibilita que as decisões sejam mais completas, e atualizadas com o conhecimento científico vigente. Se o legislador e o aplicador do Direito Ambiental se limitarem ao estudo da ciência jurídica como única ferramenta, arriscam não alcançarem uma resposta eficiente para o problema ambiental,

pois é necessário que ao estudar questões relativas ao meio ambiente, busque-se um olhar interdisciplinar, que consiga conjugar conhecimentos de diferentes áreas.

Dessa forma, o Direito Ambiental pode se beneficiar do estudo interdisciplinar, pois este lhe confere um maior amparo epistemológico e possibilita encontrar melhores recursos para legislar e aplicar o Direito do meio ambiente.

## Referências

ALONSO, Angela, et al. *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*. Novos estudos CEBRAP [s.l], n. 79, p. 151-167. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300008>>. Acesso em 21/10/2021.

BARROS, Antônio Teixeira de. *O ambientalismo como interdisciplina sociocultural e pensamento complexo*. Perspectivas, São Paulo, v. 44, p. 63-91, jul./dez. 2013.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Biomass*. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomass.html> Acesso em: 19/10/2021

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil 1:250 000*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomass.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 19/10/2021

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 19/10/2021

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Painel Legislação Ambiental*. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOWZhZDk1M2MtZDYwNi00NWY2LWFIMTAtMTUOTg3NmRkMTBkIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBjNyJ9> Acesso em: 19/10/2021

BRASIL. Tribunal Regional Federal 4. Ação Penal Originária. Denúncia Oferecida em Desfavor do Prefeito e da Prefeitura Municipal. Competência Federal. Crime Ambiental. Crime Contra O Patrimônio Público. Extração Mineral. Dano À Vegetação. Bioma Mata Atlântica nº 50439303820174040000504393038.2017.4.04.0000. *Diário Oficial da União*. Porto Alegre. Disponível em: <<https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/574479125/acao-penal-apn-50439303820174040000-5043930-3820174040000>> Acesso em 22/10/2021

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Civil e Direito Ambiental. Parque Estadual de Serra Nova e Talhado. Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Proteção Jurídica Especial dos Ecótonos e do Bioma dos Campos Rupestres. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc nº 1198727MG 2010/0111349-9. *Diário Oficial da União*. Brasília, Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>> Acesso em 22/10/2021

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIAS, Denise Oliveira; DIAS, Daniel Oliveira. RELAÇÃO ENTRE “PRIMAVERA SILENCIOSA” DE RACHEL CARSON E OS PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO. In: *Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)*. Anais...Brasília (DF) UnB, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/342062-RELAÇÃO-ENTRE-PRIMAVERA-SILENCIOSA-DE-RACHEL-CARSON-E-OS-PRINCIPIOS-DO-DIREITO-AMBIENTAL-BRASILEIRO>>. Acesso em: 22/10/2021 17:11

DIAS, Denise Oliveira; MIZIARA, Fausto. *O Cerrado como patrimônio nacional: a inclusão do Cerrado no §4º do artigo 225 da Constituição Federal* Revista Cerrados, Montes Claros – MG, v. 19, n. 02, p. 323-342, jul./dez.-2021.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MILLER JÚNIOR, Tyler G. *Ciência ambiental*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

POMBO, Olga *et al.* *A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência: a interdisciplinaridade. conceito, problemas e perspectivas*. In: POMBO, Olga *et al.* *A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência: Conceito, problemas e perspectivas*. Lisboa: Texto, 1993. Cap. 1. p. 96-96.

## MEU CORPO, MEU TERRITÓRIO: IMAGINÁRIOS (DES) CONSTRUÍDOS ATRAVÉS DAS ARTES VISUAIS

Dhara Fernanda Nunes Carrara (UFPEL), e-mail: [dharafernanda.piraju@gmail.com](mailto:dharafernanda.piraju@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho tem como intuito abordar a potência do corpo presente nas obras visuais enquanto elemento simbólico, de construção e desconstrução de imaginários. A partir dos conceitos de simbólico e imaginário criados por Gilbert Durand (1993; 1997; 2001) somados a reflexão de como o imaginário molda a realidade e também é moldado por ela proposto por John Berger (1999), busca-se apresentar a potência imagética de delimitar e manter sociedades, atribuindo novos valores e regras, tal como perpetuar ideais arcaicas relacionadas a gênero, corpo e poder, assim como, desconstruir e quebrar tais paradigmas. Para isso, analisarei obras visuais das artistas Ana Mendieta e Cindy Sherman, cujo os trabalhos se utilizam do corpo e seus simbolismos para propor o rompimento de ideias e artifícios de controle ditados afim de compor identidades e atribuir papéis limitados de acordo com o corpo, dialogando com as minhas produções visuais também acerca do corpo, gênero, sexualidade e sociedade. Estas obras expõe a violência histórico-social perpetuada por um imaginário referente ao corpo feminino, buscando desconstruir os valores excludentes pela sobreposição da construção de novos valores, mais inclusivos, diversificados e contemporâneos. É por meio desta reflexão que as obras podem receber outro caráter, o de revolução ético- estética, rompendo com a reprodução de modos de subjetividade dominante, atuando no âmbito micropolítico proposto por Félix Guattari e Suely Rolnik (1996).

**Palavras-chave:** Artes Visuais; Imaginário; Corpo.

O presente trabalho refere-se a um recorte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Artes Visuais, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), linha de Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano, abordando a desconstrução de imaginários através da poética, principalmente, da Arte Contemporânea, com o uso do corpo como suporte da obra. A pesquisa está vinculada às ações do PhotoGraphein - Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPEL/CNPq), coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Cláudia Mariza Mattos Brandão, também orientadora da pesquisa.

Este recorte se debruça na análise de obras visuais das artistas Ana Mendieta (1948 - 1985) e Cindy Sherman (1954), ambas com produções potentes no âmbito do simbólico, corroborando com discussões acerca de questões de gênero, presentes nos elementos visuais narrativos das obras. Dessa forma, tais produções podem auxiliar na reflexão sobre a manutenção e construção de imaginários pautados em valores excludentes e misóginos, bem como, as suas necessárias desconstruções.

A escolha das obras decorre da aproximação de seus temas e elementos com as discussões acerca das identidades, envolvendo gênero, sexualidade e corpo, assim como, valores sociais da época. Para romper com o caráter imagético pautado em violência histórico-social, utiliza-se a poética das artistas, bem como as análises e envolvimentos estimulados pelas

obras, para então romper com a reprodução de modos de subjetividade dominantes, propondo o desenvolvimento de novos de imaginários.

Para embasar o presente trabalho, o qual relaciona história, imaginário e sociedade pelo viés artístico, recorre-se a Gilbert Durand (1993; 1997; 2001) para conceituar imaginário e simbólico; John Berger (1999), no que diz respeito à relação entre imaginário e sociedade, valores que ditam comportamentos e; Félix Guattari e Suely Rolnik (1996), para caracterizar as produções artísticas apresentadas como ações micropolíticas, pautadas no desenvolvimento de uma revolução ético-estética.

Objetiva-se ainda, a partir desta proposta, refletir sobre a realidade social presente na América Latina em decorrência do apagamento de identidades socialmente negas, como por exemplo, as mulheres e as pessoas gordas. Dessa forma, o presente texto visa atuar enquanto um ato de desvelamento social, apresentando os problemáticos valores, crenças e comportamentos mais populares e compreendidos como parâmetros, compondo identidades e ditando regras e normas a fim de atribuir papéis sociais para os corpos.

Assim sendo, as produções apresentadas não são somente dados de análise, mas também produtoras de novas relações críticas a partir da sensibilização estimuladas pelas obras. Ademais, ao debater tais valores excludentes, abre-se espaços para repensá-los, podendo assim contribuir para quebrar paradigmas e criar, a partir das imagens e seus símbolos, novos valores, mais diversificados, contemporâneos e condizentes com a complexidade da população.

As Artes Visuais permitem o trânsito entre sujeitos, sociedade, história e contemporaneidade. Para entender o nosso contexto atual, é necessário primeiramente apresentar o contexto histórico-social e suas relações com o imaginário e as Artes Visuais. O imaginário pode ser compreendido como “o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens* (...), o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano” (DURAND, 1997, p. 18), considerando as subjetividades e implicando também a coletividade, de modo a “compor o complexo quadro das esperanças e temores de toda a humanidade, para que cada um se conheça e reconheça nela” (Id., 1993, p. 134).

A intermediação entre imaginário e as relações humanas se dá através dos símbolos, que são “[...] sempre o produto dos imperativos biopsíquicos pelas intimações do meio” (Id., 1997, p. 30). Por esta razão, as imagens, em específico, as produções visuais, impregnadas pela polifonia do simbólico, transitam do subjetivo ao objetivo e vice-versa, assumindo também o seu caráter polissêmico.

Nesta seara, as imagens simbólicas comunicam valores do imaginário, de ordem subjetiva, bem como coletiva (social). Esta característica potencializa as imagens na atuação como meios de produção e reprodução de subjetividades. Contudo, assim como essa atuação pode ser transgressora, ela pode ser utilizada como meio para a manutenção da “ordem” social, como por exemplo, na criação da identidade feminina.

Simone Beauvoir afirmou que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1967, p. 9), o que remete diretamente à relação do imaginário com as regras e normas sociais, que constroem estereótipos para as identidades. Ninguém nasce mulher, pois para se tornar mulher é necessário passar pelas construções sociais do seu território e tempo histórico, variáveis estas que podem mudar consideravelmente o resultado do que vem a “ser mulher”. Em outras palavras, “todo o ser humano do sexo feminino não é, portanto, mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será esta segregada pelos ovários? (...) Bastará um saio de folhos para fazê-la descer à terra?” (BEAUVOIR, 1970, p. 7).

Justamente é a interconexão entre sociedade e cultura que cria as identidades e os meios para manter tais premissas. Ainda em relação a questão de gênero, pode-se citar alguns artifícios de controle do que seria a identidade da mulher, como por exemplo, as representações artísticas com o uso do espelho. Isto diz respeito a “[...] dominância mítica que exerce “pressão pedagógica” através do uso de um certo regime arquetípico de imagens, criando um “espírito reinante”, uma norma de comportamento ou valor” (TEIXEIRA, 2006, p. 218). O espelho é um objeto que reflete a imagem, geralmente da pessoa que o vê. Contudo, ganha um simbolismo especial quando se trata de um espelho nas mãos de uma mulher, para criar um valor ou exprimir valores estereotipados da época (e mantidos até o presente). Berger disse que:

O espelho foi muitas vezes utilizado como símbolo da vaidade feminina. A moralização, todavia, era basicamente hipócrita. Pintava-se uma mulher nua por se gostar de olhar para ela; colocava-se-lhe um espelho na mão e chamava-se ao quadro

“Vaidade”, condenando moralmente por este meio a mulher cuja nudez se havia pintado por prazer. A verdadeira função do espelho era outra. Era a de forçar a mulher a tratar-se a si própria, em primeiro lugar e essencialmente como visão” (BERGER, 1999, p. 55).

Assim, ao levar para as obras visuais tais valores, as imagens e seus elementos não elaboram uma tradução das aparências, simplesmente a citam. E isso acaba por estruturar as inter-relações entre Arte e Sociedade, ocasionando a interferência dos valores sociais nas produções artísticas, bem como tais produções irão impactar os valores sociais.

Nesse sentido, é necessário entender que o representado nas obras visuais se origina não apenas do sujeito criador, artista, mas sim, dos valores do imaginário do artista e da própria sociedade. Lembrando que a sociedade é pautada pelo patriarcado, “a representação do mundo, tal como o mundo em si, é obra dos homens; eles descrevem-no do seu ponto de vista, que confundem com a verdade absoluta”<sup>118</sup> (BEAUVOIR, 1970, p. 183). A “verdade histórica” resulta do ponto de vista masculino, branco, heterossexual e cisgênero, diferindo de maneira brutal do que diz respeito às mulheres, como se “a aparência social da mulher é de uma espécie diferente da do homem” (BERGER, 1999, p. 49).

Então, pode-se colocar que o discurso masculino é responsável pela elaboração e manutenção de valores e problemáticas que ainda permeiam nossos imaginários. Essa, uma construção realizada de forma processual e se utilizando de diferentes meios de domínio que transmitem a mensagem de maneira fácil e quase lúdica, como a fala e as imagens simbólicas.

Através das imagens há um “[...] incessante intercâmbio que existe, no nível do imaginário, entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas emanando do meio cósmico e social” (DURAND, 2001, p. 38). Os valores excludentes ressaltados, machistas e preconceituosos, ainda apregoam a necessidade das mulheres serem “validadas” de acordo com tais parâmetros, o que provoca um profundo processo de objetificação dos corpos e a introjeção desses parâmetros, fazendo com que as próprias mulheres reproduzam tais valores. Sendo assim,

Poder-se-ia simplificar tudo dizendo: os homens agem e as mulheres aparecem. Os homens olham para as mulheres. As mulheres vêem-se a serem vistas. Isto determina não só a maioria das relações entre homens e mulheres como também as relações das mulheres consigo próprias. O vigilante da mulher dentro de si própria é masculino: a vigiada feminina. Assim, a mulher transforma-se a si própria em objecto – e muito especialmente em objecto visual: uma visão (BERGER, 1999, p. 51).

Esta situação de poder pelo domínio do artifício da “beleza” criou um modo de vigilância na vida, tanto de homens como mulheres, bem como elas para consigo mesmas. Historicamente a mulher não era considerada uma “igual”, ao contrário, do ponto de vista masculino ela era/é inferior, um ser desprovido das mesmas faculdades masculinas e, portanto, a qual só “restava” ser julgada pela sua aparência:

E assim constroem o vigilante e a vigiada que há dentro dela: Tem de vigiar tudo o que é e tudo o que faz, pois sua aparência, e, em primeiro lugar a sua aparência perante os homens, é de importância decisiva para o que poderá ser realmente considerado o seu êxito na vida. O seu próprio sentido daquilo que

<sup>118</sup> Tradução nossa: *The representation of the world, like the world itself, is the work of men; they describe it from their own point of view, which they confuse with absolute truth.*



é, é suplantado pelo sentido de ser apreciada como tal por outrem (BERGER, 1999, p. 50).

Partindo do exemplo da vigilância em relação à aparência, é possível vincular a construção histórica do imaginário a tais valores, que perduram. Ainda hoje, há o valor intrínseco ao imaginário social no Ocidente, de que as mulheres precisam, mais do que os homens, cuidar da aparência; de que o corpo é um artifício da mulher, a mesma indicação de vaidade relacionado às figuras femininas presentes na Modernidade.

E a questão do corpo têm implicações subjetivas e sociais, que vai desde a vigilância pessoal a ponto de ser uma automutilação ou sacrifício à violência física contra as mulheres. Um exemplo de artifício de controle corporal criado para o controle dos corpos femininos é o espartilho, criado por volta do século XVI na Inglaterra. A história do espartilho apresenta que o objeto foi criado por diferentes materiais, todos com a mesma função, (des) configurar o corpo feminino, seguindo as características predominantes como belas da época.

Não muito distante do espartilho, atualmente temos as cintas modeladoras, as pomadas e os procedimentos cirúrgicos, altamente invasivos, sem mencionar os regimes e dietas alimentares que visam propagar a a ideia de “preocupação com a saúde”, quando na verdade, trata-se sobre o próprio detrimento dela em decorrência dos valores sociais permeados no imaginário. Dito isso, o que se pode entender das “ditaduras corporais” é que a cultura está doente e isso, muito em decorrência da manutenção e reprodução de um imaginário historicamente violento e misógino.

Ainda hoje, em pleno século XXI, e até mesmo por figuras públicas e presentes em cenário mundial, há situações machistas relacionados ao corpo de mulheres, como por exemplo, o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em uma reunião, ter dito que tratou Paulo Guedes “como se trata uma mulher gostosa” (NEVES, 2018, *online*). Isto é, as mulheres ainda são tratadas como objeto e resumidas a aparência porque estes valores ainda estão presentes no imaginário.

Não obstante, as mulheres além de serem subestimadas, permanecem sendo alvos de vários tipos de violência, a ponto de haver um nome para diferenciar e categorizar a ação de assassiná-las por serem mulheres, ou seja, por questão do gênero: feminicídio<sup>119</sup>. Essa violência é histórica e mais do que nunca, atual: A América Latina ainda é o território mais letal para as mulheres (REINA et al, 2018, *online*).

<sup>119</sup> **Femicídio** é o assassinato de uma mulher por questões de gênero; ou seja, quando a vítima é mulher e quando o crime envolver (I) violência doméstica e familiar ou (II) menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Partindo dessas problemáticas presentes no imaginário em relação ao gênero e corpo, fica evidente a necessidade de se problematizar tais tópicos, afim de produzir novas subjetividades sobre o tema, isto é, a presença da Arte Contemporânea enquanto objetos e ações micropolíticas neste embate com um imaginário retrógrado é inegável. Afinal, é sobre isso também que se trata a micropolítica, “a problemática micropolítica não se situa no nível de representação, mas no nível da produção de subjetividade” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 28).

Nesta seara, a Arte se encontra como meio de resistir ao processo de subjetivação com uma ideologia ultrapassada e ainda possibilita a mudança desta realidade. A Arte é o espaço-ação entre a representação/apresentação e a produção de subjetividade, já que, as obras visuais podem ser campo passível de comunicação direta e indireta, física e imaterial, pessoal e social, um acontecimento, um momento instaurador de significados.

A imagem cria e é. A “imagem simbólica é transfiguração de uma representação concreta através de um sentido sempre abstrato. O símbolo é, pois, uma representação que faz aparecer um sentido secreto, é a epifania de um mistério” (DURAND, 1993, p. 12).

Isso significa que o:

Signo que remete para um indizível e invisível significado e, deste modo, sendo obrigado a encarnar concretamente esta adequação que lhe escapa, e isto através do jogo das redundâncias místicas, rituais, iconográficas, que corrigem e completam inesgotavelmente a inadequação. (DURAND, 1993, p. 15).

A imagem simbólica é meio, mediadora da comunicação entre sujeito e sociedade, sociedade e cultura, cultura e história. E sobre esse “poder de mediação natural do símbolo” (DURAND, 1993, p. 35), também há a potência transformadora da imagem. As produções dão a ver o que muitas vezes pode ser comumente invisível por parecer ser algo “comum”, parte de um imaginário coletivo. Entretanto, a partir da visibilidade criada, cria-se também a oportunidade do disparo de um pensamento crítico e sensível pela subjetividade. É nesse espaço de reflexão subjetiva que repousa o passo anterior da micropolítica, a compreensão do sistema de produção e reprodução de imaginários, as diferentes formações no campo social.

Dessa forma, “a questão micropolítica – ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de molar), com aquele que chamei de ‘molecular’” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 127). A micropolítica é uma consciência de revolução, a qual “[...] consiste em produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da

encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 46).

Nesse ponto, introduz as produções selecionadas para este recorte da pesquisa: a série fotográfica intitulada *Untitled Film Stills*<sup>120</sup> (Figura 1) da artista Cindy Sherman e, a série “Silhueta” e performance “Cena de Estupro” de Ana Mendieta.

**Figura 1 - Cindy Sherman, *Untitled Film Stills*, série fotográfica (detalhe) 1977**



Fonte: Lívia Auler. Disponível em: < <https://nitidafotografia.wordpress.com/2016/04/21/cindy-sherman/> >. Acesso em: 06 set. 2020.

A artista Cindy Sherman (EUA, 1954) é fotógrafa e diretora de cinema norte-americano, muito conhecida por trabalhos como este citado, abordando auto-retratos conceituais. Neste trabalho em específico, a artista se coloca em diferentes personalidades e situações típicas de cenas de filmes hollywoodianos da época (anos 50 e 60), filmes *noir*<sup>121</sup> e cinema europeu, os quais, assim como o imaginário deste período, atribuíam diversas características às mulheres de forma estereotipada<sup>122</sup>.

Sherman consegue através de seus retratos, não apenas se fotografar, mas fotografar os diferentes retratos das mulheres da época, fazendo com que sua produção seja além de uma representação, mas também uma apresentação de tais problemáticas, comunicadas por meio de uma manifestação visual de cunho crítico e político para com os valores e comportamentos, em

<sup>120</sup> *Film Stills*: Fotografia tirada dentro ou fora do set de um filme ou programa de televisão durante a produção. Essas fotografias também são tiradas em cenários formais de estúdio e locais de oportunidade, como casas de estrelas de cinema, eventos de estreia de filmes e ambientes comerciais.

<sup>121</sup> *Film noir* é uma expressão francesa designada a um subgênero de filme policial, derivado do romance de suspense influenciada pelo expressionismo alemão, o qual teve o seu ápice nos Estados Unidos entre os anos 1939 e 1950.

<sup>122</sup> Segundo o Dicionário Online de Português, estereótipo seria: Concepção baseada em ideias preconcebidas sobre algo ou alguém, sem o seu conhecimento real, geralmente de cunho preconceituoso ou repleta de afirmações gerais e inverdades.

outras palavras, imaginário. Através de cenas pontuais e debochadas, em tom irônico para com o “entendimento” das atribuições femininas, a artista debocha das “divas” do cinema com as suas personagens “divas”, quase que de forma caricata.

Trazer essas personagens é referenciar o campo social de onde elas foram criadas, é expor como absurdo o que as pessoas viam como “normal”, as mulheres (não) compreendidas enquanto frágeis, vaidosas, objetos de prazer e poder, ou até mesmo, territórios a serem conquistados. E, para haver conquista, há o espaço de disputa e devastação. Por isso, ao exprimir tal realidade pela fotografia, a artista se posiciona politicamente e, para além disso, possibilita que mais mulheres e homens também entrem em contato com aquele incômodo ou dor. Nesse ponto, suas obras visuais ganham o caráter micropolítico, potente de transformações. Afinal, *“todas las fotografías del cuerpo son potencialmente políticas en la medida en que son utilizadas para influir en nuestras opiniones o en nuestros actos”* (EWING, 1996, p. 324).

Ana Mendieta (Cuba, 1948-1985) foi uma artista muito referenciada pelas suas performances, as quais envolviam o corpo e ausência dele. Mendieta abordou o corpo como suporte para expor narrativas de violência contra a mulher. O corpo foi tema e material, cenário e vítima. No teor pessoal, a artista foi vítima de feminicídio ao ser empurrada do 34º andar pelo seu então marido.

Assim como as obras de Sherman estavam ligadas com o posicionamento pessoal da artista, com a resistência de ser a mulher que é, sem ser a mulher “narrada” e “esperada”; as obras de Mendieta estavam entrelaçadas com suas experiências de (des) formação em ser mulher, desvelando as opressões físicas, mentais, emocionais relacionadas às identidades femininas, ao corpo que é nosso, mas nos é constantemente tirado, disputador, machucado, abusado e morto. É também sobre isso, que suas obras debatem e problematizam (Figura 2).

**Figura 2 - Ana Mendieta, *Sem título* (Cena de estupro), fotografia, 1973**



Fonte: Revista Desvio. Disponível em: < <https://revistadesvio.com/2020/03/14/ana-mendieta-entre-o-feminismo-e-o-ritual/> >. Acesso em: 06 set. 2020.

Ana Mendieta, assim como Cindy Sherman têm diversas obras que dialogam e criam embate com a questão patriarcal, com esta perpetuação de imaginário com cunho machista. No caso da Mendieta, até mesmo por sua origem, as marcas físicas da violência em seu corpo se fazem ainda mais presentes, ao mesmo tempo em que seu corpo começava a mostrar sua ausência. Em suas obras, ainda que o corpo não estava mais lá visível, as marcas deixadas por ele estavam presentes. Um corpo e seus vestígios se tornam objetos de revolução ético-estética, potências visuais micropolíticas, podendo dar visibilidade para problemas sociais que precisam ser vistos para serem compreendidos e só então, modificados.

Assim sendo, nesses casos, a Arte se torna objeto de luta, o “(...) objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar” (RIBEIRO, 2019, p. 30). Em outras palavras, a atuação micropolítica:

[...] consistiria em fazer com que esses níveis moleculares não caíssem sistematicamente em sistemas de recuperação, em sistemas de neutralização, em processos de implosão ou de autodestruição. Ela consistiria ainda em aprender como outras montagens de produção de vida, de produção de arte, de produção do que vocês quiserem, poderiam encontrar sua plena expansão fazendo com que fossem respondidas as problemáticas do poder (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 230).

E tais problemáticas do poder são visibilizadas justamente para serem enfrentadas, de modo a romper com os artifícios de poder e controle em relação a composição de identidades, quebrando com os paradigmas arcaicos relacionados a gênero e corpo através do simbolismo

manifestado na produção, o qual pode compor significados múltiplos, de forma singular, “que resista a todos os empreendimentos de nivelção da subjetividade” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 50), podendo produzir um agenciamento do seu próprio modo subjetivo, provocando “a atitude reconhecadora, que considera esses processos em seu caráter específico e em seu traço comum, de modo a possibilitar sua articulação. Só essa articulação é que vai permitir uma mudança efetiva da situação” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 50).

Portanto, a potência imagética na delimitação dos indivíduos e sociedade se apresenta também como perspectiva de fuga, a qual consegue romper com a reprodução e proporcionar uma transformação subjetiva e social a partir da Arte, dos seus elementos simbólicos e da sua relação direta e indireta com a formação do imaginário. Isto explica de que forma a subjetividade pode formar coletividade e vice-versa, “todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade capitalística” (GUATTARI e ROLNIK, p. 50).

Afinal, a Arte pode atuar enquanto processo de singularização da subjetividade, o qual “[...] pode ganhar uma imensa importância, exatamente como um grande poeta, um grande músico, um grande pintor, que, com suas visões singulares da escrita, da música ou da pintura, podem desencadear uma mutação nos sistemas coletivos de escuta e de visão” (GUATTARI e ROLNIK, p. 55).

Partindo dessa potência de transformação, há um desenvolvimento em cadeia, interligado ao campo social, que se inicia com a produção em Arte, entra em contato com os sujeitos, criando significados e discursos, disparando reflexões a partir delas, estimulando ações. Isso quer dizer que, há uma conexão intrínseca entre Arte e cultura, entre imaginário e sociedade. E embora os valores patriarcais ainda estejam muito presentes na nossa realidade contemporânea, “por outro lado, no Brasil, a questão que envolve a pertinência do desejo como produção coletiva, me parece ter sido trabalhada e elaborada em várias manifestações da arte e da música popular [...]” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 65).

Isto porque a Arte envolve a subjetividade, que por si,

[...] parece estar caracterizada de uma dupla maneira: de um lado o fato dela habitar processos infrapessoais (a dimensão molecular) e, de outro, o fato de ela ser essencialmente agenciada a nível das concatenações das relações sociais, econômicas, maquínicas, dela ser aberta a todas as determinações sócio-antropológicas econômicas, etc (GUATTARI e ROLNIK, p. 68).

Sendo assim, a Arte põe em ação a criação dos sentidos a partir do símbolo, “trazendo em si a mensagem imanente de uma transcendência” (DURAND, 1993, p.16), ação essa que

vai de encontro com a micropolítica, ou seja, com a proposta de revolução ético-estética, de forma a impactar através do uso dos símbolos visuais em contato com o imaginário. Ao interferir diretamente nos valores do imaginário e, portanto, nos comportamentos propostos e ou mantidos, aos poucos, de um em um, gerará um valor significativo de transformação social.

O campo social irá refletir as consequências da luta política feita pela arte, no âmbito imagético. Neste momento, o corpo e gênero não mais estarão sujeitados a uma perspectiva opressora, pois serão resistentes às tentativas de opressão. Serão meios de fuga, um espaço de mudança entre o antes e o agora, e mais do que isso, o agora e o depois.

Conseqüentemente, assim como as obras aqui apresentadas e as artistas mencionadas, os sujeitos não mais agirão enquanto partes do sistema, mas sim como atores ativos para sua (des) construção, se utilizando das alternativas criadas como meios de escape do controle, podendo exercer sua liberdade e assim, estimular outras possíveis libertações.

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significados por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social, e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 27).

Dessa forma, ao criar objetos artísticos que englobem problemáticas individuais e sociais, cria-se novas formas e oportunidades de percepção, que podem variar, podem ser a partir do corpo, do gênero, sexualidade, raça, qualquer coisa, mas com certeza se refere ao sujeito e seu contexto, “tem a ver, sim, com a maneira como, em princípio, todos os elementos que constituem o ego funcionam e se articulam; ou seja, – a maneira como a gente sente, como a gente respira, como a gente tem ou não vontade de falar, de estar aqui ou de ir embora...” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 69).

Afinal, essa relação articulada entre sujeito e sociedade refere-se a uma questão muito mais antiga, é algo cultural, histórico e refere-se à formação e manutenção do imaginário. Os problemas existentes apontados, como por exemplo, em relação às questões identitárias, são obstáculos a serem superados, “assim, poderíamos dizer que toda vez que uma problemática de identidade ou de reconhecimento aparece em determinado lugar, no mínimo estamos diante de uma ameaça de bloqueio e de paralisação do processo” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 74).

Portanto, as Artes Visuais se reforçam enquanto potência de revolução política. Assim como as produções apresentadas e analisadas possibilitaram compreender os problemas da

realidade da época (e de hoje), estimulando uma ação de embate, até mesmo articulando-se enquanto ato de reivindicação do próprio corpo-território, a Arte também é propositora de uma revolução ética em todas os demais campos sociais. Diante disso, a Arte é arma de luta política e também, guerreira, que constrói e desconstrói exércitos, não em busca do poder, mas de uma melhora na convivência, objetivando que qualquer um possa ser quem é, sem ser controlado ou limitado, apenas livre em sua totalidade, apenas ocupante de si.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo – Vol. I – Fatos e Mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo – Vol. II – A Experiência Vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BERGER, John. *Modos de Ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.
- EWING, William A. *The body: photoworks of the human body*. London: Thames & Hudson, 1996.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- NEVES, Ernesto. Em vídeo, Doria rebate acusações de Bolsonaro. *Veja*, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/em-video-doria-rebate-acusacoes-de-bolsonaro/> Acesso em: 15 out. 2021.
- REINA, E.; CENTENERA, M.; TORRADO, S.; JUCÁ, B. América Latina é a região mais letal para as mulheres. *El País*, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049\\_751281.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html) Acesso em: 15 out. 2021.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.
- TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. Pedagogia do imaginário e função imaginante: redefinindo o sentido da educação. *Olhar de Professor*, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68490202> Acesso em: 18 out. 2021.



## RELAÇÃO CONFLITIVA ENTRE IMIGRANTES EM IRAÍ NO FINAL DA DÉCADA DE 1930 E O DOSSIÊ ANTÔNIO PAULY

Dirceu Adolfo Dirk, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: dirceudirck@yahoo.com.br

**Resumo:** A historiografia tradicional sobre a imigração alemã para o Rio Grande do Sul, por vezes, não aprofundou ou silenciou aspectos da inserção social tensa e conflituosa dos imigrantes. Por sua vez, Gertz (1998), Lucas (2011) e Witt (2015), desenvolveram pesquisas e apresentaram episódios onde antagonismos, atritos e confrontações foram protagonizados por estes agentes sociais. Em 1944, o imigrante alemão Martin Fischer produziu o *dossiê Antônio Pauly*. Ele foi elaborado com o propósito de servir, caso necessário, de prova contra este, na esteira dos conflitos entre os dois imigrantes, em Iraí, no norte do Rio Grande do Sul, no final da década de 1930 e início dos anos 1940. Neste texto, aborda-se o teor do *dossiê*, que faz parte da Coleção Martin Fischer do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), de Ijuí (RS), documento contendo dez páginas e dividido em três seções: relações e experiências pessoais; fatos e presunções e vida atual do sr. Pauly. As ações de Martin Fischer como administrador de uma pequena agroindústria poderiam ter alcançado sucesso caso a sociedade constituída tivesse dado certo. No entanto, a entrada do sócio Antônio Pauly não foi nem um pouco promissora e sérios atritos entre os dois levaram a dissolução da sociedade e a liquidação da empresa. Ameaças de morte, agressões físicas, declarações caluniosas, denúncias falsas e prisões completam o enredo desta história, numa região de colonização no sul do Brasil.

**Palavras-chave:** Imigrantes alemães. Dossiê. Conflitos.

### Introdução

Diversos autores, como Porto (1934), Roche (1969), Hunsche (1975) e Willems (1980), abordaram a imigração alemã para o Rio Grande do Sul, durante os séculos XIX e XX, destacando o caráter associativista, construtivo e empreendedor dos imigrantes em setores econômicos, educacionais, religiosos, culturais e recreativos, mas não aprofundaram, omitiram ou excluíram questões marcadas por tensões e conflitos no interior dessas comunidades. Esses autores constituem o campo historiográfico mais tradicional sobre a imigração alemã e em seus trabalhos construíram uma percepção idealizada e até mesmo romantizada do processo migratório. Para Mühlen e Santos, “dentro dessa perspectiva histórica, há determinados recortes escolhidos para serem abordados e outros que são silenciados ou descartados” (2017, p. 22). Trata-se de uma historiografia memorial-laudativa cuja análise histórica foi construída a partir do sucesso, do empreendedorismo e da diferenciação entre os imigrantes e os já estabelecidos (MÜHLEN; SANTOS; 2017).

Outros autores analisaram a história das localidades colonizadas por imigrantes alemães e apresentaram casos de antagonismos, atritos e confrontações entre esses agentes sociais. Marcos Antônio Witt (2015) trouxe a trajetória do pastor luterano Carlos Leopoldo Voges, que chegou à Colônia de São Leopoldo, em 1825. Nesta localidade “estabeleceu inúmeros e graves conflitos com seus colegas pastores ao disputar o cargo de pastor titular”; derrotado, “teve que

aceitar a proposta de acompanhar os colonos alemães que se dirigiam às Torres no ano de 1826” (WITT, 2015, p. 228). Na análise de Witt, além da afirmação nos novos espaços os imigrantes buscavam melhores condições de vida, por exemplo, a abertura de um comércio, uma nova atividade ou um cargo na burocracia. Por isso, “os inúmeros conflitos que perpassavam o cotidiano das colônias foram resultado dessa busca, ou seja, do desejo de conquistar algo melhor na sociedade onde estavam inseridos” (2015, p. 228).

René E. Gertz (1998) trata do conflito, na segunda metade do século XIX, entre o imigrante Wilhelm Rotermund, pastor luterano, doutor em Teologia e proprietário do jornal *Deutsche Post*, de São Leopoldo, com setores católicos da região, particularmente os jesuítas, detentores do jornal *Deutsches Volksblatt*. Os confrontos se deram por meio das publicações doutrinário-ideológicas, voltadas às comunidades católicas e luteranas das regiões de colonização alemão. O outro conflito de Rotermund foi com Karl von Koseritz, imigrante que se estabeleceu em Porto Alegre na década de 1860 e fundador do jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*. Conforme Gertz,

Koseritz era um adepto do evolucionismo e um livre-pensador, o que o levou a criticar a prática da religião. Com isso entrou em conflito com dirigentes eclesiásticos, tanto católicos quanto evangélicos. No lado evangélico esse confronto se concentrou, principalmente, na figura de Rotermund [...] O confronto com o liberalismo ateu de Koseritz cessou no decorrer do tempo, até porque este morreu em 1890, mas as disputas com os jesuítas se prolongaram por décadas (1998, p. 46).

Em sua tese de doutorado Taís Campelo Lucas (2011) apresenta, em um capítulo, as tentativas do Partido Nacional-Socialista (NSDAP/Partido Nazista) de levar aos imigrantes e teuto-descendentes o projeto político nazista e assumir a liderança da comunidade alemã no Rio Grande do Sul. A autora destaca que os primeiros militantes do Partido Nazista eram extremamente agressivos e que ameaçavam os alemães natos aqui residentes. A tensão girava entre os chamados “maus alemães” e teuto-brasileiros contrários a ideologia nazista. Lucas aponta Albano Volkmer, comerciante e presidente da Associação Popular Católica, Max Ertel, diretor da empresa Bromberg & Cia e Franz Metzler, editor do jornal *Deutsches Volksblatt*, como alguns dos “opositores que com frequência se manifestavam publicamente contra a doutrina nazista” (2011, p. 115). Taís Campelo Lucas também aborda os conflitos internos no núcleo nazista; a Frente Negra, movimento de oposição ao regime dirigido por ex-militantes; e o imigrante Ervino Anuscheck, co-fundador do primeiro núcleo do NSDAP, no Rio Grande do Sul, que se tornou “agente secreto da polícia rio-grandense, repassando informações para a localização de células e identificação de partidários” (2011, p. 122).

Nesse texto, aborda-se o teor do *dossiê Antônio Pauly* produzido, em 1944, pelo imigrante alemão Martin Robert Richard Fischer. Segundo o Dicionário Contemporâneo Aulete (2011), *dossiê* é um conjunto de documentos referentes a um processo, uma empresa ou uma pessoa ou documentos que tratam ou revelam a vida de um ou mais indivíduos ou de instituições. Pode ser também, um arquivo ou uma pasta que contém esses documentos. O *dossiê Antônio Pauly* teria sido elaborado com o propósito de servir, caso fosse necessário, de prova contra o mesmo na esteira dos conflitos entre os dois imigrantes residentes em Iraí, no norte do Rio Grande do Sul, no final da década de 1930 e início dos anos 1940. Não se sabe se uma cópia do documento, com dez páginas datilografadas e dividido nas seções relações e experiências pessoais, fatos e presunções e vida atual do sr. Pauly, chegou a ser enviado para alguém. O *dossiê* faz parte, juntamente com outros 7.745 documentos, da Coleção Martin Fischer do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), de Ijuí (RS).

As relações pessoais de Martin Fischer<sup>123</sup> com Antônio Pauly tiveram início em dezembro de 1934. Não fazia muito que Fischer assumira a direção da agência estatal de notícias alemã *Deutsches Nachrichten Buero* (DNB), em Buenos Aires e dirigira-se ao embaixador Edmund von Thermann, solicitando-lhe que pusesse a sua disposição um funcionário da Embaixada para “conseguir material para relatórios e artigos de menor importância” (FISCHER, 1944, p. 1). Conforme Fischer, o embaixador alemão designou-lhe para as tarefas Antônio Pauly, “de profissão pretendida engenheiro”, naquele momento “pequeno empregado da embaixada”, com a informação de que este “não era grande coisa”, mas que poderia servir para as atividades propostas (FISCHER, 1944, p. 1).

O salário recebido por Antônio Pauly, na Embaixada Alemã, era de duzentos pesos mensais, o mesmo recebido por aqueles que trabalhavam junto à portaria. Tinha como atribuições fazer recortes de jornais, arquivando-os; realizar traduções sempre que a tradutora oficial estava impossibilitada; e, principalmente, prestar “certos serviços sombrios”, para os quais a embaixada não utilizava os outros funcionários (FISCHER, 1944, p. 1). O diretor do DNB empregou Antônio Pauly para tarefas afins e reconheceu que o mesmo lhe serviu muito bem, conseguindo material, principalmente estatístico, sobre vários problemas da República

<sup>123</sup> Martin Fischer nasceu em Königsberg, na Prússia Oriental, em 1887; participou da 1ª Guerra Mundial, nos postos de tenente e capitão; doutorou-se em Direito, mas fez do jornalismo sua profissão. Esteve no Brasil por duas vezes antes de ser convidado para assumir a direção da agência noticiosa *Deutsches Nachrichten Buero* (DNB), em Buenos Aires. Para maiores detalhes sobre a trajetória de Martin Fischer, ver: As cartas de Martin Fischer: estudo da documentação de um imigrante alemão (DIRK, 2018); Imigrante, intelectual, agricultor: o caso de Martin Robert Richard Fischer (DIRK, 2019); Das salas de redação à pequena propriedade rural (DIRK, 2021); e Martin Fischer: imigração e intelectualidade (DIRK, 2021).

Argentina, da época, os quais foram utilizados para a produção de diversos artigos. Segundo Fischer, “o sr. Pauly era muito inteligente e bom conhecedor das condições da Argentina” (1944, p. 1). Martin Fischer passou a admirar o conhecimento de Antônio Pauly, bem como a “modéstia estranha do homem”, tanto é que passou a convidá-lo para almoçar ou jantar, em sua casa. Conforme Fischer, “desses convites resultou, no decurso do tempo, uma amizade sincera” (1944, p. 1).

Em decorrência de problemas com o partido nazista, em Buenos Aires e da recusa em fazer o juramento de Hitler<sup>124</sup>, Martin Fischer não pôde mais permanecer na direção do escritório do DNB. O contrato de trabalho foi rescindido, então, juntamente com a esposa Charlotte Wollermann, decidiu pela transferência para o Brasil. Segundo Fischer,

o sr. Pauly ofereceu-se para me acompanhar. Ele estava cansado da vida na capital e do emprego mesquinho, o que compreendi bem. Ignorando, entretanto, onde colocar o meu lar no Brasil, combinei com ele para que ficasse, por enquanto, em Buenos Aires; eu procuraria uma existência no Brasil e o convidaria para me visitar, então resolveríamos o que nos convinha (1944, p. 2)

O casal deixou Buenos Aires em 03 de janeiro de 1937, chegando no dia 7 em Iraí, local já conhecido e apreciado pelos dois pela pitoresca paisagem representada pela floresta e pelo rio Uruguai. A conselho de Carlos Culmey, diretor-gerente da Companhia Territorial Sul Brasil, empresa colonizadora com sede em Passarinhos, uma pequena povoação no lado catarinense do rio Uruguai, resolveram estabelecer-se em uma colônia no primeiro distrito de Iraí. Dedicaram-se, desde o princípio, à cultura da cana-de-açúcar e formalizaram uma sociedade com o vizinho Roberto K. Dreher, para a fabricação de produtos derivados da cana. No entanto, no início de 1938, como resultado de uma série de discordâncias a sociedade foi desfeita. Por esta época, segundo Fischer,

o sr. Antônio Pauly chegava de visita à minha casa, a meu convite. Logo em seguida o sr. Pauly propôs entrar em uma sociedade comigo para explorar as plantações de cana. Aceitei a proposta, não somente por motivos de amizade, que até então me ligavam ao sr. Pauly, mas também sob o ponto de vista bem prático de ser o sr. Pauly um técnico experto. Resolvemos nos dedicar a fabricação de cachaça, talvez mais tarde de álcool. Fizemos um contrato provisório, um “contrato entre cavalheiros” [...] Combinamos, entretanto, fazer um contrato formal, conforme as exigências da lei, após a volta do sr. Pauly de Buenos Aires, para onde ele regressara. Pois, tinha que conseguir o dinheiro para sua cota em nossa sociedade (1944, p. 2).

<sup>124</sup> No *Führereid* (Juramento de Hitler) estava o *Reichswehreid*, (Juramento de Lealdade), que deveria ser feito por todos os oficiais e soldados das forças armadas, bem como por todos os funcionários públicos e de estatais da Alemanha Nazista. Essa determinação tornou-se pública, em 1934, quando Hitler passou a ser conhecido como *Führer*, conforme o *Reichsgesetzblatt* (Diário de Leis do Reich), de 22 de agosto de 1934.

Além do dinheiro para a sociedade, Pauly precisava também acertar sua saída do novo emprego. Ele deixara a Embaixada Alemã e exercia as funções de secretário e bibliotecário na Associação Cultural Germano-Argentina, na capital portenha. Pauly comprometeu-se a entrar, inicialmente, com uma cota de dez contos de réis. A cota de Martin Fischer e de sua esposa era de 25 contos de réis, cada um, constituindo assim a sociedade com o capital de 60 contos de réis. Conforme Fischer, mais tarde Antônio Pauly aumentou, também, sua cota para 25 contos de réis (1944, p. 2).

Durante a ausência de Antônio Pauly foi construída a fábrica e a produção de aguardente iniciou em meados de 1938, quando também foi registrada a marca *Tatu*. Quando Pauly mudou-se definitivamente para Iraí, em janeiro de 1939, a fábrica já estava em operação e havia aguardente em estoque, mas que ainda não estava em condições de ser comercializada<sup>125</sup> (FISCHER, 24 out. 1939). No entanto, logo nos primeiros dias ofuscaram-se as relações amigáveis entre os sócios, como veremos na sequência do texto.

### **O obscuro Antônio Pauly**

Constam em alguns documentos, que Antônio Pauly nasceu no dia 27 de maio de 1882, em Valparaíso, República do Chile. Em relatos orais, sobre sua trajetória de vida, afirmava ter atuado como engenheiro, na construção da estrada de ferro longitudinal do norte do Chile e, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como radiotelegrafista em um navio de guerra chileno. Teve que fugir do Chile durante a guerra por ter assassinado um súdito inglês, por isso buscou a Bolívia. Neste país, trabalhou em uma fábrica de munições, a qual teria feito “voar pelos ares”, por dinamite, por ser fornecedora da *Entente*. Então, foi para Buenos Aires, onde, em 1919, conseguiu naturalizar-se argentino (FISCHER, 1944).

Mediante investigações, reveladas no *dossiê*, Martin Fischer apresenta outro Antônio Pauly. Este teria nascido, em 1882, mas em Viena, na Áustria. Seu pai havia sido comerciante nesta cidade e seu avô escultor na Corte do imperador Francisco José. Frequentou colégio jesuíta em Viena e depois “técnica” nas Escolas Politécnicas de Viena, Bruenn (Morávia, atual República Tcheca) e Munique (Alemanha). De acordo com os apontamentos de Fischer,

Nas noites em minha casa durante os meses de janeiro até setembro de 1939, conversávamos durante horas sobre vários assuntos, principalmente particulares [...] Nestas coerências falava sempre de Viena como a “minha

<sup>125</sup> Todas as bebidas destiladas, tais como, cachaça, conhaque, rum, tequila, vinho e uísque, passam, como etapa do processo de produção, por um período de descanso ou envelhecimento em barris previamente selecionados. O período da cachaça armazenada ou descansada não passa de um ano; por sua vez, o envelhecimento pode se estender até três anos. Essa etapa provoca alterações responsáveis por definir o aroma, a cor e o sabor da bebida.

cidade de nascimento”. Minha esposa interrompendo-o interrogava: “Então o senhor nasceu em Viena?”. “Sim”, respondia o sr. Pauly brevemente. “Mas, sr. Pauly, o senhor tem declarado aqui, perante a delegacia (para o registro dos estrangeiros) que nasceu em Valparaíso, no Chile, sendo portanto chileno de nascimento; não acha bastante leviano dar declarações falsas perante as autoridades, principalmente sendo estrangeiro?” (1944, p. 6).

Martin Fischer também reforçou que as informações falsas de seu sócio não lhe convinham sob nenhuma forma. Antônio Pauly teria dado a seguinte resposta: “Quem pode afirmar que não nasci em Valparaíso? Houve lá um terremoto terrível, que destruiu quase todas as igrejas e juntamente com estas todos os livros e documentos” (FISCHER, 1944, p. 6).

Fischer então buscou informações sobre Pauly junto a seus familiares na Alemanha, no sentido de descobrir se “num dos tantos distritos de Viena nasceu, no dia 27 de maio de 1882, um tal Antônio Pauly, filho do comerciante Antônio Pauly (morto em Viena em 10 de junho de 1905) e de Otília Keis” (1944, p. 6). Fischer também buscou informações junto as Escolas Politécnicas, sobre o estudante Antônio Pauly que teria frequentado as mesmas entre os anos de 1900 e 1905. No entanto, não recebeu nenhuma resposta. Talvez suas cartas para os familiares ou para as escolas politécnicas nem tenham chegado aos destinatários, ou foram “perdidas” as respostas deles. Segundo Fischer, a guerra em andamento na Europa impossibilitou outras investigações.

Por outro lado, por intermédio de Ervino Anuschek, farmacêutico na Vila Frederico Westphalen, na época distrito de Palmeira das Missões (RS), Martin Fischer entrou em contato com Theo Fuchs, chefe do movimento antinazista *Schwarze Front* (Frente Negra)<sup>126</sup>, de Santiago do Chile, que mantinha boas relações com o governo chileno. Segundo Fischer,

solicitei informações no sentido de identificar se nasceu um homem de nome Antônio Pauly, no dia 27 de maio de 1882, em Valparaíso? Serviu esse homem como engenheiro na construção da estrada de ferro longitudinal? Serviu um homem com este nome na frota chilena durante a Primeira Guerra Mundial? (1944, p. 7).

<sup>126</sup> Em outubro de 1931, após a sua expulsão do Partido Nazista (NSDAP), Otto Strasser fundou o movimento de oposição *Schwarze Front* (Frente Negra). A organização criada ainda na República de Weimar, não foi capaz de se opor, de forma eficaz, ao NSDAP, sendo dissolvida após a ascensão de Hitler ao poder e a constituição do Terceiro Reich. No entanto, seções da Frente Negra surgiram em diversos países e o principal centro fora da Europa foi a América do Sul. Em 1932 foram fundados os primeiros grupos no Paraguai, Brasil e Argentina, um ano depois no Chile e, em 1934, a Frente estava presente na maioria dos países sul americanos. A direção do movimento ficou a cargo de Bruno Fricke, ex-integrante da SA, que exerceu essa função inicialmente do Paraguai e depois a partir de Buenos Aires, cidade para a qual se mudou em meados de 1935. A Frente Negra divulgou suas posições políticas por meio de diversos canais, como o jornal *Die Schwarze Front*, publicado em Buenos Aires entre 1935 e 1936. Além disso, de sua coluna no *Argentinisches Tageblatt* (um jornal que desde o início apresentava orientação decididamente antinazista e que, naquela época, estava passando por um notável aumento de popularidade), o movimento obteve um impacto significativo. Seus membros se apresentaram como os verdadeiros nacional-socialistas e acusaram o Governo alemão de ter traído o verdadeiro espírito dessa ideologia (FRIEDMANN, 2016).

A resposta que Theo Fuchs recebera das autoridades chilenas, após longa investigação, era que o nome Antônio Pauly era desconhecido nos círculos que haviam construído a estrada de ferro longitudinal na época, bem como não constava nas listas da frota chilena. No *dossiê*, Fischer esclarece que Fuchs entregara os documentos e informações sobre o levantamento realizado ao embaixador do Brasil no Chile e que o mesmo encarregar-se-ia de enviá-los a Repartição Central da Polícia, em Porto Alegre. Mas, a documentação não chegou à referida repartição (FISCHER, 1944).

Outras informações sobre os pais de Antônio Pauly, Fischer conseguiu no Cartório de Registro de Casamentos de Paso de los Libres (Argentina). Para o funcionário da repartição, Pauly declarou que sua mãe Otília Keis havia falecido no dia 5 de novembro de 1932, no Chile. Conforme Fischer trata-se de uma informação inconsistente, pois em uma carta de 26 de novembro de 1920, enviada pela mãe ao filho, encontra-se a prova de que a mesma residia em Hollabrunn, pequena cidade distante aproximadamente 50 quilômetros de Viena. A mãe teria, em 1920, uma idade entre 60 e 65 anos e Pauly residia desde 1919 em Buenos Aires e nunca mais voltara ao Chile. Fischer questiona, no *dossiê*, qual seria o motivo da mãe, com uma idade avançada, mudar sua residência de Hollabrunn para o Chile? Compreensível seria se a mãe se mudasse para Buenos Aires, para viver em companhia do filho, mas não para o Chile.

No *dossiê*, Fischer também destaca que não existe nenhuma comprovação quanto à formação acadêmica de Antônio Pauly. Ele nunca pôde provar a sua verdadeira profissão, a qual dizia ser engenheiro. No entanto, mesmo sem uma formação “técnica”, era inegável sua inteligência. Também não era uma pessoa culta, pois falava a língua alemã sem o sotaque vienense, como falavam as camadas inferiores da Áustria. Fischer também observou, pelo estilo e pela ortografia das cartas da mãe de Pauly, que esta era uma pessoa inculta, mesmo sendo filha ou nora de um escultor na Corte do imperador austríaco. Ainda, conforme Fischer,

o sr. Pauly é de uma servilidade completamente desconhecida nos círculos cultos da Áustria ou da Alemanha; servilidade de um “garçon”. Tudo isso me causou a impressão de que o sr. Pauly pertencia as camadas baixas da Áustria, mas conseguiu graças a sua determinação, inteligência e grande interesse pelos assuntos da técnica, uma respeitável base de conhecimentos científicos; meramente de forma autodidata (1944, p. 7).

Martin Fischer declarou ter ouvido do próprio Pauly que este fizera uma viagem ao redor do mundo e que resolvera ficar no Chile por ter apreciado a terra e sua paisagem. Segundo Fischer, esta narrativa merece pouco crédito tendo em vista a difícil situação financeira de seu pai, como Pauly também lhe relatara. Todavia, em setembro de 1919, Antônio Pauly chegou ao Rio de Janeiro. No *dossiê* Fischer faz indagações de como e quando Pauly teria entrado no

Brasil e com quais documentos? No Rio de Janeiro, entretanto, conseguiu do Cônsul Geral chileno, por suborno ou fraude, um documento que lhe conferia a nacionalidade chilena. Portanto, com a certidão de matrícula, visada devidamente pelas autoridades brasileiras, o austríaco Antônio Pauly tornava-se cidadão chileno. Com o mesmo documento, pouco depois, entrou em território argentino como imigrante. Não havia nem passado um ano desde sua entrada e Pauly conseguiu naturalizar-se argentino com o auxílio de Ezequiel Pedro Paz, proprietário do jornal portenho *La Prensa*, no qual estava empregado (FISCHER, 1944).

Em Buenos Aires Antônio Pauly transitou por vários empregos e desenvolveu atividades diversas. Em uma destas empreendeu, a partir do final de 1929 até meados de 1930, uma viagem com recursos estatais para estudar as condições hidrográficas dos rios Paraná e Paraguai. Chegou a publicar um livro sobre os apontamentos da viagem, o qual, porém, “não apresentou expressivo valor literário, nem científico” (FISCHER, 1944, p. 9).

Conforme Fischer era certo que Pauly, profissionalmente, decaía aos poucos, achando-se satisfeito em conseguir um pequeno e modesto emprego na embaixada alemã. Na legação, no entanto, teve duas oportunidades para se destacar: a primeira, quando o dirigível *Graf Zeppelin* chegou a Buenos Aires (também a única vez) e Pauly atuou como intérprete do comandante Hugo Eckener; a segunda, quando Hans Luther, ex-chanceler do Reich, depois presidente do Banco do Reich e mais tarde embaixador alemão em Washington (EUA), realizou viagem por países sul-americanos e novamente foi designado como intérprete.

Por fim, consta no *dossiê* de Martin Fischer, que a Embaixada Alemã descobriu que Antônio Pauly trabalhava simultaneamente e clandestinamente no serviço da Embaixada Britânica. Esse “duplo serviço” ou “dupla posição” foi o motivo para a embaixada dispensá-lo. Mesmo assim, mais tarde, conseguiu emprego como secretário e bibliotecário na Associação Cultural Germano-Argentina (FISCHER, 1944).

### **Conflito entre imigrantes**

Quando Antônio Pauly chegou em Iraí, no início de 1939, trouxe como presente a Martin Fischer e a sua esposa Charlotte Wollermann mais de vinte livros novos sobre vários assuntos. No entanto, ao manusear os livros Fischer identificou neles o carimbo de propriedade da Associação Cultural Germano-Argentina, de Buenos Aires, na qual Pauly havia trabalhado nos últimos meses. Conforme Fischer

Nestas circunstâncias devolvi-lhe logo os livros exprimindo a minha admiração pelo proceder. Este, usando de desculpa que tivesse comprado outros livros para a Associação Cultural, não quis nem compreender nem



reconhecer a minha opinião, nem a da minha esposa sobre o assunto. Percebi naquela ocasião, pela primeira vez, que o sr. Antônio Pauly era desprovido, por completo, do sentimento de vergonha (FISCHER, 1944, p. 2).

Não foram somente os livros “roubados”, trazidos como presente, que causaram desarmonia entre os dois sócios, também as mentiras que Pauly fazia circular, “mentiras sem necessidade alguma, revelando, porém que era mentiroso por índole” (FISCHER, 1944, p. 3). Percebendo que a confiança diminuía, Fischer insistiu em fazer um contrato formal de valor jurídico sobre a sociedade. No entanto, era exigida, entre outros documentos, a carteira de identidade, que Antônio Pauly não possuía – ele havia entrado no Brasil mediante visto consular de turismo – e para conseguir uma era necessária à licença de domicílio permanente. Segundo Fischer, obter os documentos era difícil para “os moradores do mato, distantes 180 quilômetros da mais próxima estação da estrada de ferro”, também porque era “oneroso sair de casa por tantos dias, deixando o serviço dos doze ou quinze peões sem inspeção” (1944, p. 3). Seguindo orientação e recomendação do inspetor de polícia de Iraí, Antônio Pauly foi em julho de 1939 para Cruz Alta, onde conseguiu a licença de domicílio.

Neste mesmo ano, as despesas consumiram o capital líquido da sociedade por completo. Era imprescindível buscar um capital de reserva, pois os ganhos da fábrica de cachaça eram ainda insuficientes para cobrir as despesas. As contas indicavam que era necessário um valor de 10 até 12 Contos de Réis como capital de giro. Antônio Pauly “ofereceu-se em arranjar o empréstimo por meio de uma dama da sociedade portenha, com a qual mantinha ligações amigáveis” (FISCHER, 1944, p. 4). Em carta enviada ao amigo Christian Grotewold, residente em Buenos Aires, Martin Fischer fornece mais detalhes sobre o empréstimo. Pauly afirmou que “Frau Baumann, filha de Stegmann, uma senhora velha e muito rica” teria oferecido a ele dinheiro, assim que se firmasse no Brasil. Ele enviou uma carta à Frau Baumann solicitando o empréstimo de 12 Contos de Réis. O dinheiro seria transferido para a conta bancária de Fischer em uma agência de Palmeira das Missões. Depois de algum tempo, não havia doze contos, mas apenas quatro contos; e eles não vieram da suposta senhora rica, mas de Anita Schneidewind (FISCHER, 24 out. 1939).

Amiga de Antônio Pauly há muitos anos, Anita Schneidewind era tradutora da embaixada alemã, em Buenos Aires. Porém, havia sido dispensada das atividades, relativamente bem remuneradas, quando agrediu fisicamente o vice-embaixador. Buscou auxílio no Partido Nazista da Argentina para vingar-se, por intermédio deste, daqueles que a haviam demitido. Fazia questão de utilizar a saudação *Heil Hitler* na rua bem como pelo telefone. Conforme destacou Fischer,

O ressentimento de vingança contra o embaixador, que a demitira do emprego era tão grande que forneceu clandestinamente a um jornal antinazista o *Argentinisches Tageblatt*, várias irregularidades que descobrira na embaixada, imaginando que desta maneira poderia prejudicar o embaixador pessoalmente, sem pensar que estava prejudicando o próprio partido nazista, ao qual se ligara (FISCHER, 1944, p. 3).

Fischer acabou aceitando os quatro contos porque a empresa estava, naquele momento, em uma situação financeira bastante delicada. Mas recusou aceitar qualquer outro valor daquela fonte.

Em setembro de 1939, Antônio Pauly informou que iria empreender uma viagem até Uruguaiana, para buscar Anita Schneidewind. Naquela época, o trajeto mais utilizado para quem quisesse entrar no Brasil, vindo de Buenos Aires, era por meio de navegação pelo rio Uruguai até Paso de los Libres (Argentina) – Uruguaiana (Rio Grande do Sul). A princípio disse que ela viria como caseira, mas, na verdade, Pauly saiu em viagem para se casar. Segundo Fischer, Antônio Pauly “não fez a mínima menção que pretendia o casamento, ocultando sempre a verdadeira intenção e dizendo que somente iria buscar a moça para trabalhar como caseira [...] depois da sua volta, em companhia da nova esposa, achou ele conveniente informarme” (FISCHER, 1944, p. 4).

Conforme descrição no *dossiê*,

Foi com Anita Matilde Amanda Schneidewind, nascida no dia 15 de janeiro de 1893, em Hamburgo, Alemanha, argentina por naturalização, filha do sr. Otto Johann Theodor Schneidewind (alemão) e da dona Matilde Yurrita (espanhola), ambos falecidos em Buenos Aires, que o sr. Antônio Pauly casou-se em Paso de los Libres, Argentina, no dia 2 de outubro de 1939, sob o número 52 do Registro de Casamentos do respectivo cartório argentino (1944, p. 4).

Quando o casal veio para Iraí, após a viagem do casamento, a primeira pergunta de Anita para Fischer foi quando receberia de volta os quatro contos que enviara. Segundo Fischer, revelava-se aí que “nada do dinheiro com que o sr. Pauly entrara na nossa sociedade era dele; tudo pertencia a mulher, como o próprio advogado do sr. Pauly me informou mais tarde” (1944, p. 4). Então, quem figurava como sócia na fábrica de cachaça era Anita Schneidewind. Na análise de Fischer, Anita não exigia somente a restituição imediata dos quatro contos,

exigia também a administração exclusiva (da sociedade), ameaçando afastarme da minha própria obra. Na minha ira justificada fiz a única coisa que me restava no momento: botei para a rua o nobre casal [...] Acabou-se a amizade para sempre. O sr. Pauly e a esposa saíram de madrugada da casa que estava a sua disposição, indo a pé, em plena chuva a Iraí, onde se hospedaram no hotel Descanso do sr. Bernardo Maahs. O casal de Pauly, o sr. Bernardo Maahs, bem como o sr. Wolfgang Neise, então “empregado” do sr. Maahs,

todos os quatro juntos (os dois últimos por motivos políticos), iniciaram uma verdadeira campanha de calúnia contra mim (1944, p. 4).

Conforme Fischer, os delegados de polícia Ramiro Magalhães e João Francisco Borba, bem como o juiz municipal Ruy de Aguiar não deixaram enganar-se pela “campanha de calúnia” e a mesma não teve o mínimo efeito. Da mesma forma, a opinião pública inclinou-se para lado de Fischer. Apesar de conselhos para entrar com um processo contra os responsáveis pela difamação, junto ao juizado de Iraí, Fischer decidiu não “importunar as autoridades com uma querela entre estrangeiros” (1944, p. 4). Todavia, a questão da dissolução da sociedade acabou tendo que ser resolvida judicialmente. Nas declarações perante o juiz Ruy Aguiar, o casal Pauly revelou, descuidadamente, o seu plano de afastar Martin Fischer da administração da empresa. No entanto, provas e testemunhas davam conta de que Fischer e a esposa haviam trabalhado dois anos ininterruptos, num intenso serviço para colocar a fábrica em operação e que a maior parte do capital da sociedade era dos dois. Ficou acordado que Fischer deveria liquidar a sociedade e devolver os 29 Contos de Réis (25 contos da cota-capital mais os quatro contos do empréstimo) da seguinte forma: 5 contos deveriam ser pagos dentro de poucos dias e os restantes 24 contos em até seis meses (FISCHER, 1944).

No *dossiê*, Fischer descreve Anita Schneidewind como uma pessoa “completamente destituída de bom senso”, “fora de juízo” e “sem autodomínio” (1944, p. 3). O episódio mais tenso desse conflito entre imigrantes ocorreu na área central de Iraí quando Anita o ameaçou com um revólver em mãos. Segundo Fischer,

o sr. Antônio Pauly, em vez de impedir a mulher da sua imprudência, agrediu-me de chicote, obrigando-me desta maneira a prostrá-lo, enquanto o agente do correio segurou a mão da mulher impedindo-a, assim, de fazer uso da arma. Embora levemente ferido pelo sr. Pauly, não fiz parte dele, nem dela (1944, p. 5).

Mas, a questão a ser resolvida a curto prazo era como Fischer iria levantar os 29 Contos de Réis. No início da década de 1930, quando ainda estavam na Alemanha, Fischer e a esposa investiram em terras na Colônia Roland (atual Rolândia), no estado do Paraná. Estas foram vendidas por um preço muito abaixo do valor de mercado. Por outro lado, um empréstimo teve que ser feito para assim encerrar a questão da sociedade dentro do prazo. Em decorrência de toda a situação,

As minhas perdas foram tantas que faltou todo um capital de reserva. Não podendo mais mexer-me e vendo a impossibilidade de salvar o meu estabelecimento, resolvi liquidar para cumprir, ao menos, os compromissos mais urgentes e não perder tudo. Estou ainda sofrendo pelo sacrifício que passei (FISCHER, 1944, p. 5).

Em 1941 Fischer enviou um requerimento à Coletoria Federal de Palmeira das Missões solicitando sua exclusão como fabricante e comerciante de aguardente (FISCHER, 01 fev. 1941).

O último acontecimento, na esteira dos conflitos entre Martin Fischer e Antônio Pauly, deu-se no dia 9 de setembro de 1942, quando o primeiro foi preso em Iraí. Fischer foi informado apenas que o delegado Joaquim Germano Melgaré, o mandara prender em consequência de uma denúncia: de que era chefe da quinta-coluna naquela região<sup>127</sup>. Após ser solto dirigiu-se até a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde o delegado Plínio Brasil Milano declarou desconhecer os motivos de sua prisão. De volta a Iraí, solicitou ao escrivão da delegacia, referindo-se a declaração de Milano, explicação precisa sobre a ocorrência. O mesmo lhe comunicou – na ausência do delegado – que houve uma denúncia por parte de Antônio Pauly. Conforme Fischer, a denúncia era “conscientemente falsa e mentirosa, pois se uma pessoa sabia bem todas as circunstâncias da minha encrenca com o Partido Nazista, todas as perseguições sofridas na Argentina por parte dos *nazis*, bem como as perseguições posteriores, era o sr. Antônio Pauly” (1944, p. 5). Portanto, a denúncia não era outra coisa se não um ato de vingança particular em decorrência de tudo o que aconteceu entre ambos. E conclui,

Não é necessária uma explicação de que um sujeito assim não existe mais para mim; nem como inimigo. Desviei para sempre fazer parte dele, para não sujar-me com um indivíduo que abusou da minha amizade e da minha confiança de maneira tão inaudita (1944, p. 5).

Após a liquidação da sociedade, Antônio Pauly e Anita Schneidewind dispunham de um capital de 29 Contos de Réis. Este capital foi gasto em pouco tempo e, depois que Anita voltou para Buenos Aires, Pauly ficou praticamente sem recursos. Acostumado a uma vida modesta, passou a viver da pintura de pequenos quadros e desenhos os quais vendia aos veranistas que visitavam Iraí, atraídos pelas suas águas termais. Às vezes recebia dinheiro, de Buenos Aires, bem como peças de vestuário e objetos de uso doméstico trazidos da Argentina por intermédio de um balseiro. Presume-se que Pauly continuou a manter relações com Anita Schneidewind. Em conversas entre vizinhos, a partir de uma denúncia que recebera a Delegacia de Polícia de

<sup>127</sup> Quinta-coluna é uma expressão usada para se referir a grupos clandestinos que atuam, dentro de um país ou região prestes a entrar em guerra (ou já em guerra) com outro, ajudando o inimigo, espionando e fazendo propaganda subversiva. Por extensão, é todo aquele que atua dentro de um grupo, praticando ação subversiva ou traiçoeira, em favor de um grupo rival. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/q/quinta\\_coluna.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/q/quinta_coluna.htm). Acesso em: 27 jul. 2021. No caso de Martin Fischer, ele foi acusado de estar espionando e fazendo propaganda para o Partido Nazista, o qual possuía células espalhadas pelo território brasileiro.

Iraí, Antônio Pauly volta e meia atravessava o rio Uruguai, clandestinamente, e sempre voltava com dinheiro.

Martin Fischer conclui seu *dossiê*, a respeito de Antônio Pauly, fazendo questionamentos e imediatamente respondendo-os. O primeiro questiona se Pauly é um quintacolonista. Fischer acredita que não, mas Anita Schneidewind seguramente era, pois mantinha relações com o partido e com círculos nazistas. Conforme Fischer,

o sr. Pauly, na época em que estive em Buenos Aires, não tinha nenhuma relação com o partido, apesar de também não ser contra ele; era simplesmente indiferente. Também, mais tarde, em minha casa, nunca observei que tivesse grande simpatia pelo partido nazista. Pode ser que estou enganado, pois com o caráter dele é bem possível que hoje se torne um simpatizante e amanhã um adversário, conforme as vantagens que ele pode tirar da situação (1944, p. 10).

O segundo questionamento era quanto a Antônio Pauly ser ou não um espião. As relações que Anita mantinha com certos círculos do governo e da imprensa, ofereciam margens para crer que Pauly trabalhava em algum serviço secreto na Argentina. Mas, segundo Fischer, não existem provas concretas para afirmar que Pauly se envolveu com instituições que se dedicavam à espionagem. O terceiro questionamento se refere ao caráter de Pauly, ao qual Fischer assenta positivamente mediante a descrição de alguns exemplos: da maneira como pretendia enganar seu advogado; como queria subornar o delegado de polícia de Iraí; como pretendia calotear alguns colonos vizinhos; como agrediu o próprio agregado; e, como pretendia deixar o Brasil clandestinamente. São provas suficientes que permitem caracterizá-lo como uma pessoa totalmente desprovida de honestidade, consciência e princípios (FISCHER, 1944).

### **Considerações finais**

O episódio conflituoso apresentado neste texto, protagonizado por dois imigrantes em uma região de colonização, pode ser algo muito singular. Ainda que tenha construído uma trajetória profissional distinta, Martin Fischer representa o perfil, ou ao menos em parte, dos imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul no quesito de “refazer” a vida. Com a mesma intenção deve ter vindo também Antônio Pauly. No entanto, os acontecimentos relatados demonstram que o pertencimento a uma mesma comunidade ou ao mesmo convívio sociocultural não foram condições que impediram tensões, desentendimentos e conflitos.

As ações de Martin Fischer como administrador de uma pequena empresa agrícola e industrial poderiam ter alcançado sucesso caso a escolha de seu sócio tivesse dado certo. No entanto, não foi nem um pouco promissora a entrada de Antônio Pauly na sociedade. Talvez, o maior erro de Martin Fischer foi não ter buscado, com antecedência, mais informações sobre

Pauly, pois nem conhecimento suficiente possuía sobre a nacionalidade e o local de nascimento de seu sócio. No *dossiê*, Fischer expõe que Antônio Pauly conseguiu a nacionalidade chilena por meio de uma fraude, pois suas origens eram austríacas. Mais tarde também conseguiu a naturalização argentina. Então, tinha uma prova contra Pauly que lhe podia servir, caso fosse necessário. Todavia, o que faz desse episódio um caso emblemático é a não existência de um contrato formal entre os dois, a intrincada injeção de capital por parte de Antônio Pauly e de Anita Schneidewind, a tentativa destes de assumir a administração da destilaria e as falsas denúncias que levaram Martin Fischer à prisão.

No dossiê, Martin Fischer procurou caracterizar o ex-sócio como um elemento nocivo, insensível e perverso e sua mulher como desequilibrada. A ruína do projeto de Fischer de ser um independente homem de negócios está profundamente associada aos acontecimentos que os envolveram. De 1941, quando foi extinta a fábrica de aguardente *Tatu*, até a transferência de Martin Fischer para Ijuí, no noroeste do Rio Grande do Sul, dez anos mais tarde, este nunca deixou de ser agricultor. Em seu *Curriculum Vitae*, se apresentou simplesmente como um “pequeno colono”. As únicas informações sobre Antônio Pauly constam no *dossiê*. São desconhecidos outros acontecimentos de sua vida.

### **Agradecimento**

Agradeço ao apoio na forma de bolsa de estudos à Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) e a CAPES.

### **Referências**

DIRK, Dirceu A. As cartas de Martin Fischer: estudo da documentação de um imigrante alemão. In: ZANOTTO, Gizele (Org.) *Anais do IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras* (vol. I). Passo Fundo: PPGH/UPF, 2018, p. 277-284.

DIRK, Dirceu A. Imigrante, intelectual, agricultor: o caso de Martin Robert Richard Fischer. In: VANIN, Alex Antônio; OLIVEIRA, Áxsel Batistella de; BACCIN, Diego José (Orgs.) *Anais do I Colóquio do NEHMUR: Mundo Rural, Regiões e Fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária - a pesquisa e os desafios contemporâneos*, Passo Fundo: PPGH/UPF, 2019, p. 69-80.

DIRK, Dirceu A. Das salas de redação à pequena propriedade rural. In: OLIVEIRA, Áxsel Batistella de *et al.*(orgs.). *História do Mundo Rural: estudos coloniais, agricultura e questões fundiárias*. Marechal Cândido Rondon: ANPUH/PR, 2021, p. 139-153.

DIRK, Dirceu A. Martin Fischer: imigração e intelectualidade. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 15, n. 29, p. 178-193, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/10546>. Acesso em: 09 out. 2021.

- FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Onkel Christian*. Iraí: 24 out. 1939. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 46 (Acervo Martin Fischer).
- FISCHER, Martin. *Correspondência enviada ao Exmo. Sr. Coletor Federal*. Iraí: 01 fev. 1941. MADP, AI 0.6.4, pasta 5, doc. 93 (Coleção Martin Fischer).
- FISCHER, Martin. *Relatório sobre Antônio Pauly: engenheiro, morador de Iraí*. Porto Alegre: 15 fev. 1944. MADP, AI 0.6.4. pasta 40, doc. 37 (Coleção Martin Fischer).
- FISCHER, Martin. *Curriculum Vitae / Autobiografia*. Ijuí: 1961. MADP, AI 0.6.4, pasta 3, doc. 19 (Coleção Martin Fischer).
- FRIEDMANN, Germán. Los casos de Die Schwarze Front y Frei-Deutschland Bewegung en Argentina. *Anuário del Instituto de Estudios Histórico-Sociales*, Buenos Aires, v. 31, n. 1, p. 15-36, 2016.
- GEIGER, Paulo (Org.). *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 43-60, out. 1998.
- GESETZ über die Vereidigung der Beamten und der Soldaten der Wehrmacht im 20. August 1934. *Reichsgesetzblatt*. Berlin: Reichsregierung, Teil I, n. 98, p. 785, 22. August 1934. Disponível em [https://www.servat.unibe.ch/dns/RGBL\\_1934\\_I\\_785\\_VO\\_Vereidigung.pdf](https://www.servat.unibe.ch/dns/RGBL_1934_I_785_VO_Vereidigung.pdf). Acesso em: 8 abr. 2021.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MÜHLEN, Caroline von; SANTOS, Rodrigo Luís dos. Reflexões sobre gênero, etnia e criminalidade na historiografia sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. *Revista Acadêmica Licencia&acturas*, Ivoti, v. 5, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2017.
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Gráf. Santa Terezinha, 1934.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- WITT, Marcos Antônio. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: a Colônia de São Leopoldo como estudo de caso. In: VENDRAME, Maíra Ines *et al.*(orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

## OS MORTOS CONTAM HISTÓRIAS: PRÁTICAS EDUCATIVAS, CULTURAIS E TURÍSTICAS NO CEMITÉRIO VERA CRUZ - PASSO FUNDO/RS

Djiovan Vinícius Carvalho, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo (UPF), Bolsista da CAPES

**Resumo:** O espaço cemiterial pode ser propulsor de informações sobre sentidos sociais, perpetuação de memórias e crenças, afirmação de valores sociais e culturais e expressão da estratificação social. Nos últimos anos, o Cemitério Municipal Vera Cruz (Passo Fundo/RS), tem servido como lócus para o desenvolvimento de atividades, com vistas a sensibilizar professores, alunos da educação básica e comunidade em geral, sobre as potencialidades educativas, culturais e turísticas do e no Cemitério. A partir da execução do Projeto Museu à Céu Aberto, as equipes do Arquivo Histórico Regional (AHR/PPGH/UPF) e do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) têm se dedicado a explorar o Cemitério identificando sepultados e sepulturas que permitam a problematização de questões, processos e contextos históricos, inserindo-os em roteiros de visita cemiterial. Os roteiros abordam questões como: A Primeira República; Revolução Federalista; Revolução Constitucionalista; 2ª Guerra Mundial; Religiosidades em Passo Fundo, além de tópicos da História Local. Deste modo, o presente texto objetiva apresentar um dos roteiros desenvolvidos pela equipe.

**Palavras-chave:** Cemitério Vera Cruz. Passo Fundo. Formação étnica. História Política municipal.

### Linhas introdutórias

Nos últimos anos têm sido ampliadas as iniciativas formuladas visando a conservação e o reconhecimento de bens culturais. Em nível local, destacamos as ações e os projetos desenvolvidos a partir do Cemitério Municipal Vera Cruz, considerado um museu a céu aberto. Dessa maneira, para além do turismo cultural, o entendemos enquanto vetor de conhecimento sobre a história da cidade e de seus habitantes.

O espaço cemiterial pode ser propulsor de informações sobre sentidos sociais, perpetuação de memórias e crenças, afirmação de valores sociais e culturais, e expressão da estratificação social. Portanto, o cemitério é entendido como referencial para compreender e refletir sobre a história social, cultural e política de Passo Fundo e região. Recorrendo à definição de Pierre Nora (1993), “espaços de memória” são locais materiais ou imateriais onde se fixam as memórias coletivas, onde se cruzam memórias pessoais, da família e da comunidade. Tais ambientes são responsáveis por conduzir a um processo de reconhecimento identitário, de pertencimento à comunidade e/ou grupo de semelhantes, partindo de uma noção de (re)vivenciamento de experiências coletivas do passado (HORTA, 2008, p. 108).

O Cemitério Vera Cruz é um espaço que indubitavelmente remete a questões históricas, sociais, econômicas e culturais da sociedade passo-fundense, servindo como vetor para a Educação Patrimonial e o ensino de história local. Afinal, sem dúvida, a história local contribui



para a produção de interpretações sobre as formas como os atores sociais se constituem historicamente, situados em espaços socialmente construídos. Além disso, se caracteriza pela valorização das particularidades e das diversidades, servindo, muitas vezes, como ponto de partida para a formação de uma identidade regional.

De forma semelhante, o estudo a partir do local permite que os indivíduos se sintam partícipes de uma história que deixa de ser desprovida de importância ao passo que se estabelecem relações com a história global, entrecruzando presente e passado. Circe Bittencourt afirma que

a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2009, p. 168).

Ao se trabalhar com história local não se pode contentar-se em abordar de forma isolada os acontecimentos locais, em uma “fragmentação rígida dos espaços e temas estudados, não possibilitando que os alunos estabeleçam relações entre os vários níveis e dimensões históricas do tema” (FONSECA, 2003, p. 154), inviabilizando a construção de relações entre o contexto local, o nacional e o global (articulação entre micro e macro história). A história local pode ser atrelada à história do cotidiano, ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (BITTENCOURT, 2009, p. 168).

Frente a isso, compreendemos que o ensino de história local abarca uma forma de aprendizagem do conhecimento histórico articulado com os interesses, conhecimentos e experiências culturais dos alunos, desenvolvendo atividades que redirecionam o olhar dos estudantes para o reconhecimento da história, bem como dos bens culturais presentes no seu cotidiano. Além disso, o trabalho com a história local facilita a construção de problematizações históricas, favorecendo a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como características de uma realidade histórica mais ampla.

Portanto, faz-se necessário, quando possível, o estudo das relações entre o local, o regional e o nacional de maneira articulada entre si. Daí a ênfase na importância dos cemitérios como espaços de lembrança, de (re)memoração, de devoção, mas também de pertencimento, de conhecimento, de aprendizagem e de interpretação cultural, histórica e social.

## **Vagueando entre as sepulturas: possibilidades de estudo de História no cemitério**

A utilização do espaço cemiterial como proposta para o ensino de História, partindo da história local, serve como fonte para a (re)significação e construção do conhecimento. Na medida em que a história do município é relacionada e problematizada com a história regional/nacional/global, o aprendizado se torna mais dinâmico e reflexivo, possibilitando o sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, os cemitérios tornam-se um espaço privilegiado para o ensino, pois comportam uma variedade de histórias de vida ligadas por um espaço final comum. Dessa forma, acreditamos ser possível agrupar determinados sujeitos a fim de estabelecer relações conceituais que auxiliarão na construção do conhecimento histórico.

Tendo em vista as considerações apresentadas, buscamos explorar algumas possibilidades de abordagens da história local por meio da utilização do espaço cemiterial, neste caso, do Cemitério Vera Cruz. Dentre as possibilidades de abordagens possíveis de serem exploradas, optamos, neste momento, pelo trabalho com dois eixos temáticos: formação étnica e História Política municipal.

Esses dois agrupamentos não devem ser encarados como núcleos fechados e única possibilidade de análise e trabalho, tampouco, neste ensaio, são abordadas todas as alternativas. Escolhemos por esses dois recortes devido ao número de sujeitos sepultados no Cemitério Vera Cruz, e, mesmo realizando a seleção e os recortes contextuais, a variedade de possibilidades se manteve muito abrangente.

Ainda, é preciso dizer que os dois eixos podem ser justificados pela expressiva variedade de túmulos de imigrantes/migrantes e de lideranças políticas regionais, que deram os tons da formação multiétnica da população e da estrutura política passo-fundense, em fins do século XIX e início do século XX, respectivamente.

## **Entre republicanos e federalistas: a República Velha no Cemitério Vera Cruz**

Para iniciar o trajeto por entre as sepulturas, abordamos personalidades que estiveram presentes na cena política passo-fundense, entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O *start* advém com os envolvidos em um dos crimes políticos que mais abalaram a população de Passo Fundo, no início do regime republicano: o assassinato do Coronel Chicuta.

Na manhã de 18 de junho de 1892, Francisco Marques Xavier, Chicuta, como era conhecido, veterano da Guerra do Paraguai, teria recebido um telegrama e seguia o rumo de sua casa. Sua residência localizava-se na esquina da Rua do Comércio (atual Avenida Brasil) com

a Rua da Boa Vista (atual Rua dos Andradas), contudo, antes que pudesse chegar lá, Chicuta foi executado na principal via da cidade.<sup>128</sup>

A morte de Chicuta é um fato político e está relacionada com acontecimentos maiores que tiveram origem com a Proclamação da República, em 1889. No Rio Grande do Sul, a instabilidade política no país destacou-se pelas sucessivas trocas de governo, que refletiram em Passo Fundo. Tal fato acirrou os ânimos na disputa pelo poder, embate que viria a se asseverar durante uma sangrenta guerra civil que dividiu Passo Fundo e todo o estado do Rio Grande do Sul em dois grupos políticos distintos.

Em 3 de novembro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional. No Rio Grande do Sul, em 12 de novembro do mesmo ano, Júlio de Castilhos foi derrubado do poder. Chefes liberais e dissidentes republicanos fundaram o Partido Federalista em fevereiro de 1892, sob a liderança de João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins.

Com Joca Tavares na cadeira de presidente do estado, Silveira Martins tratou de organizar a ocupação do poder em todos os municípios do estado pelos “gasparistas”. Em Passo Fundo, Antonio Ferreira Prestes Guimarães, Frederico Schultz, Veríssimo da Veiga e Borges Vieira organizaram e lideraram o Partido Federalista com centenas de adeptos (FERREIRA, 1998, p. 56).

Em 17 de junho de 1892, Júlio de Castilhos assumiu o governo do estado, depondo Joca Tavares, e passou a empreender a derrubada de seus opositores dos cargos públicos e de todas as posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios. Naquele momento, o poder do estado passou ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o que configurou o desmantelamento do Partido Liberal.<sup>129</sup>

Isso posto, o ponto de partida desta rota é o túmulo de Francisco Marques Xavier. Conhecido como Coronel Chicuta, filho de Francisco Xavier de Castro e Ana Joaquina Ferreira, nasceu em 1836<sup>130</sup>, em Campo Largo, nos Campos Gerais do Paraná, Comarca de Curitiba, então Província de São Paulo, e transferiu-se aos 7 anos de idade, com sua família, para Passo Fundo.

<sup>128</sup> Chicuta foi sepultado no antigo cemitério público, sendo, posteriormente, trasladado para o Cemitério Municipal Vera Cruz.

<sup>129</sup> No final do século XIX, coincidindo com as mudanças econômicas e demográficas na província, o Partido Liberal ganhava espaço e tornava-se a força política dominante no Rio Grande do Sul. O controle da Assembleia Provincial, a partir de 1872, permitiu que os liberais se sobressaíssem com relação ao Partido Conservador, o qual vinha dividindo o poder com relativo equilíbrio até então. Nos anos finais do Império, o Partido Liberal constituía claramente o partido majoritário no Rio Grande do Sul e tinha como principal liderança o político Gaspar da Silveira Martins.

<sup>130</sup> BRASIL. *Registros da Igreja Católica*. Paraná. Campo Largo. Nossa Senhora da Piedade. Batismo de Francisco Marques Xavier, 02 dez. 1836, p. 71v.

Chicuta casou-se com Marcolina de Quadros no ano de 1864. Em 11 de outubro do mesmo ano, foi nomeado alferes e, em 1º de dezembro de 1864, alcançou a patente de quartel-mestre do 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, com sede em Passo Fundo, do qual era comandante o Tenente-Coronel Francisco de Barros Miranda.

Em seguida, Chicuta marchou para a guerra, combatendo o exército paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), e tomando parte em vinte e duas batalhas e outros combates menores. Participou do cerco de Uruguaiana, quando ocorreu a capitulação dos paraguaios que ali estavam. Depois, já em solo paraguaio, serviu no 7º Corpo do General Osório (ECKER, 2017). Atingiu o posto de major da Guarda Nacional e recebeu diversas honrarias.

Também foi vereador em Passo Fundo entre os anos de 1886 e 1889, e após a mudança do regime, tornou-se um dos principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), na região de Passo Fundo. Em 1891, foi agraciado com o título de coronel honorário do Exército Brasileiro, em função dos serviços prestados na campanha do Paraguai.<sup>131</sup>

No telegrama recebido por Chicuta, naquele dia 18 de junho, o Visconde de Pelotas informava que o governo do estado havia passado, no dia anterior, ao comando de Júlio de Castilhos, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), do qual Chicuta era líder em âmbito local. Ao alcançar a Rua do Comércio, Chicuta teria sido interceptado por um grupo de quatro federalistas<sup>132</sup>. Estes, se dizendo investidos de autoridade policial, deram-lhe voz de prisão, imposição que não teria sido aceita por Chicuta, já que, na condição de coronel do Exército, não poderia ser submetido à prisão.

Na sucessão dos eventos – que não cabe abordarmos aqui – Chicuta foi assassinado em plena Rua do Comércio, crime claramente executado em função de divergências políticas. As autoridades investidas de poder na ocasião foram omissas em relação ao fato, justo em função de Passo Fundo estar sob a liderança política do major Antonio Ferreira Prestes Guimarães, e a Delegacia de Polícia, sob o comando do comerciante português Antônio José da Silva Loureiro, conhecido como Barão, ambos integrantes do Partido Federalista e, portanto, oposição convicta ao Coronel Chicuta e ao PRR.

<sup>131</sup> O PAIZ. Rio de Janeiro, n. 3238, 7 mar. 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional..

<sup>132</sup> Segundo Alceu Annes, o grupo constituía-se de: Jorge Sturm Filho, Adão Fisch, Miguel Queiroz e José Trindade Filho. Todos eles ligados ao então major Antonio Ferreira Prestes Guimarães: Jorge Sturm Filho era irmão da esposa, Adão Fisch era concunhado de Prestes, Miguel Queiroz e José Trindade Filho, muito próximos e íntimos de Prestes. Quem alvejou Chicuta foi o português Roberto Carlos Sá de Aguillar, genro de Prestes, mas quem foi indiciado e julgado como assassino foi José Trindade Filho, tendo sido absolvido em 1896. Com a volta dos republicanos ao poder, Aguillar esteve preso em um açougue, em consequência do crime cometido. Conseguiu escapar da cadeia improvisada, e nunca mais retornou a Passo Fundo, vivendo desde então no Uruguai, onde faleceu em 1948.

Assim, revelam-se os pontos dois e três do roteiro. Antônio Ferreira Prestes Guimarães foi major e secretário do comando da Guarda Nacional em 1864, suplente de delegado de polícia entre 1870 e 1873, secretário da Câmara Municipal em 1874, e presidente da casa de 1882 a 1886. Prestes Guimarães era chefe do Partido Liberal em Passo Fundo, tendo sido presidente da província, entre 25 de junho e 8 de julho de 1889. Após a Proclamação da República, participou da fundação do Partido Federalista, em março de 1892, tendo sido aclamado general do Exército Libertador, durante a guerra civil de 1893-1895. Era advogado e neto de Manoel José das Neves, um dos primeiros moradores da cidade de Passo Fundo.

Por sua vez, o delegado de polícia era Antônio José da Silva Loureiro, de alcunha Barão. Nascido em Braga, Portugal, em 1835, Loureiro chegou ao Rio de Janeiro em 1848. Após atuar no comércio, e de residir em Minas Gerais, transferiu-se para o Sul, onde trabalhou na extração da madeira, transportando-a através do rio Uruguai. Em Passo Fundo, foi empregado na loja de seu futuro sogro, Johann Adam Schell.

A partir de 1892, as polarizações políticas aumentaram de tal maneira que colocaram em posições antagônicas os dois partidos dominantes. A força de oposição do Partido Federalista ao Partido Republicano Rio-Grandense consubstanciou a instabilidade política, período em que a situação no estado, principalmente nas regiões da campanha e fronteira, passou a ser de insegurança e exacerbação partidária, cenário esse que foi marcado pela radicalização e violência das perseguições políticas.

A primeira Constituição Republicana do estado (1891), que teve Júlio de Castilhos como seu principal mentor, previa, em seu art. 63, que o poder municipal seria exercido na sede de cada município por um intendente, que dirigiria todos os serviços, e por um conselho, que votaria os meios de serem eles criados e mantidos. O parágrafo único previa que ambos seriam simultaneamente eleitos pelo município mediante sufrágio direto dos cidadãos, de quatro em quatro anos (RIO GRANDE DO SUL, 1891). Segundo Margaret Bakos (1996), a Constituição fornecia os meios técnicos necessários para o governo do estado controlar os municípios, apesar de parecer assegurar a autonomia municipal. O primeiro intendente nomeado de Passo Fundo, seguindo a Constituição Estadual, foi o alemão Frederico Guilherme Kurtz, personalidade que será abordada no segundo trajeto, apresentado na próxima seção.

Na sucessão, esteve à frente do governo municipal o comerciante Gabriel Pereira da Costa Bastos, o quarto ponto do trajeto. Comerciante, político e escritor, nasceu em Santa Maria da Boca do Monte, no dia 9 de janeiro de 1859. Após residir em Soledade, transferiu-se para Passo Fundo em 1885. Bastos fez parte do 1º Conselho Municipal Constituinte e foi intendente

constitucional de 17 de abril a dezembro de 1893. Em meados de 1894, em consequência da Revolução Federalista, mudou-se com a família para Cruz Alta.

Bastos só retornou a Passo Fundo no início do século XX, quando prosseguiu com suas atividades comerciais no ramo da indústria madeireira. Seguiu próximo das lideranças locais, sendo presidente do Conselho Escolar Municipal em 1903 e vice-intendente em duas oportunidades: de 1908 a 1912, e de 1920 a 1924.

A instabilidade política dos primeiros anos da República culminou na Revolução Federalista, guerra civil ocorrida durante os anos de 1893-1895.<sup>133</sup> Durante a guerra, a região de Passo Fundo também se dividiu politicamente entre castilhistas e federalistas. Muitas famílias transferiram residência para Cruz Alta, como foi o caso dos Bastos, ou exilaram-se, como o Barão e o general Prestes Guimarães. Passo Fundo foi palco de inúmeros combates, fazendo parte do cenário revolucionário, dominado ora por federalistas, ora pelas tropas governistas, tornando-se campo de batalha determinante para os rumos do conflito.

Os pontos cinco, seis, sete e oito do roteiro são personagens envolvidos diretamente na contenda. E, coincidentemente, os quatro sepultados são os republicanos: Manoel Thomaz Rosendo, José Pinto de Moraes, Pedro Lopes de Oliveira e Lucas José de Araújo.

Manoel Thomaz Rosendo nasceu em Passo Fundo, no dia 30 de novembro de 1878. Estudou escrituração mercantil e música, e se envolveu, ainda jovem, nos conflitos da Revolução Federalista ao lado dos legalistas, chamados de “pica-paus”. A partir de 1898, foi secretário do engenheiro responsável pela construção da Estrada de Ferro Rio Grande-São Paulo.<sup>134</sup>

Assim como Rosendo, o tenente-coronel da Guarda Nacional, José Pinto de Moraes, tomou parte na guerra civil de 1893-1895 integrando a facção “pica-pau”. Juca Pinto, como era conhecido, nasceu em 1º de novembro de 1853, em Passo Fundo. Casado com Ambrosina Schell de Araújo, filha do Capitão Araújo, Juca Pinto foi vereador entre os anos de 1876 e 1880, e entre 1882 e 1886. Com a Proclamação da República, integrou a Junta Governativa do município. Do mesmo modo, seu cunhado, o tenente-coronel Lucas José de Araújo, e seu genro, Pedro Lopes de Oliveira, integraram as forças legalistas durante a Revolução Federalista.

<sup>133</sup> A guerra civil se estenderia até 1895, ultrapassando os limites do estado, chegando a Santa Catarina e ao Paraná, e deixaria a marca da extrema violência cometida nos campos de batalha, como a execução de prisioneiros através da degola.

<sup>134</sup> Foi chefe dos Correios de 1910 a 1922 e subprefeito de Boa Esperança (hoje município de Colorado), Sarandi e Sertão. Fez parte da *Societade Italiana di Mutuo Soccorso*. Foi um dos fundadores do Clube Comercial e do Hospital da Caridade (hoje Hospital da Cidade). Faleceu no dia 14 de julho de 1936, na cidade de Passo Fundo.

Nascido em Passo Fundo, em 1865, Pedro Lopes de Oliveira, conhecido como Coronel Lolico, foi membro do PRR, e integrante do Conselho Municipal a partir de 1891. Durante a Revolução Federalista, comandou o 45º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional no posto de tenente-coronel. Também, tomou parte dos combates do Umbú e do Passo d'Areia. Findada a contenda, integrou novamente o Conselho Municipal de 1896 a 1900. Foi eleito intendente municipal em 1900, ficando no cargo até 1908, elegendo-se novamente em 1912 e permanecendo no poder até 1920. Devido a desentendimentos com seus correligionários, Lolico tornou-se um dos republicanos dissidentes e um dos líderes da guerra civil de 1923, contra Borges de Medeiros.

A seu turno, Lucas Araújo nasceu no dia 24 de agosto de 1842. Filho do Capitão Manoel de Araújo, primeiro presidente da Câmara Municipal quando da emancipação do município, participou da Guerra do Paraguai nos combates de Butuí, do cerco de Uruguaiana e do Passo da Pátria. Comerciante e membro do Partido Republicano, Lucas Araújo faleceu em Passo Fundo, no dia 1º de janeiro de 1919, aos 76 anos. O túmulo do cunhado de Lucas Araújo, o deputado Gervasio Lucas Annes, é o nono ponto do passeio.

Líder do PRR em Passo Fundo, o Coronel Gervasio nasceu em Cruz Alta, aos 12 de abril de 1853, chegando a Passo Fundo na década de 1870. Ligado inicialmente ao Partido Conservador, foi deputado provincial, no ano de 1887, passando ao Partido Republicano em 1889. Foi ainda deputado do PRR à Assembleia de Representantes, nos anos de 1891, 1892 a 1896, 1897 a 1900, e 1909 a 1912. Gervasio Lucas Annes foi o chefe do PRR em Passo Fundo, de 1890 até seu falecimento, em 4 de abril de 1917, exercendo o cargo de intendente municipal, de 1893 a 1900, e de 1909 a 1912, bem como de vice-intendente de 1904 a 1908, e entre 1912 até sua morte. Na guerra civil de 1893-1895, no posto de coronel da Guarda Nacional, combateu os federalistas. O túmulo do irmão de Gervasio é o décimo e último desta proposta.

Gezerino Lucas Annes nasceu em Cruz Alta aos 4 de julho de 1856, foi negociante, tabelião e médico prático em Passo Fundo. Casou-se com Maria Prestes Guimarães, filha de Antonio Ferreira Prestes Guimarães, líder do Partido Federalista e, a contragosto do posicionamento de seus irmãos, tomou parte na guerra civil ao lado dos federalistas. Faleceu de angina do peito e uremia, aos 56 anos de idade, em 3 de setembro de 1912.

Os dez pontos selecionados não esgotam a temática, tampouco fornecem um panorama completo do período. Destacamos que se trata apenas de uma das tantas possibilidades de combinação e de trabalho envolvendo a História Política nos primeiros anos da República; outras combinações, outros sepultados, outros fios condutores podem gerar outras narrativas e

trajetos diferenciados e únicos. Buscamos levantar possibilidades de abordagens possíveis de serem trabalhadas no ensino de História, mas que também possam ajudar os interessados na história do município.

### **Os que ficaram na terra de passagem: recortes de (i)migrações em Passo Fundo**

O segundo trajeto proposto busca dar conta da diversidade étnica e social na qual Passo Fundo está assentada. Nesse sentido, optamos por tratar de sujeitos migrantes que abandonaram, pelas mais diversas razões, suas nações de origem para constituírem-se em outros locais, cujo destino foi Passo Fundo. Aliás, Passo Fundo, para muitos, foi o ponto final de trajetórias migratórias mais amplas, influenciadas por promessas de melhoria das condições de vida, por pressões políticas e/ou conflitos sociais e/ou étnicos.

A melhor forma de demonstrar o mosaico de imigrantes que compuseram o município de Passo Fundo é através do cemitério? Provavelmente! Nesta chamada “terra de passagem” que historicamente é o município de Passo Fundo, o cemitério pode auxiliar a visualizar também aqueles e aquelas que encontraram na cidade o desfecho de suas jornadas, viagens e deslocamentos.

Cabe ressaltar aqui que a diversidade étnica do município de Passo Fundo é, em partes, contribuição dos sujeitos imigrantes que passaram a fazer parte da comunidade. Entretanto, Passo Fundo não possui uma identidade étnica definida, ligada a determinado grupo que se sobressai. Pelo contrário, Passo Fundo se constituiu, ao longo de sua história, enquanto uma localidade multiétnica, que possui em sua formação grupos variados e diversos entre si.

A marca deixada por distintas etnias em Passo Fundo foi definidora de seu desenvolvimento histórico. A ampla variedade de culturas em contato foi, e certamente ainda o é, responsável pela diversidade cultural, social e econômica presente ao longo da história passo-fundense. Perpassam a sua composição desde grupos Guarani e Kaingang, luso-brasileiros, afrodescendentes, alemães, italianos, sírios, libaneses, judeus – que possuem, aliás, uma área para sepultamentos ao lado do Cemitério Vera Cruz –; isso se delimitamos como espaço temporal até as primeiras décadas do século XX.

Dito isso, é necessário esclarecer que foi feito um recorte específico, que visa dar os tons dessa multiplicidade por meio da visualização de alguns fluxos migratórios. Não serão abarcados todos os grupos anteriormente mencionados, mas não pelo fato de serem esses marginais em relação a uma história “tradicional”, ou por não fazerem parte de grupos de destaque. Afinal, as escolhas foram embasadas em pesquisas realizadas previamente, enfocando



alguns sujeitos que fizeram parte dos cenários migratórios de meados do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Optamos, nesta seção, por adotar um sistema de trabalho por “ordem de chegada”, articulando, dessa forma, trajetórias individuais ao contexto das (i)migrações e o desenvolvimento de Passo Fundo.

Os primeiros imigrantes internacionais em território passo-fundense de que se tem notícia estão ligados ao amplo espectro da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Em que pese, como destacam Neumann e Meyrer (2017, p. 165), a historiografia tradicional acerca da imigração alemã considerar as migrações de colonos alemães das ditas “colônias velhas” apenas como fenômeno predominante em fins do século XIX, veremos, nos primeiros quatro pontos deste passeio, que em Passo Fundo essa máxima não se aplica.

O deslocamento de imigrantes, não apenas de ascendência alemã, para Passo Fundo se processou em função de sua atratividade em vários aspectos. A povoação, em meados do século XIX, apresentava-se enquanto um ponto central e de múltiplas ligações da Estrada das Tropas, principal caminho utilizado pelos comerciantes de mula e gados da região missioneira em direção a Sorocaba, em São Paulo. Essa grande movimentação foi fator de desenvolvimento do povoado, voltado, nesse período, à pecuária, à agricultura de subsistência, e a uma ainda incipiente atividade comercial urbana. De forma semelhante, para além das possibilidades do comércio em si, havia maior chance acesso à terra do que nas zonas de colonização e mesmo a de extração de pedras ágatas – que eram exportadas para a Alemanha – no distrito de Campo do Meio.<sup>135</sup>

Isso posto, o *start* deste roteiro é o túmulo dos imigrantes alemães Johann Adam Schell e Anna Hein Schell. Como destaca Xavier e Oliveira (1990), o casal de sepultados é considerado o primeiro núcleo familiar de germânicos e luteranos a fixar-se em Passo Fundo, tendo ambos se instalado no povoado ainda em meados da década de 1830.

Adam Schell nasceu em 24 de junho de 1809, na aldeia de Bosen, atual Alemanha. Casou-se na Colônia de São Leopoldo, em 1830, com Johanna Christina Hein, natural de Hildburghausen, atual Alemanha (ANNES, 1980). Schell era comerciante, com loja estabelecida na Rua do Comércio (atual Avenida Brasil), esquina com a travessa do Humaitá (atual Rua Teixeira Soares). Foi um dos fundadores da Loja Maçônica Concórdia e do Cemitério Protestante. Vale destacar que o casal de líderes comunitários é tronco ancestral de

<sup>135</sup> Ver mais em: BESCHOREN, M. *Impressões de Viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p. 36-37.

diversas famílias passo-fundenses, tendo deixado vasta descendência.<sup>136</sup>

A morte dos cônjuges não foi lançada nos livros de registros da Igreja Católica, sabe-se, no entanto, que eles foram enterrados no cemitério protestante e, com a criação do cemitério público e laico da Vera Cruz, foram trasladados para um novo túmulo. Adam Schell faleceu em 28 de agosto de 1878 e Anna Hein Schell, em 4 de agosto de 1882, ambos em Passo Fundo.

Nosso segundo ponto é o túmulo dos imigrantes germânicos João Neckel e Anna Barbara Alflen Neckel, ele nascido em 26 de abril de 1813, em Kaisersesch, e ela nascida em 18 de novembro de 1820, em Mullenbach, ambas cidades da região de Rheinland-Pfalz, parte da atual Alemanha. Os dois emigraram ainda jovens com suas famílias, tendo sido destinados para o projeto de colonização criado na Colônia de São Pedro de Alcântara<sup>137</sup>, primeira colônia alemã da Província de Santa Catarina. João e Anna Barbara se estabeleceram em Passo Fundo por volta de 1845<sup>138</sup>, acompanhados de seus filhos e do pai e do irmão de João (NEUMANN; MEYRER, 2017, p. 167).

A imigração da família Neckel está inserida no contexto das migrações que visavam o crescimento populacional e econômico, da colonização do solo, neste caso, de Santa Catarina, entretanto, talvez, Passo Fundo tenha se mostrado também como opção viável para a reprodução do núcleo familiar. O casal Neckel, diferentemente do casal Schell, era católico. João Neckel faleceu em 21 de maio de 1889, sendo sepultado no cemitério católico e depois trasladado para o Vera Cruz. Anna Barbara faleceu em 6 de março de 1907, deixando oito filhos.<sup>139</sup>

O próximo sepultado a ser visitado é Frederico Guilherme Kurtz, mais um imigrante alemão que se instalou na vila de Passo Fundo. Nasceu em 1840, em Rheinböllen, no Reino da Prússia, hoje parte da atual Alemanha, ainda jovem foi militar e, após sua desmobilização, emigrou para o Brasil, juntamente com seu irmão Jacob Kurtz. Em 1865, Frederico e Jacob estabeleceram-se em Passo Fundo, onde casaram-se, respectivamente, com as irmãs Anna Neckel e Izabel Neckel, filhas de nossos sepultados anteriores (João e Anna Barbara). Em 16 de setembro de 1892, foi nomeado pelo presidente do estado como intendente municipal, cargo que exerceu até 17 de abril de 1893. Às vésperas da guerra de 1893-1895, usou sua experiência

<sup>136</sup> Para ver mais sobre a descendência de Adam Schell: ANNES, Marina Xavier Oliveira e. *Johann Adam Schell e sua Descendência*. Passo Fundo: Gráfica Diário da Manhã, 1980.

<sup>137</sup> Fundada em 1829, a colônia de São Pedro de Alcântara foi criada junto à estrada que ligava Lages a Florianópolis (SCHÜRHAUS, 2007).

<sup>138</sup> O historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira descreve, na obra *O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo*, parte da trajetória da família de João Neckel.

<sup>139</sup> BRASIL. *Registro Civil*. Rio Grande do Sul. Passo Fundo. Óbito de Anna Barbara Neckel, 07 mar. 1907, Livro 2, p. 84.

militar na organização das unidades municipais “pica-paus”, a Guarda Republicana e a Guarda Municipal.

Frederico desenvolveu atividades no comércio passo-fundense, assim como o próximo sepultado, o também alemão Guilherme Morsch. Nascido em 28 de janeiro de 1842, em Baumbolder, Birkenfeld, região de Hunsrueck, Reno, Alemanha, de onde saiu em um veleiro, em julho de 1864 (BRAUN, 2011), com destino ao porto de Rio Grande, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, Morsch passou a residir em Passo Fundo, casando-se, mais tarde, com Leopoldina Schell, uma das filhas dos já visitados Adam e Anna Schell. Enquanto comerciante – certamente apoiado pelo sogro – Guilherme foi proprietário da Casa Morsch, responsável por suprir a população passo-fundense com artigos da ordem dos armarinhos, cama, mesa e banho. Guilherme Morsch faleceu em Passo Fundo, em 9 de janeiro de 1928.

Se Guilherme Morsch necessitou atravessar um oceano para chegar em Passo Fundo, Ramon Rico precisou de menos, mas, mesmo assim, a estrada percorrida foi longa. Ramon Rico, conhecido como Don Ramon, nasceu em Buenos Aires, e se transferiu para o Brasil em 1852. Casou-se com Cecília Bernardina Rico, com quem não teve filhos, mas ambos, em testamento, deixaram seus bens para aquele que haviam criado e educado como filho, Leôncio Armando de Osana Rico.<sup>140</sup> Ramon foi latifundiário, proprietário da grande Fazenda Santa Cecília – nome em homenagem à sua mulher –, pertencente ao distrito de Campo do Meio. Fez parte da Sociedade Libertadora das Crianças do Sexo Feminino, em Passo Fundo, e doou à Igreja Católica um terreno onde foi construída a Matriz Nossa Senhora da Conceição, junto à atual Praça Tamandaré. A trajetória do seguinte sepultado se entrecruza com a história de Don Ramon.

O próximo ponto de visita é a sepultura do padre José Ferreira Guedes, natural de Portugal, nascido por volta do ano de 1838. Guedes foi ordenado sacerdote ainda em sua terra natal, atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil em meados de 1871, exercendo a função de vigário em várias localidades.<sup>141</sup> Em 1874, foi designado pela Igreja Católica para assumir a paróquia de Pescaria Brava e a de Laguna<sup>142</sup>, ambas em Santa Catarina. Após isso, foi

<sup>140</sup> BRASIL. Rio Grande do Sul. *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo. Transmissões de notas, livro 14, 1879-1881, fl. 124v.

<sup>141</sup> PASSAGEIROS. *Jornal do Recife*. Recife, ano XIII, n. 206, 10 set. 1871. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>142</sup> EXPEDIENTE do Bispado. *O Apostolo*. Rio de Janeiro, ano X, n. 96, 26 maio 1875. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

transferido à paróquia de Nossa Senhora do Amparo das Correntezas<sup>143</sup>, no Rio de Janeiro, sendo encomendado, posteriormente, em 1879, para a de São Sepé, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1890 (RUBERT, 1998, p. 139). Naquele mesmo ano, o padre português – que se naturalizou brasileiro um ano antes<sup>144</sup> – pediu transferência para assumir a Paróquia da Nossa Senhora da Conceição, em Passo Fundo. Na cidade, liderou as obras de um novo templo católico, localizado na Praça Tamandaré, hoje Matriz Nossa Senhora da Conceição, construída justamente no terreno doado por Don Ramon. Possivelmente, o padre Guedes não chegou a ver a obra finalizada, pois faleceu em 9 de novembro de 1902, sendo sepultado – sem encomendação por falta de vigário – no novo cemitério.

Adentrando ao contexto da imigração italiana para o Brasil, subvencionada pelo Governo Imperial a partir de 1875, houve, no Rio Grande do Sul, a criação de colônias destinadas para a instalação dos imigrantes europeus, localizadas na Serra Gaúcha. Nesse contexto, Passo Fundo passou a receber uma grande leva de migrantes que partiam dessas colônias em direção ao Norte do estado, sobretudo em fins do século XIX, buscando novas oportunidades de trabalho e de acesso à terra (TEDESCO; BALBINOT; CORTEZE, 2017, p. 211). Passo Fundo passou a atrair imigrantes também após a criação da Colônia Guaporé (1892-1940), tanto para sua área rural quanto para sua área urbana, em pontos do centro e da periferia, como na Vila Victorio Veneto, parte do atual Bairro São Cristóvão. A passagem da estrada de ferro pelo município também teve papel decisivo nessa migração.

Ainda, cabe dizer que os sepultados de origem italiana estiveram mais atrelados à atividade comercial e à construção civil do que a outras formas de produção colonial. À vista disso, se convencionou chamá-los de “italianos do centro”, justo por terem se estabelecido na parte mais central e urbana da cidade de Passo Fundo. Dito isso, é esse fluxo que engloba os seguintes sepultados.

O próximo ponto de parada é o túmulo do casal Florindo Langaro e Rosa Giordano Langaro, ambos imigrantes italianos. Florindo nasceu em 15 de agosto de 1845, em Contrada Langari, Comune de Crespadoro, Província de Vicenza, Itália. Aos 21 anos, casou-se com Rosa Giordano, nascida em 25 de abril de 1846.<sup>145</sup> O casal resolveu tentar a sorte no Brasil, chegando

<sup>143</sup> EXPEDIENTE do Bispado. *O Apostolo*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 14, 09 fev. 1876. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>144</sup> BRASIL. Ministério do Império. Relatório da Repartição dos Negócios do Império no ano de 1879 apresentado pelo Ministro Ignacio Marcondes Homem de Mello à Assembleia Legislativa na 3ª da 17ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880, p. 357-358. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>145</sup> Os pais de Florindo e de seus irmãos eram Francesco Langaro e Paola Cavalieri. Disponível em: <https://leonardolangaro.wordpress.com/2015/07/22/a-saga-de-dois-mundos/>. Acesso em: 06 jun. 2018.

aqui em 3 de março de 1887, com seus filhos Luigi, Francesco, Giovanni Battista, Mathilde e Alberto. A família instalou-se, primeiramente, na Colônia de Antônio Prado e, cerca de dez anos depois, transferiu-se para Passo Fundo. Florindo veio a falecer em 24 de junho de 1907 e Rosa, em 18 de junho de 1916.

A sepultura do filho mais jovem do casal, Alberto Langaro, é o próximo ponto do roteiro. Alberto nasceu em 3 de março de 1882, e chegou ao Brasil com apenas 5 anos de idade. Casou-se com Marieta Matiotti Marchionatti, em 1906, irmã de outro imigrante italiano também sepultado no Cemitério Vera Cruz: Carlos Marchionatti. Carlos nasceu por volta de 1856, na Itália; era filho de Lorenzo e Carlota Marchionatti, e se estabeleceu em Passo Fundo após a chegada da ferrovia (d'ÁVILA, 2001, p. 21). Foi negociante e faleceu solteiro em 22 de junho de 1904, na cidade de Passo Fundo.<sup>146</sup>

O próximo túmulo é o de João de Cesaro, também imigrante italiano atraído para o Brasil no período dos projetos de colonização. Nasceu em Belluno, Província de Treviso, Itália, em 3 de outubro de 1883, transferiu-se com os pais para o Brasil em 1890 e, para Passo Fundo, em 1913. De Cesaro não exerceu a profissão de lavrador, mas sim de comerciante e de construtor.

Aliás, muitas de suas construções são, ainda hoje, marcos na paisagem urbana de Passo Fundo, como os prédios dos colégios Notre Dame e Protásio Alves, as sedes dos clubes Comercial e Caixeiral, os prédios do Quartel, do Hospital da Cidade e da agência do Banco Itaú (antigo Banco da Província, na esquina da Rua Bento Gonçalves com a Rua Moron), entre outros. Fundou a empresa de comércio e depósito de material de construção Maggi De César, em funcionamento atualmente. Foi Conselheiro Municipal em 1922, filiado ao PRR e sócio proprietário do antigo Cine Coliseu, depois Cine Real. Na sociedade passo-fundense, foi um dos fundadores do Rotary Club de Passo Fundo e, em 1930, presidiu o clube italiano *Società Italiana di Mutuo Soccorso Iolanda Margherita di Savoia*, hoje Clube Caixeiral, sendo ainda correspondente consular do Reino da Itália (TIMM, 1934). João de Cesaro faleceu em 25 de março de 1945, em Passo Fundo.

Comerciante e membro do clube italiano também foi Lodovico Della Mea, último italiano do presente roteiro. Lodovico nasceu em 19 de setembro de 1876, na localidade de Piani di Qua, Comuna de Chiusaforte, na Província de Udine, Itália. Emigrou para o Brasil, via Argentina, juntamente com seus pais e irmãos, em 1889. A família estabeleceu-se em Soturno, no Rio Grande do Sul, instalando um moinho hidráulico. Posteriormente, Della Mea transferiu-

<sup>146</sup> BRASIL. Rio Grande do Sul. *Registro Civil*. Passo Fundo. Óbito de Carlos Marquionati, 22 jun. 1904, Livro 2, p. 37v..

se para Passo Fundo, onde desenvolveu várias atividades ligadas ao comércio. Foi também suplente do Conselho Municipal de Passo Fundo, entre 1920 e 1924, e membro da comissão diretiva da *Società Italiana*, de 1906 a 1923. Lodovico faleceu em 13 de janeiro de 1950.

Os últimos sepultados estiveram à mercê das instabilidades do início do século XX, sobretudo as provocadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Miguel Kozma, também imigrante europeu, nasceu em Budapeste, atual Hungria, em 6 de outubro de 1896. Kozma participou da Primeira Guerra Mundial nos *fronts* de batalha do Império Austro-Húngaro, prestando assistência médica de campo. Após o fim do conflito mundial, emigrou para a Argentina e, em 1919, transferiu-se para Carazinho, na época, distrito de Passo Fundo, passando a atender como médico na localidade. Durante a Revolução de 1923, assumiu a direção do Corpo Médico e da Cruz Vermelha.

Em 1928, Kozma mudou-se para a cidade de Passo Fundo, em razão da necessidade de energia elétrica para o funcionamento do equipamento médico de seu Instituto Radiológico e Terapêutico, que passou a funcionar na Farmácia Central.<sup>147</sup> Na Revolução Constitucionalista de 1932, atuou como chefe da Formação Sanitária Regimental e foi também membro da Sociedade de Medicina de Passo Fundo.<sup>148</sup> Miguel Kozma foi médico radiologista e precursor do estudo e aplicação da radiologia no estado do Rio Grande do Sul. Faleceu no dia 4 de maio de 1974, em Passo Fundo.

O último ponto do roteiro é o túmulo de Miguel Buaes e Afife Buaes. Miguel nasceu em 5 de janeiro de 1870 e Afife, em 20 de junho de 1878, ambos eram naturais do Líbano, à época ainda parte do Império Turco-Otomano. No período de 1895 a 1914, evidenciou-se uma das maiores levas de imigrantes das regiões do Líbano e da Síria para o Brasil (TEDESCO; VANIN, 2017, p. 291). Não houve acordos de subvenção por parte do governo brasileiro para a imigração de sírios e libaneses, diferentemente do que se processou com alemães e italianos ao longo do século XIX. Entretanto, essa imigração – que pode ser considerada como “espontânea” – se deu em razão de múltiplas causalidades, como as opressões do Império Turco-Otomano sobre a população, conflitos advindos de reivindicações internas de autonomia por parte de determinados territórios, ou mesmo conflitos que envolviam o Oriente Médio no início do século XX.

<sup>147</sup> DE CARASINHO. *A Federação*. Porto Alegre, ano XLV, n. 296, 27 dez. 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>148</sup> SOCIEDADE de Medicina. *A Federação*. Porto Alegre, ano XLIX, n. 162, 16 jul. 1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Muitos dos imigrantes sírios e libaneses que se deslocaram ao Brasil passaram a atuar nos ramos do comércio, ou seja, na compra e venda dos mais variados tipos de utensílios e gêneros de toda a ordem, encarnando a figura do vendedor-ambulante, apelidado popularmente de “mascate”. Miguel Buaes emigrou de Beirute, em fins do século XIX, com aproximadamente 25 anos. Em seguida a essa primeira viagem, estabeleceu-se sozinho no município de Passo Fundo, desenvolvendo a atividade de mascate. Posteriormente, retornou ao Líbano e casou-se com Afife Buaes, com quem teve seu primeiro filho.

Após a família retornar e residir no município de Passo Fundo por um período, novas oportunidades foram buscadas na Argentina, na região de Mendoza. Alguns anos depois, o núcleo familiar – agora ampliado em função do nascimento de outros filhos – retornou para o Líbano, entretanto, a situação de fragilidade e instabilidade do Oriente Médio e a entrada dos turcos-otomanos na Primeira Guerra Mundial foram decisórios nas trajetórias de imigração de muitos sírios e libaneses no período.

Miguel, em sua dinâmica atividade de comerciante, retornou ao Brasil e, na sequência, Afife emigrou novamente, em 1915, dessa vez acompanhada de todos os seis filhos do casal. A família se estabeleceu em Getúlio Vargas, local em que residiram por alguns anos e onde Miguel continuou a exercer atividades comerciais (TEDESCO; VANIN, 2017, p. 291). No final da década de 1920, a família mudou-se para a cidade de Passo Fundo. Após tantos deslocamentos, Passo Fundo foi escolhida para ser ponto de parada e estabelecimento definitivo; na cidade, Miguel e Afife residiram até o fim de suas vidas. Miguel faleceu em 1949 e sua esposa, Afife, em 1962. Seus seis filhos constituíram famílias e viveram em outros municípios do estado, mas a maioria permaneceu em Passo Fundo.

### **Considerações finais**

Buscamos trabalhar com algumas possibilidades de abordagens da história local por meio da utilização de túmulos de sepultados no Cemitério Vera Cruz. Dentre elas, optamos pela utilização de dois eixos temáticos: formação étnica e História Política municipal.

Os eixos justificaram-se pela expressiva variedade de túmulos de imigrantes de várias partes do mundo e de lideranças políticas regionais, que deram os tons à formação multiétnica da população e à estrutura política passo-fundense no início do século XX, respectivamente. Ressaltamos que os roteiros propostos podem vir a servir de subsídio para a elaboração de outras rotas: fluxos econômicos, relações familiares e de poder, por exemplo. Em realidade, as possibilidades podem assumir as mais variadas formas, dependendo dos objetivos e temáticas que se deseja contemplar.

O Cemitério Municipal Vera Cruz é um lugar de memória, um espaço de identidade e de identificação histórica, não apenas particular, como também de diversos grupos sociais. Como local de lembrança e de memória, o Vera Cruz evidencia a conformação histórico-social e cultural da cidade de Passo Fundo e remete às variadas formas e significados da vida e da morte. Além disso, por meio de traços, vestígios, práticas de devoção, torna-se um vetor de conhecimento sobre a história da cidade e de seus habitantes, sendo um local privilegiado para a compreensão da formação sócio-histórica da comunidade.

## Referências

- ANNES, Marina Xavier e Oliveira. *Johann Adam Schell e sua descendência*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1980. Disponível em: <http://jabspaimbandeira.blogspot.com.br/2010/06/descendencia-de-johann-adam-schel.html?view=snapshot>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPURS, 1996.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BESCHOREN, M. *Impressões de Viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- BRAUN, Felipe Kuhn. *Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no Sul do Brasil*. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 2011.
- d'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Caixeiral Campestre Tênis Clube. 1901-2001 – Cem anos de história*. Passo Fundo: Gráfica Imperial, 2001.
- FERREIRA, Mariluci Mello. *A Trajetória Política de Prestes Guimarães*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de Ensino de História*. Campinas/SP: Papirus, 2003.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Os Lugares da Memória. In.: SILVA, René Marc da Costa (Org.). *Cultura Popular e Educação*. Brasília: Salto Para o Futuro/ TV Escola/ SEED/ MEC, 2008.
- MACHADO, Ironita P. Metodologia da Educação Patrimonial e o Ensino de História. In: MACHADO, Ironita P.; ZANOTTO, Gizele. (Org.). *Momento Patrimônio: Vol.2*. Passo Fundo: Berthier, 2013, p. 127-150.
- NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 159-188.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto histórico*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1990. v. II.



RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul - 1891*. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid>. Acesso em: 03 jun. 2018.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – época imperial (1822-1889)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. v. II.

SCHÜRHAUS, Moacir. A Colônia São Pedro de Alcântara (SC): suas origens. *Revista Santa Catarina em História*, vol. 1, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2007.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT Giovani; CORTEZE, Dilse. Italianos em Passo Fundo – final do século XIX e início do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 189-256.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. Sírios e libaneses em Passo Fundo – final do século XIX e primeiras décadas do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 257-310.

TIMM, Octacílio; GONZALEZ, Eugenio (Org.) *Album Illustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

# **ENTRE A PRIMEIRA REPÚBLICA E O ESTADO NOVO DE SALAZAR: INTELECTUAIS CATÓLICOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA EM PORTUGAL (1910 – 1940)**

Edmilson Antonio da Silva Junior (PGH – UFRPE)

Orientador: Dr. Carlos André Silva de Moura (PGH – UFRPE/UPE)

Agência de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES)

**Resumo:** A Primeira República portuguesa foi fundada em 1910 e com ela inúmeras mudanças socioculturais e políticas substanciais vieram à tona na sociedade lusitana das primeiras décadas do século XX. O então Ministro da Justiça, Afonso Costa, tinha o objetivo de acabar com a religião católica, em território português, em algumas poucas décadas e, para tanto, pôs em voga um projeto de laicismo na recém instaurada República lusitana a partir da Lei de Separação entre Estado e Igreja em 1911. Em reação ao anticlericalismo do Estado lusitano, diversos intelectuais católicos, atrelados ou não a hierarquia da Igreja, se organizaram em torno de um projeto antagônico, a Restauração católica. Ao longo da primeira metade do século XX, esses intelectuais desenvolveram um papel fundamental na transformação do padrão discursivo dominante na sociedade lusitana e, conseqüentemente, foram importantes atores na construção de uma nova cultura política na sociedade portuguesa, propiciando, nos anos 1930, como coloca António Costa Pinto (2007), o surgimento de uma Vaga Autoritária em Portugal ocupada por Oliveira Salazar, principal agente civil responsável por erigir o Estado Novo português sob o lema “Deus, pátria, autoridade e família”.

**Palavras-chave:** cultura política; intelectuais católicos; recatolização.

## **Introdução**

O objetivo deste texto é discutir a relevância das atuações dos intelectuais católicos e intelectuais católicos leigos no contexto político-cultural da sociedade portuguesa entre a Primeira República, implantada em 1910 e a assinatura da Concordata de Portugal com a Santa Sé em 1940, balizas temporais que abarcam o que denominamos como a emergência de uma cultura política autoritária – e de base católica – na sociedade lusitana. Para realizar esses empreendimentos, nos abrigaremos sob o guarda-chuva da História Cultural, mais precisamente nos guiando através das considerações de Roger Chartier, uma vez que entender a militância católica como uma prática é fundamental para destacarmos que tais indivíduos estavam atrelados direta ou indiretamente a uma instituição e suas ações visavam a representação de um mundo que, para eles, significava a verdade a ser universalizada. Além disso, como objetivamos nos debruçar sobre a construção de uma cultura política autoritária em Portugal, Chartier nos é útil porque seguindo seus escritos podemos identificar a forma como em diferentes lugares e momentos uma realidade social específica é erigida, pensada e lida (CHARTIER, 2002, p. 17).

Como buscamos evidenciar um processo de transformação em um padrão discursivo, não podemos ignorar que as fases de mudanças socioculturais e políticas protagonizadas pela humanidade ao longo da história foram e ainda são interpretadas por alguns historiadores como

fruto de uma hierarquia causal que garantiria uma correspondência objetiva entre uma infraestrutura e uma superestrutura. Por julgar as práticas e representações fundamentais na pesquisa histórica, não consideramos que a “base” simplesmente determina a “superestrutura”, nem mesmo que ela, arbitrariamente e estruturalmente, estabeleça as circunstâncias de possibilidades para as práticas, mas que existe uma interação contínua entre “ideias y realidade, entre intención y circunstancias y entre prácticas colectivas y contexto social” (CABRERA, 2001, p. 37). Em nosso prisma teórico, há uma mediação discursiva responsável por significar a realidade social em que os indivíduos estão situados e, é a depender das relações de representações imersas nessa mediação discursiva que as interpretações hegemônicas de determinado contexto podem emergir (CABRERA, 2001).

O conceito de cultura política já utilizado anteriormente advém da Nova História Política e nos permite entender a complexidade das relações humanas que se manifestam por meio das normas, valores, tradições, representações e práticas de uma sociedade em um determinado lugar e época (BABPTISTA, 2016). É importante apontar, no entanto, que o conceito de cultura política, no singular, não deve enganar o leitor e conseqüentemente o confundir, levando-o a crer que tem a ideia de consenso social como sinônimo. Na verdade, existem culturas políticas distintas em um mesmo lugar e época disputando espaço e emergência no padrão discursivo da sociedade, de maneira que ainda que haja uma sobressalente, inúmeras outras continuam a existir em competição visando ressaltar-se das demais.

### **A Lei de 20 de abril e o processo de recatolização da sociedade Lusitana (1911 – 1926)**

A implantação da Primeira República Portuguesa ocorreu em 5 de outubro de 1910, dissolvendo o regime constitucional monárquico, e realizou inúmeras mudanças importantes para o cenário político e cultural português, dentre as quais, a mais relevante em relação a nossa pesquisa, a Lei de Separação entre o Estado e a Igreja de 1911. Essa lei, aprovada em 20 de abril, foi redigida pelo Partido Republicano Português e teve como principal advogado o Ministro da Justiça Afonso Costa que chegou a declarar em periódicos noticiosos da época que o objetivo da legislação aprovada era acabar com o catolicismo em Portugal em algumas décadas (MOURA, 2010).

Em outras palavras, o que esteve em curso na década de 1910 em Portugal foi um projeto de laicismo, isto é, um processo que tem como finalidade encerrar as práticas religiosas, bem como silenciar as atividades clericais dos membros da Igreja. Essas ações caminhavam com o apoio de parte da sociedade civil e a legislação visava realizar não apenas a remoção do religioso dos espaços públicos, mas também possuía a intenção de interferir, por exemplo, nos

setores educacionais lusitanos (MOURA, 2018). Nessas disposições legais, além de expropriar diversas propriedades que antes pertenciam a Igreja, o Estado português proibiu a associação do político com o religioso nas igrejas, colocando como crime o acontecimento de “reuniões políticas” nos espaços destinados aos cultos religiosos, assim como a verbalização de qualquer “discurso político” proferido pelos eclesiásticos no momento das celebrações religiosas. A legislação determinou também em quais horários poderiam acontecer os cultos e tocar os sinos das Igrejas, ações que só poderiam ser executadas pelos religiosos se, para o poder municipal, não incomodassem os cidadãos residentes na localidade. No âmbito da instrução religiosa infantil, segundo o artigo 54º do decreto: “crianças em idade escolar, que ainda não tiverem comprovado legalmente a sua habilitação em instrução primária elementar, não poderiam assistir ao culto durante as horas de lições” (PORTUGAL, 1911).

Na prática, as ações policiais orquestradas pelo Partido republicano português podem ser consideradas tão severas quanto os dispositivos legais aprovados, afinal, como nos mostra Maria Lúcia de Brito Moura (2010), alguns párocos foram presos por usarem suas vestes talares nos espaços públicos, o que era proibido de acordo com o decreto de 20 de abril de 1911, ou por se envolverem com o que se considerava à época como política. É importante destacar que as ações de laicismo não partiam somente dos poderes do Estado, mas comumente, sobretudo em Lisboa e outras cidades urbanas, ocorriam invasões para saque e depredação nas Igrejas Católicas operacionalizadas por civis simpatizantes das ideias anticlericais adotadas como normas pelos republicanos. Dado a gravidade e a incidência de tais ações, segundo Carlos Moura (2018), alguns grupos de padres decidiram se organizar taticamente em formato de guerrilha armada, no entanto, tais procedimentos de resistência foram um ponto fora da curva nas medidas adotadas pela Igreja Católica para se contrapor à Lei de Separação.

As formas mais comuns de reação religiosa se desenvolveram no plano das disputas de representações e foram orquestradas e operadas por grupos de intelectuais católicos, ou seja, membros da hierarquia da Igreja Católica, e intelectuais católicos leigos, indivíduos bacharelados (ou em formação), jornalistas, políticos e escritores que tivessem suas ações de construção do pensamento social e da identidade nacional ligados com os projetos eclesiásticos. Em outras palavras, o conjunto dos intelectuais católicos que nos referimos em nossa pesquisa são militantes da filosofia papista e das instituições confessionais, e são vinculados com as ações sociopolíticas e culturais da Igreja romana. Visando o combate ao anticlericalismo e recristianizar a sociedade lusitana, esses intelectuais foram protagonistas fundamentais no processo de recatolização da Igreja Católica em Portugal (MOURA, 2018).

A restauração católica esteve ancorada no tradicionalismo da ordem política e religiosa ao processo de secularização das sociedades promovida pelo liberalismo político-econômico e, diante disso, buscava impedir ou reverter as laicizações em diversas instituições no Ocidente. O início desse projeto ocorreu por volta dos anos 1850, no início do pontificado de PIO IX e encontrou seu auge no Concílio do Vaticano I. Apesar dos intelectuais católicos diretamente envolvidos nesse projeto não terem a intenção de tornar o catolicismo, novamente, a religião oficial dos Estados que se tornaram laicos, era objetivo deles que os ensinamentos católicos retornassem como indispensáveis, ou seja, que a forma católica de enxergar o mundo se tornasse a representação hegemônica no início do século XX (MOURA, 2018). Das principais obras papais que deram suporte teórico para os demais intelectuais católicos estruturarem suas formas de ação em seus respectivos países destacam-se: a Encíclica *Quanta Cura* e seu anexo *Syllabus Errorum* (1864) e a Encíclica *Rerum Novarum* (1891).

Os intelectuais católicos e intelectuais católicos leigos lusitanos desenvolveram estratégias diversas (que comumente passavam por um ponto em comum, a “boa imprensa”) para auxiliar no processo de reconstrução de uma sociedade católica em Portugal. Os intelectuais ligados a hierarquia da Igreja se preocuparam em estabelecer, na medida do possível, boas relações com o poder civil de modo a barganhar o recuo de proibições particulares e outras micro conquistas diante de um cenário de forte anticlericalismo, porém, a maior atuação desses personagens se deu no campo da imprensa católica que publicava textos catequéticos, teológicos, propagandísticos de obras católicas e noticiosos de eventos religiosos como sobre as supostas aparições de Nossa Senhora de Fátima na Cova da Iria e suas consequentes peregrinações nos meses seguintes a abril e nos anos seguintes a 1917, quando ocorreram as ditas aparições (REIS, 2001).

Por outro lado, os intelectuais católicos leigos desenvolveram uma atuação mais plural, isto é, por serem civis, além de exercerem um papel fundamental de divulgação e propaganda das representações de mundo católica, também participavam ativamente da vida política do país desenvolvendo debates acalorados nos centros acadêmicos da Faculdade de Coimbra, nos cafés e nas ruas lisboetas, integrando as cadeiras republicanas do governo instaurado em 1910 ou, no caso do movimento Integralista Lusitano, aglutinando todas essas ações e provocando ainda, ocasionalmente, insurgências monarquistas nas cidades portuguesas (PINTO, 2016).

Esses intelectuais católicos e intelectuais católicos leigos foram de suma importância para uma nova mediação discursiva na sociedade lusitana e conseqüentemente para a construção de uma cultura política autoritária de base católica em Portugal. Portanto, nos

debruçaremos sobre as atividades de alguns intelectuais ligados a hierarquia da Igreja e suas ações iniciais, ainda em 1911, contra o laicismo português, bem como a influência das supostas aparições marianas no processo de recatolização ao longo da primeira metade do século XX. O início do combate às ações dos republicanos por parte do clero português e o projeto de recatolização iniciaram formalmente com a publicação da Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal em 1911, antes mesmo da aprovação da lei de separação em 20 de abril. Concluída em 24 de dezembro de 1910, a pastoral criticava fundamentalmente as ações e os discursos sobre “as questões religiosas” após a implantação da República e buscava estruturar a formação de uma “neocristandade militante” que visava “restaurar o verdadeiro patriotismo” em Portugal (MOURA, 2010; MOURA, 2018).

Essa tentativa inicial de criação de uma militância católica estava alinhada com os processos de romanização e de restauração católica da Cúria romana e, em Portugal essa reinvenção da postura catequética ocasionou o estreitamento das relações entre as instituições eclesásticas com associações estudantis e grupos políticos como o Centro Acadêmico de Democracia Cristã (C.A.D.C.); o Centro Católico Português (C.C.P.) e o Integralismo Lusitano. Assim como esses últimos, tais organizações tiveram um papel militante significativo na formação das elites lusófonas porque fomentaram um pensamento católico conservador, saudosista, antiliberal, antidemocrático, corporativista e, a partir das aparições marianas em 1917, também disseminaram um pensamento providencial (MOURA, 2018).

Dentre as três organizações citadas, o Integralismo Lusitano possuiu, pelo menos nos anos 1910 e 1920, maior influência e espaço de atuação, de modo que parte dos intelectuais que compunham esse movimento também dialogavam, estavam inseridos ou, em determinado momento, fizeram parte do C.A.D.C. ou do C.C.P. Embora fundado oficialmente apenas em 1914, já existiam encontros entre esses intelectuais no interior da Faculdade de Coimbra, onde estudavam, com o objetivo de discutir a situação da então Monarquia Constitucional portuguesa e os problemas que nela enxergavam (PINTO, 2016). Segundo António Costa Pinto (2016, p.26), a vida política do Integralismo português teve três fases principais: a primeira, que se baliza entre sua fundação em 1914 e a Ditadura de Sidónio Pais (1917-1918) e se caracteriza por um atuação exclusivamente ideológica; a segunda, marcada pela tentativa de organizar efetivamente um movimento político, se estende até 1922, quando o Integralismo lusitano suspende suas atividades devido a problemas com o pretendente legítimo a coroa portuguesa; e por último, a sua fase mais difusa, marcada pela proliferação de diversos núcleos dissidentes até 1932, quando há a dissolução definitiva da Junta Central.

Em sua primeira fase, quando se concentrou na propaganda ideológica, os integralistas foram responsáveis pela publicação de vários periódicos que tinham projeção nacional como o *Aqui D'EL Rei!* veiculado em Lisboa no ano de 1914. Por pertencer a um movimento monarquista, esse quinzenário integralista veiculava textos de cunho doutrinal e teórico-político comumente voltados para críticas a república recém instaurada e, por outro lado, construíam discursivamente o porquê voltar a monarquia tradicional (e não a constitucionalista) seria a solução dos problemas de Portugal. É importante destacar também que o ideal monarquista e a religião católica, para esses intelectuais, eram indissociáveis, de modo que era incompreensível compreender a ideologia do integralismo lusitano e sua atuação abstraindo o catolicismo (QUINTAS, 2004).

Segundo João do Amaral, em texto publicado na primeira edição do *Aqui D'EL Rei!* com o título: “Carta ao excelentíssimo senhor Machado Santos, fundador da República”, frente aos inúmeros problemas da República e suas consequências ainda mais graves, seria necessário “trabalhar pela construção de um exercício durável, segundo as leis eternas da ciência social e sob as formas modernas que, longe de romperem com a comunidade histórica, antes representam o seu prolongamento normal” (AQUI D'EL REI, 1914, p. 10). Seguindo o modelo de sociedade proposto pela encíclica *Rerum Novarum*, os integralistas pensavam uma sociedade portuguesa a partir de uma constituição orgânica baseadas em um regime corporativo, como afirma João Amaral: “consagradas pela tradição e conservadas pelo costume” (AQUI D'EL REI, 1914, p. 10).

Outro ponto extremamente importante para observarmos a evolução ideológica do integralismo e suas representações discursivas que contribuíram para a construção de uma cultura política autoritária e católica no início do século XX em Portugal é o apelo a uma figura centralizadora como fonte de solução dos problemas. Como acima, a história do movimento possui três fases e a última, que se inicia em 1922 (quando a Junta Central do integralismo lusitano se dissolve temporariamente, mas concede aos seus integrantes liberdade política para atuar em outras organizações), é caracterizada pela aproximação dos integralistas com outras ideologias autoritárias que circundavam a Europa naquele período, como o fascismo italiano (PINTO, 2016).

Alguns escritos evidenciam uma nova perspectiva que começou a se esboçar a partir da liderança de algumas das fileiras integralistas por Francisco Rolão Preto. Segundo ele, ainda em 1923: [...] possuímos também nós uma doutrina de salvação [...] E se não houver rei, que

haja Ditador, porque será o chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos! (A MONARQUIA, 1923, Apud PINTO, 2016).

Essa postura de “doutrina da salvação” a espera de um rei ou, na recusa ou ausência deste, a ânsia por um ditador não nos informa apenas sobre a escalada autoritária de uma secção da cultura política portuguesa, mas também sobre a espera de uma resposta divina para a “salvação” de Portugal. Afirmamos isso porque, junto com Fairclough (2016) acreditamos que ao invés de cosméticas, as metáforas inseridas no discurso fazem parte das representações de mundo de quem as pronuncia e, ao mesmo tempo que representam uma visão de mundo, significam o mundo para os indivíduos que seus discursos são proferidos. Nesse caso, a espera de uma solução extramundana, apesar de historicamente presente devido a tradição católica do movimento, foi acentuada a partir de 1917 com as aparições de Nossa Senhora de Fátima na Cova da Iria entre abril e outubro e, posteriormente, devido a ascensão do “ditador-rei” Sidónio Pais ao poder, o que foi considerado por alguns como obra da providência divina.

As supostas aparições de Nossa Senhora de Fátima ocorreram no Distrito de Santarém, mais especificamente na Cova da Iria em 1917 e, segundo a literatura católica, em todos os eventos, as únicas pessoas que conseguiram ver a Senhora do Rosário foram três crianças, Lúcia dos Santos (10 anos), Francisco Marto (09 anos) e Jacinta Marto (07 anos), porém, somente Lúcia poderia comunicar-se com a suposta aparição. O primeiro caso das aparições ocorreu no dia 13 de maio quando as crianças pastoravam e, segundo a Irmã Lúcia, viram “sobre uma Carrasqueira, uma senhora, vestida de branco, mais brilhante que o Sol, espargindo luz, mais clara e intensa que um copo de cristal cheio de d’água cristalina, atravessado pelos raios do sol mais ardente” (KONDOR, 2007, p. 173). Ao se aproximarem de maneira cautelosa Nossa Senhora teria dito: “Não tenhas medo. Eu não vos faço mal” e, ao responder aos questionamentos das crianças, teria dito que vinha do céu e, além disso, afirmou: “Vim para vos pedir que venhais seis meses seguidos, no dia 13 a esta mesma hora. Depois vos direi quem sou e o que quero” (KONDOR, 2007, p. 173).

Esse primeiro caso de vidência foi pouco noticiado pela imprensa local, no entanto, de mês em mês, a popularidade das aparições alcançava territórios mais longínquos até atingirem proporções nacionais e internacionais volta de outubro. Nesse mês um grande público rumou à Cova da Iria a espera do milagre que a Senhora do Rosário havia anunciado anteriormente com a intenção de creditar as palavras das crianças que além de relatarem os acontecimentos para os eclesiásticos (preocupados com a legitimidade das palavras das crianças e das supostas aparições) eram inquiridos pela polícia do regime republicano, uma vez que manifestações



religiosas em lugares não autorizados pelo Estado eram consideradas crimes pela Lei laicista de 20 de abril de 1911.

A sucessão dos dia 13 de cada mês e o conseqüente relato de Lúcia dos Santos sobre as referidas aparições alimentou a curiosidade popular sobre o assunto e, nesse âmbito, os periódicos foram extremamente importantes na divulgação dos ocorridos, ainda que a grande maioria da imprensa republicana noticiasse e analisasse tais acontecimentos como uma manobra da Igreja Católica para tentar alienar a população, ou como um jogo econômico e imobiliário para aumentar os preços das terras pouco férteis onde a Senhora do Rosário havia aparecido. Por outro lado, a “boa imprensa”, como os intelectuais católicos denominavam os órgãos de informação produzidos por seus pares, obteve destaque na sua função de divulgadora dos eventos sociorreligiosos ocorridos entre maio e outubro de 1917 devido a ampliação das reações positivas sobre as supostas aparições (REIS, 2001).

A grande maioria dos veículos de imprensa do período só começou a noticiar sobre as aparições de Fátima por volta do mês de setembro, tendo o ápice das publicações sobre o tema após o dia 13 de outubro, quando ocorreu o “bailado do sol” ou, como afirmam os católicos, “o milagre do sol”. Uma das mais conhecidas produções jornalísticas sobre o evento são os escritos do jornalista português Avelino de Almeida no jornal *O século* que, posteriormente, foi replicada em outros periódicos como o *Ilustração Portuguesa*. Segundo Avelino de Almeida, “milhares e milhares de pessoas” peregrinaram até a região de Fátima por curiosidade ou por fé no dia 13 do décimo mês de 1917 e, nas palavras do jornalista:

A chuva, à hora pronunciada, deixar de cair; a densa massa de nuvens romper-se e o astro-rei – disco de prata fosca – em pleno Zenith aparecer e começar dançando n’um bailado violento e convulso, que grande numero de pessoas imaginavam ser uma dança serpentina, tão belas e rutilantes côres revestiu sucessivamente a superfície solar. Milagre como gritava o povo; fenômeno natural, como diziam os sábios? Não curo agora sabl-o, mas apenas de te afirmar o que vi... O resto é com a ciencia e com a Egreja (ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, out. 1917, p. 356).

Em grande medida devido a propaganda católica que visava transformar os eventos ocorridos na Cova da Iria em um culto de expressão nacional nos anos seguintes a 1917, foram registrados números crescentes de peregrinos que rumavam a cidade de Fátima entre os meses de junho e outubro, sendo este último, principalmente no dia 13, o mês em que se registrava mais pessoas em peregrinação. A partir dos registros de supostos milagres descritos pelos fiéis pôde-se perceber que não apenas portugueses rumavam à Fátima, mas pessoas de outros países também. Nesse sentido, as peregrinações se tornaram um evento sócio religioso de grande porte,

necessitando da atenção do Estado (que a essa época já havia desistido de reprimir a caminhada dos peregrinos) para prover a segurança do público e a regulação dos espaços urbanos, afinal, a popularidade dos acontecimentos havia provocado o interesse econômico nas regiões vizinhas, o que acarretou a construção de instalações hoteleiras, comerciais, de enfermaria, alimentação etc. (PIMENTEL, 2020).

Em outras palavras, no correr da década de 1920 uma parte considerável da sociedade lusitana foi imersa no contexto do culto a Nossa Senhora de Fátima e mais notadamente nas articulações em torno das peregrinações, acarretando a inserção das peças ideológicas desse processo nas representações constituintes de um das culturas políticas lusitanas, de modo que passou-se a significar as peregrinações como “atos de penitência de católicos portugueses que amavam sua pátria” e por isso rumavam à Fátima rezar à Senhora do Rosário para que Portugal “triunfasse” enquanto nação (REIS, 2001).

As crises sociais, econômicas e políticas vivenciadas pelos portugueses desde o início da Primeira república tinha acarretado um alto índice de desemprego e fome que, inclusive, foram uma das principais causas de saques a estabelecimentos comerciais no período. Diante disso, a situação portuguesa contrastava radicalmente com o que os republicanos haviam prometido em outubro de 1910 quando derrubaram a monarquia parlamentar. Dentro desse cenário de insatisfação para com a Primeira República estavam os intelectuais católicos e os intelectuais católicos leigos que, como apontamos ao longo do texto, foram importantes personagens para a transformação da cultura política portuguesa, uma vez que esses intelectuais, detendo o poder de quem é portador da verdade, conseguiram construir através de suas representações um regime de verdade (FOUCAULT, 2017). À direita do espectro político, próximo a esses intelectuais, alguns militares também se mostravam insatisfeitos com os caminhos tomados pelo regime republicano de modo que com o apoio da Igreja Católica e de consideráveis setores da sociedade civil o Exército português executou um golpe de Estado em 28 de maio de 1926 (MADUREIRA, 1997).

A partir desse momento se instaurou uma ditadura em território lusitano que foi responsável não só pelo cessar das perseguições do Estado para com a Igreja Católica, mas por uma reaproximação entre as duas instituições de modo que alguns importantes intelectuais católicos leigos começaram a integrar algumas das pastas do governo militar. Tanto a quartelada quanto suas novas políticas diante da religião católica foram bem vistas pelos fiéis que compunham uma grande parcela da população portuguesa e, como referenciado anteriormente, além de tais ações serem recebidas com gozo, é importante ressaltar também que junto aos

intelectuais católicos, diversos setores sociais alinhados com a recém construída cultura política autoritária de base católica significavam esses acontecimentos como obra de Deus através de Nossa Senhora de Fátima (SIMPSON, 2014; REIS, 2001).

### **Entre Deus, a pátria, a autoridade, a família e o trabalho: a construção do Estado Novo e suas diretrizes ideológicas**

O golpe militar instaurou um regime autoritário que só foi dissolvido com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, quando, apoiados pela sociedade civil, a ampla maioria democrática e de esquerda dos militares decidiram ocupar as ruas. Entre o regime instaurado em 1926 pelos militares e os anseios democráticos e socialistas, cultivados nos meses iniciais da Revolução dos Cravos, houve o corporativismo católico e autoritário do Estado Novo português (AUGUSTO, 2011). Esse projeto das elites católicas durou 41 anos e a maioria deles teve António de Oliveira Salazar como chefe de Estado. Devido a isso e as peculiaridades dos 35 anos em que esse intelectual católico leigo esteve no comando de Portugal o projeto de governo exercido nessas quatro décadas foi denominado de salazarismo. No entanto, embora a propaganda estadonovista tenha se esforçado para tornar comum a narrativa de que, ainda no regime militar, Oliveira Salazar apareceu de uma hora para outra (como obra da providência divina) para salvar Portugal das consequências da crise social, política e econômica deixada pela Primeira República, é importante destacar que ele foi construído no seio da intelectualidade católica e reacionária lusitana de modo que, desde sua juventude, foi ativo politicamente e não uma espécie de gestor de contas averso a política como o representavam (ROSAS, 2015).

A concordância dos líderes do regime militar com as condições impostas demonstra quão mal caminhava a economia do país, da mesma forma que denota o capital político reunido em torno de Oliveira Salazar que, além de ser bem-quistado pelos setores políticos institucionais mais conservadores e pela Igreja, também era elogiado pelos intelectuais reacionários, inclusive fora de Portugal (MENEZES, 2011). Depois de sua posse, Salazar traçou o que considerava como “Problemas nacionais” e como viria a ser a “ordem da sua solução”, frases que compõe o seu discurso no dia 09 de junho de 1928 no Quartel general de Lisboa (SALAZAR, 1935).

Um ano após a posse de Oliveira Salazar e a vigência de suas medidas de austeridade e arrecadação de impostos que resultaram em um corte de 140 mil contos, Portugal obteve uma receita de aproximadamente 200 mil contos em um ano. Em outras palavras, as estatísticas oficiais apontaram um superávit na cifra de 285 mil contos, ou seja, as medidas impostas por Oliveira Salazar acarretaram numa arrecadação maior do que a prevista por meio dos impostos e gastara menos que o cálculo nacional (MENEZES, 2011). Nesse sentido, se em torno da

imagem de Oliveira Salazar já existiam representações messiânicas atribuindo a ele a salvação econômica de Portugal, depois da restauração das contas públicas ele passou a ter um status, segundo Fernando Rosas (2015), de mago das finanças.

No entanto, como pode-se notar através dos seus discursos enquanto ministro da economia, Salazar e seus apoiadores políticos não enxergavam o regime ditatorial instaurado em 1926 com um fim em si mesmo. Para eles, o então regime cumpria o importante papel de um projeto de transição para um novo modelo de Estado e de governo. Então, para atingir os objetivos que almejava para Portugal, Oliveira Salazar afirmava que deveria substituir a desorganização que ainda se encontrava vigente na ditadura militar por uma organização que “integre a Nação, toda a Nação, no Estado por meio de novo estatuto constitucional” (SALAZAR, 1935, p. 65).

Salazar desejava construir um Estado forte e que apresentasse unicidade em um poder executivo que estaria arraigado num distanciamento das características dos regimes do “liberalismo individualista ou socialista” que tinham em seu cerne o “espírito partidário” e os excessos de desordem (SALAZAR, 1935, p.81-82). Nesse sentido, a Constituição Republicana Portuguesa de 1933, que instaurou oficialmente o Estado Novo português, pois em voga um regime ditatorial que utilizou amplamente seus mecanismos de governabilidade para controlar a política institucional, censurar os meios de comunicação, perseguir os opositores políticos e doutrinar a população lusitana segundo as suas bases ideológicas. Para o regime de Oliveira Salazar, ao contrário do que ocorria durante a Primeira República, não se discutia “[...] Deus e a virtude; [...] a Pátria e a sua História; [...] a autoridade e seu prestígio; [...] a família e a sua moral; [...] a glória do trabalho e o seu dever” (SALAZAR, 1937, p. 130). Essas convicções nortearam as políticas do regime salazarista de modo que se antes, nos anos 1910, era comum a perseguição de eclesiásticos, durante o Estado Novo português havia (além da obrigatoriedade da presença de símbolos religiosos em escolas, por exemplo) a participação desses indivíduos nas ações do regime e vice-versa. Isto é, era comum a participação de integrantes da cúpula do governo em celebrações religiosas importantes em Portugal, o que significava, naturalmente, a aproximação entre as duas instituições (CARVALHO, 2000).

Evidentemente, enquanto as participações desses agentes do Estado nos cultos eram realizadas em público e havia permissão para a imprensa divulgar esses acontecimentos, a participação dos eclesiásticos nas discussões do regime eram realizadas de maneira sigilosa e, nesse sentido, existia um discurso oculto e um discurso público promovido pelo Estado e pela Igreja Católica para circular abertamente, ou não, na sociedade portuguesa. Isso pode ser notado

ainda em 1932, quando Oliveira Salazar anunciava o estatuto constitucional concedendo entrevistas ao futuro diretor de propaganda nacional, António Ferro. Segundo Salazar:

[...] os católicos foram absolutamente estranhos à minha entrada no Governo, como têm sido absolutamente estranhos a todos os meus actos políticos. Essa confusão parte, possivelmente, das minhas afinidades e relações de amizade com alguns católicos de prestígio, e é estabelecida com fins já muito conhecidos... (FERRO, 1933, p. 35).

Essa narrativa de Salazar é incompatível com a realidade, afinal, foi sua participação em organizações católicas estudantis e no CCP, bem como suas publicações no jornal católico *Novidades* que possibilitaram sua chegada ao governo militar primeiramente em 1926 e depois, definitivamente em 1928. Além disso, após suas correspondências com eclesiásticos como o Cardeal Patriarca de Lisboa Manuel Gonçalves Cerejeira terem se tornado públicas, qualquer afirmação negando uma relação direta com a Igreja Católica e a influência desta em sua política tornam-se apenas o discurso público de um chefe de Estado que, ainda que conduza uma ditadura, governa sob um regime republicano com uma oposição existente, embora relativamente controlada em alguns momentos.

Salazar e Cerejeira conversavam sobre inúmeros assuntos com um nível de intimidade particular devido a íntima relação de amizade entre eles desde os anos 1910, quando frequentaram os mesmos espaços na faculdade de Coimbra. Os maiores volumes de cartas trocadas entre esses dois intelectuais são sobre as negociações dos artigos da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, no entanto, o que chama atenção ao analisarmos os escritos não são essas tratativas dos termos (porque embora comungassem de pensamentos parecidos, ambos defendiam os interesses de suas instituições), mas a forma como Cerejeira associava as obras de Salazar com obras divinas, o que representava o pensamento predominante da Igreja Católica portuguesa, afinal tais associações eram originárias do Cardeal Patriarca de Lisboa ao próprio Presidente do Conselho de Ministros (CARVALHO, 2010).

No dia 8 de dezembro de 1938, por exemplo, já durante as negociações sobre a Concordata, Manuel Gonçalves Cerejeira escreveu a Salazar:

Eu continuo a pedir a Deus e a pedir-te que faças quanto estiver na tua mão para lewares este negócio ao fim. Fiz muito dele para o bem da Igreja e de Portugal. Além do mais, parece-me o meio eficaz de consolidares a tua obra espiritual. Escrevo-te no dia de Nossa Senhora da Conceição. Que Ela te ajude em tudo e te inspire. A conclusão deste negócio, já tão próximo do fim, é certamente das coisas que mais A alegrarão. E se o puderes fazer, creio que Lho deves. Quando Deus pôs tanto poder e tanta glória na tua mão, justamente espera de ti, filho da Igreja, não ponhas de banda coisa de tanta importância para a Igreja e para a Pátria (CARVALHO, 2010, p. 169).

Nesse trecho da correspondência endereçada ao então Presidente do Conselho de Ministros pode-se notar, além do evidente entrelaçamento do universo político com o religioso, uma tentativa do Cardeal em atentar para as responsabilidades de Salazar enquanto católico e intelectual originário da Igreja e, portanto, “filho” dela. Ademais, é importante notar as representações messiânicas em torno do governo de Salazar que é encarado, pelo menos na correspondência, como parte de sua “obra espiritual”.

Em diversas outras cartas Cerejeira não só tece elogios ao chefe do Estado Novo, mas transmite também palavras de bênçãos de outros importantes eclesiásticos ao regime e a Salazar. No dia 4 de março de 1939, por exemplo, o Cardeal comunicou as bênçãos que o Papa Pio XII havia concedido a Oliveira Salazar por meio dele: “E virando-se para mim, abraçou-me e disse: ‘Diga a Salazar que o abençoo neste momento. Que ele, que tanto tem trabalhado e feito pelo seu País, possa levar a cabo a sua obra. [...] Que Deus o defenda e proteja’” (CARVALHO, 2010, p.172).

A obra a que o Papa Pio XII se refere é a já referida Concordata que estaria sendo negociada entre Portugal e a Santa Sé. Essa transmissão das palavras do Santo Padre pelo Cardeal Cerejeira representa, como já referendamos por outros exemplos, a estreita relação entre o regime salazarista e os amplos setores da Igreja Católica e, além disso, tal mensagem destinada a Oliveira Salazar é um importante demonstrativo das dimensões políticas do projeto concordatário seja para a Igreja, seja para o Estado. Essa relevância pode ser entendida quando no meio das negociações, ainda em 1938, ambas as partes do acordo discutem coincidir a assinatura da Concordata com as comemorações do duplo centenário da fundação e da restauração da nacionalidade portuguesa em 1940 (CARVALHO, 2010).

Ocorrida exatamente durante esses festejos, a assinatura da Concordata representou tanto para a Igreja quanto para o Estado, a oficialização de laços entre as duas instituições, bem como simbolizou as representações e práticas de um regime diametralmente oposto ao laicismo posto em prática na primeira década do século. Em outras palavras, mesmo que durante as tratativas o clero tenha desistido de diversas exigências, esse processo foi encabeçado por inúmeros intelectuais católicos envolvidos com o projeto de recristianização da sociedade portuguesa e sua concretização foi vista por seus pares como uma vitória conquistada pela Igreja após um árduo caminho percorrido desde 1910 (MOURA, 2018). Após a conclusão dos ajustes sobre o acordo concordatário Oliveira Salazar enviou um bilhete comunicando a novidade ao Cardeal Cerejeira que, em resposta, o endereçou uma carta no dia 27 de abril de 1940 com as seguintes palavras:

Meu caro António, Agradeço-te do coração o bilhete a comunicar-me a notícia de que se chegou ao fim nas negociações para a Concordata. Deo Gratias! Não podes imaginar a alegria que tive com isso. Desejei-a tanto que não foi sem comoção que soube realizada. Desejei-a, e tralhei e rezei por ela. *É um documento que marcará uma época nova [...]. Deus te pagará. Nem Ele te pôs onde estás, com o poder e prestígio que tens, senão para que tu O servisses e à Sua Igreja, para O fazer reinar em Portugal! Não tenho a menor dúvida de que um dilúvio de graça e misericórdia cai sobre Portugal, e cairá enquanto nós formos fiéis a Deus* (CARVALHO, 2010, p. 184. Grifo nosso).

A assinatura da Concordata foi realizada dez dias após o envio da correspondência citada acima coincidindo com as datas festivas do duplo centenário de 800 anos de independência nacional e 300 anos de Restauração como o regime salazarista havia combinado com a Igreja Católica desde o início das negociações. As palavras do Cardeal Cerejeira ao então Presidente do Conselho de Ministros deixa bem evidente a importância do acordo entre a Santa Sé e Portugal ao considerá-la como um documento que marcará a história de uma nova época, ademais, o restante do trecho nos permite compreender que a elite católica pensava o governo de Oliveira Salazar no Estado Novo como o representante ungido por Deus para servir aos Seus interesses e os da Igreja Católica em Portugal.

Esse aspecto providencial não está relacionado somente ao fato de o Presidente do Conselho de Ministros ter sido catapultado pelos setores católicos que o formaram e deram suporte na juventude estudantil, na verdade, o messianismo em torno de Oliveira Salazar havia ganhado alicerces mais profundos no imaginário católico lusitano, afinal, era comum à sua associação e a de seus feitos com as bênçãos prometidas por Nossa Senhora de Fátima. Outro trecho da mesma correspondência citada anteriormente nos dá pistas de como Manuel Gonçalves Cerejeira e outros intelectuais católicos pensavam tal relação entre Salazar e o divino:

Já uma vez te disse aquela palavra que certa alma, que predisse o atentado contra ti, atribuía a Deus: ‘guardo-o e guardá-lo-ei, enquanto governar com justiça e verdade’. Quando estiver contigo te direi mais sobre esta obra providencial de misericórdia predita e merecida desde 1917 (CARVALHO, 2010, p. 184).

Se o fragmento anterior nos apresenta indícios das representações de Nossa Senhora de Fátima em torno de Oliveira Salazar, outra correspondência escrita pelo Cardeal Cerejeira no dia 13 de novembro de 1945 nos fornece as próprias palavras Irmã Lúcia dos Santos, sobre o Presidente do Conselho de Ministros. Segundo ela: “[...] Salazar é a pessoa por Ele (Deus) escolhida para continuar a governar a nossa Pátria... a ele é que será concedida a luz e a graça

para conduzir o nosso povo pelos caminhos da paz e da prosperidade” (CARVALHO, 2010, p. 216). Apesar de extrapolar o recorte temporal estabelecido no título, essa parte da correspondência anexada pelo Patriarca de Lisboa e enviada a Salazar é capital para compreendermos as dimensões do sistema de representações envolvendo o personagem que governou o Estado Novo e os discursos messiânicos ancorados nas aparições marianas. Afinal, apesar de reproduzir basicamente o mesmo discurso que outros intelectuais católicos, as palavras anexadas na correspondência tinham origem na vidente de Fátima que, por sua vez, era percebida como uma interlocutora direta do sobrenatural para com o nosso mundo e, nesse sentido, suas palavras eram as palavras de Deus.

### **Considerações finais**

Em nosso trabalho entendemos os intelectuais estudados como atrelados a um poder e a um saber. Em uma sociedade com apenas cerca de 20% da população alfabetizada (RENOVAÇÃO, n.1, jul. 1925, p.2), esses indivíduos compunham uma elite de eruditos que detinham o poder simbólico sobre a verdade, em outras palavras, ao contrário de algumas instituições, não utilizavam a força dos lugares que ocupavam única e exclusivamente para excluir, censurar, reprimir, mas principalmente para produzir uma realidade, para produzir “campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 2021, p. 189). Os intelectuais católicos apresentados ao longo deste artigo foram os principais responsáveis pela construção de uma cultura política autoritária e de base católica em Portugal ao longo da primeira metade do século XX.

A atuação desses indivíduos foi crucial para o processo de restauração católica promovida pelos setores eclesiásticos lusitanos contra o projeto de laicismo implantado pela Primeira República. Foram eles que através de suas representações político-religiosas que circulavam nos periódicos e nas ruas portuguesas que conseguiram cativar um novo padrão discursivo e colocá-lo em emergência. Se desde os finais do século XIX Portugal vivia sob um pensamento anticlerical crescente, a partir da recatolização iniciada formalmente com a Pastoral Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal em 1911, o anticlericalismo não só tornou-se mais brando, como paulatinamente cedeu espaço para uma sociedade com um imaginário político e cultural voltado para o catolicismo sobretudo por causa das políticas ideológicas, educacionais e propagandísticas do Estado Novo de Oliveira Salazar. A partir de 1933, quando se instaurou formalmente a Constituição Republicana Portuguesa sob os pilares do corporativismo católico, do antiliberalismo e do autoritarismo típico das ditaduras europeias do Entre Guerras, o regime estadonovista encabeçado por Salazar pôs em ação seus mecanismos



de governabilidade que visavam censurar, reprimir e, principalmente, despolitizar à medida que inculcavam os ideais do salazarismo na população portuguesa.

Sob os pilares de “Deus, pátria, família, autoridade e trabalho”, Oliveira Salazar e outros intelectuais católicos que compunham o governo executaram um programa educacional voltada para o ensino religioso, assinaram a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, puseram os principais líderes religiosos de Portugal em íntimo contato com a elite governamental, exaltaram o nacionalismo católico e exportaram o “catolicismo lusitano” para suas colônias (principalmente Angola e Moçambique). Em outras palavras, a construção do Estado Novo português através da ditadura militar de 1926 desmantelou a breve tentativa de Afonso Costa e seus correligionários de extinguir o catolicismo em Portugal em algumas décadas para erguer justamente um modelo oposto de sociedade.

### Fontes

Aqui D’EL REI. Lisboa. n.1. fev, 1914.

CARVALHO, Rita Almeida de (Org.). Correspondência: António de Oliveira Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira (1928 – 1968). Coimbra: Temas e Debates, 2010.

FERRO, António. Salazar: o homem e sua obra. Portugal: Editora nacional de publicidade, 1933.

ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, n.610, Lisboa, 29 dez. 1917.

KONDOR, P<sup>a</sup>. Luís (Compilação). Memórias da Irmã Lúcia I. Fátima: Santuário de Fátima, 2007.

PORTUGAL. Lei de Separação da Igreja e do Estado, 1911. Disponível em: <<http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/09/lei-1911-pt.pdf>> Último acesso em: 25/06/2021.

RENOVAÇÃO. Lisboa. n.1. jul, 1925.

SALAZAR, Oliveira. Discursos (1928-1934). Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SALAZAR, Oliveira. Discursos e notas políticas (1935 – 1937). Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 1937.

### Referências

AUGUSTO, Claudio de Farias. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BAPTISTA, Leonardo. O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. *Anais, V Encontro Internacional*, Paris, 2016, p. 664 – 677.

CABRERA, Miguel Ángel. *Historia, Lenguaje y Teoría de la Sociedad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

CARVALHO, Rita Almeida de. *Fátima e Salazar (1932-1968)*. História, XXII (III série), n. 29, 2000, p. 28-37.

- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2ªed. Brasília: UnB, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.
- MADUREIRA, Arnaldo. *Antecedentes imediatos do Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. Tradução de Teresa Casal. São Paulo: Leya, 2011.
- MOURA, Carlos André Silva de. *Histórias Cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito. *A “Guerra Religiosa” na I República*. 2 e. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- PIMENTEL, Natarcha Correia Araújo Feire. *As peregrinações a Fátima nos anos 1920-1940: uma análise social*. 2020. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2020.
- PINTO, António Costa. *Os Camisas-azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Recife/Porto Alegre: EdUPE/ EdPUCRGS, 2016.
- PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (org.). *Corporativismo em portugueses: estado, política e sociedade no salazarismo e varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- QUINTAS, José Manuel. *Filhos de Ramires: as origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Nova Ática, 2004.
- REIS, Bruno Cardoso. *Fátima: a recepção nos diários católicos (1917-1930)*. Lisboa, v.26, n.158 – 159, 2001, p. 249-299.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2015.
- SIMPSON, Duncan. *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Edições 70, 2014.

## O CARÁTER PEDAGÓGICO DO MANUAL DE MEDICINA ERÁRIO MINERAL (1735) DE LUÍS GOMES FERREIRA NO SETECENTOS: CONCEPÇÕES MÉDICAS ACERCA DO ÚTERO FEMININO

Eduardo Mangolim Brandani da Silva, Graduado em História-UEM e Mestrando em História na UEM. Departamento DHI.

Gessica de Brito Bueno, Graduada em Artes Visuais, graduanda em História-UEM, Bolsista PIBIC-CNPq. Departamento DHI.

**Resumo:** o objetivo desse projeto é evidenciar o caráter pedagógico e didático do manual de medicina Erário Mineral (1735) escrito pelo cirurgião-barbeiro português Luís Gomes Ferreira, enquanto ele residia em Minas Gerais escreveu a medicina heterogênea que se formou na região mineira, será discutido o que ele ensinou, dentre outras receitas, como preparar remédios abortivos, assim como, explicar a concepção médica acerca da menstruação. A pesquisa utilizou a metodologia descritiva e explicativa onde buscou trazer informações acerca das instruções médicas do cirurgião para os moradores mineiros e descrever as ervas abortivas, e concluiu-se que sua obra exerceu para aquelas pessoas uma enorme influência em seu modo de agir e pensar, suprimindo a necessidade de medicamentos para as doenças endêmicas da região, bem como, compreendeu-se que a menstruação foi interpretada como um excremento impuro se enquadrando na Teoria Humoral Hipocrático-Galênica, uma vez que, as concepções sobre a menstruação não foram formações discursivas locais do século XVIII, mas nasceram na Antiguidade, atravessaram os séculos e se religaram a uma pluralidade heterogênea de campos de conhecimento como o saber astrológico encontrado em lunários perpétuos, os novos tratados de fisiognomia, as influências da natureza antromórfica.

**Palavras-chave:** Manual de medicina; Século XVIII; Ervas abortivas; Menstruação.

Os feitos do português cirurgião Luís Gomes Ferreira, enquanto esteve na América Portuguesa, na região de Minas Gerais, ficaram memoráveis pelo fato de ter sido considerado um bom curador, decerto, é como ele mesmo se auto declarara nos relatos em sua obra Erário Mineral, mas, com efeito, ele teve a capacidade de absorver a farmacopeia tropical e os conhecimentos empíricos dos praticantes locais (FURTADO, 2002, p. 15). No Hospital Real de Todos os Santos onde se formou, a medicina estava pautada nos princípios galênicos, tratando as doenças pelos opostos<sup>149</sup>, de modo que essa tradição europeia foi transportada pelos médicos, cirurgiões e boticários para as colônias brasileiras (NOGUEIRA, 2012, p. 29).

Antes de se instalar em Sabará, ainda quando estava atravessando o penoso caminho do sertão, às margens do rio São Francisco, Ferreira percebe, na própria pele, as ameaças constantes de doenças endêmicas que, por sua vez, estavam relacionadas com o clima, extremamente distinto de sua terra natal, e as condições de sobrevivência insalubre da população e, principalmente, a dos cativos que trabalhavam nas minas de ouro (CUNHA, 2010).

149 A medicina Hipocrática-Galênica estava pautada em um método terapêutico cujo tratamento para as doenças consistia em levar em consideração a fisiologia, a psicologia e o modo de ser ou aparência geral da pessoa, onde havia prováveis vínculos entre os temperamentos (estados interiores) e a compleição (manifestações físicas), de modo que esse método era indispensável e continuaria por muito tempo enquanto a ciência não perscrutasse os eventos subcutâneos (PORTER, VIGARELLO, 2008, p. 445).

Ferreira concluiu que os tratamentos ministrados nos escravos que ficavam diariamente dentro dos rios nas minas deveriam se basear em produtos ou compostos quentes (FURTADO, 2002, p. 11, 15), uma vez que os enfermiços apresentavam uma queda de temperatura corporal “causando friagens, resfriados, eventualmente infecções pulmonares”. Receitou e aconselhou, muitas vezes, cozimentos, chás e banho quente para “esquentar os humores, fazê-los circular” (DIAS, 2002, p. 53, 60). De fato, contribuiu para a formulação e inauguração de uma “Medicina Tropical”, utilizando-se de receitas dos indígenas, sobretudo, dos índios carijós, conhecimento esse que foi passado a ele e aos paulistas (FURTADO, 2002, p. 26).

O mais intrigante que se cabe desvelar sobre é os procedimentos, os remédios e as motivações que teriam levado esse cirurgião a descrever em seu manual de medicina sobre a menstruação das mulheres da região do ouro. Talvez essa disposição em absorver farmacopeias e compor remédios voltados para o organismo feminino, no caso das escravas, esteja ligado ao fato de que teve um caso com sua escrava e com ela teve três filhas, e, ao tudo indica, estiveram presentes em sua vida durante o tempo em que esteve na colônia, num cotidiano onde, por certo, observou como seus organismos poderiam funcionar e como reagiam aos medicamentos (CUNHA, 2010).

A mulher negra atuou em vários seguimentos na colônia, seja no comércio, no campo da alimentação e na prostituição (FIGUEIREDO, 2004, p. 144 In: DEL PRIORE, 2004), competindo analisar quando se apresenta a necessidade de se livrar de uma gravidez indesejada, tendo em vista, algumas questões pertinentes como, por exemplo, a não concessão sexual que leva à invasão de seus corpos, resultando no repúdio por um filho nascido da violência e abuso, a indesejável ideia de ter um filho mulato que parte do proprietário da escrava, cabendo salientar que a mulher negra também teme ter um filho com seu mesmo destino, ser escravo(a). Também deve-se levar em consideração a ausência de sentimento materno, onde não há o desejo de ser mãe, e, por fim, o desarranjo do bom andamento dos trabalhos na colônia se elas engravidassem. Dentre outras possíveis causas, começemos por analisar os medicamentos e as motivações inerentes ao aborto que Luís Gomes Ferreira relata em seu manual de medicina, posto que os dois assuntos comungam entre si.

Ao verificar as descrições acerca de substâncias abortivas nos tratados em Erário Mineral, pode-se considerar que há uma ambivalência que acompanha a situação da terapêutica, que é a de se saber se a mulher está ou não grávida. Ao verificar os efeitos que essas composições causavam no organismo dessas mulheres, observa-se que poderiam ser dois: fazer vir a conjunção, no caso de um atraso, tendo em vista fatores climáticos e ambientais, e o aborto.

Ambas as causas eram tratadas com a mesma medicação, e, sem dúvida, o cirurgião buscava livrá-las dos fluídos venenosos (FERREIRA, 2002, p. 442). A lógica que regia a elaboração de compostos ecbólicos e emenagogas por Gomes Ferreira parecia se circunscrever numa noção de prevenção, um domínio sobre a reprodução das mulheres escravas (LEAL, 1995, p. 22).

Dentre muitos remédios, há “um antídoto universal” (COELHO, 2002, p. 165), que o cirurgião chama de triaga brasílica, em que ele descreve em seus tratados como uma composição de várias ervas, drogas e animais da região brasileira, servindo para fazer vir a conjunção, bem como para quem era acometido de envenenamento. Essa chamada panacéia, segundo Fernando Santiago dos Santos (2013) parece ter sido utilizada desde o início do setecentos, pois há menção de seu uso por vários padres, uma vez que em torno de 1712 ela era chamada de receita magna jesuítica, incluindo substâncias animais e minerais. É possível perceber a presença de “raízes, sementes, extratos, gomas, óleos químicos e sais químicos, e, além destas, podem ser encontradas plantas utilizadas na forma de cipós, cascas, pós e outras formas (principalmente óleos e gomas)” (SANTOS, 2013, p. 15).

Em Erário Mineral o cirurgião não deixou bem claro como se preparava a receita, aliás, ele faz menções o tempo todo a panacéia, indicando que alguns ingredientes fazem parte da Triaga, mas na verdade acaba por não recitar a receita por completo, tendo em vista que, antes de decidir escrever sua obra para comercialização no Reino, considera a receita de seus medicamentos um “segredo” (FURTADO, 2002, p. 16), dizendo ser a fórmula do seu sucesso como cirurgião. De todo modo, a triaga, Segundo Gomes Ferreira (2002, p. 165), “servia pra tudo, desde envenenamentos até ausência de menstruação”, se a mulher, estando com dores por não lhe vir a conjunção, poderia saber ou não se estava grávida, beberia desse composto e logo “se curaria”. Era um remédio que continha ervas e drogas tropicais fortes demais, se apresentando como um “poderoso antídoto” (WISSENBACH, 2002, p. 130, In: FURTADO, 2002) para tratar moléstias, dores de acidente e de encantamento, onde dificilmente uma gestação suportaria.

É possível perceber, ademais, alguns ingredientes como a arruda, uma planta que “faz promover o sangue mensal e alimpar a madre”, explica que são necessárias “duas partes do sumo de artemija e uma de sumo de arruda com uns pós de açúcar, de tudo uma onça até onça e meia para cada vez, morno, em jejum e de tarde” (FERREIRA, 2002 p. 289). O efeito abortivo da arruda já é conhecido há séculos pelas indígenas, pois elas se utilizavam dessa planta para evitar a gravidez, e isso seria um dos conhecimentos que Gomes Ferreira deve tê-lo apreendido

em sua convivência com as experiências dos sertanistas, que, por sua vez, se apropriaram dos saberes ameríndios.

Outro ingrediente a ser citado nos tratados de Gomes Ferreira é a Ipecacoanha, que é, segundo ele, “uma raiz delgadinha e com muitos nós, enozelada e torta; são estas raízes o único e certo remédio para curar cursos ou sejam de sangue ou sem ele, [...] e também é remédio contra os venenos” (WISSENBACH, 2002, p. 140, In: FURTADO, 2020). Segundo cita Santos (2013) há dois tipos de ipecacoanhas, a branca e a negra. Há presente na ipecacoanha dois alcaloides em suas raízes, a emetina e a cefelina, ou seja, suas propriedades possuem efeitos, consecutivamente, para provocar vômitos e para o tratamento de infecções ativas (ASSIS; GIULIETTI, 1999, p. 205). Percebe-se que o cirurgião tem por objetivo abrir as veias e os canais do corpo, posto que, seria mais acessível para que os fluídos pudessem passar, aliás, os excessos de humores, e, desse modo, poderia “desembaraçar o sangue mensal das mulheres e fazer-lhe vir à regra copiosamente” (FERREIRA, 2002, p. 253).

A raiz de capeba teria essa mesma função de desobstruente, seu uso seria indicado para tratar infecção na bexiga e prisão de ventre (CUNHA, 2010), no entanto, ao ser utilizado para fazer vir a conjunção acabava causando um efeito abortivo, o cirurgião dava o diagnóstico de obstruções na maioria das vezes em que as mulheres não menstruavam, sendo necessário abrir o canal ou canais internos de seu corpo (FERREIRA, 2002, p. 252-253). Houve um caso em seu tratado em que Ferreira utilizou raízes de capeba cozidas para desembaraçar o sangue mensal de uma escrava, contudo, essa foi uma decisão tomada após o cirurgião entrar em um debate com um médico, sobre qual seria o melhor tratamento para ela (FERREIRA, 2002, p. 308-309).

Cabe confrontar a opinião do cirurgião com a do médico, que por sua vez, receitou a essa mesma escrava sangrias, três a quatro vezes ao dia. Gomes Ferreira, afirmou que se o fizesse teria seu sangue dilatado, sendo um procedimento perigoso e desgastante para a enferma (CUNHA, 2010). Nisso, o cirurgião estava ciente dos perigos que a sangria causa a saúde, relatando que elas devem ser feitas, se necessárias, de forma moderada e “sendo a doença nova e havendo forças” (FERREIRA, 2002, p. 385), ou seja, o doente deve estar relativamente robusto para suportar as sarjas. É interessante perceber que “apesar de ainda compartilhar de uma visão da medicina baseada na teoria dos humores, Luís Gomes Ferreira insurgia-se contra o uso indiscriminado das sangrias” (FURTADO, 2002, p. 26).

Outro composto mencionado pelo português é a purga de rom, também citada continuamente em seus tratados, tem a ação de expelir humores viciosos, onde volta-se

novamente para a teoria dos humores de Hipócrates. Tratou uma escrava que, segundo ele, se encontrava com o juízo perdido por não lhe vir a conjunção, logo, preparou um “um frasco do medicamento desobstruente e uma purga de rum, com o que lhe veio o sangue e ficou sã” (DIAS, 2002, p. 90). Muitos remédios abortivos, utilizados na região de minas, não estavam somente em forma de chás, haviam também duchas ou seu uso intra-vaginal, as chamadas chapoeiradas, foram procedimentos tradicionais que combinavam diversas ervas e caldos, dentre eles à fervura de vinho, um preparo semelhante à da purga de rom citado nos tratados de Gomes Ferreira. A terapêutica para seu uso também é parecida com a do cirurgião, envolvidos numa superstição e simpatia, a porção deveria ser forte, igual a cor do vinho, parecendo-se com o sangue menstrual, recomendava-se tomar em jejum e, por fim, as benzedeadas rezavam, garantindo a “overdose hormonal”, para o aguardo da menstruação e não, necessariamente, causar um aborto. A ideia de que o sangue deve fluir, circular, era intrínseca à teoria humoral, o sangue menstrual, causando dores e loucuras na mulher, deveria sair, para que o corpo pudesse se equilibrar (LEAL, 1995, p. 23,24).

Destarte, ao avaliar os medicamentos, começa-se por perceber a quantidade de substâncias denominadas ecbólicas ou emenagogas contidas no seu trabalho, mais conhecidos como contraceptivos e abortivos, de modo que é nítido alguns dos motivos que levaram o cirurgião a se apropriar e também elaborar compostos com o qual usou para muitas finalidades, como, por exemplo, livrar moças de uma gravidez indesejada, num quadro mais específico, as escravas negras que, sem dúvida, tinham seus corpos para o uso e prazer dos senhores colonizadores (COELHO, 2002, p. 165,167).

No que tange o uso do corpo feminino na colônia, cabe sublinhar que é fato que se ocorreu uma generalização da prostituição na região mineira, num conjunto onde soma-se a mobilidade dos mineradores solteiros que se defrontavam com exigências burocráticas da Igreja e do Estado para o matrimônio, favorecendo a busca por relações mais livres, seja pelo fato dos donos das “casas de alcouce” procurarem diversificar seus investimentos para além das minas, e nessa configuração, “negras, mulatas, carijós” eram “empurradas para essa prática”. No que se refere as escravas que foram sendo delegadas para o trabalho nas minas, quando se iniciou a febre do ouro, o historiador Luciano Figueiredo (2004, p. 143, 157, In: DEL PRIORE, 2004) confirma a escassez de mulheres negras, pois as tarefas mais penosas da extração cabiam aos homens, restringindo as escravas a função de carregar gamelas com pedras.

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (2002) está de acordo com a autor, pois confirma que havia nas Minas notória escassez de mulheres escravas, os mais ricos tinham, por

uma questão de luxo, escravas minas cozinheiras, ou domésticas, outros alugavam suas escravas para terceiros, colocando-as a jornal, em atividades de pequeno comércio, que foram rapidamente se disseminando pelos arraiais (DIAS, 2002, p. 86).

Quando o território começa a ser rapidamente povoado, a proporção do número de prostitutas aumenta de modo significativo no interior das vilas, e, possivelmente, a de escravas trabalhando no interior das minas. Se no início de setecentos há um contraste de uma mulher para cada trinta e cinco homens, quando já na crise da mineração no final do século XVIII e início do XIX encontra-se cinquenta e uma mulheres para vinte e sete homens (DEL PRIORE, 2004, p.143). Negras e mulatas estavam sujeitas aos termos da colonização, a finalidade de sua presença era para a acumulação de renda dos colonizadores e exercício do comércio para abastecimento da colônia, e, numa atitude de resistência contra a perpetuação dos seus papéis de sofrimento e padecimento, muitas recorreriam ao aborto.

Quanto as motivações, Luís Gomes Ferreira exprimi em seus relatos que “as escravas abortavam muito”, como conta que uma vez deu arruda com assafetida para uma escrava de um ouvidor que já se encontrava no sétimo mês de gestação, com dores e dificuldade respiratória (DIAS, 2002, p. 90). Nisto, parece inoportuno que, inicialmente, sob uma escassa presença de mulheres, uma escrava engravidasse, pois seu proprietário perderia uma “empregada” saudável e jovem, cujas funções eram essenciais para o andamento do serviço, e o custo para obtê-la já era alto, se viesse a gestação, decerto traria consigo os contratempos que uma gravidez carrega, não poderia continuar a contribuir para as atividades econômicas comerciais integralmente, uma vez que elas geravam renda em diversos setores econômicos, onde o lucro era voltado para seus proprietários.

A ocupação e trabalho das mulheres no comércio era essencial, pois sua função era vital para o abastecimento das vilas que iam surgindo e se espalhando conforme o caminho do ouro encontrado. Transportavam consumo imediato para os mineradores, chegando a se apresentar como uma ameaça para as autoridades, pois os mineradores trocavam o ouro, que certamente escondiam, por um alimento que elas vendiam ou por seu serviço sexual (FIGUEIREDO, 2004, In: DEL PRIORE, 2004, pp.144, 156).

O historiador Ronaldo Vainfas (2004, p. 205) se pergunta se haviam “conhecimentos suficientes para controlar a própria fecundidade?”, onde acha pouco provável que o aborto e a contracepção fossem difundidos em toda a população colonial. Contudo, embora não podendo ser encontrada essa atitude e mentalidade em toda a colônia, a autora cita que muitas mulheres, sejam elas caucasianas, negras ou mulatas, decididas a abortar, iam em busca de curandeiras e



parteiras, submetendo-se a tratamentos perigosos. A gravidez biológica deveria perpassar pela gravidez social, a decisão de tomar substâncias ecbólicas e abortar transgredia todo um ideal normativo, e, com efeito, inviabilizava o projeto de uma família nos moldes ocidentais, todavia, provavelmente as escravas negras observavam que não teriam o mesmo destino social que muitas caucasianas e mulatas (LEAL, 1995, p. 69).

É plausível constar que havia a possibilidade de, além das próprias escravas irem em busca das curandeiras para ampará-las, os senhores colonos poderiam solicitar o trabalho de um médico ou cirurgião mais próximo que estivesse trabalhando em sua região para preparar um composto que pudesse abortar o possível nascimento de uma criança negra indesejada, temendo que pudesse causar um desajuste nos negócios, visto que, nos tratados de Luís Gomes Ferreira (2002), diversas vezes, ele começa por relatar que o proprietário é quem o chama para tratar de sua escrava.

Destarte, se por um lado, a mulher, caucasiana da sociedade ibérica, que já era, biológica e moralmente aliada do diabo, fosse contra a lei natural de sua condição de prover a descendência, era condenada em diversos aspectos, quando se tratava de uma mulher negra escrava, a igreja parecia dar-lhe o mesmo julgo, mas sempre o mais pesado (DEL PRIORE, 2004, p. 109). No entanto, por outro lado, parece possível confirmar que os proprietários dessas escravas ao determinarem o impedimento de uma gravidez, agiam em conjunto com as autoridades estatais e religiosas, havendo um descompasso entre juízos morais sociais estabelecidos e as efetivas práticas de aborto impulsionadas por eles. A ontologia substancialista, no setecentos, estava em conformidade com a tradição judaico-cristã ocidental, que condena os praticantes de aborto, mas essa convicção parece não se inscrever diante de realidades tão distintas e individuais no interior da colônia mineira, visto que essas práticas não poderiam se tornar públicas (LEAL, 1995, p. 66).

De acordo com a historiadora Elisabeth Badinter (1985, p. 22) “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina”, dessa forma, o fato de as escravas optarem por impedir uma gestação poderia estar vinculado, além do desejo de não ter um filho futuramente escravo, e isso foi um argumento justificável no século XVII e XVIII (MOTT, 1989, p. 92), elas poderiam não possuir o desejo de ter um filho, principalmente, por meio da violência sexual.

Mas no setecentos, essa manifestação contrária à maternidade estava estritamente ligada a ideia de doença mental, de terem desenvolvido distúrbios mentais ao não possuírem

sentimentos maternos, posto que, considerando que as mulheres negras escravas já eram encaradas como seres animais, principalmente a partir de Sarah Baartman, onde o corpo da mulher negra com supostas características zoides aproxima-se “do animal ou até confundindo-se com ele” (BRAGA, 2011, p. 6), soma-se ao episódio de que, quando não raro, escolhiam a fuga, o suicídio ou o assassinato (MOTT, 1989), para livrar filhos, irmãos e a si próprias da escravidão, eram encaradas como seres sem alma ou sentimentos. Se “a mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita a condenação moral, [...] as negras e mestiças” (VENÂNCIO, 2004, p. 198, In: DEL PRIORE, 2004) embora não sofressem esse preconceito moral sob o julgo social, num panorama terrificante, ao recorrerem ao aborto e homicídio, eram apontadas como animais, tanto pela igreja quanto pelo imaginário social.

Observa-se, então, que mulheres consideradas benzedoras e curandeiras possuíam práticas empíricas na arte de curar, combinando observação e experiência utilizando substâncias, chás e unguentos que se misturavam com superstições e devoções para auxiliar na cura do doente (CUNHA, 2010, p. 256). Durante o longo tempo sem médicos na região mineira, e, possivelmente, sua contínua escassez em diversas vilas, fizeram com que mulheres, curandeiras e parteiras, reunissem dentro de sua experiência prática, conhecimentos acerca de seus próprios corpos, num amontoado de múltiplas culturas, sejam elas “negras, mulatas, índias e brancas tratavam-se mutuamente” (DEL PRIORE, 2004, p. 113), e Luís Gomes Ferreira, embora preso a um universo mágico sobre os poderes do corpo feminino, mostrou-se capaz de tratar de diversos casos referentes à menstruação, contribuindo para a história da mulher na colônia.

### **Teoria da purificação e nomenclaturas da menstruação**

A ideia de que as mulheres são volúveis, perigosas, de vontade fraca, demonstrando ser de uma natureza misteriosa e incontrolável pelo fato de menstruarem, vem dos médicos gregos, visto que, o conceito acerca da fisiologia feminina começou a ser elaborado pelo médico grego Hipócrates (460 a. C.) (VIEIRA, 2002). Os registros afirmam que Hipócrates foi o primeiro a analisar o fenômeno da menstruação, e como na época não era possível examinar cadáveres humanos, ele imaginava que o útero era formado por “inúmeras subdivisões e saliências, e que o seu interior contivesse tentáculos e ventosas” (CARVALHO e FALKENBACH, 2009).

Segundo a historiadora Ana Maria Colling, para Aristóteles (385-323, a.C.) “o primeiro desvio é o nascimento de uma fêmea”, e, em suas declarações, ele define diversas características do corpo feminino, delegando-o à inferioridade, numa analogia aos corpos masculinos (COLLING, 2015, p. 186). O corpo feminino era visto como uma enorme esponja macia que

absorve o sangue menstrual, e se esse sangue não fosse usado para a reprodução, poderia causar problemas gravíssimos a elas (LASKARIS, 2002, p. 184). No tratado de Hipócrates chamado “A Doença das Virgens”, ele já descrevia as alterações de comportamento, “alucinações e os delírios resultantes da retenção de fluxo menstrual, os mesmos relatados por Platão, Aristóteles e Plínio” (VALADARES et al., 2006 p. 120).

As concepções sobre a menstruação não foram formações discursivas locais do século XVIII, mas nasceram na Antiguidade, atravessaram os séculos e se religaram a uma pluralidade heterogênea de campos de conhecimento como o saber astrológico encontrado em lunários perpétuos, os novos tratados de fisiognomonia, as influências da natureza antromórfica (GUIMARÃES, 2016), bem como, manuais de medicina portugueses, todos com sua explicação acerca da menstruação, ora particular ora compactuando da mesma opinião (FERREIRA, 2002).

A historiadora de medicina clássica Helen King (1993) em sua obra “Once upon a Text: Hysteria from Hippocrates en Hysteria beyond Freud” mostra que os textos hipocráticos relatam o processo de desenvolvimento da mulher e as mudanças em seu organismo, ele escreve que conforme as meninas vão crescendo os canais do corpo são gradualmente abertos para abrir passagem para os fluídos que seu próprio corpo produz. Para Hipócrates, portanto, existiam três tipos de sangramentos transitórios, sendo eles a menarca, a defloração e o parto, como também acreditava que o sangue feminino provinha da mesma fonte ou mesmo lugar, ou seja, o sangramento que ocorria no momento do parto era tido como análogo ao da menstruação (HIPÓCRATES, 1851).

É importante compreender que será encontrado em textos médicos e manuais de medicina diversas terminologias utilizadas para descrever a menstruação, como, por exemplo, flores, cursos, termos, doença mensal, meses, presente, benefício da natureza e visitas, todos esses são termos e frases que foram encontradas e usadas por mulheres, pelo menos desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e durante todo o período moderno (KING, 1993). A menstruação é percebida como um complemento maravilhoso da natureza, associado a fertilidade, o fluxo pode ser conhecido também pelo nome de luas, purgações, trabalhos, épocas, uma verdadeira bússola de boa ou de má saúde da mulher, a clorose, a histeria, a loucura e a ninfomania dependiam de diversas desarmonias dos vários sistemas de seu organismo (ROHDEN, 2001).

Nas explicações da Teoria Humoral a menstruação era um exemplo concreto de que a Teoria Humoral Hipocrático-Galênica funcionava, ela explicava sua lógica, a menstruação

reforçou a crença de que a saúde consistia no fluxo livre dos fluídos, ela foi usada como exemplo para legitimar a teoria. Três ou quatro dias era o período em que se abria a veia do doente, ou da mulher com a menstruação atrasada, seja para fazer vir sua menstruação, seja para diminuir um fluxo sanguíneo que estivesse em excesso (READ, 2010). Esse tipo de lógica regeu as práticas médicas dos médicos gregos até chegar no século XVIII, visto que, em Erário Mineral (1735) há vários registros de casos de mulheres que sofriam de fluxo de sangue, onde o cirurgião, embora faça uso as sangrias para alguns casos específicos, já estava ciente do perigo de se aplicar sangrias exageradamente, de modo que ele tratou a maioria das mulheres com outros tipos de medicamentos que provinham da flora brasileira (FERREIRA, 2002).

## Referências

- ASSIS, Marta Camargo de; GIULIETTI, Ana Maria. Diferenciação morfológica e anatômica em populações de "ipecacuanha" - *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae). *Rev. bras. Bot.* vol.22 n.2 São Paulo Aug. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-84041999000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-84041999000200011)> Acesso em: 15 fev. 2020.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Tradução de: L'Amour en plus.
- BRAGA, Amanda. Dispositivos de uma beleza negra no Brasil. *Em Silel*, Uberlândia, Edufu, Anais, v. 2, n. 2. 2011 Disponível em: <<http://desejante.files.wordpress.com/2013/10/beleza-negra.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2020.
- CARVALHO, Fabiana; FALKENBACH, Atos Prinz. O histórico da menstruação e sua relação com a saúde da mulher. *Revista Digital - Buenos Aires* - Año 14 - Nº 135 – Agosto. 2009. Disponível em:< <https://www.efdeportes.com/efd135/menstruacao-e-saude-da-mulher.htm>>. Acesso em: 2 de Jun. 2020.
- COELHO, Ronaldo Simões. O Erário Mineral divertido e curioso: a arte de curar. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.
- COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG* - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. – ISSN online 1981-3082. 2015. Disponível em:<[www.seer.ufu.br › index.php › neguem › article › view](http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view)> Acesso em: 8 de Jul. 2020.
- CUNHA, Luciola de Lima. Erário Mineral: práticas curativas no Brasil do século. XVIII. *Revista História*. 2010. Disponível em:>[http://www.utp.br/historia/revista\\_historia/numero\\_4/PDFS/Luciola.pdf](http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_4/PDFS/Luciola.pdf)>. Acesso em: 10 de mai.2020.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. (Org) Carla Bassanesi. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento -1710-1733. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de

Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FERREIRA, Luís Gomes Ferreira. Tratado III: Da miscelânea de vários remédios, assim experimentados e inventados pelo autor como escolhidos de vários para diversas enfermidades. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas minas gerais. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. (Org) Carla Bassanesi. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: chernoviz e os manuais de medicina popular do império*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

HIPÓCRATES. *De la nature de la femme*. Trad. E. Littré. Paris: Chez J. B. Baillière, 1851.

KING, Helen. *Once upon a Text: Hysteria from Hippocrates en Hysteria beyond Freud*. Berkeley (U. of California), 3-90. 1993.

LASKARIS, Julie. Error, loss, and chance in the generation of therapies. In: Hippocrates in context. Org. JOHN, Scarborough. PHILIP, J. Van Der Eijk Ann Hanson Nancy Siraisi. Vol. 31. *Brill Leiden – Boston*. 2002. Disponível em:< file:///C:/Users/tulip/Downloads/Hippocrates%20in%20Context%20Papers%20read%20at%20the%20%20International%20Hippocrates%20Colloquium%20University%20of%20Newcastle%20upon%20Tyne%202731%20August%202002%20(Studies%20in%20Ancient%20Medicine)%20(Studies%20in%20Ancient%20Medicine)%20by%20Philip%20(z-lib.org).pdf>. Acesso em: 3 de Mai. 2020.

LEAL, Ondina Fachel. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Editora da Universidade- UFRS. 1995.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista Historia*, São Paulo, 120, p.85-96, jan/jul. 1989 Disponível em: < <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18594>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

NOGUEIRA, André Luís Lima. Doenças de feitiço as Minas setecentistas e o imaginário das doenças. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p.259-278, jan/jun 2012. Disponível em :< <https://www.redalyc.org/pdf/3844/384434840012.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2020.

PORTER, Roy. VIGARELLO, Georges. Corpo, saúde e doenças. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Da Renascença às Luzes – Vol I*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

READ, Sara. Those Sweet and Benign Humours that Nature Sends Monthly!: accounting for menstruation in early-modern England. Doctoral thesis, 2010. *Repository Iboro*. Disponível em:< [https://repository.lboro.ac.uk/articles/thesis/\\_Those\\_Sweet\\_and\\_Benign\\_Humours\\_that\\_Nature\\_Sends\\_Monthly\\_accounting\\_for\\_menstruation\\_in\\_early-modern\\_England/9327668](https://repository.lboro.ac.uk/articles/thesis/_Those_Sweet_and_Benign_Humours_that_Nature_Sends_Monthly_accounting_for_menstruation_in_early-modern_England/9327668)>. Acesso em: 05 de Jun. 2021.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

VALADARES, Gislene C. et al. Transtorno disfórico pré-menstrual revisão: conceito, história, epidemiologia e etiologia. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 117-123, 2006. Disponível: < <http://www.scielo.br/scielo.php?> > .

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Maternidade negada*. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. (Org) Carla Bassanesi. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

## OS DANÇANTES DAS ÁGUAS DA AMAZÔNIA TOCANTINA, EM CAMETÁ (PA)<sup>150</sup>

Elizane Gonçalves Miranda, graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). E-mail: [gmelizane@gmail.com](mailto:gmelizane@gmail.com)

**Resumo:** Momo chora em 2021. Um ano atípico para toda a humanidade. Uma pandemia, um vírus, infinidade de mortos, pessoas desoladas e desesperadas. Um ano sem festas e sem carnaval, mas quero te convidar a viajar comigo para a Amazônia Tocantina, especialmente, nos municípios de Cametá e Mocajuba (PA) e conhecer o Carnaval das Águas, ele que é encenado e vivido no leito das águas. Pensando a multiplicidade do carnaval, existe nele uma universalidade que o faz ser reconhecido em seus mais distintos planos e ressignificações. Por isso, o objetivo deste artigo é de analisar o Carnaval das Águas, a partir da sua particularidade regional de festejar momo nas embarcações amazônicas, de utilizar máscaras confeccionadas com materiais da floresta – a cuia, o barro, a cola da goma da tapioca -, de produzir comédias – as comédias são textos escritos em versos, estrofes e rimas - das suas realidades locais, etc., mas de estar conectados a outras práticas carnavalescas. Os foliões das águas são ribeirinhos que vivem da pesca artesanal e da agricultura de subsistência. Neste sentido, autores como Da Matta (1997); Queiroz (1999); Cavalcanti; Gonçalves (2009); Góes (2002) e Miranda (2016; 2020; 2021) farão parte desta análise.

**Palavras-chave:** Carnaval; Cametá; Pará.

### Introdução

Momo chora em 2021. Um ano atípico para toda a humanidade. Uma pandemia, um vírus, uma infinidade de mortos, pessoas desoladas, famintas e desesperadas. Um ano sem festas e sem carnaval. Mesmo sem celebrações e festejos carnavalescos, quero te convidar a viajar comigo para os municípios de Cametá e Mocajuba (PA) e conhecer o Carnaval das Águas, ele que é um carnaval encenado e vivido no leito das águas dos afluentes ao Rio Tocantins nesses dois municípios do Baixo Tocantins, no Estado do Pará<sup>151</sup>.

O carnaval, veio para o Brasil, nas caravelas de Cabral como o antigo entrudo e aqui foi reinventado de maneira plural (QUEIROZ, 1999). Chamava-se Entrudo o antigo carnaval português; o termo significa “entrada”, segundo dizem, era celebrada para festejar a entrada da primavera pelos meses de janeiro a fevereiro; muito antes do cristianismo, cobria o mesmo período do ano e era precedida por várias comemorações como a festa do Rei Sol, dos santos - esparsas no calendário (QUEIROZ, 1999). Mas, nem só de entrudo viveu o carnaval, pois as manifestações religiosas e folguedos também se integraram ao carnaval, o rancho é um

150 Esta pesquisa é financiada pela CAPES sob a orientação do Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo e co-orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Soares Charlet, e faz parte da minha pesquisa de mestrado.

<sup>151</sup> O Território da Cidadania Baixo Tocantins - PA está localizado na região Norte e é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_130\\_Baixo%20Tocantins%20-%20PA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_130_Baixo%20Tocantins%20-%20PA.pdf). Acesso em: 19/03/21.

exemplo, além dos blocos, cordões, os zé pereiras, os bailes de máscaras, os corsos e por fim o surgimento das escolas de samba a partir do século XX.

Não é que o carnaval seja genuinamente brasileiro ou que seja a nossa única identidade, mas de forma plural foi reinventado, logo ressignificado por nós. E por isso, são muitas as formas de brincar e expressar o carnaval no Brasil, o que revela um pouco da nossa diversidade. O Brasil é o festódromo no planeta terra (GÓES, 2002).

E, no Estado do Pará, na cidade de Cametá, os dançantes das águas, se apresentam como uma soma a essa diversidade cultural da festa carnavalesca do Brasil e do mundo. É através dessa pluralidade, que a problemática surge sobre quais as formas de literatura produzidas pelos ribeirinhos amazônicos, especialmente, em Cametá (PA). Neste sentido, o objetivo deste trabalho é análise dos textos carnavalescos escritos pelos ribeirinhos do município, chamados de comédia.

O Carnaval das Águas, enquanto produto do carnaval da região, é uma manifestação carnavalesca pertencente a cidade de Cametá (PA), e ganhou este nome em 2010 pela Secretaria de Cultura do Município. Os festejos existem há mais de um século e é feito pelos próprios moradores dos rios, em que é organizado, composto e festejado. A partir desse vasto campo cultural, que se enquadra o *corpus* de estudo desse trabalho, a problemática norteadora, se constrói a partir da seguinte indagação: Como os anseios da localidade são retratados na composição da comédia escrita por Neco Dias para o cordão “Os Linguarudos, do Rio Santana, em Cametá – Pa? Isso implica em como ele narra suas histórias e anseios da sua terra. O olhar encaminhado para essa discussão se desenha a partir do conceito de escrevivência desenvolvido por Conceição Evaristo (2008).

Diante disso, o objetivo deste artigo, é de analisar o Carnaval das Águas a partir da sua particularidade regional de festejar momo nas embarcações amazônicas, de utilizar máscaras confeccionadas com materiais da floresta – a cuia, o barro, a cola da goma da tapioca -, de produzir comédias – as comédias são textos escritos em versos, estrofes e rimas - das suas realidades locais, etc., mas de estar conectados a outras práticas carnavalescas. Os foliões das águas são ribeirinhos que vivem da pesca artesanal e da agricultura de subsistência. Neste sentido, autores como Da Matta (1997); Queiroz (1999); Cavalcanti; Gonçalves (2009); Góes (2002) e Miranda (2016;2020;2021) farão parte desta análise.

## **O Carnaval das Águas**

O carnaval, veio para o Brasil, nas caravelas de Cabral como o antigo entrudo e aqui foi reinventado de maneira plural (QUEIROZ, 1999). Não é que o carnaval seja genuinamente



brasileiro ou que seja a nossa única identidade, mas de forma plural foi reinventado, e ressignificado por nós. E por isso, são muitas as formas de brincar e expressar o carnaval no Brasil, o que revela um pouco da nossa diversidade. E que levaram o escritor Jorge Amado (2011), a defini-nos como *o país do carnaval*.

Neste sentido, o carnaval precisa ser compreendido a partir da sua multiplicidade, pluralidade, difusão, heterogeneidade e tantos outros adjetivos que se imbricam a própria identidade do país que o celebra, festeja e comemora, o Brasil. Essa multiplicidade e diferentes planos são questões já discutidas pelos antropólogos Maria Laura Viveiro de Castro Cavalcanti e Renata de Sá Gonçalves (2009) e Roberto da Matta (1997), ao perceberem que no Brasil e também em outros países como Uruguai, Argentina, França, etc. há uma diversidade nas formas de festejar Momo.

Mesmo que as autoras mencionadas, assim como Da Matta (1997), reduzam o carnaval a uma válvula de escape das tensões cotidianas, questão ratificada por Soihet (1987), ela defende a resistência dos grupos por meio do carnaval e para além dele. Vale darmos ênfase a essa pluralidade das festas carnavalescas e das suas adaptações e ressignificações em localidades distintas dentro do mesmo país do carnaval. Por isso, fazendo um breve apanhado das formas de festejos carnavalescos pelo Brasil, Fred Góes (2002), apresenta dentre tantas formas de carnaval, as Escolas de Samba, trios elétricos, os blocos de rua, maracatus, caprichoso e garantido e outras tantas festas que compõem este imenso festódromo do planeta terra. E para complementá-lo, vale inserir o Carnaval das Águas nessa pluralidade que a festa carrega.

E mesmo que haja uma universalidade nas suas mais distintas formas, em todas elas nós inevitavelmente, e sem maiores dificuldades, identificamos o carnaval (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2009). Neste sentido, temos duas questões importantes a serem discutidas. A primeira delas, é a ideia de um carnaval feito nos rios, que fugiria, consubstancialmente, do que estamos acostumados a ver ou encontrar em tempos de carnaval. Assim, por ser o carnaval múltiplo, o Carnaval das Águas assumiria mais uma das mais distintas formas dentre os festejos. Todavia, essa nova forma de celebração por meio dos rios, é sem dúvida, uma forma nova, única e particular desta região tocantina, paraense e amazônica (MIRANDA, 2016).

É imprescindível, para se compreender o Carnaval das Águas na dimensão que tem o Carnaval, de não se limitar apenas ao ambiente urbano ou a um modelo de carnaval praticado em grandes centros urbanos e propagado pela mídia, onde figuram elementos como dos carros alegóricos, dos blocos de ruas dos abadá e afins como apontado por Góes (2002). Mas, entendê-lo para além das proporções urbanas, em um ambiente rural, de gente simples e até

pacata, e que festeja momo com suas particularidades tal qual na cidade (MIRANDA, 2016).

A regionalização é um dos elementos que os tornam únicos, um exemplo disso é o uso do barco e do rio como passarela. Se fossemos fazer uma comparação com as escolas de samba ou mesmo com o carnaval realizado nos centros urbanos, o barco seria um carro alegórico ou um bloco, e o rio, a grande avenida do samba. Os dançantes, são os ribeirinhos que vão em cima do tordo e na proa do barco (parte externa do barco), e geralmente, dentro da embarcação (na parte interna) vão os demais foliões (pais/responsáveis das crianças; a bandinha de fanfarra que acompanha o cordão; as pessoas responsáveis pela alimentação dos dançantes, etc.). São homens e mulheres; crianças, jovens, adultos e idosos que compõem esses cordões, com eles, estão também os músicos para garantir a música.

O que hoje chamamos de Carnaval das Águas, está presente na Amazônia Tocantina há mais de um século como *cordões de mascarados*<sup>152</sup>. Mesmo que ele tenha começado em 1890 com um pequeno grupo de jovens que faziam serenatas pelos rios a galantear as moças, se personificou em um festejo carnavalesco no calendário festivo. Atualmente, são em média vinte (20) ilhas desses municípios que organizam esta folia. Na figura abaixo, é possível ver a localização geográfica de alguns grupos.

**Figura 1 - Mapa cartográfico do Carnaval das Águas de Cameté e Mocajuba, PA**



**Fonte:** Projeto Cartografias Amazônicas desenvolvido pela professora Viviane Menna no qual faço parte - Ilustração de Shikama, 2020.

<sup>152</sup> Dançante é todo aquele que dança – brinca – e participa das apresentações do carnaval das águas. Essa é a maneira como os integrantes desses grupos carnavalescos se identificam.

A figura acima, é uma representação de alguns dos grupos que compõem esse carnaval e faz parte do projeto *Cartografias Amazônicas*<sup>153</sup> desenvolvido pela professora Viviane Mena Barreto, pioneira no estudo do tema da região. Os primeiros estudos datam dos últimos dezessete anos, o que seria relativamente recente se considerarmos os mais de cento e vinte e dois anos desses festejos pelos rios afluentes ao Tocantins. De lá pra cá existem algumas pesquisas em andamento, mas o último trabalho que vem sendo escrito sobre o tema é a dissertação de mestrado de Elizane Gonçalves Miranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) intitulada *Dançantes das águas: o carnaval do sítio da Amazônia Tocantina*.

O termo *Carnaval das Águas* faz referência à manifestação carnavalesca das populações ribeirinhas da Amazônia Tocantina que há mais de 125 anos abriga os grupos de dançantes mascarados que se apresentam nos dias de carnaval nas residências dos próprios moradores nos rios, furos, afluentes ao Rio Tocantins e na avenida do samba na cidade de Cametá, geralmente, na segunda-feira gorda. Surgiu em 2010 por intermédio da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do município de Cametá na gestão do diretor de cultura Afonso Nogueira (falecido em 2016) e do secretário Dmitryus Braga, do prefeito Valdoli Valente e desde então desfilam no carnaval da cidade (MIRANDA, 2016).

Para Renan D' Oliveira (2019), o Carnaval das Águas representa e caracterizam as camadas populares e humildes desta região, e por contra própria, organizam, produzem e criam suas fantasias, figurinos e canções. Essa manifestação carnavalesca e cultural do município de Cametá durante mais de um século esteve renegada à subalternização em relação a tantas outras práticas festivas da região.

Atualmente, o Carnaval das Águas está diretamente vinculado a prefeitura de Cametá, mas tem no município de Mocajuba<sup>154</sup> tamanho apreço e aceitação. Alguns dos grupos que compõem

<sup>153</sup> O projeto “Mapa do Carnaval das Águas” é coordenado pela professora mestra Viviane Mena Barreto. Em 2003 acompanhando o projeto IFNOPAP da UFPA ela visitou pela primeira vez Cametá, conheceu Mestre Zenóbio criador do cordão da Bicharada e firmou uma parceria que já dura 17 anos. Em 2005 mudou-se para o Pará e como artista viajante começou a seguir o itinerário das festas populares do estado. Iniciou a produção de pinturas, entrevistas e pesquisas sobre o carnaval e orientada pela Dra. Jerusa Pires Ferreira transformou essa experiência em dissertação de mestrado defendida na Comunicação e Semiótica da PUC SP. Na última década o projeto virou a extensão “Cartografias Amazônicas” e uma centena de estudantes de comunicação foram praticar seu ofício pelo interior do Pará criando narrativas em múltiplas plataformas sobre festas tradicionais e seus festeiros. A equipe reunida neste projeto de cartografia cultural está junta desde os tempos da universidade. Se formaram e se tornaram profissionais apaixonados pela Amazônia e pela cultura de seu povo. Disponível em: <https://www.carnavaldasaguas.com/>

<sup>154</sup> Mocajuba é uma cidade de Estado do Pará. Os habitantes se chamam mocajubenses. O município se estende por 870,8 km<sup>2</sup> e contava com 31 136 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 35,8 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Vizinho dos municípios de Baião e Cametá, Mocajuba se situa a 30 km a Norte-Leste de Baião a maior cidade nos arredores. Situado a 16 metros de altitude, de Mocajuba tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 2° 35' 31" Sul, Longitude: 49° 28' 60" Oeste. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mocajuba.html>, acesso em: 30/10/21.

esse carnaval são os que pertencem a Cametá (PA) - *Linguarudos* (fundado em 1895), Rio Santana; *Piratas do Amor* (fundado em 1927), Rio Turema; *Última Hora* (fundado em 1934), Rio Tentém; *Bambas da Folia* (fundado em 1950), Rio Pacajaí; *Real Folia* (fundado em 1950), Rio Pacajaí; *A bicharada*, (fundado em 1978), Vila de Juaba; *Jovens Linguarudos* (fundado em 1979), Rio Acari; *Panteras da Folia* (fundado em 1992), Rio Mutuacá de Cima; *Majestade da Folia* (fundado em 2002), Rio Mutuacá de Baixo; *Maluquinho da Folia* (fundado em 2006), Rio Tentém; *Atentados da Folia*, (fundado em 2011), Rio Tentenzinho; *Reizinho* (fundado em 2011), Rio Pacovatuba e *Mete Bronca da Folia* (fundado em 2014), Rio Ilha Grande de Furtados; Rio Boca de Itabatinga; Espantalhos da Folia (fundado em 2015).

Os de Mocajuba (PA) são *Os Faladores* (fundado em 1890), Rio São Joaquim; *Bola Preta* (fundado em 1940), Vila Vizânia; *Bola Preta* (fundado em 1990), Rio Viseu; *Quem são eles?* (Fundado em 1990), Rio Jacarecaia. Além dos grupos em atividade, existem aqueles que por motivos diversos deixaram de sair no carnaval, são eles: O Rei da Brincadeira (fundado em 1954), do Rio Pacovatuba; Bola Preta (sem data de fundação), do Rio Viseu; Carnavalzinho (Sem data de fundação), Rio Pacajaí; Quem São Eles (sem data de fundação), Rio Laranjal e o Quem São Eles (sem data de fundação), do Rio Furtados.

Para maior clareza dos dados coletados através das inúmeras pesquisas de campo realizadas nesses mais de 9 anos de pesquisa, todas as informações são referentes ao campo do carnaval de 2020. E de todos os grupos apresentados do Carnaval das Águas, darei ênfase – como apontado anteriormente nos outros tópicos – ao cordão Os Linguados e a uma de suas personagens, o Língua de Aço, através de uma comédia escrita pelo seu Neco Dias.

### **Os Línguarudos, do Rio Santana, Cametá, Pará**

Segundo o Dicionário *Michaelis online* de Língua Portuguesa<sup>155</sup>, *linguarudo* significa falador, que não tem papas na língua, inconveniente. Em Cametá, o grupo é conhecido justamente por trazer em suas composições conteúdos que comumente não se falaria em público. É exatamente nesse sentido de falar demasiadamente, que o cordão *Os Linguarudos*, localizado na localidade de Rio Santana, em Cametá (PA), nas coordenadas geográficas de -2.522991S, -49.527287W, se apresenta na localidade como representantes da crítica social. O Rio Santana é umas das mais de 100 ilhas existentes no município.

Segundo o histórico do grupo, “Um breve relato da história do bloco carnavalesco os *linguarudos*”<sup>156</sup>, a sua origem remonta as serenatas embaladas por composições de amor e

<sup>155</sup> Disponível em: [//michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/linguarudo/](http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/linguarudo/)

<sup>156</sup> Um breve relato da história do bloco carnavalesco os *linguarudos*, Santana, Pará, fevereiro de 2004.

sátiras sobre as pessoas da localidade e dos problemas da época. Fundado em 1894 por Satiro de Melo, o Satirinho e João Leite – um dos antigos moradores da localidade. Seus sucessores foram Maneco Leão+, Benedito Medeiros Dias, o Neco Dias, Raimundo Zacarias, Tio Zaca, Benedito Maia e Robson Dias, todos moradores do rio Santana.

Tudo o que se sabe acerca desse e dos demais grupos que retrato aqui, são através das memórias dos seus integrantes e dos históricos que são criados pelos próprios dançantes/brincantes. Essas memórias contadas e recontadas criam na localidade e para o grupo uma memória coletiva a partir das memórias individuais de cada sujeito (NORA, 1984). Para o historiador, Pierri Nora (1984), todas as memórias que constituímos podem se configurar em *lugares de memória*, e podem estar representados em uma vestimenta, um museu, uma canção, uma comédia escrita, nas experiências de vida das pessoas, e no caso do Carnaval das Águas, nos históricos de cada grupo.

**Figura 02. Cordão Os Linguarudos do rio Santana chegando para apresentação no Rio Furtados, Cametá, carnaval 2019**



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora.

Atualmente o grupo está em atividade e possui 44 integrantes, dos quais são homens e mulheres, adultos e crianças, e tem como coordenadores os senhores Raimundo Zacarias da Silva, o tio Zaca e o Robson Dias, conhecido como Alemão. Suas apresentações se dão em forma de teatro, música e dança<sup>157</sup>. Podemos perceber que essa cultura carnavalesca atravessa

<sup>157</sup> Prefeitura Municipal de Cametá. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto. Ficha de Cadastramento 2020. Grupo Cultural Os Linguarudos e Os Faladores.

gerações e vem se mantendo firme ao longo desses mais de 127 anos. Para Geertz (1989), é a cultura que faz o homem e não o inverso, e que o homem está sujeito ao que aprendeu. Isso porque se pensarmos o caso dos Linguarudos e a sua manutenção pelos mais novos, ela se dá justamente porque aprenderam com os mais velhos sobre essa tradição.

E pensando a construção cultural, Hall (2014) aborda que ela, a linguagem, é um dos principais meios pelo qual a cultura se propaga, além de estar estritamente conectada a sentimentos, ideias, conceitos e senso de pertencimento. Todas essas expressões são repassadas através da linguagem, e é, por isso que ainda se mantem há tantos anos o Carnaval das Águas, pois cada geração repassa a próxima as técnicas, os modos e o gosto de como se fazer o carnaval, se escrever as comédias e manter viva a tradição carnavalesca. Todos esses apontamentos podem ser percebidos e inferidos na imagem 02, na qual estão presentes integrantes (homens e mulheres) de várias idades, vivenciando as experiências e encantos dessa manifestação cultural.

As principais personagens dos Linguarudos são: Primeiro e Segundo Palhaço, Época, o Língua de Aço, Albino e Aguilera, Namorador, Repórter, entre outros. Como o nosso foco é na personagem Língua de Aço, a descreverei segundo os apontamentos de Miranda (2016), que o descreve como sendo uma das personagens que tem a função de “soltar o verbo” e falar dos mais variados assuntos, sem se preocupar se sua crítica será pontual a alguém ou não.

Toda a organização e composição desse carnaval é feita pelos próprios moradores dos rios. São eles, os ribeirinhos, que são muitas vezes apanhadores de açaí, pescadores artesanais e donas de casa que fazem parte deste grande carnaval das ilhas da região de Cameté. Eles que organizam os ensaios, que arrumam as casas para se apresentarem, que conseguem o barco para acomodar todos os dançantes, preparam os alimentos para servirem aos foliões, geralmente, é a merenda e o almoço, e também, bebidas alcoólicas que é bastante consumida, principalmente, pelos homens. Preparam ou compram as fantasias e as máscaras e compõem as comédias.

Suas apresentações acontecem nas casas dos próprios moradores dos rios, que os contrata para dançarem em suas residências. Elas se dão, geralmente, nos fins de semana antes da terça-feira de carnaval. Algumas vezes saem na sexta, sábado, domingo e terça de carnaval. Para custearem suas despesas, como mencionei na outra seção sobre o Carnaval das Águas, a prefeitura de Cameté, disponibiliza anualmente uma verba para ajudá-los, que corresponde de 1 a 3 mil reais. No entanto, esse valor não é para esses dias de apresentação, mas para que eles possam se deslocar até a cidade de Cameté para participarem da abertura oficial do carnaval na cidade.

E já que tudo é pensado e organizado pelos próprios foliões, é o seu Neco Dias o responsável pela composição das comédias – nosso foco de análise - faladas e encenadas nas apresentações, especialmente, dos Linguarudos. Seu nome é Benedito Medeiros Dias, mais conhecido por Neco Dias<sup>158</sup>, é assim que todos o conhecem na localidade onde mora, Rio Santana, e nos rios vizinhos. É integrante do cordão carnavalesco *Os Linguarudos* do Rio Santana desde os seus 16 anos e está na “Associação Cultural Santanense fundada em 24 de dezembro de 2002 sob a direção do Sr. Raimundo Zacarias da Silva (Tio Zaca) (MIRANDA, 2016, p. 56), mas no carnaval de 2020 dançou no cordão *Quem São Eles*, do Rio São Joaquim, de Mocajuba, Pará.

**Figura 03. Neco Dias em sua residência na localidade de Rio Santana, Cametá, Pará, 2020**



**Fonte:** Arquivo pessoal da autora.

Neco Dias é um dos mais antigos moradores do Rio Santana, e além disso, é “um apaixonado pela sua cultura local expressa pelo Carnaval das Águas, há mais de 30 anos escreve com eloquência em suas comédias os anseios, as mazelas em alto e bom tom da população local (MIRANDA, 2016, p. 56). Na hierarquia dos mais conhecidos compositores de comédia da região é na “linhagem dos renomados comediantes do secular Carnaval das Águas, o terceiro,

<sup>158</sup> Neco Dias tem 72 anos, nasceu no dia 05 de dezembro de 1945, filho de Silvio Dias da Silva e Dona Etelvina Medeiros Dias, que teve cinco filhos Orlando, Antônio e Nazaré já falecidos, além de Océlio e Neco Dias, que é casado e pai de 14 filhos. Além disso, “cursou até a 4ª série primária e paleógrafo, sua profissão é fazer placas e abrir letras, um “profissional do pincel” (MIRANDA, 2016, p. 56).

seguido de Satirinho e Maneco Leão, ambos falecidos, todos ligados diretamente ao cordão *Os Linguarudos* (MIRANDA, 2016, p. 56).

Em 2006, com ajuda de sua amiga Suely Leão, escreveu seu primeiro livro<sup>159</sup> de comédia, em que narra sua trajetória de vida, desde seu nascimento até a ocasião. Ele que segundo Miranda (2016, p. 56), é um “comediante renomado na localidade, reconhecido pelo teor crítico que suas comédias possuem, compõe para os mais distintos cordões, seguindo o perfil de cada grupo”.

Sendo um bom comediante, as comédias que ele produz para os grupos que compõem o Carnaval das Águas, são textos literários em formato de versos e estrofes rimada e fazem parte da composição do carnaval da região. Elas fazem referência a todos os tipos de assuntos do meio social, político, cultural, econômico e religioso da sua localidade e para além dela. Mesmo com tons jacosos e satíricos ela não perde seu caráter crítico, além de serem escritas ou compostas pelos moradores dos rios e que são os próprios dançantes/brincantes.

Abaixo, apresento uma parte da comédia escrita pelo dançante Neco Dias, para o Carnaval de 2010, em que ela apresenta um pouco do retrato, dos anseios locais diante do cenário político da região, especialmente, do município de Mocajuba, mais perto do rio Santana, que Cametá.

Alerta povo da minha terra  
Do meu berço e do meu lar  
Está chegando o momento  
De a língua dezenrolar  
Agente-se quem poder  
E quem poder aguentar

Só de ano a ano que falo  
Mas tenho o que falar  
Sou comparado a globo  
Que não deixa nada passar  
Quem tiver rabo de palha  
Acho melhor se mandar

Numa parte eu critico  
Noutra faço homenagear  
Como vai o nosso governo

<sup>159</sup> O passado é uma parada. Recordar é viver é um livro escrito por Neco Dias em versos e estrofes rimadas sobre a sua vida, em 2006. Todas as linhas escritas são em formato de versos e estrofes, em que narra a sua ancestralidade, os nomes dos seus 14 filhos, da sua esposa, de seus irmãos e pessoas queridas para ele, que o ajudaram durante todos esses anos de existência. Agradece de modo particular à sua amiga, Suely Leão, que o ajudou a encadernar e tornar viável a escrita do seu primeiro livro de comédias. O livro não possui lançamento, ou sequer, teve ampla divulgação. É uma obra de valor sentimental e pessoal de seu Neco Dias. Infelizmente, o livro não teve divulgação e a única versão que ele tem está em estado de deterioração em decorrência da má conservação. Tenho uma cópia xerocada do livro, assim como tenho mais de 800 comédias escritas para o Carnaval das Águas, das quais mais de 500 pelo seu Neco Dias.



O que pode me falar  
E as suas grandes promessas  
Que não vão realizar [...] <sup>160</sup>

Os assuntos das comédias são os mais variados, mas gostaria de destacar esta do carnaval de 2010, em que se tece uma crítica direcionada ao governo, especialmente, no que diz respeito às inúmeras promessas feitas pelos políticos e que muitas vezes não se cumprem. Evidentemente, que esse tema não é algo apenas do cenário local, mas um problema nacional e global, no qual os interesses políticos se sobressaem sobre os da população, principalmente, dos menos favorecidos. Se formos buscar na História Política brasileira, o coronelismo e o voto de cabresto implementado no Brasil na Primeira República, nos fazem pensar como as barganhas políticas e trocas de favores entre o eleitor e o político se faziam presente nas pequenas cidades e vilarejos, mas que se fazem presentes ainda nos dias atuais (LEAL, 2012).

A função ou o papel social das comédias é, sobretudo, de alertar a população em tempos de folia das problemáticas da comunidade local; dos acontecimentos anuais noticiados pela mídia de modo geral; dos eventos políticos; dos descontentamentos da falta de assistência médica e dos demais benefícios que goza um cidadão, ao qual todos - sejam dançantes, compositores ou a plateia - estão inseridos. Mesmo que o alcance de suas vozes não se propague além do Rio Tocantins, com algumas exceções, a capital do estado, a mais de um século falam brincando o Carnaval em alto e bom tom dos problemas que lhes afetam (MIRANDA, 2016).

Por isso, podemos pautar essa discussão a partir do conceito de escrevivência desenvolvido por Conceição Evaristo (2008), em escrever sobre suas vivências, suas experiências, enquanto mulher negra, ou seja, a partir da história de mulheres negras escravizadas, que agora passam a ter voz e são protagonistas de suas histórias, que é a principal tese de Evaristo (2008). E trazendo esse conceito para o carnaval das águas, pensar a escrevivência para além de outras dimensões sociais e das quais a própria autora propõe, a fim de que outros campos sociais experimentem esse conceito, que aqui será na comédia do carnaval das águas.

Deste modo, as vozes e os anseios presentes nas comédias são frutos dos questionamentos que a própria população faz de suas realidades subalternizadas e reprimidas muitas vezes por políticas públicas precárias, uma saúde sucateada pelo poder público. Neste sentido, para Evaristo (2008) – pensando o negro – eles precisam narrar suas próprias histórias e não serem apenas temas de produções literárias. Igualmente nas comédias carnavalescas de

<sup>160</sup> Comédia escrita pelo seu Neco Dias para a Personagem Língua de Aço, do cordão Os Linguarudos, no Carnaval de 2010.

Cametá, que elas não sejam percebidas apenas como parte constituinte de um enredo carnavalesco, mas como instrumento de voz e de representatividade do povo ribeirinho que tanto sofre e luta por espaço na sociedade. E seria essa experiência de escrever sobre suas vivências, mas sobretudo, como uma nova forma de escrever a história.

### **Considerações finais**

Diante da análise desenvolvida, cabem algumas considerações. Primeiro, de pensar a relação existente entre as festas carnavalescas e as práticas de escritas literárias a partir de uma relação imbricada. Em que se misturam os festejos e a escrita como forma de crítica e resistência social. Outra questão, diz respeito, a visibilidade que esses escritores trazem através do seu local de fala ao narrarem a história local, de sua comunidade.

Por fim, de compreender que a escrita literária vai além das normatizações e das instituições literárias. Ela é fruto das vivências de sujeitos que expressam em seu tempo seus anseios e desejos. Portanto, este estudo carece de mais análises que não cabem aqui, mas que servem para outros momentos oportunos.

Uma outra questão importante, foi perceber que as comédias são produto do carnaval, mas trazem em seus conteúdos elementos do dia a dia, das vivências e dos anseios do seu compositor, que se torna intérprete das pessoas e de sua localidade.

### **Referências**

AMADO, Jorge, 1912-2001. *O país do carnaval* / Jorge Amado; posfácio de José Castello. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro e GONÇALVES, Renata. *Carnaval em múltiplos planos* / org. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcante e Renata Gonçalves – Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

DAMATTA, Roberto. 1936 - *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*/Roberto DaMatta. – 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

D' OLIVEIRA, Renan Souza. “*Este sim veio para alegrar toda a gente*”: visualidades artísticas do Cordão Última Hora do Carnaval das Águas, Cametá (PA). Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, 2019.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*. Releitura, Belo Horizonte, n. 23, 2008.

\_\_\_\_\_. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*/Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Brasiliense, 1999.

- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro:LTC,1989.
- GÓES, Fred. *Imagens do Carnaval Brasileiro do Entrudo aos Nossos Dias*. Brasília da Biblioteca Nacional; guia das fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional /Nova Fronteira, 2002. p.573-588.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Editora Lamparina, 2014.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Prefácios de José Murilo de Carvalho, Alberto Venâncio Filho e Barbosa Lima Sobrinho 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MINOIS, Georges. *A história do Riso e do Escárnio*/Georges Minois; tradução Maria Elena O. Ortiz Assumpção. – São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- MIRANDA, Elizane Gonçalves. *Carnaval das Águas: comédias e crítica social, manifestações populares dos ribeirinhos de Cametá (PA)*. Monografia apresentada ao curso de História na Universidade Federal do Pará, campus Bragança, 2016.
- MIRANDA, Elizane G. *Os foliões das águas de Cametá*. Resumo expandido apresentado no Congresso Internacional de Estudos Multidisciplinares da Amazônia. Universidade Federal Rural da Amazônia. Tomé-Açu, 2020.
- MIRANDA, Elizane Gonçalves. *O Carnaval das Águas: as comédias carnavalescas dos foliões de Cametá e Mocajuba (PA)*. Caderno de resumos do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia / coordenadora Márcia Maria Menendes Motta. -- 1. ed. -- São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. PDF
- MIRANDA, Elizane Gonçalves. *Carnaval das Águas: os dançantes da Amazônia Tocantina*. Artigo apresentado na I Semana Acadêmica de História. O ofício do historiador e da historiadora na Amazônia: novas perspectivas em ensino, pesquisa e extensão IFPA – Conceição do Araguaia – Pará – 2021.
- MIRANDA, Elizane Gonçalves. *Dançantes das Águas: o carnaval da Amazônia Tocantina*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, 2021 (em andamento).
- PEREIRA, E. A. D. Amazônia Tocantina: o território. In: *Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina* / Organizado por José Pedro Garcia Oliveira, Doriedson S. Rodrigues, João Batista do Carmo Silva, Odete da Cruz Mendes. Cametá, PA: UFPA/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2012.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*/Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SOIHET, Rachel. *Reflexões sobre o carnaval na historiografia* – algumas abordagens. Tempo, Rio de Janeiro, n. 7, p. 169-188, 1999.

# “A TERRA É MÃE, E MÃE NÃO SE VENDE, NÃO SE NEGOCIA”: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E JURÍDICA DO DIREITO À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Émelyn Linhares, Universidade Federal da Fronteira Sul

Thais Janaina Wenczenovicz, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Marlei Ângela Ribeiro dos Santos, Universidade do Oeste de Santa Catarina

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a trajetória histórica da demarcação das terras tradicionais no Brasil, bem como analisar os direitos que concernem tal assunto. Justifica-se pelas rotineiras violações ao direito demarcatório das terras indígenas, pela demora no processo administrativo ou virtude de decisões judiciais e projetos de leis que não reconhecem ou restringem tais direitos. Utiliza-se o procedimento metodológico bibliográfico-investigativo com aporte de dados do Instituto Socioambiental, jurisprudência dos Tribunais nacionais e internacionais e legislação vigente. Primeiro, é apresentada de forma concisa a trajetória histórica e legislativa da (des)apropriação territorial indígena no Brasil, abordando os processos do colonialismo e da colonialidade; em seguida, há uma análise do direito à demarcação das terras indígenas, observando o (des)cumprimento do processo administrativo demarcatório como também da jurisprudência nacional e internacional relativas à alguns conflitos acerca da propriedade e demarcação de terras; finalmente, discutimos sobre a criação de barreiras aos direitos específicos indígenas no que se refere à demarcação, com a criação de projetos de leis que restringem tal direito. Verifica-se a negligência estatal no que toca à demarcação destas terras, a ocorrência de violações e violências em face de indígenas, simultaneamente ao escasso conhecimento e aplicação do dano ao projeto de vida em virtude da omissão e abuso do Estado. Concluimos pela necessidade de uma evolução e reconstrução da legislação e entendimento dos tribunais com auxílio da perspectiva decolonial para o reconhecimento e pleno exercício dos direitos dos povos originários.

**Palavras-chave:** Colonialismo; Dano ao projeto de vida; Direitos Indígenas.

## Introdução

O ordenamento jurídico brasileiro e as práticas estatais reproduzem os efeitos do colonialismo e da colonialidade, repercutindo nos processos de subalternização de grupos oprimidos e vulneráveis, em especial os povos originários que possuem seus direitos cerceados, possuindo suas liberdades delimitadas desde a colonização, permanecendo sua vivência em bases violentadoras e discriminatórias.

Objetiva-se analisar a narrativa histórica e legislativa dos povos indígenas e o direito à demarcação de suas terras, bem como a (i)naplicabilidade de tais direitos e os conflitos jurídicos que permeiam a temática. O artigo divide-se em três partes: Colonialismo e colonialidade: trajetória histórica e legislativa da (des)apropriação territorial indígena no Brasil; O direito à demarcação das terras indígenas e a jurisprudência; Implementação de barreiras e a não demarcação: dano ao projeto de vida e reflexões com viés decolonial.

A escrita apoia-se no ordenamento jurídico nacional, em decisões jurisprudenciais dos tribunais brasileiros e internacional, bem como em projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional. Ainda, assenta-se nos estudos e teorias decoloniais do grupo interdisciplinar

Modernidade/Colonialidade formado no fim dos anos 90, capitaneado por Aníbal Quijano, Maldonado-Torres e Mignolo. No tocante ao procedimento metodológico, utiliza-se o bibliográfico investigativo com aporte de dados do Instituto Socioambiental – ISA, como também legislação e decisões do ordenamento jurídico nacional e internacional.

Vislumbra-se a problemática do não reconhecimento e o descumprimento do direito demarcatório das terras indígenas em razão de violações e negligência estatal, da mesma forma o conflito com particulares interessados nestes territórios. Tais situações possibilitam práticas violentadoras em face dos povos indígenas e a inobservância de seus direitos específicos. Considera-se como ferramenta instigadora a esta controversa a cultura hegemônica originada pelo ideário europeu, instituidor de raças e classes com patrocínio do capitalismo que influenciam na existência dos povos tradicionais, mantendo-os em circunstâncias inóspitas com seus direitos anulados.

### **Colonialismo e colonialidade: trajetória histórica e legislativa da (des)apropriação territorial indígena no Brasil**

A fim de tratar sobre as terras que compõem o Brasil é preciso retornar na história à chegada de Cabral e as grandes navegações ao país em 1500. Para analisar a economia, o mercado e a distribuição territorial, social e cultura na atualidade, é necessária a perspectiva no que concerne à personificação do Estado, em que o colonialismo<sup>161</sup>, a colonialidade<sup>162</sup> e o capitalismo engendraram os conflitos sociais, sob o padrão eurocêntrico.

Antecedentemente à “descoberta” as terras eram habitadas pelos povos originários, sem embargo efetivou-se a ocupação europeia, incorporando-se aos territórios o ideário hegemônico fundado na exploração de áreas e recursos, assim como na erradicação das identidades originárias. Como ferramenta a este processo, o colonialismo instituiu o padrão de poder e as classificações étnico-raciais, (i)legitimando determinados saberes e práticas, entre grupos de dominantes e dominados. É o que esclarece Quijano:

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos

<sup>161</sup> O colonialismo é conceituado como “uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

<sup>162</sup> Colonialidade é compreendida como “um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005, p. 118).

Impôs-se um padrão social, de comércio, trabalho, religião, jurídico e legal através dos poderes imperiais epistêmicos. Isso, refletiu na imagem dos povos tradicionais, considerados selvagens era imprescindível a civilização destes pela moral, fé e legalidade europeia, garantindo assim sua submissão em privilégio da colônia. O objetivo era eliminar as diferenças dos povos aqui encontrados, iniciando a estereotipização e purificação pelo controle, colonizando e angariando territórios.

Violências ocorriam na colônia e em suas fronteiras, o contexto colonial formou-se pela mão de obra escrava e negra juntamente ao etnocídio. A exploração do trabalho de corpos nativos e transportados (leia-se aprisionados/sequestrados) fomentou a divisão de classes sociais e relações brutais de poder, cúmplices do capitalismo colonial/moderno. A autoridade e hierarquia existentes pela dominação, fonte do capitalismo, de um grupo sobre outro preserva o poder colonial pelo trabalho e capital.

O capitalismo fixou-se pelo arquétipo de poder mundial alicerçado pela colonialidade que assegura as divisões de classes e étnico-raciais, e se concretiza nas esferas que compõe a existência humana como o trabalho, cultura e gênero que são atingidos pela hierarquia social. Desse modo, o colonialismo assentou a estrutura política e territorial (propriedade de terras, corpos e identidades) que é reproduzido atualmente pela colonialidade, violando direitos individuais e coletivos, além de proporcionar os eventos epistemicidas, genocidas e etnocidas que avistamos diariamente.

O capitalismo utilizou-se do conhecimento eurocêntrico, o único considerado racional, visando a naturalização das vivências e violações de grupos subalternos conforme o padrão de poder. Com a determinação das identidades, também se delimitaram os espaços geográficos e quais indivíduos os integrariam e/ou possuiriam. Em conformidade, afirma Mignolo:

A diferença colonial [...] é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, a integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é finalmente o local ao mesmo tempo físico e imaginários onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (MIGNOLO, 2003, p. 10).

Em consequência ao processo do colonialismo e capitalismo, as leis dos portugueses foram instituídas ao território brasileiro, estabelecendo o regulamento jurídico lusitano bem como suas sistematizações, tradições, religião e língua acarretando adversidades étnicas e territoriais, ocasionando violências expulsão de muitos povos de suas terras. No tocante à

imposição de leis, relevante discorrer alguns dispositivos vigentes no ordenamento jurídico relativamente às terras e indígenas.

Desde a sua independência, o Brasil teve sete constituições, a primeira de 1824 trouxe em seu artigo 179 a garantia da inviolabilidade de direitos civis e políticos aos cidadãos tendo como base a liberdade, segurança individual e propriedade (BRASIL, 1824). Ademais, o inciso XXII do mesmo artigo assegura o direito de propriedade de forma plena, bem como dispõe que “ se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indenizado do valor della” (BRASIL, 1824), trazendo a noção de propriedade Estatal e a possibilidade de comprar, vender, indenizar.

Acerca das terras devolutas<sup>163</sup> do Império, a Lei n. 601 de setembro de 1850, prevê a vedação de aquisição destas terras por outro título que não seja o de compra (art. 1), isso significa, que as terras “abandonadas” e não ocupadas são do domínio público. O artigo 12 da lei previa que o governo reservaria das terras devolutas partes necessárias para a colonização dos indígenas (BRASIL, 1850). Da mesma forma, o Decreto n. 1.318 de 1854, que visava executar a Lei 601, previa em seu artigo 72 e 73 a reserva de terras devolutas para colonização e aldeamento de indígenas determinando a medição das terras para tanto. Por seguinte, o artigo 75 determinou que estas terras reservadas à colonização dos povos eram destinadas apenas para o seu usufruto, impossibilitando a alienação enquanto o Governo Imperial não lhes der o pleno gozo (BRASIL, 1854).

Tais dispositivos demonstram o não reconhecimento da propriedade dos povos indígenas dos territórios ocupados por eles. Dessa forma, condizente com a política higienista e indigenista da colonização, assentada no aldeamento e civilização de “hordas selvagens”, conforme descrito no decreto. Mais tarde, em 1891, a Constituição Republicana em seu artigo 64 determinou que as terras devolutas pertenciam a seus respectivos Estados, permanecendo o não reconhecimento aos direitos e terras dos povos tradicionais (BRASIL, 1891).

Por outro lado, a Constituição de 1934, no artigo 129, reconhece a posse de terras dos indígenas “que nelas se achem”, destacando a vedação de alienação dos territórios por estes povos (BRASIL, 1934). Já em 1969, durante a ditadura, exarou-se a Emenda Constitucional n. 1 de 17 de outubro, a qual estabeleceu no artigo 4, inciso IV que as terras ocupadas pelos silvícolas estavam inclusas no rol dos bens da União. Ainda, tal emenda trouxe no artigo 198 o

<sup>163</sup> O artigo 3º da lei 601/50 prevê quais terras eram consideradas devolutas. Resumidamente, as que não se encontrarem ao uso público nacional, provincial ou municipal; que não se encontrarem no domínio particular por qualquer título legítimo; e que não se encontrarem ocupadas por posses (BRASIL, 1850).

direito assegurado aos indígenas de usufruto dos recursos naturais de suas terras, e no parágrafo 2º do artigo tornou nulo todos os efeitos jurídicos de domínio, posse ou ocupação de terceiros das terras indígenas, não dispondo do direito de ação ou indenização em face da União ou da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (BRASIL, 1969).

Posteriormente, em 1973 inseriu-se no ordenamento jurídico o Estatuto do Índio, a Lei n. 6.001 de 19 de dezembro. Tal dispositivo diferencia as áreas indígenas em terras ocupadas, áreas reservadas (reserva indígena, parque indígena e colônia agrícola indígena), território federal indígena e terras de domínio indígena (BRASIL, 1973). Com o advento da Constituição Federal de 1988 – CF/88, também denominada “Constituição Cidadã” rompeu-se com o preceito integracionista dos indígenas à nação e reconheceu no artigo 231, parágrafo 2º que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são de propriedade da União, sendo a posse dos indígenas, competindo aquela a realização da demarcação das terras. Ainda, no parágrafo 5º do mesmo artigo é prevista a vedação de remoção de grupos indígenas de suas terras, ressalvadas hipóteses de catástrofe ou epidemia (BRASIL, 1988).

O ato das disposições constitucionais transitórias, no artigo 67 determina que a União deveria concluir a demarcação das terras indígenas no prazo de 5 anos a partir da promulgação do texto constitucional (BRASIL, 1988). Também, cabe lembrar a existência da previsão sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas que está descrito no Decreto n. 1.775, de janeiro de 1996 (BRASIL, 1996). Apesar destas previsões constitucionais e legislativas do direito dos povos tradicionais às terras com a devida demarcação, até o presente, os prazos previstos não foram observados, permanecendo inacabado e violado tal direito.

### **O direito à demarcação das terras indígenas e a jurisprudência**

A CF/88 reconheceu a organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras ocupadas pelos indígenas, determinando a obrigação da União em demarcá-las (art. 231). Igualmente, assegurou o direito destes povos a legitimidade para ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, observando a atuação do Ministério Público em todos os atos do processo (art. 232, BRASIL, 1988). Posteriormente, o regime de tutela e a incapacidade relativa prevista no Código Civil de 1916 (art. 6º) foram eliminados com a instituição do Código Civil de 2002 – CC/02 (BRASIL, 1916 e 2002).

Com a devida previsão do direito às terras e o reconhecimento de suas identidades, crenças, tradições, costumes e gozo dos recursos, os povos indígenas adquiriram certa autonomia, contudo, para a plenitude destes direitos é necessária a demarcação dos territórios, que possui procedimento específico. Por meio do Decreto n. 1.775/96 a regularização das terras



ocupadas pelos povos tradicionais dispõe de várias etapas de competência do Poder Executivo, ou seja, o procedimento administrativo identifica e aponta os limites destes territórios (BRASIL, 1996).

Ao longo de seus onze artigos, o Decreto citado prevê requisitos, resumidamente são: a) estudo antropológico de identificação; b) contraditório administrativo e, se for o caso, direito à indenização; c) demarcação dos limites por parte do Ministro da Justiça; d) demarcação física; e) levantamento fundiário; f) homologação da demarcação pelo Presidente da República; g) na hipótese da presença de não-indígenas na área demarcada, proceder-se-á a retirada destes com o devido reassentamento; h) registro das terras indígenas em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União; i) disciplinar acerca do ingresso de terceiros nas terras indígenas de povos isolados, bem como tomar as providências para proteção necessária (BRASIL, 1996).

Conforme o Instituto Socioambiental – ISA (2021a) as terras do Brasil reservadas aos povos indígenas somam em 724 áreas e ocupam a extensão total de 117.377.553 hectares (1.173.776 km<sup>2</sup>), isto é 13,8% do país. Deste número, a maior parte encontra-se na Amazônia Legal (98,25%), e o restante (1.75%) divide-se pelas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás (ISA, 2021a).

Essa situação de flagrante contraste pode ser explicada pelo fato de a colonização do Brasil ter sido iniciada pelo litoral, o que levou a embates diretos contra as populações indígenas que aí viviam, causando enorme depopulação e desocupação das terras, que hoje estão em mãos da propriedade privada. Aos índios restaram terras diminutas, conquistadas a duras penas. Por exemplo, em São Paulo, a terra Guarani Aldeia Jaraguá tem apenas dois hectares de extensão, o que impossibilita que vivam da terra. Há vozes dissonantes em relação ao tamanho das TIs<sup>164</sup> na Amazônia, alegando que haveria "muita terra para poucos índios". Esses críticos se esquecem de que os índios têm que tirar todo seu sustento da terra. Muitas vezes, as TIs têm grandes partes não agricultáveis, e sofrem ou sofreram diversos tipos de impactos (ISA, 2021a).

Atualmente, a situação das terras indígenas - TIs no Brasil pode ser classificada em: a) em identificação / com restrição de uso a não índios (n. de TIs 120); b) identificada (n. de TIs 44); c) declarada (n. de TIs 73); d) reservada / homologada (n. de TIs 487) (ISA, 2021b). Certamente essas terras situadas no procedimento de regulação e a (des)territorialização das comunidades produzem diversificados impactos para indígenas e não-indígenas de modo, social, ambiental, econômico, cultural, entre outros aspectos. Contudo, pretendemos aqui

<sup>164</sup> A sigla ‘TIs’ significa terras indígenas.

analisar a concepção jurídica destes territórios e demarcações, desse modo, forçoso mencionar as decisões dos Tribunais acerca do tema e conflitos originados por esta demanda.

No tocante à demora excessiva na demarcação das terras indígenas, cabe destacar o caso ocorrido no norte de Santa Catarina, onde indígenas Guarani permaneciam na indefinição governamental sobre a demarcação dos territórios de Mbiguaçu, Corveta I e II, Rio do Meio, Garuva, Rio Bonito, Reta, Pindoty, Pirai e Tarumã. Vale ressaltar que os estudos de ocupação foram iniciados no ano de 1996 e a criação do grupo técnico de identificação e delimitação das terras foi criado em 1998 pela FUNAI. Em razão da morosidade do processo demarcatório, o Ministério Público Federal – MPF ajuizou ação civil pleiteando a celeridade da questão. Deferiu-se medida liminar em 2002, e julgado procedente o processo em 2007, quando estabelecido o prazo de 24 meses para a identificação e demarcação de todas as terras Guarani situadas nos municípios respectivos, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser revertida em favor daqueles povos. Ainda, a FUNAI e a União apelaram ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, o qual reafirmou a decisão impugnada. Posteriormente, as rés recorreram ao Superior Tribunal de Justiça - STJ e ao Supremo Tribunal Federal - STF, contudo sem êxito em obter o provimento de seus pleitos (MPF, 2019)<sup>165</sup>.

Ainda sobre o retardamento do procedimento administrativo de demarcação dos territórios indígenas, proveitoso o destaque dos argumentos expostos na decisão da Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1 de recurso<sup>166</sup> interposto pela União e FUNAI em desfavor de sentença pela qual o magistrado julgou parcialmente procedentes os pedidos da petição inicial para ultimar o processo administrativo de demarcação da terra indígena Boca do Mucura, no município de Fonte Boa/AM, determinando a conclusão no prazo máximo de 36 meses. Vejamos parte da decisão da Quinta Turma do TRF1 para tal recurso:

[...] 4. É uníssona a compreensão de que a posse da terra constitui um direito fundamental dos povos indígenas, forte em que a relação destes com seu habitat transcende a concepção de uma relação eminentemente civil e patrimonialista, constituindo-se em parte integrante de seus chamados direitos imemoriais, dentre os quais também se incluem as suas crenças, línguas, costumes e tradições, como expressamente definido no art. 231 da Constituição Federal. 5. É nesse cenário que o direito à posse da terra se consolida como um direito fundamental e originário, justamente porque era originária e imemorial a sua ocupação e porque ele instrumentaliza a proteção à própria identidade das comunidades indígenas. A garantia à posse da terra,

<sup>165</sup> Para mais informações: RESP 1114012/SC, Ministra Relatora Denise Arruda, 1º Turma do STJ, em 10/11/2009. A decisão na íntegra poderá ser acessada no seguinte endereço: [https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=927736&num\\_registro=200900825478&data=20091201&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=927736&num_registro=200900825478&data=20091201&formato=PDF)

<sup>166</sup> Apelação Cível - AC n. 0000624-56.2015.4.01.3202

portanto, não é apenas uma medida vertical de proteção do Estado dispensada a quem não se pode autodeterminar, mas, antes, o reconhecimento de um direito àqueles que ao longo do processo secular de colonização foram paulatinamente despojados de seus tradicionais locais de habitação, vindo, também com isso, ser perigosamente comprometida a sua própria identidade cultural [...] (AMAZONAS, 2017).

Inclusive, em ação de reintegração de posse de fazenda ajuizada em face de indígenas que ali se encontravam. Em recurso<sup>167</sup>, a FUNAI e o MPF indicaram nulidade por cerceamento de defesa, visto que o juízo no processo de origem proferiu a sentença sem a produção de laudo antropológico que visasse demonstrar a existência ou não de ocupação tradicional sobre a área. Por unanimidade, em agosto de 2019, a Segunda Turma do STJ, entendeu contrário ao pleito recursal afirmando que “não cabe produção de laudo antropológico em ação possessória ajuizada por proprietário de fazenda ocupada por grupo indígena” sob a justificativa de que a demanda é de natureza possessória ajuizada por fazendeiro em face de indígenas que “agiram por sua própria conta”. E caso a produção de laudo antropológico fosse permitida haveria a possibilidade do reconhecimento da legalidade da “invasão” perpetrada admitindo-se a prática de justiça de “mão própria pelos indígenas, afrontando o ordenamento jurídico (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

No mesmo caso, a FUNAI, a União e o MPF alegaram violação aos dispositivos do Estatuto do Índio, requerendo a reforma do acórdão recorrido em virtude do direito de posse dos indígenas sobre as áreas por eles tradicionalmente ocupadas. Nesse contexto, o STJ, reiterando a fundamentação, entendeu que “inadequada a discussão acerca da tradicionalidade da ocupação indígena em ação possessória ajuizada por proprietário de fazenda antes de completado o procedimento demarcatório”, sob pena da admissibilidade de justiça de mão própria pelos indígenas, o que tornaria legal a ocupação “prematura e voluntariosa” de tal área, precedente ao procedimento demarcatório (MATO GROSSO DO SUL, 2019). Tais convicções do Tribunal demonstram a existência de decisões com vastos fundamentos de contrariedades e privações aos povos tradicionais, conservando a circunstância de destrutibilidade do pleno exercício dos direitos indígenas.

Acerca da jurisprudência internacional, sublinha-se a condenação, em 2018, do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH em virtude da excessiva demora em processo de demarcação do território indígena Xucuru/PE iniciado em 1989. Em síntese, em

<sup>167</sup> REsp 1.650.730-MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 20/08/2019, DJe 27/08/2019. A decisão poderá ser acessada no seguinte endereço: <https://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/informjurisdata/article/view/3872/4098>

2001 expediu-se o Decreto que homologava a demarcação, procedendo-se a devida documentação no Registro de Imóveis de Pesqueira/PE. Apesar do ajuizamento de ação por parte do Oficial do Registro em razão de dúvida sobre aspectos formais, restou confirmado a legalidade do registro pela Justiça Federal em 2005. No entanto, embora existente o registro, sucederam-se diversas ações de reintegração de posse, buscando a desocupação do território pelo povo indígena. Frente a demora excessiva na concreta ocupação das terras pelos indígenas, a Corte IDH reconheceu a indenização por dano moral coletivo (depositado em fundo com destino que seria acordado com o Povo Xucuru) e condenando o Brasil a demais medidas (CIDH, 2018). Segue extratos da sentença:

[...] O processo de delimitação, demarcação e desintrusão da terra indígena do povo Xucuru foi marcado por um **contexto de insegurança e ameaças**, que **resultou na morte de vários líderes indígenas da comunidade**. [...] Para a situação em especial dos povos indígenas, a perita Victoria Tauli-Corpuz, Relatora Especial das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas, observou que para **garantir o uso e o gozo do direito da propriedade coletiva, os Estados devem assegurar que não exista interferência externa sobre os territórios tradicionais, ou seja, devem eliminar qualquer tipo de interferência sobre o território em questão por meio da desintrusão, com o objetivo de que o exercício do direito à propriedade tenha um conteúdo tangível e real**. No mesmo sentido, manifestou-se no presente processo o perito Carlos Frederico Marés de Souza Filho. **Um reconhecimento meramente abstrato ou jurídico das terras, territórios ou recursos indígenas carece de sentido caso as populações ou povos interessados não possam exercer plenamente e de forma pacífica seu direito. A desintrusão não só implica a retirada de terceiros de boa-fé ou de pessoas que ocupem ilegalmente os territórios demarcados e titulados, mas a garantia de sua posse pacífica, e que os bens titulados careçam de vícios ocultos, isto é, que sejam livres de obrigações ou gravames em benefício de terceiras pessoas. Caso isso não se verifique, para a Corte é claro que o direito de propriedade coletiva não foi garantido por completo**. [...] No entender deste Tribunal, embora seja certo que o povo Xucuru contou com o reconhecimento formal da propriedade coletiva de seus territórios desde novembro de 2005, não há hoje segurança jurídica sobre seus direitos à totalidade do território, ou seja, os integrantes do povo Xucuru não podem confiar em que todos os direitos vinculados a sua propriedade coletiva sejam respeitados e garantidos. [...] A Corte fixa, de maneira justa, o montante de US\$1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América) para a constituição do referido fundo. O destino desse fundo deverá ser acordado com os membros do Povo Indígena Xucuru, quanto a qualquer medida que considerem pertinente para o benefício do território indígena e seus integrantes. [...] Declara, por unanimidade, que: **o Estado é responsável pela violação do direito à garantia judicial de prazo razoável [...] responsável pela violação do direito à proteção judicial, bem como do direito à propriedade coletiva** [...] (CIDH, 2018, p. 23, 32, 40, 52-54, grifo nosso).

Diante do exposto, a posse das terras indígenas é um dos direitos mais reivindicados por

estes povos, contudo, permanece sendo um dos direitos específicos mais violado pelo Estado brasileiro. A demarcação não é apenas a garantia do direito à terra, vai além disso, é concretização das identidades, tradições, cultura e saberes indígenas. À vista disso, é obrigação expressamente prevista no ordenamento jurídico dos Entes Federados a realização da demarcação, obedecidos de forma justa e célere os requisitos exigidos pela lei, garantindo a proteção dos indígenas contra as violações de terceiros ou de próprios agentes públicos.

A trajetória indígena é carregada de violências desde a colonização, ainda assim o reconhecimento e direitos destes povos permanece à negligência e míngua estatal que impossibilita o exercício dos direitos indígenas específicos e cria obstáculos à demarcação e posse dos territórios tradicionais. No que concerne a este direito, afirma Sônia Guajajara: “ nós não negociamos direitos territoriais porque a terra, para nós, representada a nossa vida. A Terra é Mãe, e mãe não se vende, não se negocia. Mãe se cuida, mãe se defende, mãe se protege” (MPF, 2019, p. 69).

### **Implementação de barreiras e a não demarcação: dano ao projeto de vida e reflexões com viés decolonial**

A colonialidade se faz presente nos Poderes da União, isto é, no Legislativo, por meio do ordenamento jurídico, no Executivo por meio da realização ou não do procedimento demarcatório, e no Judiciário, em decisões de juízes ou Tribunais quando do não reconhecimento do exercício dos direitos indígenas. Isso, demonstra a ideologia inserta e fundada na classificação social e a eliminação de grupos subalternos, reflexos da mentalidade eurocêntrica da sociedade que reitera o padrão de dominante e dominado nas esferas sociais.

As demarcações das terras tradicionalmente indígenas representam a luta pela memória e o reconhecimento da história dos povos indígenas, buscando a restituição de suas identidades e o fim do extermínio, consolidando suas tradições, saberes, línguas e comunidades. A colonialidade do poder, do saber e do ser, ferramenta definidora dos padrões que controlam a sociedade, é reproduzida diariamente quando da realização ou do retardamento da demarcação territorial, violando os direitos dos povos tradicionais, impossibilitando o efetivo exercício do direito de escolha e projeto de vida individual e de sua coletividade.

O colonialismo atribuiu traços específicos e estereotipados aos indígenas, e, em processo de repetição pela colonialidade, é visível nas fundamentações das decisões judiciais a retratação destes povos a “invasores”, mantendo-se os vereditos escassos de imparcialidade e a violência estrutural diária quando da discussão do direito à demarcação. No Brasil, indígena é sinônimo de desobediência, criminalidade, vadiagem e improdutividade agrícola e conseqüentemente, tal

compreensão consente com a demora na realização do procedimento administrativo demarcatório, bem como na edição de projetos de leis e decisões judiciais que violam tal direito, além de aprovarem demais violências.

Como exemplo, das criações de obstáculos aos direitos indígenas, a edição e aprovação de Projetos de Leis - PL que dificultam e restringem a plena vivência dos povos indígenas. Cita-se o PL n. 490/07 que submete a demarcação das terras indígenas ao Congresso Nacional, além de tratar sobre o marco temporal e a modificação no usufruto das terras pelos povos tradicionais, possibilitando o estabelecimento de bases e unidades militares, a expansão da malha viária e exploração de energia. E, segundo o texto do PL, o interesse político de defesa e soberania nacional sobrepõe-se ao direito de usufruto dos indígenas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Outra proposta que tem reflexos prejudiciais aos povos indígenas e também aos quilombolas é o PL n. 2.633/2021, conhecido como o "PL da Grilagem", que aguarda apreciação pelo Senado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Segundo a advogada do Instituto Socioambiental – ISA tal projeto exprime a "disposição de uma maioria parlamentar em legislador a favor de grileiros e do crime organizado na Amazônia" e acrescenta que o texto "entrega de títulos de propriedade aos desmatadores e invasores sem checar se os danos ambientais que causaram foram recuperados. É um cheque em branco e um incentivo à criminalidade" (ISA, 2021).

A criação de leis que limitam e violam a demarcação de terras indígenas e as decisões judiciais que repisam na permanência do não reconhecimento que este direito seja exercido de forma célere e com o cumprimento dos requisitos expressamente previstos, corroboram com violações ao projeto de vida destes povos. Os danos ocorrem de diversas formas, não por acaso a existência de discussões acerca de danos indenizáveis, danos materiais, danos extrapatrimoniais, danos morais, entre outros. A concessão destes danos por parte dos tribunais precisa estar em harmonia com os direitos fundamentais na esfera da responsabilização civil. Relativamente, o dano ao projeto de vida pode ser entendido como:

No caso do denominado dano ao projeto de vida, trata-se de afetação do estado anímico da pessoa em razão da frustração de expectativa futura em relação ao curso da própria vida. Aproxima-se do conceito o dano existencial, em que a lesão dá causa a uma alteração de hábitos ou na trajetória pessoa da vítima (MIRAGEM, 2015, p. 199).

O indivíduo indígena e/ou sua comunidade possui um projeto de vida, que compreende decisões livres conforme as condições que lhe são inerentes. À vista disso, ações são tomadas

destinando-se ao cumprimento deste projeto traçado. Este apenas se realizará com a participação de outros indivíduos e coletividades na sociedade e espaço temporal, posto que a pessoa humana é um ser de convivência.

O ser humano é estruturalmente social. Sua existência é coexistência! Você está "com" os outros. Portanto, ele deve viver em sociedade e fazer uso dos "Outros" em seu propósito de alcançar os fins propostos, desde que seja livre. O "projeto de vida" está sendo realizado, portanto, na dimensão da convivência! [...] O ser humano é social ou não é. Essa dimensão social explica por que a lei nada mais é do que uma "exigência existencial". O ser humano não pode coexistir sem regras de conduta. A lei, portanto, pertence à própria estrutura do ser humano (SESSAREGO, 2003, p. 668, tradução das autoras).

A respeito do cumprimento ou frustração do direito ao projeto de vida, vale lembrar que nem todo direito, em especial o da liberdade, possui caráter absoluto, ou seja, nem sempre são alcançados, ocorrendo a violação ao projeto de vida. A Corte IDH (2012, p. 90) compreende este dano como aquele que "implica a perda ou o grave prejuízo de oportunidades de desenvolvimento pessoa, de forma irreparável ou muito dificilmente reparável", incluindo também que este dano "se deriva das limitações sofridas por uma pessoa para se relacionar e gozar de seu ambiente pessoal, familiar ou social, por lesões graves de tipo físico, mental, psicológico ou emocional" (2012, p. 90).

No Brasil, tal espécie de dano é desprezado pela doutrina e pouco explorado pelos Tribunais, a exemplo, o STF (2011) mencionou o dano ao projeto de vida nas ações que reconheceram as uniões homoafetivas como entidades familiares<sup>168</sup>. Já o STJ (2012) também mencionou o dano em julgamento sobre a possibilidade de conversão das uniões citadas em casamento<sup>169</sup>. À vista disso, verifica-se que grupos considerados vulneráveis e subalternos aos olhos da sociedade colonialista como o público-alvo da concessão do dano buscando a reparação por violações à direitos e ao projeto de vida.

Necessária a legitimação e incorporação do dano ao projeto de vida no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no tocante as violações que ocorrem no processo demarcatório de terras indígenas, obtendo a proteção integral destas comunidades, tendo como paradigma a fundamentação das decisões internacionais, particularmente a realizada pela Corte IDH. A possibilidade de danificar a liberdade e o projeto de vida não pode mais passar despercebida, acrescenta Sessarego:

<sup>168</sup> STF, ADPF 132, Relator: Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011.

<sup>169</sup> STJ, REsp 1183378/RS, Relator: Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25/10/2011.

Espera-se que este bem fundado e lúcido reconhecimento do «projeto de vida» e da sua acurada análise conceitual, tenha uma rápida e ampla repercussão na jurisprudência comparada e mobilize um setor da doutrina, que ainda não o conhece, para tratá-la, dimensão inédita dos direitos humanos, como já vem sendo feito em alguns países latino-americanos. A entrada da figura “dano ao projeto de vida” ao direito de viver é a demonstração mais convincente de sua validade e de sua aplicabilidade na proteção e defesa dos direitos humanos ao nível do direito fundamental à liberdade (SESSAREGO, 2003, p. 672, tradução das autoras).

A não demarcação das terras tradicionais dizima os povos originários a uma coletividade sem voz, privados de seus direitos vivenciam usualmente práticas estatais e sociais violentadoras. O ordenamento jurídico é saturado de leis carregadas de vicissitudes da realidade indígena do país, muitas vezes, acobertando atentados aos direitos fundamentais e humanos. A plenitude do delineamento do território indígena é inapelável num Estado que se diz democrático, não podendo ser apercebida a execução deste direito como uma afronta à soberania estatal ou ao mercado do agronegócio.

Os direitos específicos dos povos originários, considerados assistenciais, objetivam reparar as violações que continuam atingindo sua coletividade. Desse modo, não cabe ao Estado embarçar os pleitos destas comunidades. O exposto apoia-se nas palavras de Boaventura: “a hegemonia reivindicada pelos direitos humanos resulta de uma vitória histórica ou de uma derrota histórica?” (SANTOS, 2018, p. 59, 60). Na problemática demarcatória, a aplicação da perspectiva decolonial auxilia no deslinde e identificação das violações pelo senso comum que estão interligadas ao tempo, espaço, subjetividades e saberes nos processos experienciados pelos colonizados, oportunizando novos conceitos e realidades com a expansão da descolonização (MALDONADO-TORRES, 2019).

Isto posto, o acometimento de violências e danos às vidas indígenas no Brasil ainda prospera, tanto pelas mãos da sociedade como por parte do Estado. A realização da demarcação de suas terras é apenas um passo para o desenrolar dos direitos extirpados destes povos há mais de 500 anos.

### **Considerações finais**

O procedimento demarcatório e o ordenamento jurídico brasileiro têm se mostrado propícios às violações aos direitos indígenas. O Estado possui a obrigação de demarcar as terras tradicionais, porém se mantém inerte, firmando bases em prescrições colonialistas que visam a elisão dos povos e etnias juntamente a seus direitos. A não demarcação evidencia os reais interesses do Estado, demonstrando que esta omissão tem objetivos de manter os indígenas na



condição de submissos e incivilizados, transfigurando-os como infratores quando do pleito dos seus direitos.

As dinâmicas do colonialismo constituíram as subjetividades, realidades e direitos, que sobrevivem pelo fomento da colonialidade, ação visível nos conflitos dos territórios indígenas no Brasil que facilitam os ataques aos direitos indígenas, em especial ao demarcatório que certamente inserto no rol de direitos humanos. A luta pelos direitos destas terras vai além da mera efetivação da demarcação, mas também representa o reconhecimento e respeito aos povos tradicionais que resistem pelo direito à memória, tradições, línguas e identidades.

Crucial a evolução, assentada nas perspectivas decoloniais, da legislação e entendimento dos tribunais com relação ao exercício e efetividade do direito à demarcação do território indígena, bem como dos possíveis danos que ocorrem durante o procedimento que violam os direitos humanos e coletivos destes povos em razão da supremacia branca, eurocêntrica e capitalista. Apesar das diversas violações, não há possibilidade de negociação de demarcação das terras que são de propriedade perene dos indígenas. Sem dúvida, o processo permanecerá árduo, mas a luta pelo território, identidades, saberes e memória refletirá os proveitos além dos povos tradicionais.

## Referências

AMAZONAS. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Cível n. 0000624-56.2015.4.01.3202/AM. Relator: Juiz Federal Roberto Carlos de Oliveira. Julgamento em 8 de novembro de 2017. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, 19 dez. 2017. Disponível em: <https://arquivo.trf1.jus.br/PesquisaMenuArquivo.asp?p1=00006245620154013202&pA=&pN=6245620154013202>. Acesso em 12 ago. 2021.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Rio de Janeiro: Março de 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em 10 ago. 2021.

BRASIL. *Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Setembro de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em 10 ago. 2021.

BRASIL. *Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854*. Manda executar a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Rio de Janeiro: Janeiro de 1854. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm). Acesso em 10 ago. 2021.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em 10 ago. 2021.

BRASIL. *Lei n. 3.071, de 1 de janeiro de 1916*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: janeiro de 1916. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em 12 ago. 2021.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Rio de Janeiro: julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. *Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília: outubro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. *Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 11 ago 2021.

BRASIL. *Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996*. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília: Diário oficial da União, 8 de janeiro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm). Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília: Diário Oficial da União, janeiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em 12 ago. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei 490 de 20 de março de 2007*. Altera a Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Informações de Tramitação, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>. Acesso em 15 ago. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei 2633/2020*. Altera as Leis n.ºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências. Informações de Tramitação, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>. Acesso em 15 ago. 2021.

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Furlan e familiares vs. Argentina*. Exceções. Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/3aede153727d39a2169ea252db2c9349.pdf>. Acesso em 15 ago. 2021.

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil*. Sentença de 5 de fevereiro de 2018. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_346\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_346_por.pdf). Acesso em 12 ago. 2021.

ISA – Instituto Socioambiental. *Localização e extensão das TIs*. Página modificada pela última vez em 25 de janeiro de 2021. 2021a Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_extens%C3%A3o\\_das\\_TIs#:~:text=A%20maior%20parte%20das%20TIs,Grosso%20do%20Sul%20e%20Goi%C3%A1s](https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs#:~:text=A%20maior%20parte%20das%20TIs,Grosso%20do%20Sul%20e%20Goi%C3%A1s). Acesso em 12 ago. 2021.

ISA – Instituto Socioambiental. *Situação jurídica das TIs no Brasil hoje*. Página atualizada em 12 de agosto de 2021. 2021b. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o\\_jur%C3%ADdica\\_das\\_TIs\\_no\\_Brasil\\_hoje#Situa.C3.A7.C3.A3o\\_das\\_TIs\\_no\\_Brasil](https://pib.socioambiental.org/pt/Situa%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica_das_TIs_no_Brasil_hoje#Situa.C3.A7.C3.A3o_das_TIs_no_Brasil). Acesso em 12 ago. 2021.

ISA. Instituto Socioambiental. *'Cheque em branco' para grilagem, PL 2633 segue ao Senado*. Publicada em 04 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cheque-em-branco-para-a-grilagem-pl-2633-segue-ao-senado>. Acesso em 15 ago. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, -Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167. Disponível em: <http://ramwan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>. Acesso em 01 jul. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.650.730-MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma. Julgado em 20/08/2019, *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, 27 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacao-institucional/index.php/informjurisdata/article/view/3872/4098>. Acesso em 15 ago. 2021.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIRAGEM, Bruno. *Direito Civil: Responsabilidade Civil*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MPF – Ministério Público Federal. *Manual de jurisprudência dos direitos indígenas*. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília p: MPF, 2019. 920 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/manual-de-jurisprudencia-dos-direitos-indigenas.pdf>. Acesso em 12 ago. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 01 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (Orgs.) 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SESSAREGO, Carlos Fernández. *El daño al proyecto de vida en la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*. In: *Derecho PUCP*, n. 56, 2003, p. 659-700.

Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo985265-el-da%C3%B1o-al-%C2%ABproyecto-de-vida%C2%BB-en-la-jurisprudencia-de-la-corte-Interamericana-de-derechos-humanos](https://redib.org/Record/oai_articulo985265-el-da%C3%B1o-al-%C2%ABproyecto-de-vida%C2%BB-en-la-jurisprudencia-de-la-corte-Interamericana-de-derechos-humanos). Acesso em 15 ago. 2021.

STF. *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 132 Rio de Janeiro*. Relator: Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011. Diário Judicial Eletrônico: 13/10/2011. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em 15 ago. 2021.

STJ. *REsp 1183378/RS*. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25/10/2011. Diário Judicial Eletrônico: 01/02/2012. Disponível em:

<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21285514/recurso-especial-resp-1183378-rs-2010-0036663-8-stj/inteiro-teor-21285515>. Acesso em 15 ago. 2021.

## A ATUAÇÃO DAS IRMÃS CARLISTAS NA EDUCAÇÃO EM CASCA/RS: O COLÉGIO SÃO LUÍS (1947-1982)

Fábio De Bastiani, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo na Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio. Bolsista CAPES.  
Email: 166958@upf.br

**Resumo:** Com o passar do tempo, surgiram entidades dentro da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) com modelos próprios de seguimento da doutrina, entre elas temos as *ordens religiosas*. Uma destas organizações religiosas é a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo<sup>170</sup> – Scalabrinianas ou Carlistas -, fundada por João Batista Scalabrini, em 1895, na Itália e que tem como patrono São Carlos Borromeu. Neste artigo iremos abordar, de forma breve, pequenos recortes históricos abordados de forma mais completa no trabalho de conclusão de curso em História, analisando a atuação das Irmãs Scalabrinianas na educação de Casca – RS no período de 1947, ano em que iniciaram os contatos com as Irmãs para a instalação de uma escola na cidade, até o ano de 1982, quando cessaram as atividades das religiosas na área educacional no Colégio São Luís. Para isso, partiremos do surgimento da Congregação e sua expansão para o Brasil e em seguida para o Rio Grande do Sul (1915) e de sua inserção junto à comunidade casquense (1948) com a abertura do Colégio São Luís.

**Palavras chaves:** Educação; Imigração; Irmãs Scalabrinianas.

### **Surgimento da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, sua expansão pelo Brasil e a chegada ao Rio Grande do Sul**

João Batista Scalabrini, fundador da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, nasceu e cresceu em um processo de muitas mudanças sociais, econômicas e políticas que atingiam a população da futura nação italiana e acabaram influenciando suas decisões no futuro. O Bispo italiano, nascido em Fino Mornasco, noroeste da Lombardia em 08 de julho de 1839, acompanhava de perto o processo de Unificação italiana que se arrastava a décadas e somente concretizou-se em 1870. Porém a nova nação, que nasceu desse processo, sofria muitas dificuldades, com destaque para a falta de uma identidade nacional homogênea e uma economia cada vez mais industrializada. O Estado italiano impulsionado “pelo uso de novas fontes de energia, como a elétrica e o petróleo, aumentou de forma significativa a capacidade produtiva e a circulação de mercadorias em escala mundial” (RADIN, 2020, p. 46). Esse investimento na indústria, que os empresários italianos apoiados pelo Estado estavam fazendo, acabou por fragilizar ainda mais os pequenos agricultores, que tinham famílias numerosas e completavam a sua renda com trabalhos artesanais. Os mesmos não tinham mercados para os seus produtos e nem conseguiam competir com as indústrias.

<sup>170</sup> A escolha de João Batista Scalabrini por São Carlos Borromeo, como patrono da Congregação, ocorreu porque São Carlos representava, no século XVI, uma renovação interna da Igreja Católica Apostólica Romana e buscava evangelizar outras áreas do continente europeu, como Scalabrini queria. Foi o primeiro bispo a fundar seminários para a formação dos futuros padres. Também promoveu sínodos diocesanos e escreveu vários escritos sobre a catequese.

Neste cenário, muitos camponeses não conseguiam vislumbrar um futuro promissor. Sofrendo com a miséria, a fome, a exploração, o crescimento populacional, a falta de trabalho e a precariedade nas condições de vida, os italianos optaram por deixar a sua nação, que se formava gradativamente. Assim, no final do século XIX e início do século XX, o continente europeu passou por um intenso processo de emigração. Ao sair da Itália, muitos emigrantes “sonhavam com a possibilidade de reconquistar, no novo mundo, o velho mundo rural ameaçado na pátria” (HERÉDIA, 2005, p. 04).

Um dos destinos que mais atraiu os italianos foi o Brasil, cujos governos estavam interessados na imigração europeia para trabalhar e colonizar o país. A imigração era necessária também para povoar a Região Sul do Brasil. Isso ocorria por “uma decisão geopolítica, de consolidação de fronteiras” (SANTOS, 2006, p. 04). Assim, a região teria preenchido os seus “vazios demográficos”. Scalabrini ao notar esse contexto de intensa imigração da população italiana, começou a realizar ações junto ao governo italiano e a Sé Romana, em busca de soluções para o acompanhamento e assistência aos emigrantes. Com a Proclamação da República e a separação entre Estado e Igreja acabou por trazer uma liberdade maior para a entidade católica, que passou a seguir as orientações que vinham de Roma. Esse processo de romanização<sup>171</sup> foi implantado, sobretudo, pelas ordens e congregações que se instalaram no Brasil. As Congregações “ampliaram o trabalho litúrgico e catequético, criaram redes de instituições assistenciais como orfanatos, creches, casas de saúde, hospitais, asilos e, com grande ênfase, instituições educativas” (LUCHESE, 2008, p. 02).

Assim, João Batista Scalabrini junto com o missionário Scalabriniano Padre José Marchetti, que volta à Itália e encontra em sua família, a mãe, a irmã e mais duas noviças, o início da Congregação das Irmãs Carlistas: “no dia 25 de outubro de 1895, na capela particular do prelado, todas proferiram votos religiosos por seis meses. Em seguida o bispo entregou-lhes o crucifixo de missionárias. Dois dias depois, partiam para o Brasil” (AZZI, 1987, p. 174).

Após vinte anos, as Irmãs Scalabrinianas recebem o convite para expandirem as suas atividades para a região sul do Brasil. Ressalta-se que nesse período a instituição católica encontrou resistência de penetrar no Brasil, onde o laicismo se manteve. Mas, “no Rio Grande do Sul, entretanto, onde o positivismo<sup>172</sup> era mais forte, puro e radical, verificou-se um

<sup>171</sup> O processo de romanização, iniciado no século XIX com o papa Pio VII, buscava que a Igreja Católica espalhada pelo mundo se aproximasse das ideias que Roma pregava. A Igreja Romana buscava o distanciamento com o mundo moderno e a centralidade institucional em si mesma.

<sup>172</sup> O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. O pensamento positivista postula a existência de uma marcha contínua e progressiva e que a humanidade tende a progredir constantemente.

fenômeno inverso” (GIOLO, 2009, p. 249), onde a Igreja Católica e o Estado se tornaram aliados. Essa aliança tinha como ponto em comum o fato de ambos combatiam

o liberalismo, ou porque era ateu ou porque era anárquico. Ambos combatiam comunismo (socialismo, anarquismo, ou qualquer outro modelo da mesma família). Isso tudo porque, em última instância, catolicismo e positivismo assumiam a mesma posição de classe. Ambos estavam interessados na preservação do capitalismo, embora domesticado e bem comportado (GIOLO, 2009, p. 249).

A vinda das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo para o Rio Grande do Sul ocorre também pelo Estado possuir muitos imigrantes italianos que precisavam de assistência social, religiosa e educacional. Assim, com o panorama favorável, a abertura do Estado para as congregações e a presença de imigrantes italianos, as Irmãs encontraram terreno fértil para a concretização de suas obras, especialmente na área da educação.

A solicitação das Irmãs Carlistas no Rio Grande do Sul ocorreu porque os padres Scalabrinianos precisavam de auxílio das religiosas nos núcleos italianos onde estavam inseridos. Os padres se empenhavam para que as Irmãs Scalabrinianas se instalassem nas colônias italianas no Sul porque

à medida que enfatizavam, em suas atividades, a doutrina cristã, reforçavam o modelo tridentino e os ideários ultramontanos<sup>173</sup>, por meio dos ensinamentos sacramentais e da pregação dogmática, prática muito comum na cultura italiana. Esse é o principal motivo de tanto empenho por parte dos padres scalabrinianos em relação à instalação das Irmãs junto às colônias no Rio Grande do Sul, objetivando preservar a cultura italiana em suas escolas. (OLIVEIRA, 2009, p. 169).

Assim, as Irmãs Carlistas chegaram ao estado Sulino no dia 09 de fevereiro de 1915 e se instalaram em Bento Gonçalves onde foram responsáveis pela abertura do primeiro Colégio da Congregação no estado, que recebeu o nome de Colégio São Carlos (atualmente Colégio Scalabriniano Nossa Senhora Medianeira). Em seguida, as Irmãs expandiram as suas atividades educacionais pelas cidades de Farroupilha, Guaporé e Nova Bréscia. Portanto, as Irmãs Scalabrinianas se empenharam para concretizar o seu objetivo no Rio Grande do Sul, “preservar o catolicismo por meio da manutenção das práticas culturais dos grupos, ou seja, ‘Religião e Pátria’ como orientava Scalabrini” (LUCHESE; MATIELLO; BARAUSSE, 2019, p. 1442). Isso aconteceu com a abertura de escolas, que se espalhavam pelas diferentes regiões do Rio Grande do Sul, em especial a Serra, que atendiam aos interesses e as demandas da comunidade,

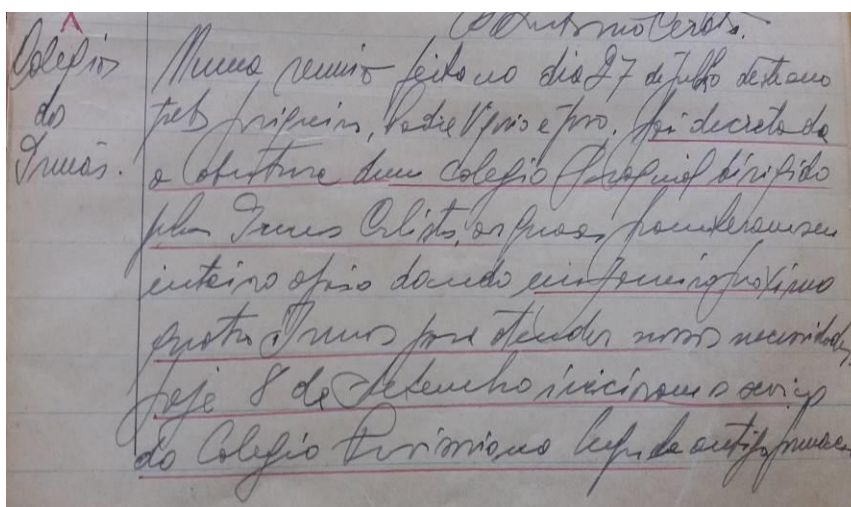
<sup>173</sup> É uma doutrina política católica que busca em Roma a sua principal referência. Este movimento surgiu precisamente do lado francês na primeira metade do século XIX, reforçando e defendendo o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

especialmente dos italianos e de seus descendentes, da Igreja e do Estado. Uma das localidades que preenchia esses requisitos era Casca.

### A atuação das Irmãs Carlistas na cidade de Casca: O Colégio São Luís (1947-1982)

A chegada das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas na Vila de Casca, no dia 04 de julho de 1948, estava sendo organizada ainda no ano anterior, conforme registrado pelo Pe. Antônio Cerato, Scalabriniano, no dia 08 de setembro de 1947, no Livro Tombo da Paróquia São Luiz de Casca.

**Figura 1 – Registro da reunião (27 de julho de 1947)**



Fonte: Livro Tombo I, 27/07/1947, p. 58.

**Transcrição:** Numa reunião feita no dia 27 de julho deste ano pelos fabricantes, Padre Vigário e povo, foi decretado a abertura de um Colégio Paroquial dirigido pelas Irmãs Carlistas, os presentes prometeram seu inteiro apoio do acordo e em janeiro próximo quatro Irmãs para atender nossas necessidades. Hoje 8 de setembro iniciaram os serviços do Colégio Provisório no lugar da antiga farmácia.

O dia 08 de setembro de 1947 marca o início dos preparativos do lugar onde as Irmãs Carlistas iriam instalar-se e abrir o Colégio Paroquial. O local escolhido era o antigo casarão, localizado logo abaixo da Igreja Matriz, que anos antes havia servido para abrigar a farmácia. Apesar da escola Paroquial nunca ter ministrado as aulas em italiano, o Pe. Cerato se preocupava com o ensino ofertado pelas escolas do povoado.

Além da preocupação com a educação das crianças, percebe-se que o primeiro nome pensado para o Colégio seria de “Nossa Senhora Menina”<sup>174</sup> de São Luiz da Casca”. A data comemorativa é o dia 08 de setembro, coincidentemente, mesmo dia que começaram os

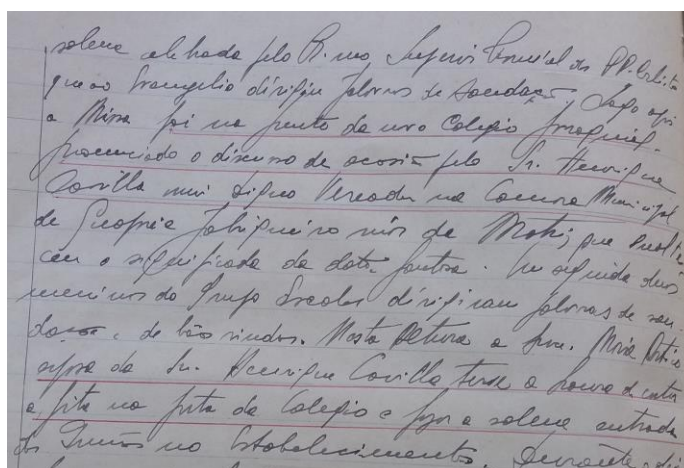
<sup>174</sup> A devoção à Nossa Senhora Menina, trazida pelos imigrantes italianos à cidade de Casca, remonta à Maria Bambina padroeira da cidade de Milão, na Itália.



preparativos para a vinda das Irmãs. Não foi possível saber o motivo do nome não ter sido adotado. Ao final, a escola foi chamada de Colégio Paroquial de São Luís, em homenagem ao Padroeiro da Paróquia. Com os preparativos organizados, Pe. Cerato apressou-se em entrar em contato com o Governo Provincial das Irmãs de São Carlos, em Caxias do Sul, que na época tinha Madre Nazaré Machado como responsável, solicitando as Irmãs para cuidarem e lecionarem no Colégio Paroquial.

Assim, depois de conseguir a autorização das Irmãs e do Arcebispo de Porto Alegre, o Colégio Paroquial estava pronto para receber as Irmãs. No dia 04 de julho de 1948, com a presença do Superior Provincial dos Padres Carlistas, Pe. Rinaldo Zanzotti e a Superiora Provincial das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Irmã Nazaré Machado, foram recebidas as quatro primeiras Irmãs Carlistas para dirigirem o Colégio Paroquial, sendo elas: Ir. Sabina Giollo, Ir. Alzira Slomp, Ir. Ernesta Zanchet e Ir. Flávia Zampese. Pe. Cerato registrou no Livro Tombo da Paróquia de São Luiz a presença de várias pessoas na abertura da escola.

**Figura 2 – Registro da Abertura do Colégio Paroquial (04 de julho de 1948)**



Fonte: Livro Tombo I, 04/07/1948, p. 60/61.

**Transcrição:** Na frente da Igreja no momento da recepção, usaram da palavra o Revmo. Pe. Vigário, que cumprimentou e deu as boas-vindas as Irmãs e uma menina do Grupo Escolar, que felicitou-as em nome das professoras do mesmo estabelecimento pela vinda das Irmãs, conforme profecia. Em seguida, foi rezada uma Missa celebrada pelo Revdo. Superior Provincial dos P.P. Carlistas que ao Evangelho dirigiu palavras de saudações. Logo após a Missa, foi na frente do novo Colégio Paroquial, pronunciado o discurso de ocasião pelo Sr. Henrique Caovilla, mui digno Vereador na Câmara Municipal de Guaporé e fabriqueiro da Matriz, que enalteceu o significado da data faustosa. Em seguida duas meninas do Grupo Escolar dirigiram palavras de saudação e boas-vindas. Nesta altura a Sra. Maria Ártico Caovilla, esposa do Sr. Henrique Caovilla, teve a honra de cortar a fita na porta do Colégio e fazer a solene entrada das Irmãs no estabelecimento.

Como se pode perceber, o momento da chegada das Irmãs, foi marcada por uma série de rituais que buscavam festejar e marcar a data para a população. Destaca-se que durante “à noite um grupo de alunas internas do Ginásio Mons. Scalabrini de Guaporé apresentaram um grandioso festival que foi de agrado geral” (LIVRO TOMBO I, 04/07/1948, p. 62). Na abertura do Colégio, pessoas da comunidade, que haviam doado valores mais elevados de dinheiro para as reformas no Colégio Paroquial, serviram de padrinhos. Também foram feitas doações da população. Ao final, foi arrecadada a quantia “de 3.034 (três mil e trinta e quatro cruzeiros)” (LIVRO TOMBO I, 04/07/1948, p. 63).

**Figura 3 – Chegada das Irmãs (04 de julho de 1948)**



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Casca.

As aulas no Colégio Paroquial São Luís iniciaram no dia 1º de agosto de 1948, para as crianças do Jardim de Infância e do primeiro ano do Curso Primário. O número total de crianças matriculadas era de “sessenta e três alunos, de ambos os sexos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 138). No Curso Primário, as crianças aprendiam as seguintes matérias: português, matemática, religião, história, geografia, ciências, trabalhos manuais, desenho e música. No ano seguinte, “em março de 1949 o Colégio Paroquial reiniciou suas atividades, com o jardim de infância e curso primário, de 1ª a 5ª séries. Foram matriculados cento e vinte e quatro alunos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 138). Assim, com o grande número de alunos matriculados no

Colégio, não havia salas de aula suficientes para todos os alunos. A solução encontrada foi usar a sacristia da Igreja Matriz. Ao chegar ao final do ano letivo, “dia 10 de dezembro, sete alunos do quinto ano receberam certificado de conclusão do curso primário” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 138).

Ao analisar o livro de fechamento de cada ano letivo, percebe-se que era um momento de grande festividade. A presença de autoridades e a entrega de certificados para os alunos que concluíam o primário, bem como, para os alunos destaque de cada turma eram esperados por todos os que estavam presentes. A cerimônia iniciava com uma missa e em seguida os alunos declamavam poesias e faziam pequenas encenações teatrais que, conforme os relatórios, encantavam a todos. Para encerrar o momento, os alunos concluintes cantavam a música “Adeus Escola Querida<sup>175</sup>” e o paraninfo (a) e orador (a) da turma realizavam os seus discursos.

Outro ponto que chama a atenção, ao examinarmos o livro de registros da escola, eram os passeios. Foram localizados dois, que aconteceram nos anos de 1949 e 1950. As autoridades cediam caminhões, geralmente dois, para conseguir transportar todos, e as Irmãs, junto com as crianças, eram levadas para algum local do interior, onde eram realizados piqueniques e jogos. Além disso, durante o ano letivo eram comemoradas algumas datas. Como exemplo, podemos citar o ano de 1950, quando foram comemorados os seguintes eventos: 14 de abril – Dia das Américas<sup>176</sup>; 21 de abril – Tiradentes; 22 de abril – Descobrimto do Brasil; 1º de maio – Dia do Trabalho; 13 de maio – Abolição da Escravatura; 30 de julho – Dia das Mães<sup>177</sup>; 7 de setembro – Dia da Independência; 12 de outubro – Descobrimto da América e 15 de novembro – Proclamação da República. Em quase todas as datas comemorativas, os alunos se reuniam no pátio do Colégio e declamavam poesias e liam textos alusivos ao dia. O dia das Mães, 30 de julho, era a única data em que a comemoração ocorria no Salão Paroquial e tinha a presença da família dos alunos.

No dia 13 de agosto de 1959, a Mitra Arquidiocesana, juntamente com a Paróquia São Luiz de Casca/RS, fez a doação do prédio para à Sociedade Educadora e Beneficente do Sul

<sup>175</sup> A música geralmente é cantada pelos formandos da Marinha do Brasil.

<sup>176</sup> O Dia das Américas comemora o aniversário da fundação da União Internacional das Repúblicas Americanas, antigo nome da atual Organização dos Estados Americanos (OEA). Marca o principal objetivo que teve a organização desde a sua criação: criar uma ordem de paz e justiça no continente, defendendo a sua soberania, a sua integridade territorial e a sua independência. É importante notar que este dia é comemorado em 21 países das Américas. Embora o Dia das Américas é considerado um dia de celebração, as atividades de trabalho e escola ocorrem normalmente.

<sup>177</sup> No Brasil o dia das Mães é comemorado no segundo domingo de maio. Nesse ano o Colégio São Luís comemorou no dia 30 de julho, não sendo possível saber qual o motivo para ser comemorado nessa data.

(SEBS)<sup>178</sup> instituição das Irmãs Scalabrinianas, que passaram a serem as responsáveis pelo Colégio São Luís. Houve o pagamento de uma indenização à Paróquia São Luiz no valor de quinhentos mil cruzeiros velhos (Cr\$ 500.000,00). A partir daquele momento o Colégio Paroquial deixou de existir e as Irmãs tornaram-se únicas responsáveis legais pelo Colégio.

**Figura 4 – Turma de alunos do Colégio Paroquial (s. d.)**



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal.

Antes das Irmãs Carlistas abrirem o ensino ginásial, no distrito de Casca, a localidade contava com o Ginásio Othelo Rosa, que havia iniciado suas atividades em 1958 e estava sob direção dos Padres Carlistas. O primeiro movimento de abertura do Ginásio no Colégio São Luís ocorreu, conforme consta nos documentos do Arquivo da Província Cristo Rei em Porto Alegre/RS, no dia 20 de julho de 1963, quando a Madre Natália Peroni, Superiora Provincial, requereu junto à Inspeção Seccional de Ensino Secundário em Passo Fundo/RS a verificação das condições do Colégio São Luís para a abertura do ensino ginásial. A diretora do Ginásio Othelo Rosa, Ir. Mafalda Seganfredo, que dirigiu a escola durante os anos de 1963 e 1964, além de ter sido professora de história, comenta que o Ginásio sob a responsabilidade das Irmãs Carlistas, passou “a funcionar no turno da manhã. O objetivo da fundação do Ginásio foi para oferecer um turno diurno para alunos a partir dos onze anos de idade. Isto complicou um pouco o trabalho da Direção, pois eram duas instituições que deveriam ser administradas” (PERIN

<sup>178</sup> Fundada em 1962, atualmente chama-se Associação Educadora São Carlos e tem a sua sede em Caxias do Sul/RS. É uma instituição que promove ações educativas na busca da manutenção dos direitos socioassistenciais por meio dos hospitais, ambulatórios e colégios das Irmãs Scalabrinianas.

FILHO; BASTIANI, 2019, p. 65). A inspeção ocorreu no dia 05 de fevereiro de 1964, e ao final da inspeção o inspetor declarava que o Colégio preenchia todos os requisitos necessários para a abertura do curso e que o mesmo poderia ser feito no mesmo ano. Assim, “depois do ato nº 2 da Inspeção Seccional de Porto Alegre, de 17 de fevereiro de 1964, autorizava a abertura do ginásio São Luís, que iniciou suas atividades em março desse ano e recebeu alunos de primeira e segunda série, totalizando noventa e uma matrículas” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 140). Desde 1963, os Padres Carlistas entregam a direção do Ginásio Othelo Rosa para as Irmãs Scalabrinianas e Irmã Mafalda acumulou, durante o ano de 1964, a direção dos dois Ginásios. Porém, em reunião no dia 17 de fevereiro de 1965, “ficou acertada a incorporação do Ginásio Othelo Rosa ao Ginásio São Luís. As Irmãs Scalabrinianas [...] acabaram assumindo as pendências financeiras do Educandário Cenecista” (PERIN FILHO; BASTIANI, 2019, p. 20). Assim, com o fechamento do Ginásio Othelo Rosa, o Colégio São Luís se tornou a única instituição do município a ter o ensino ginásial.

Dessa forma, na década de 1960, o Colégio São Luís mantinha os seguintes cursos: “pré-primário, primário, admissão ao ginásio, ginásio misto, diurno e noturno” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 140). Além dos clubes que eram oferecidos aos alunos, sendo eles: “vocacional, artístico, cultural, religioso, social, agrícola, esportivo e escola doméstica” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 140/141). Em 27 de julho de 1967, um grupo de casquenses procura a Madre Provincial, Éster Chini, para solicitar a abertura de um curso comercial no Colégio São Luís, mas no momento não era possível, pois não havia espaço e material adequado. Cabe destacar, que nesse período, conforme aprovada a Lei nº 4.024 de 1961, o ensino médio era dividido em “dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores” (VENTURA, p. 23). De tal modo, “o processo dera entrada na Secretária de Educação e Cultura em 1968” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141). Esse processo se estendeu até “março de 1971 [quando] a Secretária de Educação autorizou a abertura do curso Técnico de Contabilidade” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141).

O ano letivo de 1971 iniciou “com trinta e seis alunos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141) matriculados no Técnico em Contabilidade. A abertura do ensino médio no Colégio São Luís possibilitaria que os alunos pudessem frequentar o ensino superior. Irmã Leda Maria Garbin, diretora naquela ocasião, expõe como ocorreu esse processo.

Nesta época, a comunidade Escolar abrangia a Educação Infantil e 1º grau do Ensino Fundamental. Eis que surge o desafio de implantar o 2º grau no

Colégio São Luís. Não havia no município de Casca nenhuma escola que tivesse o 2º grau. Os munícipes que quisessem fazer o 2º grau deveriam ir para outras cidades. Iniciou-se um movimento, com divulgação e pesquisa, sobre qual curso de 2º grau seria o mais necessário. Diante do resultado, constatou-se que seria o curso Técnico em Contabilidade.

Dois motivos seriam sanados: Titulação para quem só tivesse o 1º grau e o segundo, visava a possibilidade de ingressar na Universidade. Iniciamos, então, todo o processo para a criação e abertura do referido Curso de 2º Grau de Ensino, junto à 7ª Delegacia de Educação de Passo Fundo, com todos os trâmites exigidos.

Procurou-se formar um quadro de professores de acordo com o curso, Plano Pedagógico, Grade Curricular própria, funcionando em turno noturno.

A abrangência dos alunos atendia os municípios de Casca, São Domingos do Sul, Vanini, Paraí e outros. A primeira turma foi constituída de, na sua maioria, adultos que aguardavam essa oportunidade (2020).

Como dito, em 1971, houve a abertura do Técnico em Contabilidade e ocorreu uma mudança nos rumos da educação a nível nacional<sup>179</sup>. Irmã Célide Therezinha Bom, que havia chegado ao Colégio São Luís em 1974, ficou responsável pela adequação do educandário. Assim relata o ocorrido:

Não só houve mudança, mas uma mudança radical, vasta, envolvendo toda a estrutura educacional a nível Nacional, Estadual e Local. Foi a Lei 5692/71, que invadiu as entranhas de toda a estrutura educacional do país, provocando aplausos, reações, resistências. Contudo, a ordem era: deve ser implantado o mais rápido possível.

Essa lei criou o ensino de 1º e 2º Graus, substituindo o antigo Primário (4 séries iniciais) e Médio (Ginásial, 1º Ciclo e Colegial, 2º Ciclo). O 1º Grau, de 8 anos, eliminou o Exame de admissão ao Ginásio e seria o Ensino Fundamental, obrigatório até os 14 anos, e o 2º Grau, de 3 anos, que seria de Ensino Profissionalizante.

As redes Nacional, estaduais, Municipais e Particulares tiveram que iniciar rapidamente com cursos de Reciclagem, para todos os professores a fim de inteirarem da lei, compreendê-la e interpretá-la; iniciar com a reformulação de currículos escolares, adaptando-os para cada realidade, pois devia haver em cada escola, grades curriculares com núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional e parte diversificada estabelecida pelos estados, municípios e Rede Particular. Entraram novas disciplinas, como OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EMC (Educação Moral e Cívica) amiúde vistas como forma de doutrinação da esfera governamental, em tempos de AI 5, já que foram publicados milhões de livros escolares com esses conteúdos.

Quando cheguei ao Colégio São Luís, mergulhei nessa maratona de reformulação de tudo: Regimento, Grades curriculares, atualização de

<sup>179</sup> Essa nova fase da educação a nível nacional imprimia nas escolas um ensino com caráter mais técnico, por preferência dos militares que comandavam o país. A nova lei tornava obrigatório a conclusão do primário, fixado em oito anos, e passou-se a utilizar os termos 1º grau e 2º grau.

Professores e funcionários e informações concomitantes a toda a comunidade escolar e sociedade. Mas foi saudável e gratificante, como trabalho. Quanto aos resultados práticos em relação ao aproveitamento pelo aluno, seria uma avaliação à parte (BOM, 2020, grifo do autor).

Foram encaminhadas para a Secretária de Educação as seguintes habilitações para o Colégio São Luís: Magistério (Plena); Educação para o Lar (Plena); Auxiliar de Adubação; Técnico em Contabilidade (Plena) e Auxiliar de Escritório. As duas últimas propostas foram aceitas pela Secretária de Educação. No ano de 1975, juntamente com a implantação da reforma do ensino, foram abertas duas extensões: uma para o município vizinho de Paraí, na Escola Sant'Ana, que durou apenas um ano; e outra para o distrito de São Domingos, no Ginásio Estadual de São Domingos do Sul. Também, o Colégio contava com uma “equipada escola de datilografia [que] complementava as habilitações que o São Luís oferecia aos seus alunos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141). Nesse período da história do Colégio, percebe-se um aumento expressivo no número de alunos.

A história do Colégio São Luís, na década de 1980, poderia ser resumida pela queda do número de alunos que frequentavam o Colégio, principalmente no 1º Grau (ensino fundamental); os problemas financeiros, agravados pelo aumento salarial dos professores e pela questão do pagamento das mensalidades dos alunos. Salienta-se que desde a abertura do Colégio houve a distribuição de bolsas de estudos aos alunos mais carentes e compra, por parte do Estado, de vagas para os alunos. Isso ocorria, porque o Colégio era o único no município que ofertava o curso de 2º grau. Em correspondência do dia 30 de maio de 1982, Irmã Célide Therezinha Bom, Superiora Provincial e presidente da Sociedade Educadora e Beneficente São Carlos, que era mantenedora do estabelecimento, exprime os motivos que levaram a província a fechar o Colégio:

falta de clientela, em virtude da criação e funcionamento de nova escola de 1º Grau na cidade de Casca.

Falta de recursos para a manutenção e conservação do estabelecimento, com dependências totalmente ociosas nos turnos diurnos, e com apenas o 2º grau em funcionamento no turno da noite, por não existirem alunos para os turnos diurnos.

Existência do prédio da Escola Estadual de 1º Grau com espaço físico suficiente para receber os alunos de 2ª e 3ª séries do 2º Grau do Colégio São Luís (RELATÓRIO DE FECHAMENTO DO COLÉGIO SÃO LUÍS, 1982).

O número cada vez menor de alunos matriculados no 1º Grau ocorreu, porque houve a abertura de uma Escola Estadual denominada Escola Estadual Ildo Meneghetti, que foi criada por “intermédio do Decreto Lei nº 29.608, de 02 de maio de 1980, entrou em funcionamento a

partir do início do ano letivo de 1982” (GELATTI, 1985, p. 111). Com a cessação das atividades do Colégio São Luís, a escola, que contava com um espaço amplo, começou a receber outra escola, de forma provisória, dentro de seu prédio. A Escola Estadual de 2º Grau de Casca iniciou as atividades no ano de 1983, depois “da paralização das atividades da Escola de 2º Grau São Luís” (GELATTI, 1985, p. 112). As duas escolas, Ildo Meneghetti e a escola estadual de 2º grau de Casca, que posteriormente recebeu o nome de Wilson Luís Maccarini, absorveram toda a clientela do Colégio São Luís.

De tal modo, depois de 34 anos de história o Colégio São Luís acaba encerrando as atividades na cidade de Casca<sup>180</sup>. Porém, as Irmãs Scalabrinianas permaneceram com uma comunidade na cidade. Atualmente, as Irmãs Carlistas que residem na casa são todas Irmãs idosas, que se dedicam a pequenos trabalhos.

### **Conclusão**

A saída de milhões de italianos, desamparados econômica, social e religiosamente, despertou a sensibilidade do Bispo italiano João Batista Scalabrini. Assim, com a criação das Congregações Scalabrinianas, o ramo masculino em 1887, e dos Leigos, em 1899, procurou amenizar e acompanhar as pessoas que partiam para o Brasil. As Irmãs Scalabrinianas, cuja criação ocorreu em 1895, são inseridas nesse contexto. As instituições escolares, uma das marcas da atuação das Irmãs Scalabrinianas, eram criadas com o intuito de manter a fé das famílias imigrantes italianas, atendendo tanto meninas quanto meninos. De maneira geral “as instituições Scalabrinianas seguem o mesmo projeto: trabalham em espaços adaptados e, posteriormente, projetam seus majestosos prédios, atendendo às exigências pedagógicas de seu tempo e às classes sociais para as quais prestam serviço” (OLIVEIRA, 2009, p.6). Assim, as práticas escolares dos docentes se constituíam de fundamentos básicos de leitura, escrita e cálculo, acompanhando, dentro do quadro econômico e social em que a escola estava inserida, os avanços que a educação brasileira realizava. Com as atividades realizadas pelas Irmãs Carlistas nota-se a atuação de uma instituição religiosa junto às sociedades nas quais se inseriram.

A chegada das Irmãs Carlistas ao Rio Grande do Sul, em 1915, concretizou a atuação da Congregação, pois na região Sul Rio-grandense as Irmãs encontraram “solo fértil” para

<sup>180</sup> Ao encerrar as atividades, os bens do Colégio São Luís foram distribuídos nos seguintes locais: Aspirantado e Noviciado em Passo Fundo/RS; Colégio São José em Roca Sales/RS; Colégio Scalabrini em Guaporé/RS; Colégio Santa Terezinha em Anta Gorda/RS; Colégio Nossa Senhora Medianeira em Bento Gonçalves/RS. Todos esses locais eram dirigidos pelas Irmãs Carlistas.



desenvolver as suas atividades. Eram muitos os núcleos italianos que necessitavam de assistência. Soma-se a isso a abertura do Estado para a vinda das Congregações. A cidade de Casca acabou, nesse contexto, tornando-se um dos destinos de atuação das Irmãs. A abertura do Colégio São Luís, em 1948, tornou-se um marco para a população local. Durante toda a história do educandário, as Irmãs buscavam manter o ensino atualizado e acompanhando as “evoluções” que ocorriam a nível nacional, o que comprova o grande número de alunos que frequentavam o Colégio.

Assim, percebe-se a importância de uma instituição de ensino para a comunidade, mesmo sendo particular. A comunidade era bastante presente no espaço escolar. No início da década de 1980, o número de alunos acaba caindo progressivamente, o que causou o fechamento de turmas. Isso ocorria, porque o ensino estadual avançava na cidade de Casca. Soma-se a isso o valor das mensalidades e a estrutura da escola, que necessita de reformas para continuar as atividades. A manutenção do Colégio São Luís, para as Irmãs, tornava-se inviável. A saída foi o fechamento do Colégio.

### **Fontes**

ACERVO DO ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA – Casca/RS.

COLÉGIO SÃO LUÍS. *Histórico do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1948-1975.

COLÉGIO SÃO LUÍS. *Histórico do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1948-1978.

COLÉGIO SÃO LUÍS. *Livro de Registros do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1948-1983.

COLÉGIO SÃO LUÍS. *Relatório da verificação prévia para feito de funcionamento condicional do “Ginásio São Luís”*. Casca/RS, 1964.

COLÉGIO SÃO LUÍS. *Relatório de fechamento do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1982.

LIVRO TOMBO número 1 da Paróquia São Luís Gonzaga de Casca/RS (1912-1959).

REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO – SCALABRINIANAS (1895-1995). São Paulo: Loyola, Edição Histórica, 1995.

BOM, Célide. *Entrevista/questionário*. Santa Maria, 14/10/2020, p. 04.

GARBIN, Leda Maria. *Entrevista/questionário*. Nova Bassano, 22/10/2020, p. 07.

### **Referências**

AZZI, Riolando. *A Igreja e os migrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Paulinas, 1987, v. 1.

BELUSSO, Gisele; LUCHESE, Terciane Ângela. Memórias de uma religiosa-professora: representações do cotidiano escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1951-1962). *Revista Acadêmica Licência&acturas*, Ivoti, v. 4, n. 2, p. 50-59, jul./dez. 2016.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEU,

- SCALABRINIANAS. *Província Cristo Rei: uma abordagem sócio pastoral*. Porto Alegre: Renascença, 1993.
- GELATTI, Roque. *Casca ontem e hoje*. Casca: Instituto Social P. Berthier, 1985.
- GIOLO, Jaime. *Estado & Igreja na implementação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo*. Série-Estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005.
- IOTTI, Luiza Horn. Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2011, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-11.
- LUCHESE, Terciane Ângela. A atuação das congregações na Região Colonial Italiana/RS - 1875 a 1930: entrelaçando religião e escolarização. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5., 2008, Aracaju. *Anais [...]*. Aracaju: SBHE, 2008.
- LUCHESE, Terciane Ângela; MATIELO, Marina; BARAUSSE, Alberto. Religiosa, imigrante, mulher: Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu – Scalabrinianas num olhar transnacional (1895-1917). *Revista Diálogo da Educação*, Curitiba, v. 19, n 63, p. 1418-1445, out./dez. 2019.
- MATIELO, Marina. *Religiosidade, etnicidade e educação: a presença das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915 – 1948)*. 2019. Tese. 285 f. (Doutorado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.
- OLIVEIRA, Lúcia Helena. *Educação Scalabriniana no Brasil*. 2009. Tese. 249 f. (Doutorado em Educação) Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, São Paulo, 2009.
- PERIN FILHO, Artério; BASTIANI, Fábio de. *Fragments históricos da educação em Casca*: Ginásio Othelo Rosa. Casca: Hoje Edições, 2019.
- RADIN, José Carlos. *Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927)*. Chapecó: Ed. UFFS, 2020.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. A imigração italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. *Histórica – Revista online do arquivo público do estado de São Paulo*, São Paulo, n. 9, p. 1-11, abr. 2006.
- SIGNOR, Lice Maria. *Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas - 1895-1934*. Brasília: CSEM, 2005.
- SIGNOR, Lice Maria. *Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas – 1934-1971*. Brasília: CSEM, 2007.
- SLOMP, Ivo Albino; BARBIERI, Irmã Lia. *Percorrendo caminhos: Província Imaculada Conceição*. Caxias do Sul: Lorigraf, 1997.
- VENTURA, Valeria. *Sistema Educativo Nacional de Brasil*. Ministério da Educação de Brasil, 2005.

## **UMA REFLEXÃO SOBRE COSTUMES E CULTURA EM GUINÉ-BISSAU: PROJETO TRANSFORMAR**

Roberto Oliveira Gonçalves

Professor da Educação Básica atuando no Colégio Mercúrio. Mestrando em Ciência da Educação – Universidad de la empresa, Montevideú, Uruguai.

Fabrcio Teodoro Abdel Qader

Professor da Educação Básica atuando como coordenador pedagógico na Secretaria de Educação de Forquilha – SC. Mestrando em Ciência da Educação – Universidad de la empresa – Montevideú, Uruguai. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC. Membro atuante da ONG Amigo Fiel em Forquilha/SC

Tiago Augusto de Figueiredo

Professor da Educação Básica atuando no Colégio Padre Júlio Maria, em Boa Esperança, MG, no Colégio Colibri, em Campos Gerais, MG, e na FAFIBE - Faculdade de Ciências e Letras de Boa Esperança, MG. Mestrando em Ciência da Educação, Universidad de la empresa, Montevideú, Uruguai.

**Resumo:** A relação existente entre os costumes e a cultura de cada local faz desse estudo um olhar preciso e cauteloso. Trazer à tona os direitos humanos frente a padrões culturais tão fortes de um continente distante e, por vezes diferente, será comunicado oralmente para tecer uma discussão frente ao antagonismo dos direitos humanos e os padrões culturais religiosos de um povo. O relativismo cultural em contraponto ao valor humano por vezes parece arcaico, inimaginável para os ocidentais. Como aceitar uma cultura que muitas vezes, exclui, segrega, oprime e mata pelo padrão cultural vigente? Até que ponto pode a cultura sobrepujar os direitos humanos de modo a violá-los sem que o homem ocidental se comova e tente impedir, é parte do estudo. É sabido que a liberdade dos hábitos de cada comunidade precisa ser preservada uma vez que dá a identidade de um povo. Outrossim, debater na perspectiva de direito humano uma prática que ceifa vidas, é um assunto profundo, foi pesquisado em Guiné Bissau e será tratado aqui nesse seminário.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Costumes; Cultura.

### **Uma breve introdução sobre o continente africano**

A África é um continente com características próprias, tanto geográficas quanto culturais. Composto por 54 países, esse continente mostra-se um universo a ser conhecido quando se fala mais 2000 dialetos. Com costumes e culturas das mais diversas, faz-se necessário um olhar preciso e cauteloso quanto aos hábitos e costumes de cada local.

Sobre a diversidade cultural no continente Africano, pode-se verificar que há várias etnias, assim como as mais diferentes tradições, religiões e línguas faladas tanto em sua essência quanto às que seus colonizadores deixaram como herança.

Guiné-Bissau tem 8 regiões que são divididas em trinta e seis setores dirigidos por Comitês de Estado, que são liderados por um Presidente, sendo que 31% da população vive na capital Bissau. As administrações regionais e setoriais dispõem de recursos escassos nos

aspectos materiais e humanos.

O país conta com muitos grupos étnicos, mas os mais numerosos são: os balantas (30%), os fulas (20%), manjacos (14%), mandingas (13%), pepéis (7%), mancanhas, beafadas, bijagós, felupes, cassangas, banhus, baiotes, sussos, saracolés, balantasmané. A língua oficial é o Português. Contudo, a língua comumente falada no país é o crioulo que surgiu do contato secular entre o Português e as línguas nacionais do país entre 1446-1974, segundo Semedo (2010).

O cenário político de Guiné Bissau revela um aspecto importante da cosmovisão guineense, pois nenhum Presidente eleito jamais conseguiu cumprir um mandato completo de quatro anos até os dias atuais. Observa-se a fragilidade da democracia atual no sistema político em virtude de seu relacionamento com governantes de Cuba, China e União Soviética.

Desde que o país assumiu a democracia nunca conheceu a paz governamental, este fato ocasionou o atraso no desenvolvimento em todos os setores da vida nacional como na economia, saúde, educação, justiça e infraestruturas.

Em termos econômicos, o país é o terceiro maior produtor de castanha de caju da África e o sexto a nível mundial. O único produto exportado do país é o caju. Além deste recurso natural, há uma biodiversidade significativa do país e a pesca também provê recursos econômicos para a nação, por meio do acordo de pesca da União Europeia. A maior parte da população encontra-se no campo e vive da agricultura de subsistência.

Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 69,3% dos guineenses são pobres e observa-se o agravamento da extrema pobreza no país. Em Bissau, a pobreza manteve-se constante (51%), enquanto se agravou nas outras regiões, sendo as mais atingidas em 2010: Oio, Bafatá, Tombali / Quinara e Gabu e a pobreza extrema afeta sobretudo Oio, Cacheu, Bafata, Tombali e Quinara. O documento aponta que a pobreza generalizada tem um impacto direto sobre a situação das crianças. “De facto, em 2010, para o conjunto do país, 57% das crianças de 5 a 14 anos praticam o trabalho infantil, com uma forte proporção nas zonas rurais (65%) em relação ao meio urbano (45%)” (DENARP II, 2011).

Dentre muitos problemas encontrado neste país que dificulta o desenvolvimento educacional das crianças posso destacar os casos de "Crianças-irã": um caso de violação dos direitos infantis em Guiné-Bissau.

Para muitas pessoas as tradições e culturas africanas podem trazer sensações de apreensão ou aversão, pois muitos dos costumes podem ser vistos como errados ou com preconceito.

No referido estudo traz-se à tona o conflito entre os direitos humanos frente a padrões culturais, hábitos e costumes religiosos de um continente até certo ponto desconhecido pela maioria dos ocidentais.

## **Cultura**

A construção das características pessoais dos indivíduos passa pelos locais onde se vive, comportamentos observados, experimentados ao longo da vida. A discussão sobre a cultura de um povo é algo recorrente, urgente e necessário. Conceituar cultura fez parte dos estudos de Canclini no que tange a diversos processos:

Chegamos assim a uma possível definição operacional, compartilhada por várias disciplinas ou por autores que pertencem a diferentes disciplinas. Pode-se afirmar que a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social. (CANCLINI, 2005, p. 41).

Segundo o autor toda e qualquer forma de produção humana sendo material ou imaterial é considerado cultura. Posto isso cada sociedade ou agrupamento social possui em sua cultura características próprias e indissociáveis, as quais podem ser avaliadas, percebidas ou representadas de formas distintas por outras sociedades.

Ao falar sobre cultura é necessário ressaltar que não existe uma cultura melhor ou pior, apenas culturas diferentes que como descreve o autor Elenilton Vieira Godoy retrata as diversas percepções de mundo.

Em nossa concepção, a cultura assume uma posição de destaque para pensar o mundo, a partir de trabalhos seminais (dentre os quais estão o de Raymond Williams), dos Estudos Culturais, na década de 1960. Foi nessa década que, segundo Hall (1997), a virada cultural<sup>1</sup> adquiriu status elevado nas discussões do cotidiano intelectual e acadêmico e surgiu uma área interdisciplinar, centrada na cultura, denominada “estudos culturais”. (GODOY, 2014, p 28)

Além das dimensões simbólica, social e material, que contribuem para a formação e a manutenção das identidades, há também a dimensão psicológica, a qual está associada à posição e ao compromisso que o indivíduo assume com a sua própria identidade (GODOY, 2014), o autor apresenta a cultura como a base que forma a identidade de cada indivíduo e o modo de convivência em sociedade. Neste contexto surge o multiculturalismo, onde cada indivíduo ou grupo social tem o direito de exercer sua cultura.

Para a autora Livia Rossi de Rosis Peixoto, o direito cultural está ligado ao processo de internacionalização ou globalização dos direitos humanos, os estudos acerca do multiculturalismo surgem para que a internacionalização dos direitos humanos não se finde

numa homogeneização arbitrária pela imposição à adoção da cultura de sociedades mais fortes sobre aquelas minoritárias e vulneráveis (PEIXOTO, 2015).

### **Direitos humanos**

Na história dos Direitos Humanos, a Declaração é um marco que foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em dezembro de 1948, por meio de Resolução, o documento elaborado por representantes de diferentes lugares do mundo, unidos para a construção de proposta única os diferentes povos e nações garantindo os seus direitos básicos, o que é indicado no seu Preâmbulo, no qual considera “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”

A partir de então o mundo passou a discutir e vivenciar avanços quanto a elaboração e estabelecimento de diferentes tratados internacionais de forma a garantir tais direitos, oportunizando possibilidades de se obter auxílio e propostas também mundiais para resoluções de conflitos diversos que possam culminar em não garantia de direitos adquiridos e que por vezes sequer são identificados por quem necessita dessa garantia e está à margem.

Difundido no país, as questões que envolvem a educação em Direitos Humanos, chegamos ao Programa Mundial de Educação com políticas de aplicação nas escolas primárias e secundárias dos Estados Membros. Identificou-se cinco componentes determinantes por meio das diversas investigações e experiências recolhidas em todo o mundo.

De acordo com Plano de Ação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, são os cinco componentes: Políticas educativas, Aplicação de políticas, ambiente de Aprendizagem, Ensino e aprendizagem e Formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal docente.

O Plano de Ação do Programa Mundial em 2006 indica que a educação em direitos humanos deveria ser prioridade nacional:

A educação em direitos humanos, ao proporcionar um conjunto de princípios condutores para apoiar a reforma educativa e contribuir para solucionar os problemas que afligem atualmente os sistemas de ensino de todo o mundo, pode aumentar a eficácia geral dos sistemas nacionais de ensino, os quais, por sua vez, desempenham uma função decisiva no desenvolvimento econômico, social e político. (ONU, 2006, p. 9)

Com o passar dos anos e sendo desenvolvidos estudos e atualizações do Programa, na terceira fase do Plano de ação, fase de fortalecimento da implementação do plano, permanece fortalecido o objetivo fundamental da educação para o entendimento sobre a responsabilidade tornar os direitos humanos uma realidade, com finalidade de prevenção contra abusos aos

direitos, conflitos, promover igualdade entre outros aspectos necessários a garantia de tal entendimento.

A educação em direitos humanos tem como objetivo desenvolver o entendimento de que somos todos responsáveis por tornar os direitos humanos uma realidade em cada comunidade e em toda a sociedade de modo geral. (ONU, 2015, p. 6)

Outros instrumentos internacionais como pactos, tratados, declarações vem sendo incluídos ao Plano favorecendo a aplicação da Educação de Direitos Humanos mundialmente

Em se tratando de culturas e costumes, eis pontos delicados e que merecem cuidado e atenção ao serem tratados, pois adentrar a um espaço cultural, que por vezes é identificado por alguns como algo que fere direitos e para outros, cidadão natos, que estão imersos em tal espaço cultural é algo muito natural, merece cautela, identificação, diálogo e compreensão para que sim, se garanta o direito a esses cidadãos.

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. (ONU, 1948, p. 2)

Aqui pode-se citar características e questões religiosas, sociais, culturais e até mesmo econômicas, pontos que foram levados em consideração para a elaboração da Declaração, conforme pode-se verificar no preâmbulo do documento:

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla; (ONU, 1948)

### **Relativismo cultural**

Para contrapor o paradigma tradicional das culturas superiores e inferiores, o relativismo cultural aborda o paradigma da nova história cultural, onde cada grupo social possui suas próprias características tanto sociais, econômicas ou culturais; o que as torna únicas e independentes.

Antes de efetivamente entrarmos na perspectiva do relativismo cultural, faz se necessário compreender as diferenças entre o paradigma tradicional e a nova história cultural. Segundo o autor Peter Burke a perspectiva tradicional traz uma visão, elitista, baseada em documentos oficiais, ressalta a imagem de grandes personagens históricos, em quanto a nova história cultural aborda questões mais voltadas a sociedade no geral, tendo uma visão tanto de

cima quanto de baixo da história em suas relações sociais, econômicas e políticas. Segundo Burke:

“A nova história é a história escrita com o um a reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, em bora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn.<sup>8</sup> Será conveniente descrever este paradigma tradicional com a “história rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), em bora este estivesse menos limitado por ele que seus seguidores. (Assim com o Marx não era um marxista, Ranke não era um rankeano.) Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso com um da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que-ele tem sido com freqüência - com muita freqüência - considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido com o um a dentre várias abordagens possíveis do passado. Em prol da simplicidade e da clareza.” (BURKE, 1992, p 10)

Como podemos observar, Burke critica o paradigma tradicional, mas nos faz refletir que essas tendências históricas são construídas socialmente e que não são erradas, apenas demonstram visões antagônicas de um fato histórico. Partir destas reflexões, é possível perceber a existência de diferentes visões de mundo e sociedade.

Dentro deste contexto surge o relativismo cultural, uma perspectiva que trata das sociedades e relações humanas como distintas, mas de importância histórica e cultural iguais.

Segundo o antropólogo, Franz Uri Boas as sociedades humanas desenvolveram se ao logo do tempo de formas e grau diferentes.

“Antropologia moderna descobriu o fato de que a sociedade humana cresceu e se desenvolveu de tal maneira por toda parte, que suas formas, opiniões e ações têm muitos traços fundamentais em comum. Essa importante descoberta implica a existência de leis que governam o desenvolvimento da sociedade e que são aplicáveis tanto à nossa quanto às sociedades de tempos passados e de terras distantes; que seu conhecimento será um meio de compreender as causas que favorecem e retardam a civilização; e que, guiados por esse conhecimento, podemos ter a esperança de orientar nossas ações de tal modo, que delas advenha o maior benefício para a humanidade.” (BOAS, 2005, p 25)

Boas, nos mostra que conhecer a história das sociedades nos possibilita refletir sobre nossa própria existência e práticas em prol de uma sociedade que está em constante transformação, ou seja, olhar ao passado para possibilitar um futuro melhor.

Como citado anteriormente, das relações humanas surgem perspectivas diferentes, a visão tradicional trabalha com a ideia de sociedades mais evoluídas que possuem um capital sociocultural (BOURDIEU, 2015) maior que as outras.

Para se contrapor ao paradigma tradicional etnocêntrico surge o relativismo cultural que ganhou força a partir das reflexões de Boas, esse novo método de olhar as sociedades como um todo trazendo à tona suas peculiaridades.



O relativismo cultural como o próprio nome já diz, mostra a relatividade entre diferentes grupos sociais que se estabeleceram ou ainda se estabelecem em diferentes regiões geopolíticas.

Para a autora Larissa Cristiny Nunes dos Reis, as sociedades se estabelecem em determinados territórios e através da vida em sociedade adquirem costumes e crenças que acabam por moldar a moral social da população que ali habita. Segundo Reis:

“Assim, podemos depreender que através deste instituto os indivíduos adquirem hábitos inerentes ao referido meio em que se encontram, sendo que por conta de tal razão reproduzem atividades diversas, entregando-se a crenças e realizando rituais dos mais remotos, em nome da fé que professam e dos hábitos que lhes são impostos, na maioria das vezes, desde à infância.” (REIS, 2020, p 95)

A autora em seu artigo nos traz um assunto importante que é um grande tabu nas sociedades contemporâneas, a questão da liberdade religiosa. Como é possível observar na obra de Reis, cada grupo social possui práticas e costumes que muito se diferem um dos outros, mas que segundo o relativismo cultural não devem ser vistos como certos ou errados, mas sim como a construção sociocultural de uma sociedade.

### **Liberdade religiosa**

Segundo a constituição de 1988, no Brasil todos tem o direito de exercer livremente sua religião, em um ambiente de respeito às diversas crenças, ritos e uso de símbolos sagrados. Caracterizado como crime a perseguição, e, ou discriminação dos cultos religiosos, é dever de todos e do estado permitir e proteger as práticas religiosas de toda e qualquer natureza, uma vez que é direito constitucional dos cidadãos.

No artigo 5º da constituição inciso VI lê-se: inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Para os intolerantes religiosos a prática de costumes litúrgicos diferentes daqueles tido por ele como verdade podem ser algo acintoso e passível de repúdio, ódio e muitas vezes, comete-se crimes que ferem a prática livre da crença religiosa ou de convicção filosófica ou política em nome do seu Deus.

Em 13 de maio de 1997 foi sancionada a Lei 9.459/97, que define crimes de ordem religiosa, com multa e até prisão de um a três anos, caso a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem.

A Educação para os Direitos Humanos adentra ao espaço da liberdade e a diversidade religiosa, o poder escolher, assim como efetivamente gozar da qualidade de vida que o cidadão necessita ter direito.

A intolerância religiosa muitas vezes ocorre devido a um entendimento de que as religiões mediúnicas, espíritas ou de origem africana ferem os direitos humanos no que tange a preservação da vida. Até que ponto pode-se inferir e, ou cercear as práticas religiosas de um povo? É justo em nome de um Deus ceifar vidas? Os direitos humanos superam em ordem de prioridade as práticas religiosas que para alguns diferem do senso comum, tanto nos cantos, bebidas e, ou sacrifícios humanos? O presente artigo não se encerra como um código absoluto em verdade, ele aumenta a reflexão sobre o tema e suscita a desenvolver e que está definido como estratégia a ser desenvolvida pela educação em direitos humanos com o intuito de avançar no respeito que deve existir quanto ao tema.

Desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual e religiosa, entre outros e seguimentos geracionais e étnico-raciais. (PNEDH, 2018. p.27

### **Guiné Bissau - Uma experiência**

Trazer informações através de anos de vivência, sobre a real situação e fatos do continente africano, em especial Guiné-Bissau. Diante de tamanha dificuldade para encontrar autores que descrevam com precisão tais fatos de agressão contra a vida, principalmente no que tange à violência infantil, qual o valor humano, ante alguns rituais e costumes praticados por algumas etnias em aldeias isoladas, e como essas atitudes afetam o bem estar e o desenvolvimento de uma criança.

Todos esses relatos foram frutos de uma pesquisa e trabalho de campo durante os últimos 12 anos em Guiné-Bissau e países vizinhos, na África.

Não trata de uma crítica etnocêntrica ou eurocêntrica e até mesmo preconceituosa. Questiona-se, por vezes, os maus tratos aos quais as crianças ou qualquer outro ser humano têm que se submeter em nome de qualquer cultura ou religião.

Sabe-se que o mundo deve reparação histórica a todos os territórios e populações negras espoliadas pelo racismo e pela intolerância em todo o mundo. Diante disso, muitos pesquisadores, historiadores, antropólogos sentem-se chamados a reunir doações iniciais de amigos e parentes e partem em missões humanitárias em prol de uma ação solitária para resgatar anos de intolerância, escravagismo para trocar tudo por uma escola onde a tolerância, o respeito e o amor fossem importantes e significativos para todos os envolvidos.

Nos últimos 10 anos, em uma investigação sobre a Educação em Situação de Risco, Direitos Humanos da Criança e seus efeitos, foi implantando assim, um projeto de educação transformadora na África. O Jardim Escola Projeto transformar é uma iniciativa para educar e colaborar com a infância saudável de centenas de crianças africanas em Guiné Bissau.

O projeto visa transformar a vida de crianças em Guiné-Bissau onde estão inseridas em uma Escola que desenvolve uma educação que perpassa a educação familiar, cultural, social e de valores, bem como o letramento e a alfabetização, sendo a fundamentação baseada no Método Paulo Freire, educador brasileiro, que deixou como contribuição o método que possui fundamentação humanista ao vislumbrar na educação um ato criador, à medida que proporciona ao indivíduo autonomia, consciência crítica e capacidade de decisão.

Observa-se que a rotina do espaço educacional proporciona às crianças com faixa etária de 4 a 13 anos, um momento cívico, hábitos de higiene, refeições, atividades como: dança e práticas de esporte. Em seu currículo inclui-se a Língua Portuguesa, de forma a oferecer a todos o ensino de um idioma comum, tendo em vista os muitos dialetos da comunidade. Diante de todo contexto cultural e social a expectativa é a de oportunizar o desenvolver e o formar-se fora de um ambiente de violência, desnutrição e práticas étnicas que expõe a vida de uma criança.

Enfatiza-se que neste artigo seguem apresentada a situação de violência infantil acometida em nome de culturas ou crenças, deixando de lado todas essas discussões e debates concernentes à universalidade dos direitos humanos e a problemática do relativismo cultural em contraponto a encontrar espaço para a proteção da pessoa humana, independentemente de qualquer fator cultural.

Em vários pontos da capital em Bissau ou nos arredores das pequenas cidades das regiões do país, encontram-se famílias que vivem somente da mão de obra dos seus filhos.

As crianças são obrigadas a levantar nas primeiras horas da manhã para irem à luta nos mercados periféricos ou na baixa da cidade e voltam para casa já no final do dia. Nestas condições podemos considerar esses menores como sendo escravos, em pleno século XXI, expostos a tudo dentro das suas próprias famílias e na rua.

Considera-se que a violência sempre existiu, todavia, com a educação, a cultura e a ética, espera-se, naturalmente, uma diminuição dessa violência.

A violência existe em sua forma primária, que é a agressão física, o assassinato e outras formas, como a má distribuição de renda, a fome, as guerras, a espionagem, a perda absoluta do humanismo. Entretanto, em se tratando de violência contra a criança, por meio da cultura ou

religião inserida em um contexto tribal étnico, observa-se que é necessário relativizar todo contexto social, cultural e religioso.

Desde janeiro de 2011, é devolvido um trabalho humanitário e educacional com centenas de crianças e adolescentes na capital de Guiné-Bissau e aldeias vizinhas. Neste período foi fundado o Jardim Escola Transformar, onde é desenvolvido um trabalho de alimentação e educação de qualidade.

Segundo o dicionário Aurélio, compaixão significa piedade, misericórdia, dó, pesar.

Compaixão, no entanto, é muito mais que o sentimento de pena de alguém. Ter compaixão, requer empatia com a dor alheia. E para ser empático é preciso se colocar no lugar do outro.

Os direitos das crianças são uma batalha relativamente recente, e pouco conhecida em Guiné-Bissau. Portanto, não é difícil concluir que a discussão das necessidades e fragilidades dos “**mais pequenos**”, como são conhecidas as crianças naquele país, ainda não chegou à Guiné-Bissau.

## Referências

BOAS, Franz, 1858-1942 *Antropologia cultural* / Franz Boas; textos selecionados, apresentação e tradução, Celso Castro. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 54 p.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 16 ed. Petrópolis. RJ. Vozes. 2015.

BRASÍLIA: UNESCO, Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action: towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 10 de setembro de 2021.

BURKE, Peter. *A escrita da história novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. 354p.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GODOY, Elenilton Vieira; Santos Vinício de Macedo. Educação em Revista Belo Horizonte|v.30, n.03. p.15-41, julho - setembro 2014

SEMEDO, Odete Costa. *Guiné-Bissau: histórias, culturas, sociedade e literatura*/Odete Costa Semedo – Belo Horizonte: Nadyala, 2010.

DOS REIS, Larissa Cristiny Nunes; Salvador, Caroline Alves; Castellano, Soraia. Direitos humanos e o relativismo cultural. Revista Direito em Foco –Edição nº 12–Ano: 2020 Liberdade Religiosa. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2019/01/liberdade-religiosa-e-direito-constitucional-dos-cidadaos> Acesso em 26 de setembro de 2021

BRASIL, Lei Federal Nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19459.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm). Acesso em: novembro 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A Ciência e a Cultura. (UNESCO) Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos: terceira fase, plano de ação. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232922?6=null&queryId=N-EXPLORE-b9ef2fc1-d960-455d-8224-1d2e25131103>. Acesso em: 29 nov 2021

## DOM JORGE MARCOS DE OLIVEIRA: BISPO-PROFETA, A FRENTE DE SEU TEMPO

Felipe Cosme Damião Sobrinho – Departamento de Teologia – PUC-SP –  
[fcdsobrinho@pucsp.br](mailto:fcdsobrinho@pucsp.br)

**Resumo:** Este texto, fruto da comunicação oral no Simpósio Temático “Catolicismos e Política: entre conservadores e progressistas” consiste em refletir o processo de transformação que foi iniciado, no catolicismo mundial no século XX na retomada do diálogo entre Igreja e Sociedade, principalmente a partir da celebração do Concílio Vaticano II (1962-1965), o maior evento do catolicismo do século. Os movimentos teológicos e as mudanças sociais da primeira metade do século XX marcaram os caminhos da Igreja Católica no mundo inteiro. O Concílio mostra a necessidade da abertura para exercer sua missão num mundo com mudanças cada vez mais rápidas e intensas. A figura de Dom Jorge Marcos de Oliveira (1915-1989) mostra-nos a mudança da atuação social durante o grande século de mudança eclesial que foi o século XX. Oriundo do clero conservador do Rio de Janeiro, sua formação acadêmica marcada pelas novas correntes filosóficas contemporâneas tornou-o um humanista e uma liderança na instituição que defendem novos paradigmas eclesiais e sociais. Antes do Concílio Vaticano II, promovido por João XXIII e Paulo VI, sendo bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1946-1954) trabalhou nas favelas cariocas e como primeiro bispo diocesano de Santo André foi um grande articulador do movimento operário e defensor dos Direitos Humanos, fazendo parte dos primeiros líderes católicos a ser opor abertamente ao regime da Ditadura Militar Brasileira entre 1964 e 1985. Como liderança eclesiástica e ator social, Dom Jorge mostrou-se um homem a frente de seu tempo, um progressista, evidenciando a necessidade de rever os conceitos de autoridade firmados até então pela Igreja Católica, principalmente em relação ao mundo da política, uma vez que sua reflexão parte da marginal Doutrina Social da Igreja, sistematizada a partir de 1891, mas ainda hoje pouco aprofundada devido à resistência conservadora presente na instituição.

**Palavras-chave:** Jorge Marcos; Catolicismo Brasileiro; Ditadura.

### O contexto histórico-eclesial

A separação entre Igreja e estado no Brasil, a partir de 1890, no início do período republicano, gera um impacto no catolicismo brasileiro e no episcopado. A organização da instituição religiosa estava majoritariamente em sedes na faixa litorânea ou no sertão ligado ao ciclo do ouro. Diferentemente dos outros bispados ibero-americanos, o Brasil era dotado de uma única sede metropolitana, São Salvador da Bahia que, na época logo após a Proclamação da República teve como arcebispo nomeado Dom Antônio de Macedo Costa, figura histórica ligada à questão religiosa da segunda metade do século XIX.

O encontro do episcopado brasileiro em São Paulo, convocado por Dom Antônio, onde foi publicada a Pastoral Coletiva de 1890, manifesta a preocupação da “perda” da tutela do Estado por parte da instituição religiosa. O regime de padroado, oriundo da aliança entre os poderes temporal e espiritual (no caso o Reino de Portugal e a Sé Apostólica) no século XV e a decorrente política que se desenvolverá com a colonização do nosso território, fará com que se tenha a impressão de que a separação entre Igreja e estado seja um grande risco para a vida da Igreja Católica no país (LUSTOSA, 1991, p. 17-22).

Porém, ao estudar o processo de implantação e desenvolvimento da presença da instituição religiosa no Brasil, deparamo-nos com episódios onde a “aliança” não foi tão benéfica quanto o esperado. Em 1890 está vivo no seio do episcopado o acontecimento e as sequelas da Questão Religiosa. Dom Vital, bispo de Olinda falecido prematuramente, e Dom Macedo Costa, na época bispo do Pará, viveram no centro de um conflito de poder, a autonomia da vida e do pensamento eclesial na sociedade que se afirmava “católica”.

No longo século XIX, período de grandes transformações na política europeia e mundial, testa a Igreja Católica no que se refere aos domínios temporais e a formação das mentalidades. O fim dos Estados Pontifícios, a disputa de Pio IX com as autoridades militares e civis no processo da unificação italiana, reduzindo o poder papal a um exercício de liderança espiritual, faz com que o regime ultramontano se estabeleça como a resposta dura de uma instituição que se fecha nas relações com a sociedade, condenando o que qualifica como erros do mundo moderno e, levando ao status de heresia, os novos modelos políticos e sociais decorrentes do liberalismo que se consolida (ZAGHENI, 1999, p. 138-143).

No Brasil não é diferente. Desde o período colonial, as relações entre Igreja e Estado, embora numa aliança de mútua cooperação, indica tensões: a falta de criação de novas estruturas (dioceses, paróquias), os longos períodos de vacância dos bispados por uma complicada política de investidas eclesiásticas, as queixas sobre a manutenção dos bens temporais e o sustento dos membros da hierarquia, as relações entre as autoridades civis e religiosas nas cidades e províncias e as diferentes ideologias que conduzem os rumos das instituições fazem com que o catolicismo no final do século XIX demonstre grande desgaste. Com o regime republicano, a separação entre Igreja e Estado é vista como um grande mal pelo episcopado, fruto dos problemas da humanidade à época.

A preocupação em evidenciar a importância da Igreja Católica nesse novo momento da história nacional gerou a reorganização eclesiástica brasileira. Em 1892, a diocese do Rio de Janeiro foi elevada à condição de sede metropolitana, novos bispados começam a surgir e a liderança eclesiástica dos arcebispos da Bahia e do Rio ganham notoriedade não somente na articulação do episcopado nacional, mas também nas relações com as instituições republicanas para tratar da vida eclesial após a promulgação da constituição de 1891.

Em 1905, o Papa Pio X elevará ao cardinalato o arcebispo do Rio, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. A reestruturação eclesiástica do país e a formação de novas lideranças e estruturas católicas no período da República Velha evidenciam o terreno

germinal da relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. A instituição fará alianças com as oligarquias locais para o surgimento de novas frentes como a educação, serviços públicos e presença vigilante nas representações governamentais.

Vários bispos e arcebispos brasileiros entre 1890-1930 serão próximos de governadores e interventores nos Estados e filhos da classe dominante, o que gerou uma “estadualização” da Igreja (MICELI, 2009, p. 82-101). A busca de reconhecer os direitos de propriedade dos bens desde o período colonial, a luta pela defesa do casamento religioso em detrimento do casamento civil, a defesa do ensino religioso e da educação católica e a promoção da imprensa católica serão elementos de uma nova “conquista espiritual”, com novos atores nas relações de poder. Uma elite eclesiástica entra em relação com o poder civil em vista de expansão de projetos ligados ao contexto de fortalecimento do catolicismo mundial.

A figura de Dom Sebastião Leme, segundo cardeal do Rio de Janeiro, será central para o catolicismo na era Vargas. Com o método de “reconquista religiosa”, Dom Leme será aquele que implantará as diretrizes da Ação Católica no país, movimento instituído pelo Papa Pio XI na década de 1920 para incentivar um novo período de relações com o poder temporal e para a formação de uma nova consciência religiosa. Entendida como a ação dos fiéis, destacando intelectuais e líderes sociais, no ambiente secular como propagadores e defensores do pensamento da hierarquia da Igreja (MAINWARING, 2004, p. 46-49). A Ação Católica Brasileira será berço de novos líderes do catolicismo nacional como Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e Dom Jorge Marcos de Oliveira, primeiro bispo de Santo André, região do ABC Paulista.

### **Dom Jorge Marcos de Oliveira, bispo-profeta**

Nascido em 10 de novembro de 1915, filho de Carlos José de Oliveira e Angelina Ruffo Oliveira, de uma família que compunha a elite carioca, Dom Jorge Marcos de Oliveira ingressou em 1928 no Seminário São José da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Era arcebispo coadjutor (com direito de sucessão) do Cardeal Arcoverde Dom Sebastião Leme, importante membro da hierarquia católica da época, que aproxima o catolicismo brasileiro das diretrizes e estruturas da Santa Sé. Foi nesse contexto de o surgimento de novas relações institucionais entre os níveis de presença da Igreja Católica e com o governo brasileiro, que o jovem seminarista será formado em vista do ministério ordenado.

Por decisão do agora arcebispo e cardeal Leme, diante da reorganização dos seminários e da formação do clero brasileiro, Jorge Marcos foi enviado para compor a primeira turma do Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga, fundado em 1934 por Dom Duarte



Leopoldo e Silva, primeiro arcebispo de São Paulo. Esse seminário será a grande referência para a formação de padres das dioceses do centro-sul do país, tendo como grade curricular as disciplinas da congregação romana para os seminários e universidades e os manuais europeus para os estudos filosóficos e teológicos.

O envio de Dom Jorge para os estudos no Seminário Central do Ipiranga, além de marcar essa reorganização formativa do clero, faz com que a formação para o ministério do futuro bispo seja diferente do ambiente conservador do seu seminário de origem. Ao descrever sua formação no Seminário do Ipiranga, Dom Jorge ressaltou que teve bons professores que contribuíram para que ele pudesse refletir sobre as questões da época, embora não tenha tido uma formação aprofundada na Doutrina Social da Igreja que estava florescendo ou uma filosofia que tratasse com uma linguagem nova questões humanistas (MARTINS, 1987, p. 62).

O contato dele com as questões sociais acontecesse pela sua busca de entender os problemas sociais através de novas correntes de pensamento da filosofia e da sociologia como estudo extraclasse. A questão acadêmica contribuiu para que ele se tornasse um líder numa época de grandes questionamentos sobre a relação do catolicismo com a sociedade contemporânea. Ordenado padre em 1940 pelo Cardeal Leme, foi nomeado professor do Seminário São José lecionando Língua Portuguesa e Humanidades, exerceu ofício de capelania em centros de recuperação moral e foi oficial do Tribunal Eclesiástico.

Nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro em 1946, foi ordenado em 27 de outubro do mesmo ano por Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo metropolitano e terceiro cardeal do Rio de Janeiro, tendo como consagrantes Dom Manuel da Silveira D'Elboux, bispo de Ribeirão Preto, e Dom Rosalvo da Costa Rego, bispo auxiliar da arquidiocese carioca. O local para a celebração foi o Santuário Nacional de Adoração Perpétua, junto ao túmulo de Dom Sebastião Leme. A figura e a liderança do segundo cardeal influenciaram no estilo de liderança que Dom Jorge exerceu no seu ministério episcopal que durou 43 anos.

No ofício de bispo auxiliar, ficou conhecido como o Bispo das Favelas. Ao longo de oito anos fez um intenso programa de visitas pastorais nas favelas que aumentavam e demonstram os abismos sociais da então Capital Federal. Foi na experiência com o povo sofrido das favelas que Dom Jorge compreendeu as dores e sofrimentos advindos da injustiça social. Ao mesmo tempo, foi o representante do Cardeal Câmara junto às estruturas governamentais e diplomáticas e frequentou a Escola Superior de Guerra.

É importante salientar que, naquele contexto da instituição eclesial, a figura e as atividades do episcopado estão mais ligadas às elites do que às realidades de pobreza e

marginalização. A presença de Dom Jorge apresenta um novo modo de compreender as atividades do bispo como liderança religiosa e social, algo que veremos com maior empenho no seio do episcopado a partir da renovação a partir do Concílio Vaticano II que marca um novo itinerário de fé e compromisso social para a Igreja Católica.

A nomeação de bispo para a Diocese de Santo André aconteceu junto com a criação do bispado em 1954. O ABC Paulista na época se expandia como polo industrial, era um centro da indústria de marcenaria do Estado de São Paulo, e via se instalar a indústria automobilística. Com a construção da Rodovia Anchieta (SP 150), a ligação entre o Porto de Santos e a capital paulista transforma a região num centro logístico num cenário de fortalecimento das indústrias estatais e o aumento das indústrias estrangeiras. Logo, a Igreja Católica enxerga no aumento da população local com as migrações e com as relações mais estreitas com os poderes públicos e as elites que se consolidam a possibilidade da implantação de um novo centro católico.

Dom Jorge conhecia Santo André na época de seminarista, quando estava em construção a então Igreja de Nossa Senhora do Carmo. A organização da nova diocese ficou a cargo de Dom Paulo Rolim Loureiro, bispo auxiliar quando era arcebispo o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Chegando à região encontrou dezesseis paróquias, a maioria em formação. Quanto à realidade social, era marcada pela marginalização do operariado. Muitos bairros surgiam nas cidades sem nenhuma estrutura e com condições habitacionais precárias. Nos perímetros centrais das três cidades de então (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), as famílias tradicionais dominavam o cenário político e econômico. Embora com uma população de em torno de 320 mil habitantes, a desigualdade social era notável.

A situação religiosa da região era marcada pelo catolicismo romanizado da época. Os padres que exerciam o ministério nas paróquias eram marcados pelo discurso anticomunista e por uma pastoral espiritualista. A Ação Católica era reduzida a núcleos da Juventude Operária Católica masculina e feminina (JOC/JOCP) que, na vida paroquial, era pouco notada. Nas fábricas, as lideranças religiosas leigas eram vistas com desconfianças do movimento sindical que tentava resistir às intervenções do governo. Logo, a Doutrina Social da Igreja era uma grande desconhecida na vida dos fiéis e da massa operária.

Ainda antes da instalação do bispado, Dom Jorge manifestou seu desejo de dedicar-se ao movimento operário a partir das diretrizes da Ação Católica. Nos seus primeiros passos, após sua entrada solene na diocese em 24 de outubro de 1954, criou a Federação Diocesana da Ação Católica, incentivando a implantação da Juventude Operária em todas as paróquias.

Desconhecendo a realidade diocesana, nas suas primeiras intervenções percebe-se a mentalidade paternalista e assistencialista para tratar os problemas sociais e gerar um relacionamento com o mundo do trabalho.

Nas eleições gerais de 1955, o bispo dirigiu uma mensagem aos diocesanos que revelam a necessidade de uma participação mais efetiva da vida em sociedade. Embora alinhado ao magistério papal da época, ao receio do comunismo, o texto convida os fiéis para não ter medo de, por meio do voto, participar da vida política.

Desejamos, pois, pedir a todos os eleitores, mas sobretudo aos católicos que votarão, que defendam seus filhos e seus lares, as liberdades da pessoa humana, sua religião, seu município, sua Pátria, escolhendo bem, pelo voto, aqueles que hão de dirigir as terras sagradas de Santa Cruz. (LIVRO DE TOMBO, 1955, fl. 14).

Com a participação nas primeiras greves, o bispo começou a tocar com suas próprias mãos a realidade sofredora do proletariado, retomando inclusive o itinerário intelectual do materialismo filosófico que conhecera superficialmente na época de sua formação seminarística. O contato com a realidade foi fundamental para que se percebesse a necessidade de um trabalho de proximidade da vida do povo e um exercício diferenciado de autoridade pastoral por parte do prelado e do seu clero. Assim como aconteceu com seu contato nas favelas do Rio, a sua aproximação do operariado fez com que Dom Jorge aprofundasse o sentido de seu trabalho como líder religioso e social, prefigurando um magistério social que veríamos mais incentivado a partir da renovação conciliar.

Instituindo em 1956 a Associação Lar Menino Jesus, iniciando uma obra social para menores órfãs e abandonadas e a mãe solteira, começa-se a criar na estrutura da Igreja Católica local a necessidade de se articular fé e compromisso social. Merece atenção o trabalho com as mães solteiras, fortemente marginalizadas na sociedade da época, como um gesto de abertura do bispo aos graves problemas da família patriarcal e a urgente necessidade da defesa da mulher (ALMJ, 2006, p. 16-25).

Em 1957, assume a convite de Dom Jorge como assistente pastoral da Juventude Operária Católica da Diocese o Pe. Afonso Birck, jesuíta, que exerceu essa função até 1962. Com a ajuda deste, Dom Jorge foi mediador da greve dos operários da Rhodia Têxtil, começando o trabalho de apresentar de forma mais concreta o ensino da Doutrina Social da Igreja. Em suas memórias, o bispo registrou que no início do seu trabalho junto aos trabalhadores poucos bispos se envolviam, destacando o apoio do Cardeal Motta que lhe ajudava a criar proximidade entre o capital e o trabalho.

O seu comprometimento com as questões sociais ganhou proporção nacional com o rádio e a imprensa. Em 1958, durante a crise da Tecelagem Santo André, Dom Jorge tornou-se o grande mediador na situação da falência da fábrica, defendendo os direitos dos trabalhadores e levando o caso ao então presidente da República Juscelino Kubistchek de Oliveira. Nessa época é chamado Bispo dos Operários, recebendo reconhecimentos das camadas populares.

A atuação do bispo evidencia a necessária mudança de atividades para que a Igreja Católica pudesse compor a vida social da região, passando de uma perspectiva assistencialista para uma ação sociotransformadora. Com o anúncio do Concílio Vaticano XXIII em 1959 e a abertura para uma renovação institucional católica nas relações com o mundo contemporâneo, a pastoral diocesana animada por Dom Jorge é reforçada pelas encíclicas sociais de João XXIII *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). O movimento operário da região conta com a autoridade carismática do bispo que, por sua vez, deseja uma nova compreensão institucional da Igreja local e dos seus ministros. A imprensa da época apresenta tanto a atuação de vanguarda do bispo como os ataques feitos à sua pessoa e ao trabalho da instituição religiosa (MARTINS, 1987, p. 74-75).

Com o golpe militar de 1964, a pastoral social do bispo de Santo André é vista como propagadora dos ideais comunistas. O forte discurso anticomunista anterior à ditadura tanto na Igreja Católica do país como nas estruturas desiguais da sociedade, coloca toda espécie de liderança que oponha ao regime como inimiga do Estado. Dom Jorge publicou uma carta aberta ao Presidente Castello Branco defendendo o direito dos trabalhadores assim como as estruturas políticas do país (ALMJ<sup>181</sup>, 1965, fl. 1-2).

A partir do AI-5, os ataques à figura de Dom Jorge e de padres ligados aos movimentos sociais no ABC Paulista aumentaram significativamente. O relatório do DOPS de São Paulo revela que o exercício de liderança do bispo era analisado ainda antes do golpe, sendo julgado como atividade subversiva o envolvimento com os movimentos operário estudantil, principalmente com a UNE (SOBRINHO, 2015, p.73). Na verdade, o que Dom Jorge realiza é o surgimento de um novo sujeito social católico, fruto de um novo sujeito eclesial (teológico), surgido com o Vaticano II e a Teologia latino-americana.

Nas fontes, o pensamento humanista do bispo revela a articulação da Teologia com os demais saberes. Nesse diálogo, é perceptível o amadurecimento da liderança feita ao longo dos anos, que não reflete mais sobre as questões do seu tempo sob um único viés, dando espaço a

<sup>181</sup> ALMJ – Associação Lar Menino Jesus

uma perspectiva ecumênica nas relações Deus – Ser Humano – Mundo. Ao renunciar o ofício como bispo diocesano de Santo André em 1975, continuou a lutar pela reorganização dos trabalhadores, evidenciando a sua opção pelos pobres e pela liberdade. Faleceu em 28 de maio de 1989.

### **História e Teologia: ciências em diálogo**

Ao refletir sobre um perfil biográfico, sempre pode-se cair na tentação da apologética. No caso de Dom Jorge Marcos de Oliveira essa tentação torna-se ainda maior dada à sua liderança num período de grandes mudanças sociais e religiosas. Para poder superar essa tentação e valorizar as fontes, o referencial teórico de Max Weber na sua obra *Economia e Sociedade* a partir da definição da autoridade carismática WEBER, 2012, p. 345). A autoridade do bispo, muito mais do que a defesa de seus posicionamentos pessoais e como membro da hierarquia católica, nasce de sua formação humana e da compreensão de ministério que o mesmo deve exercer para corresponder aos desafios do contexto histórico.

As fontes históricas nos ajudam a compreender as conturbadas relações entre a Igreja Católica e a Sociedade. A História do Ocidente é marcada pela ideologia da cristandade, onde a aliança entre o poder espiritual e o poder temporal alcançaram êxitos e colapsos. Temos, em diversos períodos, por causa de uma compreensão triunfalista de autoridade, líderes religiosos envolvidos em abuso de poder, episódios de violência e legitimação da injustiça. O passado pode e deve iluminar o presente e a tarefa do historiador nesse trabalho deve ajudar com a leitura e análise dos materiais e da articulação com as demais ciências humanas.

A História da Igreja Católica no Brasil, nascida sob o regime do padroado, é marcada pelas tensões e tentativas de controle por parte dos poderes espiritual e temporal. Há episódios icônicos na nossa história envolvendo nobres e hierarcas em cenários que formam o Brasil. No caso do período que aqui apresentamos (republicano), a Igreja se vê surpreendida e alarmada pela separação do Estado. Vivem-se cenas de condenação, reaproximação, desejo de reconquista e tentativa de colaboração.

No contexto em que viveu Dom Jorge Marcos de Oliveira, estamos imersos no período da chamada reconquista católica dentro do cenário social do Brasil, marcada pelo surgimento do grupo dos intelectuais católicos a partir da criação do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro e a influência dos cardeais Arcoverde e Leme no cenário político e eclesial da época. A Ação Católica torna-se a expressão dessa tentativa da elite eclesiástica, da qual Jorge Marcos é filho e membro.

A liderança de Dom Jorge Marcos, na perspectiva de uma resignificação, se desenvolve a partir da influência da *Nouvelle Theologie* no pensamento católico. Embora entendida como modernismo no pontificado de Pio X (1903-1914), a teologia francesa sustentou uma série de movimentos teológicos em vista de uma renovação da Igreja Católica na primeira metade do século XX. Na dimensão social, a promoção da Doutrina Social da Igreja, faz com novos estilos de autoridade eclesiástica possam surgir dentre os membros da hierarquia (LIBANIO, 2005, p 38-47).

O surgimento desses novos modelos de bispo fez com que a Igreja gradativamente repensasse no modo de manifestar sua presença na sociedade, o que se torna claro com o magistério do Vaticano II e a definição eclesiológica da Igreja como Povo de Deus. Nessa definição teológica, o episcopado não é visto somente como função jurídica-administrativa, mas sim como sacramento, isto é, detentor de uma autoridade pastoral, portanto, de um carisma.

O aspecto de vanguarda na biografia de Dom Jorge Marcos é que esse modelo de episcopado em sua pessoa começa a ser forjado no seu contato com a realidade social das periferias (favelas e indústrias) antes da renovação conciliar da década de 1960. Coloca em evidência uma nova maneira de exercer o ofício de bispo católico num cenário onde o bispo está muito mais ligado à pastoral das elites do que das bases. A partir do contato com as bases, num cenário de renovação e crises, o bispo tenta manter os aspectos positivos de sua autoridade e instituição. A ditadura militar mostra esse cenário de conflito no Brasil através de diferentes posturas do episcopado brasileiro.

No âmbito da Teologia, a renovação promovida pelo Concílio fez nascer a Teologia latino-americana, onde a recepção do Vaticano II acontece formalmente com a Conferência de Medellín (1968). A partir da opção pelos pobres e da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) a renovação do ministério episcopal torna-se simbólica na atuação de Dom Jorge Marcos, Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e ganhará projeção na década de 1970 com o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, grande defensor dos Direitos Humanos na ditadura.

O processo de renovação teológica faz compreender a importância desses líderes sociais e religiosos que marcaram profundamente o desejo de uma sociedade brasileira mais justa, tornando-os figuras as frente do seu tempo.

## **Conclusão**

Estudar a vida e pessoa de Dom Jorge Marcos de Oliveira é mergulhar num conjunto amplo de acontecimentos na História do Brasil e da Igreja Católica. A sua formação acadêmica

e o exercício das responsabilidades assumidas ao longo da vida fazem com que reflitamos como surge um líder carismático capaz de ajudar nas transformações necessárias das instituições.

Tanto o Brasil como a Igreja Católica naquele contexto necessitavam de líderes que repensassem a realidade, a presença, a forma de lidar com a autoridade e poder. Estando numa época em que nos decepcionamos com muitos líderes nas mais diversas instituições, revisitar a partir das fontes a vida de Dom Jorge é alimentar esperança além da fragilidade dos discursos religiosos que ganham na atualidade projeção midiática. Revisitar a História faz com que se reflita a urgência de formarmos novos líderes que nos ajudem a repensar o nosso país e a nossa humanidade.

A autoridade carismática de um líder revela que ele deve ser fiel às suas escolhas e saiba lidar com os perigos das alianças institucionais. Dom Jorge Marcos, fazendo eco à sua formação acadêmica e superando paradigmas do catolicismo de sua época nos faz enxergar muito do que atualmente nos apresenta o Papa Francisco no que se refere ao direito dos pobres e dos vulneráveis. Faz com que analisemos também de forma crítica os numerosos ataques que um líder carismático pode sofrer ao longo de sua trajetória.

A Igreja Católica e os poderes da República podem ter, a partir desse líder, leituras interessantes sobre a necessidade de reformas gradativas para que não se perca a oportunidade de contribuir com um mundo melhor.

## Referências

- ACSA (Arquivo da Cúria Diocesana de Santo André). *Livro Tombo da Paróquia São Camilo de Lellis*, 1954-1956.
- ALMJ. *50 anos de caminhada*. São Caetano do Sul: FAENAC, 2006.
- LIBANIO, J.B. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- LUSTOSA, O.F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARTINS, H.H.S. *Igreja e Movimento Operário no ABC*. Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul: Hucitec, 1987.
- MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SOBRINHO, F.C.D. *Entre fé e liberdade: Catolicismo, operariado e Ditadura Militar no ABC Paulista (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (volume 2). Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

ZAGHENI. *A idade contemporânea*. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.



## **JORNEGRO E AFRO-LATINO-AMÉRICA: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NEGRA (1977-1981)**

Fernanda Aparecida Antunes de Arruda, Mestranda - PPGHIS/UFMT.

E-mail: [nandyarruda@gmail.com](mailto:nandyarruda@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo propõe abordar o resultado preliminar do primeiro ano de mestrado em História pelo PPGHIS/UFMT. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da luta antirracista da imprensa negra por meio dos periódicos Afro-latino-américa (1977-1979) e o Jornegro (1978-1981) ambos de São Paulo, na ditadura militar. A metodologia utilizada é a seleção de periódicos, fichamentos e análises. Esta análise está sendo realizada à luz da historiografia sobre o tema. No que tange ao local de disponibilidade dos periódicos, o Jornegro é datado de março de 1978 e a fevereiro de 1981 sendo 11 exemplares analisados, está localizado na hemeroteca digital do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Já o fac-símile Afro-latino-américa possui dois locais de acessos: na fundação Perseu Abramo em sua biblioteca e na página do Projeto de disponibilização da obra do jornalista Marcos Faerman, ambos no formato digitalizado. No que se refere o periódico fac-símile Afro-latino-américa foi publicado entre os anos de 1977 e 1979. Os exemplares de número 12 ao 31, que fizeram parte de um dos jornais alternativos brasileiros Versus, e encontra-se em fase de análise. Os resultados apontam que práticas discriminativas, mito da democracia racial, violência policial, o Soul como ritmo de libertação e a marginalização foram os temas até o presente momento mais abordados no Jornegro. Identificamos, ainda, que em São Paulo o movimento black, assim como no Rio de Janeiro, tinha como objetivo levantar a autoestima da juventude negra através das festas espalhadas pelos subúrbios e periferias da capital paulista. A documentação produzida sobre esse tema ainda é pouco explorada pela pesquisa histórica brasileira, mas traz elementos importantes para pensar a própria dinâmica da imprensa negra que estava difundida no principal centro urbano do território brasileiro, durante a ditadura militar.

**Palavras-chave:** Luta Antirracista; Periódicos da Imprensa Negra; Ditadura Militar.

### **Introdução**

Este artigo é o primeiro resultado de pesquisa ainda em andamento do Mestrado em História pelo PPGHIS/UFMT, que tem como objeto a construção da luta antirracista da imprensa negra por meio dos periódicos Afro-Latino-América (1977-1979) e o Jornegro (1978-1981) ambos de São Paulo, na ditadura militar. A escolha do recorte temporal (1977-1981) deve-se ao fato que nesse espaço de tempo estava ocorrendo grandes transformações culturais, políticas e comportamentais das décadas anteriores, como por exemplo, os movimentos estudantis e feministas na Europa que inspiraram as quebras de tabus, mobilizações antiinstitucionais e antiautoritárias no Brasil, a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, independências de países africanos e posteriormente os movimentos de resistência pelo fim das ditaduras nos países da América Latina.

Para captar e analisar a luta antirracista nas publicações dos jornais, a opção foi selecionar os periódicos e temas que mais foram citados no decorrer de cada publicação, privilegiando e analisando cada notícia no primeiro momento, e colocando-os em uma tabela,

no segundo. Analisando ao mesmo tempo como os jornais contribuíram diretamente para o combate do racismo e conseqüentemente para o enfrentamento da ditadura militar cujo próprio posicionamento era também racista.

De certo modo, a década de 1970 foi o período em que o movimento negro se diferenciou dos anteriores, pois está em constante denúncia do chamado mito da democracia racial, ou seja, a idéia de harmonia e benevolência entre o povo brasileiro. A aproximação das esquerdas em relação a questões raciais principalmente na época da ditadura militar, as influências americanas e africanas na luta pelos direitos civis e contra o fim do apartheid e independência respectivamente, a incorporação do 20 de novembro no calendário como um dia de luta e resistência a ser comemorado e não o dia 13 de maio como uma farsa da abolição.

E nessa perspectiva que o presente artigo tem por objetivo analisar os temas e documentações produzidos, abrindo novas possibilidades para a pesquisa histórica brasileira ainda pouco explorada, na qual traz elementos importantes para pensar a própria dinâmica da imprensa negra que estava difundida no principal centro urbano do território brasileiro, durante a ditadura militar.

Na primeira parte é apresentado, o “Movimento Negro no Brasil da Segunda Metade do Século XX e a Ditadura Militar”, que historicamente trouxe a público o debate sobre o mito da democracia racial, racismo, desigualdade racial, violência policial, bem como um dos atos históricos que reuniu mais de mil ativistas negros nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo realizado em 1978, pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial.

Em seguida trouxemos “Alguns Apontamentos sobre a análise das fontes e a Luta Antirracista nos periódicos *Jornegro* e *Afro-Latino-América* (1971-1981)”, nesta parte iremos destacar como as fontes através dos jornais possibilitaram a luta antirracista por meio de uma produção jornalística negra.

E para finalizar será apresentado “Algumas Considerações” na qual será destacado os primeiros resultados até o presente momento, tendo em vista que a mesma encontra-se em análise e portanto, está em fase inicial.

### **O Movimento Negro no Brasil da segunda metade o século XX e a Ditadura Militar**

Falar em movimento negro no Brasil da segunda metade do século XX é lembrar os anos posteriores a década de 1960 na qual foi marcado pelo ato de refundação do movimento negro através das ações coletivas contra o preconceito e principalmente o combate ao mito da democracia racial. Bem como, as grandes agitações políticas da tomada de poder pelos militares.

Durante esse período, a censura, a repressão, as prisões, perseguições, expulsões de jovens universitários e professores das faculdades fizeram parte do cotidiano brasileiro. Sob a desculpa de manter a Segurança Nacional, no dia 13 de dezembro de 1968, o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5) cuja face principal foi mergulhar o Brasil em 21 anos de profundas violências, repressões e cerceamento da liberdade de expressão. Conforme apuração que consta no "Dossiê" publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>182</sup>.

Nesse contexto histórico, segundo Jesus (2016), os militares tomaram como incontestável a idéia da democracia racial. A autora supracitada, destaca ainda, que o governo militar negava veementemente o problema racial no país, divulgando ao exterior a ideia de um país sem conflitos dessa ordem, onde a “paz das cores” formalizava a igualdade entre as raças. Assim, a crença na ideologia da democracia racial imperou em todo o Brasil, fortalecendo a política do branqueamento, encobrendo as desigualdades socioeconômicas presentes entre negros e brancos. Ainda sobre isso, Arruda (2016) destaca que, os militares rotularam os militantes de racistas e imitadores dos ativistas norte-americanos que lutavam pelos direitos civis naquele período.

Tal situação colaborou com os eventos públicos que ganharam aspectos expressivos, principalmente influenciados pelo antirracismo na África do Sul e dos Estados Unidos. Essas influências externas possibilitaram a articulação de grupos ligados a diferentes organizações e articulações negras. Conforme Gomes (2017) entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade.

E nesse sentido, a geração de julho de 1978 começou a se articular, e o Movimento Negro Unificado foi uma das organizações negras mais reconhecidas na história recente do Brasil, e teve como berço grandes nomes da luta negra antirracista no país, dentre eles: Milton Barbosa, um dos fundadores do MNU, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Hamilton Cardoso, Abdias Nascimento, entre outros. Contudo, de acordo com Oliveira (2020, p.9):

mesmo não tendo sido capaz de eliminar o preconceito, a discriminação e o racismo, o MNU ao seu tempo assumiu com coragem aquela tarefa e inspirou a geração de julho de 1978 a desconstruir o mito da democracia racial, a farsa da abolição, a escrever na Constituição Federal brasileira de 1988 que o

<sup>182</sup> Ver mais em: *Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros*. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html>. Acesso em 11/06/2016.

racismo é crime, fortalecer a participação das mulheres nos encontros nacionais e internacionais, a celebrar Zumbi e Dandara como heróis nacionais, a exigir compromisso do Estado brasileiro em prover a igualdade racial em educação e saúde, garantir as terras dos quilombos e, sobretudo, a vida da juventude negra.

Desde o início da década de 1970, é possível verificar a formação de entidades que segundo o relatório do SNI, procuravam denunciar o racismo e organizar a comunidade negra. Jesus (2016) afirma que, os órgãos de repressão que se faziam presente nos encontros, nas reuniões, nos bailes, por meio de informantes, ou da ação policial, mas tudo de forma a não dar destaque aquela movimentação que se fazia em torno das discussões sobre o “problema do negro”.

Os militares com o serviço de informação, vigiavam todas as organizações do movimento negro. A exemplo disso, alguns dos principais produtores e DJs das equipes de maior visibilidade começaram a ser convocados para averiguação policial. Paulão Black Power foi detido algumas vezes por agentes especiais do DOI-CODI, pois insistiam que o nome da equipe Black Power teria ligação direta com o partido norte-americano dos Panteras Negras (PEIXOTO & SEBADELHE, 2016).

Contudo, apesar das vigilâncias do regime repressivo ditatorial, é possível constatar o surgimento de vários grupos e entidades negras como, o Grupo Palmares, criado em Porto Alegre (1971), o Centro de Estudos e Arte Negra (CECAN), em São Paulo (1972), a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) inaugurado no Rio de Janeiro e o Bloco Ilê Aiyê, fundado em Salvador, ambos no ano de 1974. Nesse âmbito Rios (2012) destaca que, as manifestações de rua marcaram o retorno da política negra à cena pública brasileira nos anos 1970.

Os anos de 1970 e 1980 viram reflorescer o protesto reivindicatório. Jesus apud Santos (2016, p. 2) afirma que,

durante o governo Médici (1969-1974), um dos militares mais “linha dura”, cujo período foi de maior repressão àqueles que combatiam a ditadura, “nenhum jornal, grande, ou pequeno, podia publicar nada sobre índios<sup>183</sup>, esquadrão da morte, movimento negro e guerrilha – era como se, por decreto, tais problemas não existissem”. Com isso, qualquer pensamento externalizado sobre as relações raciais naquele momento, ia contra a ideia da democracia racial.

<sup>183</sup> Termos como “índio” e “tribo” vêm sendo questionados pelos povos originários, que compreendem que tais categorias foram criadas pelos colonizadores como forma de reduzir a pluralidade de cerca de 1.000 etnias indígenas que existiam no país na época do “descobrimento”. Fonte: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/resistencia-indigena-entenda-porque-o-termo-indio-e-considerado-pejorativo>. Acessado em: 25/10/2021.

Ainda de acordo com Jesus (2016, p. 2):

os órgãos de repressão, as reações ao racismo por parte da comunidade negra apresentavam focos pequenos que deveriam ser vigiados, no entanto, em alarde, para não incentivar discussões em torno do “problema do negro”. Num primeiro momento, aquela movimentação não chegava a se vista como “ameaça política”, uma vez que a ideologia da democracia racial era sempre propagada. Contudo, qualquer possibilidade de reação coletiva do negro era vista como ameaça ao governo e à sociedade, porque os militares acreditavam haver “infiltração comunista” dentro daquelas organizações.

A exemplo disso, encontramos o Movimento Black, ainda que realizado no Rio de Janeiro, os produtores e organizadores dos bailes presenciavam certa vigilância constante nas imediações dos encontros. De acordo com Jesus (2016) nos documentos com carimbos de “sigilosos” encontram-se atas das reuniões, são relatórios detalhistas de tudo o que se passava naqueles encontros, as pessoas descritas e marcadas, as falas demarcadas com comentários dos agentes, tudo muito bem registrado. Os registros encontrados nos relatórios contra a discriminação racial eram tratados conforme Jesus (2016), como o “problema do negro”, ou como “o racismo negro”. A autora ainda destaca que, para os militares, aquela militância negra e as discussões que faziam, estavam embasadas e influenciadas pelas idéias comunistas.

Kössling (2008, p. 29) afirma que,

os movimentos negros tornaram-se, assim como, outros movimentos sociais, subversivos sob a ótica do regime militar ao denunciar o racismo no Brasil. É preciso ressaltar que a vigilância aos movimentos negros por parte do DEOPS/SP não foi iniciada em 1964. Desde a década de 1930 ocorreu uma atuação repressiva às associações de afrodescendentes, sustentada por uma visão policial que classificava essas associações como “introdutoras” da questão racial no Brasil e, por consequência, geradoras de conflitos que poderiam desestabilizar a “democracia racial brasileira”.

No que tange o papel dos opositores ao regime, Arruda (2016) descreve que estes foram perseguidos ao lutar pela democracia e pela liberdade de expressão, dentre esses estavam membros de partidos de esquerda, militantes negros, estudantes, artistas entre outros. Segundo o Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo<sup>184</sup> é difícil mensurar as diversas formas de violações sofridas pela população negra durante o período da ditadura no país, basta rememorar notícias de jornais onde os negros e pobres figuravam em maior parte o noticiário policial.

<sup>184</sup> Para mais informações, acesse: *Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros*. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html>. Acesso em 11/06/2016.

Na década de 1970, em pleno ato público, a postura assumida pelos negros politizados em São Paulo atingiu a militância afro-brasileira em vários estados. Um grande fluxo de reorganização negra pode ser percebido desde então (SILVA, 2001). E em 1978, foi marcado pela realização um ato que reproduziu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a forma de protesto social que o Movimento Negro no Brasil assumiria posteriormente, ao retomar os espaços públicos abertos como palco privilegiado de manifestações.

A manifestação histórica do dia 7 de julho de 1978 trouxe a tona o discurso oficial sobre o mito da democracia racial, conforme é possível encontrar claramente no trecho destacado por Pires,

existe no Brasil, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de comunicação social. [...] Pela análise realizada pelos Órgãos de Informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto, combinando-o com incidentes ocorridos no meio artístico (na época, o caso de Tony Tornado, através da TV), com temas abordados em programas ao vivo e novelas pela TV, com assuntos ventilados em revistas e até em letras de canções apresentadas por artistas de renome [...] nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável, chegando a influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra [...] Nos Estados Unidos da América do Norte, a criação e atuação dos grupos conhecidos por Panteras Negras, Black Power e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do M.C.I (Comunismos Internacional), em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedades ocidentais [...] O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional (PIRES, 2015, p. 7).

A refundação do movimento negro durante a ditadura militar pode ser analisada em dois aspectos: o cultural e o político. Já no campo da teoria, a ideologia da democracia racial começou a ser refutada e questionada por artistas e intelectuais, como o sociólogo Florestan Fernandes que realizou várias críticas demonstrando como os afrodescendentes foram integrados à economia, mas prevaleceu a duplamente a exclusão social e racial.

Corroboro com Rios (2012) ao dizer que, as reivindicações ocorridas naquele período visavam o reconhecimento da existência do racismo, da desigualdade social, a violência policial, as condições subumanas da população carcerária e as torturas nos presídios contra os

negros, uma vez que, o discurso oficial da ditadura militar era baseado no mito da democracia racial. Segundo Rios (2012, p. 43),

as manifestações de rua marcaram o retorno da política negra à cena pública brasileira nos anos 1970. De lá para cá, cada vez mais, os atos do movimento negro têm tomado uma forma expressiva, litúrgica e pedagógica perante a sociedade e o Estado, enquanto outras formas de reivindicação puderam ganhar espaços institucionalizados de negociação, a exemplo das plataformas partidárias, das lutas judiciais, dos compromissos com órgãos internacionais e com o poder público.

Por outro lado, Guimarães (2001) destaca que,

o movimento negro se juntou a pelo menos mais três: o movimento feminista internacional, que possibilita a emergência de uma militância feminina negra; o novo sindicalismo brasileiro, que leva o protesto aos chãos-de-fábrica e retira as lideranças da órbita dos partidos políticos tradicionais; e os novos movimentos sociais urbanos, que mantêm a sociedade civil mobilizada, durante toda a década de 80.

Os militantes negros entendiam que era por meio da organização e conscientização junto com outros movimentos populares, associações e sindicatos que seria possível um posicionamento de resistência à política autoritária (KÖSSLING, 2008). E a partir dessa mobilização, inúmeros setores se uniram: os movimento feministas, sobre a situação da exploração das mulheres negras. Bem como, os demais setores discriminados na agenda social e política (RIBEIRO, 2008).

A refundação e a consolidação do Movimento Negro no Brasil durante e posterior a década de 1970 fortaleceu a luta da população negra, que por muito tempo foi privada de direitos. A militância negra rompeu o silêncio, vindo a público denunciar o mito da democracia racial e da falsa abolição através das diversas organizações e das inúmeras denúncias relacionadas ao racismo estrutural, realizadas a partir de então que culminou com a criação de políticas públicas a partir de 2003 e que no atual contexto brasileiro encontra-se em risco.

### **Alguns apontamentos sobre a análise das fontes e a luta antirracista nos periódicos Jornegro e Afro-Latino-América (1977-1981)**

As fontes estão sendo estudadas mediante a sua origem, a organização, estrutura, as formas de produção, considerando seu o lugar social, seus proprietários, fontes de recursos, viés político e ideológico. Será explorado ainda, se os jornais possuem algum anúncio, como eram mantidos financeiramente, quais meios técnicos e tecnológicos foram utilizados, se rodavam em outras gráficas, quais sujeitos participavam (como fazem e porque fazem). Fazer-se-á também, uma verificação em livros de memórias dos militantes do Movimento Negro, para que

possa encontrar outros dados sobre as produções dos jornais e a suas funcionalidades.

A metodologia utilizada é a seleção de periódicos, fichamentos e análises. Esta análise está sendo realizada à luz da historiografia sobre o tema. No que tange ao local de disponibilidade dos periódicos, o *Jornegro* é datado de março de 1978 e a fevereiro de 1981 sendo 11 exemplares analisados, está localizado na hemeroteca digital do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Já o *Afro-Latino-América* possui dois locais de acessos: na fundação Perseu Abramo em sua biblioteca e na página do Projeto de disponibilização da obra do jornalista Marcos Faerman, ambos no formato digitalizado. No que se refere o periódico *Afro-Latino-América* foi publicado entre os anos de 1977 e 1979. Os exemplares de número 12 ao 31, que fizeram parte de um dos jornais alternativos brasileiros *Versus*, e encontra-se em fase de análise.

Os anos de 1970 é marcado pela visibilidade de uma imprensa específica que se organiza para a sua autonomia dirigida pelo Movimento Negro urbano. Sobre isso, Jesus (2016) afirma que, enquanto a grande imprensa estampava os pronunciamentos do governo e suas declarações exaltando para o mundo o “modelo” de democracia racial no Brasil, a Imprensa Negra vislumbrava outro discurso de enfrentamento que apontava a realidade das relações raciais no Brasil.

Kucinski apud Regina Festa (2001) considera o período 1968-1978 como de acúmulo de forças, caracterizado por uma comunicação de resistência. Para Pereira (2020) a época era desfavorável para despertar de consciência. O regime militar reinante prendia e matava os questionadores do seu ideal de sociedade. E ao trabalhar com a imprensa negra, era dar destaque e respeito não apenas às raízes do Movimento Negro no Brasil, mas sim, conscientizar e denunciar pelas ruas que a democracia racial era um mito, bem como denunciar a violência policial.

Historicamente, grupos e indivíduos atuaram contra a discriminação. Neste contexto corroboro com Pinto (2010) ao destacar que, de forma ampla, bem como o estabelecimento de veículos de imprensa negra, em particular, têm sido comumente localizados no século XX. Motta (1986), assim como Mendonça (1996) identificam as irmandades religiosas de tempos coloniais como originárias do Movimento Negro. Para esta autora, o “movimento negro que conhecemos hoje ancora-se numa tradição associativa que remonta aos tempos da escravidão, através das organizações das lutas travadas ainda que marcado por caráter assistencialista e cultural. [...]” (CRUZ Apud MENDONÇA, 2006, p. 63).



Durante os anos de 1970 foi intensificado o mito da democracia racial. Jesus (2016) destaca que, durante os governos militares, continuava sendo vendida a imagem do Brasil como uma democracia racial. Essa convivência pacífica foi apresentada por Freyre ao publicar a obra “Casa Grande e Senzala”, na qual é apresentada em seu livro uma convivência pacífica entre os povos. Através de uma relação harmoniosa entre brancos e negros não existiam conflitos raciais, embora em sua obra não estivesse escrito diretamente com este nome. Em seguida sociólogos como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg refutaram este pensamento, dizendo que no Brasil existia preconceito de raça e desigualdade entre brancos e não-brancos no plano econômico, educacional dentre outros indicadores.

Para Jesus (2016) a denúncia do racismo no Brasil era um ato de coragem. A militância rompeu o silêncio em torno do racismo a partir de meados da década de 60, com sua ação nas organizações de luta de combate ao racismo e de busca pela cidadania plena dos afrodescendentes.

E durante esse período é refundado a imprensa negra<sup>185</sup>, que já estava presente no Brasil desde 1833 através do homem de cor que realizava denúncia de discriminação de ordem racial, escritos por homens livres mulatos, pardos – negros (PINTO, 2010). A imprensa negra em conjunto com o movimento negro, tiveram um papel fundamental para desmistificar o mito da democracia racial que havia ascendido durante a ditadura militar.

Dessa forma, os periódicos apresentam-se como uma importante fonte de pesquisa e os dados levantados até o momento nos mostram alguns dos principais temas abordados pelo “Jornegro”:

práticas discriminativas;  
mito da democracia racial;  
taxa de desemprego entre a população negra e branca nos EUA;  
favelado é marginalizado;  
a maior concentração de negros é na favela;  
o Soul (ritmo de libertação).

Em São Paulo o Movimento Black, assim como no Rio de Janeiro, tinha como objetivo levantar a autoestima da juventude negra através das festas espalhadas pelos subúrbios e periferias da capital paulista.

<sup>185</sup> A Imprensa negra, embora criada e produzida para um público segmentado, propagou-se para leitores diversos e, no período posterior à abolição, destacou-se tanto no sentido de combater o preconceito racial em suas múltiplas manifestações quanto para tentar afirmar socialmente os negros, seja pela instrução, seja pela luta contra o que, para alguns era tido como apatia. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 07/04/2020.

Como podemos analisar, algumas das pautas apresentadas pelo *Jornegro* está relacionado a luta antirracista nos através da denúncias contra a discriminação racial, moradia e a violência policial contra a população negra. Tal situação pode ser constatada no editorial cujo título “Aqui ninguém tem nome”, na qual é apresentado a questão da moradia cuja concentração é negra, marginalizada e não possuem condições básicas de assistência pelo Estado,

o favelado é um marginalizado. Sem concretas possibilidades de disputar melhores posições na sociedade em que vivemos sua única saída foi a favela. A «Ordem e Progresso» é uma favela a mais, das muitas existentes na periferia de São Paulo. Sua população é formada por uma maioria de crianças, sem nenhuma assistência básica (alimentação, higiene, ensino, lazer, etc). Fechadas num mundo sem nenhuma esperança de melhora ou mudanças. Os adultos procuram sobreviver em subempregos no centro da grande cidade. Sem nenhuma qualificação profissional, suas possibilidades de uma vida melhor se reduzem ao mínimo. Acrescida de uma série de preconceitos que dificultam a obtenção de bons empregos, principalmente nas grandes empresas. Outro problema é o de moradia. Vivem precariamente, em casas feitas com a sobra de material (madeiras, latas, papelão etc.) de construções ou industriais. Sem qualquer possibilidade de uma esquematização racional, constroem dentro de suas condições e com o material conseguido. A madeira é básica, são simples divisões para se protegerem do frio, da chuva, do sol, do mundo. Sem um saneamento básico, suas condições de saúde estão permanentemente em perigo (JORNEGRO. São Paulo. Março 1978, ano 1 N° 1, pag. 5, coluna 1).

Outro ponto a ser destacado, são as notícias internacionais principalmente dos EUA no que tange ao aumento do desemprego entre a população negra e branca e a não realização de políticas públicas por parte do Estado americano em não alterar a realidade, bem como a influência do Soul e do Black Music nos bailes dos subúrbios paulistas.

No que diz respeito ao conhecimento da própria história, é levantado à seguinte matéria: “Precisamos conhecer escrever a nossa história”,

um dos maiores problemas que atinge nossa comunidade, é a falta de informação a respeito daqueles homens que dedicaram sua vida na defesa da melhoria das condições de vida do negro brasileiro. Não são raras vezes em que este negro desconhece um irmão que muito lutou por aquilo que ele sempre sonhou ver um dia. Por esta razão, *Jornegro* pretende a partir deste número realizar, uma campanha em favor da nossa história (que também é história do Brasil), e dos homens que a fizeram [...]” (JORNEGRO. São Paulo. Maio 1978, ano 1 N° 2, pag. 3).

É possível verificar no trecho da matéria que ocorre uma crítica em relação a falta de informação e conhecimento histórico por parte da população negra. Tal situação pode ser constatada quando o mesmo menciona que nas próximas edições pretende realizar uma campanha em favor da história do negro.

No que tange aos temas abordados no Afro-Latino-América, foram analisados até o presente momento os seguintes informações:

resistência do negro;  
Teatro Experimental do Negro;  
cultura negra é uma cultura dominada neste País;  
Brasil negro não vai a Colômbia.

Vale ressaltar que o jornal analisado, possui uma linguagem abertamente progressista e socialista ao abordar Karl Marx, Lênin e outros filósofos contra o capitalismo.

Outro ponto verificado, é referente a notícia “Nem almas brancas nem máscaras negras”,

“até quando os brancos continuariam pintando a cara de preto, querendo imitar a cara de preto, querendo imitar o Negro nas peças teatrais? Até quando os ocidentais continuariam se apossando da cultura africana? Até quando os Negros continuariam sendo platéias de suas verdades, alegrias e temores tingidas à vontade de branco? [...]”. (Afro-Latino-América. São Paulo. Jun 1978, ano 1 N° 1, pag. 30).

Neste trecho, fica evidente a posição contrária a artistas brancos que pintavam o rosto na cor preta para realizar as peças teatrais. Bem como, traz a tona alguns questionamentos referente a cultura negra, que estava dominada pela elite branca. O pensamento e os objetivos que nas décadas de 40 fizeram parte da concepção do Teatro Experimental Negro, é retomado no que tange a valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio das manifestações culturais.

Outra reportagem que integra o Jornal Afro-Latino-América, tem como título “Brasil negro não vai a Colômbia”.

“Quando da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em 21.3.77, o Brasil enviou mensagens se proclamando “o produto da mais ampla experiência de integração racial que conhece o mundo moderno, resultado, ao longo dos séculos, de um processo harmonioso e autônomo, inspirado nas raízes profundas dos povos que aqui somaram esforços na construção do país. Agora, quando se realiza o I Congresso de Cultura Negra das Américas, em Cali, Colômbia, de 24 a 28 de agosto, onde delegações de países africanos e dos países americanos que possuem população negra se encontram, a atitude assumida pelo Brasil vetando a ida da delegação brasileira contradiz a imagem racial que a ideologia oficial brasileira divulga para o mundo. [...]” (Afro-Latino-América. São Paulo. Set 1977, ano 2 N° 14, pag. 25).

O trecho em destaque apresenta a comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial realizado no dia 21/03/77 na Colômbia. Bem como, a mensagem enviada pelo Brasil, na qual destaca a excelência do país na integração racial no mundo

moderno resultado de um processo harmonioso e autônomo, somados aos esforços na construção do país. Entretanto, no I Congresso de Cultura Negra das Américas, em Cali, de 24 a 28 de agosto onde delegações de países africanos e países americanos possuem população negra se encontraram e a atitude do Brasil em vetar a ida da delegação brasileira contradiz com a imagem racial que a ideologia oficial brasileira divulga para o mundo. O Itamarati vetou sem explicar o motivo.

Outrossim, os periódicos abordavam as questões sociais, mas principalmente raciais, pois, a imprensa negra<sup>186</sup> teve um papel fundamental para desmistificar o mito da democracia racial que havia ascendido durante a ditadura. E sendo está a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizado pelos debates em clubes, ruas e praças. Camargo (1987) explicita certo pessimismo em relação à existência de uma Imprensa Negra após os anos 1970 pelo fato de não existir “mais aquele leitor negro altamente receptivo e participante, sócio ou freqüentador de associações ou entidades negras” e face aos novos projetos editoriais comerciais como a revista Raça Brasil, o que poderia receber, de acordo com o pesquisador, o nome de “imprensa negrista”.

### **Algumas considerações**

A pesquisa encontra-se em andamento. Entretanto, foi possível verificar que ambos abordavam as questões sociais, denúncias contra o abuso autoritário da polícia, mas principalmente denúncias relacionadas ao racismo e discriminação racial. O mito da democracia racial foi intensificado durante os governos militares, e a imprensa negra teve um papel primordial em realizar denúncias sobre a pseudo benevolência e harmonia existente. Foi verificada que a documentação produzida sobre esse tema ainda é pouco explorada. Entretanto, traz elementos importantes para pensar a própria dinâmica da imprensa negra que estava difundida no principal centro urbano do território brasileiro, durante a ditadura militar.

E é nessa perspectiva, que a relevância social em se estudar a luta antirracista na ditadura militar nos periódicos Afro-Latino-América e Jornegro são fundamentais para a nossa constituição enquanto sociedade. E do ponto de vista histórico, dar visibilidade a um tema pouco estudado e abordado na academia, principalmente em Mato Grosso as fontes que não são habituais, pois não possuem caráter mercadológico e empresarial. Tendo vista que funcionavam como porta vozes e divulgação de conscientização social, identitária e econômica para a população negra.

<sup>186</sup> O contexto do pós- Negra Paulista. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>. Acesso em 24/09/2017.

## Referências

- ALMA PRETA. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/resistencia-indigena-entenda-porque-o-termo-indio-e-considerado-pejorativo>. Acessado em: 25/10/2021.
- ARRUDA, Fernanda Aparecida Antunes de. *Reflexões sobre o processo de construção do movimento negro no Brasil do século XX*. Monografia. Departamento de História, do Instituto de Geografia, História e Documentação, da Universidade Federal de Mato Grosso curso de História. Setembro de 2016.
- ARQUIVO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 07/04/2020.
- CAMARGO, Oswaldo. *O negro escrito*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- GOMES, Nilma Lino. *Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça*. Educ. Soc., Campinas, V. 33, N. 120, p. 727-744, jul-set.2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 27/06/2016.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)*. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001.
- JESUS, Marize Conceição. *O regime militar e a questão racial: o interdito*. XVII Encontro de História da ANPUH-RIO. UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- KÖSSLING, Karin Sant' Anna. *As Lutas Anti-Racistas de Afro-descendentes sob Vigilância do DEOPS\SP 1964-1983*. Dissertação (mestrado em História Social) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários Nos tempos da imprensa alternativa*. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 ed., revista e ampliada, 2001, Edusp.
- MENDONÇA, L. F. M. *Movimento negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- MOTTA, U. D. da. *Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, São Paulo, 1986.
- OLIVEIRA, José Adão; SANTOS Gevanilda; BRAUS, Ennio. *Movimento Negro Unificado a resistência nas ruas. Edições Sesc*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2020.
- PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima; SABADELHE, Zé Octávio. *1976: Movimento Black Rio*. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.
- PEREIRA, Neusa Maria. *Nasce o Movimento Negro Unificado*. In: BRAUNS, Ennio; SANTOS, Genilda; OLIVEIRA, José Adão. *Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas*. São Paulo: Ed. Sesc, Fundação Perseu Abramo, 2020. P. 62-66.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PIRES, Thula Rafaela de. *Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura Militar e Racismo no Rio de Janeiro*. Relatório Comissão da Verdade, Rio de Janeiro, 2015.
- Proposta de inclusão, no curso de Pedagogia, da disciplina Relações Étnico-Raciais. Disponível em: <http://www.ufmt.br/noticias/noticia/4534/pedagogia-tera-disciplina-sobre->

[relacoes-etnico-raciais](#). Acesso em: 17/06/2017.

Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Tomo I - Parte II - *Perseguição à População e ao Movimento Negros*. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html>. Acessado em: 11/06/2021.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização*. Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro 2008.

RIOS, Flávia. *O protesto Negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010)*. Lua Nova, São Paulo, 2002.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio. *Consciência negra em cartaz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Amanda Siqueira da. *Renovação da História Política: a revista pindorama como fonte histórica*. Historiæ, Rio Grande, 2 (3): 161-170, 2011.

ZUBARÁN, Maria Angélica. *O acervo do jornal o exemplo (1892-1930): Patrimônio cultural afro-brasileiro*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.5, n.12, Jan./Jun.2015. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede>. Acessado em 10/06/2017.

### **Fontes**

Afro-Latino-América (1977-1979)

Jornegro (1978-1981)

## AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO PELO PERIÓDICO A ESTAÇÃO: JORNAL ILUSTRADO PARA A FAMÍLIA

Franciela Ritter Blanck. Professor orientador: Gerson Luís Trombetta. PPGH (UPF)

**Resumo:** O periódico “*A Estação: Jornal Ilustrado para a Família*” tem suas publicações traduzidas para o português a partir de 1879 com publicações quinzenais, pela casa tipográfica Lombaerts no Rio de Janeiro. A revista, através de textos e um vasto número de ilustrações, retratava a moda parisiense, complementando os conteúdos com as novas tendências de vestuários de outras partes da Europa. Era composta por duas partes independentes: uma referente à moda; outra dedicada à literatura dos quais renomados autores brasileiros participavam. Além disso, a publicação trazia sugestões de bordados, manualidades, moldes de roupas, acessórios além de se propor a ajudar as leitoras com adaptações das novidades que ali chegavam para o clima tropical brasileiro. Considerando a fonte citada acima, o objetivo da pesquisa é investigar as representações femininas através das publicações, e analisar o posicionamento ideológico desse periódico, investigando como tais conteúdos repercutem na construção de referências, tanto estéticas quanto morais, para a mulher brasileira.

Palavras-chave: Representação; imprensa; moda.

### A ESTAÇÃO: JORNAL ILUSTRADO PARA A FAMÍLIA

A Estação: Jornal ilustrado para as famílias foi um periódico que circulou no Brasil de 15 de janeiro de 1879 a 15 de fevereiro de 1904. Esse periódico era uma continuação da revista francesa *La Saison: journal illustré des dames* (A estação: jornal ilustrado das senhoras) publicado na língua francesa sendo acompanhado com um anexo em português com período de circulação no Rio de Janeiro desde 1872 a 1878 pela tipográfica Lombaerts e distribuído em todo o país. *La Saison* era um periódico impresso na França a partir de dezembro de 1867, porém sua matriz é alemã conhecida por *Die Modenwelt* da editora Lipperheid de Berlim, fundada em outubro de 1865.

Foram escolhidas para análise: uma publicação em 1885 em uma seção sobre Victor Hugo. Fazendo uma homenagem do seu falecimento. Análise da seção "Chroniqueta" 31 de março e 30 de abril de 1888. E por fim uma carta de uma assinante publicada em 15 de janeiro de 1885. O objetivo da pesquisa é investigar as representações femininas através das publicações, e analisar o posicionamento ideológico desse periódico, investigando como tais conteúdos repercutem na construção de referências, tanto estéticas quanto morais, para a mulher brasileira.

Segundo Silva, *Die Modenwelt* até 1873 era um periódico estritamente de modas, posteriormente passando a incorporar literatura e belas artes. Tinha como objetivo ensinar às donas de casa como fabricar vestimentas para toda a sua família, bordar e também como decorarem suas residências. (2004, p. 3). Inicialmente a revista não era composta com a parte literária, como uma estratégia de tornar os custos menores de produção e o intuito de

diferenciar-se da concorrência, que seriam os periódicos que circulavam na Alemanha antes de 1865 ( *Bazar, Allgemeine Musterzeitung, Hamburger Zeitschriften Jahrzeiten, Die Mode*). Estratégia essa que culminou em uma resposta muito positiva segundo Resende (2015, p.42) pelo preço e conteúdo nos primeiros 5 dias mais de 3.000 exemplares foram vendidos. No mês seguinte, as vendas atingiram um total de 14.500 exemplares, finalizando o primeiro ano atingindo a marca de 16.945. Em 1867 e mesmo em plena guerra Austro-Prussiana chegando a um patamar de 30.000 exemplares. Sucesso esse que abriu os olhos da editora Lipperheide para conquistar mais espaço de circulação além da Alemanha, ampliar sua revista para outros países agora era meta dessa empresa.

Silva (2004, p.1) em sua ampla pesquisa sobre a revista “A estação” esclarece que a editora de Die Modenwelt criou um formato padrão para suas publicações de revistas de modas concomitantemente filiando-se a editora de países diferentes, circulava o mesmo periódico em treze línguas: alemão, inglês, holandês, dinamarquês, sueco, francês, italiano, espanhol, português, russo, polonês, checo e húngaro. Após o seu grande sucesso e um crescimento significativo de assinantes e vendas dos seus exemplares e com o advento da assinatura do tratado de paz entre França e Alemanha a tiragem alcança 100 mil exemplares, tendo sua produção dividida então em Berlim e Leipzig. (RESENDE, 2015, p.43)

De maneira que suas vendas aumentaram exponencialmente em 1874, Lipperheid faz um novo lançamento da revista apresentando uma edição ampliando assim os conteúdos de Die Modenwelt intitulado: *Die Illustrierte Frauen-Zeitung* (Jornal ilustrado da mulher). Conteúdos esses que retratavam de forma igualitária a moda, não tendo mudanças em relação às publicações anteriores contendo agora uma parte direcionada para a literatura ilustrada denominada “ *Ausgabe der Modenwelt mit Unterhaltungsblatt*” (Edição da Modenwelt com caderno de entretenimento). Trazia uma gama ampla de ilustrações, indo além da moda, decorações em geral e itens para casa. Segundo Silva:

A matéria de abertura era geralmente o fascículo de uma história seriada, o qual, por si só, já era um instrumento garantido de vendagem. Depois vinham as rubricas “O mundo feminino”, “Novos trabalhos manuais”, “A moda”, “Decoração”, “Novidades da Literatura”, “Economia do Lar” e “Correspondência”. [...] Acompanhadas de uma longa legenda explanatória, essas imagens traziam material mais diverso para o cerne de uma publicação essencialmente feminina. Elas parecem na verdade ter desempenhado papel importante para o sucesso da revista, assim como também é verdade que todo aumento no número de ilustrações era um indício de que a revista prosperava. (SILVA, 2004, p. 3-4)



Silva (2004) nos mostra que *Die Illustrierte Frauen-Zeitung*, proporcionava uma variedade de temas grandes colocando na revista as belas artes: “retratos, monumentos, paisagens, costumes cenas da vida em família ou ao campo, nos centros movimentados das cidades”. (2004, p. 4) Além do mais é muito notável certa apreciação pela vida aristocrática, assuntos que remetessem à membros da realeza ou do Império, independente do brasão. Reprodução de xilogravuras do busto de personalidades artísticas de todo o mundo. (SILVA, 2004, p.4).

Um dos papéis fundamentais segundo a respeito dessas jogada de vincular caderno de modas com uma parte contendo conteúdos de literatura ilustrada torna-se um alicerce para toda leitora, proporcionando todo conhecimento necessário para instruí-las e cuidar da família sem deixar de valorizar os costumes aristocráticos, o cultivo da alta-cultura e a arte de se vestir bem. Conteúdos variados para as donas de casa principalmente da classe médio, atendendo também um público que não era somente feminino afinal agora *Die Illustrierte Frauen-Zeitung* proporciona leituras recreativas e úteis. Destinada a toda família de um público pertencente a um novo sistema vigente: Segundo Reinado alemão. Defendendo uma moda internacional de orientação francesa com circulações em vários países, “era antes uma revista que tomava a instituição imperial e o glamour da vida aristocrática como valores universais”. (SILVA, 2004, p. 5-7).

Este modelo que a revista alemã introduziu a partir de 1874 com gravuras artísticas e literatura torna-se um atrativo também para Lombaerts. Refletindo em 1879 ao trazerem agora uma versão brasileira de *La Saison* intitulada: *A estação: Jornal Ilustrado para a Família*. Incorporando também uma parte literária, muito semelhante à *Die Illustrierte Frauen-Zeitung*. Mas com autores brasileiros renomados. Demonstrando uma ambição ao público alvo que gostaria de atingir, fazendo também adequações com as limitações do mercado editorial brasileiro.

A *Estação* tem suas publicações quinzenalmente, normalmente sendo publicadas no dia 15 e dia 30 de cada mês, ela é uma continuação da publicação francesa *La Saison*, sendo composta por duas partes a primeira: um local dedicado especialmente a conteúdos de moda, noticiando as últimas novidades vinda da França de origem importada traduzida como já explicado da revista alemã *Die Modenwelt* não sendo uma produção autêntica brasileira. A segunda parte da revista era dedicada à literatura “Parte literária”, sendo esta última composta especialmente pela edição brasileira, com a colaboração de renomados autores da literatura brasileira: Machado de Assis, Júlia Lopes de Almeida, Olavo Bilac, Raymundo Correia,

Alberto de Oliveira, Luiz Guimarães Júnior, Luiz Delfino entre outros. Composta por vários tipos de textos como “Litteratura”, destinada aos gêneros de oris, “Poesia”, “Theatros” e “Variedades”.

A primeira parte da revista era composta por oito páginas ricamente elaboradas, com os mais variados assuntos sobre moda. Assuntos esses que eram retratados na primeira página na seção “Chronica de moda”. As páginas seguintes são preenchidas com gravuras, moldes para confecção, ilustrações de trajes para diversas ocasiões, sugestões de bordados, moldes de roupas e acessórios femininos em geral. Todas as ilustrações nessa parte da revista eram numeradas e intituladas. Sendo acompanhadas de um texto explicativo sobre como eram os processos para a produção das peças ali expostas, detalhando o tipo de tecido, a cor utilizada, as medidas e dicas de costuras.

Compreender de uma forma eficiente à imagem que a revista queria passar para seu público alvo, a forma como transmitia seus conteúdos aos leitores, como era estabelecido o diálogo de editor leitor, seus propósitos vindouros e especificidades torna-se necessário analisar as cartas-programas assim como seu editorial ali publicado minuciosamente. Para Costa (2007) a formação ou formatação do seu público leitor, acontece através do processo de negociação que Enisio Verón chama de “contratos de leitura”. Ao referenciar Verón, Costa explica que o contrato de leitura é o contrato enunciado acertado entre o editor e o leitor. Não sendo uma negociação tácita, mas implícita em uma relação que se cria e alimenta no correr das edições, reforçando o pacto estabelecido entre quem produz a publicação e quem a consome, “as regras para essa estratégia definem em cada título de imprensa, o que chamamos de *contrato de leitura*. E o leitor assíduo de uma publicação não é outro que o receptor que o aceitou no lugar de destinatário que lhe é proposto neste contrato.” (2007, p.15).

A construção de redirecionar ou reposicionar as estratégias dos editores ocorrem através das publicações que acontecem durante o ano, proporcionando ter uma visão ou uma resposta daquilo que foi publicado está ou não no agrado do leitor. Essa conversação/diálogo é renovada na “carta do editor”. Segundo Costa “a página onde se apresentam as ofertas de cada edição; nas cartas que o editor seleciona para a publicação, na seleção de reportagens ou textos, no visual da publicação.” (2007, p. 15).

Na capa da primeira edição em “Chronica de moda” podemos identificar o público alvo do jornal: “desde o principio nos propuzemos: crear um jornal brasileiro indispensavel a toda mài de familia economica, que deseje trajar e vestir suas filhas, segundo os preceitos da época” (A estação, 15/01/1879, p.1). Um público predominantemente feminino, direcionado às

mulheres casadas, pertencentes a uma classe comercial em ascensão. Ostentar cultura, beleza, estilo e principalmente estar na última moda, moda essa exclusivamente francesa, era um sinônimo de representar sinais exteriores de prosperidade econômica. No século XIX uma mãe de família tinha que por excelência saber conduzir uma casa, desde a conduta dos filhos, sua educação, como governar com sabedoria e vestir de acordo com a sua classe. Estar bem vestido, elegantemente e de acordo com a moda de preferência parisiense era sinônimo de riqueza e apreço social. Não obstante, saber gastar, usar seu dinheiro com cuidado e inteligência permitindo ostentar um estilo de vida elegante.

Para as jovens solteiras de uma classe elitizada em busca de um casamento acima do seu nível social, a ostentação desses sinais exteriores de prosperidade era muitas vezes o caminho mais curto para a ascensão social. Tanto as mulheres casadas quanto às solteiras não somente tinham que dominar o francês e saber tocar piano, mas também tinham que se apresentar em sociedade de acordo com a última moda francesa. (SOUZA, 2004, p. 9).

Portanto tenhamos em mãos o editorial da primeira publicação N°1 de 15 de janeiro de 1879, ano VIII. (Figura 1).

**Figura 1 - Cabeçalho da revista A estação**



Fonte: A Estação, 15 de Janeiro de 1879, n°1, p. 1. Hemeroteca digital.

**Figura 2 - A estação “Aos nossos leitores”**



Fonte: A Estação. 15 de Janeiro de 1879, nº1, p. 1. Hemeroteca Digital.

**Figura 3 - A Estação. 15 de janeiro de 1879**



Fonte: A Estação. 15 de Janeiro de 1879. Hemeroteca Digital.

## Figura 4 - A Estação 15 de janeiro de 1880 e 1885

### Parte Litteraria. A Estação, 15 de janeiro de 1880/1885



Fonte: A Estação. Hemeroteca Digital.

Da mesma forma que tinham leitoras de uma classe ascendente, A estação também poderia ser de grande interesse para as senhoras de uma classe abastada. Pois se tratando de um jornal que promovia valores culturais significativos e prezados pela elite ao qual essa classe também vem buscar legitimação se identificando com a cultura aristocrática europeia e tradicional. Ainda segundo SURIANI (2009) “Para os membros da elite, A Estação expressava a fantasia de identificação cultural com a Europa”. Para os setores médios, A Estação alimentava as aspirações de ascensão social ao patamar da elite. Trazendo nas suas publicações com variedade de modas, mas também ao mesmo tempo, de alta literatura e belas artes.

Outras observações que Lombaerts trazem são sobre os elementos que compõe os jornais: são todos colhidos em Paris, onde a empresa tem senhoras exclusivamente com a tarefa de encontrar modelos novos e originais, no que diz respeito à moda “Pois só ali são lavrados os decretos do capricho, do gosto e da elegancia (Paris)”. (A Estação, nº1, 15 de janeiro de 1885). A totalidade de assinantes chega a 740.000 que recebem os vinte jornais. E sobre as impressões e gravuras dos desenhos na Alemanha, é porque lá tem uma mão de obra mais qualificada e custo mais baixo, uma estratégia comercial sendo um fator favorável aos leitores.

## IDEOLOGIAS DA REVISTA E A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO PERIÓDICO “A ESTAÇÃO”

A Estação tinha uma tendência moralizante: economia doméstica, instrução moral e de utilidade para todas as famílias, era destinada a conscientizar as leitoras a respeito de suas obrigações, e como era importante aprender. “A ideologia burguesa tendo em vista a integridade

do lar, da família, defendia a necessidade de se ministrar uma finíssima educação às mulheres”. (CRESTANI, 2018, p. 80).

Na representação do feminino a partir do periódico “Estação”, nota-se a importância da conexão dos conteúdos de moda com as ilustrações das roupas e com a literatura. É uma construção que gira em torno de tudo que é escolhido para ser colocado nas publicações. Um complementa o outro. A imagem que uma mulher do século XIX almeja ter é representada de forma muito clara e direta através das ilustrações e textos literários. Para descobrir como essas mulheres eram representadas no periódico “A Estação” é fundamental fazer um estudo da parte de moda e parte literária. Pesquisar nas fontes primárias e secundárias.

Segundo Crestani (2018) esses diálogos e combinações entre literatura e divagação, associadas à figura feminina como, por exemplo, encontradas nos textos de Machado de Assis, que é onde sua pesquisa se baseia. Revela uma forma de consciência das leituras que eram adotadas por seus clientes.

De encontro com essas características dessas mulheres do século XIX de uma classe social burguesa analiso uma sessão do periódico datado de Junho de 1885. Era uma publicação em homenagem a Victor Hugo. Serão mantidas as escritas da publicação original da época.

“Posto que, folha especial de modas A Estação, não se sente fora dessa regra universal. [...] Entretanto para não sairmos do círculo dos sentimentos e das preocupações naturais as nossas leitoras, não olhamos para o político nem para o filósofo que morreu com Victor Hugo. Esses fiquem para outras revistas e jornais em que cabe todo os homens. Tomaremos dele a parte que mais especialmente pede falar a mulher. [...] Vereis aqui o que ele disse do amor, da maternidade, da piedade, das mulheres, das crianças, das flores, de tudo o que pode falar aos sentimentos brandos e piedosos. [...], sentimentos cristãos. [...] Veja os seus romances[...] Acharás muitas das mais meigas paginas deste tempo, e não poucas das figuras mais indeléveis da imaginação moderna. Fantina, Cosette, Deruchette. [...] São a graça e a Honra da alma feminina. Beleza moral, pela vibração do sentimento materno, intenção de elevar a mulher, de lhe dar o papel que cabe à companheira do homem”.

A segunda e terceira análise feita é datada em março e abril de 1888.

“As leitoras, se não passaram por alto crônicas anteriores, devem saber que as minhas tendências políticas não são conservadoras, entretanto, forço-me a reconhecer que há muito tempo não se tinha no governo sete nomes tão simpáticos. [...] Bem sei que estes assuntos não agradam as leitoras; mas que hei de eu fazer, não me dirão? Durante a quinzena só se falou em política, e eu não posso colher assunto onde os não há”. (A Estação, 31 de março de 1888.)

“A leitora não me perdoaria se eu fizesse de principal assunto da quinzena o assunto principal da crônica. [...] Que tenho eu com isso? Dirá a leitora, e dirá muito bem. Falemos de coisas frívolas e alegres”. (A Estação, 30 de abril de 1888.)

A delimitação da imagem que a revista fazia de suas leitoras fica muito clara em várias publicações como esta.

Essas palavras representam muito a mulher do século XIX: Um ser “frágil, pueril”. Uma mulher rodeada de piedade, amor, religiosa. Citando flores, lembrando a beleza, delicadeza, sutileza. Era uma transgressão as normas sociais um amor fora do casamento. Inaceitável para uma mulher do século XIX. Ao abraçar a moda, retira-se para a esfera doméstica e privada. Homens e mulheres agem e vivem em “esferas separadas”, nas quais a mulher se torna em “uma visão idealizada e espiritual da feminilidade como pura e angélica” Enquanto os homens estão envolvidos em negócios e política, a mulher não tem escolha a não ser cuidar da casa e ir compras, quase uma reclusa em casa, por outro lado ela também é um dos protagonistas da vida das grandes cidades do século XIX. (RIELLO, 2012, p. 83,84).

Essas referências da revista em relação à mulher demonstram como elas eram, ou deveriam ser? Esses relatos dessa época nos revelam realidades de um sexo feminino muito claro e direcionado, sem fugir muito destes contextos mencionados acima. Afinal essas mulheres pensavam que eram dessa maneira como citado acima? Para isso trago uma coluna de uma cliente da revista ao falar de política. Aqui temos um relato fidedigno de uma mulher do século XIX em uma coluna na “Parte Litteraria” intitulada: As eleições. Em 15 de janeiro de 1885:

Recebemos a seguinte carta de uma de nossas amáveis assinantes:

Ao Sr. editor da Estação .

Apesar de senhora e, portanto, alheia à política (assim dizem os homens) ando contristada com os acontecimentos eleitorais. Essas mortes, ferimentos, ameaças, roubos de actas, falsificações de documentos, corrupção de voto, tudo isso me tem tirado o sono. Não se ria: juro-lhe que estou dizendo a verdade. Também a mulher é patriota, e aqui está a história para prova-lo. Sou casada, e escrevo-lhe esta carta, sem dizer nada a meu marido; não a assinarei, para que ele não saiba que sou eu. Heide de causar-lhe a surpresa depois, quando ele houver lido a carta , e me falar dela, porque meu marido lê sempre a Estação, gosta de ver os figurinos, e pede-me explicações sobre isso ou aquilo, e para falar a verdade, nem sempre me entende. Confunde pespontos com rendas e, entremeios com babados. Além dessas razões, há esta: porque há de o Brasil perder esta ocasião de estabelecer uma coisa, que dentro de cem anos, vai ser a regra geral da humanidade civilizadora? Sim senhor, o governo dos homens está por pouco. Em tantos séculos e diferentes regimes, não tem ela trazido a este planeta mais do que sangue, opressão e revoluções. Nada mais. Percorra todas essas histórias, desde a mais antiga até as contemporâneas, e verá que o domínio do homem tem sido uma mistura de sangue e lágrimas. “Lugar à mulher! Quando mais não seja, para experimentá-la.

Noto mais que, mudando o pessoal político, mudar-se-ão também as fórmulas atuais, programas e ideias. Com a mulher se fará um governo de estética e de

plástica. Votar-se-á na mulher mais bonita. Há divergência sobre ideias liberais ou conservadoras. Não pode haver sobre as graças físicas de uma pessoa. Não pelo amor, porque graças a Deus, sou bonita; é o que me dizem, ao menos, pelo meu desinteresse. Peço lhe o favor de inserir essa ideia, e se as outras senhoras, assinantes da Estação, concordarem comigo, poderão dizer, e faremos uma proposta coletiva aos poderes do Estado. Seu Sr. editor, etc. P.P.”. (A Estação. p.5. nº1, 15 de janeiro de 1885)

Com uma pequena nota embaixo a revista responde essa carta.

“Respondemos a nossa assinante publicando a carta, conforme nos pediu. Só lhe faremos uma objeção e grave: segundo a distinta senhora deseja, só as senhoras votariam em senhoras, e parece que por círculo de uma, e a condição seria a mais bonita, ideia vergonhosa, que converteria a eleição política em um concurso de beleza. A objeção é que sendo a câmara de 120 membros, e havendo cerca de 100000 senhoras no caso votar, teríamos uma câmara de 100.000 deputadas. E onde haveria essa para reuni-las? O. de S.”. (A Estação. p.5. nº1, 15 de janeiro de 1885)

Nesta carta redigida por uma assinante da Estação na primeira parte já fica muito explícito um pensamento e comportamento sobre a concepção do feminino no século XIX vindo diretamente de uma mulher: “Apesar de senhora e, portanto, alheia à política (assim dizem os homens) ando contristada com os acontecimentos eleitorais.”. Aos homens o lado político, é ligado ao comércio e a atividades profissionais, enquanto para a mulher foram deixadas para uma vida mais segregada, maternidade, ao lar, moda, educação, e a vestimenta com uma finalidade muito objetivada a ser uma mulher com vários papéis direcionados principalmente a agradar aos homens. O interessante a se pensar é que esta mulher está conformada com esse pensamento masculino sobre as mulheres. Sobre não terem habilidades ou conhecimento suficiente para debater sobre política ou trabalharem com isso. No entanto, nota-se sim o interesse delas, e por mais que suas funções nas estruturas de uma sociedade estejam bem fixadas, não significa que seus interesses também não sejam iguais aos dos homens. E elas não são alheias aos acontecimentos políticos. Fica claro nesta carta que por mais que as mulheres eram impedidas de atuarem nos meios políticos, interesse e vontade não faltava para se inserirem nessa jornada. E se lhes dessem uma oportunidade provavelmente veríamos a inserção de mulheres em cargos políticos.

O fato de essa senhora inserir essa proposta para outras madames demonstra seu inconformismo com as situações das eleições da época. Revelando pensamentos íntimos de uma mulher do século XIX, onde atuações masculinas não foram assim tão bem sucedidas. Com e que a inserção de mulheres “Noto mais que, mudando o pessoal político, mudar-se-ão também as fórmulas atuais, programas e ideias”. Afinal “Percorra todas essas histórias, desde a mais antiga até as contemporâneas, e verá que o domínio do homem tem sido uma mistura de



sangue e lágrimas.” Sugestiona darem uma oportunidade e essas mulheres: “Lugar à mulher! Quando mais não seja, para experimentá-la.”

No entanto o processo para elegerem mulheres fica superficial levando a beleza como motivo predominante para a escolha do voto, restringindo a votação para somente mulheres e mulheres essas pertencentes a uma classe única, que provavelmente não são as inferiores. Talvez somente as mulheres da alta sociedade.

É preciso pontuar também, que segundo essa carta percebeu que os leitores não são somente do sexo feminino. A curiosidade e leituras da Estação pertencem também ao sexo masculino. Acredito que aqui podemos refletir sobre questões que vão além de entretenimento e curiosidade dos homens. Mas é também uma questão que envolve de certa forma uma “vigilância” sobre o que estas mulheres leem. Quais informações chegam até elas. Se isso é útil, se essa informação condiz com o que um homem deseje que sua esposa leia. Tudo envolve controle e direcionamentos para o que uma mulher do sexo feminino deve fazer e ser instruída. Serem livres para fazerem o que bem entendem e tem vontade, não condiz com uma mulher do século XIX. Além do mais, as filhas desses pais de família também tinham acesso a esses periódicos que circulavam. Portanto era fundamental saber o que era escolhido para ser publicado. Toda a informação intelectual para as mulheres serviam pra instruí-las a agir e pensar segundo a maneira que um como homem gostaria e achasse devido. Caso contrário não era permitido. A grande maioria das mães e filhas tem suas vidas controladas por homens, desde seu nascer, enquanto filha e depois enquanto mulher e assim sucessivamente.

Não informar o seu nome pode ser devido a vários motivos além de esconder de seu marido. Mas também pode ser para proteger sua integridade na sociedade. Não ser repudiada por homens e mulheres ao pensar diferente e propor uma ideia que não condiz com os pensamentos e costumes oitocentistas.

Segundo Ximenes (2009) a conduta e comportamento feminino exibiram as virtudes da obediência e submissão. De uma sociedade extremamente patriarcal. Para Perrot (1991) As transformações sociais e econômicas iniciadas com a Revolução Francesa até a primeira guerra mundial afetaram o mundo, originando movimentos socialistas, dos quais novas maneiras de se pensar e ideias fazendo surgir uma nova mulher. Não existia salvação para as mulheres fora do casamento e do lar, o que levava as mulheres solteiras a serem vistas com maus olhos pela sociedade. A concepção da sociedade da época consolidava-se em cima das bases matrimoniais em que a única opção honrosa para uma mulher ao sair da casa paterna, era casar-se, submeter

a obediência e submissão, agora, exercida pelo marido, honrar pela harmonia da família, ser mãe, esposa e dona de casa exemplar. (apud. BURLEMAQUE; ZANATTA, 2016, p.97)

### **Considerações finais**

Quando fazemos um panorama da A Estação em relação aos conteúdos de moda, e conteúdos na parte “Litteratura” concomitantemente as escolas com ensinamentos específicos voltados para o gênero feminino, podemos perceber que o mundo dessas mulheres são direcionados a um único caminho possível: mundo doméstico, como também de corte costura, “trabalhos de agulha” e de “economia doméstica”, ambos para o sexo feminino. Não é para tanto que a revista a Estação tinha seu público alvo muito bem definido “a toda mãe de família que deseje trajar e vestir suas filhas segundo os preceitos da época” e com um caráter técnico-profissional. Essas meninas desde sua infância eram levadas a ter esse estilo de vida. Aprender a ler, escrever, tirar molde, cortar, costurar, como conduzir uma casa, como educar seus filhos, como interpretar um jornal de modas parisienses. Uma educação específica para mulheres e uma específica para homens. Desde seu nascimento ela já era definida como uma função e uma vocação. Tudo compactuava em favor dessas atividades para o público feminino.

Quando fazemos um panorama da A Estação em relação aos conteúdos de moda e, conteúdos na parte “Litteratura”, juntamente com as escolas com ensinamentos específicos voltados para o gênero feminino, podemos perceber que o mundo dessas mulheres é direcionado a um único caminho: mundo doméstico, maternidade, trabalhos como corte e costura, economia doméstica. A revista A Estação tinha seu público alvo muito bem definido que seria a toda mãe de família que deseje vestir suas filhas segundo os preceitos da época tendo um caráter técnico-profissional.

Essas meninas desde sua infância eram levadas a ter esse estilo de vida. Aprender a ler, escrever, tirar moldes, cortar e costurar, como conduzir uma casa, como educar seus filhos. Uma educação específica para mulheres e uma específica para homens. Desde seu nascimento a elas já eram definidas uma função e uma vocação. Tudo compactuava em favor dessas atividades para o público feminino.

Fica nítido o direcionamento das publicações de periódicos para o público feminino, adequando os conteúdos de instrução, entretenimentos, recreação, complementados por conceitos que permeavam a concepção do feminino no século XIX. Era nessas premissas que as mulheres eram representadas nesse jornal, através das várias sessões de moda e literatura da revista A Estação: Jornal Ilustrado para a Família.

## Referências

- BURLEMAQUE; ZANATTA, 2016. *A representação da mulher na literatura: a protagonista Em O Despertar*, de Kate Chopin. Rev. Anpoll n°41, p.96-106, Florianópolis, Jul/Dez. 2016.
- COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil, o século XIX*. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Doi: 10.11606/T.27.2007.tde-24042009-152705.
- CRESTANI, Luís Jaison. (2008). *O perfil editorial da revista A Estação: Jornal ilustrado para a família*. Revista Da Anpoll, 1(25). [HTTPS://doi.org/10.18309/anp.v1i25.67](https://doi.org/10.18309/anp.v1i25.67).
- CRESTANI, Luís Jaison. 2018. *Literatura, imprensa e mulher: Machado de Assis e a representação do feminino*. Miscelânea Assis, v.24, p. 77-98, jul-dez.
- LAVER, James. *Breve historia del traje y la moda*. Trad. Enriqueta Albizua Huarte. Ed. Cátedra. 2006. Madrid.
- MONTELEONE, Joana. *MODA, CONSUMO E GÊNERO NA CORTE DE D. PEDRO II (RIO DE JANEIRO 1840-1889)*. Rev. Hist. (São Paulo), São Paulo, n. 178, a06017, 2019.
- RESENDE, Luiz Marcelo da Silveira. 2015. *Revista A estação e as Transferências Culturais entre Brasil e Europa através da imprensa no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Artes visuais). Programa de Pós-graduação em Estudos Contemporâneos em Arte. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- RIELLO, Giorgio. *Breve historia de la moda*. Desde la Edad Media hasta la actualidad. Ed. Laterza, 2012.
- SILVA, Ana Cláudia Suriane. 2009. *Moda e Literatura: O caso da revista A estação*. IARA, v.2, n.1. set/dez, São Paulo.
- SILVA, Ana Cláudia Suriane. 2017. *Os contos de Machado de Assis na revista de moda: levantamento, algumas questões, hipóteses e conclusões*. Machado de Assis Linha, v.10, n 20, p. 20-41, abril. São Paulo.
- SILVA, Ana Cláudia Suriane. *A travessia transatlântica das gravuras da revista alemã Die Mondewelt para a revista brasileira A estação*. In: CD - ROM do IX Seminário da ABRALIC, Porto Alegre, julho de 2004.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas*. Ed. São Paulo: Companhia das letras; Rio de Janeiro. 2019.
- XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*, São Paulo: Estação de Letras e Cores, 2009.

## ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Francisca Simere Gomes Leocádio Figueirêdo Silva, Universidade de Caxias do Sul/UCS  
fsglfsilva@ucs.br

Ary Ribeiro de Alencar Araújo, Universidade de Caxias do Sul/UCS  
araaraujo@ucs.br

Maria Daniela de Alencar, Universidade de Caxias do Sul/UCS  
mdalencar@ucs.br

**Resumo:** O estudo aborda a educação na trajetória de formação e aspectos da administração na instituição escolar. A pesquisa minuciosa teve como objetivo familiarizar-se com a criação do espaço educacional de modo a alcançar uma maior apreensão sobre a forma de participação do corpo discente e docente na construção da gestão democrática. A metodologia instituída para concretizar a investigação se sustenta na pesquisa exploratória e revisão de literatura a partir de diferentes textos, dissertações e teses. Buscou-se reunir subsídios informativos sobre o tema e foi feito um resumo dos textos disponibilizados, em seguida uma releitura e análise dos dados disponíveis no resumo, no intuito de efetivamente compreender o que apontavam as leituras que deram sustentação a pesquisa. Ao final obteve-se como resultado a compreensão da necessidade de se criar efetivamente, dentro das escolas, o sentimento de pertencimento da sociedade aos assuntos da administração pública, no sentido mais amplo deste termo.

**Palavras chave:** Estruturação escolar; Gestão administrativa; Participação social.

### Introdução

Esta pesquisa medita a respeito do percurso histórico traçado para a criação dos espaços de aprendizagem e a definição das escolas vistas a partir da ideia de serem ambientes de construção social. Partindo desses elementos a escrita encaminha-se em direção ao subseqüente ponto considerado problema: De que forma as instituições escolares permitem a efetiva participação popular nas suas gestões? A partir deste estado de inquietação, traz-se quanto intuito o exame da história cultural da educação de forma concreta, como formadora do desenvolvimento social e não somente como um discurso estatal.

A prática da administração escolar também é assunto abordado dentro deste tema, que posteriormente direcionará sua investigação as diversas legislações que norteiam a escola, de que forma se instituem e como chegam ao corpo docente. O estudo das Leis, Regimentos, Ofícios, Atas e documentos direcionados a educação escolar da instituição pesquisada, terá como fonte o que disposto a nível Nacional, afinando para o que normatizado pelo Estado do Ceará, até chegar aos regulamentos da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte-CE.

O trabalho de criação sobre a perspectiva teórico-metodológica está aportado na pesquisa exploratória com ênfase para o novo exame da literatura a partir de textos estudados,

de maneira minuciosa, para que se tenha a oportunidade de ponderar e descobrir os frutos da presente averiguação sistemática dos espaços de educação e sua constituição administrativa.

Através desta metodologia de pesquisa exploratória, busca-se completar os conceitos que se apresentem incompletos diante de imprecisões que possam aparecer durante o estudo, e neste momento de exploração espera-se que sejam os conhecimentos expandidos proporcionando a pesquisadora um maior sustentáculo na edificação dos conceitos e primeiras hipóteses, que serão verificadas no passo subsequente do estudo. Ainda sob a ótica do método exploratório de investigação, serão pesquisadas as relações da instituição de ensino com a normatização legal na comunidade escolar a que pertence.

Diante da necessidade de esclarecer e compreender o paradigma das práticas administrativas das escolas é que se decidiu por este estudo, ou seja, eleger uma escola pública do município de Juazeiro do Norte – Ceará para desenvolver esta pesquisa de cunho exploratório.

O exame tem como objetivo imergir no estudo da História da Educação, ventilando o papel educacional, cultural, administrativo e social estabelecidos pelos primeiros colégios no Juazeiro do Norte, cidade que carrega consigo traços muito fortes do catolicismo popular dos romeiros, sem se desvencilhar de características próprias e de sua origem sertaneja.

As práticas administrativas fazem parte do cotidiano escolar. Assim, o problema desta pesquisa surge da curiosidade de como ocorrem as práticas administrativas no universo escolar da municipalidade e sua relação com as normas regulamentais de ensino.

Os questionamentos a serem feitos nesta pesquisa podem ser assim descritos: Quais temas estão sendo privilegiados nos estudos sobre as práticas administrativas escolares? Quais pressupostos são possíveis de entendimento nas práticas administrativas escolares? Quais os fatores intraescolares ou extraescolares definem o paradigma de administração escolar? Como se efetivam as normas legislativas que regem as instituições de ensino?

Para alcance deste objetivo, propõe-se identificar os fatores que interferem nas práticas administrativas escolares, observando a forma que as legislações são editadas e como elas chegam as instituições de ensino, no período do recorte temporal a ser pesquisado neste trabalho. Busca-se também analisar os fatores identificados nas práticas administrativas escolares e especificar os pressupostos que interveem nas técnicas de direção escolar.

Para melhor compreensão desta pesquisa, indica-se que este trabalho seja dividido em três partes. Na primeira, fazendo a revisão da literatura, analisando os referenciais teóricos que discutem as práticas de administração escolar, fazendo uma análise documental sobre a história

da educação no Brasil, Ceará e Município do Juazeiro do Norte, finalizando o primeiro momento com a realização do percurso metodológico da pesquisa. Os textos avaliados serão os referenciados na bibliografia, separados de acordo com os que considerados ser do conjunto de obras que se aproximam da matéria fundamental abordada nesta pesquisa.

Na segunda etapa, traz-se a contextualização do Brasil, Ceará e Município do Juazeiro do Norte, organizando e estruturando as informações, abordando o projeto educacional do Padre Cícero no Juazeiro do Norte e contemplando as primeiras escolas municipais.

Por fim, no terceiro momento, será feito um olhar sobre as práticas administrativas escolares dentro de um recorte temporal, analisando a relação de poder dos administradores em relação à comunidade Juazeirense e o papel da escola pesquisada na perspectiva de cumpridora de lei e formadora de cidadãos.

A partir desta investigação, estarão lançadas as apreensões devidamente organizadas e classificadas conforme o lugar pesquisado e dispostas neste trabalho. O roteiro seguido para o processo de análise deve percorrer as etapas de apreciação dos textos a fim de detectar o assunto objeto do tema em questão. Na sequência, construir uma lista com o apanhado dos assuntos para dar forma ao resumo com o fito de delimitar o tema e identificar os resultados descobertos no decorrer da pesquisa. O intuito é concretizar o estudo interpretativo para constatar as principais temáticas deliberadas pelos escritos estudados e nas entrevistas realizadas com o desígnio de fundamentar este trabalho.

### **História cultural da educação: heranças e influências da administração escolar que se perpetuam ao longo do tempo**

A abordagem sobre a história da educação no decorrer do tempo se encontra fortemente ligada as culturas históricas que se interligam e se reafirmam no decorrer dos séculos. É indispensável esta retomada no tempo, para que se possa entender o porquê das abordagens e métodos educacionais que evidenciam a herança ancestral da maneira de se fazer educação, desde os primórdios da história.

Inicialmente é razoável traçar um paralelo entre os dois distintos modelos de se educar, o dos Espartanos e o dos Atenienses nos primeiros tempos de suas histórias. Contudo, ao rememorar a educação dos gregos, percebe-se que era a educação de um povo que já se destacava no seu modo de se estabelecer, por enaltecer o desenvolvimento dos indivíduos segundo uma perspectiva cultural evolutiva, direcionada para o aperfeiçoamento dos que eram considerados cidadãos.

Esparta foi o modelo de Estado totalitário; Atenas, de democrático, e de uma democracia muito avançada. Até seus ideais e modelos educativos se caracterizavam de maneira oposta pela perspectiva militar de formação de cidadãos-guerreiros, homogêneos à ideologia de uma sociedade fechada e compacta, ou por um tipo de formação cultural e aberta, que valorizava o indivíduo e suas capacidades de construção do próprio mundo interior e social (CAMBI, 1999, p. 82).

Encontra-se na antiga história do povo de Atenas, no desenho do jeito de pensar e viver dos atenienses, a ideia de educação como meio para preparação do indivíduo como ser construtor e protagonista no seu grupo social.

Para o mais, no século IV a. C. iniciou-se a divisão do estudo no formato de disciplinas, já dentro da percepção de maior organização do ensino. E na sequência surgem as Universidades e as grandes bibliotecas como centros de formação intelectual.

Ao se reportar ao desenvolvimento histórico da educação escolar relata-se que:

[...] comportou uma educação básica com os seguintes elementos: religioso (crente/professor); econômico (produtor/consumidor/sócio); político/cívico (cidadão); intelectual (alfabetizado/letrado); pessoa humana (sujeito autônomo/agente – um agente, entenda-se, responsável/reflexivo/societário) (MAGALHÃES, PESSANHA, GATTI JR., 2012, p. 44).

A partir dessa declaração apresentada pelos autores, ao remontarem a educação na Modernidade, nota-se que a percepção do espaço escolar como território plural de formação intelectual, com viés cívico, onde os deveres da instituição são mesclados por vários encargos sociais é inquietação do pensamento sobre o modelo de que há muito tempo se busca alcançar. Contempla-se além disso, no modelo escolar apresentado, traços da forte presença da igreja na formação dos indivíduos, contudo, já direcionando os sujeitos aos ganhos subjetivos advindos da própria aprendizagem e desenvolvimento intelectual, se direcionando para a formação profissional e por fim, posicionando os indivíduos como sujeitos capazes de se transformar para contribuir com a elevação da sociedade a qual pertencem.

Os interesses da igreja e do governo na formação dos cidadãos traz na sua história uma carga forte de dominação social, porém a ideia de participação social e liberdade de expressão das pessoas vem se fortalecendo ao longo da história da humanidade, sendo a escola palco desta construção social.

Direciona-se este trabalho, ao estudo da forma de administração escolar, como ponto central na construção democrática do saber. Entretanto, no desenrolar da pesquisa, percebe-se

que educador e educando despontam como protagonista basilares desta narrativa, ponto primordial para este trabalho por abranger o indivíduo como verdadeiro cidadão.

O Direito possui a função basilar de gerir a vida em sociedade, devendo direcionar a organização e os comportamentos imprescindíveis ao engrandecimento da coletividade. Por isso, conhecer as leis como norteadoras das práticas administrativas se faz mister, visando entender a direção administrativa das instituições de ensino diante de suas práticas.

Atine-se que a função de diretor escolar no Brasil, até 1894 quando foi inaugurada a Escola Caetano de Campos em São Paulo, indiretamente era atribuída ao professor. A partir deste marco temporal, a divisão de trabalho dentro das instituições passaram a ter definidas as obrigações dos funcionários, devidamente regulamentadas por leis específicas. As normas jurídicas aprovadas, implantam modelos de conduta, da mesma forma que trazem implicações visando o seu cumprimento, para consolidar as finalidades educacionais, imprescindíveis à organização das instituições de ensino.

Ainda que os elementos que compõem a organização da comunidade escolar não estejam adstritos unicamente ao que preceitua a lei, esta desempenha papel nuclear à ordem legal que rege as instituições de ensino e implicam consubstancialmente na forma de administração escolar.

Por sua vez, a democracia que é imprescindível para a legitimação do Direito e do Estado, sobrevém estabelecendo a participação social na definição dos percursos que deverão ser adotados pelas pessoas que formam a sociedade, pelas instituições e organizações, permitindo que a cultura e os costumes da sociedade sejam considerados e respeitados dentro dos estabelecimentos escolares.

Os colégios “eram instituições que – religiosas – agiam e interagiam com os interesses culturais das cidades. Gratuitos e sem finalidade lucrativa, eles estruturaram um método, até então inaudito, de organizar a formação letrada” (BOTO, 2014, p. 210).

Nota-se a partir desse texto que desde meados do século XVI, já se era possível identificar práticas concisas de se estabelecer organização na vida cotidiana, nas instituições pedagógicas, administradas a partir da iniciativa dos jesuítas e pelo projeto lassaliano, citados pela autora.

Nesse modo de se estruturar a aprendizagem escolar, embora inicialmente com finalidades fortes de propensão religiosa, são perceptíveis com o passar do tempo, os cuidados quanto ao reconhecimento da escola formadora de cidadãos, não só capazes de construir saberes, mas também de ser transformadora da sociedade, bem como de ter a função de ser



ponte entre povo e governo.

Nesse período os colégios já preparavam os jovens para uma formação profissional, competindo com as universidades. Também já se percebia além da divisão de estudos quanto as matérias e as classes dos vários níveis, uma explícita divisão das obrigações pertinentes à instituição educacional, em relação a responsabilidade dos administradores da escola, dos professores e dos alunos.

A escola, enquanto instituição inserida na comunidade, ao trazer consigo o projeto de organização de suas práticas administrativas junto a todos que a compõe, se reafirma no desígnio de efetivar garantias ao cidadão, verdadeiro detentor de direitos na participação da administração dos bens e serviços públicos. Sob essa ótica, se reafirma a concepção de que em decorrência do Estado de Direito se tem o afastamento do Estado absolutista, em que prevalecia a vontade pessoal do governante através da autocracia, da ditadura.

Por conta desse progresso, o direcionamento que passa a conduzir a vida dos agentes que formam o corpo social sobrevém das legislações devidamente aprovadas, como sendo a expressão da vontade da população, apresentadas através de seus representantes efetivamente instituídos.

No contexto da República Federativa do Brasil, é legítimo fazer referência a Lei nº 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dentre outros comandos legais trouxe a participação do cidadão na gestão democrática do ensino público como um de seus princípios basilares.

Nos textos analisados, com a intuito de reaver a história do conhecimento adquirido através da educação, bem como de entender o papel das instituições de educação nesta edificação do ensino, seguiu-se na expectativa de apreciar a trajetória da educação, arquitetada pelas oscilações da história.

O berço da História da Educação, tal qual se conhece hoje, é fruto da Grécia e centrava-se na formação integral, corpo e espírito dos jovens, contudo era disponibilizado apenas as famílias tradicionais da elite.

Destarte, a instituição escolar emergiu a partir do século XVI e seus embasamentos legais e administrativos, ainda necessitam de pesquisas sobre condições históricas de existência no cerne de desenvolvimento do indivíduo, como um ser que é parte da comunidade na contemporaneidade. Por sua vez, “a escola custeada pelo governo, destinado a todos e imperativa, foi instituída por Romanones em princípios do século XX” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 01).

No texto *Maquinaria Escolar*, dos autores acima citados, depreende-se do título uma analogia a conspiração planejada pelo capitalismo em detrimento das classes menos privilegiadas. Os autores apresentam a inquietação em relação a função social desempenhada pelas instituições escolares primárias, questionam o exato emprego das instituições escolares no momento que se apresentam na qualidade de possuidoras do formato de socialização com vantagens e benefícios e ao mesmo tempo, ambiente de caminho obrigatório a ser trilhado pelas crianças das camadas populares.

No tópico “Institucionalização da escola obrigatória e controle social”, proveniente desse mesmo escrito, enfatiza-se:

Não se trata pois de uma simples reprodução, mas, ao invés disso, de uma autêntica invenção da burguesia para "civilizar" os filhos dos trabalhadores. Tal violência, que não é exclusivamente simbólica, assenta-se num pretendido direito: o direito de todos à educação (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 15).

A função social das escolas não pode ser desvirtuada em detrimento dos interesses políticos e capitalistas. Entender a história da educação é um exercício necessário, que deve ser constante para que se possa entender a forma de administrar dos tempos atuais. Partindo deste prisma é cogente que se empodere cada vez mais a sociedade a nível de instrução educacional, não somente para as ciências, mas para a vida do ser social, onde as pessoas que são parte da comunidade tenham capacidade de participar da construção dos projetos de políticas públicas, e que estas tenham a finalidade de transformar os espaço em território de efetiva e adequada gestão participativa.

O Estado Democrático de Direito, implantado na Democracia Brasileira com a Constituição Federal do ano de 1988 é uma conquista histórica, considerada imprescindível para a civilização, obtida depois de demasiadas batalhas, marcadas por progressos e atrasos. Esta forma de Estado consolida-se na época presente, como sendo o regime indispensável para a disciplina unânime das demandas necessárias à harmonia do corpo social, onde a educação tem grande valor por ser considerada um dos direitos sociais do cidadão brasileiro. Com isso, o Estado instituiu convencionalmente nas suas obrigações a garantia de educação de qualidade a toda nação brasileira.

A Carta Magna Brasileira de 1988, traz como uma das garantias constitucionais o acesso à educação como direito de todos. O artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preleciona que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à

infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O exercício da democracia é fruto da contribuição da educação, que vem se consolidando como responsável pela formação da sociedade livre e consciente, de onde se vem e a quem se destinam todos os bens imateriais e materiais públicos do corpo social.

No texto “A Liturgia Escolar na Idade Moderna”, a autora discorre que:

Historicamente, as práticas educativas destacam-se – pelo menos desde o século XIX – pelas características de simultaneidade, unidade, homogeneização e, finalmente, identidade. Tais requisitos foram imprescindíveis para conformar a instituição formadora: escola, organização social voltada para padronizar costumes e projetar saberes. Ao fazer isso, evidentemente, sincronizava-se um movimento que tinha por analogia a aceção de regularidade do mundo, expressa na ciência moderna: um mundo a ser decifrado, mas também um mundo a ser controlado, produzido e reproduzido (BOTO, 2014, p. 289).

Os escritos convergem para a evidenciação do valor que tem o ser humano, com direito à sua individualidade, livre do domínio e autoridade política. A sociedade é parte fundamental da história da educação e detentora de todas as garantias inerentes ao cidadão. Os direitos se fortalecem e se concretizam e os cidadãos ganham força nos estabelecimentos educacionais.

### **Considerações finais**

As escolas tem se afirmado ao longo da história como instituições necessárias e fundamentais na construção de uma sociedade democrática. Há que se considerar que a escola ganha novo significado quando deixa de ser vista apenas como espaço conteudista e de repetição de textos.

Embora depreenda-se que as instituições escolares tenham nascido inicialmente destinadas ao projeto do sistema de governo, que tinha por escopo regular a vida social, direcionando-a aos interesses do governo com fins capitalista e tornando-se local de passagem obrigatória por imposição estatal, elas vieram a conquistar, no decorrer da história, o seu legítimo espaço de aprendizado, desenvolvimento intelectual e civilização.

É a partir do olhar de quem constrói o conhecimento e enxerga o formato de escola como laboratório de construção social, que se tem legitimada a democracia, tornado a soberania popular mais próxima dos anseios sociais quando se efetiva a participação de todos os cidadãos na administração dos bens públicos.

A administração escolar é o ensaio do exercício da cidadania e a escola é por vezes o ambiente onde este direito se materializa, por ser composta pelos atores principais de toda história de um território, o povo que compõe a nação.

A trajetória da pesquisa destina-se a tornar relevante a necessidade das escolas estarem inseridas no contexto da cidadania, moldando-se conforme a cultura e os costumes do seu público, reconhecendo-se como construtora e transmissora de conhecimentos que vão além dos conteúdos das disciplinas apresentados na grade curricular. É preciso permitir aos autores que nela estão inseridos o papel de protagonistas na construção da história da democracia, no momento e no local onde se elabora a verdadeira educação, aquela que se faz para além dos muros escolares.

Neste ínterim, avulta-se o poder da intervenção social da comunidade escolar na sociedade, que pode levar aos seus cidadãos conhecimentos capazes de serem ferramentas de transformação ou instrumentos de alteração social. Ergue o imperativo de dar liberdade ao povo através do conhecimento das normas legais, que devem ser apresentadas de forma clara; não somente a grupos que costumam ter mais acesso aos benefícios, mas especialmente a maioria desprovida de vantagens, e que às leis está subordinada.

É reforçada a necessidade de nitidez nos modelos de administração, através de uma estrutura acessível e que atraia a atenção da comunidade a que se destina, sem excesso de rigor no seu modelo de direção, desde que sejam estes realmente indispensáveis.

A Lei 13.513/2004 assegura que o “processo de escolha e indicação para o provimento do cargo em comissão de Diretor junto às Escolas Públicas Estaduais do Ensino Básico terá como uma de suas etapas a eleição direta e secreta, mediante sufrágio universal, junto à Comunidade Escolar”.

Desta feita, a ideia de institucionalização escolar não pode mais ser formada pela decisão unilateral do governo como um imperativo, uma autoridade estabelecida perante a sociedade. Deve o modelo de administração baseado no desejo pessoal de governantes de atribuir a classe popular a situação de submissão, controlando-os conforme seus interesses, ficar apenas constando nos registros históricos de um tempo pretérito.

O espaço escolar é permeado por um contexto social abrangente, com incumbências que atravessam as barreiras conteudista de disciplinas para assumir o corpo social ativo. Ambiente composto por culturas diversas que se misturam e se fundam em suas necessidades, transformando continuamente os desígnios da população do território em que se encontra inserido.

Seguindo por este pensamento, entende-se que a educação tem tido avanços significativos como precursora na garantia de efetivação de direito da população na gestão pública. É na instituição de ensino que se constituem os valores de uma população,

principalmente diante deste novo papel de formação que vai além do simples ler, escrever e interpretar textos. O educador da atualidade caminha ladeado pelo seu corpo discente como ator principal de uma sociedade que pensa junto e transforma a sua realidade continuamente.

Questões de políticas públicas deixam de ser tarefas apenas do Poder Legislativo e Executivo e passam a ser fundadas na participação popular, na construção dos principais orçamentos públicos, e neste formato de constituição as instituições de ensino tem um papel fundamental, que é o de preparar seus alunos para contribuírem significativamente e efetivamente no destino do seu povo.

## Referências

- BOTO, Carlota. *A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 18, n. 44, p. 99-289, Dez. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 88 de 08 de setembro de 1892. *Reforma a instrução pública do Estado de São Paulo*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso 13 out.2021.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. DOU, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. *Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e Lei n.11.494, de 20 de junho 2007*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acesso 23 jul.2021.
- BRASIL. Lei nº 13.513 de 19/ de julho de 2004. *Dispõe sobre o processo de escolha e indicação para o cargo de provimento em comissão, de Diretor junto às Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/13513.htm> Acesso 19 set.2021.
- CAMBI, Franco. A educação na Grécia/ Roma e a Educação In: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. Páginas 75 a 119.
- MAGALHÃES, Justino; PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JR., Décio. (2012) Tempo de cidade, lugar de escola. *História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”* (Orgs.) Uberlândia: EDUFU. 298 P.
- VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. In: *Teoria e Educação*, 6, 1992. Páginas 69 – 97.

## DO UNIVERSO DOS QUADRINHOS A SALA DE AULA: O COWBOY TEX WILLER À AULA DE HISTÓRIA<sup>187</sup>

Francisco Arantes Aranha, Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás,  
franciscoarantesaranha@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo traz uma reflexão acerca de uma experiência pedagógica desenvolvida na Escola Sesi Campinas (Goiânia-GO) junto a estudantes do terceiro ano do Ensino Médio, referente à possibilidade de construção de conhecimentos que interajam com o conteúdo da disciplina de História a partir da análise do universo quadrinizado do cowboy Tex Willer com culminância de produção de histórias em quadrinhos em sala de aula. Os temas sobre o processo de avanço para o “Oeste distante” do território dos Estados Unidos (o “far west”, ou, aportuguesado, *Faroeste*), a partir do século XIX, constituem fontes muito ricas de serem trabalhadas em sala de aula, principalmente para abordar criticamente a questão da (des)construção das identidades americanas ou outros assuntos, tais como o contexto e o significado da Guerra de Secessão (1861-1865), a questão do fim da escravidão nos Estados Unidos (assim como as práticas discriminatórias e/ou segregacionistas) e o embate entre a Lei de Terras e o Homestead Act. Nos termos da proposta didática que estamos discutindo, o tema do *Faroeste*, que envolve os acontecimentos desse período dos Estados Unidos, é extremamente pertinente por abarcar a construção das ideias sobre a “marcha para o Oeste”. E é com base nessas particularidades que escolhemos utilizar como recurso didático as Histórias em quadrinhos do cowboy Tex Willer em sala de aula, enquanto ferramenta de trabalho para a construção de conhecimentos que interajam com o conteúdo da disciplina de História.

**Palavras-Chave:** Ensino de História; Histórias dos Estados Unidos; Histórias em quadrinhos.

### Introdução

Os temas sobre o processo de avanço para o “Oeste distante” do território dos Estados Unidos (o “far west”, ou, aportuguesado, *Faroeste*), a partir do século XIX, constituem fontes muito ricas de serem trabalhadas em sala de aula, principalmente para abordar criticamente a questão da (des)construção das identidades americanas ou outros assuntos, tais como o contexto e o significado da Guerra de Secessão (1861-1865), a questão do fim da escravidão nos Estados Unidos (assim como as práticas discriminatórias e/ou segregacionistas) e o embate entre a Lei de Terras e o Homestead Act. Nos termos da proposta didática que estamos discutindo, o tema do *Faroeste*, que envolve os acontecimentos desse período dos Estados Unidos, é extremamente pertinente por abarcar a construção das ideias sobre a “marcha para o Oeste”. E é com base nessas particularidades que escolhemos utilizar como recurso didático as *Histórias em quadrinhos* do cowboy Tex Willer em sala de aula, enquanto ferramenta de trabalho para a construção de conhecimentos que interajam com o conteúdo da disciplina de História.

<sup>187</sup> Este artigo foi originalmente publicado no portal “Xapuri socioambiental”, em 10 de set. 2018. Disponível em: <<https://www.xapuri.info/educacao/tex-willer-quadrinizado-inspira-historias-em-quadrinhos/>>.

Isto posto, vejamos, agora, um pouco mais concretamente, como esse processo de inserção de quadrinhos se deu no ambiente escolar, durante as discussões referentes ao conteúdo de História dos Estados Unidos com enfoque no “O avanço para o Oeste”.

### **O cowboy Tex Willer à aula de História**

Aula de História.

Periodização: Idade Contemporânea I.

Eixo temático: Nacionalismo e Imperialismo.

Sobre o enredo do conteúdo “Expansão dos Estados Unidos” (ou, em outros termos, “Estados Unidos: a escravidão em xeque”) já é muito familiar: Antecedentes históricos (início do século XIX), O avanço para o Oeste (ou, se se preferir, “A expansão territorial”); Escravistas *versus* Antiescravistas; A Guerra de Secessão (1861-1865): (a) Os confederados se rendem, (b) A tecnologia de guerra, (c) Racismo e exclusão; A expansão econômica: (a) Os imigrantes; e, por fim, quadro de curiosidades (ou, em outros termos, “Enquanto isso...”) e exercícios de Revisão e Aprofundamento (ou, nos termos do material didático utilizado, “Para construir” e “Tarefa para casa”)<sup>188</sup>. Em síntese, este é o entendimento do ponto de vista predominantemente “conteudista”.

Mas para fazer frente a esta realidade histórica, torna-se necessário aqui mencionar também o ponto de vista das expectativas de aprendizagem que nortearam esse conjunto de aulas, tal como expresso no próprio material didático adotado pela Escola Sesi Campinas:

Entender o contexto e o significado da Guerra de Secessão; Compreender o processo que resultou no fim da escravidão nos Estados Unidos; Conhecer as práticas discriminatórias e/ou segregacionistas implementadas nos Estados Unidos no passado (com a população de origem africana) e no presente (com os imigrantes); Compreender como a ampliação dos territórios dos Estados Unidos se deu também à custa da tomada de terras indígenas e de outros povos; Entender aspectos relacionados à origem do imperialismo norte-americano no final do século XIX; Perceber a importância da unidade territorial para o surgimento dos Estados Unidos como uma potência econômica. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2017, p. 18)

Agora, explicitemos o ponto de vista metodológico. Inicialmente, a estratégia de ensino-aprendizagem adotada foi a exposição do conteúdo sobre a “Expansão dos Estados Unidos”, com a participação ativa dos estudantes, cujo conhecimento prévio foi considerado e tomado

<sup>188</sup> Do ponto de vista em que nos colocamos, assumimos a orientação “conteudista” tal como expressa no próprio material didático adotado pela Escola Sesi Campinas, a saber: AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *Sistema de ensino ser: ensino médio*. Caderno 9: história. São Paulo: Ática, 2017. p. 18-27.

como ponto de partida – ato contínuo, os estudantes foram levados a questionarem, interpretarem e discutirem os pressupostos históricos-conceituais expostos no material didático.

Em seguida, o principal desafio foi apresentar um dos mais emblemáticos heróis de quadrinhos de faroeste italianos Tex Willer<sup>189</sup> aos estudantes propondo uma análise de um fragmento xerocopiado da aventura em quadrinhos *Tex: O ouro dos confederados* (2014)<sup>190</sup>, através de um estudo dirigido em sala de aula. Antes de assinalar quais foram os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por trás de tal proposta de utilização de quadrinhos em sala de aula, convém aqui aclarar um pouco dessa “saga texiana”.

Nas suas linhas gerais, todo o desenrolar da narrativa selecionada gira em torno da chegada de Tex Willer e seu parceiro Kit Carson a um *pobre* povoado fluvial de libertos africanos chamado Russelville – que deduz-se, ainda que não haja nenhuma menção clara a isso, tratar ou do estado do Tennessee ou da Carolina do Sul –, em busca de alguma ajuda para fazer frente a um bando de capangas da *Ku Klux Klan* que em breve passariam próximo daquela região (pantanososa) viajando em um navio encouraçado.<sup>191</sup> Curiosamente, um ex-escravo de nome Isaías acompanha os *rangers* nessa empreitada; que, além do nome bíblico, chama a atenção por estar trajando o uniforme azul do Exército dos estados do Norte quando da Guerra de Secessão (1861-1865).

Com uma narrativa repleta de diálogos, ação e um suspense crescente pela chegada dos integrantes da KKK, o núcleo central desse recorte expõe dois aspectos-chave presentes nas produções *Bonellianas* do cowboy Tex Willer que são fundamentais para se discutir em sala de aula: um é a imagem-ícone do “caubói americano”<sup>192</sup> e o outro, por sua vez, diz respeito aos

<sup>189</sup> Pontuemos rapidamente algumas informações a respeito desse fenômeno editorial: Tex foi criado na Itália por Giovanni Luigi Bonelli (Gianluigi) e Aurelio Galepinni (Galep), responsáveis pelo roteiro e desenho, respectivamente. No dia 30 de setembro de 1948 surgiu a primeira história desse herói *Tex: O Totem Misterioso*. Já por aqui, tal como assinala Rainho, “Tex é publicado no Brasil, sem interrupções, todos os meses, desde o mês de fevereiro do ano de 1971, por quatro editoras diferentes: Vecchi, RGE, Globo e Mythos” (RAINHO, 2016). À título de curiosidade, Tex teve suas feições inspiradas no ator Gary Cooper. Ademais, e em termos narrativos, conhecido como “Águia da Noite”, tem em Kit Carson seu parceiro inseparável e é também amigo do índio Jack Tigre. A que se dizer que Tex já foi salvo da morte pela índia Lilyth (ou “Lírio Branco”) com quem se casaria e teria dois bons frutos: o filho “Kit Willer” e o título de Chefe da etnia dos Navajos – adquirido após a morte do sogro, o poderoso índio Flecha Vermelha (LIMA, 2016; RAINHO, 2016).

<sup>190</sup> BONELLI, Giovanni Luigi. *Tex: O ouro dos confederados*. São Paulo: Mythos editora, série ouro, nº 6, 2014. 277 p.

<sup>191</sup> Eis como o próprio Tex aborda a questão, no momento em que se refere aos capangas da Ku Klux Klan, “esses bandidos querem espalhar a rebelião racista nos estados do sul! *E nós queremos detê-los!*” (BONELLI, 2014, p. 47. Grifos nossos). Nesse ponto, é possível extrair apenas destas palavras (e – notem – sem fazermos qualquer análise conjunta com e da linguagem visual) o sentido altruísta e romântico desse herói dos quadrinhos de faroeste. Por sinal, como bem indica Tex, em outro momento dessa saga, “*eu represento a lei dos EUA!*” (BONELLI, 2014, p. 157. Grifos nossos).

<sup>192</sup> Conceito discutido em HOBBSAWM, Eric J. O caubói americano: um mito internacional?, in: *Tempos fraturados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 310-327.



estereótipos gerais que perpassam pelos enredos ao longo do desenvolvimento dos roteiros e histórias desse personagem que esse ano completa setenta anos de existência.

Breve parênteses. Em sua análise sobre a figura do “caubói”, o historiador britânico Eric Hobsbawm faz notar que, para além de toda “tenacidade, bravura, o uso de armas, a prontidão para infligir ou suportar sofrimento, indisciplina e uma forte dose de barbarismo” – além do “jeito fanfarrão de andar e se vestir” e uma condição (idealista) de “trabalhador sem endereço fixo” –, “o caubói também representa um ideal mais perigoso”, qual seja, “a (da) defesa do americano nativo branco, anglo-saxão, protestante contra os milhões de imigrantes intrusos de raças inferiores” (HOBSBAWM, 2013, p. 314, 315 e 322). Ainda de acordo com o autor:

[Vindo] daí o tranquilo abandono dos elementos mexicanos, indígenas e negros, que ainda aparecem nos westerns não ideológicos originais – por exemplo, no show de Buffalo Bill. É nessa altura e dessa maneira que o caubói se torna o ariano esbelto e alto. Noutras palavras, *a inventada tradição do caubói* é parte da ascensão tanto da segregação como do racismo anti-imigrante; esse é um legado perigoso. O caubói ariano não é, está claro, inteiramente mítico. (HOBSBAWM, 2013, p. 322. Grifos nossos)

Mas, e o que isso significa na prática? Em termos objetivos, uma qualificação quadrinizada negativa de grupos como “mulheres”, “negros”, “índios”, “mexicanos” e “chineses”, e ao avesso uma caracterização quadrinizada positiva do “Homem branco” na figura do Tex Willer. Aliás, uma expressiva demonstração dessa questão foi sugerida por Antunes e Campo num artigo apresentado na “Terceira edição das Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos”, realizada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo entre 18 e 21 de agosto de 2015, que versava sobre os “estereótipos presentes nas revistas de Tex Willer” (ANTUNES; CAMPO, 2015). A este respeito, vejamos o que diz esses autores:

Dentro destas etnias, temos os brancos como um grupo privilegiado reforçando a ideia de que a “América” (como os estadunidenses se autodenominam) é formada por uma “raça pura” e de que imigrantes como mexicanos ou chineses não são bem vindos (o que é possível percebermos pelas relações entre brancos e estes). Também observamos nas narrativas de Tex que os grupos denominados quase homogeneamente como “negros” e “índios” são os mais presentes nas diversas aventuras do personagem e em geral estão em apuros mas são socorridos pelo ranger com seu sempre senso de justiça “olho por olho e dente por dente”. (ANTUNES; CAMPO, 2015)

Pois bem: apresentada essa perspectiva analítica junto aos estudantes a partir da discussão que envolvia o conteúdo trabalhado em sala de aula, a proposta de inserção de quadrinhos em ambiente escolar buscava desenvolver nos mesmos um olhar que conseguisse: (A) identificar elementos que compõe a linguagem dos quadrinhos, tais como: “Linguagem visual”, “Planos e ângulos de visão”, “Montagem”, “*Protagonistas e personagens*

*secundários*”, “Figuras cinéticas e metáforas visuais”, “O balão”, “A legenda”, “A onomatopeia”, entre outros<sup>193</sup>; e, principalmente, (B) interpretar o sentido histórico da aventura quadrinizada em sua proposição de discussões sobre a História da Expansão territorial dos Estados Unidos e aspectos envolvidos. Nestas circunstâncias, afinal, foi proposto como culminância do projeto a elaboração de uma HQ que expressasse uma visão crítica a respeito desse recorte histórico.

É importante dizer que, em termos de avaliação do ensino-aprendizagem e desenvolvimento, as discussões mais centrais orbitaram mesmo sobre os estereótipos gerais que apareceram no enredo do fragmento analisado, com destaque principalmente para a representação dos “negros” bem como as características principais de Tex.

Não obstante, aqui, o que se quer frisar é que, a oportunização desse ambiente de discussões objetivava fundamentalmente dar ensejo à faculdade de *Imaginação* dos estudantes. Colocado o problema nesses termos, é o fruto dessa extraordinária capacidade humana que passaremos a examinar a partir de agora.

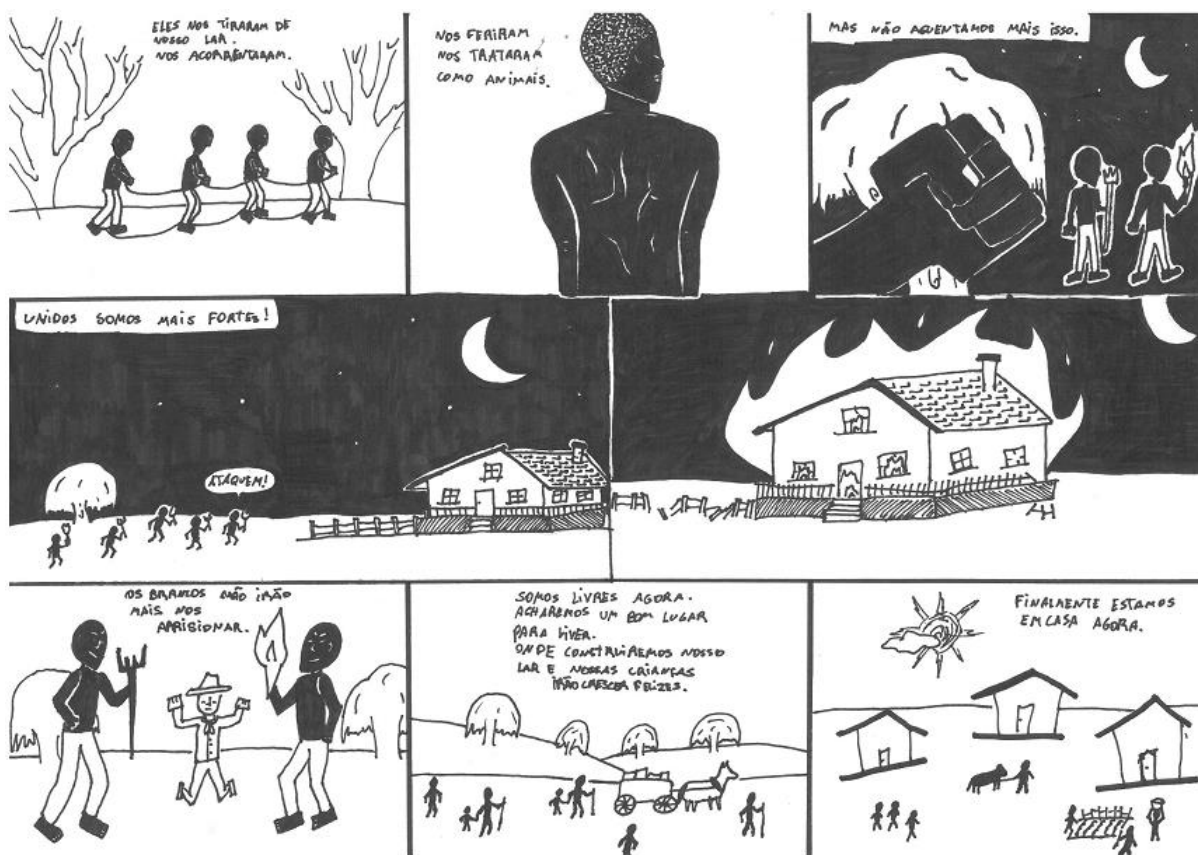
### **A crítica**

É difícil sintetizar de modo mais objetivo o impacto dessa atividade em sala de aula, mas a resposta dos estudantes tampouco parece ter ficado circunscrita aos “limites conteudistas”. Vejamos, aqui, alguns exemplos práticos, seguidos de possíveis observações sobre as perspectivas críticas elaboradas pelos estudantes.<sup>194</sup>

<sup>193</sup> Valemo-nos aqui dos recursos de linguagem aos quadrinhos listados por Waldomiro Vergueiro, em *Como usar as Histórias em Quadrinhos na sala de aula* (2004, p. 31-64). À guisa de informações: Vergueiro é doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, onde é atualmente coordenador do Núcleo de Pesquisa de Histórias em Quadrinhos.

<sup>194</sup> Foi avaliado os quadrinhos de cerca de 180 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da Escola Sesi Campinas (Goiânia-Go), com notas que variaram de dois a quatro pontos. A metodologia de exposição dessas HQs utilizada neste artigo não considerou a capacidade artística dos mesmos, mas fundamentalmente a visão crítica a respeito do tema “Expansão territorial dos Estados Unidos e aspectos envolvidos”. Nesse contexto, decidimos pela possibilidade de exposição tanto de quadrinhos em sua integralidade quanto pelo recorte de momentos-chaves dessas produções. (Em tempo: todos os direitos autorais foram respeitados e a citação dos nomes dos estudantes estão em acordo com as normas e leis que asseguram os direitos de seus autores).

Figura 1: história da estudante Amanda Laurien de B. Ferreira (Turma 3º05)



Primeiro Quadro: “– *Eles* nos tiraram de nosso lar. Nos acorrentaram.”

Segundo Quadro: “– Nos feriram. Nos trataram como animais.”

Terceiro Quadro: [LEGENDA] “Mas não aguentamos mais isso.”

Quarto Quadro: [LEGENDA] “Unidos somos mais fortes!”

Quinto Quadro: “– *Os brancos* não irão mais nos aprisionar.”

Sexto Quadro: “– Somos livres agora. Acharemos um bom lugar para viver.

Onde construiremos nosso lar e nossas crianças irão crescer felizes.”

Sétimo Quadro: “– Finalmente estamos em casa agora.” (Grifos nossos)

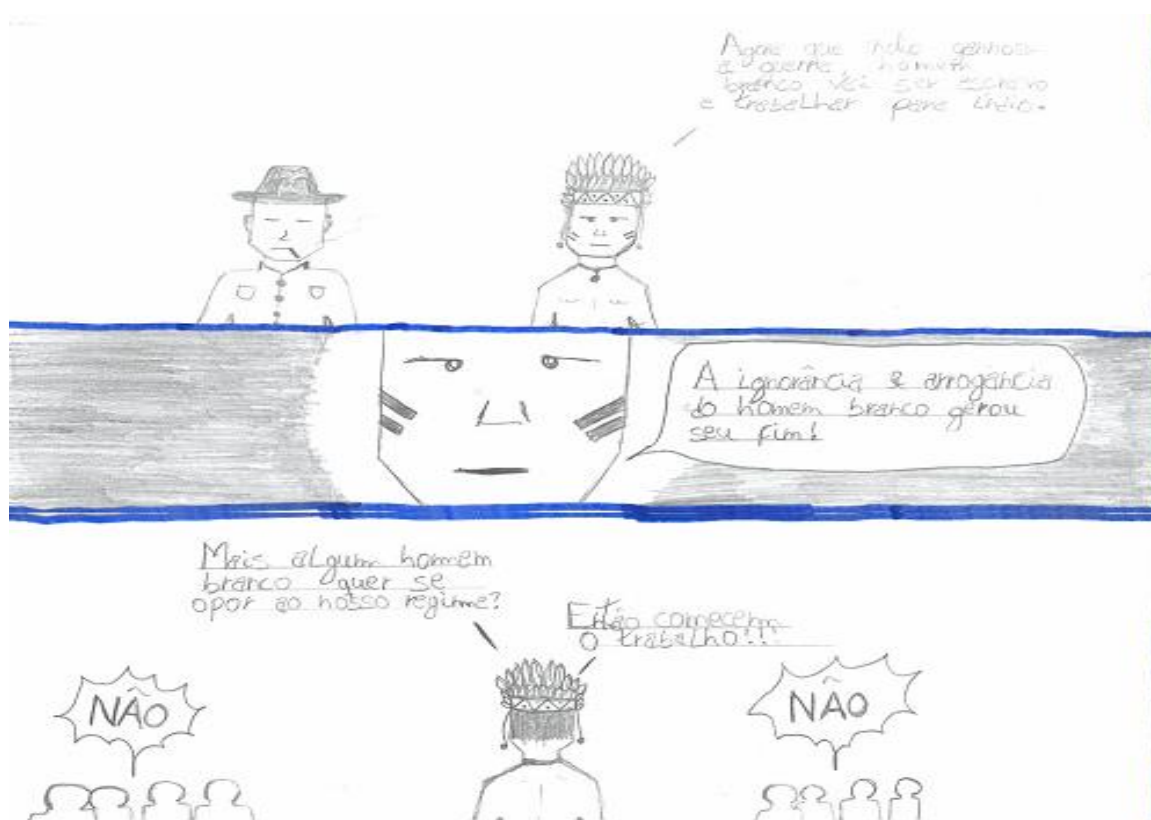
Com uma opção pelo tom preto e branco e uma técnica de desenho com proporções e formatos aos quadrinhos com poucas variações (quem sabe devido às limitações de espaço da proposta de trabalho), a autora imprimiu à sua HQ uma dinâmica visual marcante e postura crítica frente à condição histórica de exploração dos escravos negros na América *supostamente* do século XIX.

Ao abordar essencialmente o ponto de vista dos escravos negros, essa perspectiva quadrinizada concebe uma possível interpretação histórica de vingança dos oprimidos frente à figura do “Homem branco” proprietário de terras e escravos. É sugestivo notar que o

rompimento da relação é violento. A nível narrativo, aliás, o que chama a atenção na Figura 1 é mesmo a potência da desforra dos cativos. Em última análise, talvez se possa dizer que as semelhanças com o filme de faroeste-espaguete “Django Livre” (2012), do cineasta estadunidense Quentin Tarantino e toda sua alta carga de violência – sanguinolenta, como é o seu estilo – não parecem ser mera coincidência. (Prova disso não seria a cena inicial onde os escravos acorrentados caminham no meio de um bosque, tal qual na obra de Tarantino?).

Continuando nosso exame, a HQ a seguir oferece uma perspectiva muito próxima do prisma da Figura 1, porém agora sob o ponto de vista do grupo dos “indígenas”.

**Figura 2: recorte (1) da história “Apache Kid em: O desfecho da Guerra!”, do estudante João Pedro Dias (Turma 3º03):**



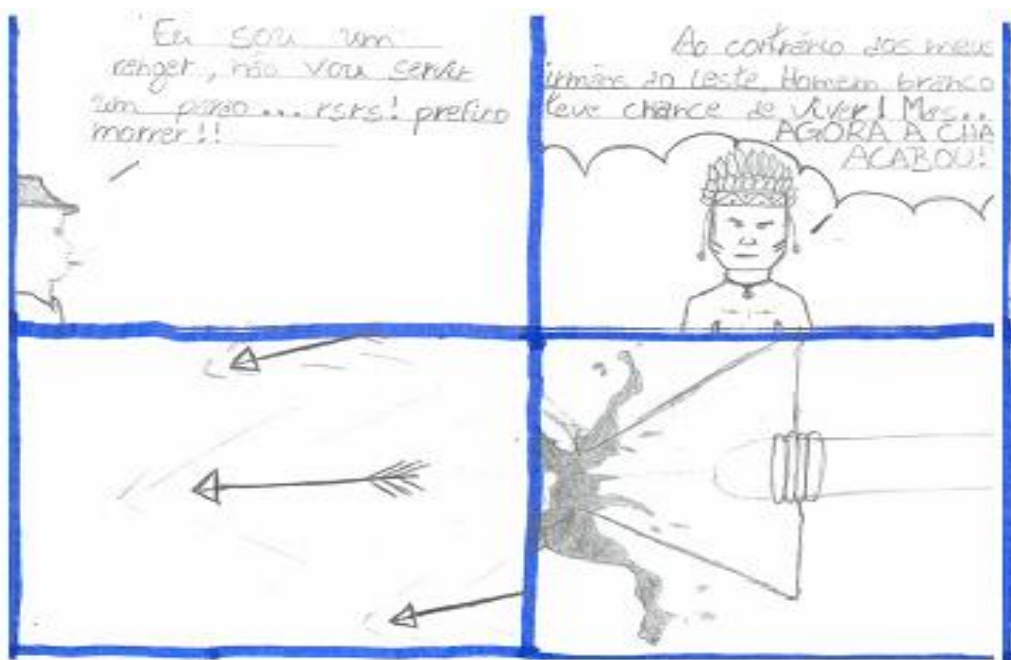
Primeiro Quadro: “– Agora que índio ganhou a guerra, homem branco vai ser escravo e trabalhar para índio.”

Segundo Quadro: “– A ignorância e arrogância do homem branco gerou seu fim!”

Terceiro Quadro: “– Mais algum homem branco quer se opor ao nosso regime?” [Pausa] “– Então comecem o trabalho!!!”

“– NÃO” “– NÃO” (Grifos nossos)

**Figura 3: recorte (2) da história “Apache Kid em: O desfecho da Guerra!”, do estudante João Pedro Dias (Turma 3º03):**



Quarto Quadro: “– *Eu sou um ranger, não vou servir um pardo... rrsr! prefiro morrer!!*”

Quinto Quadro: “– *Ao contrário dos meus irmãos do leste, Homem branco teve chance de viver! Mas... AGORA A CHANCE ACABOU!!!*” (Grifos nossos)

Na mesma linha de rompimento dos grupos estereotipados frente à figura do “Homem branco/caubói americano” (que no quadro inicial veio representado visualmente com um cigarro de palha manifestando um certo regionalismo cultural do estado de Goiás), essa HQ já opta pela narrativa sob o ponto de vista dos povos autóctones americanos. Aqui o clima de rompimento é tamanho que o clímax da história culmina com um enquadramento tipicamente “cinematográfico” de uma seta indígena eliminando o “opressor-homem-caubói branco”.

Elemento ponderável nessa HQ é a percepção de que a representação da liderança indígena (“Apache Kid”) proposta pelo autor demonstra ter consciência histórica da Colonização Inglesa na América do Norte e de como esse processo acarretou o massacre de seus antepassados americanos. Prova maior são as próprias palavras proferidas por “Apache Kid” no desenlace do conflito: “ao contrário dos meus irmãos do Leste...”. Destaque para o tom de acusação e o olhar fuzilante do *protagonista*.

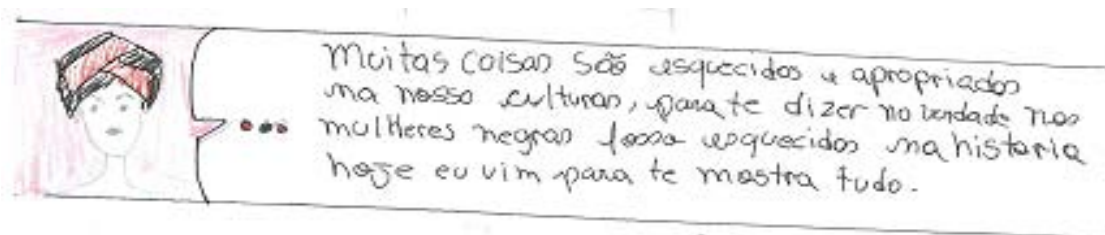
Prosseguindo, destacamos alguns significativos recortes de interpretações quadrinizadas elaboradas pelos estudantes da Escola Sesi Campinas. Chama a atenção o uso do anacronismo enquanto recurso crítico.

**Figura 4: recorte (1) da história da estudante Naila Leal (Turma 3º05):**



“– Ess(a) História mostra a força (e) a luta de todas as mulheres negras (em) busca da autoafirmação, na ancestralidade verdadeira na História Negra.” (Dandara dos Palmares)

**Figura 5: trecho (2) da história da estudante Naila Leal (Turma 3º05):**

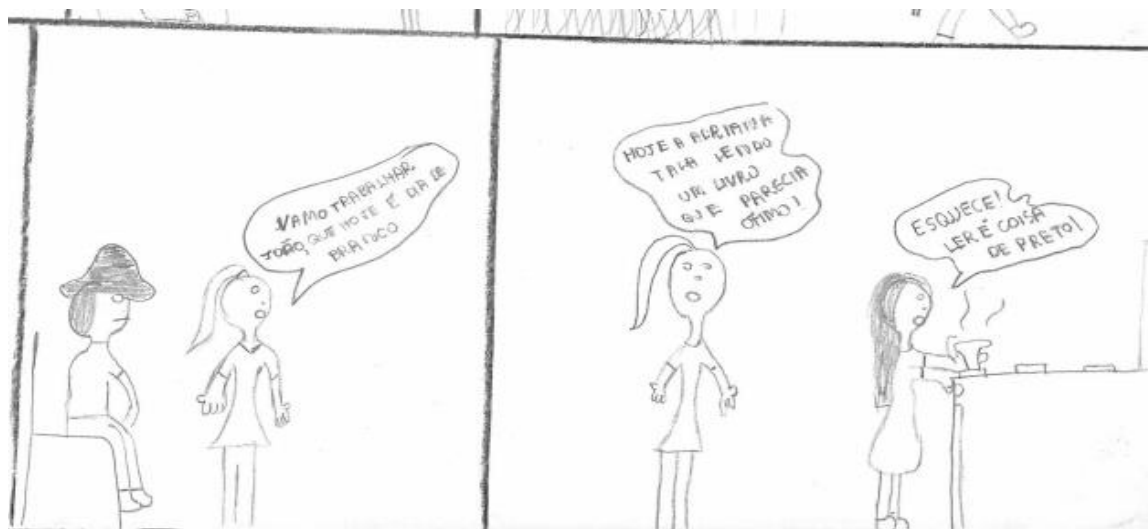


“– Muitas coisas são esquecidas e apropriadas na nossa cultura, para te dizer na verdade nós mulheres negras fomos esquecidas na história. Hoje eu vim para te mostrar tudo.” (Grifos nossos)

Aqui, a autora descontextualiza a proposta de trabalho e insere um manifesto político a respeito da representatividade e “autoafirmação das mulheres negras” dando voz à uma personagem que foi uma guerreira negra do período colonial da História do Brasil, Dandara dos Palmares. Com traços suaves e um sombreado caprichado, o cariz é politizado e forte: “Hoje eu vim para te mostrar tudo”<sup>195</sup>.

<sup>195</sup> E não queremos aqui remeter a inspiração negra a uma condição “subterrânea” de uma nota de rodapé, mas, sim, chamar a atenção para o quanto as Histórias em quadrinhos podem ser uma experiência forte para adentrar os sonhos e dar voz a um momento, a uma vida. Segue abaixo um trecho (3) da história da estudante Naila Leal (Turma 3º05) que estava solta entre os quadros de seu trabalho. Aos seus olhos, a imagem de inspiração.

**Figura 6: trecho da história da estudante Laís Rosa (Turma 3º05):**



Primeiro Quadro: “– Vamo trabalhar João, que hoje é dia de branco.”

Segundo Quadro: “– Hoje a Adriana tava lendo um livro que parecia ótimo!”

“– Esquece! Ler é coisa de preto!”

Neste outro recorte “quase-diário”, a autora optou por um viés quadrinizado que problematizasse situações e discursos de cotidianos de racismo que são utilizados com tanta naturalidade que muita gente sequer percebe a conotação negativa que tem para o negro. E não nos enganemos: ao denunciar e inverter algumas expressões com conotação racista o objetivo principal da autora foi expor o preconceito racial utilizando-se dos quadrinhos enquanto veículo de crítica. A rigor, o uso do “anacronismo” aqui é mero pretexto para trazer à tona aquilo que realmente incomoda a estudante: as práticas de racismo.

**Figura 7: trecho da história do estudante Márcio Gabryel Ribeiro de Sousa (3º02):**



Primeiro Quadro: [LEGENDA] “Em algum lugar de Niggazcity, o Super-Black sobrevoa procurando malfeitores.”

Segundo Quadro: [LEGENDA] “Quando de repente, ele com seu *sentido-negro*, sente uma movimentação estranha na cidade.”

Terceiro Quadro: [LEGENDA] “Ele vê membros da Ku Klux Klan invadindo o banco da cidade.”

Quarto Quadro: “Meu Deus, vou acabar com esses bandidos!!” (Grifos nossos)

E considere-se, por fim, que vemos as Histórias em quadrinhos e personagens frequentemente refletirem os grandes temas, esperanças e medos da sociedade. E nas produções dos estudantes não seria diferente: além do Pantera Negra (título concebido ao rei da nação ultra-avançada tecnologicamente de Wakanda), da Tempestade (integrante dos X-Men), do John Stewart (Lanterna Verde), do Luke Cage, do Super Choque, entre outros, agora temos o “Super-Black” em sua jornada por defender “Niggazcity” dos membros da Ku Klux Klan. Em desfecho, em matéria de representatividade e inclusão, este quadrinho não poderia ficar de fora de nosso exame.



## Considerações finais

Não é necessário assinalar aqui quantas outras interessantes perspectivas quadrinizadas ficaram de fora de nossa seleção. Nem é necessário ressaltar a importância de cada uma das HQs elaboradas pelos estudantes da Escola Sesi Campinas.

Os exemplos vão desde a concepção de um grupo de heroínas que combatem e querem “o fim da Ku Klux Klan” (“Ashia e suas guerreiras”), que nos permitem refletir sobre a questão da representação discursiva feminina, até uma HQ que propõe a Colonização inglesa dos Estados Unidos sob o ponto de vista dos indígenas. Isso para não mencionar um belíssimo trabalho (primorosamente narrada) feito por um estudante com altas habilidades em formato de *Mangá* (estilo de quadrinhos tipicamente japonês), onde há toda uma profunda reflexão existencialista sob a perspectiva do próprio indígena – graficamente impactante e suavemente perturbador.

(E o que dizer de provocações onde os integrantes da Ku Klux Klan são negros racistas e perseguem os brancos? E por quê não uma História em quadrinhos onde o presidente Barack Obama dialoga com o atual presidente Donald Trump antropomorfizado na forma de um pequeno porco prestes a ser transformado em linguiça e assado pela KKK?)

Entretanto, é fundamental que tenhamos uma ideia, ainda que geral, sobre o que representa essa experiência de utilização de quadrinhos no ambiente escolar. Em termos práticos, se entre os objetivos dessa experiência constava a identificação de elementos que compõe a linguagem dos quadrinhos, podemos afirmar que os resultados são mais que positivos. Entre os parâmetros empíricos avaliados houve abundante utilização e, melhor, experimentação de recursos tais como: “Uso de onomatopeias”, “Planos e ângulos de visão”, recursos de “Temporalidade” (uso de legendas), “Montagem”, “Figuras cinéticas e metáforas visuais”, “O balão”, “Anacronismos”, “Cores” e, por fim, desenvolvimento de “Técnicas cinematográficas de narrativa”. Por sinal, os próprios quadrinhos examinados neste artigo dão mostras desses aspectos.

E quanto ao intuito de quê os estudantes conseguissem interpretar o sentido histórico da aventura do cowboy Tex Willer? “Quer que desenhe?” Não é preciso: a resposta veio na forma de quadrinhos, e com resultados extremamente positivos.

Em desfecho, é portanto absolutamente legítimo realizar aqui uma defesa da utilização das Histórias em quadrinhos no ensino de História e outras disciplinas no ambiente escolar. Com mais forte razão, aliás, tal como diz Canclini, “poderíamos lembrar que as histórias em quadrinhos, ao gerar novas ordens e técnicas narrativas, mediante a combinação original de

tempo e imagens em um relato de quadros descontínuos, contribu(em) para mostrar a potencialidade visual da escrita e o dramatismo que poder ser condensado em imagens estáticas” (CANCLINI, 2000, p. 339).

## Referências

- ANTUNES, A. F. ; CAMPO, M. B. . PERSONAGENS CARACTERÍSTICOS: OS ESTEREÓTIPOS PRESENTES NAS REVISTAS DE TEX WILLER.. In: 3as Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos, 2015, São Paulo. Caderno de Resumos das 3as Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos, 2015.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *Sistema de ensino ser: ensino médio*. Caderno 9: história. São Paulo: Ática, 2017.
- BONELLI, Giovanni Luigi. *Tex: O ouro dos confederados*. São Paulo: Mythos editora, série ouro, nº 6, 2014. 277 p.
- BONIFÁCIO, Selma de Fátima. & CERRI, Luis Fernando. *O ensino da história e as histórias em quadrinhos: algumas considerações*. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-090-TC.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.
- BOSELLI, Mauro. *Tex Willer: a história da minha vida*. São Paulo: Mythos Editora, 2012.
- BRUNONO, Gianni. *Tex Willer evergreen hero of comics*. 2004. Disponível em: <[HTTP://www-en.sergiobonellieditore.it/auto/componi\\_recensioni?id\\_personaggio=1](http://www-en.sergiobonellieditore.it/auto/componi_recensioni?id_personaggio=1)>. Acesso em 13 de julho de 2012.
- CALAZANS, Flavio Mario de Alcântara. *História em quadrinhos na escola*. São Paulo: Paulus, 2004.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- ECO, Humberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- EISNER, W. *Arte Sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FOHLEN, Claude. *O faroeste*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- GIAN LUIGI BONELLI. *Gian Luigi Bonelli replies to your questions. Il mio nome e Tex*. Disponível em: <<http://www-en.sergiobonellieditore.it/tex/servizi/faq.html>>. Acesso em 13 de julho de 2012. Entrevista concedida a Decio Canzio.
- GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América Britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. In: *Almanack braziliense*. Revista eletrônica. IEB – USP, nº 4, nov. 2006.
- HOBBSAWM, Eric J. O caubói americano: um mito internacional?, *Tempos fraturados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 310-327.
- LIMA, Cláudia de Castro. Quadrinhos de faroeste. *Superinteressante*, 31 out. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/quadrinhos-de-faroeste/>> Acesso em: 04 jul. 2018.

- LOVETRO, Jose Alberto. Histórias em quadrinhos: um recurso de aprendizagem. TV Escola canal de educação. 2011. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/181213historiaemquadrinhos.pdf>> Acesso: jul. 2018.
- LUYTEN, Sônia M. Bibe. *O que é Histórias em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MACCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: Mbooks, 2004.
- MALTEZ, Joana. 12 heróis negros dos quadrinhos que você vai amar conhecer. *Aficionados*, 21 out. 2017. Disponível em: <<https://www.aficionados.com.br/herois-negros/>> Acesso em: 06 jul. 2018.
- NARO, Nancy Priscilla S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual; Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- NOGUEIRA, Natania A. Silva. Aprendendo história através das HQs: experiências e considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.
- RAINHO, Adriano. Um brinde a Tex Willer de olho no futuro! *Colecionadores de HQs*, 01 set. 2016. Disponível em: <<http://coleccionadoresdehq.com.br/um-brinde-tex-willer-de-olho-no-futuro/>> Acesso em: 03 jul. 2018.
- RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SIQUEIRA, André Luiz de. O ensino de conceitos históricos a partir das HQs de “Hagar, o Horrível”. *Revista Eletrônica do Laboratório de Ensino e Pesquisa do Curso de História*, Curitiba-PR, Jan. 2011. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2011/historia/1siqueira\\_monografia.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/historia/1siqueira_monografia.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2014.

## LA HISTORIA Y EL GIRO DIGITAL: COMPARTIENDO MEMORIAS Y VIVENCIAS DEL PUEBLO DE GARUHAPÉ (MISIONES, ARGENTINA)

Gabriel Horacio Leal (CEH-SINVYP-FHYCS-UNAM) – Becario en Investigación (Becas EICyT) – lealgabrielh@gmail.com

**Resumen:** La presente comunicación tiene como objetivo realizar una reflexión de los avances en relación al oficio de trabajar la historia a partir de los medios y ámbitos digitales y sus respectivas fuentes, como herramientas que permitan el abordaje y la construcción de las historias regionales/locales. En esta oportunidad el caso del Municipio de Garuhapé, ubicado en el Departamento de Libertador General San Martín (Misiones-Argentina) y a unos 150 km de la Capital Provincial (Posadas), el mismo está compuesto por las localidades de Garuhapé-Mí, Colonia Lujan y los parajes de 3 de mayo y Ombú. Este trabajo se enmarca en los proyectos: “*Misiones y su historia prehispánica. Puesta en valor y activación patrimonial del sitio arqueológico cueva 3 de mayo (Garuhapé, Misiones, Argentina)*”, y a su vez, el proyecto de beca: “*Garuhapé: La historia local y la preservación en el Ciberespacio*”, ambos acreditados en la Secretaría de Investigación y Postgrado de la Universidad Nacional de Misiones (UNaM). Desde esos espacios promovemos la reflexión acerca del trabajo del historiador y la construcción de las historias locales desde las fuentes digitales, es decir, construir las historias, que muchas veces fueron silenciadas por los registros y relatos oficiales, a partir de la búsqueda de documentación y diversos tipos de registros en el mundo y en el mar de la virtualidad; sin olvidar a los principales sujetos/as de enfoque: los/as pobladores/as del Municipio de Garuhapé (Misiones, Argentina). Teniendo presente lo anteriormente desarrollado, esta breve comunicación tiene como principal objetivo compartir y reflexionar sobre los avances en torno al abordaje de las historias regionales y locales desde los recursos, fuentes y medios digitales, mediante la socialización de las experiencias y las producciones presentadas en jornadas científicas que abordan la temática en cuestión.

**Palabras clave:** Garuhapé; Historia Local; Medios Digitales.

### A modo de introducción: ¿Por qué son importantes las Historias Locales?

Durante mucho tiempo ha existido lo que se denominó una “Historia Oficial” o Historiografía Nacional que negativizó las heterogeneidades y pluralidades que ocurrían en los distintos espacios de la Nueva Argentina, creando una especie de sentimiento unificador de las identidades y ocultando e invisibilizando las disparidades territoriales (Favaro y Scuri, 2005; Leoni, 2015). Pero, a partir de la renovación de la historia, especialmente desde los aportes de la Historia Regional, local y microhistórica, promovida en diferentes espacios académicos e institucionales, se han venido construyendo vías alternativas para la comprensión de los procesos referentes a diferentes espacios y regiones que, por mucho tiempo, han estado en la marginalidad y periferia de los discursos oficialistas (Leoni, 2015)

Desde distintos grupos de trabajo, equipos de extensión, proyectos de investigación, etc., se han venido rescatando y construyendo las historias de los pueblos, saliendo de los enfoques nacionales, globalizantes y homogeneizantes. En este sentido, la pretensión se orienta a “Desenfocar el análisis de la retórica de lo nacional, no para marginarla, sino para incluirla

como una más en el escenario compartido donde asisten otros/as protagonistas (y ello) nos permite rever tantas historias [...]” (Medina, 2018, p. 24) en las que ciertos sujetos han sido borroneados y silenciados (mujeres, niños/as, pueblos originarios, negros, etc.); a los que ahora requerimos que cobren relevancia, protagonismo y formen parte de una historia más integral (Favaro y Scuri, 2005), mediante la construcción y revisión de registros sobre sus vivencias, experiencias y prácticas cotidianas.

Desde las perspectivas regionales y localistas logramos recuperar esos protagonismos, corridos y violentados por no ser considerados parte de la historia, pues entendemos que actualmente:

...son los mismos pobladores, funcionarios, profesionales, entre otros, los que requieren protagonizar la historia más allá de sus historias particulares y acceder a la antesala de la Historia colectiva de las personas que no han sido vistas por la historiografía hegemónica y que, ahora, exigen que todos sean partícipes de ella, más allá de los héroes y los gobernadores, destacando la importancia del lugar como parte de su propia identidad comunitaria. (Oviedo, 2018, p. 13)

Además, esta reinención de las historias focalizadas desde unas gafas locales, requirió trabajar desde las nuevas metodologías y concepciones sobre la región; concepto que ya no es pensado como un espacio preexistente –en tanto territorio preestablecido- sino más bien como resultado de las acciones y actividades de los sujetos; es decir que la territorialidad es producto y producción social -construcción social- que resulta de un proceso discontinuo e inestable y, por ende, tales territorialidades –las regiones- son espacios van más allá de los límites jurídicos nacionales (Man, 2012). Asimismo, empezar a tejer estas nuevas narrativas implicó la búsqueda de nuevas de nuevas fuentes y nuevos tipos de recursos: textos personales, fotografías, fuentes audiovisuales o fuentes más recientes, documentaciones que permanecen dentro de las redes (Leal, 2021), puesto que el avance de las nuevas tecnologías habilitaron reservorios digitales, permitiendo un mayor progreso pero, también, transformaron la tarea de la investigación histórica; reorientando el análisis y la revisión de viejos problemas y la emergencia de nuevas temáticas de interés.

Una antigua cuestión vuelve a tener vigor en el campo de la historia: la época territorialiana relación a la colonización e inmigración. La colonización<sup>196</sup> en la provincia de Misiones<sup>197</sup>, fue un proceso complejo en el que no solo intervino el Estado Nacional sino también entidades privadas de empresarios extranjeros, atrayendo la radicación de pobladores provenientes de países europeos, africanos, asiáticos, etc. como de pobladores fronterizos, de los países aledaños de Paraguay y Brasil. Muchas de esas historias de poblamiento (saliendo de las oficiales emprendidas por el Estado Nacional) no fueron estudiadas y en parte han sido abordadas fragmentariamente, principalmente aquellas que se referían a las movilidades fronterizas e internas<sup>198</sup>, que ocurrieron desde y entre los pueblos. Por otra parte, tales estudios no avanzaron sus análisis respecto del proceso colonizador más reciente, a partir de la segunda mitad del Siglo XX, en ese tramo temporal ubicamos a la Colonia Garuhapé; fundada en 1946 mediante la instalación de una compañía maderera que provocó el surgimiento de una aglomeración demográfica en la zona, además de brindar fuente de trabajo a los pobladores ya existentes.

En ese sentido es que la propuesta de este trabajo se desarrolla, en torno al estudio de caso sobre el pueblo de Garuhapé y el avance colonizador hacia el norte misionero en una etapa aun escasamente abordada, a partir de las fuentes y medios digitales y de los registros digitalizados; realizando un breve recorrido sobre el proceso de ocupación y poblamiento desde los primeros años hasta la actualidad.

### **Pensando la Historia Local desde los medios digitales**

La renovación teórico – metodológica que implica el auge de las historias regionales y locales, fue acompañada de una reconfiguración sobre las formas de acceder, construir y pensar las fuentes para la construcción de estas nuevas narrativas. En los últimos tramos de este nuevo siglo la historia dio un giro con la entrada de las nuevas herramientas digitales (Bresciano, 2014; Leal, 2021), permitiendo mayor difusión de los conocimientos y la construcción de nuevos tipo

<sup>196</sup> Definimos a la colonización no términos de colonialismo, sino más bien como el proceso de “ocupación planificada de la tierra, donde el Estado administra los terrenos, ubica los colonos y fomenta las colonias nacionales” (Gallero, 2009, p. 248), pero en otros casos, hay que particularizar en la Colonización Privada, es decir, planificaciones “[...] desde proyectos empresariales que planificaron la misma a partir de la compra y administración de tierras, no gerenciando la tierra pública como establecía la legislación oficial.” (Gallero, 2009, p. 252).

<sup>197</sup> El territorio de Misiones, históricamente se ha desarrollado dentro de una Región de frontera compartida por espacios junto con Argentina, Brasil y Paraguay, traspasando los límites jurídicos nacionales, es decir, estas regiones de fronteras “son espacios de encuentros e intercambios entre pueblos que constantemente trascienden esos límites... porque poseen un pasado común” (Oviedo, 2020: 24)

<sup>198</sup> No debe confundirse al proceso de colonización con poblamiento, este último hace alusión al “[...] proceso no planificado, se trata más bien de asentamientos de grupos humanos en un lugar o región para habitar y/o trabajar en él” (Gallero, 2009, p. 248)

de registros textuales, visuales, orales, sonoros, etc. con lo cual el trabajo de investigación, y principalmente el de la heurística -labor fundamental en la tarea de un historiador- (Leal, 2021) se ha transformado vertiginosamente; haciendo parte de un proceso inscripto en la «Revolución inadvertida» que ha marcado cambios profundos en las maneras de pensar y hacer de los saberes contemporáneos y las prácticas de la vida cotidiana (Sotolongo Codina y Delgado Diaz, 2006).

Estas nuevas formas de hacer historia implicó un cambio en los aspectos considerados en la producción investigativa, desde las formas de acceder a las fuentes, de pensar nuevos tipos de documentos y de construcción de nuevos espacios para el resguardo. En primer lugar, con el avance de nuevos medios tecnológicos, las fuentes “más tradicionales” están atrapadas dentro del mundo virtual al ser convertidas en documentación digitalizadas, permitiendo una mayor democratización en el uso y difusión, relativamente masiva de las mismas; ahora dispuestas en espacios virtuales.

Por otra parte, las fuentes digitales, entendidas estas como “aquellas que se podrían considerar como las fuentes primarias de la contemporaneidad y que presentan mayores contrariedades al análisis historiográfico” (Eiroa, 2018, p. 88) poseen ciertas características que evidencian alto grado de complejidad, pero no por la imposibilidad de poder trabajarlas y ponerlas en acción sino por sus rasgos distintivos, la hipertextualidad, la multimedialidad, la interacción en ella, la volatibilidad, la abundancia, y su vez, la limitación en el acceso a cierto tipo de información; estas nuevas fuentes están cargadas de información y de voces registradas por los mismos protagonistas/productores, que interactúan entre sí y con otras voces en simultáneo y a lo largo del tiempo.

Por último, desde los lugares tradicionales de resguardo, archivos o bibliotecas, se fomentan nuevas áreas de difusión y formas de preservación a largo plazo, archivos y repositorios digitales, debido al avance de las nuevas tecnologías que propician nuevas formas de sistematización y reproducción de fuentes históricas; con la intención de masificar la difusión a través de una red de redes (Bresciano, 2002). Estos nuevos ámbitos:

[...] habilitan la desaparición de las fronteras políticas como límites de acceso, el uso de esta nueva herramienta, permite, que investigadores/as de todo el mundo accedan a un amplio espectro de fuentes de distinto tipo, provenientes de diversos lugares e instituciones, facilitando la tarea heurística [...] (Leal, 2021, p. 7)

Estas nuevas herramientas y lugares generan un mayor trabajo para los historiadores, que cuentan con historias locales/regionales, individuales/colectivas, además de requerirles el aprendizaje y manejo de otros ámbitos de socialización de los conocimientos que producen.

## Compartiendo la historia de Garuhapé, una aproximación<sup>199</sup>

*“Es fácil hacer, fácil relativamente no, historia sobre hechos conocidos y documentados, ya organizados, o sea reescribir la historia diríamos no. En cambio, en este caso, es mucho más difícil y complejo, porque no hay fuente documental organizada [...]”* (Bogado Nazario, 2018<sup>200</sup>)

Los primeros registros de ocupación de la zona denominada altoparanaense donde, específicamente, se localiza la Cueva 3 de Mayo -Gruta India-, reconocen, desde trabajos de excavación realizadas por los arqueólogos, una ocupación que data de una antigüedad arqueológica de 3646 – 3982 A.P.<sup>201</sup>; siendo uno de los asentamientos más antiguos de la región de frontera.

Luego, existen relatos de cronistas, viajeros y funcionarios que refieren sobre el poblamiento en la zona y sus alrededores donde desde fines del siglo XIX, en torno a la explotación de maderas y algunos manchones de yerba; específicamente en “Caruapé” donde se embarcaba yerba y se formaban jangadas de madera. En las primeras décadas del Siglo XX, Niklison –enviado por el gobierno nacional desde el Departamento de Trabajo- destacaba la existencia de un obraje en 3 de Mayo, de Pedro C. Labat, y otro en “Garuhapé”, que estaba “actualmente paralizado” (Gallero, 2016). No obstante, antes del proceso de federalización de Misiones (1881), el lugar era reconocido como parte del antiguo asentamiento agrícola de la “Colonia Carnaguapé”, también presente en la cartografía histórica producida entre 1871 y 1886.

### Mapa 1: Las Misiones del Alto Paraná (1871 y 1879)



Fuente: Paz Soldán, M. F. (1888).

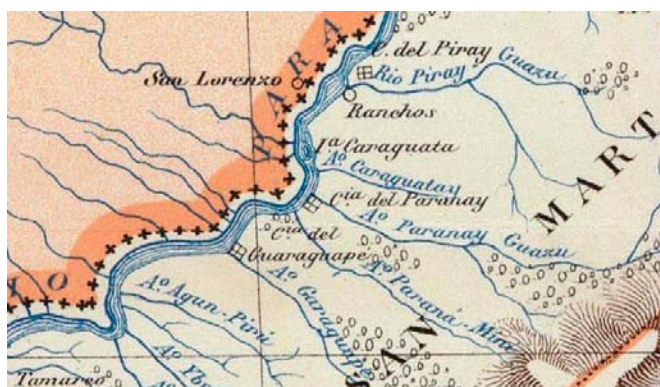
<sup>199</sup> Los archivos/repositorios/digesto jurídico digitales consultados fueron el Archivo digital de la Casa de Gobierno de la Provincia de Misiones; El repositorio digital de la Biblioteca Nacional Mariano Moreno; The David Rumsey Historical Map Collection; La biblioteca digital del Parque del Conocimiento de la Provincia de Misiones;

<sup>200</sup> Entrevista realizada a Bogado, Nazario, fuente: Canal 3 Puerto Rico (25 de noviembre de 2020) 74º Aniversario de Garuhapé - El Prof. Nazario Bogado [archivo vídeo], YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=WEK0cGKd1Ws&t=1s>

<sup>201</sup> Fueron realizados en los años 60 por la arqueóloga Antonia Rizzo, y más recientemente, en el siglo actual, por los arqueólogos Loponte Daniel y Carbonera Miriam.



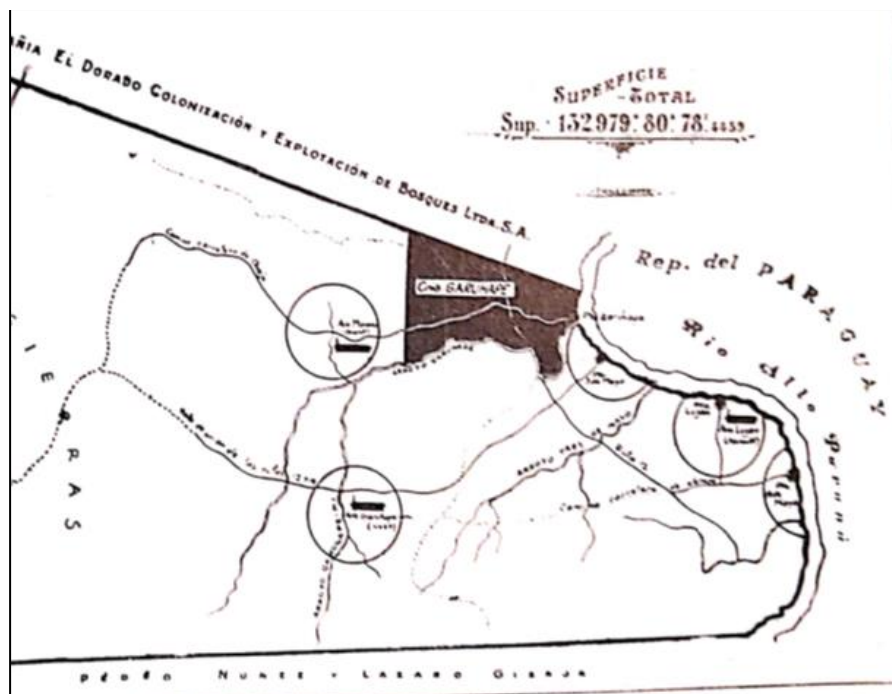
## Mapa 2: Gobernación de Misiones (1886)



Fuente: Vasco, C. A. S. (1871 y 1879).

En cuanto al pueblo, el sector urbanizado, la fundación se registra formalmente el 4 de noviembre de 1946 como parte del proceso colonizador más reciente; en ese momento se destaca el emprendimiento industrial de la “Compañía Arriazu, Moure y Garrasino, Obrajes y Aserraderos SRL”. Esta empresa “se dedicaba preferentemente a la explotación forestal en el Alto Uruguay y conducía maderas en bruto hasta Santo Tomé donde poseía un aserradero” (Alcaraz, 2009:16), la misma adquirió y escrituró en dos millones de pesos, unas 110 mil hectáreas de tierra (Bogado, 2018).

## Mapa 3: Ubicación de la Colonia Garuhapé



Fuente: Tschumi (1948).

Por otra parte, la compañía destinó una porción de parcelas para el loteo de tierras en lo que se denominó Colonia Garuhapé, siendo “[...] subdividida en lotes de 30 hectáreas, y sus tierras (sobre el Alto Paraná) son optas para cultivos de citrus. La subdivisión estuvo a cargo del agrimensor Sr. Alfred J. Pomar, asegurándose abundancia de agua en cada uno de los lotes resultantes” (Tschumi, 1948, p. 234). La venta comenzó en diciembre de 1946 (Imagen 1), prometiendo a los colonos la ocupación de tierras en forma definitiva, como también se observa en los anuncios del diario El Territorio (Imagen 1 y 2), con Escuela, Iglesia, sala de primeros auxilios, caminos ya construidos y agua en todos los lotes. Las primeras parcelas de tierras fueron vendidas a pobladores de la zona de Puerto Rico, entre ellos figura como el primer comprador Renno Reckziegel, en marzo de 1948 (Bogado, 2018).

**Imagen 1: Venta de Lotes en Garuhapé (18-11-1946)**

**COLONIA GARUHAPÉ**

Lo que los Colonos tanto deseaban  
**ES UNA REALIDAD**  
 Colonia Garuhapé inicia las ventas el 1º. de Diciembre próximo

**OFRECE:**

1. Tierras inmejorables con agua abundante
2. División ventajosa, con agua en todos los lotes
3. Ubicación espléndida: sobre la ruta N. 12 y el Río Paraná, entre las Colonias Puerto Rico, Poronoy y Monte Carlo
4. A 160 kilómetros de Posadas
5. Buenos caminos
6. Escuela, Iglesia y Primeros Auxilios
7. Trabajo

**Títulos Perfectos Con facilidades de Pago**  
**ARRIAZU, MOURE y GARRASINO S. R. Ltda.**  
 Obrajes y Aserraderos  
**CAPITAL \$ 2.000.000,00**  
 SAN MARTÍN 88 BUENOS AIRES

**INFORMES:**

EN PUERTO RICO: CARLOS & C. S. DE P. R. S. R. L. EN POSADAS: S. R. POSADAS S. R. L. EN CAMPO GRANDE: J. S. R. L. S. R. L.

Fuente: El Territorio, 1946 y 1947.

**Imagen 2: Venta de Lotes en Garuhapé (13-02-1947)**

**Colonia Garuhapé**

Ya están en venta los lotes de esta Colonia lindera con PUERTO RICO

**OFRECEMOS:**

- 1ro. División racional de la tierra practicada por el Agrimensor señor Pomar, con agua en todos los lotes.
- 2do. Tierras excelentes
- 3ro. Caminos construidos
- 4to. Trabajo a quien lo desea

**Títulos Perfectos Inmediatos**  
**FACILIDADES DE PAGO**  
**ARRIAZU, MOURE & GARRASINO S.R.L.TDA.**  
 CAPITAL \$ 2.000.000,00 m/n

**INFORMES:**

EN PUERTO RICO: CARLOS & C. S. DE P. R. S. R. L. EN POSADAS: S. R. POSADAS S. R. L. EN CAMPO GRANDE: J. S. R. L. S. R. L.

Fuente: El Territorio, 1946 y 1947

Alrededor del establecimiento se fueron levantando, entre los años 1946 y 1950, una serie de viviendas y construcciones destinadas a los trabajadores de la compañía y de los talleres (El territorio, 2004; Bogado, 2018). Con el paso del tiempo, alrededor de la Cía. Arriazu, Moure

y Garrasino, se construyó una serie de establecimientos y viviendas; por ejemplo, en 1947 la primer vivienda o Casa Blanca (Bogado, 2018) y el edificio de la sede administrativa:

[..] se construyó un edificio de madera de dos plantas, en cuya planta baja funcionaría la nueva administración, trasladada desde Puerto Rico, y su planta superior fue destinada a oficiar de vivienda del jefe administrativo y sus colaboradores” (El Territorio, 2004).

Durante el año 1953 este edificio fue alquilado por Sr. Honorio Blanco quien puso en mantenimiento la primera hostería y, posteriormente, fue donado por la compañía para la escuela particular de la empresa Arriazú, Moure y Garrasino (Bogado, 2018):

Recién el 26 de octubre de 1956, las autoridades educativas de la Nación dieron el visto bueno para que la institución pasara a ser una escuela pública para que asistieran los numerosos niños que, a esa altura, formaban parte de la creciente masa demográfica de la comuna de Garuhapé (El Territorio, 2004).

**Imagen 3: Casa Blanca**



Fuente: Municipalidad de Garuhapé, 2020 (Facebook)

**Imagen 4: Edificio Administrativo de la Compañía**



Fuente: Municipalidad de Garuhapé, 2020 (Facebook)

La oficialización del nombre Garuhapé fue establecida el 24 de mayo 1957, por decreto 1025 del Interventor a cargo del Poder Provincial, y el 6 de agosto de 1959 fue designada la

primera autoridad municipal, José Mücke, por decreto 2032; al tiempo que se formó la comisión de fomento, a raíz del aumento del incremento demográfico y de la demanda de los pobladores (decreto 1313/59). Paralelamente a este poblamiento de mitad de siglo, la empresa fundó una fábrica de terciados en otro terreno, aglutinando a 20 familias (El Territorio, 2006), en las cercanías de la zona céntrica de Garuhapé; lugar que pasaría a denominarse Garuhape-Mí o poblado “San Miguel” (Somos Puerto Rico, 2020). Es decir que la presencia de la empresa fue clave para la ocupación territorial y la radicación de los pobladores en la zona, ya que se constituyó en la principal fuente de trabajo de gran porcentaje de las familias residentes en el lugar. Es más, el aumento demográfico determinó la creación del primer centro educativo: la Escuela N. ° 344 (Somos Puerto Rico, 2020).

Las décadas del 60, 70 y 80 fueron de gran prosperidad para la Colonia Garuhapé: la instalación de población japonesa y la conformación de la Colonia Lujan (Páez y Echenique, 2019); la construcción de nuevos caminos y obras en la localidad (decreto 717/60), la inauguración de la plaza central de la colonia (con el predio donado por la compañía), el centro de salud propio y los primeros centros religiosos, financiados por el gobierno provincial (decreto 458/60 y decreto 319/62). En simultáneo, hubo un gran aumento demográfico, registrado en las guías turísticas de 1970 y los registros del censo poblacional y de viviendas de 1980 (datos provisorios), donde se aprecia un gran aumento de la población:

**Imagen 5: Población de Garuhapé (1970)**

Dpto. LDOR. GRAL. SAN MARTIN . . . .	32.202
Puerto Rico . . . . .	13.153
Puerto Leoni . . . . .	1.645
Capióví . . . . .	4.323
Ruiz de Montoya . . . . .	2.064
Garuhapé . . . . .	2.315
El Alcázar . . . . .	3.877
Dos de Mayo . . . . .	4.825

Fuente: Guía Turística de Misiones 4ta edición

**Imagen 6: Población Total – varones – mujeres (1980)**

DPTO. L. G. S. MARTIN	29,969	15,349	14,620
Capióví	8,853	4,587	4,266
Garuhapé	9,544	5,024	4,520
Pto. Rico	11,572	5,738	5,834

Fuente: Provincia de Misiones: Censo de Población y viviendas

La compañía maderera funcionó hasta 1980, cuando las fábricas de terciados y aserraderos pasaron a mano de otras sociedades hasta 1998, entonces finalizaron las actividades de tales empresas tanto en Garuhapé como Garuhape-Mí. Las prácticas actuales de los habitantes giran en torno a la producción e industrialización de envasados, Elena Goralewski (pobladora del Paraje 3 de mayo) quien impulsó la creación de una fiesta en relación a tales actividades desde el año 2016 -“La Fiesta Provincial del Envasado y productos artesanales regionales”- (Leal, 2021). Esta nueva festividad cuenta con el apoyo de las autoridades, tiene relevancia municipal y provincial y se constituyó en una de las celebraciones representativas del pueblo:

[...] es una celebración que, selectivamente, los pobladores de Garuhapé tomaron como referencia para distinguirse del resto de los pueblos y las poblaciones pertenecientes a la comunidad misionera; es decir que seleccionaron y se apropiaron de un evento y lo hicieron suyo en un acto de, cómo lo diría Hobsbawm, “invención de la tradición” (Leal, 2021, p. 12)

#### **Imagen 7: Elena Goralewski**



Fuente: Misiones Online (2016)

Después de este recorrido general se puede observar que la instalación de la Compañía AMG fue clave para el progreso de la zona, no solo por fomentar el levantamiento de viviendas, edificios educativos y administrativos, sino porque proporcionó fuente de trabajo para los pobladores de la zona, hasta fines de los 90. No obstante, se observa una ocupación territorial variada en su composición social, desde la creación de la colonia Garuhape-Mí, con la incorporación de diversos grupos étnicos y comunidades nacionales, europeas, asiáticas y fronterizas. Últimamente, se evidencia la voluntad de reinventar prácticas creando nuevas festividades representativas de la identidad local.

## **A manera de conclusión**

La historia regional y local, a partir de su advenimiento en la historiografía, trajo consigo una renovación completa y total sobre la manera de pensar y hacer historia. Esta nueva mirada y perspectiva de construcción de las historias marginadas y de la periferia permitió no solo puso al descubierto una mayor complejización en la forma de construir el proceso histórico y la visualización de variados sujetos sociales, sino que, además, dio paso a la deconstrucción de la historia nacional, apostando a la focalización de problemáticas y territorialidades a múltiples escalas.

Los nuevos elemento digitales y digitalizados, concentrados en los nuevos centros en el ciber mundo, son de gran relevancia a la hora de mirar el pasado desde estas nuevas perspectivas, ancladas en lo regional/local, ya que, al no poder contar con archivos y repositorios centralizados de documentos oficiales, las nuevas fuentes reunidas en repositorios locales y de familias, circulan en la web y son valiosas para el historiador, ya que dan cuenta de cuestiones antes desapercibidas.

El caso de la colonización y fundación de la colonia Garuhapé, como estudio de caso, no es ajeno a lo anteriormente desarrollado. La colonización privada fue un factor decisivo en la ocupación territorial del Alto Paraná, impulsada por empresas y compañías colonizadoras de origen privado que sostuvieron a la población en nuevos poblados y ampliaron el proceso colonizador ya entrado el siglo XX.

Sin embargo, ello da cuenta de nuevas etapas de la colonización, ya insertas en el marco provincial, que han sido escasa y fragmentariamente estudiadas, solo abordadas a partir de ciertos temas o aspectos, sin embargo, queda por incursionar en el surgimiento de los nuevos pueblos respecto de problemáticas sustanciales. Esta última temática se constituye en una línea de interés puesto que la participación de los sujetos y sus protagonismos han cobrado mucha significatividad en los procesos de la historia contemporánea. El caso de Garuhapé, apuesta a ser uno de esos intentos por sumergirnos en las problemáticas de los pueblos, a fin de delinear nuevas etapas en los nuevos tipos, prácticas y sujetos que intervienen en el impulso colonizador.

## **Referências**

ALCARÁZ, Alberto Daniel. Concentración de la tierra en el Territorio Nacional de Misiones a fines del siglo XIX. *XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche*. San Carlos de Bariloche: Universidad Nacional del Comahue, 2009. Disponible en: <https://cdsa.academica.org/000-008/547> Consultado el: 29 de noviembre 2021

BOGADO, Nazario. *Garuhapé, La historia de un pueblo*, 2018

BRESCIANO, Juan Andrés. El Historiador, los archivos y los medios informáticos, *Ricerche Storiche Salesiane, Rivista semestrale di Storia Religiosa e Civile*. Roma: Librería Ateneo Salesiano, Año XXI, N° 1, pág. 157-178, 2002. Disponible en: [https://biblioteca.unisal.it/repository/RSS\\_vol40\\_2002\\_A021\\_n1\\_50-V2-6\\_SL-18-C-13.pdf](https://biblioteca.unisal.it/repository/RSS_vol40_2002_A021_n1_50-V2-6_SL-18-C-13.pdf) Consultado el: 29 de noviembre 2021

BRESCIANO, Juan Andrés. Historia local en tiempos de internet. Nuevos cauces para una especialización disciplinaria. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 6, no. 12. pág. 05 – 22, 2014 Disponible en: [https://www.researchgate.net/publication/287504882\\_La\\_Historia\\_Local\\_en\\_tiempos\\_de\\_internet\\_Nuevos\\_cauces\\_para\\_una\\_especializacion\\_disciplinaria](https://www.researchgate.net/publication/287504882_La_Historia_Local_en_tiempos_de_internet_Nuevos_cauces_para_una_especializacion_disciplinaria) Consultado el: 29 de noviembre 2021

EIROA, Matilde. El pasado en el presente: el conocimiento historiográfico en las fuentes digitales, en PONS, Analet y EIROA, Matilde (editoras) *AYER: HISTORIA DIGITAL: UNA APUESTA DEL SIGLO XXI, REVISTA DE HISTORIA CONTEMPORÁNEA*, vol. 110, no. 2, pág. 83 – 109, 2018. Disponible en: <https://revistaayer.com/articulo/1282> Consultado el: 29 de noviembre 2021

FAVARO, Orietta y SCURI, Carlina María. La trastienda de la Historia Regional en FAVARO, Orietta (comp.) *Sujetos sociales y políticas. Historia reciente de la Norpatagonia Argentina*, Buenos Aires: La Colmena CEHEPYC, Centro de Estudios Históricos de Estado, Política y Cultura, p. 9 – 17, 2005. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/cgi-bin/library.cgi?e=d-11000-00---off-0ar%2FarZz-003--00-1----0-10-0---0---0direct-10---4-----0-01--11-es-Zz-1---20-about---00-3-1-00-0--4----0-0-01-00-0utfZz-8-00&a=d&c=ar/ar-003&cl=CL3.4&d=D4043> Consultado el: 29 de noviembre 2021

GALLERO, Maria C. Aportes de la cartografía histórica para una historia ambiental en Misiones, Argentina (1880-1980) *História: Debates e Tendências* – vol. 16, no. 1, pág. 113-134, 2016. Disponible en: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/43830/CONICET\\_Digital\\_Nro.2495479f-37ee-422f-bfea-64a4cba5bdb4\\_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/43830/CONICET_Digital_Nro.2495479f-37ee-422f-bfea-64a4cba5bdb4_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y) Consultado el: 29 de noviembre 2021

GALLERO, María Cecilia y KRAUTSTOFL, Elena M. Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970), *Avá*, no. 16, pág. 245 – 264, 2009. Disponible en: [http://www.ava.unam.edu.ar/images/16/pdf/ava16\\_gallero\\_kraustofl.pdf](http://www.ava.unam.edu.ar/images/16/pdf/ava16_gallero_kraustofl.pdf) Consultado el: 29 de noviembre 2021

LEAL, Gabriel Horacio. Ciberespacio e Historia Local. Compartiendo Memorias del pueblo de Garuhapé (Misiones, Argentina), *XL ENCUESTRO DE GEOHISTORIA REGIONAL 03, 06 - 10 de septiembre*, Instituto de Investigaciones Geohistóricas (IIGHI – CONICET / UNNE), Resistencia – Chaco, 2021.

LEONI, María Silvia. Historia y región: la historia regional de cara al S. XXI, *Folia Histórica*, N 24, IIGHI-IH-CONICET/UNNE, Resistencia, pág. 169 – 180, 2015. Disponible en: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/fhn/article/view/307> Consultado el: 29 de noviembre 2021

MAN, Ronen. La noción de Frontera como espacio social de interacción y como unidad de análisis para la historia regional, en *Anuario Digital N° 3*, Facultad de Humanidades y Artes (UNR), pág. 217-228, 2012. Disponible en: <https://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/3668/211-839-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Consultado el: 29 de noviembre 2021

MEDINA, Ana Belén (2018) Reflexiones sobre la importancia de la extensión universitaria: experiencia San Javier, *Revista de Extensión Tekoha*, vol. 6, no. 4, pág. 21 – 29. Disponible en: <https://edicionesfhyics.fhyics.unam.edu.ar/index.php/tekoha/article/view/189> Consultado el: 29 de noviembre 2021

OVIEDO, Norma. *Cerro Corá: aportes para la reconstrucción histórica de un municipio del sur de Misiones, Argentina: fines del S. XIX y mediados del S. XX*, Posadas: EDUNAM, 2018.

OVIEDO, Norma. Configuraciones familiares, territorialidad y relaciones de poder en Misiones (1ra. PARTE DEL SIGLO XX). *Revista Geografía en Questao*. Vol. 13 no. 2, pág. 24-51, 2020. Disponible en: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24738>; Consultado el: 29 de noviembre 2021

PÁEZ, Sergio L. A. y ECHENIQUE, Nora I. La inmigración japonesa en la provincia de misiones, el caso de Colonia Luján. *Actas Científicas GAEA, 80 Semana de la Geografía*, Sociedad argentina de estudios geográficos, septiembre 4- 7, 2019; Corrientes, Argentina. pág. 101-109, 2019. Disponible en: [http://www.gaea.org.ar/ACTAS\\_2019/PAEZ.pdf](http://www.gaea.org.ar/ACTAS_2019/PAEZ.pdf) Consultado el: 29 de noviembre 2021

SOTOLONGO CODINA, Pedro y DELGADO DÍAZ, Carlos. El nuevo saber en construcción y las ciencias sociales en *La Revolución contemporánea del saber y la complejidad social*. Colección Campus Virtual. Bs. As. FLACSO, p. 23 – 34, 2006. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1510.dir/soto2.pdf> Consultado el: 29 de noviembre 2021

### **Fuentes digitales**

Garuhapé cumple 58 años (04 de noviembre de 2004), El Territorio.

<https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2004/11/04/20432-garuhape-cumple-58-anos>

56 años atrás nació el paraje Garuhapé Mí (30 de septiembre de 2006), El Territorio.

<https://www.eltterritorio.com.ar/noticias/2006/09/30/91817-56-anos-atras-nacia-el-paraje-garuhape-mi>

Somos Puerto Rico [somospuertorico] (28 de septiembre de 2020) Garuhape Mí, ante un nuevo aniversario [Imagen adjunta] [Publicación de estado]. Facebook.

<https://www.facebook.com/somospuertorico/posts/3944707005556307>

### **Fuentes escritas (digitalizadas)**

DECRETO 1313 (20 DE MAYO DE 1959)

DECRETO 2032 (6 DE AGOSTO DE 1959)

DECRETO 319 (12 DE FEBRERO DE 1962)

DECRETO 458 (19 DE FEBRERO DE 1960)

DECRETO 1025 (24 DE MAYO DE 1957)

DECRETO 717 (15 DE MARZO DE 1960)

El Territorio, jueves 13 de febrero de 1947, Año XXII N° 7.670, Posadas, Misiones.

<http://138.117.77.251/bitstream/handle/bpm/581/ElTerritorio1947-13Febrero.pdf?sequence=13&isAllowed=y>



El Territorio, lunes 18 de noviembre de 1946, Año XXII N° 7.597, Posadas, Misiones.  
<http://138.117.77.251/bitstream/handle/bpm/576/ElTerritorio1946-18Noviembre.pdf?sequence=14&isAllowed=y>

Guía Turística de Misiones, cuarta edición – 1970.

PAZ SOLDÁN, Mariano Felipe (1888), Atlas Geográfico Argentino.

PROVINCIA DE MISIONES: Censo de Población y viviendas – Resultados Provisorios – octubre 1980

TSCHUMI, Eric (1948). Tierra Colorada. Síntesis agraria, industrial, comercial, cultural, turística y biográfica del Territorio Nacional de Misiones. Bs. As., Talleres Gráficos Alemann y Cía. S.A.G.I.

VASCO, C. A. S. (1871 y 1879). Croquis topográfico de las Misiones del Alto Paraná.

# TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE SUA ATUALIDADE

Gabriel Varreira Gasperin, Universidade de Passo Fundo

**Resumo:** A pesquisa busca realizar, a exemplo de Michael Lowy em seu último capítulo da obra *O que é Cristianismo da Libertação - Religião e Política na América Latina* (2016), construir uma reflexão sobre a atual situação da Teologia da Libertação, respondendo a uma pergunta: teria a Teologia da Libertação chegado ao seu fim? O recorte espacial é na América do Sul, local em que a Teologia da Libertação tem profundas raízes. A presente pesquisa é fruto de uma tentativa de objetivar a atual situação da Teologia da Libertação, corrente progressista dentro da igreja católica, cuja dedicação é a libertação dos oprimidos. O presente trabalho divide-se em dois segmentos: o primeiro visa construir uma gênese histórica da Teologia da Libertação, a fim de entendermos do que se trata e como se desenvolveu. A segunda parte é uma análise da atual situação da TdL, buscando, enfim, responder ao questionamento acima mencionado. A referência bibliográfica parte da obra principal de Michael Lowy (2016), mas não se limita a ela: artigos, dissertações e outros livros também qualificam a pesquisa. Em suma, conclui-se que a Teologia da Libertação não chegou ao fim, havendo diversos espaços de atuação, entretanto é necessário uma reformulação da sua parte teórica e de suas ações, a fim de contemplar a atual conjuntura da América do Sul.

**Palavras chave:** Teologia da Libertação; Atualidade; América do Sul.

## A Teologia da Libertação: uma gênese histórica

Para iniciarmos nossa compreensão dos assuntos tratados, é necessário que seja realizada uma análise histórica da Teologia da Libertação, a fim de entendemos nosso objeto de estudo. O objetivo desta seção, trata-se desta análise, pois, uma vez analisada, conseguimos ter um ponto de partida e com isso, podemos construir com o leitor que não conhece a TdL, um breve estudo para conseguir situá-lo.

É imprescindível que haja um breve comentário em relação à igreja europeia, em especial, acerca dos católicos franceses, que iniciaram o pensamento progressista cristão. Quem explica isso é o historiador Eduardo Matheus de Souza Dianna, em seu artigo *A Teologia da Libertação e o Movimento dos Cristãos para o Socialismo no Chile entre os anos de 1970 e 1973* (2016). O autor salienta que “é interessante observar as aspirações socialistas dos padres franceses desde os anos 1930 que culminaram num processo de ‘abertura’ da Igreja europeia, a partir dos anos 1960, e da Igreja latino-americana, a partir dos anos 1970”. (DIANNA, 2016, p. 3).

Portanto, a TdL recebera influência de pensadores europeus, em especial de Charles Péguy (1873-1914), católico francês e membro do Partido Socialista, que colaborou teoricamente para o processo de abertura eclesial acima mencionado.

Pensando historicamente, a Teologia da Libertação tem seu berço nos anos 1960, quando surgiu uma nova consciência sobre "ser igreja", em especial com o Concílio Vaticano

II, convocado pelo Papa João XXIII. O Concílio foi um marco histórico para os católicos, pois diversas mudanças ocorreram nesse processo. Conforme consta no *Cadernos Teologia Pública*<sup>202</sup>, o Concílio Vaticano II (LIBÂNEO, 2005, p. 5)

encerrou a longa etapa da Contra-Reforma e da neocristandade, modificando profundamente o clima da Igreja. A sua contextualização implica vários passos:

1. Alguns traços da Igreja da Contra-Reforma;
2. Realidades socioculturais que provocaram a crise desse modelo;
3. A crise dentro da Igreja, provocada pela entrada da modernidade;
4. Fatores imediatos que decidiram sobre a convocação e a orientação do Concílio nos seus inícios;
5. Evento conciliar.

Nesse sentido, é perceptível que a igreja tenha tentado atrair seus fiéis tornando-se mais acessível, principalmente, para a juventude.

Outra conferência a ser destacada é a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que ocorreu em Medellín, em 1968. A partir desses dois encontros, a Teologia da Libertação começou a ganhar forma, por meio da análise social sobre o subcontinente latino-americano.

Portanto, alguns teólogos e intelectuais, como o peruano Gustavo Gutiérrez e o brasileiro Leonardo Boff, começaram a construir a ideia de que era necessário cada vez mais olhar para as classes subalternas e ajudá-las em sua libertação, a exemplo do povo israelita que se libertou da escravidão no Egito, conforme o livro do Êxodo.

A Teologia da Libertação se constitui sob uma ótica, sobretudo da igreja, para com os oprimidos. É a experiência e a opção pelos pobres, "é lutar a favor dos direitos humanos violados" (BOFF, 1975, p. 9), seguindo o exemplo de Jesus. Interpretar esse tipo de teologia é fazer a opção pela libertação. Para Boff, essa característica se dá pelo processo de romper com a dominação da burguesia sobre os pobres e, conseqüentemente, romper com a opressão que se dá por meio da chamada luta de classes.

Segundo Boff, em sua obra *Teologia do Cativo e da Libertação* (1975), os países subdesenvolvidos estão à margem dos países desenvolvidos, e cada vez mais excluídos pelo projeto liberal. Para isso, o autor defende ser necessária a construção de um projeto de libertação, opondo-se ao assistencialismo prestado pela igreja.

<sup>202</sup> A publicação dos *Cadernos Teologia Pública*, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade (2005, p. 3).

O historiador Sandro Ramon Ferreira da Silva também analisa a TdL a partir de uma perspectiva histórica. A escolha desse autor foi baseada em sua dissertação *Teologia da Libertação: Revolução e Reação Interiorizadas na Igreja* (2006), que, por sua vez, apresenta a construção da TdL no âmbito histórico e social. Em outras palavras, traz relações – assim como Michael Löwy – entre a TdL e os processos revolucionários, além de incluir no estudo o exemplo do Brasil com as Comunidades Eclesiais de Base.

Aqui, cabe destacar a importância do papel de Medellín, cidade pertencente à Colômbia, o berço da Teologia da Libertação. Significativamente, é expressivo e representativo que seja em um país latino-americano. Quem relata melhor essa relação é o doutor em Ciências Teológicas, Agenor Brighenti, no seu artigo *Medellín e Teologia da Libertação: muito mais que uma relação histórica* (2018). Segundo o autor, não haveria Teologia da Libertação sem Medellín (BRIGHENTI, 2018, p. 545). Por essa razão, começa ali, em um país sul americano, a ascensão de uma teologia que viria ser voltado para o subcontinente.

### **Teologia da Libertação: uma breve análise no contexto atual**

Esta seção busca analisar como se encontra a Teologia da Libertação no atual contexto. Uma vez realizada uma historiografia do seu desenvolvimento, podemos analisar como ela está atualmente, agora em outro contexto político, social e histórico.

Paulo Freire (1959, p. 23), em sua obra *Educação e Atualidade brasileira*, inicia ponderando que “não há atualidade nacional que não seja processo histórico. Desta forma, toda atualidade é dinâmica e se nutre, entre outros valores, dos que se situam no ‘ontem’ do processo”. É nesse sentido que a Teologia da Libertação vai se encontrar: em um contexto de processo histórico que se renova e atualiza.

Ao findar o século XX e no alvorecer do século XXI, a América Latina passou por um processo político e social transformador e renovador. Um dos fatores de maior relevância foi a ascensão dos partidos progressistas em quase todo o subcontinente. Este fator foi relevante para que a TdL conseguisse ganhar adeptos e continuasse seu projeto de olhar voltado aos oprimidos.

Mairon Escorsi Valério, em seu artigo *A teologia da libertação argentina e a identidade cultural da América Latina* (2012), apresenta a TdL como aliada ao peronismo e seu projeto anti-imperialista de revolução nacional-populista (p. 68). Isso quer dizer, também, que não optou por correntes marxistas (p. 67)<sup>203</sup>. Dado esse fato, a TdL adaptou-se ao peronismo, sendo

<sup>203</sup> Segundo Mairon Escorsi Valério, essa opção ocorreu em torno do surgimento de uma questão sócio-cultural (p. 67). Em outras palavras, isso ocorreu para que fosse construída a possibilidade de uma verdadeira libertação nacional por meio de um socialismo latino-americano (p. 68).

um movimento que persiste forte nas ideologias argentinas, em que o maior exemplo é a eleição da chapa de Alberto Fernández e Cristina Kirchner, aliados à ideologia peronista. Portanto, essa adaptação tornou-se relevante para que a TdL continuasse com suas ideias, formando uma via própria da Teologia da Libertação voltada para os projetos nacionalistas.

Já no Chile, a TdL é diferente em relação ao caso argentino. Os marxistas e católicos fizeram um esforço para construir uma aliança contundente rumo ao objetivo de formar o “Cristianos por el Socialismo”, por volta de 1965. Quem afirma isso é o historiador Eduardo Matheus de Souza Dianna em seu artigo *A Teologia da Libertação e o Movimento dos Cristãos para o Socialismo no Chile entre os anos de 1970 e 1973* (2016). Segundo ele, “no Chile, o diálogo entre o marxismo e o cristianismo tem como marco o ano de 1965” (DIANNA, 2016, p. 3), e, em um primeiro momento, “marxistas e cristãos naquele ano se juntaram para denunciar a invasão norte-americana na República Dominicana”. (DIANNA, 2016, p.3).

Além disso, como demonstra o autor, essa aliança formada por católicos e marxistas foi fundada com a ideia de Salvador Allende e contribuiu para a construção da Unidade Popular (UP). Assim, afirma Dianna (2016, p. 11):

Os Cristianos por el Socialismo aparentam ter sido uma das criações mais genuínas do singular contexto da tentativa de revolução socialista proposta por Salvador Allende nos anos de 1970 a 1973. A criação e o desenvolvimento do grupo só foram possíveis graças ao diálogo - iniciado no Chile em 1965 - entre duas forças que num primeiro momento parecem antagônicas: o cristianismo e o marxismo.

Então, pode-se afirmar que a TdL esteve atrelada com a esquerda chilena e ajudou a construir um movimento de base e revolucionário, proposto pela Unidade Popular (UP). Nesse sentido, serviu como aporte teórico para esse movimento. Como afirma o autor,

os Cristianos por El Socialismo tomaram conta da sua realidade e passaram a tentar construir um conjunto de ideias que levassem em conta a importância e a emancipação do trabalhador, esse corpo de ideias estava estreitamente ligado ao Evangelho cristão, à Teologia da Libertação e em ideias seletivas do marxismo (DIANNA, 2016, p. 11).

A partir dessas situações, é possível situar um momento que foi uma reviravolta para a igreja latino-americana e, conseqüentemente, para a TdL. No ano de 2013, a Igreja Católica realizava mais um conclave, no qual definiu Jorge Mario Bergoglio para ser pontífice. Escolhendo o nome de Francisco - por pertencer aos franciscanos – já mostrava por qual linha seguiria nos próximos anos. Uma das razões desta reviravolta, em escolher um argentino para o cargo supremo da Igreja, foi o pontificado de Bento XVI.

Fica evidente que a Igreja Católica estava em crise e precisava de uma renovação. Um dos caminhos para isso foi a chegada de Jorge Mario Bergoglio ao papado, que adotou o nome de Francisco. Isso foi algo que impactou todo o mundo, tanto é que se tornou o primeiro Papa latino-americano a assumir esta condição.

O trabalho *O Papa Francisco e a Teologia da Libertação* (2007), escrito por Antonio Manzatto, professor da Faculdade de Teologia da PUC-SP, mostra que

o primeiro jesuíta e o primeiro latino-americano a assumir o papado, e que decidiu chamar-se Francisco. Suas primeiras palavras e seus primeiros gestos já apontavam para uma novidade inesperada, a de simplicidade e humanidade. Seu posicionamento inicial, que seria coroado mais tarde, trazia à tona o que o Concílio Vaticano II havia proposto há cinquenta anos. Preferindo apresentar-se como bispo de Roma, decidiu também habitar aposentos mais simples, trabalhar em equipe e, em colegialidade, promover as reformas que se esperavam dele (MANZATO, 2007, p. 195-196).

Desse modo, o Papa Francisco demonstra uma aproximação com a TdL, principalmente em relação às pautas sociais e às ações pastorais.

Portanto, com a figura de Francisco, a TdL ganha espaço e força. Entretanto, mesmo que a Igreja Católica tenha renovado e buscado um alinhamento com as pautas sociais, há um fator que precisa ser destacado: o aumento das igrejas evangélicas em regiões classificadas como periferias.

Para a discussão envolvendo esse tema, o Instituto Humanitas Unisinos (IHU) realizou uma entrevista com a professora da Universidade Federal de Fluminense, Christina Vital da Cunha<sup>204</sup>. Antes de tudo, cabe destacar uma estatística expressiva. Segundo o último censo promovido pelo IBGE, em 2010, o número de evangélicos no Brasil era de 22,22% da população brasileira, ou seja, representava 42.275.440.205. Embora não haja números atualizados desde 2010, pode-se presumir que esse número tenha aumentado.

Deve haver o questionamento acerca de por qual razão essa ascensão vem ocorrendo. Entre os diversos motivos, a professora da UFF salienta que os evangélicos acabam apegando-se a uma espécie de Teologia da Prosperidade, que ela define como “um caráter motivacional e que impulsiona as pessoas ao sucesso, orientando-as a não se limitarem” (VITAL, 2017). Isso, aliado com o fato de que o maior número de evangélicos está nas periferias e, portanto, ocorre mais violência e desigualdades, incentiva para que se sintam valorizados e motivados.

<sup>204</sup> Ver mais em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/566480-a-ascensao-da-cultura-pentecostal-nas-periferias-brasileiras-e-a-influencia-dos-evangelicos-na-politica>.

<sup>205</sup> Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>.

Esse apego às questões motivacionais traz uma mensagem de esperança e conforto para aqueles que se enxergam perante as desigualdades e, embora a Teologia da Libertação busque enfrentar essas desigualdades e a opção pelos pobres, faz isso em uma ideia dentro de uma coletividade, ou seja, trabalhando o ser social, construído em conjunto. No que tange aos evangélicos, essa superação da pobreza não acontece no coletivo, mas sim no individual.

Sendo assim, não é necessário o outro indivíduo, *em conjunto a mim*, para que as desigualdades sejam superadas, bastando apenas o “eu”.

Outro fator que faz com que os evangélicos consigam adeptos é a forma como eles dialogam com seus fiéis, utilizando de uma linguagem que os motiva. A linguagem que os pastores utilizam conseguem representar os fiéis. Lembrando que as igrejas evangélicas não estão apenas nas periferias, entretanto, cresceram expressivamente nessas áreas.

Mesmo com o aumento dos evangélicos em alguns setores, a TdL ainda possui alguns representantes. Neste caso, de forma recente, cabe destacar a figura do padre Júlio Lancellotti que, há 35 anos, trabalha com os moradores de rua de São Paulo. Um padre que nesse período denunciou o sistema desigual que assola os moradores de rua e os coloca nessas condições. Segundo o site do UOL, atualmente, mais de 500 pessoas se deslocam até sua paróquia para se alimentar. Além disso, o sacerdote trabalhou com portadores de HIV e a população LGBTQI+. Porém, há um preço por essas atitudes.

Conforme o Novo Testamento apresenta, Jesus Cristo era um operário que dedicou parte da sua vida para com os mais vulneráveis. Embora o padre acima citado tenha seguido o exemplo de Cristo, fora condenado por essas ações.

O que se trata em questão, ao observarmos essa situação, é que há um conflito de conservadores religiosos contra o campo progressista e popular, adeptos da Teologia da Libertação.

Em relação a um plano maior, pode-se observar a América Latina em que os evangélicos também cresceram significativamente. Esta afirmação pode ser encontrada na revista IHU (Instituto Humanitas Unisinos)<sup>206</sup>. De acordo com o artigo publicado no site, escrito por Alver Mettalli (2018): “Os resultados do Per Research Center atualizados também em 2014 mostram que os católicos latino-americanos baixaram a 69% da população total, enquanto os evangélicos em seu conjunto subiram a 19%”.

<sup>206</sup> Ver mais em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586680-os-evangelicos-e-o-poder-na-america-latina>.

Esse dado é significativo, porém, não o é aleatório. Pode-se ver dois exemplos em que o governo não conseguiu dialogar com a religião católica. No caso da Bolívia, por exemplo, conforme consta no artigo *Evo Morales e cristianismos na Bolívia: identidades em disputa* (2018), elaborado por Leonardo Gonçalves de Alvarenga e Nelson Lellis (2018, p. 154) – ambos da área da sociologia – o Cristianismo e as políticas de Evo Morales entraram em conflito, sobretudo, a partir da “criação do artigo 14 II – da Constituição da Bolívia”.

A partir desse artigo, a Bolívia tornou-se um estado laico. Entretanto, conforme é construído no texto, o ex-presidente criou esse artigo para reaproximar e valorizar a cultura local, uma vez que ela fora destruída com a chegada dos católicos europeus. Assim, diz o texto

A religião fazia parte de um contexto indissociável da colonização onde um dos objetivos era cristianizar os povos “pagãos”, enquanto que, como visto acima, em outro plano, pretendia-se enriquecer utilizando a força de trabalho nativo. Os povos conquistados eram considerados “menores” e pouquíssimos atingiam algum tipo de status frente aos seus conquistadores” (ALVARENGA, 2018, p. 158).

Esse movimento do presidente tinha por objetivo condenar a colonização católica no país que teria enfraquecido a cultura boliviana. Entretanto, teve um preço. O preço por isso foi a reação negativa dos católicos, em especial, os católicos conservadores. No contexto geral, isso era ofensivo à cultura católica, embora trouxesse à tona uma memória histórica dos povos dizimados pela colonização europeia.

Outro caso a ser observado nesse sentido é na Venezuela. Ocorreu no país venezuelano um fenômeno parecido ao fenômeno boliviano. O professor de Sociologia, David Smilde, elaborou uma pesquisa sobre a religião e política no país sul americano. Ele relata, em seu trabalho *Religião e Conflitos Políticos na Venezuela: Católicos e Evangélicos Frente ao Governo de Hugo Chávez* (2012), que o governo de Hugo Chávez favoreceu os evangélicos ao ponto de receber apoio político dos mesmos. Isso se deve ao fato de que, no país, a maioria dos evangélicos são “pobres” e se sentem representados pelo discurso de Chávez contra as elites (SMILDE, p. 17, 2012). Ainda nesse texto, é apresentado como uma parte do clero católico apoiou uma tentativa de golpe contra o ex-presidente no ano de 2002.

Ao pensar em ambas as situações, tanto da Bolívia quanto da Venezuela, pode-se perceber que o catolicismo – portanto, a TdL – não ganhou forças e representações, ao contrário, enquanto Evo Morales tornava o país laico, Hugo Chávez voltava seu olhar para os evangélicos para conseguir apoios estratégicos. Entretanto, como observamos anteriormente, a TdL ganhou força e espaço em países do continente sul americano.



## Considerações finais

No intuito de finalizar essa reflexão e, portanto, essa seção, a pergunta inicial era: Teria a Teologia da Libertação acabado? Infelizmente, não há como responder essa questão de forma concreta. O que pode ser dito é que foi reinventada através de diversos fatores. A chegada de um papa do campo progressista, a continuação dos encontros das CEB's – em especial no Brasil – e o avanço dos governos progressistas no início do século XXI, trazendo um alinhamento com a TdL.

Como visto no capítulo anterior, Michael Löwy escreve sobre o Cristianismo da Libertação acrescentando que os movimentos sociais também são partes fundamentais da Teologia da Libertação. O que, de fato, precisa ser notado é que a cada processo histórico o Cristianismo da Libertação precisa continuar se reinventando.

Concluo refletindo que, com o intuito de trazer a libertação para a América Latina, os cristãos adeptos da TdL precisam continuar discutindo com as bases da igreja, estando cada vez mais próximos dela. Além disso, precisam denunciar as injustiças e preconceitos que hoje permeiam a sociedade. Caso contrário, além de perderem sua essência “revolucionária” e “libertadora”, perderão o apoio dos movimentos sociais e, assim, não terão forças para se reinventar.

## Referências

- ALVARENGA, Leonardo Gonçalves de; LELLIS, Nelson. Evo Morales e cristianismos na Bolívia: identidades em disputa. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Paraná. p. 153-174, set. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/43442/751375138166>. Acesso em: 09 set. 2020.
- BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Rio de Janeiro: Multinova, 1975. 132 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/354702851/Boff-Leonardo-Teologia-Do-Cativo-e-Da-Libertacao>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- BRIGHENTI, Agenor. Medellín e Teologia da Libertação: muito mais que uma relação histórica. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 544-575, ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p544/13553>. Acesso em: 07 out. 2020.
- CUNHA, Christina Vital da. *A ascensão da cultura pentecostal nas periferias brasileiras e a influência dos evangélicos na política*. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/566480-a-ascensao-da-cultura-pentecostal-nas-periferias-brasileiras-e-a-influencia-dos-evangelicos-na-politica>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- DIANNA, Eduardo Matheus de Souza. *A teologia da libertação e o movimento dos cristãos para o socialismo no Chile entre os anos de 1970 e 1973*. In: XIII Encontro DA ANPUH-MS: Histórias, democracia e possibilidades do saber histórico. Anais [...] Coxim: AnPUH-MS, 2016. p. 1-13. Disponível em:

- [http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477398528\\_ARQUIVO\\_textocompleto\\_Anpuh\\_EduardoDianna.pdf](http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477398528_ARQUIVO_textocompleto_Anpuh_EduardoDianna.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação Perspectivas*. Editora Loyola, 2000, p 368.
- LIBÂNEO, Carlos José. *Cadernos Teologia Pública*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos. 2005. Disponível em:  
<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/016cadernosteologiapublica.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.
- Löwy, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: Religião e Política na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 7-254.
- METTALLI, Alver. *Os evangélicos e o poder na América Latina*. 2019. Disponível em:  
<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586680-os-evangelicos-e-o-poder-na-america-latina>. Acesso em: 11 set. 2020.
- SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *Teologia da Libertação: revolução e reação interiorizadas na igreja*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em:  
<https://www.historia.uff.br/stricto/td/924.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- SMILDE, David. *Religião e Conflitos Políticos na Venezuela: católicos e evangélicos frente ao governo de Hugo Chávez*. *Religião & Sociedade*, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 13-28, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-85872012000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rs/v32n2/02.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.
- VALÉRIO, Mairon Escorsi. *A Historiografia da Teologia da Libertação na América Latina e a Questão dos Pares Assimétricos*. *Fronteiras*, Dourados – Mato Grosso do Sul, v. 14, n. 25, p. 161-181, 2012a. Disponível em:  
<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1729/1512>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- VALÉRIO, Mairon Escorsi. *A teologia da libertação argentina e a identidade cultural da América Latina*. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 66-84, jul. 2012b. Disponível em:  
<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/8880>. Acesso em: 17 nov. 2021.

## COLLEUSES - INTERVENÇÃO FEMINISTA E MANUTENÇÃO DO DISSENSO NO ESPAÇO PÚBLICO

Gabriela Traple Wieczorek (PPGAV/UFRGS)

**Resumo:** A partir do eixo expositivo das palavras (exclamadas) proposto por Georges Didi-Huberman na exposição *Levantes* e a afirmação de que “Poética não quer dizer longe da história(...) Há uma inteligência em particular inerente aos livros de resistência ou de levantes. Até que as próprias paredes tomem a palavra e que esta ilustre o espaço público, espaço sensível em sua totalidade (DIDI-HUBERMAN, 2017b, p.157), a comunicação pretende demonstrar um continuum de “ações que desafiam qualquer submissão a um poder absoluto” (GILI, 2017b, p.8) através de intervenções artísticas e políticas no espaço da cidade, partindo dos grafittis situacionistas de maio de 1968 e dos *cinétracts* de autoria coletiva do período, com destaque para a retomada do formato com um viés feminista por Agnès Varda em 1975, até uma contextualização do recente movimento das *Colleuses*, coletivo que aborda a questão das crescentes violências machistas e feminicidas na Bélgica e na França. A mobilização chega à notoriedade quando o número de casos de feminicídio salta para as centenas em ambos os países durante a pandemia do COVID-19. Especificamente na França, os coletivos feministas passam a cobrar agressivamente que o governo tome medidas mais severas contra os feminicídios e os abusos sexuais. Organizado através das redes sociais, o movimento conta com integrantes em quase todas as cidades de ambos os países. As ações são realizadas coletivamente através da colagem de “lambes” em locais que permitam alta visibilidade para as reivindicações dos coletivos feministas perante o governo, palavras de encorajamento às mulheres, e a memória das vítimas de feminicídio. Combinando o paradigma dos levantes com a criação de “espaços de dissenso” (CAPASSO, 2011) e a complexificação de diálogos com as instituições através das ruas como “meio natural das revoltas modernas” (KOZLOWSKI, 2008, p.18) é possível observar uma atualização e renovação do mesmo paradigma, de modo a inserir no cotidiano a discussão de problemas incômodos ou ignorados em prol de um discurso nacionalista de igualdade.

**Palavras-chave:** Colleuses; Arte Feminista; Levantes.

Tomando como base o paradigma dos levantes discutido pelo filósofo e historiador da arte Georges Didi-Huberman, levanto a possibilidade de uma atualização do mesmo, pensando a arte engajada feminista sob um paradigma de dissenso no espaço público. *Soulévements*<sup>207</sup>, exposição com pesquisa e curadoria de Didi-Huberman, ocorre em um momento de debates fervorosos sobre cultura e a sociedade francesa após os episódios traumáticos dos atentados de 2015 — em janeiro na sede do jornal Charlie Hebdo e no mercado kosher Hypercacher, e, de forma coordenada, em novembro no Stade de France e em diferentes pontos dos 10<sup>o</sup> e 11<sup>o</sup> arrondissements como o Bataclan e Le Petit Cambodge — e durante alguns dos momentos mais polêmicos da crise de refugiados na França, como o incêndio e destruição do acampamento *Camp de la Lande*<sup>208</sup>, em Calais. Durante o mesmo período, é importante

<sup>207</sup> Levantes, em português, a exposição teve diferentes versões durante seu período de itinerância em países da América Latina e Europa.

<sup>208</sup> Comumente chamada de “Calais Jungle” foi um acampamento de migrantes e refugiados que entravam na França pelo Porto de Calais após a travessia do Canal da Mancha. Foi destruída definitivamente em Outubro

lembrar, as manifestações contra a violência policial na França se tornam mais intensas após a morte de Adama Traoré e o *affaire Théo*, quando o jovem Théodore Luhaka foi espancado e sexualmente violentado por agentes policiais em Seine-Saint-Denis.

Realizada originalmente entre 18 de outubro de 2016 e 15 de janeiro de 2017 no Jeu de Paume, em Paris, a exposição é parte de uma pesquisa bastante extensa de Didi-Huberman acerca das memórias, signos e gestos dos levantes. Em diferentes suportes, as imagens são divididas em cinco eixos expográficos: elementos (desencadeados); gestos (intensos); palavras (exclamadas); conflitos (abrasados); desejos (indestrutíveis). São imagens poéticas como o as bandeiras da Revolução de 1830 pintadas por Léon Cogniet<sup>209</sup>, ou explícitas como os cadáveres dos *Communards* de 1871, que rememoram momentos de ruptura estética, social e política em diferentes temporalidades e regiões do mundo. De acordo com Martha Gili, diretora do Jeu de Paume, no prefácio da versão brasileira do catálogo:

Não se trata de construir uma narrativa cronológica ou de passar em revista, de maneira exaustiva, a história dos “levantes”. Existem milhares de representações do gesto “não”, do grito “basta!” ou do brado “não passarão!”. Mulheres, homens e crianças sabem disso, trabalhadores, artistas e poetas sabem disso, e também o sabem os que gritam, os que se calam, os que choram e os que fazem chorar. *Levantes* é uma montagem dessas palavras, desses gestos, dessas ações que desafiam qualquer submissão a um poder absoluto. (GILI, 2017b, p.8).

As manifestações proletárias e estudantis de Maio de 1968 são um dos momentos chave para a pesquisa de Didi-Huberman sobre o tema dos levantes populares, e poderia ser exemplificado por todos os eixos da exposição. Porém, é através da palavra que penso na atualização do paradigma dos levantes, através do discurso em dissonância que possibilita demais gestos, segundo a lógica do próprio Didi-Huberman:

Braços se ergueram, bocas exclamaram. Agora precisamos de palavras, frases para o dizer, o cantar, o pensar, o discutir, o imprimir, o transmitir. Por isso os poetas se situam “antes” da ação propriamente dita, como dizia Rimbaud nos tempos da Comuna. Atrás os românticos, à frente os dadaístas, surrealistas, letristas, situacionistas etc, que sustentaram poéticas insurreições. “Poética” não quer dizer “longe da história”, muito pelo contrário. Há uma poesia dos folhetos, desde a folha de protesto escrita por Georg Büchner em 1834, até as resistências digitalizadas de hoje, passando por René Char em 1943 e os “cinétracts” (cine-panfletos) de 1968. Há poesias específicas do papel-jornal e das redes sociais. Há uma inteligência em particular — atenta à forma — inerente aos livros de resistência ou de levantes. Até que as próprias paredes tomem a palavra e que esta ilustre o espaço público, espaço sensível em sua totalidade. (DIDI-HUBERMAN, 2017b, p.157).

de 2016 por ordens do governo.

<sup>209</sup> Léon Cogniet (1794 –1880) foi um pintor francês de retratos e pinturas históricas, além de exímio professor da École des Beaux-arts.

Ainda sobre os levantes de maio de 1968, um dos exemplos citados por Didi-Huberman é o dos *cinétracts* (fig.1 e 2), curta-metragens “panfletos” com duração de dois a cinco minutos, misturando diferentes estilos e gravados em 16mm. A autoria era anônima e coletiva, mas sabemos que diretores como Chris Marker, Jean-Luc Godard, Alain Resnais e Philippe Garrel trabalharam no projeto, engajados com o movimento em curso. Os curta-metragens são compostos, em sua maioria, de imagens de mobilizações nas ruas de Paris em justaposição com materiais gráficos ou intervenções gráficas no próprio filme. A cineasta de origem belga Agnès Varda também fez parte do time de cineastas engajados no movimento, e, ainda que sua extrema relevância para a vanguarda cinematográfica fosse reconhecida de forma mais completa posteriormente, em 1968 Varda já havia realizado, de forma sensível e engajada, os documentários *Salut Les Cubains* (1963) e *Black Panthers* (1968).

**Figura 1 - *Cinétracts*. Marker, Godard, Resnais et al. Captura de tela. Maio de 1968, Paris, França. Duração total: 99min**



Fonte: La Cinémathèque Française.

**Figura 2 - Cinétracts. Marker, Godard, Resnais et al. Captura de tela. Maio de 1968, Paris, França. Duração total: 99min**



Fonte: La Cinémathèque Française.

Ao mencionar o momento em que “as próprias paredes tomam a palavra” após o exemplo dos *cinétracts*, é impossível não pensar no que seja, provavelmente, a frase mais notória de maio de 1968. “*Sous les pavés, la plage*” (fig.3), em português “Sob o pavimento, a praia”, teria sido sugerida pelo grevista Barnard Cousin durante uma reunião acerca das possíveis palavras de ordem do movimento após os estudantes encontrarem areia debaixo do pavimento das ruas de Paris, arrancados para criar barricadas e para defenderem-se das forças policiais. De acordo com o filósofo e sociólogo Michal Kozlowski:

O ambiente natural da revolta moderna por excelência é o espaço urbano. Aqui, o espaço urbano é tanto uma condição de possibilidade de ação coletiva quanto seu desafio. Em maio de 1968, “*Sous les pavés la plage*” também expressou esta demanda por uma vida coletiva melhor, o direito ao prazer e o direito à beleza. É claro que as pedras de calçada foram usadas como arma aqui, mas a praia já encarnava um fim político. O slogan resume uma intuição revolucionária coletiva. Mas por trás desta intuição havia de fato uma teoria, atualmente esquecida ou mesmo reprimida – a de Malevich ou a dos situacionistas, ou mesmo a das utopias mais antigas do Iluminismo. Quarenta anos após a última revolução, a questão do espaço comum dificilmente perdeu sua relevância<sup>210</sup>. (KOZLOWSKI, 2008, p.18, tradução nossa).

O espaço urbano como o meio natural para a revolta, ou para os levantes, é um ponto central para a gênese de um movimento de dissenso. E como os paradigmas, é sempre passível de ser atualizado. A imagem dos estudantes e trabalhadores utilizando o pavimento como defesa

<sup>210</sup> Texto original: Le premier milieu naturel de la révolte moderne, c’est l’espace urbain. L’espace urbain est ici à la fois une condition de possibilité de l’action collective et son enjeu. « Sous les pavés la plage », en mai 1968, exprimait aussi cette revendication pour une vie collective meilleure, le droit au plaisir et le droit à la beauté. Certes les pavés servaient ici d’arme, mais la plage incarnait déjà une fin politique. Le mot d’ordre résume une intuition révolutionnaire collective. Mais derrière cette intuition il y avait bel et bien une théorie, actuellement oubliée voir refoulée – celle de Malevitch ou celle des situationnistes, ou encore celle plus ancienne des grandes utopies des Lumières. Quarante ans après la dernière révolution, la question de l’espace commun n’a guère perdu sa pertinence. (KOZLOWSKI, 2008, p.18).

repete-se ao longo dos anos, seja mencionada por Léo Ferré<sup>211</sup> em sua música “*Il n’y a plus rien*”, de 1972, ou pelas imagens da ação em si, reprisada pelo movimento dos *gilets jaunes* em 2018 durante as manifestações contra as severas medidas de austeridade do governo do presidente Emmanuel Macron.

**Figura 3 - Affiches Mai 1968. Autor desconhecido, Paris, França**



Fonte: Bibliothèque de la Ville de Paris

É, também, durante esse período, que “*Sous les pavés, la plage*” retorna aos muros das cidades francófonas da região. Agora, a frase é reformulada para contestar o consenso de que as duas nações operam sob uma lógica de democracia plena e que tem como base os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, sugerindo como as mulheres foram a base dessa construção social, a areia debaixo do pavimento. No contexto da república francesa, mais especificamente, os questionamentos colocam em cheque o sentimento de nacionalismo calcado nos ideais revolucionários. Após as mobilizações contra medidas de austeridade e violência policial, a questão das violências machistas crescentes é abordada de maneira coletiva no espaço urbano francês e belga (fig.4).

<sup>211</sup> Léo Ferré (1916 – 1993) foi um poeta, anarquista e músico franco-monegasco.

**Figura 4 - Intervenção com cartazes. Collages Féministes. Dezembro de 2020, Bruxelas, Bélgica**



Fonte: @collages\_feministes\_bruxelles, Instagram.

Em 1975, utilizando estratégias muito similares às empregadas em 1968, Agnès Varda produz o *cinétract* de oito minutos intitulado *Réponse de femmes: Notre corps, notre sexe* (fig.5), questionando a posição das mulheres na sociedade, as expectativas imputadas às vidas e aos corpos, e as possibilidades de escolha e autonomia. Em diálogo com as reivindicações da segunda onda feminista, a produção audiovisual questiona o que é ser uma mulher, as dinâmicas em relação ao trabalho e a maternidade compulsória, além de introduzir a problemática da existência do corpo feminino — os desejos, a sexualidade, o intelecto — em relação ao desejo masculino. Esse último aspecto é retrabalhado na atualidade pela mobilização das *Colleuses* através de uma realidade em que, cada vez mais explicitamente, o corpo feminino é um vetor do desejo masculino, e, principalmente, das violências.



**Figura 5 - Agnès Varda. Réponse de femmes**



Fonte: Notre corps, notre sexe, 1975. Cinétract. Duração Total: 8min. Captura de tela.

A mobilização ocorre quando o número de casos de feminicídio salta para as centenas em ambos os países durante a pandemia do COVID-19. Especificamente na França, os coletivos feministas passam a cobrar agressivamente que o governo tome medidas mais severas contra os feminicídios e os abusos sexuais. A questão é exacerbada pela nomeação de Éric Dupond-Moretti para o Ministério da Justiça e de Gérald Darmanin para o Ministério do Interior, ambos com denúncias de assédio sexual e estupro no currículo<sup>212</sup>. Há, também, os dois lados da moeda do debate acerca do uso do véu por mulheres muçulmanas. Enquanto a ala conservadora da sociedade comemora o banimento do véu nos espaços públicos fazendo referência à imagem da *Marianne* como modelo de mulher republicana, a figura da mulher com os seios à mostra liderando o povo no caminho da liberdade, o Ministro da Educação Jean-Michel Blanquer exige um código de vestimenta mais severo para alunas mulheres de colégios e liceus usando o argumento de uma “vestimenta republicana”. O mesmo argumento do ministro é utilizado para justificar casos de assédio sexual no transporte público e nas ruas, ainda que o senso comum de liberdade francês permitisse o uso de biquínis e sungas nos parques nacionais durante o verão, por exemplo.

<sup>212</sup> Para maior contexto: Dupond-Moretti et Darmanin, deux nominations qui passent mal chez les féministes. France 24h. Disponível em: <https://f24.my/6erk>.

Desde meados de 2019, o movimento das *Colleuses* tem realizado intervenções (fig.6) nas cidades da França e Bélgica como modo de conscientização sobre violências sexuais e feminicidas na região, intensificando as atividades com o aumento dos casos durante a pandemia. Organizado através das redes sociais, o movimento conta com integrantes em quase todas as cidades de ambos os países. As ações são realizadas coletivamente através da colagem de “lambes” em locais que permitam alta visibilidade para as reivindicações dos coletivos feministas, palavras de encorajamento às mulheres e a memória das vítimas de feminicídio.

**Figura 6 - Intervenção com cartazes. Collages Féministes. Janeiro de 2021, Bordeaux, França**



Fonte: @collages\_feministes\_bordeaux, Instagram.

Após episódios de censura e enfrentamento com a polícia, o movimento das *Colleuses* também integra, junto de jornalistas, ONG's e OSC's, as manifestações contra a proposta do governo de criar uma nova lei de “*sécurité globale*” que criminalize registros em foto e vídeo de ações policiais e de forças de ordem no território francês. O projeto de lei surge como

resposta do governo aos diferentes episódios de revolta popular citados ao longo deste artigo. É importante ressaltar o *affaire Carine*, quando o ex-policial Jean-Régis Julien mata a ex-esposa Carine com três tiros na frente do filho do casal, assim como os diversos relatos colhidos pelas *Colleuses* acerca de policiais que se negaram a registrar queixas de vítimas de violência de gênero. Em 2016, 115 das chamadas feitas para o disque-denúncia francês foram realizadas por cônjuges de agentes policiais, de acordo com informes publicados pela organização feminista *NousToutes*.

Além das referências calcadas no histórico de manifestações populares francesas, o movimento das *colleuses* possui um diálogo pertinente com as manifestações artísticas dissidentes e engajadas com o movimento feminista latino-americano. Enquanto o feminicídio é um problema crescente na Europa, já se firmou como epidemia na América Latina, e as manifestações latinas se tornaram objeto de estudo de grupos franceses como o coletivo *La Rage*, cuja pesquisa era centralizada em cartazes e “lambes” feministas, e o GeFemLat<sup>213</sup>, grupo de pesquisa formado por feministas francesas e migrantes da América Latina, vinculado à École de Hautes Études en Sciences Sociales e à Sorbonne Nouvelle com a preocupação de disseminar um pensamento cada vez mais interseccional. Apenas um dos diversos exemplos desse diálogo é a influência do coletivo boliviano *Mujeres Creando* (fig.7), fundado em 1992 pelas ativistas Maria Galindo, Julieta Paredes e Monica Mendoza com o intuito de criar intervenções que explorem a criatividade como um instrumento de resistência e participação social.

<sup>213</sup> Genre et Féminismes dans les Amériques Latines.

**Figura 7 - Graffiti. Mujeres Creando. s/d. La Paz, Bolívia**



Fonte: mujerescreando.org.

A execução de intervenções artísticas feministas como apropriação do espaço urbano de modo coletivo é uma forma de trazer a público questões que, seja por preconceito ou descaso, ainda são vistas como apenas um problema doméstico, e não como algo de interesse público. Tais projetos possibilitam a criação de um sistema de denúncia e comunicação em dissonância das estruturas governamentais e sociais que permitem a perpetuação da violência sistemática aos corpos das mulheres, de acordo com Veronica Capasso:

O apelo a novas táticas de intervenção comunicacional através da reapropriação do espaço público por meio de murais, grafite, performances, etc., é visto como uma característica importante. Estas intervenções invadem um espaço de trânsito anônimo, tornando-o significativo e gerando novos espaços de dissidência. Por sua vez, esse tipo de intervenção parte da preocupação em construir espaços de circulação e comunicação alternativos aos institucionais tradicionais, nos quais também permeiam modos de fazer político no desdobramento da arte para a política. Nesse sentido, o político não deve ser pensado apenas no que diz respeito aos temas, mas também em termos de quais são os modos de intervenção que a obra projeta, os modos de interpelação. Deste modo, o desdobramento da arte em direção ao território da política implica também em uma reformulação do território da arte, complexificando-o. Cruzando essas questões com a noção de espaço público, podemos ver uma transformação dos imaginários sobre o público e o urbano na qual a concepção de espaço público como encruzilhada toma corpo e se define de uma forma inovadora frente ao discurso neoliberal e privatizador dos anos 90<sup>214</sup>. (CAPASSO, 2011, p.2, tradução nossa).

<sup>214</sup> Texto original: Se ve como característica importante la apelación a nuevas tácticas de intervención

Sua maior potencialidade está no fato de serem pensados para a comunidade, feitos para serem acessíveis e criarem, através do ativismo, modos de conscientização extremamente necessários. Além de possibilitarem um espaço de movimento e discurso em dissenso, questionando quem acessa a liberdade e a democracia, também criam um espaço de comunhão e de memória, reafirmando as vidas das mulheres assassinadas e reivindicando que a busca por uma sociedade menos machista é papel de todos.

## Referências

CAPASSO, Veronica Cecilia. Apropiaciones y reapropiaciones del espacio de la ciudad. Un análisis de intervenciones artístico-políticas contemporáneas en la transformación del imaginario sobre lo público. *Question/Cuestión*. Vol. 1, Número 32, 2011. Disponível em: <<https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/1284>>.

DIDI-HUBERMAN, Georges.(org.). *Levantes*. Catálogo de exposição. Textos de Nicole Brenez, Judith Butler, Marie-José Mondzain, Antonio Negri e Jacques Rancière. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017b.

ELSHAW, Gary. *The Depiction of late 1960's Counter Culture in the 1968 Films of Jean-Luc Godard*. Thesis. MA in Film, Faculty of Humanities and Social Sciences, Victoria University of Wellington, Novembro de 2000.

KOZLOWSKI, Michal. Sous le pavé la plage ou la Beauté est dans la rue. *Variations* n11, 2008, mis en ligne le 01 février 2012, consulté le 08 janvier 2021. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/variations/256>> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/variations>.

LAMIRANDE, Adriana. *France's Femicide Crisis*. Gender Analysis and Women's Leadership.

The Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University, Fev. 2020. Disponível em: <<https://sites.tufts.edu/gender/frances-femicide-crisis/>>

MIZRAHI, Eliza. *Ver y saber en torno a la imagen*. In: Sublevaciones. DIDI-HUBERMAN, Georges.(org.) Ciudad de México: MUAC, UNAM, 2018. pp.164-174.

NELSEN, Julia. *1968 and Global Cinema: Ciné-tracts*. Institute of European Studies. University of California, Berkeley, nov. 2018. Disponível em <<https://ies.berkeley.edu/blog/1968-and-global-cinema-cin%C3%A9-tracts>>.

comunicacional a través de la reapropiación del espacio público mediante murales, grafitis, performances, etcétera. Estas intervenciones irrumpen en un espacio de tránsito, anónimo, volviéndolo significativo y generando nuevos espacios de dissenso. A su vez, muchas veces, este tipo de intervenciones parte de la preocupación por construir espacios de circulación y comunicación alternativos a los institucionales tradicionales, donde además permean modos de hacer político en el desbordamiento del arte hacia la política. En este sentido, lo político no sólo hay que pensarlo en cuanto a los temas, sino también en términos de cuáles son los modos de intervención que la obra diseña, los modos de interpelación. De este modo, el desbordamiento del arte hacia el territorio de la política implica también una reformulación del territorio del arte, complejizándolo. Cruzando estas cuestiones con la noción de espacio público, podemos ver una transformación de imaginarios sobre lo público y lo urbano donde la concepción de espacio público como encrucijada toma cuerpo y se define de una forma innovadora frente al discurso neoliberal y privatizador de los 90. (CAPASSO, 2011, p.2).

## A INTERNET COMO ESFERA PÚBLICA VIRTUAL NO BRASIL

Geovana Alves Pinto - Mestranda em História - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

**Resumo:** O presente texto pretende desenvolver uma breve discussão acerca do uso das redes sociais na internet como instrumento de uma possível esfera pública e o processo de participação política proporcionado por essa forma de comunicação e informação. Desenvolvendo um traçado sobre a questão que envolve a esfera pública e opinião pública, tratando as redes sociais na *Internet* como um espaço de intercâmbio entre atores no processo eleitoral da presidência da república em 2018. Assim, algumas práticas sociais realizadas através da internet podem ter funções de incremento da esfera pública e de uma democracia mais deliberativa. Nesse sentido, a formação não institucionalizada de núcleos de conversação espontânea se identificaria no que Habermas admitiu como uma esfera pública de âmbito civil no qual prevalece não um ambiente decisório, mas essencialmente um instrumento de auxílio na formação de opiniões. Por fim, busca mostrar que as redes sociais na *Internet* atuam como potencializadoras de uma participação política mais efetiva, e que isso deve ser explorado de forma mais ativa.

**Palavras-chave:** Esfera pública; Participação política; Redes sociais na *internet*.

Dentre as novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) que passaram a popularizar-se a partir dos anos 2000, está a internet, aclamada como o instrumento primordial de integração global. Desde sua disseminação, está presente a promessa de uma rede mundial de computadores, elemento chave que, com suas redes de transmissão de dados, a oferecer a superação de limites espaciais e temporais de interação. Desta maneira, passa a influenciar diretamente nas bases do que se entendia e fazia por comunicação até seu surgimento, interferindo diretamente no comportamento e preferências de quem a usa como instrumento de trabalho ou entretenimento.

O processo de formação e difusão da internet e das redes de CMC [Comunicação Mediada por Computador] a ela ligadas nos últimos 25 anos moldou de forma definitiva a estrutura dos novos veículos de comunicação na arquitetura da rede, na cultura de seus usuários e nos padrões reais da comunicação. (CASTELLS, 2003, 441)

De acordo com Néstor García Canclini, desde o surgimento da Internet <sup>215</sup>e dos meios de comunicação sem fio, a sociedade vem sofrendo diversas modificações políticas,

<sup>215</sup> O surgimento da Internet teve objetivos estritamente militares e remete à reação do governo norte-americano ao Projeto Sputnik da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), capitaneadas pela Rússia durante a guerra fria, em 1957. O nascimento da Internet está diretamente relacionado ao trabalho de peritos militares norte-americanos que desenvolveram a ARPANET, rede da Agência de Investigação de Projetos Avançados dos Estados Unidos, durante a disputa do poder mundial com a URSS. A Força Armada dos Estados Unidos, em 1962, encomendou um estudo para avaliar como suas linhas de comunicação poderiam ser estruturadas de forma que permanecessem intactas ou pudessem ser recuperadas em caso de um ataque nuclear. O apoio financeiro do governo norte-americano através da pesquisa promovida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos por meio da ARPA – Administração dos Projetos de Pesquisa Avançada, já em 1968, foi o impulso para a implantação do sistema de informação em rede.

econômicas e socioculturais. O impacto provocado é inegável, principalmente nas novas formas de organização e interação social. Nesse sentido, podemos observar mudanças no quesito político tanto em termos de afirmação das instituições políticas quanto no que se refere à participação cidadã como o elemento fundamental para a realização de transformações em todos os âmbitos da sociedade. Posturas conservadoras<sup>216</sup> na política, foram ressignificadas nas plataformas virtuais, diante da atual crise política e econômica, defendendo *políticas de austeridade* como forma de encontrar alternativas através de seus projetos.

A recente escalada do conservadorismo na política brasileira tem sido acompanhada pela expansão da penetração da Internet especialmente a popular rede social Facebook, que desde 2012 vem conquistando milhões de usuários no Brasil. E desde as manifestações sociais de 2013, é possível analisar diversas páginas que se autointitulam conservadoras, e para isso buscamos mapear páginas que fizeram uso de hashtag #conservadorismo, #família, #Igreja, #pátria, #Brasil. Selecionamos perfis de grande interação e com números expressivos de pessoas ativas, como Somos Todos Bolsonaro com 2.232.068 seguidores, Movimento Endireita Brasil com 667.783, dentre outros. Todos possuindo mais de meio milhão de seguidores no *facebook* publicando diariamente no mínimo cinco *posts* de pensamentos ideológicos conservadores no qual centenas de internautas interagem e oferece engajamento através das curtidas, compartilhamentos e comentários de suas publicações.

<sup>216</sup> O conservadorismo político é “uma estrutura mental objetiva, em oposição à ‘subjetividade’ do indivíduo isolado” (MANNHEIM, 1986, p. 103). É uma entidade com uma clara continuidade histórica e social que surgiu e se desenvolveu numa situação histórica e social particular, elaborada em resposta a um poder desafiado. O conservadorismo nasce como uma práxis política consciente em resposta a um movimento que rompia com uma ordem existente e dada como natural. Deste modo, seus pilares foram erguidos sobre os alicerces de uma narrativa de passado, concebida por seus defensores como estática e real, que forneceria pelo passado exemplo validado ao futuro através da tradição. Por remeter a nação ao passado glorioso, suas pautas concentram em instituições tidas como tradicionais tais como a Igreja e a Família. Como desdobramento, encontra-se o forte discurso moral e de manutenção da ordem e organização da sociedade, tal como sua desigualdade, entendida como natural.

Figura 1 - Publicação da página SomostodosBolsonaro



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=somos%20todos%20bolsonaro>  
acesso em: 30 de set. de 2021

A tônica mais forte da comunidade política conservadora é o rechaço ao outro pautado em nome de Deus. Grande parte das páginas de maior audiência se dedicam a publicar conteúdos contra algum grupo identificado como ameaça: são anti-esquerda, anti-feministas, anti-homossexuais, anti-ateus etc.

O post acima é referente ao ano de 2015. Neste período, há um avanço da ideologia mais conservadora no Brasil. E páginas como Somos todos Bolsonaro apresenta o Jair Messias Bolsonaro (possível candidato à república), como uma evidente liderança de um segmento conservador da sociedade brasileira. A defesa de intervenção das forças armadas no Poder Executivo, do acesso amplo da sociedade ao porte de arma, os ataques contra a gestão de esquerda representada pelo PT e suas políticas de distribuição de renda; além da defesa de um Estado mínimo, entre outras questões, fizeram do Bolsonaro um representante mais próximo a esse estrato da sociedade.

Se por outro lado o maior acesso à internet favoreceu grupos com pautas antidemocráticas, por outro houve também o aprimoramento da integração social e consolidação de uma cultura democrática ou de uma mentalidade que afirma o Estado de direito que é extremamente importante para nossas democracias, pois fortalece uma cultura pública defensora de direitos sociais. Ressalta-se, portanto, o caráter ambíguo da internet enquanto ferramenta de interação pode promover tanto a difusão da participação democrática, quanto a disseminação de posições conservadoras e avessas às participações políticas das massas.



A observação da “tecnosocialidade” mostra que os recursos de comunicação sem fio não são apenas ferramentas, mas, sim, “contextos, condições ambientais que tornam possíveis novas maneiras de ser, novas cadeias de valores e novas sensibilidades sobre o tempo, o espaço e os acontecimentos culturais (CANCLINI, 2008, 53).

A Internet, enquanto ferramenta, possui uma característica descentralizadora que pode ser usada com uma finalidade de democratização. Com o auxílio dos mecanismos fornecidos no ambiente virtual, fácil acesso, troca de informações ponto a ponto e possibilidades ilimitadas de interação, a Internet parece criar um ambiente ideal para mediações, debates, negociações e estímulos aos internautas. Diferente de outros meios de comunicação, o ciberespaço é visto por diversos autores (cf.: MEDEIROS, 2013; COSTA, 1994; AVRITZER, 1999) como um ambiente aberto para comunicação capaz de promover discursos autônomos e críticos, livres de interesses econômicos ou de Estado. Segundo o filósofo alemão Habermas, tal perfil poderia ser comparável ao modelo normativo de esfera pública. Dessa forma, surgiria, oportunidades de ampliar as discussões políticas por meio de novos espaços de trocas de informação, debate e participação capazes de revigorar o espírito de ação política e, por extensão a democracia.

Habermas ainda esclarece que, a interação desses públicos diversificados e dos fluxos comunicativos gerados por eles formam, de maneira resumida, a esfera pública, *lócus* da discussão e da formação das opiniões e das vontades coletivas. Além disso, também deve ser o local em que os sub-representados políticos podem exercer influência sobre os representantes, como o Movimento Sem Terra com mais de 400 mil seguidores no *facebook*, e as comunidades LGBTQ+ possuindo mais de 1 milhão de seguidores no *instagram*-, no qual abordam pautas sociais, políticas e econômicas de grande relevância em seus perfis oficiais, que influenciam diretamente nas decisões pessoais dos internautas por meio de postagens.

Entretanto, isso não significa que, ações são propostas são realizadas ou decisões são tomadas neste meio sempre que propõem um movimento. Como exemplo, temos a mobilização que o Movimento Passe Livre gerou através das redes sociais na população brasileira, repercutindo drásticas mudanças políticas em 2013. Habermas afirma que meios de comunicação podem influenciar e massificar a opinião da esfera, um espaço poroso, sem divisas e que, portanto, aceitam incorporações:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 1997, p. 92).

Ao discutir a ideia de esfera pública, Habermas destaca o papel da imprensa no processo de debate e opinião pública. Com isso, pode-se compreender que os meios de comunicação exercem um fator primordial na constituição da esfera pública: a possibilidade dos fluxos informacionais e comunicacionais alcançarem cidadãos que, em outras situações, jamais poderiam criar opinião sobre determinada demanda ou tema.

Nessa perspectiva, podemos observar o Facebook como um campo privilegiado para a articulação de mobilizações, para a discussão de temas de interesse público e para a realização e repercussão de campanhas eleitorais. Em especial no contexto brasileiro, a discussão sobre política extrapolou os períodos eleitorais e se tornou uma prática amplamente difundida no cotidiano. O senso comum de que o brasileiro era despolidizado ou não demonstrava interesse pelos assuntos relativos à política definitivamente cai por terra nos últimos anos. Em 2016, a política brasileira foi o segundo tema mais frequente no Facebook no mundo todo, atrás somente da eleição para presidente dos Estados Unidos.<sup>217</sup>

Porém, quando o assunto é relacionado à internet, há discordância sobre a validação da rede como esfera pública. Há quem reconheça a importância da internet nas relações sociais, mas afirma que ela é um espaço público – ou seja, fornece um local para discussões, mas não necessariamente para a formação da democracia. Como defende Manuel Castells, há uma extrapolação de tempo e espaço, sendo fundamental estar presente na rede e vivenciar o fluxo informacional não controlado por qualquer ator, seja uma pessoa ou instituição. Por outro lado, é importante frisar que a ideia do ciberespaço como um lugar livre e não monitorado é bastante questionável, uma vez que o código fornecedor da arquitetura do ambiente pode ser alterado por quem o domina. Assim, a mineração de dados realizada por empresas e por governos, por exemplo, pode ser utilizada como fator de regulação, requerendo envolvimento das massas sobre a possibilidade e exercício de expressão livre.

Castells enfatiza que por meio de redes e plataformas de comunicação como *blogs*, redes sociais e fóruns, a esfera pública muda de uma dimensão local para a global, sem perder a importância de ser o espaço em que cidadãos expressão e articulam suas visões autônomas para influenciar as instituições políticas na sociedade (CASTELLS, 2008, 79). Ou seja, a internet pode não ser uma nova esfera pública, mas a expansão de um desses espaços de discussão e

<sup>217</sup> Dos dez temas mais populares no Facebook, em 2016, quatro relacionam-se com política. Os temas são: 1. Eleição para presidente nos Estados Unidos; 2. Política brasileira; 3. Pokemon Go; 4. Black Lives Matter; 5. Rodrigo Duterte e Eleições presidenciais nas Filipinas; 6. Olimpíadas; 7. Brexit; 8. Super Bowl; 9. David Bowie; e 10. Muhammad Ali. A lista foi elaborada pela empresa Facebook com base na frequência em que os tópicos foram mencionados em postagens entre 1º de janeiro e 27 de novembro de 2016 em todo o mundo.

influência. O *Facebook* é um exemplo importante, pois é considerado como uma das melhores plataformas *online* ou *offline* de conquistar as corações e mentes.

Em consequência, atualmente, os variados meios de comunicação, e em especial o uso das redes sociais digitais, estão incluindo em preocupações políticas certos temas que, de outro modo, não chegariam ao debate institucional tampouco ao conhecimento da sociedade em geral. Deste modo, ressalta-se a importância dos meios virtuais como instrumento de pressão institucional, influenciando em agendas políticas em diferentes níveis e autarquias públicas da federação. Por isso os meios de comunicação como a Internet são capazes de fornecer informações de forma rápida, gerando uma igualmente rápida mobilização.

De acordo com Pierre Lévy, a aleatoriedade dos temas, a manutenção da hegemonia e a fragmentação do discurso são fatores que fragilizam o poder político da sociedade em rede causado por essa popularização. Esses problemas se tornam menos relevantes quando se percebe que a internet faz com que as pessoas readquiram interesse na sociedade civil a partir da participação política (LÉVY, 1999, p.17).

A Internet como possibilidade de expressão permite aos cidadãos estabelecer contato e acesso à informação de modo fluido e dinâmico, assim como à promoção da comunicação. Deste modo, é ferramenta de participação do jogo democrático através de informações políticas atualizadas e oportunidades de interação. Essa esfera virtual pode ser uma extensão da esfera tradicional, atuando como ampliação do espaço da expressão política.

Esta visão, porém, não é unânime. Na realidade, o que existe é um emaranhado de percepções divergentes sobre a relação entre os novos meios de comunicação eletrônica representados pelas redes telemáticas e sua suposta eficiência na promoção de novas oportunidades de estímulo ao debate político. Podemos observar que os meios de comunicações virtuais passaram a ser utilizados como ferramenta de manipulação de opinião pública em diversos setores, como período eleitoral.

Através das *fake news* vão sendo explorados os medos, inseguranças e diferenças sociais, com a possibilidade de potencialização da polaridade e distinção política, com inclinações conforme os interesses desejados e intenções envolvidas. Ao formar sua opinião, os eleitores são afetados por notícias cuja veracidade não é averiguada, formando um juízo em relação aos candidatos e ao processo democrático baseado em notícias falsas. Ainda não é possível afirmar a exata dimensão exercida pelas *fake news* no processo eleitoral, mas é fato que exerceram impacto nas eleições presidenciais de 2016 nos EUA e posteriormente em 2018 no Brasil.

O filósofo Wilson Gomes atenta para a fascinação causada pela ascensão da política na internet – perigo que os atores políticos emergentes dessas novas mídias sejam apenas “vinho velho em barril novo” (GOMES, 2011, p. 21). É preciso reconhecer a contribuição social da rede, espaço de deliberação pública com liberdade suficiente para permitir uma ação espontânea de opiniões – mas que apenas funciona como esfera pública ou componente de uma.

Em *"A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço"*, Lévy avigora a questão da utilização de um espaço virtual, chamado ciberespaço, o qual é ampliado pelas redes digitais de informação e comunicação a partir do contato virtual com todos e com cada indivíduo. Nas palavras de Lévy: "O atual curso dos acontecimentos converge para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas" (LÉVY, 2007, p.11).

Na mesma linha de Lévy, é possível estabelecer análises sobre o que está sendo executado atualmente não apenas no âmbito da observação dos impactos na rede, mas também na possibilidade de contribuição com projetos que possibilitem compreender uma esfera pública virtual, representada pela coletividade. Isto ocorre a partir do momento em que há compartilhamento de conhecimento e pontos de vista, caracterizando uma inteligência coletiva que permita a transformação radical "Dos dados fundamentais da vida em sociedade" (LÉVY, 2007, p.18).

Em *"O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária"*, o mesmo autor ressalta que em relação a esse novo quadro proporcionado pelas redes sociais na Internet, a transformação ocorrida na esfera pública parece ser positiva, uma vez que afeta domínios essenciais ao cidadão e suas ações perante o Estado: capacidade de aquisição de informações, de expressão, de associação e de deliberação. Estas questões aumentam a possibilidade de "Potência do povo", adquirindo capacidade de pressionar governos "para mais transparência, abertura e diálogo" Lévy (2010, p.14).

Tribos e raças, pensamentos e culturas, em maioria, estão representadas na Internet e podem mostrar sua identidade, características e objetivos. Castells cita exemplos em que a Internet é usada como forma democrática do cidadão ativar a sua voz, alcançando conquistas e melhorias em questões sociais e de direito. Para o autor, "Ela vem sendo usada de forma diferente para diversas finalidades. Ela não substitui nenhum meio de comunicação já existente, pelo contrário, reforça os padrões sociais já existentes" (CASTELLS, 2003, p. 449), ou seja, as pessoas acabam por moldar as tecnologias para adaptá-las às suas necessidades.

Tal exame proposto por Lévy e Castells é relevante, uma vez que o caminho para essa deliberação é um construto contínuo. Isso é alertado por Bruxel, ao tratar sobre o percurso que ainda há de se percorrer para atingir uma sociedade democrática, afirmando que parte desses desafios estão pautados na "configuração de um novo espaço, de uma esfera pública mundial, como pela garantia de que todos os cidadãos possam ter acesso a informações confiáveis, de forma que estejam em condições de participar do debate" (BRUXEL, 2004, p.34), ou seja, com a possibilidade de criação de uma rede de interessados no debate.

É possível compreender também que, existe a necessidade de compreensão dos usos e intenções das informações e discursos presentes no espaço virtual, aos indivíduos envolvidos no debate. Isto deve ser destacado, visto que apenas o acesso à mensagem ou conteúdo político não torna o cidadão mais informado ou ativo, influenciando na forma como se constituiu a definição da esfera pública.

**Figura 2 - Entrevista ao Jornal Nacional**



Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/tse-manda-tirar-do-ar-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay/> acesso em:30 de set. de 2021

Algumas publicações conquistam repentinamente amplo alcance e se tornam virais, passando de pessoa a pessoa por cadeia de contágio, de modo a virar tendência nas plataformas de mídias sociais. Para explicar isso, a tese se debruça sobre a função “compartilhamento”, o uso contas falsas e o papel dos líderes de opinião no processo de propagação viral de *fake news*.

Como a do “kit gay” que foi amplamente difundida na internet durante as eleições presidenciais. A mesma passou a ser a notícia falsa mais circulada na internet do período a partir

do dia 28 de agosto de 2018 quando o então candidato e atualmente presidente Jair Bolsonaro apresentou em entrevista ao Jornal Nacional, um livro pertencente ao “kit gay” que seria distribuído a todas as escolas do Brasil.

-Jair Bolsonaro: (...) Eu passando nos corredores da câmara, via algo acontecendo, de forma esquisita. Um grupo que... Não é normal, você na praia encontrar gente de paletó e gravata, ou num fórum gente com short de banho. E tava um pessoal vestido a caráter. E perguntei, para um segurança lá...Vai haver alguma parada do orgulho gay na câmara? E tomei conhecimento do que estava acontecendo lá. Eles tinham acabado o nono seminário LGBT infantil. Repito! Nono seminário LGBT infantil. Estavam discutindo ali, comemorando o lançamento de um material para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como kit gay. Entre esse material estava esse livro lá, Bonner. [Mostra o Livro “Aparelho Sexual e Cia”]

-Jair Bolsonaro: Pai que tenha o filho na sala agora, retira o filho da sala, para não ver isso aqui. Se bem que, na biblioteca das escolas públicas tem. Renata Vasconcelos: Eu pediria que não mostrasse as crianças... Jair Bolsonaro: Mas é um livro escolar, é para criança. Os pais não sabem que isso está na biblioteca.

-William Bonner: Temos uma regra candidato, que eu estou lembrando com seus assessores, que os candidatos não mostram documento, papeis...

-Jair Bolsonaro: Mas isso aqui é uma prova...

-William Bonner: Eu pediria ao senhor... Não é respeitoso

-Jair Bolsonaro: Eu vou tirar o livro daqui...

-William Bonner: Pode deixar o livro comigo...

-Jair Bolsonaro: Não, pode deixar, eu não vou mostrar mais não...

-Jair Bolsonaro: Então olha só, eu vou mostrar numa live depois do programa o livro (...) (Trecho da entrevista do Jornal Nacional do dia 28 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BMAfHqUI2cM> )

Talvez seja por esse motivo que os atores buscam, em um primeiro momento, disseminar suas opiniões a partir de pequenas redes (nichos) de concordância, para depois ressaltar suas diferenças em ambientes de grande amplitude, mas que permitam evidenciar diferenças de ideias. Nesse sentido que existe a deliberação, na possibilidade de considerar as palavras, as ideias, os conceitos expostos pelos outros, mas também apresentando motivos que possam ser aceitos por outros indivíduos, criando uma possibilidade de "negociação".

A partir de então, é possível fazer com que os políticos e os processos políticos sejam sensíveis aos processos de agendamento, fazendo com que as mídias tenham importância ímpar na constituição das relações políticas e acolhimento, por parte do Estado, de reivindicações propostas. Ou seja, essa nova infraestrutura faz ressurgir uma esperança.

Podemos considerar que a internet não é uma esfera pública virtual por si, mas que pode ser utilizada pelos seus usuários para incrementar as discussões na esfera pública, podendo, em determinadas situações, desencadear demandas sobre o sistema político formal.

Contudo, estudos apontam que os sites mais acessados nos últimos anos são o *Facebook*, *YouTube*, *Whatsapp* e *Wikipédia* – todos eles, repositórios de conteúdos produzidos pelos internautas (SILVEIRA, 2009, p.83). Ou seja, os usuários adquiriram o hábito de produzir e trocar fluxos comunicativos na forma de sons, imagens, vídeos, textos e conversas. O desafio consiste, portanto, em direcionar essa intensa produção comunicativa para práticas políticas, ao menos de maneira mais frequente e cotidiana.

Lemos levanta a hipótese de que se o ciberespaço tem características e ferramentas que facilitam a comunicação que pode ampliar as ações políticas do público.

A internet, em suas diversas práticas sociais, tem criado e ampliado a relação entre a conversação (no “mundo da vida”) e a opinião (no debate público e político), dinamizando, ao mesmo tempo, uma esfera conversacional ‘do prazer, da distração e da polidez’, e a formação de uma opinião pública e de uma esfera política (LEMOS, 2009, p.26).

Assim, algumas práticas sociais realizadas *através* da internet podem ter funções de incremento da esfera pública e de uma democracia mais deliberativa. Aqui a formação não institucionalizada de núcleos de conversação espontânea se identificaria no que Habermas admitiu como uma esfera pública de âmbito civil no qual prevalece não um ambiente decisório, mas essencialmente um instrumento de auxílio na formação de opiniões.

### **Considerações finais**

O trabalho procurou contemplar a questão da opinião pública na Internet e a noção de esfera pública, como proposta por Habermas, observando estes assuntos a partir das redes sociais na Internet, como um dispositivo potencializador da interação entre atores engajados em participação política. Nesse sentido, a interação mediada pelo computador faz com que existam atores capazes de fomentar a discussão da participação política através da rede, utilizando-se de meios descentralizadas e democráticos que alavancam movimentos sociais e contribuem para disseminação de opiniões e informações que permitam ligar ideias e ideais globais e locais, além de influenciar nas decisões políticas do Brasil.

Destacamos o importante papel que a internet passou a exercer em movimentos sociais, em transformações culturais e disputas políticas na democracia brasileira. Reconhecemos que as ferramentas disponíveis na Internet trilham caminhos semelhantes a esfera pública tradicional, ou seja, conforme o interesse e uso do internauta, elas favorecerão a construção,

expansão e prática do conhecimento e pensamento crítico, reforçando a formação de internautas - cidadãos atuantes e contribuintes da democracia.

## Referências

- ARANTES, P. E. Nova direita surgiu após junho, diz filósofo: depoimento. Revista *Folha de São Paulo*. Entrevista concedida a Eleanora de Lucena. 2014.
- AVRITZER, Leonardo. *A Moralidade da Democracia*. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/Editora da UFMG, 1996.
- BRUXEL, L. Esfera pública e informação: novos desafios para a cidadania. *Revista de Estudos de Comunicação*, v.5, n.9, p.27-34, 2004.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Leitores, espectadores e internautas*. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008. 96p.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- COSTA, S. (1994), “Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. Uma Abordagem Tentativa”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 38, pp. 38-52.
- GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras*, v.7, n.3, p.214-222, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho*. In R. C. M. Maia, W. Gomes, & F. P. J. A. Marques (Orgs.), *Internet e participação política no Brasil* (pp. 19-46). Porto Alegre, RS: Sulina, 2011.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço* (Traduzido por Luiz Paulo Rouanet). 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 212 p.
- \_\_\_\_\_. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. p.9-20.
- LEMOS, A. *Nova esfera Conversacional*. In: MARQUES, A.; COSTA, C. T.; KÜNSCH, D. et al (orgs.) *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 9-30.
- MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *TransInformações*, Campinas, vol. 25, n. 1, p. 27-33, jan./abr. 2013.
- SILVEIRA, S. A. *Esfera Pública Interconetada, blogosfera e redes sociais*. In: MARQUES, A.; COSTA, C. T.; KÜNSCH, D. et al (orgs.) *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009, p. 9-30.



## O CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO EM SANTA CATARINA (1974-1985)

Geovanni Rocha Junior (PPGH/UDESC), Bolsista Promop, geovanni.rochajr@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho busca investigar a presença de uma retórica social em Santa Catarina, que passou a circular em diferentes regiões do estado a partir das atividades desenvolvidas pelos adeptos do chamado cristianismo da libertação entre 1974 e 1985. No Brasil, a passagem da ditadura militar para o regime democrático constituiu-se em um momento decisivo para o ajuste de novas relações políticas. No referido contexto, ritmos temporais dissonantes estiveram em disputa e acabaram fornecendo subsídios que contribuíram para a reconfiguração das esquerdas e de suas plataformas reivindicativas. Essa reconfiguração, no entanto, contou com elementos oriundos do chamado cristianismo da libertação. Na segunda metade da década de 1970, temas como a fome, o desemprego, o acesso à moradia e a concentração de renda foram constantemente mobilizados por sujeitos identificados com essa corrente para denunciar o regime militar e projetar um sentido de democracia que almejava viabilizar a superação das injustiças sociais no país. Por meio de uma análise realizada em documentos coletados no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), verificou-se a presença de elementos que indicam a formação de um novo sentido de democracia a partir da interpretação da realidade social brasileira efetuada por personagens ligados ao cristianismo da libertação. Os desdobramentos do processo histórico em apreço em Santa Catarina, portanto, compõem os resultados iniciais de uma investigação que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Cristianismo; Santa Catarina; História do Tempo Presente.

Esta comunicação tem como objetivo abordar de maneira introdutória a presença de uma retórica social em Santa Catarina, entre as décadas de 1970 e 1980, proveniente do chamado cristianismo da libertação (LOWY, 2007).<sup>218</sup> Em outras palavras, a problemática levantada busca verificar a densidade de processos históricos heterogêneos que deixaram seus rastros em algumas regiões do estado. Questiona-se, portanto, até que ponto a atuação de setores ligados ao chamado “clero progressista” repercutiu em Santa Catarina. O movimento que sobrepujava a Igreja Católica enquanto instituição e que girava em torno da “opção preferencial pelos pobres” teria exercido algum tipo de influência na formação de novas relações políticas e nos conflitos desencadeados durante os anos que marcaram a passagem da ditadura militar para um regime pretensamente democrático?

Longe de pretender esgotar as possibilidades de um tema complexo que ainda carece de investigações mais abrangentes no âmbito da produção historiográfica, pretende-se apresentar neste breve texto vestígios obtidos no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) acerca

<sup>218</sup> Segundo Michael Löwy (LOWY, 2007, p. 411-412), a Teologia da Libertação “é apenas a ponta visível do iceberg, a expressão cultural de um vasto movimento social que aparece no Brasil desde o começo dos anos 60 – bem antes da aparição dos primeiros livros da nova teologia. Esse movimento inclui setores significativos do clero – padres, freiras, ordens religiosas, bispos –, dos movimentos religiosos leigos, como a Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), das comissões pastorais, como a Justiça e Paz, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária, e das comunidades eclesiais de base (CEBs)”. Para o autor, o cristianismo da libertação inclui uma “prática social emancipadora, novas formas de práticas religiosa e uma reflexão espiritual (mais tarde teológica) que corresponde a essa experiência”.

da circulação de ideias e de práticas sociais, verificadas em diferentes regiões de Santa Catarina, que indicam a presença de redes cristãs envolvidas com as denúncias das desigualdades sociais que afetavam as camadas desfavorecidas do tecido social brasileiro. Esses vestígios, se não fornecem elementos conclusivos, ao menos desatam caminhos possíveis para que historiadores/as possam percorrer na tentativa de interpretar um período de efervescência das disputas políticas e sociais em território catarinense.

É importante ressaltar que este texto, de caráter ensaístico, integra uma investigação que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Entre outros fatores, a pesquisa tem a finalidade de analisar a participação da chamada esquerda cristã no processo de redemocratização brasileiro. Para tanto, utiliza-se a documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações, que está disponível para consulta no Arquivo Nacional.

Em função dos limites deste texto, não cabe aqui fazer uma discussão pormenorizada das perspectivas e das armadilhas oferecidas por tal documentação para a compreensão de aspectos que envolvem a última transição política que ocorreu no Brasil. No entanto, é necessário estabelecer algumas premissas básicas que servem de ponto de partida para os/as pesquisadores/as que se aventuram em trabalhar com este tipo de material. Em suma, as fontes do SNI são compostas por relatórios, documentos de informação e materiais anexados que suscitam um olhar de desconfiança, pois estes documentos foram elaborados a partir de um regime autoritário e de uma “cultura burocrática” que, conforme destacam Gertz e Bauer (BAUER; GERTZ, 2009, p. 175), “implicava em registros e arquivos organizados”, caracterizando a “documentação proveniente de instituições policiais e serviços de inteligência”. As fontes em apreço evidenciam “estruturas, com organização burocrático-militar, cuja prática implicava em redigir informes, organizar prontuários e arquivos”. As informações extraídas desses documentos não devem ser aceitas como verdades absolutas, muito pelo contrário. Como manda as boas práticas metodológicas do ofício, torna-se tarefa indispensável perceber as intenções de quem produziu os relatórios, problematizando os elementos selecionados, que carregam, na maioria dos casos, o imaginário anticomunista que a todo momento busca atribuir aos opositores do regime militar a pecha de “subversivos”.

Diante do que foi exposto anteriormente, a incursão ao acervo do SNI possibilitou o mapeamento de alguns documentos de informação que apontam para duas direções. Em primeiro lugar, é razoável afirmar que o estado de Santa Catarina esteve sendo observado pela “comunidade de informações” da ditadura instaurada em 1964. Em segundo lugar, evidências

consistentes denotam que as redes do clero progressista passaram a circular na primeira metade da década de 1970 em algumas regiões do estado. O foco deste texto irá recair sobre a segunda direção. Em 1970, por exemplo, a Divisão de Informações solicitou à agência local do SNI um pedido de busca que abarcava os estados do Paraná e de Santa Catarina. O pedido tinha o propósito de apurar possíveis articulações que poderiam ser tramadas no sul do país por setores que não compactuavam com o projeto imposto pelo governo autoritário e pela operação de organizações que cerravam fileiras na luta armada. O contato dos dois estados com a fronteira demandava atenção em um contexto de acirramento da repressão política, mas o relatório, que foi preparado a partir do pedido de busca a fim de apresentar os resultados investigativos, revela pontos de atrito na região que tinham o potencial de reativar as organizações de esquerda duramente reprimidas após o golpe.

Segundo o relatório, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, desde o golpe militar de 1964, os sindicatos não representavam focos de tensão “uma vez os Grupos dos Onze<sup>219</sup> haviam sido completamente desarticulados e neutralizados”. Tratava-se, prossegue o relatório, “de organizações completamente ultrapassadas”. No entanto, a cautela deveria ser mantida para que as organizações ligadas a lideranças como Leonel Brizola não voltassem a atuar novamente. Para isso, era preciso adotar medidas de prevenção no intuito de coibir ações no campo, principalmente no Oeste e Sudoeste do Paraná e no Oeste catarinense, áreas marcadas por intensos conflitos de terra. Também merecia a devida atenção o Norte do Paraná pelo seu potencial econômico e a região carbonífera do sul de Santa Catarina, palco de um pujante movimento operário entre as décadas de 1950 e 1960 (CAROLA, 2002; LEMOS, 2008). A constatação presente no relatório é um indicativo de que a repressão sobre as organizações de esquerda, em Santa Catarina, se abateu imediatamente após a deflagração do golpe de estado que levou os militares ao poder. Prevenir a rearticulação de movimentos contestatórios e a ação de grupos clandestinos envolvidos com a luta armada, sob o ponto de vista da comunidade de informações, era algo muito significativo.

O grande destaque do relatório, entretanto, é a ênfase dada a atuação do movimento estudantil e do clero progressista, uma relação que, embora sutil e dispersa, é retratada da seguinte maneira: “nos estados do Paraná e Santa Catarina não tem sido, desde 1964, detectado movimento algum de esquerda que pudesse representar um perigo maior. Apenas alguns elementos isolados do clero seminarista têm se mostrado solidários às agitações e têm operado

<sup>219</sup> Para maiores informações sobre a atuação dos Grupos dos Onze em Santa Catarina ver PACHECO, 2014.

nos movimentos estudantis”. Não por menos, o relatório chega a um encaminhamento por meio de “documentos informativos” referente a quantidade de “elementos subversivos” corrente nos dois estados, onde aproximadamente 2% eram militares da reserva, 60% eram estudantes, 8% eram intelectuais, 15% eram religiosos e 15% eram operários e outros.

A despeito da intencionalidade do relatório, concede-se o benefício da dúvida à agência local responsável por realizar o levantamento de referências e formular o percentual de opositores ao regime naquele momento. De acordo com os números apontados acima, a categoria “elementos subversivos”, ou seja, os sujeitos que faziam oposição ao regime militar ou integravam siglas que optaram por combater o governo estabelecido através do uso das armas, era formada, em sua maioria, por estudantes que contavam com algum tipo de apoio do clero progressista, em especial para denunciar casos de tortura e de desaparecidos políticos, o que leva ao seguinte questionamento: a aproximação com os estudantes teria caracterizado a atuação de padres e leigos em Santa Catarina no início da década de 1970? Qualquer tentativa de formular uma resposta adequada a esta indagação esbarra na escassez de registros disponíveis, mas não é factível supor que tal campo de ação configurasse algo abrangente ou que representasse um verdadeiro temor aos encarregados de controlar o aparato repressivo da ditadura militar brasileira em Santa Catarina.

Como o próprio documento sugere, Santa Catarina e Paraná não eram consideradas estados centrais para o desencadeamento da luta armada, assim como era pouco provável que os locais fossem gerar engajamento em torno de movimentos contestatórios, já que as esquerdas estavam desarticuladas. Porém, para justificar a necessidade de ter um braço do SNI cobrindo os dois estados, o relatório afirma que a ausência de evidências não deveria servir de pretexto para “qualquer atitude passiva de descuido”, ao contrário, era importante manter um “sentimento permanente de ‘alerta e atenção’ calcado em contínua busca de informes” visando antecipar as ações de “subversão” da ordem. De certa forma, isso aconteceu ao longo da década de 1970.

Em julho de 1976, uma declaração do padre jesuíta Afonso José Birck ao jornal *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, movimentou o aparato de informações do regime militar. O documento, difundido pela agência central e pelas agências de Curitiba e São Paulo, destacava a “língua progressista” do padre, que havia demonstrado “sua preocupação com relação à pastoral operária e universitária”. Padre Birck preconizava que “sem viver nos bairros operários ou nas repúblicas de estudantes” não era possível “mentalizar a realidade histórica”. A audácia do padre não parou por aí, pois ele sugeriu que o Brasil levava a “fama de estar sob

uma ditadura militar”. A reportagem do jornal *Folha da Tarde*, que se encontra anexada no relatório de informações, dava a entender que padre Birck planejava continuar com “a mensagem da Ação Católica, como capelão da Universidade de Florianópolis, trabalhando na pastoral universitária”. No momento em que o documento foi apresentado, o padre atuava como professor e participava da formação de novos sacerdotes nas cidades de Florianópolis, Santa Catarina, e São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

A fagulha que levou a comunidade de informações a se debruçar sobre a trajetória do padre pode ser resumida a sua hipotética ligação com a Ação Popular (RIDENTI, 2007), que não foi comprovada em nenhum momento no relatório, faltando elementos confiáveis para levar adiante a suspeita. O que se sabe é que Afonso José Birck nasceu, no ano de 1922, em São Sebastião do Caí, município do estado do Rio Grande do Sul. Em 1955, de acordo com o documento, o suspeito exercia uma posição de liderança na Juventude Operária Católica (JOC) da cidade de São Leopoldo. Entre 1958 e 1964, Afonso Birck teria ocupado o cargo de assistente da JOC no Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Pouco tempo depois, o suspeito passou a operar no interior da União Nacional dos Estudantes (UNE) por meio da Juventude Universitária Católica (JUC). Com o advento do AI-5 e o fechamento do regime, o destino levou Padre Birck a transitar entre as cidades de Florianópolis e São Leopoldo. Na capital catarinense foi capelão da Universidade Federal, além de ter contribuído para a criação do Instituto Teológico de Santa Catarina. “Em junho de 1974, defendeu a tese ‘Um mundo a construir – o Apostolado dos leigos no pensamento do Cardeal José Cardijn’ (fundador da JOC)”. A presença de Padre Birck na capital de Santa Catarina confirma que ideias e práticas sociais respaldadas pela noção do humanismo cristão passaram a circular no estado já no começo da década de 1970. Os contatos estabelecidos nesse período adquiriram impulso no final da década de 1970 e ao longo da década seguinte, quando a transição política controlada pelos artífices do regime ditatorial buscou aparar as arestas dissonantes em torno das projeções alternativas de democracia.

O estado de Santa Catarina não esteve alheio às disputas políticas e sociais que tomaram conta dos principais centros urbanos do país a partir do final da década de 1970. Segundo Maristela Fantin (FANTIN, 1997, p. 155), “a luta pela anistia, a ‘novembrada’, a invasão de terras na ‘Encruzilhada Natalino’, que teve profunda repercussão no Brasil e no estado de modo especial”, colocam Santa Catarina no roteiro dos movimentos pela democratização do país. De maneira abrangente, compreender essa dinâmica requer considerar o impacto das redes desatadas pelo clero progressista no cotidiano dos bairros pobres dos municípios catarinenses.

Em Florianópolis, a atuação de adeptos do cristianismo da libertação junto às camadas vulneráveis do tecido social contou com a colaboração dos “jovens da Pastoral Universitária, da Universidade Federal de Santa Catarina”, que “se sensibilizaram com os apelos vindos dos setores mais pobres da sociedade” (FANTIN, 1997, p. 155). O processo de redemocratização em Santa Catarina, portanto, teve a participação da “Igreja progressista, principalmente nas regiões onde seus bispos estavam identificados com setores vinculados às orientações da Teologia da Libertação”. As dioceses de Chapecó, Lages e Joinville, por exemplo, “aglutinavam leigos e padres em trabalhos com um forte peso social e político, vinculado aos aspectos religiosos” (FANTIN, 1997, p. 158).

A circulação de novas práticas sociais e de uma retórica que denunciava, a um só tempo, as acomodações políticas deliberadas pelos grupos conservadores que controlavam as relações de poder no estado e a situação precária compartilhada por pessoas humildes que tinham seus direitos básicos negligenciados, deu vida a iniciativas democratizantes que não podem ser deixadas de lado. Assim, os pequenos vestígios fragmentados encontrados no acervo do SNI, que estão repletos de lacunas e que remetem ao início da década de 1970, demarcam a presença do chamado clero progressista em Santa Catarina; presença essa que ganhou fôlego na passagem dos anos de 1970 para os anos de 1980.

Segundo Helcion Ribeiro (RIBEIRO, 1988, p. 145-146), a partir da década de 1950, a Igreja em Santa Catarina passou por uma considerável expansão que foi fundamental para a consolidação das práticas vinculadas ao cristianismo da libertação nos anos subsequentes. De acordo com as informações apresentadas pelo autor, “em 1955 eram 161 as paróquias catarinenses distribuídas em 4 dioceses; praticamente 20 anos depois, em 1977, as paróquias eram 210 nas oito dioceses”. Por sua vez, “em 1988 o número saltou para 288 paróquias”. O autor destaca, ainda, que neste contexto verificou-se “a presença de novos elementos” como “os 27.533 Grupos de Reflexão ou de Famílias nas oito dioceses”. Em várias regiões de Santa Catarina, de acordo com Ribeiro, as Comunidades Eclesiais de Base surgiram a partir dos Grupos de Reflexão e dos Círculos Bíblicos. Mas as mudanças do clero local foram resultado de um contínuo processo que levou algum tempo e não ocorreu sem contradições e desavenças internas. Na diocese de Lages, em 1972, “encontra-se na Revista Pastoral Diocesana, a primeira referência às CEBs” (RIBEIRO, 1988, p. 145-146). Desde 1972, portanto, presume-se que “o clero vinha estudando o tema e na 9ª Assembleia Regional”, que ocorreu em 1977 e “fez-se opção pelas CEBs como prioridade no estado” (RIBEIRO, 1988, p. 145-156).

Em novembro de 1977, a agência do SNI de Curitiba acompanhou de perto a passagem de Dom Paulo Evaristo Arns por Florianópolis. O arcebispo de São Paulo participou de uma conferência sobre os direitos humanos realizada na Assembleia Legislativa do Estado. A fala de Dom Paulo Evaristo foi minuciosamente transcrita pela comunidade de informações. Os temas abordados durante a conferência, e que provocaram um receio no interior do sistema de coleta de informações do regime militar, aludiam à participação da Igreja na vida político-social do país, a constatação da baixa remuneração recebida pelos trabalhadores e a necessidade de abertura de um canal de diálogo político para ouvir os mais pobres. A visita de Dom Paulo Evaristo à capital de Santa Catarina se deu em razão do 50º aniversário da arquidiocese local. Os posicionamentos do arcebispo já estavam sob o radar do regime, o que é inequívoco perante a quantidade de dossiês e relatórios produzidos pelo SNI cujo foco recaía sobre as suas atividades à frente da arquidiocese de São Paulo. Talvez a repercussão da fala de Dom Paulo Evaristo tenha sido limitada, mas o conteúdo em si pode indicar o itinerário de uma plataforma discursiva que certamente não ficou aprisionada às paredes da casa legislativa. Vale citar trechos da conferência:

Falar em Santa Catarina, é falar na própria casa. Isso me alegra, conforta e, também, me inibe um pouco. Porque em outras cidades, às vezes, me dificultaram a palavra, sobretudo quando eu falava de direitos humanos.

Acabo de receber o meu jornal, “O São Paulo”, de hoje, e ele também está com espaços vazios porque foi censurado. Apesar de trazer na primeira página e assinatura do Presidente da República [...].

Há outros esforços, a ONU lançou em 1974 (se estou bem informado), também a ideia de que a ordem econômica deve mudar porque senão os homens, dividindo-se em países que exploram e em países que são explorados e dentro do mesmo país uma sociedade que explora e outra que é explorada, daqui a pouco levarão tudo isto a uma exploração. Não é mais possível!

Mas, ao mesmo tempo que acontece isto, também vocês veem implantar-se aqui, mesmo em Santa Catarina; as multinacionais que fazem o contrário. Veem onde a matéria-prima é mais barata e aí se estabelecem.

Mas, sobretudo, onde os salários podem ser explorados para depois tirarem lucros em outras Nações [...].

Portanto, o ponto que eu considero fundamental e absolutamente fundamental, para este momento da História do Brasil e sobretudo da terra que nós amamos com o mesmo amor, Santa Catarina, é que nós queremos esses corpos sociais intermediários. Que a Igreja persista naquela sua resolução de criar comunidades eclesiais, de paz!

Que a Igreja persista em criar serviços comuns com uma atitude de despojamento do evangelho!

Que a Igreja persista em criar comunhão dentro dessas comunidades e que ela,

quem sabe, desperte de novo aquela antiga e tão sadia tradição de Santa Catarina: de crescermos como gente, como pessoas e não como massa.

Nós não começamos do nada, dizíamos ontem na Catedral, não começamos do nada! Temos atrás de nós esses quatrocentos anos, esses cem anos, os cento e cinquenta anos, os últimos da evolução, nós sabemos que o povo tem valor dentro de si, sabemos que o povo trás esses valores para a cidade, sabemos também que o povo sabe cultivar esses valores e o cultiva lá dentro do seu coração, o que não temos é o mecanismo de escuta, nem os políticos e talvez nem os padres, talvez nem mesmo os sociólogos ainda se interessaram pela forma mesmo da linguagem da comunicação e nós estamos num momento privilegiado, talvez o último de nossa História para nós sentirmos do povo o que realmente sustentou em todos os momentos críticos da existência, como povo, como grupo ou como indivíduo.

Estamos ainda na possibilidade de escutarmos a alma deste povo e descobrir o que é que realmente é o projeto de vida dele.

A censura promovida pela ditadura ao jornal da Arquidiocese de São Paulo, a crítica dirigida aos desajustes sociais provocados pelas relações capitalistas no Brasil, a exploração dos que viviam do trabalho, a própria instabilidade do mercado de trabalho, a precariedade da inserção urbana compartilhada por pessoas comuns em função do crescimento desordenado das cidades, o apoio às iniciativas de participação popular e às Comunidades Eclesiais de Base, foram vetores que estruturaram a participação de Dom Paulo Evaristo na conferência sobre os direitos humanos em Florianópolis. Essa leitura da realidade social brasileira encontrava ressonância nos adeptos do que nomeamos de cristianismo da libertação. Não estamos afirmando, porém, que a circulação dessas ideias fora hegemônica em Santa Catarina, pois a repercussão nos segmentos mais conservadores do clero da região provavelmente se deu por recuos e divergências.

Ainda a título de hipótese, queremos propor nesta breve reflexão que as práticas e retóricas sociais provenientes do cristianismo da libertação, no contexto da transição política brasileira, foram apropriadas e reapropriadas por diferentes setores populares e ofereceram a eles uma alternativa para a reivindicação de direitos sociais (THOMPSON, 2012). Essa interlocução fugiu do controle da moldura hierárquica da Igreja Católica e do próprio regime autoritário, o que possibilita a compreensão de aspectos de uma cultura política popular que girava em torno das noções de justiça e injustiça. As reivindicações por melhorias na condição de vida, por acesso à terra e moradia, a denúncia da fome e da concentração de renda, bem como a condenação moral do desemprego e das desigualdades sociais, marcaram a transição política no país e, posteriormente, formataram as contradições deflagradas durante a chamada Nova República.



Aprofundar a análise das relações tecidas pelas camadas populares durante a lenta transição brasileira exigiria evocar um conjunto maior de documentos e mobilizar uma série de referências bibliográficas, fugindo dos propósitos deste texto. No esforço de explorar um pouco mais as facetas do cristianismo da libertação em Santa Catarina, é válido ressaltar que para ter um mínimo de legitimidade os adeptos dessa corrente precisaram manter um diálogo e atender demandas que fizeram sentido para os sujeitos que entravam em contato com esse repertório e que, por meio de acomodações e de experiências cotidianas particulares, apropriavam-se de tal retórica social e que, em determinadas situações, recorreram a ela como forma de atuação política. Quando falamos de classes populares obviamente não estamos nos referindo a uma “massa” estática e homogênea suscetível a uma espécie de “doutrinação”, ou seja, de pessoas pobres refêns de padres e leigos cheios de boas intenções ou com objetivos escusos. Estamos falando, na verdade, de sujeitos que recorriam a inúmeras estratégias no intuito de suprir os contratempos do cotidiano. Vamos a um exemplo.

Em agosto de 1984, na cidade de Florianópolis, manifestantes que reivindicavam a implementação de uma reforma agrária encaminharam um documento à direção do INCRA e ao representante do governador do estado, o então secretário da Casa Civil Francisco de Assis Filho. No entanto, antes do documento ser entregue houve um protesto em frente ao Palácio Santa Catarina. A manifestação seguiu até as escadarias da Catedral Metropolitana, no centro de Florianópolis. “Em frente à Catedral estavam aguardando a chegada dos manifestantes” dois advogados, “ambos ligados a CDH e a Comissão de Justiça e Paz de SC”, que “estavam ali para dar apoio aos sem-terra”. Durante os discursos, dirigiram-se ao público fazendo uso da palavra um representante da região de Chapecó, um padre de Joinville, um membro da Pastoral da Terra e uma moradora da Praia do Forte. No meio da manifestação algumas pessoas portavam faixas e cartazes com os seguintes dizeres: “Amin, o pequeno cobra a tua promessa”; “A terra é um direito”; “Chega de ilusão, queremos nosso chão”; “P.O. de Blumenau na luta pelos Sem Terra”; “Posseiros de Lauro Müller pela legalização da posse da terra”; “O Exército é para proteger e não para oprimir”; “Praia do Forte: a luta continua”; “Praia do Forte: SOS”.

As palavras exibidas nos cartazes e nas faixas carregam lampejos de problemas que afetavam os setores popular em Santa Catarina. É possível antever, por meio de um rápido exercício de análise, que a violência das forças do estado fazia parte da vida das pessoas que almejavam ter direito à terra. Da mesma maneira, percebe-se que o problema do acesso à terra estava presente em mais de um município de Santa Catarina. Mas não era somente isso, pois a luta por um pedaço de chão aproximava-se da questão da precariedade da inserção urbana e das

mudanças demográficas pelas quais Santa Catarina estava passando naquele momento. Por sua vez, a pressão direcionada ao governador do estado, Espiridião Amin, revela uma tentativa de solucionar os conflitos por meio da criação de canais de representação política. No documento de informação redigido pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina e que provavelmente foi encaminhado a agência do SNI de Curitiba, consta a participação de pessoas comuns e lideranças comunitárias no protesto que tomou as escadarias da Catedral Metropolitana de Florianópolis, entre as quais se destacavam os membros da Associação de Moradores do Morro do Mocotó e dos sem-terra, organizadores das Comunidades Eclesiais de Base, representantes da Pastoral da Terra e integrantes do Movimento Eclesial de Base (MEB), entre outros.

Alguns dias antes do protesto, foi realizado na cidade de Joinville o II Encontro Regional dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, coordenado pelo padre Luiz Fachini, um dos fundadores do CDDH na cidade. Aproximadamente cem pessoas prestigiaram o evento, incluindo representantes do Paraná e do Rio Grande do Sul. “Na pauta dos debates figuraram temas relacionados com o sindicalismo; desemprego; violência policial e, com maior destaque, a luta pela conquista da terra, em torno da qual cingiu-se o documento final do encontro”. Os Centros de Defesa dos Direitos Humanos apoiaram o texto, com destaque para os seguintes tópicos:

- Identificamos na existência do mesmo contingente de agricultores sem-terra e sem meios de sobrevivência uma escandalosa situação de injustiça gerada pela perversidade do modelo capitalista vigente no Brasil. O impedimento do acesso à terra para os que dela necessitam representa a negação de seu direito à vida;
- É justamente por este sistema que manifestamos nossa solidariedade aos afetados pelo problema e nosso incentivo às suas lutas, pois nelas reconhecemos o caminho para a conquista dos direitos fundamentais da pessoa;
- Apoio às ocupações de terras inexploradas – públicas ou privadas – por aqueles que não encontram outros meios de sobrevivência ou simplesmente desejam valer-se da agricultura e da pecuária para construir suas vidas com dignidade; é inadmissível a inversão de valores que coloca o direito à propriedade acima do direito à vida;
- As ocupações podem ser ilegais, mas são justas, até porque os agricultores que assim procedem já esgotaram as outras formas de luta sem verem suas reivindicações atendidas. Por outro lado, constitui um contrassenso a identificação da ilegalidade só nas ocupações, quando esta é maior no caso do não cumprimento da legislação federal contida no Estatuto da Terra, cuja letra assegura o direito à terra para os que dela precisam e nela querem trabalhar;
- Condenamos o tratamento meramente judicial e policial que costuma ser

dado a esse sério problema social; se os ocupantes reivindicam terra é inaceitável outra solução que não seja a de destinar a eles – e também aos que não se mobilizaram ainda – áreas em condições de garantir-lhes uma sobrevivência digna através da produção de alimentos para suas famílias e para todo o povo;

- Essa luta não pode ser reprimida pelas autoridades sob pena de se criar conflitos violentos. Enquanto se providencia o assentamento as famílias precisam ser socorridas em suas necessidades essenciais imediatas, e após o assentamento deve ser prestada assistência humana, material e técnica até que a produção dos agricultores a dispensar;

- Refutamos as iniciativas tendentes a fazer com que os governos estaduais comprem áreas a preços de mercado para esse fim. Aplique-se o disposto no Estatuto da Terra, que prevê desapropriações por interesse social, indenizáveis com títulos da dívida pública, sob responsabilidade do governo federal. Também apelamos para que os agricultores sem-terra sejam assentados nos Estados onde vivem, evitando-se migrações – tão desnecessárias quanto traumáticas’;

- Providências nesse sentido são imperativos inadiáveis, como inadiável é a realidade de ampla e profunda reforma agrária, de acordo com o clamor nacional que se faz ouvir desde muito tempo e que vem se intensificando de modo irresistível.

A questão da terra, a onda de migrações para os principais polos econômicos do estado, o desemprego e a precária inserção urbana são infortúnios que contam a história de muitos catarinenses durante as décadas de 1970 e 1980. O campo de ação do clero progressista em Santa Catarina, semelhante ao que aconteceu em outros locais do país, não se deu em um espaço vazio, pelo contrário, precisou arregimentar adesão e considerar problemas concretos que afetavam diferentes segmentos populares. Em contrapartida, estes se apropriaram de práticas e retóricas sociais a partir de suas próprias experiências. Para finalizar, cabe destacar que pesquisas recentes têm jogado luz às articulações do clero progressista e sua atuação junto aos desempregados no início da década de 1980, assim como em movimentos grevistas. É o caso da greve protagonizada pelos/as trabalhadores/as da Fundação Tupy de Joinville (FREIRE, 2015). Do mesmo modo, a atuação do clero progressista teve um peso considerável para a composição de novas relações políticas (MENGARDA, 2019), seja através de partidos ou na formação de líderes que passaram a integrar diferentes movimentos sociais.

## **Referências**

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações, fundo BR DFANBSB V8. DI ACE 17532/1970.

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações, fundo BR DFANBSB V8. AC ACE 95572/1976.

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações, fundo BR DFANBSB V8. AC ACE 107419/1977.

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações, fundo BR DFANBSB V8. ACT ACE 5190/1984.

BAUER, C. S.; GERTZ, R. E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

CAROLA, C. R. *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

FANTIN, M. *Construindo cidadania e dignidade*. Florianópolis: Insular, 1997.

FREIRE, I. S. *Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville*. Florianópolis: UDESC, 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/FAED/UDESC, Florianópolis, 2015.

LEMO, G. P. *Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma, 1952-1964*. Florianópolis: UFSC, 2008. 129 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008.

LÖWY, M. Cristianismo da libertação e marxismo. In: RIDENTI, M.; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil* (vol. 6). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

MENGARDA, A. E. *Ser operário em Timbó na década de 1980: contribuições da Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores*. Florianópolis: UDESC, 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/FAED/UDESC, Florianópolis, 2019.

PACHECO, D. Derrotados e usurpados: os Grupos dos Onze Companheiros. In.: BRANCHER, A.; LOHN, R. L. *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

RIBEIRO, H. *Da periferia um povo se levanta*. São Paulo: Paulinas, 1988.

RIDENTI, M. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In.: RIDENTI, M.; REIS, D. A. *História do marxismo no Brasil* (vol. 5). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

## A DEFESA DO ELITISMO NO CONTEXTO TEFEPISTA CONSERVADOR

Gizele Zanotto (PPGH/UPF), gizele@upf.br

**Resumo:** Durante seu pontificado, Pio XII (1939-1958) resgatou e consolidou para a doutrina católica o princípio de que qualquer sociedade autenticamente cristã deve ser encimada por elites, categoria que tem uma missão capital, pela ação e exemplo, na modelagem do espírito, da cultura e da índole das instituições, leis e costumes. Entre 1940 e 1952, e ainda em 1958, o pontífice proferiu 14 alocuções de felicitações pela passagem de ano ao Patriciado e à Nobreza romana, categoria social aristocrática que, afora a extinção de títulos de nobreza pelas consecutivas Constituições Italianas promulgadas a partir de 1947, conservou seu valor devido ao Tratado de Latrão (1929), assinado no ano de 1929 e que, em seu artigo 42, garantia ao Papa o direito de continuar a conferir títulos nobiliárquicos assim como mantinha vigentes os já outorgados pela autoridade pontifícia. Nosso objetivo neste artigo é apontar os principais elementos destas alocuções e analisar a transferência destas teses sobre a função social e a necessidade das elites para a solução dos problemas do país elaboradas por Plínio Corrêa de Oliveira, expoente do laicato paulista conservador. A importância do tema, na nossa compreensão, refere-se a vários fatores, dos quais os mais salientes são: a definição de elementos elitistas como perenes e universais, baseando-se em análises históricas que reforçam tal tese em sistemas políticos democráticos, aristocráticos ou monárquicos; a atualização e filiação à chamada teoria das elites, elaborada na primeira metade do século XX por teóricos italianos e reforçada nos entre as décadas de 1940 e 1960 por estudiosos norte-americanos; e a difusão contemporânea e internacional desta obra, bem como as repercussões por ela geradas entre grupos aristocráticos e católicos.

**Palavras-chave:** Plínio Corrêa de Oliveira, Catolicismo conservador, Teoria das elites

Durante seu pontificado, Pio XII (1939-1958) restomou e consolidou para a doutrina católica o princípio de que qualquer sociedade autenticamente cristã deve ser encimada por elites, categoria que tem uma missão capital, pela ação e exemplo, na modelagem do espírito, da cultura e da índole das instituições, leis e costumes. Entre 1940 e 1952, e ainda em 1958, o pontífice proferiu 14 alocuções de felicitações pela passagem de ano ao Patriciado e à Nobreza romana<sup>220</sup>, categoria social aristocrática que, afora a extinção de títulos de nobreza pelas consecutivas Constituições Italianas promulgadas a partir de 1947, conservou seu valor devido ao *Tratado de Latrão*, assinado no ano de 1929 e que, em seu artigo 42, garantia ao Papa o direito de continuar a conferir títulos nobiliárquicos assim como mantinha vigentes os já outorgados pela autoridade pontifícia. Nosso objetivo neste artigo é apontar os principais elementos destas alocuções e analisar a transferência destas teses sobre a função social e a necessidade das elites para a solução dos problemas do país elaboradas por Plínio Corrêa de Oliveira<sup>221</sup>, expoente do laicato paulista conservador. A importância do tema, na nossa

<sup>220</sup> São considerados patrícios ou patricios romanos, os descendentes daqueles que, durante a Idade Média, haviam ocupado cargos civis de governo na Cidade Pontifícia, e os patrícios romanos conscritos, que pertenciam a alguma das 60 famílias agraciadas com tal título outorgado pelo Papa. A nobreza, por sua vez, divide-se entre nobres, que provinham das famílias que tinham recebido feudos do Soberano Pontífice (feudatários), e nobres simples, cuja nobreza provinha da atribuição de cargos ou de concessões pontifícias.

<sup>221</sup> O leigo Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995) participou da *Congregação Mariana* da Paróquia de Santa Cecília, *Ação Universitária Católica* - AUC (1929); *Liga Eleitoral Católica* - LEC (1932); como deputado federal

compreensão, refere-se a vários fatores, dos quais os mais salientes são: a definição de elementos elitistas como perenes e universais, baseando-se em análises históricas que reforçam tal tese em sistemas políticos democráticos, aristocráticos ou monárquicos; a atualização e filiação à chamada *teoria das elites*, elaborada na primeira metade do século XX por teóricos italianos e reforçada nos entre as décadas de 1940 e 1960 por estudiosos norte-americanos<sup>222</sup>; e a difusão contemporânea e internacional desta obra, bem como as repercussões por ela geradas entre grupos aristocráticos e católicos.

Pio XII governou o mundo católico durante um período extremamente conturbado e incerto da política internacional, período este marcado pela II Guerra Mundial, pela ascensão e consolidação do comunismo em vários países, pela diminuição do número de fiéis em todo o globo, por crises teológicas e de autoridade no interior da própria instituição eclesial e pelo início da chamada Guerra Fria. Embora tenha se consagrado na história da Igreja como um líder controverso. Para Pierrard, “alguns descobrem nele um conservadorismo inspirador de medidas radicais em relação aos pioneiros do ecumenismo, da renovação teológica e do apostolado missionário de vanguarda; outros, por reação, consideram-no como o mais santo Papa dos tempos modernos” (PIERRARD, 1982, p. 267). Pio XII destacou-se pelo discernimento em relação à realidade que vivenciava: tratou de altas questões teológicas, do ensino, da mulher, da medicina, de problemas jurídicos, do esporte, da imprensa etc., demonstrando que sua real preocupação era com a instauração do espírito cristão em todas as atividades humanas através de uma atuação efetiva dos fiéis na sociedade moderna.

Em linhas gerais as 14 alocuções de Pio XII contemplam os seguintes temas: a) contexto desolador e preocupante da guerra mundial em curso; b) dever das classes nobres em auxiliar na obra de reconstrução do pós-guerra; c) superioridade da herança espiritual sobre a material que a nobreza herda de seus antepassados; d) direitos e especialmente deveres que a titulação da nobreza lega aos seus membros (deveres como: proteção e honra da Igreja, auxílio aos necessitados, guardiães da tradição, modelos de conduta privada e pública, dedicação ao bem comum, defensores incondicionais da instituição da família, integridade e honestidade em todos os seus atos e relacionamentos, difusão dos valores cristãos em todos os ramos de atividade,

na *Assembléia Constituinte* pela LEC (1934-1937); diretor do jornal *O Legionário* (1933-1947); presidente da *Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista* (1940-1943); orientador e inspirador do mensário de cultura *Catolicismo* (1951-1995); fundador e presidente vitalício da *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* – TFP (fundada em 1960).

<sup>222</sup> Os precursores da *teoria das elites* foram Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Robert Michels (1876-1936). Algumas décadas depois das primeiras teorias, estudiosos estadunidenses como Harold Lasswell (1902-1978), Abraham Kaplan (1918-1993), James Burnham (1905-1987) e C. Wright Mills (1916-1962) desenvolveram ainda mais a *teoria das elites* apontando a idealização democrática existente nos EUA.

liderança político-social, recristianização da sociedade moderna, promoção da paz entre as nações, etc); e) fidelidade ao pontificado; f) chamado para que sejam verdadeiras elites na situação contemporânea; g) impossibilidade de refugiarem-se dos problemas presentes pelo abstencionismo, deserção, indiferença e/ou omissão; h) dever de unir tradição e progresso; i) contrariedade ao espírito de casta (isolacionismo); e, sobretudo, j) a missão de servir inerente à condição de nobres e patrícios. As alocações do pontífice estão embasadas no princípio de que toda sociedade humana se assemelha - ou deveria assemelhar-se - a uma máquina bem ordenada, cujas partes desiguais em funções e importância concorrem juntas para o funcionamento harmônico do conjunto e na qual a nobreza e o patriciado deveriam desempenhar o serviço de volante, de regulador, ou seja, participar da atividade comum orientando e conduzindo todo o aparelho (PIO XII, 1944. In: OLIVEIRA, 1993, p. 263).

Entre fevereiro e abril de 1956 o mensário de cultura e atualidades *Catolicismo* publicou excertos das alocações de Pio XII com comentários de Plínio Corrêa de Oliveira<sup>223</sup>, artigos que, ampliados e atualizados, foram reunidos na obra *Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocações de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*, de 1993. Adaptando o discurso do pontífice para o contexto brasileiro, o autor primou por defender ainda mais explicitamente a necessidade da condução política e cultural das elites para o reto progresso do país, num contexto cada vez menos influenciado pela doutrina da Igreja Católica e pela ação diretiva das elites tradicionais. Neste sentido, o autor inicia o texto com a apresentação de uma premissa que norteará toda a obra, apesar do impacto – positivo ou negativo - que causa aos seus leitores. Trata-se da contundente “opção preferencial pelos nobres”. Seu argumento é de que, apesar do aparente sarcasmo que possa haver entre esta premissa e “a opção preferencial pelos pobres” de João Paulo II,

essa antítese entre nobres e pobres tem cada vez menos razão de ser, se se considera a pobreza que vai atingindo gradativamente um número maior de nobres (...). E o nobre pobre encontra-se em situação mais constrangedora do que o pobre não nobre. Pois este último, pela própria limitação das suas condições, pode e deve despertar e pôr em acção o senso de justiça bem como a generosidade do próximo”, e complementa que “o nobre, pelo próprio facto de ser nobre, tem razões para deixar de pedir auxílio. E prefere esconder o seu nome e a sua origem, quando não tem remédio senão deixar transparecer a sua pobreza. É o que, em linguagem expressiva, se chamava outrora a "pobreza envergonhada" (OLIVEIRA, 1993, s.p.).

Plínio acredita que os nobres, pelas circunstâncias de sua vida, têm deveres árduos a cumprir, deveres que, se exercidos em consonância com a tradição, refletir-se-ão positivamente

<sup>223</sup> Tais artigos que foram ampliados, atualizados e reunidos em livro por iniciativa do *Centro Cultural Reconquista – TFP Lusa* em 1993, sendo imediatamente reproduzido na Espanha, Estados Unidos, Itália e França com amplas repercussões entre elementos da nobreza e aristocracia europeia e membros expressivos do clero.

em todo o corpo social, de modo que sua pobreza poderá refletir-se direta e negativamente na sociedade em que estão inseridos pela incapacidade da realização de sua missão, perene e universal, e destaca, “A ordem social, para existir, tem como condição que a cada classe seja reconhecido o direito àquilo que lhe cabe para subsistir com dignidade. E que cada uma, respeitada nos seus direitos específicos, se ache habilitada a cumprir os deveres que lhe competem em ordem ao bem comum” (OLIVEIRA, 1993, p. 26). Também reforça que a opção preferencial não significa uma opção exclusiva ou excludente, como afirmou o próprio João Paulo II, de modo que a eleição de um ou outro grupo para ser contemplado com a caridade cristã não elimina a possibilidade de que outro também o seja. Por fim, torna a reiterar que “na nossa época, na qual tão necessária se tornou a opção preferencial pelos pobres, também se faz indispensável uma opção preferencial pelos nobres, desde que incluídas nesta expressão também outras elites tradicionais expostas ao risco de desaparecimento e dignas de apoio” (OLIVEIRA, 1993, p. 27).

Após esta apologia ao auxílio e à revalorização dos nobres como elementos imprescindíveis para todas as sociedades, o autor dedica-se a apresentação e análise de excertos das alocuções de Pio XII, a apresentação da gênese da nobreza européia e a descrição da formação orgânica das elites tradicionais análogas à nobreza em países sem passado nobiliárquico- embora, como o próprio pontífice reiteradamente destacou, existiram desvios e exceções não raras de degradação moral e cultural entre muitos de seus membros. Segundo Plínio, as 14 alocuções contêm um forte apelo para que fossem preservadas as aristocracias em todas as sociedades, visto serem estas indispensáveis ao reto progresso em todos os ramos de atividade, e enfatiza:

o nexa – particularmente vigoroso e próximo – da finalidade de uma classe social com o bem comum regional ou nacional; a disposição distintiva dos membros desta classe a um desprendido holocausto de direitos e de interesses em favor desse bem comum; a verdadeira excelência do que os componentes dessa classe realizam nas suas actividades habituais; a conseqüente e exemplar elevação de padrão humano, moral e social dos seus membros; um correlato teor de vida proporcionado pela especial consideração com que o trato social corrente lhes agradece tal dedicação ao bem comum; e por fim as condições econômicas suficientes para conferir realce adequado a todo o conjunto desta situação, tudo isto, enfim, constitui uma série de fatores cuja feliz convergência propicia a formação de novas modalidades de nobreza (OLIVEIRA, 1993, p. 149).

Plínio sublinha constantemente a atualidade da discussão promovida pelo pontífice, visto que o deprecimento e mesmo o desaparecimento das elites tradicionais é considerada como uma das principais causas da caótica situação contemporânea. Filiando-se à doutrina tradicional da Igreja, Plínio



retoma a representação do *Corpo Místico de Cristo* – similar a representação da máquina de Pio XII apontada acima -, na qual as sociedades são tomadas como similares a um corpo humano, onde órgãos desiguais em importância e funções trabalham juntos para que o todo se mantenha. Como um corpo, órgãos vitais e periféricos conjugam-se e evidenciam a necessidade e a importância de cada qual para garantir vitalidade e sobrevivência. Esta representação é retomada constantemente por católicos e políticos para indicar a fonte do poder e de decisão, a necessidade de harmonia e unidade social, bem como para reforçar a concepção jusnaturalista da desigualdade natural – e por consequência social - entre os homens. É a partir desta compreensão organicista de sociedade que sua obra será embasada, indicando, segundo Fragelli, “rumos para uma autêntica restauração da Civilização Cristã em nossos dias” (FRAGELLI, 2003, p. 26), e opondo-se à compreensão conflitiva da luta de classes, tão propalada neste século XX e combatida pela doutrina social católica tradicional que preconiza a desigualdade natural entre os homens, a possibilidade de ascensão natural pela capacidade e trabalho e a harmônica relação entre as diversas classes. Para Dom Luiz de Orleães e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil, esta é uma marca comum de toda a obra de Plínio, visto que

Ele não vê na linha demarcatória entre nobreza e povo uma zona de conflito. Muito pelo contrário, mostra-nos a nobreza histórica, militar e agrícola como alto e puro cume da organização social, não, porém, como um cume inacessível. Apenas como um píncaro habitualmente difícil de alcançar, por estar na natureza das coisas que tal ascensão só se obtenha pelo mérito (ORLEAES E BRAGANÇA In: OLIVEIRA, 1993, p. 21).

O autor destaca que também em países sem passado nobiliárquico, como o nosso, nobrezas de fato formaram-se organicamente, imprimindo às atividades por eles realizadas traços morais, culturais e sociais concordes com a doutrina da Igreja. Inicialmente elementos da nobreza portuguesa foram enviados pela coroa para dirigir o povoamento e a colonização; a estes foram somando-se líderes locais, em geral proprietários que, com o passar dos anos, teriam formado uma nobreza de fato, a chamada *nobreza da terra*, na colônia brasileira. Esta *nobreza da terra*, por sua vez, teria se notabilizado – como a nobreza européia - pelo vínculo indissolúvel à fé católica e pelos feitos militares contra os invasores estrangeiros, sofrendo - como a elite primeva -, constantes e ininterruptas ampliações de novos elementos que se integravam natural e harmonicamente à elite pré-existente: governadores, donatários, capitães, desbravadores do território, senhores do café, etc. Para Plínio, entre todos estes representantes da aristocracia nacional a nota comum com a essência da própria nobreza esteve presente: a dedicação altruísta ao bem comum. Além deste elemento, a capacidade de mando, a propulsão para o progresso material e espiritual, o refinamento das maneiras, a religiosidade, a educação e a valorização da cultura também forjaram a *nobreza da terra*. Esta situação de liderança político-cultural da aristocracia rural manteve-se proeminente até a Revolução de 1930 quando, segundo Plínio, foram extintas as elites tradicionais no Brasil. Embora seu poder político tenha se mantido e sua liderança legitimada pela escolha popular via voto, a ausência e/ou inércia das elites tradicionais análogas seria uma das principais

causas da situação deletéria que assola o país nos campos cultural, social, político e religioso, visto que, conforme sua compreensão orgânica de sociedade, “Ao país que se extinguirem as elites sucede, em pouco tempo, exatamente o mesmo que a um corpo do qual se corta a cabeça” (OLIVEIRA, 1993, p. 17), ou seja, padece e morre.

Esta compreensão orgânica estabelece uma diferenciação entre os que mandam e os que obedecem, os que decidem e os que executam, os que governam (minorias) e os que são governados (maioria) – princípios básicos da *teoria das elites*, segundo a qual em toda sociedade existe sempre e apenas uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada (BOBBIO In: BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2002, 385). Afora as peculiaridades de cada concepção desta teoria pelos vários teóricos a crença de que *sempre* vai haver desigualdade na sociedade, em especial a desigualdade política – situação que confronta e mesmo recusa a pretensa igualdade de direito da democracia moderna -, e de que sua contestação é o principal sinal da crise do mundo contemporâneo é uma constante, como ressalta Norberto Bobbio

a teoria das minorias governantes caminha *pari passu* com uma concepção essencialmente desigual da sociedade, como uma visão estática ou inteiramente cíclica da história, com uma atitude mais pessimista do que otimista da natureza humana, com uma incredulidade quase total em relação aos benefícios da democracia, com uma crítica radical do socialismo, como criador de uma nova civilização, e com uma desconfiança que se aproxima do desprezo pelas massas portadoras de novos valores (BOBBIO In: BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2002, 387).

Cabe ainda mencionar que a *teoria das elites* se conjuga com a chamada *tese da futilidade*, uma arma retórica do arsenal reacionário analisada por Alberto Hirschman, que afirma que qualquer tentativa de mudança é abortiva, pois de algum modo toda mudança é, foi ou será, em grande medida, de fachada, ilusória, pois as estruturas profundas da sociedade permanecerão intactas (HIRSCHMAN, 1992, p. 43). Aplicando a *tese da futilidade* ao tema das mudanças em direção à ampliação da participação política das massas com a implementação de uma democracia ampla - onde deveres e direitos seriam iguais para todos –, seria mera ilusão, visto que não passariam de propostas enganadoras, já que a democracia também estará assentada sobre uma hierarquia que se formará e se perpetuará geração após geração, mantendo o controle do poder político sob seu restrito e exclusivo domínio. E mais, havendo uma alteração revolucionária do controle do poder político, outra elite se consagrará como governante, mantendo sempre presente uma hierarquização nas posições de mando que serão pouco acessíveis a massa da população (*teoria da circulação das elites* de Pareto: uma elite poderá ser destituída do poder, mas em pouco tempo outra elite ocupará seu lugar).

Para finalizar nossas considerações sobre o tema, reforçamos que a publicação da obra *Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana* no final do século XX veio atualizar a tese conservadora de que o domínio político, econômico, cultural, intelectual e religioso de elites é uma verdade perene e universal, na qual todas as sociedades se assentam e sustentam de forma segura e firme. Esta consideração baseia-se na defesa da desigualdade natural entre os homens, na legitimidade e necessidade de hierarquias, na imperativa conjugação entre tradição cristã e progresso autêntico e, por fim, em uma proposta restauracionista católica que prima pela recristianização da sociedade e pelo domínio religioso em todos os meios, de modo análogo à representação idealizada da Idade Média que se consolidou entre grupos católicos conservadores. A retomada do tema da necessidade da valorização das elites e a repercussão da obra entre expoentes aristocráticos e eclesiásticos estão intimamente imbricadas com questões de fé e política que não devem ser menosprezadas, em especial, à crítica ao mito da igualdade democrática e ao propalado progresso material como utopia de realização e felicidade humana sem referência ao sobrenatural.

## Referências

- ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. 12ª edição. Vol. I. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no Plural*. Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 189-207.
- FRAGELLI, Nelson Ribeiro. Em defesa da ordem social católica. *Catolicismo*, São Paulo, nº 634, p. 26-35. Outubro de 2003. p. 26.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A Retórica da Intransigência: Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP.
- MATTEI, Roberto de. *O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. SOLIMEO, Gustavo Antonio. SOLIMEO, Luiz Sérgio. *As CEB's... das quais muito se fala, pouco se conhece – A TFP as descreve como são*. 6ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1983.
- PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. 3ª edição. São Paulo: Paulinas, 1982.

## A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO IMAGINÁRIO ERECHINENSE EM COGUMELOS DE OUTONO DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, Doutoranda em História,  
bolsista FUPF da Universidade de Passo Fundo

**Resumo:** O estudo analisa a representação do espaço imaginário erechinense na literatura pós-moderna no romance, *Cogumelos de Outono* do escritor erechinense-satírico, Gladstone Osório Mársico (1927-1976), o recorte do estudo é o ano de publicação da obra em 1972. A formação histórica da cidade tem origem caingangue na qual “Erechim” significa “campo pequeno”, e localiza-se no norte do Rio Grande do Sul, emancipada em 30 de abril de 1918, região ocupada por indígenas, afrodescendentes, e colonizada por imigrantes de origem polonesa, alemã, polonesa, turca e, principalmente, italiana. Sabe-se que Mársico nasceu em Viadutos ex distrito de Erechim, atuou como advogado da empresa colonizadora judaica inglesa, *Jewish Colonization Association* (ICA), vereador de Erechim no período de 1956-1959, foi um dos fundadores do clube Lions Clube de Erechim, dirigente do clube esportivo Ypiranga Futebol Clube, assessor jurídico da URI e da Companhia Telefônica erechinense. Existem aspectos verossimilhanes em sua forma de escrever quando transpôs o cenário fictício de Erechim/RS em sua obra literária. A proposta justifica-se por analisar a forma de representação marginal satírica na literatura. O estudo em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Espaço imaginário; Erechim; *Cogumelos de Outono*.

### Introdução

Gladstone Osório Mársico nasceu em 5 de abril de 1927, em Viadutos/RS, localidade que pertencia a Erechim/RS e faleceu em Porto Alegre em 23 de abril de 1976. Profissional liberal e escritor dedicou sua breve carreira na Literatura às obras marcadas pelo uso do humor e o pitoresco da sociedade moderna, produzindo um livro de contos, *Minha Morte e Outras Vidas* (1958), e quatro romances; *Gatos à Paisana* (1962), *Cogumelos de Outono* (1972), *Cágada (ou a história de um município a passo de)* (1974) e *Forúnculo* (1994) póstumo, através da pesquisa da professora doutora, Vera Beatriz Sass.

Define-se *lazarilho* sendo “uma série de histórias engraçadas; mas também poder-se-á pensar que a obra é portadora de uma denúncia não explícita”, conforme González (1988, p.10), e considera-se que a sátira é um:

[...] gênero histórico, definido já a partir da tradição clássica (com desdobramentos até a era moderna) - seja pela vertente lucílica (também denominada romana), seja pela vertente menipéia (ou luciânica). Em rápidas palavras, a sátira de tradição lucílica caracteriza-se pela utilização regular de hexâmetros e pela finalidade moralizadora dos textos; nela o riso é utilizado como meio de denúncia dos vícios da humanidade. Os romanos a consideravam uma invenção sua. O riso é sua marca distintiva, sem assumir, no entanto, o caráter exclusivamente moralista da tradição romana (SOETHE, 1998, p. 7).

Para este artigo, optou-se em analisar *Cogumelos de Outono*, publicada em 1972, pela Editora Movimento, situada em Porto Alegre/RS. O objetivo para este artigo é analisar as representações, devido sua literatura ser satírico-marginal, e conter elementos imaginários do espaço da cidade de Erechim/RS.

A História e a Literatura têm suas especificidades, trabalham com formas de raciocínio próprias e têm seus limites, também suas exigências. Grossmann (1982, p.23), salienta existir uma relação entre História e Literatura em que:

A Literatura não se faz, por outro lado, pelo desprezo de qualquer nível do real, nem pelo desprezo da história. O real e a história são a matéria e o corpo de que se vale a literatura para destilar o seu ser. Toda a atenção é dada à defesa deste corpo físico, justamente porque o ser da literatura é outra coisa que não o real, a história, a linguagem, é a própria literatura.

Partindo da perspectiva de José D'Assunção Barros (2005, p. 13), “o imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar vida concreta”. Esta perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é também estruturante em relação à sociedade que o produz”. O artigo utiliza o conceito de representação de Roger Chartier (CHARTIER, 2010, p. 24), afirma que:

[...] entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é “um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é.

Dessa forma, poderá ser observada a representação em *Cogumelos de Outono*, do espaço imaginário chamado Boa Vista, localizado no Vale do Rio Dourado. Na ficção existe a marca de tempo de 1923, com a representação do episódio da Revolução de 1923<sup>224</sup> e segue até o fim da 2ª Guerra Mundial<sup>225</sup>, em 1945. Na primeira página do livro, *Cogumelos de Outono*, o autor afirma que:

Esta história é absolutamente fictícia e imaginária. Os personagens também, com exceção das figuras históricas, é óbvio, que aparecem de relance nalguns capítulos para dar a sequência à narrativa. O autor, desde já, se penitencia por qualquer referência que possa ser considerada desrespeitosa a esses personagens ou à sua memória. Não teve esta intenção. Trata-se duma caricatura de fatos que poderiam ter acontecido, mas que não aconteceram. De

<sup>224</sup> Movimento armado ocorrido no Rio Grande do Sul, no ano de 1923, em que lutaram, de um lado, os partidários do presidente do Estado, Borges de Medeiros, conhecidos como Borgistas ou Ximangos, que usavam no pescoço um lenço branco, e de outro os revolucionários aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, chamados Maragatos, que usavam no pescoço um lenço vermelho.

<sup>225</sup> Conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo — incluindo todas as grandes potências — organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo.

igual forma, Boa Vista, no vale do Rio Dourado, é uma vila que não existe. Há qualquer semelhança com Erechim, inspiradora dos cenários por onde se desenrola a narrativa. Mas, o autor, propositalmente, mudou locais, datas e alguns fatos que ocorreram, para evitar a possibilidade de qualquer coincidência. É um livro simples, escrito nas pequenas folgas de trabalho diário, com o único objetivo de provar que é possível escrever sonhando e sorrindo (MÁRSICO, 1972, s/p).

Desta forma, Mársico trata seu livro como uma historieta imaginária inspirada em Erechim, e diz estar penitenciado de qualquer referência as personagens que se parecerem desrespeitosas em sua obra porque é satírica, utiliza uma técnica literária ou artística que ridiculariza um determinado tema. Na obra, *O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico*, de autoria da prof.ª Dr. Vera Beatriz Sass, que ao longo de sua vida incentivou a leitura das obras de Mársico e preocupou-se em resgatar documentos de Mársico para o acervo na Biblioteca Pública Dr. Gladstone Osório Mársico, situada na Av. Pedro Pinto de Souza, 100 - Centro, Erechim – RS, sobre o espaço em *Cogumelos de Outono*, afirma:

O enredo engloba a história local, estadual, nacional e internacional [...]. Entretanto, há que se dividir em História conduzida por Mársico: há elementos da realidade, fatos históricos oficiais, assim como há alterados pelo autor [...]. Não há um fato puramente histórico, comprovável oficialmente, mas uma fusão perfeita e bem montada. O próprio Mársico admite que Boa Vista, sua história e seus habitantes (personagens principais) foram criados a partir de Erechim e os indivíduos que fazem parte dela, de seu folclore ou mesmo de pessoas amigas ou conhecidas do autor (SASS, 1994, p.78).

Para dar sequência, surge a análise em *A representação da cidade de Erechim em Cogumelos de Outono* e sem delongas uma breve consideração final.

### **A representação da cidade de Erechim em Cogumelos de outono**

A cidade de Erechim, localiza-se na região norte do Rio Grande do Sul, no território que pertencia ao 8ª Distrito de Passo Fundo criado em 28 de janeiro de 1857. Em 1904, foi iniciada a demarcação de terras da colônia Erechim, e seu primeiro nome foi Boa Vista, e posteriormente, povoado Paiol Grande até 30 de abril de 1918. A partir daí, passou-se a chamar Boa vista de Erechim a partir de 1922. Em 1938, foi alterada sua denominação para José Bonifácio. Porém, em 1944, recebeu o nome definitivo de Erechim, termo “Erexim” de origem indígena, que significa “campo pequeno”, conforme Garcez (2008).

Já em *Cogumelos de Outono*, Mársico (1972, p. 421), traz a comemoração da emancipação, no trecho: “O dia 30 de abril - data em que o município de Boa Vista festejava mais um aniversário da sua emancipação política, rememorando aquele desligamento histórico da grã-finagem lá de Passo Fundo”. Nota-se a verossimilhança, pois o autor usa um dos nomes

que denominaram Erechim, que coincide com a data de emancipação em 30 de abril de 1918, por meio do decreto estadual nº 2342, assinado por Borges de Medeiros, desmembrando-o do município de Passo Fundo, quando usa a expressão “grã-finagem de Passo Fundo”, que dar um tom irônico, que eles se achavam melhores que Erechim, mas que não eram melhores do que Erechim. Em *Cogumelos de Outono*:

Boa Vista fora descoberta pelos estranhos - fazia pouco- gente que de vez em quando passava por ali em direção a Passo Fundo ou Porto Alegre ou, vice-versa, em direção a São Paulo, e que era obrigada ao pernoite por obra dalgum descarrilamento ou entrega dos pontos da locomotiva - e, naquele ano de 1923, segundo diziam as más línguas, o local era muito recomendável para quem não tivesse grande amor ao estômago ou à vida, para quem gostasse de ganhar dinheiro fácil cortando lenha ou *furungando* na terra, ou para quem pretendesse fugir da mulher ou da polícia sem grande assadura no traseiro ou esbanjamento de passagem. Principalmente para quem residisse nas imediações do Paraná ou de Santa Catarina (MÁRSICO, 1972, p. 129).

Mársico traz a representação de um município que recebe um grande fluxo de imigrantes, por meio do percurso ferroviário de Passo Fundo para Porto Alegre, ou via São Paulo. Nota-se a verossimilhança, pois a ferrovia fazia o mesmo trajeto mencionado na ficção, e historicamente Erechim localizar-se no meio deste trecho e possuía vasta quantidade de hotéis, que conforme Zambonato (2000, p. 123) existia; “o Hotel Palácio foi o primeiro, era de Albano Stumpf, que se localizava na atual rua J. B. Cabral, Hotel Brasil, de Brasil Rigon, na saída para Aratiba, Hotel Zuchi, Hotel dos Viajantes, Hotel Parenti, Hotel Centenário”. Como também, haviam muitas “Casas de Pasto”, que eram locais de hospedagem, que continham estábulos, local onde guardavam e tratavam cavalos e mulas, porque era o transporte utilizado pelos tropeiros que passavam por esta região, devido à escassez de estradas.

Gladstone traz uma cidade que não tem futuro, devido ser um lugar inicialmente refúgio para fugitivos, isso vem de encontro com os “[...] foragidos, fugitivos das revoltas e intrusos que tomavam posse das terras devolutas do Estado” conforme (GARCEZ, 2008, p.23), que na região do Alto Uruguai se fixaram, devido a facilidade de acesso fácil para mudança de estado. Em *Cogumelos de Outono*, Mársico é preciso ao descrever a posição da,

Delegacia de Polícia [que] ficava no outro extremo da Avenida bem de frente à Prefeitura. Entre ambas havia a Praça da Bandeira, com um pequeno monólito no centro, onde se inscrevera a data de emancipação (30 de abril de 1918) (MÁRSICO, 1972, p. 55).

No ano 1972, que Mársico publicou a obra, a localização do fórum ficava no outro extremo da Avenida, bem de frente à Prefeitura, assemelha se com a localização da prefeitura

concluída em 1932, ambos localizados na Praça da Bandeira, inaugurada em 1953, ela contém o mastro da bandeira, para o qual convergem as dez avenidas da cidade, o chafariz e o busto do presidente Getúlio Vargas, também denominada o “coração da cidade”, nela abriga o Governo Municipal, desde a sua conclusão com a antiga construção do fórum, criado pelo Decreto nº 4.366, de 31 de agosto de 1929, desmembrando-a da comarca de Passo Fundo, e em conformidade com a Lei 6.535, de 31 de janeiro de 1973 classificou a comarca de Erechim como de terceira entrância com três cargos de promotor. Sua localização na área central funcionou até início dos anos 2000, na Praça da Bandeira, porém hoje (2021) situa-se no endereço da rua Clementina Rossi, 129 em Erechim. Contudo, antes dos anos 2000, existia na praça a centralização dos três poderes: legislativo, judiciário e executivo, bem como, até hoje (2021) localiza-se o monopólio da Igreja Católica, a Catedral São José.

Mársico satiriza o desentendimento que houve entre o padre da Catedral São José, que não aceitava na praça central, de frente a porta da igreja o busto do maçom José Bonifácio, segundo jornal *Bom Dia* (2016, s/p),

[...] originalmente na posição atual [ em frente a porta de entrada da igreja católica, chamada Catedral São José] do monumento estava localizado o busto de José Bonifácio, que possui curiosa história de ter sido retirado do local por influência do antigo padre da Igreja Matriz, por este não concordar ““ver um maçom cada vez que abria as portas da igreja””. Ele explica que isto porque “a antiga Igreja Matriz, destruída em 1969 seguia a tradição dos templos da antiguidade, com sua porta voltada para o leste, a nascente do sol, uma vez que o monumento se localizava de frente para a porta da igreja e a ideias a respeito da Maçonaria envolviam, na época, conceitos fantásticos e supersticiosos”.

De fato, essa briga por causa da colocação de busto ocorreu, mas não foi devido aos bustos de Borges de Medeiros e Tiradentes. Gladstone usa o nome de Borges de Medeiros para zombar que para um município conseguir se emancipar ele precisava bajular Borges de Medeiros, que foi quem assinou o decreto e teve papel fundamental de poder de decisão para emancipar Erechim, pensava-se que lhes prestando homenagens facilitaria as negociações.

Hoje (2021) Erechim até o momento, não possui o busto de Borges de Medeiros, somente do presidente Getúlio Vargas localizado dentro da Praça da Bandeira, e o de Tiradentes, que foi inaugurado em 1950, localizado na quadra anterior ao Viaduto Rubem Berta. Gladstone, chama a atenção, quando diz não compreender a inauguração do busto de Tiradentes na praça, “Tiradentes, enforcado, surgido ali depois da revolução de 23, misteriosamente, não se sabia por qual patrocínio ou manobra secreta” (MÁRSICO, 1976, p. 55), acredita-se que ele debocha do fato de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes não ser um revolucionário rio-



grandense, foi um dentista, tropeiro, minerador, comerciante, militar e ativista político que atuou no Brasil, mais especificamente nas capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, nem sequer pioneiro da cidade, tivesse recebido um busto patrocinado por um grupo de pessoas que residiam em Erechim, segundo o jornal *Bom Dia* (2016), o busto foi ofertado por 22 dentistas de Erechim em 1950.

Já, num outro trecho Mársico (1972, p. 147), traz em sua representação, como eram as missas na catedral São José, “[...] quando chegaram à Praça da Bandeira, um montão de fiéis já se alcovitava no passeio, defronte à Igreja- até gente da Família Rampanella [...] e as senhoras do Apostolado, rosário em punho”. Aqui, Gladstone satiriza a movimentação religiosa comum para a época, principalmente porque era um dos locais mais frequentados pelos imigrantes italianos e por mulheres extremamente religiosas, que seguravam o rosário em mãos, e pertenciam às Congregações Missionárias. Em *Cogumelos de Outono*, traz aspectos da organização da praça,

[..]. Quanto a mais a praça tem a forma circular, com alguns canteiros gramados e diversas quantidades de flores plantadas por cima, especialmente roseiras, margaridas e dalias, que, na época do outono, por não serem distribuídas com muita elegância, formam aquele doloroso contraste dos vestidos estampados em missa de sétimo dia (MÁRSICO, 1972, p. 56).

Nota-se que o autor descreve minuciosamente a área central, o seu traçado viário, caracterizando por suas ruas muito largas, e canteiros grandes com as mesmas flores comuns de serem encontradas hoje (2021), devido ao clima favorecer o seu cultivo. Devido a coloração das flores que são misturadas nos canteiros, ele debocha dos vestidos estampados com flores, modelo de vestuário *cuplover* comum na década de 50. Em *Cogumelos de Outono*, continua a descrever:

A Avenida, que vem lá do Morro da Comadre, onde O Seminário Nossa Senhora do Bom Conselho quase toca o céu e onde também, se depara com o Vale do Rio Dourado e os cogumelos bifurca-se ali na praça e depois segue um ramal até o cemitério. O chão é de barro na chuva e de poeira no sol, sem calçamento, mágoa que Boa Vista leva de Passo Fundo, já com diversas ruas asseadas com paralelepípedos, mostrando o quanto vale um banho de civilização (MÁRSICO, 1972, p. 56).

Gladstone traz a direção das principais ruas da cidade, da avenida principal, chamada Avenida Maurício Cardoso que seria a representação da avenida que “vem lá do Morro da Comadre”, devido ela terminar numa área rodeada de morros, e segue no Seminário Nossa Senhora de Fátima, localizado na Av. Sete de Setembro nº 1305, que seria a representação na ficção do Seminário Nossa Senhora do Bom Conselho. Novamente Mársico vem comparar

Erechim com o município mãe Passo Fundo, isso vem de encontro, a não aceitação de ser um distrito de Passo Fundo, pois Mársico traz o aspecto negativo de Erechim ter herdado enquanto administração de Passo Fundo, as ruas sem calçamento, isso demonstraria a falta de progresso.

Também surge a representação do Cemitério Municipal Pio XII, localizado na rua Goiás nº 1180. Na ficção “[...] O Major já estava habituado a vir ao cemitério quase que um dia sim e outro não, excluindo sábados e domingos (dias em que o cemitério parecia uma feira de tanta gente) [...]” (MÁRSICO, 1972, p. 11). Na ficção, Giovanni Pandolfo encontrava-se às escondidas com sua amante a descendente de imigrantes alemães Gudrun, filha da imigrante alemã Dona Mikaela Berguer, já que aos sábados e domingos, como era de costume da época a visitação, não frequentavam para não serem descobertos.

Em *Cogumelos de Outono*, surge a representação do termo os botas-amarelas:

[...] na viagem, ficara sabendo que o apelido da cidade era «A Capital dos Botas-Amarelas». Isso ele ouvira dizer em Passo Fundo, quando o Noturno parou. - Por quê? - Perguntara. - Já viu colono usar sapato? (MÁRSICO, 1972, p. 213).

Erechim é comumente chamado de terra dos “botas-amarelas”, e Passo Fundo “Os Teixeirainhas”, em referência a homenagem de um monumento feito para o cantor Teixeira que residiu e cantava frequentemente em Passo Fundo, colocada no centro da cidade. Na realidade, havia uma desavença por poder local, entre Passo Fundo e Erechim, o apelido em Passo Fundo não foi tão difundido quanto em Erechim. Conforme o livro de relato do Padre Benjamim Busato, em *Meu Erechim Cinquentão*, publicado em 1968, no qual assume pseudônimo de Chico Tasso ele comenta, que os erechinenses eram chamados pelos munícipes vizinhos de botas amarelas.

Segundo o *blog Flor Amarela*, com a reportagem Erechim Bota-Amarela, postado por Giane Cor de Rosa, em 04 nov.2012, o “[...] o apelido que adveio do calçado uniforme, usado pelos agricultores da região que acorriam a Erechim como o centro comercial forte e próspero, porém carente de acessos pavimentados”. Na escrita de *Cogumelos de Outono*, percebe-se que várias vezes, Mársico satiriza que a cidade não tinha calçamento e que os colonos andavam de pés-descalços, vindo de encontro, da falta de vestimenta apropriada para o trabalho agrícola, a falta de progresso, e o apelido negativo de os Botas-amarelas.

### **Considerações finais**

Concluiu-se, que o objetivo de analisar as representações do espaço, em *Cogumelos de Outono*, devido sua literatura ser satírico-marginal foi atingido, porque através da análise dos

fragmentos analisados percebe-se um espaço verossímil, que Mársico apropria-se de forma ficcional e transpôs para sua literatura. Por fim, o estudo em *Cogumelos de Outono* está apenas no início, a investigação segue.

### **Agradecimentos**

Gostaria de fazer um agradecimento a comunidade erechinense por aceitarem participar das entrevistas que estou realizando. Também, um agradecimento especial a família do escritor Gladstone Osório Mársico; Rosangela Mársico Lehmann, Gaby Mársico e Gilberto Mársico.

### **Referências**

- ACCIE. *EXPO 2001 – X FRINAPE*. Disponível em: < <https://www.accie.com.br/frinape/expo-2001-x-frinape/> >. Acesso em: 5 jan. 2021.
- ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL. *O cantor Teixeira e Passo Fundo*. Disponível em: < <https://www.onacional.com.br/cidade,2/2018/11/02/o-monumento-teixeirinha,107587> >. Acesso em: 30 out. 2021.
- \_\_\_\_\_. *Gaúcho de Passo Fundo*. Disponível em: < <https://revivendoteixeirinha.wordpress.com/2007/08/11/gaучo-de-passo-fundo/> >. Acesso em: 30 out. 2021.
- BALDISSERA, Marli de Almeida. CIMA, Sônia Mári. *De campo pequeno ao grande Erechim*. Erechim RS: Edifapes, 2008.
- BARROS, José D Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.
- BUSATO, BENJAMIM. TASSO, Chico. *Meu Erechim cinquentão*. Erechim: Modelo, 1968.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- COSTA, Israel José da. *Cinquentenário de Erechim 1918-1968: album oficial*. Erechim: Editora Metrópole, 1968.
- DETONI, Maríndia Giardello. *História da Arquitetura de Erechim*. Erechim: Revista *Perspectiva*, 1994.
- FERREIRA, Antonio Sérgio. Relações entre Literatura X História. *Revista Eletrônica da faculdade Semar/ Unicastelo*, v.1, n.1. Edição Outubro/janeiro de 2010. Disponível: < <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170627110749.pdf> >. Acesso: 2 fev. 2021, às 14:00.
- GARCEZ, Neusa Cidade. *Marcos do colonizador: o “Castelinho” e a Casa*. Erechim: Edifapes, 2008.
- GONZÁLEZ, Mário. *O romance picaresco*. São Paulo: Ática, 1988.
- GROSSMANN, Judith. *Ensaio 79 (Temas de teoria da Literatura)*. São Paulo: Ática, 1982.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996. Disponível em: <

- <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf> > . Acesso em: 20 jan.2021, às 19:09.
- LINHARES, Temístocles. *História Crítica do Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.
- MÁRSICO, Gladstone Osório. *Cogumelos de Outono*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1972.
- MARTINS, Najaska. *Monumentos: Um legado à memória coletiva*. Erechim: Jornal Bom dia, 30 abril. 2016. Disponível em: <  
<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/3301/monumentos-um-legado-a-memoria-coletiva>>. Acesso em 17 jan.2021, às 16:08.
- PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*, Inventário das Estações 1874-1959. Porto Alegre, IPHAE, 2002.
- ROSA Giane Cor. Erechim Bota-Amarela. Blog *FLOR AMARELA*. Disponível em: <  
<https://gianepereirasoares.blogspot.com/2012/11/erechim-bota-amarela.html>> . Acesso em: 25 out. 2020.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo na colonização do norte do Rio Grande do Sul*. Erechim: URI, 1991.
- PORTO ALEGRE ASSOCIAÇÃO DE GRÓGRAFOS BRASILEIROS. *Sobre Erechim*. Disponível em: < <https://agb-portoalegre.webnode.com.br/xxx-eeg/sobre-erechim/>> . Acesso em: 17 jan.2021, às 16:00.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. *O traçado viário*. Disponível em: <  
<https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/151/tracado-viario>> . Acesso: 17 jan.2021, às 18:08.
- \_\_\_\_\_. *Plano ambiental municipal*. Disponível em:  
<[https://uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/files/Plano\\_Ambiental\\_Municipal\\_Erechim\\_Dez\\_2011.pdf](https://uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/files/Plano_Ambiental_Municipal_Erechim_Dez_2011.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2021, às 12:08.
- SASS, Vera Beatriz. *O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico*. Porto Alegre: IEL: Movimento, 1994.
- SCLIAR, Moacyr site oficial. RODRIGUES, Gláucia Elisa Zinani. *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019, 234 p. Disponível em:  
<http://www.moacyrscliar.com/fortuna-critica/dissertacoes-de-mestrado/>>. Acesso em: 19 out. 2021.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SOETHE, Paulo Astor. Sobre a sátira: Contribuições da teoria literária alemã na década de 60. *Revista Fragmentos*, Florianópolis, v.7 n.2, p. 07/27/ jan. – jun. 1998. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/6014/5559>>. Acesso: 4 jan. 2021, às 19:00.
- ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. *Os meus Erechim*. Erechim RS: EDELBRA, 2000.

## DA CARTOGRAFIA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) À UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA: NOVOS OLHARES A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DA FAMÍLIA SILVA TAVARES<sup>226</sup>

Gustavo Figueira Andrade, Doutor em História – UFSM<sup>227</sup>

**Resumo:** O objetivo desse artigo é apresentar uma análise do desenvolvimento da Revolução Federalista, a partir da participação da família Silva Tavares e da constituição de suas redes de relações (familiar, política e militar), como um contraponto à historiografia que foi produzida a partir das fontes oficiais ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense, que naturalizou o discurso dos vencedores e estabeleceu uma delimitação e periodização acerca da Revolução. Nesse sentido, propomos uma nova cronologia que vai além das narrativas construídas pelas fontes oficiais para pensar a Revolução Federalista e, dessa forma, demonstramos que o conflito começou em 1891 e teve duração até 1896, período marcado por intensa participação dos Silva Tavares. Para revelar a amplitude das redes desta família, elaboramos uma cartografia que mostra a abrangência nacional e internacional da Revolução e das relações da família Silva Tavares. Ainda partindo da cartografia da Revolução, delimitamos uma região revolucionária conformada pela guerra durante o século XIX, marcada pela existência de um universo de referências culturais, sociais e econômicas em comum. A permanência de práticas tradicionais expressam uma lógica de pensar a política e a guerra, práticas utilizadas para articular e mobilizar homens e recursos durante o conflito, constituindo, ao lado da experiência e da convivência em combates, chaves explicativas para compreender as características da Revolução. Os resultados obtidos decorrem do estudo realizado em nossa tese de doutorado defendida, recentemente, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria/RS, com o auxílio da bolsa CAPES/FAPERGS.

Palavras-chave: Revolução Federalista; Região Revolucionária; Cartografia.

### Introdução

Nesse estudo, desenvolvemos uma cartografia da Revolução Federalista transcorrida de 1891 a 1896, a partir da territorialização de poder expressa em uma região revolucionária platina, demonstrada pelas redes de relações pessoais, familiares, políticas e militares da família Silva Tavares, fundamentada na análise das correspondências trocadas entre chefes federalistas, assim como em obras de cunho memorialista acerca deste conflito.

Importante observar que a maioria dos estudos sobre a família Silva Tavares, ou os que a ela se referem ainda que indiretamente, desenvolvidos por Álvaro Souza (1966), John Chasteen (1991), Carlos Rheingantz (1993), Tarcísio Taborda (1993), Jonas Vargas Moreira (2007), Cypriano Nunes Vieira (2010), Leandro Oliveira (2016), Miquéias Mugge (2016),

<sup>226</sup> Este artigo é uma versão do primeiro e segundo capítulo de nossa tese: ANDRADE, Gustavo Figueira. *Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

<sup>227</sup> Esse trabalho foi financiado com bolsa CAPES/FAPERGS e Edital CAPES PDSE 041/2018, com período de Doutorado Sanduíche na Universidade Nacional de Mar del Plata, Argentina. E-mail: figueirandrade@gmail.com.

restringem-se a sua trajetória no período de 1790 até a última década do século XIX, deixando, portanto, o período da Revolução Federalista fora desta cronologia.

Outro aspecto a destacar, dando sequência às reflexões desenvolvidas em nossa dissertação de Mestrado<sup>228</sup>, é que nosso trabalho parte de um problema estabelecido no período da Revolução Federalista (1891-1896), a partir do qual delimitamos um grupo a ser estudado, cujos indícios das ligações entre seus membros apontam, principalmente, para o período da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Para a realização da tese, utilizamo-nos de um acervo de mais de três mil correspondências pertencentes à família Silva Tavares, memórias de personagens contemporâneas ao conflito, além de periódicos brasileiros, uruguaios e argentinos, documentos presentes nos Arquivos Público e Histórico de Rio Grande do Sul. Dentre os documentos consultados no exterior, citamos os arquivos gerais das províncias argentinas de Entre Rios, Corrientes e o *Archivo General de la Nación e do Archivo Histórico de Cancillería*, ambos em Buenos Aires. Em Montevideú, no Uruguai, consultamos o *Archivo General de la Nación*, periódicos da Biblioteca Nacional e *Archivo del Legislativo*. Para dar conta desse volume de fontes e para fazermos a associação dos dados relacionais aos espaciais no sentido de realizar uma cartografia da Revolução Federalista, foi utilizado o banco de dados Palladio, desenvolvido pela Universidade de Stanford.

Nesse sentido, nos utilizamos do método da análise de redes sociais, que se constitui em uma ferramenta analítica capaz de mensurar e representar o campo social dos indivíduos, através de representações gráficas, nas quais os atores são representados por pontos ou nós e os vínculos entre eles, por linhas (IMÍZCOZ, 2004). Entretanto, compreender os atores requer ultrapassar uma visão apenas relacional e entender que expressam valores culturais e um sistema de normas. Isso significa entender que os indivíduos atuam e se relacionam com toda uma carga cultural, expressando todo um sistema de valores materiais e imateriais que abrangem diversas áreas, desde a política, cultural, econômica e social (IMÍZCOZ, 2004).

### **Uma nova interpretação acerca da Revolução Federalista (1891-1896), a partir da documentação da família Silva Tavares**

A tarefa de pensar uma nova interpretação acerca da Revolução Federalista significou estabelecer uma perspectiva que se contrapõe, em muitos aspectos, àquela que foi produzida

<sup>228</sup> ANDRADE, Gustavo Figueira. *A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

pela historiografia a partir das fontes oficiais ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense, que, ao contemporizar com a narrativa dos vencedores, estabeleceu uma certa delimitação, uma periodização acerca da Revolução.

Nesse sentido, estabelecemos uma nova cronologia do conflito e uma cartografia da Revolução Federalista, a partir da territorialização<sup>229</sup> de poder expressa pelas redes de relações pessoais (familiar, política e militar) da família Silva Tavares, especialmente a partir das correspondências trocadas com chefes federalistas em um espaço que se estendia não apenas ao Rio Grande do Sul. Indo além fronteiras, esse espaço expandia-se a outros estados brasileiros, a diversos Departamentos da República Oriental do Uruguai e, também, a Províncias do litoral da República Argentina, no período que abrange o conflito, indicando a existência de uma rede de relações no espaço platino.

As pesquisas nas documentações de federalistas, na região da campanha, especialmente na oriunda da família Silva Tavares, as correspondências, manifestos e ordens do dia, faziam referência, a todo instante, às reivindicações e à manutenção das conquistas obtidas desde novembro de 1891. Tal interpretação levou-nos a propor uma nova delimitação temporal para pensar a extensão do conflito, dividindo-a em cinco fases, considerando as fontes produzidas pelos federalistas.

A primeira fase inicia-se em novembro de 1891. Nessa época, o Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, havia tentado um golpe contra o Poder Legislativo, o que veio a desencadear uma série de reações pelo país, tanto no Rio de Janeiro, com o bombardeamento da cidade, quanto no Rio Grande do Sul, onde o governador Júlio de Castilhos havia apoiado tal intento por Deodoro. Em decorrência desse fato, teve início um movimento influenciado por ideias liberais, tanto de reação à Constituição Federal quanto de sua defesa.

Contando com batalhões do Exército e forças da Guarda Nacional, além de civis em arma, o movimento teve, dentre os principais cabeças da revolução, o general João Nunes da Silva Tavares e a articulação de sua família. Essas manifestações, que resultaram na renúncia de Deodoro e de Castilhos, conseqüentemente alçaram Tavares como um dos líderes de maior proeminência, no período, e seus irmãos a cargos no novo governo que chegava ao poder.

<sup>229</sup> Acerca do entendimento de território, Marcelo Lopes de Souza (1995) assevera que esse conceito deve ser dissociado do conceito de Estado. Dessa forma, deve ser entendido enquanto um espaço construído pela ação humana, para então entendê-lo como construído através das relações de poder, podendo obedecer a temporalidades distintas. Ainda para este autor, o território constitui-se enquanto elemento fundamental para o exercício do poder, capaz de gerar solidariedades, identidades e, ao apropriar-se deste território e conferir sentido a ele, ocorre a territorialização deste espaço pelos indivíduos.

Frente à deposição de Castilhos, membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foram afastados do poder pelo novo governo formado pela oposição que assumira o estado. Além disso, o novo governo procurou revogar as ações do governo castilhista, restituindo aos cargos as antigas lideranças oposicionistas. Dessa forma, estabeleceu-se um período de governo que a historiografia oficial alcunhou, pejorativamente, de governicho, adotando a visão da documentação e a interpretação oficial do conflito produzida pelo PRR.

A segunda fase faz referência ao período iniciado a partir dessa deposição, quando parte dos castilhistas havia decidido deixar o Rio Grande do Sul e emigrar para a Argentina, e outra, para o Uruguai, de onde passaram a planejar resistência e a urdir um golpe que, necessariamente, precisaria do apoio das forças do Exército para restituir Castilhos à chefia do executivo rio-grandense.

Conspirações e movimentos armados eclodiram, durante essa fase, mas foram perseguidos e dispersados em todo o estado. As fronteiras eram vigiadas, uma vez que se temia a invasão de forças castilhistas que sustentavam o novo governo e estavam reunidas, também, em Cerro Largo, no Uruguai, e em Corrientes, na Argentina.

No âmbito interno estadual, o governo estava cindido por desentendimentos entre os republicanos históricos dissidentes do PRR, parte ainda simpática às ideias positivistas de Castilhos, como, por exemplo, João de Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, por um lado, e, por outro, entre os republicanos adesistas, adeptos de um governo parlamentarista – reunidos na União Nacional e, posteriormente, no Partido Republicano Federal –, dentre os quais estavam os Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins. As constantes sabotagens internas, promovidas por indivíduos que eram simpáticos à Constituição promulgada pelo PRR, impediram que ela fosse revogada e, conseqüentemente, que fosse consolidada a vitória da Revolução iniciada em novembro de 1891.

A recusa dos governistas em promover as mudanças esperadas levou a uma ruptura, ocasionando a fundação do Partido Federalista, em 1892, em Bagé, sob a chefia do general Tavares. Nesse ato, estiveram presentes Gaspar Silveira Martins e outras importantes lideranças que haviam participado da revolução de novembro, retirando a base de apoio ao governo que se recusava a convocar novas eleições, o que tornou sua manutenção insustentável.

Após sua renúncia e a de seu vice, Barros Cassal, o general Domingos Barreto Leite tentou repassar o cargo a Silveira Martins, que também refutou o cargo, recaindo sobre o Visconde de Pelotas a tarefa de governar o estado, tendo o general Tavares por seu vice-governador.



A terceira fase começou em junho de 1892, quando forças do PRR, aliadas a forças do Exército, perpetraram um contragolpe e destituíram o Visconde de Pelotas, que transferiu imediatamente o governo ao general Tavares, em Bagé. Assim, nessa cidade, forças que haviam lutado na revolução que havia começado em novembro de 1891 e tinham deposto Castilhos, agora se reuniam em torno do Partido Federalista, colocando-se ao lado de Joca Tavares para sustentar o governo que lhe era transmitido, resultado das conquistas de 1891.

A quarta fase refere-se aos acontecimentos que se seguiram com a vitória sobre a resistência dos Silva Tavares, rapidamente debelada pela superioridade das forças do Exército que se aliaram à conspiração de Castilhos, levando o general Tavares a depor as armas e, logo, emigrar para o Uruguai, enquanto outros federalistas deslocaram-se para a Argentina.

Entrementes, demonstramos que os acontecimentos políticos ocorridos desde novembro de 1891 estão dentre as causas profundas que conduziram o general Tavares ao poder em 1892. Defender esse governo representava garantir a vitória desta revolução obtida sobre o PRR, anteriormente, de modo que este período não constitui seus antecedentes, mas sua própria causa e começo.

Ao encontro dessa hipótese estão as correspondências e documentos produzidos pelos federalistas que permitiram identificar em suas reivindicações, manifestos, que a composição de suas forças em armas era marcada pela presença daqueles que haviam ombreado com o general Tavares, em 1891, e secundado seus esforços desde esse período.

Nesse sentido, entender que a revolução começou em 1892, ou apenas em 1893, significa adotar uma perspectiva unilateral dos eventos assinalada pela perspectiva do PRR, que apenas considerou os movimentos federalistas e sua resistência ao projeto Castilhista como causadores do conflito, utilizando-se de elementos externos e conferindo-lhes a culpa pela eclosão da contenda.

Tal entendimento significa desconsiderar que os castilhistas, de igual forma, estiveram emigrados, em 1891, organizando resistência desde os departamentos uruguaios fronteiriços ao Brasil até a província de Corrientes, na Argentina, valendo-se de recrutamentos de indivíduos estrangeiros, papel que se inverteu, em 1892, com a emigração dos federalistas para os países vizinhos e a mobilização de seus recursos para reagir ao PRR.

A quinta e última fase do conflito mostra a atuação política dos Silva Tavares no processo de pacificação da Revolução Federalista. Dessa forma, demonstramos que o conflito também adquiriu uma temporalidade mais ampla quanto ao seu término. Esta fase refere-se, ainda, ao período de reveses federalistas, tanto no aspecto político quanto no bélico, que criou

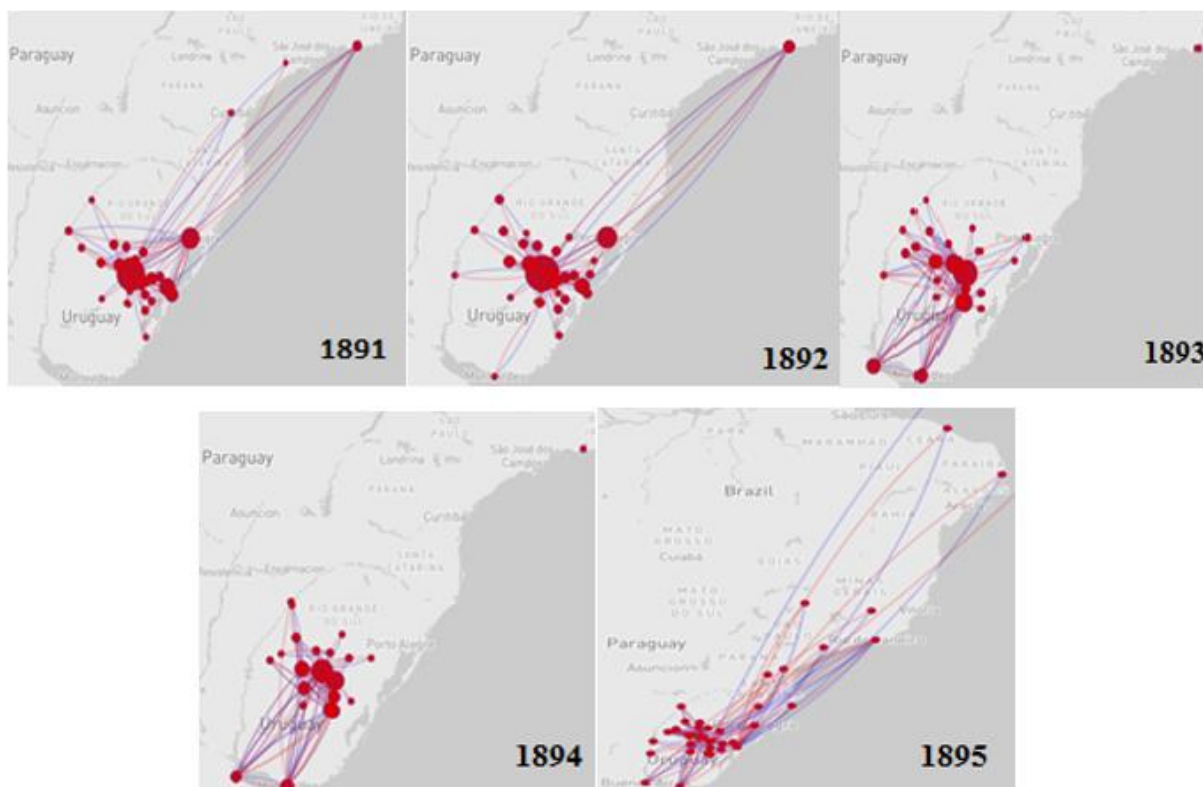
um cenário favorável ao estabelecimento de tratativas das quais participaram ativamente o general Tavares e seu irmão Dr. Francisco Tavares.

Procuramos salientar, da mesma forma, um processo de pacificação que envolveu a disputa entre perspectivas e interesses de monarquistas e republicanos, civis e militares. Por outro lado, ao comprovarmos uma maior duração do conflito, demonstramos que a assinatura da paz, em 1895, não representou a sua efetiva pacificação, principalmente devido à continuidade das perseguições efetuadas tanto em relação aos federalistas quanto às suas propriedades.

Enquanto parte dos que permaneceram no Rio Grande do Sul buscava ressarcimento junto à fazenda federal em relação às perdas durante o conflito, para reconstruir suas propriedades destruídas pelas forças governistas, outra ainda continuava em armas ou mesmo emigrada no Uruguai e na Argentina, esperando condições para regressar ao solo pátrio. As condições favoráveis somente surgiram em 1896, ano que marcou a realização de outra convenção federalista na cidade de Porto Alegre – que entendemos ter sido, efetivamente, o fim da Revolução – quando os federalistas se reuniram para pensar os destinos e as reivindicações do partido, após o término da revolução.

Ao encontro dessa nova periodização, tem-se a cartografia do conflito realizada com base nas redes da família Silva Tavares, que foi trocada com outras lideranças entre os anos de 1891 e 1896, conforme apresentaremos abaixo:

**Figura 1 - Evolução do conflito e delimitação de um espaço regional a partir das correspondências da família Silva Tavares**



Fontes: (ANDRADE, 2021, p. 146).

Após uma análise das correspondências entre o período 1891-1896, identificamos momentos distintos do conflito, desde os períodos em que a família Silva Tavares esteve no poder, após a Revolução de Novembro de 1891, até sua deposição em 1892, momento em que suas relações estavam mais voltadas ao território nacional, ou seja, não haviam ativado totalmente suas redes no Uruguai e Argentina. Em um segundo momento da análise, identificamos a densidade, a intensidade e o fluxo das correspondências para diversas localidades, na bacia platina, possibilitaram perceber o período marcado pela emigração de lideranças federalistas para os países vizinhos, transformando Montevideú e Buenos Aires em suas bases logísticas e comerciais. Da mesma forma, a cartografia construída delimita uma base de poder fronteiriça desse grupo federalista vinculado aos Tavares, além de revelar uma visão mais ampla deste movimento político e armado, superando visões que analisaram os personagens apenas observando as fontes oficiais produzidas pelos castilhistas.

### **Da Revolução Federalistas a uma região revolucionária constituída a partir das redes de relações da família Silva Tavares**

A análise de mais de três mil correspondências da família Silva Tavares, trocadas com lideranças federalistas de diversas localidades do Brasil, Uruguai e Argentina, das quais

selecionamos 1775, enviadas e recebidas, permitiu que identificássemos as redes de relações estabelecidas no espaço platino, uma territorialização do espaço que nos possibilitou pensar acerca da existência de uma região revolucionária platina.

Ao analisarmos as redes federalistas e estabelecer a cartografia da Revolução Federalista, conforme mostrado na figura 1, identificamos, a partir de uma perspectiva que contemple a longa duração, a região não só se enquadra nas antigas rotas de comércio, mas também no espaço marcado pelo conflitos entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX. Tratava-se de uma região marcada por identidades fronteiriças e por um *ethos*, na qual os indivíduos compartilhavam de um universo de referências culturais, sociais e econômicas em comum. Essas referências podem ser vistas nas performances dos personagens e de suas famílias, por meio das estratégias sociais, políticas e militares dos federalistas, usadas para mobilizar suas redes, informações, indivíduos e recursos durante a Revolução Federalista.

A análise das redes federalistas possibilitou a construção da cartografia da Revolução a partir de uma perspectiva que entende os mapas para além de uma simples ilustração revestida de caráter estético. Trata-se de um entendimento em que os mapas são ferramentas eficazes para revelar as relações de poder dos personagens e os dados espaciais como possíveis de proporcionar uma análise dos processos sociais (GIL; VALENCIA, 2016).

Nesse sentido, construímos uma representação cartográfica do conflito, uma vez que ao enviar e receber cartas para diversos sujeitos, os indivíduos acabavam conectando-se entre si, de acordo com suas necessidades, “mobilizando parentes e amigos, promovendo a cooperação e a concentração” (IMÍZCOZ, 2011, p. 114). Ao se conectarem, estabeleciam diferentes níveis de laços ou de vínculos, sendo fortes, os laços que possuem relações mais próximas, “que conecta[m] parentes próximos e amigos íntimos que são amigos entre si” e, fracos, aqueles estabelecidos fora deste entorno denso (IMÍZCOZ, 2011, p. 114).

Ao encontro dessas possibilidades oferecidas pelas correspondências, utilizamos a análise de redes como uma ferramenta metodológica que nos permite: compreender a ação política de indivíduos e grupos a ele ligados; desvendar como são mobilizadas pessoas, amigos, parentes em torno de uma causa em que atuem conjuntamente; e entender as relações de cooperação e de conflito (IMÍZCOZ, 2009, p. 107).

É através das redes de relações sociais que os indivíduos agem no sentido de criar, no tempo e no espaço, “um todo dialético articulado e profundamente entrelaçados, onde o homem converte o espaço natural em espaço social” (BANDIERI, 2001, p. 99). Para Eugenia Molina (2011), as redes criam laços pelos quais circularão bens e serviços, os quais podem ser tanto

materiais quanto imateriais, tornando-se mais fortes ao longo do tempo, conferindo, aos indivíduos pertencentes a essa rede, acesso a “vinculações diversas, horizontais, verticais e transversais, que por um lado, lhe dão uma determinada margem de ação e recursos para suas atividades” (MOLINA, 2011, p. 20).

Assim, com base nas informações relacionais da família Silva Tavares, durante a Revolução Federalista, que identificamos uma série de lugares no Brasil, mas também no Uruguai e na Argentina, o que nos permitiu delimitar uma região configurada a partir das relações sociais, da atuação política e militar desses indivíduos.

**Figura 2 – Representação cartográfica das redes de relações da família Silva Tavares durante a Revolução Federalista (1891-1896)**



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade, a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares, em Bagé. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

A representação cartográfica acima apresentada, gerada a partir das redes da família Silva Tavares, permite-nos constatar que contrário ao que a historiografia acerca da Revolução Federalista tem afirmado, esta família não era apenas um “clã” de antigos liberais e estancieiros da campanha. Isso nos permitiu afirmar que a rede de relações estruturada e mobilizada por estes indivíduos não ficou restringida ao nível local, possibilitando repensar a Revolução Federalista.

Constatamos, ainda, a mobilização de suas redes a partir dos amigos, parentes e familiares, nos países vizinhos, a circulação de alguns de seus membros pelas capitais da

Argentina e do Uruguai, em busca de apoio, recursos, articulações políticas e, também, de refúgio.

Da cidade do Rio de Janeiro, identificamos a atuação de Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla) e do Dr. Francisco, assim como as relações do general Tavares com líderes políticos dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, de 1891 a 1896. Este movimento dos irmãos Silva Tavares revela os vínculos dessa família com líderes políticos desses estados. No Rio Grande do Sul, as correspondências expõe a base fronteiriça de suas redes, que cobriam toda a metade sul do estado, estendendo-se a Porto Alegre.

Dentre as correspondências enviadas para a Europa, identificamos algumas recebidas das cidades francesas de Paris e Bordeaux. Revelaram a existência de amigos pessoais do general Tavares que trabalhavam no consulado de Bordeaux e de familiares que estavam realizando tratamento de saúde na França, durante a revolução. Não se tratava de um contexto comum para esse parente estar na Europa e, além de demonstrar o poder econômico dessa família para financiar um tratamento de saúde do outro lado do Atlântico, não exclui a probabilidade de que esse personagem também mantivesse contato com outros apoiadores da causa dos federalistas que lá estivessem, representando os interesses de sua família e da revolução.

Tais informações apresentadas acima vêm ao encontro do que afirmou recentemente Monica Rossato (2021), em seus estudos sobre Gaspar Silveira Martins, durante o período da Revolução Federalista, demonstrando a amplitude das redes de relações, da mobilização de informações e recursos que se estendiam do espaço platino à Europa.

Além disso, a cartografia permitiu identificar o eixo de apoio regional e fronteiriço mobilizado pelos Silva Tavares, por meio de suas redes, permitindo a continuidade do conflito. Além servir como de base de apoio para suprimentos, constituía-se como importante espaço para o emprego da estratégia de uma guerra de recursos<sup>230</sup> pelos federalistas. Nesse viés, pudemos rastrear as rotas utilizadas pelo interior do Uruguai, especificamente os departamentos de Paysandu, Salto, Rio Negro, Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres, Tacuarembó, Rocha e Montevideú. Em relação à Argentina, foi possível constatar que a articulação e

<sup>230</sup> De acordo com Patrício Justo del Niño Jesus Trejo (2015), este era um modelo de combate em que forças, de um lado, utilizavam-se de procedimentos assimétricos frente a forças inimigas superiores. Tal modelo foi muito empregado nos conflitos do Prata e, também, nos do Alto Peru (TREJO, 2015; MOREA, 2011; RABINOVICH, 2018b) e procurava, através de uma guerra de recursos, causar-lhes tanto desgaste psicológico quanto de recursos, especialmente, na busca em romper as cadeias de suprimento logístico, adotando “las emboscadas, los golpes de mano, os bloqueos de vías de comunicaciones y acciones com pequenas fracciones” (TREJO, 2015, p. 30).

movimentação dos federalistas era muito mais ampla do que se pensava, estendendo-se a diversos pontos das províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Corrientes (ANDRADE, 2021).

O apoio aos federalistas foi favorecido pelas semelhanças dos processos políticos internos dos países vizinhos (Uruguai e Argentina), onde as emigrações, em razão dos conflitos ocorridos no Cone Sul<sup>231</sup>, promoveram uma maior circulação de lideranças políticas pelo espaço regional. Além disso, propiciaram o convívio de lideranças federalistas em espaços de sociabilidades, ou mesmo em estruturas que não só garantiam sua proteção, mas também lhes permitia expressar suas ideias como, por exemplo, pertencer à Maçonaria, desempenharia nesse conturbado contexto, importante espaço para aproximar lideranças brasileiras, uruguaias, argentinas e chilenas (ANDRADE, 2021).

No que tange à participação de chilenos, fazemos menção a políticos balmacedistas<sup>232</sup> que estavam emigrados em Buenos Aires e Montevidéu (VALENZUELA, 2010; MEZA, 2016), lutando ao lado dos federalistas. Assim, estabeleceram solidariedades com os federalistas brasileiros, a ponto de as correspondências mencionarem a circulação de moeda chilena dentre estes, o que indicou o apoio financeiro prestado a eles. Somando-se a isso, podem ser citadas, também, as tentativas realizadas pelos federalistas de mobilizar agentes no Paraguai para revolucionar o Mato Grosso, com o objetivo de ampliar as frentes de combate e exercer maior pressão sobre o governo central no Rio de Janeiro.

A delimitação das redes dos Silva Tavares e da extensão da Revolução Federalista, no espaço regional platino, permitiu estabelecermos uma cartografia da Revolução pela qual defendemos a existência de uma região revolucionária conformada pela guerra, constituída desde o final do século XVIII até o XIX – a partir da uma análise que contemple a longa duração dos conflitos no espaço platino –, em um período que antecede a formação dos Estados

<sup>231</sup> A década de 1890 iniciava com um período de crise econômica, parte de uma crise econômica mundial (1873-1896) (SAES; SAES, 2013), tendo, também, seus efeitos econômicos, políticos e sociais no Brasil, Uruguai e Argentina. No aspecto político, especificamente, foi um período marcado por conflitos em torno de projetos liberais e centralistas/autoritários, no qual se buscavam maior representação e participação política, transparência nas eleições e democratização ao acesso ao voto (ALONSO, 2000; RECKZIEGEL, 1999; 2007; NAHUM, 2011; CAETANO, 2016).

<sup>232</sup> Fazemos referência aos políticos seguidores de José Manuel Balmaceda Fernández, filiado ao Partido Liberal no Chile, que havia sido Presidente da República entre 1886 e 1891, em cujo governo ocorreram disputas com o Poder Legislativo chileno em torno de questões orçamentárias, que, por sua vez, tentou derrubá-lo do poder. Em resposta a esse ato do Legislativo, Balmaceda dissolveu o Congresso, desencadeando uma série de conflitos que resultaram na Guerra Civil de 1891. Acerca da revolução ocorrida no Chile, nesse período, e sobre suas consequências, ver: CHILE, Período 1833-1891 - Historia Política. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: [https://www.bcn.cl/historiapolitica/hitos\\_periodo/detalle\\_periodo.html?filtros=1,2,3,4,5,6&per=1833-1891&pagina=4&K=1](https://www.bcn.cl/historiapolitica/hitos_periodo/detalle_periodo.html?filtros=1,2,3,4,5,6&per=1833-1891&pagina=4&K=1) Acesso em: 15/10/2021.

nacionais (ANDRADE, 2021).

O envolvimento em confrontos no espaço platino propiciou o estabelecimento de sociabilidades guerreiras, assim como pelo convívio na Guarda Nacional, possibilitou a criação de laços de amizade e solidariedade, que permaneceram no tempo e foram ativadas pelos personagens durante a Revolução Federalista, conforme demonstramos em nossa tese de doutorado (ANDRADE, 2021).

Além do mais, as ações desenvolvidas nesse espaço, no decorrer do século dezenove, definiram muitas das características da economia, cultura e política, nas formas de como essa sociedade, habitante desse espaço, estabeleceu maneiras características de atuar e se posicionar em relação a ele. Isso pode ser observado, especificamente, nos modos de pensar a política e fazer a guerra, o que possibilitou constatarmos a existência de um universo de referências culturais e sociais que possibilita entender a atuação dos indivíduos e as estratégias que foram utilizadas durante a Revolução Federalista, no final do século XIX.

A partir de uma perspectiva social e econômica, era um espaço que compartilhava uma mesma base produtiva, comercial e permeada pelo contrabando, mas também por uma base social de indivíduos que possuíam propriedades e interesses comerciais, os quais transitavam tanto pelo Brasil, quanto pelo Uruguai e pela Argentina, onde as relações sociais familiares criavam redes que abrangiam um espaço regional. Nesse espaço, as interações produtivas e comerciais conectavam diferentes localidades da região, como Corrientes, Entre Rios, Uruguai e Rio Grande do Sul, por caminhos preexistentes à formação dos Estados nacionais, um espaço onde as trocas comerciais ocupavam posição central para essas populações, tornando-as mais próximas, estabelecendo vínculos entre elas e um espaço de cooperação internacional que poderia perdurar na paz ou na guerra.

É importante notar que a revolução levada a cabo pelos federalistas foi um meio de reivindicação política. Eram indivíduos que conheciam o espaço, lutaram em outros conflitos, possuíam experiência em adquirir recursos, recrutar pessoal e comandá-los. Sua vivência, no espaço fronteiriço platino, conferia-lhes um *ethos* hispânico em sua identidade e na forma de pensar o espaço e a guerra, assim como permitiu dar uma identidade à Revolução Federalista.

Para a forma de combate que os federalistas empreenderam, contra forças maiores e mais bem equipadas, as propriedades rurais foram importantes pontos de apoio logístico. Principalmente por se tratar, nesse período, de uma sociedade rural, manter uma boa relação com seus vizinhos de campo ocupava lugar central em suas estratégias sociais, políticas e militares (ANDRADE, 2021).



Com isso afirmamos que a importância dos pequenos, médios e grandes proprietários rurais e suas propriedades para os revolucionários, à semelhança do que apontou Raul Fradkin (2010) para o caso da Argentina e que nos inspirou para pensar o caso dos federalistas do Rio Grande do Sul, estava na forma de guerra que seria empregada: uma guerra de recursos para a qual necessitavam de uma base de apoio logístico.

Para essas propriedades dos federalistas era enviado o gado que estava no Brasil, a fim de protegê-lo das incursões dos castilhistas. Suas propriedades foram fundamentais no sentido de fornecer o gado necessário para alimentar as forças e cavalos para se deslocarem, além de esconder suprimentos, armas, munições e até mesmo abrigarem hospitais de campanha. Era nas propriedades rurais que os federalistas associados ao grupo dos Silva Tavares acampavam e reuniam suas forças e as bases de comunicação pela campanha. As fazendas também serviam de local de refúgio para famílias inteiras que emigravam fugindo da violência da guerra civil (ANDRADE, 2021).

Ao encontro dessa afirmação da importância das propriedades rurais, identificamos que o grupo em torno dos Silva Tavares também era composto por vizinhos de campo, além de ligações familiares e de parentesco entre os personagens, formando complexas redes que foram mobilizadas a serviço da revolução (ANDRADE, 2021).

A importância do pertencimento ao mesmo espaço geográfico no qual possuíam propriedades, fator já destacado por François Xavier Guerra (1991) para caso do México, permite pensar um espaço permeado pela existência de vínculos familiares como importante variável para a compreensão do estabelecimento de solidariedades e organização das forças do Exército Libertador federalista. Além do mais, também é preciso considerar as trocas clientelísticas, as relações de trabalho no mundo rural, os valores subjetivos e afetivos de dever, honra, lealdade, referente à seus interesses econômicos e políticos pessoais e familiares, como aspectos para entender a mobilização de homens e recursos, a busca por proteção, alimentos, benefícios, ou mesmo, a obtenção de vantagens posteriores com a vitória, participando da divisão dos benefícios do poder (ANDRADE, 2021).

A partir do que apresentamos acima, sobre a importância dos proprietários rurais e da vizinhança no mundo rural, citamos, como exemplo, que a base social de apoio dos federalistas, no Uruguai, remonta ao próprio processo de ocupação por luso-brasileiros e pela demarcação das fronteiras, das terras do norte, nordeste, centro e litoral do Uruguai. Além de terem investido muito capital no Uruguai, essas famílias mantinham práticas sociais de antigo regime, marcadas por matrimônios consanguíneos como forma de sobrevivência, naquele espaço, criando

extensas e complexas redes de parentescos e de solidariedades a partir da família, naquele espaço (BORUKI, CHAGAS; STALLA, 2009; PALERMO, 2019).

Essa teia de relações familiares foi utilizada pelos federalistas, o que facilitou sua circulação, a obtenção de recursos, além de ter servido de base de apoio de autoridades locais que a mobilizavam para defesa de seus objetivos, especialmente durante a Revolução Federalista (ANDRADE, 2021).

Com isso, queremos dizer que o contexto da revolução foi marcado por um hibridismo não só nas relações sociais, mas também na política, caracterizadas pela coexistência de práticas de antigo regime e contemporâneas. Esses aspectos se tornaram visíveis a partir da análise das redes de relações dos Silva Tavares, na qual identificamos, em nossa tese, a existência de um grupo próximo a esta família e a presença de fortes vínculos familiares, entre estes personagens.

Dessa forma, apresentamos uma sociedade marcada pela existência de características de antigo regime, traços estes que perduraram ao longo do século XIX, na região revolucionária, e que foram preservadas na região da campanha do Rio Grande do Sul, constituindo um universo de referências culturais, econômicas e sociais compartilhadas pelos indivíduos platinos, que influenciou na lógica de conceber o espaço, as formas, assim como mobilizar suas redes, alianças e fazer a guerra (ANDRADE, 2021).

Um exemplo desse hibridismo pode ser observado por meio das práticas sociais que caracterizaram a formação das famílias, dentre elas os casamentos endogâmicos e exogâmicos como estratégia utilizadas para estabelecer/reforçar alianças. Os parentes eram essenciais para assegurar a obtenção de recursos e posições econômicas, políticas e sociais, bem como o exercício das relações de clientelismo, garantindo a circulação de bens e benefícios em troca de lealdade e serviços, privilégios e proteção.

Além disso, este foi um período em que as relações de amizade ocupavam posição relevante nesta sociedade do fim do século XIX, mas que também explicitavam uma lógica de uma sociedade tradicional. Revelam estratégias de alianças e de fazer política, de sobreviver em uma sociedade de incertezas, concedendo prestígio social, tecendo solidariedades nos grupos para além dos laços consanguíneos, assim como a capacidade de mobilizar recursos e pessoas independente das distâncias.

As características dessas práticas sociais, identificadas nas redes de familiares dos Silva Tavares, e que expressavam uma forma tradicional de fazer alianças, inspiraram nossa tese de que este conflito foi organizado no seio de algumas famílias importantes e poderosas que arregimentaram, cooptaram outras lideranças insatisfeitas em torno de um projeto de poder,

durante o período da Revolução Federalista. Desse modo, identificamos a permanência uma série de práticas tradicionais que sobreviveram, durante o século XIX, e estiveram presentes na forma de pensar as relações sociais, a política e a guerra, o que nos permitiu afirmar que tais relações também serviram para pensar o conflito.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, defendemos que a Revolução Federalista começou como decorrência da revolução de novembro de 1891 e seu término efetivamente ocorreu em 1896. Sua expressão por meio das armas foi, para os federalistas, uma forma já conhecida tanto de manifestar seu descontentamento quanto de atuação política, de modo que seria impossível desvincular esta contenda do contexto de reivindicações das elites fronteiriças do Rio Grande do Sul, do Norte do Uruguai, das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, e que geraram diversos conflitos existentes ao longo século XIX.

A partir das redes de relações da família Silva Tavares, durante esse conflito, delimitamos uma região revolucionária, no espaço platino, que compartilhava de um universo de referências culturais, sociais e econômicas comuns, perceptíveis a partir de uma análise que contempla a longa duração dos conflitos entre o final do século XVIII ao XIX.

Nesse espaço, identificamos a continuidade de um conjunto de práticas tradicionais que perduraram e sobreviveram, durante o século XIX, preservadas graças ao fator espacial e que estiveram presentes na Revolução Federalista, na forma de pensar as relações sociais, a política e a guerra. Ainda foi possível constatar uma região constituída historicamente, na qual seus habitantes compartilhavam de um universo de referências culturais e sociais em comum, e que deu suporte para compreender a atuação dos indivíduos e as estratégias utilizadas durante o conflito, principalmente pelas formas de estabelecer, ativar e mobilizar suas redes de relações familiares, políticas, econômicas e militares, no sentido de articular a Revolução a partir de uma base de poder fronteiriça.

### **Referências**

ALONSO, Paula. *Entre la Revolución y Las Urnas: Los Orígenes de la Unión Cívica Radical y la Política Argentina en Los Años Noventa Sudamericana*; Universidad de San Andrés, 2000.

ANDRADE, Gustavo Figueira. *Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y Trabajo*. Un estudio

- sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855. Montevideo: Mastergraf, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- CAETANO, Gerardo (Dir./Coord). *Uruguay: reforma social y democracia de partidos 1880-1930*. Tomo II. Montevideo: Planeta, 2016.
- CHASTEEN, John Charles. Background to Civil War: The Process of Land Tenure in Brazil's Southern Borderland, 1801-1893. *The Hispanic American Historical Review*, v. 71, n. 4, nov. 1991, p. 737-60.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FRADKIN Raúl. Las formas de hacer la guerra en el litoral riolatenense. In: BANDIERI, Susana et al. *La historia económica y los procesos de independencia en la América hispana*. 1ª Ed. Buenos Aires: Promoteo Libros, 2010, p. 167-214.
- MEZA Rosario Martínez. Guerra Civil de 1891: causas y desarrollo. *Boletín Histórico de la Sociedad de Historia y Geografía de Chile*, Año V, n. XVIII, 2016, p. 89-103.
- MOREA, Alejandro. *El proceso de profesionalización del Ejército Auxiliar del Perú durante las guerras de independencia*. Quinto Sol, v. 15, n.2, 2011, p. 1-23.
- MUGGE, Miquéias. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.
- NAHUM, Benjamín. *Breve história del Uruguay independiente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- OLIVEIRA, Leandro da Rosa. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c.1790 - c.1870)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PINTO, Genivaldo Gonçalves. A Província na Guerra do Paraguai. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 97-124.
- RABINOVICH, Alejandro. El cuerpo, las armas y el combate: havia una antropología histórica de la guerra. *Diferencia(s), Revista de teoría social contemporánea*, 2018b, p. 86-110.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a Revolução além da fronteira. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 23-76.
- SAES, Flávio Azevedo Marques; SAES, Alexandre Macchioni. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUZA, Álvaro Tavares. Comemoração do Sesquicentenário de nascimento do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) – Barão de Itaqui. *Liga de Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 1966.

TABORDA, Tarcísio. Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé. *Centenário da Revolução Federalista. Conferência na Academia Rio-Grandense de Letras*, Porto Alegre, 3 jun. 1993.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VALENZUELA, Carolina Matos. Exílio y Asilo en la Argentina durante la Revolución Chilena de 1891. Ecos de la Historia. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*. Año 2 n.1, Abr.-Jun., 2010, p. 2-4.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). *Continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-52.

VIEIRA, José Cypriano Nunes. *O Fundador do Herval*. Bagé, 2010.

XAVIER GUERRA, François. *México. Del Antiguo Régimen a la Revolución*. Ciudad de México: FCE, 1991.

# APONTAMENTOS SOBRE AS REGRAS DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE CASAS NA VILA DE CURITIBA DURANTE O SÉCULO XVIII

Gusttavo Guth, Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná,  
guthgusttavo@gmail.com

resumo: A pesquisa pretende examinar como se dava a regulação da construção e reparação de casas na vila de Curitiba, entre 1721 e 1789, por meio da análise dos provimentos elaborados, nesse período, por dois ouvidores régios da Capitania de Paranaguá, Raphael Pires Pardini e Francisco Toledo Rendon, assim como dos termos de vereança produzidos pela câmara local nos anos de 1721, 1786, 1787 e 1789. Nesse sentido, por um lado, aponta-se a importante função desempenhada pelos ouvidores régios, que, aplicando o direito letrado e profissional nas regiões mais distantes do império português, procuravam garantir ao poder régio certo controle, apesar das circunstâncias locais, sobre os territórios coloniais. Por outro lado, evidencia-se que os provimentos elaborados pelos ouvidores demonstram já uma específica concepção de espaço urbano adotada pela coroa portuguesa durante o século XVIII, isto é, o modelo de cidade que, por meio de arruamentos retilíneos e quadras em volumetria única, passa a se destacar do ambiente rural, separando o espaço público, representado pelas ruas, do espaço da vida privada, garantido pelas fachadas das casas.

Palavras-chave: Curitiba. Ouvidor. Urbanização.

## 1. Introdução

Antônio Manuel Hespanha indicou pioneiramente a existência de um modelo “informal” de colonização portuguesa, representado por uma rede heterogênea entre a metrópole e os seus territórios, com contornos fluídos e com uma gradação fina entre a submissão política formal e a simples influência nas áreas não sujeitas (2019, p. 21). Esta colonização “espontânea”, caracterizada por estruturas de administração variáveis, com amplo espaço para a autogestão e autonomia dos grupos sociais e, conseqüentemente, com pouco controle formal por parte do centro político, marcou a administração político-jurídica portuguesa, no Brasil, durante o século XVIII (HESPANHA, 2019, p. 32).

Com base nesse contexto político-jurídico, a pesquisa pretende examinar como eram reguladas a construção e a reparação das casas na pequena vila de Curitiba, durante o século citado. Para tanto, são analisados os provimentos deixados na vila por dois ouvidores régios da Capitania de Paranaguá, Raphael Pires Pardini e Francisco Toledo Rendon, os quais, nos anos de 1721, 1786, 1787 e 1789, formularam as regras que, à época, serviram para regular a temática. Da mesma forma, em busca de relatos de casos específicos de obras realizadas na região, são examinados os termos de vereança elaborados pelos oficiais da câmara da cidade nos anos referenciados.

Vale ressaltar que os documentos foram transcritos do original por Francisco Negrão entre os anos de 1906 e 1932, dando origem aos “Boletins do Archivo Municipal de Curityba”, dos quais esta pesquisa se serve para acessar as fontes históricas.

Nesse sentido, por um lado, a partir da historiografia corrente, ressalta-se o importante papel dos ouvidores enquanto oficiais régios responsáveis por levar o direito letrado e profissional para as regiões mais distantes do império. Por outro lado, evidencia-se que os provimentos elaborados pelos ouvidores em Curitiba demonstram já uma específica concepção de espaço urbano adotada pela coroa portuguesa durante o século XVIII, isto é, o modelo de cidade que, por meio de arruamentos retilíneos e quadras em volumetria única, passa a se destacar do ambiente rural, separando o espaço público, representado pelas ruas, do espaço da vida privada, garantido pelas fachadas das casas.

Sendo assim, inicialmente, são apresentadas as linhas gerais da monarquia corporativa portuguesa, com destaque para as funções dos ouvidores régios nessa estrutura político-social. Depois, são descritas as regras de construção e reforma de casas encontradas, na vila de Curitiba, durante o século XVIII. Por fim, são relacionadas as regras identificadas com o projeto de planejamento urbano adotado por Portugal, no início do século XVIII, com vistas a aumentar o controle sobre o interior do território brasileiro.

## **2. A figura do ouvidor régio na Monarquia Corporativa Portuguesa**

Durante o medievo europeu, entre os séculos V e XV, a ideia de que o mundo se regulava a partir de uma ordem objetiva, natural e indisponível estava no centro da imaginação política e jurídica, de tal modo que dominava o sentido da vida, as representações e as ações das pessoas (HESPANHA, 2008, p. 28). A sociedade era vista como um corpo, cujos órgãos possuíam diferentes funções, as quais estavam hierarquizadas de acordo com a sua importância para a subsistência do conjunto (HESPANHA, 2008, p. 33). Tratava-se de um todo ordenado com partes autônomas mas desiguais, sendo que cada indivíduo ocupava uma posição fixa nessa disposição natural do mundo, estabelecida pela Criação (HESPANHA, 2008, p. 36-37).

O soberano estava vinculado à cabeça do corpo social, representando o vértice de uma ordem já dada e necessária. Sua função residia na tutela e conservação da base social, sendo-lhe proibido perturbar arbitrariamente as suas estruturas. Cabia-lhe simplesmente declarar o direito, e não o criar; nesse sentido, o monarca representava o “espelho da ratio imanente na ordem objetiva” (COSTA, 2010, p. 225).

O pensamento medieval, portanto, entendia existir uma “preeminência simbólica” do poder monárquico: não se exigia que o centro controlasse e absorvesse as partes autônomas do corpo social, mas apenas que regulasse as suas autonomias, no sentido de garantir que a harmonia do todo não fosse ofendida e que as jurisdições dos diferentes grupos sociais não

fossem afetadas. O soberano representava a unidade, mas, nesse período, a noção de unidade era compatível com uma grande autonomia dos demais poderes políticos (HESPANHA, 1994, p. 527).

Importa ressaltar que a autonomia do direito em relação ao poder soberano era relativa, visto que, de um lado, significava que o direito não era expressão de determinados regimes políticos, mas, ao contrário, estava deles desvinculado; de outro lado, esta desvinculação representava uma profunda imersão na estrutura social do período, isto é, em costumes, representações, sentidos e tradições em voga na sociedade (GROSSI, 2014, p. 62-63). Com isso, a experiência jurídica marcava-se tanto por uma pluralidade de valores quanto por uma pluralidade de tradições e fontes de produção (GROSSI, 2014, p. 65). Em síntese, segundo Paolo Grossi, a chave interpretativa para se compreender a ordem medieval é a ideia de que “os detentores do poder constituem uma fonte entre as muitas chamadas a edificar essa ordem; sem dúvida, não a única e tampouco a predominante” (2014, p. 67).

Nos séculos XVII e XVIII, a imaginação política e jurídica do medievo ainda permanecia na Europa. Especificamente em Portugal, nesse período, a monarquia possuía um caráter corporativo (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 166-167), de tal forma que o poder real compartilhava espaço com poderes de diferentes hierarquias, os quais, legitimados pela ordem natural das coisas, tinham capacidade de autogoverno e de criação do direito, sem que existissem regras que delimitassem o âmbito de vigência de cada uma delas (HESPANHA, 2006, p. 62). O direito português, portanto, antes de ser um sistema fechado de níveis normativos, constituía uma “constelação aberta e flexível de ordens cuja arquitetura só podia ser fixada em face de um caso concreto” (HESPANHA, 2006, p. 70).

Para Nuno Camarinhas, no período, a justiça portuguesa dividia-se em jurisdições letradas e não-letradas, sendo exercida em duas escalas: a central, por meio dos conselhos ligados ao rei, dos tribunais de relação e da Casa da Suplicação, e a periférica, a partir dos juízes de fora, dos superintendentes, dos provedores e dos ouvidores (2010, p. 53-54). Em Portugal, assim, preservava-se o caráter policêntrico da política no Antigo Regime, já que essas jurisdições, embora se comunicassem, gozavam de considerável autonomia (CAMARINHAS, 2010, p. 58).

Nas cidades e vilas, a jurisdição era exercida por concelhos locais, nos quais coexistiam a justiça letrada e as justiças da própria região, com caráter consuetudinário (CAMARINHAS, 2010, p. 128). Enquanto unidades administrativas, os concelhos eram dirigidos por uma câmara, composta em geral por um juiz-presidente, um procurador, alguns vereadores e outros oficiais,



tais como almotacés e escrivães. Seus integrantes eram eleitos pela população local e confirmados pela administração central da Coroa (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 191-192). Assim, os concelhos conservavam a competência de dizer o direito e, além disso, tinham outras funções, por exemplo, regular os preços dos produtos, fiscalizar a cobrança de impostos e ordenar as construções nas vilas (PEREIRA, 2013).

Sendo assim, cada câmara, tanto em Portugal quanto em suas colônias, possuía uma configuração própria e um equilíbrio estabelecido ao longo do tempo, conforme as diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais, que se sucediam em cada localidade (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 193). A estrutura camarária dava coesão à sociedade local, por meio especialmente da administração da justiça, a sua função primordial. Com isso, é possível perceber que a organização judiciária portuguesa se dava prioritariamente em nível local (PEREIRA, 2013).

Por conta da distância entre a metrópole e as colônias, assim como das dificuldades práticas inerentes às realidades locais, o direito em Portugal não era praticado exatamente como nas regiões mais distantes do império. Desse modo, proliferavam diversas experiências jurídicas, as quais eram consideradas como “abuso” pelos magistrados reais, mas que, como aponta António Manuel Hespanha, constituíam o próprio direito colonial (2006b, p. 79-80).

Assim, nos séculos XVII e XVIII, como uma tentativa para obter maior controle nos territórios ultramarinos, a coroa passou a nomear, pela primeira vez, ouvidores para fiscalizar as jurisdições exercidas nos concelhos das colônias, embora, na prática, estes oficiais exercessem funções mais próximas das dos corregedores (CAMARINHAS, 2010, p. 122).

No Brasil, especialmente no século XVIII, os ouvidores desempenharam a significativa função de levar as formas e procedimentos do direito dos letrados para os mais distantes domínios portugueses na América, afinal, a justiça, enquanto conservadora da ordem das coisas, era o primeiro objetivo da coroa (PEREIRA, 2020, p. 16). Mas, além das funções de aplicação do direito, possuindo jurisdição própria e, em alguns casos, atribuição para julgar em segunda instância os feitos dos juízes ordinários (PEREIRA, 2020, p. 15), os ouvidores tinham variadas funções no domínio político e no domínio da polícia (CAMARINHAS, 2010, p. 128-129).

Dessa forma, exercendo as atribuições dos corregedores, os ouvidores fiscalizavam e administravam as vilas na colônia, em conformidade com as Ordenações Filipinas, Livro I, Título 58, mas também a partir de atribuições criadas por legislação extravagante e, ainda, por providências isoladas oriundas diretamente do rei (HESPANHA, 1994, p. 201). Destaca-se das Ordenações Filipinas, por exemplo, no item 33, o dever de verificar se havia médicos e

cirurgiões exercendo a profissão nas vilas, no item 43, o dever de construir e reparar benfeitorias públicas, como calçadas, pontes, poços e caminhos, e, também, no item 46, o dever de plantar árvores com frutos nos locais com circulação de pessoas (ALMEIDA, 2012, p. 108-110).

É notável que, dado o amplo rol de funções que os ouvidores possuíam, o papel político da camada burocrática e letrada, por eles representada, intensificou-se no Brasil. Assim, tornava-se possível mesclar a roupagem formal e jurídica que vinha da metrópole com as necessidades e contingências locais, de tal forma que o poder régio se reforçava e, com isso, estabelecia certo controle sobre as populações locais (PEREIRA, 2016, p. 81).

Nesse sentido, no capítulo seguinte, pela análise dos provimentos deixados pelos ouvidores na pequena Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba durante o século XVIII, especialmente em relação às regras de construção de casas na região, a pesquisa pretende evidenciar a forma pela qual estes oficiais de justiça organizavam e fiscalizavam a vida cotidiana das pessoas, demonstrando, assim, a presença de indícios, ainda no Antigo Regime, de um controle mais incisivo da coroa nos extremos da colônia, por meio de um direito letrado e profissional.

### **3. Os provimentos dos ouvidores régios na Vila de Curitiba**

#### **3.1 Ouvidor Raphael Pires Pardiniho (1721)**

No ano de 1711, Marques de Cascais vendeu a Capitania de Paranaguá, localizada na região sul do Brasil, junto com as demais terras da doação feita a Pero Lopes de Souza em 1534, à Coroa por 40.000 cruzados. Com isso, elas foram incorporadas ao patrimônio e jurisdição metropolitanos, sendo vinculadas ao Governo da Capitania de São Paulo, de modo que passaram a sofrer “interferência direta das autoridades régias, em particular dos Governadores de capitania e dos Ouvidores” (PEREIRA, 2020, p. 17; 20).

Mais tarde, em 1723, foi criada a Ouvidoria de Paranaguá, por Carta Régia de 17 de junho de 1723, a partir de proposta do ouvidor Raphael Pires Pardiniho (NEGRÃO, 1924b, p. 52). De 1711 até 1723, as vilas da Capitania de Paranaguá, incluindo a de Curitiba, foram controladas e fiscalizadas por este ouvidor.

Raphael Pires Pardiniho foi o primeiro ouvidor e corregedor que deixou provimentos na Capitania de Paranaguá (NEGRÃO, 1924b, p. 110). Formado bacharel em leis na Universidade de Coimbra, ele foi aprovado no Desembargo do Paço, para exercer a magistratura, no final do século XVII. Em 1717, recebeu a nomeação para o cargo de ouvidor da Capitania de São Paulo, quando tinha mais de cinquenta anos de idade e possuía assento na Relação do Porto

(PEREIRA, 2020, p. 17). Anteriormente, Pardinho havia sido juiz criminal no bairro da Mouraria, na cidade de Lisboa, assim como juiz de fora das vilas de Santiago de Cacém e Sines, também em Portugal (PEGORARO, 2007, p. 69).

Em 26 de janeiro de 1721, na vila de Curitiba, Pardinho apresentou 129 provimentos aos oficiais da câmara e outros moradores da região que estavam presentes na ocasião, para o “bom Regimen da Republica e bem comum d’ella” (NEGRÃO, 1924b, p. 5), ordenando, de início, que as pessoas da vila não seguissem as ordens de outros capitães donatários, tendo em vista que Curitiba e seus arredores, agora, pertenciam à Coroa: “assim se verão livres das opresões que em muitas Terras d’este Estado padecem seus moradores com os capitais mores, Lugares Tenentes que os donatarios mandão” (NEGRÃO, 1924b, p. 6).

Dessa forma, afirmando a autoridade régia, o Ouvidor estabeleceu regras para os mais diversos âmbitos da vila, estabelecendo, por exemplo, exigências para o aumento da vila, a povoação dos campos e a realização de cultos e procissões religiosas, assim como regulando os procedimentos para a realização das eleições dos juízes e oficiais e definindo as suas atribuições nas queixas, querelas e devassas gerais. Inclusive, foi previsto que, a cada ano, tais provimentos deveriam ser lidos aos novos integrantes da câmara.

Especificamente em relação às regras que tratam da construção de casas na vila, vale destacar, primeiro, o provimento 37º, a partir do qual Pardinho ordenou que nenhuma pessoa fizesse casas sem licença da câmara, sob pena de pagamento de seis mil réis, sendo que, a partir de então, a câmara determinaria os terrenos onde as próximas casas seriam construídas, de forma alinhada e unidas umas às outras. Além disso, no 39º, estabeleceu que os moradores fossem obrigados a cercar seus quintais e a manter sempre fechadas as portas das suas casas (NEGRÃO, 1924b, p. 16).

Por sua vez, no provimento 40º, Pardinho determinou que os juízes e oficiais da câmara não consentissem com a prática de vender suas casas para as desfazerem e aproveitarem os materiais restantes, como madeiras, portas e telhas, visto que isto estava prejudicando a organização e alinhamento das ruas, sob pena de pagamento de quantias definidas em cada caso, em prol do fisco real (NEGRÃO, 1924b, p. 16). No 41º, assinalou o dever dos moradores de reparar os eventuais danos sofridos em suas casas, sendo que, se em um ano elas não fossem reparadas, seriam dadas a outras pessoas pelos oficiais da câmara (NEGRÃO, 1924b, p. 16-17). Por fim, com o 42º, o ouvidor determinou que todas as pessoas, às quais fossem concedidos terrenos pelos oficiais, construíssem neles as suas casas em até seis meses, sob pena de os perder, tendo em vista que as ruas da vila estavam desorganizadas e em mau estado de

conservação (NEGRÃO, 1924b, p. 17).

Sendo estes os provimentos relacionados à construção de casas na vila, nota-se a criação de exigências e obrigações para as pessoas que pretendiam construir casas em Curitiba. A partir de então, cada indivíduo passou a depender de uma autorização oficial e formal da câmara para obter terrenos para si. Ainda além, a manutenção destes terrenos como seus bens tornou-se dependente de diferentes fatores, como o cumprimento de regras específicas de construção e reparação. Portanto, o controle e a fiscalização das casas na região mantinham-se nas mãos dos juízes e oficiais locais, sendo fortalecidos pelo aparelho jurídico, formal e letrado, incorporado na vila pelos oficiais régios, notadamente os diferentes ouvidores que passaram por Curitiba durante o século XVIII.

É importante ressaltar que, apenas pela análise dos provimentos, não é possível saber com exatidão se, na prática, eles foram executados e cumpridos. Por exemplo, em um termo de vereança de 1721, Pardiniho solicitou que fosse eleita pessoa para ser depositária da arca dos órfãos, sendo escolhido para este fim João Alves Martins, porque ele era, à época, o único integrante da câmara com casa na vila (NEGRÃO, 1924a, p. 94-95). Trata-se de um indício de que tais regras, nesse período, não valiam para boa parte da população, que não morava ou pretendia morar na região central da vila.

Ainda assim, o interesse de Pardiniho em elaborar e tornar públicos estes provimentos parece ser um sinal de que o poder régio aumentava o seu controle sobre a região. Logo após concluir os provimentos, no ano de 1721, Pardiniho encaminhou cópias para estes serem analisados diretamente pelo rei de Portugal, o qual, a partir de provisão datada no mesmo ano, confirmou e aprovou as suas ações enquanto corregedor da Coroa (NEGRÃO, 1925, p. 81-82).

### **3.2 Ouvidor Francisco Toledo Rendon (1786-1789)**

Décadas mais tarde, a partir do ano de 1786, novas regras para a construção de casas foram criadas em Curitiba, intensificando o poder régio nos extremos do império. Nesse período, Francisco Leandro de Toledo Benidos Rendon estava no cargo de ouvidor da Comarca de Paranaguá. Natural da Capitania de São Paulo, filho do guarda-mor Agostinho Delgado Arouche, Francisco Rendon formou-se na Universidade de Coimbra em 1779, sendo nomeado para o cargo de ouvidor em 1783 e tendo iniciado o seu exercício no ano de 1785 (PEGORARO, 2007, p. 62). Entre 1785 e 1790, ano em que deixou o cargo, procurou regular a concessão e construção de casas na região por meio de três provimentos, elaborados nos anos de 1786, 1787 e 1789.

Inicialmente, em janeiro de 1786, Rendon deixou seis provimentos em Curitiba, desejando “prover com justiça a favor do bem cumum do Povo” e reforçando que os provimentos de Pardinho deveriam ser rigorosamente observados e cumpridos (NEGRÃO, 1924b, p. 109-110). Assim, quanto à edificação das moradias, no provimento 2º, estabeleceu que todas as casas fossem construídas unidas umas às outras, sendo proibido que fossem estruturadas com “tacanissas”, sob pena de pagamento de seis mil réis à câmara (NEGRÃO, 1924b, p. 111). Também, no provimento 4º, preocupado com a organização e limpeza da vila, o ouvidor determinou que os moradores fizessem calçada na frente de seus terrenos, sendo obrigação da câmara construir as calçadas nos lugares onde não existissem residências (NEGRÃO, 1924b, p. 111).

Nesse sentido, em análise dos termos de vereança registrados no ano de 1786, é possível identificar sinais de que os provimentos estavam sendo cumpridos. Em 21 de janeiro deste ano, por exemplo, Pedro Antonio Francisco de Lemos havia apresentado uma petição à câmara solicitando a concessão de “quatro brassas de terras p.a formar huas – cazas na rua nova – que se pertende faser pello amorada de casas de Dominguos Cordr.o”, sendo-lhe autorizada as construções, desde que “sem prejuizo de treceiro edentro no tempo de seis mezes esem que esta referida casa tenha Tacanissa algua na rua prejudicando as mais morada,das cazas cercumvizinhas” (NEGRÃO, 1927, p. 8). Além disso, no dia 04 de março de 1786, registra-se que Gabriel Narcizo requereu à câmara “oito brassas de chans para faser cazas na <Rua Nova> que agora se principia”, sendo-lhe também autorizada as obras “com condição de levantallas dentro de seis mezes pena de os não tendo feito findo elle sedarem aquem os pedir” (NEGRÃO, 1927, p. 11).

Vale ressaltar, ainda, o termo de vereança de 17 de junho do mesmo ano, no qual se afirma que os oficiais da câmara saíram pelas ruas da vila em correição, a fim de verificar se as ruas e casas estavam corretamente edificadas, sendo registrado que eles “acharão estar tudo corrente”, exceto na “Rua do Fogo”, onde as casas de João da Costa Rosa estavam “prencipiadas amuito tempo”. Com isso, a câmara determinou que ele concluísse as suas obras em quatro meses (NEGRÃO, 1927, p. 20-21). Mais tarde, em 14 de outubro, João da Costa Rosa apresentou uma petição, na qual havia a declaração do ouvidor concedendo-lhe mais dois meses para finalizar as edificações. Os oficiais da câmara, assim, aceitaram o documento (NEGRÃO, 1927, p. 29-30).

Ao longo de 1786, foram identificados outros termos de vereança que fazem referência ao deferimento de petições de moradores que solicitavam terrenos para a construção de casas,

por exemplo em 06 de maio, 11 de novembro e 18 de novembro (NEGRÃO, 1927, p. 17-18; 32-33), embora sem apresentar os nomes dos requerentes e outras informações específicas sobre as obras. Assim, percebe-se que já no segundo ano como ouvidor, Francisco Rendon pôde intensificar o controle e a fiscalização da construção de casas em Curitiba, contribuindo para o aumento do poder régio na região.

Na sequência, em fevereiro de 1787, Rendon elaborou novos provimentos, a partir dos quais parece ter reforçado ainda mais o cumprimento dessas regras. No provimento 2º, determinou que em três meses os moradores de Curitiba fizessem calçadas tanto na frente quanto nos fundos de suas casas, sob pena de os oficiais da câmara obrigarem a concluir essas obras “a custa dos rebeldes sem exceção de pessoas” (NEGRÃO, 1924b, p. 113-114). Da mesma forma, no 3º, ordenou que somente fossem concedidos terrenos na vila com a condição de que neles fossem edificadas casas, feitas de “oitão inteiro” e com calçadas em suas frentes, dentro de seis meses, sob pena de serem devolvidas à câmara, o que reforçava as regras anteriormente criadas por Pardinho (NEGRÃO, 1924b, p. 114-115).

Por exemplo, nos termos de vereança datados de 13 de julho e 20 de dezembro de 1787, verifica-se que os oficiais da câmara foram às ruas de Curitiba para fazer correições e, assim, identificar eventuais irregularidades nas construções existentes. Nas duas ocasiões, não foram identificados problemas (NEGRÃO, 1927, p. 49; 58).

Por fim, já em 1789, o ouvidor Rendon elaborou dez provimentos sobre variados assuntos da vila, como disposições sobre arrecadação de subsídios, arrematação de gêneros alimentícios e construção de pontes e estradas. Quanto à edificação de casas, no provimento 10º, o ouvidor ordenou que fossem concedidas casas na região somente por meio de carta, elaborada pelo escrivão da câmara, com expressa menção a todas as cláusulas envolvendo a concessão e, ainda, com as assinaturas dos oficiais presentes no ato, sendo que, em caso contrário, a concessão perderia seu efeito (NEGRÃO, 1924b, p. 121).

Houve, portanto, um incremento na formalização dos atos praticados na vila. A linguagem jurídica e formal ganhou importância e tornou-se determinante na vida cotidiana de seus moradores. Francisco Rendon, com isso, fortaleceu o poder régio, representando o elo entre as comunidades locais e o soberano (PEGORARO, 2007, p. 78).

#### **4. O planejamento urbano no interior do Brasil no século**

Segundo Roberta Delson, com a descoberta de ouro a oeste da província do Rio de Janeiro, em fins do século XVII, a coroa portuguesa passou a reavaliar o potencial econômico da colônia, compreendendo que era preciso agir com celeridade para assegurar o controle do

rico território interiorano. Os oficiais régios, assim, “estabeleceram as primeiras medidas de um programa legislativo para redefinir os direitos sobre a terra e, ao mesmo tempo, estender a autoridade real”. O mecanismo escolhido para controlar as populações locais baseava-se na “fundação de comunidades supervisionadas pela coroa, as quais, com o tempo, formariam redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos do interior”. Nesse sentido, no século XVIII, foi iniciado um processo de urbanização marcado pelo planejamento e desenvolvimento de novos núcleos urbanos em diversos pontos do território brasileiro (1997, p. 9-10).

Até meados do século XVII, Portugal aplicava no Brasil “uma política urbanizadora que consistia em estimular, indiretamente, a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários e a expensas dêsses” (REIS FILHO, 1968, p. 73). Contudo, a partir do século XVIII, a coroa passou a incorporar ao seu patrimônio as capitâneas que foram anteriormente doadas, o que propiciou um processo de centralização política e a diminuição dos poderes que haviam sido concedidos aos donatários, os quais foram substituídos, gradativamente, por funcionários régios. Conforme a visão de Portugal na época, a criação de novos núcleos urbanos representava a “instalação de organismos burocráticos arrecadores próprios”, cuja subordinação ao governo central se processava “de modo mais direto e eficaz” (REIS FILHO, 1968, p. 33-34).

A construção das novas vilas e cidades seguia diretrizes específicas que previam, ao contrário dos núcleos urbanos construídos na colônia até então, traçados urbanos regulares sobre sítios planos e homogêneos (MARX, 1980, p. 35). O conceito geral do planejamento urbano português, no século XVIII, teve como prioridade ruas retilíneas, praças delineadas e a uniformidade dos elementos arquitetônicos. Pretendia-se representar, dessa forma, “o compromisso de Portugal com o absolutismo e com o Iluminismo”. As novas malhas urbanas divididas por meio de quadras e ruas com volumetria uniforme não significavam apenas “um requinte artístico, mas sim uma clara representação da imagem ‘civilizada’ e ‘europeizada’ que Portugal esperava projetar no interior da colônia” (DELSON, 1997, p. 4).

A região sul do Brasil foi um palco importante para o novo projeto de urbanização que estava sendo implantado no período. Não à toa, as referidas diretrizes guiaram a atuação do ouvidor Raphael Pires Pardini quando este foi enviado, na década de 1720, em direção ao sul da colônia, “para correger as câmaras da região e enquadrá-las nos preceitos das ordenações” (PEREIRA; NICOLLAZI, 2003, p. 34).

Conforme visto, durante sua passagem por Curitiba, em 1721, o ouvidor Pardini estabeleceu, no provimento 37º, que as casas somente poderiam ser construídas com autorização da câmara, sendo que deveriam manter-se sempre unidas umas às outras, conforme

o traçado retilíneo das ruas, a fim de que os vizinhos não ficassem sozinhos e “nellas mais expostos a insultos e desviados dos outros visinhos para lhe poderem acudir em coalquer necessidade quer de dia ou de noite lhe sobrevenha” (NEGRÃO, 1924b, p. 16).

Esse provimento apresenta indícios sobre como a monarquia portuguesa compreendia a ocupação do solo urbano naquele período. O ato de construir passava a depender de concessões dos oficiais da câmara local, vinculando os solicitantes às normas elaboradas pelos ouvidores e, em maior escala, ao próprio poder régio. Da mesma forma, pretendia-se impedir a construção de casas de modo arbitrário e casual, garantindo à vila uma configuração formalmente definida e, assim, distinguindo-a do ambiente rural, marcado pela ausência de regras e elementos uniformizantes (PEREIRA, 1996, p. 94).

Importa destacar também o provimento 39º de Pardinho, que determinou que os moradores fossem obrigados a cercar seus quintais e a manter sempre fechadas as portas das suas casas, além de condicionar os quintais às testadas das casas. Essa disposição reforçava o adensamento das quadras, visto que as edificações deveriam ser contíguas, “parede a parede, o que resultava numa quadra compacta, onde não havia a possibilidade sequer de pátios ou corredores laterais”. Além disso, o provimento introduziu uma nova preocupação: a separação entre o público e o privado. Com a obrigatoriedade de cercar os quintais e manter as portas fechadas, procurava-se impedir que, “mesmo visualmente, os vizinhos compartilhassem entre si, ou com quem passasse pela rua, o cotidiano desenrolado no interior de suas casas” (PEREIRA, 1996, p. 95).

Como já ressaltado, os provimentos elaborados por Raphael Pardinho em 1721 vigoraram na vila de Curitiba durante todo o século XVIII, sendo mantidos e reforçados pelos provimentos escritos, mais tarde, entre os anos de 1786 e 1789, pelo ouvidor Francisco Toledo Rendon.

Sendo assim, por meio de artifícios legais como os provimentos estabelecidos em Curitiba, a coroa portuguesa procurava impor às populações locais dos territórios interioranos da colônia “uma espacialidade urbana específica e, com ela, uma divisão de tarefas entre a cidade e o campo”. Isto é, as disposições e regras criadas explicitavam “uma concepção específica de quadra e rua, de público e de privado, de divisão de funções entre cidade e campo”, conformando, desse modo, as vilas e cidades ao modelo urbano estabelecido no século XVIII (PEREIRA, 1996, p. 96-97).

O planejamento urbano implantado no Brasil, durante o período examinado, pode ser visto como uma política de controle concreta, mas também simbólica. Se, de um lado, a



construção supervisionada de vilas e cidades no interior da colônia protegia os interesses da coroa em face de um crescimento independente e descontrolado, como ocorria até então, de outro lado, o desenho urbano uniforme, retilíneo e coeso, representava o “bom governo” metropolitano, ou seja, “uma indicação de que a sociedade estava funcionando dentro de limites predeterminados e disciplinados” (DELSON, 1997, p. XII; 4).

Diante disso, o exame de um contexto tão específico quanto o planejamento urbano de uma pequena vila colonial no sul do Brasil possibilita concluir que as redes de poder da coroa portuguesa, já no início do século XVIII, conseguiam alcançar, ainda que gradativamente, os moradores dos mais distantes territórios coloniais.

## 5. Considerações finais

O início do século XVIII, como visto, representou um período em que a coroa portuguesa reavaliou a administração conduzida até então no Brasil. Com vistas a dominar os territórios interioranos, em constante crescimento após a descoberta das regiões auríferas, novas vilas e cidades foram construídas em conformidade com uma específica concepção de espaço urbano que, além de destacar-se do ambiente rural, pretendia separar o espaço público, representado pelas ruas, do espaço da vida privada, garantido pelas fachadas das casas.

Os ouvidores régios, nesse contexto, tiveram uma significativa atuação, visto que, na prática, levavam as formas e procedimentos do direito letrado aos domínios portugueses na América, promovendo, então, a ordem e o controle das populações locais.

Em razão disso, a análise dos provimentos elaborados pelos ouvidores Raphael Pires Pardini e Francisco Toledo Rendon, na vila de Curitiba, nos anos de 1721, 1786, 1787 e 1789, especialmente em relação às regras de construção e reparação de casas, possibilita demonstrar indícios de que Portugal pretendia impor uma nova política de urbanização, já no início do século XVIII, aos moradores das regiões interioranas do Brasil.

## 6. Referências

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código filipino, ou, Ordenações e leis, do reino de Portugal*: recopiladas por mandado d’el-Rey D. Filipe I: Ed. fac-símilar da 14. ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona de coimbra, de 1821. Brasília : Senado Federal, 2012. vol. 1. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562747>. Acesso em 29 set. 2021.
- BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. vol. 2.
- CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2010.

- COSTA, Pietro. Democracia política e Estado Constitucional. In: COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 223-256.
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Tradução e revisão de Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVACIORD, 1997.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político; Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Da “iustitia” à “disciplina”*: textos, poder e política penal no Antigo Regime. Anuario de historia del derecho español, Madrid, n. 57, p. 493-578, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Filhos da terra: identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Tintas da China, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista; o caso português*. Curitiba: Juruá, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Imbecillitas: as bem aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2008. p. 26-41.
- \_\_\_\_\_. *O direito dos letrados no império português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *Os juristas como couteiros: a ordem na Europa ocidental dos inícios da Idade Moderna*. In: HESPANHA, António Manuel. *A política perdida: ordem e governo antes da modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 239-264.
- \_\_\_\_\_. *Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro*. Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Milano, n. 35, p. 59-81, 2006b.
- NEGRÃO, Francisco (org.). *Boletim do Archivo Municipal de Curityba: documentos para a história do Paraná*. Curitiba: Livraria Mundial, 1924a. v. 7.
- \_\_\_\_\_. *Boletim do Archivo Municipal de Curityba: documentos para a história do Paraná*. Curitiba: Livraria Mundial, 1924b. v. 8.
- \_\_\_\_\_. *Boletim do Archivo Municipal de Curityba: documentos para a história do Paraná*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1925. v. 12.
- \_\_\_\_\_. *Boletim do Archivo Municipal de Curityba: documentos para a história do Paraná*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927. v. 33.
- PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouidores Régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a comarca de paranaguá (1723-1812)*. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Cultura jurídica dos rústicos da América Portuguesa: juízes ordinários da vila de Curitiba no século XVIII*. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida

(org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. v. 1. p. 69-87.

\_\_\_\_\_. Direito dos letrados nos confins da expansão portuguesa: Ouvidores Régios de Paranaguá/São Paulo em Curitiba (1711-1738). *Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito*, Curitiba, n. 1, p. 16, 2020.

\_\_\_\_\_. O Império Português: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). *As formas do direito: ordem, razão e decisão*. Curitiba: Juruá, 2013. v. 1. p. 577-633.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; NICOLAZZI, Norton Frehse (org.). *Audiências e Correições dos Almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. 294 p. (Série Monumenta).

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720*. São Paulo: Pioneira Editora, 1968.

# PATRIMÔNIO CULTURAL (I)MATERIAL DE ERECHIM: APROXIMAÇÕES E TENSIONAMENTOS A PARTIR DA ANÁLISE DO ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JUAREZ MIGUEL ILLA FONT

Henrique Antônio Trizoto, PPGH/UPF

**Resumo:** O Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (AHMJMIF) foi criado em 1980 na cidade de Erechim / RS. Originalmente concebido como guardião da história e da Memória Local, passou por inúmeras mudanças de endereço e de gestão. Nos seus quarenta anos de existência recolheu documentos que hoje compõem o Acervo e possibilitam inúmeras pesquisas. Sopesando que a cidade de Erechim é caracterizada por um forte senso de preservação de uma identidade e pertença devido a sua trajetória desde sua escolha como sede da Colônia Erechim (1915), emancipação (1918), papel na Revolução de 1923, perpassando pelo processo (i)migratório fruto da política de ocupação adotada pelo governo do Estado ao planejar a Colônia. Por fim, a colcha de retalhos se completa pelo número de etnias que compuseram a região (24), todavia se dá maior ênfase para italianos, poloneses, israelitas e alemães que até os dias atuais são exaltados como pioneiros. Neste cenário, buscamos analisar o papel do acervo do AHMJMIF como salvaguarda da memória e do patrimônio cultural (i)material de Erechim, perante os possíveis tensionamentos e as aproximações entre as comunidades étnicas na disputa pelo protagonismo na narrativa oficial da cidade.

**Palavras Chave:** Arquivo Histórico; Memória; Patrimônio Histórico (i)material.

## Introdução

As fontes documentais<sup>233</sup> ante a historiografia oficial<sup>234</sup> tem um lugar proeminente na formulação do passado de uma comunidade e conseqüente construção de uma narrativa legitimadora do *modus operandi* e do *modus vivendi*. Para Rüsen (1996), isto seria, [...] uma maneira específica de manifestar a consciência histórica. Ela geralmente apresenta o passado na forma de uma ordem cronológica de eventos que são apresentados como “factuais”, ou seja, como uma qualidade especial de experiência” (RÜSEN, 1996, p.13).

O mesmo autor aponta que “é importante saber como essa relação aos assim chamados fatos do passado é organizada e apresentada” (RÜSEN, 1996, p.13). Neste aspecto, a constituição dos acervos dos Arquivos Históricos e dos Institutos Históricos assume um

<sup>233</sup> Consideram-se documentos históricos e de valor permanente, todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou qualquer espécie de elemento informativo, independentemente de sua forma ou características físicas, produzidos, elaborados ou recebidos por instituições públicas ou privadas, em conformidade com suas atribuições legais ou em virtude de suas transações e conservados, ou adequados a tal fim, por essas instituições ou seus legítimos sucessores, seja como prova de suas funções, diretrizes, normas, realizações ou atividades, sejam em atenção ao valor informativo dos dados que nos mesmos se contenham”.(Anteprojeto de criação do Sistema Nacional de Arquivos, art. 1º, parágrafo único).

<sup>234</sup> Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social. Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica. O momento da produção do conhecimento, portanto, não se confunde com o de sua disseminação social, ainda que sejam evidentes as possibilidades de ambos se relacionarem. (FICO; POLITO, 1992, s/p)

importante papel na correlação de forças do binômio lembrar X esquecer<sup>235</sup>. Tendo em vista que esta relação é assentada nos interesses dos grupos sociais que concentram o capital cultural, político e / ou econômico dentro da sociedade em questão.

As relações de poder<sup>236</sup> sugerem uma multiplicidade de interpretações acerca dos fatos históricos e da constituição do patrimônio cultural material e imaterial desta sociedade. Neste cenário abordaremos o Patrimônio cultural (i)material de Erechim: por meio aproximações e tensionamentos a partir da análise do acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (AHMJMIF).

Trizoto (2021c, p. 04) nos apresenta uma radiografia do acervo do AHMJMIF

Fundos Particulares: [...] as Coleções Gardolinski, Müller, Castro, além, da Amaral e Tedesco que estão em fase de construção). Dentro destas coleções encontramos os arquivos pessoais de Edmundo Gardolinski, Aldo Castro e Otto Müller.

Fundos Públicos: [...] documentos oriundos da prefeitura de Erechim (requerimentos, boletins informativos, censos demográficos, anuários estatísticos, atas, autos. Carta precatória, recibos, ordem de pagamento, guia de aquisição de estampilhos de aposentadoria dos menores (1956-1957), nota de expediente, relatório tribunal de justiça, protocolo de audiência cíveis, audiências cíveis, ofícios expedidos, fonogramas, curadoria de acidentes de trabalho, ofícios expedidos, recibos, correspondências e cartas recebidas, documentos da Luce & Rosa).

Por fim, temos os fundos mistos que foram construídos por meio das doações da comunidade, como fotos antigas da cidade, além dos documentos dos setores da Administração Pública. Entrevistas com pioneiros e figuras públicas relevantes no período (professores, agrimensores, políticos, advogados, comerciantes). Acervo de periódicos que circularam na cidade (Diário de Notícias, Voz da Serra / Voz Regional / Voz / AVS, Diário da Manhã, Bom Dia, Boa Vista, Atmosfera, a Folha Regional, O Erechim).

A partir desta radiografia, percebemos que o espaço conta com inúmeras fontes primárias de pesquisa além de diversos elementos que remontam ao período da colonização. Afim de ilustrar a relação da comunidade com o patrimônio cultural (i)material da cidade

<sup>235</sup> Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinear a relação entre passado e a história do tempo presente (MOTTA, 2012, p.28).

<sup>236</sup> Poder”, como “cultura”, é entretanto uma palavra complexa, polissêmica, que se abre como campo de disputas para múltiplos sentidos e como objeto para multi diversificadas apropriações. Temos aqui palavras que são verdadeiros espelhos de muitas faces, que se transfiguram conforme os seus usos ou as intenções que as animam, que se transformam, que se comprimem ou se alargam ao longo da sua história léxica. A palavra “poder” é como uma armadura que se tem oferecido para muitas batalhas historiográficas, verdadeira arena que estimula confrontos internos dos quais podem emergir vencedores, neste ou naquele momento, alguns sentidos mais específicos ou mais abrangentes. Será portanto necessário examiná-la tendo em vista as várias nuances internas que esta palavra torna possíveis. (BARROS,2015, s/p)

utilizaremos fotografias disponíveis no acervo do AHMJMIF e alguns trechos de obras “clássicas” que explicam a cidade: *Serra do Erechim Tempos Heroicos* (1983) de autoria de Juarez Miguel Illa Font patrono do Arquivo Histórico Municipal desde 1990 e *O Grande Erechim e sua História* (1981) de Antônio Ducatti Neto.

### **Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font: lugar de memória**

Os lugares de memória podem ser considerados espaços que equilibram as relações entre o presente e o passado de uma sociedade. A “popularização” dos arquivos e dos acervos é recente no Brasil. As documentações disponíveis nos espaços e os próprios espaços passaram a fazer parte da cena acadêmica na década de 1970. Com relação ao surgimento do AHMJMIF, Favarin (2019) aponta que:

Segundo o professor Enori Chiaparini, que foi o primeiro funcionário do Arquivo, e exerceu atividades no Arquivo durante muitos anos, como funcionário do Estado do Rio Grande do Sul cedido ao município de Erechim, a partir da publicação em abril de 1979 do livro escrito pelo professor Ernesto Cassol, intitulado “Histórico de Erechim”, é que houve a consolidação desse sentimento de necessidade de se criar um local para num primeiro momento, acolher os documentos referentes à história do município (FAVARIN, 2019, p. 26).

Neste sentido, a análise do acervo do AHMJMIF é uma ferramenta para compreender o cenário local, as relações de poder e a própria constituição da sociedade. Já é tradicional nos depararmos com uma historiografia que conta / reconta / aborda passagens cristalizadas na mentalidade local. Isso é subaproveitar as potencialidades do acervo e por consequência limitar o alcance científico das pesquisas.

Para Certeau (1976):

De parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema onde é elaborada a pesquisa. Hoje como ontem, ela é determinada pelo fato de uma fabricação localizada nesse ou naquele ponto desse sistema. Assim, só a consideração desse lugar onde é produzida essa relação permite ao saber historiográfico escapar à inconsciência de uma classe que desconhecia a si própria enquanto classe no interior das relações de produção e que, por isso, desconhecia a sociedade onde está inserida (CERTEAU, 1976, p.27).

Portanto, a análise do AHMJMIF como lugar de fala é preponderante para entender os próximos itens. Sua construção é fruto de um intenso trabalho de convencimento da administração pública da importância de se preservar a memória local e dos atores sociais que construíram a cidade. Ao mesmo tempo reforça a narrativa constituída dos pioneiros desbravadores em um espaço inóspito e desabitado (a contribuição de negros, indígenas e caboclos é relativizada ou mesmo ignorada no processo formativo local).

## **Erechim ressignificada por meio do patrimônio histórico (i)material**

Primeiramente é necessário que compreendamos a amplitude do conceito de patrimônio histórico, Barros aponta que

símbolos, Monumentos, a Pedagogia com suas enciclopédias e dicionários, as Heranças como os santuários régios e as relíquias monásticas, as Paisagens, o Patrimônio, o Território e mesmo a própria Língua, que realiza memória em si mesma ao trazer consigo traços de grupos específicos e da humanidade como um todo... eis aqui um vasto universo de “lugares de memória” que inclui a própria historiografia, seja esta científica ou cronística (BARROS, 2011, p. 329-330).

Gonçalves (2002. p.121) nesta mesma linha afirma que: “os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’”. Portanto, “Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de ‘representação’, que funda a memória e a identidade” (GONÇALVES, 2002. p.121).

Assim, estes patrimônios podem ser considerados ferramentas no processo de construção “subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público” (GONÇALVES, 2002. p.122).

Nesta mesma linha, os monumentos de acordo Oliveira e Lopes (2019, p. 09) são legados que reforçam uma memória coletiva feita por um ser humano para lembrar outros seres humanos “toda uma carga de concepções que o farão símbolo de uma mensagem que quis ser passada, de um aviso ou de uma instrução que se desejou transmitir”.

Assim, é fundamental compreender que os monumentos não são simplesmente objetos dispostos em praças, largos, canteiros, avenidas e demais espaços públicos, pois eles carregam consigo “uma carga simbólica, abstrata — sua monumentalidade —, a qual tem por função trabalhar sobre o imaginário social. Os avisos instrutivos simbolizados no monumento, por sua vez, são ditos através de um monólogo: o monólogo do poder” (OLIVEIRA e LOPES, 2019, p.09).

Trizoto (2021a, p. 04) aponta que

Erechim tem, principalmente ao longo das avenidas Sete de Setembro e Maurício Cardoso inúmeros monumentos que remontam / recontam a história local. Encontramos antes do Pórtico um monumento do Rotary e um do Lions, o pórtico propriamente dito, a Bola Canarinho, chegando a Praça Jayme Lago temos o Monumento à Mãe, o Avião T-6 1259-NA, o Leão, monumento ao Escoteiro e o Monumento à Árvore.

Na Praça da Bandeira, encontramos além da Bandeira Nacional, o Busto do ex-presidente Getúlio Vargas, sua Carta Testamento, o Chafariz, os mosaicos em pedra portuguesa os bustos de Affonso Tacques e Valério Schillo. Em frente a Câmara de Vereadores encontramos o Monumento ao Chimarrão.

Adentrando a Avenida Maurício Cardoso temos o Monumento ao Colono, o Obelisco, o busto do Paul Percy Harrys, o Vendedor de Jornais, o busto de Tiradentes, o Carro de combate X-1, o Monumento alusivo aos 100 anos de Erechim na Praça Júlio de Castilhos, e após o Viaduto Rubem Berta a Praça do Imigrante contendo os bustos dos pioneiros Adam Chicocki, Atílio Assoni, Bortolo Balvedi, João Carlon e João Massignan, além do monumento alusivo ao *Biênio*<sup>237</sup> da Colonização e Imigração Polonesa

Como podemos perceber, a cidade apresenta uma gama de monumentos, bustos, voltados principalmente à imigração / colonização e aos clubes de serviços, na sequência personagens históricos. Neste cenário o historiador Favarin (2019) afirma que

Erechim, é uma cidade que tem em seu bojo o culto à alguns espaços que tornaram-se lugares de memória, que mesmo passados cem anos de história continuam sendo referência na cidade. Podemos destacar o prédio da Comissão de Terras (Castelinho) construído entre 1912/1915, a Prefeitura Municipal inaugurada na década de 1930, o prédio da Viação Férrea que foi construído a mais de um século, a Praça da Bandeira e as primeiras quadras da Avenida Maurício Cardoso com seus prédios em Art Decó e Art Nouveau, compõem o panteão dos lugares de memória da cidade (FAVARIN, 2019, p.23,24).

Trizoto (2021b) por sua vez, sugere que sejam incluídas neste panteão “as casas antigas de madeira como a casa do Professor Mantovani, a casa (rosa) da rua Valentim Zambonato, a casa que foi do prof. Carlos Funfgelt (prof. Alemão), dentre tantas outras que poderíamos citar” (TRIZOTO, 2021b, p.04). tendo em vista o cenário atual, em que

A inserção destas se dá em um momento em que se questiona a “necessidade” de verticalizar e expandir os espaços de moradia. O COMPHAC atua na mediação destes interesses, tentando equilibrar as demandas com a preservação do nosso patrimônio cultural material. Afinal estas construções são o retrato de um período em que a cidade dava seus primeiros passos rumo à sua consolidação política e econômica na região norte do Estado (TRIZOTO, 2021b, p.04).

O debate aqui se acentua pois temos de um lado a preservação de um patrimônio que retrata uma Erechim que preserva o legado dos pioneiros, mas que a cada ano se depara com as “oportunidades” que o crescimento da cidade oferece para suprir a necessidade de moradias e consequente verticalização da cidade.

<sup>237</sup> Bicentenário da colonização e imigração polonesa.



Esta dependência da história do passado em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tomar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para o respeitar e evitar o anacronismo (LE GOFF, 1994, p. 15).

A amplitude deste debate interfere diretamente na construção do Plano Diretor da cidade, da construção ou não de um calçadão na Avenida Mauricio Cardoso para ficar em dois exemplos considerados sensíveis à comunidade.

### **Erechim: cosmopolitismo, democracia racial, social e política**

Este subtítulo contém fragmentos do texto de Illa Font (1983) conforme vemos a seguir: “Erechim não nasceu apenas sob o signo do cosmopolitismo mas igualmente da brasilidade”. E segue: “Nele (município) aflorou um modelo precursor de democracia racial, social e política” (p.25). O autor apresenta na página 15 outro excerto interessante para análise:

Recebe a quantos cidadãos do mundo vêm trabalhar, formar famílias, estabelecer lares, implantar empresas, lançar sementes culturais, erigir templos, edificar colégios, criar obras particulares e públicas, organizar uma sociedade com aspirações e realizações desenvolvimentista, construir na terra nova uma cidade com fundamentos brasileiros e cristãos (ILLA FONT, 1983, p.15).

Aqui vemos a estratificação de uma memória histórica, embasada naquilo que Le Goff (1994, p. 16) trata como “mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media*, corrija esta história tradicional falseada”.

A reprodução de uma narrativa pode mitificar algumas figuras e excluir outras, vide o caso da Feira Regional Industrial Agropecuária de Erechim (Frinape) que representou durante 14 edições (1966 a 2013) princesas étnicas italianas, alemãs, israelitas, polonesas e “nativas” somente na 15ª edição a princesa Nativa deixou de abarcar negras, índias e demais miscigenações para abrigar apenas a representante da cultura indígena, sendo criada a princesa afro brasileira. Isso demonstra que a hierarquia étnica se mantém presente na estrutura da sociedade local. Esse é um exemplo do contraponto que pode ser feito a partir da fala apresentada no início deste item. Lima

## **Intersecções e tensionamento: lembrar X esquecer**

A história do tempo presente possibilita aos historiadores e memorialistas analisarem os fatos históricos de uma maneira mais vívida, com o fortalecimento da história oral é possível colher depoimentos acerca dos fatos ocorridos e também coletar acervos particulares que recontam estes processos.

Tendo em vista que,

Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 2004, p. 52).

Assim, percebemos a acentuação da correlação de forças entre o binômio lembrar x esquecer. No caso do AHMJMIF o acervo fotográfico é um dos elementos mais requisitados para pesquisas acadêmicas, pois as fotos ilustram o desenvolvimento urbano local por meio das vistas parciais, fotos de famílias das etnias que ajudaram a construir a cidade, das casas antigas de madeira e alvenaria, dos prédios em Art Decó e Art Nouveau e das construções históricas como a viação férrea, o Castelinho e a Prefeitura. Podemos destacar ainda as fotos da Igreja Matriz São José com estilo clássico que foi demolida para a construção de uma igreja estilo moderno conforme as fotos a seguir:

**Figura 1: Igreja Matriz São José década de 1960**



Fonte Acervo digital AHMJMIF

**Figura 2: Catedral São José década de 1980**



Fonte Acervo digital AHMJMIF

A análise destas duas figuras, possibilitam desenvolver um debate acerca da conservação do patrimônio cultural material da cidade, tendo em vista que o assunto da demolição da igreja Matriz e construção da Catedral São José é um tema sensível e repleto de tensionamentos, mesmo passados meio século do processo.

A análise de fotografias segundo BURKE (2004, p. 17):

(...) nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vivida. (...) nossa posição face a face com uma imagem nos coloca face a face com a história. O uso de imagens em diferentes períodos como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais na vida religiosa e política de culturas passadas.

Todavia,

Uma foto não é apenas o resultado de um encontro entre um evento e um fotógrafo; tirar fotos é um evento em si mesmo, e dotado dos direitos mais categóricos — interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo. [...] Isso, em troca, torna fácil sentir que qualquer evento, uma vez em curso, e qualquer que seja seu caráter moral, deve ter caminho livre para prosseguir até se completar — de modo que outra coisa possa vir ao mundo: a foto. Após o fim do evento, a foto ainda existirá, conferindo ao evento uma espécie de imortalidade (e de importância) que de outro modo ele jamais desfrutaria. Enquanto pessoas reais estão no mundo real matando a si mesmas ou matando outras pessoas reais, o fotógrafo se põe atrás de sua câmera, criando um pequeno elemento de outro mundo: o mundo-imagem, que promete sobreviver a todos nós. (SONTAG, 2004, s/p)

Cabe aqui, a reflexão utilizando os conceitos acima junto aos excertos retirados da obra de Illa Font (1983), pois ao afirmar que Erechim seria erigida a partir de uma “democracia das raças” e que recebe cidadãos do mundo para construir uma “sociedade com fundamentos brasileiros e cristãos”, vemos em uma das fotos mais antigas do Acervo do AHMJMIF a presença de figuras divergentes ao estereótipo do erechinense:

**Figura 3: Índios (bugres) na Barra da Paloma Rio Novo Distrito de Aratiba 1926**



Fonte Acervo digital AHMJMIF

Portanto, vemos a partir das fotos que o patrimônio cultural (i)material está a mercê dos discursos oficiais de um determinado período histórico e pôr consequência dos interesses dos gestores que representam o projeto em uso. O acervo do AHMJMIF apresenta elementos que contrapõem a historiografia oficial, que também está disponível no local. Ou seja, vemos como o binômio lembrar x esquecer é flagrante no processo de construção / reconstrução da identidade local, do *status quo* da cidade de Erechim.

Ao mesmo tempo, esta relação é tensionada pela mentalidade construída e estratificada na sociedade local. O tamanho da discrepância do discurso oficial com o factual, é visto na obra de Illa Font:

Ao invés de servir a imigração de colonos europeus para o rompimento e progressão ordenada do povoamento, verifica-se a colonização da quase totalidade da gleba devoluta do Estado por riograndenses de diferentes origens étnicas e procedências várias, em fluxos de migração interna que se faz paralelamente até 1913 quando, devido à guerra mundial, cessa por completo a imigração de países da Europa. *Daí por diante, somente chegam à colônia imigrantes poloneses e outros que já se encontravam no País* (ILLAFONT, 1983, p. 11, *grifo nosso*).

Ou seja, os tensionamentos são sublimados afim de preservar o discurso oficial e estratificar no bojo da sociedade essa hierarquia de informações. Não raro deparamo-nos com perguntas do tipo “de que família tu é?”, ou com afirmações de pertencimento como “sou italiano, ou alemão, ou polonês”.

### **Considerações finais**

Ao longo do texto abordamos elementos relacionados ao binômio lembrar x esquecer afim de analisar as aproximações e os tensionamentos na constituição do patrimônio cultural (i)material de Erechim utilizando-se elementos disponíveis no acervo do AHMJMIF. Onde fora constatado por exemplo a dubiedade do discurso contido na obra Serra do Erechim Tempos

Heroicos, e a exemplificação dela por meio de fotografia que apresenta outros grupos sociais negligenciados na obra.

Da mesma forma analisamos uma das questões mais sensíveis da história local, a demolição da igreja matriz São José e construção da Catedral São José. As fotos apresentam as duas versões da igreja, sem emitir juízo de valor acerca de sua estética ou estrutura. O que é sabido, é o estremecimento ocorrido na comunidade católica devido a condução do processo.

Portanto, o acervo do AHMJMIF fornece elementos para a análise da construção da historiografia oficial ao mesmo tempo em que fornece elementos para seu questionamento e por consequência construção de novas versões acerca dos objetos de análise.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Orientação para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos*. Rio de Janeiro: o Arquivo, 1985.

BARROS, J.A. História Política-Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas Curso de História de Araguaína*, v. 1, 2015

BARROS, J.A. Memória e História: uma discussão conceitual. *Revista Tempos Históricos*, v. 15, 2011. p, 317-343.

BURKE, P. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: SP/EDUSC, 2004.

CERTEAU, M. A Operação Histórica, in NORA, P., & LE GOFF, J. *História: novos problemas*. 3ª edição, RJ, 1976.

DUCATTI NETO, A. *O Grande Erechim e sua história*. Porto Alegre, Grafosul, 1981.

FAVARIN, R. *A importância do arquivo histórico Juarez Miguel Illa Font nas produções literárias e historiográficas de Erechim*. 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3626>>, acesso em 20, nov..2021.

FICO, C., POLITO, R. *A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso. In. OLIVEIRA, L. L. (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

HALBWACHS, M., *A memória coletiva*. SP: Vértice, 1990.

ILLAFONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim: Tempos Históricos*. Editora Carraro. 1983.

LE GOFF, J. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

MOTTA, M. M. M., História, memória e tempo presente, in: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs) *Novos Domínios da História*. RJ: Elsevier, 2012.

RÜSEN, J. Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparative Historiography. *History & Theory*, v. 35, n.4, p. 5-22, 1996.

SONTAG, S. *Sobre fotografia*. Editora Companhia das Letras, 2004.

TRIZOTO, H.A. Conhecendo o Acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font. *Jornal Bom Dia*, 06,07 e 08 de novembro de 2021c.

TRIZOTO, H.A. Lugares de Memória. *Jornal Bom Dia*, 09, 10 e 11 de outubro de 2021b.

TRIZOTO, H.A. Monumentos Históricos e sua representatividade. *Jornal Bom Dia*, 16,17 e 18 de outubro de 2021a.

# VOLTAR-SE AO PASSADO PARA VER O FUTURO: AS INTERPRETAÇÕES DO DIREITO ARCAICO GUARANI ATRAVÉS DO EPISÓDIO DE MORTE DOS PADRES ROQUE GONZÁLES, JOÃO DE CASTILHOS E AFONSO RODRIGUES (1628) E SUAS IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Henrique Pereira Lima, acadêmico do curso de Direito, UPF, 118518@upf.br.

**Resumo:** No século XVII, a Companhia de Jesus já era uma significativa força aculturadora no processo colonial americano, pondo em contato de forma direta, por um lado, o universo ibérico e o nativo e, por outro, criando novas formas de relação entre nativos e ibéricos, por vezes, conflituosas. Neste processo, a atuação dos padres jesuítas deu forma a episódios de grande impacto no imaginário americano, tanto o colonial quanto o contemporâneo, do qual, emergem os ameríndios e os padres, com diferentes feições, advindas das diferentes interpretações que sobre estes sujeitos históricos são feitas. Dentre os conflitos que marcaram o continente americano ao longo do projeto colonialista ibérico, destaca-se, devido seus desdobramentos militares, religiosos, culturais, históricos e jurisprudenciais, o ocorrido em 1628, quando os padres Roque Gonzáles, João de Castilhos e Afonso Rodrigues foram mortos na região de Caaró/Pirapó, no noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul. Os índios daquele território, liderados pelo cacique-pajé Ñezú, conforme os inquéritos de apuração e os processos de canonização ofereceram feroz resistência à atuação jesuítica na defesa, segundo os mesmos processos, de sua organização social, chamada pelos nativos de “modo de ser antigo”, que, ao olhar eurocêntrico, nada mais era do que a expressão da barbárie e do paganismo nativo.

**Palavras-chave:** Nativos e ibéricos; Ordenamento jurídico; Processo Colonial Americano.

## Introdução

Janus, deus romano, possui duas faces: uma voltada ao passado, outra ao futuro. Situa-se, deste modo, no *presente*. Essa ideia de “tempo presente” vinculada ao Direito reforça a importância da compreensão dos processos históricos pela ciência jurídica, pois não é somente sobre o presente que devemos pensar. Afinal, um fato tem origem e tem destino e, ambos devem ser considerados, inquiridos, pesquisados e refletidos.

É com essa intenção que o Direito Arcaico Guarani, expresso nos relatos que apuraram a morte dos padres Roque Gonzales, João de Castilhos e Afonso Rodrigues em 1628 pelo cacique-pajé Ñezú, no atual estado rio-grandense é inquirido. É uma busca pelo processo de construção das formas pelas quais a sociedade não-indígena comumente se relaciona e se institucionaliza em relação aos nativos e remanescentes, dentro de um processo mais amplo, que abrange outras comunidades vulneráveis que ocupam posição inferior na escala de valores inaugurada pela colonização ibérica e pelo eurocentrismo colonial com o qual as atuais nações Latino-americanas não romperam ainda hoje.

## A interface entre direito e história

Direito e História mantém uma relação de “[...] mútua influência” (PALMA, 2010, orelha do livro). Isso, porque, ambas tem na sociedade humana e no tempo, seus fundamentos.

Relação similar é estabelecida entre sociedade e Direito: ambas têm na História as referências de sua constituição, justificação e explicação.

As relações firmadas entre sociedade, história e direito, neste sentido, não se restringem às sociedades históricas. Sociedades ágrafas também possuem ordenamentos jurídicos, nos quais “a lei expressa a presença de um direito ordenado na tradição e nas práticas costumeiras [...]” (WOLKMER, 2006, p. 1).

Portanto, a organização de um ordenamento jurídico, não depende, nem do domínio da escrita, nem das organizações estatais. Neste contexto torna-se diáfana a ligação existente entre sociedade e direito. Esta ligação é tal que, apenas na hipótese da solidão absoluta, não há “[...] direitos nem deveres” (NADER, 2020, p. 19), uma vez que inexistem relações entre indivíduos/sujeitos.

### **A história, o direito e o intérprete**

O ser humano e a sociedade possuem uma historicidade, fundamento da construção de identidades e do tempo presente. Com tamanha influência sobre o *ser* e sobre suas *criações*, poderia a história ser posta de lado no processo de construção de sentido das normas jurídicas e da sociedade?

O Direito, tal a História deve compreender os processos que dão forma àquilo que se consagrou como Justiça àquele e Passado a este. E, tal como o olhar do historiador sobre o passado ganha justificativa nas problemáticas do presente, o olhar interpretativo do operador do Direito ganha sentido quando se abre às aflições do presente e se propõe a “[...] lidar com a realidade social” (STRECK, 2014, p. 18).

O interprete do Direito, seja ele um jurista ou não, esta imerso em um ambiente cultural e histórico. Streck alerta: “o interprete do Direito é um sujeito inserido/jogado, de forma inexorável, em um (meio) ambiente cultural-histórico, é dizer, em uma tradição” (STRECK, 2014, p. 364). O interprete está imerso em uma cadeia de valores e pré-conceitos que mudam de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito/interprete. Tal posição influencia a forma como é percebido o passado, dando azo a circulação de interpretações e versões do que *foi* e do que deve *vir a ser* a realidade. Vale lembrar que “[...] ‘nenhum interprete pode pretender estar frente ao texto normativo livre de pré-compreensões, pois isto equivaleria a estar fora da história e a fazer emudecer a norma’ [...]” (FERNANDES-LARGO, apud STRECK, 2014, p. 338, grifo do autor).



## **Um olhar sobre o presente**

Vigora no Brasil uma forma estrutural de repressão policial e violação de direito que são, evidentemente, históricos. Essa situação é representada pela “[...] violência cotidiana do sistema penal [que] recai sobre os setores mais vulneráveis da população, sendo que, na América Latina, assume um aspecto étnico [...]” (SILVA FILHO, 2006, p. 255).

Este indicativo apresentado por Silva Filho em 2006 apontava para a “[...] ‘contribuição do sistema penal para a extinção dos índios ou o nítido predomínio de negros, mulatos e mestiços entre presos e mortos’” (ZAFFARONI apud SILVA FILHO 2006, p. 255) ainda se fazem sentir. O Estado ainda exhibe um viés étnico em sua ação de repressão, como aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 “[...] o padrão de distribuição da letalidade policial aponta para a expressiva sobre-representação de negros dentre as vítimas. Constituintes de cerca de 55% da população brasileira, os negros são 75,4% dos mortos pela polícia” (BUENO, MARQUES, PACHECO, NASCIMENTO, 2019, p. 62).

O perfil étnico presente na violência estatal é um indício do *modo de ver* da sociedade brasileira, modo que é guiado por questões econômicas, étnicas e sociais: “[...] estudos [...] já demonstraram que as ações letais da polícia ocorrem em territórios de baixa renda, atingem jovens do sexo masculino e não estão aleatoriamente distribuídas, vitimando mais negros” (BUENO, MARQUES, PACHECO, NASCIMENTO, 2019, p. 65).

A violência estatal contra negros aqui é um exemplo que também alcança os “[...] indígenas americanos [que] foram a primeira população submetida a “racionalização” de sua nova identidade e de seu lugar dominado [...]” (QUIJANO, 2014, p. 31), além de outros grupos marginalizados pela sociedade e pelas políticas públicas. O que se torna evidente é a dificuldade da nação de pensar em si como povo, e conciliar seus diferentes segmentos, rompendo as estruturas coloniais de organização e distribuição do poder do capital e da dignidade, uma vez que as independências latino-americanas “[...] se resolveu em uma rearticulação da colonialidade do poder [...] contra a maioria da população, nesse caso, dos índios, negro e mestiços” (QUIJANO, 2014, p. 59).

## **Um olhar sobre a construção do presente**

O processo colonial da América gerou diferentes efeitos e consequências, tanto na dimensão física, quanto humana e social, gerando:

[...] Vários rostos diferentes. [...] Em primeiro lugar, os índios. [...] O segundo rosto [...] os negros. [...] O terceiro rosto [...] é o mestiço [...]. O quarto rosto, que completa o bloco social oprimido latino-americano pré-independência, é

o dos *criollos* ou *crioulos*. [...]. O quinto rosto, portanto, é o dos camponeses. [...]. Os operários [...] surgiram como o sexto rosto. [...]. O exército operário de ‘reserva’ que o fraco capital periférico não pode absorver [...] compõe o sétimo rosto: o dos ‘marginais’ ou miseráveis [...] (SILVA FILHO, 2006, p. 248-251, grifo do autor).

Os “sete rostos” apresentados por Silva Filho representam diferentes grupos étnicos, imersos em um segmento social, grosso modo, denominado de “oprimidos”. São oprimidos em razão de questões de desigualdades sociais, acesso a bens e efetivação de direitos fundamentais. Esta situação ilustra a dificuldade do Estado em dialogar com os sujeitos que compõe a nação e da dogmática jurídica em dialogar com a realidade social. As questões oriundas dos contatos socialmente verticalizados da América Colonial, não foram superadas e novas surgiram junto com as classes que emergiram com o avanço do capitalismo. Por isso, na América Latina:

[...] nem sua dependência histórica / estrutural da colonialidade global do poder, nem os modos de exploração e dominação inerentes a este padrão de poder foram erradicados ou alterados o suficiente para dar origem a uma produção e gestão democrática do Estado [...](QUIJANO, 2014, p. 21, tradução nossa).

Historicamente, as nações latino-americanas seguem uma ordem linear, sem apresentar significativas rupturas com a ordem colonial, a qual ao ser mantida preservou os modelos de produção, distribuição de bens e riquezas, bem como tornou cativo de determinadas classes sociais, o exercício do poder, mantendo-a “[...] como padrão para as formas de exploração de trabalho, configuração das hierarquias sociais, administração [...]” (SEGATO, 2014, p. 46, 2014, tradução nossa).

Esse modelo de ocupação territorial e dominação social, ao lado da “[...] invenção de “raça” são condições indispensáveis para compreender a ordem mundial moderna” (SEGATO, 2014, p. 40, tradução nossa). Tais conceitos devem ser refletidos, pois que não se observam rupturas com a organização colonial, na qual, o racismo é um “[...] invento colonial para organizar a exploração do moderno sistema de mundo” (SEGATO, 2014, p. 46, tradução nossa) e que ainda resiste.

A questão racial aqui apresentada aponta para a dificuldade de *reconhecimento do outro como um sujeito*, tanto detentor quando produtor de direitos. Independentemente de sua fundamentação, a violência e a violação são comuns e, historicamente “[...] justificada [s] por um discurso antropológico racista e cuja história é preciso ser resgatada para que se tenha noção da existência de um outro ‘sujeito histórico’ que não o europeu” (SILVA FILHO, 2006, p. 251) e que “[...] permitiu aos “brancos” – mais tarde chamados “europeus” – o controle do trabalho

[...] que logo passa a reproduzir o sistema de exploração e o critério de distribuição de valor a sujeitos e produtos” (SEGATO, 2014 p. 48, tradução nossa).

### Um olhar sobre um fato da história colonial

15 de novembro de 1628. Padre Roque González de Santa Cruz havia fundado a redução de *Todos los Santos del Caaró* há 15 dias. Como de costume, nesta tomada simbólica do território que é a fundação de uma redução, ergueu uma cruz e batizou três crianças. [...] Após a celebração, pôs-se a erguer um mastro no qual seria pendurado o sino [...] [quando recebeu] dois pesados golpes de *itaiça* contra a cabeça. Roque González caiu morto. Alonso Rodriguez [...] teve o mesmo fim. Os corpos dos padres foram despídos, arrastados por um bom trecho, jogados dentro da igreja e queimados. [...]. Por trás do ato radical estava o cacique/pajé Ñezú, o principal daquelas terras. Ñezú aguardava o desfecho dos acontecimentos no Pirapó. Assim que soube do sucesso da missão [...] se dirigiu com seu grupo para a redução de Assunção do Ijuí, na qual se encontrava o padre Juan del Castillo, para dar-lhe o mesmo fim. [...] No dia seguinte os índios voltaram para ver os corpos. Quando amontoavam uns paus para queimar o que havia restado foram surpreendidos pelo coração que lhes falou [...] A resposta dos *parricidas* foi imediata. O coração foi arrancado do peito, atravessado por uma flecha e novamente queimado. [...]. Revirando o saco onde foram trazidos os corpos/reliquias, padre Alfaro encontrou o coração ainda inteiro, apenas chamuscado e atravessado por uma flecha de ponta óssea. (OLIVEIRA, 2010, p. 388, grifos do autor).

O episódio de 1628 e seus envolvidos, desde o século XVII acumulou interpretações atribuídas conforme o local de origem no tempo e no espaço social do interprete. Dentre estas perspectivas, as que com frequência quase que absoluta estão presentes nos inquéritos e processos<sup>238</sup> instaurados, é a versão do “jesuíta como salvador”, do “índio como mau selvagem” e do “evento como martírio”. Esta é uma das razões pelas quais o “Santo Roque conquistou a imortalidade e goza eterna lembrança. Ñezú, o cacique/pajé guarani que tramou a morte do padre, foi amaldiçoado” (OLIVEIRA, 2010, p. 7) pela literatura e pela historiografia.

É perceptível que a Europa cristã via, mas não compreendia a realidade sociocultural americana. Não a compreendendo, não a aceitou. O “[...] imaginário europeu não reconheceu esse Outro tão diferente de seu Velho Mundo e atribuiu a ele significados dentro das suas limitações de conhecimento” (ALVES, 2019, p. 13, 14). Até mesmo costumes similares aos cristãos foram combatidos, como o culto aos ossos de antepassados: “os ossos dos pajés mortos, segundo Montoya, eram cultuados [...]” (OLIVEIRA, 2010, p. 324). Aí também se revela o eurocentrismo presente nas relações sociais e culturais da América Colonial.

<sup>238</sup> “Um mês depois das mortes, 53 índios, entre eles alguns dos matadores de Roque, foram interrogados pelo capitão luso Manuel Cabral, na presença de dez espanhóis e cinco padres” (OLIVEIRA, 2010, p. 317, 318). O processo de beatificação do padre Roque “[...] foi instaurado em 1629 em Buenos Aires, em 1630 em Corrientes e em 1631 em Candelária del Caazapaminí. [...] [e] pode ser lido com a sua ortografia original graças ao inestimável esforço do padre [jesuíta José Maria] Blanco” (OLIVEIRA, 2010, p. 49).

Em certa medida, os europeus promoveram a *desmoralização* do modo de ser guarani, inflamando ainda mais as relações. Alguns costumes ganhavam centralidade na condenação dos padres e na defesa dos índios, como “[...] a poligamia, os cantos, o culto aos antepassados e todo um conjunto de práticas e valores condenados pelos missionários” (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

Tal desmoralização da cultura e inferiorização do ser humano nativo. Era a estratégia de dominação voltada aos nativos, que destituídos de sua humanidade, ou postos em condição de inferioridade frente ao europeu, permitiu que a expressão “descoberta da América” fosse formulada e a noção de raças. A natureza é um elemento importante nesta questão: na perspectiva eurocêntrica, a natureza (o ambiente e a humanidade) estava por ser civilizadas. Por isso “não é em absoluto difícil perceber a inerente presença da ideia de ‘raça’ como parte da natureza, como explicação e justificação da exploração das ‘raças inferiores’” (QUIJANO, 2014, p. 27, tradução nossa). A exploração, neste contexto, é posta como uma espécie de direito autodeclarado pela cultura europeia. Sem dúvida, é um discurso inventado com a intenção de justificar a dominação, apoiado nas “categorias étnicas [como negro, branco, nativo, europeu] [...] que unificaram internamente civilizações muito diversas, com povos que dominaram a alta tecnologia e a ciência e povos de tecnologia rudimentar” (SEGATO, 2014, p. 45, tradução nossa).

### **A poligamia**

A poligamia chocava os conquistadores, antagônica que era a moral delineada pela Igreja Católica. Não perceberam os europeus, religiosos ou militares, que o papel da poligamia ia além da função matrimonial: era uma expressão do poder do chefe: “[...] era um dos traços distintivos da condição de cacique. E parece que quanto maior o prestígio do chefe, maior número de mulheres que possuía” (OLIVEIRA, 2010, p. 250). Sem dúvida, o abalo deste costume abalaria as posições sociais dos indivíduos e as bases que legitimavam o poder e o modo de vida nativo.

O fim da poligamia para os chefes significava profunda modificação uma vez que “na estrutura de poder estabelecida entre os indígenas, o tamanho da família de um cacique era proporcional a sua importância e determinava também o poder de influência que poderia ter sobre outros chefes e aldeias” (ALVES, 2019, p. 56).

O poder político caminhava ao lado da poligamia e “[...] seria tão maior quanto a sua quantidade de mulheres e de genros o servindo, o que significava uma grande rede de parentesco e reciprocidade” (ALVES, 2019, p. 56). Assim, ocorria a ampliação dos laços e contato entre o

chefe e outros chefes ou grupos, através do seu próprio casamento, bem como através dos matrimônios de sua prole, criando-se laços de parentesco e constituindo um sistema de alianças e subordinação.

Além das alianças e da expansão de sua área de influência, os caciques tinham na poligamia um instrumento de geração de recursos utilizados na manutenção de sua posição, que se dava pela “[...] prestação de serviços, promoções de festas e distribuição de bens<sup>239</sup> [...]” (COLAÇO, 2020, p. 33).

O olhar do jesuíta acerca da poligamia não foi além de uma impressão moral, como uma oposição à sacralidade do matrimônio. Contudo, no universo guarani, a chefia decorria da organização de “[...] estratégias matrimoniais” (COLAÇO, 2020, p. 250). Consistia em elemento articulador de uma rede de parentesco e do exercício do poder inerente àquela forma de organização social, geradora de uma ampla rede de contatos, alianças, relações de dependência e de obediência.

### **A oratória**

A oratória constituía outro aspecto imprescindível à conquista e manutenção do poder nas sociedades nativas. Por isso, o cacique detinha “[...] também o monopólio da palavra [...]” (ALVES, 2019, p. 52). Nesta condição, os jesuítas, muitos deles excelentes oradores, precisavam encontrar meios de estabelecer contato e, se preciso fosse, impor um domínio que os autorizasse a falar.

Na mitologia guarani, a palavra possuía origem e significado: as “[...] Belas Palavras, foram entregues pelos deuses para os Ava, homens, se comunicarem com eles” (ALVES, 2019, p. 51), através do pajé que “[...] ficou como responsável por ouvi-las dos deuses e transmiti-las em toda sua beleza [...]” (ALVES, 2019, p. 51).

A oratória não era apenas uma forma de expressão, mas sim, também uma forma de legitimação do poder, com conteúdo sagrado, exemplificando que “as sociedades exigem que o líder prove seu domínio sobre as palavras e seu uso é feito de forma ritualizada, quase sempre de forma cotidiana” (ALVES, 2019, p. 52).

<sup>239</sup> “A política de presentes distribuía dádivas entre as autoridades indígenas e fazia parte das relações de diplomacia, reconhecimento de prestígio e estabelecimento dos vínculos de domínio-submissão e tributação” (FONTELLA, 2017 P. 57).

## O modo de ser antigo

A poligamia e a oratória são expressões de uma construção mais ampla das terras de Ñezú: o antigo *modo de ser*. Aí não estão incluídos apenas tradições e costumes, mas sim, uma síntese de uma forma de estar no mundo.

Muitos motivos podem ser levantados para explicar as razões do levante de Caaró. Tais motivos costumam pôr em evidência o patrimônio cultural guarani, representado pelo “[...] Nhanderekó, seu modo de ser, com autonomia, prezando pela liberdade, a vida em comunidade, a completa interação e respeito com a natureza” (ALVES, 2019, p. 24).

O antigo modo de ser integrou o discurso de justificação da morte dos padres. O pajé Quaraibí, subordinado de Ñezú, exortava os nativos afirmando: “[...] tenhamos somente o ser de nosso Pai e de nossos filhos a Ñezú; tenhamos o ser de nossos avós: não ouvimos mais em nossa terra o som de nossas cabaças e taquaras [...]” (OLIVEIRA, 2020, p. 318, tradução nossa). Nesta perspectiva, o antigo *modo de ser* assumia condição de símbolo da ordem na comunidade. Logo, a ruptura deste modo traria o caos e a desordem.

O português Manuel Cabral, que acompanhou os acontecimentos posteriores, inclusive a execução dos índios de Ñezú, trouxe informações acerca do modo de ser guarani, registradas no processo de Corrientes:

[...] Um índio feiticeiro, Ñezú [...] vendo que o que os Padres pregavam era tão contrário aos seus maus hábitos [...] aos quais ele disse que ia matar todos os Padres Religiosos da Companhia que estavam naquela província, porque eles pregavam coisas contra o que ele ensinava e era seu ser antigo e seus antepassados [...] (BLANCO (1929, p. 384), apud OLIVEIRA, 2018, p. 31, tradução nossa).

Ao antigo *modo de ser guarani*, o avanço cristão representava a destruição daquela sociedade e seus símbolos, que seriam substituídos pela desonra, miséria e abatimento, tanto ao *principal*, quanto para os demais indivíduos de sua terra, por ser contrário aos costumes ancestrais que fundamentavam sua identidade, organização social e formas de *estar-no-mundo*. O discurso evoca o modo de ser como “ordem” e a alteração como caos. São elementos culturais postos naqueles discursos como emblema e justificava de luta, que traziam consigo implicitamente os costumes, as tradições, a religião e a política, elementos constituintes da tríade *fé, lei e rei*. A religião ancestral aí se apresenta como matriz geradora de códigos e condutas na sociedade nativa. Subsidiava a lei e legitimava o mando do cacique-pajé, demonstrando que, como é próprio das sociedades pré-históricas o direito subordinava-se às crenças ancestrais, aos rituais e às divindades. Apenas o reconhecimento desta possibilidade

permite compreender aquele evento dentro de uma interpretação mais completa e complexa, superior ao simplificado conflito entre *cristãos e pagãos*.

O modo de ser, também pode ser entendido como “a ordem social vigente”, que fazia pleno sentido aos indígenas, através da qual atribuíam funções sociais e políticas a práticas como a poligamia, à oratória, ao culto aos mortos e às danças e, a cada palavra dita por seu cacique-pajé. Esse esforço de autopreservação cultural é tão evidente que, os guaranis mesmo quando imersos no contexto missionário, não abriam mão de alguns de seus costumes, e os mantinham clandestinamente. Por isso, o conflito foi, também, uma tentativa de defesa do “[...] modo de ser guarani, sentido, vivido, que determina as ações, os códigos, os valores, os costumes, as tradições, enfim a organização que envolve o universo simbólico guarani” (SANTOS, 2012, p. 27).

O *antigo modo de ser* presente nos hábitos, costumes e tradições dos guaranis, deveria ser, segundo os testemunhos ameríndios, restaurado. O discurso de caciques opositoristas aos padres, e as narrativas de índios cristãos, e de autoridades coloniais, indicam a defesa do modo de ser tradicional guarani como objetivo final daqueles esforços. E, esta defesa se daria por uma forma de *purificação* física e espiritual, alcançado, aparentemente, pela morte dos padres e *limpeza* da alma dos nativos.

Por isso, “as mortes dos missionários nas mãos dos índios foram todas terrivelmente violentas e ritualizadas” (OLIVEIRA, 2010, p. 325). Esta violência sugere que a morte do corpo físico era apenas um meio. Era necessário atingir outras dimensões representativas do poder da subjetividade daquele território e sociedade, com o fim de neutralizá-los. Além dos corpos, a ação destrutiva/purificadora alcançou os paramentos litúrgicos e tudo aquilo que “corrompia” a ordem até então vigente. Assim, “[...] quebrar as cruzes, rasgar a imagem da Virgem e incendiar as igrejas era uma espécie de ritual de purificação do espaço. Apagavam-se as marcas do cristianismo e restaurava-se a velha ordem” (OLIVEIRA, 2010, p. 107).

Tal processo de purificação agia principalmente sobre a dimensão física (território, corpos, vestimentas, paramentos, etc.), para atingir a dimensão não física da religiosidade e das práticas sociais imateriais. Tudo o que tinha materialidade foi alcançado pelas flechas, pela itaizá, pelas pedras e pelo fogo. Mas, a purificação também deveria chegar ao espírito dos índios.

## **O desbatismo**

O batismo enquanto sacramento, possui significados religiosos profundos sempre que adotado. No território de Ñezú, não era diferente: o ritual de imposição de nome era uma forma

de nascimento social, simbolizando o ingresso do ser naquela comunidade e sua aceitação da lei.

Por isso, o ato de *desfazer o batismo cristão* foi uma ação com profundidade e complexidade simbólica. Era através do desbatismo que “era devolvido ao índio o seu ser antigo, o que o reintegrava nas tradições religiosas do grupo” (OLIVEIRA, 2010, p. 125); eram restaurados os papéis sociais e os lugares de poder. Para o cacique-pajé, aparentemente, a apostasia cristã não bastava para a restauração do modo de ser antigo. A apostasia alcançava a questão religiosa, mas não alcançava a profundidade das demais dimensões simbólicas da sociedade. O desbatismo foi amplamente ritualizado: “vestido com as roupas litúrgicas do sacerdote Ñezú proclamava um retorno ao antigo modo de vida e desbatizava as crianças eliminando dos seus corpos os resíduos do *falso bautismo*” (OLIVEIRA, 2010, p. 328, grifo do autor).

O “*nascimento social*” que é o ato do batismo pode ser considerado o momento em que sobre a criança recai o patrimônio cultural, inclusive jurídico do grupo nas sociedades arcaicas, pois “[...] os direitos primitivos são ‘direitos em nascimento’ [...]” (WOLKMER, 2006, p. 5). Assim, o nascimento e o batismo (nascimento simbólico) enquanto pontos-chaves na estrutura social guarani permitem considerar que “o desbatismo, seguido da renomeação do ser seria o restabelecimento da identidade do indivíduo” (OLIVEIRA, 2010, p. 125).

O desbatismo restaurava a identidade e reintegrava o sujeito ao grupo, de modo que “era devolvido ao índio o seu ser antigo, o que o reintegrava nas tradições religiosas do grupo” (OLIVEIRA, 2010, p. 329). Este seria o passo final no processo de restauração do antigo modo de ser: um novo líquido era derramado sobre o indivíduo, a língua era raspada, e o discurso tinha peso de sentença, demonstrando que o direito arcaico se manifestava “[...] pelas repetições de fórmulas, através dos atos simbólicos, das palavras sagradas, dos gestos solenes e da força dos rituais desejados” (WOLKMER, 2006, p. 3).

No caso do desbatismo promovido por Ñezú sobre as crianças, este “[...] pôs nomes indígenas, dizendo: esta é a nossa lei perfeita, e não a que esses padres ensinam [...]” (OLIVEIRA, 2018, p. 43). Assim, era restaurada a autoridade do cacique-pajé sobre o corpo e o espírito. A antiga moral e os antigos costumes eram recolocados em seus lugares na vida dos indivíduos. Desbatizar é fazer um novo nascimento, ou validar o primeiro (do nativo), agora sob o signo do pajé, não mais da cruz. Significava a restauração das condições anteriores ao batismo cristão, inclusive a condição de submissão ao cacique-pajé.



## Considerações finais

O Direito guarani, tão próximo de nós no tempo e no espaço conta a história de sociedades cujos renascentes populacionais ainda vivem no território, por vezes arrastados por uma correnteza a que não podem resistir, chamada pela sociedade autodeclarada civilizada e não-indígena, de progresso.

O Direito guarani não conta com uma profusão de fontes. Mas pode ser acessado por registros históricos e etnográficos, produzidos no próprio período colonial, apesar do forte conteúdo etnocentrista existente não apenas nestes registros primários, mas também na extensa produção historiográfica, sociológica, antropológica que se apoia nestes documentos. Quando a perspectiva antropocentrista é superada, revelam-se outras dimensões daquela cultura, como é o caso do direito guarani registrado nos documentos referentes ao episódio de morte dos padres jesuítas em 1628 no atual território do Rio Grande do Sul. Comumente tomado como um conflito religioso, este conflito também apresenta indícios de ser um conflito político e diplomático, onde a poligamia, oratória e o *modo de ser ancestral* foram julgados pelos europeus dentro de seu estreito entendimento, enquanto que na sociedade guarani, diziam respeito a própria organização daquela sociedade.

## Referências

- ALVES, Rosângela Corrêa. *Embate entre os hechiceros indígenas e os hechiceros de burla na Ñeçu retangue, 1626-1631*. TCC (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/205246/001111078.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 abr. 2020.
- BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita. Análise da letalidade policial no Brasil. In. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. p. 58-71, 2019. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em 03 de out. de 2020.
- COLAÇO, Thais Luzia. *O Direito guarani pré-colonial e as Missões Jesuíticas: a questão da incapacidade indígena e da tutela religiosa*. Tese (Doutorado em Direito) Curso de Pós-graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77774>. Acesso em 12 jun. 2020.
- FONTELLA, Leandro Goya. *As Missões Guaraníticas num contexto de Cultura de Contato: uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas (c.1730 – c.1830)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/38185371/As\\_Miss%C3%B5es\\_Guaran%C3%ADticas\\_num\\_contexto\\_de\\_Cultura\\_de\\_Contato\\_Tese\\_-\\_Leandro\\_Goya\\_Fontella\\_.pdf?auto=download](https://www.academia.edu/38185371/As_Miss%C3%B5es_Guaran%C3%ADticas_num_contexto_de_Cultura_de_Contato_Tese_-_Leandro_Goya_Fontella_.pdf?auto=download). Acesso em 17 de jun. 2020.
- NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. 42 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

- OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. *O encontro entre os guarani e jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque Gonzáles nas terras de Ñezú*. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21462/000736302.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em 19 mar. 2020.
- OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. A rebelião de Ñezú contra os hechiceros de burla (Pirapó, Província Jesuítica do Uruguai, 1628). In: SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; VENTURINI, Sérgio (org.). *Missões Jesuítico-indígenas: antigos atores sociais, novas interpretações*. Santa Maria: Editora e Gráfica Curso Caxias, 2018. p. 21-55.
- PALMA, Rodrigo Freitas. *História do Direito*. São Paulo: Saraiva Educação, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. In QUIJANO, Aníbal (Ed.). *Des/colonialidad y Bien Vivir: um nuevo debate em América Latina*. Lima, Peru: Editora Universitaria, 2014. p. 19-33.
- SANTOS, Ricardo Quevedo dos. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. In: *Revista Latino-Americana de História*, vol. 1, n. 3, p. 24-44, 2012. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/66/44>. Acesso em 18 abr. 2012.
- SEGATO, Rita Laura. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidade del poder. In: QUIJANO, Aníbal (Ed.). *Des/colonialidad y Bien Vivir: um nuevo debate em América Latina*. Lima, Peru: Editora Universitaria, 2014. p. 34-71.
- SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Da “Invasão” da América aos sistemas penais de hoje: o discurso da “inferioridade latino-americana”. In: WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 221-264.
- STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.
- WOLKMER, Antonio Carlos. O Direito nas sociedades primitivas. In: WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). *Fundamentos de História do Direito*. – 3ª ed. 2 tir. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 1-10.

## DIPLOMACIA PÚBLICA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Igor Mello (PPGH-UFF), igormellodiniz@id.uff.br

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as diferentes definições daquilo que se convencionou chamar de Diplomacia Pública e seus entrecruzamentos com a mídia e meios de comunicação em recorte contemporâneo, levando em consideração os efeitos da globalização tanto sobre atores e instituições da diplomacia - aqui compreendida não apenas como atividade exclusiva do Estado e seus representantes oficiais, mas também de uma rede de diferentes agentes - quanto sobre os meios de comunicação em uma perspectiva que leva em conta o aspecto transnacional da produção, disseminação e consumo da informação. Para efetuar esse percurso, a reflexão se apoiará tanto em teóricos da Ciência Política e das Relações Internacionais, como Joseph Nye Jr e Mônica Lessa, quanto ainda em estudiosos da área de Comunicação Social, da Sociologia e da História, tais como Raymond Williams, Jesús Martín-Barbero e Jürgen Habermas. O objetivo é demonstrar como essa interseção entre diplomacia pública e a imprensa como mediadora cultural pode ser conceitualmente útil a uma agenda de pesquisa.

**Palavras-chave:** Diplomacia pública; Meios de Comunicação; Mediação Cultural.

### Introdução

O campo da Diplomacia Pública tem recebido muita atenção em anos recentes, e o próprio campo tem passado por intensas transformações e redefinições. O teórico das Relações Internacionais Jan Melissen em trabalho recente - intitulado *The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*, publicado em 2005 - tentou abordar de forma crítica a história e estado das artes dos estudos sobre Diplomacia Pública. Para Melissen, não há nada exatamente novo, uma vez que os objetos de reflexão incluem práticas tão antigas quanto a própria diplomacia, tais como o cultivo da imagem, propaganda e atividades comunicativas.

Melissen toma como um ponto central para a emergência da diplomacia pública a invenção da imprensa no século XV, uma vez que alterou fundamentalmente a forma como países podem se comunicar com públicos estrangeiros. O uso da imprensa para disseminar informações que melhorassem a reputação de um país já era vista como fonte de poder para uma nação. A criação de identidades e a projeção de uma auto-imagem positiva - o que hoje consideramos como *nation-branding* - já era uma prática diplomática na época de Luís XIV (MELISSEN, 2005, p. 3). Melissen também argumenta em favor da diferenciação entre *nation-branding* e propaganda, uma vez que o segundo tem fortes conotações negativas e costuma ser um ponto obscuro no debate que não acrescenta muito.

Outros marcos no desenvolvimento da diplomacia pública remontam às duas guerras mundiais bem como os pós-guerras: após a Primeira, o nascimento do cultivo da imagem além

das fronteiras nacionais que ao fim da Guerra Fria viria a ser reconhecida pelo conceito de soft power, proposto por Joseph Nye Jr, que Melissen chama de “versão pós-moderna do poder sobre a opinião”.

Em obra recente intitulada “*Soft Power: The means to succeed in World Politics*”, Nye Jr considera que o conceito de *soft power* encontra-se ali mais refinado, e o define como a habilidade de conseguir o que se quer por meio da atração ao invés de usar pagamentos ou métodos coercitivos. Tal poder, explica Nye Jr, provém da atratividade - entenda-se aí o poder de exercer atração sobre outros - de sua cultura, de seus ideais políticos e também de sua atuação política. Sendo assim, é apenas quando essa atuação é vista como legítima aos olhos dos outros, este poder brando (também denominado de “*soft power*”) aumenta.

Esta segunda face do poder, como descreve Nye Jr, se contrapõe àquilo que ele chama de “*hard power*”, o poder em sua versão mais bruta, expresso principalmente na economia e na força militar. Esses dois pólos, segundo o autor, não são co-dependentes, constituindo assim pontos extremos de um continuum de comportamentos que podem ser influenciados pelo uso de diferentes recursos.

Uma das preocupações de Nye Jr é explicitar os recursos de onde provém o soft power, de modo a entender o que se mobiliza para engendrar a cooperação e alcançar os objetivos almejados, uma vez que o poder brando tem como característica a cooptação que repousa na atratividade de uma cultura - ou seja, seu poder de atração sobre outros - bem como de seus valores políticos, manipulando a agenda internacional e interditando a expressão de outros atores fazendo com que suas propostas pareçam irrealistas.

O autor assevera ainda que o *soft power* de um país repousa primariamente sobre três recursos: *sua cultura* (onde possa ser atraente para outros), *seus valores políticos* (apenas quando os segue tanto no plano doméstico quanto no externo), e *suas políticas externas* (desde que vistas como legítimas<sup>240</sup> e possuindo autoridade moral). Por “cultura” Nye Jr entende um conjunto de valores e práticas que criam significado para uma sociedade.

A distinção entre poder bruto (*hard power*) e poder brando (*soft power*) é de grau, tanto na origem do comportamento quanto da tangibilidade dos recursos. Nye Jr inscreve seu conjunto de preocupações com o *soft power* na tradição realista ao retomar Edward H. Carr, o pai do paradigma realista, para quem o poder internacional está organizado em três categorias:

<sup>240</sup> É curioso notar que essa não é a única preocupação tipicamente weberiana de Joseph Nye Jr. O autor abre o primeiro capítulo de seu livro “Soft Power” perguntando sobre o que é poder, e o toma como algo amorfo que depende de contextos, muito próximo da definição dada por Max Weber em “Economia e Sociedade”.

militar, econômica e o *poder sobre a opinião* (grifo meu). A partir dessa mesma organização, Nye elabora um esquema que inclui o seu *soft power* (NYE JR, 2004, p. 31):

**Tabela 1: Três Tipos de Poder**

	Comportamentos	Formas Primárias	Políticas Governamentais
Poder Militar	coerção dissuasão proteção	ameaças forças	diplomacia coercitiva guerra aliança
Poder Econômico	incentivo coerção	pagamentos sanções	auxílio suborno sanções
Soft Power	atração definição da agenda	valores cultura políticas instituições	diplomacia pública diplomacia bilateral e multilateral

NYE JR, 2004, p. 31.

Voltando ao argumento de Melissen, a diplomacia pública - enquanto prática diplomática - faz parte da trama da política mundial contemporânea e não é apenas um instrumento, mas também é fio dessa mesma trama, representando um desafio à cultura diplomática tradicional.

Na mesma linha de Nye Jr, vê-se no argumento de Melissen que há uma relação forte entre os objetivos da diplomacia pública e a opinião pública, em especial aquela de fora. Como bem põe esse autor, o ponto inicial desta variante de diplomacia é, afinal das contas, no seu efeito sobre a audiência-alvo, os consumidores estrangeiros da diplomacia (MELISSEN, 2005, p. 7). Em seguida, Melissen fala sobre o uso de redes e meios de comunicação por atores não-estatais para definir agendas e atrair apoio às suas causas, sendo esse um dos pontos fundamentais na sua definição de diplomacia pública, que é o fato de esta se dirigir a públicos estrangeiros, apontando ainda que estratégias para lidar com esses públicos deve ser distinguida da socialização doméstica da diplomacia, embora reconheça que as novas tecnologias alteram fluxos de comunicação e fazendo com frequência com que informações destinadas a um público interno, num esforço de relações públicas, atinja públicos estrangeiros e borrando as fronteiras entre política interna e política externa no que diz respeito à comunicação.

A contribuição à teoria da diplomacia pública conta ainda com uma lufada de ar fresco trazida pelos novos estudos de diplomacia cultural, pois esta última se foca justamente nos fluxos e contatos culturais, reconhecendo que a cultura pode ser um instrumento a ser usado para fazer diplomacia e é ela mesma um elemento constitutivo do ambiente diplomático. Esse prisma permite entrever a cultura como elemento central da formação da sociedade internacional, reconhecendo que uma cultura dominante agregou diferentes sistemas internacionais regionais, trazendo consigo concertação mas também contradição (SUPPO, 2012, p. 29).

Neste sentido, o exercício da diplomacia pública assim como o de relações públicas, têm sido diretamente afetados pelas forças da globalização que fazem com que seja crescentemente importante influenciar a opinião mundial. O papel dos meios de comunicação tradicionalmente é de disseminar informações em um fluxo de mão única, porém a revolução tecnológica tornou possível a participação de outros atores, sub-estatais ou ainda transnacionais, na produção e reprodução de sentidos para ganhar apoio para causas em todo o *continuum* que vai do *soft* ao *hard power*.

Considerando a diplomacia pública enquanto intervenção comunicativa, Craig Hayden procura considerar aquilo que ele chama de “como” do *soft power*, ao invés do “o quê” ou “quanto”, focando em quais mensagens e ações são mais persuasivas, o que audiências estrangeiras fazem com a informação e como o contexto maior da comunicação e da mídia servem como limitações a essa influência entre públicos e além das fronteiras (HAYDEN, 2011, p. 13). Essas questões, segundo Hayden, lidam com três elementos constitutivos do *soft power*: o papel dos públicos, o impacto de fluxos globais de comunicação e os efeitos da influência, que podem ser expressos como escopo, mecanismo e resultado, que se referem ao *soft power* como este se manifesta em iniciativas e programas específicos.

Desse modo, também entra em pauta a divulgação intencional de notícias negativas sobre um país para atingir públicos estrangeiros e que podem ter efeito direto sobre a política externa e relações bilaterais com outros países, o que aponta para o fato de que a recepção da diplomacia pública nem sempre tem os efeitos desejados devido a intervenção de outros atores não-estatais. Gostaria de usar esse ponto para estabelecer um nó argumentativo para considerar a imprensa e os meios de comunicação como mediadores fundamentais nesse processo.

### **(Meios de) Comunicação e (Mediação) Cultural(I)**

Um elemento importante da globalização é a crescente massificação do mundo: cultura de massas, comunicação de massas, democracias de massas. Pensando a esfera pública em um

mundo massificado, Jürgen Habermas lembra a importância da opinião pública como única base reconhecida de legitimação do poder político (HABERMAS, 2011, p. 489).

Especificando esse conceito de opinião pública, Habermas explica que dois caminhos se apresentam para a definição. O primeiro seria um caminho liberal que procura salvar a comunicação e guardá-la a um público racional, apto à esfera pública, e formadores de opinião. O segundo levaria a um conceito de opinião pública que se foca em critérios institucionais e deixa de lado critérios materiais. Aqui, “a opinião pública domina, mas não governa” (HABERMAS, 2011, p. 492). O que ambas as versões levam em conta, de acordo com o autor, é o fato de que o processo de formação da opinião e da vontade numa democracia de massas não tem uma função politicamente relevante para a opinião popular, sendo precisamente essa a fraqueza da teoria. A ficção da opinião pública não pode mais ser vista como comportamento real do próprio público.

Para Habermas, a opinião pública é o correlato da dominação, pois existe apenas em determinadas relações entre a dominação e o povo, mas este é um processo que precisa de mediação. Os processos de comunicação dos grupos estão sob a influência dos meios de comunicação de massa, imediatamente ou mediadamente pelos formadores de opinião (HABERMAS, 2011, p. 504).

É nesse cenário em que as relações entre cultura e política assumem nova forma. Longe de serem termos totalizantes, que abarcam toda a realidade sem que haja qualquer especificidade neles, ou como instrumentos que são postos como meios para alcançar objetivos, os termos aparecem imbricados em uma nova percepção dos fatos que considera a *natureza comunicativa da cultura* e a comunicação enquanto processo, como defende Jesús Martín-Barbero (MARTÍN-BARBERO, 2021, p.289). Tentando desarmar as armadilhas das teorias já estabelecidas sobre as relações entre cultura, comunicação e política, Martín-Barbero defende deixar de lado a análise dos meios e investir na análise das mediações culturais, propondo uma análise integral do consumo, aqui entendido como o conjunto dos processos sociais de apropriação de produtos (MARTÍN-BARBERO, 2021, p.292). Em termos metodológicos, isso se traduz numa pesquisa que parta das mediações, ou seja, dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão.

Faz-se necessário pensar, então, na lógica sobre a qual repousa essa mediação, para retornar ao “como”: se quisermos pensar a mediação cultural específica da imprensa, quais são as suas bases? Quem controla o saber especializado? Quais instituições e regras controlam e

delimitam as possibilidades de atuação nesse campo? Quais são as relações materiais que configuram essas estruturas? Algumas primeiras observações devem ser feitas a respeito da imprensa na contemporaneidade e sobre a configuração dos conglomerados de mídia enquanto empresas capitalistas. Ben H. Bagdikian expõe de forma altamente elucidativa como o monopólio dos meios de comunicação e o acúmulo de poder deram aos donos da mídia poderes que podem reescrever leis e submeter políticos de alto escalão a suas vontades e interesses (BAGDIKIAN, 2018, p. 65), produzindo mais que sentidos: a imprensa produz, além de tudo, legitimidade.

Essas ligações das mídias de comunicação e informação com a política - e políticos - não tem sido ignorada e recebeu a atenção de vários outros estudiosos. No Brasil, o cientista político Venício A. de Lima tem chamado a atenção para o fato de que esses donos da mídia concentram em poucas mãos a maior parte dos veículos de informação e se tornaram, controlando o que chegava ao público da forma como interessava, um ator político com grande poder sobre a opinião pública (LIMA, 2004, p. 53), com graves consequências para a liberdade de expressão, uma vez que só chega ao público aquilo que interessa a esses poucos donos (LIMA, 2012, p. 56). Apesar de buscarem maximizar os lucros e ter mais poder, é interessante notar - como atenta Bagdikian - que essa concentração vai de encontro aos valores do liberalismo econômico.

Pensando teoricamente o lado do trabalho da imprensa, Nelson Traquina parte de um questionamento inicial sobre a natureza do jornalismo para pensar o que é a notícia e o que configura uma dita cultura jornalística, onde a notícia aparece como prêmio para os jogadores do campo - os jornalistas - e como um produto, embora de forma geral se rejeite a idéia de construção ou narrativa em favor da idéia de “estória” (TRAQUINA, 2002, p. 18). Essa forma de trabalho, que faz passar do acontecimento ao discurso, construindo uma estória, não implica a existência de uma intencionalidade falsificadora da realidade. De fato, a ideologia profissional dos jornalistas, assim como a crítica histórica, já tem consciência de que a objetividade do relato é impossível, embora se desenvolvam formas de controlar os pontos de vista pessoais, uma preocupação chave de Eugênio Bucci ao se questionar sobre a ética do campo jornalístico. A este respeito, este autor não se engana: relatando a interferência da Rede Globo no processo eleitoral que culminou na vitória de Fernando Collor de Mello, Bucci se pergunta se ainda é possível falar sobre ética num país onde coisas desse tipo se repetem cotidianamente (BUCCI, 2000, p. 30).



Se por um lado temos os donos da mídia e por outro lado temos os trabalhadores da imprensa e, nomeadamente, os jornalistas como os fazedores deste produto chamado notícia, podemos abordar também o campo jornalístico a partir de suas contradições de classe. Essa é uma das questões abordadas pelo falecido sociólogo galês Raymond Williams em sua proposta de pensar os meios de comunicação como meios de produção, apropriando-se da teoria marxista clássica para discutir a comunicação. Se é verdade, como aponta Traquina, que há uma ideologia jornalística que domina entre os profissionais da área, então também é verdade - se seguirmos o fio de Williams - que essa ideologia é típica à imprensa capitalista, burguesa, o que traz outras consequências: sempre que os jornalistas se põem a lutar por direitos e reconhecimento profissional e denunciam que são mais do que meros instrumentos no processo de construção das notícias, então surge a “liberdade de imprensa” como valor maior para desmobilizar a luta contra a divisão de trabalho existente (WILLIAMS, 2011, p. 80).

A professora Marialva Barbosa, referência na área de estudos de imprensa, sugere que se faça o mesmo movimento de Michel de Certeau na “escrita da história” quando da construção da história da imprensa. A interpretação do pesquisador, recortado por subjetividades e relações de poder, também implica uma série de escolhas, assim como o reconhecimento das escolhas envolvidas no processo de produção da notícia (2007, p. 12). As suas recomendações servem de lições preciosas no tratamento metodológico da imprensa, seja como objeto ou como fonte.

Partindo do reconhecimento da contribuição do estudo clássico de Nelson Werneck Sodré sobre a história da imprensa no Brasil, Barbosa advoga em favor de ir além daqueles pressupostos, atualizando-os. Deve-se também procurar relacionar as características dos periódicos com as transformações históricas e sociais, centrando a análise nas ações dos atores envolvidos. Isso implica também na consideração das condições de produção, circulação e de recepção para além da apreensão dos meios de comunicação enquanto portadores de conteúdos políticos e ideológicos, e tal prática inclui a necessidade de se entender a lógica interna do campo em seus aspectos técnicos, discursivos e sociais.

A perspectiva defendida por Marialva Barbosa implica em tomar a história como processo e a imprensa em sua relação com o social. Dessa forma, vê a imprensa enquanto integrante do processo comunicacional, onde saltam como objetos de interesse o conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como este conteúdo é recebido pelos seus leitores, que reproduzem seus sentidos e têm com esse material um processo de assimilação-informação, mas também de interpretação (BARBOSA, 2007, pp. 12-13).

As historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto publicaram um artigo em que reúnem críticas a modos de lidar com imprensa a partir de suas experiências enquanto pesquisadoras e das conclusões que chegaram seguindo as diretrizes sugeridas por Marialva Barbosa. As autoras oferecem um detalhado modelo de como abordar o material da imprensa enquanto fontes de pesquisa, materializado em um roteiro de análise da imprensa periódica (CRUZ E PEIXOTO, 2007, P. 265), que consideram uma força ativa no processo de constituição da sociedade capitalista contemporânea, ponto de vista que é reforçado na sua própria prática de pesquisa, tanto da grande imprensa quanto das formas de imprensa comumente chamadas de alternativas.

O questionamento deve ir além da denúncia de concentração da mídia e da não-existência de objetividade na e da construção das notícias. Isso, sugerem Cruz e Peixoto, equivale a desenvolver uma sensibilidade de leitura que permite ao pesquisador superar a barreira ideológica da crença na objetividade e da imparcialidade, levantando posicionamentos, projetos e alinhamentos sociais em cada conjuntura histórica. Se tomarmos por esse nó o “como”, então podemos voltar nossos olhos aos efeitos das mediações no campo das políticas de diplomacia pública.

### **Diplomacia Pública e Imprensa: o problema da legitimidade, revisitado**

O problema da legitimidade dos sistemas e ações políticas foi explorado por muitos autores, entre eles o sociólogo alemão Max Weber. Para ele, um dos pontos centrais da análise sociológica da política deveria ser as bases que concedem legitimidade para os sistemas políticos definidos por seu tipo de dominação: tradicional, carismático e racional-legal. O problema da crença na legitimidade se soma a outros dois fatores que Weber julga estarem presentes em todas as formas de dominação: um quadro administrativo, isto é, a probabilidade confiável de que haja disposição para agir especialmente em direção à execução de ordens e regras, além de demonstrar vontade de obedecer por um modo puramente afetivo, interesses materiais ou por motivos racionais referentes a valores (WEBER, 2000, p. 139).

Para o sociólogo alemão, a legitimidade de uma dominação qualquer só pode ser considerada como uma probabilidade de ser reconhecida e praticada enquanto tal, e o que importa de fato é que a própria pretensão de legitimidade seja válida em grau relevante e determine a natureza dos meios de dominação escolhidos.

A legitimidade é uma questão que se faz presente na análise das políticas externas e é explicitada por Nye Jr como sendo um dos fatores de estabilidade e crescimento do *soft power*, pois ele só pode ser bem exercido caso as ações dos Estados tanto no plano interno quanto

externo sejam vistas como legítimas aos olhos dos outros. Se a imprensa é produtora de legitimidade através dos seus produtos - notícias, informação - que circulam e são reproduzidos e reapropriados por vários atores políticos, estatais ou não, que podem eles mesmos intervir no fluxo dessas informações, então parece uma ligação importante entre os objetivos da diplomacia pública de um país e a forma como ela é recebida pelo público externo, que tem na notícia a mediação entre o fato e o discurso sobre ele.

Uma agenda de pesquisa que tome esse princípio como verdadeiro pode se nortear pela noção de que o público consumidor de notícias internacionais é justamente o público-alvo - ou parte dele - ao qual se destinam as mensagens da diplomacia pública além das fronteiras domésticas. Será que iniciativas de *nation-branding* não podem ser frustradas - ou, de outro modo, mais bem sucedidas - por ação desse ator político?

Nesse ponto de vista, o trabalho do historiador ou sociólogo que queira se debruçar sobre fontes da imprensa para analisar a recepção e os efeitos de práticas de diplomacia pública deverá obrigatoriamente considerar esses aspectos, eternos lembretes de que essas fontes acessadas não são espelho da realidade e não relatam fidedignamente o que aconteceu, mas tendo na lógica interna da imprensa um ponto de apoio para fugir ao simplismo de tomá-las como falseamentos puros.

É razoável pensar que se o *soft power*, instrumento e elemento constitutivo das práticas da diplomacia pública, tem como objetivo o poder sobre a opinião pública, ele certamente dependerá em algum momento do filtro representado sobre esses meios de comunicação que, como dito antes, não reproduzem a realidade tal-e-qual, mas sim produzem discursos que têm efeitos sobre a realidade e se realizam como atores políticos plenos. Aqui os conceitos e preocupações se entrecruzam: diplomacia pública, opinião pública, *soft power*, meios de comunicação. Sendo assim, podemos nos perguntar, como o fez o jornalista Ignacio Ramonet, sobre a relação entre imprensa, jornalistas e o Quarto Poder - uma quarta adição ao esquema tradicional de Montesquieu - que representa a imprensa e seu poder sobre a opinião pública. Para Ramonet, é importante salientar que a opinião pública só existe no limite daquilo que é publicado, midiaticizado e comunicado (RAMONET, 2013, p. 97).

Esse entrelaçamento conceitual permite sair dos becos criados por análises funcionalistas em que a opinião pública, a comunicação e a cultura são instrumentos a ser manipulados bem como permite fugir da fragilidade de empreender análises de recepção a partir de enquetes e questionários que metodologicamente refletem opiniões mais ou menos bem

acabadas e não refletem outra coisa que não uma leitura mais ou menos atenta do que foi veiculado nos jornais.

Para encerrar, acredito ser de suma importância falar sobre uma nova fronteira nesse horizonte de pesquisas e que não foi tratado aqui pois é tangente ao tratamento da imprensa, que é aquele das novas tecnologias, da *internet* e das redes sociais. Se pode ser bem verdade que trouxeram acesso a informação sem necessariamente passar por grandes conglomerados de mídia, não se pode ignorar que elas não estão ausentes e parte significativa do que é compartilhado ainda é produto dos grandes veículos de mídia, quer seja para reagir contrariamente ou concordar, ainda que parcialmente. Também não se pode ignorar que, se queremos tomar as redes como um incipiente Quinto Poder que possa redemocratizar e consertar os outros Poderes, devemos liberá-las da lógica da Big Tech, que segue a mesma lógica de monopólio - daí a inclusão da *internet* na edição definitiva e atualizada do livro de Bagdikian - que os grandes conglomerados de comunicação possuem. Se é de lá que a próxima revolução virá, devemos estar cientes dos desafios a enfrentar e quais são os rostos que se escondem por trás dessas fortalezas da comunicação.

## Referências

- BAGDIKIAN, Ben H. *O Monopólio da Mídia - Edição Definitiva*. São Paulo: Veneta, 2018.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. A História na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: Ensaio Sobre Televisão*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. p. 191-219.
- CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HAYDEN, Craig. *The Rhetoric of Soft Power: Public Diplomacy in Global Contexts*. Lanham: Lexington Books, 2012.
- LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13317/15135/16290>
- \_\_\_\_\_. Quem ameaça a liberdade de imprensa? In: LIMA, Venício A. de *Liberdade de expressão x Liberdade da imprensa: direito à comunicação e democracia*. 2a ed. Revista e ampliada. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.
- MELISSEN, Jan. *The New Public Diplomacy*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- NYE JR, Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2005.
- RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual (orgs.) *Mídia, Poder e Contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 85-102.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são* (Vol. II). Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- SUPPO, Hugo Rogelio. O papel da dimensão cultural nos diferentes paradigmas das relações internacionais. In: *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. LESSA, Mônica Leite; SUPPO, Hugo Rogelio (orgs.). Rio de Janeiro: ContraCapa, 2012. p. 13-43.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

## **O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA TRAJETÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)**

Indaia Dias Lopes, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), sob a orientação do professor Dr. João Carlos Tedesco Bolsista da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF)  
E-mail: indaia\_lopes@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo identificar a atuação dos movimentos sociais rurais nas diferentes etapas do Pronaf, buscando identificar a atuação da Fetag-RS, da Fetraf-Sul no programa. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de livros, artigos científicos e legislação. As políticas públicas constituem-se no resultado de construções e conflitos sociais e, nessa perspectiva, o Pronaf foi construído a partir de um longo processo de lutas, reivindicações, acontecimentos e várias outras situações que possibilitaram a implementação desse programa. Ao longo dos anos, os movimentos sociais rurais adotaram posturas distintas que refletiram na trajetória dessa política pública. Na década de 1980, antes mesmo da criação do Pronaf, predominou uma postura reivindicatória, que mudou na década seguinte para uma postura propositiva. No início dos anos 2000, adotou-se uma postura colaborativa, com a participação desse segmento no Ministério do Desenvolvimento Agrário, processo denominado de cogestão das políticas públicas. Após 2010, esse cenário não se manteve e o que se observa é uma acomodação desses movimentos. A análise das pautas da Fetag-RS e da Fetraf-Sul realizada por alguns autores indica que essas organizações vêm direcionando seus esforços para um perfil de agricultor familiar em transição ou consolidado, buscando ampliar as bases da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais rurais; Pronaf; Agricultura familiar.

### **Introdução**

A agricultura familiar desempenha significativo papel em todo o mundo e contempla uma categoria social e econômica que é heterogênea, diversificada, estratificada e multifacetada. No meio rural brasileiro ela contribui para as diferentes regiões, tanto nos aspectos econômicos, produtivos, quanto sociais e culturais. Até a década de 1990, essa categoria social não era reconhecida pelo Estado brasileiro e havia um elevado contingente de agricultores familiares que vivia em situação precária no meio rural e com acesso inexistente ou restrito ao crédito rural.

No Brasil, com o processo de abertura democrática, algumas organizações ligadas à agricultura familiar passaram a ganhar visibilidade no cenário político do país. Esses movimentos evidenciavam as difíceis condições de reprodução social dos pequenos agricultores brasileiros e reivindicavam a intervenção do Estado na agricultura, visando a construção de políticas que pudessem atender as necessidades desse segmento (GRISA, 2010).

No ano de 1995, em um contexto de intensas reivindicações dos movimentos sociais rurais, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf é uma política pública de crédito rural que pode ser utilizado para o custeio das safras,

para investimentos nas propriedades e também para a comercialização da produção, tanto de forma individual, quanto de forma coletiva, por intermédio de cooperativas. Essa política pública foi criada com o objetivo de oportunizar o acesso ao crédito à uma população que historicamente estava excluída desse processo.

Os movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar influenciaram o Pronaf em toda a sua trajetória, desde a construção do programa e de suas ideias iniciais, assim como na elaboração de propostas, na articulação e mediação no decorrer de seu desenvolvimento.

No ano de 2020 o Pronaf completou um ciclo de 25 anos de funcionamento, onde passou por diversas alterações durante a sua trajetória, como a criação de grupos, de diferentes linhas de crédito, de mudanças nas taxas de juros e alterações nos limites de renda para acesso ao programa. Muitas dessas alterações eram demandas das próprias organizações e dos movimentos representativos da agricultura familiar, que ao longo dos anos e dos diferentes governos assumiram posturas distintas.

Uma das problemáticas identificadas no estudo sobre o Pronaf refere-se à forte concentração de recursos nas categorias mais capitalizadas da agricultura familiar. Mesmo com as mudanças realizadas no decorrer dos anos, ainda existem dificuldades de incorporar ao programa os agricultores familiares mais empobrecidos. Nesse contexto, os principais questionamentos que emergem dizem respeito ao papel e à atuação dos movimentos representativos da agricultura familiar na busca pela ampliação da diversidade econômica desse segmento no Pronaf. Mais especificamente, sobre a atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FetraF-Sul) na articulação e na busca por melhores condições de acesso pelas diferentes categorias de agricultores.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o papel dos movimentos sociais rurais nas diferentes etapas do Pronaf, buscando identificar a atuação da Fetag-RS, da FetraF-Sul no programa.

Este trabalho faz parte da tese da autora, que analisa a execução do Pronaf nos municípios de Panambi e de Passo Fundo (Rio Grande do Sul) e foi organizado com resultados preliminares do estudo. Quanto ao nível do estudo, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos e legislação. Os resultados obtidos foram analisados com base na literatura especializada sobre a temática.

## **Os movimentos sociais rurais no Brasil e a luta por políticas públicas**

Movimentos sociais são entendidos por Gohn (2011, p. 335) como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Os movimentos analisam a realidade existente, propõem novas situações, buscam construir ações coletivas com vistas a resistir à exclusão social e buscar formas de inclusão social. As características fundamentais dos movimentos sociais são: apresentam identidade, possuem um oponente e desenvolvem suas ações a partir de um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2011).

Os movimentos sociais conseguem contemplar uma diversidade de formas de ação, desde protestos públicos, passeatas e ocupações, entendidos como “estratégias contenciosas e disruptivas” e também ações consideradas mais formais, como o encaminhamento de demandas (MIRANDA; FIÚZA, 2017, p. 125).

Com a modernização da agricultura na década de 1950, ocorreu o aumento da violência no meio rural brasileiro, com a legitimação de sindicatos e organizações que faziam pressão em prol da reforma agrária e também buscando elevar a produção agrícola de alimentos para atender a demanda da população urbana que aumentava, de matéria-prima para o setor industrial e de uma ampliação do mercado interno para bens manufaturados, buscando assim, impedir conflitos sociais e inserir o pequeno camponês nesse processo de modernização (TEDESCO; CARINI, 2007). Neste cenário, os movimentos sociais rurais ganharam visibilidade nesse período, principalmente com as Ligas Camponesas<sup>241</sup>, em especial, na região nordeste do Brasil (MIRANDA; FIÚZA, 2017).

Na década de 1960, os movimentos sociais rurais com maior visibilidade foram as Ligas Camponesas, no Nordeste, e o Movimento Agrário dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul. A organização das Ligas Camponesas começou ainda em 1955, sob a liderança do advogado e político Francisco Julião, recebendo apoio de comunistas, socialistas e católicos radicais. A criação do Master teve a inspiração do governador gaúcho Leonel Brizola, recebendo apoio de seus seguidores e também de aliados. Em outros estados brasileiros, como São Paulo e Paraná, também surgiram movimentos sociais rurais de moderada expressão (BRUM, 2013).

<sup>241</sup> As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais, com origem no estado de Pernambuco e, após, em outros estados brasileiros, particularmente no período de 1955 até a queda do então Presidente João Goulart, no ano de 1964 (FGV-CPDOC, s/d).



Esta força social que estava se organizando, surgia reivindicando reformas, legislação que os amparasse e direitos sociais complementares. Porém, a propriedade da terra no Brasil estava organizada de tal forma que buscava impedir o surgimento de movimentos organizados e que pudessem ganhar força (TEDESCO; CARINI, 2007).

Vários estudiosos indicam uma forte influência da Igreja Católica no meio rural, com orientação conservadora. A Igreja passava por um momento em que perdia a influência sobre a classe operária no meio urbano, tanto no mundo, quanto no Brasil. Assim, queria se manter no meio rural. Ao mesmo tempo que promovia o sindicalismo e o associativismo rural, a Igreja manifestava uma posição moderada em defesa da reforma agrária (TEDESCO; CARINI, 2007; BRUM, 2013).

Tedesco e Carini (2007, p. 23) explicam que na década de 1960 a Igreja Católica admitia que o Brasil enfrentava uma grave crise econômica e social, e a reforma agrária, em parte, solucionaria a crise, mas essa reforma deveria ocorrer “em terras devolutas e na insistente função social da propriedade”.

Ainda na década de 1960, foi criado o sindicalismo rural brasileiro, pautado no modelo do sindicalismo urbano, com as categorias de patrões e trabalhadores reconhecidas e regulamentadas pelo Estado. O sindicalismo rural brasileiro foi organizado da seguinte forma: no nível municipal, representado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs); no nível estadual, pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs); no nível nacional, representado pelo órgão sindical superior, a Contag (PICOLLOTTO, 2014).

A Contag foi constituída em meio a um cenário de lutas e de resistência dos trabalhadores no meio rural, no final do ano de 1963, reunindo a diversidade de segmentos do meio rural e concentrando os sindicatos que existiam até o momento (MEDEIROS, 2001).

Ao longo da década de 1970, a questão central da pauta sindical eram os direitos trabalhistas e a reforma agrária, mesmo assim, os pequenos agricultores do Sul do Brasil reivindicavam principalmente duas questões: a previdência social e uma política agrícola que estivesse adequada às suas reais necessidades (PICOLLOTTO; MEDEIROS, 2017).

No Rio Grande do Sul, nas áreas coloniais, onde predominavam agricultores de origem europeia, teve destaque a Frente Agrária Gaúcha<sup>242</sup>, organização vinculada à Igreja Católica.

<sup>242</sup> A Frente Agrária Gaúcha foi fundada no ano de 1961, teve significativa influência do Cardeal Dom Vicente Scherer. Surgiu para fazer oposição ao Master e como uma alternativa para os agricultores (TEDESCO, 2011).

Particularmente nessas regiões os sindicatos ganharam impulso (MEDEIROS, 2010; TEDESCO, 2011).

Picolotto (2007) destaca que, na década de 1970, em várias regiões brasileiras diferentes categoriais sociais, tais como pequenos agricultores, indígenas, atingidos por barragens, mulheres trabalhadoras rurais, seringueiros, entre outros, buscavam organizar-se para encontrar alternativas com vistas a encontrar meios de garantir sua reprodução social no meio rural. Tais ações dessas categorias deram origem aos movimentos sociais.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no Sul do Brasil, surgiram os movimentos sociais rurais, entre eles destaca-se: Movimentos dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Entre outras reivindicações, os atores sociais vinculados a esses movimentos questionavam as consequências das políticas de modernização agrícola, da concentração fundiária e da ausência de direitos dos sujeitos no meio rural (PICOLLOTTO, 2007; 2014).

Após a redemocratização do país, os novos governos adotaram uma postura de aproximação com os atores sociais, exceto no governo de Fernando Collor de Mello. Nesse novo contexto, alguns projetos de administração popular abriram espaço para a participação social e, além disso, conforme previsto na CF/88, passaram a ser implementadas a criação de fóruns, de conselhos e de outros espaços que viabilizaram a participação da sociedade civil no acompanhamento, na idealização e também no controle de ações do Estado (BOLTER, 2013).

Conforme Picolotto e Medeiros (2017), durante as décadas de 1980 e 1990 ocorreram viagens de lideranças e atividades de formação envolvendo organizações de agricultores, igrejas, ONGs e agências de solidariedade europeia, com o intuito de conhecer experiências de países como França e Alemanha, com a integração regional realizada com a constituição da União Europeia e a Política Agrícola Comum.

O resultado dessa iniciativa foi a adoção de uma postura propositiva, ao invés de uma postura defensiva. Nesse contexto, em 1994, foi criada uma Comissão Técnica do Pequeno Produtor, que contou com apoio da Contag, onde o objetivo consistia em analisar temas pertinentes à pequena produção e elaborar propostas relativas à política agrícola. Os trabalhos desenvolvidos pela referida comissão resultaram na publicação de um relatório intitulado “Propostas e recomendações de política agrícola e diferenciada para o pequeno produtor rural”, que tinha entre as principais recomendações, a criação de uma nova classificação de produtor rural (PICOLLOTTO; MEDEIROS, 2017).

A experiência empreendida por esses atores sociais promoveu novas experiências e ações sociais e viabilizaram sua base social. Porém, mesmo com a expressão política alcançada, nas diferentes regiões brasileiras o êxodo rural continuou, particularmente onde havia a predominância de uma agricultura mais modernizada. Dessa forma, em fins dos anos 1990, os mesmos atores sociais formaram novas organizações, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e a seção Brasileira da Via Campesina (PICOLLOTTO, 2007).

A Fetraf-Sul foi fundada em 28 de março de 2001, em Chapecó, no estado de Santa Catarina (SC) e atualmente está organizada em 22 microrregiões integrando diversos sindicatos regionais com ampla visibilidade, abrangendo mais de 288 municípios nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essa organização se constitui em um espaço representativo dos agricultores familiares e foi criada com o objetivo de articular essa categoria social em torno dos sindicatos e de fortalecer sua representatividade (FETRAF-SUL, 2020).

Conforme Picolotto (2007), a Fetraf-Sul integra os sindicalistas vinculados a CUT na região Sul do país, influenciando a construção da identidade de agricultor familiar, até então intitulado de pequeno agricultor. De outro lado, a Via Campesina apropria-se da identidade utilizada em âmbito internacional, a do camponês. Para o autor supracitado, tais organizações contribuíram para a construção de uma identidade coletiva entre esses movimentos sociais.

As novas organizações citadas consolidaram-se em duas grandes vertentes, com objetivos distintos e muitas vezes conflitantes. A Fetraf-Sul rejeitava a identidade de pequeno agricultor e buscava consolidar uma nova identidade, a de agricultor familiar, evidenciando a diferença entre essas terminologias e suas representações na sociedade. A noção de agricultura familiar que a Fetraf-Sul buscava afirmar, pautava-se nos moldes capitalistas de produção, com características modernas e reivindicando um novo modelo de desenvolvimento. Já a Via Campesina no Brasil buscava resgatar e afirmar as características camponesas, com um modo de vida e de produção próprios, demonstrando resistência ao capitalismo, mesmo que inseridos neste contexto (PICOLLOTTO, 2007).

No início dos anos 1990 foi realizado o 1º Congresso do DNTR/CUT, que iniciou utilizando o termo “pequeno produtor” e, ao findar o evento, foi incorporado o termo “agricultor familiar” lançando um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural” amparado nesse segmento. Entre as ideias constantes nesse projeto, destaca-se a reivindicação por uma política agrícola diferenciada para agricultor familiar, terminologia que passava a ser adotada a partir de então (MEDEIROS, 2010).

## **Os movimentos sociais rurais e o papel na trajetória do Pronaf**

Os movimentos sociais rurais, com visibilidade na década de 1980 até o final do século XX, reivindicavam principalmente questões relacionadas ao mundo do trabalho e de acesso à terra (MIRANDA; FIÚZA, 2017). Nesse contexto, o Pronaf foi construído, principalmente a partir das reivindicações dos movimentos sociais rurais organizados. Um importante acontecimento que congregou diversas organizações do meio rural e teve importantes contribuições para a implementação do Pronaf foi o Grito da Terra Brasil. Esta ação ocorreu em maio do ano de 1994 e mobilizou organizações de trabalhadores do meio rural em todas as capitais brasileiras e em Brasília, e resultou em importantes conquistas para os diferentes segmentos de agricultores, entre as quais, uma política de crédito diferenciada (SEM TERRA, dezembro de 1994, p. 2).

Em 1994, resultando principalmente das mobilizações empreendidas pelos agricultores familiares, como o Grito da Terra Brasil e influenciado por um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil - FAO/INCRA (1994), o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA) implementou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), um programa de crédito destinado a pequenos agricultores, considerado como um embrião do Pronaf. O Provape se constituía em uma linha de crédito, orientada exclusivamente para agricultores familiares classificados a partir do tamanho da propriedade e da mão de obra utilizada na produção.

Cabe destacar também que nesse período houveram alguns conflitos ligados ao movimento dos sem-terra que ganharam visibilidade no cenário brasileiro. Em especial, dois acontecimentos tiveram destaque internacionalmente e refletiram nas decisões governamentais da época. Um deles foi o massacre de sem-terra, que ocorreu em Corumbiara, no estado de Rondônia (RO), em 9 de agosto de 1995. O “Massacre de Corumbiara”, como ficou conhecido, refere-se a um confronto que ocorreu entre agricultores sem-terra e a polícia, que resultou na morte de 10 pessoas (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No ano seguinte, outro fato semelhante envolvendo agricultores sem-terra e a polícia teve repercussão negativa fora do país, que foi o “Massacre de Eldorado dos Carajás”. Esse confronto ocorreu no Pará no ano de 1996 e acabou com 17 agricultores sem-terra assassinados. Esses fatos aumentaram ainda mais a tensão existente e somaram-se às mobilizações já ocorridas.

Com o objetivo de minimizar essas tensões foi incrementada a política de assentamentos de reforma agrária e nesse mesmo contexto que no ano de 1995 o Provape foi reformulado tanto em termos de concepção, quanto na sua área de abrangência. A partir dessa experiência, foi negociado e institucionalizado o Pronaf (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Em certa medida, essas iniciativas constituíam-se em estratégias dos governos vigentes para amenizar o ritmo dos acontecimentos que vinham agravando-se nos últimos anos, de atender algumas demandas do campo, em virtude da imagem negativa frente aos últimos fatos e de não perder apoio das lideranças sindicais.

O Pronaf resultou de um conjunto de acontecimentos. Por um lado, constituiu uma espécie de negociação entre os governantes e entre os representantes do sindicalismo da agricultura familiar. Além disso, outro fator que também influenciou a construção desse programa foi a mudança paradigmática que vinha ocorrendo nos estudos rurais, que evidenciavam a permanência e a importância da agricultura familiar em países desenvolvidos (VEIGA, 1991; LAMARCHE, 1993; 1998; ABRAMOVAY, 2007; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No ano de 1997, um grupo de agricultores do Rio Grande do Sul realizou uma manifestação que incluiu uma greve de fome que durou 17 dias, conforme reportagem apresentada na Figura 1.

Figura 1– Reportagem publicada no Jornal *Sem Terra* sobre a conquista do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), 1997

**MOVIMENTO POPULAR**

## Mobilização de agricultores garante conquistas

Greve de fome foi determinante para a luta



MANIFESTAÇÃO DE AGRICULTORES DO RS EM 1994.

**As conquistas**

O governo se comprometeu a lançar um Programa de Crédito dentro do Pronaf para atendimento aos pequenos agricultores excluídos. Segundo o governo, o Programa será imediatamente encaminhado ao Conselho Monetário Nacional e em seguida ao Banco do Central para normatização. Na primeira fase, o crédito será exclusivamente para custeio e as propostas poderão ser de no máximo 1.500 reais por família. Os juros serão de 6,5% ao ano e haverá rebate fixo de 200 reais por financiamento, o que corresponde a um subsídio de 12,52% em relação ao Pronaf. A parcela fixa de 200 reais foi justificada para a modalidade de custeio para simplificar os cálculos na operação bancária e para fortalecer, com subsídio maior, os mais pobres que têm acesso a menos recursos. O repasse dos recursos será através dos bancos federais e cooperativas de crédito conveniadas com o Banco do Brasil. Para solicitar o crédito ao banco o agricultor deve preencher um formulário e apresentar orçamento simples, não sendo mais exigido projeto técnico. Os contratos poderão ser coletivos ou individuais, sendo que para os contratos coletivos serão utilizados o aval solidário, ou seja, todos respondem por todos. A safra será empenhada como garantia.

famílias, de 55 municípios do Estado, serão beneficiadas com a linha de crédito. Segundo ela, organização e resistência são as armas dos trabalhadores para alcançar mudanças. "Foi uma conquista. O caminho é a mobilização, a pressão, a resistência", argumenta.

Os pequenos agricultores estão agora definindo ações para garantir a liberação imediata dos recursos. Querem, também, a regulamentação do crédito de investimento.

Para Lurdes Maria Rossetto, uma das sete pessoas que fizeram a greve de fome, a luta é a única alternativa para os trabalhadores. Ela é assentada na fazenda Seival, no município Cruz Alta. "Só com luta, e uma luta muito forte, é possível permanecer na terra", defende. A decisão de participar do protesto foi tomada porque a situação dos pequenos agricultores é insustentável. "A realidade chega a ser desespero.

É preciso garantir recursos para trabalhar a terra", avalia. Apesar de ter sido hospitalizada durante a greve de fome, Lurdes Rossetto nunca pensou em desistir. "Quando se escolhe uma estrada tem que seguir até o fim".

regularamentado. A vitória foi determinada pela organização e luta dos agricultores. Além da greve de fome, feita por sete pessoas, foram realizadas mobilizações diárias para sensibilizar a sociedade sobre a realidade dos pequenos agricultores e o descaso do Governo federal com a situação.

A greve ocorreu no período de 16 de setembro a 2 de outubro. Gessi Bonêss, da direção estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), conta que cerca de 6 mil

Fonte: Jornal Sem Terra (1997, p. 13).

A reportagem apresentada na Figura 1 diz respeito a mobilização realizada. Entre as reivindicações, estava a exigência por uma linha de crédito subsidiado que pudesse contemplar os agricultores em condições menos favorecidas. Ocorreram mobilizações em cinco regiões desse Estado, que tiveram origem ainda em 1996 em razão de um período de estiagem.

Como resultado a essas manifestações, o governo lançou uma linha de crédito no Pronaf, que ficou conhecida como "Pronafinho", que foi instituído pela Resolução nº 2.436 do Bacen, destinado a operações de custeio agropecuário. O objetivo dessa linha de crédito era atender as demandas desses agricultores familiares que apresentavam dificuldades no acesso ao Pronaf (GRISA, 2012).

A realização da greve de fome dos agricultores familiares ocorreu no mesmo período em que o Papa João Paulo II fez uma visita ao Brasil. Tal manifestação buscava dar maior visibilidade à situação desses sujeitos e, além disso, a Contag já vinha buscando uma linha de crédito capaz de atender esse perfil de agricultores (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; GRISA, 2012).

A partir da década de 2000, há uma mudança de contexto socioeconômico e as reivindicações dos movimentos sociais rurais orientam-se para questões da vida cotidiana, relacionadas principalmente à educação, utilização dos meios de comunicação, aos jovens no meio rural e também a questões de gênero (MIRANDA; FIÚZA, 2017).

Os movimentos sociais rurais passaram por diferentes etapas e adotaram posturas distintas de acordo com o cenário vigente nos períodos. Conforme Bolter (2013), historicamente, esses movimentos desempenharam um importante papel na construção de ações, de iniciativas e de políticas públicas para o meio rural brasileiro. O que não se manteve no decorrer dos anos foi a forma como foram conduzidas as ações e as negociações

Na década de 1980 predominou uma postura reivindicatória por esses grupos. Na década de 1990 foi adotada uma postura propositiva. Até esse período, os movimentos sociais rurais realizavam marchas regulares para Brasília, faziam a apresentação de suas propostas e ficavam aguardando o posicionamento do governo.

Já na década seguinte, houve uma mudança importante no governo brasileiro, em 2002, foi eleito o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, conhecido popularmente como Lula. Seu governo avançou significativamente nas questões relacionadas à inclusão social e de apoio à agricultura familiar. Lula era o representante do Partido dos Trabalhadores (PT) e governou o Brasil de 2003 a 2010. Nesse governo teve espaço para a participação das lideranças sindicais na gestão das políticas públicas e no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA<sup>243</sup>) e a postura adotada pelos movimentos sociais teve um caráter colaborativo.

Após o ano de 2003, o padrão de negociação entre o MDA e os movimentos sociais mudou e a interação entre eles passou a ser mais intensa e em uma “gestão amigável”. Isso quer dizer que no período do governo Lula o processo de negociação com os movimentos sociais foi mais interativo e ocorria todo ano, sempre no mesmo período (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 341).

Há alguns autores (BOLTER, 2013; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) que apontam essa relação de maior permeabilidade das representações da agricultura familiar no governo. Esse processo se constituiu em uma forma de cogestão das políticas públicas, em particular como ocorreu com o Pronaf, onde os representantes dos agricultores estavam inseridos no MDA e participavam ativamente do planejamento e das decisões referente à essa política.

<sup>243</sup> O MDA foi criado no ano de 2000, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nos dois primeiros anos de funcionamento esse ministério teve suas ações direcionadas principalmente a questões do Pronaf.

A postura colaborativa adotada pelos movimentos sociais na década de 2000 com o governo então vigente causou a acomodação desses movimentos, que precisam recuperar esse papel propositivo e de reivindicação, assim como ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 (VILELA, 2017). No próprio governo Dilma Rousseff (2011-2016), que sucedeu o governo Lula e também era representante do Partido dos Trabalhadores, o ambiente colaborativo não se manteve.

O que se percebe a partir de 2010 em diante é uma perda de visibilidade da agricultura familiar nos novos governos com a consequente perda de relativa hegemonia política. Entende-se a necessidade de retomar uma postura que possa reafirmar a identidade da agricultura familiar (VILELA, 2017) e o importante papel desta categoria social e econômica para o desenvolvimento rural brasileiro.

A configuração atual do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Brasil possui três níveis de atuação: nacional, estadual e municipal. O nível nacional é representado pela Contag, que possui 27 federações nos estados brasileiros, contam com mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), abrangendo aproximadamente 15 milhões de agricultores e assalariados rurais brasileiros (FETAG-RS, s/d; CONTAG, s/d).

Na esfera da agricultura familiar brasileira há significativos movimentos sociais atuantes, mesmo que com origem e natureza diversas, entre eles: Contag, CUT, MST, Fetraf, além de movimentos específicos, como o MAB, os movimentos indígenas, dos ribeirinhos e os dos quilombolas também (TONNEAU; SABOURIN, 2005).

Os diferentes movimentos sociais rurais e as lutas empreendidas por seus representantes alcançaram importantes resultados para os trabalhadores rurais menos favorecidos historicamente pelo Estado, com destaque para o reconhecimento enquanto uma categoria social ou política, a agricultura familiar, capaz de abarcar a diversidade de sujeitos do meio rural. No plano regional e local, os movimentos sociais possuem representatividade e a atuação das respectivas entidades reflete na dinâmica dos municípios.

### **As entidades regionais, a atuação e o papel na articulação do Pronaf**

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, entre as principais entidades representativas dos agricultores familiares, a Fetag-RS assume protagonismo, mas, desde o início dos anos 2000, outra federação começou a ganhar visibilidade em toda a região Sul do Brasil, que é a Fetraf-Sul.

A Fetag-RS foi fundada sob o nome de Federação dos Pequenos Proprietários e Trabalhadores Autônomos do Rio Grande do Sul e no ano de 1965 foi alterada a nomenclatura



para Fetag-RS, tal como permanece até os dias atuais (FETAG-RS, s/d). A Fetag-RS possui 319 Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados, 23 Regionais Sindicais organizadas no estado, representa aproximadamente um milhão e meio de agricultores, a diretoria é composta por 26 membros e a entidade representa 396.000 propriedades de agricultura familiar.

A Fetraf-Sul foi fundada no ano de 2001 em Chapecó, no Estado de Santa Catarina, conforme já mencionado e surgiu com uma proposta diferenciada às organizações do meio rural, buscando construir um “projeto alternativo de desenvolvimento” (PICOLOTTO, 2011, p. 220) e a apoiar ou constituir a criação de organizações vinculadas ao espaço rural, tendo como objetivo operacionalizar políticas públicas que tivessem como público-alvo a agricultura familiar (BOLTER, 2013), como é o caso do Pronaf.

As organizações representativas dos agricultores familiares, como a Fetraf e a Fetag, alguns meses antes do início do ano agrícola elaboram suas pautas de reivindicações, promovem reuniões com setores do governo e promovem marchas a Brasília, buscando participar e contribuir para a gestão e construção do Pronaf.

Conforme Grisa, Seminotti e Fenner (2018), a Fetraf-Brasil<sup>244</sup> fez algumas reivindicações e proposições para alterar normas do Pronaf, com o objetivo de elevar a participação da diversidade socioeconômica da agricultura familiar. Entre essas reivindicações nas diferentes pautas analisadas, os autores mencionados destacam as seguintes: a) no ano de 2005, foram propostos novos limites de renda para enquadramento, valores diferenciados para financiamentos e novas taxas de juros, todos adequados aos diferentes grupos do Pronaf; b) em 2006, foram solicitadas renegociações de dívidas de agricultores pronafianos com bônus diferenciados conforme os diferentes grupos do programa; c) no ano safra 2007/2008, a demanda consistia em juros diferenciados para os distintos grupos. Apesar das proposições e reivindicações identificadas nas pautas da Fetraf-Brasil, os autores chamam atenção para a ausência de demandas relativas à inserção dos agricultores familiares mais empobrecidos ou de categorias como extrativistas, quilombolas, faxinalenses, quebradeiras de coco babaçu, dentre outros.

Para Grisa (2012), embora o modelo de produção agrícola vigente nas décadas de 1980 e 1990 fosse questionado pelas representações da agricultura familiar, durante o processo de

<sup>244</sup> A Fetraf-Brasil foi criada no ano de 2005 e teve influência dos resultados e da visibilidade que a Fetraf-Sul alcançou. Em 2016, a Fetraf-Brasil foi transformada em uma Confederação, que recebeu o nome de Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF BRASIL/CUT (CONTRAFBRASIL, s/d). Optou-se por utilizar a nomenclatura Fetraf para se referir ao período que antecede 2016.

construção e de negociação do Pronaf, essa dimensão não teve destaque e predominaram outras demandas. A autora também evidencia que ao longo dos anos foram criadas várias linhas de financiamento, como as voltadas às demandas de organizações agroecológicas. Nesse sentido, a Fetraf-Brasil teve sua participação nas reivindicações, mas não foi identificada uma postura crítica no tocante à concentração de financiamentos do Pronaf em produtos típicos do agronegócio (GRISA; SEMINOTTI; FENNER, 2018).

Picolotto (2011) explica que a Fetraf-Sul teve as bases de sua criação em áreas da região Sul do país, onde predominavam colonos imigrantes de origem europeia, pequenos proprietários. No Rio Grande do Sul, se concentrava no Alto Uruguai gaúcho, nas regiões de Erechim, Sarandi e Tenente Portela, no Oeste de Santa Catarina era na região de Chapecó e no Sudoeste do Paraná, concentrava-se na região de Francisco Beltrão. Ao analisar as pautas de reivindicações dessa federação, o referido autor aponta que as demandas desse público refletem um perfil de agricultor familiar detentor de terra ou que precisa do crédito para incrementar a sua área, que tem sua produção voltada ao mercado e, com muita frequência, já está inserido em processos produtivos com algum nível de integração às agroindústrias ou cooperativas, para os quais, as políticas de melhoria das condições de vida são necessárias.

No lado da Fetag-RS, identificou-se que essa federação busca abarcar toda a diversidade social presente no meio rural, com exceção dos agricultores patronais. Ao analisar as reivindicações e ações dessa federação, Picolotto (2011) observa que as principais demandas referentes às políticas agrícolas se resumiam em: crédito, programa Troca-Troca de Sementes, mercados institucionais para a agricultura familiar, preços mínimos, feiras, assistência técnica e seguro agrícola, além de outras demandas específicas.

O autor supracitado identifica que as ações da Fetag-RS realizadas nos anos de 2009 e 2010 foram direcionadas à um público de agricultores familiares integrados ao mercado, integrados às agroindústrias ou grandes cooperativas.

Outra questão constatada por Picolotto (2011) é que, tanto na Fetag-RS como na Fetraf-Sul, predominaram dirigentes de sobrenomes de origem imigrante ou colono, que na Fetag-RS mantêm-se desde sua origem.

### **Considerações finais**

Desde a década de 1980, a temática da demanda por crédito já estava presente nas pautas do sindicalismo e dos movimentos representativos da agricultura familiar. A construção do Pronaf, a implementação, as mudanças na trajetória do programa e as reivindicações por melhorias tiveram forte influência dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar.

Na década de 1980, os grupos representantes da agricultura familiar adotaram uma postura reivindicatória, que mudou na década seguinte para uma postura mais propositiva. Na década de 2000 ocorreram importantes mudanças políticas, com a valorização da agricultura familiar e a abertura no novo governo de espaço de diálogo e para a participação da representação desse segmento na gestão das políticas públicas no próprio MDA. Essa postura adotada teve um caráter colaborativo e esse processo foi denominado por muitos autores como cogestão das políticas públicas, que em particular teve muita influência no Pronaf.

A partir de 2010 ocorreram mudanças no governo com uma perda de visibilidade da agricultura familiar e uma certa acomodação dos movimentos representativos. O ambiente colaborativo que predominou no início dos anos 2000 não se manteve e destaca-se a necessidade das organizações da agricultura familiar em retomar o papel propositivo ou de reivindicação adotado nas décadas de 1980 e 1990.

Os sujeitos vinculados aos movimentos sociais rurais foram os principais atores sociais que reivindicaram e manifestaram as difíceis condições de reprodução social da categoria dos pequenos agricultores, como eram denominados os agricultores familiares até início da década de 1990 e contribuíram para a criação do Pronaf e para a consolidação do conceito de agricultor familiar. As principais organizações representativas da agricultura familiar identificadas foram a Fetag-RS e, a partir de 2001, a Fetraf-Sul. No Sul do país, essas instituições destacam-se e vêm empreendendo boa parte de seus esforços em ações mais voltadas a um perfil de agricultor familiar em transição ou já capitalizado.

Os elementos identificados na análise de pautas da Fetraf-Sul, Fetraf-Brasil e da Fetag-RS realizadas por alguns autores demonstram, preliminarmente, que essas organizações direcionaram seus esforços principalmente em prol de melhorias para um perfil de agricultor familiar em transição ou consolidado, buscando ampliar as bases da agricultura familiar. À margem das próprias organizações representativas da agricultura familiar, permanecem os agricultores familiares mais descapitalizados que não estão nem entre o público prioritário do Pronaf, nem entre o público para o qual as próprias organizações representativas direcionam seus esforços.

Destaca-se que este estudo faz parte de um trabalho maior, que é a tese de doutorado da presente autora, assim, as questões abordadas neste estudo fornecem elementos importantes na análise do Pronaf, evidenciando que as organizações representativas da agricultura familiar desempenharam diferentes papéis na trajetória do Pronaf.

## Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 325-357. 2014.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. 1999. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0641.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0641.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.
- BOLTER, Jairo Alfredo Genz. *Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural*. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 30 ed. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.
- CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Quem somos: A Contag*. s/d. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- CONTRAFBRASIL. Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. *Quem somos*. s/d. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/conteudo/quem-somos/>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- FETRAF-SUL. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. *Quem somos*. 2020. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php/fetrafsul/quem-somos>. Acesso em: 22 set. 2020.
- FETAGRS. Federação dos trabalhadores na agricultura no Rio Grande do Sul. *História*. s/d. Disponível em: <http://www.fetagsr.org.br/historia.php>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- FGV-CPDOC. Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Verbetes do Dicionário-Histórico Biográfico Brasileiro: Ligas camponesas*. s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em: 17 out. 2020.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.
- GRISA, Catia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um estudo a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate*, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.
- GRISA, Catia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 161-200.

- GRISA, Catia; SEMINOTTI, Jonas José; FENNER, Roniere dos Santos. O Pronaf e a educação do campo na perspectiva da Fetraf-Brasil. *In: TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José (Org.). Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas*. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p. 377-419.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. *In: GIARRACA, Norma (Compiladora). Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2001, p. 103-128.*
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. *In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo. (Compiladores). Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2010, p. 131-152.
- MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. *Revista Ideas*, v. 1, n. 1, p. 60-77, 2007.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 204-236, 2014.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. *In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 344 - 368.
- SEM TERRA. Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Movimento popular: mobilização de agricultores garante conquistas*. 1997. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&Pesq=Pronaf&pagfis=3607>. Acesso em: 20 set. 2020.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980: o Master, indígenas e camponeses*. Porto Alegre: Edições EST, 2007.
- TEDESCO, João Carlos. Conflitos de interesses e tutela camponesa: o associativismo católico no RS – décadas de 1950 e 1960. *Diálogos*, v. 15, n. 1, p. 147-176, 2011.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. *Integração entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar: estudo comparativo no Brasil*. Ensinaamentos a partir de dez estudos de caso. Relatório final do projeto. Brasília, 2005. Disponível em: [https://agritrop.cirad.fr/541190/1/document\\_541190.pdf](https://agritrop.cirad.fr/541190/1/document_541190.pdf). Acesso em: 21 dez. 2020.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp, 1991.

VILELA, Sergio Luiz de Oliveira. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 246-264.

# **A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA EM FORMAÇÃO: APOSSAMENTO, SOCIABILIDADES E USOS DA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX**

Ironita A. P. Machado (PPGH/UPF)

Diego José Baccin (NEHMUR)

**Resumo:** Apresentamos uma compreensão que buscou examinar algumas condições que possibilitaram a formação da propriedade fundiária no norte do Rio Grande do Sul, em específico a região de Passo Fundo, com olhar retrospectivo em relação ao seu território distrital político-administrativo desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, que se insere numa pesquisa de maior amplitude em desenvolvimento. Compreendemos que o acesso e permanência a terra ante o recorte espaço-tempo proposto decorre de relações sociais apropriativas desenvolvidas entre os sujeitos nomeados como “senhores da guerra”, “senhores da terra” e “senhores de negócio” a partir de estratégias de mobilizações de força, poder e sociabilidades, que oportunizaram o estabelecimento da posse, domínio e propriedade das terras regionais. Dessa forma, objetivamos apresentar uma discussão sobre a formação e constituição da propriedade fundiária na região destacada, enfatizando, para além desses sujeitos, duas variáveis compreensivas: a primeira realça as formas e estratégias de apropriação das terras regionais; a segunda, de forma reflexiva, a base metodológica adotada e as fontes de pesquisa utilizadas. Tal estrutura é intencionada com o propósito de possibilitar a percepção das condições de realização da propriedade diante de um processo de racionalidade capitalista enquanto força civilizatória empreendida na região, pensando na territorialização dos espaços regionais a partir da constituição desses sujeitos em elites proprietárias na interfase entre o rural e o urbano.

**Palavras-chave:** Propriedade. Racionalidade capitalista. História regional.

## **Introdução**

A compreensão das condições que possibilitaram a formação da propriedade fundiária no norte do Rio Grande do Sul insere-se no projeto em desenvolvimento, que ambiciona contribuir no aprofundamento compreensivo das condições de acesso e permanência a terra no norte do Rio Grande do Sul no território de Passo Fundo entre os séculos XIX e XX, período de 1850 a 1930, abrangendo a temporalidade da longa duração a estruturação da conjuntura socioespacial, a qual consolidou a formação de propriedades do tipo privadas nessa região.

O projeto denominado “Caminho da cerca: trajetória constitutiva da propriedade da terra” vincula a questão da propriedade regional ao âmbito de outras realidades que se associam às redes de discussões que tematizam essa problemática. Uma das quais é o Núcleo de Estudo Histórico do Mundo Rural (NEHMUR), com destaque a Rede Internacional de Estudos do Mundo Rural (RIEMUR), os Grupos de Trabalho do Mundo Rural, associados à Anpuh nas seções do Rio Grande do Sul e Paraná e do INCT Propietas.

Ambicionar a compreender a constituição da propriedade da terra no norte do Rio Grande do Sul é tarefa de há muito desbravada por vários pesquisadores, aos quais nos

somamos. Objetivamos observar principalmente através de questões de ordem política, social, jurídica, econômica e cultural o processo não tanto de ocupação dos espaços regionais, mas os processos e dinâmicas relacionais de força, poder e sociabilidade em que a terra passa a ser valorada, seja por seu potencial de uso, seja por troca, numa conjuntura de adequação das experiências proprietárias variadas em propriedade legal, tituladas e individualizadas.

Nossa problemática percorre o entendimento de reconhecer numa conjuntura ampliada de tempo entre o século XIX e XX as dinâmicas conjunturais nas quais se desenvolveram as condições de realização de propriedades, compreendido como fenômeno social que perpassa as relações de acesso e permanência a terra, em especial no norte do Rio Grande do Sul, na formação e consolidação da propriedade do tipo privada num contexto de racionalidade capitalista que permeava as compreensões e justificativas para ocupar, povoar e colonizar a região, o que impactou na maneira de os sujeitos envolvidos estarem e passarem a se relacionar com a terra.

O projeto em seus aspectos gerais objetiva analisar o processo de apropriação fundiária regional enquanto fenômeno de apropriação/assenhoreamento das terras no norte do Rio Grande do Sul a partir da conjuntura de formação e consolidação da propriedade titulada que legou uma estrutura fundiária, agrária e cidadina decorrente de um processo de racionalidade capitalista. Compreendendo especificamente as estratégias de poder, as relações de força e as redes (e tramas) de sociabilidade mobilizadas por distintos sujeitos nesse processo que abrange a conjuntura de 1850 a 1930.

Nossa compreensão investiga os “caminhos” pelos quais determinados sujeitos em circunstâncias variadas conseguiram o acesso e a permanência a terra. “Caminho da cerca” é uma compreensão da formação da propriedade do tipo privada no norte do Rio Grande do Sul. Esses “caminhos” são vias de comunicação associadas a noções de trajetos, percursos e passagens que marcaram e demarcaram fronteiras, limites e confrontações de espaços físicos onde essas terras se localizavam. No entanto, a expressão “caminhos” absorve também noções de meios, modos e procedimentos, visando exacerbar as relações que desnudam uma aglutinação de força e justaposição de poderes mobilizados, que, tacitamente, condicionaram as novas relações delineadas entre os sujeitos e a terra no processo de um capitalismo em construção.

Para compartilhar parte das experiências da pesquisa desenvolvida até o presente momento, enfatizamos dois aspectos que os julgamos oportunos: o primeiro refere-se à questão espaço-conjuntural em que o projeto se insere, e explicitamos de forma crítico-reflexiva como



entendemos o fenômeno apropriativo das terras regionais no norte do Rio Grande do Sul; o segundo aspecto, aborda o escopo documental que subsidia a compreensão desenvolvida em termos epistemológicos e base metodológica utilizada.

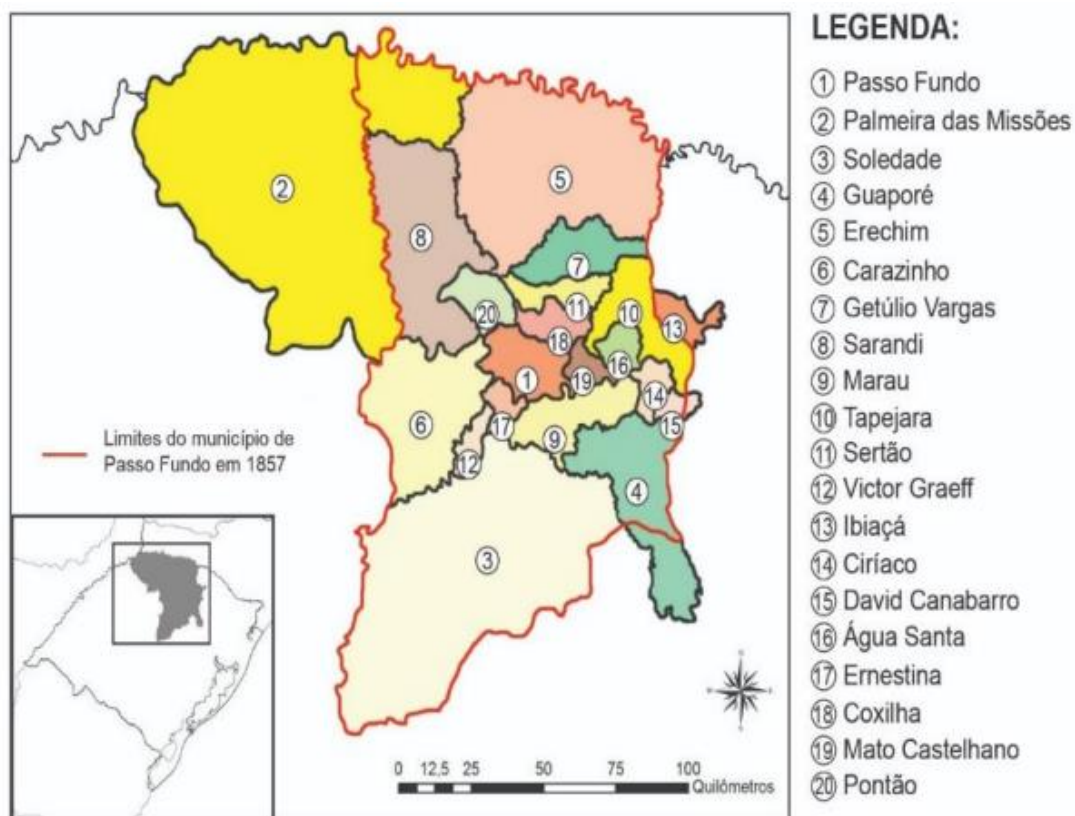
### **A formação da propriedade no norte do Rio Grande do Sul**

A realidade do acesso e da permanência a terra no norte do Rio Grande do Sul, invariavelmente, perpassa o território de Passo Fundo. Desde o início do século XIX foi sendo apropriado por distintos sujeitos, entre os quais os povos originais kaingang e o assenhoreamento dos luso-brasileiros. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a imigração e colonização étnica europeia estabeleceu-se na região em decorrência da “escassez” de terras nas “colônias velhas” e o esgotamento do solo devido às práticas agrícolas, o que se configurou numa potente onda de apropriação de terras regionais.

Esses acontecimentos apropriativos realizados por luso-brasileiros e imigrantes são descritos como parte de um processo de ocupação dos territórios da região, relacionando e significando a ideia de “ocupação e povoamento” e na noção de preenchimento dos “espaços vazios” ou “desertos”, o que justificava o estabelecimento de posse e domínio dessas terras. A região de Passo Fundo, inicialmente, era uma povoação do quarto quarteirão de Cruz Alta que, e em 1847, foi elevado à condição de Freguesia. No passar de uma década, 1857, foi desmembrado tornando-se município. Após a emancipação política e administrativa, o território tinha uma área de 24.802 km<sup>2</sup>, com uma população de 8.208 habitantes. Porém, entre os anos de 1918 e 1931, a extensão territorial do município ficou em 8.638 km<sup>2</sup> devido a outras emancipações ocorridas no interior do território. Dessa extensão, mais de 4.000 km<sup>2</sup> eram de florestas, já amplamente colonizada. Nesse contexto, as terras regionais estavam “completamente” apropriadas por antigos senhores e colonos acirrando disputas entre indígenas e caboclos em via de expropriação das suas antigas possessões (RÜCKERT, 1996, p. 30-32).

Muitos municípios surgiram em decorrência do processo emancipatório iniciado no século XIX, atingindo maior intensidade no século XX, especificamente entre os anos de 1903 e 1992. Da região de Passo Fundo foram criados os municípios de Palmeiras das Missões, Soledade, Guaporé, Erechim, Carazinho, Getúlio Vargas, Sarandi, Marau, Tapejara, Sertão, Victor Graeff, Ibiaçá, Ciríaco, David Canabarro, Água Santa, Ernestina, Coxilha, Pontão e Mato Castelhano (Figura 1). O acelerado processo de municipalização, com maior ênfase na segunda metade do século XX, desencadeou questões que envolveram os interesses das elites políticas locais, facilitadas pelas alterações constitucionais de 1946, 1967 e 1988.

**Figura 1 - Município de Passo Fundo em 1857 e suas emancipações**



Fonte: COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS. *Evolução municipal: Rio Grande do Sul 1809-1996*. Porto Alegre, 2002; ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Genealogia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), 2018. 59 p. Elaboração de Alex Vanin.

É plausível afirmar que o acesso e permanência na região norte do Rio Grande do Sul nos antigos limites territoriais de Passo Fundo (sede) e suas regiões distritais compartilharam de um semelhante processo histórico-social. A forma e as estratégias utilizadas na apropriação das terras nessas regiões permearam ações individuais, grupais e institucionais (empresas e Estado) que investiram nas áreas em condições privilegiadas de classes ou setores públicos/privados, efetivando a posse e o domínio na forma de regulamentá-las em propriedades tituladas privadas. Nesse sentido, o processo de apropriação das terras regionais esteve amalgamado a uma noção de assenhoreamento fundiário sob o prisma da racionalidade capitalista em expansão, que se constituía um mercado de terras interpenetrado de relações pessoais (e de grupos) diversas.

O projeto “Caminho da cerca” é a reconstituição das relações que privilegiam uma análise a partir da processualidade espaço-tempo na forma de identificar essas relações que legaram as condições para que possibilitassem as apropriações/apossamentos de terra, o conjunto de sociabilidades mobilizadas e o uso no qual a terra esteve suscetível diante das

estratégias de regulamentação. Afirmamos que na região analisada (Passo Fundo e seu território distrital entre o século XIX e primeiras décadas do século XX) identificou-se o processo de apropriação de terras ocorrido em três momentos que engendram três grupos sociais, o que requer investigar as relações estabelecidas por estes com o bem fundiário apropriado, a terra, suas sociabilidades e relações de trânsito e acesso às estruturas de poder.

A noção dos três momentos em que ocorreu o processo de apropriação das terras no norte do Rio Grande do Sul não significa o desenvolvimento linear de correntes apropriativas onde somente grupos determinados se apossaram do espaço regional. Nosso entendimento é mais fluído e indica a existência em determinados momentos em que a prática apropriativa obteve certa preponderância a outras circunstâncias de apropriação fundiário. Designamos a existência de uma primeira leva de inserção às terras regionais na ótica apropriativa através de um estrato de classe dos nomeados “senhores da guerra”. Esses sujeitos apropriaram-se das terras regionais na condição de membros milicianos ou de patentes hierárquicas militares no interior da Guarda Nacional. Nossa compreensão delinea que no processo de assenhoreamento das terras regionais os senhores da guerra, através de *status* privilegiado que tinham diante de seu reconhecimento social, conseguiram alcançar, como também das redes de sociabilidades mobilizadas e relações de poder ascendidas, e se transformaram em senhores de terra.

Encontramos na ideia de “senhores da guerra” (transpostos em senhores da terra) uma potente compreensão que almejamos aprofundar e ampliar. Essa abordagem encontra ressonância em outros pesquisadores, como Corcino Medeiros dos Santos, na obra *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul*, e Paulo Afonso Zarth, no clássico *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*, que em uma parte de sua obra retrata a relação existente entre a apropriação de terras, a formação de estâncias pastoris no sul do Brasil e a presença militar. Tanto Santos quanto Zarth compreendem que a partir da segunda metade do século XVIII houve uma verdadeira corrida em busca de sesmarias e pedidos de concessão, principalmente por antigos aventureiros, pequenos agricultores desiludidos e, notadamente, por militares, que, voluntariamente, se afastaram das funções para se tornarem estancieiros, bastando para isso escolher o terreno e fixar-se, edificar um rancho e deixar algumas cabeças de gado nos pastos para depois, sem constrangimentos, solicitar a titularidade da posse. O militarismo, nessa perspectiva, estava inserido na condição de classe privilegiada. No caso sulino, procuravam obter respaldo moral acerca de suas apropriações, apresentando-se como defensores da pátria, sendo na verdade uma categoria de “usurpadores da terra” (SANTOS, 1984, p. 47; ZARTH, 1997, p. 37).

A segunda inserção a terra no norte do Rio Grande do Sul ocorreu mediante os empreendimentos da colonização que ensejavam a prática da imigração na constituição de núcleos coloniais. A partir desse momento, antigos posseiros (em condição de titulação fundiária) realizavam processos de medições e demarcações de terras, pois o empreendimento colonial nutria a exibibilidade de certas garantias. Talvez a principal recaía sobre os recursos fundiários, necessitava-se de conhecimento das terras que estavam sob a posse e domínio de indivíduos das que estavam disponíveis e constituíam domínio governamental mediante o levantamento das terras devolutas, terras públicas da província do Rio Grande do Sul.

A colonização nesse sentido favorecia e acelerava as iniciativas de titulação fundiária, também marcava uma nova racionalidade acerca do processo produtivo e de incremento de mercadorias disponíveis a serem comercializadas no mercado interno em expansão ante a introdução de uma racionalidade condizente a expectativas de um capitalismo em formação. Com isso temos um processo de modernização que transformava a terra também em mercadoria a ser negociada no mercado imobiliário colonial, sendo que, para isso, primeiramente havia a transformação de boa parte das terras de domínio indígena em terras de domínio público, devolutas, e, a partir disso, terras de domínio e propriedade individual.

Diante do exposto, temos, portanto, o segundo momento que demarcou o processo apropriativo no norte do Rio Grande do Sul, a colonização que potencializou e consolidou um estrato de grupo que se formou a partir da terra: os proprietários fundiários. Estes assim constituídos formavam uma vasta classe social não homogênea em interesses e desejos, mas que gozava de privilégios imiscuídos nas tramas do poder, estruturando-se em elite local. Período esse que até o momento compreendemos ter tido proeminência entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. A influência e o acesso privilegiado nas relações de poder não se relacionam diretamente aos pequenos proprietários, que diante da colonização conseguiam uma gleba de terra, e sim a empreendedores fundiários que viam na colonização a real possibilidade de regulamentação fundiária de áreas de domínio com lucratividade emergente no mercado que valorizava a crescente demanda dos diversos espaços territoriais.

Após o segundo momento, avançando nas décadas de 1940 e 1950, nesse contexto temos um processo mais vinculado à organização sistemática de um mercado imobiliário de terras, especialmente no perímetro urbano, com destaque para a sede do município, a cidade de Passo Fundo. Nessa época havia uma crescente demanda por lotes edificáveis na região central da cidade de Passo Fundo, área que não estava titulada, pois tinha sido povoada a partir de

incentivos políticos de concessão de terrenos de alvarás, chamados “terrenos foreiros”. Os concessionários recebiam um lote de terra sem custo, bastando consolidar o domínio com uma edificação de habitação. Por ser área privilegiada, que abrangia o centro da cidade de Passo Fundo, boa parte dos comerciantes e industriais se localizava na região central, possuíam suas instalações em terras não regulamentadas, o que representava um inconveniente para os interesses imobiliários mobilizados pelas elites locais que desejavam inserir essas terras num mercado imobiliário urbano, para isso era preciso a titulação de propriedade privada.

Observa-se que no tempo em que os senhores da guerra se estabeleceram como senhores de terras, como também quando houve a apropriação fundiária via colonização, outro estrato social estava a ocupar espaços e a estabelecer sociabilidade e relações no interior do município de Passo Fundo, tanto na sede como em outras regiões distritais. Referimo-nos aos sujeitos/grupos identificados como homens de negócios, o que, no entendimento que estamos desenvolvendo, não se restringiam a indivíduos dedicados exclusivamente à atividade comercial. Estamos a considerar um estrato ampliado de indivíduos que instalaram estabelecimentos comerciais, mas também pequenas e médias indústrias estabelecidas na região; indivíduos vinculados a profissões de caráter liberal, como médicos, dentistas, engenheiros, construtores, advogados, juízes, delegados, entre outros; estabelecimentos de prestação de serviços, com atenção especial para os registros cartoriais e notariais, pois compreendemos os tabeliões/escrivães como agentes de relações entre esses setores, constituídos de poderes imprescindíveis para a constituição da propriedade privada titulada através dos documentos por eles elaborados sob a égide da confiança de suas alegações através da questão da “fé pública”, o que se presumia, acima de tudo, que essa “fé” atestava a veracidade e a legalidade das certidões emitidas, reconhecendo-as como fidedignas. Pode ser acrescentado a essa relação o estabelecimento de crédito como possível via para o surgimento de instituições bancárias na região. Acreditamos que as instituições bancárias (ou de crédito) possuíam relação com o processo de titulação e formação da propriedade privada, pois ao conceder crédito fazia-o a partir de certas garantias firmadas contratualmente entre as partes envolvidas. Dessa forma, somente uma propriedade titulada atestaria sua legalidade, com isso estaria apta a servir a objetivos financeiros variados conforme a necessidade e interesse de seus proprietários.

Senhores da guerra (transpostos em senhores da terra), senhores da terra, via de outras estratégias de acesso aos recursos fundiários (umas decorrentes do processo de colonização), e senhores de negócio são entendidos como estratos de classes que, embora possuíssem interesses

distintos, se constituíam em elites locais, principalmente devido às sociabilidades e redes de relações que conseguiam mobilizar, gozando de hegemonia econômica e política. Estavam no interior da estrutura de poder local exercendo influência nas câmaras municipais e Intendência (depois prefeitura), muitos atingiam cargos nas assembleias legislativas estaduais e federais, outros exerciam influência a partir da preponderância que sua atividade produtiva que lhe concedia, outros ainda se valiam de critérios do conhecimento, constituindo a elite intelectualizada não necessariamente política, muitos sem poder econômico mas que orbitavam uma rede de relações de diálogo, eram como uma espécie de fração desse estrato da classe, mas que unidos a este reproduziam e reverberavam os valores dessa elite local, como jornalistas, religiosos, professores, entre outros, que podiam ser entendidos como uma camada média.

De qualquer forma, essa adesão de uma camada média que orbitava a esfera do poder econômico e político, concentrada sob a influência dos proprietários fundiários, reconfigura a percepção da terra não só como possibilidade de riqueza material (principalmente após a abolição do sistema escravagista brasileiro), mas como signo de prestígio e autoridade. Os proprietários fossem legitimados/regulamentados ou não tiveram acesso, e também foram conduzidos à estrutura do poder local, foram fortalecidos por uma rede de parentela e de sociabilidade. Com isso, até onde avançam nossas considerações, conseguiam se monopolizar e concentrar nas condições mais favoráveis para a regulamentação da propriedade privada, o que, em muitos casos, significava a legalização oficial e “inquestionável” de um processo de aquisição ilegal e conflituoso que se naturalizou em certas condições compreendidas como necessárias em prol do progresso, crescimento e dinamização de um processo civilizacional desenvolvido sob a égide do capitalismo em formação.

### **A perspectiva metodológica e o escopo documental**

Como o observado, muitos foram os municípios que se formaram no processo de desmembramento e municipalização do antigo território de Passo Fundo no norte do Rio Grande do Sul. Nossa estratégia inicial tem sido o levantamento, a catalogação e a transcrição da documentação caracterizada por registros de processos de Ações do Cíveis de Medições de Campos e Fazendas da Comarca de Passo Fundo sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Intencionamos, a partir de uma amostragem qualitativa da documentação, realizar uma análise do conteúdo dessas fontes, com o objetivo de demonstrar as condições de realização da propriedade na processualidade histórica e social. Dessa forma, a partir da documentação pretendemos, extrair processos que na totalidade retratem cada região do antigo território de Passo Fundo, selecionando aqueles representativos da realidade fundiária

regional distribuídos entre a sede do município e os demais territórios distritais entre 1850 e 1930.

A documentação é composta a partir de processos de demarcação de terras que abrangem o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Diante dessa conjuntura temporal foi necessária a abordagem na longa duração, o que se tem apresentado como elemento indispensável para a identificação das dinâmicas conjunturais inerentes à constituição e desenvolvimento da propriedade privada na região. A partir de Braudel, atuamos na perspectiva da longa duração, tendo por base a inovação trazida pelo autor de pensar as origens do sistema capitalista, da modernidade e das razões relacionadas na expansão da civilização europeia, como também os arranjos planetários dessa economia-mundo, isto é, a dinâmica entre civilizações na geração e na universalização do mercado mundial capitalista. Sendo que a longa duração se apresenta para além dessas observações como um método de pensamento historiográfico que possibilita compreender na grande conjuntura os processos sociais, suas tensões, relações e desdobramentos.

No corolário do pensamento de Braudel, consideramos as noções de “história total” de Pierre Vilar também como princípio metodológico. Considerando que a ideia de história total não significa “dizer tudo de tudo”. Na nossa percepção é uma forma de pensar historicamente, ou seja, trata-se de um método de pensamento em que o historiador, sob o prisma interpretativo de uma realidade-problema do presente, pensa a partir de incursões ao passado no cruzamento de tempos na perspectiva da longa duração. Além disso, mediante o exame das fontes, esse profissional compreende uma situação-problema da historicidade sempre em construção.

Desenvolvemos esta pesquisa na perspectiva de uma “história serial”, compreendendo a partir do princípio que o historiador (pesquisador) estabelece “séries” homogêneas e comparáveis. Essa “serialização” se a compreende como a constituição da processualidade do fato histórico que almeja analisar. Dessa forma será possível mensurar na repetição e variação através de um período de tempo a conjuntura que em muitos casos se dá na longa duração. Partimos das considerações de François Furet, as quais a história serial recria o próprio tempo histórico a partir de uma realidade-problema.

As Ações do Cíveis de Medições de Campos e Fazendas da Comarca de Passo Fundo formam não só o escopo documental principal da pesquisa, mas serializam o objeto e a problemática de estudo. Destacamos que esses processos serão cruzados com outras documentações que auxiliam na compreensão que pretendemos desenvolver. Dentre essas fontes auxiliares destacamos os mapas, as correspondências da Comissão de Terras e

Colonização de Passo Fundo (AHR/UPF), os registros notariais de compra e venda de terras, relatórios da província (RS), relatórios e mensagens enviados à província pela Intendência e Câmara Municipal de Passo Fundo (IHPF), Secretaria das Obras Públicas – Agricultura, Indústria, Comercio e Abastecimento (AHR/UPF).

Conjuntamente a essas noções metodológicas propomos outros dois procedimentos teórico-epistemológicos com a finalidade de compreender as sociabilidades, as redes de relações e relações de poderes estabelecidos pelos estratos sociais que estiveram envolvidos nesse processo de apropriação e regulamentação dos recursos fundiários no norte do Rio Grande do Sul. Estamos propondo produzir uma prosopografia das elites locais de forma a identificar nos conteúdos da documentação as principais forças que empreenderam esforços no acesso e permanência a terra. Aqui entendemos a elite provisoriamente (problematizada posteriormente) a partir do pensamento do sociólogo Charles W. Mills como uma condição de ser (existir) numa dada coletividade, onde os indivíduos ocupam certas posições que lhes permitem transcender ao ambiente comum no qual se encontram outros indivíduos como grupos não necessariamente homogêneos, mas compartilhando principalmente poder e prestígio (MILLS, 1981, p. 17).

Compreendemos essa elite como um estrato coletivo determinado que compartilha certa convivência íntima de um círculo onde os indivíduos se identificam social e psicologicamente a partir de uma mesma “consciência” que lhe dá substrato de identificação e reconhecimento. Constitui-se um tempo e lugar determinados havendo possibilidade de perpetuação de seus pares, mas também substituições conforme o jogo das sociabilidades e das condições variadas empreendidas em cada época.

Se o primeiro destaque foi relacionado à prosopografia da elite local, o segundo se associa às possibilidades de complexibilidade da proposta de pesquisa diante de um procedimento metodológico genealógico aplicado às relações familiares. Uma observação está contida na própria ideia de família não vista como unidade intraparental, mas como unidade estendida que não se limita a laços regidos por parentesco de consanguinidade, mas de relações recíprocas de força e poder que se retroalimentam entre indivíduos e famílias e entre famílias com outras famílias. Porém, a família é percebida enquanto rede de parentela como organizações e unidades econômicas que a partir de um nucleamento principal, acrescida de outros membros num escalonado nível hierárquico, mobiliza uma camada periférica mais difusa que orbita entre o chefe (marido), esposa e filhos legítimos, e os bastardos ou filhos de criação, afilhados, amigos, agregados, escravos, vizinhos e todos os envolvidos na dependência e solidariedade.



Traçar essas relações, seus desdobramentos e interconexões será, em certa medida, rastrear no tempo o “registro” da processualidade sócio-histórica de uma genealogia proprietária de uma elite local e seus domínios territoriais a partir de suas sociabilidades na constituição da propriedade privada na região norte do Rio Grande do Sul.

### **Considerações finais**

Analisar a processualidade conjuntural da qual emergiu a propriedade privada na região norte do Rio Grande do Sul entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX consiste uma tarefa que visa “desnaturalizar” a noção de propriedade privada. Fazer isso é demonstrar a propriedade como uma construção histórica que esteve suscetível a conveniências e a relações de força/poder impetradas por indivíduos/grupos. Por isso, analisamos o processo de ocupação e apossamento das terras regionais no limiar de suas estratégias de poder, relações de força e redes (tramas) de sociabilidades. Analisamos também a propriedade enquanto fenômeno apropriativo e de assenhoreamento na perspectiva interpretativa do “mundo rural” no entendimento de uma questão fundiária que leva em consideração as relações conjunturais ocorridas nas duas esferas onde se desenvolvem as sociedades, o campo e a cidade, o rural e o urbano.

Ressaltamos aqui o entendimento de que a nossa questão central perpassa a compreensão de que a propriedade em formação é atravessada por um processo de racionalidade capitalista. Essa racionalidade é identificável pelos princípios que perpassam as fontes, e que, via de regra, são defendidos pelas elites políticas locais majoritariamente compostas pelos estratos sociais dos senhores da guerra, da terra e de negócio. Ideias como de melhoramento, colonização, aldeamento, civilização, modernização, higienização, urbanização perpassam a lógica discursiva de um projeto em construção. Esse projeto, um tipo de sociedade adequada ao modelo de um sistema capitalista, ora embrionário, que no decurso do tempo e das relações estabelecidas se consolida até mesmo como analogia do que também acontecerá em outras realidades regionais brasileiras, mas com questões próprias resultado da conjuntura regional específica.

### **Referências**

BACCIN, Diego José. *Propriedade urbana e racionalidade capitalista: do assenhoreamento ao crescimento citadino de Passo Fundo entre 1800 e 1950*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, econômica e capitalismo séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 541 p.

- COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA F., Pablo (Org.). *Pierre Vilar: une histoire totale une histoire en construction*. Paris: Syllepse, 2006. 229 p.
- FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, [19--]. 205 p.
- MACHADO, Ironita A. P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1945*. Passo Fundo: Acervus, 2020. 415 p. (arquivo e-book PDF). Disponível em: <https://www.acervuseditora.com.br/entre-justi%C3%A7a-e-lucro-rio-grande-do>.
- MACHADO, Ironita A. P.; BACCIN, Diego José. Arquétipo da propriedade privada: um olhar sobre o norte do Rio Grande do Sul. In: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (Org.). *Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária*. Passo Fundo: EDIUPF, 2019. p. 41-83 (arquivo e-book PDF). Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-bookstopo/41-historia-area-do-conhecimento/224-mundo-rural>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 421 p.
- RÜCKERT, Adomar. A construção tardia do território no norte do Rio Grande do Sul – o caso do antigo município de Passo Fundo. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 21, p. 29-42, ago. 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38620/26352>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. 218 p. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/428>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997. 156 p.

## AS MULHERES TRABALHADORAS NAS FOTOGRAFIAS DOS IMIGRANTES POLONESES DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Isabella Czamanski Rota, Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Bolsista CAPES. [bellacza@gmail.com](mailto:bellacza@gmail.com)

**Resumo:** As imigrações europeias, ocorridas entre o final do século XIX e início do século XX, e o trabalho estão intrinsecamente conectados por conta das motivações que levaram os processos migratórios com destino ao Brasil, cujo regime escravocrata havia sido abolido recentemente, a ocorrerem. Por sua vez, as mulheres foram propositalmente apagadas ou tornadas coadjuvantes dentro da historiografia pertinente acerca das imigrações produzida até o final do século XX, ainda que seja recorrente sua presença em produções com contextos familiares e abundantes as representações imagéticas que as contenham. Dentro desse caso há as fotografias feitas em diversas sociedades formadas por imigrantes colonizadores, em especial no Rio Grande do Sul, onde imigrantes italianos, alemães e poloneses, entre outros grupos étnicos, se tornaram grande parte da força trabalhadora rural do período. Na presente pesquisa são apresentadas algumas fotografias feitas no norte do Rio Grande do Sul, em especial nas cidades de Áurea, Erechim e Gaurama, contendo mulheres imigrantes polonesas em contextos laborais, sejam rurais ou urbanos, visando desvelar a forma como as mulheres foram representadas nesse tipo de situações, levando em consideração as reflexões acerca da fotografia desenvolvidas pelos filósofos Susan Sontag e Georges Didi-Huberman, cujos trabalhos colocam em protagonismo a fotografia, destacando sua importância para a cultura contemporânea.

**Palavras-chave:** fotografia; imigração polonesa; mulheres.

### Considerações iniciais

A fotografia deve ser levada em consideração para a construção do conhecimento histórico, principalmente a partir de aspectos culturais e identitários de grupos, devido ao leque de possibilidades que se abre ao perceber as informações que o historiador é capaz de extrair das fotografias, seja considerando sua produção, meios de divulgação e usos, ou mesmo única e exclusivamente seu conteúdo, bem como os olhares dos fotografados e dos fotógrafos.

Combinadas com outras fontes, como as orais ou documentos escritos, e fazendo uso de metodologia apropriada para sua análise, as fotografias se tornam importantes aliadas na construção do conhecimento histórico, possibilitando novas perspectivas sobre assuntos novos ou já estudados anteriormente, como é o caso da imigração polonesa em território brasileiro. Para que as fotografias possam ser utilizadas como fontes históricas primárias, é necessário considerar que elas “deve[m] compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar” (MAUAD, 2008, p. 40), cabendo aqui seu agrupamento conforme temáticas, definindo espaços e tempos a partir das próprias fotografias do conjunto.

Os processos migratórios, em específico as imigrações europeias ocorridas entre a segunda metade do século XIX e primeira do XX, estão ligados intimamente com o mundo do

trabalho. Corrêa (2005, p. 1) resume esses processos sob os pontos de vista brasileiro e português explicando que

as políticas públicas para implementar a imigração europeia, por parte de Portugal ou do Brasil, tiveram como vertentes: o “branqueamento” e a consequente “melhoria da qualidade da população”, a ocupação de áreas estratégicas do ponto de vista geopolítico, a criação de uma classe média agrária com a transformação da estrutura fundiária e sua vinculação à produção de alimentos e abastecimento do mercado interno, bem como a substituição da mão-de-obra escrava.

O trabalho esteve no centro das novas vidas que os imigrantes passaram a ter em solo brasileiro. Eles, que vieram em grupos familiares, ou formaram suas famílias a partir das colônias de imigrantes, passaram a dividir as funções laborais entre todos os habitantes, sejam eles crianças, mulheres ou idosos, semelhante à forma como já se organizavam e trabalhavam em sua terra natal (BASSANEZI, 2018, p. 175).

Por trabalho aqui entende-se não apenas trabalhadores formais e remunerados, conforme os moldes atuais, mas todo o tipo de trabalho desenvolvido pelos imigrantes em suas comunidades, como o trabalho no campo, ainda que este seja, também, sua moradia, o trabalho desenvolvido no meio urbano, o trabalho que resultará em lazer (como a organização de eventos, em datas festivas, sem remuneração e com fins comunitários), o trabalho desenvolvido em contextos religiosos, o trabalho com fins educativos, entre tantos outros exercidos para a sobrevivência dos imigrantes e seus meios sociais e culturais. As mulheres, por sua vez, além de estarem presentes em todo o processo migratório sempre estiveram envolvidas nas atividades laborais, bem como no que fosse necessário ser feito em seus núcleos familiares.

Como pontua Bassanezi (2018, p. 175),

Independente dos contextos de origem e destino, no momento da partida ou chegada, a vida de mulher migrante, pelo menos nos primeiros tempos no país de adoção, é sempre muito difícil. Envolve muito trabalho, inúmeras perdas, e nem sempre traz compensações. Algumas das vivências relacionadas à migração chegam a ser comuns a todas as mulheres, outras são específicas a grupos e indivíduos; várias permanecem no decorrer do tempo, outras com ele se transformam ou desaparecem.

O presente artigo é derivado da pesquisa realizada para o desenvolvimento da tese da autora, que tem a primeira parte da escrita dedicada a explorar as fotografias das mulheres imigrantes polonesas em contextos laborais. Dentre as temáticas encontradas no acervo reunido, que conta com 289 fotografias obtidas a partir de quatro instituições – Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font (Erechim), Biblioteca São Felinski (Áurea), Museu João Modtkowski (Áurea) e Museu Municipal Irmã Celina Schardong (Gaurama) –, estão casamento, vida religiosa,

educação e funerais. As fotografias foram feitas em localidades da região norte do estado do Rio Grande do Sul, que hoje correspondem principalmente às cidades de Áurea, Barão de Cotegipe, Carlos Gomes, Cinquentenário, Erechim e Gaurama.

Como metodologia para a organização e catalogação do conjunto fotográfico foi utilizado o modelo proposto pela historiadora Ana Maria Mauad (2008), dividindo-o em três fases iniciais distintas: obtenção de fotografias, seleção e catalogação. Após, a proposta metodológica é seguida pela análise interpretativa, que é baseada em autores como Susan Sontag (2004) e Georges Didi-Huberman (2015), considerando a importância da fotografia para a cultura contemporânea e como ela se faz anacrônica ao ser analisada sob um ponto de vista contemporâneo.

A temática mulher trabalhadora aqui proposta foi dividida em duas durante a pesquisa, abrangendo atividades laborais em contextos rurais e urbanos. Dentro de cada temática são analisadas quatro fotografias escolhidas dentre as 25 imagens que continham mulheres em contextos de trabalho, que se destacaram por um ou mais motivos, suscitando questões acerca do papel da mulher na sociedade colonial imigrante polonesa e suas contribuições dentro do grupo étnico.

### **A mulher trabalhadora do campo**

A vida rural é componente central na vida dos imigrantes, ainda mais nos primórdios da formação das colônias, no final do século XIX e início do XX. Segundo Sikora (2014, p. 147), “a mulher, na condição de submissão ao sistema patriarcal, assumia um trabalho multifuncional, dividido entre a maternidade, o serviço doméstico e o trabalho no campo em um sistema integrado e geracional desde a infância”. Elas seguiram exercendo as atividades que já faziam antes da mudança de país, onde

a maior parte do trabalho na economia doméstica recaía sobre as mulheres, que preparavam os alimentos, cuidavam do gado caseiro, moíam os grãos com pilão de pedra. Também costuravam as vestimentas e se ocupavam com a educação dos filhos (WENCZENOVICZ, 2002, p. 29).

Nas colônias polonesas da região norte do Rio Grande do Sul não era diferente. As mulheres eram responsáveis pelo preparo de alimentos produzidos por elas e pelos homens nas propriedades rurais, com exceção de café e sal. “As frutas e legumes eram plantados e mantidos pela mulher, com o auxílio das crianças. Os animais de pequeno porte, como galinhas, patos e até suínos, por estarem próximos à casa, também eram de responsabilidade feminina” (WENCZENOVICZ, 2002, p. 90).

As fotografias reunidas durante a pesquisa possuem diversas mulheres presentes em contextos rurais, ainda que não apareçam exercendo tarefas no campo, mas posando junto das propriedades, cultivos, animais, parentes e bens familiares. A seguir, quatro fotografias dentro dessa categoria serão analisadas.

**Figura 1 – Charlotte Lozina e Rosa Pup. Rio Toldo, por volta de 1930**



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font.

A fotografia da Figura 1 é a única do acervo reunido que contém mulheres vestindo calças. Ainda que as informações acerca da imagem contextuem apenas o lugar onde ela foi feita e o nome das mulheres fotografadas, é possível identificar pistas na imagem que levam ao entendimento de que essa fotografia represente um contexto laboral. Um desses indícios é a própria vestimenta das mulheres, que, associadas à presença de cavalos, levam a crer que eram calças utilizadas para montaria. A mulher à direita, Rosa Pup, segura na mão esquerda o que parece ser um facão, instrumento utilizado para ajudar na movimentação entre a vegetação alta, que parece ser o caso uma vez que ao fundo das mulheres existe apenas vegetação aparente no enquadramento. O objeto que Charlotte Lozina segura na mão direita não pode ser identificado, parecendo um rolo de papel, o que não parece provável considerando o contexto da fotografia.

O conteúdo da fotografia se distancia da ideia geral de que as mulheres cuidavam da casa e das propriedades rurais e não tinham participação nas atividades de exploração e abertura de estradas, construção de ferrovias e limpeza de clareiras para a criação de terrenos para novas lavas de imigrantes (BASSANEZI, 2018, p. 176). As duas mulheres da imagem, fotografadas

da maneira que foram, parecem estar participando ou, ao menos, representando, um trabalho semelhante aos dos homens, ainda que não tenham sido encontradas outras informações que comprove essa visão, nem outras fotografias em contextos semelhantes.

**Figura 2 – Engenho e moinho dos irmãos Modtkowski. Áurea, por volta de 1940**



Fonte: Museu Municipal João Modtkowski.

O primeiro moinho construído em Áurea foi o da família Modtkowski, cujas instalações podem ser vistas na Figura 2. Segundo Wenczenowicz (2002, p. 66), “o moinho possibilitou ao imigrante abandonar o pilão manual, de baixa produtividade, para o descascamento do arroz e a moagem do trigo. Inicialmente, os moinhos funcionavam com tração animal ou com a roda d’água”. Na fotografia, além das estruturas do moinho dos Modtkowski, podem ser vistos alguns dos familiares que trabalhavam nele.

Segundo a legenda da fotografia, disponível no Museu Municipal João Modtkowski, os donos do moinho era irmãos. Os presentes na imagem são cinco homens adultos, duas mulheres adultas e uma menina. As mulheres e a menina estão juntas e todos parecem usar roupas simples, de trabalho. Eles posam para a fotografia e olham na direção da câmera, ainda que estejam espalhados pela cena. A mulher mais velha usa um lenço na cabeça. A menina não usa sapatos. Um dos homens, na direita, está montado num cavalo e todos os homens na cena usam chapéus.

As mulheres, que parecem ser pertencentes a três gerações – avó, mãe e filha – estão juntas enquanto os homens as cercam e estão separados uns dos outros, em partes diferentes do

terreno. Nenhuma das mulheres possui indicações, seja pela roupa ou objeto que as circunde, da atividade que exercem no moinho. Porém, além de estarem presentes, elas ocupam um lugar central no registro.

**Figura 3 – Família de Henrique e Ladislava Demski. Barão de Cotegipe, 1957**



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font.

Na fotografia da Figura 3, a família de Henrique e Ladislava Demski (não identificados) posa em meio a uma plantação no ano de 1957 junto de ferramentas, cavalos e um caminhão. Os presentes são diversos, entre homens, mulheres e crianças. A maioria dos homens usa chapéus, incluindo um menino que monta a cavalo, vestindo roupas comuns sem que seja possível observar manchas de sujeira ou desgastes devido ao trabalho. As mulheres, por sua vez, usam blusas e saias, também sem indicações de que estivessem exercendo atividades rurais momentos antes da fotografia ser feita. Uma menina está montada num dos cavalos.

As mulheres adultas estão agrupadas na frente do caminhão, de maneira similar ao que aconteceu na fotografia anterior, onde os homens estavam espalhados e, as mulheres, reunidas em um único ponto da imagem. Todos os presentes olham na direção do fotógrafo, posando.

Conforme explica Sontag (2004, p. 18-19),

Comemorar as conquistas de indivíduos tidos como membros da família (e também de outros grupos) é o uso popular mais antigo da fotografia. Durante pelo menos um século a foto de casamento foi uma parte da cerimônia tanto quanto as fórmulas verbais prescritas. As câmeras acompanham a vida da família.



Dessa maneira, imagens familiares como a acima e, mesmo, a anterior, onde os presentes posam perto de suas posses e em momentos importantes, são numerosas entre acervos familiares de grupos imigrantes. Esse tipo de exposição, pensando de forma anacrônica, ainda acontece nos dias de hoje, com familiares reunidos em torno de maquinários recém obtidos, ou próximos ao resultado de uma colheita particularmente boa.

**Figura 4 – Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Agrícola Mista. Carlos Gomes, 1952**



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font.

Por fim, a Figura 4 contém um grande grupo de pessoas, entre homens, mulheres e crianças, reunidos lado a lado posando para o fotógrafo. Segundo a legenda obtida junto do Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font, o retrato foi feito em 1952, em Carlos Gomes, durante uma assembleia geral ordinária da Cooperativa Agrícola Mista. Com este contexto pode-se concluir que os fotografados eram trabalhadores rurais participantes da cooperativa.

A presença de crianças pequenas e ainda sem idade suficiente para ajudar no trabalho no campo indica que a assembleia não era exclusiva apenas aos trabalhadores, mas estendida a participação aos seus familiares, possivelmente em decorrência de confraternizações posteriores às discussões acerca do trabalho. Os homens que estão empilhados no maquinário fazem poses com os braços levantados, em um clima festivo, o que corrobora a ideia de comemoração. Além disso, todos parecem estar bem-vestidos, com roupas sem os sinais típicos

de desgaste de uso em momentos de trabalho, como manchas de sujeira e deteriorações no tecido.

A presença de mulheres na imagem não traz surpresa se considerarmos o contexto do trabalho rural familiar dos imigrantes. As cooperativas rurais no Rio Grande do Sul surgiram como uma forma de agregar pequenos agricultores familiares imigrantes que produziam culturas diversas e que contavam quase que exclusivamente com a força de trabalho familiar (CORADINI; FREDERICQ, 2009, p. 9-11).

A menor presença de mulheres do que homens na fotografia corrobora com a concepção de que a estrutura das colônias era patriarcal, onde o homem era o proprietário da terra e, portanto, o maior interessado em participar das reuniões da cooperativa. Se as mulheres eram desaconselhadas a participar ou escolhiam não ir por vontade própria são questões que a fotografia sozinha não oferece pistas.

### **A mulher trabalhadora da cidade**

Ainda que o trabalho no campo fosse central à vida dos imigrantes, com o passar do tempo e crescimento das colônias, o trabalho urbano também se intensificou. Segundo Sikora (2014, p. 153), o emprego de tecnologia e maquinário nas atividades rurais permitiu que

muitas mulheres da Colônia [buscassem] oportunidades de trabalho fora da Colônia e [assumissem] funções como (professoras, serviços gerais, auxiliar de cozinha e diaristas), e, desta forma, [auxiliassem] na renda familiar, porém, não [deixando] de atender a família com suas responsabilidades, com bases nos costumes e tradições da família polonesa.

As mulheres, então, passavam a dividir as atividades domésticas – e, muitas vezes, da propriedade rural – com o trabalho fora de casa, em contexto urbano. Dentre esses trabalhos estavam aqueles considerados mais condizentes com o universo feminino em uma sociedade patriarcal, como os que tinham relação com o cuidado (enfermeiras), com a educação (professoras) e a religião (freiras), além de outros serviços de auxílio geral, como cozinheiras, secretárias, diaristas e auxiliares no atendimento do comércio.

Às mulheres também cabia a tarefa de preservação e disseminação da cultura trazida da Polônia.

Desde a imigração, a vida dos poloneses se organizava na unidade familiar, conservadora e tradicional. Sua dinâmica de vida fundamentava-se nos ensinamentos conservadores da cultura polonesa, baseada nos ensinamentos bíblicos da religião católica e pelas ações de solidariedade na comunidade. Em seu processo organizacional, ancoravam-se nos conhecimentos ancestrais. Assim procuravam conservar a sua cultura e as tradições, em um sistema fechado em sua etnia nas Colônias, como um princípio de autoproteção, dentro da família e da comunidade (SIKORA, 2014, p. 147).

Para que ocorresse essa conservação cultural, as imigrantes e suas descendentes frequentavam espaços de uniformidade étnica, buscando preservar suas relações sociais principalmente através de casamentos entre membros da mesma etnia (BASSANEZI, 2018, p. 185).

A seguir, quatro fotografias contendo mulheres em contextos de trabalho e vivência urbanos serão analisadas.

**Figura 5 – Costureiras da família Precheski. Áurea, por volta de 1940**



Fonte: Museu Municipal João Modtkowski.

Um grupo de costureiras da família Precheski foi retratado junto de máquinas de costura em Áurea, por volta de 1940 (Figura 5, acima). Elas são um exemplo de trabalhadoras urbanas da comunidade, não realizando atividades exclusivamente ligadas ao campo ou às suas propriedades rurais. Ainda que a atividade fosse realizada em propriedades rurais – o que não é possível identificar pela fotografia – seu produto final teria uma alcance maior, com peças de vestuário sendo feitas para o uso nos mais diversos eventos privados e sociais.

As oito mulheres fotografadas, que não estão identificadas pelo primeiro nome, são trabalhadoras envolvidas na produção de peças de vestuário. Quatro delas se sentam em frente a máquinas de costura movidas por pedais, enquanto uma das mulheres de pé, à esquerda, segura uma peça nas mãos, possivelmente estando trabalhando nela antes do momento do registro. A mulher mais velha no centro e as duas mais jovens de pé não seguram nenhum item relacionado com a profissão. Todas parecem cientes de que a fotografia estava sendo registrada

e posam para o momento. A idosa ao centro sorri para a câmera. Sua posição ao centro e expressão facial lhe dão um ar de destaque, abrindo campo para imaginar que ela é a matriarca e quem administra o negócio familiar. Curiosamente, uma menina estava em frente às máquinas no momento do registro e, pelo fato dela ter ficado borrada na imagem final, ela estava se mexendo quando a fotografia foi feita. Ela possivelmente era filha de uma das mulheres presentes e acompanhava a mãe durante o trabalho.

Essa fotografia traz uma informação que chama a atenção ao se comparar as mulheres retratadas no acervo. A maioria delas em situações comuns se vestem de forma simples, como camponesas, em vestidos sem grandes acessórios ou estampas, em formatos comuns entre si. Nessa fotografia, porém, as mulheres presentes se vestem de forma excepcional em sua maioria. É possível ver que há vestidos com camadas, estampas diferentes, brilhos que podem indicar materiais sedosos. Duas delas usam chapéus com véus. Os dois sapatos que estão bem visíveis são detalhados e diferentes dos que aparecem com frequência nas imagens do acervo.

Outras ocasiões em que as mulheres se vestem melhor são os casamentos e outros tipos de reuniões sociais. Ainda assim, há diferenças, como nos vestidos de casamento, que por vezes são mais luxuosos e, em outras, mais simples, apenas vestidos brancos sem cortes diferenciados, camadas de tecido extra ou acessórios.

Pode-se concluir que as costureiras são mais abastadas que as outras mulheres trabalhadoras que serão vistas nas fotografias a seguir, ou, ainda, que elas se vestem melhor como consequência direta por trabalhar com costura e ter acesso a melhores materiais e técnicas. Se isso era uma forma de propaganda para o negócio delas ou não, não há como saber apenas pela imagem, mas é uma outra possibilidade disponível.

A fotografia é rica em detalhes visuais, com a presença de plantas decorativas por entre as mulheres com suas roupas, sapatos e chapéus distintamente decorados, bem como suas máquinas de costura, que também ocupam uma posição de protagonismo no registro.

**Figura 6 – Funcionários do Hospital Menino Jesus junto do pároco. Áurea, 1946**



Fonte: Museu Municipal João Modtkowski.

Na fotografia da Figura 6 aparecem funcionários do Hospital Menino Jesus, de Áurea, onde, da esquerda para a direita, em pé, estão Madalena Skovronski (auxiliar de enfermagem), Leocádia Stavinski (enfermeira), irmã Brigida (anestesista), mulher não-identificada Stodulny e Bruna Adamczik (servente). Da esquerda para a direita, sentados, estão Gino Ferrarez (farmacêutico), Janoto Imlau (sub-prefeito), Simão Scheneider (médico), padre Albino Satavinski (pároco) e Rogério Alegretti (enfermeiro).

A anestésista irmã Brigida, que, além de ter uma ocupação laboral no hospital, também ocupa uma função religiosa, veste o hábito tradicional das freiras em suas cores típicas, fazendo com que sua função religiosa se sobressaia à função hospitalar. A ligação entre o hospital e a religiosidade se manifesta em seu nome – Hospital Menino Jesus – e na presença do pároco entre as autoridades na fotografia, ainda que apenas pela fotografia e informações obtidas junto dela não seja possível saber o motivo pelo qual as autoridades estavam reunidas com os funcionários do hospital naquele momento.

Por estarem posicionadas de pé e atrás, se faz ainda mais evidente uma relação de inferioridade entre mulheres e homens presentes. Esta relação de hierarquia de gênero em fotografias possui diversas formas mesmo em fotografias contemporâneas, como quando vemos o exato oposto da organização dos presentes, com homens de pé e mulheres sentadas, em uma organização que expõe a ideia de fragilidade feminina e proteção masculina.

Uma peculiaridade sobre essa fotografia, se comparada com as outras do acervo reunido, é que seu fundo foi editado de forma manual, tornado totalmente preto, possivelmente para destacar os presentes, tirando o foco do fundo do cenário. Partes mal recortadas, principalmente em volta dos cabelos dos fotografados, são visíveis. O caráter formal do retrato, com a presença de autoridades, pode indicar que seu uso posterior seria na imprensa (como em jornais, revistas e livros), ou para ser exposta emoldurada no próprio hospital ou outro local de destaque.

A construção do Hospital Menino Jesus foi iniciada em 15 de junho de 1939, tendo suas obras finalizadas e inauguração ocorrida em 10 de março de 1940. A proposição de um hospital para Áurea havia sido feita por volta de 1937 e uma casa havia sido alugada e utilizada como hospital provisório a partir dessa data. O pároco da época foi o responsável pelas primeiras tratativas da obra e a construção do hospital só foi iniciada após a autorização dos bispo de Santa Maria, dom João Reis (WENCZENOSVICZ, 2002, p. 142).

Entre 1925 e 1945, o parto, a pneumonia, a gripe e o tifo foram os maiores provocadores de óbitos na comunidade de Áurea. Os partos eram a maior causa de morte entre mulheres imigrantes polonesas devido à idade avançada das parturientes, sendo comum entre mulheres com mais de 35 anos. Os partos eram comumente realizados por parteiras e os hospitais eram procurados apenas em casos extremos, mas nem sempre era possível contornar a situação, resultando no óbito da mãe e do bebê. Cesarianas eram operações de risco na época por conta de infecções e hemorragias. As primeiras cidades que começaram a realizar esse tipo de intervenção foram Getúlio Vargas e Erechim, na década de 1920 (WENCZENOSVICZ, 2002, p. 146-147).

Os partos aconteciam em casa e médicos eram raramente chamados para acompanhar devido ao tempo de deslocamento, que era muito maior em áreas rurais. Eles se deslocavam de carroça, cavalos ou a pé, quando chovia e não havia como utilizar veículos. O preço do atendimento também era fator determinante. As mulheres eram as principais preocupadas com o parto e o pai deveria ficar atento para chamar a parteira e, eventualmente, o médico, conforme a data do parto se aproximasse. Crianças não eram envolvidas no processo, devendo ficar fora de casa quando o parto acontecesse, em casa de vizinhos. Os poloneses mantinham suas vidas íntimas em segredo mesmo entre os seus, não contando como se dava a concepção, a gestação e o nascimento para seus filhos. Há registros de que os pais contavam que os bebês haviam vindo do banhado (WENCZENOSVICZ, 2002, p. 147-148).

O trabalho urbano feminino também está interligado com a vida religiosa no caso das funções educativas, ao menos na comunidade polonesa de Áurea. Segundo Poplavski (2019, p. 48),

As escolas eram construídas pela comunidade e, geralmente, dirigidas pelos religiosos. No caso de Áurea, [...] a Escola Sagrada Família era dirigida pelas Irmãs Franciscanas da Sagrada Família, vindas de Varsóvia em 1906. A congregação foi fundada por Zygmunt Felinski com o objetivo de acompanhar os imigrantes poloneses, garantindo sua escolarização e evangelização.

**Figura 7 – Professora irmã Estanislava Zaran e alunos. Áurea, por volta de 1930**



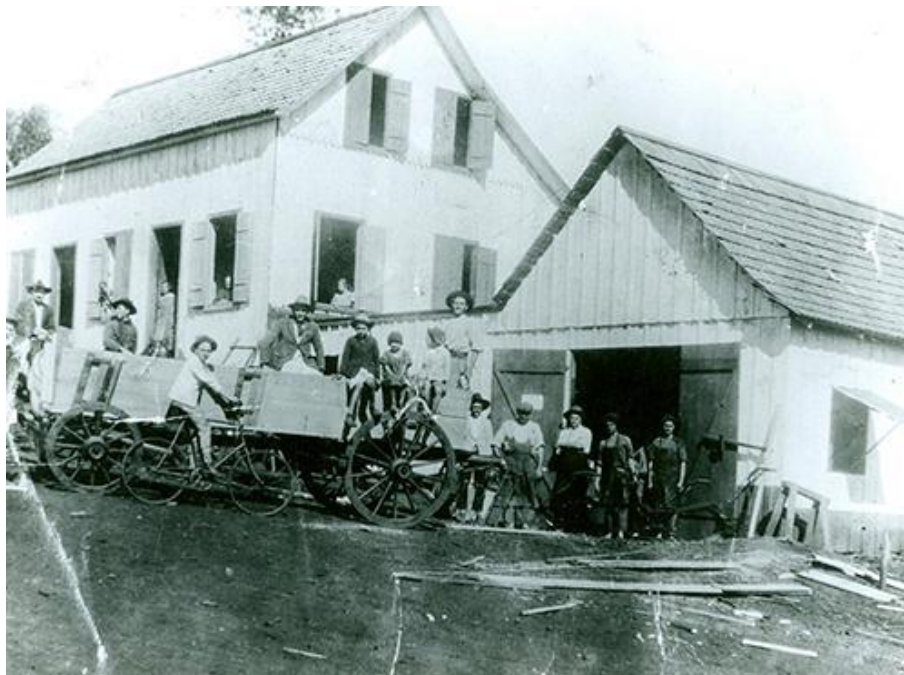
Fonte: Biblioteca São Felinski.

A partir da fotografia da Figura 7 é possível ter um vislumbre do que foi a educação das crianças imigrantes e descendentes polonesas católicas por volta dos anos 1930 na região de Áurea, com meninos e meninas estudando juntos em grupos de três ou quatro crianças por mesa de madeira. A professora, irmã Estanislava Zaran, posa ao fundo da sala vestindo o hábito tradicional de freira com um crucifixo pendurado no peito. A educação era permeada por assuntos religiosos, incluindo orações diárias pela manhã e à noite e obrigações como a frequência nas missas de domingo e dias santos (POPLAVSKI, 2019, p. 49).

A educação foi bilíngue até 1938, data da nacionalização do ensino pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, e em turno integral, contando com a opção de internato que possibilitava que crianças que morassem mais longe tivessem a oportunidade de estudar. Cerca de 180 alunos estudavam ao mesmo tempo na Escola Paroquial, cuja educação ficou responsável por quatro

religiosas da congregação Irmãs Franciscanas da Sagrada Família a partir de 1930, incluindo a irmã Estanislava Zaran (WENCZENOSVICZ, 2002, p. 130).

**Figura 8 – Fábrica de carroças Theófilo Petrykoski. Erechim, por volta de 1920**



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font.

O local fotografado na Figura 8 se trata de uma fábrica de carroças nomeada Theófilo Petrykoski e localizada em Erechim. O registro, que data de cerca de 1920, apresenta uma série de pessoas posando em frente e dentro das instalações da fábrica e em cima das carroças que estão estacionadas na frente do estabelecimento.

Os homens que estão na frente das portas abertas do galpão vestem roupas de trabalho, com aventais e estão circundados por materiais e ferramentas relacionados com a construção das carroças, como metais e madeiras. Os fotografados que estão entre os veículos vestem roupas comuns e chapéus. Há crianças presentes, tanto meninos quanto meninas, que estão vestidos com roupas comuns, usando sapatos e chapéus.

Os mulheres, por sua vez, podem ser observadas na construção além das carroças, aparecendo por entre janelas e portas, como que assistindo o que estava acontecendo no momento. As mulheres também participavam das atividades de negócios familiares, por vezes como atendentes, serventes ou auxiliares, enquanto os homens ficavam com as tarefas especializadas (SIKORA, 2014, p. 153). Esse pode ser o caso destas mulheres que ficaram renegadas ao plano de fundo da fotografia, como se não fossem importantes para o momento, porém não deixando de se fazer presente, como que em um lembrete tímido de sua existência.



## **Considerações finais**

As imigrantes polonesas foram numerosas no processo migratório que ocorreu para o Brasil entre o final do século XIX e primeira metade do século XX uma vez que famílias inteiras migraram em busca de melhores condições de vida (BASSANEZI, 2018, p. 169-170). Suas participações nesse movimento e em suas continuidades a partir do estabelecimento de colônias ficaram registradas em acervos fotográficos familiares incontáveis que até hoje se encontram em posse das famílias de descendentes e, por vezes, em arquivos históricos e museus locais.

A presente pesquisa fez uso de fotografias obtidas em acervos na região norte do Rio Grande do Sul, visando identificar as formas como as mulheres imigrantes polonesas e suas descendentes estavam representadas nessas imagens, focando nesse artigo nas fotografias com temáticas laborais.

Dentre as fotografias feitas em meio rural foi observada uma tendência à abundância, ou seja, famílias eram fotografadas junto de seus patrimônios mais valiosos – animais, automóveis, maquinário, terras, plantações etc. – como que intencionando apresentar a boa vida que estavam vivendo, principalmente ao se considerar que a saída delas da Europa foi motivada pela escassez e pelo sonho da terra própria. Essas fotografias, não raramente, eram enviadas para familiares que ficaram em seu país de origem, como forma de mostrar que a situação estava favorável no Brasil e, possivelmente, como incentivo para que os familiares restantes também viessem a imigrar (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 464).

Já nas fotografias em meio urbano é observada a tendência de renegar as mulheres aos postos historicamente atribuídos a elas – donas de casa, serventes, auxiliares, cuidadoras, educadoras (BASSANEZI, 2018, p. 178) – sem ocupar espaços de destaque, normalmente, ainda que seus trabalhos fossem muito além do que as câmeras foram capazes de capturar.

Conforme coloca Kossoy (2014, p. 51), existe intencionalidade e finalidade em todo ato fotográfico, tanto por parte do fotógrafo quanto dos fotografados, sendo a fotografia, portanto, um objeto permeado por questões culturais que vão desde sua criação até sua circulação e armazenamento. Se as mulheres não são representadas em posições de destaque nas fotografias pode-se concluir que essas posições não eram desejáveis para elas dentro do contexto social em questão, ainda que exceções sejam conhecidas por meio de outras fontes históricas, como é o caso dos registros de propriedade de Áurea, que contém casos de mulheres donas de terras (WENCZENOVICZ, 2002, p. 94), posições que elas ocupavam geralmente na falta de um patriarca, como em casos de viuvez ou abandono (BASSANEZI, 2018, p. 176).

## Referências

- BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 169-193.
- CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- CORRÊA, Lucelinda Scharamm. As políticas públicas de imigração europeia não-portuguesa para o Brasil – de Pombal à República. *Revista Geo-paisagem*, Londrina, ano 4, n. 8, jul.-dez./2005. Disponível em: [http://www.feth.ggf.br/migra%C3%A7%C3%A3o.htm#\\_ftn1](http://www.feth.ggf.br/migra%C3%A7%C3%A3o.htm#_ftn1). Acesso em: 11 mai. 2021.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: História da arte e anacronismo das imagens*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2015.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 5ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia*. Editora da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008.
- POPLAVSKI, Irmã Isa Carolina. *Além dos símbolos*. Áurea: Editora São Cristóvão, 2019.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-Postais, Álbuns de Família e Ícones da Intimidade. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 423-512.
- SIKORA, Mafalda Ales. *As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios: Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - (Campo Largo – Paraná) 2014*. 210 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014 .
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. *Montanhas que furam as nuvens! Imigração polonesa em Áurea-RS - (1910-1945)*. Passo Fundo: Editora Universitária, 2002.

## **“LOGO, COMO DIZEM SE TRATA NAQUELE TRIBUNAL DA SALVAÇÃO DAS ALMAS?”: AS CRISTÃS-NOVAS NA HISTORIOGRAFIA DE ANITA NOVINSKY**

Isadora Regina Celso Barbosa, mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, com bolsa de estudos da Fundação UPF, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ironita Policarpo Machado. isadorarcbarbosa@gmail.com

**Resumo:** A Inquisição portuguesa foi uma instituição criada pela Igreja Católica durante o século XVI, mais precisamente no dia 23 de maio de 1536 quando uma Bula do papa Paulo III instituiu em Portugal o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição com o objetivo de punir indivíduos que não estivessem de acordo com a moral religiosa católica. Esse processo também atingiu o Novo Mundo e teve reflexos sobre os aspectos políticos, culturais, religiosos, econômicos e sociais do Brasil Colônia. Tendo isso em vista, o objeto de estudo centra-se na produção historiográfica das obras de Anita Novinsky, tendo como recorte a temática das cristãs-novas, que foram presas e perseguidas pela Inquisição no Brasil entre os séculos XVI a XIX.

**Palavras-chave:** Inquisição. Brasil Colônia. Cristãs-novas. Historiografia

### **Introdução**

A Inquisição portuguesa foi uma instituição criada pela Igreja Católica durante o século XVI, mais precisamente no dia 23 de maio de 1536 quando uma Bula do papa Paulo III instituiu em Portugal o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (NOVINSKY, p. 91, 1987) com o objetivo de punir indivíduos que não estivessem de acordo com a moral religiosa católica. Por meio de denúncias e forjando heresias, a Igreja teve como principal alvo os cristãos-novos e, com isso, o Tribunal do Santo Ofício restringiu liberdades individuais. A fé católica transformou a Inquisição numa das principais instituições que mantinha o Antigo Regime, dando poder absoluto ao clero e a nobreza sobre a sociedade.

Esse processo também atingiu o Novo Mundo e teve reflexos sobre os aspectos políticos, culturais, religiosos, econômicos e sociais do Brasil Colônia. Tendo os judeus convertidos ao cristianismo na Península Ibérica como inimigos durante os séculos XIV e XV, uma parcela desses indivíduos fugiram das perseguições religiosas para a América e se estabeleceram no Brasil. Todavia, diferentemente dos conhecidos tribunais medievais, o instituído em Portugal foi introduzido exclusivamente para investigar e punir os descendentes de judeus que foram convertidos a força ao catolicismo e que estavam sob suspeita de praticar o judaísmo. Sua ampliação foi rápida ao longo dos anos, não demorou a abarcar diversos outros tipos de comportamentos, tal quais: feitiçaria, sodomia, homossexualidade, bigamia e blasfêmia (NOVINSKY, 2009, p. 17).

O objeto de estudo centra-se na produção historiográfica das obras de Anita Novinsky, tendo como recorte a temática das cristãs-novas, que foram presas e perseguidas pela Inquisição no Brasil entre os séculos XVI a XIX, presente na narrativa das quatro obras de Anita Novinsky

*“Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil – séc. XVIII”* (1978), *“Inquisição – Rol dos Culpados”* (1992), *“Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)”*, 2002, e *“Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes”* (2007), os quais serão fonte de estudo do presente projeto, pois a produção de conhecimento sobre as cristãs novas auxiliam para que possamos tecer considerações a respeito da ação inquisitorial movida sobre essas mulheres recorrendo aos processos utilizados pela autora no livro, buscando qual foi sua corrente teórica utilizada e analisar a forma como essas mulheres são representadas em aspectos da vida cotidiana. Família, identidade, hábitos e bens pessoais são algumas das questões sobre elas que são retratadas nos livros de Anita Novinsky, fazendo parte da série *“Fontes para a história de Portugal e do Brasil”*.

Para os processos sobre as cristãs-novas, Lina Gorenstein ressalta que “a questão fundamental é como ler seus processos” (2005, p. 28), até porque havia um grupo muito plural de judeus no Brasil não constituindo “um grupo homogêneo nem com a relação à condição social nem com relação à crença: havia os judaizantes, os bons católicos, os descendentes, e aqueles que não se enquadravam em nenhuma categoria” (idem), ou seja, deve haver uma postura durante a investigação acerca desses livros e das fontes utilizadas para escreve-los, pois isso indicará o caminho a ser seguido para a interpretação histórica, ou seja, a partir disso, nessa proposta de pesquisa é necessário primeiro desenvolver as análises historiográficas e, após, as análises da construção narrativa acerca da identidade das mulheres.

Para as mulheres convertidas vindas ao Brasil, a situação de opressão em que viviam fazia com que delatar alguém para o Tribunal do Santo Ofício fosse forma de salvar suas vidas (GORENSTEIN, 2005, p. 29), tendo esse fato um grande peso nos documentos, é necessário ter isso claro no decorrer da pesquisa.

Portanto, o que nos propomos é o estudo na narrativa histórica, os conteúdos temporais correspondentes ao lugar sociocultural da mulheres europeias cristãs-novas, através, dos acontecimentos passados e a seu enunciado/discurso, os quais, a partir do programa metodológico definido, possamos traduzir uma interpretação da concepção histórica, um desenho de identidade, permitindo-nos problematizar a plausibilidade científica de seu conteúdo e a sua significação sociocultural.

### **Breve contextualização da autora e suas diretrizes historiográficas**

As representações, como são apresentadas na contemporaneidade, derivam de mudanças epistemológicas e da prática científica ao longo do século XX, tratando de conceitos básicos como realidade, subjetividade e verdade. O mundo, tal qual ele é, “não é aquilo que a ciência

verifica, mas a imagem em perpétua mutação, que a ciência nos oferece no momento de sua verificação pelo pesquisador” (GUERY, 1969, p. 126), ou seja, a representação é uma abstração construída pelo pesquisador, sua correspondência com o real, se é que há “real”, somente é possível devido às mediações historiográficas de cada autor. Em seu livro *A Escrita da História*, Michel de Certeau indaga “o que fabrica o historiador quando “faz História”? Para quem trabalha? Que produz? O que é esta profissão?” (1982, p. 65), fazendo o leitor refletir sobre a sociedade em que vive e como ele relaciona seu conhecimento com o passado proporcionando, também, uma reflexão sobre a prática historiográfica.

Nesse contexto, Anita Waingort Novinsky, a qual é graduada em Filosofia, mestre em Psicologia, doutora em História social e livre-docente em História e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, é considerada especialista em Inquisição e cristãos-novos no Brasil, sua formação foi marcada pela historiografia francesa baseada na História Cultural. A produção escolhida para análise desse projeto foi fruto de mais de 10 anos de trabalho da autora, sendo boa parte desse tempo dedicado aos arquivos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal. Em sua tarefa historiográfica e epistemológica, ela “fez história” catalogando e revisando bibliograficamente as diversas fontes sobre o elemento cristão-novo no Brasil, trazendo para o debate a dificuldade que em analisar a veracidade dos processos, uma vez que as escolhas das palavras para narrar e criar o discurso, que culpe pessoas por esses feitos, são escolhidas para gerar veracidade e para fazer o relato ser explicativo tanto para o autor como para o leitor do período.

Com isso, a autora assume a posição do que Francisco Falcon define como “conciliar narrativa e realidade histórica, isto é, a representação” (in: CARDOSO; MALERBA, 2000, p. 69). A materialização da experiência humana que Novinsky propõe ao leitor é o que a diferencia e torna tão importante seus estudos que abarcam as representações das mulheres convertidas, pois ela propõe novas escalas de análise, capazes de integrar o social e o histórico aos atores individuais.

A historiografia sobre a Inquisição no Brasil Colônia é demasiado estereotipada, isso porque até metade do século XX pouco foi dito sobre a presença dos judeus convertidos em cristão-novo na colônia (NOVINSKY, 1976). Com a ampliação e divulgação dos documentos produzidos pela Inquisição, novas questões foram levantadas pelos historiadores, tal quais pesquisar acerca das ações dos agentes do Tribunal do Santo Ofício, seu *modus operandi*, os contextos em cada território que o Santo Ofício agia, etc. agregando, sem dúvidas, na pesquisa histórica.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o qual é a principal fonte de captação de arquivos de documentações produzidas durante a Inquisição, seja no âmbito nacional como internacional em que o Santo Ofício português agiu. Novinsky se debruça sobre essas documentações, tal qual outros historiadores <sup>245</sup> e torna, a partir de suas pesquisas acadêmicas, uma nova leva de estudos acerca da presença da Inquisição na colônia <sup>246</sup>. Laura de Mello e Souza define os trabalhos de Anita Novinsky a partir de suas novidades no âmbito da História Cultural:

A autora procura entender o universo mental e cultural [...]. O aspecto religioso só lhe interessa na medida em que lança luz sobre a cultura, mesmo porque as evidências históricas não indicam que houvesse maior ênfase naquele plano (SOUZA, 2007, p. 31).

Para a História Cultural cabe, portanto, tentar compreender as significações das práticas cotidianas de uma dada época, ou seja, “a História Cultural se torna, assim, uma representação que resgata representações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado” (PESAVENTO, 2003, p. 43). E nesse movimento de recuperação de representações, o historiador se depara com o “outro”, por meio dos documentos e das fontes acessadas.

Para Chartier, assim como para Pesavento, as representações são demonstradas por meio do discurso. Todavia, Chartier ressalta que as formas diferentes que os indivíduos aprendem e utilizam os discursos é que dão a ver e a pensar o real, uma vez que para ele as leituras dos discursos feitas pelos sujeitos e a consequente produção de sentido são determinadas por certos processos entre texto e leitor, ou seja:

A representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido quanto por seu ser, por seu consumo – que não precisa ser ostentador para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta comanda aquela) (CHARTIER, 2002, pg. 177)

Assim, o modo de empregar o discurso deve ser observado, pois é construído historicamente. A partir disso, nota-se que a História Cultural faz maior uso das manifestações populares para análises e construções do que somente as representações ditas cultas e clássicas. Apesar de manter seu foco em elementos culturais, esse movimento também aborda questões

<sup>245</sup> Ver mais em: LAPA (1978), Siqueira (2011) e Vainfas (1997)

<sup>246</sup> Um panorama historiográfico pode ser visto em ASSIS, A. A. F. de. No interior do labirinto, o olho do vulcão:revisitar os estudos inquisitoriais no Brasil e vislumbrar o futuro que tecemos. Revista Ultramares [Online]. N. 7, vol.1, jan.-jul. p. 10-33, 2015. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/revistaultramares/numero-7-1>>.

sociais para conseguir compreender as práticas culturais diversas presentes em uma mesma sociedade, demonstrando, assim, como Anita Novinsky escreve a História.

Analisando a questão social, Novinsky disserta sobre a imposição religiosa que, torna necessário observar as questões da intolerância e da dominação, até porque a discriminação entre o cristão-velho e o cristão novo na Espanha e em Portugal eram critérios para diversos campo da vida social (CARNEIRO, 2005). Esse fenômeno ocorria pelo fato de que apesar dos judeus terem se convertido para fugir da morte, eles nunca deixaram de ter o sangue “sujo” e “impuro”.

Todavia, o “novo mundo” abria portas para todos, tal qual escreve Pero de Magalhães Gândavo (1858, p. 19), por volta de 1575 sobre a Terra de Santa Cruz: “especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos vivem em Pobreza nam duvidem escolhela para seu amparo”. Apesar dessa possível abertura, Laura de Mello e Souza disserta sobre a face sincrética do catolicismo, com suas crenças sendo impostas de um lado e outro ultramar, mas eram um tanto escolhidas:

Eivado de paganismos e de “imperfeições” [...], o catolicismo de origem européia continuaria, na colônia, a se mesclar com elementos estranhos a ele, multifacetados muitas vezes, como a própria religião africana transmigrada. Ainda no primeiro século de vida, a colônia veria proliferarem em seu solo as Santidades sincréticas, misturas de práticas indígenas e católicas. A mais famosa delas foi relatada pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil: a de Fernão Cabral de Taíde, senhor de engenho de Jaguaripe (SOUZA, 2014, p.130).

No caso do criptojudaísmo<sup>247</sup>, Anita Novinsky (1992) fala do afrouxamento das práticas religiosas com a ação sincrética, fazendo com que o judeu converso vivesse na dicotomia de não conseguir deixar para trás as marcas do judaísmo, mas, exteriormente, participava de missas e datas festivas cristãs. Algumas ações eram vistas como heresia pelos inquisidores, como o fato de não comungar na quaresma (SCHETINI, 2016, p. 141).

A primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício ocorreu entre 1591 e 1595 na Bahia e em Pernambuco (SIQUEIRA, 1978, p.189), contando com o “auxílio das comunidades eclesiais e missionárias locais, mormente o dos jesuítas” (VAINFAS, 1997, p.18). Anita Novinsky caracteriza esse período pelo “vazio de seu sentido religioso” (1992, p.132), uma vez que a essência da ação inquisitorial era prender quem era denunciado por ter costumes estranhos ao catolicismo. Diferentemente do que se conhece, Novinsky traz uma informação nova para a

<sup>247</sup> Criptojudaísmo é o conjunto de práticas que grupo de pessoas, com origem judaica realizavam nos períodos da história nos quais ocorreram perseguição do povo, de suas práticas e de sua fé judaica.

historiografia acerca do Brasil Colônia: a inquisição foi permanente no país, ficando os inquisidores mais tempo em terras do Novo Mundo que o relatado comumente. (citar ano e paginação)

A presença feminina de judias conversas no Brasil Colônia, o que é o foco desse estudo, aparece essencialmente no livro *Inquisição: prisioneiros do Brasil, século XVI a XIX*, de Anita Novinsky, fornecendo uma visão abrangente sobre os penitenciados pelo Santo Ofício. Utilizando de fontes diversas, mas essencialmente os Livros dos Culpados, Cadernos do Promotor, Livro das Confissões, Livro dos Presos Pobres, Livro dos Presos Ricos, Lista dos Relaxados, Mandados não Cumpridos, Lista de Solicitantes, de Sodomitas, além de outros núcleos (NOVINSKY, 2009, pp. 28-30) provenientes do Arquivo da Torre do Tombo, esse trabalho da historiadora demorou décadas para ser finalizado, mas é, de longe, o arquivo mais completo já publicado sobre os acusados do Brasil no período colonial.

Esse levantamento histórico realizado por Novinsky (2009, p. 44) indica que dos “1.076 prisioneiros, entre homens e mulheres (excluídos os sem dados), 46,13% dos homens e 81,92% das mulheres foram acusados de judaísmo”. As mulheres representam 27,7% (ou seja, duzentos e noventa e oito) do total dos acusados, sendo que 231 (duzentos e trinta e uma) foram tomadas como cristãs-novas (77,51%) e, dentre estas, 222 (duzentos e vinte e duas) responderam pelo crime de judaísmo. (SCHETINI, 2016, p. 143)

As mulheres raramente na história tiveram sua persona ativa, ainda mais se tratando da coroa portuguesa. Dialogando com Gilberto Freyre (1950), não há como negar a essência do patriarcalismo no Brasil Colônia. Todavia, o processo inquisitorial foi um dos períodos históricos que mais registraram documentos sobre a voz feminina, embora distorcida. Carlo Ginzburg (1989) diz que o desequilíbrio entre réu e inquisidor era projetado conforme o processo era conduzido. Os documentos inquisitórios, portanto, dão visões sobre a religião, mas também sobre o universo comportamental e mental dos sujeitos.

Lina Gorenstein publicou sua tese de doutorado, com orientação de Anita Novinsky, denominada *A Inquisição contra as mulheres* (2005), a qual é um estudo de grande relevância sobre as cristãs-novas no Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XVIII. Nas produções historiográficas mais recentes, pode-se citar o estudo de Angelo Faria de Assis denominado *Macabeias da Colônia: crispojudaísmo feminino na Bahia* (2012) sendo de grande relevância a forma como o autor trata a chegada das mulheres judias conversas pelo mar e suas ações na Bahia. Há diversos trabalhos acerca da presença feminina cristã-nova na colônia, mas o que o presente trabalho se propõe em renovar é justamente focar nas representações dessas mulheres,



seguindo o proposto durante a graduação no TCC, uma vez que isso auxilia na compreensão dos reflexos contemporâneas acerca do feminino.

Chartier define que representação é um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é” (CHARTIER,1990, pg. 80). Já para Pesavento a representação converge com a de Chartier acerca do sentido de substituição quando diz que “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença.” (PESAVENTO, 2003, pg. 40), Com base nestes dois autores compreendemos que representação, na narrativa histórica, é uma construção intertextual acerca de um fato passado, uma vez que representar é apresentar de novo. A criação e a fantasia são âmbitos mais amplos do que o permitido ao historiador, porém a literatura continua sendo uma fonte ou documento, mas tendo nela a representação do que ela comporta, o que ela resgata e a representação do mundo que nela existe de forma narrativa (PESAVENTO, 2003, pg 117).

### **Metodologia científica**

As fontes que serão utilizadas para o desenvolvimento do projeto são quatro obras de autoria de Anita Waigort Novinsky: “*Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil – séc. XVIII*” (1978), “*Inquisição – Rol dos Culpados*” (1992), “*Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)*”, 2002, e “*Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes*” (2007), a qual escolheu trabalhar com fontes do período moderno entre os séculos XVI e XIX, trazendo as documentações do Arquivo Nacional Torre do Tombo, localizado em Portugal, em seus livros como forma de interpretação historiográfica. Os títulos selecionado para análise e revisão bibliográfica podem ser encontrados em bibliotecas e livrarias online, tendo suas edições em português.

Utilizaremos como método, para viabilizar a reflexão sobre os princípios da ciência histórica, a matriz disciplinar da história (RÜSEN, 1987, pg, 15), que corresponde à inter-relação sistemática de cinco fatores, necessários, cada um por si, e suficientes, no seu conjunto, para organizar o conhecimento histórico como processo cognitivo e, no caso desta pesquisa, para a análise historiográfica. Os cinco fatores possíveis de análise, são os seguintes:

- a) interesse pelo conhecimento: corresponde ao lugar social do historiador: identificaremos as motivações historiográficas e tematizar questões de identidade;
- b) perspectivas orientadoras: diz respeito às orientações teóricas que possibilitam

que o passado seja conhecido como história; portanto, por meio desse fator, identificaremos como a historiadora reporta-se ao passado, observando o tratamento dado por ela ao tempo, às mudanças, aos fatos históricos e aspectos que são contemplados;

c) regras metódicas: as formas pelas quais as experiências do passado foram inseridas nas perspectivas orientadoras através da pesquisa - essas foram definidas na pesquisa a partir da opção teórica/da concepção de história; esse elemento nos orientará à análise para a identificação das fontes utilizadas e das formas de sua utilização;

d) formas da representação historiográfica - que também é definida a partir da opção teórica/da concepção de história: em nossa análise, residirá na identificação e problematização das formas de representar a história, possibilitando que percebamos as representações de “mundo social” da autora presentes na narrativa, bem como as representações sobre a mulher e, a partir disso, problematizar a plausibilidade científica do conhecimento histórico;

e) função: diz respeito à didática da história, ou seja, à forma como o conhecimento histórico volta ao contexto sociocultural; quanto a este fator, nossa interpretação se deteve nos elementos constitutivos da identidade social;

Como perspectiva orientadora e reflexiva, tanto da pesquisa quanto da interpretação historiográfica, essa matriz disciplinar da história representa um modelo analítico estrutural no qual os cinco fatores estão inter-relacionados. Como diz Rüsen: “(...) interesses de conhecimento são traduzidos em perspectivas sobre o passado, que por sua vez fundamentam os princípios metódicos da pesquisa; o saber histórico obtido através da pesquisa poderá assim, uma vez formulado pela historiografia (isto é, endereçado a pessoas interessadas), desempenhar funções práticas de orientação (sobretudo na formação de identidade histórica)” (1987, pg 16).

Os procedimentos que adotaremos para a identificação e análise dos cinco fatores da matriz disciplinar da história, nas duas obras, podem ser sintetizados em três momentos: no primeiro, localizamos as obras, procedemos ao fichamento dos dados catalográficos individuais e do conjunto, elaboração de fichas para cada fator da matriz, com elementos específicos a serem identificados; no segundo, detivemo-nos no levantamento dos dados biográfico da autora, de suas motivações historiográficas; por fim, no terceiro momento, centramo-nos na justaposição e comparação relacional dos dados através de um registro da duas obras dos elementos identificados individualmente, sobre os quais lançamos nossa problemática, orientada por variáveis que se constituíram das perguntas formuladas para a investigação. (RÜSEN, 1987, pg. 17)

Precisamos, tendo isso em vista, explicitar as estratégias de trabalho que utilizaremos, qual seja a estratégia dialética. Consideramos que a estratégia analítica possibilita buscarmos os condicionamentos de opções circunstanciais e relações estruturais (RÜSEN, 1987, pg. 19), viabilizando que trabalheemos, por exemplo, a categoria sociedade moderna europeia e conceitos, como representação e identidade (mulheres e lugares socioculturais); historiografia (formas de representação do passado/formas narrativas, lugar social do historiador).

A outra possibilidade interpretativa, não contraditória, mas de orientação diferenciada, é a estratégia hermenêutica (RÜSEN, 1987, pg. 19-20), que nos possibilitará buscar informações das fontes capazes de elucidar os sentidos, as significações e as experiências subjetivas, viabilizando o trabalho com a categoria vida (sentido atribuído ao passado na narrativa, significação da narrativa no presente, valor simbólico das obras) e conceitos como identidade (identidade como processo de identificação/diversidade de elementos - “fatos” - identificatórios que a narrativa histórica traz; simbólico (signo - livro/narrativa - como significação - os valores e sentimentos que se revelam pela seleção e formas de apresentação de “fatos” na narrativa); imaginário social (implicações reais do uso do imaginário pelo uso da produção historiográfica para impor uma visão de mundo social do autor e para o grupo social e instituições ao qual está ligado).

### **Considerações finais**

Enfim, os livros, como símbolo, traduzem-se num lugar onde se articulam o social e sua representação, pois a memória enquadrada na escrita retorna ao cotidiano como um jogo político pela construção/reconstrução/manutenção de identidade social, nacional, regional e cultural. Assim, constitui um bem simbólico num jogo político pela manutenção da legitimidade do poder narrativo de três elementos: o autor dotado de poder cultural, pela capacidade de captar os movimentos históricos de seu tempo; os protagonistas representando as mulheres no contexto inquisitorial, e a sociedade moderna como marco da racionalidade moderna, o marco sistema simbólico da definição de lugar sociocultural, fruto de transformações materiais, mentais e definição de mundo social. Estes elementos correspondem à essência da memória narrada, que as unem pelo imaginário e representam a origem social de uma história, com várias questões, da apropriação cultural e social da mulher, como protagonistas na narrativa e do campo historiográfico, com as devidas fronteiras entre a ficção da autora e a realidade vivida por elas.

Dessa forma, a partir das especificidades das estratégias anteriormente elucidadas, bem como do problema definido para nossa investigação, será possível à interpretação

historiográfica, tendo como procedimento metodológico a estratégia dialética será possível avaliar/mapear as mudanças estruturais do pensamento histórico e historiográfico, como também abordar articulações do imaginário social e as redes de significações no contexto social.

## Referências

- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. 3. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 6º ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.
- GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 203-214, 1989.
- GORENSTEIN, Lina. *A inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia: a inquisição no Brasil*. 2. ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Inquisição: inventários de bens confiscados a cristãos novos: fontes para a História de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda; Livraria Camões, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Inquisição: prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX*. 2. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2009. 2. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jatay. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. reimpressão – São Paulo: Contexto, p. 17-38, 2007.
- RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã ocidental. In: NEVES, Abilio Afonso Baeta; GERTZ, René E. (Coord.) *A nova historiografia alemã - Diálogos Brasil - Alemanha nas Ciências Humanas*. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ufrgs/Instituto Goethe, 1987. p. 14-39
- SCHETINI JÚNIOR, Ademir. *Cristãos-novos no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo*. Epígrafe, [s.l.], v. 3, n. 3, p.137-155, 30 out. 2016. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v3i3p137-155>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/97435>>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- SIQUEIRA, Sonia Aparecida. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- SOUZA, Laura de Mello e. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”. In:

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, p. 17-38, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

## O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA A PARTIR DA LITERATURA REGIONAL

Ivoneides Maria Batista do Amaral (UFMT)  
Maurício dos Santos de Oliveira (UFMT)

**Resumo:** As discussões sobre os problemas que são vivenciados na educação básica nacional, estão presentes em inúmeros trabalhos acadêmicos, livros, nas pesquisas científicas e não serão resolvidos rapidamente. Dentre os vários problemas a articulação entre metodologias de ensino e as estratégias didáticas se apresentam como desafio para os docentes e discentes. Ato, ações, métodos, atividades que funcionavam no passado atualmente não surtem efeitos nos processos de ensino-aprendizagem, falta interesse, não há motivação, não existem significados nos processos de educação escolar e isto é um dilema. Portanto, como superar estes desafios? De que maneira se utilizam de metodologias de ensino para dinamizar os atos de ensino-aprendizagem? A resposta aos questionamentos só virá com muita dedicação e trabalho de professores, professoras, alunos e alunas. O que propomos neste artigo é justamente o estudo de metodologias de ensino para criar maneiras de oferecer o ensino com significados aos discentes. As metodologias de ensino agenciam o estudo dos procedimentos, dos caminhos a trilhar com a intenção de atingir uma finalidade um objetivo, desta forma, os profissionais da educação e principalmente os professores e professoras de história e de geografia precisam direcionar, nortear os procedimentos de ensino-aprendizagem em função dos objetivos propostos nas ações educativas. Ademais, os docentes devem se inteirar das metodologias de ensino e traçar, desenvolver ações didáticas e estratégias para que o ensino e aprendizagem ocorram aliando teoria e prática, metodologias e táticas, assim, propõem reflexões de como combinar o ensino de geografia a partir da literatura regional.

**Palavras chave:** Ensino; Literatura; Metodologia.

### Introdução

Na proposta do artigo sobre O ensino de história e geografia a partir da literatura regional iremos utilizar das representações da cidade na literatura de Mato Grosso, almejando analisar e entender como se estabelecem os conceitos de cuiabanidade e quem são os responsáveis por despertar os sentimentos de pertencimento e afeto pelo município. A partir da análise de obras dos autores regionais é possível vislumbrar uma produção literária riquíssima, que representa em grande estilo a cidade e suas particularidades. Fonte de inspiração para o ensino de geografia e história na educação básica nacional.

Através deste cânone literário de grandes mestres da literatura regional do século XIX e XX, como D. Aquino Corrêa, José de Mesquita, Corrêa Filho, Silva Freire, Maria de Arruda Müller e muitos outros que compõem o conjunto de escritores, poetas, compositores, há a oportunidade de conhecermos acervos literários que podem proporcionar a imersão no universo da cuiabanidade, levando os leitores a uma viagem prazerosa por meio da literatura.

Nas colaborações das geógrafas PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE (2017, p. 237), “a literatura dá prazer. A palavra é importante. Como se tem prazer ao sentir a harmonia de um quadro ou de uma música”, assim, por meio da literatura conhecemos a arquitetura, os hábitos, as músicas, as danças, a culinária, as paisagens, os significados da cidade.

Como afirma ROMANCINI (2005a, p.15) “estudar a paisagem de Cuiabá é mergulhar no mundo de significados que um olhar sobre a cidade revela a importância de sua riqueza cultural, as heranças acumuladas”, será por meio da literatura que contemplaremos fatos que caracterizam a cidade.

As geógrafas PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE (2017, p. 236) ressaltam que “a literatura é fonte de prazer, mas não é só isso. É igualmente o modo de conhecer o mundo. Nós não teríamos condições de conhecer o mundo, o todo da vida dos homens, apenas no curto período de tempo de nossas vidas”, assim, temos nas obras literárias a oportunidade de conhecer o passado e projetarmos o futuro.

Porém, como mergulhar nas representações literárias da cidade, com as dificuldades impostas pelas condições de pandemia, causadas pelo novo coronavírus? Existe a necessidade de atentarmos a novos procedimentos metodológicos na produção de uma pesquisa ou mesmo um artigo. Segundo MORIN (2020, p. 43), “o momento histórico extremamente grave que atravessamos está cheio de desafios”, portanto, novas atitudes metodológicas tornam-se necessárias a todas as atividades desenvolvidas pelas populações.

De tal modo, buscamos em arquivos pessoais, livros compartilhados, indicações bibliográficas, periódicos, livros digitais, endereços eletrônicos, as informações, os levantamentos necessários à produção desta pesquisa.

Oxalá pudéssemos obter tais informações em bibliotecas, em instituições como a Casa Silva Freire, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso ou a Academia Mato-grossense de Letras, promovendo o contato com outras pessoas, conversando, interagindo, vislumbrando as paisagens, passando pelas ruas e praças, pois, de acordo com LEFEBVRE (2001, p.51) “a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes [...], sua história”, assim, viveríamos e promoveriam esse contato social que a vida na cidade nos permite.

### **O ensino de história e geografia a partir da literatura regional e as representações da cidade na literatura de Mato Grosso**

Aos 302 anos Cuiabá se configura como uma das mais importantes cidades do país e com a representação do *agribusiness* a capital de Mato Grosso atualmente é destaque no panorama nacional e internacional. Aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais assemelham-se a outros grandes centros urbanos do Brasil. O consumo diversificado e sofisticado de bens e serviços, acesso a novas tecnologias, o crescimento urbano, a modernidade proposta pelo século XXI, assim como a arte, a acultura se ampliam constantemente.

No entanto Cuiabá, guarda características de cidade interiorana, tais características foram sendo incorporadas ao longo de três séculos de existência e a literatura<sup>248</sup> é em grande parte responsável por registrar e ampliar estes predicados. As diversas qualidades da cidade são motivos de inspiração para muitos artistas, especialmente escritores e Cuiabá tem inúmeros requisitos para ser fonte de inspiração.

Entre os múltiplos escritores que têm a cidade como inspiração estão os cuiabanos Francisco de Aquino Corrêa ou D. Aquino Corrêa e seu meio irmão por adoção José de Mesquita. Eles mesclam seus intentos políticos e literatos ao sentimento de produção cultural, voltado à construção de regionalismo que aplicava de acordo com a conveniência da elite local, estabelecida em Cuiabá. A produção de um imaginário sertanista, foi o condutor primeiro e principal da integração nacional dos bravos e destemidos bandeirantes paulistas, ao regionalismo local, ligada às famílias tradicionais. A construção do ideário cuiabano em cenário regional e nacional, pautou-se na dualidade de enaltecer os bandeirantes, tidos como homens brancos, e esmaecer a contribuição indígena e africana no programa cultural que surgia na literatura produzida em Mato Grosso, especialmente a cuiabana. De acordo com as colaborações de MAHON (2021a, p. 52):

Seja ou não considerado o nascimento da literatura regionalista mato-grossense, um conceito amplamente instável e sujeito a constantes revisões, o projeto indentitário da dupla Aquino-Mesquita usava amplamente a geografia local para ambientar a cena romanesca e poética da literatura produzida no princípio do século XX.

Aquino-Mesquita são fundamentais na representação da cidade por meio da literatura mato-grossense, tendo o cuidado de observar a história e a geografia local, são considerados os responsáveis pela gênese da literatura regionalista no Mato Grosso.

O arsenal simbólico construído por Francisco de Aquino Corrêa e José de Mesquita, dentro e fora do poder público e das instituições culturais, cunhou profundamente o imaginário mato-grossense acerca da intelectualidade cuiabana... Surge o conceito de cuiabanidade. (MAHON, 2021a, p. 60)

<sup>248</sup> A arte, e, portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade (CANDIDO, 2016, p.56).



Este arsenal simbólico edificado por Aquino e Mesquita tem na cuiabanidade particularidades que a cidade traz arraigada em sua história, conforme a análise realizada por Mahon:

A cuiabanidade é a sensação de pertencimento, ligação telúrica com a ancestralidade cuiabana, mesmo que por adoção. Trata-se ademais, de uma postura cívica de defesa das tradições, um posicionamento público em favor da manutenção dos privilégios da cidade e uma afirmação intelectual de absoluta centralidade. Comporta, portanto, a identidade que costura o encadeamento de gerações. (MAHON, 2021a, p. 61)

A cuiabanidade é assinalada por sua história, sua geografia, seus jeitos, sujeitos, modos, ações, costumes, hábitos de uma população, tais, idiossincrasias quando imortalizados por meio de publicações, assinalam a origem da literatura regional. Esse regionalismo literário proporciona a sensação de pertencimento e afeto por Cuiabá.

Afeto visto até hoje em manifestações artísticas pela cidade, justamente porque de acordo com ROMANCINI (2005a, p. 32) “a vida palpita nos poemas, nas crônicas, nas canções e nas pinturas, que extrapolam os salões de artes e ganham às paredes dos edifícios, os ônibus, os viadutos e mercados públicos”, essa é Cuiabá repleta de cuiabanidade.

Aquino-Mesquita identificam na terra elementos temáticos: água, paisagem física e emocional da cidade de Cuiabá e esporadicamente do Estado, festividades, costumes, as famílias tradicionais e as lendas regionais. Estes elementos ora eram desejados e recebiam odes poéticas, ora execrados por constituir um impedimento à modernidade. Daí, a criação do mito de “isolamento” da Capital, inviabilizando uma configuração nacional e sem atributos de modernidade.

Vale lembrar que a produção literária, somente seria produzida pelos cuiabanos, não havia qualquer espaço e ou menção para a produção da outra metade de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul, que constantemente lutava para o desmembramento territorial de Mato Grosso, justificando o atraso de Cuiabá, os poucos recursos destinados ao sul, bem como o não acesso ao poder político. Como afirma MAHON (2021a, p. 107): “o Sul do estado foi seguidamente silenciado em detrimento ao poder central de Cuiabá”.

A unicidade era desejada por Cuiabá, mas não partilhada no programa, mesmo para a cidade de Corumbá que mantinha estreita ligação com Cuiabá. Tanto pelas mesmas famílias tradicionais como pelo comércio via fluvial do Rio Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. O movimento nativista, de imaginário cuiabano e mato-grossense, para mascarar a diminuta cartografia urbana da cidade provinciana e acanhada de Cuiabá, da primeira metade do século

XX com uma baixa ocupação populacional e uma imensidão de natureza, transmutada em paraíso.

Em 1915, a navegação fluvial começou a declinar após a inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru a porto Esperança na margem esquerda do rio Paraguai. As viagens passaram a ser realizadas combinando o transporte fluvial e ferroviário. De Cuiabá a Porto Esperança, a viagem era realizada em embarcações a vapor, de Porto Esperança a Bauru, São Paulo ou Rio de Janeiro de trem. (ROMANCINI, 2005a, p. 39)

Ainda, segundo Romancini, citando Cardozo (1988) o norte mato-grossense passou por fase difícil entre 1920 e 1950, não conseguindo acompanhar o desenvolvimento proporcionado pela ferrovia no sul do Estado, que favoreceu a cidade de Campo Grande. Tais fatos acirram o ressentimento de “abandono e isolamento” do estado de Mato Grosso pelo Governo Federal da primeira fase da República Federativa do Brasil. Assim escritores como Aquino, Mesquita, Estevão de Mendonça, Ulisses Cuiabano, Franklin Cassiano, Lamartine Mendes e João Cunha tomaram como missão na primeira metade do século XX, em enaltecer a cidade de Cuiabá, os feitos de seus moradores mais ilustres, heróis paulistas e a natureza como princípio de grandeza, marcadora de imaginário pródigo.

### **Aquino-Mesquita e a cuiabanidade**

Aquino e Mesquita são considerados baluartes da reprodução e representação da cidade evocada na literatura regional, promovida na identidade da elite local. Seus costumes, vestimentas, sobrenomes das famílias tradicionais e atividades políticas, sempre exaltando o fantástico e o belo.

Estes escritores são fundamentais na construção de obras literárias que mostram as relações humanas e a cidade de forma extraordinária e fantástica. Através de seus registros eles construíram a imagem de uma cidade maravilhosa, com a população festeira, alegre, parece não haver os problemas.

De acordo com PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE (2017, p. 235): “as relações humanas existentes na sociedade contemporânea são expressas muitas vezes, na literatura do século XX, por meio do gênero fantástico. O fantástico, o extraordinário está em nosso cotidiano”, assim temos na literatura a interpretação de uma realidade cheia de fantasias longe de problemas e dificuldades. Aquino-Mesquita trazem justamente isto com a representação da cidade e da cuiabanidade.

## Dom Francisco de Aquino Corrêa

Dom Francisco de Aquino Corrêa, cuiabano nascido às margens do Rio Cuiabá em 02 de abril de 1885, é uma personalidade ilustre na religiosidade, na política e na literatura do Estado de Mato Grosso, segundo SILVA (2015, p. 13):

Dom Francisco de Aquino Corrêa é, marcadamente, uma figura ilustre bastante lembrada na cultura mato-grossense, não somente pela composição poética que enriqueceu a literatura de seu estado, como também pela personalidade histórica que se formou, enquanto homem da Igreja e da Política. Com apenas 29 anos, ascendeu ao episcopado e, pouco tempo depois, com 32 anos, já era governador de Mato Grosso de 1918 a 1922.

Na produção de suas obras D. Aquino, com aspiração pelo estilo parnasiano, prefere utilizar-se do verso alexandrino<sup>249</sup>, onde ele busca cultivar o belo, escrevendo principalmente sobre os encantos de Mato Grosso e sua terra natal.

O romantismo, com a forte carga de individualismo desiludido, o intimismo sensual e propensão para o autoextermínio nos casos de desilusão amorosa foi taxativamente afastado por D. Aquino Corrêa. Como resultado desta escolha, o religioso referiu eleger a estética do verso alexandrino e suas variantes, mirar a beleza erudita do neoclássico como padrão a ser seguido e, ao mesmo tempo, saudar um futuro de progresso para Mato Grosso. (MAHON, 2021a, p. 50)

D. Aquino atuou como político, arcebispo, poeta e escritor, entre tantas ações ele fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1919, e a Academia Mato-grossense de Letras em 1921. As instituições fundadas por D. Aquino, com forte influência do estilo literário do parnasianismo<sup>250</sup>, salvaguardou a memória do Estado, estimulando numerosas ações culturais. De acordo com SILVA (2015, p. 13):

Uma primeira leitura da obra de Dom Aquino já aponta para uma poética de rigor formal, com versos medidos, construídos pela palavra lapidada, ao gosto do estilo parnasiano. Na estrutura dos poemas, o autor mobiliza as formas fixas da poesia lírica, tais como o soneto, a elegia, a ode, o hino e a canção. Nessas composições evidencia-se a influência de autores clássicos, como Virgílio, Horácio, Camões, entre outros. Contudo, o poeta de inspiração clássica não se restringe ao olhar objetivo do parnasiano. Dom Aquino enaltece a terra mato-grossense e a pátria de modo subjetivo, fazendo da religiosidade sua maior inspiração. O empenho religioso redireciona a

<sup>249</sup> O verso alexandrino é uma criação Francesa. Escreve Quitard: Este verso chama-se alexandrino, por ter sido metodicamente empregado na composição do famoso Roman d' Alexandre lê Grand, poema começado no século XII por Lambert Licors, de Châteaudun, e continuado por Alexandre de Bernay, trovador normando do mesmo século. Assim o seu nome é uma dupla alusão ao nome do herói e ao do trovador. Disponível em: <https://descansodasletras.forumeiros.com/t4-o-soneto-alexandrino>. Acessado em: 13 abril 2021.

<sup>250</sup> Parnasianismo é uma escola literária que surgiu na França em meados do século XIX, que tinha como objetivo a criação de "poesias perfeitas", valorizando a forma e a linguagem culta, e criticando o sentimentalismo do Romantismo. Os parnasianos valorizavam o positivismo e a ciência acima de qualquer outro sentimento humano; buscavam incessantemente a criação de uma rima perfeita, utilizando um vocabulário culto e construções textuais complexas. Disponível em: <https://www.significados.com.br/parnasianismo>. Acesso em: 13 abril 2021.

composição poética para a subjetividade que o aproxima dos temas que canta em verso.

A obra de D. Aquino Corrêa está imortalizada na literatura nacional e regional, com contribuições, na arte, na cultura, na política e na religiosidade.

### **José de Mesquita**

Mesquita, nas palavras de MAHON (2021a, p. 56), “foi um homem do seu tempo, ligado no positivismo da virada do século XX, suas obras descrevem um tipo cuiabano e mato-grossense”. Ao lado D. Aquino Fundou a Academia Mato-grossense de Letras, José Barnabé de Mesquita, nasceu a 10 de março de 1892, em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, entre as inúmeras habilidades destacamos o poeta, o historiador, o jornalista e professor, além de procurador e desembargador do Estado.

Mesquita é uma grande personalidade da literatura regional e nacional, sua obra literária tem dezenas de discursos, crônicas memorialistas, ensaios acadêmicos, muitos registros históricos e memoriais biográficos, Eduardo Mahon em Contos Escolhidos de José de Mesquita, relata:

Mesquita queria aclimatar a literatura de períodos anteriores, sobretudo substituindo a temática estrangeira pelo aspecto prosaico da vida cuiabana e mato-grossense. Por isso, escreveu epopeias abrasileiradas com as cores sertanejas e contos em que registrou acontecimentos do século XVIII e XIX, as festas de santos, a elite cuiabana e o sertanejo livramentense, poconeano, vilabelense, lendas urbanas e histórias de fantasma, todo o imaginário com o qual o escasso público leitor pudesse se identificar afetivamente. (MAHON, 2021b, p. 13)

As contribuições de Aquino e Mesquita são fundamentais para despertar os sentimentos de afeto e pertencimento, valorizando a cidade. Escrevendo sobre os hábitos, os costumes, suas tradições, contemplando a paisagem geográfica e os aspectos históricos, especialmente delineando a população, como registra ROMANCINI (2005a, p.32) “a cidade de Cuiabá é privilegiada pelo espírito alegre, festivo e artístico de sua população”.

Do linguajar cuiabano, passando pelos casarões com os grandes quintais cheios da natureza, mostrando a fé e a devoção, a hospitalidade de um povo simples, com espírito festeiro, Aquino e Mesquita construíram um conjunto de obras com valor inestimável à literatura mato-grossense.

Assim, a essência presente nas obras, segundo MAHON (2021a, p. 76) “o foco foi a imagem cuiabana, as memórias, as músicas, a comida, a dança, as personalidades, as festas e

os acontecimentos que passavam por Cuiabá”. Estes autores se tornaram referências para outros escritores.

A geração seguinte à dupla Aquino-Mesquita capitalizou apoio intelectual na esteira da ufania dos predecessores. Louvor a capital mato-grossense passou a ser o código-chave para o ingresso nas instituições culturais de prestígio fundadas no século XX e de relacionamento com a tradição imagética centrada na noção de cuiabanidade. (MAHON, 2021a, p. 65)

Não foi fácil para Aquino e Mesquita, tecer o cânone literário mato-grossense, de acordo com MAHON (2021a, p. 91) “o sentimento de cuiabanidade foi forjado ao longo de uma trajetória de percalços”, dentre estes percalços a hegemonia da capital foi questionada pelos políticos do sul do Estado, assim, não era fácil para Aquino e Mesquita idealizar a cuiabanidade.

Após ser elevada à capital, em 1835, Cuiabá foi diversas vezes ameaçada em sua hegemonia por políticos do sul do Estado, até que, com ao advento da planificação da ditadura brasileira, enfim, operou-se a divisão do Estado de Mato Grosso, em 1977. Tantas vezes derrotada nos embates legislativos, a aristocracia sul-mato-grossense viu-se contemplada sem aviso prévio. Essa reordenação geopolítica deu-se concomitantemente ao ápice do fluxo migratório em busca de propriedades rurais para impulsionar o agronegócio. (MAHON, 2021a, p.92)

Com a divisão do Estado a hegemonia da capital não era mais um percalço ao projeto de Aquino e Mesquita na promoção da cuiabanidade, no entanto, essa nova organização geopolítica efetiva-se no intuito de ocupar o norte de Mato Grosso e promover o agronegócio. Assim, a vinda dos imigrantes principalmente da região Sul do Brasil, causa outro percalço, a xenofobia<sup>251</sup>, segundo MAHON (2021a, p. 92):

Muito embora o sentimento de cuiabanidade já estivesse contaminado o meio intelectual e fundiu-se ao cânone literário pela força da produção da dupla Aquino-Mesquita, foi a partir da onda migratória que a “cuiabanidade” ganhou foros de defesa da terra, assumindo um formato xenofóbico. A radicalização era, curiosamente, o que menos queriam os fundadores das agremiações culturais de Mato Grosso.

Inquestionavelmente, D. Aquino e José de Mesquita jamais imaginariam que seus relatos, sua obra, a cuiabanidade se tornaria tão radical com os imigrantes, principalmente os sulistas vindos através dos programas do governo no processo de expansão territorial e agrícola, a ideia era contrária à radicalização, como esclarece MAHON (2021a, p. 48):

<sup>251</sup> A palavra xenofobia vem do grego, da articulação das palavras xénos (estranho, estrangeiro) e phobos (medo), significando, portanto, o medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e a profunda aversão ao estrangeiro. Ela implica uma desconfiança e um preconceito em relação às pessoas estranhas ao território, ao meio, à cultura a que pertence aquele que julga, que observa, que se considera como estando em seu lugar (ALBUQUERQUE, 2016, p.10).

A missão de Aquino era estabilizar um território em contínua crise, desde a proclamação da República, e definir o que seria Mato Grosso. Cantar a geografia natal, a formação étnica do povo, o processo histórico fundacional, pela luz do ufanismo da aventura bandeirante, romantizando o contato entre conquistados e conquistadores era o veículo de expressão indissociável do padre escritor.

A identidade cuiabana construída pela dupla Aquino-Mesquita através de narrativas orais e especialmente escritas em periódicos, discursos, crônicas, ensaios acadêmicos, registros históricos, biográficos, tornam-se importantíssimas às gerações futuras. Através da literatura eles caracterizam a cidade e o cuiabano, descrevendo as paisagens urbanas e naturais, passando pelas tradições hábitos e costumes, definindo a identidade local.

Essa identidade que marca a cuiabanidade vem da caracterização do tipo cuiabano, seus hábitos, costumes e tradições, caracterizados pelos aspectos históricos e geográficos. O tipo cuiabano, segundo FRANCO (2007, p. 62, apud CORRÊA FILHO 1922, p. 253):

A esses primeiros índios e mamelucos somaram-se portugueses legítimos e negros, ressaltando que “a finura e a vivacidade de espírito denotavam características portuguesas, ou seja, o traço superior, a inteligência, era legado do europeu. Assim, da fusão dessas raças, em que cada qual contribuiu com as suas qualidades peculiares, em maior ou menor dose para a formação da mais legítima estirpe dos bandeirantes, que povoou Mato Grosso. Forjou-se “o tipo cuiabano”, em outras palavras, aqueles que deram origem a história de Mato Grosso.

Portanto, o tipo cuiabano é fruto da miscigenação destas raças, dando à população regional identidade única, vem daí a primeira caracterização da cuiabanidade. De acordo com MAHON (2021a, p. 95) “definir-se cuiabano é, antes de tudo, excluir outra identidade”. O cuiabano se vê como único, suas características do linguajar até seus hábitos culinários, a religiosidade, o cotidiano marcam sua gênese. Bourdieu (1989, p. 117) relata que a identidade é um “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros”, o cuiabano é reconhecido pelos outros grupos, justamente pelas particularidades que o constituem.

### **A romanização da imagem**

Não há dúvidas que todo o arcabouço literário tecido por D. Aquino e Mesquita, influenciou muitos outros escritores. A valorização da identidade nativa se tornou ponto principal para inúmeras obras literárias. A cidade, sua população, a história, a geografia eram fonte de inspiração, evidenciando o afeto, o amor e o orgulho de ser cuiabano. No entanto, os contemplados com a criação literária eram os que pertenciam às elites, os que detinham o poder.

Entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período que parte das obras foram escritas, no sentido de mostrar a identidade mato-grossense ao país e sobretudo

manter a hegemonia cuiabana, a população menos favorecida não tinha acesso à literatura, pois não era alfabetizada, assim, todo o trabalho, toda a produção literária atendia às elites.

A romanização da imagem de Mato Grosso, a partir da exaltação das qualidades locais, atende interesses políticos e econômicos da época. A elite mato-grossense, cuiabana desejava manter sua hierarquia. MAHON (2021b, p. 16) em suas análises sobre José de Mesquita, no conto “A porta da Igreja”, afirma existir uma organização entre as classes e o poder que era retratado na literatura de forma paternalista.

Ao contrário do que se lê comumente em autores regionalistas de outros locais, o poder não é retratado como opressor e sim de forma paternalista, reclamando-se maior presença dele nas terras esquecidas do sertão brasileiro. No conto *A porta da igreja*, o autor descreve a efervescência da cidade em dia de cavahada e a evidente distância social na distribuição da praça pública. No entanto, não se vê em Mesquita qualquer questionamento ou mesmo enfrentamento de classe, mas uma organicidade harmoniosa e funcional.

Assim, as produções da época seguiam na exaltação do belo, do perfeito, Mato Grosso e Cuiabá era fruto de sucessos dos desbravadores, era o orgulho nacional. A romantização em versos e poesias narravam a convivência entre conquistados e conquistadores de forma passiva. Como relata Mesquita:

Viam-se ali os negociantes abastados, os homens de leis e letrados, os membros de alta milícia, dos corpos de ordenanças e dragões, os “republicanos”, os representantes da primeira nobreza, da vereança, do senado, da câmara e as pessoas ligadas ao mundo oficial pelos laços da amizade ou da subserviência. Embaixo dos camarotes ficava a plebe, a gente do povo taverneiros, meirinhos, negros forros, mulherio, participado todos da mesma ansiosa expectativa pelo início das corridas. Zumbia a vasta colmeia, incessante ruído, que de hora em hora aumentava paulatinamente. Comentava-se o traje dos que chegavam, as pessoas que não pareciam, os namoros e as últimas novidades da terra. Num camarote todo azul e branco, lindamente ornamentado, junto ao palanque central do “imperador”, a família de Aires Moutinho se instalara havia alguns minutos quando os rojões anunciaram a aproximação do cortejo. (MESQUITA, 1927, p. 8 apud MAHON, 2021b, p.16):

A partir deste fragmento do conto, *A porta da igreja* de 1927, observamos que José de Mesquita narra um momento onde se encontravam em um mesmo local, a nobreza, as autoridades políticas, militares, a elite, seus amigos e subservientes, bem acomodados nos camarotes e embaixo a plebe, os trabalhadores, negros alforriados, o povo simples. O conto tenta passar a ideia de normalidade entre as classes, assim, a população de desclassificados da sociedade encontrar-se em um mesmo lugar da elite, é privilégio do paternalismo coronelato local.

Percebe-se também no romance “Piedade”, de Mesquita, muito provavelmente ambientado na década de 1920, a mesma descrição vaga e sem questionamento de segregação espacial, descrita na localização à esquerda no fundo do Cemitério da Piedade, onde enterravam os ex-escravizados e pessoas de poder aquisitivo baixo (MESQUITA, apud MAHON, 2021b, p.100).

Dirigindo-se o grupo depois de ter deixado sobre o jazigo as flores trazidas, a procura de outra campa silenciosa, junto ao muro do fundo, que apenas uma cruz de madeira singela identificava no meio das sepulturas rasas e sem nome que a cercavam. Dormia ali a querida Mãe Roberta [...]

Na sequência encontram um cortejo na avenida central do cemitério e indagam as moças que levavam o caixão de onde é a morta? Obtêm como resposta gente lá das bandas do Areão. Bairro declaradamente de pessoas trabalhadores e de poucas posses. Ainda, perguntam de que morreu a moça? Obtendo como resposta – Sei lá...respondeu, num muchocho a outra, uma rapariga esguia, alta, meio amulatada, diz que foi da tal gripe. Na mesma sequência de indagações de quem era filha? Que de pronta resposta – Da Joaquina Pacupéva... mulher vinda do seringal do norte.

Nesta breve descrição percebe-se o descaso, com a morte, em como o mal que a acometeu e a falta de um sobrenome materno e da morta, bem como preconceito para com o lugar de moradia.

Assim, Mesquita, e muitos outros escritores regionais, descrevem algo que remete a tranquilidade sem problemáticas, questionamentos ou enfrentamentos de classes. Tais ideias repetidas diversas vezes em muitas produções representam uma sociedade quase perfeita.

### **Considerações finais**

Entender a dinâmica literária na consolidação da cuiabanidade e de que maneira os sentimentos de orgulho e pertencimento são construídos relacionando-se com a cidade, seu povo e suas tradições, mesmo após três séculos de história é algo importantíssimo. A pesquisa realizada sobre as representações da cidade na literatura de Mato Grosso, proporcionou a análise e logo a compreensão de como Cuiabá se tornou tão presente nas obras literárias.

O regionalismo expresso por esse excelente cânone literário ocasionou um efeito cascata na composição artística municipal, permeando a literatura, a música, passando pelas pinturas com temas regionais espalhadas pelos muros, viadutos, postes, prédios de Cuiabá. Até mesmo os “paus rodados”, aqueles que vieram para nossa cidade por inúmeros motivos, rapidamente passam a sentir-se parte da cuiabanidade, pela hospitalidade e tantas outros



atributos que existe em nosso município.

Esse regionalismo exaltando a defesa dos hábitos, a valorização das características da população nativa é algo sempre presente no cotidiano regional, mesmo diante das dificuldades sociais, econômicas, do abandono dos poderes públicos na execução de suas funções.

Conhecemos os problemas enfrentados pela capital, mas as reflexões neste artigo são sobre as coisas belas, fantasiosas, proporcionadas pela representação da cidade na literatura.

A produção desta investigação sobre a cuiabanidade, leva-nos a perceber como o regionalismo, que se fundamenta nos hábitos tradicionais e costumes locais, caracterizando as populações. Agora é possível compreender de onde esses sentimentos por Cuiabá surgem e o mais importante, temos a oportunidade de apreciar e transmitir os sentimentos por nossa “Cidade Verde”.

### Referências

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via: lições do corona vírus*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MAHON, Eduardo. *A literatura contemporânea em Mato Grosso*. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2021a.

\_\_\_\_\_. *Contos escolhidos de José de Mesquita*. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2021b.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. *Para ensinar e aprender geografia*. 1ª ed. São Paulo. Cortez 2007.

ROMANCINI, Sonia Regina. *Leituras do cotidiano urbano em Silva Freire*. In: LEITE, Mário Cezar Silva (org.). *Mapas da Mina*. Cuiabá: Cathedral publicações, 2005a. p. 181-192.

\_\_\_\_\_, *Cuiabá: paisagens e espaço da memória*. Cathedral publicações. Cuiabá-MT 2005b.

SILVA, Rosana Rodrigues da; COCCO, Marta Helena. (orgs.) *Nossas vozes, nosso chão: clássicos da literatura produzida em Mato Grosso*. Antologia poética comentada. 2. ed. Caceres: Ed Unemat, 2015.

## O PELEADOR VALENTE: AS IMAGENS DOS GAÚCHOS NA GUERRA DE CANUDOS

Jacqueline Ahlert, PPGH/UPF

**Resumo:** Nas fotografias de Flávio de Barros, únicos registros visuais da Guerra de Canudos, a presença de militares gaúchos é expressiva. Este artigo traz algumas considerações sobre as representações dos sul-rio-grandenses relativas às manifestações de códigos culturais de pertencimento relacionando-as com outros indícios históricos. Neste sentido, tem por objetivo a análise de aspectos da mensagem fotográfica composta esses combatentes no conflito. Considerando o princípio da intertextualidade, a interpretação das imagens transcorre em diálogo com as representações literárias, relativas ao recorte, realizadas por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. Por meio da decodificação sígnica de elementos presentes nas fotografias é possível verificar códigos de comportamento e representação social e identitária dos gaúchos na campanha de Canudos. As fotografias ilustram a ideia da guerra como ato cultural, mais que político e econômico. Representam indivíduos que se consideravam membros de uma espécie de guilda, em cujos regulamentos, leis e condutas era atribuída ao espírito da guerra uma posição elevada.

**Palavras-chave:** Guerra de Canudos, fotografia, gaúchos.

A Guerra de Canudos esteve inserida no contexto do conturbado período que sucedeu a queda da monarquia e a primeira década de instalação do regime republicano. Ocorrida no interior da Bahia, entre novembro de 1896 e outubro de 1897, contrapôs as unidades do Exército da República e os sertanejos moradores do arraial de Canudos, seguidores de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro.

Religião e política estiveram imbricadas nas motivações e justificativas do ataque a Canudos. Depois de três derrotas sucessivas dos militares brasileiros, a importância do conflito agigantou-se e subjugar o arraial dos “jagunços incultos” passou a ser um fator de fundo honroso para o governo federal. A quarta expedição, de caráter retaliatório, teve os militares gaúchos entre os principais agentes da concretização das palavras pronunciadas pelo presidente Prudente de Moraes: “De Canudos não ficará pedra sobre pedra, para que não mais possa se reproduzir aquela cidadela maldita”.

A presença de militares gaúchos<sup>252</sup> foi expressiva nos registros fotográficos da guerra realizados por Flávio de Barros. Relacionados intertextualmente com outros indícios históricos e, por meio da decodificação sígnica de elementos neles presentes, é possível verificar códigos culturais de pertencimento e comportamento e de representação social e identitária dos gaúchos na Campanha de Canudos.

<sup>252</sup> A identificação de gaúchos é utilizada no sentido de um pilchamento, indumentária típica, a exemplo da bombacha, que foi usada como parte do uniforme do exército nacional pelas tropas do Rio Grande do Sul empregadas na campanha contra os conselheiristas. Não se usa o termo no sentido histórico e sociológico de um grupo social ou, ainda, referindo-se exclusivamente a indivíduos que nasceram no Rio Grande do Sul.

## **A quarta expedição**

As duas primeiras expedições militares contra Canudos foram comandadas pelo governo da Bahia. Diante do fracasso de ambas, foi convocado o coronel Moreira César, conhecido pelo epíteto de *Corta-Cabeças*, para estar à frente da próxima expedição, composta por 1.200 homens, seis canhões Krupp, cinco médicos, dois engenheiros militares, ambulâncias e um comboio cargueiro com munições de guerra e víveres.

O paulista Antônio Moreira César (1850-1897) era uma das figuras centrais do florianismo. Fora ele quem, na Revolta Federalista centralizada em Santa Catarina, determinou prisões e fuzilamentos sumários de civis e militares em resposta à rebeldia federalista. “Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante” (CUNHA, 2001, p. 424).

As tropas da terceira expedição invadiram o arraial em 3 de março de 1897. A investida foi mais uma derrota dos militares e decorreu na morte do coronel, considerado um “herói” do exército brasileiro. As falhas de Moreira César teriam sido o desconhecimento do terreno e da posição e capacidade dos adversários, o emprego da artilharia num bombardeio contraproducente e o uso da infantaria num ataque a baioneta no centro entreverado da cidade de Canudos.<sup>253</sup>

Diante dos fracassos, a quarta expedição passou a ser competência do governo federal. Prudente de Moraes estava afastado por enfermidades e Manuel Vitorino o substituíu. Ao tomar posse foi nomeado Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo, florianista ardoroso, que compôs uma ofensiva comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, simpático aos seus ideais.

Foram mobilizados cerca de vinte batalhões de diversos estados brasileiros. Estrategicamente, Artur Oscar dividiu-os em duas colunas, lideradas pelos generais-de-brigada Cláudio de Amaral Savaget e João da Silva Barbosa.

## **As representações**

Neste patamar dos acontecimentos, as notícias que chegavam ao centro do país sobre o levante sertanejo de Canudos eram confusas e admitiam a hipótese de uma conjuntura monarquista agindo nos sertões da Bahia. Houve retaliação a imprensa sob a acusação de sensacionalismo alarmista frente aos fatos.<sup>254</sup> Nesta conjunção, Euclides da Cunha partiu como emissário encarregado de “esclarecer” o

<sup>253</sup> Ver: BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar: 1809-1889 e Antecedentes*. Porto Alegre: Qualidade – Impressão Gráfica, 1994, vol. I.; e MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Editora Parma, 1981.

<sup>254</sup> Informações mais detalhadas sobre a censura de notícias especulativas referentes a Guerra de Canudos

problema. Os telegramas e relatórios enviados pelo escritor tornaram-se posteriormente a obra póstuma *Os Sertões*, publicada em 1902, lido ainda hoje como “o livro de Canudos”.<sup>255</sup>

A guerra esteve entre os primeiros acontecimentos especificamente nacionais a ter uma cobertura jornalística regular. Os principais jornais brasileiros enviaram correspondentes ao sertão baiano. Dentre eles, o *Jornal do Comércio* enviou o jornalista e tenente reformado Manoel Benício; e o *Estado de São Paulo*, o seu redator, o capitão honorário do exército, Euclides da Cunha. Os periódicos, com esta iniciativa, inovaram em termos de publicações jornalísticas de guerra, inspirando-se nas reportagens da Guerra Civil Norte-Americana (1861-1864) e no trabalho do escritor britânico Rudyard Kipling, correspondente do *The Friend* da Grã-bretanha.

Numa oportuna complementaridade cronológica, Manoel Benício esteve em Canudos de 24 de junho até o início de setembro de 1897, e, Euclides da Cunha, a partir da segunda quinzena de setembro, permanecendo até o final da guerra.

Manoel Benício fora convidado pelo general Artur Oscar a retirar-se do campo de batalha devido às suas “reportagens alarmantes”, em que delatava a inabilidade dos altos comandantes na luta, a desorganização, a penúria, a fome, e as brutalidades cometidas pelo Exército contra os habitantes de Canudos. Além disso, o jornalista foi acusado de denunciar o falso motivo do mito monarquista, exaltado pela mídia da época, utilizado como legitimador do avanço das tropas.

Na fase final da Campanha de Canudos somaram-se as narrativas de Euclides as fotografias de Flávio de Barros. O fotógrafo, de biografia parca, possuía um estúdio em Salvador e chegou a Canudos em 26 de setembro de 1897, acompanhando a Divisão de Artilharia Canet. As fotografias originais de Flávio de Barros encontram-se em três coleções: a do Museu da República, em dois tomos, e com um total de 69 imagens (uma repetida); a do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador), composta de 68 fotos; e a da Casa de Cultura Euclides da Cunha, de São José do Rio Pardo (SP), com 23 imagens. O número de fotografias distintas totaliza 70 imagens.<sup>256</sup>

em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, em: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 269.

<sup>255</sup> A historiografia marxista propõe uma “releitura”, de certo modo, um rompimento, com a tradição euclidiana através da introdução de outros paradigmas de análise para os movimentos camponeses do passado – movimentos pré-políticos, luta de classes, revoluções socialistas ou utópicas.

<sup>256</sup> O fotógrafo espanhol Juan Gutierrez, radicado no Rio de Janeiro, trabalhando à frente da Companhia *Photographica Brasileira*, também esteve em Canudos. Após documentar a Revolta da Armada (1893-4), em abril de 1897 seguiu para o sertão baiano com a intenção de registrar os combates entre conselheiristas e forças federais. Todavia, recebeu um ferimento na guerra e faleceu em 28 de junho do mesmo ano. Não deixou nenhum registro fotográfico.

É importante destacar que os registros obtidos partem de um fotógrafo expedicionário, enviado pelo Exército num momento em que a censura imposta aos repórteres era imperativa. O fotógrafo tinha a importante tarefa de registrar a “epopeia” do Exército Brasileiro, evidenciando o caráter de organização e de harmonia da tropa.

Em 1897, no Brasil, a fotografia instantânea não existia e, por isso, Barros valorizou muito os aspectos de encenação, produzindo inúmeros retratos posados dos chefes militares. Não aparece estampada em suas fotos a precariedade dos exércitos, ou os homens desmazelados, os milhares de mortos, a adversidade das privações, ou as atrocidades contra os contendores. Seu foco é balizado pelo discurso imagético autoritário positivista das autoridades militares e políticas.

Entre suas fotografias mais reproduzidas pela historiografia estão o ataque final da artilharia, a destruição da Igreja Nova, a prisão de combatentes e a imagem do corpo exumado de Antônio Conselheiro.

As representações - no sentido do termo empregado por Roger Chartier (1991, p.17), fotográficas constituem fonte documental indiciária. São registros precisos do aparente e das aparências (KOSSOY, 2001). Na abrangência do inventário de informações acerca do contexto que representam, da série de 70 fotos feitas em Canudos, em cerca de 30 imagens os soldados gaúchos aparecem em primeiro e/ou segundo plano. Em uma parcela considerável das fotografias de soldados, os rio-grandenses figuram ostentando poses e códigos simbólicos de pertencimento que os diferenciam largamente dos demais combatentes.

Não existem fotos de combate, talvez pelo perigo que este registro envolvia ou pelas limitações técnicas de captar imagens em movimento. Confirmando esta hipótese, a única foto de um grupo em ação, empunhando armas, é, na verdade, uma simulação. As fotos de prisioneiros somam apenas duas. São as imagens posadas da prisão de um jagunço, rodeado por quatro soldados vestindo o uniforme oficial, e a imagem, em plano aberto, de quatrocentos prisioneiros de guerra. Ilustram o “triunfo do civilizado sobre o inculto” através da composição que estabelece diferenciação de planos e atitudes entre soldados e prisioneiros.

Vista como veículo indiscutível de uma verdade empírica no século XIX, a fotografia, pela sua capacidade mimética de reprodução do mundo, fortaleceu o discurso de uma guerra organizada e necessária, num sertão atrasado, contra sertanejos “bárbaros” e “fanáticos”. O Exército é representado como força capaz de garantir a ordem, a soberania do Estado republicano e o progresso nacional.

Entretanto, quando aproximados de outros relatos históricos, estes fragmentos que dariam tangibilidade ao passado, mostram-se contraditórios em seus testemunhos. A higiene das instalações, o aparelhamento, a assistência médica, a disponibilidade de mantimentos, a disposição e o vigor dos soldados, contrastando com a precariedade e “fereza” dos conselheiristas, pretendeu dar legitimidade ao massacre. Incluídas neste discurso estão as representações dos “teatralmente heróicos”, nas palavras de Euclides da Cunha.

### **As imagens da guerra**

A primeira discrepância que salta a vista ao se examinar as fotografias da Guerra de Canudos são os gaúchos e sua indumentária exclusiva. Recrutados para pelear no sertão, não abdicaram da vestimenta que os diferenciava dos demais combatentes que usavam o uniforme oficial do Exército brasileiro.

A observação mais apurada das imagens expõe outros códigos convencionados culturalmente. Na imagem do general Silva Barbosa e seu estado-maior, figuram, em primeiro plano, sete oficiais pilchados com bota, bombacha e chapéu de aba larga. Um deles, de branco, a direita, usa um lenço no pescoço. O conjunto, de aparência límpida e elegante contrasta com o cenário miserável, formado pela construção de taipa e pela vegetação seca. Esta oposição percebe-se também na sua relação com os outros combatentes.

Atrás deles estão outros soldados que, seguramente, não se encontram ali por acaso. Não há fotos espontâneas da guerra contra Canudos. As fotografias foram racionalmente compostas, os personagens sustentavam poses imóveis até a captação da imagem. Conforme Mauad, entre o objeto e a sua representação fotográfica interpõe-se uma série de ações convencionalizadas, tanto cultural como historicamente (MAUAD, 2005, 136).

**Figura 1 - General Silva Barbosa e seu estado maior**



Fonte: [brasilianafotografica.bn.gov.br](http://brasilianafotografica.bn.gov.br)

**Figura 2 - 38º Batalhão de Infantaria e seu acampamento**



Fonte: [brasilianafotografica.bn.gov.br](http://brasilianafotografica.bn.gov.br)

A representação de gaúchos a frente de outros soldados é recorrente, evidente também na imagem do 38º Batalhão de Infantaria.

Nada há em comum entre o grupo que se destaca e os homens ao fundo. Não somente por tratar-se de um general e seu estado-maior e de soldados. A pose “altiva” é conduta marcante na maneira como os gaúchos portavam-se ante a câmera. A mão na cintura e uma das pernas flexionada sempre a frente são índices da segurança de saberem o que representavam e do orgulho de pertencerem àquela confraria.

A mesma aura é percebida em imagens do 4º Batalhão de Infantaria, sediado em São Gabriel, RS, e do 29º Batalhão de Infantaria, de Pelotas. O lenço branco castilhistas adverte o percurso realizado pelos combatentes, ilustra a inter-relação entre condutas militares e sociais.

No espaço dos objetos, presentes na composição das fotografias, constituintes do discurso operado pelos personagens, destacam-se: a pilcha gaúcha (bombacha, guaiaca, bota, lenço e chapéu de abas largas); a jaqueta militar, por vezes; a espada; com menor frequência, o revólver à cintura e as lanças de madeira utilizadas pelos lanceiros. Vieira Pacheco, “o gaúcho intrépido que chefiava o esquadrão de lanceiros”, é lembrado por Manuel Benício e Euclides da Cunha. Conforme ambos relataram, a ação do grupo foi efetiva nos momentos finais da batalha. Dispersavam os adversários “a pontacos de lança e a patas de cavalos, numa carga violenta”. Apesar de improvisados, “tinham a prática das corridas pulando sobre as "covas de touro" das campinas do Sul” (CUNHA, 2001, p. 555-560).

Em seu extenso estudo sobre a história da guerra, John Keegan, observou que os regimentos definem-se, sobretudo, por sua individualidade (1995, p. 15). A bombacha,<sup>257</sup> símbolo destacado das tropas sulinas, começou a ser usada na Guerra do Paraguai por indivíduos que não pertenciam às tropas regulares. Foi utilizada também na Revolução Federalista. Contudo, na paisagem baiana, no outro extremo brasileiro, em um cenário de clima quente, adquiriram aspecto ainda mais exótico sobre seus companheiros de batalha. Euclides da Cunha assim destacou a indumentária gauchesca: As suas vestes são um traje de festa, ante a vestimenta rústica do vaqueiro. As amplas bombachas, adrede talhadas para a movimentação fácil sobre os baguais, no galope fechado ou no corcovear raivoso (CUNHA, 2001, p. 211).

Estes “pealadores”, como destacou Euclides, tinham “intuição guerreira”, incomparáveis no “se despenhar em súbitos lances temerários”.<sup>258</sup> O escritor, em seu estilo “rebuscado”, descreve também a intimidade dos gaúchos com a faca e a espada, “nos encontros à arma branca aqueles centauros apeados arremetem com os contrários, como se copiassem a carreira dos ginetes ensofregados das pampas” (2001, p. 563). Mas chega ao final do relato,

<sup>257</sup> A bombacha é uma peça de origem turca introduzida na Bacia do Prata por comerciantes ingleses que visavam escoar o excedente dessas calças confeccionadas para os soldados turcos durante a Guerra da Criméia (GOLIN, 1998).

<sup>258</sup> Dante de Melo expõe um rol de “erros euclidianos”. Seu objetivo era resguardar a imagem da instituição militar diante das críticas aos equívocos das sucessivas expedições militares contra Canudos. É interessante destacar que o autor faz uma exaltação a participação gaúcha na resolução do conflito, quando afirma que sem os batalhões do general Savaget e sem os incomparáveis oficiais gaúchos Carlos Teles, Tupi Caldas, Thompson Flores, Sampaio e tantos outros, a primeira coluna da 4ª expedição teria destino pior que o da expedição anterior. MELO, Dante de. *A verdade sobre Os Sertões*: análise reivindicatória da Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.



compreendendo o resultado da especialidade dos gaúchos no manejo da “arma branca”.

A palavra “charqueada” é utilizada duas vezes por Euclides. A primeira, referindo-se a uma “diversão tumultuosa” dos rio-grandenses: “quando nos rodeios marcam o gado, curam-lhe as feridas, apartam os que se destinam às charqueadas, separam os novilhos tambeiros ou escolhem os baguais condenados às chilenas do domador” (2001, p. 217).<sup>259</sup> A segunda, denunciando uma campanha militar que acabou como uma *charqueada*.

A quarta expedição estava imbuída de demonstrar definitivamente o poder republicano no país. Era também uma expedição vingadora, que deveria apagar a vergonha das derrotas impostas ao Estado, mas que acima de tudo mostrasse àquele grupo de “fanáticos” sertanistas a superioridade da “civilização”. O general Artur Oscar, comandante-em-chefe da quarta expedição, era carioca, mas havia combatido em defesa de Júlio de Castilhos na Guerra Civil de 1893-95. Índice de sua escolha política é o lenço branco do castilhismo que exibia atado ao pescoço.

Conforme Manoel Benício, a degolação ocorria “sem diferença a sexo e a idade!” (BENÍCIO, 1997, p. 216.) O repórter, assim como Alvim Horcades, delatou o militar Artur como o responsável pela prática em Canudos. Ele e seus soldados traziam a experiência adquirida na Revolução Federalista, homens que tiveram o conceito militar aumentado na repressão aos insurretos. Perpetraram a bárbara prática da degola dos prisioneiros:

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima uma viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na prestes a facão. Um golpe único, entretanto pelo baixo-ventre. Um destripamento rápido...(CUNHA, 2001, p. 726)

Em outro momento de seu texto, o autor acrescenta que “preso o jagunço válido e capaz de agüentar o peso da espingarda, não havia malbaratar-se um segundo em consulta inútil. Degolava-se; estripava-se”. De modo que a prática era,

Enlear ao pescoço da vítima uma tira de couro, num cabresto ou numa ponta de chiquerador; impeli-la por diante; atravessar entre as barracas, sem que ninguém se surpreendesse; e sem temer que se escapasse a presa porque ao mínimo sinal de resistência ou fuga um puxão para trás faria que o laço se antecipasse à faca e o estrangulamento à degola (CUNHA, 2001, p. 730).

<sup>259</sup> É importante destacar que o gaúcho, tipo alegórico, descrito por Euclides da Cunha, não condiz historicamente com a população do RS no início do século XIX e inícios do XX. O autor usa a representação da literatura romântica, especialmente inspirada na obra *O gaúcho*, de José de Alencar, adaptador do mito do centauro para o gaúcho, além da convivência com oficiais positivistas preocupados em catalogar o trabalho campeiro, a exemplo de Cezimbra Jacques.

Keegan associou o trabalho dos pastoreadores a prática em matar e selecionar para matar, “o programa de matança exigia a capacidade de liquidar um animal vivo (...). Dar um golpe letal, curto e rápido constituía a principal atividade pastoril, realçada, sem dúvida, pelo conhecimento anatômico adquirido na matança periódica” (1995, p. 177).<sup>260</sup>

Para Golin, os sul-rio-grandesees constituíram-se culturalmente no movimento sobre o *outro* transfronteiriço, na transgressão territorial e “encontraram a sua coesão formativa na relação ocupacional e positiva ao outro regional/nacional”. E que também se distinguiu do restante do país no parâmetro belicista da guerra, “onde a cavalaria - para o fronteiriço arma militar e método de trabalho, simbolizada como paradigma cultural - afirmou praticamente a imagem sulista” (2006, p. 62).

O porto-alegrense Carlos Machado Bitencourt,<sup>261</sup> ministro de Guerra, era personagem alusivo aos demais gaúchos que pelearam em Canudos. Agia com frieza e naturalidade frente à morte. Conforme relatou o escritor César Zama, em 1899, Bitencourt mandou dizer ao general Artur Oscar “que ele bem sabia que ele não tinha onde guardar prisioneiro” (1989, p.29). Sabe-se que o general Artur Oscar compreendeu bem a ordem do seu superior hierárquico. Todos os homens presos, a partir dali, eram degolados; “A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança (CUNHA, 2001, p. 734).

O tenente-coronel e historiador militar Orvacio Marreca, testemunha ocular da guerra, em livro sobre a atuação da milícia paraense na guerra de canudos, aponta a barbaridade envolta na prática da degola. Segundo o autor, fazia-se uma relação dos jagunços que seriam entrincheirados para degola e seus corpos, depois de mortos, eram “empilhados uns após os outros, deitando-se em cima kerosene e ateando-se-lhes fogo!” (1937, p. 40).

A violência da degola retiniu na memória de inúmeros combatentes gaúchos. Anos após a Campanha, convidados a falar sobre a guerra, muitos militares da região de São Gabriel evitavam tocar no assunto. Familiares afirmaram que a lembrança da barbárie, em alguns casos, reverteu-se em quadro depressivo.<sup>262</sup>

As imagens captadas por Flávio de Barros não remetem - a não ser pela presença de objetos como a faca ou a espada -, à prática da degola. As roupas usadas pelos soldados gaúchos

<sup>260</sup> O autor justifica a vantagem dos pastoreadores nos conflitos contra os agricultores sedentários pela especialização no abate e na carniçaria. Estes são notáveis na persistência de hábitos “primitivos” de combate no reino do Nilo.

<sup>261</sup> Na representação de Euclides da Cunha, o ministro “era um homem frio, eivado de um ceticismo tranqüilo e inofensivo. Na sua simplicidade perfeitamente plebéia se amorteciam todas as expansões generosas. Militar às direitas, seria capaz — e demonstrou-o mais tarde ultimando tragicamente a vida — de se abalancar aos maiores riscos. Mas friamente, equilibradamente, encarrilhado nas linhas inextensíveis do dever. Não era um bravo e não era um pusilânime” (CUNHA, op. cit., p. 657).

<sup>262</sup> Depoimento de Osório Santana Figueiredo ao historiador Tau Golin.

não possuem manchas de sangue ou mesmo sujidade em excesso. As fotografias com imagens do coronel Joaquim Manuel de Medeiros e seus ajudantes, e do general Carlos Eugênio e seu estado-maior, demonstram a relativa, visto estarem numa guerra, mas intrigante limpeza de suas fardas. As bombachas da primeira imagem reluzem brancas contra o fundo sertanejo.

**Figura 3 - Coronel Joaquim Manuel de Medeiros e seus ajudantes - 1ª Brigada**



Fonte: [brasilianafotografica.bn.gov.br](http://brasilianafotografica.bn.gov.br)

**Figura 4 - General Carlos Eugênio e seu estado-maior, em Monte Santo**



Fonte: [brasilianafotografica.bn.gov.br](http://brasilianafotografica.bn.gov.br)

As poses do general Carlos Eugênio e seus soldados, encostados num edifício que corta obliquamente a fotografia, conferindo perspectiva a composição, são especialmente expressivas. A figura central - e o próprio general - olha para a câmera do fotógrafo com superioridade, tem a frente altiva e, assim como o combatente que está ao seu lado, tem os pés resolutamente plantados no chão, como se estivesse convicto do lugar que ocupava na guerra e decidido a não ceder um palmo de terreno. Ao mesmo tempo, o general, emoldurado pela janela, se distingue de seu estado-maior, de fraque e gravata-borboleta.

Joaquim Manuel de Medeiros e seus ajudantes também sustentam a postura desafiadora frente a câmera. Olham-na de frente, como se olhassem o espectador nos olhos. A concentração dos rostos, a crueza da paisagem, o excesso de luz não deixa quase nada para se imaginar ali. Suas intenções estão às claras, indicadas pelas armas em punho e na cintura. O inimigo é espreitado, pelo que sugere a presença do binóculo na mão do personagem em frente à barraca do acampamento. Em atitude tensa, de provocadora determinação, tudo parece estar sob controle para a hoste que já havia sofrido três derrotas.

**Figura 5 - Refeição na Bateria do Perigo, pertencente ao 5º Regimento de Artilharia**



Fonte: [brasilianafotografica.bn.gov.br](http://brasilianafotografica.bn.gov.br)

**Figura 6 - 29º Batalhão de Infantaria, de Pelotas, RS. O coronel João César Sampaio servindo um churrasco aos soldados**



Fonte: [brasilianafotografica.bn.gov.br](http://brasilianafotografica.bn.gov.br)

A foto *Refeição na bateria do perigo* retrata cinco militares. Dois deles são “gaúchos” vestindo bombacha e os outros três uniformizados, sentados à mesa fazendo uma refeição. Sobre a mesa improvisada (com troncos e tábuas), uma garrafa, talheres, pratos e copos, como em qualquer mesa tradicional. O gesto do oficial que corta algo em seu prato parece indicar que na refeição há algo mais sólido que arroz com farinha. As botas, os dólman abotoados até o pescoço, apesar do calor sertanejo e as calças limpas sugerem que o perigo está longe da bateria. Apenas duas armas, colocadas ao lado do grupo, mencionam que o cenário pertence a um acampamento de guerra.

No canto inferior direito da cena aparecem três crianças, presença talvez imprevista na montagem da cena, mas que confere certa espontaneidade. Elas não participam da refeição e os soldados estão indiferentes a presença delas. Estão à margem da foto como estavam à margem dos cuidados ou olhares das tropas. Eram apenas “jaguncinhos” que postavam uma carga genética inferior (MONTEIRO, 2009).

A cabeça raspada do menino, que está de pé, é indício confirmativo do que outras fontes apontam: a infestação de piolhos, bichos de pé, pulgas, entre outras mazelas que assolavam a região, como a varíola. Apesar dos esforços de proteção do Comitê Patriótico da Bahia, muitas crianças, órfãos da guerra, foram dadas pelos soldados no caminho dos seus regressos, outras ainda, ficaram na companhia desses combatentes e figuraram como “troféus de guerra”, além de muitas escravizadas (MONTEIRO, 2009, p. 51).

O esforço para representar um exército bem nutrido através da presença “natural” de mantimentos é, também, observado na foto do coronel João César Sampaio servindo um churrasco aos soldados do 29º Batalhão de Infantaria, de Pelotas, RS. Os objetos que compõem a cena são similares aos da fotografia anterior. Nesta, porém, os soldados estão de pé. Os dois a esquerda seguram canecas, sendo que o que está em primeiro plano posta-se como quem se espreguiça ou está muito a vontade e satisfeito. O fato de a refeição retratada ser um churrasco é significativo. Sugere que os gaúchos estariam tão bem servidos na guerra quanto em suas casas. Uma cena inteiramente ao revés do testemunhado por Manoel Benício, salientando que “todo acampamento teme a fome e a sede!”. Esse aspecto dramático da guerra também foi descrito por Euclides da Cunha:

Os soldados principiaram a realizar, isolados ou em pequenos grupos, excursões perigosas pelas cercanias talando as raras roças de milho ou mandioca, que existiam; caçando cabritos quase selvagens por ali desgarrados, em abandono desde o começo da guerra; e arrebanhando o gado. Não havia evitá-las ou proibi-las. Eram o último recurso. A partir de 2 de junho só houve gêneros — farinha e sal, nada mais — para os doentes (...). O soldado faminto, cevada a cartucheira de balas, perdia-se nas chapadas, presumindo-se de resguardos como se fosse à caça de leões (2001, p. 581).

O cenário exposto por Euclides era desolador. Os soldados, tal qual “retirantes infelizes”, apelavam para a flora providencial, “cavavam os umbuzeiros em roda, arrancando-lhes os tubérculos túmidos; catavam cocos dos ouricuris, ou talhavam os caules moles dos mandacarus”. Estas alternativas, por algum tempo, lhes enganavam a fome e a sede. Afora isso, “alguns morreram envenenados pela mandioca brava e outras raízes, que não conheciam” (2001, p. 584).

Apesar do anacronismo, as fotografias de Flávio de Barros foram inseridas na primeira edição de *Os Sertões*, em 1902. Estas imagens estabeleceram o primeiro modelo imagético do discurso oficial e autoritário sobre Canudos. Foram produzidas sob as premissas de apresentar uma versão da guerra, que objetivou consolidar a imagem positiva dos militares e minimizar a responsabilidade do Estado brasileiro frente ao episódio de extermínio.

eticamente a Guerra de Canudos ficou longe de dois princípios: a consideração aos direitos da população civil – no caso de Canudos, as mulheres, crianças e idosos que não foram para o *front*, bem como, dos combatentes rendidos -, e a adequação dos meios bélicos.

O general Artur Oscar relata em ofício ao marechal Bitencourt, como foi o assalto decisivo a canudos: “Também, como era natural, a raiva tocava a seu auge, e tanto o inimigo como os nossos, esqueciam-se da misericórdia. Fuzilavam-se a dois passos de distância ou

matavam-se a baioneta, a machado, a faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio”. (CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, num. 13 e 14, 2002).<sup>263</sup>

### **Simulacros da Guerra**

A fotografia no final do século XIX, compreendida como uma invenção capaz de “retratar a realidade tal e qual ela se mostrava”, construiu um simulacro da Guerra. Representações amplamente divulgadas pela imprensa e exposta ao público, as fotografias permitiram ligar estreitamente as posições e relações sociais com o modo como os indivíduos e grupos se concebiam e se davam a ver.

As representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, as garantias da sua estabilidade e da sua continuidade. Chartier ressalta a validade desta contestação para as criações estéticas, “sempre inscritas nas heranças e nas referências que as tornam concebíveis, comunicáveis e compreensíveis”, e para todas as práticas vulgares, disseminadas, silenciosas, que invadem o cotidiano (2006, p. 39).

As fotografias dos gaúchos em Canudos ilustram a ideia da guerra como ato cultural, além de suas implicações políticas e econômicas. Representam indivíduos que se consideravam membros de uma espécie de guilda, em cujos regulamentos, leis e condutas era atribuída ao espírito da guerra uma posição elevada.

### **Referências**

AHLERT, Jacqueline. Teatralmente heroicos: a participação dos gaúchos na Guerra de Canudos. In: POSSAMAI, Paulo César. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do sul* / Paulo César Possamai . – Pelotas : Ed. da UFPel, 2010.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

BENTO, Cláudio Moreira. *História da 3ª Região Militar: 1809-1889 e Antecedentes*. Porto Alegre: Qualidade – Impressão Gráfica, 1994, vol. I.;

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. Instituto Moreira Salles. *Encarte da edição especial dos Cadernos de Literatura Brasileira*, números 13 e 14, dez. 2002. Arquivo Histórico do Exército. Disponível em: [https://issuu.com/ims\\_instituto\\_moreira\\_salles/docs/clb\\_-\\_euclides\\_da\\_cunha](https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/clb_-_euclides_da_cunha)

CHARTIER, Roger. A Nova História Cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (organizadores). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 39.

<sup>263</sup> Instituto Moreira Salles. Encarte da edição especial dos CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, números 13 e 14 (dez. 2002), que tem por tema Euclides da Cunha. Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Disponível em: [https://issuu.com/ims\\_instituto\\_moreira\\_salles/docs/clb\\_-\\_euclides\\_da\\_cunha](https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/clb_-_euclides_da_cunha)

- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índice Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- GOLIN, Tau. *A fronteira*. Vol. II. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 62.
- GOLIN, Tau. A memória silenciosa dos canuchos: a participação dos gaúchos na Guerra de Canudos. In: GOLIN, Tau. *Visualidades do Sul: história & livros*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma Viagem a Canudos*. Salvador, 1899. Reeditado em 1996.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Ed., 2001.
- MARRECA, Orvacio. *A Milícia Paraense e sua heróica actuação na Guerra de Canudos em 1897*. Belém: Guajarina, 1937
- MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, vol.13, n°.1. São Paulo, Jan./June, 2005.
- MELO, Dante de. *A verdade sobre Os Sertões: análise reivindicatória da Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.
- MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Editora Parma, 1981.
- MONTEIRO, Vanessa Santini. Órfãos do ódio: o triste fim das crianças sobreviventes de Canudos. In: FIGUEIREDO, Luciano (org). *Guerras e Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.
- ZAMA, César. *Libello Republicano Acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos por Wolsey*. Bahia, Typ e encardenação do “Diário da Bahia”, 1899. In: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. n° 139, 1989.



## DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Jane Elisabete Basso, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais pela Universidade da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Bolsista PROSUC CAPES.  
E-mail: [jjjane\\_basso@unochapeco.edu.br](mailto:jjjane_basso@unochapeco.edu.br)

Arlene Anélia Renk, Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente e Pesquisadora na Universidade da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)  
[arlene@unochapeco.edu.br](mailto:arlene@unochapeco.edu.br)

Silvana Terezinha Wincler, Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona. Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais e Direito da Universidade da Região de Chapecó (Unochapecó).

**Resumo:** A pesquisa retrata a trajetória dos movimentos sociais na construção de um modelo de produção alternativo ao sistema de produção de alimentos convencional praticado por agricultores (as) na Região Oeste de Santa Catarina. Visa analisar as condições em que se desenvolve o sistema de produção no meio ambiente de trabalho, a opção por melhores condições de vida, saúde humana e ambiental pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, insumos sementes e adubos químicos. O desenvolvimento da pesquisa teve sua abrangência na Região Oeste de Santa Catarina compreendendo oito municípios. O período de realização das entrevistas com os agricultores e agricultoras foi de maio a setembro de 2021. Diagnosticamos a origem das propriedades, as áreas médias de cultivos. Levantamos o pertencimento dos (as) entrevistados (as) aos movimentos sociais e organizações pelas quais transitaram, houve indicativos das entidades motivadoras dos grupos; apontaram as razões para migrar da agricultura convencional para a agroecológica por motivos de saúde, financeiro e ambiental relacionado ao sistema de produção predominante. Considerando as dificuldades enfrentadas pelo agricultor (a) no processo de transição do sistema convencional para o agroecológico dado o contexto de enfrentamento mediante o poder econômico do sistema alinhado ao atual agronegócio. A busca por alternativa foi fundamental para a sobrevivência de muitas famílias no meio rural. O que se conclui, sobre o sistema de produção, que as famílias encontram-se diversificando e comercializando a produção, demonstrando que o sistema é promissor. A produção garante o sustento familiar, a soberania da propriedade, contempla a demanda com produtos saudáveis, além de proporcionar bem estar a todos os integrantes das famílias.

**Palavras Chaves:** Trajetória agroecológica, agrotóxicos, soberania

### Introdução

O modelo tecnológico que traz em sua bagagem o legado da Revolução Verde vem apoiado por um sistema abrangente o qual submete os trabalhadores e trabalhadoras rurais a adotarem sistemas que exercem interferência sobre grupos sociais e o meio ambiente. Esse sistema toma uma abrangência de totalidade sobre as formas de manejo e a categoria de agricultores familiares interferindo nas suas relações sociais e com o meio ambiente.

Os efeitos desse processo atingem as famílias no meio rural, tanto nas dimensões sociais e econômica como ambiental, refletindo na saúde dos trabalhadores, migração, empobrecimento, desemprego, dependência econômica e tecnológica, perda da biodiversidade, poluição da água e do solo.

Nos últimos anos, vem ocorrendo um movimento de agricultores e agricultoras no sentido de reverter a situação com vistas à qualidade de vida das famílias agricultoras e ao mercado de produtores sustentáveis. Na Região Oeste de Santa Catarina surgem os movimentos em busca de uma prática diferenciada de desenvolver a agricultura como uma alternativa necessária no ponto de vista econômico, ecológico e sustentável ao modelo tecnológico.

Diante do cenário imposto, totalizando os sistemas de produção a luta da categoria de agricultores e agricultoras camponeses acontecia frente aos impactos econômicos, sociais e ambientais por melhores condições do meio ambiente de trabalho de saúde humana e ambiental incluindo direito a soberania na produção de alimentos e a conservação da biodiversidade.

Tais condições revelam a percepção e os levam a enfrentar de forma organizada os desafios em busca de um modelo alternativo de produção por meio de entidades organizativas da categoria visando a criação de espaços de apoio e formação para construção de conhecimento, buscando a valorização e o resgate de saberes herdados dos povos tradicionais baseados na conservação da biodiversidade.

Para obter respostas à problemática da pesquisa, definimos o objetivo geral: estudar a percepção dos agricultores familiares da Região Oeste de Santa Catarina acerca dos desafios na transição do sistema de produção de alimentos tradicional para o sistema de produção agroecológico.

Quanto aos objetivos específicos procuramos: caracterizar os fatores de relevância na conversão do sistema de produção convencional para agroecológica; descrever as dificuldades relacionadas a conversão do sistema de produção agroecológica; identificar as demandas por assistência técnica, políticas públicas, de produção, organização e mercado de produtos da intensificação agroecológica.

### **Agroecologia e a Trajetória**

O primeiro desafio encontrado na trajetória foi a formação de grupos que tinham como objetivo uma agricultura alternativa que os levasse para o campo da sustentabilidade, na busca de fortalecimento dos grupos era preciso apoio de entidades, conhecimento técnico e o convencimento das famílias que não mostravam interesse no sistema, envolvimento das mulheres e dos jovens, a libertação da dependência do uso convencional de insumos, sementes e adubos químicos incluindo os agrotóxicos.

Seguindo os desafios a serem superados, as condições do meio ambiente de trabalho e o empobrecimento das famílias no meio rural diante da conjuntura que se apresentava pelo modelo de desenvolvimento em curso, levou a categoria de agricultores (as) familiares a

adotarem estratégias e formas de organização de movimentos agroecológicos pela construção de um modelo alternativo de produção no campo em contraposição ao que predominava, visando a permanência na agricultura e busca por melhores condições de saúde humana e ambiental.

O movimento agroecológico teve início na década de 1970 pelas Comunidades Eclesiais de Base, foi impulsionando a organização e resiliência política frente à ditadura militar, em relação aos impactos sofridos pelo modelo de desenvolvimento em fluxo, um modelo excludente que necessitava de enfrentamento na busca por um modelo alternativo com inclusão social (MOURA, 2016; SANBUICHI et al., 2017). “Sem lugar a dúvida, o movimento agroecológico brasileiro é herdeiro, direta ou indiretamente, do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizado a partir da década de 1970, durante o momento de excepcionalidade política que representou a ditadura militar” (PETERSEN. 2007, p. 9).

Para Figueiredo (2007), no começo quando muitos não acreditavam em desenvolver a agricultura de forma diferenciada entre poucos que lutavam pelo caminho da agroecologia a exemplo da Associação dos Produtores Alternativos (APA), sediada em Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia na década de 1990 com objetivo de desenvolver uma proposta de agricultura sustentável, na maioria das vezes esses eram taxados como loucos pois estavam defendendo um caminho que contrariava as políticas oficiais e as ações de desenvolvimento planejadas para a região. Como a maioria das organizações de agricultores (as) familiares de regiões do país na época tal associação teve origem marcada pelos trabalhos da Igreja Católica na década de 1980, por meio das CEBs, da Pastoral da Terra e ação do STR do município.

Na década de 1980 ao atuar como coordenadora no Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura familiar entrevistada expressa ter participado em diversas mobilizações com o Movimento de Mulheres Camponesas, reivindicações sociais pelos direitos de aposentadoria rural para mulher, auxílio maternidade e crédito rural.

Conforme Monteiro e Londres (2017) a trajetória do movimento agroecológico brasileiro firmou suas raízes desde a década de 1970, nessa época havia repressão brutal em relação aos movimentos que lutavam pela reforma agrária, as famílias camponesas refugiavam-se nas Igrejas, católicas e protestantes, as quais exerciam grande abrangência no meio rural, nestes espaços buscavam formas de organização visando soluções para libertarem-se da repressão exercida pelo Estado. As CEBs organizavam ações baseadas na realidade e dia-dia das famílias contra o modelo de desenvolvimento rural como modo de resistência amplamente organizando.

De acordo com Siliprandi (2015) uma força política entre os trabalhadores rurais que se manteve organizada no forte da ditadura militar no Brasil foi o movimento sindical apesar de limitarem-se a realizar somente a prestação alguns serviços como saúde e aposentadoria dos trabalhadores. Foi através das Pastorais Sociais da Igreja Católica na organização das CEBs, com a Comissão Pastoral da Terra foram surgindo mobilizações e organização de agricultores e agricultoras e assim foram retomando as lutas e a partir de então movimentos independentes.

Diversas lideranças que foram surgindo através das CEBs contemplaram funções importantes pela construção de movimentos sociais de ampla abrangência nacional na reorganização do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Grupos e organizações não governamentais empenhados na promoção da agroecologia foram constituídos pelas CEBs (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Por mais de uma década teve a missão em coordenar o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar nos municípios que abrangem a região de Quilombo SC. Enfatiza que o principal motivador dos grupos através dos Sindicatos era Dom José Gomes, Bispo da Diocese de Chapecó – SC, repassando conhecimento e orientações aos agricultores (as) associados do sindicato, com pouca terra, empobrecidos. Durante longo período trabalharam muito pela organização e formação de cooperativas, associações voltadas à agroecologia, cursos de formação como Teologia da Libertação e Terra solidária, essa foi a expressão do entrevistado.

O surgimento da APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense em agroecologia foi em ampla discussão pelas CEBs, tendo como objetivo compra e venda coletiva venda da produção o mais limpa possível. Com o passar dos anos transformou-se em programas sendo (Gestão Agrícola Associativa; Agroecologia; Produção de sementes de milho Variedade; Produção de leite a base de Pasto; Agroindústria Familiar Associativa; Comercialização Justa; Assessoria Técnica; Crédito Solidário; Capacitação e Intercâmbio; Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário), menciona a entrevistada, atualmente representante da APACO em agroecologia.

Com objetivo de organização envolvendo diversos movimentos camponeses surge em 1990 a Via Campesina como um movimento político de articulação entre diferentes movimentos camponeses incluindo a organização de mulheres. Criada na década de 1993 na Bélgica a Via Campesina se faz presente em vários países do mundo frente a organização camponesa atuando em diversas lutas por direitos como acesso a terra, soberania alimentar, na promoção de alimentos saudáveis e pela construção de um desenvolvimento rural sustentável baseado no campesinato. No Brasil fazem parte da Via Campesina o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a Pastoral da Juventude Rural (PJR) (SILIPRANDI, 2015). Enfatiza ainda autora que esses movimentos tiveram maior ênfase a partir de 2003 no início do governo Lula criando a Secretaria especial para apoiar os programas voltados para equidade de gênero entre políticas públicas voltadas para o tema como acesso a documentação civil para a terra, crédito, assistência técnica e organização produtiva.

Outro segmento que se fez presente nesse cenário foi a categoria dos agrônomos assegurando articulação entre estudantes e profissionais em agronomia, pautado em temas sociais e ecológicos, organizado pela Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil a qual promoveu quatro encontros brasileiros de agricultura alternativa (EBAAS) (MOURA, 2016). Moura, (2017) destaca diversos fatos de importância quanto as normas e a regulamentação da agroecologia no Brasil, citando que a partir da constituição de 1988 viabilizando os conselhos nacionais como o de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CNDRS), o que reforçou o debate agroecológico durante os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs). Reforça que nestes encontros estudiosos de Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, Membros de ONGs, agricultores e Autoridades Públicas discutiam caminhos a serem seguidos pela agricultura. A principal crítica era relacionada à poluição do meio ambiente, a contaminação dos alimentos e das pessoas pelos agrotóxicos, a erosão do solo, o aumento de pragas e doenças.

Há de se destacar o Movimento de Mulheres Agricultoras quanto ao papel da mulher na trajetória dos movimentos sociais. Entre vários desafios buscavam formas de organização e soluções diante da conjuntura que se apresentava. Considerada uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras a Marcha das Margaridas é um movimento que ocorre a cada quatro anos em direção a Brasília – Capital Federal – na forma de manifestação pública representando mulheres do campo e da floresta com suas pautas na forma de diálogo e negociações com o Estado coordenado pelo MMTR da Contag envolvendo várias organizações e movimentos sociais. A primeira Marcha das Margaridas aconteceu no ano 2000, aderindo à Marcha Mundial de Mulheres, decorrente de amplo processo de mobilização nacional, reunindo eventos regionais e municipais em todo o país (AGUIAR, 2016).

Há 35 anos na trajetória de luta pelo Movimento de Mulheres Camponesas, entrevistada expressa ter participado em um encontro regional promovido pelo MMC – Movimento de

Mulheres Camponesas para debater o pós Revolução Verde, discutir a situação em que se encontravam na agricultura, as mudanças no sistema de produção e endividamento das famílias no meio rural. Nos encontros discutiam como as mulheres poderiam sair de casa para produzir renda. Era um momento de crise, uma “conjuntura de morte, homens se matando, alucinações, depressão” e não tinham solução. Recorda que eram encontros para achar soluções pois segundo ela é na crise que há oportunidade de crescimento.

### **O Sistema de Produção Tecnológico**

No contexto atual há incertezas de que próximas gerações possam usufruir da agricultura diante dos níveis de consumo dos recursos naturais não renováveis que abrange o uso de fertilizantes químicos e o crescente uso de agrotóxicos. Tais produtos poluem o meio ambiente, reduzindo a biodiversidade, gerando exclusão social de famílias do meio rural (COSTABEBER, 2006).

A Revolução Verde beneficiou agricultores proprietários de grandes áreas com capacidade de adquirirem novos meios de produção deixando os agricultores familiares distantes do processo causando entre diversos efeitos, o êxodo rural ao contraírem dívidas, acabavam vendendo as propriedades e migrando para as periferias das cidades, o que gerou diversos conflitos como aumento de violência no campo, desemprego gerado pela substituição da mão de obra no campo pelos equipamentos. A utilização de agrotóxicos nas práticas desenvolvidas provocando processos de degradação do solo pela diminuição da fauna e flora (MOURA, C. S. R. de. et al., 2020).

A Revolução Verde foi se integrando à economia capitalista, suprimindo de forma drástica a realidade da agricultura produzida pelos camponeses mudou totalmente as práticas de produção e o convívio dos agricultores em suas propriedades (MACHADO FILHO et al., 2010). Tal modelo gerou desigualdades em vários setores das propriedades produtivas, na renda das famílias, fazendo com que estas migrassem do campo para as cidades, gerando desemprego no meio rural e nas cidades, concentração urbana, exclusão social e econômica, desarticulando todo o processo de desenvolvimento econômico (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Entrevistada se via trabalhando no sistema que fomentava grandes grupos econômicos, diante do cenário sentia obrigação de buscar alternativa pelo encorajamento de outras mulheres que se organizavam através das Pastorais da Igreja Católica para formalizar o sistema de produção alternativo. Mencionou que as dificuldades eram muitas, falta de credibilidade entre familiares e comunidade, dificuldades financeiras para alimentação e deslocamento, que o processo inicial era muito lento, apesar das dificuldades encontradas a cada encontro era um

paço a caminho da libertação e foi evoluindo, o grande avanço foi conhecer o Movimento de Mulheres Camponesas e a agroecologia, relatando que começou a se encontrar.

A modernização da agricultura fomentada pelo regime militar no Brasil nas décadas de 1960 a 1970 deixou seu legado negativo, tendo como marco principal o sofrimento da classe de agricultores. Período em que ficou marcado pelo intenso êxodo rural. Tendo início da reforma agrária no governo Fernando Henrique Cardoso e mantido mesmo que lento pelo governo Lula houve então uma estabilização do abandono das áreas rurais para as cidades. A falta de programas para a agricultura sem incentivos financeiros e a implantação de tecnologias não compatíveis com a realidade agrícola, levaram agricultores a adotarem práticas não sustentáveis da Revolução Verde. O esvaziamento rural não somente teve efeito em levar pobreza para zonas urbanas como representou para a agricultura familiar perda de cultura rural e de conhecimento popular de princípios naturais. O sistema agrícola convencional que segue os moldes da Revolução Verde beira a insustentabilidade e necessita de profunda remodelação que consiga contemplar todas as etapas que se encontra em processos de exaustão e degradação. É preciso adequar o sistema produtivo de maneira que preserve as matas, controle da exploração dos recursos naturais, promova a agrobiodiversidade, a preservação do solo e da água produzindo alimentos suficientemente de qualidade atendendo a demanda da expansão demográfica populacional, adentrando num sistema em plena sustentabilidade (WEID, 2009).

### **Agrotóxicos na Produção de Commodity**

O modelo de sistema de produção convencional brasileiro possui grande dependência de investimentos em insumos, colocando o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. “O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Ao mesmo tempo somos um país ainda rico em biodiversidade e de possibilidades para desenvolvermos um modelo de agricultura que promova a vida e não doenças e mortes” (FRIEDRICH; SOUZA; CARNEIRO, 2018, p. 8).

O que tem elevado a preocupação da sociedade quanto aos riscos à saúde e ao meio ambiente é o PL 6229/2002 que se encontra em comissão especial no Congresso Nacional, trazendo em sua proposta a flexibilização da Lei através da desburocratização das regras para os processos de registro e fiscalização quanto ao uso de agrotóxicos, tirando poderes dos órgãos competentes em decisões técnicas que favorecerão os fabricantes caso venha a ser aprovado, o que representa uma ameaça para a saúde e o meio ambiente (FRIEDRICH; SOUZA; CARNEIRO, 2018).

No contexto atual há incertezas de que próximas gerações possam usufruir da agricultura diante dos níveis de consumo dos recursos naturais não renováveis que abrange o uso de fertilizantes químicos e o crescente uso de agrotóxicos. Tais produtos poluem o meio ambiente, reduzindo a biodiversidade, gerando exclusão social de famílias do meio rural (COSTABEBER, 2006).

Gonçalves, Model (2006) observam em sua pesquisa que agricultores já não admitem se expor aos efeitos dos agrotóxicos aliados a busca por meios de vida mais saudáveis com a produção de alimentos livres de contaminantes, reforçando que são fatores determinantes na tomada de decisão ao caminho da transição agroecológica.

Os segmentos da agricultura familiar tentavam superar a crise enfrentada pela categoria de agricultores frente ao modelo tecnológico da Revolução Verde em que vinha gerando estagnação econômica, exclusão social e degradação do meio ambiente o que tornava constante a busca por alternativas de base em desenvolvimento sustentável abrindo caminhos de transição à agricultura de base ecológica (COSTABEBER; MOIANO, 2000).

Os cultivos com sementes transgênicas aumentam o uso e as dosagens de agrotóxicos, geram plantas transformadas resistentes a diversos herbicidas expressando proteínas inseticidas, o que aumenta as quantidades de veneno a serem aplicadas na totalidade dos cultivos aumentando a seletividade pelas plantas com o surgimento de ervas resistentes a herbicidas utilizados. O que ocorre é um controle incerto demandando outros tipos de sementes modificadas com resistência a diferentes herbicidas, inseticidas e fungicidas entre outros (FRIEDRICH; SOUZA; CARNEIRO, 2018).

Segundo Bombardi (2017), a transformação de alimentos em commodity e em agronegócio na visão de agricultura capitalista o alimento é exclusivamente mercadoria, uma lógica que traz em seu legado a perda de direitos trabalhistas, a exclusão de camponeses do meio rural, a contaminação do ambiente intoxicação de elevado número de trabalhadores e camponeses no meio rural pelo uso continuado de agrotóxicos, suprimindo áreas destinadas à produção de alimentos.

Entrevistado lembra que aos 16 anos vivenciou um momento marcante em que o pai lhe ordenou passar veneno na lavoura de Fumo encontrava-se de pés descalços e bermuda. Disse ficar contrariado não era costume desobedecer ao pai, começando pelo cheiro do veneno além de expor-se totalmente ao produto durante a aplicação, o equipamento era de uso costal. Após esse fato há 45 anos aproximadamente diz conhecer somente a agroecologia. Já o pai trabalhou



a vida inteira como produtor de fumo, era fumante e passava veneno, aos 65 anos faleceu com doença crônica.

Ao comparar a área cultivada com arroz feijão, trigo e mandioca há uma diminuição significativa de 2002 a 2015/2016 em relação a área cultivada com soja e cana-de-açúcar. A agricultura voltada para exportação de commodity baseando-se no sistema monoculturas com a produção destinada ao comércio globalizado com adoção de técnicas de produção, com produtos químicos, na maioria são prejudiciais as pessoas e ao meio ambiente. Em pensar o termo commodity se pensa em níveis de negócios mundiais o que tem destituído o alimento como alimentação humana transformando-o em mercadoria perdendo o sentido de ser alimento, além de commodity em agroenergia. Entre os principais produtos brasileiros exportados a soja está em primeiro lugar em exportações, enquanto em 2013 ocupava o segundo lugar em 2016 passou a ocupar o primeiro lugar, sendo a China o principal comprador além de possuir crescente destaque na fabricação de agroquímicos. Portanto a lógica de economia internacionalizada desfaz a lógica da produção de alimentos e da soberania nacional, seja alimento como agroenergia (BOMBARDI, 2017).

Conforme Bombardi (2017), a área ocupada com soja no Brasil é de 33,2 milhões de hectares correspondendo a uma área territorial 3,6 vezes maior do que Portugal, 4,2 vezes maior do que a Escócia e 10,9 vezes maior do que a Bélgica o que leva a perceber a dimensão de monocultura no Brasil, de outro lado há uma redução de área com cultivos voltados para a alimentação da população. “Chama atenção o fato da soja, atualmente ocupa mais de 30 milhões de hectares do solo brasileiro seja o destino – sozinha – de mais da metade do volume de agrotóxicos comercializados no país” (BOMBARDI, 2017, p. 33).

O grande desafio do século seguindo os moldes do sistema de produção Brasileiro é o uso indiscriminado de agrotóxicos, de uso proibido em vários países da Europa. Mesmo com efeitos devastadores, ao solo contaminado as águas dos nossos rios, atingem também a fauna, flora, podemos contabilizar os efeitos causados a saúde humana. Tem como aliado em nosso sistema de produção a legislação Brasileira que flexibiliza o sistema, permitindo que esses agrotóxicos sejam livremente comercializados, sem exercer qualquer controle, além da negligencia dos trabalhadores que se expõe na aplicação. A autora observa para o aumento da venda de glifosato no Brasil correspondendo mais de 50% do volume total de agrotóxicos comercializados. Aumento que se justifica em função das sementes geneticamente modificadas tolerantes a esse herbicida em consonância com a legislação e produção de monoculturas voltadas para produção de commodity (BOMBARDI, 2017).

Jovem agricultor precisou ser hospitalizado após o manuseio de herbicidas usando equipamentos inadequados ao aplicar na lavoura da família. Empolgado queria mostrar ao pai suas habilidades adquiridas após ter estudado em colégio técnico. Enfatizou que atualmente sente o cheiro de veneno há quilômetros passando ter reações. Após o fato saiu para trabalhar como técnico na ASCOOPER com foco em produção de leite orgânico e compras coletivas, tendo neste trabalho despertando interesse pelo sistema de produção. Foi então que conheceu sua atual esposa também jovem tendo estudado em colégio técnico em agroecologia pela Via Campesina. A jovem também tinha a mesma intenção em desenvolver sistema de produção livre de agrotóxicos, então casaram-se vindo a desenvolver sistema de produção agroecológico na propriedade dos pais da jovem. Há mais de uma década encontram-se satisfeitos com o sistema, livre do risco com uso de agrotóxicos.

Com a liberação das sementes transgênicas a partir de 2003 houve grande expansão dos cultivos gerando crescente aumento do uso de agrotóxicos no Brasil, em cinco anos após se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

De acordo com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 (2021), apontam para a persistência e alta consecutiva na liberação de agrotóxicos entre pesticidas e outros compostos químicos prejudiciais a biodiversidade e a vida, alertando ainda para o aumento da desigualdade em proporção de terras ocupadas pela agricultura familiar em relação aos estabelecimentos não familiares. Tais apontamentos demonstram o avanço das áreas de produção do agronegócio aliado ao uso de sementes transgênicas aumentando o uso de agrotóxicos.

Com a intensificação do uso de agrotóxicos no Brasil, os problemas de saúde da população tendem a se agravarem cada vez mais e pode ser encarado como grande desafio que atinge toda a população brasileira, principalmente o trabalhador ao manipular sem os devidos cuidados representando um problema de saúde pública, sem contar com os danos irreversíveis causados pelos agrotóxicos ao meio ambiente (ABRASCO E ABA, 2018).

Diante do contexto atual no Brasil há um avanço na fragmentação dos processos de legislação ambiental e esvaziamento das políticas voltadas para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos que tiram as perspectivas de soberania alimentar. Há uma percepção muito clara de que as políticas públicas praticadas no Brasil estão submetidas às regras dos grandes grupos transnacionais através de seus representantes que atuam no meio político (FRIEDRICH; SOUZA; CARNEIRO, 2018).

## **Considerações finais**

A pesquisa retrata a trajetória que envolve desafios dos agricultores familiares produtores de alimentos na Região Oeste de Santa Catarina mediante a abrangência do poder econômico do sistema de produção tecnológico.

O que se conclui, que apesar dos avanços conquistados por algumas famílias, em buscar o sistema alternativo de produção, pensando em sair do sistema convencional, submetido às técnicas de produção com agroquímicos, voltados totalmente em transformar alimentos em commodity, com finalidade de exportar, sem a devida observância com danos causados à saúde da população, tanto como os danos causados ao meio ambiente.

A categoria ao iniciar a trajetória enfrentou e vem enfrentando muitas dificuldades em avançar com o sistema alternativo, que prioriza a saúde humana, ao meio ambiente. Inicialmente alinhados com governos que apoiava os agricultores em implantar sistema alternativo, fomentou entidades governamentais, tanto como sindicatos da categoria no engajamento, encorajamento, com apoio técnico, contribuindo, a expandir os grupos regionais em busca de consolidar novo sistema posto.

Porém a realidade é outra, com a mudança de governo houve um verdadeiro desmonte, nas políticas públicas, propiciando a retração das entidades que prestavam apoio às famílias.

O que podemos perceber, é a política voltada para a produção convencional dominada por grandes produtores, em conjunto com agroindústrias, exercendo pressão, mantendo domínio aos menores, com intuito em aumentar a produção, obter lucros, contemplando o governo na disputa de produção globalizada, e alcançar metas no superavit da balança comercial.

Os desafios encontrados inicialmente e alguns avanços conquistados com muita luta, se perde ao tempo. O maior desafio hoje conforme manifestado por agricultores, é a retomada da caminhada em avançar no projeto, entre as dificuldades enfrentadas, o abandono em que se encontram as famílias que almejam continuar no processo alternativo, sem apoio por parte do governo, esquecidos, isolados, assistem uma política que contempla somente aqueles que se mantêm na produção convencional engajados às agroindústrias, no sistema dominante dos grandes grupos econômicos. Neste sistema de produção que apesar do uso sem controle de agrotóxico, altamente prejudicial aos trabalhadores bem como a saúde da população, ao meio ambiente, é o sistema priorizado pelas nossas políticas agrícolas, deixando os agricultores, que tem como necessidade a mudança de sistema, evitando êxodo rural, pois a maioria foram vítimas do uso de agrotóxicos com sequelas entre familiares no completo abandono. Tudo

caminha para aumentar a balança comercial.

Destacamos o avanço da produção voltada para o agronegócio commodity e agroenergia e a redução de área para a produção de alimentos. O crescimento na liberação de novos agrotóxicos, o aumento do consumo e os impactos causados ao ambiente e a soberania na produção de alimentos.

Considerando o contexto e as dificuldades enfrentadas a dúvida que permanece é até onde a tendência econômica global vai manter o domínio, é preciso quebrar o paradigma, avançar estabelecer-se com sistema alternativo em favor da saúde humana e o meio ambiente.

## Referências

- ABRASCO e ABA. *Dossiê Científico e Técnico contra o Projeto de Lei do Veneno (PL 6.299/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA*. NOTA CONJUNTA: CONASEMS E CONASS. Rio de Janeiro, 2018.
- AGUIAR, V. V. P. *Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexão a partir da Marcha das Margaridas*. Política e Sociedade. Florianópolis, 2016.
- BOMBARDI, L. M. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo, FFLCH – USP, 2017.
- COSTABEBER, J.A. Transição Agroecológica: rumo a sustentabilidade. *Agriculturas: experiência em agroecologia*. V.3, n.3, out. 2006.
- FIGUEIREDO, L. D. *Construção do Conhecimento Agroecológico*. Novos Papeis, Novas Identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Produzir sem destruir: a experiência da associação dos produtores de Ouro Preto do Oeste (RO). ANA, jun. de 2007. p. 73-87.
- FRIEDRICH, K.; SOUZA, M. M. O. de; CARNEIRO, F. F. (Org). *Dossiê Científico e Técnico contra o Projeto de Lei do Veneno (PL 6.299/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2018.
- GONSALVES, A. L. R; MODEL, A. B. *Motivação para a transição agroecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Experiências em Agroecologia. Revista Agriculturas, v. 3. n° 3. out. de 2006. p. 12-14.
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. *V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil*. Juazeiro, Ba. 2020.
- MACHADO FILHO, L. C. P.; HÔTZEL, M.J.; MACHADO, L. C. P.; RIBAS, C. C. *Transição para uma Agropecuária Agroecológica*. Anais do II Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável, v. 01. p. 243-258, 2010.
- MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Capítulo 2. *Pra que a Vida nos dê flor e frutos: Notas sobre a Trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil*. In: SAMBUICHI, R. H. R, et. al. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural e sustentável. Brasília: Ipea, 2017. p. 53-83.

- MOURA, C. S. R. de.; SUGAI, M.B. *Das Importantes Conquistas de Produção e Produtividade pela tecnologia as Externalidades Negativas Resultantes: concentração de renda terras e impactos sobre a biosfera. Capítulo 2: A Revolução Verde:* ALEXANDRE, H. R, et. Al. *Agroecologia e Territorialidades. Agroecologia e Territorialidades: do estado da arte aos desafios de século XXI.* Juazeiro, BA. 2020.
- MOURA, I. F. de. *Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil.:* In: SAMBUICHI, R. H. R, et al. *Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural e sustentável.* Brasília: Ipea, 2017.
- MOURA, I. F. de. *Agroecologia na agenda brasileira: trajetórias no período 2003-2014.* Seropédica RJ, abr. 2016.
- PETERSEN, P. *Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papeis, Novas Identidades.* Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2007.
- SAMBUICHI, R. H. R; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L. de; SPÍNOLA, P. A. C; SILVA, A. P. M. da. *Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural e sustentável.* Brasília: Ipea, 2017.
- SCHNEIDER, S; ESCHER, F. A. *Contribuição de Karl Polanyi para sociedade do desenvolvimento rural.* Sociologias, v.13, n.27, p.180-219, mai/ago. 2011.
- SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo as florestas e as pessoas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- WEID, V. M. J. *Um novo Lugar para a Agricultura.:* In: PETERSEN, P. *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 47-65.
- WRIGHT, J. *Transição agroecológica na Agricultura Cubana. Experiências em Agroecologia.* Revista Agriculturas, v. 3. n° 3. out. de2006. p. 6-11.

## EL MONOPATÍN EN EL FUERZA LOCAL: DEMANDAS DE ESPACIOS PÚBLICOS DE ÓCIO

Jimmy Iran dos Santos Melo, Universidade de Passo Fundo, PPGH/UPF  
Gerson Luís Trombetta, Universidade de Passo Fundo, PPGH/UPF

**Resumo:** Esta pesquisa se debruçou a analisar as formas em que os skatistas de Boa Vista, capital do estado de Roraima, apropriaram-se de um espaço público do poder municipal, localizado no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna entre os anos de 1999 e 2000, por meio de práticas esportivas do skate. Além disso, procuro demonstrar como estes se aproximaram do poder público municipal, por meio de estratégias políticas juvenis na busca de políticas públicas, ao sentido de construir espaços para práticas do skate. Diante disso, as discussões no texto são problematizadas em análises bibliográficas e por pesquisas produzidas sobre o tema do Poder Local. Assim, tenho por objetivo demonstrar como ocorreram as apropriações dos espaços de lazer na construção das identidades do esporte skate na cidade de Boa Vista, em apropriações do espaço público por estratégias políticas.

**Palavras Chave:** Skate; Poder Local; Identidade.

### Introdução

As construções para novos espaços de lazer e esporte na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, ocorreram segundo o pesquisador e geógrafo da Universidade Federal de Roraima, Antônio Tolrinho Veras<sup>264</sup> (2009), por meio do poder municipal local, modificando as paisagens dos espaços urbanos da cidade. Desse modo, as alterações deram-se pela participação direta do poder municipal exercida por agentes políticos locais, conforme demonstra em sua tese de doutorado que nos anos compreendidos entre 1993 a 1996 e 2001 a 2004, tem-se “[...], as mudanças na paisagem urbana de Boa Vista foram visíveis. Nesse período o município estava sob a administração da prefeita Teresa Jucá<sup>265</sup>”. Ao período, demonstra o pesquisador a participação do poder público como administrador das mudanças na paisagem urbana da cidade e, acrescenta comentando sobre a prefeita Teresa Jucá: “já em sua primeira gestão de 1993 a 1996 [...]. No ano de 1993 foi implantado o Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, localizado em uma das principais avenidas da cidade – Ene Garcez” (VERAS, 2009, p. 167-168).

Posto isto, observo a participação do poder público na construção de novos espaços de lazer, o que proporcionou à cidade de Boa Vista modificações profundas nos aspectos da paisagem urbana. Desta forma, foram possibilitadas novas visibilidades aos locais de usos para o lazer, diante da comunidade presente à época, quanto à utilização dos novos espaços públicos na paisagem urbana da cidade.

<sup>264</sup>O pesquisador geógrafo da Universidade Federal de Roraima – UFRR, faleceu em 2020 por complicações ocasionadas pelo COVID-19 - doença do *coronavírus* 2019.

<sup>265</sup>Teresa Jucá, após o divórcio com o ex-senador Romero Jucá, modificou o sobrenome para Teresa Surita. Optamos em manter o nome de Teresa Jucá no trabalho pelo recorte temporal à época.

Há, entre as modificações no urbano conforme aponta a pesquisa de Veras (2009), a construção do Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, que está localizado na principal avenida da cidade, conhecida como Capitão Ene Garcez<sup>266</sup>. Com isso, conjuntamente as mudanças impostas à paisagem urbana da cidade, vieram às demandas das juventudes em suas reivindicações ao uso de novos lugares para o lazer e o esporte, principalmente, por não terem sido atendidos inicialmente no espaço público, como no caso dos skatistas, que no projeto inicial do Complexo Poliesportivo, não obtiveram um espaço adequado às práticas do esporte, como uma pista de skate.

Esta pesquisa se propõe a problematizar como os novos espaços de lazer passaram a ser objeto de disputa de poder pelo grupo que frequentava o local entre os anos de 1999 e 2000. A pesquisa visa, ainda, elencar os motivos de terem sido esquecidos pelo poder público, na construção de um espaço adequado para práticas do esporte skate, sendo estas reivindicações abordadas na pesquisa.

Desta maneira, procuro apresentar na discussão como as modificações do espaço urbano da cidade contribuíram para a construção das identidades do grupo de skate, vinculadas aos espaços públicos de lazer e que, puderam ser fortalecidas por meio de laços de reivindicações junto ao poder público municipal na formação de novos territórios do esporte skate na cidade.

### **A Pista de Skate: Poder local em Boa Vista capital do estado de Roraima (1999 a 2000)**

Ao analisar a pesquisa sobre a construção do espaço urbano de Boa Vista, o pesquisador (VERAS, 2009) apresenta entre as diversas modificações da paisagem urbana, o Complexo Poliesportivo Ayrton Senna e, como este fora construído por meio do poder municipal local. Ademais, outro autor, retratando o período posterior às alterações da paisagem urbana em Boa Vista, acrescenta ao tema das modificações urbanas na paisagem da cidade, os seguintes as problemáticas, de acordo com o entrevistado, skatista e grafiteiro Max Delly no ano de 2008. Existiram formas de negociação com o grupo de skatistas e o grafiteiro por parte do poder municipal, conforme encontra-se na pesquisa de Lazzarin (2008), com o trabalho que ficou conhecido como: “A negociação da identidade, cultura e grafite em Boa Vista”, para a revista Visualidades da Universidade Federal de Goiás - UFG.

Nessa entrevista, o grafiteiro e skatista Max Delly, ao tratar dos interesses dos skatistas em novos espaços de lazer no sentido de apropriar-se por meio da arte do grafite, faz uma

<sup>266</sup>Capitão Ene Garcez dos Reis fora designado o primeiro Governador do Território Federal do Rio Branco, agora então, estado de Roraima. Além disso, no plano diretor faz parte do Traçado do Plano Urbanístico de Boa Vista (OLIVEIRA, 1991; FREITAS, 1997; SANTOS, 2004; SILVA, 2007).

rememoração ao ser entrevistado dos fatos que ocorreu ao período da sua chegada à cidade de Boa Vista no ano de 1999, vindo da cidade de Recife, capital do Pernambuco, estado brasileiro.

Ele se lembrou de questões que envolveram as alterações do espaço urbano em Boa Vista, no ano de 1999 no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna e, assim, explica como vivenciou o período, visto que eram pré-eleições municipais, demonstrando-o no trecho da entrevista, como pode ser analisado no comentário do entrevistado: “tendo chegado à época de eleições, tomou conhecimento de que um político da cidade intentava aproximar-se de seus eleitores jovens e estaria disposto a apoiar um grupo de skatistas, construindo uma pista de skate” (LAZZARIN, 2008, p. 26), ficando claras as disposições do poder municipal, representado na figura do político em negociar a pista de skate com o grupo.

Desta maneira, há, na entrevista do grafiteiro, uma pequena demonstração do interesse do grupo de skate ao vincular-se ao desejo do político da época, no sentido de apoiar a construção de um espaço adequado ao esporte, o que verificou ser uma modificação no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna. E que, na obtenção desta construção, tornar-se-ia, posteriormente, a pista de skate daquele local, bem como, seria reformada e, além disso, sofreria ao longo dos anos várias outras modificações em sua estrutura, tanto no sentido de construir novos obstáculos, como no próprio projeto original do ano de 1999, o que ocorreu mais recentemente em 2019, também na gestão da ex-prefeita Teresa Jucá.

Sobre estas articulações demonstradas na entrevista de Max Delly, que ficaram conhecidas como “identidades negociadas” (LAZZARIN, 2008, p. 26), a pesquisadora e doutorado Janaína Rigo em sua pesquisa intitulada de: “Poder Local, participação popular e clientelismo” em 2007, atribui outros significados para os agentes envolvidos em eventos do desenvolvimento das cidades, de modo que:

Percebe-se claramente o crescimento do protagonismo do Poder Local e de sua relevância da vida das comunidades, principalmente pelo motivo de que a realização das necessidades que levam ao desenvolvimento social exige articulações a partir da lógica local [...]. A lógica de delegar espaços decisórios para o âmbito local ou mesmo Municipal facilita a participação da população diretamente interessada nas decisões do poder público, tornando-se uma potencial ferramenta para o aprimoramento democrático (SANTIN, 2007, p. 127).

Enquanto o pesquisador Lazzarin (2008) levanta o tema politiquero por trás da construção da Pista de Skate, como promessa de campanha eleitoral, a pesquisadora Santin (2007) enxerga com outros olhos o envolvimento da participação comunitária local, nas construções e desenvolvimento das cidades, pois, devido ao status do município ter se tornado



pela Constituição Federal de 1988, em entes federativos, agora, os agentes envolvidos, na função de gestores têm a corresponsabilidade no desenvolvimento das localidades, como no caso, a paisagem urbana. Porque, estes passaram a gozar de uma ampla autonomia política e administrativa e que, o poder local deverá envolver a comunidade presente no desenvolvimento de políticas públicas locais, tentando solucionar problemas da região, construindo assim, uma própria identidade do lugar no envolvimento da comunidade na tomada de decisões.

Diante disso, os problemas que antes eram resolvidos em esferas políticas distantes da realidade local, na nova esfera de atuação municipal, adquirem outras roupagens, pois de acordo com a pesquisadora Santin (2007, p. 127): “A lógica de delegar espaços decisórios para o âmbito local ou mesmo Municipais facilita a participação da população diretamente interessada nas decisões do poder público”. Com isso, pensando os atos de Max Delly e, visto como “estratégia de sobrevivência” (LAZZARIN, 2008, p. 26) em períodos eleitoreiros, pode-se entender que a sua contribuição, naquele momento, parte da própria lógica do poder municipal, pois, agora tinha o dever como cidadão de envolver-se na comunidade em estratégias de desenvolvimento de políticas públicas para o local.

Desta forma, as implicações das políticas públicas devem abarcar no âmbito municipal, tanto as questões de “saúde, do transporte público, do saneamento básico e do ensino fundamental, que após a Constituição Federal de 1988 foram municipalizados” (SANTIN, 2007, p. 127), bem como, conforme apresenta Dowbor (2008, p. 19), sobre o papel do município e sua funcionalidade, “a riqueza cultural da nossa cidade [...], as boas infraestruturas de esporte e lazer, o urbanismo equilibrado, tudo isso depende iminente mente de iniciativas locais” (2008, p. 19), demonstrando mais uma vez o empoderamento dos agentes locais, dando-lhes o potencial de possibilitar modificações e melhorias ao município.

É, assim que, há no ato em que “Delly tomou conhecimento do político da cidade, ao qual intentava aproximar-se de seus eleitores jovens, estando disposto a apoiar o grupo de skatistas para construir uma pista de skate” (LAZZARIN, 2008, p. 26), um evento repleto de significados na municipalidade boavistense, conforme é pensado na Constituição de 1988, sobre o papel do município. Noto que a descentralização do ente municipal dentro do estado federal permitiu uma maior participação dos agentes locais, embora, não deixaram de ocorrer práticas clientelistas, como alerta a Santin (2007, p. 145) “O clientelismo, por sua vez, permeia a democracia brasileira como imbricado à estrutura capitalista”, o que talvez tenha ocorrido entre os envolvidos, o político, o grafiteiro e o grupo dos skatistas, no fato a que Lazzarin (2008, p. 23) resolveu chamar de “a negociação da identidade”. A que chamarei de uma participação

democrática popular dentro de uma “politicidade às avessas” (DEMO, 2006, p. 16-18).

Portanto, as movimentações próprias de Max Delly, por organizar e reivindicar participação no jogo político tem por trás delas a busca para além do individual, pois, ao mesmo tempo em que procurou o político para realizar um desejo pessoal, existiam articulações bem maiores, por parte do grupo dos skatistas na participação das políticas públicas em tentar modificar o espaço urbano da cidade. Isto poderá ser encontrado, no desejo exposto em anotações do antigo arquivo da Associação de Skate de Boa Vista, referente ao ano de 1999, e que, fora escrito por Maurício Lima, mais conhecido como Pezão.

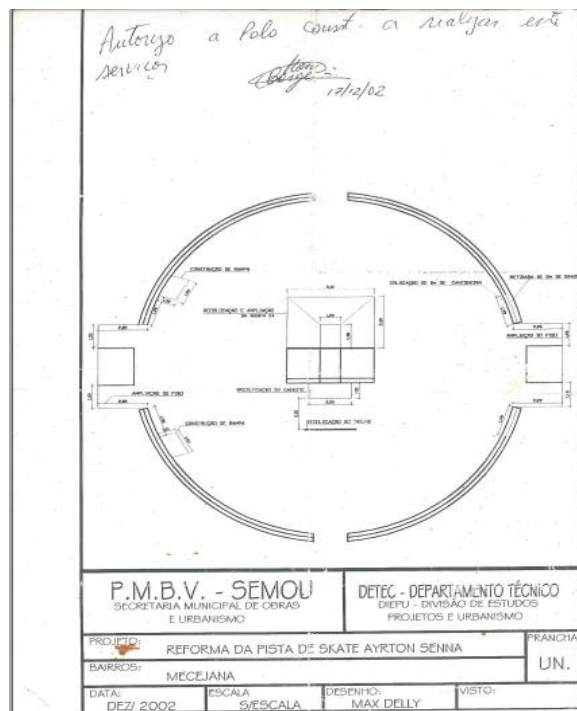
Ano de 1999, o começo da revolução, A TURMA DA “RODÔ”, andava na rodoviária, e eu ia lá com o “chevet pode crê III” e colocava o som do bate-cabeça, ajudava a galera local de fazer rampas dava uns toques de manobras e em maio rolou no bairro 13 de setembro, A LOJA SEQUINHOS SKATESHOP do Jessé, cunhado do GOG, e queria fazer um evento para divulgar a loja, pegamos as rampas da “RODÔ”, pusemos dentro do ginásio M<sup>a</sup> das DORES BRASIL, foi muito massa, um clima de evento gringo [...] o EMERSON chefe de gabinete do prefeito, irmão do JESSÉ, falou que se nós nos uníssemos e fizéssemos uma Associação nós poderíamos ter apoio da SECRETARIA MUNICIPAL DA INFANCIA, JUVENTUDE ESPORTE E LAZER, fui em MANAUS e o IT GUIMAS, dono da SKATEHOUSE, me deu todo o material que ele abriu sua ASSOCIAÇÃO DE SKATE DE BOA VISTA com objetivo de obter políticas públicas para o SKATE e SKATISTA, dia 15 de novembro de 1999, o primeiro evento de nível da Associação, o TORNEIO RADICAL DE SKATE 1999 (ANOTAÇÕES – MAURÍCIO, 1999, p. s/n)<sup>267</sup>.

Esse relato de anotações do skatista Maurício Lima, o Pezão, coincide com o período em que Max Delly chega à cidade, 1999. Desta maneira, verifico que na fala do recém-chegado, Max Delly, há uma sincronia com aquilo que os praticantes do skate estariam vivenciando ao período, o sentido de organização política no ser e ter uma maior participação no jogo político da cidade, conforme demonstra Silva (2014, p. 81), na abordagem de participações de agentes em construções identitárias, quando afirma: “está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade [...], o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”, ao que poderia ter levado Max Delly dentro do grupo de skatistas, a fazer parte da própria reforma da pista street em anos posteriores, no próprio Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, como encontrado no documento que o identifica como membro desenhista do projeto da pista.

]

<sup>267</sup>O texto foi mantido no artigo conforme encontrado no documento original de Maurício Lima, como as palavras em caixa altas.

Figura 1. Reforma da Pista de Skate



Complexo Poliesportivo Ayrton Senna  
Fonte: Maurício Lima, 2002.

Ao visualizar o documento, percebo que consta no desenho em forma de planta baixa, o nome de Max Delly, como desenhista no ano de 2002. Por isso, entendo que: “a negociação da identidade” discutida em Lazzarin (2008, p. 23) bem como, a problematização da: “autonomia do município na constituição de 1988” posta por Santin (2007, p. 127); e, as organizações dos skatistas por meio da Associação de Skate, que foram escritas nas anotações de Maurício, permitiram que todos os agentes envolvidos com a municipalidade, construíssem a pista prometida pelo político em 1999, além de ser reformada em 2002, com própria participação de Max Delly. Aquele jovem recém-chegado à cidade, em que estaria apenas tentando sobreviver no ano de 1999 em Boa Vista.

Porquanto, todos estes eventos que estavam ocorrendo em 1999, ainda que não tenham partido de uma visão coesa como balizado aos princípios democráticos do direito, de acordo com os estabelecidos na Constituição Federal de 1988. As condições de organização popular ocorridas no ano de 1999, por meio da Associação de Skate, apresentam semelhanças com aquilo que Santin (2007, p. 331) define com Poder Local: “[...], ou seja, as sedes urbanas, cidades ou Municípios, mas também com as formas de participação e organizações populares”. Ao que tudo indica, tem-se nas ações da aproximação do Max Delly, o grafiteiro e, da Associação de Skate, como jogos políticos da época. Culminando na construção da pista de

street no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, e ao mesmo tempo, tornando-os parte do jogo político no Poder Local.

Ouso salientar mais uma vez, que estes acontecimentos estão respaldados juridicamente com aquilo que fora proposto aos municípios brasileiros na Constituição de 1988, embora, como já demonstrado, não tenha ocorrido em sincronia com o estabelecido nos pressupostos do ordenamento jurídico, tendo em vista o alerta para as reminiscências do clientelismo (SANTIN, 2007), apontados anteriormente nas ações dos jogos políticos, que ocorrem entre agentes independentes e os grupos politicamente organizados.

Sobre isso Santin e Flores (2006) vão demonstrar toda potência com abertura da participação popular no município, a partir do Estado Federal brasileiro de 1988, que tem como princípio a descentralização municipal e, assim expõem:

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 1º e 18, elevou e reconheceu o Município como ente federativo, delegando-lhe a autonomia tão almejada, cumprindo a exigência básica do Estado federal: a repartição regional de poderes autônomos. Isso fez do Estatuto da Cidade a ferramenta mais valiosa do gestor público e da população em ditar, conjuntamente, linhas gerais de criação, manutenção e regulamentação do espaço urbano, possibilitando ao poder público e sociedade confrontar interesses (SANTIN; FLORES 2006, p. 26-27).

Em Boa Vista, isso possibilitou a construção da pista de skate no ano de 1999. O local que antes era nada mais que uma antiga pista de patinação em desuso e, que fora construída em forma de um círculo<sup>268</sup> no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna. Sendo que, a época, vários skatistas sentindo-se que foram esquecidos de participar da construção daquele espaço público e, sendo em número maior que os patinadores, passaram a reivindicar o local em apropriação de uso, pois além de estarem utilizando uma quadra de tênis, tendo alguns problemas com os

<sup>268</sup>Para as pesquisadoras Valéria e Simone (2006, p. 47), as origens da patinação surgem “em 1863, o americano James Plimpton consegue a patente do patim de quatro rodas (tradicional) já contando com o mecanismo de freio na frente, configurando assim o patim moderno, que permite executar movimentos circulares. Em 1876, foi inaugurado em Paris o primeiro centro de patinação sobre rodas, que se tornou o principal ponto de reunião da aristocracia parisiense da época. A partir de então, a patinação foi se estendendo por toda a Europa, com a criação de diversos riques, principalmente em Berlim, Frankfurt e Londres. A invenção do patim de rolimã, em 1884, promove o crescimento do esporte e impulsiona a criação de espaços para a prática em várias partes do mundo. No período 1910 - 1926, alguns patinadores percorrem estradas na Bélgica e França, mas as corridas sobre patins também são realizadas em riques de patinação. Até a Primeira Guerra Mundial os riques eram pontos de encontros da elite. Durante a guerra vários riques foram fechados e a patinação sofre uma drástica ruptura de desenvolvimento. Com o fim desta, os países que já conheciam a patinação retornam a investir no esporte imprimindo um ritmo mais organizado e crescente. No Brasil, no início de 1900, em São Paulo, a Patinação era uma atividade exclusivamente recreativa, trazida da Europa pelos filhos de famílias ricas que lá concluíam seus estudos superiores”. BITENCOURT, Valéria; AMORIM, Simone. **Patinação artística (gelo-rodas-corrida)** In. DACOSTA, Lamartine (Org.). Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/109.pdf>. Acesso em 10 de mai. de 2021.

tenistas, buscavam um espaço adequado para praticarem do skateboard que seria a pista de patinação (MELO; DE SOUZA, 2019, p. 142).

Desta forma, a “regulamentação do espaço urbano” (SANTIN; FLORES, 2006, p. 26), fora possível diante da abertura constitucional em 1988, proporcionando “as boas infraestruturas de esporte e lazer” a partir das “iniciativas locais” (DOWBOR, 2008, p. 19). Temos, portanto, a participação popular como iniciativa e autonomia da gestão a um redesenho do espaço urbano, que fora criado para outra finalidade e, que recebeu alterações em sua estrutura, criando um novo espaço que se adequaria aos skatistas do ano de 1999, ao que chamaremos de participação popular negociadas no jogo do Poder Local.

### **Identities skatistas no espaço urbano de Boa Vista**

No ano de 1988, o antigo território federal de Roraima, foi transformado em estado de Roraima, tornando-se o mais jovem estado da federação conforme a nova constituição, sendo efetivado com a posse do primeiro governador eleito em 1991<sup>269</sup>. A cidade de Boa Vista, como capital do estado é reconhecida historicamente como fruto de um longo processo histórico às margens do Rio Branco (FERRI, 1990). Suas transformações na paisagem do espaço urbano estão dimensionadas na participação de vários agentes políticos, que representaram a população boavistense ao longo de sua história<sup>270</sup>. Sendo que, mais recentemente em 2019 na gestão da ex-prefeita Teresa Surita, pertencente ao grupo político dos Jucá<sup>271</sup>, tendo no ex-senador Romero Jucá, como ex-marido e considerado um coronel em Roraima, a ex-prefeita teve um papel fundamental nas transformações das paisagens urbanas da cidade, construindo vários espaços de esporte e lazer (LAZZARIN, 2008 VERAS, 2009; CARVALHO, 2019).

Traçando a gênese do estado de Roraima que fora transformado de território para estado, a cidade de Boa Vista ganha a autonomia e o status de município aos moldes da federação brasileira de 1988<sup>272</sup>, no entanto, as marcas do clientelismo e o assistencialismo estavam presentes nestes tempos. De acordo com Santos (1998, p. 14) “a utilização de verbas públicas para a formação de clientelas são práticas comuns na capital e no interior”, formando

<sup>269</sup>SENHORAS, Elói Martins. Desafios políticos e eleições em Roraima. In. **From the Selected Works of, January 2010**. Disponível em: <http://works.bepress.com/eloi/180>. Acesso em 10 de mai. de 2021.

<sup>270</sup>Pesquisas apontam que em Roraima sempre existiram marcas profundas daquilo que Weffort, diz ter “[...] no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos” (1980, p. 74).

<sup>271</sup>Encontramos em Carvalho (2019, p.46) os seguintes comentários: “Romero Jucá elegia sua ex- esposa e atual prefeita da capital de Roraima, Maria Teresa Saemz Surita Jucá”. Em 2021, encontra-se como ex-prefeita da cidade de Boa Vista.

<sup>272</sup>Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988. As normas aqui apresentadas não substituem as publicações do Diário Oficial da União.

na cidade e nos municípios do estado roraimense aquilo que Carvalho (2019, p. 78) resolver chamar de formações “estratégicas para as lideranças políticas locais se perpetuarem no poder”, ou seja, as antigas estruturas clientelistas do início da república brasileira.

Alertando sobre as práticas patrimonialistas, clientelistas e coronelistas em Roraima, o pesquisador Furlan (2014, p. 214), afirma:

A cultura política do patrimonialismo do Brasil-Colônia aqui se arraigou na forma da apreensão do público pelo particular, contribuindo decisivamente para o fortalecimento das relações servis do eleitor para com as estruturas políticas existentes em Roraima. Inicialmente, pela figura do coronelismo e controle dos eleitores pelo medo da pistolagem; e, mais recentemente, em razão da identificação com candidatos dentro do modelo do personalismo e diante da troca de votos por benefícios pessoais configuram o clientelismo.

É nesse contexto histórico-social de Boa Vista, que Lazzarin (2008) afirma ser negociada a identidade de Max Delly, o grafiteiro recém-chegado do estado pernambucano em vésperas das eleições municipais do ano de 1999. Portanto, é justamente no período de disputa eleitoral, entre o prefeito Ottomar de Souza Pinto e a Teresa Jucá, aos quais estão concorrendo ao cargo de prefeito, que perpassam as negociações da pista de skate. Assim, nesse ambiente historicamente marcado por relações de clientelismo entre políticos e a sociedade, Max Delly desembarca na cidade, promovendo a arte do grafite nos muros de Boa Vista.

Posto isso, há no desenvolvimento da paisagem urbana da cidade de Boa Vista, que estava mergulhada na trajetória do velho clientelismo republicano, as mudanças que possibilitaram as construções das identidades dos jovens skatistas, atreladas a arte do urbano e do skate.

A exemplo de outras capitais brasileiras inicialmente projetadas, em Boa Vista, o planejamento urbano não continuou sendo feito ao longo do tempo. Aparentemente, apenas o desenho inicial das então principais avenidas foi mantido. Uma concepção de planejamento urbano, contínuo, envolvendo a infraestrutura necessária para um crescimento com qualidade de vida para a população, parece ter ficado esquecida pelos governantes. Hoje, no mapa urbano, a área inicialmente planejada restringe-se a uma pequena região central. Com o surto de crescimento da década de 1990, a capital expandiu-se rapidamente, a paisagem urbana ganhou novos bairros, geralmente loteamentos, alguns com infraestrutura de energia e abastecimento de água, mas também há áreas de ocupação desordenada, inclusive em áreas alagáveis, carentes de condições de urbanidade. São os jovens provindos desses locais que constituem o movimento grafite de Boa Vista. A partir das especificidades desse contexto urbano, apresentadas brevemente acima, este texto problematiza a produção cultural da identidade dos grafiteiros de Boa Vista (LAZZARIN, 2008, p. 24-25).

Por isso, Lazarrin (1998) afirma que houve a negociação da identidade do grafiteiro Max Delly no jogo político local e, ao mesmo tempo, interesses clientelistas dos políticos de Boa Vista, que permitem sobreviver no espírito democrático, à dança com os “diabos” conforme Yúdice (2002, p. 195) explica: “consiste em bailar con el diablo y no quemarse”. Aqui, visto que o poder local boavistense estava corrompido por práticas estranhas à democracia republicana, desde seus primórdios, não restou alternativa ao jogo do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), a não ser dançar conforme a música “diabólica” em práticas clientelistas, “sem queimar-se” (YÚDICE, 2002, p. 195).

Percebo que, Max Delly, ignorando as forças por trás das ações do político, e jogando o jogo local por ser também skatista, por esta afirmativa: “um político [...], disposto a apoiar um grupo de skatistas, construindo uma pista de skate. Como fazia parte desse grupo” (LAZZARIN, 2008, p. 26), usa da “estratégia de sobrevivência”, como táticas urbanas para obter os favores políticos e, passa também a exercer a força do poder simbólico sobre o político, pois assim Bourdieu (1989, p. 7-8) vai dizer que: “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” é que faz de Max Delly, o grafiteiro e skatista, legitimar-se (BOURDIEU, 1989, p. 11) no poder local, como agente da democracia urbana para alterações da paisagem da cidade, na construção da futura pista de skate do Complexo Poliesportivo Ayrton Senna em 1999.

Desta forma, a rede de relações entre políticos e os agentes da sociedade, impediam a plenitude pensada ao papel da cidadania dentro da lógica do ente municipal após Constituição Federal de 1988 em Boa Vista, pois, os agentes locais ao serem tragados por práticas “clientelistas e paternalismo em todo o estado de Roraima” (CARVALHO, 2019, p. 79), perdem o atributo mais importante que é o exercício pleno da cidadania como princípio democrático, apresentado como solução aos gestores municipais para o bem-estar da população, enquanto participavam da construção do município no ano de 1999 (SANTIN; FLORES, 2006, p. 65).

Portanto, as alterações da paisagem urbana do município de Boa Vista encontram-se no pensamento de Moás (2002, p. 31) com as seguintes definições ao que é o município, tanto como “redes de relações sociais e valores” e, ao mesmo tempo, “a própria ordem social”. Assim, temos os skatistas envolvidos nessas tramas políticas, formando a própria identidade no local das experiências por meio do jogo político, vivenciadas as práticas clientelistas que envolviam a própria gênese do estado de Roraima e da formação do município de Boa Vista, permitindo as alterações da paisagem urbana na construção da Pista tão sonhada de skate.

## Conclusão

Percebo que as práticas skatistas no ano de 1999, em Boa Vista, permitiram construir uma Pista de Skate no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna. No entanto, verificou-se que existiram vários jogos políticos no Poder Local, dentro da nova lógica municipal, a partir da Constituição Brasileira de 1988.

Diante disso, foram demonstrados que a República brasileira tem em suas origens um viés clientelista, que nessa parte do norte brasileiro, também foi arraigado entre os políticos. Assim, os skatistas entrando nesse jogo de poderes, permitiram-se jogar dentro das próprias regras da “democracia às avessas”, na busca por um espaço apropriado para praticarem o esporte skate. Isso contribuiu, não somente para apropriação do espaço, mas na própria formação identitária do grupo no ano de 1999.

Desta forma, embora o município de Boa Vista, tenha sido o ente no palco do Poder Local, que permitiu a participação nas tomadas de decisões da população, as formas contrárias da legitimidade republicanas continuaram sendo exercidas por forças políticas locais. Com isso, os skatistas, tragados pela força do clientelismo, jogaram o jogo, seguindo as regras locais ao apropriara-se do espaço para o skate no Complexo Poliesportivo, enquanto construíram a própria identidade.

## Agradecimentos

A Dra. Janaína Rigo Santin, teve uma contribuição profunda na produção deste texto, sem o qual seria impossível escrever o Poder Local e o Skate em Boa Vista – Roraima.

## Referências

- BITENCOURT, Valéria; AMORIM, Simone. *Patinação artística (gelo-rodas-corrída)* In. DACOSTA, Lamartine (Org.). Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/109.pdf>. Acesso em 10 de mai. de 2021.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- DEMO, Pedro. *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas, SP: Armazém do Ipé (Autores Associados), 2006.
- CARVALHO, Francisca Cleide Sousa. *O caso de corrupção dos gafanhotos (1998-2002): o Executivo e o Legislativo em Roraima*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras) Universidade Federal de Roraima, 2019, p.118.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- FERRI, P. *Achados ou perdidos? A migração indígena em Boa Vista*. Goiás: MLAL, 1990.
- FURLAN, Rodrigo Cardoso. *As transferências de domicílio eleitoral em Roraima e a interferência nas eleições municipais de 2004, 2008 e 2012*. Tese (Doutorado



Interinstitucional em Ciência Política). Universidade Federal de Roraima e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014, p. 240.

FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Manaus: Editora Grafima, 1996.

MOÁS, Luciane da Costa. *Cidadania e poder local*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Belém: NAEA, 2004.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. *Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, T. T. da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Identidade e diferença*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

YÚDICE, George. *El Recurso de la Cultura: usos de la cultura en la era global*. Barcelona: Gedisa, 2002.

Revista Eletrônica

LAZZARIN, L. Fernando. *A Negociação da Identidade. Cultura e Grafite em Boa Vista*. Visualidades. Revista do programa de mestrado em Cultura Visual, Fav I, UFG, v. 5, n. 1 jan./jun. 2008.

MELO, Jimmy I. dos Santos; DE SOUZA, Alfredo Ferreira. Identidades skatistas e territórios do skate em Boa Vista. *Revista Textos e Debates*, Boa Vista, n.33, p. 141-156, jul./dez. 2019.

SANTOS, Roberto Ramos. Roraima: do pára-quadismo político ao clientelismo. *Revista Textos & Debates*, Boa Vista, n.5, p.7-19, 1998. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1014.html>. Acesso em: 03 mai. 2021.

OLIVEIRA, Laucides. O Estado. *Diretrizes*. Boa Vista/Roraima. Ano 1, n. 2, Jan./fev. 1991. 38 p. (Edição Histórica).

SANTIN, Janaína Rigo; FLORES, Deborah Hartmann. A Evolução Histórica do Município no Federalismo Brasileiro, o Poder Local e o Estatuto da Cidade. *Justiça do Direito* (UPF), Passo Fundo-RS, v. 20, n.1, pp. 56-69, 2006.

SANTIN, Janaína Rigo. *O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. 25 a 27 de abril, UFSC, Florianópolis, Brasil, pp.323-340, 2007.

SANTIN, Janaína Rigo. O Tratamento Histórico do Poder Local e a Gestão Democrática Municipal. *Revista Estudos Jurídicos* (Unisinos). v. 40, n. 2, jul./dez. 2007.

## MARCOS IDEOLÓGICOS E PROGRAMÁTICOS DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE

João Elter Borges Miranda, Programa de Pós-graduação em História Unioeste

**Resumo:** No presente trabalho, procuraremos nos debruçar na discussão sobre as bases ideológicas do Movimento Brasil Livre (MBL) e seus marcos programáticos. Um dos documentos produzidos pelo MBL que adotamos para refletir a respeito disso é o seu Manual de Instruções para filiais municipais, no qual em sua introdução este partido se coloca como anti-sistema, no sentido de contrário ao que definem como o “projeto de poder petista e ao status quo de mentalidade estatizante que impera no Brasil”. Sobre os marcos programáticos, adotaremos também o relatório das propostas aprovadas no primeiro congresso do MBL, realizado em 2015. Os marcos ideológicos do MBL estão em consonância com os princípios ideológicos neoliberais: defesa do ideário do livre-mercado, da livre-iniciativa e a crença no *laissez-faire* (auto regulação do mercado) e na ideologia meritocrática, gestão empresarial do Estado (ou defesa da inexistência do Estado), flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, desregulamentação financeira, defesa maximizada da propriedade privada. O conjunto de propostas que compõem a linha programática geral do MBL busca naturalizar os valores da ideologia de mercado e aplicar, no interior do Estado em sentido restrito, noções e concepções como “sustentabilidade”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, reformulando-o e o reconfigurando, de modo a torná-lo “eficiente” aos interesses burgueses e do livre-mercado.

**Palavras-chave:** Movimento Brasil Livre; Neoliberalismo; Ideologia.

O Movimento Brasil Livre trata-se de uma organização que foi criada no contexto das Jornadas de Junho de 2013 por uma outra chamada Estudantes Pela Liberdade. Após estas manifestações, o projeto foi abandonado, sendo retomado em 2014, no contexto das eleições federais, de maneira a corrigir o “erro das urnas”. É nesse contexto de retomada que vai ingressar no MBL uma série de novos intelectuais, tais como Renan Santos, Kim Kataguirí, Fernando Holiday, etc. No presente trabalho, procuraremos nos debruçar na discussão sobre as bases ideológicas do MBL e seus marcos programáticos. Um dos documentos produzidos pelo MBL que adotamos para refletir a respeito disso é o seu *Manual de Instruções para filiais municipais*, no qual em sua introdução este partido se coloca como *anti-sistema*, no sentido de contrário ao que definem como o “projeto de poder petista e ao *status quo* de mentalidade estatizante que impera no Brasil” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 9-10). Sobre os marcos programáticos, adotaremos também o relatório das propostas aprovadas no primeiro congresso do MBL, realizado em 2015 (*Idem*, 2015b, p. 2-6).

### Marcos ideológicos

Ainda na introdução do *Manual*, o MBL identifica que existe uma série de ações de resistência ao projeto de poder petista e a égide estatizante – em especial, ações no mundo internético – contudo, tal atuação “ocorre ainda de uma forma um tanto anárquica e

desarticulada, não representando uma ameaça real” e, por isso, o MBL “busca fazer seu papel ao trazer o embate político baseado em ideias e valores liberais para o âmbito municipal, onde o estado [vale observar que o uso do termo Estado com letra minúscula tem o sentido de menosprezar a sua relevância] pode ser provocado e transformado com maior eficácia” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 9-10). Busca de maneira deliberada organizar a defesa da agenda neoliberal, com enfoque na atuação nas redes sociais, mas também presente na sociedade política, em Câmaras legislativas, por exemplo.

Para tanto, segundo o MBL, o seu objetivo é “recrutar e formar a nova massa crítica que irá transformar o cenário político do país”. O que, apontam, só será realizado através “de um trabalho de base consistente e organizado”, através do qual serão “capazes de conter o gigantesco estado cleptocrático brasileiro, que perpetua injustiças históricas e impede o progresso material e cultural da nação” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 9-10).

O MBL, dessa maneira, procura formar uma vontade coletiva, atuando como organizador e expressão ativa disso. Age, assim, como um partido político no sentido gramsciano, para o qual o partido tem duas grandes tarefas fundamentais: a formação da vontade coletiva e a reforma intelectual e moral, através da qual seria constituída uma nova concepção de mundo (GRAMSCI, 2007).

O MBL, segundo o Manual, procura realizar um trabalho de base a partir dos seguintes princípios: “todo indivíduo tem direito (a) à vida, origem de todos os outros direitos; (b) à liberdade de agir e buscar sua felicidade como lhe convier; e (c) à propriedade, fruto legítimo de sua vida e sua liberdade”. E continua, colocando que, “para que esses direitos sejam respeitados, é essencial que nenhum indivíduo ou grupo inicie o uso de força ou fraude contra outrem” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 9-10).

Em seu programa ideológico, defende o “liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil”. Para tanto, defendem “a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa”. Dentre os valores, se propõe a defender: “liberdade e responsabilidade”, “paz e proteção a direitos individuais”, “livre iniciativa e empreendedorismo”, “incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada”, “igualdade perante a lei”, “democracia” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 13).

Não adotam o termo neoliberalismo em nenhum momento do documento. Segundo um dos membros do MBL, o advogado e doutor em direito Luis Felipe Panelli, “o chamado neoliberalismo é um conceito falso, criado pela esquerda para criticar de uma só vez todos os

seus adversários, que foram forçados a se unir para combatê-la devido à sua hegemonia no período do pós-guerra”. Para Panelli, o termo neoliberalismo é “ardiloso em que cabe todos os que se opõe à esquerda”. Foi criado também, ainda segundo Panelli, “sob diversa roupagem, por outros intelectuais de esquerda”, com o intuito de “desacreditar o nascente movimento de direita no Brasil” (PANELLI, 2021).

Mas, a afirmação de que o MBL não é defensor do chamado neoliberalismo é falsa, haja vista os princípios defendidos, os quais são: “autonomia do indivíduo e liberdade contratual”, “livre iniciativa”, “primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado”, “livre mercado”, “respeito à propriedade privada”, “eficiência”, “inovação”, “transparência”, “meritocracia”, “Estado de Direito”, “Democracia representativa”, “federalismo”, “visão de longo prazo” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015a, p. 13).

Os marcos ideológicos do MBL estão, assim, em consonância com os princípios ideológicos neoliberais, quais sejam: defesa do ideário do livre-mercado, da livre-iniciativa e a crença no *laissez-faire* (auto regulação do mercado) e na ideologia meritocrática, gestão empresarial do Estado (ou defesa da inexistência do Estado), flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, desregulamentação financeira, defesa maximizada da propriedade privada. A principal origem desses princípios está nos pressupostos epistemológicos, isto é, no procedimento teórico-metodológico de abordagem, estudo e reflexão da realidade, dos quais partem as correntes neoliberais. Identificamos que o conjunto de correntes (alguns exemplos seriam a Escola Austríaca, Escola de Chicago, Social-liberalismo, dentre outras) partem do pressuposto de que a sociedade é uma “associação ou agregado de indivíduos” cujo único conectivo é o mercado. Pressuposto este que não é novidade dos neoliberais, mas é herdado do liberalismo clássico, mais especificamente, de sua ética individualista e naturalista.

As pessoas que integram o MBL podem, então, até se auto-intitular liberais, mas o ideário ideológico dessa organização e, como veremos, seus marcos programáticos, estão alinhados com a agenda neoliberal. O que chamam de liberalismo é, assim, neoliberalismo.

O liberalismo clássico vai ascender, sobretudo, no século XVIII, por conta da resistência, lenta e tenaz, da burguesia em relação ao *Antigo Regime*, que contrariava os interesses burgueses, assim como a visão de mundo burguesa. Mas, é somente com as *revoluções burguesas*, com destaque para Revolução Francesa, que o liberalismo alcança na classe burguesa maior hegemonia. A crítica marxiana aponta que, com essas transformações provenientes da primeira revolução industrial, a economia política burguesa adotará como pressuposto a postulação que interpreta as relações sociais capitalistas como naturais ou eternas,

entendendo-as como “configuração última e absoluta da produção social”, e a concepção ética individualista das pessoas.

A perspectiva burguesa por possuir atrelada à análise o seu projeto é, assim, ideológica. É nesse contexto que o liberalismo se torna hegemônico por oferecer os recursos analíticos para a economia política burguesa, privilegiando a esfera privada, em relação a pública, e deixando bem demarcado o espaço de cada uma. Torna-se hegemônica também por justificar a propriedade privada, o lucro e a exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa. Categorias conceituais como *Estado mínimo* e *livre-mercado* originam-se no liberalismo clássico, que dão fundamento ao primado da “igualdade perante a lei”, o qual, por sua vez, norteou a constituição dos *Estados de Direito burguês* no século XIX.

As crises do final do século XIX e XX, com destaque para a de 1929, colocará em declínio o liberalismo clássico, originando uma reação que constituirá o chamado novo liberalismo, o qual interpreta a liberdade individual como objetivo central, entendendo que a falta de liberdade está calcada na falta de emprego e direitos básicos, como saúde, educação, etc, enquanto que o liberalismo clássico interpreta que a falta de liberdade está na compulsão e na coação nas relações entre os indivíduos em sociedade. Para o novo liberalismo, ou liberalismo moderno, a falta daqueles direitos básicos pode ser tão prejudicial quanto a inexistência de meios para aplacar a compulsão e a coação. Um grupo de intelectuais, na Inglaterra, na virada do século XVIII e início do século XX, com destaque para T. H. Green (1836-1882) e L. T. Hobhouse (1864-1929), apontaram que a liberdade individual e a sua defesa deveriam estar acompanhadas da existência de um Estado social, intervindo no que concerne as questões de ordem social, propiciando assim a livre iniciativa. Na década de 1930, em especial, o social liberalismo avança no formato de um novo interlocutor, John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico cujas ideias tiveram grande popularidade em países de capitalismo avançado, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960, constituindo Estados de Bem-estar Social.

Com a crise do pós-guerra de 1975, o pensamento keynesiano perderá espaço para o chamado neoliberalismo. No seu balanço do neoliberalismo, Perry Anderson apontará que o mesmo “nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo” (ANDERSON, 1995, p. 1). Os primeiros fundamentos têm como texto de origem, ainda segundo Anderson, a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. No livro, Hayek ataca “qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente

econômica, mas também política”. Três anos mais tarde, em 1947, Hayek convocou aqueles que partilhavam dos seus ideais para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Nela estiveram nomes como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Juntos formaram a Sociedade de *Mont Pèlerin*, a qual, de forma dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos, estabeleceu como propósitos combater o avanço do socialismo e o *New Deal* norte-americano e o Estado de bem-estar europeu, além de qualquer solidarismo reinante e keynesianista (ANDERSON, 1995, p. 9).

Fica popularmente conhecido como “neoliberalismo” esse arcabouço programático e teórico político-econômico que se formou para combater o Estado de bem-estar social, a partir da resignificação das ideias derivadas do capitalismo *laissez-faire*, expressão símbolo do liberalismo, segundo o qual o mercado deve funcionar livremente sob a égide da mão-invisível.

O entendimento aqui é de que a Sociedade de Mont Pelerin teve o papel de dar maior organicidade e propagação a um conjunto de princípios teóricos, ideológicos, político-econômicos, que já vinham muito antes sendo forjados, constituindo correntes teóricas que, em seu conjunto, são tradicionalmente denominadas de neoliberais.

Tais correntes se diferenciam a partir, dentre outros critérios, dos princípios epistemológicos e metodológicos de interpretação da realidade histórico-social e proposição ideológica de programas político-econômicos – o que dificulta realizarmos uma espécie de “arqueologia” ou genealogia do pensamento liberal e neoliberal, pois exigiria a leitura de uma série de autores, principalmente, do século XVIII ao XX. Tal análise comparativa (e comparar autores de diferentes épocas é sempre um procedimento metodológico arriscado) se daria, assim, entre pensadores do chamado liberalismo clássico, do século XVI ao XIX, e pensadores do neoliberalismo, do século XX.

Apesar das dificuldades epistemológicas, identificamos que as maiores influências literárias do liberalismo clássico incluem autores tais como: John Locke, Frédéric Bastiat, David Hume, Alexis de Tocqueville, Adam Smith, David Ricardo. Enquanto que do neoliberalismo poderíamos citar os seguintes: Rose Wilder Lane, Lysander Spooner, Milton Friedman, David Friedman, Ayn Rand, James McGill Buchana Jr., Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Hans-Hermann Hoppe, Murray Rothbard e Walter Block. No que concerne as escolas e correntes neoliberais, formaram-se no século XX, dentre outras, as seguintes: Escola Austríaca, Ordoliberalismo alemão, Escola de Chicago, Nova Escola Institucional, Economia Novo Clássico, Social Liberalismo e Libertarianismo.

Existem outras correntes, mas, consideramos que estas são as mais importantes por conta da capacidade de propagação de suas ideias nos meios intelectuais, assim como nos programas político-econômicos dos governos, especialmente aqueles formados a partir da crise estrutural do capital. Apesar de haver diferentes correntes no neoliberalismo, identificamos que todas partem de princípios epistemológicos comuns, com desdobramentos político-econômicos e ideológicos.

A principal origem desses desdobramentos político-econômicos está nos princípios epistemológicos, isto é, no procedimento teórico-metodológico de abordagem, estudo e reflexão da realidade, dos quais partem as correntes neoliberais. Identificamos que esse conjunto de correntes partem do pressuposto de que a sociedade é uma “associação ou agregado de indivíduos” cujo único conectivo é o mercado. Pressuposto este que não é novidade dos neoliberais, mas é herdado do liberalismo clássico, mais especificamente, de sua ética individualista e naturalista.

O desdobramento disto é, por exemplo, de que um determinado bem ou serviço só tem valor para seu consumidor direto. Neste sentido, somente este consumidor direto é quem deve assumir os custos do uso deste bem ou serviço. Tendo em vista que o Estado, no caso do Brasil, por exemplo, tem como primazia na Constituição Federal oferecer educação pública para toda a sociedade brasileira, aquela ou aquele que opta por não usufruir diretamente dela, buscando a educação oferecida pelos setores privados, deve, na linha do pensamento neoliberal, ser ressarcido pela fração de seus impostos que vai para aquele serviço. Como o Estado não realiza este “reembolso”, entendem que o mesmo é incapaz de reunir e processar informação dispersa com eficiência, sendo o único instrumento capaz disso o mercado, que o faz, supostamente, de forma espontânea, através de uma ordem que emerge da competitividade.

O mercado é um termo que carece de uma maior precisão conceitual, mas, concordando com o assistente social Rodrigo Castelo, o mercado não seria somente, na perspectiva neoliberal, o espaço de troca e alocação de recursos, mas sim uma instituição social e econômica de alocação de recursos que se caracteriza pela ausência de um mecanismo centralizador e planejador da produção, da distribuição e do consumo das mercadorias. “De acordo com a anarquia da produção, a concorrência adquiriria um papel central e acabaria por exercer, por vias não-convencionais, o papel de uma instância permissivamente reguladora” (CASTELO, 2011, p. 15).

A competitividade, assim, é o *telos* da relação entre indivíduos na perspectiva neoliberal. Interpretam isto como uma condição *a priori* da condição não só humana, mas como de ser

vivo. Disto emerge o chamado “darwinismo social”, o qual aponta que são os mais fortes na sociedade que sobrevivem – e que devem sobreviver. O mercado, assim, comportaria um equilíbrio “que aliaria eficiência e bem-estar social, respeitada a condição de que a mão invisível do mercado operasse livremente”. No curto prazo, haveria desigualdades sociais, mas, “a mão invisível do mercado geraria o bem-estar geral a partir do casamento do interesse individual egoísta com o interesse coletivo” (CASTELO, 2011, p. 15). Por isso, a ação Estatal, no sentido de reparar os antagonismos sociais não tem lugar e importância. Por isso, o Estado intervencionista é entendido pelos neoliberais como um ataque não só a liberdade econômica, como também política. Através da ação individual, competitiva, que deve emergir a ordem. Esta ação se dá no mercado, no qual as liberdades humanas podem ser realizadas plenamente. Algumas correntes chegam a apontar a ação estatal, mas sempre no sentido de permitir esta liberdade à competitividade.

Este princípio epistemológico comum às correntes neoliberais impede que os intelectuais que o fomentam e o propagam compreendam que na sociedade possa haver efeitos sociais complexos. Ao partirem do pressuposto de que a única complexidade é o mercado, simplesmente, estão impedidos de compreenderem a complexidade inerente a inter-relação e conexão a qual estamos submetidos enquanto sociedade. Por estarmos conectados, o que fazemos têm consequências reais e imediatas a quem está a nossa volta, assim como indiretas em todo o restante da sociedade, do planeta. Diante disso, é um benefício para toda a sociedade que as pessoas recebam do Estado, por exemplo, educação pública de qualidade. Contudo, entender a sociedade como um agregado de indivíduos gera um ponto-cego, impedindo que os intelectuais neoliberais percebam os efeitos indiretos e as vantagens coletivas advindas de uma grande quantidade de pessoas terem direito ao acesso a um determinado bem ou serviço financiado, via Estado, pelo conjunto do todo da sociedade.

Além da resultante político-econômica, essa velha razão do mundo que optamos no presente trabalho subcategorizar como neoliberal, tem como consequência a constituição de procedimentos teórico-metodológicos que têm como ponto em comum o pressuposto de que a sociedade é um agregado de indivíduos, e que se desdobram em análises que a tudo particularizam e a tudo podem entender como “verdade”.

O MBL busca, a partir dos seus marcos ideológicos, defender determinadas bandeiras, ou, noutras palavras, marcos programáticos, ou, ainda, propostas ou preceitos político-econômicos, sobre os quais abordaremos a seguir.



## Marcos programáticos

No seu *Manual para filiados* o MBL já delimita determinados marcos programáticos. A partir dos seus princípios e valores, o mesmo busca na prática defender bandeiras tais como: “redução e simplificação da carga tributária”, “federalismo político e descentralização administrativa em respeito ao princípio da subsidiariedade”, “autonomia contratual para o trabalhador”, “livre concorrência e livre iniciativa”, “fim do fundo partidário e do voto obrigatório”, “liberdade para a criação de partidos políticos, inclusive regionais”, “fim do alistamento militar obrigatório”, “fim das verbas de publicidade estatal que não sejam exclusivamente informes de utilidade pública”, “revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão”, “progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros”, “fim dos monopólios estatais e privatização de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista”, “fim do BNDES e outros bancos públicos de fomento que servem apenas para gerar distorções no mercado e corromper agentes públicos”, “fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero”, “livre comércio com todas as nações do planeta, independente de preferências ideológicas de governos específicos” (CASTELO, 2011, p. 14).

Será no contexto do seu primeiro congresso nacional, realizado em 2015, que os seus intelectuais inscritos para o evento irão melhor delimitar os marcos programáticos do partido. Para tanto, receberam um conjunto de documentos que compunha a plataforma colaborativa, o qual trazia propostas para uma série de temas, são eles: justiça<sup>273</sup>, sustentabilidade<sup>274</sup>,

<sup>273</sup>MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Plataforma Colaborativa: Justiça*. 2015c. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374711/Plataforma-Colaborativa-Justica?fbclid=IwAR2clmn3gxKH2ZEA7y8IUJAtqPm5snV6r0cP8Mq4tqJ16UdvJNxeIFnnU1A>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

<sup>274</sup>MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Plataforma Colaborativa: Sustentabilidade*. 2015d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374715/Plataforma-Colaborativa-Sustentabilidade?fbclid=IwAR2clmn3gxKH2ZEA7y8IUJAtqPm5snV6r0cP8Mq4tqJ16UdvJNxeIFnnU1A>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

economia<sup>275</sup>, política<sup>276</sup>, cidade<sup>277</sup> e serviços públicos<sup>278</sup>.

As propostas foram na ocasião do congresso debatidas e, a partir disso, foi construído uma síntese, a qual foi organizada a partir dos seguintes temas: educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. As propostas presentes neste documento compõem a base dos marcos programáticos do MBL para estes temas, a qual será adotada nos anos seguintes. No quadro abaixo trouxemos a descrição das propostas para cada temática.

Quadro 1 - Propostas programáticas político-ideológicas aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre (2015)

Áreas	Propostas aprovadas
Educação	1. “implementação do sistema de vouchers para o ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência”; 2. “legalização do homeschooling”; 3. “apresentação do projeto de lei ‘Escola Sem Partido’ em legislativos estaduais e municipais”; 4. “elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor”; 5. “benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças”; 6. “expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil”; 7. “incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas”; 8. “diminuição da burocracia para o registro de patentes”; 9. “redução de impostos das escolas privadas”; 10. “militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar”; 11. “gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas”; 12. “promover a competição entre as escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações”; 13. “desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas”; 14. “incentivo ao ensino técnico profissionalizantes e desburocratização na contratação de estagiários”; 15. “facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica”.
Saúde	1. “desburocratização de operadoras de planos de saúde”; 2. “extinção de tributos que

<sup>275</sup>MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Plataforma Colaborativa: Economia*. 2015e. Disponível em: [https://pt.scribd.com/document/291374716/Plataforma-Colaborativa-Economia?fbclid=IwAR2XX5glmaFXCnEyHbZtR9T1jW0kUoOXYD\\_rcaq4BduStIFXPIKjKKVXVk](https://pt.scribd.com/document/291374716/Plataforma-Colaborativa-Economia?fbclid=IwAR2XX5glmaFXCnEyHbZtR9T1jW0kUoOXYD_rcaq4BduStIFXPIKjKKVXVk). Acesso em 20 de novembro de 2020.

<sup>276</sup>MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Plataforma Colaborativa: Política*. 2015f. Disponível em: [https://pt.scribd.com/document/291374718/Plataforma-Colaborativa-Politica?fbclid=IwAR002Efrmzj\\_oKuytu9bygmw0B\\_LXuWUADGPCKU\\_frk3t\\_vfVGpZJFVZvLw](https://pt.scribd.com/document/291374718/Plataforma-Colaborativa-Politica?fbclid=IwAR002Efrmzj_oKuytu9bygmw0B_LXuWUADGPCKU_frk3t_vfVGpZJFVZvLw). Acesso em 20 de novembro de 2020.

<sup>277</sup>MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Plataforma Colaborativa: Cidade*. 2015g. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374720/Plataforma-Colaborativa-Cidade?fbclid=IwAR3evj4dO38oGiMGlzlzuWyoX6MzMyGgJ1UxtBT5vzxpwghMzpADGO9yWk>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

<sup>278</sup>MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Plataforma Colaborativa: Serviços Públicos*. 2015h. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374722/Plataforma-Colaborativa-Servicoes-Publicos?fbclid=IwAR02cMPNny2DU5u8kaU6ybWC7LgNIVDzOD85y4JbV5yWfZagOIgLoNahQWk>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

	<p>incidam sobre o sistema de saúde, incluindo medicamentos, aparelhos e materiais médicos, inclusive os importados”; 3. “desburocratização da importação e extinção de todos os tributos que incidam sobre medicamentos, aparelhos e materiais médicos”; 4. “desburocratização do processo de legalização de produtos médicos junto ao governo”; 5. “adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um”; 6. “incentivo tributário a empresas que ofereçam planos de saúde a seus funcionários”; 7. “concessão de benefício tributário a empresas e indivíduos que auxiliem no custeio de hospitais, clínicas e laboratórios de análise”; 8. “abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras”.</p>
Sustentabilidade	<p>1. “criação de selo estatal para empresas que cumpram com os requisitos do tripé da sustentabilidade (viabilidade econômica, preocupação social e preservação ambiental”; 2. “projeto propõe a substituição gradual (conforme poder econômico do município), das lâmpadas convencionais em, órgãos públicos, praças e vias públicas, para as lâmpadas de LED”; 3. “implementação de projetos visando a utilização de água reciclada para limpeza urbana, rega de plantas, obras e demais atividades que não exigem água potável”; 4. “privatizar ou transformar em PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios”; 5. “incentivos fiscais para atração de indústrias ecoeficientes, como para empresas e indústrias fabricantes de tecnologia limpa”.</p>
Reforma política	<p>1. “proibição de publicidade de empresas públicas e economia mista monopolistas”; 2. “revogação da Lei Rouanet”; 3. “fim do voto obrigatório”; 4. “fim do fundo partidário”; 5. “candidaturas independentes para Executivo e Legislativo”; 6. “voto distrital misto”; 7. “redistribuição proporcional do número de cadeiras na Câmara Federal de acordo com o eleitorado de cada estado, mantendo-se o mínimo de 01 deputado por estado”; 8. “diminuição do atual número de deputados para 400”; 9. “sistema parlamentar inspirado no modelo alemão”; 10. “realização de consulta popular para obras públicas vultuosas”; 11. “fim da suplência automática para Senador. O suplente de senador passa a ser o seguinte mais bem votado”; 12. “eleição para suplente de senador”; 13. “eleito do legislativo deve renunciar para assumir cargo de confiança no Executivo”; 14. “fortalecimento do federalismo, reforçando a autonomia administrativa, tributária e eleitoral de cada unidade da federação”; 15. “fim da reeleição”; 16. “mandato de 5 anos para o Executivo”; 17. “fim do alistamento militar obrigatório”.</p>
Economia	<p>1. “respeito e aplicação da LRF em todos os âmbitos da federação”; 2. “todos os programas sociais, programas de governo, FGTS, bolsa família, empréstimos agrícolas, subsídios de taxa de juros e programas de depósito judicial passam a ser oferecidos em plataforma aberta, ou seja devem ser disponibilizados para todos os bancos”; 3. “idealmente, no longo prazo, todos os bancos devem ser privatizados, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal”; 4. “permitir o investimento estrangeiro para concorrer com empresas de telecomunicação”; 5. “introdução de um limite para a dívida bruta do governo federal como proporção do PIB”; 6. “fim de todas as vinculações e adoção de um orçamento base zero (sem prejuízo de espaços plurianuais, nunca permanentes)”; 6. “refinanciamento para o prazo de débito tributário estadual e federal de empresas, com o objetivo de acelerar a recuperação econômica”; 7. “simplificar o sistema tributário para que toda população entenda o que e quanto esta pagando”; 8. “realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia”; 9. “revisão do capítulo econômico da Constituição (adotar a economia de mercado. Qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados, posteriormente avaliados)”; 10. “acabar com o limite de 30% de participação de capital estrangeiro em veículos de imprensa”; 11. “substituição do FGTS atual que penaliza o trabalhador por um sistema facultativo de seguro privado</p>

	<p>para a demissão. Nesse caso o trabalhador poderia escolher entre várias alternativas oferecidas pelo sistema bancário privado”; 12. “a lei trabalhista deve ser modificada para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais. Ou seja, trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitos”; 13. “fim da insegurança jurídica durante processo de execução fiscal e trabalhista. Aumentar a previsibilidade jurídica para facilitar o investimento nacional e internacional da atividade econômica do país”; 14. “imposto sindical: passa a ser facultativo a criação de novos sindicatos e associações passam a ser liberados para estimular a concorrência e a diversidade de opiniões”; 15. “o trabalhador passa a poder optar pela antecipação do 13º Salário. Nesse caso ele deverá ser pago em 12 parcelas mensais”; 16. “adoção de um modelo alternativo de previdência social para um que seja sustentável e ofereça o benefício de aumentar o capital dos trabalhadores. Adotar um sistema em que as contribuições de cada trabalhador são controladas por ele, em uma conta de investimentos na qual diversas opções seriam oferecidas, de maneira similar ao modelo chileno”; 17. “o teto de benefícios para os funcionários públicos passa a ser IDÊNTICO ao dos funcionários privados. Aprovação da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres (para gerações futuras) e reprovação do fator previdência”; 18. “fim do monopólio dos cartórios, que devem ser substituídos por camaras eletrônicas de registros centralizados. Sistema passa a ser informalizado e garantido por certificação digital”; 19. “impostos: unificação e queda das alíquotas de ICMS interestaduais para acabar com a guerra fiscal. Padronização das alíquotas de ICMS a nível nacional passando a ser diferenciadas somente por categorias de produtos”; 20. “ISS Unificação da categorização de serviços a nível nacional, evitando diferentes critérios para cada região”; 21. “fim do Refis”.</p>
Justiça	<p>1. “priorizar a prevenção sem abdicar da repressão quando necessária e imprescindível. Dedicar atenção especial ao reaparelhamento constante dos órgãos envolvidos na proteção da sociedade e na valorização dos seus integrantes”; 2. “o calibre do armamento das polícias não deve ser restringido. A restrição ao calibre foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, não com o objetivo de proteger a população, mas com o intuito de restringir o poder da polícia perante o governo federal”; 3. “fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada”; 4. “suspender o salário de parlamentares presos”; 5. “fortalecer guardas municipais”; 6. “fim da imunidade parlamentar e do foro privilegiado”; 7. “fim da redução da pena para crimes hediondos. Pouco importa o bom comportamento do preso ou outros fatores que hoje diminuem a pena para detentos que cometeram crimes hediondos. Esse tipo de crime deve ser punido com o maior rigor possível”; 8. “permitir a contratação de agências privadas de investigação para diminuir o número de casos de homicídios não resolvidos”; 9. “privatização de presídios”; 10. “tratar o aparato de Segurança da sociedade de forma sistêmica com ênfase na integração total de Órgãos, Estruturas Operacionais, públicos e privados”; 11. “ampliar a participação dos municípios e da sociedade na prevenção primária da violência”; 12. “priorizar o aumento de vagas para o sistema prisional (10% ao ano) e mudanças na legislação para evitar o chamado retrabalho, o “prendesolta”.</p>
Transporte e urbanismo	<p>1. “número máximo de categorias de zoneamento urbano, sendo basicamente 04 zonas de uso: misto, estritamente residencial, estritamente industrial e de proteção ambiental”; 2. “IPTU zero para regiões centrais degradadas que necessitem de restauração urbana”; 3. “regularização e direito de propriedade às favelas que passarem por reurbanização”; 4. “privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPs”; 5. “onde houver oligopólio de transporte urbano coletivo (ônibus, táxis, trens, lotação, etc) promover a concorrência e o transporte alternativo, com diminuição de impostos e desregulamentação”.</p>

Elaboração própria. Fonte: MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015c, 2015d, 2015e, 2015f, 2015g, 2015h.

O eixo norteador das propostas baseia-se em pressupostos chaves neoliberais, dentre eles, destaca-se a desestatização da economia, retirando do controle do Estado um conjunto de empresas e responsabilidades, entregando-as para o setor privado. A procedência da esfera privada sobre a pública é uma das ideias-chave neoliberais, defendendo a máxima privatização de todos os setores da economia nacional. Como apontou Casimiro, trata-se de um mecanismo discursivo sempre afirmado e operacionalizado pelo conjunto da burguesia, de maneira que o setor privado é caracterizado como “sendo o espaço da ‘eficiência’, do ‘moderno’, da ‘racionalidade’ e do ‘dinamismo’ em oposição ao público, sempre apresentado como ‘atrasado’, ‘ineficiente’ e ‘patrimonialista’ (CASIMIRO, 2018, p. 247).

Isto se materializa e se expressa nos marcos programáticos do MBL no caso da educação, por exemplo, através da criação do sistema de *vouchers* para a educação. A legalização do *homeschooling*, ou, noutras palavras, ensino doméstico, é outra proposta do MBL para a educação que segue nesse caminho de desestatização e promoção do indivíduo livre no mercado. A legalização disso foi no passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) negada, pois a Constituição Brasileira reconhece apenas o modelo de ensino público ou privado, cuja matrícula é obrigatória. Além de ser fruto da matriz neoliberal comentada anteriormente, com desdobramentos ampliadores da desigualdade social, comprometeria ainda a socialização das crianças, além de prejudicar a sua subjetividade.

Já no que concerne as propostas para a saúde, a desmontagem de serviços públicos se expressa pela desburocratização de operadoras de planos de saúde, ampliando o campo de possibilidades das mesmas; extinção de tributos que incidam em produtos de origem privada para a saúde; e, uma das propostas mais agressivas, a substituição do Sistema Único de Saúde por um modelo similar ao alemão. O seguro saúde alemão é composto por um sistema duplo, em que parte dele é composto pelo seguro de saúde estatal (*Gesetzlicher Krankenversicherung*) e a outra parte pelo seguro saúde privado (*Privater Krankenversicherung*). Apesar de o MBL defender em última instância a liberdade do indivíduo, ao mesmo tempo estabelece como proposta que no Brasil seja promovido um sistema de saúde similar ao da Alemanha, no qual é obrigatório que todas e todos tenham um plano de saúde. Isto evidencia não só a prevalência do setor privado sobre o público, como também o conceito de liberdade defendido por neoliberais como os intelectuais do MBL, em que a mesma só deve se materializar enquanto liberdade ao setor privado, ou, no linguajar neoliberal, liberdade de empreender.

Para as outras temáticas, a ideia-chave de desmonte de serviços públicos e privatização das empresas também se expressa. No que tange as propostas para o tema “sustentabilidade”, o MBL defende privatizar e transformar em parcerias público-privadas (PPPs) os serviços de saneamento básico dos municípios, além de incentivos fiscais para indústrias ecoeficientes. O discurso da “sustentabilidade” é apropriado de diferentes maneiras, seja por aparelhos diretamente protagonizados pela burguesia, por conglomerados de mídia, empresas, ou por aparelhos protagonizados por intelectuais a serviço da burguesia. Concordando com Casimiro, “o argumento da sustentabilidade configura-se como arma simbólica na luta de classes entre as diferentes concepções de mundo em disputa e mecanismo de naturalização no conjunto dos valores e padrões de sociabilidade do capital”, de forma que seus defensores ressignifica “os conflitos em torno da apropriação territorial e da utilização de recursos naturais, em medidas adaptativas” e corretivas, as quais são “convertidas em noções como a de ‘empresa ambientalmente responsável’ ou de ‘consciência ambiental’ do indivíduo” (CASIMIRO, 2018, p. 378).

A consagração de termos como “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” atendeu ao quesito de legitimação dos padrões de sociabilidade do capital. Tais relações de produção estabelecem que todos os recursos ambientais, culturais e humanos devem continuar sendo incorporados à lógica mercantil e concorrencial, através da qual as coisas valem pelo retorno que podem gerar e pelo potencial de exploração e expropriação. Contudo, traz consigo o discurso da sustentabilidade de que a lógica da anexação, da incorporação, da integração em favor de suposto “desenvolvimento” deve ser promovida de modo a fazer “melhor uso” dos chamados “recursos naturais”, desde que os lucros não sejam afetados.

Ainda no que diz respeito a defesa da prevalência do privado sobre o público, se vê propostas neste sentido para as outras temáticas, como reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. Defendem, por exemplo, a incorporação de programas sociais, como o bolsa família, para plataformas abertas, através das quais poderiam ser oferecidos e disponibilizados por quaisquer bancos, sejam eles públicos ou privados. Defendem o fim da função social da propriedade, assegurando ainda mais a sua concentração.

No que concerne as propostas para transporte, defendem o fim de oligopólio de transporte urbano coletivo, promovendo a concorrência e o transporte alternativo, através da diminuição de impostos e pela desregulamentação.

A desproteção de capitais nacionais também é uma das ideias-chave neoliberal, a qual está conectada ao princípio da liberdade de empreender, entendendo que através da

competitividade a coesão emergiria via o fortalecimento dos grupos com melhores condições de oferecer um determinado produto que alcance um maior número de consumidores. Seus defensores entendem que os capitais nacionais devem concorrer livremente com os estrangeiros. Esta medida, no Brasil, foi aplicada de forma vertiginosa primeiramente no governo de Fernando Collor no início dos anos 1990. Isto levou à falência de uma série de indústrias brasileiras, com destaque para as do setor automobilístico. As propostas que mais se enquadram nesta ideia-chave estão no campo da economia, para o qual o MBL defende que deve ser posto fim ao limite de 30% de participação de capital estrangeiro em veículos de imprensa, defende que o capital estrangeiro deve ser possibilitado investir em empresas de telecomunicação, além da defesa pela realização da inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, desregulamentando o mercado nacional para tanto. A desproteção do mercado nacional também faz junção ao ideário da privatização, o que se expressa pela extinção de tributos para produtos de origem estrangeira para a área da saúde, além da desburocratização da importação dos produtos, como medicamentos, aparelhos e materiais médicos e, acima de tudo, abertura do mercado hospitalar a empresas estrangeira.

A concepção de *liberdade de mercado*, isto é, ausência de empecilhos à, dentre outras coisas, relação capital/trabalho também se expressa nas propostas do MBL. É o caso, por exemplo, da proposta para a temática da economia que põe fim à seguridade estabelecida pelas Leis Trabalhistas, defendendo que as mesmas devam ser alteradas de modo que o trabalhador possa ter o direito de renunciar aos benefícios assegurados por lei e aceite a negociação estabelecida pelo empregador. Além disso, a remoção de direitos históricos e arduamente conquistados pela classe trabalhadora se materializa na proposta, também da temática economia, que defende o fim da suposta “insegurança jurídica” durante o processo de execução fiscal e trabalhista, isto é, fiscalização das condições de trabalho, por exemplo. Esta “insegurança jurídica”, na perspectiva dos intelectuais do MBL, não facilita o investimento nacional e internacional. Ou, noutras palavras, a garantia de vida às trabalhadoras e trabalhadores é algo que prejudica o investimento do capital nacional e estrangeiro.

Existem ainda outras ideias-chave de origem neoliberal expressadas nas propostas do MBL, tais como a noção e aceitação de democracia apenas e tão-somente se a mesma possibilitar a aplicação da liberdade individual de empreender e o livre-mercado. Isto fica evidente com as propostas de redução da maioria penal, aumento do calibre do armamento das forças ostensivas do Estado, principalmente, da polícia, dentre outras propostas que vão no sentido de criminalizar as regiões mais empobrecidas da sociedade, como as periferias.

É possível verificar, também, a aliança entre o conservadorismo e o pensamento neoliberal defendido pelo MBL na proposta de Escola Sem Partido, projeto que tem como objetivo, segundo os seus protagonistas, inibir “a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos”. Vem sendo discutido há alguns anos, mas tomou grande alcance, principalmente, a partir de 2015 – mesmo ano em que ocorre o primeiro congresso do MBL que aprovou este conjunto de propostas –, foi o ano quando se viu a apresentação do projeto Escola Sem Partido na forma de lei municipais, estaduais e federais. Esta institucionalização da censura tem como principal medida a obrigatoriedade da fixação nas classes de um cartaz com seis deveres dos professores, entre eles o de não “promover suas próprias preferências ideológicas”. Trata-se de uma medida oriunda da concepção de que as escolas e universidades foram tomadas pelo pensamento de esquerda, sendo necessário, diante disso, inibir uma suposta doutrinação realizada por parte das educadoras e educadores. A presença desta proposta nos marcos programáticos do MBL evidencia ainda a influência do EPL sobre ele, considerando que o EPL foi criado, dentre outras razões, para combater a suposta hegemonia da esquerda nas universidades e escolas. Evidencia, ainda, a presença de pautas morais na agenda do MBL já em 2015, o que irá se arraigar nos anos posteriores, em especial, no contexto pré-eleitoral de 2018, quando se viu este aparelho realizando, dentre outras ações, o combate a uma exposição *queer* em um museu promovida pelo Banco Santander.

Outras propostas também estão diretamente relacionadas com o contexto de 2015, é o caso da medida, presente na temática economia, que propõe um limite para a dívida bruta do governo federal. Neste ano, por uma série de fatores, a chamada dívida pública superou o número histórico de 50% do PIB, subindo 21,7% comparado ao ano anterior. Dentre outros fatores, isto origina-se do grande gasto realizado pelo então governo federal, presidido por Dilma Rousseff, com juros, os quais, por sua vez, foram oriundos do aumento na emissão de títulos públicos, grande parte dos quais para atender as desonerações de grandes e médias empresas, realizadas por Dilma. Foi uma das medidas da então presidenta de arregimentar apoio ao governo recém-eleito.

Outra proposta nesta linha de “otimização dos gastos” do Estado é a de orçamento base zero, o qual estabelece que cada orçamento precisa ser explicitamente aprovado, e não apenas as alterações ao ano anterior. Todo o orçamento, assim, é revisado e avaliado, a partir de uma “base zero”, independente do orçamento total do ano anterior.



## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 09-23, 1995.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. Rio de Janeiro. 2011. Tese de doutorado (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FIGUEIRÊDO, Lizia de. *O papel do Estado para Adam Smith*. 1 ed, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas gerais, 1997.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

### Fontes

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Manual de instruções para filiais municipais*. 2015a. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. Propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015. *MBL.ORG*. 2015b. Disponível em: <https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Plataforma Colaborativa: Justiça*. 2015c. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374711/Plataforma-Colaborativa-Justica?fbclid=IwAR2clmn3gxKH2ZEA7y8IUJAAtqPm5snV6r0cP8Mq4tqJ16UdvJNxeIFnnU1A>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Plataforma Colaborativa: Sustentabilidade*. 2015d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374715/Plataforma-Colaborativa-Sustentabilidade?fbclid=IwAR2clmn3gxKH2ZEA7y8IUJAAtqPm5snV6r0cP8Mq4tqJ16UdvJNxeIFnnU1A>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Plataforma Colaborativa: Economia*. 2015e. Disponível em: [https://pt.scribd.com/document/291374716/Plataforma-Colaborativa-Economia?fbclid=IwAR2XX5glmaFXCnEyHBbZtR9T1jW0kUoOXYD\\_rcaq4BduStIFXPIK iKKVXVk](https://pt.scribd.com/document/291374716/Plataforma-Colaborativa-Economia?fbclid=IwAR2XX5glmaFXCnEyHBbZtR9T1jW0kUoOXYD_rcaq4BduStIFXPIK iKKVXVk). Acesso em 20 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Plataforma Colaborativa: Política*. 2015f. Disponível em: [https://pt.scribd.com/document/291374718/Plataforma-Colaborativa-Politica?fbclid=IwAR002Efrmzj\\_oKuytu9bygmw0B\\_LXuWUADGPCkU\\_frk3t\\_vfVGpZJFVZvLw](https://pt.scribd.com/document/291374718/Plataforma-Colaborativa-Politica?fbclid=IwAR002Efrmzj_oKuytu9bygmw0B_LXuWUADGPCkU_frk3t_vfVGpZJFVZvLw). Acesso em 20 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Plataforma Colaborativa: Cidade*. 2015g. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374720/Plataforma-Colaborativa-Cidade?fbclid=IwAR3evj4dO38oGiMGlzluWyox6MzMyGgJ1UxtBT5vzszpwwghMzpADG O9yWk>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Plataforma Colaborativa: Serviços Públicos*. 2015h. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/291374722/Plataforma-Colaborativa-Servicoes-Publicos?fbclid=IwAR02cMPNny2DU5u8kaU6ybWC7LgNIVDzOD85y4JbV5yWfZagOIgLoNahQWk>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Propostas aprovadas no primeiro congresso nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015. *MBL.ORG*. 2015i. Disponível em: <https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

PANELLI, Luiz Felipe. Nova direita não deve aceitar ser chamada de neoliberal. *Folha de S. Paulo*. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/04/nova-direita-nao-deve-aceitar-ser-chamada-de-neoliberal.shtml>. Acesso em 06 de setembro de 2021.

## MIGRAÇÕES SOBRE RODAS: O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO OESTE CATARINENSE EM MEADOS DO SÉCULO XX

João Henrique Zoehler Lemos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) E-mail para contato: joao.zoehler @ gmail.com

**Resumo:** Este trabalho trata da constituição dos serviços de transporte rodoviário de passageiros à luz do processo de formação da região Oeste de Santa Catarina, considerando-se as intensas transformações ali vividas entre as décadas de 1930 e 1960. Trata-se de um período de complexificação da divisão territorial do trabalho e da vida econômicas regionais. O processo de reapropriação do território, habitualmente denominado de colonização, produziu uma nova realidade no contexto regional, confluindo no surgimento de vilas, povoados, cidades e caminhos terrestres – posteriormente rodovias. Com isso, uma atividade econômica manifestou-se como fundamental à mobilidade da população: o transporte rodoviário de passageiros por ônibus. Diante desse quadro, o trabalho tem como objetivo expor e debater a relação dinâmica entre as práticas territoriais de colonização e o transporte de passageiros na referida fração do estado catarinense, mais especificamente a partir da antiga delimitação territorial do município de Chapecó. Partindo-se das contribuições da ciência geográfica para se construir uma reflexão acerca do passado, como mostrou M. Abreu e a sua noção do presente de então ou M. Santos e a empiricização do tempo através das técnicas, a exposição está estruturada com base nas considerações referentes às técnicas do transporte de passageiros. Entre as principais fontes, cabem destaques aos acervos históricos locais, periódicos regionais, documentos de órgãos reguladores e das empresas de transporte, bem como acervos iconográficos. Ao concluirmos este estudo, chegamos à resposta de que a circulação de pessoas se configurou inicialmente pelas atividades de venda de terras e fluxos migratórios, havendo no presente uma série de manifestações distintas, sob refuncionalizações dos serviços regulares de transporte.

**Palavras-chave:** Oeste Catarinense. Transporte rodoviário. Migrações.

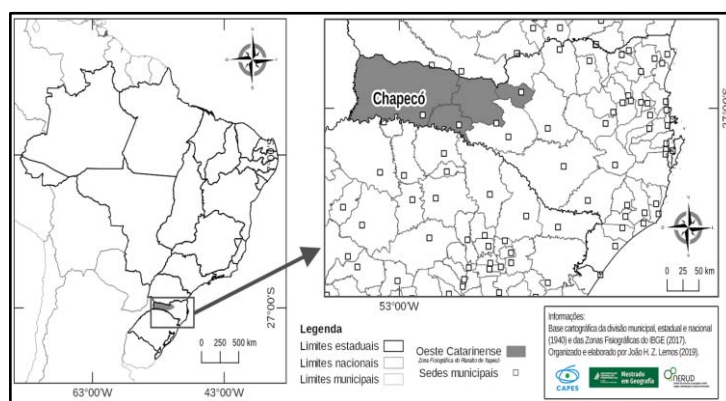
### Introdução

Para contextualizar este trabalho, pontuamos inicialmente que as migrações presentes especialmente a partir da segunda metade do século XX, na ampla região Oeste do estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, produziram e foram produtoras de fluxos de diversos tipos. Optamos por explorar a técnica de transporte de passageiros e a configuração territorial dessa região, com uma ênfase analítica num intervalo temporal que se situa entre as décadas de 1930 e 1960. Nossa área de pesquisa é ampla e nela identificamos a intensa política de reapropriação territorial (colonização). A região Oeste Catarinense está exposta nos mapas da Figura 1, nos quais também observamos as divisões estaduais do país e a dos municípios no estado catarinense em 1940. No contexto mais geral dessa região, insere-se o município de Chapecó, que possuía inicialmente uma área de 13.719 km<sup>2</sup> e será o contexto que forjará as práticas espaciais analisadas mais à frente.

A política de reapropriação do território nessa porção da região Sul do Brasil baseou-se na concessão de terras às empresas privadas. Estas, se denominavam “companhias colonizadoras” e foram tornadas responsáveis por uma forma etnocêntrica de venda da terra a migrantes, em sua maioria, oriundos das áreas de “colonização” mais antigas, situadas no estado

do Rio Grande do Sul, a partir da metade do século XIX. Desde as duas primeiras décadas do século XX, o Oeste Catarinense tornou-se um espaço de intensos conflitos, onde uma política já sob temporalidades capitalistas, passou a redesenhar os limites e as fronteiras deste amplo território até então rotulado como “despovoado”. A rotulação mencionada expressa, antes de qualquer outra coisa, uma necessidade política de marginalizar a população ali existente – e desconsiderá-la, daí sua não identificação como povo. A razão é porque aquela população não estava associada à produção devidamente mercantilizada e impossibilitada da posse oficial da terra, tal qual almejava o Estado brasileiro daquele contexto.

Figura 1 – Situação geográfica de Chapecó e limites políticos na década de 1940



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de bases cartográficas do IBGE.

Tais dinâmicas de mobilidade da população podem ser analisadas sob diversos olhares, tal com o que aqui nos debruçamos, quer dizer, pela movimentação de pessoas por meio de serviços de transporte coletivo de passageiros, variavelmente regulares. O modal rodoviário de transporte conforma uma importante forma de pôr em movimento, pessoas e mercadorias, e sua base material de funcionamento é recebeu ampla difusão no território brasileiro, dando origem à contemporânea rede rodoviária nacional (GALVÃO, 1996).

Pensamos então na possível articulação entre os seguintes elementos: 1) a política de reapropriação territorial – denominada comumente de colonização; 2) a alteração na dinâmica demográfica e emergência de aglomerações populacionais em forma de vilas, povoados e cidades; e 3) a consideração do transporte rodoviário de passageiros como dimensão de interpretação das interações espaciais em níveis local e regional. Com isso, pretendemos estabelecer um diálogo entre a formação socioespacial do Oeste de Santa Catarina e as suas relações com a constituição das empresas de transporte de passageiros por ônibus. Também será relevante compreender as especificidades das operações do modal nessa área, bem como suas relações empresariais então formadas.

Para tanto, a mobilização de algumas categorias analíticas, no âmbito da ciência geográfica, será necessária. Entre as eleitas como sendo mais pertinentes e que provocam o pensar sobre a circulação de pessoas, destacamos a formação socioespacial, trazida por Santos (2012a), para a reflexão a respeito de como o espaço se manifesta ativamente em atividades outras (como nos transportes). São formações econômicas e sociais, e as suas produções materiais historicamente datadas, que interagem, desigualmente, com as realidades posteriores à sua própria constituição. A isso, segue-se o pensamento do autor, com a preocupação de “se empiricizar o tempo” (SANTOS, 2014) por intermédio da técnica, que é meio e produto da ação do trabalho humano. Torna-se pertinente, sobretudo para nós, esta visão sobre as técnicas bastante específicas, como as ligadas ao transporte de pessoas.

A proposição de método para se vislumbrar uma “Geografia do passado”, como trouxe Abreu (2000), implica nas discussões aqui postas, que objetivam contribuir para uma análise que vá além (antes) do tempo presente sobre o transporte, no domínio dos estudos geográficos qualificados para o debate sobre momentos pretéritos. Abreu (2000, p. 17) sugere que, com base em Santos (2014), “valemo-nos das técnicas que devem ser vistas como fenômeno técnico e não como as técnicas propriamente ditas ou a tecnologia”, intermediadora e produto das inter-relações humanas. A técnica, quer seja o modo de fazer de determinado contexto espaço-temporal, torna-se a dimensão central para se entender o transporte rodoviário de passageiros em seu contexto aqui precisamente datado.

Silveira (2011) propõe uma revisita ao conceito de circulação, na Geografia, já que ele incorpora tanto as próprias relações humanas quanto as pretendidas fruições do capital enquanto finalidade da fluidez nos territórios. É, sobretudo, um desafio pensar como se dava a circulação (de passageiros) num momento pretérito, valendo-se de estudos atuais. Por fim, as interações espaciais de Corrêa (2010) permitem-nos entender que o movimento de pessoas, mercadorias, informações etc. não é algo “sobre” o espaço geográfico, mas sim é uma dimensão própria de sua existência.

O transporte rodoviário de passageiros é produzido pelo movimento humano e, ao mesmo tempo, potencializa novos deslocamentos, inerentes à produção do espaço geográfico. Manifesta alterações nas áreas por onde passa, constituindo interações entre o urbano e o rural; entre lugares outrora sem relações diretas, mas que passam a utilizar deste meio de deslocamento, que serve, fundamentalmente, para uma integração territorial. Isso, ao menos, desconsiderando a sua apropriação por lógicas meramente especulativas.

## **Notas sobre a formação territorial do Oeste de Santa Catarina**

Ao realizarmos um deslocamento na compreensão ampliada da totalidade para a apreensão dos níveis regional e local, notamos que cada área específica possui particularidades. Cada espaço possui diferentes articulações entre relações de produção e os meios de produção em si. Quer dizer: “As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 2012b, p. 28). Embora estejam atreladas ao todo, as particularidades dão sentido e papel ao lugar. Como enfocamos numa escala regional, essas particularidades tendem a expressar-se de forma menos heterogênea – mas nunca homogênea.

A permanência de formas e funções, vinculadas a tempos pretéritos, constituem as diferenciações dos lugares, que compõem os significados das articulações entre campo e cidade. Para tanto, as mudanças que os agentes econômicos hegemônicos impõem, mesmo que demandem uma readequação das funções que os lugares exercem, a condição já estabelecida, “por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez” (CORRÊA, 2015, p. 280). Nesse sentido, destacamos que o território que corresponde ao oeste de Santa Catarina, foi refuncionalizado e reapropriado sob diversos contextos: se noutros momentos o interesse de sua consolidação dava-se a partir de feições geopolíticas, posteriormente o interesse era o de tornar capitalista as práticas espaciais neste espaço.

O trânsito de múltiplos grupos populacionais já existia ali há centenas de anos. A exemplo, temos as relações com os países vizinhos, como em relação à República Argentina, através: da exportação de erva-mate; da venda e tropeadas de gado e muares com a região Sudeste do Brasil; dos usos comuns da terra por povos indígenas e por outros tantos migrantes, além de outras atividades, que ali estavam presentes antes que o Estado nacional passasse a demonstrar maiores ambições em reapropriar este território sob uma perspectiva etnocêntrica (BRANDT, 2012; FERRARI, 2015).

Uma nova forma de apropriação do espaço, agora num território que passa, mais intensamente, a representar um meio para a acumulação de capital, mesmo que de forma rarefeita, causará violentas alterações. Moraes (2008, p. 65) menciona que “a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das populações encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados”. Mesmo o autor fazendo uma relação mais geral com as práticas de reapropriação dos países no Sul do continente americano, a violência também se expressou na tomada do Oeste catarinense pelos novos sujeitos, autoconsiderados modernos (RADIN, 2009).

Essas áreas já tinham conflitos desde o momento em que o Brasil era tratado como uma periferia colonial portuguesa, como existentes nas definições territoriais do Tratado de Madrid (1750). Depois, houve a demarcação pela Questão de Palmas ou Misiones (1895). Ainda no final do século XIX, o Estado brasileiro demonstrava interesse em promover a ocupação destas áreas, vistas como desabitadas, isto é, julgava-se que a população que ali se encontrava não atendia os requisitos para uma temporalidade capitalista (ALBA, 2008).

Outro elemento a ser analisado é a construção estratégica de uma ferrovia atravessando o estado catarinense e interligando o Rio Grande do Sul ao Sudeste, através da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG. Esta ferrovia acabou por ser um dos fatores para a eclosão do conflito armado denominado Guerra do Contestado, o qual produziu milhares de vítimas, tanto por parte das forças militares governamentais quanto da população ali instalada. De modo geral, as terras localizadas no entorno da EFSPRG foram concedidas à empresa privada *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, subsidiária da companhia construtora da ferrovia então operante na região Oeste do estado. Trata-se de uma empresa tipicamente capitalista, de feições territoriais extensivas, voltada à extração madeireira e venda de terras.

A Guerra do Contestado termina em 1916, com a resolução de sua questão-central, a demarcação dos limites estaduais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Face a isso, são criados quatro municípios no estado catarinense, através da Lei Estadual nº 1.147 de 25 de agosto de 1917, sendo eles: Chapecó, Mafra, Porto União e Cruzeiro (hoje Joaçaba). Inicia-se a produção do que poderia ser considerado, meio século mais tarde, uma rede de cidades sob a égide capitalista contemporânea, na parte mais ocidental de Santa Catarina (PELUSO JÚNIOR, 1991).

O processo de reocupação oficial atinge grandes áreas, sob uma “política de concessão de terras, empreendida pelo Governo catarinense, [que] visou a ocupação do estado até a fronteira com a Argentina” (PERTILE, 2008, p. 59), tendo como objetivo maior a apropriação dessa ampla faixa de terra por populações consideradas ideais para o modo de produção capitalista. Diversas empresas colonizadoras ficaram encarregadas da venda de lotes de terra nesta região, tendo como principais compradores migrantes que se originaram principalmente nas “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul (RADIN, 2009). As ações de venda das áreas de terra, essas que tinham em média até 25 hectares, produzirão uma estrutura fundiária assentada na pequena propriedade rural e de cunho familiar (ALBA, 2008; PERTILE, 2008). Tratando dos movimentos migratórios de sujeitos com ascendência europeia no Sul do Brasil, Saquet (2010) menciona que as áreas de atração e absorção da migração estenderam-se do norte do Rio

Grande do Sul ao oeste de Santa Catarina e do Paraná.

A circulação regional era, a partir da década de 1920, deficitária na maior parte do Oeste de Santa Catarina. Uma exceção era a área que corresponde ao vale do rio do Peixe, especificamente no recém-criado município de Cruzeiro. Por ali estava instalada a EFSPRG, a qual operava desde 1910 (PELUSO JÚNIOR, 1991) e que beneficiava as áreas próximas da ferrovia pela troca facilitada de produtos agrícolas e manufaturados por outros, especialmente com a região Sudeste (PERTILE, 2008). Ao compararmos as duas cidades mais ocidentais de Santa Catarina, ao lado de Chapecó, a atual Joaçaba destacava-se, exprimindo maior centralidade na primeira metade do século XX (RADIN, 2009). Se as áreas próximas a Joaçaba estavam vinculadas à primazia técnica que a estrada de ferro representava, na área correspondente ao município de Chapecó os deslocamentos eram dispendiosos, com estradas de terra que eram intransitáveis em partes do ano (PERTILE, 2008; CHITOLINA, 2015).

Sobre a expansão da rede rodoviária no território catarinense, sobretudo entre a região Oeste e a faixa litorânea – onde a reocupação e urbanização concentrou-se e ainda se mostra relativamente assim – cabem alguns apontamentos. A interligação entre as regiões oeste e leste do estado catarinense deu-se lentamente, com várias tentativas de consolidar um caminho com o objetivo de transpor a Serra do Mar e favorecer interações mais fluidas entre o litoral e o planalto. O modelo de produção econômica presente em Santa Catarina também condicionou o estado à presença de pequenos “arquipélagos econômicos”, o que é considerado como uma manifestação da “pequena produção mercantil” existente no estado. De modo geral, o sistema de transportes catarinense mostrava-se, até a metade do século XX, fragmentado e desintegrado, em grande parte pela falta de interação entre as microrregiões econômicas, cada qual especializada em uma produção específica, como as indústrias carvoeira, madeireira e alimentícia (GOULARTI FILHO, 2011).

Conforme Barbosa (2013), foram quase três séculos quando, na década de 1970 a rodovia BR-282, que permite a comunicação terrestre entre o extremo oeste e o litoral catarinense foi efetivamente inaugurada, embora esse caminho já fosse utilizado há mais de um século para outros fins. A autora traz que “por volta de 1922 foram iniciadas as obras da abertura de uma estrada principal que partia de Cruzeiro (atual Joaçaba) com destino ao rio Peperi-Guaçu na fronteira com a Argentina” (BARBOSA, 2013, p. 85), mencionando que esse traçado se refere à atual BR-282. Santos (2010, p. 109) esclarece que: “A não integração do território, impedindo a livre circulação dos elementos da economia [...] freia, por si só, o desenvolvimento”. Os arquipélagos econômicos que mencionamos anteriormente são



expressões dessa desarticulação envolvendo os meios de transporte. Foi somente a partir da década de 1970, num contexto brasileiro de objetivação de um desenvolvimentismo sob a égide internacionalista, característica da ditadura militar que se impôs em 1964, que o estado catarinense terá a ampliação de sua malha rodoviária.

Nesse contexto, o transporte de passageiros por ônibus se expande. No início era realizado através de caminhos terrestres, que posteriormente foram sendo transformados em rodovias. É o cenário que Santos (2019b) chama de “ônibus antes do asfalto”, intensamente vinculado a uma crescente divisão territorial do trabalho – em ascendência num período pós-década de 1940. Para se pensar geograficamente no transporte rodoviário de passageiros na região oeste do estado de Santa Catarina, entre as décadas de 1930 e 1960, é necessário partir de algum método, alguma perspectiva. Sobretudo, por tratarmos de um momento pretérito, principalmente por estar suscetível a uma perspectiva que caia na extrema parcialidade, partimos do que Santos (2014) chama de “empiricização do tempo”.

Para avançarmos, no próximo item trataremos do contexto em que os serviços regulares de ônibus e seus agentes econômicos envolvidos – as empresas de transporte – foram formados. Há uma estreita relação entre a expansão territorial das empresas ligadas à comercialização de terras e a formação de serviços e demandas (quase de maneira simultânea) para a região Oeste do estado de Santa Catarina. Enfatizaremos as operações na área que corresponde ao território originalmente pertencente ao município de Chapecó, que, conforme mencionado, aproximava-se dos 14.000 km<sup>2</sup> de extensão, até os primeiros desmembramentos em função das emancipações políticas de distritos.

### **Sobre a constituição dos fluxos de transporte de passageiros**

Todas as movimentações populacionais já mencionadas foram, a partir de um certo momento, acompanhadas e/ou favorecidas pelo deslocamento através do modal rodoviário de transporte. Tiveram em seu início, especificamente, caminhos adaptados para passageiros: são as chamadas “jardineiras”. Em seguida, ao utilizarem ônibus tecnologicamente mais avançados, constituíram um importante meio de locomoção. Nessas relações foram constituídas diversas empresas de transporte de ônibus, algumas existentes até o presente e outras diversas já extintas ou incorporadas por outros grupos econômicos – o que demanda uma discussão mais ampla e aprofundada, que não será feita aqui.

Entre as décadas de 1920 e 1950, as áreas mais próximas do município de Joaçaba – sobretudo ao longo da estrada de ferro –, despontavam como sendo espaços de maior fluidez, entre outros fatores, vinculados principalmente a sua localização em relação ao meio de

escoamento da produção e de mobilidade que a ferrovia trazia (RADIN, 2009). Dadas as dificuldades de percorrer os caminhos rodoviários dessa época e a pouca presença de meios de locomoção individuais, os serviços de transporte operados através dos ônibus cumpriam um papel de integração entre as áreas, dentro de suas possibilidades.

Existiam incipientes interligações entre os serviços rodoviários e ferroviários, como o que vemos na Figura 2, que retrata o contexto da empresa Generalli & Baldi na operação entre Caxias do Sul e Marcelino Ramos, esta última cidade atendida àquela época pela EFSPRG. De lá para Santa Catarina, havia conexões para Concórdia, Joaçaba, Xanxerê, Xaxim e, claro, Chapecó. Somente Concórdia, Joaçaba e Chapecó eram municípios constituídos. Tínhamos, portanto, a ligação regular entre as regiões serrana e noroeste do Rio Grande do Sul, com conexões para Santa Catarina. A articulação com a EFSPRG também possibilitava formação de fluxos para a região Sudeste do país.

O processo de colonização intensificou a constituição de estradas, muitas delas reaproveitamentos de antigos caminhos já constituídos nessa área (CHITOLINA, 2015; VICENZI, 2008), o que favoreceu de maneira interdependente o maior tráfego na/para a região em análise e a partir dela. Na esteira de interpretação das novas relações existentes nesta parte do estado catarinense, o espaço viário é de fundamental importância, pois, de acordo com Chitolina (2015, p. 109-110): “A questão da colonização do oeste catarinense, iniciada nas primeiras décadas do século XX, está intimamente ligada à abertura e ampliação do espaço viário oeste”, ação e processo que contribuiu para uma maior penetração da população na região.

Figura 2 – Empresa Generali & Baldi na ligação entre a serra gaúcha e o Oeste Catarinense

**Empresa: GENERALI**  
**Caxias — Marcelino Ramos**  
**VICE-VERSA**  
**Rapidez, Conforto e Segurança**  
**em Confortáveis e Luxuosos Ônibus**

**Itinerário :**

<b>CAXIAS</b> Farroupilha Bento Gonçalves Alfredo Chaves Prata Lagoa Vermelha Sananduva Palm Filho Sede Max. de Almeida Marcelino Ramos	<b>MARCELINO RAMOS</b> Sede Max. de Almeida Palm Filho Sananduva Lagoa Vermelha Prata Alfredo Chaves Bento Gonçalves Farroupilha Caxias
--	--

**Saídas :**

<b>De Caxias :</b> Todas as Sextas-feiras, às 7 horas, da Estação Rodoviária — Fone 789.	<b>De Mar. Ramos :</b> Todas as Segundas-feiras, às 14,30, horas, da Estação Rodoviária, logo após a chegada do trem de São Paulo.
---	---

Correio Riograndense, Garibaldi, n. 37, 20 set. 1944. Acervo da BN.

*Ligação regular entre as regiões serrana e noroeste do Rio Grande do Sul, com conexões para Santa Catarina.*

*Era notada a articulação com a EFSPRG, que possibilitava a formação de fluxos para a região Sudeste do país.*



Adaptado de Smaniotto (2011, p. 35). 1937.

Fonte: Correio Riograndense, Garibaldi, 20 set. 1944 e Smaniotto (2011).

A implantação de rodovias deu-se lentamente, tendo a ampliação dos caminhos terrestres sido feita inicialmente com a abertura de “picadas”, conforme Chitolina (2015) e Vicenzi (2008) trazem, através de ações realizadas em partes pelas companhias colonizadoras e posteriormente pelos próprios colonos, tendo em ambos os casos a comum força braçal da população que ali estava antes da tomada das terras pelas colonizadoras e posterior venda aos migrantes. São estes os turmeiros, denominação dada aos sujeitos que, “mesmo excluídos da memória oficial, [foram] os trabalhadores essenciais para o desenvolvimento regional” (SILVA, 2010, p. 112).

É difícil precisar quando ocorreu, no oeste de Santa Catarina, a primeira operação de transporte de passageiro por ônibus e/ou serviço regular. Consegue-se notar que ocorreu entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930, graças a registros fotográficos, documentais e demais fontes, localizadas inclusive em periódicos regionais. De qualquer maneira, é possível considerar, desde já, que um significativo avanço na comunicação terrestre, não somente para os viajantes, sendo essa sua atividade-fim, mas também ao fluxo de produtos, informações e, não menos importante, costumes, visto que possibilitava o intercâmbio entre sujeitos de lugares diversos.

Constatamos então que entre os principais usos deste meio de transporte, as primeiras rotas de transporte de passageiros alimentavam o deslocamento de possíveis compradores de terra, que as adquiriam das empresas colonizadoras, as quais atuavam sob grandes interesses

do Estado. Além desta função, mostravam-se bastante úteis à interligação entre áreas urbanas e rurais, bem como entre as cidades localizadas ao longo das vias de trânsito, que eram percorridas na época.

De modo geral, o processo de constituição das empresas de ônibus voltadas para o transporte rodoviário de passageiros nas primeiras décadas do século XX não segue um modelo único. Surgem de interesses e capitais bastante dispersos, conduzidos pela apropriação mercantil da demanda que emergia no constante deslocamento de pessoas e mercadorias, nos núcleos urbanos e rurais do país. Wright (1992) menciona essa certa “espontaneidade”, embora sempre expressando interesses do empresariado vinculado ao ramo, mas que se expandia de maneira paralela às novas áreas ocupadas pela população brasileira, dado o avanço da urbanização do território brasileiro (SANTOS, 2018).

Diante disso, considera-se que a movimentação que se deu a partir das gerações posteriores aos primeiros migrantes de ascendência europeia proporcionou um grande fluxo entre as áreas chamadas de “Colônias Velhas”, no Rio Grande do Sul, e as áreas mais ao norte e noroeste daquele estado. Podemos citar, respectivamente, as atuais cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Guaporé, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Ijuí, Panambi, Santa Rosa, Sarandi, Carazinho, Erechim, Passo Fundo etc., esta última em condição de relevância regional no Sul do Brasil.

Essas interações entre lugares, compostos por pessoas, mercadorias e informações, correlacionados com os lugares de origem e destino, como o norte do Rio Grande do Sul e a então região correspondente a Chapecó, por exemplo, geraram um negócio em potencial para ser explorado por comerciantes e empresários de outros ramos: o até então inexistente transporte de passageiros. Tratava-se do único meio com possibilidade de tal capilaridade na região, tendo em vista que não se apresentava outro modal de relevância, já que não havia projeto de ampliação da malha ferroviária, por exemplo, que abarcava apenas a já mencionada região do vale do rio do Peixe (RADIN, 2009). Para além de Chapecó, entre os destinos existentes no Oeste do estado, podemos mencionar: Itapiranga, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, Cunha Porã, Palmitos, Xaxim, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba etc.

O movimento *lato sensu* – que conjugará a interação espacial, causa e efeito deste próprio movimento – entre áreas diferentes modifica não apenas os locais de origem e destino, mas todo o seu percurso, sendo a relação entre esses lugares terminais e os intermediários, referindo-se agora às cidades, vilas, povoados etc. por onde os fluxos sobrepõem-se. Dessa maneira, criam-se possibilidades para a continuidade nas operações dos serviços de transporte

de passageiros, ligados às relações diversamente produzidas depois, pelas dinâmicas demográficas e divisões do trabalho em expansão.

A proximidade da ferrovia – no Oeste do estado, notadamente a EFSPRG – também significava uma conjuntura bastante particular. As operações dos ônibus voltavam-se para linhas complementares ao percurso da ferrovia, de uma forma ainda rudimentar de alimentação à demanda de ida ou volta das viagens por via férrea. O percurso entre Joaçaba e Chapecó, a exemplo, surge “em abril de 1947 com um caminhão adaptado para transporte de pessoas e cargas ao mesmo tempo”, através da demanda dos “colonizadores [que] vinham do Rio Grande do Sul para Joaçaba por via férrea e então embarcavam nos ônibus para [re]ocuparem as terras nas diversas povoações escolhidas” (BILIBIO et al., 2017, p. 227). Em outro relato, a execução de linhas que ligavam a região serrana do Rio Grande do Sul à cidade de Marcelino Ramos, no Norte do mesmo estado, ocorria porque lá “ficava a estação ferroviária e muita gente precisava chegar [...] para pegar o trem” (UNESUL, 1984, p. 32) que se dirigia ao Sudeste brasileiro.

A abertura de estradas conjugou-se de modo quase simultâneo com a possibilidade de se criarem serviços de transporte. Vemos em Jungblut (2000) que a ligação rodoviária, mesmo bastante precária, permitiu a ligação entre “Porto Novo” – hoje cidade de Itapiranga – com a vila de “Osvaldo Cruz” – hoje localidade próxima a Iraí – e o conseqüente “acesso ao mundo” (JUNGBLUT, 2000, p. 445), favorecendo também o “tráfego regular de passageiros e cargas ligando Itapiranga às Colônias Velhas” (JUNGBLUT, 2000, p. 446), o que seria expandido com a criação de mais linhas de ônibus posteriormente. Essa “ligação com o mundo” está diretamente ligada às possibilidades da época, uma vez que o “trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas” (SANTOS, 2014, p. 56), com suas possibilidades e limitações. A atividade do transporte de passageiros representava, no contexto de então, um avanço na direção da regularidade de meios de comunicação e movimento, entre lugares agora reapropriados por novas lógicas de produção.

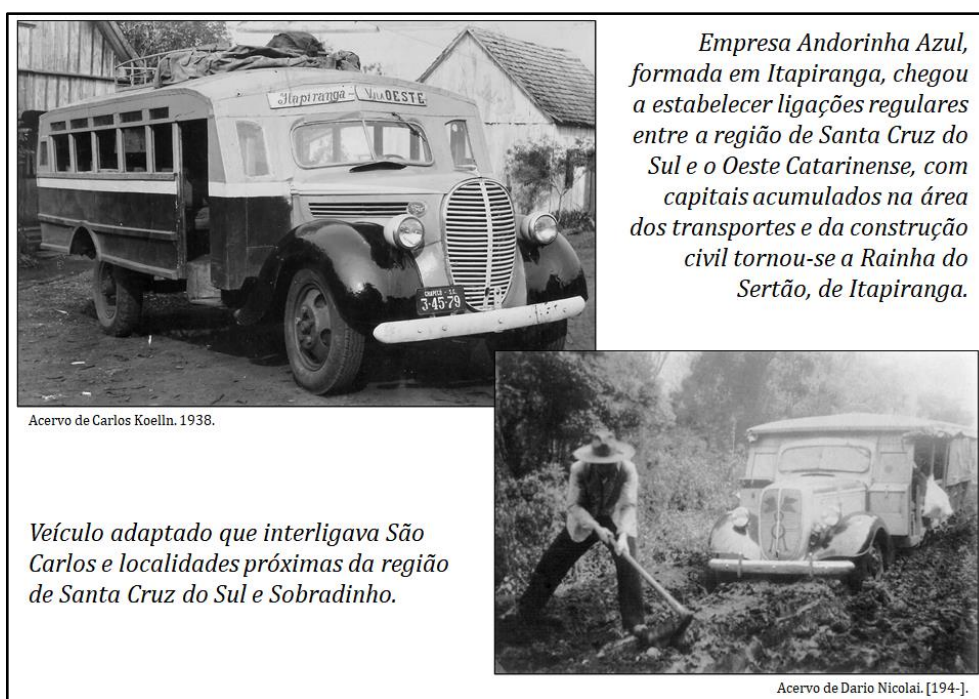
Já tratando de outra cidade da região Oeste, Maravilha, Gialdi (1993) traz outra contribuição para nossa discussão. O primeiro serviço de ônibus na cidade foi o de Fioravante Trevisan, iniciado em 1949, o qual viajava desta cidade, no início da constituição do núcleo populacional por meio da colonização oficial, até o estado vizinho do Rio Grande do Sul, chegando às localidades de Iraí e Barril (hoje Frederico Westphalen), onde, “aproveitando o grande número de passageiros que vinham à procura das terras daqui, iniciou o transporte regular [...]. Nas laterais da carroceria estava escrito o rumo a seguir: Maravilha – Cunha Porã – Palmitinho – Iraí” (GIALDI, 1993, p. 207).

## Migrações sobre rodas e o transporte rodoviário por ônibus

Neste item, abordaremos de forma mais aprofundada os contextos de operações do transporte rodoviário de passageiros na região em análise. Optamos por recuperar algumas especificidades de cada um dos agentes econômicos envolvidos – que num dado momento conformavam empresas de menor porte e, posteriormente, conduziram à concentração das atividades.

Entre os registros que trazem informações a respeito do transporte rodoviário de passageiros no oeste de Santa Catarina, podemos mencionar os documentos oficiais. Em um relatório da Prefeitura Municipal de Itapiranga (1967), vemos algumas referências a uma das primeiras operações desse meio de transporte na região. O documento traz que, no ano de 1935, é fundada a “Emprêza Andorinha Azul”, que manteve um serviço semanal de ônibus entre as regiões de Santa Cruz do Sul e áreas próximas aos vales dos rios Taquari e Caí, no Rio Grande do Sul, e posteriormente as novas áreas de recebimento de migrantes em Santa Catarina, na região do vale do rio Uruguai. Observamos na Figura 3 um ônibus da empresa Andorinha Azul, em fotografia datada do final da década de 1940, exibindo a linha que ligava Itapiranga à Vila Oeste, hoje São Miguel do Oeste.

Figura 3 – Cenários de operação em Itapiranga (SC): a Empresa Andorinha Azul



Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos acervos particulares de Carlos Koelln e Dario Nicolai.

Outro detalhe que ilustra o contexto da época é o emplacamento do veículo: registrado em Chapecó. Naquele momento, como citado no início deste trabalho, este município compreendia toda a área desde o município de Cruzeiro até a República Argentina. Quer dizer, tanto São Miguel do Oeste quanto Itapiranga seriam criados enquanto municípios apenas em 1953, após desmembramento de Chapecó (SILVA, 2010).

Existiu no estado do Rio Grande do Sul um considerável movimento de emigração das áreas próximas do vale do rio dos Sinos (migração de ascendência alemã) e região serrana (reocupação de ascendência italiana) para o norte e noroeste do mesmo estado, com desdobramentos posteriores no oeste de Santa Catarina. Nesse arranjo de inter-relações socioterritoriais, podemos citar um dos fatores relevantes que causaram estes fluxos e afluxos de migrantes. É a prática, por parte das empresas colonizadoras, do assentamento populacional sob um viés étnico e religioso, que explica uma das razões de os sujeitos partirem das áreas mencionadas, no Rio Grande do Sul, para as atuais cidades de Itapiranga, Mondaí, Palmitos, Cunha Porã e áreas limítrofes.

Tratando do avanço da implantação de caminhos, “picadas” e rodovias na região oeste de Santa Catarina, Chitolina (2015) analisa esses processos na área que corresponde hoje ao município de Xaxim. A autora chama a atenção para as novidades, entre as décadas de 1930 e 1940, que as quase intransitáveis rodovias atraíam para a região. Era o transporte de passageiros, através do qual “em 1939, o distrito de Xaxim contava com uma linha de ônibus entre Xaxim e Guaporé, nos primeiros tempos uma vez por semana, mais tarde duas vezes” e que nas décadas de 1940 e 1950 contava outra linha, “de Garibaldi a Xaxim” (CHITOLINA, 2015, p. 130). O percurso tinha cidades como Passo Fundo, Getúlio Vargas, Erechim, Goio-Ên (localidade às margens do rio Uruguai entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e a cidade de Chapecó.

A frequência das linhas, embora obedecendo à certa regularidade, não chegava a ser diária, como observado na década de 1940, época em que o serviço entre Guaporé e Xapecó (grafia utilizada na época para referir-se a Chapecó), por exemplo, era feito de maneira quinzenal pela empresa Vivian & Soccol (STAFETTA RIO-GRANDENSE, 1941, p. 4). Essa empresa era a mesma que operava o trajeto entre Xaxim e Guaporé, mencionado por Chitolina (2015). Entre as razões da baixa frequência, apontamos a pouca capacidade técnica dos veículos da época e a ausência de infraestrutura viária capaz de permitir a circulação facilitada deles. Ademais, naquele momento, a aviação regional – acessível a uma parcela reduzida da população – cumpria de algum modo o papel de interligar as cidades da região através de voos

de curta duração, “conectando cidades com distâncias inferiores a cem quilômetros” (RODRIGUES; BRANDT, 2018, p. 185).

Neste contexto de movimentos populacionais, em 1956 é criada pelo fundador da empresa anteriormente citada, a “Emprêsa Rainha do Sertão Ltda.” (JUNGBLUT, 2000), sediada na cidade de Itapiranga (SC). Naquele momento, a expansão da migração no sul do Brasil atinge o oeste do Paraná (SAQUET, 2010), correspondendo atualmente a cidades como Capanema, Medianeira, Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e outras. A nova empresa passou a operar linhas ligando Itapiranga a Barracão, Medianeira e Toledo, no estado paranaense. Essa empresa foi adquirida no ano de 1973 pela Unesul de Transportes Ltda., empresa sediada em Porto Alegre (RS) e que deu continuidade nos serviços. Naquele momento, a Rainha do Sertão era “concessionária de 22 linhas intermunicipais e interestaduais” e suas operações estavam presentes em “mais de quarenta sedes municipais” (UNESUL, 1974, p. 31).

Na Figura 4, observamos o anúncio, datado de 18 de dezembro de 1959, indicando o início da operação do serviço integrado entre as empresas Sertaneja, de Ijuí (RS), e Rainha do Sertão, de Itapiranga (SC), possibilitando – na época considerado um importante avanço de interligação entre os três estados da região Sul – o deslocamento entre Ijuí, no Rio Grande do Sul, e Medianeira, no Paraná. É interessante ressaltar o fato de o periódico onde o anúncio está vinculado, o “Jornal do Dia”, é de circulação regional, sediada em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Essa condição dava visibilidade maior às anunciantes, permitindo uma disseminação maior das informações, num momento marcado pelos “tempos lentos” (SANTOS, 2014), se comparado ao presente, quando informações e notícias se espalham de maneira bastante veloz. Era comum naquele período a publicação de anúncios desses serviços de transporte serem apresentados em periódicos de abrangência regional.



Figura 4 Anúncio da linha de ônibus entre Ijuí (RS) e Medianeira (PR)

**Onibus direto de IJUÍ a MEDIANEIRA**

FOZ DO IGUASSU

Empresa SERTANEJA de Transportes Ltda. com sede em IJUÍ - RS. — Empresa RAINHA DO SERTÃO Ltda. com sede em ITAPIRANGA - SC.

AVISAM aos srs. Passageiros, que para melhor servir aos distintos freqüentes, vão iniciar a partir de 2 de dezembro de 1959, além dos já existentes, mais um horário DIRETO, ligando a Região Missioneira do Rio Grande do Sul, através Santa Catarina, com o Oeste do Paraná, em apenas UM e MEIO DIA de viagem, em confortáveis ônibus.

**Partidas de IJUÍ a DIONISIO CERQUEIRA/BARRAÇÃO**

Segundas, quartas e sextas-feiras, às 6.30 horas (Chegada às 19 hs.)

Passando em Chordo — Capão Bonito — Santo Augusto — Redentora — TENENTE PORTELA — ITAPIRANGA (almoço) — Posto Novo — São João — Iporã — Itajubé — Descanso — SÃO MIGUEL DO OESTE — Guaraciaba — São José do CEDRO — Guarujá — Separado — DIONISIO CERQUEIRA (pernoite).

**Partidas de DIONISIO CERQUEIRA a MEDIANEIRA**

Terças, quintas-feiras e sábados, às 5.30 hs. (Chegada às 12 horas)

Passando por: Barracão — Lajeado Fermine — Rio das Antas — SANTO ANTONIO — Plançita — Rio Claro — Pinhalzinho — Pérola do Oeste — Trinta e Cinco — Fianalto — CAPANEMA — Pôrto Gov. Lupton — Flôr da Serra.

COMBINAÇÕES em MEDIANEIRA: de tarde para Gaúcha — Nova Cricúma — Foz do Iguaçu — Cataratas do Iguaçu — Matelândia — Céu Azul — Cascavel.

De CASCAVEL para: Corbélia — Toledo — General Rondon — Palotina — Guaíra — Sete Quedas — Campo Mourão e todo Norte do Paraná no dia seguinte. — (De FOZ para ASSUNÇÃO do Paraguai, diariamente).

**Partidas de MEDIANEIRA a BARRAÇÃO/D. CERQUEIRA**

PERNOITE

Segundas, quartas e sextas-feiras, às 12 hs. (Chegada às 18.30 hs.)

**Partidas de DIONISIO CERQUEIRA a IJUÍ**

Terças, quintas-feiras e sábados, às 5.30 hs. (Chegada às 18.30 hs.)

Tanto na ida como na volta seguindo o mesmo ITINERARIO, com ponto de almoço em Itapiranga.

Fonte: Jornal do Dia, Porto Alegre, 18 dez. 1959.

A possibilidade de integração através do transporte de passageiros, entre as duas áreas, simboliza um deslocamento agora relativamente facilitado entre as regiões. Relativamente, pois as estradas ainda se mostravam deficitárias em infraestrutura em diversos percursos.

Outro aspecto relevante é o que se refere à existência de inúmeras empresas de ônibus de pequeno porte, operadoras de serviços ora regulares, ora esporádicos, dadas as condições de trafegabilidade e demanda. O termo “empresa” é utilizado aqui, embora, na prática, não seja o que melhor representa o perfil de atuação existente no mercado de transporte da época. Conforme Gômara e Lima (2012), notabilizava-se pela predominância de proprietários de seus próprios veículos, cada qual operando horários específicos e que executavam funções diversas, desde motorista a administrador da empresa, passando por cobrador, lavador e mecânico. A respeito disso, Santos (2019a, p. 146) menciona que as empresas desse momento inicial das operações eram “formadas por iniciativas próprias de pequenos empresários, mecânicos ou motoristas, [os quais] foram responsáveis por dinamizar os primeiros deslocamentos de passageiros em áreas com pequena extensão”.

Tanto as fotografias de época, quanto os materiais de divulgação em jornais, permitem uma posterior interpretação, isto é, uma leitura que evidencie a dimensão espaço-temporal que o transporte rodoviário de passageiros por ônibus incorpora. É uma importante posição de análise da mobilidade espacial de sujeitos, histórias e trajetórias. Desde o deslocamento do

estado do Rio Grande do Sul que teria como destino o oeste de Santa Catarina, como também outras regiões do país, o deslocamento realizado através dos ônibus esteve presente. É um fluxo dotado de interesse por parte das empresas operadoras, notoriamente, mas também possui um papel social relevante. Mesmo no “presente de então” (ABREU, 2000) conforme a reflexão aqui realizada, potencializou a integração territorial, em variados cenários de operação, articulando localidades variadas, ao longo das rodovias, aos centros urbanos de maior importância.

## **Conclusão**

O transporte, como técnica do movimento e meio para a mobilidade da população transformou, também, a região em que nos debruçamos ao longo deste texto. O transporte rodoviário de passageiros foi analisado considerando-o um desdobramento da dialética entre a política de reapropriação territorial e a mobilidade da população. Trata-se da potencial articulação entre diferentes locais, relativamente possível através deste meio de transporte. A integração territorial efetiva-se, pois, como um sustentáculo à reprodução das relações capitalistas, visto que em um território outrora reapropriado, a fronteira das práticas capitalistas passava a romper a porção mais ocidental do estado de Santa Catarina.

Com o desenvolvimento deste trabalho, pudemos estabelecer uma relação entre as dinâmicas migratórias na região Oeste do estado de Santa Catarina e a formação gradual de serviços regulares de ônibus. Estas operações foram essenciais aos deslocamentos dos migrantes, em momentos iniciais voltados ao comércio e à compra de terras, e posteriormente – ou mesmo em concomitância – à circulação regional, interligando vilas, posteriormente transformadas em distritos e em cidades.

Ressaltamos que alguns dos agentes econômicos tratados neste texto permanecem, hoje, com uma densa circulação de passageiros na região Sul do país, sobretudo em sobreposição às áreas de saída e chegada dos migrantes abordadas no decorrer do texto. Através dos dados disponibilizados pelo agente regulador em nível federal – a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – vemos que as linhas do transporte rodoviário interestadual de passageiros, sobretudo, apresentam números bastante representativos sobre a circulação de pessoas: a linha Porto Alegre (RS) – Foz do Iguaçu (PR) via Chapecó e São Miguel do Oeste, por exemplo, transportou entre janeiro e setembro de 2018, um total de 39.185 passageiros; as duas linhas entre Foz do Iguaçu (PR) e Caxias do Sul (RS), transportaram, juntas, 48.523 passageiros; já o serviço entre Barracão (PR) e Caxias do Sul (RS), transportou 17.204 pessoas no intervalo temporal mencionado (ANTT, 2018).

Essas últimas considerações retratam a permanência de fluxos ligados a momentos anteriores das dinâmicas populacionais da região Sul. Para entendê-las, é amplamente necessário um percurso de método que parta da concretude de tal dinâmica da circulação. A formação socioespacial regional possibilita, portanto, a identificação e o aprofundamento no longo processo de formação dos fluxos que hoje compõem uma miríade de inter-relações, entre cidades e regiões.

### **Agradecimentos**

Registro os agradecimentos às colegas e aos colegas do Simpósio Temático nº 37, intitulado “Fronteiras, terras e conflitos”, coordenado pelos professores Dr. Francimar Petrolí (SED/SC; UFFS) e Dr. José Carlos Radin (UFFS). As contribuições enriqueceram algumas considerações já expostas aqui e, inclusive, fomentaram algumas discussões para momentos posteriores de nossos estudos.

Este trabalho foi desenvolvido com apoio financeiro do governo federal brasileiro, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e bolsa de estudos em nível de mestrado, concedida no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

### **Referências**

- ABREU, M. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *Geosp*, v. 4, n. 1, 13-25, 2000.
- ALBA, R. S. Apontamentos sobre a Geografia do oeste catarinense. In: ALBA, R. S. (Org.). *Estudos de Geografia Agrária do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008. p. 19-45.
- BARBOSA, A. M. P. *Rodoviarismo e integração*. A ideologia e a política da modernização conservadora catarinense. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- BILIBIO, R. A. et al. *Centenário do Município de Joaçaba*. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2017.
- BRANDT, M. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- CHITOLINA, V. *Velho Xaxim*. A colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito. Chapecó: Arcus, 2015.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO I. E., GOMES P., CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações Geográficas*. Percursos no fim de século. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. p. 219-318.
- CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.
- FERRARI, M. Redes da migração brasileira no nordeste da província de Misiones, Argentina (século XX). In: VALENTINI D. J., MURARO V. F. (Org.). *Colonização, conflitos e convivência nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015. p. 247-269.

- GALVÃO, O. J. de A. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil – uma perspectiva histórica. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 52, 183-214, 1996.
- GIALDI, F. Maravilha. *Sua terra, sua gente e sua história*. Porto Alegre: EST, 1993.
- GÔMARA, A. R. de B. *O transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros*. Um acrescentamento histórico. Brasília: ABRATI, 1999.
- GOULARTI FILHO, A. Padrões de crescimento e sistema de transportes em Santa Catarina 1880-1945. In: GOULARTI FILHO, A.; QUEIROZ, P. R. C. (Org.). *Transportes e formação regional*. Contribuições à história dos transportes no Brasil. Dourados: Ed. UFGD, 2011. p. 383-414.
- JUNGBLUT, R. *Documentário histórico de Porto Novo*. São Miguel do Oeste: Arco Íris, 2000.
- PELUSO JUNIOR, V. A. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.
- PERTILE, N. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina*. O processo de produção de carnes no Oeste Catarinense, Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- RADIN, J. C. *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009.
- RODRIGUES, L. A.; BRANDT, M. Formação e dinâmica da aviação comercial em Chapecó (décadas de 1940 a 1990). In: NASCIMENTO, E.; VILLELA, A. L. V.; MAIA, C. M. (Org.). *Território e sociedade*. Novos estudos sobre Chapecó e região. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018. p. 179-200.
- SANTOS, B. C. Divisão territorial do trabalho, rede urbana e transporte rodoviário interestadual de passageiros. *Revista Transporte y Territorio*, n. 20, 135-164, 2019a.
- SANTOS, B. C. *Divisão territorial do trabalho e transporte rodoviário interestadual de passageiros entre o interior sulista e a fronteira agrícola*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2019b.
- SANTOS, M. *A urbanização desigual*. São Paulo: Edusp, 2010.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2012a. p. 21-41.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012b.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014.
- SAQUET, M. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E. S.; BOITEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. (Org.). *Geografia e migração*. Movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 109-124.
- SILVA, A. L. Fazendo cidade. Memória e urbanização no extremo oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2010.
- SILVEIRA, M. R. Geografia da Circulação, Transportes e Logística. Construção histórica e perspectivas. In: SILVEIRA M. R. (Org.). *Circulação, transportes e logística*. Diferentes perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 21-68.
- SMANIOTTO, M. L. C. *A história do ônibus em Erechim*. Erechim: Graffoluz, 2011.

UNESUL. Computadores a serviço do transporte. *Sua boa estrela*, 8(48), 28-31, 1974.

UNESUL. Uma história de pioneiros. *Revista Rodonal*, ed. especial, 30-37, 1984.

VICENZI, R. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.

WRIGHT, C. *Transporte rodoviário de ônibus*. Brasília: IPEA, 1992.

## A DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE O REGIME DAS CORTES GERAIS

João Paulo de Barros Silva (PPGH/UPF)

**Resumo:** O contexto histórico brasileiro entre a Revolução Liberal do Porto e a Independência do Brasil, traz uma série de lacunas sobre a situação que separava a América Portuguesa, territorialmente, em regiões Norte e Sul. Reunindo e comparando um pequeno contingente de autores que abordam a discussão divisória administrativa da colônia lusitana, o artigo analisa as diferentes divisões impostas por Portugal ao longo da história colonial até o ponto em que o Piauí se apresentou enquanto fronteira entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil durante o processo de independência. O método utilizado foi o indiciário, com base na análise cartográfica. O objetivo deste artigo é analisar as divisões regionais ocorridas na América Portuguesa durante o período colonial e mostrar os pontos de fronteira que dividiram o Brasil em regiões distintas ao longo da história colonial e que se perpetuaram no imaginário social e regional do Brasil. Este estudo também aborda as primeiras experiências de regime constitucional exercido pelas Cortes Gerais com a participação de deputados brasileiros, entre os anos de 1821 e 1823, abarcando a noção de poder local, por meio da análise das Juntas Provisórias e Governo das Armas designados a compor a administração das províncias ligadas a Portugal no período pré-Independência, onde ainda se tinha dúvidas sobre a ideia de Brasil Nação.

**Palavras-chave:** América Portuguesa; Cortes Gerais; Estado do Grão-Pará e Maranhão.

As inúmeras divisões administrativas que se estabeleceram após a chegada dos portugueses à América caracterizaram o espaço brasileiro enquanto nação que se conhece hoje. Historicamente, o conceito de região para o Brasil transparece no tratamento dado as zonas de exploração mercantilista conduzidas por Portugal enquanto metrópole de uma colônia na América. Estudos apontam que os aspectos de estado do Brasil foram definidos antes mesmo de sua própria nacionalização. Indiferente ao seu próprio espaço, se num primeiro momento imaginou-se que os limites regionais do Brasil foram pensados com fins de partilha cartográfica, isto é, de forma artificial, num segundo momento se nota que as fronteiras brasileiras se constituíram de regiões que estabeleceram relações de convívio nos espaços cedidos pela natureza e o comércio.

As imposições administrativas ao Brasil colônia foram estabelecidas com base no mercantilismo português a partir da segunda metade do século XVI. Durante todo o período colonial, Portugal, enquanto metrópole, buscou meios de dividir a administração territorial do Brasil com objetivo de consolidar posses na América e combater a presença de demais grupos estrangeiros. A extensão territorial cobiçada por Portugal ocasionou também na necessidade de subordinar nações indígenas ao trabalho colonial, ocorrências essas que se apresentaram, ora de forma amistosa, ora de forma hostil.

Em 1534, Portugal loteou o Brasil em Capitânicas Hereditárias, limites territoriais divididos mediante pontos paralelos conhecidos da costa litorânea no sentido da linha imaginária do tratado de Tordesilhas. No total de 12 capitânicas, os lotes foram concedidos a membros do ciclo real português que ficaram conhecidos como capitães donatários. Esta divisão constava de um sistema de povoamento e ocupação aplicado com sucesso em ilhas do Atlântico conquistadas pelos portugueses durante o século XV. Neste sistema:

Cada donatário recebia uma CARTA DE DOAÇÃO, documento pela qual se efetivava a doação do uso, com a descrição da terra e a outorga da governança da mesma, com o título de capitão-mor, explicando seus direitos e deveres; e um FORAL, que fixava os direitos, deveres, foros, tributos e coisas que os futuros colonos deviam ao rei ou ao capitão-donatário. (FROTA, 2000, p. 44).

Diferente da experiência com as ilhas do Atlântico, na América, a difícil manutenção das capitânicas e o surgimento de uma colônia francesa na Baía de Guanabara, levou o rei de Portugal, Dom João III, a instituir um governo centralizador para suas posses, uma medida administrativa que objetivava controlar as ações colonizadoras nos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas. Apesar do projeto das capitânicas consistirem na primeira divisão administrativa da América Portuguesa, esse sistema não definia ações conjuntas de posse propostas por Portugal por meio dos forais.

Sobre a função de capitão donatários, este, ao longo do período colonial, na medida em que o Reino português mudava as regras administrativas da colônia e suas capitais, levando em consideração o modelo das Companhias Gerais, esta foi se configurando no cargo de Governador Geral ou simplesmente Governador, dependendo da grandeza economia e estratégica da capitania, por nomeação provisória a serviço de Portugal, perdendo-se assim o critério de hereditariedade, em que a posse territorial era passada de pai pra filho. Durante quase três séculos de colonização portuguesa, predominou a autoridade do capitão-geral, que concentrava em si a autoridade executiva e militar (SOUZA, 2000, p. 162). Isso permaneceu até a Revolução do Porto.

A divisão do Brasil em capitânicas foi o primeiro passo de uma série de imposições fronteiriças que passaria a configurar e influenciar toda a formação política e regional do brasileiro no sentido de buscar por um modelo de governo centralizador. Debater sobre a imposição artificial de fronteiras atribuída à administração política de Portugal na América, demonstra o movimento que as fronteiras internas do Brasil apresentaram no decorrer da história colonial, envolvendo, de forma natural, as relações próprias de cada região, e não somente suas imposições cartográficas.

Em 1572, por carta régia de Dom Sebastião, datada de 10 de dezembro, foi formalizada a divisão política da colônia entre dois governos: o Governo do Norte, da Capitania de Pernambuco até a Capitania de Porto Seguro, tendo como capital Salvador e Luís de Brito e Almeida como seu governador; e o Governo do Sul, compreendendo as capitanias do sul, a partir daquela divisa até Laguna, em Santa Catarina, segundo o limite do Tratado de Tordesilhas, tendo como sede o Rio de Janeiro e por governador a Antônio Salema (MENDES, 1976). A vastidão territorial da Colônia e a violenta experiência nos combates as invasões estrangeiras no litoral brasileiro levou Portugal a estabelecer a presença desses dois governos. O Norte carecia de um maior controle da produção açucareira, enquanto que o Sul, uma maior vigilância e consolidação de posse quanto às invasões francesas e as nações indígenas. Para Guilherme de Andrea Frota:

Luís de Brito preocupou-se com a exploração do interior, organizando diversas entradas com o objetivo de encontrar riquezas. Valeu-se de Sebastião Fernandes Tourinho, que subiu o Rio Doce, e de Antônio Dias Adorno, que entrou pelo Rio Caravelas. Nada, porém, descobriram. Os metais continuavam escondidos, desafiando a argúcia e o apetite dos colonizadores. Lutou contra os potiguares de Itamaracá, com pouco êxito. Iniciou, também, a conquista de Sergipe, obtendo resultados negativos, com antes já ocorreu com Garcia d'Ávila. Antônio Salema expulsou os franceses de Cabo Frio, numa audaz expedição de quatrocentos homens e setecentos índios, ao mesmo tempo que submeteu os tamoios, seus aliados. (FROTA, 2000, p. 51).

Os problemas encarados pelas capitanias e a extensão territorial que se explorava levou a necessidade externa de Portugal de uma estratégia centralizadora na colônia da América. O objetivo consistia em administrar os problemas da colônia e direcionar seus lucros para a metrópole. Internamente, o processo de fronteirismo do Brasil, isto é, as relações de divisão existentes entre as regiões brasileiras se fazia entre os lugares de alteridade, onde ocorre a construção dos sujeitos entre suas relações. As divisões político-administrativas planejadas para a América portuguesa ao longo do processo colonial, enquanto fronteiras, seguiram as necessidades regionais trazidas por cada região, na medida em que elas se comunicavam por meio terrestre, a partir das áreas que causaram identificação entre seus indivíduos.

As capitanias hereditárias continuaram como divisões político-administrativas durante grande parte do período colônia. Problemas como o desinteresse de alguns donatários e a reação indígena à presença do português em alguns pontos da costa do Brasil dificultaram o sucesso esperado de ocupação neste ponto da América. Por ocasião desses e outros motivos, surgiram as Capitanias Reais, ou Capitanias da Coroa, territórios que perderam o caráter hereditário em função de uma maior presença da coroa portuguesa; outras capitanias conseguiram se



estabelecer pelas regras iniciais da iniciativa particular dos donatários, e essas ficaram conhecidas com Capitânicas Particulares.

O traçado das capitânicas em paralelos define bem o que seriam as posses da costa leste da colônia com relação ao tratado de Tordesilhas. Seguindo a referência dos rios enquanto pontos naturais da divisa de terras, encontramos a noção geográfica de fronteira entre o Governo do Norte o Governo do Sul. De acordo com o mapa de Luís Teixeira (1574), e levando em consideração a expedição de Sebastião Fernandes pelo Rio Doce, a fronteira entre o Governo do Norte e o Governo do Sul estaria na divisa entre a Capitania de Porto Seguro e a Capitania do Espírito Santo simpática iconografia<sup>279</sup>. Um corte central no atual Estado do Espírito Santo. O regresso de Antônio Selega a Portugal e o Alvará de 12 de abril de 1577 reunificou novamente a administração política do Brasil denominada de Governo Geral. Luís de Brito exerceu o governo geral por alguns meses, passando-o a 1º de janeiro de 1578 a Lourenço de Veiga (FROTA, 2000).

Durante o regime espanhol conhecido como União Ibérica, pela carta régia de Filipe IV (III em Portugal), de 13 de julho de 1621, o domínio Espanhol sobre Portugal organizou na América Portuguesa dois estados: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. A integração do Norte e Nordeste enquanto domínio da União Ibérica começou com o episódio da expedição de Pero Coelho de Sousa, oriundo de Pernambuco, em 1603, a foz do rio Jaguaribe, em processo de conquista do Ceará exterior<sup>280</sup> (MENDES, 1976). Entendendo esse limite com o último dos trechos de fácil navegação nas condições da época no sentido sul-norte, Pedro Coelho prosseguiu adentro do território cearense na direção oeste, após passar por Ibiapaba, e alguns quilômetros depois, chegou até as margens do rio Paraguaçu, hoje, rio Parnaíba.

Além da intolerância nativista dos Tremembé, a costa norte se mostrou como reduto estrangeiro das invasões francesas e holandesas no início do século XVII. Tanto no litoral cearense, hoje Fortaleza, quanto em São Luís, à presença estrangeira custou de estratégia militar que atravessasse o interior oeste da colônia em direção ao litoral norte. A expulsão dos franceses e a fundação de Belém, em 1616, consolidaram a entrada dos hispano-lusos pelo litoral norte do Brasil. Com sede em São Luís, a criação do Estado do Maranhão objetivou a consolidação do

<sup>279</sup>Consta em algumas referências historiográficas que o a Capitania de Porto Seguro seria o limite do Governo do Norte e a Capitania de Ilhéus, o início do Governo do Sul, o que seria improvável visto os mapas mais antigos da divisão das capitânicas hereditárias onde a Capitânicas de Ilhéus está ao norte da Capitania de Porto Seguro. Com os relatos de que as expedições de Sebastião Fernandes foram até o rio Pardo, geograficamente, esse limite constaria como a fronteira entre norte e sul.

<sup>280</sup>Parte da historiografia aponta que Pero Coelho de Sousa teria chegado até o rio da Cruz, Camocim, e numa travessia terrestre, a partir deste ponto, atingido o rio Parnaíba.

território norte da América portuguesa possibilitando uma melhor comunicação com a metrópole ibérica pelo oceano Atlântico.

O Estado do Maranhão possuía limites imprecisos; seus destinos ficaram separados do que se convencionou denominar de Estado do Brasil, cuja capital prosseguia sendo Salvador (FROTA, 2000, p. 60). Levando em consideração a expedição Pero Coelho de Sousa ao e em acordo com o mapa de João Teixeira Albernaz I (1629)<sup>281</sup>, onde se lê “de onde começa o governo do Maranhão”, a fronteira entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil estaria, geograficamente, dentro da capitania do Ceará, nos limites do rio Jaguaribe. Depois da Restauração monárquica em Portugal, em 1640, e a criação do Conselho Ultramarino por Dom João IV, em 1642, a administração portuguesa passou a centralizar novamente as ações coloniais no Brasil.

A posição geográfica das capitanias do Norte, ao contrário da cartografia de Luís Teixeira, consistia de noções meridionais. Segundo o estudo Jorge Pimentel Cintra (2013), com base nas cartas de doação, cartas de mineração e o mapa de Bartolomeu Velho (1561), haveria duas capitanias loteadas de forma meridional entre a “Abra de Diogo Leite” e o “Cabo de Todos os Santos”, Ilha de Santana, no atual estado do Maranhão; uma outra entre o “Cabo de Todos os Santos” e o “Rio da Cruz”, Camocim, o que seria hoje grande parte do litoral piauiense; seguindo do “Rio da Cruz” até “Angra dos Negros”, rio Jaguaribe, o Ceará; e, demais, seguindo o limite oeste do território Norte a partir de “Angra dos Negros”, a capitania do Rio Grande do Norte, limitadas não pelo Tratado de Tordesilhas, mas pelos limites latitudinais da capitania de Itamaracá.

Após a expulsão dos Holandeses do Nordeste, em 1655, Portugal dividiu novamente a Administração da colônia na América. Essa divisão regional da colônia luso-brasileira ocorreu em 12 de fevereiro de 1682, data da criação da Companhia de Comércio do Maranhão, uma medida que estabelecia privilégios comerciais para as capitanias do Maranhão e Grão-Pará, com capital em São Luís, visando solucionar uma série de problemas envolvendo a mão-de-obra escrava e o trabalho dos jesuítas na catequização das nações gentis da região, concedendo autonomia comercial com relação à Companhia Geral do Brasil, criada em março de 1649 e restabelecendo os antigos limites do Estado do Maranhão. A extensão territorial e o crescimento do fluxo comercial na região da Amazônia levou à transferência da capital São Luís para Belém, consolidada pelo Alvará dado de 7 de julho de 1755<sup>282</sup>, com nova denominação, a empresa

<sup>281</sup>Mapa disponível na Biblioteca digital Luso-Brasileira.

<sup>282</sup>Sobre definições de nomenclatura e transferência da capital, a historiografia ainda carece de pesquisas que

colonial daquela região passava a se chamar Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão<sup>283</sup>.

A relação de autonomia comercial do Estado Geral do Grão-Pará e Maranhão, teve fim pelo decreto real de 20 de agosto de 1772, resultando no surgimento de duas capitanias gerais, composta de uma capitania subordinada cada: Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém, e Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís. Em 1774, pelas políticas do Marquês de Pombal, a centralização política da colônia voltava a ser à base do mercantilismo português.

A partir de 1821, como decorrência das políticas atribuídas pelo regime das Cortes Gerais após a Revolução do Porto, os territórios do então Estado Português de Ultramar e Ilhas Adjacentes, aderiam ao sistema de províncias autônomas propostas pelo decreto de 24 de abril. Em setembro, as Cortes determinaram que o governo das províncias fosse composto de uma Junta Governativa, local, e um Comandante das Armas, indicado e coordenado por Portugal. A medida foi encarada pelas províncias brasileiras como uma volta ao modelo colonialista centrado na metrópole. A partir deste momento se fortaleceu as expectativas pela independência do Brasil.

Em oposição à independência do Brasil, historicamente, a representação das províncias do Norte, lideradas pelo Pará e Maranhão, que foram legislar nas Cortes Gerais, mantiveram uma postura alheia à independência do Brasil. A relação constituída dessas províncias, diferente das demais, mantinha uma tradição secular de traços históricos relacionados com as Cortes de Portugal. Sobre isso:

O Pará e o Maranhão que representam, se haviam tornado dependências de Portugal, e não do Brasil, desde 1624 por ser a navegação para o Sul, contrariada de constante vento leste e das correntes marítimas, lenta e penosa. Os seus habitantes vinham, pois, procurar os recursos judiciais e administrativos em Lisboa em vez de os buscar na sede do governo geral da América portuguesa, como praticavam as outras capitanias. (CARVALHO, 1979, p. 191).

definem motivos precisos quanto à formalização da transferência da capital São Luís para Belém. Parte da historiografia afirma que a transferência da capital já havia ocorrido em 1751, e o ato atribuído pelo Alvará de 1755 foi mera formalidade.

<sup>283</sup>Por esse critério de divisão, o Brasil, em 1759, ganhou uma terceira companhia independente de comércio, baseado nos estatutos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a Companhia de Pernambuco e Paraíba. No debate historiográfico há certa imprecisão quanto ao critério do cargo de governador-geral em algumas capitanias e o de governador-mor em outras, o que carece de maior definição, mas certamente relacionado à criação de outras Companhias Gerais de Comércio. O que se nota é que na tentativa de totalizar a história da América Portuguesa, os segmentos administrativos e políticos da colônia são fragmentados em benefício de explicações simplistas em favor de um determinado corte temporal.

O que se entendia por norte é o território colonial historicamente interligado entre si, originado a partir das expedições coloniais terrestres no Ceará em direção ao Maranhão e a consolidação do acesso litorânea por Belém em vista a Amazônia e o apoio a São Luís, tomada aos franceses e posteriormente aos holandeses. Com a adesão do Ceará a causa da independência nos debates das Cortes Gerais, o território seguinte, a oeste, passou a ser a fronteira entre as duas regiões luso-brasileiras:

Entre o Brasil e o Maranhão havia, entretanto uma região intermediária predisposta a estabelecer a aglutinação entre as duas colônias portuguesas: o Piauí, que ora pertencia ao Maranhão, ora ao Brasil. Essa região mediterrânea, por circunstâncias especiais, chegou a reter os mais ricos rebanhos de todo o império colonial português na América. Sua bacia hidrográfica provinha de uma série de rios nascidos do sistema orográfico que lhe serve de fronteira natural e de cujas contravertentes manaram rios que buscam o litoral de leste, onde Portugal tinha seus mais opulentos núcleos coloniais. (NUNES, 2007, vol. 2, p. 34).

A adesão do Ceará à causa das províncias do sul integrou aqueles limites ao Estado do Brasil, enquanto que a província do Piauí, politicamente em apoio as Cortes Gerais, passou a ser a fronteira entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil. Apesar de já extinto oficialmente a ideia de estado colonial do norte, ou Estado do Grão-Pará e Maranhão, durante o regime das Cortes Gerais, as contingências geográficas continuaram a condicionar o comportamento dos colonos daquela região. No quadro político de apoio ao regime das Cortes, os deputados piauienses seguiram votando com o Maranhão e Grão-Pará, já que a província se mantinha mais familiarizada à antiga região comercial do que propriamente com o que seria o Estado do Brasil. Durante grande parte da história colonial do Brasil, o Ceará se apresentou como divisão geográfica que dividia os dois Estados, mas a partir da adesão a causa da independência, a última fronteira provincial, passou a consistir na província do Piauí, se cogitando nas Cortes, o restabelecimento das regras de comércio das antigas Companhias Gerais.

A Capitania do Piauí, apesar de constar como ponto de acesso litorâneo durante a colonização portuguesa, foi um território que teve sua ocupação marcada pela expansão interna da empresa colonial conhecida como Casa da Torre, vinculada a família D'Ávila, na Bahia, ligada ao processo de implantação da lavoura de cana-de-açúcar, à pecuária e a utilização de mão de obra escrava indígena e africana; juntamente com o avanço de pequenos modelos de latifúndio demarcado por roceiros originados do Pernambuco e Ceará, consolidado assim o domínio do sertão por meio do interior piauiense, conseqüentemente unindo o Estado do Brasil ao Estado do Maranhão.

Criada em 1772, a capitania do Piauí, subordinada a Capitania geral do Maranhão, se constituiu como zona composta de fronteiras naturais entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. Sob o ponto de vista florístico, sua vegetação não tem a pujança das matas das regiões do Norte, nem tão pouco o raquitismo das caatingas do Nordeste (NUNES, 2007, p. 53). Sobre isso, o texto do historiador piauiense, Odilon Nunes, comenta:

[...] as caatingas, segundo Luetzelburg, avança para as fronteiras do Leste, a partir da margem direita do Gurguéia e da margem esquerda do Guaribas. Em verdade, essa é a porção em que se apresentam mais compactas. Em rumo do Norte, elas afloram por toda a zona fronteira com o Ceará, também segmentadas pelos campos que se alastram desde as margens do Parnaíba. (NUNES, 2007, v. 1, p. 54).

O vale do Rio Guaribas, localizado na zona sudeste do Piauí, por ocasião das contínuas entradas vindas pelo Ceará, uniu os pontos coloniais conhecidos entre o interior sul do Ceará e o interior norte da Bahia. Para o historiador maranhense Alirio Cardoso, “a fronteira natural entre o Estado do Brasil e o do Maranhão seria a serra de Ibiapaba, localizada entre os atuais estados de Ceará e Piauí” (CARDOSO, 2017, p. 46). No oeste, o rio Parnaíba definia o contorno da zona fronteira entre as províncias do Piauí e Maranhão. Assim:

Como consequência de sua bacia hidrográfica, o Piauí sempre foi um corredor de migrações. Os flagelos das secas, tocados pela fome, também testemunham a peculiaridade. É a bacia do Parnaíba passagem obrigatória dos retirantes, porque está situada entre as terras castigadas do Nordeste e as frescas e ubérrimas terras do Maranhão. (NUNES, 2007, v. 1, p. 55).

Atualmente o Piauí faz fronteira com cinco Estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins. É notável que em algumas narrativas historiográficas, essa mesma referência fronteirística são levadas em consideração para tratar o imaginário das fronteiras brasileiras antes de 1823<sup>284</sup>. Essa temporalidade é marcante porque o processo de independência do Brasil estava em âmbito de consolidação territorial. Do ponto de vista paleográfico, percebe-se que, a documentação a respeito das origens coloniais de ocupação do território piauiense, encontra-se distribuído entre os arquivos do Maranhão, Pernambuco e Bahia, isto sem falar no Ceará e outros estados que empreenderam expedições bandeirantes, como São Paulo, o que mostra a riqueza lacunar deste território em relação ao entendimento que se tem de Brasil.

No campo político, as diferenças regionais eram contraditas pela relação estabelecida

<sup>284</sup>Ao tratar da história colonial piauiense, alguns historiadores costumam citar a Bahia enquanto fronteira do Piauí, mas segundo a maioria dos mapas da época, seguindo o curso do Rio São Francisco, o estado do Pernambuco está sempre entre a Bahia e o Piauí.

entre as necessidades locais. Os territórios que se constituíam através da parceria entre duas ou mais regiões, ganharam ideia de Estado. Por volta de 1820, após Revolução do Porto, as relações política entre as regiões do Brasil se mostraram divididas entre dois projetos, um de “regeneração política da nação portuguesa”, e outro sobre a independência. Visto que criação dos Estados do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil foram à última divisão política oficializada por Portugal durante o período colonial, e essas mesmas regiões eram divergentes com relação ao projeto de emancipação política do Brasil, territorialmente, a independência se consolidou a partir da província que geograficamente unia os dois Estados, isto é, o Piauí, última fronteira entre os projetos de colonialismo português na América.

Para entender a configuração política do Brasil pós-Independência, seus aspectos políticos, jurídicos e regionais em tal discursão, é necessário analisar os aspectos pré-Independência, originados ainda na Revolução do Porto de 1821, juntamente com seus impactos discursivos sobre o destino seguido pelos brasileiros. Algo que tornou as províncias brasileiras autônomas entre elas, mas, vinculada a um modelo colonialista, pois o poder da região era mantido por um controle centralizado em Lisboa, ao invés do Rio de Janeiro como queriam os brasileiros partidários da causa emancipacionista.

Com a Revolução Liberal do Porto de 1820, o cenário político português passou a formular a abolição do absolutismo monárquico por meio da convocação das Cortes Gerais. As cortes eram um conselho de Estado previsto no regime monárquico português que reunia os diferentes representantes das classes sociais, estabelecidos em três Ordens: o braço do clero, o braço da nobreza e o braço popular. Esse conselho consultivo e deliberativo da monarquia tradicional portuguesa, havia se reunido pela última vez em 1698 (GOMES, 2010), na ocasião foi jurado herdeiro do trono Dom João V, filho de Dom Pedro II de Portugal. Percebe-se aqui que o modelo das Cortes Gerais se assemelhava a Assembleia dos Estados Gerais da França de 1789, constando como um recurso de consulta popular característicos dos regimes Absolutistas, mas com as devidas diferenças de composição ideológica e motivacionais.

As Cortes Gerais governaram o Reino de Portugal, Brasil e Algarves sobre a figura de uma constituição e um rei subordinado. O primeiro rompimento do mundo português com o absolutismo monárquico. Para o século XIX, as constituições foram concedidas pelos soberanos de forma a não cancelar a imagem sacralizada do poder (BOBBIO, 2004). O Reino de Portugal, Brasil e Algarves compreendia também participação de representantes das possessões na África e Ásia, o que incluía Angola, Cabo Verde e Goa.

No início, a reação favorável de capitânias brasileiras as Cortes Gerais, levava entusiasmo e respeito ao novo regime (TOMO I, p. 653). Em documento oficial do Governo do Piauí, de outubro de 1821, o governador Elias José Ribeiro de Carvalho parabenizava D. João VI pelo juramento às bases da Constituição feitas pelas Cortes portuguesas (AHU-Piauí, cx 23, doc. 48). Há que se admitir que os trabalhos realizados pelas Cortes em Portugal, que incluía a participação dos deputados brasileiros, tratou-se de um campo fértil para o amadurecimento político das ideias emancipacionistas resultantes no processo de Independência do Brasil.

Meses após a revolução, ficou estabelecido o início das eleições para deputados nas capitânias do Brasil. Em abril de 1821, a divisão política do reino se estendia a suas colônias, sendo que os territórios da América Portuguesa passaram a ser denominadas províncias, igualando-se a divisão de territórios existente em Portugal. Para os luso-brasileiros, a chance de participar do governo a qual ficou conhecido como Cortes Gerais, ou Regime das Cortes Gerais, era uma oportunidade de defender suas conquistas da época de D. João VI, e propor ideias com relação ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves num regime de princípios liberais.

As Cortes Gerais, apesar de incluírem diferentes setores sociais, entre magistrados, burgueses, militares, nobres (SOUZA, 1999, p. 156,), as ideologias liberais se concentravam no discurso dos deputados eleitos nas províncias, visto que desses, no Brasil, média de 30% eram padres, contrários à condição comercial de colônia e a favor do grande império, até o esgotamento de todas as opções anteriores a uma consolidação de independência do Brasil.

Liberalismo, Absolutismo e Colonialismo se apresentam como discurso das Cortes Gerais de 1821, no sentido de tentar explicar o tipo de governo que se exerciam num território totalmente fragmentado pela divisão em províncias, o que, pelo lado histórico, se leva em conta também, as características locais. Com o decreto das Cortes, verificaram-se algumas mudanças no perfil administrativo das províncias, que passaram a ser conduzidas através de uma Junta Governativa e um Governador das Armas. A categoria governo local é teorizada em conjunto à questão da descentralização, em oposição ao governo centralizador. Essa descentralização ocorre quando o Estado transfere a administração dos serviços públicos a entidades autônomas ou autárquicas, distintas do próprio Estado (SANTIN, 2007). No decorrer do período colonial, diversas formas administrativas foram em postas aos territórios da América, de forma que o poder local se constituía de forma diferente nas determinadas regiões.

No tempo de Dom João VI, as capitânias maiores do Brasil continuava seguindo o modelo político de capitão-mor, sendo o poder de alguns um tanto quanto despótico (GARDNER, 1942), um seguimento do antigo sistema administrativo colonial. Com o processo

de adesão do Brasil às Cortes (SOUZA, p. 158), as capitânias adotaram o sistema de províncias já existente em Portugal. O cargo de governador geral havia sido criado em março de 1649, com a carta estatutária da empresa Companhia Geral de Comércio do Brasil. No decorrer da colonização foram criadas outras empresas em outras regiões, atuando sempre através de monopólios regionais (MENDES, 1976, p. 192). Com a revolução do porto foram instaladas nas províncias do Reino de Portugal, Brasil e Algarves Juntas Provisórias.

O Brasil, desde sua colonização pelos portugueses, era por si só um território descentralizado em decorrência de sua própria extensão territorial, variações climáticas, diversidades étnicas, visto ainda que a política seguia tendências indeclináveis da realidade social, geográfica e histórica (SANTIN, 2006). Durante as sessões de setembro de 1821 na Assembleia das Cortes Gerais Constituintes, dois decretos foram impostos de forma a definir o modelo político local nas províncias: A instituição das Juntas Governativa e o Governador das Armas.

Com o decreto de 1 de outubro de 1821, as Capitânias passaram a ser denominadas de províncias e onde houvesse governo exercido por capitães gerais, os mesmos deveriam ser substituídos por uma junta de governo provisória eleita pelos membros da paróquia local e um governador das armas enviado de Portugal. No Brasil, as províncias passaram a se equiparar com as de Portugal em seu sistema político. As Cortes Gerais estabeleceram que nas províncias que houvesse Governos Independentes, aquelas dotadas de alvará de Companhia Geral, seriam criadas juntas provisórias de Governo, composta de sete membros, que até então eram governadas por Capitães Gerais, isto é, Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Nas demais províncias, Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina, em que havia apenas governadores, a Junta Provisória devia ser composta de cinco membros.

Para as Juntas Provisórias deveriam ser nomeados cidadãos locais hábeis de conhecimento, compactuados com o sistema constitucional das Cortes, maiores de idade, estando em pleno exercício dos seus direitos, e possuindo grandes meios de subsistência, ou provendo de bens de raiz, ou de comércio, indústria ou empregos. Sendo assim eleito um presidente, o secretário, e outros cinco ou três membros, às Juntas Provisórias competia toda a autoridade e jurisdição na parte civil, econômica e administrativa em conformidade com as leis existentes definidas pelas Cortes Gerais.



Quanto aos governadores de armas, esses passaram a constituir a manutenção governativa portuguesa nos territórios provinciais, tanto em Portugal, como no Brasil. Indicados pelo conselho de Estado, órgão representativo de Dom João VI, a portaria indicou seis oficiais aos cargos de governadores de armas às capitânicas que fossem governadas por Governadores, segundo o antigo modelo de Companhias Gerais, e nove oficiais de mesma função, para as Capitânicas que eram governadas por Capitães Gerais.

Os Governadores ou Comandantes das Armas de cada província, sujeito as ordens das Cortes, eram independentes das Juntas de Governo, assim como as juntas, em tese, era independentes dos comandantes. Apesar de uma divisão igualitária de poderes, em territórios como Bahia, Pará e Piauí, observou-se que o Comandante das Armas maninha maior autoridade do que as Juntas de Governo.

De certa forma o processo de consolidação da independência não estava relacionada à aceitação da proclamação e reconhecimento de Dom Pedro I, mas às vantagens políticas que se firmavam entre as províncias brasileiras e o príncipe regente, na medida em que os decretos das Cortes limitavam o acúmulo e liberdade de poder local. Com a lei Imperial de 20 de outubro de 1823, as Juntas de Governo foram abolidas e substituídas por um presidente nomeado pelo imperador, quanto ao cargo de governador das armas, esse foi instinto logo após a Proclamação da República, em 1889, juntamente com o sistema de províncias.

## Referências

- CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Alameda, 2017.
- CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 2013, n 21, p. 11-45.
- CARVALHO, Gomes de Carvalho. *Os Deputados Brasileiros nas Cortes de 1821*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, pág. , 1997.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é Poder Local*. Imperatriz, MA: Ética, 2016.
- FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- GARDNER, George. *Viagens ao Brasil*; principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e dos diamantes durante os anos de 1836-1841. Rio de Janeiro, Nacional, 1942.
- GOLIN, Tau. *A fronteira*. Passo Fundo: Mérito, 2015.
- MARTIN, André Roberto. Como se constituiu no Brasil a rede de "fronteiras internas"?. *Revista Do Departamento De Geografia*, 1991, n 5, p. 73-83.

- MENDES JR, Antônio. *Brasil História: texto e contexto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, 4 vols.
- MOTA, Guilherme Carlos. *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, 4 vols.
- SANTIN, Janaína Rigo; FLORES, Déborah. A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade. *Revista Justiça do Direito*. Passo Fundo, v. 20, p. 56-69, 2006.
- SANTIN, Janaína Rigo. O Tratamento Histórico do Poder Local e a Gestão Democrática Municipal. *Revista Estudos Jurídicos (Unisinos)*. v. 40, n. 2, jul./dez. 2007.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: UNESP, 1999.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução – as forças armadas*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.

# A ENTRADA DOS EUA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: A VISÃO DO JORNAL GERMANÓFILO O DIA, DE FLORIANÓPOLIS

Jones Cenci, Universidade de Passo Fundo, Brasil.

E-mail: [jonescenci@gmail.com](mailto:jonescenci@gmail.com)

**Resumo:** Durante a primeira guerra mundial (1914-1918), parte da imprensa brasileira era composta por apoiadores da Alemanha, ocasionando uma situação conflituosa com o posterior apoio brasileiro aos Aliados. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi analisar a cobertura desenvolvida pelo jornal O Dia da entrada dos EUA na primeira guerra mundial. **Métodos:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos jornais “O Dia”, e em alguns livros referentes a imprensa e ao período da “Primeira Guerra Mundial”. **Resultados e Discussão:** Alguns dos principais telegramas e colunas publicadas na fonte principal, o periódico “O Dia” “órgão do partido republicano catarinense, de Florianópolis, traziam notícias imprecisas sobre o conflito, o jornal mantinha clara postura germanófila, porém, dava ênfase as ações norte-americanas. O jornal reproduziu notícias provenientes de agências sediadas nas principais cidades norte-americanas e gradualmente foi informando a posição dos EUA, destacou o rompimento diplomático com a Alemanha e a entrada na guerra, momento decisivo para o desfecho do conflito. Manteve diariamente colunas específicas, com telegramas e notícias informando como os EUA se posicionavam no período de neutralidade e como atuavam nas relações internacionais e nas frentes de batalha. A estrutura organizacional dos jornais era caótica para os padrões atuais, todo o tipo de notícia era incluso na mesma página, sem a presença de estrutura de seções, que facilitariam a conexão dos temas relacionados. Porém, o jornal “O Dia” destinou relevante espaço aos assuntos referentes a “Primeira Guerra Mundial” e a atuação dos EUA, que passou de fornecedor de insumos, matéria prima e tecnologia a protagonista no conflito. **Conclusões:** O jornal “O Dia”, manteve sempre uma posição germanófila, mesmo nos momentos que noticiou as iniciativas dos países Aliados, desde o início da guerra, destacou conteúdos favoráveis a Alemanha.

**Palavras-chave:** Pan-americanismo; Germanófila; Primeira Guerra Mundial.

## Introdução

Nas décadas anteriores à eclosão da Primeira Guerra Mundial o Brasil tinha uma relação muito próxima com os EUA. De forma geral, a imprensa brasileira acompanhava de perto o que acontecia naquele país. Assim, quando os EUA declararam guerra ao Império Alemão, em 1917, a imprensa do Brasil repercutiu intensamente aquele momento.

As informações chegavam via telégrafo, provenientes de agências internacionais de notícias, situadas nas maiores cidades da Europa e dos EUA. Naquele período, a comunicação era difícil, as notícias por vezes imprecisas e os jornais de prestígio mundial eram frequentemente citados como fontes.

Neste artigo pretende-se analisar como o jornal germanófilo O Dia, de Florianópolis, relatou aos seus leitores o rompimento das relações diplomáticas entre EUA e Alemanha e a entrada dos EUA no conflito.

Esta comunicação faz parte de uma pesquisa mais ampla, que tem por objetivo geral, investigar as posições germanófilas do periódico "O Dia" no contexto da Primeira Guerra Mundial.

O objetivo do trabalho foi analisar como foi noticiado pelo jornal “O Dia”, o rompimento das relações diplomáticas entre os EUA e a Alemanha e a posterior entrada dos EUA na “Primeira Guerra Mundial” em 1917, lutando ao lado dos países Aliados (Inglaterra, França, Rússia).

## **METODOLOGIA**

A metodologia foi constituída por pesquisa bibliográfica, realizada em periódicos da época, disponibilizados na Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional (FNB), jornais que foram preservados adequadamente, garantindo a integridade dos dados. Outros autores, também foram utilizados como fonte de material para a pesquisa.

## **Resultados e Discussões**

### **Resultados**

Os principais telegramas e notícias relacionados ao rompimento diplomático com a Alemanha e a entrada dos Estados Unidos na “Primeira Guerra Mundial”, contidos no jornal germanófilo “O Dia” de Florianópolis, foram apresentados cronologicamente.

### **As Notícias e a cobertura da Primeira Guerra Mundial**

O jornal Brasileiro, do estado de Santa Catarina (SC), “O Dia”, foi fundado em 1901, era o órgão oficial do partido republicano catarinense. Como características gerais, se tratava de um jornal diário, que circulou até 1918. Seu formato mais usual era composto por 4 páginas com cinco colunas, mas em muitas ocasiões, circulou com 6 e 8 páginas, variando também para sete colunas. A partir do segundo semestre de 1914, depois dos primeiros movimentos da “Primeira Guerra Mundial” na Europa, começou a publicar informações através de correspondentes e agências internacionais de notícias. Os primeiros registros relacionados ao conflito no jornal, datam de agosto de 1914.

Na edição de 05 de agosto de 1914, na primeira página, destacavam-se as seguintes mensagens: O Caso Austro – Sérvio, Alemanha – Bélgica (O ultimatum alemão, a Bélgica Invadida, mobilização do exército belga. Combates entre Alemães e Franceses (Grandes perdas- Milhares de mortos – Prisioneiros). Os Franceses invadiram a Alemanha, A Guerra no Ar, Cidades Russas Ocupadas. Dezenas de telegramas provenientes de diversos países, noticiavam os acontecimentos no conflito, com informações políticas, econômicas e principalmente militares. Na terceira coluna da primeira página, havia uma coluna com a seguinte manchete:

“A Guerra – Repercussão no Brasil – Feriados”.

A coluna reproduzia na íntegra, um telegrama destinado aos Governados do estado de Santa Catarina, solicitando a aplicação de um decreto Federal determinando 10 dias de feriado em virtude da tensa situação na Europa, que segundo a correspondência afetava diretamente os interesses nacionais.

O exmo. Sr. Major Governador do Estado, recebeu o seguinte telegrama: “ Comunico a vossa excelência que atendendo às graves circunstâncias criadas pela guerra europeia e tendo em vista os supremos interesses da nação, o senhor presidente da república decretou hoje, feriado nacional de amanhã até o dia quinze do corrente, inclusive, ficando suspensos todos os atos, impraticáveis nos dias de feriado por lei, suspensos todos os trabalhos das repartições públicas administrativas, menos a caixa de conversão. Peço a V. ex. tornar pública essa medida de caráter urgente- cordiais saudações – Herculano de Freitas – Ministro da Justiça. (O Dia, 05 de agosto de 1914, p. 01).

Desde a declaração oficial de Guerra entre os Impérios Centrais e a Tríplice Entente em 1914, o jornal noticiou as iniciativas do Reich, deixando clara sua posição pró Alemanha. Porém, noticiava avanços de ambos os lados do conflito. Desde o início da guerra, o jornal publicou uma série de informações resumidas, não havia uma ordem editorial, nem divisão entre anúncios, informações militares, políticas e econômicas.

Na edição de 15 de novembro de 1915, na segunda página, na coluna “A Grande Guerra”, o jornal, ressaltava sua própria preocupação com as notícias referentes a guerra:

“Há 15 meses batem-se na Europa os dois impérios centrais, contra os países da quadrupla entente e a deficiência de notícias para cá transmitidas deixa-nos na incerteza dos principais fatos desenrolados no teatro da Grande Guerra”. (O Dia, 15 de novembro de 1915, p. 02).

Exemplificando a questão de as notícias serem publicadas sem uma ordem editorial, percebemos na edição de 19 de agosto de 1914, essa característica do periódico, ou seja, as notícias da guerra, não eram divididas entre Aliados e Germanófilos, elas eram publicadas de forma contínua e direta, misturadas a anúncios e propagandas. Na primeira página, daquela edição, estavam as seguintes matérias: Marcha das Forças Alemãs, Conflagração Europeia, Alemães Repelidos Pela Cavalaria Francesa, Marcha das Forças Alemãs, No Adriático a Esquadra Francesa Aniquila a Esquadra Austríaca.

Na coluna “Brasileiros Na Europa”, através de telegramas informava os seguintes assuntos:

Alemães arrasaram Vizé, perderam no ataque 4.000 homens”, “A cavalaria francesa repeliu as forças alemãs em Muhlbach e Lutzelhausen na baixa

Alcasia, um dos episódios mais importantes da batalha deu-se no valle Schirmeck que os franceses tomaram após brilhante arremetida, fazendo milhares de prisioneiros. (O Dia, 19 de agosto de 1917, p. 01).

Também na primeira página, um telegrama intitulado, “Ultimatum Japonês”, informava, que o país asiático, exigia a retirada de qualquer navio de guerra alemão das águas japonesas e chinesas, e a retirada de toda e qualquer embarcação de guerra pertencente a Alemanha e a entrega das mesmas imediatamente.

Na mesma edição, diversos telegramas informaram avanços industriais e tecnológicos que modificaram as ofensivas, o periódico ressaltava, que os telegramas provenientes da Europa, traziam conteúdos contraditórios e geravam discussões, quanto a veracidade dos fatos. Informava na mesma página, que o momento na Europa era considerado favorável a Alemanha, e aos impérios centrais:

A história nos trará a verdade dos fatos e seus ensinamentos, porém pelas informações enviadas pelo telegrafo, como pelos jornais europeus, podemos deduzir que a situação nunca esteve tão favorável aos dois impérios como atualmente. (O Dia 19 de Agosto de 1917, p. 01).

Um telegrama de New York, informava que um pavoroso incêndio destruiu quatro importantes oficinas da fábrica de armamentos de guerra e fornecedora dos aliados – *Bethlem Steel Company*, na Pensilvânia EUA.

Na edição de 03 de fevereiro de 1917, a coluna “A Paz”, informa: “EUA Rompe com a Alemanha”. O jornal publicou resumidamente, alguns motivos que levaram os norte-americanos a abandonarem a neutralidade, destacando os ataques submarinos que causaram perdas materiais e a morte de civis.

Um telegrama informava que, os dinamarqueses apoiavam a nota do presidente Wilson declarando os motivos do abandono da neutralidade, e manifestavam repúdio a censura inglesa manifestada na imprensa. Na página três, na coluna “A Guerra”, se destacava uma nota da Alemanha aos EUA, com algumas medidas tomadas por ambos os países referentes a guerra submarina e as tentativas de paz. Alguns telegramas noticiavam, outras ações dos países beligerantes.

### **A Entrada dos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial**

Enquanto a guerra castigava a economia dos países beligerantes, favorecia a economia norte-americana. O conflito afetou a produção industrial da Europa, reduziu as trocas comerciais e o fluxo de divisas, drenando altas somas e recursos para o esforço de guerra. Os Estados Unidos passaram, então, à condição de grandes fornecedores para a Europa e para os

países com os quais, os europeus, antes comercializavam. Em pouco tempo, converteram-se de devedores em credores mundiais.

No início do conflito, o presidente americano Woodrow Wilson, mantinha o país numa posição de neutralidade, sem impor barreiras às oportunidades comerciais que surgiam. Naquele período, a maioria dos norte-americanos, mostrava-se satisfeita com a neutralidade, porém, a guerra submarina alemã, torpedeando navios de diversas nacionalidades, mercantes e de passageiros, forçaram os Estados Unidos a mudarem sua posição.

Em janeiro de 1917, o quadro ficou mais complicado, quando o governo alemão, resolveu declarar guerra submarina irrestrita, com a finalidade de bloquear o comércio aliado. Os EUA tiveram perdas de algumas embarcações, portanto, romperam relações diplomáticas com a Alemanha, e posteriormente entraram na guerra, alegando que os ataques submarinos, além das perdas materiais causaram a morte de inocentes. Segundo o presidente Wilson, os EUA precisavam reagir ao que considerava um ataque a democracia e aos direitos internacionais e proteger seus interesses.

Na edição de 03 de abril de 1917, na primeira página, havia uma matéria, ironizando o apoio aos aliados:

Floresce e frutifica no Brasil, uma classe de pessoas em todo o ponto excelente e curiosa. São os apaixonados da guerra, os aliados, mais aliados que os próprios aliados. E assim vão eles, numa lógica de espantar, concluindo, como se nós, brasileiros, não tivéssemos olhos para ver, nem almas para sentir o heroísmo e o valor desses navios alemães que realizam verdadeiros surtos de audácia e desmedidos atos de patriotismo. Bitolando a bravura, pondo limites ao valor, essa classe de homens se evidencia com as características de excelentes e curiosos. Livrai-nos deles, ó razão. (O Dia, 03 de abril de 1917).

O texto foi publicado sem indicar o autor, o que em relação aos assuntos publicados aparenta se tratar da opinião dos responsáveis pelo periódico.

Na primeira página da mesma edição, a coluna “O Estado que Triunfa”, entrevistou o deputado catarinense Joe Collaço, questionando a respeito do “Perigo Alemão ao Sul”. Alguns trechos da entrevista evidenciavam a posição do parlamentar: “isso não passa de exploração, depois, devo dizer com franqueza, que entre essa gente encontrei o amor pela pátria. São patriotas extremados, que acodem sem tardança ao primeiro apelo das autoridades militares e se alistam nas fileiras do exército”.

Na terceira página, telegramas noticiavam as perdas aliadas, uma lista de navios postos a pique, uma coluna exalta as ações alemãs, listando os navios postos a pique por cruzadores, descrevendo o nome, a origem e a tonelagem de cada embarcação. Na quarta página um

telegrama informava o seguinte:

Comunicam de Washington que, sob a presidência do chefe de estado, reunir-se-á, pela última vez, na próxima segunda – feira, o conselho de ministros, para tratar da situação internacional, especialmente do conflito com a Alemanha. Nos meios políticos, prevalece a opinião de que os EUA estão na véspera de entrar ativamente na guerra contra a Alemanha. (O Dia, 03 de abril de 1917, p. 04)

Na Edição de 06 de abril de 1917, na primeira página, também havia uma matéria descrevendo em números o comércio brasileiro com os países beligerantes. Na segunda página, se destacava a manchete: “Estados Unidos - Alemanha, A mensagem do Presidente Wilson”. O jornal dedica toda a página ao assunto, inicia a coluna com o subtítulo “Estado de Guerra” reproduzindo a mensagem do presidente Wilson ao congresso, na qual o líder do estado norte-americano, ressalta a preocupante situação na Europa e as consequências da Guerra Submarina Alemã.

Os navios neutros e até os navios hospitalais que levavam socorros para a Bélgica, mesmo aqueles que iam munidos de salvo condutos, com sinais inconfundíveis, foram afundados, sem compaixão pelas vidas que encerravam e sem os sentimentos elementares de humanidade (O Dia, 06 de abril de 1917).

Segundo o presidente Wilson, a guerra submarina alemã, contra o comércio da humanidade se tratava de uma guerra contra todas as nações.

O governo alemão, rechaça o direito dos neutros de empregar armas, fazendo-nos saber que considerava nossos navios mercantes armados como fora da lei, tratando-os como piratas. Aconselho, pois, ao congresso que declare que a conduta, alemão recente é a guerra contra os Estados Unidos, que aceitam essa situação, organizando a sua defesa e todas as medidas para impor a terminação da guerra. (O Dia, 06 de abril de 1917).

O presidente americano, convocou a nação a apoiar o esforço de guerra. O naufrágio do navio Lusitânia e a série de ataques pelos submarinos alemães, fizeram com que os EUA, defendessem seus interesses, pois uma possível derrota dos aliados, significava desequilíbrio econômico e a perda de altas somas emprestadas aos países aliados beligerantes.

Devemos organizar recursos materiais, aprontar a nossa esquadra, mobilizar conforme a lei existente 500.000 homens, em minha opinião, segundo o sistema de serviço obrigatório, aos quais devem juntar-se igual número em caso de necessidade. Os créditos devem ser cobertos com novos impostos. Nosso objetivo continua a ser o mesmo de reivindicar os princípios da paz e da justiça, combatendo contra a potência autocrática e egoísta (O Dia, 06 de abril de 1917).



Segundo Wilson, os EUA, lutavam contra o governo alemão, que não entrou na guerra por impulso do povo, mas empurrado pelo militarismo. Portanto, contava com o apoio dos muitos alemães que viviam nos Estados Unidos, que segundo o próprio presidente Wilson, na maioria eram patriotas leais a América.

São poucos os que pensam de forma contrária e caso forem desleais, serão tratados com mão firme e enérgica. Não abrigamos fins egoístas, nem desejos de conquista ou dominação, nem buscamos indenizações ou compensações materiais dos sacrifícios que fizemos livremente. Não seremos mais do que campeões do direito e da humanidade. (O Dia, 06 de abril de 1917).

Diversos telegramas, noticiavam a expectativa mundial pela decisão dos Estados Unidos. Antes de cada seção de telegramas, havia geralmente uma matéria introdutória e um resumo das notícias através dos muitos títulos. Também antes de cada telegrama, havia um título resumindo o conteúdo.

“Hoje o Congresso Norte Americano se pronunciará sobre a declaração de guerra dos Estados Unidos a Alemanha”. (telegrama, publicado em *O Dia*, 06 de abril de 1917)

Segundo o jornal, as autoridades norte-americanas, tomaram medidas enérgicas contra as manifestações pacifistas que aconteceram na capital Washington. Doze mil agentes de polícia, armados, estavam prontos para intervir no caso de os germanófilos provocarem desordens.

“O presidente Wilson, em sua mensagem, declarou que não combate o povo alemão, mas sim o militarismo prussiano e a organização aristocrática da Alemanha”. (telegrama, publicado em *O Dia*, 06 de abril de 1917).

Telegramas, provenientes de Nova York, informavam que os democratas, empregavam os maiores esforços, junto aos membros do senado, com o fim de estabelecerem o mais rapidamente possível o “Estado de Guerra”. Chama atenção, que na mesma página, outro telegrama proveniente de Washington, noticia que o Senado norte-americano votou a resolução que estabeleceu o “Estado de Guerra”, por 82 votos contra seis. Portanto, temos na mesma página, dezenas de telegramas, informando os novos rumos da política norte-americana. Notícias provenientes das principais cidades daquele país, demonstravam a apreensão do povo norte-americano, em relação as importantes decisões políticas que estavam sendo tomadas.

“Dizem os últimos telegramas que em New York, que o espírito público continua preocupadíssimo com o que está sendo resolvido, notando-se que a ansiedade é cada vez maior”. (telegrama publicado em *O Dia*, 06 de abril de 1917).

Na mesma página, outro telegrama intitulado “Fim da Guerra”, informava de Copenhague, via Londres que a Alemanha, estava fazendo um grande esforço para terminar vitoriosamente a guerra, ainda naquele ano. Segundo o telegrama, o serviço militar patriótico alemão, prometia enviar todos os homens validos para a frente de batalha, alcançando assim o máximo reforço. Em contrapartida, outro telegrama de Nova York, comunicava que a United Press de Washington, anunciava que o governo norte –americano tencionava apoderar-se, em caso de guerra, de noventa vapores alemães ancorados em portos dos EUA.

### **Discussões**

Um dos grandes desafios do historiador é manter a análise imparcial dos fatos, evitando realizar um julgamento do jornalismo do passado (1917), com os parâmetros do presente (2021). Procurar compreender, porque a guerra não ganhava as manchetes todos os dias, por que as notícias estavam misturadas entre outros anúncios, a veracidade de cada fato, exigiria uma vasta pesquisa. Perceber as mudanças na forma de organização e de destaque das notícias, como visto nos casos analisados neste trabalho, é parte de uma pesquisa maior, que visa analisar a estrutura do Jornal germanófilo catarinense “O Dia” nos assuntos relacionados ao “Perigo Alemão”, possível apoio aos impérios centrais, pelos seus descendentes, e apoiadores, habitantes das colônias alemãs no sul do Brasil, no período da “Primeira Guerra Mundial”.

Aquele, se tratava de um momento, onde a noção de manchete era completamente diversa. Os títulos se repetiam por dias, a tipografia era caótica para os padrões atuais. Muitas vezes a estratégia utilizada, era uma sucessão de títulos de diferentes personagens que resumiam a notícia. A ortografia era outra. Os jornais não apresentavam ainda a ideia de editorial. As notícias encontravam-se mescladas: atropelamentos por bonde, anúncios de elixires milagrosos, notícias dos estados, crimes e política, conviviam muitas vezes na mesma página.

Este trabalho, se trata, de uma aproximação inicial ao assunto, diversas outras questões precisam ser desenvolvidas a partir desta primeira iniciativa. Pretendemos, analisar as matérias enviadas por correspondentes de guerra, o uso das imagens no período, a questão do apoio germanófilo e a imparcialidade na imprensa, a cobertura a partir da entrada dos EUA e do Brasil no conflito em 1917, citamos algumas das outras questões, que pretendemos responder em trabalhos futuros.

### **CONCLUSÕES**

O jornal “O Dia”, manteve uma posição de apoio a Alemanha, inclusive nos momentos que noticiou as iniciativas dos países Aliados. Desde o início da guerra, publicou notícias

proveniente de agências internacionais e, no período de 1917, deu ênfase ao rompimento diplomático dos EUA com a Alemanha e posteriormente a declaração de guerra norte – americana, e sua participação no conflito.

A guerra propiciou uma diversidade de assuntos geopolíticos. Foi a partir da “Primeira Guerra Mundial”, que se iniciou uma nova organização nos periódicos, que passaram a usar mais as fotografias, buscaram correspondentes nas principais cidades do mundo, procuraram informar, os fatos, com maior precisão. Alguns jornais passaram a ter duas edições diárias no período, visando melhorar a cobertura midiática do conflito.

## **Declarações**

### **Limitações do estudo**

O presente estudo limitou-se a análise do jornal catarinense “O Dia”, que representava, parte da imprensa germanófila no Brasil, porém não explorou outros jornais do mesmo período, que provavelmente exerciam a mesma posição de apoio a Alemanha, visando a manutenção da proposta do estudo.

### **Agradecimentos**

Agradeço ao Professor Dr. Adelar Heinsfeld, pela orientação na pesquisa, e em especial a minha família pela paciência e pelo apoio nesta caminhada.

## **REFERÊNCIAS**

- ABRANCHES, João Dunshee de – *A ilusão brasileira (justificativa de uma atitude)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. Vol. 1, 4ª. Ed., SP: ÁTICA, 1990.
- BARBOSA, M. *História cultural da Imprensa*. Brasil- 1900-2000. RJ: Mauad X, 2007.
- BURNS, E. Bradford. *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República*. In: FAUSTO, Boris (dir). *História geral da civilização brasileira*. 3. Ed. t.3. v. 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 375-400].
- BURNS, E. Bradford – *A Aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as Relações Brasil – Estados Unidos*, Rio de Janeiro: EMC–Edições, 2003.
- BUENO. Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 -1902)*. São Paulo: Unesp, 1995.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CLAUSEWITZ, Carl Von – *Da Guerra*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERRO, Marc – *História da Primeira Guerra Mundial 1914 – 1918*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

- MAGNONI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MCCANN, Frank. D – *A Nação Armada: Ensaio sobre a história do Exército Brasileiro*, Recife: Guararapes, 1982.
- MENEZES, Delano Teixeira – *O Militar e Diplomata*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- PEREIRA, Paulo José dos reis. *A Política Externa da Primeira república e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905 -1910)*. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 48, nº 2,2005, p.111 -12.
- SINGER, Paul. *O Brasil no contexto histórico do capitalismo internacional – 1889 -1930*. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1977, t.1, v.1, p. 345 - 390.
- SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais: Dois Séculos de História*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. (v.1).
- WIGHT, Martin. *A política do poder*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,2002.
- Jornal “*O Dia*”, Florianópolis -SC, 05 de agosto 1914.
- Jornal “*O Dia*”, Florianópolis – SC, 15 de novembro de 1915.
- Jornal “*O Dia*”, Florianópolis – SC, 03 e 06 de abril de 1917.
- Jornal “*O Dia*”, Florianópolis – SC, 19 de agosto de 1917.

## CELEBRAÇÕES DO PODER VARGUISTA E AS PRÁTICAS DISCIPLINARES NO PIAUÍ (1930 – 1945)

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior, Doutorando em História do Brasil – UFPI  
[arimateaaguiar@hotmail.com](mailto:arimateaaguiar@hotmail.com)

Pedro Pio Fontineles Filho Doutor em História Social – UFC, Professor da UESPI e UFPI,  
[pedropio@ccm.uespi.br](mailto:pedropio@ccm.uespi.br)

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo principal refletir como as celebrações cívicas foram utilizadas como mecanismos disciplinadores do poder varguista e como os piauienses se comportaram perante às prescrições patrióticas no período de 1930 a 1945. Para viabilizar a execução da proposta de pesquisa, o texto abordou as celebrações cívicas que aconteceram no Piauí, como o *Dia do Presidente*, a *Semana da Pátria* e o *Dia da Bandeira*, o envolvimento dos piauienses nas atividades cívicas organizadas com a participação de diversas instituições, como as escolas e os quartéis, por fim, as normatizações e punições que muitos alunos sofreram por contrariarem os regulamentos da época. As fontes utilizadas, na produção dessa pesquisa, foram o jornal Diário Oficial, Boletins do Exército, portarias de escolas e entrevistas. Para as discussões sobre memória foram utilizados autores como Halbwachs (2003) e Pollak (1992). Para compreender as tradições nacionais e os rituais cívicos foram essenciais as obras de Bittencourt (2011) e Unglaub (2009). No tocante à Era Vargas nos amparamos nas leituras de Gomes (2005) e Schwartzman; Bomeny; Costa (1984).

**Palavras-chave:** História; Festas Cívicas; Era Vargas.

### Introdução

A partir da tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, as relações entre o presidente e os brasileiros tiveram no culto à Pátria uma das suas marcas mais fortes. Na educação, as cartilhas e os livros escolares destacavam as virtudes dos heróis nacionais e seus feitos na defesa do país. O espaço social da escola era esquadrinhado com o objetivo de neutralizar qualquer tensão ou conflito. O professor era um dos responsáveis em estimular na infância o “apostolado cívico” (LENHARO, 1986, p. 49).

As escolas e bibliotecas recebiam uma enxurrada de folhetos e cartilhas com mensagens ufanistas sobre o Brasil. Foram produzidas biografias sobre Getúlio Vargas, a maioria destinada às crianças e aos jovens brasileiros, eram realizados concursos para escolhas de cartazes cívicos, foram distribuídos por todo o país retratos do presidente para serem colocados nas repartições (NETO, 2013).

Ângela de Castro Gomes assevera que, a partir do Estado Novo, a figura de Getúlio Vargas começa a ser projetada como a de um grande e indiscutível líder nacional. Em 1939, o DIP começa a se dedicar exclusivamente à imagem do regime e de seu chefe, personagem central durante a realização de comemorações e solenidades em todo o país. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, concursos escolares e toda uma enorme gama de iniciativas foram

empreendidas em louvor ao chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí a encarnar o regime e todas as suas realizações (GOMES, 2005).

As escolas e os quartéis buscavam instaurar uma coesão nacional em torno de um passado único, que edificasse a nação e possibilitasse união entre os brasileiros. As celebrações cívicas buscavam reforçar a memória patriótica em construção naquele momento da república. A memória está diretamente ligada às preocupações políticas do momento em que ela é construída. Como exemplo, temos as datas oficiais que são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional, por meio do calendário cívico das festividades, há muitas vezes problemas de disputa política. São comuns os conflitos para estabelecer que datas e acontecimentos serão cristalizados na memória coletiva (POLLAK, 1992). A partir do ensino de hinos patrióticos, de festividades em louvor ao chefe nacional e ao regime político, foram se constituindo a formação da memória coletiva em território piauiense. Essas memórias nos levam a crer que o civismo e a figura do presidente, como um grande líder nacional, foi largamente difundida e inculcada na juventude do período.

### **As festas cívicas e os rituais do poder na Era Vargas**

O Ministério da Educação e Saúde se valeu de várias estratégias para executar e fortalecer o sentimento patriótico em todo o Brasil, e um dos meios mais utilizados no cenário educacional e no ambiente citadino, foi a realização de festas cívicas. A constituição da nacionalidade deveria ser a culminância de toda a ação pedagógica do ministério.

A constituição desse civismo passava por três aspectos básicos. Primeiro, deveria dar um “conteúdo nacional” à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos. O segundo era padronizar. A existência de uma universidade-padrão, de escolas-modelo secundárias e técnicas, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isso correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização. O terceiro aspecto era erradicar as minorias étnicas, linguísticas e culturais que haviam se constituído no Brasil nas primeiras décadas do século XX.<sup>285</sup>

O poder governamental ao veicular, pelos diversos programas de ensino para a escola, a memória histórica desejável, tem examinado a necessidade de se valer de outros instrumentos educacionais, além das aulas, para constituir a memória nacional. As atividades programadas

<sup>285</sup>A partir de 1938, especialmente, a presença de núcleos estrangeiros era vista como uma forte ameaça à formação da consciência patriótica brasileira. Para mais informações sobre a política de nacionalização e alguns projetos criados, que revelavam o conteúdo doutrinário do regime, consultar: (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984. p. 90-93).

para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às “datas nacionais”, de rituais para hasteamento da bandeira e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de cívicas, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar (BITTENCOURT, 2011, p. 53-54).

O *Dia do Presidente* foi uma festividade cívica celebrada em todo o Brasil no governo de Getúlio Vargas. O dia 19 de abril, data em que o presidente havia nascido, passou a ser um dos fortes símbolos que o governo varguista encarregou-se de comemorar em território nacional e a solicitar ampla participação da população brasileira. A partir de 1930, o Piauí é colocado como um estado que passa a ter visibilidade no contexto nacional, este enfoque seria proporcionado devido aos investimentos e atenções que Getúlio Vargas depositava na região:

Aqui, no Piauí, onde sua Excelência, merecidamente, é tido como o patriota máximo, como o maior homem de nossa atualidade histórica, a passagem do 19 de Abril impõe-se como data alviçareira para a nacionalidade, jubilmente comemorada por todas as classes sociais (O ANIVERSÁRIO, 1942, p. 01).

Era noticiado que as festividades se revestiam de brilhantismo em todo o estado e com a presença do Interventor Piauiense e várias autoridades civis e militares. O *Dia do Presidente* constituía um acontecimento significativo no contexto do Estado Novo, já que era utilizado para reafirmar ao Chefe da Nação quanto os brasileiros e, no caso específico, os piauienses, o estimavam e depositavam confiança na condução da nacionalidade empreendida por ele.

As festas cívicas em homenagem ao Presidente eram previamente organizadas pelas autoridades do estado, e que dias antes da programação acontecer, era vastamente publicada no periódico oficial com o intuito de chamar os piauienses a participarem daqueles dias festivos que ajudavam a legitimação do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Essas comemorações ganhavam o espaço das praças, ruas e avenidas do estado, especialmente de Teresina, e os alunos de diversos estabelecimentos de ensino empunhavam bandeirolas com o retrato de Getúlio Vargas e na ocasião ainda havia conferências de intelectuais e autoridades políticas.

Observa-se que a festividade do *Dia do Presidente* era emblemática na construção do civismo no país, ocasião utilizada para que todos os segmentos estivessem reunidos e prestando suas homenagens a Getúlio Vargas. De acordo com o senhor Jônathas de Barros Nunes<sup>286</sup>, que no período do Estado Novo fazia o curso primário na cidade de Floriano, recorda as homenagens que o presidente recebia:

<sup>286</sup>Jônathas de Barros Nunes nasceu no dia 05 de junho de 1934, em Jerumenha, atual Eliseu Martins – PI. Fez o curso primário no Grupo Escolar Agrônomo Parente, em Floriano – PI. Em 1946, estudou no Grupo Escolar Odorico Castelo Branco, em Floriano, local em que concluiu o ensino primário.

[...] Havia nessa época do Estado Novo aquela preocupação de inculcar na criança e no adolescente aquelas ideias de patriotismo, [...]. Se cultuavam os heróis nacionais, havia aquela ideia nítida e clara. Havia, inclusive, um senhor na cidade de Floriano que ele era tido como referência, por que ele era um metido a saber de tudo, e ele era compositor, eu me lembro que ele fez uma música sobre Getúlio Vargas, por que nessa época do Estado Novo havia aquela louvação a importância do presidente Getúlio Vargas, uma série de coisas. Na época a gente não entendia direito isso, mas havia aquelas músicas que no fundo, de uma forma subliminar, levavam a criança a ver a importância do presidente Vargas. Eu me lembro que tinha uma dessas músicas que botavam a gente para cantar, me lembro só do final que dizia assim: ‘Salve presidente Vargas, eterna gratidão, quem viu meu Brasil de outrora sofrendo os males...[risos]’, fazia uma comparação do Brasil de antes com o Brasil de Getúlio Vargas (NUNES, 2013).

Através das memórias do senhor Jônathas de Barros Nunes, pode ser constatado que muito do que foi ensinado, apesar de no período parecer confuso para um garoto que realizava o curso primário, serviu para influenciar a formação do patriotismo no estado, em especial, nos momentos em que o Presidente Getúlio Vargas recebia homenagens em forma de músicas ou outros preitos que eram frequentes no Estado Novo. Outro entrevistado para essa pesquisa, senhor Edison Rodrigues de Azevedo<sup>287</sup>, ao ser indagado sobre quem eram os heróis nacionais no período, ele relata “[...] Nessa época era o Getúlio Vargas. [...] Depois do apoio aos trabalhadores, vixe Maria! Era comemoração muito grande, tudo que falava no Getúlio Vargas era comemorado. [...] O aniversário do Getúlio eram muitas comemorações [...]” (AZEVEDO, 2013). As recordações dos depoentes, em análise, sinalizam para os “pontos de contato” que são uma das condições necessárias para a construção da memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Nesse sentido, pode-se perceber o quanto os escolares eram envolvidos em rituais patrióticos na busca do fortalecimento da memória nacional varguista.

A comemoração do 7 de Setembro era uma das festividades que aglomerava muitos piauienses nos espaços públicos, tendo em vista que envolviam muitos segmentos sociais, entre eles alunos de escolas públicas e particulares, professores, militares, intelectuais, autoridades, e diversos moradores das cidades. A comemoração em que era celebrada a Independência do país ganhou uma dimensão maior na época varguista, chegando a ser organizada a Semana da Pátria. Como aconteceu no ano de 1936 em Teresina, como podemos observar na programação organizada pelos diversos estabelecimentos de ensino.

<sup>287</sup>Edison Rodrigues de Azevedo nasceu no dia 10 de maio de 1931, em João Pessoa – Paraíba, no entanto, veio para Teresina ainda pequeno, sendo registrado como piauiense. Fez o curso primário em uma escolinha particular e no Grupo Escolar Engenheiro Sampaio. Fez o exame de admissão no Colégio Demóstenes Avelino e posteriormente fez o ginásio no Liceu Piauiense.



Dia 5 – Conferência do aluno-mestre James Azevedo, às 9 horas, no salão nobre da Escola Normal Official. Em seguida a alumna da mesma, Lydia Lopes Neiva, recitará a poesia “A Mulher Piauiense na Independência”, da professora Maria Gonçalves de Vilhena. Conferência do Professor Leopoldo Cunha, às 19 horas, no auditorium do Lyceu Piauiense.

Dia 6 – Às 9 horas da manhã, no salão nobre da Escola Normal Official, conferência do Monsenhor Cícero Portella Nunes: “Contribuição da Igreja Católica na formação de nossa nacionalidade”. Às 19 horas, no auditorium do Lyceu Piauiense, conferência do professor Dr. Benjamin de Moura Baptista.

Dia 7 – As 7 horas da manhã: - Parada de todos os alumnos dos estabelecimentos de ensino secundário e primário, obedecendo á seguinte ordem: Lyceu Piauiense, Gymnásio “São Francisco de Salles”, Escola Normal Official, Escola Normal do Collégio “Sagrado Coração de Jesus”, Escola de Adaptação, Escola de Adaptação do Collégio “Sagrado Coração de Jesus”, Grupos Escolares “Barão de Gurgueia”, “Theodoro Pacheco”, “João Costa”, “Abdias Neves”, Escola Modelo “A. Pedreira”, “Miguel Borges”, “D. Jorge Velho”, “Gabriel Ferreira”, “José Lopes”, “M. Olympio”. Em seguida haverá em frente à Escola Normal Official diversos números de gymnastica e jogos pelos alumnos do Lyceu, Collégio “Sagrado Coração de Jesus” e Escola Normal Official. Às 19 horas conferência do professor Martins Napoleão, sobre Ruy Barbosa, no auditorium do Lyceu Piauiense (A SEMANA, 1936, p. 04).

A partir da programação aludida, observamos quanto os primeiros dias do mês de setembro eram coordenados para que fossem dias de amor patriótico nas escolas teresinenses. Elas envolviam seus alunos em recitação de poesias, na contemplação das palestras, na parada do dia 7 de Setembro, na execução de ginástica e provas esportivas. É interessante perceber que no período não era suficiente participar apenas do dia 7 de Setembro, mas algumas escolas eram inseridas em uma semana inteira de festividades com palestras e o envolvimento direto dos docentes que tinham que organizar conferências e levar uma cultura cívica aos estudantes do período.

Os desfiles cívicos, como o Dia da Pátria, seguiam uma rigorosa ordem, demonstrando as distinções hierárquicas que existiam nas escolas e nas tropas militares<sup>288</sup>, passando também pelas autoridades isoladas no palanque, recebendo saudações e continências, até o povo que participava da solenidade como assistente (DAMATTA, 1997). Nesse sentido as festas poderiam ser reveladoras dos códigos e regras que regeriam uma dada ordem social (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011). Dessa forma, os escolares, os militares e a sociedade civil

<sup>288</sup>O Exército Brasileiro tinha grande participação nas comemorações do Dia da Pátria. Maiores informações encontram-se em (BRASIL, 1935, p. 555-556); (BRASIL, 1935, p. 615-618). Para ter acesso detalhado às obrigações que os militares deveriam cumprir, rigorosamente, nas cerimônias cívico-patrióticas, como o uso do uniforme em dias festivos, formalidades para hastear e arriar a bandeira, recomendações de execução de hinos, entre outras, ver: (BRASIL, 1942, p. 795-808).

eram solicitados a participarem desses eventos cívicos, em momentos do calendário político nacional, para prestarem suas homenagens e, assim, entrarem em contato com os discursos patrióticos do período.

### **As práticas nacionalistas e as punições no regime varguista**

Um evento do calendário nacional que fazia parte das festividades escolares no Piauí, na Interventoria de Leônidas Melo, era o *Dia da Bandeira*, festejado no dia 19 de novembro, era uma forma de homenagear o símbolo máximo do patriotismo, possibilitando que todos os piauienses estivessem atentos às lições dos que honraram o pavilhão nacional:

Como de sempre, será bastante comemorado em nossa capital o dia de hoje – tão grande pelo seu alto significativo – pois é a data nacional consagrada às homenagens mais justas á representação simbólica da grandeza do nosso paiz. Sempre honrado em todos os momentos decisivos da nossa história repleta de passagens épicas, sempre bello e sempre adorado pelos milhões de filhos da terra de Vera Cruz – O Pavilhão Nacional – no dia de hoje, no dia que os brasileiros escolheram para seu dia, foi lembrado com immenso fervor patriótico na nossa progressista capital. [...] ao programa das festividades, ás 19 horas, o sr. Dr. Gustavo Armbrust, honrado Presidente da Cruzada Nacional de Educação, presentemente em Teresina, pronunciará no auditorium do Lyceu Piauhyense um bello trabalho allusivo aos problemas educativos nacionais. Á noite o digno piauhyense Sr. Des. Giovanni Costa, através do microphone, fallará ao povo teresinense acerca do transcurso de tão gloriosa data que, sendo bastante comemorada em todos os quadrantes do nosso extremado Brasil serve de attestado legítimo ao mundo inteiro de que nós, os brasileiros, prestamos as nossas homenagens, num dia de glórias, á bandeira da nossa Pátria (19 DE NOVEMBRO, 1936, p. 01).

Era comum, nas comemorações destinadas à Bandeira Nacional, os grupos das forças armadas, classes trabalhistas, estabelecimentos de instrução, sociedade piauiense participarem dos eventos patrióticos.

A bandeira nacional foi criada em 19 de novembro de 1889, quatro dias depois da proclamação da República. Ela foi projetada por Raimundo Teixeira Medes e Miguel Lemos. O desenho foi feito por Décio Vilares e a inspiração veio da bandeira do Império, desenhada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, com o círculo azul e a frase positivista “Ordem e Progresso” no lugar da coroa imperial. A única alteração na Bandeira Nacional, desde então, foi em 1992, quando a Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, fez com que todos os novos estados brasileiros e o Distrito Federal, fossem representados pelas estrelas. Na mesma oportunidade, os estados extintos foram suprimidos de sua representação.<sup>289</sup>

<sup>289</sup>Todos os países possuem símbolos que os representam. No Brasil são: a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional. Uma bandeira em mau estado de conservação não pode ser hasteada. Deve ser entregue a uma Unidade militar para ser incinerada no dia 19 de novembro. Tradicionalmente, a Bandeira Nacional é hasteada às 8h da manhã e arriada às 18h (BRASIL, 1957).

É interessante observar que o 19 de novembro de 1937, se tornou uma data emblemática para comemorar o estandarte brasileiro, sobretudo devido à instauração do Estado Novo que se orquestrou poucos dias antes do evento cívico. Logo, programações e incentivos por parte do governo nacional e das interventorias foram intensificadas, a fim de festejar a data do pendão brasileiro como uma das maiores “provas de cooperação” e demonstrações de que os piauienses estavam “apoiando” o novo regime:

Justifiquem-se perfeitamente as excepcionais demonstrações cívicas que serão promovidas, amanhã, em todas as cidades brasileiras, de vivas e tocantes homenagens prestadas ao pavilhão auri-verde, que symboliza a grandeza territorial e unidade política e a soberania respeitável da Nação Brasileira. Justificam-se, principalmente, neste momento histórico em que as nossas instituições e as nossa tradições democráticas têm sido visadas por ideologias destruidoras, que ameaçavam derruir o surto de brasilidade que através de todas as vicissitudes têm, em crescente desenvolvimento, feito do Brasil uma Pátria de que nos orgulhamos, com justificado amor aos nossos foros de americanos, sempre à vanguarda das mais elevadas ideias de paz e amor. O culto a Bandeira e a Pátria deve estar latente, vivo, em todos os recantos do paiz, em todas as cidades e vilas, em todos os estabelecimentos, em todos os lares, no coração de todos os brasileiros que, unidos pelo amor, farão deste colosso a mais forte e a mais dadivosa nação do mundo. [...] O Piauhy, por suas autoridades, assim compreendeu o ardente e imperioso preito que se deve prestar amanhã à Bandeira do Brasil, contando para maior solennidade das ceremonias, com o interesse patriótico que tem sido, em todos os tempos, o apanágio do povo piauiense, por que o Dia da Bandeira é, e deve ser em verdade, um dia nacional em que a alma do povo se descobrirá reverente ante o symbolo augusto da Pátria (O DIA, 1937, p. 01).

As “ideologias destruidoras” que ameaçavam destruir o patriotismo brasileiro eram as ideias ligadas ao comunismo. Este foi costumeiramente apontado, no período varguista, como “opositores do regime”, “inimigos da Pátria”, ou seja, para que Getúlio Vargas pudesse ter a cooperação e união dos brasileiros a favor do Estado Novo, ele fazia com que os cidadãos permanecessem longe de ideologias associadas ao comunismo. Esse discurso foi muito frequente após a instauração do novo regime.

Com a instauração do Estado Novo, os hinos pátrios e o ensino do canto orfeônico tornaram-se obrigatórios nas escolas brasileiras e ganhavam uma notoriedade maior nas comemorações cívico patrióticas que aconteciam por todo o país. As músicas nacionalistas e hinos adquiriram um sentido ímpar, indo além dos ritos e performances presentes nas cerimônias públicas e no cotidiano escolar. O nacionalismo no Estado Novo tinha como finalidade despertar a brasilidade nos sentimentos mais íntimos das pessoas. Muitas daquelas canções ficaram gravadas para sempre na memória dos estudantes e professores do período (UNGLAUB, 2009).

Deve-se levar em consideração que se tratava de um cenário histórico envolvido pelo Estado Novo, e que o Interventor piauiense Leônidas Melo e o Diretor do Departamento de Ensino do Piauí, Anísio de Brito Melo, tinham a missão de propagar uma imagem de educação a contento com os anseios do que era considerado prioritário à ditadura de Getúlio Vargas.

É interessante perceber quanto os estabelecimentos de ensino em Teresina eram monitorados no período, principalmente os mais conceituados como a Escola Normal Oficial, Liceu Piauiense e o Ginásio “São Francisco de Sales”, que tiveram diversas das suas portarias publicadas no jornal oficial do governo piauiense. Sobretudo quanto às punições sofridas pelos alunos que não se enquadravam no modelo de estudante obediente às normas dos estabelecimentos de ensino.

Um dos estabelecimentos educacionais que publicavam o expediente de cada mês no jornal “Diário Oficial” era o Liceu Piauiense, destacava as aulas que não haviam acontecido e os nomes dos professores faltosos. Outra prática recorrente de punição no Liceu Piauiense era a suspensão por vários dias por desrespeito aos funcionários do colégio:

Dia 17, Portaria nº 30 – O Director do Lyceu Piauiense usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, resolve aplicar a pena de suspensão por 3 dias, ao alumno da 1º série Agnello de Oliveira Costa, por ter faltado com o devido respeito ao Inspector de Alumnos – Francisco de Moraes Brito. Cumpra-se. a) Agripino Oliveira – Director.

Dia 18, Portaria nº 32 – O Director do Lyceu Piauiense usando das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno, resolve aplicar a pena de suspensão por seis (6) dias aos alumnos da 1º série – Carino e Dorotheu Soares Ribeiro, por terem desrespeitado ao Sr. Secretário do Lyceu. Cumpra-se. a) Agripino Oliveira – Director (LYCEU, 02 out. 1935, p. 5).

Dia 25, Portaria nº 34 - O Director do Lyceu Piauiense usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve aplicar a pena de suspensão por trinta dias ao aluno da 1º série - Dorotheu Soares Ribeiro, por ter desacatado o Sr. Secretário e bem assim suspender por 10 dias o alumno da mesma série – Sadoc Ferreira Lima, por ter maltratado seu colega menor. Cumpra-se. a) João Pinheiro – Director (LYCEU, 09 out. 1935, p. 4).

Percebemos que o Colégio, responsável pelo ensino secundário em Teresina, seguia um Regimento Interno, e que a penalidade preferida aplicada pelos Diretores era a suspensão, que chegava a durar um mês inteiro, no caso do aluno Dorotheu Soares Ribeiro, que era reincidente em desrespeitar o secretário do Liceu Piauiense. Outras formas de desvios de comportamento, como agressões aos colegas menores, foram alvos de suspensão.

No expediente do mês de outubro de 1935 do Liceu Piauiense, foi observado que havia práticas, como desobediência e agitação nas aulas de Música e de Educação Física, por parte de alguns estudantes do estabelecimento de ensino secundário, que geravam punições:

Portaria nº 37 - O Director do Lyceu Piauiense determina aos inspetores de alumnos, que, de acordo com o art. 57 do Regimento Interno, não permitam a entrada de alumnos no Estabelecimento, sem estarem devidamente uniformizados, e bem assim, que seja obrigatória a frequência das aulas de música e Educação Physica. Cumpra-se. a) João Pinheiro – Director (LYCEU, 16 out. 1935, p. 5).

Portaria nº 47 - O Director do Lyceu Piauiense usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, e tendo em vista a parte escripta que lhe foi apresentada pelo inspetor da 1ª série – Francisco Moraes Brito, resolve suspender por dez dias, os alumnos – Aniceto Sousa, Antonio Luiz Fernandes Torres, Alprim da Silva Ary, Antonio José da Costa, Afonso Ferro Gomes, Antonio Farias Filho, Afrânio Clementino Martins, Benedicto Torres, Benedicto Ribeiro de Britto e José Gonçalves Costa, por estarem promovendo algazarra em plena aula de música. Cumpra-se. a) João Pinheiro – Director (LYCEU, 29 out. 1935, p. 04).

Entende-se que o Director João Pinheiro estava levando os alunos a cumprir o Regimento Interno da instituição, mas também devemos considerar que era durante as aulas de Música e de Educação Física que os estudantes entravam em contato com os diversos hinos e cânticos patrióticos usados em comemorações públicas e nas demais festividades realizadas na escola. A Educação Física era outra disciplina que favorecia o acompanhamento e o doutrinamento da educação no período, sobretudo quando teriam que ensaiar as marchas, coreografias e números diversos apresentados nas festividades escolares.

O que leva a crer, a partir das portarias referidas, que nem todos os estudantes estavam interessados em participar dessas aulas. E que mesmo participando, não significava que eles estavam totalmente envolvidos com as normas e ensinamentos cívicos divulgados naqueles momentos de forte controle pelos governos varguista e dos interventores locais.

### **Considerações finais**

A Era Vargas marcou a trajetória política brasileira, uma de suas características foi a centralização política na figura do presidente e pelo caráter persuasivo que tentava ocultar as contradições do regime. Esse período foi marcado, também, pelo intuito do fortalecimento do sentimento de identidade nacional e a adesão dos brasileiros na construção da memória cívica. O Departamento de Imprensa e Propaganda se encarregou de divulgar uma imagem que favorecia o novo regime. Tinha como uma de suas missões disseminar a cultura nacionalista e

organizar as comemorações patrióticas que fizeram parte do cotidiano de inúmeros brasileiros. Dessa forma, os interesses do chefe na nação estariam sendo levados a diversas regiões do país.

Nesta pesquisa analisamos como as celebrações cívicas e as práticas disciplinares foram utilizadas na busca da formação da memória patriótica da juventude piauiense e nas normatizações de comportamentos na Era Vargas (1930 – 1945). Percebe-se que o governo nacional e seus aliados buscaram mobilizar os estabelecimentos de ensino, professores e os escolares na cooperação para a constituição do civismo no governo varguista.

O ensino de hinos patrióticos e de disciplinas, como a Educação Física, foram largamente difundidos pelos estabelecimentos de ensino nas décadas de 1930 e 1940. A juventude era ensinada, desde cedo, a amarem e reverenciarem os símbolos nacionais e a estarem em harmonia com as determinações varguistas. Ao longo da pesquisa, percebe-se o rígido controle que os estudantes eram submetidos nas escolas piauienses, sobretudo nas aulas, nos ensaios de música, nas normas regimentais dos estabelecimentos de ensino. No entanto, visualizou-se outras formas de vivências escolares que driblavam a vigilância dos normatizadores a serviço do Estado. Os comportamentos juvenis que passavam pela descontração, infringência de regras e pelas desordens eram apontados como um ameaça para o ambiente que se pretendia construir no Piauí varguista.

Nesse sentido, podemos compreender que os governos locais e as escolas piauienses estiveram irmanados na busca de cooperação e obediência ao governo de Getúlio Vargas. Entretanto, a partir das fontes analisadas, destaca-se outras formas de experiências que provocaram os ordenamentos da época e destacavam as múltiplas vivências dos escolares ao entrar em contato com o aparato nacionalista difundido pelo Estado.

## Referências

- 19 DE NOVEMBRO. *Diário Oficial*, Teresina, ano VI, n. 259, 19 nov. 1936, p. 01.
- A SEMANA da Pátria. *Diário Oficial*, Teresina, ano VI, n. 198, 03 set. 1936, p. 04.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar*. Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs - CEDAP, v. 7, n. 1, p. 134-150, jun. 2011.
- AZEVEDO, Edison Rodrigues de. *Entrevista concedida a José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior*. Teresina, 05 out. 2013.
- BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-92.
- BRASIL. *Boletim do Exército*, Rio de Janeiro, n. 10, 07 mar. 1942, p. 795-808.
- BRASIL. *Boletim do Exército*, Rio de Janeiro, n. 51, 15 set. 1935, p. 555-556.

- BRASIL. *Boletim do Exército*, Rio de Janeiro, n. 53, 25 set. 1935, p. 615-618.
- BRASIL. *Noticiário do Exército: especial Bandeira do Brasil*. Veículo de comunicação social do Exército. Exemplar nº 1, 18 de junho de 1957.
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, paradas e procissões. In: DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 57.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 219.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986. p. 49.
- LYCEU Piauiense- Expediente do mês de outubro. *Diário Oficial*, Teresina, ano V, n. 240, 29 out. 1935, p. 4.
- LYCEU Piauiense. *Diário Oficial*, Teresina, ano V, n. 223, 09 out. 1935, p. 4.
- NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930 – 1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 325 – 326.
- NUNES, Jônathas de Barros. *Entrevista concedida a José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior*. Teresina, 14 out. 2013.
- O ANIVERSÁRIO do Presidente Getúlio Vargas: as festividades com que o Piauí homenageou o patriota máximo. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 87, 20 abr. 1942, p. 1-5.
- O DIA da Bandeira. *Diário Oficial*, Teresina, ano VII, n. 257, 18 nov. 1937, p. 1.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Orgs). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p. 90-93.
- UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do Canto Orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. *Revista Linhas*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, v.10, n. 01, p. 105-127, jan./jun. 2009.

## GRUPOS ESCOLARES, MEMÓRIAS E CULTURAS DA EDUCAÇÃO EM DIMENSÕES REGIONAIS

José Edimar de Souza, Universidade de Caxias do Sul/UCS<sup>290</sup>  
jesouza1@ucs.br

**Resumo:** Os grupos escolares, implantados em São Paulo, no final do século XIX, representam uma forma de reinventar a escola primária graduado. Nesse sentido, no Rio Grande do Sul, surgem a partir de 1909, com a nomenclatura de Colégios Elementares, com mais de 200 alunos. A partir de 1915, aparecem os primeiros grupos escolares, inicialmente criados como escolas reunidas com matrículas inferiores a 200 alunos. Entre 1915 até 1939, foram os colégios, em menor número e os grupos escolares as principais formas de acesso aos estabelecimentos de ensino público primário. O objetivo desse estudo consiste em analisar o processo de constituição e implantação dos grupos escolares em duas regiões do estado, vale dos sinos e serra gaúcha, na primeira metade do século XX. A perspectiva teórica e metodológica sustenta-se na História Cultural. Vale-se da análise documental para compor e estabelecer as relações entre o contexto cultural e social e as práticas envolvidas na institucionalização destas escolas, especialmente em alguns municípios de uma das regiões: Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Estância Velha e Ivoti. Os referidos municípios foram colonizados especialmente por imigrantes alemães, este aspecto contribuiu para estabelecer princípios para uma cultura escolarizada na região. Constata-se que a evidência em maior número de instalação de grupos escolares, fora uma estratégia da administração pública, em substituição à construção de colégios no interior do Estado. Além disso, os colégios eram mais “suntuosos” e exigiam destinação de uma receita maior do que os grupos, que em alguns casos, foram implantados em espaços adaptados e com contrapartidas da administração municipal e mobilização comunitária.

**Palavras-chave:** Instituições escolares; Grupo Escolar; Processos de escolarização.

### Considerações iniciais

Esta pesquisa compreende um estudo histórico de cunho analítico documental situado no campo da história da educação. Nesse sentido, buscou-se investigar a história de instituições escolares, os processos e práticas de escolarização do ensino primário desenvolvidas nos grupos escolares de Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga<sup>291</sup>, três importantes municípios do Vale do Rio dos Sinos, valendo-se de documentos acessados em acervos de diferentes arquivos.

Souza-Chaloba (2019) argumenta que a temática dos grupos escolares tratadas em perspectiva nacional está por ser escrita. E que os estudos pioneiros em dimensões regionais cobrem as primeiras décadas do século XX, por exemplo, o trabalho de Souza (1998), em São Paulo; Faria Filho (1996), em Minas Gerais e Peres (2000), sobre o Rio Grande do Sul, entre outros<sup>292</sup>. A história dos grupos escolares se confunde com a história do ensino primário no

<sup>290</sup>Projeto de investigação financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS – Título: Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha- práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035.

<sup>291</sup>Inicialmente a denominação das instituições era apenas associada com o nome do município, ou “grupo escolar da vila”, indicando a condição do território (se era distrito, vila ou município). Na criação havia essa particularidade que na alteração de designação ou na definição da identificação se alterava.

<sup>292</sup>Não querendo incorrer em esquecimento de trabalhos significativos para a temática, mas dado o espaço desse artigo, é relevante citar ainda que muitos dossiês foram produzidos, demonstrando a importância do tema para



Brasil. E começaram a ser implantadas no Estado de São Paulo, a partir de 1890, de acordo com Souza (1998). O contexto republicano contribuiu para implantação destas instituições escolares, sobretudo a influência do positivismo científico brasileiro e a crença de que, pela educação pública, se alcançaria a manutenção e desenvolvimento da nova estrutura política nacional.

A base para este novo modelo, mais complexo, racional e moderno de organização da escola situava-se, principalmente na experiência da escola norte-americana, embora a esse modelo de escola graduada<sup>293</sup> estivesse se difundindo, guardadas as particularidades em diferentes países do mundo, com a difusão do método intuitivo ou lições de coisas<sup>294</sup>. É fundamental destacar a figura do intelectual brasileiro Rui Barbosa que junto com outros intelectuais da elite brasileira consideravam necessário e ideal este modelo de educação para a população, afim de que seria indispensável para construção de uma ideia de nação. (SOUZA, 1998).

Essa nova organização produziu uma nova gramática no cotidiano escolar, com a obrigatoriedade e o controle de frequência. Além da figura do diretor, oferecendo organicidade, novos ritos e símbolos foram associados a escola pública primária. Para Vidal (2006) a homogeneidade à escolarização também contribuiu para produzir uma nova hierarquia pública funcional, disseminando novos valores e normas sociais. Souza (1998) acrescenta que três fundamentos são indispensáveis nessa nova racionalidade empregada ao ensino primário: a classificação dos alunos, um plano de estudos e o emprego do tempo.

Os primeiros colégios elementares foram criados no nosso estado a partir de 1909, e foram instalados nos grandes centros urbanos. Em 1909, havia sido construído Colégios Elementares em Bento Gonçalves, em 1912 em Caxias do Sul e em 1913 em São Leopoldo, sendo os primeiros municípios das duas regiões analisadas (Vale dos Sinos e Serra Gaúcha) os colégios elementares surgiram da fracassada iniciativa da escola complementar. Os Decretos n. 1.576, de 27 de janeiro de 1910, e o Decreto n. 1.575, de 27 de janeiro de 1910, respectivamente, referem-se ao regimento interno e aos novos programas de ensino destes colégios.

história da educação, destaco um dos mais recentes trabalhos, produzidos por Santos e Vechia (2019).

<sup>293</sup>Souza (1998) indica que seria aquela escola orientada por um sistema vertical de ensino, com cursos e níveis que se sucedem. Dentre as características está: o agrupamento de alunos classificados por critério de nivelamento; professores designados para cada grau de ensino; equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; determinação prévia dos conteúdos das diferentes matérias para cada grau; promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau, entre outros.

<sup>294</sup>O método intuitivo ou lição de coisas que se disseminou no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, baseava-se nos princípios teóricos de Pestalozzi e Froebel e cuja influência avança as primeiras décadas do século XX. Este método era entendido como um eficiente instrumento pedagógico para formar alunos com domínio suficiente em leitura, escrita e noções de cálculos e se alcançar a modernização pedagógica. (SOUZA, 2015).

Os colégios elementares pretendiam substituir as antigas escolas elementares<sup>295</sup>, de primeiras letras, cujo foco concentrava-se no ensino da leitura, escrita e dos cálculos e se concentravam em sua maioria no espaço rural. Em contrapartida, o colégio elementar sugeria a divisão dos alunos em diversas salas, funcionando em um único prédio, de modo simultâneo. Nesse sentido, o ensino foi dividido em três classes com duas seções compreendendo 6 anos de escolarização. A partir da década de 1915, os primeiros grupos escolares (escolas reunidas<sup>296</sup>) são instalados no Rio Grande do Sul e figuram ao lado dos colégios elementares até final da década de 1930. No contexto da modernidade pedagógica, o ensino primário se consolidou no Rio Grande do Sul, na década de 1930. Peres (2016) acrescenta que, em 1939, todas as escolas urbanas foram denominadas de grupos escolares, embora na prática nem todas as escolas apresentassem a estrutura de tal proposta institucional.

Peres (2016) acrescenta que algumas modificações, na estrutura de organização das classes, aconteceram, posteriormente, à criação dos colégios, como em 1916, promovidas pelo Decreto n. 2224, de 29 de janeiro de 1916, que propôs a divisão do ensino em inferior (três seções), médio e superior (duas seções). Uma nova orientação, estabelecida pelo Decreto n. 3.903, de 14 de outubro de 1927, reformulou o ensino primário, que voltou a contar com três classes subdivididas em seções, definidas da seguinte maneira:

[...] Este continuava sendo ministrado em escolas isoladas (um só professor/uma só classe com no mínimo, 45 alunos nas escolas urbanas, 40 nas suburbanas e 15 nas rurais), em grupos escolares (escolas reunidas em um prédio único – três ou mais professores e até 200 alunos) e nos colégios elementares (com uma matrícula superior a 200 alunos e o número de professores que variava de cinco a oito). (PERES, 2016, p. 32).

Em 1927, conforme Almanake (1935) havia 1307 aulas subvencionadas estaduais e 402 escolas isoladas, 48 colégios elementares e 26 grupos escolares. A nova regulamentação da instrução primária alterou significativamente a organização do ensino, ampliando os tipos de escolas. Além das escolas isoladas, dos grupos escolares e colégios elementares, a escola

<sup>295</sup>Para Tambara (2016, p. 12), as escolas elementares ou colégios distritais faziam parte da implantação do projeto republicano para instituir “um divisor de águas entre o antigo e o novo regime”, instituídas em 1901. Nesse projeto, consta a intensificação do ensino laico e obrigatório, a opção pelo ensino intuitivo a constituição da figura do diretor de escola nas escolas graduadas, a atribuição a estados e municípios da gestão e implantação deste nível de ensino, o que implicou um processo de municipalização, a coeducação e a feminização do magistério. A “forma republicana” previa a liberdade de ensino como premissa de atuação do estado e a criação de colégios distritais. Os colégios distritais seriam instituídos onde o estado verificasse a necessidade deles, bem como em quantas classes e professores fossem necessárias. Dentre os professores, um deles seria o diretor seria indicado pelo presidente do estado, sob a proposta do inspetor geral.

<sup>296</sup>Geralmente criados em localidades que garantissem a frequência de pelo menos 200 alunos e que o aluguel do prédio fosse custeado pelo município.

maternal e subvencionada<sup>297</sup>, bem como a escola complementar para formação de professores passou a figurar no rol de tipologias.

A construção dos grupos escolares parece ter sido uma estratégia encontrada pelo governo do estado para solucionar o problema da criação e ampliação do atendimento do ensino primário graduado, em condições mais modestas. O modelo dos grupos escolares não se desenvolveu da mesma forma e nem ao mesmo tempo no início do século XX. Grosso modo, até a década de 1930 percebe-se iniciativas de implantação e entre 1930 e 1950, um esforço da administração pública para ampliar a oferta e o acesso à escola primária nesta nova forma de organização do ensino. Portanto é importante ressaltar que a beleza e monumental estrutura dos prédios escolares não predominou em todas as regiões e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

### **Os processos e constituição dos grupos escolares em perspectiva regional**

Uma instituição escolar é constituída por paredes, muros, dentre diferentes espaços, têm um mobiliário, objetos utilizados como materiais para professores e alunos. No entanto, compreendemos que é também “lugar” de práticas, de rituais, de que existe uma organização de tempos e espaços apropriados pelos sujeitos que ali estiveram em um determinado período histórico na relação com o entorno da instituição. Para Gonçalves Neto e Carvalho (2020), as instituições escolares representam o entrecruzamento de um conjunto de particularidades que acontecem na sociedade, produzindo mudanças e transformações no ambiente e, conseqüentemente conflitos.

Em Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga a história da educação no município está associada a presença dos imigrantes alemães na região, a partir de 1826. Nesse sentido, o ensino primário, em Novo Hamburgo, passou a atender sua comunidade, a partir de 1832, quando foi construído o prédio escolar em que também funcionava a igreja. Esta primeira escola do município atualmente chama-se Pindorama, sendo urna das unidades da Instituição Evangélica. Na época, a escola era vinculada a Igreja Evangélica Três Reis Magos. Em 1859, o senhor Carlos Lanzer, primeiro professor formado em curso de magistério, assumiu a direção da Escola Evangélica em Hamburgo Velho.

Em Campo Bom, a escola fora instituída, a partir de 1828 era dirigida pelo pastor Frederico Christiano Klingelhöffer. Na igreja de Klingelhöffer, aos domingos, realizava-se o

<sup>297</sup>Souza (2015) argumenta que a natureza da subvenção também funcionava de diferentes formas, em alguns casos combinando recursos de diferentes entes públicos (união, estado e município).

culto divino e, nos dias da semana, funcionava uma escola, cujo mestre era o próprio pastor. No município de Sapiranga a escola da comunidade era dirigida pelo pastor João Jorge Klein, que ministrava as aulas em sua residência. Essa escola originou a mais antiga instituição e que ainda se encontra em funcionamento, o atual Instituto Sinodal Duque de Caxias, fundado no ano de 1850.

Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga são municípios do Vale dos Sinos, situado no estado do Rio Grande do Sul e localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre situadas a aproximadamente 50 km da capital do Estado. Na história do seu processo de emancipação, todas as localidades estão vinculadas à São Leopoldo. O primeiro distrito a se emancipar fora Novo Hamburgo, em 5 de abril de 1927, processo que motivou e originou iniciativas para que os municípios vizinhos, como Campo Bom e Sapiranga se emancipassem nas décadas seguintes.

Do conjunto dos distritos da antiga Colônia, Novo Hamburgo foi pioneira no processo emancipacionista. Além disso, Campo Bom e Novo Hamburgo, destacavam-se como importantes contribuintes para receita de São Leopoldo, aspecto que gerou alguns tensionamentos com a emancipação de Novo Hamburgo. Além disso, são municípios pioneiros na exportação de produtos do setor coureiro-calçadista. A emancipação de Sapiranga e Campo Bom só aconteceram na década de 1950. Acontecendo, no caso do primeiro município, em 28 de fevereiro de 1955 e do segundo, apenas em 31 de janeiro de 1959.

Embora a presença das escolas isoladas tenha figurado ao lado das escolas paroquiais e dos colégios étnicos é na década de 1930, do século XX, que se percebe de forma mais estruturada a edificação e institucionalização dos grupos escolares. O ensino público primário começa a se efetivar nestas localidades em 14 de julho de 1930, com a criação do grupo escolar de Novo Hamburgo, posteriormente identificado como D. Pedro II.

O grupo escolar inicialmente fora instalado na Rua 1º de março, n. 42, “instalado de forma precária, em um prédio de madeira, que anteriormente era uma fábrica de banha”, como relata Gastão Spohr (1965[?])<sup>298</sup> em suas reminiscências. Em matéria publicada no Jornal O 5 de abril de 1935, indica que na sua criação havia 7 professores para 170 alunos. E em 1935 havia se ultrapassado a marca de 400 alunos e onze professores.<sup>299</sup> E a denominação “Pedro II”

<sup>298</sup>SPOHR, Gastão. Reminiscências. Acervo do Colégio 25 de Julho, folhas avulsas. Arquivo. Geral 1990. 2 folhas datilografadas 1965[?]. O primeiro aluguel teria sido de quatrocentos mil réis aos proprietários irmãos Albino e Ervino Schmitt.

<sup>299</sup>No grupo escolar, os 400 alunos eram atendidos da seguinte maneira: “4 seções de analfabetos dirigidas pelas professoras Izabel Tschiedel, Elvira Brandi, Frederica Pacheco e Honorina L. Nunes; 2 primeiros anos, dirigidos pelos prof. João Pereira da Rosa e Dionéia Macalão; 2 segundos anos dirigidas pelas prof. Christiana Haag e Dora

foi atribuída apenas em 1933 e em 1942 é construído o novo prédio<sup>300</sup>, instalado na Rua Borges de Medeiros, como se identifica na imagem da figura 1 (matéria do jornal O 5 de abril da época). Entre os primeiros professores cita-se Elvira Brandi Grin, uma educadora de referência no município. O primeiro diretor foi o professor Jardelino Petersen<sup>301</sup>.

Figura 1- Novo edifício do Grupo Escolar D. Pedro II (1942)



Fonte: Jornal O 5 de Abril (1942)

Distante de realizar aqui uma genealogia sobre a história institucional<sup>302</sup>, destaca-se que em 31 de julho de 1954 foi criado o curso Ginásial, em 1959, a instituição transforma-se em

Santiago; um 3º e 4º ano dirigidos pelo diretor Jardelino Petersen e finalmente os 6º e 7º anos dirigidos pela professora Nair Becker. A instrução física é ministrada pelas prof. Nair Becker e Dionéia Macalão; a instrução religiosa (Católica) é, feita semanalmente e com grande devotamento pelo sr. Vigário Schimoeller [...]” (O 5 de abril, 1935). Nesse mesmo ano, cabe destacar que havia duas bibliotecas na instituição. Atuando como bibliotecárias as professoras Elvira Brandi e Zozina Soares. “Foram creadas 2 bibliothecas, uma infantil, para as secções mais adiantadas, com um numero de 200 obras, entre ellas o conhecido Thesouro da Juventude e a pedagógica e didática para consulta dos srs. Professores, num total de 80 volumes, entre eles o Diccionario Internacional e Enciclopédia.

<sup>300</sup>A empresa contratada para construção do novo prédio foi Haessler & Woebecke LT, e ficou pronto em 2 de dezembro de 1941.

<sup>301</sup>De acordo com Spohr, Jardelino Petersen era natural de Taquara e permaneceu como diretor do educandário até 1937, quando foi substituído pela professora Nair Maria Becker. Jardelino, posteriormente foi removido para a Coletoria Estadual, onde se aposentou como funcionário público.

<sup>302</sup>Conforme consta em matéria publicada desde 1935, no jornal O 5 de abril, o elevado número de alunos do grupo escolar e as diferentes instituições que funcionavam no mesmo: caixa escolar, biblioteca e inúmeras campanhas pela alfabetização (considerando a particularidade de se ensinar a língua pátria), as iniciativas para ajudar as famílias carentes, a intenção de elevar o grupo escolar à categoria de Colégio Elementar. Em 1936, na edição de 5 de junho de 1936, publica-se diferentes manifestações de setores da sociedade, dentre eles do prefeito municipal, da Associação Hambuguesa de Esportes Atlético (AHEA). Destaco a passagem do Diretor da Instrução pública do Estado, Affonso Guerreiro Lima “A elevação desse Grupo a Collégio Elementar é, sem dúvida, um acto de inteira justiça, em vista do grau de prosperidade a que attingio pelo esforço e competência de todos os que nelle trabalham. Entretanto, como a instrução publica, por força da reforma constitucional, está em pleno período de remodelação, torna-se necessário aguardar a elaboração do Codigo da Educação, que regulará o assumpto e concretizará a justa aspeiração dessa localidade e de outras do Estado”.

Colégio Estadual 25 de Julho e em 1966<sup>303</sup> foi criada a escola normal. Em 1978 criou-se a Escola Estadual de 1º e 2º graus 25 de Julho, atualmente identificada como Colégio Estadual 25 de Julho.

O grupo escolar representava o espaço culminante das ações sociais no que se refere educação, mobilizando e envolvendo a comunidade em diferentes projetos. Ainda em relação a formação, como se identifica no excerto abaixo, a escola promoveu em 1931, a Semana da Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação, com uma programação que envolvia participação de professores das escolas estaduais, das subvencionadas e rurais, bem como das escolas municipais.

#### GRUPO ESCOLAR

Foi installada, no dia 13 deste mez no Grupo Escolar desta Villa a Semana da Educação, patrocinado pela Associação Brasileira de Educação, sediada no Rio de Janeiro.

Para que se revistisse de maior interesse, as discussões do programa elaborado, foi convidado especialmente para comparecer às sessões, o Sr. Cel. Prefeito e demais autoridades, bem como algumas pessoas gradas.

Programma das conferencias:

Dia 13, dissertação a cargo do Director do Grupo, Sr. Jardelino Petersen.

Thema: “A emancipação mental do Brasil; problemas sociaes e políticos correlacionados com a educação popular, especialmente pelo ensino agrícola”.

Dia 14, a cargo da professora Srta. Zozina Ferreira Soares.

Thema: “A escola regional nos seus aspectos: urbana, rural, marítima e fluvial. A prosperidade nacional pela educação no trabalho apropriado às diversas zonas do paiz”.

Dia 15, a cargo do professor João Pereira da Rosa.

Thema: “A escola marítima e fluvial e os seus cursos de pesca. Apparelhamento necessário a esses estabelecimentos de educação e futuro immenso dessa industria”.

Dia 16, a cargo da professora d. Frederica Schütz Pacheco

Thema: “A educação rural. O problema brasileiro e a sua economia”.

Dia 18, (Dia da Bôa Vontade) a cargo da professora Srta. Christiana Haag.

Thema:” A educação dos adultos. Importancia do ensino e methods

<sup>303</sup>Pelo Decreto n. 17865, de 15 de abril de 1966, criou Curso Normal de grau colegial, transformou grupo escolar em Escola normal, transformou o Curso primário em Curso de Aplicação.

específicos relativos aos meios urbanos e rurais.

Dia 20, a cargo da professora d. Elvira Brandi Grin. (O 5 de Abril, 15/05/1931, p. 02).

Entre as décadas de 1930 e 1950, a visão de uma pedagogia da Escola Nova perpassa práticas de diferentes escolas no Estado, identifica-se que atividades com cartazes, ilustrações, com esquemas explicativos constituíam uma estratégia didática sob a égide da intuição e da contextualização dos saberes no desenvolvimento da aprendizagem, bem como de forte cunho nacionalista e que se evidencia nos programas de formação.

A escolarização primária em Campo Bom nas primeiras décadas do século XX ainda preservavam aspectos da forma de escola doméstica, até a década de 1930 a população em idade escolar era atendida pela escola da comunidade evangélica, o atual Colégio Sinodal Tiradentes, pelas aulas públicas federais instaladas em algumas localidades do distrito, bem como aulas públicas estaduais e municipais. O registro nos relatórios da intendência municipal indica um pequeno número de aulas e a existência do grupo escolar de Campo Bom, organizado a partir da reunião de algumas aulas que funcionavam na região central do referido distrito.

Em Campo Bom, a história do grupo escolar implantado em 1933 se relaciona a presença da 15ª. Aula Pública implantada em 1926, com a chegada à localidade de Campo Bom, da professora Ida Guilhermina Knieling de Souza, como se identifica na fotografia da figura 2, abaixo:

Figura 2 - Aula da professora Ida Guilhermina K. de Souza (1926)



Fonte: Stocker Júnior (2010)

O grupo escolar que teve diferentes denominações foi criado em 22 de agosto de 1933, tendo como patrono o engenheiro Ildefonso Soares Pinto. O senso de ação comunitária e a mobilização dos moradores para ter escola também se estendeu à implantação de instituições públicas, talvez uma contribuição cultural dos grupos sociais destas comunidades nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, um grupo de moradores constituiu uma Comissão Procriação do Grupo Escolar<sup>304</sup>. O êxito da campanha resultou na criação do Grupo Escolar de Campo Bom, pelo Decreto Estadual, n. 5412, de 22 de agosto de 1933.

De acordo com Evaldo Dreger (2018)<sup>305</sup>, um dos egressos deste grupo escolar, que fora entrevistado sobre as memórias da escola, o projeto de construção do grupo escolar foi do industriário Gustavo Vetter e seus amigos.

Foi do Gustavo Vetter e dos companheiros dele, pra construir um grupo escolar, que eles chamaram de grupo escolar Coronel Teodomiro Porto da Fonseca [...]. Então essa Dona Guilhermina, Ilda Guilhermina Klinner era a professora que dava no início, mas numa sala de aula, onde todas as séries, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º série era dado em conjunto, na casa particular dela. Depois, então, veio com a construção daquele prédio, que eles pra homenagear esse Intendente de São Leopoldo, que era esse Coronel Teodomiro Porto da Fonseca, eles deram o nome pra esse Grupo Escolar Teodomiro Porto da Fonseca, mas não podia usar, ele era vivo ainda, [incompreensível]. E depois eles saíram dali e exatamente essa data até 1937, quando eu recebi esse diploma, que depois passou a chamar, ser Ildefonso Pinto quando construíram lá na rua Maestro Amaral.

O Grupo Escolar ficou conhecido, por curto período como Grupo Escolar Theodomiro Porto da Fonseca funcionou até 1934 em uma sala anexa à residência de D. Guilhermina, na Rua dos Andradas, n. 209. A casa atualmente não existe mais.

O contexto do Estado Novo de Vargas, no final da década de 1930 e na primeira metade da década de 1940 contribuiu para o desenvolvimento do uso da língua vernácula como também procurou disseminar um sentimento nacionalista. Sobre este aspecto Celina e Vitalina rememoram e destacam em suas narrativas. Celina de Souza nasceu em 13/10/1930, em Rolante, filha de Otilia Nunes Monteiro e Vidal Rodrigues e desde a primeira infância reside no município de Campo Bom. Embora tenha estudado no grupo escolar, não concluiu o ensino

<sup>304</sup>Dentre os integrantes estavam representantes da indústria e comércio. Cito: Emílio Haubrich, João Fritsch, Gustavo Vetter, Ernesto Kunz, Alfredo Spitzer, João Pedro Dias, Walter Thoen e as mães de alunos: Florência Pereira, Dalila Blos, Ida von Reisswitz Zerwes, Lídia Uhlmann Schneider, Lili Vetter Kunz e a professora Ida Guilhermina. Essa comissão fora assessora pela assessora da Secretaria de Educação, professora Camila Furtado Alves.

<sup>305</sup>Nasceu em Campo Bom, em 1924, foi um dos egressos do grupo escolar de Campo Bom que fora entrevistado. Foi um importante cidadão para o município, articulador no censo para emancipação, em 1959. Além disso, foi o primeiro vice-prefeito e posteriormente prefeito.



primário. Assim com a sua irmã, Vitalina Pereira que nasceu em 28/04/1934, em Morro Grande, 4º Distrito de Santo Antônio da Patrulha ela também desde muito pequena reside em Campo Bom. Sobre esse período que antecede o ingresso na escola, Vitalina expressa como era a vida da família, que migrava pelas cidades próximas da capital, em função do trabalho do pai que “cortava mato”:

“Meu pai e minha mãe trabalhavam na roça, nós era muito pobre, mas meu pai sempre botou os filho todos no colégio, todos tinham que estudar, aí nós chegava em casa e ia ajudar eles também, era o serviço que nós tinha que ajudar a fazer. Mas nós tivemos uma vida muito pobre... agora a gente tá bem, graças a Deus” (Celina, 2018).

Celina e Vitalina evidenciam em suas narrativas que a devoção a Deus sempre esteve presente no contexto familiar e escolar. Rezar, agradecer e apresentar uma postura amável e subserviente é algo que se observa, nos gestos, na trajetória construída, no modo de vida e nas ações empenhadas pelas irmãs na comunidade em que se inseriram.

Em 10/02/1934, foi criado o Grupo Escolar Sapiranga, denominado hoje Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio. O atual Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio, ou apenas “Genuíno Sampaio”, tem sua história a partir da década de 1930, com a implantação do Grupo Escolar que posteriormente recebeu a designação de Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio. Até 1975<sup>306</sup>, a instituição funcionou no prédio situado na Rua Carlos Biehl, número 108, e mesmo que fosse uma residência particular, demonstra que era um destacado prédio na municipalidade, como se observa na fotografia da figura 3, uma fachada ampla e com identificação da instituição:

<sup>306</sup>Em 1955, com a emancipação do município, o Curso Ginásial agrega-se a instituição. Em 1956 o prédio que abrigava o Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio passou a oferecer o Curso Ginásial. Nesse sentido, na parte da manhã funcionavam os cinco anos do curso primário do grupo e no turno da tarde as quatro séries do ginásial. Em 1958, o curso ginásial passou a ser oferecido no período noturno e passou a funcionar a Escola Técnica de Comércio. Em 1962, a escola oferecia o Curso Ginásial, Científico e Colegial ou o Clássico. Além da oferta do Curso Normal Regional nas modalidades de 1º. Ciclo, e 2º. Ciclo e o Curso de Comércio. Em 1969, o Grupo Escolar é transformado em Escola primária de aplicação da Escola Normal, para as alunas normalistas e que atuavam em escolas da região funcionando até 1972.

Figura 3- Grupo Escolar de Sapiranga, 1939 [?]



Fonte: Acervo pessoal da professora Hélia Koetz Pereira

O Grupo Escolar foi criado em 10 de fevereiro de 1934, através do decreto nº 5526, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, João Carlos Machado, no exercício da função de Interventor Federal. No final da década de 1930, o governador José Antônio Flores da Cunha denomina os grupos escolares para perpetuar nomes de personalidades ligadas ao desenvolvimento histórico ou educacional do Rio Grande do Sul.

Como argumenta Souza-Chaloba (2019), a criação dos grupos escolares contribuiu para projetar uma determinada noção de forma escolar. Sobretudo, a configuração histórica que a criação dos grupos propõe, embora considerando as particularidades de cada localidade, região e estado da federação endossam as iniciativas de uma nova relação que a escola moderna propôs aquilo que se refere a constituição de uma autonomização das relações sociais, “convertendo a escola em um espaço específico de socialização vinculada à existência de saberes objetivados de socialização. [...] O tempo escolar passa a vincular-se à regulamentação das condutas [...]”. (SOUZA-CHALOPA, 2019, p. 5). Cabe considerar ainda que este modelo dos Grupos escolares influenciou concomitantemente na concepção arquitetônica da escola, bem como na composição material da escola, adotando outro tipo de mobília escolar e vasto material didático.

### **Considerações finais**

Investigar os grupos escolares no Rio Grande do Sul, sobretudo, na primeira metade do século XX, pressupõe reconhecer suas relações com as escolas complementares e os colégios distritais, projetados no final do século XIX e implantados a partir de 1901. A criação das escolas não corresponde ao provimento imediato de docentes, embora, as escolas reunidas (fase transitória para os grupos escolares) tenham representado uma facilidade neste quesito. Nesse sentido, com a supressão das Escolas Complementares, a partir de 1909, o ensino graduado se

institui no estado com a implantação dos Colégios Elementares.

A investigação dos grupos escolares, com ênfase a partir de 1915 até 1959 mantém uma relação direta com as ideias pedagógicas e as reformas educacionais disseminadas nesse período, especialmente no que se refere ao movimento da escola nova. É importante destacar, ainda, que não apenas o currículo escolar foi influenciado por ideias pedagógicas da primeira metade do século XX, mas também, os saberes desenvolvidos na escola na formação do “homem ideal”.

O modelo dos Grupos escolares influenciou concomitantemente na concepção arquitetônica da escola, bem como na composição material da escola, adotando outro tipo de mobília escolar e vasto material didático e a sua presença desempenhou um reconhecido papel na formação do caráter e forjou nesse grupo específico de estudantes uma identidade regional e nacional associada ao sentimento pátrio.

### Referências

ALMANACK ESCOLAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição Oficial. 1935. Livraria Selbach: Porto Alegre.

CARVALHO, M. M. C. de. A dívida republicana. A escola modelar. O freio do progresso. A reforma moral e intelectual. In: *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSEF, 2003, p. 9-80.

FARIA FILHO, L. M. Dos Pardieiros aos Palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906 – 1918). São Paulo, *Tese* (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1996.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de. Instituições escolares e história da educação brasileira: análise dos CBHE e do NEPE-UFU. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 51–71, 2020. DOI: 10.22483/2177-5796.2020v22n1p51-71. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3579>. Acesso em: 2 set. 2021.

O 5 de Abril. Jornal. Grupo Escolar. 15 de maio de 1931, ano V, n. 3, Novo Hamburgo, p. 2.

O 5 de Abril. Jornal. Grupo Escolar Pedro II. Pleiteia-se a sua elevação à categoria de Collegio Elementar. 5 de junho de 1936, ano X, n. 8, Novo Hamburgo, p. 2.

O 5 de Abril. Jornal. Grupo Escola Pedro II. 15 de julho de 1935, ano IX, n. 3, Novo Hamburgo, p. 2.

PERES, Eliane Teresinha. Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909 – 1959). *Tese em Educação*. Belo Horizonte: FAE / UFMG, 2000.

PERES, E. Currículo e práticas escolares da escola primária gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica (1909-1959). In: GRAZZIOTIN, L. S.S.; ALMEIDA, D. B. (Org.). *Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar. Séculos XIX e XX*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 30-64.

- SANTOS, A. V; VECHIA, A. As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP: Sbhe, v. 19, 2019.
- SOUZA-CHALOPA, R. F. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 19, e063. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e063>
- SOUZA, R. F. *Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1889–1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. Identifica Autoria, 2015.
- SOUZA, José Edimar de. *As Escolas Isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande – RS (1940 a 1952)*. 2015. 292 f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2015.
- SPOHR, G. *Reminiscências*. 1965[?]. Acervo do Colégio 25 de Julho, folhas avulsas. Arquivo. Geral 1990. 2 folhas datilografadas.
- STOCKER JR, J. L. Fotografias antigas como forma de interpretar o passado... e o Álbum Comemorativo de Campo Bom em 1926. Dzeit/RS. Memórias [Drops]. 14 de maio de 2010. Disponível em: <http://dzeit.blogspot.com/2010/05/fotografias-antigas-como-forma-de.html> acesso 30 ago. 2021.
- TAMBARA, E. A. C. Cartografia da gênese e consolidação do modelo republicano-castilhista de educação primária no Rio Grande do Sul: o papel do “intelectual operador” Manuel Pacheco Prates (1894-1911). In: GRAZZIOTIN, L. S.S.; ALMEIDA, D. B. (Org.). *Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar. Séculos XIX e XX*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 12-29.
- VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. Vidal, D. G. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 3-14, 2006.
- Entrevistas orais:
- DREGER, E. *Entrevista oral sobre os modos de organizar a escola primária no Rio Grande do Sul*. Campo Bom, 6 de fevereiro de 2018. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.
- SOUZA, C. *Entrevista oral sobre os modos de organizar a escola primária no Rio Grande do Sul*. Campo Bom, 1 março de 2018. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.
- PEREIRA, V. *Entrevista oral sobre os modos de organizar a escola primária no Rio Grande do Sul*. Campo Bom, 6 de março de 2018. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

## O HOMICÍDIO DA ESCRAVIZADA LUÍZA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NO RECIFE OITOCENTISTA

Joyce Conceição de Mesquita, PPGH, Universidade Católica de Pernambuco

**Resumo:** o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso, em concreto, o da escravizada Luíza, assassinada pelo seu senhor em dezembro de 1863. Através das informações qualitativas sobre o sucedido, consultáveis através das mais de duzentas páginas que constitui o processo-crime pertencente ao arquivo do Memorial de Justiça de Pernambuco, da imprensa coeva e outras fontes arquivísticas. Além da vida interrompida de Luíza, mote e percurso ao mesmo tempo, discutiremos as condições de trabalho dos escravizados – em especial do trabalho servil feminino no âmbito urbano –, os espaços de sociabilidade, as relações de poder e gênero no Recife do início da segunda metade do século XIX. Para isso, como dissemos acima, trabalharemos com uma fonte essencialmente judicial. Os dossiês criminais utilizados como fonte no procedimento de produção historiográfica configuram uma extensão de possibilidades de análises no campo da história. Uma vez submetidos à perguntas apropriadas, as longas páginas dos processos criminais manifestam-se como ricas jazidas pelas quais podemos ter acesso não só à complexidade das relações de poder, mas também à dimensões sociais e culturais do período pesquisado.

**Palavras chaves:** Crime; mulher escravizada; Recife oitocentista.

O presente trabalho tem como ponto de partida uma Ação Penal – pertencente ao Memorial de Justiça de Pernambuco – movida pela Justiça Pública entre os anos de 1863 e 1866 na Comarca do Recife contra Luiz Gonzaga de Senna. O crime de homicídio, ocorrido no dia 15 de dezembro de 1863, previsto pelo art. 193 do Código Penal de 1830 foi praticado pelo réu contra sua escravizada “Preta Luíza”, assassinada no Catucá da freguesia dos Afogados. Para além de propor uma reflexão acerca da criminalidade, busca-se apreender a forma em que senhores e escravizados se percebiam dentro da configuração histórica da escravidão, bem como o lugar da mulher escravizada no âmbito urbano. A partir disto, compreender relações de poder e sociabilidade no Recife na segunda metade do século XIX.

Através das fontes que compõem a documentação – leis, relatórios do Tribunal da Relação de Pernambuco e do Ministério Público, juntadas, relatório de perícia, depoimentos, petições, despachos policiais, acórdãos, sentenças, entre outras tipologias -, o lançar mão da redução de escala e do paradigma indiciário nos possibilitará compreender fenômenos que passariam despercebidos em uma análise generalizante, como a trajetória de pessoas envolvidas, suas práticas sociais e os interditos contidos no processo; “escolher uma escala de observação significa escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa” (LEVI, 1998, p. 203).

Em 29 de dezembro de 1863, o subdelegado José Roberto de Moraes e Silva comunicava em ofício que tendo ele se dirigido ao local do crime, constatou-se juntamente aos peritos mediante procedimento de corpo de delito que a vítima havia sido levada à óbito em decorrência de uma “surra”, apresentando contusões por todo o corpo.<sup>307</sup> O ocorrido chegou a ser noticiado pelo Diário de Pernambuco em 22 de dezembro de 1863, gerando repercussão por tratar de ser, nas palavras do Promotor Público Francisco L. de Gusmão Lobo, um “facto que encheu de justa indignação a população d’esta cidade”.<sup>308</sup> Também o “*Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*” do Rio de Janeiro, na terça-feira 5 de janeiro de 1864, trazia em sua quarta página da edição n. 609 a seguinte notícia:

No Lugar chamado Catucá, freguesia dos Afogados, foi encontrado na manhã do dia 15 do corrente, o cadáver de uma preta chamada Luíza e escrava de Luiz Gonzaga de Senna, a qual, segundo o parecer dos peritos, na vestoria a que procedeu o Sr. subdelegado José Roberto de Moraes e Silva, falleceu das consequencias de uma surra que lhe dera seu mencionado senhor, o que bem mostrava o estado lastimoso em que se achou o corpo daquella desgraçada (Actualidade, 5 de jan. 1864, p. 04).

Por que um crime cometido contra uma escravizada repercutira em periódicos da época, visto que delitos como estes eram comuns se levarmos em conta que estamos falando de uma sociedade de caráter escravocrata e patriarcal? Assim como processos são produzidos e destinados à um público específico – universo penal-judiciário –, também os jornais possuem sua própria narrativa e público alvo, que diga-se de passagem, é um público amplo e circular; a narrativa não fica restrita às estantes de arquivamentos. Os jornais “constituem-se de redes de informação em acordo com o universo cultural no qual estão imersos” (CARNEIRO, 2012, p. 112). Em “História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900”, Marinalva Barbosa discorre acerca dos textos publicados pela imprensa oitocentista, marcados por oralidades que implicam a identificação de protagonistas sociais, bem como seus âmbitos e gestos (BARBOSA, 2010). Por não poder, neste momento, debruçar-me na análise e demais páginas de jornais<sup>309</sup> o importante é tornar indubitável que o fato transitou não só na imprensa pernambucana, mas para além dela.

<sup>307</sup>Fonte: Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3923.

<sup>308</sup>Fonte: Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3939.

<sup>309</sup>O Diário de Pernambuco noticiou durante os anos de 1863 à 1866 todos os tramites processuais. Foram várias as notícias sobre o sucedido, não só no periódico em questão. Mas infelizmente, no momento em que este trabalho está sendo realizado, muitos dos documentos encontram-se fora do ar desde o ataque sofrido pela Biblioteca Nacional, ocorrido em 11 de abr. de 2021.

A notícia veiculada preocupou as autoridades de modo à apressarem a investigação<sup>310</sup>, mas só em 27 de janeiro de 1864 foram intimadas as testemunhas, além do acusado Luíz de Gonzaga Senna que se encontrava foragido desde o crime cometido.

Um mês após o ofício que constatou a morte, compareceram às três horas da tarde na residência do subdelegado apenas três das seis testemunhas intimadas à prestarem depoimento – Manuel Francisco S. de Bento, Antonio Caetano Tavares e Antonio Manuel Bento – ficando as outras três testemunhas – Pedro S. Alves da Silva, João Luiz Ferreira e João Francisco Xavier –, de acordo com documento datado de 3 de fevereiro de 1864, a comparecerem ao mesmo local no dia seguinte nem que fosse “de baixo de vara”.<sup>311</sup>

Um dos fatores mais intrigantes é a motivação que levou Luíz de Gonzaga Senna, senhor da ‘Preta Luíza’ à cometer homicídio, isso porque já em 1850 entrava em vigor a Lei Eusébio de Queiroz<sup>312</sup> que, em teoria, poria fim ao tráfico negreiro. Ora, com o fim do tráfico a perda de um escravizado passou a importar mais para seus proprietários já que seus preços aumentaram consideravelmente. Por esse mesmo motivo, de acordo com Sidney Chalhoub, ações policiais contra escravizados eram evitadas pelos seus senhores até quando os mesmos eram vítimas (CHALHOUB, 1990). A Constituição Brasileira de 1824 aboliu “os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as demais penas cruéis” (BRASIL, 1824, art. 179, § 19), mas o Código Criminal do Império (1830) foi pensado e elaborado de acordo à atender as condições sociais e políticas do período em questão. Estabeleceu-se a adesão de penas que privavam a liberdade em detrimento à práticas suplicantes, contudo, persistiram os açoites unicamente para escravizados. Leis penais do oitocentos garantiam a manutenção da violência dentro de um sistema que já demonstrava entrar em declínio (CARVALHO, 1996).

Estudiosos das Ciências sociais do séc. XIX encaravam o crime como desvio de comportamento moral. De acordo com o historiador Marcos Luiz Bretas em “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”, a partir do surgimento de estudos

<sup>310</sup>Fonte: Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3927: 1º Secção Secretaria de Polícia de Pernambuco 24 de Dezembro de 1863/ Na Revista diária do Diario de Pernam-/buco de 22 do corrente, sôb n.º 293, lê-se o seguinte/ “Falleção no dia 15 do corrente, no Catucá, da/ freguesia dos Affogados a preta Luiza esca-/va de Luiz Gonzaga de Senna, em consequen-/cia de uma surra que o mesmo senhor lhe déra./ Em vista do que, reconmendo á Vm.cê que sem/ perda de tempo, proceda na forma requerida/ pelo D.or Promotor Publico da Capital, no offi-/cio junto por cópia, lhe remeto, devendo VM.cê/ trazer ao meu conhecimento o que fôr occorren-/do á tal respeito/ Deos Guarde á Vm.cê / Abilio José da S./ Senr. Subdelegado da Policia/ do districto dos Affogados [...]

<sup>311</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3963.

<sup>312</sup>Sessão de 16.07.1852 / Anais do Parlamento, 16.07.1852, p. 244-256. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei>. Acesso em 28 de mai. de 2021.

desenvolvidos na área da história social ocorre uma inversão de eixo responsável por aproximar o comportamento criminoso ao cotidiano (BRETAS, 1991). Tal aproximação pode ser percebida em inúmeros trabalhos no campo da história do crime e violência<sup>313</sup>, como aponta o historiador Deivy Ferreira Carneiro:

Para além da análise da criminalidade ou do aparato jurídico em si, o que estes trabalhos propõem é a análise das sociedades de forma mais ampla e mais completa, [nos permitindo] acessar a teia de relações sociais e as interdependências que constroem as mesmas normas sociais que guiam as ações e estratégias do cotidiano através do uso analítico do desvio ou do crime (CARNEIRO, 2018, p. 49).

Processos crimes constituem-se como fonte pela qual o historiador recupera fragmentos do passado, pois é feito de falas entremeadas pelas estratificações do poder, de diversos sujeitos. Os testemunhos neles presentes estão carregados de subjetividades que independem da dominação do poder público no que diz respeito à produção de documentos oficiais. Por conseguinte, é preciso “ler os documentos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levarmos em conta, tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas” (GINZBURG, 2002, p. 44).

Todos os depoimentos arrolados reafirmam a causa da morte da “preta Luíza” e quatro das seis testemunhas nos levam a inferir que o ato de infligir castigos impetuosos fazia parte do cotidiano do senhor-escravizada, pois a mesma escapava frequentemente. Os gritos proferidos pela vítima no dia de seu homicídio chegaram a ser escutados por vizinhos, como afirma Pedro Alves da Silva “que ouvira os gritos seguintes: ai meu senhor não me mate não me mate meu senhorzinho me àcuda”<sup>314</sup>. A terceira testemunha convocada, o “pardo” Antonio Manuel Bento, em resposta às perguntas inquiridas alegou ter conhecimento de que “Luiz Gonzaga de Senna vivia constantemente a procurar a preta Luíza por ser fujona”<sup>315</sup> A fuga entendida como “unidade básica de resistência do sistema escravista” (REIS; SILVA, 1989, p. 62) além de configurar um ataque frontal ao direito de propriedade, “é um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrível dos senhores, garantindo-lhes espaço para negociação e conflito” (REIS; SILVA, 1989, p. 63).

<sup>313</sup>VENDRAME (2013); WADI (2009); MOREIRA; RIBEIRO; MUGGE (2016)

<sup>314</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3977.

<sup>315</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3957



Outro ponto a ser sugerido diz respeito à percepção de “cores” expressas nos documentos. A testemunha citada acima é apresentada como “pardo” e a escrava como “preta”; há uma graduação entre ser livre e ter voz ligada a uma cor; e ser “fujona” e “preta”. As ciências sociais apontam o séc. XIX como o período de uso científico da categoria “raça” e sua vinculação com a sociedade, mas já desde o período colonial, o sistema de classificação de “cor” no Brasil se mostrava multipolar. Jocélio Tales dos Santos, em seu artigo “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificação raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX” através da investigação da roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, indica o séc. XVII como antogênese de classificações (branco, pardo, mulato, cabra, crioulo, mestiço, negro) e o séc. XVIII como período de consolidação de uma ambiguidade classificatória (SANTOS, 2005).

As testemunhas convocadas a prestarem depoimento sobre a morte da escravizada Luíza são apresentadas da seguinte forma: 1ª Testemunha – “Manoel Francisco de S. Bento, *pardo*, casado idade de cinquenta anos, vive de negócios, natural da Ponte dos Carvalhos da Freguesia do Cabo e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”<sup>316</sup>; 2ª Testemunha – “Antônio Caetano Tavares, *branco*, idade de quarenta e dois anos, casado, natural da Cidade do Recife e morador na estrada da Pitanga desta Freguesia dos Afogados”<sup>317</sup>; 3ª testemunha – “Antônio Manuel Bento, *pardo*, casado, idade de vinte e cinco anos, vive de negócio, natural da Ponte dos Carvalhos Freguesia do Cabo e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados<sup>318</sup>”; 4ª Testemunha – “José França Xavier, *pardo*, idade de trinta e nove anos, casado, e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”<sup>319</sup>; 5ª Testemunha – “João Luis Ferreira, *pardo*, idade de vinte e seis anos, casado, natural da Freguesia de Santo Antônio do Recife e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”<sup>320</sup>; 6ª Testemunha – “Pedro Soriano Alves da Silva, *pardo*, com idade de cinquenta anos, natural da Villa do Bonito e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”<sup>321</sup>.

<sup>316</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3951.

<sup>317</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3953, DSC3955.

<sup>318</sup>Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3957.

<sup>319</sup>Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3971.

<sup>320</sup>Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3973.

<sup>321</sup>(Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3997.

Constata-se o que sucede o nome das testemunhas: sua classificação de cor. “A princípio, pode parecer que a razão para essa diferença [de cor] seja o olhar de cada escrivão [...]; entretanto trata-se menos de uma classificação individual e, sim, de leituras de práticas sociais” (SANTOS, 2005, p. 128). Alguns dos termos foram dicionarizados por Antonio de Moraes Silva no século XVIII, como “branco” que apresenta-se sendo oposto a pardo e preto “branco nos couros, na alma mais que cafre, ou boçal Ethiope. § Gente branca; diz o povo para significar a gente polida” (MORAES, 1890, p. 357). O termo “pardo” estaria para cor entre branco e preto, podendo também indicar um mulato<sup>322</sup> e negro seria classificado como indivíduo desgraçado, triste, infausto, ou de cor preta como a tinta de escrever, o carvão apagado (MORAES, 1890). A linguagem simbólica apresentada pelos documentos indica arranjos conceituais no sistema linguístico escravocrata, bem como demonstra a flexibilidade do uso dessas classificações no Brasil (SANTOS, 2005). Desta forma, “As percepções sobre a cor traduziam tanto hierarquias sociais como revelavam ambiguidades no modo como os indivíduos eram classificados” (SANTOS, 2005, p. 131). Há uma razão para tais testemunhas serem apresentadas como “branco”, “pardo”, tal qual a vítima sempre ser mencionada como “preta Luíza escrava do senhor Luiz Gonzaga de Sena” e a razão é indicar os espaços que esses sujeitos ocupavam nas relações de poder em que estavam inseridos. Não seria também o termo “preta/preto” usado na segunda metade do oitocentos, como forma de apagamento de identidade para africanos que aqui entraram após 1831? Desta forma se evitaria mencionar suas nações, portos e infrações a eles associadas. A naturalidade da cativa Luíza é uma questão que até então carece resposta.

Ainda no que diz respeito às fugas, há de se levar em consideração que a segunda metade do século XIX é marcada não só pela popularização de ideias antiescravagistas, mas por crescimento de núcleos urbanos mais próximos a locais em que existia uma alta densidade populacional de escravizados, o que fornecia suporte material e ideológico para as mesmas (REIS; SILVA, 1989). Sobre isto, é importante lembrar que a freguesia dos Afogados – lugar onde o crime foi cometido – situa-se nas redondezas do centro urbano recifense.

O Recife do oitocentos chegou a ocupar a posição de terceira cidade que mais recebeu cativos na conjuntura do tráfico atlântico, ficando atrás apenas da Bahia e do Rio de Janeiro. Na segunda metade do século, caracterizava-se pela presença acentuada de negros escravizados e libertos que evidentemente formaram assentamento de relações entre si e demais agentes

<sup>322</sup>Classificava o filho do cavalo com a “burra”, assim como o indivíduo que era resultante de uma relação interracial, o “filho ou filha de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branco até certo grau” (SANTOS 2005, p. 118).

históricos. De acordo com o recenseamento de 1856, o centro urbano da cidade contava com 40.977 habitantes dos quais 7.707 eram escravizados. Tanto no centro do Recife como em seus arredores se podia observar cativos desempenhando diferentes afazeres, desde tarefas domésticas à transportação de mercadorias, condução de carroças e abastecimento de providências em casas senhoriais. O cenário esboçado foi testemunhado e documentado por alguns viajantes, como Tollenare; Koster; Kidder; Gardner e até Charles Darwin (CARVALHO, 2002).

Luíza era uma cativa doméstica do âmbito urbano, portanto, desempenhou uma das mais “antigas e disseminadas formas de utilização da mão de obra escrava no Brasil, principalmente durante o império” (GUIMARÃES, 2020, p. 05). No que se refere aos trabalhos domésticos, podem ser citados tantos serviços próprios do interior da casa – como costurar, limpar, cozinhar, confeccionar utensílios, dentre outros – como serviços externos – acompanhar suas senhoras em passeios, se livrar de desejos em rios, garantir manutenção de alimentos e tudo aquilo que desninhava-se a preservação do conforto da família (GRAHAM, 1992; PALHA, 2011).

Aos 12 de fevereiro de 1864, o senhor da escravizada foi recolhido à Casa de Detenção do Recife após receber nota de culpa, prestando depoimento em 15 e 17 de fevereiro do mesmo ano. Luiz de Gonzaga Senna, senhor da escravizada Luíza, branco, casado, de quarenta e três anos de idade, filho de Thomas José de Senna e Maria Francisca dos Prazeres, brasileiro, natural da Boa Vista, letrado e sustentado por “negócios” ... ao ser inquirido sobre o crime, nada disse, exceto que se encontrava em sua residência e que provas que justificassem sua inocência só seriam apresentadas pelo seu advogado “em momento oportuno”<sup>323</sup>.

Em abril do mesmo ano, dizia o Promotor Público Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo:

Por Libelo crime acusatório diz à Justiça Pública por seu promotor, constar o réu preso Luiz Gonzaga de Senna, por ser a melhor forma de direito. Pelo que, durante o mês de dezembro do último ano e na Freguesia dos Afogados, o réu castigou por modo tão excessivo e desumano a sua escrava por nome Luiza que com as contusões vistoriadas no corpo de delito, á fls. 5, lhe causou a morte; Pelo que por este procedimento o réu inscreveu no art. 193 do Cod. Criminal; Consequentemente, pede-se que o presente libelo seja recebido e afinal julgado provado para que se imponham ao réu no grão médio as penas do precitado art. 193 do Cod. Crim. O Promotor Público F.<sup>co</sup> Leopoldino de Gusmão Lobo

<sup>323</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4005.

Após libelo acusatório e tramites processuais necessários, deu-se início ao julgamento em 2 de junho de acordo com o termo de reunião do júri. Às 10 horas da manhã, o escrivão Joaquim Francisco de Paula Esteves Clemente registrou presença do Doutor João Antônio de Araújo Freitas Henrique – juiz de direito da primeira vara criminal da comarca e presidente do Tribunal –, do Doutor Promotor Público José Paulino de Câmara, além dos 48 jurados, o réu e seu advogado, o Doutor Antônio Justino.

Havendo as partes tomado seus respectivos lugares, o juiz de direito visou proceder a intimação dos doze jurados que iriam compor o júri de sentença, como prescrito nos artigos 275 e 277<sup>324</sup> do Código do Processo Criminal. Em seguida, abrindo a urna que continha as 48 cédulas com os nomes a serem sorteados, mandou que Manoel Joaquim Pais Bento retirasse uma a uma, pelo que leu cada nome na medida em que cada cédula foi extraída. Os doze jurados<sup>325</sup> dirigiram-se à lugares separados do público e efetuaram um juramento de franqueza.

Neste momento, constitui-se de fundamental importância o dinamismo que consolidou a formação e estruturação do júri no período em questão. O Código do Processo Criminal havia passado por reformas em 1841, dentro de uma configuração histórica marcada pelo movimento que visava o reestabelecimento da centralização política imperial aos moldes da carta constitucional de 1824, o chamado Regresso. Sobre isto, diz Engel (2002):

O projeto defendido pelos chamados regressistas pressupunha uma centralização que não apenas assegurasse a manutenção da hegemonia do Rio de Janeiro, mas conferisse ao imperador, no exercício do Poder Moderador, um controle efetivo do Executivo e do Legislativo. Conceberam, assim, o Regresso como a melhor forma de conduzir o processo de consolidação do Estado nos trilhos da unidade (do Império) e da ordem (escravista), neutralizando a “anarquia” atribuída ao período regencial” (ENGEL, 2002, p. 626).

A implementação de mudanças na legislação com vistas a assegurar a ordem pública e a unidade nacional, culminou na reforma que teve expressa incidência no funcionamento do Tribunal do Júri. Passou-se a exigência de jurados que soubessem ler e escrever, o que é

<sup>324</sup>Art. 275. Entrando-se no sorteamento para a formação do 2º Conselho, e á medida que o nome de cada um Juiz de Facto, fôr sendo lido pelo Juiz de Direito, farão o acusado, e o accusador suas recusações sem as motivarem. / Art. 277. São inibidos de servir no mesmo Conselho ascendentes, e seus descendentes, sogro, e genro, irmãos, e cunhados, durante o cunhadio. BRASIL, Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Dispõe sobre sorteamento e composição do júri. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm); Acesso em 31 mai. 2021.

<sup>325</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC 4089 – DSC4091. Bernardino de Serra Pontual, o Doutor Antonio de Faria Neves, Doutor Francisco Leonardo de Souza M. Couto, João dos Santos Porto, Caetano José Mendes, Macomero Penna dos Santos, Fortunato da Silva Neves, Doutor Joaquim da Costa Dourado, Joaquim P., Emilio M. Silveira de Mello, José B. (?), Manoel Moreira de Azevedo.

problemático se levarmos em consideração que a imensa maioria da população era analfabeta (FIGUEIRA, 2007), além de que,

aumentó el ingreso estipulado, y restringió la fuente de esse ingreso a favor de los grupos de terratenientes. Después de que la nueva ley entro en vigor, el ingreso anual mínimo para los jurados em las cidades importantes del imperio aumento a 400 milreis. En las cidades secundarias el requisito bajó a 300 milreis, y en los pueblos y condados del interior se redujo a 200 milreis. Sin embargo, estos ingresos mínimos solo eran válidos si se derivaban de los salarios y emolumentos del servicio público o de bienes raíces. Los hombres que se ganaban la vida en el comercio o en la industria se enfrentaban a un requisito de ingreso exatamente dos veces mayor que el de los terretenientes<sup>135</sup> y servidores públicos. En esta reforma, los reformadores jurídicos conservadores trataron de asgurarse de que la mayoría de los jurados estuvieran dominados por los terratenientes, cuyos intereses trataban de articular, o por los empleados públicos cuyos lazos de dependencia con el gobierno central, eran obvios (FLORY, 1986, p. 268).

Dito isto, podemos constatar a criação de um mecanismo pelo qual conservadores lançaram mão, para que as decisões relativas aos sentenciamentos de crimes estivessem sob responsabilidade de uma administração penal ligada a grupos de proprietários de terra e funcionários públicos, garantindo a manutenção de seus interesses que convergiam-se na preservação da centralização do poder, do patriarcalismo e do escravismo.

Após deferimento do juramento aos doze jurados, o juiz de direito passou a interrogar o réu Luiz Gonzaga de Senna que se encontrava livre de ferros e “sem constrangimento”. Levado a tomar outra postura, diferente de suas últimas falas, ao ser inquirido sobre a circunstância da morte da cativa Luíza, expôs que havia comprado a escravizada no mês de maio de 1863 e que apenas dois meses após efetivação da compra, a mesma demonstrava sofrer de “moléstias incuráveis e próprias de sua saúde”<sup>326</sup>, vindo a falecer no mês de dezembro em decorrência disto. Alegou ainda que durante este tempo contratou tratamento médico sob a direção do Doutor Ignacio Nevez, mas que mesmo arcando com tal despesa, não foi bastante para preservar a vida da escravizada. Perguntado se Luíza era castigada, respondeu que estando em seu poder – apesar de ter fugido várias vezes – não a castigava, reforçando que no momento em que ocorreu a morte, não estava sob punição.

Dada a palavra ao advogado de defesa Antônio Justino, “este, mostrando a lei provas factos e rasões que sustentarão sua inocença”<sup>327</sup> também o Doutor Augusto C. Monteiro das

<sup>326</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4099.

<sup>327</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4105.

Silva Santos falou em favor do réu. Mão se sabe quais provas e fatos foram estes. O que sabe-se, é que logo em seguida o juiz de direito fez a leitura das questões propostas ao júri de sentença, pelo que se dirigiram à uma sala secreta de conferências acompanhados pelos oficiais de justiça Manoel Martis Sousa e Manoel Thomas de Sousa. Estes, ficaram encarregados de restringirem qualquer tentativa de comunicação dos doze jurados.

Após ser apresentada certidão de incomunicabilidade<sup>328</sup>, o presidente do referido júri leu em voz alta as respostas que foram escritas às questões propostas:

Quesitos, 1: 1º - O réo Luis Gonzaga de Sena, no começo do mes de d.º do anno passado, castigou de tal sorte a sua escrava de nome Luiza, que levou falecer em resultado do castigo, como se falou no libelo á fls. antes.

2º - A paciente morreu de ser matada e mal cuidada.

3º - A paciente morreu, não porq. O mal causado foi matado, mas de q. ser não applicara a deligencia p. ser removido o mesmo mal.

4º - Existem circunstancias attenuantes á favor o réo.

5º- o jury resolveu, que a paciente morreu em resultado de castigo moderado, q, os senhores podem infligir á seus escravos, e q. o súbdito castigo não fora d'aquelles, que vão contrarios as leis em rigor

Salla das sessões do jury do Recife, em 22 de junho de 1864 J. A. d' Freitas<sup>329</sup>

Por maioria absoluta dos votos, o presidente e secretário de leitura, respondeu que quanto ao primeiro quesito, não por unanimidade, o Réu Luís Gonzaga de Senna no correr do mês de dezembro de 1863, não castigou a sua escravizada por nome Luíza. Por este motivo, os demais quesitos da acusação foram suspensos pois se acharam prejudicados com a resposta do primeiro. Tendo em vista a decisão do júri e as disposições do direito, foi absolvido o réu das acusações e recebendo mantado do juiz naquela sessão, ficou acertado que findo o prazo legal, lhe passasse alvará de soltura para que saísse da Casa de Detenção. Após baixa de culpa, ficaria incumbido ainda em pagar as custas dos cofres públicos pelo procedimento em virtude da apelação amparada no § 1º do art. 449<sup>330</sup> do regulamento de 31 de janeiro de 1842.

<sup>328</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4109: Nós oficiais de justiça abaixo assignamos certifi-/camos que não houve comunicação por qual-/quer maneira com a doze juizes de facto que compu-/nhão o juízo de sentença, assim no transito destes/ nda sala publica á sala secreta, como enquanto/ se conçirvarão, e para constar passam a presente/ que assignamos. – Sala das Sessões do jury desta/ Ci.º do Reciffe 2 de Junho de 1864/ Manoel Martins Sousa / Manoel Thomas de Souza Leão.

<sup>329</sup>Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4113.

<sup>330</sup>Art. 149. Os que forem recolhidos á cadêa sómente em custodia; os recrutados; e os que, sendo presos antes de culpa formada, nos casos em que essa prisão tem lugar, não estiverem ainda pronunciados, serão, sempre que fôr possível, postos em lugar separado, sem comunicação com os pronunciados e criminosos. BRASIL, Reg. nº 120, de 31 de janeiro de 1842. Dispõe sobre inspeção das prisões e da sua economia. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Regulamentos/R120.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm). Acesso em: 0e de jun. de 2021.

Crime e escravidão são temas que constantemente se convergem uma vez que a violência é indicada até como sendo necessária para a conservação desse modelo econômico-social. Geralmente cometidos pelos próprios escravizados como forma de resistência – onde podemos observar em estudos publicados pelas historiadoras Leila Algranti<sup>331</sup> e Maria Helena Machado<sup>332</sup> – os crimes também aparecem sendo cometidos contra eles, como foi o caso da escravizada Luíza.

De acordo com leitura do processo, verifica-se através de testemunhos, de relatório de perícia, além da repercussão gerada, que o senhor Luiz Gonzaga de Senna havia matado sua escravizada Luíza em decorrência de castigos impetuosos motivados não só pelas constantes fugas que marcavam os limites da dominação, mas pela própria dominação em si. Ao contrário das evidências apresentadas, o réu branco e senhor de negócios foi absolvido diante o entendimento do júri igualmente branco e de posses; entendimento este que minimizou os acontecimentos a partir de uma boa instrumentalização dos mecanismos jurídicos. Dentre as brechas que o próprio Código Criminal (1830) possuía, uma leitura restrita poderia ocasionar vários deslizos (ou diríamos vários acertos ao que foi pensado?). De qualquer modo, o parágrafo 6º do art. 14 que refere-se aos crimes justificáveis, estipula que:

Art. 14. Será o crime justificavel, e não terá lugar a punição delle: 6º Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discipulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade delle, não seja contraria ás Leis em vigor (BRASIL, § 6, art. 14, 1830).

A disposição prevista no exposto acima corresponde a uma manifesta relação da justiça com o caráter patriarcal de que recobria a sociedade escravocrata, “amparando o senhor em suas ilicitudes e pondo às claras o valor absoluto aí assumido pela obediência” (COSTA, p. 273, 2013).

A despeito de embates jurídicos entre senhores e escravizados, as historiadoras Beatriz Gallotti Mamigonian e Keila Grimberg em estudo recente, “O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil Oitocentista”, discutem a maneira como a escravização de libertos foi criminalizada e julgada ao longo do séc. XIX, partindo de processos instaurados no Rio Grande do Sul. A análise tem por base três tipos de casos: 1) africanos trazidos ilegalmente depois da proibição do comércio transatlântico; 2) libertos cujas alforrias foram desconsideradas; 3) negros livres que foram sequestrados e vendidos (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021).

<sup>331</sup>O feitor e o Ausente (1988).

<sup>332</sup>Crime e Escravidão (1987).

Dos vários exemplos que vão sendo elencados ao longo do texto, tomemos por base apenas um: a figura de Porfíria, mulher, mãe de dois filhos. Não só ela, mas seus dois filhos haviam sido objeto de posse tempo antes de uma transação efetuada de seu antigo senhor – Antônio Pedro Francisco Pino – para um novo senhor – Pereira Tavares de Melo e Albuquerque. O primeiro, havia recebido duas pessoas escravizadas em troca da predita Porfíria e prole. O que acontece é que a “escravizada” alegou carta de alforria em época da transação de seus senhores, que apoiava-se inclusive em testemunhas. Pelo que o réu (segundo senhor), negou a acusação de que estava em posse ilegal, apresentando documentos para provar que a troca foi um negócio que visara dar a alforria mediante pagamento de um futuro esposo a ser arranjado (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021). O art. 179 de Código Criminal de 1830 previa punição passível de prisão para aqueles considerados do crime de reedição À escravidão uma pessoa livre, pelo que se vê: “Art. 179. Reluzir á escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade. Penas - de prisão por tres a nove annos, e de multa correspondente á terça parte do tempo; nunca porém o tempo de prisão será menor, que o do captiveiro injusto, e mais uma terça parte” (BRASIL, art. 179, 1830). Não nos interessa neste trabalho discutir a questão da reescravização da pessoa livre, mas procurar entender em linhas gerais como as ações penais e crimes eram examinados e tratados de acordo a atender sujeitos e subtrair outros; a dualidade entre brancos e não brancos, senhores vs escravizados.

Assim como Manoel Pereira Tavares de Mello e Albuquerque se dizia senhor e possuidor de Porfíria e esforçou-se em demonstrar que a mesma vivia em seu domínio (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021), também o réu Luiz Gonzaga de Senna deixou claro que a escravizada era de sua posse, que além de viver em seu domínio, ainda custeava as despesas de sua saúde. Ainda que o direito de propriedade neste caso não houvesse sido contestado, é importante destacar que, “a manutenção da posse continuava a ser garantida ao possuidor enquanto não se provasse o contrário” (MAMIGONIAN; GRIMBERG, p. 13, 2021).

Tal como Luiz Gonzaga de Senna e Manoel Pereira Tavares de Mello e Albuquerque, outros 68 escravizadores que haviam infringido a lei cometendo crime contra escravizados e ex-escravizados (nestes casos, crime de reescravização de pessoas livres entre os anos de 1763 e 1888 no Rio Grande do Sul) foram todos absolvidos (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021).

O presente trabalho vem substanciar as acaloradas discussões quanto a eficiência e ineficiência do poder estatal, usado de modo a privilegiar sujeitos em detrimento de outros. Maíra Chinelatto Alves, ao examinar “Histórias de crimes de escravos contra seus senhores: Campinas, século XIX” nos fornece um panorama que contraria as resoluções de crimes



cometidos por senhores. Segue análise detalhada:

No final da década de 1840, momento em que a lei de 10 de junho de 1835 estava sendo aplicada, quatro escravos foram condenados à morte em três processos; no começo dos anos 1870, quando aquela lei – que condenava escravos que agredissem senhores ou prepostos à execução – caíra em desuso e fora amplamente substituída por penas mais leves, doze escravos foram condenados a trabalhos forçados ou a açoites e uso de ferros nos pés ou pescoços, em cinco autos criminais, sendo um dos réus sentenciado em dois processos (ALVES, p. 2, 2009).

Aqui, destaco a convivência harmoniosa dos três poderes e demais instancias com o sistema de escravização. Funcionários da justiça e demais envolvidos em sentenciamentos lançaram não da aprendizagem de meandros institucionais em defesas de seus protegidos, contrapesando aos corpos que desejavam condenar e punir. “Vencidos por Juízes que declaravam as causas improcedentes, júris que absolviam os réus, os tribunais que decidiam a favor da propriedade, ainda que ela fosse ilegal” (MAMIGONIAN; GRIMBERG, p. 20, 2021).

### Fontes

PERNAMBUCO, Memorial de Justiça. Processo-crime: “Homicídio Preta Luíza escrava”, caixa 258, MD 024. 1863 À 1866. Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/digital>. Acesso em 11 de jan. de 2021.

Diario de Pernambuco, Recife, 22 de dezembro de 1863. Nº 393. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_04&Pesq=%22Luzia%22&pagfis=10264](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_04&Pesq=%22Luzia%22&pagfis=10264). Acesso em 22 de jan. de 2021.

Actualidade: jornal politico, litterario e noticioso. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1864. Nº 609. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235296&pesq=%22luiz%20Gonzaga%20de%20Senna%22&pasta=ano%20186&pagfis=2400>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

### Referências

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.

ALVES, Maria Chinelatto. *Histórias de crimes de escravos contra seus senhores: Campinas, século XIX*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH), Fortaleza, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189\\_82d8a9cd500de47e93a11cd3f1178f1c.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_82d8a9cd500de47e93a11cd3f1178f1c.pdf). Acesso em 02 de jun. de 2021.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. *Cod. Criminal do Imperio do Brazil*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em 02 de jun. de 2021.

- BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 28 de mai. de 2021.
- BRETAS, Luiz Marcos. *O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49 -61/ 2.º semestre de 1991. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/edicoes-antiores/bib-32>. Acesso em 24 de jan. de 2021.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Micro-História do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado*. In: VENDRAME, Maira Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (orgs.) *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unissinos, 2018. p. 33- 66.
- CARNEIRO, Vinicius Gonçalves. *História Cultural da Imprensa*. Revista Navegações, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 112-114, jan./jun. 2012. Disponível em: [revistaseletronicas.pucrs.br](http://revistaseletronicas.pucrs.br). Acesso em 26 de jan. de 2021.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Vivian Chierigati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-04112013-164930/pt-br.php>. Acesso em 02 de jun. de 2021.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Verbete “Regresso”*. In: Vainfas, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperialo (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808 – 1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. *O ritual judiciário do tribunal do júri*. 2007. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia, Departamento de Antropologia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GUIMARÃES, Marcele. *Escravas domésticas no século XIX: O papel da mulher na sociedade escravocrata*. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, n. 000196, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/escravas-domesticas-no-seculo-xix-o-papel-da-mulher-na-sociedade-escravocrata>. Acesso em 02 de jun. de 2021.
- KEILA, Grinber. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista*. Mundos do Trabalho, Florianópolis, n. 13, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79922>. Acesso em 02 de jun. de 2021.

- LEVI, G. *Comportamentos, recursos, processos*: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 203-24.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MOREIRA, Paulo Roberto S.; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. *A morte do Comendador: eleições, crimes políticos, e honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos; Editora Unissinos, 2016.
- PALHA, Barbara da Fonseca. *História de Trabalhadoras Escravas na Belém do século XIX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH), São Paulo, 2011. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300681079\\_ARQUIVO\\_textoANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300681079_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf). Acesso em 02 de jun. de 2021.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Jocélio Tales dos. *De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*. Afro-Ásia, Bahia, n. 32, p. 115-137, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21089/13680>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua Portuguesa*. 8 ed. Rio de Janeiro: Lisboa: Empr. Litteraria Fluminense, 1890. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>. Acesso em: 28 de jan. de 2021.
- TELLES, José Homem Correia. *Digesto Português, ou Tratado dos modos de adquirir a propriedade, de a gozar e administrar, e de a transferir por derradeira vontade; para servir de subsídio ao novo código civil*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1846. p. 86-87
- VENDRAME, Maíra Ines. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar, e praticas de justic'a entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Tese (Doutorado), Porto Alegre, PUCRS, 2013.
- WADI, Yonissa. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

## **DIREITOS HUMANOS: UNIVERSAIS E VÁLIDOS PARA TODOS?**

Roberto Oliveira Gonçalves, Professor da Educação Básica atuando no Colégio Mercúrio.  
Mestrando em Ciência da Educação, Universidad de la empresa, Montevideú, Uruguai.

Adriana Pereira Frony, Professora de Educação Básica da SEEDF atuando na EC 314 Sul,  
CRE Plano Piloto, Mestranda em Ciência da Educação em La Universidad de la Empresa –  
Montevideo – Uruguay.

Juciele Silva Ortiz Rosa, Professora de Educação Básica da SEEDF atuando na UNIEB PP,  
Unidade de Educação Básica da CRE Plano Piloto, Mestranda em Ciência da Educação,  
Universidad de la empresa, Montevideú, Uruguai.

**Resumo:** Diante dos avanços dos meios de comunicações, das oportunidades e liberdade de ir e vir na atual sociedade globalizada, na qual estamos inseridos, as informações são veiculadas com extrema agilidade e necessita de filtro para que as mesmas sejam disseminadas de forma ética. Discutir como assimilar o que se veicula de forma a não ferir os direitos de outrem é uma das necessidades presentes a serem respeitadas. Tendo como pilares que fundamentam os direitos humanos - a Dignidade, a Igualdade, a Liberdade e a Justiça -, e sendo a educação a principal agente para a formação para os direitos Humanos, o presente artigo tratará de reflexões acerca de um projeto, que aplicado em uma comunidade na África, vem com o intuito de oportunizar possibilidades e escolhas por aquela comunidade, para se garantir direitos humanos. Vivências africanas e inferências brasileiras. Partindo de tal contexto a ser apresentado, a reflexão se aprofunda na importância em promover uma educação que suscite na formação de crianças e jovens, vivências que consolidarão conceitos quanto ao seu papel cidadão e consciente de acordo com os seus deveres, garantindo os seus direitos, na sua atuação social diante da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Diante de um contexto complexo mundial e social, o que a educação alinhada aos princípios traz quanto às indagações sobre: os direitos humanos são garantidos de forma universal e válido para todos?

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Educação. Universalidade.

### **Introdução**

Compreender o papel que deve ser desempenhado de forma ética na sociedade, para além das bases morais constituídas pelas famílias na formação dos filhos e demais enlances familiares, é de extrema necessidade munir-se de conhecimento, entendimento das bases que fundamentam os direitos, que além dos próprios, o do outro também deve ser respeitado.

Diante da necessidade de se estabelecer regras e garantir direitos e deveres universais, temos como norte os princípios universais para garantias, definidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, fundamentados pelos pilares: dignidade, igualdade, liberdade e a justiça.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um marco histórico para a sociedade, tendo sido proclamada em 1948, por meio de Assembleia da ONU para normatizar e alcançar todos os povos, ou seja, universalizar as questões de garantias dos direitos dos cidadãos do mundo.

É mister ressaltar que a educação, por meio dos educadores e das suas práticas pedagógicas, tem como uma das suas funções promover momentos de vivências com o objetivo de corroborar para com a formação de crianças e jovens na escola, formação essa com olhar voltado para os direitos humanos, trazendo temas e situações contemporâneas.

Como a Educação em Direitos Humanos requer a construção de concepções e práticas que compõem os Direitos Humanos e seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana, ela se destina a formar crianças, jovens e adultos para participar ativamente da vida democrática e exercer seus direitos e responsabilidades na sociedade, também respeitando e promovendo os direitos das demais pessoas. É uma educação integral que visa o respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições. (CNE/CP nº 8, 2012, p. 02).

Atualmente um dos maiores desafios da sociedade globalizada, o que as diferentes comunidades o mundo vivencia e que estão relacionadas a convivência social, necessitam serem esmiuçados, discutidos, compreendidos e respeitados para que ao se envolver, agir, se pronunciar, hajam possibilidades de atuação, enquanto protagonista e responsável pelas próprias atitudes, tenha consciência em uma perspectiva ética e que não seja desrespeitada nenhuma das partes, no que se refere a cultura, saberes e dignidade.

Com o objetivo da Universalização da Dignidade Humana, a educação tem papel fundamental de mediação para o acesso aos direitos humanos, desenvolvendo a formação dos estudantes dentro da perspectiva de respeito ao outro, levando em consideração o convívio social, os espaços, tempos e a essência de cada cultura e tradição. Para além de educação cognitiva, a educação social necessita estar mais presente no cotidiano educacional e por meio de toda legislação que constitui um histórico que perpassa desde a Constituição Federal Brasileira, Lei de Diretrizes e Bases, Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Currículos Educacionais de cada Estado da Federação, temos uma legislação para garantir uma educação integral que por meio da Educação para e em Direitos Humanos promova a construção e consolidação da Democracia.

Como exemplo, no Distrito Federal o Currículo em Movimento apresenta a formação para a Educação Integral e os Eixos Transversais: educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade, com o desenvolvimento de ações pedagógicas que possibilitam o pensar crítico sobre temas e informações que seguem para além do currículo integrado que visa a aprendizagem cognitiva.

“... foram mantidas as concepções teóricas e os princípios pedagógicos da 1ª edição do Currículo em Movimento: formação para a formação integral; Avaliação Formativa; Pedagogia histórico-crítica e Psicologia Histórico-

cultural; Currículo Integrado, Eixos Integradores (para os Anos Iniciais: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade; e, para os Anos Finais: Ludicidade e Letramentos) e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade).” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 08).

O eixo transversal do Currículo em Movimento do DF, no caso a Educação para e em Direitos Humanos traz uma educação para o respeito às diferenças e compromisso com a transformação da realidade, a formação de estudante protagonista atuante e que fortaleça a sua ação na comunidade escolar e espaços que atua pela busca dos direitos e voz ativa a formação integral do estudante, que se faz necessária e urgente.

Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional. (CNE/CP nº 1, 2012, p. 02).

Diante de estudos desenvolvidos pelo Ministério da Educação brasileiro e de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, ficou estabelecido o desenvolvimento das competências gerais em todo o período da Educação Básica, que vem de forma incisiva, para um olhar efetivo a formação integral.

No intuito de possibilitar as aprendizagens para todos, considerando os eixos transversais, fomentando a inclusão, se faz necessária a democratização de saberes tornando possível disseminar hábitos e atitudes a serem tomadas pelas posturas dos estudantes que estão em busca de conquistar seus espaços como protagonistas e para isso necessita de autonomia.

A autonomia vem com o autodesenvolvimento promovido pelas práticas diárias de diálogo, discussões, trocas de experiências, nos pontos e contras pontos que surgem diante de informações, sobre as quais o estudante da atualidade tem o desejo de se posicionar, opinar e discutir.

E quando a busca pela garantia da dignidade, igualdade, liberdade e justiça ultrapassam fronteiras, mas há a identificação de que algo possa ser feito de forma, respeitando a cultura daquele lugar. O que entendem por direito humano, como pode ser reconhecido por uma comunidade que pode não ter ideia de que existe Direitos Humanos para todos.

E então adentramos a um mundo globalizado, em busca de promover diálogos, oportunidades de identificação e conhecimento para escolher e garantir o que de fato uma família possa, mesmo que sendo uma questão cultural ou religiosa, mas que por meio de conhecimento tenha a possibilidade de escolha ou mesmo de decisão que definirá ou mesmo garantirá a vida de uma criança.

E no contexto de perpassar por fronteiras e entender o que se passa em outra cultura e qual tipo de interferência respaldada nos Direitos Humanos estabelecidos pela ONU, como não ferir aquela comunidade local, identificamos algumas questões históricas.

Há 42 anos, a Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a independência, em 24 de setembro de 1973, em Madina do Boé. Apesar da independência, depois de tantos anos de luta e de busca de um modelo educacional voltado para o desenvolvimento, em acordo com suas raízes sociais e culturais, o país continua com um sistema inadequado à sua realidade e necessidades. Nestes últimos anos, segundo o PNA/EPT13 - Plano Nacional de Ação, Educação Para todos (2003, p. 18):

Após a segunda guerra mundial, grande parte dos países africanos eram colônias de outros países. Inserida na costa oeste da África, a República da Guiné Bissau representa hoje um dos quinze países do mundo com menores índices de desenvolvimento humano e com maiores índices de pobreza. Em termos geográficos, Guiné Bissau faz fronteira com Senegal a norte, a leste e sudeste com a República da Guiné-Conacry e ao sul e oeste com Oceano Atlântico. O território está dividido pela parte continental e a parte insular constituído por cerca de 40 ilhas, ainda com vários rios, dentre os principais são: rio Cacheu, Buba, Geba, Mansoa, Corubal. (PNEDH, 2003, p. 18)

Em termos administrativos, o país é dividido em oito regiões 4 (Bafatá, Gabú, Oio, Cacheu, Tombali, Quinara, Biombo e Bolama Bijagós) e um setor autônomo, de Bissau, capital do país.

Toda dificuldade de desenvolver educação em situações de risco e relatar toda dificuldade que uma criança é submetida por razão de uma cultura ou crença étnica, como mencionado anteriormente, as principais práticas de violência e violação sexual na África Ocidental é a mutilação genital feminina, os casamentos forçados, a gravidez precoce e o aborto de alto risco (estimando-se que na África Subsaariana e que ocorrem em 40% dos abortos de risco entre adolescentes).

Constitui numa questão de grande importância acadêmica e humanitária, pois a violência intrafamiliar contra criança e adolescente em alguns países da África, como construção sócio-histórica-cultural, tem sido uma prática constante e milenar, caracterizando assim uma violação de todos os direitos da criança e o desenvolvimento da educação.

Sem dúvida alguma o continente africano se caracteriza pela sua diversidade cultural, só em Guine Bissau, por exemplo, um país menor que o Estado do Rio de Janeiro, existem mais de trinta etnias diferentes, com seus, costumes, dialetos, práticas religiosas e culturais diferentes. Fulas, mandingas, Pepel, balantas, bijagos, entre outros.

Exemplos polêmicos de práticas de determinadas culturas têm sido alvo de constante polêmica. São: O infanticídio indígena ainda praticado em 13 etnias, e a clitorectomia (extirpação do clitóris) incidente em algumas tribos africanas.

Alguns Antropólogos defendem que não se deve interferir em tradições e crenças de um povo. É válida uma análise ponderando diversos aspectos, tendo em vista que comunidades e nações têm um legado histórico que justificam suas ações.

Desse modo, abordar a dignidade e o bem-estar do indivíduo independente de credo, raça ou tradições e como a educação tem se desenvolvido em um lugar de extremo risco se de fato é possível, se é possível uma escolha pelas famílias ou mesmo pelas pessoas que vivenciam situações como: “fanado feminino”, o “casamento forçado” e o “infanticídio” de crianças deficientes ou gêmeos.

Os direitos humanos são aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição biológica, psicológica, econômica, social cultural e política. Os direitos humanos se aplicam a todos os homens e servem para proteger a pessoa de tudo que possa negar sua condição humana (FERREIRA; ZENAIDE; NÁDER, 2016).

Oferecer e possibilitar o desenvolver uma educação transformadora, com o objetivo de discriminar a falta de acesso à educação, a violência infantil praticada contra crianças e adolescentes em nome da cultura e/ou religião.

Diante do conhecimento sobre garantias, do reconhecimento de Direitos Humanos e das possibilidades de construção e consolidação da democracia em um mundo globalizado, os Direitos Humanos são universais e válidos para todos, em todos os tempos?

### **Os pilares fundamentais dos direitos humanos**

Os pilares ou fundamentos dos direitos humanos trazem algumas possibilidades de alicerce, contudo a dignidade e a igualdade aparecem de forma constante nas discussões e buscas pela garantia. A natureza humana, cultural de um povo, religião, e a existência de direitos que foram suscitados ao longo da história fazem parte das bases de fundamentação dos direitos humanos.



Sendo, portanto, a dignidade e liberdade os principais pilares nas quais se apoiam as incessantes buscas e discussões por tais garantias, a trajetória perpassa por questões políticas, sociais e educacionais com vistas a garantir de fato a liberdade e autonomia cidadã.

Para além da garantia dos direitos humanos, é importante ressaltar que perante a sociedade, a importância do tema e a consciência de que a pessoa tem esse direito nem sempre é difundido ou compreendido por muitos cidadãos.

Por meio da educação mediar a forma e fomentar que estudantes sejam incentivados a formar grêmios estudantil, grupos de estudos e discussões sobre direitos humanos, movimentar-se uma formação democrática quanto ao tema. Apoiar estudantes em ações fundamentadas de convivências, de consolidação dos conhecimentos que venham adquirir coletivamente provocará e fortalecerá de forma positiva a continuidade de uma formação escolar e acadêmica para uma educação em direitos humanos.

### **Universalização dos direitos**

Para a autora Andressa de Oliveira Lanchotti, os direitos humanos passam a ser um direito globalizado a partir das grandes revoluções, como por exemplo a revolução francesa e a independência americana, neste contexto foram assegurados diversos direitos da população.

Contudo, é com a revolução francesa, em 1789, que ocorre uma ruptura fundamental, surgem novas formas de governo, fomentados pela “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, que além de anunciarem solenemente que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”<sup>3</sup>, faz surgir a noção e sentido de Estado de Direito, organizado, formalista, sujeito a uma administração distinta e autônoma da jurisdicional circunscrito a um documento escrito de organização e limitação do Poder e procurando a manutenção e o respeito aos direitos do Homem, conforme o exposto no artigo 16, da Declaração de 1789: “a sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos (fundamentais) nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição” (LANCHOTTI, 2016, p. 148).

Segundo Lanchotti, os direitos até então conquistados passam a ser a base dos estados modernos.

Os direitos fundamentais como alicerce constitucional passam a irradiar um limite de direitos a serem observados tanto pelo Estado representado pelo legislador, como pelos cidadãos, provocando um contrapeso entre a soberania estatal e a soberania popular exercida em um Estado democrático de direito (LANCHOTTI, 2016, p. 149).

O estado por tanto tem o papel de regular e assegurar através de políticas públicas a garantia dos direitos individuais e coletivos. Quando os direitos não são assegurados faz-se necessário que a população intervenha junto ao estado como podemos observar nas reflexões

do autor Norberto Bobbio.

“Quando os direitos do homem eram considerados unicamente como direitos naturais, a única defesa possível contra a sua violação pelo Estado era um direito igualmente natural, o chamado direito de resistência. Mais tarde, nas Constituições que reconheceram a proteção jurídica de alguns desses direitos, o direito natural de resistência transformou-se no direito positivo de promover uma ação judicial contra os próprios órgãos do Estado. Mas o que podem fazer os cidadãos de um Estado que não tenha reconhecido os direitos do homem como direitos dignos de proteção? Mais uma vez, só lhes resta aberto o caminho do chamado direito de resistência. Somente a extensão dessa proteção de alguns Estados para todos os Estados e, ao mesmo tempo, a proteção desses mesmos direitos num degrau mais alto do que o Estado, ou seja, o degrau da comunidade internacional, total ou parcial, poderá tornar cada vez menos provável a alternativa entre opressão e resistência. Portanto, e claro que, com aquele juízo hipotético (ou, o que é o mesmo com aquela alternativa), os autores da Declaração demonstraram estar perfeitamente conscientes do meio que leva ao fim desejado. Mas uma coisa é a consciência do meio, outra a sua realização” (BOBBIO, 2004, p. 19).

Por tanto a sociedade tem o dever de fiscalizar se tais direitos como direitos individuais, coletivos, internacionais e humanos realmente estão sendo garantidos por órgão do estado.

Tendo em vista toda a discussão sobre direitos e deveres, chegamos ao ponto que, por todo ser humano ser livre por natureza como afirma Bobbio, o estado deve garantir que cada pessoa goze dos direitos conquistados como descreve Lanchot, nos deparamos com a questão de que cada sociedade possui sua própria cultura que se manifesta de forma material ou imaterial.

Segundo a autora Livia Rossi de Rosis Peixoto, existem sistemas regionais de proteção aos direitos humanos, a autora cita os sistemas Europeu, Africano, Interamericano, cada qual responsável de pela aplicação de tais direitos frente ao multiculturalismo de cada região.

Para Peixoto, a evolução dos direitos humanos seguiu a conjuntura temporal das sociedades e as grandes violações dos direitos humanos como o apartheid e as duas grandes guerras.

O caminho percorrido para a evolução dos direitos humanos conforme acima estudado, foi marcado pela conjuntura de violações a direitos básicos, que à época ainda não eram reconhecidos como direitos humanos de proteção internacional, nesse sentido a linha evolutiva dos direitos humanos se desdobra no reconhecimento da pessoa humana como sujeito de direito internacional – até então somente os Estados possuíam direitos internacionais (PEIXOTO, 2015, p. 05).

Assim cada ser humano possui direitos internacionais, esses direitos estão acima de qualquer distinção de raça, sexo, religião, opção sexual ou condição socioeconômica.

Os estudos acerca do multiculturalismo surgem para que a internacionalização dos direitos humanos não se finde numa homogeneização arbitrária pela imposição à adoção da cultura de sociedades mais fortes sobre aquelas minoritárias e vulneráveis (Peixoto, 2015), o fator multicultural dentro dos direitos humanos possibilita que cada grupo social tenha seus direitos garantidos, mas a contraponto também impede o acesso a vários deles como será possível observa posteriormente neste artigo.

Neste contexto a educação tem papel fundamental para a formação integral da sociedade, pois, a mesma possibilita maior compreensão das conjunturas contemporâneas.

### **Educação para os direitos humanos**

Educar para os direitos humanos é algo importante e pontual nas instituições de ensino de todo o mundo. Várias escolas e instituições de ensino dispõem em seus currículos sobre essa preocupação em educar crianças e jovens quanto ao respeito mútuo entre os indivíduos, para com as minorias e os mais necessitados.

Importante ressaltar que no contexto político-institucional brasileiro em 1996, foi criado o Programa Nacional dos Direitos Humanos que um marco jurídico-político que estabeleceu transformando os Direitos Humanos em eixos norteadores transversais de programas e projetos de promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos. Somente em 2003 o Plano Nacional em Educação para os Direitos Humanos iniciou a sua elaboração, por meio da Portaria nº 98/2003 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), com a designação do Comitê de elaboração.

A Educação em e para os Direitos Humanos de acordo com o Plano Nacional de Educação em e para os Direitos Humanos é compreendida como:

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre Direitos Humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (PNEDH, 2006, p. 17).

Tanto a Constituição Brasileira quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, corroboram com o exercício da cidadania como finalidade, uma das finalidades da

educação. Assim, promover uma prática educativa pautada em bases que firmam princípios de liberdade, solidariedade na formação integral do estudante, resultará em exercício efetivo cidadão.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, alinhado ao Programa Mundial, esteve apoiado em documentos nacionais e internacionais apresentando os seguintes objetivos no Plano de Ação:

São objetivos balizadores do PMEDH conforme estabelecido no artigo 2: a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz. (PNEDH, 2018, p. 10).

A Educação, sendo importante e principal mediadora no processo de formação tanto no campo de educação formal quanto na educação não formal, é possível identificar algumas implementações e iniciativas para a sistematização do processo, garantindo o alcance dos objetivos para a educação em direitos humanos.

O Instituto *Respeitar é preciso*, criado em 2009 no Estado de São Paulo, é uma iniciativa para ensinar aos jovens o respeito e o significado em conhecer e praticar os direitos humanos. Por meio de minicursos, práticas em sala de aula e cadernos especiais sobre os temas referentes aos direitos humanos, crianças aprendem a respeitar e a praticar o respeito aos direitos universais para todos.

Maria Victoria Benevides (2014) afirma que um processo educativo para os direitos humanos deve visar a formação do cidadão crítico e comprometido com os direitos humanos. Diferente de ensinar história, matemática ou geografia, educar para os direitos humanos é uma proposta contínua que não se limita a um conteúdo programático mas há um comportamento mais justo e igualitário.

O CENPEC é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove equidade e qualidade na educação pública brasileira. Em suas atividades são promovidas ações voltadas ao enfrentamento das desigualdades. Sonhar, projetar e construir equidade e qualidade educacional para crianças, adolescentes e jovens é o propósito da organização em seus 34 anos de atuação na educação brasileira.

Como proposta o Plano Nacional traz o viés de parcerias e intercâmbios internacionais visando dar apoio fortalecendo ações que possam cooperar na formação e discussões quanto à

educação em Direitos Humanos. É possível também, fortalecer Grupos de trabalhos em Educação e Cultura de Direitos Humanos, estabelecer programas, projetos favorecendo nosso país bem como países menos favorecidos e que precisam de suporte para construção de conhecimento, reconhecimento dos direitos e garantir os princípios básicos aos cidadãos.

### **Projeto Transformar Guiné-Bissau-África**

O projeto transformar é uma ONG (organização não governamental) de ajuda humanitária a crianças e jovens em situação de risco social, fome, desnutrição, mutilação e segregação étnica em Guiné Bissau.

O referido projeto consiste em atender a estudantes de 6 a 14 anos em uma instituição de ensino - Jardim Escola Transformar. Nela desenvolve-se um trabalho de nutrição e uma proposta de educação de qualidade. Por meio de observação participante foram identificadas diversas atrocidades que feriam os direitos universais tais como: o direito à vida, à educação, ao alimento, à proteção, e a vários outros. É preciso chamar a atenção das autoridades mundiais para o que acontece diante do não cumprimento dos direitos humanos no Continente africano e, especialmente, em Guiné Bissau.

Jardim Escola Transformar - uma escola de educação infantil e ensino fundamental I e ainda um projeto de nutrição e compaixão. A finalidade dessa escola, tirar as crianças e jovens das ruas e reduzir a sua exclusão social, bem como a violência intrafamiliar contra criança e adolescente e que está presente em suas vidas nessa localidade e alguns países da África, como construção sócio-histórica-cultural, tem sido uma prática constante e milenar, caracterizando assim uma violação de todos os direitos da criança e o desenvolvimento da educação.

Em 11 anos de missão solidária na África, em Guiné Bissau, centenas de crianças tiveram sua vulnerabilidade reduzida e sua esperança em dias melhores aumentada. Doações chegaram de diversas partes do mundo para que juntas pudessem fazer o bem para os pequenos cidadãos de Guiné Bissau.

As dificuldades sociais em um país com imensa carência em itens básicos demandam uma necessidade de urgente atenção das ações humanitárias para que todos façam algo de relevante para tirar as crianças e jovens de uma situação caótica quanto à educação e ao desenvolvimento físico.

Sem dúvida alguma o continente africano se caracteriza pela sua diversidade cultural, só em Guine Bissau, por exemplo, um país menor que o Estado do Rio de Janeiro, existem mais de trinta etnias diferentes, com seus, costumes, dialetos, praticas religiosas e culturais diferentes. Fulas, mandingas, Pepel, balantas, bijagos, entre outros.

Na Guiné-Bissau, por exemplo, são frequentes os casos de abusos contra crianças talibés, de mutilação genital feminina ou de casamentos precoces. Mas há no país uma outra forma de violação dos direitos infantis que é menos falada: as crianças-irmã.

Exemplos polêmicos de práticas de determinadas culturas têm sido alvo de constantes discussões, como: o infanticídio indígena ainda praticado em 13 etnias e a clitorectomia (extirpação do clitóris) incidente em algumas tribos africanas.

Diante da situação vivenciada por tal comunidade, e na intencionalidade de promover uma educação que traga conhecimentos quanto aos Direitos internacionalmente estabelecidos e forma a fortalecer e garantir a dignidade humana, o bem-estar do indivíduo, independente de credo, raça ou tradições e como a educação tem se desenvolvido em um lugar de extremo risco, o Projeto Transformar vem estabelecendo vínculos com familiares, bem como na formação e discussões estabelecidas por meio de fóruns, palestras e formações para professores em institutos de educação daquele país, avançando portanto para a inclusão da educação em direitos humanos nos projetos político-pedagógicos das escolas, adotando as práticas pedagógicas democráticas no cotidiano, seguindo portanto o Programa Mundial de Educação para os Direitos Humanos.

## Referências

ABE, Stephanie Kim. Educação em direitos humanos: práticas educativas nas escolas. 2020. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/quem-somos>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BOBBIO, Norberto, 1909- *A era dos direitos* / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)* / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 3ª Reimpressão, 2018, 50p.

BRASIL, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Comitê Nacional em Direitos Humanos – Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006. 55 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo, Saraiva, 1996.

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental*. Brasília, 2014a.

Direito internacional dos direitos humanos III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA; Coordenadoras: Andressa De Oliveira Lanchotti, Jamile Bergamaschine Mata Diz – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; NÁDER, Alexandre Antonio Gili (org.). *Educando em Direitos Humanos: fundamentos histórico-*

*filosóficos e político-jurídicos*. João Pessoa: Editora da Ufpb, 2016. 181 p. (Coleção Direitos Humanos). Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/04/EducandoEmDireitosHumanosV1.pdf#page=26>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conselho Escolar e Direitos Humanos* - Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos;, Secretaria de Educação Básica, 2008.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>>. Acesso em :27 nov 2021

[Parecer CNE/CP nº 8/2012, aprovado em 6 de março de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos](#).

PEIXOTO, Livia Rossi de Rosis; FIORI, Larissa Cristina. *A universalização dos direitos humanos em face do multiculturalismo*. Jus.Com.Br, [s. l], v. /, n. /, p. 1-10, out. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/imprimir/44025/a-universalizacao-dos-direitos-humanos-em-face-do-multiculturalismo>. Acesso em: 29 ago. 2021.

[Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos](#).

SOARES, Maria Victoria Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, Jose Sérgio (Org.). *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 56-65.

## GLOBALIZAÇÃO, HIDRELÉTRICAS E RESISTÊNCIA

Katsura Nayane Balbinot, Mestranda em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó e Bolsista CAPES.

Arlene Anélia Renk, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, na Linha Sociedade, Ambiente e Sustentabilidade. Integra o Corpo Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Direito, atuando na Linha Direito, Cidadania e Socioambientalismo e no Programa Profissional Programa Stricto Sensu da Unochapecó, Políticas Públicas e Dinâmicas Regionais.

**Resumo:** As últimas sete décadas apresentaram o incremento de grandes barragens como Assuã, no rio Nilo, Barra Grande, no Rio Pelotas, Binacional Yacyretá, no rio Paraná, Binacional Itaipu, no rio Paraná, Três Gargantas, no rio Yangtze, Belo Monte, no rio Xingu e Sardar Sarovar, no rio Narmada. Em relação ao empreendimento hidroelétrico de Barra Grande, construído no leito do Rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS, um movimento que ganhou renome foi o MAB. A presente proposta centra-se no hidropoder em contexto de globalização e nos movimentos de resistência. Tomamos dois casos exemplares, as Usinas Hidrelétricas de Barra Grande, no Brasil, e de Sardar Sarovar, na Índia, sustentando como objetivo geral analisar argumentos e estratégias dos ativistas frente ao planejamento do Estado na construção das hidrelétricas nos rios Narmada (Sardar Sarovar) e Rio Uruguai (Barra Grande). A usina hidrelétrica de Sardar Sarovar teve como protagonista o movimento Salve o rio Narmada que denunciou as iniquidades cometidas pelo megaprojeto, o deslocamento compulsório de minorias étnicas e perda de terras agricultáveis, sem o respeito a valores dos povos tradicionais. Mereceu a atenção de mais de centenas de instituições internacionais e resultou em auditoria independente do BIRD que rompeu o contrato de financiamento da obra. Mesmo assim, o governo indiano manteve-o. O movimento foi ícone da resistência e referência internacional na luta antibarragens. No caso da UHE Barra Grande, que teve o MAB como protagonista de movimento social na luta contra as barragens, ocorreu “equivoco” no EIA RIMA, em que deixou de constar mais de quatro mil hectares de floresta de araucária, protegida ambientalmente. Por ocasião do enchimento do reservatório o equivoco foi percebido. Ambientalistas catarinenses, de diversas ordens recorreram a medidas judiciais, mas por meio de termo de ajuste de conduta, a obra prosseguiu.

**Palavras-chave:** Globalização; Hidrelétricas; Resistência.

### Introdução

É de conhecimento público o fomento, nas últimas décadas, à construção de usinas hidrelétricas, as quais entregam, na grande maioria dos países, projetos governamentais desenvolvimentistas. As últimas sete décadas, especialmente, apresentaram o incremento de grandes barragens como Assuã, no rio Nilo, Tucuruí, no rio Tocantins, Barra Grande, no Rio Pelotas, Binacional Yacyretá, no rio Paraná, Binacional Itaipu, no rio Paraná, Três Gargantas, no rio Yangtze, Belo Monte, no rio Xingu e Sardar Sarovar, no rio Narmada.

Segundo a Comissão Internacional de Grandes Barragens - ICOLD (2000), fundada em 1928, tomada como referência pela Comissão Mundial de Barragens, consta mais de 58.000 registros de grandes obras destinadas à geração de energia, irrigação ou abastecimento.



No caso brasileiro, as barragens inserem-se primordialmente no plano estratégico de geração de energia. No caso dos países do Sul, há situações em que geram conflitos, com os rios transfronteiriços, como alerta Hanasz (2011), ocasionando os conflitos hidrofronteiriços e hidrohegemônicos no sul asiáticos, nos quais a Índia ocupa papel hegemônico.

Invariavelmente, as megaobras, como resultado de projetos governamentais, apresentam-se como empreendimentos de desenvolvimento e que trariam benefícios ao país. Elas são parte de um projeto nacional e, como tal, exigem um *staff* de planejadores, financiadores e executores.

La realización de grandes represas engloba la presencia de un número significativo de actores sociales. Entre estos actores colectivos se destacan las instituciones financieras, nacionales e internacionales; las empresas consorcistas responsables de los emprendimientos; las empresas constructoras; los entes gubernamentales, las poblaciones locales que ocupan las áreas destinadas a alojar las obras en cuestión; las instituciones, organizaciones externas de actuación local y regional, las asociaciones y grupos corporativos (BRITES; CATULLO, 2016, p. 3).

Nas hidrelétricas de Itá e Yacyrecta, dentre outras, ocorreu realocação de cidade. No entanto, os resultados, avaliados posteriormente, deixaram a desejar. Não é possível realocar todas as relações sociais. Há sempre um grau de desarticulação social. Some-se a isso a dispersão de famílias extensas, de locais de trabalhos etc.

Se tomarmos unicamente uma dimensão, a do deslocamento compulsório, os dados da Comissão Mundial de Barragem quando da elaboração do relatório afirmavam oscilar entre 40 milhões a 80 milhões de deslocados no mundo fruto da construção de barragens, porém nunca houve precisão nos dados (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGEM, 2000, p. 7).

Ao que toca as barragens na bacia do rio Uruguai, tem-se a perspectiva antibarragista, os deslocamentos compulsórios, as indenizações ou reassentamentos dos atingidos, questionamentos quanto aos critérios de inclusão na categoria de atingidos, os danos ambientais, fatores que apresentam um terreno minado ao debate. Assim constituiu-se a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens – CRAB, posteriormente transformada no Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, movimento este que alcançou renome nacional e internacional. Na medida em que adquiriu visibilidade e adesão dos atingidos, defendendo as ações de esbulho no cotidiano dos agricultores às vésperas da inundação, também viu suas atividades, assim como a de seus militantes e líderes, serem criminalizadas, como forma de oprimir suas ações. Não suficiente as forças desiguais, no cotidiano de luta, infere-se ainda a necessidade de enfrentar ações arbitrárias (ROCHA, 2014).

As barragens têm sido contestadas principalmente se forem consideradas equivocadas e fraudulentas no processo de condução ou constituídas a partir de projetos estatais de gabinete, desconsiderando as populações atingidas. Esse foi o caso de Barra Grande, no Brasil, e de Sardar Sarovar, no Vale de Narmada, na Índia, mobilizando movimentos sociais contrários às megaobras.

O presente trabalho pretende realizar uma pesquisa bibliográfica e documental acerca dos movimentos sociais verificados quando da instalação da usina hidrelétrica de Sardar Sarovar, no rio Narmada, na Índia, que teve como protagonista o movimento Salve o rio Narmada e adesão de diversos movimentos indianos e internacionais. Em relação ao empreendimento hidroelétrico de Barra Grande, construída no leito do Rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS, ante a fraude o licenciamento ambiental e a derrubada de hectares de araucárias, em área protegida, para a constituição do lago, o que constitui em crime ambiental (WOLKMEIS, 2017; PROCHNOW, 2005).

O recorte nas usinas hidrelétricas acima citadas decorre justamente da grandeza dos impactos ambientais suportados, em especial e de forma imediata, pelas comunidades locais, além de ocorrerem no seio de dois Estados Democráticos de Direito que, com essa forma constitucional, possuem como princípio orientador do administrador público a preocupação com o meio ambiente.

Tocante especialmente aos impactos ambientais, registre-se que, com o represamento de água decorrente das usinas hidrelétricas no rio Narmada, o fornecimento de água para vários locais e comunidades ficou comprometido. Enquanto na usina de Barra Grande uma floresta de araucárias foi destruída também em razão do represamento.

Nesse contexto é que o presente trabalho visa realizar uma análise acerca do processo de implementação das usinas hidrelétrica de Barra Grande (Brasil) e de Sardar Sarovar (Índia), com vistas especialmente a identificar os diferentes enfrentamentos de questões ambientais semelhantes nos dois Estados Democráticos de Direito.

A presente pesquisa amparou-se na tentativa de verificar similitudes e diferenças em relação ao estado brasileiro e o estado indiano, frente às questões envolvendo hidrelétricas, tomando-se por base as UHE de Barra Grande (no Brasil) e Sardar Sarovar (na Índia).

A metodologia utilizada, pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, recorrendo a textos teóricos, literatura escrita acerca das hidrelétricas em questão, documentos, como atos governamentais, sentenças judiciais, artigos científicos, livros etc.

## **Estado Indiano e Estado Brasileiro – Similitudes**

A fim de alcançar os objetivos propostos no presente trabalho, passa-se então a analisar alguns argumentos e lógicas sustentados pelo estado indiano para o planejamento, implementação e execução da barragem de Sardar Sarovar, assim como pelo estado brasileiro para Barra Grande. Pautados no fomento ao desenvolvimento, muitos dos argumentos são comuns, especialmente em razão de características semelhantes, como países emergentes, além de consistirem em grandes potências hidrelétricas e apresentarem diversas semelhanças nos processos de licenciamento e gestão ambiental.

Não obstante, algumas peculiaridades apresentadas pelos estados também tornam todo o processo de planejamento, a implementação e a execução de uma megaobra experiências únicas. Tais distinções são observadas especialmente na forma de estado e de governo e suas configurações, nas formas e níveis de interação entre as instituições, órgãos e agências governamentais, bem como na forma e na intensidade de organização da sociedade civil em relação aos empreendimentos.

Inicialmente, de uma breve análise comparativa entre o Brasil e a Índia ao que toca a política ambiental, pode-se perceber que os procedimentos licitatórios previstos em ambos países guardam muitas similitudes. Além disso, ambos adotam o sistema federativo, no qual, muitas vezes, não se verifica a unidade de interesses em relação aos diversos estados, ocorrendo situações que inclusive os interesses demonstram-se conflitantes. Trata-se ainda de dois estados democráticos de direito, nos quais, ainda que teoricamente, a população tem oportunidade de se manifestar e influenciar acerca de decisões adotadas pelo estado (FONSECA, 2013).

Ademais, a sociedade civil que se insere nos assuntos que circundam as barragens e usinas hidrelétricas normalmente está voltada a uma concepção socioambientalista, em que se verificam unidade de esforços, alianças e amparo entre os movimentos sociais e os ambientais, já que, na grande maioria, as questões envolvendo estas duas searas encontram-se intrinsecamente interligadas.

Ainda, tanto no Brasil quanto na Índia, o planejamento acerca da implementação e construção de uma barragem é realizado por agências, instituições e órgãos do setor elétrico e produtivo, que normalmente possuem os mesmos interesses do ramo empresarial. Assim, os conflitos se verificam ainda nos procedimentos e processo de licenciamento ambiental, nos quais os diversos setores governamentais que atuam explicitam a falibilidade do sistema fiscalizatório, permeados por falhas e erros, além da insuficiência dos Estudos de Impactos Ambientais elaborados. Do mesmo modo, o setor público ambiental recebe apoio de diversas

organizações civil e de movimentos sociais, inclusive de âmbito internacional (FONSECA, 2013).

Todavia, o estado indiano guarda especificidades relacionadas ao processo de tomada de decisões acerca das barragens, diferenciando-os de maneira significativa do Brasil.

Primeiramente, pode-se registrar uma maior influência dos estados federados nas decisões, em comparação ao que se verifica no Brasil. Este poder de influência geralmente se sustenta na divisão da população em clivagens étnicas e em castas.

Além disso, o deslocamento de pessoas guarda proporções muito maiores que as verificadas no Brasil (FONSECA, 2013). Segundo Rangachary (2000), Fernandes (2004) e Roy (1999), calcula-se que gira em torno de 32 a 56 milhões o número de pessoas indianas deslocadas em razão de incorporações e construções de barragens.

Como terceira singularidade, tem-se que a geração de energia elétrica na Índia não consiste no principal objetivo das barragens lá construídas, que historicamente têm destinação à irrigação de terras agricultáveis, bem como o armazenamento para utilização doméstica e industrial, em que pese nos últimos anos o setor energético tenha ganhado maior importância (FONSECA, 2013).

Quanto à barragem de Sardar Sarovar, na cidade de Navagan, estado de Gujarat, na Índia, observa-se que as discussões que a circundam datam do início da década de 80. Trata-se da maior barragem planejada e construída ao longo do rio Narmada, integrando o Narmada Valley Project, responsável pela irrigação de aproximadamente 18 mil quilômetros quadrados de terras nos arredores dos estados indianos de Madhya Pradesh, Guajarat e Rajasthan, contando com 1.450 MW de capacidade hidrelétrica instalada, responsáveis por alimentar com energia elétrica grandes potências industriais nos estados supracitados, bem como no estado de Maharashtra (IPEA, 2013).

Registre-se que significativa disputa de poder envolve os quatro Estados mencionados, que mantêm interesse especial na capacidade de barramento do empreendimento, além de conflituarem acerca da cota parte de recursos hídricos que competiria a cada um.

Como, na Índia, a construção e a operacionalização das barragens e hidrelétricas são de competência dos estados, o conflito entre estes assumiu proporções mais acentuadas do que se verificou no Brasil em relação à UHE de Barra Grande.

De acordo com a legislação indiana, o governo federal possui sua atuação centrada no planejamento, sendo responsável também por todo o processo de licenciamento ambiental, pelo fornecimento das autorizações necessárias nos casos em que a implementação de uma obra se

dê em afluentes hídricos que transpassam mais de um estado. O ente federado ainda é o competente para solucionar os conflitos de interesses verificados entre estados (CHOUDHURY, 2010).

Outra peculiaridade verificada na situação de construção de barragens na Índia reside na altura da barragem, circunstância verificada também no caso de Sardar Sarovar, no qual a decisão quanto à altura da barragem refletiu na área a ser inundada e, por conseguinte, na quantidade e proporção dos danos sociais e ambientais, além da quantidade de água potencialmente armazenada e no *quantum* de energia a ser gerado (FONSECA, 2013).

Nesse contexto, de acordo com Peterson (2010), diversos eram os interesses dos estados Madhya Pradesh, Guajarat, Rajasthan e Maharashtra, que podem ser, a grosso modo, sintetizados da seguinte forma:

O estado do Gujarat posicionou-se interessado na construção da barragem na maior altura prevista, qual seja 163 metros, por guardar especial interesse em assegurar a potencial irrigação de suas terras mais áridas e vulneráveis às mudanças climáticas a depender da estação do ano, além de estar interessado na ampliação do fornecimento de energia elétrica por parte do empreendimento (PETERSON, 2010).

Rajasthan também demonstrou-se interessado que a barragem atingisse a maior altura pensada (163 metros), pois seria a única forma de referido estado beneficiar-se da água para irrigação e consumo, o que significaria uma pequena quantidade e apenas se, conforme dito, a barragem atingisse a altura máxima (PETERSON, 2010).

Por sua vez, o estado de Madhya Pradesh, por se tratar do estado que teria maior parte de seu território atingido pela inundação e, por conseguinte, teria uma parte maior de sua população atingida e deslocada em razão do represamento, firmou-se interessado em uma altura menor para a barragem. Além disso, beneficiando-se da localização do reservatório em seu espaço territorial, demonstrou interesse em limitar a quantidade de água que seria compartilhada com os demais estados (PETERSON, 2010).

Por fim, o estado de Maharashtra, em que pese consista em um dos entes federados mais beneficiados com a energia elétrica gerada, posicionou-se interessado também na fixação de uma altura menor para a barragem, pois também seria muito atingido em termos de área inundada e de pessoas deslocadas (PETERSON, 2010).

O cenário indiano acerca da construção de Sardar Sarovar não se limitou à disputa de interesses entre estados. Verificou-se acentuado ativismo da sociedade civil desde o início do Narmada Valley Project. Choudhry (2010), Fernandes (2008) e Iyer (2007) assinalam que tais conflitos, aliados à mobilização social que se verificou não só em torno de Sardar Sarovar, mas

em relação a todo o Projeto de Barragens para o rio Narmada, contribuíram de forma marcante para o estabelecimento de grupos e redes socioambientais, algumas ativas até os dias atuais, compostas por diversas instituições e entidades de nível nacional e internacional.

Diversos foram os fatores que influenciaram na mobilização e atuação de organizações socioambientais acerca do cenário verificado em Sardar Sarovar. Pode-se citar como principais, de acordo com Peterson (2010), a quantidade de pessoas deslocadas em razão da construção do empreendimento e do represamento hídrico, que superou a quantia de 320 mil pessoas, e o número de pessoas atingidas direta ou indiretamente pela obra, especialmente em razão dos meios de subsistência, que superou a quantia de 1 milhão de pessoas. Além disso, o acentuado impacto socioambiental suportado pela população *adivasi*, aborígene da Índia e considerados inferiores na divisão cultural de castas, pessoas na grande maioria não letrados e com hábitos e modos de vida muito tradicional, marcado pela dependência dos recursos naturais. E, por fim, os vultosos impactos ambientais que atingiriam e atingiram significativamente a fauna e a flora da região, além da inundação de grande área de terras agricultáveis e de florestas nativas.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013, p. 25), as ações de referidas organizações socioambientais “contempla mobilizações nacionais e internacionais, bem como ações judiciais visando assegurar a legalidade do processo de licenciamento ambiental e compensações aos impactados”. Não só, as redes e associações configuradas possuem contatos nos mais diversos setores governamentais, tanto a nível estadual quanto federal.

Contudo, com similaridade à situação brasileira envolvendo o assunto, também na Índia os órgãos ambientais são constantemente acusados de manter ações ambíguas, ora criticando os projetos, apontando erros e falhas nos procedimentos que lhe são encaminhados, assim como no cumprimento das condicionantes impostas, porém, autorizando a construção e execução das barragens (FONSECA, 2013).

Registre-se que, para quem apoia os projetos envolvendo a construção de barragens, o procedimento de licenciamento ambiental é tido como uma etapa demasiadamente burocrática, todavia, além disso, ineficiente, que protela e atrasa a implementação e execução das obras, tidas como indispensáveis ao desenvolvimento nacional.

O estado indiano, país emergente, entende necessária a geração de energia elétrica e vê neste ramo e nos demais exploradores de recursos hídricos um potencial de sustentar suas almeçadas taxas de crescimento econômico (FONSECA, 2013).

Nestas circunstâncias, no início dos anos de 2000, verificou-se um aumento nos movimentos nos setores governamentais e empresariais voltados à simplificação e aceleração dos processos e procedimentos relativos ao licenciamento ambiental (FONSECA, 2013).

Assim, a Índia teve uma nova legislação ambiental relacionada ao processo de licenciamento, que foi publicada em 2009, por meio da qual se estabeleceu prazos mais reduzidos para a concessão das licenças bem como à participação social, como, por exemplo, para a realização de audiências públicas, que tiveram seu alcance reduzido (FONSECA, 2013).

Outro exemplo de limitação das audiências públicas consistiu na concessão de permissão para delas participar apenas aos cidadãos diretamente impactados pelo empreendimento, o que restringiu a atuação membros de organizações civis de âmbito nacional ou internacional, conferindo a estes menor poder de influência e intervenção nos processos decisórios (FONSECA, 2013).

Assinala-se, outrossim, que os novos paradigmas sustentados pela legislação ambiental indiana converge ao favorecimento do crescimento econômico, em detrimento das necessidades ambientais, o que se denota de todo o processo verificado em Sardar Sarovar, cujo conflito arrastou-se por mais de 30 anos, marcados pelo ativismo socioambiental e disputas intragovernamentais, quando, em 2006, a Suprema Corte Indiana decidiu pela permissão da construção da etapa final da barragem, que teve sua altura ampliada para a máxima prevista (163 metros), maximizando, com isso, os impactos ambientais e o super deslocamento populacional (FONSECA, 2013).

Ainda assim, o processo decisório verificado em Sardar Sarovar contribuiu para a integração e constituição de importantes movimentos socioambientalistas, muitos ativos até hoje, além de órgãos e entidades ambientais com grande força institucional, ainda que a desigualdade de poder permaneça acentuada.

### **Brasil e Índia – Descompassos**

Brasil e Índia apresentam suas histórias, manifestações culturais e formas de organização social diferentes. No decorrer do século XX, perquiram estratégias políticas e de inserção no mercado internacional distintas. Na Guerra Fria, assumiram diferentes lados em relação às potências internacionais dominantes. Neste ponto, em relação aos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã pode ser usada como exemplo da divergência de pensamento entre aqueles e a Índia, ocasião em que a Primeira-Ministra Indira Gandhi, filha de Nehru, idealizador da Índia Moderna, recusou-se a apoiar os EUA contra o Vietnã. Tal posição indiana refletiu no cancelamento dos programas norte-americanos de auxílio econômico à Índia, bem como

importou em um distanciamento ainda maior entre os dois países, sem falar no surgimento de um espírito de desconfiança entre eles (SIMÃO, 2011).

Tendo a Índia assumido e mantido uma postura de não alinhamento a nenhum dos lados das grandes potências em disputa na Guerra Fria, buscando pragmaticamente a defesa de seus próprios interesses, aproximou-se de Moscou, aproximação esta que gerou vários tratados de cooperação com a URSS (SIMÃO, 2011).

No ano de 1971, a Índia viu lançado seu primeiro satélite artificial, e em 1974, viu explodir sua primeira bomba atômica. De acordo com alguns líderes indianos, esta seria a ocasião para o país iniciar um projeto nuclear acelerado, aproximando-se da China, ainda que

tal iniciativa gerasse descontentamentos nacionais e internacionais (GUIMARÃES, 2008; PRAKASH, 2005).

Por sua vez, a política brasileira adotada no transcorrer do século XX pautou-se no multilateralismo, com a firmação de parcerias estratégicas, acentuado pragmatismo, com suas ações voltadas ao seu desenvolvimento e independência no cenário internacional, bem como pela preferência em manter uma relação bilateral com os EUA (SIMÃO, 2011).

Verifica-se que, em vários governos e em momentos históricos diversos, tanto durante o período da Guerra Fria como após a derrota soviética, o estado brasileiro abandonou os ideais de multilateralismo e de autonomia política em troca de hipotéticos benefícios pelo apoio a Washington. Outrossim, ainda que em períodos em que o afastamento do Brasil com os EUA fosse mais acentuado, o relacionamento entre os dois países sempre foi permeado pela diplomacia, capaz de conter possíveis situações contenciosas. Esta circunstância é não só digna de registro como talvez uma das mais significativas diferenças entre o estado brasileiro e o indiano em relação aos Estados Unidos (SIMÃO, 2011).

Conforme observado por Guimarães (2008, p. 28), a Índia atuava de forma “dúbia e parcial, contrária a seu pretensão não-alinhamento, ao criticar as potências ocidentais na crise do Canal de Suez (1956) enquanto se omitia com relação à invasão soviética da Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1968)” (sic).

Obviamente que o distanciamento entre Brasil e Índia não se resumiu às destoantes estratégias para suas inserções (ou tentativa de inserção) no cenário internacional durante a Guerra Fria. Pode-se citar outro episódio verificado entre as duas nações emergentes, a título exemplificativo, como o caso de Goa, estado indiano. Em 1947, adveio a independência da Inglaterra, ocasião em que a Índia buscou resolver com Portugal a celeuma envolvendo a



disputa do território de Goa. O diálogo inicialmente demonstrou-se amistoso, porém Portugal negou-se a qualquer negociação, por entender que Goa era o berço do cristianismo no oriente. Diante do impasse envolvendo Goa e em razão do peso de ser colônia portuguesa, além de possuir com Portugal um Tratado de Amizade, o Brasil posicionou-se formal e incontestavelmente ao lado de Portugal (VIEIRA, 2009).

Em que pese o episódio acima descrito não possuir peso que de alguma forma dificulte o relacionamento entre Brasil e Índia, ele guarda significação para a percepção que muitos hindus mantêm do Brasil. Nas palavras do sociólogo Nelson Mello e Souza (2006, p. 45), "o Brasil, para o intelectual hindu médio, é um exemplo de dependência neocolonial, sem passado exemplar, sem literatura consagrada, sem produção autônoma porque sem tecnologia própria".

Apesar da divergência em relação às estratégias para suas inserções no mercado mundial, Brasil e Índia guardam muitas similitudes, especialmente ao que tange a economia dos dois estados. Ambos, a partir da década de 50 até meados da década de 80, investiram no desenvolvimento do ramo industrial pautados no modelo de substituição das importações. Do mesmo modo, até o final da década de 70, pautaram-se em Planos de Desenvolvimento, dando preferência às indústrias básicas e de infraestrutura (SIMÃO, 2011).

O economista André Nassif (2009, p. 52) assinala que Brasil e Índia "implantaram mecanismos de proteção às indústrias nascentes, como tarifas aduaneiras elevadas, restrições não-tarifárias e licenciamento de importações". Ainda segundo o mesmo autor, muito embora os dois países tenham seguido nortes comuns relativos ao desenvolvimento econômico, o estado indiano, mesmo após todo o processo de liberação da economia, no início da década de 90, deu "continuidade dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento (atualmente, planos Decenais), provando que maior exposição à concorrência global e políticas industriais não são auto-excludentes" (NASSIF, 2009, p. 56).

Findada a Guerra Fria, em desacordo com as iniciais especulações que previam um mundo unipolar sob a dominação dos EUA, infere-se o surgimento de um sistema multipolar internacional, permeado de novas relações políticas, econômicas e sociais que foram se intensificando no decorrer do século XX, formando o denominado Terceiro Mundo. Esse novo formato de relações acabou por aproximar nações que, ainda que com culturas e formatos sociais bastante distintos, como Brasil e Índia, receberam a mesma conceituação (não consensual) de "potências emergentes" (NASSIF, 2009).

No início do século XXI, verificou-se o sobrestamento de novos polos de poder, e as agendas políticas passaram a desdobrar-se com maior intensidade a questões envolvendo os

países sulistas, ocasião em que a relação entre o Brasil e a Índia assumiu novos contornos. Assim, no início da década de 90, ambos estados deram início, de maneira objetiva e sistemática, a um processo de aproximação baseado especialmente em interesses comerciais, acima de qualquer intuito estratégico ou político (SIMÃO, 2011).

Neste contexto, Brasil e Índia, que assumiram lados políticos contrários durante toda a Guerra Fria, viram-se com desafios similares após ela: a necessidade de reformas econômicas e de inserção no mercado internacional, tudo com base em um novo paradigma, que prioriza a integração entre os mercados nacionais e o aumento das redes de produção – a denominada globalização. O desafio para os governos brasileiro e indiano consistiria justamente em integrar seus países no processo de globalização já em andamento, superando as experiências históricas de protecionismo, que receberam a responsabilidade pela situação econômica que enfrentavam os dois países (SIMÃO, 2011).

Verifica-se, pois, que tanto para o Brasil quanto para a Índia, a década de 90 teve início permeada de reformas econômicas, voltadas ao liberalismo, marcadas, todavia, por escândalos políticos. O Brasil enfrentava a situação envolvendo Fernando Collor de Melo, enquanto a Índia elegia Narasimha Rao, do Partido do Congresso, enfurnando-se em um período de posições antagônicas e corrupção dentro do próprio partido, fator que influenciou sua derrota nas eleições de 1996 (SIMÃO, 2011).

Durante o seu governo, Rao estimulou a promoção de uma inflexão na política e na economia indiana, realizando reformas estruturais que incluíram “o corte de tarifas, até então das mais altas do mundo, simplificação e redução de regulamentos no setor industrial e redução de subsídios agrícolas e à indústrias de fertilizantes” (GUIMARÃES, 2008, p. 21).

A globalização, a reduzida presença estatal em vários setores econômicos e sociais e o considerável aumento na capacidade militar consistiram nas metas de governo de Rao, que compreendia o momento como definidor da inserção definitiva do estado indiano no mercado global, ao tempo em que também desempenhava ações para assegurar à Índia um *status* de potência regional, em uma situação geográfica que não lhe favorece. Cenário diferente do Brasil que, apesar de fazer fronteira com mais de dez países, há mais de um século tem suas fronteiras pacificadas, em comparação à Índia, que vive uma relação de hostilidade com seus vizinhos (SIMÃO, 2011).

Nesse contexto, o estado indiano sempre teve que guardar especial atenção com sua segurança, especialmente ao que toca sua relação com a China e o Paquistão, no qual a Liga Muçulmana consiste em um constante foco de conflito (SIMÃO, 2011).

Além disso, tanto o Brasil quanto a Índia, integrantes BRICS (nações emergentes com potencial para crescimento econômico), sempre competiram entre si por um maior reconhecimento em nível global, almejando o título de países desenvolvidos.

## **Conclusão**

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar quais foram os principais argumentos e as principais estratégias dos ativistas sociais frente ao planejamento e a construção de barragens e hidrelétricas, a partir de duas barragens: Sardar Sarovar, na Índia, e Barra Grande, no Brasil, visando. A análise se apoiou em documentos, artigos, livros e notas acerca dos principais temas que permeiam a pesquisa, quais sejam, as barragens e os movimentos sociais.

Tanto no Brasil como na Índia, as barragens encontram-se inseridas no plano estratégico de geração de energia e, como resultado de projetos governamentais, se apresentam como empreendimentos de desenvolvimento e que trariam benefícios ao país, porém, como dito, envolvem o deslocamento de inúmeras famílias. A avaliação quanto aos resultados destes empreendimentos, todavia, deixam a desejar, uma vez que não se consegue realocar todas as relações sociais, afastando famílias, comunidades, povoados, verificando a dispersão das mais variadas formas de relações sociais.

As barragens têm sido contestadas, especialmente quando o processo de licenciamento da obra é fraudulento ou obscuro. Esse foi o caso de Barra Grande, no Brasil, e de Sardar Sarovar, no Vale de Narmada na Índia, mobilizando movimentos sociais contrários às megaobras. Concomitante, observa-se que os Estados estão, de modo geral, retirando-se do centro das disputas e cedendo espaço aos organismos, instituições e grupos internacionais interessados nos empreendimentos, de maneira que os movimentos sociais vêm-se obrigados a pressionar, muitas vezes de forma direta, as empresas multinacionais para alcançar algum avanço em suas batalhas.

Em relação à Índia, inicialmente, cita-se Narmada Bachao Andolan, também conhecido como Movimento para salvar o Rio Narmada, com codinome resumido de “Andolan”. Trata-se de um movimento antibarragista que se constituiu e desenvolveu suas atividades iniciais na Índia. Em Barra Grande, o protagonismo recaiu no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sucessor da CRAB.

A Índia e o Brasil guardam similitude quanto à destinação de terras, que para muitos moradores locais dos dois países, a atividade principal por eles desenvolvida por gerações consiste na agricultura.

Por isso, concomitante e paralelamente à dicotomia entre global e local, observa-se uma dicotomia entre ambiente e agricultura, com o registro que, para alguns pesquisadores sobre o assunto, ativismo ambiental e interesses agrícolas são objetivos contraditórios e conflitantes. Diante destes antagonismos hermenêuticos, conceituais e de objetivos, o Andolan viu-se obrigado a discutir diversos significados ambientais e, por conseguinte, objetivos dos movimentos, de modo que se manteve firme na resistência contra as barragens, em nível global, defendendo os interesses de seus membros em manter os meios de subsistência agrícola.

No caso de Barra Grande, o discurso utilizado pelos empreendedores pautou-se no fomento ao desenvolvimento, ao progresso, à exploração do turismo e na geração de empregos (tal qual o utilizado em diversas outras barragens), e foi exitoso, na medida em que recebeu apoio de diversas figuras políticas, prefeitos, vereadores, comerciantes, empreendedores locais, e até mesmo de atingidos pela obra. O apoio destes fez surgir na região um grupo local pró-barragem.

Tal reação da população foi bastante limitada, não conseguindo impedir que a intervenção estatal desestruturasse sua organização social. No entanto, não foi absolutamente passiva. As organizações sindicais, onde existiam, eram muito frágeis e tidas mais como órgãos assistenciais. O que se infere de alguns documentos é que a primeira forma de mobilização e de resistência se deu por organizações e “soluções” comunitárias, com raízes camponesas.

O documento de autorização para o início da obra, expedido à época pelo órgão federal responsável, IBAMA, não fez menção à existência, no espaço em que seria construída a hidrelétrica, de uma floresta de araucária de aproximadamente 6 mil hectares. A presença da floresta só foi percebida quando a própria empresa solicitou autorização para derrubar a vegetação, no ano de 2003. Quando o “problema” da existência da mata de araucária foi percebido, o muro de concreto da obra já contava com 185 metros de altura, tendo custado aproximadamente 1,36 bilhão de reais, tendo servido de principal argumento para a sequência da obra que, caso interrompida, ensejaria “grave prejuízo” às empresas integrantes do consórcio, que se eximiam de qualquer culpa na irregularidade do licenciamento.

A questão envolvendo a construção da UHE Barra Grande foi judicializada e, após idas e vindas, entre decisões judiciais, manifestações, mobilizações, articulações, a floresta foi derrubada e a represa inundada, os atingidos relocados e a energia foi gerada. Os benefícios foram obtidos por alguns e os prejuízos sentidos por outros. O caso emblemático envolvendo Barra Grande é ainda por muitos incompreendido. Um erro incutido à uma empresa contratada para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental justificou a expedição da licença ambiental

de instalação e da autorização para suprimir uma Floresta de Araucárias, abrigo de diversas espécies em extinção e, por isso, justificou a relativização da legislação ambiental.

Em Sardar Sarovar, as reações sociais contra o Plano de Barragens e Hidrelétricas previsto para o Rio Narmada verificaram-se desde o período colonial indiano. Ainda que sua projeção tenha se iniciado no período colonial, a construção da barragem teve início apenas no ano de 1961, com o lançamento da pedra fundamental por Nehru. As barragens no rio Narmada tiveram início, assim, em um período em que o apoio nacional destinava-se a políticas socialistas, as quais prestigiavam e visavam beneficiar o desenvolvimento industrial em grande escala.

No entanto, não demorou a ser percebido que um reservatório muito maior do que o inicialmente planejado seria construído em Navagam. Teve início, então, uma grande disputa e uma série de conflitos envolvendo o compartilhamento e a destinação da água, o que atrasou a conclusão da obra em anos. Não só, tinha início também uma série de disputas por direitos, os quais não guardavam relação unicamente com a proteção das pessoas afetadas, mas também com o ambiente em que estas pessoas viviam.

Os planos para Sardar Sarovar passaram a envolver o fornecimento de água não só para o estado de Gujarat, onde a barragem está localizada, mas também para os estados vizinhos de Madhya Pradesh, Maharashtra e Rajasthan, este incluído posteriormente e não limítrofe. Como já havia prefaciado o Primeiro Ministro Indiano Nehru, as barragens não só seriam os “Templos da Índia Moderna”, como consistiam os meios de manutenção e sustentação do discurso de “ecologização do deserto”.

A população atingida de Sardar Sarovar caracterizou-se especialmente por atingir uma parcela significativa dos *adivasi*, que pouco ou nenhum esclarecimento sobre seus direitos possuíam.

Trazendo sua perspectiva ao caso de Sardar Sarovar, o Andolan passou a angariar e sustentar os atributos de um movimento social a partir do momento em que passou a se organizar em prol da causa (solidariedade específica), uma vez que também presente a luta pelo controle de um recurso valorizado por ambos os lados.

A formação da identidade coletiva por parte do Andolan, com a prática de diversas ações baseadas na solidariedade com e entre os atingidos, cujas ações passaram a gerar conflitos entre os interessados e visando transpor as medidas e migalhas oferecidas ou colocadas como moeda de troca também foram elementos que definiram ainda mais o movimento.

Por fim, considera-se que a pesquisa pode ser ampliada para novas investigações, estimulando reflexões e novas abordagens do assunto.

## Referências

- BRITES, Walter Fernando. *Acción colectiva, movilización y protesta de los desplazados por la Represa Yacyretá. La construcción de demandas reivindicativas en territorios de relegación*, Tesis Doctoral, Programa de Postgrado en Antropología Social, Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Las adversidades del hábitat en conjuntos habitacionales de población relocalizada*. In: Erazo, Jaime; BOLÍVAR, Teolinda. (Coord.), Hacedores de Ciudades. Dimensiones del hábitat popular latinoamericano. FLACSO Ecuador, Instituto de la ciudad. CLACSO, 2012, p. 121-143.
- \_\_\_\_\_; CATULLO, Maria Rosa. *Represas y transformación sócio-urbana*. Um análisis comparativo de los proyectos hidroeléctricos de Salto Grande y Yacyretá. Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 2, 2016.
- CATULLO, Maria Rosa. *Ciudades Relocalizadas. Una mirada desde la Antropología Social*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.
- CHOUDHURY, Nirmalya. *Sustainable dam development in India: between global norms and local practices*. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, 2010.
- COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CBM. *Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*. In: SEVÁ FILHO, Oswaldo (Org.) Tenotã Mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu. São Paulo: IRN - International Rivers Network, 2005. p. 301-314. Disponível em: <http://www.fem.unicamp.br/çeva>. Acesso em: 15 out 2020.
- FERNANDES, Walter. *The 2006 rehabilitation draft: more of the same?* Kolkata: Mahanirban Calcutta Research Group, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Rehabilitation policy for the displaced*. *Economic and political weekly*, v. 39, n. 12, 2004. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2013.
- FONSECA, Igor Ferraz da. *A construção de grandes barragens no Brasil, na China e na Índia: similitudes e peculiaridades nos processos de licenciamento ambiental em países emergentes*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, 2013.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; HAINES, Andrés Ferrari. *Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, número especial, 2012, p. 1.043-1.074.
- GUIMARÃES, Lytton. *Política Externa e Segurança da Índia*. Implicações para o fórum IBAS. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI – O Brasil no mundo que vai aí. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2009.
- HANASZ, Paula. *Power flows hidro-hegemony and water conflicts in South Asia*. Security Challenges, vol 10(3), 2011, p. 95-112.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2013.
- IYER, Ramaswamy. *Toward a just displacement and rehabilitation policy*. *Economic and political weekly*, v. 42, n. 30, 2007.
- MELO, Milena Petters. *Desenvolvimento Sustentável: das declarações internacionais à planificação estratégica e governance local*. In: WOLKMER, Maria de Fátima S.; MELO, Milena Petters (Orgs.). Crise ambiental, direitos à água e sustentabilidade [recurso eletrônico]: visões Multidisciplinares. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

MELLO, Luiz Gonzaga. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PETERSON, M. J. *Narmada dams controversy*. International dimensions of ethics education in science and engineering, 2010. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2013.

PRAKASHI, Arun. *Emerging India: Security and Foreign Policy Perspectives*. Inaugural address, Chief of Naval Staff & Chairman COSC, IDSA Fortieth Anniversary Commemorative Seminar, September, 2005.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. *Limits of Law in counter – hegemonic globalization*. The Indian Supreme Court and the Narmada Valley Struggle. Center for the study of Law and governance Jawaharlal Nehru University, New Dehli, 2004.

RANGACHARY, R. *Large dams: India's experience: a WCD case study prepared for World Comission on Dams*. Cape Town, 2000. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2013.

ROCHA, Humberto José da. *Relações de poder na instalação de hidrelétricas*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013.

\_\_\_\_\_. *A criminalização dos movimentos sociais ante a instalação de uma hidrelétrica no Rio Uruguai (Brasil): uma discussão entre o legal e o legítimo*. *Idéias* Campinas, n. 8, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649451/16006>. Acessado em 20 abr 2021.

ROY, Arundahati. *Os deuses das pequenas coisas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *The greater commom good. Bombay: India book distributor*, 1999. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2013.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *As relações bilaterais Brasil-Índia: um estudo das perspectivas de aproximação e de distanciamento (2003-2010)*. Disponível em: [http://www.proceedings. &lng=en&nrm=isohttp://www.proceedings.scielo.br/scielo.phpscript=sci\\_issuetoc&pid=00000001220110001&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings. &lng=en&nrm=isohttp://www.proceedings.scielo.br/scielo.phpscript=sci_issuetoc&pid=00000001220110001&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 out 2020.

VIEIRA, Máira Baé Baladão. *Relações Brasil – Índia (1991-2006)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

VOLKWEIS FILHO, Pedro Luiz. *A legitimação da harmonia coercitiva nos processos de licenciamento ambiental: o caso da UHE Barra Grande*. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

# PROJETO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DA IGREJA, CORONEL JOÃO SÁ, BAHIA

Keltom Romulo Andrade de Abreu, UPF, Brasil

**Resumo:** O empreendimento da Barragem de Gasparino foi todo realizado e implementado na cidade de Coronel João Sá – Bahia, através dos condicionamentos à Licença de Operação do empreendimento que o órgão IPHAN enviou o ofício que se trata de um Termo de Referência que indica a necessidade de conservação e preservação do sítio Pedra da Igreja. Seguindo à legislação e as instruções normativas, Lei 3924/61, Portaria IPHAN 230/02 e Portaria SPHAN 07/88. Sendo assim, a Prefeitura Municipal de Coronel João Sá propõe seguindo os parâmetros pedidos pelo órgão IPHAN. O município é conhecido como a região da “Cidade da Pedra”, graças a sua inúmera formação rochosas conhecida pela população como “Pedreiras”, essas mesmas formações rochosas são utilizadas para extração de derivados de pedra. Sendo assim, sua caracterização de relevo é muito propícia para presença de sítios arqueológicos rupestre. (ABREU, 2018). Patrimônio e preservação são pontos que estão interligados. “Quando pensamos em patrimônio cultural devemos ter em mente que seu valor é dado pelo que ele representa para a memória coletiva e para a memória individual. É a parte visível de um passado comum a todos, e cujo significado depende da emoção e da memória que a ele se vinculam.” (ABREU, 2018).

**Palavras-chaves:** Arte Rupestre; Pedra da Igreja; Coronel João Sá.

## Apresentação

Podemos afirmar que o registro rupestre é a primeira manifestação estética da pré-história brasileira, especialmente rica no Nordeste. O Registro rupestre representa o começo da arte primitiva brasileira. No Brasil, existem referências de que o Padre Francisco Telles dedicou-se ao estudo de grafismos rupestres em meados do século XVII. Para ele, esses sinais representavam mapas e indicações de tesouros deixados nas rochas pelos nativos, ou ainda pelos holandeses que se fixaram na região durante o período de ocupação (MARTIN, 2008, p. 106).

A literatura arqueológica já consagrada à classificação dos grafismos rupestres esteve ligada ao conceito de tradições rupestres, que por sua vez, é entendida como ampla dispersão através de suas grandes distâncias e ampla temporalidade. A tradição arqueológica implica certa permanência de traços distintos, que são geralmente temáticos. Já os estilos, uma das unidades recorrentemente utilizadas pelos estudiosos, são subdivisões estabelecidas a partir de critérios técnicos (MARTIN, 2008, p.108).

A sistematização da análise dos registros rupestre começou no Brasil a partir da década de 1970, basicamente essa análise dava-se na inserção ou na elaboração das Tradições Rupestres, e suas relações cronológicas. Sua classificação sempre esteve associada à temática presente nos grafismos. (MARTIN, 2008, p. 109).

A construção de seriações e a conseqüente proposição de fases e tradições dominaram o cenário da arqueologia brasileira nos anos de 1970 e 1980, resultando em dezenas de tradições rupestres, líticas e cerâmicas, seguindo a orientação metodológica do histórico culturalismo estadunidense no Brasil (FUNARI, 1999, p. 204).



O universo simbólico de uma cultura já extinta é que teve pouco ou quase nenhum contato com as sociedades contemporâneas ao ponto de transmitir os significados daqueles registros, dificilmente possibilita identificar seus significados. Sendo assim por muito tempo a análise da arte rupestre limitou-se apenas na inserção das Tradições Rupestres. Estudos mais recentes tentam, sobretudo a partir das orientações da semiótica, tentar analisar a arte rupestre.

### **O município de Coronel João Sá**

Coronel João Sá, município baiano. Distante 415 Km da capital, Salvador. Município criado em 28 de julho de 1962, conforme o decreto lei da mesma data de número 1.762.

O Município de Coronel João Sá está localizado na região de planejamento Nordeste do Estado da Bahia, limitando-se a norte e a leste com o Município de Pedro Alexandre e Estado de Sergipe, a sul com Paripiranga e Adustina, e a oeste com Sítio do Quinto e Jeremoabo.

Os indígenas foram os primeiros habitantes do território, mais tarde integrado à sesmaria de Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Sua colonização iniciou-se no século XVIII, quando aventureiros ali se estabeleceram desenvolvendo a criação de gado, formando um arraial com o nome de Bebedouro. Município criado com sede na vila de Iguaba e território desmembrado de Jeremoabo, com a denominação de Coronel João Sá, por Lei Estadual de 28.07.1962. A sede, criada como distrito em 1927, com a denominação de Bebedouro, topônimo alterado em 1943 para Iguaba, seria elevada à categoria de cidade quando da criação do município. (IBGE, 2018)

Atualmente o município tem aproximadamente 17.098 habitantes (segundo os dados do IBGE de 2015), e densidade de 20,67 hab./km<sup>2</sup>. A economia local é baseada na criação de gado bovino, asinino, equino e muar, e também na produção de galináceos e ovos de galinha, além da extração do leite de vaca. A Região possui 26 indústrias - estando no 115º lugar no “ranking” baiano de Municípios industriais - e 112 estabelecimentos comerciais, ficando na 222ª posição. Sua infraestrutura hoteleira conta somente com 36 leitos, não sendo um Município de tradição turística. Outra característica econômica regional é a produção de feijão, mandioca e milho.

### **Considerações sobre os estudos de arte rupestre**

No caso da arte rupestre, ela é um caso peculiar da arqueologia. Por muito tempo ligado a natureza, a exemplo de rochas e grutas. Em síntese, a arte rupestre é expressão simbólica das populações pré-históricas, que envolve pinturas e gravuras fixadas em suportes rochosos fixos, de qualquer natureza.

O ponto mais polêmico é quanto à arte rupestre é uma forma de arte. Há três grupos distintos, dentro do que foi deduzido no que foi observado na literatura da área: aqueles que consideram a Arte-Rupestre como uma forma de arte; os que a consideram um veículo de comunicação; e os que a consideram além de comunicação e outras funções, também como uma forma de arte.

Para o primeiro grupo, a manifestação rupestre seria um registro de padrões estéticos de determinada cultura voltada a uma atividade de representação de determinado saber, que deveria ser, totalmente ou em parte, compartilhado pelo grupo.

O segundo grupo tem como premissa básica, o fato de que esta forma de expressão estaria presa a um impulso estético na sua elaboração, não podendo assim, ser objeto de discussão científica, mas sim, artística.

O terceiro grupo parte da visão da Arte-Rupestre como uma instância mais complexa de representação, e vem se cristalizando no âmbito da Arqueologia, por influência dos estudos de Antropologia da Arte.

É atribuído aos povos pré-históricos como produtores da registro rupestre, sua origem ainda é controversia. Há quem afirme que sua origem seja de migrações asiáticas, há uma forte relação entre os grupos indígenas do passado e os grupos atuais.

Um ponto primordial é a questão da estética na arte-rupestre. Como afirma Panofski, que entende as formas de expressão estética como elementos de expressão de identidades culturais, de modos de percepção e expressão do mundo, sendo esta última posição também compartilhada por Francastel. Ambos afirmam a importância da compreensão do universo sócio-cultural que o produziu. Dessa forma, os padrões estéticos estariam ligados à etnia, e aos padrões culturais produzidos pelo grupo.

Com base no pensamento de Levi-Strauss, a arte étnica são manifestações que podem ser vistas como constituídas de um modelo reduzido, que situa a noção e ação da arte no espaço entre a ciência e bricolage. Sendo assim, a arte rupestre é um modelo de arte, além de assumir outros aspectos, de ordem religiosa, comunicacional, mítica, educativa, etc. (Consens, 1991).

Dessa forma, a arte rupestre está ligada a esfera da cultura, onde as representações de ordem mítica e religiosa estão cristalizadas nos suportes rochosos de qualquer natureza. Para Fischer, aos quais chama de mapas cognitivos, onde se detecta que toda a formação do padrão estético está relacionada à construção de identidades culturais, o que remete ao trabalho de Paulo Duarte acerca das formas sociais de representação e construção de identidades, relacionando as formas de classificação e ordenação dos grupos culturais às identidades

expressas simbolicamente.

Sendo assim, a arte rupestre é uma forma de estética produzida por um grupo e compartilhado entre ele. Não necessariamente, ela seja manipulada pelo grupo a que compõe. Mesmo assim, passível de fornecer informações sobre a situação e função desses signos como suporte para sua interpretação.

Preferimos chamar no presente trabalho a expressão grafismo, no sentido que a arte rupestre, antes de qualquer coisa, é um registro arqueológico. Sem necessariamente possuidor de um teor artístico.

### **O desenvolvimento dos estudos de arte rupestre**

Há algum tempo, a arte rupestre é tema de estudo de alguns trabalhos. Consens, por sua vez, elabora uma divisão com base na fundamentação teórica adotada pelos vários autores no decorrer das pesquisas que desenvolveram.

Seu primeiro enfoque considera a arte pela arte, a necessidade do homem puramente de se expressar, em que é o próprio sentido estético que dirige a necessidade de expressão e a própria criação. Já no segundo, ele afirma que estaria baseado nas possíveis similitudes entre o que era observado no registro da Arte Rupestre, com os signos existentes nas mais diferentes culturas estudadas etnograficamente. Há grandes críticas a essas abordagens, pois a cultura se modifica com a dinâmica cultural e o processo de aculturação. Embora, até os nossos dias, alguns autores utilizem como fonte primária.

Depois surgiram outros trabalhos de abordagem que acabaram sendo útil para a arte rupestre, trabalhos ligados a lingüística, a exemplo de Leroi-Gourhan. Neste caso, a Arte Rupestre é abordada como uma pré-escrita. Outro aspecto colocado seria o do didatismo, indicando a Arte Rupestre como meio mantenedor e transportador das tradições de determinado grupo (CONSENS, 1986, p. 107).

Dentre os enfoques, o etnográfico é o mais popular das diretrizes de interpretação da Arte Rupestre, vale-se da etnografia como recurso básico para a formulação de possíveis interpretações, a partir dos dados obtidos em campo. Outros enfoques têm recebido destaque na literatura arqueológica sobre o tema.

O principal deles é vinculado à Arqueologia Cognitivista, representada principalmente pelos estudos de Fischer e, mais recentemente, de Bradley. O primeiro autor afirma serem as formas de expressão artísticas, como um todo, passíveis de demonstrar um mapa, uma cartografia, das formas culturais cognitivas, através dos seus estilos.

Por Williams e por Corrêa, que também identificam na Arte Rupestre amazônica, um marco individualizador e delimitador de territórios. Neste enfoque é sugerida uma relação direta entre as manifestações rupestres e a comunicação.

Dessa evolução, podemos dizer que surgiram diversas “ciências arqueológicas”, com o objetivo de estudar os grupos humanos. Nesse contexto podemos destacar o estudo da arte rupestre. Cada um com seus modelos teóricos de cada uma dessas disciplinas. Portanto, observa-se que a Arte Rupestre tem o seu desenvolvimento dentro do escopo da Arqueologia, fazendo parte integrante e interatuante de seu universo teórico.

A arte por sua vez terá uma abordagem diferente segundo os estudos de Leroi-Gourhan. Enquanto a arte rupestre está ligada ao universo simbólico, os demais registros arqueológicos voltar-se-iam aos aspectos econômicos, sociais e ambientais dos grupos pré-históricos. Como simbólico, entende-se a expressão sógnica, materializada ou não, que, em um contexto específico, mantém relações com outros aspectos não-materiais da vida cotidiana.

Sendo assim, as formas estruturadas de uma determinada sociedade são encontradas na arte rupestre, a partir da visão de mundo é possível identificar os estilos e sua duração, enquanto marcadores de fronteiras étnicas, permitem reconhecer-se uma visualidade que deriva desse plano de significação do mundo.

### **O estudo classificatório da arte rupestre no Brasil**

Atualmente, o modelo classificatório mais empregado aos registros rupestres é o que utiliza os conceitos de Tradição, subtradição e estilo. Essa proposta metodológica, apesar de ter apresentado algumas modificações nos seus conceitos, prevalece nas pesquisas dos registros rupestres.

No caso dos conceitos que se utilizam do termo Tradição, nota-se que os itens de referência sofrem modificações de autor para autor, ora sendo privilegiado um tipo ou grupo de atributos, ora usando de um vocabulário por demais abrangente e indefinido. Foram ainda identificados dois conceitos que se aproximam por considerarem, em suas definições, a totalidade do contexto cultural, embora um deles se associe a grupos étnicos, enquanto o outro se mantenha considerando o contexto observável.

A ocorrência dessa polissemia também pode ser observada entre os conceitos atribuídos ao termo Estilo. Embora este seja um termo empregado em menor número, seu uso está diretamente relacionado à filiação das experiências formais, demonstradas no âmbito dos estudos arqueológicos, a esfera estética.

O uso do termo Variedade teve o seu alcance reduzido, já que só foram encontrados quatro autores que definiram seus conceitos com este termo. Como nos termos anteriores, os conceitos levantados, não esgotam o total de definições existentes com este termo.

Outro termo apresenta-se tão restrito quanto ao anterior, é o termo Fase. Sua primeira ocorrência na literatura arqueológica, dar-se com a instalação e desenvolvimento do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, desenvolvido pelo Smithsonian Institute e CNPq), no final da década de 60, como uma de suas inovações teórico-metodológicas.

As tradições rupestres do Brasil não evoluíram por caminhos independentes; os seus autores ou grupos étnicos aos quais pertencem, mantiveram contatos entre si, produzindo-se a natural evolução no tempo e no espaço que nos obriga a estabelecer as subdivisões pertinentes.

A subdivisão das tradições em subtradições, fundamenta-se no pressuposto de que os grupos desvinculados continuam realizando, por algum tempo, grafismos com o mesmo padrão cenográfico, adicionando componentes temáticos e técnicos, surgidos como resultado das adaptações ambientais e sociais ao novo hábitat.

No conceito de tradição, entra a representação visual de um universo simbólico primitivo, que pode ter sido transmitido durante milênios, sem que, necessariamente, os sítios de uma tradição pertençam aos mesmos grupos culturais, podendo inclusive, estarem separados por cronologias muito distantes (Aguiar, 1986, p. 73).

É muito variada a temática dos registros rupestres desde figuras geométricas, antropomorfas, zoomorfas, e etc. A presença de figuras geométricas, alguns autores chegam a estabelecer uma relação com a arqueoastronomia (é o estudo da astronomia praticada por povos pré-históricos, através de seus monumentos construídos pela observação dos astros que deu início à organização dos ciclos e contagem do tempo).

## **Metodologia**

Um arqueólogo em seu campo de trabalho com base na coloração dos registros rupestres presentes em um painel é possível a partir da análise em laboratório consegue identificar que tipo de material foi usado no pigmento da confecção daquelas pinturas.

Sabemos que alguns pigmentos têm uma vida útil maior que outras matérias, é possível crer que algumas pinturas foram produzidas a partir de vegetais que possivelmente não resistiram a ação do tempo.

Quanto às pinturas vermelhas e suas variações, são pigmentos que foram elaboradas a partir de dióxido de ferro que apresentam com o processo de oxidação uma coloração avermelhada a partir dessa informação podemos estabelecer uma relação entre onde aqueles

povos pré-históricos que produziram os registros com o local onde obtiveram aquele material, se foi mesmo próximo ao sítio ou em outro local.

Para chegar a essas informações o arqueólogo por sua vez tem que seguir a uma metodologia de trabalho específica e uma abordagem clara. Para a realização desta pesquisa será adotada a abordagem que entende que as pinturas rupestres são elementos gráficos que se apresentam como sistemas visuais de comunicação. Trazem consigo fontes de informação antropológica, visto que manifestam uma forma particular de comunicação social e que somadas ao contexto do fenômeno humano contribuem significativamente para com o estudo dos grupos pré-históricos porque fizeram parte dos padrões de apresentação social dessas comunidades (PESSIS, 2002, p. 131).

Basicamente a revisão bibliográfica tem por objetivos norteadores: a) verificar se textos relacionados ao assunto a ser estudado já foram publicados; b) conhecer a forma como esse assunto foi abordado e analisado em estudos anteriores; c) saber quais são as variáveis do problema em questão. Dessa maneira a revisão bibliográfica desta pesquisa tentará responder a esses objetivos.

Portanto até então não existe uma bibliografia específica a respeito dos registros rupestre presentes nas formações rochosas do município de Coronel João Sá – Bahia, dessa forma o presente trabalho se debruçará nas referências bibliográficas já consagradas a respeito dos registros rupestre no Brasil, em especial os registros da região Nordeste e trabalho que se referem ao Estado da Bahia.

Em seguida, faremos o cadastro dos sítios arqueológicos, será realizado em fichas de campo, seguindo o modelo desenvolvido por Kesting (2007). Realizaremos, quando possível, uma espécie de adaptação das mesmas para suprir certas particularidades da pesquisa. Cada painel terá suas figuras fichadas individualmente, com as seguintes informações: dimensões, técnicas de execução; cor (es); posição cronológica em caso de superposição; localização do sítio.

Levantamentos topográficos, fotográficos (slides e papel), filmagens. Figuras numeradas e todas as anotações passadas para o caderno de campo (cores, estado de conservação dos grafismos, superposições, técnicas de elaboração, descrição do tipo de suporte), além de desenhos esquemáticos dos diversos painéis e observações gerais.

O método investigativo desta pesquisa obedece a lógica sugerida por Renfrew e Bahan (1998), em que se leva em consideração a inter-relação entre as perguntas, idéias e teorias formuladas acerca do universo arqueológico estudado com os métodos de investigação adotados e as descobertas realizadas em campo.

Para contemplar essa pesquisa e o método será utilizado a abordagem de Becker. Que se baseia na construção dos conceitos. Essa discussão é o embasamento para o caminho escolhido para analisar os conceitos da Arte Rupestre, que é apresentado a seguir, enquanto unidades de representação da realidade sensível do que é observado nos seus painéis.

Desse modo, como método investigativo para a resolução dos problemas que norteiam esta pesquisa optou-se pelos seguintes procedimentos: 1) delimitação da área de estudo; 2) coleta de dados em campo; 3) análise dos dados coletados em campo.

Sendo assim, será levada em consideração a abordagens adotadas por Martim:

#### 1) SÍTIO

- a) como sítio rupestre;
- b) o entorno do sítio;
- c) problemas de conservação e apresentação didática.

#### 2) OS REGISTROS RUPESTRES

- a) o estudo técnico e estilístico;
- b) as tradições rupestres da área.

#### 3) O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

- a) as relações com os registros arqueológicos;
- b) o entorno ecológico da área.

Para a delimitação da área de estudo serão realizadas prospecções intensivas no entorno relacionado aos sítios já identificados, a partir do Sítio Arqueológico Pedra da Igreja, que já foi cadastrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

Também serão realizadas prospecções extensivas em toda a área arqueológica do, onde pesquisas ligadas ao Projeto de Salvamento Arqueológico da Barragem do Gasparino (Coronel João Sá – Bahia), já vem ocorrendo. As amostras serão selecionadas em porções do território que apresentam uma configuração fisiográfica e geológica semelhante àquelas pertencentes às feições de relevo já conhecidas, principalmente nos espaços intermediários entre uma e outra, assim como também naqueles locais onde se tem informação oral ou escrita sobre a possível existência de sítios arqueológicos.

No que diz respeito ao georreferenciamento dos sítios e das feições de relevo identificadas e trabalhadas que apresentem vestígios arqueológicos do tipo grafismos rupestres, utilizaremos um GPS (Garmin) modelo “Etrex Vista” que possibilitará o mapeamento dos sítios e de toda a área, bem como, a delimitação da mesma. O levantamento fotográfico será realizado com câmeras fotográficas digitais. Definiremos as coordenadas de cada feição e de cada sítio

arqueológico e realizaremos a distribuição espacial dos mesmos. Utilizando para isso imagens do Google Earth 2010 e cartas geológicas do CPRM (1997).

O processo de mapeamento consiste no georefenciamento espacial e sua distribuição no meio geográfico, possibilitando uma melhor localização dos sítios de registro rupestre para estudos posteriores, sendo assim, uma etapa importante para o mapeamento arqueológico da região em questão.

A identificação de registros rupestres, ou arte rupestre, atualmente é compreendida como um forte indício da presença, ou da passagem humana em uma determinada região. Os mesmos podem ser encontrados em grutas, boqueirões, na parede de abrigos ou em outros tipos de suportes. São produzidos sob a superfície de rochas que, em muitos casos, não podem ser transportadas (Martim, 2005). Compreende a arte rupestre como “as mais variadas expressões gráficas produzidas em suportes rochosos, do tipo grutas, paredes de abrigos, rochas isoladas ou agrupadas em campo aberto, ou em outro qualquer tipo de suporte”.

O registro fotográfico, por sua vez, será o instrumento adotado como recurso analítico para identificação dos registros gráficos. Como suporte para a captação das imagens, trabalharemos com uma câmera fotográfica Kodak 12 megapixels, sempre apoiada a um tripé, o mesmo só estará ausente quando os sítios apresentarem particularidades físicas que não permitam a utilização do mesmo.

Informações referentes aos sítios, bem como, aos painéis de pintura rupestre serão registradas em caderno de campo a fim de proporcionar um maior controle das atividades que vinham sendo desenvolvidas na área de pesquisa, e organizar as informações dos mesmos.

Em laboratório todo o material que foi produzido em campo deverá ser analisado para poder ser identificado. Iniciando pela redução das figuras dos painéis. Depois a análise das figuras reduzidas e das imagens fotográficas buscando entender o estilo, técnica. Redução dos conjuntos gráficos. Em vista das distorções que esse aparelho pode causar, as figuras, após a redução, deveram ser conferidas com as fotografias. Uma vez montados, os painéis deveram ser levadas a campo para revisão e elucidação das dúvidas;

Sendo assim, o descarregamento das imagens e iniciaremos o melhoramento das mesmas, utilizando para isso programas fundamentais no tratamento de imagens, tais como: CorelDraw X4 e Adobe Photoshop 9.0, permitindo assim uma maior visualização e identificação dos grafismos, lembrando que todo o levantamento fotográfico será realizado usando como padrão a escala IFRAO, já que a mesma é recomendada para auxiliar na identificação das cores reais dos painéis.



A decisão por iniciar os trabalhos de pesquisa no Sítio Arqueológico Pedra da Igreja, justifica-se pelo mesmo localizar-se a 05 km, da Sede do Município de Coronel João Sá – Bahia, onde foram identificados sítios arqueológicos com pintura rupestre.

No Sítio Arqueológico Pedra da Igreja, identificou-se um conjunto de sítios arqueológicos com pinturas rupestres deterioradas por insetos, por ação antrópica, por raízes de plantas fixas nos suportes e pela exposição à chuva e ao sol. Decidiu-se então direcionar toda uma pesquisa para essa feição de relevo, com o objetivo de registrar esse patrimônio que se encontra em fase de desaparecimento.

Com isso pretende-se intensificar as pesquisas acerca dos registros rupestres numa área de estudo que vem demonstrando ser promissora e que esteve, até pouco tempo, desconhecida para o meio acadêmico.

Partindo da premissa que os sítios ocupam uma posição singular neste contexto, uma vez que é dos poucos que, além de pinturas rupestres, não possuem outros vestígios arqueológicos, acreditamos ser possível, a partir dele, procurar algum padrão de comportamento na elaboração da arte da região.

Após isso iniciaremos o estudo com a elaboração dos temas iconográficos. Procurando identificar algumas associações temáticas entre os grafismos, as principais semelhanças ou diferenças entre sítios. Finalmente faremos algumas considerações sobre possíveis correlações entre os registros gráficos locais e as tradições que foram definidas para o Nordeste do Brasil.

Sobre as pesquisas que são desenvolvidas acerca da arte rupestre, Prous (1992) define as principais direções de pesquisas que são:

- As determinações estilísticas, necessária para realizar comparações;
- A determinação da sucessão dos estilos e eventualmente datação;
- Por fim, a interpretação dos grafismos, o campo mais complexo e que ainda tem muito a se estudar.

### **Patrimônio arqueológico e ambiental do município de Coronel João Sá**

A cidade de Coronel João Sá – Bahia é conhecido na região como a “Cidade da Pedra”, em virtude o município apresentar inúmeras formações rochosas conhecido popularmente por “Pedreiras”, (devido as mesmas serem utilizadas para a extração de derivados de pedra: paralelepípedo, brita, rachão e etc.), muito usada na região para a construção civil. Por sua vez, é muito comum a presença dos registros rupestres nessas formações rochosas.

## **A Pedra da Igreja**

A Pedra da Igreja é um exemplo enorme formação rochosa que abriga uma série de pinturas rupestres que remetem ao Brasil do período pré-colonial. Localizado apenas a aproximadamente 5 km da sede do município de Coronel João Sá – Bahia.

Sítio Arqueológico, ou simplesmente, Pedra da Igreja como é conhecido popularmente um conjunto de registro rupestre localizado em uma formação rochosa de mesmo nome no município. Demonstrando, assim, a importância desse sítio como testemunho da presença de comunidades indígenas na região do Nordeste do estado da Bahia.

Torna-se importantíssimo ressaltar que este Sítio corre sério perigo de degradação e possível destruição, posto que existe próximo ao mesmo uma exploração de pedreiras para a confecção de paralelepípedos, muito embora a formação rochosa que ostenta as Pinturas se encontre localizada em uma propriedade privada; entretanto, mesmo estando situado em uma propriedade particular, os visitantes têm amplo acesso ao local e o utilizam para a prática de rituais religiosos católicos, mantendo uma antiga tradição com a reza de orações nas pequenas Capelas espalhadas pelos rochedos, originando-se daí a toponímia do lugar.

Além disso, com o acesso liberado, grupos de visitantes frequentam o local, realizando diversões, todavia, ali deixando lixo espalhado, o que degrada ainda mais o ambiente, completando a progressiva destruição com pichações muito próximas dos painéis de pinturas e nas rochas circunvizinhas.

A Direção-Geral do Centro de Estudo das Ciências Humanas, que participou do salvamento arqueológico da Barragem do Gasparino, se comprometeu a elaborar um “Programa de Proteção e Manutenção” e apresentá-lo ao IPHAN e à Prefeitura Municipal de Coronel João Sá, aproveitando as informações extraoficiais de que a mencionada Prefeitura pretende transformar o local em Parque Pré-histórico.

Apesar de não ser polo de atração turística, o povo joãosaense conta com alguns marcos diferenciais da Cidade. Segundo os seus habitantes, o principal ponto turístico é a “Pedra da Igreja” (a mesma que possui as Pinturas Rupestres) que “não é um ponto muito agitado, mas é uma ótima opção para lazer e apreciação da natureza”. Esse mesmo local fica cheio de água no período de chuvas, sendo muito procurado pela comunidade para o seu consumo; ali, também acontece a Missa em louvor a Nossa Senhora Aparecida.

## **A Pedra da Chaleira**

Outro sítio que ainda não foi cadastrado, muito menos estudado é a Pedra da Chaleira. A Pedra da Chaleira se encontra em um estágio avançado de degradação. Esses são alguns

exemplos de sítios localizados no presente município.

Essa exploração predatória também tem seus pontos negativos, do ponto de vista arqueológico, essa exploração é bastante maléfica, pois os registros rupestres se encontram impregnados nessas rochas, que por sua vez são exploradas sem nem um estudo sistemático desses registros.

A extração predatória e sem autorização prévia e sem nenhuma fiscalização do poder pública é um dos fatores que mais agravam a destruição desse patrimônio arqueológico, sem falar da ação natural que desgasta os registros rupestres.

A Pedra da Chaleira, ele não é apenas um sítio arqueológico também é um patrimônio histórico e natural do município de Coronel João Sá – Bahia, reconhecido pela própria população local. Muitas vezes falta de informação ou até mesmo os usos inadequados desse local por anos de ocupação humana provocaram alterações no ambiente e o desgaste dos registros rupestres.

### **Salvamento arqueológico da Barragem do Gasparino**

Durante a construção da barragem do Gasparino foi realizado o salvamento arqueológico, o material coletado a salvaguarda está com o Centro de Estudo das Ciências Humanas, empresa responsável pelo projeto.

Desta maneira, ficou concluídas todas as atividades do “Projeto De Resgate Arqueológico Da Barragem De Gasparino”, desse projeto foram realizadas 51 sondagens em três sítios arqueológicos: sendo 13 na Lagoa dos Ossos, 19 no Areal, e 19 no Campo Grande, além da vistoria da área entorno do Sítio Pedra da Igreja.

Na Lagoa de Ossos (Latitude S: 10° 12’ 37”. Longitude W: 38° 05’ 51”), foram coletados: 01 alisador-polidor, 01 batedor-moedor e 01 mão-de-pilão. Já no Areal foi possível identificar fragmentos de cerâmica afro-brasileira 01 lasca de sílex. Enquanto isso na localidade denominada Campo Grande não foi possível identificar nada de relevância do ponto de vista arqueológico, por outro lado na Pedra da Igreja foi possível identificar uma grande quantidade de painéis de pinturas rupestres.

Referente às medidas adotadas para a proteção e conservação do material arqueológico, o número reduzido do acervo coletado não permite a montagem de um Museu na Cidade de Coronel João Sá, entretanto, a meta do C.E.C.H. é instalar uma Exposição Permanente no principal Colégio da referida Cidade, responsabilizando-se pela Curadoria, ficando assegurado o mais absoluto acesso da população local e dos estudiosos do assunto, devendo tal Exposição

ser patrocinada pela Prefeitura Municipal de Coronel João Sá e divulgada nos Órgãos de Comunicação e nos sites especializados.

### **Degradação dos Sítios de arte rupestre em Coronel João Sá**

Em todo o município encontra-se uma grande concentração de rochas desse tipo, que por sua vez é intensamente utilizado pela população local para extração de paralelepípedo que é amplamente usado na região para a construção civil, principalmente para o calçamento de ruas.

A identificação de registros rupestres é um forte indício da presença ou da passagem humana em uma determinada região. Os mesmos podem ser encontrados em grutas, boqueirões, na parede de abrigos ou em outros tipos de suporte. São produzidos sob a superfície de rochas que, em muitos casos, não podem ser transportadas (MARTIM, 2005, p.53).

Schmitz et. al. (1984) compreende a arte rupestre como “as mais variadas expressões gráficas produzidas em suportes rochosos, do tipo grutas, paredes de abrigos, rochas isoladas ou agrupadas em campo aberto, ou em outro qualquer tipo de suporte”.

### **Referências**

- ABREU, Keltom Romulo Andrade de. *Uma Análise da Questão dos Limites da Bahia e Sergipe na historiografia sergipana*. Itabaiana: UNIT, 2008.
- ABREU, Keltom Romulo Andrade de. *Degradação e Conservação de Sítios de Arte Rupestre no Município de Coronel João Sá – BA*. Aracaju: UFS, 2012.
- ALMEIDA, João Hélio de. *Carira*. Aracaju: J. Andrade, 2000.
- BELTRÃO, M.; LOCKS, M.; AMORIM, J. *Preservação dos Sítios Arqueológicos com Arte Rupestre*. In: FUNDAMENTOS. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato-PI: FMHA/Centro Cultural Sérgio Motta, 2002.
- BISPO, José de Almeida. *Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois*. Aracaju: Infographics, 2013.
- LIMA, A. P. G. de. *Da Arte Rupestre ao Passeio Público: um itinerário de identidade goiana através da arte*. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2002. (Dissertação de Mestrado) Revista UnG - Geociências, 2007
- MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Ed. Universitária da UFPE, 2008
- NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. *A Arte Rupestre no Brasil; Questões de transferência e representação da informação como caminho para interpretação*. Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. (Tese de Doutorado)
- PROUS, Andre. *Arqueologia Brasileira*. UNB, Ed. 1991
- SILVA, M. E.; ROESER, H. M. P. *Mapeamento de Deteriorações em Monumentos Históricos de Pedra-sabão em Ouro Preto*. Revista Brasileira de Geociências, n. 33, Dezembro de 2003.
- TRIGGER, B. *A História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo, Odysseus, 2004.

## NELSON DE SOUZA CARNEIRO E O CAMINHO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LEI DO DIVÓRCIO NO BRASIL

Lauren Cavichioli Quissini, Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, E-mail: lauren.quiss@gmail.com

**Resumo:** A temática divorcista no Brasil, vem sendo discutida desde o século XIX, evidenciando um maior acirramento nos debates entre os anos de 1950 até o final da década de 1970. Analisa-se a temática do divórcio através da perspectiva do mais enfático lutador pela causa divorcista no Brasil, o advogado e senador Nelson de Souza Carneiro, que de 1951 até a institucionalização da lei em 26 de dezembro de 1977, percorreu um caminho árduo para ver aprovada a lei no Brasil. Metodologicamente, trata-se de uma abordagem bibliográfica qualitativa, utilizando-se de três obras escritas pelo próprio Nelson Carneiro, a citar: *ABC da mulher e do divórcio* (1973), *A instituição do divórcio e as razões que a justificam* (1975) e *A luta pelo divórcio: a síntese de uma campanha em defesa da família* (1977), além de sites, trabalhos acadêmicos, artigos e outros meios que possam contribuir com a fundamentação teórica do estudo. Justifica-se tal investigação, pois há lacunas históricas acerca da luta pela instituição do divórcio no país, interpretados a partir dos escritos do próprio autor. O estudo do contexto social, político e cultural da década de 1970, possibilitaram compreender as transformações de uma época que trazia consigo relutâncias às imposições católicas, igualdade de direitos entre homens e mulheres e, principalmente contestações diante de valores e padrões impostos, que em muitos aspectos se fazem ainda presentes.

**Palavras-chave:** Lei do Divórcio; Nelson de Souza Carneiro; Mulheres.

### Considerações Iniciais

Há que considerar, sobretudo, que os reflexos dos posicionamentos sobre o divórcio, nos dizem muito sobre o contexto mundial de amplas transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX no Ocidente, repercutindo no Brasil. Segundo Eric Hobsbawm (1995), a vasta maioria da humanidade partilhava até segunda metade do século XX de características comuns, como: a existência de casamentos formais com relações sexuais privilegiadas para os cônjuges; o adultério era universalmente malvisto e até tratado como crime; a superioridade dos maridos em relação às esposas, bem como, dos pais em relação aos filhos (patriarcado) e a ideia de família nuclear composta por pai, mãe e filhos, tomada como correta.

A partir da segunda metade do século XX, esses arranjos básicos e padronizados foram substituídos, principalmente, pela modificação entre os sexos e gerações, respaldando nos laços familiares em alcance global que impactou, também, um aumento no número de divórcios. Essas transformações, bem identificadas dentro dos casamentos na conduta sexual e nas reflexões diante da procriação, foram sendo cada vez mais firmadas em decorrência das conquistas das mulheres, que passaram a indagar os papéis impostos a elas como naturais. Nesse sentido, ao lado de uma juventude que contestava padrões e valores culturais, as mulheres foram sujeitos relevantes na mudança social.

A exemplo disso, no Brasil, as discussões sobre a instituição do divórcio estão presentes desde “no mínimo, o final do século XIX” (ALMEIDA, 2010, p. 09), acirrando-se, principalmente, de 1950 ao final da década de 1970, envolvendo uma linha divorcista e outra antidivorcista. A primeira, considerando as transformações sociais, vislumbrava no divórcio, a inserção do país na modernidade. Já, a outra advinda de um tradicionalismo rígido, influenciava-se pela ideologia católica, defendendo a família tradicional composta por mãe, pai e filhos, bem como, as instituições cristãs, que justificavam suas oposições.

A essência dos debates sobre o divórcio no Brasil ia de encontro ao princípio da indissolubilidade do matrimônio, instituído como norma constitucional em 1934 pela hierarquia católica e permanecendo até 1977. Assim, a indissolubilidade matrimonial, impedindo um fim legal às uniões, permitia a separação dos casais somente através do desquite, o qual consistindo no encerramento da sociedade conjugal por meio da separação dos corpos e dos bens, não extinguiu o vínculo matrimonial, repercutindo na formação de segundas relações que eram consideradas ilegítimas, juntamente com os filhos oriundos dela (BELTRÃO, 2017).

Os problemas do desquite, giravam em torno dos estigmas sociais voltados às mulheres que ficavam mal faladas aos olhos da sociedade que as caracterizavam de indignas, imorais e pecadoras. Para além delas, os filhos envergonhavam-se pela situação de seus pais que vivenciavam uma relação sem respaldo legal, impactando em suas ilegitimidades. Em decorrência disso, o precursor da Lei do Divórcio no Brasil, Nelson de Souza Carneiro lutou bravamente durante 26 anos de sua vida para ver aprovado o divórcio.

Nessa caminhada, o advogado, jornalista e político, não mediu esforços na divulgação de suas justificativas para insistir na causa divorcista. Autor de artigos, capítulos de livros, livros e entrevistas na imprensa, Carneiro buscou falar de modo simples a toda sociedade brasileira por meio da informação, procurando alertar e aderir pessoas às suas ideias na luta a favor do divórcio.

Apesar das manifestações de Carneiro estarem inseridas em contexto de Ditadura Civil Militar (1964-1985) onde a censura se fazia presente, seus escritos se disseminaram e influenciaram a realidade política brasileira, culminando com a aprovação da lei em 23 de junho de 1977, sendo sancionada em 26 de dezembro do mesmo ano. Assim, a aprovação foi facilitada pelo Pacote de Abril, instituído pelo general - presidente Ernesto Geisel, que entre outras medidas, “reduziu o quórum de dois terços do Congresso para a aprovação dos projetos de emendas constitucionais, para a aprovação com a maioria simples” (KINZO, 1988, p. 182).

A questão divorcista, mexeu com estruturas e paradigmas cristalizados na sociedade brasileira, pois a Igreja Católica possuía unanimidade entre a hierarquia com relação ao tema, reagindo fervorosamente a tudo aquilo que envolvesse a mudança na família e nos “bons costumes” (GOMES, 2014).

À vista disso, dada a relevância da luta de 26 anos de Nelson Carneiro para instituir o divórcio no Brasil, o estudo<sup>333</sup> através de uma abordagem bibliográfica qualitativa, utiliza-se de três obras escritas pelo próprio Nelson Carneiro, a citar: *ABC da mulher e do divórcio* (1973), *A instituição do divórcio e as razões que a justificam* (1975) e *A luta pelo divórcio: a síntese de uma campanha em defesa da família* (1977), além de sites, trabalhos acadêmicos, artigos e outros meios que possam contribuir com a fundamentação teórica do estudo, buscando minimizar uma lacuna ante o olhar histórico acerca da luta divorcista, interpretados a partir dos escritos do precursor da lei.

Em síntese, o artigo apresenta a introdução, seguido de aspectos biográficos sobre Nelson de Souza Carneiro e os caminhos percorridos pelo mesmo até a institucionalização do divórcio no país. Em seguida, explana-se por ordem de publicação dos livros, o intuito de cada obra, trazendo à tona as principais discussões presentes no momento, elencando as justificativas do autor na defesa do divórcio para o país. Por fim, finaliza-se com algumas considerações relevantes ao assunto.

### **Nelson de Souza Carneiro: um pouco sobre sua biografia e os caminhos de luta pela institucionalização do divórcio no Brasil**

Nelson de Souza Carneiro<sup>334</sup> nasceu em 8 de abril de 1910, em Salvador na Bahia, foi um advogado, jornalista (trabalhou em *O jornal da Bahia* e *O Imparcial*, em Salvador e em *A Batalha* e o *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro) e político católico.

Ao morrer em 1996, deixou como herança uma longa carreira política iniciada em 1929 nos comícios da Aliança Liberal. Ao ser eleito Deputado Federal em 1951 pelo estado baiano, começa a defender as ideias divorcistas. Mesmo não obtendo êxito nas eleições de 1954, foi eleito pela Frente Popular, Deputado Federal pela Guanabara em 1958, 1962 e 1966, e Senador pelo mesmo Estado, em 1970, e pelo Rio de Janeiro em 1978 e 1986, sempre filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Após, presidiu o Senado e o Congresso Nacional

<sup>333</sup>Esse artigo faz parte de um item do primeiro capítulo da dissertação em desenvolvimento, intitulada: A aprovação da Lei do Divórcio no Brasil (1977): os debates e as polêmicas através das revistas *Manchete* e *Veja* (1975-1977).

<sup>334</sup>Outras informações sobre a biografia de Nelson de Souza Carneiro podem ser encontradas no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/deputados/131321/biografia> e no site do Senado Federal: <https://www.senado.gov.br/senado/grandesmomentos/carneiro.shtm>.

de 1989 a 1990 (ALMEIDA, 2010, p. 12).

Durante sua carreira política apresentou ao todo seis projetos de anulação de casamento. Até a aprovação da Lei do Divórcio em junho de 1977, que foi sancionada em dezembro do mesmo ano, foram 26 anos de luta incansável. Assim, assumindo as responsabilidades de advogado, jornalista e político, Carneiro foi um intelectual de destaque, escrevendo artigos, capítulos e livros que marcaram sua história e tiveram por objetivo disseminar seu conhecimento sobre a temática divorcista, sempre apresentando as justificativas, bem como, a relevância na luta pela aprovação da lei.

Com essa pretensão, o político almejava conquistar adeptos à causa divorcista. Por isso, falou aos estudantes, aos governantes, às mulheres e aos homens:

O principal era atacar sempre, por todos os flancos, a teimosia legal, numa batalha sem descanso nem quartel. E isso foi feito, não só na tribuna do Congresso, mas em milhares de conferências, debates nas faculdades, nos clubes, nos rádios e nas televisões, entrevistas à imprensa de todo o país e do estrangeiro, contatos pessoais, e até, através de uma comédia sem outro mérito que o de popularizar a ideia no palco de diversas cidades (CARNEIRO, 1977, p. 17).

Ao perceber que a luta pelo divórcio não podia restringir-se às paredes do Congresso e que para além do impedimento constitucional seria necessário “conjugiar sistemas, numa guerra total, de um lado, ir derruindo pacientemente os alicerces, um a um, até que o edifício estivesse a pique de desabar” (CARNEIRO, 1977, p. 14), sem deixar de, “atacá-lo de frente, através de emendas constitucionais, que fossem convocando os legisladores a enfrentar os problemas criados pelo desquite” (CARNEIRO, 1977, p. 14), Carneiro publica quatro livros sobre o tema, três deles utilizados nesse artigo.

Referente aos livros<sup>335</sup>, Maria Isabel de Moura e Almeida (2010), exprime em sua tese a concepção de que nas obras “percebe-se um esforço em dar uma resposta à reação negativa por parte dos antidivorcistas acerca da resistência contínua e eficaz da Igreja Católica, na defesa do princípio da indissolubilidade do matrimônio” (ALMEIDA, 2010, p. 76).

Convergindo com seu argumento, acrescenta-se ainda que os três livros analisados, advém da experiência do autor em causas civis, especialmente, em Direito de Família e por isso, abordam variados temas em defesa da família. As obras possuem uma linguagem simples,

<sup>335</sup>A *instituição do divórcio e as razões que a justificam* (1975); *ABC da mulher e do divórcio* (1973); *A luta pelo divórcio: a síntese de uma campanha em defesa da família* (1977) e *Seis projetos de anulação de casamento* (1971). Em virtude da utilização dos livros, destaca-se a dificuldade em realizar a aquisição dos mesmos, pois foram encontrados somente em sebos e seus estados físicos exigem delicadeza no manuseio devido às condições do tempo. O livro *Seis projetos de anulação de casamento* (1971), não foi encontrado para aquisição.



acompanhada de explicações históricas que buscam situar os leitores diante dos questionamentos presentes na época em que foram escritos. Nessa lógica, demonstram uma linguagem acessível ao público em geral (embora *ABC da mulher e do divórcio* tenha sido dedicado às mulheres), buscando socializar as lutas do autor que vislumbrava através de suas justificativas convencer os leitores a aprovarem/aderirem suas ideias.

### **ABC da mulher e do divórcio (1973)**

Totalizando 181 páginas, o livro *ABC da mulher e do divórcio* foi especialmente escrito para o público feminino. Logo de início, buscando a disseminação do conhecimento produzido, bem como, a pretensão de fazê-lo atingir as mulheres de todas as idades e classes sociais, Nelson Carneiro sintetiza que o livro possui as características de ser “ameno e fácil de transmitir-lhe o que há, e o que não há, a seu favor, na lei e na vida” (CARNEIRO, 1973, p. 11).

Com o foco na instituição e na luta pelo divórcio, almejando a transparência no conteúdo de A a Z, foram pensados inúmeros problemas sofridos pelas mulheres desde tempos remotos, presentes no momento de escrita da obra, e permanentes ainda hoje. Dessa maneira, problematizando cada letra do alfabeto, o autor objetivou fornecer uma roupagem nova a problemas velhos, voltando seu enfoque para o feminino. Não foi à toa que na contracapa final do livro, indicou para o público consumidor que a obra foi feita para “dar de presente à esposa, à amiguinha, à namorada, à companheira” (CARNEIRO, 1973).

O livro nas palavras do autor, dispõe essencialmente de ausência de hipocrisia e por esse motivo alicerçado na verdade, visa “consolidar a presença da mulher, de todas as mulheres, na luta contra a imoralidade e a degradação do desquite, como fim intransponível para as desventuras conjugais sem remédio” (CARNEIRO, 1973, p. 11). Para tanto, com o intuito de alertar e informar a população feminina sobre sua própria história, no ano de 1973, procurou trazer á tona não somente problemas restritos ao Brasil, mas buscou dar visibilidade, principalmente, a causa divorcista em outros países, como Argentina, Colômbia, Espanha, Paraguai e China. Nos quatro primeiros o divórcio ainda não havia sido instituído, como no Brasil. Porém, com relação a China a narrativa centrou-se em conquistas femininas (extinção da superioridade do homem sobre a mulher; tanto o homem quanto a mulher poderiam usar seu próprio sobrenome e nome), e de que “o divórcio será concedido quando o marido e a mulher o desejem” (CARNEIRO, 1973, p. 45).

Impossível seria citar aqui todos os pontos tratados no livro, contudo, serão ressaltados alguns dos mais debatidos entre as décadas de 1960 e 1970 (incluindo a vida de famosos divorciados a pontos de vistas sobre o divórcio de pessoas importantes na época), mais

próximos da dissertação em desenvolvimento, bem como, da Segunda Onda do Feminismo<sup>336</sup> que buscava a reflexão das mulheres para tais problemáticas: Abandono do lar; Aborto, crime e pílula; Adulterio; Briga de marido e mulher; China, casamento e divórcio; Colômbia, a luta pelo divórcio; Dissolubilidade, Indissolubilidade; Divórcio para não- católicos; Escolaridade e Divórcio; Família e Indissolubilidade; Gaúchos querem o divórcio; Inseminação artificial; Jacqueline, preocupação do mundo; Kubitschek, presidente Juscelino; Mãe solteira; Mulher e Divórcio; Nulidade; Pecado e casamento civil; Preconceitos às desquitadas; Rolo de pastel arma feminina<sup>337</sup>; Sevícia; Trabalho da mulher gestante; Vítimas do desquite.

De todo modo, dar transparência a totalidade dessas questões seria uma possibilidade de envolver as mulheres na causa divorcista. As pretensões de Carneiro em 1973 com a publicação desse livro, foram atingidas em 1977 em sua obra posterior, evidenciadas no trecho:

Nenhuma contribuição, entretanto, pesou tanto no desfecho final dessa guerra de tantos anos quanto a participação da mulher. Quando iniciamos a jornada, ela era contra o divórcio. No dia em que compreendeu que o desquite a aviltava e não lhe abria qualquer horizonte nos dias futuros, mudou de atitude. E foi principalmente esse apoio que, disseminado por todos os lares, em todas as idades, construiu a vitória final (CARNEIRO, 1977, p. 15).

Percebe-se com a afirmativa que a adesão do público feminino embora tenha demorado a acontecer, foi possível em 1977 culminando com a aprovação da Lei do Divórcio no país. A luta constante de 26 longos anos dedicada as mulheres e a família, teria finalmente sido compreendida entre a maioria das mulheres brasileiras.

### **A instituição do divórcio e as razões que a justificam (1975)**

O contexto de produção dessa obra caracterizou-se por amplas discussões entre antidivorcistas e divorcistas, pois no ano de 1975 foram apresentadas seis propostas de Emendas à Constituição, todas contra a cláusula constitucional que declarava o casamento indissolúvel.

<sup>336</sup>O chamado feminismo de “Segunda Onda”, refere-se ao movimento que surgiu após a Segunda Guerra Mundial e que priorizou às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado, diferente do feminismo de “Primeira Onda”, centrado na reivindicação de direitos políticos como o de votar e ser votada. O feminismo contemporâneo de “Segunda Onda”, surgiu em um contexto no qual emergiram diversos movimentos de libertação denunciando a existência de vários tipos de opressão, como: Movimentos pelos Direitos Civis, pela igualdade racial, ecologistas, movimentos de homossexuais e de mulheres, que surgiram, então, como forma de pensar a opressão de modo mais amplo do que a partir da ideia de luta de classes, até então o fundamento das principais críticas à desigualdade social (SILVA; SILVA, 2009, p. 145-146). Acerca das divisões do movimento feminista, há autores que diferem das argumentações de “Primeira Onda” e “Segunda Onda”, acerca disso é importante ver o artigo: HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

<sup>337</sup>Esse título temático faz referência a discussão de qual seria a melhor arma que a mulher poderia dispor, caso precisasse se defender. Armas, pistolas ou facas haviam sido descartadas, pois eram perigosas demais e poderiam ser dominadas por um homem, voltando-se para elas. A discussão termina quando se constata que “em vez de um revólver, a mulher deve usar, quem sabe, um rolo de pastel, que ela maneja com perícia e violência” (CARNEIRO, 1973, p. 150-151).

Sobretudo, a Emenda que mais repercutiu no seio da Igreja Católica foi a de autoria do senador Nelson Carneiro, a qual apresentava a permissão da dissolução do vínculo matrimonial após cinco anos de desquite ou sete de separação de fato. Entretanto, em sessão de maio do mesmo ano, a Emenda obteria a maioria dos votos, porém insuficientes para atingir o quórum exigido de dois terços.

Em meio a esse cenário, o livro de 63 páginas centra-se em apresentar as justificativas e indignações do próprio autor na apresentação de um projeto de lei e de um projeto de emenda, respectivamente, o Projeto de Lei nº 1.568 de 1960 e a Emenda Constitucional nº 5 de 1975. Desse modo, percebe-se que a obra serve como um resumo de seus principais argumentos na luta pelo divórcio no Brasil, considerando a realidade do país.

No que se refere ao Projeto nº 1.568 de 1960, Carneiro encarrega-se de fornecer mais argumentos à oposição católica ao ressaltar que seu projeto foi inspirado na legislação canônica da Igreja Católica e que, por tal, deveria ter encontrado facilidades no parlamento para se transformar em lei. Assim, as hipóteses vigentes no direito canônico que o Projeto pretendia incluir na legislação civil brasileira eram rigorosamente de nulidades. Por já fazer parte das diretrizes da própria Igreja o autor afirmava: “E espero em Deus, nenhuma voz se erguerá para julgar inconveniente a aprovação de dispositivos legais, que a sabedoria e o critério da Igreja mantêm, há séculos, em seus estatutos” (CARNEIRO, 1975, p. 9).

Embora, esperasse que assim fosse, a Igreja e os adeptos das suas ideias levantaram-se contra seus argumentos, impactando em sua reprovação. Em decorrência disso, Carneiro demonstra-se revoltado e como justificativa para sua indignação cita exemplos de que a Igreja realizava nulidades matrimoniais reservadas às elites brasileiras. Para isso, cita o exemplo da vedete Elvira Pagã<sup>338</sup>, que tendo contraído núpcias no México, com um indivíduo pertencente a alta sociedade carioca, teve mais tarde, seu casamento nulo pela Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo a hierarquia católica, o casamento fora declarado nulo pelos juízes canônicos porque seu ex-marido argumentava que a “estrela” contraíra núpcias sem que ela alimentasse em seu coração, o propósito de torná-lo indissolúvel.

Interpretando a situação e os impeditivos da Igreja as suas propostas, Carneiro utiliza-se dos argumentos do intelectual católico Gustavo Corção<sup>339</sup> para refletir sobre as negações da Igreja. Corção, afirmava:

<sup>338</sup>Pseudônimo de Elvira Olivieri Cozzolino (1920-2003) foi uma atriz, cantora, compositora e vedete brasileira.

<sup>339</sup>Gustavo Corção Braga (1896-1978) foi um escritor, engenheiro, ensaísta e jornalista católico brasileiro.

Há uma falsa apreciação de que a maioria dos brasileiros é de católicos. Não chegam aos dez por cento os católicos. Todavia, quase todos são batizados, o que é coisa de brasileiros. Entram na igreja pela porta do batismo e saem por outra, nunca mais voltando. A maioria não é católica, na acepção do termo; não vai à missa e não tem atividade condizente com a vida católica. Mas, se perguntados a que religião pertencem, fique certo que responderão – somos católicos! Daí esses números falsos que as estatísticas apresentam (CARNEIRO, 1975, p. 7).

A argumentação de Corção sugere um dos porquês de a Igreja Católica temer a aprovação de nulidades que não provém dela própria, visto que, se o país contabilizasse uma maioria católica não haveriam problemas a serem enfrentados. Contudo, a partir do intelectual, pressupõe-se que a opinião da Igreja sobre a amplitude religiosa no país era questionável e uma iniciativa que não fosse a sua poderia acarretar na minimização de sua autoridade.

No segundo momento da obra, Carneiro explana sobre a Emenda Constitucional nº 5 de 1975, realizando, primeiramente, aos seus leitores um levantamento da realidade nacional para que os objetivos da mesma fossem esclarecidos:

Cinge-se ao casamento civil (ou ao registro civil do casamento religioso), deixando aos diversos cultos a liberdade de acolher, ou não, os que constituírem segunda família legal. Apaga a imensa mancha de ilegitimidade, que dia a dia mais se espalha pelas capitais e pelo interior do país, em regra construindo sobre os escombros de um lar destroçado pela separação, legal ou de fato, dois novos lares, erigidos à sombra do amor, e aos quais a legislação e a jurisprudência, diante da extensão do fato social, vão procurando amparar, desde as companheiras aos filhos nascidos com o sinete injusto (CARNEIRO, 1975, p. 49).

Diante da explanação de algumas de suas justificativas, o autor elucida que o projeto de 1951, apresentado por ele, encontrava em 1975 um ambiente familiar mais deteriorado, com porcentagem crescente de desquites. Para tal afirmativa, utiliza-se de uma citação do Jornal do Brasil de 17 de janeiro de 1968, prevendo que se “continuarem as atuais proposições, o número de separações legais no Rio de Janeiro igualaria em dez anos o de casamentos” (CARNEIRO, 1975, p. 49).

A respeito disso, percebe-se que transformações ocorreram na sociedade brasileira de 1950 a fins de 1960, se intensificando dali para adiante. Recorrendo as palavras de Del Priore (2020, p. 204), é possível identificar que “as relações verticais começaram a ser questionadas. Rompia-se, bem lentamente, o ciclo de dependência e subordinação ao marido [...]”. A isso, explica-se o aumento no número de desquites no país, em detrimento dos casamentos. Não era

somente a industrialização que se modificava, mas toda uma mentalidade cultural e social que “entre conservadorismo e desejo de liberdade” (DEL PRIORE, 2020, p. 204), caracterizava a família brasileira.

Nesse momento, cabe destacar que o Brasil já não era um país só de católicos. Havia habitantes de todas as religiões, e muitas delas admitiam o divórcio para seus fiéis respeitando as leis que o Estado garantia em relação a qualquer autoridade religiosa. Avaliando esses pressupostos, concomitante, a prerrogativa de que o casamento civil era pouco considerado pela Igreja Católica, o autor demonstra não entender o porquê a mesma atacava ferozmente seus projetos de lei.

Apesar da incompreensão conservadora em negligenciar as necessidades de uma sociedade em transformação, alusivo as críticas a seus projetos e emendas, Carneiro faz uso da frase de Martinho Garcez<sup>340</sup> em defesa do divórcio no país, afirmando: “não me iludo sobre a sorte que terá a ideia ainda este ano. Mas nada mais frágil do que a gota d’água que, entretanto, não cessando de cair, afunda rochas e perfura montanhas (CARNEIRO, 1975, p. 53).

Bem coube a frase de Martinho Garcez para o que ocorreu no ano de 1975, visto que, por 222 votos contra 149, ou seja, maioria absoluta, o Congresso Nacional aprovou, em 8 de maio de 1975, a Emenda Constitucional nº 5, porém como a aceitação exigia dois terços da totalidade dos congressistas, a iniciativa não resultou vitoriosa. Todavia, foi levando consigo a esperança, a confiança e a luta de Garcez, que Carneiro se fez mais forte e viu ser aprovada, finalmente, em 23 de junho de 1977 a Lei do Divórcio no país, com a valiosa colaboração do senador Accioly Filho<sup>341</sup>, deixando que a evolução dos tempos e dos costumes pudesse dar uma resposta a sociedade do século XX.

### ***A Luta pelo Divórcio: a síntese de uma campanha em defesa da família (1977)***

O livro possui 334 páginas onde são retratados os caminhos percorridos na luta pelo divórcio e em defesa da família. Nas palavras de Nelson Carneiro, apresenta-se de forma

<sup>340</sup>Martinho Cézar da Silveira Garcez (1850-1923) foi um advogado, jornalista, professor e político, nascido em Laranjeiras (SE). Entrou na política como Deputado provincial por Sergipe, na legislatura 1874-1875, depois foi Presidente do Estado de 1896 a 1899. Posteriormente, foi eleito Senador Federal (CARNEIRO, 1977, p. 36-37). Durante sua vida parlamentar, pertenceu à comissão revisora do projeto do Código Civil, inspiração para muitos de seus escritos. Fundou em 1906, junto de Sílvio Romero e Fausto Cardoso, o Partido Progressista (PP). Depois de encerrado o mandato de Senador em 1909, Garcez dedicou-se a profissão de docente como lente catedrático de direito civil e diretor da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, no Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e é patrono da cadeira nº 22 da Academia Sergipana de Letras (MONTALVÃO, 2013).

<sup>341</sup>Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho (1920-1979) foi um advogado, jornalista, professor e político brasileiro, eleito senador pelo Paraná (PR). Em 1977 foi co-autor do projeto de lei, aprovado no mesmo ano, que instituía o divórcio no país.

minuciosa a historicidade do processo que, posteriormente, culminaria com a aprovação da lei.

Assim, afirma:

A afluência popular, que lotou galerias e corredores, era um espelho do interesse generalizado pelo êxito de uma campanha, que nos coubera continuar e conduzir através de insucessos e esperanças, se não com brilho, ao menos com tenacidade e confiança. A bandeira não era nova. Fora desfraldada antes, com grande lucidez, por ilustres figuras da vida pública nacional (CARNEIRO, 1977, p. 11).

No trecho, evidencia-se a resposta positiva dada pela sociedade acerca do divórcio, pois considerando o período de escrita da obra, pode-se dizer que foi uma interpretação do autor diante da votação da Lei do Divórcio, a qual teria mobilizado a população brasileira demonstrando o interesse na aprovação da Lei. Apesar dos muitos insucessos, Carneiro nunca perdeu a esperança na bandeira que defendia, mostrando-se confiante e incisivo em cada justificativa.

Contudo, mesmo apresentando as ideias divorcistas o autor não alija em sua abordagem os posicionamentos antidivorcistas advindos da Igreja Católica, pelo contrário, fornece visibilidade as investidas indissolubilistas. Carneiro reconhecia o trabalho da Igreja e concebia que “A luta da Igreja Católica contra o divórcio é velha, constante e universal, e por isso mesmo digna de respeito” (CARNEIRO, 1977, p. 247).

Outrossim, essa relação de humildade e respeito pelas ideias opostas é evidenciada logo no início do livro, pois há um item especial dedicado ao monsenhor Arruda Câmara<sup>342</sup>, já falecido na época, reconhecido como um “fiel até a morte”, nas palavras do autor. Estando presente em praticamente todos os debates sobre o divórcio, o religioso defendia o princípio da indissolubilidade do matrimônio com tenaz energia, o que ia de encontro as ideias de Nelson Carneiro, embora isso não deixasse abalar a relação de respeito pelo monsenhor. O exemplo de seu reconhecimento fica explícito no trecho:

<sup>342</sup>Alfredo de Arruda Câmara (1905-1970) entrou para o sacerdócio em 1919 no Seminário de Olinda (PE), onde se formou em direito canônico no ano de 1925. Posteriormente, seguiu seus estudos em Roma, doutorando-se em Filosofia e Teologia. No ano de 1933, já no Brasil, candidatou-se e foi eleito deputado à Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco. Em 1948 recebeu o título de monsenhor. Quanto aos trabalhos de elaboração propriamente dita da nova Constituição, o padre Arruda Câmara teve atuação pouco expressiva, restringindo-se aos problemas eclesiais. Nessa lógica, defendeu a invocação do nome de Deus no preâmbulo da Constituição e encaminhou propostas ligadas à necessidade da presença efetiva da Igreja na vida civil e política da nação. Também, defendia a adoção do ensino religioso em todos os estabelecimentos escolares, assistência religiosa às forças armadas, além de apoiar o matrimônio indissolúvel e a concessão do direito ao voto a todos os cidadãos. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Biografia de Alfredo de Arruda Câmara. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-de-arruda-camara>> Acesso em: 20 out. 2021.

Estivemos sempre juntos nos debates, ainda que geralmente em pólos opostos. Para impugnar meus projetos, especializou-se em Direito de Família, fez-me membro da Comissão de Constituição e Justiça, foi designado um dos relatores parciais da Comissão Especial de Revisão do Código Civil. Seguiu meus passos como se eu fosse o sacerdote e ele o acólito” (CARNEIRO, 1977, p. 34).

A partir do trecho pode-se captar que o antídívórcio era causa relevante para o religioso, pois ao invés de somente defender os preceitos religiosos da Igreja Católica, como excelente estudioso que era, buscou especializar-se em Direito de Família, para que pudesse apresentar argumentos mais consistentes à oposição. Além disso, em 1952, dentro de um contexto conturbado sobre as discussões de projetos para converter o desquite em divórcio, monsenhor Arruda Câmara lança a primeira edição do livro *A batalha do divórcio*<sup>343</sup>, ampliado e atualizado em 1960, agrupou os principais embates entre o autor e Nelson Carneiro, ao longo de toda década de 1950. Assim como os livros de Carneiro, a obra de Câmara é uma importante fonte histórica na compreensão da luta e dos argumentos antídívorcistas.

Assim como admirava e respeitava Arruda Câmara, Carneiro dedica um espaço específico para lisonjear a luta de Martinho Garcez, segundo ele um pioneiro do divórcio. Destarte, seus elogios relacionavam-se, principalmente, à oposição que este havia feito ao projeto do Código Civil em 1901, aprovado posteriormente em 1916, o qual visava o término da sociedade conjugal somente por via do desquite, fazendo permanecer o vínculo conjugal. Por essa lógica, Garcez incisivo criticava:

O que eu não admito é a indissolubilidade do vínculo conjugal decretada pela lei civil em um país que tem a liberdade e igualdade de cultos, em um país onde a religião católica deixou de ser a religião do Estado. O que não compreendo ainda é que o Governo Provisório, que surgiu de uma revolução em nome da liberdade contra uma dinastia de direito divino, tendo separado a Igreja do Estado, se julgasse com poderes para declarar que o vínculo conjugal é indissolúvel, depois de ter abolido o casamento-sacramento, o casamento perante a Igreja, e ter considerado o casamento um ato da jurisdição civil (CARNEIRO, 1977, p. 43).

As indignações de Garcez iniciadas no século XIX e estendidas ao XX, eram similares as de Carneiro, visto que, os dois políticos não conseguiam admitir como um Estado Laico dispunha de embasamento divino para seus projetos e leis. Dentro dessa lógica, os argumentos antídívorcistas encontravam suporte nos preceitos divinos do catolicismo que por essa via se negava a dismantelar a norma da Igreja Católica: “O que Deus uniu, o homem não separa”.

<sup>343</sup>Para saber mais sobre a obra e o conteúdo presente nela, indica-se a consulta da tese de ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

Desfazer esse sacramento de característica indissolúvel, enquadrava-se como um pecado imperdoável. Em decorrência disso, os discursos de monsenhor Arruda Câmara na Câmara de Deputados em 1967, insistiam na manutenção da família afirmando que “A Igreja em nome de quem falo é a Igreja de Cristo, a Igreja de Paulo VI. E pode estar certo V. Ex.<sup>a</sup>. de que ela jamais acolherá o divórcio ou adotará a dissolubilidade do casamento” (CARNEIRO, 1977, p. 183).

Relativo a essa mentalidade, Fáveri (2007, p. 337-338) aponta que a negação sobre o divórcio advinda da Igreja e dos partícipes de seus pressupostos vinculava-se a ideia de que o casamento estava acima das conveniências meramente sentimentais, tendo como finalidade essencial, única e principal a procriação dos filhos. Nessa lógica, utilizando-se das palavras do padre Arruda Câmara, ressalta que às mulheres impunha-se estritamente o ofício de mães e esposas fiéis, admitindo que o divórcio seria “o fim da humanidade, com sua tendência ingênua a esterilizar, a instabilizar a família, vai aos poucos destruindo a veneração à mãe, a deferência a esposa. Fica só a mulher brinquedo, a mulher máquina de prazer, a mulher manequim de joias e vestidos” (FÁVERI, 2007, p. 342).

Associada a essa mentalidade, a Igreja buscou assustar e castigar os fiéis que defendiam o divórcio ou pretendiam se divorciar, utilizando-se da imagem do diabo e da excomunhão durante os sermões. Como fator desestruturante para a família, o divórcio estava relacionado às ideias comunistas<sup>344</sup>, pois segundo a visão da própria Igreja, o comunismo trazia a dissolução dos costumes, repercutindo no caos e na anarquia social. Ainda, frequentemente, os membros da Igreja apontavam os problemas psicológicos que o divórcio poderia trazer para os cônjuges e para filhos da união desfeita.

Em contraposição à Igreja, os argumentos de Nelson Carneiro carregavam-se de uma visão positiva para o divórcio objetivando resolver os problemas de muitas famílias, tendo destaque para os direitos das mulheres, a imoralidade e a degradação do desquite, considerado por ele uma posição de sofrimentos e preconceitos. Assim, com a Lei do Divórcio seria possível acabar de vez com o estigma social depositado nas mulheres desquitadas, consideradas aos olhos da sociedade como, indignas, pecadoras, imorais e fracassadas. Como um espelho a família “coesa” refletia a imagem dos seus membros e socialmente o que importava era estar junto, mesmo na infelicidade. Por isso, na época da publicação do livro, não era estranho escutar que “falhar na importante tarefa de constituir e manter uma família era considerado desonroso” (DEL PRIORE, 2020, p. 201).

<sup>344</sup>Não só o comunismo era visto de forma nebulosa e perigosa, mas tudo aquilo que envolvesse a sociedade no radicalismo, a exemplificar o capitalismo e as práticas advindas do liberalismo (GOMES, 2014, p. 26).



Por fim, o autor considera que a Lei do Divórcio também acabaria com a “mancha da ilegitimidade” a que são relegados os filhos de uma segunda relação que não pode ser reconhecida como uma família de fato, mas como um amancebamento, em que os próprios filhos se sentem envergonhados com a situação dos pais (CARNEIRO, 1977, p. 225). Além disso, a lei viria solucionar os casos de adultério, distanciando o cônjuge traído e preso a realidade familiar de “quebra de contrato matrimonial”, possibilitando que cada um seguisse sua vida.

Em síntese a proposta do livro era informar a sociedade de que “o projeto de divórcio não é uma questão religiosa, nem política, nem partidária. Também, não se constitui num divisor de águas entre católicos e não- católicos” (CARNEIRO, 1977, p. 248). Buscando esclarecer e simplificar seus argumentos, Carneiro salienta que, “A Emenda não impõe, não obriga, não determina o divórcio; apenas possibilita para os que dele necessitem e a ele queiram recorrer” (CARNEIRO, 1977, p. 248).

### **Considerações finais**

Por meio dos três livros estudados, é possível tecer o contexto cultural, político e social da década de 1970, pois Nelson de Souza Carneiro não negligencia em seus escritos os fenômenos que estavam ocorrendo no mundo e respaldavam no Brasil, como os questionamentos dos papéis relegados aos homens e as mulheres, o aumento no número de divórcios em detrimento dos casamentos, os estigmas lançados às mulheres e, principalmente, os sofrimentos da família brasileira na convivência com o desquite.

As ideias defendidas por Carneiro e seus signatários, batiam de frente com os preceitos e valores professados pela Igreja Católica, a qual desde a apresentação da primeira proposta divorcista em 1951, lutou bravamente na condenação das ideias divorcistas, as quais afirmavam que “O que Deus uniu, ninguém separa”.

Diante disso, observou-se que Carneiro embora tenha respeitado e reconhecido o percurso de seus oponentes, lutou durante 26 anos para que a sociedade brasileira compreendesse que suas justificativas na busca de instituir o divórcio no país, advinha das próprias demandas da realidade brasileira. O catolicismo não era a única religião presente no país, haviam outras tantas que, inclusive, defendiam o divórcio e acolhiam seus fiéis divorciados.

No decorrer das leituras, percebeu-se o empenho de Carneiro em explicar minuciosamente a todas as classes sociais e de modo claro e coeso, seus reais objetivos em relação ao divórcio, mas sempre buscando fornecer o alerta e a adesão da causa que emanava

da história brasileira. Assim, afirma-se que as obras de Nelson Carneiro não fornecem apenas subsídios para se pensar no período em que foram escritas, mas servem para refletir sobre o hoje, pois grande parte das argumentações que usou, principalmente em *ABC da mulher e do divórcio* acerca dos direitos femininos, dos papéis de gênero, dos estigmas às mulheres e da violência de gênero, são fenômenos cotidianos.

Em suma, a interpretação dos três livros trouxe apenas resultados parciais, dando lugar às novas possibilidades de pesquisas, pois apesar das nuances e transversalidades identificadas nas narrativas do autor, a partir do olhar atento de outro pesquisador podem ser lançados ao vigor de novas luzes.

## Referências

- ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- BELTRÃO, Tatiana. Divórcio demorou a chegar no Brasil. *Senado Notícias*. 4 dez. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Biografia de Nelson Carneiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131321/biografia>. Acesso em: XX out. 2021.
- BRASIL. Senado Federal. Cronologia de Nelson Carneiro. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/grandesmomentos/carneiro.shtm>. Acesso em: XX out. 2021.
- CARNEIRO, Nelson de Souza. *ABC da mulher e do divórcio*. Rio de Janeiro: São José, 1973.
- CARNEIRO, Nelson de Souza. *A instituição do divórcio e as razões que a justificam*. Brasília: Senado Federal, 1975.
- CARNEIRO, Nelson de Souza. *A Luta pelo Divórcio: a síntese de uma campanha em defesa da família*. São Paulo: Lampião, 1977.
- DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil de 1500 a 2000*. São Paulo: Planeta, 2020.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Biografia de Alfredo de Arruda Câmara. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-de-arruda-camara> Acesso em: 20 out. 2021.
- FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, jan./jul. 2007.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Era Dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

MONTALVÃO, Sérgio. Garcez, Martinho. P. 1-3, 2013. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GARCEZ>> Acesso em: 26 out. 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

# STUDIUM E PUNCTUM NAS VISUALIDADES DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO

Leonardo Augusto de Jesus, PPGAV/EBA/UFRJ, e-mail: [leojesus@eba.ufrj.br](mailto:leojesus@eba.ufrj.br)  
Orientadora: Profa. Dra. Helenise Monteiro Guimarães, PPGAV/EBA/UFRJ

**Resumo:** Partindo da hipótese de que o termo *imagem* abrange diferentes funções a cujo ajuste se dedica a arte, Jacques Rancière (2012) identifica a *frase-imagem* e a *imagem sem frase* no regime estético das artes. A primeira transforma as imagens em signos cujo valor pode ser auferido nas combinações com outros elementos visuais, sonoros ou textuais para construir uma *grande parataxe*; a segunda função concebe a imagem como presença visual, opõe sua vida autônoma à narrativa da história e ao texto e atesta a potência singular de sua forma muda que testemunha determinado inconsciente, um pensamento arcaico ou um *não pensamento* na imagem. Questões que reacendem a crise da representação, da interpretação de uma imagem e da produção e recepção de signos em todas as manifestações artísticas e culturais, devendo ser analisadas as suas consequências no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. Desta forma, analiso as visualidades carnavalescas em sua dupla potência: a potência significativa que codifica uma mensagem simbólica a ser decifrada; e a potência bruta, *páthos* que desfaz a imagem enquanto figura de uma história e a oferece ao puro deleite do espectador no seu reconhecimento imediato: *voici!* Para compreender a diferença entre a alteridade da imagem carnavalesca e a superficialidade do visual, apóio-me ainda nos estudos de Roland Barthes (1984): a partir das noções de *studium* – o afeto médio que desperta o interesse cultural sobre a imagem – e *punctum* – o que há de pungente em uma imagem sem aguardar que o observador o procure –, observo como se configuram o pensável, o dizível e o visível nas visualidades das escolas de samba do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Imagem; Alteridade; Escolas de samba.

## 1. Introdução

A investigação que desenvolvo atualmente analisa o rearranjo entre os aspectos textuais e imagéticos nas apresentações das escolas de samba do Rio de Janeiro na hipermodernidade – terceira fase da modernidade, que Lipovestky e Serroy definem como “uma espécie de modernidade ao quadrado ou superlativa”, possibilitada por “uma tríplice metamorfose que diz respeito à ordem democrática-individualista, à dinâmica do mercado e à tecnociência”, ocorrida em função da estetização hiperbólica do mundo a partir dos anos 1980 (2009, p. 49).

Neste artigo, abordo questões temáticas e filosóficas da imagem que se mostraram essenciais para entender as transformações na relação entre o dizível e o visível nos desfiles do *mundo do samba*, conceituado por Leopoldi como o “conjunto de manifestações sociais e culturais, emergentes nos contextos em que o samba predomina como forma de expressão musical, rítmica e coreográfica”, cujas instituições mais expressivas são as escolas de samba (2010, p. 61).

Tomo de empréstimo os conceitos barthesianos de *studium* e *punctum* para tratar de dois diferentes modos de funcionamento da imagem carnavalesca. Observo, primeiramente, as imagens carnavalescas que se destinam a transmitir uma mensagem e convocar o espectador a uma tomada de consciência sobre determinado tema; em seguida, analiso aquelas que pretendem tão somente seu reconhecimento imediato enquanto imagem para, com isso, promover o prazer estético do espectador. Reconheço que *studium* e *punctum*, conforme os compreende Roland Barthes (1984), não correspondem exatamente às definições do parágrafo anterior. São formulações das quais me aproprio para aplicar às visualidades carnavalescas por se aproximarem às conclusões às quais aqui chegarei. Emprego-as no título deste estudo por sua potência expressiva e, principalmente, por serem mais conhecidas academicamente do que determinadas postulações de outros teóricos que também me interessam nesta análise.

Mas em lugar de *studium* e *punctum*, poderia ter parafraseado Foucault (1999) para abordar as palavras e as imagens nos desfiles das escolas de samba, ou ter emulado os pensamentos de Jacques Rancère (2012) sobre a alteridade da imagem e o visual que tão somente se autorreferencia sob as funções *frase-imagem* e *imagem sem frase*, respectivamente. Efetivamente, o que pretendo neste estudo é escavar a imagem carnavalesca e encontrar a medida de sua profundidade para, ao fim, elogiar a sua superficialidade, como prefere Vilém Flusser (2008). Cada um destes postulados relaciona-se, à sua maneira, à crise da representação por semelhança; para aplicá-los aos desfiles do carnaval carioca pretendo entrecruzá-los em um movimento dialético e interdisciplinar.

A crise da representação e da função dos signos, assim como a sua repercussão nas práticas artísticas e culturais, já foi amplamente abordada em diversos estudos. Cabe agora, observar como a questão se desdobra nos desfiles e como ela conduz as imagens apresentadas pelas escolas de samba do Rio de Janeiro da profundidade conceitual a uma virada rumo à superfície do visual.

## **2. Do *studium* e *punctum* à *frase-imagem* e *imagem sem frase***

Rancière evidencia que as formas visíveis podem propor uma significação ou subtraí-la (2012, p. 15). O regime mais comum da imagem, afirma, relaciona o dizível com o visível, jogando com sua analogia e sua dessemelhança, com o *logos* e o *pathos*. Por sua vez, Barthes distingue na imagem fotográfica dois efeitos opostos: *studium* e *punctum*. O primeiro compreende um afeto médio e coletivo, que desperta o interesse cultural sobre a imagem; refere-se às informações transmitidas e às significações por ela acolhidas, transformando-a em

um material a ser decifrado e explicado. O *punctum*, por outro lado, compreende o que há de pungente em uma imagem, o que ela contém de penetrante, o que está ali sem aguardar que o espectador o procure. “O *studium* está, em definitivo, sempre codificado, o *punctum* não”, afirma Barthes (1984, p. 80).

*Punctum e studium*, para Rancière, “jogam com a mesma conversibilidade entre duas potências da imagem: a imagem como presença sensível e a imagem como discurso cifrando uma história” (2012, p. 20). Dupla poética da imagem – presença ostensiva e história cifrada – decorrente de uma redistribuição das relações entre o visível e o dizível na modernidade. Rancière amplia a discussão para além da fotografia e diferencia *Visual* e *Imagem*: aquele equivale ao *punctum*, ao efeito pático das formas visíveis, o não-pensamento apresentado sob a forma estética; a *imagem* exibe uma visibilidade e uma potência de significação que se lhe associa e apresenta-se de forma complexa, como “operações, relações entre o dizível e o visível, maneiras de jogar com o antes e o depois, a causa e o efeito”(2012, p. 14).

Ao observar a verborragia do fraseado contínuo da *Imagem* e o não-pensamento mudo do *Visual*, Rancière formula a *frase-imagem* e a *imagem sem frase*, respectivamente. *Funções-imagens* entre as quais a arte desloca-se na modernidade, em decorrência das transformações que a imagem e seus meios de produção conheceram no último século (RANCIÈRE, p. 22, 23).

A *frase-imagem* não representa por semelhança, mas faz do choque a sua potência de comunicação e da combinação de opostos a sua potência estética; não rechaça a sua relação a um discurso, mas o faz conforme um novo modelo de correspondência: “a ligação dos heterogêneos constrói e reflete ao mesmo tempo um sentido de história” (RANCIÈRE, 2012, p. 70). Compõe uma “grande parataxe”<sup>345</sup>, através da justaposição de significações e materialidades. A *frase-imagem* tem sua potência tensionada entre os pólos dialético e simbólico e apresenta-se como a união da função textual e da função imageadora pela forma como ambas desfazem a relação representativa do texto com a imagem. Subverte a lógica aristotélica através da qual cabia ao texto promover o encadeamento ideal das ações, enquanto a imagem correspondia a um suplemento de presença ilustrativa.

Ao discurso da *Imagem* opõe-se o discurso do *Visual*, que corresponde às formas visuais que não remetam a um *outro* mas a si mesmas; que não apenas renunciam à representação, mas também subtraem de si qualquer significação. Imagem ostensiva concebida nos moldes do ícone: signo que se apresenta sem representar e tem por objeto a simples “possibilidade do

<sup>345</sup>Rancière recorre à gramática e à linguística para ilustrar seu pensamento e exemplificar a comunicação imagética que ocorre através de uma construção de elementos heterogêneos justapostos sem conectivos.

efeito de impressão que ele está apto a produzir ao excitar nosso sentido” (SANTAELLA, 1983, p. 63-64). Visualidade que Rancière resume com uma única palavra em francês: *voici*, demonstrativo da presença no presente. Aqui está: presença insignificante que se desdobra em mera apresentação de si mesma; *punctum* que remete à identidade sem alteridade e que se coloca à frente do espectador como potência obtusa, como um *estar-aí-sem-razão*<sup>346</sup> (RANCIÈRE, 2012, p. 33).

Assim, a *imagem sem frase* suprime a sua função mediadora e promove a identificação imediata entre ato e forma em detrimento das operações de semelhança, deciframento e suspensão. Institui um novo visível que impõe sua presença ao mesmo tempo em que recusa a sua interpretação como cifra de uma história, exibindo apenas a pura forma sensível desprovida de significação: “já não se lamenta mais que as imagens escondam segredos que já não são mais secretos para ninguém; ao contrário, lamenta-se que as imagens nada mais escondam” (RANCIÈRE, 2012, p. 31).

Tais teorias da imagem entrecruzam-se com o sistema de signos que compõe os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro. Em uma reflexão interdisciplinar, constato que, da mesma forma, ambos os caminhos se apresentaram como escolha de produção imagética aos carnavalescos na hipermodernidade. Por um deles, passaram artistas que, desde os anos 1980, romperam com a representação por semelhança na narrativa carnavalesca e pretenderam inserir significações nas imagens apresentadas. O outro caminho possibilitou a renovação do espetáculo nos primeiros anos do século XXI com a introdução da *imagem sem frase* nos desfiles.

### **3. O dizível e o visível nos desfiles das escolas de samba**

As apresentações das escolas de samba articulam dialeticamente palavras e imagens, em uma operação que se instaura desde a escolha o enredo. Segundo Júlio César Farias, enredo é “a peça fundamental que desencadeia o complexo macrotexto audiovisual do desfiles das Escolas de Samba”. Sob a perspectiva literária, o enredo pressupõe o encadeamento narrativo de ações; sob uma perspectiva semiótica, propõe um conjunto de signos visuais a serem decodificados (FARIAS, 2007, p. 13).

Desta forma, toda a produção de um desfile de escola de samba começa com a elaboração da sinopse do enredo, o texto fundamental – aquilo que aqui chamo de *dizível* – que

<sup>346</sup>A tradução brasileira fala em “ser-aí-sem-razão”. O verbo francês *être* pode ser traduzido em português como ser ou estar. O sentido que Rancière o utiliza parece-me indicar não uma essência, mas uma presença desmotivada, motivo pelo qual optei por *estar-aí-sem-razão*.

se desdobra materialmente na *mise-en-scène* carnavalesca em imagens – o *visível*<sup>347</sup>.

A hipótese que embasa minhas investigações pressupõe uma transformação na relação entre conceitos e formas visuais apresentadas pelas escolas de samba do Rio de Janeiro na hipermodernidade; analiso, assim, a relação entre *conceito* e *imagem* nos desfiles.

Compreendo como conceito a temática fundamental da elaboração de determinado enredo: o pensamento que orienta a construção de uma narrativa carnavalesca cuja proposta é emitir uma mensagem determinada para convocar os espectadores a tomarem suas posições na partilha do sensível. Não se trata da fundamentação de todo e qualquer enredo, haja visto que, anteriormente ao período ora estudado, a criação literária e o desenvolvimento visual dos desfiles eram regidos pelo regime representativo que consagrava a lógica aristotélica da verossimilhança e do encadeamento ideal e causal dos fatos na narrativa carnavalesca. Conceito é o pensamento que se busca transcrever linearmente na linguagem articulada da sinopse do enredo para ser codificado nas formas visuais da *mise-en-scène* carnavalesca sem pretender a sua representação mimética. O conceito destina-se, portanto, a ser decifrado para emancipar o espectador.

Se de um lado, o conceito é fundamental para a produção da imagem carnavalesca que opera conforme a função *frase-imagem*, de outro, não apresenta a mesma relevância para a produção das visualidades das escolas de samba operadas enquanto *imagem sem frase*. Das funções imagéticas formuladas por Rancière e sua aplicabilidade aos desfiles tratarei a seguir.

### **3.1. A *frase-imagem* operada nos desfiles das escolas de samba**

A liberdade artística decorrente da redemocratização no Brasil dos anos 1980 possibilitou o desenvolvimento de enredos que convocavam o espectador a refletir sobre as circunstâncias políticas e sociais do país. Para Clecio Quesada, julgador do quesito enredo, sua importância “se tornou cada vez mais significativa quando se prestou à crítica social e política” (*apud* FARIAS, 2007, p. 66).

Aparte dos enredos politizados, instituíram-se ainda outros gêneros de enredos, até então inéditos, que permitiram que os carnavalescos experimentassem a veiculação de uma mensagem simbólica oculta, promovida através do choque dos elementos heterogêneos contidos na imagem. A década de 1980, portanto, possibilitou a ruptura definitiva com a mimesis e a lógica aristotélica e, conseqüentemente, a introdução da *frase-imagem* nos desfiles

<sup>347</sup>Os próprios critérios de julgamento dos desfiles põe em manifesto a relação entre o que se vê e o texto da sinopse, uma vez que são comuns as penalizações de quesitos visuais sob a justificativa de inadequação ao enredo proposto.



das escolas de samba.

A partir de então, e com mais ênfase na segunda metade dos anos 1980, consolidou-se a apresentação de enredos “mais comportamentais e menos históricos”, como afirma Farias (2007, p. 23). Foi exatamente essa despreocupação com a historicidade que libertou os carnavalescos para desenvolverem enredos que subverteram a lógica aristotélica na narrativa lítero-visual dos desfiles.

Notabilizou-se, no período, o carnavalesco Fernando Pinto, cuja ironia refinada jazia pacientemente nas imagens por ele produzidas, aguardando a decifração pelo público. O artista rejeitou a reprodução mimética em seus desfiles, como se depreende da entrevista de Messias Neiva, julgador do quesito Alegorias e Adereços: “No segundo carro, vinham tatus na copas da árvores (...). Se ela colocasse os pássaros em cima e o tatu embaixo, eu aumentaria a nota em 2 pontos” (*apud* SIMAS; FABATO, 2015, p. 133). Neiva defendia-se das críticas à nota 6 que atribuíra às alegorias apresentadas pela Mocidade Independente de Padre Miguel no enredo *Como era verde o meu Xingu*. Tatus e pássaros fora de seus lugares nas árvores: o artista não rechaçou a figuração, mas reorganizou as imagens e o conceito indigenista do enredo segundo novas relações de semelhança entre os pólos dialético e simbólico. Semelhança não mimética, não reprodutora da realidade exterior ao espetáculo. Extremamente hábil e consciente em reordenar as relações entre o visível e o dizível na potência do choque de elementos heterogêneos, Fernando Pinto tornou-se um dos principais responsáveis pela introdução da *frase-imagem* nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Choque de elementos heterogêneos na imagem: indígenas sobre motocicletas na comissão de frente da Mocidade Independente de Padre Miguel, 1987



Fonte: Disponível em <https://www.pedromigao.com.br/ourodetolo/2010/11/samba-de-terca-tupinicopolis/>.

Em sua obra, destaca-se *Tupinicópolis* (1987), apresentação que se constituiu na grande parataxe da história dos desfiles: fraseado contínuo da imagem desde a comissão de frente até o último componente. A sinopse anunciava o *New Eldorado* de “um carnaval de ficção científica tupiniquim, retro-futurista, pós-indígena” revisitando a “estética pós-Marajoara Tupinicopolitana”. O carnavalesco propunha, desta forma, apresentar “a cultura Tupiniquim falando para o mundo via Tupinicópolis”. (PINTO, 1986). E Tupinicópolis falou. Desde os indígenas motociclistas que abriram o desfile, cada fantasia, cada adereço, cada alegoria apresentada lançou uma pergunta, propôs uma reflexão sobre a exploração das riquezas brasileiras e a situação dos povos originários no Brasil. Em meios a cocares e representações de arte plumária viam-se placas de sinalização de trânsito; índios-operários da *Tupi S.A.* carregavam uma chave-inglesa como adereço de mão; no *Shopping Boitató* vendiam-se diversos produtos, como o creme dental *Pererê*. Sucesso de crítica e de público, o desfile comprovou a maestria do artista em promover uma comunicação imediata através da imagem carnavalesca. Registre-se a diminuta extensão da sinopse, composta por apenas seis parágrafos, o que demonstra a maior relevância atribuída pelo artista à imagem em detrimento do textual, sem comprometer a clareza na transmissão do conceito pretendido. A sinopse de *Tupinicópolis* evidencia que o conceito fundamental do desfile é pensamento sensível que extrapola o texto. A linguagem tupinicopolitana não podia, de fato, ser apreendida em sua total eloquência na linearidade alfabética do homem branco, mas transmitiu-se de forma imediata, precisa e inequívoca na *mise-en-scène* carnavalesca.

Figura 2 – Cédula do guarani tupinicolopolitano e do cruzado brasileiro se opõem na alegoria para convocar a uma reflexão sobre a situação econômica do país. Mocidade Independente de Padre Miguel, 1987



Fonte: Disponível em <https://www.pedromigao.com.br/ourodetolo/2010/11/samba-de-terca-tupinicolopolis/>.

No entanto, a *frase-imagem* mais conhecida que já atravessou o Sambódromo compõe o conjunto da obra de outro grande artista do carnaval carioca: o *Cristo Mendigo* de Joãosinho Trinta. Assim como Fernando Pinto, Trinta ganhou notoriedade no mundo do samba nos anos 1970. Naquela década, ainda que tenha demonstrado total despreocupação com a historicidade no desenvolvimento de desfiles, sua obra ainda se caracterizava pela mímese, ordenando seus enredos, por mais oníricos que fossem, segundo a lógica aristotélica. Joãosinho tardou a reivindicar a reflexão ativa dos espectadores: até 1987, seus desfiles não se fundamentavam em um conceito, mas sim em temáticas organizadas segundo a verossimilhança e a causalidade. Porém, no desfile de 1989, explorou toda a potência da *frase-imagem*: *Ratos e urubus, larguem minha fantasia* foi apresentado pela Beija-flor de Nilópolis como um protesto autodeclarado na sinopse, cujo texto informava ainda que o primeiro carro alegórico “vem mostrando o acúmulo desta miséria expresso no lixo físico e humano em torno da enorme e significativa figura de um CRISTO MENDIGO. Isto é a própria imagem do Rio de Janeiro e do Brasil” (TRINTA, 1988).

Como se vê, a sinopse já produzia o *Cristo Mendigo* enquanto imagem literária, afirmando-o como síntese da realidade social carioca e brasileira. Símbolo da cidade do Rio de

Janeiro, o Redentor chocou-se com o lixo e a miséria, elementos tradicionalmente alheios à iconografia cristã. Joãosinho pretendia, de forma consciente, reunir em uma mesma imagem elementos totalmente heterogêneos e fazê-los falar a linguagem dialética do choque dos contrários. O Cristo Redentor desfilaria com seu manto roto e esfarrapado, rodeado de componentes fantasiados de mendigos, igualmente em andrajos.

A censura a que o *Cristo Mendigo* foi submetido, de um lado, comprovou a sua potência dialética e simbólica; de outro, acentuou a sua eloquência. A escultura foi coberta com um plástico preto, sobre o qual dispôs-se uma faixa onde se lia a inscrição: “Mesmo proibido, olhai por nós”. Desta forma, sobrepuseram-se novos elementos à imagem: o preto, cor da ausência e do luto; a interdição da visão; a frase, de dupla carga semântica, anexava à mensagem original o sentido de censura/proibição e reforçava o seu significado religioso. A solução dada entrou para a História das escolas de samba e consagrou a *frase-imagem* carnavalesca mais potente de todos os tempos.

Nos anos seguintes, Joãosinho absorveu definitivamente o choque estético da *frase-imagem* em sua obra, desenvolvendo, em seguida, os enredos *Todo mundo nasceu nu* (1990) e *Alice no Brasil das Maravilhas* (1991).

Apoiei-me em uma breve análise da *Tupinicópolis* de Fernando Pinto e do *Cristo Mendigo* de Joãosinho Trinta para exemplificar o uso carnavalesco da *frase-imagem* e ilustrar o modelo de desfile que se institui e se elabora a partir dos anos 1980, o qual chamo de *desfile-conceito*<sup>348</sup>. Como evidenciado, a função *frase* atribuiu à imagem carnavalesca uma potência expressiva que decorria não da mímese, mas do choque de elementos heterogêneos cujo encontro promovia incômodo e estranhamento em seu receptor. Efeito obtido pelas técnicas características da colagem e da fotomontagem: “o choque numa mesma superfície entre elementos heterogêneos, quando não conflituosos” (RANCIÈRE, 2012, p. 29), que revela ao espectador o segredo oculto da imagem, uma realidade que ele não sabe ou não quer ver, mas da qual precisa tomar conhecimento para (re)agir.

Emancipa-se o espectador dos desfiles das escolas de samba quando se lhe conduz ao questionamento da oposição entre a passividade do olhar e a ação para compreender que, no espetáculo, as relações entre o dizer, o ver e o fazer são reguladas conforme a estrutura da dominação e da sujeição. Desta forma, o espectador emancipado se conscientiza que olhar também é uma ação, capaz de redistribuir as posições na partilha do sensível. “O espectador

<sup>348</sup>Em oposição ao *desfile-representativo*, modelo consolidado nas duas décadas anteriores, formulado sob a lógica aristotélica da verossimilhança e do ordenamento causal dos fatos na narrativa carnavalesca.

também age”, afirma Rancière, “observa, seleciona, compara, interpreta. Relaciona o que vê com muitas outras coisas que viu em outras cenas, em outros tipos de lugares” (2012, p. 17).

### **3.2. A *imagem sem frase* operada nos desfiles das escolas de samba**

Cabe agora analisar a imagem carnavalesca ostensiva, que recusa a significação oculta para afirmar a sua pura presença desmotivada, o *estar-aí-sem-razão* consagrado pelo *não-pensamento* da *imagem sem frase*, introduzida nos desfiles a partir dos primeiros anos do século XXI.

Rancière sinaliza o fim da “era da semiologia como pensamento crítico das imagens” (2012, p. 27): projeto que pretendia libertar a arte das imagens na modernidade, suprimir-lhes a função mediadora para promover a identificação imediata entre ato e forma em detrimento das operações de semelhança e deciframento. Portanto, a *imagem sem frase* requer o reconhecimento imediato e pretende a mera observação da imagem que proporciona prazer estético sem destinar-se à representação mimética ou a convocar o espectador à tomada de consciência. A *imagem sem frase*, assim, autoriza a abstração, mas também o figural, a imagem figurativa sob outra relação de semelhança que não a mimese aristotélica, desde que faça da semelhança o motivo de sua identificação imediata sem colocar-se como mediadora entre o receptor e o outro ausente a ser substituído, representado ou simbolizado.

No processo de descoberta de novas possibilidades estéticas pelas escolas de samba, destacou-se, na primeira década deste século, o carnavalesco Paulo Barros, ao produzir imagens carnavalescas cujas presenças se desdobravam em mera apresentação de si mesmas. Se, por um lado, não se trata da abstração que caracterizou a arte contemporânea, por outro, são imagens que prescindem de um significado oculto para serem imediatamente identificadas pelo espectador. Consumo comercial da relação com o tempo e absorção da lógica mercantil pela imagem carnavalesca, que deixa de ser pensada com base em um confronto dialético e simbólico para promover prazer estético e sensorial imediato. Inaugura-se uma nova temporalidade nos desfiles, o “aqui-agora”, a “primazia do presente” que, segundo Lipovetsky, caracteriza a hipermodernidade e se instala pelo excesso de bens, imagens e solicitações hedonistas (2004, p. 62, 63).

O marco de uma hipermodernidade estética nas escolas de samba aconteceu no desfile da Unidos da Tijuca em 2004. No enredo que tratava da evolução científica (*O sonho da criação e a criação do sonho: a arte da ciência no tempo do impossível*), a alegoria que ficou conhecida como *carro do DNA* consistia apenas em uma estrutura cônica em ferro, ao longo da qual se sentavam 127 componentes que executavam movimentos coreográficos com as mãos

alternadamente para ambos os lados. Em nada assemelhava-se com a estrutura helicoidal que representa o DNA nas publicações científicas, mas permitiu uma leitura clara, inequívoca e imediata pelos espectadores. A alegoria de Paulo Barros indicava, assim, a humanidade por dessemelhança.

O artista tinha consciência da ruptura estética que promovia; pretendia efetivamente “transformar imagens conhecidas em novidade ao deslocá-las de lugar e inseri-las em outro contexto” (BARROS, 2013, p. 44). O visível adquire relevância extrema em sua obra; muito mais que inserir qualquer mensagem nas imagens que cria, interessa-lhe capturar o olhar do espectador:

Provocar o imprevisível, o imponderável e o inesperado é o que me move a procurar soluções para o que, até então, parecia impossível. Perceber que o público levanta das arquibancadas e interage com a alegoria, fica intrigado, **procura respostas, acha que encontrou e descobre que não era nada disso**, isso me anima. (BARROS, 2013, p. 46) (grifei)

Da declaração do próprio artista, depreende-se que, mais que comunicar alguma mensagem, busca deleitar o público, levar os espectadores a constatar que não há respostas ocultas nas imagens apresentadas. Pretende que o público, tão acostumado a tentar decifrar as mensagens simbólico-dialéticas nos desfiles do final do século XX, descubra “que não era nada disso”. Não é disso, de desvendar enigmas ocultos, que se trata a sua obra.

Ademais, o carnavalesco inaugurou um processo criativo inédito para desenvolver um desfile de escola de samba. Barros define seus enredos a partir de uma curadoria das imagens que apresentará no desfile, sem fundamentá-los em um conceito: “meu ponto de partida é sempre a imagem”; “para compor o enredo, primeiro escolho as imagens e, depois de tudo pensado, começo a contar essa história” (2013, p. 176). Isto porque o que pretende o artista é despertar sensações nos espectadores mais pelos efeitos visuais dos desfiles que projeta do que pela narrativa literária da sinopse. Ao modelo consagrado por Paulo Barros, denomino *desfile-imagem*.

A partir de então, o artista lançou mão de formas visuais que se apresentavam sem representar, que pretendiam apenas excitar os sentidos dos espectadores e divertir-lhes na superficialidade da imagem, sem exigir qualquer interpretação aprofundada. Estratégia que lhe permitiu redefinir a identidade visual de uma agremiação fundada em 1931, a Unidos da Tijuca, para reconduzi-la ao pódio e colocá-la definitivamente entre as principais postulantes ao título do carnaval carioca. Ressalte-se que a Unidos da Tijuca manteve-se fiel ao estilo que o artista lhe imprimiu, mesmo nos anos em que Paulo Barros esteve afastado daquela escola de samba.

Em 2007, a agremiação desenvolveu o enredo *De lambida em lambida, a Tijuca dá um click na avenida*. A sinopse foi elaborada somente após os carnavalescos Lane Santana e Luiz Carlos Bruno procederem a um trabalho de curadoria das fotografias históricas que pretendiam reproduzir tridimensionalmente em alegorias e fantasias. O texto criado para embasar o enredo mencionava a “força da imagem” por duas vezes ao longo dos seus nove parágrafos. No desfile, *Mona Lisa*, a retratada mais famosa da História da Arte, apresentava imagens fotográficas marcantes, como a menina vietnamita capturada pelas lentes de Nick Ut. As telas da última alegoria reproduziam em tempo real fotografias do próprio desfile realizadas pelos espectadores: atestado de presença, *isso-foi* barthesiano, *voici!* O desfile evidenciou o *punctum* que operava *sem frase*: pura potência da presença bruta de imagens que apresentavam a si mesmas desprovidas de significação.

No ano seguinte, Luiz Carlos Bruno repetiu a estratégia ao desenvolver um enredo sobre o colecionismo: *Vou juntando o que eu quiser, minha mania vale ouro. Sou Tijuca, trago a arte colecionando o meu tesouro*. Pinguins de geladeira, bonecas, duendes, máscaras, moedas, borboletas, livros... estavam lá imagens de tudo o que se pode colecionar, em uma apresentação finalizada com uma alegoria em referência às grandes coleções dos museus. O desfile recusou o potencial simbólico e dialético da *frase-imagem* e renunciou ao encadeamento cronológico da sinopse para apresentar imagens sem exigências narrativas. Ofereceu ao espectador uma sucessão de “*imagens-flash*”, características dos videoclipes (LIPOVETSKY; SERROY, 2009, p. 278), que operavam sob a função *sem frase* em uma narrativa livre e fragmentada.

Em nova passagem pela agremiação tijuicana, no ano de 2011, Paulo Barros desenvolveu o enredo *Esta noite levarei sua alma*, cuja temática abordava filmes de terror, em um desfile que se apresentou repleto de ícones cinematográficos que renunciaram a qualquer significação oculta a ser decifrada pelo espectador. Barros inseriu imagens de diversos filmes que não pertenciam ao gênero homenageado pelo enredo: entre referências imagéticas às franquias *Guerra nas Estrelas*, *Planeta dos Macacos* e *Harry Potter* e aos filmes *Transformers – O Filme*, *Avatar*, *Priscilla, a Rainha do deserto*, *Peter Pan – De volta à Terra do Nunca* e *A fuga das galinhas*, destaco a reprodução de cena do filme *Indiana Jones – Os Caçadores da Arca Perdida* em uma alegoria do desfile. Todas as visualidades carnavalescas que traziam subjacente a si imagens dos filmes<sup>349</sup> acima citados se apresentaram sem uma motivação fundamentada na

<sup>349</sup>As quais denominei palimpsestos carnavalescos da imagem-movimento, em artigo apresentado no VIII Encontro Nacional de Estudos da Imagem – ENEIMAGEM (2021), da Universidade Estadual de Londrina, a ser publicado nos Anais daquele evento.

sinopse do enredo, visto que não integram o *corpus* de películas do gênero terror, recorte temático proposto pelo carnavalesco. No entanto, foram apresentadas por seu reconhecimento imediato, capaz de proporcionar o deleite estético e o prazer sensorial dos espectadores.

Figura 3 – Detalhe de alegoria da Unidos da Tijuca, 2011



Fonte: Wigder Frota. Acervo pessoal. Imagem gentilmente cedida pelo autor.

No desfile da Unidos do Viradouro em 2019, Paulo Barros propôs apresentar o enredo *Viraviradouro* como o folhear de um livro de histórias infantis. Em uma temática que abordava as histórias contadas pelas avós a seus netos, as imagens de maior sucesso do desfile não se inspiravam em nenhum livro infantil, mas novamente no imaginário cinematográfico: um destaque fantasiava-se como a personagem *Jack Sparrow* em carro alegórico que fazia referência às sequências de *Piratas do Caribe*; em outro momento da apresentação, um componente fantasiado como o *Motoqueiro Fantasma* descia a rampa de uma alegoria e atravessava uma ala cuja fantasia reproduzia o figurino de Michael Jackson no videoclipe de *Thriller*.



Figura 4 – Componente caracterizado como Motoqueiro Fantasma, Unidos do Viradouro, 2019



Fonte: Disponível em <https://www.carnavalesco.com.br/carro-da-viradouro-impressiona-com-motoqueiro-fantasma/>.

*Jack Sparrow* e o *Motoqueiro Fantasma* foram apresentados naquele desfile não por corresponderem a imagens da literatura infantil, mas por possibilitarem o seu reconhecimento imediato enquanto imagens hollywoodianas que maximizavam o deleite e o prazer sensorial do público. De igual modo, o zumbi de Michael Jackson compõe o imaginário imagético e cultural da hipermodernidade, sendo este o principal motivo de estar inserido nas visualidades daquele desfile.

#### 4. Conclusão

Como demonstrado, instauraram-se nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro na hipermodernidade duas novas formas através das quais as imagens carnavalescas relacionam-se com o dizível contido na sinopse dos enredos.

A partir dos anos 1980, os produtores das visualidades apresentadas pelas escolas de samba libertaram-se da representação mimética e exploraram a justaposição e o contraste de elementos heterogêneos para acentuar o potencial simbólico e dialético possibilitado pela função *frase* das imagens. *Studium*, afeto médio coletivo codificado na imagem carnavalesca, que desperta o interesse cultural do espectador por suas significações.

Inaugurava-se, assim, um processo que possibilitou aos carnavalescos experimentarem as diversas possibilidades oriundas das alterações nas relações de semelhança. Desta forma, após a ruptura da representação mimética e a instalação de um novo regime imagético de semelhança nos desfiles da década de 1980, estava aberto o caminho para outras possibilidades

estéticas. Os carnavalescos iniciaram, assim, um processo de mudanças nas relações entre o visual e o textual, permitindo-se manipular as imagens em sua dupla potência simbólica e dialética nas duas últimas décadas do século XX para, já ao começo do século XXI experimentarem o deleite da imagem ostensiva de potência bruta.

Com efeito, os primeiros anos do século XXI testemunharam um novo rearranjo na relação entre texto e imagens na narrativa carnavalesca. Virada visual que recusou a função simbólica das imagens carnavalescas: estas retomaram a semelhança característica do ícone não para representar, mas tão somente para *apresentarem-se* em sua potência bruta, o *estar-ai-sem-razão*. Modelo de desfile baseado na *imagem sem frase* e cuja legibilidade é visualmente imediata, que celebra a pura presença das imagens e no qual consumo e estética envolvem-se sincronicamente para deleitar os espectadores. *Punctum* pungente na imagem carnavalesca que não demanda que o espectador o procure e o decifre: *voici!*

Instauram-se, portanto, dois novos modelos de desfile nas escolas de samba do Rio de Janeiro na hipermodernidade. De um lado, o *desfile-conceito* reforça o potencial simbólico das imagens carnavalescas que operam sob a função *frase-imagem* para emancipar o espectador; de outro, a potência das visualidades em sua iconicidade caracteriza o *desfile-imagem*, cujo principal objetivo é promover o deleite visual do público, movido pelo desejo fundamental de renovar a vivência da temporalidade do carnaval através das *imagens sem frase* que se multiplicam hiperbolicamente e se apresentam sob a lógica da sedução.

## Referências

- BARROS, Paulo. *Sem segredo: Estratégia, inovação e criatividade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A Câmara Clara: Nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ELKINS, James. *Visual Studies: a skeptical introduction*. Nova York: Routledge, 2003.
- FARIAS, J. C. *O enredo de escola de samba*. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2007.
- FLUSSER, Vilém. *O Universo das Imagens Técnicas. Elogio da Superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia da caixa preta: Ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JESUS, L. A. Palimpsestos Carnavalescos da Imagem-movimento. *Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 8, Londrina, 2021*. Caderno de Resumos do VIII Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Universidade Estadual de Londrina, Londrina: 2021, p. 528.

- LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2004.
- \_\_\_\_\_.; SERROY, J. *A tela global: Mídias culturais e cinema na era hipermoderna*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.
- PINTO, Fernando. *Tupinicópolis*. Sinopse de enredo da Mocidade Independente de Padre Miguel, LIESA, Rio de Janeiro, 1986. Disponível em <https://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/mocidade-independente-de-padre-miguel/1987/>. Acesso em 21 out. 2021.
- RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O inconsciente estético*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A partilha do sensível*. 2a ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O espectador emancipado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Figuras da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- SIMAS, L; FABATO, F. *Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos*. Rio de Janeiro: Mórulo, 2015.
- TRINTA, Joãozinho. *Ratos e urubus, larguem minha fantasia*. Sinopse de enredo da beija-flor de Nilópolis, LIESA, Rio de Janeiro, 1988. Disponível em <https://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/beija-flor-de-nilopolis/1989/>. Acesso em 21 out. 2021.

## REMANESCENTES DE OCUPAÇÃO DA HISTÓRIA ANTIGA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

**Lieli Coelho Kolling**, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 163602@upf.br

**Resumo:** A presente pesquisa faz parte da dissertação de mestrado que está em construção e tem por tema de estudo os Vestígios arqueológicos e paleontológicos no Norte do Rio Grande do Sul, especificamente o Município de Novo Barreiro e os municípios ao seu entorno. As fontes de pesquisa utilizadas são artefatos líticos que fazem parte de acervos pessoais de moradores dos municípios em estudo. Além desses acervos pessoais, também está sendo utilizado como fonte os artefatos que integram o acervo arqueológico do Museu Olívio Otto, situado no Município de Carazinho. Este acervo conta com inúmeros artefatos líticos e material em cerâmica. No momento está sendo feito o trabalho de investigação a respeito da origem desses vestígios, pois alguns não apresentam termo de doação e informações a respeito da sua procedência. Com o apoio do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia-LACUMA da Universidade de Passo Fundo-UPF, está sendo realizado o tratamento analítico e interpretativo das fontes, além da realização de visitas aos locais dos achados, medição, plotagem e prospecção de superfície. Com base nos vestígios encontrados até o momento, é possível atribuir o início do povoamento na região, aos grupos de caçadores-coletores que se instalaram aproximadamente no início do holocênico. Além de constituir um importante registro arqueológico da História Antiga, os remanescentes de ocupação estudados apresentam valores científicos e culturais integrados a memória histórico-cultural dos locais em que foram encontrados, de modo que a preservação e integridade de tais remanescentes é capaz de garantir a construção e transmissão de conhecimento.

**Palavras-chave:** Remanescentes de Ocupação; Cultura Material; História Antiga.

### Introdução

Pesquisas arqueológicas têm contemplado a incidência de remanescentes de ocupação na região Sul do Brasil, no interior a ocorrência desses fenômenos ainda necessita de pesquisas mais sistemáticas, é nesse sentido que se insere os esforços desse trabalho. A presente pesquisa faz parte da dissertação de mestrado que está em construção e tem por tema de estudo os Vestígios arqueológicos e paleontológicos no Norte do Rio Grande do Sul, especificamente o Município de Novo Barreiro e os municípios ao seu entorno.

As fontes de pesquisa utilizadas são artefatos líticos que fazem parte de acervos pessoais de moradores dos municípios em estudo. Além desses acervos pessoais, também está sendo utilizado como fonte os artefatos que integram o acervo arqueológico do Museu Olívio Otto, situado no Município de Carazinho. Este acervo conta com inúmeros artefatos líticos e material em cerâmica. No momento está sendo feito o trabalho de investigação a respeito da origem desses vestígios, pois alguns não apresentam termo de doação e informações a respeito da sua procedência.

Com o apoio do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia-LACUMA da Universidade de Passo Fundo-UPF, está sendo realizado o tratamento analítico e interpretativo das fontes, além da realização de visitas aos locais dos achados, medição, plotagem e prospecção de superfície. Com base nos vestígios encontrados até o momento, é possível atribuir o início do povoamento na região, aos grupos de caçadores-coletores que se instalaram aproximadamente no início do holocênico.

Além de constituir um importante registro arqueológico da História Antiga, os remanescentes de ocupação estudados apresentam valores científicos e culturais integrados a memória histórico-cultural dos locais em que foram encontrados, de modo que a preservação e integridade de tais remanescentes é capaz de garantir a construção e transmissão de conhecimento.

### **Remanescentes de ocupação da História Antiga no Norte do Rio Grande do Sul**

A insuficiência de pesquisas a respeito dos primeiros grupos a habitar a região Norte do estado do Rio Grande do Sul, especificamente o município de Novo Barreiro, não permite o estabelecimento de informações absolutas, porém a partir dos vestígios arqueológicos encontrados por moradores e, ainda, fazendo um paralelo etnográfico e articulado com o contexto geral de ocupação do estado, pode-se constatar que o povoamento, ou melhor, a chegada dos grupos de caçadores-coletores na região, ocorreu no início do período holocênico (KOLLING, 2020).

É possível fazer esta constatação em razão do número significativo de artefatos líticos encontrados por moradores no município e as tradições que, possivelmente, pertencem. Estes objetos, atualmente se encontram nas casas dos munícipes, mas foram coletados em locais que hoje ou em algum momento foram de plantio. É comum em razão da preparação da terra e da ação das grandes máquinas agrícolas, a remanescência de vestígios/artefatos no solo e sua coleta pelos moradores, muitos desses objetos, inclusive, se encontram quebrados ou apenas em lascas.

Serão apresentados dois acervos pessoais, um do Professor Sandro Luís Kolling e outro do Professor João José Klein, ambos moradores do município de Novo Barreiro. Salienta-se que não há lugares de memória apropriados para a guarda desses objetos no município, sendo assim, os artefatos foram encontrados e são mantidos sob os cuidados dos próprios moradores.

Na Vila Preste, interior do município, foram encontradas duas pontas de projéteis, ambas bem conservadas. No entorno do local dos achados há vertentes de água próximas, sendo a mais

distante cerca de 290m de distância. A presença de fontes é um fator significativo, pois sugere pensar um lugar plausível de ser habitado pelos primeiros grupos.

Figura 1- Localização dos artefatos líticos da Vila Preste



Fonte: Google Earth.

As pontas dos projéteis fazem parte do acervo pessoal do professor Sandro Luís Kolling e foram encontradas segundo informações do proprietário, há cerca de 36 anos nas terras de seus pais. Os dois artefatos se encontravam próximos, com apenas uma parte acima da superfície. Ambas estão bem conservadas e sem sinais de fratura, aparentemente com seus formatos originais.

Figura 2- Ponta de projétil



Fotografia: Lieli C. Kolling.

Figura 3- Ponta de projétil



Fotografia: Lieli C. Kolling.

Vale ressaltar que

o lascamento das pedras era efetuado procurando-se criar gumes cortantes e/ou arestas pontiagudas, em seguida, de acordo com a função a que se destinava, poderia receber o encabamento de madeira, ou, caso o cabo fosse descartado, priorizava-se seixos até certo ponto anatômicos, permitindo seu encaixe na mão de forma confortável (VICROSKI, 2011).

As pontas dos projéteis eram utilizadas como ferramentas de caça ou combate, a partir delas se faziam lanças, flechas, dardos entre outros instrumentos.

Figura 4- Principais etapas do processo de confecção de um artefato lítico lascado

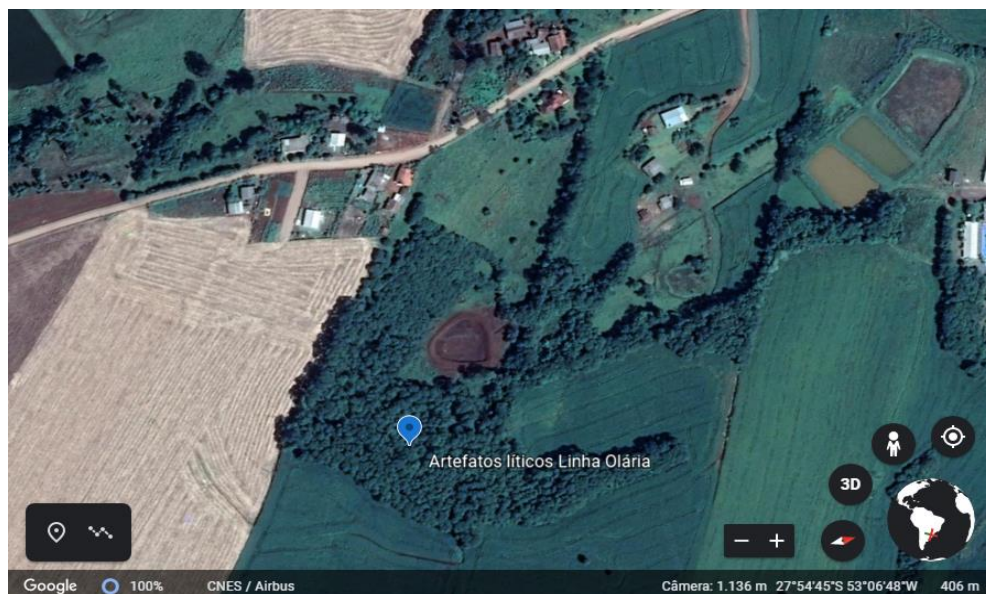


Ilustração: VICROSKI, 2011, p. 92. Fotografia: Lieli C. Kolling.

Na localidade da Linha Olária, também foram encontrados vários artefatos líticos. Segundo o proprietário das terras, professor João José Klein, a área que hoje tem plantação de

timbó, era lavoura, o que justifica o aparecimento destes artefatos na superfície. Em visita ao local dos achados se observou que, assim como no local de vestígios da Vila Preste, este também apresenta fontes de água próximas. Há duas nascentes, uma que sustenta um açude na propriedade e outra que é canalizada e utilizada para consumo.

Figura 5- Localização dos artefatos líticos da Linha Olária



Fonte: Google Earth.

Em relação ao estado de conservação dos artefatos deste acervo pessoal, pôde-se constatar que apresentam desgastes e sinais de fratura, mas é possível perceber e compreender suas características e formatos originais. Tais marcas podem ter sido ocasionadas pela sua utilização, mas também pelos milênios em que se encontram na terra.

Os grupos de caçadores-coletores dedicavam um tempo considerável para a fabricação de seus instrumentos,

a matéria prima para a produção desses instrumentos provém de seixos do rio, blocos ou afloramentos rochosos e é trabalhada, de acordo com a sua natureza, por lascamento, picoteamento ou polimento. Calcedônia, arenito, quartzo e quartzito são trabalhados por percussão; basalto, diorito e outras rochas semelhantes geralmente por picoteamento ou polimento (SCHMITZ, 2006).

Os artefatos produzidos podiam ser obtidos pelas técnicas de polimento e picoteado, mas, geralmente, em primeiro momento picoteava-se para dar forma ao objeto e após se concluía com o polimento. No entanto, também ocorria o inverso, como em exemplares de lâminas de machado polidas, que tinham sua porção preensiva picoteada, a fim de deixá-la rugosa e com maior aderência (GARCIA, 2015).



Figura 6- Representação gráfica de um machado com cabo de madeira

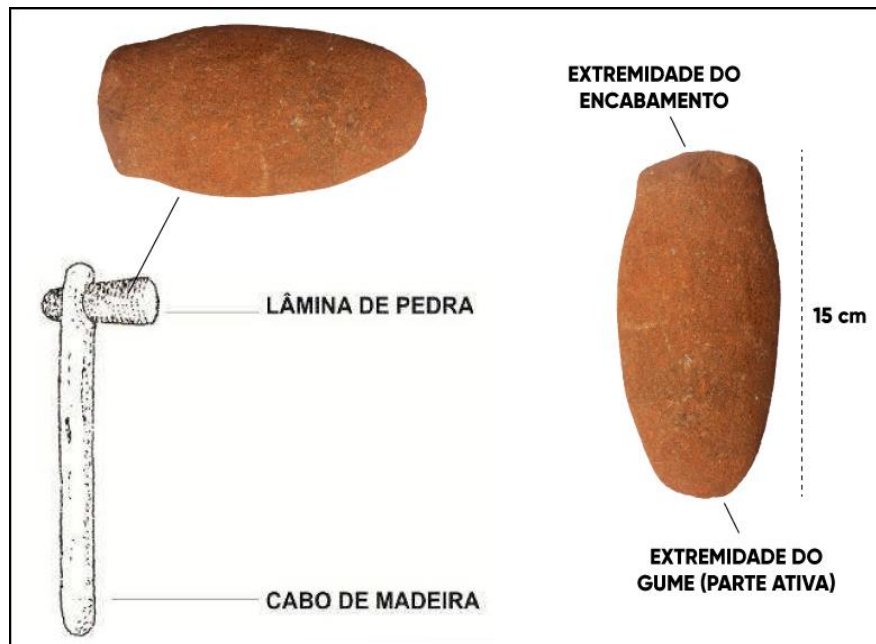
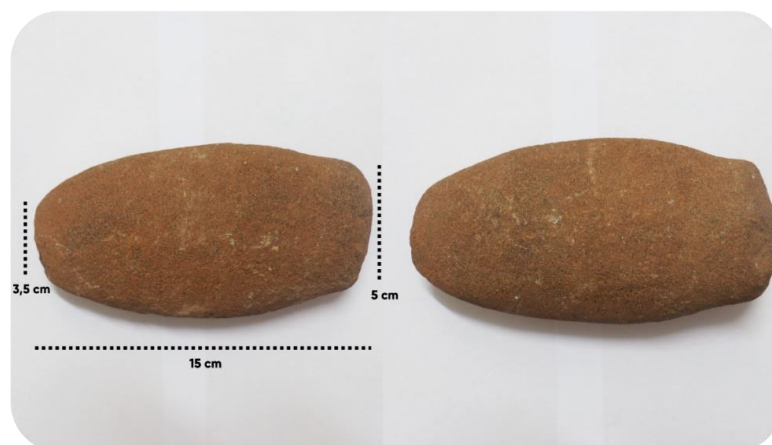


Ilustração: Lieli C. Kolling, baseada em VICROSKI, 2011, p. 112.

Lâminas de machado, utilizadas para atender as necessidades, principalmente, relacionadas à caça e alimentação, estão presentes na indústria lítica da Tradição Umbu, o que sugere uma possível ocupação por esta tradição no município, em virtude de ser encontrado este tipo de vestígio. Contudo, também não se pode descartar a possibilidade de tais vestígios estarem relacionados com outros grupos, como os ancestrais dos povos Kaingang e Guarani (Tradições Taquara e Tupi-guarani).

Figura 7- Lâmina de machado



Fotografia: Lieli C. Kolling.

Garcia (2015) ressalta que há artefatos de uso passivo e ativo, considerando que os primeiros são os recipientes confeccionados para que corantes e grãos cereais pudessem ser processados, como pilões e mós. Já os ativos englobam uma série de artefatos, como a mão de pilão encontrada no município, utilizados em conjunto com os passivos no processamento de materiais.

Figura 8- Mão de pilão



Fotografia: Lieli C. Kolling.

O acervo pessoal do Professor João José Klein, também conta com bolas de boleadeira, vale ressaltar que a ocorrência desses artefatos no Brasil também está associada à Tradição Umbu, grupo que as utilizava como estratégia e instrumento de caça. Uma curiosidade a respeito das boleadeiras é a continuidade ressignificada na figura do gaúcho.

Figura 9- Bola de boleadeira



Fotografia: Lieli C. Kolling.

Figura 10- Bola de boleadeira.



Fotografia: Lieli C. Kolling.

Figura 11- Bola de boleadeira

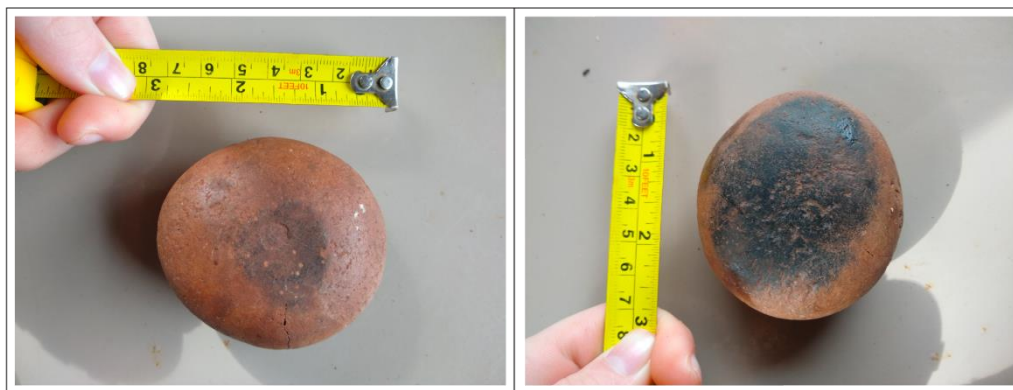


Fotografia: Lieli C. Kolling.

Esses instrumentos eram feitos a partir de seixos de pedras, produzidos sulcos a partir de polidores fixos (grandes blocos ou lajes naturais) ou manuais (blocos de rochas de superfícies ásperas e ricas em sílica como granito e arenito) para encaixar as correias, essas na maioria das vezes feitas com cipós ou matéria-prima semelhante.

Outro artefato presente no acervo é um percutor. Os percutores foram seixos de diferentes matérias-primas, classificados como mole quando de madeira, osso ou chifre, e duros quando de rochas consistentes como basalto e granito. Eram utilizados nas indústrias líticas para a extração de lascas e lâminas que pudessem servir como objetos úteis para cortar, raspar ou perfurar superfícies (GARCIA, 2015).

Figura 12- Percutor



Fotografia: Lieli C. Kolling.

O acervo pessoal conta também com um artefato curioso. Ele não configura uma ferramenta utilitária, assim credita-se o seu uso em rituais. Pesquisas arqueológicas evidenciam vestígios semelhantes a este e se supõe que:

Utensílios como cunhas e lâminas de machado possuíam seus correspondentes em madeira, aqueles em pedra nem sempre destinavam-se a sua função primordial. Portar tais instrumentos poderia ser apenas um indicador de prestígio, muitos sepultamentos são acompanhados de artefatos polidos sem marcas de utilização, o que denota sua utilização cerimonial (VICROSKI, 2011).

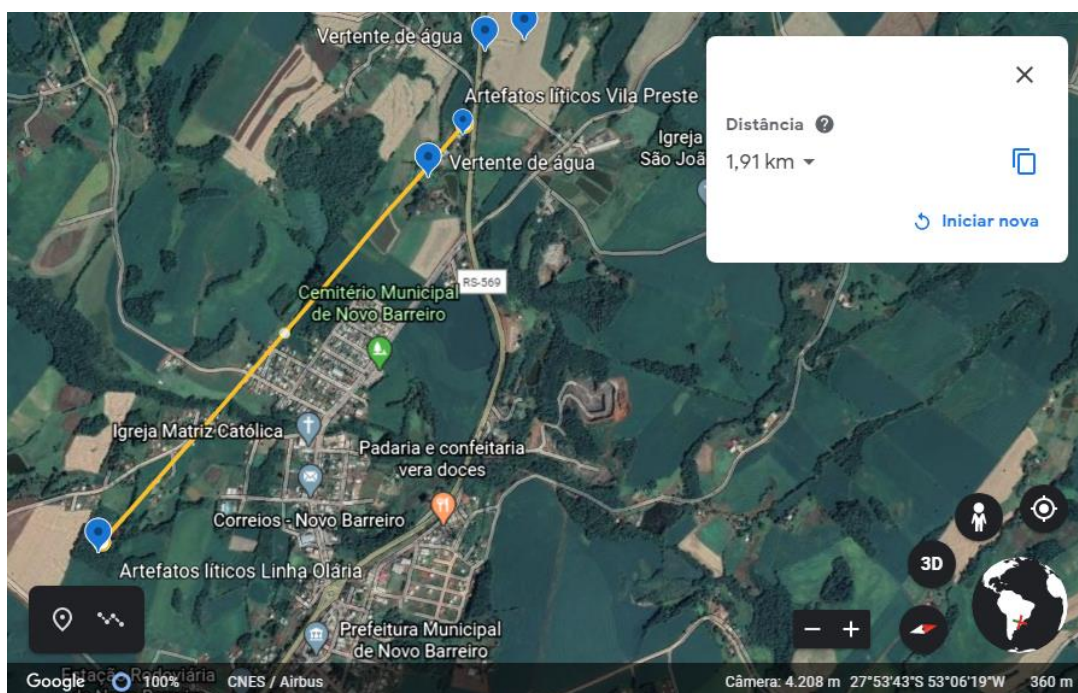
Figura 13- Suposto artefato ritualístico



Fotografia: Lieli C. Kolling.

A distância em linha reta entre os locais de ocorrência destes vestígios é de aproximadamente 1,91 Km.

Figura 14- Distância entre os locais encontrados vestígios arqueológicos



Fonte: Google Earth.

De modo geral, os vestígios arqueológicos apresentam um processo de ocupação e povoamento articulado com o restante do estado do Rio Grande do Sul. É possível afirmar que o início deste processo ocorreu na região Norte, especificamente no município de Novo Barreiro, durante o período Holoceno Inicial com a chegada de caçadores-coletores.

O potencial arqueológico apresentado se constitui como patrimônio histórico e cultural do município. O conhecimento dos eventos históricos ali perpetrados contribui para valoração do espaço, para a preservação e para compreensão dos processos de ocupação humana na região norte do Rio Grande do Sul.

### **Acervo Arqueológico do Museu Olívio Otto**

Segundo informações constadas no site do Museu Olívio Otto, o mesmo surge em 1957, quando ocorre o falecimento de Antonio Carlos Otto (Negrão), filho de Olívio Otto, em um acidente de avião. Seu pai recolheu uma ponta de asa que restou da aeronave Paulistinha e guardou junto com outros pertences do filho, assim deu início à coleção particular, composta por objetos representativos da história política, econômica e social e de ciências naturais, da localidade e da região. Em 1972, a coleção, já com cerca de 6 mil peças, passa à

institucionalização, sob responsabilidade da prefeitura de Carazinho com a denominação de Museu Regional do Planalto.

No ano de 1978, teve a denominação alterada para Museu Municipal Pedro Vargas, homenageando o fundador da cidade. Em 1991 Olívio Otto vem a falecer e teve seu trabalho ainda mais reconhecido quando, em 1995, através de um decreto municipal tem seu nome alterado para Museu Regional Olívio Otto.

Anos depois se inicia ações especializadas ao museu, que conta com mais de 20 mil peças de acervo. Em 2007 começa a ser desenvolvido o Projeto de Gestão e Qualificação do Museu Olívio Otto, que além da transferência de local profissionaliza esse espaço conforme as novas diretrizes museológicas e o Novo Estatuto dos Museus (Lei nº11.904/09). Em 2008, o museu é reinaugurado em sua nova sede, e por ter sua definição temática centrada na história local passa a denominar-se Museu Olívio Otto.

Atualmente, ligado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura através de seu Departamento de Cultura, o museu estrutura-se, em razão da diversidade do acervo em dois núcleos: Núcleo de História e Cultura e Núcleo de Ciências Naturais.

Figura 15- Museu Olívio Otto



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=251903700055933&set=a.251903683389268>

Em visita realizada ao Museu, foi possível observar um riquíssimo acervo arqueológico, formado por inúmeros artefatos líticos, material em cerâmica, madeira e cestaria, parte destes artefatos estão exibidos em exposição fixa, mas a sua grande maioria integra a reserva técnica, sendo que muitos nunca foram explorados.

Figura 16- Artefatos líticos do acervo do Museu Olívio Otto



Fotografias: Lieli C. Kolling.

Figura 17- Artefatos em cerâmica do acervo do Museu Olívio Otto



Fotografias: Lieli C. Kolling.

Além dos objetos apresentados nas imagens acima, há outras centenas no acervo. Com o apoio do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia-LACUMA da Universidade de Passo Fundo-UPF, está sendo realizado o tratamento analítico e interpretativo destes objetos e também o trabalho de investigação a respeito da origem dos mesmos, já que alguns não apresentam



termo de doação e informações a respeito da sua procedência. Até o momento foi possível perceber que o acervo se constitui de artefatos vindos de diversas regiões do país, e não somente do município de Carazinho e região. Também identificamos a compra de objetos, a partir de recibo de compra e venda arquivados, essas práticas eram comuns no passado.

De modo geral, os artefatos configuram um riquíssimo acervo arqueológico, capaz de oportunizar seus visitantes o conhecimento do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural. Salienta-se a importância da continuidade de pesquisas como a que vem sendo realizada no acervo arqueológico, nesse sentido se pretende relacionar objetos pertencentes a esse acervo e que foram encontrados na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, com os demais já apresentados neste trabalho e encontrados por moradores dos municípios em estudo, com a intenção de fazer um levantamento do potencial arqueológico da região e também construir conhecimento histórico baseado na cultura material.

### **Conclusão**

Esta pesquisa pretendeu apresentar lugares nem sempre contemplados pela pesquisa histórica e arqueológica, como é o caso do município em estudo, procurando contribuir e agregar conhecimentos de uma abordagem regional a um contexto macro e também o acervo arqueológico do Museu Olívio Otto, que até o momento não havia sido explorado.

Em relação aos acervos pessoas, apresentados inicialmente neste trabalho, podemos afirmar que a partir do tratamento analítico e interpretativo das fontes e em razão da quantidade de artefatos encontrados, credita-se que grupos de caçadores-coletores habitaram o local em estudo por um período de tempo considerável. De modo geral, os vestígios arqueológicos apresentam um processo de ocupação e povoamento articulado com o restante do estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, é possível supor que o início deste processo ocorreu na região durante o período Holoceno Inicial com a chegada dos caçadores-coletores, quebrando a ideia de que os primeiros habitantes foram imigrantes europeus.

Por fim, os acervos apresentados nesse trabalho constituem-se como um importante registro arqueológico da História Antiga. Os vestígios apresentam valores científicos e culturais integrados a memória histórico-cultural dos locais em que foram encontrados, de modo que a preservação e integridade de tais vestígios garante a construção e transmissão de conhecimento.

### **Referências**

FUNARI, Pedro Paulo. *Os Historiadores e a Cultura Material*. In: PINSKY, Carla Bassanezy. (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

- GARCIA, Anderson Marques. Arqueologia Pré- Colonial: Tipos de Artefatos líticos e seus modos de produção. IN: SEMANA NACIONAL DE MUSEUS DA UNIFAL-MG, VII, 2015. *Anais- VII Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG*. Alfenas. p. 1-12. 2015.
- KERN, Arno. et al. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- KOLLING, Lieli Coelho. *Abrigos subterrâneos e vestígios da história antiga em Novo Barreiro/RS*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2020.
- NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872 – 2000. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.
- PROUS, André. *Pré- História Brasileira*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1992.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio (Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas- UNISINOS, 2006.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1991.
- VICROSKI, Fabricio José Nazzari. *O Alto Jacuí na Pré-História: subsídios para uma arqueologia das fronteiras*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 2011.

## PRODUCIR Y COMERCIALIZAR EN LOS MÁRGENES DE LA PATRIA: LA AGROINDUSTRIA YERBATERA EN EL TERRITORIO NACIONAL DE MISIONES (1926-1953)

Lisandro Rodríguez, CONICET- FhyCS/UnaM. [lisandrodriguez@gmail.com](mailto:lisandrodriguez@gmail.com)

**Resumen:** Esta contribución tiene como objetivo analizar los mecanismos de producción y comercialización en la región yerbatera argentina, específicamente en la actual provincia de Misiones, en tanto territorio marginal y de frontera, durante la primera mitad del siglo XX. La óptica está puesta en el accionar de los sujetos sociales agrarios y los vínculos que establecieron con el Estado. El acceso a la tierra se presenta como otra de las variables fundamentales para el análisis. Inmigración y colonización constituyen durante el periodo enunciado los factores que empleó el Ejecutivo Nacional para poblar un territorio “alejado” de los centros de poder. La yerba mate actuó entonces como el cultivo poblador por excelencia y al mismo tiempo el recurso económico de los sujetos involucrados para “insertarse” en el escenario nacional con un cultivo complementario al de la Pampa Húmeda. En este sentido, el diseño socio- económico (complementado con las decisiones políticas), ubicaron al territorio en una situación de marginalidad que en la actualidad no se ha modificado sustancialmente. La propuesta es abordar la temática desde la historia regional y aportar los resultados a las discusiones nacionales y latinoamericanas sobre región, frontera, ruralidad, monocultivo y sujetos sociales agrarios. Registros provenientes de instituciones estatales como las de la Comisión Reguladora de la Yerba Mate (CRYM) y publicaciones periódicas constituyen las principales fuentes de esta propuesta de comunicación.

**Palabras Claves:** Región Yerbatera; Historia Agraria; Argentina.

### La región como marco interpretativo

La ponencia aquí presentada aborda las variables del *V Congreso Internacional História, Regiões e Fronteiras*. Región y frontera –en perspectiva histórica- devienen herramientas interpretativas para dar cuenta de una de las agroindustrias argentina. El enunciado “los márgenes de la patria”, alude aquí a un área geográfica alejada del centro de tomas de decisiones (Buenos Aires) y situada en una zona de triple frontera (Misiones). Producción y comercialización representan tópicos de análisis a la hora de estudiar la construcción social del espacio, las relaciones de poderes y las luchas al interior de una región, resultante de un proceso histórico.

El concepto de región consigna diversas perspectivas de análisis. Del conjunto se destaca la que la considera como un dato objetivo de la realidad, debido a la disposición de ciertos elementos perceptibles y tangibles, que incluso pueden representarse en mapas con fronteras más o menos precisas. La región puede ser definida además, como una construcción social, producto del devenir histórico; en tanto considera que la realidad se construye socialmente, por lo que las regiones pueden ser imaginadas y a la vez reales en tanto cobran sentido para los sujetos que las habitan. Se encuentran también, representaciones que perciben a la región como una categoría creada para estudiar ciertos tipos de fenómenos. Por lo general, esta perspectiva

parte de una construcción externa de la región con fines analíticos y es el investigador quien la define, valiéndose de elementos previamente seleccionadas según sus intereses (RENTERÍA, 2001; BANDIERI, 2001).

Estas herramientas conceptuales y empíricas se complementan para definir y abordar la región yerbatera argentina, conformada por el norte de la Provincia de Corrientes y Misiones. Para el estudio, se prioriza la construcción social del territorio, sin desconocer que la misma es un recorte específico de la realidad, a la vez que herramienta analítica. Como variable de análisis se propone el concepto de región marginal, no únicamente por la distancia respecto de un centro, sino también, porque contempla a las características de actividades socio- económicas que se desarrollan en su interior. Es decir, es una interrelación entre el espacio y quiénes lo construyen. Para el caso de la región yerbatera, un componente fundamental en su construcción, es que se incorpora tardíamente y en condiciones desventajosas al modelo agroexportador imperante (GIRBAL- BLACHA, 2011, p. 14).

En la Argentina las diferencias regionales se manifiestan particularmente por la oposición de un “centro” considerado como el núcleo (la Pampa Húmeda), y el resto del territorio denominados “economías regionales”, cuya inserción es de carácter periférica, debida a su escaso nivel de desarrollo en comparación a la región central (ROFMAN, 1999). Espacio y actor social conforman una relación- tensión entre la fragmentación regional de los sectores dominantes y la formación de un Estado Nacional centralizado. Una ecuación que implica reconocer en el país la conformación de un sector dirigente nacional a través de alianzas entre sectores dominantes regionales y explicar la formación de un Estado y de un mercado nacional (GIRBAL- BLACHA; ZARRILLI Y BALSÀ, 2001).

Para definir una región, es necesario –entonces- analizar su funcionamiento y los diversos modos de relaciones sociales que se establecen en su interior. Esta definición requiere privilegiar el estudio de la circulación de bienes y personas, el desarrollo y la dinámica de los mercados; campos donde se establecen las articulaciones, las relaciones de interdependencia y las especializaciones. Implica ponderar las estructuras sociales, la producción, las modalidades de la acumulación, la formación de clases y los sistemas de dominación y poder (CAMPI, 2001).

Para el objeto de estudio seleccionado a la situación de marginalidad, se agrega un elemento fundamental: la condición de frontera. La actual provincia de Misiones tiene la particularidad de poseer el 90% de su territorio con límites fronterizos internacionales; constituye hasta fines del siglo XIX, una zona de disputa que involucra a la Argentina, Paraguay

y Brasil. El objetivo de estos países consiste en ejercer algún control sobre este espacio, cuya ubicación lo convierte en un punto clave del tráfico comercial de la región. El territorio registra dos tipos de fronteras, la política entre dos Estados nacionales y, la frontera agraria o de asentamiento humano, que nace de la disponibilidad de tierras, definida por el Estado como un espacio estratégico, mediante la institución de una línea divisoria entre regiones pobladas y despobladas, convirtiendo la ocupación de este espacio catalogado por la perspectiva oficial como “vacío” en un causa inspirada en la doctrina de seguridad nacional (SCHIAVONI, 1997).

En términos analíticos, las fronteras de un país se construyen como espacios sociales con el fin de delimitar geopolíticamente los estados nacionales; con el devenir histórico no desaparecen, se flexibilizan y se hacen selectivas. El enunciado de que las fronteras interestatales “no son naturales ni esenciales”, sino producto de acuerdos históricos surgidos de relaciones de fuerza entre los Estados y su relación con las poblaciones locales (GRIMSON, 2000).

Mapa I: La región yerbatera Argentina



Fuente: <<http://yerbamateargentina.org.ar/yerba-mate/donde-se-produce>>, consultado el 25/08/2016.

## **La construcción histórica de la región yerbatera argentina**

La yerba mate (*Ilex Paraguariensis*) es una planta originaria de América del Sur y está presente en Brasil (Estados de Paraná, Matto Grosso y Santa Catalina), Paraguay y Argentina, donde la producción se concentra en el NEA, más específicamente en las provincias de Misiones y Corrientes (GORTARI, 2007), definida como la *región yerbatera argentina* (RODRIGUEZ, 2018).

En la construcción y definición de la región aquí estudiada, factores como la inmigración y colonización resultan preponderantes. El rol estatal es clave para analizar la conformación poblacional y delimitación territorial. El proceso de colonización yerbatera se encuentra vinculada con la conformación del Territorio Nacional de Misiones (1881- 1953) y por el impulso que el Ejecutivo Nacional otorga al establecimiento de colonias agrícolas. La intervención y planificación oficial resultan en pequeñas unidades de explotaciones familiares con escaso capital y el uso de técnicas rudimentarias que enfrentan a un aparato comercializador fuertemente concentrado.

El proceso colonizador asociado a la actividad yerbatera, modela entonces, el paisaje misionero, acción que no se realiza sobre un “espacio vacío”. El factor inmigratorio que promueve el Estado Nacional implica un avance del mismo sobre un área de frontera, donde se configura una sociedad heterogénea. El origen y la experiencia histórica de los inmigrantes condicionan su manera de insertarse en la sociedad y en la economía regional. Se trata de un tipo cultural específico; que a su vez modifican sustancialmente la sociedad misionera, conformando la denominada sociedad multiétnica (ABINZANO, 1985).

Algunos estudios -a los que esta comunicación adhiere- se alejan de la noción de “crisol de razas” para analizar la ocupación y el proceso de colonización, al considerar que dicho concepto forma parte de un dispositivo ideológico fundacional para anular el conflicto implícito en la diversidad. Resulta más apropiado el concepto de “sociedad multicultural”, propuesta por los investigadores más cerca de la línea socio- antropológico de análisis del proceso de colonización, quienes consideran que la región está compuesta por un “mosaico cultural” (JAQUET, 2001; ABINZANO, 1985).

En Misiones el plan de colonización adopta varias características: la oficial programada desde el Estado, la privada cuyos capitales son aportados por empresas o sociedades privadas (GALLERO Y KRAUSTOFL, 2009) y, con el agotamiento de las tierras, se produce la expansión de la frontera agrícola, sobre todo en la región nordeste de la actual provincia (SCHIAVONI, 1995). La colonización y ocupación del espacio antecede a la Ley de

colonización Yerbatera de 1926. Los inmigrantes de las últimas décadas del siglo XIX: paraguayos y brasileños y, en las primeras del XX, sobre todo polacos y ucranianos, son quienes se instalan en tierras fiscales con la condición de dedicar una parte importante de sus parcelas al cultivo de la yerba mate. Son ellos quienes influyen de manera sustancial en el poblamiento de Misiones y en su desarrollo yerbatero, delimitando el contexto de interacción social (BARTOLOMÉ, 1975).

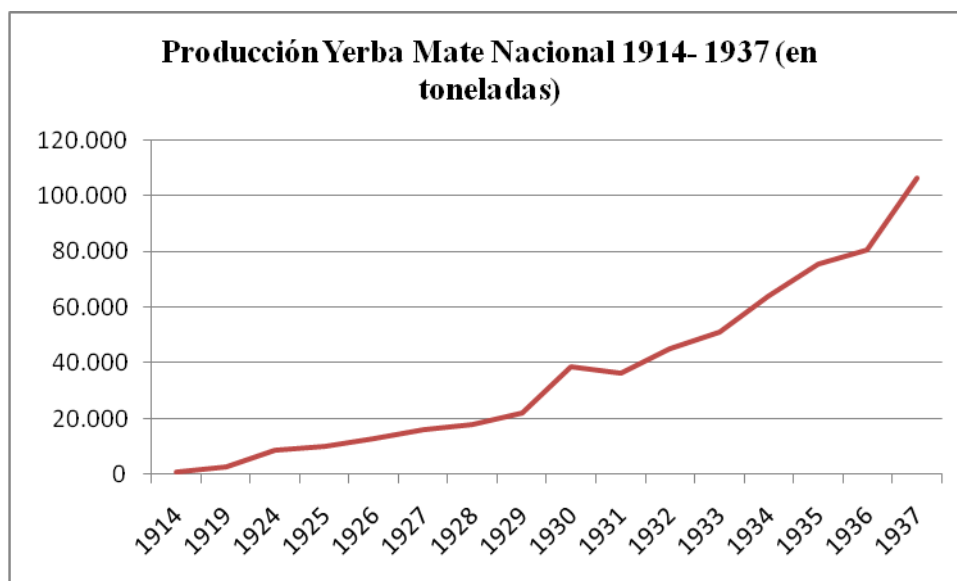
El carácter de Territorio Nacional, implica que el gobierno nacional tiene jurisdicción sobre Misiones. Empero, la tierra continúa en manos privadas. Por este motivo la colonización oficial se concentra en los antiguos pueblos jesuíticos, mientras que los nuevos frentes pioneros ocupan el espacio fiscal en la zona central del territorio. Las estructuras administrativas, especialmente las estatales, deben dar cuenta de esta colonización dual e interpelar por igual a colonos oficiales y privados. El alcance del Estado nacional es fundamental para delimitar modos de producción a través de relaciones sociales y elementos políticos (MIGDAL, 2011).

Entonces, una vez producida la unificación nacional, es necesario incorporar tierras nuevas para garantizar la expansión del modo de acumulación capitalista, basado en el modelo agroexportador. En la medida que los sectores dominantes activan la inserción del país en el mercado mundial, se hace indispensable, por razones de seguridad jurídica y desarrollo económico, afianzar la economía estatal sobre la totalidad del espacio argentino. Determinar las tierras nacionales, deslindarlas claramente de las provincias constituye entonces un imperativo para el liberalismo triunfante. Para cumplir con este objetivo se hace necesario “crear una población” (FOUCAULT, 2011) y para el caso de Misiones en base al cultivo de la yerba mate, producto que “a contramano” del modelo vigente, se orienta casi exclusivamente al mercado interno.

### **De la producción mixta al monocultivo yerbatero: producir y comercializar lo nuevo**

Desde la década de 1920 la vida agrícola yerbatera crece en forma significativa y la construcción social del espacio es un hecho. El aumento sostenido también se relaciona con las consecuencias de los movimientos sociales del sur de Brasil y de Paraguay que desde las primeras décadas del siglo XX afectan la producción y comercialización de sus producciones. En esta década aumentan los precios mientras se impulsa una rápida expansión de la producción nacional.

Gráfico I: producción Yerba Mate Nacional 1914- 1937 (en toneladas)



Fuente: Elaboración propia con datos del Instituto Agrario Argentino, 1945

A partir de 1926, por medio de un decreto firmado por el Presidente Marcelo T Alvear, la Dirección Nacional de Tierras establece la obligación de residencia para las explotaciones adjudicadas y la plantación entre un 25% y 50% de la superficie con yerba mate. Los productores que plantaran *Ilex* en un 75% del territorio adjudicado quedaban eximidos de la obligación de residencia, pero a cambio debían pagar un recargo en el precio de la tierra. El tamaño de las explotaciones no es homogéneo, aunque sobresalen las unidades de no más de 25 hectáreas. Antes de que se firme este decreto, se crean en julio de 1921 dos colonias exclusivamente yerbateras: Aristóbulo del Valle con una superficie de 150.000 hectáreas y Manuel Belgrano con 250.000 hectáreas, aunque ninguna fue mensurada (FERNÁNDEZ RAMOS, 1936). La importancia de estas colonias y, particularmente la última de ellas se manifiestan a principios del siglo XXI, como último espacio para la expansión agraria. El examen de los mecanismos de apropiación de la tierra, y de los procesos de acumulación en las explotaciones familiares de Misiones, resulta inseparable de la consideración de la política de colonización (estatal y privada) y del tipo de desarrollo de la agricultura comercial (cultivos de rentabilidad cíclica) (SCHIAVONI, 1995).

La distribución de la tierra es establecida por el Reglamento de la Dirección General de Tierras:

Art. 798.-Las colonias yerbateras se fundarán exclusivamente en el Territorio de Misiones.

Art. 824.-Todas las colonias que se creen en Misiones o los lotes que en lo sucesivo se



vendan, tendrán el carácter de yerbateros, subsistiendo para los concesionarios las obligaciones generales ya establecidas, para las colonias agrícolas, salvo lo dispuesto en el N° 828.

Art. 828.-Los concesionarios de lotes yerbateros en las condiciones del número anterior, estarán sujetos a las obligaciones adicionales siguientes:

a) Para los concesionarios de 25 hectáreas, cultivo del 50 % del área con yerba mate, y aumento de un 5 % sobre el precio normal de venta.

b) Para los concesionarios mayores de 25 hectáreas, hasta 50 hectáreas, cultivo del 50 % de la superficie concedida y recargo de un 15 % sobre el precio normal de venta.

c) Para concesiones de más de 50 hectáreas hasta 75, cultivo del 75 % de la superficie concedida, y recargo de un 25 % sobre el precio normal de venta.

d) Para concesiones de 75 a 100 hectáreas, cultivo del 75 % de la superficie concedida, y recargo de un 35 % sobre el valor normal de venta.

La Dirección de Tierras promueve la colonización y adjudica tierras oficiales a los colonos que la soliciten, como se lee en el siguiente documento:

La Dirección de Tierras, de acuerdo con las nuevas orientaciones dadas a la colonización oficial por el Ministro de Agricultura, ha resuelto ofrecer y dar facilidades para la adquisición de 1045 lotes agrícolas situados en el Territorio de Misiones. Dichos lotes corresponden a las colonias Azara, San Javier, Yermal Viejo, Yabebiry, Bonpland, Cerro Corá, Santa Ana, San Ignacio, Corpus, Profundidad, San José, Sierra de San José, Apósteles, Candelaria, Picada Bonpland a Yermal Viejo y de San Javier, Cerro Corá (...). Las parcelas que se ofrecen están mensuradas y amojonadas, tienen superficie de aproximadamente 25 hectáreas cada una y se considerarán como máximo 50 a una sola persona o sociedad (LA GACETA ALGODONERA, 1937, p. 30).

La promoción y difusión de la yerba mate otorga un rasgo particular a la región: el carácter monocultivo de la producción. La organización mixta se abandona en favor del producto comercial. Esa realidad ubica a los colonos en un escenario productivo y mercantil novedoso. La constitución primigenia resulta en un mercado oligopsónico que en la actualidad persiste y se agudiza (BARTOLOMÉ, 1975; RODRÍGUEZ, 2018)

El acceso a la tierra y la yerba mate como cultivo poblador determinan la conformación de la estructura agraria en esta región. Los ciclos de la yerba mate (expansión o estancamiento por crisis o sobreproducción) influyen directamente en la organización socio- económica de la ruralidad. Las distintas crisis en el sector, generan ciclos que a su vez definen la composición y variación de las explotaciones agrícolas; generalmente determinan la implementación de nuevos cultivos como por ejemplo el tung aunque, la yerba mate continua en todos los ciclos como el producto principal de la estructura agraria de la región yerbatera.

La década de 1930 marca un punto de inflexión en la agroindustria yerbatera. El aumento de la producción nacional “choca” con los intereses de la yerba mate brasileña (responsable hasta entonces del abastecimiento del mercado argentino). Además de ciertas tensiones diplomáticas, los intereses económicos de importadores y molineros argentinos (preferían invertir en la yerba de Brasil dado el carácter extractivista de la misma), motoriza la intervención del Estado. Sobresalen las firmas del Tratado de Comercio y la Carta de Navegación de 1933, ratificados en 1935, previa visita recíproca de los mandatarios de la Argentina Agustín P. Justo y del Brasil Getulio Vargas. Empero, lo que determina un antes y después en la actividad es la regulación oficial a través de la Comisión Reguladora de la Yerba Mate: por intermedio de la “Legislación General Ley N° 12.236 de 1935”:

Art. 1°: Créase con carácter autónomo la Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de la Yerba Mate (...)

Art. 2°: Esta Comisión será presidida por el Ministro de Agricultura o funcionario que éste designe y se compondrá de trece miembros nombrados por el Poder Ejecutivo, como sigue: el gobernador del territorio de Misiones, dos representantes de Ministerio de Agricultura, un representante del Banco de la Nación y otro del Banco Hipotecario Nacional, tres representantes de los plantadores, tres de los elaboradores, uno de los importadores y un representante de los consumidores”.

Entre sus principales funciones se destacaban:

1 Aplicar y hacer cumplir las leyes y decretos reglamentarios existentes y cualquiera otra disposición que se dicte.

2 Asesorar a los poderes públicos sobre todo a lo que se refiere a la materia de su cometido.

3 Fijar las condiciones de elaboración, sanidad e higiene del producto en el ciclo de la zafra hasta su entrega al consumo con el asesoramiento de las reparticiones públicas especializadas.

4 Reglamentar la época en que debe efectuarse la poda y vigilar el cumplimiento de la prohibición de la poda prematura

5 Realizar y compilar la estadística de la producción, elaboración y consumo del producto y su comercialización

6 Propender a la construcción de secaderos y noques al desarrollo de crédito yerbatero para la producción, almacenamiento y expendio del producto y a la mejor organización de los productores a fin de facilitar su acceso directo y sin trabas a los mercados, para lo cual deberán

establecerse organizaciones de concentración y ventas de la que no podrá salir yerba canchada sin certificado de análisis

7 Establecer la clasificación de la yerba y propender a la mejora de su calidad y homogeneidad

8 Asesorar al Poder Ejecutivo en todas las cuestiones relativas al régimen económico y técnico de la industria y sugerir al mismo las medidas tendientes a su mejoramiento

9 Aplicar y percibir, previo autorización del Poder Ejecutivo, un impuesto móvil interno, que por el presente artículo se establece, uniformemente sobre toda yerba elaborada, así sea importada o molida en el país.

Si la producción es contemplada con la creación de la CRYM, es necesario dar cuenta del comercio del producto. En este sentido, con el objetivo de regular la oferta acorde a las necesidades de consumo se crea por Decreto 83.816 de abril de 1936 el Mercado Concentrador de la Yerba Mate (MCYM). La principal función de esta institución es realizar la venta de la yerba mate de los productores en el momento adecuado y al precio estipulado por la CRYM, además de facilitar al colono almacenamiento y transporte; como así también el pago de su producción y el otorgamiento de un crédito prendario financiado por el Banco de la Nación Argentina.

El Mercado actuará exclusivamente como consignatario y, para mejor cumplir sus fines reguladores exigirá de los plantadores que le consignen su producción, una autorización para efectuar la venta en el momento y al precio que el organismo considere conveniente” “El mercado operará en base al crédito agrario prendario otorgado por el Banco de la Nación Argentina a la yerba mate consignada al organismo, sin perjuicio de aceptar otras consignaciones de este producto (CRYM, 1936).

Este es el canal más importante para la comercialización de yerba mate, sin embargo y en forma paralela se desarrollan formas directas de comercialización entre productores, secaderos y molinos, dando origen al denominado mercado libre y al clandestino. Para controlar la actividad, la CRYM crea el Registro Nacional de Yerbateros en el que deben inscribirse con carácter obligatorio, los elaboradores, los importadores y acopiadores de yerba sin desecar (verde) y se crea, además, un Registro Nacional de Plantadores en el que se inscriben todos los cultivadores de yerba mate del país y cuya reglamentación debe propender al mejor cumplimiento de la ley. A los efectos de poder confeccionar dicho registro y realizar el inventario de esta rama de la producción, el Poder Ejecutivo, por Decreto 71861, del 30 de noviembre de 1935, dispuso la realización de un censo de las plantaciones y cosechas de yerba mate. Los guarismos obtenidos indican:

En 63.064 hectáreas plantadas, una cosecha de 75.361.699 kilogramos de yerba canchada para el año 1935, sobre 63.874.404 de 1934 y 51.027.476 en 1933. De la observación de estas cifras se desprendía que las cosechas nacionales de yerba mate iban siguiendo una rápida curva ascendente, que, de continuar en dicha proporción, cubrirían en poco años más el consumo interno, pues muchas plantaciones recién se encontraban en condiciones de producir. La Comisión Reguladora de la Yerba Mate pudo así establecer la capacidad productiva de cada uno de los yerbales inscriptos en su Registro de Plantadores, no solo para orientar el desenvolvimiento de su acción, sino también a fin de que los propietarios de los mismos queden habilitados para recibir el aporte que la ley 12.236 destina para compensar los quebrantos de su explotación (PRESIDENCIA DE LA NACIÓN, 1938).

Producción y comercialización constituyen eslabones nodales en la estructura yerbatera. El accionar del Estado es fundamental para comprender la conformación y consolidación de la estructura agraria misionera en base a dicho cultivo. Los sujetos sociales actúan en base a las reglamentaciones mencionadas, que en muchos casos no logran dar respuestas esperadas por los protagonistas. El acceso a la tierra determina tipos específicos de explotaciones o unidades económicas. El mercado oligopsónico que resulta de este proceso histórico determina acciones específicas por cada uno de los segmentos de la agroindustria. El cooperativismo representa un indicador de la acción colectiva desplegada por los yerbateros, principalmente para comercializar el producto.

### **Consideraciones finales**

Durante el periodo en estudio, es posible advertir la injerencia del Estado Nacional en la agroindustria yerbatera. Producción y comercialización constituyen eslabones fundamentales de todo proceso agroindustrial y determinan, no solo el accionar de los sujetos sociales, sino también la consolidación de la estructura agraria. En una región marginal y de frontera es fundamental comprender la lógica productiva y comercial en clave histórica. Desde dicha perspectiva es posible advertir además, que colonización y actividad yerbatera dan origen al tipo social agrario, asociado en este periodo con la figura del colono, quien se caracteriza por ser un productor agrícola que aprovecha las oportunidades de capitalización que ofrece la economía agraria de la región.

La incorporación al mercado a través de la adopción del monocultivo yerbatero significó, en gran medida, el debilitamiento de los rasgos campesinos y la formación de agricultores comerciales. El patrón de explotación mixta y diversificada fue abandonado en favor del cultivo de la yerba mate y la vida entera de la región quedó vinculada a la evolución de este cultivo (BARTOLOMÉ, 1975; SCHIAVONI, 1995; RODRÍGUEZ, 2018).

El rol del Ejecutivo Nacional sobre unas tierras “alejadas” del área metropolitana y en una zona de triple frontera, es clave para interpretar las medidas despegadas. La inexistencia de una provincia de Misiones hasta 1953 y la ausencia de una burguesía nacional asentada en estos territorios, explican la configuración espacial, política, social y económica en nuestra unidad de estudio.

La premisa de esta comunicación es reconocer el comportamiento de una economía regional. El abordaje agrario deviene en herramienta de análisis para estudiar cómo surge la actividad que estructura -casi un siglo después de la colonización yerbatera- el escenario rural de una provincia argentina ubicada en los márgenes y en la frontera. Explicar el porqué de la situación actual, implica necesariamente dar cuenta del devenir histórico, contemplando las acciones de los protagonistas, con la intención de aportar a debate historiográfico sobre el tema.

### **Fuentes**

COMISIÓN REGULADORA DE LA YERBA MATE (CRYM). *Boletín Informativo*, Buenos Aires, 1936.

INSTITUTO AGRARIO ARGENTINO. Reseñas: La Yerba Mate. Conferencias pronunciadas por funcionarios de la Dirección de Yerba Mate, CRYM (Ley 12236). Buenos Aires, Año VI, Número 38, 1945.

LA GACETA ALGODONERA. Año XIII, N°167, Buenos Aires, 1937.

PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. Poder Ejecutivo Nacional: Agricultura y Obras Sanitarias de la Nación. Capítulo X (1932- 1938), 1938.

### **Bibliografía**

ABINZANO, Roberto Carlos. "Procesos de integración en una sociedad multiétnica. La provincia argentina de Misiones (1880-1985)". Universidad de Sevilla. Tesis doctoral (Inédito), 1985.

BANDIERI Susana. La posibilidad operativa de la construcción histórica regional o cómo contribuir a una historia nacional más complejizada. En: Fernández, Sandra y Gabriela Dalla Corte (Compiladoras). *Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, 2001.

BARTOLOMÉ, Leopoldo. Colonos, plantadores y agroindustrias. La explotación agrícola familiar en el sudeste de Misiones. En: *Desarrollo Económico, revista de ciencias sociales*, N° 58 Volumen 15, julio-septiembre, 1975.

CAMPI, Daniel. Historia regional ¿Para qué? En: Fernández, Sandra y Gabriela Dalla Corte (Compiladoras). *Lugares para la historia. Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*, Rosario: UNR Editora, 2001.

FERNÁNDEZ RAMOS, Raimundo. *Misiones a través del primer cincuentenario de su federalización 1881- 1931*. Posadas. Territorio de Misiones, 1936.

- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio, población*. Buenos aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- GALLERO, María Cecilia y Elena KRAUSTOFL. “Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881- 1970)”. *Revista de Antropología AVÁ*. N° 16. Posadas. Misiones, 2009.
- GIRBAL- BLACHA Noemi. *Vivir en los márgenes. Estado, políticas públicas, conflictos sociales. El Gran Chaco argentino en la primera mitad del siglo XX*. Rosario: Prohistoria, 2011.
- GIRBAL BLACHA, Noemi; ZARRILLI, Gustavo; BALSASA Javier. *Estado, sociedad y economía en la Argentina (1930- 1997)*. Bernal: Editorial Universidad Nacional de Quilmes, 2001.
- GORTARI, Javier (compilador). *De la tierra sin mal al tractorazo: Hacia una economía política de la yerba mate*. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2007.
- GRIMSON, Alejandro (compilador). *Fronteras, naciones e identidades: La periferia como centro*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2000.
- JAQUET Héctor. *En otra historia*. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2001
- MIGDAL, Joel. *Estados débiles, Estados Fuertes*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- RENTERIA VARGAS, Javier. Una aproximación teórica y práctica al concepto de región. *Revista Geocalli, Cuadernos de Geografía*, N° 4 Vol. 2 México, 2001.
- RODRIGUEZ, Lisandro. *Yerba Mate y Cooperativismo en la Argentina. Sujetos Sociales y Acción Colectiva en el NEA (1936- 2002)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2018.
- ROFMAN, Alejandro. *Las economías regionales a fines del siglo XX: los circuitos del petróleo, del carbón y del azúcar*. Buenos Aires: Ariel, 1999.
- SCHIAVONI, Gabriela. *Colonos y Ocupantes. Parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones*. Posadas: Editorial Universitaria, 1995.
- SCHIAVONI, Gabriela. Las regiones sin historia: apuntes para una sociología de la frontera. *Revista Paraguaya de Sociología*, N° 100 CEPS. Asunción, 1997.

## CEMITÉRIO E URBANIZAÇÃO: O ESPAÇO DA MORTE E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE JARDIM DO SERIDÓ, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Luana Barros de Azevedo, Mestra em História, PPGH/UFRN  
E-mail: luanaabarrosss@gmail.com

**Resumo:** O cemitério é parte integrante de qualquer comunidade urbana. Por esse motivo, o presente trabalho busca pensar a respeito do espaço da morte e a urbanização da cidade de Jardim do Seridó, localizados no sertão do Rio Grande do Norte. Importante salientar que o presente cemitério foi o primeiro construído no período dos discursos higienistas, segunda metade do século XIX, os quais verificavam os cemitérios das igrejas como espaço de proliferação de doenças, ocasionando a construção desses espaços dos mortos, distante da cidade dos vivos. Esse mesmo cemitério foi construído em 1856 e é utilizado até o decorrer dos dias atuais. A problemática aqui existente tem como intuito pensar o espaço dos mortos como espaço da cultura e do apego à memória dos mortos, uma vez que, na cidade de Jardim do Seridó, atualmente, ainda existe a resistência da população a respeito da construção de um novo cemitério, mesmo sabendo que o atual cemitério se encontra com espaço reduzido. Essa resistência resultou em algumas reformas do cemitério, incluindo ampliação em seu espaço. No entanto, por questões que visam o desenvolvimento urbano ao redor do cemitério, esse espaço tem sido reduzido. O objetivo do presente estudo é entender qual a relação entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos. Compreender o cemitério enquanto objeto histórico é refletir sobre experiências que perpassaram o tempo, responsáveis por ligar as pessoas ao espaço da morte. Para tanto, concordo com Aleida Assman, pois os “indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais” (2011, p. 24). Como fontes, utilizei livros de ata, livros de óbito, discursos dos presidentes da província do Rio Grande do Norte e a análise do cemitério.

**Palavras-chave:** Jardim do Seridó-RN. Urbanização. Cemitério.

O presente estudo ainda se encontra em análise das fontes, no entanto, por uma observação bibliográfica, foi produzido como ponto de partida de uma pesquisa mais extensa, que busca pensar a respeito de como se deu a construção de ruas ao redor do cemitério público de Jardim do Seridó, na segunda metade do século XX, problematizando a construção de ruas, enquanto espaço de transformação social, que dá sentido à cidade. As ruas aqui analisadas atualmente recebem os nomes de Rua Francisco Clementino de Azevedo, Rua Francisco Procópio e a Avenida Dr. Rui Mariz, espaço que compreendia, no início do século XX, a popularmente conhecida “Rua Nova”, em comparação ao centro urbano, que era, também popularmente conhecido, “Rua Velha”.<sup>350</sup>

Por esse motivo, busco discutir como as ruas se formaram, próximas ao cemitério público de Jardim do Seridó, tendo em vista que a construção do espaço da morte tinha como intuito principal se encontrar distante das pessoas, por questões de higiene pública. Discussões

<sup>350</sup>Dados cedidos por Sebastião Arnóbio de Moraes, em entrevista, no dia 24 de novembro de 2021. Sebastião é secretário da Paróquia de Jardim do Seridó, muito conhecido por fornecer histórias antigas da cidade de Jardim do Seridó e que, inclusive, tem memórias de quando era criança, na casa de seu avô, sendo um dos primeiros a construir casa próxima ao cemitério.

a respeito de como surgiram os cemitérios no Brasil e como eles se mantêm até os dias de hoje, têm sido cada vez mais frequente na academia. A esse respeito, desde 19 de novembro de 2004, foi fundada a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC<sup>351</sup>), que reúne pesquisadores das mais diversas áreas para analisar o cemitério e as manifestações acerca da morte e do morrer.

Os fenômenos da morte e do morrer, assim como o espaço cemiterial, têm sido amplamente discutidos em vários campos de estudos no Brasil, de forma a interpretar esses fatores por meio da literatura, sociologia, antropologia, arquitetura e na história. Este trabalho busca demonstrar que o modo de viver e vivenciar os espaços da morte ultrapassam os muros cemiteriais, caracterizando a existência e os modos de vida cotidianos, de forma social, dos habitantes da urbe. O estudo de Michel Lussault, intitulado “El hombre espacial: la construcción social del espacio humano”, sobretudo o capítulo “Um espacio com características propias”, me fez pensar a respeito da Rua Nova enquanto espaço construído por seus habitantes.

A presente obra é resultado da dedicação acadêmica de Michel Lussault em torno de pesquisas que buscam pensar a produção do espaço social, por meio das formas naturais e antropológicas. Lussault analisa os espaços por meio da teoria de Georges Perec, ao se perguntar se sabemos, com precisão, como se constituem os espaços, pois raramente procuramos saber sobre a formação dos espaços cotidianos da vida habitual. O livro é baseado na teoria e metodologia de Georges Perec, se utilizando, a todo o momento, questões impostas por Perec para pensar a formação do espaço por meio da sua distância e medida. O espaço é formado pelo cotidiano, e é necessário ler essas particularidades, habituais.

No capítulo aqui analisado, intitulado *Um espacio com características próprias*, ele se atém às distâncias e suas formações, através das estruturas sociais. Para tanto, ele utiliza como fonte de análise o jogo de computador, SimCity. Assim, ele vai problematizando o que são e como são formadas as distâncias, e quais os fatores políticos que ocasionam esses acontecimentos. Se Hannah Arendt propunha que o homem é um ser político, Michel Lussault mostra que, da mesma forma, a política nasce no espaço intermediado e constituído por relações.

O espaço aqui analisado se trata das ruas que ficam próximas ao cemitério público de Jardim do Seridó, cidade localizada no interior do Rio Grande do Norte, com um distanciamento de 247km da capital do estado, Natal. Assim, o propósito da pesquisa é pensar como se

<sup>351</sup>Para maiores informações, ver *Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais*, disponível em: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/abec>.



constituiu o cemitério (1858) e as ruas ao seu redor (decorrer do século XX), uma vez que este mesmo cemitério foi construído para se manter distante dos centros urbanos e, por meio da construção de casas, as pessoas foram habitando os espaços e os transformando.

Foi observado que o lugar de enterramento é, para o morto, como a casa é para o vivo: um lar, onde se faz morada, recebe familiares, amigos, parentes, visitantes, onde há pessoas passageiras, até mesmo alguns desconhecidos. No lugar em que se faz a morada eterna há uma composição particular, na qual faz parte da identidade de uma pessoa, da família e/ou da comunidade. Preocupa-se com o lugar de enterramento, pois nele está a imagem de uma vida, de uma história. Atravessamos caminhos, convivemos com pessoas ao longo da vida, conhecemos, conversamos e trocamos experiências. Os espaços e os lugares são responsáveis por acolher esses acontecimentos, de formas diferentes. Foi por essa perspectiva que observamos o espaço da morte: como reflexo da história e experiências de vida.

Em Jardim do Seridó, enquanto povoação de Conceição do Azevedo, na última década do século XVIII, deu-se início à construção da capela de Nossa Senhora Conceição, que também serviu como lugar de enterramento até a construção do cemitério público, este último, com sua bênção solene em 1858. A capela, que atualmente é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Jardim do Seridó, os fiéis fazem suas preces, celebram missas e comemoram, anualmente, a Festa de Nossa Senhora da Conceição, que é no mês de dezembro. A capela, construída no final de XVIII, faz parte da história religiosa da cidade, na qual foi o marco físico da religião católica, na então Fazenda Conceição do Azevedo, construída por Antonio de Azevedo Maia (2º), descendente europeu que construiu fazenda de criar gado nas ribeiras do Seridó, onde hoje são terras que compreendem a cidade de Jardim do Seridó.

A capela não servia apenas para celebrar missas, mas sim, e também, foi construída com o propósito de servir como lugar de enterramento para Antonio Azevedo e sua família. Por uma herança colonial europeia, as primeiras capelas construídas serviam como cemitérios. Os enterramentos eram feitos no exterior e no interior das capelas. O terreno que circunscrevia a capela era chamado de adro e destinava-se ao enterramento das pessoas mais comuns, já o interior das capelas era reservado àqueles que, na maioria das vezes, faziam parte de famílias abastadas. O adro era verdadeiramente conhecido como o cemitério, que consistia no espaço em frente, nos fundos ou ao redor das capelas e igrejas. A classificação espacial das igrejas e capelas eram simbólicas, referente ao lugar destinado ao enterramento, pois quanto mais próximo do altar, mais próximo estava-se dos anjos, santos, de Deus. Por esse motivo, Antonio de Azevedo (2º) solicitou a construção de uma capela próxima à sua fazenda, para servir,

também, como lugar de enterramento para o mesmo e sua família. De forma significativa, ao falecer, o mesmo desejava ser enterrado próximo ao altar, acima das grades.

A respeito dos cemitérios, Jean-Claude Schmitt escreveu que nas sociedades europeias esse espaço passou por sentidos e significados diferentes ao longo do tempo, citaremos essa abordagem para pensar a respeito da construção desse espaço:

Do ano 1000 ao século XVIII, a proximidade do espaço dos vivos e do espaço dos mortos é um traço muito importante da história das sociedades e das mentalidades tradicionais da Europa. [...] No centro a igreja paroquial, depois, apertadas ao redor dela, as sepulturas do cemitério (mas, da época em que falo, as sepulturas são indiferenciadas e a terra consagrada do cemitério é assinalada, quando muito, apenas por uma única grande cruz para todos os mortos); o cemitério é cercado por um muro, sobre o qual o bispo, quando de suas visitas paroquiais, lembra constantemente a necessidade de conservá-lo para separar o espaço sagrado do espaço profano e impedir os animais de vagar entre as sepulturas (SCHMITT, 1999, p. 204).

Ao ler essa citação, lembrei de quando era criança, entre as histórias que ouvia dos mais velhos, sobre o cemitério e o lugar dos mortos. Poucos sabiam que os enterramentos eram feitos dentro e ao redor das igrejas/capelas. Mas na cidade de Jardim do Seridó-RN, os mais velhos contavam que antes da construção do cemitério, os enterramentos eram feitos na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e que os não cristãos, indigentes, pagãos, suicidas e leprosos eram enterrados em um terreno distante do centro urbano.

Não se sabe, ao certo, a localização do terreno que servia para o enterramento dos abandonados. Procurei algum registro e não encontrei. No entanto, lembro-me de ouvir rumores de que o terreno em que hoje funciona o cemitério público, antes de sua construção, tinha função cemiterial para enterrar os não-católicos. A esse respeito, não vos dou a certeza dessa informação, por ausência de fontes suficientes, todavia, acho necessário esse parêntese como possibilidade de reflexão a respeito dos ritos de enterramento daqueles que não faziam parte da igreja, pois ela era responsável pelos enterramentos e pelos corpos, pela promessa de um bom lugar no pós-morte. Não fazer parte da Igreja poderia consistir em um isolamento da comunidade, frente aos costumes que prevaleciam na época. Dessa forma, o lugar de enterramento reflete a comunidade em que está inserido.

O cemitério de Jardim do Seridó, então povoado Conceição do Azevedo, foi construído em terreno doado por Antônio de Azevedo Maia (3º), e sua esposa Úrsula Leite de Oliveira. Não encontrei documento que mostre a data exata em que houve a doação do terreno, em contrapartida a isso, vi que no Livro de *Tombo N° 1 (1857-1924) de Jardim do Seridó* consta a informação de que o terreno do cemitério da povoação foi construído com a ajuda da população

sob terreno doado por Antonio Maia (3º) e sua esposa Úrsula Oliveira, recebendo benção solene do então vigário, o Padre Francisco Justino Pereira de Brito, no dia 12 de março de 1858, no entanto, no primeiro livro óbito, *Livro N° 1 de Óbitos (1857-1903)*, consta que desde 1857 já havia enterramento no cemitério da povoação por falecimento de cólera morbus.

Até a construção do cemitério público de Jardim do Seridó, a capela cemitério serviu como lugar de enterramento para os que residiam na região. Após a construção e a benção solene do cemitério extremuros da povoação de Conceição do Azevedo, no dia 12 de março de 1858, os habitantes tinham como recomendação esse local de enterramento. Dessa forma, foi transferindo da capela ao cemitério o lugar de morte e dos mortos.

Os enterramentos, anteriormente feitos em templos religiosos, passaram a ser feitos nos cemitérios extramuros, por volta da segunda metade do século XIX, resultando em mudanças culturais no entendimento da morte e do morrer, refletindo nos costumes fúnebres, tais como: o lugar de sepultamento, as formas de enterramento, os cultos aos mortos e as visitas aos cemitérios.

Por meio dos relatórios e falas dos presidentes de província, foi observado que por volta de 1856, a Província do Rio Grande do Norte foi acometida de cólera, causando uma conjuntura de preocupação por meio dos representantes responsáveis, pela ausência de profissionais da área da saúde, inclusive de espaços que pudessem atender o número de doentes. Os discursos médico e higienista, que estavam em vigor no século XIX, contribuíram para a (re)construção de espaços urbanos, assim como os cemitérios no Brasil, que, com a imposição e construção dos mesmos, houveram mudanças culturais nos ritos religiosos, os quais movimentaram as representações fúnebres e a cultura material.

Por questões de saúde, um conjunto de higienistas defendiam, desde o século XVIII, a censura eclesiástica de enterramento nas igrejas e a edificação de cemitérios públicos em lugares afastados dos centros urbanos, de preferência abaixo do nível da cidade, com localização arejada, para que não houvesse o contato tão recorrente entre a população e os mortos.

Essa análise do espaço me fez pensar como se constituem os espaços, por meio de divisões sociais, e com características próprias. Uma vez que a existência humana é espacial, na medida em que a globalização se manifesta no dia a dia e se expressa através de fenômenos espaciais, entendo que a reflexão a respeito do espaço ainda é muito necessária, pois ele se forma por meio das vivências humanas, políticas e sociais. A esse respeito, e retornando aos estudos de Michel Lussault (2015), sobre espaço, compreendi que há uma carência a respeito

da problematização do espaço, fugindo do que já existe na academia, tendo como enfoque descritivo a forma geográfica do espaço, se limitando à análise do urbano, comércio e turismo. Por esse motivo, o que cabe como problematização central é ler e compreender os espaços cotidianos e como eles se formam enquanto construções sociais.

Um fator conveniente a se destacar, diante do espaço e tempo analisados pela revisão bibliográfica, é que as construções de cemitérios no Brasil e em Portugal causaram, em algumas partes, estranhamento em uma parcela da população, servindo como motivo de revolta<sup>352</sup>. Por volta de 1862, Pedro Veloso, presidente de província, recomendava cemitérios o quanto antes para a região do Seridó, enquanto tomava os cemitérios de Jardim e Acari como “exemplos de decência”. Essa descrição fez pensar a respeito de como a população reagiu de forma a aceitar o novo lugar da morte para enterrar seus entes queridos, assim como serem responsáveis pela construção dos cemitérios, no entanto, também, proponho pensar sobre essa fala de Pedro Veloso e o que ele propunha ao citar essas duas cidades, isso levarei a diante em uma outra discussão.

O Vigário Francisco Justino foi responsável pela construção do cemitério público, com o apoio da população, assim como a Casa de Caridade, que atendia doentes no final do século XIX. A localização de ambos era próxima, assim como a localização da igreja. A administração do Vigário Francisco Justino na igreja de Nossa Senhora da Conceição era presente entre os anos de 1856 a 1871, e o mesmo tinha forte influência sobre a população na época, e esse fator pode ser observado até os dias atuais em Jardim do Seridó, sendo celebrado seu aniversário anualmente pela comunidade religiosa.

Nesse viés, percebi que a popularidade do padre poderia ser resultado de interesses políticos, uma vez que o mesmo foi deputado no período imperial, de 1860 a 1861, e de 1868 a 1869. Diferente de costumes que prevaleciam entre vigários e padres no século XIX, podendo, por escolha, ser enterrado nas igrejas ou capelas, o mesmo deixou por escrito o seu pedido, através do testamento, para ser sepultado no cemitério público. Assim como o Padre Francisco Justino, nenhum outro sacerdote foi enterrado na igreja de Jardim do Seridó, depois que se deu a construção do cemitério.

Por meio desse jogo de indagações, notei transformações nos rituais fúnebres, assim como o entendimento a respeito da morte e do morrer, por volta da segunda metade do século XIX, resultando em fatores que contribuíram para a construção do cemitério público da

<sup>352</sup>Tomo como exemplo de revolta, a respeito da construção de cemitérios no Brasil, a Cemiterada, em Salvador, e a Revolta de Maria da Fonte, em Portugal, como reflexos da recusa pela construção dos cemitérios extramuros.

povoação. Diante das fontes e bibliografias analisadas, busquei pensar sobre os procedimentos que ocorreram para que essas mudanças pudessem acontecer, tendo em vista as mudanças de enterramentos, impostas com a edificação dos primeiros cemitérios.

O referente estudo nasceu de uma inquietação inicial sobre como eram os ritos de morte em Jardim do Seridó, com o surgimento do cemitério. Dessa inquietação, foram surgindo outras questões com o desenrolar das pesquisas até definir objetivos do referente estudo, que constituem nas seguintes perguntas a respeito da formação de ruas, próximas ao Cemitério Público de Jardim do Seridó, no decorrer do século XX: Até que ponto as orientações médico-sanitárias foram capazes de modificar a relação da população local com os seus mortos? É possível entender como essa população pensava a respeito da morte e dos mortos? O que mudou com a construção do cemitério público e, assim, assinalando a manutenção de antigas formas de relação dos vivos com os mortos? Quais dificuldades os preceitos de saúde tiveram para se difundirem na região? Como aconteceu o deslocamento da população e a formação de moradias próximas ao cemitério? Quais as características que diferem os habitantes da rua do cemitério com o restante da cidade?

Lembrando, sempre, que os espaços coexistem e não tem como fazer a análise do espaço aqui proposto sem entender como este se relaciona com o restante da cidade, região, estado, nação.

Não foi meu intuito escrever a história da rua do cemitério público de Jardim do Seridó, ou até mesmo do cemitério público, pois, a meu ver, não faria sentido. Esta seria uma abordagem que está saturada na historiografia. O mais viável à referente pesquisa foi buscar entender os fatores que contribuíram para a construção dessas ruas, tendo por objetivo a ligação com o espaço da morte, ou seja, o cemitério público. Foi a partir do lugar dos mortos que pensei a respeito dos vivos.

O cemitério, para mim, foi a representação da população de Jardim do Seridó na segunda metade do século XIX. Seus vestígios documentais, assim como seu espaço físico me mostraram o quanto as pessoas estão ligadas ao lugar de morte, e o quanto há a preocupação diante da imagem e representação dos seus entes queridos. De forma religiosa ou não, o lugar de morte imprime a identidade do morto, da sua família e da sua comunidade, uma vez que se trata da composição de ritos, fatores culturais e sociais expostos por meio do túmulo, jazido, sepultura, cova, flores, velas, fotografias, e demais símbolos e lugares escolhidos que possivelmente representam a vontade do morto quando estava vivo – em sua preparação para a morte–, ou até mesmo a vontade de seus familiares, amigos ou pessoas próximas.

Mesmo o recorte temporal, aqui analisado, partindo da segunda metade do século XIX, com a construção do cemitério, há uma análise do século XX, onde o espaço passou por transformações na sua percepção de lugar dos mortos. Esse período tinha como intuito a civilização dos trópicos, advindos de ideais médicas, sanitaristas e urbanistas, que refletiram em todo o Brasil. Buscou pensar a respeito da inserção dos mortos nas cidades dos vivos, refletindo sobre os contatos, convívios e impasses culturais que tenham resultado nas modificações do cemitério e da cidade de Jardim do Seridó, refletindo fortemente nos rituais de morte, superlotação da morada dos mortos e nas transformações urbanas.

O cemitério, neste trabalho, foi problematizado a partir da representação de um tempo que compreendia modos de vida com o intuito de realizar um projeto de civilização sob embates de tradições, convívio cultural e social. Por esse viés, também pensamos a rua enquanto espaço urbano de reorganização das vidas sociais. As ruas vão cedendo lugares aos novos tempos, vão existindo e resistindo à normas e medidas governamentais, as ruas são formas de ser e viver da população. Elas vão se formando com a cara das pessoas que ali residem. As ruas têm características próprias de seus habitantes e, assim:

A rua, entretanto, reflete a transformação do espaço urbano e a reordenação da vida. O aburguesamento da cidade e a consolidação de uma nova ordem trazia em seu bojo exigências, valores, critérios. Impôs-se uma redefinição do solo urbano e de sua ocupação pelos indivíduos.

Era preciso dar aos cidadãos o seu lugar na urbe e normalizar a vida. Códigos de posturas municipais impuseram novas práticas, mais condizentes com o *status* da “cidade”. O caminho da modernidade passava pela adequação a padrões desejados.

Objetos de planos urbanísticos, as ruas expressarão, pela sua diversidade de aparências, a diferenciação social subjacente da nova ordem burguesa (PESAVENTO, 1996, p. 38-39).

Torna-se possível entender como as pessoas experienciam determinados espaços e como tomam para si os valores que atribuem a eles. Lugar é o sentido de território, de identidade, proximidade com o ser, é intimidade e envolvimento. Para compreender como se deu a relação entre cemitério e as pessoas que entendem esse espaço, foram utilizados os conceitos do geógrafo Yi-Fu Tuan que descreveu a diferença entre lugar e espaço através da experiência. Dessa forma, a experiência é ligada ao tempo e ao valor sentimental, sendo ela:

Constituída de sentimento e pensamento. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente, a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida do sentimento como falamos de uma vida do pensamento (TUAN, 2013, p. 19).

As pessoas atribuem significados e organizam o espaço e o lugar à sua maneira, no qual um conjunto de comportamentos semelhantes refletidos no espaço é observado como fatores culturais, desenvolvidos por pessoas de uma região que influencia o comportamento e os valores humanos. A experiência é o modo com que as pessoas dão valor e significado à morte de modo íntimo, fazendo com que o lugar de sepultamento resulte em expressões de sentimentos, percepções e memórias. Trata-se de uma característica própria. Se levar em conta todo o resto do espaço cemiterial, não haverá ligação sentimental tanto quanto existe no lugar que o ente querido foi enterrado. O cemitério passou a ser, aqui, percebido como lugar de memória, das experiências de seus agentes que nele reproduzem suas particularidades culturais, levando em consideração a família, o grupo, o bairro e até mesmo a cidade, pois trata-se da relação que o vivo tem com o lugar para recordar a pessoa que morreu.

### **Breves Conclusões**

O espaço em que se encontra o cemitério e as ruas que se formaram próximas ao mesmo, sendo, a princípio, localizado à margem do centro urbano, foi pensado por meio das práticas dos homens em que se percebeu a transformação do espaço da cidade. Conforme as relações que mantêm as pessoas, define-se articulações de um conjunto de elementos dispersos, tomando forma na medida em que há interação entre eles, através de ações, discursos e práticas. Assim, “a aliança da cidade e o conceito jamais os identifica, mas joga com sua progressiva simbiose: planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber o poder articular” (CERTEAU, 1998, p. 172). A análise de Certeau me fez pensar sobre a perspectiva social dos espaços da morte e dos vivos, tanto quanto seus agentes praticantes. Por esse motivo, foi um desafio, mas um desafio necessário, buscar entender de que maneira o cemitério passou a se aproximar da cidade, reduzindo a distância entre os mesmos por meio do tempo, e como as pessoas passaram a residir em seu entorno, fazendo com que as mudanças culturais acontecessem de forma a ressignificar o lugar dos mortos na cidade dos vivos.

Mesmo com as medidas tomadas através dos planos urbanos do início do século XX, como construção de estradas, vias, ruas e prédios públicos, o cemitério, aparentemente, não estava incluso nos planos de urbanização, geridos pelos órgãos municipais, como pode ser notado através do estudo de Diego Gois (2012). Os centros de poder foram e são formados e difundidos por meio de sistemas que articulam leis e normas, podendo ser observados através dos discursos médicos e das vozes dos políticos, no século XIX, dos códigos de posturas e dos

contatos que esses políticos tinham quando estudavam em grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e/ou Recife.

Assim, população teve participação ativa no que dizia respeito à condução e construção dos espaços. Para Michel de Certeau (1998), o Estado e as instituições são responsáveis por regular os sujeitos através de estratégias, as quais descrevem modos de se comportar no lugar, sendo as táticas formas de escapar desses planejamentos. Por meio das táticas que o espaço é criado.

Nesse sentido, pensei a respeito da pesquisa, tendo o cemitério público de Jardim do Seridó como espaço central para uma análise sobre a relação social e cultural. Foi necessário saber lidar com o elo entre a cidade e sua margem, tendo em vista o crescimento de ambos e a conexão com o urbano. Mesmo sendo o intuito dos higienistas no século XIX construir cemitérios distantes das cidades de forma proporcional, para que não houvesse contato com a população, a construção de casas e lugares públicos no entorno do cemitério público de Jardim do Seridó fez com que se pensasse sobre o crescimento urbano sem um projeto público, onde os praticantes da cidade constroem, a partir de suas experiências, os espaços.

## Referências

- ARAÚJO, Ana Cristina. *Vicente Coelho de Seabra Silva Teles e a reforma dos cemitérios*. Revista M.: Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer. Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, jul./dez. 2019. p. 229-243. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/9299>. Acesso em: 06/02/2020.
- ARIÈS, Philippe. *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989.
- ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução: Luiza Ribeiro. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, José Nilton de. *Um passo a mais na história de Jardim do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- AZEVEDO, Luana Barros de. *Tudo tem alma em seus muros sagrados: modernidade e as transformações no espaço fúnebre de Jardim do Seridó, RN (1850-1904)*. Dissertação (Mestrado) Ciências Humanas, Letras e Arte, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FERREIRA, Angela Ferreira [et al.]. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de*



- Natal – 1850 a 1969. Natal: IAB/RN; CREA/RN, 2008. 284p.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.
- HARVEY, David. *Paris*: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUSSAULT, Michel. Um espacio com características propias. In: *El hombre espacial*: la construcción social del espacio humano. Trad. Heber Cardoso. Buenos Aires: Armorrortu, 2015. p. 45-85.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1996.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Divisão de Editoração, 1997.
- RODRIGUES, Cláudia. *As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro*. In: XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008, Seropédica/RJ. Anais do XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008.
- SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia,GO, 2011.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério*: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo,SP, 2005.
- SCHMITT, Jean-Claude. *Os mortos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

## PENALIDADE CIVILIZATÓRIA: UMA ANÁLISE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO CORRECCIONAL EM MINAS GERAIS

Luana Menezes Lira, doutoranda em História Social pela Universidade de Brasília. Bolsista CNPq. Orientador: Dr. Marcelo Balaban. E-mail: Luana.menezes.lira@gmail.com

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo analisar como a metamorfose das forças de controle e poder se coloca durante os séculos, chegando à configuração do que ficou conhecido como Reformatório Indígena, localizado no município de Resplendor em Minas Gerais durante a segunda metade do século XX. Toda as relações que foram estabelecidas desde o período colonial no Brasil foram pautadas no etnocídio, onde a necessidade de aculturação e assimilação se colocou como indispensável para a construção de um Estado-nação. Pensar através de uma proposta historicizada de análise torna-se válida, quando se observa que as práticas de controle e submissão que são utilizadas até hoje aos povos indígenas, são construções centenárias, que se perpetuaram e se reconfiguraram.

**Palavras-chave:** Penalidade; Civilização; Tutela; Etnocídio; Presídio; Povos Indígenas.

### Introdução

Quando se trabalha com temas relacionados ao século XX, faz-se necessário retomar conceitos e análises existentes sobre outros períodos históricos no Brasil, especialmente quando se tem como ponto focal as relações entre povos indígenas e a sociedade nacional. Assim, ao escolher o Reformatório Krenak, prisão indígena que existiu no município de Resplendor em Minas Gerais, durante a década de 1960 e 1970 (CORREA, 2000), para fazer uma breve análise, objetivou-se compreender como essa instituição correccional pode ser compreendida a partir do Poder Tutelar, sendo um desdobrando do que se teoriza como a Colonialidade do Poder e Saber.

Para realizar a análise de como se constrói esse Poder Tutelar e como esse tem influências da Colonialidade para se aplicar a novos contextos civilizacionais, utilizou-se de um levantamento bibliográfico, o que trouxe uma característica interdisciplinar para o trabalho. Utilizou-se de autores da Sociologia, Antropologia, Psicologia e História, contudo o autor que trouxe maior contribuição para o trabalho foi Antônio Carlos de Souza Lima, doutor em Antropologia Social, em sua obra “Um grande cerco de paz” de 1993, traz uma abrangência etnográfica e teórica sobre o Poder Tutelar.

O Poder Tutelar é compreendido como uma modalidade de exercício de poder do Estado brasileiro sobre indígenas, configurando-se sob a forma de um regime de dominação juridicamente definido. Partiu-se do entendimento do que seria a Colonialidade do Poder a partir dos estudos de Walter Mignolo – um semiólogo – e de Anibal Quijano – sociólogo, compreendendo assim a lógica estrutural que se estabelece na Abya Ayala com a chegada de exploradores europeus.

Com o entendimento desse modelo de dominação, observei que havia muitos traços de continuidade e permanências que se estabeleceram no tratamento dos povos indígenas no século XX, que é o momento em que o Estado brasileiro se torna juridicamente e de forma inédita o responsável pelos povos. Assim, o Governo traz para a si o Poder Tutelar, onde passou a exercer total controle no processo de inserção dos indígenas na sociedade nacional através do processo de assimilação.

### **A colonialidade: a construção da diferença**

Colonialidade foi um conceito apresentado por Aníbal Quijano no final da década de 1980. De forma analítica, a partir dos escritos de Quijano, o semiólogo Walter Mignolo percebeu que a Colonialidade poderia configurar-se como o lado sombrio da Modernidade. Acrescenta-se que “a Colonialidade nomeia a lógica subjacente ocidental desde o Renascimento até hoje” (MIGNOLO, 2017). Entende-se então que a Modernidade, como um período histórico, está inserida em uma narrativa complexa, no sentido de vários sujeitos atuando em diversos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos que coexistiam.

A pauta oculta da Modernidade ser a Colonialidade é justificada, pois, quando ocorre a difusão e divulgação das conquistas europeias em outros continentes, escondeu-se todas as mazelas que criou-se e perpetuaram por onde passaram os colonizadores. Pode-se afirmar que é uma Modernidade com uma dimensão constituinte, e a Colonialidade como uma dimensão minimizante – de ocultamento, onde as duas para existirem precisam uma da outra, ou seja, não existe Modernidade sem Colonialidade (MIGNOLO, 2017).

Uma ponderação deve ser feita segundo os estudos de Quijano sobre o tema. Colonialidade não deve ser confundida com o conceito de Colonialismo, pois este remete-se especificamente para a estrutura de dominação e exploração se pautam em uma autoridade política, nos recursos econômicos, e no trabalho dos locais, onde uma cultura domina a outra de diferente identidade, onde o controle decisório não está no local que ocorre a sua imposição. Destaca-se que no colonialismo, nem sempre a questão racial é fator dominante das relações de poder. O colonialismo, claramente, mas antigo que a Colonialidade que teve como ponto de eclosão no século XV, e se tornou mais intrínseca e duradoura que o Colonialismo.

A partir desse entendimento, a Colonialidade veio reconfigurar as culturas, identidades e ritos sociais dos novos povos que os colonos passaram a ter contato após a chegada em Abya Yala, criou-se: Índios, Negros, Azeitonados, Amarelos, Brancos, Mestiços. Ao passo que o Colonialismo reorganizou o mundo em parte: América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa Ocidental, depois).

Assim, construiu-se as novas relações intersubjetivas que estava baseada em uma hegemonia eurocêntrica, o que posteriormente ficou conhecido e delimitado como sendo a Modernidade.

A Abya Ayala foi o primeiro ponto onde se estabeleceu um “novo” espaço e tempo buscando uma globalização e partindo da ideia de modernidade. Essa forma imposta é interpretada por Karen Armstrong (2002) como “Colonização Dupla” onde a primeira ocorre pelo Tempo, onde europeus renascentistas a partir de seus estudos elaboram uma nova contagem do tempo natural. Onde não se considerou que existem muitas outras formas de mensuração do tempo e da hora, não considerando que o marco temporal da vida de Cristo só poderia ser aplicado aos cristãos, não considerou que existiam culturas milenares com outros marcos históricos. Que como os povos indígenas, a natureza determinava as tarefas e atividades a serem realizadas, houve assim uma imposição do calendário cristão, dos marcos da vida de Cristo e das conquistas europeias. A segunda ocorre pelo espaço, no sentido de espacialidade, territorialidade, onde há uma invenção, mapeamento e exploração de terras que os europeus desconheciam. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder.

A partir disso vai ocorrer a imposição da Economia e da Epistemologia, onde o europeu impôs seu modo monetário e seu conhecimento sobre os povos subjugados. Essas duas imposições contribuíram para construção da diferenciação entre conquistadores e conquistados, justificando assim o racismo, inferiorizando vidas humanas, onde afirmava-se que estrutura biológica determinava que deveria dominar e quem deveria ser dominado. De acordo com Quijano (2005):

Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

A ideia de racialização entre humanos como diferenciadora, foi construída durante a modernidade a partir da experiência da América. Basicamente pode-se dizer que sua origem teve como ponto de referência às diferenças fenotípicas entre europeus e povos subjugados. Essencialmente se utiliza das ciências exatas para validar as diferenças biológicas dos grupos e assim escaloná-los. A partir dessa construção racial, as relações sociais foram se desenvolvendo, bem como as relações de poder, as hierarquias, espaços e funções sociais, seguindo o padrão de

dominação que fora criado pelo colonizador. Resumindo, raça e identidade racial foram utilizadas como mecanismos de classificação social básica da população.

Nas Américas a racialização foi o argumento basilar para a legitimação das relações de poder resultantes do processo de conquista dos europeus. Estabeleceu-se então, o que Quijano (2005) considerou, “identidades históricas” que serão associadas à natureza das funções sociais na nova estrutura global de controle do trabalho. Desta forma, a raça e o trabalho desenvolvido, foram relacionados em uma relação dupla, não que esses possuíssem dependência do outro para sua existência ou para se transformar.

A principal ideia para tratamento com os povos indígenas nesses primeiros momentos da colonização europeia era o Assimilacionismo. Mas de acordo com Todorov (2010) havia um problema no assimilacionismo, os povos indígenas se tornariam, de certa forma, do mesmo grau civilizacional, o que não caberia a exploração legitimada eticamente. Assim sendo, era mais aceitável que os inferiorizassem e que existisse a recusa da condição humana. Mesmo quando não se tratava de escravização, o não-reconhecimento dos índios como seres autônomos e independentes foi aplicado. Não houve um reconhecimento como o Outro em uma categoria de humanidade, o indígena foi interpretado como “objeto-vivo”, se localizando entre a fauna e a flora das Américas. A alteridade, em vista do projeto europeu, é simultaneamente revelada e recusada. Na negação completa do outro por não estar presente na mesma categoria. O postulado da diferença conduziu à noção de superioridade. O postulado da igualdade conduziu à noção de indiferença.

Alicerçado na Colonialidade, houve a afirmação do eurocentrismo, colocando o mundo aos pés dos países europeus em suas conquistas, consideraram-se o centro do mundo capitalista, trazendo assim para o restante do mundo a modernidade e a racionalidade. Os europeus se colocaram ao topo da pirâmide humana, sempre figurando os níveis mais evoluídos, se sobrepondo aos distintos povos conquistados. Estabeleceu-se assim um binômio da Colonialidade e Modernidade eurocêntrica, o que fez com que tudo relacionado a humanidade seguisse o mesmo teor como seres inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, ultrapassados e evoluídos.

As relações interétnicas no Brasil, desde o século XV até a contemporaneidade estão permeadas de concepções preconceituosas, discriminadoras e excludentes, que seriam resultantes do processo de colonização imposto pelos europeus que se perpetuaram e se transformaram, adentrando os mais distintos âmbitos do Brasil que se entrelaçam com a diversidade étnica-cultural.

## **Do poder tutelar: a metamorfose acontece**

De acordo com Antônio Carlos de Souza Lima (1995), as ações que foram desenvolvidas na América Portuguesa até a criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), sempre estiveram orientadas por uma forma de tutela. A Tutela primeiramente, veio com a figura dos missionários durante o período colonial, caracterizando-se na Tutela Religiosa; posteriormente associou-se os povos indígenas figura de uma criança e incapazes mentais, orientando que fossem geridos pelos Juízes de Órfãos, configurando-se a Tutela Orfanológica; por fim, o século XX, trouxe consigo da Tutela Estatal, que se concretiza com o SPI, pois é considerado como o primeiro órgão estatal incumbido a cuidar e legislar especificamente sobre povos indígenas no Brasil. Compreendia-se nesse período que o ser humano era possuidor de uma razão e deveria passar por um processo evolutivo para alcançar os mais elevados graus do desenvolvimento racional, o que significaria ser plenamente civilizado, seguindo a linha de pensamento da Colonialidade do Poder.

Torna-se necessário reafirmar que neste momento da História do Brasil (Século XX), os intelectuais e agentes estatais buscavam a proteção dos povos indígenas, para que estes conseguissem passar pela “evolução” de maneira gradual e lenta, até atingirem o estado civilizatório. Tornar os indígenas civilizados seria a integração à sociedade nacional brasileira, o que a política do período pregava a todo custo. Utilizaram-se da Tutela como mecanismo de proteção suplementar, já que estes povos por não “possuíam conhecimento” sobre a sociedade nacional e pertenciam a outras culturas, poderiam ser ludibriados e usurpados em seus direitos (LIMA, 1995).

Os poderes, saberes e fazeres do período colonial estavam enraizados nas ações indigenistas do século XX, e foram institucionalizadas no SPI (LIMA, 2013). As relações interétnicas e a institucionalização de poderes, com intuito de estabelecer uma única nação brasileira são compreendidas por Lima (1995, p. 39), como sendo o Poder Tutelar. O monopólio de todas as ações para com os povos indígenas foi do SPI e onde todos os poderes vão se focalizar.

Sua finalidade seria implantar, gerir e reproduzir tal forma de poder de Estado, com suas técnicas (práticas administrativas), principais normas e leis, constituídos e constituintes de um modo de governo sobre o que seria denominado de índio, status que se engendra e transforma ao engendrará-lo (LIMA, 1995, p. 39).

O Poder Tutelar consiste num “dispositivo de integração” de povos que foram exterminados e subjugados, por meio da guerra e inseridos em um sistema hegemônico imposto

pelo dominador, no caso brasileiro seria o Estado Republicano (LIMA, 2014). Deve-se compreender Tutela como uma relação de dominação, possuindo uma constituição díspar, mas deve ser compreendida como um “paradoxo ideológico”. Esse paradoxo ideológico seria uma disparidade essencial composta pela compreensão de superioridade do tutor e por uma incumbência de proteger e educar o tutelado de tal maneira, que este tenha seu comportamento adaptado/adequado aos padrões da sociedade em que está inserido (LIMA, 2014, p. 12).

O Estado, ao ser caracterizado como um grupo *sui generis*<sup>353</sup> que consegue produzir “representações integradoras” do coletivo, tornou-se útil para o teor moral da Tutela na prática, como capaz de preservar vidas no sentido biológico, mas não se preocupando com a parte sociocultural dos indígenas brasileiros. Assim, busca-se formar uma nação, um único povo, mas não há a preocupação em fazer um estado composto de culturas distintas, que deve ser homogêneo, singular. Com essa ferramenta em mãos, o Estado apropria-se de estratégias e táticas tutelares para produzir um padrão de interdependência, que se perpetua até a presente data, onde indígenas que possuem grandes riquezas em suas terras, não podem usufruí-las, vivendo em situações degradantes (LIMA, 2014, p. 14).

A utilização do Poder Tutelar torna-se indispensável para a gestão do país e acúmulo de capital. O Poder Tutelar, junto com outras políticas, servia para concretizar uma unidade estatal, utilizando das relações de dominação. O Poder é mutável, porém seu controle sempre permanece sob o Estado, não se objetiva uma transição de “uma tutela baseada na ‘gestão branca’ para uma tutela baseada na ‘cogestão’ indígena”. Os indígenas seriam indivíduos que sempre necessitam de uma pessoa “capaz” para representá-los (LIMA, 2014, p. 17).

A construção do conceito de Poder Tutelar está relacionada ao processo de expansão da fronteira agrícola e de um novo processo de colonização do oeste brasileiro, que foram estratégias estatais para novas formas de geração de capital. Neste contexto histórico as medidas tutelares tiveram resultados positivos, já que setores da sociedade buscavam a qualquer custo a integração dos povos indígenas, para que fossem *úteis e controláveis*. O século XX vem como a construção da percepção dos povos indígenas como sendo sociedades em “formas infantis”, que deveriam estar sob Tutela para que fossem civilizadas e inseridas na sociedade nacional. Toma-se uma direção totalmente distinta do que era inicialmente proposta de zelar as terras indígenas e os contratos de trabalho.

<sup>353</sup>*Sui Generis* é um termo latim que significa “de seu próprio gênero” ou “único em seu gênero”. Utiliza-se deste termo para indicar algo único, peculiar, particular, algo que não tem correspondência igual ou mesmo semelhante.

O mais relevante autor que versa sobre o Poder Tutelar é Antônio Carlos de Souza Lima, com a obra “O Grande Cerco de Paz” (1995). Traz a abordagem que dialoga com outros campos do saber, conseguindo abarcar as principais configurações das práticas da Tutela. Sua teorização embasa-se em conceitos trabalhados por dois autores, o primeiro é Norbert Elias, sociólogo alemão com “O Processo Civilizador” (1993). O outro autor é Michel Foucault com “Microfísica do Poder” (1979) e “Vigiar e Punir” (2010).

No entendimento de Lima (1995, p. 42) o Poder Tutelar seria:

Esta forma de poder de Estado que pode ser vista como modo de *integração territorial e política* operada desde um aparelho estatizado, parte do conjunto de redes sociais e relações componentes de um Estado o qual, em diferentes momentos do tempo e implicando múltiplas relações entre distintos segmentos sociais, tem procurado se representar como nacional.

A Tutela foi, desde suas primeiras formas, utilizada com os povos indígenas para que fossem “aculturados” e inseridos na sociedade nacional, mesmo estes sendo caracterizados como “infantilizados”. Cabe enfatizar que o Poder Tutelar não se resumia em trabalhos e práticas estatais, como também de grupos sociais, políticos e econômicos que visavam a integração indígena a todo custo (LIMA, 1995).

Alguns mecanismos são utilizados para que se estabeleça a Tutela. São violências, coerção econômica voltadas ao trabalho e meios autoritários de controle social. Não se tem um estabelecimento de solidariedade ou uma ampliação de direitos políticos. Elias afirma ainda que as alterações são feitas por meio de uma “educação intencional”, que segue uma forma específica de ordem, e por meio de controle utilizado por pessoas é transformado em “autocontrole” (ELIAS, 1993). Essa situação vai ser assemelhar muito ao que ocorria dentro dos Postos Indígenas e nas práticas da tutela:

[...] as atividades mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada (ELIAS, 1993, p. 194).

O processo civilizador é algo demorado e possui uma meta muito específica, disciplinar. Assim, os indivíduos que permanecem com suas práticas culturais consideradas arcaicas e que não compreendem a evolução como algo necessário, não são capazes de planejar sua adaptação a mudanças. Quando as pessoas são disciplinadas e educadas, ao entenderem que certos hábitos não são aceitos, tornam-se submissos as regras disseminadas pela sociedade. Determina-se um padrão social aceitável de comportamentos que reproduzem o autocontrole, gerando identificação entre as pessoas, e um sentimento de pertencimento a um grupo (ELIAS, 1993).



Quando as relações humanas se reorganizam resulta mudança nos hábitos, com o único propósito de tornar a conduta e os sentimentos civilizados. Discorre que a civilização não é “razoável nem racional”, mas não significa que seja “irracional”, sendo inserida em um movimento constante invisível, proporcionado por uma rede de relacionamentos e por certas mudanças com as quais as pessoas são obrigadas a conviver.

As alterações sociais impostas são formas de encaixar pessoas na mesma conduta, e assim as ações estatais para organizar são cada vez mais rigorosas e exatas, buscando o valor de cada um para o bem maior da sociedade nacional, o que necessita que “o indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais uniforme e estável” (ELIAS, 1993, 2v. p. 196). Mesmo essa realidade estudada por Elias sendo a Europeia, destaca-se que o Poder Tutelar é um mecanismo de controle que sofre alterações e influências de outras realidades, entendendo que o Brasil sempre buscou na Europa padrões de civilidade e modernidade.

O problema basilar a ser solucionado com a institucionalização do Poder Tutelar é tornar o indígena um “cidadão brasileiro civilizado”, na teoria. Utilizando-se de Elias, Lima (1995) traz o processo de formação do homem civilizado e os aspectos sociais do que seria viver bem em sociedade. O Processo Civilizador dispõe sobre como o Estado tem forte influência nos costumes e moral das pessoas.

Outro autor utilizado por Lima (1995) para construir o conceito de Poder Tutelar é Michel Foucault, quando este discorre sobre a individualização e a submissão ao governo estatal e sobre a disciplinarização dos indivíduos. Cabe destacar, que o contexto dos trabalhos de Foucault é a França, contudo, devido à forte influência que os países europeus possuem sobre o Brasil, as práticas de controle são adequadas à realidade do país, será? Não se pode aplicar de forma generalizada as formas de coerção e controle trabalhadas por Foucault, mas sim as suas influências na construção do conceito de Poder Tutelar.

A perspectiva do “indigenismo assimilacionista” tinha forte relação com o cenário ideológico positivista, que fora estabelecido como paradigma cientificista no final do século XIX (TEÓFILO DA SILVA; LORENZONI, 2014), e que trazia validade e racionalidade para o exercício indigenista do “Poder Disciplinar” (FOUCAULT, 1979), que vem classificar e hierarquizar as distintas culturas e povos indígenas, seguindo os pressupostos do Estado nacional em ascensão e assim “disciplinarizando suas vidas a partir dessas definições e classificações para, finalmente, viabilizar sua integração às sociedades nacionais como indivíduos ou grupos “civilizados” ou “integrados” (TEÓFILO DA SILVA, 2016, p. 196).

O Poder Tutelar utiliza-se do Poder Disciplinar para o tratamento dos povos indígenas no século XX. O poder disciplinar pode ser percebido neste momento na busca de individualizar o sujeito e usar técnicas disciplinares para torná-lo dócil (ex.: Guardas Indígenas). Com a busca incansável de tornar os indígenas sujeitos produtores agrícolas, observa-se outra característica do poder disciplinar, que é tratar o corpo humano como uma máquina, com objetivo de adestrá-lo para transformá-lo em um instrumento útil aos interesses econômicos (FOUCAULT, 1979).

O Poder Disciplinar proposto por Michel Foucault possui significativa relevância como contribuição para se compreender as relações sociais constituídas por relações de poder, principalmente no caso de indígenas e o Estado brasileiro por meio do Poder Tutelar. Foucault (1979) constrói sua teoria a partir da análise das sociedades europeias do século XVII e XVIII. Demonstra que os regimes de poder se estabelecem não somente em prisões, escolas, hospitais, mas em toda a sociedade por meio de mecanismos de vigilância e controle, estes mecanismos são frutos do domínio institucional, que produz uma norma para o poder disciplinar.

Para Foucault (1979) o Poder em si não existe, o que existe são práticas ou relações de poder que se instauram nas sociedades, sendo intrínsecas ao funcionamento da sociedade. O Poder funciona a partir de relações que estabelece, e seus efeitos de dominação não podem ser associados a uma apropriação, mas sim, às táticas, técnicas e funcionamentos. De outra forma, o Poder não se constrói como específico da classe dominante, mas representa um conjunto de posições estratégicas usadas por esse grupo social, e que as vezes pode ser utilizado por aqueles que foram dominados.

O poder não é algo que se encontra estático, em um determinado lugar, capaz de se exercer meramente para fazer visível a luta das classes ou da superestrutura de uma sociedade. O que existe são mecanismos e práticas de poder, que atuam favorecidos pela construção de determinados discursos com propósitos bem específicos de controle e disciplinarização dos indivíduos.

A partir das considerações de Foucault (1979, p. 176) quando pensou o Poder “[...] em termos de combate, de confronto e de guerra [...] guerra prolongada por outros meios” Lima (1995) elaborou três implicações relevantes para a conceituação da Tutela. A primeira é de que as relações de poder contemporâneas têm suas raízes na guerra, e que o poder político, ao buscar a paz, utiliza-se da guerra de várias formas. A segunda é de que as lutas políticas devem ser interpretadas como uma perpetuação e reformulação da guerra. Por fim, entende-se que a guerra deve ser a última instância para resolução de conflitos.

Mas, não existe uma única forma de Tutela desde a colônia até a república, não houve um “continuismo”. No primeiro momento havia a preocupação de tornar os indígenas cristãos entre os séculos XVI e XVIII, sendo entendido como ser civilizado. Posteriormente, além de ser civilizado torna-se necessário inseri-lo em uma estratificação e ser um cidadão nacional e patriota, e não devendo pertencer a nenhum grupo étnico, ou seja, não ser mais indígena (LIMA, 1995).

Entende-se Poder Tutelar como uma medida controladora sobre todas as ações indígenas e os seus territórios, que objetiva a soberania brasileira. A Tutela pode ser enquadrada como um elemento tanto societário quanto disciplinador. Primordialmente é um poder estatizado materializado no SPI, que possuía dimensões continentais, sendo uma ação de estratégia e tática, na qual a guerra de conquista faz-se presente permanentemente.

O Poder Tutelar é algo grandioso, com uma configuração extremamente complexa, que infelizmente não será possível discorrer sobre sua completude nesta pesquisa. Primeiro o Poder Tutelar pode ser compreendido a partir dos estudos de Elias e Foucault como sendo a forma mais recente da Colonialidade do Poder, que se perpetuou na sociedade brasileira na necessidade de buscar padrões europeus de civilidade e modernidade, onde os povos que aqui estavam deveriam ser enquadrados.

O processo de dominação que se inicia com a chegada dos colonos europeus, em seguida a primeira forma de controle que se instaurou foi de almas, onde havia a necessidade de conversão dos povos para a religião cristã; a segunda forma de controle foi a dos corpos, onde houve a necessidade de um processo civilizatório, de vestimentas, de comportamentos, de modos de agir em sociedade que foram impostas aos indígenas; e a mais recente que vai perdurar durante todo o século XX e adentra o século XXI é o controle da mente, onde indígenas devem estar cada vez mais inseridos no mercado capitalista, devem consumir e devem gerar bens e produtos para a economia.

A Colonialidade do Saber também se faz presente no Poder Tutelar, onde todo o conhecimento anterior foi desqualificado, ignorando assim todo o conhecimento ancestral que os povos indígenas possuíam, que não seguiam os preceitos das ciências europeias. Estabeleceu-se assim uma hierarquia epistêmica. Observa-se essa imposição na necessidade de tornar os povos indígenas fluentes na fala e na escrita da língua portuguesa, imposição de estudarem conteúdos em escolas regulares que não dialogam com que aprendem nas suas aldeias. Observa-se que todo o conhecimento sobre tratamentos para doenças, somente ao adentrarmos no século XXI que começaram a desenvolver pesquisas sobre ervas e curas

naturais, que são utilizadas de forma milenar pelos indígenas.

Desta forma, destaca-se a Colonialidade do Ser, onde indígena passa a ser uma raça, assim como o negro africano, na necessidade de criar uma hierarquia que justificasse o processo de dominação e destruição que ocorreu na América. Adentramos o século XX e as teorias evolucionistas permaneceram atuantes no trato com os indígenas, que novamente são categorizados como incapazes, que necessitavam de um processo civilizador e disciplinar, sendo assim tutelados de todas as ações que o Estado brasileiro quisesse implementar para que fossem integrados à sociedade nacional, não cabendo espaço para que a diferenciação adentrasse os novos séculos.

### **A penalidade civilizatória: a concretização do poder**

Em seu trabalho sobre o processo penal que envolve a figura do indígena, Tédney Moreira da Silva (2020) parte da afirmação que as relações interétnicas são resultantes de uma organização política etnocida secular, na qual a existência da diversidade étnica seria um empecilho para a consolidação de um estado nacional homogêneo. Essa política etnocida, que pode ser observada dentro da Colonialidade do Poder e na aplicabilidade do Poder Tutelar no Brasil, vai influenciar na criminalização do indígena brasileiro. Discorre:

[...] a criminalização de indígenas ignora esta diversidade étnica – e não sem razão: a invisibilidade de acusados indígenas no curso do processo penal revigora o projeto assimilacionista do indigenismo tardio do século XIX, que se estende por todo o século XX (SILVA, XXXX, p. 10)

Ao compreender que a Colonialidade interveio nas construções teóricas, culturais e sociais sobre os povos indígenas, pode-se afirmar que as políticas indigenistas do século XX, vieram consolidar o “controle social de identidades étnicas autônomas” que seria a “penalidade civilizatória” para Silva (2020, p. 10).

A penalidade civilizatória vem para transformar e inserir o indígena brasileiro na sociedade nacional civilizada. A partir dessa construção de ideia de Silva (2020), rememora-se a aplicação *in loco* da “penalidade civilizatória” que ocorreu com a institucionalização do Centro de Treinamento e Recuperação Krenak, localizado na cidade de Resplendor em Minas Gerais.

Começo com a primeira ideia trazida por Michel Foucault na obra Sociedade Punitiva, onde se traz a possibilidade de se classificar as sociedades de acordo com o tratamento que objetivam para as pessoas as quais se fazem mais “necessárias”, aqueles que “transgredem, infringem ou evitam as leis”, independente da maneira como se dá (FOUCAULT, 2010, p. 03).

Devo lembrar que entre os séculos XIX e XX, período que está inserido o objeto da pesquisa, era comum a classificação das sociedades entre mais evoluídos e aqueles, que se certa forma, estavam fadados ao desaparecimento por não conseguirem alcançar padrões evolutivos.

Essa forma de classificar vai de encontro com a categoria de exclusão, que deve ser entendida como um resultado da representação de estratégias e táticas de poder. Não é uma categoria que se distancia da rejeição e/ou assimilação, pelo contrário, é um processo que perpassa por esses dois pontos, havendo no primeiro momento uma rejeição, indo para uma tentativa de assimilação e que pode resultar na exclusão do indivíduo.

Observando a lógica da Prisão Krenak e pautando-se no pensamento foucaultiano, esse seria o lugar institucional por meio do qual se dá a exclusão do índio. Dentro da prisão, o índio é o objeto principal da relação de autoridade, que serão embasados em punições, ordens e disciplinas. Será uma autoridade assentada no poder político, como também pela racionalidade. A vigilância como forma de controle passa a ser uma observação científica do coronel da Polícia Militar e do Exército brasileiro, justamente pela posição de superioridade e foram os responsáveis por levar um discurso científico para a sociedade nacional, imprensa e organizações sociais. A forma como se estrutura essa instituição é o que cria um discurso de racionalidade, que vai ser reafirmado pela autoridade estatal, a FUNAI. A questão da exclusão está mais relacionada neste momento histórico com o Poder, não sendo somente uma forma punitiva da Lei.

Para Foucault (2015), existem quatro grandes formas de táticas punitivas. Acredito que as formas podem ser observadas nas ações das Prisões. A primeira seria a **Exclusão** significando exilar, expulsar, por para fora, ampliando-se a ideia de encarcerar. Essa tática tem como objetivo “proibir a presença de um indivíduo nos lugares comunitários ou sagrados, de abolir ou proibir em relação a ele todas as regras de hospitalidade”. Havendo até a privação da própria casa. Com a exclusão de direitos, romper privilégios e suprimir propriedades seria o apagar da cidadania do sujeito punido. A Exclusão no contexto de Minas Gerais ocorre com a retirada do convívio da comunidade o indígena que cometeu infrações para ser confinado na Prisão Krenak, levando esse indivíduo para uma realidade que talvez nunca tenha vivenciado, até pelo grau de contato que possuía antes.

A segunda seria a **Multa**, organizar um ressarcimento e impor uma compensação, que entende que quando ocorre a infração, se estabelece uma rede específica de obrigações, como se fosse uma dívida a ser quitada ou um dano a ser reparado. O infrator torna-se obrigado a submeter-se a um conjunto de compromisso que o coagem. Desta forma, “o objetivo é prender

o infrator dentro de uma rede de obrigações multiplicadas, exacerbadas em relação à rede tradicional na qual ele se encontra”. A Multa se faz através da obrigação de tornar os indígenas em cidadãos uteis, regenerados, que isso seria uma forma de pagar pelo que fizeram com sua prisão. Na prisão os indígenas teriam obrigações através dos trabalhos forçados, de aprenderem a agricultura e a pecuária e a educação formal, deixando de lado tudo aquilo que teria da cultura indígena. Deveriam posteriormente, levar todo ensinamento apreendido na Prisão para sua comunidade.

A terceira, **Marcar**, seria tornar visível no corpo uma punição que sofreu, ou caso não faça no corpo fará no simbólico, com a retirada do seu nome ou status, seria deixar de alguma forma um vestígio que caracterize o sujeito, “marcado por um elemento de memória e reconhecimento” da infração cometida. Seria uma forma não só de visibilizar a culpa, como também de demonstrar quem é o soberano. Os indígenas que estiveram presos eram obrigados a cortar seus cabelos, retirar os adereços como botoques nas orelhas ou lábios, pinturas corporais não eram mais permitidas, deveriam se vestir com a roupa do “homem civilizado”, calçar sapatos fechados e não falar em sua língua “tribal”. Toda essa transformação visual já trazia sérias marcas no psicológico dos indígenas, pois muito adereços tinham também um cunho mítico/religioso, que lhes atribuía força, sabedoria e até reconhecimento entre seus pares. O sentido dessa reconfiguração corporal, é além de uma marca, uma tática de aculturação imposta.

A quarta, **Encarcerar**, é a tática na qual o sujeito é mantido em um recinto, como uma forma de punição pelos crimes que foram cometidos. Essa seria a forma mais concreta, que foi empregada com a Prisão Krenak, onde em celas ou solitárias indígenas foram mantidos para que não fugissem, cumprindo uma penalidade que muitas vezes não se sabia os reais motivos.

Essas táticas punitivas, são operações que são desenvolvidas totalmente dentro do âmbito do Poder. Ao utilizar os argumentos de Foucault para compreender a Instituição Krenak não se faz simplesmente para embasar e justificar as práticas penais do período, mas sim para a partir dessa situação vivenciadas pelos indígenas entender a proposta da política indigenista do período e suas relações de poder.

Seguindo essa lógica o criminoso se torna um inimigo social. A punição não deve ser entendida somente como forma reparadora, ou castigo, mas uma medida protetiva, que a sociedade “determina” como forma de contra-guerra, entendendo que é necessário para que inimigos não se multipliquem. Cesare Beccaria, em *Dos delitos e das Penas*, afirmou que “se a impunidade do delinquente não fosse perigosa para a sociedade, não haveria nenhuma razão

para punir” (1998, p. 39). A punição deve ser condizente com aquilo que a sociedade precisa para sua defesa, para que o sujeito não queira fazer novamente e seja dominado e que outros inimigos não sejam criados. Assim, emerge a ideia do criminoso sendo um sujeito que “rompe com a sociedade, irreduzível às leis e normas gerais” (FOUCAULT, 2015, p. 33).

A punição para Foucault (2015, p. 62) não é uma reparação ou vingança, não é um simples castigo. É a defesa e proteção da sociedade contra um inimigo. Essa ideia está presente na fala do senador Osires Teixeira, no Boletim Informativo da Funai ano 1, nº 4, de 1972, p. 25, quando fala que a Prisão Krenak não tinha como objetivo trazer o pânico àqueles indígenas que romperam com o “rito social” de sua comunidade, que na verdade são crimes considerados na sociedade nacional, mas sim, despertar nos índios delinquentes a sua utilidade no ambiente social, ou seja, torna-lo civilizado aos moldes da sociedade ocidentalizada para que siga os interesses que o Governo tenha para com eles e não sejam considerados como inimigos do progresso.

Com a formulação do princípio do criminoso sendo um inimigo social, se estabelece uma “nova tática punitiva: a prisão” (FOUCAULT, 2015, p. 59): “A prisão não é um castigo velhíssimo cujo sucesso nunca teria deixado de crescer ao longo dos séculos. Isso porque, até o fim do século XVIII, ela nunca foi realmente um castigo dentro do sistema penal”.

Como discorre F. de La Rechefoucauld-Liancourt na obra *Des Prisons de Philadelphie, par um Europeen*, de 1796, ao analisar a participação dos *quarker* na organização e gestão do sistema penal da Pensilvânia, observou que tinham como objetivo “de levar os prisioneiros ao esquecimento de todos os seus antigos hábitos”. Que o espírito do indivíduo voltasse a ser limpo e puro, para a orientação de Deus o atingisse novamente. Os presos deveriam ficar totalmente isolados de tudo e todos para assim “nesse abandono total de todo e qualquer ser vivo, ele é mais elevado a recolher-se, a refletir sobre as culpas cuja punição sente tão amargamente”. Por fim, na prisão deveria existir respeito, frieza, tristeza e calma. Para Foucault, “teríamos o primeiro enxerto real da moral cristã no sistema da justiça criminal” (2015, p. 83).

Essa questão de o sistema punitivo ter bases nos fundamentos cristãos foi e é algo que tem muita repercussão. Autores e estudiosos do tema fizeram suas devidas considerações. Um exemplo é *Traité sur la Police de Londres*, que em 1795, elaborado por P. Colquhoun, defendeu que o princípio básico do sistema penal era a moralidade, segundo os preceitos cristãos, se contrapondo as ideias de Cesare Beccaria e Jacques-Pierre Brissot, que afirmavam não haver relação entre moral e a Lei. Beccaria discorre que a lei não se relaciona com a questão moral, mas somente com o interesse social. Colquhoun, defendeu que a lei age de acordo com o

interesse social, visando sancionar aquilo que é moralmente aceito.

Vejamos no caso da Prisão Indígena, onde no primeiro momento prega-se que os indígenas “delinquentes” como sendo perigosos ao interesse da sociedade, e que os crimes que cometeram infligiram também a moral e os bons costumes da sociedade civilizada ocidental. Como no caso do alcoolismo, é mais uma questão primeiramente moralista do que propriamente romper com o interesse da sociedade, mas esse alcoolismo pode levar o indígena a roubos, a assassinatos, e até incitar revoltas em sua localidade, o que levaria a ser algo também de interesse social. Acredito que as duas vertentes são válidas na medida que se fundiram e se transformaram no que hoje compreendemos como sistema penitenciário.

Nessa teorização, se forma a sociedade Punitiva de Foucault, onde se faz essencial julgar, mas também ter funções corretivas e penais. Daí tem-se a prisão como a materialização: “A prisão era onde se confinavam os delinquentes, mas era também o sistema por meio do qual a delinquência seria confinada como uma espécie de fenômeno social autônomo, bem fechado em si mesmo” (FOUCAULT, 2015, p. 139).

Observo que realmente houve uma autonomia para os acontecimentos, encarceramentos, e trabalhos forçados realizados na Prisão Krenak e Guarani. O Estado, na forma de FUNAI, se ausentou de decisões, não participava do que estava efetivamente acontecendo dentro das Prisões de forma ativa ou direta. Mas ao mesmo tempo se constata uma amplitude de aceitação das práticas punitivas da Polícia Militar, traz uma dimensão geral dos controles sociais que vão caracterizar a Política Indigenista durante a Ditadura Civil-Militar.

Quanto a localização da prisão Krenak e da Prisão Guarani identifico como sendo uma “localização funcional” (FOUCAULT, 2010) que nas instituições disciplinares vai delimitar os espaços existentes em sua arquitetura. Onde é definido o local da alimentação, do trabalho, das aulas, da limpeza e higiene pessoal e do local onde ficaram totalmente reclusos. “Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (FOUCAULT, 2010, p. 141). Essa localização enquadra também na identificação, no registro e no controle de pessoas que estão sob sua responsabilidade. No caso da Prisão havia fichas de identificação contendo nome, etnia, crime cometido, data de entrada e saída. Contudo, não havia um controle rigoroso, pois, muitos indígenas presos não possuíam nenhuma forma de identificação. Isso dificulta a aferição de quantos indígenas realmente estiveram cumprindo pena em Resplendor (CORREA, 2000).

A Sociedade Punitiva é construída contendo um sistema de vigilância, de um controle sobre os sujeitos, de maneira que sejam testados constantemente, até o momento em que se



transmutem para o lado do controle e passem a exercer esse poder sob outros sujeitos. Sobre isso será abordado no próximo tópico, a Guarda Rural Indígena (GRIN), que era composta apenas por indígenas de diversas etnias, que passaram por um processo de controle e a partir de sua entrada na Guarda se tornariam o poder de controle, seguindo os moldes da sociedade civilizada, nas suas comunidades (CORREA, 2000).

O poder disciplinar tem como princípio elementar o “adestramento” para assim remover tudo aquilo que não se enquadra no objetivo do poder controlador. Criando dessa forma sujeitos “novos”, “reconfigurados”. O mesmo tempo que faz do sujeito seu objeto, torna-o um instrumento de seu exercício, o exemplo é a Guarda Rural Indígena. Utilizando-se de Foucault esse poder disciplinar possui êxito por ter uma visão hierárquica, uma sanção normalizante, e uma combinação num procedimento que é único, o exame, que se dará através da prática, sendo percebida com a penalização civilizatória.

Em síntese expulsa o indígena e lhe atribui a fisionomia do soldado, formando a Guarda Rural Indígena no Brasil. Nessa GRIN pode-se observar claramente a “docilidade” aplicada, onde se tem a junção do corpo analisável ao corpo manipulável. É “dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que ser transformado e aperfeiçoado”. O corpo se torna um fantoche político, que segue os padrões reduzidos de poder, os poderes que o controlam, trazem limites, proibições e obrigações (FOUCAULT, 2015, p. 134).

Para ocorrer o processo de disciplinarização forma-se quase que imediatamente uma política de coerção, controlando o corpo, seus elementos, gestos e comportamentos. “o corpo humano entra numa maquinaria do poder, que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”. É um caminho mecânico, onde se faz do corpo um domínio e agem como o superior demanda. A disciplina cria sujeitos submissos, ou corpos dóceis. O sujeito do indígena vai ser trabalhado de tal forma para que seja uma força, um corpo produtor economicamente e estrategicamente útil, mas será diminuído para seguir o que politicamente se objetiva dele, resultando em uma elevação de habilidades necessárias e uma dominação imposta.

Para se estabelecer a disciplina se faz necessário uma delimitação espacial, um local específico e que seja fechado em si mesmo. No caso do objeto de estudo vai ser o Centro de Treinamento da Polícia Militar de Minas Gerais e a Prisão Krenak. A organização desses estabelecimentos é algo bem complexo, pois se determina o que faz ou não parte, a identificação de cada indivíduo que se encontra dentro, instaura comunicações e rompe com outras, a vigilância constante, comportamentos analisados e aprovados, e a aferição de qualidade e méritos.

## Considerações finais

Pensar a existência de uma Instituição Correccional que existiu entre 1960 e 1970 na região central do Brasil a partir da ideia de penalidade civilizatória é algo que demanda uma reflexão histórica, buscando compreender como o Poder se coloca diante dos povos indígenas durante séculos, e que se manteve em constante reconfiguração.

A ideia que sustenta o texto é que desde o primeiro encontro, a subjugação dos povos ameríndios tinha como objetivo trazer a civilização dessas figuras para os padrões eurocêntricos. Essa proposta de civilizar resultou em políticas de extermínios, como o extermínio cultural, por meio do processo de evangelização e conversão na fé cristã; no extermínio da diversidade, quando se aldeaia distintos grupos étnicos em um só lugar para serem controlados e se tornarem produtores rurais; e no extermínio físico, quando os povos se apresentam como empecilhos aos projetos dos colonos, estadistas e governos. Aqui a Colonialidade do Poder e do Ser pode ser percebida a sua aplicabilidade.

A construção da imagem do indígena como um ser preso ao passado, incapaz de evoluir e acompanhar o progresso, se materializa por meio do Poder Tutelar e do ordenamento jurídico brasileiro. Retirar a autonomia dos povos foi uma estratégia fundante para as táticas genocidas e etnocidas desenvolvidas sob a gestão do Serviço de Proteção aos Índios – como demonstrado por meio do Relatório Figueiredo em 1967 – e da Fundação Nacional do Índio – com a existência da Prisão Indígena.

Colonialidade do Poder, Poder Tutelar e Penalidade Civilizatória seriam um entrecruzamento de objetivos para extermínio dos povos indígenas que adentram o século XX, e como se pode discutir a partir da produção de Cesare Lombroso o indígena se torna um “criminoso nato”, que não conseguiu seguir a escala humana evolutiva, permanecendo na selvageria. Seguindo o pensamento, Rafaella Garofalo (1925), os indígenas não seriam detentores de uma civilidade em padrões europeus, o que traria para si uma “monstruosidade”.

Todo esse conhecimento criminológico, que importara as ideias [...] fecundara uma legislação, dogmática e jurisprudência penais racistas e etnocidas, habituadas à criminalização promovida de acordo com critérios etnocêntricos de seu aplicador e que tinham por objetivo promover a integração de indígena à sociedade de Estado (SILVA, 2020).

A alteridade cultural no Brasil nunca foi compreendida como algo válido, sempre olhada como um ponto de inferiorização da sociedade. Não seria cabível mais tolerar as diferenças que custam o desenvolvimento e progresso do país, todo o mecanismo que possa ser utilizado para

mudar essa realidade passa a ser empregado, como foi o caso da implementação de um presídio indígena durante a década de 1960 e 1970.

## Referências

ARMSTRONG, K. *Islam: a short history*. Nova York, Modern Library Chronicles, 2002

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Ed. Edipro, 2017

CORRÊA, José Gabriel Silveira. *A Ordem a se preservar: A gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak*. 216f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil* (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1994

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v. II

FARAGE, Nádia; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio*. Ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 38ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015

GAROFALO, R. *Criminologia: Estudo sobre o delicto e a repressão penal*. Lisboa: Livraria Clássica, 1925

LIRA, Luana Menezes. *As violações de Direitos humanos no Relatório Figueiredo: a Marcha para o Oeste e a conquista dos Kaingang*. 2017. 220 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a Gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 155-172.

\_\_\_\_\_. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista De Antropologia*, São Paulo, USP, 2013, V. 55 N° 2.

\_\_\_\_\_. *Tutela*. Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009

MIGNOLO, Walter. Colonialidade. O lado mais escuro da Modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94, junho 2017, p. 1-17.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005

ROCHA, Leandro Mendes. Os índios e a luta pela cidadania no Brasil. In: BITTENCOURT, Libertad Borges; ROCHA, Leandro Mendes. *Indigenismo e participação política na América Latina*. Goiânia: UFG, 2007

SILVA, Tédney Moreira da. A necessidade de perícia antropológica de indígenas no processo penal. In: AMADO, Luiz Henrique Eloy (org.) *Justiça criminal: povos indígenas no Brasil*, São Leopoldo, Karywa, p. 9-27, 2020

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian; LORENZONI, Patrícia. A moldura positivista do indigenismo: A propósito do Estatuto do Índio para a proteção de povos indígenas no Brasil. In: TRINCHERO, Hugo et. al. (Org.). *Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras: Tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO/Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras-UBA/Universidad Academia Humanismo Cristiano, 2014.

TEÓFILO DA SILVA, C. Regimes de Indianidade, Tutela Coercitiva e Estadania: Examinando a violência institucional contra indígenas no Brasil e no Canadá. *Rev. Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 194-222, jul./dez. 2016

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988

WARVILLE, J.P. Brissot. *Theorie des loix criminelles*. Berlim, 1781.

## MEMÓRIAS DO AI-5 NO ESTADO DO PARANÁ

Lucas Alves da Silva, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: lucas.as137@gmail.com

**Resumo:** No ano de 1988, no estado do Paraná, diferentes jornais publicaram reportagens que diziam respeito ao vigésimo aniversário de implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5) no Brasil. Promulgado em dezembro de 1968, o AI-5 vigorou até dezembro de 1978, tendo endurecido a repressão e legitimado ações truculentas, perseguições políticas, censura, entre outras práticas arbitrárias por parte dos agentes da ditadura civil- militar brasileira. Tendo como base tais colocações, objetivamos refletir sobre as preocupações dos militares a respeito da memória que se construía sobre a ditadura na década de 1980, bem como o posicionamento dos veículos da imprensa escrita no Paraná sobre o período e sua contribuição na construção das memórias do AI-5. Atentos às notícias veiculadas pela imprensa paranaense, agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) produziram um dossiê, aqui analisado, apontando para as reportagens e os jornais que publicaram a respeito dos vinte anos do AI-5, quais foram: *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*. Mesmo tendo a ditadura terminada oficialmente em 1985 e o Brasil estando sob um governo civil, nota-se ainda uma preocupação sobre como as práticas militares repercutiam na sociedade. Por parte dos periódicos, temos uma oposição moderada sobre o que o AI-5 representou, em especial sobre o papel dos militares neste processo

**Palavras-chave:** Ato Institucional nº 5; imprensa; ditadura.

Em nome de uma transição “lenta, gradual e segura”, segura especialmente para os militares que se encontravam no poder, um processo de esquecimento foi elaborado e aplicado à sociedade brasileira de modo geral, em especial durante o período de transição política, entre meados da década de 1970 e o decorrer da década de 1980. Como resultado, temos hoje uma parcela considerável da sociedade que desconhece o que foi e como funcionou o governo ditatorial instalado no Brasil por meio do golpe de 1964, que durou até 1985. Em partes, isso ocorre em razão do silenciamento da memória coletiva a respeito dos mecanismos de repressão e controle utilizados pelo aparato militar, da ocultação da violência aplicada no período e da falta de reconhecimento de que parte da sociedade e do empresariado participaram do golpe e contribuíram com a sustentação das estruturas do regime (STARLING, 2015). Tais questões implicam, por exemplo, no fato de diversos civis brasileiros realizarem em tempos recentes manifestações pedindo o retorno da ditadura militar e a reedição do Ato Institucional número 5 (AI-5), promulgado em dezembro de 1968<sup>354</sup>.

Tendo em vista tais apontamentos iniciais, buscaremos aqui refletir sobre as preocupações dos militares a respeito da memória que se construía sobre a ditadura na década

<sup>354</sup>Sobre tais manifestações, ver: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4915376-atos-esvaziados-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar.html>> e <<https://istoe.com.br/video-manifestante-pede-a-volta-do-ai-5-em-protesto-pro-bolsonaro/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

de 1980, bem como o posicionamento dos veículos da imprensa escrita no Paraná sobre o período e sua contribuição na construção das memórias do AI-5 no estado. Em dezembro de 1988, nos estados do Paraná e Santa Catarina, diferentes jornais publicaram reportagens alusivas ao vigésimo aniversário de implantação do AI-5 no Brasil. Diante da preocupação sobre a memória que estaria se constituindo a partir das reportagens, o Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu um dossiê que apresenta publicações dos jornais *O Estado do Paraná*, *Folha de Londrina* e *Diário Catarinense* sobre o que foi e as consequências do AI-5. Tendo em vista o objetivo de pensar sobre os reflexos da ditadura no estado do Paraná, analisaremos aqui as publicações dos dois primeiros periódicos, sendo que a publicação em destaque do jornal *O Estado do Paraná* foi divulgada na edição do dia 11 de dezembro de 1988, já a reportagem do *Folha de Londrina* foi publicada em 13 de dezembro do mesmo ano. Ambos os periódicos tiveram suas produções e circulação no estado do Paraná. O jornal *O Estado do Paraná*, fundado em 1951, tinha sua sede na capital Curitiba, já o *Folha de Londrina*, fundado em 1947, possui sua sede no município de Londrina, na Mesorregião Norte Central do Paraná.

Mesmo após o fim do ciclo de 21 anos de governos militares, iniciado em 1964, com o Marechal Humberto Castelo Branco, e encerrado em 1985, com o término do mandato do General João Batista Figueiredo e a posse do primeiro presidente eleito desde o início da ditadura – Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1985 –, podemos notar que não findou-se o acompanhamento, por parte dos agentes do SNI, de ações consideradas ameaças aos militares, ou que pudessem colocar em risco sua imagem, seus privilégios e sua influência. O documento do SNI aqui analisado, por exemplo, foi elaborado em dezembro de 1988, já sob um governo civil, do presidente José Sarney<sup>355</sup>, e pouco tempo após a promulgação da Constituição Federal, realizada em 05 de outubro de 1988.

A promulgação da Carta Magna brasileira é considerada por alguns, como Daniel Aarão Reis Filho (2014, 2018), o marco final da transição democrática brasileira. Reis defende também a ideia de que a ditadura teria terminado já em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, contudo, tivemos ainda por alguns anos a permanência de práticas de cerceamento e investigação de ações que pudessem se configurar como subversivas para os militares, mesmo estando estes, ao menos teoricamente, aliados do poder. O próprio SNI, criado em 1964 pelos militares para dar maior coordenação às atividades ligadas à informação e subsidiar ações contra opositores, só foi extinto oficialmente no ano de 1990, já sob o governo de Fernando

<sup>355</sup>Tancredo Neves, eleito em janeiro de 1985, veio a falecer em abril de 1985, tendo sido internado antes mesmo de sua posse. Em seu lugar, assumiu José Sarney, então vice-presidente, que governou o país até o início de 1990.

Collor de Melo, ou seja, após o fim da fase de transição política.

Durante a transição, é possível observar o temor dos militares por um possível “revanchismo” por parte das esquerdas, em especial das pessoas e grupos que sofreram com a perseguição política e repressão ocorridas durante a ditadura. Conforme aponta Marcos Napolitano (2014), o receio dos militares era de que fossem elaboradas políticas públicas que tivessem como objetivo apurar os crimes contra os Direitos Humanos cometidos pelos agentes da repressão e os mesmos fossem posteriormente punidos por suas ações, fato que nunca veio a ocorrer até o momento.

Outro ponto importante para pensar a redemocratização e manutenção dos privilégios militares foi a Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6.683). O perdão induzido, operado por meio da Lei de Anistia, foi concedido tanto aos que lutaram contra o regime quanto aos militares que haviam cometido abusos em nome do Estado. A Lei de Anistia, contudo, não anistiou aqueles indivíduos que atuaram na resistência e haviam sido condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (TELES, 2010), mas concedeu perdão aos militares acusados pela prática de tortura, desaparecimentos e execução de adversários políticos. As consequências desta “graça anistiante” aos agentes que atuaram em nome do Estado vão além da impunibilidade e da injustiça, e geraram ainda a falta de memória – ou, nas palavras de Matheus Pereira (2015), de uma “justa memória” – das gerações futuras em relação à truculência com que operaram os militares.

Por conta destas e outras ações ocorridas durante a redemocratização, podemos afirmar que tivemos uma transição tutelada e controlada pelos militares, com foco no processo de reconciliação, operada via agenciamento da memória e indução ao esquecimento quanto às atrocidades cometidas pelos agentes da ditadura. Este trabalho de memória acabou por fomentar entendimentos controversos sobre o papel político das Forças Armadas na sociedade, como a ideia de que aos militares caberia a função de “guardiões” da democracia no país, o que acaba por distorcer aspectos da própria democracia, que estaria sob a vigia constante das casernas. Para Caroline Bauer, o processo de redemocratização, baseado no ideal de reconciliação, “[...] teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio” (2014, p. 124), fatores utilizados como mecanismos para garantir que os militares e as elites alinhadas ao poder permanecessem na dianteira do processo de transição. Para efetivação da transição dentro da ordem militar, a ação das camadas populares precisava ser limitada, o que impediu a construção de uma democracia sob bases mais inclusivas, mas garantiu a permanência de aspectos autoritários, ancorados em valores liberais.

Apesar de toda luta por parte das vítimas da ditadura e das ações dos defensores dos Direitos Humanos para impedir o silenciamento dos abusos cometidos durante este período da nossa história recente, a ausência de uma memória coletiva a respeito destes anos é um dos elementos que tem barrado a efetivação da justiça de transição. A ausência de punição tem sido utilizada, no presente, por negacionistas e revisionistas, como justificativa para uma série de condutas, discursos e uma ideologia repressiva que permanece atuante e que dá voz a uma determinada “comunidade de memória” (PEREIRA, 2015, p. 884), que sustenta posicionamentos autoritários e lembra com saudosismo o período em que os militares estiveram no poder. Podemos inferir que se trata de uma evidência de como a proposta de reconciliação e esquecimento induzido, liderada pelos militares, se mostrou eficiente, assim como da importância de abordar publicamente este tema.

Por meio dos jornais, do documento do SNI e tendo como amparo analítico as discussões sobre cultura política, esperamos fazer uma leitura do período selecionado que nos permita identificar práticas e pensamentos que ainda revigoram na memória social. Ao trabalhar com a imprensa, ressaltamos que as análises implicam na interpretação não somente das narrativas que nele estão presentes, mas, em alguns casos, na tentativa de identificar aquilo que não está explícito na matéria. Neste sentido, Reinaldo Lohn (2013, p. 76) ressalta, ao se referir à imprensa jornalística, que: “ao narrar e atribuir significados, angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido”. Sob tal perspectiva, o jornal acaba por exercer o papel de produção de sentidos passíveis de inscrição na memória social (FERREIRA, 2007), em um movimento operado por meio de estratégias de visibilidade e silenciamento. Entendemos assim que o conteúdo veiculado pelos jornais tem potencial propagador de sociabilidades, de reverberar ideias e contribuir para a construção e perpetuação de opiniões e da cultura política dos locais por onde circula.

Vale salientar que a categoria cultura política, estando ligada diretamente ao culturalismo, compreende um conjunto de “normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, p. 353). Rodrigo Patto Sá Motta acrescenta que diversos elementos podem fazer parte deste referencial que constitui uma cultura política, podendo os mesmos serem transformados com o passar do tempo, em um “[...] processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além da literatura, da cultura visual e das diferentes mídias” (MOTTA, 2018, p. 115). Em uma mesma sociedade coexistem diversas visões e posicionamentos quanto às representações elaboradas, a depender das experiências, grau de formação, interesses e outros fatores, específico de cada



grupo e realidade social, podendo o conceito ser trabalhado no plural, com a ideia de que há culturas, e não uma única cultura englobante. Neste sentido, acreditamos que o uso da categoria cultura política pode contribuir para uma melhor compreensão de como o Estado e a imprensa operaram para garantir que o esquecimento, aqui utilizado como prática política, suscitasse na população uma leitura comum desse passado traumático, em que prevaleceu a defesa da reconciliação como princípio, e não de justiça propriamente dita.

Diante das discussões apresentadas e buscando refletir sobre elementos que atuaram na elaboração das memórias sobre o AI-5, um dos dispositivos mais representativos das arbitrariedades e autoritarismo do regime militar, dividimos o texto em duas partes. Na primeira, analisamos o posicionamento dos agentes do SNI sobre as reportagens publicadas nos jornais paranaenses, bem como a forma que a imprensa apresentou o cenário político e social que, supostamente, teriam motivado a promulgação do ato. Na segunda, buscamos entender o que foi o AI-5, a partir dos jornais, e analisamos qual foi a posição dos periódicos ao abordar o AI-5, como as ações repressivas foram apresentadas e quais as perspectivas futuras levantadas por diversos entrevistados e publicadas no jornal *O Estado do Paraná*.

### **AI-5: processo de institucionalização da violência**

Ao apontar para as publicações sobre os 20 anos do AI-5 no Brasil, o dossiê elaborado por agentes do SNI em 1988 indica que “os artigos referem-se ao AI-5 como uma incisão profunda, extensa e traumática na vida nacional, procurando colocar para os leitores, os perigos de um novo ‘golpe militar’. A esquerda, por sua vez, é lembrada como a maior combatente do ‘fascismo’ que se instalou a época” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 2). De fato, trata-se de um dos eventos mais traumáticos na história recente do país, uma ferida aberta e não curada, tanto pelo não reconhecimento dos crimes cometidos pelo Estado, como pela ausência de punição dos envolvidos. Tal cenário deixou marcas profundas na formação da estrutura política e social posta hoje, que ainda acena diretamente e com saudosismo para o militarismo. Contudo, os perigos de um novo golpe militar parecem não ter sido compreendidos por uma parcela considerável da sociedade, bem como as esquerdas nem sempre são lembradas como a resistência que lutou contra o arbítrio, a violência e as violações de direitos.

A questão é que desde os momentos iniciais após o golpe de 1964, o Brasil passou a assistir cenas de violência e repressão executadas sob ordens ou chancela do governo federal. Até 1968, tais arbitrariedades eram realizadas sem o respaldo direto das leis vigentes, mas com a conivência do poder executivo, já a partir de dezembro do mesmo ano, tivemos a institucionalização da violência com a promulgação do AI-5. O ano de 1968 foi marcante em

diversos aspectos, não só no Brasil, mas no mundo, em especial em razão da Revolução Cultural que agitou a juventude de vários locais do globo. No Brasil, destacamos duas grandes movimentações por parte dos trabalhadores: as greves de metalúrgicos de Contagem, região de Minas Gerais, e Osasco, região de São Paulo, organizadas por grupos de esquerda ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Tivemos também em 1968, em um processo de resistência ao governo autoritário instalado em 1964, várias manifestações estudantis, as quais foram duramente reprimidas pela ação militar e resultaram na morte de estudantes, gerando grande comoção nacional e ampliando as adesões à resistência (ANTUNES; RIDENTI, 2007).

Conforme as manifestações e a resistência aumentavam, crescia também a insatisfação de grupos militares em relação ao contexto político do período, em especial dos adeptos da chamada “linha dura” (VASCONCELOS, 2013), que já haviam se colocado contra a forma com que o Humberto Castelo Branco e seus apoiadores – os castelistas – conduziam o governo, e defendiam uma maior centralização de poder no executivo e o recrudescimento do autoritarismo no combate aos opositores do regime. Em meio a este contexto de tensão, vale destacar o episódio envolvendo o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, do MDB<sup>356</sup> da Guanabara, que teria sido o estopim para o governo do então presidente General Artur da Costa e Silva decretar o AI-5. Em linhas gerais, o discurso do deputado, realizado no início de setembro de 1968, pedia o boicote às manifestações do dia 7 de setembro e solicitava que as mulheres não namorassem militares que apoiassem o governo ou que se mantivessem neutros. Após a fala do deputado, a “linha dura”, que se dizia extremamente ofendida, passou a pressionar o governo a tomar atitudes mais incisivas no combate a tais posicionamentos.

Pressionado pelo setor mais radical entre os militares, Costa e Silva acabou por requerer a abertura de processo para a posterior cassação dos direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves e também do deputado Hermano Alves, do MDB da Guanabara – este último processado por ter criticado o governo em artigos publicados no jornal *Correio da Manhã*. Após intensas discussões e polêmicas por conta do requerimento, o processo foi encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 12 de dezembro de 1968 para votação, sendo negado por 216 votos contra, 141 a favor e 15 abstenções. Com o fracasso na tentativa de cassar os deputados considerados subversivos e intimidar os demais, o executivo federal editou, já no dia 13 de dezembro de 1968, o AI-5 e o Ato Suplementar número 38, dando ares de legalidade e respaldo

<sup>356</sup>A promulgação do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e colocou fim ao pluripartidarismo, em vigência desde 1945. Com isso, foram criados dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo o primeiro a base política de apoio ao governo e o segundo o partido oposicionista.

jurídico para ações autoritárias, com características próximas à da “normalidade republicana” (LEMOS, 2004). Com tais medidas, o governo, que “passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc.” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87), colocou o congresso e as assembleias legislativas estaduais em recesso por prazo indeterminado.

No jornal *Folha de Londrina*, em reportagem intitulada “A longa noite dos generais - Os tempos do AI-5 estão presentes na memória de quem os vivenciou, na direita ou na esquerda”, temos algumas colocações sobre qual teria sido a responsabilidade do presidente Costa e Silva sob o ato e o que teria motivado o governo a realizar tal ação. A reportagem apresenta diferentes interpretações sobre o período que antecedeu a promulgação do AI-5, com opiniões de políticos que fizeram parte do governo do período e de militantes que atuaram contra a ditadura. Ao tentar descrever o contexto e a tensão dos quartéis no período, em especial do ano de 1968, o jornal busca destacar uma suposta insatisfação por parte dos militares nas casernas, tanto em relação ao valor dos soldos como no que tange a possíveis desvios morais, além do posicionamento de cunho nacionalista que estaria sendo defendido. Um dos motes levantados no período seria o combate ao comunismo, que gerou verdadeira caçada a indivíduos que tivessem qualquer ligação com grupos, partidos ou pessoas consideradas comunistas. Sobre este contexto, Carlos Fico salienta que o AI-5 foi elaborado e amplamente apoiado pela chamada “linha dura”, que defendia o uso da violência sob a justificativa de que o Brasil só conseguiria o desenvolvimento almejado se “eliminasse a subversão e a corrupção que eles entendiam marcar, sobretudo, os políticos civis” (FICO, 2015, p. 67).

Segundo o *Folha de Londrina*, em meio ao caso envolvendo o deputado Márcio Moreira Alves, no dia 23 de outubro de 1968, e sob pressão dos quartéis, “Costa e Silva – que aparentemente almejou e foi frustrado no seu intento de redemocratizar o país e emergir desse processo como uma grande liderança nacional – chegou a desabafar: ‘Estou vivendo os dias mais amargurados da minha vida’” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4). O trecho publicado apresenta Costa e Silva como uma figura que teria agido sob pressão, colocando-o ainda como alguém que teria batalhado pelo retorno da democracia do país, isentando-o de responsabilidades sobre as arbitrariedades cometidas durante a ditadura. A moderação em relação às ações militares constante no jornal, em especial da sua cúpula, é um fator importante ao refletirmos sobre a formação das memórias sobre a ditadura e seus agentes, que reconhece os abusos cometidos, mas acaba por mitigar o papel das lideranças neste processo.

Uma das interpretações em torno do AI-5 é que se trata de um “golpe dentro do golpe” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87), arquitetado pela “linha dura” do exército. Nesta mesma direção, conforme consta em reportagem do jornal *Folha de Londrina*, o ex-secretário de imprensa de Costa e Silva, Carlos Chagas, estaria “convencido de que o discurso de Márcio Moreira Alves, ‘que nenhum jornal publicou’, foi apenas um pretexto. ‘Os militares pretendiam endurecer e dar um golpe dentro do golpe’” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4). Em entrevista publicada pelo jornal *O Estado do Paraná* (ACT-ACE 7947, 1988, p. 5), o jornalista, escritor, militante da Ação Popular e do PCdoB, Luiz Alberto Manfredini, afirmou que “o discurso do parlamentar carioca foi, na verdade, mero pretexto para a radicalização do regime militar há tempos reclamada por seus setores mais duros”. Notamos aqui que integrantes de posições distintas durante o período militar apresentam uma mesma percepção sobre o que teria motivado o AI-5, ou seja, de que o endurecimento do regime já era algo que estaria no horizonte dos militares identificados com a “linha dura”, mesmo antes do discurso do deputado emedebista em setembro de 1968.

Contudo, outras versões sobre o mesmo fato são apresentadas pelos dois periódicos. No jornal *Folha de Londrina* (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4), por exemplo, Romeu Tuma, ex-delegado ligado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista, afirmou que as passeatas em São Paulo “havia se transformado de manifestações pacíficas em ações de guerrilha urbana, objetivando a tomada de poder pela violência”. O próprio Márcio Moreira Alves, então subsecretário de relações internacionais do governador Moreira Franco (RJ) em 1988, relatou ao *Folha de Londrina* que “o golpe perpetrado pelo ato institucional foi uma reação à intensificação da VPR e ALN” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4), grupos de esquerda armados e organizados na luta contra a ditadura no Brasil. Diferente da posição do deputado, o próprio *Folha de Londrina* (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4) acena em outro sentido ao destacar que “a anulação de qualquer possibilidade imediata de redemocratizar o Brasil por via pacífica, levou centenas de jovens estudantes para as fileiras da luta armada, provocando o banho de sangue do período de 1969 a 1971 (principalmente)”. Sobre a intensificação dos movimentos revolucionários, a historiadora Maria Paula Araújo (2008, p. 269) destaca que “a luta armada no Brasil pode ser vista como o resultado da repressão de imensas energias juvenis brotadas ao longo das manifestações de 1968 e subitamente cortadas em 1969, com o AI-5”. Ao contrário da versão apresentada pelo deputado, Araújo aponta para o fato de que a opção pelo ingresso nas frentes armadas, mesmo sendo algo que já vinha sendo discutido pelas forças de esquerda desde o início da década de 1960, tanto no Brasil como na América Latina, acabou sendo

agudizada após o AI-5 entre os jovens universitários, ao passo que, “coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada” (ARAÚJO, 2008, p. 270).

Já o deputado federal na época da publicação das reportagens, Delfim Netto (SP), ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento durante a ditadura, foi enfático ao atribuir a culpa pelo AI-5 à esquerda, como consta na reportagem do jornal *Folha de Londrina*:

o 13 de dezembro foi produto da insensatez da esquerda, que não soube avaliar o momento histórico. A esquerda via condições para a tomada do poder, quando não havia possibilidade nenhuma. Diante daquela balbúrdia que estava obviamente destruindo a sociedade brasileira, nós tínhamos de fazer algo para defender o Governo e o Estado (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4).

Também nesta linha de justificativas, Romeu Tuma, ex-delegado ligado ao DOPS paulista, afirmou que as passeatas em São Paulo “havam se transformado de manifestações pacíficas em ações de guerrilha urbana, objetivando a tomada de poder pela violência [...] Isso tudo foi avaliado e, numa análise global, o Governo decidiu pelo AI-5, depois de sete ou oito meses de efervescência” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4). As interpretações sobre os fatores que teriam originado o AI-5 acima apresentadas tiram a centralidade do ato dos militares e a direcionam para os grupos de oposição ao governo. A ampliação da participação popular nas manifestações e na luta armada, que teria sido uma consequência do avanço da repressão militar ao longo de 1968, é colocada, segundo tais percepções, como a motivação que justificaria as ações mais violentas dos militares. Sendo assim, como justificativa para a desenfreada utilização do aparato repressivo do Estado, os militares ressaltavam o seguinte a respeito dos objetivos do regime: “praticar o autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro” (LEMOS, 2004, p. 415). Ou seja, toda e qualquer ação do Estado era realizada por um bem maior, que seria o resgate da moralidade perdida e o combate aos fantasmas do comunismo.

Nas percepções de Delfim Netto e Romeu Tuma, notamos ainda uma tentativa de desqualificar as ações dos grupos de resistência e de colocar a ação militar como algo pensado e organizado para conter o risco e a barbárie que a esquerda representaria. De certo modo, estas noções em torno do AI-5 e da responsabilidade dos militares sob o ato acabaram ganhando força na sociedade nas décadas seguintes, com recorrentes afirmações de civis que insistem em afirmar que “só bandidos foram presos”. Estes elementos compõem o arcabouço de memórias sobre a ditadura no Brasil, e são indicativos de como os militares atuaram não apenas por meio da repressão, mas também da construção simbólica de determinadas memórias sobre o regime militar, inibindo informações e construindo mitos. Tal processo de agenciamento da memória,

operado de modo especial no período de redemocratização, resultou em determinado entendimento positivo sobre o papel dos militares na sociedade, mesmo com diversas atrocidades por eles cometidas. Tendo em conta esta questão ligada às memórias, vale a ponderação de Traverso, de que a “memória *singulariza* a história” (2012, p. 26, grifo do autor), ou seja, ela não respeita a cronologia e não considera as racionalizações de cunho mais amplo, global, colocando-se indiferente às narrativas que analisam o conjunto.

### **Memórias da violência nas páginas dos jornais paranaenses**

Os atos de violação de direitos e abusos são apontados pelos próprios militares como exceções à regra, como casos isolados, cometidos por agentes que quebraram protocolos. Com este discurso, afastam de si próprios as responsabilidades sobre crimes contra os Direitos Humanos que, como se sabe, tornaram-se rotina após o AI-5. A partir de 1968 foi criado um “sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção” (FICO, 2015, p. 62). Percebemos que com o AI-5, houve também uma maior organização e maiores investimentos no aparelho repressor do Estado, com a criação de órgãos específicos para atuar na fiscalização e repressão de pessoas, grupos ou instituições consideradas subversivas que pudessem ameaçar a ordem almejada pelo regime. Concordamos com o historiador Carlos Fico quando o mesmo afirma que “o AI-5 tornou o regime uma indiscutível ditadura” (2015, p. 67), ou seja, ações autoritárias já realizadas anteriormente de modo ilegal, agora eram postas em práticas sob a tutela da lei.

Sobre este período de endurecimento do regime, o jornal *Folha de Londrina* inseriu no centro e em destaque da reportagem que aborda os 20 anos do AI-5 o seguinte texto: “Há 20 anos, os militares baixaram o ato institucional que implantou uma república de medo no País, através da censura, perseguição, cassação de mandatos, prisões, tortura e morte dos oponentes ao regime” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 04). Buscando apontar para o autoritarismo que se desencadeou após 1968, o jornal *O Estado do Paraná* (ACT-ACE 7947, 1988, p. 5) publicou, em trecho de entrevista com Luiz Alberto Manfredini, que “o ato foi incisão profunda, extensa e traumática na vida nacional. Foi o golpe dentro do golpe, requintada expressão da ideologia da segurança nacional, exacerbação do militarismo. Escancarou-se o veio do fascismo vertendo ódio irreprimível, vasto e cruel”. A acusação elaborada pelo ex-militante tem como base, além de suas experiências e memórias particulares, o fato de que:

inúmeros estudantes, operários, intelectuais, políticos e outros opositores dos mais diversos matizes foram presos, cassados, torturados, mortos ou

forçados ao exílio, após a edição do AI-5. Rígida censura foi imposta aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O regime militar dava fim à luta política e cultural do período, reprimindo duramente qualquer forma de oposição. “Anos de chumbo” viriam a suceder o “ano rebelde” de 1968 (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87).

Com o AI-5, o que temos é a elevação no grau de autonomia e prática da violência – em especial da tortura – como ação operacional, em especial dos órgãos de informações que tinha como objetivo desarticular os possíveis focos de oposição política. Nesta direção aponta Antunes, ao afirmar que tais órgãos tinham como limites “apenas o interesse do governo militar em preservar os seus aspectos de legitimidade, freios que ficariam completamente suspensos no período imediatamente subsequente à edição do AI-5” (ANTUNES, 2008, p. 239). Podemos notar a quebra destes limites, por exemplo, nas lembranças de Felipe Amadeu, ex-capitão do exército, preso por resistir ao golpe e lutar contra o regime, ao lembrar que “naquele dia 13 de dezembro, os soldados encarregados de vigiar os presos políticos na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, comemoraram a assinatura do AI-5, obrigando todos a ficarem nus em suas celas imundas” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4). Ênio Silveira, ex-militante do PCB, também relatou: “eu fiquei 30 dias incomunicável. Não me torturaram fisicamente, mas fui submetido a diversas sessões de fuzilamento simulado” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4). Além deste relato, vale ressaltar que o AI-5 permitiu ainda que se efetuassem prisões sem acusação formal e sem mandato, e que, devido às restrições ao Judiciário, advogados que defendiam presos políticos se viam impedidos de aplicar garantias legais (LEMOS, 2004). Como podemos notar, os abusos de poder e a perda de direitos, como a simples comunicação e direito à defesa, a exposições à situações de violência psicológica e cenas vexatórias e de humilhação, tornaram-se frequentes, além, é claro das inúmeras mortes, desaparecimentos e violência física, tudo isso tendo ao fundo a certeza da impunidade.

Antes do AI-5, lembrou Felipe Amadeu ao *Folha de Londrina*,

a violência era seletiva e recaía basicamente sobre as forças de esquerda. Depois, passou a ser praticada contra a sociedade como um todo, de forma massiva. Atingia todo mundo, mesmo quem era contra o golpe só em pensamento. O AI-5 foi o grande túnel em que jogaram o país. Sustentados pelas classes dominantes, os militares criaram uma força e uma dinâmica próprias para tentarem se perpetuar no poder. Foi terrível. Em 64, perdi alguns amigos nas mãos deles. A partir de 68, começaram a matar estudantes (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4).

Ressaltando os abusos cometidos pelos militares, Manfredini relatou também que “estávamos sendo caçados feito feras pelo apetite sanguinário de hordas policiais e militares atiçados pelo AI-5. Muitos de nós mergulhamos na clandestinidade por esta época, dispostos a

lutar contra o fascismo a qualquer preço” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 5). Após dezembro de 1968, mesmo com a institucionalização da repressão e perseguição, estas ações passaram a ser realizadas não mais somente pela polícia, como acontecia até então, mas por órgãos clandestinos, que agiam de forma secreta, e foram responsáveis por grandes brutalidades e atentados contra a vida cometidos durante o regime (FICO, 2015). O tempo do AI-5, ainda segundo Manfredini, “foi o tempo do silêncio, das perseguições e crueldades que tantos brasileiros enfrentaram com heroísmo. Perdemos, nessa época de trevas, muitos dos nossos melhores compatriotas. É sempre oportuno recordar a longa noite” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 6). O ato de lembrar destes episódios da história brasileira, infelizmente, não tem se mostrado uma constante. Os silenciamentos propostos, durante o período de redemocratização, de modo especial, mas não somente, acabaram por interditar este passado recente, promovendo a não inscrição destes acontecimentos na memória social.

Para o jornal *Folha de Londrina* (ACT-ACE 7947, 1988, p. 4), “quando, afinal, cessou a vigência do AI-5, em 31 de dezembro de 1978, o país recomeçou a escrever sua história, após dez anos de hibernação totalitária”. Contudo, esta tentativa de reescrever a história encontrou pela frente militares que desejavam manter seu status de centralidade e de mantenedores da tutela da política no país. Para alcançar os propósitos almejados, era preciso deslocar o foco do passado e mirar no futuro que se desenhava, aproveitando da empolgação do período de abertura política, tão esperada pela sociedade civil.

Com os olhos voltados ao futuro, parte das reportagens publicadas no jornal *O Estado do Paraná* tinha como objetivo compreender o que políticos e militantes que viveram e participaram da ditadura, seja apoiando ou na resistência, pensavam a respeito do futuro, em especial sobre as eleições para a presidência que se realizariam no próximo ano, e sobre ações militares que pudessem colocar em risco a redemocratização. A reportagem em questão tinha como título “Há cheiro de pólvora no ar?”, em menção ao temor que ainda pairava no ar a respeito de um possível retorno dos militares. Neste sentido, um dos sujeitos ouvidos foi o então governador Álvaro Dias (PMDB), que alegou: “não há cheiro de pólvora no ar. Não há risco de retrocesso. Principalmente porque as lideranças políticas estão amadurecidas para impedir a inviabilização do calendário eleitoral” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 6). Segundo Domingos Pellegrini, teórico da luta armada no passado, ex-marxista e, no período da entrevista, se dizia cristão convicto, conforme salientou o jornal: “passamos vinte anos para nos livrar das pragas do golpe e sempre que nos resultados das eleições contrariam uns e outros volta-se a falar em golpe. O Brasil precisa perder o medo de quartel, de polícia” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 7).



Nota-se, nas duas passagens, rápidas menções às eleições realizadas em 1988 e às próximas, que, em razão do relativo sucesso do Partido dos Trabalhadores (PT) naquele ano, partido que fazia oposição aos militares e era um dos grandes representantes das esquerdas naquele momento, poderia incitar os militares a reaverem o poder e barrar a realização das eleições para presidente previstas para o próximo ano – a primeira eleição direta para presidente realizada desde 1960, em razão das imposições da ditadura militar.

Ao ver de Paulo Pimentel, ex-governador paranaense (1966-1971), “as Forças Armadas não tem interesse em assumir o poder e elas, historicamente, só assumiram o poder quando convocadas pelo povo, como ocorreu em 1964, quando as mulheres marchavam pelas ruas pedindo a intervenção militar” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 6-7). De modo parecido, Antonio Acyr Breda, ex-advogado de presos políticos e chefe da Casa Civil do Paraná entre 1988-1990, alega que “não há condições de retrocesso. Em 64, a classe média fazia marchas pelas ruas pedindo o regime militar e hoje ela vota no PT. A Igreja Católica de 64 teve participação no golpe, hoje ela avançou muito” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 7). Aqui, temos duas menções à participação da sociedade civil no golpe de 1964, ocasião em que consideráveis manifestações ocorreram nas grandes cidades do Brasil, sob a seguinte bandeira: “A marcha da família com Deus pela liberdade”, além, é claro, de seu posicionamento anticomunista. Naquele período, os grupos economicamente mais abastados e a Igreja Católica tiveram papel decisivo na pressão pela saída de João Goulart do poder, bem como entidades civis, financiadas por estes grupos econômicos, como os complexos IPES/IBAD, deram suporte político-econômico para o golpe<sup>357</sup>. Na década de 1980, e mesmo antes, diversos destes grupos que apoiaram o golpe acabaram por ocupar papel de oposição posteriormente, em razão, entre outras coisas, do aumento da violência pelo Estado – como foi o caso da Igreja Católica –, e passaram a lutar pela redemocratização, por isso das falas apontarem para uma suposta falta de apoio aos militares naquele momento.

Por fim, para o cineasta Silvio Back, que lutou na resistência contra a ditadura, “o papel a que os militares se propuseram em 64, como o de modernizar o país mesmo a custo de torturas, foi bem-sucedido. Hoje eles não têm mais propostas de poder: 64 não foi uma aventura, foi um projeto de poder” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 7). Apesar de apontar para as torturas cometidas no período, Silvio apresenta moderação ao dizer que o projeto dos militares foi “bem-sucedido”, e que teria sido algo pensado, estruturado, e não uma ação inconsequente. Mesmo que

<sup>357</sup>Para maior compreensão sobre a atuação destes organismos, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

subjetivamente, acaba por selar como positiva a ação das Forças Armadas, como um processo que teria conduzido o país a uma suposta modernização, mesmo o país tendo encerrado o período ditatorial enterrado sob dívidas e com índices sociais e econômicos péssimos. Para outro militante da resistência, Vitório Sorotiuk, liderança estudantil em 1968 que foi exilado, ao relatar sobre o contexto da década de 1980, destaca que “desfruta-se hoje de relativa liberdade – mas temos que estar atento aos ovos da serpente [...]. Precisamos continuar com as forças populares para resistir ao avanço conservador. Pois os democratas de então são os conservadores de hoje” (ACT-ACE 7947, 1988, p. 8). O tom deste último relato coloca em alerta os leitores e não descarta uma mudança de posicionamento dos militares e da sociedade, e aponta para transformações que já teriam ocorrido, ao afirmar que, mesmo entre os que lutaram pela democracia, há uma ideologia conservadora que poderia colocar em risco a liberdade conquistada.

### **Considerações finais**

Rememorando os 20 anos da implantação do AI-5 no Brasil, fato que marca o início do terror institucionalizado, pudemos ver distintas maneiras em que o ato se fez presente na memória de algumas pessoas que vivenciaram o período. Além disso, notamos que, em linhas gerais, as reportagens dos dois jornais analisados, *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, tentaram colocar o AI-5 como um processo que resultou em saldo negativo na história do nosso país, apesar do tom moderado em relação ao papel dos líderes militares e de dar espaço para interpretações hoje contestadas pela historiografia, em especial sobre o que teria motivado a promulgação do ato. Ambos os periódicos produzidos e de circulação no estado do Paraná, tanto na capital quanto no interior, apresentam potencial de inscrever na memória da população determinadas interpretações, contribuindo assim para formação da cultura política no estado.

No material analisado percebemos um maior foco no contexto social e político que teria originado o AI-5, e poucas menções às arbitrariedades provocadas pelo ato, com exceção de algumas memórias de indivíduos que passaram por situações traumáticas ou perderam pessoas próximas. Ao abordar com maior ênfase o período que antecedeu o ato, há um discurso que, parcialmente, atrela a violência militar a uma reação às ações da esquerda, fato que contribui com a formação de um entendimento distorcido sobre o papel da resistência e da esquerda até os dias atuais.

Já nos relatos sobre o futuro do país, temos um aparente tom conciliatório, de olhar otimista em relação ao que estaria por vir, mesmo em meio a certo temor pelo retorno dos militares ao poder. O espaço utilizado para expor as percepções sobre o futuro, mesmo que se

mostrem relevantes para o momento, acaba por ocultar e silenciar as formas de atuação dos mecanismos de repressão utilizados pelos militares, assim como as diversas violações de direitos, mortes e toda violência perpetrada no período. Os problemas mal resolvidos no passado, bem como a interdição da memória, tiveram como resultado uma limitação e distorção dos ideais democráticos no presente, e uma democracia construída sob bases frágeis, que vive sobre ameaças e retrocessos, em especial nos últimos anos.

## Referências

- ACT-ACE 7947. Serviço Nacional de Informações. *Arquivo Nacional*, Brasília, 19 de dezembro de 1988.
- ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Calos et al (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 201-244.
- ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>> Acesso em: 10 nov. 2021.
- ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Calos et al (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.
- BAUER, Caroline Silveira. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35948/18569>> Acesso em: 02 out. 2021.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
- FERREIRA, Lucia Maria Alves. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 57-71.
- FICO, Carlos. Violência Repressão e Sociedade. In: FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 61-87.
- FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 13 de dezembro de 1988.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177-186.
- LEMONS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-69). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 409-436.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 72-107, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013072/2837>> Acesso em: 30 set. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180310232018109/8070/41420>> Acesso em: 30 set. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

*O ESTADO DO PARANÁ*. Curitiba, 11 de dezembro de 1988.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 30 set. 2021.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 01 out. 2021.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 277-297, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20879/22392>> Acesso em: 05 out. 2021.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-46, jul. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/17393/13255>> Acesso em: 20 set. 2021.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. *Idéias*, Campinas, n. 1, p. 71-93, 1º sem 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649306/15861>> Acesso em: 05 out. 2021.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Rio de Janeiro: UNIPOP, 2012.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 333-358, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 20 set. 2021.

## FUTEBOL E GEOPOLÍTICA: DISPUTAS BRASIL X ARGENTINA EM JUNHO DE 1978

Luciano Anderson Breikreitz, UPF, Brasil. breikreitz.luciano@gmail.com

**Resumo:** A Copa do Mundo de Futebol de 1978, realizada na Argentina, pode ser considerada uma das Copas que mais gerou polêmica na história dessa competição. Nela, aconteceu uma das partidas mais controversas da história das Copas, quando a Argentina venceu o Peru pelo placar de 6 a 0, resultado que eliminou o Brasil da competição, deixando a suspeita de que o Peru havia facilitado o jogo para os anfitriões. A seleção da Argentina conquistou o título da competição em meio a uma série de divergências dentro e fora de campo, principalmente com suspeitas de manipulação de resultados. Pesquisadores analisam que essa competição foi amplamente utilizada pelo governo do General Videla como propaganda. Neste estudo, é feita uma análise das disputas entre Brasil e Argentina durante o período em que se realizou a competição. Além do título, Brasil e Argentina também disputavam espaços geopolíticos, e esses embates trouxeram atritos em diferentes áreas, sendo a principal delas as divergências acerca da construção da hidrelétrica de Itaipu, localizada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Também houve disputas relacionadas à soberania alimentar e ao embate envolvendo a compra de gás da Bolívia. Nesse sentido, esta pesquisa põe em evidência fatores que revelam que as disputas entre os dois países não se limita ao esporte. Ao contrário, os embates nos quais esses dois países se encontram são muito mais profundos e não podem ser revolidos em 90 minutos, com uma disputa de 11 contra 11.

**Palavras-chave:** Brasil; Argentina; Copa.

Ao longo de quase todo o século XX, os problemas de segurança de ordem interna predominaram na América do Sul. Golpes de Estado ocorreram em todos os países, conduzindo-os, em alguns casos, a guerras civis, mantidas de forma quase endêmica. Como disse Hobsbawm (2007), durante a Guerra Fria, houve uma diminuição da barbárie no Primeiro e no Segundo Mundos, mas não no Terceiro Mundo. Entre 1960 e 1985, se produziu o surto de torturadores treinados oficialmente e ocorreu uma onda sem precedentes de regimes militares na América Latina e no Mediterrâneo, que faziam a “guerra suja” contra seus próprios cidadãos. Nesse período, surgiram também diversos movimentos guerrilheiros de esquerda, rurais e urbanos, que passaram a entrar em confronto com tropas oficiais e grupos de extrema direita, os quais, por sua vez, combatiam militarmente grupos de esquerda, mesmo que fossem não-violentos.

Na história da Bolívia, Paraguai e Uruguai sempre estiveram presentes, e as relações com o Brasil e com a Argentina, seus vizinhos “maiores” – os quais disputaram, por diversas vezes, a influência sobre eles como um caminho para a construção da hegemonia regional –, sempre eram marcadas por profundidade. Nos anos 1960 e 1970, acordos de cooperação do Brasil com os três “menores” (como a Ata de Iguazu, com o Paraguai, em 1966; acordos para a compra de gás da Bolívia, em 1973; e projetos de desenvolvimento das bacias da Lagoa Mirim

e do Rio Jaguarão, com o Uruguai) provocaram o receio argentino de um possível aumento da influência brasileira nesses países, o que levou a chancelaria argentina a obstruir algumas iniciativas brasileiras de integração, como ocorreu no caso da construção de Itaipu.

Ao longo da história, Brasil e Argentina buscaram uma hegemonia de poder na América do Sul. O espírito de competitividade entre as duas nações foi presente nas relações entre os dois países há séculos, e, com o passar dos anos, acabou se impregnando na cultura popular dos dois países. Porém, diferentemente do que se possa concluir ao fazer uma análise mais superficial, as disputas não colocam em conflito simbólico duas nações socialmente antagônicas, ao contrário, historiadores lembram que as duas sociedades têm, essencialmente, muito mais semelhanças do que diferenças. Especialmente na década de 1970, brasileiros e argentinos, apesar de verem as disputas sendo acirradas em diversas áreas, passam a vivenciar experiências bastante semelhantes. E tais experiências vão muito além dos regimes políticos baseados em ditaduras militares. São experiências com impactos sociais e culturais bastante significativos – e por vezes bastante sutis –, porém, com raízes bastante profundas.

No ano de 1978, a Argentina sedia a Copa do Mundo de Futebol, a mais importante competição do futebol mundial. Durante todo o mês de junho, os olhos do mundo estavam observando a tentativa do governo de Jorge Rafael Videla de mostrar para os outros países uma “nova Argentina”, moderna e desenvolvida. Entretanto, nesse período, o país vivia com o Brasil intensas disputas nos bastidores da política. E tais disputas podem ser observadas por meio da imprensa, especialmente os jornais *El Clarín* da Argentina, e *O Estado de São Paulo* do Brasil, não restringindo-se apenas ao campo político, uma vez que alcançava também o campo esportivo.

Depois de um intenso jogo de xadrez nos bastidores – onde o Paraguai assume o compromisso de pender para o lado brasileiro na disputa pela construção das hidrelétricas –, brasileiros e argentinos passam a focar a disputa no andamento das negociações sobre a construção de Itaipu. Em junho de 1978, período em que se desenvolve a Copa do Mundo, os jornais *Clarín* e *O Estado de São Paulo* mostraram de forma cotidiana as disputas nos bastidores das relações internacionais, e também as disputas dentro de campo, na guerra pela Taça do Mundial de 1978.

O grande número de jornalistas estrangeiros no país era uma excelente oportunidade para o governo do General Videla publicizar a imagem da Argentina para os mais diferentes países do mundo. Nesse contexto, percebe-se que as notícias acerca de Itaipu dividem espaço com as notícias pautadas pela Copa do Mundo. Magalhães (2013) avalia que a Copa de 1978

teve um grande feito publicitário para o Regime Militar Argentino. A Copa do Mundo havia se consolidado como um espetáculo de marketing em diversas áreas, também já havia se consolidado a ideia de que essa prática não estaria limitada a divulgar apenas o produto futebol, pois poderia reproduzir o discurso dos próprios regimes.

No campo da geopolítica, as disputas entre os dois países aconteceram sob a ótica de três grandes temas: Itaipu; soberania alimentar; e soberania energética.

Em relação a Itaipu, Ferres (2004) entende que, desde o início do projeto, o governo argentino tinha a intenção de participar ativamente das negociações, porém, como não teve o resultado que considerava satisfatório, adotou uma estratégia de pressionar o governo brasileiro por meio dos veículos de comunicação:

Assim, partindo do pressuposto de que, técnica e juridicamente, a Argentina havia perdido todas as negociações com o Brasil, a única opção encontrada por Camilión foi pressionar o governo brasileiro através dos meios de comunicação, utilizando-se do argumento de que a não concretização de um acordo com o Brasil na questão de Itaipu se dava somente devido à falta de vontade política do governo brasileiro. Para o governo argentino, era clara e urgente a necessidade de concretizar um acordo “razoável” com o Brasil, após tantos anos de exposição na imprensa nacional. Um acordo tripartite seria visto em Buenos Aires como uma derrota brasileira e uma vitória argentina (FERRES, 2004, p. 669).

Durante o mês de junho de 1978, o jornal *El Carín* fez duras críticas ao governo brasileiro em relação a essa questão.

A Copa do Mundo da Argentina iniciou no dia 1º de junho de 1978. Nesse dia, como era de se esperar, o jornal *Clarín*, principal periódico da Argentina, trouxe como destaque a abertura dessa competição. Contudo, não é apenas o esporte que é pauta do jornal, já que, em sua capa, é possível observar em fonte de destaque: “Surpresa argentina pela decisão Brasileira”. O assunto é tratado nas páginas seguintes e diz respeito ao posicionamento por parte do governo brasileiro de não comparecimento a uma reunião com representantes da Argentina e do Paraguai para tratar de assuntos relacionados às questões hidrelétricas na região. O pedido de realização do encontro partiu do governo argentino e, segundo o *Clarín*, tinha a anuência e o apoio dos paraguaios. As críticas ao governo brasileiro por parte do governo argentino são expostas em quatro páginas internas do periódico. Além da nota emitida pelo governo brasileiro, o periódico traz ainda a posição do governo argentino, com columnistas argentinos avaliando o assunto. O jornal noticia a temática enfatizando que, muito mais do que um interesse entre Brasil e a Argentina, a obra teria um impacto regional (América do Sul), portanto, caberia uma discussão mais complexa sobre essa questão.

La imprevista actitud brasileña produjo “sorpresa y perplejidad” em la Cancillería argentina y em Asunción del Paraguay, e incluso fue definida como “insólita” em círculos diplomáticos e informativos de Rio de Janeiro y Brasília. La postergación es si fecha, y bloquea por tempo indefinido las negociaciones a harmonizar las presas hidroeléctricas de Itaipú y Corpus. Mientras tanto, el canciller, vice-almirante Montes, el subsecretario Gualter Allara y funcionarios del área rioplatense estudian la situación, que podría afectar también al sistema del Plata, el cual integram, asimismo, Bolivia y Paraguay (*CLARÍN*, 01/06/1978, p. 02).

No que refere à soberania alimentar, em 1978, o Brasil sofre uma séria ameaça de desabastecimento. Na época da expansão econômica para o centro-oeste do país, o Brasil dava os primeiros passos, e a região ainda não havia se consolidado como um grande produtor de alimentos. Dessa maneira, os maiores responsáveis pela garantia da soberania alimentar eram as regiões sul e sudeste brasileiras, entretanto, uma peste se espalhou pelo rebanho suíno dessas regiões, obrigando os produtores a sacrificarem os rebanhos para frear os prejuízos, ameaçando o país com o desabastecimento de carne. A chamada Peste Suína Africana, ou PSA, deixou em alerta autoridades sanitárias brasileiras a partir de 1978, devido não apenas aos prejuízos financeiros, mas aos impactos sociais que ela traria.

Em relação à PSA a literatura mundial geralmente registra apenas os custos financeiros que os países têm com indenizações, sacrificio de animais, diagnóstico laboratorial, perda de produção, gasto com pessoal, combustível, material de divulgação, além de perda de divisas pela interrupção de exportações. No Brasil, além desses prejuízos financeiros deveria ser contabilizado também o custo social, decorrente da demissão de trabalhadores em todos os setores da suinocultura, da paralisação de empresas e indústrias, da falência de criadores individuais, da perda de fonte protéica por uma parcela considerável da população e do aumento do preço da carne nos açougues e supermercados. Há que considerar também o aspecto estigmatizante que a doença representou, pois mesmo que o criador retomasse seu negócio, depois de cumprido todo o período de vazío sanitário determinado pelas normas sanitárias indicadas para a PSA, dificilmente conseguiria manter o mesmo nível de comercialização. Coube à mídia revelar esse outro lado do drama criado com o episódio da PSA no país: um cenário sombrio, porém real, em que estão representados o drama dos criadores, dos empresários e a comoção social imposta aos moradores das favelas e cortiços das cidades. Há que se lembrar que, na época, o porco constituía, para muitas famílias, a única garantia de carne para a alimentação e o fornecimento da gordura indispensável na preparação dos alimentos (VIANA, 2004, p. 99-100).

A imprensa brasileira cobriu de forma bastante significativa esse fato, visto que o governo federal estava acompanhando a situação e buscando soluções. Entretanto, informações noticiadas no jornal *O Estado de São Paulo* em 15 de junho de 1978 mostram que o Brasil ainda buscava uma solução eficaz para a Peste Suína Africana. O abate de animais precisou ser feito



em estados do sul e sudeste, e, mesmo com a infestação ainda em um estágio inicial, grandes prejuízos estavam sendo projetados.

Todo o rebanho suíno do Estado do Rio de Janeiro será abatido e cremado em consequência da peste africana. A decisão anunciada ontem pela equipe de emergência zoonosológica do Ministério da Agricultura que recebeu determinação do ministro Alysson Paulienilli. Antes, o governo pretendia destinar a carne dos animais aparentemente sadios ao consumo.

O esquema para a matança contará com a participação do Exército e será iniciado na área do Estado do Rio de Limitada pelo rio Paraíba, fronteira de Minas com São Paulo. Segundo o Ministério da Agricultura, o rebanho é de 200 mil porcos e a indenização foi calculada em Cr\$ 193 milhões (O ESTADO... 15/06/1978. Capa).

A situação do Brasil fez com que a Argentina reavaliasse o seu posicionamento de mercado internacional, relativo à exportação de carne. Mesmo não associando diretamente a postura do governo argentino com o problema brasileiro, no dia 4 de junho de 1978, o jornal *Clarín* publica que o governo da Argentina estaria avaliando não exportar 250 mil cabeças de gado ao Paraguai. O jornal traz a informação de que a intenção de compra chamou a atenção das autoridades em razão da grande quantidade, e, por isso, apareceu a suspeita de que parte desse produto seria reexportado, razão pela qual houve a decisão de não permitir a exportação dessa quantidade de carne para o Paraguai. Apesar de não expor de forma explícita na matéria jornalística, o contexto do mercado naquele momento nos remete imediatamente ao problema enfrentado pelo Brasil e à sua estreita relação com o Paraguai.

Una eventual exportación de 250.000 cabezas de ganado en pie con destino a Paraguay podría tener derivaciones contradictorias con los fines perseguidos por una medida de esa naturaleza. Informaciones provenientes de Asunción indican que la decisión estará a estudio de las autoridades del Ministerio de Economía. El impulso que se procura dar a la ganadeira – mediante esa franquicia – tendría como contrapartida la reexportación de esse ganado. [...] Pero el destino que la industria de esse país daría a los animales adquiridos podría atenuar los beneficios que la medida tendería a arrojar para la ganadería. Si la hacienda argentina que se imprte desde el Paraguay no tiene como destino final el abastecimiento interno de esse país, sino que procurará colocaria en otros mercados – industrialización mediante -, haría que el eventual comprador se transforme em um futuro competidor de nuestras exportaciones cárneas, principalmente em la cercana plaza brasileña (*CLARÍN*, 04/06/1978, p. 15).

A opção de exportar os bovinos ao Paraguai certamente traria benefícios à balança comercial da Argentina, e a medida também traria um benefício a curto prazo para o país, entretanto, a opção de exportar, ou não, esses bovinos, era um assunto que estava sendo tratado como algo estratégico, um pilar que ia além do impacto econômico imediato, pois a opção de

não exportar deixaria o país na confortável posição de gerenciar o mercado consumidor – no qual se insere o próprio Brasil – e, dessa forma, ter mais uma peça no intrincado jogo de xadrez da geopolítica da América do Sul.

Já no que diz respeito à soberania energética, economicamente, a década de 1970 ficou marcada em nível global pela crise energética, que afetou as economias dos países industrializados que precisaram enfrentar a escassez que foi acompanhada pela elevação dos preços. Esse cenário trouxe consequências globais e trouxe impactos também para o cenário da América do Sul, obrigando o Brasil a buscar alternativas diversificadas.

Os países ricos são obrigados a reduzir os gastos públicos e as importações de petróleo, além de elevar suas taxas de câmbio de modo a preservar suas contas externas e buscar outras formas de geração de energia. Temendo desemprego e bagunça generalizada no setor produtivo, o Brasil mantém as compras do óleo a preços altíssimos, tenta estimular exportações de bens manufaturados e investe pesadamente em projetos de produção de álcool, como alternativa de combustível à caríssima gasolina. Nos anos seguintes, o endividamento brasileiro começa a subir, e o nível de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se sustenta no campo positivo, embora em patamares bem inferiores à média de 9% registrada durante os anos do milagre econômico, entre 1967 e o fim de 1973.

O susto do choque do petróleo e os baixos preços do açúcar no mercado internacional desembocam no Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), idealizado pelo físico José Walter Bautista Vidal e pelo engenheiro Urbano Ernesto Stumpf. A política governamental é estabelecida em 14 de novembro de 1975 por meio do decreto 76.593. O país passa a ampliar a produção da matéria-prima e a converter carros a gasolina em veículos alimentados pelo combustível vegetal. Em 1979 há um novo choque. A paralisação da produção petrolífera do Irã, consequência da Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, provoca a segunda crise do petróleo. O preço médio do barril explode, chegando a US\$ 40. A nova crise é apenas parcialmente amortecida pelo Pró-Álcool, tecnologia genuinamente brasileira (IPEA, 2010).

Durante o período que antecedeu a crise energética, observa-se, no Brasil, fenômenos como urbanização e industrialização, que iniciaram nas décadas anteriores e trouxeram uma maior demanda energética. E essa busca por suprir a demanda energética passa, também, pela construção das hidrelétricas. Entretanto, outros países da América do Sul viram algumas oportunidades comerciais, como foi o caso da Bolívia, que firmou um acordo com o Brasil para a oferta de gás para o país. O acordo foi assinado em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel, mas acabou sendo infrutífero para o país, visto que a Bolívia recua nas negociações e opta por privilegiar a manutenção da proximidade com a Argentina.

O governo brasileiro desejava, no início da década de 70, importar gás natural da Bolívia, em volumes que permitissem a sua utilização em empreendimentos industriais como fábricas de uréia e amônia, de eteno, de

metanol e mesmo em uma usina siderúrgica no quadrilátero ferrífero. Para tanto, foi proposta a construção de um complexo industrial na zona fronteira, incluindo uma usina siderúrgica no lado boliviano e uma usina termoeletrica em Corumbá. O Brasil financiaria os estudos de viabilidade econômica e os projetos de engenharia do lado boliviano, além dos equipamentos necessários para aquelas unidades industriais. Completava a proposta brasileira a realização de investimentos de risco por parte da Petrobrás. A iniciativa de Brasília, contudo, enfrentou um problema inesperado: a crise econômica e política do país vizinho, a qual reverteu as negociações, que, em 1974, se encontravam em estágio avançado. Inicialmente, a Bolívia mostrou-se interessada em contratar a venda de derivados de petróleo, particularmente gás liquefeito. Em meados de 1972, a Bolívia pleiteou apoio para a construção de um gasoduto até a fronteira e as negociações fluíram a contento até o ano seguinte, consolidando-se no Tratado de Cochabamba, de 1974. Quando as negociações estavam próximas de seu desfecho, a Bolívia recuou, para decepção do Brasil. O governo boliviano priorizava então o mercado argentino, na época em que o contencioso em torno de Itaipu ganhava maior dimensão (VIDIGAL, 2007, p. 9).

A relação comercial entre a Argentina e a Bolívia era acompanhada de maneira bastante atenta pelo jornal *Clarín* e, em dado momento, o encerramento das negociações para a exportação do gás boliviano para o Brasil ganhou destaque no periódico. Entretanto, o jornal não estabelece uma relação direta da Argentina nessa atitude boliviana, ao contrário, na matéria que versa sobre o tema, o jornal destaca que o encerramento das negociações teve um peso muito maior por parte dos brasileiros do que dos bolivianos, já que novas descobertas no Brasil, aliadas à inviabilidade financeira para cumprimento do acordo de 1974, fizeram com que o país não levasse a negociação adiante.

Las negociaciones sobre la aplicación de ese convenio están paralizadas por varias razones, dijeron los diarios citando fuentes próximas al comité Brasil-Bolívia de cooperación económica y técnica. Por una parte los descubrimientos de faz em Brasil vuelven menos necesaria la importación de faz y urca para producir abonos desde Bolivia. Por la otra, Brasil no tiene recursos financieros suficientes para financiar la construcción de un polo siderúrgico bicultural em el sudoeste boliviano. [...] La cancelación del interés brasileño deja a la Argentina em inmejorables condiciones para negociar con los bolivianos, ya que em la actualidad es su único cliente para este combustible que se extrae de pozos cercanos a la ciudad de Santa Cruz (CLARÍN, 12/06/1978, p. 9).

Independentemente do que motivou a interrupção do projeto entre Brasil e Bolívia para a comercialização de gás, isso trouxe um grande benefício para a Argentina, que desfrutaria de uma posição bastante confortável em relação à negociação com a Bolívia, visto que seguia sendo o único país a comprar o seu produto. Ao desconstruir essa notícia, é possível avaliar que um avanço das negociações entre o Brasil e a Bolívia deixaria a Argentina em uma situação desconfortável, já que, tendo mais uma opção para venda, a Bolívia teria condições de

negociação, mas isso acabou não se confirmando.

Os reflexos do fim dessas negociações podem ser vistos de forma imediata, tanto que, na edição do dia do dia 30 de junho, o *Clarín* noticia que a Bolívia anunciou investimentos para a exportação de gás para a Argentina:

El gobierno boliviano anunció que há aprobado el proyecto de ampliación de un gasoducto a la Argentina con el proposito de atender em los próximos três años lo compromissos acordados com este pais, por los cuales Bolivia aumentará sus vendas de gas em casi el 50 por ciento. Em la actualidad Bolivia vende a nuestro pais 4,5 millones de metros cúbicos diarios de gas, y a partir de 1980 esas ventas aumentarán em dos miloones de pies cúbicos diarios (*CLARÍN*, 30/06/1978, p. 8).

Como evidencia a citação anterior, poucos dias depois da decisão brasileira de não comprar gás da Bolívia, a Argentina anuncia um aumento na quantidade do produto importado. E essa informação nos propõe a interpretação de que os argentinos acompanhavam a aproximação comercial entre brasileiros e bolivianos, que teve um encaminhamento bastante benéfico para os argentinos, que se mantiveram como únicos importadores do produto e em uma posição bastante conveniente no que refere às negociações.

Porém, as disputas entre a Argentina e o Brasil também tiveram reflexos no âmbito esportivo. Um ambiente ufanista tomou conta da Argentina em junho de 1978, e ficou evidente o clima de mobilização nacional que a Copa do Mundo instaurou na Argentina, pois todo o investimento feito pelo governo, aliado ao esforço para abafar os opositores, tornou a Copa do Mundo de 1978 uma grande festa para a nação argentina. Magalhães (2012) destaca que após cada partida da Argentina as ruas eram tomadas pela população, que empunhavam bandeiras e símbolos que remetiam ao selecionado local. Tanto o regime quanto os meios de comunicação buscavam exaltar e publicisar a euforia da população, buscando associar os fatos não apenas ao âmbito esportivo, mas à situação que o país vivia. Na retórica comumente repetida pelo discurso oficial, constavam o envolvimento popular e a oportunidade de mostrar ao mundo uma imagem positiva de uma “Nova Argentina”.

Assim, mais do que a vitória da seleção nacional, a principal arma nas mãos da ditadura era a realização e organização do próprio evento. Era a oportunidade de melhorar a imagem da ditadura, tanto interna – em 1978 a “guerra contra a subversão de esquerda”, a principal justificativa para o golpe, considerada vencida pelo regime – como externamente, em meio a denúncias de violação de direitos humanos tanto por exilados como por organizações internacionais. Para o Processo, o êxito futebolístico ultrapassava o limite esportivo, e o objetivo era que os próprios líderes ficassem associados à vitória. Para isso, mesmo sem uma política oficial e sistematizada de propaganda, o governo realizou diversas campanhas, cujo objetivo era

construir a participação da população no projeto civil-militar do novo país e instaurar a ideia de guerra e luta contra a “subversão”, seja ela interna ou externa. Uma das ações oficiais de propaganda política foi a contratação da agência de relações públicas Burson & Marsteller. Foram feitas diversas publicidades internacionais do país, convidados jornalistas e personalidades estrangeiras viajaram à Argentina, além de serem realizadas atividades culturais em importantes cidades europeias (MAGALHÃES, 2012, p. 5).

A apropriação do esporte pelo regime na Argentina foi uma estratégia que havia começado anos antes. Magalhães (2013) enfatiza que houve diversas campanhas cujo objetivo era mobilizar a população para o evento, ao passo que se construía um projeto de discurso contra a “subversão”. Alguns exemplos são citados pela própria autora, como o Mascote Gauchito, batizado de Pampita, que foi tratado pela organização da competição como um herói nacional. Ou ainda o slogan oficial do evento: “25 millones de argentinos jugaremos el Mundial”.

Havia, contudo, o temor de que os atritos de Brasil e Argentina em relação a Itaipu trouxessem uma antipatia dos argentinos em relação à seleção brasileira. A preocupação de que brasileiros sofressem algum tipo de represália em território argentino foi pauta do jornal *O Estado de São Paulo*, que revelava o temor de que, de alguma forma, houvesse uma correlação entre a questão de Itaipu e a Copa do Mundo e de que isso pudesse descambar para atos de violência contra os brasileiros que estavam na Argentina.

A Seleção de Coutinho pode ser prejudicada pela decisão do governo brasileiro de cancelar a reunião trilateral de chanceleres sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paraná [...] Ela poderá ampliar-se nos próximos dias, transformando o apoio do povo ao selecionado brasileiro em manifestações de hostilidade, de acordo com a intensidade da reação oficial e da imprensa local à decisão de Brasília. Os analistas argumentam que o Brasil havia insistido em resolver o problema de Itaipu/Corpus antes do Mundial, para eliminar uma área de atrito que poderia ser prejudicial à Seleção Brasileira (O ESTADO... 01/06/1978, p. 26).

Essa notícia torna-se central no contexto das disputas entre Brasil e Argentina, pois revela a preocupação do Governo brasileiro em resolver o conflito antes do início da Copa do Mundo, já que haveria o temor de que o governo argentino buscasse tirar proveito da situação em seu favor.

Durante a Copa, já na fase semifinal, uma vitória pelo placar de 6 a 0 da Argentina sobre o Peru eliminou o Brasil da competição, e garantiu a presença do selecionado da casa na final da competição. Dias (2015) levanta uma série de suspeitas em relação à lisura da partida entre Argentina e Peru e afirma que houve um acordo entre os dois países para que o resultado levasse a Argentina para a decisão, e, por consequência, eliminasse o Brasil. Dantas (2014) expõe uma suspeita de facilitação por parte do Peru, enfatizando que o governo Videla trabalhou para ter

uma influência nos resultados dentro de campo devido a um acordo com o governo do presidente peruano Francisco Morales Bermúdez, também militar, já que algumas semanas mais tarde a Argentina realizou uma doação de trigo ao Peru.

Entre as quatro linhas, a participação da ditadura é ainda cercada de mistérios. A partida entre Argentina e Peru, na segunda fase do torneio, ainda gera muita desconfiança, já que para avançarem à final, os argentinos precisavam vencer o Peru – uma seleção qualificada na época - por uma diferença de quatro gols. A partida terminou 6x0 para os locais, com surpreendente facilidade. Curiosamente, semanas mais tarde, o governo de Videla doava 35 mil toneladas de trigo para o Peru (DANTAS, 2014, p. 8).

Uma suspeita que também pode ser levantada em relação a essa partida é a de que, durante o período estudado, havia uma aliança de cooperação político-militar entre Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, aliados aos Estados Unidos, com o objetivo de coordenar a repressão aos opositores dessas ditaduras. Esse acordo ficou conhecido como “Operação Condor”. Souza (2011) explica que os governos dos países sul-americanos mantinham completo desprezo pelas normas de regulamentos internacionais que garantiam proteção a refugiados políticos asilados em países estrangeiros. Eles praticavam o terror de forma sistemática e obtiveram êxito na desarticulação dos movimentos de esquerda da região. Dias (2015) levanta a suspeita de que essa operação também poderia ter influenciado no resultado da partida, já que Argentina e Peru poderiam ter negociado a extradição de prisioneiros opositores ao regime de Francisco Morales Bermúdez que estavam sob a custódia do governo argentino.

José Carlos Santana, enviado especial d’*O Estado de São Paulo* para Lima, no Peru, relatou que o clima de decepção tomou conta da imprensa esportiva daquele país. O jornalista declarou que as críticas não foram em relação à quantidade de gols sofridos pelo seu selecionado, mas que o grande problema esteve na atitude dos atletas dentro de campo: “Há derrotas que enaltecem. Esta não, esta aparecerá como uma página negra em nossa história”.

Marczal (2016) expõe o fato de que, durante os dias seguintes à partida, a imprensa brasileira explicitou, de uma maneira bastante direta, a indignação de brasileiros com a goleada aplicada pela Argentina.

Se no vizinho platino, a goleada era retratada como um milagre, um momento histórico de massiva exaltação patriótica e celebração popular através do esporte, as leituras produzidas no Brasil contestavam a partida e levantavam dúvidas sobre a aplicação da seleção peruana, a qual se não havia entregado o jogo tinha, ao menos, facilitado muito a tarefa argentina. Por isso mesmo, não faltaram manchetes que usaram termos como “vergonha”, “farsa” ou “escândalo” para classificar o jogo. O próprio Cláudio Coutinho, retratado

como um personagem comedido em suas declarações, expressou sua indignação e frustração aos jornalistas: “a seleção peruana perdeu muito mais do que um jogo. Acredito que perdeu a credibilidade”; “os que atuaram contra a Argentina não têm mais condições de ouvir o Hino Nacional de sua pátria em uma competição” (MARCZAL, 2016. p. 424).

O jornal noticiou que todos os atletas mostravam muito aborrecimento em relação à goleada sofrida pelos peruanos, e davam declarações em que falavam abertamente sobre a certeza de que a partida havia sido combinada fora de campo.

O Peru entregou o jogo. Essa frase foi ouvida diversas vezes, ontem, entre os jogadores da Seleção. Todos estavam aborrecidos com o que viram pela televisão direto de Rosário. O goleiro Carlos, por exemplo, que nunca abre a boca, dizia: - A Argentina atacou seis vezes e marcou seis gols. Imaginem se atacasse 15 vezes? Ou se precisasse de 15 gols? Faria os 15, não tenho a menor dúvida. Faltou brio à seleção do Peru. [...] Oscar também lamentou a atuação da seleção peruana: - Não entendi porque atuaram daquela forma, fugindo das jogadas divididas, evitando os choques. Nunca poderia esperar que uma coisa dessa viesse a acontecer. Estou indignado (O Estado..., 23/06/1978, p. 20).

Entre os torcedores, o sentimento de que a partida havia sido combinada também foi bastante presente. Já no fim do primeiro tempo, os brasileiros recorreram à violência para protestar contra os peruanos. *O Estado de São Paulo* de 23 de junho de 1978 noticiou que, em diversas regiões do Brasil, houve protestos. No Rio de Janeiro, o Consulado do Peru foi alvo de arremessos de pedras e laranjas, motivo pelo qual o segurança do prédio precisou chamar a polícia. No Acre, os torcedores combinaram um boicote à cerveja “San Juan”, importada do Peru para Rio Branco. Brasileiros também enviaram telegramas aos presidentes da FIFA, da Argentina e do Peru.

As relações entre Brasil e Argentina sempre foram marcadas por aproximações e momentos de atritos, e, se Brasil e Argentina tendem a uma conversão quase natural em relação à cultura, à economia e aos aspectos sociais, também cabe dizer que há um afastamento artificial, causado principalmente pelas decisões de Estado dos dois países. Mesmo que um embate bélico nunca tenha de fato acontecido, mesmo que por vezes tenha estado bastante próximo, o que se ressalta é que, ao longo da história dos dois países, mas especialmente em junho de 1978, a guerra simbólica esteve presente, seja dentro ou fora de campo.

## Referências

DANTAS, José Guibson. *Espetáculo Além das Quatro Linhas: as interfaces entre futebol, propaganda e autoritarismo nas copas do mundo de 34 e 78. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Foz do Iguaçu, PR. – Universidade Federal de Alagoas. 2014.

DIAS, Gustavo Monteiro. *Política e Futebol: A Copa do Mundo de 1978 na Argentina*. Brasília: UNB (Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas), 2015.

FERRES, Virginia Perez. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. *Proj. História, São Paulo*, (29) tomo 2, p. 661-672, dez. 2004.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IPEA. *História-Petróleo. Da crise aos carros flex*. 29/03/2010.  
[www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23). Acessado em 23/07/2019.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Com a Taça nas Mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. UFF (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro, 2012.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *De quem é a Copa? A memória social da conquista argentina de 1978*. X Encontro Internacional da ANPHLAC. São Paulo, 2013.

MARCZAL, Erenesto Sobocinski. *¿Qué otra cosa puede festejar? Paixão e política nas narrativas sobre a copa do mundo de futebol da Argentina (1975- 1978)*. Curitiba: UFP (Tese de doutorado em História), 2016.

SOUZA, Fabiano Farias de. *Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas*. *Revista do corpo discente do PPG- História da UFRGS*, No. 8, Vol. 3, Janeiro – Junho 2011, Porto Alegre.

VIANA, Francisco Cecílio. *História e Memória da Peste Suína Africana no Brasil, 1978-1984: Passos e Descompassos*. Belo Horizonte: UFGM (Tese de doutorado em medicina veterinária), 2004.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil – Bolívia (1973 1974). Gás e a geopolítica regional*. *Cena Internacional*, vol.9, n.2. 2007.

## Fontes

AUMENTA la compra de gas boliviano. *Clarín*, Buenos Aires. 30 jun. 1978, p.8

BRASIL no compra gas de Bolivia. *Clarín*, Buenos Aires. 12 jun. 1978, p.9.

BRASILEIROS não aceitam goleada. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 23 jun. 1978, p. 20.

O REBANHO suíno será cremado. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 15 jun. 1978, capa.

POUCOS brasileiros vão ver a Seleção. *O Estado de São Paulo*. São Paulo. 01 jun. 1978, p. 26.

“SORPRESA Y PERPLEJIDAD” por la decisión de Brasil. *Clarín*, Buenos Aires. 01 jun. 1978, p.2.

VENTA de vacunos al Paraguay. *Clarín*, Buenos Aires. 04 jun. 1978, p.15.



## **“OLHANDO A TRADIÇÃO E O PASSADO NO CORAÇÃO DE SERGIPE”: AS PEREGRINAÇÕES AO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DIVINA PASTORA (1958-1983)**

Magno Francisco de Jesus Santos, Departamento de História (UFRN)

**Resumo:** Em agosto de 1958, o então padre Luciano Duarte, criou uma peregrinação na qual, os integrantes da Juventude Universitária Católica se deslocariam entre as cidades de Riachuelo e Divina Pastora. Naquela ocasião, o evento contou com a participação de pouco mais de cinquenta peregrinos. Contudo, nos anos subsequentes, o Santuário de Nossa Senhora Divina Pastora tornou-se um dos mais importantes centros devocionais do estado de Sergipe, por meio da constituição de um calendário de peregrinações. Neste trabalho tenho como escopo discutir os usos do passado na construção de um espaço devocional mariano em Sergipe a partir da atuação do padre Raimundo Cruz. O padre Raimundo foi um dos principais entusiastas das peregrinações e durante a sua atuação na paróquia Nossa Divina Pastora, entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu um amplo investimento na produção de narrativas acerca das origens da devoção mariana na Espanha e em Sergipe, bem como no fomento à ampliação do número de peregrinos nas dioceses sergipanas. Neste sentido, o passado setecentista foi recuperado como estratégia para mobilizar a divulgação das peregrinações. Com isso, a pequena cidade com menos de dois mil habitantes tornou-se o mais visitado santuário do estado de Sergipe, reconhecido pelo epíteto de “terra da fé”, com uma peregrinação que chega a receber mais de duzentos mil devotos.

**Palavras-chave:** peregrinação; Divina Pastora; usos do passado.

24 de agosto de 1958. Na centenária cidade de Aracaju, os primeiros raios de sol anunciavam a aurora e refletiam uma luz intensa nas águas do Rio Sergipe. Era o anúncio de um domingo que delinearía a história da Igreja Católica no estado. Pelas ruas da capital perambulavam jovens universitários, com roupas confortáveis e comportadas, portando mochilas nas costas. Sob a batuta do então padre Luciano Duarte, os integrantes da Juventude Católica Universitária de Sergipe iriam participar da primeira peregrinação à cidade de Divina Pastora.

É difícil imaginar o mundo cristão sem as peregrinações. Em diferentes povos, temporalidades e culturas é possível encontrar referências da marcha de grupos sociais em busca dos santuários, dos centros de devoção, do santo protetor. Muitos santuários se tornaram importantes centros de atração de peregrinos do mundo inteiro, como foi o caso de Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela.

No caso de Divina Pastora, a ideia de se realizar uma peregrinação foi gestada no além-mar. Em 1954 o então padre Luciano Duarte viajou a França no intuito de cursar o doutorado na Sorbonne. Em sua estadia na Europa, o jovem sergipano participou de inúmeras atividades; viajou por vários países, sentiu as diferenças culturais, apreciou as belas artes e, obviamente, buscou participar das experiências devocionais dos europeus. Com isso, entre os dias 14 e 15

de maio de 1955, o padre Luciano participou da peregrinação dos estudantes à Catedral de Chartres.

A peregrinação à Chartres era realizada desde o ano de 1933 e reunia anualmente mais de quinze mil estudantes das universidades parisienses. Era uma das mais expressivas manifestações de fé em território francês e apresentava características voltadas para a reflexão acerca de temas teológicos. De acordo com Luciano Duarte, “cada ano, um assunto é escolhido pelos assistentes eclesiais, para servir de tema à peregrinação” (DUARTE, 2010, p. 69).

Após dois dias de caminhada e discussões, os peregrinos avistaram as imponentes torres da catedral francesa. Era um estímulo a mais para a conclusão da longa jornada. O padre Luciano Duarte descreveu a emoção ao avistar as torres da catedral mariana: “Quatro horas da tarde. Ainda quinze quilômetros para Chartres. Mas já uma hora que se avistam, no horizonte, as duas torres desiguais da caminhada de Péguy, as torres de Nossa Senhora. A torre da alegria e a torre do sofrimento” (DUARTE, 2010, p. 71).

As emoções vivenciadas na Europa delinearão as memórias do jovem padre sergipano. Ao retornar a Sergipe, no início de 1958, ele buscou retornar suas atividades na Diocese de Aracaju, como editor do jornal “A Cruzada”, capelão da Igreja São Salvador e diretor espiritual da Juventude Universitária Católica (JUC). Como diretor da JUC, ele tentou reavivar os ânimos dos jovens universitários sergipanos, com a realização de excursões, retiros espirituais e, o que pode ser vista como a sua principal ação, a peregrinação ao santuário de Divina Pastora.

A peregrinação pensada por Luciano Duarte apresentava características similares a de Chartres. Era uma prática devocional voltada para os estudantes e com ênfase para as leituras e debates sobre o mundo cristão. De acordo com Geraldo de Oliveira, “a peregrinação dos universitários de Aracaju a Divina Pastora foi movida pelo entusiasmo e a motivação do assistente eclesial de nossa JUC, o Padre Luciano Duarte. Sua experiência na França, deu-nos a felicidade de compartilhar o encanto da jornada que atraía, na Europa, grande número de estudantes saindo de Paris para a Catedral de Chartres, antigo templo gótico dedicado a Nossa Senhora, e centro de peregrinação desde a Idade Média” (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

Os integrantes da JUC se reuniram durante três meses para debater os textos que seriam os pilares filosóficos da caminhada devocional. Como salientou José Alexandre Diniz, a JUC do final dos anos cinquenta “limitou-se a uma atuação apenas religiosa, procurando, através do estudo e da reflexão, a cristianização do estudante e do meio universitário” (DINIZ, 2014, p. 177). Por esse ângulo, pode-se afirmar que a peregrinação de Divina Pastora surgiu como uma proposta de construir uma nova prática devocional alinhada com o pensamento católico da

época em promover um distanciamento dos jovens em relação às “sedutoras leituras da dialética histórica”.

Assim, no raiar do dia 24 de agosto, cerca de cinquenta universitários de Sergipe rumaram à cidade de Riachuelo. Ainda nas primeiras horas da manhã, os estudantes acompanhados do assistente eclesiástico, deslocaram-se pelas estradas de piçarras em busca da imponente Igreja Matriz Nossa Senhora Divina Pastora. De acordo com as memórias de Maria Giovanni dos Santos Mendonça, “a estrada de piçarra que ligava Riachuelo a Divina Pastora nunca presenciara antes o espetáculo de jovens em marcha, cantando com entusiasmo e alegria desde as primeiras horas da manhã do dia” (MENDONÇA, 2014, p. 221).

Na primeira peregrinação a Divina Pastora a caminhada perdurou por todo o dia, permeada de conversas, orações, discussões filosóficas sobre a fé e cânticos religiosos. No entardecer, os peregrinos universitários cumpriram o último desafio: subiram a grande ladeira de acesso a cidade e viam emergir diante de seus olhos as torres da Matriz de Divina Pastora, o abrigo celestial que ao longo da segunda metade do século XX se tornaria o maior centro mariano de Sergipe. Ao adentrar no templo imponente, os jovens emocionados com o descerrar de sua missão entoavam a Ave Maria do Peregrino e deslumbravam-se com as belas obras de arte sacra e com a prédica de Dom Távora. A velha matriz era elevada a Santuário Diocesano.

Ao que parece, o canto dos jovens ecoou para além da cidade. As ovelhas da Divina Pastora multiplicaram-se. A própria peregrinação transformou-se. A pequena cidade da Cotinguiba tornou-se o Santuário da população católica e a peregrinação o patrimônio imaterial de Sergipe.

No decorrer do quadriênio (1958-1961) a cidade de Divina Pastora foi considerada a Chartres sergipana, no meio intelectual e cristão. A cidade que antes adormecia em sua decadência despertou para se tornar uma cidade-santuário, receptora de peregrinos especiais. Eram os alunos das jovens faculdades de Aracaju que ia a longa caminhada em busca do sagrado, com discussões sobre tema determinado. Tudo era controlado pelo idealizador da marcha sagrada, o padre Luciano Cabral Duarte, que emergia como um dos principais nomes da intelectualidade católica de Sergipe.

A década de 1950 representou um momento de efervescência do movimento estudantil católico no Brasil. A origem desses movimentos remonta da Ação Católica, criada no longínquo ano de 1935, na solenidade litúrgica de pentecostes, “já com seus estatutos revistos e aprovados pela Santa Sé” (MATOS, 2003, p. 106-107). A Ação Católica Brasileira seguiu o modelo italiano, com cunho centralizador e autoritário e passou a congregar os leigos católicos do país.

Um dos seus principais atributos era o respeito irrestrito à hierarquia eclesiástica. Qualquer decisão deveria ser tomada somente após a consulta do bispo local ou de algum assistente eclesiástico. Neste entremeio, um dos propósitos da criação da ACB foi congregar e articular as organizações católicas já existentes. “Assim, os movimentos laicais anteriores passam a ser vistos como organismos auxiliares da AC, posição que promove não poucas tensões e, às vezes, conflitos abertos, como no caso das congregações marianas” (MATOS, 2003, p. 109).

A partir de 1945 a Ação Católica no Brasil foi reestruturada, sendo dividida em setores para os meios sociais dignos de evangelização. Assim, camponeses, operários, estudantes e universitários passaram a ser alvos preferenciais da AC por meio da Juventude Católica. Após 1950 a Juventude Universitária Católica assumiu uma postura mais independente em relação à Ação Católica, passando a priorizar as questões regionais e locais.

É importante ressaltar que a JUC não possuía as características de um movimento de massa, mas sim de um grupo de militantes católicos. Tratava-se de um movimento que não chegou a arregimentar um grande contingente de membros, mas que se preocupou em preparar os seus membros para a evangelização, propagação da doutrina católica. Para Henrique Matos:

A JUC não era um movimento de massa, mas sim de militantes, e, por isso, o número total de seus membros nunca foi elevado. O que chama a nossa atenção é a primorosa formação de seus integrantes! Pode-se dizer que a formação integral compreende três momentos interligados: formar Cristo na pessoa; viver no Cristo e levar Cristo aos outros. Uma vez formada a consciência, mediante a doutrina, a piedade, o sacrifício e a frequência sacramental, o leigo se torna apto para a conquista, porque a AC é visceralmente apostólica, essencialmente conquistadora (MATOS, 2003, p. 141).

Como se pode perceber, a JUC possuía características próprias, pautadas na conscientização cristã para preparar militantes, ou seja, difusores do catolicismo. Por esse motivo, era comum que antes de algum evento ou ação fossem realizadas reuniões preparatórias, com meses de antecedência. As reuniões na JUC eram rotineiras e antecediam os principais acontecimentos, às ações do movimento. Ao congregar os setores universitários, a JUC propiciou o reforço intelectual do laicato brasileiro, reunindo alguns dos principais nomes do conhecimento no país. Era uma estratégia da igreja de manter sobre sua tutela segmentos sociais de risco de desvio, de subversão. Assim, universitários, estudantes secundaristas e operários sufragaram sob os auspícios tutelar do clero católico.

Em Sergipe a JUC foi criada nos idos de 1950, sob a liderança do jovem padre Luciano Cabral Duarte. A primeira reunião foi realizada no Seminário Diocesano no dia 28 de março, às dezesseis horas e trinta. No crepúsculo da noite, se reuniram com o padre Luciano os

estudantes Wilton Lima, Rute Leal, Anderson Barreto, Maria Carmem Barreto e Agnes Afres Giffoni Magalhães, da Faculdade de Química; Everton Prado Mesquita, Amelina Travassos Santos, Tília Bastos da Silva, Renato Silveira Melo, Carolina Augusta Bittencourt e Manoel Soares Vieira, da Faculdade de Ciências Econômicas. Foram essas doze pessoas que deram início a jornada da JUC em Sergipe. A primeira reunião mostrou o que seria a tônica da JUC sergipana, com a predominante influência do padre Luciano Duarte. Foi ele quem direcionou os caminhos a serem tomados e o responsável pelas palestras de evangelização. Na primeira reunião ele apenas expôs as principais questões da JUC e da Ação Católica. Com isso:

O assistente eclesialístico, padre Luciano Duarte, falou aos jovens acadêmicos sobre o sentido renovador da A.C. seu papel salvador na hora presente, e a urgente necessidade de um movimento espiritual, particularmente entre as classes de pensamento, que precisam definitivamente encontrar-se com a verdade, que não é uma palavra, mas uma pessoa: Jesus Cristo (TOMBO II, 1950, p. 48).

O discurso do padre Luciano Duarte foi pautado no arregimento de militantes, de intelectuais dispostos a propagarem a doutrina católica. O despertar da década de 1950 em Sergipe foi marcado pela efervescência cultural, com a criação das primeiras faculdades que se consolidaram no Estado. Eram as faculdades de Economia, Química, Direito, Filosofia e Serviço Social, que se tornariam ao longo da década a base da JUC de Aracaju. Desde o momento de criação das escolas de ensino superior a Igreja buscou intensificar as atividades evangelizadoras sobre o corpo discente, evitando-se às ameaças nocivas das doutrinas tidas como subversivas. O padre Luciano tornou-se o principal elo de comunicação entre a Igreja e os jovens.

O referido padre era a principal novidade do clero sergipano em meados do século XX. Desde seus estudos nos seminários de Recife e de São Leopoldo era o destaque e consagrou-se padre em 1948. A partir daquele momento assistiu-se a uma carreira avassaladora, pois de imediato ele tornou-se capelão da igreja de São Salvador, diretor espiritual do Seminário Menor de Aracaju e assistente eclesialístico da Ação Católica. Em 1949 ele assumiu a diretoria do semanário A Cruzada, o mais importante veículo de comunicação da Igreja Católica em Sergipe (FONTES, 1973, p. 49).

Todavia, o episódio que marcaria a trajetória da JUC seria a viagem do padre Luciano Duarte para o aprimoramento de seus estudos, que resultou na conclusão do curso de doutorado em Letras e Filosofia na Sorbonne, com a mais alta menção. Sua tese intitulada “La nature de intelligence dans le thomisme et dans la philosophie de Hume” tornou-se um marco na sua

trajetória intelectual, referência no pensamento teológico do país. No período em que permaneceu na França ele pôde conhecer alguns dos principais santuários cristãos, como Jerusalém, Roma e Chartres. Ele tornou-se um homem viajante como elucida Manoel Machado.

O viajero, o homo viator, rasga a casca provinciana, na primeira oportunidade, oferecida ou cavada. Assim, o estudante em férias na Sorbonne palmilha os caminhos da Europa, ora escondendo a roupeta de clérigo quando penetra a cortina de ferro, ora envergando-a de peregrino em terras livres, chegando até o Santo Sepulcro, em viagem pelo Oriente. De outra feita, a pretexto de estudos, percorre a América e, por três anos, como repórter, acompanha o concílio e o próprio Papa em peregrinação na Ásia (MACHADO, 1973, p. 15).

Uma experiência marcante em sua estadia europeia foi a participação na peregrinação dos universitários parisienses à Catedral de Chartres, que lhe causou entusiasmo. Dentre os santuários europeus, Chartres possuía alguns atributos especiais, pois tinha como principal grupo de peregrinos estudantes universitários, que todos os anos marchavam de Paris até o templo gótico. Juntamente com Lourdes e a Medalha Milagrosa, a referida catedral era um dos principais centros marianos da França, que arregimentava um elevado número de visitantes.

O mais célebre peregrino, que foi a pé de Paris a Chartres foi Charles de Pèguy, no ano de 1912. Poeta, pensador e polemista católico francês, Pèguy tornou-se mais conhecido por seus textos enfocando a experiência no referido santuário mariano. Ele foi fortemente influenciado pelo socialismo humanista, fazendo-o com que se afastasse do marxismo e reaproximasse do catolicismo. Seus textos ficaram bem conhecidos entre os membros da juventude universitária católica no Brasil na década de 1950, inclusive em Sergipe.

Ao retornar para as terras de Serigy em 1958, o padre Luciano Duarte trouxe em sua bagagem muito mais do que o título de doutor. Trouxe consigo a experiência das peregrinações francesas, que resultaria em um novo fôlego do âmbito da religiosidade católica sergipana. Após a chegada o padre assumiu a direção da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e retornou ao cargo de assistente eclesiástico da JUC. No mesmo ano buscou organizar uma peregrinação dos estudantes das jovens faculdades sergipanas, inspirado na caminhada de Charles de Pèguy à Chartres. Era o início de uma nova tradição em Sergipe.

A proposta de Luciano Duarte era intensificar a evangelização dos universitários, propondo-lhes uma nova perspectiva de expressão de religiosidade, que consistia em uma caminhada sem imagens de santo, debatendo as questões atinentes à fé. O fulcro dos debates era sempre o Deus, cristão e acima de tudo, na perspectiva católica, envolvendo temas como o amor, a família e a solidariedade. A tenacidade dos jovens universitários de Sergipe estava sendo

direcionada para a fé por meio de debates, reuniões, retiros e peregrinações. Tratava-se de novos produtos lançados no mercado de bens simbólicos (BERGER, 2004).

Malgrado as devidas proporções, o padre Luciano Duarte atuou na JUC incisivamente, investindo na divulgação de uma nova expressão de religiosidade, a peregrinação. Assim, ele passou a ser visto como o Pèguy sergipano e o seu santuário escolhido, Divina Pastora, da mesma forma foi aclamado como a Chartres de Sergipe. Estava tudo pronto. O búsilis da questão era incrementar entre os universitários sergipanos a caminhada de embates religiosos.

A partir do ano de 1958 a cidade de Divina Pastora passou a receber cada vez mais peregrinos, exaustos pela longa jornada, em busca de acalanto nas sombras da grandiosa matriz. A localidade tornou-se aos poucos a cidade da fé, a casa dos peregrinos, o lar seguro do rebanho que busca a cada ano aproximar-se do sagrado. Se o divino não escolheu a ladeira grande para ser edificado o santuário, a intervenção humana buscou entrever outros mecanismos para legitimá-la como tal. Do alto dos púlpitos ou nas salas de aulas o padre Luciano propagou a fama da igreja, conclamando seguidores hodiernos para a marcha sagrada, alargando o rebanho da Divina Mãe do Bom Pastor.

A cada ano o rebanho aumentava, arrolando novos nomes, solidificando a tradição de peregrinar. A proposta evangelizadora do doutor sergipano da Sorbonne estava lançada e Divina Pastora pronta para se tornar a Chartres sergipana.

Todavia, foi na primeira peregrinação da JUC à Divina Pastora que a igreja matriz foi elevada a santuário diocesano pelo bispo de Aracaju, Dom Vicente Távora. Sobre esse episódio encontra-se um silêncio quase que absoluto. As fontes sobre esse episódio, que poderiam mencionar esse acontecimento não foram localizadas. Ao que indica, elas desapareceram misteriosamente ou se quer existiram. Pouco se sabe sobre os acontecimentos oriundos das primeiras peregrinações, embora devessem ser rigorosamente registradas por estarem estabelecendo uma renovação do processo evangelizador. Pode-se concluir que tais registros devem existir, mas a localização ainda não é possível desvelar. A memória da JUC, da peregrinação e do mais movimentado santuário de Sergipe permanece ocultada nas gavetas de algum acervo particular ou até mesmo esquecida em algum recanto dos edifícios católicos.

Apesar do silenciamento dos registros é possível afirmar que a referida matriz foi elevada a santuário no ato da realização da primeira peregrinação da Juventude Universitária Católica em agosto de 1958. Vários são os indícios que confirmam tal hipótese. A primeira é que somente após essa data as referências a igreja apresentam o termo santuário, sendo que ele aparece sistematicamente nos depoimentos textuais. O segundo é que a idéia de santuário

sempre se apresenta atrelada à peregrinação, fornecendo indícios que a elevação e o surgimento do evento católico são indissociáveis. Contudo, a maior evidência foi localizada no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, com um documento que registrou os principais acontecimentos da Paróquia Nossa Senhora Divina Pastora. Nele consta a seguinte informação:

Ainda precisamos ressaltar que no ano de 1958 o nosso Arcebispo Dom Luciano Cabral Duarte, então sacerdote teve a iniciativa de criar com os universitários de Sergipe uma peregrinação a igreja de Nossa Senhora Divina Pastora. Nesta ocasião o saudoso Bispo de Aracaju Dom José Vicente Távora estabelece que a igreja de Divina Pastora Santuário e Centro Mariano da Diocese de Sergipe (ACMA, 1982).

Foi a partir desse momento que a imponente igreja matriz de Divina Pastora se solidificou como o mais imponente santuário mariano da Diocese de Sergipe. A peregrinação que arrastava os universitários de Aracaju passou por várias transformações, incorporando novos sujeitos, assumindo novas feições. A peregrinação tornou-se uma das maiores celebrações do calendário católico sergipano, fazendo com que ele fosse o santuário mais visitado do estado.

Desse modo, fica evidente que as representações da matriz como centro de peregrinação se trata de uma leitura tecida a partir do final da década de 50 do século, período em que Germain Bazin produz sua instigante interpretação artística da edificação e da criação da peregrinação dos universitários, em decorrência da ação do padre Luciano Duarte.

Assim, até mesmo a principal instituição acerca do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, descuidadamente, passou a reproduzir um discurso pautado numa leitura descurada da heurística documental. Provavelmente foi essa ação institucional que provocou a legitimação da tese de que a igreja teria sido edificada nos oitocentos como basílica para receber peregrinos.

O malogro da peregrinação da JUC ao Santuário da Divina Pastora não sufocou o sonho de popularizar a referida tradição em Sergipe. Com a ascensão de Dom Luciano Duarte ao Arcebispado de Aracaju, a cidade-santuário da Cotinguiba aguardava alguma retribuição, que não tardou em aparecer. O novo arcebispo de Sergipe não só buscou retomar com o projeto da peregrinação, como também se incumbiu de torná-la o maior evento religioso do estado.

Após sete longos anos de letargia, a peregrinação foi retomada com status de grande celebração religiosa, reunindo um público de fiéis antes inimaginável para as proporções limitadas da cidade. Como arcebispo, Dom Luciano tentou organizar uma caminhada ao santuário que reunisse os mais variados devotos, sem distinção de procedência ou nível intelectual. Seria uma marcha do povo sergipano, unido sobre uma mesma devoção,



congregando leigos, clero e todas as paróquias da Arquidiocese.

O ano era 1971, início de uma década tumultuada e de questionamentos dos valores predominantes até então. A convocação dos peregrinos foi geral, com a determinação arquidiocesana de que todas as paróquias de Sergipe deveriam organizar suas caravanas de devotos e seguirem ao Santuário de Divina Pastora, em um só dia. Seria o dia em que os católicos sergipanos se encontrariam, juntamente com seu clero na morada do sagrado. As portas da velha matriz de Ladeira seriam reabertas para a recepção dos filhos da Divina. Mais uma vez o tempo era exímio e urgia a necessidade de organizar um evento de proporções nunca vista antes na localidade. A magnitude da festividade fazia com que as preocupações acerca da marcha devocional fossem uma das principais pautas das reuniões do clero. Finalmente convocava-se o rebanho para seguir os caminhos da Pastora. De todas as paróquias espalhadas pelo estado saíam peregrinos em ônibus e caminhões com destino à Riachuelo. Eram os novos peregrinos, buscando seguir os trilhos que em outrora tinham sido exclusivos dos universitários e que finalmente se abriam para todos os segmentos sociais. Foi nesta perspectiva que a Arquidiocese anunciou incisivamente o grande ato:

No dia 15 de outubro, terceiro domingo do mês corrente, vai ter lugar um grande acontecimento na vida da Arquidiocese de Aracaju. Convocada pelo Arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte, vai realizar-se naquele dia, às 16 horas, a Primeira Peregrinação de todas as paróquias da Arquidiocese de Aracaju ao Santuário de Nossa Senhora, em Divina Pastora (IDLD, 1971, Cx. 51, Pc. 04, doc. 4.1).

Dom Luciano Duarte teve um aliado na difusão da nova peregrinação. Era o novo pároco de Divina Pastora, Raimundo Cruz, que se tornou o principal responsável pela estruturação da cidade para a recepção de seus inúmeros peregrinos, que convergiam de todos os recônditos lugares. A partir deste ano, a cidade de Divina Pastora passava por uma verdadeira revolução espacial anual, transformando num importante centro atrativo de peregrinos, multiplicando a sua população. Seus escassos habitantes assistiam a chegada de um número cada vez maior de caminhantes exasperados pela relação de proximidade com o divino. Assim, de um dia para outro a pequena Divina Pastora, rompia com seus grilhões agro-pastoris, com uma estrutura insipiente recebendo cerca de setenta mil peregrinos. Era a constituição de um território flexível, temporário, que se fazia e desfazia em um único dia. Nas estradas a poeira era levantada como nunca tivera sido antes. Os milhares de passos se multiplicavam entre os pedregulhos, a torturar os pés simples e sofridos dos peregrinos.

Partindo desta acepção, torna-se pertinente questionar se há ou não uma relação de continuidade entre as peregrinações das décadas de 1950 e 1960 e a da Arquidiocese de Aracaju. Sabe-se que a caminhada desenvolvida a partir do ano de 1971 era destinada a todos os católicos pertencentes às paróquias sergipanas. A preocupação não estava mais centrada na formação religiosa dos peregrinos, mas com os números a serem atingidos. A peregrinação à Divina Pastora renasceu com força aglutinadora e pompa, tornando-se uma das principais solenidades religiosas do estado. Ao mesmo passo em que o número de fiéis participantes do evento era alargado, o controle do clero sobre o mesmo diluía-se no transcorrer do tempo. A peregrinação que tinha nascido sob o pretexto de renovar o campo devocional do católico, sob o olhar vigilante dos pastores assumia vida própria. Os populares se apropriaram do bem religioso e redefiniram seu perfil, adequando-o ao meio ao qual estava inserido.

Desse modo, torna-se difícil enfatizar o aspecto de continuidade entre as duas expressões de peregrinações, pois as mesmas possuem características visivelmente distintas. Todavia, alguns fatos não podem ser negligenciados, como a presença de Luciano Duarte. Ambos os modelos de marcha sagrada foram criados pelo mesmo personagem, seja enquanto padre assistente da JUC, seja como arcebispo de Aracaju. A importância dele é de tamanha visibilidade que nos seus momentos de ausência a proposta de peregrinação morreu, retornando somente com a sua posse como arcebispo. Neste ensejo, seria um inequívoco não ignorar o fio condutor que permeia todas as caminhadas desenvolvidas à Divina Pastora: a figura de Luciano Cabral Duarte.

Pode-se afirmar com segurança que mesmo a peregrinação de 1971 sendo constantemente apresentada como sua primeira edição, ela representa a persistência do ideal de 1958, em promover uma marcha penitencial com destino a um santuário mariano. Observe que no histórico da paróquia de Divina Pastora constam as duas datas da peregrinação:

Ainda precisamos ressaltar que no ano de 1958 o nosso Arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte, então sacerdote teve a iniciativa de criar com os universitários de Sergipe uma peregrinação a Igreja de Nossa Senhora Divina Pastora [...]. Em 1971 em outubro o Exmo. Sr. Arcebispo de Aracaju Dom Luciano José Cabral Duarte estabelece o terceiro domingo da Peregrinação de toda a Arquidiocese ao Santuário de Nossa Senhora Divina Pastora. Peregrinação que consiste numa caminhada penitencial a partir das 10 horas da manhã, saindo da frente da Igreja matriz de Riachuelo até o santuário de Nossa Senhora Divina Pastora (ACMA, 1982, p. 01).

Como se pode perceber, o autor do histórico da paróquia, Raimundo Cruz, utilizou de verbos diferenciados ao se referir as duas formas de peregrinações. Enquanto ele diz claramente que Luciano Duarte teria sido o responsável pela criação da peregrinação da JUC e estabeleceu

a data da nova caminhada. Neste sentido, ele criou a primeira e apenas transferiu sua data de realização, englobando novos sujeitos, ou seja, estabelecer uma nova data não significa ruptura, mas sim uma reforma, mudança estrutural.

A retomada com realização da peregrinação ao Santuário de Divina Pastora simbolizou a inserção de participantes das mais distantes localidades, inclusive os paroquianos das dioceses de Propriá e Estância, além de peregrinos além divisas. Com isso, baianos e alagoanos se uniram aos sergipanos para marcharem em direção ao santuário da egrégia Senhora dos rebanhos. O mundo bucólico de Divina Pastora se tornava finalmente o principal núcleo de turismo religioso de Sergipe, como ressaltou o vigário da cidade no histórico sobre a peregrinação que “fato este que está tendo adesão de outras dioceses, como seja Propriá e Estância e fora do estado de Sergipe” (ACMA, 1982, p. 01).

A adesão das paróquias sergipanas foi o anseio da Arquidiocese nos primeiros anos, que buscava ter a presença em massa de leigos e religiosos nas estradas. Com isso, os informativos anunciavam entusiasticamente as paróquias que já haviam confirmado a presença:

Chegam notícias de numerosas adesões à grande Peregrinação Arquidiocesana, já sendo certa a presença de representações de Frei Paulo, Campo do Brito, Itabaiana, Laranjeiras, São Cristóvão, Maroim, Santo Amaro, Rosário do Catete, e um número bastante grande de ônibus, com os peregrinos das várias paróquias de Aracaju (IDLD, 1971, Cx. 51, Pc. 04, doc. 4.1).

A agitação difundiu-se, provocando rebuliço em todas as paróquias arquidiocesanas. A convocação do pastor foi transmitida para as mais variadas paróquias com o objetivo de estimular a participação do maior número possível de peregrinos. A solenidade religiosa foi apresentada em muitos anos como a “Grande Peregrinação arquidiocesana ao Santuário de Nossa Senhora Divina Pastora” (Tombo II, ACMA, 1973, p. 107). No transcorrer da década de 1970 a peregrinação se legitimou como uma das principais solenidades religiosas de Sergipe. O ápice do evento ocorreu na década seguinte, em virtude das comemorações do bicentenário da chegada da imagem em Sergipe.

O início da década de 1980 foi um momento ímpar na trajetória da peregrinação, pois a paróquia local, juntamente com a Arquidiocese de Aracaju, organizou uma romaria. Desta vez não foram os peregrinos que se deslocaram pelas estradas rumo à Divina Pastora, mas sim a imagem que saiu em busca de seu rebanho. Foi o momento em que a Pastora buscou suas ovelhas nos quatro pontos extremos do estado. Não eram os devotos que se dirigiam ao santuário, mas sim a santa protetora, representativa da presença do sagrado que se dirigia para

seus fiéis. O divino se manifestava pelas paróquias sergipanas, seguia as estradas em busca de seu rebanho.

A romaria da imagem teve início em 1982, logo após os festejos da padroeira em novembro. A partir de 1971 a cidade passou a ter duas grandes celebrações. A primeira era a peregrinação arquidiocesana, realizada no terceiro domingo de outubro, reunindo peregrinos de todas as paróquias de Sergipe nas poucas ruas da cidade. A segunda era a festa da padroeira, no segundo domingo de novembro e que possuía proporções locais, apesar da inexorável divulgação e participação da Arquidiocese. Neste ínterim, a imagem da padroeira saiu de sua imponente matriz, deslocando-se no transcorrer de um ano todas as paróquias sergipanas.

A romaria foi anunciada por Dom Luciano Duarte no dia da peregrinação. A imagem sacralizada saíria do seu templo, propagando a sacralidade por todo o estado. Podemos compreender essa romaria da imagem como uma estratégia de divulgação do maior evento realizado pela Arquidiocese, para incorporar mais fiéis no rebanho da Divina. No universo religioso sergipano, constituiu-se um território flexível, que se deslocou lentamente pelas mais diversas paróquias, aglomerando fiéis, convocando o rebanho para o reencontro com a Pastora em sua peregrinação anual. Com isso, criaram-se laços de afetividade, de cumplicidade entre o *homo religiosus* e o sagrado, no caso, o objeto de culto que era a imagem. A relação espaço-sacralidade é inerente ao universo religioso. O homem produz o espaço a partir de suas experiências e a partir das quais determinados lugares são eleitos como o centro do seu cosmo. Seria a dicotomia centro/periferia, dentro/fora que permeia o campo religioso. Para Terrin:

Deus está um pouco mais adiante, parecem sugerir as religiões. Se o espaço é uma das nossas mais originárias formas de percepção de nós mesmos e do mundo que nos circunda, se somos continuamente levados a traduzir a nossa própria linguagem em termos espaciais, pois o espaço faz parte do ar que respiramos em nível fisiológico e biológico como faz parte da nossa antropologia epistemológica, se realmente é um *primum inalterável* em toda nossa experiência e constitui uma experiência primária, é evidente que essa dimensão originária que nos permite habitar o mundo e exprimir a nós mesmos orienta também as nossas experiências religiosas (Terrin, 2004, p. 370-371).

Como pode ser observado, a relação homem-espaço está permeada pela subjetividade, pelos laços afetivos, pela escolha de lugares santos em detrimento de localidades inócuas. O homem ao viver em sociedade constitui o espaço a partir de suas experiências com seu entorno. Assim, a saída da imagem da padroeira para uma romaria pelo estado de Sergipe simbolizou o momento de reencontro entre o sagrado e os seus devotos, mas também, e principalmente, a reafirmação do pacto, da aliança de cumplicidade entre o *homo religiosus* e o sagrado. Era a ocasião oportuna para que os devotos visitados pelo divino se comprometessem a retribuir a

visitação, em forma de peregrinação. Naqueles dias a imagem de Nossa Senhora Divina Pastora era a peregrina de Sergipe. Ao todo foram sessenta e uma igrejas visitadas pela imagem de Nossa Senhora Divina Pastora e todo seu aparato arquidiocesano. Observe o anúncio da romaria:

No dia 17 de outubro de 1982 dia oficial das peregrinações o Sr. Arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte, decretou e anunciou para a nossa Arquidiocese o ANO MARIANO E VOCACIONAL em comemoração aos 200 anos da chegada da Imagem de N. Sra. Divina Pastora das Almas em Sergipe. Para melhor celebrarmos este evento foi elaborado uma romaria da Imagem de N. Sra. Divina Pastora pelas paróquias de nossa Arquidiocese e dioceses do Estado de Sergipe. Tendo início esta romaria no dia 18 de novembro do ano de 1982. Esclarecemos que não foi de imediato em virtude das solenidades em honra da nossa padroeira a ser celebrado no segundo domingo de novembro (Programa, ACMA, 1982).

A imagem percorreu o estado em um ano, passando em média sete dias em cada paróquia, sem deixar de visitar os principais povoados. Em 1983 a imagem chegou à Riachuelo, de onde partiria juntamente com seus peregrinos para o seu Santuário. Foi a única vez em que a imagem seguiu pelas estradas de piçarra entre as duas cidades. Nos demais anos ela aguardava o seu rebanho na Praça do Cruzeiro, na entrada da cidade, cercada de curiosos e devotos. Mas naquele ano a imagem percorreu o itinerário sofrido juntamente com suas ovelhas, das quais muitas foram arregimentadas ao longo de sua romaria pelas paróquias.

A peregrinação de 1983 marcou definitivamente a trajetória do festejo. Milhares de peregrinos seguiram as estradas em busca da reabertura das portas sagradas, para tentar entrar no Santuário ao lado da Imagem patrona do orago que retornava após um ano de ausência, ou seja, representava também o reencontro dos moradores de Divina Pastora com a imagem de sua padroeira, da protetora.

## **Referências**

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: Festas religiosas e Cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- AGOSTINHO, Pedro. *Imagem e Peregrinação na Cultura Cristã: Um esboço introdutório*. Salvador: UFBA, 1986.
- ARQUIDIOCESE DE ARACAJU. *Livro de Tombo da Arquidiocese de Aracaju*. Vol.I e II. Aracaju, 1911-2008.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Record, 1956. p. 176-178.
- BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Trad. José Carlos Barcellos. 5ª Ed. São Paulo: Paulus, 2004.

- CARDOSO, Flor-de-Lis Dantas e. *Uma análise estética e iconográfica dos forros da Igreja Matriz Nossa Senhora Divina Pastora*. São Cristóvão, 2008. 86 f. Monografia (Especialização em Artes Visuais). UFS, CECH, DAC.
- CARVALHO, Fábio Alexandre Santos. *As ovelhas da Divina Pastora: um olhar sobre a peregrinação*. Aracaju, 2006. 85 f. Relatório (Graduação em História). Universidade Tiradentes.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- CRUZ, Raimundo. *Histórico da Paróquia Nossa Senhora Divina Pastora*. ACMA. 1982.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FONTES, Carmelita Pinto. *Peregrinação de Divina Pastora*. In: *Revista Jubileu de Ouro de Vida Sacerdotal*. Aracaju: Olímpica, 1998.
- GINZBUG, Carlo. *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e História*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: EDUSP/ Paz e Terra, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leite. 2ª Ed. Campinas-SP: Unicamp, 1996.
- LIMA, Carmem Barreto. *Divina Pastora, Sergipe: uma alternativa de intervenção*. Salvador, 1997. 147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFBA.
- MACHADO, Manoel Cabral. *Dom Luciano*. In: *25 anos de Sacerdócio*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1973.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos da presença da Igreja no Brasil*. Tomo III. São Paulo: Paulinas, 2003.
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- PEREIRA, José Carlos. *A eficácia simbólica do sacrifício: estudo de uma devoção popular do catolicismo*. 2ª Ed. Porto Alegre: Zouk, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Encantamento da Sexta-Feira Santa: manifestações do catolicismo no folclore brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.
- SANCHIS, Pierre. *Festa e Religião Popular: as romarias de Portugal*. In: *Revista de Cultura*. Vol. 73. Ano 73, nº 04. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Caminhos da Penitência: a Solenidade do Senhor dos Passos na Cidade de São Cristóvão- Sergipe (1886-1920)*. São Cristóvão. 2006. 127 f. Monografia (Bacharelado em História). UFS, CECH, DHI.
- SILVA, Abdias Batista e. *Divina Pastora*. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 295-298.
- SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. *Sergipe Artístico e Monumental*. Aracaju: SEC-SE, 2000. p. 35-38.

Fontes:

A CRUZADA.1958-1961.

Roteiro da Peregrinação dos universitários a Divina Pastora. IDLD, Cx. 34, PC. 04, doc. 4.1

## SOCIOECOLÓGICAS E ECONOMIA NA EXPLORAÇÃO DO SALITRE NO SERTÃO BAIANO– SÉCULO XVIII

Mailson Moreira dos Santos Gama, Bolsista PICIN/UNEB. [mailsongama50@gmail.com](mailto:mailsongama50@gmail.com)  
Orientadora: Profa. Dra. Héliida Santos Conceição

**Resumo:** A exploração do salitre foi parte integrante dos fluxos da economia colonial e envolvia os interesses da coroa portuguesa numa trama social do Antigo Regime nos sertões baianos ao longo do século XVIII. As primeiras observações da abundância do salitre na América Portuguesa ocorrem no século XVII, sendo assim a Coroa continuou insistindo nas buscas de minerais, culminando na descoberta de salitre, contudo, somente ao longo do século XVIII é que a coroa portuguesa efetivou a exploração do mineral, instalando fábricas de refino de salitre nos sertões baianos. Esta pesquisa pretende apresentar os resultados parciais da pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto ‘A exploração do salitre no sertão da Bahia – Século XVIII’ de Iniciação Científica desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia, sob a coordenação da profa. Dra. Héliida Conceição. O estudo demonstrou os expedientes de exploração de salitre na região da Serra dos Montes Altos, próxima à bacia hidrográfica do Rio de São Francisco. Estabelecemos um diálogo entre a História Ambiental e Social. A documentação que subsidiou a pesquisa foi selecionada no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino AHU, Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Por fim, este mineral, por ser a principal matéria prima da fabricação de pólvora era um produto estratégico para a soberania militar portuguesa e poderia amparar o processo de expansão das fronteiras internas, garantindo supremacia bélica portuguesa em diversos espaços do ultramar.

**Palavras-chave:** Salitre; Recurso natural; Sertão baiano.

### Introdução

Este texto apresenta os resultados parciais da pesquisa ‘A exploração do salitre no sertão da Bahia – Século XVIII’ desenvolvida com apoio do Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia, sob a coordenação da profa. Dra. Héliida Conceição. O estudo analisou a exploração de salitre na Serra dos Montes Altos, próxima à bacia hidrográfica do Rio de São Francisco no sertão baiano ao longo do século XVIII. “Sertão esse percebido como espaço social, que se configura e reconfigura com o avanço das fronteiras” (FUNES, 2016, p. 918).

Do ponto de vista da monarquia pluricontinental, o salitre por ser a principal matéria prima para a fabricação de pólvora, era eficaz para a manutenção da soberania portuguesa na Europa, mas sobretudo, poderia garantir a soberania militar portuguesa, acarretando em processos de expansão de suas fronteiras internas e necessidade da defesa de novos territórios.

“A temática da natureza, ou das relações da sociedade com a natureza, raramente foi explorada pela historiografia dedicada ao período colonial e quando o foi realizou-se uma abordagem tradicional, pela via econômica, ou pela aproximação descritiva do meio biofísico” (CAPANEMA, 2019, p. 16). Sendo assim, a partir do diálogo entre a História Ambiental e



Social, esta pesquisa buscou apresentar novas perspectivas acerca do tema em estudo, contribuindo para um conhecimento mais denso da logística ambiental e do impacto econômico de exploração do salitre na capitania da Bahia. Conforme salienta Paulo Henrique Martinez (2007, p. 23).

A História Ambiental delinea-se como um campo fecundo na exploração de novos temas, dos métodos de pesquisa e de interpretação, das fontes e documentação, disponíveis ou potenciais, para o trabalho dos historiadores e historiadoras. A história ambiental forja, necessariamente, novos instrumentos de explicação da vida social e econômica, sempre com boas perspectivas do diálogo interdisciplinar.

A História Ambiental nos possibilita perceber como nesse processo da exploração do mineral a natureza se apresentou como influenciadora e também como resultante dos processos engendrados pelo homem e pela evolução natural da área. “Embora baseada na imaterialidade do prestígio e da honra, a sociedade corporativa do Antigo Regime português era produzida e reproduzida por meios biofísicos” (CABRAL e MOTA, 2012, p. 84).

O período temporal estudado demarca o século XVIII, uma vez o sertão baiano revelou-se como uma área de fronteira aberta, na qual a monarquia pluricontinental lusa mantinha interesses geopolíticos diversos, como, ampliação da jurisdição dos territórios e aumento do controle sobre recursos minerais e dos fluxos mercantis. Além disso, têm-se as criações da Vila da Jacobina (1722), Rio de Contas (1725) e Minas Novas (1730), que “marcam a instituição de um aparato político-administrativo no sertão - justiça, câmaras e fiscalidade – a partir dos quais se permitiu atribuir novos sentidos àquele território, sobretudo mediante a capacidade de interlocução entre poder local e o central” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 26).

A documentação que subsidiou a pesquisa foi selecionada no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino AHU, Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Documentação essa, que permitiu construir não somente uma periodização ao longo do século estudado, mas também estabelecer quais os expedientes técnicos, sociais, econômicos e políticos que influenciaram na dinâmica local e tornaram possível levantar informações cruciais sobre o mineral e suas relações com a formação de um espaço econômico no sertão baiano.

O revisionismo histórico acerca da colonização portuguesa, ocorrido nas últimas décadas, certamente contribuíram para novas abordagens acerca do império português e da sociedade de Antigo Regime, como a constelação de pactos e poderes, vivências escravas, o papel das áreas de conquista portuguesas e sobretudo, uma nova criação do imaginário acerca da cultura mineral.

Seguindo essa vertente historiográfica, em relação ao estudo do sertão baiano, destaco a produção inovadora de Héliida Conceição. Sua tese defendida no ano 2018, apresenta o sertão baiano como espaço estratégico de interação política que apresentou um aparelho jurídico-administrativo em constante comunicação política com a coroa e sendo um importante centro de formação econômica e redes de governabilidade.

Em relação a História Ambiental, José Augusto Drummond apresenta algumas características metodológicas, a primeira delas é que “quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural” (DRUMMOND, 1991, p. 181), entendendo aqui como a própria espacialização da pesquisa, neste trabalho, o sertão baiano e precisamente, a Serra dos Montes Altos

Apresenta também um “diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais - inclusive as aplicadas – pertinente aos entendimentos dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas” (DRUMMOND, 1991, p. 182). No caso do salitre, as ciências naturais são indispensáveis para entender áreas propícias para a formação mineralógica do mineral, barreiras naturais, entre tantos outros fatores, mostrando como esses agente não-ativos foram de suma importância para criação de estratégias, que moldaram e impactaram diretamente nas relações humanas nas áreas de conquista.

“As ciências naturais, além de "aliadas", podem ajudar a entender os padrões de uso dos recursos naturais” (DRUMMOND, 1991, p. 182), sendo de suma importância a interação entre a pesquisa histórica e ciências da natureza, ampliando discussões e novas formas de compreender as relações dos colonos e a exploração de recursos minerais nas áreas de conquista do império português.

“Ademais a História Ambiental propõe explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas” (DRUMMOND, 1991, p.182). Um exemplo disso é ter a ocorrência de um mineral útil que pode ser abundante no território de uma sociedade, e ainda assim, ser ignorado pelo fato de não dominar o seu processamento. Segundo DRUMMOND (1991, p. 183),

Além do mais, o campo se apresenta por conta da importância da grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente, sendo assim o historiador ambiental pode utilizar fontes variadas, desde de inventários de recursos naturais até atas judiciais, legislativas, onde possibilitariam um estudo sobre conceitos, os usos, os valores e a disponibilidade de recursos naturais.

Em síntese, percebo o meio biofísico do Antigo Regime não apenas como um modo de organizar as relações humanas, mas também como palco onde ocorre interações com o restante da biosfera. Logo, “a trama da existência colonial só se completa com a inclusão da dimensão ambiental, na medida em que o discurso dos atores humanos – ainda que sempre estruturado a partir da mentalidade corporativa e católica – precisava incorporar a diversidade e a dinâmica das terras habitadas, nunca completamente controladas pelos humanos” (CABRAL e MOTA, 2012, p. 83).

Portanto, buscou-se ir além das redes políticas para abarcar os “grandes processos de transformação socioecológica engendrados pelas relações dinâmicas entre os usos e prospecções dos ecossistemas locais, a comunicação/interpretação desses desenvolvimentos e o rearranjo das mentalidades e das políticas coloniais” (CABRAL e MOTA, 2012, p. 101). Assim, revisitou abordagens e ampliou as fontes documentais, com o objetivo de trazer novas constatações para repensarmos não somente a história social e política dos sertões, mas as variadas lógicas de funcionamento do espaço dos sertões no Antigo Regime Tropical.

Entretanto, as explorações de salitre nos sertões baianos ocorreram em três momentos específicos. O primeiro perpassou o final do século XVII e início do século XVIII, com o descobrimento das minas, implantação e fechamento das fábricas de salitre implantadas no sertão baiano no governo de D. João de Lencastre.

O segundo momento em meados da década de 50 do século XVIII, marcado pelo envio de uma comissão à serra dos Montes Altos para análise das terras salitrosas. Além disso, destaca-se a importância de Manuel Cardoso de Saldanha na produção de dados cartográficos sobre a serra dos Montes Altos e encerra-se com o segundo insucesso, culminando no fechamento das fábricas de salitre. Esse período é marcado pela ampla quantidade documental, sobretudo a documentação política acerca da exploração de salitre e exames feitos na Serra dos Montes Altos.

E por fim, o final do século XVIII, caracterizado pela presença de novas tentativas por José Bittencourt de Sá e Accioli um naturalista promissor, que descreve em seus escritos a importância para implantação de nitreiras naturais/artificiais e a da exploração de salitre no sertão baiano para a coroa portuguesa.

### **O salitre como recurso estratégico para a monarquia pluricontinental portuguesa**

“O salitre, como é conhecido popularmente o nitrato de potássio, origina-se nas chamadas nitreiras (artificiais ou naturais), espalhadas por diversas partes do mundo” (GALDOGI & FIGUIERÔA, 2014, p. 281). Este sal resulta da decomposição da matéria

orgânica vegetal e animal, podendo, em condições favoráveis, formar eflorescências em certos solos, que devem ter atraído a atenção do homem em épocas remotas. “Tais eflorescências aparecem, em particular, em áreas geográficas caracterizadas por abundantes depósitos de matéria orgânica e em que o clima seja quente e com uma estação seca prolongada e regular” (QUINTELA et al., 1995, p. 34).

A expansão marítima portuguesa iniciada no século XV logrou a conquista de novas áreas no ultramar, a exemplo dos territórios da América Portuguesa e do oriente, como foi o caso das possessões na Índia (Goa). Tais conjunturas despertou o interesse pela produção da pólvora em Portugal, contudo, aquele reino não possuía grandes fontes de salitre em suas terras peninsulares e assim, passou a incentivar a busca e exploração deste material em suas áreas de conquista. “É neste contexto inicial de prospecção que Portugal instala grande parte de suas fábricas e arsenais em suas terras localizadas na Índia” (MASCARENHAS, 2006, p.192).

Na América Portuguesa, as primeiras notícias da existência e ocorrência de salitre mencionaram a Capitania da Bahia como maior região fornecedora deste material. Foram noticiadas por Gabriel Soares de Souza em 1587 e posteriormente houve a confirmação por Belquior Dias Moreia, o Moribeca, em 1609 quando fez uma extensa expedição pelo sertão do rio de São Francisco, destacando as serras da Bahia como nitreiras. Ao longo dos seiscentos e setecentos, a Coroa manteve interesses nas buscas por metais preciosos, principalmente no que dizia respeito à exploração da prata e do salitre, dos quais esperava-se retirar resultados efetivos. Acarretando assim, em descobertas de minas de salitre nos sertões baianos.

A confirmação de minas de salitre trouxe como consequência imediata a continuidade de expedições exploratórias em busca de recursos minerais e a instalação de fábricas de refino de salitre nos sertões baianos. Essas expedições mineralógicas foram decisivas para novos descobrimentos, como das minas de ouro, que acabariam por delinear e redefinir a presença portuguesa nos sertões baianos, provocando assim, um reordenamento do espaço territorial e político do sertão.

Neste contexto, no ano de 1697 D. João de Lencastre instalou duas fábricas no interior baiano, nas quais Pedro Barbosa Leal foi provido como administrador, com o intuito de extrair esse mineral para ser utilizado na fabricação de pólvora. Pedro Barbosa Leal foi um importante tenente e sertanista que adquiriu notoriedade e conseguiu adentrar no restrito circuito social das melhores famílias baianas. Com sua vasta experiência em expedições auríferas e conhecimentos nos sertões baianos, era o indivíduo mais capacitado e de confiança de D. João de Lencastre para ser responsável no exercício de administrador da fábrica.

Após o fim do governo de D. João de Lencastre, o mesmo foi sucedido por D. Rodrigo da Costa, o qual deu andamento a esse empreendimento, tendo como administrador o capitão-mor Antônio de Almeida Velho. Contudo, a fábrica funcionou por poucos menos de 10 anos. Alguns fatores foram decisivos para a interrupção do funcionamento desse empreendimento, dentre eles pode-se mencionar a dificuldade de transportar esse material até a cidade de Salvador, arregimentação da mão de obra (composta basicamente de índios aldeados) e sobretudo os altos custos da Real Fazenda.

Essas primeiras experiências com o mineral, incentivaram novas expedições salitrosas e culminou em novos descobrimentos e novas formas de se extrair o salitre. Dessa forma, em meados de 1750 a monarquia portuguesa foi noticiada a existência de minas de salitre na Serra dos Montes Altos, a qual continha uma “localização geográfica estratégica, com acesso aos caminhos para vários pontos da capitania da Bahia, de Minas Gerais e Goiás. Havia, ainda, rotas fluviais com suprimentos de mercadorias que circulavam entre as regiões do São Francisco e adjacências” (MIRANDA, 2018, p. 17).

Entretanto, para ter a certeza da existência de salitre nessa região, a monarquia portuguesa enviou uma comissão à Serra dos Montes Altos com o objetivo de dar execução dos exames e todas as mais averiguações. Essa comissão era composta pelo desembargador João Pedro Henrique da Silva, o sargento mor Engenheiro Manuel Cardoso Saldanha, o tenente da Infantaria Francisco da Cunha de Araújo e o mestre de campo Pedro Leolino Mariz.

Ao examinarem o ambiente, concluíram que a serra se apresentava com grande abundância de terras salitradas, como também um espaço apropriado para o labor das fábricas sem implicar em despesas consideráveis com água e lenhas, produtos de suma importância e refinação do salitre. Além disso, continha uma localização favorável para a condução do mineral pela Vila de Cachoeira onde seguiria para a Cidade da Bahia, sendo rentável e produtivo para a Fazenda Real.

Além das averiguações, o engenheiro mor Manuel Cardoso de Saldanha, em colaboração com o engenheiro José Antônio Caldas, desenhou a planta topográfica da Serra dos Montes Altos, na qual apresentou os resultados dos exames feitos ao longo da serra, tornando possível fazer um levantamento dos locais propícios para a formação mineralógica e das instalações das fábricas de salitre na Serra dos Montes Altos.

Para a condução desse mineral até a Bahia havia duas hipóteses, a primeira do Desembargador Thomaz Robi, que consistia em trazê-lo a vila da Cachoeira, transportado por estrada em muares, estabelecendo lugares de repouso, onde os carreteiros poderiam dormir e

comer. A segunda, do Conselheiro Venceslau Pereira da Silva, que sugeria a utilização de uma via terrestre e fluvial, aproveitando o curso do rio São Francisco desde a região das minas até as cachoeiras de Paulo Afonso, e novamente fluvial desde o fim destas até a Vila de Cachoeira.

Com isso, a partir das averiguações e exames realizados a monarquia portuguesa coroa sucedeu uma nova tentativa da exploração de salitre, mantendo assim, uma comunicação política com as autoridades coloniais da Capitania da Bahia. Através de trocas de cartas, provisões, ofícios e requerimentos foi possível perceber a montagem para a implantação de duas fábricas de refinação de salitre no sertão baiano, assim como as estratégias para o recrutamento da mão de obra, basicamente indígena e/ou escrava, necessárias para o refino do salitre.

Além disso, foi possível levantar informações sobre a parte estrutural da fábrica, tais como os instrumentos e materiais utilizados para o refino do salitre, a construção de armazéns para estocagem do mineral, como também a relevância dos mestres refinadores, que eram os oficiais capacitados para o labor do salitre. Todavia, por conta da pouca quantidade e dificuldade da exploração de salitre, essa nova tentativa não vingou, culminando em 1763 na retirada de todos os oficiais mecânicos e todos os aportes utilizados para a implantação das fábricas pela Real Fazenda.

Apesar desses insucessos, considero que o salitre foi um recurso natural que moldou e condicionou significativamente a sociedade e a cultura mineral no século XVIII. A documentação emitida pelos governadores-gerais, sargentos-mores, engenheiros militares demonstraram que as condições e os empecilhos no além-mar para o aproveitamento do salitre como recurso mineral foram de natureza variadas. As averiguações, exames, investigações e amostras enviadas para Lisboa evidenciam o mineral como um recurso natural que necessitava de estratégias para o seu refino.

De acordo com FARIAS (2019, p. 26)

Os mapas ao longo do século XVIII e início do XIX, evidenciam que as explorações de salitre ocorreram ao longo das regiões próximas ao Rio São Francisco, indicadas como serras, morros e montes. Com isso, para a correta localização das primeiras citações sobre o salitre na América portuguesa e mais objetivamente na capitania da Bahia é preciso levar em consideração outro fator mais relevante e que não enxerga fronteiras, a geologia local.

Algumas características geológicas oferecerem grande número de cavidades naturais (grutas, lapas ou cavernas) e de acordo com livros e manuais europeus da Época Moderna que versavam sobre pólvora apontam que tais regiões eram propícias de serem salitreiras ou

nitreiras (ou ainda nitradeiras) naturais” (FARIA, 2019, p. 26). Logo, presume-se que a capitania da Bahia se apresentava com aspectos geológicos privilegiados para a formação do salitre, contendo aspectos mineralógicos, presença de substâncias químicas e condições climáticas favoráveis, tais como a umidade, a temperatura e exposição aos raios de sol condicionantes para a ocorrência do salitre.

Sendo assim, as feições geológicas ao longo do Rio São Francisco explicam o porquê da formação e ocorrência de salitre na Capitania da Bahia, que além da Serra dos Montes Altos, são noticiadas minas de salitre em torno do Rio Jacaré, Rio Verde Pequeno, Camamu e na Serra das Borrachas. Entretanto, é importante frisar que apesar da ocorrência abundante deste mineral em diversos territórios da América Portuguesa, quase sempre foi incógnito pelo fato de não dominar o seu processamento e o alto custo da exploração à Fazenda Real.

Ressalto também que os estudos das amostras de salitre enviadas ao longo do século XVIII, só revelavam se o produto era de fácil refino, mas não indicavam sobre a quantidade do minério ali existente. As fontes revelam o salitre sempre como componente difícil de obter, uma vez que sua “ocorrência natural dependia de condições que impeçam sua dissolução pela água, dado que o mineral é altamente solúvel” (PIVA, 2008, p. 930). Dessa forma “qualquer acúmulo superficial deste mineral, exposto a chuvas, seria completamente dissolvido e escoado com as enxurradas” (FARIA, 2019, p. 32).

No final do século XVIII, o salitre novamente volta à tona através de cartas e provisões trocados entre o Conselho Ultramarino e autoridades coloniais da América portuguesa. José Bittencourt de Sá e Acioli teria sido encarregado, de 1799 a 1808, das explorações mineralógicas e inspeção da mineração de salitre na região da Serra de Montes Altos. Este naturalista escreveu uma memória intitulada *memória sobre a viagem do terreno nitroso nos Montes Altos* na qual descreveu os meios econômicos para a extração do salitre e alguns caminhos para ir aos Montes Altos, além de trazer aspectos sobre a despesa das fábricas, transportes do salitre e algumas estratégias para que o empreendimento desse certo.

Accioli divide a memória em três tópicos principais. Inicia o documentando tratando do governo nos sertões, dizendo que pela falta da administração da justiça por causa dos longos caminhos, e pela mesma razão, e respeito da Régia autoridade nestes lugares e para haver maior respeito, é conveniente um Governo no local, que faça respeitar as leis e castigar em galés no serviço da serra os malfeitores dissolutos, ladrões, e matadores para exemplo dos maus e segurança dos bons.

Em seguida, o naturalista trata do clima mostrando que o salitre é perceptível em alguns períodos do ano, se a estação fosse mais úmida na região, ou estivessem as terras borrifadas a produção do nitro na Serra seria maior. E por fim, aponta que poderia fazer essa condução pelo Rio de S. Francisco, onde sairia dos Montes-Altos e conduziria em bestas e barcos em dezenas léguas até o primeiro porto, conduzindo assim até um porto principal, para dali se embarcarem lanchas e sumacas, e ir para a Bahia.

## **Conclusão**

Conclui-se que o salitre foi um produto estratégico, tendo sua exploração marcada por incertezas, dificuldades de refino, condução e exploração. Apesar dos insucessos, considero que foi parte integrante dos fluxos da economia colonial e envolvia os interesses da coroa, dos seus funcionários, mas também dos colonos interessados em obter vantagens econômicas com a exploração desse recurso. O mineral se apresentou como um elemento influenciador na dinâmica local, exigindo que os agentes coloniais buscassem técnicas para a exploração do mesmo. Ao mesmo tempo, este mineral certamente impactou nas relações sociais, políticas e econômicas, visto que não faltou empenhos dos colonos e da coroa portuguesa para erigir as fábricas para refino e estudos acerca do mineral.

Além disso, este trabalho contribuiu para um conhecimento mais denso da logística militar portuguesa que amparou o processo de expansão em suas colônias, incluindo assim, o salitre como produto estratégico e apresentou novas possibilidades de análise e compreensão a respeito dos recursos ecológicos presentes nos sertões da América lusa, sobretudo por “incorporar as variáveis ecológicas (como clima, solo, hidrografia, etc.), não mais como elementos externos, mas como componentes de um quadro explicativo mais amplo e complexo” (CABRAL, 2010, p. 116).

## **Agradecimentos**

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helida Santos Conceição por ser uma mediadora, incentivadora e pelas orientações, debates acerca deste trabalho e por acreditar nesta pesquisa. À Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sobretudo, ao Programa de Iniciação Científica. Enfim, a todos que confiaram e cooperaram na concretização desta pesquisa, em especial, meus amigos unebianos e minha família.

## **Referências**

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa*. In: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: jan/jun, 2008. p.114.



- CABRAL, Diogo; MOTA, Maria Sarita. *Escrita e governança socioecológica no Antigo Regime tropical*. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; et al. (orgs.). *História Ambiental: Natureza, Sociedade, Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das Minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.
- CONCEIÇÃO, Hélida Santos. *O Sertão e o Império: As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, D. 8 a. 1991, pp. 171-191.
- FARIA, Luciano Emerich. *Mineralogistas e seus estudos sobre os minerais úteis nas Minas Gerais dos períodos colonial e imperial*. 2019. Tese de doutorado – departamento de Química Universidade Federal de Minas Gerais.
- FUNES, Eurípedes Funes. *Múltiplas leituras sobre o sertão oeste*. v.23, n.3, jul.-set. 2016, p. 917-920.
- GALDOFI, Haira Emanuela & FIGUIERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 279-297, jul | dez 2014.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Natural Paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.
- MASCARENHAS, José Manuel de. *Portugues overseas gunpowder factories, in particular those of Goa (India) and Rio de Janeiro (Brazil)*. In: BUCHANAN, Brenda J. (Org.). *Gunpowder, Explosives and the State: A Technological History*. Burlington: Ashgate Pub Co, 2006.
- MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *“Em diligência de se libertar”*: alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia - Termo de Monte Alto (1810 - 1888). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- QUINTELA et al. *A fábrica da pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos*. Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1995.

# MEMÓRIAS DA COLÔNIA: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Malcon Gustavo Tonini. Departamento de História, UDESC, E-mail: malcongustavo@hotmail.com

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir história indígena a partir de lembranças. Nesse documento, desenvolvo uma análise construída a partir de texto produzido no ensino de história em projeto escolar, apresentando uma memória relacionada à história indígena e ao início do século XX, uma construção textual inesperada, sob perspectiva histórica, e possibilitada por meio de entrevistas e confronto entre fontes com origens diferentes. A relevância desse trabalho está na utilização da metodologia de história oral como recurso para o processo de construção de conhecimento, transportando para o ambiente educacional a análise e problematização de representações do passado, pertencentes ao lugar que é orientação para estudantes, e também, que ampliam e alcançam outras questões relativas ao contato entre indígenas e europeus. A compreensão e o desenvolvimento da investigação histórica, por meio de entrevistas, valorizam o cotidiano e as memórias da comunidade, e contribuem para a (re) construção documental de vestígios do passado. O uso da história oral dialogando com história indígena é importante para a compreensão das disputas de memória, e de diversas manifestações culturais relevantes para as pessoas, que pouco sabem sobre os não brancos que ocuparam terras catarinenses, antes da chegada dos colonizadores europeus.

**Palavras chave:** Ensino de História. História oral. História indígena.

## Introdução

A discussão nesse texto está inserida na proposta desenvolvida em minha dissertação de Mestrado<sup>358</sup>. Em minhas atividades enquanto docente do Ensino Médio da Escola de Educação Básica (EEB) Profa. Lídia Leal Gomes<sup>359</sup>, localizada em Tigipió<sup>360</sup>, interior do município catarinense de São João Batista<sup>361</sup>, desenvolvo o projeto escolar *Memórias da Colônia*. Pesquisa praticada a partir de 2019, que oportuniza interpretações e (re) construções de perspectivas históricas com origens diversas. Nesse projeto, procuro usar da metodologia baseada no uso de história oral. A estratégia é importante para a compreensão das disputas de

<sup>358</sup>Esse artigo possui recortes da minha dissertação de mestrado intitulada *Memórias da Colônia Nova Itália/SC: Diálogos entre história oral, memória e ensino de História*, defendida no ProfHistória na UDESC, em 2021, sob a orientação da Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva. O projeto foi contemplado pelo Programa de bolsas de pós-graduação UNIEDU/FUMDES, vinculado a Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina.

<sup>359</sup>A EEB Profa. Lídia Leal Gomes está localizada a 14 km da região central do município de São João Batista, as margens da rodovia SC-108, no trajeto que liga a cidade ao município de Major Gercino. A Escola foi construída em terras que um dia fizeram parte da Colônia Nova Itália, mas também onde, no passado, estava instalada a sede administrativa dessa Colônia, a fazenda Boa Vista. A Escola fica em área rural, atendendo aos bairros mais afastados da região central do município e possui laços enraizados por tradições antepassadas, sendo que a maioria dos estudantes possui familiares que descendem dos primeiros imigrantes europeus que chegaram à região.

<sup>360</sup>O distrito de Tigipió, na cidade de São João Batista, é a região que integra os limites territoriais que na primeira metade do século XIX fizeram parte da Colônia Nova Itália, documentada em agosto de 1835 durante a Regência Una do Padre Feijó.

<sup>361</sup>O município catarinense de São João Batista está localizado a 79 km de Florianópolis, capital, fazendo parte da microrregião dos Vales dos rios Tijucas e Itajaí-Mirim, integrando a Grande Florianópolis e tendo em seus limites as cidades de Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Major Gercino, Nova Trento e Tijucas.

memória e de diversas manifestações culturais (tradições e rituais partilhados) relevantes para as pessoas, em uma localidade que se desenvolveu com certas peculiaridades e com relativa independência.

O documento é tributário de observações a cerca de experiências transformadas em narrativas e que possuem relação íntima com a história da localidade a qual se integra a Escola e seus alunos e alunas. Aqui analisamos a desconstrução do mito do heroísmo bugreiro a partir de memória e narrativa, e construímos novos olhares relacionados a história indígena, por meio do texto escolar da aluna Liriane Garcia<sup>362</sup>. Sua escrita é fruto de entrevista com a idosa Astrogilda Zunino Formento, nascida em 1935 em Tigipió, onde sempre residiu. O estudo retoma trajetórias individuais de bugreiros, e principalmente de crianças indígenas que tiveram suas vidas usurpadas durante o contato traumático que firmou a supremacia europeia em regiões do Estado de Santa Catarina, em detrimento da história de povos ancestrais nessas terras.

Serão apresentados conceitos e a proposta pedagógica desenvolvida. Essa contempla a análise de narrativas, aqui entendidas como vestígios do passado. A história oral, nesse caso, insentivou a prática da construção do conhecimento histórico por meio do texto construído pela aluna, mostrando que sujeitos comuns e suas próprias versões históricas podem contribuir para a compreensão histórica.

### **História oral e memória no ensino de História**

A prática de lecionar História dando ênfase ao que o aluno conhece, priorizando o ensino por meio da troca de dados e/ou informações, abrange um mundo de possibilidades a se descobrir. Memória e história oral são possibilidades didáticas que amplificam o trabalho do professor. Permitem o alcance do conhecimento e compreensão do passado, questionando e modificando as interpretações do presente, ordenando, sistematizando e criticando fontes históricas. Os estudantes, ao se tornarem atores participantes de investigações, nos possibilitam descobertas que de outra maneira seriam difíceis de alcançar, pois em projetos desenvolvidos na escola com história oral, se reconhecem como sujeitos integrantes de um espaço em formação. No projeto escolar *Memórias da Colônia*, apesar de trilhas previamente definidas, concretizá-las em companhia dos jovens moradores da comunidade, garantiu subsídios para a desconstrução de histórias prontas e engessadas, que no presente podem ser reconstruídas após

<sup>362</sup>Liriane Garcia possui quatro textos produzidos para o projeto, desde 2019 vem contribuindo com a (re) construção da história local por meio do garimpo de informações históricas em entrevistas. A estudante não apresenta apenas trabalhos resultado de sequências didáticas, vai além, pois despertou em si o interesse em desvendar o passado de sua comunidade. A entrevistada pela aluna, Dona Gida, como é conhecida pela comunidade, é umas de suas principais fontes orais.

análises e problematizações de fontes selecionadas ou produzidas ao longo do processo educacional.

No ensino de História, recursos oferecidos pela história oral e explanados por professores tornam o aprendizado mais relevante, pois tratam de experiências concretas, narradas de maneira coloquial. Alunos e alunas passam a conhecer as histórias da comunidade, das próprias famílias e desenvolvem habilidades no planejamento, na prática e aprimoram sua capacidade de comunicação antes e no decorrer dos diálogos. Durante as entrevistas no projeto escolar, planejadas em sequências didáticas, muitos estudantes acabaram criando certo fascínio sobre o que estava sendo investigado, e por isso, se tornaram de alguma forma, portadores de dados que muitos pensam ser incontestáveis. Por isso, os estudantes, foram orientados pedagogicamente, e recebem orientações a cada novo ciclo, para fazerem o uso de um olhar analítico, avaliando as fontes de maneira crítica sabendo que nenhuma espécie de fonte é História em si, mas que faz parte de um processo de construção de conhecimento. De acordo com Verena Alberti, a combinação entre o “vivido” e “concebido” como formas de elaboração do real é o que causa fascínio na história oral. “[...] sabemos que o passado só retorna por meio de trabalhos de síntese de memória: só é possível recuperar o vivido pelo viés do concebido.” (ALBERTI, 2004, p. 17). Uma entrevista causa encanto pela possibilidade de experimentar as experiências do outro ao compreender as expressões dessa vivência. “A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento.” (ALBERTI, 2004, p. 22).

No projeto escolar, no início foram recortadas apenas as tradições orais, mas ao longo do tempo, memórias pessoais, familiares, até “segredos” que por muito tempo foram guardados vieram à tona. A ênfase empregada nas questões identitárias, fez com que alunos e alunas tivessem curiosidade pelo seu passado e de sujeitos que até então estavam despercebidos. A memória e a identidade, a percepção de si e dos outros, foram intermediadores chave para terem satisfação em investigar. No processo de ensino-aprendizagem o estudo de memórias sobre a história local oferece aos estudantes oportunidades de construção ou aperfeiçoamento da noção de pertencimento, identificando e diferenciando grupos classificados por etnias ou culturas, por exemplo. Os estudantes participantes nas pesquisas perceberam-se como parte de uma história ampla e complexa.

Enfatizo que é uma necessidade social se identificar e, segundo Stuart Hall (2000, p. 106), a identificação passa por um processo de construção nunca completado, sendo esta condicional. O conhecimento histórico produzido durante as trajetórias do projeto evidenciaram

como a identidade é construída a partir do reconhecimento de determinadas origens, da partilha de características, de ideais invocados pela descoberta de determinados passados aos quais os estudantes se correspondem e se atualizam durante a escrita. Os jovens entenderam que a história oral não impõe limites com relação aos temas de interesse, o que os mostrou o quanto praticá-la validou as aulas de História como oportunidade para se pensar a sociedade em que estão inseridos, no passado e também no presente.

Em sala de aula e nas relações comunitárias busco constituir um novo olhar histórico, onde o objeto de estudo se torna dinâmico e mais próximo. Mediante essa concepção, no ensino de História, as narrativas proporcionadas pelo projeto escolar deixaram de ser fundamentadas em temas distantes para se incorporarem aos fenômenos históricos relacionados à região problema, Tigipió. Ao se abandonar a noção tradicional da narrativa histórica, se objetiva buscar uma história plural e dinâmica. Seguindo essa linha de pensamento, os invisibilizados da História passam a ser percebidos. Nesse contexto, as práticas educacionais proporcionam aos estudantes a percepção de que a História faz parte de suas vidas e, de que tudo que os mesmos produzem é História e deve ser levado em consideração. Ensinar História dialogando com história oral é permitir um novo olhar acerca do saber histórico em sala de aula, incitando uma visão crítica entre os educandos. Com a metodologia da história oral conseguimos escrever sobre acontecimentos relatados sobre aquilo que se ouviu de terceiros ou histórias sobre períodos mais afastados. E assim o fazemos desde 2019, com alunos apresentando trajetórias de vida e tradições orais. Em ações que envolvem sujeitos são observadas suas experiências culturais e sociais. Não difundimos a ideia de que culturas são estáticas, não engessamos personagens históricos. No projeto *Memórias da Colônia* percebemos a vivacidade nas relações sociais em dinamismo constante. Nesse cenário, a partir de resultados obtidos por meio da pesquisa, do confronto entre fontes, relacionamos o processo colonizador europeu ao extermínio de indígenas em Santa Catarina, além disso, descaracterizamos a mitologia que envolve a figura de Martinho Bugreiro.

A estudante Liriane, como outros alunos e alunas participantes do projeto *Memórias da Colônia*, se tornou ao longo dos três anos de trabalho escolar, mais próxima de acontecimentos históricos em Tigipió. Reelaborou tradições orais percebidas na condição de investigadora de um passado transmitido por gerações, influenciado por diversas culturas que passaram verbalmente noções essenciais de uma geração a outra. A proposta de História apresentada na EEB Profa. Lúcia Leal Gomes, se distancia da velha narrativa de um passado morto, sem significado para a maioria dos homens e mulheres. Ao se pensar sobre percepções acerca de

uma “Nova História Indígena<sup>363</sup>”, nas histórias de Tigipió, encontros e desencontros entre sujeitos que pensam e agem de maneiras diferentes são constantes, mas em sala de aula se tornam mutáveis. Indígenas na maioria das vezes vistos como vencidos ou como resistentes à espera do desaparecimento, passam a ser percebidos como protagonistas e construtores da história da localidade. Na memória relatada por Liriane, há um enredo sobre o contato entre brancos e indígenas, que precisou por meio de intervenção pedagógica ser recontado reconstruindo conflitos, diálogos, tensões e negociações. As lembranças que oportunizaram a escrita do episódio: *O som do desespero*, em 2021, possuem ligação com a entrevista que a aluna conduziu nesse ano, mas também com o que assimilou ao longo do ensino médio, desde 2019, sobre a temática. Aprendeu com a problematização e análise de memórias trazidas para escola, por intermédio de outros estudantes. A partir desse arcabouço de informações, Liriane (re) construiu uma lembrança que sua entrevistada haveria recebido de sua mãe, Ana Tomasoni Zunino, que conheceu pessoalmente em sua juventude na comunidade, os personagens dessa história. Escreveu sobre um determinado acontecimento, de acordo com o momento e as circunstâncias, no presente. Brindou-nos com a oportunidade de se pensar sobre o processo de dominação e extermínio que afetou negativamente as sociedades indígenas não só no contexto local, mas também regional.

De maneira geral, pouco se sabe sobre os povos originários. Apesar da região de Tigipió no passado ter sido território Guarani e ter uma reserva indígena<sup>364</sup> nas redondezas, a comunidade enxerga apenas estereótipos, quando trata de descrever ou falar sobre esses povos. Há um cenário a se desconstruir por meio da Escola, mas para isso é necessário à produção de história indígena, e o estímulo de debates a respeito da diversidade cultural. Nesse trabalho, temos um enredo que foi debatido, não só na Escola, mas também a nível regional, com a publicação pela imprensa local, da história produzida por Liriane, que poderá ser acompanhada

<sup>363</sup>O termo “Nova História Indígena” está ligado diretamente à obra do Prof. Dr. John Manuel Monteiro, que alinha de forma significada, aspectos antropológicos à ressignificação de conceitos marcados pelo conservadorismo na sociedade. O autor propõe uma nova compreensão dos povos indígenas, como protagonistas, e a exaltação de suas lutas e conquistas, valorizando aspectos étnicos e culturais que se contrapõe à forma como a historiografia descrevia os “índios” até então. Segundo Maria Celestino de Almeida (2013), desde a década de 1990, a Nova História Indígena proposta por Monteiro, vem permitindo novas compreensões sobre o lugar dos indígenas na História.

<sup>364</sup>No passado, indígenas Guarani ocuparam por muito tempo as terras do hoje distrito de Tigipió, e, portanto, fazem parte da história da comunidade. No presente, indígenas Mbyá-Guarani residentes na aldeia V`ya, na localidade de Águas Claras, em Major Gercino, cidade vizinha, representam esse passado. As terras demarcadas em favor dos Guarani, na atualidade, foram adquiridas em 2007 com recursos advindos do convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) devido à duplicação da BR-101, trecho Palhoça-Osório. Os Mbyá-Guarani estão aldeados na região desde 2009, sendo que anteriormente moravam na aldeia Itaty, no Morro dos Cavalos, em Palhoça, também em Santa Catarina.

ao longo desse texto. Assunto esse, que aborda encontros traumáticos no passado colonial catarinense, entre populações não indígenas e indígenas, entre sujeitos que pensavam e agiam de maneiras distintas.

### **Martinho Bugreiro: A desconstrução de mitos na construção de histórias**

A sacralização de Martinho Bugreiro em meio à história colonial do Vale do Rio Tijucas, mas também de outras regiões catarinenses, estaria relacionada a um mito ligado diretamente a conservação das marcas de uma cultura senhorial. De acordo com Chauí (2006, p. 89), “a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos [...]”. O indígena nessa concepção jamais seria reconhecido como sujeito, nem como subjetividade e muito menos como alteridade, pois nessa estrutura estão subalternizados e inferiorizados pelos interesses e julgamento dos conquistadores. Quando a desigualdade é muito marcada, a relação entre os personagens dessa história assume a forma nua da opressão física. Em muitas regiões de Santa Catarina, os bugreiros, tornaram-se figuras respeitadas em sua época pelos habitantes de áreas que viveram o contato com populações indígenas, o que caracterizaria uma determinação histórica calcada pela discriminação e dominação desses povos. Em meio à pesquisa histórica no projeto escolar *Memórias da Colônia*, muitas vezes esses personagens foram reconhecidos pelo seu heroísmo, pois de sua "atividade" advinha à segurança dos colonos que habitaram a região problematizada. Na prática, os caçadores de indígenas erradicavam os entraves para a continuidade de tarefas ligadas a produção agrícola e ao comércio colonial.

Segundo Silvio Coelho dos Santos (1997, p. 19), áreas ocupadas pela imigração europeia estimulada pelo governo brasileiro na região sul do país, eram territórios indígenas. A instalação de colônias, como a Nova Itália em 1836, iniciou uma disputa não só por território, mas também por recursos naturais. Ainda de acordo com esse autor, muitos indígenas, pela falta de como garantir suas necessidades alimentares, passaram a atacar as propriedades ocupadas pela colonização europeia. Além disso, indígenas passaram a atacar a imigração em “locais de trabalho e de trânsito”. Esse contato intercultural propiciado pela apropriação dos territórios indígenas gerou uma onda de violência exacerbada. O Estado, nesse contexto, em seu ideal civilizatório e de branqueamento da população, acabou vitimando muitos colonos e principalmente comunidades ancestrais. “O território tradicionalmente [...] indígena foi, portanto, objeto de um plano de ocupação sistemático e irreversível.” (SANTOS, 1997, p. 20). Em meio às histórias, durante as entrevistas no projeto escolar, e na análise de fontes historiográficas, é verificável a relação conflituosa entre colonos e indígenas:

No entanto, mesmo diante de um processo violento, o índio não foi vítima passiva, tendo sua história reduzida às atrocidades dos brancos. Os índios, mesmo em situações adversas, posicionaram-se diante da nova conjuntura. (WITTMAN 2007, p. 22).

Em Tigipió, certas narrativas, frutos de uma memória coletiva, nos trazem a impressão que indígenas classificados popularmente como “bugres”, considerados seres rijos, rápidos e traiçoeiros, mereciam ser “caçados” por estarem sempre prontos para a qualquer momento varar os colonos com suas lanças e flechas. Na comunidade, as pessoas pouco sabem sobre os “índios<sup>365</sup>”. Compartilham de estereótipos relacionados ao desconhecimento histórico causador de preconceitos as diferenças culturais. Não compreendem sobre o contato entre seus antepassados e as vítimas de extermínios, os vencidos indígenas. Segundo Luisa Tombini Wittmann (2015, p. 9) é importante que no ensino de História se aborde questões relacionadas a essa “herança que relega os indígenas”, que os apresenta “como seres praticamente sem história e sem futuro. [...] é importante ir além da visão de um processo geral de dominação que afeta apenas negativamente as sociedades indígenas.”. A respeito dessas afirmações, podemos considerar o poder da oralidade em recriar vidas esquecidas e contribuir para que as pessoas reconheçam os mais variados sujeitos como significantes historicamente.

Os chamados bugres pela tradição oral e pela historiografia, no imaginário popular, seriam seres perigosos que viviam nas florestas, não catequizáveis e nem dispostos a viver sob o ideal civilizatório trazido para as suas terras pelos europeus. Esse discurso precisa ser revisto e sua análise socializada, como no caso da mitologia construída sobre aos seus algozes. Os bugreiros, que atuaram de maneira criminoso, em uma época que segundo Enéas Athanázio (1984), homicidas e agressores já eram punidos pelo Estado, não devem ser tratados como heróis. No período em que agiram em Santa Catarina, “Ninguém [...] tomou jamais qualquer providência contra eles, mesmo porque a legítima defesa ou o estado de necessidade, mesmo encaixados a martelo, deveriam funcionar como escudo, em eventuais dúvidas.” (ATHANÁZIO 1984, p. 272). O estudo histórico sobre o que prevaleceu ao longo do tempo com relação a essas conflituosas memórias possibilitam rememorações de lembranças que reforçam a imagem dos chamados “índios”, sujeitos que pensam e agem de acordo com suas referências culturais, e dos

<sup>365</sup>O uso do termo “índio” nesse texto tem o objetivo de chamar atenção sobre como a população local o concebe, como os entrevistados, memorialistas é até alguns autores intitulam o indígena. Índio é um rótulo colonial, resistente ao tempo e que representa um processo de não reconhecimento dos povos que habitam o Brasil, mesmo antes de assim ser chamado. A reflexão sobre a terminologia, que reduz a diversidade cultural a algo genérico reduz o impacto do senso comum. A utilização do termo “indígena”, que significa “natural do lugar que se habita”, é um indicativo como definição mais correta para se referir aos povos originários, como os Guarani e os Laklãnõ Xokleng, duas das mais de trezentas etnias de populações indígenas que habitam o país.



bugreiros, sujeitos construídos acerca de um suposto heroísmo que estaria acima das leis e a serviço do direito natural de poder, atribuído ao colonizador.

O episódio XVIII: *O som do desespero*, publicado na série jornalística<sup>366</sup> *Memórias da Colônia* em 2021, de autoria da estudante Liriane Garcia, nos permite uma vasta reflexão sobre o contato entre indígenas, colonos e bugreiros. A narrativa aproxima crianças Laklãnõ Xokleng da história de Tigipió, região que no passado era ocupada por aldeamentos Guarani. Em comum as duas etnias, o sofrimento causado pelas sucessivas expedições bugreiras, responsáveis, juntamente com outras questões não discutidas nesse texto, pela desintegração do modo de vida tradicional indígena durante o século XIX e início do século XX:

O SOM DO DESESPERO: Em um dia comum na Colônia, onde as crianças brincavam na rua e as famílias trabalhavam nas roças, Martinho Marcelino de Jesus chegava a passos largos com seus homens. O bugreiro e seu bando traziam consigo meninas órfãs para serem entregues a casais de colonos para criarem. Tratava-se de crianças indígenas poupadas das matanças proporcionadas pelos bugreiros, que por critério, optavam por deixar jovens meninas viverem. Por motivos eminentes, as meninas estavam muito assustadas com tudo que aparentemente haveria acontecido com seu aldeamento. Ao se aproximar do vilarejo, Martinho sentou-se em uma roda e começou a contar o que havia acontecido na noite anterior para os moradores locais que o receberam. Segundo o bugreiro, uma das jovens poupadas no ataque estava tão desesperada, que não aceitara seguir com o bando. Antes de sua partida do local do acontecido, a indígena insistia em encostar seu ouvido no chão repetidas vezes e gritava. A menina queria fugir a todo custo. A indígena lutava para conquistar sua liberdade. Naquele momento da história narrada por Martinho, os bugreiros tentavam acalmá-la para prosseguirem com a viagem de volta para casa. Dizia ele que tentaram entender o que ela queria dizer, mas não conseguiam se comunicar. De acordo com Martinho, a situação se estendeu por algumas horas, até que em um momento, seu bando desconfiou que ela pudesse estar ouvindo passos de outros indígenas que se aproximavam. A região onde atuavam naquele momento possuía vários aldeamentos. Deduziram que outros nativos conseguiriam ouvir os gritos da garota e pudessem vir em socorro, pois não parava de gritar. Martinho, que desabafava com os colonos sobre aquele acontecido, disse que mesmo depois de ponderar, acabou decidindo que seria melhor “passá-la” a facão e levar somente as outras indígenas que estavam mais calmas para a Colônia. E assim teriam feito. Um dos capangas assassinou a jovem. Nessa hora, um silêncio estranho pairou entre todos os colonos que escutavam Martinho terminar sua história. Pela primeira vez, algo havia saído de seus planos. (Liriane, 18 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 03/09/2021).

<sup>366</sup>O jornal comunitário *Correio Catarinense*, apresenta publicamente as histórias escritas pelos estudantes para o projeto escolar desde 2019. O periódico atende a demanda pela curiosidade dos locais sobre os resultados das atividades escolares. O *Correio Catarinense* circula em cinco municípios do Vale do Rio Tijucas (Canelinha, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas) e traz reportagens produzidas na região por uma rede de colaboradores.

A história apresenta a inserção de indígenas, a vida colonial em Boa Vista<sup>367</sup>, hoje Tigipió. Apresenta indícios relacionados aos assassinatos Laklãnõ Xokleng por bugreiros contratados pelo Estado, para uma “limpeza étnica” no início do século XX. Entre as décadas de 1900 e 1920, período provável em que Martinho Marcelino de Jesus teria trazido meninas Laklãnõ Xokleng para Tigipió e as entregue para a criação junto aos colonos locais, foi época onde teria atuado comandando diversas expedições bugreiras no Vale do Itajaí.

O objetivo aqui é tirar o maior proveito da memória descrita pela estudante, pois apresenta informações importantes para fim de pesquisa histórica, para desvendar a origem de sujeitos com procedências desconhecidas pela comunidade e para chegarmos a um ponto de vista bem distante do heroísmo atribuído aos bugreiros. É preciso revelar ações históricas daqueles que não deixaram registros escritos. Usar da memória de brancos para falar dos não brancos, porque essas lembranças são de alguém que teve contato com eles. A estudante quando escreveu para o projeto, deu prioridade ao valor do que estava sendo lembrado, mas não pensou no todo das consequências da pesquisa histórica que desencadeou. A aproximação de Liriane com aquilo que pesquisou e contou por meio de textos, provoca indagações positivas com relação ao processo de ensino de história indígena por meio de história oral. Oportunizou horizontes para um olhar mais atento sobre a fonte que produziu. De acordo com Wittman (2007, p. 24), apesar de a história ser fruto de lembranças e escrita de “[...] brancos não impede a fonte de trazer dados para além de sua cultura.”.

A aluna escreveu com certa familiaridade a história, pois se sentiu atraída, pois reconhece importância na ação, e na divulgação das estruturas temporais que conformavam à narrativa. Reproduziu uma memória, fruto de sua entrevista, com viés ligado ao que já havia sido descoberto no processo de ensino-aprendizagem, sobre a atuação bugreira na comunidade e sobre a presença de culturas indígenas em meio aos relatos sobre o passado de Tigipió. Produziu conhecimento devido a uma ligação significativa com o que percebeu durante o ensino de História, baseando-se em descobertas e nas construções históricas do projeto escolar. Concordando com a proposta de uma Nova História Indígena, o texto de Liriane nos oportuniza

<sup>367</sup>A justificativa levantada por Maurici (2008) para a troca do nome da localidade de Boa Vista para Tigipió seria causada pela confusão postal causada pelo nome com relação a outro vilarejo de mesmo nome em Mafra. Tigipió é um nome indígena que de acordo com a professora Darci, se refere a uma frutinha redonda, cor de ouro com uma polpa translúcida, como um bago de uva, com cheiro e gosto de mel. Quando ingeridas em grande quantidade é tóxica e mortal, segundo a crença popular. Essa fruta teria sido abundante à beira dos riachos da região e enganado muitos viajantes.

recuperar sujeitos históricos que agiam de acordo com o que acontecia ao seu redor. Há percepções e interpretações que podem ser feitas sobre história indígena na escrita da aluna. O texto exalta memórias sobre bugreiros, mas igualmente nos mostra o que viveram e as estratégias tomadas pelas meninas capturadas, antes de serem entregues para adoção pelos colonos. É preciso de sensibilidade antropológica para a interpretação das imagens que vem à tona durante a leitura de *O som do desespero* e de sua ilustração, construída por um ex-aluno e colaborador do projeto escolar, o estudante Igor Eduardo Machado<sup>368</sup>.

A ilustração representa não só a narrativa de Liriane, mas também a ação bugreira em meio à abordagem de indígenas em suas incursões encomendadas. Ainda em 2019, início da pesquisa, estudamos que projetos estatais com origens a partir do século XIX, obtinham sucesso, em nome da colonização e do progresso, com a contratação de homens para o extermínio de indígenas. Prática motivada e patrocinada, muitas vezes pelo Estado brasileiro, a partir de 1872. Centenas, milhares de indígenas foram mortos sem compaixão pelos “batedores de mato<sup>369</sup>”, que penetravam aldeias e os liquidavam a facão enquanto dormiam. De acordo com Santos (1997, p.27):

As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria era aparentada entre si. Atuavam sob o comando de um líder. A quase totalidade dos integrantes desses grupos eram “caboclos”, que tinham conhecimento sobre a vida no sertão. Atacavam os índios em seus acampamentos, de surpresa. Às vítimas poucas possibilidades havia de fuga.

<sup>368</sup>Igor Eduardo Machado, 18 anos, é aluno da EEB São João Batista, localizada na parte central do município. Durante o ano de 2017, o inscrevi em um concurso nacional de ilustração sobre a participação da princesa Leopoldina no processo de Independência do Brasil, cujo se saiu vitorioso. O estudante foi premiado na Câmara dos Deputados em Brasília e recebemos uma Moção na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em:  
[http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/garoto\\_de\\_sao\\_joao\\_batista\\_vence\\_concurso\\_nacional\\_de\\_desenho](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/garoto_de_sao_joao_batista_vence_concurso_nacional_de_desenho).

<sup>369</sup>Segundo Santos (1997, p.43), “O termo era um eufemismo oficial para referir-se a uma tropa de bugreiros.”.

Figura 1 – Ilustração de O som do desespero



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2021)

Liriane e Igor reconhecem que a preservação ou eliminação indígena era de acordo com projetos políticos de incorporação social e econômica. A representação dada aos sujeitos históricos em ambas as narrativas possuem relação com experiências sociais e culturais. As entrelinhas dessa produção trazem surpresas, indícios, sinais, vestígios, pistas, interações entre indígenas e colonizadores.

Fontes historiográficas quando falam de investidas indígenas, contribuem com o discurso colonizador, pois enfatizam geralmente as mortes causadas por eles. Em Tigipió é de conhecimento popular que no início da colonização, na primeira metade do século XIX, foram mortos imigrantes italianos em supostos ataques Guarani. Mas é preciso se fazer uma leitura sobre as motivações e sobre os embates, sobre o contato. A presença alheia também causou espanto aos indígenas, os primeiros habitantes de Santa Catarina, os colonos eram pessoas estranhas:

Europeus que chegavam e, prontamente, realizavam derrubadas para construção de casas, criação de animais e cultivos diversos. Ao longo dos anos, mais e mais homens, mulheres e crianças se estabeleceram nas terras próximas aos rios. Enquanto os imigrantes comemoravam a almejada propriedade e o desenvolvimento das colônias, os índios tinham cada vez mais o seu território de caça e coleta reduzido (WITTMAN, 2007, p. 31).

O interesse das pessoas ligadas à imigração era garantir o desenvolvimento das colônias e o progresso das regiões colonizadas. Para esse objetivo acreditavam ser fundamental resolver a situação problemática causada pelos “bugres”. As fontes utilizadas durante o projeto escolar apresentam a lacuna de não haver documentos produzidos por indígenas sobre esse passado, o

que contribuiria em dar mais protagonismo a esses sujeitos, e, portanto, acabam dando ênfase a personagens como Martinho Bugreiro. E no caso aqui analisado, apesar de serem introduzidas ao modo de vida colonial, não há indícios documentados deixados pelas sobreviventes que passaram a existir em Tigipió, sobre essa trama, e nem memórias que tenham origem em suas falas. Quanto ao bugreiro, segundo tradições comunitárias, Martinho Marcelino de Jesus se tornou o mais célebre exterminador de “bugres” que se tem notícia em Santa Catarina, e seu grupo de caçadores de indígenas, se tornou uma espécie de esquadrão da morte, reconhecido positivamente por muitos, pelos seus feitos durante a colonização europeia.

Martinho era contratado por colonos ou pelo governo e matava os indígenas geralmente à noite. Seu grupo foi um pequeno pelotão que atuou na região serrana e em vales onde se instalavam os colonizadores europeus, incluindo a região do Vale do Rio Tijucas, onde se localiza Tigipió. Segundo Santos (1997, p. 27) nasceu por volta de 1876, em Bom Retiro, serra catarinense. Ainda segundo esse autor, teria trabalhado com gado, atuando na atividade tropeira, o que o fez conhecer a Vila Boa Vista, depois Tigipió. À região incluem-se passagens percorridas por muitos anos pelos tropeiros que desciam a Serra indo em direção as cidades do litoral catarinense, seguindo caminhos às margens dos rios que formam a bacia hidrográfica do Rio Tijucas. Outra autora, Darci de Brito Maurici (2008, p. 19), nos conta que Martinho Bugreiro “começou a matar índios com 18 anos”. De acordo com o Pe. Flávio Feler (2015, p. 82), o bugreiro começou a matar, pois “Martinho tinha ódio dos índios, pois esses haviam matado sua mulher e dois filhos.”. É verdade que segundo Enéas Athanázio (1984) raramente falava da eventual chacina de sua família. São muitas as versões sobre o início das atividades que atendiam pedidos de colonos e do Estado para esse personagem se “livrar” dos indígenas. Lembranças que permeiam as memórias de tantas pessoas em Tigipió.

Martinho falava pouco, era fechado. Honesto no seu viver nas comunidades, considerado pela historiografia, um homem de extrema seriedade. Mas era um matador mercenário, um degolador sanguinário de indígenas e de acordo com Maurici (2008, p.19), “Tinha astúcias de caçador, sabia como chegar quieto e na hora certa passar a bugrada na espada.”, o que o configura como um verdadeiro genocida. Segundo Santos (1997, p. 27), “Volta e meia estava em Florianópolis, prestando conta ao governo.”, o que segundo as tradições orais em Tigipió, aconteceria com a apresentação e contagem das orelhas rasgadas dos cadáveres durante as investidas bugreiras junto às comunidades indígenas. Dizem que eram cortadas, perfuradas e penduradas em um cordão que os matadores levavam no pescoço. As fontes, utilizadas em pesquisa, indicam que em meio a essas circunstâncias viveu e agiu o

protagonista da história de Liriane. Martinho Marcelino de Jesus, de Taquaras e da Serra da Boa Vista, hoje Rancho Queimado, de Tigipió, hoje distrito de São João Batista, de Vidal Ramos e também do Vale do Itajaí. Dizem que a história do sujeito teria encerrado em 1937, em decorrência do tifo.

As crianças femininas e indígenas, do texto de Liriane, fazem parte de um grupo que foram poupadas em ataques comandados por Martinho, que de acordo com Athanazio (1984) inclusive, eram protegidas pelo líder bugreiro de possíveis estupros por parte de seus companheiros de bando. Santos (1997) nos conta sobre crianças Laklãnõ Xokleng poupadas e entregues para a adoção por colonos, humanistas, religiosos e autoridades estaduais. Crianças indígenas trazidas e incorporadas à região de Tigipió e fazendas do planalto catarinense pelos bugreiros eram como troféus. O número de vítimas sobreviventes (geralmente crianças femininas) não é pequeno. A garota “passada a facão”, na história da estudante, representa muitas das vidas ceifadas pelo temor bugreiro de represálias indígenas.

Outra informação reforçada em *O som do desespero* é a de que as localidades de Tigipió estavam no mapa bugreiro, como destino, pois Martinho, apesar de nascido na serra catarinense, morou parte de sua vida em terras que hoje fazem parte da localidade de Arataca<sup>370</sup>. Além disso, alguns de seus homens são naturais dali e da região que hoje faz parte do município de Major Gercino, cidade fronteiriça. As crianças, na história de Liriane, entregues a colonos em Tigipió, segundo alguns moradores, teriam servido como mão-de-obra e chegaram à fase adulta, inclusive deixando descendentes. A historiografia também nos conta sobre crianças Laklãnõ Xokleng capturadas no Vale do Itajaí, reforçando as lembranças sobre o episódio, pois “ficaram registros e, às vezes, fotos.” (SANTOS, 1997, p. 29) de alguns dos sobreviventes. Em serviço, Martinho e seu bando teriam sido fotografados ao lado de vítimas que suportaram fisicamente as suas incursões, retratados para a posteridade, como quem promovera assassinatos em nome da segurança de colonos europeus que estavam se fixando em Santa Catarina.

<sup>370</sup>Segundo Maurici (2008) a localidade de Arataca teria sido iniciada com a chegada da família de Luiz Melo entre as décadas de 1880 e 1890, durante a integração da freguesia de São João Batista, criada na Província de Santa Catarina em 19 de abril de 1838, ao município de Tijucas. A comunidade teria se desenvolvido nas terras mais ao fundo de Boa Vista (Tigipió), e teria recebido este nome justamente por ser considerada sem saída, a exemplo da armadilha indígena de mesmo nome.

Figura 2 – Martinho Bugreiro e crianças indígenas poupadas em uma de suas ações no Vale do Itajaí



Fonte: Acervo Silvio Coelho dos Santos (2012). Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/avisc/7993832390>. Acesso em 16 set. 2021.

Muitos memorialistas e entrevistados na comunidade de Tigipió enquanto narram acontecimentos, se atêm a figura histórica do “herói” bugreiro. Poucos marginalizam o personagem em seus discursos, o colocam como alguém que segue regras, que apesar de matador é alguém eticamente correto. É uma visão compartilhada por muitas pessoas, onde há admiração sobre os feitos de Martinho Bugreiro. Mas apesar de alguns o considerarem herói, outros o apontam como um criminoso profissional, uma forma de contestação de dilemas políticos enraizados na sociedade catarinense. Histórias como a de Liriane, possuem o papel de esclarecer sobre seus personagens. A trajetória indígena, lembrada pela aluna, apresenta influência de outras memórias muito presentes nas tradições orais, e, sobretudo, de informações levantadas ao longo do projeto escolar. Nos seus escritos reuniu fragmentos de imagens, vestígios e lembranças. Teceu um emaranhado de memória. A exemplo de Igor em sua ilustração, lembrou, refez, reconstruiu, repensou, com imagens e ideias de hoje, experiências do passado.

Quando indagamos sobre as relações entre colonos e indígenas, não devemos nos abster de mencionar a herança de uma cultura que define as tradições orais relacionadas à atuação bugreira em Tigipió, e em Santa Catarina. O tratamento dado ao se falar sob influências de uma conexão com o passado, por pessoas comuns e até por autoridades, carrega traços marcantes da atuação de uma sociedade autoritária e estruturada desde a implantação de colônias em Santa Catarina. Diferenças étnicas estão naturalizadas, o que colocaria os indígenas em condição de inferioridade. O tratamento de bugreiros como heróis e a maneira como são festejados como tal é uma prática alicerçada em ideias de longa data. O ideal civilizatório durante a implantação e expansão do modo de vida europeu, acrescido das representações construídas pelos colonos sobre os indígenas e as sucessivas expedições de bugreiros, foram responsáveis, juntamente

com outras questões não discutidas, pela desintegração do modo de vida tradicional indígena. Além disso, houve uma forte diminuição de suas populações em território catarinense, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. O que não podemos deixar de citar nesse trabalho é o silêncio a que esses grupos foram condenados, onde só aparecem como sujeitos nos momentos em que seu comportamento é apontado como indesejável. Os Guarani e os Laklãnõ Xokleng são nesse contexto, apenas grupos humanos que lutaram para defender seu modo de vida frente à expansão do capitalismo em Santa Catarina e no mundo.

### **Considerações finais**

As histórias que construímos na escola, propiciadas pela história oral, são dinâmicas e mobilizam a investigação sobre a maneira como a comunidade de Tigipió relaciona-se com o passado. Com a colaboração dos estudantes, ao acionarmos esse passado sob luzes do presente, recuperamos acontecimentos, sentimentos e valores. O projeto *Memórias da Colônia* tem enorme potencial para a escrita e o ensino de História, pois impacta no aprendizado sobre eventos, e também sobre como esses influenciam a vida comunitária. Na EEB Profa. Lídia Leal Gomes, depoimentos de pessoas comuns, estudados, transformam-se em conhecimento, demonstrando que nos constituímos agentes que possibilitam a abertura de horizontes mais plurais, contemplando os ideais de diversidade. Somos autores e sujeitos dessas histórias e a forma como significamos nossas narrativas e as ideias que lhe são adjacentes, nos embasa para pensar sobre o ensino de História como campo de ação e intervenção na contribuição no desenvolvimento do pensar historicamente.

Em trajetória de três anos de pesquisa histórica, Liriane Garcia e outros estudantes significaram processos históricos e entenderam como são construídas as narrativas que formam os produtos resultantes de nosso trabalho. Segundo Wittmann (2015, p.19) a observação meticulosa sobre as fontes históricas, produzidas ou garimpadas, permite enxergar detalhes que “podem dar a chave para a análise de um contexto cultural”. E é a partir dos sinais deixados por essas fontes que agimos em sala de aula e perante a comunidade. Os vestígios que constatamos entre as entrevistas, com moradores de Tigipió, nos permitem seguir caminhos traçados que nos levam a reconstruir muitas histórias esquecidas, incluindo as que envolvem povos originários. As vozes dos estudantes, de seus familiares, de seus conhecidos, abrem espaço para contribuições e conclusões, desenvolvendo uma perspectiva crítica sobre o que é abordado na escola, inclusive, sobre os indígenas e suas experiências ao longo da História.



## Referências

- ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-31.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 399-403, 2013.
- ATHANÁZIO, Enéas. Martinho Bugreiro, criminoso ou herói? *Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: línguas e culturas indígenas sul-americanas*, 1984. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aathanazio-1984-martinho/Athanazio\\_1984\\_MartinhoBugreiro.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aathanazio-1984-martinho/Athanazio_1984_MartinhoBugreiro.pdf). Acesso em: 21 mar. 2021.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, vol.6.
- FELER, Flávio. *O centenário de São Sebastião do bairro da Índia, 1915 – 2015*. Florianópolis: Sagrada Família, 2015.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.
- MAURICI, Darci de Brito. *São João Baptista do Alto Tijucas Grande: 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à capital catarinense do calçado*. Blumenau: Odorizzi, 2008.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC: 1997 [Itajaí]: Ed. da UNIVALI, 1997.
- TONINI, Malcon Gustavo. *Memórias da Colônia Nova Itália/SC: Diálogos entre história oral, memória e ensino de História*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Ensino de História. Florianópolis, 2021.
- WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.
- WITTMANN, Luisa Tombini. *Ensino (d) e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

## **CEMITÉRIO DO BONFIM: ARTE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – A CONSTRUÇÃO DE ROTEIROS SURPREENDENTES**

Marcelina das Graças de Almeida, Profa. Dra. Escola de Design, Graduação e Pós-graduação em Design, UEMG. E-mail: [marcelina.almeida@uemg.br](mailto:marcelina.almeida@uemg.br)

**Resumo:** O Cemitério do Bonfim, situado na cidade de Belo Horizonte, capital mineira, tem despertado o interesse para o seu potencial como espaço educativo. Esta constatação pode ser detectada por meio de uma ação extensionista e de pesquisa realizada em parceria com Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, FPMZ e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA e a Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, quais sejam a visitas mensais ao cemitério estimulando a compreensão do ambiente como sítio potencialmente apropriado para a promoção da educação patrimonial. São preparados os roteiros de visitas e apreciação e o esquadramento relativo aos conceitos de patrimônio histórico e cultural, bem como o turismo e educação patrimonial são os aportes teóricos que consolidam esse aspecto da ação educativa realizada. Metodologicamente o projeto é construído através dos estudos de campo, previamente realizados, para compreensão e exploração da história do cemitério e do acervo nele contido e, posteriormente, pela construção dos roteiros e atendimento aos visitantes. Há o planejamento na preparação de um calendário anual, da divulgação na mídia, no processo de inscrição e, posterior fornecimento dos certificados de participação dos visitantes. Percebe-se que a realização da visitas tem permitido a reabilitação do espaço cemitierial resultando em experiências diversificadas que incentivam a preservação do lugar, integrando áreas de conhecimento como história, artes visuais, arquitetura, turismo, design dentre outras, além de sensibilizar o poder público e privado para promoção de ações de zelo pelo patrimônio histórico e cultural que nele se abriga.

**Palavras-chave:** Cemitério do Bonfim; visitas guiadas; educação patrimonial.

### **Introdução**

Esta comunicação tem como objetivo principal explicitar as atividades e progressos alcançados pelo projeto “Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial” que vem se realizando, desde o ano de 2012, na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, e toma o cemitério como protagonista. O projeto se caracteriza por estimular a pesquisa, bem como a extensão no universo acadêmico, dentro do qual se realiza que é a Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, ED/UEMG. Iremos, aqui, tratar dos aspectos referentes à extensão que conta com parceria entre Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, FPMZ e o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA e que resultam nas “Visitas Guiadas ao Bonfim”.

As “Visitas Guiadas ao Bonfim” são ofertadas de modo gratuito à população interessada em conhecer o acervo e a história, se realizam entre os meses de fevereiro e novembro, ao menos uma vez a cada mês, e desde o ano de 2018, roteiros específicos estão sendo construídos e direcionados na condução das atividades.

Assim este texto apresenta o projeto bem como as ações que vem se desdobrando nestes 09 (nove) anos de existência, destacando as premiações e as atividades que norteiam a

realização e estruturação do projeto, sendo colocado em evidência alguns dos roteiros que compõem o cenário das “Visitas Guiadas”.

### **O projeto**

O Cemitério do Bonfim, situado na cidade de Belo Horizonte, capital mineira, tem despertado o interesse para o seu potencial como espaço educativo. A prática acadêmica cristalizada através de aulas investigativas no espaço cemiterial tem o transformado em um local peculiar para a realização de atividades de pesquisa.

Nesse percurso educativo, desde o ano 2012, através de uma ação extensionista e de pesquisa realizada em parceria com Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, FPMZ e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA e a Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, visitas mensais ao cemitério tem se realizado estimulando a compreensão do ambiente como sítio potencialmente apropriado para a promoção da educação patrimonial.

O motor que conduz a realização das visitas é, através da oferta de atividades lúdicas e educativas, sensibilizar o olhar e interesse da população, em geral, para o entendimento da história e do acervo guardado no espaço cemiterial. Para construção do projeto e condução das atividades de pesquisa e extensão o suporte teórico que embasa todo o trabalho relaciona-se com a produção historiográfica relativa à história da construção da capital mineira, bem como à construção do Cemitério do Bonfim e, particularmente, os estudos relativos à morte e morrer no mundo ocidental são, igualmente, fundamentais para a compreensão da temática.

São preparados os roteiros de visitas e apreciação e o esquadramento relativo aos conceitos de patrimônio histórico e cultural, turismo e educação patrimonial são os aportes teóricos que consolidam esse aspecto da ação educativa realizada. Metodologicamente o projeto é construído através dos estudos de campo, previamente realizados, para compreensão e exploração da história do cemitério e do acervo nele contido e, posteriormente, pela construção dos roteiros e atendimento aos visitantes.

Há todo um planejamento na preparação de um calendário anual (Fig. 1), da divulgação na mídia, no processo de inscrição e, posterior fornecimento dos certificados de participação dos visitantes. A partir das investigações e proposições de itinerários no espaço cemiterial está sendo proposto um guia de visita a ser disponibilizado para instituições de ensino e pessoas interessadas em visitar e conhecer o espaço cemiterial. E, em razão da pandemia do COVID-19, as visitas presenciais foram suspensas e tivemos que reinventar metodologias e processos para manter o projeto em ação.

Figura 1 - Calendário de visitas 2020

**VISITA GUIADA  
CEMITÉRIO DO  
BONFIM**  
História, Arte, Memória e Patrimônio

Venha conhecer esse museu a céu aberto e descubra os mistérios de sua construção e o significado de suas obras de arte.

**CALENDÁRIO DE VISITAS 2020**  
(um domingo por mês, com início às 9h)

16/2	29/3	26/4	31/5	28/6
12/7	30/8	27/9	25/10	29/11

INSCRIÇÕES:  
(31) 3277-7286 | agenda.visitasbonfim@pbh.gov.br  
Rua Bonfim, 1.120 | Linha de ônibus 4114 (Bonfim)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS | ESCOLA DE DESIGN | CEPAC | CEFAP | CULTURA | MINAS GERAIS  
PARQUES E ZOOBOTÂNICA | PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Fonte: FPMZ

Houve o incremento das redes sociais com a produção de conteúdo de interesse para as pessoas interessadas. Destacamos: Facebook, Instagram, Youtube e Podcast. Estas atividades têm, a cada dia, incrementado, de modo considerável a visibilidade naquilo que se refere à necrópole e conseqüentemente tem possibilitado necessidade de ampliação do conhecimento do acervo e história daquele lugar, resultando na abertura de novos campos de pesquisa e investigação para os pesquisadores.

O projeto já foi premiado por duas vezes, a primeira vez, em 2014, durante a realização do VI MESTRES E CONSELHEIROS Agentes Multiplicadores do Patrimônio - "Os Desafios da Educação Patrimonial" de 04 a 06 de Junho de 2014, ocasião em que foram avaliados vários projetos para concorrer à 1ª Edição do Prêmio Mestres e Conselheiros, de caráter nacional, promovido pelo Fórum Mestres e Conselheiros – Agentes Multiplicadores do Patrimônio, sendo premiado, em 1º lugar, o “Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial”. A segunda vez em que foi agraciado com uma premiação se deu no ano de 2018, no evento MESTRES E CONSELHEIROS Agentes Multiplicadores do Patrimônio – 29 a 31 de agosto de 2018, 4º Prêmio Mestres e Conselheiros, IEDS, tendo naquela ocasião, alcançado o 2º lugar, na condição de ação educativa, em nível nacional.

Estas premiações indicam a importância e relevância da proposição que, desde sua efetivação, no cenário cultural da capital, já atendeu mais 2.000 (dois mil) visitantes, sem contar o atendimento da demanda, durante os dias da semana, às instituições de ensino, sejam do ensino público ou privado, sempre na perspectiva de propor ações de educação patrimonial.

### **Ações construídas e em construção**

O projeto voltado para as visitas guiadas vem sendo desenvolvido desde junho de 2012 e parte da premissa de que o Cemitério do Bonfim deve ser entendido como lugar de memória e, parte significativa da história da cidade de Belo Horizonte. Diante dessa constatação têm sido realizadas as visitas guiadas ao espaço cemiterial que tem proporcionado uma ampla discussão sobre a qualidade do acervo nele contido e suas potencialidades como lugar de educação. Paralelamente a essa atividade estão sendo apurados dados relevantes para a construção de repertório que sirvam de suporte para a construção de material pedagógico e da própria divulgação, em si, do projeto proporcionando elementos que contribuam para a promoção da educação patrimonial e ao mesmo a produção de um guia turístico que contenha alguns dos variados e possíveis roteiros que são propostos a partir das visitas e das intensas e profundas pesquisas realizadas.

O guia toma como referência os roteiros que, efetivamente, são construídos e propostos a partir das atividades de pesquisa e investigação que se realizam no espaço cemiterial. Até a atualidade foram propostos os seguintes roteiros: • Imigração e imigrantes no espaço cemiterial; • A presença feminina no Cemitério do Bonfim; • Religião e religiosidade no espaço fúnebre; • Artes e artistas no espaço cemiterial; • Personagens e personalidades no Cemitério do Bonfim; • Esportes e esportistas no espaço cemiterial. • As ruas da cidade no espaço cemiterial; • A paisagem cemiterial e a paisagem da cidade: aspectos inexplorados • Visitando os heróis no espaço cemiterial • Signos e símbolos na arte tumular.

Um aspecto que atravessa toda a narrativa dos roteiros é o destaque para a relação da história do cemitério e sua conexão com a história da cidade, ou seja, Belo Horizonte, cidade moderna, nascida na virada do século passado, apresentava - se como uma proposta nova em relação a tudo aquilo que havia sido o extinto Arraial do Belo Horizonte, local escolhido entre tantos outros e sobre o qual foi erguida a cidade. Esta proposta perpassava desde a composição estética - arquitetônica das ruas e prédios, bem como o perfil de seus moradores que, deveriam estar em consonância, com a cidade e, neste sentido, deveriam possuir novos hábitos e comportamentos naquilo que se relacionava ao convívio social. E neste convívio inclui - se a

morte. Concebida dentro do ideário republicano a rejeição aos valores tradicionais que se referissem ao passado colonial - imperial era um fato incontestável. Neste sentido o velho hábito de sepultar os mortos na igreja será proibido e novos espaços serão a eles destinados. Era a civilização dos costumes.

Figura 2 - Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem



Fonte: <https://sanctuararia.art/2015/12/11/catedral-de-nossa-senhora-da-boa-viagem-belo-horizonte-mg/>

O Cemitério do Bonfim nasce a partir deste projeto. Nele podemos enxergar a mentalidade moderno/burguesa que norteou os princípios fundadores da capital, através da avaliação de sua arquitetura, dos artistas - artesãos que nele trabalharam e especialmente da arte tumular que nos possibilita enxergar signos e símbolos que revelam a contradição de uma sociedade que nascida sob a promessa da democracia tenta igualar os mortos, convidando - os a ocupar o mesmo espaço, mas opera a desigualdade a partir do instante que estimula a propriedade privada, via sepulturas de família, bem como a ostentação e demonstração de força e poder que se expressam na arte e arquitetura tumular.

E estas questões são abordadas e debatidas durante as visitas, independente do roteiro que é definido para a visita. Há dois roteiros que desejamos destacar para ilustrar a qualidade

das atividades que são ofertadas ao público em sua generalidade. Um deles diz respeito à presença feminina no espaço cemiterial.

O roteiro intitulado “A presença feminina no Cemitério do Bonfim” tem como objetivo destacar as mulheres que estão sepultadas no cemitério ou cuja história de alguma maneira se relacione com alguém que, naquele espaço esteja enterrado. São muitas mulheres e presenças femininas que compõem o cenário cemiterial, mas podemos destacar: Irmã de Castro Rocha (1922-1941), Meimei; Dora Vivacqua (1917-1967), Luz Del Fuego e Irmã Benigna (1907-1981).

Estas três mulheres configuram-se como exemplos do roteiro que considera a importância de se dar atenção e voz às figuras femininas que habitam o imaginário do Cemitério do Bonfim. Irma de Castro e Irmã Benigna são mulheres que se relacionam a uma vida mais voltada para o sagrado e religioso, pois suas trajetórias ou estão relacionadas com a doutrina Espírita, no caso de Irma de Castro ou aos pressupostos de uma vida vocacionada para a religião, pois Irmã Benigna, desde os 17 (dezesete) anos, já havia decidido pelo ingresso na Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, tendo, professado seus votos e atuado na caridade e na vida religiosa até sua morte. Entendemos o papel delicado e profundo desempenhado por estas duas figuras femininas, contudo, desejamos dar destaque para Dora Vivacqua, também conhecida como Luz Del Fuego.

Figura 3 - Detalhe do túmulo pertencente à Irmã Benigna



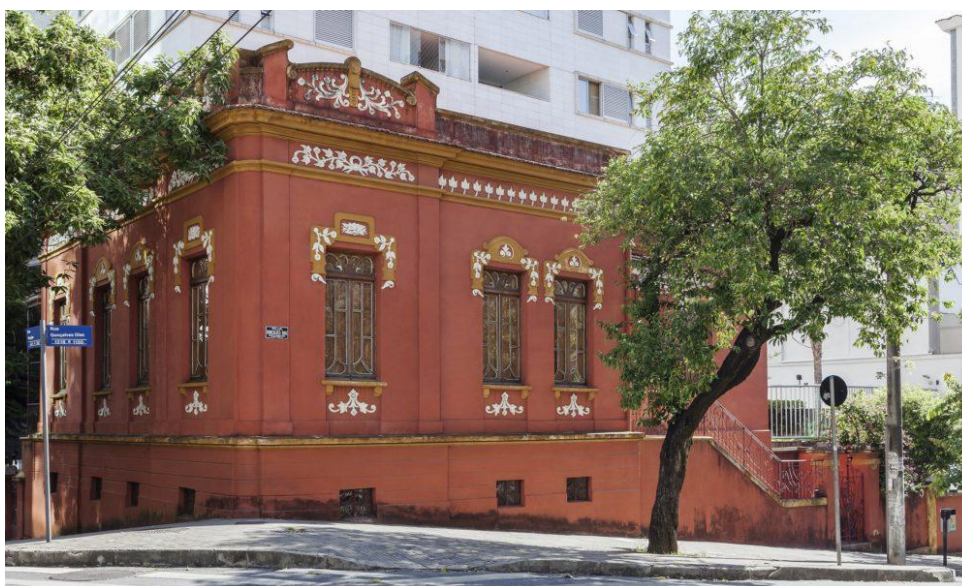
Fonte: Equipe Visitas Guiadas ao Bonfim

A proposta é colocar em evidência a trajetória política e ativista de uma mulher que, mesmo vivendo em um cenário social pautado pelas restrições e controle, conseguiu a seu modo, construir uma trajetória de luta e questionamentos importantes que até hoje se destacam

como pauta feminista. Esta mulher é Dora Vivacqua que desde muito cedo provocava reflexões no tocante aos códigos morais, culturais e imposições patriarcais comuns à época em que vivia. Para enfrentar e colocar em destaque suas convicções, Dora Vivacqua, criou uma personagem, Luz Del Fuego, que por meio da dança e das encenações realizadas nos teatros e casas de espetáculos, transformava o palco em lugar para cristalização e exposição de suas premissas.

Dora Vivacqua não está sepultada no Cemitério do Bonfim e sua história é contada a partir do túmulo do irmão, Achilles Vivacqua (1900-1942), que tendo se deslocado com a família, do Estado do Espírito Santo para a capital mineira com o objetivo de tratar da saúde comprometida pela tuberculose. A família Vivacqua se instalou em um casarão que passou a ser conhecido como Salão Vivacqua (Fig. 4), uma vez que passou a ser palco da intelectualidade mineira que se reunia para debater os temas emergentes do modernismo e das mudanças do tempo em voga no cenário nacional e internacional. Dentre os jovens que frequentavam o Salão Vivacqua podemos destacar Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Cyro dos Anjos (1906-1994) e Pedro Nava (1903-1984). Cabe, também, destacar a presença da artista belga Jeanne Milde (1900-1997) modernista, por excelência que foi a responsável pela projeção do túmulo destinado ao jovem Vivacqua (Fig. 5).

Figura 4 - Salão Vivacqua, atual Museu da Cadeira Brasileira

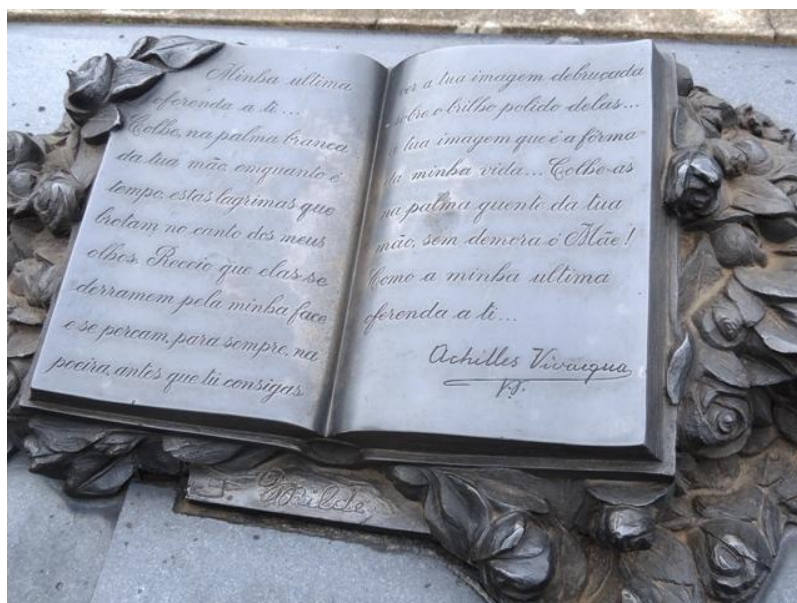


Fonte: Pedro Sales

Compreende-se, então, que a numerosa família Vivacqua irá agitar o cenário cultural e artístico da capital mineira, uma vez que o jovem Achilles teve uma atuação consistente na produção de material para revistas e propondo discussões profundas naquilo que se refere à emergência do modernismo na capital mineira até sua morte no início da década de 1940.



Figura 5 - Detalhe do túmulo de Achilles Vivacqua, Cemitério do Bonfim, Belo Horizonte, MG



Fonte: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/heritage/escultura-do-mausol%C3%A9u-de-achilles-vivacqua-belo-horizonte>.

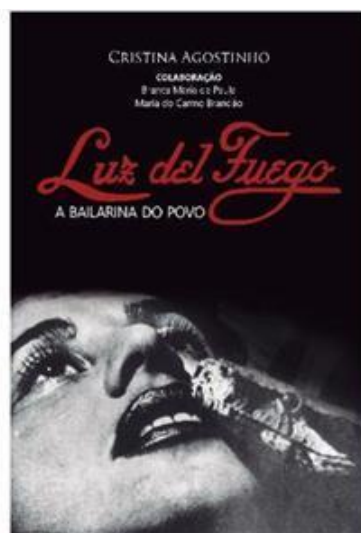
Por outro lado uma história que não é registrada no túmulo de Achilles Vivacqua é a de sua irmã, Dora Vivacqua, a 15ª da família.. A jovem Dora nunca obedeceu a nenhum padrão, desde muito cedo, manifestou seu interesse pelo questionamento dos padrões dentro da época em que vivia, é considerada uma das precursoras do feminismo e do naturalismo no Brasil. Podemos afirmar que esta mulher ocupa uma posição de vanguarda em relação ao seu tempo.

Uma das bandeiras defendidas por Dora era o naturismo, combatia com veemência o aprisionamento imposto pelos sutiãs e, em razão de seus pensamentos e comportamentos, chegou a ser hospitalizada para tratamento psiquiátrico, sob a suspeita de se acometida de sofrimento mental.

Dora Vivacqua não viveu muito tempo em Belo Horizonte, sempre se deslocando, ora sob os auspícios da família, para o interior do Espírito Santo, ora, por decisão própria para a capital federal, Rio de Janeiro, onde pode, finalmente, dar corpo e voz às suas bandeiras libertárias, criando a personagem ‘Luz Del Fuego’, uma vedete que fazia performances nua ou

com o mínimo de roupas, contracenando com serpentes e provocando enorme furor na sociedade brasileira naquela ocasião.

Figura 6 - Capa do livro Luz Del Fuego A Bailarina do Povo



Fonte: Google imagens

Dora Vivacqua teve que enfrentar as críticas, a censura, o policiamento da Delegacia de costumes, o moralismo e toda sorte de preconceitos, contudo não abriu mão de sua filosofia e de seus valores. Tentou fundar o Partido Naturalista Brasileiro e quando não conseguiu, em razão da reação conservadora, criou a primeira comunidade naturista do Brasil e da América Latina, explorando a cessão da Ilha do Sol, onde instalou o clube.

Figura 7 - Luz Del Fuego lendo cartas dos fãs



Fonte: Google Imagens

Esta mulher ímpar foi assassinada, de modo brutal e grotesco, em 1967 e é esta personagem feminina que destacamos no roteiro que construímos em nosso passeio pelas alamedas do Cemitério do Bonfim e, embora esta personagem não esteja ali sepultada, sua história emerge do silêncio que emerge do túmulo do seu irmão.

## Apontamentos finais

Podemos afirmar que as atividades têm, a cada dia, incrementado, de modo considerável a visibilidade naquilo que se refere à necrópole e conseqüentemente tem possibilitado necessidade de ampliação do conhecimento do acervo e história daquele lugar, resultando na abertura de novos campos de pesquisa e investigação para os pesquisadores. Percebe-se que a realização da visitas tem permitido a reabilitação do espaço cemiterial resultando em experiências diversificadas que incentivam a preservação do lugar, integrando áreas de conhecimento como história, artes visuais, arquitetura, turismo, design dentre outras, além de sensibilizar o poder público e privado para promoção de ações de zelo pelo patrimônio histórico e cultural que nele se abriga.

## Referências

- AGOSTINHO, Cristina; PAULA, Branca Maria de e BRANDÃO, Maria do Carmo. *Luz Del Fuego A Bailarina do Povo*. 2ª ed. Rio de Janeiro, N30 Editorial, 2017.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *MORTE, CULTURA, MEMÓRIA - MÚLTIPLAS INTERSEÇÕES*: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. 2007. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- BESSA, K. Luz (es) del fuego: rebeldia e feminismos. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 60, p. e206003, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664560>> Acesso em: 30 set. 2021.
- Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte 1894/1940*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997.
- LAGES, Rita Rodrigues. *Entre Bruxelas e Belo Horizonte – Itinerários da escultora Jeanne Louise Milde*. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 2003.
- ROCHA, Everardo e LANA, Ligia. Luz Del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil. *Compós*. Associação Nacional dos Programa de Pós-Graduação em Comunicação. XXVIII Encontro Anual da Compós, PUCRS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_K6P3U4NVY2KI0OISBPBR\\_28\\_7246\\_01\\_02\\_2019\\_14\\_52\\_44.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_K6P3U4NVY2KI0OISBPBR_28_7246_01_02_2019_14_52_44.pdf)>Data de acesso: 29 set. de 2021.
- ROCHA, Silvana Maria Gomes da. O Silêncio a respeito de Luz Del Fuego. *XIII Encontro Nacional de História Oral. História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade*. 01 a 04 de maio de 2016. Disponível em: <[https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461539388\\_ARQUIVO\\_OsilencioarespeitodeLuzdelFuego3.pdf](https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461539388_ARQUIVO_OsilencioarespeitodeLuzdelFuego3.pdf)>Data de acesso: 30 set. de 2021.

## CONSTELAÇÕES FAMILIARES SISTÊMICAS: TENSÕES ENTRE ESPIRITUALIDADE E CIÊNCIA E A VIVÊNCIA HISTÓRICA COMO TERAPIA

Marcelo Leandro de Campos, historiador e Mestre em Ciências da Religião pela PUC Campinas; constelador e terapeuta sistêmico; Master Coach filiado à Sociedade Latinoamericana de Coaching. [mlcampos\\_2005@hotmail.com](mailto:mlcampos_2005@hotmail.com)

**Resumo:** Esta comunicação apresenta elementos preliminares de um estudo de caráter histórico-cultural e interdisciplinar sobre as Constelações Familiares Sistêmicas, conjunto de técnicas terapêuticas propostas pelo terapeuta alemão Bert Hellinger, da qual se originaram propostas metodológicas para mediar conflitos em áreas como pedagogia e direito. Nosso estudo se debruça sobre dois eixos: primeiro, as diferentes formas como as técnicas têm sido apropriadas por diferentes doutrinas espiritualistas e religiosas, conformando um campo que pode ser chamado de Espiritualidade Sistêmica, e os embates que opõem ciência e espiritualidade nesta área, como parte de um conflito maior de conquista de espaços e legitimação de autoridade e poder dentro do campo terapêutico. Segundo, uma breve reflexão sobre as possibilidades de uma “vivência histórica terapêutica”, embutida no trabalho sobre heranças transgeracionais que estas técnicas contemplam, envolvendo dinâmicas de instrumentalização e ressignificação do passado dentro dos processos de construção de uma memória sistêmica, tanto socialmente como através de mecanismos psicológicos inconscientes, em especial dentro do campo familiar.

**Palavras-chave:** constelação familiar; ciência x religião; terapias complementares e integrativas.

### Uma disputa antiga

No filme *Paracelsus*, do diretor alemão George W. Pabst, lançado em 1943, o célebre alquimista Paracelso é retratado em conflito com o Magister, o médico e diretor da faculdade de medicina de uma cidade alemã. A disputa entre o mago e o médico é retratada de forma claramente dicotômica; é uma luta entre o bem e o mal. Paracelso aparece atendendo os pobres e imbuído de um profundo espírito investigativo; o Magister, por sua vez, está claramente ocupado numa luta por poder e prestígio social.

Envolvidos numa disputa pelo tratamento de um paciente, o Magister tenta desqualificar seu opositor dizendo: “Ele não age de forma científica”. Ao que Paracelso responde: “sim, está correto, não é científico, mas ele está curado”. E acrescenta: “a natureza é uma professora melhor que sua universidade. O terreno mais elevado da verdadeira medicina é o amor; você somente se importa com o ouro e sua posição”. O Magister, furioso, se queixa: “Opor-se a mim é opor-se à ciência. Mas, afinal, quem vai me pagar meus honorários nessa disputa?”

No final do filme, convidado para ser o médico da corte alemã, Paracelso aponta para multidão de pobres que aguarda atendimento e diz: “é a eles que devo servir”.

A ciência retratada no filme é elitista e falsa: para o Magister, a ocupação do médico se limita a observar os sintomas do paciente e prescrever um tratamento a partir de Avicena e Galeno, que ele se orgulha de poder citar em latim. Paracelso, por sua vez, acredita que toda

doença é oriunda de um desequilíbrio entre o homem e a natureza; e que somente pesquisando a essência de plantas e minerais se pode elaborar remédios que restabeleçam este equilíbrio. Enquanto o Magister carrega seus livros para consulta, Paracelso possui um laboratório alquímico. Seu espírito investigativo e empirista se identifica muito mais com a proposta científica moderna.

Por trás dessa disputa metafísica sobre quem detém a verdade, o filme mostra claramente uma disputa mais palpável: o médico da cidade tem poderes absolutos para impor restrições em tempos de peste, e para conceder ou receber privilégios e monopólios de compra de medicamentos. A medicina reconhecida socialmente detém enorme autoridade e poder econômico.

Procurei, com este exemplo inicial, retratar o que movimenta de fato a oposição tradicional entre “ciência” e “espiritualidade” no campo terapêutico.

Magos e cientistas foram aliados durante o Renascimento; ciência e magia estavam então longe de ser o que entendemos hoje; ambos eram aspectos de um grande campo de reflexão e experimentação chamado de filosofia natural. Questionamentos empíricos sobre o funcionamento do universo coexistiam tranquilamente com reflexões de caráter metafísico; homens como Giordano Bruno se debruçavam igualmente sobre temas como Heliocentrismo, Matemática e Astrologia. Estes homens, ainda, possuíam um inimigo comum: a Igreja Católica e seu monopólio da verdade.

Sociedades secretas, livre pensadores, nobres e burgueses foram aliados de longa data no processo de contestação e quebra do monopólio católico. Findas as guerras religiosas, e com o advento de uma nova mentalidade, o iluminismo, os vitoriosos passaram a disputar o novo espaço de poder. Se antes a verdade era ditada pelo ortodoxia, a mediação entre deus e os homens, agora tornou-se monopólio dos homens da ciência, que desvendavam os mistérios do universo com o uso da razão.

Ao contrário do que normalmente acreditamos, nunca houve um consenso pacífico sobre o que constitui de fato a ciência; tanto que o universo da magia sempre tentou se apresentar como mais ou menos científico; não é à toa que o esoterismo do século XIX se auto intitula como “Ciências Ocultas”; e que autores como Eliphas Levi e Papus vão escrever tratados de popularização da magia (A Ciência dos Espíritos, Tratado Elementar de Ciências Ocultas) em formatos muito semelhantes aos livros sobre Física e Química escritos no mesmo período (CAMPOS, 2015, p. 29).

Ciência, num sentido amplo, é qualquer tipo de conhecimento ou de prática sistematizados. Num sentido estrito, é todo conhecimento produzido a partir do método científico: a reunião de evidências empíricas verificáveis, baseadas em observação sistemática e controlada, e analisadas com o uso da lógica (indução, dedução, dialética, hipotético-dedutiva, fenomenologia, etc.). Divide-se em ciências formais (lógica, matemática), ciências naturais (astronomia, biologia, física, química) e ciências sociais ou humanas (Antropologia, estudos da comunicação, Economia, Geografia humana, História, Linguística, ciências políticas, Ciência da Religião, Psicologia e Sociologia). Ou em ciências exatas e inexatas, em que se consegue ou não determinar com exatidão o comportamento do objeto estudado (prever a trajetória de um asteroide; avaliar o comportamento de um paciente psicótico, como exemplos).

Fala-se ainda em ciência pura e aplicada; a primeira na forma de elaboração de leis e hipóteses que expliquem um fenômeno natural; a segunda, a aplicação de elementos da primeira na solução de questões práticas do dia-a-dia.

É justamente nas ciências humanas, inexatas, que há um importante debate sobre os limites do método científico; campos como astronomia e ciências sociais não conseguem reproduzir experimentos em condições plenamente controladas; muitas vezes estão limitados a observar condições limitadas. Assim, há uma crítica constante ao rigor científico destas áreas de estudo, e de seu posicionamento potencialmente “ideológico”. Ao mesmo tempo, um número cada vez maior de áreas disputa o status de científicas; é o caso das ciências médicas, ciências jurídicas, ciências históricas, etc. Tudo isso tem uma motivação muito prática: reconhecer uma área de estudo como científica significa reconhecer sua autoridade (SAFATLE 2010).

Assim, da mesma forma que num debate medieval cada lado buscaria se apresentar como ortodoxo, alinhado à vontade divina reconhecida como tal por uma autoridade eclesiástica, e seu adversário como um herege, a serviço das forças demoníacas, no discurso moderno cada lado sempre inicia afirmando sua aderência aos postulados científicos e classificando o oponente como pseudocientífico. Ao declarar que meu trabalho é científico, e o de meu adversário não, estou, na prática, declarando que eu detenho a verdade, e ele a mentira; esse tipo de estratégia discursiva é extensivamente estudada na obra de Pierre Bourdieu, sobre os usos sociais das ciências (ORTIZ, 1983, p. 122).

Esse cenário é particularmente evidente em relação ao universo psicoterapêutico. A psicologia demorou para conquistar algum reconhecimento como ciência e como ciência médica. Curiosamente, o fenômeno que inaugura o campo dos estudos modernos em psicologia, o hipnotismo, permaneceu ignorado pela ciência por quase 70 anos. Identificado inicialmente

pelo médico alemão Mesmer, que propôs um tratamento chamado de Magnetismo Animal, foi taxado como charlatão pela academia francesa; a cegueira dos cientistas franceses foi uma mistura de desconhecimento básico das funções inconscientes da psique (compreendida genericamente como truque e representação) com um enorme ciúmes pelo rápido crescimento que Mesmer experimentou na sociedade francesa com seus tratamentos. Apenas em 1842 o médico inglês James Braid encontrou um pouco menos de resistência ao relatar e reproduzir os mesmos fenômenos narrados por Mesmer. Ironicamente, seu tratamento encontrou plena aceitação nos meios espiritualistas (FIGUEIREDO, 2017, p. 89).

Voltando à questão do estatuto científico do estudos psicológicos, a psicologia se defende afirmando que constitui um campo específico de estudos, do comportamento e dos processos cognitivos humanos; que utiliza o método hipotético-dedutivo em seus procedimentos; delimita um problema, elabora hipóteses, realiza experimentos com rigor metodológico, analisa logicamente os resultados obtidos e comunica seus resultados formalmente, abrindo espaço para a contestação de outros cientistas.

Os críticos argumentam que a psicologia possui problemas ontológicos, na medida em que seu objeto de estudo é inquantificável, é simultaneamente sujeito e objeto (a mente humana tentando entender a mente humana) e de que o fenômeno psíquico é indivisível; em resumo, impróprio para um estudo exclusivamente objetivo e não contaminado de subjetividade.

Há, ainda, uma série de críticas de caráter metodológico, que incluem as alegações de impossibilidade de observação direta do fenômeno psicológico, da dificuldade metodológica de sua quantificação, das limitações éticas para a pesquisa em psicologia e da enorme quantidade de variáveis envolvidas na explicação psicológica (CASTANON, 2009).

Há toda uma produção acadêmica, bastante consistente, que busca dar conta destas críticas, e que busca consolidar um método científico devidamente adaptado à pesquisa psicológica, e que tem encontrado crescente aceitação e respaldo, principalmente com a evolução dos estudos em neuropsicologia, que têm permitido à ciência acessar com cada vez mais riqueza de informações o funcionamento do cérebro. Três questões metodológicas continuam sendo bastante problemáticas: as imitações éticas da pesquisa psicológica, na medida em que utiliza seres humanos como objeto de pesquisa; a impossibilidade de observar diretamente o objeto psicológico, o que implica conviver com um alto grau de subjetividade nos processos de descrição; e a dificuldade de mensuração em pesquisas de campo, que restringe e eventualmente pode distorcer os dados psicométricos.

O debate moderno tem destacado, particularmente, a falta de rigor nos experimentos psicológicos:

O maior esforço até o momento para reproduzir pesquisas da área da psicologia revelou que mais da metade delas falha ao ser replicada – e mesmo aquelas que tiveram sucesso apresentaram resultados menos “intensos”. A conclusão é de uma ampla análise publicada na revista *Science*, nesta sexta-feira (28)<sup>371</sup>, e revela a preocupação dos cientistas por artigos mais rigorosos e confiáveis, que realmente façam avançar a ciência – e não apenas confirmem status e tragam financiamento para seus autores. A reprodutibilidade é um dos parâmetros mais importantes para conferir veracidade a um estudo. Nos últimos anos, os pesquisadores têm se debatido com um número crescente de artigos retratados, com erros, falhas ou, simplesmente, fraudulentos (VEJA, 2016).

Isso nos conduz a outro tópico importante: em que medida a pesquisa científica é adequadamente incorporada às rotinas de atendimento terapêutico? Qual o nível de preparo e atualização do profissional para instrumentalizar a produção científica? Diferentemente do que ocorre com advogados, que são submetidos a um exame de ingresso na carreira, os psicólogos precisam exclusivamente concluir sua graduação para exercer a profissão; durante o exercício profissional não são submetidos a nenhum tipo de acompanhamento. Isso sem falar no controle pouco eficiente da qualidade da formação oferecida nas faculdades, e na atuação fiscalizadora extremamente ineficiente por parte dos conselhos (HOLANDA, 1997). É curioso, no mínimo, que profissionais tão empenhados em destacar a ausência de ciência de seus concorrentes sejam, ao mesmo tempo, tão omissos em fiscalizar a própria cientificidade da prática terapêutica de seus pares.

Carl Rogers, num artigo voltado ao tema, “Pessoas ou ciência? Uma questão filosófica”, afirma:

À medida que adquiri experiência como terapeuta, desenvolvendo a excitante e gratificante experiência de psicoterapia, e trabalhando como investigador científico, apto a descobrir parte da verdade sobre a terapia, tornei-me progressivamente consciente da lacuna entre esses dois papéis. [...]Ao me tornar um melhor investigador, rigoroso e mais científico (como acredito que aconteceu), senti um desconforto crescente quanto à distância entre minha objetividade rigorosa como cientista e minha subjetividade, quase mística, como terapeuta (ROGERS, 1955).

Para lidar com este conflito, Rogers examina com muita sinceridade a atuação do terapeuta e do cientista; sobre o primeiro ele diz:

<sup>371</sup>A matéria da *Science* pode ser vista na íntegra neste link: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aac4716>.



Entro no relacionamento terapêutico não como cientista, nem como médico que pode diagnosticar com precisão e curar, mas como uma pessoa, entrando numa relação pessoal. Na medida em que o veja apenas como objeto, o cliente tenderá a se tornar apenas um objeto. [...] Não estou conscientemente respondendo de modo planejado ou analítico, mas simplesmente de modo espontâneo, diante de outra pessoa, sendo minha reação baseada (mas não conscientemente) na minha sensibilidade orgânica total para com essa outra pessoa. Vivo a relação nessa base (WOOD, 1994, p. 125).

E sobre sua atuação como cientista:

Abordar o complexo fenômeno da terapia com a lógica e os métodos da ciência, tem por objetivo trabalhar em direção a uma compreensão do fenômeno. Em ciência isso significa um conhecimento objetivo dos eventos e das relações funcionais entre eles. [...] Deveria ficar claro que, qualquer que fosse a profundidade de nossa investigação científica, não poderíamos nunca através dela descobrir qualquer verdade absoluta, mas somente descrever relações que tivessem uma probabilidade cada vez maior de ocorrência. [...] Poderíamos apenas descrever relações entre eventos observáveis (WOOD, 1994, p. 130).

Em resumo, psicólogos e psiquiatras não são cientistas quando atendem em seu consultório; são profissionais que utilizam protocolos construídos a partir de pesquisa científica, com grau de eficiência e acurácia de difícil mensuração; a maior parte das terapias alternativas também promove, em alguma medida, a apropriação de conhecimento científico, até como estratégia para reivindicar o status de cientificidade. E nesse esforço acabam tentando estender esse status à base espiritualista que, de forma velada ou assumida, embasa de fato seus procedimentos terapêuticos.

Ironicamente, os psicólogos fazem críticas furiosas sobre a indevida apropriação de elementos teóricos e práticos de sua área por terapeutas holísticos; mas se observa, de fato, um movimento expressivo no sentido contrário: cada vez mais psicólogos se apresentam como terapeutas holísticos, oferecendo técnicas espiritualistas e produtos da medicina alternativa; não é raro que um psicólogo, após uma sessão convencional de terapia psicológica, prescreva ao seu paciente florais de Bach que ele próprio pode manipular, ou recomende algum tipo de terapia energética ou constelação como técnica complementar para o tratamento convencional. Este movimento é muito controverso dentro do universo profissional da psicologia; os defensores enxergam como abertura para novas contribuições; os adversários vêm o campo sendo invadido por noções religiosas e apelo comercial (BROIDE, s/d).

Vamos ver agora esse conflito dentro do universo específico das Constelações Sistêmicas. Iniciando pela biografia do criador do método, Bert Hellinger.

## A Trajetória de Bert Hellinger

Anton "Suitbert" Hellinger (Leimen, 16 de Dezembro de 1925 – 19 de Setembro de 2019), mais conhecido como Bert Hellinger, nasceu numa família católica. Sua formação como seminarista acontece nos anos 40, e se torna padre em 1952. Atuou como missionário durante 16 anos na África do Sul, junto a comunidades zulus (COHEM, 2006; BOLZMANN, 2011; HEINZEN E SILVA, n/d).

Hellinger cita esse período de imersão na cultura zulu como um ponto de inflexão em sua vida:

Lá conheci uma forma de convívio humano totalmente diferente: por exemplo, uma enorme paciência e também um enorme respeito mútuo. Lá é natural que ninguém ridicularize o outro. Assim, cada um pode preservar seu semblante e sua dignidade. Também me impressionou muito a maneira como os zulus lidam com seus filhos e como os pais fazem valer sua autoridade. Por exemplo, jamais ouvi que alguém tivesse falado depreciativamente dos próprios pais. Isso é impensável entre eles (HELLINGER, 2002, p. 406).

De volta à Alemanha, passa a estudar psicanálise. Deixa a batina e se casa com Herta, uma antiga freira (COHEN, p. 227; BASSOI 2016, p. 54). Inicia sua trajetória eclética estudando a Terapia Primal, de Artur Janov, que vai motivar seu desligamento da associação vienense de psicanálise (FRANKE, 2017, p. 89). Janov propõe um modelo psicoterapêutico em que os pacientes são estimulados a acessar sua “Dor Primal” (o trauma original), revivendo e expressando suas memórias e sentimentos reprimidos (JANOV, 1977, p. 9). A terapia de Janov vai se tornar um fenômeno cultural na década de 1970; entre seus pacientes estão pessoas como John Lennon e Yoko Ono (WILLIAMS, EDGAR, 2008).

Nos anos seguintes concentra seus estudos sobre a Terapia Familiar, com Virginia Satyr, Análise Transacional, Psicodrama e Hipnose Ericksoniana (HEINZEN E SILVA, n/d; FRANKE, 2017, p. 90).

No início da década de 1980 Hellinger está trabalhando como analista transacional. Nesta década ele aprofunda seus estudos em Terapia Familiar e tem contato com as contribuições que vão modelar seu trabalho com constelações: o conceito de *Lealdades Invisíveis*, do psiquiatra húngaro-americano Ivan Boszormenyi-Nagy (1920-2007), e as *Esculturas Familiares* de Virginia Satyr.

O trabalho de Satyr influenciou o trabalho de uma psicóloga alemã chamada Thea Schonfelder; Thea é considerada hoje a pioneira no modelo de Constelação Familiar; o próprio Hellinger admite que conheceu a técnica através dela (HELLINGER, s/d), em 1990; menciona ainda duas precursoras norte-americanas, Ruth Mc Clandon e Les Kadis (VIEIRA, 2016, p. 13).

O trabalho de Thea também é nomeado de escultura familiar, como o de Virginia Satyr. Ela vai se tornar mais conhecida por uma técnica que lembra as constelações individuais feitas com bonecos; chamada de *Konzentrierte Bewegungstherapie* (Terapia de Exercícios Concentrativos, KBT), a técnica combina consciência corporal e representação espacial com objetos.

Hellinger vai chamar sua técnica inicial de *Familienaufstellung* (representação familiar). Em 1992 ele já está conduzindo treinamentos em grupo; estas primeiras experiências vão ser reunidas em seu primeiro livro, *A Simetria Oculta do Amor*, escrito em parceria com Gunthard Weber e Hunter Beaumont. No lançamento da edição deste livro em inglês, o termo *familienaufstellung* foi traduzido como “constelação familiar”, e doravante a técnica tornou-se conhecida com esse nome. Em 1995 é publicado seu segundo livro, *As Ordens do Amor*. Em 2000 ele funda a *Hellinger Schule*, em Bad Reichenhall, onde passa a ministrar seus treinamentos. Separa-se de Berta no ano seguinte, e se casa em 2003 com Marie Sophie Erdödy, mais conhecida como Sophie Hellinger (OLIVEIRA, FORTUNATO, 2020).

Sophie, que tinha então um longa trajetória como terapeuta em abordagens alternativas e “energéticas”, vai influenciar profundamente Hellinger no sentido de caminhar para uma técnica cada vez mais holística (BASSOI, 2016, p. 56)

Em 2004 acontece uma ruptura importante entre Hellinger e algumas associações alemãs de terapia sistêmica. Hellinger é acusado de se afastar dos marcos teóricos e éticos das terapias sistêmicas convencionais; é desligado da *Systemischen Gesellschaft* (Sociedade Sistêmica) (SCHILIPPE, 2004); um manifesto crítico é assinado também pela *Deutsche Gesellschaft für Systemische Therapie*. Uma intensa campanha difamatória vai acusa-lo de simpatia com o nazismo (OLIVEIRA, FORTUNATO, 2020; BERTH, 2020).

Hellinger reage, no ano seguinte, criando a *Hellinger Science*; seu trabalho supera os limites terapêuticos e adaptado para usos educativos, organizacionais e políticos. Em 2006 ele passa a oferecer a primeira graduação em Constelações Familiares, associado à Universidade Europeia Jean Monnet, em Bruxelas. E desde então acumula diversos títulos *honoris causa* na área de Medicina Integrativa. Seu trabalho conhece um importante crescimento na América Latina e na Ásia.

Em 2018 Hellinger transfere o controle da *Hellinger Schule* para sua esposa, Sophie. E morre no ano seguinte, com 94 anos.

## **Constelação Familiar**

No seu início, tal como Hellinger a praticou na primeira década, a constelação é basicamente uma técnica terapêutica, de caráter sistêmico e fenomenológico, em que se oferece ao cliente um ambiente seguro para projetar espacialmente uma dada realidade interior, normalmente inconsciente, e visualizar as dinâmicas de ressignificação e alinhamento que conduzem a uma imagem harmônica: trata-se de uma sessão de terapia em grupo; o cliente é convidado a escolher, entre os participantes, um representante para si mesmo, representantes para seus pais e para outras pessoas que sejam significativas em sua trajetória de vida; eventualmente podem ser escolhidos representantes para valores, doenças ou outros elementos. Assim que o cliente posiciona as pessoas, Hellinger interpreta a “imagem” criada; o posicionamento dos representantes permite identificar as dinâmicas básicas de relacionamento e os pontos de conflito. Os representantes são incentivados a se manifestarem sobre seus sentimentos num determinado lugar; dependendo do que dizem, normalmente ao se sentirem desconfortáveis, são então movimentados pelo constelador. Neste processo os representantes podem ser solicitados a pronunciar frases que resumem a situação do representante; a movimentação mexe com os representantes; é comum que se emocionem e que chorem. O cliente também experimenta uma intensa catarse.

Na imagem inicial o constelador atua basicamente segundo a escultura familiar de Virginia Satir; o espaço e o posicionamento funcionam como uma linguagem inconsciente que informa as dinâmicas de comunicação presentes dentro da família: quem se relaciona com quem, e como; quem é excluído; quem deseja se reconciliar, quem se sente culpado, quem cobra, etc. A imagem construída pode ser interpretada a partir da teoria das lealdades invisíveis, de Borzomeny-Naghi. Uma vez identificado o elemento causador do conflito, o “emaranhamento”, ele é confirmado e ressignificado na forma de frases sistêmicas, um recurso que usa em grande medida a hipnose ericksoniana; ocorrem então movimentos entre os representantes que vão levar à imagem de resolução, um novo posicionamento que mostra como pode ser encontrado o equilíbrio naquela situação específica. A movimentação e expressão dos representantes lembra, esteticamente, uma sessão de psicodrama, principalmente quando o constelador faz intervenções terapêuticas com algum propósito definido.

A técnica utiliza, em grande medida, leitura corporal; o cliente, inconscientemente, fornece um grande volume de informações, à medida que reage emocionalmente ao que acontece; os representantes são colocados num estado em que se tornam profundamente empáticos e receptivos às impressões do cliente. O constelador media o processo; ele pactua

com o cliente um contrato de segurança para se expressar, e a partir daí estimula cada representante a entrar no estado adequado; à medida que as imagens vão se configurando, ele as interpreta a partir de chaves interpretativas padronizadas, testando cenários de resolução e avançando à medida que os representantes e o cliente se tornam ressonantes com a evolução do cenário.

Eventualmente, após alguns movimentos iniciais, o cliente e/ou algum representante se torna resistente ou bloqueado com o processo; no caso dos representantes, eles podem ser substituídos por outra pessoa mais receptiva; no caso do cliente, interrompe-se a movimentação no ponto em que ocorre a resistência, podendo o constelador oferecer ou não uma interpretação final do processo todo.

O processo de projeção espacial e de catarse mobiliza emocionalmente o cliente e os participantes, e cria um cenário bastante propício para dinâmicas de ressignificação; a morte de um ente querido, ou uma determinada situação traumática podem ser vistas numa perspectiva muito distinta daquela experimentada até então pelo cliente; este novo olhar tem potencialmente enorme poder transformador na vida do cliente.

Esta primeira narrativa descreve tecnicamente uma sessão. Toda essa trajetória é percebida de forma muito distinta pelos adeptos de uma constelação quântica: nessa lógica uma constelação abre um campo morfogenético, uma condição de caráter espaço-temporal que permite um acesso privilegiado à memória familiar; nessa condição os representantes colocam-se a serviço de forças que conduzem a consciência familiar, e vão se posicionar de forma a reproduzir os emaranhamentos sistêmicos, num primeiro momento, e a curar os bloqueios que impedem o livre trânsito das forças do sistema; a constelação estaria, nessa leitura, trabalhando as energias da consciência familiar, e portanto afetando o destino de todos os envolvidos, além do próprio cliente.

### **Em direção ao espiritual**

A Constelação Familiar não é uma prática monolítica; é claramente uma proposta dinâmica que se modifica com o tempo. Podemos identificar claramente algumas mudanças importantes: Na década de 1990 Hellinger realiza o que ele define como Constelação tradicional; é um exercício clássico de projeção espacial de elementos inconscientes, combinado com induções ericksonianas. No início do século XX Hellinger vê um modelo terapêutico que foca cada vez menos o indivíduo e visa cada vez mais a cura do campo familiar (Movimentos da Alma); no paradigma seguinte o constelador aprende a se colocar a serviço de algo que é maior que o campo familiar (Movimentos do Espírito); a partir das chamadas

Constelações Mediais, as sessões adquiriram cada vez mais um aspecto metafísico, em que o principal elemento não são mais as técnicas de projeção espacial, mas a capacidade que o constelador teria de acessar informações do campo e resumi-las numa frase sistêmica; na prática, como o próprio nome da técnica sugere, o constelador se comporta como um médium (HELLINGER, 2015, p. 204).

Em 2005 o trabalho se diversifica e visa, além dos conflitos familiares, contextos organizacionais, educacionais e políticos. A partir de 2010 Hellinger começa a experimentar exercícios breves de “leitura de campo” (Constelações Mediais), que vão desembocar numa sessão em que os movimentos são cada vez mais silenciosos e devem ser exclusivamente sentidos, não interpretados. Neste modelo, conhecido como “Novas Constelações”, Hellinger retoma a projeção espacial, mas cada vez mais limitada à movimentação silenciosa dos representantes; as imagens deixam de ser interpretadas, a partir de agora devem ser apenas sentidas.

Quando Sophie Hellinger assume o comando da Hellinger Schulle, em 2018, passam a ser oferecidos treinamentos de uma nova modalidade de constelação desenvolvido por ela, a “Cosmic Power”. Nesse novo formato a constelação é completamente “energética e quântica”; o site da escola a define nestes termos:

Nas Constelações Cosmic Power um assunto não precisa ser apresentado nem explicado de alguma forma. Assim o “Eu” que deseja se mostrar já é limitado em vários níveis. Constelações Cosmic Power ocorrem simultaneamente em vários “espaços”. [...] Para abrir estes campos energéticos se medita antes da Constelação Cosmic Power. A aplicação da técnica respiratória é a chave. As energias destas dimensões, por ex. os ancestrais, os assuntos da memória coletiva, que estão armazenados no campo morfogenético, podem se manifestar. [...] Este procedimento possui um efeito potencializado para todos os presentes, para suas famílias e grupos, para o entorno, o coletivo e em todos os planos. [...] Constelação Familiar Cosmic Power é um acesso a outros planos e está dez ou mais anos à frente da ciência comprovada (HELLINGER, SOPHIE, s/d).

Mais recentemente, essa forma de trabalho desemboca na “Cosmic Power”, a constelação concebida por Sophie Hellinger, definida como um exercício de meditação, respiração e contato com forças cósmicas:

Sophie Hellinger vai além das fronteiras que conhecemos. As vezes num treinamento a ouvimos dizer que há mais pessoas ali conosco do que conseguimos ver... E ela nos ensina que a morte não existe, que simplesmente é impossível morrer, apenas se perde o corpo físico porém a energia continua, pois cada um tem o seu lugar que é único no sistema familiar (EINFELDT, s/d).

Um episódio que ilustra essa movimentação em direção ao holismo é o interesse de Hellinger pelo xamanismo. Ele tem se encontrado com xamãs em seus giros pela Rússia, Brasil e México. Num congresso na Alemanha, em 2010, quando completou 85 anos, Hellinger apresentou à audiência o xamã mexicano Tata Cachora como um de seus principais mestres; disse ainda que ele seria o “Dom Juan” dos livros de Carlos Castaneda<sup>372</sup> (BOLZMANN, 2011; BASSOI 2016, p. 55).

Observando-se a trajetória de Hellinger, temos a impressão de que houve um esforço para dar reconhecimento acadêmico às constelações familiares na primeira década de trabalho; Hellinger se associa com diversos terapeutas e estimula a produção de artigos acadêmicos. Em 1996, Ursula Franke publicou uma importante resenha de toda ciência terapêutica e psicológica que embasava o trabalho das constelações; o trabalho de Hellinger dialoga com terapeutas da Gestalt, com figuras como Dorothea Stelzer, Prof. Matthias Varga von Kibéd, Dra. Eva Madelung; Marianne Franke-Gricksch, terapeuta sistêmica; Peter Nemetschek, discípulo de Virginia Satir; Prof. Willi Butollo.

No início da década seguinte, em especial após o casamento com Sophie Hellinger, o criador do método se desinteressa pelo mundo acadêmico e se volta cada vez mais para o universo terapeuta novaerista. Rompido com as sociedades terapêuticas, em 2004, Hellinger passa a oferecer não mais uma abordagem terapêutica, mas uma visão de mundo, a Hellinger Science, que ele define assim:

A Hellinger Sciencia é uma ciência do amor do espírito. É uma scientia universalis – a ciência universal das ordens da convivência humana, começando pelas relações nas famílias, ou seja, pelo relacionamento entre homem e mulher e entre pais e filhos, incluindo sua educação, passando pelas ordens no âmbito do trabalho, na profissão e nas organizações, chegando até as ordens entre grupos extensos como, por exemplo, povos e culturas. [...] Assim sendo, também não existe um controle de seu sucesso, de maneira que pudesse ser avaliada através de parâmetros externos e como se tivesse que se justificar através deles e, sim, através de seus efeitos e do seu sucesso. Trata-se de uma ciência aberta em todos os sentidos. [...] Além das compreensões imediatas sobre as ordens e desordens nas nossas relações, a Hellinger Sciencia alcançou ainda uma outra dimensão - uma dimensão espiritual. Somente a partir dela obtém-se a consciência da extensão dessas compreensões, seu significado universal e suas consequências tornam-se perceptíveis em todas as áreas (HELLINGER, 2009, p. 8).

Hellinger, que até então tinha um público majoritariamente oriundo da psicologia, passa cada vez a ser procurado por terapeutas de todo tipo. Em pouco tempo seu trabalho passa a

<sup>372</sup>A apresentação pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=NdEJPPgBhV4>.

servir de inspiração para apropriações do universo espiritualista; médiuns, gurus e espiritualistas de todo tipo também passam a se apresentarem como consteladores. Surgem as constelações reencarnacionistas, as constelações xamânicas, as constelações espiritualistas, apométricas, etc. Um bom exemplo deste desenvolvimento está nos trabalhos da terapeuta norte-americana Francesca Mason Boring; filha de uma mãe Shoshone e de um pai europeu, Francesca propõe um diálogo entre constelações e o xamanismo indígena, na forma de encontros chamados de “rituais sistêmicos” (BORING, 2012, p. 8).

Nesta linha destacam-se figuras como o holandês Daan Van Kampehout, que recentemente passou a integrar neste diálogo o judaísmo hassidico (WIKI, n/d), e Tanja Meyburgh, fundadora do *African Constellations* (Constelações Africanas); seu trabalho, chamado de Conexão Ancestral, combina rituais, constelações e dança.

### **A vivência histórica**

Um aspecto interessante, na prática das constelações, é sua crença na capacidade de criar um espaço de vivência histórica. É uma evolução natural da crença de que o campo morfogenético permite um acesso “quântico” à história familiar; admitindo-se esta possibilidade, bastaria constelar grupos maiores, como um país todo, para se obter acesso à sua memória tal como estaria armazenada em sua consciência sistêmica. O conceito está muito próximo da noção teosófica de *Registros Akáshicos*, uma região onde estariam registradas toda a história do universo, e que poderia ser acessada a partir de um determinado grau de desenvolvimento espiritual (DRURY, HUME, 2013, p. 209). Dois exemplos ilustrativos dessa percepção estão no trabalho do astrólogo, advogado, médium e constelador Frederico Ciongoli, e do terapeuta alemão, radicado no Brasil, Peter Spelter.

Ciongoli dirigiu, em 2019, um conjunto de sessões intituladas *Brasil Constelado*. Segundo ele, este trabalho teria revelado nuances desconhecidas de nossa história, em especial do descobrimento do país, que ajudariam a entender nossas dificuldades institucionais; para ele, um elemento essencial para “curar” o Brasil seria incluir, de forma respeitosa, na “alma brasileira”, os reis portugueses que nos governaram no período colonial (CIONGOLI, 2020). Curiosamente, o trabalho apenas reflete o posicionamento político do constelador; Ciongoli é assumidamente monarquista e compartilha, em suas redes sociais, fotos de encontros com figuras da família imperial brasileira.

Peter Spelter, um terapeuta alemão radicado no Brasil, chega em conclusões bem distintas em seus cursos de História do Brasil vista pelas constelações, mais alinhadas com a historiografia:



Os livros de História mostram o decorrer da História do Brasil, de fora. É o contexto externo daquilo que as pessoas que viveram aqui neste país vivenciaram em sua época. Entretanto, frequentemente nada mais isso. Nós olhamos para a História do Brasil de dentro, em cada indivíduo. Nós olhamos para o que ainda está presente, a maneira como está presente, embora já seja passado há muito tempo. O país quer seguir adiante. Nós olhamos para onde ele quer ir, em nós. Somente quando pararmos internamente de sermos índios, invasores, escravos e imigrantes nos tornaremos brasileiros, com todos os índios, invasores, escravos e imigrantes em nossos corações (SPELTER, 2021).

O que se observa, de fato, é que numa sessão de constelação o cliente e o público têm oportunidade de projetar suas crenças históricas; as verdades herdadas do grupo familiar e de sua realidade social adquirem forma em imagens espacialmente retratadas; e que podem, a partir daí, serem ressignificadas, o que vai impactar sobremaneira seu conjunto pessoal de crenças. O elemento potencialmente problemático é que o processo de interpretação e ressignificação é conduzido pelo constelador, que pode, nessa posição privilegiada, impor seus valores pessoais. Como ocorre em todas terapias com base indutiva, é essencial que o terapeuta respeite um sólido protocolo de conduta ética para beneficiar o crescimento sustentado e autônomo de seu cliente.

## **Conclusão**

Na medida em que o trabalho das constelações ganha relevância em espaços laicos como instituições educacionais, sistemas públicos de saúde e centros de conciliação e mediação judicial, ao mesmo tempo em que se reconfigura cada vez mais como um espaço de espiritualidade multifacetada, instaura o conflito e a crescente resistência daqueles que se opõem à presença de elementos religiosos nestes espaços, vistos, por um lado, como ameaça às técnicas construídas a partir do método científico, e por outro como ameaça aos grupos que, a partir deste discurso, monopolizaram o controle dos ambientes educacionais, médicos e jurídicos, e vêm seu monopólio ameaçado por novos players. Postura que comporta, principalmente, questões éticas, na medida que sua cientificidade e eficiência tão reforçada discursivamente, é de difícil verificação prática, e em que as preocupações financeiras e de status parecem se sobrepor, muitas vezes, ao efetivo atendimento do público.

Por outro lado, a falta de regulamentação das práticas holísticas e o crescente apelo e promoção das constelações como solução mágica de dificuldades emocionais ou comportamentais, cria de fato um ambiente preocupante, novamente do ponto de vista ético, em que as carências das pessoas são exploradas e alimentam um rentável mercado de práticas psicoterapêuticas, muitas vezes de duvidosa eficiência.

Um diálogo entre ciência e espiritualidade tem se revelado, ao longo do tempo, um importante vetor de transformação e crescimento para ambas as áreas; os caminhos terapêuticos para a cura são complexos; a combinação entre práticas tradicionais, ritualistas, sistêmicas, com o universo dialógico das técnicas construídas academicamente, acrescidas das novas descobertas oferecidas por campos como a neurociência, e oferecidos num ambiente solidamente aferrado à ética profissional, somente podem enriquecer o instrumental à disposição do terapeuta.

## Referências

- BASSOI, Vera. *Comunicação e Pensamento Sistêmico: um estudo sobre Constelações Familiares*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2016.
- BERTH, Felix. *Seelenheilung im Minutentakt*. *Sueddeutsche Zeitung*, edição de 19/05/2020. Disponível em: <https://www.sueddeutsche.de/wissen/psycho-guru-seelenheilung-im-minutentakt-1.911817-0#seite-3>
- BOLZMANN, Tiiu. *Qué es constelaciones familiares*. Buenos Aires: Devas, 2011.
- BORING, Francesca. *Connecting to our ancestral past*. Berkeley: North Atlantic Book, 2012.
- BROIDE, Jorge. *As práticas alternativas na psicologia*. S/d. Site do CRP-SP. Disponível em: [http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/jornal\\_crp/121/frames/fr\\_opiniao.aspx](http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/121/frames/fr_opiniao.aspx)
- CAMPOS, Marcelo. *Esoterismo, Modernidade e Secularização: a gnose de Samael Aun Weor*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Campinas: PUCC, 2015.
- CASTANON, Gustavo Arja. *Psicologia como ciência moderna: vetos históricos e status atual*. Revista Temas em Psicologia, vol.17 no.1. Ribeirão Preto, 2009. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2009000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100004). Acesso em 30 de outubro de 2021.
- COHEN, Dan Booth. Family Constellations: An innovative systemic phenomenological group process from Germany. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*. 14(3), p. 226-233, 2006.
- CIONGOLI, Frederico. *Brasil Constelado segredos DESCOBRIMENTO e real IDENTIDADE do BRASIL*. Vídeo no Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vWHX3ULuvJ8>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- DRURY, Nevill, HUME, Lynne. *The Varieties of Magical Experience: Indigenous, Medieval, and Modern Magic*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2013.
- EINFELDT, Marilise. Sophie Hellinger e as constelações. S/d. Disponível em: <https://marilise-einsfeldt.com.br/sophie-hellinger-e-as-constelacoes/>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- FIGUEIREDO, Paulo. *Mesmer: a Ciência Negada do Magnetismo Animal*. São Paulo: MAAT, 2017.
- FRANKE, Ursula. *The River Never Took Back: Historical and Practical Foundations of Bert Hellinger's Family Constellations*. Karen Leube e-book: 2017.

- HEINZEN E SILVA. *Quem é Bert Hellinger*; data n/d. Disponível em: <https://www.hsconstelacao.com.br/blog/27/08/19-a-historia-de-bert-hellinger>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- HELLINGER, B. *Bert Hellinger über das Geistigen Familien-Stellen: Die Anfänge*. S/d (1). Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170710111352/http://www2.hellinger.com/home/familienstelle/n/das-familienstellen-von-den-anfaengen-bis-jetzt/>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- HELLINGER, Bert. *O Amor do Espirito na Hellinger Science*. Patos de Minas: Atman, 2009.
- HELLINGER, Bert. *Olhando para a alma das crianças*. Belo Horizonte: Atman, 2015.
- HELLINGER, Sophie. *Cosmic Power Constelação Familiar*; s/d. Disponível em: <https://cosmicpower.de/pt/cosmic-powerr/cosmic-power-constelacao-familiar/>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- HOLANDA, Adriano. Os conselhos de psicologia, a formação e o exercício profissional. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão* 17 (1), 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000100002>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- HOTHAM, Oliver. *How Primal Scream Therapy Has Survived Five Decades of Strangeness and Controversy*. FYI, 2016. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/9bgppa/primal-therapy-arthur-janov>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- JANOV, Arthur. *The Primal Scream*. New York: Abacus, 1977.
- OLIVEIRA, Isabela; FORTUNATO, Maria. *Bibliografia de Bert Hellinger*, 2020. Disponível em: <https://fortunatodesenvolvimento.com.br/institucional/bibliografia-de-bert-hellinger/>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- ROGER, Carl. *Persons or Science? A Philosophical Question*. *The American Psychologist*, vol 10 (7): 267-278, 1955.
- SAFATLE, Vladimir. *O mal estar nas ciências humanas*. Revista Cult, edição online, 30/03/2010. Disponível em: [revistacult.uol.com.br/home/o-mal-estar-nas-ciencias-humanas/](http://revistacult.uol.com.br/home/o-mal-estar-nas-ciencias-humanas/). Acesso em 30 de outubro de 2021.
- SCHILIPPE, Arist. *Offener Brief von Arist von Schlippe an Bert Hellinger*, 2004. Disponível em: <https://br1lib.org/book/1895830/a524e9?id=1895830&secret=a524e9>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- SPELTER, Peter. *Como a História do Brasil atua em nós*, 2021. Disponível em: <http://sbdh.com.br/curso-historia-brasil-com-peter-tsuyuko-spelter-42.html>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- VEJA, Redação. *Mais da metade dos estudos de psicologia não pode ser reproduzido*. Entenda por que isso é um problema. Edição online, 28/05/2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/mais-da-metade-dos-estudos-de-psicologia-nao-pode-ser-reproduzido-entenda-por-que-isso-e-um-problema/>. Acesso em 30 de outubro de 2021.
- VIEIRA, Adhara Campos. A constelação sistêmica como política pública para a resolução de conflitos. *Revista Fórum Trabalhista – RFT*. Belo Horizonte, ano 5, n. 22, p. 9-29, jul./set. 2016.
- WILLIAMS, Paul; EDGAR, Brian. *Up Against the Wall: Primal Therapy and 'the Sixties'*.

*European Journal of American Studies*, 3-2, 2008. Disponível em:  
<https://journals.openedition.org/ejas/3022>. Acesso em 30 de outubro de 2021.

WIKI. *Verbete Kampenhout*, n/d. Disponível em:  
[https://second.wiki/wiki/daan\\_van\\_kampenhout](https://second.wiki/wiki/daan_van_kampenhout). Acesso em 30 de outubro de 2021.

WOOD, John Keith (org.). *Abordagem Centrada na Pessoa*. Vitória: UFES, 1994.

## LEONEL BRIZOLA E OS ESTADOS UNIDOS: DO GOVERNO JOÃO GOULART À DITADURA MILITAR BRASILEIRA<sup>373</sup>

Marcelo Marcon. Doutorando em História - Universidade de Passo Fundo. E-mail: marcelomarcon90@gmail.com. Bolsista Capes

**Resumo:** Leonel de Moura Brizola, político brasileiro, deputado estadual, deputado federal, prefeito, governador do Rio Grande do Sul entre 1959 a 1963, e duas vezes governador do Rio de Janeiro (1983-1986) e (1991-1994), obteve projeção internacional ao liderar o Movimento da Legalidade em 1961. Os Estados Unidos da América passaram a acompanhar Brizola com maior atenção após o episódio da encampação da concessionária da empresa estadunidense AMFORP no Rio Grande do Sul em 1959 e após a Legalidade. A partir de 1962, documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em grande parte comunicações com as Embaixadas de Brasília e do Rio de Janeiro, passaram a descrever Leonel Brizola como “antiamericano”, “comunista”, “virulento”, “subversivo”, entre outros, além de acompanhar de perto os discursos e movimentações de Brizola. O objetivo desta comunicação é analisar e entender as relações entre Leonel Brizola e os Estados Unidos durante o governo João Goulart (1961-1964) e durante a maior parte da ditadura civil-militar, desde o golpe de 1964 até a anistia política em 1979, que permitiu o retorno de Brizola ao Brasil. As fontes de pesquisa utilizadas são, como fontes primárias, documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Como a pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento, não obtemos resultados definitivos, mas considerações que exploraremos a partir da análise das fontes.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; Leonel Brizola; Relações Internacionais

### Introdução

Esse artigo objetiva discutir a relação entre Leonel Brizola e os governos dos Estados Unidos da América entre os anos de 1961 a 1979. Brizola ganhou destaque internacional com o Movimento da Legalidade, por ocasião da renúncia do então presidente Jânio Quadros e a recusa das forças armadas a permitir a posse do vice-presidente João Goulart, como previa a constituição. Durante o governo Goulart, Brizola foi um dos principais influenciadores das chamadas “reformas de base”, que previam as reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária. A defesa das reformas foi um dos principais desencadeadores do golpe de 1964, promovido pelas Forças Armadas e apoiado por setores da sociedade, como a imprensa, parte da classe média, parte da Igreja Católica, dentre outros.

Os documentos disponibilizados do Departamento de Estado dos Estados Unidos mostram que o país norte-americano investigou e acompanhou todo o processo que resultou no golpe, com documentos específicos sobre Leonel Brizola. Dessa forma, esse artigo, que faz parte de tese de Doutorado em História insere-se na História Política, na História do Tempo Presente, e buscará investigar como ocorreu a relação de Leonel Brizola e os Estados Unidos

<sup>373</sup>Texto publicado originalmente nos anais do 31º Simpósio Nacional de História da ANPUH: História, verdade e tecnologia, Julho de 2021.

de 1961 a 1979, a partir dos documentos do Departamento de Estado dos EUA sobre Leonel Brizola, discursos feitos por Brizola, e demais fontes de pesquisa.

### **Leonel Brizola e os Estados Unidos da América: Nacionalismo, processo espoliativo e relações Brasil - EUA**

No período anterior ao golpe civil-militar de 1964, Leonel Brizola denunciou aquilo que denominou de “processo espoliativo”: o imperialismo que os Estados Unidos exerciam em países como o Brasil. Para Brizola, através de programas como o *Aliança para o Progresso* e o *Corpos da Paz*, em que os Estados Unidos ofereciam auxílio financeiro à países subdesenvolvidos, adquiriram controle das classes mais desenvolvidas:

Através da penetração de certo tipo de capital estrangeiro adquire o controle próprio ou remoto da faixa econômica mais desenvolvida. Como, porém, nesses países subdesenvolvidos os empresários industriais e comerciais, os empresários das grandes empresas e os proprietários de bancos, são também proprietários rurais e, em tais países, a sociedade rural típica é a latifundiária, temos que o capital estrangeiro embutido nas grandes empresas modernas é também um fator decisivo na manutenção do latifúndio. Por que ele é interessado no latifúndio? Porque o País de onde procede o capital estrangeiro necessita de matérias-primas que são fornecidas pela economia monocultora, economia tipicamente latifundiária. Esta é uma verdade universal. Então o País de onde procede - repitamos-, o capital estrangeiro compra esses produtos primários a baixo preço e vende a alto preço os seus produtos manufaturados, ao país do qual compra os produtos primários[...] Realizar reformas internas de base num país submetido ao processo espoliativo significa provocar repercussões muito mais amplas, internas e externas, porque as partes da estrutura interna são também partes de todo um sistema. Isto se deseja realmente reformar alguma coisa, porque muitas vezes pretende-se chamar de reformas simples paliativos, medidas que em vez de reformas servem inclusive para manter e consolidar situações anti-sociais e anti-nacionais (BANDEIRA, 1979, p. 161.).

É por meio desse pensamento que Brizola construiu seu discurso favorável à reforma agrária. Um discurso que exemplificam o seu pensamento: o Brasil, assim como outros países subdesenvolvidos, sofria interferência de países desenvolvidos, através da entrada de capital estrangeiro, num sistema econômico que remete ao período colonial, com a compra de matérias primas por baixos preços e a venda de produtos manufaturados a altos preços por esses países que causariam o processo espoliativo. Quando Brizola argumenta que realizar reformas impacta não apenas internamente, mas também externamente, ele deixa claro que o caminho para deixarmos a dependência de países desenvolvidos, (em uma referência óbvia aos Estados Unidos) é realizar reformas que possam diminuir a desigualdade social, aumentar o poder aquisitivo das camadas menos favorecidas.

Ao longo de sua trajetória política, Leonel Brizola pautou o nacionalismo como uma de suas principais bandeiras, defendendo as riquezas nacionais contra os interesses de países estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. De acordo com Eric Hobsbawn,

O nacionalismo não pode, e nem podia nesse período, ser identificado com aqueles para os quais ele era um imperativo político exclusivo, voraz e abrangente. Não era, como vimos, a única forma assumida por um sentimento de identificação nacional ou, para colocar em termos de direitos e deveres do cidadão, de patriotismo. É importante distinguir entre o nacionalismo exclusivo dos Estados, ou movimentos políticos direitistas que se substituem por todas as outras formas de identificação política e social, e o conglomerado nacional/cidadão, a consciência social que, nos Estados modernos, constitui o solo no qual todos os outros sentimentos políticos florescem. Nesse sentido, “nação” e “classe” não se distinguem prontamente (HOBSBAWN, 1998, p. 173).

Leonel Brizola defendeu o nacionalismo ao longo de sua trajetória política. Esse nacionalismo, segundo ele, deveria ser identificado juntamente com as reformas sociais, o combate à desigualdade, à oferta e fortalecimento da educação, especialmente da alfabetização.

Durante o período que compreende o governo João Goulart e a ditadura militar, as relações entre Brasil e Estados Unidos sofreram alterações. O governo de João Goulart manteve a chamada Política Externa Independente (PEI) iniciada no governo Jânio Quadros, com uma posição de não-alinhamento aos Estados Unidos, em um contexto de guerra fria. Esse posicionamento provocou um desgaste na relação entre os dois países, acentuado pelas medidas de nacionalização das concessionárias das empresas estadunidenses no Brasil promovidas no governo de Leonel Brizola, e o projeto das reformas de base.

Segundo Carlos Fico, durante a presidência do militar Castelo Branco, ocorreram anos de apoio incondicional, quando se intensificaram as relações influenciadas pela Escola Superior de Guerra. Já no governo de Costa e Silva a “profunda afinidade que havia entre Castelo e Gordon foi substituída por uma relação formal entre Costa e Silva o novo embaixador, John Tuthill!” (FICO, 2011, p. 187). Em 1969, com a chegada de Emílio Garrastazu Médici ao poder, a política internacional aprofundou as mudanças iniciadas pelo governo Costa e Silva, sendo reforçadas “as fronteiras ideológicas” da política externa brasileira e consolidado a opção pelo modelo nacional-desenvolvimentista, na economia (HIRST, 2009).

Já com a posse do presidente Ernesto Geisel, ocorreu uma mudança na postura da política externa brasileira. Segundo Moniz Bandeira, a política externa de Geisel, chamada de *pragmatismo responsável*, significou a retomada das diretrizes de Jânio Quadros e João Goulart,

umentando as divergências com os Estados Unidos e ampliando as relações com a China (BANDEIRA, 2011).

### **Leonel Brizola e os Estados Unidos da América: Como os Estados Unidos observaram o político brasileiro?**

Os Estados Unidos acompanharam a trajetória política de Leonel Brizola, descrevendo e comentando suas principais ações por meio de comunicações entre as embaixadas e o Departamento de Estado. No dia 17 de janeiro de 1964, a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, enviou um relatório ao Departamento de Estado dos EUA, assinado pelo Conselheiro de Assuntos Políticos da Embaixada, John Keppel, classificado como “Limitado ao Uso Oficial”, em que descreve a ação de Brizola na organização dos Grupos de Onze, com a tradução literal dos panfletos chamando a população à organização dos grupos de Onze:

A embaixada obteve uma cópia dos panfletos de Leonel Brizola de 29 de novembro de 1963, chamando para a organização dos “Comandos Nacionalistas”, ou “Grupo dos Onze Companheiros”, para lutar pela visão de Brizola de reformas e salvação nacional. Uma tradução não-oficial do panfleto está anexada em destaque. A análise e o comentário da embaixada será encaminhada separadamente. Em resumo, Brizola pinta uma triste e infeliz imagem do povo brasileiro, que estaria sofrendo os golpes da “espoliação internacional” e de uma minoria antipovo. O clímax está chegando e é hora do povo acordar e se organizar efetivamente para trazer uma autêntica democracia nacionalista e as reformas. Para esse fim, Brizola apela para a criação espontânea de grupos de pessoas em todos os lugares, ele escolheu “Comandos Nacionalistas” de onze homens cada porque o time de futebol é uma organização familiar a todos os brasileiros. Os comandos são líderes eleitos, inscritos na luta de Brizola contra a espoliação internacional, e enviam seus nomes e endereços para Brizola, que vai comunicar-se com eles através da rádio Mayrink Veiga e suas estações afiliadas (US Secretary of State, 1964, p.01).

A sequência do documento de 10 páginas traz a tradução do panfleto assinado por Brizola, que foi distribuído para conclamar a população à organização dos Comandos Nacionalistas. O panfleto possui um espaço para inscrição através do nome, endereço, data e assinatura. Quanto ao conteúdo, o documento afirma que o companheiro estaria aderindo ao movimento em defesa da democracia, das reformas, especialmente a reforma agrária e urbana, como forma de lutar contra a espoliação internacional.

Apesar de não realizar uma análise profunda do documento, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil elaborou uma mensagem forte ao Departamento de Estado sobre a organização dos Grupos de Onze, como é evidenciado na frase “Brizola pinta uma triste e infeliz imagem do povo brasileiro, que estaria sofrendo os golpes da espoliação internacional”.



Brizola, em seu discurso de chamamento da população à participação nos grupos dos onze, apostou em um tom forte e apelativo, denunciando a espoliação internacional e o perigo iminente de uma tentativa de golpe. Podemos perceber essa posição no próprio panfleto de inscrição, em que Brizola afirma:

Apenas uma pequena parte da população brasileira está organizada. A imensa multidão, quase todo o nosso povo, embora em grande parte consciente dos seus legítimos interesses e tendo percebido as injustiças que sofrem, continuam sem a mais simples organização. Assim, eles são fáceis presas da exploração de dominação das minorias privilegiadas. Os passos para organização das massas humanas no nosso país são muito difíceis. O Brasil é um imenso continente e nossa população está espalhada por um vasto território. Seria impossível atravessar todos os estados, cidades, bairros, regiões e localidades do interior e encaminhar diretamente os passos para a organização. [...] Assim como aconteceu na crise de Agosto de 1961, no Rio Grande do Sul e em outras áreas do país, quando o próprio povo se organizou em todos os lugares de forma espontânea, por sua própria iniciativa, após o apelo feito pela resistência popular contra a tentativa de golpe que era pretendido contra os nossos direitos e nossas liberdades. A iniciativa deve vir de todos os lugares, em qualquer lugar onde haja um nacionalista, um patriota que se encontra nas áreas residenciais, nos bairros, nos subúrbios, aldeias, cidades, fábricas, escritórios, no interior, nas áreas rurais, e finalmente, em qualquer lugar, até nos lugares mais remotos da nossa Pátria (US Secretary of State, 1964, p. 02).

O discurso de Brizola “conclamando” a população a se organizar por iniciativa própria, em todos as regiões do país, possui forte teor nacionalista e reformista, analisando a realidade brasileira, como o fato da maioria da população não estar organizada e os entraves para essa organização, como o vasto território do país e as dificuldades de alcançar os lugares mais remotos. Ao mesmo tempo, apresenta as possibilidades para superar esses problemas, que são exatamente as iniciativas espontâneas que deveriam ocorrer ao longo do país.

Esse discurso nacionalista e reformista era o que mais despertava a preocupação dos Estados Unidos. No documento, vimos que a embaixada afirmou que Brizola taxava o povo brasileiro como um povo infeliz e explorado. Percebemos como o país norte-americano temia que os grupos dos onze pudessem ser utilizados para a luta pelas reformas estruturais, em especial a reforma agrária. Em documento de 24 de janeiro de 1964, a Embaixada do Rio de Janeiro alertou o Departamento de Estado a “estar preocupado com Brizola e a mobilização dos “grupos de onze” ou alguma combinação desses fatores e efeitos práticos, o que de qualquer forma, obviamente depende de Jango”(US Secretary of State, 1964, p. 01).

Já no dia 09 de fevereiro de 1964, em comunicação do Consulado estadunidense em Curitiba, endereçado ao Departamento de Estado, o Cônsul Arthur W. Feldman relatou uma

reunião entre deputados federais “esquerdistas” com a União Nacional dos Estudantes (UNE), que aconteceu em Florianópolis entre 5 a 12 de janeiro de 1964. De acordo com Feldman,

O deputado Brizola encerrou a sessão. Uma multidão transbordante de aproximadamente 200 pessoas permaneceu do lado de fora do teatro ouvindo os discursos. Ele pregou a revolução e advogou que os norte-americanos, que são os principais responsáveis pela inflação brasileira, sejam expulsos do país. Citou o Panamá como exemplo de um pequeno país explorado pelos EUA. Ele falou para a audiência se organizar em grupos de onze e se preparar para lutar para implementar as necessárias reformas. Ele também criticou o presidente Goulart por ser fraco. O discurso de Brizola foi recebido pelos estudantes com algum entusiasmo e pelos trabalhadores com treinada espontaneidade (US Secretary of State, 1964, p. 01).

O trecho acima encerra o documento e permite que observamos a forma como o consulado observava as ações e discurso de Brizola, sendo esta uma forma recorrente de comunicação sobre Brizola nos consulados e embaixadas estadunidenses no Brasil. O cerne da informação consistia em um discurso forte de Brizola em defesa de reformas e de críticas à influência e ao imperialismo exercido pelos Estados Unidos. As comunicações também mostraram constantemente divergências de pensamento entre Brizola e o presidente Goulart.

Nesse documento, o autor fez referência aos grupos de onze, com um discurso de Brizola mobilizando a população a se organizar em grupos de onze para lutar pelas reformas. Para os Estados Unidos, a mobilização dos grupos de onze significava um passo firme em direção à concretização das reformas de base, em especial a agrária. O discurso de “formar grupos de onze em todos os cantos do Brasil” soava como uma etapa decisiva do projeto de Brizola e apareceu associado ao seu discurso anti-imperialista, como uma forma de lutar contra os interesses estadunidenses.

### **Considerações finais**

Esse texto teve por objetivo discutir aspectos da relação entre Leonel Brizola e os governos dos Estados Unidos, especialmente durante o governo João Goulart. Leonel Brizola defendeu o nacionalismo, o anti-imperialismo, as reformas de base, e criticou o que denominou como processo espoliativo, a interferência dos Estados Unidos no Brasil, através de programas que visavam interferir e influenciar no patrimônio do país.

O governo dos Estados Unidos, durante os mandatos de John Kennedy e Lyndon Johnson, acompanharam Leonel Brizola, o concebendo como um perigo às influências dos Estados Unidos no Brasil, por vezes o associando com a ideologia socialista. Após o golpe, os Estados Unidos continuaram monitorando Brizola durante o seu exílio no Uruguai, sendo que

uma mudança de postura por parte dos Estados Unidos ocorreu apenas no fim da década de 190, principalmente com a eleição do democrata Jimmy Carter.

À medida que novas fontes se tornam disponíveis para pesquisa, novos estudos são possíveis de serem realizados. Dessa forma, no decorrer dessa pesquisa novos resultados serão obtidos, a partir da interpretação desses documentos históricos.

## Anexos

Anexo 1: Panfleto de Brizola sobre os Comandos Nacionalistas”. Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, endereçado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos. (Documento limitado ao Uso Oficial).

## Referências

- ALMEIDA, Marli. “*Excessos de patriotismo*”: terrorismo de estado e os grupos de onze companheiros - 1964-1965. Tese (Doutorado em História. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2018.
- ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): O neoliberalismo em questão*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BANDEIRA, Moniz. *Brasil e Estados Unidos: a rivalidade emergente*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BRANDALISE, Carla. HARRES, Marluza Marques. “O povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FERREIRA, Jorge. FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 55.
- CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.2).
- FERREIRA, Jorge; FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção As esquerdas no Brasil; v.2).
- HARRES, Marluza M. Rio Grande do Sul: Governo Leonel Brizola e a questão agrária no início da década de 1960. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 18, p. 99-127, 2011.
- HIRST, Mônica. *Brasil - Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- REMOND, René. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SILVA, Marco A. Medeiros. *A última revolução: O governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- TAVARES, Tânia dos Santos. *Grupo dos Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo: UERJ, 2013.
- TAVARES, Tânia dos Santos. Leonel Brizola e os nacional-revolucionários: Grupo dos Onze em Duque de Caxias, Rio de Janeiro (1963-1964). In: FERREIRA, Jorge. FREIRE, Américo. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1963-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Coord). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil ; 3).

## A EXPANSÃO DA SOJA EM SOLEDADE/RS: 1960 A 1985

Márcio Comin, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES. email: [cominmarcio1@gmail.com](mailto:cominmarcio1@gmail.com)

**Resumo:** O artigo interpreta o processo de expansão da soja no município de Soledade/RS, entre os anos de 1960 a 1985, partindo de uma problematização que buscou evidenciar os impactos socioambientais que essa cultura promoveu. O presente estudo baseou-se na interpretação de jornais e também dos censos agropecuários de 1960 a 1985 do IBGE. Na pesquisa em foco, verificou-se que a expansão das lavouras da soja no território em estudo, aconteceu posteriormente em relação a outros locais da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Sua difusão esteve relacionada a ação do Estado brasileiro, ao atrativo preço no mercado internacional e a modernização da agricultura. Beneficiou também da cooperativa local que se tornou o principal centro dinamizador, pois auxiliou na ampliação do comércio local e regional de insumos modernos, na assistência técnica ao agricultor, recebendo e comercializando a produção da soja e outros grãos. Ademais, nota-se que o crescimento da sojicultura ajudou a promover mudanças nos índices de produtividade, aumentou progressivamente a sua área plantada, superando culturas que até então eram tradicionais. Colaborou para alterar a configuração dos plantios de subsistência, uma vez que, as roças que produziam alimentos, geralmente vinculadas aos pequenos produtores rurais, passaram a perder importância, em vista a impossibilidade de concorrer com a rentabilidade da soja. Dessa forma, houve uma tendência a ampliação da monocultura que significou a diminuição da biodiversidade e simultaneamente, a perda de patrimônio ambiental. Por fim, alega-se que a propagação da oleaginosa viabilizou a ampla utilização de agrotóxicos que estiveram ligados a problemas ambientais graves.

**Palavras-Chave:** soja; modernização da agricultura; Soledade.

### Introdução

A soja se constitui de uma das mais antigas cultivares e um dos alimentos que contém grande quantidade de proteínas que podem ser consumidas, pelo ser humano na forma de diversos produtos, assim como, pode servir para nutrição animal. É atualmente, o gênero agrícola que lidera as exportações, com larga vantagem sobre as demais culturas constituindo a base econômica de um grande número de municípios, do Norte do Rio Grande do Sul, em especial, Soledade, foco de nosso estudo.

Essa trajetória histórica do avanço da soja como principal cultura Rio Grandense, foi marcada pelo processo de modernização da agricultura, ocorrida no Brasil na segunda metade do século XX, que evidenciou a mudança da base técnica da agricultura provendo uma nova forma de produzir para o campo. Nesse sentido, ocorreu a introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde, ou seja, na mecanização, no uso de sementes híbridas, agrotóxicos e fertilizantes visando o aumento da produção e da produtividade.

Nesse cenário, era também intenção do Estado brasileiro, diminuir o déficit na balança comercial com as importações de produtos industrializados, para isso, estimulou o desenvolvimento de algumas culturas através do crédito subsidiado que atendeu a parte dos

agricultores. Atraídos pela valorização da soja no mercado internacional e ao mesmo tempo, pela decadência do trigo, os produtores rurais centralizaram sua atenção para o cultivo da soja.

O objetivo central desse trabalho é interpretar o processo de expansão da soja no município de Soledade/RS, entre os anos de 1960 e 1985, destacando os impactos socioambientais decorrentes dessa atividade. Justificamos a importância dessa pesquisa como forma de ampliarmos a compreensão da história rural assim como, demonstrar a relevância que a agricultura possuiu na formação socioeconômica e ambiental do município em estudo.

Partimos de uma questão problematizadora, que buscou identificar quais foram os elementos que possibilitaram a expansão da soja e quais impactos socioambientais essa cultura promoveu em Soledade/RS, no recorte temporal referido. A abordagem utilizada é a da História Ambiental, por entender que ela nos ajuda a ampliar o leque interpretativo do processo histórico, além de fornecer subsídios de outras áreas do saber que nos auxiliam na compreensão da realidade.

As fontes Históricas empregadas na pesquisa foram o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que permitiram o levantamento de dados relevantes sobre a modernização da agricultura e sobre a soja e também, analisamos dois Jornais: *O Paladino* e *a Folha de Soledade*, disponíveis no Arquivo Histórico Municipal, que nos forneceram interpretações sobre a disseminação da sojicultura no município.

### **Breve histórico**

A cultura da soja é conhecida a pelo menos 5 mil anos. Originária da região chinesa da Manchúria, a leguminosa era utilizada para alimentação humana e animal, expandiu-se por Coreia e Japão entre os séculos II e III d.C, Europa, no século XVIII onde foi cultivada de forma ornamental em jardins botânicos. No continente americano, os Estados Unidos da América (EUA) realizaram os primeiros experimentos com a planta em 1808, no estado da Pensilvânia, todavia, os agricultores norte-americanos mostraram interesse no cultivo apenas em 1880 para a produção de alimento aos animais (BONATO; BONATO, 1977, p. 9).

No Brasil, a literatura pesquisada aponta o ano de 1882, para a introdução dos primeiros experimentos com a planta, na Bahia, sendo o Engenheiro Agrônomo Gustavo Dutra, da Escola Agrônômica Baiana, figura central. Porém, verificou-se que as sementes aclimatadas para o ambiente norte-americano não se adaptaram as baixas latitudes daquele estado, não obtendo êxito. Mais tarde em São Paulo, no Instituto Agrônomo de Campinas em 1891, novos testes foram realizados e considerados positivos na produção de feno e grãos (DALL'AGNOL, et al., 2007, p. 1).

A introdução da soja no estado do Rio Grande do Sul, beneficiada pelo clima semelhante ao sul dos EUA, revela pontos de vista variados, não havendo um consenso. Levamos em consideração os escritos de Emídio Rizzo Bonato (1987, p. 9), que chama a atenção para o ano de 1901, onde houve o relato de uma experiência com o plantio da soja realizada por A. Welhäuser, no município de Dom Pedrito. Segundo o autor, oficialmente, considera-se que o marco inicial para a inserção da soja em nosso estado, ocorreu em 1914, a partir da publicação de estudos do professor F. C. Craig, estadunidense que lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e distribuiu sementes a unidades experimentais.

Há também de se considerar o papel desempenhado pelo pastor norte americano Albert Lehenbauer que trouxe as primeiras sementes de soja amarela para Santa Rosa, cidade localizada na região Noroeste do estado gaúcho. As Microrregiões das Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio fizeram parte da “Frente de Expansão da Soja”, que na década de 1970 era a maior produtora de grãos do Brasil (ALVES, 2013, p. 125).

Em carta enviada a parentes no ano de 1976, sua esposa, Helene, esposa do pastor Albert Lehenbauer, assim descreveu as primeiras plantas da soja trazidas a cidade de Santa Rosa:

Chegamos em Santa Rosa em 12 de novembro de 1923. Logo na chegada, Lehenbauer iniciou o plantio. Lembro-me exatamente que os primeiros pés de soja não chegavam a crescer nem mesmo um palmo, no entanto carregavam uma ou duas vagens, as quais continham igualmente um ou dois grãos. Assim ele continuou plantando e a soja sempre crescendo e vindo cada vez mais, com maiores grãos e vagens (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 40).

Ao produzir os primeiros grãos na região de Santa Rosa, a lavoura da soja se expandiu para outros locais, porém, é importante ser lembrado que inicialmente, esse produto tinha mercado restrito para a venda. Era utilizado principalmente na “ração dos porcos que passaram a engordar muito mais rápido do que se alimentados com abóbora, milho, mandioca e restos de cozinha” (HESSE, 1996 p. 22).

A criação de suínos era uma das atividades econômicas mais importantes, dele se extraía a carne e a banha, que era bastante valorizada, revendida no comércio em Santo Ângelo e Ijuí, pois “naquele tempo, se ganhava dinheiro ou plantando fumo ou criando porcos” (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 53). Eventualmente, o grão também era usado na alimentação humana na fabricação de farinha para o pão ou secada e moída para ser consumida como bebida, em substituição ao café (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 55).

A disseminação das sementes da soja esteve ligada a ideia de compartilhamento, comum nas comunidades rurais. Assim as sementes plantadas e colhidas eram divididas com os

vizinhos, parentes ou conhecidos, proporcionando a troca de experiências e do conhecimento sobre a nova cultura. Nesse sentido, é bastante significativo o depoimento de Maria Racho, que afirma: “Lembro-me que quando tinha 9 anos, conheci o Pastor Lehenbauer que trouxe as sementes de soja para os paroquianos. Nas primeiras colheitas, todos os que ganharam sementes, tinham que repartir com os outros e assim por diante” (CHRISTENSEN; BINDÉ, 2004, p. 52).

Recordamos que o comércio da soja e, portanto, de sementes, ainda não havia se constituído, sendo preponderante as atividades econômicas de criação como o gado, os suínos e culturas ligadas a subsistência como a mandioca, o feijão, o trigo e o milho. A lavoura da soja somente iria adquirir alguma importância econômica a partir de 1941, onde consta a produção de 457 toneladas (t) e em 1947, o Brasil passou a fazer parte das estatísticas internacionais como país produtor, atingindo 25.881 t do produto (DALL'AGNOL, 2016, p. 22).

### **Os fatores da expansão da soja**

A situação da agricultura e particularmente da soja, começou a modificar-se após a Segunda Guerra Mundial por uma série de fatores que estão imbricados ao contexto internacional e também, a elementos de ordem interna nacional.

Externamente, terminada a 2ª Guerra, os EUA e a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), despontaram como superpotências competindo entre si por áreas de influência que representavam o prolongamento de seus interesses políticos, econômicos e militares pelo mundo. Naquele cenário o debate sobre a fome tornou-se central pois muitos países sofriam com a falta de alimentos. A alternativa para amenizar o problema foi proposta pela Fundação Rockefeller e Ford que ficou conhecida como Revolução Verde.

De acordo com Brum, a Revolução Verde:

[...] tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (1985, p. 59).

Andrioli (2008, p. 103) afirma, que a Revolução Verde se baseava em alguns elementos interligados como a mecanização exemplificada pela produção de tratores, colheitadeiras e equipamentos; a aplicação de adubo químico, pesticidas e medicamentos animais e o progresso da biologia, mostrado através do desenvolvimento de sementes híbridas e de novas raças de animais com potencial reprodutivo superior.



As qualidades nutritivas da soja permitiram o crescimento de sua importância econômica em termos externos, contribuindo para o aumento da demanda e conseqüentemente para o preço do produto no mercado internacional (CONCEIÇÃO, 1986, p. 23). Na prática, os países e regiões que possuíam as condições edafo-climáticas para a produção da soja, e isso incluía o Rio Grande do Sul e conseqüentemente Soledade, seriam beneficiadas com o aumento da produção, possibilitando o alargamento do mercado para essa cultura.

Contribuiu para a expansão dos mercados externos para a oleaginosa o aumento significativo na produção de aves de corte entre o final de 1960 e início dos anos de 1970 no Brasil, ocasionado demanda crescente de rações com alto teor protéico, ao mesmo tempo, ocorreu a diminuição na oferta de outras fontes de proteína como o amendoim e a farinha de peixe. Incluiu-se nesse contexto específico, a retração da produção norte-americana, fator que também favoreceu para a excelente cotação da soja no mercado internacional (CUIABANO, 2019, p. 472).

Internamente, vários elementos se relacionavam a expansão da produção da soja com destaque, para o que se chamou de modernização da agricultura que modificou a sua base técnica via introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde (sementes híbridas, fertilizantes químicos e mecanização), sem promover alterações na grande propriedade (SILVA, 1998, p. 19). Também estabeleceu outras relações possíveis, pois ao mesmo tempo que foram ocorrendo inovações tecnológicas, foi se estruturando transformações sociais que dizem respeito a organização do modo como se produz. A forma de pagamento de mão-de-obra é cada vez mais assalariada, os pequenos produtores vão sendo expropriados, dando lugar a formas de produção empresarial (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

O objetivo principal da modernização da agricultura era aumentar a produção e a produtividade através do uso de capital e da tecnologia. Esses atributos foram disponibilizados principalmente pelo Estado que tomou para si a tarefa de financiar e subsidiar o desenvolvimento no campo, centralizando as políticas públicas para agricultura, exercendo estímulos a algumas culturas de exportação, entre elas a soja, sendo que nesse percurso, acentuaram-se as desigualdades sociais e os problemas ambientais (SILVA; ANJOS, 2020, p. 02).

Campos (2012, p. 4-5), avalia que foi possível constatar grande participação dos produtos primários nas exportações entre 1968 a 1973, sendo o aumento mais notável o da soja, passando de 1,9% e 19% respectivamente. Ressalta que a soja se serviu de todo o aparato de subsídios e insumos modernos, transformando-se em importante produto comercial.

Destacamos que a modernização foi facilitada pela criação do Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1963, que disponibilizou grande quantidade de recursos financeiros para a progressiva mecanização e compra de insumos para a agricultura e a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973, que dinamizou as pesquisas na agropecuária, em especial as sementes de soja (CAMPOS, 2010, p. 10).

Os fatores internos vão para além da modernização da agricultura que aqui descrevemos brevemente. Outros parâmetros também foram importantes para a compreensão da conjuntura que transformou a soja em “carro chefe” da agricultura modernizada, para exemplificá-los consideramos importantes as ideias de Dall’agnol que aponta:

1. Semelhança do ecossistema do sul do Brasil com aquele predominante no sul dos EUA, favorecendo o sucesso na transferência e adoção de cultivares e outras tecnologias de produção.
2. Estabelecimento da "Operação Tatu"(calagem e fertilização dos solos ácidos e inférteis) no estado do RS, em meados dos anos 60, onde se concentrou a quase totalidade da produção brasileira de soja.
3. Incentivos fiscais aos produtores de trigo durante os anos 50, 60 e 70, beneficiando igualmente o cultivo da soja, que utilizava, no verão, as mesmas áreas, mão de obra e maquinaria do trigo.
4. Mercado internacional em alta, principalmente na primeira metade dos anos 70, como consequência da frustração da colheita de grãos na ex-União Soviética e China, assim como da pesca de anchova no Peru, cujo farelo era amplamente utilizado como componente protéico na fabricação de rações para animais domésticos, passando, os fabricantes de rações, a utilizar o farelo de soja a partir de então.
5. Substituição das gorduras animais (banha e manteiga) por óleos vegetais e margarinas, mais saudáveis ao consumo humano.
6. Estabelecimento de um importante parque industrial de processamento de soja, de desenvolvimento e produção de máquinas e implementos, assim como, de produção de insumos agrícolas (anos 70/80).
7. Facilidades de mecanização total da cultura.
8. Estabelecimento de um sistema cooperativista dinâmico e eficiente, que apoiou fortemente a produção, o processamento e a comercialização das colheitas.
9. Estabelecimento de uma bem articulada rede de pesquisa de soja, envolvendo os poderes públicos federal e estadual, apoiada financeiramente pela indústria privada e,
10. Melhorias nas estradas, nos portos e nas comunicações, facilitando e agilizando o transporte e as exportações (2007, p. 4).

Avalia-se que a expansão da soja pelo município de Soledade, no recorte histórico de 1960 a 1985, foi beneficiado pelo aumento gradativo do mercado internacional para esse produto em específico. Da mesma forma que fatores internos, colaboraram para o seu pleno desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1970, como veremos adiante.

### **A Soja em Soledade**

O município de Soledade/RS, fundado em 1875 a partir de sua emancipação de Passo Fundo, está localizado no norte do Rio Grande do Sul, apresentou ao longo de sua trajetória

histórica realidade socioeconômica e ambiental distinta. Em grande parte de seu território, prevalecia a pecuária extensiva, praticada em latifúndios. Em outras áreas, havia a existência de uma agricultura rudimentar, sobretudo de subsistência, onde inteiravam-se elementos sociais característicos como grandes proprietários onde a eles estavam ligados peões e arrendatários. Nas regiões de policultura era comum a presença de grande número de caboclos, posseiros ou proprietários e um número crescente de imigrantes alemães e italianos (KAJAWUA, 2001, p. 36).

O Município era composto originalmente por campos nativos e a Floresta Ombrófila Mista em uma região de transição campo/floresta onde atividades econômicas e tipos sociais diferentes interagiram com o meio ambiente, transformando-o em novas possibilidades econômicas e ao mesmo tempo, alterando ou mesmo destruindo suas características originárias. Diante dessa complexidade das sociedades humanas, a natureza hora foi vista como sinônimo de obstáculo ao desenvolvimento, precisando ser removida e por outro lado, configurou-se como símbolo da própria riqueza, sendo almejada. Estabelece-se uma ideia de fronteira móvel balizada não por limites ou marcos divisórios, mas pela ideia que se construiu dos espaços intocados e do cultivado (GERHARDT, 2013, p. 77).

Uma das formas de observarmos os espaços cultivados e como foram ganhando terreno entre os campos nativos e o mato, mostrando o avanço da agricultura e da soja, são os elementos informativos que compõe o censo do IBGE, o qual utilizamos como fonte de pesquisa. Dados importantes que demonstram a expansão da oleaginosa no município em estudo podem ser vistos, embora estejamos conscientes que os números não apresentam uma verdade inquestionável, mas apontam caminhos e reflexões.

Os primeiros registros da sojicultura em Soledade/RS datam de 1950, onde constatou-se 15 toneladas (t) produzidas, sendo que o documento pesquisado não registrou a área plantada. Em 1960, a soja ocupava apenas 84 hectares (ha) de área plantada, produzindo 84 toneladas do grão. No decorrer do marco temporal de nosso estudo, podemos observar aumento sucessivo da área plantada, com exceção do quinquênio 1980/85, onde mostra pequena redução, enquanto que a produção foi sempre ascendente. Porém, ressalta-se que trigo e o milho constituíam-se importantes culturas temporárias de inverno e verão respectivamente pelo menos até 1975, quando a soja passa a ocupar o posto de principal cultura em área e produção.

**Tabela – 1 Principais culturas temporárias de Soledade: 1960 a 1985**

Ano	1960		1970		1975		1980		1985	
	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Milho	12.827	17.717	24.809	25.415	18.018	22.268	15.747	19.808	15.042	20.200
Trigo	9.441	6.435	16.428	11.783	8.000	5.036	9.949	6.970	7.310	6.422
Soja	84	84	6.978	3.535	27.957	36.604	38.155	51.137	37.141	55.259

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE, 1960 a 1985.

A expansão da soja em Soledade/RS entre os anos de 1960 a 1985, esteve vinculada ao cultivo do trigo que era base econômica não apenas de Soledade, mas regional. Desde as primeiras décadas do século XX, existiu uma conexão estreita entre a produção do trigo com o estabelecimento de moinhos na região, incluindo o Moinho Soledadense Ltda, construído em 1952 para atender a demanda na fabricação de farinha de trigo e milho (O PALADINO, 11 maio 1968, p. 3).

Essa relação pôde ainda ser verificada com utilização de ambas as culturas nas mesmas áreas de plantio. Possibilitava ao agricultor, duas safras ao ano, uma no verão outra no inverno o que favorecia a rotação de culturas e a consolidação do binômio trigo/soja como alternativa para aumentar a renda da propriedade.

Como afirma Tedesco e Sander, “[...] falar em trigo é falar em Vargas em nível de estado e país” (2002, p. 102), devido as políticas de incentivo à produção do cereal que quando governador, estimulou o melhoramento das sementes através da instalação de unidades de pesquisa logo depois, em 1930, quando presidente, a grande preocupação era a concessão de estímulos financeiros que aumentassem a produção visando a substituição das importações que, segundo os autores ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (2002, p. 103).

Entre os anos de 1956 e 1967, a cultura do trigo entrou em decadência (TEDESCO; SANDER, 2002, p. 93), abrindo espaço para que a soja se expandisse, utilizando-se das máquinas e implementos que outrora serviram para as atividades tritícolas. A ampla utilização de insumos modernos e da mecanização da lavoura, são atributos marcantes na produção de soja em Soledade. Favoreceu e dinamizou o comércio local e regional impulsionado pela modernização da agricultura.

São fartamente propagandeados nos jornais, as casas de comércio que vendiam, revendiam e forneciam assistência aos agricultores. A Hexel Tratores, revenda Valmet para a região, prometia a entrega de toda linha de implementos e assistência técnica aos agricultores e plantões durante plantio e colheita (FOLHA DE SOLEDADE, 17 nov. 1984, p. 07). A

Comercial Agro Máquinas Soledade, vendia trilhadeiras, motores, grades, arados entre outros (O PALADINO, 01 set. 1973, p. 07), a Alto Agrícola S/A, empresa de Passo Fundo com filial em Soledade, era representante dos tratores Massey Ferguson e caminhões Volkswagen para Soledade e região (FOLHA DE SOLEDADE, 24 dez. 1985, p. 06).

A criação da Cooperativa Agrícola Soledade Ltda, em 1969, também foi fundamental para a ampliação da importância da soja pois foi responsável por fomentar a atividade agrícola no município. Inicialmente os silos de armazenamento eram alugados, pertenciam a Companhia Brasileira e Armazenamento (Cibrazem), ligada ao recebimento do trigo, milho e outros grãos. Posteriormente, a estrutura foi repassada a cooperativa (BORGES, 2019, p. 59), que não tardou em ampliar sua estrutura física e suas atividades ligadas a oleaginosa e aos agricultores.

A reportagem de *O Paladino*, destaca o papel desempenhado pela instituição cooperativista no atendimento ao homem do campo “que agora pode ter assistência com orientação segura e consciente de Engenheiros Agrônomos para redução de riscos e aumento da produtividade”. Mais adiante a notícia registra o papel financeiro da cooperativa na “concessão de financiamentos capazes de aumentar o quadro de máquinas e custear as despesas das safras agrícolas”, oferecia ainda, “ótima estrutura para o recebimento e comercialização evitando atravessadores” (O PALADINO, 21 set. 1974).

Todavia, a assistência técnica era insuficiente, haviam apenas dois profissionais para atender cerca de 2.400 associados (O PALADINO, 13 maio 1972, p. 02), por isso assinaram-se acordos de assistência técnica que envolviam a cooperativa, Emater e Prefeitura de Soledade (FOLHA DE SOLEDADE, 5 out. 1985, p. 07). Além das atividades já citadas, a Coagrisol também era responsável pela venda de insumos como fertilizantes, sementes melhoradas e agrotóxicos (O PALADINO, 03 fev. 1973, p. 08).

A agricultura comercial foi ganhando força em Soledade, impulsionada pela modernização da agricultura aliada ao crédito subsidiado e ao binômio trigo/soja, foi conquistando importante espaço econômico tradicionalmente ocupado pela pecuária. No entanto, é oportuno dizer que na medida em que a soja ia se alastrando, importantes problemas ambientais foram sendo registrados. Nesse sentido, o plantio convencional que consistia na gradagem, subsolagem e escarificação, (PES; GIACOMINI, 2017, p. 31), era utilizado de forma intensiva, deixava o solo desprotegido contra a ação hídrica o que ocasionava a erosão (DEBIASI, 2013, p. 11-12).

Em reportagem que impactou a opinião pública local, a *Folha de Soledade* registrou a ocorrência de uma voçoroca. Formada ao longo de seis anos, na comunidade de São João dos

Delavy, interior de Soledade. A grande vala, com cerca de cento e cinquenta metros de extensão, medindo de vinte a trinta metros de largura e aproximadamente treze metros de profundidade, inutilizou parte da lavoura usada no plantio de trigo e soja, causando alterações profundas na paisagem. Como diz a reportagem “Somente a natureza poderá recuperar. Prazo? Mais de cem anos” (22 dez. 1990, p. 11).

Registrou-se também as dificuldades do agricultor local em abandonar a antiga prática da queimada, herança indígena da coivara, para “limpar” a palhada ou mesmo para renovar a pastagem dos campos utilizados com o gado, fator que potencializou a erosão, pois contribui para deixar o solo desprotegido e que também diminuía a fertilidade (REDIN, et al., 2011, p. 388).

O fogo também foi usado na tentativa de diminuir as populações do *Tamanduá-da-soja* (*Sternechus subsignatus*), conhecido também como *bicudo-da-soja* que afetava as lavouras de Soledade. Entretanto, como salientou o Agrônomo da Emater Regional, de Passo Fundo, “é importante chamar a atenção dos agricultores que desejam queimar a resteva da soja, pensando em controlar a praga, esta prática não tem nenhum valor”. Isso porque a larva do inseto “hibernava em galerias de 5 a 10 centímetros abaixo do solo”, onde o fogo não iria atingir (FOLHA DE SOLEDADE, 21 abr. 1990, p. 04).

Na medida em que a sojicultura vai se popularizando entre os agricultores do município pesquisado, expandindo as áreas de cultivo e aumentando a produção sob a lógica do capital, foi possível registrar o acréscimo no uso de agrotóxicos para controle das pragas e ervas daninhas. Houveram casos de intoxicação humana e animal e contaminação de rios.

Em 1974 em uma matéria do jornal *O Paladino*, consta o número de vinte casos de intoxicação por agrotóxicos e um óbito. Alerta ainda que até março de 1975, conforme registro do hospital municipal, haviam ocorrido cinco casos de intoxicação. O motivo apontado para as ocorrências aparece grifado no texto, como sendo uso incorreto do agrotóxico. Mais adiante, pondera que há outros tantos casos de envenenamento que afetam animais domésticos, o gado e abelhas e finaliza afirmando, que cabe uma maior orientação técnica para aqueles que usam inadequadamente os agrotóxicos (10 maio 1975, p. 05).

No ano de 1989 também houve uma denúncia, exposta nas páginas da *Folha de Soledade* (25 mar. 1989, p. 2), na qual um morador de Água Branca, interior do município de Soledade, declara as autoridades a contaminação de um rio, chamado popularmente de *Taquara da Lixa*. Contatou-se a morte de peixes, tartarugas e caranguejos e cheiro forte na água. Pontua também, que nas comunidades do interior a alocação dos recipientes de agrotóxicos constitui-se em um

problema, pois não há um local protegido do vento e chuva, tratando-se de um poço que recebe os vasilhames vazios e que exalam cheiro.

A explicação de que a contaminação por agrotóxicos se devia ao uso inadequado é bastante comum entre as décadas de 1960 a 1990. Coloca sobre o agricultor a responsabilidade pelo infortúnio e eximia o fabricante e a substância contaminadora, contudo, como diz Garcia (1996, p. 3), trata-se de uma explicação simplista porque há outros fatores determinantes para que haja contaminação por agrotóxicos, sendo importantes também, o nível educacional, acesso a orientação técnica, máquinas e equipamentos adequados.

A moderna agricultura trouxe índices de produção e produtividades elevados beneficiando parte dos agricultores, contribuindo para reforçar o estigma do agricultor moderno, ou seja, aquele que “conseguia ter melhor produtividade, melhor produção, equipamentos e máquinas de última geração, obter sementes geneticamente melhoradas [...]” (NEVES et al., 2010 p. 27), para o governo era esse o modelo que se almejava como forma de alavancar o setor rural e fazer progredir a balança comercial.

Por outro lado, os ganhos auferidos com o aumento da produtividade e da produção constatados também em nível local, contrasta com a diminuição de culturas destinadas a produção de alimentos, geralmente oriunda de pequenos produtores rurais, que não tiveram condições de continuar produzindo em vista da falta de incentivos.

Como afirma Graziano Neto (1982, p. 59), “As condições de rentabilidade do setor exportador sempre foram melhores e para tais atividades sempre se direcionaram os maiores capitais, pois o que interessa no capitalismo é o lucro”. Portanto, não interessava ao capital a produção de um ou outro produto de subsistência, mas sim, a manutenção de lavouras ligadas a exportação. Essa foi uma das razões que levaram os pequenos produtores a impossibilidade de continuarem a produção de gêneros de subsistência.

A produção de mandioca foi a mais afetada. É provável que as razões principais para sua brutal diminuição estava relacionada as mudanças dos hábitos alimentares da população, onde o arroz vai ganhando espaço no gosto popular e o milho ainda desempenha papel importante na alimentação humana (SILVA; MURRIETA, 2014, p. 51). A Tabela 2, mostra a queda de produção e área plantada das principais culturas de subsistência de Soledade.

Tabela 2 – Principais lavouras de subsistência em Soledade: 1960 a 1985

Lavouras	1960	1970	1975	1980	1985
Arroz	1.065 (ha)	1.891 (ha)	2.524 (ha)	1.492 (ha)	1491 (ha)
	1.331 (t)	1.193 (t)	1.948 (t)	845 (t)	1014 (t)
Feijão	7.514 (ha)	4.789 (ha)	5.139 (ha)	6.430 (ha)	5.815 (ha)
	4.536 (t)	2.337 (t)	2.961 (t)	2.640 (t)	3.101(t)
Mandioca	3.998 (ha)	1.782 (ha)	549 (ha)	510 (ha)	748 (ha)
	38.723 (t)	17.172 (t)	5.343 (t)	5.050 (t)	7.965 (t)
Batata-doce	-	-	206 (ha)	228 (ha)	40 (ha)
	25 (t)	-	1.176 (t)	1.370 (t)	258 (t)
Batata Inglesa	-	276 (ha)	161 (ha)	40 (ha)	57 (ha)
	285t	422 (t)	312 (t)	185 (t)	79 (t)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do censo agropecuário de 1960 a 1985.

Outro motivo é que as culturas coloniais, incluía-se também a batata doce e a batata inglesa, foram incapazes de concorrer com a soja devido ao baixo valor de mercado e de rentabilidade, sendo que nessa relação a oleaginosa apresentava possibilidades maiores de lucro (CONCEIÇÃO, 1986, p. 57).

No entender de Schlesinger e Noronha (2006, p. 138-139), a desestruturação das lavouras baseadas na produção diversificada de alimentos, que é uma das características das pequenas propriedades, viola o direito ao trabalho uma vez que “à baixa empregabilidade do agronegócio não permite a reinserção produtiva dos trabalhadores rurais ou se o faz, lhes proporcionam empregos de baixa qualidade” e também, defende que a “ocupação das áreas pela monocultura coloca milhares de famílias em situação de insegurança alimentar”.

Sob o ponto de vista ambiental, as lavouras condicionadas à exportação, exemplificada na soja, contribuiu não apenas para as modificações na dinâmica sócio econômica das pequenas propriedades, mas pela diminuição da biodiversidade. No entender de Gerhardt e Nodari, (2016, p. 61), isso significou a perda de um patrimônio ambiental que se instrumentalizou, no final do século XX. Argumentam ainda, que com a Revolução Verde e a modernização da agricultura, “[...]a maior parte das necessidades alimentares globais eram supridas por um número de plantas escolhidas e cultivadas por sua produtividade, ou seja, 95% dos alimentos provinham de apenas 30 espécies”.

O jornal *Folha de Soledade* registrou a problemática da monocultura em âmbito local associando-a ao êxodo rural no município. Era um ano de seca e, portanto, de prejuízos no campo. Diz:

A questão fundamental é que sejam apurados os motivos do êxodo rural [...] agora a seca fez com que um deles viesse à tona, a monocultura [...] que deixa



o agricultor na dependência de contar com uma produção alta. Enquanto houver uma resistência a diversificação de culturas este item continuará a causar mais transtornos de falta de alimentos [...]. Para se combater o êxodo rural a zona rural deveria ter prioridade [...] (25 jan. 1986, p. 4).

Existia em Soledade a preocupação com os problemas relacionados a monocultura e ao êxodo rural. No entanto, o processo de desenvolvimento do meio rural impulsionado pela modernização da agricultura, impunha uma nova forma de produzir, para a qual, parte dos agricultores não puderam acompanhar.

### **Conclusão**

Por fim, partimos da ideia de que a expansão da soja no município de Soledade/RS entre os anos de 1960 a 1985 esteve ligada a um processo histórico amplo, relacionado a Revolução Verde, que proporcionou novas tecnologias baseadas no uso de sementes híbridas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e na mecanização com objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola. Essas ideias foram adotadas no Brasil na segunda metade do século XX sob o rótulo de modernização da agricultura contando com a tutela do Estado brasileiro, que financiou e subsidiou a agricultura, concentrando investimentos nas lavouras de exportação, sendo um dos objetivos o de equilibrar as contas externas.

A expansão da soja no município em estudo, aconteceu posteriormente em relação a outros locais da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, beneficiada principalmente pelo preço no mercado internacional e pela modernização da agricultura, tendo na cooperativa o seu principal centro dinamizador. Esses fatores favoreceram para o predomínio da oleaginosa que, a partir de 1975, assumiu o protagonismo na agricultura de Soledade superando o trigo e o milho em área plantada e produção. Colaborou para estimular o comércio local e regional de insumos e máquinas agrícolas. Simultaneamente, ajudou alterar a configuração das lavouras de subsistência em virtude de sua ampla aceitação no mercado de exportação contribuindo para perda da biodiversidade.

Constatou-se problemas ambientais envolvendo a cultura da soja, associados ao uso de agrotóxicos, que causaram a contaminação de rios, pessoas e animais e também envolvendo a erosão, causada pelo plantio tradicional e pela queima da palhada que deixava o solo desprotegido da ação da chuva, causando erosão evidenciada na sua forma mais grave, a voçoroca.

### **Referências e fontes**

ALVES, Tadeu Clovis. *A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)*.

- Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.
- ANDRIOLI, Antônio. O fim da picada: plantas transgênicas em expansão na América Latina. In: ANDRIOLI, Antônio; FUCHS, Richard. *Transgênicos as sementes do mal: A silenciosa contaminação de solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 99-115.
- BONATO, Ana Lidia Variani; BONATO, Ernídio Rizzo. *A soja no Brasil: História e Estatística*. Londrina: Embrapa, 1987.
- BORGES, Paulo D. Quevedo. *Coagrisol 50 anos: Passado, presente e futuro 1969-2019*. Soledade: Gráfica Líder, 2019.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: Trigo e soja*. Ijuí: Fidene, 1985.
- CAMPOS, Margarida de Cássia. O papel do Estado Brasileiro na expansão do complexo da soja. In: *Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá, 2012. p. 170-187. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-M-Campos.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- CAMPOS, Margarida C. Fatores da expansão do complexo sojicultor no território brasileiro. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas/MS, n. 11, p. 6-33, maio 2010.
- CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul 1950 -1975*. Porto Alegre: FEE, 1986.
- CUIABANO, Simone Maciel. Principais fatores responsáveis pela expansão da soja no Brasil. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v.8, n. 3 p. 460-487, set./dez. 2019.
- CHRISTENSEN, Tereza N. de Souza; BINDÉ, Carlos J. Rupp. *Soja 80 anos de produção: 1924-2004*. Santa Rosa: Kunde Indústrias Gráficas Ltda, 2004.
- DALL'AGNOL, Amélio et al. *O complexo agroindustrial da soja brasileira*. Londrina: Embrapa, 2007.
- DALL'AGNOL, Amélio. *Embrapa soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: Histórico e contribuições*. Brasília: Embrapa, 2016.
- DEBIASI, Henrique et al. *Sistemas de preparo do solo: trinta anos de pesquisa na Embrapa Soja*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Londrina, Embrapa, 2013.
- FOLHA DE SOLEDADE*, Soledade: 1984-1990. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.
- GARCIA, Eduardo Garcia. *Segurança e saúde no trabalho rural com agrotóxicos: contribuição para uma abordagem mais abrangente*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- GERHARDT, Marcos: Imagens, Natureza e Colonização no Sul do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar. *Natureza, fronteiras e territórios*. Londrina: Eduel, 2013, p. 77-96.
- GERDHARDT, Marcos; NODARI, Eunice S. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. Anápolis, v. 5, n. 3, p. 54-71, jul./dez. 2016.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia*. Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982
- HESSE, Geraldo. *O Brasil da Soja*. Abrindo Fronteiras, semeando cidades. Porto Alegre: L&MP, 1996.

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1960* – Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1960.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1970* – Rio Grande do Sul, VIII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1974.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1975* – Rio Grande do Sul, IX Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1979.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1980* – Rio Grande do Sul, X Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1984.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1985* – Rio Grande do Sul, XI Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1991.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001.
- NEVES, Fabrício M et al. *A Modernização da agricultura e os eixos temáticos*. In: ALMEIDA, Jalcione. *A Modernização da agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p. 19-54.
- O PALADINO, Soledade, 1965-1980. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.
- PES, Luciano Zucuni; GIACOMINI, Diego Antonio. *Conservação do Solo*. Ministério da Educação, 2017.
- REDIN, Marciel et al. Impactos da queima sobre atributos químicos, físicos e biológicos do solo. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 381-392, abr./jun. 2011.
- SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1998.
- SILVA, Monica Nardini da; ANJOS, Flávio Sacco dos. A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 58, n. 3, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/3r7tfZLd5km433D4ngZ8FCy/?lang=pt#>. Acesso em 02 de jul. 2021.
- SILVA, Henrique A; MURRIETA, Sérgio Serene. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da *Manihot esculenta* no estado de São Paulo. *Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2014.
- SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, Sílvia. *O Brasil está nu!* O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: Fase, 2006.
- TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros*. Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo 1900-1960. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

## OS SUJEITOS BICULTURAIIS E A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS NO BUMBA MEU BOI: DAS CRÔNICAS “FUNDACIONAIS” AOS ESTUDOS DE FOLCLORE

Maria da Conceição Salazar Cano. Pesquisadora independente. Bolsista CAPES de Doutorado. Pleno no Exterior BEX 1807/13-7. [ceicamc@gmail.com](mailto:ceicamc@gmail.com)

**Resumo:** Em torno da cultura popular sempre houve a participação de sujeitos de diferentes proveniências sociais que, através de interações, produziram registros escritos promovendo um olhar particular sobre determinada manifestação, ora valorizando-a ora condenando-a. No caso do bumba meu boi – foco de análise neste estudo – para compreender a construção dos discursos, é importante analisar dois momentos distintos: as crônicas “fundacionais” produzidas no século XIX que, predominantemente, manifestam um caráter discriminatório e preconceituoso; e, os estudos de folclore, a partir de 1930, que valorizam a brincadeira do boi como um símbolo da cultura e da identidade nacional brasileira, revelando uma mudança epistemológica na sua abordagem. Em ambos os contextos, os relatos refletem o ponto de vista de sujeitos privilegiados que detinham “autoridade discursiva” (PRATT, 1999), uma vez que os brincantes eram, em sua maioria, analfabetos e não lhes era reconhecida a legitimidade para narrar os fatos. Assim, os discursos foram formulados por sujeitos alheios à brincadeira, tidos como sujeitos biculturais (BURKE, 2010) ou mediadores (VELHO, 2001), que possibilitaram o registro da brincadeira no domínio da escrita, estabelecendo pontes e canais de comunicação entre as populações subalternizadas e as elites sociais e políticas. Considerando as culturas populares como “zonas de contato” (PRATT, 1999), i.e, espaço de interação e trocas entre sujeitos diferenciados, ora marcado por agenciamentos e resistências ora por relações de poder e hierarquias, busco, a partir da análise dos discursos, demonstrar o papel da mediação na trajetória do bumba meu boi e compreender como os diferentes atores instrumentalizam esse símbolo e o reelaboram.

**Palavras-chave:** Bumba meu boi; Folcloristas; Mediação.

### Introdução

Com um histórico marcado por perseguições, proibição e preconceito social, o bumba meu boi e seus adeptos, maioritariamente grupos negros e subalternizados, foram invisibilizados pela sociedade civil e silenciados pela força policial até meados do século XX. Contudo, a partir da década de 1930, o bumba meu boi começou a despertar o interesse de intelectuais e estudiosos do folclore brasileiro, que promoveram uma mudança significativa na forma como esta manifestação passou a ser percebida e ressignificada no quadro simbólico da cultura e da identidade nacional brasileira. Considerando as culturas populares como “zonas de contato”, i.e, espaço de interação e trocas entre sujeitos diferenciados, ora marcado por agenciamentos e resistências ora por relações de poder e hierarquias, busco, a partir da análise dos discursos, demonstrar o papel da mediação na trajetória do bumba meu boi e compreender como os diferentes atores instrumentalizam esse símbolo e o reelaboram.

Neste contexto, é válido sublinhar a definição de “zona de contato” elaborada por Mary Louis Pratt (1999, p. 27), segundo a qual, refere-se a “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações

extremamente assimétricas de dominação e subordinação”. Nesses espaços, ocorre uma “tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas”, que entram em contato através de interações e improvisos (PRATT, 1999, p. 32).

Assim, os discursos construídos em torno do bumba meu boi a partir de contatos díspares permitem uma maior compreensão sobre a trajetória do mesmo e a maneira como foi percebido pela sociedade brasileira. Como os brincantes e demais pessoas envolvidas mais diretamente com esta manifestação eram, em sua maioria, analfabetos e não lhes era reconhecida a legitimidade para narrar e descrever os fatos, os relatos sobre a mesma refletem o ponto de vista de sujeitos privilegiados socialmente que detinham “autoridade discursiva” (PRATT, 1999, p. 322), ou seja, legitimidade para narrar e escrever os fatos. Tais sujeitos são abordados neste estudo como mediadores, ou seja, indivíduos que:

[...] estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agentes de transformação, acentuando a importância de seu estatuto. A sua atuação tem o potencial de alterar fronteiras, com o seu ir e vir, transitando com informações que, simplesmente, mantêm o *status quo*, num processo mesmo de controle de informações e preservação de valores (VELHO, 2001, p. 27).

Essa problemática envolvendo a inscrição de práticas culturais no domínio da escrita foi abordada por Peter Burke em torno das mediações observadas no contexto europeu entre 1500 e 1800. Tendo em conta que grande parte dos praticantes era analfabeta, os registros eram realizados quando as manifestações despertavam, de alguma forma, a atenção dos eruditos, os quais, geralmente, demonstravam uma visão distorcida e preconceituosa. Tal aspecto, como aponta Burke (2010, p. 104), representa um dos problemas da mediação, visto que, “os textos raramente são produzidos diretamente por artesãos e camponeses cujo comportamento tentamos reconstruir; não nos aproximamos deles diretamente, mas através de mediadores”. Burke denomina esses mediadores de sujeitos anfíbios ou biculturais, e utiliza o termo para se referir aos “membros da elite” que, através da “biculturalidade” interagem, de alguma forma, com práticas da cultura popular, mas também tinham acesso à cultura erudita (BURKE, 2010, p. 18).

Da mesma forma, os textos “fundacionais” do bumba meu boi foram formulados por sujeitos alheios à brincadeira, e, embora não manifestassem uma visão homogênea, durante décadas predominou uma abordagem depreciativa e discriminatória, marcada pelo racismo e preconceito social. No entanto, o bumba meu boi ganhou visibilidade no cenário nacional a

partir do Estado Novo (1937-1945), com os estudos de folclore de cunho nacionalista que buscavam “na cultura popular um modelo de autenticidade orientado por uma visão romântica e harmônica da vida social” (CAVALCANTI, 2006, p. 70-71). Com efeito, tais estudos procuraram sobretudo a construção ideológica da identidade brasileira através de processos de seleção e reinterpretação (HANDLER, 1988) que elegeram o bumba meu boi como símbolo representativo, atribuindo-lhe novos significados no quadro dos aspectos emblemáticos da cultura e da identidade nacional brasileira.

### **Os textos “fundacionais” do século XIX: censura e admiração**

Dentre os variados relatos produzidos ao longo do século XIX, irei destacar aqueles que considero mais relevantes para as discussões pertinentes ao tema aqui proposto de modo a caracterizar os textos “fundacionais”, i.e, os primeiros registros escritos, principalmente crônicas jornalísticas, que, de certo modo, moldaram a forma como o bumba meu boi era percebido por parte da população brasileira. Portanto, não entram nesta discussão os registros criminais.

O relato mais antigo encontrado até o presente momento, foi observado na imprensa de São Luís, capital do Maranhão, em 7 de julho de 1829, no jornal *O Farol Maranhense* e expõe a reclamação de um cidadão a exigir providências das autoridades competentes em função das “correrias do bumba meu boi” na noite de São João:

Sr. Redator – Moro no Bacanga e poucas vezes venho à cidade. Mas tenho um compadre que me fica vizinho, que não passa festa que não venha assistir a ela. Pela de S. João veio ele, só para ver as correrias do bumba meu boi, e na volta contou-me as seguintes novidades que por duvidar um pouco delas, tencionei contar-lhas para me fazer o favor de dizer se são ou não verdadeiras. Disse-me o tal meu compadre, que na noite de São João houve muitos fogos: que andavam malocas de 40 e 50 pessoas pelas ruas armados de buscapés, todos mui alegres que a polícia não prendeu a ninguém por quanto nenhuma desordem acontecera (*O Farol Maranhense*, 1829 *apud* CAVALCANTI, 2006, p. 91).

Outra crônica que manifesta críticas intransigentes à brincadeira por atentar contra a moral e, sobretudo, por debochar dos padres através de encenações cômicas, é o relato do padre Miguel Lopes Gama, intitulado “A estultice do bumba meu boi” e observado no periódico *O Carapuceiro* de Recife (Pernambuco), em 11 de janeiro de 1840. Nesta, o padre Lopes Gama infere:

De quantos recreios, folganças e desenfados populares há neste nosso Pernambuco, eu não conheço um tão tolo, tão estúpido e destituído de graça como o, aliás, bem conhecido bumba-meu-boi. Em tal brinco não se encontra

um enredo, nem verossimilhança, nem ligação: é um agregado de disparates [...] não passa o tal divertimento de um brinco popular e grandemente desengraçado, mas de certos anos pra cá não há bumba meu boi que preste, se nele não aparece um sujeito vestido de clérigo, e algumas vezes de roquete e estola, para servir de bobo da função. Quem faz ordinariamente o papel de sacerdote bufo é um brejeirote despejado e escolhido para desempenhar a tarefa até o mais nojento ridículo; e para o complemento do escárnio, esse padre ouve de confissão ao Mateus, o qual, negro cativo, faz cair de pernas ao ar o seu confessor e acaba como é natural, dando muita chicotada no sacerdote (LOPES GAMA *apud* CASCUDO, 1967, p. 34-35).

Em 1850, no jornal *A Voz Paraense*, em Belém do Pará, encontra-se um pedido direcionado aos encarregados de polícia para acabar com o boi bumbá, “festejado por mais de 300 moleques pretos, pardos e brancos, de todos os tamanhos”, na véspera de São Pedro, que resultou em “facadas e pauladas, além de certos vivos atentatórios da moral, e segurança pública” (*A Voz Paraense*, 1850 *apud* BRAGA, 2002, p. 133). No mesmo ano, no *Velho Brado do Amazonas*, jornal de Óbidos, um correspondente anônimo critica o presidente da província do Pará por permitir que o delegado de polícia de Óbidos estivesse, na noite de 29 de junho,

[...] à frente de um bando de moleques com o seu bumbá, designando os lugares onde deviam dançar e tendo o descôco de ameaçar com cadeia a uma porção de rapazes da melhor sociedade de Óbidos, só porque lançavam carretilhas sobre os diretores do bumbá, que eram seus escravos Casemiro e Claudino (*O Velho Brado do Amazonas*, 1850 *apud* PRADO, 2007, p. 155).

Já em Manaus, capital do estado do Amazonas, pode-se apontar em 1859, o relato do médico germânico Robert Avé-Lallémant que, ao realizar uma viagem de estudos pelo Rio Amazonas, presenciou o “bumba”, realizado por “gente de cor”, em homenagem a São Pedro e São Paulo, em frente à residência do chefe de polícia, e compara os versos improvisados da cantoria a um “descante vienense”. Avé-Lallémant, com um olhar eurocêntrico, acentua o caráter burlesco do bumba, admira-se da forma como “introduzem nas festas católicas um cortejo pagão” e argumenta que, para ele, o bumba “representava, com seus coros e saltos cuidadosamente cadenciados, algo atraente, algo de lídima poesia selvagem” (AVÉ-LALLÉMANT, 1961 [1859], p. 105-107).

Destaca-se também, a crônica intitulada “Bumba meu boi”, publicada em 15 de junho de 1861 no jornal *O Imparcial*, de São Luís, assinada anonimamente por “um amigo da civilização”, o qual, para além das acusações direcionadas à brincadeira, critica a polícia por conceder licença para o bumba boi sair às ruas:

Quando uma grande parte da população se empenha por fazer desaparecer os buscapês, por serem fatais, concede-se licença para o estúpido e imoral folguedo de escravos, denominado bumba meu boi, incentivo para os

buscapés, e admira-se mais que isso aconteça, quando há anos a presidência ordenou à polícia que não consentisse esse folguedo, por ser oposto à boa ordem, à civilização e à moral. Quando por causa do bumba meu boi não aparecem cacetadas e mesmo facadas, é causa de uma enorme algazarra que prejudica o silêncio perturbando o sono, sossego que cumpre à polícia manter (*O Imparcial*, 1861 *apud* PRADO, 2007, p. 118).

Por outro lado, ainda em 1861 o jornal *A Verdadeira Marmota*, também de São Luís, publica o relato assinado por “Os Ss” que demonstra admiração pelo bumba meu boi, afirma ser este um “inocente divertimento de escravos” dispensados dos serviços dos seus senhores (*apud* IPHAN, 2011, p. 26) e, para contestar a proibição da brincadeira, argumenta: “os antigos gregos acabaram com as suas saturnais, os romanos com as festas de Bacho, os passados francos com as procissões dos mís, e com as festas dos jumentos, mas nós não podemos banir o bumba” (*apud* IPHAN, 2011, p. 37). Finalmente, em 5 de julho de 1868, João Domingos Pereira do Sacramento, em sua “Crônica interna”, do periódico *O Semanário Maranhense*, comemora a “sábia resolução da autoridade policial” e o “renascimento” do bumba boi após um período de sete anos em que esteve obliterado, revelando uma concepção diferenciada das demais manifestas nos jornais da época pelas elites locais:

[...] que importa que as melhores horas do sono e do sossego as paredes dos aposentos estrondeassem com os gritos do boi, se todos nós tivéssemos a incomensurável fortuna de ver renascido o folguedo com que tanto se divertiram nossos pais e nossos avós? (SACRAMENTO, 2007 [1868], p. 14).

Nota-se, portanto, um conjunto de depoimentos realizados acerca do bumba meu boi durante o século XIX que, predominantemente, manifesta um caráter discriminatório e preconceituoso, relacionando-o à baderna, violência e imoralidade que suscitou o processo de criminalização da brincadeira. Por outro lado, deve ser sublinhada a abordagem de demais cronistas – a exemplo de Robert Avé-Lallémant, dos “Os Ss” que publicaram no jornal *A Verdadeira Marmota* e de João Domingos Pereira do Sacramento – que deslumbraram-se com essa expressão cultural, abordaram-na como um divertimento das classes subalternizadas e voltaram-se para a sua descrição, permitindo uma caracterização mais pormenorizada. Desse modo, embora não manifestem uma visão homogênea, esses relatos demonstram os diferentes sujeitos que transitavam no universo do bumba meu boi, fosse para condená-lo, fosse para elogiá-lo, promovendo debates que levaram o conhecimento da brincadeira a diferentes segmentos da sociedade.

### **A atuação dos folcloristas e a discussão sobre as supostas origens do bumba meu boi**

A partir de 1930 e dos estudos de folclore (1930-1950), observa-se o interesse dos



folcloristas pelas manifestações da cultura popular, e em particular pelo bumba meu boi, com propósitos políticos ideológicos voltados para a representação da identidade e da cultura brasileira. Neste contexto, destacam-se principalmente os estudos de Mário de Andrade, Arthur Ramos e Câmara Cascudo, os quais passaram a discutir as supostas origens da brincadeira do boi, além de apontar suas características fundamentais.

Em busca das raízes da brasilidade, Mário de Andrade empreendeu as “viagens etnográficas”,

[...] empenhado em entender a realidade brasileira dentro de um quadro latino americano e em traçar, na medida de suas possibilidades, as coordenadas de uma cultura nacional, tomando o folclore e a cultura popular como instrumentação para seu conhecimento do povo brasileiro (LOPEZ, 1976, p. 15).

Com efeito, Mário de Andrade fomentou a “missão de pesquisas folclóricas” nas regiões norte e nordeste do Brasil no final da década de 1920 (ANDRADE, 1976) com o objetivo de registrar diferentes práticas sociais, religiosas e culturais observadas junto às camadas populares.

Em seus estudos, Mário de Andrade voltou-se sobretudo às danças dramáticas<sup>374</sup>, as quais desenvolveram-se “em fins do século XVIII e XIX, concomitante à formação de uma cultura popular de ampla base católica [e] encontraram abrigo nas datas festivas desse calendário, em especial o natal, o carnaval e os santos de junho” (CAVALCANTI, 2004, p. 67). Foi então que Mário de Andrade (1982, p. 56) constatou na figura do boi “uma das constâncias mais fortes do povo brasileiro”, e interessou-se especialmente pelo bumba meu boi. Ao analisar a resistência da brincadeira do boi ao longo do tempo e do território brasileiro em comparação às demais práticas e expressões culturais que sucumbiram, registradas pelo autor, Mário de Andrade justificou a preferência pelo bumba boi e sua indicação como “símbolo da unidade nacional” (LOPEZ, 1976, p. 21) a partir da simbologia e do caráter ideológico e coletivo próprios desta brincadeira:

O boi não representa já agora o animal tão historicamente básico da civilização nacional, nem pastoreios, nem mesmo a precisão da carne alimentar. Representa apenas, e por isso em principal a evocação dele é grata à representação coletiva, a necessidade do alimento (qualquer), as dificuldades e lutas pra conquistar o alimento, bem como práticas da vida familiar e coletiva [...]. O tema, assim, não é mais uma ideia, mas toda uma ideologia. A sua força e vagueza de simbólica lhe assegura aceitação e permanência (ANDRADE, 1982, p. 71).

<sup>374</sup>Mário de Andrade (1982, p. 71) reúne “sob o nome genérico de ‘danças dramáticas’ não só os bailados que desenvolvem uma ação dramática propriamente dita, como também todos os bailados coletivos” que obedecem a um tema central e constituem-se pela “seriação de várias peças coreográficas”.

Para Maria Laura Cavalcanti (2004, p. 67), Mário de Andrade “idealiza e transfigura o boi” por acreditar que esta brincadeira “expressa a unidade básica do humano”, e assim, transforma essa unidade “em expressão possível de uma universalidade (mais do que propriamente uma unidade) brasileira”. Contudo, embora reconheça a brincadeira do boi como “tema ‘mítico’ por excelência, expressão do primitivo e do ancestral”, Cavalcanti (2004, p. 67) destaca que a “valorização mítica” atribuída por Mário de Andrade também pode estar relacionada à importância econômica do boi no processo de interiorização do território brasileiro ao longo dos séculos XVI e XVII.

Mário de Andrade instigou ainda a discussão acerca das possíveis origens e influências do bumba meu boi, argumentando “que embora não seja nativamente brasileira, mas ibérica e europeia, e coincidindo com festas mágicas afro-negras, se tornou a mais complexa, estranha, original de todas as nossas danças dramáticas” (ANDRADE, 1982, p. 56). Dessa maneira, o autor descartou a possibilidade desta brincadeira ter se originado no Brasil, atribuindo-lhe uma procedência ibérica por apresentar influência do “teatro religioso semipopular ibérico” usado “pelos jesuítas nos trabalhos de catequese” (ANDRADE, 1982, p. 36).

Nesta acepção, os jesuítas teriam adaptado os autos populares à catequese introduzindo elementos cristãos e indígenas aos dramas burlescos e trágicos (RAMOS, 1935, p. 39). De acordo com Darcy Ribeiro (2006, p. 283), os jesuítas teriam contribuído de forma significativa para o “desenvolvimento de uma religiosidade folclórica e pouco ortodoxa, que resultou numa crença popular de colcha de retalhos, fundada no sincretismo da pajelança indígena com um vago culto de santos e datas do calendário religioso católico”. Neste sentido, cerimônias pagãs ter-se-iam convertido em procissões católicas através de um processo sistemático de cristianização implementado pelos jesuítas durante o período colonial (CAVALCANTI, 2004).

Embora Mário de Andrade tenha assumido uma origem ibérica para o bumba boi, apontou-lhe analogia a determinadas celebrações africanas, insinuando o caráter mestiço associado a esta manifestação – o que a tornaria “a mais complexa, estranha, original” das danças dramáticas brasileiras, – em virtude de apresentar elementos emblemáticos da cultura negra africana e ao mesmo tempo transportar reminiscências ibéricas.

Arthur Ramos (1935, p. 39) concordou em parte com a hipótese de Mário de Andrade acerca da influência ibérica argumentando que no Brasil não existiram “autos populares típicos de origem exclusivamente negra. Aqueles onde interveio em maior dose o elemento africano, obedecem, em última análise, à técnica do desenvolvimentos dramáticos dos antigos autos peninsulares”. Para este autor “o negro adaptou elementos de sobrevivência histórica, e até

enredos completos, ao teatro popular que ele já encontrou no Brasil, trazidos pelos portugueses” (RAMOS, 1935, p. 39). Ainda, sublinhou que os negros aproveitaram-se dos “autos peninsulares” para contar suas próprias histórias acrescentando-lhes referências “totêmicas” africanas e indígenas e originando “curiosos [sic] sincretismos, onde, por vezes, se poderão reconhecer os elementos originários” (RAMOS, 1935, p. 73). De acordo com Arthur Ramos,

[...] esses autos peninsulares eram sobrevivências de velhos romances históricos, marítimos, mouriscos, cavalheirescos e novelescos. Foram cancioneros e romanceiros dos séculos XVI e XVII que, unidos ao sobrevivente dos dramas e mistérios sacros medievais, originaram essa forma típica de teatro popular português que teve em Gil Vicente o seu principal codificador (RAMOS, 1935, p. 41-42).

Partindo do reconhecimento de “elementos originários”, Arthur Ramos (1934, p. 259) defendeu, a par da influência ibérica, a “incontestável origem afro-banto” para o bumba meu boi e assegurou ser este auto popular “o mais característico dentre as sobrevivências totêmicas<sup>375</sup> no Brasil”. Atuando diretamente na organização da vida social e religiosa, o totemismo – nomeadamente o totemismo do boi – estaria amplamente difundido entre povos bantos, e “sobreviveu de maneira decisiva, no Brasil, reforçado por temas análogos do folclore caboclo dos vaqueiros, de influência ameríndia, em certos pontos do nordeste e centro brasileiros” (RAMOS, 1934, p. 259). Esta perspectiva de Arthur Ramos em defesa de uma possível origem afro-banto estava inserida em uma abordagem culturalista sobre os estudos do negro do Brasil (cf. PEREIRA, 1981) que, fortemente influenciada pelos estudiosos de folclore da década de 1930, promoveu a valorização dos caracteres ligados à cultura negra como elementos emblemáticos da nacionalidade brasileira.

Em sua análise sobre as variadas práticas culturais que envolvem a figura do boi, Arthur Ramos destacou a manifestação egípcia do boi Apis, as pastoras gregas, os autos medievais e os romances peninsulares; dentre estes últimos, pontuou o fato de “alguns eruditos” terem relacionado o bumba boi a “uma variante do *Monólogo do Vaqueiro* de Gil Vicente<sup>376</sup>” (RAMOS, 1935, p. 104). Sublinhou ainda a comparação do dramaturgo maranhense Arthur

<sup>375</sup>“Nas religiões africanas, o pai ou o ‘grande antepassado’ é cultuado como um espírito familiar, como vimos entre os bantos, ou sob a metamorfose de um animal protetor da tribo” (RAMOS, 1934, p. 249).

<sup>376</sup>Gil Vicente representou o *monólogo do vaqueiro* ou *da visitação* em 8 de junho de 1502 em Lisboa, na câmara da rainha após o nascimento de D. João III. Nesta dramatização um vaqueiro entra em cena a dialogar com a rainha e exaltar o nascimento do príncipe. Então, o vaqueiro convida os pastores a prestarem suas homenagens ao príncipe recém nascido presenteando-o com gêneros alimentícios primários produzidos e/ou cultivados por eles próprios (VICENTE, 1901). Segundo Arthur Ramos (1935, p. 104), nesta homenagem, Gil Vicente utiliza-se da figura do touro para estilizar as danças do boi nascido, isto é, festas solares do ciclo das janeiras conhecidas como festas do Aguinaldo na península Ibérica – boi nascido, agui-naldo (*Agnus natus*).

Azevedo entre o bumba meu boi e o *boeuf grass*, cujo cortejo percorria as ruas de Paris a cantar e dançar em frente às portas das casas até o século XVIII. Todavia, para Arthur Ramos (1935), a figura do boi nas manifestações europeias estaria relacionada a uma sobrevivência pagã inserida no catolicismo popular da Europa.

Dessa maneira, reforçou a contribuição fundamental do africano, sobretudo ao relacionar o ritual de repartição da “carne” do bumba meu boi ao “repasto totêmico” – ou seja, a distribuição dos pedaços da carcaça do boi, após a dramatização de sua morte, aos integrantes da comunidade. Este autor argumenta que no repasto totêmico de povos bantos, “o animal totem é morto e chorado em meio a grande festa [□], em que todos os excessos são permitidos: é que os membros do clã, depois de comerem o animal totem, reforçam a sua identidade com o mesmo” (RAMOS, 1934, p. 254). Por fim, reconheceu a dificuldade em se atestar uma procedência inequívoca para o culto ao boi, de uma forma geral, pois “sua origem é recuada, perdendo-se na noite densa da história e da lenda” (RAMOS, 1935, p. 104).

Por sua vez, Câmara Cascudo (1962, p. 141), por não ter encontrado “nenhuma cerimônia votiva ou lúdica africana” análoga ao bumba boi, garantiu que este teria se originado com os negros e mestiços em território brasileiro. Alceu Araújo (1967, p. 408) corroborou esta perspectiva, ratificou a predominância de mestiços nesta brincadeira e argumentou que é devido à repartição simbólica da “carne” do boi durante o ritual da “morte” que alguns autores, a exemplo de Arthur Ramos, apontaram indícios de totemismo na brincadeira do boi. Roger Bastide (1983, p. 142-143) também contribuiu para esta discussão sublinhando que “o bumba meu boi, mesmo que tenha origens extra-brasileiras, não deixa de ser, como auto teatral, uma criação autêntica da cultura popular do Brasil; como tal não existe em parte alguma da América, Europa ou África”.

Assim, Câmara Cascudo (1962, p. 141) admitiu a influência das procissões católicas populares europeias e das falsas touradas cômicas ibéricas – com “tours fingidos, feitos de vime, bambu, arcabouço de madeira frágil e leve, recoberto de pano, animado por um homem no seu bojo, dançando e pulando para afastar o povo e mesmo desfilando diante dos reis” – que imitavam “as corridas de touros reais, repetindo no plano da simulação risível as afoitezas dos toureiros famosos”. No entanto, para Câmara Cascudo (1962, p. 142) “o animal figurado no bumba meu boi não é uma reminiscência tauromáquica ibérica, mas um legítimo boi de era, afeito ao trabalho rural, com sua escolta de vaqueiros”.

Na afirmação supracitada, Câmara Cascudo sugeriu o vínculo do bumba boi e de seus praticantes com o contexto rural, o qual é retratado na brincadeira através das performances,

das encenações dramáticas, da presença dos personagens, das letras das toadas, do bailado que denota a relação íntima do vaqueiro com o boi, os enfrentamentos entre ambos e as sucessivas tentativas de dominar o animal. Tais aspectos evidenciam o meio social em que a brincadeira foi gerada, o cotidiano e a vivência de populações rurais subalternizadas, suas adversidades com a rotina de trabalho no campo, as relações entre senhores/patrões/fazendeiros e escravos/empregados/vaqueiros. Para Câmara Cascudo (1962, p. 141) a brincadeira do boi como encontra-se no Brasil foi “criação genial do mestiço”, que em um processo de reinvenção teria originado o bumba meu boi a partir da articulação de elementos das culturas portuguesa, indígena e negra.

Em concordância com Câmara Cascudo, Maria Isaura Queiroz apontou a herança portuguesa no cortejo do bumba meu boi e no bailado do boi, afirmando que em Portugal,

[...] durante as procissões religiosas antigas [...], desfilavam figuras burlescas entremeadas aos santos e aos anjos. Bois, principalmente, com o corpo formado de diversas espécies de armações, ora de vime, ora de madeira, mas sempre cobertas por um saiote de algodão e com a cabeça de cartolina pintada; sob a armação escondiam-se indivíduos que faziam o animal dançar (QUEIROZ, 1967, p. 88).

Todavia, corroborando as ideias de Câmara Cascudo, a autora ratificou que “a trama em torno da qual se tece a ação, essa seria inteiramente de origem brasileira, malgrado as sobrevivências portuguesas” (QUEIROZ, 1967, p. 88).

Câmara Cascudo (1962, p. 143) exaltou então a “excepcional plasticidade” do bumba boi e sua “intensa penetração afetuosa e social”, inferindo ser o mesmo, “o primeiro auto nacional na legitimidade temática e lírica e no poder assimilador, constante e poderoso”. Com tal argumento, Câmara Cascudo enalteceu a brasilidade do bumba boi e seu caráter “excepcional” gerado através de processos de interação cultural. Ao celebrar os “ideais de mestiçagem”, atribui-se ao bumba meu boi “um lugar ideológico singular que sobredetermina a maneira pela qual hoje o conhecemos” (CAVALCANTI, 2006, p. 71).

### **Os propósitos dos folcloristas e a questão identitária**

A atuação de Mário de Andrade, Câmara Cascudo e Arthur Ramos foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos de folclore no Brasil, cujo objetivo era caracterizar a “autenticidade” brasileira. Evidencia-se, dessa forma, a relação direta de tais estudos com a “emergência das preocupações eruditas sobre a cultura popular e a sua constante associação ao tema da identidade nacional” (VILHENA, 1997, p. 23). Os folcloristas buscaram os emblemas de identidade nos meios rurais, e em alguns casos, nos centros urbanos, defendendo a ideia de

unidade nacional a partir de elementos culturais. Sendo assim, os estudos de folclore foram marcados por ideais nacionalistas<sup>377</sup>, e através de processos de seleção e reinterpretação, transformaram a cultura popular em símbolo identitário (HANDLER, 1988). Observa-se, portanto, o uso das práticas culturais, e mais especificamente do bumba meu boi, como instrumento ideológico para consolidar a ideia de nação brasileira.

É válido referir que essa atuação dos folcloristas brasileiros em reconhecimento da cultura popular seguiu o modelo ideológico implementado nos movimentos nacionalistas europeus (CAVALCANTI *et al.*, 1992; VILHENA, 1997). Ocorridos entre o século XIX e o século XX, os movimentos nacionalistas europeus foram motivados por razões estéticas, intelectuais e políticas, visaram “estimular a consciência nacional” em oposição ao iluminismo francês, estiveram especialmente interessados nas populações rurais e manifestaram uma visão romântica (BURKE, 2010, p. 36). Assim, valorizaram a cultura camponesa como “autêntica, nacional, antiga” em oposição às formas espúrias ligadas à cultura das elites, que seria “artificial, cosmopolita, desnacionalizada e sem raízes no passado” (LEAL, 2010, p. 126). Entretanto, ao apontar o camponês como “o representante por excelência do povo”, ignoraram “o quadro de miséria e provações prevalentes nos campos” (LEAL, 2010, p. 129).

Como foi anteriormente referido, partindo da ideia de brasilidade como a totalidade do ser nacional, Mário de Andrade elevou o bumba meu boi a símbolo da unidade cultural nacional. Esta compreensão da brasilidade omite as diferenças culturais regionais e temporais para construir “uma nação una” a partir da ideia de que as manifestações populares estariam “acima das diferenças regionais” e garantiriam uma suposta continuidade ao longo do tempo, sendo capazes de ligar o passado ao presente e demarcar “o campo da nacionalidade” (CAVALCANTI *et al.*, 1992: s/p). A influência de Mário de Andrade sobre os demais folcloristas e sua declarada predileção pela brincadeira do boi, estimularam os estudos sobre o bumba meu boi durante a década de 1950 e consagraram-no como a manifestação mais “autenticamente” brasileira, conforme convencionou-se apontar nos estudos posteriores (CAVALCANTI, 2006, p. 71).

No entanto, os estudos de folclore estavam envolvidos em um debate político e ideológico voltado para “legitimar a mediação do intelectual no processo de auto reconhecimento da nação” (CAVALCANTI e VILHENA, 1990, s/p). O método classificatório

<sup>377</sup>Ernest Gellner (1993, p. 91-92), relaciona o nacionalismo à construção erudita que, sob o argumento de defender e preservar as tradições populares, se apropria de elementos da cultura popular, através de processos de seleção, para “expressar os seus sentimentos e raízes, reais ou imaginários”. Destacando as relações de poder e a centralidade do Estado neste processo, Gellner (1993, p. 79) argumenta que “o nacionalismo, umas vezes, utiliza culturas preexistentes e transforma-as em nações, outras, inventa-as, outras ainda, destrói-as sem deixar vestígios”.

empirista e colecionista, a abordagem comparativa baseada em esquemas evolucionistas<sup>378</sup> e o caráter político-identitário destes estudos lhes renderam críticas e acusações de amadorismo, valorização moral e idealizada do popular (CAVALCANTI *et al.*, 1992). Tais críticas mostraram que a proposta dos folcloristas em torno do resgate e da defesa da cultura popular era autoritária e representava “o sequestro do discurso do outro” (VILHENA, 1997, p. 29).

Considerando que os folcloristas limitaram-se a descrever as características essenciais do bumba meu boi e discutir suas supostas origens e/ou influências, tais estudos não problematizaram o contexto social em que a brincadeira estava inserida, tão pouco abordaram os sujeitos envolvidos com esta manifestação, nem mostraram a importância e o significado da brincadeira em suas vidas, deixando um vazio conceptual sobre a perspectiva dos brincantes. Ainda, conforme argumenta Renata Araújo,

[...] indicar a origem de algo implica remeter ao passado, ou estabelecer percursos, ou ambas as coisas, quase sempre supondo relações implicitamente vinculadoras [...]. Parece ser necessário invocar sempre as origens. Mas se são questionáveis as origens duvidosas, são sobretudo duvidosas as origens inventadas (ARAÚJO, 2015, p. 48).

Nesta acepção, a ideia de origem sugere “a existência de uma genealogia formal que procura afirmar, internacionalmente, uma geografia de difusão que é reivindicada como identitária” (ARAÚJO, 2015, p. 48). A noção de influência, por sua vez, além de ocultar uma suposta violência existente no contato hierarquizado entre “um agente que influencia e um receptor que é influenciado” (ARAÚJO, 2015, p. 48), embora permita refletir sobre processos de resistências e hibridações resultantes destes contatos, “pode conduzir, eventualmente, a um discurso de superioridade” (ARAÚJO, 2015, p. 59). Neste sentido, apontar uma suposta origem e/ou influência do bumba boi, além de reforçar relações de poder forjadas e decorrentes da narrativa e praxis colonial, limita os horizontes de trocas e articulações observados na brincadeira e enfraquece a sua complexidade.

### **Considerações finais**

Neste estudo, foi possível analisar os textos “fundacionais” produzidos no século XIX sobre o bumba boi e constatar que, embora a maior parte das crônicas tenha estimulado a repressão da brincadeira manifestando uma visão preconceituosa através da objeção moral e religiosa, observa-se um conjunto de relatos que demonstra curiosidade e interesse pela

<sup>378</sup>Florestan Fernandes (1978) questiona a análise comparativa usada para determinar as supostas origens das manifestações culturais populares por ser limitada e centrar-se nos caracteres das manifestações de maneira isolada, apontando diferenças e semelhanças.

brincadeira. Desse modo, fosse através da censura e/ou da admiração, as diferentes crônicas permitiram o registro da brincadeira no domínio da escrita, dando-a a conhecer a outros segmentos da sociedade brasileira.

Por sua vez, os folcloristas difundiram os estudos sobre o bumba meu boi e impulsionaram o seu reconhecimento a partir de um processo de valorização das práticas populares voltado aos propósitos nacionalistas, promovendo assim, maior visibilidade da brincadeira do boi em âmbito nacional. A participação de estudiosos, sobretudo Mário de Andrade, Arthur Ramos e Câmara Cascudo, foi fundamental tanto para a recolha, o registro e a publicação de tradições e práticas culturais limitadas, até então, ao domínio da oralidade, quanto para a construção de um novo olhar sobre o bumba meu boi, que culminou na sua aclamação a símbolo de identidade e da cultura brasileira.

Percebe-se, portanto, que, marcada por momentos de repressão, resistência e afirmação, a trajetória do bumba meu boi revela o envolvimento de pessoas de distintas procedências étnicas e sociais com a brincadeira do boi, mesmo no século XIX quando predominava o preconceito social e as populações negras, analfabetas e marginalizadas eram as protagonistas da brincadeira. Tal aspecto evidencia as interações observadas entre distintas classes sociais a partir do bumba meu boi, assim como a existência de sujeitos anfíbios ou biculturais que, cruzaram as fronteiras socioculturais para participar e/ou contemplar a brincadeira. Portanto, ainda que sustentados por relações de poder, foram estes sujeitos diversos que agiram como mediadores estabelecendo pontes e canais de comunicação entre as populações subalternizadas e as camadas mais abastadas da sociedade, e desse modo, transmitiram e perpetuaram os seus olhares sobre o bumba meu boi.

## Referências

ANDRADE, Mário de. Danças dramáticas do Brasil. In: ALVARENGA, Oneida (org.). *Danças dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 31-84.

\_\_\_\_\_. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades / Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore nacional: festas, bailados, mitos e lendas*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

ARAÚJO, Renata. Influência, origem, matriz. In: ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Patrimônios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 47-80.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: INL/MinC, 1961 [1859].

BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983.



- BRAGA, Sérgio Ivan Gil. *Os bois bumbás de Parintins*. Rio de Janeiro: FUNARTE / Editora da Universidade do Amazonas, 2002.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CASCUDO, Luís Câmara. *Folclore do Brasil: pesquisas e notas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: INL, 1962 [1954].
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Temas e variantes do mito: sobre a morte e a ressurreição do boi. *Mana*, v. 12, n. 1, 69-104, 2006.
- \_\_\_\_\_. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 57-79, 2004.
- CAVALCANTI, Maria Laura et al. Os estudos de folclore no Brasil. *Folclore e cultura popular: as várias faces de um debate (série “Encontros e Estudos”)*. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, v. 1, p., 101-112, 1992.
- CAVALCANTI, Maria Laura; VILHENA, Luís. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HANDLER, Richard. *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Complexo cultural do bumba meu boi do Maranhão: dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil*. São Luís: IPHAN/MA, 2011.
- LEAL, João. Usos da cultura popular. In: NEVES, José (coord.). *Como se faz um povo – Ensaios em história contemporânea de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2010. p.125-137.
- LOPEZ, Tele Ancona. “Viagens etnográficas” de Mário de Andrade. In: Andrade, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades / Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976. p. 15-23.
- PEREIRA, João Baptista Borges. *Estudos antropológicos e sociológicos sobre o negro no Brasil: aspectos históricos e tendências atuais*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 1981.
- PRADO, Regina. *Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2007.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- QUEIROZ, Maria Isaura. O bumba meu boi: manifestação de teatro popular no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 2, p. 87-97, 1967.
- RAMOS, Arthur. *O folclore negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- \_\_\_\_\_. *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SACRAMENTO, João Domingos Pereira do. Crônica interna (bumba) – Semanário Maranhense. *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*, v. 37, p. 14-15, 2007 [1868].

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 15-28.

VICENTE, Gil. *Monólogo do vaqueiro ou da visitação*. (vertido e adaptado por Affonso Lopes Vieira, vertido do castelhano representado no Teatro D. Maria II em Lisboa). Lisboa: A Editora, 1910.

VILHENA, Luís. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte / Fundação Getúlio Vargas, 1997.

# ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Francisca Simere Gomes Leocádio Figueirêdo Silva (UCS)  
Ary Ribeiro de Alencar Araújo (UCS)  
Maria Daniela de Alencar (UCS)

**Resumo:** O estudo aborda a educação na trajetória de formação e aspectos da administração na instituição escolar. A pesquisa minuciosa teve como objetivo familiarizar-se com a criação do espaço educacional de modo a alcançar uma maior apreensão sobre a forma de participação do corpo discente e docente na construção da gestão democrática. A metodologia instituída para concretizar a investigação se sustenta na pesquisa exploratória e revisão de literatura a partir de diferentes textos, dissertações e teses. Buscou-se reunir subsídios informativos sobre o tema e foi feito um resumo dos textos disponibilizados, em seguida uma releitura e análise dos dados disponíveis no resumo, no intuito de efetivamente compreender o que apontavam as leituras que deram sustentação a pesquisa. Ao final obteve-se como resultado a compreensão da necessidade de se criar efetivamente, dentro das escolas, o sentimento de pertencimento da sociedade aos assuntos da administração pública, no sentido mais amplo deste termo.

**Palavras chave:** Estruturação escolar, Gestão administrativa, Participação social.

## Introdução

Esta pesquisa medita a respeito do percurso histórico traçado para a criação dos espaços de aprendizagem e a definição das escolas vistas a partir da ideia de serem ambientes de construção social. Partindo desses elementos a escrita encaminha-se em direção ao subseqüente ponto considerado problema: De que forma as instituições escolares permitem a efetiva participação popular nas suas gestões? A partir deste estado de inquietação, traz-se quanto intuito o exame da história cultural da educação de forma concreta, como formadora do desenvolvimento social e não somente como um discurso estatal.

A prática da administração escolar também é assunto abordado dentro deste tema, que posteriormente direcionará sua investigação as diversas legislações que norteiam a escola, de que forma se instituem e como chegam ao corpo docente. O estudo das Leis, Regimentos, Ofícios, Atas e documentos direcionados a educação escolar da instituição pesquisada, terá como fonte o que disposto a nível Nacional, afunilando para o que normatizado pelo Estado do Ceará, até chegar aos regulamentos da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte-CE.

O trabalho de criação sobre a perspectiva teórico-metodológica está aportado na pesquisa exploratória com ênfase para o novo exame da literatura a partir de textos estudados, de maneira minuciosa, para que se tenha a oportunidade de ponderar e descobrir os frutos da presente averiguação sistemática dos espaços de educação e sua constituição administrativa.

Através desta metodologia de pesquisa exploratória, busca-se completar os conceitos que se apresentem incompletos diante de imprecisões que possam aparecer durante o estudo, e neste momento de exploração espera-se que sejam os conhecimentos expandidos proporcionando a pesquisadora um maior sustentáculo na edificação dos conceitos e primeiras hipóteses, que serão verificadas no passo subsequente do estudo. Ainda sob a ótica do método exploratório de investigação, serão pesquisadas as relações da instituição de ensino com a normatização legal na comunidade escolar a que pertence.

Diante da necessidade de esclarecer e compreender o paradigma das práticas administrativas das escolas é que se decidiu por este estudo, ou seja, eleger uma escola pública do município de Juazeiro do Norte – Ceará para desenvolver esta pesquisa de cunho exploratório.

O exame tem como objetivo imergir no estudo da História da Educação, ventilando o papel educacional, cultural, administrativo e social estabelecidos pelos primeiros colégios no Juazeiro do Norte, cidade que carrega consigo traços muito fortes do catolicismo popular dos romeiros, sem se desvencilhar de características próprias e de sua origem sertaneja.

As práticas administrativas fazem parte do cotidiano escolar. Assim, o problema desta pesquisa surge da curiosidade de como ocorrem as práticas administrativas no universo escolar da municipalidade e sua relação com as normas regulamentais de ensino.

Os questionamentos a serem feitos nesta pesquisa podem ser assim descritos: Quais temas estão sendo privilegiados nos estudos sobre as práticas administrativas escolares? Quais pressupostos são possíveis de entendimento nas práticas administrativas escolares? Quais os fatores intraescolares ou extraescolares definem o paradigma de administração escolar? Como se efetivam as normas legislativas que regem as instituições de ensino?

Para alcance deste objetivo, propõe-se identificar os fatores que interferem nas práticas administrativas escolares, observando a forma que as legislações são editadas e como elas chegam as instituições de ensino, no período do recorte temporal a ser pesquisado neste trabalho. Busca-se também analisar os fatores identificados nas práticas administrativas escolares e especificar os pressupostos que interveem nas técnicas de direção escolar.

Para melhor compreensão desta pesquisa, indica-se que este trabalho seja dividido em três partes. Na primeira, fazendo a revisão da literatura, analisando os referenciais teóricos que discutem as práticas de administração escolar, fazendo uma análise documental sobre a história da educação no Brasil, Ceará e Município do Juazeiro do Norte, finalizando o primeiro momento com a realização do percurso metodológico da pesquisa. Os textos avaliados serão os

referenciados na bibliografia, separados de acordo com os que considerados ser do conjunto de obras que se aproximam da matéria fundamental abordada nesta pesquisa.

Na segunda etapa, traz-se a contextualização do Brasil, Ceará e Município do Juazeiro do Norte, organizando e estruturando as informações, abordando o projeto educacional do Padre Cícero no Juazeiro do Norte e contemplando as primeiras escolas municipais.

Por fim, no terceiro momento, será feito um olhar sobre as práticas administrativas escolares dentro de um recorte temporal, analisando a relação de poder dos administradores em relação à comunidade Juazeirense e o papel da escola pesquisada na perspectiva de cumpridora de lei e formadora de cidadãos.

A partir desta investigação, estarão lançadas as apreensões devidamente organizadas e classificadas conforme o lugar pesquisado e dispostas neste trabalho. O roteiro seguido para o processo de análise deve percorrer as etapas de apreciação dos textos a fim de detectar o assunto objeto do tema em questão. Na sequência, construir uma lista com o apanhado dos assuntos para dar forma ao resumo com o fito de delimitar o tema e identificar os resultados descobertos no decorrer da pesquisa. O intuito é concretizar o estudo interpretativo para constatar as principais temáticas deliberadas pelos escritos estudados e nas entrevistas realizadas com o desígnio de fundamentar este trabalho.

### **História Cultural da Educação: heranças e influências da administração escolar que se perpetuam ao longo do tempo**

A abordagem sobre a história da educação no decorrer do tempo se encontra fortemente ligada as culturas históricas que se interligam e se reafirmam no decorrer dos séculos. É indispensável esta retomada no tempo, para que se possa entender o porquê das abordagens e métodos educacionais que evidenciam a herança ancestral da maneira de se fazer educação, desde os primórdios da história.

Inicialmente é razoável traçar um paralelo entre os dois distintos modelos de se educar, o dos Espartanos e o dos Atenienses nos primeiros tempos de suas histórias. Contudo, ao rememorar a educação dos gregos, percebe-se que era a educação de um povo que já se destacava no seu modo de se estabelecer, por enaltecer o desenvolvimento dos indivíduos segundo uma perspectiva cultural evolutiva, direcionada para o aperfeiçoamento dos que eram considerados cidadãos.

Esparta foi o modelo de Estado totalitário; Atenas, de democrático, e de uma democracia muito avançada. Até seus ideais e modelos educativos se caracterizavam de maneira oposta pela perspectiva militar de formação de cidadãos-guerreiros, homogêneos à ideologia de uma sociedade fechada e

compacta, ou por um tipo de formação cultural e aberta, que valorizava o indivíduo e suas capacidades de construção do próprio mundo interior e social (CAMBI, 1999, p. 82).

Encontra-se na antiga história do povo de Atenas, no desenho do jeito de pensar e viver dos atenienses, a ideia de educação como meio para preparação do indivíduo como ser construtor e protagonista no seu grupo social.

Para o mais, no século IV a. C. iniciou-se a divisão do estudo no formato de disciplinas, já dentro da percepção de maior organização do ensino. E na sequência surgem as Universidades e as grandes bibliotecas como centros de formação intelectual.

Ao se reportar ao desenvolvimento histórico da educação escolar relata-se que:

[...] comportou uma educação básica com os seguintes elementos: religioso (crente/professor); econômico (produtor/consumidor/sócio); político/cívico (cidadão); intelectual (alfabetizado/letrado); pessoa humana (sujeito autônomo/agente – um agente, entenda-se, responsável/reflexivo/societário) (MAGALHÃES, PESSANHA, GATTI JR., 2012, p. 44).

A partir dessa declaração apresentada pelos autores, ao remontarem a educação na Modernidade, nota-se que a percepção do espaço escolar como território plural de formação intelectual, com viés cívico, onde os deveres da instituição são mesclados por vários encargos sociais é inquietação do pensamento sobre o modelo de que há muito tempo se busca alcançar. Contempla-se além disso, no modelo escolar apresentado, traços da forte presença da igreja na formação dos indivíduos, contudo, já direcionando os sujeitos aos ganhos subjetivos advindos da própria aprendizagem e desenvolvimento intelectual, se direcionando para a formação profissional e por fim, posicionando os indivíduos como sujeitos capazes de se transformar para contribuir com a elevação da sociedade a qual pertencem.

Os interesses da igreja e do governo na formação dos cidadãos traz na sua história uma carga forte de dominação social, porém a ideia de participação social e liberdade de expressão das pessoas vem se fortalecendo ao longo da história da humanidade, sendo a escola palco desta construção social.

Direciona-se este trabalho, ao estudo da forma de administração escolar, como ponto central na construção democrática do saber. Entretanto, no desenrolar da pesquisa, percebe-se que educador e educando despontam como protagonista basilares desta narrativa, ponto primordial para este trabalho por abranger o indivíduo como verdadeiro cidadão.

O Direito possui a função basilar de gerir a vida em sociedade, devendo direcionar a organização e os comportamentos imprescindíveis ao engrandecimento da coletividade. Por

isso, conhecer as leis como norteadoras das práticas administrativas se faz mister, visando entender a direção administrativa das instituições de ensino diante de suas práticas.

Atine-se que a função de diretor escolar no Brasil, até 1894 quando foi inaugurada a Escola Caetano de Campos em São Paulo, indiretamente era atribuída ao professor. A partir deste marco temporal, a divisão de trabalho dentro das instituições passaram a ter definidas as obrigações dos funcionários, devidamente regulamentadas por leis específicas. As normas jurídicas aprovadas, implantam modelos de conduta, da mesma forma que trazem implicações visando o seu cumprimento, para consolidar as finalidades educacionais, imprescindíveis à organização das instituições de ensino.

Ainda que os elementos que compõem a organização da comunidade escolar não estejam adstritos unicamente ao que preceitua a lei, esta desempenha papel nuclear à ordem legal que rege as instituições de ensino e implicam consubstancialmente na forma de administração escolar.

Por sua vez, a democracia que é imprescindível para a legitimação do Direito e do Estado, sobrevém estabelecendo a participação social na definição dos percursos que deverão ser adotados pelas pessoas que formam a sociedade, pelas instituições e organizações, permitindo que a cultura e os costumes da sociedade sejam considerados e respeitados dentro dos estabelecimentos escolares.

Os colégios “eram instituições que – religiosas – agiam e interagem com os interesses culturais das cidades. Gratuitos e sem finalidade lucrativa, eles estruturaram um método, até então inaudito, de organizar a formação letrada” (BOTO, 2014, p. 210).

Nota-se a partir desse texto que desde meados do século XVI, já se era possível identificar práticas concisas de se estabelecer organização na vida cotidiana, nas instituições pedagógicas, administradas a partir da iniciativa dos jesuítas e pelo projeto lassaliano, citados pela autora.

Nesse modo de se estruturar a aprendizagem escolar, embora inicialmente com finalidades fortes de propensão religiosa, são perceptíveis com o passar do tempo, os cuidados quanto ao reconhecimento da escola formadora de cidadãos, não só capazes de construir saberes, mas também de ser transformadora da sociedade, bem como de ter a função de ser ponte entre povo e governo.

Nesse período os colégios já preparavam os jovens para uma formação profissional, competindo com as universidades. Também já se percebia além da divisão de estudos quanto as matérias e as classes dos vários níveis, uma explícita divisão das obrigações pertinentes à

instituição educacional, em relação a responsabilidade dos administradores da escola, dos professores e dos alunos.

A escola, enquanto instituição inserida na comunidade, ao trazer consigo o projeto de organização de suas práticas administrativas junto a todos que a compõe, se reafirma no desígnio de efetivar garantias ao cidadão, verdadeiro detentor de direitos na participação da administração dos bens e serviços públicos. Sob essa ótica, se reafirma a concepção de que em decorrência do Estado de Direito se tem o afastamento do Estado absolutista, em que prevalecia a vontade pessoal do governante através da autocracia, da ditadura.

Por conta desse progresso, o direcionamento que passa a conduzir a vida dos agentes que formam o corpo social sobrevém das legislações devidamente aprovadas, como sendo a expressão da vontade da população, apresentadas através de seus representantes efetivamente instituídos.

No contexto da República Federativa do Brasil, é legítimo fazer referência a Lei nº 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dentre outros comandos legais trouxe a participação do cidadão na gestão democrática do ensino público como um de seus princípios basilares.

Nos textos analisados, com a intuito de reaver a história do conhecimento adquirido através da educação, bem como de entender o papel das instituições de educação nesta edificação do ensino, seguiu-se na expectativa de apreciar a trajetória da educação, arquitetada pelas oscilações da história.

O berço da História da Educação, tal qual se conhece hoje, é fruto da Grécia e centrava-se na formação integral, corpo e espírito dos jovens, contudo era disponibilizado apenas as famílias tradicionais da elite.

Destarte, a instituição escolar emergiu a partir do século XVI e seus embasamentos legais e administrativos, ainda necessitam de pesquisas sobre condições históricas de existência no cerne de desenvolvimento do indivíduo, como um ser que é parte da comunidade na contemporaneidade. Por sua vez, “a escola custeada pelo governo, destinado a todos e imperativa, foi instituída por Romanones em princípios do século XX” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 01).

No texto *Maquinaria Escolar*, dos autores acima citados, depreende-se do título uma analogia a conspiração planejada pelo capitalismo em detrimento das classes menos privilegiadas. Os autores apresentam a inquietação em relação a função social desempenhada pelas instituições escolares primárias, questionam o exato emprego das instituições escolares



no momento que se apresentam na qualidade de possuidoras do formato de socialização com vantagens e benefícios e ao mesmo tempo, ambiente de caminho obrigatório a ser trilhado pelas crianças das camadas populares.

No tópico “Institucionalização da escola obrigatória e controle social”, proveniente desse mesmo escrito, enfatiza-se:

Não se trata pois de uma simples reprodução, mas, ao invés disso, de uma autêntica invenção da burguesia para "civilizar" os filhos dos trabalhadores. Tal violência, que não é exclusivamente simbólica, assenta-se num pretendido direito: o direito de todos à educação (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 15).

A função social das escolas não pode ser desvirtuada em detrimento dos interesses políticos e capitalistas. Entender a história da educação é um exercício necessário, que deve ser constante para que se possa entender a forma de administrar dos tempos atuais. Partindo deste prisma é cogente que se empodere cada vez mais a sociedade a nível de instrução educacional, não somente para as ciências, mas para a vida do ser social, onde as pessoas que são parte da comunidade tenham capacidade de participar da construção dos projetos de políticas públicas, e que estas tenham a finalidade de transformar os espaços em território de efetiva e adequada gestão participativa.

O Estado Democrático de Direito, implantado na Democracia Brasileira com a Constituição Federal do ano de 1988 é uma conquista histórica, considerada imprescindível para a civilização, obtida depois de demasiadas batalhas, marcadas por progressos e atrasos. Esta forma de Estado consolida-se na época presente, como sendo o regime indispensável para a disciplina unânime das demandas necessárias à harmonia do corpo social, onde a educação tem grande valor por ser considerada um dos direitos sociais do cidadão brasileiro. Com isso, o Estado instituiu convencionalmente nas suas obrigações a garantia de educação de qualidade a toda nação brasileira.

A Carta Magna Brasileira de 1988, traz como uma das garantias constitucionais o acesso à educação como direito de todos. O artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preleciona que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

O exercício da democracia é fruto da contribuição da educação, que vem se consolidando como responsável pela formação da sociedade livre e consciente, de onde se vem e a quem se destinam todos os bens imateriais e materiais públicos do corpo social.

No texto “A Liturgia Escolar na Idade Moderna”, a autora discorre que:

Historicamente, as práticas educativas destacam-se – pelo menos desde o século XIX – pelas características de simultaneidade, unidade, homogeneização e, finalmente, identidade. Tais requisitos foram imprescindíveis para conformar a instituição formadora: escola, organização social voltada para padronizar costumes e projetar saberes. Ao fazer isso, evidentemente, sincronizava-se um movimento que tinha por analogia a aceção de regularidade do mundo, expressa na ciência moderna: um mundo a ser decifrado, mas também um mundo a ser controlado, produzido e reproduzido (BOTO, 2014, p. 289).

Os escritos convergem para a evidenciação do valor que tem o ser humano, com direito à sua individualidade, livre do domínio e autoridade política. A sociedade é parte fundamental da história da educação e detentora de todas as garantias inerentes ao cidadão. Os direitos se fortalecem e se concretizam e os cidadãos ganham força nos estabelecimentos educacionais.

### **Considerações finais**

As escolas têm se afirmado ao longo da história como instituições necessárias e fundamentais na construção de uma sociedade democrática. Há que se considerar que a escola ganha novo significado quando deixa de ser vista apenas como espaço conteudista e de repetição de textos.

Embora depreenda-se que as instituições escolares tenham nascido inicialmente destinadas ao projeto do sistema de governo, que tinha por escopo regular a vida social, direcionando-a aos interesses do governo com fins capitalista e tornando-se local de passagem obrigatória por imposição estatal, elas vieram a conquistar, no decorrer da história, o seu legítimo espaço de aprendizado, desenvolvimento intelectual e civilização.

É a partir do olhar de quem constrói o conhecimento e enxerga o formato de escola como laboratório de construção social, que se tem legitimada a democracia, tornado a soberania popular mais próxima dos anseios sociais quando se efetiva a participação de todos os cidadãos na administração dos bens públicos.

A administração escolar é o ensaio do exercício da cidadania e a escola é por vezes o ambiente onde este direito se materializa, por ser composta pelos atores principais de toda história de um território, o povo que compõe a nação.

A trajetória da pesquisa, destina-se a tornar relevante a necessidade das escolas estarem inseridas no contexto da cidadania, moldando-se conforme a cultura e os costumes do seu público, reconhecendo-se como construtora e transmissora de conhecimentos que vão além dos conteúdos das disciplinas apresentados na grade curricular. É preciso permitir aos autores que nela estão inseridos o papel de protagonistas na construção da história da democracia, no

momento e no local onde se elabora a verdadeira educação, aquela que se faz para além dos muros escolares.

Neste ínterim, avulta-se o poder da intervenção social da comunidade escolar na sociedade, que pode levar aos seus cidadãos conhecimentos capazes de serem ferramentas de transformação ou instrumentos de alteração social. Ergue o imperativo de dar liberdade ao povo através do conhecimento das normas legais, que devem ser apresentadas de forma clara; não somente a grupos que costumam ter mais acesso aos benefícios, mas especialmente a maioria desprovida de vantagens, e que às leis está subordinada.

É reforçada a necessidade de nitidez nos modelos de administração, através de uma estrutura acessível e que atraia a atenção da comunidade a que se destina, sem excesso de rigor no seu modelo de direção, desde que sejam estes realmente indispensáveis.

A Lei 13.513/2004 assegura que o “processo de escolha e indicação para o provimento do cargo em comissão de Diretor junto às Escolas Públicas Estaduais do Ensino Básico terá como uma de suas etapas a eleição direta e secreta, mediante sufrágio universal, junto à Comunidade Escolar”.

Desta feita, a ideia de institucionalização escolar não pode mais ser formada pela decisão unilateral do governo como um imperativo, uma autoridade estabelecida perante a sociedade. Deve o modelo de administração baseado no desejo pessoal de governantes de atribuir a classe popular a situação de submissão, controlando-os conforme seus interesses, ficar apenas constando nos registos históricos de um tempo pretérito.

O espaço escolar é permeado por um contexto social abrangente, com incumbências que atravessam as barreiras conteudistas de disciplinas para assumir o corpo social ativo. Ambiente composto por culturas diversas que se misturam e se fundam em suas necessidades, transformando continuamente os desígnios da população do território em que se encontra inserido.

Seguindo por este pensamento, entende-se que a educação tem tido avanços significativos como precursora na garantia de efetivação de direito da população na gestão pública. É na instituição de ensino que se constituem os valores de uma população, principalmente diante deste novo papel de formação que vai além do simples ler, escrever e interpretar textos. O educador da atualidade caminha ladeado pelo seu corpo discente como ator principal de uma sociedade que pensa junto e transforma a sua realidade continuamente.

Questões de políticas públicas deixam de ser tarefas apenas do Poder Legislativo e Executivo e passam a ser fundadas na participação popular, na construção dos principais

orçamentos públicos, e neste formato de constituição as instituições de ensino tem um papel fundamental, que é o de preparar seus alunos para contribuírem significativamente e efetivamente no destino do seu país.

## Referências

BOTO, Carlota. *A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos*. Hist. Educ., Santa Maria, v. 18, n. 44, p. 99-289, Dec. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 88 de 08 de setembro de 1892. *Reforma a instrução pública do Estado de São Paulo*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso 13 out.2021.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. DOU, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. *Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e Lei n.11.494, de 20 de junho 2007*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acesso 23 jul.2021.

BRASIL. Lei nº 13.513 de 19/ de julho de 2004. *Dispõe sobre o processo de escolha e indicação para o cargo de provimento em comissão, de Diretor junto às Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/13513.htm> Acesso 19 set.2021.

CAMBI, Franco. A educação na Grécia/ Roma e a Educação In: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. Páginas 75 a 119.

MAGALHÃES, Justino; PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JR., Décio. (2012) Tempo de cidade, lugar de escola. *História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”* (Orgs.) Uberlândia: EDUFU. 298 P.

VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. In: *Teoria e Educação*, 6, 1992. Páginas 69 – 97.

# **ESTUDIO COMPARATIVO DE LOS PROCESOS DE RELOCALIZACIONES COMPULSIVAS CONSECUENCIA DE LA CONSTRUCCIÓN DE GRANDES PROYECTOS: CIUDADES DE FEDERACION (ARGENTINA) Y DE ITÁ (BRASIL)**

María Rosa Catullo, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Argentina  
E-mail: mcatullo2000@yahoo.com.ar

**Resumen:** En la presente ponencia se analizan y comparan los Procesos de relocalización de las poblaciones de las ciudades de Nueva Federación (provincia de Entre Ríos, Argentina) y de Itá (Estado de Santa Catarina, Brasil) que fueron relocalizadas por la construcción de la represa binacional argentino-uruguaya de Salto Grande y la represa de Itá (Estados de Santa Catarina y Río Grande del Sur, Brasil). A nivel local, entre los efectos resultantes de la implantación de grandes represas, se destaca la relocalización compulsiva de las poblaciones ocupantes de los espacios requeridos para la Gran Obra. Estos procesos relocalizatorios, como bien han demostrado experiencias nacionales e internacionales, establecen un acelerado proceso de modificaciones territoriales, ambientales y sociales cuyo desarrollo exceden ampliamente el marco temporal demarcado por la construcción de la propia obra. Este análisis se ha basado en las investigaciones desarrolladas por Catullo respecto al proceso de relocalización de la ciudad Nueva Federación desde 1979; en la producción científica de antropólogos brasileños, y en los trabajos de campo realizados por Catullo y Reis en la ciudad de Itá (1999, 2001, 2003).

Palabras llaves: Grandes Proyectos; relocalizaciones compulsivas urbanas, Mercosu

## **Introducción**

La construcción de represas hidroeléctricas en países del Mercosur, como Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay ha provocado relocalizaciones urbanas –como el caso de las ciudades de Villa Constitución y Nueva Federación (represa argentino-uruguaya de Salto Grande) o la ciudad de Itá (represa homónima, estados de Santa Catarina y Río Grande del sur, Brasil). En este sentido, resaltamos aquí, como hito, que la primera relocalización urbana que se produjo en la Argentina fue el proceso que se llevó a cabo en la ciudad de Federación, provincia de Entre Ríos, consecuencia directa de la construcción de la represa binacional de Salto Grande. En el marco de los denominados grandes proyectos hidroeléctricos, los reasentamientos urbanos constituyen un fenómeno complejo de efectos multidimensionales. Son multidimensionales porque afectan desde la transformación urbana más general, pasando por la alteración de los patrones de ocupación del espacio, hasta los cambios en los estilos de vida y las estrategias reproductivas de los desplazados

En el presente trabajo se analizan y comparan los Procesos de relocalización de las poblaciones de las ciudades de Nueva Federación (provincia de Entre Ríos, Argentina) y de Itá (Estado de Santa Catarina, Brasil) que fueron relocalizadas por la construcción de la represa binacional argentino-uruguaya de Salto Grande y la represa de Itá (Estados de Santa Catarina y Río Grande del Sur, Brasil).

Como ya se expusiera, a nivel local, entre los efectos resultantes de la implantación de grandes represas, se destaca la relocalización compulsiva de las poblaciones ocupantes de los espacios requeridos para la Gran Obra. Estos procesos relocalizatorios, como bien han demostrado experiencias nacionales e internacionales, establecen un acelerado proceso de modificaciones territoriales, ambientales y sociales cuyo desarrollo exceden ampliamente el marco temporal demarcado por la construcción de la propia obra.

Este análisis se ha basado en las investigaciones desarrolladas por mi persona respecto al proceso de relocalización de la ciudad Nueva Federación desde 1979; en la producción científica de antropólogos brasileños, y en los trabajos de campo realizados por mi persona y la Dra. Reis (UFSC/UNIVALI) en la ciudad de Itá (1999, 2001, 2003).

La represa de Salto Grande se sitúa sobre el río Uruguay y está localizada en el paraje denominado Ayuí (provincia de Entre Ríos, Argentina), Situada a 6 km aguas abajo del Salto Grande propiamente dicho, dista 470 de Buenos Aires (capital de la República Argentina).

La represa de Salto Grande, con una potencia total instalada de 1.890 megawattios, produjo un embalse de 783 km<sup>2</sup>. Inundó áreas rurales y centros urbanos en el noreste de la provincia de Entre Ríos y el sudeste de la provincia de Corrientes (Argentina), y también en margen uruguayo. En consecuencia, fueron relocalizadas 12.000 personas en la margen argentina y 8.000 en la margen uruguayo, que habitaban áreas urbanas: entre ellas la ciudad de Federación (CATULLO 2006:58). Se remarca que, a diferencia del caso brasileño, no hubo relocalizaciones rurales.

La represa de Itá está ubicada en el Alto Uruguay, entre los municipios de Itá (Estado de Santa Catarina) y Aratiba (Estado de Río Grande do Sul), La misma formó un lago que tiene una cota de 370 metros (respecto al nivel del mar), con un volumen total de 5.100 millones de metros cúbicos, ocupando 141 Km<sup>2</sup> de área total e implicó la inundación de 2806 propiedades rurales y 342 urbanas. Afectó en su gran mayoría áreas rurales, parcialmente el balneario del municipio de Marcelino Ramos (RS) y en su totalidad la sede del municipio de Itá (SC). En consecuencia la ciudad de Itá fue la única sede municipal inundada y relocalizada por Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (en adelante, ELETROSUL) a una nueva localización a 4 kilómetros del antiguo asentamiento.

El caso de Itá es un caso único en Brasil, donde se relocalizó toda su población, incluyendo su cementerio, con el stress que esto conllevó a sus habitantes. Esto no ocurrió en el caso de Federación porque la represa está ubicada en una zona de llanura, en cambio Itá es una zona de sierras, donde la vieja localización se ubicaba en un valle y la nueva en las sierras.

En ambos casos estudiados se decidió construir una nueva ciudad. En el caso argentino, la Comisión Técnica Mixta pagó las indemnizaciones al 70% de la población de la ciudad (quedando un Remanente no inundado que no fue ni indemnizado ni relocalizado) y la provincia de Entre Ríos construyó la nueva ciudad donde faltaron unas 500 viviendas. Se indemnizaron a los propietarios y se les dio casa a los inquilinos que se movilizaron para tal fin. En el Remanente Vieja Federación- área de la antigua localización no inundada-, quedaron los sectores más humildes sin posibilidad de acceder a un crédito bancario y a una nueva vivienda.

En el caso brasileño ELETROSUL construyó la Usina Hidroeléctrica y la nueva ciudad. Solamente se indemnizó a los propietarios. Unos años más tarde, la ciudad creció, formándose barrios con los inquilinos a quienes la Municipalidad de Itá les otorgó préstamos que pagaron en varios años. Por esta política patrimonialista de la empresa (cf. VAINER y ARAUJO, 1990, p. 17) los habitantes de los barrios expresan “que sólo a los ricos se les dio una casa”.

En el municipio de Itá, fueron relocalizados pequeños productores rurales y la ciudad de Itá en su totalidad. En este caso, la respuesta de la población rural, que se organizó en la *Comissão Regional de Atingidos por Barragem* (CRAB), fue opuesta a la construcción de la represa, en contraposición a la población de la ciudad de Itá que estuvo “mayormente”, a favor de la misma. (CATULLO, 2020).

### **Procesos de Relocalizaciones Urbanos**

En el caso de la ciudad de Federación PRU inicio en marzo de 1971 porque llegaron los primeros rumores de la construcción de Salto Grande. La represa comenzó a construirse el 1 de abril de 1974 y la ciudad, unos años después, en 1977.

Durante el gobierno Peronista (1973 -1976) se conformó la Comisión de Participación Popular para la Nueva Federación y Santa Ana conformada por representantes de la provincia de Entre Ríos y de la ciudad de Federación. Esta Comisión, conjuntamente la Provincia y la Municipalidad de Federación organizaron un Plebiscito Popular para elegir la nueva ubicación de la nueva ciudad. El mismo se desarrolló el 12 de octubre de 1974, donde los federaenses mayores de 16 años eligieron dicha localización. Ganó el sitio “La Virgen-Federación”, ubicado a sólo 5 km de la actual ciudad y sobre el espejo del lago de Salto Grande.

Si bien fue una forma de participación de la población, se debe aclarar que hubo una gran lucha de los partidos locales y provinciales: Peronismo y Radicalismo (para mayor información del bipartidismo argentino, consultar Catullo: 2006: 114-126); y de los mayores contra la juventud. Esta experiencia dejó heridas y rupturas profundas a nivel local.

En 1975 se comenzó a proyectar la ciudad pero el golpe militar del 24 de marzo de 1976 cambió toda la planificación; ya que en la nación, la CTM y en la provincia de Entre Ríos imperaban los militares, y en la ciudad los amigos de los militares.

Se realizó un nuevo proyecto de ciudad, y recién en el año 1977 comenzó a construirse la ciudad nueva, que se inauguró, en estado de obrador, el 25 de marzo de 1979. Se debe recordar que el Presidente de la Comisión Técnica Mixta (Delegación Argentina) expresó que la población federaense debía estar relocalizada; y si las viviendas no estaban terminadas que lo hicieran en carpas, pues abría igual las compuertas de la represa e inundaba a Federación. Fueron días aciagos, con mucho stress para los federaenses. Se mudaban a una ciudad y a viviendas que no conocían y que estaba sin terminar.

Seis días después y acorde a lo planificado (1º de abril de 1979) los gobiernos militares argentino y uruguayo inauguraron la represa de Salto Grande.

Los federaenses iba viendo demoler su ciudad, su Iglesia con mucha pena. Han expresado que se sentían como en una guerra con el ruido repetitivo de las maquinarias de demolición.

Scudder y Colson (1982) definieron al Stress Multidimensional de Relocalización con componentes fisiológicos, psicológicos y socioculturales. Respecto a los primeros, se ha comprobado en campo, personas relocalizadas mayores de 50 años y con mayoría de casos en mujeres, con presencia de cardiopatías y/o depresión. Además, varios federaenses han contado que sus padres, ya mayores, fallecieron con posterioridad a la relocalización, por no haberse adaptado a una nueva ciudad y vivienda sin verde, que parecía “una maqueta” totalmente diferente a la vieja localización donde el verde desdibujaba la trama urbana, por lo que exponían que se “habían muerto de tristeza” Estos duelos de los y las ancianas se conoce como el “Síndrome del Hogar Perdido” (Cfr. BARTOLOME, 1984, p. 172).

Se puede afirmar que el Proceso de Relocalización Urbano de Itá comenzó en el año 1980, cuando ELETROSUL confirmó ante las autoridades locales que la ciudad sería afectada. En los años 1978 y 1979 ELETROSUL ya difundía la construcción de la represa de Itá, no confirmaba que la ciudad fuera a ser afectada.

En el año 1980 se conformó la Comisión de Relocalización de Itá (CRI) que tenía representantes de las familias más antiguas y con mayor poder económico y político de la ciudad, descendientes de Italianos, alemanes y polacos que fundaron Itá.. No hubo representantes de trabajadores u obreros. El Presidente era el Intendente.



ELETROSUL concientizó a los líderes locales de las ventajas que traería la construcción de la represa a la región y a la ciudad. Hizo un trabajo muy amplio de divulgación y concientización, referente a que los habitantes de Itá ganarían con la construcción de la represa ya que poseían una ciudad con poca infraestructura y podían pasar a tener una nueva ciudad con una infraestructura y equipamiento muy bueno (Intendente, 1999).

En diciembre de 1984 se firmó el “*Plano de Mudança*” de la ciudad de Itá. En dicho Plan estaba estipulado la construcción de la nueva ciudad y cómo sería la relocalización de sus habitantes.

*“Tudo isso foi previsto (pelo Plano de Mudança) e eu acho que Eletrosul atendeu, atendeu a comunidade. Tanto que a mudança transcorreu sem grandes traumas, sem problemas nenhum... ( los primeiros relocalizados foi no ano 87 [...] com casa relocada pela Eletrosul”.* (Ex intendente e integrante de la CRI, 1999)

La construcción de la represa comenzó a inicios de los 80 y fue paralizada en el año 1985, a raíz del movimiento de pequeños agricultores formado a partir de 1979 y contrario a la construcción de represas: la “*Comissão Regional de Atingidos por Barragem*” (CRAB). Después de muchos enfrentamientos y conflictos, y de la constante presión de la CRAB y la población campesina, la represa se reinició con posterioridad al Acuerdo firmado entre Eletrosul y la CRAB en el mes de octubre de 1987, en el cual el ente energético del sur de Brasil se comprometía a relocalizar a todos los “colonos” afectados (CATULLO y REIS, 2021, p: 09).

En tanto que la ciudad estuvo paralizada por factores económicos desde 1988 hasta 1991 dado que el gobierno federal no enviaba fondos a Eletrosul para finalizar la misma. Fue una etapa de mucha indefinición e incertezas para los itaenses ya que no se sabía cuándo recomenzarían las obras y porque la población estaba dividida entre la vieja ciudad y la nueva. En dicha época, ELETROSUL debió pagar por 4 años líneas de ómnibus que unían las ciudades, porque, por ejemplo, la escuela estaba en la nueva ciudad, y aún había muchas familias en el anterior asentamiento. Por otro lado, ya había gente viviendo en la nueva ciudad, y la intendencia, los comercios y el hospital estaban en la ciudad vieja. Como decían ellos “unos arriba y otros abajo”. Recién el 13 de diciembre de 1996 se inauguró la ciudad nueva.

Paralelamente, ELETROSUL, fue privatizada por el Poder Ejecutivo en diciembre de 1997. En consecuencia, se dividió en dos partes. Por un lado, GERASUL, que quedó con la construcción de represas, y por el otro, ELETROSUL, que se hizo cargo de la distribución, de subestaciones y de las líneas de transmisión. La represa de Itá se inauguró el 16 de diciembre de 1999 y el lago comenzó a llenarse inundando completamente la antigua ciudad.

## **Ciudades: Federación/ Nueva Federación y Remanente Vieja Federación**

La ciudad centenaria estaba emplazada sobre la margen del río Uruguay, 30 km al norte del donde se realizó la presa de Salto Grande. Su antigua preponderancia como sede portuaria y de ferrocarril prácticamente había desaparecido, constituyendo el principal sustento económico la industria maderera. Con relación a las otras ciudades del departamento, sólo cumplía funciones de índole administrativa en su condición de Cabecera Departamental. Actualmente continúa siendo Cabecera Departamental y la actividad económica más preponderante es el turismo termal desde el año 1997.

Federación fue una clásica fundación de la segunda mitad del siglo XIX. Su esquema de urbanización respondió a la convencional traza en cuadrícula, organizada alrededor de la plaza central y en torno a ella, los edificios donde se desarrollaban las actividades públicas (de tipo colonial española).

En los años '70, El casco central concentraba la presencia de las funciones administrativas y culturales. Esta zona fue inundada totalmente. Es importante remarcar que el verde era muy importante en la ciudad y para sus habitantes y que desdibujaba la trama urbana.

El Proyecto original de la nueva ciudad, que planificara un Equipo de Arquitectos sin ninguna experiencia en el tema, y que ganó la licitación realizada por el gobierno militar provincial en 1976, se dio a la difusión a fines del mismo año. Fue organizado sobre la base de una trama urbana simétrica en retícula. No obstante, el eje principal no lo definía la simetría sino la franja paralela al lago (calle principal de gran extensión), que concentraba las funciones primordiales de administración y seguridad; actividades cultural, deportiva y turística; comercio, y educación. Mientras que no previó ningún sitio para dar cabida a la plaza urbana principal. En cambio, aparecían en el proyecto pequeños espacios fragmentarios. Es una ciudad modernista muy diferente a la antigua ciudad. Se enfatiza aquí que hubo importantes recortes presupuestarios que produjeron cambios en lo planificado. Por ejemplo, no se realizó la red de gas natural; ni el centro cívico y cultural, entre otros.

Respecto a la vivienda, merece un análisis específico que supera con amplitud las posibilidades de espacio de este trabajo. Su diseño responde a las características estéticas del conjunto urbano en los tres prototipos de viviendas proyectados: a) un sólo nivel en planta baja -con dos, tres y cuatro dormitorios-; b) nivel único en planta alta sobre locales comerciales, ambos emplazados frente a calles vehiculares.

Desde el momento mismo de su inauguración, en abril de 1979, Nueva Federación empezó gradualmente a romper la homogeneidad impuesta. La "gran maqueta" o como decía

un vecino federaense: "Nueva Federación era un paisaje lunar, donde no había ni una hormiga ni un yuyo", se fue modificando, diferenciándose, de acuerdo a los hábitos, formas de vivir de los distintos sectores que conforman la sociedad federaense.

El Remanente Vieja Federación, que constituye el área no inundada del anterior asentamiento, dista unos cinco kilómetros de la ciudad Nueva Federación, ambas situadas en la rivera del lago de Salto Grande. Presenta una trama desdibujada por los vacíos existentes entre las diversas edificaciones, que se han ido colmando de vegetación. En los primeros años de su estado actual estuvo conformada por la Zona Industrial; por un grupo de unas 130 viviendas económicas construidas en 1978 por el gobierno provincial; por viviendas y construcciones no demolidas, como el antiguo hospital, pertenecientes a diferentes barrios de Federación y por nuevas edificaciones, como una escuela primaria y una parroquia, a los que se debe sumar el cementerio. De esta forma, la materialización del proyecto de una nueva ciudad, tuvo como resultado una ciudad partida en dos: Nueva Federación o "La Nueva" y el Remanente Vieja Federación o "La Vieja", donde habitan los sectores subalternos de la sociedad federaense.

En principio debe destacarse que los procesos relocalizatorios de la comunidad federaense e itaense presentan características especiales ya que generalmente, cuando se relocaliza un sector urbano (como es el caso de la población de la ciudad de Posadas afectada por la construcción de la represa argentino-paraguaya de Yacyretá) los otros componentes socio-urbanos de infraestructura y equipamiento mantienen sus espacios dentro de la ciudad; no es así en el caso de Federación y de Itá, donde se modificó no sólo la estructura urbana sino también la ubicación de la mayor parte de sus habitantes dentro de esa nueva organización espacial. Esto produjo una desarticulación del espacio físico, la pérdida de la identidad barrial y la pérdida de la imagen de los habitantes respecto de su ciudad.

Volviendo al caso de Federación, el diseño de la nueva ciudad, tal se explicó anteriormente, tradujo la falta de conocimiento y de consideración por los valores culturales y sociales de la población como bien han señalado Patti y Catullo (2001). El habitante de Nueva Federación experimentó por lo tanto, y especialmente en los primeros años después del traslado, la pérdida del ambiente cotidiano que había recreado día a día. Esa alteración de la organización espacial desarticuló a su vez, las relaciones, es decir aquellas que llevan consigo el intercambio de servicios, información y aprobación personal entre aquellos que viven, unos cerca de otros, y que habían estado tan consolidadas en la antigua trama urbana. Se produjo entonces una dispersión de las unidades barriales constituidas a través de muchos años de convivencia diaria.

Como se expresa en el siguiente fragmento de entrevista. “O sea que acá cuando nos trajeron, por empezar nos desubicaron a todo(...) Nada que ver donde estábamos Fulano o Zutano. O sea que la gente se entreveró toda, (...) ¿“Sabes qué? (...) no somos los mismos vecinos de antes, salgo a la calle y me encuentro con una conocida, una amiga que me dice ¿dónde estás vos? , dónde estás ubicada? Por supuesto que también los sectores relocalizados en el remanente se vieron afectados por la desarticulación de sus vecindarios y de las asociaciones barriales y, al mismo tiempo, por la dispersión de sus familias extensas ya que algunos de los miembros del grupo familiar pudieron acceder a la posesión de una vivienda en la nueva ciudad, debilitándose de esta manera las relaciones parentales con aquellos que permanecieron en el antiguo emplazamiento. Ello provocó una continua añoranza por el anterior vecindario y una actitud de desconfianza y recelo ante los nuevos vecinos. Todos esos factores confluyeron para que los habitantes de Nueva Federación presentaran una falta de interés por las actividades comunitarias y una clara limitación de las relaciones vecinales y en consecuencia, una ausencia de asociaciones representativas de las mismas. Esta situación, como las demás cuestiones analizadas, se fue revertiendo poco a poco.

En los primeros años post-relocalización, a la ausencia de instituciones barriales se sumó la carencia de espacios privados de uso social donde se generaban y estimulaban las relaciones inter-barriales y que en el anterior emplazamiento estaban representados, por los clubes barriales; las confiterías, donde se juntaban diferentes sectores sociales y también los bares, que era un “terreno” sólo de hombres. La población de Federación había perdido sus lugares, aquellos rincones que favorecían la cohesión social, que extendían la red de relaciones sociales, donde diariamente se protagonizaban hechos que luego quedaron registrados en la memoria colectiva. Así un informante oportunamente manifestaba: “Es lo que yo decía que uno extraña; extraña el ambiente [...] Y falta ese ambiente que yo ahora, a las nueve de la noche, ya sabía que a Fulano lo encontraba en el café”, porque allá estábamos todos ubicados, ya acostumbrados o sea que es una cosa de años desde que papá era joven, no es cierto?”. (habitante del Caso Central). Así, durante la etapa que prosiguió inmediatamente al traslado, reinaban la apatía, la abullia puesto que cada uno debía hacer frente a su propio “drama”. No sólo las relaciones intracomunitarias se vieron realmente afectadas por la relocalización sino que también se resquebrajaron las relaciones extracomunitarias quedando Nueva Federación casi aislada de su contexto regional. La nueva ciudad se había transformado en una especie de “gran maqueta” desarticulada, donde cada individuo y cada familia debió desarrollar sus propios mecanismos

de adaptación ante la modificación tanto del medio ambiente físico natural como el socio-cultural.

### **Ciudad de Itá**

La antigua ciudad de Itá estaba situada en un valle y todos los habitantes estaban muy cerca unos de otros. En cambio en la nueva ciudad, dado el terreno escogido por el área de geología de ELETROSUL es muy alargado y estrecho y se encuentra por encima de los 300 metros del nivel del mar. Se sitúa a 4 km. del antiguo asentamiento.

En la vieja ciudad había escasos establecimientos industriales que dada la relocalización se fueron de la ciudad, por ejemplo, una fábrica de madera. También había fábricas de ladrillos, denominadas “*olerias*”, que cerraron por falta de materia prima.

La ciudad nueva exhibe dos plazas, una erigida con el nombre de un descendiente de italiano (familia Paludo) y otra con el nombre de un descendiente de alemanes (familia Stumpf). En el centro se encuentra el Jardín de Infantes y la única escuela que funciona en Itá. Hubo otras, pero cerraron cuando se fueron los trabajadores y técnicos de la “*Vila de Eletrosul*”, construida para los técnicos y sus familias. Respecto al Hospital, hay uno que fue y es privado. Siempre ha sido propiedad de una familia tradicional de origen alemán. Asimismo, hay un puesto de salud y un “Pronto Socorro”. a donde concurren los habitantes de los barrios por no poseer convenio con el Hospital. Referente a las iglesias, ELETROSUL construyó una Iglesia Ecuménica Católica - como lo estipuló el Obispo de Chapecó, dado que la liturgia había sido modificada- y una Iglesia Luterana, para los descendientes de alemanes. Con posterioridad, se construyeron Iglesias Evangélicas; Protestantes, una Americana y una Alemana; y una Asamblea de Dios, todas dentro del perímetro urbano.

Como se ha dicho anteriormente el antiguo emplazamiento era una ciudad concentrada. La nueva, en cambio, es muy extendida. Los itaenses mayores no encuentran un punto de reunión, que antiguamente era el Club Cruzeiro, frecuentado por toda la familia. Otros informantes de los diferentes barrios asumen al gimnasio (equipamiento nuevo) como lugar de encuentro, y la Iglesia Católica, que tiene salón parroquial; pero en general, cada barrio se junta en alguna casa de la misma calle a tomar “*chimarrão*” (mate), punto de encuentro en particular, de las mujeres.

El sistema constructivo de las viviendas de Itá fue especial para dicha ciudad. Los arquitectos evitaron el tipo ABC que es muy repetitivo y padronizado. Estudiaron la arquitectura de la región, y a partir de esos estudios y atendiendo cómo los propietarios organizaban sus casas, crearon un sistema que se adaptaba caso por caso, pero que mantenía

ciertos límites de tamaño. Se estructuraban de acuerdo a las condiciones del terreno y con las pretensiones del propietario. Buscaron un sistema que se impusiera, pero haciéndolo caso a caso. Antes conversaban con el propietario que tenía derecho a ser relocalizado, se constataba a cuantos metros tenía derecho, se le acrecentaba un 5%, y junto con él se construía la casa. (Arquitecta de GERASUL, 2001). En este sentido debemos aclarar que este sistema de construcción con largas conversaciones con el relocalizado se efectuaba con los propietarios de una o más viviendas y , como se expondrá más adelante, para las familias tradicionales y de clase media de la ciudad de Itá. En los barrios, la política de ELETROSUL fue muy diferente. En un área al norte, se formó el barrio, autodenominado “dos Pioneiros”, ya que allí viven los primeros propietarios que eligieron lotes en la nueva ciudad.

En la antigua ciudad había dos “vilas”, como denominaban los itaenses a las áreas periféricas y pobres: “*Vila Jandira*” y “*Vila Janeiro*”, ya que de acuerdo a los líderes locales “había pocos pobres”. La élite itaense reafirma que en la Vieja Itá no existían barrios. (invisibilidad de los pobres urbanos). Que éstos se formaron con la invasión de personas que fueron a Itá desde la vecina ciudad de Concordia y de otras regiones en busca de trabajo en la construcción de la represa y de la nueva ciudad, fenómeno denominado “Boomtown”. Muchos alquilaban viviendas y otros invadieron casas o colegios de la antigua ciudad. “*Porque depois dos oitenta cuasi dobrou a cidade porque tudo mundo foi a alugar...foi assim, ne?* (Mujer habitante del barrio Sao João, 2001).

En la actualidad se encuentran los barrios son Floresta, Palmeiras y Sao João. Están ubicados lejos de la escuela, el hospital, de las Iglesias, del Salón Parroquial o del Gimnasio, es decir de todo el equipamiento de la ciudad, y todos deben pagar ómnibus para ir a la escuela, a la municipalidad o al centro. Viven “lejos de todo”

Se ha leído en algunos trabajos, entre ellos Reis (1998) que Itá fue la “*menina dos olhos*” de ELETROSUL y que la empresa invirtió mucho dinero y tiempo en la construcción de la misma y en la relocalización de los itaenses. Estas afirmaciones son válidas para los que eran propietarios y con una vivienda o más. Pero los inquilinos y los sectores subalternos de la ciudad no fueron tratados por la Empresa. Tuvieron la posibilidad de una casa de un padrón mucho más precario a partir de un crédito que les dio la Municipalidad; y en algún barrio tuvieron que construirla los propios relocalizados a partir de material reciclado de la antigua ciudad. Por otro lado, también los itaenses sufrieron el cambio de una pequeña ciudad ubicada en un valle donde todo quedaba muy cerca, a una nueva, muy alargada y sobre las ondulaciones de las sierras. Cambiaron sus vecinos y el lugar donde vivían sus familiares, es decir sufrieron

incertezas, nostalgia, soledad durante los primeros años. Soportaron, al igual que los federaenses, al decir de Colson y Scudder (1982, p: 78) Stress Multidimensional de Relocalización.

## **Conclusiones**

Los proyectos hidroeléctricos de Salto Grande e Itá aquí analizados pueden ser interpretados como “grandes proyectos de desarrollo” con variados efectos que superan en el tiempo a la planificación original y, por lo tanto, son difíciles de ponderar. Hemos considerado que las obras de gran escala que desatan estos proyectos hidroeléctricos responden no solo a construcciones físicas-ingenieriles sino a construcciones ideológicas que tienen por función legitimar sus consecuencias secundarias, cuestionándose poco sobre el impacto socio-ambiental que estas presas pudieran ocasionar. Entre las más severas consecuencias que se pueden nombrar: el anegamiento, la re-estructuración territorial urbana y el desplazamiento forzoso de muchos hogares.

Las consecuencias de estos reasentamientos forzosos nos permiten reafirmar la idea de las relocalizaciones como “fenómenos complejos y multidimensionales de cambio social acelerado” (BARTOLOME, 1984, p.154 ). No obstante, consideramos que al margen de los antecedentes que presentan ambos casos, las grandes obras de infraestructuras y los programas complementarios despiertan fenómenos multidimensionales. De modo que estas grandes intervenciones desencadenan procesos no siempre homogéneos, es decir acciones con similar impacto en todos los sectores involucrados, sino que al contrario, ponen de relieve los efectos diferenciales, siempre característicos del efecto desigual que generan los denominados proyectos de desarrollo

Finalmente, el caso de los efectos de Salto Grande, prácticamente la totalidad de la vieja ciudad de Federación fue afectada desatando un proceso de relocalización casi indiscriminado que afectó a la centralidad urbana tradicional (sus áreas neurálgicas de sociabilidad) y no solamente sus bordes fluviales, desatando un proceso urbano inédito que dio lugar a la construcción de una Nueva Federación, quedando un Remanente No inundable. En tanto en el caso de la presa de Itá, anegó/afectó la totalidad de la ciudad y de su cementerio.

## **Bibliografía**

BARTOLOME, Leopoldo J. "Aspectos sociales de la relocalización de la población afectada por la construcción de grandes represas", en F. SUAREZ. R. FRANCO y E. COHEN (eds.): *Efectos sociales de grandes represas en América Latina*. Fundación Cultura Universitaria (para CIDES/ILPES), Montevideo, 1984 p. 115-144.

- BRITES, Walter F. y CATULLO María Rosa Represas y transformación socio-urbana. Un análisis comparativo de los proyectos hidroeléctricos de Salto Grande y Yacyretá, *Ciudades*.(on line) Comunidades e Territórios, 33, 2016.
- CATULLO, María Rosa. *Ciudades Relocalizadas*. Una mirada desde la Antropología Social, Editorial Biblos, Buenos Aires. 2006
- FAILLACE, Sandra Tosta *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na barragem de Itá (RS/SC)*, Tesis de Maestría, Departamento de Posgrado en Antropología Social, Universidad Federal de Rio de Janeiro, Río de Janeiro, 1990.
- PATTI, Beatriz y CATULLO, María Rosa Proceso de Relocalización y Nueva Ciudad: Federación-Nueva Federación, Entre Ríos, Argentina, CATULLO M.R., RADOVICH J.C. y BALAZOTE, A. *Antropología y Grandes Proyectos en el Mercosur*, Ed. Minerva, La Plata 2001, p. 107-126.
- PEIXER, Zilma Isabel. *A barragem de Itá na Visao de sua populacao urbana*. Tesina de Grado, Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.
- PEIXER, Zilma Isabel. *Utopias de Progresso. Ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica*, Tesis de Mestrado, Programa de Pós-graduação en Sociologia Política, Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993a.
- PEIXER, Zilma Isabel. *Nova Itá. Percebendo o novo espaço*. Trabajo presentado en la IV Reunión de ABA-SUL, Florianópolis, 1993b.
- REIS, Maria José. *ESPAÇOS VIVIDOS, MIGRAÇÃO COMPULSORIA, IDENTIDADE. Os campones do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá*. Tesis de Doctorado, Programa de Post-gradado en Antropología Social, Universidad de Campinas, Campinas, 1998.
- REIS, M. J. Espaços, vivências e identidade: os camponeses do Alto-Uruguai e a Hidrelétrica de Ita, In: A. BALAZOTE, CATULLO M. R y J. C. RADOVICH (Orgs.) *Antropología y Grandes Proyectos en el Mercosur*, La Plata, Editorial Minerva, 2001. p. 89-106.
- SCUDDER, Thayer y Elizabeth COLSON "From Welfare to Development: A Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People". En: HANSEN, Art y OLIVER-SMITH Anthony (eds.) *Involuntary Migration and Resettlement. The Problems and Responses of Dislocated People*. Boulder:Westview Press, 1982, p. 267-287
- VAINER, C. B y ARAÚJO, F.C.B. Implantações de grandes hidrelétricas: estratégias do Sector elétrico, estratégias das populações atingidas, Revista *Travessia*, 6, enero-abril. 1990. p. 18-24.



## A REGIÃO DE PORTO CAMARGO E OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE PONTES

Mateus Araújo Rafael Silva, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, campus Irati.

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir o conceito de Região através do distrito de Porto Camargo que fica localizado no Noroeste do estado do Paraná. A ideia é pensar como essa região foi modificada e transformada com a construção de um complexo de pontes que leva o nome do distrito. Essa construção que foi entre 1987 a 2002 está inserida na ideologia da redenção. Essa ideologia visa a construção de obras públicas (como pontes, hidrelétricas, hidrovias, represas, rodovias, etc...) que tem como objetivo superar o "atraso" econômico de lugares como é o caso de Porto Camargo para levar assim ao que se chama de progresso, ou seja, uma redenção de um lugar pequeno e isolado dos grandes centros comerciais do Paraná e Brasil. Nesse sentido, essa comunicação pretende discutir as noções de espaço e região do distrito do Porto Camargo, em que engloba o período da construção do complexo de pontes, como também após essa construção, o que se alterou, quais os impactos ambientais e sociais que essa obra trouxe para o espaço do Porto Camargo, e como isso de certa forma atinge as relações de trabalho e de vida dos moradores dessa região. Alguns conceitos se fazem necessário para discutir como é o caso o de Região, pois verá nessa comunicação como essa região teve impactos ambientais e sociais, como o lugar mudou e passou ter mais movimento, o que era uma das expectativas de quem defendeu a obra, como é o caso dos políticos (prefeitos e deputados), mas talvez não pensaram que esse trecho se transformaria numa rota do tráfico.

**Palavras-chave:** Impactos ambientais; Região; Obras públicas.

Ao mesmo tempo que o complexo de pontes de Porto Camargo se transformou em um ponto turístico no estado do Paraná, elas se transformaram numa rota do tráfico de drogas. Isso aumentou consideravelmente com a inauguração das pontes, não que antes da construção não havia tráfico, o fato é que ele se desenvolve e cresce de forma considerável na região nos últimos anos. E há de se destacar o trabalho policial que é feito na fronteira com o Mato Grosso do Sul, impedindo que drogas e cigarro entrem no estado do Paraná.

Nesse sentido, esse trabalho pretende discutir as noções de espaço e região do distrito do Porto Camargo do Paraná, em que engloba o período da construção do complexo de pontes, como também após essa construção, o que se alterou, quais os impactos ambientais e sociais que essa obra trouxe para o espaço do Porto Camargo, e como isso de certa forma atinge as relações de trabalho e de vida dos moradores dessa região. Alguns conceitos se fazem necessário para discutir como é o caso o de Região, pois verá nesse trabalho como essa região teve impactos ambientais e sociais, como o lugar mudou e passou ter mais movimento, o que era uma das expectativas de quem defendeu a obra, como é o caso dos políticos (prefeitos e deputados), mas talvez não pensaram que esse trecho se transformaria numa rota do tráfico. Antes de falar disso, é preciso pontuar mesmo que de forma breve o conceito de Região. Para

essa análise será imprescindível o auxílio da fotografia<sup>379</sup>, além dos jornais que cobrem a região noroeste do estado do Paraná. Outra coisa a se destacar é que não foi encontrado Relatório de Impacto Ambiental dessa obra, foi procurado nos acervos da prefeitura e biblioteca local e não foi encontrado o que dificulta para se fazer algumas discussões.

### **Sobre Região**

Pensar o conceito de região é algo complexo, possui diferentes perspectivas e abordagens, e ao pensar esse conceito, indica pensar os elementos do conceito de História enquanto uma ciência. Ou seja, pensa-se o conceito para além da ideia do tempo (e muitas vezes tem a impressão que é um tempo passado e não o tempo em si) como também o aspecto espacial, é uma ciência que pensa a humanidade, suas relações num determinado tempo e espaço. Tendo em vista que a História é o estudo da humanidade no tempo e no espaço, e que as transformações e ações que interferem na humanidade pode ser dar em um espaço que é as vezes geográfico ou político, e especialmente um espaço social (BARROS, 2006, p. 462). A espacialidade, de acordo com Barros, foi se expandido ao longo dos anos acompanhando o desenvolvimento da historiografia do século XX, do espaço no sentido físico ao espaço social, político, imaginário até o campo de forças que pensa as práticas discursivas.

Sobre o Espaço José D'Assunção Barros (2006) tece algumas considerações. Esse é um conceito de origem da Geografia (que pensa elementos da materialidade física e de ordem cultural), daí a importância de se estabelecer um diálogo interdisciplinar com essa ciência. Espaço então para esse autor é uma área indeterminada que existe na materialidade física. E que vai ser a partir dessa noção que na Geografia tradicional que começaram a emergir outras categorias com a de paisagem, território e de região, noções que logo os historiadores passaram a se apropriar<sup>380</sup> (BARROS, 2006, p. 463).

Talvez Fernand Braudel seja um dos principais expoentes no que se refere em se utilizar conceitos da geografia de Vidal La Blache. É esse autor que na obra *Mediterrâneo e o mundo de mediterrânico no tempo de Felipe* (1945) passa a perceber além das três temporalidades diferentes (longa, média e curta duração), que tudo se transforma de forma bem lenta, algo que

<sup>379</sup>As fotografias que serão analisadas aqui fazem parte de um acervo pessoal de uma moradora de um município vizinho que cedeu gentilmente para a digitalização, e é difícil precisar as datas em que as fotografias foram tiradas, mas supõe-se que são de 1996 a 2002.

<sup>380</sup>Foi a aproximação da Escola dos Annales com a escola geográfica de Vidal de La Blache uma das primeiras e principais no que se refere ao uso de conceitos tradicionais da Geografia utilizado pelos os historiadores. Exemplos como os de Lucien Febvre e Fernando Braudel que utilizaram conceitos como de espaço e região, e vai ser a partir da década de 1950 que tem-se estudos de “história local” em quantidade. O modelo geográfico de La Blache se formou em oposição ao da escola geográfica alemã que tinha como expoente Ratzel, em que este era determinista, e La Blache abordava uma visão que leve em conta um “possibilismo geográfico”. (BARROS, 2006, p. 466).

marcaria uma geração de historiadores: a ideia de estabelecer como ponto de partida o espaço geográfico (BARROS, 2006, p. 466), tem-se então a Geo-História.

Essa compreende a geografia como uma chave de leitura para a história, o espaço nesse sentido passa para primeiro plano, ele passa a ser um sujeito da história, isso possibilita o exame da longa duração, em que essa é uma história quase imóvel que se desenrola sobre uma estrutura onde os elementos climáticos, geológicos e animais encontram-se em um ambiente de equilíbrio em que se instala o homem (BARROS, 2006, p. 467). Dessa maneira percebe-se a indissociável mistura entre o tempo, o homem e o espaço, pois ora a espacialidade se comprime, ora ela se dilata quando se leva em conta um determinado período ou outro.

Logo após o uso do conceito de espaço vieram consigo outros conceitos da Geografia como foi, tais como paisagem<sup>381</sup>, território<sup>382</sup> e região (e que para esse momento esse conceito é o mais interessante para essa reflexão).

Uma região é algo que pode ser como uma unidade definível no espaço, que possui uma homogeneidade, que possui algo de específico, nessa unidade tem práticas que são específicas, não é só o lugar, é também o que acontece nele. A região possui elementos internos (que podem ser estáticos ou não) que dão identidade à região, as relações sociais que criam as regiões, e nessa identidade e delimitação dentro de seus limites possui padrões que é possível analisar. É algo que é possível perceber questões a partir de um olhar micro e dialogar com questões macro, é algo que abre espaço para estabelecer comparações e explicações dos processos históricos a serem analisados. A história regional permite fornecer dados para a história comparada, e isso auxilia a perceber coisas que ocorrem num nível e em outro. Dessa forma a história regional é importante, pois possibilita entender acontecimentos históricos e sociais que afetam uma localidade, mas também em nível global, fazendo paralelos e comparações, percebendo especificidades.

A região escolhida para análise é a do distrito de Icaraíma, que se chama Porto Camargo, um distrito pequeno, com uma população pequena e difícil de estipular uma quantidade de pessoas que habita nesse lugar que fica a margem esquerda do rio Paraná, mas que segundo

<sup>381</sup>Sobre esse conceito Barros (2005) indica que para a Geografia paisagem é uma associação típica de características concretas que existem numa região e possui determinado padrão visual que se forma a partir de características que torna ela singular (BARROS, 2005, p. 99). Uma paisagem aparece a partir da repetição de acordo com esse autor de certos elementos que são produzidos pela combinação de formas que podem ser físico-naturais como também humanos (culturais).

<sup>382</sup>Esse conceito Barros (2005) dialoga com Claude Raffestin para apontar a diferença entre espaço e território, em que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível, ao se apropriar de um espaço seja de forma concreta ou abstrata o ator territorializa o espaço (BARROS, 2005, p. 112). O território ele tem sua base no espaço, mas não é este, é uma produção deste.

Cardoso (2013) é um lugar que possui uma população estimada em 800 habitantes (sendo 600 na área urbana e 200 na área rural), “composta por ribeirinhos, pescadores, pequenos sitiantes e comerciantes” (CARDOSO, 2013, p. 05).

### **As pontes e seus impactos**

Para se pensar as pontes, é interessante a discussão que Gilmar Arruda (2008) em seu artigo faz, em que pensa analisar as relações do Paraná com os rios desse estado indica que os rios a partir das décadas de 1940 e 1950 começaram a surgir com a função de fornecedor de energia elétrica. Os rios na província do Paraná já apareciam nas primeiras décadas como uma forma de se penetrar o interior do estado e estabelecer comunicação com a província de Mato Grosso. Já as pontes também vai ser uma preocupação do Paraná enquanto província, e depois da emancipação de acordo com Arruda, a necessidade de construir pontes vai ser uma constante nas mensagens e relatórios do governo. (ARRUDA, 2008, pg. 159). Esse autor vai dizer também que as primeiras “políticas de governo” no que se refere aos rios foi a de descobrir os caminhos para navegação, e a utilização destes como estradas para a comunicação e comércio. (ARRUDA, 2008, p. 157). Sobre as pontes o autor fala o seguinte:

As pontes, porém, são objetos técnicos que permitem aos homens superarem ou transformarem os limites impostos pelo meio natural, ‘tecnologias’ criadas para a apropriação do natural. Nesse caso, a circulação de homens, animais e mercadorias por caminhos de terra. É nesse sentido que se deve entender a preocupação constante das autoridades com as pontes e as estradas. (ARRUDA, 2008 p. 159).

As pontes são isso, elas unem caminhos, possibilita a transição para lugares antes inacessíveis. E nesse momento de construção, as fotografias permitem nos dar um vislumbre como era uma obra em meio a natureza.

Imagem 1 - Ferragens



Fonte: Acervo pessoal.

São ferragens acinzentadas que passa a interferir na natureza a fim de concretizar um projeto de redenção dentro do sistema capitalista, são estruturas enormes que precisam da mão-de-obra humana concretizar literalmente esse projeto.

Imagem 2 – Canteiro de obras



Fonte: Acervo pessoal

Os trabalhadores e trabalhadoras que fizeram parte dessa obra, aparecem quase como figurantes em passagens dos jornais e nas fotografias, mas foram essas pessoas que trabalharam por anos, de pouco em pouco que ergueram essas pontes e todo complexo que faz parte. E as condições de trabalho não eram as mesmas que a empresa fazia nas propagandas dos jornais da empresa CBPO, em outro trabalho do mesmo autor<sup>383</sup> evidenciou as condições de trabalho, apontando que muitos trabalhadores entraram na Justiça do Trabalho a fim de ganhar alguma indenização tendo em vista as condições insalubres e de risco a vida dessas pessoas. O fato é que percebe-se nesse jornal Nossa Ponte a intensa campanha visando a segurança a fim de evitar acidentes.

Em uma passagem do jornal Nossa Ponte, evidencia-se a mudança na paisagem com a construção da ponte. Esta passa a fazer parte de uma paisagem antes natural e agora com a intervenção da humanidade. “[...] A paisagem do Rio Paraná na altura do canal leste entre Porto Figueira e Porto Camargo já é outra. Nossa obra ajuda a dar um brilho mais especial ao pôr-do-sol.” (NOSSA PONTE, 1998, p.01).

<sup>383</sup>SILVA, Mateus Araújo Rafael. A construção do complexo de pontes do Porto Camargo e ribeirinhos em Icaraíma-Pr. 2017. 49 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Curso de História, Departamento de Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

Imagem 3 – Pôr do Sol em Porto Camargo



Fonte: Acervo pessoal

É essa a paisagem que se destaca em que o jornal comenta, em que possibilita pensar que a interferência do homem na natureza também pode ser bela, e que dá para pensar também essa obra se transforma em um ponto turístico, e que o trabalho foi bem feito, tem-se um elemento que agrega beleza na natureza. Mas, é preciso que de uma forma ou outra a obra interferiu na natureza, o terreno verde da natureza passa ser avermelhado com a passagem de caminhões e para abertura das pontes e passagens.

Imagem 4 – Pavimentação



Fonte: Acervo pessoal

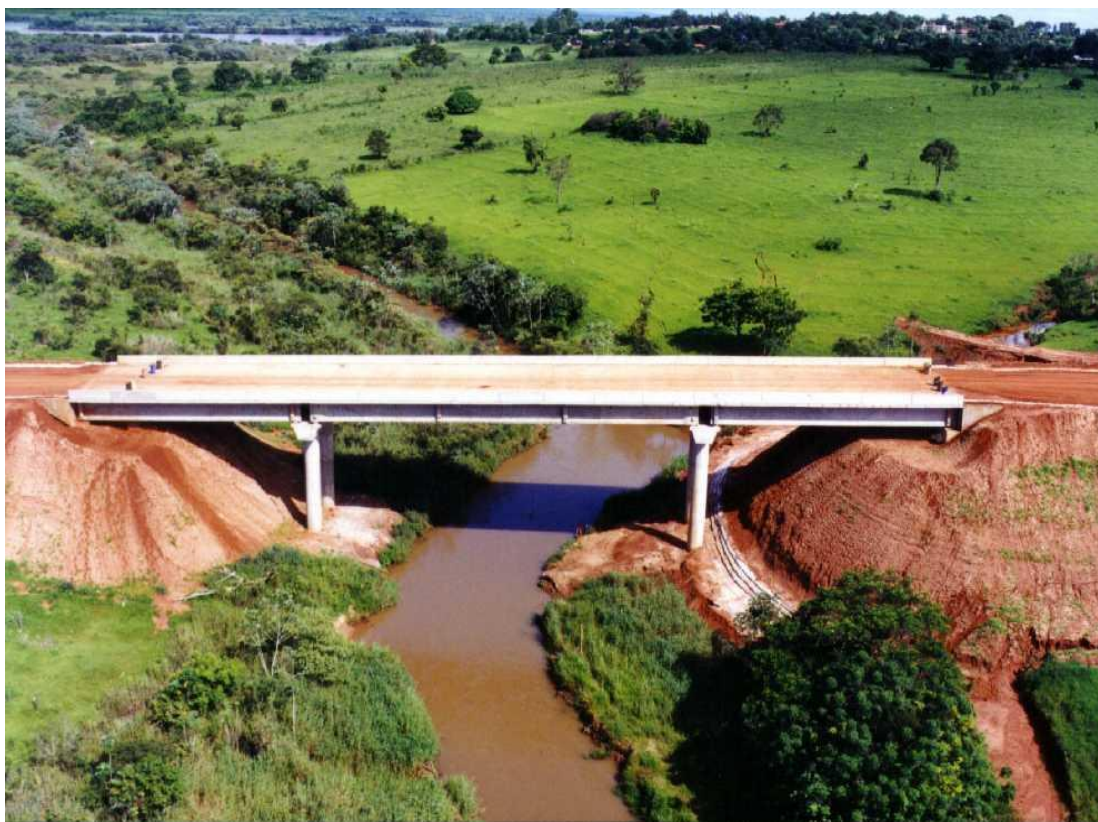
O impacto ambiental é difícil precisar, assim como, se era uma preocupação da construtora e do governo, mas o jornal eletrônico da Folha de Londrina destaca o seguinte:

[...] As entidades alegam que o Rima da ponte de Porto Camargo, elaborado em 1988, está ultrapassado e precisa ser refeito, considerando que a região virou área de preservação federal. A ponte agora corta o Parque Nacional de Ilha Grande, criado em setembro do ano passado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O impacto da ponte sobre o ecossistema do parque começou a ser discutido esta semana entre o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), responsável pela obra, e os órgãos de proteção ambiental<sup>384</sup>.

Nesse sentido foi preciso uma intervenção dos ecologistas para que se revesse o RIMA daquela construção, em que poderia causar problemas para os animais daquele lugar. Além disso, essa obra causou algo positivo que foi a criação do Parque Nacional de Ilha Grande em 1997 como forma amenizar os impactos da construção.

Porém, o que se quer destacar nos jornais como um todo é a presença do estado do Paraná em fazer obras de infraestruturas, se mostrando como um agente do progresso.

Imagem 5 – Ponte sob o rio Ribeirão do Veado



Fonte: Acervo do Relatório da DER

Em 1999 o jornal Folha de Londrina traz em sua forma digital uma reportagem assinada por Eusébio Lima em que o governo de Lerner de 1995 a 1999 (e depois novamente em 1999 a 2003) fez muito nas obras de infraestrutura no setor de transportes, e que até o secretário de

<sup>384</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/obras-de-ponte-preocupam-ecologistas-60776.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

transportes da época Heinz Herwig disse ao jornal que nenhum governo se preocupou tanto com as ligações rodoviárias como foi aquele governo. Isso traria uma mudança significativa para os municípios,

[...] além das grandes obras que abrem novas alternativas de tráfego para o Mato Grosso do Sul e o Oeste do Brasil, os pequenos municípios também foram beneficiados com ligações de suas sedes com as comunidades mais distantes<sup>385</sup>.

Disso pode-se pensar como o Estado é o interventor do progresso para os pequenos municípios investindo R\$ 89 milhões nessas obras e naquele momento mais R\$ 3,9 milhões em outras quatro pontes. Essa reportagem parece como que uma avaliação do governo que se apresenta de forma positiva, pois está investindo, pensando além dos grandes municípios, trazendo progresso para a região.

Antes da construção da ponte no Porto Camargo a menção a este lugar nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (nos materiais consultados) se restringe a notícias sobre a inundação, das enchentes do rio Paraná e da difícil situação dos ilhéus que ficaram com essas cheias. Ao longo dos anos essa situação complicada foi marcada nas edições dos jornais. O que parece é que a redenção desse lugar deve-se a construção da ponte, tiraria do atraso e uniria no sentido econômico e prático ao restante do Paraná e do Mato Grosso do Sul. E os jornais só se importassem quando acontecesse algo de relevante, quando é o caso de comemorações do aniversário da cidade e algo de maior relevância. Os possíveis efeitos da construção da ponte ficariam em segundo plano a não ser que sejam positivos.

No entanto, há se problemas que não se pode ignorar que a construção da obra e sua inauguração causou, que é o problema social das drogas.

Como foi visto anteriormente o objetivo da construção da ponte era a ligação com o Mato Grosso do Sul, reduzindo distâncias e possibilitar escorrer a produção agrícola do Centro-Oeste ao Porto de Paranaguá, é assim um corredor de exportação, porém, além disso, esse corredor se transformou em uma via para o tráfico de drogas e contrabando de cigarro. Esse é um dos efeitos da construção da ponte, com essa ficou também mais fácil e rápido o tráfego de substâncias e produtos ilegais. Dessa maneira, o jornal Folha de Londrina (em forma digital) presenciou e registrou em várias oportunidades esse problema.

As apreensões se deram logo após a inauguração das pontes, mais precisamente em 2003 quando foi apreendida a primeira carga de maconha no posto rodoviário de Porto Camargo.

<sup>385</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/estado-fez-409-pontes-em-4-anos-e-meio-181481.html>. Acesso 07 de agosto de 2020.



“[...] A maconha estava apreendida nos estofamentos e laterais de um gol com placas de Maringá<sup>386</sup>”. Essa foi a primeira de muitas que viriam a seguir no decorrer dos anos até chegar num recorde em 2015 de “[...] 20 toneladas de maconha. A quantidade pode ser a maior já registrada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). A droga era transportada escondida em meio a uma carga de milho<sup>387</sup>”. Esses são os efeitos da “tempestade do progresso” como bem alertou Walter Benjamin, com ele traz consigo aspectos que não são refletidos (ou talvez não consideraram mesmo) quando imaginaram investir em um projeto do tamanho e do custo como foi o complexo de pontes do Porto Camargo.

A segunda oportunidade de apreensão se deu em 2003 também logo após duas semanas aproximadamente no mesmo lugar, o posto rodoviário, com uma carga de 200 quilos de maconha<sup>388</sup>. E isso viria ser corriqueiro ao longo dos anos, como em 2004 que foi apreendida uma carga de 800 quilos no mesmo posto rodoviário, e que foi “[...] uma das maiores apreensões de maconha realizadas este ano em Porto Camargo<sup>389</sup>”. E tendo em 2015 como um ano que se teve várias apreensões de drogas em especial maconha, e poucas quantidades de cocaína e crack. Em uma apreensão desse mesmo ano um menor foi abordado pela “[...] Polícia Rodoviária Estadual (PRE) abordou o coletivo, que saiu de Naviraí (MS), no trecho entre Icaraíma e Porto Camargo. Nas malas do menor havia 34 tabletes de maconha, totalizando 29,5 kg<sup>390</sup>.” Isso demonstra que ali naquele espaço se transformou num local de abordagens e apreensões ao longo dos anos, e o que fica para reflexão são os casos que na pior das hipóteses não foram apreendidos e passaram pelo posto policial.

Em 2018 tem-se outra apreensão pela PRF de 7,2 toneladas de maconha e o que chama atenção é a forma que essa rodovia BR-487 é apresentada pelo jornal Folha de Londrina “[...] A rodovia é considerada rota de tráfico internacional de drogas, principalmente de maconha vinda do Paraguai e de cocaína oriunda de países como Bolívia e Peru<sup>391</sup>.” Essa colocação do jornal, é quase que uma consolidação dessa rodovia como lugar que transmite uma ideia

<sup>386</sup>Disponível em: [Maconha é apreendida em Porto Camargo \(folhadelondrina.com.br\)](https://www.folhadelondrina.com.br/geral/maconha-e-apreendida-em-porto-camargo). Acesso 06 de agosto de 2020.

<sup>387</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/apreensao-historica-de-maconha-em-porto-camargo-933760.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

<sup>388</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/apreendidos-200-quilos-de-maconha-442656.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

<sup>389</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/policia-apreende-800-quilos-de-maconha-503455.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

<sup>390</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/menor-escondia-maconha-em-onibus-que-vinha-para-londrina-930326.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

<sup>391</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/prf-apreende-7-toneladas-de-maconha-no-noroeste-998870.html>. Acesso 07 de agosto de 2020.

problemática de perigosa para a sociedade. O que chama atenção é facilidade dos produtos ilegais chegarem logo nesse ponto da divisa, e o que acarreta ao passar pelos postos rodoviários e isso circular no distrito de Porto Camargo bem como em sua região em torno. Os possíveis problemas sociais que as drogas podem causar a sociedade são prejudiciais e esse foi um aspecto não pensado na idealização do projeto das pontes. O que parece que como se é para o progresso isso não é tão relevante, porém não é bem assim, isso traz consequências<sup>392</sup>.

As apreensões que se deram no espaço de Porto Camargo vai além do tráfico de drogas, teve-se também em 2010 a apreensão de “[...] cerca de 200 aves silvestres, conhecidas como cardeais do sul, que eram transportadas em minúsculas gaiolas amarradas embaixo de um automóvel, próximo ao escapamento<sup>393</sup>.” Em 2015 a PRF prendeu em flagrante um homem que tinha em posse 35 filhotes de aves silvestres, “[...] Os policiais rodoviários federais o abordaram em frente a unidade operacional Porto Camargo da PRF, na BR 487”.<sup>394</sup> Os filhotes de acordo com essa notícia eram da espécie de papagaios e araras, animais que são da região do Porto Camargo, o que indica os efeitos da construção da ponte no aspecto ambiental, com essa intervenção nos ninhos dos pássaros que foram apreendidos.

Diante disso pode-se pensar que além de escorrer a produção do Centro-Oeste, nesse espaço se percebeu os efeitos adversos e contraditórios da ideologia do progresso devido à intensificação de atividades ilegais. É difícil calcular os efeitos sociais que isso pôde provocar no Porto Camargo e sua região, mas é evidente que se tem um aumento entre os jovens o consumo de drogas, devido a facilidade de encontrar na região, que vai da maconha ao crack.

Outro elemento que se teve uma alteração com a construção e inauguração do complexo de pontes é em relação ao trabalho na região. Muitos foram os empregos diretos e indiretos com a construção, e o jornal Nossa Ponte ilustra bem isso:

[...] Desde o início, a CBPO foi a responsável pela construção do complexo de pontes ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul. No auge dos trabalhos, chegou a contar com a participação de 700 funcionários, todos contratados na região. São agricultores que estavam descapitalizados, mas com o dinheiro

<sup>392</sup>É preciso fazer uma ressalva sobre isso também. O tráfico de drogas e contrabando de cigarros não se deu com a inauguração do complexo de pontes, possivelmente ele ocorria de outras formas de transporte como o das balsas pelos outros três pontos de divisa com o MS por exemplo. No entanto, aparentemente essas atividades ilegais se intensificam com a facilidade de percorrer a ponte e isso que é um problema, e há de se destacar o trabalho da PRF em combater isso. Nos materiais consultados não se encontrou notícias sobre apreensões de drogas na região do Porto Camargo. O que se encontra é a apreensão de materiais irregulares de pesca ao longo dos rios e de animais, porém drogas antes da inauguração das pontes não se encontraram nos materiais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e nos jornais da região noroeste do Paraná.

<sup>393</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/apreensao-de-animais-722292.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

<sup>394</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/prf-prende-homem-com-35-filhotes-de-aves-silvestres-no-parana-929525.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

que ganharam na obra, pela contribuição que deram para que ela ficasse pronta, reaqueceram o negócio no campo, introduzindo novas tecnologias (NOSSA PONTE, 1998, p. 04).

Em vários setores foram empregadas muitas pessoas. Seja no transporte terrestre (dirigindo carros e caminhões) quanto aquático (pilotando embarcações que iam do Porto Camargo até as ilhas que tinham o canteiro de obras). Outro grande setor foi a carpintaria que trabalharam pessoas fazendo armação de ferragem, na área de concretagem e acabamentos. Trabalhos indiretos como segurança, cozinha, escritório, educação etc... foram vários os setores que se tinha emprego e boa parte das pessoas da região trabalharam nesses empregos temporários. Após o término da construção alguns trabalhadores seguiram com as empreiteiras e outros não, voltaram para suas atividades tradicionais como a pesca, turismo e como menciona o jornal na própria agricultura.

Esses foram os empregos temporários que a construção proporcionou, no entanto, com a inauguração do complexo de pontes uma área ou setor da economia aparentemente foi prejudicado, que é a questão do trabalho das balsas na região. O jornal eletrônico da Folha de Londrina noticiou esse fato ocorrido, e o título da reportagem feita por Vânia Moreira é sugestivo “Ponte extingue travessia em Porto Figueira”, nessa reportagem tem-se que:

[...] O serviço de travessia por balsa entre Paraná e Mato Grosso do Sul, na região de Porto Figueira, Noroeste do Estado, será desativado na próxima sexta-feira. A inauguração, quinta-feira, do complexo de pontes sobre o Rio Paraná em Porto Camargo, no município de Icaraíma, vai esvaziar o tráfego entre os municípios de Vila Alta e Itaquiraí, no Mato Grosso do Sul. As duas balsas que durante mais de 30 anos fizeram a travessia dos canais leste e oeste do Paranazão, entre os portos Figueira e Santo Antônio, serão recolhidas sexta-feira à tarde<sup>395</sup>.

Essa reportagem é muito interessante, porque ao longo dela tem-se a explanação somente dos pontos positivos da desativação do trabalho das balsas, talvez a ênfase dada a isso tenha relação ao momento da reportagem, que é dias antes da inauguração do complexo de pontes, então se tem uma expectativa sobre o que a inauguração pode trazer a região, entre outras coisas, o progresso. E isso indica uma possível posição de defesa do jornal frente à ponte, é preciso lembrar que o jornal impresso foi um espaço de propaganda do governo do Paraná, e tratou de uma forma mais tranquila sobre a extinção dessa forma de trabalho.

Ainda nessa reportagem o prefeito na época de Vila Alta apontou que o tráfego entre o Porto Figueira e Itaquiraí não iria afetar a economia local, e que a ligação entre o Porto Camargo

<sup>395</sup>Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/ponte-extingue-travessia-em-porto-figueira-386289.html>. Acesso 06 de agosto de 2020.

ao estado do Mato Grosso do Sul iria trazer benefícios econômicos para os municípios do noroeste. Já para a diretora na época do Parque Nacional de Ilha Grande menciona que o tráfego de caminhões pesados pela ilha era prejudicial para o meio ambiente, e que fim do serviço da balsa iria atrapalhar a caça e pesca ilegais, bem como o tráfico de animais silvestres, mas como se viu essa prática ilegal continuou ocorrendo após a inauguração do complexo.

Antes das pontes, se uma pessoa do Porto Camargo (ou da região) quisesse ir para o estado do Mato Grosso do Sul, tinha duas opções segundo o relato de moradores do Porto Camargo. A primeira teria que ir até o distrito vizinho do Porto Figueira (Vila Alta) e pegava-se uma balsa até uma ilha e de lá atravessava uma estrada, e depois pegava-se outra balsa até o município de Itaquiraí. E a outra forma é dar uma volta pela ponte Airton Senna que fica em Guaira (PR) a Mundo Novo (MS) e que era o trajeto mais longo.

### **Considerações finais**

A expectativa sobre o progresso foi concretizada em partes no Porto Camargo, tinha-se uma previsão que cerca de 2 mil veículos grandes e pequenos passassem pelo complexo de pontes e daí seguiria para Vila Alta ou Icaraíma. O que chama atenção é que mesmo com essa expectativa fez com que os comerciantes e autoridades políticas passaram a modificar o espaço de Porto Camargo e região com investimento em construções de infraestrutura como bem apontou o jornal Folha de Londrina sua versão impressa:

[...] Localidades pequenas e sem infraestrutura urbana Porto Figueira e Porto Camargo começam a investir em urbanização e construção de hotéis, pousadas ecológicas e campings de olho nos turistas de Mato Grosso do Sul. O valor dos imóveis triplicou nos últimos meses. (FOLHA DE LONDRINA, 2002, p. 08).

Além disso, percebe-se nessa edição da Folha que alguns empresários de renome iriam investir nas proximidades de Porto Camargo, tais como o apresentador de televisão Ratinho, que iria construir um complexo com posto de combustível na cabeceira da ponte, hotel e frigorífico em Vila Alta de acordo com o jornal. Só que isso não ocorreu (pelo que se sabe), era um ar de expectativa que nem sempre se concretiza. Outros empresários e comerciantes conseguiram construir e investir no Porto Camargo, Icaraíma e Vila alta.

No entanto, isso era um indicativo que a com o complexo de pontes o espaço foi alterado, ou melhor em alguns aspectos teve modificações, mudanças, e em outros casos o projeto não saiu do papel. Esses são um dos pontos que podem ser percebidos após a inauguração, trouxe consigo vários pontos a pensar e refletir, em que uma obra desse porte causou impactos, sejam positivos ou negativos.

## Referências

ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná pontes: “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.153-175, jan/jun 2008.

BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional* v. 10, n. 01, 2005, p. 95-129.

BARROS, José D’Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia história*. vol. 22, nº 36, 2006, p. 460-476.

LUCENA, Margot I. Cardoso. *Memórias dos ilhéus do Porto Camargo, Rio Paraná (1984-2013): cotidiano, trabalho e sala de aula*. Programa de Desenvolvimento Educacional. IES: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, 2013, P 22.

## SESSENTA ANOS APÓS JÂNIO: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E O EGITO NEUTRALISTA

Mateus José da Silva Santos, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)  
mateus\_santos29@hotmail.com

**Resumo:** O governo Jânio Quadros se caracterizou por diversas iniciativas na Política Externa, intensificando um esforço de mundialização e multilateralização. Nesse processo, compreender as possibilidades e as contradições são alguns dos desafios de um estudo sobre a PEI. Um dos aspectos de maior tensão no período foi a aproximação aos chamados Não Alinhados. Esse heterogêneo coletivo de Estados se aproximava programaticamente do Brasil de Jânio Quadros a partir de pautas como a descolonização e o desenvolvimento. Nesse grupo de países, o Egito de Gamal Abdel Nasser ocupava um protagonismo enquanto um de seus arquitetos. Nessa perspectiva, egípcios e brasileiros possuíam um campo aberto de aproximação. No entanto, o quadro de desconfianças existente sobre a relação entre o Brasil e os neutralistas proporcionava intensos debates, mobilizando defensores e opositores dos novos rumos na PEB. Para os primeiros, um diálogo mais próximo com os Não-Alinhados não faria do Brasil um participante desse coletivo, na medida em que havia diferenças no campo cultural, político e ideológico. No sentido de defenderem a PEI, homens como Afonso Arinos e San Tiago Dantas a diferenciavam do chamado neutralismo, afirmando certa superioridade brasileira em relação a tais países. Para os contrários, tais como o Almirante Carlos Penna Botto, estar ao lado dos neutralistas seria um verdadeiro desencontro com a tradição diplomática brasileira, além de representar ameaça diante da luta contra o comunismo. A partir do reconhecimento de um quadro de disputa sobre os rumos da PEI, buscaremos reconhecer como tais atores enxergavam o Neutralismo e o Egito, considerando suas diferentes perspectivas sobre a PEB e o cenário internacional.

**Palavras-Chave:** Relações Brasil – Egito; Política Externa Independente; Não-Alinhamento.

Em *África Difícil: Missão Condenada*, Raymundo de Souza Dantas registrou suas impressões acerca de sua experiência como embaixador brasileiro em Gana. Ao ser recebido por Kwane Nkrumah em seu gabinete, os retratos de Chefes de Estado do chamado Terceiro Mundo chamaram atenção. Tal cenário lhe fez reavivar outro personagem do outro lado do Atlântico:

Osagyefo recebeu-me na sua sala de trabalho, pouco espaçosa e muito baixa, discretamente mobiliada. Via-se nas paredes um mapa geral da África, outro de Gana e fotografias de **Nasser, Tito, Sukarno e também de Modibo Keita e Sekou-Touré**. Lembrei-me de outro Gabinete presidencial, onde um homem em muita coisa parecido com este outro, governou por pouco mais de seis meses, empenhado em luta que os aproximava (DANTAS, 1965, p. 55)

Além de arquitetos do Não-Alinhamento, as referências à Nasser e Tito fizeram rememorar traços da personalidade e da concepção política de Jânio. A aproximação sugerida pelo jornalista e embaixador brasileiro não representava uma concepção isolada. Na historiografia sobre a experiência democrática brasileira (1945-1964), Boris Fausto sugere que a Política Externa Independente (PEI) representava uma tentativa brasileira em seguir uma

“terceira via” (FAUSTO, 1995, p. 439), isto é, construir uma alternativa entre os dois blocos. Nos debates sobre a trajetória das relações exteriores do Brasil, nomes como José Humberto Cruz (1989), Paulo Fagundes Vizentini (2004) e Luiz Fernando Ligiéro (2011) apontam para uma aproximação entre as iniciativas do governo Jânio Quadros e o Neutralismo,<sup>396</sup> evidenciando a existência de pontos em comum entre as mudanças na inserção internacional do Brasil e um movimento mais amplo de rediscussão da ordem mundial.

Nessa perspectiva, as relações entre brasileiros e os países Não-Alinhados, com destaque para Estados como Egito,<sup>397</sup> Indonésia, Índia e Iugoslávia, constituíram uma agenda relevante dentro da PEI. Enquanto um conjunto de princípios e ações, a Política Externa iniciada pelo governo Jânio Quadros e mantida ao longo do governo Goulart se aproximava programaticamente dos países neutralistas a partir do reconhecimento de agendas de interesse comum, tais como a descolonização, o desenvolvimento e o combate ao racismo. Contudo, inserida num contexto de acirramento da luta política e social, a PEI mereceu especial atenção de diferentes segmentos da sociedade brasileira, num processo de disputa de rumos a partir da diversificação dos debates em torno da Política Externa do Brasil e sua importância estratégica para o desenvolvimento, a segurança nacional e outras agendas domésticas de um país em transformação.

Enquanto um dos principais Estados Neutralistas, o Egito de Gamal Abdel Nasser foi uma das referências políticas para diversos atores interessados pelos rumos da PEI. Diante da existência de incômodos em torno da possível associação do país aos Não-Alinhados, busca-se compreender como o Egito foi reconhecido por homens como o Almirante Carlos Penna Botto e os chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas. A partir de diferentes posições, estes e outros nomes contribuíram para a construção social da PEI, num processo que envolveu o

<sup>396</sup>Para Cruz (1989), essa primeira fase da PEI, que coincide com o mandato de Jânio Quadros, caracterizou-se pelo protagonismo do princípio da defesa da paz, além de ter expressado, dentre outras coisas, o interesse pela ação mediadora, como se pode notar em torno da crise desencadeada pela Revolução Cubana. Essas e outras características aproximavam a PEI do chamado neutralismo, apesar das manifestações de rejeição de diversos atores vinculados à Política Externa com relação a esse tipo de inserção internacional. Paulo Fagundes Vizentini (2004) converge com o autor citado anteriormente em relação ao reconhecimento de uma primeira fase da PEI nos meses de governo de Quadros. Este autor classifica tal período como um “neutralismo temperado”, manifestado no âmbito dos esforços da manutenção de uma barganha frente aos EUA, além de ter como horizonte a multilateralização e a mundialização da PEB. A ideia de um neutralismo tático também encontra a simpatia de Luiz Fernando Ligiéro (2011). Para este autor, Jânio desenvolveu uma política neutralista de tipo ocidental, buscando maximizar os resultados a partir de sua aproximação com os Não-Alinhados, mesmo enquanto um país observador.

<sup>397</sup>A partir de 1958, com a união entre Egito e Síria, tal arranjo político passou a se chamar República Árabe Unida. Mesmo com a saída dos sírios em setembro de 1961, os egípcios mantiveram esse mesmo nome até 1971, quando este passou a se chamar República Árabe do Egito. Para fins desse texto, adotaremos preferencialmente o nome “Egito” para designar esse país, conforme reconhecido mais frequentemente.

confronto entre diferentes visões de mundo e de Política Externa, no crítico contexto dos últimos anos da experiência democrática brasileira.

Para traçarmos os caminhos em direção do que consideramos como uma “aproximação incômoda” entre brasileiros e egípcios a partir dos primeiros passos da PEI, destacaremos algumas das bases de estreitamento de laços entre os dois países, com particular ênfase para o papel do presidente Jânio Quadros neste movimento. Num segundo momento, analisaremos as construções de Penna Botto, San Tiago Dantas e Afonso Arinos sobre o Não-Alinhamento, com especial destaque para como estes, a partir de diferentes concepções de política externa e política internacional, enxergavam o Egito naquele contexto. Depositando medos, esperanças, satisfações ou críticas sobre a PEI, tais sujeitos contribuíram para uma elevada interação entre Política Externa e uma sociedade em transformação, na qual o processo de mundialização e multilateralização da PEB se inseria num movimento mais amplo de disputa entre diferentes projetos de país.<sup>398</sup>

### **1. Jânio Quadros e o Egito: da admiração à importância estratégica**

As relações entre brasileiros e egípcios remontam aos tempos do Segundo Reinado. Além das viagens de Dom Pedro II ao país em 1871 e 1875, destaca-se também a existência de um Consulado Brasileiro em Alexandria (FERREIRA, 2019). Enquanto países independentes, as relações formais tiveram início em 1924 (MAJZOUN, 2000), possuindo capítulos de maior aproximação entre os dois Estados, como na primeira metade dos anos 1970 ou a partir do início do governo Lula. Contudo, existem ainda muitas páginas desconhecidas ou pouco trabalhadas pela historiografia. Em outra oportunidade, afirmamos a importância do reconhecimento da relevância de outros períodos para uma maior compreensão histórica dessas relações, como nos anos 1950. Além da participação brasileira na Força de Emergência das Nações Unidas, entre 1957 e 1967, podemos destacar também as negociações entre os dois países pela ocupação das cadeiras temporárias no Conselho de Segurança da ONU, além da troca de honrarias entre Farouk e Getúlio Vargas entre 1951 e 1952 (SANTOS, 2019).

Na mesma década em questão, Ricardo Wahrendorff Caldas (1996) situa o Egito dentro de um movimento de aproximação entre o Brasil e o Oriente Médio, mobilizado a partir do

<sup>398</sup>Parte-se da perspectiva de Paulo Fagundes Vizontini sobre a importância da PEI e seus antecedentes para a multilateralização e mundialização das relações exteriores do Brasil. No que considera como a formação de “um novo padrão de inserção mundial” do país, Vizontini o caracteriza pela “atitude mais autônoma frente aos Estados Unidos, pelo deslocamento do eixo da política externa do âmbito puramente regional para uma dimensão realmente mundial buscando-se novos pólos de relacionamento externo, e, sobretudo, por uma estreita articulação entre a política exterior e o projeto de desenvolvimento substitutivo de importações” (VIZENTINI, 2004, p.11).



interesse na diversificação de mercados.<sup>399</sup> Contudo, o contexto da PEI apresentou um quadro heterogêneo das condições para o estreitamento de laços entre Brasília e o Cairo, dentro de um quadro mais amplo de aproximação do Brasil com o chamado Terceiro Mundo. A relevância do Egito no interior das iniciativas do governo Jânio Quadros foi sugerida por José Flávio Sombra Saraiva. Apesar de enfatizar o protagonismo da África Negra nos movimentos de ampliação das relações entre o Brasil e aquele continente, os egípcios ocuparam uma posição importante em relação aos países da África do Norte:

A primeira grande área, a África do Norte, teve nas relações do Brasil com o Egito de Abdel Nasser sua principal referência. Nasser chegou a anunciar a vontade de visitar o Brasil no final de 1961. E o Brasil, ainda que se distanciando das teses dos Não-Alinhados, mandou observadores para a Conferência do Cairo, para a qual foi destacado João Augusto de Araújo Castro (SARAIVA, 1996, p. 67).

Além da participação do Brasil enquanto membro observador da Conferência ou Reunião de Cúpula no Cairo e da I Conferência dos Não Alinhados em Belgrado (1961), os traços da aproximação entre os dois países se estendem a outros movimentos. Somada a sugestão da existência de determinadas agendas de interesse comum entre os dois países, outros fatores estimulavam o relacionamento. Um deles foi o próprio presidente Jânio Quadros. Sua admiração pelo presidente Gamal Abdel Nasser constitui um fator não desprezível numa leitura sobre as relações Brasil – Egito a partir de sua chegada à presidência.

A aproximação entre Quadros e Nasser foi tratada por alguns autores. Para Thomas Skidmore (1982), Jânio se impressionara pela experiência dos países em desenvolvimento, considerando seus esforços em construir alternativas à bipolaridade. Paulo Fagundes Vizentini classificou Jânio como um “enigmático simpatizante de De Gaulle, Nasser e Tito” (VIZENTINI, 2004, p.134), apontando o interesse do presidente em elevar o país à condição de maior protagonismo nas relações exteriores.

Jefferson Queler (2008) apontou outros elementos interessantes acerca da aproximação entre aquele e o Coronel egípcio. Segundo este historiador, o uso dos *slaks* indianos e a identificação de Jânio com Nasser possuía também um sentido de enfrentamento aos interesses estrangeiros, num contexto em que sua aproximação com a UDN e outros setores antigetulistas

<sup>399</sup>Num processo de aproximação entre o Brasil e o Oriente Médio, o país assinou acordos culturais com diversos países, como o Irã, Israel e a então República Árabe Unida. Segundo Ricardo Wahrendorff Caldas, tais acordos “podem ser interpretados como uma tentativa do Brasil de aumentar sua presença no Oriente Médio, por meio da divulgação de sua cultura, como livros, filmes, peças de teatro e intercâmbio de professores e intelectuais” (CALDAS, 1996, p.143). Apesar de tal movimento não ter se traduzido em elevação significativa nos níveis comerciais entre o Brasil e esta região, não se deve descartar a relevância dentro do processo de mundialização da PEB e diversificação das parcerias comerciais do país, aspectos que seriam mantidos ao longo da PEI.

geravam controvérsias frente aos grupos nacionalistas. As tentativas do então candidato em se desvincular da imagem de “entreguista”, rótulo atribuído à parcela de seus apoiadores, podem ter influenciado no processo de constituição dessa aproximação, construindo simbolicamente uma vinculação à luta pela soberania nacional, como aquela pela qual sua referência egípcia ficou reconhecida.

Outros contornos dessa identificação proposta por Jânio em relação à Nasser nos impressionam. Durante as viagens realizadas em 1959, o ex-governador de São Paulo esteve no Egito, quando se encontrou com o presidente deste país. Na edição de 11 de julho de 1959 da revista *O Cruzeiro*, o jornalista Carlos Castello Branco registrou alguns aspectos de uma conversa informal com o presidente após entrevista concedida durante sua passagem por Istambul.<sup>400</sup> Comentando as supostas impressões de Jânio ao passar pelo Egito, Castello Branco chama atenção para algumas características enaltecidas por Quadros:

A entrevista do Sr. Jânio Quadros acabou aí. Da conversa que mantemos a seguir, haverão de interessar algumas referências, registradas em versão livre. Acha êle que a viagem deveria ser uma imposição aos homens públicos, tal a ampliação de perspectivas que traz. Muito aprendeu no Japão, na Índia, no Paquistão, no Irã, na Síria, no Egito e, agora, na Turquia. **De todas as suas impressões de viagem, uma se distancia das demais e o põe em estado de exaltação: o conhecimento pessoal de Nasser, a figura mais impressionante que já conheceu em tôda a sua vida.** Jantou com êle no Cairo, sentado à sua esquerda, enquanto à direita estava “Che” Guevara e, nos demais lugares, ministros e altos representantes oficiais. Nasser trata seus ministros com liberdade e carinho, pilheria com eles e recebe de bom humor seus comentários, numa camaradagem digna. ‘Não há confusão – explica – êle se eleva alguns centímetros acima dos outros’. Ouviu dêle exposição do caso de Suez, muito impressionante, e ficou certo de que Nasser é um homem capaz de unir todos os árabes, promovendo sua ascensão econômica e social. O ex-governador endossa vários desmentidos, entre os quais: Nasser não é comunista e Nasser não é um opressor do seu povo. O povo na rua, o ama e obedece à sua liderança numa perfeita identificação. É um homem honesto e seu horror à corrupção foi um dos aspectos que mais sensibilizou o Sr. Jânio Quadros (BRANCO, 1959, p.45).<sup>401</sup>

Transformando seu encontro com Nasser enquanto um marco na sua trajetória política, Jânio, a partir do exposto por Carlos Castello Branco, construía as bases para a afirmação de uma identidade política compartilhada com o líder egípcio. Os aspectos mobilizados como parte de sua admiração estavam diretamente vinculados com características da vida política de Jânio

<sup>400</sup>Carlos Castello Branco foi secretário de imprensa no governo Jânio Quadros. Sua proximidade com o presidente foi anterior ao exercício deste cargo. Em análise das edições de *O Cruzeiro* em 1959, verifica-se que o jornalista acompanhou parte da viagem internacional de Jânio Quadros naquele mesmo ano, realizando entrevistas com o candidato e acompanhando os bastidores da construção de sua aliança política.

<sup>401</sup>Grifo Nosso.

Quadros, além de outros possíveis elementos fundamentais para a construção de sua candidatura. Assim, a defesa da moralidade administrativa, o combate ao comunismo, o distanciamento de práticas autoritárias, a luta pela soberania nacional e a construção de uma liderança internacional fizeram parte dos supostos elementos de interesse de Jânio em Nasser, interagindo diretamente na construção de sua imagem e na sua vinculação a uma figura de relevo na política internacional.

Contudo, o interesse e a inspiração em Nasser representava um aspecto de tensão entre Jânio e setores de sua aliança política. Suas ideias sobre Política Externa e outras agendas de interesse nacional representavam um desafio para sujeitos ligados a uma perspectiva de inserção internacional circunscrita à aliança com o bloco capitalista, liderado pelos EUA. Outro texto de *O Cruzeiro* apontava para a existência de um incômodo de determinados setores da UDN com as ideias expressas por Jânio ao longo de sua viagem ao exterior em 1959:

Da parte dos correligionários do Sr. Jânio Quadros, registrou-se também o mesmo silêncio prudente em relação às suas declarações e isso decorre, obviamente, do fato de que os principais dirigentes da UDN não aceitam as ideias que o ex-governador paulista tem ventilado. O nacionalismo da UDN limita-se à defesa do monopólio estatal do petróleo e à preservação dos minerais atômicos, combinados com o estrito respeito à técnica econômica da iniciativa privada, formalmente defendida pelo Sr. Jânio Quadros, mas num esquema que começa a inquietar a UDN pela inspiração que foi buscar nas idéias políticas do Coronel Nasser, do Egito. A UDN é ciosa da participação do Brasil na luta do mundo democrático, pois os ideais liberais udenistas encontram seu pleno sentido numa luta comum com as potências ocidentais contra o comunismo. Marchando para uma terceira posição, ou seja, para neutralizar o Brasil na guerra entre os dois mundos, o Sr. Jânio Quadros rompe com o sistema até mesmo programático da UDN, que, em sua lei básica, caracteriza, no campo internacional, uma política de solidariedade continental e ocidental, de defesa dos princípios democráticos (NOVAS..., 1959, p.104).

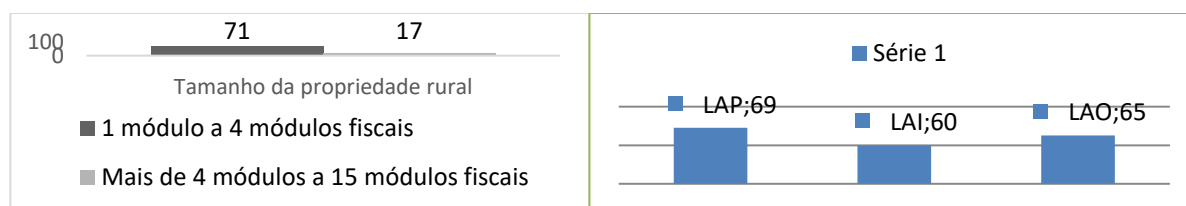
Enquanto um ingrediente de conflito entre Jânio e setores de sua aliança política, os elogios feitos à Nasser representavam a reafirmação de diferenças entre o candidato e um dos principais partidos de sustentação de sua candidatura. Para alguém que se colocava acima dos partidos, a perspectiva de uma Política Externa mais universal e mais autônoma possuía um valor simbólico diante da ameaça de ser vinculado como candidato dos interesses estrangeiros no processo eleitoral de 1960. No entanto, a construção de uma identificação com Nasser gerava desconfiança entre setores mais conservadores que viam no egípcio a representação do autoritarismo, do “oportunismo” nas relações exteriores ou mesmo de uma vinculação ao comunismo.

Além da admiração de Jânio pelo presidente egípcio, o país africano aparece como um ator estratégico nas concepções de Quadros sobre a PEI, iniciada em seu governo. Conforme Carlos Alberto Leite Barbosa, em conversas com Jorge Amado,<sup>402</sup> cotado para assumir a Embaixada brasileira no Egito, Jânio Quadros teria revelado o peso do Egito dentro da Política Externa de seu governo, sendo necessário “nomear como embaixador uma personalidade com o seu passado político e renome internacional” (BARBOSA, 2013, p.53).

Os traços desse interesse são evidenciados a partir dos memorandos de Jânio Quadros. Por meio desse instrumento de comunicação direta entre o presidente e o Itamaraty, é possível identificar diversas orientações que convergem no sentido de ampliar os laços entre brasileiros e egípcios. Ao longo de quase sete meses de governo, Jânio encaminhou pouco mais de 400 bilhetes à chancelaria brasileira, indicando medidas possíveis a serem empreendidas pelo MRE, mas também em articulação com outros setores de seu governo, visando dinamizar as relações exteriores a partir dos princípios e dos eixos que constituíam a PEI.

Comparando o número de orientações dirigidas acerca das relações com os países africanos e com os países do Oriente Médio, tem-se o seguinte resultado:<sup>403</sup>

#### PAÍSES MAIS CITADOS NOS BILHETINHOS DE JÂNIO QUADROS:



Fonte: Cadernos do CHDD (2006)

Sendo o mais citado entre os países africanos e um dos protagonistas entre os países do Oriente Médio, o Egito ocupou um espaço relevante nas concepções de Jânio acerca da Política Externa de seu governo. Os 15 bilhetinhos identificados evidenciam um horizonte de aprofundamento nas relações Brasil – Egito a partir de ao menos quatro eixos, descritos no quadro abaixo:

<sup>402</sup>Por meio das investigações desenvolvidas até o momento, constatamos que Jorge Amado não chegou efetivamente a assumir o cargo de embaixador do Brasil no Cairo. Contudo, somente a existência desse rumor levou organismos da imprensa a se posicionarem de forma contrária. Em editorial de *O Globo* em abril de 1961, a proposta de nomeação de um “comunista” para o exercício de uma posição diplomática foi vista como um ato perigoso para a segurança nacional (VICTOR, 1965, p.246).

<sup>403</sup>Ao longo da análise dos bilhetes, nem sempre foram nítidas as distinções entre o antigo Congo Belga (atual República Democrática do Congo) e o também antigo Congo Francês (atual República do Congo). Apesar de não comprometer a nossa análise, cumpre destacar que um processo maior de revisão sobre as orientações atribuídas a esses países poderá interferir na quantidade de menções aos mesmos, exigindo reparos nos gráficos.

BILHETINHOS DE JÂNIO QUADROS SOBRE O EGITO	
Eixo	Orientações/ Datas dos Bilhetes
Ampliação das Comunicações	Criação de uma linha aérea da PANAIR entre Brasil e Egito (05/05/1961; 19/07/1961; 22/07/1961) Alcance do Boletim do MRE (09/05/1961) Possibilidade de uma linha aérea servindo Laos, Egito e outras partes do Oriente (17/07/1961)
Incremento das relações comerciais e culturais	Criação de um Grupo de Trabalho para analisar os intercâmbios entre Brasil e República Árabe Unida - possibilidade de ampliação das exportações (05/05/1961)
Diversificação de contatos (bilaterais e multilaterais)	Permanência da participação brasileira na FENU (04/03/1961) Participação brasileira na Reunião de Cúpula (junho de 1961) e na I Conferência dos Não-Alinhados (setembro de 1961) (02/05/1961; <sup>404</sup> 31/05/1961; 31/05/1961; 19/06/1961) Convite ao presidente Nasser para visitar o Brasil (06/05/1961)
Perspectivas de cooperação	Concessão de Bolsas de Estudos (10/03/1961; 17/04/1961; 27/06/1961) <sup>405</sup>

Fonte: Cadernos do CHDD (2006)

Em sintonia com os rumos da PEI, as propostas de Jânio Quadros para as relações entre brasileiros e egípcios evidenciam o interesse pela ampliação do comércio com aquele país, mas também o reconhecimento de sua posição estratégica dentro de uma perspectiva de elevação das interações entre o Brasil e os países afro-asiáticos. Contudo, as condições para a intensificação de laços entre os dois países encontrariam no contexto de agitação política e social em torno da Política Externa um possível entrave. É o que veremos a seguir.

<sup>404</sup> Apesar de situado entre os bilhetes encaminhados no início de maio de 1961, o documento em questão foi enviado no início de junho de 1961.

<sup>405</sup> Cumpre destacar que o fornecimento de bolsas de estudo para egípcios era um dos pontos previstos do Acordo Cultural celebrado entre os dois países em 1960. No artigo 6º do documento oficial, o fornecimento de bolsas por ambas as partes era voltado para “estudantes pós-graduados, profissionais, técnicos, cientistas ou artistas, enviados por um País ao outro, para aperfeiçoarem seus conhecimentos” (ACORDO, 1960, p.6). Apesar de celebrado em 1960, este acordo foi promulgado somente em 1965.

## 2. Botto, Dantas e Arinos: Faces de uma atmosfera conflituosa

Os meses que se seguiram à posse de Jânio Quadros foram marcados por grande agitação política diante das iniciativas do novo governo com a PEI. Propostas como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, a intensificação do comércio com países socialistas, a defesa da descolonização e o desacordo quanto a uma possível intervenção estadunidense ou em nome do sistema interamericano em Cuba constituíram pontos de tensão entre o presidente e setores que o apoiaram nas eleições de 1960:

No começo de 1961, o temor anticomunista, já excitado com o crescimento (interno e externo) das forças esquerdistas, viu-se frente a novo desafio. **O recém-empossado governo Jânio Quadros deu início a uma política externa independente, que tendia a aproximar o país das nações não-alinhadas com as posições dos EUA. A orientação de Jânio, uma desagradável surpresa para os que votaram nele esperando derrotar a esquerda e o *getulismo*, gerou reações indignadas.** Mobilizou-se o anticomunismo contra a nova política externa, reagindo principalmente aos rumores de que a diplomacia brasileira se encaminhava para o reatamento de relações com Moscou. Nos primeiros meses do ano diversos setores fizeram ouvir seus protestos, ecoados pela grande imprensa conservadora (Contrária a indústria carioca ao reatamento com o bloco comunista'), '...reatamentos de laços que nos podem enfocar'. Choveram críticas contra a ousadia de Jânio, notadamente, após a condecoração oferecida a Che Guevara, que recebeu das mãos do Presidente brasileiro a "Ordem do Cruzeiro do Sul" (MOTTA, 2000, p. 288-289).<sup>406</sup>

Nas páginas de livros, nas edições de periódicos da Grande Imprensa, nas revistas especializadas em Política Internacional, nas tribunas do Parlamento brasileiro e nos mais variados espaços de disputa política, a PEI mobilizou as opiniões de diferentes indivíduos que, ao reconhecerem a dimensão estratégica da Política Externa dentro de um cenário mais amplo de transformação política, social, cultural e econômica do país, projetavam suas satisfações e expectativas, seus medos e suas esperanças quanto às iniciativas acenadas ou executadas nas relações exteriores a partir do Governo Jânio Quadros. Na afirmação consciente de um processo de revisão dos rumos da diplomacia brasileira, diplomatas, intelectuais, militares e parlamentares conduzidos a cargos de relevância no MRE foram sujeitos ativos nos debates sobre a Política Externa do país, mesmo sem necessariamente ocuparem postos estratégicos na formulação.

Nesse ambiente de intensificação dos debates sobre os rumos da PEB e de leituras distintas sobre o cenário internacional, a Política Externa foi objeto de confronto, inserida num contexto mais amplo do complexo de crises que marcou os últimos anos da experiência

<sup>406</sup>Grifo Nosso

democrática brasileira. Enquanto um dos temas de maior divergência entre os sujeitos que construíram socialmente a PEI, as relações com os países neutralistas fizeram parte dessa atmosfera conflituosa, constituindo uma importante variável para a compreensão dos limites e das possibilidades existentes em torno de uma aproximação entre brasileiros e egípcios a partir do governo Jânio Quadros. Para identificarmos traços desse ambiente, buscaremos analisar as concepções do Almirante Carlos Penna Botto, além dos chanceleres Afonso Arinos de Melo Franco e Francisco Clementino San Tiago Dantas, homens que, a partir de diferentes posições e concepções sobre a Política Externa e o cenário internacional, discutiram a aproximação do país com os Não-Alinhados, tendo o Egito como um dos referenciais desse tipo de inserção externa.

## 2.1. Almirante Carlos Penna Botto

Líder da Cruzada Brasileira Anticomunista,<sup>407</sup> o Almirante Carlos Penna Botto esteve entre os sujeitos que viam a PEI com desconfiança, expressando um sentimento de oposição frente as iniciativas do governo Jânio Quadros nas relações exteriores. Reconhecido militante anticomunista nos anos 1950, Penna Botto produziu dezenas de artigos sobre a Política Externa Independente, num forte tom crítico contra o presidente Jânio Quadros, o chanceler Afonso Arinos e as principais medidas que, em sua opinião, convergiam para o reconhecimento de seu descompasso frente ao cenário de conflito entre o chamado Mundo Livre e o comunismo.<sup>408</sup>

Em *A Desastrada Política Exterior do Presidente Jânio Quadros*, o Almirante apresentou uma perspectiva de Política Externa vinculada aos objetivos de segurança nacional, considerando como inescapável a interação brasileira no conflito global ao lado do Ocidente. Diante das ameaças do expansionismo comunista, uma perspectiva de coexistência pacífica entre os dois blocos de poder foi vista como impensável, sendo esta uma das vias de facilitação da penetração do inimigo.

Dentro dessa perspectiva, o neutralismo foi condenado. A partir de Penna Botto, países como o Egito eram lidos na perspectiva de uma bipolaridade rígida, vistos como favorecedores do avanço comunista ou então “oportunistas” diante do cenário internacional traçado. A

<sup>407</sup>A Cruzada Brasileira Anticomunista foi uma Organização fundada em 1952, na cidade do Rio de Janeiro, reunindo não apenas oficiais da Marinha, mas também setores civis, como membros de sindicatos e igrejas. Sua atuação congregava tanto a busca de influência e espaço na imprensa escrita, quanto ações militantes como a produção de materiais próprios impressos (MOTTA, 2000; CARVALHO, 2006). No contexto da PEI, a Cruzada foi responsável por protestos contra o possível reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS.

<sup>408</sup>Como alerta Perry Anderson (2015), o conceito de Mundo Livre, como objeto de confronto ao comunismo tachado de totalitário, não necessariamente era sinônimo de democracia, mas apontava para Estados que favoreciam o desenvolvimento dos mecanismos capitalistas e o processo de acumulação. Admitia-se a presença de países como Portugal e Espanha dentro desse arranjo, mesmo diante de regimes ditatoriais explícitos.

aproximação entre o Brasil e os ditos neutros se tornava mais um sintoma de uma Política Externa considerada vacilante:

“Vai unir-se [O Brasil de Jânio Quadros] à Indonésia, Índia, Egito e Iraque (já não citando Cuba, pois esta uniu-se resolutamente ao bloco comunista), **nações fortemente trabalhadas pela propaganda marxista** e que insistem em **não reconhecer a diferença entre o bem e o mal**, entre o livre regime democrático e o escravizador totalitarismo comunista; **nações que permanecem, capciosas e interesseiramente num divisor de águas**, usufruindo efêmeras vantagens ora de um ora de outro lado; **nações que não tem fibra bastante para optar pelo bem contra o mal**” (BOTTO, 1961, p. 33).<sup>409</sup>

Num tom fortemente anticomunista, as críticas de Penna Botto chamavam atenção para o comportamento dos Não-Alinhados frente ao conflito global. Num misto entre indiferença e maximização de ganhos, o autor expõe tais posturas como imorais e incompreensíveis num contexto de ameaça do comunismo. Tendo o Egito como um dos referenciais dessa estratégia de inserção externa, os olhares do Almirante para o neutralismo fora do que considerava como Mundo Livre representava também um horizonte possível para a PEI, caso seus rumos não fossem corrigidos. Em uma política estimulada por um presidente “de ideias socializantes” e de um chanceler submisso (BOTTO, 1961, p.73), o maior “desastre” da PEI era reunir características que apontavam num sentido: fazer com que o Brasil ultrapasse as fronteiras imaginárias de um Mundo Livre na direção do Neutralismo de indianos, indonésios e egípcios.

## 2.2. Afonso Arinos de Melo Franco

Afonso Arinos de Melo Franco ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante o curto governo Jânio Quadros. Com uma longa trajetória parlamentar, foi deputado federal e senador pela UDN. Membro da chamada Banda da Música, suas origens e sua vida política o aproximaram dos temas de política exterior ainda muito cedo. Além de filho do ex-chanceler Afrânio de Melo Franco, Arinos participou de diferentes conferências internacionais e outros atos de Política Externa ao longo dos anos 1950.<sup>410</sup>

A escolha de seu nome para o MRE no governo Jânio foi tratada por parte da historiografia como um produto de um cálculo do futuro presidente. Homem historicamente ligado aos setores mais conservadores, Afonso Arinos seria uma peça de contrabalanceamento

<sup>409</sup> Grifo nosso.

<sup>410</sup> A partir da recuperação da trajetória de Afonso Arinos de Melo Franco, promovida por seu filho em *Diplomacia Independente*, é possível identificar a intensa participação dos temas de Política Externa em sua vida parlamentar. Além de peça relevante na negociação do Acordo Militar Brasil – EUA (1952), Arinos se ocupou de temas como as relações Brasil – Peru, a União Latina, a 10ª Conferência Interamericana (1954), a presidência da Comissão das Relações Exteriores no Senado, além de ter acompanhado Jânio Quadros na comitiva que esteve em Cuba em 1960 (ARINOS FILHO, 2001).



entre as iniciativas de uma Política Externa mais universal e autônoma frente as possíveis desconfiças de setores conservadores. Apesar disso, o chanceler sofreu com diversas críticas sobre a condução da PEI, inclusive provenientes de seus correligionários. Ao longo de sua gestão no MRE, realizou diferentes intervenções na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Assumindo uma condição de intérprete da PEI, coube a Afonso Arinos tecer considerações sobre agendas consideradas controversas no campo das relações exteriores, incluindo a aproximação entre o Brasil e os ditos países neutralistas.

Em ao menos três oportunidades o tema veio à tona. O chanceler esteve em Audiência na Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados em 17 de maio de 1961, no Senado Federal em 6 de junho do mesmo ano e novamente na Câmara em 28 de julho. Em sua primeira intervenção, o udenista demarcava as diferenças entre o tipo de inserção internacional do Brasil frente ao chamado neutralismo:

É um outro ponto que gostaria de aqui acentuar. Não podemos pertencer àquilo que ideologicamente se chama neutralismo. Aliás, acreditamos que ninguém pertença. Vamos falar por nós mesmos. O Brasil está entrosado num sistema. Esse é o sistema ocidental e continental. Continentalmente, estamos fazendo parte da Organização dos Estados Americanos. Assim, a idéia de um neutralismo como uma atitude política determinada, como uma iniciativa coerente, é estranha à nossa orientação. Na mensagem do Sr. Presidente da República enviada ao Congresso – V. Exas. talvez terão tido oportunidade de ler a parte de política internacional – isso está declarado expressamente (FRANCO, 2007, p. 87)

Afirmando o pertencimento brasileiro ao sistema interamericano e a aliança Ocidental como uma das barreiras para uma inserção do tipo neutralista, Afonso Arinos transformava a PEI enquanto a expressão de uma singularidade internacional do Brasil. Mesmo engajado politicamente no âmbito do sistema de poder estadunidense, a Política Externa defendida pelo chanceler brasileiro evidenciava um sentido de autonomia que não colocaria supostamente em risco os compromissos internacionais do país.

Apesar da demarcação de diferenças entre a PEB e o neutralismo, Arinos acenava positivamente aos países Não-Alinhados ao reconhecer a necessidade de diálogo na defesa da paz. Essa dinâmica envolvendo aproximação e valorização da posição brasileira a partir da suposta diferença frente ao Não-Alinhamento permearia as demais construções do chanceler quando questionado sobre o mesmo tema.

No Senado Federal, Afonso Arinos sofisticaria sua análise ao sugerir uma homogeneidade institucional aos países neutralistas como um dos fatores de distanciamento entre esse tipo de inserção internacional e a PEI. De modo genérico, o udenista levantou

supostas características que formariam um quadro político-constitucional comum aos Não-Alinhados e, portanto, distinto da situação brasileira. Tais elementos que marcariam os neutralistas eram “o partido único teoricamente instituído, a concepção da liberdade política, determinadas restrições à livre empresa econômica, determinadas conexões com blocos internacionais” (BRASIL, 1961a, p.283). Sem desdobrar estes aspectos, a construção de um perfil desses países possuía um sentido de afirmação da superioridade brasileira, como se pode ver a seguir:

Países sem a tradição do nosso, Países sem a formação, a experiência e a sedimentação cultural do nosso, ainda que certos problemas sejam assemelhados aos nossos, em vista de sua formação e tradição divergentes da nossa, claro é que não podem resolver seus problemas por aqueles processos. Consequentemente, a nossa integralização nos tipos internacionais, deve-se fazer pela homogeneidade das informações práticas, pela similitude das estruturas, pela coparticipação nas práticas jurídico-políticas (BRASIL, 1961a, p. 283).

Generalizações sobre os países Não-Alinhados continuaram a serem feitas em nova participação de Afonso Arinos na Câmara dos Deputados. No mês de Julho de 1961, o chanceler atribuía outras características na demarcação das diferenças entre o Brasil e os ditos neutralistas:

Não temos aquela possibilidade de liderança individual, que faz com que os governos dos países neutralistas possam tomar atitudes instantâneas; e a minha presença nesta casa, onde venho prestar contas ao corpo legislativo, é a prova de que a política internacional entre nós está condicionada à intercessão de uma série complexa de fatores. Não temos aquela configuração instantânea, desnuda, apenas nervos e músculos, que oferecem os países de governo individual, de governo pessoal (FRANCO, 2007, p. 136).

Como peça integrante de uma atmosfera conflituosa em torno da PEI, Afonso Arinos se concentrava numa defesa da Política Externa do governo Jânio Quadros a partir da distinção frente ao chamado neutralismo. Na legitimidade de uma política submetida aos ataques dos setores mais conservadores, a PEI a partir dos olhares do udenista cultivava suas bases de afirmação na sociedade a partir de sua suposta correspondência ao perfil de um país em transformação.

### **2.3. San Tiago Dantas**

Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi o chanceler brasileiro durante o Gabinete Tancredo Neves. Nascido no Rio de Janeiro em 1911, tornou-se bacharel pela Faculdade Nacional de Direito em 1928. Interagindo com grupos católicos e com o integralismo nos anos 1930, Dantas foi mais um exemplo de giro em sua vida política nas décadas posteriores.

Integrou as fileiras do trabalhismo, filiando-se ao PTB nos anos 1950. Neste partido, envolveu-se ativamente no desafio de reinvenção do trabalhismo após a morte de Vargas, apontando para uma perspectiva política moderada, caracterizada, dentre outras coisas, pela defesa da reforma social, da democracia e da construção de alianças políticas mais amplas (GOMES, 2011). Sua inserção na cena política enquanto trabalhista moderado produziu desconfianças tanto dos setores mais conservadores, quanto de parcela das esquerdas. Nesse sentido, sua trajetória nos anos 1960 se caracterizaria por uma espécie de difícil equilíbrio, na busca de uma interação política complexa entre setores concorrentes.

As concepções do petebista sobre a política internacional se situam numa espécie de reconhecimento de uma dinâmica de transição da Guerra Fria. Ao contrário da concepção hegemônica no pensamento liberal-associacionista, Dantas reconheceu a impossibilidade objetiva de um conflito total entre as duas superpotências, o que encaminhava a competição sistêmica para uma esfera pacífica, admitindo a possibilidade de coexistência. Essa compreensão se tornaria central e estruturante nas suas intervenções sobre temas caros ao longo de sua chancelaria, tais como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e as posições sobre a situação cubana no sistema hemisférico. Nas duas situações, um ponto de convergência em favor de uma postura autônoma brasileira residiu na leitura de que a democracia sairia vitoriosa num contexto de coexistência com o socialismo. Este é, portanto, o terreno pelo qual Dantas desenvolveu os fundamentos de legitimação da PEI diante das oposições conservadoras que, ao contrário do chanceler, rechaçavam a coexistência e viam como preocupante os acenos brasileiros em direção aos países socialistas.

Princípios como autodeterminação dos povos, não-intervenção, defesa da paz e das soberanias nacionais se encontram inscritos nos discursos de Dantas sobre os problemas internacionais e a inserção brasileira. Um dos aspectos mais importantes reside na intersecção entre política externa e os desafios conjunturais e estruturais da sociedade brasileira, num esforço de prevalência dos chamados interesses nacionais. Assim, as relações exteriores se tornavam estratégicas para a resolução de problemas como o elevado crescimento demográfico do país, o fortalecimento da democracia representativa e a construção das reformas sociais orientaram ações e propostas no sentido de ampliar a presença internacional brasileira.

Numa política constituída a partir da seleção de determinadas demandas nacionais e fundamentada na leitura de uma conjuntura internacional favorável ao exercício de uma inserção autônoma e universalizante, a posição de Dantas sobre o neutralismo, semelhante a Afonso Arinos, transforma-se em objeto de defesa da própria Política Externa Independente.

Antes de assumir a chancelaria, o trabalhista expõe a distinção conceitual entre neutralismo e independência:

O neutralismo é uma posição de abstenção proposital diante de blocos que se defrontam, e que aqueles que se dizem neutros não desejam acompanhar. A independência é mais do que o neutralismo, porque não é sequer uma posição comprometida com essa obrigação muitas vezes egoísta de guardar meio-térmo. A independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva a vezes de um bloco nem de outro, que não deseja ver a sua conduta internacional predeterminada por uma aliança ou já decidida por determinadas afinidades políticas consideradas, de modo sistemático, como irremediáveis. Na verdade, a independência, é para nós uma posição, em que só nos ligamos, só nos vinculamos, só nos predeterminamos pela convicção democrática, fundamental ao nosso povo, pela concepção da paz e da ordem social, que nos dispomos a defender em todos os terrenos e para isso tanto podemos um dia estar com um bloco, como estar com outro, tanto fiscalizaremos os abusos e as injustiças de um, como os abusos e as injustiças de outro e também nos neutros, muitas vezes, veremos uma posição isenta, capaz de interpretar os vezes do grande número, como algumas vezes verificaremos algo que se limita a uma estratégia política (DANTAS, 2009, p. 87).

Sua concepção de neutralismo se confunde com neutralidade, vista como a necessidade de abstenção e equidistância frente a determinadas questões na política internacional. Na visão de um neutralismo estático e rígido, Dantas constrói a legitimidade da independência da Política Externa por ele conduzida, considerada a partir da sua capacidade de interação com os diferentes atores individuais e coletivos do sistema internacional, além da sua íntima vinculação com as características da nação e as suas demandas.

A liberdade de movimentos, característica da PEI traçada por Dantas, também corresponde a uma consequência do próprio desenvolvimento do país. Apesar de não se debruçar minuciosamente sobre essa questão, o trabalhista também partilha de um sentimento de superioridade do Brasil em relação aos Estados recém-independentes, característica de boa parte dos países neutralistas. Em seu discurso de renúncia ao mandato de Deputado Federal, no contexto de sua nomeação como delegado permanente na ONU, Dantas considerava tais países como majoritariamente inferiores ao Brasil em termos culturais, econômicos e sociais. Tal condição privilegiada tem como consequência a tendência que:

Esses países se voltam para nós, vindo numa comunidade com a nossa expressão demográfica, com a nossa tradição política e com a nossa coerência cultural, um exemplo eterno de audiência, e muitas vezes de imitação (DANTAS, 2009, p. 70).

A independência, marco da singularidade brasileira projetada no exterior, convergia também na perspectiva de construção de influência sobre outras nações, mesmo aquelas

inferiorizadas na visão de mundo de um intelectual da Política Externa. Um país capaz de transitar entre diferentes blocos e Estados se torna também um ator potencialmente relevante na cena internacional, ampliando o seu poder de ação no interior de um sistema desigual.

No ano de sua morte, 1964, Dantas reforçou suas concepções sobre um neutralismo rígido versus uma independência dinâmica. Comentando o discurso de Castelo Branco acerca da política externa do novo governo, o ex-chanceler dedica um ponto em especial sobre a dicotomia entre independência e neutralismo. Neste contexto, Dantas afirmava que “a condenação do neutralismo favorece a consolidação da política externa independente, como expressão consciente da vontade do nosso país” (DANTAS, 2009, p.315). No jogo discursivo entre os dois tipos de inserção internacional, a PEI encontrava sua defesa frente às investidas de seus opositores, transformando-se numa inserção internacional que convergia o respeito às tradições diplomáticas do país, a necessidade de adaptação da Política Externa às novas realidades nacional e internacional e a autenticidade brasileira.

### **Considerações finais**

Na trajetória das relações entre brasileiros e egípcios, a PEI constituiu um capítulo relevante, porém pouco conhecido. Durante o curto mandato de Jânio Quadros, um cenário complexo marcou as possibilidades de aproximação entre os dois países. Se a existência de agendas de interesse comum e as iniciativas sugeridas por Jânio Quadros favoreciam o aprofundamento de tais relações, a atmosfera conflituosa em torno da Política Externa aparece enquanto um aspecto constrangedor diante dessa movimentação.

Nas marcas de uma aproximação incômoda, o Egito esteve entre os países mais estratégicos na afirmação dos novos contornos da PEB a partir de 1961. Ainda que determinadas iniciativas para o aprofundamento efetivo de tais relações não adquirissem corpo de imediato, compreender as condições para o desenvolvimento de maiores interações entre os dois países é fundamental para o reconhecimento de um tema pouco discutido por parte da historiografia especializada em relações exteriores do Brasil. Nas conexões entre Brasília e o Cairo, medos, esperanças, desconfianças e utopias faziam parte das perspectivas de diferentes sujeitos que construíram socialmente a PEI, num momento de acirramento da luta política e social no país.

### **Fontes**

ACÔRDO Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida. 16 maio 1960. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1290?page=4&s=acordo%20cultural&tipoPesquisa=1>. Acesso em: 29 nov. 2021

BILHETES do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: *Cadernos*

- do CHDD. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006.
- BOTTO, Almirante Carlos Penna. *A Desastrada Política Exterior do Presidente Jânio Quadros*. Petrópolis: Vozes, 1961.
- BRANCO, Carlos Castello. O Cruzeiro e uma carta (da UDN) percorreram 12.000 quilômetros para um encontro com Jânio. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul.1959, p. 44-50.
- BRASIL. Congresso. Senado Discurso do Chanceler Afonso Arinos, seguido das interpelações feitas pelos Senadores. *Anais do Senado Federal*. 62ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa, da 4ª Legislatura. 7 de Junho de 1961a, p.275-316.
- DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Coletânea de textos sobre política externa*. LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de [Org.]. Brasília: FUNAG, 2009.
- FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- NOVAS idéias de Jânio inquietam os nacionalistas e os udenistas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1959, p. 104.
- Referências
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia Independente: Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BARBOSA, Carlos Alberto Leite. *Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. São Paulo: Atheneu, 2013.
- CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A política externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). *Cadernos do IPRI*, Brasília, n.2, 1989, p.65-78.
- DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil: missão condenada*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 1995.
- FERREIRA, Frederico Antônio. Relações entre Brasil e o norte da África no XIX. *Faces da História*, v.6, n.2, p.100-116, 16 dez. 2019.
- GOMES, Ângela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: \_\_\_\_\_. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.
- LIGIERO, Luiz Fernando. A Política Externa Independente (1961-1964). In: \_\_\_\_\_. *A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes e políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.09-133.

MAJZOUB, Ismail. Desenvolvimento das relações Árabe-Brasileiras. In: Fundação Alexandre de Gusmão. *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção de perspectivas*. Brasília: FUNAG, 2011, p.55-80. Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, junho de 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SANTOS, Mateus José da Silva. Conexões Rio de Janeiro-Cairo. *Faces da História*, v. 6, n. 2, p. 117-138, 16 dez. 2019.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora UnB, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VICTOR, Mário. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

## A BOLA, A GRAMA, A ANIMOSIDADE: ENTRE HISTÓRIA, IMAGEM E O CLÁSSICO ESCOCÊS *OLD FIRM*

Matheus Pinto Furtado, Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Passo Fundo. Bolsista Capes

**Resumo:** Objetiva-se, no presente trabalho, caracterizado enquanto pesquisa ainda inicial, analisar a rivalidade do Old Firm, nome dado ao clássico do futebol escocês entre Celtic e Rangers, a partir do diálogo entre história e imagem. O confronto, historicamente, é marcado por tensões e violência entre torcidas e jogadores na cidade de Glasgow, mas extrapola o estádio. Num pano de fundo de conflitos religiosos, políticos e mesmo étnicos, o Old Firm está ligado não somente ao futebol, mas a uma história e um cosmos cultural específicos e conflituosos. As imagens do confronto, enquanto representação, estabelecem uma relação visual que expressa toda a tensão entre os clubes. Neste sentido, metodologicamente, serão trabalhadas imagens selecionadas do Old Firm de três décadas distintas (1990, 2000, 2010), evidenciando a intensidade das animosidades nos jogos neste recorte temporal. Além disso, trabalharemos com a revisão bibliográfica de materiais teóricos e de jornais sobre o confronto e a trajetória conflituosa do clássico. O trabalho se torna importante pelo diálogo entre história, imagem e futebol, numa tentativa de compreensão, principalmente, das tensões e violências em campo – ligadas a um passado extracampo –, bem como o papel das imagens enquanto representações de tais manifestações.

**Palavras-chave:** História; Imagem; Old Firm.

### Introdução

Ao tratarmos de futebol, muitas vezes o percebemos como puro entretenimento. Um momento de descontração, ou até mesmo de tristeza na derrota do time do coração. Entretanto, desde momentos de comunhão, euforia e comemoração até tensões e possíveis traços negativos de violência, o esporte possui certos confrontos que perpassam as quatro linhas. Seja no Brasil, ou mesmo na Escócia, os ditos *clássicos* têm sempre um toque diferente – e tensões afloradas. E não é diferente com o principal dos *clashes* escoceses.

O principal embate do futebol na Escócia se dá no clássico Old Firm, entre o Celtic Football Club (alviverde) e o Rangers Football Club (alviceleste), ambos da mesma cidade, Glasgow. Mais do que um mero jogo, o Old Firm tem uma trajetória de marcas de violência e divisão, num cenário, aparentemente, voltado ao espetáculo. Relembrando Martin e Bellini (2020), não há, em nenhum lugar do mundo, manifestação esportiva tão simbólica quanto um jogo de futebol. Nunca será somente um jogo, pois as equipes se enfrentando trazem consigo uma carga política, religiosa e cultural muito diversa e até mesmo conflitante.

O presente trabalho busca compreender a rivalidade do Old Firm, clássico do futebol da Escócia entre o Celtic Football Club e o Rangers Football Club, a partir da aproximação entre história e imagem. As imagens selecionadas ligam-se a um recorte temporal dos últimos trinta anos, nas décadas de 1990, 2000 e 2010, evidenciando a animosidade e a violência no confronto. Em termos teórico-metodológicos, trabalharemos a partir das fontes visuais



utilizadas, principalmente, numa abordagem semântica, como coloca Artur Freitas (2004). A revisão bibliográfica de referenciais teóricos e jornais sobre o confronto também foi realizada. A pesquisa se caracteriza como importante pela aproximação entre um contexto sociocultural conflituoso, com um passado de tensões desde a criação dos clubes no séc. XIX, e os estudos em história e imagem, possibilitando compreender questões da sociedade escocesa diretamente ligadas ao futebol, paixão nacional, e representadas em imagem.

### **1. Old Firm: um histórico conflituoso**

De acordo com Anthony May (2015), em termos de participação direta ou interesse não participativo, o futebol é a atividade cultural mais popular na Escócia. Neste contexto, a rivalidade entre Celtic e Rangers demonstra-se não apenas um simples jogo e não é, tampouco, recente. O clima tenso que envolve o Old Firm<sup>411</sup> têm suas origens em fins do século XIX. A primeira partida disputada entre os clubes foi em maio de 1888, com uma vitória dos alviverdes de Glasgow por 5 a 2. Desde então, segundo Richard Wilson (2012), os clubes estão envolvidos em uma rivalidade intensa e, frequentemente, explosiva: o Rangers como espécie de produto do estabelecimento protestante da Escócia Ocidental, e o Celtic como time fundado para arrecadar dinheiro para a subclasse católica de Glasgow. Neste contexto, no passado, o *derby* já gerou muitos conflitos violentos entre os torcedores de ambas equipes, não se tratando assim de uma rivalidade comum de times de futebol (MARTIN; BELLINI, 2020). Uma parte da rivalidade é compreendida ao observarmos o contexto da própria criação dos clubes.

O primeiro deles a nascer foi Rangers Football Club em 1872. Os Gers, como também são chamados, foram fundados por quatro jovens abastados na região sudoeste de Glasgow que se inspiraram no nome de um famoso time de rugby local. O time não obteve sucesso no início, ganhando destaque e conquistando torcedores fanáticos apenas após seu confronto com Celtic. Depois do confronto, os nacionalistas e protestantes escoceses perceberam que precisariam entrar no mundo do futebol para impedir que fosse dominado por imigrantes. [...] [O] Celtic Football Club nasceu na Igreja de Santa Maria em 1887. Fundado pelo padre Walfrid na região leste de Glasgow, o clube surge num primeiro momento como uma organização assistencial patrocinada pela Igreja Católica, assim como muitos times de futebol no Reino Unido. Desde o momento em que o clube se entendeu como verdadeira associação para

<sup>411</sup>O curioso nome do clássico “Old Firm” não tem origem definida. Os estudiosos escoceses atribuem o surgimento do nome, majoritariamente, a uma charge publicada em 1904 que mostrava um homem segurando um sanduíche e dizendo: “Patronise the Old Firm”. O sentido dessa representação era demonstrar o ganho econômico para ambos times com essa rivalidade. Seja como for, o nome “Old Firm” é utilizado no mundo inteiro para se referir ao jogo. Ver mais em: MARTIN, Beatriz; BELLINI, Higor Marcelo Maffei Bellini. Não é apenas futebol: a história da *Old Firm*, a resistência cultural, existente no futebol escocês. *Conhecimento interativo*, São José dos Pinhais/PR, v. 14, n. 2, p. 308-327, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/461/475>. Acesso em: 11 out. 2021.

prática do esporte, se mostrou muito vitorioso, despertando a inveja e a ira dos habitantes locais. (MARTIN; BELLINI, 2020, p. 310-311).

A partir do que colocam os autores, é possível observar um terreno conflitante se estabelecendo a partir da criação do Celtic, com a primeira vitória sobre o Rangers. Mas não se trata apenas do time “recém-chegado”: é o time dos imigrantes, irlandeses, pobres e católicos, numa Escócia de maioria protestante à época e com um forte senso nacionalista. A rivalidade considera fatores além do futebol, trazendo consigo uma cisão, inclusive, identitária. Segundo Martin e Bellini (2020), a relação de tensões se dá, principalmente, em função de como a história da Escócia influenciou ou provocou o surgimento de profundas diferenças culturais. Dentre todos os Estados compondo o Reino Unido, de acordo com os autores, a Escócia é aquela com características mais distintas. “Acentuados sectarismo e conservadorismo permeiam a sociedade até os dias atuais, o que faz com que a convivência entre diferentes religiões e culturas seja muito difícil” (MARTIN; BELLINI, 2020, p. 309).

No contexto de surgimento de um time de futebol formado com o ajuda de um padre católico, os líderes religiosos do protestantismo escocês perceberam que esportes com regulamentos, como o próprio futebol, eram utilizados por escolas particulares para ensinar disciplina e obediência, em moldes mais velados do que as regras militares. O futebol foi percebido como possível ferramenta religiosa e a ampla aderência dos católicos à sua prática levaram o protestantismo a apoiar e incentivar o esporte, em contrapartida (MCDOWELL, 2010 apud MARTIN; BELLINI, 2020). “Dessa forma, é possível perceber que os protestantes escoceses viram no esporte uma possibilidade de enfrentar os católicos dentro de um Estado laico, mas no qual a sociedade é profundamente sectária” (MARTIN; BELLINI, 2020, p. 317). Segundo Talita Coroniti (2014), o preconceito religioso e étnico foi uma das bases de criação do próprio Rangers FC, e ainda perdura entre a torcida do clube alviceleste de Glasgow, evidenciando a intensidade das tensões através de mais de um século de história do Old Firm. Neste contexto, os imigrantes irlandeses se conectaram ao futebol de maneira bastante característica.

Forçados a sair de seu país para sobreviver, eles encontraram muita discriminação. Em meados do século XIX, início das ondas migratórias, Escócia e Irlanda possuíam populações inversamente proporcionais em termos religiosos. Ao chegarem ao Reino Unido, os irlandeses se depararam com uma nação que deu seus primeiros passos em direção à tolerância religiosa em 1788 com atos que permitiam a fé católica (padres estavam submetidos à prisão perpétua por professar uma religião proibida para multidões) e reconheciam os praticantes da religião como cidadãos, permitindo que se candidatassem a cadeiras no Parlamento. Com uma abertura

tão recente, a sociedade escocesa não estava preparada para o aumento vertiginoso de católicos que se deu com a migração irlandesa. Na década de 1880 a população escocesa contava com aproximadamente 9% de católicos, atualmente são mais de 15%. [...] Sem opções, os irlandeses se submeteram a trabalhos degradantes em fábricas, passando por muito preconceito. Como uma forma de resistirem, se uniram em comunidades em torno das Igrejas que construíram e passaram a reivindicar tratamentos iguais. (MARTIN; BELLINI, 2020, p. 317).

Nesse cenário, segundo os autores, ambos os lados da moeda utilizam o esporte como um meio de “reafirmarem suas identidades culturais, seus valores morais e sua autodeterminação como povos distintos que ocupam o mesmo espaço territorial” (MARTIN; BELLINI, 2020, p. 318). De acordo com Anthony May (2015), ao invés de apenas através da política dominante, frequência à igreja ou por meio de decisões econômicas, é nos principais eventos esportivos que os homens modernos proclamam sua lealdade na Escócia. Neste sentido, a ligação com os clubes não é apenas entretenimento, mas trata-se de afirmação das identidades dos grupos. No embate entre ambos há um caráter de resistência. No caso dos alviverdes, “por meio do Celtic, os descendentes de irlandeses podem celebrar suas origens e seu senso de identidade” (MAY, 2015, p. 6). Os jogos do Celtic, de certa forma, fornecem o ambiente social e o conjunto de processos e representações simbólicas por meio das quais o senso da comunidade irlandesa de sua própria identidade é evidenciado (MAY, 2015).

Segundo Anthony May (2015), nos jogos em casa, o Celtic Park, estádio alviverde, é enfeitado com as três cores da bandeira da Irlanda e os torcedores também cantam canções tradicionais irlandesas. A afiliação do Celtic com a Irlanda é forte e, na era contemporânea, a identidade irlandesa do clube é a principal razão para a inimizade que os torcedores de outros clubes escoceses – particularmente o Rangers – sentem em relação aos alviverdes. O clube acabou tornando-se uma espécie de símbolo do nacionalismo irlandês fora da própria República da Irlanda. Esta, segundo May, é sem dúvida a função cultural mais significativa do clube no século XXI.

Da mesma forma que “católico” e “irlandês” passaram a ser usados alternadamente, os termos “protestante” e “unionista” são frequentemente usados para se referir às mesmas comunidades na Escócia. No contexto escocês, “protestante” também é considerado uma identidade cultural e política. Entretanto, a ideia de que protestante é sinônimo de unionista é contestada, e nem todos os Protestantes são Unionistas (e vice-versa). Mesmo assim, é claro que os Rangers são um clube cujas origens eram protestantes e cuja ideologia se baseia nas afiliações políticas e culturais de muitos protestantes na Escócia. Como resultado dos fortes laços que existem entre o protestantismo e o unionismo, o Rangers se tornou um símbolo

totêmico para aqueles na Escócia que desejam permanecer uma parte do Reino Unido. A defesa dos ideais unionistas nas partidas do Rangers é importante, pois a cultura expressa por muitos torcedores do clube não é definida por crenças religiosas, mas principalmente pela identidade nacional (MAY, 2015, p. 8).

Em termos gerais, os unionistas adotam uma identidade “britânica” e têm uma lealdade primária para com o Reino Unido. No entanto, tal identidade é em si multifacetada e contém diferentes grupos culturais. A divergência cultural nitidamente definida entre unionistas de linha dura e outros escoceses é exibida com destaque em jogos de futebol. Há uma divergência cultural nitidamente definida entre unionistas mais radicais e outros escoceses que é exibida com destaque nos jogos e demonstra a existência de identidades nacionais distintas na própria Escócia<sup>412</sup> (MAY, 2015, p. 8-9).

As rivalidades no futebol exacerbam a tensão existente entre diferentes grupos na Escócia, mas não são a única causa. Segundo Anthony May, grupos religiosos, acadêmicos, personalidades culturais e membros do público em geral relatam a existência de uma tensão intercomunitária na Escócia. O que é comumente denominado “sectarismo” não é uma simples questão de grupos sendo divididos devido à tradição religiosa dominante em sua comunidade. Ele é informado por – e é parte integrante de – uma tensão entre os grupos mais ampla entre os unionistas radicais e outros grupos, incluindo os de ascendência irlandesa. A cultura que se desenvolveu em torno do Celtic e do Rangers celebra ideais que são comumente consideradas como tendo raízes “católicas” ou “protestantes”. No entanto, atualmente, a cultura que cerca ambos os clubes se define pelo nacionalismo e pontos de vista opostos sobre o futuro da Escócia, por exemplo, no Reino Unido. Incidentes que foram e vem sendo descritos como "sectários", num sentido religioso, devem ser entendidos sob uma ótica nacionalista, ao invés de causados por diferenças religiosas – mesmo que isto ainda esteja presente neste panorama (MAY, 2015).

O que se constrói ao redor dos clubes é uma rivalidade absolutamente ligada a conflitos da própria sociedade escocesa, desde um passado de disputa entre protestantes e católicos até questões políticas nacionalistas entre aqueles com uma identidade escocesa mais conservadora

<sup>412</sup>Tendo como base Stuart Hall, ao tratar de múltiplas identidades ou de descentralização das mesmas, não significa que os grupos percam uma suposta “validez de pureza identitária”. Hall trata de uma “crise de identidade”, onde somos “pós” em relação a concepções essencialistas, ou fixas de identidade. Isto, segundo o autor, seria supor “definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos”. Quando se considera a perspectiva contemporânea de sujeito em Hall, sua identidade é definida historicamente, e não biologicamente de maneira essencialista. Por isso, em um mesmo território, por exemplo, é possível que haja uma gama variada de identidades em detrimento de uma fixa ou absolutamente unitária. Ver mais em: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

e os que se identificam com um passado e uma ancestralidade irlandesa. No Old Firm, há o espaço de manifestação onde as tensões encontram um ponto de catarse, muitas vezes, através da violência entre torcedores e jogadores envolvidos nos jogos. A partir de um trabalho etnográfico, Talia Coroniti (2014) analisou as próprias torcidas de Celtic e Rangers online, nos fóruns de torcedores dos clubes na internet. Segundo a autora, a partir da pesquisa foi possível observar que quanto mais se rola para baixo em um tópico de comentário, menos sobre futebol a discussão se torna. Os temas vão desde religião até etnia e mesmo classe – lembrando o próprio background de fundação dos clubes (CORONITI, 2014, p. 3).

Neste contexto, a autora elaborou a seguinte pergunta e postou em um blog de torcedores: em que medida as questões de religião, etnia e classe ainda estão presentes na rivalidade do Old Firm? Com mais de 200 respostas em uma questão de dias, as respostas evidenciaram o caráter sociocultural do conflito. Dentre algumas das falas dos torcedores, algumas são destacadas por Coroniti (2014, p. 3): “Quem segue o Celtic apenas para assistir aos jogos de futebol não sabe do que se trata o clube”, disse um torcedor alviverde, fazendo alusão à resistência de uma identidade irlandesa em solo escocês desde a chegada dos imigrantes em fins do século XIX; “O número de amputados entre os visitantes da escória antes e depois de sua próxima visita será interessante”, disse um torcedor alviceleste do Rangers, demonstrando o radicalismo de parte da torcida que vê como escória os alviverdes do Celtic e deseja ver seus membros arrancados. Por mais indireto e online que isto possa ser, não deixa de ser chocante. Talia Coroniti, ao analisar as diversas respostas, considerou que os torcedores:

Viam seus times como representantes de algo mais do que apenas futebol. Embora as pessoas tenham trabalhado arduamente para reduzir as rivalidades pungentes entre católicos e protestantes, irlandeses e escoceses, entre as classes baixa e média, essas tensões permanecem fortes sob a superfície da sociedade. Alguns continuam a expressar essas tensões por meio da rivalidade no futebol (CORONITI, 2014, p. 3).

Dentre as diversas manifestações de violência envolvendo o Old Firm, é possível observar desde cânticos, frases estampadas em bandeiras nos jogos até confrontos físicos, entre torcidas e mesmo jogadores em campo, causando lesões das mais leves às mais graves. Em matéria do Glasgow Live, em 2016, foram relatadas prisões em conexão com vandalismo e desordem no confronto entre Celtic e Rangers. Um homem de 25 anos foi preso obrigado a estar presente no tribunal por comportamento ofensivo. Já o ex-jogador do Celtic, Ramon Vega, relatou ao Daily Record, em 2015, que “até o mais calmo dos jogadores fica um pouco louco” em jogos do Old Firm. Em 2019, segundo iniciativa do ativismo anti-intolerância e da polícia,

foi solicitado que os jogos do Old Firm fossem transferidos para as segundas-feiras. O motivo disso foi evitar a violência exagerada, após o esfaqueamento de um torcedor do Celtic. Em um dos episódios mais tristes e violentos dos últimos anos está o caso reportado pelo The Scottish Sun, em 2015. Um menino de 10 anos teve os dentes arrancados enquanto viajava para um jogo entre Rangers e Celtic. Uma gangue forçou a porta da minivan em que ele estava e agrediu o pai do garoto, que acabou sendo internado em estado grave, com lesões na cabeça.

Apesar do futebol ser a paixão nacional, ele, como é possível observar, não é o único responsável pela animosidade entre as torcidas. Em síntese, o esporte, nesse contexto, é uma espécie de metáfora (MARTIN; BELLINI, 2020, p. 310). Os clubes se tornam símbolos identitários e de resistência cultural: por um lado, daqueles identificados com o unionismo e a fidelidade à Coroa Britânica<sup>413</sup>, com um senso nacionalista escocês conservador, relacionados ao clube de gênese ligada às classes mais abastadas de Glasgow e, também, à religião protestante hegemônica escocesa; de outro, aqueles que identificam-se como irlandeses ou ligados a uma ancestralidade irlandesa, à causa nacionalista irlandesa<sup>414</sup>, em conexão com o clube de gênese nas classes pobres, de imigrantes e católicos em fins do séc. XIX. As tensões advindas deste contexto encontram nos embates do Old Firm o cenário quase catártico de expressividade – com esta sendo, em grande medida, violenta. E há uma dimensão importante a ser considerada, ao tratarmos das expressões de violência entre Celtic e Rangers: a visual.

## 2. História, imagem e o Old Firm

Em se tratando de história e imagem, segundo Paulo Knauss, o estudo das imagens serve para estabelecer uma espécie de contraponto a uma teoria social que reduz o processo histórico à ação de um sujeito social exclusivo, definindo a dinâmica social por uma única direção. Tal

<sup>413</sup>Em se tratando do unionismo escocês, este não é uma unanimidade absoluta e, tampouco, livre de tensões, historicamente – principalmente em função da postura imperialista histórica inglesa e de questões separatistas/unionistas recentes, como o próprio Brexit. Desde o “Tratado de União” (*Treaty of Union*), como chamam os escoceses, ao invés de “Ato de União” (*Act of Union*), que estabeleceu a junção com os ingleses em 1707, mostra-se que, ao contrário do que pensam os ingleses, o acordo é na verdade a concretização de uma parceria – e não uma união – entre os Estados. Sendo tal acordo o produto de uma imposição realizada pela Inglaterra e não um ato aceito por espontânea vontade, a união é, talvez, entendida como uma consequência do domínio da norma (ato/tratado) sobre a soberania independente de próprio Estado escocês. Ver mais em: JUNIOR, Clemir José Kades; TEIXEIRA, Marcelo Markus; PEREIRA, Reginaldo. A atenuação do movimento separatista escocês como paralelo à segregação entre Reino Unido e União Europeia: uma questão de cidadania ou nacionalismo? *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 24, n. 3, set./dez. 2019.

<sup>414</sup> Ao tratarmos da questão do nacionalismo irlandês, é preciso compreender seu caráter, principalmente, de resistência histórica a um imperialismo inglês. Na colonização da Irlanda, o imperialismo inglês visou naturalizar o vínculo colonial e cancelar seu domínio, mutilando qualquer tipo de verve insurrecional. Em resistência à empreitada inglesa, irlandeses reagiram ao travar, de um lado, batalhas literais pela autonomização política e, de outro, batalhas simbólicas pela sua própria autorrepresentação. Ver mais em: SOUSA, Raimundo Expedito dos Santos. Gênero e Alteridade no Nacionalismo Irlandês. *Revista Cantareira*, ed. 24, jan./jun. 2016, p. 98-111.

perspectiva, que compreende o processo social como dinâmico e com dimensões diversas, abre espaço para que a História tome como objeto de estudo as diferentes formas de produção de sentido. Neste contexto, os processos de produção de sentido são entendidos enquanto processos sociais. Os significados, aqui, não são tomados como dados, e sim enquanto construção cultural (KNAUSS, 2006, p. 99-100).

Na tentativa de compreensão das formas de produção de sentido, podemos nos debruçar sobre a dimensão visual. E compreendendo os significados enquanto constructos culturais, é possível nos aproximarmos da cultura visual, como noção que engloba uma variedade de formas de representação. Seja desde as artes visuais ao cinema ou da televisão à propaganda, ocupando-se da diversidade do universo de imagens. Neste contexto, a imagem, além de uma representação, pode ser compreendida enquanto um artefato cultural. Assim, ela permite construir uma história cultural dos grupos sociais. Isto se dá, principalmente, de forma a contribuir para uma melhor compreensão dos processos de mudança social e da dinâmica das relações interculturais, por exemplo. (MONTEIRO, 2008, p. 131-133). Entretanto:

A imagem não fala por si só, mas expressa e dialoga constantemente com modos de vida típicos da sociedade que a produz. Nesse diálogo ela se refere a questões culturais e políticas fundamentais, expressando a diversidade de grupos e ideologias presentes em determinados momentos históricos. Assim, através da análise das imagens, é possível melhor entender as mudanças e transformações por que passaram os diferentes grupos sociais (MONTEIRO, 2008, p. 133).

Segundo Artur Freitas (2004), ao tratar de uma abordagem semântica de fontes visuais, a análise supõe uma interconexão com as demais representações culturais de um certo período. A dimensão semântica diz respeito aos "conteúdos". Mas, segundo o autor, o conteúdo de uma imagem visual depende tanto do contexto de apresentação da imagem quanto da sua visualidade específica, ou seja, sua forma. Assim, a dimensão semântica “nasce dos significados atribuídos pelo sistema de referências e valores de um observador concreto”. Irá nascer da construção subjetiva de um conteúdo – por isso a importância da consideração do observador e do contexto de observação. Desta forma, ao passo em que “um conteúdo é atribuído por um intérprete a uma forma visual contextualizada, a imagem deixa de ser entendida como pura forma ou fato social, e passa a funcionar como uma relação de atribuição, ou seja, como um signo” (FREITAS, 2004, p. 14).

A partir disso, em tratando das imagens do Old Firm, o recorte temporal selecionado perpassa três décadas: 1990, 2000 e 2010. Mesmo historicamente recente, este período demonstra como as expressões de violência representadas em imagem vem se perpetuando, nas

últimas décadas. Em relação ao critério de escolha das imagens, optou-se por duas questões temáticas: o caráter de divisão e a violência. As imagens se relacionam às realidades dentro de campo, nas arquibancadas e mesmo fora dos estádios. Embora entendamos cada imagem a partir de uma interpretação semântica, com características próprias, o conjunto das imagens, enquanto representações culturais da sociedade escocesa acabam por se relacionar.

Figura 1: Confronto de Wallace (Rangers) versus Donnelly, Larsson e Lambert (Celtic), com intervenção do árbitro Hugh Dallas, em 1999



Fonte: The Scottish Sun

Figura 2: O árbitro Hugh Dallas, ferido por um objeto jogado das arquibancadas, em um Old Firm, no ano de 1999



Fonte: Daily Record UK



Figura 3: Confronto entre Michael Mols (Rangers) e Lubomir Moravcik (Celtic), causando a expulsão de ambos num jogo pela Copa da Liga, em 2001



Fonte: Daily Record UK

Em se tratando da violência nos jogos entre os personagens no campo, a Figura 1 nos dá um senso inicial das animosidades no Old Firm. O confronto entre os jogadores, em 1999, necessita da intervenção do árbitro. A expressão no rosto de Wallace, do Rangers, é claramente de revolta em relação aos jogadores alviverdes (provavelmente somada ao contexto de animosidade da partida). Ao mesmo tempo, a questão mercadológica do futebol se entrelaça ao contexto conflituoso do Old Firm. Independente da origem do jogador, como é o caso de Lubomir Moravcik, eslovaco, na Figura 2, e do próprio Larsson (Figura 1), sueco, este acaba representando o clube que o compra. Neste sentido, a própria atmosfera do jogo aumenta os ânimos, pois cada jogador defende seu clube e seus companheiros em campo. Ao vestir-se a camisa, ao que parece, está se vestindo, de certa forma, a própria carga simbólica de cada clube. A própria camisa com as cores características traz um senso de unidade, independente de origem do indivíduo a serviço dos clubes. Trata-se de uma rivalidade incorporada quase *a posteriori*. Como ressaltado anteriormente pelo ex-jogador Ramon Vega, “até o mais calmo fica um pouco louco” num jogo como este. Mas a violência não acontece somente entre jogadores, pois o próprio árbitro da partida, Hugh Dallas, é atingido por um objeto das arquibancadas, jogado por torcedores insatisfeitos com as decisões no campo. O background conflituoso fora do campo encontra no estádio um cenário onde tudo acaba sendo potencializado pelo alto teor passional da partida, e jogadores, torcida e mesmo árbitro podem se envolver – e até mesmo deixar o próprio sangue em campo.

Figura 4: Confronto entre torcedores, em 2002, após a vitória do Rangers na final da Copa da Escócia



Fonte: Daily Record UK

Figura 5: Torcidas em um Old Firm, em setembro de 2016



Fonte: Glasgow Live UK

Figura 6: Seguranças e policiais vigiando as torcidas em um Old Firm, entre 2018 e 2019, aproximadamente



Fonte: The Scottish Sun

Em relação ao tema da violência, em relação à divisão entre os clubes, a figura 4 representa uma briga de rua entre torcedores com alguns elementos diversos. No centro da imagem, o homem de camiseta cinza parece expressar certa euforia (ou felicidade?) face ao confronto com torcedores rivais. Assim como as frases ditas por torcedores nos fóruns analisados por Talia Coroniti, nesta imagem o desejo de violência física se materializa. O que nos leva a questionar o quão esperado – ou até mesmo desejável – é o confronto físico por certa parcela de torcedores mais radicais. À direita da imagem, dois homens já estão se agredindo e, mais ao fundo, vemos outros dois olhando para fora do espaço circunscrito da imagem, dando a entender que a briga possuía dimensões ainda maiores. O rapaz de casaco cinza, à esquerda da imagem, parece, ao mesmo tempo, preparando-se para um possível confronto e assustado, amedrontado. A imagem evoca desde o medo até a raiva e a euforia, em um pano de fundo de conflitos intercomunitários dentro da Escócia. Seja como for, o embate violento entre torcedores é recorrente, seja no início do século ou mesmo recentemente, com o caso dos radicais que atacaram a van onde pai e filho estavam, citada anteriormente neste artigo.

Ao observarmos a figura 6, vemos expressões de reafirmação por parte de ambos os clubes, principalmente em cores. Acima, uma bandeira irlandesa, aliada aos uniformes verdes e brancos usados pelos torcedores do Celtic. Abaixo na imagem, a torcida do Rangers usa cores da bandeira da Grã-Bretanha, estabelecendo um contraste com os rivais e reforçando a ideia de unionismo e fidelidade à coroa. Além disso, na bandeira estendida pelos alviverdes, há a seguinte frase: “eles penduraram a bandeira da guerra”. Isto relaciona-se tanto ao passado de gênese dos times quanto, talvez, ao próprio imperialismo inglês, em forma de manifestação. Na figura 7, dado o histórico de violência entre torcidas, policiais e seguranças do estádio fazem cordões de isolamento, de forma a evitar agressões físicas ou mesmo violência generalizada. É onde a própria força violenta do Estado escocês, na figura da polícia, tem de intervir, controlando as animosidades, dada a proporção esportiva e sociocultural do Old Firm.

Figura 7: Kent (Rangers) acerta um soco no capitão do Celtic, Brown, num Old Firm, em 2019



Fonte: Mirror UK

Figura 8: Confronto entre Halliday (Rangers) e Brown (Celtic), num Old Firm, em 2019



Fonte: The Scottish Sun

Desde a década de 1990, é possível perceber manifestações de violência recorrentes nos jogos, como evidenciam as figuras 7 e 8. Talvez, uma das imagens de violência mais explícitas seja o soco de Kent em Brown, em 2019. Não se trata de um “empurra-empurra” entre alguns jogadores, ou um objeto jogado das arquibancadas: é agressão física direta e individual. Mas, é ainda mais: ao dar um soco no capitão do Celtic, figura de liderança em campo e para a torcida, ataca-se o próprio clube, de certa maneira, como se o braço do jogador representasse um golpe do clube alviceleste sobre o alviverde. Isto soma-se às confusões generalizadas, como na figura 8, envolvendo, mais uma vez, o capitão Brown, mostrando uma certa mistura de entusiasmo e raiva em embate com o camisa 16, Halliday. De forma sutil, ao fundo, alguns torcedores riem

da situação. O que nos leva à pergunta: será que a violência passou a fazer parte do espetáculo? Ou melhor: em se tratando de visualidade, foi *naturalizada*?

O Old Firm não é apenas um jogo. Isto pode ser considerado como acertado, neste ponto do texto. A carga simbólica, identitária, cultural, étnica, religiosa e política do conflito o torna extremamente complexo. Dependendo do que pretendemos observar no confronto, teremos as mais diversas possibilidades de compreensão. O caráter histórico do conflito, junto ao momento catártico dos jogos, produz uma espécie de palco de resistência para ambos os times. A auto-representação dos torcedores está ligada aos clubes, entendidos, nesse sentido, como símbolos. É neste momento que os clubes deixam de ser somente instituições de futebol. É quando o entretenimento vira apenas mais um elemento da amálgama que é o Old Firm, e a dimensão visual nos auxilia na compreensão do próprio clássico e das relações interculturais que o envolvem.

### **Considerações finais**

Ao final da presente pesquisa, ainda preliminar, foi possível observar como as imagens podem se caracterizar enquanto possibilidade de compreensão das animosidades no Old Firm e, principalmente, o histórico e contexto sociocultural conflituoso que envolve o clássico. Desde a fundação dos clubes, em fins do séc. XIX, se estabeleceu uma relação antagônica: primeiro, no sentido religioso, entre católicos e protestantes, mas também entre escoceses de classes mais abastadas ligados ao Rangers e a classe mais pobre, imigrante irlandesa em Glasgow, ligada ao Celtic. Atualmente, muito mais do que uma questão de sectarismo religioso, o conflito estabelece um cenário de resistência cultural e identitária entre torcedores de ambos os clubes, flertando com questões políticas nacionalistas que compõe o cenário do Old Firm. Como inicialmente colocado, este não é um simples jogo de futebol, pois os clubes acabaram se tornando símbolos, e os jogos transformaram-se em cenários de disputas sociais intercomunitárias dentro do território da Escócia – em grande parte das vezes, marcadas pela violência.

Ao trazermos a dimensão visual do clássico, foi possível alargar o conhecimento sobre as partidas, a animosidade expressa em violência e as próprias relações socioculturais a partir das imagens. Compreendendo as imagens enquanto representação e, principalmente, artefatos culturais, analisando-as a partir de uma abordagem semântica, surgiram, inclusive, novas perguntas: em se tratando de visualidade, estas imagens chocam aqueles inseridos no contexto ou foram sendo naturalizadas ao longo do tempo? Qual a relação entre a circulação de tais imagens nos jornais e tabloides e a percepção dos observadores sobre elas e sobre o Old Firm?

Quais são e como se caracterizam as facetas não violentas do clássico? Como os próprios brasões dos times são uma espécie de “marcador” identitário de ambos? E ainda, considerando imagens como produtos e produtoras de práticas culturais: em que medida as imagens condensam os signos da violência existente entre os times e, em que medida, perpetuam/fortalecem a prática – no âmbito da conformação de um imaginário?

A partir dos resultados iniciais da presente pesquisa, foi possível observar a possibilidade de expansão de conhecimento sobre o Old Firm numa aproximação entre história e imagem. Sendo o futebol, hoje, um esporte assistido/consumido, principalmente, através de uma dimensão visual, trabalhos que aproximem história, imagem e futebol podem trazer possíveis perguntas novas a uma historiografia dedicada ao esporte. Ao trazer as imagens enquanto fonte principal ou horizontalmente aliada aos documentos escritos, é possível, gradativamente, trabalhar a dimensão visual do futebol juntamente com seu aspecto histórico, sociocultural, de paixões e conflitos – ou, no caso do Brasil, até mesmo identitário.

## Referências

- ARCHIBALD, Ben. Old Firm matches should be held on Mondays to prevent boozed-up violence says anti-bigotry campaigner and top Cops – after Celtic fan Francis McCann’s stabbing. *The Scottish Sun*. 3 abr. 2019. Scottish News. Disponível em: <https://www.thescottishsun.co.uk/news/4078855/old-firm-matches-celtic-rangers-moved-monday-violence-trouble-francis-mccann-stabbing/>. Acesso em: 28 out. 2021.
- CORONITI, Talia. The Old Firm and the old prejudice: the imagined community of football hoolignism and rivalry. *Etnographic Encounters*, v. 5, n. 1, 2014.
- FREITAS, Artur. História e imagem artística: por uma abordagem tríplice. *Estudos Históricos*, n. 34, jul./dez. 2004, p. 3-21.
- HAGGERTY, Anthony. Old Firm fixture makes even the calmest of players go a bit crazy says former Celt Ramon Vega. *Daily Record*. 29 jan. 2015. Football. Disponível em: <https://www.dailyrecord.co.uk/sport/football/old-firm-fixture-makes-even-5060382>. Acesso em: 28 out. 2021.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JUNIOR, Clemir José Kades; TEIXEIRA, Marcelo Markus; PEREIRA, Reginaldo. A atenuação do movimento separatista escocês como paralelo à segregação entre Reino Unido e União Europeia: uma questão de cidadania ou nacionalismo? *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 24, n. 3, set./dez. 2019.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.
- KYLE, Gregor. Further arrest made in connection with vandalism and disorder at Celtic v Rangers clash. *Glasgow Live*. 14 out. 2016. Police Scotland. Disponível em: <https://www.glasgowlive.co.uk/news/glasgow-news/further-arrest-made-connection-vandalism-12023919>. Acesso em: 28 out. 2021.

MARTIN, Beatriz; BELLINI, Higor Marcelo Maffei Bellini. Não é apenas futebol: a história da Old Firm, a resistência cultural, existente no futebol escocês. *Conhecimento interativo*, São José dos Pinhais/PR, v. 14, n. 2, p. 308-327, jul./dez. 2020.

MAY, Anthony. An ‘anti-sectarian’ Act? Examining the importance of national identity to the “Offensive Behaviour at Football and Threatening Communications (Scotland) Act”. *Sociological Research Online*, v. 20, n. 2, 2015.

MONTEIRO, Rosana Horio. Cultura visual: definições, escopos, debates. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 129-134, maio 2008.

O'HARE, Paul; DICKSON, Bart. The face of Old Firm violence: Bottled 10-year-old who had teeth knocked out among victims of football thugs. *Mirror UK*. 9 fev. 2015. UK News. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/news/uk-news/face-old-firm-violence-bottled-5096153>. Acesso em: 28 out. 2021.

SOUSA, Raimundo Expedito dos Santos. Gênero e Alteridade no Nacionalismo Irlandês. *Revista Cantareira*, ed. 24, jan./jun. 2016, p. 98-111.

## **O HOLODOMOR NO ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE TOTALITARISMO**

Mauricio da Silva Lima, Graduando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mauricio.silvalima@ufpe.br

Paulo Julião da Silva, Professor do Centro de Educação da UFPE, paulo.juliao@ufpe.br

**Resumo:** Este artigo apresenta a discussão de como o Holodomor, um caso de genocídio promovido pelo regime soviético na Ucrânia entre os anos de 1932-1933, pode auxiliar o Ensino de História a elaborar relações teóricas sobre o período compreendido como totalitário na primeira metade do século XX. Busca-se com essa proposta facilitar caminhos investigativos para que professores, alunos, pesquisadores e produtores de livros didáticos reflitam sobre uma abordagem multiperspectivada da disciplina de história sobre o Totalitarismo e seus arquétipos na sequência da História. O resultado alcançado com a pesquisa é uma demonstração teórica de como o ensino sobre Totalitarismo pode variar seus percursos especulativos sobre a temática a partir das tramas sociais no Holodomor. Conclui-se que a apresentação do Holodomor enquanto marco da violência totalitária nos anos 1930 é um aporte de fundamentação para os estudos básicos e a pesquisa escolar em história sobre as práticas de terror pelo Estado totalitário no século XX.

**Palavras-chaves:** Holodomor; Ensino de História; Totalitarismo.

### **Introdução**

Os regimes totalitários - Fascismo, Nazismo e Stalinismo – são conteúdos que integram o componente curricular História Geral na educação básica, dispostos na Base Nacional Comum-Curricular (BNCC) que organiza esse tema para o 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. A habilidade (EF09HI13), “descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto)”, exorta essas diretrizes pedagógicas para a série do ensino fundamental. (BRASIL, 2018, p. 429). A apresentação do Totalitarismo nos conteúdos do ensino de história nesse documento reforça o pensamento ético no sentido formativo de fazer com que os alunos reflitam as regras do convívio social contemporâneo e busquem compreender o funcionamento dos regimes políticos e de comportamento humano na primeira metade do século XX, proporcionando uma dimensão histórica do progresso dos Direitos Humanos e do alcance da subjetividade centrada em sistemas democráticos sob o pensamento crítico contemporâneo à filosofia do coletivismo.

Os materiais didáticos que organizam esse tema apresentam à proposta curricular de identificar como se caracterizara o totalitarismo: pelo controle absoluto de um líder ou um partido na vida pública e privada, e descrever os elementos totalitários como o militarismo, a propaganda e o terror praticado por essas ditaduras. Para exemplificar esses casos, os livros didáticos de história, principais e mais viáveis recursos didáticos, expõem em seus textos,



imagens e indicações recursos que ajudam o aluno compreender a conjuntura. Os capítulos voltados para o tema tratam do surgimento e auge desses regimes nas décadas de 1920 e 1930, no período entreguerras, no contexto da ruína da democracia liberal e do surgimento dos autoritarismos como alternativas ideológicas para o progresso das nações. Os estudantes, por fim, devem perceber como a retórica totalitária criou inimigos internos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente autoritárias contra raças, nacionalidades, grupos políticos e classes sociais.

Em uma análise da disposição com que a BNCC e os livros didáticos tratam a época totalitária para o ensino de história pode-se perceber a centralidade do Holocausto enquanto exemplo máximo de totalitarismo. Dada a sua importância para o entendimento do tema, o Holocausto se configura enquanto sinônimo da terminologia Totalitarismo, visto que o currículo nacional não apresenta outros casos totalitários e no senso comum poucas pessoas conseguiriam citar outro exemplo de experiência totalitária que não fosse o Holocausto judaico.

Com o objetivo de acentuar as diretrizes pedagógicas sobre o passado totalitário, esse estudo se delimita a trabalhar com uma experiência totalitária ocorrida na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entre os anos de 1932 a 1933, popularizado na historiografia como Holodomor, ou Genocídio Ucrainiano, que se caracterizou como uma das grandes tragédias humanitárias ocorridas na Europa no século XX e que não está prescrita nos manuais escolares de história sobre esse gênero temático, como também no currículo da educação nacional.

Ao longo do texto se discutirá as contribuições teóricas a partir de autores que pensam sobre o Holodomor e se apresenta as possibilidades do uso desse evento enquanto recurso didático para o Ensino de História sobre Totalitarismo. A metodologia lançada mão para a confecção da pesquisa foi a análise da historiografia sobre o fato e a avaliação dos conteúdos da BNCC sobre o que se ensina de época totalitária para as séries previstas na organização curricular desse documento.

### **O Holodomor enquanto um caso totalitário**

O acrônimo Holod (Extermínio) Mor (Fome), em ucraniano, é usado para descrever um genocídio usado como instrumento de controle político e social por Joseph Stalin (1878-1953) que resultou na morte de cerca de 3,9 milhões de vítimas ucranianas pelo fator da fome em massa (APPLEBAUM, 2019, p. 23), usada como arma de retaliação ao movimento nacionalista ucraniano, inimigo ideológico do bolchevismo nos anos 1920 e do stalinismo nos idos dos anos 1930, que perfez o genocídio através de uma engenharia social praticada pelo despotismo ditatorial.

Esse evento se deu em função da resistência dos camponeses às medidas de implantação da política de terras arrogada pelo Primeiro Plano Quinquenal de 1929 que consistia na coletivização dos meios de produção agrícola em toda URSS. A mudança econômica visava os seguintes objetivos:

[...] a apropriação pelo Estado soviético das terras, colheitas, gado e alfaias pertencentes aos camponeses. Dessa forma, o Estado passaria a estabelecer planos de coleta para a produção agropecuária, que lhe permitiam de modo regular e quase gratuito abastecer as cidades e as forças armadas, bem como exportar para o estrangeiro. Por outro lado, pretendia-se estabelecer um efetivo controle político-administrativo sobre o campesinato, forçando-o a apoiar o regime soviético (FIGUEIREDO, 2014, p. 76-77).

Milhões de seres humanos foram assassinados num processo industrial, numa linha de produção de morte, sendo o Holodomor um grande ensaio de violência coletiva efetuada pelo Estado Totalitário que antecede o Holocausto nazista e que provocou consequências similares para o século XX como a cifra de milhões de mortos e a migração em massa para dentro e fora da Europa. Segundo Hobsbawm, sobre a mortalidade no século XX, o mundo acostumou-se à expulsão e as matanças compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: “sem Estado” (apátridas) e “genocídio” (1995, p. 57).

A fome forçada pelo Estado soviético que dizimou em curto espaço de tempo uma grande fração da população ucrânio-soviética, que corresponderia a treze por cento da população da República Popular da Ucrânia (APPLEBAUM. p. 15), é um fenômeno totalitário que marca uma diferença conceitual entre a “fome tradicional”, ou seja, a fome ocasionada por fatores geográficos ou epidemiológicos, e a “fome artificial”, cujos fatores são induzidos e extrapolam as causas naturais e espontâneas, caracterizada pela manipulação social aos moldes de uma engenharia social arbitrária que culmina em genocídio.

*A Fome Vermelha, a guerra de Stalin na Ucrânia* é uma importante obra da historiadora Anne Applebaum que trata do Holodomor em específico e amplia os horizontes dos estudos históricos sobre o período soviético, especialmente sobre a etapa da expansão do socialismo no contexto do início da década de 1930, quando Stalin buscava implantar a coletivização dos minifúndios em todo o país após o Plano Quinquenal de 1929 e enfrentara uma oposição à política do Partido Comunista por parte do campesinato ucraniano - conservador e independentista. A obra espreia um novo paradigma para historiadores contemporâneos, sobretudo os da “soviologia”, pela abordagem que faz do período entreguerras a partir do recorte temático de um genocídio provocado por uma agenda política de escalada autoritária

que se intensificou após a resistência ucraniana ao planejamento econômico do Partido Comunista da União Soviética para a produção agrícola.

A mesma autora constrói a genealogia da historicidade desse evento remetendo as origens das agressões antinacionalistas à Rússia imperial que resguardava sobre seu vasto território as nacionalidades eslavas subjugando seus domínios ao jugo imperial. Após a desestabilização do Império, a Ucrânia viu na oportunidade da queda do regime czarista uma brecha para sua independência e assim participou dos acontecimentos que levaram a derrocada dos Romanov em 1917. Após a Revolução Russa a independência adveio, mas por prazo. A agenda bolchevique de construção de um socialismo sólido exigiu o abandono das teses de Lenin para a emancipação das nacionalidades – fator decisivo para o fim do Império Russo. O movimento nacionalista ucraniano rivalizou com o bolchevismo sobre os planos para o seu destino político no período da Guerra Civil Russa e durante os anos 1930 será alvo da retaliação de Stalin pela resistência aos planos da política econômica.

Em 1932 após o fiasco da coletivização na Ucrânia, o governo central empreende um golpe impiedoso contra o que se julgava ser a sabotagem organizada pelos camponeses contra a política do Partido. Como meio de retaliar a insubordinação ucraniana foi criada uma Comissão de Aproveitamento de Pão com o objetivo de fiscalizar o cumprimento de dois terços de toda produção de grãos em forma de imposto ao Estado o que acentuou a fome da população e gerou o morticínio desregulado. Ao invés de recorrer com ajuda à população que sofria os revezes daquele estado de calamidade, Stalin intensificou a retaliação criando um sistema de passaporte interno que proibia a migração para outras regiões do país, pois era necessário que se apresentasse o visto autorizado pelo soviete da vila (DOLOT, p. 254-255). O alto nível de mortalidade alcançara vítimas até 1933 depois de o regime stalinista ter concluído sua política de coletivização forçada.

### **Contribuições didáticas do Holodomor para uma contextualização totalitária.**

Bodo Von Borries (2019) aponta para a tendência historiográfica da monoperspectividade que ele também vai chamar de cânone histórico e da necessidade dos historiadores e dos currículos escolares adotarem uma leitura multiperspectivada do conhecimento histórico. Na mesma linha, Isabel Barca vai tratar das grandes narrativas sedimentadas no discurso historiográfico:

Em História, a aprendizagem é orientada para uma leitura contextualizada do passado a partir da evidência fornecida por variadíssimas fontes. A História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos factos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a

responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes. Numa sociedade aberta, torna-se cada vez mais óbvia esta característica da História – a de que não se aceita apenas “uma grande narrativa” acerca do passado – já que os historiadores podem produzir narrativas divergentes, fruto de perspectivas diferenciadas sobre as mesmas fontes ou situações (BARCA, 2006, p. 95).

As fontes que tratam do evento em questão surgem, sobretudo, após a década de 1990 quando acontece a abertura dos arquivos soviéticos para pesquisadores do mundo todo e o consequente esclarecimento sobre a conjuntura que deu origem ao Genocídio a partir de pesquisas documentais e bibliográficas, impulsionadas por uma nova geração de historiadores, jornalistas e arquivistas. A independência da Ucrânia, primeiro país do bloco socialista a oficializar a secessão, permitiu a partir de seus arquivos oficiais que o país desse status de narrativa expressa à historicidade do genocídio que foi silenciado pelas autoridades soviéticas ao longo da existência do sistema socialista.

A promoção desse evento histórico enquanto um caso de genocídio vem ganhando repercussão na história pública, nas mídias sociais (o filme premiado *Mr. Jones* (2019) trata da história do jornalista galês Gareth Jones que reportou o caso em sua viagem para a União Soviética em 1933) e nos debates geopolíticos a partir dos litígios diplomáticos entre a Ucrânia e a Rússia decorrente da anexação da Península da Criméia à Federação Russa em 2014, que serve de argumento histórico ucraniano em acusação ao colonialismo russo que desde a época imperial já adota uma relação paternalista no jugo pan-eslavista. O Holodomor, por tanto, é colocado em evidência nas reconsiderações sobre a leitura do passado, sobretudo a partir da sua impulsão nas academias com trabalhos científicos para tratar do caso que já começam a dar os primeiros passos (APPLEBAUM, p. 25-27), tendo as academias americana e canadense como fortes propulsoras dos estudos envolvendo o Genocídio Ucraniano.

As narrativas historiográficas em torno do evento a partir dessas pesquisas desafiam que o regime stalinista promoveu na Ucrânia uma das grandes tragédias humanitárias que atingiu a Europa no século XX. A popularização do acontecimento perpassa pela conceituação jurídica do caso como Genocídio (UNESCO, 2007), (PARLAMENTO EUROPEU, 2008), (FRANCO, 2012, p. 203-207), que se constitui pela cifra de 3,9 milhões de mortes resultantes desse período de violência de Estado. Ao decorrer das últimas décadas o caso ganhou notoriedade e reconhecimentos de academias e Estados mundo afora (TAMANINI, 2019. p. 171-175) como uma etapa da escalada autoritária do regime stalinista que justifica a intensão pedagógica de considerá-lo para uma contextualização totalitária.

Genocídio, categoria sociológica usada por (APPLEBAUM, 2019) para descrever os casos de abuso de poder russo na Ucrânia entre 1932 e 1933 é um termo também criado na mesma época por Raphael Lenkim, um advogado polonês, que entrou para o jargão jurídico do século XX e é definido segundo o Dicionário Oxford Languages como “extermínio, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso”. A utilização desse termo pela autora é explicada por fundamentações históricas: a mortalidade produzida no Genocídio Ucrâniano teve como precedente toda uma política de centralismo e de controle cultural que fez do evento uma tentativa de destruição de um povo e sua cultura como fatores de ameaça a soberania do Estado totalitário. A mesma autora salienta a argumentação de que nominalmente o Holodomor teria sido o “primeiro” genocídio da História, já que a partir dele é que Lenkim pôde ter formulado sua conceituação de uma palavra que hoje é dicionarizada no vocabulário historiográfico e político, sobretudo após o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial.

Para (TAMANINI, 2019), a descrição do caso não deixa de se interseccionar com outros eventos da época:

A cifra de mortalidade na Grande Fome soviética instiga muitos pesquisadores a associar este acontecimento com outras tragédias que ocorreram na época, como a agressão mortal germano-soviética às classes cultas polonesas entre 1939 e 1941; ou aos três milhões de prisioneiros soviéticos que foram entregues à morte por fome pelos alemães; ou às centenas de milhares de civis mortos nas represálias nazistas e enfim o Holocausto (TAMANINI, 2019, p. 170).

É fundamental perceber a partir do genocídio como a retórica totalitária criou inimigos internos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente violentas na União Soviética, a exemplo do que Stalin praticou contra os ucranianos. A caracterização do Holodomor enquanto um acontecimento marcado pela perseguição de um sistema contra uma cultura, um povo, uma língua nos dá aparato para pensar no caso em uma perspectiva de situar a perseguição às minorias, própria do período totalitário, como se empregou contra ciganos, judeus e comunistas. Faz-se necessário estabelecer as similaridades que coadunam na caracterização da época entre as experiências autoritárias, apesar de todas as diferenças ideológicas que nazi-fascismo e comunismo alheavam, mas que se compelem na terminologia sociológica Totalitarismo que aproxima os dois sistemas por suas políticas com finalidades arbitrárias e com fins de controle e extermínio.

Debater aqui neste artigo a primazia do Holodomor para se entender o processo como se constituiu a historicidade do Totalitarismo, até por ser um dos grandes ensaios de violência imprescindível no estudo sobre os regimes totalitários no ensino básico, é reorientar a nossa

compreensão sobre esse determinado período. Ampliar os horizontes dos estudos sobre a época totalitária a partir do Holodomor, não quer dizer que estaremos integralizando o estudo sobre a época, mas tão somente lançando mão de uma nova perspectiva que aponta para a compreensão do século XX numa etapa muito marcante da história soviética, já que, como demonstrado, é senso comum associar o significado de Totalitarismo com Holocausto e isso se deve a unilateralidade com que nossos currículos e materiais didáticos moldam o ensino sobre essa categoria histórica.

A proposição do Holodomor enquanto um acontecimento que marca a história do século XX reforça o sentido da importância da inserção desse evento no ensino de História. Essa importância deriva das consequências do Holodomor para o processo histórico do período entreguerras e as possíveis contribuições subtemáticas para o ensino sobre aquele interregno da história soviética tais quais a migração/diáspora de eslavos para dentro e fora do continente europeu (PRADO, 2017)<sup>415</sup>, a fome como arma política na contemporaneidade, a violência de Estado, a violação de direitos humanos, o Stalinismo, a construção do socialismo nos anos 1930 a partir da coletivização dos minifúndios, a coletivização agrícola no desenvolvimento econômico da indústria soviética e outras possibilidades didáticas a ele associado, como a explanação do processo de evolução histórica até a conquista dos Direitos Humanos.

Os fins que todas essas colaborações podem contribuir são identificar como o uso desse evento em sala de aula pode trazer a criticidade sobre o a caracterização do que é totalitarismo, percebendo que existem casos outros e que ajudam a pensar na relação teórica entre os três Estados totalitários que marcaram aquela época, explanando uma sucessão de fatos que articulem o pensamento histórico ao desenvolvimento da reflexão crítica em torno do coletivismo e autoritarismo.

Também é mister entender como a didática do Holodomor como experiência de violência coletiva também perfaz os rumos da história para explicar a subsequente caracterização de fatos na União Soviética, servindo também como experiência ensaística que abriria caminho para novas práticas autoritárias, segundo considera Figueiredo (2014, p. 76-77):

Com o seu cortejo de violências, de torturas e de chacinas pela fome, o Holodomor constituiu uma enorme regressão civilizacional. Assistiu-se à proliferação de déspotas locais, dispostos a tudo, para extorquir aos camponeses as suas escassas reservas alimentares e à banalização da barbárie,

<sup>415</sup>O autor vai tratar na sua tese dos movimentos migratórios para o Brasil a partir do desdobramento do fato que provocou a ocupação de comunidades ucranianas em algumas cidades dos estados da região sul. As fontes da pesquisa são os relatos orais de testemunhas oculares e familiares das vítimas e as matérias do Prácia, um jornal da ordem de São Basílio Magno que atualizava a população sobre os revezes do genocídio no país.

que se traduziu em rusgas, abusos de autoridade, banditismo, abandono infantil, "barracas da morte", canibalismo e agravamento das tensões entre a população rural e a urbana. A “arma da fome esmagou a resistência camponesa”, garantindo a vitória de Stálin e do seu regime totalitário; abriu o caminho para a vaga de terror de 1937-1938 (o "Grande Terror"); O fato deixou um legado de dor em numerosas famílias que nunca tiveram direito a expressar o luto, porque a fome se converteu em segredo de Estado.

O fato vai ser marcante para o fortalecimento do regime stalinista que produziu durante os anos de poder autoritário as devassas que caracterizam esse recorte da histórica contemporânea como um exemplo de perseguição à humanidade e tudo aquilo que dela deriva como a perseguição a classes, grupos políticos e etnias.

Como exposto, é primordial reconsiderar nosso passado imediato, o século XX, e nele reconhecer os eventos que mudaram o mundo e os rumos da história do tempo presente, sobretudo finais desse mesmo século e primeiras duas décadas do século XXI. Os autores do campo da “soviologia” têm com suas pesquisas grandes contribuições teóricas que nos fazem percorrer caminhos investigativos sobre os regimes de poder totalitários que apontam para um novo vigor nos estudos históricos, inclusive o escolar, de atualizar seu repertório sobre história a soviética stalinista e suas facetas na época totalitária.

## **Conclusão**

Tomando emprestada a consideração de Borries (2019) de que 99,99% do passado caem em esquecimento, faz-se a seguinte pergunta: o quanto de responsabilidade tem os historiadores e os currículos escolares de assegurar o direito das pessoas ao conhecimento do passado? Ainda um segundo questionamento: o que viria a ser História Geral já que a generalidade dos acontecimentos do tempo progresso da humanidade não são totalmente elucidados no tempo presente, como incorporam os materiais didáticos que selecionam os temas mais importantes a serem ensinados?

A história é necessariamente e altamente seletiva; 99,99% de todos os eventos passados, situações e estruturas são esquecidas sem alguma relíquia preservada. Adicionalmente, 99,99% das informações históricas que estão bem documentadas tiveram que ser deixadas de lado (ainda no caso de estudos muito especializados) (BORRIES, 2019, p. 13).

No entanto, a seletividade da História que credencia alguns acontecimentos como representativos e explicativos de uma época vem sofrendo um processo de mudança no paradigma historiográfico, redesenhando os percursos com que historiadores trabalham com eventos e períodos a partir das múltiplas temáticas que auxiliam estudar o passado com mais recursos e novas abordagens. Os efeitos desses novos meandros também se fazem sentir nos

estudos históricos na educação básica. O termo História Geral assume no vocabulário científico ares de uma história generalizada, mas como já sabemos isso é um problema de definição. As pesquisas historiográficas nos subsidiam com exemplos de que as diversas narrativas com certo grau de validade, obedecendo ao estatuto científico da disciplina, asseguram uma visão multiglobalizada do passado a partir de suas facetas como, por exemplo, se tem variações narrativas a partir do relativismo cultural nos livros de história sobre a Guerra do Paraguai contada entre os brasileiros e as diferenças conceituais na versão paraguaia.

Uma visão global do conhecimento histórico é uma ilusão, embora uma generalização. Isso é teoricamente impossível também, porque nós não precisamos de uma “visão global”, mas várias delas (uma feminista, uma liberal, uma socialista, uma ecológica, etc., versões da história global) e uma comparação crítica entre elas. (BORRIES, 2019, p. 22).

Propor o estudo do Holodomor como um acontecimento que marca a década de 1930 é antagonizar historiograficamente esta década e todo o debate sobre ela no que se tem entendido ser a História Geral, retrazando a historicidade do regime Stalinista, assim como apresentar o ano de 1932 como o marco histórico da violência totalitária que antecede a violência nos campos de concentração nos idos de 1940. Considerar o Holodomor é revisar os anos 1930 e 1940 sem com isto negar a importância dos seus fatos consolidados, apenas trazer para a História ciência e história escolar uma nova abordagem sobre a consideração histórica que se faz dessa época.

Por tanto, trazer para o campo de discussão o processo totalitário que se desenvolveu na Europa no século XX sob o prisma de um genocídio desastroso para uma minoria feita bode-expiatório para dar vazão ao discurso de ódio e a prática autoritária é enriquecer de pistas o caminho teórico com que alunos e professores, pela facilitação dos produtores de livros didáticos, possam formar o conhecimento histórico a partir da consciência dos vários exemplos de tragédia social que fez essa época como o cemitério da Democracia, tomando especialmente o Holodomor como um indicativo para se pensar tamanha magnitude de terror ainda no início dos anos 1930.

## Referências

- APPLEBAUM, Anne. *A fome vermelha: A guerra de Stalin na Ucrânia*. 1º ed.- Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. *Educar em revista*, n. SPE, p. 01-13, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.



BORRIES, Bodo von. Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico, ou conhecimento do cânone histórico? *Revista Ibero-Americana de Educação Histórica*, Curitiba, v. 2, n.1, jan./jun. 2019.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. *Lições de Direito Econômico*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PARLAMENTO EUROPEU. *Resolução RC-B6-0571/2008* de 23 de Outubro de 2008.

Sobre a comemoração do Holodomor, a fome artificial na Ucrânia (1932 -1933). Acessível em: <<https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2008-0523&language=PT>> (acesso em 23/10/2020).

PRADO, Anderson. *O jornal ucraniano-brasileiro Prácia: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933)*. 2017. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2017.

UNESCO. Parágrafo 12.1 do Regulamento da Conferência Geral. *Homenagem às vítimas da Grande Fome (Holodomor) na Ucrânia*. 34º Conferência Geral. Paris, 2007. Disponível em <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000153838\\_spa?posInSet=2&queryId=94c9aa2b-f0ba-4cd9-a0a3-ab6cba41309a](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000153838_spa?posInSet=2&queryId=94c9aa2b-f0ba-4cd9-a0a3-ab6cba41309a)> (acesso em 26/10/2020).

TAMANINI, Paulo Augusto. *O Holodomor e a memória da fome dos ucranianos (1931-1933): o ressentimentos na História*. Projeto História; Vol. 64, (2019)

## **O FILIADO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL (1962-1970).**

Milena Moretto, mestranda PPGH/UPF, Bolsista PROSUC/ CAPES. E-mail: [milenamoretto@hotmail.com](mailto:milenamoretto@hotmail.com)

**Resumo:** No Brasil a década de 1960 foi marcada pelo afloramento de reivindicações e conflitos agrários protagonizados principalmente pelos pequenos produtores rurais. Nesse sentido, como representação desses pequenos produtores surge, à nível nacional, a CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e as suas representações estaduais, com o objetivo de aproximar as reivindicações desses produtores e representar estes nas campanhas e demandas da categoria. Pensando nisso, para melhor unificar e dialogar com os produtores criam-se em cada cidade os chamados Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), inclusive o objeto desse estudo: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo. Nesse contexto, a pesquisa “O FILIADO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO E A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL (1962-1970)” têm por objetivo configurar a propriedade rural do associado ao STR/ Passo Fundo, entre os anos de 1962 a 1970, analisando as particularidades dos produtores rurais do município que procuravam o STR para representa-los. Utilizou-se como fonte as fichas de filiação ao STR/PF, presentes no arquivo particular da entidade, nas quais observa-se a descrição dos filiados e de suas propriedades rurais.

**Palavras-chave:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais; propriedade rural; pequeno produtor rural.

### **Introdução**

Na década de 1960 com o advento das disputas no meio rural, seja pela procura de terras para os que não tinham, seja pela necessidade de direitos trabalhistas dos pequenos proprietários de terra, começou-se a organização dos produtores rurais, surgindo assim o sindicalismo rural voltado aos pequenos produtores rurais, denominado de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Só entre 1963 a 1974 organizaram-se 221 sindicatos no Rio Grande do Sul no mesmo padrão, sendo um deles o caso do STR de Passo Fundo.

Auxiliados pela Igreja Católica e pelo Estado, por meio da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Frente Agrária Gaúcha (FAG), os STR's surgem com o objetivo principal de organizar as comunidades rurais e combater as ideologias comunistas oriundas das demais forças atuantes no campo, como são os casos das Ligas Camponesas e do Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER). Nesse sentido, no caso do município de Passo Fundo, localizado na região norte do Rio Grande do Sul, o STR surge, segundo Tedesco e Carini, pois existiam diversos conflitos, necessitando assim, de uma intervenção “com muita força tanto em torno da Fazenda Sarandí, como em outras e, também, em especial nas reservas indígenas” (2007, p. 30) sendo a igreja a que consegue ser essa interventora, justamente por não encontrar “tanta resistência no meio camponês, até porque em seu projeto agrário não estava a propriedade como elemento central e sim fatores, em torno de demandas até então precarizadas junto ao produtor rural” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 30).

A região de Passo Fundo foi bastante receptiva a ideia de sindicalização rural por ser marcada por uma maior intensidade da cultura do trigo, tendo assim a manifestação de figuras como empregado rural, do meeiro/parceiro e do arrendatário (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 107), fazendo com que esses trabalhadores rurais se opusessem a forma organizativa do Master, aproximando-se assim do STR/ PF e da FAG, fazendo surgir o sindicato em 1962. Para este trabalho foi realizada a leitura de 177 fichas de filiados ao STR no período entre 1962 a 1970, o que significa 10% das fichas encontradas na sede da entidade. Estas fichas, para melhor análise, foram divididas durante a pesquisa em dois tipos: a de tipologia A e B. No primeiro caso estão as primeiras fichas entregues aos trabalhadores rurais no pedido de filiação. Essas fichas, em todos os casos encontrados, foram de pessoas que não conseguiram sua filiação efetiva por já ter algum tipo de benefício ou por opção do próprio filiado, catalogou-se 38 fichas dessa tipologia. No segundo caso, a de tipologia B, estão as fichas de associados efetivos, tendo as características necessárias para a filiação. Encontrou-se 136 fichas desse estilo; além de ter-se observado a existência de três filiados que tinham ambas as fichas.

Percebe-se que mais de 70% das fichas são de tipologia B, isso significa que as mesmas terão mais informações sobre os filiados e que grande parte dos trabalhadores rurais que procuraram o STR conseguiram se associar ao sindicato. Através dela conseguiremos reconhecer elementos identitários dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, bem como a caracterização da propriedade desses sujeitos. Nessa perspectiva metodológica, verificamos o assistencialismo presente na vida dos trabalhadores rurais, tal como a necessidade de implementos agrícolas para conseguir a modernização do campo imposta pela conjuntura nacional, a qual só foi possível pelo crédito rural e pelas escolas técnicas.

### **O filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970)**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo representava todos os pequenos proprietários de terra e assalariados rurais, os quais não se encaixavam na representação do Sindicato Rural- sindicato patronal- o qual era vinculado aos grandes proprietários de terra passo-fundenses. O STR/PF procurava organizar as classes mais pobres do meio rural, com o apoio da FAG e da Igreja Católica, pois para eles essa classe empobrecida tinha menores possibilidades de acesso a implementos agrícolas, ao estudo e ao atendimento médico-odontológico. Dessa maneira, o STR dividia os seus filiados em dois grupos: os produtores rurais e os empregados rurais:

Salienta-se que para o STR, o produtor rural é todo aquele que possui a propriedade da terra seja através da posse, do arrendamento ou da parceira. Por conta disso, é necessário assimilar que, o pequeno produtor rural ou o camponês entende-se todo aquele que produz o alimento para a sua subsistência imediata e o excedente, sob a forma de mercadoria, através da comercialização (OLIVEIRA, 2007, p. 40), sendo que dentro do sistema capitalista ele não cumpre o mesmo papel do capitalista, nem possui a mesma conotação de propriedade privada, “a propriedade não é a privada capitalista como se conhece na cidade - tem-se a casa cercada e o trabalho fora dela” (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 66), isto é, para as autoras no meio rural, a terra e o trabalho não se separam, uma interdepende da outra.

Já o empregado rural, ou assalariado, surge durante o período de capitalização do meio rural através da proletarização rural, para que Tedesco e Carini citam que ao esgotamento das terras da região norte do Rio Grande do Sul passaram a visualizar “no horizonte das migrações para cidades, para espaços de outros estados ou permanecer no meio rural como agregados, diaristas, pequenos arrendatários, assalariado temporário e/ou permanente” (2007, p. 45). Sendo assim, ao permanecer no campo esse empregado rural não possui os instrumentos de trabalho vendendo sua força de trabalho para alguém que possui os instrumentos de trabalho, adentrando assim o sistema capitalista, o trabalhador “para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos” (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 69).

Pelas fichas de filiação ao STR/PF nota-se que 92 dos filiados eram produtores rurais, 8 empregados, 2 aposentados e 79 não possuem dados- destes últimos se referem à aquelas fichas de tipologia de pessoas que tentaram se filiar ao sindicato, mas já possuíam algum outro benefício ou as fichas não deixam claro como era a sua participação no sindicato, não tendo marcado a condição do associado na entidade. Em relação aos 92 filiados catalogados como pequenos produtores rurais existiam os que eram proprietários, os arrendadores, os arrendatários e os parceiros; 68 fichas apresentam que o produtor rural é também proprietário rural, isto é, ele possui a terra, a qual não é dividida com outros produtores, e nessa terra produz alguma atividade agropecuária; 10 fichas apresentam que o produtor é arrendador, fazendo com que este ceda o imóvel rural em arrendamento para algum outro produtor, através de aluguéis; 12 fichas são de arrendatário, o qual ao contrário do arrendador, é aquele que recebe um arrendamento de terra/ aluga um terreno; 2 fichas são de parceiros, este diferentemente do arrendador, ambos cuidavam da terra ao mesmo tempo.

Outro ponto relevante de analisar sobre o filiado ao STR é o gênero. Percebe-se que a CONTAG, bem como os sindicatos próximos dela, na década de 1960, não tinham uma participação efetiva das mulheres, as mesmas participavam pela relação matrimonial, ou seja, pelo vínculo do marido ou de seus pais, ou se sindicalizavam quando não possuíam nenhum membro do sexo masculino na sua família. Para essas mulheres nesse momento:

a participação no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva (CARNEIRO, 1987, p. 12)

Nota-se que, a CONTAG e os STRs não tinham nenhum impeditivo legal de filiarem mulheres a sua categoria. No entanto, “diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação de mulheres” (CARNEIRO, 1987, p.13). Sendo que por conta disso foi aprovado “pelo IV Congresso da Contag de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar - um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina” (CARNEIRO, 1987, p. 13). Salienta-se que essas articulações com as mulheres, bem como as lutas femininas, vão estourar mais precisamente na década de 1980, justamente no período de redemocratização e de ampliação das lutas das mulheres no Brasil como um todo.

No caso do STR/PF, sindicato analisado neste trabalho, percebe-se um número bem distinto entre homens e mulheres, sendo mais de 93% dos filiados na amostragem da década de 1960 são do sexo masculino, enquanto apenas 6% corresponde a mulheres. Entre essas mulheres, vale destacar que das 12 fichas catalogadas, 10 pertencem a mulheres viúvas e 2 a mulheres solteiras, isto é, as 12 mulheres sindicalizadas no período não tinham nenhum vínculo com homens no momento de sua filiação, inclusive pode-se analisar que em muitos casos antes do falecimento de seu marido, o mesmo era filiado ao STR/PF, sendo assim, a propriedade permanecia vinculada ao STR, através da filiação da viúva.

Outro ponto de grande destaque é a parte nuclear da família para a filiação ao sindicato, um caso de destaque presente na pesquisa foi o da família Rosso. A família mesmo sendo de parentes distantes, isto é, tios, avós e primos de avós, todos se filiaram ao STR/PF entre os anos de 1964 e 1965, residiam no mesmo distrito de São Roque, tendo seus filhos como dependentes

familiares e trabalhavam na mesma área da família que ao todo compreendia 35ha. Percebe-se assim, que quando um dos familiares se filiava ao STR/PF a família, também o fazia. Frisa-se que por muitas vezes a importância de estar sindicalizado era justamente pela possibilidade de auxílio aos seus dependentes, seja através do fundo de assistência médica, pela possibilidade de descontos nas escolas particulares, ou convênios para exames médicos.

Em suma, os sindicatos dos trabalhadores rurais abarcavam para si as políticas assistenciais para que o filiado permanecesse na entidade, bem como para que os demais agentes locais do campo não assumissem essa bandeira para si. Mesmo que se perceba “que com a oferta de serviços assistenciais os sindicatos estavam se tornando órgãos de assistência paternalista, era forçoso reconhecer que esses serviços se tornavam de vital importância para os agricultores e para a vida dos sindicatos que prestam esses serviços” (PICOLOTTO, 2011, p. 112). Em consonância, Heller da Silva propõem em sua tese que esta ideia assistencialista presente nos STR vieram justamente da sua criação pela Igreja Católica, e foi o principal foco dessa entidade durante o período da ditadura militar, “a ética cristã que prega a bondade, a caridade, a filantropia – ‘fazer o bem ao próximo’ – traduziu-se, assim, em linguagem sindical, na busca da ‘assistência’ ao campesinato” (2006, p. 331), sem criar indivíduos com autonomia, mas sim que esses ficassem submetidos ao sindicato, a igreja e ao militarismo:

mesmo que se reconheça estes avanços no que se refere à legislação, à criação de uma representação dos trabalhadores rurais e à oferta de serviços assistenciais através dos sindicatos, fica evidente que os trabalhadores rurais receberam a concessão de alguns direitos do Estado (fundamentalmente assistenciais), mas não adquiriram autonomia para construir e proporem seus próprios projetos políticos ou questões de maior porte. Foi aceita a sua organização em sindicatos desde que adequados aos padrões de enquadramento profissional estabelecidos pela legislação- pequenos produtores e assalariados rurais (PICOLOTTO, 2011,p. 113).

Esse assistencialismo era concebido na entidade pelo pagamento do fundo de assistência médica, onde o filiado quitava uma parcela anualmente e ao realizar o atendimento pagava um valor menor ao do atendimento normal, através dos convênios com médicos, dentistas e hospitais. Nota-se assim que, o valor pago além do fundo de assistência médica anual era baixo, por isso grande parte dos pequenos produtores rurais de Passo Fundo procuravam o STR/PF para encontrar assistência médica.

### **A pequena propriedade rural na década de 1960 em Passo Fundo/RS**

O norte do estado do Rio Grande do Sul sempre foi marcado pela pequena propriedade rural e na década de 1960 isso não é diferente. Segundo Mantelli, entre os anos de 1940 a 1996,

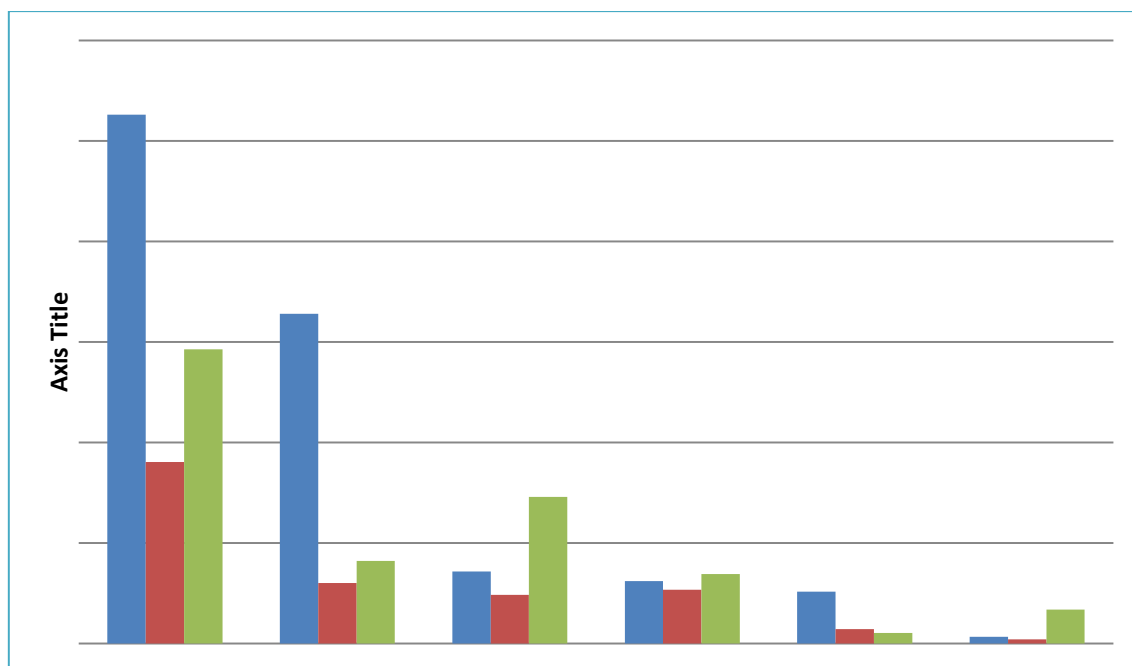
“A metade norte possui mais de 75% dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul. Além disso, do total de pequenas propriedades no estado, em torno de 80% situam-se nesta porção do Estado” (2009, p.8).

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é considerada uma pequena propriedade rural aquele imóvel que contém entre 1 a 4 módulos fiscais <sup>416</sup>, sendo que o valor do módulo muda para cada região do país. No caso de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, o valor do módulo fiscal é de 16 hectares. Logo uma pequena propriedade rural nessa região possui entre 16 a 64 hectares. Além disso, é considerada uma média propriedade é aquela em que o imóvel rural contenha mais de 4 até 15 módulos fiscais, um minifúndio aquela que possui uma área inferior a 1 módulo e uma grande propriedade aquela que possui mais de 15 módulos fiscais. É importante ressaltar que, além de depender da região do país para mudar o número correspondente ao módulo, também se analisam as condições da propriedade, isto é, o quanto ela pode ser explorada, qual o tipo de agricultura, enfim, mudanças fundamentais para analisar uma pequena propriedade rural.

No gráfico abaixo é apresentado a propriedade rural dos filiados ao STR/PF entre os anos de 1962 a 1970. Contata-se, no entanto, que apenas 88 fichas da amostragem para este trabalho apresentaram qual era o tamanho de sua propriedade e suas particularidades.

<sup>416</sup>Módulo rural é uma unidade de medida agrária, expressa em hectares, e que permite estabelecer uma comparação mais adequada entre os imóveis rurais, levando em consideração outros atributos do imóvel, além de sua dimensão. A classificação em módulo foi definida pela Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, sendo que a Tabela Índice Básico utilizada foi a de 2013. No entanto, a escolha foi feita pela falta de classificação das propriedades rurais correspondente ao período do estudo.

Gráfico 1- Tamanho da propriedade rural dos filiados ao STR/PF (1962-1970)



Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Evidencia-se que as 71 das 88 fichas da amostragem coletadas de propriedades rurais vinculadas ao STR, entre os anos de 1962 a 1970, são de pequenas propriedades rurais, isto é, com menos de 4 módulos fiscais ou menos de 64ha. Nelas a produção volta-se ao consumo do núcleo familiar e para abastecimento da região de Passo Fundo. Um caso comum encontrado é o de Antonio Lago, ficha número 1079, que além de possuir uma propriedade de 18ha., arrenda para o seu pai metade dessa propriedade. Como relatado anteriormente, grande parte dos filiados ao STR/PF possuíam parcerias, arrendamentos, ou eram vinculados aos seus familiares dentro da propriedade rural pertencente ao filiado.

Apenas 17 propriedades possuem o tamanho de uma média propriedade rural, isto é, entre 4 a 15 módulos fiscais, ou entre 64ha. a 240ha. Um caso de exceção encontrada, é de Benta Chaves Pereira, ficha número 664, proprietária rural de uma média propriedade de 120ha., desligada do STR/PF em 1978, pois além de ser associada ao Sindicato Rural, possuía empregados e uma grande produção não condizente com a filiação ao STR/PF. Percebe-se, no entanto, que Benta foi a única a ser desfiliação do STR por esse motivo, mesmo que outros proprietários de terra, principalmente de média propriedade, também, tivessem vínculos empregatícios e produções de larga escala. De maneira geral, não foram encontradas na amostragem da pesquisa fichas com filiados que tivessem propriedades consideradas minifúndios ou grandes propriedades, segundo o INCRA.



Além da compreensão do que é uma pequena propriedade rural na região norte do Rio Grande do Sul, é importante analisar onde estava localizada essa pequena propriedade rural dos filiados ao STR. Abaixo no Mapa 01, localiza-se os distritos do Município de Passo Fundo, em 1962 – 1970, compreendendo os distritos pertencentes ao município.

Mapa 01- Abrangência do Município de Passo Fundo 1962-1970



Fonte: STR/PF, elaboração de Alex Antônio Vanin

O STR/PF atendia todo o município de Passo Fundo, e entre os anos de 1962 a 1970 abrangia como distritos: Ametistas (Campo do Meio), Bela Vista, Ciriaco, Coxilha, Ernestina, Pulador, Rio Telha, Sertão, São João Bosco, São Roque e Trinta e Cinco. Salienta-se, que durante a década de 1960 os distritos vão se desmembrando, tornando-se municípios ou pertencentes a outros, como é o caso da criação de Ciriaco e David Canabarro, antigo distrito Trinta e Cinco; além da criação do município de Sertão com o território do antigo distrito de Sertão mais uma parte do distrito de Coxilha.

Evidencia-se na amostragem de fichas que a maioria dos filiados ao STR/PF estavam presentes no distrito de sede, Passo Fundo, com 109 residências/residentes, seguido por Ernestina com 22, Bela Vista e São Roque, sendo que cada uma tinha 16 moradores filiados e com menor número em Ametistas e Pulador, ambos com 4 filiados residindo no distrito. Nesse sentido, percebe-se que um considerável número de filiados estava presente na sede do distrito, Passo Fundo, provavelmente por ser mais perto da sede da entidade; estar mais vinculada ao centro do município.

### **Caracterização da pequena propriedade em Passo Fundo (1962-1970)**

O pequeno produtor rural de Passo Fundo, por meio do STR/PF, buscou a modernização da sua propriedade, através de investimentos agrícolas e do estudo de técnicas para aproveitamento da plantação. No caso do Rio Grande do Sul dois fatores são considerados básicos para compreender o surgimento da indústria e dos implementos agrícolas, “o crescimento das lavouras de trigo e arroz no período de 1950-1960 e a implantação, em nível nacional, da indústria de tratores em 1960” (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 112).

Contudo, precisa-se frisar que os implementos dos pequenos proprietários de terra, principalmente, os filiados ao STR/PF, não eram implementos como os dos grandes proprietários da região,

a modernização da agricultura implementada na década de 1960 no estado do Rio Grande do Sul deu ênfase ao processo de concentração fundiária. Os altos investimentos no setor agropecuário favoreceram uma pequena parcela de grandes agricultores e empresários rurais, que tinham como objetivo expandir a produção de trigo e soja, aumentar as exportações e “modernizar” o campo, com a inserção de máquinas, implementos agrícolas, biotecnologias entre outros (ALVES; SILVEIRA, 2008, p. 158).

Para auxiliar a modernização e a dita Revolução Verde imposta ao Brasil rural, surgem, principalmente na região norte e noroeste do Rio Grande do Sul, um complexo industrial de implementos agrícolas, o qual aparece para adaptar e realizar a manutenção adequada de equipamentos importados, além de se especializar “na fabricação de implementos agrícolas como arados, grades, plantadeiras, na época, equipamentos sem muita tecnologia embarcada e, muitas vezes, uma adaptação dos produtos importados” (ALVES; TEDESCO, 2016, p. 267). Nesse sentido, percebe-se abaixo que os implementos agrícolas dos pequenos produtores rurais, em sua maioria, são simples, com pouca inovação, diferentemente, dos médios e grandes proprietários de terra, os quais vão importar das empresas de grandes implementos agrícolas, sendo no caso do município de Passo Fundo a Semeato, Stara, Jan, Max e Gihal.

Tabela 01- Implementos agrícolas dos filiados ao STR/PF (1962-1970)

Produção	Nº de propriedade
arado	42
carroça	28
grade	15
trator	12
semeadeira	9

trilhadeira	5
inchada	4
capinadeira	3
plantadeira	3
ceifadeira	2
rebocada	1
caiota	1
pulverizador	1

Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Percebe-se que os pequenos produtores rurais filiados ao SRT/PF possuíam poucos implementos agrícolas e implementos simples, sendo o arado, a carroça e a grade os mais utilizados. Nota-se, também, a dicotomia de tempos dos agricultores, enquanto poucos apresentavam pulverizador, ceifadeiras, plantadeiras e trilhadeiras, um grande número de produtores possuía implementos mais antigos, como é o caso do arado e da carroça. Assim, constata-se que enquanto alguns estavam utilizando mecanismos modernos e inovadores, outros estavam ainda com implementos da Idade Média.

Salienta-se ainda sobre a caracterização dessa propriedade rural é marcada pela produção de diversos alimentos na região norte rio-grandense, sendo que a maioria das propriedades apresentavam produções diversificadas, sendo principalmente para a sua alimentação e a venda do excedente na região de Passo Fundo. Em relação a criação de animais, percebe-se que poucos filiados tinham criações de animais entre os anos de 1962 a 1970, apenas 71 fichas apresentam alguma criação. Sendo que, na grande maioria dos casos os animais eram para a alimentação do produtor ou de seus familiares.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa estruturou-se no sentido de compreender o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970), identificando e caracterizando os primeiros associados e a propriedade da terra desses pequenos produtores rurais. Nela analisamos que o STR e o seu filiado tinham uma relação intrínseca, sendo que ambos necessitavam um do outro para permanecerem ativos e com os seus direitos garantidos. Percebeu-se que os filiados eram em sua grande maioria produtores rurais, homens e ao se filiarem ao sindicato procuravam trazer o seu grande núcleo familiar para dentro do sindicato também.

Referente a pequena propriedade rural e a sua caracterização, percebe que grande parte dos filiados ao STR possuíam pequenas propriedades rurais, isto é, até 64hac, localizados entre os anos de 1962-1970 nos distritos de Passo Fundo Ametistas (Campo do Meio), Bela Vista, Ciriaco, Coxilha, Ernestina, Pulador, Rio Telha, Sertão, São João Bosco, São Roque e Trinta e Cinco, tendo na sua maioria terreno no distrito sede. Notamos que os pequenos produtores rurais modernizaram o seu território através das relações sociais e de aprimoramento de técnicas agrícolas, no entanto, poucos proprietários conseguiram implementos agrícolas, sendo esses apenas vinculados aos médios proprietários. Em relação ao plantio e cultivo, percebemos que a maioria das propriedades possuía uma produção voltado a subsistência ou a venda local, tendo como principais colheitas a da soja, milho e trigo; e as principais criações bovinos, suínos e aves, mas sempre com pouca quantidade.

## Referências

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, [S.L.], v. 21, n. 45, p. 257-281, 15 ago. 2016. UPF Editora.

<http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v21i45.6187>. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/306126969\\_A\\_revolucao\\_verde\\_e\\_a\\_modernizacao\\_agricola\\_na\\_mesorregiao\\_noroeste\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\\_-\\_19601970](https://www.researchgate.net/publication/306126969_A_revolucao_verde_e_a_modernizacao_agricola_na_mesorregiao_noroeste_do_Rio_Grande_do_Sul_-_19601970). Acesso em: 20 set. 2020.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota, RS. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 30, p. 149-172, jan. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8861>. Acesso em: 19 set. 2020.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha: ações políticas e ideológica da Igreja Católica no*

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 11-22, 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/21/23> Acesso em: 12 set. 2020.

DUARTE, Kamilla Alves; LUSA, Mailizgaribotti. O CAMPONÊS COMO TRABALHADOR PARA O CAPITAL AGRÁRIO. In: VI SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 6., 2014, Araraquara. *Anais*. Araraquara: NUPEDOR, 2014. p. 01-28. Disponível em:

[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2014/Trabalhos%20Completo/9\\_Agricoltura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/9A\\_Agricoltura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/1\\_Kamila%20Duarte.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completo/9_Agricoltura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/9A_Agricoltura%20Familiar%20e%20Soberania%20Alimentar/1_Kamila%20Duarte.pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960 – 1964*. Rio de Janeiro. UFRJ, 1984.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092006000300002>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300002&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300002&script=sci_arttext).

Acesso em: 04 set. 2020.

FERNANDES, Otávia. *A questão Agrária no Brasil: ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*, Minas Gerais, Sinpro, 1997, p. 67.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. O estatuto do trabalhador rural e o funrural: ideologia e realidade. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 35, p. 189-202, jun. 1973. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1490/1194>. Acesso em: 18 ago. 2020.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 8, p. 139-154, jan. 1987. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/235711306.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

HELLER DA SILVA, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Editora, 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas sociais na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

MACHADO, Ironita Policarpo; FARIAS, Álisson Cardozo; SANTOS, Caroline Lisboa dos. A questão florestal na legislação agrária rio-grandense. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 12, n. 23, p. 177-201, jan. 2013. Disponível em:

[http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1731/pdf\\_149](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1731/pdf_149). Acesso em: 16 out. 2020.

MACHADO, Ironita. *O mundo rural: uma proposta de investigação historiográfica*. 2015. Disponível em:

<[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441999258\\_ARQUIVO\\_cominucao.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441999258_ARQUIVO_cominucao.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2019.

NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. *A Organização Sindical Rural no Rio Grande Do Sul e o Surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Frederico Westphalen (1960 – 1970)*. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo: Ediupf, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA*. São Paulo: Fflch, 2007. Disponível em:

[http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo\\_capitalista.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf). Acesso em: 02 set. 2020.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em:

<<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1349.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. *Evangelizar e Politizar: o sentido da atuação da Igreja Católica com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Seridó Potiguar (1964-1979)*. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13774/1/EvangelizarPolitizarSentido\\_Silva\\_2007.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13774/1/EvangelizarPolitizarSentido_Silva_2007.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

- SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O CAMPONÊS E O TRABALHO: analisando a importância do excedente social. *Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho, S.L.*, v. 11, n. 1, p. 64-76, jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1705/1647>. Acesso em: 20 set. 2020.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Social Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O RIO GRANDE DO SUL: fronteira entre duas formações históricas. *Ensaio Feee*, Porto Alegre, v. 11, n. 02, p. 308-344, 1991. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/836/1107>. Acesso em: 02 set. 2020.
- TEDESCO, João Carlos. CONFLITOS DE INTERESSES E TUTELA CAMPONESA: O ASSOCIATIVISMO CATÓLICO NO RS – DÉCADAS DE 1950 E 1960. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História*, Maringá, v. 15, n. 1, p.147-176, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3055/305525027009.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- TEDESCO, João Carlos. Os campos político e religioso na “questão da terra” no Rio Grande do Sul o sindicalismo rural nas décadas de 1950 e 1960: o sindicalismo rural nas décadas de 1950 e 1960. In: MACHADO, Ironira A. Policarpo; GERHARDT, Marcos. *História do Mundo Rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF, p. 284-320.
- TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schutz. Avanço do processo transformador da economia rural em economia agroindustrial no município de Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BEUX, Paulo Ivan Schtz; SOUZA, Sirlei F.; CECCHET, Renan. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: Est, 2005. p. 51-122.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1960-1980*. Porto Alegre: Est Edições, 2007.
- TEIXEIRA, Jodenir Calixto. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revagb/article/view/1339/854>. Acesso em: 05 set. 2020.
- VERZA, Severino. *A educação e o saber na ação sindical: estudo de caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí*. 1991. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75759/88433.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 24 set. 2020.
- ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho- 1937 a 2003: semelhanças e diferenças entre o processo nacional e o regional*. 2003. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

## A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: DA TRANSIÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DA MODERNIDADE (1930-1942)

Mirelle Antônia Souza Freitas, Mestranda no PPG-TECCER (Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) Unidade Universitária de Anápolis Ciências Socioeconômicas e Humanas (UnUCSEH) da Universidade Estadual de Goiás e Bolsista da CAPES. E-mail: [mirelli.a.f@hotmail.com](mailto:mirelli.a.f@hotmail.com);

Haroldo Reimer (Orientador) Pós-doutor em História Pela Unicamp. Docente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER) Unidade Universitária de Anápolis Ciências Socioeconômicas e Humanas (UnUCSEH) e no Programa de Pós-graduação em História (UEG Morrinhos). E-mail: [haroldo.reimer@ueg.br](mailto:haroldo.reimer@ueg.br)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo investigar a forma como se deu o processo de construção de Goiânia e a transferência da capital. Tal acontecimento destacou dois importantes vultos da história nacional e regional, a saber, Getúlio Vargas como presidente e Pedro Ludovico Teixeira como interventor de Goiás. Parte-se da análise da construção e transferência da capital de Goiás, em âmbito regional, como um evento indissociável da Revolução de 1930, em âmbito nacional. Contudo, o germe do primeiro evento já se manifestara entre os séculos XVIII e XIX, muito antes da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Para tanto, a recuperação desse projeto foi endossada pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira a partir do discurso que supervalorizava a ideia de modernização em contraposição à atmosfera do atraso e da decadência que pairava sobre Goiás. O artigo compõe-se de diferentes leituras voltadas para o entendimento acerca da Revolução de 1930, porém, com ênfase no contexto regional goiano, tendo a edificação de Goiânia como objeto central. A metodologia compõe-se da revisão bibliográfica, ressaltando os principais aspectos que envolveram o processo de transferência da capital, da antiga cidade de Goiás (Vila Boa) para a moderna Goiânia. Concluiu-se que a construção da nova capital não se ateve apenas ao progresso material, mas se estendeu ao desenvolvimento de novos projetos relacionado aos campos artísticos e culturais.

**Palavras-Chave:** Revolução de 1930; Goiânia. Modernidade; Pedro Ludovico.

**Abstract:** This article goals to describe the process of the construction of Goiania as the new capital of the state of Goias. This process put in a prominent position two personalities of the national and regional history: Getulio Vargas as president of Brazil and Pedro Ludovico as intervener in Goias. We do take the building of the new city and the transfer of the capital from Goias to Goiania as a inseparable part of the 1930 revolution on national level. However, the beginnings of the first event go back to the eighteen and nineteen centuries, long bevor the rising of Getulio Vargas to power. This project was recovered and reinforced by the intervener Pedro Ludovico Teixeira based on the speech of overvaluation of the modernization idea in contrast to the atmosphere of delay and decadence blowing on the old capital of Goias. The text combines different bibliographic sources about the 1930 revolution, but with focus on the regional context of Goias having the building of Goiania as central object, being also a literature review about the transfer of the capital from the old town of Vila Boa to the modern Goiania. The text tries to show that the building of the new capital was not only concerned to the material progress, but involved also the development of new projects in the fields of arts and culture.

**Key words:** 1930 Revolution; Goiania; Modernity; Pedro Ludovico.

### Introdução

O presente artigo visa enfatizar o processo político que culminou na construção de uma nova cidade e na transferência da capital de Goiás da antiga cidade de Goiás. A proposta da

mudança da capital de Goiás remete aos séculos XVIII e XIX, sendo endossada a partir da Revolução de 1930. Para que a apresentação se desenvolva de forma mais cadenciada, o assunto foi dividido em três partes.

A primeira sessão retratará sobre o contexto histórico da Revolução de 1930. Nessa perspectiva, Pinto (2008) demonstrou que o contexto político, no qual foi gestada a necessidade de transferência local do poder em Goiás, encontrava-se regionalmente limitado, ou seja, correspondia a interesses específicos de manutenção de poder por parte da oligarquia Caiado. Portanto, ainda que tenha ido ao encontro dos anseios progressistas e modernizantes da Marcha para o Oeste e dos demais projetos “varguistas” de modo geral, a fundação de uma nova capital em Goiás representou, *a priori*, o deslocamento do poder político de um núcleo de comando para outro.

Na segunda sessão serão apontadas as principais questões que envolveram a construção de Goiânia e a transferência da capital a partir da perspectiva dos autores que pesquisaram sobre essa temática. Logo na sequência, procura-se problematizar acerca do protagonismo de Pedro Ludovico Teixeira a partir do discurso de “modernismo”, o qual havia embasado os seus argumentos no transcorrer da construção (1933) e batismo cultural (1942) que apresentou o que viria a ser a moderna e progressista cidade de Goiânia ao Brasil.

A composição da redação contou com revisão bibliográfica, referente a artigos, dissertações e teses que abordam a temática envolvendo a construção de Goiânia, processo que, na visão de muitos desses autores, representou a transição de Goiás do “atraso” e “decadência” para o “progresso” e a “modernidade”. Em síntese, a cidade de Goiânia, mais do que uma nova e funcional capital, tornou-se o símbolo-mor do progresso, a partir do instante em que se concebeu a ruptura com o paradigma oligárquico, o qual por séculos manteve Goiás distante dos interesses nacionais de desenvolvimento.

## **1 A Revolução de 1930, a superação das oligarquias e o desenvolvimento em Goiás**

O contexto político, envolvendo a edificação da nova capital de Goiás, esteve ligado à Revolução de 1930<sup>417</sup>, comandada por Getúlio Dornelles Vargas, que, até o referido momento, achava-se no posto de chefe à frente do governo provisório do Brasil. Coube a ele levar adiante

<sup>417</sup>Remete ao movimento armado ocorrido no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que culminou no impedimento da posse do presidente Júlio Prestes em 1930, cuja indicação como presidente, por Washington Luís, era vista como fraudulenta pelas autoridades políticas mineiras, as quais esperavam a indicação do então governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Seu conteúdo revolucionário relaciona-se com a interrupção da política oligárquica (café com leite) e, posteriormente, com as transformações materiais que alteraram a vida política e econômica do país.



a proposta dessa revolução em âmbito nacional, nomeando interventores que o auxiliassem no comando das regiões. Nesse desígnio, o nome de Pedro Ludovico Teixeira foi indicado como Interventor de Goiás, a fim de levar a cabo a ruptura com o antigo modelo administrativo oligárquico dominante na região e, assim, manifestar o anseio popular pela democracia<sup>418</sup>.

A Revolução foi percebida como uma verdadeira expressão de democracia, de liberdade e de justiça, que possibilitariam o fim da opressão oligárquica. O ideal de renovação se fazia presente e as esperanças foram depositadas no processo de produção de um novo estado de Goiás e de um novo Brasil (MELLO; SILVA, 2013, p. 66).

Conforme mencionado pelos autores, a Revolução de 1930 representou o fim da “opressão oligárquica”. No que se refere à política propriamente dita, o poder das oligarquias estava centrado na influência regional dos coronéis, haja vista que, durante os governos provinciais (1822-1889), os presidentes geralmente não residiam nas províncias, mas apenas a visitavam de tempos em tempos. Nesse aspecto, a influência das oligarquias sobre a máquina administrativa é mais bem percebida a partir da Proclamação da República (1889), a qual permitiu a ascensão de representantes locais como governantes – chamados de “Presidentes de Estado” até 1929 –, devido à Constituição de 1891 ter restituído o termo anterior em detrimento do termo recém-criado, ou seja, “governadores de Estado”.

As últimas oligarquias goianas desse período haviam sido representadas pelas famílias Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado, sendo que essa última havia se valido dos entrelaces matrimoniais com outras famílias, tidas como “poderosas”, como estratégia para ampliar as possibilidades de manutenção de seu poder em Goiás (CHAUL, 1997). Cabe dizer ainda que a influência social, o mandonismo e a opressão, por parte dessas oligarquias, não se restringiam à administração pública, mas se dava também pela força do patrimonialismo, pela influência regional, não necessariamente política, e, com certa frequência, pela intimidação.

Entre as figuras mais proeminentes destacaram-se Antônio José Caiado, José Ignácio Xavier de Almeida, Brasil Ramos Caiado entre outros. Segundo Pinto (2006), Antônio José Caiado<sup>419</sup> privilegiava apenas a classe de seus interesses, isto é, os proprietários de terras, dominantes em Goiás, deixando a província de fora do processo de integração com o restante do Brasil, da mesma forma como excluía a maior parcela de sua população.

<sup>418</sup>O conceito de democracia nesse período encontra-se intensamente restringido à simples ausência de opressão violenta por parte dos coronéis. Contudo, essa opressão se estende pelo século XX em regiões desfocadas dos acontecimentos centrais, tal como a construção da nova capital de Goiás (Goiânia). Igualmente, elementos como a marginalização urbana, a pauperização do campo, os índices de analfabetismo entre outros, compuseram os limites do conceito de “democracia” do período.

<sup>419</sup>Presidente da Província de Goiás entre 1892-1893 e 1895.

Nesse entendimento, Pinto (2006) ressalta que na condição de poder oligárquico, os Caiado se valiam do poder público para proteger os grandes latifundiários, inclusive, através da grilagem de terras, reprimindo com violência quaisquer manifestações que se mostrassem contrárias aos interesses das oligarquias. Estevam (1998) também compartilha dessa mesma perspectiva ao mencionar o descontentamento das elites econômicas sulistas com relação ao estilo de governo perpetrado pelas oligarquias tradicionais. De modo geral, muitas são as mudanças ratificadas no ambiente político com o fim do período oligárquico, apesar do mesmo resultado não ser conferido na esfera socioeconômica, a exemplo do cotidiano da população pauperizada no campo, dos índices de analfabetismo, que permaneceram elevados, e das relações de trabalho, que se mantiveram desequilibradas.

Após um longo período de dominação das oligarquias em todo território goiano, os “aliancistas” indicaram juntas de governantes alinhados ao projeto varguista. O apoio obtido do poder maior garantiu a coesão necessária para que Pedro Ludovico Teixeira fosse nomeado Interventor, alongando seu mandato até 1945. A condição geográfica da antiga capital (Goiás) era incompatível com a ideologia nacional-desenvolvimentista, haja vista que o difícil acesso, a escassez de estradas e a insalubridade dificultavam o encurtamento da comunicação da antiga capital com o centro-sul (SOUZA; CARNEIRO, 1996).

Nesse sentido, a construção de uma nova capital para o estado de Goiás se firmava como o projeto inicial da chamada “Era Ludovico”. As principais justificativas, sublinhadas pelo mesmo, acerca da transferência da capital, concentravam-se nos aspectos urbanos e paisagísticos da antiga cidade de Goiás:

Pedro Ludovico Teixeira resumia seus ataques às deficiências e ao marasmo da cidade de Goiás. Os ataques à velha capital, porém, não atingiam apenas a cidade decadente, mas também o centro de poder dos grupos políticos depositos. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiados; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República. Paralelamente, armava-se uma sintonia com os anseios econômicos dos grupos políticos do sul e do sudoeste do Estado (CHAUL, 2009, p. 103).

Este citado do pesquisador Chaul demonstra que Pedro Ludovico retomou essa proposta, porém, os seus ataques eram direcionados às antigas oligarquias, assim como às estruturas da cidade de Goiás, que não se achava em condições de capital administrativa, tendo em vista o tradicionalismo impregnado em sua volta. Além disso, a edificação de uma nova cidade, e, em seguida, a mudança da capital, representaria a possibilidade de progresso que proporcionaria um aspecto modernizante para Goiás, sobretudo, considerando a necessidade de ser altamente requintada a arquitetura dessa nova capital, compatível com uma vida moderna.

A “modernização”, referida nesse artigo, relaciona-se, de forma intrínseca, a outros dois conceitos há muito consagrados no meio acadêmico, a saber, o “progresso” e o “desenvolvimento”. Em termos de ordem de colocação de cada um deles, os quais também são, com certa frequência, utilizados como sinônimos entre si, o desenvolvimento aparece como processo que exigia a modernização das estruturas como condição de sua efetivação. Furtado (2000) enumera três dimensões do desenvolvimento: o primeiro deles ligado à eficácia do sistema produtivo; o segundo, à satisfação de necessidades elementares da população e o terceiro, à consecução de objetivos buscados por grupos dominantes de uma sociedade, os quais competem por se utilizar de recursos escassos.

## **2 A transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia**

A Revolução de 1930 representou um novo rumo para Goiás. Entre os fatores que favoreceram essa fase da história política regional destacou-se a indicação de Pedro Ludovico Teixeira como Interventor Federal em 22 de novembro de 1930. O seu engajamento tornou-se símbolo da modernização e do progresso, conciliado com a construção da nova cidade e, posteriormente, com a transferência da capital da antiga cidade de Goiás para a moderna Goiânia.

Desde a sua nomeação como Interventor, Pedro Ludovico colocou-se contrário à estrutura oligárquica agrária predominante em Goiás. Com relação à tradição agrária, detentora do poder em Goiás durante a Primeira República, pode-se dizer que esse poder esteve concentrado nas mãos de coronéis fazendeiros.

Goiás será considerado a periferia da periferia e pouco se fez para a modernização do Estado (pelo menos no que tange à República Velha). Não seria interessante para as oligarquias estaduais, o progresso, pois o próprio estigma de atraso assegurava a essas oligarquias o poder. Nota-se que a modernização do Estado só dar-se-á a partir da Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e, com ele, o cenário político do Brasil/Goiás abriga novas oligarquias que estavam exclusas do processo político (RODRIGUES, 2015, p. 7).

De acordo com o que foi afirmado pelo autor, o que assegurava essas oligarquias tradicionais no poder era “o estigma do atraso”, ou seja, eles se valiam de diferentes mecanismos para se perpetuar no comando. Rodrigues (2015) destaca o poder constituído em torno da figura do “coronel” e a influência deste, não somente em Goiás como também fora do Estado. Esse poder atuava em favor apenas de seus interesses pessoais, deixando esquecida grande parte da população. Não obstante, a figura do coronel também não era homogênea, isto é, não se manifestava de forma unívoca, “porém cada coronel guardava suas especificidades no

que tange as suas relações políticas ou as formas de estabelecerem o poder nacional e o poder regional/local” (RODRIGUES, 2015, p.7). Assim, o coronel-fazendeiro tornou-se a versão mais notória de Goiás. Embora se mostrasse, em alguns casos, como uma figura paternal, esse personagem se notabilizou pelo uso da intimidação e da violência para exercer o poder.

A estrutura da política agrária goiana era composta por três eixos de poder, os quais eram definidos como arranjos políticos entre as famílias tradicionais: “primeiro o arranjo “bulhonista”; seguido, pelo arranjo “xavierista”; e, por fim, pelo arranjo “caiadista”, corroborando a hipótese de que as forças de dominação e de mando no estado estiveram sob o “mandonismo de eixos familiarísticos” (RODRIGUES, 2015, p.7). A estrutura oligárquica agrária era formada por famílias consideradas influentes, dentro de determinado período histórico, sendo, portanto, portadoras de uma fácil projeção social e econômica. Essas famílias se utilizavam da política de casamentos entre os clãs como forma de fortalecer o seu poder e, ao mesmo tempo, conservar o modelo tradicional de política.

Com a ascensão de Getúlio Vargas, em 3 de outubro de 1930, como presidente provisório e a indicação de Pedro Ludovico Teixeira ao cargo de interventor Federal de Goiás, a permanência das oligarquias não ecoou de maneira positiva; ao contrário, estabeleceu-se uma contraposição em relação ao projeto desenvolvimentista emergente no Brasil dos anos 1930. Em Goiás, esse contraste se deu entre a arcaica estrutura agrária de poder, já citada, e os processos de urbanização, dinamização da economia agropecuária e, por último, de transferência da capital administrativa, conforme a concepção local do interventor. Nesse sentido, Pedro Ludovico representava a oposição ao modelo oligárquico agrário conservador e latifundiário que se manteve no poder por séculos, representado pelas famílias tradicionais aos moldes do coronelato.

O novo dirigente propalava - como objetivo primeiro de sua gestão - a solução global dos problemas regionais e almejava inaugurar uma era de *desenvolvimento* para Goiás. Lemas como “novo tempo” e “modernismo” foram frequentemente arrolados nos documentos oficiais dos anos trinta e a construção de uma nova capital representava o empreendimento sintetizador do afã de desenvolver o estado (ESTEVAM, 1998, p. 79-80).

Em concordância com o que foi descrito, o contexto regional foi endossado pelo projeto específico de construção da nova capital de Goiás que desembocaria em nexos de modernidade e de progresso em todo o estado. De fato, o principal representante dentro desse cenário havia sido o próprio Pedro Ludovico, nomeado como interventor por Getúlio Vargas, e que tinha como objetivo de sua projeção política a mudança da antiga capital da cidade de Goiás para a

nova cidade de Goiânia. Assim como ressalta Chaul (2009), ao que tudo indica, Goiânia teve sua gênese atrelada aos anos de 1930, porém, vale ressaltar que o interventor residia na cidade de Goiás e a sua intenção, com respeito à transferência da capital, relacionava-se com o enfraquecimento do último núcleo de poder oligárquico, comandado por políticos membros da família Caiado, mesmo após o “caiadismo” ter se alastrado pelas mais importantes cidades de Goiás.

Os argumentos defendidos por Ludovico partiam da insalubridade, do isolamento devido ao difícil acesso, do clima, da arquitetura colonial que de modo algum representava a modernidade e o progresso que se esperava de uma capital desenvolvida. Não obstante, a herança cultural “capitaniana” rotularia não somente a antiga capital, como signo do atraso e da decadência, mas todo o estado de Goiás.

A modernização das estruturas produtivas de Goiás, ainda que ocorrida de forma lenta, aos poucos ia enfraquecendo os núcleos opositores remanescentes em regiões estratégicas do estado, como no caso de Catalão e Rio Verde, ao sul, e Anápolis no centro-sul. A fim de convencer a população de que esse plano poderia ser elementar para o progresso de Goiás, Pedro Ludovico mencionava as mudanças das capitais de Minas Gerais e Sergipe, como experiências que alcançaram resultados expressivos para esses estados. Portanto, essa ideia de progresso foi o manto que cobriu e sustentou a transferência da capital, haja vista que poderia erradicar definitivamente com a mentalidade da “decadência”.

De acordo com Estevam (1998), o próprio Ludovico havia admitido que não foram os motivos de ordem sanitária que pesaram na decisão de retirar da cidade de Goiás a primazia de ser a metrópole goiana, mas sim elementos de ordem política e social. De fato, o que se buscava era a bancarrota do último núcleo tradicional de poder oligárquico remanescente da Primeira República. Numa avaliação mais apurada, pode-se dizer que Goiânia foi edificada em uma localização afastada dos centros de influência expressiva das famílias Caiado, Xavier de Almeida e Bulhões, ainda que próxima ao polígono onde se situava a cidade de Anápolis, que, a princípio, abrigava elementos de forte oposição política ao desenvolvimentismo oriundo da antiga região de Meia Ponte (Pirenópolis).

A princípio, a população da cidade de Goiás não se mostrava convencida de que a nova proposta do interventor surtiria efeito. Entretanto, no dia 4 de julho de 1932 Ludovico fez uma viagem até a cidade de Bonfim (atual Silvânia), local onde havia feito a sua primeira declaração em público sobre a transferência da capital, a qual se consolidaria um ano depois. Em síntese, a proposta de transferência resultaria em efeitos positivos no médio prazo, sobretudo no âmbito

das eleições para governador do estado que sagraria Pedro Ludovico a governador do Estado de maneira democrática (restringida), o que representou um “marco divisor para as forças políticas em luta” (CHAUL, 2009, p. 103).

Assim como salientam Mello e Silva (2013), a transferência da capital, proclamada por Pedro Ludovico, provocou uma batalha discursiva eivada de argumentos contrários e favoráveis. Por sua vez, essas justificativas foram favoráveis para aqueles que moravam no interior do estado, entretanto causaram alguns impasses entre os grupos agrários tradicionais de proprietários que residiam na capital. A situação de marasmo econômico da cidade de Goiás se intensificaria com a posterior alteração do projeto de interiorização, iniciado com a conexão do sul ao centro-sul de Goiás, através da estrada de ferro, o qual visava alcançar a região do Araguaia, mas que foi dissuadido pelo declínio do sistema ferroviário nas décadas seguintes.

Em 1932, em viagem à Capital Federal (Rio de Janeiro), Pedro Ludovico almejava a autorização do presidente Getúlio Vargas para dar início ao processo da mudança da capital. Segundo Chaul (2009), o dia 3 de janeiro foi escolhido para promover a reunião entre o interventor e a comissão enviada pelo Palácio do Catete no intuito de decidir a localidade que sediaria a nova capital do estado. Várias cidades foram citadas para a definição da região a qual faria parte da sede do governo estadual.

De acordo com Mendonça, as cidades que almejavam o título de capital foram: “Bonfim (hoje Silvânia), Caldas Novas, Morrinhos, Anápolis, Pires do Rio, Goiás (zona baixa do rio Uru), Formosa, Campinas e Ubatã (distrito de Campo Formoso, hoje Orizona)” (MENDONÇA, 2012, p. 149). Todavia, o interventor optou pela escolha de uma cidade neutra que foi Campinas<sup>420</sup>, com bom clima, local com água abundante e próxima à estrada de ferro. Esperava-se que a região escolhida pudesse atender todas as necessidades de uma vida moderna, devendo ter rede de esgoto e coleta de lixo. Acerca da localização geográfica assim se expressa Estevam (1998, p. 81):

A área de implantação da capital - centro geográfico do estado - situou-se na parte mais povoada e caracterizou-se pela existência de terras férteis e planas, além de uma topografia apropriada para edificações. Os recursos passaram a fluir de duas fontes básicas: empréstimos do governo federal e comercialização de terras na abrangência do novo município.

<sup>420</sup>A cidade de Campinas, embora projetada para a função político-administrativa, foi construída sobre uma área já urbanizada desde o século XVIII, a qual esteve sob a condição de Arraial desde 1810, tornando-se Freguesia pertencente a Bonfim (Silvânia) em 1853, Vila pertencente a Trindade em 1907, município em 1914 e rebaixada à condição de bairro de Goiânia em 1936.

Assim como foi realçado, a nova área escolhida foi detalhadamente pensada, haja vista que deveria ter uma boa infraestrutura para iniciar as construções dos prédios, considerando que a arquitetura da nova capital teria que se distinguir daquela presente na cidade de Goiás. A ideia era a de que a nova capital representasse, urbanisticamente e esteticamente, uma nova etapa da história política de Goiás, cujas formas administrativas estabelecessem um ambiente mais adequado e moderno. Desde o seu início, em 1933, a construção de Goiânia esteve sujeita a problemas financeiros. Para a efetivação das edificações, os recursos partiam de empréstimos advindos do governo federal e de lotes vendidos na cidade, apoiada por forte propaganda publicitária ideológica.

Segundo Pinto (2006), problemas como a limitação de recursos e de material de construção, a escassez e/ou inexistência de mão-de-obra, as pressões dos proprietários de terra em prol da autorização oficial para a montagem de loteamentos foram se acumulando durante a concretização do projeto. Contudo, dentre essas intermitências a que mais redundou em problemas mais sérios, dificultando o curso das obras, foi a que esteve ligada à questão financeira em virtude dos muitos empréstimos que foram sendo realizados, os quais comprometeriam a histórica adimplência de Goiás. Soma-se a isso a dificuldade em conseguir força de trabalho para ser incorporada, uma vez que os trabalhadores especializados não residiam em Goiás, tendo, portanto, que ser deslocados de regiões longínquas.

Estevam (1998) ratifica que a presença de operários (mesmo sem especialização) era decisiva para o andamento das construções. Contudo, neste período era rara a presença de trabalhadores especializados, considerando que a grande maioria dos trabalhadores de Goiás desse período eram trabalhadores da terra. O autor ainda chama a atenção para as condições precárias desses trabalhadores durante a realização dos serviços na construção civil, sendo muitos deles obrigados a se abrigar em pequenos barracos de lona e se submeter ao regime de baixíssimos salários, mesmo desempenhando com presteza seus respectivos ofícios.

Mesmo diante de todas essas dificuldades, em outubro de 1934 ocorreram eleições em âmbito federal e estadual. Com base na nova Constituição, Getúlio Vargas se manteve no poder, enquanto Pedro Ludovico Teixeira havia sido eleito, de forma indireta pelos deputados, como Governador de Goiás<sup>421</sup>. O seu lema político era de que nessa sua nova gestão os problemas

<sup>421</sup>Em 1930 Pedro Ludovico havia sido nomeado interventor federal de Goiás pelo próprio presidente Getúlio Vargas. Em 1934 foi eleito governador de Goiás de forma indireta. Em 1937, com a instauração do Estado Novo, Vargas o nomeou novamente como interventor federal de Goiás até 1945. Com o retorno democrático de Vargas à presidência em 1951, Ludovico voltou a dominar a política de Goiás, dessa vez pela hegemonia partidária (Partido Social Democrático – PSD), a qual se estendeu até 1964 através de sua eleição (1951-1955), da eleição de seu sobrinho José Ludovico de Almeida (1955-1959), da eleição de José Feliciano Ferreira (1959-1961) e da

anteriores que envolviam a construção de Goiânia e a transferência para a nova capital seriam sanados com base no seu programa de conciliação que trazia esse projeto como símbolo unificador dos grupos em ascensão, numa dinâmica que juntava a imagem do progresso à plataforma política de seu mentor contemporâneo.

O crescimento rápido e expressivo da cidade e da região centro-sul, de modo geral, foi um fator atenuante das tensões entre grupos opositores, sobretudo uma oportunidade de vincular a antiga capital de Goiás (Goiás) a esse desempenho,

Goiânia já contava, em 1935, com alguns prédios erguidos e se afigurava, a cada dia, como uma realidade irreversível. Assim, à oposição restava a tentativa de obtenção de melhorias para a cidade de Goiás. Os opositoristas reivindicavam que o governo empreendesse reformas na velha Goiás, de modo a dinamizar seu crescimento econômico. Para eles, no entanto, Goiás deveria ficar como sempre foi, o retrato do passado (CHAUL, 2009, p. 106).

Nesse aspecto, percebe-se que os grupos opositoristas, residentes na cidade de Goiás, reivindicavam melhorias na estrutura da antiga capital e não aceitavam nenhum acordo referente à proposta de mudança. Deste modo, não encontrando alternativa, Pedro Ludovico lançou mão de métodos repressivos e violentos. De acordo com Mello e Silva (2009), o interventor encaminhou soldados, como forma de conter quaisquer interferências, uma estratégia que, mesmo informal, pôde diminuir os levantes na cidade de Goiás, assegurando assim o processo definitivo de transferência da sede administrativa da capital de Goiás para Goiânia, ocorrido em março de 1937. Nesse mesmo ano Getúlio Vargas faria um pronunciamento no Rio de Janeiro lançando a principal bandeira de seu governo, a saber, a Marcha para o Oeste.

A Marcha para o Oeste representaria um grande avanço para Goiás, ao passo que impulsionaria, cada vez mais, o plano político em torno do projeto da nova capital. Assim como salienta Chaul (2009), a ocupação do Centro-Oeste representou o elemento mais significativo da Marcha para o Oeste, pois criou novas demandas e dinamizou circuitos econômicos regionais estagnados desde o declínio da economia aurífera do século XIX. Nesse contexto, “Goiânia representava o ‘trampolim’ para novos projetos, como a construção da Belém–Brasília e a construção de uma nova capital federal” (CHAUL, 2009, p. 106).

A proposta da Marcha para o Oeste, enquanto projeto nacional, era ocupar as áreas interioranas e incorporá-las ao processo de produção do país. Ainda que geralmente se diga que a modernização do Brasil tenha ocorrido de forma conservadora, são inegáveis as

eleição de seu filho Mauro Borges Teixeira (1961-1964). A respeito, ver Polonial, 2007.



transformações realizadas em Goiás nesse período, tendo sido Goiânia inaugurada em julho de 1942, num evento que se consagrou como o “batismo cultural”. Goiânia tornou-se reconhecida na historiografia goiana como “elemento-chave” do processo de ruptura e de desenvolvimento regional, pelo seu conteúdo modernizante associado ao plano político e urbanístico de Pedro Ludovico Teixeira e seus correligionários.

### **3 O batismo cultural de Goiânia**

Conforme dito, a nova capital foi inaugurada em julho de 1942, no evento conhecido como batismo cultural. No âmbito desse acontecimento, Goiânia foi apresentada ao Brasil como a capital de Goiás. Tal solenidade contou com a participação de vários artistas plásticos, como convidados ilustres de Pedro Ludovico Teixeira. Nesse sentido, a construção de Goiânia representou o preâmbulo da modernização e do progresso não apenas no sentido material como cultural também. Com relação aos aspectos intangíveis desse processo, Mello (2012, p. 249) afirma:

Pode-se considerar Goiânia como polo iniciador e irradiador do modernismo no estado, tanto nas artes plásticas quanto na arquitetura. No início dos anos de 1950, a cidade encontrava-se estabelecida e solidificada como capital. Além disso, recebia uma grande renovação de influências que deram um novo impulso ao seu desenvolvimento econômico e cultural. Esse impulso estendeu-se até o início dos anos de 1960. Delimita-se o espaço de tempo de 1950 a 1964 como o período do segundo fluxo desenvolvimentista de Goiânia, o primeiro deu-se na época da construção da cidade.

Sobre esse primeiro fluxo desenvolvimentista, pontuado por Mello (2012), destaca-se Pedro Ludovico Teixeira como o principal incentivador dessa transformação simbólica que, nesse caso, deu-se com a construção de Goiânia e a transferência da capital, a qual deveria abarcar todas as características de modernidade em relação à arquitetura e à urbanização. Por isso, durante a inauguração de Goiânia, a presença de vários artistas plásticos foi favorável para aprimorar cada vez mais a capital rumo ao desenvolvimento.

Não obstante, o nacional-desenvolvimentismo, firmado como a ideologia política em torno da figura do presidente Getúlio Vargas, ao longo de seu primeiro governo (1930-1945), representou a síntese de uma era de grandes transformações no país. Deste modo, o “ludoviquismo”, enquanto extensão desses ideais progressistas em território goiano, revelou-se como fator imprescindível para levar adiante a transformação da imagem do estado de Goiás. Acerca disso, Borella (2015, p. 279) afirma:

[...] a produção da transformação da imagem do Estado, a partir da construção da imagem de Goiânia como cidade “moderna”, voltada para o novo, para o

futuro, o progresso e a modernidade e, portanto, [foi] foco de migrações e motivadora de uma necessária reelaboração identitária para Goiás, uma identidade urbana, moderna.

Devido à construção da nova capital e à manutenção do discurso de modernidade, que permaneceu durante todo esse processo, foi necessário ressignificar a identidade goiana, visto que, mesmo com o planejamento da cidade, esta ainda mesclava, em si, aspectos tradicionais e modernos, ou seja, a relação com o rural permaneceu por muitos anos na capital em razão da força dos costumes. Mesmo na atualidade, Goiânia ainda é reconhecida pelos seus traços tradicionais oriundos da reunião de elementos advindos de regiões rurais do estado de Goiás. Conforme Borella (2015), embora tenha nascido sob o prisma da modernidade, Goiânia foi, aos poucos, sendo ocupada por indivíduos oriundos do interior do estado, assim como por pessoas vindas de todos os lugares do Brasil, atraídos pelas possibilidades recém-inauguradas.

Concretizou-se assim o simbolismo modernizante, o qual teve como principal intento alterar, de forma radical, o cenário econômico e político de Goiás, marcado pela violência dos coronéis e pela política elitista das oligarquias agrárias regionais. Em suma, o processo de modernização, pretendido com a construção da nova capital, esteve presente desde a década de 1930 e foi concretizada na política de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira.

### **Considerações finais**

O processo de construção da nova capital em Goiás e a transferência da administração da cidade de Goiás para Goiânia esteve ligado a uma série de contextos políticos, relacionados com a Primeira República. Constatou-se que os antigos grupos oligárquicos tradicionais dominaram a política e a economia no estado goiano, dentro de um arranjo de poder institucionalizado através da herança patrimonialista que apenas assegurava os interesses das elites agrárias do estado, deixando o restante da população em segundo plano.

Com a Revolução de 1930, que elevou Getúlio Vargas ao poder, a antiga estrutura oligárquica agrária foi, aos poucos, perdendo seu prestígio, principalmente com a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor do estado de Goiás. Esse novo cenário político impulsionou o projeto de edificação de uma nova capital do estado, a qual deveria abarcar o perfil de modernidade ao passo que atendesse os planos de ruptura com as antigas estruturas oligárquicas de dominação e poder. Esse processo foi acompanhado de tensões entre as forças progressistas, que assumiram a condução da nova política instaurada nacionalmente, e as antigas oligarquias conservadoras que relutavam pela permanência no comando do estado.

Assim, o projeto de construção da nova capital antecedeu os projetos de interiorização pretendidos pela pauta nacional-desenvolvimentista de Vargas. Todavia, os ideais em torno do primeiro se encontraram com as pretensões revolucionárias da década de 1930, culminando na consolidação da construção e transferência da nova capital goiana e no enfraquecimento das forças retrógradas opositoras. Posterior a essa primeira etapa, a Marcha para o Oeste, considerada o projeto nacional de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, reforçou os planos de desenvolvimento e modernização de Goiás, confirmando, de forma definitiva, Pedro Ludovico como ator social histórico e a cidade de Goiânia como principal símbolo do progresso e da modernização do estado de Goiás.

## Referências

- BORELA, Marcela Aguiar. Goiânia e modernismo de fronteira: surgimento de um movimento artístico em Goiás. In: SILVA, Ademir Luiz; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. (orgs). *Goiânia em Mosaico: visões sobre a capital do cerrado*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.
- CHAUL, Nasr Fayad. Goiânia: a capital do sertão. *Revista UFG*, Goiânia, ano 11, n. 6, p. 100-110, jun., 2009. Disponível em:  
<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48235>. Acesso em: 18 jan.2021.
- COSTA, Marcelo Henrique da. *Goiânia: mito ou modernidade? Um olhar publicitário sobre a identidade da cidade*. 2007. Dissertação (Mestrado Artes Visuais), Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em:  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/2007\\_Marcelo\\_Henrique\\_da\\_costa.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/2007_Marcelo_Henrique_da_costa.pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.
- ESTEVAM, Luís. *O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Editora do Autor, 1998.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MELLO, Márcia Mitran de. Modernismo em Goiás. In: MONTEIRO, Rosana Horio; ROCHA, Cleomar de Souza. (orgs.). V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual, 2012, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais, p.247-255., 2012. Disponível em:  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2012-32\\_Modernismo\\_em\\_Goia%CC%81s.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2012-32_Modernismo_em_Goia%CC%81s.pdf). Acesso em: 19 jan.2021.
- MENDONÇA, Jales Guedes. *O Outro Lado da Mudança da Capital de Goiás*. 2012. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4972>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Contornos da relação Estado, sociedade e intelectuais em Goiás na década de 1930. *Trabalho Necessário*, s./l, v.4, p.1-22, dez./dez., 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.4i4.p4596>. Acesso em: 15 jan.2021.

POLONIAL, Juscelino Martins. *Introdução à História Política de Anápolis: 1819-2007*. Anápolis: Kelps, 2007.

RODRIGUES, Fernando Rocha. História Política de Goiás: o governo de Pedro Ludovico Teixeira e a dominação tradicional. *Multi-Science Jornal*, Goiás, s./v., n 1(2), p.3-12, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332585629\\_Historia\\_Politica\\_de\\_Goias\\_o\\_governo\\_de\\_Pedro\\_Ludovico\\_Teixeira\\_e\\_a\\_Dominacao\\_Tradicional](https://www.researchgate.net/publication/332585629_Historia_Politica_de_Goias_o_governo_de_Pedro_Ludovico_Teixeira_e_a_Dominacao_Tradicional). Acesso em: 06 jan.2021.

SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Marcelo de. A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a marcha para o oeste. *Revista Cordis*, São Paulo, s./v., n.11, p.57-89, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/19799>. Acesso em: 13 jan.2021.

SOUZA, Cibele; CARNEIRO, Maria Esperança F. *Retrospectiva de Goiás: da Colônia à atualidade*. Goiânia: Livraria Cultural Goiana, 1996.

## TENSIONES EN LOS MÁRGENES DE LA ECONOMÍA AZUCARERA ARGENTINA: EL CASO DE LA UCIT Y LA FAA (1983 - 1989)

Nahuel Rodríguez (CEAR-UNQ)  
nahuelalejandrorodriguez07@gmail.com

**Resumen:** Este estudio pretende analizar algunos perfiles de la industria azucarera argentina, que desde fines del siglo XIX tiene su epicentro en Tucumán (Noroeste Argentino), cuando se produce el retorno a la democracia, 1983 – 1989. El objetivo es caracterizar y analizar los reclamos de este sector agroindustrial noroesteño dependiente del mercado interno y las respuestas oficiales cuando el radicalismo ejerce el gobierno nacional, liderado por Raúl Alfonsín. Los principales conflictos refieren al valor de la caña y los gravámenes a la exportación, expuestos por la Unión de Cañeros Independientes Tucumanos (UCIT) creada en 1945 sobre los orígenes del Centro de Cañeros Independientes (1918), la Unión Agraria Provincial y el Sindicato de Cañeros de La Trinidad. Se trata de la organización provincial más representativa de los productores de caña, respaldados por la Federación Agraria Argentina (FAA, Santa Fe, 1912) que nuclea a los arrendatarios rurales y se expresa desde su periódico “*La Tierra*”. El eje del análisis es la interrelación entre estos productores de caña y el Estado -de la cual participa la FAA- respecto de los reclamos por el valor de la materia prima, su correlación con el mercado interno y los impuestos a la producción que genera conflictos entre zafreros y empresarios. “*La Tierra*” como expresión de las demandas de la UCIT y las disposiciones adoptadas desde el gobierno central, son las principales fuentes para caracterizar e interpretar el problema planteado y sus alternativas.

**Palabras claves:** Azúcar; UCIT; Tucumán; FAA.

### Introducción

Este estudio se propone abordar las interrelaciones establecidas entre la Unión de Cañeros Independientes de Tucumán (1945, Tucumán) en representación de los plantadores de caña y la Federación Agraria Argentina (1912, Santa Fe) que enarbola los reclamos de los arrendatarios en y más allá de la región pampeana, durante el contexto histórico del retorno a la democracia bajo el gobierno del radical Raúl Alfonsín, entre los años 1983-1989. El objetivo es analizar cuáles fueron los obstáculos que las organizaciones citadas debieron superar frente a los problemas impositivos y de producción azucarera, así como la forma en que lo hicieron. Estas acciones tienen un actor destinatario y por tal motivo también se analizarán las acciones y medidas que el gobierno nacional llevó a cabo para abordar los reclamos planteados entonces. Las resoluciones tomadas como fuente corresponderán principalmente a las emitidas por el Ministerio de Economía porque, al menos en este período, es el organismo estatal responsable de la regulación de esta actividad económica.

Con este doble propósito se relevaron los pedidos realizados por la Unión de Cañeros Independientes de Tucumán (UCIT, en adelante) con motivos diversos en el marco de la economía azucarera y en estrecha relación con sus actividades enlazadas a la producción de materia prima. Estas expresiones de la UCIT no se dieron de forma aislada. Se articularon con

los reclamos de la Federación Agraria Argentina (FAA, en adelante) que les otorgará –por la trayectoria y envergadura de la entidad- mayor visibilidad y peso al momento de encarar las negociaciones con el gobierno. En el órgano de prensa de la FAA, “*La Tierra*” se pueden hallar los pedidos, acciones y reclamos llevados a cabo por dicha organización, conjuntamente con información útil para los productores.

Desde sus inicios en 1912 la FAA se ocupó de la defensa y promoción de las economías regionales, como ejemplo se puede tomar su intercesión en el conflicto cañero de 1926 que llevó a la implementación del Laudo Alvear (1927-1928) que pasaría a regular la actividad cañera hasta la sanción de la Ley 19.597 (o Ley del Azúcar) en 1972 e implementada en 1973 (CAMPI; JUÁREZ-DAPPE, 2006, p. 98). Es sólo un antecedente que explica la acción federativa en favor de la UCIT, principal representante de los cañeros tucumanos, expresando su posición sobre temas comunes de interés, hasta llegar a negociar soluciones con los funcionarios del gobierno nacional.

### **Aproximaciones generales al estado de la cuestión**

La industria azucarera ha sido estudiada desde distintos aspectos por diversos autores que abordaron al sector analizándolo específicamente, y otros, en obras más generales sobre el agro en su conjunto. Barsky, Osvaldo y Gelman, Jorge corresponden a este segundo grupo (BARSKY; GELMAN, 2012) los autores realizan un análisis pormenorizado de la historia agraria argentina en el largo plazo, poniendo énfasis en la región pampeana y el modelo agroexportador. Girbal-Blacha, Noemí cuenta con estudios que se pueden categorizar en ambos grupos mencionados, pero del conjunto y relacionado con el tema en estudio se destacará un artículo que aborda la modernización de la industria azucarera pasando de una producción de alcance local a una de nivel nacional (GIRBAL-BLACHA, 1988) además de una investigación donde aborda la economía y las finanzas de la industria azucarera tucumana (GIRBAL-BLACHA, 2003). Bustelo, Julieta (así como los autores que se nombraran a partir de este momento) centra sus trabajos directamente en la economía azucarera, abordando distintas dimensiones de esta agroindustria (BUSTELO, 2012) en este trabajo en particular se centra en la conformación de la UCIT y su evolución. Campi, Daniel y Bravo, María Celia son dos referentes en los estudios históricos sobre la industria azucarera, porque ambos realizan un resumen historiográfico sobre esta actividad económica (CAMPI; BRAVO, 1999) además de abordar temas específicos de esta economía regional monoprodutora. Osatinsky, Ariel, por su parte, aborda el mercado de trabajo en la provincia de Tucumán, ocupándose particularmente de los cañeros (OSATINSKY, 2012).

## **Breve contexto histórico**

El gobierno radical del Dr. Raúl Alfonsín asume en diciembre de 1983, como primer gobierno democrático luego de la última dictadura militar autodenominada “Proceso de Reorganización nacional” que con la aplicación de sus recetas ortodoxas dejó a la economía argentina en una situación inestable que afectara especialmente a los sectores productivos. Cuando el gobierno de facto dejó el gobierno en 1983 la situación era peor que en 1976 cuando se producía el derrocamiento del ya debilitado gobierno a cargo de la presidente Isabel Perón. El producto por habitante había caído un 20%, el PBI también cayó, la inflación alcanzó casi el 350%, aumentó el desempleo, se desplomó el salario real y la deuda externa llegó a 45 mil millones de dólares iniciando con 8 mil millones en 1976 (FERRER, 2012, p. 396-397). Para enfrentar esta compleja situación, en junio de 1985 el ministro de economía Juan Vital Sourrouille (el segundo ministro de economía del presidente Raúl Alfonsín, siendo el primero Bernardo Grinspun) implementó un plan económico de shock antiinflacionario denominado “Plan Austral”<sup>422</sup>.

En sus inicios el plan tuvo resultados sumamente positivos y logro revertir el proceso inflacionario, fijando la relación 1A=0,85 Dólar. La aprobación de la población se reflejó en la victoria del oficialismo en las elecciones legislativas de 1985. Sin embargo, luego del primer año de implementación, las medidas comenzaron a erosionarse frente a las presiones sindicales y el escaso respaldo de la burguesía industrial. Para finales de 1986 se dio un rebrote inflacionario que llevó a la implementación del Plan Primavera en 1988 que significaba una profundización del Plan Austral y tenía como único objetivo llegar hasta los comicios electorales (VILLAFANE, 2016, p. 68). En esta oportunidad el oficialismo perdió las elecciones presidenciales de 1988, triunfando el candidato peronista Carlos Menem. Ante la desbordante situación económico financiera y la tensa relación con los acreedores del FMI, Sourrouille renunció a su cargo y se sucedieron otros dos ministros de economía (Juan Carlos Pugliese y Jesús Rodríguez) hasta la entrega anticipada del gobierno al presidente electo, cuando la hiperinflación, junto con el desempleo y la pobreza crecientes, se adueñaba de la Argentina, con una depreciación extraordinaria de la moneda (1 Dólar=700 A). (FERRER, 2012, p. 404).

## **Agroindustria del azúcar, la UCIT y la FAA**

A partir del contexto general descrito, el punto de partida de este breve estudio referido

<sup>422</sup>El Plan Austral era una política económica heterodoxa que consistió en la conjunción del congelamiento de precios, reducción del gasto público, incremento de las tarifas públicas, mayor gravamen al comercio exterior y el reemplazo del peso argentino por el Austral que equivalía a 1000 pesos argentinos (AZPIAZU, 1991, p.12).

a la historia reciente de los conflictos azucareros, es la presentación de los reclamos planteados durante el período abordado, diferenciándolos de acuerdo a las siguientes categorías: protestas por el cupo de la zafra, precio de la materia prima, interrupciones en el pago de la zafra y la regulación de la actividad e importación de azúcar en relación con los fenómenos naturales y efectos climáticos, que si bien no eran nuevos adquirirían perfiles renovados con la vigencia de la democracia.

### **Reclamos por el cupo de la zafra**

A partir de las “leyes machete” de 1902-1903 (BUSTELO, 2012, p.3) el establecimiento de un límite de toneladas a la producción se volvió una medida constante para evitar una crisis en la caída de precios a raíz de la sobreproducción. Avanzado del siglo XX y de acuerdo a la Ley del Azúcar de 1972 este cupo debía ser establecido con una demora tolerada de hasta el 31 de enero de cada año, sin embargo, el 6 de febrero de 1984 el Ministro de Economía Bernardo Grinspun (que actuaba con su equipo de técnicos recogiendo la experiencia de su gestión de los años 70) establece que dicho cupo sería de 1.500.000 Tn (*LA TIERRA*, 1984, p.6). Esa decisión se plasmó en la resolución N° 49 del Ministerio de Economía (BOLETÍN OFICIAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1984). Frente a esta disposición unilateral las entidades representantes de la actividad azucarera de toda la Argentina solicitaron audiencia con el ministro del Interior Antonio Tróccoli<sup>423</sup> para pedirle que el cupo se elevara a 1.600.000 Tn. y que se crearan las condiciones necesarias para asegurar una razonable rentabilidad para todos los participantes del proceso azucarero. Sin dudas apelar a la cartera política del gobierno central indicaba que el asunto trascendía los perfiles económicos de la cuestión. Esta audiencia fechada para el 7 de marzo concluyó proponiendo que se pondría en conocimiento del ministro Grinspun las demandas planteadas dado que se estimaba competencia del Ministerio de Economía la regulación de la actividad azucarera. (*LA TIERRA*, 1984, p.8). Una nueva dilación que colocaba sobre la mesa de negociaciones las dificultades para acercar posiciones entre las partes.

El 24 de mayo de 1984 mediante la resolución 402 (BOLETÍN OFICIAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1984), el ministro Grinspun dispone, con carácter transitorio, un

<sup>423</sup>Militante radical desde la década de 1950 donde ocupó una banca en el congreso como diputado. Un hombre cercano al dirigente radical Ricardo Balbín. Fue presidente del bloque radical de la cámara de diputados y tras la muerte de Ricardo Balbín se unió a Raúl Alfonsín. Radical de largo trayectoria que carente de un perfil más técnico, abogaba por la defensa de los valores del partido radical, debido a esto se disponía en mayor medida que otros ministros para el dialogo. Fuente: Tróccoli reiteró la política de la UCR. *EL LITORAL*, Santa Fe, 12 de marzo de 1974, p.2.



cupo de 1.350.000 de Tn de producción de azúcar para el año 1985 (*LA TIERRA*, 1984, p.7). Frente a esta medida inconsulta y que no reflejaba las pretensiones del sector azucarero el recientemente formado Frente Agrario Nacional, surgido por iniciativa de la FAA y siendo su titular Gaspar Lasalle, el también director de la UCIT, se entrevistó con el secretario de Comercio Ricardo Campero -de trayectoria radical en Tucumán- para plantearle sus dudas sobre el cupo de producción para el azúcar y otras cuestiones con relación a la situación de la zafra, que se mostraban perjudiciales para esta agroindustria y en especial para el sector cañero. Nuevamente la respuesta del gobierno nacional fue “Comprometiéndose el funcionario tratar en detalles las diferentes cuestiones planteadas con los titulares de las dependencias estatales con específica competencia en los mismos” (*LA TIERRA*, 1984, p.8) Lo que sencillamente expresaría un desentendimiento del problema. Finalmente, el límite de producción definitivo se estableció el 8 de enero de 1985 y resultó incluso inferior al cupo transitorio, cuando se fijó en 1.100.000 Tn.. (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1985). Las tensiones crecían al interior del sector azucarero como parte del enfrentamiento entre propietarios de ingenios y cañeros, mientras el gobierno nacional parecía esquivar una resolución efectiva de este asunto que afectaba no sólo a Tucumán sino a toda la economía azucarera. (BRAVO; RIVAS, 2017, p. 239-240)

Esta decisión conjuntamente con las deudas aún impagas del año anterior, motivó una movilización en la ciudad de Tucumán durante el mes de marzo, organizada por los presidentes de la UCIT y la FAA, Gaspar Lasalle y Humberto Volando, respectivamente. En dicha movilización una serie de exposiciones ponían sobre la mesa de discusiones el problema azucarero y sus aristas. De ellas participaron los presidentes de dichas organizaciones. Para finalizar el evento habló el gobernador de Tucumán Fernando Riera<sup>424</sup> intentando calmar los ánimos de los asistentes a la movilización diciendo que se debía tener fe en las palabras del presidente de la Nación ya que él daría la solución que la provincia necesita. Sin embargo, las muestras de rechazo hacia el gobernador se hicieron presentes, por lo cual el mandatario provincial debió detener su discurso y más adelante exhortó a los cañeros a volver a sus hogares (*La Tierra*, 1985, p.7).

El 29 de enero de 1986 se estableció el cupo definitivo para el corriente año en 1.050.000 Tn (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1986). Durante este año tanto la UCIT de manera independiente, por intermediación de la FAA le hizo llegar a distintos funcionarios

<sup>424</sup>Político peronista 3 veces gobernador de Tucumán. Promulgó la ley 2821/5, para proteger los derechos de pequeños y medianos productores de caña, cañeros independientes, principalmente campesinos minifundistas.

como el secretario de Desarrollo Regional Eduardo Poliche, el director nacional del Azúcar Hugo Arias, el ministro Sourrouille, su preocupación y disgusto por la situación del cañero argentino. Sin embargo, en esos pronunciamientos no se registran menciones a dicho cupo, seguramente para atender a necesidades más urgentes que tratar y a la difícil situación de la economía argentina, que estrenaba entonces su nuevo signo monetario: el Austral, en una relación de alta cotización respecto del dólar resultando 1 austral equivalente a 0,85 dólares (FERRER, 2012, p. 402).

En diciembre de 1986 el titular de la FAA, Humberto Volando, envió un telegrama al ministro de Economía Sourrouille solicitando que el cupo de 1987 no sea menor que el del año 1986. Sin embargo, el ministro fiel a su perfil técnico, volvió a desafiar a los demandantes y estableció el cupo en 900.000 Tn. (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1986) (*LA TIERRA*, 1987, p.4). Entonces la FAA solicitó audiencia con el ministro en nombre de la UCIT mientras dicha organización entrevistaba al ministro del Interior Antonio Tróccoli que mostraba mayor capacidad de diálogo y a quien entre otros puntos, se le planteó que el cupo no fuera menor a 1.050.000 Tn. El ministro respondió con evasivas y sostuvo que “se acordó que se continuará con este tipo de encuentros, o se mantendrá una relación más continua, a los efectos de ir analizando todos y cada uno de los problemas expuestos” (*LA TIERRA*, 1987, p. 1).

Poco tiempo después, representantes de la FAA y la UCIT se entrevistaron con el nuevo secretario de Desarrollo Regional, Armando Caro Figueroa<sup>425</sup> (peronista oriundo de la provincia de Salta, al norte del país) para plantearle la situación de los cañeros en la que se incluyó la demanda por la actualización del cupo de zafra. Una vez más la respuesta fue evasiva para el sector cañero y el secretario dijo que estudiaría más detenidamente los problemas planteados (*LA TIERRA*, 1987, p. 6). Finalmente, el ministro Juan Sourrouille modificó la resolución 1.241 y estableció como nuevo cupo para el año 1987 en 972.000 Tn. (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1987). Al año siguiente el ministro de Economía establecía que, para la zafra de 1988, 1989 y 1990 no habría un cupo de producción ni exportación debido a una escasez del producto en el mercado mundial que hizo que los precios subieran. Siendo este uno de los Considerando formulados por Sourrouille en el cuerpo de la resolución (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1988). Esta medida que respondía a la coyuntura internacional más que a la solución de los conflictos intersectoriales del sector azucarero argentino, no fue discutida por los cañeros porque veían en ella una opción a futuro que les permitiera limar

<sup>425</sup>Entre 1976 y 1983 fue asesor del sindicato Unión General de Trabajadores. En 1985 fue designado subsecretario de trabajo y posteriormente secretario de trabajo del gobierno del presidente Raúl Alfonsín.

asperezas y mejorar su posición política y económica, esto debido a que, como se puede apreciar en varios números, la UCIT no buscaba una confrontación directa con el ministro Sourrouille, a diferencia de Humberto Volando, el director de la FAA que si confrontaba directamente con el funcionario. (*LA TIERRA*, 1986, p.1) (*ÁMBITO FINANCIERO*, 1986, p.6).

Además de los reclamos expuestos se debe remarcar que a la asignación individual de los cupos a los cañeros se fomentaba la cantidad de tierra en posesión, de esta forma se daban situaciones contradictorias: productores con cupo, pero sin caña, aquellos con cupo pero que no plantaban y productores que entregaban o tiraban sus cosechas; por otro lado, no es un detalle menor que dichos cupos podían (y frecuentemente se hacía) comerciarse (GIARRACA, 2017, p. 483).

### **Precio de la materia prima**

De acuerdo a la Ley de Azúcar (1972) específicamente el artículo N° 33, el precio de la producción de la zafra debe establecerse antes del 30 de noviembre con la posibilidad de modificaciones ulteriores a razón del aumento de los costos de producción. El citado artículo también dispone que los precios deben estar conformados por el costo de producción más una utilidad razonable para el cañero. Una disposición que sostenía los argumentos de quienes peticionaban mejoras en el precio pagado por la materia prima.

Pese a los pedidos de modificación del precio de la zafra, establecido por el gobierno de facto en noviembre de 1983, gestionados por la UCIT y la FAA ante el ministro de Economía Bernardo Grinspun, el ministro del Interior Antonio Tróccoli y el presidente de la Nación Dr. Raúl Alfonsín, recién en julio se modificaron los precios de la zafra para mayo (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1984) y junio (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1984). A su vez, el titular de la cartera de Economía anunció que para establecer el precio de la zafra de julio se llamaría a una junta de técnicos de las entidades azucareras para la confección de los costos de producción. La reunión se concretó el 17 de julio de 1984 y se le informó al ministro que de acuerdo a los costos elaborados el precio de la caña debería ser de \$ 1.930 y de \$2.361,73 para el mes de agosto. El funcionario no tardó en desconocer estos argumentos, manifestando que había discrepancias en cuanto a los costos, por lo que el 9 de agosto se estableció el precio en \$ 1.543,72 (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1984). Dos días después las entidades cañeras enviaron un telegrama al presidente de la Nación explicando la difícil situación y pidiéndole que intercediera para la fijación de un precio adecuado a sus necesidades debidamente fundadas. También se puso en conocimiento de la situación al presidente de la Comisión Especial Bicameral del Azúcar, Jorge Fuensalida, quien tampoco diera respuesta al

planteo, esto se debe a la ausencia de competencia de esta comisión sobre resoluciones ministeriales, estando la misma restringida a decretos del poder ejecutivo, de necesidad de urgencia y por pedido legislativo. Finalmente, el 18 de septiembre se actualizarían los precios de la zafra de julio y agosto a \$ 1.610,07 (B.O. de la República Argentina, 1984). Sin embargo, la medida no satisfizo a los cañeros debido al abismo entre el precio al que los productores sostenían con fundamentos y el que estableció el ministro. Una vez más optaron por expresar su descontento al presidente la Nación pidiendo su arbitraje (*La Tierra*, 1984, p. 03).

La resolución que estableciese el precio de la zafra para noviembre no se concretó y esta situación fue otro de los motivos que llevó a la movilización por la cuestión de los cupos, ya mencionada. A raíz de esta movilización algunos días después, el 20 de marzo, se estableció el precio de la zafra de noviembre de 1984 en \$ 3.005 (B.O. de la República Argentina, 1985). Las tensiones crecen y los avances son lentos en medio de una coyuntura económica, social y financiera nacional muy compleja.

El 21 de julio de 1986 el ministro Sourrouille estableció el precio de la caña en 16,20 Australes para el mes de mayo (B.O. de la República Argentina, 1986). Al día siguiente la UCIT rechazó terminantemente el precio y declaraba que no se conocía el costo de producción utilizado por la autoridad de aplicación para fijar ese monto, agregando que ni siquiera se había consultado a las entidades específicas del sector. Por tales motivos -una vez más- se solicitó una entrevista con el ministro, quien respondió que con posterioridad otorgaría una audiencia especial para considerar todos los aspectos vinculados al sector azucarero. Sin embargo, a los 14 días del mes de agosto la FAA reclamaba por la demora en acordar la audiencia, insistiendo una vez más con el pedido. Debido a la falta de soluciones, en julio de 1986 se realizó una movilización en la ciudad de Tucumán bajo el lema “Defendamos a Tucumán”. El gobernador Fernando Riera, miembros de su gabinete, representantes de las entidades azucareras a nivel nacional, partidos políticos y la FAA, estuvieron presentes en ese encuentro. La movilización se realizó paralelamente a un paro total de la actividad azucarera de 24 horas. (*La Tierra*, 1986, p. 06).

En abril de 1987 la UCIT y la FAA se reunieron con el secretario de Desarrollo Regional de la Nación, José Armando Caro Figueroa a quién se le entregó la planilla de costos elaborada por UCIT y el Centro de Agricultores Cañeros de Tucumán (CACTU) el 20 de abril, según la cual el precio mínimo debería ser de 33,53 Australes. Por su parte la DNA presentó otra planilla de acuerdo a la cual el precio debería ser 26,75. No obstante, ninguno de los precios fue tomado en cuenta ya que no se resolvió un precio para la caña de este mes (*LA TIERRA*, 1987, p.1). El

precio fijado para el mes de mayo fue de 23,90 Australes (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1987). Las dificultades sociales y económicas de la Argentina hacen que, pese a los reclamos mensuales de ambas organizaciones ante la Secretaría de Desarrollo Regional, el Ministerio del Interior, el presidente de la Nación y el Ministerio de Economía, este precio se mantuviera durante todo el año sin modificación. Una situación que persiste al año siguiente con el establecimiento del precio de la caña en 169,61 australes para septiembre con retroactividad a junio del mismo año (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1988). Para el año 1989 frente al proceso hiperinflacionario que agita a todo el país no se registran resoluciones respecto al precio de la zafra en el Boletín Oficial y tampoco se hace referencia al mismo en *La Tierra*.

### **Disrupciones en el pago de la zafra y la regulación de la actividad**

De acuerdo a la Ley 19.597 sancionada en 1972, el pago de la zafra se dividirá en un 70% del total del valor que será abonado de inmediato y en efectivo, mientras que el 30% se pagará en un plazo no mayor a los 180 días. Se trata de un sistema de pago que pronto planteará dificultades para los cañeros. Para completar este abordaje también se analizará el accionar de la Dirección Nacional del Azúcar (DNA, en adelante) y de la Secretaría de Desarrollo Regional, organismos dependientes del Ministerio de Economía que se encargaron de la administración de esta agroindustria, con resultados variables y diversos.

Una de las primeras medidas del gobierno democrático, respecto a esta actividad económica, correspondió al traspaso de la DNA a la competencia de la Secretaría de Desarrollo Regional, en diciembre de 1983 (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1984) que contara con el apoyo de las organizaciones sindicales y corporativas azucareras que manifestaran a través de telegramas dirigidos al Presidente de la Nación donde se expresaría además su conformidad por el nombramiento de Aaron Simerman como director de la DNA.

Sin embargo, la DNA pronto pasaría a ser uno de los principales problemas para la actividad azucarera en palabras de los propios actores. Denuncias constantes se pusieron en conocimiento de ministros y del secretario de Desarrollo Regional, Eduardo Poliche<sup>426</sup>, sobre las escasas o nulas gestiones que la DNA estaba llevando a cabo para apoyar al sector de los cañeros. Esta situación llegaría a su punto culminante con la implementación del sistema de explotación de maquila en 1985 (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1985) y que se complementó cuando el gobierno facultaba a la DNA para ser la única comercializadora del

<sup>426</sup> Economista tucumano de perfil cepalino y perteneciente al movimiento alfonsinista de Renovación y Cambio

azúcar (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1985). El sistema de Maquila facultaba a los productores, que lo desearan, a dejar su materia prima en los depósitos de la DNA donde luego de procesarlas y a la espera de un mejor precio, serían vendidas, pagándosele al productor al precio de la zafra del momento de venta.

Sin embargo, el problema inicia cuando toneladas de azúcar equivalentes a 14.000.000 de Australes, simplemente “desaparecieron” de los depósitos de la DNA. El hecho llevó a que la FAA y la UCIT solicitaran la intercesión del fiscal Ricardo Molina para que procediera a la realización de una investigación de la situación. Al año siguiente las denuncias por las nulas gestiones realizadas para aplacar el mercado negro del azúcar, o la denominada comercialización de azúcar negro, provocó la intervención de la DNA nombrándose interventor a Roberto Olguín<sup>427</sup> (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1986). Una designación frustrada ya que al año siguiente se nombraría a Víctor Martorell como interventor (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1987). Este proceso habría de reiterarse en 1988 y 1989, nombrando en 1988 a Ricardo Entrena<sup>428</sup> (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1988) y en 1989 a Luis Garretón (B.O. DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, 1989). Quedaba al descubierto el estado acefalia en la organización y su escasa eficiencia para mejorar situaciones concretas para la actividad en sí.

La autora Norma Giarraca destaca que el principal impedimento para un correcto funcionamiento de este sistema, se debió a la rigidez que establecía la DNA en la regulación de la actividad y mientras que avanzaba la creación de federaciones cooperativas, la dirección seguía con los viejos sistemas clientelísticos y corruptos (GIARRACA, 2017, p. 486).

Por otro lado, al tiempo que quedaron expuestos los problemas generados por el precio que se pagaría por el producto, también la cuestión del pago en sí resultó caótica. Como ya se explicó, para noviembre de 1984 no se había anunciado un precio cierto para la caña producto de la zafra anual. Cuando se lo estableció, posteriormente, de todos modos, los ingenios se guiaron por los precios de agosto, negándose a pagar la diferencia. La situación se repitió con la actualización del precio para la zafra de julio y agosto y las tensiones sectoriales en el sector azucarero aumentaron. Las deudas fueron pagadas finalmente a lo largo del año 1985, pero precisamente entonces ocurriría la referenciada desaparición del azúcar de maquila.

<sup>427</sup>Desempeñó hasta ese momento su función de coordinador de Control Operacional de la Subsecretaría Técnica y de Coordinación Administrativa del Ministerio de Economía.

<sup>428</sup> Hasta entonces sub secretario de Desarrollo Regional.

Los montos adeudados hasta 1986 recién fueron pagados en 1987. “Aún no se le abonó el saldo de maquila 1985 ni 1986, a pesar de las innumerables promesas efectuadas y de las incontables gestiones que vienen realizando en Tucumán ante autoridades provinciales y nacionales y, a pesar, de las que realiza la FAA” (*La Tierra*, 1987, p. 04), se sostiene desde la Federación. Esta situación se pudo resolver en ese mismo año luego de una movilización por parte de los cañeros hacia la DNA que acabó con resultados violentos, con los productores irrumpiendo en las instalaciones de la Dirección, causando destrozos a pesar de la intervención del presidente de la UCIT, Gaspar Lasalle, que en julio de ese año falleció. (*LA TIERRA*, 1987, p. 05).

### **Importación de azúcar e influencia de los fenómenos naturales**

Esta última categoría de análisis se refiere a las demandas realizadas en los dos últimos años del período analizado. No son numerosas, pero resultan puntuales y significativas para la producción azucarera. En 1988 el Presidente de la Nación tenía planeado comenzar a importar azúcar, sin embargo, automáticamente el gobernador de la provincia de Tucumán y el presidente de la UCIT, Manuel Martínez Zuccardi, el presidente de la Cámara de Diputados Provincial, Eduardo Castro, y el Centro Azucarero Argentino enviaron telegramas al ministro de Economía Juan Vital Sourrouille, al secretario de Desarrollo Regional, Rubén Chebala<sup>429</sup> y al propio presidente de la Nación informándoles que: “La medida proyectada, a la que nos oponemos enérgicamente, es violatoria de la letra y el espíritu de la ley azucarera 19.597 y, de ser adoptada, sus efectos serán nefastos” (*LA TIERRA*, 1988, p. 13). Por lo cual finalmente el primer mandatorio dio marcha atrás con la medida. Durante 1989 el entonces presidente de la Nación Carlos Menem, intentó nuevamente importar azúcar, pero esta vez a los argumentos conocidos en contra de la medida se sumaron aquellos que aseguraban que la producción de ese año estaba lista para satisfacer la demanda interna y, además, destinar parte de ella a la exportación; considerando además que el precio del azúcar argentino es bajo, la intención de ingresar azúcar más barato al país, provocaría más perjuicios que beneficios para la economía regional norteña. La convulsionada situación interna en medio de un proceso hiperinflacionario obligó, una vez más, a aplazar la medida.

El intento de importar azúcar no es una medida restringida a los años 1989 y 1990, la historia argentina sirve como testigo de los reiterativos intentos por llevar adelante la medida y

<sup>429</sup> Candidato a gobernador de la provincia de Tucumán en 1987 que perdió las elecciones y poco más tarde, en 1988, sería viceministro de economía.

este hecho es abordado por la autora Medwid, Bárbara “El congreso argentino ha votado, en reiteradas oportunidades, leyes protegiendo la actividad y restringiendo la importación de azúcar mediante la prolongación del arancel comercial” (MEDWIN, 2008, p. 496).

A esta coyuntura se sumaron los efectos de la sequía sufrida por gran parte de la provincia de Tucumán desde enero hasta abril de 1988 y que finalizó con un temporal de viento y granizo que en su conjunto llevó a la pérdida del 40% de los cultivos de caña dulce. Frente a esta situación la Secretaría de Desarrollo Regional planteó la reactivación y ampliación del Fondo Nacional Azucarero, contemplado en la Ley de Azúcar, pero desarticulado por el Proceso. Este fondo tenía como objetivo asistir a los cañeros desempleados, sin embargo, la Secretaría de Desarrollo Regional elevó un proyecto en el que se contemplaba que el Fondo asista también a los cañeros que perdieron sus cultivos por las drásticas condiciones naturales de ese año. Además, el proyecto establece que el Fondo incentive programas de integración agroindustrial basado en la participación de cooperativas y cañeros. Al momento de la finalización del periodo abordado, dicho proyecto se encontraba a la espera de ser tratado en el Congreso. Una vez más las frustraciones agitan el escenario de los sectores sociales vinculados a la producción azucarera.

## **Conclusiones**

Los cañeros y sus organizaciones representativas, así como la FAA iniciaron el nuevo gobierno democrático con una actitud cauta pero optimista, confiando en que a través del diálogo y la concertación se podrían solucionar problemas incentivados por el autoritarismo del gobierno de facto del Proceso de Reorganización Nacional. Sin embargo, para la UCIT, este anhelo rápidamente se vio frustrado cuando el ministro de Economía Bernardo Grinspun llamó a la realización de una junta de técnicos para establecer el precio de la caña para el mes de agosto que, finalmente, terminó omitiendo su opinión al sancionar un precio menor. A partir de este momento las relaciones pasaron a ser distantes, especialmente al inicio de la conducción de Juan Sourrouille en el ministerio de Economía, un ministro que dio poco o ningún lugar al reclamo asediado por la inflación y atado a los principios de su política financiera de shock. Sólo en dos oportunidades las demandas conjuntas de la UCIT y la FAA obtuvieron algún tipo de resultado. La primera de ellas cuando el ministro Grinspun aún desempeñaba sus funciones en 1984, cuando actualizó los precios de la caña para julio y agosto de ese mismo año, pudiendo encontrar como incentivo de tal acción la movilización realizada en Tucumán; y en la segunda oportunidad en 1987 cuando el ministro Sourrouille actualizó el cupo para el año 1987, El ministro eludía los pedidos de reuniones, entrevistas y audiencias, provocando una tensión entre



el gobierno y las organizaciones representativas de los sectores cañeros. El titular de la FAA Humberto Volando, llegó a comparar sus medidas con las implementadas por el ministro José Alfredo Martínez de Hoz, que dirigiera esa cartera en tiempos del Proceso. El hecho empeoró y tensionó las relaciones.

Respecto de otros organismos estatales, como la DNA y la Secretaría de Desarrollo Regional, las organizaciones sindicales azucareras no tardaron en calificarlas de inoperantes e incluso se llegó a la intervención estatal de ambos organismos por el mencionado caso de la desaparición del azúcar de maquila y el mercado de azúcar negro. La DNA no buscó ni encontró el equilibrio relacional en ningún momento del período analizado, pasando a tener en la acefalía de su conducción un común denominador que impactaría en la suerte de la industria azucarera argentina.

La gran mayoría de los funcionarios que fueron interpelados por los reclamos aquí mencionados, no hicieron más que desligarse de sus obligaciones, para atribuirle la función de tomar las decisiones, a terceros, posiblemente ante la necesidad de atender situaciones que consideraban más urgentes. Cabe recordar que, a inicios de la gestión, la UCIT solicitó una reunión con Bernardo Grinspun, que éste derivó a un miembro de su equipo muy vinculado a los intereses tucumanos, Ricardo Campero, titular de la Secretaría de Comercio Interior, Exterior y Turismo. Esta reunión nunca se llevó a cabo debido a una falta de respuesta del mismo funcionario. Sin embargo, tiempo más tarde los cañeros se reunirían con Ricardo Campero quien devuelve el asunto al ministro de Economía. Toda una expresión de que a nadie le correspondía solucionar los problemas azucareros.

Resulta interesante retomar, por su significado para el sector y la economía provincial que representa, las palabras pronunciadas por Gaspar Lasalle<sup>430</sup> en la movilización de marzo de 1985 y que bien podrían repetirse a final del período con el mismo acierto

Hemos creído que en el primer año del gobierno constitucional no podría estar peor que en el último año del gobierno militar, pero lo que sucedió todos ustedes lo conocen. Se nos burló en forma increíble. Nos hicieron como a tontos que le tomaban la medida del traje. Y al final nos quedamos sin el traje y sin nada. No podía pensarse eso de funcionarios que siendo tucumanos debían tener por lo menos de ecuanimidad que hay que tener para defender la provincia. Nos hicieron lo que han querido, nos cansaron y engañaron vilmente (*LA TIERRA*, 1985, p. 14).

<sup>430</sup>Gaspar Lasalle formó parte de la UCIT desde la década del '60. Siendo protagonista de los "tucumanazos" realizados a la Revolución Argentina, la junta militar que gobernó el país entre 1966 y 1973, movilizaciones en pos de la defensa del sector azucarero tucumano.

## Referencias

### Libros, capítulos de libros y artículos

AZPIAZU, Daniel. Programa de ajuste en la Argentina en los años 80: década pérdida o decenio regresivo. 1991. En: Seminario "Ajuste económico, sindicalismo y transición política en los años '80, 1991, San Pablo, Brasil.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. *Historia del agro argentino*. Desde la conquista hasta comienzos del siglo XXI, Buenos Aires, Sudamericana, 2012.

BRAVO, María Celia; RIVAS, Ana. La producción agrícola de Tucumán (1976-2001): un espacio diversificado. En BRAVO, María Celia (Coord.), *Historia Agraria de Tucumán. Actores, expresiones corporativas y políticas. Siglo XIX y XX*, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Consejo Federal de Inversiones, 2017. pp. 237-267.

BUSTELO, Julieta Anahí. La formación de la Unión de Cañeros Independientes de Tucumán. El nuevo asociacionismo de los cañeros tucumanos en los orígenes del peronismo. *Mundo Agrario*, La Plata, Vol. 13, N° 25, 2012. Disponible en: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv13n25a01>. Acceso: 25 de octubre. 2021.

CAMPI, Daniel; BRAVO, María Celia. La agroindustria azucarera argentina. Resumen historiográfico y fuentes. *América Latina en la Historia Económica*, Tucumán, Vol. 6 Num. 11, pp. 73-93, 1999. Disponible en: <http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/240>. Acceso: 8 de noviembre. 2021.

CAMPI, Daniel; JAUREZ-DAPPE, Patricia. Despegue y auge azucarero en Perú y Argentina: semejanzas y contrastes. *Illes I Imperis*, Barcelona, pp. 79-115, diciembre 2006. Disponible en: <https://raco.cat/index.php/IllesImperis/article/view/81026>. Acceso: 8 de noviembre. 2021.

FERRER, Aldo. *La Economía Argentina*. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2012.

GIRBAL-BLACHA, Noemí María. Estado, modernización azucarera y comportamiento empresario en la Argentina (1876-1914). Expansión y concentración de una economía regional. *Anuario de Estudios Americano*, Madrid, vol. XLV p. 383 – 417, 1998. Disponible en: <https://shortest.link/1T3P>. Acceso: 22 noviembre. 2021.

GIARRACA, Norma. *Estudios rurales y movimientos sociales: miradas desde el Sur*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, 2017.

GIRBAL-BLACHA, Noemí María. Economía azucarera tucumana, empresarios y crédito en tiempos del estado peronista (1946-1955). En MACOR, Darío y TCACH, César (edit.), *La invención del peronismo en el interior del país*, Santa Fe, Universidad Nacional del Litoral, 2003. pp. 265-317.

MEDWIN, Bárbara. Mitos y realidades de la pobreza y el Mercosur. El caso de la industria azucarera en Tucumán. En CIMADAMORE, Alberto (comp.). *La economía política de la pobreza*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 495-536.

OSATINSKY, Ariel. Estructura productiva, actividad azucarera y mercado de trabajo en Tucumán (1930-1970). *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, Num. 47, pp 41-71, 2012. Disponible en: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/62758>. Acceso: 25 octubre. 2021.

VILLAFANE, Alfredo Eduardo. *Planes económicos argentinos*, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Librería Akadia Editorial, 2016.

### **Artículos de *La Tierra* por orden de aparición**

Apoyan los cañeros la modificación a la actual Ley Nacional del Azúcar. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXII, Num. 6990, 1984.

Sectores azucareros con el Dr. Tróccoli. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIV, Num. 6991, 1984.

Fueron expuestas preocupaciones del FAN. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXII, Num. 6998, 1984.

Fijose el cupo de azúcar. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXII, Num. 6998, 1984.

Las injusticias que azotan a los cañeros ponen en movilización y lucha al sector. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXII Num. 7016, 1985.

El azúcar y el gran bonete. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIII, Num. 7060, 1986.

Planteos de UCIT ante Tróccoli por la crítica situación cañera, denuncia de irregularidades. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIV, Num. 7067, 1987.

Se trató sobre la grave crisis en el sector cañero. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIV, Num 7069, 1987.

Gritos y susurros. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIII, Num. 7058, 1986.

Gritos y susurros. *Ámbito financiero*, Ciudad autónoma de Buenos Aires, 27 de octubre de 1986.

Reclamo por el precio de la caña de azúcar. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXII, Num. 7004. 1984.

Multitudinaria protesta por la situación cañera. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIII, Num.7050, 1986.

Reclamó UCIT nuevo precio para la caña. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIV, Num. 7071. 1987.

Los cañeros siguen esperando que les paguen deudas de los años 85 y 86. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIV, Num. 7064, 1987.

Airada movilización de los cañeros tucumanos. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXIV, Num. 7063, 1987.

Rechaza UCIT la posible importación de azúcar. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXVI, Num. 7.105, 1988.

Las injusticias que azotan a los cañeros ponen en movilización y lucha al sector. *La Tierra*, Santa Fe, año LXXII Num. 7016, 1985.

### **Decretos y Resoluciones por orden de aparición**

Resolución N° 49/84, de 6 de febrero de 1984. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 402/84, de 24 de mayo de 1984. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 4/85, de 8 de enero de 1985. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 65/86, de 29 de enero de 1986. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 1.241/86, de 30 de diciembre de 1986. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 699/86, de 31 de julio de 1986. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 198/88, de 25 de marzo de 1987. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 658/84, de 18 de julio de 1984. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 659/84, de 18 de julio de 1984. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 723/84 de 9 de agosto de 1984. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 871/84 de 18 de septiembre de 1984. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 72/85 de 20 de marzo de 1985. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 549/86 de 21 de julio de 1986. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 550/87 de 24 de junio de 1986. Boletín Oficial de la República Argentina.

Resolución N° 819/88 de 7 de septiembre de 1986. Boletín Oficial de la República Argentina.

Decreto N° 361/83 de 19 de enero de 1984. Boletín Oficial de la República Argentina.

Decreto N° 1079/85 de 21 de junio de 1985. Boletín Oficial de la República Argentina.

Decreto N° 1080/85 de 21 de junio de 1985. Boletín Oficial de la República Argentina.

Decreto N° 1108/86 de 15 de agosto de 1986. Boletín Oficial de la República Argentina

Decreto N° 678/87 de 2 de octubre de 1987. Boletín Oficial de la República Argentina

Decreto N° 439/88 de 28 de abril de 1988. Boletín Oficial de la República Argentina

Decreto N° 144/89 de 11 de julio de 1989. Boletín Oficial de la República Argentina.

## GUERRA FRIA, DITADURA MILITAR E IMPRENSA ALTERNATIVA: O HUMOR COMO VIÉS DE OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA

Natália Martins Besagio. Doutoranda na Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
natalia.besagio@gmail.com

**Resumo:** 1964. Tendo como pano de fundo a Guerra Fria e o “espectro do comunismo” que rondava os países latino-americanos, se instaurou no Brasil um Regime Militar. Sob influência de organizações implantadas pela CIA, articulou-se um golpe que desembocou em um governo autoritário, pautado pela violência e pela censura. Enquanto a “grande imprensa”, em sua maioria, veiculava informações favoráveis aos militares, desenvolveu-se, paralela e sorrateira, a imprensa alternativa, que teve no *Pasquim* um de seus principais representantes. O humor, até então relegado à margem das publicações jornalísticas, angariava agora um amplo espaço de atuação, uma vez que se convertera em moeda de troca com os militares. Por meio de uma linguagem lúdica e simbólica, ousava dizer o que teria sido proibido pelos censores. Em contraposição ao medo, amplamente difundido pelo aparato repressor e articulado pelo Estado, seria empregado o riso, que se constituiu como um meio de amenizar as brutalidades empreendidas por um regime de caráter autoritário. *O Pasquim*, com seu jeito moleque, tornou-se porta-voz da oposição que não pretendia ser levada a sério, associando humor e imagem ao utilizar a charge como meio de expressão. A charge, a caricatura, o cartum, tornaram-se assim viés de contestação ao Regime Militar e aos desmandos estrangeiros em terras tupiniquins.

**Palavras-chave:** Guerra Fria; Ditadura Militar; Imprensa Alternativa.

### Introdução

O golpe havia sido há muito premeditado. Em 1954, o tiro que matou Getúlio Vargas, barrando o avanço das forças armadas, acabou ressoando no mandato do presidente João Goulart que, acusado de flertar com a esquerda, governou sob os olhares do exército. “A partir do momento mesmo em que ficou assegurada a posse do vice-presidente [...], no cargo que vinha de ser abandonado pelo sr. Jânio Quadros, elementos militares iniciaram a conspiração para depô-lo”, explica Sodré (2010, p. 465). “Aos primeiros conspiradores, de número reduzido, outros se foram juntando, à medida que o tempo avançava, mas à medida, principalmente, em que, no governo do sr. João Goulart, abriram-se condições para o alargamento da democracia brasileira” (SODRÉ, 2010, p. 466).

Segundo Reis (2014), a ideia-chave de João Goulart era a implantação do Plano Trienal que, elaborado pelo economista Celso Furtado, soava como uma espécie de “versão econômica da política de conciliação da qual Jango, como bom herdeiro de Getúlio Vargas, se considerava mestre” (REIS, 2014, p. 36). No entanto, rapidamente erigiram-se críticas que, de todos os lados, cerceavam a proposta do então presidente. A direita não aceitava as concepções “distributivistas”. A esquerda, por sua vez, reclamava do ônus que recairia sobre o ombro dos trabalhadores, obrigados a suportar o peso do controle da inflação. “Para os de baixo, era pouco.

Para os de cima, demais” (REIS, 2014, p. 36). O plano seria abandonado em apenas três meses, dividindo as opiniões da sociedade brasileira. De um lado, estavam os trabalhadores urbanos e rurais, além do setor estudantil. Do outro, uma somatória de forças reacionárias, desde as elites tradicionais até os grupos empresariais “modernizantes”.

Nesse ponto vale ressaltar que, contribuía para o espírito golpista, o “espectro do comunismo” que, em decorrência da Guerra Fria, “rondava” os países latino-americanos. “Naquele contexto histórico, os Estados Unidos afirmavam a premente necessidade de combater o expansionismo soviético e, ao mesmo tempo, impedir a proliferação do ideário comunista”, explica Munhoz (2010, p. 168) ao abordar as alianças regionais estabelecidas pelos EUA no contexto da Guerra Fria. Assim, a preocupação de que o comunismo se alastrasse pela América Latina, principalmente após a Revolução Cubana, levou os estadunidenses a estabelecerem políticas que impulsionassem o golpe da direita. “Conforme indicado acima, a construção de um inimigo de dimensões mundiais [...] tornou-se um importante objetivo da política externa de Washington, que, dessa forma, poderia justificar sua intervenção direta em diferentes áreas do planeta” (MUNHOZ, 2010, p. 171).

A crise política “engrossou” a partir de outubro de 1963. A esse respeito, Napolitano (2015) explica que, as derrotas no Congresso, com a desarticulação da reforma agrária, desencadearam uma crise político-militar, que traria como consequência o desgaste do governo e a pressão, tanto pela direita, quanto pela esquerda. Nesse mesmo período, a imprensa passou a ser peça-chave na constituição do golpe, engendrando-se na chamada “Rede da Democracia”, “nome pomposo para a articulação golpista que tinha na imprensa mais do que um mero porta-voz” (NAPOLITANO, 2015, p. 46). Isso porque, os veículos de comunicação seriam responsáveis pela concepção de um clima golpista, que amparava seu discurso na ideia da conspiração comunista, cujas provas seriam as palavras proferidas pelo presidente, bem como sua aproximação com as esquerdas. “O discurso antirreformista na imprensa encontrava eco em muitos segmentos da sociedade brasileira, ainda que estes não fossem tão majoritários como se alardeava” (NAPOLITANO, 2015, p. 47), o que pode ser um ponto de intersecção com a teoria que afirma a possibilidade de um golpe civil-militar.

Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos “de baixo” é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social. Como os que estão na cobertura têm mais recursos para se proteger, quem está mais perto da base da pirâmide social se sente mais ameaçado. Não por acaso, o fantasma do comunismo encontrou mais eco nesses segmentos médios. As classes médias bombardeadas pelos discursos anticomunistas da imprensa e de várias entidades civis e religiosas reacionárias, acreditaram

piamente que Moscou tramava para conquistar o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias “naturais” da sociedade e a liberdade individual (NAPOLITANO, 2015, p. 48).

Organizações como o IPES<sup>431</sup> (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) davam o tom da crítica ao governo, veiculando propagandas de cunho negativo, além de oferecer coesão aos diversos setores da sociedade civil que eram claramente contrários ao trabalhismo e ao comunismo. Segundo Napolitano, ambas as organizações “eram fincadas pela CIA e foram fundamentais para articular os diversos setores do golpe: grandes empresários, representantes do capital multinacional, setores da classe média, sindicalistas anticomunistas e lideranças militares conservadoras” (NAPOLITANO, 2015, p. 49). Tais setores levantavam bandeiras “defensivas” e, segundo Fico (2014), não tinham como objetivo estabelecer um novo regime, apenas promover o “saneamento”, a fim de garantir a manutenção da “democracia”, da família, do direito, da lei, enfim, dos “fundamentos do que se considerava uma *civilização ocidental e cristã*” (FICO, 2014, p. 48).

A pressão civil e militar iria se intensificar no dia 13 de março de 1964, quando Jango<sup>432</sup>, durante um comício, lançou as reformas de base. Segundo Gaspari<sup>433</sup> (2002, p. 47), o presidente havia assinado dois decretos, “um desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais. Outro encampava as refinarias particulares de petróleo”. A iniciativa de João Goulart fora interpretada pelos conservadores como uma tentativa de direcionar o desenvolvimento capitalista rumo a uma “revolução nacional e democrática”. Tal decisão levantava suspeitas sobre as reais intenções do presidente, “já que, até então, buscava manter o

<sup>431</sup>“O Ipes foi fundado no início de 1962 pelo general Golbery do Couto e Silva, um dos coronéis do ‘Memorial’ antijanguista de 1954, e concentrou-se, inicialmente, em produzir um discurso antigovernamental e antirreformista com a intenção de formar uma nova elite política ideologicamente orientada para uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Também foi importante na articulação entre setores civis e militares, sobretudo quando a crise política se tornou aguda, a partir do final de 1963. O Ibad, fundado antes do início do governo Goulart, mas igualmente orientado pelo anticomunismo e antirreformismo, foi particularmente atuante na campanha eleitoral de 1962, quando os conservadores jogaram todas as suas fichas em deter o avanço da esquerda pela via eleitoral” (NAPOLITANO, 2015, p. 49).

<sup>432</sup>Nome pelo qual João Goulart era popularmente conhecido.

<sup>433</sup>A obra de Gaspari, que recebeu críticas elogiosas de seus pares jornalistas, tem o mérito de tornar a linguagem mais acessível ao grande público, principalmente em se tratando de um período denso como a ditadura militar. No entanto, do ponto de vista histórico, existem alguns problemas categóricos, como a exclusividade ao acesso às fontes utilizadas pelo autor. A esse respeito, Fico (2004, p. 55) explica que “a obra de Gaspari possui as qualidades mencionadas e outras a que se poderia aduzir, como a capacidade de divulgar, para público amplo, tema histórico da maior importância para a compreensão das vicissitudes do Brasil contemporâneo. Mas também possui alguns problemas sérios. O principal parece ser o exclusivismo do ponto de vista, de algum modo induzido por suas fontes”. Ainda assim, Fico (2004, p. 56-57) pontua que algumas das análises propostas pelo autor são pertinentes, como aquela que diz respeito ao posicionamento de João Goulart no momento do golpe, afirmando que “é expressiva a boa análise de Gaspari sobre os últimos momentos de Jango no poder, que chama a atenção para um desses condicionais irrealizados que sempre tentamos evitar, mas que, teimosamente, fascinam: “se” Jango tivesse ousado um “último lance de radicalismo, límpido, coordenado e violento””.

apoio da esquerda, sem descartar, no entanto, o apoio político e parlamentar dos setores mais conservadores” (FICO, 2004, p. 17).

O desencadeamento do processo ocorreu inicialmente em 13 de março, quando se realizou gigantesco comício, ao lado do Quartel General do Exército. O fato de ter sido gigantesco, com mobilização popular extraordinária, evidentemente apoiada em muito no fato de ser legal, isto é, bafejada pelo poder público, constituiu a primeira séria ameaça às forças do atraso, que só por isso se alarmariam consideravelmente, tal o horror que professam a povo, e particularmente a povo nas ruas e nas praças, proclamando as suas reivindicações (SODRÉ, 2010, p. 469).

A tensão política agravara-se e a vertente conservadora respondera com uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>434</sup>, que reuniu 200 mil<sup>435</sup> pessoas e uma série de afirmações ameaçadoras como “Tá chegando a hora de Jango ir embora”. “Mobilizadas intensamente pela propaganda, classes e camadas sociais diversas integraram o movimento que derrocou a precária democracia brasileira” (SODRÉ, 2010, p. 474), evidenciando a articulação do golpe entre militares e civis, uma vez que os primeiros buscavam exaltar o valor da tradicional família brasileira, sendo essa interlocutora da moral e dos bons costumes apregoados pelo exército.

À crise política somava-se a crise financeira. Segundo Gaspari (2014), em 1963, o índice de inflação chegou à casa dos 75%, sendo que os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa anual de 140%. Houve uma concentração de renda per capita e as greves multiplicaram-se. Diante desse quadro, o Congresso, com maioria conservadora, pretendia vetar as reformas de base. Ou João Goulart cairia sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar as reformas, ou os militares deporiam o presidente instalando um Estado de caráter autoritário. “A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda” (GASPARI, 2014, p. 51). Dado o posicionamento conciliador de João Goulart<sup>436</sup>, é possível reiterar a proposta de Napolitano (2015, p. 50), segundo a qual, “para justificar um possível golpe da direita, cada vez mais disseminou-se a ideia de um golpe da esquerda em gestação”. Disseminá-

<sup>434</sup>Primeira marcha do movimento, realizada no dia 19 de março de 1964, contra a suposta ameaça comunista representada por João Goulart. São José, padroeiro das famílias, era o santo do dia escolhido para a manifestação.

<sup>435</sup>Número aproximado. Há autores que trazem uma participação ainda mais expressiva da população no referido evento.

<sup>436</sup>Não há evidências que provam a articulação de um golpe de esquerda por parte de João Goulart. O discurso do presidente era, de certa forma, conciliador. O problema, neste caso, seria a aproximação com as classes subalternas que, para o direita, soou como uma possibilidade golpista e uma desculpa para empreender uma guinada contra o “espectro do comunismo”. “Temia-se que Goulart acabasse trilhando os mesmos caminhos seguidos por seu patrono nos anos 1930 e jogasse o país numa ditadura para resolver os impasses políticos e econômicos, que não eram poucos nos anos 1960. Segundo essa linha de análise, Jango parecia-se muito com Vargas, com a diferença de possuir inclinação maior para ligar-se às esquerdas – principalmente aos comunistas e aos líderes sindicais, grupos cuja confiança e admiração ele vinha conquistando desde sua passagem pelo Ministério do Trabalho, quando se empenhara em conseguir aumentos salariais para os trabalhadores” (MOTTA, 2006, p.142-143).



lo não significava que as esquerdas estavam realmente articuladas com o objetivo de empreender um golpe comunista.

O fato é que, no contexto da Guerra Fria, esse embate entre comunismo e anticomunismo, tomou a dianteira na configuração do mundo bipolarizado. A tensão entre EUA e URSS aumentava na medida em que os antigos impérios coloniais se esfacelavam, abrindo espaço para que as duas superpotências ampliassem seu rol de atuação, conseguindo maior número de aliados. “Nas respectivas esferas de influência, foram consolidadas as estruturas materiais e edificados os arcabouços ideológicos que alicerçavam o regime político instituído e forneciam os instrumentos de crítica e combate ao campo adversário”, explica Munhoz (2020, p.194). Os Estados Unidos que, até a década de 1960 adotavam um modelo de apoio ao desenvolvimento para acelerar a modernização do Terceiro Mundo, “passaram a organizar golpes militares seguidos de implantação de regimes autoritários que pudessem oferecer maiores garantias de estabilidade aos seus interesses” (MUNHOZ, 2020, p.205).

Assim, com o apoio estadunidense, articulou-se o golpe militar em território brasileiro. Trinta de março de 1964, enquanto Jango discursava para um auditório de suboficiais e sargentos das Forças Armadas, reunidos no salão do Automóvel Clube, as tropas se mobilizaram com o auxílio dos Estados Unidos<sup>437</sup>. No dia seguinte, o levante que começara em Minas Gerais se alastrou para o estado do Rio de Janeiro. Por um instante parecia que os conspiradores teriam de recuar. Ao presidente pedia-se a tomada de atitudes categóricas a fim de reverter o avanço dos golpistas, como uma política de combate às greves e a derrubada ministerial. O que viria a seguir foi uma espécie de letargia por parte de João Goulart, e a tentativa fracassada de alternar ameaças veladas com propósitos de conciliação. “Ao invés de segurar, ajudou a empurrar de vez o carro ladeira abaixo” (FICO, 2014, p. 43), o que evidenciava a madorna atitude do presidente.

Para que o presidente vencesse nos termos em que seu “dispositivo” colocara a questão, era indispensável que se atirasse num último lance de radicalismo, límpido, coordenado e violento. Contra o levante mineiro, a bandeira da legalidade era curta. Para prevalecer no quadro que radicalizara, Jango precisaria golpear o Congresso, intervir nos governos de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, expurgar uma parte da oficialidade das Forças Armadas, censurar a imprensa, amparar-se no “dispositivo”, na sargenteada e na

<sup>437</sup>A esse respeito, Dreifuss (1989) cunha o termo “multinacional-associado”, segundo o qual, a partir da Segunda Guerra Mundial, há um processo de associação do capital estadunidense com os capitais nativos, associação que se dá quando o modelo de corporação norte-americana se difunde pelo mundo com a hegemonia dos Estados Unidos. Fico (2009) também explica que, há algum tempo, os estadunidenses vinham “tentando desestabilizar o governo brasileiro, financiando candidatos de oposição, emprestando dinheiro a governadores contrários a Goulart e patrocinando uma expressiva propaganda política que sugeria que o presidente conduziria o Brasil ao comunismo”.

máquina sindical filocomunista. Tratava-se de buscar tamanha mudança no poder que, em última análise, durante o dia 31 de março tanto o governo (pela esquerda) como os insurretos (pela direita) precisavam atropelar as instituições republicanas (GASPARI, 2014, p. 85).

Esse passo, de natureza revolucionária, o presidente não daria, mantendo-se em silêncio. O golpe, que apresentava sinais de estancamento, acabara ganhando forças. A revolta dos marinheiros, na semana anterior, e o discurso de Jango, na véspera, impulsionaram os ânimos golpistas, dando-lhes motivo de ação. João Goulart seria deposto, exilando-se com a família no Uruguai. Os “milicos”, agora empossados, iriam promover a ideia de uma democracia baseada na legalidade. “Tanto os militares quanto os civis que integravam o grupo de poder a partir do movimento militar de 1964 apareciam como legítimos defensores de uma dada democracia que, segundo eles, buscava a normalização da legalidade”, explica Rezende (2001).

A partir de então, os militares estavam no controle. E, como era de se esperar, o alvorecer do novo regime viria marcado pela construção de um aparelho repressivo de Estado, personificado em órgãos como o Serviço Nacional de Informações que, criado em 1964, iria promover a espionagem e a coerção, bem ao clima da Guerra Fria, quando se criaram organizações como a KGB. Nem bem a poeira tinha baixado, no dia 9 de abril uma junta militar promulgou o Ato Institucional<sup>438</sup> nº1, que se constituiu como o instrumento que permitiria “as primeiras cassações de mandatos parlamentares e suspensões de direitos políticos, feitas inicialmente pelo próprio ‘Comando’ e, posteriormente, pelo presidente da República” (FICO, 2004, p. 20). Com o golpe estava aberta a temporada de “caça às bruxas”. Nas semanas seguintes à deposição de Jango foram presas aproximadamente 5 mil pessoas (GASPARI, 2002). Para Napolitano (2015), as ilusões “moderadas”, que estavam no cerne do golpe civil-militar, foram paulatinamente abandonadas para dar espaço a um regime genuinamente militar.

O corte de 1964 mudaria de vez a lógica da exceção, tanto no hemisfério da ordem política quanto dos ilegalismos do povo miúdo e descartável. O golpe avançara o derradeiro sinal com a entrada em cena de uma nova “fúria” – para nos atermos ao mais espantoso de tudo, embora não se possa graduar a escala do horror: a entrada em cena do “poder desaparecedor” [...] Depois de mandar prender, mandar desaparecer como política de Estado, e tudo que isso exigia: esquadrões, casas e voos da morte. Essa nova figura – o desaparecimento forçado de pessoas – desnortou os primeiros observadores (ARANTES, 2010, p. 207).

<sup>438</sup>“O Ato Institucional caracteriza a presença dominante do imperialismo e de sua representação fascista no conjunto do golpe de 1964. Desde que foi baixado, a marcha para a ditadura fascista tornou-se inevitável, todas as violências foram permitidas, todas as burlas de promessas anteriores ficaram constatadas, inclusive, e particularmente, aquela de que o movimento se destinava a “defender a Constituição”. Na mesma medida, as componentes que não esperavam a curva em tal direção, começaram a distanciar-se do movimento que, em seu processo, tenderia a reduzir-se a uma de suas componentes” (SODRÉ, 2010, p. 475).

Findaram-se as garantias constitucionais, “o Executivo valeu-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares” (GASPARI, 2014, p. 132). A violência e a censura, viabilizadas pela promulgação do Ato Institucional nº5, fizeram-se presentes desde o golpe de 1964. O fechamento do Congresso Nacional e o decreto de uma Lei de Imprensa<sup>439</sup> restritiva aconteceram no período posterior ao golpe, evidenciando que a repressão e a tortura eram latentes desde os primeiros anos do regime. Seria a implantação daquilo que Klein (2017) denominou como “doutrina de choque”. O golpe, a censura, a violência, colocam toda a população em estado de choque coletivo, abrindo espaço para a “conversão” ideológica, aqui emcampada pelos Garotos de Chicago<sup>440</sup>. “Enquanto os terapeutas de choque tentavam remover da economia todos os vestígios de coletivismo, as tropas de choque removiam das ruas, das universidades e das fábricas os representantes daquele *ethos*” (KLEIN, 2007, p.148).

### **Charge e Imprensa Alternativa**

O próximo passo seria colocar censores dentro das redações. Não que a censura aos veículos de comunicação fosse uma novidade entre jornalistas brasileiros, uma vez que ocorrera em momentos distintos da história de nosso país. No entanto, ela iria se estruturar legalmente a partir do dia 14 de março de 1967, com a promulgação da Lei de Imprensa, recrudescendo em 1968, em decorrência do Ato Institucional nº 5, que deu ao presidente “poderes para impor a censura prévia aos meios de comunicação”, conforme explicam Ishaq, Franco e Sousa (2012, p. 83). Segundo os autores, “naquele mesmo ano foi criado o Conselho Superior de Censura, subordinado ao Ministério da Justiça” e incumbido de “elaborar normas e critérios que orientassem o exercício da censura e que fossem submetidos à ação do titular da pasta da Justiça” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 83). Posteriormente, em 1972, a atividade de censura passou a ser realizada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)<sup>441</sup>, estruturada no Departamento da Polícia Federal. O circo estava armado e garantia aos militares uma postura de cumplicidade adotada por grande parcela da imprensa brasileira.

<sup>439</sup>Lei nº5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regulava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

<sup>440</sup>“A contrarrevolução da Escola de Chicago pretendia eliminar todas as formas de proteção que os trabalhadores haviam conquistado e todos os serviços públicos que o Estado oferecia com o objetivo de aparar as arestas do mercado. Suas ambições ainda iam além: a contrarrevolução pretendia expropriar tudo que os trabalhadores e os governos construíram durante aquelas décadas de obras públicas frenéticas” (KLEIN, p.79-80)

<sup>441</sup>“Órgão criado em 1972 integrando o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça [...] A DCDP exercia uma atividade governamental, com funcionários de carreira, regulamentada por uma vasta legislação que definia o que os brasileiros poderiam ouvir, ver e expressar no rádio, no cinema e na televisão” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 130).

Deu-se uma tal convivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici [...] que o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de persuasão. Frequentemente, os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando notícias plantadas pela polícia sobre *fugas* ou *atropelamentos* de presos políticos, indiscriminadamente chamados de *terroristas*. Tornavam-se, assim, cúmplices do processo de liquidação desses presos (KUCINSKI, 2001, p. 46).

O colaboracionismo entre o regime e parcela da imprensa, intensificou também a produção alternativa que, diante de tal cinismo, viu-se incumbida de encontrar meios para burlar a repressão e subverter os valores defendidos pelos militares, bem como conter o avanço de sua violenta máquina burocrática. Não salvaram a pátria, mas a desconstruíram, apresentando à sociedade uma perspectiva diferente daquela imposta pelo Estado ditatorial por meio do bom humor, remédio para a alma, mas também para os mandos e desmandos do governo. Aos panfletários, influenciados pelo movimento da contracultura, coube o palavrão, a sátira, a metáfora, o desaforo e a afronta, características vitais, que garantiram a sobrevivência mesmo em meio ao recrudescimento do regime.

O humor, até então relegado à margem das publicações jornalísticas, angariava agora um amplo espaço de atuação, uma vez que se convertera em moeda de troca com os militares. Por meio de uma linguagem lúdica e simbólica, ousava dizer o que teria sido proibido pelos censores. Em contraposição ao medo, amplamente difundido pelo aparato repressor e articulado pelo Estado, seria empregado o humor, que se constituiu como um meio de amenizar as brutalidades empreendidas por um regime de caráter autoritário. *O Pasquim*, com seu jeito moleque, tornou-se o porta-voz da oposição que não pretendia ser levada a sério.

Diante da truculência cada vez maior da ditadura, gestou-se um sentimento de contraposição ao Estado em um setor da imprensa denominado como imprensa alternativa. No caso do jornal *O Pasquim*, criado em 1969 e principal representante dessa forma de imprensa nesse período, houvera uma tendência especial em se trabalhar o humor, numa relação dialética que pode ser configurada no embate entre medo e humor. Enquanto o regime militar promoveu o estabelecimento de um estado de medo para suprimir atos de oposição, o humor foi utilizado pelo *Pasquim* como ferramenta de divulgação de um sentimento de descontentamento. Mesmo tendo em vista que a ação da censura não permitisse a elaboração de um discurso de oposição que representasse um enfrentamento direto às posturas do regime, agia como espécie de fissura nesse muro formado pelo medo do Estado ditatorial (FERREIRA, 2009, p. 5).

Ainda vale ressaltar que, associado à imagem, o humor potencializa seu caráter mordaz, podendo dizer pelo não-dito aquilo que a sociedade não gostaria de ouvir. Como instrumento do riso, a imagem capta o que está além da realidade, assim como o faz o escárnio. Amplia as

possibilidades de compreensão do corpo social, saindo do senso comum, assim como o riso. Ultrapassa os limites da razão já que, não diz o que pensa e, mesmo assim, o expressa, como o faz a zombaria. Imagem e humor apresentam-se, desse modo, como fontes de caráter historiográfico, com potencial de conduzir o historiador na construção do saber histórico.

A convergência entre a imagem e o humor desemboca na charge. Charge que se constitui como veículo de sátira e crítica e que, nem sempre, passa pela linguagem escrita, apesar de “dizer” sobre uma determinada conjuntura política. A charge se estabelece ainda como um “tipo de texto que atrai o leitor pois, enquanto imagem, é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de forma condensada” (ROMUALDO, 2000, p. 5). É possível afirmar ainda que a charge “é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social” (TEIXEIRA, 2005, p. 11). Apresenta-se como uma “arma de grosso calibre [...] canalizando sua agressividade latente contra quem se evidencia na atividade pública, na prática controversa da política” (TEIXEIRA, 2005, p. 12).

Diante de tal conjuntura e, em se tratando de imprensa alternativa, a charge passou a expressar o que, por outras vias, não poderia ser expresso, tonando-se frequentemente adotada nos tabloides de oposição à ditadura que, por meio do traço e da representação simbólica, colocaram o regime militar na berlinda e construíram um caminho de resistência, como acontecera no *Pasquim*. “O discurso inserido nos traços traz contestações e sublinha, através do exagero das formas, aquilo que se deseja chamar a atenção, numa espécie de acusação zombeteira em praça pública”, explica Ferreira (2009, p. 8) ao afirmar que o *Pasquim* adotava o riso como “linguagem oficial”, conseguindo transpor “os limites de duração e alcance da imprensa alternativa, estabelecendo a linguagem do humor como um elemento importante nas manifestações da mentalidade de oposição durante o regime militar brasileiro”. A esse respeito, Queiroz (2004) explica que:

a referência do simbólico no *Pasquim* era de suma importância, já que os temas tinham de ser discutidos através de subentendidos. O simbólico aparecia no jornal tanto nos textos quanto nos traços, através do aspecto lúdico. Os símbolos do jornal eram trabalhados a partir do imaginário daquela sociedade, ou seja, na própria lógica pasquiniana da quebra dos paradigmas (QUEIROZ, 2004, p. 244).

A charge, como instrumento de intervenção política, encontrou nos jornais seu espaço de atuação, quebrando a “monotonia e a severa objetividade do texto com permissividade de dizer o que o verbo não pode, não deve, não ousa expressar” (TEIXEIRA, 2005, p. 13), servindo como arsenal ao historiador que intenta pelo caminho da história política, principalmente

referindo-se a um período em que a liberdade de expressão fora vetada. Trata-se, pois, de estabelecer os conceitos teóricos que constituem a charge, diferenciando-a da caricatura e do cartum, com os quais, geralmente, se confunde. “Charge, caricatura e cartum não são objetos consensuais, e o fato de que reproduzem o real através de um mesmo traço de humor permite que, com frequência, tomemos um pelo outro” (TEIXEIRA, 2005, p. 22).

A agressividade é a forma pela qual a charge se expressa, aprofundando o impacto visual de seu discurso e despertando a consciência do sujeito que, nela, projeta suas emoções.

A atividade cotidiana da política determina escolhas teóricas e práticas sem neutralidade possível. Como traço que busca na política os fundamentos de sua crítica, reproduzir com agressividade esse universo público de múltiplas e controversas significações é a vocação natural do discurso da charge, o próprio e o singular de sua função. A agressividade é a fonte de onde brota o seu humor como discurso que repercute atos, reações públicas, opções partidárias e determinações ideológicas. Desse modo, essa agressividade da charge ocupa um lugar de permanente oposição, pois é nos termos desse espaço e dessa opção política que ela organiza a agressividade como fundamento estrutural de sua narrativa. É como oposição que ela torna intrinsecamente agressiva a sua linguagem, calibrando o tom e a métrica de seu discurso sobre o sujeito real (TEIXEIRA, 2005, p. 83).

A partir dessa perspectiva, a charge se constitui como discurso de oposição política, funcionando como um modo de extravasar as contradições da esfera pública. Não por coincidência, o traço se tornou importante via de expressão para o *Pasquim* durante os “Anos de Chumbo”, justamente por sua capacidade de canalizar a agressividade contra o poder ditatorial, que vetava a participação dos cidadãos no universo político. “Assim como a charge norte-americana atingiu seu apogeu durante as guerras mundiais, depreciando o inimigo [...] o humorismo pasquiniano sob a ditadura agredia o aparelho dominador com ironia funda, e trazia alívio ao campo oprimido”, reitera Kucinski (2001, p. 112). A esse respeito Queiroz (2004, p. 240) afirma que o humor do *Pasquim* não era sutil, “ao contrário, era um tanto quanto agressivo, uma vez que pela impossibilidade de atacar abertamente o regime, tratou de ridicularizar uma gama de fatos sociais que caracterizavam a lógica do sistema”.

## **Conclusão**

Historicamente, a imprensa alternativa se constituiu como veículo de resistência já que, seu caráter político, possibilitou o confronto com o poder vigente. O artigo levantou a hipótese de que, em períodos de fechamento político, quando se estabelecem a censura e a violência como base de sustentação da máquina repressora, as publicações encampadas pela imprensa “nanica” funcionam como forma de resistência já que, além de abordar o contexto de maneira

crítica e agressiva, viabilizam a exposição de um conteúdo que, por outras vias, escrita ou falada, viria a ser censurado. Além disso, por meio do humor e do chiste, tais publicações colocam em suspenso a lógica do regime e as imposições de um mundo bipolarizado, abrindo espaço para o riso e a reflexão.

### Referências

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Teresa de. *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

KLEIN, Naomi. *A doutrina de choque*. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2001.

MUNHOZ, Sidnei J. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: MUNHOZ, Sidnei; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2010.p. , p. 165-209.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. *O Pasquim: Embates Entre a Cultura Política Autoritária e a Contracultura*. *Cadernos de História* [online], p. 218-235, 2008.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia – Um estudo de charges da Folha de S. Paulo*. Maringá: EDUEM, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

## PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO: A EXPANSÃO AGRÍCOLA NO NOROESTE PAULISTA NAS DÉCADAS DE 1900 A 1935

Natalia Scarabeli Zancanari. Doutoranda em História na Universidade Estadual de Maringá.  
Bolsista CAPES, e-mail: [nataliazancanari@yahoo.com.br](mailto:nataliazancanari@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar as transformações da paisagem ocorridas na região do noroeste paulista, tendo como intuito compreender o processo de desmatamento ocasionado pela expansão agrícola durante sua ocupação nos anos de 1900 a 1935. Considerada uma das zonas de maior crescimento no estado de São Paulo, sua área fazia parte do traçado da estrada do Taboado, que serviu como corredor de passagem de gado. Essa área passou por marcantes transformações econômicas e ambientais. Nesse embate, tem-se uma discussão da destruição do meio natural como justificativa para o progresso. Neste caso, foram utilizadas fontes como a Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo para análise das terras utilizadas para a agricultura e a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo nos estudos geográficos e na composição da vegetação natural. Assim, neste trabalho, procura-se compreender como os discursos de valorização do progresso como justificativa para o desenvolvimento e a expansão econômica influenciaram as mudanças do meio natural representada como resultado da desmistificação da ideia de sertão. Neste sentido, o estudo enfatiza as ações entre o homem e a natureza, na configuração econômica e ambiental do noroeste paulista.

**Palavras-chave:** Agricultura; Noroeste paulista; Ambiental.

### Introdução

Neste trabalho busca-se analisar o processo de desenvolvimento e transformação do meio natural no espaço que caracterizou grande parte do traçado da Estrada do Taboado, localizada em sua maior parte na região noroeste paulista, entre o porto do Taboado nas barrancas do rio Paraná até São José do Rio Preto, alcançando Jaboticabal mais ao norte do estado. Dentro desse espaço ocorre nos anos de 1900 a 1935 uma transformação no ambiente natural com o avanço da agricultura e pecuária sobre a vegetação natural.

Deste modo, a problemática do objeto a ser explorado consiste em compreender as características do ambiente natural e os fatores determinantes para a mudança da paisagem decorrentes do desmatamento, queimadas e a inserção de plantas exóticas da região em estudo. Esse espaço em estado (re) organizado ao longo do tempo tornou-se ponto de referência para interpretar a dinâmica das relações socioeconômicas e as diferentes formas de compreender os limites e a autonomia de sujeitos em relação à utilização dos meios naturais. Busca-se, então, ressaltar que o espaço foi transformado com objetivos econômicos, e pretende-se compreender quais foram os impactos na construção de uma paisagem agropecuária.

As fontes utilizadas para compor essa pesquisa contribuiu para um estudo sistemático das propriedades rurais voltadas para a agricultura e pecuária no interior paulista no começo do século XX. Os relatórios da Comissão Geográfica e Geológica permitiram analisar a composição da paisagem natural que se formou na região. Conforme a Estatística Agrícola e



Zootécnica de 1904 -1905 do município de São José do Rio Preto, as propriedades voltadas para produção cafeeira se encontravam no início de sua produção atingindo seu auge em 1935. De acordo com as fontes foi possível comparar o crescimento da pecuária na região de São José do Rio Preto com a agricultura, bem como os hectares de terra destinados aos campos de gado e a área de matas e capoeirões que ainda não tinha sido transformada pela ação do homem. Esses dados foram responsáveis pelas identificações de regiões (ou número de alqueires de terra) que se tornaram referência em distribuição e comercialização de produtos, no sentido de compreender as áreas desmatadas e a inserção de espécies exóticas de forragens, que ocuparam espaços da vegetação nativa, provocando mudanças na fisionomia da paisagem.

### **Descrição natural do noroeste paulista**

Localizada no Planalto Ocidental do estado de São Paulo, delimitada pelos rios Tietê, Paraná e Grande, fazendo fronteira com os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, a região noroeste paulista era constituída em áreas de domínio de Mata Atlântica, cuja maior parte da vegetação original é de floresta latifoliada tropical semidecídua, a vegetação do noroeste paulista também apresenta em sua formação manchas de cerrado e cerradão nas áreas de solos menos férteis (EENP, 2017).

Essas características se encontram no relatório da Comissão Geográfica e Geológica do estado de São Paulo, durante a exploração do rio Paraná. O engenheiro de minas Guilherme Florence ao percorrer a área entre o porto do Taboado e São José do Rio Preto, descreve o aspecto natural, cuja característica é a formação de “mata sobre o solo de alluvião e depois de terra rôxa” (CGG, 1911, p. 8). Segundo Florence, “alluviões mais próximas do rio tem sempre a melhor vegetação do que as mais afastadas, por serem fertilizadas”. Após passar pela terra roxa na estrada, a vegetação se modifica, cobrindo a maior parte “do solo um cerrado próprio de terreno secco e sem humus” (CGG, 1911, p. 08).

De acordo com Florence, a topografia é de terreno ondulado constituído de cerrados e cerradões. A “jornada é um contínuo subir e descer, e de vez em quando um ladear de espigões. Nas baixadas passou-se por campos e brejos, cobertos de capim, nas encostas dos espigões por cerrados e nos altos por cerradões” (CGG, 1911, p. 8). No meio da estrada, as matas são consideradas mais desenvolvidas, modificando esse aspecto com a presença do cerrado.

A formação de diferentes vegetações na região noroeste paulista representou um fator preponderante para o avanço da pecuária e agricultura na região, favorecendo o plantio de café e invernadas para o gado vindos do sul de Mato Grosso. Essas características naturais da região

em estudo foram observadas por geógrafos e engenheiros agrônomos que analisaram os aspectos físicos que fazem parte do noroeste paulista.

De acordo com o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber (1992), essa diversidade na formação vegetal se explica por meio da “teoria dos refúgios”, que envolve questões biogeográficas e ecológicas das quais é possível identificar os mecanismos e processos de formação espacial referentes a fauna e flora. O termo “teoria dos refúgios” tem como fator as flutuações climáticas do Quaternário. Neste sentido, “ocorrem as mudanças de marcha, nas condições do ambiente/espacos geocológicos/paisagens”, e é durante esse processo que florestas se retraem e perdem a continuidade, cedendo espaço para a expansão competitiva de outras vegetações, como a caatinga e o cerrado. (AB’SABER, 1992, p. 29-30)

Esse fator foi fundamental para a compreensão da fisionomia da vegetação natural do noroeste paulista, possibilitando o processo da formação da dinâmica geográfica e socioeconômica compreendendo as diferentes vegetações que se formaram na região em estudo.

Os estudos realizados pelos engenheiros agrônomos Mário Borgonovi e Jorge Vicente Chiarini (1965) sobre o levantamento da cobertura vegetal de cerrado no estado de São Paulo, aponta para a presença de cerrado e cerradão na região noroeste paulista. Ao caracterizar essas coberturas, os autores levaram em conta as áreas que não possuíam utilização agrícola e que foram pouco alteradas pela ação do homem.

Segundo os autores, a cobertura do solo sofreu modificações da ação do homem sobre a terra. Essa dinâmica foi mais recorrente nas áreas de solos mais férteis e condições ecológicas que mais se adaptavam à exploração agrícola. De modo que, a exploração de solo mais pobre tenha ocorrido com o aumento da densidade demográfica e o melhoramento de técnicas agrícolas. Este último caso, caracteriza no estado de São Paulo, onde as áreas de florestas primárias com características de clima e topografias favoráveis apresentam vestígios da cobertura original, enquanto que cerrados, cerradões e campos começam a diminuir, na medida em que se utilizava técnicas agrícolas. (BORGONOVI; CHIARINI, 1965)

A caracterização dessa vegetação é descrita pelos autores como o cerrado que se mostram de uma vegetação constituída de árvores e arbustos de aspectos tortuosos, caules cobertos de espessa casca e folhas coriáceas, formando, em seu conjunto, a vegetação xeromorfa. Segundo os autores, o número de hectares para esse tipo de vegetação “foram encontrados 2,7 milhões de hectares, representando 10,8% da área total do Estado” (BORGONOVI; CHIARINI, 1965, p. 161).

O cerradão também encontrado na região, possui características de uma série de espécies vegetais com porto em torno de 10 metros de altura. A estrutura do cerradão é composta de um andar de árvores esparsas, que alcançam 15m, arbustos com, no máximo 3m, mais densos, e, por fim, gramíneas, mais rasas (BORGONOVÍ; CHIARINI, 1965).

A paisagem formada pela Mata Atlântica, cerrado e cerradão constitui-se no mosaico que caracteriza parte do oeste paulista. Neste contexto Christian Brannstrom (2002) faz uma análise entre os anos de 1900 a 1930 sobre o mosaico de vegetação em que se insere a mata e cerrado, caracterizando a região da Mata Atlântica no interior paulista. Para o autor, o valor da terra se encontra relacionado a capacidade produtiva voltada para a extração de madeira, lenha, café, culturas anuais e pastagens, é muito diferente para a mata e o cerrado. Para o autor, os cerrados e campos tinham uma “aparência distinta e aptidão para a criação de gado (e baixa aptidão para o café)” (BRANNSTROM, 2002, p. 168).

De acordo com o autor, a vegetação do cerrado possuía características como de galhos e troncos fáceis de derrubar ou cortar, tendo por objetivo “abastecer a demanda de lenha pelos domicílios, locomotivas da ferrovia e as indústrias regionais” (2002, p.68).

A partir da análise das bases físicas da geografia do noroeste paulista é possível por meio das condições naturais compreender o processo de transformação desse espaço na dinâmica das relações socioeconômicas nos impactos da construção de uma paisagem agropecuária.

### **O avanço do café e a vegetação natural**

Dedicadas ao gado e ao cultivo de subsistência, o noroeste paulista foi se transformando ao longo do século XIX e consolidando em uma economia voltada para o mercado interno e externo, promovendo uma atividade econômica baseada na mão de obra estrangeira. Esses imigrantes eram atraídos pelas possibilidades de práticas da agricultura voltada principalmente para a cultura do café.

A penetração nas terras do interior paulista ainda inexploradas pela economia foi uma das características principais para a expansão cafeeira que procurava novas terras para o plantio, alcançado as áreas denominadas sertão. Para compreendermos melhor a agricultura regional da área em estudo, iniciaremos com o café, o principal produto de exportação que adentrou o território entre São José do Rio Preto ao porto do Taboado, em que as terras ainda não haviam sido exploradas economicamente, o local era ponto de passagem do gado que seguia para o mercado de consumo nos centros paulistas por meio do caminho da estrada do Taboado. Deste modo, a análise da agricultura ocorre na intenção de compreender a transformação desse local,

antes denominado sertão ou bocas de sertão, tendo a agricultura um importante fator no desenvolvimento regional.

O território do porto do Taboado a São José do Rio Preto faz parte da zona Araraquarense, cujos municípios começam tardiamente a implantação do café, no momento em que as zonas cafeeiras mais antigas que dominava o mercado já estavam em declínio. Neste caso, o propósito é compreender o movimento da produção cafeeira na província de São Paulo com o objetivo de situar as condições que caracterizaram a entrada da região em estudo nesse processo de expansão e em direção a economia agroexportadora. Como vamos observar, na virada do século XX, a transformação da paisagem local ocorre com o advento do café e com isso a estrutura fundiária também se modifica com a decorrência da expansão cafeeira.

No início do século XX, o estado de São Paulo se destacava como maior produtor de café do Brasil, esse resultado ocorreu por meio da expansão das fronteiras agrícolas, alcançando áreas do interior paulista. À medida que o crescimento do café aumentava, simultaneamente incorporava novas terras. Por volta de 1900 o café já alcançava a região de São José do Rio Preto.

Sérgio Milliet (1941) faz uma análise do roteiro do café no estado de São Paulo, utilizando dados colhidos nos recenseamentos oficiais de 1836 e 1920, nos relatórios provinciais de 1854 e 1886 e no Boletim da Secretaria da Agricultura de 1939. Essas fontes foram possíveis reunir os municípios de modo a formar as zonas traçadas pelo autor.

Neste sentido, a zona Araraquarense correspondia os municípios formadores do noroeste paulista, que teve o avanço do café tardiamente, comparada as zonas mais antigas. Em 1886, a zona Araraquarense começa a ser desbravada. Nesse período a produção da Mogiana e da Paulista que já eram produtoras de café, estaciona sua produção, enquanto que a zona Norte e Central já havia estagnado o plantio, enquanto este continuava seu caminho em direção ao Oeste, abandonando os antigos cafeeiros. (MILLIET, 1941).

Deste 1920, houve um significativo avanço de terras destinadas aos cafeeiros nas zonas novas, devido ao empobrecimento das zonas mais antigas. Neste sentido, é possível observar o aumento dos cafeeiros no intervalo de 15 anos, na Araraquarense. (MILLIET, 1941):

Tôda a vasta região circunvizinha, compreendendo em 1920 os municípios atuais de Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabí, Nova Granada, Potirendaba, Inácio Uchoa, José Bonifácio e Ibirá, não passa então de vasto sertão ínvio produzindo nessa época apenas 99.680 arrobas de café e com uma população global de 126.726 habitantes”. (MILLIET, 1941, p. 63).

Essa mesma área, anos mais tarde produzia 4.622,000 arrobas, com uma população estimada em 316.235 habitantes na região de São José do Rio Preto. Esse fenômeno também ocorreu em Catanduva, Novo Horizonte e região de Itajobí, em que as produções foram de “927 e 308 arrobas em 1920, temos, em 1935, 458.712 e 711.626” (MILLIET, 1941, p. 63). De acordo com o autor, no período de 15 anos a população dobrou.

Para compreendermos melhor o avanço do café em direção ao Oeste, mais precisamente na região que contempla a zona Araraquarense, utiliza-se das análises feitas pelo geógrafo Pierre Monbeig realiza uma análise da produção do café nas áreas consideradas zonas novas, a produtividade ultrapassava as zonas mais velhas, no ano de 1905, “quase por toda parte registram-se cifras superiores a 60 arrobas por 1000 pés, com mais de 70 em Santa Rita do Passa Quatro e em Ribeirão Preto, e o recorde de 98 arrobas no pequeno cafezal de São José do Rio Preto (25.208 arbustos)”. (1984, p.171).

Para o autor, o espigão que inicia a partir de Matão em direção a Taquaritinga, Santa Adelia, Catanduva, Rio Preto e Mirassol tem um aumento na plantação de cafezais. O exemplo claro disso é o município de São José do Rio Preto “possuindo 17.793.760 cafeeiros deixaria de ser um ponto avançado perdido no sertão e, mais adiante, Mirassol já possuía dez milhões de arbustos”. (1984, p. 185).

À medida que o café avançava para as terras do interior paulista, a relação do homem com o ambiente natural foi se modificando. Esse fato decorreria da ideia de progresso nos territórios mais afastados dos grandes centros.

Para Marcelo Lapuente Mahal (2007) com a busca de novas terras para o café no interior paulista “desencadeou uma verdadeira guerra entre o homem e a natureza. Esta era desde então, entendida como um obstáculo ao desenvolvimento; terra inculta, virgem e ainda não civilizada pela mão do homem”. (2007, p. 41). Segundo o autor em relação a vegetação natural do interior paulista constituídas de florestas, campos e cerrados, eram fatores que significava uma “barreira a ser transposta pelos primeiros desbravadores, além das dificuldades enfrentadas nas lutas contra as tribos indígenas existentes nas terras agora cobiçadas” (2007, p. 41). De acordo com o autor, “os cafezais representavam, portanto, a vitória do homem sobre o espaço natural, derrubando a floresta e reorganizando as relações entre os elementos da natureza. Entretanto, dessa vitória nem sempre pode-se depreender resultados positivos” (2007, p. 59).

O crescimento agrícola transformou todo o território do interior paulista, utilizando de métodos como a queimada e a exploração do solo. De modo que, segundo o autor as “florestas

foram derrubadas ou queimadas alterando definitivamente os ecossistemas regionais, que foram substituídos por plantações ou pastagens” (2007, p. 69).

A característica do que se conhecia por sertão alterou o ambiente natural, em que a força econômica impulsionada pela cafeicultura gerou novas demandas por terras, de riqueza, acabou potencializando o poder de transformação do homem sobre o meio, que imprimiu sistematicamente, na terra lavrada, a marca de sua passagem, materializada nas ordenadas fileiras das longevas plantações de café” (2007, p. 72).

De acordo com Mahal, a cafeicultura impulsionou as forças que abriram novos caminhos para os territórios conhecidos como sertões, ocasionando o aparecimento de cidades, transformando regiões até então desconhecidas em áreas de ebulição agrícola. Nesse espaço o ambiente natural sofreu modificações na vegetação sendo substituídas por lavouras agrícolas.

Para compreendermos melhor o avanço da agricultura em São José do Rio Preto, utiliza-se dos dados contidos nos relatórios da Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de Paulo de 1904 e 1905 no município de São José do Rio Preto, no qual consta que os números de pés de café por alqueire de terra neste período correspondiam a um número total de 355.700 cafeeiros, com uma produção de 18.908 arrobas de café, dentro de uma área cultivada de 172,50 alqueires. Esta área que já ocupava o cafezal produzia o milho e o feijão no mesmo espaço<sup>442</sup>.

Esta análise parte do pressuposto que São José do Rio Preto era o município com maior área recenseada do estado de São Paulo o que resulta no maior número de produção. Para analisar a produção e compreender o espaço que a agricultura representou no território pouco explorado no começo do século XX.

Nos anos de 1930 e 1935 segundo os dados obtidos pela Estatística Agrícola e Zootecnica do Estado de São Paulo, havia 260 municípios no estado de São Paulo, divididos em 10 distritos. Dentre eles, o 10º distrito corresponde os municípios em grande parte localizados ao noroeste paulista, em que se destaca São José do Rio Preto com uma área cultivada de 12.208,00 (alqueires), com uma produção de 772.982 arrobas e 24.459.800 cafeeiros produzindo. Outros municípios que também se destacam no aumento do número de áreas voltadas para o os cafeeiros e sua produção é Mirassol com 25.958.030 de cafeeiros produzindo, 390.700 de cafeeiros novos e uma área cultivada de 14.036,25 (alqueires), com uma produção de 800.770 arrobas. O número maior de produção e área de cultivo se encontra em Monte Aprazível com 40.132.400 de cafeeiros produzindo, 8.300 cafeeiros novos e uma

<sup>442</sup>São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Estatística agrícola e zootecnica de São José do Rio Preto no anno agrícola de 1904-1905*. São Paulo: Typ. Brazil, 1908, p.22).

área de cultivo de 21.367,00 (alqueires), correspondendo a uma produção de 1.390.604 arrobas.<sup>443</sup>

Na medida em que a expansão cafeeira avançava na zona Araraquarense, outros produtos não mencionados no texto como a fruticultura, culturas florestais, o fumo e a pecuária já estabelecidos antes da cultura cafeeira e que se mantêm nos anos posteriores também faziam parte da produção nesses espaços agora consolidados na formação dos municípios.

O café além de criador de paisagens, à medida que foi progredindo para o interior paulista, não substituiu apenas as matas pela imensa “onda verde”, mas criou outros tipos de plantações que eram cultivados entre os cafezais e que ganharam expressividade no mercado interno, bem como abertura de estabelecimentos voltados para a agricultura e mão de obra estrangeira, fatores que contribuiriam para a formação das cidades paulistas.

### **Pastagens e forrageiras**

A expansão e a fronteira de gado por meio das vias de comunicação interligando o estado de São Paulo com o sul de Mato Grosso favoreceu o desenvolvimento da pecuária e São Paulo passou a ser o principal estado a exportar a carne. Considerando as relações estabelecidas entre o noroeste paulista e o estado de Mato Grosso, responsável pela entrada do gado, por meio do porto do Taboado era possível realizar o escoamento do gado sul-mato-grossense. Esse gado após as longas viagens, seguia para os campos de invernadas que ia se formando para que pudesse recuperar o peso perdido até seguir para o abate no frigorífico de Barretos. Nesse contexto, as invernadas e sua relação com o melhoramento dos pastos para a engorda do gado podem ser analisados.

À medida que a pecuária avançava os mercados paulistas, beneficiado pela abertura da estrada do Taboado, ocorre o avanço no processo de especialização interna e externa da produção de gado, obtendo um aumento significativo no número de fazendas especializadas em engorda e comércio de gado bovino, favorecendo a economia agrária. Para compreender esse processo, o próprio modo de produção tornou-se uma categoria analítica, por meio de dados estatísticos sobre as áreas e a distribuição de campos destinados à prática da agricultura e pecuária, no que se refere à ligação comercial do noroeste paulista com os grandes centros.

Deste modo, ao analisar a organização espacial do Noroeste paulista busca compreender como os campos naturais adquiriram valor de pastagens, desenvolvendo sua economia nos

<sup>443</sup>São Paulo, Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio. *Estatística agrícola e zootechnica 1934-1935*. (São Paulo: Directoria de estatística, industria e commercio, 1936, p.48).

campos de invernadas e apresentando outras variantes, como o transporte, a melhoria da estrada e a capacidade de alimentar o gado.

Conforme o número de gado crescia saído de Mato Grosso com destino aos mercados consumidores paulista, a inserção de plantas exóticas como as destinadas a engorda do gado provocava uma mudança no ambiente natural da região noroeste. Nesse processo ocorre a modernização do campo, com a introdução de gramíneas como o colômbio possibilitando a engorda dos animais nas invernadas.

A atividade pecuária de gramíneas nativas no decorrer dos séculos XVIII e XIX também conviveu com outras gramíneas exóticas que acompanharam o colonizador nesse período. O recorte temporal é relativo ao século XX, tendo como foco o estudo da gramínea africana colômbio, que se apresentava como exótica utilizadas pelos invernistas de gado.

Essas pastagens plantadas com capim exótico africano eram consideradas mais produtivas do que as pastagens naturais brasileiras, contribuindo para o aumento da produtividade da pecuária. Assim, as espécies de gramíneas inerentes ao solo modificavam a paisagem natural, além de exporem o terreno à penetração de espécies invasoras de qualidade inferior.

O aparecimento dos capins exóticos no Brasil é mencionado por Warren Dean (2004), em sua história ambiental da devastação da Mata Atlântica. Segundo o autor, durante o século XVII, capins africanos apareceram nas invernadas e palhadas reservadas para forragens de cavalos, próximas à cidade do Rio de Janeiro.

Para o historiador ambiental, essas plantas invasoras podem ter sido introduzidas na região da Mata Atlântica a partir das camas de palha dos navios de escravos. Dentre as espécies de capim podemos encontrar capim – guiné, o capim-pará, o capim-marmelada e o capim-jaraguá que são espécies que, na África, ocupavam as franjas da floresta alterada. Durante um século, sua origem africana permaneceu obscura. Devido as transferências dessas espécies forrageiras que, ao final do século XX, mais de quarenta espécies de capim africano foram encontradas em pastos brasileiros. Essas gramíneas, utilizadas nos pastos se mostraram ao mesmo tempo palatáveis ao gado e resistentes ao fogo.

De acordo com Warren Dean (2004), a disseminação dessas plantas exóticas deu-se de forma involuntária. Nas regiões onde havia fluxo de mercadorias e animais, muitas plantas, sendo de origem nativa ou não, tenha sido transportada nas cargas, nos pelos dos animais, nas roupas dos colonizadores, entre outros. Por possuírem uma capacidade de fácil adaptação, elas



se desenvolveram em áreas de campos e pastagens nativas de terrenos de florestas recém-devastadas ou áreas que sofreram uso excessivo de solo e nutrientes.

Uma vez chegados e aclimatados, esses capins por vezes foram disseminados deliberadamente. [...] é provável, contudo, que o gado fosse o agente mais comum de dispersão. Os capins africanos foram saudados como concorrentes mais eficazes das ervas em pastagens manejadas pelo fogo, mas eram de fato substitutos desapontadores. Comparados às variadas pastagens nativas, os pastos preenchidos com um único capim exótico não forneciam um regime balanceado de aminoácidos e micronutrientes. Doenças de deficiência passaram a ser comuns entre o gado, especialmente na estação seca, quando os capins cessavam de extrair sais minerais do solo. Algumas das introduções africanas logo se tornaram uma presença incômoda em terras de cultivo abandonadas nas quais cresciam florestas secundárias, outro fator que estimulava seu abandono ao gado. Ainda pior é que alguns desses capins eram capazes de invadir áreas de campos gramados nativos, margens de rio e até a própria floresta (DEAN, 2004, p. 130-131).

De acordo com Monbeig as experiências ocorridas para a obtenção de forragens que cubra todo o terreno e possua a qualidade de suportar uma carga maior do número de gado e sustentar as águas para o escoamento são fatores importantes levados a diante. Porém, diante desse quadro o desflorestamento aumenta a aridez. Nos antigos cafezais forma se transformando em invernadas, atraindo os fazendeiros para as novas terras do interior. Isso favoreceu o crescimento de pastagens e o desflorestamento intenso que levou à aridez do solo. Assim, “as circunstâncias econômicas, incitam a aumentar as invernadas em tal escala, que é difícil acreditar que elas não venham a ser criadoras de desertos” (MONBEIG, 1984, p. 315-316)

Segundo o engenheiro agrônomo Rocha, pesquisador de espécies forrageiras, as pastagens nas áreas de florestas iniciaram no século XX e intensificou-se nas décadas de 1920 e 1940. O sistema de formação de invernadas exigia pouca utilização de mão-de-obra, fator que favoreceu o avanço dessa prática em áreas extensas. A integração do boi com o uso do fogo no desmatamento permitiu que as empresas pecuárias se instalassem progressivamente.

[...] A derrubada da mata visava o preparo da terra, a médio e longo prazos, para ser utilizada com os cultivos anuais – milho, algodão e principalmente para a formação de cafezais nas melhores glebas. Dentro dessa projeção da agricultura, o boi seria o elemento desbravador nas fases iniciais de substituição das densas florestas por cultivos de consumo e exportação. Na falta de um comércio organizado de venda de sementes, o plantio do capim nas áreas derrubadas e queimadas se fazia por via vegetativa. Mudanças eram plantadas sobre as cinzas, desde 12x12m até mais usualmente de 2x2m, em função da disponibilidade de viveiros da gramínea a ser cultivada [...] (ROCHA, 1988, p. 6).

Segundo o autor, intercalava-se as pastagens com outras culturas, esse sistema de conceber invernadas, foi considerada a “primeira inovação tecnológica”, ao adotar a prática da “planta companheira”, ou “planta de meia sombra”. Essa prática consistia na semeadura das sementes nos espaços entre as plantas, dentre elas, o milho, arroz, feijão e café.

Essas terras foram transformadas em campos de invernadas voltados para a pecuária com o máximo de aproveitamento dos pastos. Dessa forma, as diversas espécies de forrageiras foram sendo cultivadas nos campos de invernadas, assegurando a expansão das áreas de engorda do gado. A escolha da forrageira levava em consideração o tipo de clima. No caso do noroeste paulista foi utilizado a planta colômbio, cuja característica era que o crescimento ocorria em épocas de chuvas e sua vantagem era tolerância ao sombreamento.

O capim colômbio é constituído de uma espécie de “gramínea de porte alto, cresce em forma de touceira e, em razão disso, não proporciona ao solo boa cobertura vegetal, podendo quando utilizada em áreas de topografia acidentada, facilitar o aparecimento de áreas erodidas” (BOTREL *et al.*, 1998, p.27). O seu “sistema radicular é denso e profundo, permitindo que a planta sobreviva por longos períodos de seca” (BOTREL *et al.*, 1998, p.27). Porém o crescimento do colômbio ocorria no período das chuvas.

Outra sequência observada pelo autor foi o fator lucrativo em comparação entre agricultura e pecuária, foi possível observar o desmatamento do plantio dos cafezais, o que permitiu realizar a técnica de plantio dos cereais entre as ruas. Com isso, o “pasto, nessas condições, viria substituir o café quando a ‘cultura cansada’ não apresentasse lucros compensadores” (ROCHA, 1988, p. 7).

A articulação entre o desmatamento e a formação de pastagens, ocorreu, de acordo com Rocha (1998, p. 12), quando “as queimadas e o uso das cercas têm se constituído nos principais elementos para o desbravamento e controle de imensas áreas cobertas por diferentes formações vegetais”. Essa interação entre “boi/fogo/cerca permitiu razoável um domínio da vegetação para que empresas pecuárias se instalassem progressivamente com apreciável estabilidade”. (ROCHA, 1988, p. 13) A queimada reduzia a substância da planta não comestível às cinzas, enriquecendo temporariamente.

A queimada foi uma prática corriqueira da atividade pecuária, em que os pastos eram queimados para evitar o crescimento do mato e a interação do boi com o uso do fogo no desmatamento permitiu o favorecimento de terras voltadas para as invernadas de gado.

Sandro Dutra Silva *et al.*, (2015) ao realizar uma análise da inserção do capim gordura sobre o cerrado atribui a pecuária como atividade que mais teve interferência nessa paisagem.

Por apresentar uma “forma de manejo baseada no fogo, esses ecossistemas sofreram perturbações ambientais causadas pelo uso das queimadas e introdução das gramíneas exóticas africanas, destacando o capim – gordura” (SILVA *et al.*, 2015, p. 28). Em relação ao clima, na sazonalidade estacional (período chuvoso e estiagem) havia a abundância nas invernadas (pastagens do tempo chuvoso) e carência durante a estiagem, em que os campos atrofiavam e secavam. Contra essas transformações os invernistas utilizavam o fogo demasiadamente, devido ao fato de o capim crescer rapidamente com as chuvas de primavera, um tempo mínimo para o gado se alimentar.

A introdução de espécies exóticas de gramíneas gera consequências para espécies nativas e processos ecológicos, resultando na diminuição da diversidade de gramíneas nativas, por meio da intensificação do boi e do fogo na vegetação.

### **Considerações finais**

Como um estudo preliminar, este trabalho identificou a existência de registros que indicam o avanço da agricultura, principalmente o café nas terras do noroeste paulista e a presença de gramíneas exóticas como o colômbio, dada as peculiaridades das espécies introduzidas, alterando o regime de fogo nas áreas voltadas para a agricultura e pecuária.

As culturas agrícolas e as pastagens se encontram presentes por toda a região noroeste paulista, tendo como avanço significativo a partir de 1920, acentuando os fatores da degradação da vegetação natural. As transformações socioespaciais causadas por esses fatores influenciaram no ambiente natural da região e que sofreu alterações com a inserção de plantas exóticas, bem como as técnicas utilizadas para a agricultura como o fogo e a derrubada das matas.

### **Referências**

- AB’ SÁBER, Aziz N. A teoria dos refúgios: Origem e significado. *Revista do Instituto florestal*, Edição especial, São Paulo, p. 29-34, março de 1992.
- BORGONOV, M.; CHIARINI, J. V. Cobertura vegetal do estado de São Paulo: I - Levantamento por fotointerpretação das áreas cobertas com cerrado, cerradão e campo, em 1962. *Bragantia*, Campinas, v. 24, n. 14, p. 159-172, 1965.
- BOTREL, M. de A., NOVAES, L.O.N., ALVIM, M. J. *Características forrageiras de algumas gramíneas tropicais*. Juiz de Fora, MG: EMBRAPA, 1998.
- BRANNSTROM, C. Repensando a Mata Atlântica brasileira: cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930. *Varia História*, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, n. 26, p.58-76, jan. 2002.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EENP. *Plano de Manejo da Estação Ecológica do Noroeste Paulista*. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista - Campus de São José do Rio Preto, 2017.

MAHL, Marcelo Lapuente. *Ecologias em terra paulista (1894-1950): As relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. 3ª edição. Coleção Departamento de Cultura, volume XXV, São Paulo, 1941.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Polis, 1984.

ROCHA, G.L. A evolução da pesquisa em forragicultura e pastagens no Brasil. In: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 45., 1988, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: ESALQ, p.5-51., 1988.

SILVA, Sandro Dutra; MATEUS, Rosemeire Aparecida; BRAZ, Vivian da Silva; PEIXOTO, Josana de Castro. A Fronteira do Gado e a Melinis Minutiflora P. Beauv. (POACEAE): A História Ambiental e as Paisagens Campestres do Cerrado Goiano no Século XIX. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v.6, n.2, p.17-32, mai/ago, 2015.

SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. *Exploração do rio Paraná*. 2. ed. São Paulo: Typographia Brazil de Rothchild e Cia., 1911.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Estatística agrícola e zootechnica de São José do Rio Preto no anno agrícola de 1904-1905*. São Paulo: Typ. Brazil, 1908)

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio. *Estatística agrícola e zootechnica 1934-1935*. São Paulo: Directoria de estatística, industria e commercio, 1936.

## FRONTEIRAS SOCIOAMBIENTAIS NO OESTE CATARINENSE: A COLÔNIA PORTO NOVO

Natan Roberto Kickow. Mestrando em História (PPGH/UPF). Bolsista da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF)

**Resumo:** Este texto tem como objetivo apresentar resultados parciais de estudo voltado aos processos de transformações socioambientais ocorridas no oeste de Santa Catarina a partir da movimentação das fronteiras de colonização por um processo de migração dirigida a agricultores de origem europeia, oriundos principalmente das regiões das "colônias velhas" do Rio Grande do Sul e que se intensificou durante a década de 1920. Desse contexto mais amplo, a pesquisa se concentra em fontes relacionadas ao caso da colônia Porto Novo, empreendimento localizado na região fitoecológica da Floresta Estacional Decidual, bioma Mata Atlântica. Idealizado por sacerdotes da Companhia de Jesus e implementado por meio da *Volksverein Für Die Deutschen Katholigen in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul) para ser um povoamento étnico-confessional fechado, exclusivo para alemães católicos e seus descendentes, seu estabelecimento desencadeou um intenso processo de desflorestamento marcado pelo uso do machado e posteriormente da motosserra, seguido de queimadas para abertura de áreas agrícolas gerando uma significativa alteração da paisagem.

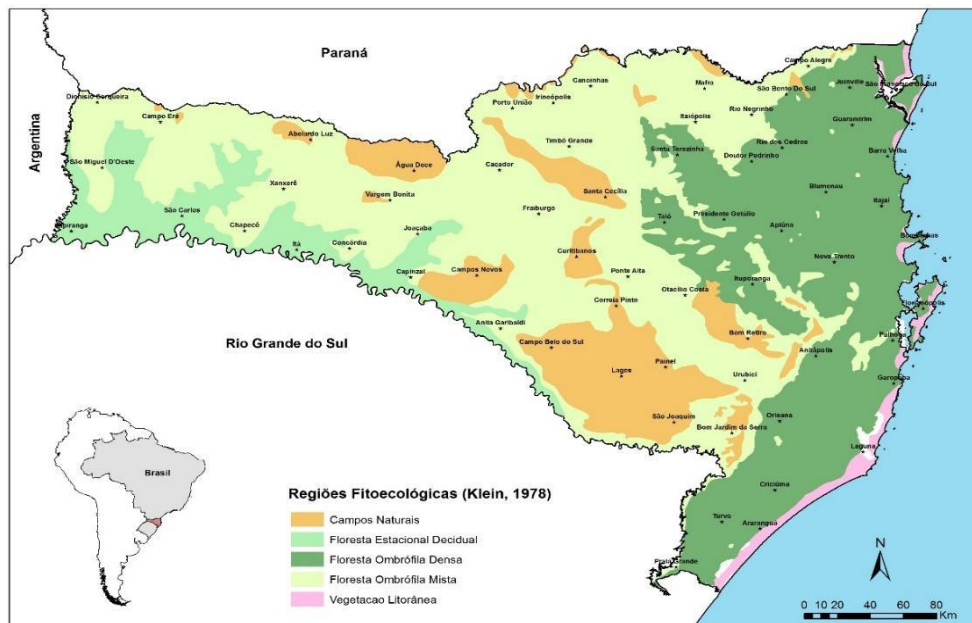
**Palavras chave:** fronteiras; história ambiental; imigração.

### Florestas, povoamento e repovoamento no oeste catarinense

No início do século XX, a Floresta Estacional Decidual (FED), vegetação do bioma Mata Atlântica (Figura 01), ainda cobria densamente a bacia hidrográfica do rio Uruguai no oeste catarinense, “sobretudo ao longo do seu curso principal e nas porções média e baixa de seus afluentes” correspondendo a uma área original de 7670 km<sup>2</sup>. Esse espaço “historicamente serviu de *habitat* para diferentes grupos humanos – indígenas, caboclos e colonos” passando por diversos movimentos de ocupação e repovoamento (SCHORN et al, 2014, p. 822; SALINI, 2018, p. 14).

As florestas estacionais são caracterizadas em razão da “caducifolia condicionada por sazonalidade climática de temperatura e/ou precipitação”, de forma que pelo menos 50% das espécies da vegetação perde das folhas durante um período mais quente/seco ou frio/chuvoso. O sistema de classificação vegetal brasileiro reconhece duas tipologias, a Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, distribuídas de maneira descontínua em diferentes partes do país, sendo associadas mais frequentemente com o bioma Mata Atlântica e Cerrado (GASPER et al, 2011, p. 130; 2015, p. 78-79).

Figura 01 - Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina



Fonte: Adaptado de KLEIN, Roberto Miguel. **Flora Ilustrada Catarinense: Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí. Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

No caso catarinense, é considerada um prolongamento das florestas da bacia do rio Paraná e da província de Misiones, na Argentina. Trata-se de uma vegetação mais recente em relação a Floresta Ombrófila Mista (FOM), tendo sua expansão na região mais a oeste do estado ocorrido por meio da “difusão de elementos bióticos”, pelos rios localizados no Paraná, incorporando em razão disso também contribuições florísticas da FOM e da estepe ou campos nativos (GASPER et al, 2011, p. 130).

Dentre as espécies florísticas frequentemente associadas a essa região fitoecológica em Santa Catarina estão a:

[...] peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron* Müll. Arg.), o ipê-roxo (*Handroanthus heptaphyllus* (Vell.) Mattos), o paud’alho (*Gallesia integrifolia* (Spreng.) Harms), o pau-marfim (*Balfourodendron riedelianum* (Engl.) Engl.), a canafístula (*Peltophorum dubium* (Spreng.) Taub.), o louropardo (*Cordia trichotoma* (Vell.) Arráb. ex Steud.) e a grápia (*Apuleia leiocarpa* (Vogel) J.F. Macbr.) (LEITE, 1994 apud GASPER et al, 2015, p. 79).

As ocupações humanas mais antigas deste espaço, conforme apontam registros arqueológicos, datam de 11.000 a 12.000 A.E.C, por grupos de caçadores-coletores que viviam de maneira perene no local. Os principais indícios de sua presença se referem a carvão de fogueiras localizado nas margens do Rio Uruguai. Mais recentemente, a partir de 2.000 A.E.C, a região passou a ser ocupada por grupos da unidade arqueológica Guarani, de tradição cerâmica e que praticavam a agricultura e a domesticação de plantas (SCHMITZ, 2011, p. 76-78).

A interação desses primeiros povos com esse ambiente foi pouco agressiva e, embora transformassem e alterassem a paisagem, utilizavam a floresta numa relação mais antrópica ou até mesmo, sustentável. Nesse sentido, Drummond (1997, p. 46) defende que: “essa ‘sustentabilidade’ do indígena é provavelmente mais resultado de suas tecnologias mais simples e do baixo número de pessoas do que uma intenção deliberada de preservar a natureza”. Jaci Poli defende que, em linhas gerais, o povoamento da região oeste catarinense em três fases:

Fase de ocupação indígena: até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang;

Fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos. A principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas;

Fase da colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terra das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo (2015, p. 150).

Com a expansão colonial brasileira para oeste durante o século XIX e a chegada do colono, as populações tradicionais foram perdendo seus territórios e passaram a ser destituídas de sua posse, ou ainda, forçadas a migrar. Sobre esse período, Salini destaca como marco de povoamento para a região a instalação de:

[...] fazendas de criação de gado no sul do país, principalmente nos campos de Guarapuava, em 1810, e em Palmas em 1840. A atividade pecuarista alavancou o setor econômico desencadeando um promissor investimento no ramo, qual motivou a migração de muitos fazendeiros com suas famílias, empregados e escravos (2018, p. 38).

No final do século XIX, o oeste catarinense passou a ser objeto de disputas territoriais de natureza política, inicialmente com a Argentina, que reivindicou sua posse, dando origem a um conflito diplomático conhecido como “questão de Palmas” (1890-1895) e que acabou sendo resolvido favoravelmente ao Brasil com a intervenção do presidente estadunidense Roger Glover. Posteriormente, uma controvérsia quanto aos limites gerou um processo judicial entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Essa disputa tramitou no judiciário por anos e foi resolvida após a Guerra do Contestado pelo presidente da república Wenceslau Braz, que intermediou um acordo que dividiu a área: os paranaenses ficaram 20.000 km<sup>2</sup> e os catarinenses com 28.000 km<sup>2</sup> (WERLANG, 1992, p. 11-12).

Com a finalização desse último conflito, o povoamento do oeste catarinense passou a ocorrer, sistematicamente, por meio das companhias colonizadoras. Dentre as razões que motivaram esse processo pode-se destacar: o interesse do governo pela manutenção e povoação desses territórios cuja posse havia sido objeto de controvérsias, de representações racistas e preconceituosas pelos governantes em relação às populações tradicionais e caboclas<sup>444</sup> e os interesses econômicos público e privado relacionados à exploração e à arrecadação de tributos com a colonização da região<sup>445</sup>.

O estado passou então a conceder grandes porções de florestas a empresas colonizadoras, que por sua vez deveriam construir estradas de rodagem ou trilhos de trem e atrair os povoadores. Werlang aponta que:

As terras normalmente eram concedidas às Companhias Colonizadoras em troca da construção de estradas: que, em alguns casos, beneficiavam a própria Companhia. Receberam terras em troca da construção de estradas a Companhia Colonizadora Oeste Catarinense, a Bertaso e Maia, a Companhia Brazil Development que, além de estradas de rodagem recebeu terras em troca da construção da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Outras Companhias como a Chapecó-Pepery, *Volksverein* e a Barth-Benetti e Cia., adquiriram as terras da Brasil Development (1992, p. 27).

Dentre a atuação dessas empresas colonizadoras, destaca-se a *Volksverein für die Deutschen Katolligen in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul) que adquiriu um complexo de florestas, entre os rios Macuco e Peperiguacú, para implantação de um assentamento exclusivo para alemães católicos e seus descendentes, a colônia Porto Novo, que corresponde aos atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis no estado de Santa Catarina.

### **A colônia Porto Novo**

A Sociedade União Popular para Alemães Católicos foi uma associação fundada no ano de 1912, no 9º Congresso Católico em Venâncio Aires, com o objetivo estatutário geral de: “promover o bem-estar tanto material como espiritual dos católicos de descendência alemã”. A

<sup>444</sup>Reichert (2010, p. 3) pontua que além de “o Estado não promover nenhum projeto específico de acesso do caboclo a terra, defendeu teorias preconceituosas e racistas em relação a sua identidade cultural, bem como utilizou a força repressiva policial e militar na expulsão do caboclo das suas posses”.

<sup>445</sup>Renk (1990, p. 48) defende que: “O lucro direto seria aquele decorrente da remuneração paga pelas terras, não sendo questionado se o montante estipulado e pago era ou não justo. O rendimento indireto estava nos encargos assumidos pelas empresas colonizadoras em abrirem estradas, mantê-las, mesmo que para isso fossem remuneradas com terras, mas desobrigando o tesouro em ressarcir despesas efetuadas. Some-se a isso a possibilidade de arrecadação de impostos, a curto e longo prazos e os dividendos políticos que poderiam ser auferidos se os empreendimentos obtivessem êxito”.

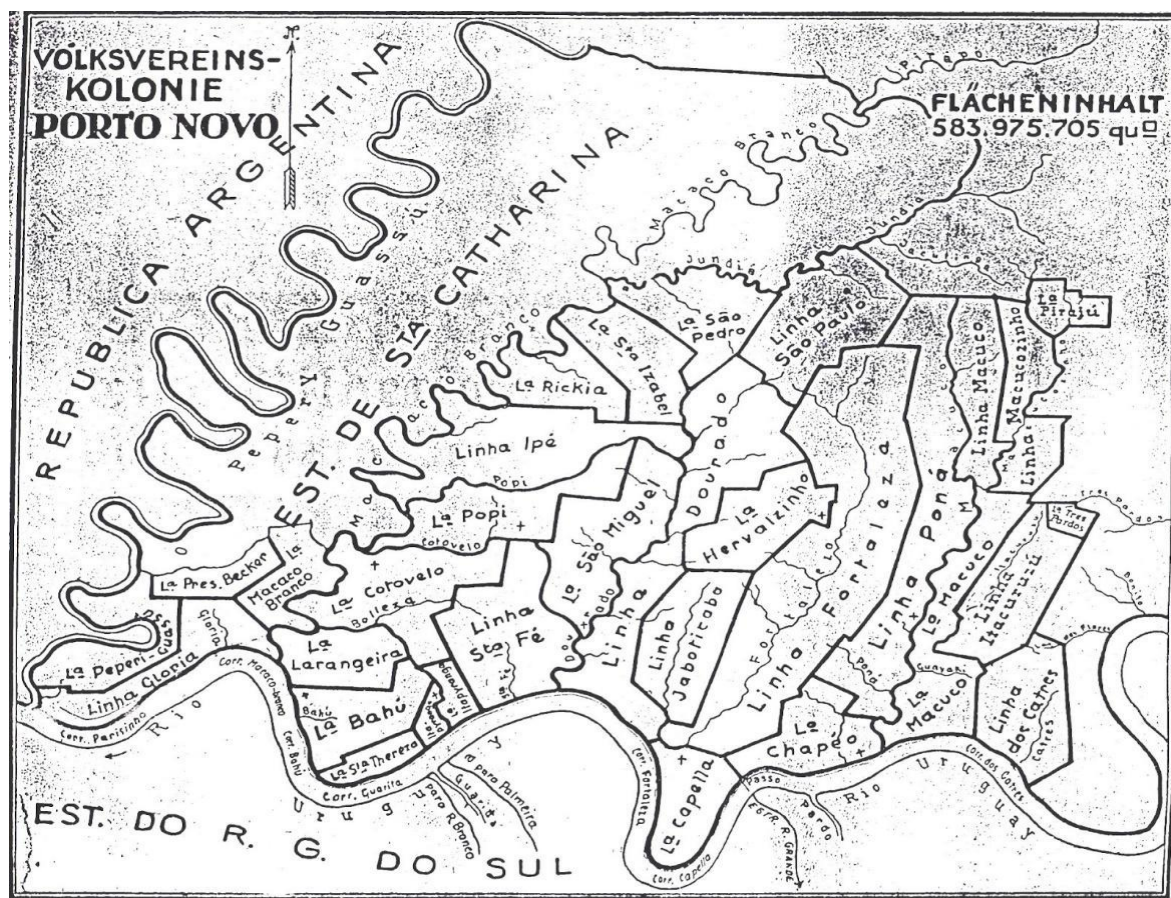


característica marcante desse projeto foi o direcionamento étnico-confessional “para teuto-brasileiros e somente para eles” (SKT. PAULUSBLATT, 1912 apud RAMBO, 2011, p. 239; RAMBO, 2011, p. 247).

A associação buscou inicialmente desenvolver ações no estado do Rio Grande do Sul, contudo, dificuldades na aquisição de terras, oposição do governo rio-grandense e a dificuldade na manutenção do quesito da homogeneidade étnico-confessional fizeram com que a colonizadora buscasse novas oportunidades fora do estado e adquiriu, em 1926, da empresa Chapecó-Pepery, um complexo de florestas entre os rios Macuco e Pepery-Guaçú, representado na Figura 2 (RAMBO, 2011; WERLE, 2001).

Mayer (2017, p. 24) explica que as intensas propagandas feitas pelas empresas colonizadoras, ao mesmo tempo em que as terras nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul estavam ficando escassas devido ao esgotamento do solo, fizeram com que os descendentes desses primeiros imigrantes alemães, que migraram durante o século XIX, passassem a procurar novas fronteiras para colonização, dentre as quais, a nova colônia as margens do Rio Uruguai.

Figura 2 – Mapa da colônia Porto Novo



**Fonte:** Adaptado de MIDDENDORF, Karl. *Porto Novo - brasilien: Siedlung für deutschsprechende katholiken am Uruguayfluß im Statte Santa Catarina in Brasilien*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1932. p. 50-51.

As terras da colônia foram então divididas inicialmente em lotes de 25 hectares, em moldes não muito diferentes dos lotes das antigas colônias alemãs existentes no Rio Grande do Sul. O assentamento também previa que os lotes se mantivessem nos entornos de uma “sede comunitária dotada com igreja e escola, mais uma estrutura para o comércio e lazer” de forma a criar “comunidades coesas e identificadas pelo senso de igualdade social e convívio comunitário” (HAHN, 2005, p. 38-39).

Com a instalação desses agricultores iniciou-se um intenso processo de alteração da paisagem com a derrubada das florestas, inicialmente com o machado e a serra manual e, muito posteriormente, com o uso da motosserra. Nessas primeiras décadas da colônia, suas atividades estiveram ligadas a expansão de zonas de cultivo com a derrubada da mata para abertura de áreas agricultáveis por meio da mão de obra familiar, com produção limitada a cultivos de subsistência e eventual venda de excedentes (NODARI, 2012; FRANZEN, 2016, p. 195-196). O processo histórico foi muito semelhante ao estudado e narrado por Gerhardt (2009) no caso da colônia Ijuhy, fundada no noroeste do Rio Grande do Sul em 1890.

Sobre o trabalho de derrubada da mata, temos as memórias de Maria Wiersch Rohde:

Por todos os lados as estradas eram construídas; ao longe e bem próximo, se ouvia o som dos machados cortando a mata – e o ruído assustador de grandes árvores tombando. Nas horas quentes do meio-dia quando se fazia necessário estabelecer uma pausa no trabalho, podia-se observar, diariamente, enormes nuvens de fumaça das queimadas. Aí nós sabíamos que este ou aquele havia aproveitado o calor e o tempo seco para tentar sua sorte. Muita coisa dependia de como e quando a mata queimava bem, inclusiva galharia toda. Apenas restavam as toras mais grossas que acabariam sendo aproveitadas. Se, no entanto, a queimada era ruim, talvez por causa do tempo chuvoso, restava muita galharia. Esta precisava ser removida antes da semeadura e isto sempre demandava muito tempo e esforço. Quem conseguia derrubar a mata, queimá-la e semear no seu devido tempo, portanto tinha tido sorte, pois podia contar com a primeira colheita em cinco meses. Isto correspondia, entre os colonos, a ganhar na loteria (2011, p. 76).

As tecnologias agrícolas utilizadas na colônia eram idênticas ao tipo de agricultura utilizada nas colônias velhas do Rio Grande do Sul. De natureza predatória, constituíam basicamente na derrubada da floresta, na qual eram aproveitadas as madeiras de maior valor comercial, seguida de queimadas para limpeza do solo e semeadura. A grande quantidade de espécies madeiráveis presentes nas florestas eram auspiciosamente exaltadas na propaganda oficial do assentamento. Afirmava-se:

Se a qualidade do solo é, além da localização, de importância determinante para o colono, não se deve menosprezar o valor e o papel econômico das árvores de madeira de lei, presentes na mata que cobre ou cobria o lote. É a partir das árvores que o colonizador experiente avalia a qualidade do lote pretendido. Como expressão do seu veredito, ele finca seu longo facão na terra. A venda das toras poderá reforçar bastante as finanças e, além disso, ele não precisará comprar madeira para construção de casa e galpões. É necessário mencionar que a maior parte das árvores da mata nativa, encontrada em todos lotes de forma mais ou menos densa, são madeiras de lei, adequadas a marcenaria e carpintaria. Temos aí madeiras duras muito apreciadas como: louro, cedro, cabriúva, ipê, angico, canafistula, tajaúba, grapiapunha, quebramachado, guajuvira (Schartzhertz), canjerana... E, como madeiras mais leves e fáceis de trabalhar temos: muitas variedades de canela, alecrim, guatambu, guabirova, caroba, jaraquiatiá, marmeleiro, corticeira, açoita-cavalo, e timbaúva; ou de qualidade mais leve – mas durável – ocupadas para construção de canoas, ou para lenha: as laranjeiras, e a batinga (MIDDENDORF, 1933, p. 57).

A comercialização dessas árvores foi importante para manutenção da saúde financeira da associação colonizadora durante o período de guerra, que paralisou a venda de lotes. A *Volkverein* mantinha, ela própria, um comércio madeireiro com a Argentina de forma a contornar, ainda que em parte, as dificuldades financeiras da empresa. Inclusive havia a perspectiva futura de que, com a exploração racional do recurso madeireiro e o reflorestamento sistemático, o comércio de madeira poderia ser uma opção econômica para a região (ROHDE, 2011, p. 299-300).

Extrai-se de entrevista realizada por Rambo:

[...] tanto que, quando o *Volkverein* vendeu aquela terra para os colonos eles iam junto e marcavam aquelas madeiras que eram deles. Na terra do pai tinha 20 e poucas árvores marcadas, cedro, loro. Podiam tirar o mato, mas essas árvores o *Volkverein* ia derrubar. E vinha às vezes uma turma (o Finger com a carroça, um Staub e mais gente). Vieram lá tirar a madeira. Vinha uma turma e derrubava e depois vinham os arrastadores e levavam para o rio e faziam as balsas. (2007, p. 146-147).

É necessário frisar que, antes mesmo da colonização pela *Volkverein*, havia a retirada e a comercialização de madeira naquele espaço e com a chegada dos novos povoadores essa prática se intensificou de sobremaneira. As madeiras de maior valor comercial, especialmente o cedro e o louro, por disposição contratual, eram marcados e excluídas na venda dos lotes pela *Volkverein* para serem retiradas e posteriormente comercializados por meio das balsas. (ROHDE, 2011, p. 299).

Essa expansão da colônia sobre a floresta iniciou na segunda metade da década de 1920 e se intensifica durante as décadas de 1960 e 1970 com a introdução da motosserra, ao mesmo tempo em que os últimos lotes da colônia foram comercializados (NODARI, 2012, p. 78-86).

Jungblut (2000, p. 78-86) explica que 50% dos lotes da colônia foram vendidos entre os anos de 1926 e 1930; 25% entre os anos de 1931 a 1940 e os restantes entre 1941 e 1969.

Neste sentido, o local escolhido para a instalação da colônia Porto Novo corresponde a um espaço de fronteira com, pelo menos, três dimensões: o rio Uruguai, uma fronteira permeável na interpretação de Nodari e Gerhardt (2021) entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a proximidade com a Argentina, com a qual diversas relações econômicas e socioculturais foram estabelecidas; e a fronteira entre a floresta e o espaço dela tomado pelo desmatamento para o projeto de colonização.

### **Considerações finais**

Sabe-se que “grupos étnicos têm formas distintas de interagir com o ambiente e que suas ações modificam ecossistemas, com impactos de curta, média e longa duração” (NODARI, 2012, p. 35), de tal forma que as “percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202), sendo que o “comportamento social dos seres humanos em relação ao mundo natural, assim como a própria estruturação socioeconômica da vida coletiva, passa pelas visões de natureza e dos significados da vida humana” (PÁDUA, 2010, p. 95).

No caso do oeste catarinense esse processo de intervenção humana com a região fitoecológica da Floresta Estacional Decidual se desenvolveu por meio de um longo processo de povoamento e repovoamento. Seu momento mais intenso ocorreu a partir da década de 1920 com a chegada de imigrantes de origem europeia, principalmente alemães e italianos e por meio da atuação de companhias colonizadoras, que passaram a derrubar as florestas para abertura de áreas agrícolas. Esse processo levou à rápida supressão da floresta, reduzindo sua área a fragmentos isolados de menos de 3% de seu tamanho original, conforme indicam estudos datados no final dos anos 1990 (NODARI, 2012, p. 35-36).

O processo de derrubada da floresta era visto como um processo civilizatório como defende Bublitz no estudo sobre a “colônias velhas”, entre o “civilizado, marcado pela agricultura colonial, e o inculto, marcado pela própria mata” (2010, p. 82) ou ainda, conforme Gerhardt (2009, p. 18), a natureza era vista “como uma fronteira entre o selvagem e o civilizado, entre o espaço intocado e o cultivado”.

No caso específico da colônia de Porto Novo a propaganda e o discurso dominantes apresentavam a floresta como algo a ser vencido, um vazio cheio de riquezas, apenas aguardando a mão diligente do colonizador para que fossem colhidas. Embora ainda careçam de estudos mais aprofundados, esse discurso aliado a um forte isolamento étnico-confessional,

tecnologias agrícolas predatórias, transformou drasticamente a floresta levando a sua quase total supressão.

### Referências e fontes

- BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: Uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio (Orgs.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011.
- FRANZEN, Douglas Orestes. *Um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense: o caso do Frigorífico Safrita de Itapiranga*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.
- GASPER, André Luís et al. Grupos florísticos da Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina. In: VIBRANS, A. C.; SEVEGNANI, L.; GASPER, A. L.; LINGNER, D. V. (eds.). *Inventário florístico florestal de Santa Catarina*. Blumenau: Edifurb, 2011. Vol. II. Floresta Estacional Decidual.
- GASPER, André Luís de et al. Variação da estrutura da floresta estacional decidual no estado de Santa Catarina e sua relação com a altitude e clima. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 77-89, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-509820152505077> Acesso em: 5 dez. 2021.
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.
- HAHN, Mauro. *Capital social e estratégias de desenvolvimento econômico na microrregião de Itapiranga (SC)*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. 3ª ed. Porto Alegre: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.
- KLEIN, Roberto Miguel. *Flora Ilustrada Catarinense: Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina*. Itajaí. Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.
- MAYER, Leandro. *O retrato da repressão: as perseguições a alemães no oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo*. São Leopoldo, Oikos, 2017.
- MAYER, Leandro; SCHNEIDER, Maikel Gustavo (org.). *Porto Novo: povoação de católicos alemães na mata virgem no sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2020.
- MIDDENDORF, Karl. *Porto Novo, brasilien: Siedlung für deutschprecehnde katholiken am Uruguayfluß im Statte Santa Catarina in Brasilien*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1933.
- NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012a. p. 35-53.
- NODARI, Eunice Sueli; GERHARDT, Marcos. Uruguay river: permeable borders in South America. *Review of International American Studies*, Katowice, Polônia, v. 14, n. 1, p. 201-227, Spring–Summer 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31261/rias.10047> Acesso em: 6 dez. 2021.

- RAMBO, Arthur Blásio. *Somando Forças: o projeto social dos jesuítas do Sul do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.
- RAMBO, Lorival Inácio. *Um outro olhar sobre a colonização: a relação homem / natureza*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2007.
- REICHERT, Patricio. A segregação Social do caboclo de Porto Novo a partir da análise da paisagem. *Para onde!?* Porto Alegre, v. 1, p. 7-61, 2010.
- RENK, Arlene. *A luta da Erva: um ofício étnico da Nação brasileira no oeste catarinense*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1990.
- ROHDE, Maria Wiersch. *Espírito Pioneiro, a herança dos antepassados: como uma mulher viu o desenvolvimento de um povoamento em meio a mata virgem*. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.
- SALINI, Ademir Miguel. *Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fronteira Sul, Chapecó, 2018.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio; CARBONERA, Miriam (Org.). *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011. p. 73-104.
- SCHORN, Lauri Amândio et al. Fitossociologia de Fragmentos de Floresta Estacional Decidual no Estado de Santa Catarina - Brasil. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 24, n. 4, p. 821-831, dez. 2014.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados*. v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-187, 1995.
- WERLANG, Alceu Antônio. *A colonização as margens do Rio Uruguai no Extremo Oeste Catarinense: A atuação da Cia. Territorial Sul Brasil 1925 a 1954*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.
- WERLE, André Carlos. *O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Tradução de José Augusto Drummond. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 198-215.

## **LA REGION Y SUS ACTORES EN LA ARGENTINA RURAL: Un enfoque histórico conceptual desde los márgenes hacia mediados del siglo XX**

Noemí Girbal-Blacha, CONICET-CEAR/UNQ, Argentina  
[noemigirbal@gmail.com](mailto:noemigirbal@gmail.com)

**Resumen:** Los estudios recientes de historia regional argentina apelan a las conceptualizaciones sobre la organización del territorio para definir la región más allá del orden natural. Espacio y región son producto de una “lógica social” e institucional; en tanto diagnóstico modificable por políticas correctivas. La historia regional se piensa como sinónimo de territorios que componen una agenda de problemas para analizar y admiten un juego de escalas entre micro y macrohistoria. Este análisis histórico-metodológico pretende definir la región desde las áreas marginales rurales argentinas, para darles visibilidad en la organización del territorio que propone el modelo agroexportador. El estudio de caso es el Nordeste Argentino (NEA), desde una perspectiva histórica que destaque la marginalidad (Formosa) aun al interior de las propias regionales marginales.

**Palabras clave:** Region; Agro; Formosa.

### **1.- Propuestas para una renovada historia regional**

Es importante asumir la construcción de la historia con un perfil que plantee sus interrogantes desde la diversidad que muestran las regiones como parte de la composición territorial de la Argentina. Los estudios recientes de nuestra historia regional parten de las conceptualizaciones acerca de la organización del territorio y las nuevas concepciones del espacio, para definir la región más allá de una espacialidad en el orden natural, propia de los años de 1960. Espacio y región son producto de una “lógica social” e institucional, (ECKERT, 1996) “espacialidades diferenciales” -desde el decenio de 1980-y también “complejos territoriales”. (CORAGGIO, 1987) Refieren a flujos acerca de los cuales es posible diseñar un diagnóstico regional que puede ser modificado aplicando políticas correctivas (MANZANAL; ROFMAN, 1989).

La historia regional se piensa como sinónimo de “territorios posibles”, en tanto procesos, lugares y actores, para componer “una agenda de problemas y tendencias de análisis”, acerca de ellos (BOZZANO, 2009; BARRIERA y ROLDAN, 2004; VELÁZQUEZ, 2008). Se enlaza el territorio local, regional y global para construir una historia compleja e interdisciplinar producto de un “juego de escalas” entre la micro y la macrohistoria (REVEL, 1995, p. 125-143; LEVI, 2019). Hoy, los estudios históricos acerca de las regiones argentinas, son escritos con perspectiva federal y se enlazan a la teoría institucional, para dar singularidad a esas economías y sus sociedades (MARCH; OLSEN, 1984, p. 734-749). Este análisis histórico-metodológico se propone dos objetivos: 1.- definir conceptualmente a la región como objeto de estudio y 2.-

caracterizar las áreas marginales rurales argentinas, en tanto manifestación política, social y económica, para darles visibilidad en esa construcción social del espacio y la organización del territorio. Para lograr este propósito, el estudio de caso seleccionado refiere al NEA, entre 1880 cuando se conforman los Territorios Nacionales y la dirigencia nacional, y 1960, cuando dichos territorios cambian su estatus jurídico político y la coyuntura agraria se modifica. El eje está puesto -a su vez- en el Territorio Nacional de Formosa, porque desde una perspectiva conceptual y empírica, se pretende brindar un aporte al análisis metodológico multidisciplinar desde el campo de la historia, que destaque la marginalidad al interior de las propias regiones marginales así como de los principales actores que la conforman, respecto del modelo agroexportador.

## **2.- Las desigualdades regionales argentinas. Conceptos y definiciones**

La historia argentina se vincula en su economía, su sociedad y su sistema político, a un territorio con marcadas diferencias regionales; conforme a los tipos de producción y al comercio de materias primas de origen agrario, a su poblamiento, su urbanización y cercanía o no a la ciudad puerto de Buenos Aires. En principio los rubros que destacan se vinculan a la producción y comercialización ganadera, sebo, tasajo, lana, carne congelada o enfriada y a fines del siglo XIX, a la transformadora expansión agrícola, cuando la consolidación del Estado Nacional diera forma, a partir de las redes de alianzas de elites, a un tipo determinado de mercado interno, de dirigencia nacional y de especialización de producciones subregionales. La explotación de los recursos forestales y las agroindustrias serán parte de una expresión regional de matriz monoprodutora, asociada al modelo generado desde el puerto de Buenos Aires, que aunque asentado en el “progreso positivista” también genera marginalidad, asociada o no, al aislamiento.

Jules Huret, periodista francés y viajero que recorriera nuestro país desde Buenos Aires hasta el Gran Chaco Argentino, hace suya las apreciaciones de algunos coterráneos que habitan nuestro territorio desde fines del siglo XIX y señala cómo la República Argentina” se asemeja a una gran casa que no tiene más que una puerta de entrada -Buenos Aires. Su fachada es pequeña y enorme su profundidad; pero no tiene salida, como las antiguas casas españolas, tan en desacuerdo con las exigencias de la vida moderna”. Su consejo es que “habría que proporcionarse una puerta de escape, por el ferrocarril del Pacífico”. Es su impresión acerca del espacio que diseña el modelo agroexportador, en los inicios del siglo XX (HURET, 1986, p. 257).

La tierra como símbolo de poder político y de prestigio social; la inmigración masiva del sur europeo que procura impulsar un frustrado proceso de colonización rural y deriva



finalmente en una urbanización creciente, suministrando mano obra abundante y barata para cambiar la fisonomía de la “gran aldea”, pecuaria y criolla; la organización del poder político como una estructura de alcance nacional que tensa y recorta las autonomías provinciales respecto del poder central; el comercio internacional orientado esencialmente a Europa (Inglaterra en primer término), y la inversión de capitales externos (ingleses, franceses y alemanes) en ferrocarriles, bancos, frigoríficos e infraestructura portuaria, conforman las bases de un país “progresista y moderno”, diseñado por la llamada “Generación del 80” integrada por “los notables”, liberales en lo económico y conservadores en lo político (BOTANA, 1985).

Esos orígenes pecuarios y mercantiles, asociados -desde las postrimerías del siglo XIX- al progreso positivista de la Argentina agroexportadora, conducirán a las limitaciones de la expansión horizontal agraria cuando se inicia la década de 1910 y a las crisis que inducen la regulación económica por parte del Estado -con fuerte presencia burocrática de perfil técnico- desde los años de 1930. Estos rasgos permiten conocer y reconocer la desigualdad interna de un país periférico, con economía abierta, como la Argentina, con una superficie de casi 3 millones de kilómetros cuadrados. El papel jugado por el Estado en la planificación económica de la Nueva Argentina nacionalista y popular, desde 1950 se emparenta con el estancamiento, pero también con la recuperación y tecnificación del agro, con una concentración localizada que afectará al desarrollo social de manera desigual (GIRBAL-BLACHA, 2008, p. 1-20).

Ese paisaje cultural -definido por el geógrafo Carl Sauer al promediar el decenio de 1920- es el resultado de la acción de los sujetos sociales sobre la naturaleza. Se trata de un paisaje cambiante y diverso pero que no renuncia a sus rasgos naturales. El Estado y los actores sociales que lideran el poder económico de base rural y agroindustrial, demostrarán las tensiones que enervan una compleja, heterogénea y desigual relación de poderes entre gobernantes y gobernados, traducidas -en última instancia- en diferencias territoriales que a la historia regional le corresponde analizar e interpretar (SAUER, 1925, p. 19-54). Esta vinculación por momentos es armónica y en otros ríspida, aunque sin llegar a un enfrentamiento frontal capaz de poner en peligro la construcción de la Nación -idea fuerza del siglo XIX- que en la Argentina se constituye de espaldas al pasado aborigen y buscando respuestas en Europa, al otro lado del Atlántico, a través del puerto de Buenos Aires.

Desde la perspectiva expuesta, el concepto de territorio, sus posibles interpretaciones y cómo fue utilizado por la historiografía, resultan asuntos básicos cuando se pretende estudiar con enfoque regional la historia argentina. Se produce una redefinición conceptual constante, que en los últimos años, dieran precisiones respecto de los límites de los conceptos de región,

territorio y espacio, aunque persistan las dificultades para determinar los niveles de análisis y sus articulaciones, con las particularidades de cada una de las regiones que se pretenden describir, caracterizar e interpretar. Por otro lado, este mayor nivel de precisión terminológica ha resultado -a veces- en una pérdida de la dimensión del ambiente natural, que aleja al hombre del medio en el cual vive y es esa revisión la que aparece hoy sobre el tapete del debate y los análisis de las economías regionales.

Mapa geográfico de la Argentina, por regiones



Fuente: [www.agentour.com](http://www.agentour.com)

Son éstas algunas de las razones que explican por qué la historia regional reclama hoy un abordaje que tenga en cuenta esos cambios teóricos y metodológicos -con el mayor nivel de complejidad y claridad posibles- basándose en el estudio de casos, para enriquecer el análisis

micro y explicar los procesos macro del heterogéneo mundo rural, especialmente en el caso de aquellas jurisdicciones que fueran Territorios Nacionales y que crecieran en medio del recorte del ejercicio de la ciudadanía plena, como ocurriera con Misiones, Formosa y Chaco o ejercieran su oposición al poder central como en el caso de la provincia de Santiago del Estero, que productiva, social y económicamente, integran el Nordeste Argentino (NEA) y específicamente la región que se conoce como el Gran Chaco Argentino (GIRBAL-BLACHA; CERDA, 2011, 2011, pág. 55-78).

Con perspectiva crítica y visto “desde arriba”, el concepto de territorio expresa una estrecha tensión entre la realidad, lo construido y lo imaginado, condicionando las interpretaciones de los científicos sociales. Descubrir las “identidades territoriales”, con sus ambigüedades, simbologías, movimientos, fragilidades y logros, mientras se ponderan las “experiencias no ingenuas de nación, territorio y revolución” (GARCÍA CANCLINI, 2011, p. 10-11), se convierte en un desafío intelectual, y en parte sustantiva de “un juego de transferencias y referencias” propio de una época y un espacio geográfico NAVARRO; FERNANDEZ, 2001, p. 2).

La denominada “lógica social” forma parte de las leyes y de la estructura funcional de un territorio. Así entendido, el concepto provendría del modelo social dominante, convirtiéndose en sinónimo del sistema socioeconómico. En este registro se admite la idea de cambio ligada a la implementación de políticas territoriales públicas en función de diagnósticos regionales. Los fenómenos estructurales se identifican con esa ocupación social del espacio, rechazando una visión lineal y estática del mismo, para auspiciar escenarios complejos acerca de esa lógica propia del territorio (ROCCATAGLIATA, 2008, p. 475-494). Esta interpretación predominante en los últimos años, no debiera perder de vista a los espacios naturales, con su sistema ecológico, climático y biológico, en tanto instrumentos que sustentan el territorio.

Espacio y actor social -que en tiempos post modernos se vinculan a la diversidad y la pluralidad- integran una relación-tensión entre la fragmentación regional de los sectores dominantes y la caracterización que éstos adoptan a partir de la conformación de un Estado Nacional centralizado, en 1880, cuando se afirma el “país embudo”, que acentúa los desequilibrios inter e intrarregionales. No todas las regiones integran las alianzas conducentes a la conformación de una dirigencia y un Estado Nacional. La Patagonia -aislada- y los Territorios Nacionales del NEA, sin una burguesía establecida y el predominio de pobladores indígenas, resultan excluidas de esa mesa de negociación política. Sólo se suman a la ganadera y cerealera región pampeana, las agroindustriales: del azúcar en el Noroeste Argentino (NOA)

con epicentro en Tucumán, y la vitivinícola en Cuyo con eje en Mendoza. Estas diferencias guían las explicaciones más recientes en los estudios regionales heterogéneos y complejos (CAO; RUBINS, 1994, p. 90-123).

Las redes que tejen los actores sociales, el Estado y las políticas públicas, se sostienen en el conflicto, pero también lo trascienden hasta insertarse en un territorio con características ecosistémicas propias (CASTRO, 2018, p. 287-300). Es un tema poco y -por lo general- unilateralmente abordado en la historiografía argentina, cuando tardíamente se ha reconocido la pertenencia a los márgenes fronterizos impuestos por el modelo agroexportador imperante. La vida cotidiana se desarrolla y cobra identidad más allá del territorio pero no es independiente de él, promoviendo continuidades y cambios; superando los vaivenes propios del entramado del poder, de la política nacional y sus rupturas institucionales que en la Argentina se iniciaran en 1930.

El abanico de inserciones diferenciadas generado en el sistema social, se expresa en la estructura del poder y en la organización del territorio (BECK, 2008, p. 181-190), sin desconocer el espacio natural, pero sí la necesidad de trascender sus “fronteras” físicas. También la creación de instituciones ligadas a las redes familiares y las relaciones clientelares, adquieren perfiles singulares en las distintas regiones. Si bien condiciones propias son capaces de trascender la dinámica interna de la región sin perder identidad, éstas resultan más explícitas en áreas de incorporación tardía al modelo agroexportador, como ocurre con el Gran Chaco Argentino. La disputa por el poder junto con la discrecionalidad que a veces orienta las acciones gubernativas son rasgos que muestran de funcionalidad a los mecanismos de acción del modelo adoptado (FONTAINE, 2015, p. 1-9, 22-35 y 169-176).

En los inicios del siglo XXI se está “repensando la región y sus actores”. Control, regulación sobre las decisiones sociopolíticas, nivel de incertidumbre en el accionar de los sujetos sociales y los agentes económicos “abre un debate teórico sobre el perfil de las regiones que se inserta en el ámbito integrado” (ROFMAN, 1996, p. 15). El momento es propicio para los historiadores, que plantean “diversidad de historias, singularidad de los historiadores; pluralidad de procesos, subjetividad de maneras de escribir y de hacer” (PROST, 1996, p. 126). Los territorios tienen identidad y su interpretación tiene una mirada intencional. Las identidades se imponen y los estudios de caso, como el que aquí se propone, lo confirman.

### **3.- La marginalidad en singular. Formosa y el Gran Chaco Argentino**

Los actuales análisis de historia regional confrontan determinismo y representaciones temporales para poder hacer una reconstrucción del pasado que tenga por bases la explicación

y la comprensión dinámica de los territorios, sus diversidades para trascender las interpretaciones típicas de las décadas anteriores (GRENIER, 1995, p. 227-251). En tal sentido, son los estudios de casos, inscriptos en una propuesta teórica delimitada, los que cobran fuerza en el debate crítico. La microhistoria sigue funcionando como un juego de escalas para explicar los procesos macrohistóricos (REVEL, 1996, p. 15-36; LEVI, 2019). El territorio es parte de la estructura social y de sus instituciones. Desde estas dimensiones se estudian los casos representativos de las más diversas realidades regionales para advertir cómo las regiones construidas desde el discurso hegemónico tienden a esconder las diferencias intrarregionales, explicando parcialmente el proceso social que suelen identificar con los espacios más desarrollados, como el de la rica región pampeana argentina.

Si el territorio es “una red aleatoria de geometría variable” (3<sup>ÈME</sup> COLLOQUE EUROPEEN, 2011, p. 01) es preciso buscar el equilibrio de una nueva ecuación dinámica entre la visión espacialista y aquella asociada a la construcción social del espacio. Son éstas las bases conceptuales, metodológicas y empíricas para estudiar a la regiones que componen el territorio argentino, con sus singularidades políticas, sus conflictos sociales, su institucionalidad y su organización productiva. A modo de ejemplo, este trabajo propone caracterizar el de un Territorio Nacional nordestino y de frontera: Formosa, que integra además la región marginal del NEA, siendo aun hoy la provincia más pobre y postergada del país (SAPKUS; VÁZQUEZ; TELESCA, 2021).

El Gran Chaco Argentino situado en el NEA, comprende los territorios de Formosa, Chaco, Norte de Santa Fe y la provincia de Santiago del Estero. Representa el 17% del territorio nacional, con escasa radicación poblacional, presencia importante de población nativa y de los países limítrofes que transitan el territorio más allá de los límites físicos. La región cuenta desde sus orígenes con una importante riqueza forestal de maderas duras (quebracho, algarrobo, ñandubay, lapacho) que fuera depredada antes de promediar el siglo XX para sumar el territorio al modelo agroexportador. Aunque la surcan 3 líneas férreas y vías fluviales que le permiten emprender la exportación de rollizos quebracho colorado y tanino, aún hoy sigue presentando altos índices de pobreza, malnutrición, analfabetismo y condiciones de vida paupérrimas.

El Territorio Nacional de Formosa que integra la región del Gran Chaco Argentino, mantiene esa condición dependiente del gobierno nacional y con el ejercicio limitado de la ciudadanía hasta promediar la década de 1950, representa el 1,9 % del territorio nacional y el 7,7% del NEA (MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS DE LA NACIÓN, 2016, p. 5). Es entonces cuando se transforma en provincia, y goza de los derechos plenos de

esas jurisdicciones administrativas que componen la Nación Argentina. Se trata de un territorio colindante con el Paraguay y postergado al interior de la propia región nordestina que desde sus inicios se presenta sólo como un apéndice del modelo agroexportador vigente. El sistema de tenencia de la tierra que lo caracteriza va acompañado de un proceso de desertificación, con modelos productivos heterogéneos y tecnología escasa. La intensa actividad forestal y de ganadería tornan la “tierra prometida” para producir, en “tierra arrasada”, a poco de iniciado el siglo XX, cuando predominan los ocupantes precarios o intrusos, con un uso intensivo del suelo y explotaciones a corto plazo (GIRBAL-BLACHA, 2014, p. 1-35).

#### Población y tierras en Formosa (1888-1916)

Año	Total	Población			Propietarios		Superficie (hects)	
		Argentinos	Rural	Total	Argentinos	Total	Tierra fiscal vendida-arrendada	Tierra fiscal libre
1895	4.829	2.392	3.292	319	128	---	73.582	---
1908	---	---	---	---	---	10.725.800	---	---
1914	19.281	10.057	14.995	1.324	742	---	2.083.808	7.328.191
1916	---	---	---	---	---	---	---	8.255

Fuente: Censos Nacionales. Elaboración propia.

#### Superficie cultivada (hects.) y ganados en Formosa (1888-1916)

Año	Total cultivado	Vacuno	Equino	Lanar	Valor total m\$ <sub>n</sub>
1895	3.265	41.424	3.136	2.439	---
1908	1.180	233.724	16.194	22.483	6.323.569
1914	23.250	379.092	21.601	33.010	16.856.757
1916	18.170	---	---	---	---

Fuente: CÁRCANO, Miguel A. *Evolución histórica del régimen de la tierra pública 1810-1916*. Buenos Aires: Eudeba, 1972, p. 408-409.

Formosa construye socialmente su espacio a través de diferentes movimientos migratorios establecidos en distintas zonas. Inmigrantes procedentes del Paraguay, migrantes provenientes de Salta, Chaco y Santiago del Estero, además de las poblaciones aborígenes que viven en la región: etnias wichi, pilagá, y toba, que han mantenido tensas relaciones en el proceso de ocupación de la tierra.

Las fuentes históricas originales muestran la situación de este caso específico de ocupación y construcción del espacio, en un contexto de marginalidad -la del NEA- alentado

por la vigencia del modelo agroexportador y la institucionalidad característica de la zona. Ambas definen esa postergación, que va acompañada de un régimen clientelar con sus propias y limitadas reglas de juego. Al mismo tiempo, se practica el ejercicio de una “justicia a la carta”, desigual y con privilegios para los sectores sociales más altos, cuando se trata de ejercer el derecho civil, político y de propiedad (GIRBAL-BLACHA, 2013, p. 73-110).

Entre los años de 1920, se inicia, con dificultades, la expansión del cultivo algodonero en el Territorio y hasta mediados del siglo XX (*La Gaceta Algodonera*. Buenos Aires, 31 de mayo de 1926, pág. s/n.), “la división de tierras fiscales y la fundación de nuevas colonias implicaron la instalación de alrededor de 5000 nuevos productores y la incorporación, a la producción agropecuaria, entre 1920 y 1947, de aproximadamente dos millones de hectáreas” (PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS, 2000, p. 7) pero la tecnología seguiría siendo escasa e importante la movilidad poblacional indígena atraída por las agricultura del NOA (JUNALD, 1937; CHACOMA, 1994).

Formosa. Explotaciones Agropecuarias (%)

Años	1947		1960	
	Número de Explotaciones	Superficie	Número de Explotaciones	Superficie
Propietarios	2.31	18.61	4.65	14.13
Arrendatarios	4.28	2.00	4.23	1.91
Medieros	0.60	0.08	0.71	0.08
Ocupantes	85.24	71.06	66.23	68.94
Otras formas	7.57	8.25	24.18	14.94
Total	100	100	100	100

**Fuente:** *Censos Nacionales* 1947, 1960. Elaboración propia.

Entre 1947-1960, cuando predominantemente gestiona el país el peronismo histórico, “se inician alrededor de 4.500 nuevas explotaciones, la mayoría de ellas dedicadas a la producción algodonera y ubicadas en tierras fiscales que ocupan el 67 % de la superficie cubierta, una de las proporciones más altas del país” (SLUTZKY, 2011, p. 132). El censo del 60 muestra para Formosa (convertida en provincia en 1958) formas de tenencia de la tierra “no determinada”, identificadas por lo general con tierras fiscales; cuando todavía registra el 1,5% de su superficie bajo cultivo; persistiendo un sistema de propiedad territorial que dificulta la racionalidad en materia productiva. El resto del espacio formoseño lo ocupan la ganadería y la explotación forestal. En síntesis, la producción agraria en Formosa cuenta con un 77,5 % de extranjeros entre los agricultores; un 86 % de los productores son “intrusos”, un 13 % arrendatarios y sólo un 0,2 % propietarios. También para 1960 un 51,5 % de las chacras son menores a 5 hectáreas y un 35,5 % tienen entre 5 y 15 hectáreas; pequeñas parcelas que generan

baja rentabilidad. Si bien las tierras aptas para agricultura son pocas, la reducida capacidad económica de los productores, que sólo cuentan con mano de obra familiar, hace previsible esos guarismos censales que refuerzan la postergación del territorio y sus actores (BECK, 2001, p. 7).

La vida de los aborígenes de la región es componente sustantivo en la organización del territorio, como población nómada y alejada de condiciones de vida aceptables. A mediados del decenio de 1930 estas comunidades indígenas son motivo de informes médicos que denuncian la precaridad en que viven tobas, maticos, wichis, pilagá, quom, en los Territorios del Chaco y Formosa. Es Esteban Maradona, un médico rural y naturalista radicado allí durante medio siglo, quien describe en su libro *A través de la Selva* (1937), las penurias de quienes deben vivir en estas tierras, “ante la vista y paciencia de las autoridades que parecieran complacerse con su explotación, por su fría indiferencia y la inexplicable inercia que manifiestan” (MARADONA, 1937, p. 54).

Esta situación se prolonga en el tiempo y se mantiene durante la Argentina peronista, más allá de la vigencia de la doctrinaria “justicia social”, cuando se crea y actúa desde 1946 y hasta 1953, la flamante Comisión Especial de (Des) Protección al Aborigen, con el propósito de mejorar la situación del indígena, especialmente en los Territorios Nacionales del Chaco y Formosa. Los informes de médicos civiles y militares que allí cumplen sus funciones sanitarias, son -una vez más- de interés para conocer la situación en que viven estas comunidades. Estos informes, junto con las historias clínicas y fotografías que actualmente sólo pueden consultarse con un permiso especial, son recibidos por los legisladores que integran esta Comisión en la Cámara de Diputados de la Nación, quienes de este modo toman conocimiento de una situación de larga data y que parece no encontrar solución efectiva (ARCHIVO DE LA HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN, 1946).

El común denominador de estos minuciosos informes refiere al problema de salubridad y las diferencias culturales en la vida de estas comunidades que desconfían de los funcionarios y -en general- de las acciones que se pretenden imponer desde fuera de sus ámbitos sociales de pertenencia. La propuesta de los médicos informantes puede reseñarse en la necesidad de organizar un servicio sanitario integral y completo que sea preventivo y no sólo curativo, en favor de la higiene social asentada en 3 ejes: la educación sanitaria, el examen médico periódico y la profilaxis por el tratamiento, para lo cual quienes elevan los informes proponen, en primera instancia, la creación en el hábitat indígena, de un hospital que cuente con un servicio médico



permanente. Se considera imprescindible la internación del paciente para combatir las enfermedades venéreas, que son el principal azote que sufren.

Suman a estas medidas detalladas en estos documentos, la construcción de viviendas saludables, agua potable y obras sanitarias, adecuada alimentación y una ficha médico social del indígena. Los médicos y enfermeros denuncian la falta de vitaminas mínimas necesarias en la alimentación que consumen, la precariedad de las viviendas de paja y barro, latas, maderas y sin ventilación, donde viven hacinadas familias numerosas con un activo nomadismo. Gripe, resfríos, tuberculosis, reumatismo, flemones, enterocolitis, blenorragia e infecciones diversas, epidermomicosis y eruptivas, son las enfermedades que afectan a estos desprotegidos pueblos originarios, donde abunda el alcoholismo. Una vez más, esta documentación destaca la situación de jóvenes mujeres que quedan embarazadas y llegan al parto con severas enfermedades venéreas, negándose a someterse a tratamiento y huyendo a los montes, por temor y desconfianza que les genera el disciplinamiento social (ARCHIVO DE LA HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN, 1946, informe sanitario 2).

El Libro de Actas de la Comisión Especial para la Protección al Aborigen (una etiqueta se superpone en dicho libro reemplazando la palabra "protección" por "desprotección") da cuenta de cómo los legisladores se notifican del diagnóstico y propuestas transcritos en los informes mencionados, pero las reformas demoran en llegar a estas poblaciones, que merecen poca atención del Estado. Más allá de la disparidad argumentativa y la conveniencia política del discurso entre oficialistas y opositores, son escasas las concesiones de tierras y la visibilidad que adquiere el tema de los pueblos originarios, al menos hasta bien avanzada la mitad del siglo XX. La demora operativa de esta Comisión legislativa conduce a la falta de reuniones y visitas a los lugares cuyas realidades denuncian los informes médicos.

La llamada "Revolución Libertadora" que destituye al Presidente Juan D. Perón en setiembre de 1955, establece un nuevo régimen gubernamental "de facto" que cambia las relaciones con la sociedad. En 1956 se suprime la Dirección de Protección al Aborigen y estos asuntos se derivan a los respectivos gobiernos provinciales, sin avanzar en las soluciones que el diagnóstico realizado por el cuerpo sanitario explicita y que las reuniones conjuntas con los legisladores nacionales explicitan. La Convención Constituyente de 1957 deroga la Constitución Nacional de 1949 y se anula la inclusión del asunto indígena en la Ley Fundamental de la Nación Argentina, aunque el tema siga teniendo vigencia en la Argentina.

#### 4.- Reflexiones finales

“La cuestión esencial de una escala de observación se funda en la convicción central de que ella ofrece la posibilidad de enriquecer las significaciones de los procesos históricos a través de una renovación radical de las categorías interpretativas y su verificación experimental” y, en este sentido, la historia sigue siendo una ciencia social que se construye en un tiempo y en un espacio determinados, que resulta imprescindible definir, sabiendo que el historiador escribe desde el presente (GRENDI, 1996, p. 233).

A partir de estas consideraciones y de las conceptualizaciones respecto de la organización del territorio, sus rasgos flexibles, la presencia de los sujetos sociales y la construcción social del espacio, el caso de Formosa analizado entre fines del siglo XIX y mediados del XX -cuando deja de ser Territorio Nacional para convertirse en provincia- resulta singular, a la hora de dar cuenta de la marginalidad del espacio y sus actores, aun en el contexto y al interior de una región marginal como la del Gran Chaco Argentino. La falta de presencia del Estado y de una burguesía local establecida, son dos factores estructurales de esta situación, que aquí se reseñaron (GIRBAL-BLACHA, 2021, p. 15-45).

Mientras en 1947 el 8,3% de la superficie del Territorio Nacional del Chaco está cultivada, en Formosa sólo el 1 % del área ocupada lo está. Guarismos que crecen al 14 % y al 1,5 % en los años 60, respectivamente. En este último año el 74 % del total cultivado en Formosa es algodón (SLUTZKY, 2011, p. 121). En el Oeste formoseño avanza la desertificación. En tanto en el Este la ganadería de mejor calidad atrae a los inversores pampeanos, quienes obtienen significativas ganancias que reinvierten en sus actividades económico financieras centrales ligadas a la ciudad puerto de Buenos Aires.

Por otra parte, la provincialización del territorio de Formosa, ocurrida en 1958, no responde a una movilización masiva desde el ámbito local para concretar este objetivo. La institucionalidad puede cambiar pero no fácilmente, porque el poder es una relación social mientras la estructura administrativa promueve y refleja la racionalización de las sociedades que se proponen ser modernas. La burocracia actúa como fin y como medio de las relaciones de poder, pero contar con los recursos para formalizar las estructuras político-administrativas propias de una provincia, requiere un gran esfuerzo de la sociedad local que debe conformar su propio erario y alentar la actividad productiva para mejorar la realidad ciudadana (MIGDAL, 2011).

La “dinámica del desarrollo territorial está fuertemente asociada al comportamiento de los diferentes eslabonamientos en que se fragmenta la cadena agroindustrial en su relación

estrecha con el entorno espacial en que se aloja” (ROFMAN, 2012, p. 23). Es ésta una de las razones por la cual un estudio histórico regional -basado en fuentes originales- referido en este caso específico a la ocupación y construcción del espacio, en un contexto amplio de marginalidad -característica del NEA- respecto del modelo agroexportador, muestra la complejidad del objeto de estudio y el grado de protagonismo de sus actores.

El marco legal que encuadra el proceso de adjudicación de tierras fiscales para el estudio del caso de Formosa, corresponde a la ley de tierras 113 y su decreto reglamentario (1539/60) de 1960. Por estas disposiciones los ocupantes que ejercen “una ocupación pacífica” y que a su vez realicen “una explotación regular, tendrán derecho a que se les adjudique en venta una unidad de explotación, dentro de la superficie que ocupen” (art. 28) pudiendo conseguir el título de propietario (PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS, 2000, p.6). Una propuesta legal interesante y esperada, pero no siempre eficiente para los habitantes formoseños.

Aún en los inicios del siglo XXI los informes de diagnóstico indican: 1) la precariedad en materia de titulación de tierras fiscales, especialmente en el Oeste de la provincia; 2) las dificultades para arraigar prácticas productivas sustentables, así como la capacitación para resguardar los recursos naturales; 3) la ausencia de participación de las comunidades indígenas locales en los programas o proyectos que dicen prestar atención a sus necesidades socioeconómicas; y 4) finalmente, la falta de supervisión de las normativas y legislación vigentes para que se cumplan sus objetivos ((PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS, 2000, p. 31-32).

La marginalidad se sostiene en el tiempo y es la acción institucional de más largo alcance en la historia de Formosa, donde aún hoy los pueblos originarios reclaman por sus tierras, sin lograr ser escuchados por el gobierno local y tampoco por el Estado nacional. En ambas instancias se llevan adelante relevamientos estadísticos que demuestran cómo Formosa supera la media nacional en materia de mortalidad infantil y materna, nacidos vivos con bajo peso, sin asistencia social en un alto porcentaje de la población y una esperanza de vida inferior a la del resto del país. Pero no se gestan instrumentos que permitan superar este cuadro de situación. Una política de rasgos feudales y autoritarios, afirmados en una Constitución local (art. 132) que asegura la reelección indefinida a su gobernador, que desde hace dos decenios y medio (diciembre de 1995) permanece en funciones, se muestra incompatible con la equidad social y las mejores condiciones de vida para los habitantes de Formosa. La historia regional debe dar cuenta de estas cuestiones cuando analiza la construcción social del espacio, su dinamismo, la acción del Estado, la intermediación financiera, la infraestructura, la tecnificación, la

capacitación y condiciones de sus actores sociales, y, en suma, los vínculos entre la región y el poder (LEYVA, 1993).

### **Bibliografía y fuentes**

ARCHIVO DE LA HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN. Secretaria Parlamentaria. Dirección de Archivo, Publicaciones y Museos–CEPPA-5-368-*Informes médicos sobre el estado sanitario y viviendas de los indígenas de Chaco y Formosa*. Congreso Nacional, 1946, informes sanitarios 1 y 2, originales sin foliar.

BARRIERA, Darío y ROLDÁN, Diego (compiladores). *Territorios, espacios y sociedades. Agenda de problemas y tendencias de análisis*. Rosario: UNR Editora, 2004.

BECK, Hugo. La etapa peronista en Formosa. Población, economía y política en la transición del territorio a la provincia. *XI Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina*. Córdoba: Academia Nacional de la Historia, 2001.

BECK, Hugo. Guías del Chaco y Formosa. Útiles informaciones del pasado, valiosas fuentes para investigaciones actuales. *Folia Histórica del Nordeste, n° 17*. Resistencia-Chaco, 2008, pág. 181-190.

BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.

BOZZANO, Horacio. *Territorios posibles. Procesos, lugares y actores*. Buenos Aires: Lumière, 2009.

CAO, Horacio; RUBINS, Roxana. La estructura institucional de las provincias rezagadas. *Realidad Económica* 128. Buenos Aires, noviembre-diciembre 1994, pág. 90-123.

CÁRCANO, Miguel A. *Evolución histórica del régimen de la tierra pública 1810-1916*. Buenos Aires: Eudeba, 1972, p. 408-409.

CASTRO, Augusto. *El desafío de un pensar diferente. Pensamiento, sociedad y naturaleza*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 287-300.

CORAGGIO, José Luis. *Territorios en transición. Crítica a la planificación regional en América Latina*. Quito: Ed. Ciudad, 1987.

CHACOMA, Jorge D. Distribución de la población en Formosa: ambiente, ferrocarril y algodón (1920-1947). *Documento de Trabajo 58*, Asunción: UNaF-BASE, 1994.

ECKERT, Denis. *Évaluation et prospective des territoires*. París: Reclus, 1996.

FONTAINE, Guillaume. *El análisis de políticas públicas. Conceptos, teorías y métodos*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2015, p. 1-9, 22-35 y 169-176.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Geopolítica y arte. La bienal de la desglobalización. *Revista de Cultura Ñ*, n° 422. Buenos Aires, sábado 20 de octubre de 2011, pág. 10-11.

GIRBAL-BLACHA, Noemí: Desequilibrio regional y política públicas agrarias. Argentina 1880-1960. *Revista Digital de la Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes*. Rosario, UNR, Tomo 1, núm 2, 2008, Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes-UNR, pág. 1-20.

GIRBAL-BLACHA, Noemí; CERDÁ, Juan Manuel. Lecturas y relecturas sobre el territorio. Una interpretación histórica. *Estudios Rurales. Publicación del CEAR - Centro de Estudios de la Argentina Rural*, núm. 1. Bernal. diciembre 2011, pág. 55-78.

- GIRBAL-BLACHA, Noemí. Reclamos de una población rural postergada. Política y justicia a la carta. Visibilidad en Formosa. Argentina (1884-1955). *Revista de Historia del Derecho* 45. Buenos Aires: IIHD, agosto 2013, pág. 73-110
- GIRBAL-BLACHA, Noemí. Formosa: Tierra prometida-tierra arrasada. La Argentina de los márgenes (1884-1955). SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTORIA ECONÓMICA (SEHA). *Documento de Trabajo* 14-01. Zaragoza, febrero 2014, pp. 1-35. www.seha.info (JEL Codes: N16, N96, Q15)
- GIRBAL-BLACHA, Noemí. Agricultura y agronegocio en el Nordeste Argentino (NEA): entre el algodón y la soja (1920-2008). En: POLICARPO MACHADO, Ironita; GIRBAL-BLACHA, Noemí; CHIAPPE, Marta. *Agricultura e desigualdades regionais na América do Sul (Séculos XIX e XX)*. Passo Fundo: ACERVUS Editora, 2021, p. 15-45.
- GRENDI, Edoardo. Repenser la micro-histoire? En REVEL, Jacques (dir). *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard- Le Seuil, 1996, p. 233-243.
- HURET, Jules. *De Buenos Aires al Gran Chaco*. Paris: [Eugène Fasquelle](#), 1911. Buenos Aires: Edición de Hyspamérica, 1986, p. 257.
- JUNTA NACIONAL PARA COMBATIR LA DESOCUPACIÓN (JUNALD). *Memoria*. Buenos Aires: JUNALD, 1937.
- La Gaceta Algodonera*. Buenos Aires, 31 de mayo de 1926, pág. s/n.
- LEVI, Giovanni. *Microhistorias*. Bogotá: Universidad de los Andes. Facultad de Ciencias Sociales, 2019.
- LEYVA, Xochitl. *Poder y desarrollo regional*. Michoacán-México: CIESAS, 1993.
- MARADONA, Esteban L. *A través de la Selva*. La Plata: Talleres de la Penitenciaría, 1937.
- MARCH, James G. y OLSEN, Johan P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. *American Political Science Review*, núm. 78. Cambridge, 1984, pág. 734-749.
- MANZANAL, Mabel y ROFMAN, Alejandro. *Las economías regionales de la Argentina. Crisis y políticas de desarrollo*. Buenos Aires: CEUR/CEAL, 1989.
- MIGDAL, Joel S. *Estados débiles. Estados fuertes*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS DE LA NACIÓN. Secretaría de Política Económica y Planificación del Desarrollo. *Informes productivos provinciales. Formosa*. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 2016, p. 5.
- NAVARRO, Fernando; FERNÁNDEZ, Sandra. Viajes y viajeros: algunos tópicos para entender la mirada cultural sobre la economía regional argentina. *Revista THEOMAI*, n° 3, primer semestre del 2001. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, pág. 2.
- PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS. *Tenencia de tierra en la provincia de Formosa. República Argentina. Informe final de Enrico Formica*. Buenos Aires: ONU, 2000.
- PROST, Antoine. Histoire, vérités, méthodes. Des structures argumentatives de l'histoire. *Le débat, histoire, politique, société*, n° 92. Paris: Gallimard, nov.-déc. 1996, pág. 126.
- REVEL, Jacques. Micro-análisis y construcción de lo social. *Anuario IHES* núm. 10. Tandil, 1995, pág. 125-143.
- ROCCATAGLIATA, Juan Alberto (coordinador). *Argentina. Una visión actual y prospectiva desde la dimensión territorial*. Buenos Aires: Emecé, 2008, p. 475-494.

ROFMAN, Alejandro. "Hay que apoyar a las economías regionales. *Clarín*. Buenos Aires, viernes 25 de octubre de 1996, pág. 15.

ROFMAN, Alejandro. *Las economías regionales. Luces y sombras de un ciclo de grandes transformaciones (1995-2007)*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación-Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

SAPKUS, Sergio O.; VÁZQUEZ, Cristian E., TELESCA, Ignacio (Compiladores). *Ruralidad y sujetos subalternos. Una mirada comparada al nordeste argentino*. Formosa: EdUNaF, 2021.

SAUER, Carl O. The morphology of landscape. *University of California Publications in Geography*, n° 2. California, 1925, pág. 19-54.

SLUTZKY, Daniel. *Estructura social agraria y agroindustrial del Nordeste de la Argentina: desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente*. Buenos Aires: IADE, 2011.

3<sup>ÈME</sup> COLLOQUE EUROPEEN. *Territoires innovants*. Genial (Belgique), novembre 2011.

VELÁZQUEZ, Guillermo Angel. *Geografía y bienestar. Situación local, regional y global de la Argentina, luego del censo de 2001*. Buenos Aires: Eudeba, 2008.

## SEXUALIDADE E RELIGIÃO NA ACADEMIA ESTADUNIDENSE

Pablo Vinicius Napoli. Graduando pela Universidade Estadual de Maringá, campus Maringá.  
Membro do grupo de pesquisa “Historia das crenças e ideias religiosas” sob chefia da.  
Professora Vanda Fortuna Serafim. E-mail: ra111441@uem.br

Vanda Fortuna Serafim. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá–UEM. E-mail: vandaserafim@gmail.com

**Resumo:** Trata-se dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica realizada no ano de 2021. Teve-se como objetivo compreender e sistematizar o estado da arte referente à literatura acadêmica sobre a *Metropolitan Community Church*, tendo como recorte histórico os Estados Unidos da América do ano de 1968 (data de fundação da instituição) até os dias atuais. Justifica-se esse recorte e objetivo de pesquisa tendo em vista a busca de uma maior compreensão sobre o tema das igrejas inclusivas (igrejas que se voltam para o público *queer*), a relação entre religião e sexualidade e a *Metropolitan Community Church*. Escolheu-se a igreja por ser a primeira e maior igreja inclusiva do mundo. Como resultado da pesquisa obteve-se uma maior compreensão do estado da arte, observando que a maioria da bibliografia era composta de estudos dispersos e desconexos, constituindo-se de estudos de caso utilizando o método de observação participante. Por esse motivo, realizou-se uma “costura” da bibliografia, de forma a compreender a sua historicidade, observando suas rupturas, continuidades e construindo um panorama geral da literatura sobre o tema. Para uma leitura crítica dessa bibliografia utilizamos os trabalhos de Hervieu-Léger (2015), Bourdieu (2007) e Certeau (2011), principalmente as reflexões sobre a religião na modernidade tardia e sobre etnografia.

**Palavras-chave:** Igrejas inclusivas; Sexualidade; Revisão bibliográfica.

### Introdução

A pesquisa pretendeu compreender e sistematizar o estado da arte relativo a *Metropolitan Community Church*. O interesse se deu, inicialmente, pela temática das igrejas inclusivas e após uma leitura da bibliografia brasileira, se optou por um recorte que foca-se nos EUA.

Por igrejas inclusivas se entende comunidades religiosas que se voltem para o público *queer*. Esse é um fenômeno que começou nos EUA nas décadas de 60/70 e encontra seu eco no Brasil dos anos 2000. Nessas comunidades, em sua grande maioria cristã, se efetua um discurso de cura sobre o status de pecador devido a sua sexualidade.

Com o objetivo de compreender esse fenômeno a pesquisa se focou em uma instituição, a *Metropolitan Community church* (MCC), ou, no Brasil, Igreja da comunidade metropolitana. Isso se deu pois a instituição proclama ser a primeira e maior igreja inclusiva do mundo, com igrejas em mais de 20 países pelo mundo, segundo site da organização, fornecendo assim material de estudo e problemáticas que poderão servir de base para o entendimento da trajetória

dessa igreja, ou de forma mais abrangente do fenômeno das igrejas inclusivas e da relação entre sexualidade e religião na metade final do século XX.

Como recorte espacial e temporal tem-se o Estados Unidos da América (EUA), por ser lugar de fundação e expansão da igreja e os anos de 1968 até os dias atuais, por ser a data da fundação da igreja pelo reverendo Troy Perry. Com esse recorte espacial e temporal também se pretende trazer um novo debate para a bibliografia brasileira, onde não se acha debates sistemáticos sobre a origem do fenômeno e suas implicações.

Pretende-se assim contribuir para a discussão nas “regiões silenciosas” de que fala Certeau (2011), ou seja, expor algo que ainda foi pouco explorado pela bibliografia. Pretende-se então buscar outra referência e outro recorte para que se possa operacionalizar um trabalho que contribua para a discussão.

Foram encontrados trabalhos desde o ano de 1974 até 2019. Após a leitura e sistematização das obras, foi possível perceber a prevalência de trabalhos de cunho etnográfico, o que contribuiu para um enfoque das pesquisas em comunidades locais que não se relacionavam de forma sistemática entre si, constituindo uma bibliografia dispersa e desconexa, onde falta a referência de um trabalho com um olhar mais abrangente. Segundo Rodriguez (2009):

Enquanto a literatura da pesquisa psicológica de gays e lésbicas cristãos é rica e continua expandindo, também é bastante fragmentada – consistindo majoritariamente de estudos com amostras pequenas que focam especificamente em subgrupos específicos dentro do fenômeno. (RODRIGUEZ, 2009, p. 5, tradução nossa).

Sendo a produção das ciências humanas uma prática e um discurso que depende também das ideologias presentes, ou seja, “Aquilo que desaparece do produto, aparece na produção” (CERTEAU, 2011, p. 18), há, portanto, uma historicidade da história, ou das ciências humanas. Com isso se conclui que ela muda ao longo do tempo, o que com a bibliografia sobre a MCC mostra que, conforme vai se avançando em diversos entendimentos relativos à sexualidade e religião o modo como a academia trata vários aspectos vai se modificando.

Compreendendo, conforme Certeau (2011), que a pesquisa é uma construção de um texto, que articula as regras próprias de um domínio científico e um lugar e condições socioeconômicas de produção, nos inserimos dentro do espectro da historiografia religiosa, sendo assim, foram utilizados para compreender e criticar a bibliografia trabalhos de Certeau (2011), Hervieu-Léger (2015), e Bourdieu (2007).



## Resultados e discussões

### O sistema denominacional americano

Foi necessário para a pesquisa que, antes de adentrar a bibliografia sobre a MCC, fosse entendido o contexto em que a igreja nasceu e se desenvolveu, dado que o cenário religioso americano tem suas especificidades.

Nos EUA as igrejas se organizam historicamente pelo sistema de denominações, onde até mesmo a Igreja católica é apenas mais uma entre várias outras instituições. A herança do pluralismo e voluntarismo é grande na gênese religiosa americana. “Destá herança veio o sistema de denominações como uma forma sócio-religiosa peculiarmente americana”<sup>446</sup> (MCKINNEY; ROOF, 1986, n.p, tradução nossa). Isso traz algumas particularidades pertinentes à pesquisa.

Na visão dos Mckinney e Roof (1986) o cenário religioso da década de 80 é “líquido”, ou seja, se encontra em momento de transição. Para os autores há uma ruptura ocorrida nos anos 60 que divide as duas épocas entre uma época de certezas característica do pós-guerra e outra de rápidas mudanças e novos valores, onde gurus e cultos não mais tão raros. Dois movimentos emblemáticos do período são o evangelismo dos anos 70 e a contracultura.

Essa ruptura é importante, pois demarca bem o momento de nascimento da MCC. A quebra do sistema religioso anterior, normalmente, permite o surgimento e ascensão do profeta e sua transformação em sacerdote (BOURDIEU, 2007). O rompimento com a moral estabelecida permitiu a abertura de novos movimentos, como o movimento gay e o evangelismo, dois dos quais a MCC é fruto direto.

Nessa nova forma do pluralismo e individualismo, os autores ressaltam dois pontos; da salvação como experiência pessoal e da justiça social como a quebra da visão anglo-saxão da sociedade americana; levando a uma noção de uma instituição que deveria servir ao indivíduo e não o contrário.

Nesse contexto, a experiência de graça ou salvação se torna igual à de satisfação. Os autores usam o termo “jornada espiritual” para designar essa nova experiência. É interessante notar que o termo “jornada espiritual” é utilizado também no artigo *Queer liveability: Inclusive church scenes*<sup>447</sup> (CUTHBERT; TAYLOR, 2019) com um significado parecido. Para os membros da comunidade estudada, a MCC era um suporte a jornada espiritual de aceitação individual de muitos membros. Apesar de o artigo tratar de apenas uma comunidade, mostra

<sup>446</sup>“Out of this heritage came the denomination as a peculiarly american socioreligious form”, no original

<sup>447</sup>“Habitabilidade queer: cenas de igrejas inclusivas”. (tradução nossa)

que há uma relação entre as tendências do campo religioso americano, mostradas em *American mainline religion* (MCKINNEY; ROOF, 1986), relações que sobreviveram até o século XXI. O artigo de Warner (1995) poderia ser outro exemplo, com a discussão sobre a MCC ser uma igreja “tipicamente americana”.

Outra adaptação pertinente que o antigo pluralismo americano está sofrendo é a delimitação clara de uma linha ideológica que divide as denominações, com os autores falando de denominacionalismo moral, que se divide entre linhas liberais ou conservadores.

Isso não significa dizer que a disputa teológica cesse, mas que agora ela aparece mais como um suporte para as disputas comportamentais do que qualquer outra coisa. A MCC ao longo de sua história é um exemplo claro em utilizar a disputa teológica para legitimar seu posicionamento sobre temas comportamentais, ao mesmo tempo em que denuncia a leitura conservadora de fazer o mesmo. Grande parte do diálogo com outras igrejas tem se baseado nessa temática, como pode ser visto no livro, *Our tribe: Queer Folks, God, Jesus, and the Bible*<sup>448</sup> de Nancy Wilson (1995).

### **Os conceitos utilizados no estudo das igrejas inclusivas nos EUA**

Rodriguez (2009) cita a relação entre o público de gays e lésbicas e a religião cristã como sendo normalmente vista e lembrada em um contexto de ódio e repressão, o que forma uma imagem pré-moldada na mente das pessoas em geral e também do pesquisador. Essa assumpção prévia de um conflito marca os pesquisadores que se propuseram a observar as igrejas inclusivas, moldando, em parte, as problemáticas tratadas pelas pesquisas.

Alguns pesquisadores deixam claro o choque com que se deparam após começar sua pesquisa tendo como objeto igrejas inclusivas. Bauer (1976) é um exemplo claro disso. O autor deixa muito claro sua incapacidade de entender o seu objeto, dado que não pertence, e não pode pertencer, ao grupo de “homófilos” que observava.

O que se vê no final é uma opção de narrativa que privilegia quase sempre o aspecto da opressão e conflito entre as identidades advindas da realidade social e religiosa. Essa narrativa foi se tornando mais complexa com o tempo e capaz de abordar as igrejas e seus membros enxergando outros aspectos além do conflito, muito também pela mudança da aceitação social e religiosa da questão *queer*. No artigo *Queer liveability* (CUTHBERT; TAYLOR, 2019), por exemplo, se fala de uma era “pós-gay”. Vale dizer que com isso não se quer implicar que a

<sup>448</sup> Nossa tribo: povo queer, Deus, Jesus e a bíblia (tradução nossa)

sociedade está livre de conflitos e preconceitos do tipo, mas apenas que passou a época em que toda e qualquer instituição cristã condenava a homossexualidade.

Como opção a essa narrativa de conflito Rodriguez (2009) prefere utilizar os conceitos de integração e empoderamento, pois considera que a MCC fornece esse lugar seguro que permite que os participantes integrem suas identidades e construam um sentimento de confiança.

### **Pesquisas etnográficas**

Ao longo dos anos as igrejas inclusivas e principalmente a MCC, tem sido alvo do olhar acadêmico. A maioria das análises foi feita com bases etnográficas, com foco em comunidades locais.

Portanto, a maior parte da bibliografia acadêmica sobre a UFMCC se resume a estudos de casos. Esses estudos não são recorrentes ao longo dos anos, o que cria uma bibliografia dispersa e desconexa. No entanto, isso nos permite ver claramente a evolução dos conceitos utilizados e a mudança da visão em relação às comunidades estudadas ao longo do tempo.

Temos estudos tão antigos quanto 1974 e tão recentes quanto 2019. Algo notável é que, apesar do espaçamento temporal e bibliográfico entre as obras, algumas questões que aparecem em *The gay church*<sup>449</sup> (ENROTH; JAMISON, 1974) e *The homosexual subculture at worship*<sup>450</sup> (BAUER, 1976) também aparecem em *Queer liveability* (CUTHBERT; TAYLOR, 2019). No entanto, o modo como se abordam essas questões muda consideravelmente com o tempo, sendo que, nas primeiras pesquisas, a MCC não é nem considerada uma igreja, só obtendo esse status na pesquisa acadêmica com Warner (1995). Os conceitos tendem a mudar de acordo com o que foi exposto no artigo de Rodriguez (2009), com o tempo foi se desenvolvendo uma maior sensibilidade e complexidade com relação às igrejas inclusivas, o que levou a uma revisão dos conceitos utilizados.

Uma das observações que resistiu ao tempo foi à capacidade da MCC de fornecer um lugar seguro para que se exerçam as duas identidades, a sexual e religiosa. Para Bauer (1976) a MCC fornece respeitabilidade religiosa e aceitação social a um grupo que necessitava de uma fuga para a opressão sofrida. Para Warner (1995) a MCC é uma típica igreja americana, ou seja, é um espaço de legitimação social de um grupo dentro do sistema de denominações. Segundo o autor: “Perry e seus seguidores iniciais tiveram a audácia de clamar para os homossexuais o espaço social dado para grupos subculturais pelas igrejas americanas”<sup>451</sup> (WARNER, 1995, p. 89, tradução

<sup>449</sup>A igreja gay (tradução nossa)

<sup>450</sup>“A cultura homossexual em adoração: um estudo de observação participante”. (tradução nossa)

<sup>451</sup>“Perry and his early followers had the audacity to claim for homosexuals the social space given over to

nossa). Para o autor, o fato da MCC ser pentecostal é uma de suas maiores vantagens: “gay cristãos como Troy Perry não esqueceram a tradição evangélica; eles acham em sua variante pentecostal uma visão de graça com a qual subjugar a lei”<sup>452</sup> (WARNER, 1995, p. 87, tradução nossa).

Em *Queer liveability* (CUTHBERT; TAYLOR, 2019) e no artigo de Rodriguez (2000, 2009) a perspectiva sai do aspecto do conjunto social e da opressão sofrida pelo mesmo para uma análise mais individual, seguindo a corrente geral do cenário religioso retratado em *American mainline religion* (MCKINNEY; ROOF, 1986). A MCC seria um lugar seguro onde se poderia efetuar a integração de identidades ou mesmo um lugar de auxílio para a “jornada espiritual” realizada por seus membros. De qualquer modo, todos os autores observam o aspecto do acolhimento e integração em uma comunidade como um dos aspectos positivos presente na igreja.

Algumas das problemáticas aparecem de forma simples nos primeiros trabalhos e vão se tornando mais complexas conforme o contexto externo e interno vão sofrendo mudanças. Em *The gay church* (ENROTH; JAMISON, 1974) e *The homosexual culture at worship: a participation observation study* (BAUER, 1976) é possível observar como os autores vão construindo uma dicotomia hétero/gay ou igreja gay/igreja hétero. Isso é um fato que se repete até os dias atuais, com a imprensa denominando a MCC de “igreja gay” ou “igreja LGBT”. Apesar de ser uma afirmação que simplifica os diferentes níveis de aceitação das diferentes instituições religiosas, ainda é uma fala que acompanha vários trabalhos acadêmicos e aparições na mídia da MCC.

A questão era mais simples nos tempos de Bauer (1976), já que, como Wilcox (2001) relembra, a quase totalidade das igrejas cristãs rejeitava a presença homossexual ou negavam qualquer participação ativa a esse grupo. No entanto, essa situação muda, Browning (1994) relata que em algumas organizações já existiam grupos pró-aceitação. Cadge (2002) relata que quase todas as organizações da *mainline* têm programas ou grupos voltados para o público LGBTQIA+.

Frente a esse novo panorama, a discussão sobre uma “igreja gay” se torna mais complexa, com uma terceira opção adicionada. Questões que antes permaneciam adormecidas, pela própria falta de concorrência sobre a MCC, começam a aparecer.

subcultural groups through american churches”, no original

<sup>452</sup>“Gay christians like Troy Perry have not forgotten the evangelical tradition; they have found in its pentecostal variant a vision of grace with which to subdue a judgment of law”, no original.

Vale deixar claro que a MCC, apesar de ser dizer um “amor que inclui a todos”, é uma “igreja gay”, o que se reflete também em seu público, composto em sua quase totalidade por pessoas *queer*. A instituição tem como foco o essencialismo, como diria Warner (1995), no sentido de que afirma a necessidade de existência de uma igreja voltada para o público homossexual.

Com todas essas questões e mudanças começa um debate sobre inclusão dentro uma igreja voltada apenas para um público e a necessidade de uma “igreja gay”, que se apega a dicotomia hétero/gay. Essa discussão é levantada por Enroth e Jamison (1974) e houve (ainda há) um debate interno sobre o propósito e necessidade de existência da instituição. A igreja inicialmente havia sido fundada tendo como um de seus objetivos a aceitação perante outras instituições, o que foi atingido, em parte. A discussão interna sobre essa questão e o diálogo com outras instituições podem ser vistos no livro de Wilson (1995).

O termo “igreja gay” aqui utilizado não pretende desqualificar a MCC como grupo religioso, mas reconhecer que sua unidade e coesão se dão, em parte, pela identidade sexual de seus membros e não por uma tradição histórica ou teológica, como abordado em *The gay church* (ENROTH; JAMISON, 1974), já que a igreja se compõe de membros de diferentes tradições, levando a situações onde um culto ao estilo católico era performado no sábado e um de forte marca pentecostal no domingo.

Isso é discutido no artigo *Queer liveability* (CUTHBERT; TAYLOR, 2019), com os membros da comunidade inglesa sentindo a falta de uma tradição ao estilo que encontram em outras instituições tradicionais. Essa discussão se torna mais pertinente no cenário atual, dado que os membros podem e participam das igrejas tradicionais.

Voltando a questão do essencialismo, temos o artigo *Metropolitan community churches and the gay agenda: The power of pentecostalism and essentialism*<sup>453</sup> (WARNER, 1995). Na visão do autor o principal papel da MCC é o da legitimação da homossexualidade como algo inato e criado por Deus. A MCC aparecia fazendo o papel descrito por Bourdieu (2007) para uma igreja, legitimar o arbitrário. Vale lembrar que na época havia pouca informação sobre a homossexualidade e um grande debate sobre ser um fenômeno social ou biológico, ou seja, uma escolha ou algo inato do ser.

Outra observação importante para o estudo das igrejas inclusivas foi o papel atribuído a Perry e a MCC na luta por direitos. Isso se deve também ao papel reservado a igreja nos EUA,

<sup>453</sup> Igrejas da comunidade metropolitana e a agenda gay: o poder do pentecostalismo e essencialismo”. (tradução nossa)

como um espaço social de legitimação de determinados grupos, como visto em *American mainline religion* (MCKINNEY; ROOF, 1986). Nos EUA temos igrejas para negros ou latinos, por exemplo.

### **Problemáticas encontradas na bibliografia**

Um dos primeiros passos de qualquer pesquisa é assegurar a compreensão do estado da arte, de forma a melhor compreender o próprio objeto estudado e a ver de que forma se pode contribuir para o debate.

Mais do que trazer uma perspectiva da academia americana, é intuito da pesquisa operacionalizar a construção de um sentido entre a mesma. No entanto, ao tentar operacionalizar um processo de “costura”, a historicidade da escrita acadêmica fica clara. Ao observar os conceitos utilizados pela sociologia e psicologia para tratar os novos fenômenos que apareciam nos anos 60/70 fica claro que a sociedade mudou a um passo maior do que a teoria sociológica conseguiu acompanhar.

Hervieu-Léger (2015) nos atenta que o aparato conceitual da sociologia religiosa foi construído tendo como base modelos institucionalmente sólidos, como a igreja católica, e que esses modelos não conseguem mais abranger a mobilidade e dispersão da modernidade religiosa e nem sequer classifica-la, levantando-se a dúvida sobre o que é propriamente religião.

Para autores como Enroth e Jamison (1974) e Bauer (1974), é evidente que o estatuto de igreja da MCC seria algo altamente contestado. Para além da questão da visão sobre a sexualidade, ainda imatura e preconceituosa, o aparato de conceitos que foi disponibilizado para os autores era derivado de uma análise baseada nas igrejas históricas americanas ou nas grandes religiões mundiais. Com essa base teórica fica claro o alto teor de contestação do que é considerado religioso ou não, já que os modelos teóricos não conseguem dar conta das mudanças rápidas e de um novo tipo de relação entre a instituição e o indivíduo.

Segundo Hervieu-Léger (2015): “É preciso lembrar-se que, na época, dificilmente se imaginaria fazer uma sociologia da religião de outra maneira que não através do empenho em “reduzir” a religiosidade ao conjunto de determinações sociais da religião” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p.19), leia-se a sociabilidade das “grandes religiões”.

Os conceitos que Hervieu-Léger (2015) elabora são interessantes, pois mostram que apesar de observar claramente o fenômeno, inclusive quantitativamente, não se tinham conceitos claros em *American mainline religion* (MCKINNEY; ROOF, 1986).

Os autores fazem uma descrição muito útil para o entendimento do campo religioso, porém, talvez pela perspectiva quantitativa, exageram alguns conceitos, o que pode ser notado

em alguns textos da bibliografia também. Embora seja um tempo marcado pela crise das instituições tradicionais e de sua gestão da “memoria autorizada”, Hervieu-Léger (2015) se recusa a simplificação de uma oposição entre um extremismo religioso conservador e uma secularização galopante: “O que caracteriza o tempo atual não é a mera indiferença com respeito a crença, mas a perda da sua regulamentação por parte das instituições tradicionais produtoras de sentido” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 9).

A modernidade religiosa tem uma dinâmica de movimento, mobilidade e dispersão das crenças. Não se vê uma crise do religioso em si, mas do religioso representado pela *mainline*. Nessa caracterização do individualismo religioso moderno temos uma explicação mais teoricamente concisa do que a encontrada em *American mainline religion* (MCKINNEY; ROOF, 1986)

Mais do que na formação de linhas ideológicas e da crise institucional, a autora nos traz uma perspectiva que nos dá conceitos que permitam a compreensão da nova relação do crente com a comunidade religiosa:

Os indivíduos constroem sua própria identidade socioreligiosa a partir dos diversos recursos simbólicos colocados a sua disposição, e/ou aos quais eles podem ter acesso em função das diferentes experiências em que estão implicados. A identidade é analisada como o resultado, sempre precário e suscetível de ser questionado, de uma trajetória de identificação que se realiza ao longo do tempo (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 64).

Esses conceitos elaborados por Hervieu-Léger (2015) demonstram ser um aparato conceitual que permite reelaborar varias das conclusões encontradas na bibliografia de forma a construir um sentido da experiência do crente na MCC. O próprio conceito de trajetória individual ou de *spiritual journey*, como aparece em *Queer liveability* (CUTHBERT; TAYLOR, 2019), fica muito mais claro quando se tem em mente essa nova relação do individuo com a comunidade, como suporte da jornada individual. Isso se aplica a quase todos os textos etnográficos, que caracterizam a MCC como “safe place”, tais como Bauer (1976), Warner (1995), Wilcox (2001), Rodriguez (2000, 2009) e Cuthbert e Taylor (2019).

A questão de ser uma igreja que se intercala com um movimento social que envolve diretamente a sexualidade também torna a visão dos autores “inebriada”, assumindo conceitos relacionados com a sexualidade para os desvios que apareciam nos seus próprios modelos teóricos.

Isso se demonstra na divisão que Bauer (1976) faz entre os membros ativos (participantes regulares) e os *cruisers* (participantes ocasionais), que o autor constrói com base

no conceito homogeneizante de subcultura. Se olharmos para os conceitos de convertido, como aquele que assume uma nova fé e aparece como tipo ideal para as instituições (devido a seu comprometimento), e do peregrino, como aquele que:

Emerge como uma figura típica dos percursos espirituais individuais, percursos que podem, em certas condições, organizar-se como trajetórias de identificação religiosa. Em seguida, corresponde a uma forma de sociabilidade religiosa em plena extensão que se estabelece, ela mesma, sob o signo da mobilidade e associação temporária (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 89).

Temos então um panorama que em vez de atribuir a divisão a sexualidade, atribui a um novo tipo de sociabilidade religiosa do crente moderno. Isso não é negar que o papel que a “cena gay” ou a condição sexual estigmatizada socialmente assume na organização da MCC, mas ter noção que essa influência assume uma forma propriamente religiosa, como explicitado no conceito de alquimia religiosa de Bourdieu (2007). O que parece fora de lugar não é propriamente a análise que envolva a condição sexual estigmatizada como base, mas um entendimento do indivíduo homossexual como resumido apenas a sua sexualidade.

Vale analisar que a conversão opera no marginalizado um processo onde o indivíduo adquire uma identidade socialmente reconhecida através da religião, o que vai de acordo com o exposto por Warner (1995) em relação ao modo como Perry construiu em sua igreja. Nesse caso a conversão adquire um componente social forte, que pode levar a reorganização da vida do indivíduo. No caso da MCC isso não se dá na forma de um puritanismo religioso, mas, ao contrário, em um estímulo a continuação e legitimação de um estilo de vida próprio que perpassa diretamente a liberdade, principalmente a sexual.

“Esta ruptura, que faz uma reviravolta em sua vida, demonstra conjuntamente o poder divino de transformação e de organização do mundo” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 128). “Deus me escolheu”, ou “Deus me fez gay”, mostrando o poder do essencialismo, segundo Warner (1995).

Olhando novamente para o indivíduo nesse contexto social de exclusão, a conversão pode ser o final de um caminho tortuoso de auto identificação e ao se converter se ganha uma “família”. Espera-se assim entrar em uma comunidade ideal, utópica, oposta a sociedade ambiente, de onde veio à exclusão. “Nos grupos que fazem disso uma versão mais política ao propor trazer uma melhoria radical às estruturas sociais e culturais existentes, seja pelo exemplo, seja pela ação” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 126), o que se articula com o conceito de “ação social cristã”, apresentado como justificativa e incentivo para protestos, como os de Perry. Também é o motivo do projeto da MCC de dialogar com outras instituições e apresentar



sua própria existência como militante, conforme exposto por Wilson (1995).

A questão tão levantada do enigma do pentecostalismo em uma “igreja gay” parece fundada na divisão sexualidade/religião como coisas excludentes, o que é reforçado pela assumpção de uma teoria da secularização que assume linhas ideológicas sem se questionar realmente sobre os fundamentos dessas linhas. Aqui se vê uma dúvida fundada mais em um desvio do modelo teórico pré-estabelecido do que em uma observação do objeto, é o sujeito construindo o objeto.

Bauer (1976) é o exemplo mais evidente dessa divisão sexualidade/religião, que opera na lógica das igrejas de dividir entre o sagrado e o profano, mas essa divisão aparece em quase todos os trabalhos. Conforme afirma Rodriguez (2009), a assumpção de conflito e divisão entre as personalidades sexual e religiosa é a norma.

Apesar de a todo o momento serem ressaltadas as tendências pentecostais da adoração na MCC, nenhum autor se preocupa em definir propriamente o que essas tendências trazem de importante para a discussão, como a distribuição do carisma.

De forma geral os autores ficam presos, ou na definição das linhas ideológicas, identificando pentecostalismo com conservadorismo, ou assumem que funciona como legitimador da condição social, sem explicar a especificidade do pentecostalismo nessa dinâmica.

O próprio conceito de hibridismo levantado por Wilcox (2001) ao tentar fugir da definição de Bauer (1976), do pentecostalismo como fuga de uma população em exclusão, recai novamente em uma divisão entre sexualidade e religião.

Embora se reconheça o papel da religião de trabalhar com bipolaridades como sagrado e profano, e a MCC como produtora ativa e consciente da bipolaridade igreja gay/igreja hétero (mesmo que em seu discurso oficial seja uma igreja para todos), parece que os pesquisadores supervalorizam essa dicotomia e o próprio modelo de divisão ideológica construído.

Para entender como esses processos de divisão e dicotomização acontecem é válido se valer de Certeau (2011) em sua análise da etnologia. Segundo o autor, “As experiências novas de uma sociedade não desvelam sua “verdade” através de uma transparência desses textos: são aí transformados segundo as leis de uma representação científica própria da época.” (CERTEAU, 2011, p. 224).

Os primeiros relatos sobre a MCC também mostram uma resistência dos autores em “ouvirem seu objeto”, preferindo recorrer aos paradigmas teóricos já estabelecidos, reforçando a divisão lá e cá da etnografia, ou seja, recorrendo a uma “atividade tradutora” na linguagem

psicológica/sociológica. Essa estranheza se dá muito pelo fato da utilização de conceitos homogeneizantes como subcultura que formavam uma imagem de um mundo a parte, “a cena gay”, o que acabava criando uma “estetização do selvagem”, ou seja, criando a imagem do sexual como hipersexualizado (CERTEAU, 2011).

Essa divisão lá e cá ainda faz com que os autores construam uma divisão na MCC e a encarem como um Frankstein. Certeau (2011) descreve como “espelhos quebrados” a descrição de Jean Lery dos animais americanos, “meio vaca, meio mula”. Os autores parecem entender a MCC segundo esses conceitos, “meio gay, meio religioso, meio pentecostal”, “meio igreja, meio protesto”. Isso é uma espécie de retorno que não reconhece a alteridade, “Uma parte do mundo aparecia inteiramente outro é reduzida ao mesmo pelo efeito da decalagem que desloca a estranheza para dela fazer uma exterioridade atrás da qual é possível reconhecer uma interioridade, a única definição de homem”(CERTEAU, 2011, p. 238).

Além de criticar o que a bibliografia diz, é útil ressaltar aspectos sobre o qual o recorte da maioria dos trabalhos não permite a sistematização, ou seja, o que ela não diz. A bibliografia encontra seu ponto cego em seu aspecto micro social, ou na linguagem de Bourdieu (2007): “A análise da estrutura interna da mensagem religiosa não pode ignorar impunemente as funções sociologicamente construídas que ela cumpre, primeiro, em favor dos grupos que a produzem e, em seguida, em favor dos grupos que a consomem”(BOURDIEU, 2007, p. 43)

Isso não quer dizer que tenhamos que recair no objetivismo de Bourdieu (2007) como contraponto a etnografia da comunidade local, mas que utilizar de uma análise mais macrossocial seria produtivo para o debate, permitindo sistematizar questões que se encontram soltas em uma análise local e com isso perceber que os estados das estruturas culturais e políticas contribuíram fortemente para o que é e foi a MCC.

Um passo importante ao ler Bourdieu (2007) e Weber (2004) é perceber a importância atribuída ao sistema religioso, ou seja, a atuação dos agentes especializados. Isso é um buraco na bibliografia, já que análises de Perry como profeta são vagas e o culto, que todos os autores caracterizam como pentecostal, recebe pouca definição. Seria pertinente observar como se dá a relação entre o líder carismático e os leigos no pentecostalismo, de que forma suas demandas são atendidas e como o carisma se encaixa nesse esquema, tendo em vista o caso específico da MCC.

Também ter em vista que os sacerdotes das igrejas estabelecidas têm como um de seus deveres ditarem o sagrado e o profano, o que fica muito claro na questão sexual, que é tratada

como desviante, é importante para analisar a MCC ou a figura de Perry como profeta, além de ter em mente os movimentos sociais dos anos 60/70 que questionavam essa divisão.

Warner (1995) é o que chega mais perto desse tipo de análise, definindo a MCC como uma “igreja tipicamente americana”, vendo a mensagem a MCC como forma de legitimação de uma condição social e Perry como um empreendedor religioso de sucesso.

Embora se use muitos aspectos da análise de Bourdieu (2007), norteadas pelo conceito de dominação, temos que reconhecer seus limites face ao objeto e ao tempo em que estamos nos situando.

Aqui deve se perguntar, em que medida o estilo de pregação e ética pregada na MCC se ligava as demandas dos leigos que atendia, ou seja, os homossexuais dos anos 70, muito afetados pelo “individualismo religioso moderno” de que fala Hervieu-Léger (2015). É importante formular, como Weber (2004) qual a relação entre a ética de um grupo e a moral religiosa e em que modo e medida se dão essa relação.

### **Considerações finais**

Ao sistematizar a bibliografia é preciso que se considerem em conjunto todos os fatores, para não cair novamente no erro da bibliografia de observar religião e sexualidade como duas identidades irremediavelmente em conflito.

Tendo avistado então esses déficits em relação à bibliografia a função do historiador, e do pesquisador em geral, é se colocar no limite do conhecimento, de abranger as “regiões silenciosas”, ou seja, de trabalhar para produzir novos conhecimentos ou revisar o conhecimento tendo em vista novas evidências. Isso, claro, levando em conta a produção de saber “localizada” que se efetuou até o momento. Aqui se entende a função acadêmica da história como algo que “Intervém a maneira de uma experimentação crítica dos modelos sociológicos, econômicos, psicológicos” (CERTEAU, 2011, p. 80). Ainda segue “A representação não é histórica senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos”. (CERTEAU, 2011, p. 89).

### **Referências**

BAUER, Paul F. The homosexual subculture at worship: A participant observation study. *Pastoral Psychology*, n. 25, 115–127, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

- BROWNING, Peter. Homosexuality, Ordination and Polity. *Quarterly Review*, verão: p.161-179. 1994.
- CADGE, Wendy. Vital Conflicts: The Mainline Denominations Debate Homosexuality. In: *The Quiet Hand of God: Faith-Based Activism and the Public Role of Mainline Protestantism*, editado por R. Wuthnow and J. H. Evans. Berkeley, CA: University of California Press, 2002. P. 265-286.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CUTHBERT, Karen; TAYLOR, Yvette. Queer liveability: Inclusive church-scenes. *Sexualities*; v. 22, n 5-6, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1363460718772759>. Acesso em 22 jan. 2021.
- ENROTH, Ronald M.; JAMISON, Gerald E.. *The Gay Church*, Grand Rapids: Eerdmans, 1974.
- HERVIEU-LÉGER, Danielle. *O peregrino e o convertido: A religião em movimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MCKINNEY, William; ROOF, Wade C. *American Mainline Religion: Its Changing Shape and Future*. Rutgers University Press, 1986. Paginação irregular.
- RODRIGUEZ, Eric. M. At the Intersection of Church and Gay: A Review of the Psychological Research on Gay and Lesbian Christians. *Journal of Homosexuality*, v. 57, n. 1, p. 5-38, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918360903445806>. Acesso em: 24 out. 2021.
- \_\_\_\_\_, Eric M.; OUELLETTE, Suzanne C. Gay and Lesbian Christians: Homosexual and Religious Identity Integration in the Members and Participants of a Gay-Positive Church. *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 39, p. 333-347, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0021-8294.00028>. Acesso em: 24 out. 2021.
- WARNER, R Stephen. The metropolitan community churches and the gay agenda: The power of pentecostalism and essentialism. In: NEITZ, M J; GOLDMAN, M S; BROMLEY, D G. *Sex, lies, and sanctity: religion and deviance in contemporary north america*. Bingley: Emerald, 1995. p. 81-108.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- WILCOX, Melissa. Of Markets and Missions: The Early History of the Universal Fellowship of Metropolitan Community Churches. *Religion and American Culture: A Journal of Interpretation*, v. 11, n. 1, p. 83-108, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/rac.2001.11.issue-1>. Acesso em: 24 out. 2021.
- WILSON, Nancy. *Our Tribe: Queer Folks, God, Jesus, and the Bible*. New York: Harpercollins, 1995.

# HISTORIOGRAFIA DO BRASIL COLONIAL: O PROCESSO DE CATEQUIZAÇÃO INDÍGENA ENTRE 1500 E 1600

Pablu Pereira de Andrade. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba. E-mail: [pablo.una@hotmail.com](mailto:pablo.una@hotmail.com)

**Resumo:** A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o processo histórico da catequização indígena pelos portugueses no Brasil no período colonial, entre os anos 1500 e 1600, apresentando pontos importantes que são pouco discutidos nas aulas de História e são relevantes para o ensino e a aprendizagem dos estudantes. O processo de catequização no Brasil foi longo e difícil, tendo como principais missionários nesse período os Franciscanos e os Jesuítas. No decorrer do tempo, algumas metodologias diferentes foram utilizadas para atingir algum resultado significativo, como por exemplo, a catequização através da música. Dito isso, discutiremos a respeito desses métodos e as maneiras como eram aplicados, e dentro desse contexto, discutiremos acerca da resistência indígena ao processo de colonização e de catequização. Assim, levantamos os seguintes questionamentos: Quais metodologias foram utilizadas nesse processo e quais resultados foram atingidos à medida que eram aplicadas? Quais os principais objetivos desses colonizadores? Houve algum tipo de resistência a esse processo de catequização? Para cumprirmos nosso intuito, utilizamos os estudos de Barros (2006), Caminha (2017), Meirelles (2015), Santos (2019), Wittmann (2008), entre outros autores. Com isso, percebemos que a música como método de catequização foi fundamental para esse processo, mas a forma como tais métodos eram aplicados acarretaram numa série de conflitos. Esperamos que este trabalho venha embasar as discussões acerca da catequização indígena, bem como o ensino desse processo em sala de aula do ensino básico.

**Palavras-chave:** Catequização. Música; Resistência indígena.

## 1 Introdução

Este trabalho situa-se no campo da História do Brasil Colonial, onde discutiremos acerca do processo de catequização indígena no Brasil durante o período de 1500 a 1600, na colonização portuguesa. A catequização indígena no Brasil é uma parte da nossa história que é marcada por várias discussões importantes, pois podemos analisar as relações sociais, os costumes e tradições de ambos os povos, e também, a cultura que os caracterizam.

Quando propomos uma discussão a respeito do tema catequização indígena no Brasil, devemos tomar uma série de cuidados ao se aprofundar e tratar desse assunto. Primeiro, porque devemos delimitar um período histórico para dividir cada acontecimento, além de analisar de forma minuciosa como era o Brasil nesse período, tanto em questões sociais, como geográficas.

Além disso, podemos fazer alguns questionamentos, como por exemplo: Quais metodologias foram utilizadas nesse processo e quais resultados foram atingidos à medida que eram aplicadas? Quais os principais objetivos desses colonizadores? Houve algum tipo de resistência a esse processo de catequização? Questões como essas são poucas vezes discutidas como deveriam ou exploradas no âmbito escolar, apesar de ter uma grande importância na história do Brasil.

A história do Brasil colonial não é um tema tão simples de ser estudado devido à escassez de fontes documentais desse período, mas, mesmo assim, é fundamental que nós como pesquisadores e historiadores, tenhamos o interesse de nos aprofundarmos cada vez mais e conhecer pouco a pouco, mais detalhes da nossa própria história. Por isso, pretendemos com essa pesquisa, debater sobre problemáticas que acreditamos ser pouco discutidas no âmbito escolar, e trazer uma discussão de uma forma mais didática, onde mais leitores poderão ter um entendimento claro desse assunto e de maneira simples.

É interessante colocar que o período colonial do Brasil vai de 1500 até 1822, mas a chegada da família real acontece em 1808, onde de acordo com Meirelles (2015, p. 09):

No dia 14 de janeiro de 1808, o Brigue Voador trazia ao porto do Rio de Janeiro a notícia de que a Família Real estava a caminho do Brasil. Desde então, os ânimos da sociedade carioca fervilhavam. Três dias depois, em 17 de janeiro, o desembarque das sete naus portuguesas e dos três barcos ingleses no cais do porto despertava a imensa curiosidade da população que aguardava ansiosamente a chegada do Príncipe Regente e sua corte em terras americanas.

Dessa forma, podemos ver que a chegada da família real portuguesa no Brasil ano de 1808 marca uma nova história no Brasil, e que o período colonial foi bem extenso, mas limitaremos o recorte temporal desta pesquisa num período de 100 anos, que se inicia no “descobrimento” das terras brasileiras no ano de 1500, até o ano de 1600. Acreditamos que nesse recorte temporal conseguiremos tratar a respeito da catequização no período mais ativo, que foi no primeiro século, e assim, não nos estenderemos muito no assunto, focando apenas nos acontecimentos mais marcantes.

O processo de catequização dos nativos no Brasil foi bem intenso e variado, de modo que os primeiros religiosos que iniciaram esses trabalhos como catequizadores foram os Franciscanos<sup>454</sup> no ano de 1500, e foram os únicos até o ano de 1549, quando chegaram ao Brasil os Jesuítas<sup>455</sup>, encontrando aqui um certo número de nativos catequisados pelos Franciscanos, como nos afirmam Lima e Goldfarb (2009, p. 269):

Os religiosos da Ordem de São Francisco se fizeram presentes no Brasil desde o momento em que os portugueses aportaram nesta terra, em 1500. O próprio Frei Henrique Soares de Coimbra<sup>456</sup>, que celebrou a primeira missa em solo brasileiro, legitimando a posse do novo território lusitano, pertencia à Ordem dos Frades Menores – OFM. Vale salientar que foram os frades franciscanos

<sup>454</sup>Também conhecida como ordem dos Frades Menores, é uma ordem criada por São Francisco de Assis que catequisou indígenas em diversas localidades do Brasil após sua colonização.

<sup>455</sup>Uma ordem religiosa da Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loiola. Foi criada como uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo.

<sup>456</sup>Ele era um religioso importante da Ordem religiosa mendicante dos franciscanos e foi confessor do rei D. João II.

os primeiros religiosos a iniciarem o trabalho de catequese com os indígenas e, até 1549, eram os únicos a se dedicarem a tal responsabilidade.

Portanto, a partir das afirmações citadas podemos ver que a catequização dos indígenas foi algo iniciado no Brasil ao mesmo tempo em que se iniciavam as explorações territoriais pelos desbravadores portugueses. Nesse momento não aconteciam somente as explorações territoriais e procura por recursos valiosos, mas aconteceu também a primeira missa cristã, reafirmando a posse daquela região.

A pesquisa que apresentamos como proposta de estudo é bastante relevante para o meio acadêmico, em especial para a área de história do Brasil, por tratar de uma abordagem que proporciona discussões enriquecedoras à pesquisa acadêmica e também à historiografia brasileira. A ideia de trabalhar esse tema surgiu justamente da visão que temos de que é um conhecimento que apesar de importante, não vem sendo discutida com os estudantes com a seriedade que merece, pela quantidade de detalhes e fatos que muitas vezes são esquecidos durante o processo de formação acadêmica e também nas escolas do Brasil.

Atualmente, notamos que o processo de ensino e aprendizagem, principalmente nas escolas de nível básico, continuam bem limitados. Podemos observar isso nas palavras de Iosif (2007, p. 55), onde ela afirma que:

A educação brasileira está em crise! Melhor dizendo, a educação no Brasil sempre esteve em crise. O país nunca soube cuidar com prioridade da educação do seu povo e agora está começando a pagar um alto preço por essa falta de cuidado com a educação. A educação atual ofertada no cenário das escolas brasileiras, que segundo sua legislação educacional, deveria primar pelo exercício da cidadania, não consegue fazer com que grande parte dos alunos aprendam a ler e a escrever e, muito menos, formar sujeitos críticos e capazes de se organizar coletivamente em prol dos direitos de cidadania.

Podemos dizer assim que tais fatos ocorrem principalmente pela falta de investimentos na educação do Brasil, tendo em vista que na maioria das vezes os professores não têm as condições necessárias para trabalhar e propor inovações no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Além disso, pela quantidade de pontos importantes para tratar em tão pouco tempo, a disciplina de história por exemplo, acaba sendo “romantizada” em sala de aula, onde os conteúdos muitas vezes são ensinados resumidamente e onde não há uma discussão crítica efetiva, além disso, alguns fatos importantes podem passar despercebidos, como poderia ser no caso, no estudo da história do Brasil colonial.

Outro problema é que até mesmo a forma como conhecemos a nossa própria história pode ser considerada como uma história eurocêntrica, como nos afirmam Oliveira e Freire (2006, p. 17):

A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual.

A impressão que temos é de que a história do Brasil não é contada pelos próprios brasileiros, por isso acreditamos que com a produção de mais pesquisas sobre essa abordagem, podemos atingir um número cada vez maior de leitores e expandir o conhecimento acerca das dificuldades, problemas, consequências e mudanças que aconteceram na vida dos indígenas e dos colonizadores que estão relacionados diretamente a esse processo de colonização dos nativos brasileiros.

Ou seja, a partir dessas discussões, buscaremos mostrar que temas como a história da catequização e a relação entre os indígenas e os colonizadores que conhecemos não é tão rasa, pois possuem uma quantidade de fatos e curiosidades que são bastante importantes na nossa história e que podem sim, serem estudadas de forma mais completa.

Portanto, tendo em vista tudo que foi apresentado até o momento, temos o seguinte objetivo geral: analisar o processo de catequização dos indígenas no Brasil no período de 1500 a 1600, durante a colonização portuguesa. Por se tratar de um tema que possui várias formas de abordagem dependendo da metodologia utilizada pelo professor, e também por trazer diferentes perspectivas de aprendizagem, envolvendo questões variadas.

Para poder entender melhor essa questão da catequização, iremos entender quais eram os objetivos desses catequizadores, e iremos nos aprofundar nas metodologias utilizadas pelos Franciscanos e Jesuítas nesse processo, entendendo as dificuldades enfrentadas e quais métodos foram mais eficientes.

Para isso, também se faz necessário compreender as consequências desse processo de catequização, e as formas de resistência dos indígenas brasileiros, que tinham sua cultura e costumes constantemente atacados pelo colonizador estrangeiro, por isso, iremos dialogar e questionar a respeito das formas de resistência indígenas ao processo de exploração e catequização.

Através de pesquisas realizadas em periódicos/revistas *online* e em contato com outros estudantes, tivemos conhecimento de alguns trabalhos acadêmicos e livros que tratam da questão da catequização indígena no Brasil no período colonial em seu desenvolvimento, e que se mostraram bastante interessantes para a fundamentação teórica desse trabalho, como por exemplo, um recente trabalho de dissertação do autor Santos (2019), intitulado “Franciscanos no Brasil: Uma História Silenciada”.



Nesse trabalho o autor procura discutir a respeito da chegada da ordem Franciscana no Brasil, além de discutir sobre o avanço da ação missionária e da catequização dos índios feita por eles durante o período do Brasil colonial. A pesquisa vai abordar também a respeito das contribuições historiográficas e intelectuais desses missionários no Brasil, por isso será bastante útil como embasamento ao fazermos uma comparação com as ações jesuítas nesse processo de catequização.

Outra obra que consideramos como bastante importante para uso nessa pesquisa é o livro intitulado “A presença indígena na formação do Brasil” dos autores Oliveira e Freire (2006), que analisam e discutem de maneira bem ampla sobre a formação do Brasil desde o período colonial até o século XX, e a contribuição dos índios nesse processo, não só em questões culturais, mas, também, descrevendo sobre a exploração do trabalho escravo, imposição de novos costumes a esses povos, a criação da FUNAI, entre outros pontos.

Outro trabalho que se mostrou bastante pertinente para o desenvolvimento desta pesquisa é o artigo intitulado “Música indígena brasileira – filtragens e apropriações históricas” do professor e historiador Barros (2006), onde ele aborda a questão da catequização indígena através da música, e também sobre a apropriação dos colonizadores das tradições e músicas indígenas, assim como a imposição de seus costumes aos povos que habitavam as terras brasileiras.

Além de Barros, outra autora que escreve sobre a catequização através da música e sobre os jesuítas, é a pesquisadora Wittmann (2008), em sua obra intitulada “A música nos primeiros anos de presença jesuítica no Brasil”, onde poderemos utilizar para fazer uma comparação ao processo de catequização dos franciscanos e analisar qual delas apresentava mais resultados positivos ou problemas em relação aos nativos brasileiros.

Também faremos uso das palavras de Caminha (2017). A carta de Pero Vaz de Caminha é um documento oficial de extrema importância na história do Brasil, e traz detalhes e fatos bem interessantes por se tratar de um relatório que era enviado ao rei de Portugal sobre o “novo mundo”. Utilizaremos uma versão traduzida da carta da editora Nova Fronteira para ter um melhor aproveitamento e entendimento do texto.

Destacamos até aqui, as obras que consideramos mais importantes para a fundamentação da presente pesquisa, mas, além dos textos citados acima, faremos uso de outras obras que são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, e que podem nos ajudar a dialogar e compreender melhor sobre o tema abordado.

Assim, diante dos trabalhos citados que abordam a temática da catequização indígena, almejamos que nosso estudo venha somar nas discussões, bem como apresenta-se como um estudo que discute subtemáticas relacionadas ao processo de colonização, com um percurso de leitura próprio.

## **2 Os Franciscanos e o início da catequização no Brasil**

Durante boa parte de nosso tempo na escola, aprendemos sobre a história do Brasil, mas muitas vezes o que aprendemos é filtrado pelos professores, que planejam a melhor forma de ensinar o conteúdo no pouco tempo têm disponível para cada turma, e muitas vezes sem poder contar com um material ou equipamento de suporte de qualidade.

Dessa forma, os alunos aprendem os conteúdos sem um aprofundamento teórico adequado e sem muitos detalhes e fatos importantes da história, e nessa pesquisa trataremos de um tema que é bastante discutido tanto na escola quanto na comunidade acadêmica. Por isso, discussões como essa merecem uma certa atenção para os fatos que envolvem esses acontecimentos históricos, e iremos dialogar sobre essas questões, colocando fatos e curiosidade bem importantes que podem ser utilizados no ensino de história do Brasil colonial, de maneira mais didática.

Quando falamos na chegada dos portugueses no Brasil, podemos imaginar como foi o primeiro contato entre eles e os nativos que já viviam nessas terras. Com certeza ocorreria um estranhamento entre esses povos, levando em consideração a diferença longínqua de costumes, vestimentas, linguagem, conhecimentos de mundo, tecnologias, crenças entre outras coisas.

De acordo com Caminha (2017), quando encontraram terra à vista no dia 22 de abril de 1500, no lugar que chamaram inicialmente de “Terra de Vera Cruz”, viram cerca de 8 homens despidos nas proximidades da praia, e ao chegarem lá,

Ali não pôde haver conversa nem entendimento que se aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. E um deles deu um sombreiro de penas de ave, cumpridas, com uma capazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como de papagaio, e outro lhe deu um cordão grande de continhas brancas miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o capitão manda a vossa alteza (CAMINHA, 2017, p. 68).

Foi esse o momento em que duas realidades totalmente opostas uma da outra ficam frente a frente, e que nunca sequer achavam que uma ou outra poderia existir. E apesar de aquelas pessoas nunca terem se visto em momento algum na vida, apesar de aquelas pessoas estarem chegando em embarcações diferentes, com vestimentas e línguas diferentes, podemos

notar como os indígenas foram acolhedores e bem receptivos com os portugueses. Caminha (2017) acrescenta dizendo que ao partirem poucos dias depois, cerca de sessenta ou setenta homens sentados na praia, e se juntaram ali pouco a pouco avistando sua partida, e ao descrever esses nativos, diz que,

A afeição deles é serem pardos, quase avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam nenhuma coisa cobrir nem mostrar suas vergonhas; e estão em relação a isso com tanta inocência como tem de mostrar o rosto. Traziam ambos os beijos de baixo furados e, metidos por eles, ossos. Ossos brancos, do comprimento de uma mão, da grossura de um fuso de algodão, agudos na ponta como furador (CAMINHA, 2017, p. 69).

As diferenças entre esses povos, pode ser vista na fala de Pero Vaz de Caminha quando ele descreve que os nativos eram pessoas inocentes, sem nenhum temor de cobrir suas vergonhas, algo que seria totalmente inapropriado no mundo civilizado dos Europeus. Podemos notar até aqui, que apesar de não haver uma comunicação efetiva, e nenhum entendimento do que estava acontecendo, o primeiro contato entre esses “mundos” foi pacífico.

E como já foi colocado anteriormente, o trabalho de catequização indígena no Brasil se deu início já no ano de 1500 pelos Franciscanos, que foram os únicos a realizar esse trabalho até o ano de 1549, com a chegada dos Jesuítas. Na ocasião, a primeira missa em solo brasileiro foi celebrada pelo Frei Henrique Soares de Coimbra, e podemos ter uma noção desse evento na imagem a seguir.

Imagem 1 - Primeira Missa no Brasil



Pintura de Victor Meirelles (1861). Fonte: <https://www.infoescola.com/historia/primeira-missa-no-brasil/>

Podemos ver na pintura de Victor Meirelles, uma representação de como foi a primeira missa celebrada no Brasil pelo Frei Henrique Soares de Coimbra, sendo assim, o primeiro contato dos povos indígenas do Brasil com a religião cristã. Percebemos um número considerável de

nativos ao redor dos missionários e da cruz. Logicamente, os nativos não entendem o que se passa ali, ou qual o significado daquele ritual, mas a curiosidade é perceptível no rosto e nas ações dos índios, que nunca tinham visto nada parecido.

Uma coisa que devemos entender sobre a presença das ordens religiosas na colonização das américas, e nesse caso a portuguesa, é que nesse período havia uma ligação política entre a coroa e o clero que facilitou a atuação dos Franciscanos no Brasil. A respeito das metodologias utilizadas pelos franciscanos durante o início do processo de catequização, eles tiveram uma ideia bem interessante para iniciar, onde podemos nos embasar nas ideias de Santos (2019, p. 32):

Assim, pode-se compreender que uma das estratégias traçadas pelos missionários no início da colonização foi a formulação de casas que atendessem a órfãos vindos de Portugal e filhos dos indígenas. No caso indígena, havia a intenção de educa-los para, de certa forma, desvinculá-los dos costumes locais e, a partir das crianças nativas, formular uma base de cristianização que, ao longo dos anos, iria se expandir.

Ao falar sobre “casas”, o autor está se referindo a uma espécie de escolas, que recebiam crianças órfãs de Portugal, que vinham para o novo mundo muitas vezes por investimento da coroa portuguesa. Desta forma, juntava-se esses órfãos com as crianças indígenas para tentar facilitar no processo de educação, e conseqüentemente, na catequização dos mesmos. Lima e Goldforb (2009, p. 279) também se pronunciam a respeito dessa prática dos Franciscanos:

A atitude de submeter, primeiramente, as crianças à catequese possuía dois aspectos fundamentais: primeiro, a facilidade de fixar os ensinamentos cristãos e, segundo, a utilização das crianças indígenas já catequizadas como vetor de evangelização de suas respectivas famílias. Desse modo, os frades iam se aproximando dos mais velhos que, por serem mais resistentes aos apelos culturais, tidos como civilizados, tornavam o trabalho mais demorado dos religiosos, necessitando de constantes reforços.

Estavam claras as intenções desses missionários no Brasil, que era de converter essas pessoas vistas como bárbaros, inocentes, não educados, e que precisavam de salvação, e como vimos na citação anterior, quando atingiam as crianças indígenas, conseguiam alcançar os mais idosos também, apesar de ser um trabalho mais demorado para a catequização. Santos (2019, p. 32) completa:

Como ferramentas utilizadas para auxiliar nesse modelo catequizador, existe a produção das chamadas gramáticas, que traduziam as línguas nativas dos povos dominados para as línguas ibéricas. Esse tipo de produção dará aporte para o trabalho missionário e também para a formação de novos religiosos que, futuramente, assumiriam as missões.

O uso dessas gramáticas e prática das traduções de línguas foram ferramentas de suma importância para o êxito na catequização dos nativos. Pois foi a partir disso que os Franciscanos conseguiram entender a cultura deles, se comunicar e repassar as orações e leis da Igreja Católica. De acordo com Lima e Goldforb (2009), esse era um trabalho que vinha apresentando bons resultados, e por conta desse trabalho “pacificador” que os Franciscanos vinham desenvolvendo na capitania de Porto Seguro, que a criação de novos conventos passa a ser solicitadas em outras capitanias do Brasil, como, por exemplo, na Parahyba. E é a partir daí que se inicia a expansão da catequização.

Outro método utilizado pelos Franciscanos para catequização dos indígenas, mas que teve início com os Jesuítas, foi o uso da música. De acordo com a perspectiva de Lima e Goldforb (2009, p. 279), “Os religiosos, percebendo a inclinação musical dos índios, impregnaram seus conceitos morais e religiosos, reformulando as letras das canções indígenas e transformando-as em letras cristãs”, com isso, o uso da música no trabalho de catequese demonstrou eficiência nos resultados dos missionários, onde os catequizadores estavam se aperfeiçoando cada vez mais, e utilizando as próprias canções indígenas nesse processo, incrementando nelas letras cristãs.

Citamos até agora três metodologias importantes usadas pelos franciscanos, que foram: a catequização primeiramente das crianças indígenas juntamente com os órfãos portugueses; o uso das gramáticas, literaturas e traduções das línguas nativas para melhor comunicação e melhor implementar os costumes deles; e o uso da música, onde geralmente se fazia o uso das gramáticas e das próprias músicas indígenas no processo. Mas, não poderíamos deixar de falar sobre como essas metodologias eram aplicadas. De acordo com Lima e Goldforb (2009, p. 280):

O cotidiano dos indígenas nas missões estava organizado da seguinte forma: durante o dia, iam à missa e à pregação; trabalhavam no campo e eram alfabetizados. No período da noite, eram doutrinados. Observando esse controle temporal, percebe-se que os índios estavam subjugados a uma rígida disciplina, despojando-os da liberdade para seguirem as normas determinadas pelos frades.

Essa forma de disciplina rígida está fortemente atrelada aos Franciscanos. Na maioria das vezes era difícil de lidar com os indígenas, pois os nativos não aceitariam tão facilmente a imposição de novas regras, crenças e costumes, sendo forçados a esquecer tudo que aprenderam sua vida toda, então na maioria das vezes os nativos eram submetidos a uma rígida disciplina diária e a castigos físicos.

Apesar de existir metodologias que pareciam ser atrativas de início, os castigos físicos e o trabalho escravo fizeram parte da vida desses indígenas, que resistiam da maneira que podiam, quando podiam. Por isso, quando falamos que o trabalho dos missionários aqui no Brasil era “pacificador” para os portugueses, não devemos ignorar que a história sempre tem dois lados a serem contados. Podemos ter uma noção de como eram esses castigos com Lima e Goldfarb (2009, p. 280), onde eles afirmam que:

Os castigos praticados exacerbadamente pelos religiosos franciscanos contra os indígenas eram as palmatórias, que tinham sua quantidade definida de acordo com a gravidade da infração; as prisões, que podiam durar de uma noite a aproximadamente oito dias; e o suplício no tronco, onde o índio era preso por um ou dois dias, além de ser açoitado com trinta chibatadas diárias.

Esses castigos eram justificados pelos Franciscanos como necessários e inofensivos, pois para que tivessem êxito em seu trabalho “religioso” e para que os nativos pudessem aprender e ter disciplina, aquele era o método visto como necessário.

## **2.1 Os Jesuítas e o uso da música no processo de catequização**

De acordo com Wittmann (2008), no dia 29 de março de 1549, chegavam à Bahia, na armada do governador-geral Tomé de Sousa, os seis primeiros missionários da ordem jesuítica, entre eles Manuel da Nóbrega, que seria o responsável pela equipe na missão de catequização dos índios. Os Jesuítas foram a segunda ordem de missionários que vieram ao Brasil com a missão de Catequisar os indígenas, e o uso da música foi seu marco nesse processo.

Na data de 21 de julho do mesmo ano, temos relatos de uma missa, em ocasião da festa do Anjo Custódio, que era tradicional em Portugal nesse período. Com isso, alguns índios ficaram impressionados ao presenciar uma cerimônia cantada e apresentaram interesse em aprender, que de acordo com Wittmann (2008, p. 01):

João Azpilcueta Navarro atende aos pedidos dos índios e se torna o primeiro jesuíta ensinar orações cristãs cantadas, vertidas ao tupi. O superior de Navarro, em carta enviada a Lisboa no início do ano de 1550, informa sobre a sua facilidade em aprender a língua indígena e destaca: “Faz, pois, os meninos cantarem à noite certas orações que lhes ensinou em sua língua, dando-lhes o tom, e estas em lugar de certas canções lascivas e diabólicas que antes usavam”. Interpretações que ligam a música indígena às ações do diabo não eram raras, principalmente nas correspondências dos que testemunharam rituais liderados pelos pajés.

Podemos notar que desde os primeiros contatos dos Jesuítas com os nativos do Brasil, já se utilizava a música como uma ferramenta de catequese e conversão. Um ponto importante dito na citação anterior é que foram ensinadas aos índios, orações cristãs vertidas ao Tupi, ou

seja, as orações cristãs eram traduzidas para o Tupi, para facilitar na aprendizagem, aceitação e conversão desses nativos, assim, eles poderiam aprender essas orações com mais facilidade, e essa era uma técnica que foi utilizada por muito tempo por esses missionários.

De acordo com Barros (2006), desde o primeiro contato dos índios brasileiros com o branco europeu, que esses nativos foram lançados em um duplo processo, que consistia na “aculturação” e a “redução de suas comunidades”. Nesse pensamento, Barros (2006, p. 156) explica:

Na “aculturação”, o índio é levado a esquecer de si mesmo, a dissolver sua cultura na do homem branco, a silenciar a sua música para escutar um rádio de pilha. No “desaparecimento das comunidades”, é o homem branco que se esquece dos índios, deixando que suas aldeias sejam atropeladas pela civilização de matriz ocidental, acantonando-os em áreas cada vez mais restritas. Perde com isso a oportunidade de conhecer um lado do universo que poderia em muitos aspectos enriquecer a sua experiência humana.

Quando Barros fala de aculturação, ele se refere diretamente à questão da conversão dos índios. A conversão que esses Jesuítas, assim como os Franciscanos queriam atingir não era apenas uma conversão de crença religiosa, mas uma conversão completa, nos costumes, na cultura, comportamento, língua, entre outras questões. Era com certeza um jeito egoísta de se pensar, mas o fato é que esses colonizadores sempre viram os nativos como bárbaros sem crença e sem objetivos, pessoas que precisavam ser ensinadas e catequizadas, ou melhor, precisavam ser como os europeus.

Já sobre a questão de “redução das comunidades”, podemos dizer que era uma consequência tanto direta quanto indireta, pois está bem clara a intenção dos colonizadores em mudar a vida dos índios e de dominá-los, catequizando-os, forçando-os a trabalhar de maneira forçada, com castigos físicos e tortura psicológica, e isso afetava as aldeias desses povos, pois estavam ficando cada vez mais sem espaço e sem condições de reagir a essa dominação.

Voltando à questão da música, Wittmann (2008, p. 02) descreve:

O gosto acentuado dos índios pela música e o desejo que manifestavam em expressá-la e aprendê-la, desde os primeiros momentos do contato, fez com que alguns missionários se utilizassem dela como forma de aproximação e comunicação com os Tupi da costa. E o fizeram de maneiras diversas, através da sonoridade européia, mas também da indígena. Com intuito de facilitar e apressar o aprendizado dos índios, Navarro traduziu para a língua brasílica e cantou ao modo indígena a mais significativa oração católica em louvor a deus.

Podemos notar que os missionários perceberam desde cedo a forte ligação que os nativos tinham com música e instrumentos musicais. Os índios utilizavam a música na maior parte do

dia em seus rituais, comemorações e momentos de lazer, e ao perceberem isso, os Jesuítas acertaram em cheio apostando em uma metodologia de catequização voltada à música. A música atraía esses nativos brasileiros, outro fato que lhes chamou atenção foram os instrumentos musicais que nunca tinham visto antes, e assim “levavam-se os nativos a participarem de autos religiosos, a cantarem e a dançarem sob a ordem e o controle eclesiástico, a abandonarem os seus instrumentos – as suas taquaras, torés e teirús – em favor das flautas, gaitas e violas europeias” (BARROS, 2006, p. 156).

Mais uma vez frisamos, apesar de fazerem uso de um método tão atraente, esses missionários não tinham como preocupação maior o bem estar dos indígenas. Existia uma série de regras e uma “disciplina” rígida que levou à morte de muitos índios, que eram castigados ao desobedecer a tais regras. Outro fato importante, é que apesar dos Jesuítas serem pioneiros na catequização dos indígenas através da música, seguiam uma “disciplina” tão rígida quanto dos Franciscanos, ou seja, não importava muito quem estava responsável por essa catequização, os métodos eram bem parecidos, e todos os índios estavam sujeitos a punições severas.

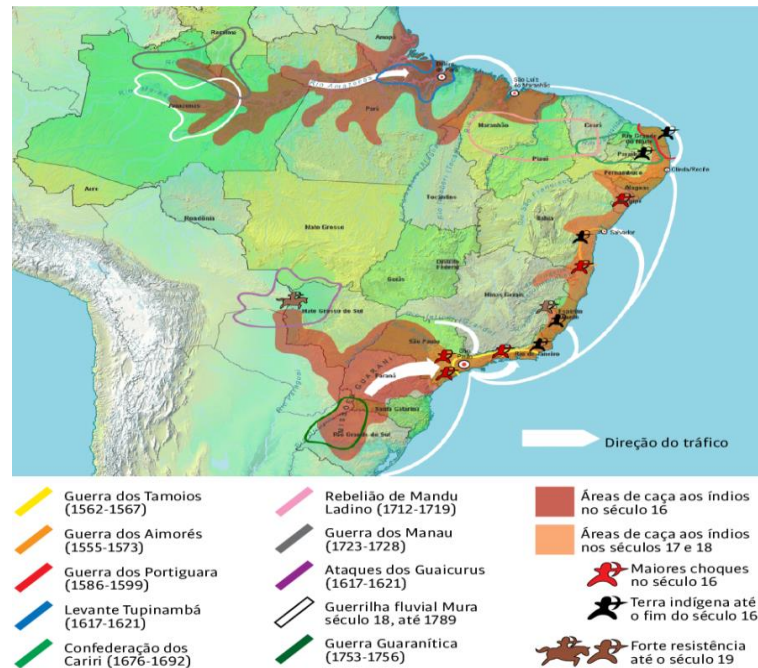
## **2.2 Resistência Indígena no Brasil**

Com tantos castigos, invasões, expansão territorial portuguesa, imposição religiosa e preconceito praticados pelos europeus, os indígenas brasileiros viram-se muitas vezes obrigados a reagir e tentar se defender, então na história do Brasil também podemos falar a respeito da resistência indígena à colonização. Muitos conflitos foram travados e tais conflitos acarretaram na morte de milhões de índios ao longo da história.

Na imagem a seguir, podemos observar um levantamento dos principais conflitos entre os indígenas e portugueses registrados no período colonial do Brasil.



Imagem 2 - Principais Guerras



Fonte: <https://www.pstu.org.br/200-anos-de-resistencia-e-genocidio-indigena/>

A partir da imagem, podemos ver que até o ano de 1600, ocorreram 3 grandes guerras: a guerra dos Tamoios (1562-1567), a Guerra dos Aimorés (1555-1573) e a Guerra dos Potiguara (1586-1599), além disso, podemos notar na imagem os territórios onde aconteceram os maiores choques no século XVI, onde estão localizadas as miniaturas de índios na cor vermelha.

Além de guerras e conflitos sangrentos, existiam também outras formas de se opor à opressão dos colonizadores e também ao processo de catequização, como por exemplo a ação dos feiticeiros das tribos, que de acordo com Santos (2018, p.6) eles “se consideravam ‘filhos de Deus’ e tinham grande influência sobre a comunidade indígena; e os costumes, que eram contrários à religião cristã”, ou seja, os feiticeiros indígenas já viam que esses missionários cristãos europeus, já estavam conseguindo interferir nos costumes e tradições das tribos e orientavam da maneira que podiam os demais índios de sua tribo a se afastar deles.

Outra forma de resistência indígena ao processo de catequização também pode ser vista em Santos (2018, p. 8), onde ela descreve:

[...] o ato de comer carne humana fazia parte da sua cultura, ocorria quando um inimigo era capturado em guerra, sendo que faziam única e exclusivamente por vingança e não simplesmente por apetite. O fato é que os índios aceitavam com facilidade os ensinamentos cristãos, porém, resistiam em manter seus costumes, não seria então essa atitude um ato de resistência?

Apesar de ainda participarem dos rituais ensinados pelos Jesuítas e Franciscanos, e muitas vezes estarem sujeitos a punições e castigos físicos, fica claro que eles buscavam resistir à essa transformação cultural, até porque esses nativos não iriam esquecer assim tão fácil suas origens e suas tradições.

Um fato importante de ser comentado, é que a resistência indígena no Brasil não se deu apenas por meios de conflitos e guerras como normalmente conhecemos, mas também existiram formas de resistências mais simples, como esconder em suas roupas um objeto que representasse seus deuses, mesmo estando na presença dos catequizadores, mas sem dúvidas eles resistiam de alguma maneira. Esconder um pequeno objeto que representasse seus deuses mesmo estando em uma capela cristã ou na presença dos missionários cristãos era também uma forma de resistência.

Sendo assim, vemos que apesar dessa perseguição e obrigação dos portugueses sobre suas crenças e costumes, eles índios encontravam meios resistir, fosse para adorar seus próprios deuses ou preservar sua cultura, portanto, podemos afirmar que a resistência indígena se deu de maneiras diversas.

Muitos índios aderiram ao catolicismo por medo ou por imposição forçada, mas muitos outros resistiam da forma que podiam, mesmo que tivessem que ocultar seus rituais, mas a catequização jamais poderia ter uma efetividade de 100%.

### **3 Considerações finais**

Tratando do processo de catequização assim como a exploração de recursos no Brasil no período de 1500 até 1600, que foi o recorte temporal definido para o desenvolvimento desta pesquisa, podemos concluir que foi bastante cruel para os nativos que aqui viviam. Castigos físicos e torturas eram uma realidade triste na vida desses povos, que tinham diariamente suas tradições e culturas atacadas pelos colonizadores, onde milhões de índios foram mortos em todo território colonial em decorrência das explorações, resultando nos diversos conflitos entre esses povos.

Apresentamos aqui algumas formas de resistência indígenas que geralmente não são tão mencionadas no processo de ensino e aprendizagem das escolas, que costumam dar um foco maior nos conflitos e guerras do período. Mas, é importante ter o conhecimento de que a resistência indígena não foi apenas contra a exploração e contra o trabalho forçado pelos portugueses, mas também   própria catequização e preservação da sua cultura.

Pudemos compreender melhor com esse estudo que a música foi uma ferramenta fundamental para os catequizadores nesse trabalho de conversão. A vocação e a ligação que os

nativos tinham com a música e os instrumentos musicais era muito forte, por se tratar de algo que usavam com muita frequência durante seus rituais e em grande parte do seu cotidiano.

A música representava para os indígenas uma série de tradições e uma maneira de manifestar sua cultura e seus sentimentos, e aproveitando-se disso, os invasores europeus conseguem encontrar uma brecha para ter um contato cada vez maior com as aldeias indígenas, e ter menos dificuldades ao lidar com eles, tendo em vista que, a maioria dos nativos eram atraídos pela curiosidade e pelo interesse de aprender essas novidades musicais.

Além disso, podemos levar em consideração que, apesar dos pesares, era menos complicado para os indígenas lidar com os missionários e seus métodos de catequização do que com os exploradores portugueses, que pensavam apenas em encontrar recursos valiosos e terras para ocupar, sem se preocupar com quantos precisariam matar para conseguir isso. Os exploradores eram ainda mais violentos e ambiciosos, já que tinham como objetivo nesse novo mundo, descobrir novas terras e riquezas que pudessem ser exploradas, enquanto os missionários, tinham seus objetivos mais voltados para as questões religiosas e por isso tinham que ganhar alguma confiança dos nativos.

De qualquer maneira, pudemos entender que a música não foi a única metodologia utilizada pelos missionários no processo de catequização dos índios. Outros métodos como por exemplo, a adoção de crianças órfãs de Portugal para facilitar a aproximação das crianças indígenas também apresentava resultados, e contribuía para as traduções de linguagem e elaboração de gramáticas, mas podemos afirmar sem dúvidas que, a música se apresentou como um diferencial definitivo para que atingissem interesses, principalmente com o uso das próprias músicas dos índios sendo adaptadas com letras cristãs, que facilitava ainda mais a “pregação” dos missionários e a conquista de novos territórios.

## Referências

BARROS, José D'Assunção. *Música Indígena Brasileira – Filtragens e Apropriações Históricas*. Proj. História, São Paulo, (32), p. 153-169, jun. 2006.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta do descobrimento: ao rei D. Manuel / Pero Vaz de Caminha*; Maria Ângela Vilella. [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. *A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: Implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil*. 2007. 310f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília – DF, 2007.

LIMA, Idelbrando Alves de; GOLDFORB, Patrícia Lopes. *Religiosidade e Intolerância na Parahyba Colonial: Trabalho da Catequese Franciscana entre os nativos*. Revista Brasileira de

História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 4, p. 267-288, Mai, 2009.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*. São Bernardo do Campo: Ed UFABC, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Laís de Jesus. *A resistência indígena à catequese e o desafio da mudança de costumes nos relatos jesuíticos do século XVI*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, n. 9. 2018, Bahia. Anais [...]. Bahia: ANPHU, 2018, p. 01-11.

SANTOS, Edgar Araújo Alves dos. *Franciscanos no Brasil: Uma História Silenciada*. 2019. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de São Paulo, PUC – SP, 2019.

WITTMANN, Luísa Tombini. *A música nos primeiros anos de presença jesuítica no Brasil*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, n. 19. 2008, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPHU/SP-USP, 2008, p. 01-07.

# IGREJA REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ DURANTE O GOVERNO MILITAR: UMA ANÁLISE POLÍTICA NA AÇÃO ECLESIAL DA DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO

Pâmela Pongan, doutoranda no PPGH/UPF. Bolsista Capes

**Resumo:** A Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, na região Sudoeste do Paraná, teve um dos mais longos episcopados do Brasil. Por 35 anos, Dom Agostinho José Sartori esteve à frente da Diocese, tendo seu episcopado marcado pela preocupação com questões políticas e sociais, além da administração de meios de comunicação, organizados por ele, com o objetivo de informar e formar os fiéis sobre temas sociais e espirituais, apresentando em seus discursos sua postura política. Seu episcopado (1970-2013) foi marcado pela implementação das mudanças propostas no Concílio Vaticano II, com inclinação à Teologia da Libertação, que embasaram sua postura de combate ao governo militar vigente neste período (1964-1985). Desse modo, suas ações vão buscar a consolidação de estruturas que promovessem reais condições de assistência aos fiéis que enfrentavam dificuldades, tanto sociais quanto espirituais, o que vai fazer emergir uma ação mais alinhada ao pensamento progressista e comprometida com os projetos sociais, como a criação da Pastoral da Terra, da Romaria da Terra, e das Comunidades Eclesiais de Base, as quais o bispo acompanhou de perto. Desta forma, esta pesquisa busca analisar a posição política assumida pela diocese em apoio aos movimentos sociais, auxiliando na existência destes em pleno governo militar, bem como a postura adorada por Dom Agostinho em seus discursos, o que fez emergir e definiu tensões entre o clero da região, além de colocar o bispo diocesano sob vigia dos militares.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Igreja Católica; Política.

## Introdução

A Diocese de Palmas, na região Sudoeste do Paraná, teve um dos mais longos episcopados do Brasil. Por 35 anos, Dom Agostinho José Sartori esteve à frente da Diocese, tendo como uma marca em seu episcopado a preocupação com questões políticas e sociais, bem como a administração dos meios de comunicação, pensados e organizados por ele, com alcance em todo o território diocesano. Com o objetivo de informar e formar os fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e sobre temas relevantes de âmbito social e espiritual, estará presente em seus discursos sua postura política, principalmente sua contrariedade ao governo militar vigente no país.

O segundo bispo de Palmas, Dom Agostinho José Sartori, foi nomeado e empossado em 1970, tendo um dos bispados mais longos da Igreja no Brasil, permanecendo à frente da Diocese até o ano de 2005, sendo afastado ao ser diagnosticado com doença de Alzheimer e Parkinson, após ter dedicado trinta e cinco anos de sua vida e de seu ministério à região Sudoeste do Paraná.

José Benito Sartori, posteriormente seria Dom Agostinho José Sartori, nasceu em Linha Bonita, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 1929. Aos nove anos de idade, José foi levado para o Seminário da Ordem dos Capuchinhos, sendo ordenado aos vinte e dois anos de idade, destacou-se no meio eclesial, pois tinha a idade menor do que a exigida pela Igreja para ordenação, sendo justificado como consequência de sua dedicação.

Nomeando-se Frei Agostinho, permaneceu próximo do Arcebispo Dom Miguel, da Arquidiocese de Curitiba, até ser nomeado bispo, ajudando a organizar a Igreja no Paraná com os movimentos que passaram a se levantar dentro da Igreja, que seriam solucionados pelo Concílio Vaticano II.

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas em um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado há pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho (PONGAN, 2019, p. 91).

Desse modo, uma de suas primeiras ações foi a realização e a consolidação de estruturas que promovessem reais condições de assistência e ação aos fiéis católicos que enfrentavam dificuldades, tanto sociais quanto espirituais, que se manifestavam de forma grave por toda a região. Assim, o início de seu episcopado foi marcado pela implementação das mudanças propostas no Concílio Vaticano II<sup>457</sup>, o que resultou em grande resistência por partes conservadoras da Igreja, que Dom Agostinho enfrentou com maior ênfase, devido sua inclinação à Teologia da Libertação<sup>458</sup>, o que embasou sua postura de combate ao governo militar vigente neste período no Brasil.

### **A Igreja Católica e o Governo Militar Brasileiro**

No período, de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985, foi implantado um regime autoritário no Brasil, conhecido também como ditadura militar. O princípio da ditadura foi dado pelo golpe de 1964, em que os militares tomaram o poder de João Goulart, eleito de maneira democrática, e teve seu término na posse do presidente José Sarney, em 1985.

Durante o tempo mais rigoroso da ditadura, chamado também como “anos de chumbo”, que se deu entre 1964 a 1974, instalou-se um período de terror no país. O medo da tortura assombrava a população, a censura, até mesmo prévia, ditava as regras à imprensa impedindo o acesso as informações por parte dos brasileiros, a repressão foi imposta por atos institucionais e o direito de exercício da cidadania foi negado.

<sup>457</sup>Este foi o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII, ocorrido de 1962 a 1965. Foi considerado um dos mais importantes eventos do século XX, marcando a passagem da Igreja da Contra-Reforma e da Cristandade para a modernidade. Promoveu algumas transformações nas ações da Igreja, havendo uma grande abertura para os desafios que o mundo lhe apresentava naquele momento e avançando em direção a uma posição mais progressista, passando a reconhecer a diversidade cultural (MATTEI, 2013, p.10).

<sup>458</sup>Teologia da Libertação é “[...] um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica” (LOWY, 2000, p.62).

Nos dez anos mais rigorosos da ditadura, que se deu entre 1964 a 1974, conhecidos como “anos de chumbo”, o país viveu um verdadeiro período de terror. Com a legalização da censura que ditava as regras, os atos institucionais que validavam a repressão, e a suspensão dos direitos de exercício da cidadania, os brasileiros se viram impedidos quanto ao acesso às informações, além de terem consigo o medo da tortura.

A partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro” (FICO, 2004, p. 36).

Ações estas, embasadas em uma falsa ideia de redemocratização com a justificativa de implantação do regime para o zelo e pela segurança nacional, a doutrina onde todas as atrocidades foram cometidas sob a justificativa de que o regime era a melhor forma de proteção do país e tentativa de libertá-lo de possíveis ameaças como o comunismo e, qualquer tipo de senso crítico por parte dos indivíduos em relação ao sistema. As consequências econômicas e, principalmente, sociais que o regime militar deixou para o Brasil são sentidas até hoje.

Este período foi marcado pela vigência da censura em vários âmbitos sociais, enfatizando a relacionada as diversões públicas e imprensa. Este foi um período extremamente conturbado da História do Brasil (tempo negro), onde vários crimes contra pessoas contrárias ao regime foram relatados e, até mesmo registrados. Milhares de pessoas desaparecem, foram assassinadas torturadas, agredidas, ou até mesmo, foram “convidadas” a se retirarem do território nacional (exílio internacional) durante aqueles anos. Entre elas muitos artistas como: poetas, atores, cineastas, artistas plásticos, escritores, músicos e compositores. Isso tudo porque suas ideias iam contra o sistema que instalado no país. Neste período, o slogan do país passa a ser “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Além disso, nos chamados “porões do regime”, “generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da ‘segurança nacional’, indispensável para o ‘desenvolvimento’ da economia do posteriormente denominado ‘milagre brasileiro’” (RIDENTI, 1993, p. 152).

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas neste momento, sendo um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado há pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho. Ao assumir a Diocese de Palmas em 14 de junho de 1970, Dom Agostinho estava ciente das dificuldades políticas que encontraria. Também tinha noção que a diocese herdada de Dom Carlos tinha uma formatação complexa diante de uma

região que enfrentava graves problemas sociais. Porém, o novo bispo partilhava de uma forma mais intensa a realidade desta parte da Igreja que lhe era confiada, pois era filho de imigrantes italianos, nascido em uma região marcada pela migração e pela disputa por terras, sendo assim, um lugar que a terra tinha muita importância, principalmente para os colonos. Assim, pode-se cogitar que a sua escolha como administrador dessa diocese foi pensada levando em consideração essas contingências.

Neste contexto, Dom Agostinho estava cheio de uma inspiração de renovação e parecia estar convicto do papel da Igreja nestes novos tempos pós-concílio. Sempre defendeu que a instituição Igreja não poderia se mostrar alheia aos problemas e à realidade que a cercavam. “Em um quadro de tensões cada vez mais exacerbadas, deixar os católicos sem uma orientação seria abandoná-los a uma série de contingências que representavam um enorme perigo para a instituição e para a religiosidade dos indivíduos que resguardava” (SARTORI, 1972, s/p).

Obviamente, essa necessidade de orientar os fiéis católicos de forma mais ampla não se deu somente da Diocese de Palmas, mas em toda a Igreja, iniciada há alguns anos antes, na conturbada década de 1960, quando Dom Agostinho ainda era Frei. Neste período em que as tensões políticas no Brasil aumentavam, a Igreja também acenou para novos tempos com a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965), que teve de lidar com as diferentes posições defendidas pelos religiosos sobre como deveria se conduzir e as ações que seriam adotadas pela Igreja a partir de então, pois “houve uma série de inclinações políticas, algumas muito radicais” (WANDERLEY, 1985, p.43).

Durante os anos 60, houve diversos processos políticos e religiosos de grande repercussão no país. Tanto na sociedade quanto na Igreja se construiu a ideia de que haveria um perigo comunista rondando o Brasil. No Paraná, essa tendência anticomunista defende uma intervenção civil-militar no cenário político, o que se materializa com a eleição do major do exército Ney Braga (1961-1965) para governador do Estado, tendo toda a sua campanha apoiada pela Igreja estadual. Outras questões que se encontravam em debate na Igreja eram pensadas com certo cuidado, evitando brechas para qualquer aproximação ou relação com o temido comunismo.

No início dos anos 60, a grande preocupação era a situação do Brasil, o avanço das ideologias comunistas e seus consequentes perigos. O tema da reunião de 1960 foi a Reforma Agrária. Em 1962, foram tratados os temas do sindicalismo rural e da orientação política. Em 1963, os bispos pediram que na Quaresma, se tratasse da Doutrina Social da Igreja. Falaram também da Mobilização Estadual contra o Analfabetismo, MECA e da casa própria. (CHIQUIM, 2005, p. 268).



O episcopado paranaense publicou em 31 de março de 1964 o “Manifesto do Episcopado Paranaense”, um documento com críticas à atual situação política do país, defendendo a soberania das instituições e a liberdade de ensino, além de manifestar severas críticas ao comunismo em relação a sua suposta capacidade de “degradar a instituição familiar e as instituições brasileiras” (BOLETIM ECLESIAÍSTICO, 1964, p. 19). E, no dia seguinte à publicação de tal manifesto, se instaura no Brasil o regime militar.

Tal ação teve em seu início total apoio da Igreja, o que proporcionou a emergência de um modelo de governo e de poder que tão logo se utilizou de táticas severas e infelizes para manter o controle sobre a população diante das atividades políticas. O principal argumento para se legitimar foi o de combate as “ideologias perniciosas”, ou seja, ao comunismo, além da necessidade de se manter a ordem, justificativas que permitiram ao governo cometer uma série de ações opressoras.

Tão logo ao Regime Militar ter se iniciado, membros do clero se tornaram vítimas dessas medidas, o que resultou com que parte da Igreja começasse a tecer críticas ao novo governo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se lança como liderança dessa manifestação, causando desentendimentos entre os bispos e o governo militar. A fração do clero que assumiu discursos e práticas de organização vistas como “perigosamente progressistas”, confundidas até com ligações à ideologia comunista, pioraram ainda mais as tensões entre o governo e a Igreja.

Até a década de 1950, a Igreja brasileira mantinha uma aliança explícita com o Estado e com os seus propósitos políticos. Todavia, durante a década de 60, mas, sobretudo, a partir de 1970, frações do clero católico, pautados nas constantes violações dos direitos humanos, nas perseguições políticas, na tortura e, sobretudo, amparados pela opção pelos pobres, rompem com a estrutura do Estado e passam a ser uma das principais vozes das causas dos movimentos sociais brasileiros (LOWY, 2000, p. 70).

Na Igreja paranaense, as transformações se tornaram mais significativas a partir de 1964, com a criação da sede da CNBB no Paraná em 30 de setembro deste mesmo ano, a CNBB Regional Sul II, com sede em Curitiba e abrangia todo o estado do Paraná. O primeiro subsecretário foi Frei Agostinho José Sartori que, cinco anos mais tarde, assumiria a Diocese de Palmas. Este “desde o início demonstrou vontade de estar próximo à base e conhecer, a fundo, a realidade das Igrejas particulares” (CHIQUIM, 2005, p. 269). Sua principal preocupação foi implementar uma base sólida que proporcionasse condições de ajuda e ação aos fiéis católicos que enfrentavam problemas, tanto sociais quanto eclesiais, que se

apresentavam de modo grave ao longo do Estado. Suas primeiras medidas foram implementar as transformações propostas no Concílio Vaticano II, onde enfrentou a resistência de partes conservadoras da Igreja.

Obviamente que a Igreja, com o Concílio, não se tornou campo revolucionário, porém, as mudanças exigiram da instituição posturas mais abertas ao diálogo, demandando um olhar efetivo para os problemas concretos da realidade do católico, deixando para segunda instância a preocupação com a forma como os ritos eram praticados.

No caso do Paraná, esses problemas estavam concentrados mais precisamente no campo, em decorrência da forma como se deu a ocupação populacional do Estado até a década de 1960. A discussão em relação aos problemas da terra, principalmente em relação aos resultados da questão agrária ocorridos nos governos de Lupion e Bento Munhoz, deveria ser parte das preocupações da Igreja, pois os fiéis precisavam sentir que a Igreja estava ao seu lado.

Assim, segundo Chiquim (2005, p. 269-272), os bispos paranaenses decidiram se manifestar em apoio aos agricultores, principalmente os de origem migrante, que vieram ao Paraná atraídos pela busca de terras, mas se viram envolvidos em negócios escusos com as Companhias Colonizadoras, pois se viram sem a posse e sem o direito sob terra, buscando dar respostas à situação e mostrar que a Igreja estava ao lado dos agricultores prejudicados. Sendo sua porta-voz, realizaram nos dias 24 a 27 de junho de 1965 a Marcha dos Bispos pelo Oeste do Paraná, que foi uma cavalgada dos bispos pela região Oeste do Paraná, iniciando em Foz do Iguaçu, passando em Santa Terezinha, São Miguel, Medianeira, Céu Azul, Cascavel, terminando em Toledo. Mesmo que o trajeto não tenha sido percorrido em sua totalidade a cavalo, a Marcha cumpriu seu trajeto estabelecido.

Os pressupostos da Teologia da Libertação prevaleceram sendo mencionados durante todo o episcopado de Dom Agostinho, que se envolveu em várias movimentações de ordem sociopolítica. Nesta realidade, as frações internas da Igreja e os próprios leigos se dividiam diante dos mais variados projetos de ação dentro da Igreja, o que abriu espaço para a disputa da hegemonia em torno dos fiéis.

Na década de 60, no seu processo de adaptar-se aos novos tempos, no *aggiornamento*, a Igreja se encontrou num caminho de mão dupla: de um lado fermentou as ações da esquerda e liderou uma importante mudança institucional que foi confirmada pelo Concílio Vaticano II e que significou importante passo na direção de uma elaboração teológica mais voltada para os problemas sociais, a Teologia da Libertação; de outro, tomou a trilha mais conservadora que veio a dar na Renovação Carismática (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p. 30).

A diocese de Palmas lidou com os dois perfis, visto que ambos cativaram grande parte dos católicos. A partir da postura e das falas de Dom Agostinho, fica nítido, inicialmente, sua opção pelos pobres, e alinhado em certa medida às bases da Teologia da Libertação. Seu acompanhamento direto e ativo quanto representante da instituição em relação aos modos de vida da sociedade, e a ação adotada diante da população mais pobre, com certa sensibilidade alinham-no a tal corrente. Mesmo no início dos anos 80, com a política de combate as correntes progressistas por parte do Vaticano, durante o papado de João Paulo II, houve um recrudescimento dessa posição por parte da Igreja diocesana.

[...] o perfil eclesiológico do papado de João Paulo II, cujo combate a qualquer flerte entre as doutrinas da Igreja e o comunismo proporcionou a construção de uma Igreja Católica comprometida com a pura espiritualização dos fiéis e manutenção de princípios conservadores (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p. 30).

Essas tensões políticas no interior da Igreja moldaram de formas diferenciadas os movimentos internos da instituição. Nitidamente, a posição política assumida pela diocese em apoio aos movimentos sociais, auxiliando na existência destes em pleno governo militar – como veremos ao decorrer deste trabalho –, e na criação e manutenção de instituições sociais de auxílio aos necessitados, foi capaz de fazer emergir e definir tensões entre o clero da região, bem como colocar o bispo diocesano sob vigia dos militares.

### **Dom Agostinho e suas ações eclesiais durante o governo militar**

O bispado de Dom Agostinho, desde o início, foi marcado por embates que envolviam estruturas internas da Igreja, local e nacional, por consequências das tensões políticas que se faziam presentes no Brasil. A ruptura de uma parte da Igreja, incluindo a diocese de Palmas, com o Estado a partir do golpe de 1964, por causa das denúncias das torturas por membros do clero e as demandas exigidas no pós-Concílio Vaticano II, permitiram que alguns religiosos assumissem uma postura mais crítica, articulada às causas dos movimentos sociais. Segundo Sader (1988), isso proporcionou o apoio de um grande número de bispos e agentes do clero aos movimentos sociais urbanos e rurais, resultando, posteriormente, numa força política e mobilizadora dentro da Igreja, permitindo que outras pessoas adotassem a causa, como leigos e instituições vinculadas.

Entretanto, no Sudoeste, grande parte do clero e da população em geral não adotou tais posições. Até hoje é perceptível a resistência diante de determinadas questões políticas, sobretudo as de viés progressistas. Isso resultou numa manutenção das alas mais conservadoras e moderadas da Igreja pelo clero e católicos, que mais tarde se identificariam e popularizariam

o movimento da Renovação Carismática Católica. Essas movimentações se deram ao mesmo tempo em que se havia um processo de grande tensão no campo, ocasionando a saída de parte da população deste meio. Os que permaneceram se encontraram com a organização dos colonos, com um viés mais progressista fundamentado nos movimentos sociais. Aos que saíram, adotaram uma postura menos sensível à causa, não necessariamente reprovando-a.

Um dos elementos que energizavam a luta coletiva foi o catolicismo, principalmente a partir da organização e ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que foi presidida por Dom Agostinho.

A Comissão da Pastoral da Terra (CPT) foi criada oficialmente em junho de 1975, durante o encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. O evento convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas teve participação também de representantes de outras igrejas cristãs, e teve como objeto de discussão as ações necessárias para promover ao trabalhador do campo o protagonismo de sua história, dando suporte e acompanhamento em sua organização e trabalho (CPT NACIONAL, 2010). A CPT, desde sua concepção em âmbito nacional, buscou criar espaços de interação política para os trabalhadores rurais, proporcionando o contato entre os integrantes do MST de diferentes estados e regiões, visando uma troca de experiências e a convivência entre os iguais.

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STEDILE, 1996, p. 20).

A CPT fundamentava seu trabalho na Teologia da Libertação, usando a Bíblia para legitimar a ação e os moldes de vida e de trabalho dos pequenos agricultores, incentivando os trabalhadores sem-terra à luta. Formaram-se, assim, ocupações e acampamentos, tendo como protagonistas a organização interna da CPT.

Outra ação desenvolvida dentro desta temática pela Igreja Diocesana eram as Romarias da Terra, acompanhadas em toda sua organização e ação por Dom Agostinho.

Romarias da Terra foram eventos religiosos organizados a partir da década de 1980 por uma série de entidades e grupos vinculados às causas dos colonos expropriados. A primeira Romaria da Terra aconteceu em Guairá, no dia 28 de julho de 1985. As Romarias da Terra foram em diversos momentos lideradas por líderes religiosos que encabeçaram a luta coletiva dos colonos. Destaca-se, neste tocante, a atuação de Dom Agostinho José Sartori e de outros religiosos (SHREINER, 2002, p. 184).

Por outro lado, a Igreja também foi cobrada por outros setores quanto ao alinhamento supostamente “esquerdista”, “comunista”, das suas ações políticas. Dom Agostinho veio a público em vários momentos para negar que estivesse estimulando “invasões”, “depredações”, dentre outras ações. “Todavia, se sabe que o seu envolvimento com os “acampados”, como eram conhecidos os trabalhadores rurais expropriados, era constante” (SCHREINER, 2002, p. 188).

Dom Agostinho sabia quem eram os sujeitos que necessitavam da sua atenção quanto representante da Igreja. Durante sua trajetória como bispo, sempre relacionou a ação da Igreja na região com a manutenção dos modos de vida da população e com a conservação da dignidade dos diferentes grupos existentes na diocese. A sua convicção quanto à eficácia de modelos comunitários da Igreja, dando condições concretas de existência aos indivíduos, o fizeram entender que “somente haveria de fato evangelização no momento em que os sujeitos construíssem coletivamente uma sociedade eclesial” (SARTORI, 1987, p. 08). Nesse sentido, o coletivo deveria ser compreendido como a possibilidade de superação da desigualdade, promovendo a superação do atraso ocasionado pela marginalização.

Esse discurso de Dom Agostinho vai fazer emergir entre o clero diocesano uma ação mais alinhada ao pensamento progressista e comprometida com os projetos sociais. Um dos mais populares entre esses projetos foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, as quais Dom Agostinho acompanhou de perto e participou das mais próximas. Obviamente que esse modelo de catolicismo não foi aceito por uma parcela significativa dos fiéis e pelos padres mais idosos, formados antes do Concílio Vaticano II e resilientes diante de qualquer ação que flerte com a “esquerda”. Isso porque as CEB’s se fundamentavam em um catolicismo mais engajado e intelectualizado, para o qual se exigia, além de uma fé ampla, formação política.

A CPT reunia-se com os agricultores nas Comunidades Eclesiais de Base para discutir ideias, incentivar a reforma agrária, organizar o modo de vida nos acampamentos, se referenciando em documentos elaborados pela própria Comissão. A CPT manteve-se firme ao lado dos sem-terra mesmo após as ocupações, tanto que quando se instalava um novo acampamento, se fixava uma cruz no local onde os agricultores estavam dispostos a ficar (BONIN, 1991), e Dom Agostinho, assim que possível, ia até o acampamento fazer a missa campal “inaugural” do novo acampamento (SCHREINER, 2002).

Entretanto, Daniel Meurer, ex-soldado e agricultor, residente no Sudoeste, relata em uma entrevista ao Jornal de Beltrão, que essas ações realizadas pela Igreja Diocesana eram constantemente questionadas pelo governo militar, chegando a ter membros presos e torturados.

Eram constantemente vigiados, por isso a ordem do bispo era que não usassem telefone e não fizessem anotações nas reuniões, principalmente após as correspondências da entidade e do bispado passarem a ser interceptadas por agentes do governo, o que Dom Agostinho driblou, utilizando-se da cidade de Barracão, divisa com a Argentina, para enviar e receber correspondências, principalmente as internacionais, já que a ASSESSOAR e a CPT recebiam fundos belgas em sua manutenção.

[...] todas as correspondências que vinham de países de fora não podiam vir mais pra cá. Ela foi orientada para a paróquia de Bernardo Irigoyen na Argentina, na fronteira com Barracão. Nós saía daqui com as correspondências de lá durante a noite, levava e buscava as que vinham para a Assessorar. Não chegava nenhuma correspondência que fosse investigada. Outra coisa é que, quando a gente recebia informação que o Dops estava descendo e ia chegar na Assessorar ou na diocese, nós pegava todo o material e à noite saía na casa de algum agricultor para esconder. Na minha casa foi muito e isso dava muito medo na minha mulher [...] tinha que cuidar do que você falava, onde, com quem estava falando com você, se era amigo ou inimigo. Muitas vezes eles vieram e foram no bispo Dom Agostinho (JORNAL DE BELTRÃO, 2014, p. 13).

O regime militar enviava seus representantes para solicitar ao bispo que tomasse medidas para conter os membros da Igreja. Os militares, com quem Dom Agostinho mantinha diálogo, tinham o propósito de controlar as atividades das pastorais e dificultar a atuação dos militantes na região. Entretanto, Dom Agostinho mantinha sua bandeira contra a ditadura de forma discreta, a partir das ações que realizava. Conforme relata Meurer:

Naquele tempo, não tinha algo que declarasse que a gente era contra a ditadura, nem um documento, nem uma bandeira. O trabalho era a prova de que nós éramos contra o sistema. A gente buscava algo diferente e isso incomodava. Eles pegavam algum material nosso, livro nosso, com os catequistas, grupos de reflexão, lideranças, e nesse material dava de entender nossa posição (JORNAL DE BELTRÃO, 2014, p. 13).

Assim, através desse trabalho realizado pela Diocese de Palmas em conjunto com a ASSESSOAR, disseminado pelas CEB's e a CPT, é possível identificar a preocupação e ação de Dom Agostinho em formar lideranças para atuar na mobilização dos pequenos agricultores que se mantiveram à frente de tais pastorais. Também assinalamos a participação de integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na formação destas lideranças e nas organizações das reivindicações de questão agrária, mesmo que de forma discreta, já que sofriam ferrenha oposição pela parte anticomunista da Igreja.

A preocupação e ação voltados ao social garantem a presença da Igreja na sociedade e, com o objetivo de promover a dignidade humana entre aqueles marginalizados pela política e pelas leis do país, suscita iniciativas como as

Romarias da Terra, as 123 CEB's e o trabalho voltado ao atendimento dos assentados e indígenas, que são assumidos pela Diocese de Palmas, por suas pastorais e organismos, contando com ajuda de intelectuais e leigos ligados a movimentos sociais, entre os quais destaco os membros do PCB e do MST regional que, mesmo diante de represálias do conservadorismo presente, se mantêm firmes na luta pelos marginalizados e excluídos, confiando no Senhor que conforta os homens e mulheres de boa vontade que se engajam na luta pelos pobres (SARTORI, 1986, p. 18).

Buscando promover suas ações progressistas, os bispos criaram táticas para evitar os militares, publicando na imprensa seus discursos, mesmo diante da censura que filtrava as informações. Pois, era necessário mostrar uma Igreja unida em torno de uma pauta, para não serem vistos como vozes isoladas, principalmente no período de repressão e vigilância por parte do governo em relação aos manifestos, já que estes acompanhavam as atividades de todos que se demonstrassem sensíveis às causas dos mais pobres e excluídos.

Esses documentos divulgados na imprensa pela Igreja não tratavam somente das dificuldades dos colonos, um exemplo é o que trata da questão indígena. O documento “YJucapirama – O índio: aquele que deve morrer”, de 1973, foi elaborado pelos fundadores do Conselho Indígena Missionário (CIMI) como Egydio Schwade, Ivo Poletto, Pe. Antonio Iasi Jr., e o dominicano Eliseu Lopes, apresentando sobre a situação dos indígenas no Brasil. Dom Agostinho assinou publicamente o documento e o divulgou por toda a diocese (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS ALUSIVOS A DIOCESE E A DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI - TOMO I, 2004, p. 115).

Na Diocese de Palmas, organizou-se a Pastoral Indígena, iniciada pelo Bispo Diocesano, visando auxiliar os indígenas em sua luta pela terra, pelos seus direitos, além de ajudar na organização das reservas, sendo assim, um trabalho parecido com o realizado nos acampamentos, isso se deve ao fato de a Pastoral Indígena estar diretamente relacionada com a CPT.

Os agentes da Pastoral Indígena em nossa Diocese têm, em seu trabalho, o objetivo de transmitir, que deve ser realizado juntamente com os indígenas, o sentimento de pertencimento no mundo e de engajamento histórico indígenas, tomando os direcionamentos das lutas de classes e da solidariedade comunitária, que acreditamos ser a expressão real do amor cristão. Assim, toda a teoria da inculturação, que pretende ser evangelho na vida de outra cultura, respeitando as diferenças e valorizando aquilo que seja a cultura do outro, se envolve como ideais próprios do cristão. A valorização da ação católica, em um sentido mais político, passa por cima da necessidade específica de cada cultura e as engloba todas em um mesmo local histórico, onde elas estão oprimidas e necessitam ser valorizadas através de conquistas materiais, tais como suas terras ou seus direitos constitucionais (SARTORI, 1989, p. 03).

Desta forma, mesmo que não haja a intenção de intervir e a preocupação maior seja a de respeitar a cultura, há, mesmo que de forma não consciente, uma imposição do pensamento político e religioso da Igreja Católica. Assim, o agente da pastoral deveria organizar e realizar discussões, de forma institucionalizada, para reunir as lideranças e organizarem, juntos, sua luta pela terra e por seus direitos básicos a serem fornecidos dentro da reserva.

Entretanto, assim como o capital simbólico do modelo de comunidade migrante em relação à Igreja era alto, a estrutura da Igreja foi tensionada por Dom Agostinho a transformar-se em função das demandas que incidiam sobre a sua ação na realidade da região. A maior parte dessas foi estabelecida face à necessidade de assistir e garantir a fixação de todos que estavam na região. Uma vez que lá estavam, a Igreja teve de acomodar também, a série de complexidades que vieram como consequência.

É nessa perspectiva que Dom Agostinho, durante seu episcopado, criou e esteve à frente de mídias sociais pertencentes e mantidas pela Diocese de Palmas, que tinham por objetivo repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e de transmitir as ideias do Bispo diocesano em relação a temas relevantes de âmbito social e espiritual, entre elas destaca-se o *Informativo Diocesano* e o *Jornal Diocesano Até Que...*

No primeiro número do jornal, a análise já deixa forma clara a concepção política adotada por Dom Agostinho como coerente para a Igreja. Nessa primeira edição, foram criticadas as arbitrariedades cometidas pelo governo militar contra os religiosos e os fiéis católicos. Também apresentou o desejo dele em realizar na Diocese de Palmas um trabalho de conscientização política, para tornar os fiéis cientes das causas e dos interesses dos movimentos sociais, tanto à questão agrária quanto indígena. Essa inclinação logo foi compreendida pelo povo que passou a chamá-lo de “Bispo dos pobres” (PONGAN, 2019, p. 149).

A própria divulgação de uma série de escritos no jornal, revelam a tentativa de Dom Agostinho evidenciar suas posições. Em 1984, como a emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso Nacional, as eleições foram realizadas de forma indireta, onde venceu a chapa Tancredo Neves e José Sarney. Porém, a posse nunca aconteceu, pois às vésperas da posse, Tancredo foi hospitalizado, indo a falecer dias depois. O que resultou na posse do vice, José Sarney como presidente do Brasil. Diante dessa realidade, Dom Agostinho escreve em seu espaço no jornal diocesano, sua análise a respeito da conjuntura política que se instalara:

Parece-nos que o país vive uma fase de grande confusão não se sabe mais quem é quem... Pontos de vista desencontrados, opiniões divergentes, mesmo nos quadros do governo, aliança apregoada nas palavras, mas inexistentes de



fato, gera confusão e insegurança generalizada. Além da confusão, há também desconfiança. Ninguém discute que o povo se sentiu traído e até vilipendiado com o Plano Cruzado II, atirado sobre a população. O Brasil se tornou uma confusão, cheio de desconfiança, abuso de poder e econômico. A “luta” democrática empreendida por Tancredo Neves, Ulisses Guimarães e tantos outros, atravessando o país, convocando multidões, entoando em plena praça o hino nacional, entre outras coisas, sempre investiu veemente contra a influência do poder econômico nas eleições e em outros setores da vida nacional; investiu contra a falta de programas dos partidos brasileiros e apresentou o PMDB como sendo o único partido verdadeiramente comprometido com os interesses populares (ATÉ QUE..., 1986, p. 02).

A forma como Dom Agostinho assume seu lado nas questões políticas nacionais e regionais, deixa claro que ele, mesmo sendo o administrador diocesano, sabia se envolver neste mundo. Afinal, manteve relações estreitas com vários líderes regionais e estaduais do PMDB e mesmo assim, não demonstra receios em expressar publicamente suas opiniões, e a transmiti-las para inúmeros fiéis que o viam como referência de opinião. Também não demonstrou medo da vigilância dos militares, que sabiam de suas ações e de seus discursos contrários, sendo interrogado diversas vezes, o que não o intimidou em nenhum momento, mantendo suas atividades eclesiais e suas exposições na imprensa diocesana durante todo seu episcopado.

### **Considerações finais**

Durante o segundo bispado de Palmas, comandado por Dom Agostinho, analisou-se as transformações e a compreensão constituída pelo bispo diocesano, frutos de um momento de transformações pelo qual a Igreja e a sociedade estavam passando, observa-se, notadamente, que o este inseriu em seu modelo de ação eclesial, político e social as sementes de uma autocompreensão, até então, nova para a Igreja Católica brasileira.

Desta maneira, buscou-se compreender como a Igreja diocesana se inseriu face ao modelo de sociedade que se constituía na região sudoeste paranaense. Processo que gerou tensões e evidenciaram elementos que compõe a singularidade da região. Na pesquisa, foi possível delinear os muitos embates sociais e o papel da Igreja em cada um deles. Observou-se, nesse sentido, uma região formada por grupos de interesse e costumes políticos diferenciados coabitando e agindo socialmente. Ao mesmo tempo, em que se vê uma Igreja apreensiva quanto ao futuro da população e profundamente envolvida com as demandas políticas e sociais daquele presente.

Destacamos, no decorrer do texto, algumas ações adotadas por Dom Agostinho com alto teor político. Cabe elencar que, durante a pesquisa, estes foram investigados em sua totalidade, havendo necessidade de compreender como se processaram as transformações no interior da

Igreja do século XX, pois estas incidiram nos modelos de ação eclesial adotados na região. Pois, a Diocese de Palmas viveu as modificações propostas no Concílio Vaticano II, considerado por muitos o maior Concílio da história da Igreja Católica Apostólica Romana, bem como manteve-se aliada a oposição ao governo militar vigente, realizando ações questionadas e até desaprovadas pelos militares.

Assim, buscou-se evidenciar o contexto social-político em que se encontrava o país e a região no período em que Dom Agostinho assumiu a Diocese de Palmas, pois ele defendia que a Igreja não poderia se mostrar alheia aos problemas e à realidade que a cercavam. Pensamento esse, que ele pôs em prática ao assumir a responsabilidade social da Igreja diante dos marginalizados e pobres, além de atuar e defender a luta dos movimentos sociais presentes na região, o que deixa nítido sua inclinação com a Teologia da Libertação.

Desta forma, pôde-se evidenciar como Dom Agostinho defendeu abertamente suas ideias e a transmitiu para seus fiéis. Sua postura de ferrenhas críticas para com o governo militar, mesmo com o Dops indo a Palmas buscar esclarecimentos, mostra um líder sem “papas na língua”, que se manteve firme em seus ideais. Em relação aos movimentos sociais, apoiou abertamente e incentivou movimentos como o MASTES e o MST, aderindo à luta pelo direito da terra dos trabalhadores rurais, defendendo e auxiliando-os. Traçou diretrizes de trabalho que agiam diretamente nas comunidades através da CPT, da ASSESSOAR e demais 155 movimentos internos da Igreja, que trabalhavam com os indivíduos, com as famílias e em grupos, como no caso das CEB's, num processo de sensibilização, reflexão, criticidade e solução dos problemas enfrentados pelo homem do campo, principalmente quanto à má distribuição de terras, se embasando na Bíblia quando instrumento de ação e política, incentivando um ideal de luta.

## Referências

BONIN, A. A. A luta pela terra no Paraná. In: *Cenários de Economia e Política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

CHIQUIM, Carlos Alberto. *CNBB no Paraná e a história da evangelização*. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005.

CPT NACIONAL. *Sobre nós*. Histórico: o nascimento da CPT. 2010. Disponível em: Acesso em: 15 de dez. 2020.

CPT. *A luta pela terra na Bíblia*. Goiânia: CPT, 1981.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTEI, R. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. São Paulo: Ambientes e Costumes Editora, 2013.

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. *Dom Agostinho José Sartori: uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná*. Palmas/PR: Kayganguê, 2011.

PIERUTTI, A.; PRANDI, R. *Um sopro no espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: Fapesp, 1997.

PONGAN, Pâmela. *A política sob o Báculo: Dom Agostinho no comando da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e Política: os anos 1960 – 1970 e sua herança*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano*. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente A. & GARCIA, Wilson de Q. (orgs.). *Censura Federal: leis, decretos – leis, decretos, regulamentos*. Brasília: C. R. Editora, 1971.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entrem em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SHREINER, D. F. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2002.

STEDILE, João Pedro. *Brava gente*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Movimento popular, político e religião*. São Paulo: Loyola, 1985.

### **Fontes consultadas**

*Boletim Eclesiástico da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005)*. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

*Coletânea de Documentos Históricos Alusivos a Diocese e a Dom Agostinho José Sartori*. Tomo I, 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

*Jornal Até Que...* (1985-2017). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

*Jornal de Beltrão*. Notícias relacionadas a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão de 1990 a 2005. Arquivo Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão-PR.

SARTORI, Agostinho José. *Cartas Pastorais: 1970 a 2004*. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

SARTORI, Agostinho José. *Diário Pessoal*. Arquivo familiar.

# LOS ALCALDES DE LA HERMANDAD EN PERGAMINO: UN ESTUDIO DE CASO EN EL VIRREINATO DEL RÍO DE LA PLATA

Patricio Andrés Klimezuk, Universidad de Luján. Correo electrónico: [patricioklimezuk@gmail.com](mailto:patricioklimezuk@gmail.com)

**Resumen:** El presente trabajo se propone la realización de un análisis prosopográfico de tres Alcaldes de la Hermandad del Partido de Pergamino que fueron elegidos entre los años 1785 y 1821, cuando el Gobierno de la Provincia de Buenos Aires decidió su reemplazo por los Jueces de Paz. A partir del perfil social que tuvieron esos funcionarios, podremos tener una primera aproximación de cuál fue el grupo social que encabezó el primer elenco gobernante en la región y cuáles fueron las diferencias entre ellos. También se profundizará el alcance de sus funciones, tanto las determinadas por las normativas vigentes como las decididas por las autoridades superiores y que implicaron la asunción de responsabilidades y tareas mayores a las establecidas. La observación de ciertas fuentes nos habilitará asimismo a poder visualizar cuáles eran sus demandas principales en el ejercicio del cargo. Por otra parte, se revisará su relación con los otros poderes establecidos en la zona, como el eclesiástico y el militar y la relación que mantuvieron con los Alcaldes Provinciales y los Ordinarios del Cabildo porteño. Las fuentes que se utilizarán en el trabajo serán diversas: los partes de los Comandantes de Frontera; los Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires; el Empadronamiento de 1779; el Padrón de la campaña de 1779; el Censo de Hacendados de 1789, y; el Censo de 1815, entre otros.

**Palabras claves:** Alcaldes de Hermandad; Cabildo; Río de la Plata.

## Introducción

El presente documento es parte de una investigación en curso para la realización de un trabajo que permita a su autor la acreditación de la finalización de sus estudios de posgrado.

Como parte de ese recorrido, acá presentaremos las historias de vida y el perfil de tres Alcaldes de Hermandad de Pergamino, y al hacerlo, intentaremos determinar algunas características comunes a todo el grupo. De esta manera, en un acercamiento prosopográfico, describiremos su origen, las actividades comerciales, productivas y laborales que realizaron en el pasado y que estaban llevando adelante en el momento de su asunción al cargo.

Por su parte, y a partir de la variedad de fuentes que se indagaron, se observará la relación que los mismos mantenían con otros actores de la comunidad local, como los capellanes o los comandantes de frontera, y la que sostenían con las autoridades jurisdiccionales superiores asentadas en la Ciudad de Buenos Aires. También se podrá ver cuáles eran las tareas que cumplían, tanto las establecidas por la normativa vigente como otras encargadas por las jurisdicciones superiores. Y cuáles eran las demandas que los Alcaldes le hacían a esas mismas autoridades.

Sin embargo, lo distintivo será que este recorrido nos permitirá aproximarnos a una tipología de las diferentes situaciones socio-político-económicas de cada uno de estos funcionarios, ubicándolos en uno de los tres conjuntos mayores que hemos construido.

Estos grupos juntan a Alcaldes de Hermandad que reúnen características comunes entre sí y que los diferencian de los que se encuentran en los otros conjuntos, intentando plantear que los hombres que ocuparon el cargo presentaban diversas posiciones en la estructura social local y que no todos ellos formaban parte del sector más acomodado de la población pergaminense.

### **Los Alcaldes de la Santa Hermandad: jurisdicción y funciones**

La institución de los Alcaldes de la Santa Hermandad no es una invención del derecho indiano ni una creación in situ de las autoridades de este lado del Atlántico. Hunde sus raíces en la baja edad media española.

Según Abelardo Levaggi, “la Santa Hermandad fue una institución permanente, creada por los Reyes Católicos en 1476 para Castilla, constituida por alcaldes y cuadrilleros, destinada a perseguir y castigar a quienes cometían delitos en despoblado” (LEVAGGI, 2009).

Una vez producida la conquista, la institución comenzó a ser utilizada también para el gobierno de la campaña en el mundo rural americano. Barriera asegura que “la designación de éstos está registrada para Buenos Aires desde 1606” (BARRIERA, 2010, p. 46).

Hubo dos clases de Alcaldes para el gobierno de la campaña: el Provincial, con jurisdicción en toda una provincia; y los partidarios, con jurisdicción territorial menor. En el primer caso, se trató de un cargo venial, con superioridad jerárquica frente a los segundos, por lo que tenían capacidad de ser instancia de apelación, y con residencia en el Cabildo de Buenos Aires, aunque esta situación y la jurisdicción que le correspondía siempre fueron motivos de disputas con los Alcades de primer y segundo voto, electos entre los vecinos más destacados, en la primera sesión del año del gobierno de la Ciudad.

La norma que regulaba los casos en los que tenían que intervenir los Alcaldes de Hermandad era la Ley 2, Título 13, Libro 8 de la Recopilación Castellana. Sin embargo, y como señala Levaggi, “además de las normas generales [...] las hubo particulares” (LEVAGGI, 2009), tanto delegadas por el Cabildo, que era la institución que los había elegido, como por las autoridades superiores a esa corporación municipal, como los Gobernadores/Intendentes o los Virreyes, que por otra parte se encargaban de la confirmación de las elecciones.

Básicamente, los Alcaldes de la Hermandad tenían jurisdicción en lo que se conocía como los cinco casos de hermandad. El Cabildo de Buenos Aires recordaba con frecuencia cuáles eran, a su entender, las funciones que debían desempeñar, y a la vez, cuáles eran las delegaciones de facultades que, sin estar normadas, las autoridades superiores los habilitaban para intervenir.

Así, por ejemplo, en el Acuerdo del Cabildo de Buenos Aires del 21 de marzo del año 1787, se lee la solicitud de la Real Audiencia para que la institución le brinde un informe sobre la elección y las facultades que tenían estos jueces, en la que estos responden lo que exponemos a continuación:

[...]Estos últimos no han tenido otro título ni han disfrutado de más autoridad que la que les confirió el Excelentísimo Señor Primero Virrey de estas Provincias con fecha treinta y uno de Diciembre de mil setecientos setenta y siete, y los primeros han tenido igual título que los Alcaldes ordinarios, á saber la elección y confirmación, y han ejercido Jurisdicción ordinaria en los cinco casos de Hermandad que prescribe la Ley segunda, título trece libro octavo de Castilla, ceñida solamente á la aprehensión de los delinquentes, formación de el Sumario, y remisión de el unas veces á los Señores Gobernadores, y otras á los Alcaldes ordinarios, y delegada con limitación, así en los demás negocios, que no son de Hermandad como en los Civiles, de corta entidad desde el año pasado de ochenta y cinco, en que dichos Alcaldes ordinarios movidos de la distancia de los territorios, y de la dificultad de ocurrir por ellas á tantas urgencias como las que se presentan les concedieron y cada año les conceden la delegación como resulta de dicho testimonio (ACUERDOS DEL EXTINGUIDO CABILDO DE BUENOS AIRES, Tomo VIII - Libros XLVII al XLIX- Años 1786 a 1788).

Sobre el tema, Darío Barrera aseguró, que, en líneas generales, los Alcaldes de Hermandad “podían resolver in situ y oralmente la mayor parte de los conflictos en los que intervenían” y que estos eran “robos a casas, carretas, asaltos en el camino o insultos, golpes o reyertas que terminaban con alguna herida” (BARRIERA, 2021). En el caso de que la disputa entre partes involucrara un monto económico superior a los 50 pesos, debían levantar un sumario, lo cual la mayoría de las veces se hacía de forma oral y una vez llegados a la Ciudad, para que interviniera el alcalde ordinario del cabildo.

Una situación similar se producía cuando se trataba de un homicidio: también tenían que realizar un sumario y trasladar al acusado a la justicia ordinaria.

Si del pleito participaban indios, levantaban el sumario y llevaban a los implicados ante el alcalde de primer voto, “excepto que se tratara de robo de ganados, delito frente al cual podían conocer y sentenciar oralmente” (BARRIERA, 2021).

Según el autor,

es probable que gran parte de su trabajo no llegara a la sumaria escrita: una de sus funciones primordiales fue la mediación -cuyo objeto podían ser peleas entre vecinos pero también conflictos de tipo económico o diferencias de opinión sobre términos de tierras o marcas de ganado- tarea que no dejaba registro escrito (BARRIERA, 2021).

No obstante, las tareas, como hemos señalado, eran susceptibles de ser ampliadas a requerimiento de las autoridades superiores; por ejemplo, podían incluir la realización de padrones de la campaña, como lo atestiguan el caso de Don Florencio Villalta en 1789 y el de Don Manuel Acevedo y Olmos, en 1815; o la recaudación de los impuestos fijados por el Cabildo de Buenos, como sucedió con un establecimiento de bochas, que el cuerpo autoriza a funcionar el 20 de junio de 1809.

En particular, y continuando con el aspecto normativo, para el Partido de Pergamino, fue fundamental lo plasmado Acuerdo del 30 de diciembre de 1784, en el que el Cabildo recibe un oficio del Gobernador/Intendente Francisco de Paula Sanz, porque para la localidad significa a la postre la elección de la primera autoridad política<sup>459</sup>.

En primer lugar, De Paula Sanz rechaza el pedido del cuerpo para elevar el número de Regidores, que las autoridades municipales habían fundamentado en el nuevo contexto que vivía la Ciudad, ahora residencia de, entre otros, el Virrey, la Real Audiencia, la Superintendencia General de la Real Hacienda, el Tribunal de Contaduría.

Por otra parte, el Gobernador/Intendente les pide que se elijan un número suficiente de Alcaldes de Hermandad para evitar “quanto sea posible los exzesos indicados”, en referencia a los incidentes que se producían en la campaña (Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, Tomo VII - Libros XLIV al XLVII- Años 1782 a 1785).

Algunas cuestiones relevantes a tener en cuenta sobre la función de los Alcaldes de Hermandad son las siguientes:

-En primer lugar, que si bien el mandato duraba un año, no cesaba hasta que el próximo entrará en funciones. De esta manera, el Cabildo se protegía y protegía a la localidad ante la posible negación de una persona a asumir el cargo, lo que, no obstante, generó quejas de los que debían permanecer en el cargo durante períodos más prolongados de tiempo;

<sup>459</sup>Don Florencio Villalta fue elegido por primera vez Alcalde de la Hermandad en 1784. Este dato, relevado a partir de la lectura de los Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, es significativo porque recién a fines de ese año se dio a conocer un oficio del Gobernador/Intendente Francisco de Paula Sanz, en el que le ordena al Cabildo la elección de jueces para la campaña bonaerense. Lo cierto es que a los que se eligieron en el año 1783 para el Pago de la Magdalena (Don Francisco Ballesteros y Don Francisco Santos Jiles), para el Pago de la Matanza (Don Francisco Fernandez), para la Costa y Conchas (Don Juan Jose Castro), para los Arroyos (Don Jose Molina), para Arrecifes (Don Jose Antonio Castaño) y para la zona norte y sur de la Ciudad (Don Simon Thadeo Sosa y Don Juan de Ausía, respectivamente); en el año 84 se sumaron la elección de un Alcalde de Hermandad para Areco (Don Pedro Jose Pinero) y Pergamino (Don Florencio Villalta), comicios que por otra parte, fueron confirmados por el Gobernador/Intendente Francisco de Paula Sanz. La particularidad es que Pinero efectivamente asumió su cargo el día 4 de mayo de 1784, con el debido cumplimiento de juramento ante el Cabildo porteño, pero Villalta nunca tomó el suyo. Esto significa que en el caso que estamos estudiando, a la ampliación de designaciones que se dio en 1785, la precedió una durante el año anterior, que no podemos determinar a qué se debió pero que se encuadra en una preocupación creciente en la cabecera de la jurisdicción sobre el gobierno de la campaña y sus crecientes poblaciones.

-En segundo lugar, que la comunicación con los Alcaldes de Hermandad se producía mediante chasques, que comunicaban los sucesos de Buenos Aires en la campaña y viceversa;

-En tercer lugar, creemos que la elección de una autoridad determinada para un partido dependió de varias cosas, independientemente del mayor o menor conocimiento que hubiera de esa persona en Buenos Aires. E incluso, para salvar esa situación, existían una serie de procedimientos, como la conformación de ternas de candidatos por los alcaldes vigentes en el cargo. Sin embargo, existían otros procedimientos, como la consulta a personalidades notables de la localidad.

### **Quiénes fueron los Alcaldes de la Hermandad de Pergamino**

Si bien nos referiremos a tres casos específicos, aportamos en el Cuadro N°1 el nombre de todos los Alcaldes electos y la fecha de asunción en el caso que correspondiese.



Cuadro N° 1

Alcalde	Año	Fecha de elección	Fecha de asunción
Don Florencio Villalta	1784	1-ene	No asumió (1)
Don Pedro Baños	1785	1-ene	7-feb
Don Diego Trillo	1786	27-ene	22-mar
Don Eusebio Dabila	1787	1-ene	27-mar
Don Florencio Villalta	1788	1-ene	16-abr
Don Florencio Villalta	1789	1-ene	Reelección (2)
Don Jacinto de la Fuente	1790	1-ene	20-abr
Don Thomas Aquino Benites	1791	1-ene	4-mar
Don Gregorio Díaz	1792	1-ene	20-abr
Don Anselmo Cardenas	1793	1-ene	14-mar
Don Gerónimo Morales	1794	1-ene	No asumió (3)
Don Gerónimo Morales	1795	1-ene	No asumió (3)
Don Pablo Salías	1796	1-ene	15-mar
Don Gerónimo González	1797	1-ene	19-abr
Don Fructuoso Rodríguez	1798	1-ene	12-abr
Don Francisco Borja Ludueña	1799	1-ene	4-abr
Don Andres Leiba	1800	1-ene	18-abr
Don Martín Rivero	1801	1-ene	24-mar
Don Juan Guardiola	1802	1-ene	18-mar
Don Manuel Pombo	1803	1-ene	17-mar
Don Manuel Pombo	1804	1-ene	Reelección (2)
Don Manuel Pombo	1805	1-ene	Reelección (2)
Don Juan Guardiola	1806	1-ene	22-mar
Don Vicente Roldan	1807	1-ene	4-may
Don Vicente Roldan	1808	1-ene	Reelección (2)
Don Vicente Roldan	1809	1-ene	Reelección (2)
Don Vicente Roldan	1810	1-ene	Reelección (2)
Don José Lino Echeverría	1811	1-ene	No asumió (3)
Don Leandro Figueroa	1812	1-ene	No asumió (3)
Don Leandro Figueroa	1813	1-ene	No asumió (3)
Don Francisco Xavier Azevedo	1814	1-ene	Pidió exoneración (4)
Don Manuel Acevedo y Olmos	1814	15-mar	22-abr
Don Fulgencio Azevedo	1815	1-ene	Pidió exoneración (4)
Don Santiago Gutierrez	1815	31-mar	Pidió exoneración (4)
Don Prudencio Segovia	1815	30-jun	No asumió (3)
Don Ramón Montes	1816	2-ene	5-mar
Don Juan Bautista Azevedo	1817	2-ene	No asumió (3)
Don Mariano Figueredo	1818	Sin registro propio (5)	
Don Miguel Olmos	1819	Sin registro propio (5)	
Don José María Nuñez	1820	13-ene	No asumió (3)
Don Ramón Montes	1821	9-ene	23-mar

Fuente: Elaboración propia en base a información registrada en los Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires. Notas: 1) La situación con Don Florencio Villalta fue mencionada en la nota N°1; 2) Cuando un alcalde era reelegido en su función, no debía concurrir al Cabildo para la toma de posesión de su cargo, lo que no indica que no haya estado efectivamente en ejercicio; 3) Cuando en el cuadro se dice que un individuo “No asumió”, es porque no se acercó al Cabildo para la toma de posesión de su cargo; 4) En el caso del pedido de exoneración, hay situaciones particulares planteadas por cada uno de los Alcaldes que la solicitaron; 5) Por último, en el caso que figura “Sin registro propio”, los datos fueron tomados del historiador Rafael Restaino al no contar con los Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires para esos dos años. Acá hemos considerado para los distintos cálculos que se realizarán, como que no han asumido sus cargo.

Veamos los datos concretos: se eligieron 37 veces Alcalde de Hermandad para el Partido de Pergamino. Para cubrir el cargo, se seleccionaron 30 personas distintas. Una primera mirada indica que si para 37 años se eligieron 30 personas, hubo varios que fueron reelegidos. Y así es. Cinco personas fueron elegidas 2 veces, y entre ellas, 3 (Florencio Villalta, Geronimo Morales y Leandro Figueroa) lo fueron consecutivamente y 2, no (Juan Guardiola y Ramon Montes). Una persona fue elegida 3 veces (Manuel Pombo) y una 4 (Vicente Roldan). En cuanto a los que no asumieron el cargo, tenemos 13 mandatos que no fueron cubiertos por quienes habían sido elegidos. Es decir, que si tomamos los 37 años y sacamos un porcentaje de cobertura del cargo, tenemos que en el casi 73% de las ocasiones, el mismo fue cubierto.

No obstante, si hacemos la evaluación a nivel personal, el porcentaje desciende hasta ubicarse en un 63,33%. De las 30 personas que fueron elegidas para ocupar el cargo, no asistieron a su asunción o pidieron su exoneración 11<sup>460</sup>.

Más allá del panorama general, es indudable que, a simple vista, hubo un extenso período que abarca 1785-1810 en donde, más allá de comenzar en los últimos años del mismo un proceso reeleccionario, la norma fue la asunción y que después de esa fecha, los pedido de exoneración y las ausencias a tomar el cargo prevalecieron.

De los 26 mandatos que se sucedieron, entonces, entre 1785 y 1810, sólo dos no fueron cubiertos por las autoridades electas durante esos años. Esto da un porcentaje de cobertura de la función de más del 92%. Por su parte, entre 1811 y 1821, el porcentaje desciende abruptamente y se ubica en menos del 30%. Solamente en 1814, en 1816 y en 1821 hubo un Alcalde de la Hermandad electo que se acercó al Cabildo a asumir su cargo. Y cabe un recordatorio: en los dos últimos años en cuestión, se trata de la misma persona, Don Ramón Montes.

Para completar la información del conjunto de los Alcaldes de Hermandad, la edad promedio que pudimos determinar para la asunción del cargo fue de 42 años, tomando en cuenta

<sup>460</sup>Darío Barrera registra una situación similar para el caso de la jurisdicción del cabildo de Santa Fe: “Según mi registro, 308 hombres ejercieron alcaldías de la hermandad santafesinas al menos en una ocasión entre 1616 y 1816. Estos 308 hombres cubrieron 428 puestos/año del oficio; una estadística abstracta indica que ‘cada hombre’ habría ocupado 1,38 veces el puesto. El dato puro solo sirve para afirmar que hubo una tasa de ‘monopolización’ del puesto bastante baja; la información detallada de la base de datos, no obstante, indica que entre 1616 y 1686 solo 11 hombres ocuparon el cargo dos veces (y dos, Sebastián de la Cruz y Juan Rodríguez Bracamonte, en tres ocasiones) y entre 1687 y 1816, fueron 57 los que lo hicieron dos o más veces (durante este periodo hubo quienes ejercieron el oficio hasta en seis ocasiones, que es el caso de Francisco de Frías).” Por otra parte, nuestra investigación se dirigió por un camino similar al que planteó el autor: “Este relevamiento sirvió para detectar los nombres más repetidos y para plantear la búsqueda de datos prosopográficos según recortes por región”. Como veremos más adelante, los perfiles socio-político-económicos de los Alcaldes de Hermandad de Pergamino nos permitió la realización de una tipología para encuadrar las diferentes situaciones en las que se encontraban cada uno de ellos. (Barrera, 2021).

los 14 funcionarios sobre los que pudimos establecer el dato bastante aproximadamente.

En cuanto al uso de la distinción de “Don”, más allá de la denominación taxativa al respecto que realizó el Cabildo de Buenos Aires cuando los nombró, la prácticamente totalidad de los Alcaldes de Hermandad lo recibieron en algún momento de su vida, aunque algunos de ellos ni antes ni durante el ejercicio del cargo, sino en momentos posteriores.

Esta situación abre el interrogante sobre qué llevaba a una persona a ser distinguida de esa manera. Por la investigación que estamos llevando adelante, y refiriéndonos específicamente al reconocimiento de la propia comunidad, juzgamos que son una serie de elementos los que intervienen en el proceso: en primer lugar, el grupo social al que pertenecía la persona en cuestión, es decir, si era criollo o español, indio, etc; en segundo lugar, su situación patrimonial; en tercer lugar, las relaciones sociales y políticas que el sujeto hubiera construido en el pago.

En cuanto a las nacionalidades, solo dos Alcaldes electos declararon haber nacido en Pergamino: Don Francisco Borja Ludueña y Don Fulgencio Azevedo. En el resto de los casos, tenemos cuatro que provienen de España (uno de Jerez de la Frontera, uno de España sin definir el lugar específico, uno de Galicia y uno de La Coruña); cinco que migraron desde localidades cercanas (tres desde Arroyos, uno desde Rosario y uno desde Areco); uno que lo hizo desde Portugal y otro desde Chile. Solamente uno figura en una de las fuentes analizadas como “Natural”, Gregorio Díaz.

Ahora sí, pasaremos al análisis de tres casos que, creemos, pueden ser representativos de cada uno de los conjuntos en los que hemos dividido a la totalidad de los Alcaldes de Hermandad.

### **1785: Don Pedro Baños**

Don Pedro Baños fue elegido Alcalde de la Hermandad el 1° de enero de 1785 y asumió el cargo el 7 de febrero de ese año. El hecho se produjo luego de la orden emanada por el Gobernador/Intendente Francisco de Paula Sanz al Cabildo hacia fines de 1784 para que se acrecienta el número de Alcaldes de Hermandad que permitan ejercer mayor control sobre los territorios sobre los que ejercía su jurisdicción<sup>461</sup>.

<sup>461</sup>Para conocer los límites que los contemporáneos asignaban al nuevo Partido, podemos remitirnos a los Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires en donde tenemos una primera respuesta. El 10 de septiembre de 1787, el Virrey marqués de Loreto le solicita a las autoridades porteñas información sobre las poblaciones y partidos a su cargo. El Cabildo la recepta pero evidentemente nunca responde (Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, Tomo VIII - Libros XLVII al XLIX- Años 1786 a 1788) El 22 de marzo de 1790, su sucesor en el cargo, Nicolás de Arredondo, se queja de la situación en los siguientes términos: “No habiendose recibido en este Superior Gobierno la relacion, que pidió a V.S. mi inmediato Antecesor de los Partidos, y Pueblos de la Jurisdiccion de esta

Rafael Restaino pudo rastrear que una década antes de su nombramiento como Alcalde de Hermandad, Don Pedro Baños ya estaba asentado en la localidad de Pergamino. Según el historiador, el dato lo aporta una carta fechada el 11 de junio de 1775, en la cual Baños le solicita al Comandante del Fuerte que a pesar de haberse radicado recientemente necesita que se tomen medidas de seguridad que son numerosos los robos de hacienda (RESTAINO, 2015, p. 82).

Don Pedro Baños aparece empadronado en el Partido de Pergamino en el relevamiento que se llevó adelante en 1779. Ahí aparece bajo la distinción de “Don”, de uso muy restrictivo en ese padrón, y mencionado en tercer lugar, todas características que pueden dar a entender un ascendente sobre el pequeño pago, que por entonces no cuenta ni con 400 personas si a las que en ese momento se encontraban en Pergamino se les sumaran las que había pasado al poblado de Rojas.

El futuro Alcalde de Hermandad vive con su esposa y un esclavo, lo que nos permite apuntar dos cuestiones: en primer lugar, que se trata de un esclavo en una población que en total tenía 15 y en la que solamente 3 vecinos tenían más de uno y dos de ellos, 4: la viuda de Gomes (así figura en el padrón) y Don Juan Nuñez; en segundo lugar, que el precio de los esclavos era en ese entonces la principal inversión que tenía para hacer un productor, porque el costo de la tierra, en un momento de fácil acceso a la misma, se mantenía bajo.

A estos indicadores, le podemos sumar una fuente particular: cuando Alonso Quesada fue reemplazado en su puesto como Comandante de Frontera por Francisco Balcarce, además del empadronamiento, también dejó asentado otros documentos que brindan información sobre la población pergaminense.

Con fecha 23 de julio de 1779, Balcarce remitió a Buenos Aires un informe con datos sobre la Capilla de Nuestra Señora de la Merced, en la que se pueden observar, entre otras cosas, aporte de vecinos a la Iglesia por distintos motivos, entre ellos por defunciones.

En ese sentido, Don Pedro Antonio Baños, contribuyó con 4 pesos por su suegra Maria Baldes el 1 de febrero de 1779, por derechos parroquiales vinculados a su deceso. Resaltamos

Ciudad, y de sus Distancias á ella, y á su Capital respectiva, prevengo á V.S. la forme, y me la pase á la mayor vrebidad, comisionando al efecto Persona que tome, y le ministre los conocimientos necesarios”. Para esa labor, el Alcalde Provincial, muchas veces criticado por sus colegas de Cabildo, fue de vital importancia, lo que indica que tenía cierto conocimiento de la campaña bonaerense. Diego Mantilla y los Ríos señala que el curato de Pergamino “se estiende desde el lindero de el curato de Areco al Sur hasta el lindero de el Curato de el Pergamino á el Poniente, como diez leguas, y de Lebante á Poniente, hasta topar con la Guardia de el Salto como doce leguas”. La relación confeccionada por Mantilla y los Ríos lleva fecha del 17 de septiembre de 1789, por lo que podemos concluir que el Cabildo había resuelto la labor encargada por la autoridad superior pero nunca había entregado la información. (Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, Tomo IX- Libros XLIX, L, LI y LII- Años 1789 a 1791).

la distinción de “Don”, porque en el mismo documento aparecen otros futuros Alcaldes de Hermandad, también realizando aportes, que no reciben ese reconocimiento: Fructuoso Rodríguez y Gregorio Díaz.

Los libros de bautismos, matrimonios y defunciones de la parroquia de Nuestra Señora de la Merced nos ayudan a reforzar el ascendente que Don Pedro Baños tenía sobre la población, a la vez que conocer vinculaciones que el futuro Alcalde mantenía con el poder eclesiástico y militar de la localidad, por ese entonces, los únicos reconocidos institucionalmente.

En primer lugar, podemos mencionar que la primera entrada que registra el libro de bautismo de la ahora parroquia de Pergamino, informa sobre un nacimiento que “por necesidad” se llevó adelante en la casa del recién nacido “por Don Pedro Baños”, a la postre padrino junto a su esposa, Gabriela Troncoso (Parroquia Nuestra Señora de la Merced, Bautismo: Libro N° 1, Folio N° 1).

De acá se desprenden dos cuestiones: una, que para fines de la década del `70 y principios de la del `80, Pedro Baños ya era reconocido no solo por las autoridades militares, como vimos en el Empadronamiento de 1779, sino también por las eclesiásticas, con el uso de “Don”. Por otra parte, como también sucederá con otros Alcaldes de Hermandad, Fray Escudero, entonces a cargo de la parroquia, no cuestiona su capacidad para bautizar a niños y niñas, como sí sucederá con otras personas en otros registros.

Sin embargo, los fuertes contactos que mantuvo el futuro Alcalde con los poderes de la zona quedan más claros cuando sea padre: el 15 de abril de 1783, él y su mujer, Doña Josepha Troncoso, bautizaron a su hijo Pedro Manuel de 3 días de edad. El padrino fue el cura y vicario de la parroquia, Don Juan Manuel Ximenez, lo que obligó a que la ceremonia sea presidida por el capellán del fuerte de Rojas, Jose Borda (Parroquia Nuestra Señora de la Merced, Bautismo: Libro N° 1, Folio N° 28 y 29).

También su siguiente hija, Ana María, fue apadrinada por un clérigo: el presbítero y cura vicario de la parroquia de San José de Arrecifes (Parroquia Nuestra Señora de la Merced, Bautismo: Libro N° 1, Folio N° 40).

Por lo dicho, podemos apuntar que Don Pedro Antonio Baños era un vecino con presencia en la localidad, reconocido por las autoridades del lugar, que le otorgan la distinción de “Don”, pero aún en términos de la época no podríamos hablar de un gran hacendado. Más bien, parecieran confirmar los distintos datos que fuimos recolectando, que se trata de un productor rural entre pequeño y mediano, al que su reciente llegada al pago impide que podamos rastrearlo hacia atrás y que no figura en el Registro de Hacendados de 1789, por lo que también

es difícil encontrarlo después del ejercicio de su cargo.

### **1792: Don Gregorio Díaz**

Don Gregorio Díaz fue electo el 1° de enero de 1792 y asumió el cargo el 20 de abril de ese año.

Su presencia en Pergamino es de larga data, ya que aparece como “soldado” miliciano participando en la Compañía con residencia en la localidad de las fuerzas que en ese momento comandaba Don Francisco Sierra. En ese listado, que con fecha 29 de diciembre de 1770 es remitido a Buenos Aires, aparecen varios de los futuros Alcaldes de Hermandad, algunos ya con un lugar destacado dentro de las tropas y otros, como Gregorio Díaz, que en aquél entonces era un soldado raso y no era reconocido con la distinción “Don” que sí reconocía a otros integrantes de la compañía (AGN, Sala IX, Leg. 1-5-6, Comandancia de Fronteras, Pergamino).

Al igual que Don Pedro Baños, Gregorio Díaz también aparece entre aquellos que aportaron a la Iglesia de la Merced a partir de un deceso en su familia. En su caso, el 1° de julio de 1779, entregó dos reses por el valor de 4 pesos “por su difunta muger” (AGN, Sala IX, Leg. 1-5-6, Comandancia de Fronteras, Pergamino).

Sin embargo, a diferencia de Baños, y a 9 años del anterior registro que habíamos examinado, las autoridades continuaban negándole la distinción de “Don”. Esto no se puede cotejar con el empadronamiento de 1779, porque Don Gregorio Díaz no aparece en dicho padrón.

Pero sí se puede comparar con su situación en el Padrón que se levantó en la campaña en 1779, en la que un indicador podría darnos un indicio de por qué nunca se lo reconoció como “Don”, más allá del nombramiento del Cabildo porteño: Allí, Gregorio Díaz figura como “Natural”, es decir, como indio. Esto lo comprobamos porque tanto españoles como criollos blancos aparecen denominados como “españoles casados”, “españoles solteros”, “españoles viudos” o “españoles párvulos”, y en esas categorías son mencionados otros futuros Alcaldes de Hermandad.

Estas características que hemos reseñado, más su ausencia en los libros de la parroquia de la Merced, nos lleva a pensar en una persona con un patrimonio modesto y sin grandes contactos o vínculos con personalidades más destacadas de la zona.

### **1802 y 1806: Don Juan Guardiola**

Don Juan Guardiola fue una personalidad de notable importancia en el pago de Pergamino. No sólo por lo que puede observar a partir de los datos que nos aporta el censo de

1815, en el que su unidad censal es una de las más significativas del partido, sino por las relaciones sociales y políticas que mantuvo y por su participación en la vida social de la localidad.

Guardiola nació en La Coruña, España, y tenía 42 años al momento del censo, por lo que asumió el cargo de Alcalde por primera vez con 29 años, joven si tenemos en cuenta el promedio con el que en general se tomó posesión del mismo.

Su actividad estaba vinculada al comercio, por eso el censista lo menciona como “mercader”. En su propiedad vivían 17 personas: él; su mujer Doña María del Rosario, originaria de Arrecifes y de 35 años; 6 hijos, todos nacidos en Pergamino y el mayor ya de 15 años, llamado Felipe; y 9 esclavos: un matrimonio entre un africano y una parda de 27 y 24 años, con un hijo de 3 y uno de 2, ya liberto y otros 4 de 22, 16, 12 y 9.

Por las edades de los esclavos, apuntamos que Don Juan Guardiola contaba con un valioso aporte de fuerza de trabajo extrafamiliar. Y no descartamos que haya utilizado mano de obra libre, ya que en unidades censales cercanas a su propiedad se encontraban jornaleros y labradores.

Don Juan mantuvo relaciones con otros personajes que ocuparon distintas posiciones de prestigio social o que tuvieron un patrimonio económico considerable. Por ejemplo, el 11 de noviembre de 1814, bautizó a su hijo, que fue apadrinado por un presbítero, Don Pedro Gomez (Parroquia Nuestra Señora de la Merced, Bautismo: Libro N° 4, Folio N° 102).

Su presencia en la zona fue rápidamente reconocida, ya que como hemos visto, fue Alcalde de Hermandad a una edad muy temprana. Sin embargo, eso ya quedaba reflejado cuando bautizó a su primera hija, María Tomasa, que morirá a los pocos meses. En la inscripción por parte del cura de la parroquia, se lee que los padres de la niña son Don Juan Guardiola y Doña María del Rosario Rodríguez (Parroquia Nuestra Señora de la Merced, Bautismo: Libro N° 1, Folio N° 156). El padrino es otra persona reconocida como “Don”, Santiago Quintana. La administración del sacramento estuvo a cargo del entonces Teniente de Cura, Don Eusevio Jose Trillo, hijo de Don Diego Trillo.

Don Juan Guardiola asumió los dos mandatos en los que el Cabildo porteño lo eligió como “Juez”: el primero, el 18 de marzo de 1802 y el segundo el 22 de marzo de 1806 (Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, Tomo I- Libros LVII, LVIII y LIX- Años 1801 a 1804 y Tomo II- Libros LIX, LX, LXI y LXII- Años 1805 a 1807).

### **Relaciones con otros poderes**

Luego del análisis que hemos realizado sobre los tres Alcaldes de Hermandad, nos

quedan por observar dos cosas: la relación que mantuvieron con los distintos poderes locales y algunas acciones en concreto que desarrollaron y de las que quedaron registro.

El primer punto es el que nos convoca en este acápite. El examen de los perfiles de los Alcaldes nos permitió reflexionar y mirar con más detenimiento ciertos vínculos que se establecieron con otros poderes locales, especialmente la Iglesia y las autoridades militares.

En ese sentido, cuando narramos el perfil de Don Pedro Baños, primer Alcalde de Hermandad, contamos que sus dos hijos fueron apadrinados por distintas autoridades eclesiásticas, y que él mismo tenía la capacidad de bautizar niños y niñas, lo que no fue puesto en duda en su caso y en otros que tuvieron facultades para la administración de sacramentos otorgada por el clero.

A lo largo de los perfiles, vimos que en el caso de las personalidades más destacadas, las vinculaciones entre las autoridades políticas, militares y eclesiásticas se consolidaba y se nutría de múltiples conexiones; aunque era más relativa para aquellos que ocuparon el cargo y no tenían un gran ascendente en la población, seguramente porque su origen social y su patrimonio económico no era relevante.

No obstante, la presencia de varios actores operando en la jurisdicción podía generar distintos problemas e incluso, malestares entre ellos.

Un ejemplo de ello se produjo en 1814. El 27 de septiembre, una queja llega al Cabildo porteño. El alcalde en funciones de Pergamino envía un oficio en el que expresa su malestar con el comandante del fuerte de Rojas que, según él, no lo dejaba desempeñar las funciones de su cargo con normalidad.

El Acuerdo del Cabildo lo expresa de esta manera:

Se leyó un oficio del Alcalde de Hermandad del Pergamino D. Manuel de Azevedo y Olmos quejándose de que el Comandante Militar de la Frontera de Rojas le impide el que pase a ejercer los actos y funciones de su oficio en el vecindario, y jurisdicción, siendo perteneciente a aquel Curato, a fin de que se provea lo que se tenga por conveniente; Y los SS. acordaron se eleve al Supremo Director con el correspondiente oficio (Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, Tomo IV- Libros LXIX a LXXIV - Años 1814 a 1815).

Si bien el Cabildo, al menos en este caso, le pasa el problema al Supremo Director de las Provincias Unidas, la queja que expresó el Alcalde de Pergamino tenía antecedentes en otras localidades. Y respecto a las autoridades militares, también apuntaba a la falta de auxilio para el cumplimiento de las funciones que demandaba el puesto.



## Los Alcaldes de Hermandad en acción

En esta última sección y antes de las conclusiones, vamos a examinar un caso en concreto para analizar la actuación de un Alcalde de Hermandad del Partido de Pergamino para ver cómo era la dinámica de sus funciones y a qué cuestiones prestaban más atención.

El 17 de abril de 1791, el Alcalde recién asumido de la Santa Hermandad, Don Tomas Aquino Benites, remite una carta a Buenos Aires en la que informa que está trasladando a la Ciudad a cinco presos.

En la misma se puede leer que al frente de la comitiva se encontraba el cavo Don Pedro Bera y nueve hombres de custodia de:

sincos presos en calidad de bagos, cuyos nombres, patria, estado y edad son los que constan en la adjuntada minuta estos son sumamente perjudiciales pues no tienen más vida que entregados al ocio al juego y andar de en pago en pago sin oficio ni ejercicio y como en mi auto de buen gobierno que hice promulgar luego que me puse en posesión de la vara de Hermandad de este partido de el Pergamino mandase que toda gente baga ociosa y mal entretenida saliese de mi jurisdicción en el término de ocho días, no habiendo estos cumplido con este precepto los remito a la superior disposición de V.E. para que les de el destino que fuese de su superior agrado” (Archivo General de la Nación, Sala IX, Comandancia de Frontera, Legajos 1-5-6-Pergamino).

En la minuta adjunta, elaborada por Don Tomas Aquino Benites, en cumplimiento de las órdenes dadas a los Alcaldes de Hermandad para que levanten sumario y envíen a los presos a la Ciudad, aparecen los perfiles de los cinco presos:

Joseph Andres Ferreira natural de la Ciudad de Cordova de edad de treinta años poco más o menos casado que no asiste a sus obligaciones; Santos soltero natural de la jurisdicción de Santiago del Estero su edad de veinte y seis a treinta años; Joseph Medina natural del río Segundo jurisdicción de Cordova soltero su edad como de veinte y dos años; Juan Joseph Bustamante natural del río Seco jurisdicción de Santiago del Estero mozo soltero su edad es de veinte y nueve años; Juan Manuel Sambrano natural de Santa Fé soltero su edad poco más de veinte años según muestra y no tiene ninguno de los expresados segunda fé de bautismo” (Archivo General de la Nación, Sala IX, Comandancia de Frontera, Legajos 1-5-6-Pergamino).

En las fuentes correspondientes a este caso se observa qué actitud tomaron en Buenos Aires respecto a los presos remitidos y qué importancia le daban a la opinión del Alcalde. Consultaron primero cuáles de ellos tenían actitudes para reforzar el Regimiento de Infantería y se concluyó que dos de ellos podrían sumarse a dicha fuerza, por lo que les dictaron cuatro años de servicio. A los otros tres, que según la persona que los analizó no contaban con las suficientes aptitudes, los encarcelaron durante cuatro meses en el presidio.

## Conclusiones

En este artículo comenzamos analizando de dónde surgía y cómo llegaba al Río de la Plata la función de los Alcaldes de Hermandad, a la vez que rastrear en la normativa y en la práctica concreta de los agentes cuál era la jurisdicción que les correspondía y qué tareas tenían que llevar adelante en sus respectivos pagos. Desde ese momento, fuimos revisando una serie de casos concretos para respaldar nuestras afirmaciones e intentar expandir la mirada para ver qué sucedía en cada territorio, más allá de lo que se establecía o se decía en Buenos Aires. Intentamos entablar un diálogo entre las distintas fuentes relevadas para definir cuestiones que, entendemos, no habían sido precisadas, y determinar cuál era el perfil de cada uno de esos jueces de campaña.

En esa búsqueda, creemos haber podido mostrar las diferentes situaciones personales que los Alcaldes elegidos tenían, lo que a la postre configuraba un escenario donde el cargo no fue hegemonizado, ni mucho menos, por los más poderosos de la localidad.

Las relaciones con otros poderes y la actividad que desempeñaban los Alcaldes se transformaron en miradores desde donde calibrar con mayor precisión cuáles de ellos tenían vínculos y cómo eran esos contactos con actores locales, regionales y de Buenos Aires, lo que amplió nuestro análisis sobre estos funcionarios.

Consideramos, entonces, que podemos dividir a los Alcaldes de la Hermandad en tres grupos. Cabe señalar que la división no responde solo a aspectos económicos, sino también a lo que pudimos ir relevando sobre el ascendiente sobre la población o las relaciones políticas y sociales que el sujeto en cuestión manejaba y que, en resumidas cuentas, habilitaba a cada uno de ellos a una diferente significación dentro del Pergamino de la última etapa colonial y la primera independiente.

-El primer grupo es el que está compuesto por los grandes productores, grandes comerciantes o personalidades sumamente relevantes en la comunidad, que en general establecieron entre ellos significativas vinculaciones, conformando el sector más poderoso de Pergamino. Además, mantuvieron relaciones con otros actores locales, sean otras instituciones, como la eclesiástica o militar, u Alcaldes de Hermandad de menor influencia. Y, en algunos casos, tuvieron contacto con autoridades por fuera de la localidad. Entre los casos analizados, ubicaríamos en este conjunto a Don Juan Guardiola.

-El segundo grupo es a nuestro modo de ver, el más numeroso, porque tenemos en cuenta, como señalamos, aspectos económicos, sociales y políticos. Acá se encuentran toda una miríada de productores de pequeños a medianos y de medianos a grandes, algunos con

influyentes vínculos políticos y sociales, incluso entre ellos, y otros a los que hasta le costó el reconocimiento dentro de su propia comunidad. Entre ellos, no detectamos ningún caso que se haya dedicado a otra actividad que no sea la agrícola-ganadera. El caso de Don Pedro Baños entraría entre estos.

-Y un último grupo en el conviven Alcaldes de la Hermandad con cierto ascendiente social, a los que se les reconoce el uso de "Don", con otros que llegaron a esa distinción después de un largo camino, y unos últimos que no lo obtuvieron. Se trata de productores o comerciantes muy pequeños, con escasas relaciones de significación dentro del pago y cuyo paso por la localidad queda registrado en pocos documentos, lo que avala el argumento sobre la relevancia de este sector. Entre los tres casos que analizamos, Gregorio Díaz es el que ingresaría en este conjunto.

La investigación, que continúa, se propone el análisis lo más pormenorizado posible del resto de los Alcaldes de Hermandad, intentando construir un perfil socio-político-económico que respalde su inclusión dentro de alguno de los grupos que hemos construido, que termine por afianzar una indagación de conjunto, detectando semejanzas y diferencias entre todos ellos y entre cada conjunto de funcionarios.

### **Agradecimientos**

En primer lugar, quisiera mencionar a la Doctora María Sol Lanteri, mi directora de posgrado, que más allá del acompañamiento académico, sin dudas determinante, fue fundamental desde lo emocional.

En segundo lugar, al Profesor Mauro Ganem: sin su enorme generosidad, este trabajo no hubiera podido realizarse. En tercer lugar, a la Mg. Aída Toscani de Churin, porque también ella compartió su archivo para que pudiera ser utilizado en este trabajo.

En cuarto lugar, a mi familia en sentido amplio: a mis viejos, a mi hermana y sobrina/ahijada, a mis tíos y primos, a mis suegros y familia política en general. Al Tati, esté donde esté, aunque para mí siempre está donde alguien con la azul y oro corre detrás de una pelota. A mis amigos, los de siempre y los recientes. También a los que ya no están.

En quinto lugar, a mi esposa quería decirle, junto a Los Redondos, algo que sólo ella va a entender: "Cuando la noche es más oscura/ se viene el día en tu corazón".

En sexto lugar, a mi hijo Andrés, cantarle, junto a Jorge Drexler: "Yo llevo tu sonrisa como bandera/ y que sea lo que sea".

Por último, y celebrando la vida, a mi hijo/a por venir. Simplemente contarle que mamá, papá y su hermano lo/la estamos esperando.

## Referências

BARRIERA, Darío (Director). “*Instituciones, gobierno y territorio. Rosario, de la Capilla al Municipio (1725-1930)*”, 1º edición, Ediciones del ISHIR-CONICET, Rosario, 2010, p. 192.

BARRIERA, Darío. “Justicias rurales: el oficio de Alcalde de la Hermandad entre el derecho, la historia y la historiografía (Santa Fe, Gobernación del Río de La Plata, siglos XVII a XIX)”. El artículo se recuperó del repositorio digital del Conicet el día 18/09/2021. Se encuentra en el siguiente link:

[https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/15346/CONICET\\_Digital\\_Nro.18624.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/15346/CONICET_Digital_Nro.18624.pdf?sequence=1&isAllowed=y).

BARRIERA, Darío. “Un rostro local de la Monarquía Hispánica: justicia y equipamiento político del territorio al sureste de Charcas, siglos XVI y XVII”, en *Colonial Latin American Historical Review*, Vol. 15, University of New Mexico, Albuquerque, 2010, p. 377-418.

DUPUY, Andrea. “*El fin de una sociedad de frontera en la primera mitad del siglo XIX. Hacendados y Estancieros en Pergamino*”, Editorial Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, 2004.

HESPANHA, Antonio M. “*La gracia del derecho. Economía de la cultura en la edad moderna*”, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1993, p. 351.

LEVAGGI, Abelardo. “La alcaldía de hermandad en el Virreinato del Río de la Plata (1776-1810) (Casuística y jurisprudencia)”, en *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, N° XXXI, Valparaíso, Chile, 2009, pp. 317-348.

RESTAINO, Rafael. “*Historia del Partido de Pergamino*”, Fondo Editorial Municipal – Gobierno de Pergamino, Pergamino, 2015, p. 550.

TOSCANI DE CHURIN, Aída. “*Pergamino. Una historia de la frontera bonaerense. 1780-1825*”, Editorial Impresos Grafiper, Pergamino, Buenos Aires, noviembre de 2003, p. 168.

TOSCANI DE CHURIN, Aída. “*La construcción de la familia en el Partido de Pergamino durante el proceso independentista. Una mirada sobre algunas de sus mujeres*”, trabajo presentado en las Xº Jornadas Interescuelas, en la Mesa Temática N°10: “Sociedades urbanas y de fronteras en América, siglos XVI a principios del XIX”, Rosario, 20 al 23 de septiembre de 2005, recuperado el 14/09/2021 en el siguiente link: <https://cdsa.academica.org/000-006/100.pdf>.

## Fuentes

Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires. Se encuentra digitalizado en el sitio web de la Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires “Esteban Echeverría”: <http://biblioteca.legislatura.gov.ar/bibliotecaDigitalDetalle.aspx?id=14>

AZCUY AMEGHINO, Eduardo y MARTÍNEZ DOUGNAC, Gabriela: “*Tierra y ganado en la campaña de Buenos Aires según los Censos de Hacendados de 1789*”, Instituto de Investigaciones de Historia Económica y Social, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1989, pp. 157.

Archivo General de la Nación (A.G.N), Sala IX, Comandancia de Frontera, Legajos 1-5-6 (Pergamino).

Archivo General de la Nación (A.G.N), Sala IX, Legajos 9-7-6: Padrón de la Ciudad y Campaña de Buenos Aires 1779.

Archivo General de la Nación (A.G.N), Sala X, Legajos 8-10-5: Padrón de la Campaña de Buenos Aires. Censo 1815.

## A FRONTEIRA NA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

Pedro Martins Mallmann, mestrando e bolsista modalidade CAPES/ PROSUC II no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).  
E-mail: [190487@upf.br](mailto:190487@upf.br)

**Resumo:** Neste trabalho, buscando colaborar com o progresso do conhecimento histórico e preencher o que identificamos ser uma falta no estudo universitário, propomos realizar uma breve revisão do conceito de fronteira (entendida em um primeiro momento como uma zona territorial na periferia entre dois ou mais centros de poder constituídos) e sua evolução em sucessivos momentos no Rio Grande do Sul. Os recortes temporais pensados aqui são: a primeira metade do século XVIII; a invasão de Cevallos (1763-1777); a Revolução Farroupilha (1835-1845) e o período que cobre da segunda metade do século XIX até o início do século XX. Indo além em nosso esforço de sistematização, tentaremos, para cada época analisada, transformar em imagens (com a ajuda do programa on-line *My Maps*) as particularidades adquiridas pela fronteira naquele momento específico que está sendo analisado. Os resultados obtidos demonstram que a fronteira é um conceito fundamental para a compreensão da história sul-rio-grandense, seja em função de acontecimentos externos ou internos.

**Palavras-chave:** Fronteira. Imagem. Rio Grande do Sul.

### Introdução

O território que hoje conhecemos por Rio Grande do Sul é marcado por contrastes: é atrelado à federação brasileira e ao mesmo tempo está em permanente contato com o mundo platino; é industrializado ao norte e com uma grande base agropecuária ao sul; sofre tanto com invernos quanto com verões rigorosos; isso, sem contar a famosa rivalidade entre gremistas e colorados. Todas estas oposições nos levam a pensar sobre limites; o que, por sua vez, pressupõem zonas nebulosas, de difícil apreensão - esta é a fronteira.

A fronteira é um dos conceitos mais importantes para a sociedade sul-rio-grandense para entender sua formação, seus hábitos, seus delírios, suas contradições. Ao desenvolvermos este texto, nos inspiramos nas impressões sobre o conceito de fronteira desenvolvidas pelo historiador Tau Golin (2002, p. 14-26) que sinaliza a fronteira como uma *zona de contato* na periferia entre dois ou mais centros de poder constituídos (como as capitais de diferentes países). Acreditamos que encarar este conceito desta forma o torna moldável o suficiente pois pode ser adaptado aos diferentes momentos históricos pelos quais passou o Rio Grande do Sul.

A fim de contribuirmos com o desenvolvimento deste conhecimento e preencher o que identificamos ser uma lacuna nos estudos acadêmicos, resolvemos sistematizar os aspectos da fronteira sul-rio-grandense nos seguintes recortes cronológicos: a) a primeira metade do século XVIII; b) durante a invasão de Cevallos (1763-1777); c) durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) e d) o período que cobre da segunda metade do século XIX até o início do século

XX. Nas sucessivas partes do texto, apresentaremos mapas (a maioria criada com a ajuda do programa *My Maps*) e/ou imagens com a devida explicação sobre como cada uma pode representar as características adquiridas pela fronteira no momento discutido.

Temos consciência de que não esgotaremos o tema em um só texto. Nossas escolhas nos obrigaram a deixar alguns momentos históricos e interpretações historiográficas sobre a fronteira de lado. Contudo, um primeiro esforço se faz necessário para passar ao leitor uma melhor compreensão de uma ideia que pode influir tanto na concepção que se tem do espaço e da sociedade.

### **a) A fronteira humana e a fronteira tripartida - entre os mundos luso, castelhano e missioneiro (até a primeira metade do século XVIII, aproximadamente)**

Neste primeiro recorte temporal, a situação histórica que perpassa o território que futuramente seria identificado como sul-rio-grandense é a de conflito entre três propostas sociais: a missioneira paraguaia, a colonial lusa e a colonial castelhana. Destacam-se as especificidades sobre o conceito de fronteira através da compreensão dos historiadores Tau Golin e Jacqueline Ahlert e Eduardo Santos Neumann (2004). No primeiro caso, os autores consideram que:

Os guaranis tornaram-se culturalmente híbridos – expressavam um tipo de ambivalência por vezes mais disjuntiva que a própria realidade/cotidiano em que viviam. Eram indivíduos de fronteira, em duplo sentido: o geográfico cultural. Homens e mulheres com identidade deteriorada, dúbios entre a ameríndia e a católica-europeia. Hesitantes entre as forças de Deus e de seus Ancestrais Místicos (2009, p. 45-46).

Consequentemente, ainda para os autores: “Trata-se de um fenômeno histórico, relacionado com elementos de imposição, interpretação, assimilação e resistência, num processo que colocou o guarani no entre-lugar, no espaço culturalmente híbrido, na situação de *fronteira humana*.” (GOLIN; AHLERT, 2009, p. 46. Grifo nosso).<sup>462</sup>

O historiador Eduardo Santos Neumann, por sua vez, enxerga a dinâmica espacial ao qual pertencia o território que conformaria o Rio Grande do Sul como sendo uma área submetida a uma “fronteira tripartida”. Isto se dá, pois, além das posições de portugueses e espanhóis, o estudioso leva em conta também o protagonismo dos Sete Povos das Missões destruídos em 1756.<sup>463</sup>

<sup>462</sup>Pensar os habitantes autóctones da fronteira territorial como fronteira humana é importante para pensar não só a situação dos povos missioneiros e a Guerra Guaranítica como também a Guerra do Paraguai e o caso do povo Guaikuru-Kadiwéu (que lutou ao lado do Império do Brasil). Para ver mais sobre o assunto consultar: Corradini, 2007.

<sup>463</sup>A história da Guerra Guaranítica (1753-1756) pode ser vista mais detidamente em GOLIN, T., 2014.

Em resumo, vemos aqui que o conceito de fronteira adaptado ao momento dá importância a um elemento comumente apagado em quase todos os relatos históricos tradicionais: o indígena (seja como pessoa que leva a fronteira introjetada em seu modo de ser ou como defensor de uma fronteira geopolítica em atrito com outros projetos de Estado). Em outras palavras, pode-se falar do conceito de fronteira da primeira metade do século XVIII como *uma fronteira indígena individualmente interna e politicamente tripartida*. Na figura 01, elaborada por nós, as setas horizontais apontando para a esquerda representam a pressão portuguesa; as setas em diagonal apontando para a direita representam a resistência autóctone; as setas verticais o avanço castelhano. A área chanfrada de azul claro é a fronteira em si, o território em disputa. Na figura 02, retirada de Tau Golin e Jacqueline Ahlert (2009, p. 60), a mescla entre o barroco europeu e a influência das escolhas representativas por parte dos autóctones. A fronteira interna pode ser resgatada através da análise de obras de arte que reflitam a maneira dos indígenas missioneiros de ver o mundo.

Figura 01: A fronteira tripartida denominada por Neumann (área aproximada).

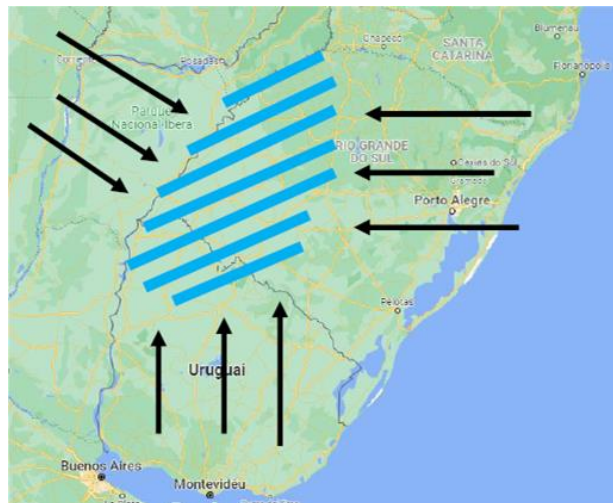


Figura 02: Imagem de Santo Isidro.



**b) A fronteira em movimento (segunda metade do século XVIII, aproximadamente)**

O historiador Fábio Kühn (1999), pensando a segunda metade do século XVIII, entende a dinâmica do espaço colonial sul-rio-grandense como uma “fronteira em movimento”: um espaço sem limites políticos definidos, frequentado por pessoas das mais diversas origens e que mantiveram contatos os mais variados, formando laços sociais e comerciais, apenas para citar alguns exemplos. Esta era uma situação que já estava estabelecida *antes* da invasão e ocupação do Rio Grande do Sul (1763-1776) promovida pelo Vice-Rei do Rio da Prata Pedro de Cevallos e que continuou depois, segundo os registros paroquiais consultados. O destaque para o momento da invasão vai porque aqui fica evidenciado que, embora a época fosse belicosa, os habitantes da Capitania do Rio Grande do Sul, portugueses e castelhanos, souberam conviver, criando mesmo uma situação nova onde os contatos estabelecidos serviram para ajudar na sobrevivência mútua.

O Vice-Rei Pedro de Cevallos chegou a ocupar não só a maior parte do atual território do Estado do Rio Grande do Sul como também a Colônia do Sacramento e a Ilha do Desterro. Para manter a posse do Rio Grande do Sul Português e retomar a atualmente chamada Ilha de Florianópolis, Portugal aceitou ceder a posse de Colônia do Sacramento e dos Sete Povos. Tudo isso foi referendado pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). O aspecto mais interessante do Tratado talvez seja a criação dos Campos Neutrais, uma faixa de terra sobre a qual os demarcadores portugueses e castelhanos não conseguiram chegar a um acordo e oficialmente permaneceu desabitada.

Em resumo, a adaptação da fronteira como *zona de contato* para a compreensão particular do momento nos mostra que a invasão e ocupação militar do Continente do Rio



Grande de São Pedro pelas forças espanholas mostra que este foi o período de maior indefinição de nacionalidades na região durante o período colonial. Com o enfraquecimento do elemento indígena e a ofensiva castelhana em larga escala durante mais de dez anos, os habitantes do Rio Grande de São Pedro manearam suas identidades e a convivência com o diferente, seguindo a fluidez de *uma fronteira em movimento*. Faltava a solidificação do sentimento de pertencimento.

Sobre as imagens, a figura 03 (elaborada por nós) a área dentro do círculo vermelho representa os Campos de Viamão, local da resistência portuguesa. Os círculos em azul marcam a Colônia do Sacramento e a Ilha do Desterro, conquistadas pelos castelhanos. A área franjada em vermelho e azul é uma tentativa de ilustrar a fronteira em movimento. Já a figura 04 (GOLIN, T. p. 197) ilustra os Campos Neutrais.

Figura 03: Área (aproximada) ocupada por Cevallos

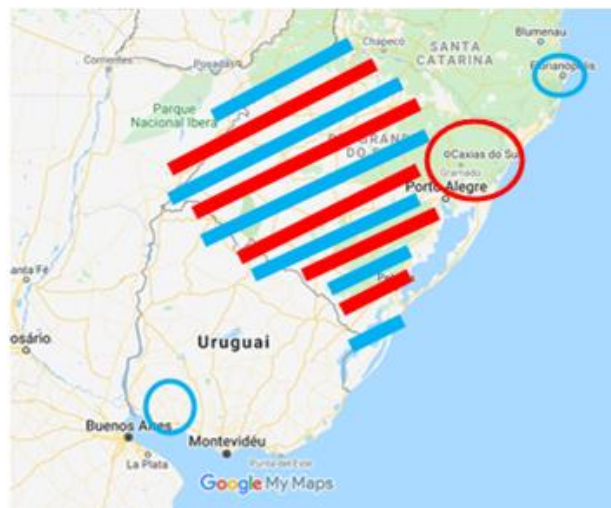


Figura 04: Os Campos Neutrais



### **c) A fronteira idiossincrática (1835-1845)**

Ao consultarmos o dicionário<sup>464</sup>, descobrimos que a palavra “idiossincrasia”, é definida nas três primeiras formas nos seguintes termos:

Ato ou comportamento próprio de um indivíduo ou de um grupo de pessoas: as novas empresas buscam entender as idiossincrasias do mercado consumidor.

Modo de se comportar, de agir, de se portar característico de alguém: a autora destacou a idiossincrasia de sua obra autoral.

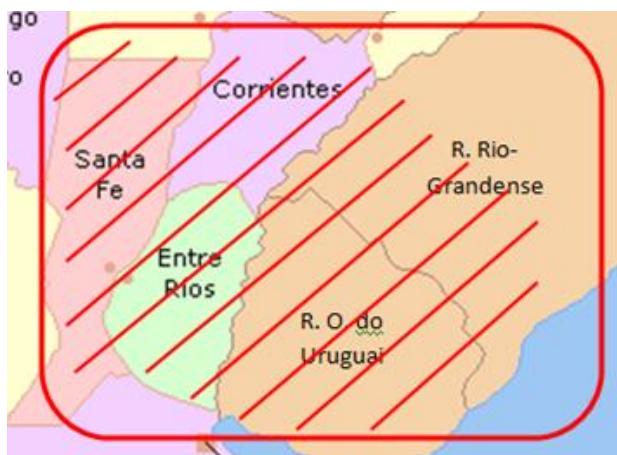
Conduta incomum ou extravagante de um indivíduo; excentricidade, esquisitice: o escultor era cheio de idiossincrasias.

Não pudemos deixar de pensar nessa palavra e suas definições quando analisamos a fronteira durante a Revolução Farroupilha. Isso porque consideramos que aqui a fronteira atingiu o máximo de sua característica idiossincrática, ou seja, particular, que a colocava contra o Império e, em muitos casos, próxima social e politicamente das províncias espanholas do Prata.

É ainda pouco divulgado que a República Rio-Grandense estabeleceu vários convênios institucionais com as províncias vizinhas do Prata (principalmente firmados com o colorado uruguaio Fructuoso Rivera). É muito importante entender que estes vários tratados tinham, pelo menos em parte, inspiração no projeto da Liga Federal proposta por Artigas (1813-1820). Como nos explicam Schmitt (2017) e Guazzelli (2009), os caudilhos rio-grandenses e grande parte dos habitantes da campanha tinham muitas e importantes ligações (familiares e/ou econômicas) na República Oriental do Uruguai, Estado com o qual o Império ainda não tinha estabelecido seus limites. Por tudo isso, pensamos que aqui se pode falar que a fronteira era – e utilizamos uma expressão homônima do título de uma obra do escritor Aldyr Garcia Schle – “Uma terra só”.

<sup>464</sup>Foi utilizado o Dicionário Online de Português. A referência pode ser encontrada nas fontes bibliográficas.

Figura 05: Franchada, a área aproximada abarcada pelo Convênio de Paisandú.



Em resumo, o conceito que se depreende daí é o de *fronteira idiossincrática* – pois, nesse momento da formação sul-rio-grandense, a região possuía tantas particularidades que a separavam do Império do Brasil e a uniam a várias províncias do antigo Vice-Reino do Prata (e em espacial àquelas que compuseram a Liga dos Povos Livres) que era possível para seus líderes procurarem institucionalizar por iniciativa própria essas diferenças. Em outras palavras: “[...] os que eram senhores *de facto* da fronteira arvoraram-se a sê-lo também de direito” (GUAZZELLI, 2013, p. 22). Na figura 05 (elaborada por nós), podemos ver a área abordada pelo Convênio de Paisandú, (entre as províncias de Santa Fe, Entre Ríos, Corrientes, República Oriental do Uruguai e República Rio-Grandense). Na figura 06, para efeitos de comparação, retiramos do domínio público parte do mapa da Liga dos Povos Livres.

Figura 06: Detalhe do mapa da Liga dos Povos Livres



#### **d) A fronteira “manejada” - bandoleiros e outros atores (segunda metade do XIX até o início do século XX)**

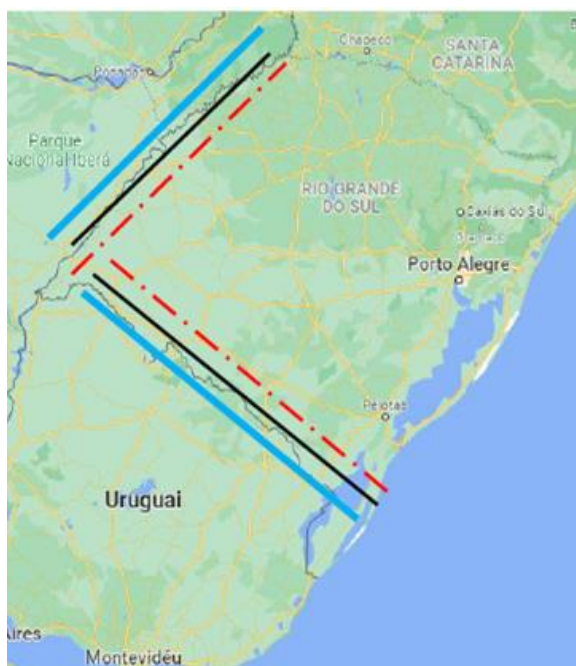
A fronteira, segundo a proposta de Flores e Farinatti (2009), ganha um traço de subjetividade evidenciado, pois os autores, com a proposta de fronteira “manejada”, buscam

ver como os atores sociais utilizam a realidade em que vivem para se adaptar à institucionalização estatal da região. Muitos estancieiros tinham propriedades tanto no Uruguai quanto no Rio Grande do Sul e contrabandeavam gado para os dois lados da fronteira, além de amelharem muita influência a partir de relações de amizade, casamento, compadrio.

Entretanto, não apenas as classes altas podiam manejar a fronteira – gente ligada a atividades como contrabando de mercadorias também sabia manejá-la. Um contrabandista podia comprar ou roubar de um lado da fronteira e vender do outro; um criminoso constantemente podia buscar abrigo da lei em outro país; e, até 1889, o escravo brasileiro que conseguisse chegar em terras argentinas ou uruguaias era declarado livre.

É interessante que aqui podemos ver que o conceito de fronteira pode ser substituído pela palavra “limite” sem grandes problemas. Isso se dá porque a fronteira manejada por autoridades, escravos e bandoleiros é justamente a fronteira da institucionalização estatal. Na figura 07 (por nós elaborada), tentamos representar com a variação das cores as diversas fronteiras, uma para cada possível ator social. Em azul, a representação das ligações políticas regionais entre os estancieiros; em preto, os contatos econômicos dos contrabandistas; em vermelho e de forma intermitente, a fronteira como uma possibilidade de liberdade para os escravos. É possível acrescentar outras fronteiras ou ressignificar as cores, de acordo com os atores sociais estudados.

Figura 07: Aqui, temos a tentativa de representação das diversas fronteiras.



## Conclusão

Percebemos ao longo do presente texto que, de uma maneira geral, a ideia de fronteira é tida como um cognato bastante genérico e polissêmico. Dito de outra forma, tem-se que a ideia de fronteira, enquanto cognato da língua portuguesa, foi ao longo dos avanços da historiografia sendo utilizada em diferentes contextos, de modo que sua utilização é comum na maioria dos trabalhos que se ocupam das relações e conflitos ocorridos na região da bacia do Rio da Prata. Contudo, o que se entende sobre a ideia de fronteira e como ela é adjetivada e dotada de sentido varia em função do momento histórico em que ela é utilizada e do modo como ela é politicamente carregada de significado. Daí a sua polissemia.

Por esse ângulo, como vimos ao longo do texto, tem-se que a ideia de fronteira até o ano de 1756 ganha sentido a partir da cosmogonia indígena tripartida de Neumann, que é construída politicamente com a inclusão de um novo agente político que está para além do Tratado de Tordesilhas: os autóctones de *Nuestra America*. Também se incorporaram à ideia de uma fronteira interétnica as observações de Golin e Ahrent - que buscam pensar os povos autóctones a partir de diferentes construções e cosmogonias que os colocam hora lado a lado diante do espanhol e do português e hora frente a frente diante de outros agrupamentos indígenas que compõe o grande grupo.

Uma segunda ideia de fronteira é construída a partir dos estudos realizados por Kühn, o qual busca pensar a fronteira como algo dinâmico – dotada de certa fluidez como forma de resistência frente à invasão de Cevallos. A partir desse momento a identidade dos habitantes da Capitania do Rio Grande do Sul “navega” por entre diferentes interesses políticos com vistas a garantir a vida das pessoas comuns e o manejo da fronteira política portuguesa existente frente ao “imperialismo” da Coroa espanhola - que buscava tomar para si a região que hoje corresponde ao Estado do Rio Grande do Sul. Algo bastante semelhante às motivações que levaram à Guerra Guaranítica. Contudo, nesse caso é o português que irá defender o território, e não o índio.

A partir da Revolução Farroupilha a ideia de fronteira deixa de ser somente um elemento gerador de conflitos internacionais ganhando espaço no interior da política brasileira em função, como apontam muitos historiadores, das peculiaridades do processo de colonização tardia sul-rio-grandense - que se pautou muito mais na imigração europeia e não somente no tráfico de escravos. A convivência com a fronteira levou à rápida institucionalização de uma “cultura rio-grandense” e na institucionalização de símbolos regionais ligados à figura do gaúcho tão comum à região do Prata e incomum ao Brasil. Isto implicou numa sociedade fortemente

patriarcal, belicosa e arredia ao império, do qual buscava descolar-se e, junto à outras províncias platinas, buscar a constituição de um Estado federado, pautado nas ideias de Artigas, que desse conta das demandas da região e mantivesse nesta suas riquezas. Dito de outra forma, aqui a fronteira desenvolve seus traços mais particulares, chegando a ganhar contornos internos ao próprio Brasil, inclusive com marcos políticos, embora o rompimento proposto pela elite rural emergente também tivesse motivações econômicas.

Ainda em direção de uma fronteira economicamente marcada pelos farrapos, temos uma quarta concepção (a fronteira manejada) que, além de ter como sua a proteção dos interesses econômicos, também busca garantir isso em função da institucionalização de uma fronteira legal, política, que deixasse de lado a subjetividade como elemento de garantia de imunidade transitória daqueles que a habitam em uma terra tida como “de ninguém”.

Com relação aos mapas, consideramos que tentar transformar alguns dos conceitos estudados em imagens foi um exercício importante para explicar e definir melhor para nós mesmos as especificidades que a fronteira enquanto zona de contato adquiriu ao longo do tempo; explicitar visualmente também serviu para suprir a falta de imagens que marquem estas especificidades.

Por fim, fica a vontade de aprofundar a sistematização em outros textos, tanto para ir adiante na criação de mapas quanto para contribuir para que outros estudantes encontrem de maneira mais fácil informações sobre este conceito tão importante que é a fronteira na História do Rio Grande do Sul.

### **Referências e fontes**

CORRADINI, C. M. *Os Guaikurú-Kadiwéu no contexto da Guerra do Paraguai: Fronteiras, relações interétnicas e territorialidade*. 126f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

FLORES, M. F. da C. T.; FARINATTI, L. A. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, F. M. (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009. P. 145-177.

GOLIN, T. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Guerra Guaranítica: O levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014. Coleção Brasil Rebelde.

\_\_\_\_\_. e AHLERT, J. Estatuária missioneira: representações de fronteira. In: SILVA, G. F. da, PENNA, R. e CARNEIRO, L. C. da C. (Org.). *RS índio: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. P. 39-67.

GUAZZELLI, C. A. B. *O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.

\_\_\_\_\_. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 70-89.

IDIOSSINCRASIA. Dicionário Online de Português. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/idiossincrasia/>. Acesso em: 29/11/2021.

KÜHN, F. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. XXV, nº 2, p. 91-112, dez. 1999.

NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A., KÜHN, F., GUAZZELLI, C. A. B. e \_\_\_\_\_. (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

SCHLEE, A. G. *Uma terra só*. São Paulo: Edições Ardotempo, 2011.

SCHMITT, Â. A fronteira platina no contexto da guerra civil rio-grandense. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 28, 1 dez. 2017, p. 60-77.

## TRABALHADORES DO MAR: REPRESENTAÇÕES DOS JANGADEIROS NAS PINTURAS DE RAIMUNDO CELA E NO CINEJORNAL “A JANGADA VOLTOU SÓ”

Raquel Lopes da Silva. Mestrado Interdisciplinar em História e Letras/ Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior raquel3007@gmail.com

**Resumo:** Em 1940, Raimundo Cella produziu uma gama de pinturas, que tematizavam os trabalhadores, com ênfase nos jangadeiros cearenses. Neste período, a busca pelo nacionalismo se destacava no projeto político do Estado Novo, e os intelectuais e artistas a função de construir as imagens do Brasil "novo". O governo através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) elaborou os cinejornais como um dos meios de veiculação da propaganda oficial do Estado. Destacamos aqui *A jangada voltou só*, de Ruy Santos que contava a história de um jangadeiro e sua "ascensão" profissional. Entendemos que a produção dessas imagens não se dissocia de seu contexto, assim, nossa proposta nesse trabalho é compreender a representação dos jangadeiros do Ceará construída por Raimundo Cella, a partir da análise das obras produzidas na década de 1940. Bem como, as particularidades e semelhanças da obra do artista com o cinejornal. Faremos uso do conceito de representação para entender como os jangadeiros foram representados nas pinturas e no cinejornal. Nossas análises são baseadas na metodologia de leitura de um quadro de Louis Marin e na interpretação de imagens sugeridas por Erwin Panofsky. Consideramos que as obras de Cella representaram os jangadeiros como trabalhadores fortes, que lidam com as dificuldades oriundas de seu ofício de forma coletiva e levam uma vida simples. Enquanto o cinejornal representou o jangadeiro preocupado com seu trabalho, mas que não questiona sua condição social de trabalhador.

**Palavras-chave:** Cinejornal; Raimundo Cella; Representação.

Na década de 1940, a temática do trabalho foi o centro de muitas produções artísticas. Motivada pelo contexto social do período, no qual o Estado Novo tinha o interesse em difundir o trabalho como algo bom e dignificante, mas também pela crescente necessidade do campo artístico em pensar a identidade brasileira, que teve como início o movimento modernista da década de 1920.

Em meio aos vários tipos de produções que se debruçaram sobre o tema do trabalho neste período, destacamos o cinejornal brasileiro, produção oficial do Estado. De acordo com José Inácio de Melo Souza os “cinejornais são materiais fílmicos com larga circulação no país e de produção constante desde a segunda década do século XX até 1980, quando o gênero se esgotou” (SOUZA, 2003, p. 1). Os cinejornais começaram a ser produzidos antes do governo de Getúlio Vargas, mas, segundo Márcia Juliana Santos, foi neste governo que essa produção ganhou uma função propagandística e educativa muito mais enfática (SANTOS, 2007).

As políticas de valorização do nacional e a busca pela “brasilidade” se iniciaram desde 1920, com o período pós-guerra (VELLOSO, 2012). Dentre a classe mais preocupada estavam os intelectuais, que ao longo da história, sentiam-se como “consciência privilegiada do



‘nacional’”(VELLOSO, 2012, p. 147). Na década de 1940 os intelectuais continuaram alimentando o mesmo sentimento de detentores da consciência do que é nacional, mas agora direcionavam suas atividades para o “chamado” do Estado.

Neste movimento de articulação ente o trabalho dos intelectuais e os objetivos almejados pelo governo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) elaborou e produziu uma série de cinejornais, com temáticas variadas, como por exemplo, guerra, forças armadas, Getúlio Vargas, esporte, industrialização e trabalho entre outras<sup>465</sup>. A nós interessa particularmente esta última, em especial o trabalho manual dos jangadeiros.

Em 1941 o fotógrafo e cineasta Ruy Santos que colaborava com o DIP e suas produções, dirigiu o cinejornal brasileiro *A jangada voltou só*, que contou com o músico Dorival Caymmi fazendo o papel de Chico, personagem principal da narrativa. Ruy Santos era um intelectual identificado com o comunismo e vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como outros, a exemplo do pintor Cândido Portinari que pintou uma série de painéis para a sede do Ministério da Educação na década de 1930.

Apesar de muitas pesquisas falarem em cooptação dos intelectuais para o serviço no Estado Novo, aceitamos a máxima de Monica Velloso de que esses sujeitos não eram apenas cooptados pelo governo, como se essa ação fosse uma via de mão de única. Eles também se utilizavam da oportunidade como forma de projeção de suas carreiras, pois a atuação no DIP “representava uma forma de inserção em uma das poucas estruturas de produção acessíveis da época” (BASTOS; RAMOS, 2013, p. 160), o que significa dizer, que não eram necessariamente, alinhados com a política do governo.

O cinejornal *A jangada voltou só*, foi gravado no mesmo ano do *raid da jangada São Pedro*, ao que tudo indica depois da viagem dos jangadeiros, pois no próprio filme o locutor faz referência a esse fato. Assim, entendemos que o *raid* tenha servido de inspiração para a história criada pelo DIP. Aqui nos interessa entender qual a representação dos jangadeiros na produção fílmica do órgão oficial do Estado.

O cinejornal tinha como características as imagens em movimento que para Márcia Juliana Santos, significava a construção dos acontecimentos em uma linha narrativa com início, meio e fim. Mas, essa construção dos acontecimentos não se limitava apenas ao filme, ela também era entendida como a busca pelas origens da nacionalidade do Brasil, o início da história da nação.

<sup>465</sup>Os cinejornais brasileiros eram produzidos com temas diversos. Às vezes uma única película poderia comportar vários assuntos. Em algumas ocasiões eram produzidas edições especiais que abordavam um único tema.

O cenário de *A jangada voltou só* era a praia do Mucuripe<sup>466</sup>, local público, aberto e que abrigava uma comunidade pesqueira real<sup>467</sup> e por isso, um ambiente difícil de controlar todas as variantes externas. As cenas panorâmicas não mostram muitas pessoas e nem a dinâmica da comunidade. Apenas nas cenas de closes ou um pouco mais à distância, é que podemos ver pescadores e rendeiras reunidos em momentos de descanso ou de trabalho. Isso nos faz acreditar que o espaço de gravação do cinejornal foi montado como um cenário e as interferências externas conseguiram ser controladas, quase ao ponto de parecer não existir.

Na história elaborada por Ruy Santos, Chico fará sua primeira viagem como o dono da jangada Castro Alves (CINEJORNAL, 1941). Muitas coisas são interessantes nesta história, mas chamamos a atenção para um fato: Chico como o dono da jangada. Ressaltamos que uma das reivindicações dos jangadeiros do *raid*, era o fato de que precisavam dividir o pescado com o dono da jangada, em uma divisão injusta, na qual o dono da embarcação ficava com a metade da pesca e a outra metade seria dividida para todos os tripulantes da jangada.

Para o pesquisador José Inácio de Melo Souza, a escolha em representar o jangadeiro que conseguiu comprar sua jangada revela que “esse elemento, a propriedade da jangada e a ascensão social do pescador, é uma tentativa de desfazer a situação de miséria e falta de perspectivas do trabalho de pesca” (SOUZA, 2003, p. 55). Logo, a chance de um jangadeiro se tornar o dono da jangada era ínfima, ainda mais um jangadeiro jovem como Chico. Dessa forma, o jangadeiro representado pelo Estado é um trabalhador aplicado que começava a colher os frutos de sua dedicação. Entendemos que no cinejornal o objetivo é criar a ideia de que com trabalho e dedicação o jangadeiro ascenderia em sua profissão, ascensão representada pela posse do principal instrumento de trabalho: a jangada.

Ao longo de todo o filme, vemos cenas do trabalho coletivo dos jangadeiros sendo realizado: colocar e retirar a jangada do mar, preparar a embarcação para a viagem e a navegação em alto mar. De fato, o trabalho de pesca é desenvolvido em grande parte de forma conjunta, não só dos pescadores que saem na embarcação, como da comunidade em geral como, por exemplo, para por a jangada no mar.

<sup>466</sup> Mucuripe é uma praia localizada em Fortaleza, no litoral oeste.

<sup>467</sup>De acordo com Márcia Juliana Santos, é uma característica desse tipo de produção, as filmagens em locais abertos, já que sua função era de mostrar aspectos “reais” do Brasil e da atuação de Getúlio Vargas. Por isso filmagens em estádios de futebol, praças, comunidades e etc. Porém, isso não significava que os ambientes não fossem controlados e os cenários criados para captar a imagem que melhor servisse ao objetivo do filme que estava sendo gravado.

Porém, em *A jangada voltou só*, encontramos outra característica das produções do DIP: a falta de tensão entre os sujeitos representados, neste caso, os jangadeiros e o Estado. Lembramos que este cinejornal foi produzido após a viagem do *raid*, ao Rio de Janeiro para reivindicar direitos trabalhistas (ABREU, 2012). No início do filme o narrador fala que os jangadeiros que foram falar com Getúlio Vargas não buscavam trocar suas frágeis embarcações por outras mais modernas, mas sim melhores “frutos” para seu trabalho (CINEJORNAL, 1941). Mas ora, ter uma embarcação mais segura não melhoraria a obtenção dos frutos? Acreditamos que sim, porém, a estratégia das produções do DIP foi se utilizar da reivindicação do *raid* para transformá-la em pedido que seria satisfeito por Vargas.

Um dos pontos mais simbólicos da harmonia que se queria passar neste filme é o momento em que Chico está reunido com algumas pessoas tocando violão. Como podemos ver na imagem abaixo.

**Figura 1 – Cena do Cinejornal Brasileiro *A jangada voltou só*. 1941.**



Fonte: Cinejornal Brasileiro, volume 2, número 88. Acervo Pessoal.

É preciso lembrar que o intérprete de Chico era o cantor e compositor Dorival Caymmi que fez sucesso na década de 1940 cantando a vida dos pescadores e as belezas da Bahia. Na imagem vemos a representação de um momento de lazer, embalado pela música. A cena sugere que Chico está com seus colegas pescadores e duas mulheres (muito provavelmente esposas destes homens) ouvindo sua apresentação. Reparem que Dorival Caymmi, é quem ocupa o centro da cena e tem seu rosto à mostra.

Durante todo o filme Dorival Caymmi é o protagonista, ele é a representação do trabalhador jovem e disposto que o cinejornal queria ressaltar. O cinejornal não tinha a

pretensão de ser um filme real, por este motivo, o jangadeiro principal, era Dorival Caymmi e não um pescador real. A participação de Caymmi foi além da atuação como jangadeiro. Algumas de suas músicas fizeram parte da trilha sonora do filme.

Ao analisarmos um material fílmico, é necessário estarmos atentos(as) não só às imagens, mas também, as músicas, o enquadramento, luz e planos, pois um filme é composto de vários elementos, que devem ser levados em conta quando o utilizamos como indício de um tempo (SANTOS, 2007). A trilha sonora é um ponto importante, pois, na construção de uma narrativa as músicas escolhidas ajudam o telespectador a se envolver com a trama e a se conectar com a história que está sendo contada.

Assim como no cinejornal, os jangadeiros também serviram de inspiração para Dorival Caymmi em muitas de suas músicas. Aqui, destacamos as músicas *O mar* (1940), *É doce morrer no mar* (1941) e *A jangada voltou só* (1941). Esta última que deu nome ao cinejornal. Além de figurarem na produção do DIP como trilha sonora do filme, essas músicas por si só, também criam uma representação dos jangadeiros.

Intercalando com a voz do locutor que inicia o filme falando sobre os “heróis do mar”, sua viagem para falar com Vargas e as dificuldades de seu trabalho podemos ouvir ao fundo a música *O mar*<sup>468</sup> (SILVEIRA, 2017). Nesta canção Caymmi também canta a rotina de um pescador que não volta para casa. Além de se relacionar com a história do cinejornal, esta música cria uma imagem do que é o trabalho do jangadeiro, que começa cedo e se estende pela noite, sempre rodeado pelo risco iminente da morte.

Outra canção de Caymmi que fez parte da trilha sonora do cinejornal foi a música *É doce morrer no mar*, cuja história principal é a morte do jangadeiro. Nesta canção o ritmo é mais contrito. Apesar de falar da morte e romantizar o fato dizendo que “é doce morrer no mar”, a música parece lamentar o destino, ao mesmo tempo em que se conforma com ele.

Diferente do que sugere o título da música, podemos perceber que a morte no mar não é doce para todos. Os jangadeiros de Caymmi se encontram com a morte, que aparece nas canções simbolizadas por Iemanjá, sereias e o próprio mar. Mas também, ficamos sabendo da falta que esses homens fazem para as pessoas que ficaram na terra, que na maioria das vezes são representadas pela figura da mulher, como mães, esposas, irmãs e noivas.

Em *A jangada voltou só*, também encontramos o tema da morte e a tristeza dos familiares. Porém, há outra representação, que é a do jangadeiro em momentos de lazer.

<sup>468</sup>A música *O mar*, foi gravada em novembro de 1940 e lançada no mês seguinte pela gravadora Columbia.

Semelhante à imagem de Chico tocando violão, nesta canção temos dois personagens principais que morrem e deixam saudades para as pessoas. Mas existe a falta que eles farão nas festas em que participavam em sua comunidade. Dessa forma, os jangadeiros de Caymmi são homens que morrem realizando seus trabalhos e deixam saudades para suas famílias. São sujeitos ligados à comunidade e sua cultura, expressas nessas canções pela relação com as festividades.

Durante o Estado Novo os artistas tiveram um papel de destaque no governo, elaborando as imagens do “novo Brasil” que o governo tentava construir. O Estado dedicou-se a cooptar uma série de artistas, alguns mais identificados com a ideologia estado-novista, como Heitor Villa-Lobos e Cassiano Ricardo, outros que se aproveitaram das oportunidades que o governo poderia oferecer como é o caso de Ruy Santos e Cândido Portinari.

Apesar de se debruçar sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores, Raimundo Cela não foi um artista de grande projeção nacional e nem de destaque dentro do projeto de cooptação dos artistas. No entanto, outros artistas plásticos desse período que também pintaram os trabalhadores do mar e o litoral, se destacaram como é o caso do pintor José Pancetti<sup>469</sup>. Para José Inácio de Melo Souza, Pancetti obteve espaço dentro do DIP, por também ser marinheiro, e nada melhor que um militar das forças armadas que também pudesse representar a classe artística. Pancetti pintou principalmente marinhas como, por exemplo, *Arsenal de marinha* (1936), *A pintura do navio* (1937), *Arraial do Cabo* (1948).

Ao assumirmos o conceito de representação, entendemos que representar é, “estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença” (PESAVENTO, 2007, p. 21). Assim, ao olharmos as imagens criadas pelos artistas, temos em mente que elas são uma re-apresentação do real, que foi construída, como forma de ocupar um espaço ausente.

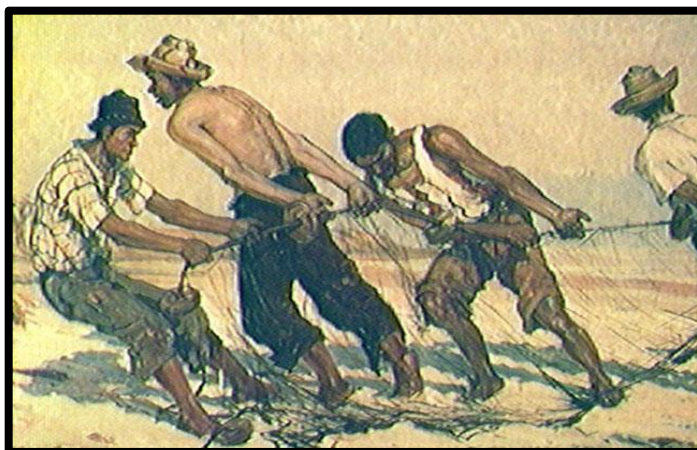
Outro artista que se destacou nesse momento com representações de trabalhadores brasileiros<sup>470</sup> e também de jangadeiros e seu universo, foi Cândido Portinari. Artista de vasta produção, Portinari produziu diversas obras, com destaque os painéis para a sede do Ministério da Educação, que tematizaram os ciclos da economia brasileira.

<sup>469</sup>Giuseppe Gianinni Pancetti foi um pintor natural da cidade de Campinas/SP. Começou a pintar suas primeiras obras durante o serviço na marinha em 1925 e em 1933 integrou o Núcleo Bernadelli. Seu trabalho artístico compreende paisagens, auto-retratos, retratos, naturezas-mortas e marinhas.

<sup>470</sup>Aqui destacamos algumas delas: *O lavrador de café* (1934), *Café* (1935), *Seringueiros* (1938), *Fundição de ferro* (1938), *Garimpeiros* (1938), *Cana* (1938) entre outras.

Neste contexto de muitas produções que viram no jangadeiro uma fonte de inspiração para suas obras, destacamos que Raimundo Cela também elaborou sua representação sobre esses trabalhadores, delimitando seu tema no jangadeiro do Ceará. Como podemos ver na imagem abaixo.

Figura 2 – Arrastão. 1940. Óleo sobre tela, 85 x 130 cm.



Fonte: Catálogo *Raimundo Cela: um mestre brasileiro*, São Paulo, SP

Em *Arrastão*, vemos um grupo de jangadeiros que puxam uma rede. Ao observarmos os homens é possível ver que o exercício de tirar a rede, provavelmente da água, requer força, que podemos ver nas pernas flexionadas e braços estendidos (PANOFSKY, 2001). Os jangadeiros olham em direções diferentes e entendemos que apesar de ser um trabalho coletivo, cada um deles se concentra em aplicar sua força em determinado ponto da atividade, pois é a organização da função de cada um que possibilita que o trabalho seja executado.

Louis Marin (2011) considera que um quadro pode ser lido da esquerda para a direita, como se faz com um texto escrito no Ocidente. Tomando essa ideia, ressaltamos que o único jangadeiro que tem seu olhar visível, por mais que não olhe para o espectador, ocupa o lado esquerdo da imagem e, portanto, pensando no percurso do olhar este seria o início. Porém, as obras de Raimundo Cela sobre os jangadeiros, têm entre outras características, o movimento e neste, sentido da imagem inicia da direita para a esquerda, exatamente no movimento que os homens fazem para puxar a rede, com destaque para o homem que olha para baixo e parece empreender uma grande força para executar essa atividade, enquanto os dois homens que seguem, sustentam a rede que já foi puxada.

Ao assumirmos o percurso do olhar do espectador podemos ler a imagem começando da esquerda para a direita, mas se pensarmos no percurso do movimento representado na imagem, essa leitura faria o caminho inverso. Entendemos que os dois sentidos do olhar existem e são

importantes, pois o movimento é uma característica das obras de Raimundo Cella. É a partir do olhar deste jangadeiro que acompanhamos a trajetória do trabalho representado. Nesta imagem o homem da esquerda não tem sua relevância apenas por ser o primeiro a ser visto, mas também por ser o último no trajeto do movimento. Ele é responsável por sustentar e encerrar o trabalho iniciado e continuado pelos seus companheiros e por indicar que esse movimento se inicia antes.

A imagem se inicia da direita para a esquerda com o jangadeiro que tem apenas a parte superior representada. Inicialmente ele parece distante do grupo central, mas ao olharmos as sombras projetadas na areia e que criam uma imagem dentro da imagem, veremos que esse homem faz parte do grupo. Além das sombras o homem aparece à frente da rede, assim como os demais e a porção do seu braço que está visível denota sua posição dentro da atividade, que é semelhante a do jangadeiro sem camisa. Acreditamos que a imagem que Cella quis enfatizar foi o momento de maior força sobre a rede, talvez, pelo fato de que o movimento se encerra naqueles homens, em especial no último que tem a rede a seus pés. Entretanto, o homem que parece ser cortado do momento faz parte da construção da imagem, criando a sensação de que aquele trabalho continua para além do grupo.

Ao pintar uma tela o artista utiliza-se do seu repertório artístico e de experiências pessoais que o permite escolher os elementos que compõem a imagem (PESAVENTO, 2004). Nesta imagem Raimundo Cella representou os jangadeiros em seu trabalho. Mas, quais são os elementos mobilizados pelo artista nesta representação? Destacamos alguns desses elementos: a calça com a barra dobrada, o chapéu, a praia e a rede.

Ao representar os jangadeiros como trabalhadores, Raimundo Cella utiliza instrumentos de trabalho desse sujeito. Em *Arrastão*, Cella escolheu a rede como o utensílio que marca a dimensão do trabalho nessa imagem. A rede, assim como a jangada em outras pinturas, é o elemento utilizado pelo artista para representar o trabalho. Mesmo dando título ao quadro, a rede não é representada sozinha, mas sim, movimentada e utilizada pelos jangadeiros. Dessa forma, a rede é um elemento central na interpretação de que os jangadeiros estão trabalhando.

Acreditamos que o artista representou os jangadeiros que via em seu cotidiano, pois morava nas proximidades da praia de Iracema<sup>471</sup> e após sua proximidade com os jovens artistas da CCBA, em especial Mário Baratta, passou a frequentar o Morro do Moinho<sup>472</sup> para fazer seus estudos.

<sup>471</sup>Raimundo Cella vivia com a família em uma casa na Rua Rodrigues Júnior, no centro de Fortaleza.

<sup>472</sup>Na época o Morro do Moinho ficava localizado entre, onde hoje é, a Perícia Forense de Fortaleza e o Cemitério São João Batista, próximo da praia.

Os jangadeiros representados por Cella em seu trabalho pós-pesca são homens fortes como podemos ver pelos músculos talhados pelo artista. A questão da saúde física era uma preocupação do Estado Novo, pois o bem estar do corpo era um item necessário para o bom desempenho do trabalho, por isso a implantação da educação física nas escolas e de atividades físicas nas fábricas antes da jornada de trabalho (SOUZA, 2003). Como vemos a valorização de um corpo saudável era um critério a ser reforçado para os trabalhadores.

Raimundo Cella não foi um pintor abertamente a serviço do governo, o que não descarta a possibilidade de ter se identificado com algumas pautas. Em alguns depoimentos de artistas contemporâneos de Cella, encontramos menções de que era nacionalista ou de que os jovens estavam se afastando das coisas da nação (BARBOSA, 2010).

Retomando a ideia de que o artista se utiliza de um repertório, sua escolha em representar os jangadeiros com corpos fortes, se pauta em elementos da realidade, pois de fato o trabalho que desempenham exige força, rapidez, destreza e outras habilidades que são melhores alcançadas com um corpo saudável. Porém, ser forte não é necessariamente sinal de saúde, os jangadeiros também tinham hábitos nocivos à mesma. Em sua grande maioria fumavam e bebiam, e, além disso, lidavam com o problema da alimentação deficitária, recorrente das más condições de trabalho e conseqüentemente, da remuneração ruim<sup>473</sup>. Portanto, mesmo que os jangadeiros fossem fortes, a escolha de representa-los dessa forma foi do artista.

Como vimos, na década de 1940, os jangadeiros foram temas de produções filmicas e de pinturas, entre outras manifestações artísticas. Nas artes plásticas, em especial, Raimundo Cella foi o responsável por tematizar os trabalhadores do mar. Compreendemos que a escolha do artista foi de representar os jangadeiros em seu ambiente de trabalho e desenvolvendo suas tarefas diárias. Optando por representar seus corpos em meio ao trabalho, Cella enfatizou a força, mas também a habilidade e a experiência desses trabalhadores.

### **Considerações finais**

Como podemos perceber durante a década de 1940 os jangadeiros serviram de inspiração para diversas produções artísticas, principalmente os jangadeiros do Nordeste. Em *A jangada voltou só*, os jangadeiros são trabalhadores resilientes, que se reinventam com as dificuldades e se conformam com sua vida simples e dura, como vemos, no final do filme, quando Rosinha recebeu a notícia da morte de seu noivo, de forma aparentemente tranquila e conformada.

<sup>473</sup>Como dito anteriormente, os jangadeiros reclamavam das condições de seu trabalho, principalmente da divisão do pescado com o dono da jangada, que considerava injusta.



Enquanto isso, Raimundo Cella elaborou uma representação de jangadeiro como um trabalhador que tem na relação com a natureza o berço formador de sua força, astúcia e experiência, tão necessário para seu trabalho. Ao mobilizar a jangada e a rede arrastão, Cella também enfatiza que esse trabalho é coletivo e, portanto, representa o jangadeiro com seus pares enfrentando as lutas de um ofício árduo.

Consideramos que a imagem de trabalhador forte e corajoso é a característica em comum entre as várias representações dos jangadeiros. Porém, essas representações não são unânimes. Ao contrário, criam imagens de jangadeiros conformados com sua vida e de jangadeiros cientes das dificuldades enfrentadas. Mas sempre trabalhando. Seja no mar ou fora dele o jangadeiro é um trabalhador.

## Referências

ABREU, Berenice. *Jangadeiros: Uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*. São Paulo, 2012.

BARBOSA, Delano Pessoa Carneiro. *Pintura na travessia: a paisagem litorânea na obra de Raimundo Cella (1930-1950) / por Delano Pessoa Carneiro Barbosa*. - 2010 Dissertação de (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

BASTOS, Maria Teresa; RAMOS, Maria Guiomar. Entre fotografia e cinema: Ruy Santos e o documentário militante no Brasil dos anos 1940. *Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, janeiro-junho, 2013, ano 2, número 3, p. 156-183. Disponível em: <https://rebeca.socine.org.br/1/article/view/70/19> Acesso em: 11 out. 2021.

CASCUDO. Luís da Câmara. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2002.

CAYMMI, Dorival. É Doce Morrer no Mar. Intérprete: Dorival Caymmi. In: *Canções Praieiras*. Gravadora Odeon, catálogo LDS 3004 - VinylRip. 1954.

CAYMMI, Dorival. O Mar. Intérprete: Dorival Caymmi. In: *Canções Praieiras*. Gravadora Odeon, catálogo LDS 3004 - VinylRip. 1954.

CELLA, Raimundo Brandão. *Arrastão*. 1940. Óleo sobre tela, 85 x 130 cm. In: CATÁLOGO *Raimundo Cella: um mestre brasileiro*, São Paulo, SP, 2016.

CINEJORNAL brasileiro: a jangada voltou só. Direção: Ruy Santos. Produção: Departamento de Imprensa e Propaganda. [S.], v. 2, n. 88, 1941.

GALVÃO, Roberto. *Prova de estágio: notas biográficas de Raimundo Cella*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

JOSÉ Pancetti. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1334/jose-pancetti>. Acesso em: 15 de novembro de 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

MARIN, Louis. Ler um quadro – uma carta de Poussin em 1639. In: CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. 5ª. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia. In: *O significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 47-87.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção do Brasil – O nascimento da paisagem brasileira sob o olhar do *outro*. *Revista de História e Estudos culturais*. 2004, V.1 Ano 1, p. 1-34. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/2/4> Acesso em: 24 fev. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Autêntica – 3ª edição, 2007.

SANTOS, Márcia Juliana. “O Cine Jornal Brasileiro e as imagens do projeto propagandístico e educativo do Estado Novo” (1937-1945). In: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007, p. 1-10. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.1085.pdf> Acesso em: 22 set. 2021.

SILVEIRA, Gustavo Infante. *Vela ao vento – o violão de Caymmi nas canções praias*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, SP, 2017.

SOARES, Paula Elise Ferreira. Quem é Zé Brasil? As representações do camponês brasileiro em obras de Cândido Portinari. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SOUZA, José Inacio de Melo. Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência. In: *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 38, p. 43-62, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2714/2251> Acesso em: 24 fev. 2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. – 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. (Coleção O Brasil Republicano, v.2).

## O AVANÇO DO AUTORITARISMO PENAL DURANTE O GOVERNO VARGAS

Rivail Carvalho Rolim, Departamento de História-UEL.

E-mail: [rivailrolim@uel.br](mailto:rivailrolim@uel.br)

**Resumo:** Partindo da premissa teórica da história social do direito de que a análise das normas jurídicas deve privilegiar o processo histórico, fazendo recortes em sua conjuntura, a presente comunicação tem como objetivo estudar o processo de implantação da nova ordem jurídico-penal promulgada durante o governo Vargas. Mais detidamente procurarei analisar o avanço do autoritarismo na sociedade brasileira na década de 1930 tomando por base a produção intelectual de alguns juristas e criminalistas que participaram dos debates sobre os princípios e postulados deveriam estar contidos no Código Penal de 1940. O avanço das ideias autoritárias no país, não ser visto como algo isolado. Na realidade, ao longo das primeiras décadas do século XX surgiram ideologias que se apresentavam como opção ao capitalismo liberal. Elas foram ganhando força e passaram a contestar duramente a forma de organização social presente na maioria dos países ocidentais, devido as enormes contradições vivenciadas pela sociedade capitalista. Com tal intuito busco avançar na análise de um projeto de organização da vida social que cravou marcas profundas na cultura jurídico-penal do país, acerca da lei, da igualdade, das diferenças, da cidadania, da ação governamental na vida cotidiana, nos direitos individuais e coletivos.

**Palavras-chave:** Governo Vargas; autoritarismo penal; cultura jurídico-penal.

Procurarei trazer aqui para nossa discussão a experiência vivenciada pelo país durante a implantação da nova ordem jurídico-penal em pleno Estado Novo. Podemos dizer que essa experiência cravou marcas profundas na cultura jurídico-penal acerca da lei, da igualdade, das diferenças, da cidadania, da ação governamental na vida cotidiana, dos direitos individuais e coletivos, dos interesses sociais. Saliento que nesses momentos de modificação das normas jurídicas, podemos avançar na compreensão de projetos de organização da vida social no país.

Encaminho minhas reflexões pensando na relação entre história e direito, tendo como referência uma conjuntura histórica determinada. Chamo a atenção também que esses processos históricos por mais que se produzam mudanças, não ocorre uma ruptura total com o passado, logo, temos que pensar que há rupturas, mas também continuidades.

De início, quero destacar que o avanço do autoritarismo no país nos anos 1930 não é algo isolado. Na realidade, ao longo das primeiras décadas do século XX surgiram ideologias que se apresentavam como opção ao capitalismo liberal. Elas foram ganhando força e passaram a contestar duramente a forma de organização social presente na maioria dos países ocidentais, devido as enormes contradições vivenciadas pela sociedade capitalista. O avanço desse autoritarismo pode ser visto em países como Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, que levou à mudança da legislação penal, como demonstra Iñaki Beiras (2005), professor de direito penal da Faculdade de Barcelona.

Isso que estava acontecendo nos países centrais do capitalismo acabou se reverberando na sociedade brasileira, pois o Brasil, também sofreu os efeitos das contradições sociais vivenciadas nas primeiras décadas do século XX. Sob essa perspectiva que podemos entender o processo de apropriação de ideologias que criticavam o liberalismo instituído nos países centrais do capitalismo e propugnavam pela construção de um Estado-Nação forte e mudanças nas normas penais. Segundo José Duarte (1942), um dos principais comentadores da lei das contravenções penais e desembargador, o novo código penal tem como fim o “bem comum, o bem da coletividade, que, antes de tudo, exige a conservação do Estado”. Já Correa de Araújo (1939), por exemplo, diz que está surgindo “um novo direito repressivo que melhor possa defender os interesses supremos do Estado, a que devem estar subordinados os dos indivíduos”.

Apesar do desenvolvimento dessas ideias nos países centrais do capitalismo temos de entender a especificidade do avanço do autoritarismo a realidade histórica brasileira. Não podemos simplesmente dizer que as experiências históricas nos países da Europa Ocidental foram transplantadas para a sociedade brasileira. Aliás, as próprias experiências históricas no continente europeu foram distintas. Há diferenças enormes entre o que ocorreu na Itália e na Alemanha em relação aos países da Península ibérica.

Por conta disso, também considero equivocadas às reflexões que ficam de alguma forma identificando em que medida o regime político pós-1930 teve somente influência do nazismo e do fascismo, como se não houvesse outras referências de pensamento autoritárias acerca da organização da vida social. Alguns autores chegam a identificar a gradação do regime varguista em relação aos regimes totalitários, menos em relação ao autoritarismo espanhol ou português. Outros chegaram a qualificar o governo Vargas como totalitário, simplesmente porque o ideário de seu governo tinha como pretensão que o Estado regulasse a vida econômica, social e política do país.

Para termos uma ideia de que as referências não se circunscrevem às correntes de pensamento dos anos 1930, Antonio Manuel de Hespanha (2003) vai destacar que no início do século XX avançaram as correntes institucionalistas que tinham a concepção de que o “indivíduo não era um ser livre e autodeterminado, mas um ser dependente e que só sobrevivia em virtude da solidariedade social”. Sobre essas correntes de pensamento, diz o jurista português, “a ordem social e política não se fundava num acordo de vontades que melhor garantisse os direitos individuais e prévios dos indivíduos, mas nas condições e exigências objetivas da vida social concretizadas em instituições, como a família, a paróquia, o município, a província, a nação” (HESPANHA, 2003, p. 293).

Com o avanço desse ideário nos principais países ocidentais nas primeiras décadas do Séc. XX verificamos que o pensamento jurídico-penal no Brasil passou a engrossar o coro daqueles que diziam que se vivia em outros tempos e era necessário que se compreendesse esses movimentos transformadores. Dizia abertamente que a época contemporânea impunha profundas mudanças no cenário sociopolítico, tendo em vista que o regime liberal havia levado os países a uma crise social significativa, e, até mesmo, à guerra. Neste caso, era fundamental que se fizesse uma profunda reorganização da sociedade brasileira, pois o país não podia ficar indiferente ao que estava ocorrendo nas nações industrializadas.

Como pensadores de outras áreas, o pensamento jurídico-penal procurou também expressar sua preocupação com os rumos do país, sobre a modernização das instituições, sobre o papel do estado, a concepção do indivíduo, os direitos individuais e coletivos. Juristas e penalistas defendiam que não se poderia “subtrair a lei, ao direito, às transformações sociais e políticas, uma vez que inadequadas se tornam em face dos postulados novos e de novos imperativos éticos”, como fazia questão de assinalar José Duarte (1941).

Justamente buscando não subtrair a lei e ao direito às transformações sociais e políticas que o pensamento jurídico-penal irá fazer um diagnóstico sobre a realidade, ao mesmo tempo que irá propor quais os caminhos que o país deveria se guiar. Neste sentido, irá produzir um saber sistematizado sobre os princípios e postulados que deveriam estar inscritos no novo Código Penal, em 1940, promulgado em pleno Estado Novo. Podemos dizer que desde os primeiros debates haverá a defesa contundente de reorganização dos termos da vivência social no país, com o argumento de que a “liberdade absoluta que procedeu ao romantismo da Revolução Francesa, e se erigiu em cânone, perdera as suas franquias” (DUARTE, 1941).

A partir dessas considerações farei uma análise de penalistas e juristas para demonstrar como as ideias autoritárias também estavam presentes no pensamento jurídico-penal. De antemão, assinalo que não é porque foi excluído do Código Penal de 1940 um capítulo específico sobre crimes políticos que o autoritarismo no âmbito penal não estivesse presente. As premissas autoritárias presentes no Código Penal de 1940 tinham o intuito atingir outros âmbitos da vida social e alcançar segmentos que não necessariamente estavam envolvidos em atividades políticas organizadas, pois, partia-se do pressuposto de que suas condutas ou comportamentos poderiam ameaçar a ordem social.

Em função dos limites desta comunicação focarei nos escritos de Nelson Hungria, principal revisor do anteprojeto do Código Penal, e de Oscar Stevenson, professor de direito penal e vinculado aos grupos católicos do país. O primeiro faz uma defesa contundente do

regime do Estado Novo e de um direito penal autoritário. O segundo, de uma sociedade que estivesse perpassada pelo ideário da religiosidade católica, inclusive, chega a defender que o país adote uma doutrina católica do direito penal.

Para podermos compreender com mais acuidade os debates em torno da reformulação da ordem jurídico-penal e da reorganização da sociedade brasileira ocorrida durante o Governo Vargas temos que necessariamente falar do papel exercido por Nelson Hungria, um dos membros da Comissão Revisora do Código Penal e importante penalista. Dada sua importância no cenário jurídico, era de se esperar que participasse intensamente das discussões sobre a estruturação das normas legais ocorridas do país, pois, na sua visão, as instituições jurídicas deveriam acompanhar as transformações que estavam ocorrendo em outros âmbitos da sociedade. Conforme suas palavras, o direito não é obra puramente científica, tem que se inspirar no ambiente político em que se forma, o fator “político é o cunho, é o *leitmotiv* de suas reformas” (HUNGRIA, 1941, p. 270).

Em seus trabalhos percebemos que Nelson Hungria estava alinhado àqueles que defendiam as transformações em curso na sociedade brasileira ao longo da década de 1930. Com sua participação no debate procurava se identificar com as ideologias políticas que viam o sistema jurídico-político instituído com a consolidação do capitalismo como inadequado, pois havia sido estruturado nos moldes do individualismo, não apresentando, com isso, qualquer mecanismo de defesa da sociedade, do coletivo, do social. Segundo suas assertivas, era um regime “supersaturado do individualismo atomístico”, não sendo possível mais conviver com o “Estado modelo incide na Revolução Francesa”, pois “estava reduzido ao pouco edificante papel de um guarda noturno modorrento que só desperta a um rumor alto e se limita a soprar no apitado assustadiço e inócuo” (HUNGRIA, 1941, p. 269).

Para esse penalista a nova organização social e política do país não mais compactuava com a ideia de igualdade proclamada pela Revolução Francesa, pois o sistema liberal, ao fazer uma regulamentação jurídica mínima, acabava por deixar a sociedade submetida à livre expansão dos indivíduos, que redundava na dominação dos fracos pelos fortes. Segundo suas palavras, “o demo-liberalismo, nos seus exageros, nos seus lirismos, levado até as últimas consequências, estava realizando o paradoxo de Jefferson: o melhor governo é o que não governa” (HUNGRIA, 1941, p. 271).

Segundo Hungria, com a valorização em demasia do indivíduo é que se chegou a colocar nas constituições liberais o direito a revolução como um dos seus direitos, com isso, o mesmo se julgava no direito de se insurgir contra o Estado ou mesmo defender a sua destruição. Diante

desse estado de coisas, de forma veemente, dizia que era uma sociedade baseada no “laissez faire, laissez passer”, por conseguinte, isso redundava em “indisciplina, o preâmbulo da anarquia, o princípio do caos” (HUNGRIA, 1941, p. 277).

Com essa supervalorização do indivíduo, segundo Hungria, o Estado passou a ser visto como um mal necessário, que deveria ser contido. Entretanto, por sempre renunciar, sempre fazer concessões à liberdade individual, acabava perdendo sua autoridade, sua eficiência para alcançar os fins para o qual foi criado. Era necessário, portanto, compreender que o indivíduo não poderia ser visto de forma alheia ou fora do Estado. O argumento perpassa o pressuposto de que se “o indivíduo é para o Estado, o Estado é para o indivíduo enquanto este é parte integrante do corpo social” (HUNGRIA, 1941, p. 277).

Na nova forma de organização social do país o indivíduo tinha um protagonismo nos destinos da nação, contudo, não podia se olvidar de que o papel principal, a ação predominante cabia ao Estado, pois se constituía na suprema instituição ético-político-social. Na nova diretriz jurídico-política do país, o indivíduo deixa de ser uma força isolada, arbitrária, assume um novo papel, tendo em vista que passa a ser uma “energia incorporada, sincronizada no complexo das forças vivas do Estado” (HUNGRIA, 1941, p. 277). Ele terá seus interesses individuais protegidos, desde que eles coincidam com o interesse social.

Nesse sentido, que Nelson Hungria saía em defesa do Estado Novo, com o argumento de que esse regime político estava fazendo uma correção do capitalismo liberal, que era baseado em um excessivo individualismo, onde a pessoa vivia exclusivamente para si, já que não tinha qualquer atitude de solidariedade. Para ele, a experiência histórica vivenciada pelo país era “uma retificação da democracia liberal para salvamento da própria democracia” (HUNGRIA, 1941, p. 278). Para isso se concretizar foi necessário implantar o princípio da autoridade, para que o estado não ficasse subordinado ao indivíduo e reassumisse, em toda a plenitude, o “o seu *jus imperii*, a sua inabdicável soberania” (HUNGRIA, 1941, p. 279).

Desse modo, os princípios orientadores do regime jurídico-político do Estado Novo são de que o poder estatal não ficava mais em uma posição contemplativa, pois assumia um intervencionismo do “bem público, do bem-estar geral, da paz pública, da ordem pública, da prosperidade nacional”. Podemos observar nas palavras de Nelson Hungria uma admiração ao regime político varguista, ao assinalar que o “Estado Novo é organização efetiva, é ordem, é autoridade, é concentração e reforço de poder para a garantia militante do *bonum commune civium*” (HUNGRIA, 1941, p. 280).

Para Hungria no regime político de 1937 o objetivo do Estado deixou de ser o indivíduo, passando para a coletividade, logo, não se “permite que a parte se ponha em contraste com o todo”. Ainda em suas palavras, “se o indivíduo é para o Estado, o Estado é para o indivíduo enquanto este é parte integrante do corpo social” (HUNGRIA, 1941, p. 281). Nessa acepção os indivíduos devem compreender que a “salvaguarda dos interesses gerais reclama uma série de limitações à liberdade”. Ou seja, essa nova sociedade parte do pressuposto de que é fundamental “garantir a liberdade igual de cada indivíduo, desde que sua atividade individual convirja para o escopo geral, comum a coletividade” (HUNGRIA, 1941, p. 265). Para ele, o regime que se inicia em 1937 reserva ao “indivíduo aquele sagrado e inexpugnável quantum de liberdade que lhe é absolutamente necessário para o seu êxito como imprescindível força de sinergia na consecução dos fins sociais” (HUNGRIA, 1937, p. 440).

Em vista disso que Nelson Hungria deixava claro que não era porque desejava uma mudança do regime que o país devia seguir o modelo soviético, muito menos o nazi-fascismo, pois “posições radicais, para a direita e para a esquerda, não são mais que colapsos ou retrocessos na evolução política dos povos” (HUNGRIA, 1937, p. 439). Dizia que a sociedade brasileira seguia o seu próprio caminho, pois o indivíduo não pode ser esmagado pelo rolo compressor do estado ou imolado a um despótico interesse coletivo (HUNGRIA, 1937, p. 439). Com base nesses argumentos que dizia que “o justo caminho é o meio termo”, na qual deveria ser feita a “revisão dos princípios individualistas”, de tal modo que, quando houvesse “divergências entre os interesses do indivíduo e os da coletividade, a intervenção retificadora do Estado não se poderá fazer, para ser eficiente e duradoura, senão dentro de um superior sentido de equilíbrio e harmonia” (HUNGRIA, 1937, p. 441).

Aliás, sobre essa prática de recepcionar as ideias vindas dos países centrais do capitalismo sem qualquer filtro, Nelson Hungria (1937, p. 437) fazia questão de frisar que “nós ainda não nos libertamos do mau vizo de acolher, sem discutir, as ideias que nos vêm, empacotadas, da Europa. Nós ainda não nos corrigimos da balda de ter acesso de tosse quando o Velho Mundo apanha a coqueluche”. Nessa situação, entendia que o Estado Novo seguia uma experiência distinta, tendo em vista que não seguia ideologias artificiais (HUNGRIA, 1937, p. 437).

Em relação às críticas feitas sobre o aumento do poder estatal, o criminalista alega que o Estado não é uma “concentração egocêntrica que tudo arrebatava e absorvia”, pois, reconhece os direitos que representam o papel funcional do indivíduo no Estado. Hungria (1937, p. 437) responde que as pessoas não estão perdendo seus direitos, pois aqueles previstos na



Constituição de 1937, (art. 122) são “reconhecidos e atendidos, mas em harmonia com o interesse público, com o bem público, com o bem-estar da comunhão civil, com a ordem pública, com a paz pública”.

Sobre as mudanças significativas que estavam ocorrendo na sociedade brasileira, com o advento do Estado Novo, Nelson Hungria admite que teve que se render à nova realidade que se apresentava e que suas palavras podem até causar surpresa, porque vinha de um mineiro que bebeu o leite da liberdade até escorrer pelos cantos da boca. Não obstante, era “força convir que uma longa experiência demonstrou a necessidade de um reajustamento de normas e condições de existência entre o todo social e o indivíduo entre o Estado e a célula individual” (HUNGRIA, 1937, p. 439).

Quanto a Oscar Stevenson, não podemos adentrar na análise do seu pensamento sem nos referirmos a influência do ideário religioso, tendo em vista que os debates tiveram uma participação expressiva de juristas, penalistas e intelectuais católicos. Não é de se estranhar, tendo em vista que várias pesquisas indicam a presença significativa da Igreja Católica no projeto de reorganização dos termos de vivência social do país ao longo da década de 1930. Este pensador católico era professor catedrático de direito penal na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Stevenson e demais pensadores católicos apresentavam a Igreja como elemento de unidade social, para que o edifício social não se partisse. O argumento principal era de que somente a instituição reunia as condições para fornecer um princípio de identidade para que os povos vivessem de forma harmoniosa. Para os intelectuais católicos, ao se abandonar o cristianismo católico, perdeu-se o sentido de fraternidade, de obediência a um princípio moral incondicionado, levando à guerra de todos contra todos.

Para atingir o governo e suas instituições, bem como salvaguardar os princípios evangélicos e o poder eclesiástico, a Igreja adotou como estratégia se aproximar do Estado. O entendimento era de que não era mais possível negar o fato de que o Estado era leigo e laicizante. Porém, poderia ser concebido como um instrumento de Deus para o bem do homem, logo, poderia alterá-lo para que fosse movido pelo espírito de fé cristã (DIAS, 1996, p. 77). Essa reação dos católicos na sociedade brasileira passa a ocorrer tão logo liberais radicais, no contexto de implantação da República, entende que o Estado passava a ser a referência dos cidadãos, era a fonte da soberania, que na ordem social republicana haveria uma divisão radical entre o domínio privado, onde reina o indivíduo, e o público, onde se estabelece o espaço da cidadania.

Como reação a esse processo de secularização da sociedade a instituição católica passa a argumentar que a forma de organização social presente nas sociedades do capitalismo liberal provocava constantes desequilíbrios; as calamidades sociais eram fruto da desobediência e a desordem sociopolítica era devido à falta de autoridade. O Estado não era capaz de se legitimar sem o uso da força física, pois se afastara de Deus e banira a religião da sociedade civil (DIAS, 1996, p. 41). Para os pensadores católicos, o mundo social organizado de acordo com os princípios liberais não possuía verdades duradouras ou permanentes que garantissem certa estabilidade às pessoas. Por isso, diziam que “proclamar a liberdade não é tudo”, pois, desta forma, ao invés de afirmar a liberdade, estaria afirmando o liberalismo (MONTORO, 1938).

Nesse movimento de reação aos valores da modernidade os intelectuais católicos passaram a fazer críticas também à concepção de Estado presente na sociedade contemporânea, que era baseada no pressuposto de ser obra da união voluntária dos indivíduos. Diferentemente do pensamento político moderno, argumentava que era necessário entender que a constituição do Estado não podia ficar à mercê dos indivíduos, pois eles poderiam escolher um fim qualquer que fugia dos seus fundamentos (SANT’ANA 1938).

Nas palavras dos pensadores católicos o Estado tinha como finalidade o bem comum, fundamentado nas leis e na própria autoridade estatal, autoridade esta que não estava baseada em um contrato hipotético, mas no interesse da nação. Os objetivos que moviam a constituição do Estado Nacional não eram definidos a partir dos interesses dos diversos segmentos sociais que compunham a sociedade (SANT’ANA 1938). Sua constituição era algo a priori, estava em um plano mais elevado, sua existência era anterior a formação dos grupos sociais do país, logo, os indivíduos estavam subordinados a instituição e ao governante. Na compreensão do ideário católico era uma relação como pai e filho, os membros de uma associação e sua diretoria, os súditos e o governo, logo, hierárquica entre as partes que se relacionavam.

Essas assertivas refletem muito bem a revivescência do pensamento político da antiguidade e do medievo, como Aristóteles (2002, p. 01 e 05), atualizado por Thomas de Aquino, para quem o “Estado, ou sociedade política, é até mesmo o primeiro objeto a que se propôs a natureza”, assim como, “todo Estado é uma sociedade, à espera de um bem”. Portanto, na esteira do pensamento aristotélico/tomista vão argumentar que a existência do Estado pressupõe uma organização anterior a existência dos cidadãos, pois sua finalidade já existe, *a priori*; não passa pela deliberação coletiva.

Nessa concepção de organização da vida em sociedade, o homem é tido como um animal político que nasce num grupo social, a família, e aperfeiçoa sua natureza em um grupo social

maior: o Estado ou *pólis*, que está a cargo de um governante, visto como um pastor, que tem por responsabilidade gerir a vida social. Por sua vez, o povo deve obedecer, pois sendo visto como um filho, entende-se que não alcançou a idade da razão para regular por si mesmo suas ações. Vargas, por exemplo, dizia que as pessoas “poderiam ser ensinadas a viver no mundo moderno, assim como se instruem crianças na escola” (LEVINE, 2001, p. 19).

No que diz respeito as ideias jurídico-penais, segundo Oscar Stevenson as radicais inovações que ocorreram durante a Idade Média, por intervenção dos princípios cristãos, não podem ser ignoradas “na feitura da lei, o hermeneuta nas construções da exegese e o magistrado na tarefa de aplicação”. Segundo ele, o direito penal moderno, embora tenha sido influenciado pelo direito romano, as questões da culpa, da responsabilidade e da pena foram definidas na experiência jurídica que ocorreu durante o período medieval.

Para ressaltar que a ordem jurídico-penal brasileira deveria se inspirar na doutrina canônica medieval, Stevenson (1946) assevera que a gênese do direito penal moderno não está em Beccaria, mas na filosofia e no direito cristão medieval. Segundo esse intelectual católico é necessário asseverar que a ordem jurídica da modernidade foi edificada sob os elementos basilares da legislação eclesiástica medieval. No que diz respeito ao direito penal, foi o direito canônico que se “aventou a ideia de culpa em função da vontade livre, enxertando no tronco do direito penal existente, pelo prisma ontológico, princípios éticos indestrutíveis, e pelo prisma teleológico, nobres finalidades” (STEVENSON, 1946, p. 23).

Na esteira do pensamento tomista, Stevenson vai fazer duras críticas ao positivismo jurídico, que considera a ordem legal como se fosse algo equivalente a uma “mecânica social ou física política”. Para ele, em uma concepção tomista de direito penal o ponto de referência é a lei vigente, contudo, o penalista neoescolástico não pode deixar se assimilar ao tecnicismo do positivismo jurídico. O tecnicismo tomista compreende que a além do direito positivo existe o direito natural em sua vertente religiosa a que o método jurídico deve recorrer, inclusive, para a solução de problemas que a vida reclama. E taxativamente afirma, como pensador de uma instituição católica, que “as leis opostas às prescrições do direito natural não obrigam em consciência e perdem o valimento” (STEVENSON, 1943, p. 396).

Não obstante, segundo Stevenson cabe ao Estado o direito/poder de punir as infrações voluntárias da lei, tanto para a conservação da ordem jurídica positiva, quanto por necessidade do bem comum. A punição, segundo Stevenson, tem de obedecer à razão do bem público e a pessoa deve ser punida pelo que “voluntariamente fez”. Se o Estado tem o direito de punir para a conservação da ordem jurídica e em função do bem comum, a pena não pode ser concebida

como uma vingança, como se fosse somente a retribuição de um mal com outro mal. O culpável deve entender que o objetivo direto da pena, sem dúvida, é o castigo, uma retribuição em consequência da prática voluntária do fato delituoso. Não obstante, a pena ou o castigo perderia sua finalidade, seu sentido, se ficasse restrita a um único objetivo, o sofrimento expiatório. Nesse sentido, argumenta Stevenson, que no ideário cristão a expiação tem um sentido de purificação, como sendo um mal que é capaz de atuar sobre a alma para o efetivo arrependimento daquele que cometeu o ato delituoso (STEVENSON, 1946, p. 23).

Para esse pensador católico é necessário entender que a expiação na perspectiva religiosa tem um sentido pedagógico reparador, pois desperta o sentimento de culpa. Para ele a doutrina penal da Igreja Católica, que foi transplantada e reafirmada na doutrina moderna do direito punitivo, deve consistir em uma prática que tem como objetivo purgar, corrigir, liberar das faltas e reconduzir aquele que cometeu o ato delituoso ao bom caminho. Recorrendo a Tomás de Aquino, Stevenson argumenta que a pena pode ser considerada como um remédio, não só reparador dos pecados passados, mas para preservar a sociedade dos pecados futuros. Defende a disciplina da lei, à medida que, ao provocar temor, coíbe as pessoas más (STEVENSON, 1946, p. 23).

Com essas ideias alimentando a feitura do Código Penal de 1940 podemos asseverar que estamos diante de um ordenamento jurídico-penal que cerceará significativamente os direitos individuais, à medida que o seu gozo só poderá exercido desde que esteja em harmonia com o interesse público, com o bem público, com o bem-estar da comunhão civil, com a ordem pública, com a paz pública”, conforme salienta Nelson Hungria.

A partir desses princípios presente no ordenamento jurídico-penal os direitos só podem ser exercidos sob determinadas condições. A esfera liberdade reservada aos indivíduos é uma concessão do governante, a lei vem antes do direito. O Estado, por exemplo, não permite que as partes da sociedade se coloquem em contraste com o todo. O regime político defendido por Hungria, que se guia pelo autoritarismo penal, não se permite a existência do dissenso, isto em termos políticos propriamente dito ou no caso de que algum grupo social ou indivíduo tenha algum tipo de conduta ou comportamento que prejudique o funcionamento da sociedade. Como destaca Norberto Bobbio (2004), neste modelo de organização da sociedade, o governante é o pastor, o timoneiro, e os governados são rebanho.

Podemos assinalar que a premissa é de que qualquer aspecto da vida social que estivesse afetando o funcionamento da sociedade, não estivesse seguindo o princípio da harmonia, da união, estaria sujeito a intervenção por parte do Estado para impor a ordem e a disciplina para

garantir o bem-estar da comunhão civil. Aliás, uma sociedade que se guia pelo pressuposto que deve ser consensual, harmônica e homogênea, qualquer manifestação da vida social que seja dissonante será alvo de perseguição. Aliás, é visto como algo que coloca em perigo a vida coletiva.

Nesse sentido, que podemos entender as palavras do Ministro da Justiça Francisco Campos, de que o Código Penal era para proteger o país de uma “legião cinzenta de inadaptados”. Ou seja, o direito penal estadonovista não tem como função o regramento dos contatos sociais, a proteção de bens jurídicos, mas claramente para atingir um grupo específico. Por sua vez, Nelson Hungria (1947, p. 266), um dos revisores do projeto, diz que “o Código Penal é essencialmente destinado aos inferiorizados psíquicos, pois raramente outros incorrem nas suas sanções [...] o sistema penal só existe porque as sociedades possuem uma subespécie de *homo sapiens*”. Portanto, estamos diante de um ideário jurídico-penal que tem uma concepção de risco criminal ou periculosidade que ignora o indivíduo e trata o problema como se estivesse relacionado a grupos sociais específicos. Em outros termos, cria-se uma categoria de sujeitos perigosos, cujo status de classe determina uma condição de periculosidade ontológica.

Nesse sentido, José Duarte (1944, p. 534) assinala que o ocioso/vadio deverá ser visto como um perigoso genérico, pois o “fato de não produzir, não trabalhar, fá-lo parasita e o predispõe para piores ações. É latente a nocividade de seu viver”. Em outras palavras, para esse penalista o simples fato de o indivíduo não possuir suficientes meios econômicos já representa um risco criminal. Em uma reflexão sobre a vadiagem existente no país assevera que se constituiu em um dos estágios da criminalidade, onde se inicia o caldo de cultura das más ações, dos pensamentos maléficos (DUARTE, 1944, p. 534). Como diz Alessandro Di Giorgi (2005), ao analisar a situação dos imigrantes na Europa, não é a gravidade do comportamento que determina a forma da sanção, mas sim uma presunção periculosidade dos segmentos populares enquanto tal.

Com esse postulado presente sobre a vadiagem ocorrerá uma mudança importante. Antes da promulgação da lei o controle das contravenções penais ficava a cargo dos poderes locais, por intermédio dos códigos de posturas municipais. Com a publicação das Lei das Contravenções Penais desloca o seu controle para o sistema penal, pois o Estado é que passa a traçar as regras que obrigam o comportamento compatível com as “condições de moralidade, respeito e ordem, imprescindíveis ao consórcio civil e à paz social”. Ou seja, o estado passa a centralizar o controle dessas práticas sociais existentes nas diversas cidades que começam a

vivenciar um grande processo de urbanização.

Segundo José Duarte (1944) era fundamental que se combatesse a ociosidade e a desocupação para afastar a possibilidade do perigo. Para isso, defendia que o Estado tivesse uma aparelhagem adequada, no caso as medidas de segurança, “para essa casta de indesejáveis”, para retirá-los dos centros urbanos. Esse migrante que chega às cidades deve ser mantido constantemente sobre controle, exigindo, por exemplo, a comprovação de alguma ocupação, sob pena de ser detido pela prática de vadiagem. Basileu Garcia (1945), outro penalista, quando explica os motivos da implantação das medidas de segurança, deixa claro que os institutos jurídico-penais foram criados para controlar e punir os “elementos mal-viventes”. Mal-viventes, por exemplo, como aquelas pessoas que praticavam jogos de azar, mas de uma determinada modalidade, que era o jogo do bicho e não jogos de carteados, praticados por enriquecidos.

É sobretudo por conta desse postulado de que qualquer desempregado pertencente às camadas pauperizadas pode ser acusado de vadiagem, logo, ser alvo do sistema penal. Quanto a isso, recorreremos às palavras de Zaffaroni, sobre o que ele denomina de sistema penal cautelar, um sistema penal na *periculosidade de suspeita*, existente no Brasil e demais países da América Latina. Nesse sistema os critérios para submeter ou não determinada pessoa ao cárcere nada tem a ver com um processo jurídico ou normas processuais, sendo um processo penal autoritário que primeiro prende para depois averiguar, violando assim o princípio de inocência de todas as pessoas.

No momento em que o modelo punitivo é fundamentado em um sistema penal cautelar a condenação passa a ser uma questão secundária, uma vez que a punição ocorre antes mesmo da investigação e do julgamento acontecer. Pesquisadores dos anos Vargas até mencionam que Vargas indultou várias pessoas acusadas por vadiagem e capoeiragem (BATISTA, 2003, p. 463). Contudo, se de um lado, ao final do inquérito, o investigado for inocentado ou indultado pelo presidente da república, de outro, em meio ao processo, ele já foi encarcerado. Ele só é considerado sob o aspecto *de ente perigoso ou daninho*. Por mais que a ideia seja matizada, quando se propõe estabelecer a distinção entre *cidadãos* e essas pessoas, entende-se que eles devem ser privados de certos direitos individuais.

Para finalizar a exposição destaque, primeiramente, que o avanço do autoritarismo penal no país nos anos 1930 não pode ser visto de forma isolada, haja vista que esse processo ocorreu em outros países. Segundo, o pensamento jurídico-penal do período buscou suas fontes de inspiração além dos regimes totalitários europeus. Terceiro, houve uma defesa muito significativa do poder do estado em detrimento dos indivíduos e isso afetou de sobremaneira a

vivência dos direitos no país. Terceiro, o pressuposto de que o estado procurasse regular toda a vida social acabou por exacerbar o seu poder no controle da vida dos cidadãos. Quarto, o código penal foi claramente direcionado para pessoas vistas como desajustadas para viver em sociedade e não para regular os conflitos entre indivíduos e grupos sociais e isso afetou de forma significativa os direitos desses segmentos sociais.

## Referências

- ARISTÓTELES. *A Política*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BATISTA, Nilo. *Direito penal brasileiro I*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BEIRAS, Iñaki Rivera. *Política criminal y sistema penal: viejas y nuevas racionalidades punitivas*. Barcelona: Anthropos/OSPDH, 2005.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 10 de novembro 1937.
- BRASIL. *Código Penal de 1940*. Decreto Lei nº 2848 de 07/12/1940
- BRASIL. *Exposição de Motivos do Código Penal de 1940* – Ministro Francisco Campos. 1940
- BRASIL. *Lei das Contravenções Penais*. Decreto Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941.
- CORREA DE ARAUJO, J. A. O projeto de Código Criminal do Brasil. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 78, Abril de 1939.
- DE GIORGI, Alessandro. *Tolerancia cero: estrategias y prácticas de la sociedad de control*. Barcelona: Virus Editorial, 2005.
- DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- DUARTE, José. O novo código penal. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 87, julho de 1941.
- DUARTE, José. Da aplicação da lei penal segundo o novo código. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 89, Março de 1942.
- DUARTE, José. DUARTE, José. *Comentários à Lei das Contravenções Penais*. Rio de Janeiro: Forense, 1944.
- GARCIA, Basileu. Medidas de segurança. *Revista da Faculdade de Direito*, São Paulo, vol. 40, 1945.
- HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.
- HUNGRIA, Nelson. O direito penal autoritário. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 71, Setembro de 1937.
- HUNGRIA, Nelson. O direito penal no Estado Novo. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 85, março de 1941.

- HUNGRIA, Nelson. Discurso inaugural na I Conferência Pan-americana de Criminologia realizada no Distrito Federal e em São Paulo. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 114, dezembro de 1947.
- LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MONTORO, André Franco. O mundo moderno e a filosofia tomista. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, Junho de 1938.
- SANT'ANA, Reginaldo. Em busca do direito moderno. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s.n., Fevereiro de 1939.
- STEVENSON, Oscar. Doutrina católica de direito penal. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 196, junho de 1946.
- STEVENSON, Oscar. O método jurídico na ciência penal. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 90, setembro de 1943.
- STRECK, Lenio. Da criminalização da pobreza à pobreza da criminalização. *Revista Ibero Americana de Ciências Penais*. Porto Alegre, nº 16, 2008.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O direito penal do inimigo*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2019.



## A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS, ESTADO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Roberto Jorge Chaves Araújo. Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB

**Resumo:** O tema da pesquisa é a atuação dos deputados estaduais paraibanos da legislatura de 1928 a 1930 focando na aprovação da legislação que criou um sistema tributário estadual. A questão que orienta a pesquisa é qual o significado histórico da referida atuação parlamentar estadual. Os deputados estaduais paraibanos são compreendidos como parte de uma categoria de intelectuais, os políticos, sendo sua atividade inserida na curta, média e longa durações. A política tributária incidiu sobre o comércio de importação e exportação estaduais numa fase ímpar historicamente de crescimento da cultura do algodão, com desdobramentos diversos internos ao estado ao garantir a arrecadação e incrementar o tesouro estadual, repercutir nas relações com estados vizinhos e contribuir para melhor integrar a produção e o comércio paraibanos no mercado nacional e internacional através da autolegislação e da auto-organização. Sobre o sentido histórico expresso na aprovação da legislação tributária estadual paraibana de 1928 concluiu-se que contribuiu para consolidar e desenvolver certos setores políticos e classistas empresariais modernizadores paraibanos com alguma amplitude para outros segmentos da sociedade paraibana, delimitando e desenvolvendo de forma decisiva o território e a própria ideia de território estadual da Parahyba do Norte como espaço integrado e com fronteiras do estado nacional brasileiro, bem como, finalmente, para a superação de algumas relações sociais coloniais remanescentes.

**Palavras-chave:** História; política; sociedade.

### Introdução

O tema desse estudo<sup>474</sup> é a atuação legislativa de parlamentares estaduais da Parahyba do Norte no período de 1928 a 1930, focando na legislação tributária. Esse período compreende a última legislatura estadual até a Revolução de 1930 que interrompeu a própria legislatura e também extinguiu por decreto de 22 de outubro de 1930, a própria Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ARAÚJO, 2018, p. 22).

No que se refere à atuação de políticos pode se dizer quase por obviedade que se relaciona à História política. A renovação eficiente (RÉMOND, 1996; BOURDÉ; MARTIN, 1992, p. 251 -268; JULLIARD, 1986) desse domínio da História é um fato epistemológico inegável. Além disso, os ataques recentes à política e à democracia em várias sociedades (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018) justificam também o desenvolvimento dessa pesquisa histórica cujo objetivo é contribuir para a compreensão, a partir do pensamento crítico, da relação entre política e sociedade, considerando “que não há possibilidade de se explicar o desempenho das sociedades sem levar em conta a relação entre ambas as esferas” (NORTH *apud* BOSCHI;

<sup>474</sup>O desenvolvimento desse estudo é feito através de projeto de pesquisa aprovado para estágio pós-doutoral pelo colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

GAITÁN, 2008, p. 311). Já a renovação da História Política ganhou força em a partir de 1988 quando R. Rémond (1996) organizou a publicação, na França, de *Por uma história política*, onde afirmou que para o historiador que “se dedique a decifrar a complexidade das realidades sociais” é impossível, praticamente, desconsiderar o fenômeno político (RÉMOND, 1996, p. 445).

No que se refere à duração, aborda-se o tema na longuíssima duração, pois a atuação institucional e legiferante dos deputados estaduais paraibanos eleitos no final da década de 1920, associada à ação do presidente estadual paraibano, João Pessoa, eleito em 1928, se relacionam a um processo histórico de fortalecimento das fronteiras internas do estado nacional brasileiro (MARTINS, 1990) pós-1822/24, expressando também um fenômeno mais amplo e profundo denominado de “descolonização interior” (NORA, 1993, p. 8) da sociedade paraibana iniciado no final do século XVIII e início do século seguinte, de 1799 a 1809,<sup>475</sup> precisamente, quando a então capitania da Parhyba do Norte retomou sua autonomia (OLIVEIRA, 1985, p. 121) e no contexto mesmo, importa lembrar, do desenvolvimento da “sedução da liberdade” na América Portuguesa (JANCSÓN, 1997, p. 387 - 437).

No que se refere ao desenvolvimento da base material da legislação tributária de 1928, *no período que a antecede*, entende-se, sem reducionismo, que foi a expansão da produção e do comércio do algodão paraibano *para o mercado brasileiro*, principalmente, no estado da Parahyba do Norte (GALIZA 1993, p. 99; 87-137). Associou-se a essa expansão a criação de infraestrutura portuária em Cabedelo desde 1917 (PORTO DE CABEDELLO, s/d) e o significativo desenvolvimento no estado de um sistema viário na década de 1920 (GALIZA, 1993, p. 117).

De 1928 até 1930 – e mesmo depois disso - os políticos estaduais também formularam discursos públicos informando sobre a importância e o reconhecimento social potencial da legislação tributária aprovada incluindo apelos à “expansão econômica e independência comercial” e também à “solidariedade patriótica” paraibana (GALIZA, 1993, p. 126 -127)<sup>476</sup>.

<sup>475</sup>A Carta Régia de 17 de janeiro de 1799 restabeleceu a autonomia da Parahyba do Norte relativamente a Pernambuco, exceto quanto “à defesa interior e exterior” e, em 24 de janeiro do mesmo ano de 1799, foi criada a Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda na Paraíba, órgão que só foi **instalado** em 11 de abril de 1809, dando continuidade à “centralização de rendas” da Parahyba do Norte por parte de Pernambuco, causando protestos dos capitães-mores paraibanos, provocando também “falta de clareza nas contas, o atraso das rendas e a má administração.” (OLIVEIRA, 1985, p. 121)

<sup>476</sup>Essa obra da historiadora Galiza (1993), entre outros méritos, fundamenta-se em dados empíricos sobre o *mercado interno* paraibano. Em 1990, Martins (1990, p. 65) já criticava o foco dos pesquisadores sobre “as vinculações econômicas com o capital externo” relegando a plano secundário a coleta de dados sobre esta outra face da realidade regional: o mercado interno”. Esse aspecto é extremamente relevante para a compreensão do processo histórico pelo fato de que “ a expansão do açúcar e do algodão nordestino, em mais de oitenta por cento,

Também reorganizaram a própria divisão do território estadual como objetivo, fundamental, de controlar e realizar a arrecadação a partir da capital paraibana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, s/d; MARTINHO, 2018, p. 225).<sup>477</sup>

A metodologia prevista na pesquisa é a consulta da própria legislação e das atas das sessões legislativas estaduais paraibanas. No caso da elaboração desse texto, tivemos que optar por usar **informações factuais**<sup>478</sup> sobre a legislação tributária de novembro de 1928 e temas correlatos como o comércio paraibano de exportação de algodão, informações factuais essas já publicadas por outros autores e autoras porque a instituição onde está a documentação definida como fonte histórica, o Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, está interditado devido às medidas de prevenção contra a Covid-19.

Sobre os políticos estaduais paraibanos considera-se que, enquanto são **intelectuais** devido à “função diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2001, p. 25) que exerceram. A par disso, a legislação tributária estadual paraibana de 1928 pode ser compreendida como uma iniciativa reguladora da atividade econômica, particularmente do comércio de importação e exportação de mercadorias no estado e podendo impactar fortemente a formação de preços, sendo por isso mesmo **intervencionista e anunciando a predominância de um outro tipo de relação entre estado e sociedade na república dita liberal de 1889 a 1930.**

Finalizando essa introdução, entende-se que para dar uma lógica mais precisa ao desenvolvimento da análise do tema devemos fazer considerações breves e históricas sobre o fenômeno do intervencionismo estatal, sistematizar informações e análises a respeito do tema delimitado. Por fim, são feitas as considerações finais e colocadas as referências.

se deu em função do crescimento da economia de mercado no interior do país.” Realmente, os dados coletados por Galiza (1993, p. 99), para o período de 1915 a 1925, por exemplo, sobre a quantidade de quilogramas de algodão e o valor dessa mercadoria exportada pela Parahyba do Norte, comprovam aquela afirmação. Portanto, ressaltar esse aspecto não é investir em nenhum sentimento/ideologia como “a paraibanidade” (DIAS, 1964, p. 63-64) ou algo semelhante com algum sentido nostálgico. Trata-se de procurar buscar observar a realidade dos fatos e significá-los.

<sup>477</sup>Sugerimos, por enquanto, que o objetivo mais geral dessas medidas legislativas sobre Cabedelo e Santa Rita foi controlar a criação de tributos e as rendas fiscais já existentes oriundas das atividades econômicas muito importantes para o estado desenvolvidas nessas localidades de Cabedelo – comércio de exportação e importação - e Santa Rita – centro produtor de açúcar.

<sup>478</sup>Essa ideia de informação factual consta no texto de Jeanneney (1993, p. 214) e foi elevada à categoria metodológica neste trabalho.

### **Considerações breves sobre intervencionismo estatal: do intervencionismo mercantilista ao estado regulador**

É importante compreender o intervencionismo estatal porque ao legislar sobre o comércio de importação e exportação os parlamentares estaduais paraibanos cumpriram uma função intelectual a partir de uma instituição de estado já que a lei foi aprovada Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba do Norte. Mesmo que o fenômeno da intervenção estatal em si tenha se iniciado há séculos e os estudos sobre ele são muito numerosos, há estudos gerais sobre ele que possibilitam alcançar esses objetivos de compreender sua evolução histórica e significar a legislação tributária paraibana de novembro de 1928.

Ao analisar o intervencionismo estatal recente na América Latina, Boschi e Gaitán (2008, p. 307) consideraram que “A relação entre Estado e mercado, entre política e atores econômicos, assume características particulares em cada momento histórico.” Esse é o traço real mais geral das relações entre estado e sociedade de caráter intervencionista e intervencionista econômico, em particular.

Assim, sabe-se que desde o século XIII formas intervencionistas *estatais* e *não-municipais* passaram a existir na Inglaterra. Essas ideias e práticas intervencionistas estatais que transcenderam o localismo dos municípios, inspiraram-se em normas existentes nas municipalidades e foram denominadas posteriormente de *mercantilismo* estando presentes do século XV ao XVIII, na Europa ocidental, estruturando com especificidades a atuação das diversas monarquias nacionais absolutistas e a própria ascensão da burguesia mercantil (FALCON, 1982, p. 48-51) através do uso de “legislação e práticas exclusivistas” (FRITSCH, 1996, p. 15).

Depois, do final do século XVIII em diante, a instituição do livre iniciativa passou a ser uma espécie de dogma relacionado ao desenvolvimento econômico capitalista, à ascensão política e social das burguesias de cada estado nacional e é “disso [da necessidade anunciada como ‘natural’ de ausência de regulação da economia] que a doutrina derivou seu apelo político [não intervencionista] e veio a constituir-se no fundamento teórico do programa dos estadistas livre-cambistas em todo o mundo que, no século seguinte [século XIX], acabaria por reduzir a ruínas o ordenamento jurídico da antiga ordem econômica internacional [mercantilista]” (FRITSCH, 1996, p. 16).

No Brasil, o intervencionismo estatal econômico mercantilista esteve presente desde no período colonial (WEHLIN; WEHLING, 1994, p. 196 – 216). No que se refere ao período

depois de 1822/24, o intervencionismo estatal econômico passou integrar o *ordenamento jurídico constitucional principal do país*, as constituições nacionais, somente a partir da década de 1930, particularmente a partir da Constituição Federal de 1937. Existe até nossos dias de maneira *transformada* e respaldado no art. 21 da Constituição Federal de 1988 e se efetivou na criação de *agencias estatais reguladoras econômicas* como a ANATEL, ANCINE e várias outras (OLIVEIRA, 2015).

Além disso, “o novo tipo de intervencionismo estatal adquire particularidade em relação ao do passado. Em primeiro lugar, o Estado não se postula como interventor direto na órbita da produção” (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 308) exceto algumas atividades econômicas “essenciais” como aquelas ligadas ao petróleo no Brasil, Equador, Bolívia e Venezuela, e ao cobre no Chile. Já a Argentina “privatizou o petróleo e suas empresas de energia” (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 308).

E, no caso das proclamadas iniciativas liberais das privatizações ocorridas ao longo do século XX observou-se, na verdade, “a formação de coalisões interessadas na construção de uma nova institucionalidade regulatória – um novo projeto de Estado – *para garantir os benefícios das privatizações em longo prazo* (grifo nosso)” (SCHAMIS *apud* BOSCHI e GAITÁN, 2008, P. 307-308).

Bem, e quanto ao intervencionismo estatal na história do Brasil especificamente e já mencionado anteriormente como tendo existido desde o período colonial? Nesse caso brasileiro, houve um divisor de águas com as mudanças decorrentes da Revolução de 1930 porque a partir daí se desenvolveu, como veremos, o intervencionismo estatal constitucional federal o que impactava o conjunto da sociedade brasileira, portanto.

Antes da década de 1930 parece que só é possível se referir a ações políticas estatais intervencionistas econômicas ou com impacto direto na economia de forma esparsa e sem respaldo constitucional explícito embora, note-se, tais ações fossem determinantes para a economia da nação e das unidades do estado nacional. Exemplificamos essa ideia pela exigência da concessão e da aprovação pelo estado de implantação de ferrovias no século XIX e as políticas de valorização do café anteriores à década de 1930 (SOARES, 2018, p. 80; 105; OLIVEIRA, 2015; CANO, 2012, p. 83).

Assim, grosso modo, de 1822/24 a 1937, pode se dizer que foram verificadas no Brasil experiências históricas entre estado e sociedade nas quais as orientações político-jurídicas ditas liberais predominaram, já que o estado não tomou para si a tarefa de desenvolver atividades econômica, a forma clássica de intervencionismo, embora tenham existido ações do estado no

sentido de autorizar e possibilitar a maneira como a livre iniciativa econômica ocorreria e mesmo se ocorreria.

No caso da Parahyba do Norte, para ficarmos com a referência de um fato histórico icônico da estruturação da modernização das sociedades no século XIX, qual seja, a construção de ferrovias, podemos observar a ação “diretiva e organizativa”, portanto intelectual (GRAMSCI, 2001, p. 25) de políticos paraibanos do norte estaduais e eleitos, sobre a iniciativa privada de empresários da *Conde d’Eu Company Limited* e da empreiteira *Wilson & Sons Limited* (empresas privadas responsáveis pela construção da primeira ferrovia na província da Parahyba do Norte), desde mesmo antes do período de “viabilização” da primeira estrada de ferro, no ano de 1864, com a aprovação da Lei Provincial nº 174, de 30 de novembro. Depois, a partir de meados da década de 1870, se pode observar ação reguladora sobre a iniciativa privada por parte dos poderes públicos, seja aprovando o projeto de construção de estrada ferro e cobrança de juros de 7% sobre o capital investido, seja autorizando a prorrogação de prazos estabelecidos para o início da obra (SOARES, 2018, p. 25; 57; 80; 105).

No século seguinte, já proclamado e consolidado o regime republicano desde 15 de novembro de 1889, em 1914 e no âmbito da sociedade civil, a Associação Comercial da Parahyba, uma entidade que representava os comerciantes da capital estadual, propunha a intervenção do estado (GALIZA, 199, p. 109; 134) o que pode reforçar a ideia de que mudanças no ordenamento jurídico de orientação liberal em vigor desde 1822/24 (PAIM, 2018, p. 85-151; 156), já eram vistas em várias partes do Brasil como uma necessidade, particularmente depois de 1919 (CANO, 2012, p. 84).

Portanto, concluindo esse ponto, entende-se que o intervencionismo estatal econômico, direto e indireto (CARNEIRO, 1973, p. 2), esteve presente nas relações estados e sociedade no Brasil antes da década de 1930 e que, considerado o conteúdo e objetivos da legislação tributária paraibana ou Lei n. 673, de 11 de novembro de 1928, essa legislação teve caráter um certo caráter intervencionista ao induzir o comércio pelo porto de Cabedelo, distrito da capital estadual paraibana, o que se relaciona à modernização paraibana de 1889 a 1930 (GALIZA, 1993). A seguir, analisamos os traços gerais da ação política legislativa paraibana iniciada em 1928 e interrompida em 1930, a partir da consideração da legislação tributária de 11 de novembro de 1928.

### **Poder legislativo estadual e sociedade na Paraíba do Norte (1928 A 1930)**

Como já foi mencionado na introdução, não se pode analisar a totalidade das intervenções parlamentares paraibanas oficiais-institucionais por restrições sanitárias à

funcionalidade da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Mesmo assim, considerando pesquisas já realizadas por esse autor (ARAÚJO, 2015; ARAÚJO, 2018) entende-se ser que essa pesquisa é exequível pois as fontes históricas existem no Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ARAÚJO, 2018, p. 17; 21-22; 26-37).

Sabe-se também que é possível tipificar as intervenções parlamentares estaduais paraibanas em *discursivas* (intervenções em plenários sobre os mais variados temas, por exemplo) e *legislativas* (todas aquelas que são proposições realmente legislativas), ambas se interligando no processo legislativo que diz respeito à organização do estado e das relações sociais em geral.

No que se refere, especificamente, à legislação tributária aprovada pelos parlamentares estaduais paraibanos, foi sancionada como Lei n.º 673, de 11 de novembro de 1928 (GALIZA, 1993, p. 126). Sabe-se que, de acordo com a Constituição Estadual da Parahyba do Norte, de 20 de julho de 1892, era atribuição da Assembleia Legislativa legislar sobre essa matéria que seguiria para sanção e execução pelo Poder aprovar (FERNANDES, 2009, p. 114 -115; 117)<sup>479</sup>.

Portanto, a elaboração, proposição, discussão e aprovação do projeto de lei tributária que se transformou na Lei n.º 673, de 11 de novembro de 1928 (GALIZA, 1993, p. 126) ocorreu no âmbito da Assembleia Legislativa estadual. A execução da lei ficou a cargo do chefe do Poder Executivo estadual paraibano, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que havia sido eleito em 22 de junho e empossado em 22 de outubro de 1928 (MONTE, 2020). Como se pode constatar, menos de um mês depois dessa eleição foi aprovado o projeto de lei que estabeleceu um sistema tributário estadual na Parahyba do Norte. Essa iniciativa se inseria num projeto político modernizador e objetivando a expansão econômica, o fortalecimento do tesouro estadual e a independência comercial (GALIZA, 1993, p. 127).

Em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, no ano de 1929, na abertura dos trabalhos legislativos, João Pessoa mencionou que havia “Essa aspiração secular [que] importa em benefícios que restringem interesses estranhos, não podendo, portanto, ser atingido sem a grande resistência que lhe foi posta” (GALIZA, 1993, p. 127). Realmente, desde pelo menos 1799, quando a capitania da Parahyba do Norte ganhou autonomia relativamente à capitania de Pernambuco, depois de décadas de subordinação, que havia ideias que legitimam a existência daquela “aspiração secular” bem como à oposição a ela, inclusive (OLIVEIRA, 1985).

<sup>479</sup>Esse autor publicou todos os textos de todas as constituições estaduais paraibanas.

Ao entrar em vigor, a legislação tributária de novembro de 1928 instalou nas fronteiras da Parahyba do Norte “uma única porta de acesso e saída – o Porto de Cabedelo” (GALIZA, 1993, p. 126), pois viabilizava uma melhor competitividade e maiores lucros pela cobrança de taxas menores no porto da capital relativamente às taxas cobradas barreiras alfandegárias do interior. Os resultados da legislação para o “soerguimento do estado” (GALIZA, 1993, p. 127-128) foram imediatos.

Para se entender melhor e no contexto da época o sentido e alcance históricos dessa atuação de políticos paraibanos epítacistas, vamos dizer, “modernizadores”, na falta de uma conceituação mais precisa, por enquanto, e para não deixar de mencionar a oposição dessa atuação à atuação de outros políticos paraibanos, vamos dizer, “coronelísticos”, é preciso entender que a década de 1920, período no qual a legislatura a maior parte da atuação dos parlamentares estaduais paraibanos se desenvolveu, de 1928 a 1930, foi um período *de transição* para a sociedade brasileira em geral, de um longo período agrário e exportador para uma sociedade industrial e urbana (CANO, 2012; 1998, p. 98).

Considerando o caráter diferenciado da modernização no Brasil pela industrialização e urbanização cabe perguntar como ocorreu o dito processo de modernização na Paraíba? A resposta não é fácil, claro. Mas pode se dizer que já partir do século XIX existiram mudanças na Parahyba do Norte foram modernizadoras<sup>480</sup>, tanto no que diz respeito à base como às superestruturas (JAMESON, 1997, p. 314; GALIZA, 1993; ARAÚJO, 2014, p. 61-103; SOARES, 2018).

No que se refere à expansão da cultura algodoeira – produção, industrialização, comércio - nas décadas iniciais do século XX, pesou muito na história econômica paraibana em geral, e nas finanças estaduais, em particular (GALIZA, 1993, p. 99; 127; 160). Entende-se que seja indevida a ideia de que fosse “uma cultura de pobres” e produto “marginal” no comércio internacional (CANO, 1998, p. 55). A cultura produziu enriquecimento pessoal e se realizava nos mercados internacionais de 1915 a 1930, por exemplo (GALIZA, 1993, p. 98-99; 102). Havia também baixos salários pagos às trabalhadoras e as condições de trabalho eram precárias na indústria em geral paraibana impactando de forma negativamente o mercado de consumo estadual (GALIZA, 1993, p. 139-185). A questão é, porém, onde esse processo de exploração intensa de mão obra não ocorreu no processo de desenvolvimento do capitalismo final no século XVIII?

<sup>480</sup>Sobre as fases da modernidade e as diferenças conceituais entre modernização, modernidade e modernismo ver, por exemplo, respectivamente, M. Berman (1986, p. 16 -17) e F. Jameson (1997, p. 314) e David Harvey (1992).



E, independente da resposta à questão tão ampla e com respostas tão diversas consideradas as regiões dentro dos estados nacionais, ex-colônias escravistas ou não, é possível afirmar que o desenvolvimento proporcionado por atividades econômicas capitalistas desenroladas de forma diversa no tempo e no espaço, não deixou de produzir pessoas assalariadas aptas a se organizar e lutar por direitos no decorrer do século XIX e seguintes, democratizando a “ideia liberal” como já havia formulado Alex de Tocqueville em termos doutrinários desde 1835 (PAIM, 2018, p. 80).

Bem, avançando na análise, no que se refere à existência de legislações tributárias estaduais, especificamente no período da década de 1920, não se sabe ainda se houve iniciativas semelhantes àquela tomada pelos políticos paraibanos em 1928. Porém, o que importa reter é que, no caso da Parahyba do Norte, ação dos políticos paraibanos ao nível estadual veio responder a uma necessidade histórica quando criou uma espécie de “porta única de acesso e saída”, a partir de novembro de 1928, ao estabelecer melhores condições de comércio pelo porto do litoral da capital estadual (GALIZA, 1993, p. 126) e que essa ação significou uma mudança qualitativa nas relações estado e sociedade, expressando a passagem da política de apoio governamental, que existia desde 1926 com a criação do Serviço de Classificação do Algodão (GALIZA, 1993, p. 98), para a intervenção estatal numa atividade econômica. Não que isso fosse exatamente uma novidade ou na república dita liberal já que o estado de São Paulo e a união valorizavam o café desde pelo menos aquele mesmo ano de 1906 (ARRUDA, 2007, p. 170; ESCOLA, s/d).

Porque medida tão drástica precisou ser tomada? Bem, havia remessa pelas fronteiras do interior do estado da Parahyba do Norte, inclusive remessa indevida em termos legais, de mercadorias e realização de atividades comerciais de produtos paraibanos para estados vizinhos o que causava enormes prejuízos ao erário estadual, ao comércio de exportação e importação, diminuição da contribuição estadual para os cofres federais e, como implicação disso, o enfraquecimento do poder de barganha nessas mesmas instâncias políticas federais (GALIZA, 1993, p. 106 -107).

Essas eram algumas das condições históricas nas quais atuou a décima primeira legislatura em 1928 da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte e João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi empossado presidente estadual, em 22 de outubro de 1928, eleito pelo Partido Republicano da Paraíba do Norte (AS ELEIÇÕES... 22 de junho de 1928). Havia a percepção de crescimento econômico, mas os benefícios disso eram transferidos para outros estados e as demandas no sentido de combater essa perda eram realmente seculares.

Sobre as eleições para a décima primeira legislatura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte, especificamente, foram eleitos trinta parlamentares estaduais, homens, com mandatos de 1928 a 1931 (MARIZ, 1987, p. 79 - 80). As mulheres ainda não tinham cidadania política e quando passaram a tê-la seus votos foram considerados “inapuráveis” na ótica de um liberalismo “aglutinador” embora a “prática do regime [fosse] francamente autoritária” (TRIBUNAL SUPERIOR...s/d; PAIM, 2018, p. 156).

Sobre a data dessa eleição dos parlamentares estaduais paraibanos não se sabe ainda quando foi que ocorreu exatamente. Sobre alguns aspectos mais gerais da atuação dos políticos eleitos e empossados estavam previstos Constituição Estadual da Parahyba do Norte aprovada em 20 de julho de 1892 (FERNANDES, 2009, p. 114). Essa constituição estadual vigorou até 27 de setembro de 1930, pelo menos, quando foi aprovada outra constituição estadual (FERNANDES, 2009, p. 151).

A grande maioria dos parlamentares integrava a oligarquia epitacista. A partir dessa legislatura resolveram empreender uma espécie de “grito do Ipiranga” relativamente à Pernambuco. Importa mencionar que isso não ocorreu à margem de partidos políticos então existentes. Epitácio Pessoa, a liderança inconteste da oligarquia no poder estadual, já vinha estruturando o partido republicano desde 1916 aumentando a representatividade de seus membros e ampliando a sua ação no conjunto do estado da Parahyba do Norte (FERREIRA, 1993, p. 116 - 117).

Sustentados pela expansão econômica resultante do crescimento da cultura algodoeira, esses políticos epitacistas modernizadores passaram a propagar ideias de mudança, a partir de 1928, criando um discurso pautado na defesa da promoção da “expansão econômica” associada à “independência comercial” e fazendo apelo ao “sentimento patriótico” da população enfatizando que as “vantagens [das suas ideias políticas modernizadoras, dentre as quais a aprovação da legislação tributária] não se limitam(vam) ao commercio da Capital” (GALIZA, 1993, p. 126-127).

Nesse sentido, tanto a eleição, posse e atuação de João Pessoa no cargo de presidente estadual da Parahyba do Norte, em 22 de junho e 22 outubro de 1928 (MONTE, 2020), respectivamente, como a eleição, posse a atuação dos parlamentares estaduais da Parahyba do Norte, na décima primeira legislatura de 1928 a 1931 (MARIZ, 1987, p. 79) interrompida por decreto revolucionário em 22 outubro de 1930 (ARAÚJO, 2018, p. 21-22), marcaram uma fase

histórica qualitativamente diferenciada e com fortes lutas políticas dentro da oligarquia epítacista que teria como um dos seus capítulos, a sua própria divisão irreconciliável (GALIZA, 1993, p. 129).

A intervenção legislativa tributária de 11 de novembro de 1928 e sua execução pelo Poder Executivo estadual assinalaram para “os coronéis”, vale dizer, os adversários da ala oligárquica epítacista no poder estadual, que os tempos estavam mudando. Para esses chefes políticos, também epítacistas históricos, a maioria grandes proprietários de terra do interior com interesses empresariais ligados ao comércio pelas fronteiras interioranas estaduais, só restaria perceber essa mudança, se opor tenazmente e, ao final, serem derrotados.

Situação histórica essa decorrente que, ao aprovar “As medidas tributárias executadas por João Pessoa [que] visavam, enfim, a permitir uma única porta de acesso e de saída [das fronteiras internas do estado da Parahyba do Norte] – o Porto de Cabedelo” (GALIZA, 1993, p. 126), os políticos modernizadores e suas bases sociais aglutinaram em torno de si amplos setores da sociedade civil e política paraibana, potencializando alianças nacionais importantes que resultaram, por exemplo, na candidatura de João Pessoa à presidência da república como o candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, em 1930 pela Aliança Liberal.

Outro ponto que estimulou essa aliança nacional em 1930, entre oligarquias dissidentes do Monas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, foram as negociações com o governo federal do presidente Washington Luís relativamente à concessão para a construção de obras no Porto de Cabedelo, fracassadas devidos à disputa eleitoral instaurada em 1930 para a presidência da república, obras de infraestrutura comerciais marítimas essas que inspiraram-se num modelo de organização portuária rio-grandense do sul (GALIZA, 1993, p. 119). Essa condição histórica sugere uma afinidade de outro tipo, estrutural, entre as economias da Parahyba do Norte e a do Rio Grande do Sul, bem como outras, políticas, já que buscavam também independência de “ônus ou favores da União” (GALIZA, 1993, p. 119).

### **Considerações finais**

A deliberação legislativa de natureza tributária dos parlamentares da Assembleia da Legislativa do Estado da Parahyba do Norte em 1928 marcou um processo regulador com sentido intervencionista, e modernizador, das atividades econômicas particularmente comerciais, com importante destaque para a cultura algodoeira destinada ao mercado interno brasileiro, o que impactou a economia paraibana em geral, as finanças estaduais, a política partidária, o estado de urbanização de algumas cidades paraibanas e ainda o reordenamento das próprias fronteiras internas estaduais ao extinguir municipalidades e submetê-las à capital

estadual objetivando o controle da criação da criação impostos e da arrecadação. A legislação tributária causou importantes desdobramentos políticos interestaduais e nacionais no período subsequente.

Considerada na longuíssima duração, a atuação política dos deputados estaduais paraibanos autolegislativa e auto-organizadora expressou e respondeu a necessidades históricas de afirmação regionais, vale dizer, necessidade de reproduzir e consolidar as fronteiras paraibanas *no* estado nacional contribuindo para dar seguimento e para ampliar o chamado processo histórico de “descolonização” (BURKE, 1992, p. 20) através do enraizamento, espraiamento e internalização pela “descolonização interior” (PIERRE, 1993, p. 8) da ex-América portuguesa, inclusive ao nível da emancipação das próprias pessoas através da educação, pessoas essas membros das respectivas coletividades que formam (AMBROSINI, 2012, p. 378-391).

Concluindo, pode se dizer que ao regulamentar de maneira intervencionista a dinâmica da produção e do mercado internos estadual da Parahyba do Norte a partir de novembro de 1928 com espaços exteriores, interestaduais vizinhos, nacionais e internacionais, os deputados estaduais da Parahyba do Norte contribuíram de maneira decisiva e modernizante para o próprio fortalecimento do ente federado enquanto tal, observados certos interesses classistas empresariais urbanos e rurais sem que isso tenha deixado de ter impacto social mais amplo na sociedade paraibana na forma de reconhecimento e coerção fortes de resistências, dentro e fora do estado. O alcance social dessa modernização republicana deve ser objeto de um estudo específico e igualmente relevante.

## Referências

- AMBROSINI, T. F. *Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640058. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058>. Acesso em: 14 set. 2021.
- ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. *História, memória, democratização e autoritarismo: o Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba na história (1835 – 2017)*. Fórum Legislativo, João Pessoa, 2018. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/E-BOOK-SOBRE-O-ARQUIVO-JOSE-BRAZ-DO-REGO-DA-ALPB.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2021.
- \_\_\_\_\_. *Estado e município: considerações históricas sobre a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e a capital paraibana (1835-1989)*. Fórum Legislativo, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/A-ALPB-E-A-CAPITAL-PARAIBANA-com-resumo-e-abstract-win2003.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2021.

\_\_\_\_\_. *História e historiadoras na Paraíba: um estudo sobre mulheres, conhecimento histórico e o processo moderno (1934 – 1979)*. 2006. 223 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Fórum Legislativo, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/TESE-DE-ROBERTO-JORGE-CHAVES-ARAUIJO.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14323/10471>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

AS ELEIÇÕES DE HOJE. *Jornal a União, Orgam do Partido Republicano da Parahyba do Norte*, 22 de junho de 1928. Primeira página, Parahyba, Anno XXXVII, n. 137. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/junho/a-uniao-22-06-1928/@@download/file/19280622.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2021.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 17. reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSCHI, Renato, GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. *Caderno CRH*, vol.21, nº.5, Salvador, May/Aug. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18974/12331>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BOURDÉ, Guy; Hervé, Martin. *Las escuelas históricas*. Madrid (ES): Akal, 1992.

BRASIL. Companhia Docas Paraíba. *Porto de Cabedelo*. Disponível em: <http://portodecabedelo.pb.gov.br/porto/historia/>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.

BURKE, Peter. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. 4. reimp. – São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 7-37.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)*. 2 ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

CANO, Wilson. *Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização*, R. Pol. Públ., São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233142527.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2021.

CARNEIRO, J. G. Piquet. *Intervenção estatal na atividade econômica – aspectos, políticos, econômicos e jurídicos*. R. Ci. pol., Rio de Janeiro, 1973, p. 7-14, out./dez 1973. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GDWr2-louXUJ:bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59258/57698+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 25 de março de 2021.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origene: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local (1905 – 1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

ESCOLA, Equipe Brasil. *Valorização do Café*. Brasil Escola, [s/d]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/valorizacao-cafe.htm>. Acesso em 05 de outubro de 2021.

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição*. 3 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Flávio Sátiro. *Histórica constitucional da Paraíba*. 2 ed. rev., ampl. E atual. –

Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1993.

FRITSCH, Winston. Os economistas. Apresentação. In: SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/01/A-riqueza-das-na%C3%A7%C3%B5es-Vol.-1.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2021.

GALIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba (1890 -1930)*. João Pessoa: Ideia, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. 2 ed. – trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural*. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *História. Cabedelo Paraíba*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabedelo/historico>. Acesso em: 30 de março de 2021.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. – São Paulo: Ática, 1997.

JEANNENEY, Jean-Nöel. *A Mídia*. In: RÉMOND, René. Por uma história política [Direção de]; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.

JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JANCSÓ, Istvan. *A sedução da liberdade cotidiano e contestação política no final do século XVIII*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387- 437.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2018.

MARIZ, Celso. *Memória da Assembleia Legislativa*. Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão. João Pessoa: s./n., 1987.

MARTINS, Paulo Henrique N. *O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate*. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.

MONTE, Rammom. *Escaramuças políticas e econômicas culminaram com a Revolta de Princesa*, A União, 05 de junho de 2020. Disponível em: [https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno\\_paraiba/escaramucas-politicas-e-economicas-culminaram-com-a-revolta-de-princesa#:~:text=Em%2022%20de%20fevereiro%20de,do%20lan%C3%A7amento%20da%20chapa%20federal](https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/escaramucas-politicas-e-economicas-culminaram-com-a-revolta-de-princesa#:~:text=Em%2022%20de%20fevereiro%20de,do%20lan%C3%A7amento%20da%20chapa%20federal). Acesso em: 09 de março de 2021.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História, 1993, vol. 10. São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 16 de março de 2021.

OLIVEIRA, João Marcos Rodrigues de. *Intervencionismo estatal: novo perfil do Estado*. Portal Conteúdo Jurídico, 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/45407/intervencionismo-estatal-novo-perfil-do-estado>. Acesso em: 03 de março de 2021.

OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755 – 1799)*. Fortaleza: BNB.ETENE, 1985.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: LVM, 2018.

RÉMOND, René. *Por uma história política* [Direção de]; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. *Por uma história política* [Direção de]; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

SOARES, Maria Simone Morais. *Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D'Eu: Província da Parahyba do Norte (1871 – 1901)*, 2018, 3XX f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade Arquitetura. Disponível em: [https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese\\_maria\\_simone\\_morais\\_soares.pdf](https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_maria_simone_morais_soares.pdf). Acesso em: 19 de agosto de 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Voto da mulher*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher> Acesso em: 07 de março de 2021.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

# USO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA E IMAGENS AÉREAS NA CARACTERIZAÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL DE PARATY, BRASIL, NOS SÉCULOS XX E XXI

Rodrigo Zambrotti Pinaud, Laboratório História e Natureza (LabHeN, PPGHIS/UFRJ)  
[rpinaud@gmail.com](mailto:rpinaud@gmail.com)

Orientadoras: Lise Fernanda Sedrez (PPGHIS/UFRJ)  
Marina Miraglia (Instituto del Conurbano/UNGS/BsAs-AR)

**Resumo:** O município de Paraty possuiu seu apogeu econômico nos séculos XVII e XVIII, através de sua via de ligação terrestre do litoral com a região de São Paulo e Minas Gerais. A partir de meados do Século XIX, Paraty entrou em um processo de estagnação econômica que só começou a ser revertido a partir de meados do Século XX. Foi elevada a Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro em 1945 e Monumento Nacional em 1966 e desde 2019 é Patrimônio Histórico da Humanidade - Cultura e Biodiversidade (UNESCO). Pouco descrito, o impacto ambiental desses ciclos econômicos locais levou a degradação de praticamente toda a cobertura florestal do município, situação essa que ainda podia ser evidenciada na década de 60 do Século XX. Com a abertura do trecho Rio-Santos da rodovia BR-101 no início dos anos 70, um verdadeiro boom turístico e populacional atingiu Paraty. Concomitantemente, uma série de Unidades de Conservação foram criadas na região: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios E Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. O objetivo deste trabalho é mostrar, que apesar da extensão das áreas protegidas legalmente e suas áreas adjacentes o que aumentou a extensão das áreas cobertas por florestas no município, o vetor de expansão urbana faz que a vegetação fez com que a vegetação seja progressivamente suprimida ao longo dos cursos dos rios e áreas adjacentes.

**Palavras-chave:** Acumulação por espoliação; História Ambiental; Cartografia Histórica

## 1. Introdução

Os mapas sempre estiveram, ou, pelo menos, o desejo de balizar o espaço sempre esteve presente na mente humana. A apresentação do meio ambiente e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo foram uma constante da vida em sociedade, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias (HARLEY, apud MATIAS, 1996, p. 31).

No Início do século XVII, Paraty já era descrita como uma pequena vila com menos de 50 casas térreas, a maior parte delas em taipa, cobertas com palhas, com o casario acompanhando o eixo inicial de ocupação (CURY, 2002, p. 100). Em 1799, o Rio de Janeiro possuía 616 engenhos de açúcar e 253 de aguardente, sendo 155 destes em Paraty (RIBAS, 2003, p. 23), sendo que à medida que se expandiam os canaviais, mais supressão vegetal era praticada, expondo o solo para a nascente cultura da cana-de-açúcar e já alterando o ciclo das águas em Paraty, pois muitas nascentes e cursos d'água secavam com o avanço da supressão vegetal nas encostas do município.

Devido à sua localização estratégica, durante esse período, Paraty garantiu importante posição, inclusive os metais preciosos de Minas Gerais que eram escoados para Portugal passavam primeiro pelo seu porto (MELLO, 2002, p. 06). Por essa época “o caminho marítimo-



terrestre por Paraty, onde era vencida a serra do Facão pela antiga trilha guaianá, era o único que existia ligando o Rio de Janeiro a zona das minas recém-descobertas” (SOUZA, 1994, p. 12). Aproximadamente no final do século XVII foi iniciada a abertura de uma nova estrada, ligando a cidade do Rio de Janeiro às minas, pela Serra dos Órgãos e mais tarde este caminho veio a ser chamado de Caminho Novo (RIBAS, 2003, p. 37). Com a abertura, no ano de 1855, da Estrada de Ferro D. Pedro II, garantindo o acesso do vale do Paraíba ao Rio de Janeiro e encerrando a prosperidade de Paraty, pois nessa conjuntura os produtos oriundos do vale do Paraíba passaram a ser transportados para o porto do Rio de Janeiro através da nova ferrovia (SOUZA, 1994, p. 57).

Por um decreto datado de 30 de outubro de 1857, o conselheiro Antônio Nicolao Tolentino – então presidente da Província – determinou aos engenheiros Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer a organização de uma Carta Chorografica da Província do Rio de Janeiro. Impressa em 1863, na forma de litografia, a Carta divide-se em quatro grandes folhas de papel (COTRIM, 2012, p. 101). Ao redor do mapa da Província, aproveitando cada uma das folhas, foram litografadas as plantas das principais vilas e cidades fluminenses. A “Planta da Cidade de Paraty” é essencial para o estudo da evolução urbana local, pois indica importantes remanescentes do século XVIII. Através da sobreposição da imagem da Carta de 1863 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps utilizando técnicas de Cartografia Histórica com o software QGIS, podemos observar com clareza as modificações no contorno da costa da cidade, seu traçado urbano à época e, principalmente, a utilização das margens e conformação da foz do Rio Perequê-Açú, de acordo com a Figura 1:

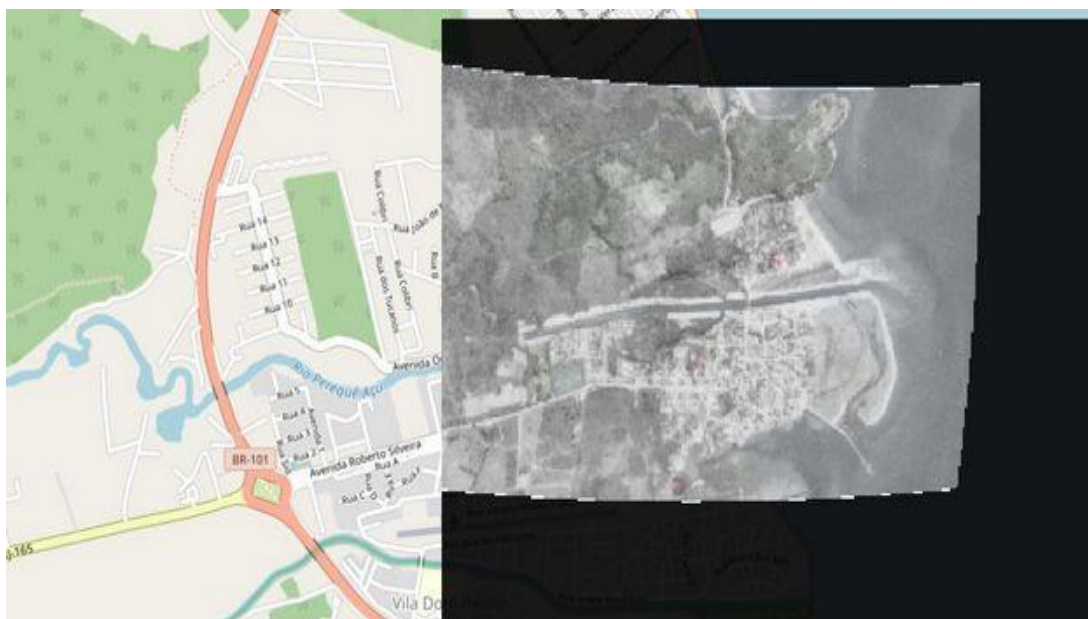
Figura 1: Sobreposição da Carta de 1863 com o atual traçado urbano da cidade de Paraty



Fonte: Elaboração do autor, a partir de Conrad e Bellegarde (1863) e base de dados georreferenciada OpenStreetMaps

Da mesma forma, utilizando as mesmas técnicas de cartografia histórica, mas sobre trechos do Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty, datadas de 1965, obtidas da Força Aérea Norte-Americana (USAF), também comparadas com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps, é possível verificar o traçado urbano em 1965 e sua evolução até os dias atuais, onde já se pode observar o então limite da retificação do rio Perequê-Açú naquela data e seu curso meândrico e sinuoso a montante, onde passava pelo atual bairro do Caborê, de acordo com a Figura 2:

Figura 2: Sobreposição do trecho da sede municipal de Paraty atual e em 1965



Fonte: Elaboração do autor, a partir de ortofoto pancromática 1:25.000 de 1965 (USAF/CPRM) conjugada com a base de dados georreferenciada OpenStreetMaps

## 2. Desenvolvimento

Até o final do século XIX, não havia água encanada em Paraty, e como o seu assentamento estava próximo do mar, não era possível a construção de poços ou cisternas. As construções de dois chafarizes, no Largo da Santa Rita e na atual Praça do Chafariz, tiveram o papel de atenuar tal carência. E assim, isolada, mas com um passado vivo em suas heranças formais e simbólicas, Paraty ficou literalmente esquecida por mais de meio século, até a abertura de de uma precária estrada de terra subindo a serra, em sua maior parte aproveitando o antigo Caminho do Ouro, ligando o município ao Vale do Paraíba no estado de São Paulo. Este isolamento de Paraty, assim como de inúmeros sítios caiçaras do litoral sul fluminense e norte paulista no mesmo período, permitiu a preservação das edificações do sítio histórico, assim como a conservação de um nicho particularmente muito bem preservado de uma cultura particular, material e imaterial e a disponibilização de toda uma paisagem natural em diversos

estágios de alteração e conservação e baixíssima densidade demográfica, serviu como palco de uma sequência de acontecimentos que se constituíram em marcos históricos no desenvolvimento da região.

## **2.1 Projetos de Desenvolvimento Regional -Vetores de Impacto Social e Ambiental**

### **2.1.1 Construção da BR-101**

Aberta ao tráfego em meados da década de 1970, o trecho conhecido como Rio-Santos da rodovia BR-101 foi fator determinante para o fim do isolamento de Paraty: Era uma via moderna de transporte rodoviário. Intensificou-se então a entrada de capital, principalmente estrangeiro, em todos os setores da economia da região, com todas as facilidades permitidas pelo governo, enquanto uma reforma agrária esboçada na década de 1960 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para a região foi deixada de lado (LHOTTE, 1982, p. 19).

Ainda na década de 60, vários fatores vêm tirar o caiçara de seu isolamento. As vias de acesso ao norte paulista são melhoradas. Além da BR-101, a Petrobras se instala na região (com seus Terminais marítimos em São Sebastião e Angra dos Reis) e também as Usinas Nucleares de Angra dos Reis (atraindo pessoas de outras localidades em busca de novos campos de trabalho), fazendo com que pessoas de alto poder aquisitivo busquem outras áreas de lazer (SIQUEIRA, 1984, p. 62).

“Na matéria “As favelas de caiçaras” publicada na revista Veja de 24/12/1975, lê-se que muitos dos caiçaras viviam isolados na praia do Sono, em Paraty, próximas à vila de Trindade, e que não conheciam o dinheiro até a chegada dos especuladores imobiliário. Com a construção da Rio-Santos. A partir do simples projeto da Rio-Santos, os proprietários de terras surgem como que do nada, demarcando áreas enormes a partir de pequenas escrituras, “grilando” terras, expulsando os lavradores com violência e ameaças ou mesmo com ofertas irrisórias a que os lavradores não resistiam, por não conhecer o valor exato do dinheiro. Estes, analfabetos em sua maioria, eram enganados de várias formas, inclusive assinando contratos de arrendamento, meia ou parceria, onde acabavam cedendo seus direitos de posse, sem saber” (BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL, 2017, p. 09).

Após a venda de suas terras, boa parte da população tradicional caiçara mudou com suas famílias para a cidade de Paraty, e só encontraram guarida nos bairros periféricos ou na zona rural do município. Esse processo histórico era baseado no conceito de “Acumulação por Espoliação”, que consistia em:

(...) mercadificação, e a privatização de terra e expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado, em direitos exclusivos de

propriedade privada (...), além de (...) isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo a terra para a corrente principal privatizada (HARVEY, 2004, p. 121-122).

Tal corrente principal privatizada, naquela época, em Paraty se constituiu em um exercício de força e que, em Paraty, teve como um de seus mais importantes vetores o conglomerado capitalista denominado “Atlantic Community Development Group for Latin America” – ADELA (DREIFUSS, 1987, p. 61).

Nenhuma formação foi mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-industrial), que ocorria em meados da década de 50 e princípios da década de 60, do que a ADELA:

“A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações de um *think-tank* encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil for New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (complexo Agnelli). Tal conglomerado foi posto em ação por parlamentares da OTAN e senadores dos Estados Unidos. A ADELA foi registrada no Grão-Ducado de Luxemburgo em setembro de 1964, operando na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru. A organização consolidou-se no fim da década de 60 e, em fins de 1972, os acionistas da ADELA incluíam 240 companhias industriais, bancos e interesses financeiros de 23 países (8 empresas do Brasil). A ADELA foi também capaz de exercer forte pressão sobre os governos dos países onde ela opera. As suas funções são explorar as oportunidades de investimento para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais” (DREIFUSS, 1987, p. 62).

### **3. A Região da Juatinga como Alvo da Acumulação por Espoliação**

As novas formas de capitalismo, que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais. O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista:

Através do seu controle oligopolista do mercado, as companhias capitalistas (Estados Unidos e Europa), o capital financeiro reinava supremo no círculo de hegemonia americana. A maior parte dos investimentos no Brasil era feito por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas ou tributárias. O processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse de terra, o que promoveu o processo de Acumulação por Espoliação na região (DREIFUSS, 1987, p. 62).

### 3.1 Condomínio Laranjeiras

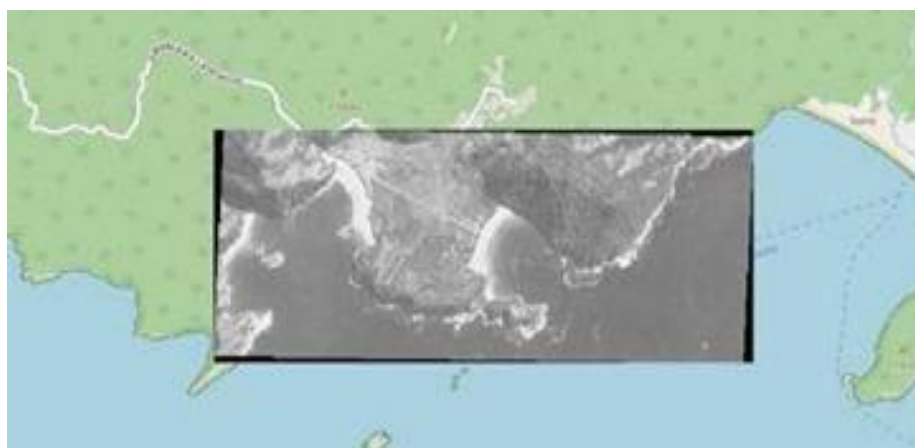
Mas o que determinou o interesse dos grupos econômicos estrangeiros foram os terrenos e as praias da antiga “Fazenda Laranjeiras”, praticamente na divisa dos estados do Rio e São Paulo, para a implantação de um condomínio de grande porte para clientes de altíssimo poder aquisitivo, o Condomínio Laranjeiras, algo sem precedentes no território brasileiro, removendo seus habitantes seculares de suas posses e reassentando-os longe das praias e posteriormente vedando seu acesso a elas e seu entorno mais próximo. A Figuras 3 e 4, abaixo, mostra a região de Laranjeiras antes da implantação do Condomínio.

Figura 3: Fazenda Laranjeiras e seu campo de pouso



Fonte: Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 (USAF/CPRM)

Figura 4: Fazenda Laranjeiras e entorno



Fonte: Elaboração do autor, a partir de ortofoto pancromática 1:25.000 de 1965 (USAF/CPRM) conjugada com a base de dados georreferenciada OpenStreetMaps.

Dessa forma, em uma época onde ainda não havia Legislação Ambiental específica no Brasil (ainda em meados da década de 1970) foi implantado o Condomínio Laranjeiras, com a

“criação” de uma imensa marina privada em um local originalmente ocupado por terras emersas. Como ainda não havia sido criada a figura do EIA/RIMA no Brasil, que só seria exigido após 1986, com a Resolução CONAMA 01, uma grande transformação na paisagem foi efetuada, na época sem avaliação nem quantificação dos impactos ambientais e socioeconômicos, conforme as Figuras 5 e 6, a seguir:

Figura 5: Condomínio Laranjeiras em 1976 com sua Marina recém-construída



Fonte: Administração do Condomínio Laranjeiras

Figura 6: Condomínio Laranjeiras em 2018, ocupado por edificações de condôminos, principalmente ao redor da Marina implantada em meados da década de 70:



Fonte: Google Earth website. Acessado em 09/01/2021

#### 4. Prainha de Mambucaba

A Prainha de Mambucaba, localizada às margens da rodovia BR-101, entre a estrada e o mar encontrava-se praticamente intocada, sem ocupação humana consolidada até pelo menos o ano de 2004. Constituíam-se em uma das raras praias convexas da região, possuindo grande beleza cênica e uma muito bem preservada floresta entre o cordão arenoso e a BR-101. Entretanto, justamente a partir dos anos de 2004/2005, houve invasão desse território por pessoas, que cercaram, impediram o acesso da população em geral e deram início a supressão vegetal e parcelamento do terreno ao arpejo do Poder Público Municipal (não seguiu o Código de Obras do Município), Estadual (pois não havia Licença Ambiental do Órgão Ambiental Estadual INEA) e Federal, pois encontrava-se na área da Estação Ecológica de TAMOIOS, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO).

A partir dos anos de 2004/2005, a região da Prainha de Mambucaba foi intensa e progressivamente invadida e edificada, sem que o todas as esferas do poder público tivessem efetividade em evitar tal impacto, resultando na destruição da cobertura vegetal, interferência com corpos hídricos e parcelamento irregular do solo. É atribuído localmente a uma organização paramilitar espúria difusa denominada genericamente de “Milícia”<sup>481</sup>, que possui a responsabilidade pela invasão, apropriação, parcelamento irregular e gestão paraestatal da região. As figuras abaixo ilustram a situação aqui apresentada, que carece de estudos mais aprofundados para apuração de responsabilidades. As figuras 07 e 08, a seguir, apresentam o padrão insustentável de ocupação da Prainha de Mambucaba.

<sup>481</sup>“Desde que grupos de agentes do Estado, utilizando-se de métodos violentos passaram a dominar comunidades inteiras nas regiões mais carentes do município do Rio, exercendo à margem da Lei o papel de polícia e juiz, o conceito de milícia consagrado nos dicionários foi superado. A expressão —milícia— se incorporou ao vocabulário da segurança pública no Estado do Rio e começou a ser usada freqüentemente por órgãos de imprensa quando as mesmas tiveram vertiginoso aumento, a partir de 2004. Ficou ainda mais consolidado após os atentados ocorridos no final de dezembro de 2006, tidos como uma ação de represália de facções de narcotraficantes à propagação de milícias. Para o delegado Marcus Neves, da 35ª DP, milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e tevê a cabo. Seu mote é a questão financeira, o lucro farto e fácil.” (ALERJ, 2008, p. 34 e 35).

Figura 7: Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 destacando a região da Prainha de Mambucaba em 1965



Fonte: Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 (USAF/CPRM)

Figura 8: Região da Prainha de Mambucaba em 2020, completamente invadida, loteada e ocupada irregularmente



Fonte: Google Earth website. Acessado em 09/01/2021

## **5. O Papel da Legislação Ambiental para a Conservação da Paisagem do Município de Paraty**

Com 81,91% do seu território inserido em Unidades de Conservação (UC's), no ano de 2017, o município de Paraty apresenta um ativo ambiental expressivo (FERREIRA e GUERRA, 2014, p. 857). Estão sobrepostos ao município de Paraty o Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina, primeira Unidade de Conservação do município, implantada em 1971 através do Decreto nº 68.172; Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, criada pelo Decreto nº 89.242, de 1983; Estação Ecológica de Tamoios, instituída pelo Decreto nº 98.864, de 1999; Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), criada pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 1992 e a APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, criada pela Lei Municipal nº 685, de 1984. Todos essas Unidades de Conservação, com as vedações de uso da



terra preconizadas em seus respectivos Planos de Manejo, tiveram também papel importante na função em proteger os ecossistemas existentes no município de Paraty, garantindo a preservação e recuperação de grande parte da paisagem natural do município, preponderantemente nas áreas espoliadas na região da Juatinga.

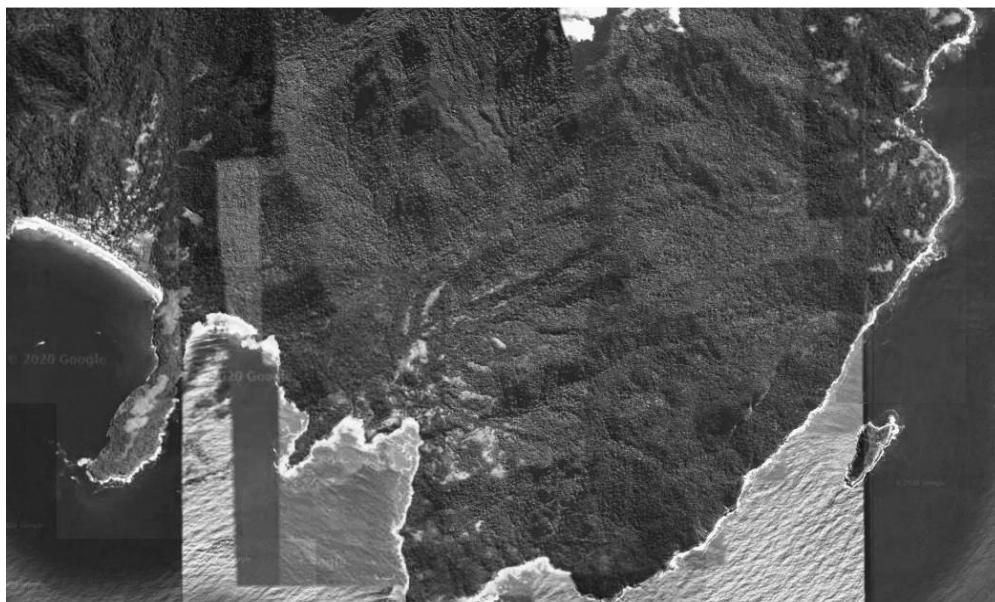
## **6. A Recuperação da Cobertura Florestal do Município de Paraty**

Em 2007, em mapeamento elaborado pela então Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro, foi levantado que mais de 88% da área apresentava uso de Floresta, enquanto apenas 9,13% era destinado a atividades antrópicas – ocupações urbanas de média e baixa densidade e pastagens. Já para o ano de 2012, o uso de Floresta superou 90% (FERREIRA, 2016, p. 37). Pode-se afirmar que as encostas de praticamente todo o município de Paraty, principalmente aquelas localizadas nas regiões correspondentes a Unidades de Conservação, permaneceram sem intervenção humana desde a década de 60 do século XX. Cessou praticamente a agricultura, exceto a de subsistência caiçara e a agricultura familiar, pontual e não impactante. Através da comparação de fotos atuais de uso e ocupação do solo com fotos antigas da região, principalmente com as ortofotos pancromáticas na escala 1:25.000 oriundas do levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Norte Americana (USAF), realizado em 1965 (Arquivo do Autor) fica evidente a regeneração florestal em grandes áreas do município de Paraty, principalmente na região da Juatinga. As Figuras 1, 2, 3, e 4, ilustram de forma a evolução da cobertura vegetal da região Trindade e de parte da Península da Juatinga, no recorte de tempo de 1965 a 2020, através de comparação das imagens de época com imagens atuais obtidas no Google Earth em banda preta e branca, que através da utilização de técnicas de interpretação de imagens e cartografia histórica, terão tais áreas recuperadas e quantificadas oportunamente em estudos específicos por parte do autor. As Figuras 9 e 10, a seguir, ilustram a recuperação da cobertura vegetal na região da Juatinga:

Figura 9: Detalhe da Península da Juatinga, em 1965, com destaque para os trechos com vegetação suprimida nas regiões da Praia do Sono, Ponta Negra e Cairuçu de Pedras, a partir da esquerda.Fonte: Trecho de Ortofoto pancromática 1:25.000 (USAF/CPRM)



Figura 10: Detalhe da Península da Juatinga, em 2021, com trechos revegetados



Fonte: Google Earth Website, acessado em 09/01/2021

## 6. Considerações finais

Além da ação dos Órgãos Governamentais de Proteção ao Patrimônio Histórico e dos Órgãos Ambientais, a recuperação da cobertura florestal das encostas de Paraty também se deu pela vedação de seu uso por parte de seu ocupante tradicional, a população caiçara, pelo medo que os Conglomerados capitalistas e sua grilagem impunham. Estes três fatores em conjunto permitiram que a própria natureza fizesse seu papel, com as florestas se regenerando naturalmente em áreas antes desflorestadas, principalmente as encostas do litoral do município. Podemos considerar que a Acumulação por Espoliação, apesar de todo o impacto socioambiental provocado, algo abjeto e cujos impactos negativos se refletem até os dias de hoje no município, foi um dos vetores da conservação das paisagens do município de Paraty. Ressalta-se que apesar do ganho ambiental em termos de regeneração vegetal e florestal, na região da Juatinga a aplicação da legislação ambiental também acarretou impactos socioambientais que ainda perduram nos dias de hoje e estão longe de serem solucionados.

## 7. Fontes documentais

USAF/CPRM. *Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty*. Datadas de 1965. Arquivo do Autor

GOOGLE. *Google Earth website* (earth.google.com), acesso em 09/01/2021

## 8. Referências

BRASIL. *Dossiê Patrimônio Misto Mundial. Paraty, Cultura e Biodiversidade*. Proposta de Sítio para a UNESCO. Brasília. Ministério do Meio Ambiente-MMA/Ministério da Cultura-MinC. 120p, 2017

BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL. *PARECER TÉCNICO Nº 236/2017-SEAP*. Comunidade Tradicional. Caiçara. Sobreposição do Parque Nacional da Serra da Bocaina em área caiçara. Paraty/RJ. Análise documental e vistoria.. Rio de Janeiro, 2017

COTRIM, C.R.M. *Villa de Paraty*. Ed. Capivara, Rio de Janeiro, 2012, 272p.

CURY, Isabelle. *A Evolução Urbana e Fundiária de Paraty do séc. XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural*. Vol. I. Tese (Mestrado em Arquitetura), FAU/USP, São Paulo, 2002

DEAN, Warren. *A Ferro e a Fogo*. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. Companhia das Letras, São Paulo, 484p, 1996

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, 814p, 5ª edição, Editora Vozes, 1987.

FEITOSA, Anagesse de Carvalho. *Formas de resistência cotidiana: O caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro*. Tese (Mestrado em Geografia) Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. 2016

- FERREIRA, Stella Mendes. *Efetividade da Legislação Ambiental para a Conservação das Paisagens de Paraty (RJ)*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia/ UFRJ, 2016.
- FERREIRA, Stella e GUERRA, Antonio José Teixeira. *A Lei 12.651/2012 e seus Impactos sobre as Áreas Destinadas à Preservação no Município de Paraty (RJ - Brasil)*. In: Anais do IV Simposio Iberoamericano de Geografia Física. Santiago, Chile. Eje 3 – Planificación y gestión para enfrentar los desastres naturales, p. 853 – 862, 2014.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Companhia das Letras. São Paulo, 507p, 2002
- GURGEL, Heitor e AMARAL, Edelweiss. *Paraty, Caminho do Ouro*. Livraria São José. Rio de Janeiro, 213p, 1973.
- HARLEY, J. B. *A nova história da Cartografia*. O Correio da Unesco, São Paulo, Unesco, ano 19, nº 8, p. 5, ago. 1991.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, 201p, 2004.
- HOTTE, Christine. *Trindade para os trindadeiros*. Tese (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 1982.
- MATIAS, L. F. *Por uma Cartografia Geográfica: uma análise da representação gráfica na Geografia*. Dissertação (Mestrado em Geografia). USP, São Paulo, 1996.
- MELLO, Diuner. *Paraty – Roteiro do Visitante*. Paraty. Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade – Prefeitura Municipal de Paraty. 29p, 2002.
- PAES, Maria Teresa Duarte. *Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ)*. In: Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul./dez. 2015.
- RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Contest Produções Culturais, Paraty, 143p, 2003.
- SIQUEIRA, Priscila. *O Genocídio dos Caiçaras*. 1ª Edição, Massao Ohno – Ismael Guarnelli/Editores, São Paulo, 78p, 1984.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Paraty: a cidade e as festas*. Editora UFRJ. Tempo Brasileiro. 84p., 1994.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ALERJ. *RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (RESOLUÇÃO Nº 433/2008). 282p.

## “O MARFIM DE CADA UM”: USOS EM ESCALA ATLÂNTICA E LOCAL - REINO DE ANGOLA (SÉCULOS XVI A XVIII)<sup>482</sup>

Rogéria C. Alves. Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutora em História;  
(PPGHIS/UFMG)  
rogeriaufmg@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste texto é diferenciar os usos do marfim *in natura*, tendo em vista o Reino de Angola e o espaço comercial atlântico por onde esse marfim circulou. O recorte temporal abrange os séculos XVI a XVIII.<sup>483</sup> Do ponto de vista metodológico, adotou-se a abordagem qualitativa na análise dos dados históricos. O texto está organizado em duas seções principais. A primeira delas concentra-se no estudo do comércio atlântico do marfim *in natura*, a partir do Reino de Angola. É a partir da estruturação desse comércio atlântico e de sua vitalidade ao longo do período em questão, que também pensamos o outro lado dessa história: afinal, para as populações centro-africanas, quais eram os usos desse marfim? Na segunda seção deste texto, buscamos responder a essa questão, a partir da análise dos relatos sobre os usos dessa matéria-prima pelas sociedades centro-africanas. O nosso argumento central é que o marfim *in natura* era utilizado de maneiras muito diferentes no contexto local do Reino de Angola e no espaço atlântico. Essa diferenciação, embora pareça óbvia, ainda não foi objeto de reflexões historiográficas.

**Palavras-chave:** Marfim; Angola; Comércio.

### **O marfim no espaço atlântico: organização do comércio e usos a partir do Reino de Angola**

Caracterizar o funcionamento do comércio atlântico de marfins, a partir do chamado Reino de Angola, é um ponto fulcral nesta proposta de estudo. Há, entretanto, algumas problemáticas com relação ao uso do termo “Reino de Angola” que precisam ser pontuadas. Do ponto de vista geográfico, espacial e político, a administração portuguesa usou nomes e expressões diferentes para nomear a área marcada pela presença portuguesa na África Centro-Ocidental. As designações "Reino de Angola e suas conquistas", “Reino de Angola”, "conquista de Angola" ou simplesmente "Angola" eram algumas dessas alcunhas. Tais definições referiam-se à extensão do domínio português sobre territórios e sociedades, o que era determinado pelo estabelecimento de uma série de contratos de vassalagem com os governantes locais, os sobas. A menção à Angola como um “reino” teria se originado num decreto real de 1571, que ordenava

<sup>482</sup>Este trabalho contou com financiamento dos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto *Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*, PTDC/EPHPAT/1810/2014, entre os anos de 2016 e 2018. Esta pesquisa também foi apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), através da chamada nº4/2018, do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) para servidores efetivos do Estado de Minas Gerais vinculados às instituições de ensino e pesquisa.

<sup>483</sup>Para um aprofundamento das questões apresentadas neste texto, veja: ALVES, Rogéria C. *No rastro do marfim: A circulação do marfim in natura entre Luanda, Benguela, Brasil e Lisboa (1723-1808)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

que o português Paulo Dias de Novais — encarregado de duas missões em Angola, a primeira em 1559 e outra em 1571 — deveria submeter o Ngola (rei).<sup>484</sup>

O uso do termo “reino”, entretanto, advinha de uma acepção europeia e, nesse sentido, a historiadora Mariana Candido argumenta que o chamado Reino de Angola era uma espécie de ambiente imaginado pelos portugueses, que o idealizavam “como se fosse um território distinto, com limites claramente definidos”. Entretanto, essa definição não tinha qualquer significado para as populações locais (CANDIDO, 2014, p. 226). As diferentes sociedades e formações políticas assentadas entre as regiões ao norte do rio Congo até o planalto de Benguela, genericamente denominadas de centro-africanas, interagiam de formas distintas com o aparato administrativo português.<sup>485</sup> Muitas chefias locais (sobas) firmavam acordos políticos e comerciais com os portugueses à sua própria maneira. Contudo, existiram, naquela região, organizações políticas que não estiveram submetidas à jurisdição portuguesa e que foram chamadas, pelas fontes metropolitanas, de “potentados” (ALFAGALI, 2018, p. 42). Muitas dessas organizações mantiveram sua soberania política e econômica, sendo capazes de resistir às tentativas de dominação portuguesa e negociar (SANTOS, 2005, p. 6). Nesse ínterim, Carolina Perpétuo Corrêa defende a existência de um Reino de Angola luso-africano, caracterizado pela debilidade do poder português, pela existência de múltiplas soberanias e pela indefinição das fronteiras (CORRÊA, 2019, p. 56). E minha compreensão sobre esses termos corrobora a visão de Carolina Perpétuo Corrêa sobre a existência de territórios e sociedades que eram condicionadas às formas de disputas, resistência e negociações entre as populações locais e as estrangeiras. Optou-se, nesse sentido, pelo uso dos termos Luanda e Benguela para explicitar que as informações levantadas e os apontamentos desta pesquisa referem-se ao comércio de marfim realizado a partir desses dois portos, como localidades específicas. Sabemos, entretanto, que este marfim podia estar submetido a uma ampla circulação interna pela África Centro-Ocidental, envolvendo diferentes organizações sociais.

<sup>484</sup>Paulo Dias de Novais foi o primeiro português a se tornar governador e capitão-general do chamado Reino de Angola, quando recebeu do rei português D. Sebastião (1568-1578) uma “Carta de Doação”, no ano de 1571, a qual lhe concedia o título de “Governador e Capitão-Mor, conquistador e povoador do Reyno de Sebaste na Conquista da Etiópia ou Guiné Inferior”.

<sup>485</sup>O uso do termo genérico “centro-africanos” para fazer referências às populações que viviam e se organizavam de diferentes formas, na África Centro-Ocidental, ocorre, neste texto, no intuito de mostrar que o comércio de marfim investigado, apesar de estar centralizado no porto de Luanda e eventualmente em Benguela, atingia várias dessas populações, como os vili (habitantes do antigo Reino do Loango), os ovimbundos (povos que viviam ao sul do rio Cuanza, no planalto de Benguela) e os ambundos (povos que habitavam os limites do baixo rio Cuanza e o médio rio Cuango; ao norte se limitavam junto às nascentes do rio Dande e ao sul, chegavam até o rio Longa). In: SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 519-537.

Os contratos dos escravizados e do marfim, instrumentos que regiam a organização administrativa oficial desses tratos, previam a atuação de seus arrematantes por uma extensão territorial ampliada, que escapava à jurisdição portuguesa. O comércio do marfim podia ocorrer nos chamados reinos do Loango, do Congo, de Angola e Benguela. E, embora os próprios textos dos contratos reconhecessem as dificuldades dos contratadores em estabelecer um controle sobre o comércio no Loango e no Congo, é preciso considerar que o marfim exportado por Luanda e por Benguela poderia ser oriundo desses territórios.

A despeito de ser de amplo conhecimento que Loango, Congo, Angola e Benguela eram territórios diferentes, em termos de organização populacional, social, administrativa e cultural, ressalto que, do ponto de vista da administração dos contratos portugueses, podiam ser territórios de origem do marfim pesquisado. Também enfatizo que a influência portuguesa, tanto em termos administrativos quanto em termos socioculturais, atuava em distintas escalas, em cada um desses territórios. Entretanto, ao considerar a possibilidade de o marfim estudado ter circulado por toda essa extensão territorial, compreendo as origens de seu comércio levando em conta as realidades locais. Essa compreensão permite elencar elementos e condições que influenciavam toda a dinâmica comercial prévia à exportação desse marfim por Luanda e Benguela. Dessa forma, havia a possibilidade daquele marfim estar submetido, primeiramente, a uma circulação interna por rotas e caminhos afastados do litoral. Além disso, a circulação fora um fator crucial para a existência do comércio atlântico de marfim, na medida em que determinou a sua disponibilidade e oferta. A origem exata do marfim exportado através dos portos de Luanda e de Benguela não é relatada nas fontes históricas investigadas. Entretanto, sabe-se da existência de uma circulação interna desse marfim por rotas comerciais de longa distância, que alcançavam o Loango e o Congo. Essas rotas também revelavam características importantes do comércio de marfim, como a existência de uma “circulação autônoma”, realizada para além das regras administrativas portuguesas, cujas negociações eram conduzidas pelos centro-africanos e envolviam outros europeus. Nesse sentido, destaco a existência de caminhos e rotas internas de circulação do marfim *in natura* que podem auxiliar na identificação de sua origem e destacar elementos fundamentais para sua disponibilidade e oferta no comércio atlântico. Entretanto, essa circulação interna é muito mais complexa e representa um campo que ainda precisa ser melhor estudado e contextualizado pela historiografia.<sup>486</sup>

<sup>486</sup>Carolina Perpétuo Corrêa realiza um exercício muito significativo de pesquisa no artigo “O comércio de marfim no Presídio de Cambambe - Angola: primeiras décadas do século XIX”, que trata da circulação do marfim *in natura* pelo interior do Reino de Angola. Para saber mais, veja: CORRÊA, 2017, p. 123-164.

Segundo Miller (1988. p. 552-559) e Roquinaldo Ferreira (2012 a, p. 140-142) havia uma espécie de divisão de etapas no mercado atlântico de escravizados a partir de Angola, que compreendia o financiamento, o transporte e a venda final no Brasil. De acordo com essa interpretação, os contratadores, por meio da atuação de seus administradores, relacionavam-se com os comerciantes e negociantes estabelecidos nas zonas costeiras — aos quais forneciam, a crédito, as mercadorias que eram utilizadas nas permutas pelas zonas interiores, chamadas, em muitas ocasiões, de sertões. Esse provimento de mercadorias era uma espécie de nicho de investimento, que garantia a movimentação do comércio e a arrecadação dos valores devidos à Coroa. Assim, esses homens de negócios aproveitavam-se dessa organização para expandir lucros e exercer influência sobre comerciantes e negociantes locais.

Ainda de acordo com esse raciocínio, os contratadores estavam concentrados no financiamento do tráfico e transferiam para os comerciantes e negociantes moradores de Angola os riscos ligados à travessia atlântica, pois a maior parte dos escravizados transportados pertencia aos tais comerciantes e negociantes e não aos contratadores. No tocante aos empreendimentos de transporte, o mercado de fretes seria dominado por traficantes do Brasil. Maximiliano Menz (2019) chama a atenção, entretanto, para a presença de mercadores portugueses nesse mercado e para a grande mobilidade geográfica e econômica que esses sujeitos possuíam. O comércio do marfim *in natura* atrelava-se a todo esse movimento do trato dos escravizados e percorria os mesmos caminhos — sendo negociado a partir das mesmas estruturas administrativas e envolvendo os mesmos agentes. Havia, entretanto, algumas diferenças pontuais entre o trato do marfim e o trato dos escravizados.

O marfim era um monopólio do contratador, de modo que só poderia ser navegado por ele, que também era responsável pelo recolhimento dos impostos sobre sua circulação. Isso significava que todo o marfim *in natura* a ser exportado de forma oficial e por meio dos contratos era negociado por intermédio do contratador. Entretanto, essas eram regras nem sempre obedecidas e que existia um comércio cotidiano e paralelo, no qual o marfim era comercializado com outras nações europeias, o que, segundo Miller, ocorria frequentemente no porto de Ambriz, localizado mais ao norte de Luanda (MILLER, 1988, p. 646).

O marfim *in natura* resgatado nas zonas interiores pelos negociantes/comerciantes podia ser vendido ao contratador, em Luanda ou em Benguela, de acordo com uma tabela de preços predeterminada, que variava conforme a qualidade do marfim e que, de acordo com o texto dos contratos, "era o preço comum". No ano de 1766, o preço pago pelos contratadores para a compra do marfim era de: "[...] 28\$000 por cada quintal da primeira sorte, chamado de Conta



ou de Lei; 16\$000 pelo da segunda sorte, chamado Meão; 8\$000 pelo da terceira sorte, chamado Miúdo ou Escravelho”.<sup>487</sup> A categorização do marfim baseava-se numa classificação que variava de acordo com o peso de cada presa e sua utilidade, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação do marfim para o comércio, em fins do século XVIII (Angola)

QUALIDADE	TIPO	DEFINIÇÃO
Superior	a) Marfim de Lei	O marfim de lei seria a terceira classe, com 32 ou mais arráteis de peso.
Intermediária	b) Marfim de Conta c) Marfim Meão (Meam)	Os marfins meão e de conta seriam a segunda classe, que possuíam de 16 a 32 arráteis de peso; sendo que o marfim de conta era considerado superior ao meão.
Inferior	d) Marfim Miúdo (também chamado Escravelho)	O marfim miúdo corresponderia à primeira classe, com até 16 arráteis de peso.

Fonte: baseado em Correia *apud* Pereira, 2014, p. 295-296.

Segundo o relato do militar Elias Alexandre da Silva Correia, em fins do século XVIII, em Luanda, existiam quatro classes de marfim, cuja classificação variava conforme o peso. O preço dessas pontas de marfim era avaliado com base no peso e nos objetos que podiam ser produzidos a partir das mesmas. Algumas fontes históricas mencionam que o marfim de Conta estava no mesmo patamar de qualidade que o marfim de Lei; outras estabelecem uma distinção entre o marfim Miúdo e o marfim Escravelho. Credito essa variação nas nomenclaturas à possibilidade de "reclassificação" desse marfim *in natura*, considerando as avarias que as presas de marfim poderiam sofrer. Esses estragos podiam ser fendas e rachaduras que, segundo o relato do militar Elias Alexandre, podiam atingir o “âmago da ponta”, de forma que “Elas se reduzem digamos assim a menos quilates, que diminuem o seu preço, segundo o préstimo de que são susceptíveis [SIC]. As de Lei, passam a ser de Conta, as de contas a ser Means, ou inferiores”. Ainda segundo Elias Alexandre, havia um número muito baixo das presas de marfim chamadas de Lei em circulação — que eram consideradas de classe superior, mais pesadas e mais caras — sendo mais comum a circulação das presas de Conta (CORREIA *apud* PEREIRA, 2014, p. 295-296).

<sup>487</sup>Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). PT/TT/CLNH/0051/01 – Cota: Conde de Linhares, maço 51, doc 1. Aviso A [Número] 23, p. 44 a 50 v.

Outra especificidade sobre o comércio atlântico do marfim que esta pesquisa comprova diz respeito ao seu uso como moeda: o marfim podia ser recebido pelos contratadores como forma de pagamento dos direitos dos escravizados. Carolina Perpétuo Corrêa também menciona esse tipo de uso nas relações estabelecidas entre os diferentes agentes do comércio pelo interior de Angola (CORRÊA, 2017, p. 139). O uso do marfim como moeda atesta sua importância e capilaridade, em termos econômicos, para a Coroa Portuguesa.

Via de regra, o marfim *in natura* era embarcado nos navios negreiros e seguia a rota dos escravizados, alcançando Brasil e Lisboa, sendo majoritariamente comercializado na capital portuguesa. Nesse sentido, é também importante mencionar outro uso do marfim *in natura* no contexto do comércio atlântico. As presas de elefantes (marfim) faziam parte do grupo de materiais que caracterizava as embarcações negreiras, o que ocorria, também, por razões práticas: o marfim era pesado e funcionava como lastro, que era posicionado no fundo das embarcações para lhes conferir equilíbrio, conforme mencionado num ofício datado de 11 de julho de 1788 (OSÓRIO, 2016, p. 41).<sup>488</sup>

### **O marfim na África Centro-Ocidental (Séculos XVI a XVIII): usos locais**

O objetivo desta seção é identificar mudanças observadas em relação a presença dos elefantes e do marfim e seus usos nas sociedades africanas estabelecidas nos territórios abrangidos pelos contratos. Tais aspectos são vistos a partir de três pontos essenciais: a existência de elefantes em abundância naqueles territórios; as práticas de caça a esses mamíferos e os usos locais do marfim. Nesse sentido, ressaltamos que é preciso diferenciar os usos do marfim pelas populações centro-africanas do uso estabelecido pelo comércio atlântico.

Mariana Candido (2013a, p. 118) ressalta a necessidade de considerarmos como a demanda atlântica, não só por seres humanos, mas por produtos como cera, marfim, urzela, peles de animais e minerais, alterou valores econômicos e conferiu uma nova dimensão aos mercados do litoral e do interior. Isabel de Castro Henriques (1997, p. 335) pontua que a relação entre africanos, europeus e elefantes sofreu mudanças significativas ao longo do tempo — como a alteração no paradigma da caça aos elefantes, que se tornou comercial — e teria, até mesmo, determinado a mudança da função do animal. Defendo que, para compreender tais mudanças, é preciso analisar as funções dos elefantes e do marfim localmente, em um cenário anterior à sua explosão comercial como mercadoria atlântica. Essa análise foi realizada com base nas

<sup>488</sup>Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Angola, cx. 73, doc. 30. Ofício de Rafael José de Sousa Correia de Melo, 1788.

fontes de origem europeia — especialmente os relatos de viajantes, militares e religiosos, cujos olhares não estiveram apartados de visões de mundo essencialmente europeias, baseadas em valores e doutrinas cristãs — que revelam as mudanças e impactos socioambientais que o comércio de marfim engendrou naquelas sociedades.

Todos os relatos mapeados acerca das formas de obtenção do marfim, bem como sobre o uso de partes dos corpos dos elefantes pelos centro-africanos, são distintos temporalmente e fazem referência a diferentes espaços físicos. Há, contudo, um ponto bastante comum entre eles: não se preocupam em destacar quem eram os agentes históricos responsáveis pela extração direta do marfim. E há poucas menções sobre as formas de captura dos elefantes. A julgar pelo contexto histórico, infiro que esses agentes eram os centro-africanos, que dominavam as técnicas de captura e execução dos elefantes e de extração do marfim. Essa participação basilar dos centro-africanos ocorreu, especialmente, antes da utilização de armas de fogo que fossem eficazes na caça a esses grandes mamíferos. Com relação ao uso de outras partes dos corpos dos elefantes, há relatos, de distintas natureza e temporalidade, que apontam para usos variados e que associam, de modo geral, a figura dos elefantes a ideias de ancestralidade e poder. Nosso intuito, ao elencar estes relatos, é demonstrar uma dispersão dessas informações que, ainda assim, são as únicas possíveis para abordar o tema. Dessa forma, contribuímos, também, para apontar as lacunas de pesquisas acerca da temática.<sup>489</sup>

Desde o século XVI, a abundância de marfim na África Centro-Occidental chamou a atenção dos portugueses. Relatos históricos, produzidos por missionários, viajantes e militares, mencionavam a presença de marfim e elefantes nos territórios abrangidos pela administração dos contratos. A historiografia também já se ocupou de algumas abordagens relativas ao uso do marfim nesses territórios, embora o tenha feito de forma pontual. Nesse sentido, é importante verificar como as populações locais se relacionavam com essa matéria-prima, pois tal exercício nos permite contextualizar o comércio atlântico do marfim e compreendê-lo a partir de suas características próprias, reconhecendo a sua proporção e fins de sua utilização pelas distintas sociedades que estiveram em contato com seu trato.

Os relatos históricos sobre os chamados reinos de Angola e Benguela registraram a abundância de marfim e também de elefantes nesses territórios. O documento "Informação

<sup>489</sup>O pesquisador Carlos Almeida, atualmente, pesquisa os relatos históricos acerca da presença dos elefantes e dos usos feitos pelos centro-africanos de partes do corpo do animal e também das produções dos *mpungi*, entre os séculos XV e XIX. Há um artigo de sua autoria que, em breve, será publicado em: HORTA; ALMEIDA; MARK. *African Ivories in the Atlantic World, 1500-1900*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021 (no prelo).

sobre o Reino de Angola", reunido na Monumenta Missionária Africana (MMA), é um exemplo nesse sentido. Redigido no século XVI, o relato tem a autoria atribuída a algum dos companheiros de Paulo Dias de Novais. Nessa fonte, mencionava-se que “[...] temos indícios de que pelo sertão há ouro e cobre muito fino e muito marfim: — A terra é muito fértil de mantimentos." E prosseguia:

Tem mais a terra d’Angola muito marfim, por causa dos muitos elefantes que há, muito sândalo que há na província Ungo, contra a parte que parte com Benguella. E assim do mesmo Reino de Benguella vem muita quantidade de sândalo, e cobre, e começam a resgatar prata (BRÁSIO, 1988, Vol. 15, documento 139, p. 366).

Em *História Geral das Guerras Angolanas* também é mencionada a presença dos elefantes (CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 246). Os elefantes eram chamados pelos ambundos de *zamba* (também grafado *nzamba*). Cadornega (1972, Tomo III, p. 90-92) descreveu detalhadamente que os elefantes causavam espanto aos locais, pelo tamanho que tinham e pelo enfrentamento que faziam até mesmo dos crocodilos.

Em *Descrição Histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, de autoria do missionário capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo — editada, pela primeira vez, em Bolonha, no ano de 1687 — é mencionado que o elefante era chamado pelos muxicongos de *nzau*.<sup>490</sup> Cavazzi relata que os elefantes da região de Angola eram abundantes e de:

“[...] desmedido o tamanho e quase indomável a selvajaria. Só pela pata, arredondada e de 6 e 7 palmos de circunferência, se compreende a proporção deste colosso. Um dente dos maiores constituiria pesada carga para seis escravos. [...]Um morador de Massangano contou-me que, não longe daquela vila se vira um elefante levantar, com a probóscida, dois escravos, ambos acorrentados e lançá-los sobre um embodeiro, árvore de extraordinária altura (CAVAZZI, 1965, p. 59-60).

Os métodos de caça aos elefantes também são mencionados. Segundo o padre Cavazzi (1965, p. 59-60), para matar os elefantes, “os naturais usam da astúcia e das armas”, como lanças e arcos fortíssimos: “A cilada consiste em cavar uma grande fossa, proporcionada à fera, de maneira que o elefante, caindo por si mesmo no buraco, fique sem esperança de sair”.

Para a região do Congo, a obra *Relação do Reino do Congo e das terras circunvizinhas* — composta em 1589 e publicada em 1591, escrita pelo humanista italiano Filippo Pigafetta, a

<sup>490</sup>Cavazzi chegou em Luanda em fevereiro de 1654 e ficou até o mês de setembro de 1667, tendo regressado mais tarde, no ano de 1673 — quando foi nomeado prefeito das Missões. Nessa ocasião, permaneceu até o ano de 1676, quando adoeceu.

partir do relato do comerciante português Duarte Lopes (cristão-novo que chegou a Luanda em agosto de 1578, fugindo das pressões da inquisição portuguesa e espanhola) — menciona que os elefantes eram os "primeiros animais a se encontrarem naquela comarca (*Matamba*), os quais nascem em todo o reino do Congo". Duarte Lopes (1951) ressaltava que alguns desses animais eram enormes, viviam em torno de 150 anos e suas presas podiam chegar a pesar um pouco mais de 60 quilos.

No Loango, o relato do cientista Samuel Brun, que esteve na região por volta de 1610, afirma que a obtenção dos dentes dos elefantes acontecia de forma inusitada: “esses elefantes mudam os dentes deixando-os cair quando estão velhos”.<sup>491</sup> Há, contudo, algumas controvérsias nesse relato. Nos elefantes, as presas de marfim são o par de dentes incisivos superiores — que continuam a crescer durante todo o tempo de vida do animal e, por isso, equivalem à idade do mesmo (CHAIKLIN, 2010, p. 530). Os elefantes possuem dentes molares que são substituídos naturalmente ao longo da vida, em ciclos que acompanham o desenvolvimento do animal e sua necessidade alimentar. Entretanto, não há troca natural dos dentes incisivos, que são as famosas presas de marfim. Nesse sentido, havia a possibilidade do marfim ser oriundo da perda acidental dos dentes — o que, segundo Duarte Lopes, podia ocorrer quando os elefantes tentavam desenraizar árvores e as entalavam com as presas de marfim, na intenção de arrancá-las, para se alimentarem das folhas e ramos. Assim, ocasionalmente, podiam perder algum dos dentes incisivos (LOPES e PIGAFETTA, 1951, p. 61). Outra possibilidade era a obtenção do marfim a partir dos corpos de elefantes mortos naturalmente, tal como relatava o governador de Angola, no ano de 1776, afirmando que os marfins daquela região eram, muitas vezes, retirados dos elefantes que "morriam por velhice ou por fome, causada pela esterilidade do pasto e pela falta de chuvas regulares."<sup>492</sup>

Para a região de Benguela, a historiadora Mariana Candido (2013 a, p. 42 e 72) ressalta que as iniciativas de ocupação portuguesa se relacionaram diretamente com os rumores sobre a fartura de depósitos minerais e a oferta de marfins e cativos. Candido destaca, ainda, que, na década de 1670, apesar dos esforços metropolitanos no envio de funcionários para fiscalizar as

<sup>491</sup>Segundo Beatrix Heintze, Samuel Brun nasceu na Basiléia (atual Suíça), em 19 de março de 1590. Realizou cinco grandes viagens à África e ao Mar Mediterrâneo, entre 1611 e 1621 (HEINTZ, 2010, p. 155). Heintze menciona que Brun visitou a região compreendida entre o sul do Congo/Zaire, Luanda, e toda costa do Loango, no norte. Seus relatos mais ricos se referem à Costa do Loango. Para saber mais, consulte: HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em Angola (1611-1954)*. Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência. Tradução Rita Coelho-Brandes e Marina Santos, 2010, p. 60.

<sup>492</sup>AHU. Angola, cx.61, doc. 15. OFÍCIO do [governador e capitão-general de Angola] D. António de Lencastre, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], Marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo] sobre a diminuição das receitas dos direitos do marfim, 1776.

transações comerciais, “havia mais marfim e escravos do que os comerciantes podiam lidar ou as autoridades podiam exportar”.

Cavazzi relatava que a cauda do elefante era bastante desejada na região de Angola, sendo que duas caudas possuíam o valor de um escravizado. As cerdas grossas dessas caudas, chamadas de *nduro*, naquela região, serviam como enfeites para pescoço, braços, pernas e peitos (CAVAZZI, 1965, p. 59-60). Em relação à região do Congo, Duarte Lopes (1951, p. 60) menciona que os pelos das caudas dos elefantes eram fortes como cordas e que valiam o preço de dois ou três escravizados.

O uso e o comércio de partes dos corpos de elefantes para a região em questão já foram objetos de reflexão de alguns trabalhos historiográficos. Segundo Beatrix Heintze, os pelos das caudas dos elefantes (chamados *xinga* em kimbundu e *muxinga/mixinga* no plural) eram muito admirados e tinham um lugar especial no comércio local dos portugueses, sendo que as *mixinga* serviam, nas feiras portuguesas, como mercadorias de troca na compra de escravizados. E eram também utilizadas como enfeite de cabeça.<sup>493</sup>

No Loango, segundo Pyillis Martin, os pelos da cauda dos elefantes possuíam o valor de joias e quanto mais compridos fossem, mais alto era o seu valor. Na província de Kesock, esses pelos possuíam lugar de destaque entre os produtos negociados na região e eram aceitos como forma de pagamento dos tributos devidos à aristocracia tradicional do Loango (MARTIN, 2010, p. 32 e 40). Ademais, havia um comércio desses pelos entre Loango e Luanda, que era operado pelos portugueses, ainda no século XVII (MARTIN, 2010, p. 61-62). A *xinga* também servia para fabricar enxota-moscas que, em muitas localidades, constituía-se num símbolo de poder. É importante mencionar que, para extrair os pelos das caudas dos elefantes, não era preciso matá-los ( LOPES; PIGAFETTA, 1951, p. 60-61; HENRIQUES, 1997, p. 336). Tais reflexões, contudo, estão limitadas ao papel que as *mixinga* assumiam para o comércio interno, sendo pouco específicas quanto ao significado de seu uso para as populações locais.

O historiador Alexandre Bittencourt Marques (2019, p. 241) apresenta, em seu estudo sobre as relações estabelecidas entre Pernambuco (Brasil) e o Reino de Angola, o uso de partes do corpo dos elefantes como medicamentos. Segundo o pesquisador, era comum o uso do óleo e da pedra-bazar do elefante, no século XVIII. O óleo de elefante era usado para asma, já a

<sup>493</sup>Kimbundu, também grafado como kimbundo, é a língua falada pelos ambundos — também conhecidos por quimbundos ou mbundos, que são o segundo maior grupo étnico de Angola, depois dos umbundos. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Estudos sobre fontes, métodos e história. Trad. Marina Santos. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2007, p. 592-593.

pedra-bazar era usada contra febres. Essa pedra era uma bola, do tamanho de um ovo, que se encontrava no estômago de elefantes mortos, sendo mais comum em elefantes mais velhos.

Alencastro (2000, p. 252) sugere o uso da carne de elefante como alimentação para os escravizados, durante as travessias atlânticas, no século XVII. Baseado no relato de Cadornega (1972, Tomo III, p.341), o autor pondera que esse tipo de carne era consumido nos tumbeiros, juntamente com as carnes de boi, hipopótamo e baleia. Embora seja muito interessante pensar sobre esse uso do animal, o autor não aprofunda sua análise ou apresenta mais evidências documentais nesse sentido. Já na região do Loango, o consumo da carne de elefante era popular entre os vili, habitantes da província de Mayumba (MARTIN, 2010, p. 61).

Com relação ao uso específico do marfim, Phyllis Martin, com base nos relatos históricos de Samuel Brun, Olfert Dapper e Andrew Battell, menciona que, no Loango do século XVII, o marfim era usado para assinalar as sepulturas dos maloangos; no pagamento de alguns tributos e sob o formato de objetos lavrados, como braceletes, facas, pratos e instrumentos musicais (trombetas de marfim).<sup>494</sup>

Embora haja relatos sobre o uso das presas de elefantes em Angola, especialmente sob o formato de objetos lavrados em marfim, tendo em vista os séculos XVII e XVIII, não foram encontrados registros sobre as formas de extração desse marfim tampouco sobre as formas de produção dos objetos. Por outro lado, há uma recorrência sobre o uso de trombetas lavradas em marfim em Angola, no Congo e no Loango, ao longo dos séculos XVII e XVIII (também chamadas, nas fontes históricas, de trompas, olifantes, pongos, *mpungi*, *zi-mpungiu pungu*). Essas trombetas, embora apresentassem particularidades conforme o seu local de produção, podem ser genericamente definidas como uma espécie de instrumento musical de sopro, utilizado em contextos políticos locais para demonstrar poder e prestígio (SOARES, 2017, p. 33).

Segundo Antonio da Gaeta, que esteve no Reino de Angola junto com Cavazzi, em 1654, havia a presença de trompas feitas de "dentes de elefantes" na corte da rainha Nzinga.<sup>495</sup> E, em

<sup>494</sup>Olfert Dapper foi médico e escritor, nascido em 1636, autor de *NaukeurieBeschrijvinge der AfrikaenscheGewesten*. A obra foi produzida a partir de relatos de religiosos e outros exploradores. Andrew Battell foi um viajante de origem inglesa, autor de um dos principais relatos sobre Angola e as regiões adjacentes. O maloango era a figura principal na estrutura do reino do Loango, legislador supremo e protetor do povo, considerado a máxima instância de todas as atividades administrativas, em nível local e nacional.

<sup>495</sup>Njinga a Mbande (1581-1663), rainha do Ndongo e do Matamba, marcou a história de Angola do século XVII. Jinga Mbande Gambole, Ana de Sousa, Ngola Kiluanje e Ngola Jinga Ngombe e Nga — esses são todos os nomes adotados por Njinga em diferentes circunstâncias de sua longa vida, na qual testemunhou e vivenciou ativamente mudanças profundas, de origem externas, mas também internas ao continente africano. Para conhecer mais sobre sua história, recomenda-se a leitura de: HEYWOOD, 2019.

*História Geral das Guerras Angolanas*, Cadornega também enfatiza o uso das cornetas de marfim como insígnias reais. Há algumas interpretações historiográficas sobre a presença dos *mpungi* de marfim para a região de Angola, como é o caso do estudo de Patrick Graille (2014) sobre a música e a dança nos séculos XVII e XVIII. Graille argumenta que existiram vários tipos de *mpungi*, feitos em madeira e adornados com pedaços de marfim, embora não apresente referências ou aprofunde as reflexões sobre a produção dessas peças. Para o pesquisador, os *mpungi* também estariam ligados à ideia de poder político e seriam usados em eventos específicos: recepção de casamento, enterro, culto aos antepassados, contexto bélico, entre outros. Já o antropólogo José Redinha (2009, p. 247) afirma que as trompas de marfim de elefantes estiveram presentes na região mais ao norte do Reino de Angola, Cabinda, onde eram apreciadas pelo seu tamanho, sendo que algumas chegavam a medir mais de 1,50 metros e eram ricamente ornadas. Embora cada um desses estudos estejam preocupados com temporalidades históricas distintas, tanto Graille quanto Redinha não investigaram as formas de produção desses instrumentos.

A historiadora Mariza de Carvalho Soares (2017, p. 47-48) ressalta que, na Angola atual, o olifante é um instrumento musical de grande importância cultural, sendo, para os *bakongos*, um instrumento musical cuja função é a atualização do poder político. Sobre a escassez de registros acerca da produção dessas peças, Soares é pioneira ao aventar duas hipóteses: a) as oficinas de produção de peças em marfim não foram localizadas pelos arqueólogos; e b) o trabalho de entalhe em marfim para feitura do *mpungi*, de braceletes e de outras peças era feito em número reduzido, por artistas altamente qualificados e não por oficinas coletivas, como era no caso do cobre.

Mas havia, também, o uso local de outros objetos lavrados em marfim. José Redinha é o único pesquisador que menciona o uso de pequenas máscaras de marfim, de poucos centímetros de comprimento, pelos bapendes, habitantes da região ao norte de Angola.<sup>496</sup> Segundo Redinha, as máscaras eram utilizadas como um adorno peitoral, embora o autor não forneça maiores informações sobre a sua simbologia ou mesmo sobre a origem desse uso. O historiador João Baptista Gimé Luís (2016, p. 103) mencionou que, em Ngoyo e Kakongo, ao norte do rio Congo, o marfim era matéria-prima para fabricação de objetos que simbolizavam o poder magnânimo de reis e nobres — embora não tenha se detido em analisar minuciosamente a presença e a simbologia desses objetos. Gimé Luís pontua, ainda, que havia um uso

<sup>496</sup>Segundo José Redinha, esse povo teria emigrado para o norte do território angolano, para além de suas fronteiras, ainda em início do século XVII.



disseminado das cerdas da cauda dos elefantes; dos *zimpunji* (trompas de dentes de elefantes); das *bimpaba* (cutelo) e dos *koko* (cetro) elaborados em marfim, que estavam presentes nas insígnias e distintivos dos nobres. O pesquisador Carlos Serrano (1983, p. 52), em análise mais apurada sobre as insígnias de poder no Ngoyo, destaca que o rei possuía uma indumentária que o diferenciava, além de outros símbolos de autoridade que lhe eram entregues no momento da entronização. Entre eles estavam o duplo sino (*ngonge*), os braceletes (*lunga*), as trompas de marfim (*zimpunji*), os tambores pequenos (*kula*) e os grandes (*ngoma*). Já o Mamboma, o primeiro dignatário do governo de Mangoyo, distinguia-se pelo uso do colar de pelos de elefantes. Na região de Cabinda, o marfim também foi utilizado como matéria-prima para fabricação de outro símbolo de poder, a *kimpabala*, uma espécie de cutelo, que poderia também ser produzida em metal.

A historiadora Cécile Fromont (2014, p. 73) relata a circulação de crucifixos e rosários fabricados em marfim, que circularam entre Congo e Angola, ainda no século XVI.<sup>497</sup> Fromont esclarece que algumas dessas peças eram feitas de marfim ou "de dentes de hipopótamos" e que, certamente, eram de fabricação local. Havia também, no Reino do Congo, a circulação de pequenas esculturas religiosas em marfim, como as representações de Santo Antônio, elaboradas entre os séculos XVII e XVIII.<sup>498</sup> Essas esculturas eram utilizadas como uma espécie de amuleto, os chamados "*Toni Malau ou Dontoni Malau*", usados como protetores para ataques de inimigos ou intercessores para a sorte de seus possuidores.

O relato histórico do militar Elias Alexandre, ao final do século XVIII, mencionava que havia pouco uso do marfim em Luanda, com a presença de alguns "jogos de tabolas" e de copos elaborados em marfim para "deitar os dados".<sup>499</sup> No ano de 1788, Elias Alexandre mencionava a presença de dois penteeiros (fabricantes de pentes em marfim) em Luanda, mas, segundo o militar, eles não obtiveram grandes lucros sobre o seu ofício naquela região, face à concorrência estabelecida pelas fábricas de Lisboa.<sup>500</sup>

<sup>497</sup>Sobre a produção das esculturas de marfim no Congo, veja: FELIX, Marc L. *White gold, black hands. Ivory sculpture in Congo*. Qiqihar, Heilungkiang, China: Gemini Sun, 2012 (8 Volumes).

<sup>498</sup>No final do século XVIII, na mesma região, surgiu o movimento religioso conhecido como Antonianismo, liderado por Beatriz Kimpa Vita – que se dizia possuída por Santo Antônio e pregava a pacificação e a reunificação do reino do Congo. Informação disponível em: SOUZA, 2002, p. 81.

<sup>499</sup>Em artigo pioneiro sobre a presença dos marfins em Minas Gerais, no período colonial, Santos e Alves (2017, p. 266) mencionam a presença dos mesmos objetos: foram encontrados tabuleiros com jogos de tabola de marfim com dados e também um copo, que serviria para lançar os dados durante o jogo. Veja: ALVES, Rogéria. C.; SANTOS, Vanicléia S. A arte em marfim nas Minas Setecentistas: o perfil dos proprietários de tornos de rede angolanos, botões, sinetes, imagens religiosas e outros objetos de marfim. In: SANTOS, Vanicléia S. (Org). *O marfim no mundo moderno: comércio, circulação, fé e status sociais* (séculos XV-XIX). 1 ed. Curitiba: Prisma, 2017.

<sup>500</sup>A história da Real Fábrica de Pentes de Marfim, Caixas de Papelão e Vernizes, instalada em Lisboa, no ano de

Os relatos históricos e os estudos historiográficos sobre a presença dessa matéria-prima nas distintas sociedades localizadas nos territórios do Loango, Congo, Angola e Benguela apontam para os usos em circunstâncias específicas e, predominantemente, sob o formato de objetos lavrados em marfim. Contudo, essas fontes não nos permitem verificar a autoria dos objetos e pouco dizem sobre os significados dos usos do marfim.

### **Apontamentos finais**

A comparação que estabelecemos nesta pesquisa nos permite alguns apontamentos contundentes sobre os diferentes usos do marfim. De antemão, ressalto que a construção desta pesquisa não ocorre de forma linear, mas é constituída num movimento reverso. O estudo que empreendo sobre o marfim *in natura* que fora comercializado a partir do Reino de Angola parte das informações sobre a organização desse trato comercial, operado a partir de uma lógica europeia. O trato do marfim, ocorrido em sintonia com o tráfico de escravizados, é ponto basilar de nossa análise e a investigação sobre suas características, estrutura administrativa e dinâmica é que permite uma leitura a contrapelo das fontes históricas, na busca pela participação dos centro-africanos nesse movimento. Desse ponto de vista, aponte a existência de um movimento interno ao continente africano, no tocante à circulação do marfim que fora comercializado a partir dos portos de Luanda e de Benguela. Explícitei que a organização do contrato dos marfins previa a possibilidade de obtenção dessa matéria-prima em uma extensa faixa territorial da África Centro-Ocidental, envolvendo Loango, Congo, Angola e Benguela. Também demonstramos que o uso do marfim, nesse contexto comercial atlântico, sustentava-se por razões econômicas (*commodity* e moeda) e práticas (lastro dos navios).

Com relação à utilização dos marfins pelos centro-africanos, aponte seu uso sob a forma de objetos ligados a contextos de poder político e prestígio social e econômico. Além disso, demonstrei como as populações centro-africanas viam e se relacionavam com os elefantes, sendo também consumidoras de outras partes dos corpos desses mamíferos. Nesse sentido, ressalto que o uso do marfim pelas populações centro-africanas locais, estabelecidas na extensa área abrangida pelos contratos, obedecia a uma dinâmica própria e diferente daquela estabelecida pelo mercado atlântico do marfim *in natura*, que estava alicerçada nos princípios administrativos portugueses e que objetivava exportar o marfim em larga escala.

1764, e das demais fábricas que trabalhavam com o marfim, no século XVIII, na capital portuguesa, foi objeto de estudo da já referenciada tese de doutorado: Alves, R. C. “No rastro do marfim”.

Assim, os usos do marfim em escala atlântica e em contexto local revelam fins diferentes: de um lado, o consumo local do marfim relacionava-se com os usos pontuais dessa matéria-prima em determinados contextos e com significados próprios; do outro lado, estava a demanda atlântica pela matéria-prima e o consumo em larga escala, integrando uma lógica de mercado paralela ao tráfico de escravizados.

## Referências

- ALENCASTRO, Luís F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALFAGALI, Crislayne G. M. *Ferreiros e fundidores da Ilamba*. Uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). Luanda: Fundação Dr. Agostinho Neto, 2018.
- CADORNEGA, António de O. de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Volumes 1 e 2. Lisboa: 1972, Tomos I e III.
- CANDIDO, Mariana P. Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola. In: SERRÃO, José Vicente *et al.* (Ed.). *Property rights, land and territory in the European Overseas Empires*. CEHC/ISCTE-IUL: Lisboa, 2014.
- \_\_\_\_\_. *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*. New York: Cambridge University Press, 2013a.
- CHAIKLIN, Martha. *Ivory in World History*. Early Modern Trade in Context. History Compass. 8/6, 2010.
- CORRÊA, Carolina P. *Cambambe: Angola no contexto do comércio atlântico de escravizados (1790-1850)*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- \_\_\_\_\_. O comércio de marfim no Presídio de Cambambe - Angola: primeiras décadas do século XIX. In: SANTOS, V. S. (Org.) *O marfim no mundo moderno*. Comércio, circulação, fé e status sociais (séculos XV - XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- CORREIA *apud* PEREIRA, Magnus. R. M. *Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola*. Coleção Ciência e Império. vol. 3. Curitiba: UFPR, 2014.
- FERREIRA, Roquinaldo A. *Dos sertões ao Atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola (1830-1860)*. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2012a.
- FROMONT, Cecile. *The Art of Conversion: Christian Visual Culture in the Kingdom of Kongo*. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 2014.
- GRAILLE, Patrick. La Musique et la danse illustrées em Angola, XVII e XVIII siècles. In: PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevam. C. (Orgs.) *Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas*. São Paulo: Intermeios, 2014.
- HENRIQUES, Isabel C. *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997.
- LOPES, Duarte; PIGAFETTA, Filippo. *Relação do Reino de Congo e das terras circunvizinhas*. Tradução de Rosa Capeans. Agência Geral do Ultramar. Lisboa, 1951.

- LUÍS, João. B. G. *O comércio do marfim e o poder nos territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango: 1796-1825*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa, 2016.
- MARQUES, Alexandre Bittencourt L. *No coração das terras. Os Sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império Português (1750-1808)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Évora. Évora, 2019.
- MARTIN, Phyllis M. *O comércio externo da Costa do Loango (1570-1860): Impacto das Mudanças Comerciais no Reino Vili do Loango*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2010.
- MENZ, Maximiliano M.. Uma comunidade em movimento: os traficantes de escravos de Lisboa e seus agentes no Atlântico, c. 1740-1771. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, vol. 37, Jul-Dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/242109>. Acesso em 02 jan. 2021.
- MILLER, Joseph C. *Way of death: Merchant capitalism and the angolan slave trade 1730-1830*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.
- OSÓRIO, Inês. M. *O transporte de escravos no Atlântico: a arqueação dos navios negreiros*. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2016.
- REDINHA, José. *Etnias e culturas de Angola*. Edição Fac-similada. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.
- SANTOS, Catarina M. S. *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750- c.1800)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2005.
- SANTOS, Vanicléia S. (Org.). *O marfim no mundo moderno: comércio, circulação, fé e status sociais* (séculos XV-XIX). 1 ed. Curitiba: Prismas, 2017.
- SERRANO, Carlos H. M. Poder, símbolos e imaginário social. In: *Angola: Os símbolos do poder na sociedade tradicional* (Número comemorativo da exposição). Coimbra: Centro de Estudos Africanos, 1983.
- SOARES, Mariza de C. O mpungi nas fontes portuguesas sobre o Congo, 1483-1512. In: SANTOS, V. S. (Org.). *O marfim no mundo moderno. Comércio, circulação, fé e status sociais* (séculos XV - XIX) 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

# APRESAMENTO DE NAVIOS ALEMÃES PELO BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA: A VERSÃO DOS JORNAIS CATARINENSES

Rogério Augusto Bilibio. Doutor em História – UPF. [rogerio.bilibio@unoesc.edu.br](mailto:rogerio.bilibio@unoesc.edu.br)

**Resumo:** Durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil se manteve, na maior parte do período, em posição de neutralidade. Esta foi rompida, em 1917, por conta do torpedeamento de navios brasileiros por ação germânica. Contudo, este não foi o único incidente envolvendo Brasil e Alemanha na questão naval. Houve também, por parte do Brasil, a captura e posse de navios alemães que estavam em águas brasileiras. Ao todo, foram 44 navios apresados, que foram rebatizados com nomes brasileiros, totalizando mais de 240 mil toneladas. Os navios tiveram destinos diversos, mas a maioria foi incorporada ao governo brasileiro. Os motivos, os argumentos e as consequências deste ato, para o cenário da guerra e para a diplomacia brasileira são aqui abordados, tendo como fio condutor as matérias publicadas pelos jornais catarinenses, notadamente *O Dia* (de caráter germanófilo), *O Clarão* (de caráter anti germânico) e *o Estado*, de natureza mais neutra.

**Palavras Chave:** 1ª Guerra Mundial; Apresamento; Imprensa.

## Introdução

A primeira Guerra Mundial, em que pese a não participação bélica do Brasil, propiciou uma série de consequências para o país. Dentro deste conjunto, pode-se observar, a partir da imprensa, como a construção de uma imagem dos alemães e de seus descendentes foi afetada pelo conflito. Em Santa Catarina, por conta da presença alemã na colonização do estado, este fenômeno pode ser considerado relevante.

Os alemães que ocuparam terras e instalaram seus negócios e indústrias em Santa Catarina, alcançaram um lugar destacável na sociedade, em termos econômicos, políticos e culturais. Embora em menor número que os italianos, os alemães se tornaram importantes atores nos rumos da sociedade catarinense. Além disso, também os alemães representavam uma das correntes de pensamento que pretendiam influenciar as decisões do estado brasileiro em relação à sua conduta dentro da Primeira Guerra Mundial. Desta forma, este estudo pretende aliar a imagem alemã com um dos fatos da Primeira Guerra: o apresamento, nos portos brasileiros, de navios de bandeira alemã, pelo governo brasileiro.

Para esta finalidade, serão analisadas as matérias jornalísticas de três periódicos catarinenses: o germanófilo *O Dia*, e os críticos aos alemães, *O Estado* e *A Época*.

## A guerra, os alemães e os jornais: pontos de ancoragem do estudo

A Primeira Guerra Mundial, na época definida pelos jornais como Conflagração Europeia, foi o resultado de uma tensão acumulada durante as últimas décadas do século XIX, onde o armamento e treinamento militar, as pressões diplomáticas e os acordos entre impérios

caracterizaram a Europa. Ao envolver as potências colonialistas e demais países europeus de importância econômica e política e, posteriormente, pela via dos EUA, o continente americano, o conflito ganha ares planetários e torna-se um marco na história da humanidade. Neste sentido, irá envolver, ainda que de forma menos direta, o continente sul-americano e também o Brasil.

Dentro deste envolvimento, o papel desempenhado pela Alemanha na guerra, irá afetar a situação dos cidadãos alemães residentes no Brasil e seus descendentes. Cabe registrar que os alemães são presentes em Santa Catarina desde o ano de 1828, quando algumas centenas de pessoas se instalaram no atual município de São Pedro de Alcântara, na região litorânea. Contudo, tal experiência não pode ser considerada como o início de um processo que prosseguiria de forma linear e ininterrupta. De fato, é somente na segunda metade do século que se formarão os principais núcleos de povoamento germânico: a Colônia São Paulo, na região de Blumenau; a Colônia Dona Francisca, na região de Joinville; e a Colônia Itajahy, na cidade de Brusque. Ao todo, são aproximadamente dez regiões coloniais nas quais os alemães têm maior número e influência.

Tendo como base os estudos de Cunha (1992, p. 26), pode-se inferir quanto às origens do empresariado catarinense, a participação marcante de imigrantes alemães especializados e de seus descendentes nas indústrias têxteis, metalomecânica e em vários segmentos do ramo alimentar.

O mesmo autor, ao organizar temporalmente a economia catarinense, enfatizando a atividade industrial, percebe os períodos que marcam o século XX. O primeiro recorte, chamado de “Primeira Fase do Desenvolvimento Industrial (1880-1914)”, captura justamente o período da Primeira Guerra Mundial, que interessa à descrição que ora se propõe:

Observa-se, porém, que a plena utilização da capacidade produtiva ocorrerá na fase inicial do período 1914-1945, com a conflagração da Primeira Guerra Mundial. Ressalta-se que esse período se caracterizou pela transição entre os estágios de predominância das indústrias artesanais para as fabris de pequeno porte. Vários fatores contribuíram para a ocorrência deste novo momento da economia estadual, enumerando-se:

- a constituição de núcleos urbanos em alguns pontos de Estado, notadamente os situados nas zonas onde a colonização europeia já se encontrava consolidada, aumentando, em decorrência, o grau de divisão do trabalho entre o meio urbano e rural, tornando mais complexas as inter-relações econômicas;
- a geração de maior volume de excedentes, que proporcionou a apropriação de partes dos mesmos por grupos de agentes – comerciantes, agricultores bem sucedidos – que puderam assim transferi-los para a cobertura de investimentos em atividades industriais de pequeno porte;

- o aprimoramento do sistema de transporte, que facilitou a comercialização dos excedentes, pelo maior acesso aos portos de embarque (CUNHA, 1992, p. 24-25).

O autor observa a importância dos estrangeiros para um incremento da atividade industrial em Santa Catarina. As regiões mais próximas do litoral, as primeiras a receberem estes grupos, vão estabelecer suas atividades e, aos poucos, caracterizar a região como produtora de diversos bens industriais. Contudo, é necessário salientar que entre os grupos de imigrantes, os alemães se mostram capacitados a essas atividades.

Aliando a questão industrial com a questão social, Seyferth (1999) explica como os alemães aplicaram seus capitais e se tornaram parte das elites locais:

Os comerciantes, então, formavam a elite econômica das duas sedes municipais criadas pela emancipação política das colônias Blumenau e Brusque, no início da década de 1880. Acumularam capital suficiente para investir na atividade industrial, embora nem todas as indústrias tenham surgido diretamente ligadas ao sistema colônia-venda. Alguns exemplos podem servir como ilustração do início do processo de industrialização nas duas localidades (SEYFERTH, 1999, p. 70).

Essas colônias impulsionaram e consolidaram os núcleos urbanos de Blumenau e Joinville, duas das maiores cidades do estado de Santa Catarina. Dessa forma, a presença do alemão em Santa Catarina, a sua vinculação com a atividade industrial e a consequente importância econômica, ficam demonstradas no período anterior e posterior ao conflito.

Situados no estudo os alemães, como última referência deste contexto, é preciso descrever os jornais de onde vão emanar os conteúdos analisados. Primeiramente, o semanário *A Época*:

O jornal tinha como lema, que estampava em suas páginas, “bem servir a Religião e a pátria”, e circulou entre os anos de 1914 a 1921. Seu fundador foi o Professor Henrique Fontes e teve ao longo de sua existência vários diretores, por ordem cronológica: Bacharel Henrique da Silva Fontes (entre 1914 e 1917), Padre Thomas Fontes/João de Souza Medeiros (durante o ano de 1918), Frei Liborio Greve; Padre Thierry de Albuquerque e João Medeiros (durante o restante, sem precisão do período) (SCHLICHTING, 1989, p. 265).

Enquanto conteúdo, o jornal possuía na maioria das suas edições quatro páginas. Em algumas ocasiões, o número dobrava. Em geral, o formato das páginas era dividido em três colunas, mas também era frequente usar cinco colunas. O número de desenhos e fotos não era tão significativo, dadas as dificuldades técnicas e financeiras da época: ao longo de sua

existência foram publicados 1.592 desenhos, 79 fotos e 1.615 vinhetas (SCHLICHTING, 1989, p. 269).

Entre seus anunciantes, destacam-se os de ascendência alemã, embora também constem nomes tipicamente brasileiros, ou portugueses.

Quanto à natureza das matérias, era comum a publicação de assuntos políticos, econômicos, informações úteis ao dia a dia, notas a respeito do estado de Santa Catarina e, com bastante intensidade, notas sociais. Casamentos, aniversários, viagens, batizados, transferências de residências e de cargos, agradecimentos, homenagens, etc. Também nascimentos, falecimentos, festas religiosas, atividades cívicas apareciam com frequência (SCHLICHTING, 1989, p. 274).

Já o jornal *O Estado*, publicado a partir de 1915, era sediado em Florianópolis, e tornou-se um dos mais importantes do Estado de Santa Catarina nas décadas seguintes. Por essa razão, foi incluído neste estudo, mesmo não cobrindo todos os anos da guerra.

Sua trajetória histórica pode ser compreendida com a contribuição de Mata (1996), que assim explica a sua fundação e seus primeiros responsáveis:

Fundado por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa, veio para competir com o jornal *O Dia*, *A Opinião* e *A Semana*, numa época em que os mais poderosos e influentes meios de informação não escondiam sua cor partidária, o qual *O Estado* dizia não possuir, assumindo uma neutralidade que por diversas vezes, através de suas páginas, era negada. *O Estado* passou por algumas fases marcadas pela troca de proprietários. Na primeira fase, Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa permaneceram como diretores de 13 de maio de 1915 a 22 de dezembro de 1916. A partir desta data, inicia-se a segunda fase, tendo como diretor Marinho Lobo. Durante a primeira e segunda fases no contexto que envolvia a política governista nacional, *O Estado*, mesmo buscando mostrar-se neutro em relação aos conflitos políticos existentes, deixava transparecer uma postura crítica a algumas medidas do governo (MATA, 1996, p. 7-8).

A autora se refere a uma neutralidade negada, por entender que o compromisso do jornal era com a defesa dos interesses populares, mas fazia questão de ressaltar que tais interesses não poderiam ferir a ordem social vigente. Dessa forma, pode-se inferir que, desde o seu nascedouro, o jornal *O Estado* já apresentava a possibilidade de se tornar um veículo importante da imprensa catarinense, o que efetivamente se confirmou nas décadas seguintes.

O último periódico utilizado, *O Dia*, era um jornal de circulação diária, fundado em 1901, sob influência política, fato comum à época em Santa Catarina. Como características gerais, trata-se de um jornal diário, que circulou até 1918. Como veículo das ideias do Partido Republicano, caberia ao jornal enfrentar as pressões contrárias, bem como reforçar suas ideias. É importante considerar que, no período estudado, duas figuras políticas de impacto têm



relações de parentesco (são primos) e provêm de famílias alemãs: Felipe Schmidt e Lauro Müller.

Durante praticamente toda a primeira república, o partido republicano e a política catarinense giram em torno de nomes como Lauro Severino Müller e Hercílio Pedro da Luz. Lauro Müller, republicano histórico, foi o primeiro governador do estado indicado por Deodoro da Fonseca, voltando a assumir a chefia do executivo catarinense por mais duas vezes, em 1902 e 1918 (ZANELATO, 2011, p. 52).

A imagem que o jornal construiu a respeito da Alemanha e dos alemães foi obtida por meio das matérias opiniosas, uma vez que, na descrição dos fatos da guerra, o jornal reproduzia as informações que recebia, via telegrama, dos principais jornais do Rio de Janeiro. Isto porque não existiu, no período estudado, um editorial, ou algo semelhante, que pudesse ser entendido como a opinião do periódico. Contudo, é racional entender que estas matérias expressam a intenção do jornal.

### **O apresamento dos Navios**

A primeira questão pertinente ao apresamento dos navios alemães pelo governo brasileiro é a sua base legal, o Decreto 12.501, datado de 02 de junho de 1917, cuja transcrição segue na íntegra:

DECRETO N. 12.501 – DE 2 DE JUNHO DE 1917

Manda utilizar todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe concede o n. 1 do art. 2º do decreto legislativo n. 3.266, de 1 de junho do corrente anno, decreta:

Art. 1º O Governo do Brasil requisita todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica, afim de utilizal-os como o aconselharem as conveniências e necessidades da navegação e do commercio.

Art. 2º Uma vez occupados, nos termos do decreto legislativo acima mencionado, esses navios serão considerados brasileiros para o effeito de poderem arvorar desde logo o pavilhão nacional.

Art. 3º O Governo providenciará para que, no mais breve prazo possível, essas embarcações sejam postas em condições de navegar e no serviço de transportes, de accôrdo com o disposto no art. 1º.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1917, 96º da Independência e 29º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES. Nilo Peçanha. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. João Pandiá Calógeras. José Caetano de Faria. Alexandrino Faria de Alencar. Augusto Tavares de Lyra. José Rufino Beserra Cavalcanti. (BRASIL, 1917).

O tema do apresamento dos navios rendeu discussões em todo o país. Os argumentos utilizados para a concordância e discordância dos termos do decreto variavam, mas é possível resumir os principais pontos de vista em dois principais: aos que se diziam favoráveis, se tratava de uma justa reação à atitude alemã de afundamento dos navios brasileiros; aos que se manifestavam em contrariedade, a tese sustentada era de que não seria prudente agravar as relações com a Alemanha, bem como era lembrado que o torpedeamento dos navios brasileiros havia ocorrido, em parte, pela ignorância do aviso de navegação em águas proibidas.

Ao todo, foram 44 navios apresados, que foram rebatizados com nomes brasileiros, totalizando mais de 240 mil toneladas. Os navios tiveram destinos diversos, mas a maioria foi incorporada ao governo brasileiro.

Iniciando pelo jornal *A Época*, a primeira matéria sobre isso é do dia 15 de abril de 1916 e consiste numa nota até certo ponto trivial, referindo-se aos navios alemães apresados e ancorados nos portos do Brasil. A notícia em si não revela nenhuma situação mais bombástica, mas mostra que, em termos de cobertura da guerra, o jornal busca a neutralidade, ao menos nesse momento. Suas demonstrações de preferência pelo lado francês irão sempre acontecer quando da relação do catolicismo com o protestantismo.

#### Os navios alemães

Continua na ordem do dia a melindrosa questão dos navios alemães surtos nos portos brasileiros. Relativamente ao aproveitamento dessas unidades germânicas pelo nosso governo, parece ter ficado em via de solução uma proposta de arrendamento por parte do governo, proposta que terá, o caracter puramente commercial e será endereçada ás companhias proprietárias dos vapores fundeados em aguas brasileiras. Para inteiro êxito dessa operação vão ser consultados os governos da Allemanha e das nações alliadas, para obter do primeiro o consentimento necessário e saber dos segundos se respeitam como se fossem brasileiros taes embarcações, navegando sob a bandeira brasileira e com guarnições brasileiras. Esses navios serão aproveitados não só na navegação de cabotagem como na internacional para os Estados Unidos. O governo do paiz ao encaminhar essas negociações reafirmara a estricta neutralidade guardada pelo Brasil diante da tremenda guerra actual (A ÉPOCA, 1916, p. 2).

Além desta matéria, o jornal publicou, já em 1918, um artigo comentando os apresamentos já ocorridos e elogiando a postura brasileira. (*A Época*, 1918, p.1). A guerra naval, e os fatos acontecidos no mar, não eram presença frequente no jornal, que preferia fazer uma crítica humanista ao conflito, sempre inspirado em motivações religiosas. De toda forma, foi possível registra a intenção do periódico em relação ao tema.

Já com o jornal *O Dia*, o assunto dos navios alemães era uma pauta corriqueira. A primeira matéria selecionada é do dia 06 de abril de 1916, onde o jornal contra-ataca uma matéria do *Jornal do Comercio*, alegando que sim, pode-se entender a desapropriação de bens de nacionais e de estrangeiros pelo estado Brasileiro, mas que não é o caso dos navios alemães, que aqui se encontram por condições acidentais, não por escolha própria (O DIA, 1916, p. 1). Poucos dias depois a 14 de abril, o argumento é muito simples: se o Brasil é um país neutro, não lhe cabe tomar tal atitude (O DIA, 1916, p. 1).

No entanto, foi no dia 18 de março do mesmo ano que o jornal estampou na primeira página o artigo *Os navios alemães e o Brasil*, sendo este uma das mais extensas e ardorosas defesas da causa alemã. Utilizando a opinião de um político de relevância no Estado de Santa Catarina, o então senador Hercílio Luz:

#### Os Navios Allemães e o Brasil

Entrevista concedida á O Dia pelo eminente senador Hercílio Luz

"O sequestro de navios allemães seria um crime"

#### OPINIÃO INSUSPEITA

A attitude do Jornal do Commercio, aconselhando o nosso governo a sequestrar os navios allemães, tornou incandescente uma questão que estava sendo objecto de cogitações jurídicas e diplomáticas. A utilização dos navios allemães, (que, urgidos pela guerra, refugiaram-se nos portos brasileiros á sombra de nossa neutralidade), para solver a grave situação econômica do nosso paiz, resultante da falta de meios de transporte, está agitando os espíritos, encaminhando-a uns á luz dos princípios legaes e querendo outros, para satisfazer sympathias particulares, arrastar o nosso paiz pela pratica de inaudita violência, a um insondável abysmo. Resolvemos por isso ouvir a opinião de um homem de responsabilidade, que, pela elevação do seu espirito, está colocado acima de qualquer suspeição — o ilustre sr. dr. Hercilio Luz, representante do nosso Estado no Senado Federal, do qual é um dos secretarios e que, tendo cursado na Belgica os seus estudos superiores, por ella nutre sentimentos de affectuosa solidariedade. Encontrámos o sr. dr. Hercilio Luz, na sachristia da Cathedral, onde aguardava a hora da celebração do Sacrificio da Missa e, como dava tempo, abordámos a questão e lhe pedimos sua opinião sobre o caso. O distincto político e conhecido parlamentar acolheu-nos com a sua proverbial fidalguia e poz-se á nossa disposição, dizendo que o local estava na altura do assumpto (O DIA, 1916, p. 1).

A matéria prossegue, com longas explicações, elogios ao Brasil e a Alemanha, apelo à inteligência de todos, e encerra com uma descrição emotiva, engrandecendo o Brasil e o então senador, cuja postura pró-Alemanha se mostrara evidente.

A campanha chamou os fiéis á oração: a Missa ia começar. Agradecemos a honra que o distincto Senador nos acabava de dispensar. Entramos com s. exa. no templo. A luz trêmula dos círios parecia-nos exprimir os sobresaltos da

Pátria em face da campanha antipatriótica iniciada por uma parte da imprensa do Rio. Ajoelhamo-nos com o eminente Senador, e pedimos a Deus que illumine os nossos homens para que o seu único pharol seja a grandeza de nossa Pátria (O DIA, 1916, p. 1).

Com este texto, o jornal já deixa bem clara sua posição sobre qual atitude do Brasil seria ética nesse caso. A opinião do senador foi ali trazida pela cautela com que aborda o assunto; mas é nítido que o entrevistado se opõe ao apresamento dos navios, o que agrada ao jornal. Essa matéria abre uma série de publicações do mês de março, a respeito da questão que envolve os navios alemães.

Como última matéria destacada, temos o dia 27 de fevereiro de 1917, onde, aproveitando a oportunidade de apelar para que o Brasil não rompesse relações com a Alemanha (o que ocorreria dois meses depois), ainda um derradeiro esforço de criticar o apresamento dos navios, esforço que depois se revelou inútil. (*O Dia*, 1917. p.1).

O jornal foi o mais ardoroso defensor da causa alemã em Santa Catarina. O que aqui é apresentado com síntese, consiste em apenas uma amostra de inúmeros artigos, textos, entrevistas, todas com o intuito de defender a causa alemã, seja na questão dos navios, ou no curso da própria guerra. Apenas depois da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, é que o tom se abrandou, embora não se extinguisse pro completo.

Finalizando a exposição das matérias, temos o jornal *O Estado*:

A primeira provocação desde periódico é em 14 de dezembro de 1916, onde é colocado um artigo na página n. 2, intitulado *Os navios Allemães*, ocupando toda a primeira coluna da referida página, que descreve as implicações comerciais em relação aos navios mercantes que singram as águas da América do Sul. O teor do artigo é o fato de a Argentina estar apresando navios comerciais alemães e o Brasil ainda não ter feito o mesmo. Todavia, é o último parágrafo que interessa a este estudo, pois é a primeira menção dos interesses brasileiros em relação aos navios alemães que o jornal registra:

Os navios allemães, zarpando do Rio aproarão para o sul e, entrando em Buenos Aires, de lá sahirão novamente hasteando a bandeira argentina. E nós que poderíamos com a aquisição desses navios fazer a cobrança do nosso café apreendido em Antuérpia, ficaremos com a barca “Henriette” e com outros navios menores (O ESTADO, 1916, p. 2).

Aproveitando o clima do rompimento de relações entre Brasil e Alemanha, no dia 13 de abril de 1917, a primeira página estampou, em duas colunas, a nota da Chancelaria brasileira com as motivações do rompimento. Essa matéria, por se tratar de uma publicação de conteúdo diplomático, não possui o tom emotivo da anterior e trata de expor as razões que motivaram a

decisão. Critica-se com ênfase a ação de afundamento dos navios brasileiros pela Alemanha e se aplaude a atitude de apresamento (O ESTADO, 1917, p. 1).

Finalizando a exposição destes jornal, o clima de patriotismo recebe uma manchete imponente na primeira página da edição de 05 de junho de 1917. Não se faz necessário transcrever o texto, pois segue a linha daqueles já citados, como, por exemplo, da Liga de Defesa Nacional. Nesse caso, é mais relevante ilustrar com a imagem da manchete:

Figura 1 – Ocupação do navio Pontos



Fonte: O Estado (1917, p. 1).

A matéria diz como os navios alemães foram ocupados, destacando a eficiência e como se portaram os marinheiros e oficiais brasileiros no ato. A bandeira nacional tremulando em patrimônio estrangeiro é uma forma de mostrar o poderio da nação (O ESTADO, 1917, p. 1).

Assim, pela visão de *O Estado*, os alemães são o inimigo da nação, e o apresamento de seus navios está dentro do que seria de se esperar de uma guerra. O Brasil, portanto, agiu na defesa de seus interesses, e por não ser o causador da guerra, não cometeu nenhum ato indevido.

Observando o conjunto dos três jornais, é possível apontar que o apresamentos dos navios alemães foi defendido e criticado, mas a defesa feita por mais tempo e com mais ardor. O resultado disto é que não se tem, por parte da opinião pública, se tal ato deveria ou não ter sido levado a termo. Como o Brasil acabou por declarar guerra à Alemanha, o apresamento foi uma espécie de compensação no sentido de não haver um choque militar propriamente dito, proporcionando assim, uma sensação de poder frente ao inimigo.

## **Conclusão**

Observando-se o conteúdo dos três periódicos, tem-se um quadro razoavelmente equilibrado, no seguinte sentido: um jornal declaradamente afeto ao germanismo, e portanto, crítico dos apresamento; enquanto os outros dois exercem críticas não tão contundentes aos alemães ao início, mas que aumentam o tom a partir de 1916/17.

Iniciando, portanto, com os semanários, o jornal *A Época* revela em seus escritos que a matriz religiosa se faz presente na sua forma de perceber a realidade e, conseqüentemente, de apreciar o tema da guerra. São frequentes neste jornal as referências ao custo humano da guerra, ao estado de distanciamento do homem para com Deus, que se concretiza nos atos de crueldade para com seu semelhante. É nesse aspecto que são feitas as críticas aos alemães, e também ao fato de as diferenças religiosas motivarem tais pronunciamentos. Contudo, dos três periódicos analisados neste estudo, é o que menos se preocupou em tecer longas reflexões sobre o conflito.

O jornal *O Dia*, não se furtou, desde o início, em abraçar a causa da germanidade. Desde os primeiros estampidos da guerra, buscou junto à opinião pública, defender alguns ideários germânicos, e em relação ao apresamento, procurou sempre lembrar que era um inconveniente pensar nesta possibilidade, pois os alemães eram adversários temíveis, além do que os teutos residentes no Brasil, particularmente os que migraram para Santa Catarina, constituíam-se em uma importante parcela da sociedade, seja por sua formação educacional, por sua cultura, sua capacidade de geração de riqueza, ou, ainda, por sua vocação progressista.

O último periódico analisado, o jornal *O Estado*, iniciou suas atividades em 1915. Durante esse primeiro ano de cobertura da guerra, mostrou-se mais interessado em mostrar os fatos ocorridos do que propriamente criar uma versão para eles. Aos poucos, porém, as matérias que questionavam as atitudes alemãs foram se tornando mais frequentes do que as outras. Entre 1916 e meados de 1917, o conteúdo publicado foi lentamente se direcionando para uma posição anti-germânicos, que se consolida nos dois últimos anos. Dentro deste quadro, o apresamento foi visto como inevitável, recomendável e finalmente, digno de aplauso.

Quanto aos navios apresados, o governo brasileiro acabou por incorporá-los ao seu patrimônio, mas é interessante salientar que boa parte deles acabou por ser arrendado ao governo francês. Ao final, a reflexão que permanece é que decisões em tempo de guerra serão sempre questionadas, pois o argumento de uma solução alternativa, depois do conflito encerrado, termina por parecer viável.

## **Referências**

BRASIL. *Decreto 12.201, de 02 de junho de 1917*. Manda utilizar todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica. Rio de Janeiro: 1917. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12501-2-junho-1917-498852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CUNHA, Idaulo José. *O salto da Industria Catarinense: um exemplo para o Brasil*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

MATA, Maria Margarete Sell da. *Jornal O Estado: uma história em construção: (1915 – 1931)*. Florianópolis: UFSC, 1996.

SCHLICHTING, Ada Melo. *Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis (1914 - 1930): O jornal como fonte histórica*. Florianópolis: UFSC, 1989. 1023 p.

SEYFERTH, Giralda. *Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro*. 1999. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt#:~:text=SEYFERTH](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000200003&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=SEYFERTH). Acesso em: 03 maio 2020.

ZANELATO, João Henrique. *O Integralismo e a Política Regional em Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Dimensões, 2011. v. 26.

Fontes

*A Época*. Florianópolis, 1914-1918.

*O Clarão*. Florianópolis, 1914-1918.

*O Dia*. Florianópolis, 1914-1918.

*O Estado*. Florianópolis, 1915-1918.

## **A DOENÇA TAMBÉM É INIMIGA E REDUZ AS GUARNIÇÕES: SAÚDE E DOENÇA NA OCUPAÇÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO NO SÉCULO XVIII**

Rogério Machado de Carvalho. PPGH UNISINOS  
roggerio.carvalho@gmail.com.

**Resumo:** Durante o processo de ocupação do Continente de São Pedro, soldados e colonos vivenciaram inúmeras dificuldades, associadas ao ambiente e à falta de estrutura, e padeceram de doenças que, em sua maioria, delas decorreram. O objetivo desta apresentação é identificar e discutir as causas das doenças que acometeram colonos e soldados instalados no Continente de São Pedro nas primeiras décadas do século XVIII, bem como os procedimentos terapêuticos indicados, a partir da análise de petições de soldados e de cartas que se encontram no Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. No caso dos militares, para além das doenças decorrentes da rotina de treinamentos e dos combates, observa-se a alta incidência da tísica (tuberculose) e do morbo gálico (sífilis), situação que era agravada pelo desabastecimento da botica e pelas precárias instalações do hospital.

**Palavras-chave:** Continente de São Pedro; Doenças; Sebastião Gomes de Carvalho.

### **Considerações iniciais**

No decorrer das disputas pela fronteira sul da América portuguesa, divergências políticas luso-castelhanas deram vazão a uma fronteira instável e ao mesmo tempo dinâmica. Conforme os ventos das mudanças europeias pendiam, para espanhóis ou lusitanos, a fronteira meridional da América portuguesa refletia as diferenças em combates pelo domínio das regiões que margeavam o Rio da Prata. O Rio Grande de São Pedro era uma fronteira disputada pelos ibéricos a partir de decisões vindas das metrópoles, gerando uma tensão constante entre soldados e colonos estabelecidos nessa região.

No século XVIII, a ocupação desse espaço geográfico do então Continente de São Pedro, atendia diretamente os interesses políticos e econômicos dos países ibéricos. Portugal, através do Brigadeiro Silva Paes, entendeu que o sucesso dessa empreitada passava pela permanência dos soldados e colonos no território, levando-o a fundar um aquartelamento na margem sul da barra do Rio Grande, como forma de apoiar as ações lusitanas na região. Nesse sentido, não faltou esforço do Brigadeiro. E, tanto ele, quanto seu sucessor, André Coutinho, providenciaram toda a assistência necessária para o sucesso da empreitada. Suas ações priorizariam os colonos e as necessidades que fossem voltadas à produção de alimentos e o aproveitamento do gado, tão necessários para manutenção da tropa. Alguns colonos chegavam ao presídio como sobreviventes de naufrágios e, em muitos casos, sem a ajuda que já tinham recebido no Rio de Janeiro. Nesse sentido, ferramentas para trabalho na terra, alimentação básica, sementes, sal e, até mesmo, dinheiro, faziam parte do adjutório que recebiam por parte da administração.

Mas essa assistência passava longe de ser suficiente, quando, muitas vezes, ficou apenas na boa vontade dos administradores. O clima riograndense não foi propício à chegada de



transportes marítimos pela barra do Rio Grande, ainda desconhecida pelos práticos da navegação. Principalmente durante os meses do inverno os navios portugueses não conseguiam aportar no presídio. Com isso, a população ficava completamente desabastecida de produtos básicos. No caso dos militares, molambentos pela falta de fardamentos adequados, não recebiam soldos, faltava-lhes uma alimentação adequada ao frio. Viviam molhados, seja pela chuva ou pelas patrulhas e serviços em ambientes alagados. Nos primeiros tempos, não possuíam nem mesmo um abrigo apropriado para suportar a umidade e a baixa temperatura. Além dos ambientes apertados e inadequados, possivelmente, aglomeravam-se como forma de suportarem o frio e a chuva. A situação não era diferente para os primeiros colonos. Ainda sem construírem suas moradias, juntamente com os soldados, sofriam com a falta de remédios e as várias doenças que os acometiam.

Assim como faltava a estrutura para dar as mínimas condições para o assentamento dessa população, as intempéries do ambiente exigiam um esforço imenso da saúde, tanto de civis quanto de militares, para se aclimatarem à região. Nesse sentido, há que se compreender a posição geográfica da região. Por estar no meio do encontro de massas polares, vindas da Antártida ou dos Andes, com massas de calor, que possuem origem no centro da América do Sul ou no Atlântico, o Rio Grande é caracterizado por um clima bastante instável. André Coutinho, substituto de Silva Paes no comando do aquartelamento, afirmava a um amigo que

A este país, meu senhor, tenho chamado a terra dos muitos e ouça V M. a razão como toda verdade, porque aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito jacum, muito laticínio, muito ananás, muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano, no verão muita calma, muita mosca, muito mutuca, muito mosquito, muita polilha [traça], muita pulga, no inverno, muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão e com todo o tempo muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muito boa água, muita esperança, muita saúde para servir a V. M., pode produzir como já experimentamos muita balancia [melancia], muita abóbora, muito legume, muita hortaliça e porque com uma palavra diga o que mais importa a V. M. também há muita falta de tudo o mais para a vida e para o luxo; e como o que veio de baetas, tabaco, facas e chapéus e outras drogas por conta de El-Rei se tem feito um grosso avanço, seis frascos de aguardente se vendem por onze mil réis, bebe o comprador dois e vende os outros por onze mil réis. (COUTINHO, 1737 apud CESAR, 1981, p. 110-111)

O clima úmido, tanto no verão quanto no inverno, potencializava uma sensação térmica de extremos, e a região configurava-se em um espaço totalmente inóspito para uma população já adaptada ao clima quente e seco do restante da colônia portuguesa. Nesse sentido, a ambientação ao clima da região, as duras condições a que eram submetidos pela falta de

estrutura, somando-se a instabilidade política da fronteira, que mantinha o inimigo espanhol sempre presente, foram, talvez, os maiores desafios dos primeiros soldados e colonos durante o projeto de ocupação do Brasil meridional. É nessa perspectiva que, neste trabalho, buscamos conhecer as doenças que acometiam civis e militares durante a execução do projeto de ocupação do Rio Grande, bem como alguns remédios e possíveis procedimentos de cura indicados. É possível, ao analisarmos as petições dos militares e colonos, que se encontram nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul<sup>501</sup>, identificar que soldados e colonos sofriam com a carência de remédios adequados e com a dificuldade de aclimatação ao ambiente, sendo que, este último, foi constantemente citado como motivação principal para saída da região.

### **As doenças**

Desde o início da ocupação a questão das doenças é vista com preocupação. Na carta de Gomes Freire, então governador do Rio de Janeiro, ao comandante André Coutinho, que viera de Lisboa para assumir o comando de Montevideú, preocupado com a celeridade que a construção do presídio em Rio Grande exigiria, informa que iria manter o recrutamento enquanto pudesse para que o contingente não se reduzisse em função das doenças. Gomes Freire salienta que

não percamos tempo sem operar, passem as tropas de desembarque ao Rio de S. Pedro para formar a fortaleza por que algum acidente ou a paz nos não embarace a construção dela, e **como dizem que as guarnições se diminuem pelas doenças vou as reforçando** e o continuarei nas naus que se seguirem até o número de 300 ou 400 homens [...]. (apud BORGES FORTES, 1980, p. 41, grifo nosso).

Nesse sentido, segundo Borges Fortes, na carta datada de 24 de outubro de 1736, meses antes da fundação do presídio Jesus Maria José, já podemos notar certa apreensão nas baixas ocasionadas pelas doenças. (BORGES FORTES, 1980, p. 41). Esse cuidado leva o Brigadeiro Silva Paes a solicitar um cirurgião para o presídio antes mesmo de sua fundação do aquartelamento. Assim, ao voltar da missão de socorro à Colônia do Sacramento, Silva Paes, antes de chegar ao Rio Grande, determina a vinda de um cirurgião para a região.

José da Silva Paes, Brigadeiro de Infantaria dos Exércitos de S. M., e Comandante das tropas que se acham no Rio Grande São Pedro pelo mesmo Senhor e etc., Porquanto se necessita de cirurgião para o presídio e povoadores do Rio Grande de São Pedro, e que haja de se prover em sujeito que possa satisfazer bem as obrigações do dito emprego e assistência do hospital: nomeio para que haja de servir o dito lugar de cirurgião a Sebastião Gomes de Carvalho, por me constar ser aprovado e ter os requisitos de que se necessita

<sup>501</sup>Doravante AHRGS.

para bem o servir, o qual vencerá dez mil réis de soldo por mês, além do mantimento com que se lhe deve assistir como a qualquer soldado daquela guarnição. O Comissário da Expedição lhe fará seu assento na Primeira Plana para ser socorrido como aos mais. Rio da Prata, vinte e cinco de dezembro de mil setecentos trinta e seis anos. (AHRGS, 1977, p. 44 – 45).

Embora essa preocupação do Brigadeiro fosse uma forma de reduzir as baixas, por diversos momentos, vamos observar que não foram suficientes para atender a demanda da população civil e militar. Devido às condições climáticas, às dificuldades de acesso ao presídio em determinadas épocas do ano, principalmente, no inverno, instalou-se uma situação de aparente abandono com seus moradores.

As petições acima mencionadas são documentos que devem ser entendidos como um meio de comunicação entre o monarca e seus súditos; uma forma de o suplicante conseguir uma mercê real tendo em vista alguma necessidade. Nesse sentido, as que se encontram nos Anais do AHRGS nos permitem dois entendimentos, na medida em que buscam o atendimento de demandas diferentes, embora devam ser vistos como uma forma de resistência à situação em que viviam na região. Não importando se fosse um militar, contrariado com o recrutamento compulsório a que havia sido submetido, ou, então, que, devido às precárias condições em que se encontravam, buscavam uma maneira de voltarem para suas regiões de origem. Vale lembrar que, por parte da administração do presídio, o atendimento da petição deveria ser concedido sem comprometer a permanência dessa população no território para que tivesse êxito o projeto de ocupação da terra. De qualquer forma, as petições eram o caminho para a população civil e militar pleitear a solução de seus problemas pessoais junto à administração.

Nesse sentido, é analisando as petições dos militares que encontramos uma maior referência a essa carência nos cuidados com a saúde. Na petição de Viríssimo Dias Ferreira, cabo-de-esquadra de Dragões, é solicitada a licença de seis meses para tratamento de uma doença, devidamente atestada pelo cirurgião, e que não tinha cura. Na sequência, solicita transferência para o Hospital do Rio de Janeiro.

[...] Diz Viríssimo Dias Ferreira, cabo-de-esquadra de dragões neste estabelecimento, [...], que pela certidão junta do cirurgião deste estabelecimento **consta a incapacidade e grande queixa que o Suplicante padece, o qual lhe não pode dar cura**; termos em que: **Pede a V. S.<sup>a</sup> seja servido conceder ao Suplicante licença de seis meses para se ir curar ao Hospital do Rio de Janeiro** e, ficando são da sua queixa, torar o Suplicante a esta praça para continuar o real serviço de S. M. [...] (AHRGS, 1977, p. 165).

Infelizmente, na petição não há uma descrição dos sintomas da enfermidade, mas, no mesmo documento, o escrivão afirma que o cabo:

tem padecido e padece uma grande enfermidade, a qual o tem obrigado várias vezes a recolher-se ao hospital a tomar vários remédios e fora dele o tem feito e cada vez lhe vai a mais sua moléstia; pelo que: pede a V. S.<sup>a</sup> seja servido mandar o que o cirurgião lhe passe, por certidão jurada aos Santos Evangelhos, os achaques que o Suplicante padece e que neste estabelecimento lhe não pode dar cura alguma, por ser preciso o Suplicante melhorar de outro clima. (AHRGS, 1977, p. 166).

Pelo fato de constantemente ir ao hospital, já podemos identificar que, de alguma forma, a doença apresentava uma gravidade. Sabe-se, por exemplo, que o militar tomava vários remédios e, mesmo assim, “cada vez lhe vai a mais sua moléstia”, mostrando a ineficácia da medicação utilizada. Por parte de Viríssimo Dias, a simples mudança de clima já poderia lhe dar uma melhora.

Já a certidão de Sebastião Gomes de Carvalho, cirurgião do aquartelamento, é possível observar outras informações que tornam mais completa a análise. Diz o cirurgião:

Certifico que Viríssimo Dias Ferreira, cabo-de-esquadra de dragões, se acha com uma queixa grave, além de outras que o acompanham, cuja é **um tumor obstruto na região do ventre**, parte lateral esquerda, que lhe dá grande moléstia, como **também uns flatos na região do peito** que gravemente o molestam; e padecer atualmente **umas dores gálicas**, para o que **tem tomado os remédios que me parecem ser convenientes, sem alcançar fruto algum, e carece tomar azougue**, o que nesta terra se não pode fazer, tanto **pelo desabrido do país**, como por outros inconvenientes. (AHRGS, 1977, p. 166) (Grifos nossos).

Nessa perspectiva já podemos entender que o cabo Viríssimo possuía um tumor e que as “dores gálicas” são referentes ao Morbo Gálico (sífilis). Para este último, o cirurgião recomenda o azougue (Mercúrio), remédio muito utilizado no tratamento da sífilis. Interessa-nos, e muito, o fato de o cirurgião confirmar que havia medicado o paciente com remédios que, no seu julgamento, eram os mais adequados, mas que não surtiram o efeito desejado. No entanto, ele afirmou ter conhecimento de que o mercúrio era o remédio mais indicado, demonstrando que estava a par dos procedimentos europeus mais atualizados no tratamento do Morbo. Isto parece sugerir que não havia tal medicamento no presídio. Gomes de Carvalho referenda, ainda, que o clima era inadequado para a cura das moléstias do militar.

Análoga à situação anterior, a petição do sargento Francisco Fernandes de Lima reforça as informações presentes no pedido anterior. Nesse caso, o militar afirma

[...] estar gravemente **enfermo e galicado**, pela qual moléstia se não faz curável, por nesta terra não poder tomar a cura necessária para o achaque que padece, tanto **pelo desabrido dela como pela incapacidade das casas**, e carece ir para terra donde não tenha estes inconvenientes. [...]. (AHRGS, 1977, p. 176). (Grifos nossos).

Mais um militar com sífilis e, novamente, o clima sendo a causa, se não da doença, pelo menos da dificuldade da cura. Mas, um fator que encontramos registrado de forma diferente da petição anterior, diz respeito à situação do hospital. Podemos acreditar que, no caso do cabo Veríssimo, quando o cirurgião refere-se a “outros inconvenientes” para justificar a falta de cura, esteja se referindo à “incapacidade das casas”, citada na petição do sargento Francisco Fernandes Lima. Principalmente, se levarmos em conta que a data do certificado passado pelo cirurgião ao cabo Viríssimo é de 11 de maio de 1742, e, a petição do sargento Francisco, de 21 de maio de 1742, sendo, portanto, do ano em que ocorreu a Revolta dos Dragões. Nesse conflito, os militares, aliados aos colonos, se revoltaram contra os administradores do presídio, sendo que entre as reclamações dos revoltosos estava a falta de medicamentos e o abandono do hospital. (AHRGS, 1977, p. 152-156). Portanto, as afirmações nas petições dos dois militares podem estar se referindo ao desabastecimento hospital e a sua falta de condições em auxiliar a cura dos enfermos.

Em uma outra situação, semelhante às anteriores, encontramos no pedido do Capitão Antônio Gonçalves dos Anjos uma informação que nos ajudará entender as dificuldades de cura dos enfermos naquele presídio. Nesse caso, a petição do Capitão não traz referências sobre uma moléstia que lhe acometia, mas à doença de sua esposa, D. Antonia de Moraes. No início do pedido, o Capitão informa que sua mulher padece de moléstias e que “só terão remédio donde haja médico e tudo o mais que lhe for preciso para bem de sua saúde, razão por que intenta passar-se à Cidade do Rio de Janeiro com a dita sua família, [...]”. (AHRGS, 1977, p. 142). Diante disso, nos interessa a certidão emitida pelo cirurgião Gomes de Carvalho.

[...] certifico que a mulher do suplicante [Capitão Antônio Gonçalves dos Anjos], por nome D. Antonia de Moraes, padece continuamente moléstias, tanto de erisipelas universais, como também moléstias nos olhos continuamente, procedido tudo de um parto infeliz que teve, de que lhe não ficou lúbrico o seu ordinário; e padece continuamente dores de cabeça que lhe dão grande moléstia; e como **os ares do país sejam nocivos em razão do muito salitre que neles se acha**, como também **a falta de médico para sua assistência**, carece mudar de clima mais temperado aonde se achem todos os requisitos necessários que se precisam para a cura de tão grandes queixas. (AHRGS, 1977, p. 143).

No caso de D. Antonia, observamos que são várias as doenças que a acometiam. A erisipela, que, segundo o dicionarista Raphael Bluteau, trata-se de uma “inflamação produzida de sangue extravasado entre a cútis e a carne.” Já no verbete “erisapelatoso”, o religioso trata como um adjetivo médico da erisipela, “v.g. tumor”. (BLUTEAU, 1789, p. 525). Aproximando-se da descrição de Bluteau, Pedro Chernoviz traz mais detalhadamente a descrição da erisipela

(verbetes “erysipela”) e nos mostra que esses tumores podem se alastrar pelo corpo e atingir os olhos. O médico assegura que a doença atinge pessoas de pele fina e delicada, tendo grande incidência no Rio de Janeiro e que sua frequência está associada ao clima. (CHERNOVIZ, 1890, p. 1000). Quanto ao fato de a esposa do militar ter tido um parto complicado, “que lhe não ficou lúbrico o seu ordinário”, Bluteau informa que lúbrico tem a ver com escorregadio, e “ventre lubrico, do que obra facilmente”. Nesse sentido, o verbete “lubricar” traz mais informações do que pode ter ocorrido com D. Antonia. Para o dicionarista, “lubricar o ventre” significa “soltá-lo, com remédios purgantes, ou que facilitam a evacuação dos excrementos maiores.” (BLUTEAU, 1789, p. 34).

Indo na mesma direção, Chernoviz associa o “ventre lubrico” a uma “inchação das parturientes”. Esse inchaço gera uma:

dor nos membros inferiores acompanhada de inchação das glândulas na virilha. Logo depois a perna, a coxa e o membro entumecem parcialmente ou em todo o comprimento; a inchação estende-se de cima para baixo ou de baixo para cima. O membro torna-se doloroso, pesado e incapaz de executar movimento algum. (CHERNOVIZ, 1890, p. 217).

“Deve-se entreter o ventre lubrico com clysteres d'agua tepida.” Junto a isto, banhos e cataplasmas de linhaça, completam uma parte do tratamento. (CHERNOVIZ, 1890, p. 217).

Diante disso, podemos deduzir que as condições dentro do presídio não eram as melhores no que se referia aos procedimentos e às condições ideais para a cura. A questão da aclimação atingia em cheio essa população desabrigada em relação ao clima frio e úmido da região. E, nesse sentido, as doenças, principalmente as cardiorrespiratórias, tendiam a acometer a um maior número de civis e militares que não possuíam as mínimas condições de se protegerem ou de se abrigarem do “desabrido do Continente”.

Mas, como podemos observar, nem só as doenças decorrentes do clima atingiam os militares. O Morbo Gálico, mais conhecida atualmente como sífilis, acometia os soldados e provocava inúmeras baixas na tropa. Nesse caso, o Brigadeiro Silva Paes, fundador do presídio, imbuído que estava do sucesso português no processo de ocupação do Continente, também foi responsável pela disseminação da doença entre os seus comandados. Em carta enviada ao amigo Prior de Chaves, enaltece seus feitos para o sucesso do empreendimento que dera início. Diz o brigadeiro,

Dei todas as mais providências que me pareceram precisas para a subsistência daquele presídio que ia acabar podendo assegurar é o melhor clima que tem a América, pois ainda ali se não experimentou, nem houve sezões [um tipo de febre], nem febres malignas, e mulheres que eu tinha mandado do Rio [de

Janeiro], **as mais corridas, e galicadas, sem cura melhoraram, e pariram quase todas.** (SILVA PAES, 1742 apud CESAR, 1981, p. 128). (Grifos nossos).

A ação do primeiro comandante do presídio deixa à mostra o desejo de completar com sucesso o projeto da ocupação. Ciente de que a distância dos soldados em relação aos seus familiares e aos grandes centros da colônia provocava tristeza e melancolia, causas para deserções e doenças, o brigadeiro procurou amenizar a situação solicitando a vinda de mulheres, vistas como imprescindíveis para a permanência dos homens na região. No entanto, o fato de Silva Paes ter promovido a vinda de mulheres doentes (galicadas) pode ter provocado um surto de sífilis, pois a doença encontrou facilidades, dada a situação em que se encontrava o presídio, para se disseminar entre eles.

O dicionarista Raphael Bluteau não é muito específico ao definir o Morbo Gálico. Para ele, “Gallico” nada mais é que o “mal francez, ou venereo”. (BLUTEAU, 1789, p. 650). Já Chernoviz nos traz uma descrição mais completa, pois, segundo ele, a sífilis é uma doença que dá causa a vários sintomas, e que se contrai pela “aproximação dos sexos”, pela amamentação, beijos, pela “aplicação da matéria virulenta nos olhos, ventas, anus, e até nos dedos, quando neles existirem esfoladuras”. Inclusive objetos tocados pelos doentes podem dar causa a essa doença, e, até mesmo, um aperto de mão pode transmitir a doença. (CHERNOVIZ, 1890, p. 1031). Para o tratamento, ele indicava o mercúrio, principiando-se por doses fracas, aumentando “progressivamente a cada sete ou oito dias, até chegar o máximo da dose”. (CHERNOVIZ, 1890, p. 1038).

De acordo com a obra *Cirurgia Anatômica e Completa, por perguntas e respostas...* de M. Le Clere<sup>502</sup>, o Gallico é definido de forma mais detalhada.

O Gallico começa algumas vezes por huma gonorrhœa virulenta; sente-se huma canceyra em todos os membros, he acompanhado de huma salivação, dores de cabeça que carregão mais para a noyte; sentem-se dores picantes nos braços, & nas pernas; a boca està as vezes chagada: se o gallico he antigo, os ossos se fazem cariosos, sobrevem nodoas, & pustulas secas redondas, & vermelhas sobre a pelle [...] cartilagens do nariz estão algumas vezes roidas; ha exostoses. Quando o gallico està no seu ultimo grão, o cabello cahe, as gengivas estão ulceradas, os dentes aballão & cahem, todo o corpo se deseca,

<sup>502</sup>O tratado, na sua primeira versão, foi escrito, pelo médico francês, nos últimos anos do século XVII. Esta versão, de 1715, foi traduzida por João Vigier, boticário francês radicado em Portugal. Esta obra fazia parte da biblioteca particular do Brigadeiro Silva Paes, que, nas afirmações de Ana Cristina Araujo (1999), que analisou o inventário do militar, e Walter Piazza (1988), que trabalhou a trajetória do brigadeiro, era itinerante. Ou seja, as obras acompanhavam o militar durante seus deslocamentos. Diante disso, é possível que o cirurgião do aquartelamento, em algum momento, tenha tido contato com essas obras, principalmente as relacionadas à saúde. A pesquisadora Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS) dirige um grupo de pesquisa que trabalha com manuais e tratados de medicina que circulavam na América.

os olhos são lividos, experimentão-se zonidos nos ouvidos, o nariz fétido, as amygdalas inchão, a campanha se relaxa, succedem chagas nas partes naturaes, ou boboens vem às verilhas, verrugas no glande, ou bálano, & prepucio, & condilomas no anus. (LE CLERE, 1715, p. 186-187).

A partir desta descrição é de se supor que o desespero, tanto de quem sofria quanto de quem assistia deveria grande. Diante de tão grave descrição, o médico dividiu a doença conforme seu avanço, alertando que “quando o gallico sómente começa, he fácil de curar; mas se he antigo, & o doente de mà constituição, tem a voz rouca, com chagas, caries, exostoses, será difficultosa a cura.” (LE CLERE, 1715, p. 187).

A obra mostra como o século XVIII transformou-se num período de intersecção do conhecimento científico pela mistura de teorias médico-científicas que circulavam. Os conhecimentos vindos do Novo Mundo favoreceram um amálgama de procedimentos, métodos e práticas de cura que se inseriram na rotina do europeu. Nesse sentido, M. Le Clere destaca que, assim como o azougue (Mercúrio), plantas como a raiz da China, salsaparrilha, jalapa, guaiaco, entre outras. Sangrias e purgações são indicadas para a cura. O autor salienta, ainda, que “a primavera, e o verão são os tempos idôneos para a cura deste mal.” (LE CLERE, 1715, p. 187-188). Também o aniz, o sene e o mel de abelhas, algumas plantas e o azougue são lembradas por Pedro Chernoviz em seu dicionário (CHERNOVIZ, 1890, p. 1039), embora seja enfático em afirmar que “nada está tão bem provado como a eficácia do mercúrio no maior número das moléstias venéreas.” Ele, ainda, completa que se usado com restrições e cuidados, ele merecia todo o crédito no seu uso, “e que é o mais seguro meio contra a sífilis.” (CHERNOVIZ, 1890, p. 416).

Já o naturalista suíço Moisés Bertoni, em sua obra *De la medicina guaraní: etnografia sobre plantas medicinales*, faz uma ressalva quanto ao uso das plantas. Segundo ele, esses vegetais “[...] nunca pudieron sanar la verdadera sífilis, ni en Europa ni aquí, ni producir siquiera una curación aparente.” Para o pesquisador, plantas como guaiaco ou o Palo Santo, poderiam, quando muito, tratar de diarreias, blenorragia ou úlceras, sintomas apresentados como consequências da sífilis.<sup>503</sup> (BERTONI, 2008, p. 29). De qualquer forma, no entendimento europeu, recomendava-se o uso de plantas que poderiam trazer a cura.

<sup>503</sup>Moisés Santiago Bertoni (1857-1929) veio para América com a intenção de fundar uma colônia agrícola. Dedicou-se ao estudo da fauna e da flora da região platina, em especial, do Paraguai, valorizando as contribuições das populações nativas, principalmente, em relação à saúde e à higiene. Ver mais em Fleck, 2019.



Por sua vez, o cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, que assina os atestados anexados às petições, menciona alguns remédios que lhe parecem convenientes, ressaltando que não trazem a melhora para o paciente. É preciso lembrar que a botica do presídio não se encontrava bem abastecida, o que nos leva a supor que, ao afirmar que o paciente tem “tomado os remédios que me parecem ser convenientes, sem alcançar fruto algum”, ele poderia estar se referindo ao uso de alguns medicamentos alternativos, à base de plantas nativas, em substituição aos remédios usualmente administrados, como o mercúrio. Estes remédios podem ter sido aprendidos com os indígenas, tanto com aqueles que circulavam pelo presídio, quanto nas andanças que Gomes de Carvalho fez pelo interior. O certo é que, pela sua afirmação, os remédios empregados não fizeram efeito, antecipando a constatação feita por Bertoni no século XX.

Para além do conhecimento que ele possuía por sua formação como cirurgião na Europa, evidenciado na indicação do azougue no tratamento do morbo gálico e das eventuais experiências com outros medicamentos, o cirurgião Gomes de Carvalho não viu outra alternativa a não ser recomendar a transferência dos pacientes que apresentam os sintomas do gálico, devido às precárias condições da botica e do hospital do presídio, que provocavam as inúmeras baixas entre os contingentes de soldados que viviam no Continente de São Pedro.

A sífilis, sem dúvida, provocou muitas baixas nos efetivos militares aquartelados no Presídio Jesus Maria José, devido às condições em que viviam e que também favoreceram a disseminação de várias outras doenças, (WITTER, 2005), como as cardiorrespiratórias e a do trato gastrointestinal, por exemplo. Com dificuldades de se aclimatarem adequadamente, estes homens, provenientes de várias regiões da América portuguesa, sofriam com o clima adverso, com a falta de condições sanitárias adequadas, com a alimentação precária e, possivelmente, deteriorada. Deve-se, ainda, considerar, que muitos destes homens chegavam ao Continente já enfermos ou com sequelas de doenças que haviam contraído nos seus locais de origem ou durante o deslocamento. E, no caso dos colonos que migraram para o Rio Grande de São Pedro, algumas das doenças podem ter decorrido das péssimas condições em que realizavam a travessia do Atlântico. (WIEDERSPAHN, 1979). Já instalados, colonos e soldados passaram a conviver com uma realidade marcada por carências, devido à falta de abastecimento do povoado, que se via isolado durante certas épocas do ano, o que afetava tanto a reposição de alimentos, quanto de medicamentos.

## Considerações finais

As petições, enquanto uma das várias formas de registro das ações oficiais, nos dão uma amostra de como se organizava a administração do aquartelamento, bem como das decisões tomadas orientavam a rotina diária do presídio. Verificamos que, se eram percebidas desta maneira pelos administradores, para a população, civil e militar eram um meio de entrar em contato com seus superiores. Ao analisar essas petições, podemos identificar as necessidades que tinham as pessoas que habitavam o presídio e, nesse sentido, a partir das decisões tomadas, é possível observar como a disciplina era usada para manutenção da ordem, mas também manter a população na região.

Com relação à saúde, pode-se supor, através dos textos destas petições, que, por não haver condições para a cura de suas enfermidades, a população recorria a elas como uma forma de manifestar seu descontentamento com as precárias condições dos acampamentos, do hospital e da botica, justificando a necessidade de tratamento em outro local. Elas também eram utilizadas, no caso dos soldados, para solicitar transferência para seus locais de origem, sob a alegação de que o clima provocava doenças.

Dentre as doenças que mais acometiam soldados e colonos estavam as associadas ao clima, como as doenças respiratórias, e, aquelas que exigiam um tratamento ou procedimento mais complexo, como, por exemplo, a sífilis, que exigia o uso do mercúrio, nem sempre disponível na botica do presídio. As condições climáticas próprias da região também podem ser apontadas como uma das causas do agravamento do quadro clínico dos doentes. A elas se somavam as precárias condições dos acampamentos militares e das acomodações em que viviam os colonos e das instalações destinadas ao tratamento dos enfermos ou feridos. Considerando que o próprio cirurgião reconheceu a ineficácia dos tratamentos disponíveis para algumas doenças, especialmente da sífilis, pode-se supor que tenham sido empregados tratamentos alternativos aos propostos pela medicina acadêmica, que conciliavam conhecimentos nativos e práticas curativas adotadas em outras regiões da colônia.

## Referências

*Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, v. 1. 1977.

BERTONI, Moisés. *De la medicina guaraní: etnografía sobre plantas medicinales*. Córdoba: Buena Vista Editores, 2008.

BLUTEAU, Dr. Rafael. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. – Tomo I. – Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. – ed. 2. – Porto Alegre, ERUS, 1980

\_\_\_\_\_. Rio Grande de São Pedro: *Povoamento e conquista*. – ed. 2. – Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tronco Seculares: o povoamento do Rio Grande do Sul*. – ed.2. – Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos*. – ed. 2. – Porto Alegre: EDURGS, 1981.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias accessarios para uso das famílias*. – Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947> Acesso em 06 Jun de 2019.

DILLMANN, Mauro. ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luís Henrique. Dos modos de ser soldado e capelão na militarizada povoação do Rio Grande do século XVIII. – *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá. Vol. 9, n. 2, jul. – dez., 2016.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. - 2ª ed. - Brasília, DF: CAPES; Belo Horizonte, Argvmentvm, 2008.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Do meu amor ao Paraguai e à raça guarani”: ideias e projetos do naturalista e botânico Moisés Santiago Bertoni (1857-1929). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, n.4, out.-dez. 2019, p.1151-1168.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Passo Fundo: Méritos, 2015.

GURGEL, Cristina. *Doenças e cura: o Brasil nos primeiros séculos*. – São Paulo: Contexto, 2010.

LE CLERE, Monsieur. *Cirurgia Anatomica por perguntas e respostas...* Trad. João Vigier. Lisboa: Na officina Real Deslandesiana, 1715.

NOGUEIRA, Diogo Pupo. Bernardino Ramazzini – Pai da Medicina do Trabalho: Tricentenário da Publicação do “*De Morbis Artificum Diatriba*”. In: RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores*. Trad. Raimundo Estrela. – ed.4. – São Paulo: Fundacentro, 2016.

WITTER, Nikelen Acosta. Apontamentos para uma história da doença no Rio Grande do Sul – Séculos XVIII – XIX. *História em Revista*, v.11. UFPel, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/issue/view/653> Acesso em: 06 Jun de 2019.

## NÓS COMBINAMOS DE NÃO ESQUECER: AS MEMÓRIAS AFRO-DIASPÓRICAS NA OBRA DE ALINE MOTTA

Rosemeri Maria da Conceição. Doutoranda do Programa de Artes Visuais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAV-UFRJ). Email: rosechacal@gmail.com

**Resumo:** Esta comunicação apresenta parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de P6s Graduação de Artes Visuais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Visitamos as obras das artistas Aline Motta, Angelica Dass e Harmonia Rosales lendo-as como síntese dos debates sobre gênero, raça e representação em expansão na arte latino-americana. Seu caráter de renovação enseja novas práticas curatoriais e impõe discussões sobre a Cultura Visual predominante nos estudos históricos. A crítica ao Colonialismo, ouvida ainda nos anos 50, nas vozes de Aime Cesaire e Frantz Fanon, espalhou-se em nosso solo a partir das reflexões de Anibal Quijano e Walter Dignolo, dentre outros e outras, permitindo-nos identificar nos valores plasmados pela Modernidade, os nós históricos multifacetados, destruidores de corpos, saberes e seres. Inferimos que esta poética emergente e decolonial, possa ser utilizada no ensino da história para construir novas visualidades, superando o essencialismo e a racialização que há muito demarcam a representação de negros e indígenas no universo imagético brasileiro, reproduzido a exaustão em diversos recursos didáticos.

**Palavras-chave:** Poética Negra; Decolonial; Representação

O início do século XXI assistiu a entrada nas Artes Visuais de uma série de discussões que durante anos mantiveram-se silenciadas, seja porque pouco significavam para aqueles que estavam à frente do processo artístico, seja por suscitarem leituras deturpadas, fruto de proposições equivocadas.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira oriundas da adoção de políticas afirmativas, influenciaram, não somente na composição física dos frequentadores dos cursos de Graduação e Pós Graduação, mas também agregaram outros referenciais epistemológicos. Se as filosofias críticas ao Pensamento hegemônico Ocidental já se faziam sentir desde os anos 50 nas vozes de Frantz Fanon (FANON, 2008) e Aimé Césaire (CESAIRE, 2020) elas se avolumaram com os cruzos propostos pelo olhar de teóricos da América Latina e do Caribe, que ao enfatizarem aspectos próprios da nossa história local, abriram flancos para a incorporação de novas metodologias que se desdobraram em recortes teóricos mais abrangentes.

Para o Brasil, estes novos aportes permitiram a busca de fontes que alargassem o escopo analítico. Durante muito tempo, a historiografia buscou aplicar as contribuições trazidas pelos métodos da *História Vista de Baixo*<sup>504</sup>, proposta pelos historiadores ingleses, mas foi somente

<sup>504</sup>A história vista de baixo consiste na corrente teórica de historiadores que produziu conhecimento histórico a partir do ponto de vista de mulheres e homens até então ignorados. Teve grande influência nas teses e dissertações produzidas no Brasil em

neste momento que se descortinou com mais agudeza, a necessidade de construir narrativas que englobassem realmente, novos sujeitos e outras subjetividades.

Se a noção de Democracia Racial (ALMEIDA, 2018, pp. 140-141), durante muito tempo embotou discussões sobre a questão racial, as vertentes marxistas, tão em voga no país, inviabilizaram o aprofundamento que as intersecções de classe, raça e gênero, significaram ao longo da história de exclusão impostos à população negra, em geral, e às mulheres negras, em particular. Não por ironia, justamente deste segmento tem partido a maior concentração de críticas, aportes e contribuições à mudança social e artística necessárias a nosso país.

Nossa Comunicação, agora transformada neste pequeno ensaio, visita a potente transformação que vem sendo operada pela presença de artistas negras no campo das Artes Visuais. Inferimos que estas possam ser usadas, em nossa prática docente, como ferramentas para construção de um diálogo transdisciplinar, que permitirá mudanças na maneira de pensar o continente, as relações de poder e principalmente, incluirá novas faces e sujeitos, realocando princípios estéticos hegemônicos. Investigaremos a poética da artista Harmonia Rosales e das brasileiras Aline Motta e Angélica Dass.

### **As poéticas**

A obra de Harmonia Rosales, embora ainda pouco conhecida no país, permite discussões extremamente importantes, tanto do ponto de vista teórico, quanto metodológico.

Aprendemos com Walter D. Mignolo (MIGNOLO, 2017) que o processo de invasão e ocupação dos continentes americano, africano e asiático significaram o lado mais perverso da Modernidade. Dentro de suas conceituações, ele lança mão das definições de outros autores, para descrevê-las como um conjunto de práticas de demarcação de diferenças as Colonialidades, que mais do que se afirmarem no campo do Poder, do Saber e do Ser, desenvolveram uma pedagogia de dominação extremamente eficiente.

Segundo Mignolo, no campo das Artes, foi construída uma hierarquia estética que através das suas respectivas instituições (museus, escolas de belas artes, pinturas e revistas), administrou os sentidos e moldou as sensibilidades ao estabelecer as normas do belo e do sublime, do que é arte e do que não é, do que será incluído e do que será excluído, do que será premiado e obviamente, daquilo que será ignorado.

Em contraposição direta a este cânone se levanta a obra de Rosales (ROSALES, 2021). Para ela, nascida no trânsito entre Cuba e Estados Unidos, é inconcebível que a população negra

temáticas da Cultura popular nos anos 90 do século XX. Tem como expoentes a obra autores como E. P. Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Davis.

seja obrigada a ver representados sempre os mesmos rostos, restritos a um único projeto de beleza. Sua intervenção, alicerçada em sofisticada habilidade artística tem se voltado para recriar obras icônicas do Renascimento tendo como protagonistas mulheres negras e outras cosmogonias religiosas.

É o que vemos na imagem abaixo. O quadro permite visitar a criação de Botticelli, Vênus, mas agora tendo ao centro uma mulher negra em cuja pele destacam-se pequenos pontos, como as interferências causadas pelo vitiligo. Para nomeá-la a artista recorre a uma deidade africana: *O Nascimento de Oshun*.



Fonte: Birth of Oshun, Harmonia Rosales, 2017 Series: B.I.T.C.H. Black Imaginary To Counter Hegemony (2017).

Em seu site oficial lemos que desde o início de sua carreira, a principal preocupação o empoderamento feminino negro na cultura ocidental, com o foco em retratar e honrar a diáspora africana. Volta-se para o fluxo da sociedade contemporânea, na qual busca reimaginar novas formas de beleza estética, aconchegantes em algum lugar entre o amor puro e a contra hegemonia ideológica. Relembra, ainda que quando jovem, os mestres renascentistas, de habilidade e composição incomparáveis, a fascinavam, mas ela nunca conseguia se relacionar porque eles representavam principalmente uma hierarquia masculina branca e a mulher aparecia sempre subordinada ou idealizada, imersa em uma concepção eurocêntrica de beleza.

Desenvolveu uma técnica na qual, para incutir profundidade, como a expressão de seu mundo espiritual, ela usa tons de azul e prata adicionados à pele que criam um brilho luminescente natural contra um fundo muitas vezes contrastante. O dourar de metais e técnicas de ferrugem proporcionam um equilíbrio único à composição, permitindo que se perceba uma variedade de texturas à tela, sendo que este serve como motivo de decadência moral e se baseia na energia de viver a vida como uma mulher de cor, com todas as suas objetificações, que ela então transmite através de seu trabalho. Ela afirma o poder da Arte para incentivar a simpatia, a empatia e o empoderamento.

Outro artista que também traça um íntimo diálogo com o início da Modernidade é Aline Motta. Natural do Rio de Janeiro. A cineasta é levada a construir uma carreira nas artes plásticas através da revelação de um segredo de família, feito por sua bisavó Dona Doralice de 99 anos: na cena familiar um braço da história do Brasil.

Em 2000, foram publicados os primeiros resultados do Projeto Genoma Brasil (PENA, 2000), calcado num mapeamento da população brasileira. Embora, ainda trabalhando com percentuais, já se podia afirmar que 75% dos cromossomos Y na população são herança de homens europeus, 14,5% são de africanos e apenas 0,5% são de indígenas. Os outros 10% são metade do leste e do sul asiáticos. Uma análise mitocondrial, resulta, para porcentagens femininas que 70% das mães que deram origem à população brasileira são africanas e indígenas – mas 75% dos pais são europeus. A razão para tamanha desproporcionalidade entre a origem genética dever-se-ia aos anos de colonização, quando o estupro de mulheres negras e indígenas era padrão. Assim, a ciência comprovaria então, o que já fora pontuado pelo pensamento feminista negro, visível em teóricas como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez (CARNEIRO, 2005).

Aline empunhou os pequenos resquícios das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), tanto nacionais, quanto familiares e iniciou um processo de reconhecimento que a levou de Niterói à Vassouras, de Lisboa à Serra Leoa, num processo articulado a pesquisas em arquivos públicos e particulares, tudo documentado, filmado e fotografado.

Nascem assim, uma série de instalações e fotografias levadas a exposições nacionais e internacionais, inicialmente coletivas e agora individuais. *Filha Natural* (2018-2019), *Se o Mar tivesse Varandas* (2017) e *Ponte sobre Abismos* (2017) são obras que permitem reconstruir uma historiografia a partir de discussões sobre desigualdades de gênero e as relações entre Brasil-África, tomadas pelo viés das relações afro atlânticas e principalmente de sujeitos, não somente

expostos como corpos escravizados, sempre subalternizados, representados com toda a sua inteireza e dignidade.

Como exemplo de exercício pictórico podemos abordar a fotografia abaixo e lê-la em 03 planos:



Fonte: Foto da série Pontes sobre Abismos, Aline Motta

Temos o chefe Iman Alhaji Mustapha Koker, do grupo étnico Mende, sentado em postura e trajes elegantes, enquanto segura orgulhosamente uma foto emoldurada de sua mãe, em frente a outra foto, desta vez da bisavó da artista, ampliada e hasteada em tecido. Três crianças observam a cena ao fundo, e sobre a foto da mãe do Iman se pode ler, em inglês: “que sua alma descansa em perfeita paz, querida mãe”. A autora reúne os sujeitos separados pela escravização, reaproxima suas trajetórias e continentes, insinua parentescos, tudo permeado pela água dos oceanos pensada e apropriada através de diferentes sentidos e leituras.

Também como integrante deste seleto grupo de artistas negras cujas artes podem enriquecer nossa prática docente, trazemos Angélica Dass (DASS,2021). Há alguns anos a fotógrafa viaja por diferentes partes do Mundo para documentar as verdadeiras nuances de pele que compõem a raça humana. Através do projeto Humanae, ela visa criticar a maneira incisiva com que a população mundial foi arrolada sob o rótulo de preta, branca, amarela e vermelha.





Fonte: Projeto Humanae, Angelica Dass

Para dimensionar o alcance do Projeto Humanae, relembremos o papel que esta teve ao longo da dominação na sociedade colonial. Sobre este aspecto Anibal Quijano diz:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...]. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 118).

Uma vez levada para a sala de aula, sua coleção de retratos, revela a diversidade de cores humanas, além de permitir que se investigue a atualidade do cenário descrito por Quijano, já que a categoria de raça, embora incorreta biologicamente, ainda serve para erigir hierarquias sociais de funcionamento e desqualificação racializados.

Importante então resguardar as premissas trazidas pela Dra. Yolanda Oliveira (OLIVEIRA, 2006) para a apresentação destas discussões em sala. Citando Kabengele Munanga (MUNANGA, 2004), ela enfatiza que o conceito de raça guarda um campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. Por conseguinte, há uma etimologia da palavra que é acompanhada da evolução conceitual através dos tempos. Raça tem seu significado etimológico do italiano *razza* e do latim *ratio* e entre outros significados o de espécie. Em sua evolução, o termo foi utilizado inicialmente pela zoologia e pela botânica para organizar animais e vegetais em categorias.

Já na Idade Média, referia-se a grupos humanos que tiveram origem de um mesmo ancestral, os quais teriam características físicas comuns. Foi com o francês François Bernier (1625-1688), na segunda metade do século XVIII, que ele aparece utilizado para classificar a diversidade humana aparente, isto é, a diversidade fenotípica.

Nos séculos XVI-XVII, vemos o conceito se confundir com o de classe social, tendo sido utilizado para classificar a nobreza (os francos-germânicos) e a plebe (os gauleses). Francos e gauleses foram considerados nessa época duas raças distintas e os primeiros consideravam-se portadores de sangue puro. Nessa época, a raça é associada a aptidões intelectuais, sendo os francos portadores de aptidões superiores e os gauleses, pertencentes a uma raça suposta-mente diferente, admitindo-se que os mesmos fossem escravizados.

Por fim, no século XV, época em que o racismo passa a se dar a partir da cor da pele, a humanidade dos grupos considerados inferiores é colocada em dúvida. Essa dúvida leva os interessados no assunto a recorrerem ao que já existia nas ciências naturais para nomear os outros, os diferentes cuja humanidade é questionada, surgindo a história natural da humanidade, que se transforma na biologia e antropologia física.

Segundo Oliveira, em termos pedagógicos, vemos que classificar contribui para organizar o pensamento, dando uma certa ordem, necessária à produção intelectual, a partir de critérios indicados pela realidade constatada. Classificar as semelhanças e diferenças evidenciadas pela realidade, *a priori*, não tem nenhum inconveniente, mas ao contrário, coloca uma certa ordem na produção acadêmica. Diferentemente, o que intentamos abandonar, uma vez que traz drásticas consequências para o relacionamento humano, é atribuir significados sociais às diferenças, construindo hierarquizações na humanidade.

## **Conclusão**

A partir de referenciais teóricos centrados nas epistemologias decoloniais propusemos, ao longo deste ensaio, a adoção de parte das obras das artes visuais contemporâneas, construídas por artistas negras, como ferramentas de apoio a uma prática docente voltada para a construção de narrativas antirracistas e que contemplem a diversidade.

Intentamos, através da obra da artista Harmonia Rosales, sugerir reflexões sobre a imposição da beleza eurocêntrica e da religião católica como únicos modelos a serem aceitos e exaltados.

Com as brasileiras Anine Motta e Angélica Dass é possível acessar outras facetas da mesma Modernidade. A primeira envereda pelos oceanos que ligam Brasil-Europa e África para - sem esquecer as dores que esta relação engendrou- demonstrar sujeitos semelhantes e histórias

embaralhadas. Da mesma forma uma visita à obra da segunda, permite agregar novas maneiras de discutirmos questões fundamentais como Raça e Racismo.

Enfim, poderíamos agregar outros nomes a esta lista, mas o objetivo principal e permanente deve se manter na busca constante de outras ferramentas e de novas narrativas capazes de construção de uma História que não siga apartada de seus verdadeiros atores.

## Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é Racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Ilustração: Marcelo D'Saete. Tradução: Claudio Willer São Paulo: Veneta, 2020.

DASS, Angelica. Disponível em: <https://angelicadass.com/Angelica>

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

MIGNOLO, Walter Mignolo. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Trad.: Marco Oliveira. RBCS Vol. 32, número 94, junho/2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb* no 5. Niterói: EdUFF, 2004.

OLIVEIRA, Yolanda. Raça, Currículo e práxis pedagógica. *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n.7) (novembro 2006) Rio de Janeiro/Niterói – Quartet/EdUFF, 2006. Pp. 41-67.*

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

ROSALES, Harmonia. The artist. Disponível em: <https://www.harmoniarosales.com/theartist>. Acessado em 20-11-2021.

PENA, Sérgio. Marcas genéticas da miscigenação. *Revista Fapesp*. São Paulo: Fapesp, Edição 52, abril, 2000. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/marcas-geneticas-da-miscigenacao/> Acessado em: 19-11-2021.

## **O DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: A GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO OESTE CATARINENSE E OS ATORES PRESENTE NO HIDRONEGÓCIO E NA GERAÇÃO DESCENTRALIZADA.**

Sadi Baron. Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC). Secretário de Educação de São Carlos SC. [sadibaron@hotmail.com](mailto:sadibaron@hotmail.com).

Virginia Elisabeta Etges. Doutora em Geografia, docente e pesquisadora do Curso Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UNISC. [etges@unisc.br](mailto:etges@unisc.br)

**Resumo:** O artigo traz uma reflexão em relação à geração e distribuição de energia elétrica no Oeste Catarinense, os atores presentes no processo de geração de energia elétrica, bem como no Hidronegócio e na geração descentralizada. Na perspectiva da Nova Sociologia Econômica de Neil Fligstein (2001), o autor oferece ferramentas importantes para o estudo da relação entre o território e as forças sociais que articulam habilidades sociais, visando sua participação na disputa de capitais (social, cultural, econômico e simbólico). Neste estudo, analisamos estes autores presentes no campo de produção e distribuição de energia elétrica no Oeste Catarinense o impacto de seus reflexos no desenvolvimento regional.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento regional; Hidronegócio. Energia Elétrica; Descentralização.

### **I - Introdução**

A matriz energética da região Oeste Catarinense é considerada um campo de disputa na produção e distribuição de energia elétrica, o que envolve relações de poder no território. Os projetos em disputa integram um grupo de atores empresariais ligados ao Hidronegócio, merecendo destaque a Usina de Itá, construída no Rio Uruguai entre Itá (SC) e Aratiba (RS), que compõe o Consórcio Itá, liderada pela empresa belga ENGIE. Outros atores importantes são as empresas que compõem o Consórcio Foz do Chapecó e são liderados pela empresa chinesa STATE GRID, localizada entre Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS). Outro ator importante é o Consórcio liderado pela empresa Queiroz Galvão S/A, proprietária da UHE Quebra Queixo, construída no Rio Chapecó no município de São Domingos (SC).

Ao tratar das potências regionais e renováveis de energia elétrica, os principais atores que atuam na região são as cooperativas de eletrificação CERAÇÁ (Saudades), PCH Maué (Flor do Sertão), Iguazu Energia (Xanxerê), empresas que comercializam placas fotovoltaicas e equipamentos de biogás (energia solar), Associação Bioenergia (São Carlos – Biogás), Fundação Científica e Tecnológica em Energias Renováveis – (FCTER - Chapecó), movimentos sociais e ambientais que atuam na difusão das potenciais regionais e renováveis de energia elétrica. Outro ator importante é o Estado brasileiro, principalmente a esfera Federal, que centraliza o processo decisório e de planejamento da matriz energética.

Essas riquezas são estratégicas para o desenvolvimento e cada vez mais possuem natureza geopolítica atendendo os interesses dos detentores do capital. Uma das principais ferramentas utilizadas pelo grande capital para controlar o acesso, a gestão e o uso da água, é a pressão para realização nos países “menos desenvolvidos” de megaprojetos como barragens, dutos de irrigação, hidrovias e obras de transposição da água de grandes rios e lagos (MENDONÇA, 2017, p. 02).

Nesse contexto, a perspectiva da Nova Sociologia Econômica de Neil Fligstein oferece ferramentas importantes para o estudo da relação entre o território e as forças sociais que o compõem e, portanto, contribuindo na compreensão de dinâmicas territoriais dos atores que atuam no campo da produção da energia elétrica no Oeste Catarinense, seja no campo do Hidronegócio, seja como atores que atuam na geração descentralizada.

Nesta perspectiva, Fligstein (2001) diz que os territórios são laços sociais. O mais importante é compreender a natureza da cooperação e das habilidades sociais. Outro fator importante que Fligstein (2001) destaca é compreender os mercados existentes nos diferentes territórios como campos de forças em que diferentes atores procuram obter a cooperação alheia, possibilitando dominação social.

Portanto, a questão central que norteou o desenvolvimento esta pesquisa foi para compreender de que forma os principais atores do Hidronegócio e da geração descentralizada de energia do Oeste Catarinense articulam habilidades sociais, visando sua participação na disputa de capitais (social, cultural, econômico e simbólico), presentes no campo de produção e distribuição de energia elétrica.

O Brasil, em especial o Oeste Catarinense, figuram nesse cenário de disputas e controvérsias, entre os interesses articulados pelos atores do Hidronegócio e os atores defensores de uma perspectiva de desenvolvimento com o aproveitamento de fontes renováveis na região e a descentralização da energia elétrica. Os dados da Agência de Energia Elétrica – ANEEL - apontam que no Brasil há, em operação, 1.269 empreendimentos de fonte Hidrelétrica, dentre eles três usinas implantadas na Região Oeste Catarinense (ANEEL, 2017).

Apesar da inegável contribuição da produção de energia elétrica para o desenvolvimento humano e tecnológico, a questão que fica em aberto são os impactos que as grandes barragens causam ao meio ambiente, tanto na área social e na distribuição da riqueza gerada, quanto ao seu papel no desenvolvimento da região.

## **II - A estruturação do Hidronegócio no Oeste Catarinense: atores presentes no campo da geração e distribuição de energia**

A caracterização do Hidronegócio no Oeste Catarinense está ancorada nos grandes produtores de energia elétrica em especial as grandes Barragens. Quando a energia elétrica é transformada em *commodity* é comercializada em todo o país, diferencia estes atores dos demais que atuam em menor escala, o que produz novas relações sócio-culturais e econômicas na região.

A construção das usinas hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai sempre foi acompanhada de muitas controvérsias e disputas entre o Estado brasileiro e as populações ameaçadas pela formação dos reservatórios. A resistência da população levou ao adiamento de alguns projetos previstos na bacia do Rio Uruguai como a UHE Machadinho, Itá, Foz do Chapecó e Itapiranga.

Este novo ator presente na região alterou a correlação de forças resultando na revisão dos projetos alterou o local da implantação das usinas, o que resultou numa diminuição dos impactos sociais e ambientais, por parte dos empreendimentos. Também, mudaram as formas de tratamento com a população que conquistaram indenizações mais justas e conquistou uma nova modalidade de indenização que foram os reassentamentos coletivos, onde a população das comunidades atingidas foram remanejadas para um novo local podendo manter os laços sociais e culturais.

Uma das primeiras usinas a ser implantada na região foi a usina de Itapiranga no Rio Uruguai, contudo, com a forte resistência da população, o governo recuou e os focos se concentraram para as usinas de Itá e Machadinho.

A empresa responsável pelo empreendimento na bacia do Rio Uruguai foi, no primeiro momento, a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (ELETROSUL), empresa estatal, subsidiária da ELETROBRÁS. A partir de 1995, quando foi formado o Consórcio Itá, uma parceria entre o setor público e o privado, a obra passou a ser gerida pela GERASUL (parte da ELETROSUL detentora do parque gerador da empresa) e pelas empresas privadas ganhadoras da licitação, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Companhia de Cimento Itambé e Odebrecht Química S.A. Com a privatização da GERASUL, a usina passa totalmente para a esfera do setor privado. No mesmo ano, a parte da Odebrecht no consórcio é vendida para a Tractebel, empresa de energia belga. Sua nova razão social passa a ser Tractebel Energia S/A. Atualmente a usina é administrada pelo consórcio Itá, formado pela ENGIE Brasil Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e cimento (Itambé) (CONSÓRCIO ITÁ, 2019).

Empresa Tractebel atual (ENGIE) entrou no cenário brasileiro quando a estatal ELETROSUL passou por um processo de reestruturação, ocasião em que foi dividida em dois segmentos: geração (GERASUL) e transmissão (ELETROSUL). A parte da geração foi privatizada em leilão realizado em 1997, e vencedora foi a referida empresa Belga, Tractebel. A privatização foi muito questionada pelo baixo valor pago, pouco mais de R\$ 800 milhões, sendo que somente a UHE Itá custou mais de R\$ 1 bilhão na construção. Ao todo, a empresa se apropriou de sete empreendimentos de geração, quatro hidrelétricas (UHE Salto Osório e Salto Santiago no Paraná; UHE Passo Fundo e Itá, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul) totalizando 4.276 MW de potencial instalado. A empresa adquiriu no mesmo leilão as usinas termoelétricas de Alegrete e Charqueadas no Rio Grande do Sul e a de Jorge Lacerda em SC (SANTOS; REIS, 2002).

A empresa é sócia de inúmeras outras usinas em várias regiões do país e foi incorporada pela ENGIE Brasil Participações LTDA, controlada pelo grupo franco-belga ENGIE, maior produtor independente de energia elétrica do mundo, com uma capacidade instalada de 117,1 GW. Atua em doze estados do Brasil e tem capacidade instalada própria de 7.010 MW, equivalente a cerca de 6,2% do total de energia produzida no Brasil (ENGIE, 2017).

Outros atores presentes na região Oeste Catarinense são as empresas ligadas ao **Consórcio Foz do Chapecó**. A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó está instalada no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó (SC), e Alpestre (RS), estando a casa de força localizada no lado gaúcho. Com quatro unidades geradoras, a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó tem uma potência instalada de 855 MW.

O consórcio é formado por três acionistas majoritários, CPFL Energia, (atual State Grid), com 51%, Grupo ELETROBRAS, através da concessionária FURNAS com 40% das ações e a empresa CEEE Geração e Transmissão com 9% das ações. A atuação dos atores envolvidos no consórcio tem características próprias as quais descreveremos na sequência (State Grid, 2019).

A empresa Estatal Chinesa **State Grid Brazil Holding**, inicia sua operação no Brasil em 2010. O Brasil foi escolhido pela State Grid para a realização do primeiro grande investimento do conglomerado em países não-asiáticos. Detentora de 12 concessionárias nacionais de energia e com 51% de participação em quatro concessões de grupos de consórcio, a State Grid Brazil Holding (SGBH), está entre as maiores empresas de energia do Brasil. (State Grid, 2019).

A empresa estatal Chinesa State Grid está sediada no distrito de Beijing Xicheng- China. Fundado em 2002, atua em vários países como as Filipinas (através da National Grid Corporation das Filipinas), Austrália, Brasil, Itália, Portugal, Grécia, com total de 913.546

servidores, segundo balanço de 2017 (WIKIPEDIA, 2019).

A **CPFL Energia**, maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, tem um novo acionista controlador. A State Grid, a maior empresa do setor elétrico do mundo, que efetivou a aquisição de 54,64% de participação acionária no Grupo que pertenciam à Camargo Corrêa e aos fundos de pensão Previ, Fundação Cesp, Sabesp, Sistel e Petros em 2017 (CPFL Geração, 2019).

Outro ator importante que atua no Oeste Catarinense é a **Companhia Energética Chapecó (CEC)**, formada pela Construtora Queiroz Galvão S/A e Construtora Barbosa Mello S/A, que implantaram e operam a **UHE Quebra Queixo**, com a seguinte composição acionária: Construtora Queiroz Galvão S/A (59%) e Construtora Barbosa Mello S/A (41%).

A **UHE Quebra Queixo**, localizada no Rio Chapecó, no município de São Domingos (SC) é uma usina de potência instalada de 120 MW e entrou em operação no ano de 2000. Além de larga atuação no Brasil, o Grupo Queiroz Galvão, está presente nos EUA, em diversos países da América Latina, na Europa, na África e no Oriente Médio, contando com quase 50 mil colaboradores e atuando em construção e engenharia, desenvolvimento imobiliário, engenharia ambiental, exploração e produção de óleo e gás, indústria naval, cimento, siderurgia, alimentos e investimento em negócios das áreas de infraestrutura – energia, logística e saneamento (Queiroz Galvão, 2019). A empresa tem sede em Fortaleza no Estado do Ceará.

Como podemos observar que a Região Oeste Catarinense mantém em seu território empresas/atores que atuam em vários níveis do mercado de energia elétrica. Estas instituições tornaram-se parte de várias redes chamadas de consórcios, que são um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração; é uma maneira de reforçar o sistema capitalista de forma piramidal (RIBEIRO, 2008). São estes os principais atores do Hidronegócio que atuam na região Oeste Catarinense e que produzem e comercializam a energia elétrica de forma centralizada e em grande escala.

O setor do Hidronegócio, além das articulações com os órgãos estaduais e federais, e os gestores das hidrelétricas, mantêm articulação com atores regionais ligadas aos municípios lindeiros que foram impactados com a formação dos reservatórios das hidrelétricas. São características do processo de articulação e relação dos atores ligados ao Hidronegócio e na sequência vamos tratar da produção descentralizada de produção e comercialização da energia elétrica.



### **III - A produção e distribuição descentralizada de energia elétrica no Oeste Catarinense e os atores presente.**

Este capítulo busca trazer para os leitores os principais atores presentes no processo descentralizado de geração e distribuição de energia elétrica no Oeste Catarinense, enaltecendo suas principais características no processo produtivo e na articulação no campo político, econômico, técnico e cultural. Como enaltece Fligstein (2007), são campos em disputa onde os atores ligados aos campos em disputa se articulam para manter sua hegemonia e seu de atuação.

Uma das primeiras fontes de energia utilizada pelas populações do Oeste Catarinense, quando da vinda dos colonizadores, foi a lenha, principalmente no fogão para preparação dos alimentos e aquecimento para os invernos rigorosos. A iluminação também era realizada com a queima de velas e lampiões movidas à gordura animal e derivados de petróleo, basicamente querosene, gás e óleo diesel (LIMA, 2019). Outrossim as quedas de água eram aproveitadas para acionar os moinhos e serrarias. Algumas empresas e atores merecem destaque, pois foram pioneiros no processo produtivo, em especial, a produção e distribuição da energia elétrica na região Oeste Catarinense.

#### **PCHs e CGHs na Região Oeste Catarinense**

O Estado de Santa Catarina é banhado por inúmeros rios e córregos o que lhe proporciona um significativo potencial energético. Os dados do relatório do IMA – Instituto Ambiental de Santa Catarina, apontam que são 509 aproveitamentos energéticos que se encontram em processos diferenciados de licenciamento nas diferentes bacias hidrográficas. Em sua grande maioria são usinas de médio e pequeno porte chamadas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Central Geradora Hidráulica (CGH), totalizando 505 aproveitamentos, que representam uma potencialidade de geração de 2.103 MW de Energia Elétrica (IMA, 2018).

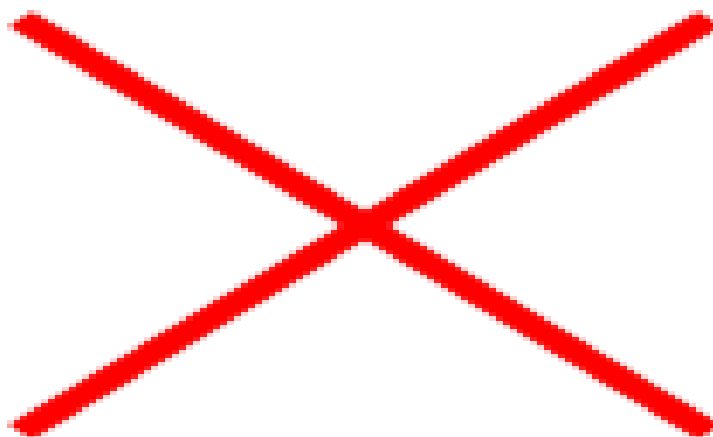
O Estado de Santa Catarina também tem aproveitamento da energia gerada de Grandes Hidrelétricas (UHE), principalmente no Rio Uruguai, usinas termoelétricas movidas à carvão, usinas eólicas e aproveitamento solar.

O Oeste Catarinense é uma região formada por inúmeras bacias Hidrográficas entre elas do Rio Chapecó, Rio Peperiguaçu, Rio das Antas, Rio Irani e Rio do Peixe, ambas desembocam no Rio Uruguai. Esta característica geográfica e hidrográfica é propícia para o aproveitamento da potencialidade energética.

No Oeste Catarinense são 504 aproveitamentos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Central Geradora Hidráulica (CGH), que totalizam 1.020 MW, entre usinas em fase de licenciamento e em operação (IMA, 2018).

Em Santa Catarina são 504 projetos em estudo e destes, 38,49% estão localizadas na Região Oeste. A ilustração demonstra esta distribuição em números.

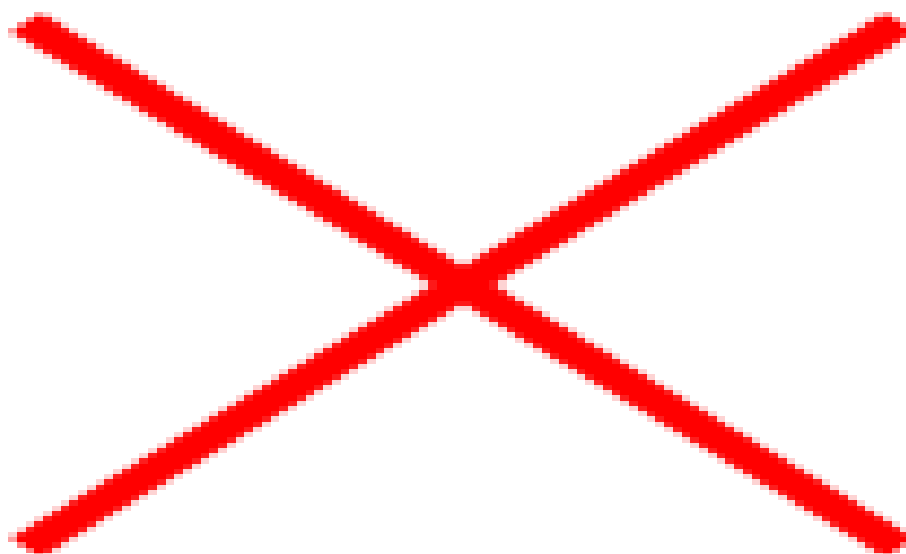
Figura 1- CGH e PCH em SC e na Região Oeste Catarinense



Fonte: IMA, 2018 (adaptado pelo autor).

São 69 aproveitamentos que estão em fase de Licenciamento Ambiental Prévio (LAP), 60 aproveitamentos com Licença Ambiental de Instalação (LAI) e 65 usinas em operação com (LAO).

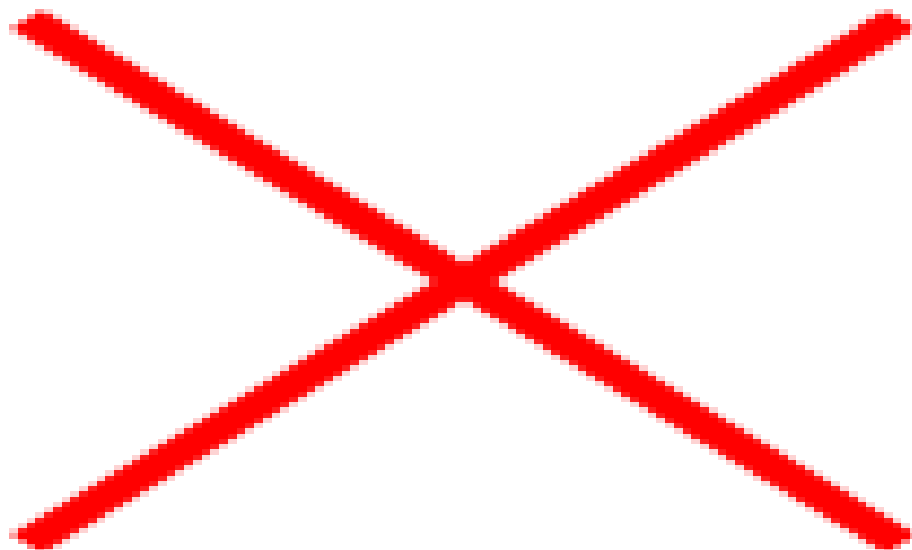
Figura 2 - CGH e PCH na Região Oeste Catarinense e processo de licenciamento



Fonte: IMA, 2018 (adaptado pelo autor).

Os aproveitamentos estão localizados nas seis bacias hidrográficas do Rio Chapecó, Rio das Antas, Rio do Peixe, Rio Irani, Rio Peperi-Guaçu e Rio Jacutinga, onde merece destaque a bacia do Rio Chapecó com maior potencial.

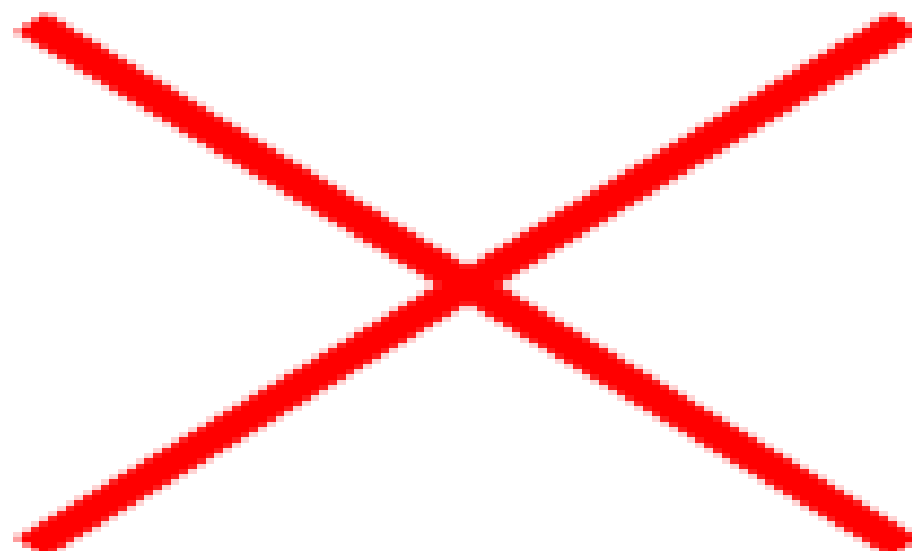
Figura 3 - CGH e PCH, Potencial Região Oeste Catarinense



Fonte: IMA, 2018 (adaptado pelo autor).

Podemos observar que o maior potencial de PCHs e CGHs está na Bacia do Rio Chapecó. Os aproveitamentos que estão em fase de licenciamento com LAP e LAI são em maior número e potencial. As de operação com LAO, representam um terço (1/3) do total dos projetos, como podemos observar no quadro que segue.

Figura 4 - CGH e PCH – Fase de Licenciamento Região Oeste Catarinense



Fonte: IMA, 2018 (adaptado pelo autor).

Os atores presentes neste conjunto de empreendimentos são, em grande maioria, da região ou produzem a energia para o consumo próprio. Esta característica potencializa o

desenvolvimento da região, onde a energia gerada fortalece o sistema descentralizado na regional e os lucros gerados com a venda de energia circulam na região proporcionando um aquecimento no comércio regional.

Como são empreendimentos de menos porte, o aproveitamento da mão de obra local está presente, seja no processo de construção das usinas, seja no processo de manutenção e reparos que são realizados por empresas que atuam regionalmente e isso fomenta a economia regional.

Os atores ou empresas proprietárias das PCHs e CGHs, em sua maioria, são empresários do setor privado, cooperativas e empresas públicas que têm atuação prioritária de caráter regional. Os empresários que atuam no setor de geração de energia elétrica também atuam em outras atividades econômicas, como donos de indústrias, comerciantes, profissionais liberais, construtoras, que no seu cotidiano consomem energia elétrica no processo produtivo e como autoprodutores isso lhes proporciona melhores condições de competitividade no mercado, diminuindo os custos de produção, além de ser uma nova fonte de renda com a comercialização da energia excedente.

Entre as empresas de destaque no setor estão as **Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)**, que atua na produção e distribuição da energia elétrica em Santa Catarina, atingindo a Região Oeste. Antes da CELESC, até a metade dos anos 1950, a produção e distribuição de energia elétrica era suprida por pequenos e médios sistemas elétricos regionalizados, geralmente mantidos pela iniciativa privada. Em 1955, por meio do Decreto Estadual nº 22, o Governador Irineu Bornhausen criou as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). A nova empresa foi criada com a atribuição de planejar, construir e explorar o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica do Estado, operando diretamente ou através de subsidiárias ou empresas associadas (CELESC, 2019).

Outra importante empresa que atual, há décadas no Oeste Catarinense é a **IGUAÇU ENERGIA**, que surgiu em 1959, por iniciativa de um grupo de empresários de Xanxerê e de Xaxim (SC). O objetivo principal da criação da empresa foi o de suprir a escassez de energia elétrica existente na região e, dessa forma, viabilizar a promoção do desenvolvimento que, até então, estava ameaçado (IGUAÇU ENERGIA, 2019).

Atualmente, a Iguaçu Energia é uma sociedade limitada, de capital privado, atuando em âmbito regional nos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Entre Rios, Bom Jesus, Lageado Grande e parte de Ipuauçu, Cordilheira Alta e Coronel Freitas (IGUAÇU ENERGIA, 2019).

O Cooperativismo é marca registrada da ocupação e colonização do Oeste Catarinense. Surge em 1974 a **Cooperativa de Eletrificação Rural Vale do Araçá LTDA – Ceraçá**, fundada por 127 pessoas, a maioria agricultores. A cooperativa foi criada com a missão de levar energia elétrica para as propriedades rurais do Vale do Araçá. Os sócios fundadores eram oriundos dos municípios de Maravilha, Cunha Porã, Pinhalzinho e Saudades. (CERAÇÁ, 2019).

### **Energia Solar e atores presentes no Oeste Catarinense**

O aproveitamento da energia solar fotovoltaica como fonte de energia elétrica, como fonte suplementar da matriz energética já é uma realidade no Brasil. Inúmeras plantas de produção de energia elétrica fazem parte do panorama energético de Santa Catarina. O Estado de Santa Catarina está em 4º lugar no ranking nacional com 2.230 plantas de energia solar instaladas, com potencial de 1.567 KWp (ANEEL, 2016).

O aproveitamento da energia solar no Oeste catarinense é bastante difundido, seja em residências para aquecimento de água, seja na produção de energia elétrica. As placas fotovoltaicas já fazem parte da paisagem dos telhados nas cidades e no meio rural. Com o aumento do valor da energia elétrica a instalação dos sistemas solares fotovoltaicos, tornou-se um mecanismo de diminuição das despesas com energia elétrica.

O sistema fotovoltaico é formado por cinco mini e micro usinas fotovoltaicas, ajustadas à demanda de cada unidade. A potência total somada de 641,3 kWpm deve suprir 96% do consumo total da empresa e se pagar em menos de oito anos. Em 25 anos de vida útil, a geração solar da Ogochi vai evitar a emissão de mais de 11 mil toneladas de CO<sup>2</sup>, que equivalem ao plantio de 20,3 mil árvores (CANAL ENERGIA, 2019).

Segundo o diretor presidente da empresa, Sr. Sidney Ogochi, a iniciativa está alinhada à decisão da Ogochi de assumir a sustentabilidade como um posicionamento corporativo. Investiu na ampliação do uso de fontes limpas e renováveis para reduzir a pressão sobre os sistemas hídricos e ampliar a competitividade da indústria. A empresa também possui uma agenda ambiental com temas como estudos para eficiência no uso de materiais, redução no consumo de energia e gerenciamento de resíduos, além da avaliação e qualificação de fornecedores (CANAL ENERGIA, 2019).

Outro exemplo vem da agricultura catarinense. No município de Planalto Alegre (SC), a família do Sr. Antônio Barea, é dona da propriedade que é abastecida por 114 painéis solares com capacidade instalada de 36 quilowatts-pico. Quando não “colhia” a própria energia, a família gastava R\$3,5 mil por mês para manter duas residências, dois aviários com 40 mil

frangos e a produção de leite de 25 vacas (NITA, 2019).

### **Geração de Energia através da Biomassa Residual no Oeste Catarinense**

A biomassa é o recurso renovável oriundo de matéria orgânica, de origem animal ou vegetal, que pode ser utilizada para a produção de energia. Ela pode ser proveniente de produtos e resíduos agropecuários, da floresta (madeira e folhas), da cana-de-açúcar, de dejetos animais e do lixo orgânico produzidos nas cidades, bem como da fração biodegradável dos resíduos e efluentes industriais e esgotos urbanos.

O aproveitamento da biomassa residual como fonte de energia elétrica ainda não é muito expressiva no Brasil. Na região sul, algumas experiências começam ter visibilidade pela importância para o desenvolvimento sustentável e como fonte de energia limpa. Segundo Zanette (2009), que estimou o potencial de produção de biogás no Brasil a partir das diferentes fontes de matéria orgânica em mais de 50 milhões de m<sup>3</sup> de metano por dia. Este potencial é significativo, pois em outubro de 2018 a produção nacional de gás natural superou os 117 m<sup>3</sup>/dia, uma produção recorde (ANP, 2019).

Entre os principais atores nesta área no desenvolvimento dos biodigestores no país, destaca-se a atuação do Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás-ER), instalado no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), na usina de Itaipu Binacional, uma empresa da holding da Eletrobrás. Em Santa Catarina a empresa estatal ELETROSUL vem apoiando iniciativas no aproveitamento do biogás como fonte de energia limpa e de sustentabilidade, com uma Micro central de biogás no município de Itapiranga (ELETROSUL, 2019).

Outra experiência é o caso da **família Heinen** da comunidade de linha São Sebastião, interior de São Carlos. A família Heinen é semelhante aos demais produtores da região, em que moram os pais e dois filhos na mesma propriedade. Na propriedade trabalham a produção de suínos, matrizes, 840 unidades. O biogás é canalizado até a central gerador onde está instalado o gerador de energia que pode gerar 270 KW dia atendendo a demanda diária da propriedade.

O Gerador de energia é uma unidade experimental que o produtor tem em parceria com a Cooperativa CERAÇÁ que instalou o gerador de energia onde o excedente é inserido na rede da empresa que é a distribuidora de energia na região.

A tecnologia do biogás tem sido reconhecida como uma forma limpa de produzir energia elétrica, oferecendo inúmeros benefícios para a sociedade. Possui elevada disponibilidade, principalmente no estado de Santa Catarina, onde possui fonte abundante. A Resolução nº 482/2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL - permite que o consumidor injete

energia no sistema de distribuição, podendo compensar o custo da energia consumida, o que aponta para um arranjo comercial viável.

Outra importante característica do Oeste Catarinense é ser berço de inúmeros movimentos sociais como o **Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB**, qual a região é vanguarda na luta e defesa de direitos e na organização social em diversas áreas, referendados pelos autores (POLI; BADALOTTI; GASPARETO, 2017, p. 197).

#### **IV - Considerações finais**

Podemos observar que os atores presente no oeste catarinense nas novas perspectivas de desenvolvimento regional com o aproveitamento de fontes renováveis e a produção descentralizada de energia elétrica está proporcionando novos nichos de mercado local e contribuindo com o desenvolvimento da região de forma descentralizada e fortalecendo os atores locais e regionais. O processo associativo vem contribuindo de forma significativa a atuação dos pequenos produtores nas diferentes formas de produção e suas articulações no âmbito regional de local possibilitam avanços no aspecto do mercado e também na busca de recursos para novos investimentos onde os protagonistas sejam os atores da região.

Outra constatação importante é os procedimentos de articulação diferenciada que os atores ligados ao Hidronegócio e do processo descentralizado de produção de energia elétrica. Os grandes produtores mantêm suas articulações no âmbito nacional e internacional muito mais ligado aos procedimentos técnicos, seja na área comercial, processos de licenciamentos, seja na articulação de desoneração dos custos de produção visando o aumento de lucro.

Outro aspecto importante constatado na pesquisa são as novas perspectivas de geração de energia de fontes “novas”, e o ingresso de grandes empresas que tradicionalmente trabalhavam com grandes projetos com energia hidrelétrica, estão também atuando na área de energia solar na Região Oeste Catarinense, como é o caso da empresa ENGIE.

Com o esgotamento de mais um ciclo é necessário buscar novos caminhos, uma nova perspectiva de desenvolvimento: este é o desafio para a atualidade. As novas experiências em curso, com o aproveitamento descentralizado da energia elétrica na região Oeste Catarinense e o capital social construído nas últimas décadas, nos permite pensar um novo modelo de desenvolvimento regional que integre as necessidades dos atores regionais numa nova perspectiva descentralizada e que possa promover o desenvolvimento regional de forma equitativa.

## V - Referências

- ABRAGE - Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica. Disponível em: <http://www.abrage.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. <http://www.aneel.gov.br/a-aneel>. Acesso: 11 jun. 2016.
- ANP – Agência Nacional de Petróleo. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4955-producao-de-gas-natural-do-brasil-e-recorde-em-outubro>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- CANAL ENERGIA - Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53093347/engie-solar-instala-sistemas-fotovoltaicos-para-ogochi>. Acesso em: 21 abr.2019.
- CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. <http://www.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding/historico-holding>. Acesso: 01/01/2019.
- CERAÇÁ - Cooperativa de Eletrificação Rural Vale do Araçá LTDA <http://www.ceraca.com.br/sobre.php> - Acesso: 02 jan. 2019.
- CONSÓRCIO ITÁ. TAL, Fulano de. Entrevista I. [fev. 2019]. Entrevistador/pesquisador: Sadi Baron. Itá (SC), 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Tese.
- CPFL Geração - <https://www.cpfl.com.br/unidades-de-negocios/geracao/cpfl-geracao/Paginas/default.aspx>. Acesso: 07 jan. 2019.
- ELETROSUL Centrais Elétricas - Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/eletrosul-vai-instalar-usina-de-biogas-no-interior-de-santa-catarina>. Acesso em: 21 abr.2019.
- FCTER – Fundação Científica e Tecnológica em Energias Renováveis <http://fcter.org.br/>. Acesso: 02 jan. 2019.
- FLIGSTEIN, Neil (2001a) – “**Social skill and the theory of fields**” disponível em <HTTP://repositories.cdlib.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=iir/ccop>. Acesso 18/06/2017. Publicado em Sociological Theory 19(2), 2001, p.105-25.
- IGUAÇU ENERGIA. <http://www.ienergia.com.br/empresa/historia.aspx>. Acesso: 02 jan. 2019.
- IMA – Instituto Ambiental de Santa Catarina. Relatório de licenciamento de UHE, PCH e CGH. Florianópolis – 2018.
- LIMA, Renato F. - <https://blog.borealled.com.br/historia-da-iluminacao-fogo-vela-lampada-eletrica/> Acesso: 04 jan. 2019.
- NITA – Núcleo de Inovação tecnológica para a Agricultura Familiar. Disponível em: <http://nita.org.br/agricultores-catarinenses-colhem-energia-limpa/>. Acesso em: 21 abr.2019.
- ONS - Operador Nacional do Sistema. Disponível em: <http://ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/o-que-e-ons>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- POLI, O. L.; BADALOTTI, R. M.; GASPARETO, S. A. K. Processos educativos e movimentos sociais populares do campo no oeste catarinense. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 196-215, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v19i40.3750>
- QUEIROZ GALVÃO ENERGIA, <http://qgenergia.com/br/geracao/hidreletricas-e-pch>. Acesso: 19 abr. 2019.



REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

SIGAUD, Lígia. O efeito de tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 18, ano 7, 1992.

OGOCHI. Disponível em: <http://www.ogochi.com.br/sustentabilidade>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SIGEL - Sistema de informações Geográficas do Setor Elétrico.  
<https://sigel.aneel.gov.br/portal/home/index.html>. acesso: 19/04/2015

STATE GRID. <https://www.stategrid.com.br/pagina-inicial/projetos/>. Acesso: 07 jan. 2019.

## **A DOCTRINA DE CHUMBO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRO (1981-1985)**

Sandro Heleno Morais Zarpelão. Doutorando em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP); Prof. de História no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São Roque-SP; e-mail: shmzarpelao@usp.br

**Resumo:** O processo de redemocratização do Brasil, iniciado em 1979, durante o governo do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), com a Lei da Anistia, foi marcado por vários fatos históricos como as eleições para governadores, em 1982, o retorno do pluripartidarismo político, o movimento das Diretas Já (1983/1984), a votação da Emenda Dante de Oliveira (1984) e a eleição do primeiro presidente civil desde 1960, no caso Tancredo Neves, em 1985. Ao mesmo tempo, o mundo vivia uma nova escalada de tensão na Guerra Fria em que EUA e URSS travavam uma nova corrida armamentista. Nessa época foi erigida uma nova Doutrina de Política Externa e Militar pelo governo do presidente republicano Ronald Reagan (1981-1989) que ficou conhecida como Doutrina Reagan, também conhecida como Doutrina de Chumbo, e que teve papel importante na nova onda redemocratizante que atingiu os países da América Latina como o Brasil, por exemplo. O objetivo do presente trabalho, então, é refletir qual foi a relação, a importância e a influência da Doutrina Reagan de Washington, na relação EUA-Brasil, por meio do seu impacto no processo de redemocratização brasileiro na primeira metade da década de 1980. Para tanto, serão realizadas discussões bibliográficas acerca do tema além de reflexões sobre a Doutrina Carter, do presidente estadunidense Jimmy Carter (1977-1981) e o período da Guerra Fria na primeira metade dos anos 1980.

**Palavras-chave:** Doutrina Reagan; redemocratização; Brasil.

### **A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985): uma análise geral**

O Golpe de Estado de 1964 contra o então presidente João Goulart (1961-1964) ocorreu sob a alegação, em termos gerais, de que o seu plano de governo conhecido como Reformas de Base poderiam transformar o Brasil em um país socialista. Nessa época o mundo vivia sob a égide da Guerra Fria. Há também o fato de que parcela dos militares ambicionava o poder desde 1945, e o governo dos EUA juntamente com parte da imprensa, da classe média, do empresariado, da Igreja Católica e da elite brasileira desejavam garantir a permanência do capitalismo e da ordem no país e assim, promoveram o citado golpe que instaurou a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985).

Não se pode esquecer de que os Estados Unidos da América tiveram um papel decisivo no apoio, planejamento, organização e estruturação do Golpe de Estado de 1964 e na construção da Ditadura Civil-Militar Brasileira.

O chamado “milagre econômico brasileiro” observado nos governos dos presidentes militares Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi caracterizado em linhas gerais por forte crescimento econômico, utilização de crédito internacional farto e barato, desenvolvimento industrial, grandes investimentos em infraestrutura e aumento exponencial da desigualdade social. Tal modelo econômico era

assentado no tripé formado pelos capitais estatal, multinacional e privado brasileiro. Ao mesmo tempo, ocorreu o desmantelamento do Estado Democrático de Direito no Brasil, com a perseguição política, edição dos Atos Institucionais, principalmente o AI-5, de 1968, cassação de direitos políticos, censura à imprensa, repressão e perseguição contra a oposição política, fechamento temporário e controle do Congresso Nacional, aplicação da tortura como instrumento político que levou o Brasil a um período de temor e de obscurantismo político e histórico.

Nessa época, o citado “milagre” foi duramente afetado pelas transformações econômicas, políticas e geopolíticas internacionais. O fim do padrão dólar-ouro decretado pelo governo do presidente Richard Nixon, em 1971, dos EUA, a Primeira Crise Internacional do Petróleo<sup>505</sup>, em 1973, causado pela Guerra do Yom Kippur<sup>506</sup> entre Israel contra Egito e Síria, a Revolução Islâmica Iraniana, em fevereiro de 1979, que derrubou o Xá Reza Pahlevi que governava o Irã desde 1953 e em seu lugar assumiu o Aiatolá Khomeini e a Segunda Crise Internacional do Petróleo<sup>507</sup>, no biênio 1979/1980, em que os preços do barril de petróleo subiram ainda mais, agravando e colocando em risco o fornecimento do “ouro negro” para os mercados ocidentais, incluindo o Brasil. A crise do sistema capitalista se espalha com o fim do padrão dólar-ouro pelos EUA e com as crises do petróleo que atingem os países da Europa Ocidental, da América Anglo-Saxônica, da América Latina – inclusive o Brasil – e o Japão, pois eram muito dependentes das importações de petróleo oriundas do Oriente Médio na década de 1970. Isso causou um grande e devastador impacto na economia brasileira e no sonho de grandeza dos militares transformando o sonho do “milagre brasileiro” em um pesadelo econômico e político no governo do presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979).

A política externa brasileira durante os governos dos presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici caracterizou-se pelo alinhamento político e econômico com o bloco capitalista liderado pelos Estados

<sup>505</sup>1ª Crise Internacional do Petróleo: devido ao embargo do petróleo feito pela OPEP contra os países ocidentais, ocorreu um aumento considerável no preço do barril de petróleo, passando de aproximadamente US\$ 2,00 para US\$ 12,00, provocado pela OPEP. Vale ressaltar que esta última utilizou o petróleo como “arma política” para tentar pressionar os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental a pressionarem Israel, para que este devolvesse os territórios ocupados na já mencionada Guerra dos Seis Dias.

<sup>506</sup>Guerra do Yom Kippur (1973): conflito ocorrido entre Israel contra Egito e Síria, sendo que estes dois últimos realizaram um ataque surpresa no dia do Yom Kippur, ou dia do “perdão”, data sagrada para a religião do judaísmo. Conseqüência direta da Guerra dos Seis Dias (1967), vencida por Israel. O efeito direto foi a manutenção dos territórios ocupados e reivindicados por jordanianos, egípcios, palestinos e sírios, no caso a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas do Golan sob o domínio israelense. Outro efeito foi a 1ª Crise Internacional do Petróleo.

<sup>507</sup>A 2ª Crise Internacional do Petróleo foi causada em grande parte pela Revolução Islâmica Iraniana, de 1979 e pelo início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). O envolvimento de dois dos mais importantes produtores de petróleo mundiais e da OPEP, fez o barril de petróleo aumentar substancialmente no mercado internacional

Unidos. Vale lembrar, que o mundo, no cenário das relações internacionais, vivia sob a égide da disputa geopolítica bipolar entre Estados Unidos (capitalismo) e União Soviética (socialismo), a chamada Guerra Fria.

Em 1973, foi eleito o general Ernesto Geisel para presidente da república pelo colégio eleitoral. Durante o que governou até 1979. Foi durante o seu governo que o país deveria fazer uma abertura lenta, gradual e segura. Desenvolveu o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, para a construção das usinas nucleares em Angra dos Reis. Fez o PROALCOOL (Programa Nacional de Incentivo ao Álcool), para diminuir a enorme dependência brasileira de importações de petróleo.

A política externa brasileira no governo Geisel apresentou mudanças e adotou a busca pela diversificação de parceiros políticos e econômicos, uma relação mais estreita com outros países do terceiro mundo, como os africanos, constantes atritos com Washington e a adoção de uma política externa mais independente. O governo de Jimmy Carter (1977-1981) possuía como uma de suas linhas políticas a defesa dos direitos humanos e da democracia, mesmo que representasse o enfrentamento com as ditaduras latino americanas de países aliados como o Brasil. Nesse sentido, os atritos entre Washington e Brasília se tornaram muito freqüentes e ocorreu o distanciamento e esfriamento das relações entre os dois países.

Ao final da década de 1970, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral, em 1978, para o cargo de presidente da república. Para essa eleição várias modificações anteriores foram realizadas no Colégio Eleitoral, como a eleição indireta do 1/3 dos senadores (apelidados biônicos), a divisão do estado de Mato Grosso e a União do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro. Dessa maneira o número de deputados e senadores da ARENA aumentou, compensando a derrota eleitoral do governo nas eleições legislativas de 1974 para a oposição representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Mesmo considerado o "presidente da abertura", o governo de João Figueiredo (1979-1985) preocupou-se com a eleição de seu sucessor. O partido do governo, agora denominado PDS (Partido Democrático Social), realizou uma série de manobras para permanecer no poder e tentar contrariar o movimento social pelas eleições diretas que se organizava desde o final de 1983. A última grande manobra foi a rejeição da Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira que introduziria no país a eleição direta para Presidente da República.

O mineiro Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, pertencendo ao partido PMDB, vencendo o seu adversário Paulo Maluf, candidato dos militares e do PDS. Sua vitória

marcou o retorno dos civis ao cargo de Presidente da República, fato este que não se via desde o Governo de João Goulart (1961-1964), último civil a governar o país.

Entretanto, Tancredo Neves, na véspera de assumir a presidência da República, em 14 (catorze) de março de 1985, foi internado em Brasília e depois transferido para São Paulo e por isso, acaba não assumindo a Presidência da República e em seu lugar assume o seu vice José Sarney.

No dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves acabou falecendo e o vice-presidente José Sarney que era o presidente interino até que Tancredo se recuperasse, assumiu definitivamente a presidência do país e passaria longos cinco anos no Palácio do Planalto.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970 as ditaduras militares direitistas nos países da América Latina, como a do Brasil, tinham cumprido o seu papel de garantir que tais países continuassem sob a órbita de influência estadunidense, abrissem suas economias ao capital estrangeiro e combatessem os perigosos movimentos políticos e armados de caráter socialista. Contudo, tal processo apresentou uma mudança substancial na década de 1980 quando políticas econômicas neoliberais focadas na liberdade de comércio internacional e na pouca presença do Estado na seara econômica foram defendidas conjuntamente com políticas de valorização da democracia pelos governos dos presidentes Ronald Reagan (1981-1985), dos Estados Unidos, e da primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990), do Reino Unido. Aos poucos a relação de apoio de Washington aos citados regimes ditatórias iria mudar.

### **A Doutrina Reagan e o Processo de Redemocratização do Brasil**

Concomitantemente, em janeiro de 1981, assumia o cargo de presidente dos Estados Unidos, o republicano Ronald Reagan, depois de vencer seu rival democrata, o então presidente Jimmy Carter (1977-1981), nas eleições de 1980.

Seu país enfrentava um grave momento de desconfiança e insegurança. A imagem da superpotência se encontrava bastante arranhada devido à derrota no Vietnã, em 1975, a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, a invasão soviética sobre o Afeganistão, em 1979, perda de competitividade das empresas estadunidenses e a forte crise de sua economia capitalista.

Reagan personificava a ascensão de novas forças conservadoras, de uma Nova Direita, que defendia a recuperação da imagem, da hegemonia e da capacidade de liderança diplomática dos Estados Unidos no Ocidente, através do retorno de políticas belicistas, recrudescimento da Guerra Fria, de novas intervenções militares, da defesa de políticas neoliberais, da reativação de um anticomunismo e do crescimento da corrida armamentista. Tais premissas foram fundamentais na atuação dos Estados Unidos em regiões como o Oriente Médio, América

Latina e Brasil, na década de 1980.

Foi durante o seu governo que se construiu a chamada “Nova Guerra Fria”, que introduziu um discurso amplamente militarista e uma política ofensiva em relação à Moscou. Um dos seus objetivos era recuperar, perante a sociedade estadunidense e a comunidade internacional o poder e o prestígio dos EUA na política internacional e recuperar a sua imagem que ficou bastante arranhada com a derrota na Guerra do Vietnã (1965-1975). Ainda pairava naquele momento a sombra do Vietnã sobre a Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono, pois de acordo com o historiador Eric Hobsbawm “A política de Ronald Reagan, eleito para a presidência em 1980, só pode ser explicada como uma tentativa de varrer a mancha da invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar...” (HOBSBAWM, 1995. p. 244).

Em outras palavras, Reagan ambicionava que os Estados Unidos lutassem pela hegemonia no mundo, por meio da militarização, pois foi uma opção deliberada e consciente da Casa Branca em prol da recuperação do prestígio militar e geopolítico internacional, da solução de sua crise econômica, de conter a União Soviética e de refazer a imagem do país perante o seu público interno. A retomada da Guerra Fria foi colocada em prática por meio de intervenções militares nos países do Oriente Médio e da América Central e do apoio aos processos de redemocratização dos países da América do Sul.

No governo Reagan (1981-1989), a seara militar tem papel fundamental e preponderante. Os grandes investimentos militares, as intervenções armadas e a utilização da “diplomacia da força” causaram inúmeras consequências externas e internas para os Estados Unidos. Sua economia foi seriamente afetada o que demonstra a estreita dependência entre as questões externas e as questões internas estadunidenses.

A política externa de Ronald Reagan era pautada por negociações, intervenções, uso da força militar, para atingir o grande objetivo de recuperar a hegemonia dos Estados Unidos, no mundo capitalista, garantir o suprimento de fontes de energia, como o petróleo, e recuperar a economia interna. Pode-se afirmar que tal política foi erigida pelo próprio presidente, por sua cúpula de governo, aliados e pelos neoconservadores do Partido Republicano.

De acordo com Water LaFeber, a política externa estadunidense do governo Reagan buscava garantir e aplicar os interesses dos Estados Unidos nas relações internacionais. Para tanto, foi construída um conjunto de princípios, estratégias, crenças, idéias e teorias que embasavam a atuação de Washington em termos militares e geopolíticos, conhecida como Doutrina Reagan. (LAFEBER, 1995).

Vale ressaltar que os pressupostos da Doutrina Reagan não são apenas e tão somente teorias racionais e estratégicas, mas também ideologias e crenças do presidente Ronald Reagan. Segundo Water LaFeber e Thomas McCormick, a Doutrina Reagan foi construída sobre quatro pontos principais: o retorno do anticomunismo, a crescente militarização da política e da economia do país, a diferenciação entre Totalitarismo e Autoritarismo e o aumento da abrangência dos poderes do presidente Reagan (McCORMICK, 1995).

De acordo com Rodrigo Candido para compreender melhor tais pilares, é assaz necessário destacar que os fatos internos e externos se interligavam e se relacionavam. Em outras palavras, as políticas externas podiam causar efeitos internos e esses poderiam influenciar a elaboração de medidas externas. Então, a Doutrina Reagan e os seus quatro pontos embaixadores, devem ser relacionados às questões internas dos Estados Unidos (CANDIDO, 2010).

Assim sendo, o primeiro ponto foi que o presidente Reagan pressionou o Congresso e aumentou o seu poder, concentrando-o. Para tanto, militarizou a sua política, enfrentou a oposição Democrata no Capitólio e até foi contra a opinião pública para implementar suas intervenções militares no Oriente Médio e na América Central, por exemplo. Isso trouxe para os Estados Unidos, graves problemas econômicos, como o crescente déficit público e a alta dívida pública.

O segundo ponto apontado por LaFeber foi o recrudescimento do anticomunismo e da necessidade de se enfrentar a União Soviética. Vale lembrar que durante os governos de Richard Nixon (1969-1974), de Gerald Ford (1974-1977) e de Jimmy Carter (1977-1981), o anticomunismo e a ameaça soviética foram menos utilizados, devido ao período da Détente, na Guerra Fria, como pressupostos e formas de pressões em prol de políticas militares intervencionistas e de auxílio estadunidenses. Não se pode esquecer de que o anticomunismo e a necessidade de conter Moscou eram características intrínsecas à personalidade do presidente Ronald Reagan.

Já o terceiro ponto, polêmico e paradoxal, muito importante para a política externa de Reagan e para a aplicação de sua doutrina foi o da diferenciação entre Totalitarismo e Autoritarismo. Para LaFeber, tal diferenciação foi erigida pela intelectual Jeane J. Kirkpatrick, embaixadora dos Estados Unidos, nas Nações Unidas, em 1981. Para ela, os “regimes totalitários” se aplicavam aos países que se acreditava não ter possibilidade de adotarem a democracia e o capitalismo e eram contra os interesses dos Estados Unidos nas relações internacionais, como a China, União Soviética e os países do Terceiro Mundo governados por

líderes esquerdistas como Cuba (LAFEBER, 1995).

Em contrapartida, os países que eram dominados por governos autoritários, mesmo não possuindo liberdade política, abertos à democracia e ao capitalismo e que não se opunham aos interesses estadunidenses, eram considerados autoritários. Na prática, tal diferenciação permitiu ao governo Reagan apoiar ditaduras de direita e condenar os governos ditatoriais esquerdistas. Foi o caso da Argentina, da Indonésia e da África do Sul. Tal política de diferenciação passou por paradoxos como na época da Guerra das Malvinas (1982), em que Washington apoiou Londres em detrimento de Buenos Aires, governado por uma ditadura militar direitista.

O quarto e último ponto de sustentação da Doutrina Reagan, foi o grande enfoque na questão militar. Os gastos governamentais orçamentários com a área militar cresceram exponencialmente, para se poder aplicar cada vez mais a “diplomacia da força”.

Com relação à massiva militarização do governo Reagan, ela pode ser vista através de quatro vertentes. A primeira se refere ao projeto SDI (Strategic Defense Initiative), chamado pela imprensa como “Star Wars” (Guerra nas Estrelas), que objetivava construir um amplo escudo de defesa antimíssil, contra a União Soviética. A segunda vertente foi o aumento das intervenções militares estadunidenses em países do “Terceiro Mundo”, para combater as tensões crescentes, como na Nicarágua, por exemplo. A terceira vertente foi o combate aos governos esquerdistas revolucionários, como no caso de países da América Central. A quarta e última foi a preocupação estadunidense em utilizar o seu aparato militar em manter e aumentar os seus pontos estratégicos e de fornecimento seguro de petróleo no Oriente Médio. Isso se percebeu quando os Estados Unidos financiaram grupos afegãos contra a presença soviética no Afeganistão e também quando interveio na Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

Ressalta-se, novamente, que o objetivo precípua da Doutrina Reagan era o de recuperar a hegemonia militar, diplomática e política estadunidense no mundo. Então, foi sobre tal doutrina que o governo Reagan erigiu e implantou suas políticas de governo. Percebe-se, então, que a Doutrina Reagan tinha sua base, de acordo com LaFeber, na Doutrina do Destino Manifesto e na política Wilsonista, isto é, de que o mundo poderia ser um lugar mais seguro para a democracia desde que Washington interviesse. A ironia e contradição da Doutrina Reagan é que os Estados Unidos apoiaram ditaduras de direita em detrimento das ditaduras de esquerda, nos países periféricos (LAFEBER, 1995).

Desse modo, pode-se resumir a Doutrina Reagan como um conjunto de ideias e teorias, de política externa, que valorizava substancialmente o aumento dos investimentos em questões militares, em busca de uma atuação dos Estados Unidos, no Terceiro Mundo, através da



incitação de disputas internas dentro do próprio país. Foi o que ocorreu na região do Oriente Médio, quando os Estados Unidos intervieram na Guerra Irã-Iraque, juntamente com a União Soviética, para encerrá-la e assim, garantir o fornecimento de petróleo para o seu energívoro mercado consumidor.

Nota-se que a Doutrina Reagan, além do aspecto militar, também pode ser explicada e compreendida através da relação de tal aspecto com as esferas econômica e política, tanto no âmbito interno e externo. Ao mesmo tempo, que a corrida armamentista e as tensões da Guerra Fria se aceleravam, ocorria uma perda substancial de competitividade e de produção da economia estadunidense, tanto nos mercados interno como no externo. O deficit público crescia e financiava a preocupante escalada da dívida pública.

Interessante observar que apesar dos altos investimentos militares feitos no governo Reagan, a economia estadunidense não se recuperou e outros setores econômicos nacionais continuavam patinando, com baixa produtividade e vendas. Vale ressaltar que o a presidência de Ronald Reagan representava diversos interesses e objetivos no campo econômico, na política interna, na política externa e de intimidação da União Soviética.

Ademais, não se pode esquecer dos efeitos da Síndrome do Vietnã sobre a confiança dos Estados Unidos, de sua imagem perante o mundo e com a sua opinião pública.

No campo político, ao retomar a corrida armamentista, buscava uma grande superioridade estratégica dos Estados Unidos sobre a União Soviética. Para tanto, convenceu o Capitólio, através de grandes pressões, para que aprovasse os altos gastos militares para causar o colapso da União Soviética.

No campo econômico, teve uma postura no mínimo paradoxal, pois a política externa de Reagan defendeu a adoção de políticas neoliberais ao mesmo tempo em que impunha severos embargos econômicos e políticas protecionistas no comércio internacional. Já no âmbito interno, realizou pesadas intervenções na economia e vultosos subsídios ao complexo industrial-militar.

A diminuição das tensões com a União Soviética, a partir de 1985, ocorreu com a ascensão ao poder do líder soviético Mikhail Gorbachev, e a adoção das políticas da Glasnost e da Perestroika e com a eleição de uma maioria democrata no Capitólio. Isso coincidiu com o segundo mandato presidencial de Ronald Reagan, entre 1985 e 1989.

Mesmo assim, a política externa de Reagan não se despreocupou com os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. A intervenção estadunidense na Guerra do Afeganistão (1979-1989) e a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) são dois grandes exemplos de aplicação da

Doutrina Reagan.

No caso do Afeganistão, havia a preocupação em apoiar militar, política e economicamente os Mujahedin (guerreiros muçulmanos que lutam em defesa e proteção do Islã) contra a presença soviética. O Afeganistão, sem dúvida alguma, para LaFeber, foi um país chave para tal doutrina. Além da preocupação com a ambição soviética de conseguir uma saída para o Oceano Índico e um importante ponto estratégico, havia também a ideia de contê-la. (LAFEBER, 1995).

A Guerra Irã-Iraque (1980-1988), envolvia dois países riquíssimos em petróleo em uma área de grande interesse estratégico. Tal conflito ameaçava o fornecimento de petróleo para a economia estadunidense e para os seus aliados (países da Europa Ocidental e Japão). Também representava uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos na região, pois o antiamericanismo e o fundamentalismo muçulmano cresciam e deveriam ser combatido fortemente.

Ressalta-se, que após a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, os Estados Unidos perderam um grande aliado na mencionada região, o que interferiu na sua política estratégica. Teerã deixou de ser uma das bases da “política dos dois pilares” de Richard Nixon e passou a ser hostil e adversário de Washington. Quando a Guerra Irã-Iraque explodiu, o governo Reagan procurou apoiar os dois lados, através de uma política dúbia e pragmática que garantisse o equilíbrio militar e evitaria a supremacia de um dos lados em conflito. Também evitaria que Moscou apoiasse algum dos lados beligerantes, o que garantiria o seu afastamento do teatro de operações.

Mesmo assim, isso não impediu que eclodisse o Escândalo Irã - Contras, em que os Estados Unidos venderam secretamente armas para o Irã, através do intermédio de Israel, cujo dinheiro conseguido financiava o grupo militar direitista, conhecido como Contras, na Nicarágua, para combater os Sandinistas. Isso provocou um sério desgaste para a imagem do presidente Ronald Reagan e de seu governo.

A Doutrina Reagan tinha como um dos seus objetivos combaterem de forma veemente a ascensão de regimes de esquerda em alguns países da América Central, como Nicarágua e El Salvador. O objetivo era levar a democracia para a região de forma lenta, segura e sem enfrentamentos com os regimes militares, para fortalecer as instituições democráticas e garantir uma exitosa transição dos países da região rumo à democracia. A atuação dos EUA na região foi um dos principais enfoques da atuação da Doutrina Reagan, e seu intuito de combater a esquerda nos países periféricos. Principalmente nos casos da Nicarágua e El Salvador, duas prioridades dos objetivos democráticos de caráter universal de Reagan.

Ao mesmo tempo, no Brasil, depois de anos seguidos de regime ditatorial, repressivo e autoritário sob o comando dos militares, a oposição cresceu representada por partidos como PT, PMDB e PDT e o processo de transição política rumo à democracia se consolidava apesar dos sobressaltos políticos e econômicos.

Nesse sentido, a oposição ao governo militar iniciou um movimento em novembro de 1983, conhecido como “Diretas Já” com o objetivo de aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira estabelecendo que as próximas eleições presidenciais, de 1984, fossem pelo voto popular direto. Comícios foram organizados em várias capitais do país, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, colocando no mesmo palanque figuras políticas como Tancredo Neves, Mário Covas, Luis Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, Fernando Henrique Cardoso e Ulysses Guimarães, o “senhor diretas”. Entretanto, a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, e o sonho das “diretas já” ficou suspenso até o ano de 1989.

De acordo com Marcos Paulo Tonial, o presidente Ronald Reagan, em visita ao Brasil em 1982, elogiou a citada transição democrática gradativa e sem grandes rupturas, o que beneficiaria a política externa estadunidense de valorização da democracia e do livre mercado e de contenção e sufocamento dos movimentos revolucionários de esquerda e a ameaça comunista na América Latina que poderiam representar o aumento da influência soviética na região (TONIAL, 2003).

Em seu primeiro mandato Reagan tratou de demonstrar ao mundo a importância estratégica da América latina para os Estados Unidos. A ideia de defesa dos valores democráticos deveria começar pelo chamado “quintal” dos Estados Unidos, isto é, pela sua área de influência mais próxima, a América Latina.

Ao mesmo tempo, Reagan reaproximou-se dos governos militares, diferente do governo de Jimmy Carter, para poder estreitar os laços econômicos e políticos com os países da América Latina e afastar definitivamente a ameaça de novos governos de esquerda mais próximos da União Soviética. Isso não quer dizer que Reagan exigia a democratização dos citados países, pois:

A reaproximação do governo norte-americano com os países latino-americanos a partir do início do governo Reagan não esteve pautada pela exigência de democratização como havia sido com Carter. Os discursos, embora enfáticos na questão da democracia, não corresponderam a uma ação de pressão sobre os governos militares por uma transição imediata. O incentivo por parte da política Reagan à democratização latino-americana de forma rápida teria muito mais ênfase no segundo mandato iniciado em 1985, onde a promoção da democracia passou a ser um subsídio do governo Reagan ao mesmo tempo em que ela aparece com maior destaque em seus discursos (TONIAL, 2003, p. 62).

Ressalta-se que outra estratégia utilizada pelo governo Reagan foi o de incentivar as instituições democráticas como os sindicatos, os partidos políticos e os parlamentos com o objetivo de conquistar progresso político e econômico. A democracia não será construída com rupturas ou pelo enfrentamento com os Estados Unidos, mas por meio do fortalecimento das instituições. Ocorreu, então, uma reaproximação de Brasília com Washington por meio do apoio destes para a transição política brasileira.

A política externa de Reagan para a América Latina era consubstanciada pela defesa da democracia, do livre comércio e da garantia de que os movimentos de esquerda e a ameaça soviética na região estavam afastados definitivamente. Tais questões encontram-se presentes no documento “Uma nova política interamericana para os anos 80”, mais conhecido como Documento de Santa Fé que foi formulado por uma equipe técnica, em maio de 1980, influenciou decisivamente a política externa estadunidense. Era, no entendimento republicano, a guinada da política externa que os Estados Unidos tanto buscavam para evitar os erros da administração Carter, que na visão republicana, incentivaram o fortalecimento dos movimentos de esquerda na região por sua postura fraca, pouca agressiva militarmente e de defesa da imposição da democracia sobre as ditaduras locais.

Ocorreu, então, a troca da Segurança Nacional, baseada na imposição de ditaduras na América Latina, por uma estratégia de democracia como garantidora da segurança nacional. O apoio ao processo de abertura da Ditadura Civil-Militar, no Brasil, tornou-se compreensível por ser gradual, seguro e sem rupturas o que evitaria a emergência de partidos e movimentos guerrilheiros de esquerda e, por consequência, a possível influência soviética.

Não se pode esquecer de que para a segurança nacional dos Estados Unidos estivesse garantida, houve certa tolerância a existência das ditaduras militares à presença militar na América Latina foi uma das características da política externa do Departamento de Estado estadunidense no primeiro mandato de Reagan, o que já não se verificou no segundo mandato, a partir de 1985. Washington passou a identificar aos poucos nos militares e regimes ditatoriais da América Latina, como o paraguaio e o chileno, como uma ameaça concreta à segurança nacional dos Estados Unidos, algo de suma importância para o governo estadunidense.

A impaciência e a desconfiança de Washington com os governos ditatoriais direitistas da América Latina tornaram-se agudas ao longo da década de 1980, pois eles passaram a ser vistos como os causadores das revoltas esquerdistas na região. O Brasil, nessa época, não se enquadrava nessa situação, pois já se encontrava em um processo de transição democrática que acabaria com a Ditadura Civil-Militar que durou 21 (vinte e um) anos.

As pressões de Washington, entre 1985 e 1989, no segundo mandato de Reagan, em prol da democracia e dos direitos humanos cresceram nos discursos e ações estadunidenses sobre os países da América Latina que ainda permaneciam como ditaduras militares como o caso do Chile e do Paraguai, o que já não era a situação do Brasil.

### **Considerações finais**

Percebe-se, então, que a postura dos Estados Unidos, durante o governo Reagan, passou por um momento de aproximação com os governos militares da América Latina, após anos de enfrentamento com o governo Carter, em virtude da defesa deste de forma intransigente da democracia. O objetivo era evitar o aparecimento de movimentos guerrilheiros e políticos de esquerda e a aproximação com a União Soviética. Depois, ainda no primeiro mandato de Reagan, por meio da Doutrina Reagan, que foi construída em parte com base no Documento de Santa Fé, o Departamento de Estado foi identificando cada vez mais os governos militares como os causadores do surgimento das insurgências de caráter esquerdista, o que não impediu Reagan de intervir em países que tinham ditaduras esquerdistas que ameaçavam os seus interesses.

A perseguição, a censura, a ausência de liberdade de expressão, de liberdade partidária, de liberdade política e de instituições democráticas, a crise econômica, a desigualdade social nas ditaduras passou a ser considerada durante o primeiro mandato (1981-1985) e principalmente no segundo mandato de Reagan (1985-1989) como causas precípua do surgimento de grupos esquerdistas.

Portanto, apoiar o processo de transição democrática como o brasileiro, era uma forma de garantir a segurança geopolítica e dos interesses dos Estados Unidos na região, de afastar a ameaça soviética, de evitar a adoção de políticas nacionalistas pelos militares, de isolar Cuba, de abrir os países ao livre comércio e de manter a hegemonia estadunidense na região.

A estabilidade política e o retorno da democracia em países como o Brasil era fundamental para que os Estados Unidos conseguissem os citados objetivos e a Doutrina Reagan foi um instrumento utilizado, por meio da militarização, anticomunismo, intervenções militares e defesas do livre comércio e da democracia.

Não se pode afirmar que o governo Reagan e a sua doutrina militar e de relações internacionais conhecida como Doutrina Reagan foram os grandes responsáveis pela redemocratização do Brasil, mas observa-se que tiveram um importante papel e influência, pois Washington apoiou a transição sem colocar objeções políticas e econômicas, inclusive com empréstimos. O Brasil, então, continuou sob a órbita de influência estadunidense.

## Referências

- CANDIDO, Rodrigo. *Diplomacia de Chumbo: A política externa do governo Reagan e a militarização estadunidense na década de 1980*. Artigo de Especialização apresentado ao Curso de Especialização de História e Sociedade, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2010.
- COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2012.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.
- McCORMICK, Thomas J. *America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War and After – Second Edition*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995;
- LAFEBER, Water. *The American Age: United States Foreign Policy in the Cold War and after*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.
- MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 261-281.
- \_\_\_\_\_. A Construção do Império Estadunidense. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei José (coords.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 245-258.
- TONIAL, Marcos Paulo. *A Política Externa de Reagan e a Redemocratização da América Latina (1981-988)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003.
- ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)*. Monografia de Especialização apresentada Curso de Especialização em História Social e Ensino de História, do Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.
- \_\_\_\_\_. *Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a Política Externa dos Estados Unidos, a Historiografia Militar e a Imprensa Escrita Brasileira (1990-1991)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2008.

# DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E VIOLÊNCIAS: CONFLITOS TERRITORIAIS E “VAZIOS HUMANOS” NA DEMARCAÇÃO DO TI TOLDO CHIMBANGUE EM CHAPECÓ – SC

Saulo Cerutti, Escola de Humanidades, UNOCHAPECÓ  
Arlene Renk, PPGD/PPGCA, UNOCHAPECÓ  
Silvana Winckler, PPGD/PPGCA, UNOCHAPECÓ

**Resumo** Os conflitos pelo uso e posse dos territórios devem ser analisados em consonância com seus processos propulsores e pelo contexto em que estão inseridos. Desta forma, para compreender as lutas pela posse da área que engloba a TI Toldo Chimbangue no município de Chapecó deve-se atentar tanto ao processo de ocupação do território por migrantes provindos em sua maioria do Rio Grande do Sul e a expropriação da população autóctone local como ao processo de demarcação e retirada dos migrantes, um contexto de dupla exclusão. A pesquisa teve como base recortes teóricos relativos ao processo de colonização da região oeste catarinense através de levantamentos bibliográficos e documentais nos limites legais do encampamento pelo Estado e concessão às empresas colonizadoras bem como documentos produzidos em audiência pública para debate e de dossiê produzido pela Procuradoria Geral do Estado da situação da então Sede Trentin. O Estado (brasileiro e catarinense), visando ocupar o território oeste catarinense após a solução da Questão de Palmas (1895) e do fim da Guerra do Contestado (1916), através de empresas colonizadoras promoveram o loteamento e comércio destas glebas. Neste processo de ocupação os indígenas e caboclos foram desterrados e concentrados em refúgios específicos com restrição do modo de vida. O processo demarcatório, por sua vez, promoveu o desterro dos colonos adquirentes (com direito a indenização da terra e benfeitorias em 1986 e apenas das benfeitorias em 2006). Trata-se de uma exclusão bilateral em que os contendentes são vítimas históricas de uma dinâmica de conquista de fronteiras “selvagens” pelo Estado.

**Palavras-chave:** Toldo Chimbangue; Colonização; Relativismo Cultural.

## Introdução

A história pode ser interpretada como uma fonte de fabulações em constante reconstrução. As releituras dos fenômenos e os processos de adaptação, tal qual a ideia da busca pela “verdade real” nas ciências processuais tentam imaginar um mundo em que as dinâmicas sociais ocorrem de maneira unívoca em um viés positivista em que fatos são fatos e não se discutem. A realidade do campo, entretanto, não nos permite essas certezas, tornando certo que cada interlocutor, de sua perspectiva, terá uma visão relativa do todo, marcada por seus preconceitos e generalizações. E o processo desenvolvimentista não passa isento dessas ponderações.

A convivência “pacífica” entre agricultores e indígenas na área da Sede Trentin em Chapecó durou até 1976 quando o então Bispo de Chapecó, Dom José Gomes e o CIMI<sup>508</sup> (Conselho Indigenista Missionário) intervieram nas relações até então “harmoniosas” e fizeram

<sup>508</sup>O CIMI é um organismo vinculado à CNBB criado em 1972 para proteger a cultura indígena, atuando no sentido de denunciar mecanismos de dominação, violência e injustiça, promovendo o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico. (CIMI, 2021).

eclodir o conflito que ganhou força em 1982 e nos anos seguintes com a criação dos Grupos de Trabalho para estudo demarcatório. Os anos que seguiram foram marcados por intensos conflitos, debates e análises jurídico-políticas e alegações de violências mútuas.

Tem-se, assim, a delimitação de um campo de disputas em que são dispostos como contendores os agricultores adquirentes da terra durante a expansão do processo colonizatório, que naquele espaço construíram suas vidas e famílias e de onde tiraram o sustento e moldaram seu estilo de vida e os indígenas, usuários de longa data da região em disputa, com seus elementos culturais. Frente a frente estavam (e por vezes continuam) modos de vida distintos, em um conflito em que ambos são vítimas e instrumentos de uma dinâmica que não podem controlar.

O objetivo deste estudo não é a simples reconstituição histórica dos fatos, contemplada em pesquisas com maior amplitude e profundidade<sup>509</sup>, mas um olhar sobre as percepções humanas e seus dilemas na (re)construção das violências. A revisão bibliográfica e documental funcionam como argumento e instrumento de compreensão do tecido social em que está inserido o conflito. A metodologia utilizada, de matriz construtivista e qualitativa, tem como linha central a leitura das percepções coletadas através de entrevistas sem qualquer estruturação, deixando em estado de total liberdade os participantes, atuando não na busca da veracidade histórica dos fatos, buscando os limites da compreensão dos fenômenos e os sentimentos que estes envolvem, caminhando pela nebulosa estrada entre o dito e não dito.

### **Compreendendo o campo de estudo**

As ocupações de raiz colonizatória na região oeste catarinense estão intimamente ligadas com o projeto de domínio e definições de limites fronteiriços entre Brasil e Argentina, já perceptíveis com a implantação da Colônia Militar Xaçepó em meados do século XIX. Mesmo não sendo terra desabitada, tendo presença indígena na região sul brasileira com registros de 5000 anos (CEPIN, 2016), o domínio da área não seguia os padrões de propriedade exclusivista e com limites delimitados. Esta terra de ninguém era objeto de cobiça pelo Estado vizinho devido, entre outras razões, pela riqueza natural da região. Tal dinâmica teve resolução apenas em 1895 com a finalização da Questão de Palmas e a definição dos limites atuais entre os dois países.

<sup>509</sup>Sugere-se a título de aprofundamento: Paim (2011); Renk (2004); Santos (1998), Vicenzi (2008) Werlang (2002; 2006).



Neste contexto, a Lei de Terras de 1850 autorizava a concessão de terras demarcadas - a partir das devolutas - aos indígenas selvagens. Contudo, até 1915, autorizava-se que os povos que impediam o progresso colonial fossem exterminados. Permitindo-se aos presidentes provinciais que informassem à Repartição Geral de Terras do Império do Brasil a inexistência de silvícolas ou a inclusão destes no conceito de civilizados como forma de garantir o domínio sobre a área (NUNES; ALMEIDA, 2020).

Em 1892, o governo paranaense, a quem incumbia o domínio da região, operacionalizou a doação de uma área conhecida como “Barra Grande” com mais de 39 mil hectares para José Joaquim de Moraes<sup>510</sup>. No mesmo ano, estes limites territoriais foram vendidos a Luiz Vicente de Souza Queiróz. Os sucessores deste, venderam a terra recebida a título de herança para a Colonizadora Luce Rosa e Cia em 1919. Esta última comercialização já se deu no período pós Guerra do Contestado quando o Estado de Santa Catarina buscava tomar efetiva posse da região conquistada na disputa com o Paraná. A aquisição da área pelos Trentin (Severino e Giocondo) se deu em 1948 quando, então, a Colonizadora alienou para estes que então procederam a venda dos lotes (em número de 60) para agricultores provindos em sua grande maioria do Rio Grande do Sul. O contato com os indígenas já ocorria de forma incipiente pois ainda em 1845, a abertura de “picadas” que levavam até Cruz Alta (RS), em especial a do Passo do Carneiro (atual Distrito de Marechal Bormann em Chapecó), foram aproximando os mais amigáveis e fazendo com que os silvícolas mais resistentes fossem mato adentro (D’ANGELIS, 2006).

Neste espaço os “colonos” adquirentes limpavam a terra, derrubando as matas para suas edificações e para a abertura de campos de cultivo. No Dossiê elaborado pela Procuradoria Geral do Estado - de onde extrai-se grande parte das informações presentes neste estudo - constava, em 1984, como aparatos da então Sede Trentin: uma fábrica de móveis, uma serraria, uma ferraria, uma casa comercial, um posto de saúde, um telefone, três escolas, uma igreja católica e um salão paroquial. Produzia-se então, não apenas o domínio do território, desenvolvia-se a territorialidade na formação identitária da comunidade. A cultura local, desenvolvida por anos de convivência, reinvenção de tradições (e geração de novas), criara uma ideia de comum (no sentido de comunidade) relacional, pois, os bens construídos são resultado

<sup>510</sup>A informação apresentada aqui da doação em 1892 é a versão apresentada no Dossiê produzido pela Procuradoria Geral do Estado (DOSSIÊ, 1984) contudo, esta não é a versão unânime ditada pela historiografia. Segundo Renk e Winckler (2013, p. 277), a área em que se encontra Chapecó fora legalizada por José Raymundo Fortes na paróquia de Palmas nos anos 1850. Ressalta-se que nem todas as concessões foram convalidadas por Santa Catarina após o fim da Guerra do Contestado em 1917. Em 31 de janeiro de 1856, Fortes registrou uma área em Chapecó e outra em Mangueirinha (PR). Por relatos, a Campina Gregório (área em Chapecó) foi assim nominada em homenagem ao Cacique Gregório, seu sogro. A história oficial toma como marco zero a colonização posterior aos anos 20 por descendentes de italianos e alemães.

de um processo de identificação com os sujeitos sociais (WOLKMER, 2020). Estas dinâmicas na formação de uma identidade cultural colocam a vida enquanto ponto central, ultrapassando a esfera de compreensão individual para uma leitura relacional da vida em grupo.

O processo de retomada se deu nos anos 70 quando indígenas Kaingang situados em Nonoai - RS e de outras terras indígenas expulsaram três mil agricultores e promoveram a queima de sete escolas (FERNANDES, 2003). Após 1976 o Conselho Indigenista Missionário iniciou os trabalhos de luta pela demarcação e respeito aos direitos indígenas sobre a terra e na preservação de sua cultura. As tensões foram crescendo entre aqueles que lutavam pela demarcação de uma terra pretensamente originária e aqueles que pleiteavam pela manutenção da posse das glebas adquiridas, pagas e escrituradas. Em junho de 1982 o então Cacique Clemente Fortes do Nascimeto Xêyuiya denunciou ao presidente da FUNAI uma série de violências praticadas pelos colonos e pela gradativa ocupação de terras entendidas como indígenas.

Enquanto o parecer emitido pelo presidente da subseção da OAB em Chapecó, Dr. Genir José Destri conclui que a tribo tem direito líquido, certo e inalienável sobre as terras ocupadas tradicionalmente, sendo acompanhado pelo Advogado da Funai, Dr. Alaor Gilberto Averaldo Galhardo, considerando a ocupação inequívoca e centenária das terras pelos índios, fato que, implicaria na nulidade dos títulos de domínio dos colonos, o parecer da Procuradoria Geral do Estado entendia que por princípios de segurança jurídica, a aquisição titulada das terras pelos agricultores é elemento de garantia e estabilidade do Estado, motivo pelo qual não se pode romper o ato jurídico perfeito. O grupo técnico formado em 1982, com uma socióloga, um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola, através da consultas em cartórios, museus, Procuradoria de Justiça e quaisquer pessoas que detivessem provas de ocupação indígena concluíram que existia presença histórica na região que, contudo, tratava-se de um entreposto de descanso sem estabilidade habitacional, motivo pelo qual sugeriram ao INCRA o levantamento de áreas para reassentamento dos posseiros em outra área, retirando-se a “área indígena” das terras da Sede Trentin.

O relatório seguinte emitido pelo novo grupo de trabalho entendia pela procedência da pretensão indígena. Muito embora a posição do INCRA e da Procuradoria Geral do Estado fosse pró-agricultores, não significava que não reconheciam direito dos indígenas à área, tão somente indicavam que os atos de aquisição eram válidos e, caso o Estado seguisse o caminho da demarcação, a propriedade deveria ser respeitada e apenas retirada mediante prévia e justa indenização.

Os dados apresentados no Dossiê (1984) indicam discrepância nas informações já que, segundo dados coletados com auxílio do CIMI, existiam 68 proprietários na região do Toldo Chimangue (59 na área do toldo e 09 fora), enquanto os dados do incra indicavam a presença de aproximadamente 180 famílias, totalizando em torno de 900 pessoas e 13 famílias indígenas, com 50 pessoas entre adultos e crianças; . Atualmente, segundo informações obtidas, residem na área em torno de 270 famílias que somam entre 900 e 1000 indivíduos das etnias Kaingang e Guarani.

A postura da CIMI era constantemente questionada e desafiada. Em relatório firmado pelo Delegado Regional da FUNAI, uma antropóloga, um engenheiro agrimensor, um engenheiro agrônomo e um advogado informaram “que o Sr. Vilmar [representante da CIMI], a cada trabalho - seu no sentido de apaziguar os indígenas, pelas costas, voltava a agitá-los” (DOSSIÊ, 1984, p. 11). Esta posição da Igreja católica, representada pelo Bispo Dom José Gomes e pelos participantes da comissão gerou um processo de revolta e quebra de confiança por parte dos agricultores que professavam esta fé, um sentimento de traição passou a reinar.

A primeira demarcação, então, ocorreu em 1986 com a definição de 988 hectares ao longo do rio Irani e a identificação de outros 970 que dependeriam de novo processo demarcatório que viria a ocorrer apenas em 2006. Na primeira ocasião, aos agricultores desapropriados foi garantida a indenização tanto pela terra como pelas benfeitorias e, segundo um interlocutor consultado durante a pesquisa, os valores eram altos e proporcionaram uma realocação satisfatória e, no caso comentado “ele [seu pai] saiu com um bom dinheiro, à época”. Contudo, quando da segunda demarcação, já sob a égide da Constituição Federal de 1988<sup>511</sup>, as terras consideradas tradicionais são de usufruto indígena e todas as disposições contratuais sobre elas são nulas, incluindo-se, nestes casos, as escrituras em posse dos agricultores. Nesta

<sup>511</sup>Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. [...] § 4º **As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.** § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6º **São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.**

lógica, uma vez que os contratos são nulos, não geram dever de indenizar por parte do Estado, cabendo então, ressarcimento apenas pelas benfeitorias construídas.

Os agricultores que foram atingidos pelo processo demarcatório de 2006 sentiram-se duplamente prejudicados, tanto pela saída impositiva das terras nas ações de desapropriação como no não direito à justa indenização pela terra trabalhada. Muito embora as benfeitorias tenham sido compensadas financeiramente, a quantia paga pelo governo federal esteve aquém do esperado pelos beneficiários, fazendo com que a justiça se tornasse palco desta discussão que, em alguns casos, ainda não chegou ao deslinde final.

### **Encontros, desencontros e conflitos: percepções de um fenômeno violento**

Este é um caso exemplo de dinâmicas de violência que são impostas por um terceiro alheio à relação local fazendo com que as diferentes partes identifiquem-se como inimigos em uma situação em que um será sempre o perdedor, criando mecanismo conflitivos em que nenhum será vencedor.

“Pra nós, assim, ficou um sentimento de tristeza e revolta. Tristeza por ficarmos sem nossa terra natal, a nossa comunidade né. Nós, filhos dos agricultores e é claro, nossos pais né. Porque tudo se perdeu e sabemos que não tem volta.” Este misto de sentimentos é constante nas declarações daqueles que saíram de suas terras. Os terceiros de boa-fé, migrantes que foram úteis aos anseios colonizadores do Estado tanto no domínio da extensão de terras como na abertura dos campos através da derrubada das matas criando os mecanismos para o progresso regional, tornaram-se, agora, vítimas de um processo de expulsão e, na última demarcação, sem sequer o direito de indenização pela área.

Por outro lado, um indígena entrevistado afirmou que as relações estão mais harmônicas ultimamente, existe até uma boa convivência entre os dois lados. “Alguns agricultores e famílias ainda vem visitar aonde era a Sede e falam: Ah, lá era minha casa”. Mencionando que até mantém uma relação amistosa com alguns proprietários da região de Seara (que faz divisa com o Toldo Chimbangué) que eram bugreiros (ressaltamos aqui que a presença de bugreiros no oeste catarinense é documentalmente controversa, tal informação foi obtida de indígena residente há 20 anos no Toldo), aqueles contratados para “limpar” a área e eliminar os indígenas. “Esses eram pagos com terra e recebiam por ‘orelha’ de índio que traziam. Quanto mais ‘orelhas’ trouxessem - representando um índio morto - mais terras ganhavam.”

As informações coletadas dão conta que 90% dos residentes do Toldo Chimbangué não são falantes do idioma tradicional, já que quando os colonos chegaram e foram afastando os silvícolas para uma região isolada mais próxima do Rio Irani, estes passassem a depender do

trabalho para os agricultores como meio de subsistência. Além do mais, esta vinculação trabalhista impedia a continuidade de diversos elementos culturais dentre os quais o idioma ganha relevância. Esta aproximação de identidades promoveu o intercâmbio de informações, algumas pelo contato contínuo e outras por imposição dos proprietários.

“O pessoal fala do que não conhece, eles imaginam que índio vive no meio do mato e só usa tanga. Se usar celular, roupa e dirigir carro não é mais índio”. Esta relação estereotipada da população autóctone encontra eco já no processo pré-demarcatório. Já no Dossiê da Sede Trentin (1984) os agricultores contestavam o número de indígenas informado pelo Incra (13 famílias e 50 indivíduos) alegando que somente o Cacique Clemente Fortes do Nascimento Xêyayá e mais um ou dois ocupantes pertenciam à etnia, os demais eram mestiços ou brancos.

Ademais, pela atenção dada pela FUNAI (que substitui em 1967 o SPI - Serviço de Proteção ao Índio - criado em 1910) sob a égide do Estatuto de Índio de 1963, entendia que o índio deveria ser integrado à sociedade, em um sentido de submissão cultural, defendendo-se as demarcações apenas para moradia e agricultura. Contudo, na leitura pós constitucional de 1988, ultrapassou-se o ideário integracionista pela preservação da diversidade cultural e das terras historicamente utilizadas (DAMBRÓS, 2019). Esta lógica, contudo, apenas a título de problematização, vem sofrendo um balanço pendular, discutindo-se a tese do marco temporal em uma política governista de redução das demarcações e retorno à integração do indígena “civilizado”.

A ordem geopolítica nacional, tanto atualmente como no processo colonizatória ora em análise, propõe atuação para além das dinâmicas de divisão e distribuição espacial, organizando tanto relações sociais como usos dos recursos humanos e naturais, desconhecendo fronteiras e criando vazios humanos fictícios. Tais discussões podem ser notadas nos deslocamentos provocados pelas grandes obras de infraestrutura como represas em empreendimentos hidrelétricos. A história da população atingida é, simplesmente, ignorada. Motivos pelos quais, instituições que não seriam responsáveis diretas pelas projeções políticas acabam ganhando proeminência na discussão e promoção de direitos de comunidades vulneráveis. Ministérios Públicos (estadual e federal), poder judiciário e organismos não governamentais são parte importante destes mecanismos de resistência.

Nesse contexto, a CIMI ganhou notoriedade na proteção à causa indígena e acabou causando estranhamento com a população agricultora católica. Os colonos alemães e italianos trouxeram consigo traços religiosos bem fortes e que são parte integrante da sua identidade comunitária. O respeito e a fé depositados na igreja católica são representados pelos aparatos

públicos construídos na Sede Trentin: a igreja, o salão paroquial e o cemitério. Este cemitério guarda uma história curiosa pois foi elemento de identificação da ocupação indígena na região, já que, alguns dos seus, estavam ali enterrados. Tal espaço foi posteriormente abandonado pois ali havia sido sepultado um revolucionário que tinha como cruz sua espada de batalha e que, por determinação do padre que atendia a comunidade, seria o fator pelo abandono da área já que não se admitia que “fossem enterrados cristãos juntos com um bandido”.

Isto fez com que a Igreja, outrora vista como espaço de segurança e guarida nos momentos de inquietação, se tornasse um fator desagregador na vida comunitária, rompendo os vínculos de confiança historicamente construídos.

Na opinião pouco abalada do advogado dos ocupantes da terra indígena do Chimbanguê, sr Ismael Marinho Falcão, o missionário do CIMI, Wilmar D’Angelis ‘é um verdadeiro agente de subversão, como o próprio CIMI é uma agência de subversão nesse país, agência oficial de subversão’. O mesmo Ismael Falcão lamenta ‘não ter podido colher provas contra o agente maior dessa subversão, que é o Senhor Bispo Diocesano de Chapecó’. (DOSSIÊ, 1984, p. 91).

Por outro lado, a percepção construída pelos indígenas sobre o papel da Igreja, foi numa relação de cooperação fundamental pois, sem o apoio do conselho missionário não se alcançaria forças para a luta pelos processos demarcatórios (já que a atuação do CIMI não foi restrita ao caso do Toldo Chimbanguê).

O Clube de Mães da Sede Trentin, em novembro de 1984, informava em abaixo assinado que “até hoje fizemos o possível e o impossível para que não houvesse violência na área mas não sabemos até quando seremos fortes para aconselharmos nossos maridos e filhos para que não entrem em conflito com os que se dizem índios” (DOSSIÊ, 1984, p. 78-79), demonstrando o sentimento de insegurança mas também uma categorização estereotipada da figura do índio, pela vinculação dos modos de existir com a exigência de um pertencimento cultural obrigatório.

O outro lado da moeda mostra que em 16 de outubro de 1984 o missionário da CIMI, Wilmar D’Angelis foi alvo de emboscada com diversos disparos de arma de fogo. Acompanhado de esposa, filho de 3 meses e uma enfermeira voluntária que atendia a comunidade, teve seu carro alvejado com 8 projéteis. Mesmo com o registro da ocorrência o inquérito foi conduzido com interesse no desvio da atenção ao fato criminoso, dificultando a coleta de provas. Mesmo que as violências fossem recíprocas, existia uma clara preferência pela veiculação da vitimização dos agricultores pela mídia local.

No período que antecedeu a demarcação da primeira área em 1986, o Secretário Geral do MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) emitiu, em 20 de Setembro

de 1985, comunicação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó solicitando cooperação buscando discutir e formular propostas para garantia de justa compensação aos agricultores e ultimando alternativas para o reassentamento desses em melhores áreas no município, refletindo a preocupação que alcançava tanto os agricultores como os indígenas, reconhecendo os direitos de cada conflitante.

Com o passar dos anos os sentimentos foram sendo suavizados. Atualmente já existe a percepção de vitimização recíproca e a participação do Estado nesse duplo processo de segregação. Uma entrevistada afirma que ainda existe um sentimento de revolta por ter perdido a terra cultivada e cuidada pelos pais, e a sensação de expulsão, mas que, também, se o governo à época promoveu a colonização em terras que não poderiam ser, a responsabilidade deveria ser dele e não dos agricultores (principalmente no caso da segunda desapropriação em que a indenização foi devida apenas pelas benfeitorias).

Na audiência pública para discutir as indenizações, realizada em 2003, o então Deputado Federal João Rodrigues problematiza que

Se existir índio sem terra, que o Governo Federal faça uma reforma agrária indígena, busque uma área de terra, mas não necessariamente aquela que o agricultor comprou e pagou. (*Palmas*) (sic) Pode ser outra, com condições, porque da forma que a coisa está acontecendo, senhores indígenas e senhores agricultores... Duvido que algum indígena que está aqui presente não gostaria de ter o seu palmo de terra, mas não precisa ser daquele irmão branco nosso, que comprou, pagou e nunca fez mal aos senhores, nunca encostou um dedo no índio, nunca desrespeitou o índio. Será que o (sic) senhores vão permitir que isso aconteça? (SANTA..., 2003,p. 15)

Demonstrando assim uma preocupação na preservação dos agricultores na área e no deslocamento dos indígenas para outro espaço, desvinculando o processo histórico de pertencimento deste grupo também. Alegando também a ausência de violência, esquecendo - ou fazendo esquecer - os conflitos que perduraram durante o processo demarcatório e que, no contexto em que se realizava a audiência pública, não era mais necessária a discussão sobre os limites da terra mas, tão somente, das indenizações a serem conferidas.

Enquanto todos os políticos convergiam no discurso de preservação dos direitos de ambos os lados, a fala do Cacique Idalino Fernandes (Presidente do Conselho dos Caciques de Santa Catarina) rompia a harmonia das falas.

Quem foi o primeiro massacrado e discriminado no Estado de Santa Catarina? Quem veio iludir os agricultores e deu uma escritura? Eu lhe pergunto também, Deputado João Rodrigues, quantos anos tem a escritura mais velha de Toldo Chimbanguê? Quando foi tomado os últimos 100 hectares da comunidade indígena Toldo Chimbanguê? Quando o Toldo Chimbanguê

passou a ser Sede Trentin? Quando eu era criança, ali era Chimangue, não era Sede Trentin. Por que passou a ser Sede Trentin? Porque Giocondo (?) Trentin vendeu as terras para os agricultores! Mandado por quem? Alguém mandou vender, alguém autorizou ele a vender. Para hoje, tem o telefone da filha do Giocondo Trentin, que pediu encarecidamente para o Sr. João Rodrigues Ligar para ela porque ela tem alguma coisa a lhe dizer. Porque o senhor acha que só os agricultores tem direito? (SANTA..., 2003, p. 16).

Percebe-se nitidamente que o Estado tem buscado permanecer como terceiro alheio às discussões, fazendo parecer que a disputa se dá tão somente pela ânsia de dominação das terras por duas potências distintas, os agricultores na defesa dos títulos adquiridos e os indígenas na preservação da condição imemorial de pertencimento à terra.

Além das dinâmicas pelas disputas demarcatórias, fica evidente a ruptura conceitual que existe entre as diferentes formas de se ler o mundo. Enquanto os agricultores vêem seu patrimônio construído sendo dilapidado pela postura “desleixada do indígena”, sem as mesmas técnicas de asseio e conservação, vendo as casas sendo “engolidas pelo mato” e sem manutenção, as roças sendo tomadas pela capoeira, existe a visão de simbiose com a natureza apresentada pelo outro lado.

Um indígena entrevistado reforça o vínculo do indivíduo com a terra e a dependência desta para a vida. “O indígena vê a terra como meio de sobrevivência enquanto o agricultor vê ela como rentabilidade, tem que tirar o máximo da terra pra gerar lucro e guardar capital.” e complementa que “o branco diz que tá crescendo capoeira e tá tudo virando mato, mas se a gente quiser que os animais voltem pra gente ter caça, não adianta ter lavoura, tem que ter floresta”.

Outra indígena participante, trazendo informações não só da região oeste catarinense mas do contato que tem com outras tribos da região amazônica em razão do culto xamânico, diz que “o índio não só precisa de terra como ele vive em comunhão com a terra. O índio não desmata não agride a natureza. Antes até mesmo de colher certas medicinas, plantas, se é pedido aos espíritos, aos guardiões da terra.”, um modelo claro de ecocentrismo. “O pessoal vai lá, desmata, acredita que a terra é só pra agricultura [...] sendo que a população produz muito mais alimento que precisa, sendo que existe pessoal passando fome, que desmatam a medicina, desmatam a natureza e vão na farmácia comprar remédio”

A luta demarcatória pressupõe tanto a reestruturação das fronteiras como método de reconstrução dos estilos de vida como pelo reconhecimento da plurinacionalidade do Estado Brasileiro - “Antes do Brasil coroa é o Brasil do cocar”, tendo seu idioma e sua cultura respeitados. “Meu sogro até os 9 anos só falava o idioma indígena e depois que foi trabalhar



pros agricultores foi proibido de falar. Hoje ele só fala o português”.

A questão da grilagem de terras indígenas ainda é relatada como uma constante, “muitos índios que estão em Chapecó foram porque foram expulsos de outras terras né, foram travadas imensas batalhas judiciais, lideranças Kaingang foram mortas. A questão da terra é muito importante, chega ser doído falar com eles [índios] sobre isso”. Além disso, ficou claro que índios com uma relação mais próxima com o “homem branco” tendem a relativizar a luta entendendo o lado dos agricultores enquanto aqueles que viveram as disputas ainda guardam mágoas profundas sobre as relações de violência, criticando a postura de desdém em relação aos elementos culturais. “As paredes dos hospitais conhecem muito mais de oração do que as igrejas”, o branco pensa em fazer a terra trabalhar para gerar lucro e fala mal de quem pensa diferente, pois “quem diz que o índio é vagabundo não conhece nada do índio”.

### **Considerações (nunca finais)**

Não se pode, em tais dinâmicas históricas e de percepções humanas, colocar um ponto final nas discussões. A confluência de interpretações é construída em um campo de sentimentos que não podem ser generalizados. Enquanto 50% das terras estavam na mão de 15% dos proprietários, outros 15% dividiam apenas 0,19% do espaço: existiam dinâmicas diferentes de uso e dependência da terra, famílias mais simples que tinham apenas a gleba como posse e outros que sequer residiam na área. Da mesma forma, existem indígenas que guardam seus elementos culturais e buscam fomentar o retorno das estruturas de vida enquanto outros já não mantêm vínculo específico e procuram as benesses da integração.

A situação colonial posta por Balandier (2014) explica que mesmo que não vivamos mais em um modelo de colonização, seus ideários estão postos e internalizados nas formas de leitura de mundo, e para que a gradação cultural - em superior e inferior - possa ser posta como instrumento de dominação, retomando um “tempo perdido” (e imaginado), é necessário identificar-se nas diferenças. A concentração na diferença (incivilizado, improdutivo, sujo) é mecanismo fundamental para a identificação e promoção enquanto grupo homogêneo (em uma homogeneidade fictícia), facilitando a opressão e a segregação do grupo diferente (SILVA, 2014).

Ademais, a unificação - ou planificação - cultural tende a replicar a lógica colonialista de um grupo detendo poder sobre o direito de ditar a vida dos demais e regras suas histórias. A dificuldade de compreender o outro, vendo-o como um “nada” é apresentado por Santos (2007) nas linhas abissais do conhecimento, pelo ocultamento cultural e a crescente incapacidade de conhecer-se no outro, instrumentalizada no dogmatismo institucional e nos mecanismos de

controle social. A ferramenta até então mais adequada para o respeito interétnico e a compreensão do outro de forma fraterna é pela adoção do relativismo cultural pós-colonial, rompendo a barreira da passividade imposta pela colonialidade e dando voz aos até então silenciados (DEWULF, 2006).

O relativismo cultural deve ser tido como forma de interpretação, mas não como justificativa para segregação em guerras culturais (ALMEIDA, 1999). A proposta de um Estado pluriétnico (e porque não plurinacional e plurijurídico) precisa estar além do enrijecimento cultural e isolamento conceitual, devendo primar pelo diálogo estruturante das diferenças.

A dinâmica encontrada nos processos demarcatórios não deve ser resumida na simples disputa pela terra e pelo direito moral de indenização por parte do Estado. Esta leitura é pacífica entre os interlocutores - ao menos recentemente - o inimigo não é o indígena ou o agricultor: o governo promoveu o processo colonizatório expulsando as populações originárias e loteando o território, os agricultores adquiriram e ali estabeleceram suas vidas. São ambos vítimas do mecanismo de apropriação e dominação territorial. A disputa, contudo, revelou-se em conflito interétnico e promoção de violências culturais que, percebeu-se, corriam sobre o manto da disputa pelo território. As discussões que começaram pela posse da terra e pelo legítimo direito escriturado pelos agricultores encontraram caminho para debates culturais e julgamentos pelo “correto e adequado” uso da terra e estilos de vida. São choques que o poder público não está disposto e sequer é competente para resolver.

## Referências

- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Guerras culturais e relativismo cultural. *Revista Brasileira de Ciências da Sociais*. 14 (41) Out. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300001>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.
- BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. 2014. *Cadernos Ceru*. v. 25, n. 1, 02. p, 33-58. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89147>. Acesso em: 02 mai. 2021.
- CEPIN. Conselho Estadual dos Povos Indígenas. *Histórico*. 2016. Disponível em: <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/cepin>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/> Acesso em: 25 de Outubro de 2021.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma História dos índios do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM* – Chapecó: Argos, 2006. n.23, 352 p.
- DAMBRÓS, Cristiane. Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. *Revista NERA* – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. v. 22, n. 48, pp. 174-179. Dossiê 2019. ISSN: 1806-6755. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6371>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

DEWULF, Jeroen. “*Por vozes nunca dantes ouvidas*”: A viragem pós-colonial nas ciências humanas. Repositório Aberto da Universidade do Porto. Estudos em homenagem a Margarilha Llosa, 2006, p.131-140. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/9426>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.

DOSSIÊ SEDE TRENTIN. 1984. Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61006/BR\\_AN\\_BSB\\_AA3\\_DTI\\_DTR\\_0027.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61006/BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0027.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 de Outubro de 2021.

FERNANDES, Ricardo Cid. Notícia sobre os processos de retomada de Terras Indígenas Kaingang em Santa Catarina. *Campos 4*: 195-202, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328055959.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2020.

NUNES, Renata Cristina da Silva; ALMEIDA, Cristiano Silva de. *A Desapropriação Indireta e a Demarcação de Terras Indígenas*. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/4desapropriacao.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PAIM, Elison Antonio. Olhares sobre a constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. In CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (orgs). *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó, SC: ARGOS, 2011.

RENK, Arlene. *Narrativas da Diferença*. Chapecó, SC: Argos, 2004.

\_\_\_\_\_. WINCKLER, Silvana. Violências Ambientais no contexto de colonização do oeste de Santa Catarina: da exclusão à reconversão cabocla. In BONAMIGO, Irme Saete; CHAVES, Luiz Carlos. (Orgs). *Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais*. Chapecó: Argos, 2003.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In Dias, Leila Christina; Ferrari, Maristela. (org). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTA CATARINA. Palácio Barriga-Verde. *Diário da Assembléia*. Ano LII, Número 5.118. 15ª Legislatura, 1ª Sessão legislativa. Florianópolis, 06 de junho de 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Novos Estudos* nº79. p. 71-94. Novembro de 2007. São Paulo: CEBRAP. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004). Acesso em: 25 de outubro de 2021.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (ORG) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15.ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VICENZI, Renilda. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó, SC: Argos, 2008.

WERLANG, Alceu Antonio. *A colonização do Oeste Catarinense*. Chapecó, SC: Argos, 2002.

\_\_\_\_\_. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Horizontes contemporâneos do direito na América Latina: pluralismo, buen vivir, bens comuns e o princípio do Comum*. Antônio Carlos Wolkmer, Maria de Fatima S. Wokmer - Criciúma, SC: UNESC, 2020.

# A ANTROPIZAÇÃO UNIVERSALISTA EUROPEIA ATRAVÉS DAS DROGAS E SUAS INTEGRAÇÕES ESTRUTURAIS GLOBAIS NO PERNAMBUCO JOANINO: UMA HISTÓRIA DO HORTO DEL REY EM OLINDA CONTADA POR HENRY KOSTER E MANUEL ARRUDA DA CÂMARA

Saulo Vilar de Campos Silva. Mestrando PPGH UNICAP  
[svilarcampos@gmail.com](mailto:svilarcampos@gmail.com)

**Resumo:** A antropização universalista europeia, através, principalmente, da introdução de drogas exóticas transcontinentais, formou a base da maior riqueza da humanidade em sua incansável busca pela sustentabilidade alimentar e geração de excedentes agrícolas. Para conseguir esse feito a economia político-moral dos grandes acumuladores de capital precisava de força de trabalho, notadamente escravista, e capital humano para gerenciá-la e garantir as transferências desses recursos da periferia para o centro. Com a política reformista da Coroa portuguesa em fins do século XVIII, tutelada pelo império britânico, líder interestatal do capitalismo histórico, um séquito de homens de letras, entre eles Manuel Arruda da Câmara, tomou para si a responsabilidade de encontrar novas *drogas e minas* que conquistassem posições destacadas nos mercados globalizados, em meio às tensões sociais internas e externas e às incertezas das atividades exportadoras tradicionais. O Jardim Botânico, ou Horto D’el Rey de Olinda, funcionou como um posto avançado entre Pernambuco, as demais regiões do Brasil e o alémmar, guardando esses conhecimentos hibridizados estratégicos e servindo de estímulo à diversificação de culturas. Ao migrar e residir na Praça de Pernambuco, entre 1809 e 1820, o multifacetado capitalista anglo-português Henry Koster consegue apropriar-se de parte dos conhecimentos preservados por Manuel Arruda da Câmara e de muitos outros. Esse artigo, parte de uma dissertação, tenta contar um pouco do desenvolvimento histórico de Pernambuco utilizando-se de uma tríade socioeconômico-ambiental.

**Palavras-chave:** História Ambiental; hibridizações culturais; capitalismo histórico.

## A economia política fisiocrata: tratantes ou homens de letras?

A década de 1790 em Portugal foi um lapso temporal na história de Portugal, em que sob o reformismo ilustrado do Conde de Linhares, foram estimulados estudos, pesquisas e o desenvolvimento das ciências que contribuíssem para o progresso do reino português, onde a parte mais rica era o Brasil (LUSTOSA, 2019).

Os grandes capitalistas britânicos, também denominados de tratantes<sup>512</sup>, concentrados no coração financeiro, conhecido como a *City* em Londres e nos portos escravistas de Bristol e Liverpool, precisam desesperadamente do algodão produzido nas colônias e transformado em “panos da costa” em Manchester, para fomentar, ainda com mais dinamismo, o comércio triangular.

O império britânico acostumado com as guerras, externas e intestinas, cuja economia crescia com elas, não estava tão interessado em conservação ambiental. Os cercamentos das zonas florestadas, que expulsava a população rural para as grandes cidades era uma medida

<sup>512</sup>TRATANTE – S.m. O que trata negocia, S. fig. A má parte, o que faz negócios com ardil, tretas, dolo. Dicionário Antônio Moraes 1789. Biblioteca Brasileira.

forçada pelos grandes detentores de capitais da *gentry* que agora, unidos com a burguesia, migravam os seus interesses econômico-financeiros para os processos de industrialização (WALLERSTEIN, 2001).

Nesse sentido, para Immanuel Wallerstein, “A ecologia mundial alterou-se de uma forma que, por causa da organização social da economia-mundo européia emergente, viria a beneficiar primordialmente a Europa”.

Para conseguir esse feito a economia político-moral dos grandes acumuladores de capital precisava de força de trabalho, notadamente escravista, e capital humano para gerenciá-la e garantir as transferências desses recursos da periferia para o centro.

A globalização levou seres humanos pertencentes a diferentes matrizes culturais a desenvolverem vocabulários que estabelecessem vias de comunicação entre elas, como explica Gomes (2016, p.08) “Tal é o caso do uso de alguns conceitos amplamente disseminados na gramática das ciências humanas e sociais, tais como: negociação, circularidade, apropriação, transferências culturais, zonas de contato, recepção, entre outras.”

Del Priore (2006, p.102), inclusive, sugere que a partir da segunda metade do século XVIII o aumento da população nas grandes cidades europeias, as crises do metalismo, os desdobramentos da Revolução Industrial, em curso, entre outras razões, forçaram a busca por alternativas econômicas diversas do açúcar que reinava até então.

A falta de informação em que se encontravam mergulhados os primeiros colonizadores, resultado do temor das autoridades frente à circulação de “idéias que pudessem ser contrárias ao interesse do Estado”, começa a ser substituída por novas políticas de exploração de produtos naturais, em parte inspiradas em noções racionalistas de ilustração ibérica. O interesse pela terra e seus frutos, sua exploração e rendimento torna-se assunto obrigatório. (2006, p. 103).

Essa economia política fisiocrática e utilitarista britânica, com sua leitura agrarista do ideal do progresso típico da Ilustração e tão ao gosto de brasileiros adiestrados do antigo regime nos trópicos, como o visconde Cairú, era liderada por negociantes de grosso trato estabelecidos na província do Rio de Janeiro, os quais intensificaram o fluxo da força de trabalho escravizada para atender às novas demandas das fronteiras do centro-sul com a lavoura cafeeira.

Com a política reformista da Coroa portuguesa em fins do século XVIII, tutelada pelo império britânico, líder interestatal do capitalismo histórico, um séquito de homens de letras, entre eles Manuel Arruda da Câmara, foi treinado com a responsabilidade de encontrar novas *drogas e minas* que conquistassem posições destacadas nos mercados globalizados, em meio às tensões sociais internas e externas e às incertezas das atividades exportadoras tradicionais.

Almeida et alii, acreditam que os escritos de Arruda da Câmara “mostram sua adesão às idéias fisiocratas da segunda metade do século XVIII, por meio do seu comprometimento com a questão da aclimação de vegetais exóticos” (2006, p. 4). Este ideário de Câmara, também influenciado pelas iluminações francesas adquiridas em Montpellier seria inspirado no seu mentor, Domingos Vandelli, convidado pelo governo português para participar da reforma universitária coimbreense.

Ele tornou-se o grande mestre do naturalismo português, formando toda uma geração de estudiosos, entre os quais muitos brasileiros. Como explicita Pádua (1999, p. 7) “Vandelli difundiu em Portugal um ideário intelectual que, combinando a doutrina econômica fisiocrata com a economia da natureza, ensinava "segundo o livro de Buffon e o ‘Systema Naturae’ de Lineu”.

Embora perceba um princípio de intenções conservacionistas nos discursos de Vandelli, Pádua faz uma grande ressalva aos homens de letras da época, preocupados com às necessidades de consumo de suas metrópoles:

Note-se que, no enfoque de Vandelli, como também no de autores brasileiros discutidos adiante, não existe nenhum culto à natureza. A destruição do meio natural é criticada por motivos utilitários e políticos, fundamentados em uma visão claramente pragmática e antropocêntrica. A agricultura de queimadas é ruim por ser insustentável a longo prazo. A extinção das espécies arbóreas é indesejável por impedir a sua utilização em navios, casas etc. As práticas coloniais eram incapazes de promover o povoamento e o progresso do país. A correta construção de uma economia e de uma sociedade no Brasil não poderia se fundar sobre uma base tão precária e devastadora (PÁDUA, 1999, p. 8).

Discípulo de Vandelli, Câmara foi preparado como homem de letras “foi no período do início do século XVIII ao final do século XIX que se deu a verdadeira era do homem de letras, ou seja, do indivíduo que, além de escrever poemas, peças ou romances, fazia contribuições para as humanidades e mostrava interesse pelas ciências naturais.” (Burke, 2020, p. 144) pelo reformismo iluminado da família do Conde de Linhares, suas principais obras são *Discurso Sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil (1810)* e *A Almécega e a Carnaúba (1809)*, conservacionistas e *Memórias sobre a cultura dos algodoeiros (1799)*.

Mello (1982), ao transcrever suas obras completas, ainda tem algumas dúvidas quanto a dados precisos do seu passado, informando que quando apresentou sua tese, como documento conclusivo do curso de medicina, junto à universidade de Montpellier, em 1791, ele informou ser natural de Pernambuco onde teria nascido em 1752.

O Jardim Botânico, ou Horto D’el Rey de Olinda, funcionou como um posto avançado entre Pernambuco, as demais regiões do Brasil e o além-mar, guardando esses conhecimentos hibridizados estratégicos e servindo de estímulo à diversificação de culturas. Ao migrar e residir

na Praça de Pernambuco, entre 1809 e 1820, o multifacetado capitalista anglo-português Henry Koster consegue apropriar-se de parte dos conhecimentos preservados por Manuel Arruda da Câmara e de muitos outros.

Em sua primeira viagem em 1810, Henry Koster esteve na vila de Goiana, na capitania de Itamaracá, onde o conheceu, já acometido da hidropsia que em breve o vitimaria.

A 24 de outubro (1810) entreguei a carta de apresentação, que obtive no Recife, ao Dr. Manuel Arruda da Câmara. Esse homem ilustre estava em Goiana, muito doente de uma hidropsia, adquirida em sua residência num distrito sujeito às febres. Era homem empreendedor e entusiasta da botânica. Seus altos conhecimentos deviam interessar qualquer Governo previdente, especialmente num País incultivado, mas sempre em desenvolvimento (KOSTER, 2003, p. 91-92).

### **A implantação dos Hortos Botânicos e as política agrária estratégica**

A implantação de locais estratégicos para aclimação de espécimes exóticas já existia desde a modernidade. Meunier e Silva, 2009, p. apontam que “Desde 1768, Portugal mantinha o Jardim Botânico de Ajuda que, juntamente à reforma da Universidade de Coimbra (1772), constituiu-se em marco da política ilustrada do Marques do Pombal” e dos seus discípulos como o Conde de Linhares.

Uma rede de instituições similares foi criada no Brasil nascente, segundo as políticas agrárias estratégicas que mencionamos supra. A ele juntavam-se as unidades similares de Belém (1796), Rio de Janeiro (1808), Vila Rica (1825) e São Paulo (1825).

O cultivo dos jardins não era estranho nem aos holandeses, em Pernambuco, nem aos jesuítas, na África, no século VII. Porém apenas na segunda metade do século XVIII e no início do XIX, em compasso com o programa reformista, que os jardins botânicos se constituíram como projetos na colônia, bem mais orientados para atender aos interesses mercantis da metrópole do que a meros projetos naturalistas.

No Brasil a primeira tentativa de instituir um jardim botânico foi realizada em Pernambuco nos tempos de Nassau no século XVII, entre os anos de 1637-1644 (Hoene et al, 1941), que teve sua idealização devido à preocupação do Príncipe Nassau de suprir as necessidades alimentares da recentemente aumentada população da Cidade Maurícia. Assim foram plantadas nas proximidades do Palácio de Friburgo, que existiu no local onde atualmente se acha a Praça da República em Recife, diversas frutíferas nativas e outras espécies como figueiras e romanzeiras, além de coqueiros e palmeiras, os quais aliás foram transplantados já adultos o que representava um significativo avanço tecnológico na época (ALMEIDA et ali, 2006, p. 4).

Dada talvez a sua proximidade aos redutos franceses na América, o jardim do Grão-Pará seria o pioneiro na instalação de um jardim botânico na colônia portuguesa e de onde esperava-

se vir, as essências florestais, árvores e sementes para que fossem disseminadas também em outras colônias portuguesas.

O jardim botânico de Olinda, que entrou para a História como Horto Del Rey, funcionando com mais intensidade de 1811 a 1842, quando foi desativado, tinha diversas denominações como aponta Cavalcanti (1986, p. 135), o povo o chamava de “Quintas do Rei”. Também foram registrados: “Real Viveiro de Plantas de Olinda”, “Jardim das Especiarias e Plantas Exóticas” ou até “Horto Botânico” (CAVALCANTI, 1986).

Durante um curto espaço de tempo, juntamente com os jardins botânicos de Caiena, Belém e Rio de Janeiro, o Horto de Olinda viria a integrar a “rede luso-brasileira de jardins”, conforme Simon (2010). Essas unidades dividiam o butim conquistado por D. João VI, ao invadir a colônia francesa a partir de um jardim original denominado *Habitation Royale des Épiceries*, conhecido como *La Gabriele*.

Meunier e Silva (2009, p. 68), citam um ofício do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, endereçado ao Conde de Linhares, datado de 21 de junho de 1811, esclarecendo que em maio daquele ano teria chegado ao porto do Recife a primeira remessa de plantas e sementes de especiarias, vindas de Caiena, sendo parte destinada ao plantio no local, trazidas por Mr. Estevan Paulo Germain, também originário de Caiena, Nessa época, o Padre João Ribeiro Pessoa Montenegro era o encarregado do viveiro de plantas e considerado por Caetano Pinto como “eclesiástico de muita probidade de bastantes luzes em história natural”.

Estevan Germain assumiu a direção do Real Viveiros de Plantas em 1812 recebendo do padre João Ribeiro, segundo FIDEM (1979), uma relação de plantas encontradas aclimatadas no jardim, entre as quais se encontravam 300 girofleiros (cravo-da-Índia, *Syzygium caryophyllus*, Myrtaceae, especiaria das mais procuradas e com múltiplos usos), 10 árvores-do-pão (fruta-pão, *Artocarpus altilis*, Moraceae, provavelmente introduzido em Pernambuco nessa época, proveniente de Caiena), 17 caneleiras (*Cinnamomum zeylanicum*, Lauraceae), carambola e bilimbi (*Averrhoa carambola* e *A. bilimbi*, esses também provavelmente cultivados pela primeira vez em Pernambuco no Jardim Botânico de Olinda), entre outras espécies consideradas com potencial econômico. Mr. Germain manteve-se na direção até 1817, apesar de ser descrito por Tollenare, nesse mesmo ano, como não tendo “o mais ligeiro conhecimento de botânica” (Meunier & Silva, 2009, p. 69).

Então, sob as orientações *post mortem* do representante-mor do reformismo iluminado do Conde de Linhares nas capitânicas do norte, Manuel Arruda da Câmara, estabelece-se um Jardim Botânico, ou Horto D’el Rey de Olinda, funcionando como um posto avançado entre Pernambuco, as demais regiões do Brasil e o além-mar, guardando esses conhecimentos hibridizados estratégicos e servindo de estímulo à preservação ambiental e à diversificação de



culturas.

O Jardim Botânico de Olinda é uma das instituições fundadas com a vinda da corte para a América do Sul. É destinado a criar plantas exóticas que devem ser distribuídas às pessoas que tenham o desejo e sejam capazes de mantê-las. Assim foram aclimatadas as fruta-pão, a pimenteira-negra, a grande cana-de-açúcar do Taiti e muitas outras. Creio que, não obstante o zelo inicialmente desenvolvido, esteja diminuindo. Puseram à frente dessa organização um botânico a quem pagam um salário conveniente. É um francês que residia em Cayenne. Muitas pessoas ficaram desgostosas com a escolha, crendo, com razão aliás, que os súditos portugueses seriam perfeitamente idôneos para assumir a direção do jardim. (KOSTER, 2006, p. 76).

Koster já deveria saber das opiniões pessoais do Padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, de quem era próximo, o qual seria o mais capacitado para a empreitada segundo Manuel Arruda.

### **O Aquífero Beberibe e as Matas do Catucá**

Uma das grandes vantagens competitivas da comarca de Olinda sobre a vila de santo Antônio dos arrecifes sempre foi a grande disponibilidade de água potável, a qual, em 1810, abastecia suas 4.000 almas e grande parte das 25.000 que residiam no Recife.

A cidade (vila do Recife) é suprida d'água transportada em canoas, de Olinda ou do rio Capibaribe, acima da influência das marés. O transporte é em canoas próprias e embora sejam embarcações abertas, estão comumente imundas e raramente tratam de limpá-las. Os poços cavados no areal onde a cidade é situada fornecem apenas água salobra. (KOSTER, 2003, p. 42).

Onde implantar um Horto senão onde houvesse grande disponibilidade de água, conforme sinaliza Tonellare alguns anos depois em 1816:

Fui ver o jardim de aclimação das plantas exóticas que o governo estabeleceu e confiou a um francez de Cayenna, ou antes fui visitar este compatriota, porque o intenso calor não permittiu observar o jardim como merece. Com effeito, estranho ainda ás plantas indigenas que a cada passo excitam a minha admiração, como não me sentir atordoado em meio de um jardim que offerecia aos meus olhos, em pleno viço e guarnecido dos seus fructos, o cravo da índia, a moscadeira (esta ainda não fructificou), a canelleira, a fructa-pão e cem outros vegetaes interessantes; achava-me ali como um homem a quem se embriaga apresentando-lhe copo sobre copo de vinhos- estrangeiros que em breve o fazem perder a razão. Abstenho-me de fallar do arrebatamento que me causou este estabelecimento; ainda experimento toda a sua ebriedade. "Voltarei a ver Mr. Germain, director deste jardim, e tratarei então de pôr alguma ordem na inspecção das plantas preciosas cuja cultura lhe está confiada. (TOLLENARE, 2011, p. 30).

Ao visitar as bicas do varadouro em Olinda em 1816, Tollenare, em nota, indaga-se quanto a origem dos construtores achando que a estrutura pareceria mais com uma obra portuguesa, no que de fato, estava certo.

O rio Beberibe foi reprezado em Olinda por meio de um dique que os Holandeses (1) construíram para impedir o acesso d'água salgada. E' proximo a este dique que está situado o convento; elle recebe uma porção d'água dôce do rio que depois vae despejar no mar, e é utilizada para a rega do jardim, as necessidades domesticas e a alimentação de um delicioso banheiro coberto, capaz de conter 10 ou 12 pessoas (TOLLENARE, p. 31).

Na sua *Corografia Brasilica*, Aires de Casal, em 1817, já relatava um projeto de canalização das doces águas de Olinda.<sup>513</sup>

Todo o mundo bebe água do Rio Bibiribe tomada em Olinda, onde se lhe fez um açude, denominado varaidor, para impedir o fluxo da maré e fazer subir o rio, que passa através dele por vinte e quatro bicas, donde um grande número de canoas com coberta a transportam ao porto do seu nome, e a vendem. Projeta-se conduzir parte deste rio desde sua origem, por um aqueduto duma légua de comprimento até o Bairro da Boa Vista (AIRES DE CASAL, 1976, p. 261).

O aquífero do qual o *Bibiribe* e seus tributários faziam parte nasciam nas Matas do Catucá, um complexo de matas<sup>514</sup> situado algumas milhas a noroeste de Olinda e da Vila do Recife. Nestas matas ficavam localizados os mocambos do quilombo do malunguinho, para onde se dirigiam a maior parte dos escravizados fugidos, ladinos, crioulos ou até africanos recém-chegados (CARVALHO, 2009).

Henry Koster teve a oportunidade de percorrer essas terras em várias oportunidades. Na primeira dessas viagens, o cortejo saiu de Cruz das Almas, partindo primeiro para a vila de Goiana, grande entreposto de gado da época, distando cerca de 15 léguas, “Esse caminho que trilhamos é a grande estrada para o Sertão. Por onde o gado desce das fazendas no rio Assú e dos campos nessa região do interior, para os mercados do Recife.” (KOSTER, 2003, p. 87).

Seguindo uma rota que levava à estrada de Beberibe, e enfrentando possíveis perigos para os viajantes que andavam pelas matas do Catucá<sup>515</sup>, a comitiva galgou o morro Quebracu, desceu o vale da Mirueira, passando por Paratibe, já com grande número de engenhos e povoações, até chegar à vila de Igarassu.<sup>516</sup>

<sup>513</sup>Para maiores informações sobre abastecimento e saneamento do Recife Ver MENEZES, José Luiz Mota. Águas do Prata: História do Saneamento de Pernambuco. Recife: Apipucos, 1991 e HALLEY, Bruno Maia. **Baixo Beberibe: a represa do varadouro e os negros canoeiros** – o higienismo entre o Recife e Olinda. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 232-253, mai./ago. 2019. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n72p232>

<sup>514</sup>Bioma Mata Atlântica, cuja maior representatividade em Pernambuco está concentrada em uma APA (Beberibe), encravada na confluência de 07(sete) municípios: Recife, Camaragibe, Abreu e Lima, Paulista, Araçoiaba, Paudalho e São Lourenço da Mata.

<sup>515</sup>As matas do Catucá, formavam um complexo de mata atlântica onde estavam as nascentes do Beberibe que abasteciam a vila do Recife e iam do Engenho Dois Irmãos até as comunidade de Tejucupapo e Timbaúba, próximos à Villa de Goiana. Escravizados, africanos e crioulos, fugidos formaram ali o chamado “Quilombo do Malunguinho”. Ver Carvalho, Marcus (2009) e Freyre, Gilberto. **Nordeste**.

<sup>516</sup>Igarassu ou canoa grande em tupi, em alusão às naus de maior porte que surgiram com o primeiro núcleo colonial

Na segunda oportunidade, desta feita em janeiro de 2012, Koster partiu de Olinda a fim de conhecer o engenho de um Capitão-Mor com quem estabelecera uma amizade.

Atravessamos um riacho, comunicando com o lamaçal por ambos os lados da estrada, distantes uma légua de Olinda, vendo além as terras que cercavam a elevação onde está o engenho de Fragoso. Daí em diante o terreno é baixo e úmido até perto da eminência onde fica situada a plantação de cana de Paulistas<sup>517</sup>(KOSTER, 2003, p. 263-264).

Percorrendo esses caminhos estreitos o grupo encontra tropeiros carregando algodão, Koster descreve a fartura de caça, porco-do-mato e frutas como o mamão, o abacaxi e a existência de um pomar de laranjas.

[...]À tarde seguimos para o engenho do Aguiar, pertencente ao Capitão-Mor, distanciado cinco léguas de Paulistas. [...] imediatamente depois de Paulistas está o estreito mais rápido do rio de Paratibe que, perto da sua barra, muda o nome pelo de “Doce”. [...] Pela tarde passamos por quatro engenhos de açúcar. O que possui nome de “Utinga de Baixo” é situado num anfiteatro circundado por altas colinas, cobertas de grandes árvores. [...] Muitos criminosos e negros vagabundos estão escondidos nesses bosques. Os habitantes de Utinga parecem todos separados do resto do mundo (KOSTER, 2003, p. 266).

Concluindo mais uma de suas viagens e a busca por um engenho onde ele próprio pudesse exercer as funções de senhor, Koster, agora concentrado nas suas habilidades mercantis, chega às terras do sertão também chamadas de Bom Jardim, aonde o algodão e o gado já disputavam com a cana a primazia dos seus usos.

implantado por Duarte Coelho Pereira no século XVI. Onde fica localizada a Igreja mais antiga edificada no Brasil, dos Santos Cosme e Damião. Em nota de tradução, Câmara Cascudo lembra o fato de Hans Staden ter aportado ali, como mercenário, e relatado em *Duas viagens ao Brasil, de 1557*.

<sup>517</sup>Engenho que pertenceu a João Fernandes Vieira, situado a 11 quilômetros de Olinda, numa região chamada de Paratibe. Sua viúva vendeu a propriedade em 1689 para o Mestre-de-Campo, um dos comandantes do terço dos Paulistas que veio lutar contra o quilombo dos Palmares. Deu origem ao município de Paulista que também integra a APA-Beberibe.

Figura 1 - Tropeiro levando algodão



Fonte: KOSTER, Henry. Original de 1816.BN.

O próprio caminho é apertado (não se trata da grande estrada das boiadas) e toda visão é limitada geralmente pelo mato de ambos os lados, cujos galhos chibateiam as pernas do viajante que é obrigado a conduzir seu animal para o meio da trilha onde depara os carregadores com seus cestos e sacos de algodão sobre um cavalo [...]. O desenho (Fig. 1) representa um desses carregadores de algodão. À frente está fixada uma espécie de palmeira denominada “ticum”, e logo atrás está o mamoeiro, com seu fruto no galho (KOSTER, 2003, p. 264).

### **A antropização dos sertões e a fome das metrópoles na Europa**

Vimos na seção anterior que, a partir dos Jardins Botânicos, a antropização universalista europeia, através, principalmente, da introdução de drogas exóticas transcontinentais, formou a base da maior riqueza da humanidade em sua incansável busca pela sustentabilidade alimentar e geração de excedentes agrícolas.

Essa preocupação com a preservação dos recursos estratégicos em confronto à simples atividade exploratória, com a obtenção de novas Drogas e Minas foi também assimilada na Capitania de Pernambuco onde o governador da época esmerava-se em conciliar o suprimento das necessidades do reino com as da população.

George Cabral de Souza também lembra que o acúmulo de capitais, externos e internos, buscava outras oportunidades de lucratividade:

Os grandes homens de negócio procuraram diversificar suas atividades econômicas. A disponibilidade de recursos para o reinvestimento em outras atividades indica que havia uma acumulação local de capitais que, se por um lado eram empregados em atividades menos lucrativas, mas importantes socialmente, por outro serviam para incrementar os ganhos explorando outras possibilidades de produção e circulação. Braudel destaca que o grande comerciante estava praticamente obrigado a diversificar suas inversões pois

ter dinheiro era importante, mas não era tudo na atividade de um homem de negócio. Ainda que fossem secundárias, a existência de outras atividades nos mostra que o cenário econômico do Pernambuco colonial compreendia bem mais do que somente açúcar (2019, p. 119).

O mesmo pesquisador, baseando-se em historiadores britânicos como Russel-Woods, relata que a diversificação de produtos na capitania de Pernambuco tinha evoluído a olhos vistos:

Em 1749 chegaram de Pernambuco, Rio de Janeiro e do Grão-Pará e Maranhão um total de 35 produtos diferentes, de açúcar a cascos de tartaruga, de madeiras a diamantes. No final do século XVIII eram 125 tipos diferentes de mercadorias, incluindo 27 distintos produtos alimentares e bebidas, 24 tipos de peles e couros, 29 diferentes produtos de extração vegetal e outros 44 tipos diversos de mercadorias que englobavam produtos de origem animal, madeiras e metais preciosos, entre outros (SOUZA, 2019, p. 120).

Desde o início do reinado de D. Maria I, José César de Meneses, no cumprimento das ordens da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, recomendava às Câmaras de Olinda, Recife e de outros municípios que dessem particular atenção às culturas do algodão e do arroz. As câmaras obedeceram à recomendação e executaram uma campanha de informação, objetivando aumentar o plantio do algodão.

Considerando a Câmara desta vila [do Recife] que dilatada a planta do arroz e algodão nesta capitania se formaria destes dois gêneros um ramo de comércio tanto ou mais importante que o do açúcar pela manifesta experiência de sua maior produção, comodidade da colheita, e pronto consumo com o seu transporte para a Europa, onde pelo uso comum se tem feito o primeiro gênero necessário, e a indústria tem dado valor ao segundo (SOUZA, 2002).

No caso do arroz, e também do algodão, é interessante notar como o avanço dessas culturas nas capitanias do norte, pode estar relacionado à prematura presença de tratantes travestidos de homens de letras, já na época pombalina, como relata o anglo-lusitano.

Há 60 anos (1750) não exportavam algodão [...] e hoje o número de sacos exportados anualmente, é entre 40 e 50 mil, pesando, na média, 180 libras cada um. A quantidade de arroz que colhe é avultada, mas o açúcar necessário para o consumo da província é trazido dos portos do sul.[...] O algodão e o arroz são expedidos de São Luís em barcos de 25 a 30 toneladas (KOSTER, 2003, p. 238).

A presença do arroz selvagem na dieta local pernambucana, já era notada bem antes, em 1618, pelo judeu frequentador da cidade de Olinda e do engenho Camaragibe, Ambrósio Brandão: “o mantimento que ocupa o segundo lugar [...] é o arroz, que nesta província se produz em muita abundância à custa de pouco trabalho; mas os seus moradores, por respeito à mandioca, [...] plantam muito pouco” (MELLO, 1966).

Em nota de tradução da obra de Koster, Câmara Cascudo cita um certo Frei de Nossa Senhora dos Prazeres, que na sua *Poranduba Maranhense*, à página 107, informava: “Até o ano de 1765 não produziu o Maranhão senão arroz vermelho. Neste ano, porém introduziu a companhia no país o da Carolina, e enviou de Lisboa a José de Carvalho para formar os engenhos de descascar” (KOSTER, 2003, p. 238, N.T.).

Ficou claro que a presença das duas companhias criadas por Pombal, a do Grão-Pará e Maranhão e a que congregava Pernambuco e Paraíba, tinham produzido um surto desenvolvimentista com a introdução de novas possibilidades de culturas para exportação.

O grande problema relatado pelos locais era que a economia moral britânica não estava presente no comércio triangular para ficar a ver navios. Como relata Del Priore (2006, p. 112), “(no Maranhão) o sucesso da lavoura era garantido pelos compradores ingleses, que enfrentavam conflitos com os norte-americanos. [...] Os administradores da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão justificavam-se à rainha D. Maria I afirmando que a maior parte do lucro ficava com os ingleses”.

Um dos exemplos não-preservacionistas mais destacados em Pernambuco, também foi presenciado por Koster quando assistiu, em 1817, após passados menos de sessenta dias de um governo republicano, quando Pernambuco e seus *patriotas* receberam pesadas penas, entre elas o pagamento de uma multa de vários quintais de Pau-Brasil, último grande estoque da capitania, antes de tornar-se província.

A árvore que fornece a tinta vermelha tão estimada na Europa, é, creio eu, geralmente tida como peculiar à região a qual deu seu nome. Chamam-na também em Pernambuco (de onde penso que é exclusivamente exportado) “Pau da Rainha”, devido à circunstância de ser o comércio monopólio governamental, e ser exportado para a Europa por conta da coroa. (KOSTER, 2003,p.).

Embora fosse caracterizada como decorrente de uma atividade essencialmente extrativa desde o início da colonização brasileira, o Pau-Brasil<sup>518</sup> teve suas regras de comercialização, monopólio da coroa, pouco afetadas pelo Tratado de Commercio e Amizade de 1810, aliás, houve orientação para intensificá-lo.

De fato, esse monopólio, ou estanco, vigorou por 359 anos e na época de Koster, foi uma das poucas mercadorias a ficar de fora da carta régia de 1808, abrindo os portos no Brasil. Ainda permaneceria em vigor durante mais algum tempo, pois, segundo Medeiros (2017, p.35) “o

<sup>518</sup>*Paubrasilia echinata* Lamarck – Gagnon, H.C Lima & G.P. Lewis. Nomenclatura científica assumida a partir de 2016. Antiga *Caesalpinia echinata* Lam. (1858)

monopólio (estanco) do seu comércio, [...] foi abolido pela Lei nº 1.040 de 1859”.

Como agravantes os ingleses incluíram um artigo que permitia o uso das essências florestais para a construção de navios.

Bem ou mal, embora existissem intenções conservacionistas, os homens de letras estavam mais preocupados em encontrar “bens de raiz” que pudessem servir às metrópoles, cuja fome e sede nunca saciava.

### **A pecuária e as novas fronteiras agrícolas brasileiras no século XIX**

Koster, então, decide avançar nas suas viagens em busca de novos conhecimentos e novas plagas, ou como sugere Del Priore, ao descrever essa busca desenfreada pelos limites da ação do homem e suas antropizações subsequentes:

Para dizer do espaço que fica além dos grandes centros urbanos, falou-se durante muito tempo em “fronteiras”. Elas também eram conhecidas como “sertões”, desde que os cronistas dos séculos XVII E XVIII, como Frei Vicente do Salvador ou Antonil, assim designaram o imenso espaço que não estivesse no litoral (2006, p. 14).

Nosso intrépido e “acurado” viajante parte para tomar parte desses processos de hibridizações culturais onde a compreensão dos grupos sociais “sertanejos” em suas interconexões territoriais passa a ser tão importante quanto as conquistas de novas drogas e minas.

Os lugares e territórios de onde proviam os fardos de algodão-mocó<sup>519</sup> e a courama e as carnes os sertões de dentro (hoje bioma mata atlântica) dos sertões de fora (semiárido), tudo na época de Koster era denominado sertão, dentro do imaginário local, desde que ficasse a algumas léguas do litoral.

Quanto mais fundo ele penetrava os sertões, maior era a fome local, provocada pelas secas. A fome dos sertões não conseguia concorrer com a fome das grandes metrópoles europeias.

Koster percebeu como as atividades econômicas subsidiárias da cana-de-açúcar tinham-se espalhado pelos confins da colônia.

A pecuária, mais expressivamente o gado bovino ou *vacuum*, nas capitânicas do norte, foi

<sup>519</sup>Koster identificou que o mesmo algodão-mocó era muito semelhante a uma cultivar da época chamada de *sea island.*, provavelmente trazida dos Estados Unidos, porém com centro de origem desconhecida. As sementes do algodão-mocó, devem essa denominação nas *hinterlands* pela semelhança com os excrementos de um pequeno mamífero caviídeo atualmente chamado de *Kerodon rupestris* (Cuvier, 1825). Ver **Fauna ilustrada da fazenda Tamanduá**. São Paulo: AvisBrasilis, 2015.

introduzida, no século XVI, a partir do morgado da casa da torre de Garcia D'Ávila,<sup>520</sup> seguindo as canas e seus açúcares e outros derivados, fornecendo animais para a labuta, da produção ao transporte, e carnes para o consumo dos engenhos e das povoações.

Analisando os interesses políticos no mercado de carnes e couros, um pouco antes da chegada de Koster à Pernambuco, em 1798, durante o governo de Tomás de Mello, houve uma devassa patrocinada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares.

O comerciante de algodão de origem francesa, Tollenare (2011, p. 74), quando visitou, em 1817, o engenho Salgado, pertencente ao Sr. “R”<sup>521</sup>, anotou um rebanho de cerca de 400 cabeças de gado *vacuum* e 100 a 120 de gado *cavallar*.

Fallei dos engenhos e das plantações de algodão: devo dizer algumas palavras sobre a criação do gado, que constitue um ramo de receita considerável, quando as seccas não veem contraria-a, como succedeu ainda este anno. Ha particulares que têm concessões de terras, de 6, 8 e 10 léguas quadradas, no interior do paiz ; soltam o gado nas clareiras, que ali se encontram, e possuem ás vezes 4.000 a 6.000 cabeças, *destinadas* ao fornecimento da Bahia e do Recife, e á extracção dos couros. (TOLLENARE, 2011, p.158.).

Gerações e mais gerações autóctones de bovinos, equinos, muares, ovinos, caprinos, galinhas, patos e perus, descendentes dos primeiros espécimes a cruzar o atlântico, espalharam-se a partir do litoral, sejam oriundos dos tabuleiros alagoanos no Coruripe e no porto de Piranhas, ou sergipanos, subiram o São Francisco, na comarca de mesmo nome que até 1824 pertencia à Pernambuco, alcançando os vales dos seus tributários, como a oeste, o Moxotó, o Pajeú e o Icó, e mais ao norte o Apodi e o Açú.

Quando atravessou os sertões do Ceará, na chamada estrada do (rio) Jaguaribe, entre Aracati e o Icó, Koster presenciou como em uma grande estiagem as bases da alimentação do sertanejo, farinha de mandioca e carne seca, ficavam comprometidas, a ponto de um alqueire dessa farinha ter sido adquirido por 6\$400, trazida por um navio de outra capitania do sul, quando na terra seu preço usual seria de 640 réis.

Antigamente era exportada, (sic) para outras capitanias, grandes quantidades de carne de boi, seca e salgada, mas a mortandade no gado devido às secas frequentes, tornou inevitável a cessação desse comércio. Agora a região se supre no Rio Grande do Sul, a fronteira meridional dos domínios portugueses. Vinda do Rio Grande do Sul para Pernambuco, a carne-seca ainda conserva o nome de carne do Ceará. (KOSTER, p. 182).

<sup>520</sup>Ver MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto **o Feudo – A casa da Torre de Garcia d'Ávila**: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. E-book.

<sup>521</sup>Segundo Marcus Carvalho in: Liberdades, Trata-se do traficante de escravos e comerciante de grosso trato Francisco Ramos de Oliveira.



O comércio de carnes e couros já era razoável na metade do século XVIII, tanto que já em 1748 um negociante chamado José Vaz Salgado pede à coroa portuguesa para enviar seus navios à Colônia do Sacramento, porque que lá encontravam mercado, mercadorias de baixo valor em Pernambuco.<sup>522</sup>.

Costumam os suplicantes comerciar em suas sumacas para os portos dos sertões com várias mercadorias e computo de dinheiro e [...] dos efeitos e géneros que levam fazem negócio com aqueles moradores e recebem deles os bois em que se ajustam e os mandam matar e beneficiar, secando as carnes, as embarcam e mandam embarcar nas ditas sumacas, no que fazem grandes despesas e além destas expõem suas vidas e o risco de suas fazendas mandando conduzir por mar as ditas carnes secas para o bem comum daquele país [praça do Recife], dos da Baía e Rio de Janeiro, com a distância de 300, 400, 500 e mais léguas fora do distrito e jurisdição do dito contrato (DIAS, 2014).

Jonas Vargas (2016, p. 29), confirmando o dito por Koster, ilustra que “Foi somente com as secas do início da década de 1790, que a carne-seca fabricada no Rio Grande do Sul conseguiu inserir-se com mais força nos mencionados mercados, atraindo o investimento de muitos comerciantes na região.”

Escudado em estudos anteriores, atribuídos a Helen Osório, e em suas próprias análises o mesmo autor identificou que nos primeiros 40 anos do século XIX, “os portos do nordeste sempre foram os compradores da maior parte do charque fabricado no Rio Grande.” (VARGAS, 2016. P.33).

Embora a economia nos sertões visitados por Henry Koster, pareça pujante e em desenvolvimento, com a chegada da corte e a centralização na província do Rio de Janeiro os acumuladores de capital também migraram, levando o capital humano qualificado e a força de trabalho escravizada consigo.

Os espaços geográficos, agora fortemente antropizados pela fome europeia, nas capitâneas do norte do Brasil (1810-1820), começaram a sofrer uma forte “rearrumação” fronteiriça, embora o poder político-econômico da região permanecesse centralizado em Pernambuco até a regência, foi declinando paulatinamente, e, tal como o gado e o arroz, tomou o rumo das novas províncias do sul.

<sup>522</sup>Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP). Inventários do século XVIII. 1759 - José Vaz Salgado. AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 66. D. 5601 e Cx. 67, D. 5703.

Apesar do declínio do poder político-econômico, estas hibridizações culturais e estes deslocamentos estruturais, não passavam despercebidos para os viajantes estrangeiros, como bem comparou um negociante de algodão francês da época:

Os Brasileiros conhecidos pelo nome de Sertanejos são criados neste penoso exercício, e desenvolvem nelle tanta destreza quanta coragem; porque de ambas se necessita para alcançar animaes quasi selvagens, que se refugiam em meio de cerrados impenetráveis, e que as vezes se defendem. Veê-se frequentemente no Recife estes homens vestidos de couro, armados dum vergalho e duma espada; têm o porte altivo e independente como os montanhezes; o maior numero é de sangue mesclado de branco e de indio. Comparam-se os sertanejos aos gaúchos de Buènos-Aires; entretanto, não fazem uzo das bolas, segundo me dizem ser costume dos creoulos hespanhóes, e sim do laço. (TOLLENARE,2011, p. 158).

## Referências

- ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. (et alli) *Aspectos histórico-ecológicos do horto d'el rey de olinda, Pernambuco*. Mneme – Revista de Humanidades. Caicó (RN), v. 7.n. 19, dez. 2005/jan. 2006. p. 388-413. Bimestral. ISSN 1518-3394. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. 2ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: UFPE, 1966.
- BURKE, Peter. *O polímata*. São Paulo: UNESP, 2020.
- CARVALHO, Marcus. *João Pataca e a sua “quadrilha mais mansa” do quilombo do catucá*. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia; BICALHO, Maria Fernanda. (orgs.) *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- CAVALCANTI, Vanildo B. *Olinda do Salvador do mundo: biografia da cidade*. Recife: ASA, 1986.
- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. *«As pessoas mais distintas em qualidade e negócio»: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos*. Lisboa: UNL/FCSH. Tese de doutorado em História, 2014.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Vol. I e II. Tradução de Luis da Câmara Cascudo em 1942. Recife: ABC Editora, 2003.
- MEDEIROS, Tarcísio Dinoá de. *Tributos e sua administração no Brasil (1500 – 2010)*. Brasília: ALB, 2017.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Obras Reunidas de Manuel Arruda da Câmara. (c.1752-1811)*. Coligidas e com estudo biográfico. Recife: FCCR, 1982.
- MEUNIER, Isabelle Maria Jacquelline; SILVA, Horivani Conceição Gomes da. *Horto Del'Rey Olinda, Pernambuco: História, estado atual e potencialidades da cobertura vegetal de uma área verde urbana (quase) esquecida*. Piracicaba: REVSBAU, v.4, n.2, p.62-81, 2009
- PÁDUA, José Augusto. *"Aniquilando as Naturais Produções": Crítica Iluminista, Crise*

- Colonial e as Origens do Ambientalismo Político no Brasil (1786-1810). Rio de Janeiro: Dados v.42 n.3, 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000300005>. Acesso em 01/09/21.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PIMENTA, Pedro Paulo. *David Hume sobre a teoria dos sentimentos morais, de Adam Smith*. São Paulo: USP/revista Rapsodia, v.1, 7, p.83-117. Acesso em 01 de outubro de 2020.
- SIMON, Mateus Samico. *O Jardim Botânico de Olinda (1811 – 1854)*. Monografia Bacharelado em História. Recife: PPGH/UFPE, 2010.
- SOUZA, George Félix Cabral de. *Os homens e os modos de governança: a câmara municipal do Recife do século XVIII num fragmento da história das instituições municipais do império colonial português*. Recife: UFPE. Dissertação de mestrado em história, 2002.
- SOUZA, George Félix Cabral de. *Comerciantes de escravos em pernambuco (c. 1660 – c. 1760): aproximação a um grupo mercantil colonial*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 37, Jul-Dez, 2019. <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2019.37.2.17>. Acesso em outubro de 2021.
- TOLLENARE, L.F. de. *Notas Dominicais*. Recife: EDUPE, 2011.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio grande do Sul, século XIX)*. Porto Alegre: Oikos, 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

## EL PAISAJE NATURAL DEL NOROESTE ARGENTINO EN IMÁGENES DE VIAJEROS EN EL SIGLO XIX

Silvina B. Aráoz. Instituto de Arte Americano y Regional, Facultad de Artes. Universidad Nacional de Tucumán, Argentina. [silvaraoz@gmail.com](mailto:silvaraoz@gmail.com)

**Resumen:** Este trabajo estudia un corpus de imágenes de artistas viajeros que visitaron el Noroeste argentino en la segunda mitad de siglo XIX con motivo de viajes, expediciones o estadías en las provincias de La Rioja, Tucumán, Salta y Jujuy. Elaborado a partir de los temas tratados en las imágenes que tendremos como objeto de estudio y que han sido tomados de obras originales, litografías, o están contenidas en revistas populares y científicas, y que fueron publicados en Argentina, Francia y Alemania. Del análisis de las obras podemos concluir que los tres considerados artistas científicos - Otto Grashof, Hermann Burmeister, y Adolph Methfessel-, unieron el arte con las ideas pragmáticas de Alexander von Humboldt. Los restantes artistas, William Lloyd y Teófilo Novis manejaron con habilidad y buen tino el paisaje. Las imágenes de todos ellos son importantes fuentes de estudio para distintas disciplinas, tanto artísticas como científicas, por su valor documental y estético. Los paisajes concebidos como tema autónomo, los encontramos a partir de la segunda mitad de siglo, cuando comienzan a llegar viajeros con experiencia en técnicas pictóricas que estudian detalladamente la naturaleza. En las representaciones predomina el paisaje cordillerano. Muchos de los trabajos están relacionados con expediciones naturales, por lo que, en un afán científico, es frecuente encontrar la vegetación autóctona del lugar, los estratos geológicos, los animales, o los pobladores, todos ellos plasmados con el mayor realismo para demostrar la magnificencia de la naturaleza frente a la pequeñez del espectador.

**Palabras claves:** paisaje natural; imágenes; Noroeste argentino.

En este trabajo quiero demostrar el modo en que los viajeros representaron las provincias del actual Noroeste argentino por primera vez, como se conformaron los diferentes paisajes de las fronteras con características monumentales o simplemente desoladas, que transmiten sensaciones y a su vez conocimiento y reconocimiento del espacio.

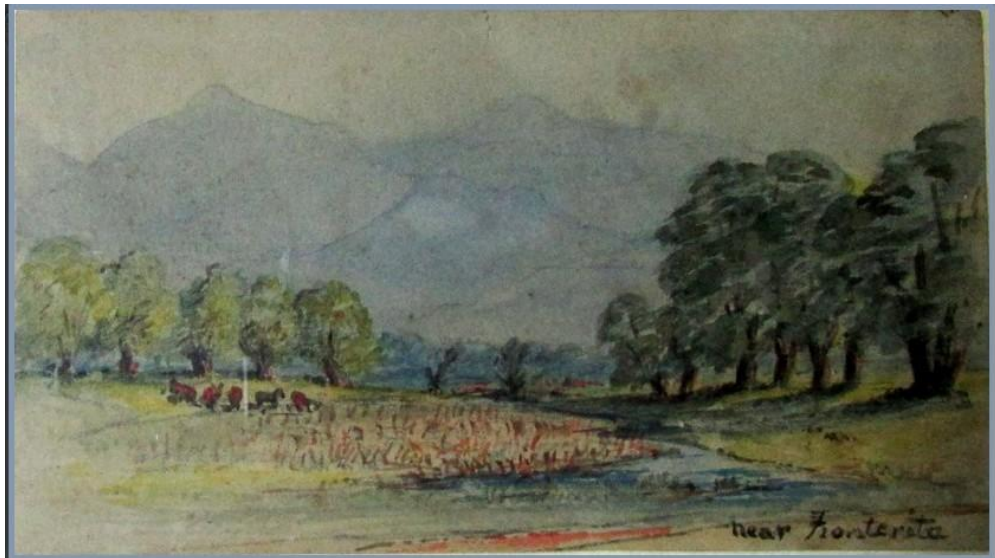
En la segunda mitad de siglo XIX llegaron una serie de viajeros con la intención de bosquejar el paisaje de la región, dejando imágenes ricas en contenido, cuyos temas tomaremos como objeto de estudio. En el primer período, comprendido entre 1816 y 1848, no existen representaciones del espacio natural. Este caso contrasta con lo observado en otras zonas del país, como en la región de Cuyo, que cuenta con obras de artistas reconocidos, como Mauricio Rugendas que pintó *Cerro de la Tolosa* (1838), dedicado a las cumbres montañosas, que ponen en evidencia las técnicas artísticas de la escuela de Humboldt en la composición de la vista montañosa. El artista veía en la naturaleza un motivo para pintar que va mucho más allá de la percepción, uniendo ambas tendencias para así lograr obras con una técnica meticulosa, pero sin perder su calidad artística. Con esta comparación podemos evidenciar como algunas regiones tuvieron mayor y mejor calidad de viajeros que otras.

Los paisajes concebidos como tema autónomo, los encontramos a partir de la segunda mitad de siglo, cuando comienzan a llegar europeos con experiencia en técnicas pictóricas que estudian detalladamente la naturaleza. Estos artistas viajeros - como los llamo, por ilustrar sin tener en algunos casos la profesión de pintor o dibujante - no estaban envueltos en las corrientes artísticas del momento, por eso realizaron composiciones con un trabajo técnico impecable, con áreas bien definidas en los diferentes planos y rasgos románticos que transmiten un aire menos frío y más emotivo.

Los que documentaron la naturaleza de la región fueron: Hermann Burmeister –que dibujó las altas cumbres riojanas con un elaborado informe sobre sus características en *Vues Pittoresques de la République Argentine*, en 1881–, Otto Grashof y Adolph Methfessel – pintaron las montañas sobre todo las de zonas cordilleranas, dentro de los parámetros científicos al que añadieron detalles estéticos de inspiración romántica–. William Lloyd, realizó un paisaje de Tucumán excepcionalmente moderno en cuanto a concepción estética como viajero y Teófilo Novis elabora una vista de un acantilado de difícil acceso del departamento de Güemes y una vista de Humahuaca, en Jujuy, como un dibujante diestro que logra energía en una obra y calma en la otra.

### **William Lloyd: pintor de una sola obra**

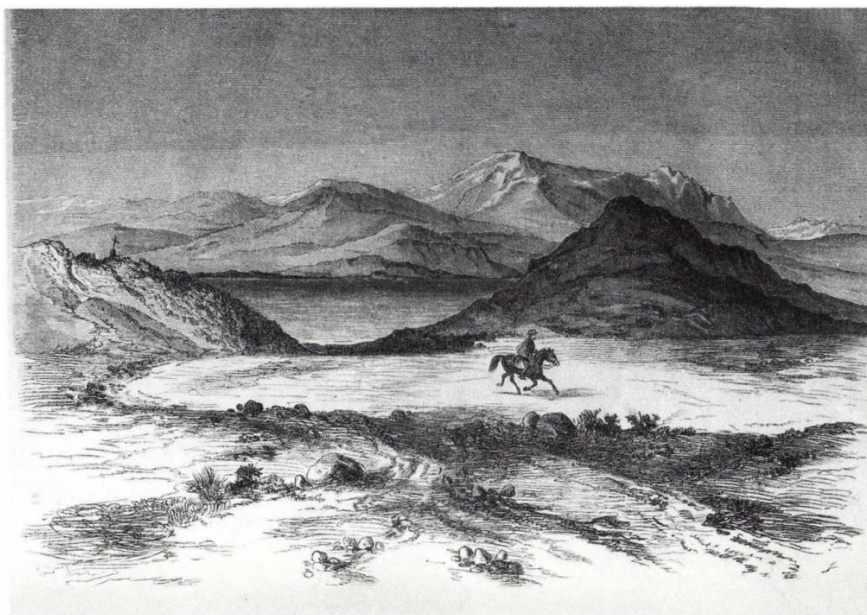
William Lloyd pinta una acuarela titulada *Near Fronterita* en su viaje por Tucumán entre los años 1848 y 1850, que hoy pertenece al patrimonio del Museo Histórico Nicolás Avellaneda, de San Miguel de Tucumán. Es la primera representación que conocemos del interior de la provincia, casi en el límite con Catamarca, realizada con una pincelada suelta y dinámica, y una técnica novedosa dentro de este espacio geográfico. Hay una planicie con un arroyo cuyo trayecto se corta en diagonales perdiéndose en los cerros que se confunden con las altas cumbres azules. Pintado con destreza, las sombras en colores, nos remota a un pintor *au plein air*, que capta los diferentes tonos de los árboles, con las copas en sombra en matices más oscuros, mientras que en las zonas de luz los verdes se mezclan con amarillo y los reflejos de estos en la tierra mantienen el sombreado de color. Es donde mejor capta la naturaleza, junto con algunos toques de sombra de los árboles. Hay una síntesis en las formas que le otorgan un carácter novedoso y moderno. La luz que modela las figuras permite que el paisaje se refleje más libre y espontánea. Según los archivos del Museo Histórico Nicolás Avellaneda pertenecía “al álbum original del artista”, a quien se lo compró Miguel Nougués. La reseña, que está en la parte trasera del cuadro, está desdibujada, pudiendo leerse solo párrafos incompletos.



Fonte: William Lloyd, *Near Fronterita* (Tucumán), ca. 1848-1850, acuarela, 29 x 39 cm..  
San Miguel de Tucumán, Museo Histórico Nicolás Avellaneda (Foto: Silvina Aráoz). Otto  
Grashof: la representación de los altos espacios

El artista Otto Grashof realiza un paisaje en el verano de 1854 con motivo de su viaje hacia Chile, donde lo esperaban importantes trabajos artísticos. Esta obra está contenida en la revista “Grashof’s reife von Buenos Aires durch die argentinischen Pampas und über die Cordillere nach Copiapo in Chile”. Globus. Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde. Hildburghausen, Brunswick (Alemania), reproducida en blanco y negro.

La imagen *Höhensee in den Kordilleren auf dem Weg von Santa Rosanach Copiapó* [*Lago de altitud en la cordillera en el camino de Santa Rosa*], realizada en La Rioja; es un grabado al acero tomado de un original. Es importante porque representa el límite cordillerano entre Argentina y Chile, con un espacio extenso y una vegetación escasa propia de la zona de la puna en Piedras Negras. Junto con las litografías de Hermann Burmeister, son las únicas representaciones de la provincia de La Rioja.



Fonte: Otto Grashof, *Höhensee in den Kordilleren auf dem Weg von Santa Rosanach Copiapó*, 1854. En Grashof (1864, p. 9).

El artista supo captar las grandes planicies de la cima, recortadas por imponentes montañas, que pasan a ser la silueta principal representada en todo su esplendor, reflejando la superficie yerma, cuya única compañía es la presencia de un hombre solitario galopando en el paisaje desértico, con los macizos rocosos que desembocan en un lago. El baqueano es un viajero, por su vestimenta típica de ciudad, dibujado en pequeño tamaño, al igual que una diminuta cruz de una tumba o apacheta, en una de las altas lomas, donde cada peregrino coloca una piedra en señal de respeto<sup>523</sup>. La diferencia de escala entre el individuo y las montañas le sirve para poner de relieve la magnificencia de las elevadas cumbres. Desgraciadamente no pudimos encontrar el original, pues sería de mucha ayuda diferenciar a través de los colores el espejo de agua detrás de las rocas.

<sup>523</sup>Löschner (1987, p. 96): Carta desde Valparaíso, entre el 10 y el 13 de mayo de 1854 a su hermano: “*Lager in der Felsschicht der Sierra de la Tambería. Gewitter. Felsenberge de las Tres Quebradas und los Cerros del Río Blanco. Das Wasser sieht hier fast wie Milch aus. Bescheidene Gräber von verschmachteten Reisenden am Wege, zu denen jeder Reisende neue Steine legt nach der landessitte. Viele warden hier von der Puna, einer eigenthümlichen, asthmatischen Krankheit, befallen. Wir befanden uns am FuBe der Kordilleren, diesen mächtigen, ausgedehnten Gebirgszügen. Von El Portezuelo de la Estanzuela bis Puertas Negras (Schwarze mauer) hatten wir etwa 20 Leguas zurückgekegt. Dunkle Granitmassen umgaben unser Nachtlager. Starker Tau war während der Nacht gefallen, doch entwarf ich mit kkommen fingern den interessanten Halt am Morgen*”. “Campamento en el desfiladero de Sierra de la Tambería. Tormenta. Peñascos de las Tres Quebradas y los Cerros del Río Blanco. El agua se ve aquí casi como leche. Tumbas modestas de consumidos viajeros a la orilla del camino, a las cuales cada viajero agregaba nuevas piedras de acuerdo a la costumbre del país. Muchos caen aquí de la Puna una enfermedad peculiar de tipo asmático. Nos encontrábamos al pie de la cordillera, estas poderosas y extensas cordilleras desde El Portezuelo de la Estanzuela hasta Puertas Negras, habíamos hecho 20 leguas. Masas de granito rodeaban nuestro campamento. Un fuerte rocío se formó durante la noche y, sin embargo, a la mañana, con los dedos tiesos, hice un esbozo del interesante lugar donde hicimos un alto” (Traducción: Silvia Correa).

A pesar de estar en gradaciones de grises, permite divisar la melancolía que transmiten las alturas como quiere demostrarlo el artista, y a la manera de los románticos alemanes, dibuja la inmensidad del paisaje natural contraponiendo la pequeñez del hombre a caballo.

### **Hermann Burmeister: y el estudio minucioso de amplios paisajes montañosos**

Esta sección examina las imágenes producidas por Burmeister en 1860 y publicadas en 1881 en *Vues Pittoresques de la République Argentine. La Description Physique de la République Argentine*, donde relata su estadía en Tucumán durante seis meses (entre mediados de 1859 y enero de 1860), y luego la travesía por La Rioja hacia Chile. Las imágenes son el resultado de investigaciones geológicas, geográficas, botánicas y biológicas realizadas por el naturalista. Su importancia reside en la descripción fisionómica que poseen las litografías como análisis exhaustivo de las riquezas naturales de la región, proponiendo una nueva mirada del paisaje, siendo el primer artista que describió de forma gráfica observaciones científicas en la provincia de La Rioja.

*El monte Estanzuelo y el alojamiento del Río de Loro y Meseta de la Cordillera y Cerro Bonete* son las dos únicas imágenes que representan a la provincia de La Rioja –junto a la de Otto Grashof–. Fueron descritas por Hermann Burmeister (1881, placas III y IV) y contadas en detalle en *Description Physique de la République Argentine*. Boceta *in situ* los días 12 y 13 de marzo de 1860, luego de una larga travesía por el país para salir por Piedras Negras hacia Chile, llegando al istmo de Panamá, luego a Inglaterra y regresar nuevamente a Alemania. La cordillera representa para él el estudio de las características del terreno. No hay lugar para la subjetividad; al contrario, se trata de un trabajo meticuloso y detallado, tanto en los escritos como en las obras. En todas ellas agrega figuras para demostrar la inmensidad.

*El monte Estanzuelo y el alojamiento del Río de Loro* fue realizada el 12 de marzo. El río es uno de los brazos del Jagüe –como lo explica– y está representado en el margen derecho. La vegetación que domina está al mismo nivel y forma un valle que lleva el mismo nombre. La nitidez de la vista está dada por la limpieza de la atmósfera reflejada claramente en los segundos y terceros planos. Estos se distinguen por las diferentes tonalidades que aplica el artista, utilizando claridad compositiva hasta en los últimos registros. El verde del follaje delantero contrasta con los tonos tierras y rojizos, llegando a formar una obra armónica y bien construida. Todas las siluetas son redondeadas y el camino por la quebrada –con las figuras de caballos y jinetes– conduce a la montaña de arenisca roja, única en su tipo, que se diferencia de las demás, y en donde en la imagen siguiente descansan los dos personajes.





Fonte: Hermann Burmeister, *El Estanzuelo y el alojamiento del Río de Loro, La Rioja*, 1860. En Burmeister (1881, Placa II, fig. 4). (Foto: Silvina Aráoz).

Si bien esta obra no podríamos colocarla dentro de las tendencias de siglo, la pureza de los distintos matices permite reconocer el espacio, descubriendo como el color cambia hacia una gama más rojiza en la elevación del fondo, como transformaciones que se producirán en el paisaje a medida que avanzan.

El 13 de marzo de 1860 dibujó la *Meseta de la Cordillera y Cerro Bonete*, después de la Quebrada de la Troya, que más tarde pasaría a litografía. Como dijimos, Burmeister realizó este viaje con una mirada científica; sus estudios abarcaban las ciencias naturales, geografía y topografía<sup>524</sup>, a pesar de lo cual, las ilustraciones que realiza, logran atraer la atención de espectadores interesados por lo exótico y los paisajes de lugares remotos. Su talento y capacidad técnica le permitió crear expresiones estéticas que, a la vez que cumplían con los requisitos que la ciencia demanda, provocan una extraña sensación de placer a través de los tonos dados por la distancia y desolación que transmiten los paisajes (Burmeister, 1876, p. 191).

A la izquierda, dos figuras masculinas conversan plácidamente: uno joven, con las piernas cruzadas, muy cómodamente sentado sobre la roca, y su compañero apoyado dando la espalda al paisaje. Seguramente sean el artista y su ayudante Göring. Mientras, en el centro pinta un animal muerto, por falta de agua y vegetación, para mostrar lo inhóspito de la geografía y las temperaturas extremas. Esta desolación hace pensar que solo el estudio de las rocas justifica el viaje por estas altitudes; sintiendo a través de las poses de los personajes una despreocupación, ni siquiera demostrada por la fatiga que el lugar y la altura produce. Esta exploración del espacio recóndito trae un minucioso registro de rocas y suelos que lo lleva a pintar con un valor plástico en ambas obras, predominando algunas gamas, contrastado con un gran cielo de tonalidades en claroscuro.

<sup>524</sup> Burmeister llevaba los mapas de Martín de Moussy (1860), corrigiendo los errores de este en los suyos que realizó con Peterman (Petermann & Burmeister, 1875). Burmeister (1876, pp. 183, 213).



Fonte: Hermann Burmeister, *Meseta de la Cordillera y Cerro Bonete, La Rioja*, 1860. En Burmeister (1881, placa II, fig. 3). (Foto: Silvina Aráoz).

### **Teófilo Novis: dos tipos de dificultades durante el viaje**

Teófilo Novis es un dibujante alsaciano que produjo unas imágenes en 1886 durante la expedición dirigida por Émile-Arthur Thouar en el viaje desde Buenos Aires a Sucre. Las imágenes están contenidas en la revista de viajes *Le Tour du Monde*, en el artículo de Thouar publicado en el primer semestre de 1889. Del artista quiero destacar su capacidad para transmitir los efectos deseados a través de un notable dominio del dibujo. Sus obras son, además, importantes documentos para acercarse no solo al paisaje, si no para conocer el viaje de los exploradores.

*Au Triple galop sur les pentes [Triple galope en las laderas]* es una clara muestra de cómo es posible representar la naturaleza agreste a la vez que la lucha del hombre por dominarla. Es un paisaje cercano a Cobos, en el departamento de Güemes, provincia de Salta, villa que en esos momentos estaba en la bifurcación de los caminos a Salta capital y San Salvador de Jujuy. El viaje es escabroso, utilizando carruajes tirados por varias filas de caballos que permitían avanzar con gran potencia. Éstos a lo largo del país siempre se los describieron hostiles, pero en esta zona, que el viajero no podía sortear, aumenta el peligro por el desnivel de las rutas. A esto se suma la velocidad con que manejan los conductores y la habilidad de los postillones, lo que nos sumerge en el submundo de los baqueanos que consiguen dominarlos. El artista muestra la gran precisión y tensión con que estos los guiaban transportando el peso que se duplicaba en las subidas, y tomaba velocidad en las bajadas, como una cualidad extraordinaria del manejo de la situación. Al paisaje lo pintan agreste y hostil, grandes rocas a los costados y cactus en medio de una selva que se convierte en pared, perteneciente a la ladera. Las diagonales que forma la carretera, patas y cabezas de los animales transmiten con eficacia la gran velocidad con que bajaban las cuestas.

Sin adentrarnos en corrientes artísticas que buscan el movimiento en sus obras Novis, consigue esta sensación con diagonales, y efectos brumosos que representan el viaje.



Fonte: Teófilo Novis, *Au triple galop sur les pentes*, 1886. En Thouar (1889, p. 173).

En la imagen *Dans la Quebrada de Humahuaca* [*En la Quebrada de Humahuaca*] Novis señala una realidad contraria a la de la obra anterior: aquí se respira calma, un paisaje sereno por el que transitan viajeros sobre mulas en un amplio valle sin más vestigios de la vida humana que una pequeña casa cercada por pircas, antes de llegar al pueblo de Humahuaca, “uno de los más importantes de la región” (Thouar, 1889, p. 177). Es una vía comercial que une el norte de Argentina con el sur y centro de Bolivia. La representación del espacio desolado se contrapone con el “tráfico comercial” al que se refiere Thouar en el artículo. No es un simple paisaje, es mucho más que eso, una vía productiva, pero no es lo esperado. Cuando se refieren a rutas comerciales, se espera unas sendas marcadas y postas, pero Novis no representa estas características, simplemente dibuja cómo se va conformando el viaje; ni siquiera la vivienda cumple esa función, ya que si fuera así los viajeros marcharían en esa dirección. El artista representa a los animales alejándose y los personajes de espalda, recurso utilizado por el expedicionario para dar un clima de lejanía y misterio que se relaciona con lo desconocido y, por ende, con lo exótico.

Podemos observar en estas dos obras dos características diferentes en la forma de viajar: una enérgica y nerviosa y la otra tranquila. El contraste entre ambas genera esos espacios de incertidumbre propios del viaje.



Fonte: Teófilo Novis, *Dans la Quebrada de Humahuaca*, 1886. En Thouar (1889, p. 177).

### **Methfessel: el pintor de paisajes por excelencia**

Este corpus de imágenes tomadas de originales producidas por Adolph Methfessel entre 1870 y 1890 como resultado de expediciones, visitas y estadías en el interior de las provincias de Tucumán, tiene importancia tanto a nivel documental como también científico. El grado de realismo con el que Methfessel pintó las vistas demuestra, un conocimiento especializado con un gran nivel artístico, que se materializa en el dominio de la representación a partir de masas de color. Por lo tanto, son fundamentales para analizar desde la perspectiva estética del viajero y el significado fisionómico que poseen, ya que en ellas pinta restos geológicos y el conocimiento de las plantas, dedicados no solo al estudio, sino también como estética del paisaje romántico.

El valor de sus obras no reside solo en su conocimiento, sino también en la sensibilidad que les da al dejar de lado los elementos irrelevantes para subrayar lo importante. Es aquí donde se une la ciencia con el arte –propagado por las ideas de Humboldt– de tomar una visión completa del paisaje de forma objetiva, reuniendo en las expediciones resultados investigativos a través de la técnica y el lenguaje visual representando la vegetación; dando un toque personal, que una fotografía no podría sustituir<sup>525</sup>. En cambio, al poner la mirada en el objeto deseado, trabaja cada detalle con las sombras y matices, de tal manera que consigue darle al boceto un carácter plástico. Esa sensibilidad es el producto de un pensamiento reflexivo. Además, este tipo de trabajo ayuda a definir con mayor claridad las temporadas, con los colores de las estaciones, a diferencia de la fotografía que al ser en blanco y negro no permite ver detalles,

<sup>525</sup> En las expediciones que realiza el Museo de La Plata en Catamarca, también toma fotos *in situ*, pero estas no revelan la particularidad del terreno en toda su dimensión, pues la falta de color va en desmedro de la investigación, dando una información parcial.

como sucede con los herbarios, que al secarse pierden el color, tomando estas obras como documentos precisos a tener en cuenta por los naturalistas.

La vida de Methfessel es romántica y las obras de la zona también poseen ese carácter. Elige vistas sublimes en los que predomina la sensación de inmensidad, los horizontes montañosos y la soledad abrumadora (Peñalver, 1984). El viajero estudió en su juventud en academias alemanas que mantenían ciertos formatos en la educación: un muy buen dibujo, una buena línea y el aprendizaje del color eran la base primordial para ser buenos artífices (Gombrich, 2004, p. 69), junto con las ideas imperantes de época sobre la teoría del explorador y geógrafo Alexander von Humboldt. No pudimos registrar si Methfessel tuvo algún contacto con los discípulos del naturalista, pero sus obras dejan traslucir estudios con metas explícitas de escuelas modernas. Logra reunir en sus expediciones ambos resultados a través de la técnica y el lenguaje, siendo en este punto donde se une el pintor con la ciencia para interpretar la topografía, con cierto toque romántico. Su formación le permitía aplicar un orden sistemático a sus representaciones de la naturaleza. Quizás, al igual que Humboldt, “su meta era un realismo artístico al servicio de la geografía” (Löschner, 1978, p. 12). Este modelo continuó hasta fines de siglo XIX y la relación del paisaje con el aspecto creativo fisionómico tuvo gran influencia en las ilustraciones de diarios de viaje metodológicos y luego en revistas de carácter científico y popular que compartían las experiencias de viajeros alrededor del mundo.

Methfessel aplica estos conceptos en su obra del actual Noroeste, más específicamente en las representaciones de la zona de alturas irregulares, adoptando una tendencia de gradaciones medidas en las escalas de valores, sobriedad en la composición, una propuesta objetiva y una temática de “noble simplicidad y la tranquila grandeza” (Hauser, 1983, p. 312). Son espacios desolados, con potentes masas atiborradas de plantas, con líneas quebradas o con cumbres nevadas, de pesadas rocas que cubren el conjunto hasta formar vistas panorámicas. Sus horizontes siempre están presididos por los cordones andinos, que trabaja por medio de distintas tonalidades pasando a ser más brumosa a medida que se aleja. Los primeros planos resaltan por su claridad y nitidez; cada plano se caracteriza por estar trabajada diferente; las de adelante tienen abundante vegetación o permite ver los distintos tipos de rocas o sedimentos con mucha definición. En los terceros y cuartos, esta nitidez se va perdiendo hasta llegar al cielo.

El óleo *Los Nevados del Aconquija*, perteneciente a una colección particular, que a pesar de su pequeño tamaño (27 x 36 cm) se impone como monumental, el pintor se funde con la naturaleza y transmite una sensación de serenidad y equilibrio. Las diferentes alturas de los

cerros están marcadas con tonalidades que van desde lo más oscuro a lo más claro, no solo para mostrar las cumbres cubiertas de nieve, sino para visibilizar la geografía agreste. Adelante, un cactus y árboles frondosos remarcen el paisaje montañoso, pero a la vez incorpora la selva subtropical de la zona. A lo lejos fundido con el cielo, los nevados que remarcen las superficies marrones contrastando con el verde de los primeros planos.



Fonte: Adolph Methfessel, *Los Nevados del Aconquija*, óleo, 27 x 36 cm. Colección particular.(Imagen tomada del sitio web de Arcadja<sup>526</sup>).

Indiscutiblemente, la selva tucumana cautivó al artista, porque sus cuadros producen estremecimiento. El óleo *Los Chorros de Escaba en Tucumán*, de 1872 (vendido en Christie's New York el 29 de mayo de 2013) muestra una contraposición entre el agua que cae en el centro de la escena y los cerros que sobresalen entre las frondosas arboledas y se funden con las nubes. A la derecha, un árbol inclinado resume la idea de la flora salvaje y el tamaño que alcanza la vegetación existente. A los costados, En la parte media, cae una cascada, mientras que a los costados los cerros más pelados marcan la profundidad de la vista. Esta caída en abismo insondable logra representar ese enjambre de plantas, roca y agua sin impedimentos. El cielo se une a los cerros mostrando distintos tipos de nubes. Lo pavoroso ante lo audaz y desconocido se presenta con calma y con un excelente dibujo. La vista está tomada a cierta altura para captar mejor la masa de vegetación y dar una idea global. De considerable calidad artística cuyos elementos se contraponen en la textura de las rocas, bosques y agua de las altas montañas. Posee plantas con contrastes de colores y de luz que forman siluetas rugosas, desbordantes de entrantes y salientes.

<sup>526</sup> [http://www.arcadja.com/auctions/es/methfessel\\_adolf/artista/88881/](http://www.arcadja.com/auctions/es/methfessel_adolf/artista/88881/)



Fonte: Adolph Methfessel, *Los Chorros de Escaba en Tucumán*. ca.1872, óleo sobre madera, 29 x 39,4 cm. (Imagen tomada del sitio web de Arcadja<sup>527</sup>)

## Conclusión

Todas estas imágenes de la región del actual Noroeste argentino, cumplen la función de nexos entre la frontera y el espacio propio de la región. Rico en paisajes, y en climas oníricos entre perturbadores y pacíficos, pero con características diferentes. El viaje no se presenta como extenuante, el viajero no demuestra las dificultades, no transmite angustia o muestra las inclemencias de los obstáculos que puede encontrar en cada paso. Las imágenes están para mostrar y ser deseadas, y no introduce el sufrimiento como categoría estética.

Aparece la cordillera, la precordillera y la selva subtropical, motivos geográficos dentro del paisaje, sobre todo de las provincias del oeste. Se descubre que la naturaleza es rica en diversidad de geografías y relieves sobre todo de la mano de los artistas científicos. Comienza a ser ilustrada la selva subtropical, penetra entre la maleza y consigue pintar los diferentes tipos de vegetación con sus distintos tonos. A este paisaje también se incorporará el agua de ríos, arroyos, lagos y cascadas, elemento natural en zonas húmedas.

Otro tema nuevo es la representación del propio viajero en el momento del viaje, ubicándose en casi todos los casos en lugares agrestes, en las cumbres de la cordillera, en plena selva, surcando los obstáculos que la naturaleza le impone. Esto le da un aire de conquistador a través de la mirada, que le permitió llegar hasta zonas inhóspitas, poco recorridas y no documentadas. Generalmente se representa de pequeño tamaño, dando cuenta de cuán imponente es la naturaleza en la que está sumergido, elevándolo a una categoría de explorador y descubridor de espacios.

<sup>527</sup> [http://www.arcadja.com/auctions/es/methfessel\\_adolf/artista/88881/](http://www.arcadja.com/auctions/es/methfessel_adolf/artista/88881/)

También en este período surgen las imágenes en diferentes formatos: en revistas geográfico-etnográficas, de viajeros, álbumes científicos y artísticos. El pintor Otto Grashof publica en una revista unas imágenes de carácter etnográfico y geográfico, que documentan los tipos humanos y la fisionomía particular de la zona, con montañas y cordilleras. Representa los distintos cordones montañosos, vistos tanto desde lejos como desde ellos. Aunque este artículo lo publica diez años después de su viaje, cumple con los requisitos de la editorial. Burmeister edita en Berlín (cuando era Director del Museo Público de Buenos Aires y miembro de la Academia de Ciencias de Berlín, San Petersburgo, Turín, Washington, etc.) un álbum litográfico de la descripción física del país. Constituye un verdadero documento tanto de ciudades como del paisaje argentino. Este tipo de publicación se relaciona directamente con la clase de instituciones a las que pertenecía el naturalista. No son solo imágenes de excelente calidad técnica sino también con un alto grado de veracidad para poder ser analizadas y estudiadas con fines científicos. Dichas imágenes fueron creadas por especialistas como el mismo Burmeister, Göring y Methfessel. Hasta hoy estas imágenes son revisadas y analizadas por importantes estudiosos de diversas disciplinas.

Las obras que hemos analizado de Methfessel, a pesar de que muchas pertenecen o fueron presentadas en instituciones como el Museo de Ciencias Naturales de La Plata, no tienen un canon establecido; el pintor, con su conocimiento y sensibilidad, supo crear obras de nivel científico y estético de gran calidad, demostrando su habilidad de transmitir las cualidades propias de cada zona.

También se publicaron imágenes del actual Noroeste en revistas francesas de viajes, en las que participaron expedicionarios como Thouar y Novis. Estas buscaban en las imágenes una excelencia en el proceso del grabado que permitía ganar en precisión y definición para que el público pueda disfrutarlo. Seguramente estos procedimientos producían un mayor interés en la recepción del público.

Del análisis de las obras podemos concluir que los tres considerados artistas científicos - Otto Grashof, Hermann Burmeister, y Adolph Methfessel-, unieron el arte con las ideas pragmáticas de Alexander von Humboldt, realizando composiciones con un trabajo técnico impecable, con áreas bien definidas en los diferentes planos y rasgos románticos que transmiten un aire menos frío y más emotivo. Los restantes artistas, William Lloyd y Teófilo Novis manejaron con habilidad y buen tino el paisaje. Las imágenes de todos ellos son importantes fuentes de estudio para distintas disciplinas, tanto artísticas como científicas, por su valor documental y estético.



Es destacable cómo estas publicaciones o las obras privadas permiten que las imágenes reflejen lo que el artista quiere divulgar; un paisaje en consonancia con su propio espíritu, o sus ideas sobre lo que quieren representar, o ambas.

### Referências

GLOBUS. *Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde*. Hildburghausen, Brunswick (Alemania): Berlag des Bibliographifdhen Inffituts.

GRASHOF, O. "Grashof's reife von Buenos Aires durch die argentinischen Pampas und über die Cordillere nach Copiapo in Chile". *Globus. Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde*. Hildburghausen, Brunswick (Alemania), 1864.

LE TOUR DU MONDE. París: Imprimerie Lahure.

THOUAR, A. "Voyage dans le Delta du Pilcomayo". *Le Tour du Monde*. París: Librairie Hachette et Cie. (Segundo semestre de 1887) 1887.

THOUAR, A. "De Buenos Aires a Sucre". *Le Tour du Monde*. París: Imprimerie Lahure. (Primer semestre de 1889), 1889<sup>a</sup>.

### Libros

BURMEISTER, H. *Reise durch die La Plata. Staaten, mit besonderer Rücksicht auf die physische Beschaffenheit und den Culturzustand der Argentinischen Republik. Ausgeführt in den Jahren 1857, 1858, 1859 und 1860* (2 vols.). Halle, 1861.

BURMEISTER, H. *Description physique de la République Argentine: d'après des observations personnelles et étrangères* (É. Daireaux y E. Maupas, trads.). París : F. Savy, 1876-1886.

BURMEISTER, G. C. *Vues Pittoresques de la République Argentine. La Description Physique de la République Argentine*. Buenos Aires: Imprenta Coni – París: F. Savy, 1881.

HUMBOLDT, A. von. *Viage a Las Regiones Equinociales Del Nuevo Continente hecho en 1799 hasta 1804*. París: De Rosa, 1826.

HUMBOLDT, A. von (s. f.). *Cosmos o Ensayo de una descripción física del mundo* (Tomo II). Madrid: Imp. De Gaspar y Roig [1.<sup>a</sup> ed. en alemán 1845].

MOUSSY, M. de. *Description Géographique et Statistique de la Confédération Argentine* (Tomo II). París: Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et Cte Imprimeur de L'institut, 1860.

THOUAR, A. *Eplorations dans L'amérique du Sud*. París: Librairie Hachette et Cie, 1889b.

THOUAR, A. *Explorations dans L'Amérique Du Sud*. París: Librairie Hachette et Cie, 1891.

### Bibliografía

BURMEISTER, G. *Descripción de Tucumán*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1916.

BURMEISTER, H. *Viaje por los Estados Del Plata con referencia especial a la constitución física y al estado de cultura de la República Argentina. Realizado en los años 1857, 1858, 1859 y 1860* (Tomos I y II). Buenos Aires: Imprenta Mercur, 1944.

LÖSCHNER, R. *Otto Grashof. Die Reisen des Malers in Argentinien, Uruguay, Chile und Brasilien. 1852-1857.* Berlín: Gebr. Mann Verlag, 1987.

Referencias electrónicas

Disponible en [http://www.arcadja.com/auctions/es/methfessel\\_adolf/artista/88881/](http://www.arcadja.com/auctions/es/methfessel_adolf/artista/88881/)  
Consultado el 23 de julio de 2016.

## ERNESTO GEISEL E A (*INCONVENIENTE*) QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS (1974-1979)

Sulena Cerbaro, Doutoranda em História na Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF)

**Resumo:** O objetivo desse artigo é apresentar, a partir das relações entre Brasil e Estados Unidos, o debate em torno dos direitos humanos. O foco é analisar o período que corresponde à atuação do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) com as novas diretrizes da política externa norte-americana, impostas com a chegada ao poder de Jimmy Carter (1977-1981). A partir da revisão bibliográfica e utilizando como fonte o depoimento do então presidente que ficou conhecido como sendo o responsável pela “abertura política” brasileira, busca-se inserir esse debate no cenário internacional, levando em consideração esse novo fenômeno histórico e a atuação de organizações em prol dos direitos humanos. Também é necessário realizar uma leitura a partir do cenário interno, com a atuação do governo brasileiro e as novas configurações impulsionadas pelos movimentos de denúncias de torturas e desaparecimento político. Nesse contexto, analisa-se a visão de Geisel sobre os direitos humanos, para compreender as distintas motivações e interesses que estavam por trás desse debate, e, os seus efeitos que acabaram moldando as relações entre Brasil e Estados Unidos.

**Palavras-Chaves:** Ernesto Geisel; Direitos Humanos; Estados Unidos.

Quando Kissinger diz, como fez há pouco, que o Brasil tem um tipo de governo compatível com o nosso, bem, aí está o tipo de coisa que nós queremos mudar. O Brasil não tem um governo democrático. É uma ditadura militar. Em muitos aspectos é altamente repressiva para os presos políticos. Nosso governo deve corresponder ao caráter e aos princípios morais do povo americano e nossa política externa não pode contorná-los em troca de vantagens temporárias (GASPARI, 2004, p. 369).

Esse discurso, pronunciado em 1976, pelo futuro presidente dos Estados Unidos, Jymmi Carter.<sup>528</sup> Carter representava uma nova configuração de política externa americana. Em seu depoimento, fica evidente, que trouxe para o debate político o tema dos direitos humanos, além disso, mostra as tesões vividas entre os Estados Unidos e o Brasil que vão se acirrar nos anos de sua administração.

No século XX a América Latina foi marcada por uma conjuntura política na qual predominava ditaduras de segurança nacional.<sup>529</sup> Circunscritos na órbita da Guerra Fria, esses regimes, de extrema violência, buscavam se legitimar no combate a ameaça iminente do comunismo. É nesse cenário que comumente recai sob os Estados Unidos a responsabilidade sobre as ditaduras que assolaram o Cone Sul. De modo geral, é de conhecimento que o governo norte-americano, não só apoiou o golpe em 1964, mas também os militares nos anos

<sup>528</sup> O discurso foi publicado na revista Playboy em novembro de 1976, no entanto, de acordo com Élio Gaspari, essa entrevista teria sido dada ainda em setembro, antes mesmo das eleições presidenciais que ocorreram no dia 02 de novembro de 1976.

<sup>529</sup> Havia ditaduras no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru e Equador.

subsequentes, com apoio político e/ou econômico. No entanto, não se pode atribuir aos amigos do norte toda a responsabilidade sobre os acontecimentos, correndo o risco de eximir os protagonistas internos nos 21 anos da ditadura civil-militar (ROLLEMBERG, 2011, p. 24). É nesse sentido, como bem esclarece Mariana Joffily, que:

[...] mensurar de maneira precisa o papel dos EUA na deflagração e sustentação das ditaduras militares no Cone Sul implica evitar enxergar os atores internos como meros peões em um xadrez internacional. Ao mesmo tempo, reconhecer que as relações entre os EUA e as ditaduras militares não foram uniformemente estreitas no tempo e que houve fissuras e desacordos não invalida o fato de que o investimento nessas ditaduras foi considerável e provavelmente decisivo para seu sucesso e sua duração (JOFFILY, 2018, p. 67).

O objetivo desse artigo é investigar, a partir das relações entre Brasil e Estados Unidos, o debate em torno dos direitos humanos. O foco é analisar o período corresponde à atuação do governo militar, e principalmente do então empossado Ernesto Geisel e as diretrizes da política externa norte-americana com a chegada ao poder de Jimmy Carter. A partir da revisão bibliográfica, busca-se inserir esse debate num cenário mais geral, levando em considerações esse novo fenômeno histórico em defesa dos direitos humanos, a atuação dos sujeitos envolvidos, as distintas motivações e interesses que estavam por trás e as diferentes leituras que se construiu em cima desse discurso. Busca-se elucidar as reconfigurações desse panorama internacional o aguçamento das tensões entre ambos os países para também perceber como esse cenário atingiu a esfera interna.

Jimmy Carter se tornou presidente dos Estados Unidos em 1977 e com ele levantou a bandeira em torno dos direitos humanos, que foi progressivamente incorporado na política externa norte-americana. As circunstâncias históricas que possibilitaram que o debate em torno dos direitos humanos entrasse na agenda política, pode ser explicado, em partes, pelas críticas enfrentadas durante a guerra do Vietnã, a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e o caso *Watergate*. Mas também pelo papel desempenhado tanto pela Anistia Internacional quanto pelo *Human Rights Watch*, além da própria mobilização dos exilados das ditaduras da América Latina (JOFFILY, 2018, p. 60).

Apesar do debate em torno dos direitos humanos já estarem presente nesse momento, é através da administração de Jimmy Carter que ele adquire projeção internacional. Marcado em uma nova fase da Guerra Fria em que se observa um esforço para o entendimento diplomático entre as potências capitalista e socialista a campanha dos direitos humanos foi utilizada como um pretexto, que tinha por trás o alvo de endurecer o posicionamento com a União Soviética.

Essas mudanças podem ser lidas através de dois viés: primeiro: após a derrota na Guerra do Vietnã, esse episódio que significou o declínio do poder militar e econômico dos Estados Unidos em decorrência disso queriam manter uma forte influência no oriente e recuperar o prestígio internacional (ALVES, 2018, p. 129).

Em segundo lugar, essas mudanças ocorreram sobretudo pela “inflexibilidade da URSS ante as propostas de seu governo sobre o tema de armas nucleares, sua intervenção no chifre africano e, logo, invasão do Afeganistão por sua parte” (OLIVEIRA, 2017, p. 23). Essa política também tinha a intensão de desestabilizar a administração do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), já que dentro da sociedade havia dissidentes que reclamavam por democracia. No entanto, essa campanha não poderia ficar calcada somente no conflito com a URSS, como bem esclarece Williams da Silva Gonçalves e Shiguenoli Miyamoto, que “além da própria sociedade norte-americana, a campanha deveria refletir-se sobre todos os governos autoritários, de esquerda e de direita, indistintamente” (GONÇALVES; MYAMOTO, 1993, p. 234). Incluindo assim a América Latina.

No âmbito interno, antes mesmo do “efeito Carter”, o debate em torno da defesa dos direitos humanos no Brasil já vinha ganhando espaço dentro da sociedade. Isso pode ser visto através dos novos atores que estão emergindo: a Comissão de Justiça e Paz, criada ainda em 1967, surgida através de uma vertente do II Concílio do Vaticano; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que na década de 70 defendia os presos políticos e buscava denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Estado; em 1975 com o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) liderado por Teresinha Zerbini. E, apesar do Comitê Brasileiro pela Anistia ter sido fundado somente em 1978, o debate em torno do movimento pela anistia o retorno da democracia e a defesa dos direitos humanos, já se fazia presente nos anos anteriores por meio da “oposição consentida” como ficou popularmente conhecido o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O tema dos direitos humanos, da tortura e principalmente o que tange a prática do desaparecimento político estavam presente nas bases mais progressistas da Igreja Católica, na qual também eram vítimas da perseguição e da violência dos Órgãos de Segurança Nacional. Os principais protagonistas, que atuaram na denúncia do Terrorismo de Estado foram: Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e do Dom Paul o Evaristo Arns. As tensões entre a Igreja e o Estado, que já não eram boas, se acirraram em 1973 com a morte do estudante Vanucchi Leme.

A chegada de um novo tempo já eram anunciadas, como apresentado anteriormente, já era possível ver uma mudança de mentalidade e perspectiva presente no cenário internacional e simultaneamente no seio da sociedade brasileira. Os indícios de um novo tempo, em defesa dos direitos humanos davam sinais com a atuação do cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo. Entre os anos de 1973 a 1976, Frederic Chapin, enviara relatórios para Washington informando sobre as torturas e violações de direitos humanos que ocorriam no Brasil. Chapin fazia parte dessa nova ordem “na qual se acabara a simpatia que a elite democrata americana tivera pela ditadura brasileira” (GASPARI, 2004, p. 374).

A questão dos direitos humanos no Brasil e a relação com a política externa, não foram inauguradas nesse momento, mas tem origens históricas logo após a Declaração Universal de Direitos Humanos. De acordo com Amado Luiz Cervo, esse debate teve desdobramentos tantos de ordem interna quanto externa, e pode ser visto através de três fases distintas:

Ao ensejo e logo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, foi assertiva na promoção desses direitos, adquirindo experiência no plano regional (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e global (Comissão de Direitos Humanos da ONU); a partir dos anos 1960, em nome do constitucionalismo, mas em razão do regime autoritário, abandonou tal esforço, tomando posições defensivas e isolacionistas nos foros multilaterais; com o fim do ciclo autoritário, remediou-se e recuperou, desde 1985, aquela ação assertiva original (CERVO;BUENO, 2015, p. 499).

É a partir dos anos 1970 que a questão dos direitos humanos, como um movimento social, emerge de distintas formas no mundo. Mas é somente a partir dos anos 1990 que esse debate adquire proporções transnacional. Assim, mesmo que o debate em torno dos direitos humanos estejam presente, até meados dos anos 1970, essa questão não era assunto da ordem externa, mas sim estavam relegados ao âmbito interno dos países. É nessa conjuntura que os militares tinham que lidar com esse problema que vinham de duas direções distintas e se complementavam. Uma pela conjuntura interna e as críticas em relação aos “excessos” que eram cometidos nos “porões da ditadura”. Outra, imposta pela dinâmica externa, com a animosidade dos EUA com as ditaduras no Cone Sul e somadas com as diversas denúncias de violação de direitos humanos que eram entregues para a ONU<sup>530</sup>.

<sup>530</sup>“Durante a ditadura militar, o Brasil teve de lidar com inúmeras denúncias enviadas ao sistema ONU, por distintas instituições, como a Federación de Obreros y Campesinos Cristianos, da Costa Rica, e a Unión Nacional de Mujeres Mexicanas. Em 1971, a Alianza de Mujeres Costarricenses solicitou à CDH que investigasse a situação de cerca de 2 mil mulheres submetidas a tratamentos cruéis em prisões brasileiras. Em setembro de 1972, foi a vez da Women’s International Democratic Federation encaminhar comunicação com informações sobre a perseguição e o assassinato de cerca de 350 mulheres pelo aparato repressivo. No mês seguinte, a seção norte-americana da Anistia Internacional encaminhou ao secretário-geral da ONU seu estudo sobre tortura contra presos políticos no Brasil. Intitulado Report on Allegations of Torture in Brazil, o relatório de quase cem páginas e com dois anexos

Nessa fase, sofrendo fortes críticas mundial e alegando que as campanhas eram advindas de conspiração internacional que buscavam difamar o país, preocupava a imagem negativa que os militares passava diante dos centros hegemônicos. Isso levou o Brasil, em 1977, a ocupar o cargo na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

[...] embora tanto na OEA quanto na ONU se sustente a ficção da representação, nos órgãos em apreço, em caráter pessoal, os membros brasileiros, embora mantendo as aparências, atuarão como agentes do governo, zelando por que as alegações e denúncias contra nós sejam rejeitadas, desacreditadas ou tenham seu exame adiado, levantando todas as suspeições cabíveis sobre sua credibilidade (CNV, 2014, p. 202-203).

Motivados pela imagem que o país passada ao exterior, claramente os objetivos que levaram há ingressar na CDH, passavam longe na promoção e garantia dos direitos humanos, entretanto foi um mecanismo utilizado para descreditar as campanhas que “difamavam” o país além disso, uma forma de ocupar um espaço mais ativo na agenda internacional.

A questão dos direitos humanos atingiu de diferentes formas e distintas proporções a diplomacia brasileira. Em 1970 o embaixador das Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barboza, recebeu uma solicitação para autorizar os membros do CIDH, Durward V. Sandifer e Luis Reque, para que pudessem comparecer ao Brasil para averiguar as questões das violação de direitos humanos. Na ocasião, Mário Gibson Barboza afirmava que a atitude não era necessária:

Pois não se esgotaram outros meios de apuração dos fatos, pois não existe no Brasil caso algum de violação de direitos humanos que, por sua natureza indiscutível e pela urgência de solução, até mesmo por motivos humanitários, exigisse aquela intervenção excepcional da comissão (CNV, 2014, p. 204).

Em Genebra, em uma sessão da CDH, Luiz Henrique Pereira da Fonseca teve que se justificar sobre a demora do Brasil em se explicar em relação as denúncias de violação de direitos humanos. Na ocasião o diplomata brasileiro justificou que devido a extensão do país e os tramites burocráticos as autoridades brasileiras ainda estavam averiguando a situação. José Augusto Lindgren Alves, também diplomata, informou a CDH em 1975 que o Brasil vinha fazendo progressos não só na área econômica e social, mas também “pra prevenir e punir violações de direitos humanos” e que não eram necessárias quaisquer ação contra o país (CNV,

baseava-se em cartas de presos políticos submetidos à tortura, em testemunhos de advogados, jornalistas e religiosos e em notícias publicadas pela imprensa, nacional e internacional. Além dos nomes das vítimas, também identificava notórios torturadores e integrantes do Esquadrão da Morte e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC)”. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, p. 200.

2014, p. 203-204). Fica claro que a atuação da diplomacia, aliada a visão dos militares, contribuiu para a construção de um discurso que visava fortalecer a imagem do Brasil no exterior.

É nesse cenário, proporcionado pelo contexto histórico, que Jimmy Carter inseriu a questão dos direitos humanos em pauta na agenda internacional. Até aquele momento as questões de direitos humanos não eram assuntos da ordem externa, mas sim relegados ao âmbito interno, entretanto, na visão do então presidente: “o ponto de vista do governo dos Estados Unidos é de que a preocupação pelos direitos humanos transcende as fronteiras nacionais” (GASPARI, 2004, p. 384.). As mudanças de rumo da política americana ao buscar se desvincular daquela imagem que apoiava ditaduras, insere-se na lógica que: “uma América do Norte associada a ditadores amigos e torturas, desejável para os generais brasileiros, tornara-se uma obsolescência em Washington” (GASPARI, 2004, p.387). Nesse panorama, busca-se analisar a visão de Geisel sobre os direitos humanos e os seus efeitos que acabaram moldando as relações entre Brasil e Estados Unidos.

Em 1977 Rosalynn Carter chegou ao Brasil em um encontro oficial para debater o tema dos direitos humanos juntamente com Geisel. O diálogo entre os dois foi repleto de tensões, que mostraram tanto a animosidade entre os dois países quanto as visões de mundo e interesses predominantes naquele momento. Na reunião, Rosalynn ressalta o compromisso com as causas dos direitos: “a política exterior americana deve representar o que há de melhor nos Estados Unidos e [...], por isso mesmo, não seria possível aceitar, fora de suas fronteiras, o que tampouco aprovava internamente”. Geisel contrapõe afirmando que “o Brasil seria talvez realmente um exemplo para o mundo, com sua sociedade multirracial convivendo em harmonia” (GASPARI, 2004, p. 389). No primeiro momento, percebe-se que seu argumento está baseado no mito da democracia racial, em que a sociedade brasileira viveria em harmonia. No segundo momento, percebe-se o intuito de alfinetar o próprio país que a primeira dama representava, e que eles estariam longe de ser um exemplo de compromisso com os direitos humanos, já que existiam problemas internos em decorrência dos conflitos raciais.

Em outra ocasião Geisel recorda que os Estados Unidos e os países europeus deveriam se deter em solucionar os problemas internos e não intervir na política doméstica do Brasil:

Por que não vão cuidar dos seus problemas? Porque a Inglaterra vem querer resolver o problema do Brasil e não vai resolver o seu problema com a Irlanda? Por que o americano não resolve adequadamente o problema dos negros, dos porto-riquenhos e de outros grupos étnicos que vivem nos Estados Unidos? Pra mim, a Anistia Internacional é constituída por um grupo que se formou em torno da tese do pleno respeito aos direitos humanos e acha que um belo campo para atuar é o Brasil ou outros países da América do Sul. Mas lá, onde



está o problema, dentro dos seus próprios países, eles não atuam (GASPARI, 2004, p. 352).

No mesmo encontro, Rosalynn Carter pediu-lhe que Geisel assinasse a Convenção Americana de Direitos Humanos, recusou, pois “o que para ele significava um atentado à soberania brasileira” (GASPARI, 2004, p. 391). As tensões vividas com os Estados Unidos também podem ser lidas como integrantes de uma estratégia de reforçar a autoridade do Estado, já que em outro momento Geisel declara que: “Não dou direito ao estrangeiro de vir aqui ditar regras do que devemos fazer com os nossos problemas” (D`ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 353).

Esse argumento se faz sentido quando se pensa o debate, presente naquele momento, em torno das ideias de uma política não intervencionista que protege a autonomia dos Estados no que se refere aos seus aspectos políticos, econômicos e culturais. Essa ideia pode ser vista na própria atitude paradoxal de Geisel em 1975, que mantinha um governo repressivo e alinhado ao combate ao comunismo, mas foi o primeiro a reconhecer o governo socialista de Angola. Sua atitude fica mais clara quando se entende que foi movida por interesses geopolíticos, contribuindo para “situar o Brasil numa posição de destaque no Terceiro Mundo” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 21). Caracterizada por uma política externa de “autonomia pela distância” a atitude de Geisel também justifica-se por inserir-se na lógica de defesa e soberania interna do país frente ao imperialismo. A concepção de autonomia foi empregada por Geisel como um instrumento para: manter uma posição de independência das potências hegemônicas, fortalecer as diretrizes de autonomia interna e projetar o país no cenário internacional. Portanto, a decisão de apoiar Angola, a priori paradoxal, é perfeitamente lógica no contexto em que se situa.

A relação com a potência ocidental já vinha dando sinais de esgotamento, e mesmo durante a ditadura civil-militar, essa relação não foi omissa de tensões. Entretanto, foi a partir de 1974, com a ascensão de Ernesto Geisel ao poder que inicia-se uma redefinição da relação entre Brasil e Estados Unidos. Na visão de Geisel: “As relações com os Estados Unidos tornaram-se muito desagradáveis. Mas as divergências vinham de antes, por problemas na área comercial e tarifária” (D`ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 352). Nessa perspectiva, Lessa corrobora afirmando que:

Fundamental que se diga que a tendência de “esfriamento” das relações com a potência hegemônica não se inaugura com a administração Geisel. Bem ao contrário, encontra raízes na administração Jânio Quadros, com origens remotas em Vargas, aprofundadas em JK, amadurecendo nas administrações Costa e Silva e Médici, para assumir seu apogeu a partir de 1974 (LESSA, 1998, p. 70-71).

Essas mudanças podem ser explicadas pelas transformações que estavam ocorrendo naquele momento no cenário global, entre elas: o deslocamento do eixo do sistema internacional, que antes baseado no conflito Leste-Oeste, agora se dava no sentido Norte-Sul; na medida que o Brasil se reconhecia como uma “potência emergente” em crescimento. Em decorrência disso, somada a crise do petróleo que coloca em xeque o projeto de desenvolvimento, o país buscava solucionar os problemas energéticos e estabelecer novas relações comerciais se aproximando dos países do Terceiro Mundo, que passaram a ser vistos como mais favoráveis aos interesses brasileiros (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 242-243).

A cúpula dos militares que assumiu o poder, longe de ser um grupo homogêneo, cada governo tinha um plano econômico com contornos específicos em torno de um modelo de desenvolvimento a ser implementado. No entanto, é inegável que ambos compartilhavam uma visão que tinham o objetivo de “fazer do Brasil uma grande potência mundial” e projetar o país no cenário internacional. Amado Luiz Cervo caracteriza esse período, que inicia ainda em 1930 e vai até 1989, como “paradigma do Estado desenvolvimentista” (CERVO, 2003, p. 14). A atuação dependia, tanto de fatores internos quanto externos, mudando as estratégias de acordo com o campo de possibilidade, nesse sentido: “lidava-se, portanto, com um conceito de interesse nacional múltiplo, cabendo à diplomacia, nas relações exteriores, equacionar a soma de interesses segmentados, cujas exigências por vezes colidiam, tendo em mente o destino da nação” (VIZENTINI, 1998, p. 197).

Vizentini afirma que Geisel “não partiu da estaca zero, nem tampouco constituiu uma ruptura profunda com os governos anteriores. Mas a política exterior de Geisel representou a forma mais desenvolvida do paradigma da diplomacia do regime militar” (VIZENTINI, 1998, p. 197). Assim é por meio do “Pragmatismo Responsável” que marca a retomada dos princípios da Política Externa Independente “buscando adaptá-los ao desígnio geopolítico de um “Brasil-Potência” em contextos internacional e doméstico deveras distintos” (ALVES, 2018, p. 123).

Dentro dessas percepções, circunscrita em uma política externa autônoma e heterodoxa (LESSA, 1998, p. 72) e enfrentando as dificuldades impostas pela crise econômica e buscando alternativas para solucionar os problemas energéticos do país, compreende a atitude de Geisel que não hesitou: “quando a Casa Branca recusou-se a colaborar com o projeto nuclear brasileiro, o presidente não vacilou em assinar um Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental”. É nesse momento que: “a política externa aparece como vetor de um projeto de desenvolvimento que visava autonomia em termos industriais e energéticos” (VIZENTINI, 1998, p. 213)

Para Vizontini os atritos entre a diplomacia brasileira e norte-americana ocorre em dois planos: um econômico e um político.

Na esfera econômica o conflito era o mesmo de sempre: relacionava-se ao esforço brasileiro em aumentar a venda de manufaturados para os Estados Unidos, bem como o desinteresse americano em uma reforma do sistema comercial e financeiro internacional. Não foi, contudo, a economia o principal polo de atrito. Até porque as reivindicações econômicas e as críticas ao desenvolvimento desigual pertenciam muito mais à esfera multilateral que bilateral. Os conflitos estabeleceram-se, principalmente, em torno de suas questões políticas relacionadas: a tecnologia nuclear e os direitos humanos (VIZENTINI, 1998, p. 214).

Na visão de Geisel, se referindo ao Acordo Nuclear assinado em 1975, os direitos humanos era um problema secundário na relação do Brasil com os Estados Unidos, mas eram utilizados como pano de fundo para interpelar outros assuntos. “Eles queriam que eu não cumprisse o Acordo Nuclear com a Alemanha. Havia naturalmente outras questões, e no meio vinham com os problemas dos direitos humanos” (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p.351). Sol Linowitz, embaixador na OEA, propõe o congelamento do Acordo Nuclear, argumentando que o Brasil é um dos países que “violam sistemática e flagrantemente os direitos humanos, onde a tortura se tornou uma prática comum e até mesmo institucionalizada” (GASPARI, 2004, p. 374). Com o argumento dos direitos humanos o governo americano pretendia pressionar o Brasil para se desfazer do acordo. As tensões entre os dois países vão se suceder tendo o seu ápice o rompimento do acordo militar entre Brasil e EUA.

Ainda na arena internacional, membros do Congresso norte-americano juntamente com setores da sociedade civil juntaram esforços no sentido da promoção dos direitos humanos. Entre as ações vale destacar a emenda proposta por Tom Harkin na qual previa “a suspensão de prestação de ajuda financeira a países sabidamente violadores de direitos humanos”. Essa proposta não só comprometia as verbas efetuadas diretamente pelo governo norte-americano, mas também afetava as instituições internacionais (OLIVEIRA, 2017, p. 18). Essas novas configurações acabaram também por atingir de forma direta os acordos entre Brasil e Estados Unidos:

Com a história dos direitos humanos surgiram pelo mundo afora organizações não-governamentais, como a Anistia Internacional, que começaram a querer influir nesses problemas. O Senado americano resolveu então estabelecer que todo auxílio que o governo americano prestasse na área militar dependia de uma prévia apreciação da situação dos direitos humanos no país interessado. O Senado americano passava a ser juiz para decidir se o Brasil podia ou não receber os recursos previstos no Acordo Militar. Era uma intromissão dos Estados Unidos na nossa vida interna, à margem das cláusulas do acordo.

Quando assinamos o acordo não havia nenhuma cláusula que fizesse sua execução depender da aprovação do Senado americano relativamente à situação interna do Brasil. Da mesma forma, o Brasil nunca se arrogou o direito de examinar a situação interna dos Estados Unidos, com o problema dos negros, dos porto-riquenhos, dos índios, etc. nunca nos preocupamos com isso. Era uma questão de independência, de autonomia nacional. E não aceitei a exigência do Senado americano e resolvi denunciar o Acordo Militar (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 350).

Para Geisel o acordo militar não significava nada: “fornecimento de material, de armamento etc, mas o que eles nos mandavam não era o melhor armamento, o mais moderno. Mandavam aquilo que já era obsoleto para eles, quando já havia material muito melhor” (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 350). Geisel encontrou aqui a oportunidade ideal para: implementar a política externa de “autonomia pela distância” mantendo uma certa independência dos EUA e também projetar o país no cenário internacional. Na prática, no entanto, a revogação do acordo expressou o auge dos atritos entre os dois países. Significava também a suspensão do programa de intercâmbio militar, que as forças armadas americanas, entre 1970 à 1975, treinaram 8.500 brasileiros (GASPARI 2004, p. 382). Estava acabado o acordo militar, que perdurou por 25 anos e que tinha com o objetivo garantir a defesa do hemisfério ocidental.

Em 1978 Jimmy Carter viajou para o Brasil e percebe-se todo um feixe de relação que se encontra em jogo. A visita com um tom conciliatório, pretendia não gerar atritos na questão dos direitos humanos, já que, segundo ele: “vem sendo feitos progressos”. Assim, a questão dos direitos humanos ficou num segundo plano, e mesmo deixando claro que a questão do Acordo Nuclear seria resolvido em Bonn e não em Brasília, claramente o presidente dos Estados Unidos não viajara para um jantar em um país do Terceiro Mundo sem apetite. Percebe-se que suas intenções eram de amenizar as divergências entre os dois países e restabelecer um diálogo (GASPARI, 2016, p. 36).

Nas relações diplomáticas, Carter decidiu afastar John Crimmins, o embaixador responsável por denunciar as torturas praticadas no Brasil, argumentando que a relação com o governo brasileiro havia se tornado “desagradáveis”. Ao mesmo tempo, aproveitou a sua visita para debater a questão dos direitos humanos com alguns setores da sociedade civil, entre eles o Paul Evaristo Arns, o presidente da OAB, Raymundo Faoro, o jornalista Júlio Mesquita Neto e o empresário José Mindlin (GASPARI, 2016, p. 37).

Nessa ocasião, fica claro que a questão dos direitos humanos foi relegada a um segundo plano e usada como pretexto para tratar de outros assuntos que eram considerados prioritários. O fato de Carter não tocar no assunto dos direitos humanos e a atitude de afastar o embaixador

John Crimmins, parece confirmar a crença de Geisel que a preocupação com os direitos humanos eram secundários.

O Brasil, foi um dos únicos países, que passou por uma transição política que perdurou por mais de dez décadas. Quando o então General Ernesto Geisel assumiu a presidência, em 1974, ele tinha como objetivo fazer uma abertura “lenta, gradual e segura”, com seu caráter endógeno e gradual, a transição só findou, com a posse de um civil no poder indicado pelo Colégio Eleitoral em 1985.

A transição havia entrado na agenda política e com ela algumas mudanças foram implementadas. Com medo de uma mobilização por parte da oposição civil e com a expressiva vitória do MDB nas eleições de 1974, foi inaugurado um novo ciclo repressivo no ano seguinte. O foco não era mais as organizações de luta armadas que já estavam desmanteladas, agora os órgãos repressivos se voltavam para os integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

É no período da transição que ocorre o maior número de desaparecidos políticos no Brasil. “Em agosto de 1974, Dom Paulo Evaristo Arns entregou a relação de 22 desaparecidos ao general Golbery do Couto e Silva (21 deles ocorridos a partir da posse de Geisel)” (NAPOLITANO, 2014, p. 220). A prática de desaparecimento, amplamente utilizada no governo militar, foi uma forma que o Estado encontrou para se eximir da responsabilidade judicial perante a vítima, e ao mesmo tempo, de não precisar dar qualquer explicação para a sociedade.

No depoimento de Geisel fica evidente o ressentimento com EUA, pois de acordo com sua concepção: “se eu fosse um homem completamente omissos, [...] incentivasse para que os direitos humanos não fossem respeitados, essa crítica poderia se justificar. Mas eram injustos comigo e, em vez de ajudar, atrapalhavam” (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 352). A única atitude de Geisel em relação às violações dos direitos humanos, veio com a demissão, do general Ednardo D’Ávila Mello, comandante do II Exército em São Paulo e responsável pelas mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Todavia, no fundo, suas reais intenções não estavam em se preocupar com a questão da violação de direitos humanos, mas de conter a expressiva ameaça da “linha dura” ao poder. Dentro dessas circunstâncias a política externa serviu para justificar a atitude na demissão do general e conter as crises e ameaças internas que vinha da ala mais conservadora dos militares.

A questão dos direitos humanos também foram vistas como prejudiciais ao projeto de distensão interna, quando os EUA “em vez de ajudar, atrapalhavam”, pois colocava em xeque a questão do processo de abertura política. No cenário doméstico Geisel tinha que lidar com as

críticas que vinham de duas alas distintas da sociedade. A primeira pelo descontentamento popular e as denúncias de violações de direitos humanos. A segunda, pela ala mais conservadora dos militares contrários a abertura política. Nessa perspectiva Alfred Stepan defende a ideia que a principal causa da liberalização foram as próprias contradições dentro do aparelho estatal e da própria autonomia do aparelho de segurança.

Do outro lado do espectro político, o General Fernando Belfort Bethlem, comandante do III Exército, em 1977 divulgava uma suposta ameaça de infiltração subversiva nas Forças Armadas e na imprensa. Não deve-se descartar que esse episódio fortemente influenciado por Frota serviria como argumento fundamental para na qual almejavam criar condições necessárias para a manutenção no poder. Ao mesmo tempo, Bethlem lamentava a posição do governo Carter, afirmando que: “vivemos numa luta constante e ferrenha contra o comunismo. Muitas vezes, nessas lutas, sofremos a incompreensão de nossos aliados” (GASPARI, 2016, p. 412). Assim os Estados Unidos que por um momento incentivou e buscou consolidar a ditadura, agora migrava para uma direção oposta à elas.

As incertezas e medo estavam presentes no período de transição política, Geisel se “preocupava em evitar avanços que obrigassem a recuos irreversíveis” (STEPAN, 1986, p. 47). O revanchismo era o medo dos “linha-dura”, no entanto, a concretização da Lei de Anistia, não só possibilitou que os exilados retornassem, mas perdoou as atrocidades cometidas pelos agentes do Estado. Já os moderados tinham medo que na transição pudesse haver um golpe e o recrudescimento da ditadura. Mas Geisel assegurou que o Colégio Eleitoral elegeu o civil Tancredo Neves para assumir a presidência em 1985, diminuindo as hipóteses de um novo golpe por parte de algumas alas mais conservadoras dos militares.

### **Considerações finais**

Reafirmo: É meu propósito inabalável (...) fazer deste país uma democracia.

Reafirmo: Não descansarei até estar plenamente assegurado — sem sobressaltos — o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão. Reafirmo o meu gesto: A mão estendida em conciliação.

João Baptista Figueiredo (GASPARI, 2004, p. 135)

Figueiredo assumiu a Presidência com o discurso de um novo tempo. Um tempo que iniciava-se com a democracia, com o discurso em defesa dos direitos humanos, com a reconciliação, com a Lei de Anistia e com a impunidade dos crimes de lesa humanidade. A manutenção das eleições, a alternância no poder por parte dos generais presidentes, e a conservação do Congresso Nacional, mantiveram as regras do jogo político institucionalizada, não ocorrendo uma ruptura brusca na transição, tendo está um amplo controle

pelos militares, diferente do que aconteceu com alguns países da América Latina.

No cenário internacional, o Brasil sofreu fortes pressões advindas principalmente da administração de Jimmy Carter no que tange a questão dos direitos humanos. Não deve-se minimizar que as tensões entre ambos os países ocorreram em proporções distintas mas em dois planos: um econômico e outro político. No entanto, calcado na concepção da “autonomia pela distância” o governo Geisel conseguiu implementar uma política externa coerente com seu ponto de vista, se distanciou do imperialismo norte-americano e quando esses quiseram intervir na dinâmica interna, Geisel encontrou ali o momento oportuno para rompeu as relações com o amigo do norte. Internamente, seu período foi caracterizado pela crise econômica e pelas pressões que vinham de duas alas distintas da sociedade. De um lado tinha que lidar com os movimentos em defesa dos direitos humanos e a exigência pelo retorno da democracia, por outro, o descontentamento e as ações dos “linha dura” que não queriam a abertura política.

Embora essa política de defesa dos direitos humanos implementada por Jimmy Carter não tenha contribuído de forma direta para solucionar os problemas internos, provavelmente, possibilitou que o debate fosse fomentado e tivesse respaldo na sociedade brasileira. Nesse sentido, Marcos Napolitano, enfatiza que “tanto a questão dos direitos humanos, quanto a retorno da democracia, possivelmente possibilitou uma aceleração no processo para uma ‘saída negociada do regime’” (NAPOLITANO, 2014, p. 223).

As pesquisas sobre a transição política, apontam que Geisel tinha sim o intuito de garantir uma liberalização no primeiro momento e posterior um retorno à democracia. Mas também garantiu que não haveria represaria contra os militares e sempre buscou assegurar o pouco de prestígio que ainda restava das Forças Armadas.

Com o fim do governo Carter, começava a dar sinais de mudança na política externa americana. Com uma política que colocava a questão dos direitos humanos do topo da agenda, não estava mais no centro das preocupações na administração de Reagan. Com a chegada de Ronald Wilson Reagan, as questões econômicas se sobrepuseram a quaisquer outra divergência, é no seu governo que foram feitas inúmeras concessões ao Brasil (CERVO; BUENO, 2015, p. 471). E as questões de direitos humanos e o Acordo Nuclear foram assim esquecidos em prol de uma política econômica de cooperação.

## **Referências**

ALVES, Leonardo. *A política externa (in)dependente em três tempos: autonomia e crise nos governos Quadros/Goulart, Geisel e Lula/Rousseff*. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018

- CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª edição. UnB: Brasília, 2015.
- CERVO, Amado Luiz. *Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático*. Revista brasileira de política internacional, v. 46, p. 5-25, 2003.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.
- CPDOC. *Dicionário de Verbete Temático*: Comissão de Justiça e Paz. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-de-justica-e-paz>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.
- CPDOC. *Dicionário de Verbete Temático*: Comitê Brasileiro pela Anistia. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.
- CPDOC. *Dicionário de Verbete Temático*: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ordem-dos-advogados-do-brasil-oab>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2016.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GONÇALVES, Williams da Silva Gonçalves; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6. n. 12. 1993.
- HUYSSSEN, Andreas. *Cultura do passado-presente*. Modernismo, artes visuais, políticas de memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2018, v. 19, n. 38.
- LESSA, Antônio Carlos. “A vertente perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA”. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 137, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Fernanda Moura Queiroz Santos de. A Política de Direitos Humanos da presidência de Jimmy Carter para o Brasil (1977-1981). *Especialização em Relações Internacionais*. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- STEPAN, Alfred C.; LOPEZ, Adiana; AMENDOLA, Ana Luíza. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. *Revista Princípios*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.



## RELAÇÕES DE FRONTEIRA E A CIDADE DE ITAQUI

Taciane Neres Moro. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista FUPF. Email: taciaenmoro@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo a formação da cidade de Itaqui no Rio Grande do Sul. A cidade teve seu desenvolvimento na fronteira com a Argentina, a beira do Rio Uruguai. Fruto de uma política de conquista e mantimento de território pela Coroa Portuguesa, a partir do início do século XIX, sendo um pequeno povoado. Em 1837 o povoado recebeu o título de freguesia, denominado “Freguesia de São Patrício de Itaqui”, subordinado a vila de São Francisco de Borja, e já se destacava como importante posto comercial de importação e exportação pelo Rio Uruguai. Em 1858, período intenso de fluxo comercial pelos portos, a Freguesia adquiriu categoria de vila, podendo ter mais autonomia administrativa e política. Com o passar dos anos e o desenvolvimento do comércio fluvial através do Rio do Prata a região começou a prosperar, se tornando um território complexo com relações de fronteira profundas tanto no âmbito comercial, quanto político e social. Além do desenvolvimento comercial, houve também a presença do latifundiário, constituindo-se na região a formação de uma elite detentora de terra e de poder local.

**Palavras-chave:** Fronteira; Freguesia; Itaqui; Comércio.

### Introdução

Antes de discorrermos sobre a evolução da cidade de Itaqui, precisamos caracterizar os termos utilizados pelo Império para distinguir os povoamentos. Como mencionado inicialmente, a região que se tornou a cidade de Itaqui foi um povoado, depois recebeu categoria de freguesia e, posteriormente, de vila, e somente depois chegou à condição de cidade. Helen Osório, em “A organização territorial em um espaço de fronteira”, explica o significado dessas terminações: freguesia “foi o mais utilizado em todas as capitânicas do Brasil para referir as paróquias, a circunscrição básica da administração eclesiástica” (OSÓRIO, 2015, p. 70).

Já a categoria de vila dava a garantia à localidade de ter administração própria, por meio de uma câmara, bem como a própria jurisdição e rendas exclusivas. Em tese, entre os termos “freguesia” e “paróquia” não há distinção, pois a localidade fica sob liderança do pároco e faz farte de um território maior de uma vila, como veremos com a freguesia de São Patrício de Itaqui, que era parte do território da vila de São Francisco de Borja. Como a autora discorre:

Diego Baccin, em sua tese de doutorado *Propriedade urbana e racionalidade capitalista: do assenhoreamento ao crescimento citadino de Passo Fundo entre 1800 e 1950*, também sintetiza de forma clara como se dá essa evolução das cidades, em que:

A Capela não se restringia a um lugar de realização de rituais e festas religiosas, era o local de denominação das primeiras igrejas como conseqüências da formação de núcleos populacionais. Era um dos primeiros estágios (senão o primeiro) hierárquico que constituiriam a urbanidade, depois, vinham a Freguesia, a Vila e a Cidade. Nesse estágio, têm espaço dois

momentos distintos da constituição da urbanidade, um anterior à elevação do povoado à condição de Vila – momento em que a administração estava norteada pela Igreja – e outro já com a Vila constituída, quando a localidade deixava de ser uma instância urbana religiosa e passava a ter uma Câmara Municipal autônoma, com vereadores, tornando um espaço civil (BACCIN, 2020, p. 169).

Isso posto, nos detemos a recapitular como surgiu o povoamento até se tornar a cidade de Itaqui. A região, que no início do século XIX era um espaço recém-conquistado pela Coroa Portuguesa, em decorrência de conflitos litigiosos pela disputa por territórios com a Coroa Espanhola. Como estratégia, os portugueses tinham a seu favor a forte militarização e o investimento no povoamento.

O alargamento do território para o sul e para o oeste e a fundação de povoados, capelas e vilas estão vinculados à expansão desejada pelos luso-brasileiros e à incorporação de tais espaços como resultado dos tratados que se estabeleceram ainda no período colonial. A importância das cidades na fronteira oeste está exatamente na necessidade de povoar esses espaços garantindo efetivamente a posse de tais lugares ao Império brasileiro (RAMOS, 2006, p. 438).

Logo nas primeiras décadas do século XIX, foi iniciado o povoamento daqueles espaços, por meio das concessões de terras pelas sesmarias. Ronaldo Colvero (2004), em sua pesquisa sobre o desenvolvimento do comércio ilícito na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, demonstra como o rio Uruguai foi importante fator para o crescimento da região da fronteira oeste do estado, resultando nas cidades de Itaqui, São Borja e Uruguaiana. Conforme o autor, esse processo começou em 1814, e até então essa região estava assegurada por postos militares<sup>531</sup>. Com a doação de extensos pedaços de terra, deu-se origem na fronteira a prática de criação de gado<sup>532</sup>: “portanto, a região, no período, tinha a sua economia voltada à pecuária, com grandes propriedades dedicando-se à criação de gado” (COLVERO, 2004, p. 30). Esse sistema se configurou em toda a fronteira oeste, e o espaço que se tornou a cidade de Itaqui, nessa época, era um pequeno povoado, conhecido como Rincão da Cruz.

Em 1817, o alvará que criou a vila de São Luis de Leal Bragança, incluía Itaqui. Por volta de 1821, era apenas um povoado com alguns ranchos, onde posteriormente acampou o destacamento de 150 homens comandados por

<sup>531</sup>Sobre as primeiras povoações da fronteira, Miranda registra que “a fronteira ou País das Missões recebeu formação distinta, por ser zona de conquista recente a qual só pôde ser concretizada com convivência dos indígenas e continuava a ser pleiteada pelas autoridades espanholas. O plano de reorganização previa a criação de um corpo militar para a região [...] recorria-se o conhecido estratagem de povoar para a posse e o estabelecimento de bases para a defesa (2009, p. 120).

<sup>532</sup>“A pecuária era a atividade dominante, ou seja, a quantidade de cabeças de gado determinava o poder econômico do sesmeiro e conseqüentemente, a possibilidade de ampliação de suas possessões de terras, visto que boa parte das terras da região eram consideradas “devolutas”. (COLVERO; ASSIS, 2012, p. 29).

Fabiano Pires de Almeida, que veio até a região a fim de proteger o local contra possíveis invasões argentinas (COLVERO, 2004, p. 68).

No povoado, teve início o sistema comercial, sendo no século XIX as principais características da movimentação econômica da região o latifundiário e o desenvolvimento econômico de exportação e importação através do rio Uruguai, o que possibilitou relações estreitas com Argentina e Uruguai, não somente na economia, mas também nos âmbitos político e social.

Segundo Colvero e Assis (2012), no ano de 1837 o pequeno povoado se torna a “freguesia de São Patrício de Itaquy”, como parte do território da vila de São Francisco de Borja, através da lei provincial nº 15 pelo governador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, utilizar o rio Uruguai para a importação e a exportação se tornou a forma mais viável de movimentar o comércio da região, visto que ainda não havia estradas e os caminhos eram precários.

Conforme Reichel e Bandieri (2011), na região denominada de pampa, estabeleceu-se uma fronteira entre dois impérios coloniais, formados a partir da colonização, juntamente com a relação do europeu com os povos originários, que desenvolveu novas formas de produção, entre elas a introdução do gado, e o favorecimento de uma rede fluvial, que estabeleceu relações econômicas, sociais, políticas e culturais específicas daquele espaço.

Cabe aqui evidenciar o conceito de fronteira linha e zona, que se desenvolveu na fronteira oeste do estado, no qual, de acordo com as autoras, ao tentar criar uma linha fronteira que define o território, criou-se a fronteira zona, que é “privilegiada pela sociedade platina que promove intercâmbios e interações econômicas, sociais, políticas e culturais” (RAICHEL; BANDIERI, 2011, p. 25).

Nesse sentido, na fronteira do Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai não se estabeleceu uma ruptura a partir de sua fixação, pois durante o século XIX os povos das nações vizinhas ainda mantiveram contato, mesmo que, por vezes, intermitente.

O desenvolvimento urbano da fronteira oeste em torno do rio Uruguai era inevitável, e esse processo ocasionou um espaço singularizado e influenciado pelas relações fronteiriças. Nesse contexto econômico e social, Rodrigues (2012) aponta que se desenvolveu na paróquia o favorecimento de um sistema comercial, por estar à frente de Corrientes. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, em *Entre sedas, farinhas e couros: o contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul*, destacou todo o trajeto de navegação pelo rio Uruguai:

Desde Buenos Aires, ao longo do rio Uruguai, no sentido rio acima, o comércio fazia-se através dos portos entrerrianos de Gualaguaychú, Concepción, Salto, Concordia e Federación. Nessa altura, havia um dos saltos que tornava o rio intransitável, e portanto, era necessário descarregar as mercadorias em Federación e seguir por carretas até o próximo trecho navegável após o segundo salto em Paso de los Higos (Monte Casseros), na Província de Corrientes. Dali por diante, o rio era perfeitamente navegável e até a Província de Misiones na Argentina, passando pelos portos de Restauración (Paso de los Libres), Alvear e Santo Tomé, todos localizados na Província de Corrientes e em frente aos portos brasileiros, respectivamente de Uruguiana, Itaqui e São Borja (FLORES, 2007, p. 126).

Na segunda metade do século XIX, A freguesia de São Patrício de Itaqui estava em pleno desenvolvimento econômico, com um fluxo intenso de embarcações e com o comércio prosperando. Como Colvero e Assis (2012) apontam, o porto comercial da freguesia de São Patrício de Itaqui já arrecadava um faturamento superior ao de São Borja. Em 1858, a freguesia se desmembrou da vila de São Francisco de Borja e adquiriu o título de vila. Na época, Itaqui tinha “5000 habitantes e mais de cinquenta lojas de comércio” (COLVERO; ASSIS, 2012, p. 74). O recebimento desse título dava a liberdade para a localidade ter administração própria e total domínio do arrecadamento de impostos feito pela mesa de rendas<sup>533</sup>.

O Império brasileiro tinha interesse em incentivar o comércio através da região do Prata. Medrano (1989) destaca que a partir de 1851 foi assinado um tratado com o Estado Oriental, que previa a exportação livre do gado uruguaio para o Rio Grande do Sul e a abertura da navegação do rio Uruguai, incentivando a circulação de mercadorias dos portos platinos. Nesse sentido, a fronteira com a Argentina também recebia o incentivo para a livre navegação dos portos, sendo assinado em 1856 o “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação”.

No tratado de 1856 estavam contidas algumas referências à comercialização e à livre navegação nos rios Uruguai, Paraguai e Uruguai, tanto para embarcações brasileiras quanto para argentinas, com sujeição apenas aos devidos regulamentos fiscais e políticos. O rio Uruguai, pelo que se depreende, nem entrava nas discussões sobre limites, pois era já o divisor natural de dois territórios que antes faziam parte de um espaço, já dividido pelas diferentes formas de povoação (COLVERO, 2004, p. 49-50).

Com o rio Uruguai liberado para navegação e comércio internacional, este se consolidou como principal meio para o desenvolvimento econômico da região platina. Por esse aspecto, a

<sup>533</sup>Sobre as mesas de rendas, basicamente era a forma de controlar os impostos em portos de menores proporções, que não havia aduana. Segundo José Eduardo Pimentel de Godoy “em 25 de abril de 1832 foi baixado por decreto o Regulamento das Alfândegas do Império, substituído por um novo em 22 de junho de 1836. Paralelamente, a Regência criava, nos portos onde não houvesse aduana, as Mesas de Rendas, regulamentadas por decreto de 30 de maio de 1836” (Aspectos gerais da evolução do sistema aduaneiro do Brasil. *Site* da Receita Federal. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/SRF/historia/aspectogerais.htm>. Acesso em: 24 maio 2021.

região da fronteira oeste foi muito favorecida e o “governo imperial brasileiro objetivou levar aos mercados do Prata e atrair por esta via o comércio dos produtos ultramar à província” (MEDRANO, 1989, p. 223).

Como fator dessas relações comerciais transfronteiriças, há o desenvolvimento das cidades gêmeas, e “isso fica bastante evidente quando analisamos o processo de criação das cidades ribeirinhas, pois estas ficam praticamente umas em frente às outras” (COLVERO; ASSIS, 2012, p.70), como apontado no mapa abaixo, com os limites fronteiriços do império brasileiro e as regiões de fronteira que foram beneficiadas pela zona comercial do Prata. Na fronteira oeste, com a Argentina, temos os povoados vizinhos a Itaqui, São Borja e Uruguaiana. Na Argentina, de frente a Itaqui, está o povoado de Alvear.

Figura 1 – Mapa físico de la Republica Argentina



Fonte: Construído por el Dr José Chavanne. Compañia sud-americana de bilhetes de banco (Buenos-Aires). 1890. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53027939x?rk=85837;2>. Acesso em: 26 nov. 2020.

A região da fronteira oeste passou a adquirir suma importância e representatividade para a movimentação econômica no interior gaúcho, sendo canalizado todo o fluxo de comercialização para essas vilas.

Nessa época, a região já estava em pleno desenvolvimento urbano, aumentando sua população em decorrência do progresso econômico. A vila de São Patrício de Itaqui já havia recebido uma mesa de rendas, sendo entre as três cidades a maior exportadora de erva-mate. Ao lado de Itaqui, a vila de Uruguaiana tinha o porto de maior movimento.

O viajante Avé-Lallemant, ao visitar a região em 1858, descreveu a vila de São Patrício de Itaqui, destacando seu aspecto econômico em ascensão. Em suas palavras, comparou Itaqui com a vila de São Borja, ambas com o mesmo tamanho, porém a primeira estaria em condições de crescimento melhores:

Itaqui, de fundação moderna, cresce a olhos vistos e é animada por várias atividades. Antes de tudo, tem um comércio realmente ativo. Pelo menos cinquenta lojas, grandes e pequenas, existem no lugar e parece que em todas se ganha dinheiro. Quase todos os produtos europeus lá se encontram e se vendem a enormes preços. Um dos principais artigos de exportação de Itaqui é o mate (LALLEMANT, 1980, p. 291-293).

A região foi intrinsecamente influenciada pelo contato com o país vizinho, compondo relações com o exterior de forma extremamente naturalizada: “o Rio Uruguai permitiu a intensa circulação de capitais, e a atuação de associações estrangeiras, que passam a disputar espaços nos diferentes fluxos de comércio que se desenvolviam na cidade” (RODRIGUES, 2012, p. 14).

Avé-Lellament também registrou em seu diário o quanto o porto era importante para o comércio, descrevendo “umas doze a dezesseis embarcações de diferentes tamanhos; surpreende agradavelmente ver no porto de Itaqui navios de quarenta a cinquenta toneladas, com cobertas e bonitos iates de dois metros” (LELLAMENT, 1980, p. 291-293).

Assim, configurou-se na região da fronteira oeste o que Reichel e Bandieri elencam como uma fronteira de duplo significado, processo comum da época que ocorreu em toda a região platina, a fronteira-linha e fronteira-zona. A primeira basicamente define os limites territoriais, já a segunda é local “privilegiado pela sociedade platina, que promove intercâmbios e interações econômicas, sociais, políticas e culturais” (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 25).

O incentivo ao comércio por vias fluviais estava em consenso de nível externo parecido, ou seja, interessava a Brasil, Argentina e Uruguai ter uma boa relação comercial, fazendo com que se aumentasse consideravelmente o índice populacional, por conta dos estrangeiros que passaram a se dedicar ao comércio ribeirinho, além do estabelecimento de importação e exportação de produtos específicos e tradicionais do estado no século XIX<sup>534</sup>.

<sup>534</sup>O autor especifica essas características na seguinte passagem: “Assim, há, na segunda metade do século XIX, 1806

Rodrigues (2012) aponta que esse sistema de comércio através do rio Uruguai proporcionou a ascensão de uma classe econômica que conseguiu estabelecer o poder de algumas famílias em nível econômico, político e social<sup>535</sup>. Tem-se, então, a arregimentação de uma elite que se não só formada pelos comerciantes em prosperidade, mas também pela classe militar e por estancieiros, grupos já favorecidos desde o início do povoamento.

Quando Itaquí passou a ter categoria de vila, desmembrada de São Borja, também adquiriu o seu espaço político próprio, onde as relações de poder se consolidaram, configurando em uma maior arregimentação da elite, que agora passara a usufruir de maior representatividade local e regional. Instituída a Câmara de Vereadores, sua primeira composição foi formada:

Segundo se pode conferir nos livros das atas da Câmara de Itaquí em sua primeira composição a mesma contou com os seguintes vereadores: Tenente Coronel Antonio Fernandes Lima, Major José da Luz Cunha Junior, José Caetano de Mello, Major Vicente José Pereira, João Machado Palmeiro e Tenente Coronel Joaquim Rodrigues Lima. Por determinação da carta constitucional do Império Brasileiro, o vereador Tenente Coronel Antonio Fernandes Lima por ter recebido o maior número de votos foi designado presidente (COLVERO et al, 2010, p. 13).

Em relação a sua extensão territorial, por conta do crescente latifundiário, a vila detinha um vasto território demarcado. Assim, com a formação das estâncias pelo interior e com a implementação da Lei de Terra em 1850, passou a ser delimitada por distritos. Segundo a pesquisa de Foletto (2012):

A instalação da Câmara Municipal, no ano de 1859, três anos após o fim da aplicação da regulamentação da Lei de Terra, dividiu a vila em seis distritos, respectivamente: Itaquí, Santo Christo, Itu, São Francisco de Assis, Boqueirão de Santiago e São Xavier. Comparando os recém-criados distritos, foi possível perceber que eles estavam em concordância com as localidades descritas no registro paroquial. Em 1884 e 1885, as paróquias Nossa Senhora da Conceição (Santiago) e São Francisco de Assis tornaram-se municípios, desmembrando-se de Itaquí (FOLETTTO, 2012, p. 54).

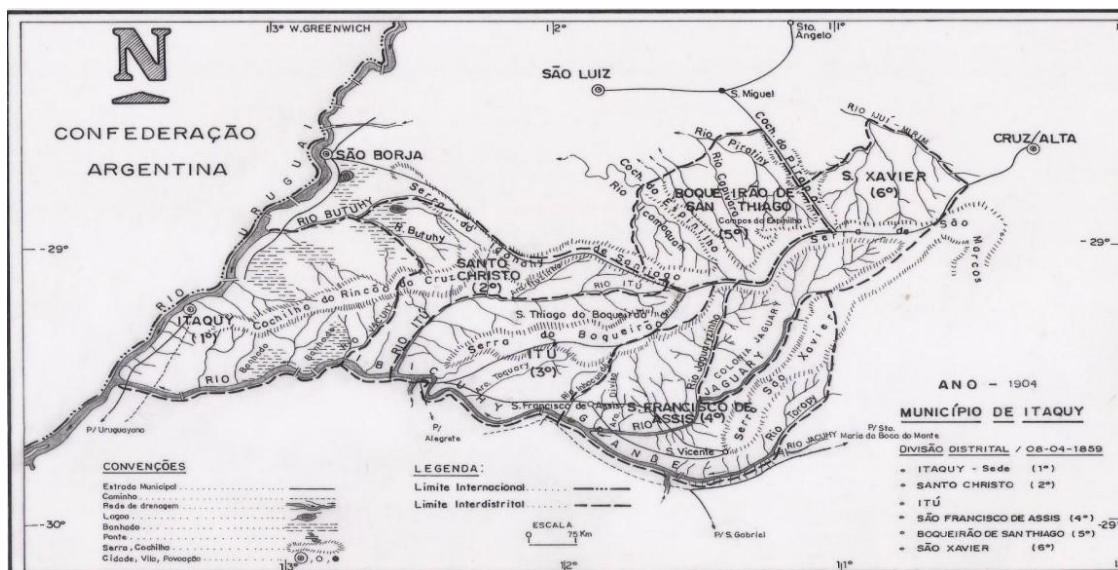
Essa questão se torna importante para a compreensão do limite territorial da vila na segunda metade do século XIX, o que nos fornece mais entendimento da representatividade

uma série de elementos favoráveis à proliferação das ligações entre os portos e povoações, em ambos os lados dessa fronteira, onde os fluxos de couro, erva-mate e charque, que entravam e saíam das alfândegas locais, permitiram a formação de um complexo e ampliado ambiente mercantil. No lado brasileiro, essa atividade de trocas fez proliferar capitas e atividades, dinamizando interesses, graças ao afluxo dos italianos, que se destacaram no sistema de transporte de gêneros” (RODRIGUES, 2012, p. 48).

<sup>535</sup>No estudo do autor, foram destacadas algumas famílias que detinham o controle das relações de poder através da boa posição social e econômica, sendo: Fernandes Lima; Belmonte; Loureiro; Ribeiro; Noronha; Bonorino; e, posteriormente, o surgimento de novos troncos familiares, como Marengo; Canepa, Lacroix e Mousquere; entre outros. Como veremos no decorrer desta pesquisa, alguns nomes tiveram destaque político já no final do século XIX.

geopolítica que Itaquí tinha perante a província de São Pedro.

Figura 2 – Delimitação territorial de Itaquí. Elaborado por Arlene Foletto. Ano de 1904



Fonte: Foletto (2012, p. 55).

No ano de 1865, o Brasil foi uma das lideranças na Tríplice Aliança contra o Paraguai<sup>536</sup>. Com a guerra, a fronteira do Rio Grande do Sul ficou exposta, e São Borja, Itaquí e Uruguaiana enfrentaram a invasão paraguaia, mesmo que de forma passageira. Mario Maestri no artigo *Por uma historiografia dos povos sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai*, caracterizou os conflitos na fronteira oeste durante a Guerra do Paraguai como “pouco significativas, durante tempo relativamente breve<sup>537</sup>” (MAESTRI, 2020, p. 118).

Uma das consequências da guerra foi a intensificação do contrabando, que já era uma prática ligada aos portos da região, “desprotegida de qualquer fiscalização, tendo sobre si somente os olhos e as armas dos inimigos e, especialmente, dos aliados que ali se encontravam efetivando conchavos” (COLVERO, 2004, p. 165).

<sup>536</sup>Não temos como objetivo trazer uma análise sobre a Guerra do Paraguai, foge do tema da pesquisa, procuramos apenas elencar de que forma a guerra afetou a região da qual estudamos. Para maior aprofundamento a respeito do tema ver obras do autor Mario Maestri. Em especial o livro: MAESTRI, Mario. **Guerra sem fim: A Tríplice Aliança contra o Paraguai a Campanha Defensiva**. Porto Alegre. Editora Clube de Autores, 2017., 2012

<sup>537</sup>São Borja foi invadida em 12 de junho de 1865. Sob comando do Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, as forças paraguaias partindo de Corrientes. Na margem argentina do rio Uruguai, Estigarribia tinha como inimigos as forças do coronel Paiva; do lado brasileiro, as forças do coronel Fernandes Lima. Paiva contactou o coronel brasileiro Fernandes Lima pedindo-lhe auxílio e em troca, ofereceu-lhe cavalos para que as forças rio-grandenses atravessassem o rio e engrossassem um ataque aos paraguaios. Fernandes Lima concentrou quinhentos homens na margem brasileira do Uruguai, ao sul de São Borja, e esperou que aparecessem os cavalos no outro lado para então cruzar a fronteira. No entanto, o auxílio com os cavalos não foi enviado por Paiva, e a justificativa foi que os paraguaios haviam recuado para fazer um ataque surpresa. Neste momento ocorreu o ataque das forças paraguaias em São Borja, e o coronel Fernandes Lima, não pode prestar ajuda. Após a invasão em São Borja, no dia 19 de junho as forças paraguaias seguiram para Itaquí. Ver: Doratioto 2002, p. 173; Colvero e Assis, 2012, p. 89-93.



A Guerra do Paraguai impulsionou a exportação brasileira para o Prata “de couros, alimentos, e no fornecimento de erva-mate, como decorrência direta da ausência das ervas paraguaias” (MEDRANO, 1989, p. 210). Isso indica que mesmo com a guerra a movimentação econômica através do rio Uruguai não cessou— esse comércio fluvial permaneceu como principal meio de movimentação econômica até o final do século XIX<sup>538</sup>.

O crescimento econômico e a representatividade regional que a vila de Itaqui adquiriu nos anos após a Guerra do Paraguai, foi fundamental para que fosse elevada à categoria de cidade, conforme a Lei Provincial de nº 1207 de 1879<sup>539</sup>.

Os territórios que estão delimitados como São Francisco de Assis e San Thiago do Boqueirão acabaram se emancipando em 4 de janeiro de 1884, portanto a cidade de Itaqui ficou no período analisado nesta pesquisa, 1889-1893, com espaço territorial um pouco mais reduzido.

Figura 3 - Divisão municipal em 1900



Fonte: Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. SPGG, 2018.

Temos, então, uma região de fronteira que adquiriu características específicas de uma sociedade construída e marcada pela zona complexa que foi a região do Prata. Considerando o perfil da região, na qual demonstramos haver intenso trânsito interfronteiriço, não poderia ser de outra forma que na cidade de Itaqui tenha prosperado uma elite constituída por militares, latifundiários e comerciantes, que realizavam o fluxo de uma economia de exportação e

<sup>538</sup> A exemplo a tabela que Medrano apresenta na página 217, da alfandega de Uruguayana através da documentação que a autora analisou da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde os dados são apresentados até 1850 a 1889.

<sup>539</sup> Conforme informação disponível pelo IBGE.

importação (lícita e ilícita) próspera através do rio Uruguai. Será esse conjunto de interesses socioeconômicos que atribuirá à região o desenvolvimento, o qual esteve inexoravelmente vinculado à marca da fronteira, estendendo-se em alianças políticas e em manifestações socioculturais.

## Referências

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Editora Itatiaia Limitada, 1980, 291-293. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6701>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

COLVERO, Ronaldo; ASSIS, Ataídes de Oliveira. *Itaqui nas fronteiras ibero-americanas: 1801-1889*. São Borja: Faith, 2012.

COLVERO, Ronaldo. *Negócios da madrugada: o comércio ilícito na fronteira do RS*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

BACCIN, Diego José. *Propriedade urbana e racionalidade capitalista: do assenhoreamento ao crescimento citadino de Passo Fundo entre 1800e 1950*. 437 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo (UPF), 2020.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2007. 208 f.

FOLETTI, Arlene Guimarães. *No rodeio das relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos)*. 421 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

MAESTRI, Mario. *Por uma historiografia dos povos sobre a guerra da Tríplice Aliança Contra a República do Paraguai*. Semina Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF. V. 19, N. 2, Mai/Ago 2020, p. 117-140.

MEDRANO, Lilia Ines. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguai: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 1989. 294f.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. *Claves Revista de História*, Montevideo, n. 1, p. 67-90, 2015.

RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (org.). *História geral do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 423-444.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescobrimo as fronteiras: a sobrevivência das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza (org.). *Da região à nação*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 17-48.

## ETNOHISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO REPERTÓRIO SIMBÓLICO NO CAMPO DA VISUALIDADE APLICADO NA CESTARIA DO POVO KAINGANG.

Tadeu dos Santos. Programa de pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá, UEM – Paraná, E-mail: [pg54576@uem.br](mailto:pg54576@uem.br)

**Resumo:** A pesquisa abrange na revisão bibliográfica aspectos da cestaria indígena de acordo com a etnografia interpretativa (GEERTZ, 1978; 1989) a partir do final do século XVII até o tempo presente. O objetivo é construir um inventário da morfologia e grafismos presentes na cestaria Kaingang. Observou-se nas análises investigadas que o estudo da cestaria foi minimizado em comparação ao estudo de outros artefatos da cultura material. A partir da seleção de fontes que trazem relatos de cronistas e autores militares, religiosos e pesquisadores de áreas acadêmicas, buscou-se investigar em uma escala macro a produção cesteira relacionada às correntes migratórias na América, com recorte específico nos processos dispersivos do macro Jê, em subgrupos, os Jê do Sul. Carlo Ginzburg (1989) aporta para estas reflexões o conceito de microhistória, assim como Giovanni Levi (2011), que propõe a microanálise, e as proposições de Jacques Ravel (1998) sobre a relação de escala nos estudos etnográficos que compreendem a abordagem da etnohistória (TRIGGER, 1982; MOTA, 2014). A metodologia parte de análises interdisciplinares na história social (WOLF, 2005) em processo dialógico entre a arqueologia, antropologia, historiografia e linguística. Eric Hobsbawm (1988) e Jack Goody (2008) questionam a história eurocêntrica em relação ao roubo do etnoconhecimento. George Balandier (1972) aborda a noção de saturação colonial antropocêntrica. Os estudos de Fernand Braudel (1969) sobre a geo-história são utilizados na pesquisa sobre as correntes migratórias na problematização dos espaços geográficos. O conceito de objetos-sujeitos (JAENISH, 2011) permite compreender as relações entre a cosmovisão Kaingang na cultura cesteira. Diante disso, o presente trabalho busca estimular a pesquisa etnohistórica e o estudo dos aspectos dos grafismos sobre a cultura material e imaterial, dando-lhes um tratamento mais compreensivo sobre o repertório simbólico da cultura cesteira Kaingang do Estado do Paraná.

**Palavras-chave:** Etnoconhecimento; Tramas de Significados; Grafismo Indígena; Justiça Ambiental.

A presença humana em sua prática do trançado com fibras vegetais marca o período neolítico, datado de cerca de 10.000 a.C. Em seu aspecto geomorfológico, a superfície do planeta composta de terra e água é de 510,3 milhões km<sup>2</sup>, e desta, 149,67 milhões km<sup>2</sup> é a extensão que corresponde à superfície emersa (29,31%), composta de biodiversidade. E o volume de água gira em torno de 59 bilhões km<sup>3</sup>,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do total (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p.7-8).

No âmbito geográfico, os estudos sobre o trançado refletem aspectos da corrente migratória que percorre a Ásia, a Malaia-Polinésia-Polinésia e a Austrália. Considerando o cenário geomorfológico entre ser e natureza e suas tecnologias nas conexões com as fibras vegetais nos mais variados ecossistemas, buscamos refletir acerca dos processos de transformação entre espaço e sociedade.

Este estudo se constitui como uma observação da Mesoamérica em sua relação com a corrente migratória da América Latina (TRIGGER, 1978).

Nesse contexto a interação humana é ultradiversa, envolvendo, por exemplo, os povos que foram constituindo os Dongria Kondh na Índia; os Ainu no Japão; os Maori em Aotearoa/Nova Zelândia; povos do círculo ártico; os Yupiks no Alasca, Canadá e Groelândia; e os povos na costa norte-americana, como os Cherokee e os Hopi, assim como os Aka na África Central, com os símbolos Adinkra.

Os estudos pautados em perspectivas não eurocêntricas (MONTEIRO, 1995; HOBBSAWM, 1988; CLASTRES, 2004; GOODY, 2008) põem em xeque visões que subestimam as práticas cesteiras localizadas em outros continentes.

Quanto ao aspecto populacional geral, no mundo a soma é estimada em 7,7 bilhões de pessoas. Nessa relação, o Brasil é classificado como o sexto país, totalizando 212,5 milhões de pessoas (ONU, 2011; 2016).

Há aproximadamente 5.000 grupos étnicos em todo o mundo, os quais somam 370 milhões de indígenas em mais de 90 países, o que é equivalente a 8,3% da população. Deste montante, o relatório sobre os povos indígenas revela que dentre os 17 países da América Latina, somam-se 826 grupos étnicos, o que equivale a 45 milhões de indígenas (CEPAL, 2015).

No Brasil, havia mais de 3 milhões de indígenas antes do contato com os colonizadores, compondo o coletivo estimado entre mil grupos na interação entre ser e natureza. Os povos indígenas viviam cada ciclo e cada mundo em seu microcosmo (URBAN, 1992).

Na atualidade, a população indígena é estimada em 0,2%. Ou seja, em torno de 900 mil pessoas que habitam as 505 terras indígenas e que concentram os 305 grupos étnicos, ocupando áreas estimadas em 12,5% do território brasileiro, as quais são as barreiras consideradas como as ‘ilhas de floresta’ que ainda restam (IBGE, 2010).

Na etnohistória, por meio da interdisciplinaridade, o observador pode se aproximar das produções como objetos-sujeitos, já que estas incorporam em sua materialidade aspectos das relações coletivas com os demais seres em virtude da transformação que se dá no objeto e seu entorno (JAENISH, 2011, p. 46).

Os sistemas de significado são parâmetros de relações estruturais da sociedade, estabelecidas em interações de contato com uma relação de sociabilização (GEERTZ, 1989; GELL, 1998).

No caso ameríndio, foram distinguidas basicamente em: quadricular, arqueado, sarjado, costurado, hexagonal, enlaçado, dobrado, torcido e marchetado (RIBEIRO, 1980; 1985). Certamente existem variações que ainda não foram descritas e publicadas. Contudo, há consenso quanto aos tipos de entrançamentos nas variações dos trançados.

Os primeiros esforços descritivos, taxonômicos e classificatórios deram-se conforme as investigações do arqueólogo James M. Adovasio (1974-1977), sendo esta uma das mais antigas práticas desenvolvidas pela humanidade. Para além das práticas das artes manuais, Otis Tufton Mason (1976), em seu estudo no volume *'Handbook of North American Indians'*, elabora um manual que abarca aspectos geográficos americanos pela perspectiva das regiões norte, centro e sul do continente.

Já Schmidt (1904) e Ribeiro (1980, 1985) versam sobre os trançados das terras baixas sul-americanas. Do mesmo modo, também há estudos feitos numa perspectiva global, como Lehmann (1907) e Balfet (1952).

Para as categorias de classificação do trançado, utilizamos os estudos de Jules Henry (1941; 1964), Henry H. Manizer (1930), David M. Guss (1989) e Egon Schaden (1959). Como fontes etnoarqueológicas sobre a região meridional do sul do Brasil, adotamos Sergio Baptista da Silva (2001), Pedro Ignacio Schmitz (2001). Para o embasamento com respeito à etnologia indígena das terras baixas sul-americanas, o estudo apoiou-se em Guss (1994) e O'Neale (1986).

Buscamos uma aproximação comparativa quanto aos aspectos dos dialetos e também sobre os grafismos (SILVA, 2001, p. 63-164), além de matérias primas utilizadas nas cestarias a partir do final do século XVII, como visto no estudo: *"The Huron: Farmers of the North"*, por Bruce Trigger (1990).

Das 567 tribos reconhecidas pelo governo federal dos Estados Unidos, o povo Cherokee, por exemplo, é considerado o maior contingente, contando com cerca de 310 mil indígenas. É formado por cinco segmentos: Osage, Seminole, Choctaw, Chickasaw e Creek, entre clãs matrilineares e exogâmicos. Estabelecidos os sete clãs da cosmologia Cherokee, vê-se que o aspecto das marcas geometrizadas na cestaria serve para a análise comparativa, que apresenta aproximação apenas na convenção conforme a qual estas foram classificadas com respeito à tecnologia do trançado.

Em sua interação com as matérias primas da madressilva, carvalho branco e/ou cana do rio, os Cherokee utilizam para tingimento natural a noqueira preta, *butternut* e *bloodroot*, e possuem dialetos distintos com relação ao espaço geográfico das regiões da Geórgia, Alabama, Carolina do Sul, Tennessee, Kentucky e Virgínia do Oeste nos Estados Unidos (HILL, 1997). Já com os indígenas do Brasil, em específico os Kaingang, encontra-se a utilização das matérias primas: Taquara lixa, Taquaruçu, Criciúma e cipó Imbé. Estes usam tingimentos naturais como a *Penu Va Pé* (arribadea chica), casca de pinhão, entre outros. Portanto, na presente pesquisa,

buscamos essas aproximações para a realização de análises comparativas sobre as fontes e indícios muitas vezes sutis dos sinais diacríticos.

O macro Jê também estabeleceu caminhos migratórios em processos de dispersão pelo planalto central, formando o Jê meridional (BROCHADO, 1984; NOELLI, 2004). Nessa trajetória o povo Kaingang, que também pertence ao tronco macro Jê, corresponde aos Jê do sul Kaingang e Xoclengue – povos que habitam quatro estados das regiões sul e sudeste do Brasil. Os Kaingang representam a terceira maior população indígena do Brasil, estimada em cerca de 37.470 pessoas de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010). Em locais como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, é possível comprovar a presença do povo indígena há mais de 9.000 anos (SCHMITZ, 1969). No tempo presente, encontram-se na região sul, nas terras indígenas de Palmas, no Rio das Cobras e Rio Ivaí.

Os Kaingang que costumam visitar a cidade de Maringá (Paraná - Brasil) vivem na Terra Indígena Ivaí, próxima às cidades de Manoel Ribas e Pitanga. Situada no centro do Estado do Paraná, a T.I. Ivaí está localizada a aproximadamente 180 km da cidade de Maringá. Atualmente vivem na T.I. Ivaí, conforme dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), 887 mulheres e 800 homens, somando 1.687 moradores distribuídos em 353 casas.

A Terra Indígena Rio das Cobras está situada na região sudoeste do Paraná, entre os municípios de Nova Laranjeiras - PR e Espigão Alto do Iguaçu - PR. A T.I. fica próxima ao Rio Guarani e é atravessada pelos rios da União e das Cobras, possuindo a extensão de 18.681,9806 hectares. O território da terra indígena foi delimitado pelo Governo do Estado do Paraná por meio do Decreto nº 06, de 31 de julho de 1901.

A população Kaingang na região foi estimada em 2.247 pessoas a partir do Censo de 2010, sendo, portanto, considerada a maior população Kaingang no Paraná.

A população Kaingang da T.I. de Palmas é estimada em 755 pessoas segundo Sistema de Informação à Saúde Indígena/SIASI e Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI, em dados de 2005. Pertencente à bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, Palmas se subdivide em: Terra Indígena Toldo das Lontras de Palmas e Campos de Palmas na tradução "Bituruna" ou "Ibituruna" ("Terra Alta" ou "Terra das Palmeiras"). A T.I. foi homologada em 2007 e localiza-se na fronteira PR/SC, próxima ao Rio das Lontras. A T.I. de Palmas é situada entre os municípios de Abelardo Luz (SC) e Palmas (PR). Sua área possui 4.000,00 hectares e está localizada no sudoeste paranaense.

No século XVII, dentre as fontes sobre os Kaingang da região sul do Brasil, destacam-se: Pierre Alphonse Bouth Mabilde (1983), Alfred Métraux (1946), Juan Bautista Ambrossetti

(1895), Curt Nimuendaju (1908), Telêmaco Borba (1908), José Loureiro Fernandes (1941) e Vanda Hanke (1950).

Por sua vez, as fontes históricas do século XVIII sobre a cultura material Kaingang foram forjadas por intencionalidades de Certeau (1982, p.70-71).

A palavra ‘Kaingang’, De acordo com Silva (2001), etimologicamente, Kaingang significa *caa* (mato) e *ingang* (morador): que significa “povo do mato, foi introduzida apenas ao final do século XIX, em 1882, por Telêmaco Borba. Franz Keller, no ano de 1867, menciona a autodenominação “Caengang” (MOTA, 2014, p.9-13).

Em seus estudos sobre “As Guerras dos Índios Kaingang”, Mota (1994) destaca que seus territórios compreendiam áreas extensas nas quais os Kaingang exerciam atividades interativas com o ambiente na busca de fontes de proteínas da caça, pesca e coleta, margeando-as aos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, entre outros. Os Kaingang também foram denominados como “[...] guaynas, gualochos, botocudos e coroados” (MOTA, 1994, p.227-278). Em 1770 destacam-se os confrontos no Corangbag-rê (Guarapuava) e ainda no Campo-Erê (Palmas). Sendo assim, eles buscaram outras formas de resistência. Neste entendimento, as influências militares e religiosas trouxeram-lhes danos com a proliferação de doenças, revoltas e a exploração pelo trabalho por meios impositivos e, posteriormente, a inserção do trabalho como mão de obra nas zonas rurais.

Esse discurso define áreas supostamente desocupadas com o termo ‘Vazio Demográfico’ por quase três séculos, como visto nas descrições presentes nos relatos do missionário Pe. Francisco das Chagas Lima (1810). A ocupação do centro-oeste e sudoeste paranaense, como dissemos anteriormente, só foi possível a partir de 1810 com a conquista dos Campos de Guarapuava e contra a generalização da presença de indígenas (MARTINS, 1995, p.65). A presença dos Kaingang nesta região já havia sido registrada desde as expedições de Afonso Botelho no século XVIII.

Martins (1995) partilha da ideia de que as paisagens das fronteiras geográficas do Paraná, em meados de 1889, reconfiguram-se ao norte e nordeste com a Província de São Paulo alicerçadas na lei de terras de 1850 e em 1882 com os trabalhos de Telêmaco Borba e do capuchinho Frei Luís de Cimitille (ISA, 2010).

A incorporação dessas áreas ao domínio do estado e ao sistema de loteamento das companhias de terras, como a ‘Paraná Plantation’, pelas frentes colonizadoras demonstra a negação imposta à pluralidade étnica, a qual foi descaracterizada pela expansão dizimadora com a redução demográfica dos indígenas e a ocidentalização infligida às formas contaminantes

de pensar e de ordenar o mundo (BALANDIER, 1972, p.27; MOTA, 2014, p.6). Os Campos de Palmas situavam-se a sudoeste de Guarapuava, tornando-se uma área de conflito no caminho para as Missões. Esse território era conhecido desde a ocupação de Guarapuava no início do século XIX e já era alvo da cobiça dos fazendeiros da região. Oficialmente, a presença dos Kaingang em Palmas foi reconhecida com a lei nº 853, de 22 de março de 1909.

No século XIX, a atividade tropeirista e a consequente expansão das fazendas de gado sobre os campos gerais de Guarapuava e de Palmas atingiram diretamente os territórios tradicionalmente ocupados pelos Kaingang (FERNANDES, 1941).

Após violentos embates, os grupos que sobreviveram passaram a viver nos aldeamentos organizados pelo governo. No início do século XX, passaram a viver em reservas criadas pelo “Serviço de Proteção ao Índio” (SPI), posteriormente denominado “Fundação Nacional do Índio” (FUNAI).

A relação de tempo e espaço, manifestos nos conceitos de *emã* e *waré*, encontra natividade interacional entre passado e presente (respectivamente, *uri* e *wãxi*), estando ligados às transformações que ocorre no espaço geográfico as mudanças no uso de matérias primas, técnicas e simbologias presentes na cestaria Kaingang (MOTA; NOELI; TOMMASINO, 2000, p. 216-219).

Em seu estudo, Silva (2001) e Veiga (1994) relacionam os desenhos registrados por Borba (1908, p. 22), que são as metades exogâmicas para os Kaingang. A primeira é “Rá Téi”, que pertence à noite e à lua (Kysã) e se refere ao Kamé: ele é forte, encorpado, e vagaroso nos movimentos e nas decisões. A segunda é “Rá Ror”, que pertence ao sol (Rã) ou ao dia e se refere ao Kainru: ele é leve, tem o corpo fino, peludo, possuindo pés pequenos e sendo rápido nos movimentos (SANTOS, 2018).

No volume “A Arte do Trançado dos Índios do Brasil”, um estudo taxonômico de Berta Ribeiro (1985, p. 43), é apresentado um esquema sobre o tipo de trançado que envolve arremate e acabamentos. Ao buscar aproximar estes achados dos parâmetros dos grupos étnicos, uma vez que estamos diante da diversidade de significados no objeto enquanto corpo-sujeito (JAENISH 2011, LAGROU, 2007; SILVA, 2001; GEERTZ, 1989), vê-se que as fibras vegetais aplicadas às técnicas dos trançados podem ser feitas de matérias primas como: talas, palhas e fibras de folhas. A palha e a tala caracterizam os dois macroestilos de trançados, como definidos por Ribeiro (1980, 1986a).

Nessa perspectiva, Adovasio (1977), Mason (1904; 1976) e Hélène Balfet (1952) suscitam as atribuições às categorias de aplicação na ação de *entrecruzar*, *entrelaçar* e



*entretorcer*. Essas operações correspondem às técnicas de trançado.

Essas técnicas do trançado de ‘entrecruzar’ se ampliam nas categorias simples e xadrezados, como visto em Ribeiro (1985, p. 43). Adovasio (1977, p. 99) considera o tipo de tecnologia, e Mason (1976) amplia essa categoria em: trançado cruzado quadriculado ou xadrezado, arqueado, em diagonal ou sarjado, hexagonal. Assim, temos múltiplas variações que podem ser aplicadas e combinadas conforme o motivo e a função que se busca na estruturação do cesto.

Quanto ao *trançado cruzado em diagonal* ou sarjado, essa aplicação das talas na urdidura ou estrutura em diagonais cria uma trama sarjada, que são intersecções em ângulos e os agrupamentos das talas. Esta pode ser agrupada de um em um, dois em dois, ou três em três, e as tramas formam uma espinha de peixe (RIBEIRO, 1985, p.48).

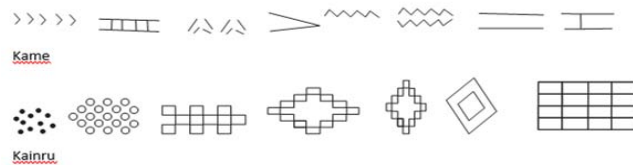
A técnica do *trançado cruzado hexagonal* exige uma experiência que demanda um bom cálculo mental devido às urdiduras em sua estrutura, que envolvem três elementos com três conjuntos para formar a trama, que são postos em direções verticais, horizontais e diagonais e que são entrelaçados a partir desses cruzamentos entre os elementos, que são as hastes na formação da urdidura ou estrutura.

Na cultura cesteira Kaingang, o aspecto da cosmologia das metades clônicas remeteria à atribuição do Kamé ao tipo de trançado encontrado na base quadrada, e a base circular ou umbigo remeteria ao Kainru, outro aspecto na forma e dimensão da cestaria Kaingang que atua como complementaridade às metades clônicas. Essas metades podem ser verificadas na aplicação do trançado com técnicas variáveis de entrelaçamento, entrecruzado e entretorcidos.

Tal processo de significação dos grafismos na composição dos mosaicos na cestaria também é conhecido como “marchetaria” – termo oriundo de uma convenção ocidentalizada. Adovasio (1977, p. 26-27) menciona a variação no sentido da geometrização e suas representações na cestaria Kaingang: para o Kamé, tem-se o riscado ou tracejado com a base do trançado quadrado, para o Kainru há a marca redonda ou em losangos, e também há a forma do trançado umbigo.

Nos modos entrelaçados e entretorcidos dessas variações, as ações ocorrem de modo que os elementos estão na horizontal ou na vertical, compondo-se na urdidura ou na estrutura. O cruzamento ocorre entre dois deles em um ângulo reto, formando uma grade em cada casa no entrelaçamento, uma torção simples. Esse tipo de tecnologia é encontrado no cesto-cargueiro (RIBEIRO, 1985, p. 52).

**Figura 1** - Os símbolos Kaingang desenhados por Mabilde (1983, p. 146), com base nos apontamentos de Borba (1908).



Fonte: Gnoatto, Lima e França (2015, p. 03), adaptado pelo autor.

Borba (1908) registrou os padrões em desenho, *Kãgrá*, relacionando a iconografia Kaingang dentro da própria tradução da língua indígena, afastando-a de uma classificação generalizante e tratando o objeto em sua especificidade étnica. Na concepção do autor, os elementos da iconografia Kaingang no Paraná estão relacionados aos sinais (*Fênja*) ou marcas clônicas *Rá* (marca), *Rá Téi* (riscado) e *Rá Ror* (círculo), além das pinturas corporais e grafismos (*Kong Gãr*) que identificam, respectivamente, as metades Kamé e Kainru, e a pintura de combate *Vein Kongat* (SILVA, 2001, p. 211).

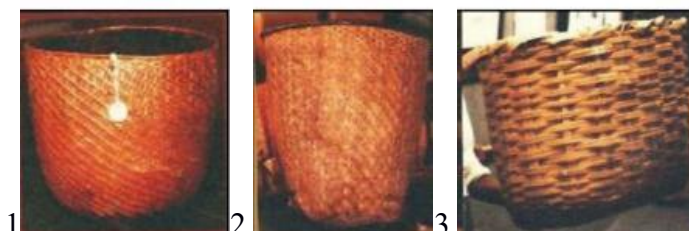
A técnica de trançado Kaingang (*Wõfy*) com grafismo (*Kong Gãr*) que faz a composição dos cestos (*Kre*) e tipos de trançado (*Kygyfy*), bem como as marcas nas formas dos cestos redondos e baixos (*Kre Rór*) e cestos roupeiros, altos/compridos ou abertos (*Kre Téi*), tem significado mesmo naqueles sem grafismos, podendo representar o trançado *Rá Téi* ou também o *Rá Ror*: os principais tipos de cesto considerados para o trabalho.

É comum perceber as marcas de identidade na produção indígena devido à predominância linear na cestaria, o que evidencia, dessa forma, uma padronização como as registradas abaixo e que atende ao aspecto morfológico, gráfico e espacial. Este aspecto foi observado durante a pesquisa de mestrado do autor Tadeu dos Santos, a partir do trançado Kaingang da Terra Indígena Ivaí, em 2017.

Na sintaxe visual, segundo Cavalcante e Pagnossim (2007), a base dos trançados também possui representação simbólica nos grafismos, morfológica e de posições/espacos vistos como redondos, quadrangulares, em forma de losango, baixos ou fechados, sendo chamados de *Ror* e representando a metade Kainru. Essa estrutura gráfica do cesto traz um rico significado nos estudos apontados por Silva (2001, p.181).

No estudo de Silva (2001) acerca da etnologia do grafismo Kaingang, é apresentada a seguinte classificação: os cestos se dividem nas categorias (1) *Konty* (MAE/USP-2580) - cesto com cera impermeabilizado para armazenar líquidos como água, mel, remédios; (2) *Kuaipe* (MAE/SP-4097) - cesto de trabalho de taquara; (3) *Koiñ* (MAE/USP-541) - cesto de trabalho leve e *Kong-gor* - cesto de trabalho bruto feito de lasca de taquara.

**Figura 2** – Exemplo de cestaria Kaingang.



Fonte: Silva (2001).

No século XVII, os Kuna teciam pequenos cestos à prova d'água “tão cerrados que dispensavam impermeabilização” (O'NEALE, 1986, p.334), como é o caso dos Kaingang (SILVA, 2001, p. 171-172).

As tiras ou talas que estruturam a composição dos cestos se entrelaçam na horizontal (*Ti Fãia*) e na vertical (*Ti Kuká*). As palavras em Kaingang presentes no cesto têm significado e se encontram nos eixos baixo e alto do cesto. Cestos com o eixo de cima aberto são denominados *Ian Kuky*. Quando eles possuem alça, são denominados *Ti Iãn*. Dentre as variações presentes nos cestos na geometrização, encontram-se os compostos em sua base (*Ngu*) e forma (*Ni*), redondo e (*ê*) quadrado.

Para Mason (1976), que discorre acerca do aspecto da classificação e do tipo de tecnologia empregado no trançado, este é definido por nomenclatura e pela função do objeto: cestos vasiformes, cestos gameliformes, cestos alguidariformes, cestos tigeliformes, cestos platiformes, cestos bornaliformes, cestos bolsiformes, cestos paneiriformes e cestos estoijiformes.

Cabe assinalar, como, aliás, já fizeram Mason (1976) em sua obra “*Handbook of South American Indiana*” e Adovasio (1977), que há uma imensa variedade de formas observada nos tipos trançados: *cruzados em diagonal* e *cruzado hexagonal*.

O trançado cruzado em diagonal é uma técnica muito utilizada nas cestarias e que é evidenciada nos grupos étnicos do Brasil. Para os Kaingang, a tradução para “tampa” é *Kritã*, e a tradução para “cesto” é *Kre*. A tradução para “trançado” é *Wõfy*. Para Adovasio (1977), Mason (1904; 1976) e Ribeiro (1985), esse trançado é classificado a partir da morfológica: ao

observar o trançado em sua forma, espacialidade e tecnologia (*Nog Noro*), verifica-se em sua proposição relações entre linhas horizontais, diagonais e paralelas, o que permite a aplicação das marcas de grafismo. Essa aplicação gráfica corresponde à marca *Rá Téi*, riscado ou fechado, e também à marca *Rá Ró*, redondo ou aberto. No caso em que o cesto possui as duas marcas juntas, diz-se *Rá Iãnhíá*, são marcas complementares no grafismo, *Kong Gãr*. Entre os Kaingang, esse trançado é denominado em sua forma como “roupeiro” ou “cesto cargueiro”.

O trançado hexagonal possui variações na sua tipologia: trançado hexagonal reticular, trançado hexagonal triangular ou treliça e trançado hexagonal oblíquo. Nessa tecnologia, atende-se ao tipo de cesto cargueiro.

O trançado torcido comum é uma tecnologia comum aos indígenas norte-americanos. Essa operação é compreendida na categoria em que o urdume é constituído de um único elemento e a trama, de dois elementos torcidos um sobre o outro. As variações dessa tecnologia são: trançado torcido vertical, trançado torcido gradeado, e trançado torcido horizontal (RIBEIRO, 1985, p. 55).

O trançado costurado ou espiralado utiliza em sua base o elemento horizontal. A costura ocorre no elemento vertical, que cria a conexão da urdidura ou estrutura. Também é exigido um maior preparo no manejo das fibras. Essa tecnologia conta com outras variações, como: trançado costurado com falso nó, trançado costurado com ponto de nó, trançado costurado com ponto longo, trançado costurado espaçado.

Há outros tipos de trançado, como o umbigo asterisco. É uma técnica que constitui os elementos da urdidura em posição radial, ou seja, são interseções que se sobrepõem em um eixo ao irem se entrelaçando à sua base. Assim, cria-se uma trama na qual os elementos vão sendo acrescentados continuamente com novas talas ao urdume. Outra variação dessa técnica que pode ser utilizada é o trançado torcido, o qual possui as suas variações, como mostra Adovasio (1977, p. 32).

Ribeiro (1985) destaca que o trançado do tipo umbigo é o mais recorrente na cestaria indígena brasileira. As categorias do trançado sarjado são as que designam o *olho* a *ampulheta* e o *diamante*.

Os arremates dos cestos são uma tecnologia que vale a pena destacar em virtude de seu refinamento sobre as variações, na classificação proposta por Adovasio (1977), são descritas as relações sobre o acabamento dos cestos, as aplicações e a divisão da técnica: os tipos de trama que compõem as paredes dos cestos são aplicados às variações dos trançados costurado, torcido e sarjado. Nessa perspectiva, o acabamento é definido em dois tipos principais: de ourelas ou

bordas. E suas variações são nomeadas como (1) tosquiado, (2) auto-remate, (3) auto-remate múltiplo ou intricado e (4) espiralado.

Quanto às variações de acabamentos, estes podem ser com reforço de aro plano-côncavo, aro do lado externo, acabamento com reforço de aro roliço aplicado na parte interna e costurado com fio disponível, acabamento com aros múltiplos, adição de vários aros costurados um a um com fio disponível e acabamento com reforço apartado utilizado para cesto cargueiro, o que exige uma costura reforçada (RIBEIRO, 1985, p.70). Por fim, o acabamento anelar é um tipo de tecnologia no qual há o remate com beiral reforçado, um acabamento que pode compor os trançados torcidos, costurados e sarjados.

### **Considerações finais**

No campo da pesquisa em etnohistória, o objetivo foi identificar como estas singularidades e regularidades presentes na execução da cadeia operatória do trançado podem ser identificadas na produção do repertório de marcas na cestaria, considerando versões descolonizadas nos componentes significativos nas terras indígenas de Palmas, Rio das Cobras e Ivaí no tempo presente.

A partir da revisão bibliográfica efetuada sobre as atribuições metodológicas dos autores que discutem as nomenclaturas e classificação das tecnologias utilizadas no trançado indígena, percebemos que foram seguidos conceitos ocidentais e, conseqüentemente, uma perpetuação do aspecto genérico nas representações coletivas da cultura cesteira. Tal conclusão pode ser encontrada nos estudos de Ribeiro (1987) ao se realizar uma aproximação com os estudos de Adovasio (1977) e Mason (1904; 1976) discorrem os aspectos macrohistóricos sobre as categorias e classificações – algo que não pode ser aplicado em comparativos, principalmente no campo das diversidades étnicas.

Diante destes fatos, constatou-se que cada grupo étnico manifesta relações específicas em sua forma de representação simbólica na cestaria. Foi possível compreender, a partir da construção da etnohistória na produção de repertórios levantados a partir das análises, que o grupo étnico evidencia por meio de sinais diacríticos próprios o seu senso de pertencimento em relação ao espaço geográfico diante de suas constelações de agenciamento simbólico. Devido a tais singularidades e distinções, nada disso se aplica às classificações genéricas, como foi o caso verificado nos repertórios estudados, presentes na cestaria Kaingang em três terras indígenas do Estado do Paraná.

## Referências

- ADOVASIO, J. M. *Basketry technology*. Aldine Publishing Company, Chicago, 1977.
- AMBROSETTI, Juan Bautista. *Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones)*. Compañia Sud-Americana de Billetes de Banco. Revista del Jardin Zoológico de Buenos Aires, Tomo II, 1895.
- BALANDIER, Georges. *El concpeto de situación colonial*. Ciudad de México, s.e., 1972.
- BALFET, H. *La vannerie: essai de classification*. L'Anthropologie 1952. 56: 259-280.
- BALDUS, Herbert. *A mudança de cultura entre índios no Brasil*. In: BALDUS, Herbert Ensaio de Etnologia Brasileira. 2.ed. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/INL-MEC (Coleção Brasileira, vol. 101). 1979. p.160-186. (1.cd. 1937).
- BORBA, Telêmaco. *Breve notícia sobre os Índios Caingangues, que, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagy e Uruguay*. In: Actualidade indígena (Paraná, Brazil). Curitiba: Impressora Paranaense, 1908, p16-17.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Programa Nacional de DST e Aids*. Distritos Sanitários Especiais Indígenas - Diretrizes para implantar o Programa de DST/Aids / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde. 2005. 96 p. Série Manuais n. 64. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diret\\_indigena.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diret_indigena.pdf).
- BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- BROCHADO, José Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Urbana: University of Illinois. (PhD Dissertation), (1984).
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CAVALCANTE, A. L. B. L.; PAGNOSSIM, C. M. C. *Estudo da sintaxe da linguagem visual na cestaria Kaingáng*. Anais do Congresso Internacional de Pesquisa em Design, v.1. 2007.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *A estudos econômicas da América Latina e do Caribe*, Editorial: CEPAL julho 2015, 14 p. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/38716-estudo-economico-america-latina-caribe-2015-desafios-impulsionar-o-ciclo>. Acesso: 23/10/2021.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon, 1998.
- GOODY, Jack. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GUSS, David M. *Para tecer e cantar: arte, símbolo e narrativa na floresta tropical da América do Sul*. Berkeley: Universitu California Press, 1989. 274 p.
- FERNANDES, José Loureiro. *Os Caingangues de Palmas*. In: Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, v. I, p. 161-229, 1941.

- GNOATTO, Luciana Sabrina; LIMA, Thais Dyck; FRANÇA, MaurenSchafer. Coleção de Estampas Kaingang da Marca Curiô. *Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR*. Curitiba, 2015. Disponível em: <[https://eventos.utfpr.edu.br//files/conferences/1/schedConfs/1/papers/anais\\_2015/2015\\_2.pdf](https://eventos.utfpr.edu.br//files/conferences/1/schedConfs/1/papers/anais_2015/2015_2.pdf)> Acesso em: 23 mar. 2021.
- HANKE, Wanda. *Vocabulário del dialecto Caingangue de la Serra do Chagú*, Paraná. Arquivo do Museu Paranaense v. 6,1947.
- HANKE, Wanda. Estudos complementares sobre a cultura espiritual dos índios Caingangues. In: HANKE, Wanda. Ensaio de una gramática dei idioma caingangue. *Arquivos do Museu Paranaense*, 8: 137-146. Curitiba. 1950.
- HENRY, Jules. *Jungle People, a Kaingáng Tribe of the Highlands of Brazil*. New York, Vintage Books, 1964.
- Hill, Sarah H. *Weaving New Worlds: Southeastern Cherokee Women and their Basketry*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KINDELL, G. *Kaingáng basketry*. In: Gudschinsky, S.C. (Ed.), *Estudos sobre línguas e culturas indígenas: trabalhos linguísticos realizados no Brasil*. Instituto Linguístico de Verão, Brasília, 1971 p.143-173.
- JAENISH, Damiana Bregalda. *Objetos sujeitos* In: (Orgs.) FAGUNDES, L. Fernando Caldas; FARIAS, J. Maurício. *Objetos-sujeitos a arte kaingang como materialização de relações*. Porto Alegre: FUNAI/CR Passo Fundo/CTL Porto Alegre /Editora Deriva, 2011.
- LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 2011. p.133-165.
- LAGROU, Els. 2007. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)*. Rio de Janeiro: TopBooks. 565 p.
- LEHMANN, J. *Systematik und Geographische Verbreitung der Geflechtsarten*. *Abhandlungen und Berichte des Koniglich Zoologischen und Anthropologisch- Ethnographischen Museums zu Dresden XI: 3*. 1907.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MASON, Otis Tufton.. *Indian basketry. Studies in a textile art without machinery*. Doubleday, Page & Company, New York, 1. 1904
- MASON, Otis Tufton. *Aboriginal American Indian Basketry*. Peregrine Smith, Inc, 1976. (reprint of 1904).
- MANISER, Henry Henrikowitch. *Les Kaingangs de São Paulo*. 23th International Congress of Americanists (1928). New York, 1930, p. 760-791
- MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul : 1836-1866*. São Paulo: Ibrasa; Brasília : INL, 1983. 246 p. (Biblioteca Estudos Brasileiros, 14)
- MÉTRAUX, Alfred - *The Caingang* - In : "Handbook of South Anisrícán Indlans". Washington, J. Steward,ed., 1946, vol. 1, part 3, pp. 445-475.
- MONTEIRO, John M. *Armas e armadilhas: história e resistência dos índios*. In: NOVAES, Aauto (Ed.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 237-249.

- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 1994.
- MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). Uri e Waxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: UEL, 2000. p.377.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *Etno-história: uma metodologia transdisciplinar da história de povos indígenas*. Patrimônio e Memória, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-16, julho-dezembro, 2014.
- NOELLI, Francisco S. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, K.; MOTA, L.; NOELLI, F. S. (Org.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004. p. 19-55.
- O'NEALE, L.. Cestaria. In: Ribeiro, B. (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Vozes, Petrópolis. 1986, p.323-349.
- SCHADEN, Egon *Aculturação indígena: ensaios sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos*. São Paulo, Pioneira. 1959.
- SILVA, Sergio Baptista da. *Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- SCHMIDT, Max. Estudos de Etnologia Brasileira, Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Schmidt, Max. 1955. Autobiografia de Max Schmidt, *Revista de Antropologia*, São Paulo. 3, 1942. p. 115-124.
- SANTOS, Tadeu dos. *Arte, identidade e transformações na cestaria Kaingang da Terra Indígena Ivaí, no contexto de fricção interétnica*. (dissertação de mestrado) UEM- Maringá 2018, p. 237. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5347>
- RIBEIRO, B. A civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo,1980.
- RIBEIRO, B. *A arte do trançado dos índios do Brasil*. Um estudo taxonômico. Museu Parense Emílio Goeldi, Belém; Instituto Nacional de Folclore, Rio de Janeiro.1985.
- RIBEIRO, B. A arte de trançar: dois macroestilos e dois modos de vida. In: Ribeiro, B. (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Vozes, Petrópolis, 2, 1986a. p.283-313.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- TRIGGER, Bruce G., and James F. Pendergast Saint Lawrence Iroquoians. In Handbook of North American Indians: Vol. 15, Northeast, edited by Bruce G. Trigger, pp. 357-361. *Smithsonian Institution Press*, Washington, DC. 1978
- TRIGGER, Bruce G. *Ethnohistory: problems and prospects*. Ethnohistory, [S.l.], v. 29, n. 1, p.1-19, winter, 1982.
- TOMMASINO, Kimiye. *Teritório e Territorialidade kaingang. Resistência cultural e historicao de um grupo Jê*, in: MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). Uri e Waxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: UEL, 2000. p.191-226.
- URBAN, Greg. História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas. In: Cunha,



Manuela C. da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992, p. 87-102.

VEIGA, J. *Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional*. Dissertação (Mestrado)–PPGAS/Unicamp, Campinas, 1994.

WOLF, Eric R. *Europa y La gente sin história*. México DF: FCE, 2005.

## “OS PANOS SUJOS LAVAM-SE EM CASA”: A BIENAL INTERNACIONAL DE 1977 E A ARTE POPULAR DE JUAZEIRO NO TRIBUNAL DOS GENERAIS

Tereza Cândida Alves Diniz. Doutoranda UFPE/PE e bolsista CAPES. Orientadora: Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto. E-mail: terezacandidadiniz@gmail.com

**Resumo:** Em 1977, na 14ª Bienal Internacional de São Paulo, o poeta e xilógrafo José Stênio Silva Diniz, inscrito na categoria “*arte catastrófica*”, teve sua participação cancelada em virtude da exposição de cinco painéis fabricados artesanalmente com tintas e esponjas que faziam alusão ao cerceamento da liberdade. Os trabalhos foram censurados pela organização e impedidos de serem avaliados pela comissão julgadora. Relegado não somente ao esquecimento, o artista viu sua produção desaparecer, visto que nunca devolveram suas obras. Das imagens, restaram fotografias e memórias. Este trabalho analisa a produção de Stênio Diniz na Bienal, tomando as imagens como objetos sintomáticos de uma dada temporalidade histórica, carregadas de sentidos outros, ao mesmo tempo que fabricadas na intencionalidade de denunciar e subverter uma ordem. Produção que não interessava ao Brasil, pois representava para as autoridades governamentais uma ameaça à imagem administrativa daquele momento, que censurava e escondia a miséria social que vivia parte da nação.

**Palavras-chaves:** Artes Plásticas, Bienal, Ditadura Militar.

### 1977, a 14ª Bienal Internacional de São Paulo

Hoje apresentamos ao público uma Bienal que sofreu alterações radicais. Pela primeira vez ela foi programada por um Conselho de Arte, ao qual outorgamos completa autonomia para ir ao encontro dos interesses dos artistas e dos críticos de arte [...] o novo regulamento é, sobretudo, um instrumento aberto de reciclagem e estimulará com certeza a permanente sintonia da Bienal com as correntes mais vivas do pensamento contemporâneo [...] O nivelamento das participações não será mais de caráter político, mas sim de criatividade. Abolimos a palavra artista, substituída por autor-autoria: minimizamos a palavra arte, pois parece-nos que os termos obra ou projeto melhor correspondem à realidade de nossa busca (Catálogo 14ª Bienal, 1977, p. 1-2).

Assim definiu Oscar P. Landmann, presidente da 14ª Bienal<sup>540</sup> Internacional de Artes de São Paulo de 1977, aberta ao público de 01/10/1977 a 18/12/1977. A intencionalidade discursiva tinha como objetivo apresentar um novo formato ao evento, marcado pela criação de um “Conselho de Arte e Cultura<sup>541</sup>” - CAC, responsável pela organização e administração da exposição.

<sup>540</sup> A Bienal de São Paulo, antiga (Bienal Internacional de Artes) foi inaugurada em 1951 e ocorre a cada dois anos na cidade de São Paulo. É considerada um dos três principais eventos do circuito artístico internacional, junto à Bienal de Veneza e Documenta de Kassel. A 14ª Bienal Internacional de São Paulo contou com a participação de 302 artistas, 476 obras e 36 países.

<sup>541</sup> O conselho era formado por artistas nacionais, internacionais e uma secretária: Alberto Beuttenmüller (poeta, jornalista e crítico de arte), Clarival do Prado Valladares (Crítico e historiador de arte, fotógrafo, poeta e médico), Leopoldo Ramo, Lisetta Levi (crítico de arte e professor de filosofia), Marc Berkowitz (crítico de arte), Maria Anna Olga Luisa Bonami, (artista, gravurista, pintora, curadora, muralista), Yolanda Lederer Mohalyi (1909-1978), (pintora e desenhista húngara, naturalizada brasileira) e Maria Cecília Martins Pimenta (Secretária).

A direção da Bienal se propunha, se não apagar, ao menos minimizar os efeitos das censuras ocorridos em anos anteriores, especificamente nas bienais de 1967 e 1969, período em que a repreensão se apresentou quase abertamente no regulamento dos participantes. Nessas, especificamente, as regras definidas para a participação dos artistas e suas obras, foram de difícil violação. Senão vejamos:

No catálogo que trata sobre as normas da 9ª Bienal, no quesito “Advertência” lê-se: “a não indicação do proprietário aponta a obra de propriedade do artista” (Catálogo 9ª Bienal, 1967, p. 681). A expressiva vigilância sobre a autoria do objeto, sinalizou a força da censura implícita no regulamento.

O inciso que trata da autoria da obra foi duplamente eficiente, primeiro porque punia a não identificação do autor e segundo porque não isentava a identificação do proprietário responsável pelo objeto, que sofria as devidas sanções por parte da organização, que por sua vez poderia implicar em censura e prisão.

Na 10ª edição de 1969, porém, observa-se uma expressiva resistência por meio de um radical esvaziamento de obras e artistas, nacionais e internacionais, ficando conhecida como a “Bienal do Boicote”<sup>542</sup>, onde 80% dos inscritos e selecionados recusaram-se a participar da 10ª Bienal em protesto ao Ato Institucional n.5 (AI-5), recém-lançado no Brasil.

Os anos 70<sup>543</sup> é considerada o período mais crítico da Fundação da Bienal e da sua história, marcando um declínio nas bienais que perdurou por quase toda a década. É simbólico que nesse período haja uma escassez documental no acervo.

Visando reverter experiências malsucedidas, a organização da Bienal de 1977, deliberou a criação do Conselho de Artes, formado em sua maioria por artistas, curadores, críticos e

<sup>542</sup>Corroborou com o boicote o fechamento da *Pré-Bienal de Paris* em maio de 1969 pelos militares. A mostra que reuniria os principais expoentes das artes plásticas brasileiras no MAM - Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi encerrada horas antes da abertura. No mesmo ano, baseados nas declarações de testemunhas e em documentos que provavam a existência de censura à atividade artística no Brasil, 321 artistas, intelectuais e críticos de arte “quando, no Museu de Arte Moderna em Paris”, produziram um “Manifesto Não à Bienal” ou em francês “Non à la Biennale”, em repúdio a conjuntura política, a censura às obras, a liberdade de criação e à postura agressiva da ditadura. Sobre a censura as Bienais consultar: FONSECA, Liziane Nolasco & ARRIEDA Eduardo. História da Arte no período da Ditadura Militar. (1964-1985), *Revista Seminário de História da Arte*. Pelotas, v. 1, n, 8, 2009, p. 1-9 e *O AI-5 e a Pré-Bienal de Paris* - <https://artebrasileiros.com.br/opinioao/coisas-da-historia/o-ai-5-e-a-pre-bienal-de-paris/>. Acesso em: 22/10/2021.

<sup>543</sup>. Na década de 60, os movimentos culturais de ideários revolucionários estavam vinculados aos partidos e organizações políticas. A arte e à cultura teriam a tarefa de conscientização do povo, possível somente através do resgate da cultura. Na segunda metade da década de 70 a arte política não visava mais a conscientização do povo sobre seu papel revolucionário, se tornou mais uma forma de luta contra o regime do que um instrumento para revolução. A emergência era a luta pela democratização e as manifestações culturais tinham um teor mais rebelde que revolucionário. Contestava-se a ordem, debochava-se do regime, o fim da censura e a contracultura serviu a este objetivo.

historiadores da arte. O esforço empreendido pela organização, porém, não foi suficiente para apagar as marcas do passado recente, haja vista que o contexto político era de ditadura e, consciente ou inconsciente, o regulamento deixava escapar vestígios de uma continuidade marcada pela censura da Bienal.

No quesito organização, o Conselho da 14ª Bienal, formado em sua maioria por artistas, curadores, críticos e historiadores da arte, dividiu a exposição dos espaços em núcleos temáticos onde as obras seriam alocadas e definiu os modelos que deveriam ser aplicados na seleção dos artistas da Bienal.

A exposição possuía dois modelos temáticos, divididos por categorias: Exposições Antológicas (em substituição às antigas salas especiais), Grandes Confrontos e Proposições Contemporâneas, esta última dividida em sete temas: Arqueologia do Urbano, Recuperação da Paisagem, Arte Catastrófica, Vídeo Arte, Poesia Espacial, O Muro como Suporte de Obras, Arte Não-Catalogada.

O CAC outorgou a cada proposição artística um significado e uma linguagem distinta das bienais anteriores. Parte das mudanças correspondera a inserção de novos significados e formatos artísticos nos quais foram criados para adaptarem-se à Bienal, se diferenciando radicalmente de modelos anteriores<sup>544</sup>.

O edital vinculado à 14ª Bienal fora inspirado na Bienal de Veneza e, conforme os organizadores, era uma solução que “visava conter o excesso de obras e dar unidade ao evento”, portanto a solução foi separar e conceituar as obras.

No Catálogo, a *Arte Catastrófica* foi definida nos seguintes termos:

Lugar onde todas as manifestações que envolvam contingência com grandes perturbações do universo e do mundo atual. CATÁSTROFE significa, na atualidade, as condições mais profundas que envolvem o homem como criatura e como ser coletivo (Homem vs Natureza, Natureza vs Homem e Homem vs homem) (Catálogo da 14ª Bienal, 1977, p. 8).

Mas de quais excessos a Bienal se propunha a se livrar e qual tipo de “unidade” se propunha a apoiar? Quais manifestações podem emergir de contingências e perturbações do mundo atual? Que tipos de Catástrofes se apresentam como sintomas da sociedade por meio das obras artísticas? Essas e outras perguntas resultaram dos vestígios que restaram do evento.

### **Stênio Diniz e sua *Arte Catastrófica*: o “popular” assombra**

Em 1976, Stênio Diniz viajou para São Paulo afim de participar da 11ª Feira da Bondade.

<sup>544</sup> A VIII Bienal de São de Paulo de 1965, tinha como tema Surrealismo e Arte Fantástica.

Na cidade, hospedou-se provisoriamente na residência de “rei”, um comerciante que negociava artesanatos do Nordeste e os revendia em São Paulo. Na casa do anfitrião, a rotina era agitada e as noites festivas o que deixou Stênio incomodado.

Em contato com a amiga e artista Sulamita Mareines<sup>545</sup>, relatou sobre seu cotidiano em São Paulo e suas dificuldades para trabalhar. Mareines, sensível às intranquilidades do amigo, convidou-o a se hospedar em seu sítio em Ibiúna, interior de São Paulo. A artista propôs a Stênio escrever um projeto para participar da Bienal e, como tinha experiências em outras bienais, acreditou que o artista tinha condições de ser selecionado.

Stênio, porém, afirma que começou a escrever o projeto “desacreditado”, mas, pelo fato de estar hospedado na casa da artista, fez a inscrição, como uma forma de dar satisfação.

A descrença na seleção era legítima, uma vez que, em anos anteriores, havia tentado a “Nacional”<sup>546</sup>, em Fortaleza, e não fora aprovado. Stênio, acreditava na incidência de outros fatores não relacionadas às “regras” da Bienal: “eu sempre ouvi falar que só quem participava era os medalhões né, e eu, um caba novo (19 anos), começando né porque eu só tinha a essa altura sete (7) anos de arte<sup>547</sup>.”

A narrativa sugere a dificuldade de inserção de alguns artistas em eventos de grande porte como a Bienal, sinaliza a rigidez no processo seletivo e o favorecimento de artistas já conhecidos e renomados no cenário nacional e internacional.

Embora tenha participado da produção da 1ª Bienal das Artes de Juazeiro e de algumas exposições, nada se comparava à Bienal Internacional. A falta de experiência, a pouca idade, o medo da concorrência associados ao pressuposto de que havia “indicações” nas seletivas, enfraqueceu a expectativa do artista.

O projeto foi outra dificuldade, tudo era novo e Stênio teve que se resignificar escrevendo. Apesar de ter recebido orientações da amiga, a escrita do projeto demandava o envio das “fotografias” das obras, essas seriam enviadas em anexo junto ao projeto. Porém, das orientações que recebera de Mareines, recorda que não havia necessidade de: “mostrar imagem,

<sup>545</sup> Sulamita Mareines (1936-), também conhecida como Sula Back Mareines, é artista, ceramista e fotógrafa.

<sup>546</sup> De acordo com a documentação gerada pela *I Bienal Nacional*, em 1970, eram realizadas seleções prévias de artistas em outros Estados do Brasil e seguiam para São Paulo apenas aqueles escolhidos pelos júris das mostras regionais. As Representações Nacionais era uma espécie de “trampolim” para adentrar na Internacional, as exigências consistiam em que se seguissem os temas propostos pela Bienal de São Paulo para a seleção de artistas. A última edição da Nacional ocorreu em 1976. Sobre as seleções, consultar: site ZAGO, Renata Cristina de Oliveira Maia. *As Bienais Nacionais de São Paulo: 1970-76*. 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais - ANPAP - Salvador, Bahia. Acesso em: 18/10/2021. Site: [http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/chtca/renata\\_cristina\\_de\\_oliveira\\_maia\\_zago.pdf](http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/chtca/renata_cristina_de_oliveira_maia_zago.pdf).

<sup>547</sup> José Stênio Silva Diniz em entrevista concedida a Tereza Cândida Alves Diniz, Juazeiro do Norte-CE, 16 març.2020.

nada, era apenas o texto, o que você quer fazer na Bienal e especificar direitinho o que pretendia mostrar” (Entrevista cedida em 16/03/2020).

A inscrição foi realizada e o trabalho de Stênio foi aprovado pelo CAC, muito embora não tenha sido possível enviar a tempo fotografias do material para constar no Catálogo da Bienal. Ora, não existia nenhuma fotografia das obras porque não havia obras a serem apresentadas. Mas, o que foi escrito no projeto segundo o autor?

Eu estava com a intenção de fazer uma denúncia acerca da situação brasileira né, porque era época de ditadura sabe, e eu tinha presenciado sabe muitas atrocidades cometidas pelo regime, aí eu achei que era uma hora boa de que eu participasse porque se eu participasse eu iria ter contato com a imprensa internacional e a imprensa iria divulgar o que eu falasse, pensei assim né, então eu fiz o projeto, intitulado “*Prisão como Consequência de Emigração*” (Entrevista em 16/03/2020).

Sobre a justificativa, narra que escreveu:

Na linha do que os próprios militares gostariam de ouvir, então isso aí eu acho que facilitou para que o projeto ser aprovado, porque aí eu falava, defendia que o Nordeste não fosse para o Sul, que ficasse por aqui, não fosse procurar dias melhores por lá, porque lá poderia findar, sabe, no máximo virando gari, indo pra prisão porque poderia incorrer de pela necessidade cair no mundo do crime, esse tipo de coisa, ou seja, falando que o Nordeste permanecesse aqui, não fosse pra lá porque seria pior, aí aprovaram o meu projeto [...] aí eu digo agora eu tenho que ver como é que eu coloco visualmente uma coisa que, sabe, contundente, então eu executei cinco painéis de três (3) metros de altura<sup>548</sup>.

Embora não tenhamos acesso aos projetos escritos na Bienal de 1977, acreditamos que a narrativa discursiva do artista no projeto já se constituiria motivo de censura. Parte das obras da 14ª Bienal Internacional aparecem no Catálogo por meio de fotografias, inclusive a do vencedor, o artista plástico José Roberto Aguilar<sup>549</sup>. Sobre Stênio Diniz, não há imagens, apenas informações como: endereço, algumas exposições, prêmios, técnicas a serem utilizadas e a área de ocupação.

No geral, no Catálogo constam: homenagens, organização, conselho, regulamentos, países participantes, autores convidados, artistas e obras. No quesito regulamento, destacamos a permanência da identificação do autor/obra, comum nos catálogos. Ocorre que, estávamos num período militar onde qualquer material considerado subversivo automaticamente seria de fácil localização.

<sup>548</sup>José Stênio Silva Diniz em entrevista concedida a Tereza Cândida Alves Diniz, Juazeiro do Norte-CE, 16 març.2020.

<sup>549</sup>O artista plástico José Roberto Aguilar (1941-), foi o vencedor da 14ª Bienal de São Paulo com a instalação “Circo Antropofágico Ambulante Cósmico e Latino-Americano apresenta: a transformação do tabu em totem”. A arte de Aguilar foi enquadrada como arte-não catastrófica.

Na lista de participantes, Stênio foi enquadrado como “Ilustrador de literatura de cordel de José Bernardo da Silva”, e embora o fosse, o enquadramento descrito no catálogo limitara outras possibilidades artísticas. O fato é que as habilidades do artista não se limitavam apenas à função de ilustrador e gravurista de capas de folhetos, na época, Stênio já produzia *álbuns*, xilogravuras em tamanhos maiores e alcançara certa visibilidade nacional.

Por último, a ênfase recai no material e na técnica empregada nas obras “SEM TÍTULO, 1977. Técnica Mista – papel, tinta gráfica, goivas, estiletes, rolos, tira-provas (5 painéis de 275 cm. x 122 cm.). Área: 12 m. x 12 cm” (Catálogo da 14ª Bienal, 1977, p. 51). O enfoque no material técnico, aponta que a organização da Bienal esperava encontrar xilogravuras.

Diferentemente do acordado no projeto, Stênio improvisou uns “canos retorcidos”, “luvas” e “cordas” que encontrou no galpão onde funcionou a Bienal. Já que o tempo era curto para produzir xilogravuras e “como tudo meu é de improviso” resolveu transformar resíduos em “obras de arte”. Sobre a mudança na produção afirma que:

Não fiz de xilogravura, porque gravura de três metros seria impossível, o tempo também não daria pra fazer e a técnica da xilogravura eu achei também que não iria ficar dar uma plasticidade pra uma coisa a nível internacional aí tinha que ser uma coisa inovadora, aí como eu fazia já uns trabalho com esponja e matrizes recortadas, eram matrizes grandes, eu emendava várias (Entrevista em 16/03/2020).

O que Stênio denomina de produção inovadora a “nível internacional”, poderia ser incompatível ao que foi proposto no projeto, não no sentido da criação artística, mas pela quebra de regras. O artista lembra que no projeto escreveu que ele mesmo “explicaria a obra”, quando da passagem do Júri<sup>550</sup>,

Não tinha nada escrito, vou falar isso, vou falar aquilo, era o que fluísse [...] eu escrevi que um poeta popular iria explicar o projeto [...] eu me dei o direito de estar dentro no dia do julgamento [...] porque no nenhum artista é dado o direito de no dia que o júri tá visitando o artista mão pode tá dentro, mas eu dentro do projeto abri exceção pra mim mesmo [...] eu sabia tinha pra minha defesa que tava escrito no projeto [...] uma pessoa transitando dentro já é crime, fiquei confinado dentro, aonde tem aqueles bonecos lá, sentadinho... (Entrevista em 16/03/2020).

<sup>550</sup> Eram dois tipos de jurados, de seleção e premiação. Participaram no júri de seleção: Olívio Tavares de Araújo (crítico de artes visuais, curador, colecionador, documentarista, jornalista e crítico de música), Radhá Antonia Pinto *Abramo* (crítica e historiadora da arte). No júri de premiação: Clarival Prado Valladares (médico, escritor, professor, poeta, pesquisador e crítico de arte), Marcia Tucker (historiadora de arte americana, crítica de arte e curadora), Tucker no mesmo ano fundou o Novo Museu de Arte Contemporânea, em Nova York - americana), Toshiaki Minemura (crítico de arte – japonês).

Uma alteração dessa proporção num evento como a Bienal Internacional foi uma manobra arriscada, sob pena do artista ser eliminado no ato de montagem da exposição, sem o direito de participar da seleção de premiação.

No Catálogo da Bienal, o artista “popular” teve sua produção enquadrada na categoria “Grandes Confrontos e Proposições Contemporâneas” no quesito “Arte catastrófica”, assim como dito anteriormente, a Bienal propunha “mudanças”. Mas o que seria “Arte Catastrófica” para a organização?

Todas as manifestações que envolvam contingência com grandes perturbações do universo e do mundo atual. CATÁSTROFE significa, na atualidade, as condições mais profundas que envolvem o homem como criatura e como ser coletivo (Homem vs Natureza, Natureza vs Homem e Homem vs homem) (Catálogo 14ª Bienal, 1977, p. 8).

Mas, de quais excessos a Bienal se propunha a se livrar e qual tipo de “unidade” se propunha a apoiar? Quais manifestações podem emergir de contingências e perturbações do mundo atual? Que tipos de Catástrofes se apresentam como sintomas da sociedade por meio das obras artísticas?

### **As imagens das imagens**

Algumas questões são problematizadas por meio de vestígios, visto que das obras restaram apenas oito fotografias<sup>551</sup> guardadas em seu “arquivo” e as memórias do artista sobre o evento. Retratamos abaixo três imagens referentes aos “painéis, três de “esculturas” e duas concernentes ao espaço de abertura destinado ao artista.

Na medida em que mostra as fotografias, Stênio atualiza as memórias do evento, acrescenta ou subtrai informações. Tais resíduos foram utilizados visando dar sentidos e significados às obras.

Em entrevista concedida a historiadora Rosilene Melo em 2009, o artista esclarece que para criar, dar a ideia de “prisão” nas obras utilizou-se de montagens de “cenas”: “cenas de figuras presas, abandonadas, desesperadas [...] um som ambiente de peia e grade se fechando e grito” (MELO, 2009). Acreditamos que com os sons buscou dar realidade ao cenário das torturas ocorridas nas prisões.

Sobre os “painéis”, Stênio explica: “eu desenhava e fazia as janelinhas, recortava e com a esponja eu ia formando a figura, era com tinta gráfica, esponja, dessa esponja de lavar prato,

<sup>551</sup>Além das fotografias, até o presente desta tese, não localizamos nenhuma imagem das obras de Stênio na 14ª Bienal Internacional de 1977.



então eu ia batendo e preenchendo os espaços e formando as figuras” (Entrevista em 16/03/2020).

Na fotografia à esquerda, onde aparece a figura de um homem deitado, explica: “aí eu coloquei uma cena [...] um cara inerte ali, parado com uma barra de ferro, assim, por cima da pessoa”. À direita, na figura de braços abertos, assevera: “isso aqui é a liberdade”<sup>552</sup>.

Figura 1- Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

Figura 2 - Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

Sobre a terceira imagem, afirma: “isso aqui é o pânico, de solidão, das pessoas dentro da prisão”.

<sup>552</sup>José Stênio Silva Diniz em entrevista concedida a Tereza Cândida Alves Diniz, Juazeiro do Norte-CE, 16 març.2020.

Figura 3 - Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

Na fotografia, três corpos parecem se entrelaçar, sendo que o corpo ao fundo da imagem com a mão direita sobre a cabeça parece sair de dentro do primeiro corpo. Aos pés dos três, um corpo aparece sentado com as pernas contraídas e com mãos cruzadas parece fitar o leitor, embora indiferente ao que ocorre por trás. Suas faces estão invisibilizadas, desfiguradas e sem identificação.

Sobre a produção das obras e a montagem do espaço, esclarece:

Eu encontrei na Bienal uns canos aí eu botei como grade pra que as pessoas entrassem já através das grades e a sala toda preta, você ver que o fundo é preto [...] Comprei luvas cirúrgicas, enchi de areia, então aí eu coloquei em cima de cubos que eu encontrei dentro da bienal e cordas que se entrelaçavam nas mãos e as mãos pedindo socorro [...] as amarras mesmo que existia. Pronto, aí isso era bem no final aqui assim, tá meio escuro não dar pra ver, aí eu coloquei uns canos retorcidos como sendo grades, aí eu, somente eu tive acesso a ir atrás e fazer essa foto (Entrevista em 16/03/2020).

Figura 4 - Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

Figura 5 - Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

A imagem das “grades” e a inscrição “prisão” na entrada principal do espaço destinado as obras de Stênio foi naquele momento não somente uma afronta aos militares, mas um modo de resistência acompanhado de denúncia das censuras e torturas estabelecidos até então.

Entrar por entre as “grades” significou naquele período o desejo de demonstrar a solidão e as incertezas decorrentes das prisões na ditadura. Posteriormente, as “grades” ganharam novos significados, de sinônimos de “prisões” se tornaram testemunhas de sua participação na Bienal de 1977.

A fotografia também possui uma dupla funcionalidade. Ao posar como “modelo” na imagem, monumentalizou sua participação no evento, visto que enquanto documento, a fotografia perpetuou a memória do artista popular numa Bienal Internacional.

Figura 6 - Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

Na fotografia abaixo, explica: “são bonecos feitos de palha, um sentado, outro deitado, outro se desfazendo [...] como era de palha, aí se desmilinguia como se fossem pessoas se desfazendo” (Entrevista em 16/03/2020).

Figura 7 - Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

Figura 8 - Fotografia



Fonte: Acervo pessoal Stênio Diniz, 1977.

A partir das fotografias e das narrativas construídas por meio das imagens, identificamos que as obras de Stênio são produtos de uma artimanha vivida no cotidiano pelo homem ordinário. As obras apontam que o artista se utilizou de materiais utilizados no dia a dia, dentre os quais, esponjas de lavar prato, cordas, tinta gráfica e os transformou em objetos artísticos de alta relevância social.

### **A censura**

Quando da passagem do júri de premiação, Stênio recorda que permaneceu em seu estande, do horário da abertura pela manhã até o seu fechamento “cinco horas da tarde”, esperando sua vez de ser avaliado. Sem que fosse visitado, resolveu ter com a administração da Bienal.

No percurso, Stênio garante ter encontrado o Presidente da Bienal, Oscar Landmann, onde relatou o ocorrido: “olhe o meu projeto não foi visto pelo jurado [...] porque estou dentro dele desde sete horas da manhã, aguardando a visita e não apareceu ninguém”. Segundo o artista, Landmann chamou um funcionário e disse: manda chamar todos os jurados aqui [...] ficou um projeto que nós não vimos, esquecemos, e temos que vê-lo (Entrevista em 16/03/2020). Stênio lembra que:

Ao todo eram umas trinta pessoas entre fotógrafos, imprensa, jurado, porque tinha chinês, japonês, francês, inglês a gota, se via menos brasileiro do que tudo no mundo [...] aí eu saí na frente e o batalhão atrás de mim [...] aí quando eu entro a primeira coisa que fiz foi ligar o som aí o primeiro efeito sonoro era uma chibatada “paaaaaaa”. Um dos jurados pulou pra dentro de onde tinha esses cubos, tudo espantado [...] eu fui lá, baixei o som e fiz o uso da palavra.<sup>553</sup>

A “palavra”, que seria a leitura do cordel Emigração e suas consequências de Patativa, foi substituída a princípio pela improvisação de um discurso:

Bem senhores, conforme os senhores são sabedores que o Brasil é um país (Stênio se emociona) de trinta e dois milhões de crianças abandonadas, carentes, quando eu disse isso o cara disse: “para, você não pode, todos pra fora, ninguém pode ouvir o rapaz aqui, tirou todo mundo da sala [...] ele disse: isso que você está falando já tá no projeto” eu digo, não, não está, aí eu peguei o cordel de Patativa, eu digo: esse cordel chegou hoje, ninguém viu e no projeto tá dizendo que um poeta popular vai falar e sou eu (Entrevista em 16/03/2020).

<sup>553</sup>José Stênio Silva Diniz em entrevista concedida a Tereza Cândida Alves Diniz, Juazeiro do Norte-CE, 16 mar. 2020.

Stênio lembra que todos foram postos para fora do seu estande, restando apenas os avaliadores. Abordado pelo presidente do júri sobre o teor do cordel, questionou: então porque você é o Presidente do júri se achou com o direito de botar todo mundo pra fora, então esse projeto aqui é meu e eu é que vou lhe botar pra fora, foraaaa, saiaaaaaa, retire-se ligeiro da minha frente.

Vizinho a seu estande, ficava as “esculturas de cipó” do artista Frans Krajcberg<sup>554</sup>, que em solidariedade mandou que o artista procurasse a imprensa. Relatou ainda que revoltado com a situação de Stênio, Krajcberg “chutou e derrubou as esculturas” e disse: “tô pra botar fogo em tudo”, seguido do consentimento de Stênio: “eu ajudo”.

No dia seguinte, pela manhã, ninguém falava do ocorrido, mas “as pessoas sentiam que era um negócio pesado”. Acreditamos que o ocorrido, tenha despertado cautela entre os participantes. Esses com receio de se envolverem, decidiram manter certo distanciamento de Stênio por medo de represália.

O artista, lembra que foi abordado por “um porteiro” questionando: “vem cá, o que é que tu quer dizer com essa prisão?”. A pergunta, embora tenha pego o artista de surpresa, recebeu imediata resposta: “olhando pra cara dele eu disse: “você tá preso nesse ambiente, você tá preso nessa farda, você está preso às ordens do seu comandante e você está preso às minhas palavras”. A mesma abordagem foi realizada por uma “mulher de sobretudo”. Stênio acreditou que fosse “uma federal” e que por baixo do sobretudo tivesse “gravador, armas, algema”. Embora intimidado e sob pressão, garante que a “cabeça” funcionou pra responder com muita “tranquilidade”.<sup>555</sup>

Passei seis meses, produzindo, executando este trabalho e passados seis meses nem eu mesmo consigo conceitua-lo, agora uma coisa, você não entrou para ver os trabalhos pra que você possa querer saber alguma coisa, e outra seu eu tivesse que explicar os meus trabalhos ele não teria nenhum valor, porque a arte por si explica (Entrevista em 16/03/2020).

Stênio teve que voltar a Juazeiro, enquanto a Bienal transcorria naturalmente. Em Juazeiro, recebeu uma ligação de um professor da Universidade de São Paulo - USP, embora não recorde o nome, o “professor” se dizia interessado em suas obras. A oferta era boa, o equivalente ao valor de um “fusca, era muito dinheiro nessa época” e vender as obras, se não amenizava o prejuízo emocional pelo menos custeava parte das despesas que tivera.

<sup>554</sup>Frans Krajcberg (1921-2017), polonês naturalizado brasileiro, foi um escultor, pintor, gravador e fotógrafo. O artista participou na 14ª Bienal como convidado.

<sup>555</sup>José Stênio Silva Diniz em entrevista concedida a Tereza Cândida Alves Diniz, Juazeiro do Norte-CE, 16 mar. 2020.

O retornou a São Paulo, porém, não foi bem-sucedido. Na Bienal, um ascensorista sugeriu ao artista “se eu fosse eu não ia não”. Informado que no terceiro dia de sua saída da exposição, “colocaram uma tarja preta impedindo a visita do público”, nunca mais retornou. Sobre a ligação, Stênio acredita que o “professor era de araque ou se existia, tava participando de um complô pra eu poder chegar lá e me pegarem”.

Censurado ou desclassificado, o fato é que as obras do artista desapareceram, restando-lhe memórias e algumas imagens sobre o evento.

Nessa reflexão, destacamos a importância das fotografias, primeiro como possuidoras de memórias do objeto produzido. São imagens que apresentam virtualmente a existência outrora de objetos ausentes, haja vista que as obras artísticas desaparecem do evento e seu paradeiro até o presente é desconhecido.

As obras nas fotografias, ou seja, as imagens das imagens, apontam um desvio na produção do artista até então vinculada apenas a xilogravuras. A tática adotada por Stênio a princípio o beneficiou, porque permitiu que o artista desenvolvesse uma nova modalidade artística diferente das gravuras, ou seja, esculturas e pinturas.

O desvio na produção se mostrou inovador, pois criou campos de possibilidades ao artista. No entanto, essa mesma tática se mostrou ineficiente, pois se reverteu contra o artista corroborando com sua possível desclassificação. Desde a criação das obras até o discurso proferido perante o júri, tudo foi improvisado.

Pela dimensão simbólica e o teor das fotografias, é provável que o martelo da censura tenha dado o ultimato final, ainda mais por se tratar de um período de repreensão onde a criação se constituiu uma afronta ao regime.

São fotografias que como “fantasmas, atravessam tempos”, pois condensam “múltiplas temporalidades” e falam de um passado, dos seus sujeitos, de suas indumentárias, culturas, do que foi, do que é e o que será” (LISSOVSKY, 2011, p.8).

As oito fotografias carregam resíduos de um tempo vivido que corroboram na construção da narrativa histórica. Criadoras de memórias, as fotografias servem ao artista como gatilho de uma memória individual. Ao contá-las, Stênio as atualiza e constrói narrativas a partir de fragmentos passados e das inquietações do presente. Essas por sua vez fornecem sentidos às ações coletivas no tempo presente, pois servem como testemunhos vivos à sociedade.

As narrativas também apontam para um desejo de memória na luta contra o esquecimento. As atualizações das narrativas sobre o evento permitem ao artista dar ao acontecimento um novo desfecho, que para Stênio poderia ter sido diferente e menos

constrangedor.

## Referências

ASSARÉ, Patativa do. *Emigração e suas consequências*. Tipografia São Francisco, Juazeiro do Norte, 1977.

BARDI, Lina Bo. *Tempos de Grossura: o designe no impasse*. Ed. Instituto Lina Bo e P.M Bardi. São Paulo, 1994.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano – as artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONSECA, Liziane Nolasco & ARRIEDA Eduardo. História da Arte no período da Ditadura Militar. (1964-1985), *Revista Seminário de História da Arte*. Pelotas, v. 1, n, 8, 2009, p. 1-9.

LANDMANN, Oscar P. Apresentação. In: *XIV Bienal Internacional de São Paulo*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, p.1, 1977. Disponível em <http://www.bienal.org.br/exposicoes/14bienal>. Acesso em 05 mar. 2021.

LISSOVSKY, Mauricio. Dez proposições acerca do futuro da fotografia e dos fotógrafos do futuro. *Revista FACOM*, v. 23, 1º semestre 2011, p. 6 -15.

SANTOS, Jordana de Souza. O papel dos movimentos socioculturais nos “anos de chumbo”. Baleia na Rede - *Revista online do grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura*, São Paulo, v. 1, n. 6, dez/2009, p. 488-505.

ZAGO, Renata Cristina de Oliveira Maia. *As Bienais Nacionais de São Paulo: 1970-76*. 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais – Salvador, p. 2616-2628, 2009. Disponível em: [http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/chtca/renata\\_cristina\\_de\\_oliveira\\_maia\\_zago.pdf](http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/chtca/renata_cristina_de_oliveira_maia_zago.pdf). Acesso em: 18/10/2021.

## Links

MARTUCCI, Elena. *Um caminho de liberdade*. PDF – Free Download - Docplayer.com.br – 6824212. Acessado em 04 jun. 2019.

O AI-5 e a Pré-Bienal de Paris. <https://artebrasileiros.com.br/opiniao/coisas-da-historia/o-ai-5-e-a-pre-bienal-de-paris/>. Acesso em: 22/10/2021.

Exposições de Sulamita Mareines. [www.arquivo.bienal.org.br](http://www.arquivo.bienal.org.br). Acesso em 04 mar. 2021

O boicote à Bienal de 69. [www.bienal.org.br](http://www.bienal.org.br). Acesso em 04 mar. 2021.

14ª Bienal de São Paulo. [www.bienal.org.br](http://www.bienal.org.br). Acesso em 05 mar. 2021.

José Stenio Diniz. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa216362/jose-stenio-diniz>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

Sulamita Mareines. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa215210/sulamita-mareines>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

50 anos Bienal de São Paulo: 1951-2001. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001. 352 p., il. p&b color.



### **Entrevista**

José Stênio Silva Diniz em entrevista concedida a Tereza Cândida Alves Diniz, Juazeiro do Norte-CE, 16 març.2020.

### **Catálogo**

14ª Bienal Internacional de São Paulo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em:<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento80190/14-bienal-internacional-de-sao-paulo>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

## OS CACIQUES COMO REPRESENTAÇÕES DE PODER JUNTO AOS POVOS JESUÍTICOS

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Bolsista da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF)

[tiaracpds@gmail.com](mailto:tiaracpds@gmail.com)

**Resumo:** O território das missões jesuíticas da banda oriental do Rio Uruguai foi desenvolvido em cima de um espaço habitado por diversos povos indígenas, além dos minuanos-guenoas e os guaranis, que serão abordados neste artigo. Essas sociedades indígenas já eram predeterminadas, com formas próprias de governo e baseadas em núcleos familiares que seguiam o cacique como representante desse poder. Após a conquista reducional desses povos, os caciques passaram a liderar dentro das reduções, como membros *cabildos*, tendo para isso trocado apenas a nomenclatura, mas exercendo o mesmo poder local.

**Palavras-chave:** Poder local; caciques; reduções jesuíticas.

No território compreendido, com a extensão longitudinal do Rio Uruguai até o recôncavo do Rio da Prata, desde os tempos definidos como pré-colombianos já ocorriam disputas, tanto por áreas que eram delimitadas geograficamente, através de rios e montanhas, entre outras formas de relevo, quanto nos espaços decididos simbolicamente pelos povos originários que ali habitavam. Em suma, configurava-se em um local de constantes disputas de poder, ou seja, por posse de terras.

Assim, entendemos que a banda oriental do Rio Uruguai no território jesuítico missioneiro formou-se da mesma maneira, devido a constantes disputas ao longo dos anos, tanto entre as Coroas ibéricas que estavam colonizando esses espaços quanto por povos que já habitavam a região.

A região e as suas fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *finis*), em impor a definição (outro sentido de *finis*), legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 114).

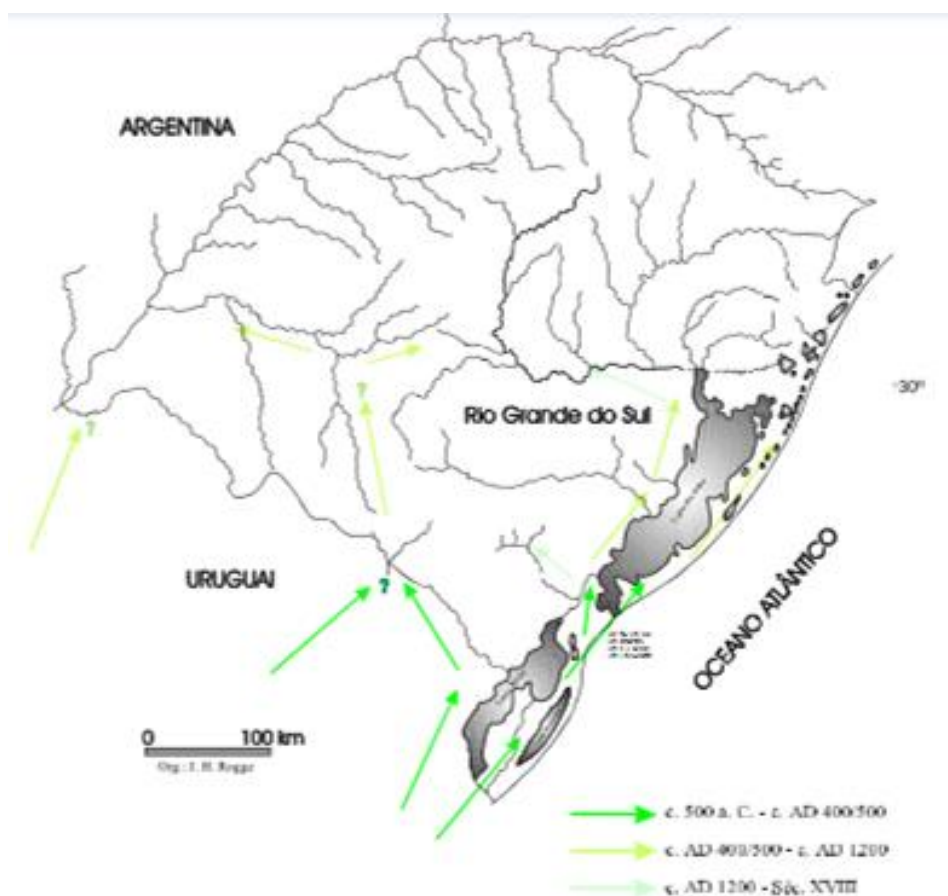
Os europeus, além de estarem em disputa pela América, com a colonização e a intrusão no espaço indígena, a partir do século XVII passaram a ter contato com esses grupos originários, e assim novas disputas passam a ocorrer, principalmente entre os colonos europeus e os povos originários que habitavam a banda oriental do Rio Uruguai.

Tendo isso em vista, vale ressaltar que o espaço em questão era habitado por diversos grupos, indígenas originários, que ao longo dos anos travaram lutas para decidir questões territoriais, que aqui podemos denominar como lutas por poder local.

### Poder local: os cacicados

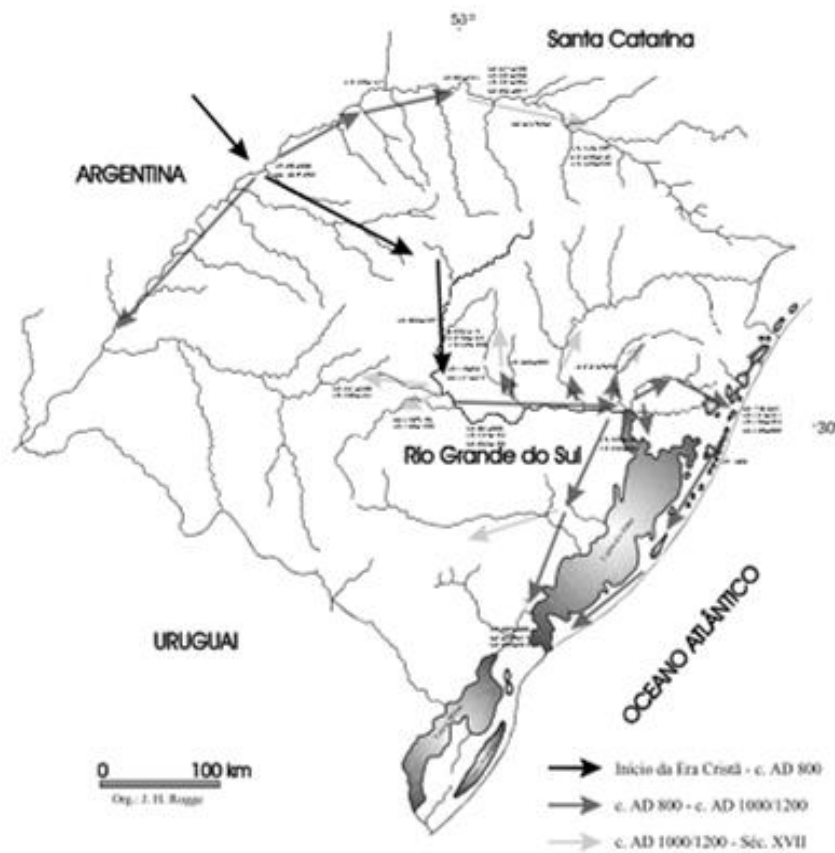
Anterior ao período colonial, as banda oriental e ocidental do Rio Uruguai já eram habitadas por povos originários, que, conforme suas migrações, foram ocupando diversas áreas ao longo do território hoje compreendido como Rio Grande do Sul. Podemos observar essa distribuição com os mapas arqueológicos referentes à difusão das tradições Vieira, com os minuanos-guenoas e charruas, e a tradição Tupi-Guarani, que como o nome já revela, refere-se aos povos guaranis. Nos mapas das figuras 1 e 2, do arqueólogo e historiador Jairo Rogge (2004), é possível observar em detalhes essas distribuições.

Figura 1 - Direções hipotéticas da expansão da tradição Vieira entre o início da Era Cristã e o séc. XVII



Fonte: Rogge, 2004, p. 100.

Figura 2 - Direções hipotéticas da colonização das áreas de mata subtropical e do litoral pela tradição Tupi-Guarani



Fonte: Rogge, 2004, p. 72.

Por meio dos mapas, podemos concluir que os guaranis estavam distribuídos de forma uniforme pelo território, diferentemente dos povos kaingang, que se situavam nas cabeceiras do Rio Uruguai nas proximidades de Santa Catarina, e dos charruas e minuanos-guenoas, que viviam próximo ao recôncavo do Rio da Prata. Com essas averiguações, é possível afirmar que nesse espaço havia um território preestabelecido, de forma simbólica e cultural, com uma ampla diversidade de povos que edificaram suas sociedades e seus modos de vida.

Em inícios do século XVI, a região compreendida entre a margem esquerda do Rio de la Plata e o divisor de águas com o Amazonas, a costa Atlântica e o Rio Paraná, em toda a sua existência de 4000 quilômetros, constituem sua pátria, cobrindo 20 graus de latitude e 15 de longitude.

Compartilhavam parte desse território com outras etnias, como os Charrua e Minuano, que se estendiam ao Sul dos 28° e os Guaianá, que ocupavam o Planalto do Sul do Brasil. Preservam os territórios interligados com os de outras etnias, sem dominar ou absorver (BECKER, 1992, p. 28).

Os povos indígenas habitantes desses espaços tinham uma forma própria de governo, e por mais simples que fosse a organização social, sempre existiam lideranças entre as famílias extensas de índios. Podemos citar o cacique e o pajé como as duas figuras que permaneceram paralelamente à colonização e se transformaram de forma híbrida dentro dos novos moldes trazidos pela população europeia e com a Companhia de Jesus (IHS), como relata Tau Golin, em entrevista a Patricia Fachin.

Todavia, no cotidiano da redução, inserida na territorialidade vivida do indígena, povos tradicionais anímicos, a religiosidade atingiu um hibridismo típico de uma expressão de fronteira involucrada, com diversos fenômenos nos mais distintos recintos – na liturgia oficial da igreja; nas capelas das famílias extensas; nas irmandades; nos postos das estâncias, ervais e lavouras, onde, no geral, os próprios índios se encarregavam do culto, misturando-o com práticas ancestrais, elaborando um catolicismo indígena, americano (e depois, caboclo), muitas vezes prosseguindo com celebrações xamanistas com os pajés das aldeias tradicionais, que permaneceram existindo paralelamente ao projeto jesuítico-indígena (FACHIN, 2010).

Conforme as reduções foram sendo criadas, o conhecimento das culturas locais ia se entrelaçando com os ensinamentos dos padres jesuítas, criando nas missões uma cultura híbrida local, que atingia a política, a religião e os costumes dos povos jesuíticos.

A Igreja católica, com os jesuítas, foi pioneira nesse meio da transculturação<sup>556</sup> e do hibridismo junto aos novos povos das reduções. Segundo Tau Golin,

Na documentação jesuítica, a exemplo da de Nobrega, o pajé é denominado “feiticeiro”, pejorativamente e malignamente, como a figura que produz o mal. Em todas as frentes de catequese, os pajés foram porta-vozes da resistência. Historicamente, na maior obra jesuítica – as missões –, o padre procedeu uma substituição do pajé. Concomitantemente às transformações materiais e culturais foi absolutamente necessário que o jesuíta assumisse a função de “médico-feiticeiro” do pajé. Além de organizador, o missionário elevou-se à figura de uma síntese poderosa do pajé e do morubixaba (o cacique), eliminando o primeiro e remodelando a relação com o segundo, como mediador entre a igreja e a família extensa. De certa forma a aliança entre o jesuíta e o morubixaba foi fundida no sacrifício do pajé (GOLIN, 2002, p. 42).

As reduções, assim como todas as interferências no meio cultural dos povos tradicionais, sucumbiram à principal forma de poder dentro do sistema familiar indígena, que era a figura do pajé, sendo esta substituída, bem como as crenças depositadas nesse indivíduo mítico, pelo

<sup>556</sup>“A transculturação está certamente associada à mistura, mas é principalmente uma dinâmica comunicativa que ajuda a ir além da oposição polarizada entre a cultura dominante e a cultura dominada, a global e a local, agindo como uma ponte entre elas. [...]” (MARÇAL; VIEIRA, 2019, p. 484).

padre jesuíta e a fé cristã, ou seja, a partir das reduções o padre substituiu a função cósmica e religiosa antes ocupada pelo pajé.

A ação evangelizadora trazia, assim, uma perspectiva teórica que dava sustento a uma ação política a partir de um Modelo de Educação Bilíngue de transição. O que na prática significava que os povos indígenas eram estimulados a deixar de ser o que eram, para se adequar ao modelo unitário e excludente do Estado Nacional Moderno, cuja ideologia prega que a um Estado corresponde: uma nação, uma lei, uma língua, um território. Esta visão monolítica encobre uma diversidade pré-existente e que continua nos dias atuais, sobre a qual há um conflito político histórico que perturba a consciência da dominação colonial perpetuada pelos Estados Nacionais pós independência. Utilizava-se de conceitos como: bilinguismo subtrativo, homogeneização linguística e cultural, onde a educação bilíngue era para indígenas (REPETTO, 2019, p. 73).

Esse processo de desmitificação, ou enfraquecimento do poder, não ocorreu com o cacique do mesmo modo que com o pajé. O cacique representava um poder simbólico de chefe de Estado, já com a sua comunidade formada. Assim, os jesuítas apenas adaptaram o seu poder ao sistema espanhol, com base na concepção de Estado, que era presente nas reduções.

Dentro desse sistema jesuítico, o cacique sempre foi uma representação importante, tanto antes da formação das ditas reduções quanto em seu desenvolvimento como povoado. O cacique representava a figura de chefe de família extensa para os índios, sendo este uma figura política, com total poder perante a população de índios que estava sob seu comando.

Para a Companhia de Jesus, o cacique se manifestava como uma das peças principais para o êxito das reduções, pois, ao conquistá-lo, conquistava-se o restante da população.

### **O poder dos caciques**

Os caciques, independentemente dos povos de origem, exerciam o papel de líder, e cada grupo escolhia o seu de uma maneira, sendo pelo mais forte ou por suas habilidades de comunicação. Dessa maneira, eles desenvolviam papéis fundamentais em seu grupo, como liderança durante conflitos e nos acordos de paz, na preservação da pacificação interna do próprio povo e também nas relações com outros povos. Havia casos em que os caciques “Lideravam o grupo somente em tempos de guerra e durante expedições de caça e coleta. Apesar de terem alguns privilégios frente aos demais, não tinham o poder de decisão exclusivo, dividindo com a assembleia de guerreiros e com os pajés a orientação do grupo” (DEMORI, 2005, p. 22). Assim, era visível uma comunidade, em que todos decidiam os rumos que a família poderia tomar.

Dois fatores eram indispensáveis a respeito de ser cacique: uma é a impecável oratória; já o segundo fator era a poligamia, permitindo que esses líderes possuíssem várias esposas.

A impressão que fica é que alguns chefes, em função de suas habilidades guerreiras e oratórias, conseguiram conquistar a admiração e a obediência de outros povos e impor sua autoridade sobre extensos domínios. Mas nada sugere que os povos, ou os caciques menos importantes, deveriam pagar tributos, ou que os caciques mais poderosos agissem como monarcas absolutos (OLIVEIRA, 2010, p. 249).

Havia vários caciques em um mesmo povo, e esses homens eram responsáveis por determinada parcela de famílias extensas que estavam sob sua liderança. Os padres das reduções, então, se aproveitavam desse ato, aproximando-se e ganhando a confiança dos caciques, assim reduzindo uma parcela maior de indígenas.

A partir do que foi exposto, pode-se afirmar que existem duas formas de se interpretar o cacicado: a liderança indígena de nível familiar ou suprafamiliar, fundamentada na sociabilidade e na convivência doméstica responsável pela gestão da reciprocidade praticada pelos índios; e a representação que os espanhóis criaram, baseada em uma relação hierárquica político-diplomática aos moldes do poder vitalício e hereditário moderno. O que ocorreu no contexto do contato, desde o século XVI, estendendo-se pelo XVIII, foi a tentativa dos agentes coloniais de, aproveitando-se da organização social indígena, impor a forma de governo político-estamental europeia para, por meio de suas lideranças parentais, integrar os índios no modelo administrativo colonial (FELIPPE, 2017, p. 30).

Essas duas formas de lideranças cacicadas podem ser percebidas tanto na convivência dos núcleos familiares quanto nas famílias extensas, sendo este o poder local e originário de determinado povo. Além desses poderes, temos a liderança ou o cacique principal criado socialmente, quando há mais grupos, sendo um cacique superior aos demais.

O líder guarani tinha mais deveres que supostamente prestígios dentro da comunidade, mas em compensação este era altamente venerado e prestigiado por todos do grupo, e essa relação de poderio está inteiramente ligada com todos os fatores sociais nas comunidades guaranis. A autora Thais Luzia Colaço (1998) faz a seguinte afirmação sobre o prestígio dos caciques:

A partir do momento em que o líder transformar o seu poder de persuasão em poder de coerção, perderá todo seu prestígio perante a comunidade, podendo ser destituído, abandonado ou até mesmo morto, pois o “poder do chefe depende unicamente do muito bem querer do grupo” (COLAÇO, 1998, p. 32).

Percebe-se, assim, que o poder exercido por um chefe indígena, bem como os atributos de oratória, coragem, habilidades na guerra, caça e agricultura, não dependia apenas de seu

desempenho como tal, mas sim de como este iria tratar aqueles que o escolheram para esse cargo. O ato envolvia diversas atitudes do chefe para com o restante do grupo, e uma delas estava relacionada com a generosidade do cacique, inclusive dando a seu povo festejos e presentes, isso ao longo de sua vida como líder.

Para que os caciques Guaraní pudessem ser generosos na prestação de serviços, promoções de festas e distribuição de bens, era necessário que usufríssem de alguns privilégios capazes de lhes conferir o prestígio econômico para manutenção de todas essas atividades (COLAÇO, 1998, p. 33).

Dessa maneira, podemos entender que, para que os europeus pudessem se relacionar com os grupos indígenas, eles também deveriam se mostrar verdadeiros líderes e generosos. Essa suposta generosidade, carregada de segundas intenções, pode ser observada em diversos momentos, relatados nas cartas *annuas*, dos padres da Companhia de Jesus.

Podemos ver a liderança dos caciques quando os padres da Companhia se dirigiam diretamente a eles como porta principal de entrada em seus povos, tendo que haver anos de conquistas para conseguir a confiança desses chefes e assim atraí-los para as reduções.

Observamos a carta do início do século XVII do padre Francisco Dias Tano, referente às doutrinas do Paraná, Uruguai e Itapuá, em um trecho do escrito encontrado na coleção de Pedro d'Angelis, que alega o seguinte:

En este tiempo los religiosos de la compania q. estaban en la Reduçon de S. Ignaçio procuravan por médio de otros indios parientes de los dei dho rio Parana a traerlos con dadas y resgastes como lo hiço con lo qual se reduxeron algunos, y los testigos de la parte contraria lo confiesan. con esto començaron los dhos religiosos a tener mas comunicacion con los indios des dho rio Parana embiandoles algunos resgastes y regalos a los caçiques e yndios principales y a tratar con ellos por médio de los otros de su conversion y Reduçon (D'ANGELIS, 1970, p. 463).

Nota-se a liderança dos caciques devido à forma como estes eram abordados por parte dos padres, distinta dos demais índios. Para haver essa troca de informação e mais proximidade entre os padres da Companhia de Jesus e os líderes, era preciso, ainda, dar diversos presentes que fossem de agrado desses indígenas.

Os presentes eram variados e de estimados valores: poderiam ser facas, anzóis, espelhos, fumo de corda, aguardente e também a erva-mate, que era muito apreciada pelos índios. Esta última era muitas vezes ofertada de forma abundante, visando à conquista reducional desses grupos.



Fica notável, assim, a distinção dos caciques. Mencionando o povo minuano-guenoa, segundo estudos apontados por Diego Bracco e José María Lopez Mazz, esse povo possuía uma hierarquia de caciques junto aos seus povoados, que viviam dispersos pelo território ocupado, na grande área abaixo do Rio Ibicuí:

Pareciera entonces que existían hasta cuatro niveles en la organización jerárquica de los caciques. En el lugar principal estaría uno, que no se nombra, que tendría el rol que en 1730 desempeñaba el Queyrembá Yapleman, con ascendencia sobre toda la nación. En el segundo lugar estaría el “cacique principal de los indios que estaban en estas inmediaciones [...] Cumandat”.x En tercer sitio estaría Comiray, a quién obedecían los cuatro que habían ido a Montevideo. Y, en cuarto lugar jerárquico los que habían ido a Montevideo, don Christobal un número no susceptible de ser cuantificado (BRACCO; MAZZ, 2019, p. 747).

A hierarquia sempre esteve presente na sociedade indígena, independentemente da etnia. Sempre havia líderes com poder perante suas extensas famílias. Segundo a citação, podemos afirmar que esse poder estaria dividido em quatro níveis: no primeiro, temos o cacique *Queyrembá*, que estava no controle de toda a nação de minuanos-guenoas, podendo ser considerado um rei ou o chefe; abaixo deste estava o cacique principal, que chefiava os que estavam sob suas imediações, ou seja, era uma espécie de comandante desses índios; em terceiro lugar estava o cacique subordinado aos outros dois; já na quarta escala dessa hierarquia, havia os demais caciques, que segundo a citação estariam em um número incontável, ou seja, provavelmente eram os chefes das famílias extensas.

Los diferentes cacicazgos o parcialidades habitaban en sus respectivos territorios. Como ya se ha visto la nación tenía un cacique principal y otros subordinados, probablemente jefes de familias extensas, padres y tíos de cazadores y eventualmente de guerreros. Los paisajes funerarios de ese espacio (con miles de años de continuidad) sugieren que los caciques habitaban lugares al que estaban vinculados históricamente por su genealogía de carácter patrilineal. La actividad ganadera rápidamente asumida hizo que cuando eran convocados varios caciques (transformados ya en pastores) acamparan a una distancia suficiente unos de otros, como para que no se les mezclara el ganado (BRACCO; MAZZ, 2019, p. 760).

Com isso, podemos afirmar que cada cacicado habitava um espaço próprio, mas a população respeitava um cacique principal, e este tinha seus subordinados, que supostamente auxiliavam na administração das famílias extensas.

### **Os caciques e o poder híbrido nas reduções**

Os caciques, ao longo da história das missões jesuíticas, sempre tiveram seu espaço de poder, e a interculturalidade dos povos com a chegada do europeu não tirou a liderança

cacicada, mas sim a adaptou dentro das percepções políticas europeias, trazidas para o meio social indígena com o processo reducional.

Ocorreram igualmente transformações socioculturais importantes, tais como a influência cultural mútua, as aculturações forçadas e espontâneas, bem como as intensas alterações dos costumes tradicionais das diversas comunidades indígenas locais, num processo gradual de europeização. Os contatos estabelecidos deram origem também a uma série de influências das culturas indígenas sobre as novas sociedades emergentes que aqui se organizaram no período colonial. Uma significativa herança cultural e social aborígene tornou este novo mundo ibero-indígena distinto das metrópoles ibéricas (KERN, 1998, p. 18).

Esse processo intercultural dos indígenas ocorreu gradativamente na América, não sendo diferente no território compreendido, em meados do século XVII, como província do Rio Uruguai. Nesse processo, há os relatos do padre jesuíta Nicolas del Techo, que escreve sobre Roque Gonzales, que fundou a primeira redução, chamada de Concepción, na banda ocidental do Rio Uruguai. Essa fundação levou anos para ocorrer, pois o processo reducional corporificava-se gradativamente, em um progresso lento, para que os jesuítas conquistassem a confiança dos primeiros caciques. Vejamos um trecho em que consta a visível discordância do cacique, de nome Nieza, que se opunha aos atos dos padres da Companhia de Jesus e às fundações das reduções.

Tomada posesión de país tan extenso en nombre de Cristo y del rey Católico, el Padre González determinó en seguida echar los cimientos de una población. Hay cierto paraje denominado Ibitiracua, distante una legua del río; allí concurrieron muchos caciques; el Padre González celebró Misa en una iglesia provisional y acordó llamar al nuevo pueblo La Concepción por ser esta fiesta aquel día, como al primero del Paraná le llamara La Anunciación, pues él estaba convencido de que la Virgen era la que conseguía tantas victorias. Con el favor celestial y la industria del P. González empezaron á concurrir indios de todas partes para fijar su residencia en La Concepción. En esto anunciaron al P. González, quien se hallaba recorriendo las aldeas indias, que los bárbaros de la otra ribera habían quemado la cruz que erigiera en Ibitiracua y se preparaban al asalto del pueblo, pues estaban enojados con el cacique Nieza por la buena acogida que le dispensó; también, que los habitantes de la parte superior del Uruguay pensaban hacer la guerra por igual motivo. Nieza había puesto sobre las armas sus amigos y vasallos en defensa propia y del P. González. Éste conocía bien cuán inferiores eran las fuerzas de Nieza comparadas con las de sus enemigos, por lo cual se decidió á exponer su vida antes que poner en peligro la de sus defensores; pasó el Uruguay y se presentó en la aldea donde moraba el caudillo de los incendiarios y principal instigador del tumulto, cuyo ánimo aplacó haciéndole varios regalos y hablándole con elocuencia; obtuvo promesa de que no se rebelaría (DEL TECHO, 1897, p. 60-61).

Nesse trecho, notam-se os diversos caciques existentes em uma família, e conquistar esses líderes era algo que tinha de ser feito aos poucos, ocorrendo da seguinte maneira: se um cacique da mesma família se convencia de aderir à fé católica, teria uma grande possibilidade dos demais caciques se converterem. Isso porque havia as hierarquias dentro das famílias extensas, o que promovia uma reação em cadeia.

Dessa maneira, durante a celebração da primeira missa festiva de Concepción, muitos caciques se converteram, tendo sucesso em seus trabalhos o padre jesuíta. Mas isso só aconteceu devido à conquista moral para com os caciques, convencendo-os e tendo deles sua confiança, além de muitos presentes, que na simbologia dos cacicados era sinal de que a pessoa seria um generoso líder e, conseqüentemente, um honroso chefe, digno de estar à frente de um povo. Com isso, o cacique Nieza prometeu fidelidade ao novo sistema, que estava surgindo na sociedade indígena nas proximidades do Rio Uruguai.

A fundação de Concepción ocorreu com êxito, mas pode-se notar que as constantes desconfianças por parte dos caciques e dos demais indígenas continuavam, ao contrário do que é relatado pelos padres da Companhia, que esses indivíduos eram de fácil convencimento e ludibriados com os mais diversos presentes. Vejamos a carta em suas últimas partes do relato do padre.

Por espacio de siete años hubo que trabajar bastante en el Uruguai, á causa de los rumores insidiosos que esparcían los indios idólatras, afirmando que el P. Roque González era solamente emisario de los españoles, y que disfrazaba su cometido con el pretexto de la religión cristiana, cuando en realidad nada más procuraba que reducir los uruguayos á servidumbre (DEL TECHO, 1897, p. 61).

Podemos notar, com isso, que os povos tinham o conhecimento de que as reduções serviam para que os espaços que vinham sendo ocupados, principalmente pelas Coroas ibéricas, se expandissem, com isso sucumbindo os territórios nativos desses povos. Contudo, fatores como a proteção contra os bandeirantes e os encomendeiros espanhóis fizeram com que as reduções fossem também um lugar de proteção para esses povos.

Conforme as reduções se desenvolviam, o modo de administração também se modificava, e cada vez mais os jesuítas desempenhavam um papel expansionista, realocando os povos em reduções, permitindo que as Coroas ibéricas invadissem os espaços.

A intrusão dos contingentes humanos vinculados aos Estados coloniais e nacionais nas áreas indígenas- além da catequese pioneira dos séculos XVI e XVII e do bandeirismo – inscreveu-se no território americano nos modelos de frentes demográfica, de expansão e pioneira. Na campanha sulina rio-grandense, ocorreram as duas primeiras formas na penetração e na ocupação consagrada na estância (GOLIN, 2002, p. 45).

Esses Estados nacionais, dentro do sistema colonial, em área dos povos tradicionais presentes no território jesuítico missioneiro, deram respaldo para a organização e a implementação do *cabildo*. Este, nas determinações das Coroas ibéricas, tinha por finalidade o controle municipal e a representação do rei dentro de determinado espaço.

Esses estavam presentes em todos os níveis administrativos e representavam os interesses reais, como o Consejo de Indias, ou os interesses locais, como as Cortes, órgão consuntivo, reunindo a nata da aristocracia, alto clero e burguesia de Castela (Aragão possuía sua própria Corte), ou os cabildos, a nível municipal. Os conselhos locais formavam as instâncias imediatas de poder no cotidiano. Formados quase sempre pelos fidalgos e, dependendo da região, médios e grandes proprietários locais, eram importantes instituições que constantemente contrabalanceavam o poder real em suas reivindicações e atividades. Eram sobretudo característicos do meio urbano, visto ser a cidade uma importante base do poder real, mas ao mesmo tempo, uma comunidade política específica composta por uma população que desenvolvia laços e tradições e, por isso, que reivindicava para si o direito de ser detentora de uma característica autonomia administrativa (RODRIGUES, 2019, p. 69).

Na América, principalmente nas reduções jesuíticas de posse da Coroa espanhola, esse poderio não foi diferente. O *cabildo* instaurado dentro de cada povo formou-se nos moldes da Coroa, mas por meio da sobreposição cultural, com características próprias dentro dos núcleos urbanos: “Mais do que um simples núcleo urbano, as cidades eram envolvidas por uma zona rural, o que lhes conferia esta característica de municipalidades, como se fossem as unidades políticas básicas sob as quais se estruturava o Império”(KERN, 1982, p. 211). As estruturas implementadas vão além de um órgão governamental, elas ultrapassam os limites transfronteiriços impostos na época pelas Coroas, estruturando nas recém-nascidas reduções um modelo de cidade, firmada nos moldes renascentistas espanhóis.

Ainda segundo Kern, existia um modelo pré-projetado para a construção dos núcleos missioneiros, todos planejados em um padrão, mas podendo haver modificações conforme as necessidades do povo.

a) um traçado das ruas em forma de tabuleiro, com quadras de forma quadrada ou retangular; b) a praça principal ou *plaza* maior, formada por uma destas quadras sem construir; c) na *plaza maior*: a igreja, o *ayuntamiento* (ou *Cabildo*) e a *gobernacion* ou seu equivalente; d) os lados da praça central possuíam arcadas e mesmo as ruas que dela saíam; e) se houvesse outras fachadas principais ou igrejas, deixava-se frente a estas uma pequena praça ou *plazoleta* (KERN, 1982, p. 211).

Cabe esse entendimento de cidade para compreendermos a função do *cabildo* nas reduções e como se incorporou o nativo nesse sistema, para que tal estrutura social tivesse êxito quanto a suas funções administrativas.

Ao analisar a estrutura, percebe-se que o cacique tomou lugar nesse modo de cidade e de governo, integrando-se ao *cabildo* espanhol, formando novas características por meio do entrelaçamento da cultura indígena com os costumes políticos europeus. Dessa maneira, inferimos que o poder simbólico local, representado pela figura do cacique, não perdeu lugar nesse novo governo, mas sim teve uma mudança no sentido de realocação correspondente a esse espaço.

Essa autoridade social dos caciques foi adaptada nas Missões Jesuíticas com a criação dos *cabildos*. Enquanto alguns acreditam que eles realmente exerciam a administração da vida civil da redução em que viviam, outros afirmam que esta foi uma designação mais filosófica do que prática, para que o respeito dedicado à figura do cacique não se esvaísse, mas o poder de decisão permanecia nas mãos dos dois padres que coordenavam a missão, pois eles sempre deveriam ser consultados e suas opiniões eram decisivas (SOSTER, 2014, p. 65).

O poder nas reduções não era totalmente centralizado, era preciso a articulação de todos os integrantes do poder local. Por mais que a palavra final fosse dos padres curas das reduções, eram necessários os caciques nesses espaços para manter a ordem entre os indígenas do povoado.

As reduções se constituíram como novos espaços de relação social, espaços que não eram exclusivos dos índios ou dos padres, mas integravam duas tradições. Os primeiros assentamentos guardavam certa semelhança com as aldeias Guarani, com um conjunto de moradias de fibras vegetais organizadas no entorno de um espaço aberto, onde se destacava a nova *casa de reza*, a igreja, a casa de Deus, do novo Deus. A diferença funcional nesse novo território católico foi que nesse novo sistema social não havia mais espaço para as práticas tradicionais dos *xamãs*, cujos papéis, nas reduções, foram assumidos pelos padres (CUSTÓDIO, 2017).

Dentro desse modelo, de novas formas político-sociais, os caciques tomaram novos postos, conforme as funções do *cabildo* demandavam. Esse poder híbrido foi se entrelaçando com a supremacia da fé, criando novos meios sociais e novas formas de poder local, a partir da criação dos *cabildos* indígenas. Desse modo, temos o alcaide e dois regedores, mas essas funções sofriam alterações conforme o povo e o desenvolvimento da redução.

Mas de uma maneira geral, pode-se afirmar que sua constituição era a seguinte: um Corregedor, posteriormente, um Tenente de Corregedor, se necessário, dois Alcaldes Ordinários (um 1º voto e outro de 2º. Voto), dois Alcaldes da irmandade, um Alferes Real, 4 Regedores, um Algazil Mor (ou 2 se necessário), um Mayordomo e um secretário. Na língua Guarani, o Corregedor era denominado *Poroquaitara* (o que dá as ordens), os corregedores eram os *Cabildosiguara* (pertencentes ao *cabildo*), o Alcaide era o *Ibirayazú* (o que levava o bastão), o Escrivão ou secretário denominava-se *Quatiapoara* (o que escreve) e o cacique continuava a se denominar Tubichá (KERN, 1982, p. 46).

Se antes o cacique exercia o poder diretamente a seus subordinados, agora como *cabildante* a sua função não se tornou diferente, pois mudaram-se os nomes, mas as funções permaneceram, ainda que com algumas alterações, já que os caciques (Tubichás) continuaram exercendo o poder hierárquico junto a suas famílias.

Los alcaides pueden prender, imponer algunos azotes, ó un dia de prisión. El cabildo cuida de las cosas generales del municipio: júntese cada ocho días, asistiendo el Administrador, El cabildo nombrará un sacristán, dos fiscales de doctrina y tres cantores. Sígase la costumbre ya establecida de sacar cada ano el pendón Real la víspera y el dia de la fiesta senalada, Cuide el Gobernador y Tenientes del estado general de los pueblos, y de que todos trabajen, aunque sea necesario compelerlos á ello. No sean molestados los índios por deudas ú omisiones cuando van á Misa en los dias de fiesta , Tengan libertad de poner sus hijos en aprendizaje: y cuando para esto los hubieren de sacar de los pueblos, sea con licencia del Gobernador, y volviendo los varones antes de los 18 anos, y las mujeres antes de los 14 (HERNÁNDEZ, 1913, p. 184).

Os caciques, no sistema administrativo-político das reduções, passaram a exercer as funções do *cabildo* indígena, conforme os cargos existentes. Além dessas funções, esses indígenas, por exercerem encargos estruturais, estavam acima de seus pares, que antes eram subordinados, e conseqüentemente tinham mais direitos dentro da redução que os que não exerciam tais cargos.

Essas regalias também contribuía para o bom funcionamento das reduções, ou seja, em troca de uma boa administração e controle dos demais indígenas, os *cabildos* e corregedores recebiam suas regalias, embora isso ainda não tirasse de funcionamento o papel de cacique de líder de seu grupo. Entre os privilégios, estavam a alfabetização de seus filhos, pois nem todos os indígenas tinham direito a frequentar a escola.

## **Conclusão**

A construção histórica da pesquisa teve por finalidade demonstrar o poder local dos cacicados e as mudanças que este sofreu durante o processo reducional. Assim, temos uma visão anterior à chegada do europeu no território que aqui chamamos como missionário, quanto ao processo de transformação ao longo da conversão dos indígenas nas reduções e a implementação do *cabildo* espanhol, que deu características híbridas para esse poderio na região.

Os vestígios arqueológicos e os relatos dos primeiros europeus na região mostram que desde a formação dos núcleos familiares indígenas existiu um líder, e este era escolhido conforme suas qualidades, como uma boa retórica, coragem e generosidade para com seus pares.

Notamos a liderança de um cacique quando começaram a ocorrer as primeiras tentativas reducionistas, e os padres se dirigiam primeiro aos caciques. A partir desse contato, era decidido se haveria ou não um contato com o restante das famílias externas, pois conquistar o cacique era uma garantia de conversão daquele povo.

A partir da conversão, as reduções se estruturaram de uma forma mais sólida, assim os jesuítas partem para um modelo planejado de cidade. Com esse modelo, vem a estrutura dos *cabildos* espanhóis. As reduções nasceram no formato municipal, pois havia uma cidade cercada de um entorno predominantemente rural, de onde provinha o sustento do povo.

Para que essa administração funcionasse, as adaptações e as mudanças foram necessárias, surgindo um meio-termo híbrido entre o poder local dos caciques e o modo de governar europeu, originando-se o *cabildo* indígena, formado em sua maioria pelos caciques, com um poder descentralizado.

As reduções eram divididas em bairros, correspondentes às famílias extensas dos caciques, assim, podemos afirmar que agora mudaram as nomenclaturas, mas continuaram as mesmas lideranças. Os caciques ocuparam papéis de corregedores, alcaides e alferes dentro das reduções, e cada representante era responsável pelo próprio bairro, pois o povo era em sua composição de etnias mistas.

Compreendemos, portanto, que o *cabildo* foi um modelo estruturado e político nas reduções, que teve modificações relacionadas ao poder local já existente, e entendemos, com isso, que os caciques eram líderes simbólicos absolutos, ou seja, sem essas figuras como representação de poder as reduções não seriam possíveis. Assim, foi por meio do convencimento dos caciques que as reduções se desenvolveram da forma como as conhecemos hoje.

## Referências

BECKER, Ítala Irene Basile. *Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da província do Paraguai*. *Antropologia*, São Leopoldo, n. 47, 1992.

BRACCO, Diego; MAZZ, José María Lopez. *Guenoa Minuanos: caciques e território*. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 4, p. 745-771, dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. *Ordenamentos urbanos nas missões jesuíticas dos Guarani*. *Arquitextos*, ano 17, jan. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.200/6398>. Acesso em: 2 set. 2021.

DEL TECHO, Nicolas. *Historia de la Provincia de Paraguay de la Compañia de Jesús*. 1897. v.3.

- DEMORI, Tatiana Maria. *Cultura e poder: o guarani no discurso do outro*. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.
- D'ANGELIS, Pedro. *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. (Manuscritos da Coleção D'Angelis).
- FACHIN, Patricia. *Missões jesuíticas do Paraguai: uma sociedade alternativa*. *IHU On-Line*, ed. 350, 8 nov. 2010.
- FELIPPE, Guilherme Galhegos. *Caciques sem poder e cacicados negociados nas missões do Chaco*. *Diálogos*, v. 21, n. 3, p. 26 -38, 2017.
- GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- MARÇAL, Márcia Romero; VIEIRA, Maria Christina Monteiro. *Reflexões sobre o conceito de transculturação: da antropologia de Fernando Ortiz à inserção na literatura latino-americana por Ángel Rama, identificada na obra de Ricardo Guilherme Dicke*. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, v. 11, n. 1, jan./jul. 2019.
- HERNÁNDEZ, P. Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesus*. Tomo I. Barcelona: Gustavo Gili Editor, Calle de la Universidad, 45, 1913. Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/bndigital1922/bndigital1922.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1922/bndigital1922.pdf). Acesso em: 3 set. 2021.
- KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- KERN, Arno Alvarez. Antecedentes indígenas: problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pré-história regional. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 8: p. 15-24, 1998.
- OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. *O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque Gonzáles nas terras de Ñezú*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- REBES, Maria Isabel Artigas de. *Antonio Ruiz de Montoya: testemunha de seu tempo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2001.
- REPETTO, Maxim. *O conceito de interculturalidade: trajetórias e conflitos desde América Latina*. *Textos e Debates*, Boa Vista, v. 2, n. 33, p. 69-88, jul./dez. 2019.
- RODRIGUES, Erick Matheus Bezerra Mendonça. *Espaços criados, espaços conquistados: relações de domínio da Espanha imperial sobre os territórios das Índias Ocidentais no século XVI*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo da situação de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2004.
- SANTOS, Maria Cristina dos; BAPTISTA, Jean Tiago. *Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (século XVII-XVIII)*. *História Unisinos*, v. 11, n. 2, p. 240-251, maio/ago. 2007.



SILVA, André Luis Freitas da. *Reduções jesuítico-guarani: espaço de diversidade étnica*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SOSTER, Sandra Schmitt. *Missões jesuíticas como sistema*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA CONSULTIVA: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE AÇÕES REALIZADAS NO OESTE DE SANTA CATARINA (2015-2020)

Valdirene Chitolina (UPF)

**Resumo:** Este artigo é um fragmento da tese “Patrimônio e memória indígena nas escolas do oeste catarinense”, em fase de elaboração no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF). Objetiva-se analisar o componente que trata do programa de Educação Patrimonial proposto ou executado nas escolas localizadas nos municípios afetados pelos empreendimentos hidroenergéticos da região. Investigam-se 11 projetos e 14 relatórios que versam sobre as atividades realizadas pelos arqueólogos no âmbito do Licenciamento Ambiental, na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste catarinense, mantidos no CEOM/Unochapecó, entre 2015 e 2020. Problematisa-se como as ações desses empreendimentos nas escolas regionais têm-se prestado ao cumprimento da legislação e à partilha do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico indígena. Conclui-se que a arqueologia consultiva interage e interfere em locais que abrigam a memória coletiva das comunidades, no entanto, a Educação Patrimonial, afetada pela mercantilização das práticas arqueológicas, não é realizada por meio de um processo sistemático e contínuo, as ações educativas não são a prioridade no contexto desse tipo de projeto e, ao que parece, não se configuram como Educação Patrimonial (contínua e sistemática, pretendida na legislação mais recente), pois são ações temporárias.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial na arqueologia consultiva; empreendimentos hidroenergéticos no oeste catarinense; indígenas.

Este artigo, que trata sobre a Educação Patrimonial na arqueologia consultiva no oeste de Santa Catarina, é um estudo qualitativo, fundamentado no método de observação e análise de registros institucionais escritos. A amostra investigada são 11 projetos e 14 relatórios que versam sobre as atividades realizadas pelos arqueólogos no âmbito do Licenciamento Ambiental, na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste de Santa Catarina, mantidos no CEOM/Unochapecó, entre 2015 e 2020.

Há, em Santa Catarina, outras instituições capacitadas para dar suporte aos projetos que envolvem a arqueologia, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); entretanto, o CEOM foi a instituição contemplada por acolher projetos em âmbito regional. A opção dos 25 documentos analisados ponderou o recorte temporal dos últimos cinco anos. Optou-se pelos empreendimentos hidroenergéticos em detrimento de outros, como os rodoviários, por exemplo, em virtude da magnitude, da quantidade e da abrangência regional dos projetos.

Com base nos documentos, buscam-se respostas para as seguintes questões: como as ações desses empreendimentos, nas escolas da região oeste, têm-se prestado ao cumprimento da legislação e na partilha do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico indígena? Há um equilíbrio entre a ciência, os valores locais e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP) e/ou ações educativas na arqueologia consultiva?

Em cada projeto, ou relatório, será selecionado como objeto de estudo o trecho sobre Educação Patrimonial ou ações educativas propostas ou executadas nas escolas localizadas nos municípios afetados pelos empreendimentos. Ressalta-se que as “ações educativas” foram nominadas em alguns documentos como se fossem “Educação Patrimonial”, com exceção de um único empreendimento, que se enquadra no PIEP.<sup>557</sup> Dessa forma, a maioria dos autores dos projetos e relatórios escreveram erroneamente o termo “Educação Patrimonial”, em vez de ações educativas/extroversão do conhecimento; ao utilizar esse termo, eles estão equivocados perante a Lei (IPHAN, 2015).

Ressalta-se que, por meio da Portaria n. 230 de 17 de dezembro de 2002, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) demandava a realização de pesquisas arqueológicas de acordo com as fases dos licenciamentos ambientais e ações educativas mais pontuais e/ou Educação Patrimonial. Dessa forma, projetos desenvolvidos com base nessa Portaria n. 230/2002 “não estabelecem diretrizes para a prática educativa, abrindo um leque para possíveis ações que não correspondem adequadamente ao conceito da Educação Patrimonial” (BERTONCELLO, 2017, p. 9).

Para diminuir esse descompasso, foi publicada a Instrução Normativa n. 1, de 25 de março de 2015 (IN 001/2015), que estabelece mudanças claras em relação à Portaria n. 230/2002, “apontando diretrizes para a condução das atividades educativas e novas condutas no tocante à pesquisa arqueológica, dessa forma, houve maior demanda de profissionais para atuar na arqueologia consultiva, bem como um novo rigor sobre a forma de divulgar as pesquisas para a comunidade” (BERTONCELLO, 2020, p. 15). Mais tarde, o IPHAN lançou a Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016 (Portaria n. 137/2016), a qual registra que “os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades” (BRASIL, 2016). De acordo com a referida portaria, a Educação Patrimonial pode ser conceituada como:

[...] os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. (IPHAN *apud* BERTONCELLO, 2017, p. 14).

<sup>557</sup>Este é o documento: SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Relatório final de pesquisa arqueológica**: Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC. Espaço Arqueologia. Tubarão, abr. 2020.

Ressalta-se que a IN 001/2015 afirma que ações pontuais, como palestras, não se configuram como o PIEP que ela prevê para os níveis III e IV. Lembrando que o PIEP só vai acontecer nos projetos de níveis III e IV, quando houver achado arqueológico na Área Diretamente Afetada (ADA).<sup>558</sup> Importante saber, também, que o PIEP só acontece quando existem achados arqueológicos; do contrário, ocorre somente uma divulgação, o que a IN 001/2015 chama de “extroversão do conhecimento”.

### **O que mostra a documentação**

Na atualidade, a arqueologia consultiva (chamada de forma coloquial de “contrato”, “salvamento” ou “preventiva”) do recorte geográfico estudado está voltada aos empreendimentos que necessitam de licenciamento ambiental, como, por exemplo, obras do setor hidroenergético. Porém, a arqueologia consultiva,

[...] devido às grandes áreas pesquisadas, traz ao final dos trabalhos grandes acervos e muitos relatórios que na maioria das vezes acabam esquecidos, uma vez que objetivam demonstrar para a empresa contratante, o IPHAN, o IBAMA, etc., que foi realizado o salvamento arqueológico da área atingida pela obra de engenharia (CARBONERA, 2009).

Além das pesquisas consultivas, há pesquisas arqueológicas academicistas, como as que são desenvolvidas pelos profissionais do CEOM/Unochapecó e do LUPA/UFFS, *Campus Chapecó*, entre outros. Marcus Antonio Schifino Whitman salienta que o IPHAN tem contabilizados, entre 1991 e 2017, 13.956 processos de arqueologia, os quais são divididos em cinco categorias: arqueologia preventiva, arqueologia acadêmica, intervenção em bem protegido, estudo para tombamento e não se aplica – para esta última categoria, não fica muito clara qual seria a sua especificidade. Esses processos estão repartidos nas 27 Superintendências Regionais (SE) e no Centro Nacional de Arqueologia (CNA). Tais números não representam a real quantidade de empreendimentos, pois alguns processos não obtiveram anuência do IPHAN ou foram revogados, e há alguns duplos na lista fornecida pelo instituto (IPHAN, 2018, p. 26-27).

O mesmo autor segue escrevendo que, entre 1991 e 2017, comparando a quantidade e porcentagem dos processos de arqueologia preventiva e acadêmica, foram contabilizados 12.483 processos referentes à arqueologia preventiva (89,4%). A arqueologia acadêmica abarca 3,6% dos processos registrados (513). Obviamente, isso não quer dizer que ocorreu apenas esse

<sup>558</sup>Se o empreendimento for classificado de nível I ou II (de baixa e média interferência, respectivamente), não é exigida a Educação Patrimonial. Para os níveis III, IV (de média e alta interferência, respectivamente), sim.

número de pesquisas arqueológicas nas universidades brasileiras, mas, sim, que foi esse o número de projetos de pesquisa protocolados no IPHAN. A partir da vigência da IN 001/2015, até 2018, foram protocolados no IPHAN 3.537 processos; desses, 3.395 são para projetos no âmbito da arqueologia preventiva (95,6%) e 96 de projetos acadêmicos (2,7%). Nota-se, assim, claramente, como os projetos no âmbito da arqueologia preventiva/consultiva se sobressaem (WITTMANN, 2018, p. 26-27).

No oeste de Santa Catarina, assim como no País,

[...] as pesquisas preventivas ou de salvamento têm a função de prevenir a destruição de qualquer Patrimônio Cultural no processo de desenvolvimento urbano e industrial. São financiadas pelo empreendedor, como parte do Estudo de Impacto Ambiental, quando da instalação de estrutura comercial, industrial ou pública de impacto ambiental considerado de médio a alto, dependendo também da área atingida. As pesquisas acadêmicas são em sua maioria projetos de longa duração tendo interesse principal na obtenção de conhecimento arqueológico específico e aprofundado em regiões maiores, são financiadas pelas universidades, museus, por recursos próprios dos pesquisadores ou das agências de fomento à pesquisa. (DELFORGE, 2010, p. 14).

Pelo fato de que esta parte da pesquisa está voltada às ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas dos municípios afetados pelos empreendimentos hidroenergéticos, registra-se que a Educação Patrimonial é a “ação educativa sobre bens coletivos que nossa geração possui; bens herdados ou adquiridos, mas que queremos manter e conservar, pois fornecemos valor a eles ou os consideramos um valor em si” (AHLERT; MUÑOZ, 2003, p. 86, tradução nossa). Ademais, “através da Educação Patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do Patrimônio Cultural” (CARVALHO; FUNARI, 2008, p. 1131).

Juliane Carla Lima e Silva e Matheus Belo Barbosa registram que a Educação Patrimonial é um importante meio que rompe barreiras que separam a população da academia. Além disso, que a educação do Patrimônio Cultural busca muito mais do que uma “transferência de novos saberes” ou “apresentar a cultura para o próprio povo que a constitui”; pelo contrário, aliás, ela é uma facilitadora entre dois conhecimentos divergentes, o científico e o popular, e entre os dois possui uma linha tênue que provoca uma inquietude de buscar mais, de conhecer mais, conseqüentemente de criar vínculos afetivos com o patrimônio e, por conseguinte, a sua preservação (LIMA E SILVA; BARBOZA, 2020).

Sobre a Educação Patrimonial, o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) registra:

Na prática o que se denomina por Educação Patrimonial, tal como hoje é conhecida, foi inicialmente aplicada no Museu Imperial de Petrópolis na década de 90 pela museóloga Maria de Lurdes Horta, que se baseou no método do *Heritage Education* para desenvolver pesquisas de grande relevância na área. Sua experiência foi adotada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN quando a Portaria 230/2002, a atrelou a pesquisas conhecidas como de Salvamento ou de Resgate arqueológico tornando obrigatória a sua prática junto a programas de pesquisas de resgate arqueológicos realizados através de contratos empresariais. Desde então se tornou procedimento indispensável de devolução sociocultural às comunidades afetadas pelas obras de impacto direto e indireto sobre o patrimônio arqueológico em todo o território nacional. (IAB, 2020).

De acordo com Janice Gonçalves, em relação à Educação Patrimonial,

[...] não há consenso quanto a pressupostos teóricos e procedimentos), ainda persiste uma visão segundo a qual é preciso educar para defender o patrimônio, frequentemente associada à ideia de que sua defesa (ou proteção) poderá ser garantida pelo “esclarecimento” das pessoas. (GONÇALVES, 2017, p. 36-49).

No oeste catarinense, assim como no País, o programa de Educação Patrimonial apresentado nos projetos, ou as ações de divulgação científica e extroversão apresentadas nos relatórios de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico dos empreendimentos hidroenergéticos, é realizado, entre outras leis, em virtude das exigências da IN 001/2015, que:

[...] estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta – AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal. (BRASIL, 2015).

Em consonância com a instrução citada, ao ler os projetos e relatórios, em um primeiro momento, em virtude do equívoco cometido pela maioria dos autores ao registrar nos projetos e relatórios o termo “Educação Patrimonial” em vez do termo “extroversão do conhecimento”, que segundo a IN 001/2015 significa a divulgação, também de forma equivocada, ao fazer a análise da documentação, subentendeu-se que:

Ocorria a repetição do aporte teórico relacionado ao contexto antrópico regional, pois o mesmo arqueólogo(a) é responsável por diversos projetos e relatórios de empreendimentos diferentes – essa situação é apresentada com detalhes no Quadro 1, que mostra o trecho do texto copiado, em quatro obras diferentes:

Quadro 1 – Citação e referências sobre Educação Patrimonial com a comunidade escolar

Citação repetida	Referências
Para a comunidade escolar, será escolhida a escola mais próxima do empreendimento; esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis, neste caso pretendemos ministrar uma roda de conversa com a finalidade de discutir conceitos como os de “patrimônio”, “identidade”, “pertencimento”, “cultura”, “arqueologia”, áreas de atuação dos arqueólogos, entre outros temas e conceitos que tangem ao patrimônio arqueológico.	LOPES, ago. 2016, p. 56  LOPES, set. 2016, p. 61  LOPES, set. 2017, p. 47  LOPES; FARHERR, nov. 2017, p. 78

Fonte: elaborado pela autora.

Outro exemplo de “copiar/colar” em relação ao texto do programa de Educação Patrimonial direcionado à comunidade escolar é registrado no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza, municípios de Iraceminha e Descanso* e no *Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce*. As alterações ocorrem na nomenclatura do empreendimento e na indicação da oficina realizada com os alunos. Na PCH Fortaleza, é a oficina de argila; na PCH das Pedras, é a de quebra-cabeça.

Sinaliza-se que a prática de copiar/colar é muito comum, especialmente quando os projetos são do mesmo arqueólogo. Nos projetos pesquisados por Aline Bertonecello junto ao IPHAN, há registros de que nunca se barrou um projeto por esse motivo. Arqueólogos também relatam que é insustentável criar ‘do zero um projeto’, já que eles elaboram muitos. Dessa forma, como o que é realizado não se enquadra como Educação Patrimonial (pois a IN 001/2015 não o exige para este momento em específico), não há problemas em realizar uma ação mais geral. A única observação a se fazer é enquadrar o projeto com a realidade da região – por exemplo, na região do Alto Rio Uruguai, há que tratar dos povos que habitaram esse lugar, e não sobre outros (BERTONCELLO, 2020).

Nas ações de Educação Patrimonial<sup>559</sup> destinadas às escolas registradas nos projetos de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico nas áreas dos empreendimentos da CGH Arabutã, Arabutã; PCH Bom Retiro, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; PCH Fortaleza, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha; PCH das Pedras, Água Doce; CGH Bráulio, Arabutã e Ipumirim; PCH São Carlos, Lacerdópolis e Campos Novos; CGH Cachoeirinha, Xanxerê e Xaxim, é registrado que o programa será realizado em “escolas da rede pública dos municípios”.

<sup>559</sup>Como já foi informado, esse termo foi utilizado equivocadamente pelos autores, pois na lei não havia diretrizes claras, configurando-se apenas como extroversão do conhecimento.

Entretanto, ao se comparar os projetos dos empreendimentos com os relatórios finais, como, por exemplo, na área do empreendimento CGH Arabutã e na CGH Bráulio, percebe-se que apenas “uma unidade escolar” ou um nível de ensino de uma escola de cada município é contemplado, diferentemente do que é registrado, no plural, “nas escolas da rede pública dos municípios”. Esse exemplo está referenciado no Quadro 2.

Quadro 2 – Projetos versus relatórios, da CGH Arabutã e CGH Bráulio, no programa de Educação Patrimonial

<b>Projetos</b>	<b>Relatórios</b>
CGH Arabutã	CGH Arabutã
Para a comunidade escolar, será escolhida <i>a escola mais próxima do empreendimento</i> , esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis [...]. (LOPES, ago. 2016, p. 56).	A Escola de Ensino Básico Marcolino Pedroso teve como público-alvo <i>os alunos do ensino médio, sendo eles 19 estudantes do primeiro ano, 8 estudantes do segundo ano e 17 estudantes do terceiro ano, totalizando 44 alunos.</i> (LOPES, dez. 2016, p. 247).
Acredita-se que as ações de Educação Patrimonial nas escolas da rede pública dos municípios abrangidos pelo empreendimento possuem o poder de discutir os processos de seleção e produção dos bens patrimoniais. (SOUSA, set. 2017, p. 55).	A Educação Patrimonial foi realizada com os <i>alunos do 9º ano</i> do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Benjamim Carvalho de Oliveira, Ipumirim (SC) [...]. (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36). Na Escola Básica Arabutã, em Arabutã, a metodologia consistiu em <i>uma conversa</i> [...] abordando a temática arqueológica e do Patrimônio Cultural, <i>com o diretor</i> da escola e demais <i>funcionários</i> , juntamente com a entrega de folder [...] uma vez que os alunos já se encontravam no período de férias escolares [...]. (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36).

Fonte: Lopes (ago. 2016, p. 56), Lopes (dez. 2016, p. 247), Sousa (set. 2018, p. 55), Sousa (jul. 2018, p. 32-36).

Para confirmar a ideia de que não são “as escolas” de ensino público e sim “a escola mais próxima do empreendimento”, ou então “uma” escola em cada município, ou, melhor, algumas turmas, ou uma turma, basta observar os projetos ou relatórios finais associados às implantações da CHG Jacu, Xaxim; CGH Dengosa, Abelardo Luz; CGH Arabutã, Arabutã; CGH 3 de Outubro, Irani e Caçador; PCH Andromix, Tangará; CGH Marrecas, Seara; CGH Taborda, Xaxim e Lajeado Grande; PCH Andromix, Tangará; CGH São Clemente, Irani e Jaborá; CGH Bráulio, Arabutã e Ipumirim; CGH Aliança, Calmon; CGH Sete Quedas, Faxinal dos Guedes; CGH Duque, Ibicaré e Treze Tílias; CGH Udo Ary Callfass, Xanxerê; PCH Passo do Irani, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; CGH Cobra Verde, Palma Sola e Anchieta.

Todavia, se as ações registradas nos parágrafos anteriores, se configuram somente como “extroversão do conhecimento” e não como Educação Patrimonial, assim, elas não estão equivocadas, de acordo com as diretrizes do IPHAN, pois a extroversão é uma proposta sucinta. Para os profissionais do IPHAN, que analisam os projetos/relatórios, é preferível que as escolas atendidas estejam na ADA, e geralmente abrangendo só uma escola mesmo. O que eles cobram



é que exista coerência entre o projeto e o relatório, ou seja, se o arqueólogo citar no projeto que vai atender duas escolas que estão na ADA do empreendimento, no relatório vai ter que apresentar dados que comprovem as atividades nas duas escolas; caso contrário, precisa justificar o porquê da não realização (BERTONCELLO, 2020).

Em todos os documentos, é registrada a importância dos sítios arqueológicos para compreensão da cultura material humana pré-histórica ou histórica. Os sítios arqueológicos englobam todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam: estruturas e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (IPHAN, 2020, p. 1). Ou, ainda, de acordo com Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, os sítios arqueológicos, além dos monumentos, são identificados como “fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificação ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 65).

Observar um sítio arqueológico e perceber as ações passadas e presentes “funcionaria como chave” para compreender as necessidades humanas na produção de seus aparatos de sobrevivência. Entretanto, em nenhum projeto ou relatório, é citada a visitação *in loco*, pelos alunos e professores, nos sítios arqueológicos destruídos ou preservados pelos empreendimentos.

Segundo Alexandre Pena Matos, ao se tratar de Educação Patrimonial, as atividades que são realizadas nas escolas não se enquadram como tal. Pensando no funcionamento desses projetos, pode-se dizer que se encontram longe do ideal, pois os profissionais têm problemas sobre o prazo da obra, e geralmente trabalham com orçamentos apertados. Isso dá margens para priorização do estudo em si em detrimento das atividades educativas (MATOS, 2017).

Desta forma, observar a trajetória da Educação Patrimonial, respaldada pelo Estado, por meio do IPHAN, e que é empreendida nas escolas da região oeste de Santa Catarina, significa “compreender como o Estado vem pautando sua relação com a população nesse campo e levantar subsídios para lutar por outras formas” (SIVIERO, 2015, p. 83). Ressaltando que existem outras iniciativas do Estado, como o Edital Elisabete Anderle (FCC), que prevê concorrência para ações de Educação Patrimonial, inclusive democratizando a realização das atividades, já que recebe propostas de pessoas físicas e jurídicas.

Outras formas, por quê? Para “falar com maior propriedade da educação sobre o Patrimônio Cultural é cabal deixar a sala de aula fechada e mergulhar em lugares, objetos, manifestações, ou seja, feito como tal para poder entendê-lo além da própria teoria” (AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa). Neste caso, os sítios arqueológicos que abrigam e contam a história indígena regional num período de longa duração poderiam ser visualizados e interpretados em seu contexto cultural, colocados diante da realidade de professores e alunos; não apenas apresentados por meio de palestras, oficinas de argila e jogos de quebra-cabeça que são orientados por profissionais contratados – embora, na maioria das vezes, seja um trabalho repleto de características positivas, especialmente por se tratar de um assunto “raro” em âmbito escolar.<sup>560</sup> Esse seria o ideal, porém os arqueólogos encontram muitos entraves para essa realização. Primeiro, em função do tempo/orçamento; segundo, porque a legislação não prevê ações maiores em todos os projetos, somente em determinados níveis. Por exemplo, o único documento analisado que se enquadrou no PIEP foi referente ao empreendimento da PCH São Carlos, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos (SC).

A IN 001/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe, prevê que cada projeto seja classificado de acordo com um nível, porque, para cada nível de empreendimento, o IPHAN exige determinadas ações; então, numa etapa mais inicial, obviamente as ações educativas serão mais simples, não tão detalhadas como a de um projeto maior e que está em um estágio mais avançado.

Informa-se que há somente um projeto com PIEP, portanto a crítica apresentada nos itens de 1, 2 e 3 não caberia a 99% dos documentos analisados. Ressalta-se que as duas principais legislações que dão instruções a respeito da Educação Patrimonial, a maioria dos processos analisados tiveram como vigência a IN 001/2015, embora a Portaria n. 230/2002 também seja importante, pois torna possível compreender a diferença principalmente no que se refere às cobranças em relação à Educação Patrimonial. Não foi possível, neste momento, entrar em contato com os arqueólogos e perguntar se já aconteceu o Projeto Integrado de Educação Patrimonial, se a construtora contratou outra equipe, se estão se organizando para fazê-lo, para

<sup>560</sup>Essa atividade educativa exige um contexto específico e de preparação para que não haja danos ao patrimônio arqueológico. Além disso, aspectos específicos dos locais também devem ser considerados, como a acessibilidade e a própria exposição do sítio arqueológico. Além dessas questões “físicas” do sítio arqueológico, há ainda questões culturais, já que grande parte da população da região oeste catarinense não tem um sentimento de pertencimento ou apropriação de locais atribuídos à ancestralidade indígena. Ao contrário, há conflitos de terra, culturais e descrença, que devem ser tratados, inicialmente, com ações apaziguadoras de conhecimento.

tentar compreender o que aconteceu com esses processos de acordo com o depoimento dos arqueólogos.

Entre os 25 documentos analisados, o “Relatório final de pesquisa arqueológica: programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC”, apresentado ao IPHAN/SC em abril de 2020, foi o único que registrou PIEP. Lembrando que esse empreendimento foi considerado de nível III, no qual foram encontrados vestígios arqueológicos (taipas de pedra) da época do Brasil Colônia, por isso foi necessário executar Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (SCHWENGBER, 2020).

Lê-se no documento que, além das ações de divulgação da pesquisa junto aos moradores da área do empreendimento, os arqueólogos promoveram a divulgação da pesquisa que tratou sobre o ciclo das tropas, o processo de ocupação histórico do planalto catarinense e sobre arqueologia; além de mencionar ações educativas com alunos dos anos finais do ensino fundamental (7º, 8º e 9º) de escolas dos municípios de Lacerdópolis (Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini) e Campos Novos (Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças). Para ampliar o público-alvo das ações de esclarecimento e divulgação dos bens acautelados e da pesquisa, uma postagem foi realizada no *site* da empresa Espaço Arqueologia (SCHWENGBER, 2020).

De acordo o PIEP, em relação às ações realizadas nas escolas, no projeto, foi proposto três encontros, os quais foram demonstrados no relatório final, conforme o Quadro 3 e os itens que seguem.

Quadro 3 – Atividades desenvolvidas nas escolas de Lacerdópolis (Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini, 18 e 19 de fevereiro de 2020) e Campos Novos (Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças, 18 e 19 de março)

<b>Encontro</b>	<b>Tema</b>	<b>Atividade</b>	<b>Tempo</b>	<b>Avaliação</b>
1º	Arqueologia e Patrimônio Cultural	Oficina de objetos <sup>561</sup>	45min	Elaborar um desenho sobre entendimento dos termos “Arqueologia” e “Patrimônio Cultural”.
2º	A ocupação humana no ambiente regional	Aula expositiva dialogada <sup>562</sup>	45min	

<sup>561</sup>O objetivo dessa oficina é “apresentar noções iniciais da pesquisa arqueológica a partir de ações que acontecem no dia a dia, primando por usar exemplos próximos aos alunos como forma de melhor promover o entendimento dos conceitos tratados” (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 30).

<sup>562</sup>A aula expositiva-dialogada tratou sobre a paisagem regional e a ocupação humana (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 22).

3º	Os saberes e fazeres tradicionais	Oficina de Inventário Participativo <sup>563</sup>	45min	A mesma atividade do 1º encontro foi proposta para comparar a apropriação do conhecimento e a eficácia das estratégias utilizadas. <sup>564</sup>
----	-----------------------------------	--	-------	---

Fonte: Schwengber (abr. 2020, p. 20).

As propostas foram aprovadas pelo IPHAN/SC em consonância com a metodologia proposta no PIEP, conforme a IN 01/2015 e a Portaria do IPHAN n. 137/2016.

As atividades educativas procuram ampliar a preservação e a valorização dos diversos Patrimônios Culturais regionais.

As ações educativas abrangeram outros segmentos, além das duas escolas próximas do empreendimento.

Um total de 84 alunos de ambas as escolas foram contemplados com o PIEP.

Ao observar as fotografias dos eventos, notou-se que a sala de aula foi o cenário para as atividades propostas, além das entrevistas com os familiares.

Além dos itens 1, 2 e 3 apresentados, o que segue também foi observado, por meio da documentação que gerou o equívoco na interpretação (porque, conforme o nível, não há exigência legal de um programa de Educação Patrimonial e, sim, apenas ações educativas pontuais de extroversão do conhecimento). Então, foi possível observar no conjunto da documentação, incluindo o único relatório do qual consta o PIEP.

Em relação à história indígena regional trabalhada nos programas de Educação Patrimonial realizados em virtude dos empreendimentos, percebe-se, por meio dos projetos/relatórios finais, que não são oferecidos cursos, oficinas, atividades práticas ou palestras aos professores das redes de ensino municipais, estaduais ou particulares (com raras exceções da presença de professores que acompanham as turmas) para que, ao longo do tempo, possam compartilhar o conhecimento adquirido com um número maior de educandos. Esses profissionais poderiam contribuir para o desenvolvimento da Educação Patrimonial, auxiliando no fortalecimento dos sentimentos de pertencimento à comunidade, o “que indubitavelmente reforçaria sua identidade” (AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa).

<sup>563</sup>Nesse inventário participativo, os alunos apresentaram as pesquisas feitas no dia anterior com seus pais, avós ou pessoas mais velhas de sua comunidade a respeito de saberes, fazeres e manifestações caracterizadas como seu patrimônio cultural. Para que os alunos fizessem essa pesquisa, foi distribuída, para cada um, uma ficha adaptada da Ficha de Saberes do inventário participativo, que compõe o Manual Educação Patrimonial: inventários participativos (IPHAN, 2016 *apud* SCHWENGBER, abr. 2020, p. 27).

<sup>564</sup>Atividade diagnóstica: cada aluno recebeu uma folha A4 em branco e desenhou ou escreveu o que sabia sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural (conhecimento prévio). Após 10 minutos, os educadores recolheram a atividade, a qual foi comparada com os desenhos realizados no encontro anterior, como maneira de avaliar a apreensão do conhecimento sobre os temas tratados e a efetividade das estratégias utilizadas na Educação Patrimonial (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 22).

Matos, ao encerrar sua tese de doutorado, que trata sobre a Educação Patrimonial no contexto arqueológico e as reflexões acerca das práticas educacionais, conclui que há certezas “de que a Educação Patrimonial é o melhor método na difusão do Patrimônio Cultural e, para que ela se torne efetiva e afetiva no cotidiano, a participação do professor e professora como promotores dessas ações é importantíssima” (MATOS, 2017, p. 223). Além disso, que a literatura contemporânea sobre o patrimônio arqueológico regional não foi explorada.<sup>565</sup>

Outro enfoque que responde à pergunta que norteou esta pesquisa é o fato de que os projetos e relatórios dos empreendimentos hidroenergéticos pretendem e descrevem uma Educação Patrimonial que na realidade não se aplica. Por exemplo, ao se observar o conceito de “Educação Patrimonial”, nota-se:

[...] que é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária do conhecimento. A partir da experiência e do contato direto com as evidências físicas e manifestações da cultura, em seus múltiplos aspectos, busca levar a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural permitindo uma melhor fruição destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 65).

De acordo com o “Guia Básico de Educação Patrimonial”, esta é um processo permanente e sistemático, centrado em fontes primárias, que visa a experiência e o contato direto com as evidências para gerar a apropriação, a construção do conhecimento e a valorização cultural. Por este motivo, questiona-se: como esses objetivos poderão ser alcançados com as propostas de Educação Patrimonial registradas nos projetos e relatórios? Especialmente se as palestras são planejadas para durar 30 minutos? (Conforme indicado no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza (SC), rio das Antas, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha*; no *Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce*; no *Projeto de pesquisa para a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio, municípios de Arabutã e Ipumirim*; no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos*). Ou, então, conforme o único documento do qual consta a obrigatoriedade do PIEP, o *Relatório final de pesquisa arqueológica: Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC*, no qual as

<sup>565</sup>O CEOM disponibiliza gratuitamente, de forma digital e impressa, inúmeras obras sobre patrimônio arqueológico regional.

atividades escolares tiveram um tempo previsto de 3 aulas de 45 minutos?

Dessa forma, será que é possível pensar que essas atividades estão centradas num processo ativo? Nos documentos dos quais não consta o PIEP, os estudantes ouvem e depois executam o que lhes é solicitado. Ocorre uma “transferência” de informações. Alunos e professores são espectadores. Ou seja, será que essas ações são suficientes para que os educandos desenvolvam a valorização e o sentimento de pertença em relação ao Patrimônio Cultural indígena regional? Sabe-se, “aliás, que os indivíduos, em razão da impossibilidade de suportar as imensas sobrecargas memoriais, são, muitas vezes incapazes de conferir sentido às informações adquiridas” (CANDAUI, 2016, p. 114).

Ficam as perguntas, relacionadas apenas às ações de Educação Patrimonial realizada em virtude do empreendimento da PCH São Carlos, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC, considerado de nível III, com a obrigatoriedade de realizar o PIEP, o qual foi executado na Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini, em Lacerdópolis e na Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças, em Campos Novos; tendo como exemplo a realização de oficina de objetos (45min.), a aula expositiva e dialogada (45 min.) e a oficina de inventário (45 min.): tais eventos podem ser considerados permanentes e sistemáticos? As ações realizadas em ambas as escolas primam “pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades”, conforme a Portaria do IPHAN n. 137/2016?

Chegou-se a resposta de que as ações educativas são temporárias, e não são a prioridade no contexto desse tipo de projeto. Dessa forma, continuam sendo “ações educativas” que, ao que parece, não se configuram como Educação Patrimonial (contínua e sistemática, pretendida na legislação mais recente).

Arno Alvarez Kern escreve que “somos responsáveis por esses milhares de vestígios da cultura material, que nos abrem novas perspectivas através de seu estudo, em busca das respostas que cada geração formula sobre o seu passado e o da humanidade” (KERN, 2017, p. 23-39). Dessa forma, muitas vezes, a Educação Patrimonial desenvolvida na região, em virtude da arqueologia consultiva, representa um dos raros acessos da comunidade escolar a esse tipo de experiência. Se essas ações fossem desenvolvidas por meio de um processo sistemático e permanente, poderiam contribuir, ainda mais, para a inclusão, por exemplo, das reminiscências pré-históricas e históricas dos povos indígenas que viveram e que vivem nesse lugar.

Por isso, aproximar a comunidade regional desse legado possibilitaria o reconhecimento, a valorização e a preservação de culturas milenares, como, por exemplo, a dos caçadores-coletores, dos Jê (atuais Kaingang e Xokleng) e dos Guarani. A pré-história e a história desses

grupos na região oeste de Santa Catarina não receberam a mesma popularidade da história dos que “legalmente” adquiriram as terras a partir das primeiras décadas do século XX, os migrantes sul-rio-grandenses descendentes de europeus, brancos, cristãos que “colonizaram” a região. Por outro lado, a presença indígena dos que vivem nas terras ou reservas indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani, e que frequentemente comercializam artesanatos em locais públicos, confirma uma ocupação histórica de longa data.

A Educação Patrimonial mediada por outros meios, que alcançasse especialmente os professores da região e que também explorasse a literatura recente sobre a história indígena regional, poderia dar mais visibilidade a essa história indígena milenar, que comumente é mediada pelo senso comum, até mesmo em âmbito escolar.

## Referências

- AHLERT, Jacqueline; MUÑOZ, Jenny González. Lacuma: Experiencia de educación patrimonial en el ámbito arqueológico. *Educación y ciencia*, v. 8, n. 52, jul./dic. 2019, p. 37. In: MERILLAS, Fontal Olaia. *La educación patrimonial: Teoría y práctica en el aula, el museo e internet*. Asturias: Trea, 2003.
- BERTONCELLO, Aline. *Análise da Educação Patrimonial em projetos de licenciamento ambiental realizados entre o Rio Peperi-Guaçu e Rio Chapecó-SC (2002 a 2012)*. Monografia (Especialização em Arqueologia e Patrimônio) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental: análise das ações educativas em processos de arqueologia consultiva realizadas no Oeste Catarinense (2012-2018)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2020.
- BRASIL. *Instrução Normativa n. 001, de 25 mar. 2015*. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, DF, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Portaria IPHAN n° 137, de 28 de abril de 2016*. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF, 2016.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARBONERA, Mirian. Patrimônio arqueológico no oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. *Revista de arqueologia*, v. 22, n. 1, p. 83-98, jan.-jul. 2009. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/262>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e diversidade: algumas questões para reflexão. IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP. 2008, p. 306. In: BASTOS, R. L.; FUNARI, P. P. A. *Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage*. Handbook of South American Archaeology. New York: Springer 2008.
- DELFORGE, Alexandre Henrique. *O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação

em Geografia/Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2010.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio cultural: a educação em múltiplos sentidos. *In*: MINISTÉRIO DA CULTURA E CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Patrimônio, ensino e educação: formação profissional*. Porto Alegre: ISCMPA, 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IAB – INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/page/educacao-patrimonial>. Acesso em: 27 fev. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta de Lausanne*. 1990, p. 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

\_\_\_\_\_. *Instrução Normativa n. 1*. Brasília, 25 mar. 2015.

KERN, Arno Alvarez. Nosso passado terá um futuro? Reflexões sobre a arqueologia. *História: Debates e Tendências. Dossiê: Arqueologia e cultura material*, v. 17, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.17n.1.7234>. Acesso em: nov. 2020.

LIMA E SILVA, Juliane Carla; BARBOZA, Matheus Belo G. Os lugares, os patrimônios e o ensino da história: a Educação Patrimonial nas salas de aula. *In: ANPUH 6º Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História*. 2020, União da Vitória, PR, (Comunicação, mesa Ensino de História e Diálogos Transversais), UNESPAR: LAPHIS. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/eventos/item/5596-6-simposio-eletronico-internacional-de-ensino-de-historia>. Acesso em: 19 maio 2020.

MATOS, Alexandre Pena. *Educação Patrimonial no Contexto Arqueológico: reflexões acerca das práticas educacionais*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. Relatório final de pesquisa arqueológica: Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC. *Espaço Arqueologia*, Tubarão, abr. 2020.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. Escola Politeia, São Paulo, São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p. 80-108, jun. 2015.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. *Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental*. 2018. (Dissertação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2018.



## **A CULTURA MATERIAL PRÉ-COLONIAL EM VISTA ALEGRE DO PRATA: AS TRADIÇÕES TAQUARA E TUPIGUARANI**

Valéria Pedron, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, na Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio. Bolsista FUPF.  
E-mail: 167000@upf.br.

**Resumo:** Nas últimas décadas, a história e os processos ocupacionais dos povos primordiais no Estado do Rio Grande do Sul vêm ganhando amplo terreno no meio acadêmico. As pesquisas desenvolvidas nos ramos arqueológicos e históricos expandem suas fronteiras para além dos grandes centros e começam a voltar seu olhar para municípios interioranos cuja existência de habitantes humanos no período anterior ao imigrante europeu era praticamente desacreditada. Essa espécie de negação da presença indígena nestes territórios possui um fator histórico e político, onde a luta pela terra ainda é uma realidade que aflige ambos os lados. Devido a isso, como forma de reafirmar o domínio territorial, muitas das antigas habitações foram destruídas como forma de apagar o indígena da história; e as que não foram destruídas simplesmente não possuem significado para as comunidades atuais. De tal forma, o presente artigo visa apresentar a variedade de artefatos de cultura material indígena que foram identificados no município de Vista Alegre do Prata, oriundos de dois grupos étnicos até então observados, que exploraram o ambiente em estudo em diferentes espaços e em diferentes períodos temporais.

**Palavras-chave:** Indígenas; Artefatos Líticos; Cerâmicas

### **Introdução**

A presente pesquisa visa analisar a presença indígena na região atual do município de Vista Alegre do Prata – RS, que se deu no denominado período pré-colonial, objetivando, dessa forma, apresentar os grupos étnicos que habitaram o local em análise através da identificação de sua cultura material e pelos demais remanescentes de suas habitações. Muito do que temos como fontes de pesquisa deriva dos vestígios da presença indígena na região. Assim, serão apresentados os materiais líticos, fragmentos de cerâmica, bem como a presença de casas subterrâneas.

Hodiernamente, ainda é comum encontrar, em algumas localidades do município, artefatos líticos em meio às lavouras de plantio e nas proximidades de rios e pequenos arroios. Dentre as ferramentas de pedra comumente identificadas podemos mencionar os machados de pedra polida, lascas usadas para rasgar, cortar, toronar, bem como ferramentas para polir, furar, amolar, macerar, moer, pilar e ralar. E quanto às cerâmicas, constam diversos fragmentos que indicam a presença de povos de Tradição Taquara e Tupiguarani.

Também foram realizadas visitas nas localidades rurais onde buscou-se trabalhar com a metodologia de prospecção arqueológica afim de proporcionar uma amostragem regular capaz

de localizar vestígios arqueológicos expostos em superfície e realizar sua catalogação e identificação com base na tipologia territorial, inclusive.

O município de Vista Alegre do Prata possui pouco mais de 1.500 habitantes, localiza-se na Região Nordeste do Rio Grande do Sul e seu relevo faz com que pertença a região denominada de Serra Gaúcha. Formou-se a partir de correntes imigratórias de italianos e poloneses que vieram da Europa em meados da década de 1880, após a fundação da Colônia Alfredo Chaves – atual município de Veranópolis – e conseguiu sua emancipação político-administrativa aos 9 dias do mês de maio do ano de 1988, quando deixou de ser Distrito de Nova Prata para adquirir sua autonomia. E foi em meio a esse longo caminho histórico que surgiram as primeiras comprovações da presença de povos ancestrais pela localidade.

### **Uma breve história pré-colonial do Rio Grande do Sul**

No que tange o período ocupacional da sociedade humana no Estado do Rio Grande do Sul e levando em conta os dados históricos e arqueológicos, há um consenso de periodização que remonta em torno de 12.000 a 13.000 AP. Essas pesquisas realizadas apontaram para uma variedade notável de sítios arqueológicos de vários grupos étnicos humanos.

Os primeiros grupos que dominaram o território do Sul brasileiro são hoje denominados de Tradição Umbu e Tradição Humaitá, que possuíam diversas características em comum, mas se diferenciavam pelo modo de confeccionar artefatos líticos e pela tipologia de terreno onde estabeleciam suas moradias.

Sobre o primeiro deles, Schmitz diz que estavam mais centrados “nos abrigos rochosos e ao longo dos rios da borda do planalto no Nordeste e Centro do Estado, na proximidade dos campos, dos pinheirais e talvez dentro de uma franja de mata subtropical” (2006, p. 17). Optavam, ainda, por abrigar-se em locais a céu aberto e cerritos, uma espécie de “aterro artificial feito em áreas alagadiças, com formato circular e tamanho médio de 3 metros de altura” (RODRIGUES; PIRES, 2017, p. 3). Já a confecção dos líticos, pode-se afirmar que confeccionavam pontas de flechas pequenas e de gume serrilhado, pontas de lança e bolas de boleadeira.

Já o segundo, Schmitz afirma que os dados indicam a ocupação das “matas do Sul do Brasil e partes da Argentina e do Paraguai” (2006, p. 19). Diferentemente da Tradição Umbu, os grupos da Tradição Humaitá preferiam ocupar as áreas das matas. A indústria lítica era composta basicamente por "artefatos maiores e mais pesados, sendo caracterizada por peças bifaciais e de morfologia variada, como machados alongados, bumerangóides, choppers alongados, plainas, raspadores e lascas retocadas” (KOLLING, 2020, p. 17).

Um outro modo de vida deste período no Rio Grande do Sul, na região litorânea, são os sambaquis, onde houve uma exploração ampla da pesca e coleta de alimentos oriundos do mar. Sobre os sambaquis, Schmitz os descreve como um “acúmulo de conchas, ossos de peixes e outros resíduos de atividade humana, resultantes da ocupação do litoral marítimo por bandos especializados em sua exploração. São os resíduos mais volumosos produzidos por qualquer população pré-histórica brasileira” (2006, p.21).

Posteriormente a esses grupos, houveram novas levas humanas para o território, que passaram a ocupar o espaço em meados de 3.000 AP, que se diferenciavam dos antigos grupos por vários fatores, principalmente devido a implantação da cerâmica em seu meio social, de técnicas de agricultura, uso medicinal de plantas, manejo florestal, fatores linguísticos, entre outros.

Sobre a Tradição Taquara – hoje conhecida pelos grupos Kaingang e Xokleng –, as pesquisas realizadas até então afirmam que migraram do Centro-Oeste brasileiro e ocuparam o Sul em seguida. Este grupo possuía uma característica que até hoje evidencia seus sítios arqueológicos: a utilização do pinhão como importante fonte alimentar.

No que tange a escolha de um ambiente adequado para moradia, optavam por construir seus acampamentos nas clareiras da mata, onde constata-se a presença de uma grande diversidade de plantas de uso variado, tanto para alimentação, quanto para utilização de peças de uso cotidiano. Além disso, “desenvolveram amplo domínio territorial e formas próprias de adaptação ao novo ambiente, sendo a principal delas a construção de casas subterrâneas e semissubterrâneas” (AMPARO, 2014, p. 42), que os protegiam contra o frio rigoroso do Sul brasileiro e das constantes geadas, de animais e de inimigos. Elas “são encontradas regularmente nos terrenos altos e frios com uma vegetação também adaptada a baixa temperatura hibernal, que são os campos e as matas mistas com pinheiros” (SCHMITZ, 2006, p. 77). Amparo afirma que “as aldeias costumam ser construídas próximas a pequenos arroios e menores cursos dos rios locais, chamados lajeados, já que os Kaingang evitam morar próximo aos rios maiores (2010, p. 91).

Quanto a cerâmica produzida, era “pequena, composta de potes e de tigelas, com decoração impressa variada, onde são facilmente distinguíveis negativos de cestaria, depressões regulares produzidas por pontas de vários formatos, ou das unhas, incisões lineares etc.” (SCHMITZ & BASILE BECKER apud DIAS, 2004, p. 33). Geralmente, são identificados recipientes pequenos e médios, de coloração marrom e cinza, cujas paredes são finas.

Entre meados de 2.000 e 1.000 AP, a estabilidade dos povos de Tradição Taquara foi abalada devido a chegada da segunda leva humana no Rio Grande do Sul, os povos de Tradição Tupiguarani, que os empurraram em direção às terras mais altas e frias da região. Seu surgimento aponta para a região Sudoeste da Amazônia, onde transitaram pelas margens de grandes e médios afluentes em direção ao Sul do Brasil. Noelli afirma que “são os mais conhecidos dentre as populações do Sul em termos arqueológicos, etnográficos, históricos e linguísticos” (2000, p. 247) devido ao constante processo de expansão, conquista e ocupação territorial.

Schmitz afirma que “as aldeias eram levantadas em clareiras abertas na mata. Ao redor se faziam as roças para os necessários cultivos” (2006, p. 38), e o material da construção era basicamente madeira, capim e demais materiais orgânicos recolhidos nas matas que compunham o território de domínio. Além disso, “moravam em grandes casas, alicerçadas com troncos firmes, vedadas com madeira entrelaçada de cordas e cobertas por palha” (SPOSITO, 2006, p. 149) e podiam ser habitadas por dezenas de pessoas, geralmente da mesma família.

Quanto a espacialidade Tupiguarani, caracteriza-se pela preferência de ocupações em “elevações de pouca altura, em áreas de vegetação florestal, localizadas em suaves elevações na proximidade do mar, pequenos riachos ou a grandes rios dos vales costeiros” (ZIBEL COSTA apud CARRINHO, 2010, p. 86-87), já que a pesca era uma atividade muito praticada e eram exímios canoieiros.

A Tradição Tupiguarani também confeccionava peças de cerâmica. As peças de padrão artístico possuíam a parte externa coberta com impressões regulares da polpa do dedo, da borda da unha, ou eram lisas (SCHMITZ, 2006, p. 41), podendo também ser escovadas e beliscadas e até mesmo possuir pintura. Era comum a fabricação de recipientes de grande porte, para armazenar bebidas fermentadas e para servir como urna funerária, além de panelas de vários tamanhos, pratos, copos, tigelas, entre outros.

Ambas as Tradições confeccionavam artefatos líticos que auxiliavam no desenvolvimento das tarefas cotidianas, sendo que estes poderiam ser lascados e até mesmo polidos. Os líticos possuem uma durabilidade muito superior às cerâmicas, são mais resistentes às ações humanas e naturais e são facilmente identificados expostos em superfície. Em Vista Alegre do Prata foram identificados diversos Sítios Arqueológicos indígenas através da metodologia de prospecção arqueológica, que evidenciam a riqueza da cultura material produzida pelos grupos étnicos que habitaram o território.

## A cultura material pré-colonial em Vista Alegre do Prata

Para atender às crescentes demandas, tanto referente às atividades de caça e pesca, quanto para facilitar a vida cotidiana, “surge a necessidade de desenvolvimento de artefatos bélicos, os quais representariam a força de uma tribo” (NAVARRO, 2006, p. 2) e, em escala ainda maior, para facilitar a vida cotidiana. De tal maneira, a produção de utensílios ia desde a manutenção da terra para agricultura, até a elaboração de objetos para moer sementes, cortar carnes e árvores. Como vimos no capítulo anterior, cada grupo étnico possuía técnicas próprias de produção de vasilhames, de habitações e até mesmo de líticos.

Figura 1 – Cultura material da Tradição Taquara



Fonte: Acervo da autora.

A figura 1 apresentada acima, evidencia a presença de povos de Tradição Taquara e foram coletados em várias áreas do município de Vista Alegre do Prata, para sermos mais exatos, em 10 localidades diferentes, algumas próximas e outras mais distantes, porém, todas elas possuem ou já possuíram remanescentes das casas subterrâneas, algumas ainda preservadas – como aponta o item 8 –, outras soterradas por representarem uma espécie de obstáculo aos agricultores. Além disso, a tipologia do terreno de origem das peças segue os padrões de assentamentos desta Tradição, onde denota-se a presença de pequenos cursos de água, região aplanada e elevada em compensação com o restante do terreno e forte evidência de pinheirais.

Podemos perceber uma quantidade notável de peças pesadas, geralmente utilizadas para macerar alimentos, como os itens 1, 4, 5, 7, 11 e 12, que são peças diferentes, mas com a mesma utilidade. As mãos de mó ou mãos de pilão são comumente utilizadas “para macerar e processar diversos tipos de materiais, como coquinhos, pinhão e outros frutos” (TSCHUCAMBANG, 2015, p. 15). Sobre estes, Kern diz que:

Os artefatos mais característicos [dos grupos Jês/Kaingangs] foram denominados de “mão-de-pilão”, longos blocos de diabásio diaclasado, que alcançavam de 20 até 70 ou 80 cm de comprimento e foram submetidos a um processo de polimento que não chegava muitas vezes a fazer desaparecer completamente as arestas da peça original. São raros de serem encontrados nos sítios arqueológicos, mas os moradores locais descobriram casualmente dezenas de artefatos deste tipo na área de ocupação desta cultura (2009 p. 45-46).

Além da necessidade de processar alimentos provenientes da coleta de sementes e frutos, os grupos indígenas também extraíam da terra raízes e tubérculos para complementar a dieta alimentar, assim, produziam os picões lascados e as peças unificiais/enxadas (PROUS, 1992, p. 160) que auxiliavam até mesmo na manutenção da terra e na agricultura, como ilustram os itens 14, 15, 16 e 17.

Alguns utensílios necessitavam de encabamento (cabo) para facilitar o manuseio e, para tal, era imprescindível a extração de madeira das florestas e da confecção de artefatos pesados e resistentes para suportar os impactos contra os troncos verdes. Os machados e cunhas polidas, apresentadas nos itens 2, 9 e 13 serviam para este fim. Os machados recebiam cabos para auxiliar nos impactos, já as cunhas eram utilizadas “sem cabo, como elemento intermediário numa percussão indireta. Apresenta um talão forte, para resistir aos choques. Utilizado inserido na madeira, com o gume paralelo ao sentido das fibras, para rachá-la” (PROUS, 2002, p. 167).

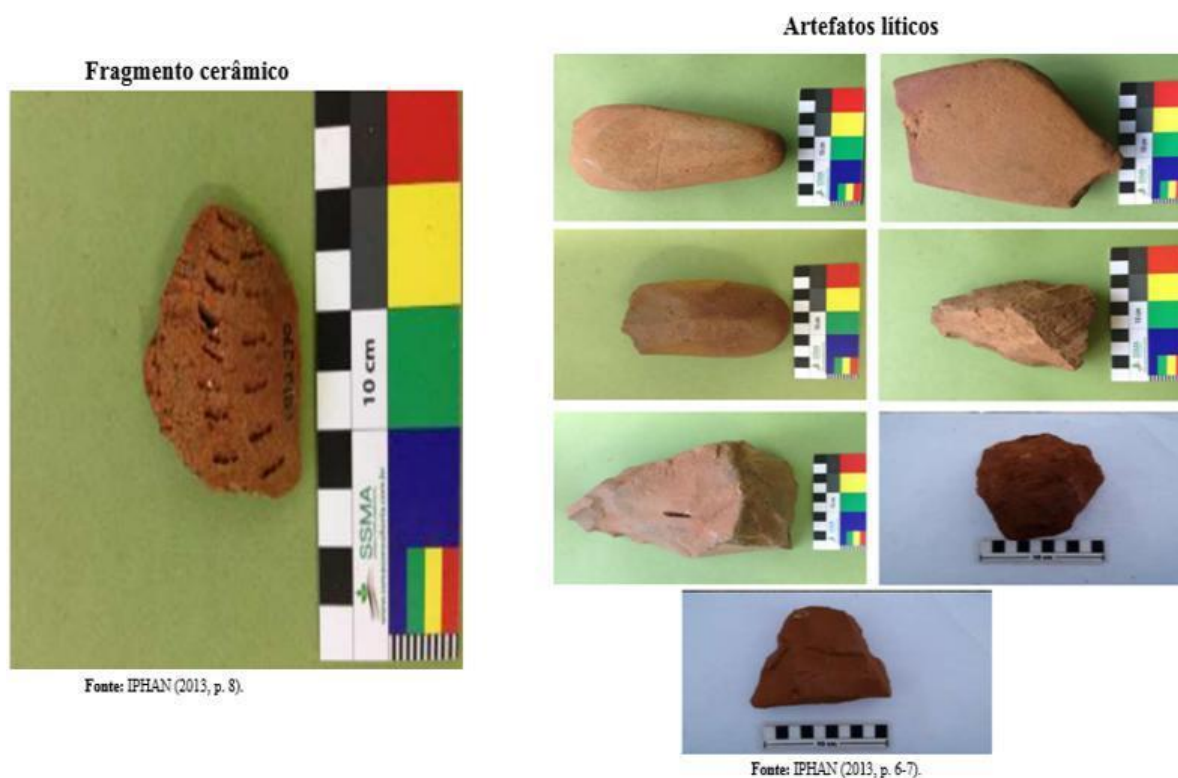
Para conseguir realizar a manutenção dos gumes dos artefatos, especialmente machados, facas, punhais e pontas de flechas, era necessário elaborar um polidor para esse fim, como os

itens 3 e 10, que eram deslizados sobre os gumes após o uso dos mesmos para mantê-los afiados. O item 3 possuía dupla função: além de polir as outras peças, também era utilizado para raspar o couro dos animais provenientes da caça, devido ao seu lascamento em uma das extremidades.

Os lascamentos eram feitos de vários métodos como, por exemplo, com o auxílio de um percutor passivo – item 6 – que, segundo Prous, “o bloco a ser debitado é colocado sobre uma bigorna e em seguida golpeado violentamente pelo batedor” (1992, p. 67-68) até ter a forma desejada. Essa técnica é conhecida como técnica bipolar.

A figura abaixo (figura 2) ilustra uma pequena parte de um acervo de mais de 300 peças líticas e cerâmicas que foram identificadas em um único Sítio Arqueológico, que sofreu intervenção da equipe do Núcleo de Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por arqueólogos e estudantes de outras instituições (COPÉ, 2016, p. 4). Além disso, foram mapeadas 19 estruturas subterrâneas e subterrâneas e materiais orgânicos nas mesmas.

Figura 2 – Remanescentes da Tradição Taquara-Itararé



Fonte: IPHAN (2013, p. 6-8)

A cerâmica Itararé-Taquara – identificada neste Sítio Arqueológico – é caracterizada pelo pequeno volume e fina espessura. Beber a define “como pequena, de paredes finas, sem decoração ou restringindo-se a um engobo vermelho ou cinza e preto. Em alguns casos [...]

caracterizando-se como unglados, ponteados, incisos, carimbados” (2004, p. 66). Já os líticos identificados variam entre as técnicas de lascamento e polimento, com utilizações variadas.

Quanto a cultura material proveniente da Tradição Tupiguarani, identificaram-se alguns artefatos semelhantes aos anteriores (figura 3), todavia, com diferentes técnicas de lascamento e uma grande quantidade de cerâmicas que reafirmam a presença desta etnia na localidade devido às técnicas decorativas aplicadas na superfície externa dos vasilhames. Além do mais, os artefatos foram identificados em áreas próximas ao maior afluente do município, o Rio Carreiro, cuja tipologia do terreno das habitações segue os padrões Tupiguarani.

Figura 3 – Cultura material da Tradição Tupiguarani



Fonte: Acervo da autora

A presença de peças de tratamento unifacial e os picões – itens 3, 4 e 7 – apontam que o grupo também praticava a coleta de raízes e tubérculos e, possivelmente, a agricultura. Porém, cabe fazer um levantamento especial ao item 7, que não foi identificado no mesmo local dos



demais, mas sim em uma caverna que fica a pouco menos de 500 metros de distância do Sítio Arqueológico onde as demais foram identificadas. Ao que tudo indica, pertence ao mesmo grupo que circulava pelo local, ou a outro grupo que se estabeleceu em um período anterior ou posterior.

Assim como a Tradição Taquara, os povos de Tradição Tupiguarani também utilizavam a madeira em larga escala, seja para encabar seus utensílios ou até para construir suas moradias. E para tal, os machados – itens 5 e 6 – foram amplamente fabricados. O primeiro deles é quase que completamente lascado, com exceção da parte neutra, que se acredita que tenha sido preservada a fim de sustentar algum possível cabo. Sobre os machados, Prous afirma que “podem ser lascados quanto (semi) polidos, mas deve ser destacado que um gume polido, com sua forma biconvexa, é mais resistente que um gume lascado [...] Em compensação, um gume polido é muito mais demorado de se fabricar ou reavivar” (2002, p. 167). Já o segundo deles, que também possui técnicas de lascamento, possivelmente era utilizado para fins ritualísticos, visto que tanto a pedra utilizada quanto sua tipologia apresentam pouca resistência.

Utensílios utilizados para as artes da guerra também eram confeccionados, como os punhais – item 2 –, que também podia auxiliar nas atividades provenientes da caça e pesca, podendo ou não possuir encabamento. Sua base maior assemelha-se à uma figura geométrica triangular e possui técnicas de lascamento.

O item 1 da figura apresenta características particulares, com um formato que varia do oval para o redondo, que acaba por confundir quando se pensa sobre qual sua verdadeira funcionalidade para o grupo ou para o indivíduo que a produziu. Dentre os questionamentos, têm-se a hipótese de que pode ser um machado ritualístico utilizado por algum membro importante de um grupo que habitou as proximidades do Rio Carreiro; um tipo de adorno corporal; ou ainda uma espécie de objeto cuja finalidade é de “pesos de anzol, adornos ou pesos de rede”, como aponta Turchetti (2018, p. 103). Até o presente momento, supõe-se que essa última hipótese possa ser mais viável, já que foi encontrado às margens de um rio.

Os fragmentos de cerâmicas inclusos na imagem acabam por concluir a averiguação acerca da presença dos povos de Tradição Tupiguarani por seguir com seus padrões decorativos. Cada um dos fragmentos possui características divergentes, tanto pela coloração variante, quanto pelos métodos utilizados para a decoração externa, indicando que cada fragmento pertence a um tipo de vasilha.

O fragmento de cerâmica número 8, possui características decorativas denominadas de corrugado, uma técnica caracterizada pela “ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica,

pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma crista de forma semi-lunar como resultado do acúmulo de argila arrastada” (BROCHADO; LA SALVIA apud MACHADO, 2008, p. 104).

No fragmento número 9, denota-se uma técnica decorativa mais simples e que recebe a denominação de escovado. Sobre essa técnica Schmitz afirma que “é um acabamento que consiste em passar, na superfície externa ainda moldável do vasilhame, um instrumento com pontas múltiplas, ou objetos que deixem sulcos bem visíveis, guardando entre si certo paralelismo e proximidade” (2009, p. 110).

Quanto ao fragmento cerâmico de número 10, pode-se afirmar que é a parte de cima de uma vasilha (a borda). Schmitz a denomina de Simples, que é “quando a superfície externa é apenas alisada” (2009, p. 107), um trabalho que pode ser feito com as mãos ou com algum instrumento específico que auxilie o processo. O mesmo padrão encaixa-se para o fragmento de número 13 e 15 que, embora possuam um acabamento mais “rústico” que o fragmento 10, não apresentam resquícios de outra técnica decorativa.

As peças de número 11 e 12 são marcadas por incisões feitas com as pontas das unhas. Esse tratamento recebe o nome de unglado que, segundo Machado, “consiste na expressão decorativa da ação frontal da unha, na forma de um arco, com sentido e formato de quem aplica” (2008, p. 104).

O fragmento de número 14 possui um acabamento simples, porém, denota-se a existência de alguns riscos decorativos que se assemelham à técnica que Schmitz denomina de espatulado já que “apresenta acabamento da superfície externa com um objeto que deixa corrugações estreitas e longas” (2009, p. 110).

Como a presente pesquisa é um processo ainda em construção, costumeiramente surgem novos artefatos cuja identificação é uma tarefa custosa e que demanda tempo e pesquisa. A leitura e até mesmo a própria identificação da cultura material dispersa pelo território é um processo que se constrói com o tempo e, especialmente, com o próprio treinamento visual, que permite assimilação das peças com os estudos históricos e arqueológicos já realizados. Os itens 1, 2 e 3 da figura abaixo (figura 4) são artefatos que ainda não passaram por todo esse processo de investigação.

Os artefatos abaixo não foram encontrados na mesma localidade. Os itens 1 e 3 são semelhantes no que tange sua confecção: redondos, polidos e com um único lascamento que permite com que a peça fique em pé. Já o item 2 foi encontrado isolado às margens do terceiro maior afluente do município, o Rio Negro, e possui um orifício central.

Figura 4 – Artefatos não identificados



Fonte: Acervo da autora.

A riqueza da cultura material de Vista Alegre do Prata abrange um grande campo de pesquisa a ser desenvolvida. E para além dessa linha de investigação, tem-se a carência de pesquisas voltadas aos seus aspectos econômicos, culturais, educacionais, sociais e políticos. Apesar de ser uma localidade pequena, possui uma grande bagagem histórica e até mesmo arqueológica.

### **Conclusão**

Opostamente do que sugerem os primeiros estudos realizados na região em que o município está inserido, houve a ocupação de outros grupos étnicos além dos povos de Tradição Taquara, comumente associados à região nordeste e à Serra Gaúcha. Os dados arqueológicos e históricos expressos na cultura material identificada na localidade apontam que houve também a ocupação Tupiguarani e, quem sabe muitas outras.

É imprescindível pensar em políticas públicas voltadas à sensibilização e preservação do patrimônio material e imaterial indígena. Parte do problema dessa falta de (re)conhecimento inicia-se dentro das próprias escolas, onde a história do meio em que os alunos estão inseridos

é pouco abordada, não havendo uma metodologia adequada que possibilite ao aluno fazer a ligação da história global com a própria história. Muitas vezes, valoriza-se demais a história da imigração europeia e acaba-se por esquecer dos povos primordiais.

O município tem potencial para inúmeras outras pesquisas, não apenas acerca da história Pré-Colonial, mas sim em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, religiosos e educacionais. Mas para que as pesquisas possam acontecer, é mais que necessário pensar na preservação dos documentos.

## Referências

AMPARO, Sandoval dos Santos. *Sobre a organização espacial dos Kaingang: uma sociedade indígena Jê meridional*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

AMPARO, Sandoval dos Santos. *Sobre a organização espacial dos Kaingang: uma sociedade indígena Jê meridional*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

BEBER, Marcus Vinicius. *O sistema de assentamentos dos grupos ceramistas do planalto sulbrasileiro: o caso da tradição Taquara-Itararé*. Tese de Doutorado em Estudos históricos latino-americanos. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004.

BROCHADO; José Proeza; MONTICELI, Gislene. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 107-118, dez. 1994.

CARRINHO, Rosana Guedes. *Habitação de interesse social em aldeias indígenas: uma abordagem sobre o ambiente construído MBYÁ-Guarani no litoral de Santa Catarina*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

COPÉ, Silvia Moehlecke (coord.). Relatório da Prospecção Intensiva na ADA – AIA LT 525 Salto Santiago – Itá – Santa Rita Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. *Relatório*. Porto Alegre, 2016.

DIAS, Jeferson Luciano Zuch. *A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingáng*. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)*. 2013. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?wt7h6hFBI\\_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP\\_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrboqiUihBIyiZB4-7uoucG\\_kxQP4gyN3Apd3gC6EccaFnJ](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrboqiUihBIyiZB4-7uoucG_kxQP4gyN3Apd3gC6EccaFnJ). Acesso em 20 set. 2020.

KERN, Arno. Pré-história e ocupação humana. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.) KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 15-50 (Coleção História Geral o Rio Grande do Sul, v. 5).

KOLLING, Lieli Coelho. *Abrigos subterrâneos e vestígios da história antiga em Novo Barreiro/RS*. 2020. Trabalho de Conclusão de curso (Especialização em História). Curso de Graduação em História, Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2020.

- MACHADO, N. T. G.; SCHNEIDER P.; SCHEIDER, F. Análise parcial sobre a cerâmica arqueológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. *Cerâmica*, São Paulo, n. 54, p. 103-109, 2008.
- NAVARRO, R. F. A evolução dos materiais: da Pré-história ao início da era moderna. *Revista Eletrônica de Materiais e Processos*, v.1, n. 1, p. 1-11, 2006. Disponível em: <<https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/32246.pdf>>. Acesso em 16 de abr. 2020.
- NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872 – 2000. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Universidade de Brasília: Brasília 1992.
- PROUS, André (et al). Os machados pré-históricos no Brasil descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais: fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização. *Canindé*, Xingó, n. 2, dez. 2002, p. 161-236.
- RODRIGUES, Giselle; PIRES, Luciene Maria. A diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 2017, Centro Universitário de Maringá. *Anais X EPCC*, Maringá: UNICESUMAR. p. 1-8.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio (Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul*: Brasil. Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS: São Leopoldo, 2009.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-história no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa. 2. ed. 2006.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- TSCHUCAMBANG, Copacãm. *Artefatos arqueológicos no território Laklãnõ/Xokleng-SC*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2015.
- TURCHETTI, Natália Gomes. “*A história em cacos:*” A cultura material Jê pré-colonial – Sítio Lito-cerâmico Mato Seco, São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2018.

## O “FLAGELO DE DEUS” NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O CONTESTADO: NARRATIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS ACERCA DE ADEODATO

Vanderlei Cristiano Juraski, PPGH/UPF

**Resumo:** O presente artigo aborda as narrativas sobre Adeodato, o último líder do Contestado – movimento social ocorrido entre 1912 e 1916. Ao analisar as produções intelectuais de Queiroz (1966) e Machado (2001), pretende-se delinear os sentidos forjados pelos autores para o comandante que por mais tempo liderou os caboclos contra as forças militares e civis no planalto catarinense. *Messianismo e conflito social* de Maurício Vinhas de Queiroz e *Lideranças do Contestado* escrito por Paulo Pinheiro Machado foram problematizados através da “Análise de Discurso” (Orlandi, 2005). Esses dois livros são relevantes para a historiografia, pois trouxeram, cada um em sua época, novos argumentos ao debate sobre o tema, sendo referências para os jovens pesquisadores. De modo a responder quais os sentidos construídos pelos autores para Adeodato e para o movimento social do Contestado, o artigo está organizado em três seções. Inicialmente, é identificado o contexto de produção das obras, as motivações dos intelectuais, os principais argumentos e as suas perspectivas sobre os eventos no sertão de Santa Catarina e Paraná. Já na segunda e terceira seção, buscou-se assinalar a frequência com que Queiroz e Machado se referiram à Adeodato e os principais termos que definem o personagem. Os diferentes sentidos observados nas duas obras, objeto desse estudo, são reflexos das mudanças de percepção sobre os agentes envolvidos e o movimento social na historiografia do Contestado.

**Palavras-chave:** Narrativas; Adeodato; Movimento do Contestado.

### Introdução

O presente artigo discute as narrativas sobre Adeodato elaboradas por Maurício Vinhas de Queiroz, em *Messianismo e conflito social* (1966), e Paulo Pinheiro Machado, em *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado* (2001). O objetivo é, através do exame das produções intelectuais de Queiroz e Machado, identificar os sentidos forjados pelos autores para o líder dos redutos no planalto catarinense. Essa iniciativa mostra ser oportuna, na medida em que os dois livros incorporaram contribuições relevantes para a historiografia do Contestado, servindo de referencial teórico para os jovens pesquisadores.

Segundo Eni Orlandi (2005, p. 115), a análise de discurso consiste no exame aprofundado de um conjunto de sons, imagens ou textos dispostos em uma sequência com início, meio e fim, tendo um sujeito como autor, responsável por conceder unidade, coerência, não-contradição, progressão e finalidade para a “unidade de análise”. Sendo assim, para atender aos objetivos propostos neste artigo, optou-se por selecionar como “unidade de análise” os conceitos empregados por Queiroz (1981) e Machado (2001) para se referir à Adeodato. Nesse sentido, em termos metodológicos, o presente estudo procurou, inicialmente, verificar os contextos em que o último líder caboclo foi mencionado nas duas obras. Então, foi possível

identificar “traços de personalidade” do personagem e eventos retratados com maior frequência pelos autores. Posteriormente, foram analisadas as motivações, os atores sociais, acontecimentos e desdobramentos importantes na narrativa sobre o movimento do Contestado. Finalmente, relacionou-se as informações, a fim de avaliar como o entendimento sobre quem era Adeodato repercutiu na compreensão sobre o caráter social, político e religioso da revolta cabocla no sertão de Santa Catarina e Paraná.

Para atender aos objetivos propostos e traçar um panorama geral dos textos analisados, o artigo foi dividido em três seções. Em um primeiro momento, tratou-se do contexto no qual as obras foram produzidas, as motivações e interesses dos autores, além de suas perspectivas acerca do movimento do Contestado e a relevância das pesquisas para a historiografia sobre o tema. Em seguida, abordou-se as formas de representação sobre Adeodato na década de 1960 e como elas refletiam a visão de Queiroz acerca do movimento social. Na terceira seção, problematizou-se a percepção de Machado sobre o líder caboclo e as relações estabelecidas na narrativa entre Adeodato e o movimento social.

Por fim, refletir sobre a ligação entre o comandante mais longo dos rebeldes no planalto catarinense, mostrou ser um exercício interessante, uma vez que transcendeu o Contestado, levando o leitor a problematizar a personificação das causas dos movimentos sociais. Até que ponto a liderança, por mais influência que possa ter junto àqueles a quem representa, concentra em sua pessoa, as demandas dos diferentes agentes sociais que participam do movimento? A complexidade das manifestações caboclas observadas no início do século XX tem a capacidade de demonstrar a inviabilidade de resumir as carências, angústias e desejos coletivos em um indivíduo.

### ***Messianismo e conflito social, lideranças do Contestado: perspectivas acerca de um movimento social***

Maurício Vinhas de Queiroz (1921-1996), formado em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia, lecionou na antiga Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), e na Universidade de Brasília (UnB). cursou o doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), tendo como orientador o intelectual Florestan Fernandes. Entre os temas estudados por ele estão os povos indígenas, o campesinato, os movimentos milenaristas, além das elites urbanas e grupos econômicos (VELHO, 1997, p. 283). Ainda de acordo com Velho (1997), sua obra mais importante foi *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*, cuja primeira

edição data de 1966.<sup>566</sup> Trata-se de um livro sobre o confronto armado ocorrido no interior de Santa Catarina cuja pauta de reivindicações incluía o acesso à terra e aos meios básicos de subsistência por uma população pobre, expulsa de suas casas por seguranças das empresas pertencentes ao Sindicato Farquhar, responsáveis pela construção do trecho sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), pelo desmatamento da floresta nativa e a colonização do planalto catarinense.

Observa-se dois objetivos principais na obra do autor. O primeiro concerne especificamente à reconstituição da trajetória de José Maria e o segundo às condições estruturantes da sociedade cabocla que permitiram a recepção e ressignificação do discurso do monge. Além disso, Queiroz revela que na época da publicação de seu estudo sobre o Contestado, não havia muitas obras sobre o assunto. Tratava-se de um tema esquecido nos círculos intelectuais do país, sendo que nem em compêndios de História do Brasil, o Contestado era abordado. Nesse sentido, seu livro tem uma relevância significativa, pois buscava problematizar os acontecimentos do início do século XX, a partir de depoimentos de remanescentes dos redutos. A percepção da importância de registrar as lembranças dos caboclos residentes no planalto catarinense, bem como evidenciar um movimento social que até a década de 1960 recebia pouca atenção dos intelectuais da região conflagrada, foi um dos méritos do sociólogo. Ele realizou duas viagens de estudo, uma em 1954 e outra em 1961, a fim de colher depoimentos de “antigos fanáticos e outras pessoas que participaram ou presenciaram os acontecimentos” (QUEIROZ, 1981, p. 14). Além disso, o pesquisador utilizou como fontes primárias jornais da época, “processos judiciais e inquéritos policiais, alguns livros escritos por jovens oficiais das forças repressivas do Exército, etc.” (idem).

*Messianismo e conflito social* pode ser dividido em três seções principais. Na primeira, percebe-se a intenção do autor em identificar os processos de constituição de uma sociedade, com modos de vida específicos, no planalto catarinense (capítulos 1 e 2). Queiroz dissertou sobre assuntos como a geografia e a ocupação humana na região do Contestado, a economia local e a crença nos monges. Na segunda seção, o sociólogo analisou uma transição, articulando as mudanças ocorridas no período com as formas de resistências dos habitantes locais (capítulo 3, 4 e 5). Nesse momento, foram assinalados eventos como a construção da EFSPRG, a exploração da mata nativa, bem como alguns movimentos sociais como o “Canudinho de Lages” (1897). Nesse contexto de incertezas e insegurança para os caboclos, o autor abordou o

<sup>566</sup>A edição utilizada para a produção desse artigo é de 1981.



aparecimento de José Maria em Campos Novos, a festa em Taquaruçu no ano de 1912, o Combate do Irani, a morte do monge e a espera pelo seu retorno. Na terceira parte da obra, que concentra maior número de capítulos (9 de 14), verifica-se uma divisão entre análises relativas à espaços como as vilas santas (Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria, principalmente) e personagens como as lideranças caboclas (Maria Rosa, Chiquinho Alonso e Adeodato) e o General Setembrino de Carvalho.

O autor apresentou o movimento do Contestado em ordem cronológica, priorizando eventos em detrimento de personagens. Nesse sentido, o destaque dado para os líderes da revolta sertaneja se circunscreveu ao fato deles praticarem ações capazes de modificar a narrativa. Um exemplo disso, entre tantos verificados no exame de *Messianismo e conflito social*, é o caso de Chiquinho Alonso. O capítulo 9 é dedicado a ele. Contudo, sua aparição na narrativa aconteceu somente em quatro momentos pontuais, ao longo de 15 páginas. O primeiro episódio está ligado a perseguição à Matos Costa, capitão que perambulou pelos redutos disfarçado de vendedor de rapaduras, na companhia de um mágico italiano, a fim de aproximar-se dos rebeldes e entender os motivos da Guerra (p. 163). O segundo, foi quando da substituição de Maria Rosa como comandante-geral dos redutos (p. 163). O terceiro se refere à recepção de Paulino Pereira, comerciante de gasosa de Curitiba, e os irmãos Sampaio, desafetos do Cel. Francisco de Albuquerque, em Bom Sossego (p. 168). Por fim, nas causas da morte de Venuto Bahiano (a partir da página 173). Nesse caso, a importância dos líderes se deve ao fato deles executarem ou ordenarem ações.

Por outro lado, percebe-se que Maurício Vinhas de Queiroz teve um cuidado muito maior em enfatizar o caráter religioso do movimento do Contestado, afirmando que:

numa região e numa época em que os valores religiosos e mágicos perpassavam toda a ideologia, onde a religião possuía sentido tão pragmático que as roças eram benzidas e se acreditava curar as pessoas rezando sobre as feridas, onde servia inclusive para justificar as desigualdades e legitimar a estrutura social existente, não há que estranhar tenha sido impregnada de crenças religiosas e de misticismo a atmosfera explosiva e emocionalmente carregada que as tensões produziam (QUEIROZ, 1981, p. 250).

Entre as “tensões” identificadas pelo pesquisador que motivaram o movimento do Contestado estava a expulsão de posseiros, agregados e pequenos fazendeiros de terras ocupadas por gerações, além da violência empreendida pelos novos agentes sociais inseridos nas relações de poder do planalto catarinense. Segundo Queiroz, o messianismo representava uma forma de resistência comum às situações em que grupos com forças díspares se encontram em litígio. Aqueles que estão em desvantagem, seja pela ausência de armamentos, munições e

homens, seja por se defrontarem com “técnicas infinitamente superiores ou de procedimentos de dominação que sejam e pareçam praticamente irremovíveis” (QUEIROZ, 1981, p. 251), recorrem às entidades sobrenaturais para supostamente equilibrar as forças e dar esperanças para os sujeitos envolvidos.

Nesse ponto, as análises de Queiroz se distinguem daquelas empreendidas décadas depois pelo historiador Paulo Pinheiro Machado. Segundo o sociólogo, movimentos messiânicos como o do Contestado, constituem-se em “revoltas alienadas”, pois implicam uma “recusa ao mundo dos homens”. Diferente das revoluções laicas, os adeptos do messianismo atuam fora da realidade, sendo conduzidos a um “desligamento do corpo social”. “O alheamento à realidade circunstante revelou-se tão grande que no tempo de Euzébio, em Taquaruçu, embora os fanáticos dissessem que ‘vinha aí a guerra de São Sebastião’, resistiam a acreditar que os soldados do governo fossem atacá-los” (QUEIROZ, 1981, p. 254). Segundo Queiroz, esta separação entre as crenças e ações tomadas pelas lideranças rebeldes “contra a realidade” que se apresentava, no caso do cerco realizado pelas forças oficiais, a partir do quarto final de 1914, mostra o caráter “autista” do movimento.

*Uma vez que os homens – mesmo aqueles entregues às alucinações místicas, às visões, aos transes e a espera de uma vida sobrenatural – precisam comer e satisfazer um mínimo de necessidades vitais, esse afastamento do mundo não pode ser absoluto nem durar demasiado, sob pena de provocar a autodestruição coletiva. Quando determinados limites não são respeitados, é lícito concluir que o movimento se torna autista, levando os seus membros a isolar-se totalmente da realidade e a ensimesmar-se, o que pode acarretar inclusive a morte de todos (grifo meu) (QUEIROZ, 1981, p. 253).*

Para Queiroz era como se alguns dos caboclos insurgentes, especialmente aqueles que não se renderam as forças oficiais, houvessem abdicado da racionalidade, “entregues às alucinações místicas, às visões, aos transes e a espera de uma vida sobrenatural”. Em outro trecho de sua obra, o autor enfatizou que o empenho de Adeodato em lutar, mesmo depois da tomada de Santa Maria, beirava o desespero e a insensatez (QUEIROZ, 1981, p. 255).

Essa interpretação do messianismo como um “movimento alienado”, na década de 1960, flerta com uma visão, de orientação marxista dogmática, de que a revolução se daria pelas contradições inerentes à sociedade capitalista e industrial. Então, as guerrilhas no campo eram vistas com desconfiança por parcela dos intelectuais que se perfilava na militância de esquerda, da qual Queiroz possa ter se aproximado com *Messianismo e conflito social*. O fato de os camponeses não terem passado por um processo de proletarização e, por conseguinte, não haver a consciência de classe ou, nos termos do sociólogo, haver uma “falsa consciência”, limitava

as possibilidades de sucesso do movimento. Há, então, nas palavras de Queiroz, não apenas um olhar sobre o passado, mas um recado para o tempo presente e as lutas vivenciadas nos anos 1960.

As preocupações de Paulo Pinheiro Machado no início do século XXI eram diferentes daquelas do sociólogo em 1966. A obra de Machado (2001) surgiu em um contexto histórico de crescente interesse pela temática, além de ter o apoio de uma rede de intelectuais constituída por historiadores como Márcia Janete Espig, Delmir José Valentini e Rogério Rosa Rodrigues, que já desenvolviam pesquisas sobre o movimento social no final da década de 1990.

Paulo Pinheiro Machado é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1987, possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coursou pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Sua tese, objeto dessa análise, intitulada *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado* foi defendida em 2001 e publicada em livro em 2004 com o título *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Ao longo dos últimos 20 anos, a obra foi reimpressa duas vezes, uma em 2008 e outra em 2017.

Em 2001, quando da defesa de sua tese, Paulo Pinheiro Machado, era o primeiro historiador a pesquisar, em um curso de doutorado, o movimento do Contestado. Até então, as discussões sobre a temática estavam pulverizadas em diferentes áreas do conhecimento e níveis de formação. Oficiais do Exército e padres franciscanos foram os primeiros a escreverem sobre o movimento social. A visão deles sobre os conflitos estava permeada por preconceitos de época como a existência e hierarquização de raças, a superioridade do elemento europeu, o isolamento e a ignorância daqueles que habitavam o interior do país. A partir da década de 1950, o movimento do Contestado ganhou vitalidade com obras publicadas por pensadores como Aujor Ávila da Luz, Oswaldo Rodrigues Cabral, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro.

Muito embora, houvesse diferenças significativas nas interpretações propostas por cada um desses autores e deles para com os militares e religiosos do início do século XX, a ausência de uma abordagem especificamente histórica sobre o movimento do Contestado chama a atenção. Enquanto Aujor Ávila da Luz, médico de profissão, questionava os vícios psicológicos dos caboclos, tratando-os como fanáticos e, portanto, reproduzindo em parte as representações construídas nas décadas de 1900 e 1910, os sociólogos Pereira de Queiroz, Vinhas de Queiroz

e Monteiro incorporaram ao vocabulário do Contestado a expressão messianismo, ou seja, buscavam entender os episódios e processos vivenciados pelos caboclos a partir de manifestações religiosas próprias do catolicismo popular ou rústico. Já na década de 1980 houve um aumento significativo das publicações sobre o tema, devido em grande parte as novas conjunturas sociais e políticas no Brasil, que possibilitavam uma discussão mais ampla e profunda sobre temas sensíveis como o acesso à terra e a luta por reconhecimento de direitos. Impulsionados por esse contexto, autores como Ivone Gallo (1986-1992), Delmir Valentini (1995-1997) e Márcia Espig (1995-1998) desenvolveram suas dissertações sobre o Contestado em cursos de mestrado em História, sendo essas as primeiras iniciativas dessa natureza dentro da estrutura dos PPGHs. Por isso, afirma-se que a tese de Machado seguiu uma tendência de crescimento das publicações sobre a temática, e de ingresso dos historiadores acadêmicos nos debates.

Ao analisar a obra de Paulo Pinheiro Machado, observa-se que seu interesse pelo assunto decorreu de um incômodo com o que havia sido produzido até então. Segundo ele, muita atenção era despendida ao estudo dos monges, relegando a segundo plano investigações sobre os participantes do movimento social, como as lideranças atuantes na Guerra do Contestado. Além disso, apesar de serem instigantes, aquelas obras não conseguiam, na perspectiva do historiador, dar conta das complexas relações percebidas entre caboclos (peões, agregados e pequenos fazendeiros) com as empresas estrangeiras, os coronéis, o Exército e demais autoridades públicas. Machado (2001) discordou veementemente de Pereira de Queiroz, quando esta afirmou que a Guerra não passava de uma disputa entre parentelas. Para o historiador, o fato de existirem proprietários de terras, não descaracterizava a orientação popular da mobilização, como fazia crer a socióloga. Além disso, Machado (2001) demonstrou através do estudo das origens e formação das lideranças sertanejas, o caráter político e reivindicatório do movimento do Contestado, refutando a tese de “manifestação alienada” dos trabalhadores defendida por Queiroz (1981).

O mestrado e o doutorado cursados por Paulo Pinheiro Machado na UNICAMP contribuíram decisivamente para sua interpretação do movimento do Contestado. Conforme Santos (2020), durante as décadas de 1980 e 1990, havia entre a USP e a UNICAMP uma disputa pela hegemonia no campo historiográfico e pelo reconhecimento do discurso legítimo em relação ao passado. Enquanto alguns pesquisadores vinculados à Universidade de São Paulo como Maria Capelato, Raquel Glezer e Vera Ferlini, viam a “Escola uspiana de História” como uma continuidade da produção dos Annales, a UNICAMP utilizava as obras de Edward

Thompson – traduzidas para o português, pioneiramente, por profissionais daquela instituição – assim como de outros historiadores de tradição anglo-saxônica para se contrapor a USP e a tradição francesa (SANTOS, 2020). Durante a análise da tese foi possível perceber a inspiração de Machado (2001) em obras como *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, produzida por Thompson, sobre o modo de vida e relações sociais dos camponeses ingleses no período anterior à Revolução Industrial. Desse modo, o principal fator analisado por Machado (2001) não foi o messianismo, visto como uma forma dos sertanejos compreenderem as mudanças provocadas pela inserção do capital internacional na região, mas, a organização socioeconômica, as noções de direito e tradições da população do planalto catarinense.

A tese de Machado pode ser dividida em três partes principais. Inicialmente, foram identificados pelo autor os antecedentes da Guerra do Contestado que contemplam a ocupação do território, com destaque para o caminho realizado pelos tropeiros que transitavam pela região conduzindo muares do Rio Grande do Sul para as feiras de Sorocaba, no interior paulista. Além disso, o historiador ressaltou a importância da migração de ex-federalistas, participantes da Revolução de 1893 para o interior de Santa Catarina, na formação política das lideranças do Contestado, assim como as incertezas e inseguranças jurídicas provocadas pela “Questão de Limites”. Machado trabalhou esses tópicos nos dois primeiros capítulos. O autor abordou em uma segunda parte, especificamente, a Guerra do Contestado dividindo-a em dois momentos diferentes (3º e 4º capítulo): o tempo do “fanatismo”, onde há a primazia de lideranças religiosas, e o tempo do “jaguncismo”, onde predominam líderes com habilidades bélicas. A parte final é formada por apenas um capítulo e trata do último chefe rebelde, Adeodato.

Entre os líderes abordados por Machado (2001) estavam Euzébio Ferreira dos Santos, Elias de Moraes, Chiquinho Alonso e Adeodato. As histórias sobre esses personagens auxiliam na compreensão do processo de formação das lideranças sertanejas na região. Nesse quesito, apesar das semelhanças na estrutura do texto (abordagem sobre a geografia, economia e cultura específica dos habitantes da região, antecedentes da Guerra e desencadeamentos), as obras do historiador e do sociólogo têm um importante ponto de divergência. Para o primeiro, os personagens antecedem as ações praticadas, enquanto que em *Messianismo e conflito social*, os atores somente têm destaque por praticarem atos que alteram a narrativa. Destinar um capítulo apenas para tratar de Adeodato – e, realmente conceder protagonismo ao personagem naquela seção do texto – é um indicativo das diferenças entre as estratégias de escrita desenvolvidos por Machado (2001) e Queiroz (1981).

De outro modo, pode-se perceber que para Machado (2001), as preocupações dos sertanejos eram pertinentes a vida cotidiana, como o processo de expulsão das terras ocupadas por eles, as lutas empreendidas contra o poder dos coronéis e as desigualdades sociais.

[...] os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos “Coronéis” e dos estrangeiros (MACHADO, 2001, p. 05-06).

Dessa forma, afirma-se que a interpretação Queiroz não encontrou guarida na obra de Paulo Pinheiro Machado, visto que para o historiador os caboclos insurgentes foram racionais no combate contra as tropas oficiais e milicianos arregimentados pelos coronéis. Há, portanto, uma crítica do historiador ao sociólogo no que se refere aos desdobramentos do movimento e, mais precisamente, as ações adotadas pelos sertanejos em campo de batalha. Se em *Messianismo e conflito social*, as manifestações dos caboclos eram vistas como “afastadas da realidade” para Machado se tratava de um movimento como “nítida consciência das condições sociais e políticas”, que sabia lutar contra “os ricos, o governo que defendia o interesse dos endinheirados, os Coronéis e estrangeiros”. Essas distintas perspectivas sobre o movimento do Contestado se refletem nos entendimentos que esses pesquisadores tiveram sobre o papel desempenhado por Adeodato.

### **Adeodato na década 1960: a perspectiva sociológica de Queiroz**

Após contextualizar as obras de Maurício Vinhas de Queiroz e Paulo Pinheiro Machado, bem como suas interpretações sobre o movimento do Contestado, cabe verificar como os autores apresentaram o último líder rebelde. Para tanto, foram localizadas as referências a Adeodato e identificados os termos vinculados com maior frequência ao personagem. Em *Messianismo e conflito social*, Adeodato foi tratado como um sujeito violento e impulsivo, uma imagem perpetuada na região a partir das memórias dos remanescentes e evidenciada no livro escrito por Queiroz. Entre os episódios de violência cometidos pelo comandante-geral estavam, por exemplo, o assassinato de sua esposa Maria Firmina, do menino-Deus Antoninho, além de outros crimes imputados a ele. Antes, porém, de analisar esses casos em específico, é importante discorrer sobre como Adeodato aderiu a vida nos redutos, ascendeu à liderança e tomou sua primeira e principal decisão: a criação de um novo reduto-mor no vale de Santa Maria.

Segundo Queiroz (1981), Adeodato não participou dos combates de Taquaruçu, em dezembro de 1913, e de Caraguatá, em março de 1914. Logo, não estava presente na reunião original dos sertanejos à espera de José Maria e, nem jurou vingança contra aqueles que

liquidaram mulheres, crianças e idosos em Taquaruçu no dia 08 de fevereiro de 1914. Foi arregimentado pelo piquete de Domingos Crespo, em meados daquele ano, e conduzido para o reduto de Bom Sossego. Lá presenciou o acirramento das disputas entre as lideranças religiosas e guerreiras, a decadência da virgem Maria Rosa e a consolidação de Elias de Moraes e Chiquinho Alonso à frente do movimento. Em novembro de 1914, quando da morte de Chiquinho Alonso, no ataque frustrado à Colônia de Rio das Antas, Adeodato foi escolhido por Elias de Moraes para assumir o cargo. Apesar de inicialmente relutar, aceitou a incumbência de encabeçar o movimento. De acordo com Queiroz (1981), Adeodato havia afirmado para os membros de seu piquete que tinha recebido ordens de José Maria, em sonho, para que se tornasse comandante-geral.

Buscando consolidar sua liderança, Adeodato determinou a Aleixo Gonçalves que prendesse e executasse Antoninho, menino-Deus que pretendia ocupar o lugar de Chiquinho Alonso após os acontecimentos em Rio das Antas. Com o assassinato de um concorrente, vinculado ao partido religioso, Adeodato atendia aos interesses da facção coordenada por Elias de Moraes, ao mesmo tempo em que mantinha seu prestígio junto ao grupo.

Queiroz enfatizou a existência desses dois partidos rivais dentro dos redutos: o religioso e o guerreiro. Chama a atenção, que cada um deles predominou em uma fase do movimento do Contestado. Do segundo ajuntamento do Taquaruçu, em fins de 1913, até o ataque das tropas oficiais à Caraguatá, houve a hegemonia das virgens, meninos-Deus e dos conselhos de anciões. A partir da crescente tensão em meados de 1914, ascenderam ao poder lideranças ligadas ao partido guerreiro. Contudo, essa mudança de orientação não implicou no desaparecimento do caráter messiânico do movimento. Essa característica é evidenciada na justificativa utilizada por Adeodato para aceitar o convite e se tornar o novo comandante-geral.

A principal medida tomada pelo novo chefe foi convocar, em dezembro de 1914, todos os piquetes para reunir-se em um novo reduto: Santa Maria. Essa decisão simbolizou o fim da fase de expansão dos rebeldes pelo planalto catarinense, que em determinado momento, ainda sob o comando de Chiquinho Alonso, ameaçou invadir e pilhar Lages, berço político da oligarquia Ramos, e manteve um cerco de meses à Canoinhas. Adeodato percebendo o avanço das tropas oficiais, procurou um local seguro para construir a próxima cidade santa. “O novo lugar escolhido, o Vale de Santa Maria, era privilegiado como posição defensiva. [...] Para atingir o local, era preciso galgar íngremes ladeiras e penhascos” (QUEIROZ, 1981, p. 210).<sup>567</sup>

<sup>567</sup>Contudo, essa decisão acabou também por beneficiar o General Setembrino de Carvalho que tinha por estratégia isolar os rebeldes, interromper as rotas de abastecimento de alimentos e armas, além de dificultar a atuação de

Prosseguiu o autor,

Uma clareira foi aberta com presteza no meio da mata. Os jagunços passaram a acreditar que o Santa Maria era um ribeiro de água santa. Naquele sítio, *os peludos não penetrariam*. Começou a levantar-se um *acampamento sagrado*. Dias mais tarde, muitos caboclos, vindos de longe, aderiram ao fanatismo. Por uma vasta área espalhará-se o mito de que ali em Santa Maria, em “chão sagrado”, todos seriam imortais. Longe circulou a voz de que em Santa Maria existiam montanhas de beiju e no riacho, ao invés de água, corria leite (QUEIROZ, 1981, p. 210-211).

O processo de sacralização do vale de Santa Maria e a crença de que o novo reduto era inacessível às forças do governo são argumentos utilizados pelo sociólogo para formular sua tese sobre o movimento do Contestado. O uso de termos como “ribeiro de água santa”, “acampamento sagrado”, “chão sagrado”, “montanhas de beiju e rios de leite” para se referir à Santa Maria revela uma perspectiva sobre as manifestações camponesas na região como sendo desconectadas da realidade. Essa interpretação também se estende para Adeodato. Segundo o autor, o último líder sertanejo “tinha fama de ferocidade e dureza” (p. 234), “se entregava a crueldades gratuitas” (p. 235), “não poupava nem as mulheres nem as crianças e muitas vezes as destruía para poupar mantimentos” (idem), “às viúvas era interdito chorar” (p. 236). Muitas dessas informações tiveram por base os depoimentos recolhidos por Queiroz em suas visitas de campo ao planalto catarinense. A incorporação dessas memórias, sem a devida crítica, acabou perpetuando a demonização do personagem. Dessa forma, pode-se afirmar que o Adeodato de *Messianismo e conflito social* é o exemplo mais evidente da irracionalidade presente no movimento do Contestado.

Parte-se do princípio de que ser reconhecido por alguma condição física, comportamental ou por certas habilidades depende da recorrência com que elas são utilizadas no convívio social ou da intensidade dessa demonstração de força. Ser considerado violento, por exemplo, pressupõe o uso rotineiro da violência e/ou o emprego de uma força desproporcional contra alguém vulnerável. Além disso, ao optar por utilizar termos como “ferocidade e dureza” para se referir a Adeodato, o sociólogo ressaltou o caráter selvagem, animalesco, irracional do último líder caboclo. De modo semelhante, quando o autor pontuou que Adeodato “se entregava a crueldades gratuitas” ou quando frisou a violência contra mulheres e crianças, pretendeu mostrar ao leitor a impetuosidade, o descontrole e incivilidade do personagem. Outro momento em que Queiroz buscou evidenciar essas características foi quando abordou a morte de Maria Firmina, esposa de Adeodato.

piquetes que arrebanhavam gado nas fazendas vizinhas.



Muitos asseguram que o fez porque “não gostava mais dela” ou para juntar-se com Mariazinha, a viúva de Francisco Alonso, que era jovem e bem feita de corpo e que tinha continuado desde a morte do marido vivendo na casa do chefe. No entanto, o próprio Adeodato declarou mais tarde “ter matado sua mulher Maria Firmina da Conceição por mandado do velhinho Elias de Moraes”. E esclareceu: “Matou-a por que Elias lhe fizera crer que sua mulher tinha relações com o preto Germano” (in Peixoto, 1916:789) (1981, p. 236).

A possibilidade de Maria Firmina ter sido morta por seu marido não “gostar mais dela” ou para ele satisfazer um desejo pessoal, “juntar-se com Mariazinha”, “uma jovem bem feita de corpo”, corrobora a imagem de Adeodato como um sujeito que agia por impulso. Mesmo que logo em seguida Queiroz apresentasse a versão do acusado para o crime, não se desfaz a impressão inicial. Nesse sentido, o último líder, conhecido como “flagelo de Deus”, cumpria uma função específica na narrativa do sociólogo, reforçando o argumento de que o movimento do Contestado “atuava fora e contra a realidade”, de “forma alienada”, representando, no limite, “uma manifestação autista” de pessoas expulsas de suas terras e sem acesso aos meios básicos de subsistência.

As análises desenvolvidas em *Messianismo e conflito social* são frutos de sua época e se constituem em importantes contribuições à historiografia do Contestado, pois motivaram vários intelectuais a investigarem o assunto. Um deles foi Paulo Pinheiro Machado que relatou ter conhecido o tema e se interessado em aprofundá-lo através do livro de Queiroz (MACHADO, 2016, Entrevista). Já o uso do messianismo como chave de interpretação do movimento social ocorrido no início do século XX é compatível com a área de conhecimento do autor e mantinha um diálogo, comum à época, com outras literaturas que consideravam os caboclos insurgentes como fanáticos religiosos e/ou jagunços. Quando Machado produziu sua tese, uma outra perspectiva em relação ao passado estava em evidência no Brasil. A adoção de metodologias como a micro-história e referenciais teóricos da História social, possibilitou aos pesquisadores analisarem Adeodato por um novo ângulo.

### **Adeodato no século XXI: a perspectiva histórica de Paulo Pinheiro Machado**

O Adeodato de *Lideranças caboclas* é um personagem distinto daquele apresentado por Maurício Vinhas de Queiroz. Machado (2001) analisou o contexto no qual o último líder sertanejo foi obrigado a atuar, bem como quais as ações esperadas de um tropeiro e domador diante das crescentes tensões entre os partidos guerreiro e religioso, o aumento da fome e doenças, além do forte cerco policial. O objetivo do historiador foi, dentro de sua narrativa, devolver a humanidade para Adeodato, visto que nos anos que se seguiram ao movimento do Contestado, o chefe caboclo acabou sendo demonizado pelos sobreviventes da Campanha

militar, seus descendentes e por parcela da historiografia do século XX. Ao reconstituir a trajetória de vida de Adeodato, Machado, de certa forma, demarcou qual sua perspectiva sobre o próprio movimento do Contestado, ou seja, não se tratavam de manifestações inconsequentes de fanáticos religiosos e jagunços, mas de uma forma de resistência à inserção do capital internacional na região, responsável por espoliar das terras e privar dos meios de subsistência a população pobre.

Segundo Paulo Pinheiro Machado, as fontes disponíveis para a reconstituição das histórias sobre Adeodato eram as poucas notícias vinculadas na imprensa catarinense, os depoimentos colhidos pelo próprio historiador e pesquisadores como Maurício Vinhas de Queiroz, Duglas Teixeira Monteiro, Walter Tenório Cavalcanti, Ivone Gallo e Delmir José Valentini. Outros subsídios apontados como importantes por Machado (2001) para suas pesquisas foram as décimas atribuídas à Adeodato e registradas por Euclides José Felipe, relatórios oficiais do regimento de segurança de Santa Catarina e aqueles elaborados pelo General Setembrino de Carvalho.

Para Machado (2001), o estudo sobre Adeodato era importante porque esse personagem possuía características típicas de um caboclo do planalto catarinense, ao mesmo tempo em que era “um caso limite” de alguém que se revoltou com as condições impostas pelo ingresso de novos agentes políticos na região (empresas do Sindicato Farquhar) e liderou um levante contra a ordem vigente. A partir de um referencial teórico ligado à História social, o intelectual buscou recuperar informações “que levem à possibilidade de elaboração, mesmo que parcial e fragmentária, de uma sistematização da experiência de determinados indivíduos” (MACHADO, 2001, p. 290).

De acordo com as fontes, a crítica e interpretação proposta pelo historiador é possível delinear algumas características do personagem. Adeodato era visto como impulsivo, arreado e violento por alguns remanescentes, entrevistados por Machado. Manoel Jungles, Raulino Correia de Souza e Sebastião Costa, por exemplo, afirmaram que “ele matava na hora, na frente de todos” (Jungles), “muitas vezes matava de balde [sem motivo]” (Souza) e “se a conversa com o comandante não fosse boa eles [clavinoteiros de Adeodato] arrastavam o infeliz para morrer nas margens do Timbó. Muita gente foi jogada morta ali, eles nem enterravam” (Costa). Outros entrevistados ressaltaram a violência do último líder dos redutos. Em entrevista, Elias Ribeiro afirmou que “a coisa toda mudou depois que Leodato (Adeodato) assumiu o comando, *Leodato passou a judiar do pessoal do reduto*, daí se foi o milagre, acabou a proteção” (grifo meu) (MACHADO, 2001, p. 422). João Paes de Farias, o João Ventura, declarou que “Leodato

matava os companheiros, matava mulheres, só não matava crianças. Leodato matou umas 2 mil pessoas nos redutos” (MACHADO, 2001, p. 451). Essas percepções dos entrevistados sobre o comandante-geral são recorrentes na obra de Paulo Pinheiro Machado e demonstram que a culpabilização exclusiva de Adeodato pelos eventos ocorridos no planalto catarinense, mantinha-se viva na memória da população local.

Se a impulsividade, desconfiança e violência foram traços da personalidade relatados pelos entrevistados, também cabe afirmar que Adeodato foi lembrado por seu carisma, angariando a simpatia de muitos caboclos, seja pelas suas habilidades em desafios de trovadores, na lida com os cavalos, ou, no manuseio de armas de fogo e brancas. Para João Pedro de Souza (o Totó) “do Leodato falavam muito, era comandante dos redutos lá pra cima de Curitiba, que *o pessoal ficava fanático por ele*, que Leodato brigou muito contra o governo” (grifo meu) (MACHADO, 2001, p. 457). Ser “fanatizado” por uma pessoa, transcende a coação física, de modo que o apreço por alguém é desenvolvido por meios mais sutis de contato como, por exemplo, a proximidade entre o chefe e seus subordinados, a parceria nas marchas dos piquetes e a participação em porfias.

Por conta de sua atividade de tropeiro e domador, conhecia cada palmo do terreno por onde passava, onde conseguir gado para arrebanhar, onde e para quem vender couros e erva mate em troca de suprimentos e munição. Manejava sua winchester com extrema precisão, "era bom atirador, uma coisa louca", na peleja com arma branca sabia como fazer sangrar os pescoços dos "peludos". Tinha amigos e compadres espalhados por todo o sertão que serviam-lhe de bombeiros (espíões). *Mas, acima de tudo, Adeodato tinha capacidade de liderança, em alguns despertava extrema fidelidade e dedicação, em outros, apenas temor. "Ele mandava e não pedia".* [...] Também sabia encantar por suas habilidades artísticas, cantava décimas nas festas e gostava de entrar em porfias, como desafios de trova, feito um declamador repentista (grifo meu) (MACHADO, 2001, p. 298-299).

Machado (2001) assinala, portanto, que Adeodato mantinha boas relações com comerciantes do planalto catarinense, sabia “onde e para quem vender couros e erva mate em troca de suprimentos e munição”. Muitos desses donos de pequenas vendas e bodegas simpatizavam com os rebeldes, e negociavam às escondidas suas mercadorias. Entre eles, certamente havia aqueles que agiam por conveniência, buscando obter algum lucro com essas transações, assim como pessoas que comercializavam por medo. Contudo, não se pode deixar de considerar que um significativo contingente da população local, que não migrou para os redutos, compartilhava com os caboclos insurgentes certas experiências e expectativas, servindo, inclusive, de bombeiros para os amotinados. Ao identificar as relações de solidariedade construídas em torno do movimento do Contestado, Machado (2001) acabou por

questionar um dos elementos recorrentes na memória e historiografia sobre a temática: os vínculos dos rebeldes entre si e deles para com a população em geral terem sido forjados, exclusivamente, através da ameaça e da violência. Segundo o historiador, a demonização de Adeodato ocorreu como uma tentativa dos demais beligerantes livrar-se de qualquer culpa ou penalização por participar dos combates. Estar obrigados nos redutos tornou-se álibi daqueles que se entregaram as forças estatais, opção que não poderia ser utilizada pelo último líder caboclo.

Machado (2001), ao desmitificar as imagens construídas em torno de Adeodato, decidiu não se referir ao personagem como “flagelo de Deus”. Ao invés de destacar o caráter místico e messiânico presente no movimento, o historiador preferiu contextualizar as ações do personagem colocando-as em perspectiva com o que acontecia na região. Até o ingresso de Adeodato nos redutos, afirmou Machado (2001), ele se mantinha como tropeiro e, nessa condição, já sentia as mudanças provocadas pela inserção do capitalismo internacional na região, especialmente pela construção da EFSPRG. A ferrovia restringiu o campo de atuação dos homens que conduziam muares para o sudeste do país e cargas para os portos de Santa Catarina. Percebe-se, portanto, a intenção do historiador em identificar o contexto no qual o personagem aderiu ao movimento. Em outro trecho da tese, Machado declarou que “é muito provável que, como tropeiro e campeador, não tivesse outras maneiras para impor sua autoridade” (MACHADO, 2001, p. 309), enquanto líder nos redutos, a não ser pela violência. Machado, portanto, tratou de problematizar Adeodato como um sujeito capaz de tomar decisões de forma racional, de acordo com suas vivências e respondendo aos desafios que lhe eram apresentados.

Os referenciais teóricos, métodos de pesquisa e estratégias de representação do passado adotados por Machado são distintos daqueles disponíveis e/ou selecionadas por Maurício Vinhas de Queiroz em seu estudo sobre o movimento do Contestado. Enquanto o sociólogo, durante as celebrações do cinquentenário da Campanha militar, ressaltava as manifestações populares, consideradas por ele como “alienadas”, “fora da realidade” e “autistas” – interpretação plausível com a produção historiográfica do período –, o historiador, no início do século XXI, procurou demonstrar como os conflitos sociais decorrentes do processo de ocupação do território desencadearam o confronto armado. Essas diferentes perspectivas sobre o Contestado, cada uma em seu período específico, resultou em uma projeção de quem era Adeodato: “o flagelo de Deus”, ou, o tropeiro e domador alçado à liderança do movimento por contingências do contexto histórico.

## Considerações finais

Os sentidos forjados por Queiroz (1966) e Machado (2001) em suas produções intelectuais correspondem às perspectivas distintas sobre Adeodato e o movimento do Contestado. Enquanto o sociólogo demonstrou o caráter messiânico do movimento social utilizando-se da figura de Adeodato como “flagelo de Deus”, Paulo Pinheiro Machado preferiu não vincular esse termo ao mais longo comandante-geral das cidades santas. O interesse do historiador era evidenciar os conflitos sociais decorrentes do processo de ocupação do planalto catarinense empreendido no início do século XX. Para ele, o messianismo era um sintoma e uma forma de resistência da população pobre da região às investidas do capital internacional, às autoridades públicas e às forças policiais.

Em certo sentido, “comprovar” que as decisões de Adeodato, enquanto chefe dos redutos, eram arbitrárias, impulsivas, imprudentes e violentas era colocar em evidência a “natureza” das manifestações políticas, culturais, religiosas e místicas dos caboclos. Nesse sentido, é significativo o fato de que há um embate assíncrono, mas oportuno, entre os dois intelectuais para caracterizar ou não o irracionalismo do movimento social. Essas diferentes interpretações observadas nas obras de Queiroz e Machado são importantes ao debate cada vez mais intenso e profundo sobre o Contestado, bem como para responder à questão sobre os limites da personificação dos anseios, angústias e desejos de manifestações populares na figura “carismática”, “autoritária” ou “violenta” do líder.

## Referências

- FLORENTINO, Luiz F. Entrevista com o professor Paulo Pinheiro Machado. *História - Questões e debates*, Curitiba, v. 64, n. 1, p. 301-323, jan./jun. 2016.
- MACHADO, Paulo P. Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916. *Tese (Doutorado em História)* - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Prof. Dr. Cláudio H. de M. Batalha. Campinas - SP, 2001.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- SANTOS, Wagner Germiniano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil*. Vitória-ES: Editora Milfontes, 2020.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.
- VELHO, Gilberto. *Maurício Vinhas de Queiroz (1921-1996)*. Anuário Antropológico/96. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 283-285.

# A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O FORTALECIMENTO DO CAPITALISMO

Vanderlise Ines Prigol Reginato. Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, RS  
Bolsista da Fundação UPF  
[vanderliseprigol@outlook.com](mailto:vanderliseprigol@outlook.com)

**Resumo:** A educação sempre foi considerada um tema de interesse nacional, porém, a partir das últimas décadas este panorama tem sofrido mudanças com a inserção da temática nas discussões internacionais de todos os países. Parte-se do pressuposto que a crise de capital ocorrida a partir de 1973 contribuiu para a transformação do modelo de Estado até então existente, passando-se a adotar medidas de caráter neoliberal, as quais criticavam os gastos em áreas sociais como excessivos. Aos poucos a educação passou a ser controlada por diferentes setores sociais, entre eles o empresariado, interessado em formar mão-de-obra para a manutenção e fortalecimento da lógica capitalista e da classe burguesa, a qual coordena os grupos educacionais. Com uma mão-de-obra qualificada, aumenta e se diversifica a produção, ampliando as áreas de atuação das empresas, fazendo com que o Estado passe a ter maiores chances de projetar sua economia no cenário internacional atingindo mais um degrau para colocar-se entre as economias desenvolvidas. A isso soma-se o fato de ser cada vez maior a inserção do país em temáticas mundiais a fim de se manter por dentro dos assuntos em pauta, fortalecendo a imagem de país participativo e integrado aos assuntos internacionais. Portanto, este artigo objetiva contextualizar a inserção da educação na pauta das discussões internacionais, partindo do princípio de que a educação na América Latina constituiu-se como preocupação dos órgãos internacionais devido ao interesse em aumentar os índices de desenvolvimento dos países, criando uma série de medidas que dariam embasamento para políticas públicas e contribuiriam para que os países aumentassem seu nível de subordinação aos países mais desenvolvidos e ao capitalismo.

**Palavras-chave:** Educação; Relações Internacionais; Capitalismo.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo contextualizar a inserção da educação na pauta das discussões internacionais, partindo da entrada do empresariado brasileiro na educação pública e da participação do Brasil em movimentos internacionais cujo tema é educação, pensada no sentido de fortalecer a economia capitalista, atuando com o intuito de projetar o país na economia internacional.

Parte-se do pressuposto de que o Brasil a partir da década de 1990 se voltou cada vez mais para temas globais, em busca de uma participação maior nas decisões internacionais e na construção de uma autonomia frente aos países desenvolvidos. Para isso tornou-se necessário uma adaptação a lógica do mercado, onde a linha de separação entre o setor público e privado tornou-se tênue.

A educação brasileira, considerada pela Constituição Federal de 1988 como um direito natural do ser humano em seu Art. 205 que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, Art. 205, 1988) vem sendo tema discutido por educadores, empresários e organizações de caráter internacional.

Dentre as questões que motivaram a escolha da temática deste artigo estão: Como ocorreu o processo de inserção das empresas privadas nas demandas do Estado? Quais os objetivos do setor privado nesta área? Qual o interesse das Organizações Internacionais na dinâmica educacional? Como o Brasil participa destas discussões internacionalmente?

Parte-se do princípio de que o cenário mundial vem se alterando de maneira rápida e a educação não poderia ficar de fora desse processo. Todas estas mudanças, aliadas ao processo de globalização fizeram com que a temática começasse a fazer parte das discussões externas.

A globalização é um fenômeno que interfere nesse processo, a qual poderia se pensar “em suas inúmeras definições seria o processo de unificação dos mercados em escala planetária, até formar, em termos ideais, um mercado único para o comércio, os investimentos e os fluxos financeiros” (RICUPERO, 2017, p. 611).

Nesse sentido, a participação do setor empresarial na educação se insere na lógica das parcerias público privadas, intensificadas após a crise do capital iniciada em 1973 e expandidas no governo de Fernando Henrique Cardoso, no contexto mundial do capitalismo, onde globalização se torna sinônimo de modernidade e neste sentido todos os países adotam uma corrida para alcançá-la, porém, no meio do caminho se deparam com uma grave crise econômica que afeta drasticamente a concepção do papel do Estado e sua área de atuação, o que se faz sentir nas esferas nacionais e internacionais, nas áreas econômica, política e social.

Importante destacar que as crises são inerentes ao sistema capitalista, para Marx (1988 apud DOMINGUES, 2017, p. 54), "as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado."

A crise de capital se insere neste contexto, estabelecendo uma continuidade entre as relações de dominação exercidas pelos países do Norte em relação aos países do Sul, o que se observa em todas as esferas, principalmente na econômica, política e cultural. Enquanto os países tentam se adaptar a esta nova “modernidade”, forjada na globalização, acabam por fortalecer a manutenção do *status quo*, qual seja, o fortalecimento da classe burguesa e a dominação dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

Nesse sentido, o sistema educacional passa a ser encarado como a forma de dominar o homem e adaptá-lo aos valores sociais e principalmente a lógica de mercado, de um lado

forjando uma identidade comum em seu território, a de trabalhador urbano/industrial e no plano externo encara-se como uma tentativa das grandes potências em promover a manutenção da divisão internacional do trabalho.

Embora ainda pouco discutida academicamente, no âmbito das relações internacionais, a educação tem ganho cada vez mais espaço, por um motivo principal: ao se relacionar diretamente com a produção de mão-de-obra interna, acaba interferindo no desenvolvimento econômico do país, principalmente no cenário da globalização, onde se cobra cada vez mais do país que tenha uma economia dinâmica e capaz de atrair capitais e investimentos, inserindo-se no mercado internacional. Este fator está intimamente ligado ao nível educacional e ao grau de qualificação dos recursos humanos.

Neste sentido, esta produção é resultado da revisão bibliográfica acerca da forma de ingresso dos grupos empresariais na área na educação brasileira e a transformação do papel da educação de tema nacional para internacional.

### **A crise do capital e o empresariado na educação**

Neste capítulo trataremos da inserção de grupos privados nos sistemas públicos de ensino, inserindo este processo como consequência da expansão capitalista.

A porta de entrada dos grupos privados na área educacional se deu no contexto da crise de capital<sup>568</sup> iniciada em 1973 que se agravou nos anos 1980 e na reestruturação produtiva<sup>569</sup> ocorrida a partir de 1990, que leva os empresários a interferir cada vez mais em demandas que até então pertenciam ao Estado, levando-se em conta que a reestruturação produtiva abre caminhos para a reforma de Estado, que acarreta na diminuição de investimento do Estado em medidas de cunho social, abrindo caminho para as políticas neoliberais<sup>570</sup>.

De acordo com Mészáros (2010, p. 69), importante estudioso sobre o tema do desenvolvimento do capital, auxilia no entendimento acerca da crise iniciada na década de

<sup>568</sup>O capitalismo recorrentemente entra em crise porque cresceu, e voltará a crescer porque entrou em crise. O trabalho fundante da sociabilidade capitalista é o trabalho abstrato, o trabalho produtor de mais-valor. Dessa forma, o sistema do capital se empenha em aperfeiçoar constantemente o modo de extração de mais-valor. Por isso, aperfeiçoa os instrumentos de produção com o desenvolvimento de novas tecnologias e elabora outras formas de gestão da força de trabalho. (DOMINGUES, 2017, p. 54- 55)

<sup>569</sup>Se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. (ANTUNES, 2009, p. 54 apud DOMINGUES, 2017, p. 61).

<sup>570</sup> Para Harvey (2012 apud DOMINGUES, 2017, p. 62) O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.



1970, quando afirma que a crise vivenciada é estrutural<sup>571</sup> e que as crises são o modo natural de existência do capital.

Após um longo período de acumulação capitalista, na década de 1970, o capital passou a enfrentar uma crise onde ocorreu a falência do Estado de bem-estar social e uma crise fiscal o que colocou a necessidade de contenção de gastos públicos, privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos e dos mercados.

A transição democrática ocorrida no Brasil na década de 1980 pode ser considerada o período de abertura às ideias neoliberais no Brasil, um período conturbado que não representou de fato uma ruptura efetiva com o sistema anterior, mas sua continuidade, em alguns aspectos.

Assim, o presidente Sarney assume um país mergulhado em uma grave crise econômica, com um montante de dívidas absurdo e no plano internacional tem-se a pressão externa e o avanço das ideias neoliberais como forma de superação da crise.

As políticas neoliberais adotadas pelo país defendiam que o Estado ineficiente tornava-se incapaz de sair da crise e projetar-se internacionalmente acabando por apontar como culpado o investimento do Estado nas questões sociais e então estas demandas acabam sendo deixadas de lado, abrindo portas para a entrada de setores privados e o estabelecimento das parcerias público privadas. O interesse das empresa é suprir as lacunas deixadas pelo Estado e expandir seu mercado de atuação, fortalecendo a ordem capitalista e a classe burguesa, transformando a educação em mercadoria ou serviço.

Os grupos privados de ensino possuem trajetória de criação semelhantes, surgindo no contexto de expansão do mercado educacional, na crise do capital que intensificou a busca dos empresários pela manutenção de seu lucro, expansão e diversificação de ramos de atuação, em diferentes regiões, ofertando serviços e produtos diferenciados para obter lucro, obtendo grande incentivo dos governos militares e sofrendo a intervenção da pedagogia tecnicista, baseada no taylorismo<sup>572</sup>. Neste tipo de educação, se transpõe para a escola o funcionamento das fábricas, pois estimula-se a competitividade, a geração de resultados, a constante avaliação, a objetividade, a racionalidade e o uso de técnicas.

<sup>571</sup> Para Mészáros (2010, p.71), a crise estrutural é uma crise que afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes, como também a outros complexos aos quais é articulada.

<sup>572</sup>A principal característica do método taylorista de trabalho é o controle de todas as fases de produção, estabelecendo as etapas de execução do trabalho, sob a égide da burocratização. O Taylorismo se apoia no conceito da eficiência como um dos principais critérios de avaliação dos processos produtivos. Faz uso da competição entre os trabalhadores, nos setores de execução das etapas do trabalho, utilizando instrumentos de gratificações e promoções. (SILVA e DIONISIO, 2012, p.199)

Neste sentido, os empresários inseridos na educação transpõem a lógica capitalista para as salas de aulas, através de materiais didáticos, currículos, plataformas educacionais e passam a direcionar o conteúdo e a maneira que será ministrado aos alunos, interferindo assim diretamente no processo formativo, com um objetivo principal: formar mão-de-obra para o trabalho.

Compreendemos que a educação apresenta um capital econômico bastante grande, por este motivo o Estado não é mais o único responsável pelo seu gerenciamento. Participar do processo de discussão e elaboração de políticas públicas e materiais didáticos se tornou sinônimo de abertura de capital e de controle sobre as futuras gerações a fim de que se familiarizem com as ideias do capitalismo de mercado.

### **A educação e às relações internacionais**

A crise do capital iniciada em 1973 e intensificada na década de 1980, período em que o Brasil inicia a transição democrática atinge o país de forma grave, abrindo as portas para medidas de cunho neoliberal, o que acaba por produzir uma reorganização do sistema do Estado em todos seus aspectos, internos e externos.

Com este cenário ingressamos o período de redemocratização. A maior preocupação do primeiro governo democrático, com o presidente José Sarney foi o controle da inflação e a superação da crise econômica iniciada na década anterior. A solução destes problemas se tornava cada vez mais difícil uma vez que existia certo receio sobre como o presidente iria conduzir os rumos do país.

A saída escolhida iria ao encontro de um movimento já iniciado em outras partes do mundo, como na Inglaterra em 1979 e outros países europeus, a adoção de políticas de caráter neoliberal.

Os neoliberais culpavam o Estado de esvaziar os cofres públicos através de gastos com demasiadas políticas sociais. Estas ideias, após penetrarem no Brasil, acabam fazendo com que o setor privado assumira algumas das responsabilidades que seriam do Estado, como saúde e educação. No que se refere ao seu papel, destaca-se que:

O estado foi criado como um mecanismo de exercício do poder. Serve como dominação de uma classe sobre a outra. O caráter de dominação, de exercício de poder de uns sobre outros, constitui a própria essência do Estado. Desse modo, não é possível a constituição de um poder estatal que sirva ao bem comum e que, por conseguinte, concilie os interesses das classes antagônicas, sem obrigatoriamente, oprimir uma delas. (DOMINGUES, 2017, p. 72).

Um dos maiores neoliberais brasileiros foi Bresser Pereira, ministro da Fazenda no governo Sarney e defensor da ideia da ineficiência e incapacidade do Estado em coordenar o sistema econômico. Para ele, o Estado deveria impulsionar sua economia para que se tornasse uma economia internacional, apesar de admitir que a regulação e a intervenção continuem necessárias, na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infraestrutura, porém sem prejudicar a projeção internacional (BRESSER PEREIRA, 1996, p.1).

A experiência neoliberal foi adotada com maior ênfase no governo Collor (1990-1992) e posteriormente no de Fernando Henrique Cardoso, tendo a contribuição de um cenário de globalização, em que cada vez mais os países buscavam sua inserção na dinâmica internacional às custas da redução do papel social do Estado e da privatização de setores públicos, dentre eles, a educação, o que em tese diminuiria os gastos do Estado e possibilitaria sua inserção na economia de mercado.

A partir do fim da década de 1980 e início dos anos 1990, ideias de cunho liberal passaram a ganhar mais força não só na agenda internacional, mas também na doméstica. No Brasil, isso ocorreu por uma combinação de razões; entre elas, a crise evidente do modelo anterior, o papel de algumas agências internacionais (por exemplo, o FMI e o Banco Mundial) e a efetiva convicção de uma parte das elites e da opinião pública dos potenciais benefícios das ideias liberais. Esse movimento influenciou a adoção das reformas econômicas consideradas necessárias para enfrentar os desafios colocados pela globalização, coincidindo com a grande dificuldade dos setores políticos e sociais oposicionistas em formular alternativas consistentes para um novo modelo de desenvolvimento. (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 132).

Tanto no cenário brasileiro quanto no global observou-se o avanço de políticas de cunho neoliberal, sair da situação de subdesenvolvimento e miséria que muitos países, principalmente da América Latina estavam enfrentando parecia ser a ordem do dia em 1989, sendo tema inclusive do Consenso de Washington.

Dentre as recomendações deste consenso estavam a reforma fiscal com a alteração no sistema tributário, o que interferiria na arrecadação de impostos, favorecendo a obtenção de lucro e a competitividade por parte das empresas através da diminuição de impostos e da abertura comercial que proporcionaria o aumento das importações e exportações.

O papel do setor privado em áreas até então de responsabilidade do Estado foram apresentados como temas de interesse nacional e internacional, pois estavam ligados a competitividade econômica global, como uma forma de superação da crise econômica e de construção de economias mais fortes e dinâmicas.

Após o consenso, tanto os Estados Unidos como o FMI<sup>573</sup> passaram a adotar as medidas recomendadas como moeda de troca de financiamentos aos países em crise e negociar a dívida externa. Se tornaram necessários maiores empréstimos para a manutenção e investimentos nas necessidades do estado, empréstimos estes autorizados pelo BIRD<sup>574</sup>.

Quanto às medidas adotadas pelas economias latino- americanas para sair da crise destaca- se que:

[...] parte por escolha nascida do esgotamento das fórmulas anteriores de desenvolvimento, parte devido às condicionalidades impostas pelos acordos com o FMI e o Banco Mundial, as políticas para sair da crise envolveram reformas em linha mais ou menos próxima a postulados clássicos: redução da inflação e do déficit fiscal, privatização de empresas públicas, abertura e liberalização dos regimes de comércio e investimentos. Codificados no Consenso de Washington ou atribuídos a escolas ultraliberais da moda, alguns desses principais postulados não diferiam dos princípios de política econômica confirmados pela prática da maioria das economias geridas com prudência e bom senso. (RICUPERO, 2017, p. 584).

De acordo com Chaves (2005 apud DOMINGUES, 2017, p. 80) a implementação das políticas neoliberais na América Latina, dentre elas às referentes à educação dos filhos dos trabalhadores, foi gestada no Consenso de Washington que definiu uma série de medidas de ajuste estrutural a serem adotadas, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na rearticulação do aparelho do Estado para atender aos interesses do capital.

A política defendida pelo presidente Fernando Collor de Mello em seu mandato, vai ao encontro do cenário apontado, de intensificação da globalização e o antigo desejo de estar entre as economias mais desenvolvidas do mundo.

A “modernização”, a “inserção competitiva da economia internacional” e a busca por uma vaga no Primeiro Mundo, conferindo à política externa papel central nas transformações almejadas para o país, eram metas estabelecidas por Collor desde sua campanha eleitoral de 1989. (DOMINGUES, 2017, p. 71).

Com a diminuição do trabalho manual, a maior exigência no que se refere a qualificação foi a necessidade de adequação do trabalhador às necessidades exigidas pelo mercado nacional e internacional. O trabalhador ideal para a lógica burguesa irá promover as condições necessárias para que se atinja este objetivo, que foi de todos os governos brasileiros em maior ou menor escala, e a educação é uma das ferramentas para que isso se torne possível.

<sup>573</sup> Fundo Monetário Internacional.

<sup>574</sup> Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Nesse sentido:

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (DOMINGUES, 2017, p. 64-65).

Dentre os objetivos da política externa estava o relacionamento do país com os países desenvolvidos, a sensibilização do Brasil às temáticas de meio ambiente, direitos humanos e tecnologia, a maior integração ao Cone Sul e o abandono do papel de país de terceiro mundo, mesmo que não tenha se retirado explicitamente desta condição.

O Brasil caracteriza-se pela tentativa de inserção na economia mundial, buscando seu desenvolvimento “por meio da exportação de manufaturas e a liberalização do comércio, dos investimentos e das finanças” (RICUPERO, 2017, p. 612)

Acreditamos que o Brasil trilhou um processo de busca por alcançar um certo prestígio internacional, uma autonomia<sup>575</sup> frente os países vizinhos e os países desenvolvidos, para assim buscar desenvolver relações com um maior número de economias. Para alcançar tal objetivo tornou-se de fundamental importância a manutenção de uma boa imagem frente ao cenário mundial e isso só pode ser conquistado se o Estado estiver atento a todas as discussões nacionais e internacionais, aqui entrando temas como cultura e educação.

Nesse sentido se insere o aumento no número de grupos privados no setor educacional, processo que ocorre a partir da adoção dos princípios liberais, na lógica das privatizações e no estabelecimento de parcerias público-privadas, tanto para a área da educação, tema deste artigo, como para as áreas econômicas e comerciais.

Para Feitosa (2012, p.10) a reforma do Estado promoveu o desmonte do setor público, mercantilizando os serviços sociais como saúde e educação. Os governos foram orientados pelos organismos internacionais a terceirizarem os serviços sociais entregando-os a empresas privadas.

<sup>575</sup> De acordo com Cepaluni e Vigevani (2011, p.28-29) a noção de autonomia pode ser concebida como a capacidade de o Estado implementar decisões baseadas em seus próprios objetivos, sem interferência ou restrição exterior através da habilidade em controlar processos ou eventos produzidos além de suas fronteiras.

Os empresários, cada vez mais presentes acabam interferindo nas questões internacionais, como observamos através do fato de empresas educacionais possuírem capital na bolsa de valores. O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, uma instituição internacional a qual faz parte a Ásia, África e América Latina, cujo objetivo é investigar o papel dos diversos atores em sociedade, publicou a cartilha *A Educação Brasileira na Bolsa de Valores: as oito empresas de capital aberto que atuam nos setor educacional*, nela se discute a questão da educação ter se tornado uma mercadoria e estar voltada quase que exclusivamente para a obtenção de lucros.

Sem contar que empresas estrangeiras podem adquirir títulos de empresas nacionais, pois “estes ativos financeiros são livremente negociados no mercado financeiro, sem restrição de nacionalidade, sendo assim, capitais internacionais têm a possibilidade de adquirir ativos da educação básica brasileira, por exemplo”(COSTA e GOMES, 2019, p. 06)

Isso contribui com a afirmação de que cada vez mais a educação está se tornando um produto ou serviço e sua inserção nas temáticas internacionais tende a ser cada vez maior, pois a lógica capitalista mundial tende a necessitar cada vez mais de mão-de-obra especializada e as empresas que oferecem produtos educacionais estão diversificando e aumentando a oferta de materiais que contemplem esta realidade de competitividade nacional e internacional. Por isso:

Nessa nova etapa do regime de acumulação do capital, há a necessidade de formar profissionais flexíveis que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea. Desenvolver competências e a capacidade de aprender ao longo da vida se tornam essenciais para o desenvolvimento e a reprodução do capital (DOMINGUES, 2017, p. 64).

Nesse sentido “a competitividade gera a procura por parcerias, no entanto o que as escolas encontram é a intenção das empresas de cumprir lacunas deixadas pelos órgãos governamentais norteando uma preocupação na criação de uma imagem social positiva na comunidade que estão situadas” (FERREIRA, 2006, p. 4).

Carlos Eduardo de Souza Motta (2001) em artigo intitulado *Indústria Cultural e o sistema apostilado: A lógica do capitalismo* evidencia através de Bárbara Freitag (1986) as concepções de Bourdieu para a educação afirmando que:

O sistema educacional é visto como uma instituição que preenche duas funções estratégicas para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura [...] e a reprodução da estrutura de classes. Uma das funções se manifesta no mundo das “representações simbólicas” ou ideologia, a outra na própria realidade social. Ambas as funções estão intimamente interligadas, já que a função global do sistema educacional é garantir a reprodução das relações sociais da produção (MOTTA, 2001, p. 83).

Levando-se em conta que a educação possui função estratégica, observou-se seu avanço nas pautas internacionais. Um dos movimentos que merece destaque é o Movimento de Educação para Todos, pois:

[...] o Movimento de Educação Para Todos, um segmento do movimento geral das Metas do Milênio que pode ser enquadrado num pacto pró educação funcional e que é abastecido pelos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO) e o Banco Mundial. Tais referências de universalização acontecem em Conferências, uma das mais significativas foi a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien/Tailândia, em 1990, que teve como intuito estabelecer a forma da educação do futuro, pressentindo a renovação dos sistemas educacionais, introduzindo-o ao rápido e intenso mundo da economia globalizada, bem como às suas exigências. (DIONÍSIO e SILVA, 2012, p. 04).

Ainda, de acordo com Domingues (2017, p. 88) “a Conferência Mundial de Educação para Todos mostra quão importante a educação é para a reprodução do capital, pois com ela o controle sobre os processos educacionais pelas agências multilaterais se acirra ainda mais”.

Levando em consideração que a função da educação tem se apresentado com a missão de preparar o indivíduo para o trabalho desde a instabilidade por que passou o capitalismo, é cada vez mais evidente as pressões dos organismos internacionais pela transformação do sistema educacional, por isso:

A formação docente no Brasil tem sofrido modificações que visam atender precisa e imediatamente às deliberações advindas de eventos e documentos internacionais que trazem como foco principal a suposta universalização da educação e seu enquadramento à “sociedade do conhecimento”. Esses eventos e documentos são produzidos, em sua maioria, sob a tutela de agências mundiais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO). Uma das mais significativas produções dessa seara foi a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien/Tailândia, em 1990, que buscou estabelecer a protoforma da educação do futuro, advogando a urgência da reforma dos sistemas educacionais, bem como sua adequação ao rápido e intenso mundo da economia globalizada e suas exigências. (DIONÍSIO e SILVA, 2012, p. 04).

A Conferência Mundial de Educação para Todos que reuniu cerca de 150 países, apresentou como principal objetivo a reformulação do sistema educacional a fim de que o estudante construa competências e habilidades que serão úteis para o trabalho. Esta concepção tem raízes na pedagogia tecnicista discutida acima.

A partir de 1980 observa-se também a atuação de organismos financeiros como participantes de conferências relacionadas a educação. Tal presença se insere no contexto do chamado Marco de Ação de Dacar, que surgiu em 1984 quando muitas das discussões

educacionais passavam pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que era financiada pelo Banco Mundial e assumia papel decisivo nos rumos da educação mundial, além de avaliar os resultados alcançados mundialmente no que se refere a universalização da educação básica. Outros eventos também assinalaram a discussão pelo cumprimento das metas estabelecidas, dentre eles:

[...] a Conferência de Educação Para Todos nas Américas: Marco de Ação Regional aconteceu em Santo Domingo, em fevereiro de 2000, e os países elencaram pontos positivos, mas também reconheceram que os avanços ainda eram ínfimos, firmando um compromisso nacional para a conquista dessas metas não alcançadas, contando com a comunidade internacional e os órgãos de cooperação na ajuda aos países com maiores dificuldades. Logo em seguida foi realizado o Fórum Mundial de Educação – Marco de Ação de Dacar: Educação Para Todos, em Senegal (Dacar), em abril de 2000, onde o governo de 180 países e 150 organizações não-governamentais, reafirmaram os compromissos antes estabelecidas em Jomtien, prorrogando o prazo para 2015 no alcance das metas (que eram para 2000). (DIONÍSIO e SILVA, 2012, p. 05).

Através destes encontros e estabelecimentos de metas a serem cumpridas, dentre elas a aumento das matrículas na educação básica, pretendia-se agir no combate às desigualdades sociais existentes, com destaque aos países periféricos e com isso o desenvolvimento econômico seria alcançado.

Embora o projeto neoliberal na educação tenha sido implantado de fato no governo de Fernando Henrique Cardoso, mesmo que anteriormente estivesse ocorrendo a entrada de grupos privados no setor educacional, foi no governo de Luís Inácio Lula da Silva que os empresários organizados no Movimento Todos pela Educação tiveram carta branca para delinear os rumos da educação pública brasileira.

Em sua auto definição o Movimento Todos Pela Educação considera-se de caráter social, com a missão é engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Considera-se sem partido, plural e representante de diferentes setores da sociedade (gestores públicos, educadores, pais, alunos, empresários, organizações sociais), comprometidos com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. O objetivo do movimento seria propor medidas que facilitassem as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, além da ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhoria da gestão desses recursos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017).

Nesta análise da educação sob o enfoque do movimento Todos pela Educação e levando em conta o cenário globalizado e a participação de alguns seguimentos sociais vê-se que a



educação pública passa a ser encarada como ineficaz e atrasada, enquanto o setor privado passa a ser visto como sinônimo de modernidade, acarretando cada vez mais a inserção do empresariado na educação através da apresentação de “soluções” educacionais, o que leva a pensar que para cada problema educacional os grupos oferecem um conjunto de soluções para atingir os ideais exigidos pelo mercado.

Além disso, o Brasil é um dos parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1990, o qual conta com 35 países. Este órgão apresenta como principais objetivos, o estabelecimento de discussões e alinhamento de estratégias sobre temas como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) mantém parceria com a OCDE para a promoção de políticas públicas voltadas à melhoria da educação. Um dos instrumentos ligados a esta organização é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), criado em 1997 que avalia os sistemas educacionais básicos de membros da OCDE em leitura, matemática e ciências, o qual é utilizado como exemplo de avaliação da maioria dos sistemas privados de ensino atuantes no Brasil.

Sendo assim, através da tênue fronteira estabelecida entre o público e o privado a partir da Reforma de Estado de 1990 e da intensificação da inserção da educação como demanda internacional observa-se que progressivamente a educação deixa de ser uma demanda social e passa a ser considerada um gasto público, assim:

A educação deixou de ser considerada como investimento social para ser concebida como um gasto público que precisa ser reduzido para que o Estado cumpra as exigências de ajuste fiscal imposta pela política econômica mundial. Assim, de direito do cidadão, a educação passou a ser concebida como uma estratégia de competição entre os indivíduos cuja competência é adquirida pela formação de habilidades instrumentais para atuar no mercado. (DOMINGUES, 2017, p. 86).

Através da OCDE e da Conferência Mundial de Educação para Todos e o Movimento Todos pela Educação, observa-se que a educação extrapola a esfera nacional e passa a ser vista e discutida internacionalmente, envolvendo grupos empresariais, agências multilaterais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações internacionais, tornando-se pauta de discussão em se tratando de relações internacionais.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso observa-se uma preocupação ainda maior na inserção do país no cenário mundial através da consolidação das medidas liberalizantes iniciadas em 1990 (VIGEVANI e CAPALUNI, 2011, p. 93), caracterizando a autonomia pela participação, ou seja, maior envolvimento com temáticas internacionais, aceitação de normas

liberais e dos regimes internacionais, tencionando participar e ter influência mundial (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p. 93).

Para a área da educação, o governo de Fernando Henrique Cardoso procurou inserir ainda mais a formação dos estudantes na lógica capitalista através de avaliações baseadas na produtividade e rendimento, princípios que se baseiam na área empresarial, gerando concorrência entre as instituições. Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

[..]avaliação de produtividade implementada pelo Estado; ênfase na formação profissional; fortalecimento do setor privado no Ensino Superior com a criação do Fundo de financiamento do Ensino superior (FIES); medidas gerenciais para melhorar o fluxo escolar como organização por ciclos e aprovação automática; criação de instrumentos para aferir a qualidade da educação como: Exame Nacional de Cursos (provão), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Censo Escolar; e controle sobre os conteúdos trabalhados na escola através da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). (DOMINGUES, 2017, p. 89).

Conforme mencionado anteriormente, os governo de Luís Inácio Lula da Silva também seguiu o mesmo processo dos governos anteriores no incentivo e ampliação da abertura da educação a atuação do setor empresarial através do Movimento Todos pela Educação. Este fato, somado aos anteriores coloca a educação entre os assuntos relevantes dos governos em questão, pois, para se manter atuantes no cenário internacional, se torna fundamental a projeção econômica e ela só acontece se os atores do processo produtivo estiverem inseridos na relação capitalista de mercado. Por isso controlar o trabalhador e formar a mão-de-obra necessária para a manutenção da ordem capitalista é fundamental.

## **Conclusão**

A crise do capital de 1973 marca o surgimento do neoliberalismo, como forma de posicionar o Estado frente aos interesses globais de mercado e às pressões externas cada vez maiores, que acabam por minar qualquer tentativa de garantir autonomia dos países do Sul.

Para tentar uma recuperação, o Estado abre caminho para a entrada dos setores empresariais na área da educação, através das parcerias público/privadas. Os grupos educacionais privados passam a ser considerados como sinônimos de qualidade, enquanto o Estado passa a ser visto com sinônimo de ineficiência.

Esta situação se insere no contexto das reformas do Estado, em 1990, que abre margem de manobra para as políticas neoliberais, em que o Estado se exime cada vez mais de suas responsabilidades, aumentando as desigualdades sociais.

Uma vez inseridos no âmbito educacional, os empresários possuem controle absoluto sobre tudo aquilo que chega até as instituições de ensino, através do fornecimento de materiais didáticos apostilados, currículos prontos, formações aos professores, vídeos instrucionais, plataformas educacionais, com o objetivo de formar mão-de-obra para o fortalecimento da economia capitalista de mercado.

Nesse sentido observou-se principalmente desde o governo Sarney, intensificando-se no governo Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e mais ainda no governo Lula a transformação da temática educação, antes considerada questão nacional para o panorama de discussões internacionais, através do surgimento de Organizações como a OCDE, Conferência de Educação para Todos e o Movimento Todos pela Educação em que setores privados e os países do mundo discutem estratégias de obtenção de melhores desempenhos para que haja a formação de mão-de-obra trabalhadora e qualificada, o que contribui para a conquista de projeção econômica internacional e participação nas questões de interesse global, melhorando a imagem do país e dando-lhe margem de negociação internacional.

Observa-se que no plano internacional o Brasil segue apresentando algumas dificuldades no cumprimento das metas estabelecidas nos debates internacionais, principalmente no que se refere a universalização da educação básica, principalmente frente as condições de vulnerabilidade social e no plano nacional uma busca constante pela qualidade do ensino, por isso cresce ano a ano a busca por grupos privados, seguindo a lógica capitalista em que Estado é sinônimo de ineficiência.

Este artigo aponta a necessidade da realização de pesquisas nessa temática para que tenhamos um aprofundamento das reais intenções neoliberais para a área da educação. Ainda, torna-se fundamental a busca por investimento em políticas públicas que de fato busquem a autonomia da educação brasileira e não a adoção de “soluções educacionais” internacionais ou de grupos privados.

## **Referências**

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, nº 45, p. 49-96, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/abstract/?lang=pt> Acesso em 07 de Julho de 2021.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

VIGEVANI, Tullo e CEPULANI, Gabriel. *A política externa brasileira a busca pela autonomia de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DOMINGUES, Analeia. *Inserção do grupo positivo de ensino no sistema educacional público: a educação sob o controle do empresariado*. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

FEITOSA, E. F. *As parcerias público-privadas no Programa de Educação para Todos: uma análise marxista*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2012.

MÉSZÁROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTTA, Carlos Eduardo de Souza. Indústria Cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 54, agosto/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Lw9dFwTPbjrdwhqDfprGtGg/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 20 de Julho de 2021.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SILVA, Homero Dionísio; DIONÍSIO, Débora Accioly. O Movimento de Educação Para Todos e seus rebatimentos na formação docente da UFPB. *Anais da XIII Jornada de Trabalho*. São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100036&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100036&script=sci_arttext) Acesso em 05 de Julho de 2021

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/> Acesso em: 03 de Julho de 2021.

## O ÍNDIO FRANCISCO E O MONSENHOR: A REPRESENTAÇÃO DAS CARRANCAS DA CATEDRAL DE PORTO ALEGRE

Vanessa Gomes de Campos, PPGH-UPF e AHCMPA. Bolsista CAPES

**Resumo:** O presente trabalho tem origem na revelação da identidade do indivíduo que inspirou as mísulas antropomórficas de caráter étnico (carrancas) da nova catedral de Porto Alegre. A partir do manuseio do acervo pessoal do Mons. João Balem, localizamos um pequeno recorte de papel que mencionava o envio ao autor do projeto da catedral da fotografia de Francisco Topp, um “bugre autêntico”, originário do povo Xokleng, com quem Balem estudou no início da formação sacerdotal. Em vista disso, propomos neste texto, primeiramente, apresentar fragmentos da trajetória de Topp que, embora nunca tenha sabido de sua função no projeto, entendemos a importância em dar visibilidade à sua história. Em seguida, promovemos algumas reflexões sobre a representação do imaginário social de Mons. Balem, a partir da análise do seu artigo “Homenagem ao índio riograndense” (1942), no qual explicou a simbologia dos elementos artísticos atribuídos pelo arquiteto italiano na cripta da nova catedral. Cruzando-se as cartas do arquiteto, que intencionava conferir sua marca artística à obra, outros escritos de Mons. Balem presentes em seu acervo sobre Francisco Topp e fontes bibliográficas, percebemos que Balem manifestou no artigo de 1942 suas definições de realidade, criando sentidos na relação do eu com o outro através de classificações e hierarquias identificadas nas relações dicotômicas produzidas e representadas nas ideias de civilizado/selvagem, fé verdadeira/superstição, arcaico/moderno.

**Palavras-chave:** Francisco Topp; Mons. João Maria Balem; imaginário social.

### Introdução

O ano de 2021 marca o centenário da pedra fundamental da construção da catedral metropolitana de Porto Alegre. Inserido em um contexto de mudanças visuais da cidade, o projeto do prédio foi encomendado pela arquidiocese, em 1920, ao arquiteto italiano Giovanni Battista Giovenale, por intermédio do diretor das obras Mons. João Maria Balem. A ideia em se construir um novo templo remontava à época da criação do bispado do Rio Grande de São Pedro, em 1848, em cujo documento inaugural se mencionava que a matriz existente serviria provisoriamente de catedral, “até que se pudesse prover outra igreja mais apropriada e digna” (CHEUICHE, 2012). Os sucessivos bispos até pensaram na empreitada, porém foi o arcebispo Dom João Becker quem deu início ao longo processo concluído em 1986.<sup>576</sup>

O arquiteto Giovenale não só aceitou a proposta, como também ansiava imprimir no edifício uma arte única, confirmando sua reputação profissional. A exigência dos contratantes de que tivesse uma cripta, inspirou-o a incluir elementos decorativos especiais naquela parte do templo, distinguindo-o do restante, de estilo renascentista. Na decoração, destacou as “mísulas antropomórficas de caráter étnico”, já presentes nas plantas executivas descritas pelo arquiteto e enviadas de Roma aos 5 de janeiro de 1922. Seis meses depois (1º/06/1922), Giovenale

<sup>576</sup>Sobre o processo de construção da catedral ver: CHEUICHE (2012) e CAMPOS (2021).

mostrava-se preocupado ao dizer que, “tendo estilizado a abundante cabeleira, assumiram o aspecto de *klaft* egípcio”.<sup>577</sup>

Dessa forma, o indígena esboçado por Giovenale não teria representado exatamente a idealização imaginada, mobilizando Mons. Balem a encaminhar ao artista a “fotografia de um bugre autentico, Francisco Topp”.<sup>578</sup>

As carrancas da catedral metropolitana povoam o imaginário de quem as visita, tendando entender seu significado. De fato, foram pensadas pelo arquiteto do templo como maneira de referir “aos antiquíssimos índios, autores da obra megalítica por mim reevocada no embasamento da construção”, conforme escrito em carta de primeiro de junho de 1922. Na ocasião, Giovenale possivelmente se reportava como “obra megalítica” as construções dos Incas no Peru, o que não impediu Balem de se apropriar da ideia e transpô-la aos indígenas locais.

Este artigo é o resultado da recente descoberta da identidade inspiradora das carrancas que permitiu revelar a presença e a atuação indígena para além das explicações dicotômicas civilizado/selvagem e moderno/atrasado que se denotam nos escritos do Mons. Balem. Além disso, apesar de ficar claro nas pesquisas que o indivíduo em questão, Francisco Topp, nunca soube de seu papel no referido processo, saber de sua existência provocou indagações sobre quem foi e qual a relação com Mons. Balem.

No intuito de compreender a relação entre Francisco Topp e Mons. Balem, nos apoiamos no texto da revista *Touring*, intitulado “Homenagem ao índio riograndense” (1942)<sup>579</sup>, que revelou questões mais profundas de representação do imaginário social, no sentido relacional do “eu” com o “outro”.

Mons. Balem não escondia a admiração que tinha pelo arquiteto italiano, tanto que incorporou a representação étnica sugerida por aquele de tal modo que se deleitava ao analisar a simbologia das mísulas antropomórficas, ou “cabeças de bugres estilizadas” (BALEM, 1942). Naquele contexto, o “branco, civilizado e cristão” era o contraponto do “indígena, selvagem e supersticioso”. Existia uma fronteira, na qual dois diferentes se olhavam e, embora aparentemente se trate apenas de uma divisão, conforme mencionado por Golin (2020), na realidade refere-se a um *entre lugar*, um espaço onde acontecia a relação de reciprocidade, de alteridade.

<sup>577</sup> A correspondência expedida por Giovanni Giovenale encontra-se junto ao Acervo Pessoal Mons. João Maria Balem, custodiado pelo Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

<sup>578</sup> Fragmento de papel no Acervo Pessoal Mons. João Maria Balem que voltaremos a tratar deste na sequência.

<sup>579</sup> No Acervo Pessoal de Balem encontra-se o recorte do artigo contendo correções à mão realizadas pelo autor.

A partir das ideias expostas, o artigo se propõe a compreender as relações sociais com base na aceitação e/ou concepção/entendimento do outro, tendo como elemento de análise a representação do indígena nas mímulas antropomórficas na cripta da catedral metropolitana de Porto Alegre. Para tanto, serão abordados os escritos de Mons. Balem presentes em seu Acervo Pessoal e indícios da trajetória de Francisco Topp.

Importante registrar que evidenciar a presença de Francisco Topp nesse contexto é uma forma de dar visibilidade à história de um indivíduo que, “mesmo diante de um processo violento, não devemos apresentar como vítima passiva, reduzindo suas experiências às atrocidades dos brancos” (WITTMANN, 2005, p. 2).

### **Descobrimo o índio Francisco**

No ano de 2021 o prédio da catedral metropolitana de Porto Alegre completa 100 anos. Em vista disso, a instituição planejou o lançamento de um livro narrando, através de imagens, a construção do templo<sup>580</sup>. Para tanto, a fim de elaborar as legendas das fotografias, foi necessário acessar o Acervo Pessoal do Mons. João Maria Balem<sup>581</sup>.

Ao longo de sua vida, Balem acumulou muitos escritos e documentos referentes aos seus interesses, destacando-se pesquisas sobre sua terra natal, Caxias do Sul, efemérides religiosas e a catedral, sobre a qual se pronunciou: “À catedral dediquei o melhor de minhas energias, e boa parte de minha vida. Tem razão quando dizem que ela é a menina de meus olhos e o orgulho de meus velhos dias.”<sup>582</sup> Sendo assim, para compreender o contexto das fotografias foi

<sup>580</sup>Intitulado “Das pedreiras às torres e carrancas: uma nova Catedral para Porto Alegre”, foi lançado aos 7 de agosto de 2021 em formato digital; foi organizado por uma pequena equipe, coordenada pela autora do presente texto, arquivista e historiadora do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, entidade custodiadora das fotografias.

<sup>581</sup> Filho de imigrantes italianos que se fixaram em Caxias do Sul/RS, nasceu em 1887, o primeiro de 10 irmãos. Saiu da casa paterna aos 12 anos, para iniciar a carreira eclesiástica: ingressou em 1899 no Colégio São José (Pareci Novo/RS) e em 1905 mudou-se para o Seminário N. Sra. Madre de Deus (Porto Alegre/RS), atual prédio da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Em 1908 partiu para Roma, a fim de concluir Teologia e estudar Direito Canônico no Colégio Latino Americano, tendo sido ordenado sacerdote em 1911. De volta a Porto Alegre foi nomeado subsecretário (1912) e depois secretário (1914) do novo arcebispo, Dom João Becker, função que exerceu por pouco tempo, pois foi designado à paróquia N. Sra. da Glória, inclusive com a incumbência de construir o prédio. Em 1916 integrou o Cabido Metropolitano como cônego catedrático e em 1927 recebeu o título de Monsenhor. Entre 1919 e 1949 foi cura (pároco) da catedral, sendo nomeado, a partir de fevereiro de 1920 (até 1950) diretor das obras da catedral. A partir de 1947, com Dom Vicente Scherer como o novo arcebispo, foram efetuadas mudanças pastorais e administrativas, inclusive para Mons. Balem que foi designado para outras funções na Cúria Metropolitana, e que perduraram até sua morte: historiador eclesiástico, capelão do convento N. Sra. do Carmo e da Irmandade São Miguel e Almas, defensor do vínculo e historiador eclesiástico. Foi membro efetivo do IHGRGS desde 1949. Faleceu em 1978, aos 91 anos de idade.

<sup>582</sup> Excerto do discurso que proferiu em 28 de março de 1972 ao receber o título de Cidadão de Porto Alegre, conforme Lei Municipal n. 3606 de 27/12/1971 (NEIS, 1987, p. 42).

fundamental cruzá-las com seu acervo, que também as idealizou como forma de registro para que o arquiteto italiano acompanhasse de longe, sua obra.

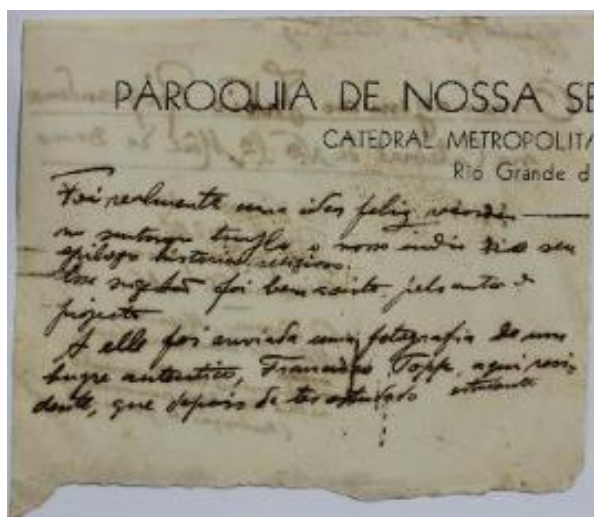
Um acervo pessoal caracteriza-se por conter grande variedade de tipos documentais, aparentemente dispersos entre si, mas que de alguma forma têm relação com seu produtor. No processo de organização desse tipo de acervo é necessário cruzar as “visões pessoais, experiências, crenças e consciência social” do indivíduo produtor com o material acumulado (HOBBS, 2016, p. 319). Os sentidos de muitos itens serão produzidos a partir de tal cruzamento.

Foi o que aconteceu com um fragmento de papel de 10x11 cm, canto rasgado de folha tamanho ofício, no qual Balem escreveu, de um lado, *Especial para o Touring* e na sequência o título *Omenagem ao Indio Riograndense na Catedral Na. Sra. Mãe de Deus* e uma invocação poética da Virgem Maria em guarani (e respectiva tradução). No verso do mesmo fragmento (Fig. 1), o seguinte rascunho:

Foi realmente uma idea feliz ver no suntuoso templo o nosso indio no seu epilogo historico-religioso. Essa sugestão foi bem aceita, pelo autor do projecto. A elle foi enviada uma fotografia de um bugre autentico, Francisco Topp, aqui residente, que depois de ter estudado [espaço] estudante.<sup>583</sup>

Assim mesmo, sem ponto final, um registro aparentemente sem importância, revelava algo oculto, uma identidade, mesmo que apenas inspiradora, mas que precisava ser ouvida, ganhar visibilidade e contar sua história.

Figura 1 – Fragmento que revela o nome de Francisco Topp



Fonte: Acervo Pessoal de Mons. Balem, custodiado pelo AHCMPA.

<sup>583</sup>Transcrição literal.



Francisco Cogogn<sup>584</sup> Topp pertencia ao grupo indígena Xokleng do Vale do Itajaí, Santa Catarina. Sua trajetória, embora marcada pela violência, encontrou caminhos de resistência que ele mesmo traçou, como sujeito de sua própria história, conforme comenta Wittmann (2005, p. 97), “trilhas que nem sempre seguem as vontades do outro que planeja”.

Os empreendimentos de colonização com europeus, a partir de meados do século XIX, para Santa Catarina – e também para o Rio Grande do Sul – acentuou o contato entre os brancos e os indígenas. Silva e Barcelos (2009, p. 65), remontando ao século XVIII, analisaram a ideia da “terra de ninguém”, concebida como um espaço sem ocupação do elemento branco e “povoado somente por populações nativas”. Dessa forma, enfatizam os autores, justificava-se o avanço sobre o território indígena, pois “não representavam uma ocupação humana na região”.

Silvio Coelho dos Santos (1997, p. 18), apontado como um dos primeiros antropólogos a denunciar, através de sistemática pesquisa publicada em 1973, o genocídio provocado pelo contato entre indígenas e brancos no Vale do Itajaí (WITTMANN, 2005, p. 8), afirmava que governos monárquicos e provinciais queriam explorar “áreas desabitadas com vazios demográficos, embora há muito se soubesse da presença ali de indígenas”.

À medida que o território tradicional Xokleng ia sendo incorporado pelo avanço colonizador, os indígenas reagiam, pois, “à falta de como prover suas necessidades alimentares, passaram a assaltar as propriedades dos colonos” (SANTOS, 1997, p. 19), crescendo a hostilidade de ambos os lados.

Como assinala Wittmann (2005, p. 21), a presença do *outro* era reconhecida, mas a partir do *eu* que se colocava como superior, civilizado e, como tal, “na visão corrente da periculosidade dos índios” o genocídio ficava justificado. A violência que se seguiu sobre os indígenas começou com as “expedições de vingança”, passando pela organização sistemática dos “bugreiros, ou, mais explicitamente, o caçador de índios, foi assim uma profissão criada necessária ao capitalismo e, expansão nesta parte da América” (SANTOS, 1997, p. 28).

O resultado foi o descomunal massacre dos Xokleng que tiveram 2/3 de sua população exterminada (SANTOS, apud WITTMANN, 2005, p. 42), além do sequestro de mulheres e, sobretudo crianças, levadas às colônias com contingente europeu como comprovação de seu término. O destino de algumas “crianças-troféu”, como aponta Santos (1997, p. 28-29), foi “um ou outro humanista” tê-las adotado.

<sup>584</sup>O nome indígena foi revelado no trabalho de Wittmann (2005, p. 96).

Luisa Tombini Wittmann (2005) debruçou-se sobre a prática desenvolvida no início do século XX chamada de “educação civilizatória”, defendida pelo médico alemão residente em Blumenau, Dr. Hugo Gensch. As teorias evolucionistas da época amparavam a crença de que uma “família nuclear burguesa seria capaz de transformar um *selvagem* em *civilizado*” (p. 76).

E assim chegamos ao “autêntico bugre” Francisco Topp.

No processo educativo da “adoção civilizatória”, o primeiro passo era batizar, o que pode ser interpretado, de acordo com Alves (apud WITTMANN, 2005, p. 84) como “uma das formas de domesticar as diferenças, onde a religião torna o indígena mais assimilável por meio da catequese, pois a conversão amansa o índio como espírito e como alma”.

Francisco Topp foi batizado pelo seu adotante Mons. Francisco Topp, sacerdote alemão que chegou a Santa Catarina em 1890 e considerado o “organizador da missão católica e da pastoral em terras catarinenses” (BESEN, 2015), que também lhe deu o nome.

A partir dos trabalhos de Santos (1997), Wittmann (2005) e Besen (2015), além de algumas informações encontradas no acervo do Mons. Balem, foi possível coletar uma série de indícios que auxiliaram nesta breve trajetória do Francisco, o inspirador das carrancas.

Francisco Cogogn Topp nasceu em 5 de janeiro de 1887, conforme os assentos de casamento e óbito.<sup>585</sup> Não se sabe exatamente quando foi arrancado dos seus, mas teria sido por volta de 1896, quando contava com a idade de 8 anos. Tal informação que aparece na carta<sup>586</sup> do Pe. Augusto Anzuini, reitor do Colégio Pio Latino Americano em Roma: “aprisionado que foi numa ‘batida’ feita ao acampamento dos seus, foi, passado algum tempo, entregue aos cuidados do zeloso Padre Francisco Topp, que então parochiava Tubarão”. De fato, Mons. Francisco Topp esteve em Tubarão entre 1891 a 1896 (BESEN, 2015).

Por volta de 1899-1900 encontrava-se no seminário de Pareci Novo/RS, tendo antes estudado em Blumenau<sup>587</sup>. No acervo de Mons. Balem encontra-se o rascunho de um breve texto chamado “Campo dos Bugres” (como era conhecido o território de Caxias do Sul), que corrobora as informações até o momento. Balem escreveu que, quando era

<sup>585</sup>Registro meu agradecimento especial ao querido amigo Djiovan Vinícius Carvalho que localizou o assentamento de casamento em Guaporé e a lápide no mausoléu familiar em Passo Fundo.

<sup>586</sup>Carta dirigida ao “Sr. Governador” aos 28/10/1907 e guardada por Mons. Balem. Na realidade, o “Governador” era o bispo do Rio Grande do Sul, a quem Pe. Anzuini solicitou recursos para que Francisco Topp estudasse no Colégio: “Terá seus vinte annos de idade mais ou menos; seus paes são índios da tribo dos Botocudos e nasceu no Estado de Sancta Catharina. [...] Da Allemanha, onde ao presente se acha, escreveu-me a pedir encarecidamente o quizesse receber neste Colegio Pio Latino Americano [...]”

<sup>587</sup>Wittmann (2005, p. 96-97) encontrou uma notícia publicada em 15/01/1905 no jornal Novidades, de Itajaí, a qual efusivamente comunicava que “o jovem conterrâneo começara seus estudos em Blumenau, mas revelando decidida vocação para o sacerdócio, seguiu para o importante estabelecimento” no Rio Grande do Sul *havia quatro anos*.

ainda aluno no Colégio de São José do Parecy Novo, no município de S. João do Montenegro [...], tinha por companheiro um jovem índio – bugre da tribo dos Coroados, de nome Francisco Topp. Havia ele sido capturado, menino, no sul de Santa Catarina, e entregue ao vigário do Desterro Padre Francisco Topp, que o educou e batizou.

Entre 1899 e 1904, Mons. Balem estudou em referida instituição, passando a Porto Alegre em 1905. É bem provável que Francisco Topp também se mudou para Porto Alegre, mas em seguida retornou a Florianópolis, onde em 1907, conforme notícia encontrada por Wittmann (2005, p. 96) viajou com Pe. Topp à Europa, “a fim de concluir os estudos teológicos em Roma”. O silenciamento que se seguiu a esta notícia levaram a pesquisadora a duvidar da viagem. No entanto, Balem guardou um cartão postal que recebeu do “amigo Topp” aos 12 de novembro de 1907 desde Amern, Alemanha, que dizia: “quando receberdes estas linhas estarei talvez em S. Paulo, mas lá não ficarei.” Além disso, informava estar ansioso para estudarem juntos em Porto Alegre. A própria carta do reitor do Colégio Pio Latino de Roma reforçou a viagem à Europa e as pretensões religiosas iminentes (como citado na nota 11).

No trabalho de Santos as informações a respeito de Francisco Topp ficam insuficientes a partir deste ponto que, sem mencionar a referência, registrou: “Depois que abandonou os estudos, seguiu para Buenos Aires, onde teria falecido jovem” (1997, p. 50). Certamente, a informação não procede.

Por outro lado, Wittmann (2005, p. 96-97) avançou um pouco mais ao localizar um documento do Pe. Francisco Topp, no qual prestava contas ao governo do “menino que criava com auxílio estadual”, comunicando que o pupilo saíra do seminário de Porto Alegre no início de maio de 1911 para “entrar no serviço de catequização dos índios no Rio Grande do Sul”. Com este dado, é possível inferir que Francisco Topp voltou da Europa e dirigiu-se a Porto Alegre por volta de 1908-1909, na mesma época que Mons. Balem achava-se em Roma, estudando no Colégio Pio Latino Americano, e onde esteve até 1912. Balem e Topp nunca mais se cruzaram nos bancos escolares.

Figura 2 –Francisco Topp



Fonte: Acervo Pessoal de Mons. Balem, custodiado pelo AHCMPA.<sup>588</sup>

A última notícia que Balem registrou a respeito de Topp apareceu no mesmo rascunho sobre o “Campo dos Bugres”:

Em 1916 ou 17, ele me apareceu em Porto Alegre, alegre e feliz, e me disse morar em Passo Fundo, onde era inspetor do DAER, e ter ali casado com uma italiana. Mostrou-me um chicotinho de prata que tinha comprado para presentear a esposa. Depois nunca mais soube notícia dele, do descendente ou parente dos índios do Campo dos Bugres.

Francisco Topp casou-se aos 5 de novembro de 1912 com Raquel Cassiamani, filha de italianos. No registro do casamento<sup>589</sup> ele declarou ser “professor público” reforçando as qualidades mencionadas por Balem: “era cantor, pintor, poeta, sabia falar várias línguas, inclusive o francês e alemão”<sup>590</sup> ou então “falava corretamente o português e alemão, sabia matemática, tirava fotografias, jogava esportes, etc.”<sup>591</sup>

Francisco teve um filho, que morreu solteiro, e mais três filhas (BESEN, 2015). Faleceu aos 4 de junho de 1942 e está sepultado, junto com o filho e a esposa, no cemitério Vera Cruz, em Passo Fundo.

<sup>588</sup>A mesma imagem, sem o suporte, foi reproduzida por Santos (1993) e Wittmann (2005), tendo como referência o Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS) em Blumenau/SC.

<sup>589</sup>No casamento o patronímico foi grafado “Toppe” tendo sido informados os nomes dos pais como sendo *Moclehar Toppe e Nunshan Toppe*.

<sup>590</sup>Registrado por Balem no suporte de uma fotografia de Francisco Topp.

<sup>591</sup>Conforme o rascunho sobre o “Campo dos Bugres”.

## O discurso do monsenhor

Como um “dever de memória” (LACERDA, 2018) era importante deixar registrado o percurso de Francisco Topp, concedendo-lhe autonomia, mesmo que as fontes não tenham sido produzidas por ele. O fato de recortá-las e criar uma narrativa a seu respeito é uma forma conectar o passado e o conturbado presente dos remanescentes de seu povo, que seguem cotidianamente enfrentando violências por existirem.<sup>592</sup>

Figuras 3 e 4 – Mísulas antropomórficas na oficina de cantaria e instaladas na base das absides laterais.



Fonte: AHCMPA.

A carta de 10 de outubro de 1924 de Giovanni Battista Giovenale comunicava a Balem que havia despachado o modelo em gesso, realizado a um terço do natural, dos suportes antropomórficos (cabeças de índios estilizadas). A maquete italiana foi esculpida pelo italiano Cesare del Beato e reproduzida ao tamanho final por André Arjonas, da Casa Aloys Friederichs de Porto Alegre, para fosse copiada e gerasse oito cabeças, trabalhadas nos grandes blocos de pedra granito da pedreira de Teresópolis, uma para cada canto das absides laterais (BALEM, 1942).

No artigo da revista *Touring* (1942) Mons. Balem criou sua narrativa a respeito da simbologia da cripta, algo que nasceu do arquiteto e foi apropriado e interpretado:

A fim de aumentar o aspecto da solidez da parte básica do monumento, à semelhança das antigas construções dos Incas do Peru, o arquiteto quis que as paredes fossem feitas de grossos cantos de granito, em pedra tosca [...]. Porém o que mais causava admiração eram as gigantescas cabeças de bugre, incrustadas naqueles muros ciclópicos. Aquelas cabeças de índios, em forma de cariátides esculpidas em enormes blocos de granito, rompiam como que entre as pedras, e, por debaixo das grandes cimalthas, aparentavam carregar o

<sup>592</sup> Exemplo disso é o atual embate judicial pelo seu território, e que lhes pertence por direito: O POVO INDÍGENA QUASE DIZIMADO EM SANTA CATARINA QUE PROTAGONIZA CASO HISTÓRICO NO STF. *Notícias MSN Brasil*. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/o-povo-ind%C3%ADgena-quase-dizimado-em-santa-catarina-que-protagoniza-caso-hist%C3%B3rico-no-stf/ar-AALAQbR?ocid=msedgntp>. Acesso em: 29 jun. 2021.

peso da construção. Eram oito cabeças de bugre estilizadas, quatro de cada lado das duas absides laterais da cripta, cabeças todas elas perfeitamente iguais, com riscos característicos nos rostos, furos nos lábios e cabelos corredios.

O aspecto tosco, como mencionou Balem, foi orientação de Giovenale que explicou, em carta de 5 de janeiro de 1922 que:

todo o acabamento externo em granito deverá ser tratado com *grandes golpes de marreta, para que tenha aspecto bastante rude e escabroso*; com saliências máximas nas paredes da cripta propriamente dita [...]. As mesetas antropomórficas de caráter étnico e os ornatos recortados nas cornijas de coroamento deverão ser de confecção *rude e arcaica* (grifo nosso).<sup>593</sup>

Nesse sentido, o *outro* é reconhecido apenas em oposição a quem constrói o argumento, ou seja, “os índios eram percebidos enquanto o inverso negativo de quem elabora a retórica da alteridade” (WITTMANN, 2005, p. 61), expondo a relação dicotômica que se produz e representa: civilizado/selvagem, fé verdadeira/superstição, arcaico/moderno.

Outro exemplo é a descrição física, sobretudo quando Balem se referiu ao “furo nos lábios”. É interessante perceber que no rascunho sobre o “Campo dos Bugres” essa foi uma característica ressaltada de Francisco Topp:

No lábio inferior tinha um furo por onde soprava na xícara de café, fazendo com que o café esfriasse quando estava quente demais. E nós ríamos, e ele não gostava porque dizia que nós pensávamos que ele ainda era bugre.

Passagem interessante, pois também demonstra o sentimento deste *outro*, assim como a relação do *entre lugar* da fronteira.

Ao encaminhar-se para o fim do texto da revista, Balem também revelou: “Essas cabeças e ornatos, eram que uma homenagem ao índio desaparecido, uma relação duradoura dos primeiros habitantes do torrão gaúcho”. Evidentemente, o projeto político de apagamento das populações indígenas mostrou-se eficaz, ao mesmo tempo que o imaginário construído de inferiorização lançava sobre elas um olhar assimétrico e de hegemonia europeia. Eram algo do passado, tinham desaparecido, formavam um epílogo na história rio-grandense, pois o cristianismo tinha vencido como religião e como civilização. Dessa forma, além do índio ser lembrado no:

<sup>593</sup>“Dando seguimento ao conceito simbólico que expliquei ao apresentar o projeto em princípio, dei às fachadas exteriores da Cripta um caráter arcaico, como se a base da igreja devesse servir o avanço dos cultos antigos”. (Carta de Giovenale de 5 de janeiro de 1922, que acompanha o envio da primeira parte do projeto executivo da Catedral, isto é, todos os desenhos relativos à construção e à decoração da cripta).

majestoso templo [...] em seu epílogo histórico-religioso, [...] essas oito cabeças de bugre, simulando arcar com o peso das colunas das absides da igreja superior, representam as diversas tribos que outrora viveram no Rio Grande do Sul e simbolizam sustentar o templo da nova Fé<sup>594</sup>, implantada sobre os escombros das antigas superstições.

As superstições foram subjugadas, assim como a “fase bárbara do Rio Grande”.

Não há como ignorar as inúmeras representações presentes neste artigo de 1942. As ideias de Balem transmitem contextos históricos e discursos de uma época e também sugerem reflexões sobre o relacionamento de Francisco Topp com seus colegas de seminário, tal como um foco de luz direcionado sobre um recorte social que possibilita ver com mais clareza detalhes do cotidiano de alteridade.

Nos escritos sobre o “Campo dos Bugres” Balem mencionou: “No início vivia amarrado porque mordida a toda gente, a única arma que tinha, até que amansou e foi vencido pelos bons tratos e modos dos que o haviam capturado”. Despidos de identificações de sua etnia, como foram os Xokleng capturados pelos bugreiros<sup>595</sup>, despojados de sua história, relegados a tempos antigos, bárbaros, primitivos, em nome da civilização e modernidade lhes impuseram “bons tratos e modos”, mas desde que ponto de vista?

### **Encontro e imaginário**

A representação do território de Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, sobretudo no século XIX com a interiorização do espaço, desconsiderava a presença indígena. Exemplo disso é o que constatou Golin (2002, p. 36) a respeito de um mapa do RS da década de 1840, “confeccionado com preocupações demográficas e geopolíticas, constam enormes *áreas brancas*, revelando a ausência de informações”. Fica evidente que se tratava de invisibilizar grupos humanos (os indígenas) e desconsiderá-los nos projetos de “ocupação” e de “colonização”.

Silva e Barcelos (2009, p. 63) analisaram as construções discursivas e ideológicas que criaram as representações dos “indígenas selvagens” nos Campos de Cima da Serra, situada na parte no território do Rio Grande do Sul e que se estende pelos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. Recorrendo à produção documental desde o século XVII com os jesuítas, passando pelos viajantes do século XIX e pela produção bibliográfica da historiografia tradicional do século XX, os autores demonstraram a elaboração de um imaginário social que apenas a partir

<sup>594</sup>Em letra maiúscula no texto.

<sup>595</sup>“Retirados das mulheres as saias e os cordões que usavam nos pés. Os meninos foram despojados de seus botoques. Todos foram vestidos com camisolas” (WITTMANN, 2005, p. 86).

dos anos 1990, ancorando-se em pesquisas arqueológicas, tem sido sistematicamente desconstruído.

Do mesmo modo, ao analisar a construção das imagens acerca das populações nativas representadas em dois periódicos de Porto Alegre entre 1884 e 1910, Rodrigues (2009, p. 447-448) definiu que “o *bom* e o *mau selvagem* são as imagens de índio que expressam a maneira com que o europeu enxergava o nativo, e que se estenderam ao imaginário sul-rio-grandense, o suficiente para estarem presentes nas notícias dos jornais”.

Entendendo o imaginário como “sistema e representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta” (PESAVENTO, 2002, p. 35) é possível se aproximar da realidade de Balem e entender a apropriação do simbolismo e interpretação da presença indígena no texto que publicou em 1942. Ao situar-se no campo da representação, o imaginário se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição de realidade (PESAVENTO, 1995, p. 15), criando sentidos e estabelecendo classificações e hierarquias.

À vista disso, a imagem construída coletivamente entendia que a fé cristã e a civilização europeia eram superiores às “superstições indígenas” e à vida “rudimentar e arcaica” dos indígenas. O *entre lugar* que se expressa na fala de Mons. Balem deprecia os valores do outro, onde a fronteira cultural tem uma via de mão única. Definindo-se como alteridade a relação de reconhecer o outro e entender as diferenças, deparamo-nos com a categorização de inferioridade como forma de aferir se existe diferença ou se está dissimulada.

No texto de Mons. Balem (1942) homenageando o índio é evidente a inferiorização do grupo étnico. O mesmo ponto de vista é reforçado com seu escrito “Campo dos Bugres”, à medida que revelou o seu olhar sobre um indivíduo concretamente, como nas passagens já mencionadas – sobre o furo no lábio que esfriava o café ou então a lembrança de Francisco em viver amarrado porque “era um bicho” – e ao referir-se ao comportamento exótico:

Nos passeios era veloz na carreira e subia ligeiro, trepava como um macaco nas árvores, contra as ordens do regente. Depois de subir nas árvores, quebrava os galhos e se deixava cair com eles, com grande desespero do regente Bruder Lück.

Golin (2020) enfatiza que o grau de humanidade é proporcional ao grau de alteridade que existe na sociedade, quer dizer, quanto menor o grau de alteridade, mais violenta a sociedade, na qual as fronteiras entre os desiguais se acentuam e *um* não vê o *outro* como integrante de seu mundo.

Francisco Topp só seria aceito e poderia integrar o mundo de Balem se fosse *civilizado*, como de fato o foi ao ser “entregue ainda pequeno ao vigário de Florianópolis Monsenhor



Francisco Topp, que o fez *educar* e fez ficar *gente* porque antes era *bicho*”, como aparece no texto “Campo dos Bugres”.

### **Entre rememorar e agir**

As reflexões apresentadas foram estimuladas a partir dos estudos para a publicação do livro do centenário de construção do prédio da catedral de Porto Alegre. A partir das pesquisas que tinham por objetivo o olhar sobre um monumento selecionado e contextualizado nas primeiras décadas do século XX, com atributos essencialmente europeus, cristãos e civilizados, deparamo-nos com o feliz episódio que identificou, mesmo a nível de inspiração, a origem das mísulas antropomórficas de caráter étnico – ou as *carrancas*.

O interesse pela trajetória de Francisco Topp nos conduziu a questionamentos, assim como ao entendimento das relações de alteridade que clamavam publicidade.

A construção de imaginários como forma a dar sentido à realidade social, como vimos sua reprodução nos discursos de Mons. João Maria Balem, nos colocam diante de realidades onde a consideração pelo outro está ausente.

Francisco Topp conseguiu trilhar seus próprios caminhos e com isso queremos dizer que o compromisso destas breves reflexões é lutar sempre pela voz indígena, deixando-a ser protagonista nas reconstituições do passado, e pelo respeito à sua própria multiplicidade.

### **Referências**

BALEM, Mons. João Maria. Homenagem ao índio riograndense. *Touring*, Porto Alegre, ano VI, n. 22, abr. 1942, p. 2.

BESEN, José Artulino. Monsenhor Francisco Xavier Topp. <https://pebesen.wordpress.com>. 25 fev. 2015. Disponível em: <https://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-atarina/monsenhor-francisco-xavier-topp/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRINGMANN, Sandor Fernando. Fronteiras da inclusão e da exclusão: reflexos do contato entre *Kaingangues* e as frentes de expansão (séc. XIX). In: KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Orgs.). *Povos indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 109-120.

CAMPOS, Vanessa Gomes de; ZUCHETTI, Caroline; VOLPATTO, Lucas Bernardes. *Das pedreiras às torres e carrancas: uma nova Catedral para Porto Alegre*. Porto Alegre: Outubro, 2021. Disponível em: <https://www.catedralpoa.com.br/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CHEUICHE, Antônio do Carmo. *Catedral Metropolitana de Porto Alegre: guia histórico-artístico*. Porto Alegre: Diagramme Produções, 2012.

DORNELLES, Soraia Sales. Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011

GOLIN, Tau. Introdução: a fronteira como centralidade entre a região e a nação. *In: GOLIN, Tau. A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002. v. 1, p. 9-94.

GOLIN, Tau. *Identidade da fronteira e patrimônio cultural*. Palestra proferida aos Cursos de História e Jornalismo da Urcamp, 18 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=cN76aNIKFew&t=7s>. Acesso em: 31 mar. 2021.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. *In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Orgs.). Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 303-341.

LACERDA, Thays. Sobre memória exercitada e o dever de memória em Paul Ricoeur. *In: ENCONTRO DIVERSIDADE EM ARQUIVOS*, 1, 2018, João Pessoa-PB. *Anais [...]*. João Pessoa (PB). Disponível em <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-9e5e6f89c4f894e6f9d64c642b5f4877f2b6ab8a-arquivo.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LIMA, Ana Gabriela Morim de. Uma biografia do kàjre, a machadinha Krahô. *In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BILAR, Nina Pinheiro (Orgs.). A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013, p. 185-21

NEIS, Ruben. Centenário de nascimento de Mons. João Maria Balem. *Unitas*, fasc. 1-4, jan./abr. 1987, p. 41-45.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. *In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002, p. 35-39.

RODRIGUES, O bom e o mau selvagem na imprensa. *In: KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Orgs.). Povos indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 445-468.

SANTOS, Silvio Coelho dos Santos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis/Itajaí: Ed. da UFSC/Ed. da UNIVALI, 1997.

SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A “terra de ninguém”: índios e bugres nos Campos de Cima da Serra. *In: KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Orgs.). Povos indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 63-80.

WITTMANN, Luisa Tombini. *Atos do contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

## FRENTE DE EXPANSÃO AGRÍCOLA: IMIGRANTES BRASILEIROS NO DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ, PARAGUAI

Vanucia Gnoatto. Doutoranda do PPGH/UPF, Bolsista da FUPF.  
Orientador: Prof. Dr. João Carlos Tedesco, PPGH/UPF

**Resumo:** Com a presença de imigrantes brasileiros, nas décadas de 1970 e 1980, vemos a expansão de um processo de modernização agrícola no leste do Paraguai, mais especificamente, no Departamento de Alto Paraná, que já estava ocorrendo no oeste do estado do Paraná. E que por sua vez, na década de 1990 se ampliará levando ao surgimento agronegócio. Nesse sentido a respectiva comunicação visa compreender a agência do imigrante brasileiro no processo de modernização agrícola e do agronegócio no Departamento de Alto Paraná, no Paraguai. Para isso, metodologicamente, buscou-se analisar falas de imigrantes brasileiros vinculados à atividade agrícola, residentes em alguns distritos do Departamento de Alto Paraná e com retornados residentes em municípios fronteiriços do Paraná. Com base nas narrativas coletadas e nos referenciais bibliográficos conclui-se que o processo de modernização agrícola, que em alguns anos após levou a surgimento do agronegócio possibilitou o desenvolvimento econômico dos distritos do Departamento de Alto Paraná aonde a presença brasileira é mais intensa numericamente. Porém, esse processo se mostra contraditório, pois se de um lado o agronegócio aumentou a receita econômica do país, de outro vemos que apenas uma pequena parcela capitalizada foi beneficiada, o que levou a se acentuar a desigualdade social entre grupos de brasileiros e em entre brasileiros e paraguaios. Trouxe problemas ambientais, devido ao desmatamento e a utilização abusiva de agrotóxicos, acentuou os conflitos no campo. Além disso, inviabiliza a presença do pequeno agricultor brasileiro e paraguaio no campo, levando com que esses busquem recorrer novamente à mobilidade.

**Palavras chaves:** Paraguai; Agronegócio; Brasileiros.

Ao se estabelecer no Paraguai, entre as décadas de 1960 a 1980, o imigrante brasileiro bastante heterogêneo nos seus perfis econômico, cultural e social começa a cultivar a terra de tal forma que vai transformando o espaço onde se estabelece com a sua família. Nas décadas de 1970 e 1980, vê-se a expansão do processo de modernização agrícola no leste do Paraguai, mais especificamente no Departamento de Alto Paraná. O mesmo processo já estava ocorrendo no oeste do estado do Paraná. Já, na década de 1990, a mesma dinâmica de mecanização e modernização, que levou ao surgimento do agronegócio no Paraná, cruza a fronteira, fazendo surgir com força o agronegócio no leste do Paraguai, mais especificamente nos distritos do departamento de Alto Paraná onde a presença de brasileiro é mais expressiva numericamente.

Nesse sentido, o respectivo artigo visa compreender a agência do imigrante brasileiro no processo de modernização agrícola e do agronegócio no Departamento de Alto Paraná, no Paraguai. Para isso, metodologicamente, buscou-se analisar falas de imigrantes brasileiros vinculados à atividade agrícola, residentes em alguns distritos do Departamento de Alto Paraná e de retornados residentes em municípios fronteiriços do Paraná. Essas falas são recortes de entrevistas realizadas com um pequeno proprietário de terras em Santa Rosa del Monday,

atualmente residindo em Foz do Iguaçu; um grande proprietário de terras em San Alberto; um ex-vereador de Santa Rita, atualmente proprietário de uma indústria; com um ex-vereador de Los Cedrales e esposa, ele caminhoneiro e ela professora e com uma Irmã religiosa, funcionária de Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, que não possui vínculo com a atividade agrícola, mas com os imigrantes brasileiros<sup>596</sup>.

O movimento migratório de brasileiros ao Paraguai teve início ainda na década de 1960. No período das décadas de 1970 e 1980, os movimentos migratórios de fronteira entre Brasil, Paraguai e Uruguai têm como ponto em comum o processo de valorização da terra. Os fluxos migratórios de brasileiros para esses países possuem, segundo Sales, duas naturezas distintas. A primeira é a migração de proprietários rurais ou empresários agrícolas, que pode ser de grandes ou pequenos produtores familiares. A segunda seria a migração de pequenos produtores e trabalhadores rurais que foram desapropriados pelo processo de modernização e tecnicismo da agricultura, movida pela busca de condições de subsistência (SALES, 1996).

### **Frente de expansão agrícola e o desenvolvimento econômico**

Segundo Baller (2014), no começo, o processo de colonização do Paraguai se caracterizou pelas várias culturas agrícolas e pela exploração de recursos naturais. O primeiro ciclo foi o da madeira, que era comercializada com o Paraná. Após, vem o período do plantio da menta, da qual se extraía o óleo que era comercializado. Também outra marca é a do cultivo de produtos alimentares para a subsistência. Outra cultura agrícola implantada foi do algodão, que ainda é um cultivo significativo no Paraguai. Nos anos 1980, essa cultura agrícola para os imigrantes brasileiros era um agregador de valores e, além disso, representou uma possibilidade de trabalho para um grupo expressivo de brasileiros que entravam no Paraguai semanalmente e trabalhavam de forma sazonal.

Conforme o mesmo autor, entre as décadas de 1970 a 1980, não existia o agronegócio, que surgirá só com a abertura de fazendas de gado, com o desmatamento para o plantio da soja e com a incorporação de terras designadas para os camponeses paraguaios, quantias de terras que começam a ser mecanizadas e usadas para a produção agroexportadora pelos grandes proprietários de terras. Entre o fim de 1990 e o começo do século XXI, o país passa a utilizar um novo modelo de agricultura, que surge devido ao declínio do número de pequenas propriedades que, por sua vez, levou à diminuição de pequenos proprietários, que mesmo

<sup>596</sup> Essas entrevistas foram realizadas na minha pesquisa de campo nos distritos de San Alberto, no Paraguai e em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Pesquisa de campo realizada para a elaboração da dissertação de mestrado em História, intitulada: Migrações, trajetórias, retornos: imigrantes brasileiros no Paraguai (1970 - 2018).

possuindo mais de 50 hectares de terra e, por isso, serem considerados médios produtores, ainda trabalhavam de forma familiar. A partir desse momento é intensa a utilização de “recursos tecnológicos no setor rural paraguaio, desde maquinários, até os mais variados insumos para a produção, como defensivos, inseticidas e pesticidas, aplicação de dessecantes, e, sobretudo, a utilização de sementes modificadas” (BALLER, 2014, p. 251).

Ao analisar a década de 1990, Baller percebe a presença de dois grupos diferentes de agricultores no Paraguai: os pequenos e os grandes. Algo que até então era novo dentro da perspectiva das relações sociais. Essa situação:

Caracteriza-se com modelo desagregador do pequeno proprietário com o desraigo da terra, uma vez que este acaba cedendo espaço aos grandes e médios proprietários. Os médios e grandes proprietários trabalham de forma a incrementar o agronegócio, fazendo com que a área rural se torne praticamente uma empresa e não um local de reprodução do modo de vida do agricultor, o que também ocasiona o desraigo da terra (BALLER, 2014, p. 256).

Essa presença brasileira na região de fronteira é diretamente responsável pelo avanço de uma frente de expansão agrícola. Para Albuquerque (2005), o conceito de frente de expansão no Paraguai está muito próximo ao entendimento que se tem sobre a frente de expansão no Brasil, pois no país vizinho existem diferentes frentes em movimento e em conflito por terras, recursos naturais e pela faixa do território nacional. Segundo este, fazem parte dessa frente de expansão de camponeses posseiros e seringueiros tradicionais que, por sua vez, entram em choque com as comunidades indígenas que já estão ocupando esses territórios. Com o tempo tem-se “a chegada dos agentes da civilização e da modernização (pioneiros, empresários, empresas multinacionais etc.), os conflitos se acentuam com os posseiros, os camponeses e os grupos indígenas”. Nesse contexto de disputas ocorrem extermínios, negação do outro e descoberta da alteridade (ALBUQUERQUE, 2005, p. 64).

No território paraguaio, as frentes de expansão capitalista são principalmente formadas por agricultores brasileiros, que entraram em choque com setores marginalizados da sociedade paraguaia, especialmente os camponeses e os indígenas. Esses conflitos derivam da forma como os brasileiros, em especial os grandes e médios produtores de soja, estão explorando a terra, transformando o meio ambiente e desestruturando as culturas camponesas e indígenas. O movimento fronteira agrícola produz muitas contradições, desigualdades sociais e tensões políticas e culturais. Os conflitos não acontecem apenas entre grandes proprietários rurais e camponeses, mas também há os étnicos entre descendentes de alemães, italianos e comunidades indígenas. Existem disputas nacionais entre brasileiros e paraguaios e choque entre o

nacionalismo paraguaio e os processos de integração supranacional. Essas variadas disputas não estão separadas, mas articuladas e combinadas (ALBUQUERQUE, 2005).

Segundo Vasques (2006), nessa região, o sistema econômico apresenta um conjunto difícil de atores, produtos e processos, onde a fronteira internacional tem um papel essencial não como isolamento territorial, mas como delimitador de sistemas jurídicos, econômicos e, principalmente, tributários que produzem grande dinamismo aos movimentos transfronteiriços. Neste ponto, a fronteira é percebida como um benefício e não como uma dificuldade, pois quase não apresenta como um tribunal territorial, mas mais como um “espaço contínuo” com suas próprias variáveis, onde os atores conseguem credibilidade das diferenças fronteiriças (VASQUES, 2006, p. 55, tradução nossa).

Com o avanço do processo de mecanização agrícola, houve melhorias nas condições de trabalho no campo e um aumento bastante significativo da produção. Nesses distritos fronteiriços foram surgindo feiras agrícolas com a venda de implementos de última geração que estimularam a modernização da propriedade agrícola. Um exemplo de feira é a que ocorre todos os anos no mês de maio em Santa Rita, a Expo Santa Rita<sup>597</sup>. Conhecida como a segunda maior feira realizada no país, expõe tudo o que há de novo no mundo do agronegócio, ligado à agricultura, pecuária e gado de leite. Além de outros serviços e comércios, valem-se desse espaço de grande visibilidade regional e nacional para mostrar os seus produtos. As firmas e bancos aproveitam desse espaço para oferecer os seus produtos e benefícios. O distrito Santa Rita, diante do desenvolvimento econômico advindo do setor agrícola, passou a se denominar “Ciudad Progresista”.

Figura 1 - Cartaz de propaganda de Expo Santa Rita

<sup>597</sup>A Expo Santa Rita é uma feira do agronegócio que recebe expositores do Brasil e Argentina. Promovida anualmente no mês de maio, no distrito de Santa Rita, Paraguai. Em 2019 foi teve a sua 27ª edição. A mesma proporciona shows com cantores populares do Brasil. Ainda sobre a feira, segundo o site do governo departamental, a feira é a segunda mais importante do país considerando o número de visitantes, mas quanto ao número de negócios, é a maior, com retorno de 300.000.000 dólares por ano. Na feira pode apreciar a produção agrícola, pecuária e industrial da região. O evento tem como principais objetivos a promoção das tradições culturais do país, danças, músicas e costumes próprios do folclore. Além disso, se orienta a estimular o incremento da qualidade dos produtos elaborados na zona através da cooperação entre os produtores.



Fonte: Disponível em: <http://iguassunews.com/turismo-el-destinoiguazu-participa-de-la-expo-santa-rita-en-paraguay/>. Acesso em 29 de maio de 2021.

Esse avanço do agronegócio é bastante perceptível dos dois lados da fronteira. Para Szekut, atualmente, “o agronegócio é a principal prática econômica no país, e é composto por redes transnacionais” (SZEKUT, 2018, p. 80). Ou seja, é algo interligado entre grupos dos dois países, que buscam assegurar e aumentar os ganhos econômicos por esse movimento dinâmico. O relato ajuda a entender essa dinâmica:

Todo santo dia, salvo exceções, vai plantadeira, vai carregadeira, vai uniport, são máquinas caríssimas, tudo de R\$150.000, vai trator, vai patrôla, daqui [Brasil] pra lá [Paraguai], carros vão pra lá, equipamentos para silo vão. É o agronegócio de lá. Em contrapartida, eu não tinha essa visão porque a gente está lá, produz e entrega, eu estou na roça no Paraguai, na agricultura, produzo e entrego no silo, ou na cooperativa. Então, depois que eu vim pra cá [Brasil], eu [me] dei [por] conta dos caminhões que vem pra cá e trazem a produção de lá pra cá, aí eu vi de noite, na entrada da noite, centenas e centenas de caminhões que trazem a produção que vai pras cooperativas, pros portos, pra Cascavel, pra moagem, pra completar em Santa Catarina, abastecer o milho em Santa Catarina (Pequeno agricultor, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

A proximidade com a fronteira leva a essa imensa circulação de riquezas primárias como grão, que passam a mesma e são destinados aos portos, cooperativas e indústrias de beneficiamentos do Brasil. Já, por outro lado, como relata o entrevistado, se percebe uma movimentação intensa de maquinários e equipamentos agrícolas e carros de alto valor econômico que entram no Paraguai. Estes refletem a intensidade da movimentação de capital entre a fronteira dos dois países.

Nestes distritos, o agronegócio aparece como um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico da região. Na foto abaixo, tem-se o pórtico de entrada do distrito de San Alberto, localizado ao norte do departamento do Alto Paraná. Devido à forte influência do agronegócio na economia do município, o mesmo se autodenomina como a capital do agronegócio, exibindo uma réplica da uniport, máquina utilizada para passar veneno nas

plantações de monocultivos como a soja.

Figura 2 - Pórtico de entrada do distrito de San Alberto



Fonte: Acervo pessoal de Vanucia Gnoatto

Para Silva (2007), a colonização e ocupação da fronteira oriental, estimuladas pelo governo do Paraguai, motivaram não somente colonizadoras brasileiras, mas favoreceram a entrada expressiva de grandes empresas agropecuárias, que possuíam capital mundial. Inicialmente no período pioneiro, essas operavam no setor madeireiro, mas com o tempo foram atuando em outras áreas, como na produção de carne, soja e outras culturas comerciais, levando conseqüentemente a uma diminuição de empregos no campo e, conforme as áreas de mata eram abertas, aumentaram o desequilíbrio na disputa por terras mais férteis, gerando o problema da concentração fundiária.



## **Contradições desse processo de modernização e agronegócio**

Entre os imigrantes colonos sul brasileiros, percebe-se o predomínio de certos modelos agrícolas e o avanço do agronegócio que foi modificando a forma de interação com o território, tanto no Brasil como no Paraguai. Já entre os paraguaios, nota-se muito forte ainda e resistindo a todo o tipo de pressão uma relação com a terra que vem de uma herança milenar indígena. Sobre a forma de cultivo da terra a entrevistada afirma que:

De certa forma a cultura brasileira se impôs à do Paraguai. Talvez pelo maior domínio do brasileiro no cultivo terra, porque o paraguaio, em sua maioria de descendência indígena, respeitava a terra, as matas, os rios e a natureza em geral. Para eles a flora e a fauna só eram utilizadas para o sustento diário. O brasileiro começou mecanizando a terra e destruindo toda a mata, utilizando o espaço para grandes áreas de plantação de soja e milho. Mais tarde criação de gado. Empurrando o campesino para fora de seu habitat (Irmã religiosa, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

Segundo Silva (2007), o embate das duas frentes de expansão tem levado a uma expressiva expulsão e empobrecimento dos colonos paraguaios que não possuem títulos das mesmas. Essas terras, por sua vez, têm sido adquiridas por agricultores brasileiros, que na sua grande maioria também haviam passado por um processo de marginalização nos seus locais de origem, devido à modernização agrícola e do avanço das monoculturas de exportação.

A frente de expansão brasileira no Paraguai é bastante plural. Por um lado, tem-se os imigrantes que vieram do Sul com poucas ou boas condições e, por outro, grupos que vieram de outras partes do Brasil que chegaram.

Com a intenção de comprar um pedaço de terra para sua sobrevivência, a maioria dos pequenos proprietários estabeleciam uma convivência mais próxima com os nativos. Eram pequenos proprietários, arrendatários ou trabalhavam para terceiros, muitas vezes em troca de meios para sobrevivência (Irmã religiosa, Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

O avanço dessa frente agrícola, na segunda metade do século XX, por sua vez levou a um desmatamento desenfreado na região leste do Paraguai. Pela falta de uma consciência ambiental e acima de tudo por interesses econômicos, em poucos anos uma região de mata se transformou em lavouras, ocasionando problemas ambientais sérios. Em sua fala, o ex-vereador de Santa Rita expõe essa problemática e ressalta a necessidade de preservar as áreas verdes presentes no município:

Hoje se está falando muito de meio ambiente e o agronegócio tem muito a ver com isto, mas eu sempre digo não adianta você hoje buscar culpados dessa desmatção e sim, porque eu acho [que] isso era uma época em que todos pensavam [que] era necessária, até bancos, financeiras davam empréstimos

para fazer desmatamento. Hoje a mentalidade é diferente. Então não adianta hoje achar culpados, hoje tem que tentar preservar o que restou e tentar recuperar o que foi destruído. Isso eu ainda acho que em Santa Rita e nossa região falta muito essa consciência, até pela cidade, de se preservar áreas verdes e fazer com que isso seja um pulmão para a cidade porque a tendência é que Santa Rita se torne cada vez maior (Ex-vereador de Santa Rita, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

Os bancos e financeiras disponibilizavam recursos para os colonos poderem realizar as destocas em suas propriedades, em um contexto em que a política de governo visava o desenvolvimento agrícola da região. Com o tempo as políticas de governo se modificaram e começou-se a criar leis ambientais. Porém, como o pequeno agricultor relata, há pouca fiscalização quanto ao cumprimento destas leis.

O Banco [Nacional] do Fomento paraguaio financiou muito a destoca, muito [...]. Uma vez, daí o agricultor começou a dar sobra e com essa sobra ele avançou na destoca. Então, em [19]84 e [19]85 terminou a destoca [...] e onde fica o meio ambiente? Um governo que na época incentivou, financiou a destoca, em [19]78 a [19]85, na década de 90, começa a fazer o contrário, reflorestar as nascentes, começa as leis ambientais, mas ele deixou a sorte, a sorte. Tanto é que nós avançamos muito, os imigrantes avançaram muito sobre o meio ambiente infelizmente [...]. Por que se avançou o sinal vermelho? Porque ninguém falou, os agricultores queriam terras (Pequeno agricultor, Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

O entrevistado levanta a questão do desmatamento, algo que nessa região do Paraguai se deu de forma intensa e rápida. Ao cruzar-se pela estrada de acesso ao centro de Santa Rosa del Monday, viam-se as marcas desse processo: tratores e esteiras expostos nas ruas, como relíquias de um passado em que a frente pioneira adentra nesses distritos.

Além disso, somam-se também os problemas ambientais e para a saúde das populações devido ao uso excessivo de agrotóxicos. O sociólogo Ramón Fogel afirma que existem evidências conclusivas de que a utilização de herbicidas e inseticidas está poluindo os solos e fluxos de água e prejudica a saúde das comunidades próximas a grandes fazendas; especialmente são apavorantes as pulverizações aéreas sobre pessoas, cultivos camponeses, fauna, flora e água; Devido ao inevitável efeito que resulta, o veneno prejudica locais que não têm plantações, assim sendo, seu uso nas proximidades dos assentamentos é inadmissível, nesse sentido, em países como a Colômbia a utilização não é permitida (FOGEL, 2005, p. 73, tradução nossa).

O processo de mecanização, parte integrante do agronegócio, impede a permanência dos pequenos agricultores no campo, pois não possuem recursos para investirem em maquinários necessários para os cultivos das monoculturas, em especial da soja. A fala do entrevistado ajuda

a se compreender essa realidade, pois consegue-se perceber com bastante clareza como esse processo começou em Santa Rosa del Monday.

Com a queda do Strossner, o capital estrangeiro entrou [...]. [19]89, [19]90 caí o Strossner, muda a economia do país, abre a economia do país, antes nós éramos uma comunidade totalmente rural, Santa Rosa [de Monday]. Em [19]89 e [19]90, já sai a Expo Santa Rosa, o que era a Expo? As firmas daqui [Brasil] foram vender tratores lá [Paraguai] porque o campo de vendas de tratores e máquinas lá é muito! Não parou! A tecnologia chegou lá, mas ela também tirou muita gente da lavoura, inclusive eu, não tive condições de acompanhar isso. Como vou comprar trator com pouca terra? (Pequeno agricultor, Foz do Iguazu, 14 jan. 2019).

O processo de mecanização foi intenso e impactante, principalmente, para os pequenos agricultores que não conseguiram fazer frente ao mesmo por não possuírem recursos econômicos para isso tendo que, na grande maioria das vezes, retornar para o Brasil, levando ao fim de algumas comunidades no Paraguai criadas por eles. Na fala do ex-vereador de Los Cedrales e de sua esposa professora, pode-se perceber como se deu esse processo naquele distrito:

Los Cedrales começou na faixa de [19]72, começaram a desmatar Cedrales. Daí ela foi, claro trabalhando com muita gente, porque se trabalhava com menta e se precisava de mão-de-obra. Então, a partir dos anos [19]85/[19]86 para cima, essa parte de menta foi saído e as pessoas foram novamente migrando e as terras foram se destocando, a maquinária entrou e o povo saiu, hoje o resultado daquilo lá é que aonde se tinha, no caso 200 famílias tem 2 [família]. A mecanização expulsou esse povo, porque se você morasse em [Los] Cedrales e tivesse 5 alqueires de terra passa[va] fome, passa[va] fome! Pra sobreviver na agricultura, na região do Paraguai, tem que plantar no mínimo de 15 a 20 alqueires, e ser estruturado no mínimo, pra sobreviver, e pra se fazer o fuzuê do Paraguai são de 100 alqueires a cima, [...] porque os custos são altos. Hoje que os bancos lá estão investindo com juros baratos, [...] [naquela época] o banco dava pro grande e o grande repartia com o pequeno. Naquela época, financiava o dono do silo, ia lá pegava o volume do dinheiro grande, repartia. Ele pegava meio por cento e repartia por cinco. Aonde que isso foi esgaçando o povo. E qualquer imprevisto do tempo o pequeno não colhia e ficava com a dívida lá, daí tinha que ir vendendo (Ex-vereador de Los Cedrales e esposa professora, Foz do Iguazu, 19 jan. 2019).

A fala do casal traz presente o fim do cultivo da menta em Los Cedrales e o início do processo de mecanização agrícola, que elevou os custos de produção agrícola principalmente para os pequenos agricultores que dependiam de empréstimos com juros altos contraídos junto aos donos dos silos. O que, por sua vez, leva à dependência destes aos seus credores. O fim do cultivo da menta e a mecanização levaram também à diminuição de trabalho braçal no campo. Diante dessa nova realidade, a migração para a cidade ou para outros departamentos paraguaios e, principalmente, para o Brasil foram as opções que estes imigrantes tiveram.

Uma pequena parcela dos agricultores foi se capitalizando cada vez mais no Paraguai e se aproveitando das condições favoráveis, buscando terras entre os próprios brasileiros, lançando ofertas a estes que por muitas vezes não se encontram em condições favoráveis e acabam aceitando as propostas. A fala do ex vereador de Santa Rita ajuda a entender essa realidade:

Quem tem dinheiro faz dinheiro, e daí o pequeno agricultor ele sofre porque é tão acossado, é tão perseguido em ofertas que acaba vendendo a sua propriedade. Porque hoje, é verdade, por exemplo, quem tem área grande, antigamente qualquer um fazia serviço pro outro, prestava serviços, é claro cobrava, mas fazia. Hoje quem tem essas máquinas prefere pagar a renda pra você e eles plantar do que fazer o serviço pra você, e isso porque a arrenda pra eles é maior [...]. Hoje o próprio brasileiro, o próprio imigrante, ele produz emigração (Ex-vereador de Santa Rita, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2019).

A fala do entrevistado mostra que, com o processo de modernização agrícola, houve uma mudança nas relações de trabalho. A prática de prestar serviços de forma remunerada, própria de um sistema comunitário onde a entre ajuda para com os vizinhos que não tinham maquinários era praticada, dá lugar a ações capitalistas que visam ao lucro. A constatação do entrevistado de que “hoje o próprio brasileiro, o próprio imigrante produz emigração” possibilita refletir sobre a realidade atual dos emigrantes brasileiros no Paraguai que possuem mais recursos e com isso preferem arrendar ou adquirir as terras de quem pouco possui recursos e terras para trabalhar com o monocultivo. O que, por sua vez, levará a um novo processo migratório desses sujeitos.

Constata-se, a partir da fala, ainda, que existem grupos muito heterogêneos de imigrantes naquele país, somente uma parcela pequena é capitalizada e tende a se beneficiar em situações de crise econômica e avanço do agronegócio, pois os mesmos tendem a expandir as suas propriedades a partir da aquisição de terras ou arrendamentos das dos pequenos agricultores brasileiros que não conseguem mais fazer frente a essa nova realidade. O relato abaixo dá uma ideia da grande oferta de terras que se dá com a saída do pequeno agricultor do campo.

Naquela época não sei o que deu. Quando deu aquela febre eu vendo vou embora, eu vendo vou embora, e muita gente vendeu [e] foi embora. Foi o ano em que as terras eram dadas, o ano em que eram mais baratas, nos anos 90 as terras eram dadas. Porque se tinha 100 brasileiros 90 queria ir embora, e quem ficou se deu bem [...]. Nos anos 90, as terras aqui não valiam nada, se compra 25 hectares a troco de espingarda. Entrou a soja com um preço bom, safra boa e outro comprou, e outro comprou. E hoje pra comprar um pedacinho de terra não tá fácil, ninguém quer vender hoje. Como hoje, aqui no Paraguai, tá um Paraná da vida, não tem o que tirar! (Grande proprietário de terras, San Alberto, 29 jul. 2019).

A fala do entrevistado mostra a intensa migração de retorno para o Brasil, num período

em que tem-se o fim da ditadura no Paraguai, o início do processo de mecanização que começa a inviabilizar a permanência no campo. O que levou a uma grande oferta de terras, com preços bastante acessíveis. Por fim, o entrevistado conclui que na sua região do Paraguai está como no Paraná, ou seja, não se encontram mais terras de cultivo para se adquirirem devido ao processo de mecanização, parte integrante do agronegócio, que supervalorizou as mesmas.

O avanço do agronegócio nesses distritos modificou significativamente essa região, que atualmente é considerada uma das mais desenvolvidas economicamente do Paraguai. Porém, se por um lado o agronegócio e o processo de modernização agrícola trouxeram melhorias para o setor agrícola e distritos como um todo, também conduziram a problemas ambientais, conflitos agrários pela propriedade da terra e a exclusão social dos pequenos agricultores, que possuíam poucos recursos financeiros para permanecer no campo. Forçando-os a um novo processo migratório, seja ele para as cidades, para outros distritos do Paraguai ou de retorno para o Brasil.

Com base nas narrativas coletadas e nos referenciais bibliográficos, conclui-se que o processo de modernização agrícola, que em alguns anos após levou ao surgimento do agronegócio, possibilitou o desenvolvimento econômico dos distritos do Departamento de Alto Paraná onde a presença brasileira é mais intensa numericamente. Porém, esse processo se mostra contraditório, pois, se de um lado o agronegócio aumentou a receita econômica do país, de outro vê-se que apenas uma pequena parcela capitalizada foi beneficiada, o que levou a se acentuar a desigualdade social entre grupos de brasileiros e entre brasileiros e paraguaios. Trouxe problemas ambientais, devido ao desmatamento e à utilização abusiva de agrotóxicos. Acentuou os conflitos no campo. Além disso, inviabiliza a presença do pequeno agricultor brasileiro e paraguaio no campo, levando com que esses busquem recorrer novamente à mobilidade.

Ao analisar-se a frente de expansão agrícola no Paraguai, é importante perceber como o imigrante se coloca nesse processo, pois quem migrou é fruto de uma frente de expansão. No Paraguai produz uma frente pioneira e nesse país, em sua grande maioria, passa a ser vítima da frente de expansão, por isso retorna. Ou seja, é vítima duplamente ou o processo não deu certo. Tanto no Brasil como no Paraguai é o processo de modernização agrícola que vai levar ao agronegócio que, por sua vez, vai impulsionar os movimentos migratórios, tanto para os centros urbanos desses distritos quanto de retorno para o Brasil.

## **Referências**

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Fronteiras em movimento e identidades*

- nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. 2005. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2005.
- BALLER, Leandro. *Fronteira e Fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Tese (Doutorado em História). 2014. 335f. Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em História, Dourados, 2014.
- FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.
- SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. *Rev. Brasileira de Estudos Pop.*, Campinas, v. 1, n. 13, p.87-98, mar. 1996.
- SILVA, Henrique Manoel. *Fronteiros: As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000*. 2007. 290f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, 2007.
- SZEKUT, Andressa. *Migrantes brasileiros no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná, Paraguai: memórias, representações e territorialização*. 2018. 344f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.
- VÁZQUEZ, Fabricio. *Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay*, ADEPO, GTZ, UNFPA, Asunción, 2006.

## **O FUNDO EUROPEU DE DEFESA E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES A2/AD**

Victor Domingues Ventura Pires, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI – UFRGS) e bolsista da Fundação Konrad Adenauer (KAS).  
Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte (PPGEEI – UFRGS)

**Resumo:** Em 2018, a Agência Europeia de Defesa (AED) da União Europeia (UE), através de seu Plano de Desenvolvimento de Capacidades, divulgou uma série de listas envolvendo as prioridades para área de defesa europeia. Entre elas está o desenvolvimento de capacidades de sistema de armas antiacesso/área (A2/AD). Isso seria baseado em radares de longo alcance, medidas contra veículos aéreos não tripulados, capacidades antimísseis táticos e sistemas de defesa aérea de curto alcance. O documento também pontua que o Fundo Europeu de Defesa (FED) é parte essencial na congregação da UE no entorno de questões securitárias comuns. Observando, então, o tempo passado desde a divulgação do documento citado, a pesquisa visa, através de um estudo exploratório, pontuar se o FED é capaz de colaborar com o desenvolvimento de capacidades A2/AD. Como resultado aponta-se que o FED se desenha para possibilitar as capacidades A2/AD. Sua completude em termos de pesquisa, desenvolvimento e aquisição parece fornecer os instrumentos necessários, com diferentes estruturas do fundo desenhadas para atender as dimensões A2/AD. Contudo a primeira Revisão Anual Coordenada sobre Defesa, produzida pela própria AED, há um descompasso, sobreposição e desinteresse por parte dos membros da União em fomentar o desenvolvimento comum de tais capacidades.

**Palavras-Chave:** União Europeia; Fundo Europeu de Defesa; A2/AD.

### **Introdução**

A União Europeia (UE), em seus anos mais recentes, tem apresentado um desenvolvimento de suas esferas securitárias e defensivas de forma incomparável a qualquer outro período de sua história. Tal complexificação das matérias belicistas dentro da integração europeia tem se dado de várias formas, desde questões normativas, propondo-se a construir diretivas e conceitos comuns aos seus membros, de forma a desenhar estratégias a serem perseguidas paralelamente pela UE e pelos seus Estados-membros. De igual forma, iniciativas mais basais têm sido ensaiadas de forma prática, o que pode ser visto nos crescentes investimentos europeus na indústria de aparatos de defesa, com recursos financiados diretamente pela União, como é o caso do Fundo Europeu de Defesa (FED), que passou a funcionar no ano de 2021.

Neste sentido, considerando os contextos geopolíticos regionais e globais e as implicações da guerra contemporânea, a aquisição de capacidades que tornam capazes os Estados, ou, como apresentado neste trabalho, de um processo de integração regional, de garantirem o não-acesso aos seus territórios, e/ou a negação de uma determinada área estratégica (A2/AD). Tal, como será visto ao decorrer deste trabalho, pode ser definidor no

sucesso de uma estratégia de combate. Nas décadas correntes, iniciativas que buscam dotar forças armadas de tais capacidades tem sido o foco de diversos países (TANGREDI, 2019). Observando tal, a presente pesquisa, se pergunta como o Fundo Europeu de Defesa impactará no desenvolvimento de capacidades A2/AD para a União Europeia?

Devido à contemporaneidade do tema e a falta de abordagem dessa temática específica, o trabalho se dará como uma pesquisa exploratória, não tendo uma hipótese a ser testada. De forma a conduzir as apresentações e análises, utilizaremos de um método qualitativo de pesquisa, observando a literatura sobre a temática de A2/AD e sobre a segurança e a defesa na UE; e documentos oficiais da União Europeia sobre seus projetos. Assim, de forma a construir uma sequência lógica, a pesquisa está estruturada em três sessões. Na primeira sessão, de forma a introduzir o leitor ao tema do A2/AD, apresentaremos uma revisão bibliográfica sobre essa questão e uma análise do atual contexto geopolítico europeu que justifica o desenvolvimento de tais capacidades. Na sessão seguinte, traremos o contexto dos instrumentos de segurança e de defesa da União Europeia no momento pós-Tratado de Lisboa, de forma a demonstrar o desenvolvimento de tais mecanismos, dando centralidade ao FED, entendendo esse como a principal ferramenta de participação da integração regional nas esferas securitárias e defensivas dos seus Estados-membros no longo prazo. Por fim, realizaremos uma análise sobre os possíveis impactos do FED na aquisição por parte da UE de capacidades A2/AD.

### **A conceituação de A2/AD e a problemática europeia**

O anti-acesso/negação de área (A2/AD na sigla em inglês) é um mecanismo-chave na compreensão do fenômeno da guerra. Como aponta Tangredi (2013), a capacidade de uma força negar o acesso a uma região, utilizando-se dos mais diversos meios para tanto, é uma estratégia que está presente já nas guerras gregas, quando, por exemplo, as forças da Grécia conseguiram – ainda que não de forma perene – repelir as forças invasoras persas na região das Termópilas. Ali, uma força consideravelmente menor, utilizou-se do terreno para obter uma vantagem estratégica. Esse é o centro da adoção de uma tática A2\AD. Tal estratégia, por certa obviedade, alterou-se com a evolução tecnológica, transformando-se e ampliando seu grau de complexidade. E, de igual forma, sua própria conceituação se tornou um debate.

Dessa forma, apesar de presente nas discussões contemporâneas de defesa, o A2/AD acabou multiplicando suas formas de entendimento, inclusive, partindo-o em duas formas, o A2 e o AD. O anti-acesso (A2), como pontua Tangredi (2019), se concentra no esforço de expulsar uma força que está distante, permitindo assim ao defensor reunir suas forças, de forma a manter o atacante a distância, logo, uma estratégia anti-acesso necessita de uma ação uma



militar multi-domínio e um exercício de todas as atividades, civis e militares, para se conseguir o objetivo pretendido. Já Krepinevich (2010), delimita tal percepção pontuando que o A2 é a capacidade de impedir que uma força inimiga adentre determinado território, focando-se no uso de armas de longa distância, como mísseis balísticos, e tendo por alvos principais, a marinha ou a aeronáutica inimigas. Já a negação de área (AD) destina-se a conter uma força que já adentrou ao território do teatro de operações, logo, parte-se de sistemas de defesa de curto ou médio alcance, de forma a não permitir uma maior penetração das forças invasoras. (KREPINEVICH, 2010).

Assim, o A2\AD, de forma conjunta, unindo um ambiente multidomínio, que congrega ar, água, ciberespaço, espaço e, obviamente, meios terrestres, visa impedir qualquer projeção de poder de uma força sobre o território da outra, ou sobre algum teatro operacional em que haja o interesse de ser assegurado (TANGREDI, 2013). E, apesar dessas capacidades em conflito, o A2/AD ainda somasse como um relevante de dissuasão entre Estados, tanto entre aqueles que possuem certa clivagem, o que pode estar presente não só pelos números de tropas ou meios mecânicos, mas pela capacidade de utilizar esses números; quanto por aqueles igualmente capazes, mas que se utilizam de tal contexto para garantir a segurança de seus domínios.

No contexto europeu, o A2\AD concentra-se principalmente nas dinâmicas dos Estados nacionais e nas operações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). De forma, primeira, para conter qualquer tentativa ao avanço soviético durante a Guerra Fria, e depois, com a queda do muro de Berlim, para garantir que Moscou não tentasse reconquistar seus territórios perdidos durante os processos de independência, diversos meios, perincipalmente de A2, foram postos nos limites dos Estados-membros da OTAN (PICCOLLI, 2019). E, como estabelece Pijl (2021), este é único meio de garantir a segurança da parte norte da Europa. E tal, estabelece uma série de problemas securitários ao processo de integração europeu, pois como configura Dyson (2010), os Estados Unidos busca, através da OTAN, garantir que nenhuma ameaça ao seu poderio surja na Europa, constringendo assim a defesa europeia em sua potencialidade.

Contudo, o decaimento do poderio estadunidense, e a ascensão chinesa no leste (TANGREDI, 2019), apresentaram uma nova perspectiva para a conjuntura da Europa. A recalibração das atenções de Washington para o Pacífico – e o marcado afastamento dos EUA dos parceiros europeus durante o governo de Donald Trump -, ao mesmo tempo em que a China estabelece múltiplas iniciativas para expandir sua influência, como a denominada iniciativa *One*

*Belt One Rode*, colocaram para Bruxelas uma realidade global e regional que necessitava de maiores envolvimento da integração regional, algo que partiu tanto de uma demanda interna da própria União – advinda de um corpo diplomático e de um centro de tomada de decisão muito mais centralizado após o Tratado de Lisboa, de 2009 (COSTA, 2020) -, quanto uma requisição por parte dos seus membros – advindo tanto dos impactos do desejo do Reino Unido de sair do bloco, bem como dos Estados ao leste que percebiam a ameaça russa como uma crescente depois da crise na Ucrânia (REISDOERFER, 2018). Assim, os desafios mais recentes, principalmente aquelas surgidas após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, configuraram para a UE uma nova oportunidade de modelar seus próprios meios securitários, e é sobre tal que devemos nos debruçar agora.

### **A capacitação da segurança e da defesa e o fundo europeu de defesa**

Desde a década de 50, a integração europeia discute os mecanismos securitários de seus Estados-membros. Dificuldades políticas ao longo das décadas retardaram os avanços dos projetos de cunho militarizante da Europa unida. Contudo, com o fim da União Soviética, os membros da UE passaram a dar um novo contexto para o tema dentro dos seus acordos. Nesse sentido, o próprio Tratado da União Europeia (TUE) é relevante, pois nele se desenham os primeiros avanços concretos de uma iniciativa de segurança e defesa puramente europeia.

Como estabelece Costa (2020), ao que tange a política externa do bloco europeu, a criação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) foi um ato distinto que se diferencia dos demais elementos da organização criados pelo TUE por dois motivos: 1) Porquê, pelo seu próprio nome, vociferava pelo extremo da integração: uma unidade de Estados coesa o suficiente para dividirem entre si os custos e as responsabilidades de um projeto único de segurança e política externa; e 2) diferentemente dos outros dois pilares institucionais que sustentavam a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Cooperação em Justiça e Assuntos Internos, a PESC era de inteiro controle da União Europeia enquanto instituição. Todavia, como ainda ressalta Costa (2020), a PESC era um elemento normativo, e não tinha por sua própria iniciativa ser mais do que isso. Para ser capaz de conduzir programas mais palpáveis, foram criadas, ao lado da PESC, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e a Agência Europeia de Defesa (AED). Como se lê no artigo 42º do TUE:

A política comum de segurança e defesa inclui a definição gradual de uma política de defesa comum da União. A política comum de segurança e defesa conduzirá a uma defesa comum logo que o Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, assim o decida. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que adotem uma decisão nesse sentido,

em conformidade com as respectivas normas constitucionais. (TRATADO, 2016, p. 38).

Este dispositivo legal, basicamente, permitiu ao processo integrativo europeu reaviver, de forma prática, os debates tidos ainda nos anos 50, sobre a promoção de uma integração europeia baseada na defesa comum. E, de forma a operacionalizar esse mecanismo, o próprio TUE cria, em seu artigo 45º, a AED, que, como é definida por ele:

A Agência Europeia de Defesa, referida no n.º 3 do artigo 42º, e colocada sob a autoridade do Conselho, tem por missão:

- a) Contribuir para identificar os objetivos de capacidades militares dos Estados-Membros e para avaliar o respeito dos compromissos por eles assumidos em termos de capacidades;
- b) Promover a harmonização das necessidades operacionais e a adoção de métodos de aquisição eficazes e compatíveis;
- c) Propor projetos multilaterais para cumprir os objetivos em termos de capacidades militares e assegurar a coordenação dos programas executados pelos Estados-Membros, bem como a gestão de programas de cooperação específicos;
- d) Apoiar a investigação em matéria de tecnologia de defesa, coordenar e planificar atividades de investigação conjuntas e estudos de soluções técnicas que deem resposta às necessidades operacionais futuras;
- e) Contribuir para identificar e, se for caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do setor da defesa e para aumentar a eficácia das despesas militares. (TRATADO, 2016, p. 40).

Conformando uma política geral, a PCSD, com uma agência responsável pela sua realização, a AED, a União Europeia criou, ainda que normativamente, os instrumentos necessários ao elaboração de uma estratégia mais geral de funcionamento de sua defesa comum. Entretanto, apesar de a PCSD ter se tornando funcional na entrada em vigor do TUE, a AED não teve sua burocracia criada até 2004, quando os Estados-membros da UE se virem obrigados pelo seu próprio compromisso firmado na reunião do Conselho Europeu em Salônica, realizada no ano anterior, a tornar prática os mecanismos da AED (MARQUES, 2007).

Estes dois instrumentos se tornaram a tônica do processo de fomento das discussões securitárias e defensivas posteriores dentro da União Europeia. A PCSD se confirmou como a redoma que engloba as capacidades operativas do bloco, tendo as operações militares e civis como sua principal ferramenta de ação externa (COSTA, 2020). Já a AED passou a desenhar as estratégias da UE, avaliando suas ações e propondo meios de fomentar a defesa conjunta

(NUNES, 2014). Porém, apesar desses avanços, a União Europeia não tinha uma estratégia que congregasse os esforços do bloco em um sentido mais unitário, principalmente em suas dinâmicas securitárias, que ainda balançavam muito conforme as dimensões de segurança dos seus Estados-membros. Dessa forma, objetivando congregar essas dinâmicas – e, de igual forma, respondendo aos avanços intempestivos do novo governo estadunidense contra a segurança comum na Europa, a crise na Ucrânia e da solidificação do desejo do Reino Unido de deixar a UE através do referendo –, foi anunciada, em 28 de junho de 2016, a Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança Comum da União, ou a Estratégia Global da União Europeia (EGUE), sendo este, como analisa Costa (2020, p. 224), “o principal documento estratégico de segurança”.

A partir da EGUE (SERVIÇO EUROPEU PARA A AÇÃO EXTERNA, 2016) se estabeleceram as metas a serem perseguidas pelas demais instituições e políticas dentro do escopo da segurança e da defesa comuns, bem como da política externa da UE. Assim, a EGUE colocou que a AED tem um papel fundamental na cooperação entre os Estados-membros e a Comissão Europeia, agindo como uma arquiteta das políticas securitárias, bem como estabelecendo Planos de Desenvolvimento de Capacidades (PDC).

O PDC visa estabelecer uma imagem do atual estado dos mecanismos, tanto normativos quanto práticos, dos Estados-membros da UE, bem como da própria organização. Dessa forma, providenciando para os tomadores de decisão, tanto no nível nacional, quanto no regional, caminhos e formas de construir uma defesa comum mais coerente. O primeiro e único PDC disponível foi escrito e publicado em 2018, estando sobre responsabilidade direta da AED, e tendo por colaboradores os Estados-membros, do Comitê Militar da UE e do Estado-Maior da UE<sup>598</sup> (AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA, 2018). Utilizando de perspectivas de curto, médio e longo prazo, o PDC desenhou 11 áreas onde a União deveria focar no seu desenvolvimento de capacidades: 1) Capacitar recursos para operação responsiva cibernética; 2) capacidades de combate no solo; 3) controle subaquático como forma de contribuir para resiliência no mar; 4) integração das capacidades aéreas em um setor de aviação em mudança; 5) informação baseada em espaço e serviços de comunicação; 6) melhoramento da logística e capacidades de suporte médico; 7) superioridade aérea; 8) Capacidades de multi-domínio

<sup>598</sup>Como explica Reisdorfer (2018), o Comitê Militar da UE é composto pelos Ministros da Defesa dos Estados-membros, reunindo-se, pelo menos bianualmente, sendo representados em Bruxelas de forma permanente por oficiais militares. Já o Estado-maior da UE é um corpo burocrático dentro do Serviço Europeu para a Ação Externa, chefiado por um general três estrelas, tendo por função alertar, avaliar e planejar a operacionalização das missões militares da UE.

contribuindo para alcançar o nível de ambição da UE; 9) superioridade da informação; 10) maneabilidade naval; e 11) mobilidade aérea.

Para atingir essas capacitações o documento coloca que:

Isso é de particular importância estratégica, no sentido em que o PDC serve como uma referência fundamental para a implementação das principais iniciativas europeias de defesa lançadas na sequência da Estratégia Global da UE de 2016, como a Revisão Anual Coordenada sobre a Defesa (RACD), a Cooperação Estruturada Permanente (CEP) e o Fundo Europeu de Defesa (FED). Todas essas iniciativas estão fortemente interligadas: o PDC identifica as prioridades de capacidade nas quais os Estados-membros devem concentrar seus esforços comuns; o RACD fornece uma visão geral das capacidades existentes na Europa e identifica oportunidades de cooperação; a CEP oferece opções de como desenvolver capacidades priorizadas de forma colaborativa; e o FED fornece financiamento da UE para apoiar a implementação de projetos cooperativos de defesa, com o bônus para os projetos da CEP<sup>599</sup>. (AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA, 2018, p. 3, tradução nossa).

A RACD e a CEP são duas iniciativas igualmente importantes sobre a operacionalização das capacidades. Como esclarece Engberg (2021), o CARD é um instrumento normativo, que permite uma visão mais completa do cenário de capacidades dentro da União, sendo importante por rastrear a efetividade dos planos europeus; enquanto a CEP se comporta mais como um fórum comum, não obrigatório de participação, dos Estados-membros da UE, tendo os projetos próprios dos Estados dimensionados para a esfera regional. Dessa forma, o FED é o único que apresenta certa autonomia e direcionamento prático por parte da União Europeia quanto aos caminhos para uma defesa mais eficiente, por esse motivo, precisamos olhar mais atentamente sobre ele.

### **O fundo europeu de defesa**

Em sua carta de anúncio, a Comissão Europeia, justifica o FED já em seu primeiro parágrafo:

A UE enfrenta um aumento de instabilidade e de conflitos nos países vizinhos e estão a surgir novas ameaças à segurança. É improvável que esta situação se altere num futuro próximo. Os cidadãos esperam cada vez mais que a Europa os proteja dentro e fora das suas fronteiras, porque a dimensão destes desafios

<sup>599</sup>Do original em inglês: This is of particular strategic significance as the CDP serves as a key reference for the implementation of major European defence initiatives launched following the 2016 EU Global Strategy, such as the Coordinated Annual Review on Defence (CARD), the Permanent Structured Cooperation (PESCO), and the European Defence Fund (EDF). All these initiatives are strongly interlinked: the CDP identifies the capability priorities Member States should focus their common efforts on; CARD provides an overview of existing capabilities in Europe and identifies opportunities for cooperation; PESCO offers options how to develop prioritised capabilities in a collaborative manner; and the EDF provides EU funding to support the implementation of cooperative defence projects, with a bonus for PESCO projects. (AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA, 2018, p. 3).

é de tal ordem que nenhum Estado-Membro será capaz de os superar sozinho com êxito. (COMISSÃO EUROPEIA, 2017, p. 2).

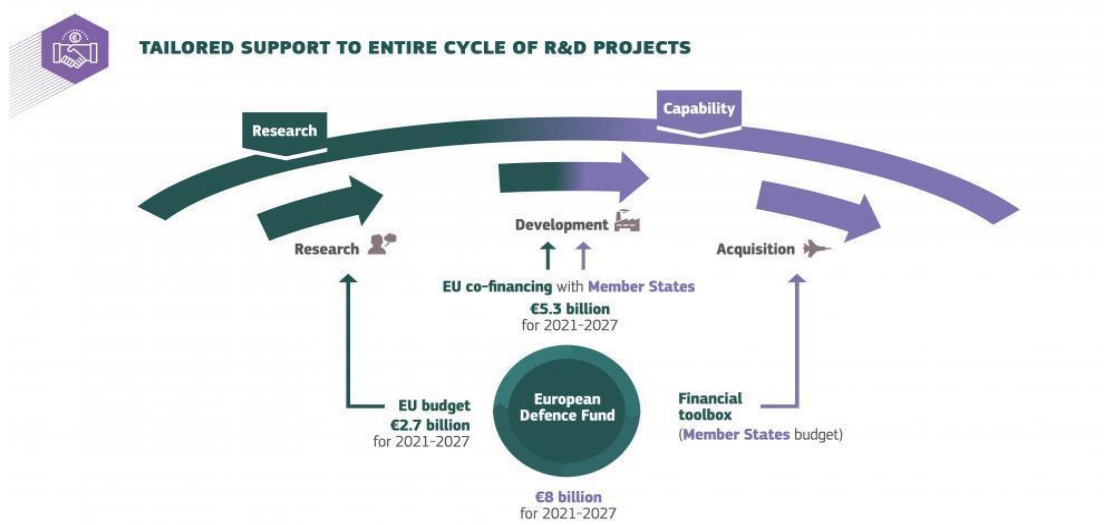
Dessa forma, o FED foi projetado para:

[...] reforçar a competitividade, a capacidade inovadora e a eficiência da indústria de defesa europeia e contribuir para a soberania tecnológica da União. Sem substituir os esforços dos Estados-membros, o Fundo promoverá a cooperação entre empresas de todas as dimensões e centros de pesquisa em toda a UE, na investigação e desenvolvimento de tecnologia e equipamento de defesa de última geração e interoperáveis. Fundo apoiará projetos de defesa competitivos e colaborativos ao longo de todo o ciclo de pesquisa e desenvolvimento. Incentivando fortemente a participação de pequenas e médias empresas em projetos colaborativos e que promovão soluções inovadoras e revolucionárias<sup>600</sup>. (COMISSÃO EUROPEIA, 2018, tradução nossa).

Assim, o FED foi anunciado como um promotor de segurança, incrementando tal através do desenvolvimento dos sistemas de defesa da Europa. No apontamento de Håkansson (2020), o Fundo se apresenta como a dimensão mais dura de um projeto encabeçado pela EGUE. O objetivo geral do FED é fomentar pesquisas comuns entre empresas europeias, ao mesmo passo que promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa Europeia, como fica claro na Figura 1. Tal processo ocorrerá a partir de três vertentes: I) a investigação, que buscará dar autonomia no desenvolvimento de tecnologias para a UE; II) a vertente de capacidades, que focará no desenvolvimento e na aquisição conjunta, de forma a diminuir os riscos existentes entre o real emprego e o desenvolvimento de tecnologias; e III) apoiar as cadeias de abastecimento europeias, de forma a tornar, mesmos as empresas menores, mais competitivas no mercado europeu de produtos de defesa (COMISSÃO EUROPEIA, 2017).

<sup>600</sup>Do original em inglês: The EDF aims to strengthen the competitiveness, innovative capacity and efficiency of the European defence industry and to contribute to the technological sovereignty of the Union. Without substituting Member States' efforts, the Fund will promote cooperation among companies of all sizes and research actors throughout the EU, in research and development of state-of-the-art and interoperable defence technology and equipment. The Fund will support competitive and collaborative defence projects throughout the entire cycle of research and development. It strongly encourages participation of small and medium-sized enterprises (SMEs) in collaborative projects and foster breakthrough innovative solutions. (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

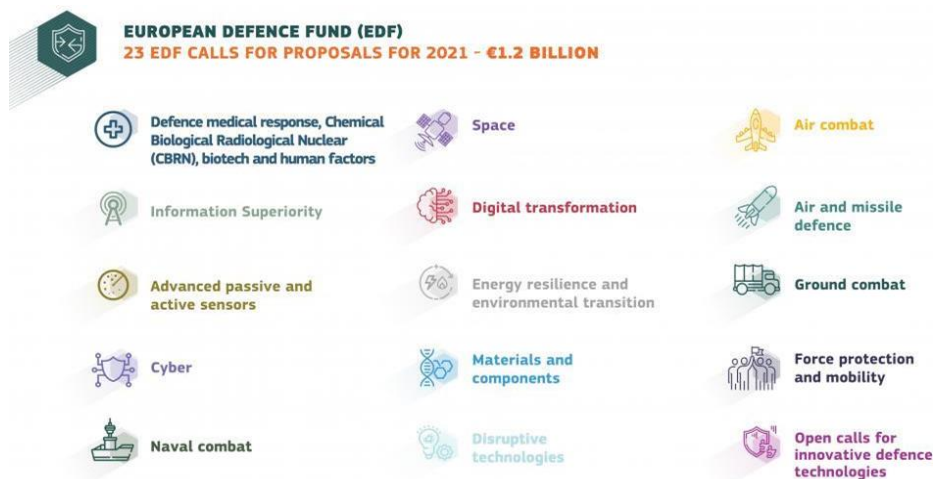
Figura 1 – O Ciclo de Projetos do FED



Fonte: Comissão Europeia (2021)

Apesar de ter sido anunciado ainda em junho de 2017 (COMISSÃO EUROPEIA, 2017), o FED não entrou em real funcionamento até o ano junho de 2021, quando foi aberta a chamada para os projetos de defesa. O Fundo recebeu um aporte de 8 bilhões de euros para o período entre 2021 e 2027. É importante notar que este orçamento não é o primeiro desde o anúncio em 2017, que sofreu diversas alterações, sofrendo fortes contingenciamentos após a crise da COVID-19. Para o primeiro ano de financiamento, são previstos 23 projetos, que consumirão 1,2 bilhões de euros.

Figura 2 – Grupos de Interesse do FED



Fonte: Comissão Europeia (2021)

Como estabelece Costa (2019), dentre todos os projetos no âmbito da segurança e da defesa europeia, o FED é o que trará mais benefícios para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa Europeia, já que, como esclarece o próprio autor, o Fundo é capaz de viabilizar os incentivos financeiros necessários ao fomento de um mercado comum europeu para produtos de defesa. Além disso, diferentemente do restante dos instrumentos disponíveis à União, este é o único que lhe dá autonomia para selecionar os seus projetos de próprio interesse.

Tais propriedades parecem possibilitar ao FED um direcionamento para o financiamento e de direcionamento para a aquisição de capacidades A2\AD. Ainda assim, ainda é necessária uma revisão mais cuidadosa da temática.

### **As implicações do FED sobre as capacidades A2/AD e as dificuldades em sua implementação**

Como apontado anteriormente, o PDC designou onze áreas onde os Estados-membros da União deveriam focar seus desenvolvimentos em termos securitários e de defesa. Dentre esses campos, o elemento da Superioridade Aérea traz consigo o desenvolvimento de capacidades A2\AD. Essas capacidades se centrariam em quatro esferas: 1) radares de longa distância; 2) medidas contra veículos aéreos não-tripulados; 3) capacidades antimísseis táticos; e 4) sistemas de defesa antiaérea de curto alcance (AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA, 2018).

Como pode ser visto, a UE está adotando apenas parte dos objetivos do A2\AD, focando, principalmente no A2 e na dimensão aérea. Como visto na sessão 2, uma estratégia A2 reúne, basicamente, todos os domínios possíveis para o combate, além disso, também foca em elementos marítimos. E dentre as esferas de desenvolvimento, somente a quarta é exclusivamente sobre uma estratégia AD. Dessa forma, podemos compreender que a União Europeia parece ter cunhado sua própria concepção de A2\AD, focada na defesa aérea e de longa distância. Dessa forma, considerando o escopo limitado da definição europeia, o FED, através do financiamento do ciclo de pesquisa e de desenvolvimento, além de ter entre suas prioridades de interesse, justamente, sistemas missilísticos e o desenvolvimento de sensores, parece de fato ser capaz de congrega as empresas de defesa europeias no entorno de dar à União capacidades A2\AD. Ainda assim, tal dotação limitasse ao conceito cunhado pela própria UE de A2/AD, pois, se observarmos as definições dadas por Tangredi (2019) e Krepinevich (2010), estratégias de A2/AD são desenhadas para tanto, e dificilmente poderão ser utilizadas como um subproduto do desenvolvimento de sistemas de defesa complementarmente independentes e que não foram desenhados, ou imaginados, para fazerem parte de uma



operação de maior abrangência, que envolva diferentes meios de combate e campos de batalha.

Ao mesmo passo, ainda há outras dificuldades relacionadas não ao A2/AD em si, mas ao próprio funcionamento das esferas de segurança e defesa da UE. Como demonstrado no primeiro RACD:

A principal referência para os planos de defesa futuros dos Estados-membros participantes (pMS) continua a ser o interesse da defesa nacional, com base em diferentes percepções do ambiente de segurança, contexto histórico, ambiente de segurança regional específico e ameaças, bem como riscos para a segurança nacional. Isto determina as despesas de defesa nacional, a dimensão e a forma dos perfis de capacidade nacionais e atividades relacionadas com a defesa, incluindo a abordagem para a cooperação no domínio da defesa e a abertura para as iniciativas de defesa europeias. No que diz respeito às capacidades de defesa daí resultantes, o panorama europeu da defesa continua fragmentado e carece de coerência em vários aspectos. As capacidades existentes são caracterizadas por uma diversidade muito alta de tipos nos principais equipamentos e diferentes níveis de modernização e interoperabilidade, incluindo sistemas logísticos e cadeias de suprimentos<sup>601</sup>. (AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA, 2020, tradução nossa).

Devido ao fato de o FED ainda não ter, no momento da escrita deste trabalho, os seus projetos divulgados, só nos cabe a prospecção de cenários. É possível que a UE não consiga congregiar seus esforços no entorno do desenvolvimento de capacidades de A2\AD, principalmente porque o FED demanda uma que as empresas privadas também tenham interesse em desenvolver sistemas que sejam capazes de produzir capacidades de A2/AD. E, paralelamente, há a necessidade de verificar a aderência dos Estados nacionais a tais iniciativas, de forma a construir cenários sobre qual seria o papel da União Europeia na segurança e na defesa de seus Estados-membros. Como apresentado pelo RACD, os Estados-membros precisam se engajar de forma mais forte e presente nos projetos europeus, de tal forma que, as projeções possíveis para o FED se tornem algo palpável.

### **Considerações finais**

O presente trabalho procurou rastrear e estabelecer os elementos que capacitariam a União Europeia de desenvolver capacidades A2\AD. Para tanto, estabeleceu-se como roteiro a

<sup>601</sup>Do original em inglês: The prime reference for participating Member States' (pMS) future defence plans continues to be national defence interest, based on different perceptions of the security environment, historical background, specific regional security environment and threats as well as risks to national security. This determines national defence spending, the size and shape of national capability profiles and defence related activities, including the approach towards defence cooperation and the openness towards the European defence initiatives. As regards resulting defence capabilities, the European defence landscape continues to be fragmented and lacks coherence in several aspects. Existing capabilities are characterised by a very high diversity of types in major equipment and different levels of modernisation and of interoperability, including logistic systems and supply chains. (AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA, 2018).

conceituação do que são capacidades A2\AD e sua utilização no contexto europeu, a apresentação do campo securitário burocrático da UE, dando destaque ao Fundo Europeu de Defesa, entendendo esse como o mecanismo central de qualquer instrumento da cooperação de defesa europeia; e por fim, analisando se tal se congregaria para dar à UE a possibilidade de se utilizar de estratégias baseadas no A2\AD.

E, de fato, apontamos que a UE parece ter construído seu próprio conceito de A2\AD, baseado na defesa aérea e de longa distância. Considerando esse escopo limitado, apontamos que o FED tem sim capacidades de financiar e promover a aquisição de tais capacidades no âmbito europeu. Porém, o RACD 2020 pontua diversas dificuldades para o campo da segurança e da defesa na União Europeia, sendo tais problemáticas emanadas pelos próprios Estados-membros. Superar tais desafios seria ímpar, não somente para a realização do FED, mas de qualquer projeto securitário da União. Dessa forma, observando pesquisas futuras, recomendasse o acompanhamento dos projetos a serem apresentados pelo FED, bem como das análises vindouras das dinâmicas com a OTAN e dos desafios internos dos Estados-membros da UE.

## Referências

- AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA. *The EU Capability Development Priorities*. Bruxelas: Agência Europeia de Defesa, 2018. Disponível em: <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/099d0a3f-01e0-11ea-8c1f-01aa75ed71a1>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA. *2020 CARD REPORT*. Bruxelas: Agência Europeia de Defesa, 2020. Disponível em: [https://eda.europa.eu/what-we-do/EU-defence-initiatives/coordinated-annual-review-on-defence-\(card\)](https://eda.europa.eu/what-we-do/EU-defence-initiatives/coordinated-annual-review-on-defence-(card)). Acesso em: 10 ago. 2021.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões: Lançar o Fundo Europeu de Defesa*. Bruxelas, 7 junho 2017. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=celex:52017DC0295>. Acesso em: 28 set. 2021.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Funding & tender opportunities: European Defence Fund (EDF)*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2018. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/programmes/edf>. Acesso em: 29 set. 2021.
- COMISSÃO EUROPEIA. *The European Defence Fund (EDF)*. Bruxelas, 2021. Disponível em: [https://ec.europa.eu/defence-industry-space/eu-defence-industry/european-defence-fund-edf\\_en](https://ec.europa.eu/defence-industry-space/eu-defence-industry/european-defence-fund-edf_en). Acesso em: 10 nov. 2021.
- COSTA, Oliver. *A União Europeia e sua Política Externa: História, instituições e tomada de decisão*. 2. ed. Brasília: Cidade Gráfica, 2020.
- DYSON, Tom. *Neoclassical Realism and Defence Reform in Post-Cold War Europe*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

- HÅKANSSON, Calle. The European Commission's new role in EU security and defence cooperation: the case of the European Defence Fund. *European Security*, v. 30, n. 4, p. 589-608, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09662839.2021.1906229?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 02 set. 2021.
- KREPINEVICH, Andrew F. *Why AirSea Battle?* Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. Disponível em: <https://csbaonline.org/research/publications/why-airsea-battle>. Acesso em: 08 set. 2021.
- MARQUES, José David Moura. *A Relevância da Agência Europeia de Defesa, Enquanto Instrumento da PESC, na Indústria de Defesa da UE e Nacional*. Trabalho de Investigação Individual (Curso de Promoção a Oficial General) – Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2007, 171 p. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/12254>. Acesso em: 28 set. 2021.
- PICCOLLI, Larlecianna. *Armas Estratégicas e Equilíbrio Internacional: A política de defesa da Rússia no século XXI – Aspectos normativos e operacionais*. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, 433 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/206864>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- PIJL, Kess van der. Who Will Protect the Baltic Energy Highway? In: PIJL, Kess van der. (ed.). *The Militarization of European Union*. 1. ed. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2021.
- REISFOERFER, Bruna Rohr. *A Polaridade, a Balança de Ameaças e as Capacidades Militares da União Europeia no Pós-Guerra Fria*. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018, 129 p.
- SERVIÇO EUROPEU PARA A AÇÃO EXTERNA. *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe - A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. Bruxelas: EEAS, 2016. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy/17304/global-strategy-european-unions-foreign-and-security-policy\\_en](https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy/17304/global-strategy-european-unions-foreign-and-security-policy_en). Acesso em: 01 set. 2021.
- TANGREDI, Sam J. *Anti-Access Warfare: Countering A2/AD Strategies*. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.
- TANGREDI, Sam J. Anti-Access Strategies in the Pacific: The United States and China. In: *The US Army War College Quarterly Parameters*, v. 49, n. 1-2, p. 5-20, 2019.
- TRATADO da União Europeia (Versão Consolidada). 7 junho 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A12008M042>. Acesso em: 20 set. 2021.

## “MATANDO O MOTOR DA MINHA DESGRAÇA”: HONRA E VERGONHA EM UMA NOTÍCIA DA IMPRENSA FLUMINENSE (1882-1883)

Vitor Wieth Porto. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisador Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  
E-mail: vitor.wieth.porto@hotmail.com

**Resumo:** Em 1882, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias* noticiaram um incidente ocorrido no Rio de Janeiro, na Rua da Passagem, n. 27. José Simões Nunes Borges, um ator português que morava em Campos dos Goytacazes, acertou o queixo de Rozendo Amoedo com um tiro de revólver. Entretanto, o seu alvo era o homem que acompanhava a vítima, José Dias Braga, também ator e conhecido do atirador. Diante da situação, José Braga fugiu para dentro da sua residência e José Borges entregou-se às autoridades, portando uma carta que explicava suas motivações para o crime: a defesa de sua honra. Na presente comunicação, nosso objetivo é aprofundarmos na honra enquanto conceito e valor para os homens ao final do Império, utilizando as notícias publicadas nos periódicos acima citados para exemplificarmos como esse valor poderia ser encarado e também sentido no período, relacionando-o também a produções historiográficas recentes sobre o tema.

**Palavras-chave:** Honra; Rio de Janeiro; Imprensa.

Ser e demonstrar-se honrado ao final do século XIX era importante para os homens e mulheres. Reclamado como um adjetivo único e exclusivo por parte das elites (PARKER, 2001; REMEDI, 2011), mas também demonstrando-se como característica importante e presente na vida das classes populares (THOMPSON FLORES & AREND, 2017; CARNEIRO, 2019), esse valor permeava a sociedade da Corte ao final do Segundo Reinado. O presente trabalho, que é apenas um fragmento de uma pesquisa mais ampla a respeito do costume do duelo enquanto mecanismo de defesa da honra na imprensa da Corte, exemplifica como a violência poderia se tornar uma alternativa cabível para proteger um atributo pessoal importante para as relações sociais no determinado contexto. Todavia, precisamos explicar exatamente o que entendemos por honra e como ele se configurava enquanto elemento importante para a vida das pessoas. O antropólogo Julian Pitt-Rivers (1988, p. 13-14) conceitua a honra em seu caráter individual. Para ele,

Honra é o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade de sua excelência, do seu direito a orgulho. Os estudiosos dos pormenores das relações sociais fazem notar que um dos tópicos de mais interesse com que lidam consiste nas maneiras como as pessoas tentam obter doutros a ratificação da imagem que acalentam de si próprias e os dois aspectos da honra [honra e vergonha] podem conciliar-se nesses termos. A honra fornece, portanto, um nexos entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo através da sua aspiração de os personificar. Como tal, implica não

somente uma preferência habitual por uma dada forma de conduta mas também, em troca, o direito a certa forma de tratamento.

As conexões com a sociedade são fundamentais para o desenrolar deste texto. É perceptível durante toda a argumentação do autor que mesmo sendo um valor de autoestima, o que realmente o potencializa se dá por meio da estima dos outros. Esse cuidado e ânsia de ser reconhecido por outrem é o que pauta as formas de conduta, o medo de ser ofendido publicamente, o olhar clínico e constante para toda ação (ou a falta dela). A demonstração de superioridade por atos físicos ou palavras desferidas também é um elemento abarcado pela honra. A ofensa pode ser usada conscientemente como um artifício de autopromoção. Esse tipo de situação passa a ser mais frequente em relações entre estratos sociais semelhantes.

Se a honra garante posição social a inversa é também verdadeira e, quando essa posição social é obtida por nascimentos, a honra não resulta apenas da conduta individual mas também da precedência. [...] A excelência das qualidades pessoais é relativa. Está nela sempre implícita a superioridade sobre outros. A honra que dela deriva, estabelece, portanto, critérios de precedência. Numa sociedade de iguais, como uma comunidade de camponeses, a honra máxima pode ser ter obtido o respeito dos outros membros da comunidade, mas quando nos aproximamos do polo em que a honra é obtida através de honras recebidas, há necessariamente competição para a sua obtenção. [...] Não é só entre os aristocratas, porém, que a honra tem um aspecto competitivo, embora as questões de precedência sejam mais importantes entre eles (PITT-RIVERS, 1988, p. 14-15).

A competição pela obtenção de honra é visível durante o século XIX. Como exemplos, podemos citar o código de ética criado pelos veteranos do exército napoleônico pode ser encarado como uma maneira para obter honras restritas a um grupo, o dos militares (GUILLET, 2013). A construção de uma honra profissional, como a dos advogados, também pode ser perfeitamente vista como outro modo de adquirir honrarias apenas para os que exerciam aquela profissão (LEFÈVRE, 1992). A gradativa ascensão de certos grupos como os militares e os advogados criou um ambiente progressivamente competitivo no campo da honra. A questão da precedência presente na argumentação do autor também se refere às honrarias “tradicionais” como títulos nobiliárquicos, a qual podemos atribuir à sociedade de corte, porém nosso foco está na progressiva burocratização do Estado nos oitocentos perpetuava a elitização de diversos cargos importantes para grupos específicos, principalmente o dos bacharéis em Direito (CARVALHO, 2007). Esses postos podem ser vistos na sociedade do século XIX como formas de honraria e de competição entre grupos distintos dentro das próprias elites. Dessa forma, as ofensas se tornam elementos importantes para a manutenção de indivíduos em esferas sociais de grande prestígio e, por consequência, de competitividade. A própria imprensa tende a ser

vista como um palco privilegiado da disputa, logo que era comum o uso desse veículo para atacar um opositor e podendo facilmente ferir sua honra.

O ponto importante da individualização está em pensarmos que mesmo partilhando uma honra coletiva (como a de ser advogado), isso não significava que havia uma união de classe profissional. Muito pelo contrário. A superioridade implícita na honra impede que um fenômeno do tipo ocorresse, de maneira que as rivalidades entre membros da mesma profissão fossem constantes. Uma particularidade que devemos considerar está na noção de igualdade entre os indivíduos. Competir só ocorria entre homens de mesma classe social. O ultraje de um sujeito de classe inferior não necessitava da defesa da honra pelo ultrajado, pois ele já era socialmente superior. O reconhecimento de uma igualdade é o primeiro ponto para que uma ofensa possa ser considerada (PITT-RIVERS, 1988, p. 22).

O que caracteriza uma ofensa em sua essência é a intenção. A ousadia de um indivíduo para insultar outro quebrando assim a convenção respeitosa aos semelhantes indica a tentativa de alguém se colocar como superior. Para que o propósito do afrontoso seja cumprido, a presença de outras pessoas é fundamental. Pitt-Rivers (1988, p. 15) diz que “[...] há acordo geral sobre o fato de que a extensão do prejuízo causado a uma reputação estar ligado à opinião pública que dele tem conhecimento”. Quando a ofensa se torna um fato público, as ações do ofendido se tornam limitadas. Espera-se que o afrontado tire satisfações. Esse é o ponto de maior tensão, já que o ofensor precisa afirmar sua posição definitivamente. Em casos que a intenção não está presente, um pedido de desculpas sincero é o suficiente para retirar o peso do desaforo e restabelecer o equilíbrio, encerrando o caso. Entretanto, uma retratação que não soa sincera intensifica a ofensa (PITT-RIVERS, 1988, p. 15). Tanto um pedido de desculpas falso quanto uma reafirmação do insulto diminuem as possibilidades do insultado para duas: não fazer nada, transformando a vergonha em desonra perante a opinião pública e desgraçando assim a si mesmo e os seus próximos; desafiar o ofensor, visando mostrar sua superioridade por meio da coragem e força através da violência do duelo. Nem sempre a saída era a violência: embora fosse um ato recriminado por considerável parcela das pessoas, especialmente pelas elites, uma ação judicial também era um método de reparar a honra ferida.

A vitória no combate judicial era mais do que o simples resultado de contingências porque implicava uma confirmação da posse de honra e a alegria com que esta era restaurada excedia a satisfação pessoal, porque se concedia por meio do apelo à prova de coragem independentemente do seu resultado. O duelo encerrava o assunto, não era honroso prosseguir com a questão depois dele, quer para os próprios quer para os seus partidários. Nesse aspecto o duelo e o combate judicial devem distinguir-se da inimizade

tradicional entre linhagens (*feud*) que embora inspirada pelos mesmos sentimentos não exige os aspectos de uma igualdade formal e o aparato cerimonioso do duelo nem pretende que o seu resultado tenha autoridade judicial (PITT-RIVERS, 1988, p. 20).

Portanto, ir às vias legais seria uma alternativa para se evitar a violência. Temos no Brasil alguns exemplos de como abrir um processo contra um caluniador era vantajoso em certo período do Segundo Reinado, especialmente em Minas Gerais (CARNEIRO, 2019). Entretanto, mesmo que a vitória judicial significasse a confirmação da posse de honra pelo Estado, muitas noções antigas permaneciam vivas, especialmente ao pensar o ideal de homem honrado. Além de “vender a honra” por reparações financeiras, recorrer ao judiciário era um atestado de incapacidade própria de proteger sua honra, o que também poderia trazer um aprofundamento na vergonha:

Recorrer à lei para obter uma reparação é confessar publicamente ter sido vítima de uma malevolência e esta demonstração de vulnerabilidade põe a honra em risco, risco de que a “satisfação” de indenizações legais a não salva facilmente. Além disso, dá ao ofensor mais oportunidades de humilhar o ofendido durante o período, sempre longo, em que o processo decorre, o que não ajuda a restabelecer a honra deste mas apenas torna ainda mais pública a sua desgraça (PITT-RIVERS, 1988, p. 21).

Por isso a presença do duelo por todo o século XIX e sua persistência nas primeiras décadas do século XX era tão crucial. Diante de uma sociedade que julga e exige uma ação diante da distensão de um valor que mantém o respeito entre todos, o duelo era o meio mais rápido, fácil e seguro de que a questão seria resolvida e a normalidade restaurada. Precisamente por essa razão que a legislação proibindo os duelos, por exemplo, fracassou por tanto tempo (PITT-RIVERS, 1988, p. 21) e torna a análise desse costume relevante. O duelo não envolvia um simples capricho, um ato egóico entre dois homens, mas uma prática que visava reparar da forma mais objetiva um valor ordenador. Não visamos racionalizar excessivamente o duelo, pois as emoções e sentimentos estavam presentes em um evento desse gênero e eram elementos vitais no mesmo, contudo é fundamental termos a percepção da finalidade da prática.

A vergonha, o outro polo da valorização da honra, precisa ser aprofundado por trazer certos aspectos que até então não foram abordados, mas são de suma importância. Pitt-Rivers (1988, p. 30) a define como:

[...] preocupação com a reputação, quer como sentimento quer como reconhecimento público desse sentimento. É aquilo que faz a pessoa sensível à pressão exercida pela opinião pública. [...] Como base de reputação a honra e a vergonha são sinônimas porque a falta de vergonha é desonrosa; supõe-se que uma pessoa com boa reputação tem as duas e uma pessoa com má reputação não tem nenhuma.

A versatilidade da vergonha descrita pelo antropólogo demonstra a sua importância para a manutenção da honra. Podemos considerar a reputação como o resultado de ser honrado e ter uma noção própria de vergonha apurada. Em alguns casos, a vergonha enquanto um sentimento poderia se tornar tão pungente para o homem que exigiria do mesmo uma necessidade vital de reaver a sua honra. Assim, podemos introduzir a situação que corrobora essa afirmação e demonstra a noção de vergonha agindo como um agente que empurrava os homens a reparar sua honra manchada no Rio de Janeiro. Esta foi amplamente publicizada pelo *Jornal do Commercio* e pela *Gazeta de Notícias* durante os anos de 1882-1883. As primeiras informações que sabemos no caso são:

Tiro de Revólver - Ontem pouco depois da meia noite, no portão da casa n. 27 da rua da Passagem, ao entrar ali o ator José Dias Braga, acompanhado por Rozendo Amoedo, foi agredido pelo ator José Simões Nunes Borges, que lhe disparou um tiro de revolver, indo, entretanto, a bala ferir Amoedo, no queixo. / O ofendido foi socorrido pelo Dr. Felipe Meyer. O ofensor foi recolhido ao quartel do corpo militar de polícia, por ser cavalheiro da ordem de S. Thiago. / Ao ser conduzido à presença da autoridade competente, Simões entregou uma carta que escrevera, concebida nos seguintes termos: “Matando o *motor da minha desgraça e por consequência o da minha família*, livro a sociedade de um caluniador e as empresas dramáticas de um vândalo. Se procedi desta forma foi porque ele *recusou um duelo de morte*, que lhe havia sido proposto a sorte com uma só pistola carregada. Ao ponto a que chegaram as coisas, *no meu fraco entender e segundo os meus sentimentos a consequência não podia deixar de ser esta*. Entregando-me a justiça, espero submisso o seu veredicto. Peço apenas respeito e compaixão para com a minha desventurada mulher, que deixei na cidade de Campos [dos Goytacazes] desamparada e sem recursos, ignorando tudo que se passa até o presente. Rio de Janeiro, setembro de 1882. – José Simões Nunes Borges.” (JORNAL DO COMMERCIO, 1882, p. 02, grifos nossos).

A tentativa de homicídio de José Braga por José Borges narrada pela notícia, apesar de não dizer exatamente as razões que levaram o ator a fazer isso, indicam que a humilhação sofrida por Braga era demais para que Borges pudesse viver em paz. O fato de a vítima ter recusado um duelo mortal também parece ter sido um agravante para a decisão tomada por Borges, o qual mostra-se na carta publicada como alguém extremamente preocupado com sua honra e de seus familiares. É interessante que o homem armado cita que segundo seu entender e seus sentimentos (onde só podemos pensar na vergonha de ter sido humilhado pelo outro ator e ainda ter-lhe sido negada a oportunidade de defender-se disto), o que nos indica que possuía um senso aflorado de honra. Ao mesmo tempo, demonstra como a vergonha descrita por Pitt-Rivers funcionaria na prática: a humilhante sensação de se sentir diminuído perante outros pares (nesse caso, intérpretes), tornando-se um inferior diante dos demais, o que só poderia ser



recuperado se tivesse uma demonstração efetiva de que não era um indivíduo insignificante. Neste caso, como Braga não demonstrou possuir uma noção de honra similar à de Borges – o que também nos evidencia que nem todos os homens tinham uma noção homogênea do que era a honra e como deveriam se portar diante de desafios – na visão deste, a única alternativa restante era a de matar o algoz da sua vergonha. Fracassando nesse objetivo, a sua reação foi a de um homem que não se via como um criminoso: entregou-se às autoridades, aguardando seu julgamento.

A *Gazeta* publicou a notícia do caso no mesmo dia (23 de setembro) com pouquíssimas diferenças em relação ao *Jornal do Commercio*, também fazendo questão de publicar a carta escrita pelo ator. Nas divergências se deram em um maior destaque para a ordem portuguesa à qual José Borges era cavaleiro, a Ordem da Torre e Espada de São Tiago, o que o fez ser recolhido nas dependências do Estado-Maior da polícia, logo que não era um homem qualquer; além disso, abordou que Borges manifestava sintomas de alterações mentais, o que fez o subdelegado da freguesia submetê-lo a um exame de sanidade (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, p. 1).

A trama de Borges volta às páginas de ambos impressos no ano seguinte, em 19 de janeiro de 1883, abordando o desenrolar do julgamento do ator (JORNAL DO COMMERCIO, 1883a, p. 1; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883, p. 1). Por meio destas, podemos entender melhor tanto quem era esse homem como as verdadeiras motivações que o fizeram atentar contra a vida do seu colega de profissão. José Borges era português (o que poderíamos já suspeitar por sua filiação à ordem militar portuguesa) e tinha 56 anos. Alfabetizado, além de ator, era “empresário de teatros”, possuindo uma companhia de atores, a qual Braga<sup>602</sup> acabou por ser contratado no ano de 1880. Em depoimento, o réu aborda que a relação dele com Braga era inicialmente amigável, tanto que teria lhe dado um aumento. Entretanto, a relação parece ter mudado durante os dias de trabalho, de modo que o ator teria hostilizado e feito “pirraças” contra o seu contratante de diversas formas, inclusive enquanto estavam em viagem à província de São Paulo apresentando sua peça, embaraçando até mesmo a estreia da companhia com suas reclamações. Diante disso, Borges decidiu trocá-lo por outro ator, propondo a redução do salário acordado por dois meses, o que foi aceito por este. Meses depois, Braga lhe mandou uma correspondência

<sup>602</sup>Aqui parece haver uma confusão de nomes. A *Gazeta* o chama de “Joaquim” Braga nesta segunda notícia, enquanto o *Jornal do Commercio* refere-se ao mesmo durante toda a notícia como “J. Braga” ou “Dias Braga”, o que talvez indique que estavam tentando cobrir o erro cometido na primeira notícia ao chama-lo também de José. A *Gazeta*, a quem também chamou Braga por José ao noticiar o incidente, não pareceu notar ou se importar com o nome ser diferente. Como não sabemos se o seu nome era José ou Joaquim, iremos chamá-lo simplesmente de Braga.

requisitando dinheiro, mas a quantia oferecida por Borges não pareceu agradá-lo, visto que dias depois decidiu confrontar o seu patrão dentro do teatro de Campos de Goytacazes, onde Borges foi chamado de desleal e desonesto por Braga, dizendo ainda que teria a satisfação de reproduzir um artigo anônimo contra José Borges que havia aparecido em uma folha diária não especificada. Pouco depois, Braga finalmente desligou-se da companhia. Ofendido publicamente, o português decidiu desafiar o seu ex-empregado para um duelo de morte por intermédio de um tal comendador Carlos Lacerda. O desafiado disse que não era covarde, mas não se bateria. Aqui temos a parte mais curiosa: por não ter dado as devidas satisfações à Borges, autorizava que este poderia tirar desforço da maneira que quisesse. Além disso, mandou-lhe uma nova carta nada amistosa ao ofendido, o que tornou a situação ainda pior.

Como havia dito por intermédio de Carlos Lacerda à José Borges que este poderia tirar satisfações quando bem entendesse, foi isto que ele fez. O réu narra a sua vinda de Campos de Goytacazes para o Rio de Janeiro exclusivamente para o “acerto de contas”, conseguindo a informação com transeuntes onde era a casa de Braga e dirigindo-se até a mesma, tendo a felicidade de encontrar o ator no portão. Ao encontrá-lo, anunciou o propósito de estar ali e mandou Braga defender-se, o que ele decidiu fazer fugindo para dentro da residência aos gritos de socorro, batendo com o portão na cara de Borges. Indignado diante da atitude, disparou quatro vezes, sendo uma em direção de Braga (a qual atingiu o homem que o acompanhava, Rozendo Amoedo) e os outros três tiros para cima. Vendo que o ator não iria sair e lhe dar o combate que desejava, o português decidiu entregar-se à polícia por conta própria. Os dois jornais fazem questão de publicar a fala que justificaria tudo aquilo: “Que há quatro anos, sendo ofendido em sua honra, Braga torna-se responsável das ofensas, e recusando provar a calúnia e não querendo aceitar o duelo, o instinto dele acusado o impeliu a tomar desforço” (JORNAL DO COMMERCIO, 1883a, p. 01). Quatro anos seria uma imprecisão de José Borges, visto que o próprio acusado havia dito que as questões começaram em 1880, ou seja, três anos antes, mas o ponto tocado pelo português indica que quanto mais os anos passavam, maior era o estrago à sua honra. Diante disso, o júri absolveu o acusado. O juiz recorreu, mas em novo julgamento no dia 13 de setembro de 1883, o júri o absolveu novamente por unanimidade (JORNAL DO COMMERCIO, 1883b, p. 3).

Neste caso, apesar de não ser um duelo, demonstra elementos da honra que estamos aqui tratando na realidade. Toda a situação foi motivada por uma questão de vergonha diante de uma ofensa à sua honra que José Borges não conseguiu solucionar por outros caminhos. Pela perspectiva de Dias Braga, a qual sabemos muito pouco durante a cobertura feita pelos

impressos, podemos conjecturar que ele próprio se sentiu ofendido pelo valor oferecido por seu contratante, fato que o levou a confrontar o mesmo. Se ofendê-lo em público foi um ato impetuoso ou uma estratégia proposital para exercer uma pressão em Borges e conseguir seu objetivo, não podemos saber. De toda forma, Braga demonstra também estar familiarizado com preceitos de honra, logo que faz questão de dizer ao intermediário de José Borges que apesar de recusar o duelo, o desafiante poderia ter sua desforra quando e como quisesse. Talvez tenha dito isso apenas para se afirmar enquanto homem e manter-se firme em suas próprias prerrogativas dentro deste conflito, mas o fato é que há uma “autorização” para as ações de Borges que se sucedem.

É possível que o júri tenha interpretado de forma similar. José Simões Borges sentia-se humilhado em vários aspectos: pessoal, por ter sido chamado de desonesto e desleal, o que atingia sua reputação enquanto homem e enquanto empresário; profissional, pois foi ofendido por um contratado de sua companhia de atores e, portanto, alguém que lhe devia o mínimo de respeito; coletivo, visto que a sua desonra também poderia ser atribuída aos seus próximos, especialmente familiares. A dinâmica da honra-vergonha está presente e complexificada. A reputação raramente está circunscrita à esfera individual.

Os grupos possuem uma honra coletiva de que os seus membros participam, a conduta desonrosa de um reflete-se na honra de todos, a honra do grupo é partilhada pelos membros individuais. [...] Grupos de todos os tamanhos possuem honra, desde a família nuclear cujo chefe é o responsável pela honra de todos os seus membros até à nação, a honra de cujos membros está ligada à fidelidade ao soberano (PITT-RIVERS, 1988, p. 25).

Poderíamos pensar na companhia de atores de José Borges como um grupo envolto de honra. A partir do momento que o português foi atacado por um membro do próprio grupo por sua suposta conduta, todos os demais intérpretes filiados ao homem também poderiam ser acusados de desonestidade. Logo, uma ofensa que em primeiro momento pensamos ter um cunho exclusivamente individual, passa a afetar os grupos que o indivíduo está relacionado. Na carta escrita por José está a sua preocupação com a honra coletiva, mas não de sua companhia e sim de sua família.

Abordarmos sobre a honra familiar torna-se mais difícil, pois tanto a honra quanto a vergonha possuem uma dinâmica diferente dependendo do gênero dos seus membros. A honra masculina não tem os mesmos preceitos da honra feminina, a qual está intimamente ligada à vergonha sexual. Existem formas de conduta honrosas para os dois sexos, mas não em todas as esferas. Certas características são restringidas ao masculino e outras ao feminino. “Obriga um

homem a defender a sua honra e a honra da sua família, uma mulher a conservar a sua pureza [sexual]” (PITT-RIVERS, 1988, p. 31). Dessa forma, até mesmo as condutas são diferentes entre os gêneros, logo que:

[...] um homem que cora e é tímido torna-se facilmente objeto de ridículo e uma mulher que usa violência física, tenta usurpar as prerrogativas da autoridade masculina ou, sobretudo, as prerrogativas masculinas de liberdade sexual, perde a sua vergonha. Honra e vergonha, pois, quando não são equivalentes, estão ligadas exclusivamente a um dos sexos e opõem-se uma à outra (PITT-RIVERS, 1988, p. 31).

Portanto, Simões Borges viu-se impelido enquanto homem responsável por sua família em reparar a sua honra individual para que sua desonra não maculasse também os seus entes. Notemos que a ação de “limpar seu nome” foi premeditada, porém a prerrogativa era mais poderosa, o que ajuda a explicar porque suas ações foram encaradas como justificáveis pelo júri que o absolveu. Quanto à Braga, o fato de o mesmo ter fugido do confronto, apesar de ser perfeitamente racional, provavelmente foi visto como um ato de covardia, o que pode ser visto como uma falta de virilidade e, conseqüentemente, de honra (CORBIN, 2013). Como explicitamos antes, o mesmo havia dito que Borges poderia fazer o que bem entendesse para reparar sua honra, dando assim um “aval” para as atitudes tomadas pelo português.

Por intermédio desse caso, apreendemos um pouco sobre como a defesa da honra pela violência possuía uma relação direta com os sentimentos, mas também com valores vigentes na sociedade. Entretanto, algumas ressalvas importantes devem ser feitas. Primeiro, sobre a honra em si. Como dito por José Remedi (2011, p. 18), esse “atributo” possui certa fluidez de significados e por consequência de análise, podendo abarcar um todo cultural que a tornaria excessivamente ampla e, portanto, contraditória dependendo do referencial. Como debatemos antes, o conceito de honra masculina era distinto da honra feminina, o que já demonstra uma divergência relacionada ao gênero. Essa divergência exemplifica como a honra era relacional, ou seja, o que era honra e quem possuía honra, dependia sempre do ponto de referência. Por exemplo, um homem branco pertencente à elite apenas veria outros membros da mesma classe social como passíveis de honra e mesmo dentro desse grupo social, existiria uma distinção entre homens e mulheres. Isso se daria justamente pela honra ser fomentada em um ambiente de competição, sendo uma forma de prestígio, diferenciação, status social, como já abordado. Logo, além de relacional, a honra também era um valor hierarquizante. Entretanto, não ignoraremos como a honra possui múltiplas percepções, interpretações e reivindicações. Maíra Vendrame (2013), demonstra em sua tese de doutorado como a noção de honra era relacional

na esfera étnica, visto que os imigrantes italianos possuíam preceitos próprios de honra que tensionavam com as noções estatais, onde o uso da violência enquanto mecanismo de reparação do mesmo podia se dar de múltiplas formas.

Sendo assim, precisamos levar em conta que a absolvição de José Simões Borges na justiça também esteja abarcada nessa dinâmica relacional. Homem, português e branco, o ator fazia parte de um grupo privilegiado em que defender a honra com as próprias mãos era tolerável. Embora homens (e mulheres) de outras classes e raças também defendessem sua honra em atos violentos (GUIMARÃES, 2001; GUAZELLI, 2004; VELLASCO & SUTIL, 2017), a sua relação com a justiça era distinta da apresentada em nossas fontes. As prerrogativas de honra e vergonha referenciadas por Pitt-Rivers se demonstravam presentes em vários âmbitos da sociedade, porém não eram todos que gozavam dos privilégios de defendê-la como bem entendessem.

### Fontes

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 Set 1882, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Processo do ator Simões. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 Jan 1883, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 Jan 1883a, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 Set 1883b, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Tiro de Revolver. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 Set 1882, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

### Referências

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Uma Justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª Edição, 2007.

CORBIN, ALAIN. A virilidade sobre o prisma do naturalismo. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Eloine Silva. Amores ilícitos – os crimes passionais na comunidade escrava: Juiz de Fora, Minas Gerais, segunda metade do século XIX. Belo Horizonte: *Varia História*, N. 25, p. 165-193, 2001.

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

- GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos, degolas e outras barbaridades. Pelotas: *História em Revista*, v. 10, 2004.
- LEFÈBVRE, Bruno. O dinheiro e o segredo: degradações e recomposições. In: GAUTHERION, Marie (Org.). *A honra: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- PARKER, David S. Law, honor, and impunity in Spanish America: The debate over dueling 1870-1920. *Law and History Review*, V. 19, N. 2, 2001.
- PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, John. G. (org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 1988.
- REMEDY, José Martinho Rodrigues. *Palavras de honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião*. 2011. 307 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.
- THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & AREND, Jéssica Fernanda. Noções de honra e justiça entre as classes populares na fronteira do Brasil Meridional na segunda metade do século XIX – estudo de casos. Porto Alegre: *Aedos*, v. 9, n. 20, 2017.
- VELLASCO, Ivan de Andrade & SUTIL, Séfora Semiramis. Honra, litigiosidade e justiça: os crimes de honra na região de Formiga – Minas Gerais 1807-1875. Porto Alegre: *Aedos*, v. 9, n. 20, p. 276-295, 2017.
- VENDRAME, Máira Ines. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878 1910)*. 2013. 479 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

## **A IMAGEM NEGRA NA DANÇA DE SÃO GONÇALO: UM PARALELO ENTRE GUAICUÍ-MG E A HEMEROTECA DO CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR DO RIO DE JANEIRO**

Wádson Pereira Rocha. Doutorando (EBA/PPGAV/UFRJ), [artistarocha@hotmail.com](mailto:artistarocha@hotmail.com).  
Helenise Monteiro Guimarães. Prof<sup>ª</sup>. Dra. da Escola de Belas Artes (EBA/PPGAV/UFRJ),  
[heleng46@gmail.com](mailto:heleng46@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo busca investigar e analisar a imagem negra (corpo-senzala) dentro da dança de São Gonçalo, a partir da análise e paralelo desse fazer/dançar em Guaicuí-MG e da hemeroteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Rio de Janeiro – CNFCP-RJ. Para tanto, discutiremos os termos memória; cultura popular; festa; relacionando-os com os acontecimentos investigados e tendo como pano de fundo as práticas sociais que envolvem a dança. O multiculturalismo brasileiro é um aspecto social que tem como pressuposto a miscigenação a partir da transcendência decolonial. Esse hibridismo cultural presente nesse campo reconfigura a ideia da cultura popular e suas peculiaridades. Durante a observação desse processo na pesquisa de mestrado, foi possível identificar na Dança de São Gonçalo em Guaicuí, situado em Várzea da Palma-MG, o “corpo-senzala” imerso nesse fazer/dançar. O termo corpo-senzala aqui usado, serve para sinalizar características históricas de memória e identidade das matrizes culturais afro-brasileiras. Uma dança que é de origem portuguesa, de ritos e costumes católico-europeus, muito embora, em sua construção exista a presença de características das religiões de matrizes africanas. Portanto, esse projeto em andamento, surge diante do anseio em dar continuidade à investigação e, principalmente, responder se há, também, o corpo-senzala em outras danças de São Gonçalo no Brasil, a partir da análise dessa hemeroteca. A base do pensamento da pesquisa parte de uma fundamentação no método fenomenológico, segundo BACHELARD (1996); a partir das ideias de MERLEAU-PONTY (1999) para compreender e interpretar a experiência vivida do corpo-senzala diante da análise da hemeroteca sobre dança de São Gonçalo; e também está vinculado ao pensamento de FOCILLON (2001) que direciona o olhar para esse fenômeno. Será utilizada a base conceitual da pesquisa documental e os fenômenos da memória de acordo com os estudos de LE GOFF (1996). Aplicaremos como método de investigação o estudo etnográfico, conforme GEERTZ (1997) e, BOGDAN & BIKLEN (1994), utilizando de seus elementos formais para auxiliar na compreensão das vivências e suas percepções.

**Palavras-chave:** Imagem negra; Festa; Dança de São Gonçalo.

O presente trabalho busca investigar a relação da imagética negra e a dança de São Gonçalo – patrimônio imaterial de diferentes formatos dentro do vasto território brasileiro – a partir da análise e paralelo desse fazer/dançar em Guaicuí-MG e a hemeroteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Rio de Janeiro (CNFCP). Para tanto, será constituído de uma investigação interdisciplinar (Artes Visuais, Antropologia e Sociologia). Para realização investigativa, dessa pesquisa em andamento, será necessário discutir os termos memória; cultura popular e festa; relacionando-os com os acontecimentos investigados e tendo como pano de fundo as práticas sociais que envolvem a dança de São Gonçalo.

De acordo com WHITE, 2009, p. 09, “só o homem, entre todas as espécies, tem uma capacidade a que, por falta de um termo melhor, chamaremos capacidade de simbologizar [...] simbologizar, portanto, envolve a capacidade de criar, atribuir e compreender significados”.

O multiculturalismo brasileiro é um aspecto social que tem como pressuposto a miscigenação a partir da transcendência decolonial. Esse hibridismo cultural – que para BURKE, 2019, p. 28, “pode ser identificado na religião, na música, na linguagem, no esporte, nas festividades e alhures” – presente nesse território reconfigura a ideia da cultura popular e suas peculiaridades presentes de diferentes formas e contextos. As manifestações culturais engendradas pelo patrimônio imaterial que usam da tradição oral e de suas narrativas parecem com mais facilidade quando comparadas com os patrimônios materiais.

Nesse contexto, é iminente que grande parte da bagagem cultural (regras, costumes, conceitos e facetas) da dança de São Gonçalo faz-se mais presente em suas práticas do que nos ensinamentos formais. Entretanto, durante a observação desse processo na pesquisa de mestrado, foi possível identificar na Dança de São Gonçalo em Guaicuí, distrito do município de Várzea da Palma-MG, a imagem negra (corpo-senzala) dentro desse fazer/dançar. O termo corpo-senzala aqui usado, serve para sinalizar características e peculiaridades da história, memória e identidade das matrizes culturais afro-brasileiras.

Uma dança que é de origem portuguesa, de ritos e costumes católico-europeus, muito embora, nesse lugar há a forte presença de características das religiões de matrizes africanas. Portanto, o projeto surge diante do anseio em dar continuidade à pesquisa de mestrado e, principalmente, responder se existe, também, a imagética negra (corpo-senzala, ritos e aspectos das matrizes culturais afro-brasileiras) em outras danças de São Gonçalo no Brasil, a partir da análise da hemeroteca do CNFCP.

O arquivo correspondente a esse período foi levantado no final da pesquisa de mestrado e, por conseguinte, não utilizado na dissertação e nem por outras pesquisas sobre arte, tornando relevante a propositura do projeto, pois esse material merece uma investigação aprofundada nesse assunto. O presente trabalho se justifica na medida em que contribui para preencher lacunas na produção acadêmica a respeito dos sentidos da imagem negra, levando em consideração o conhecimento em patrimônio imaterial e/ou tradições das matrizes afro-brasileira em face da dança de São Gonçalo. Compreender as práticas desse fazer/dançar em diferentes lugares no país, suas identidades, seus locais de circulação e apropriação, suas tradições e costumes, com base na hemeroteca do CNFCP.

A dança de São Gonçalo tem como origem Portugal, nascida na cidade de Amarante, demarcada e identificada como uma expressão cultural europeia, tornando-se luso-brasileira após sua inserção no território pátrio, onde ficou configurada como um dos mais populares ritos do catolicismo rural brasileiro. Na concepção de CANCLINI, 2011, p. 326, “a hibridez tem um



longo trajeto nas culturas latino-americanas”. Em meio a tantas permutas sociais e o sincretismo religioso construído a partir da junção das crenças africanas, ameríndias e, também, europeias, é que a fé ao santo Gonçalo é chegada ao Brasil. E, segundo BACHELARD (1996, p. 23), “os mundos imaginados determinam profundas comunhões de devaneios”.

No contexto histórico São Gonçalo é considerado em Portugal e no Brasil como santo casamenteiro. No entanto, inicialmente, na tradição portuguesa Gonçalo criou essa dança com o intuito de retirar as “mulheres pecadoras”, que utilizavam do corpo como meio de subsistência – profissionais do sexo – para dançar até cansar e não conseguirem cometer “os pecados da carne”. Por isso, cada jornada da dança é extensa, sendo várias as estrofes, com a finalidade de rogar a Deus e ao final essas moças não seguem para as suas práticas diárias.

Destarte, o santo Gonçalo para fazer o seu sacrifício a Deus pelas almas dessas mulheres, colocava na sola de seu sapato pregos que perfuravam os seus pés ao pisar durante os passos na dança. A dança era realizada, inicialmente, dentro das igrejas. No entanto, na medida em que começa a ter a frequência desse rito profano e a participação efetiva das prostitutas dentro desse dançar, a igreja bane de seu interior essa manifestação religiosa e, por isso, passa a acontecer nas ruas. Nesta perspectiva, a dança de São Gonçalo foi, gradativamente, desaparecendo das cidades, pois não podia ser dançada dentro dos espaços sagrados.

Atualmente, nas grandes cidades pouco se vê da prática da Dança de São Gonçalo (ritos e tradições dos promesseiros nessa manifestação cultural), sendo-a mais frequente em territórios menores e pitorescos. Destarte, o anteprojeto de pesquisa se justifica a partir da resistência e afirmativa negra diante da colonização brasileira e, principalmente, do eurocentrismo.

HAYMAN (1975, p. 50), considera que “todas as formas de arte correspondem às necessidades estéticas do homem, e essas necessidades são comuns a toda a humanidade”. Por isso, outro fator de destaque é a alusão dessa dança artística/cultural católica com características do universo mítico do candomblé. E, para tanto, busca-se refletir sobre os sentidos da imagem corpo-senzala dentro desse fazer; após o período de colonização e da reinvenção da cultura negra no estado brasileiro.

A pesquisa tem relevância a partir das diferentes características da Dança de São Gonçalo em Guaicuí, seu hibridismo e o sincretismo da senzala, que diverge das pesquisas já realizadas no país acerca dessa função. Como resposta a tal requisito, alguns trabalhos de pesquisa têm focado a questão peculiar da dança de São Gonçalo do Amarante em sua região, objeto de estudo, mas não tiveram feito comparações do período em que essa dança chega ao

Brasil e, principalmente, o sincretismo da cultura dos povos africanos.

Para MERLEAU-PONTY (1999, p. 35):

Uma "figura" sobre um "fundo" já contém, dissemos, muito mais do que as qualidades atualmente dadas. Ela tem "contornos" que não "pertencem" ao fundo e se "desprendem" dele, ela é "estável" e de cor "compacta", o fundo é ilimitado e de cor incerta, ele "continua" sob a figura.

A pesquisa tem como objeto a imagem negra e suas sensações na dança nessa localidade, fundamentado na produção dos elementos, signos e significados afro-brasileiros nessa manifestação cultural. As fontes que irão demarcar o território da pesquisa são a Dança de São Gonçalo, corpo-senzala, os fenômenos e sentidos – segundo MERLEAU-PONTY, (1999, p. 01), “é o estudo das essências, e todos os problemas” – a memória, a experiência vivida, fotografias atuais da dança em Guaicuí, e a hemeroteca do CNFCP, que tratam dessa dança. Tendo como sujeitos da pesquisa a história de resistência negra no Brasil e a história de resistência das religiões de matrizes culturais afro-brasileiras.

Nessa perspectiva, LE GOFF (1996, p. 423), compreende que a memória é “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Por isso, serão utilizados critérios de inclusão, sendo os documentos da hemeroteca, que remetem a memória da dança de São Gonçalo pelo Brasil e, critérios de exclusão para os documentos que não referendam a esse fazer nesse recorte.

A base do pensamento da pesquisa parte de: BACHELARD, 1996 e FOCILLON, 2001 (fenomenologia); BOGDAN e BIKLEN, 1994 e GEERTZ, 1997 (etnografia); CLANDININ e CONNELLY, 2015 (narrativa); LE GOFF, 1996 (memória, presente, passado e documento); BAUER e GASKELL, 2008 (análise qualitativa de texto e imagem). A revisão de literatura inicia-se pelo levantamento do estado de conhecimento a partir de pesquisas sobre a temática: Repositório Institucional da UFRJ; Catálogo de Teses e Dissertações CAPES; Periódicos: ANPAP – ANPOF.

Neste contexto, pode-se verificar que, ainda, não foi discutido com especificidade a percepção da imagem negra dentro da dança de São Gonçalo, levantando os elementos, signos e significados do corpo-senzala. De acordo com GEERTZ (1997, p. 143), “a inutilidade superficial de uma conversa sobre arte parece corresponder uma necessidade profunda de falar sobre ela incessantemente. E é esta situação bastante peculiar que quero investigar”.

De outro lado, já existe uma discussão acerca da imagética do candomblé, por CAMARGO (2010), mas, que não se analisa os sentidos da imagem do negro em danças

católicas, a pesquisa versa sobre o espaço mítico, apenas, dentro de uma das religiões de matrizes africanas. MERLEAU-PONTY (1999, p. 24) corrobora afirmando que “somente a estrutura da percepção efetiva pode ensinar-nos o que é perceber”.

Por conseguinte, busca-se com essa pesquisa analisar os elementos, signos e significados negros nessa dança católica/ portuguesa, a partir de CHEVALIER (2021) e LEXIKON (1997). E, é nesse sentido, que torna-se relevante o caráter dessa pesquisa, levando-se em conta a colonização e as raízes da cultura brasileira. FOCILLON (2001, p. 13) enfatiza que “a obra não é o traço ou a curva da arte como atividade, ela é a própria arte; ela não a determina, ela concebe-a”.

Figura 1 – Dança de São Gonçalo em Guaicuí-MG.



Fonte: ROCHA, Wádson Pereira. Pesquisa de campo. Set. 2019.

Para isso, os dados iconográficos do santo Gonçalo, que faz parte dessa obra, que é o dançar (Figura 1), também, é fator de relevância para a pesquisa, pois em Guaicuí, a escultura trás detalhes da chegada da dança ao país, onde não sofreu interferências, como as já encontradas em pesquisas e cidades que tem como elemento o São Gonçalo, como, por exemplo, no sul do país, onde as imagens do santo carregam consigo uma viola na mão e tem como características traços europeus.

A inserção desse instrumento musical – muda as características de originalidade do santo – no entanto, a iconografia da imagem do santo em Guaicuí, segue as mesmas características dos santos quando chegaram ao país, carregando na mão direita um cajado e na esquerda um livro, como pode ser observado nas imagens abaixo. HAYMAN (1975, p. 33-34), é enfático em dizer que “quando falamos de beleza precisamos ter em mente que o conceito varia e se manifesta diferente de acordo com a cultura, a época e o indivíduo”.

Figura 2 – São Gonçalo



Fonte: Coelho, 2005, p. 111

Figura 3 – São Gonçalo de Guaicuí



Fonte: ROCHA, Wádson Pereira. Pesquisa de campo. Set. 2019.

De outro lado, a imagem do santo em Guaicuí-MG trás aspectos negroides, que justifica a reflexão acerca do universo mítico e ancestral afro-brasileiro. A escultura dessa localidade tem origem portuguesa, com entalhe e policromia de artistas da região do Amarante e, atualmente, encontra-se na posse da família Maciel – sendo usada uma réplica para realização do pagamento de promessas. FOCILLON (2001, p. 15) afirma que é possível conceber “a iconografia de diversas maneiras, quer seja como a variação das formas de um mesmo significado, ou como a variação de significados de uma mesma forma”.

Em oposição a essa ideia de iconografia, ao observar a Figura 4, a seguir, (iconografia do santo no Rio de Janeiro) pode-se depreender que já apresentam algumas modificações em seus traços iconográficos, pois o atributo que carrega na mão direita remete ao eruexim – instrumento sagrado do sincretismo religioso da figura de Iansã, Figura 5, dentro das religiões de matrizes africanas, que é um atributo feito da crina de cavalo e metal, usado para afastar as almas dos eguns, presenteado a Oyá pelo Orixá Oxóssi.

Figura 4 – Mártir Frei S. Gonçalo Garcia.



Fonte: <[https://lilianaostrovsky.blogspot.com/2012\\_08\\_01\\_archive.html](https://lilianaostrovsky.blogspot.com/2012_08_01_archive.html)> Acesso em: Ago. 2020

Figura 5 – Iansã. Fonte: PEREIRA, 1973, p.35.



Fonte: <[https://lilianaostrovsky.blogspot.com/2012\\_08\\_01\\_archive.html](https://lilianaostrovsky.blogspot.com/2012_08_01_archive.html)> Acesso em: Ago. 2020

Nesse contexto, torna-se relevante este projeto pesquisa na busca por analisar a imagem negra dentro de uma dança de identidade eurocêntrica. E, segundo BAUER e GASKELL (2008, p. 145), uma mesma imagem pode ser produzida de “uma maneira, entre pelo menos quatro outras possíveis”. Destarte, tornam-se importantes as contribuições que esta pesquisa trará para a temática, corroborando com expansão da bibliografia acerca das afirmativas negras e de sua imagética dentro da dança de São Gonçalo.

A chegada da colonização portuguesa no estado pátrio é um marco de muitas vertentes: a situação dos indígenas que aqui já estavam e tinham os seus costumes, suas verdades, sua crença e cultura; a visão dos portugueses – já movidos pela engrenagem da economia e do enriquecimento célere, a todo custo – ao encontrar um solo virgem, com tantas coisas para explorar.

Já no pensamento dos jesuítas e em suas catequizações, tinham como intuito disseminar com os ensinamentos das leis católicas apostólicas romanas e os seus interesses pessoais. Por outro lado, na visão dos africanos a partir do tráfico de escravos para o país, território nunca antes visitado, eles internalizavam a ideia de que o seu corpo era uma ferramenta capaz de movimentar a máquina econômica da metrópole, que para tanto, eram escravizados e usados das maneiras mais infelizes que um indivíduo pode passar. FREYRE, (2004, p. 111) registra a situação de como era feita a aproximação desses indivíduos para a futura exploração dos povos indígenas:

Degredados, cristãos-novos, traficantes normandos de madeira de tinta que aqui ficavam, deixados pelos seus para irem se acamaradando com os indígenas; e que acabavam muitas vezes tomando gosto pela vida desregrada no meio de mulher fácil e à sombra de cajueiros e araçazeiros.

Desta feita, a troca de informações e experiência entre esses colonizadores e colonizados aconteciam com frequência, cambiando ouro por especiarias, pérolas e pedras preciosas por produtos mercantilizados europeus, como, por exemplo, armas, munições, acessórios e roupas, dentre tantos outros produtos. Como, por exemplo, quando chegam a fazer a troca da mão de obra escrava (africanos) por produtos da Europa e do Brasil. Em meio a tantas permutas sociais e o sincretismo religioso construído a partir da junção das crenças africanas, ameríndias e, também, europeias, é que a fé ao santo Gonçalo é chegada ao Brasil.

Figura 6 – Doce fálico em Amarante – Portugal (o símbolo da fertilidade)



Fonte: <<https://www.cm-amarante.pt/pt/historia>> Acesso em: Out. 2019

Outra diferença significativa da comemoração ao santo em Portugal, são os doces fálicos, como pode ser notado na Figura 6, distribuídos às pessoas nos dias de sua comemoração, onde concebem o sagrado e os movimentos profanos. Esses colhões de São Gonçalo tratam-se de uma receita tradicional de um pão/bolo que é feito a base de farinha de trigo. No entanto, o que assusta ao analisar esse alimento não é sua receita, e sim o seu formato; os pães são modelos em formato de um fálico.

Os jesuítas durante o processo de ensinar aos indígenas a língua portuguesa e as regras do catolicismo tentaram com eminência torná-los pacíficos. O que havia de construção de crenças e espiritualidade – baseada no medo – foi o alicerce para concretizar o catolicismo entre os povos. A catequização jesuítica dos indígenas, a fé e o medo dos europeus ao demonstrar aos negros e índios o apego aos santos católicos, fez com que os ritos e cultos do catolicismo conquistassem esses indivíduos, tornando-os adeptos dessa religião.

É neste contexto, que o São Gonçalo de Amarante chega a essa terra tropical, trazendo consigo os ensinamentos e regras dos modos de dançar e cultuar nessa manifestação cultural, como pode ser observada a comemoração ao santo. A troca de valores culturais contribuiu para uma imersão a diferentes manifestações pelo país. Não apenas a dança, a música e o canto, mas a cultura em sua pluralidade.

A partir da difusão da fé e crença em São Gonçalo de Amarante em Portugal e nos países lusófonos – são aqueles que têm o português como língua oficial – cresce a visibilidade da santidade e de seus ritos em diferentes regiões. Vale destacar que ao passo que a história e dança do santo Gonçalo são espalhadas por esses países tem-se como principal exemplo, o Brasil, onde inúmeras cidades receberam como topônimo o nome do santo. A crença e a fé ao santo,

fez com que diferentes lugares no país pensassem a receber como topônimo o nome do santo, como, por exemplo, São Gonçalo, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, dentre outros. Por isso, pode-se inferir que a crença e devoção ao santo Gonçalo estão espalhadas por diferentes regiões do Brasil.

Diante dessas afirmativas e com base na iconografia do São Gonçalo em Guaicuí, é possível entender que são poucos os santos com essas características, o que difere, também, a estruturação e execução da dança. Nesse contexto, torna-se relevante este anteprojeto pesquisa na busca por analisar a imagética negra dentro de uma dança de identidade eurocêntrica.

Por isso, pode-se inferir que a crença e devoção ao santo Gonçalo estão espalhadas por diferentes regiões do Brasil. No entanto, quando observadas as cidades que tem o nome do santo, percebe-se que no estado de Minas Gerais sua incidência é maior na adesão como patrono municipal. Por um lado, Guaicuí está localizada em Minas, mas não entra para o computo das cidades identificadas na base de dados do IBGE, pois é um distrito e não tem esse nome. Por outro lado, é presente a fé e a credibilidade do santo amarantino como princípio social.

Destarte, tornam-se importantes as contribuições que esta pesquisa trará para a temática, corroborando com expansão da bibliografia acerca das afirmativas negras e a percepção das imagens nas artes visuais. E, segundo GEERTZ (1997, p. 145), o sentimento de um povo “surge em vários outros segmentos da cultura deste povo: na religião, na moralidade, na ciência, no comércio, na tecnologia, na política, nas formas de lazer, no direito e até na forma em que organizam sua vida prática cotidiana”.

Figura 7 – Grupo de Dança de São Gonçalo de Guaicuí-MG



Fonte: Eraldo Peres, Pesquisa de campo. 2017.

A propositura dessa pesquisa tem como pressuposto investigar e analisar a imagem negra



(corpo-senzala) dentro da dança de São Gonçalo em Guaicuí-MG (Figura 7), a partir do paralelo entre Guaicuí-MG e a hemeroteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) do Rio de Janeiro. Sendo subdivido tal intento em demais abordagens, a saber: analisar a percepção das imagens afro-brasileiras, dentro da dança de São Gonçalo, a partir da hemeroteca do CNFCP; produzir e levantar fotografias da dança de São Gonçalo em Guaicuí-MG; refletir sobre os sentidos dos elementos, signos e significados afro-brasileiros dentro da dança de São Gonçalo em Guaicuí-MG, a partir de suas fotografias; investigar em que medida a dança de São Gonçalo atua como meio transformador da sensibilidade humana; refletir sobre a memória negra e suas peculiaridades decolonial; investigar aspectos etnográficos e bibliográficos dos possíveis lugares brasileiros onde, ainda, há dança de São Gonçalo; analisar a mestiçagem e/ou hibridismo após a colonização do Brasil.

Figura 8 – Série “Corpo-senzala”



Fonte: ROCHA, Wádson Pereira. Pesquisa de campo. Set. 2019.

A estrutura dessa proposta de pesquisa propõe uma abordagem qualitativa, com o escopo de alcançar a hipótese investigada, alicerçada nos estudos de BOGDAN e BIKLEN, 1994, que trazem as principais fundamentações dessa abordagem, suas indicações, potencialidades e limites; seus processos investigativos, os critérios de validação, os trabalhos em campo e, principalmente, da análise dos dados.

A pesquisa está fundamentada no método fenomenológico, segundo BACHELARD, 1996, buscando enfatizar a descrição densa e exaustiva da imagem negra dentro da Dança de São Gonçalo e seus sentidos (Figura 8); a partir das ideias de MERLEAU-PONTY (1999), para compreender e interpretar a experiência vivida do corpo-senzala diante da análise da hemeroteca do CNFCP do Rio de Janeiro sobre dança de São Gonçalo. Vinculado ao pensamento de FOCILLON (2001), que orienta e direciona o olhar para esse fenômeno, investigando compreender e desvelar os seus sentidos da imagem nas fotografias atuais da dança em Guaicuí-MG.

A análise partirá do acesso ao arquivo da hemeroteca do CNFCP, buscando identificar a imagética afro-brasileira, em todos esses registros, principalmente, de suas imagens, que posteriormente, serão analisadas em paralelo com as percepções atuais da dança. Essa ação tem por escopo propor uma coleta de dados na comunidade, onde serão levantadas fotografias, a partir do trabalho de campo e, por conseguinte, produzir registros fotográficos durante os pagamentos de promessas dessa manifestação cultural/religiosa. Todas as fotos levantadas e produzidas, serão objeto de catalogação para análise posterior e produção de um álbum de memória coletiva. Que para BACHELARD (1996, p. 15) “uma imagem poética testemunha uma alma que descobre o seu mundo, o mundo onde ela gostaria de viver onde ela é digna de viver”.

Nessa perspectiva, será utilizada a base conceitual da pesquisa documental e os fenômenos da memória, presente e passado, de acordo com os estudos de LE GOFF (1996), para entender e refletir acerca das imagens fotográficas dessa dança e os processos da memória coletiva. Em contraponto, com a compreensão de HAYMAN (1975), que desvela a ideia da arte como experiência compartilhada e suas manifestações do sentir.

Utilizando das teorias do desenvolvimento da memória por LE GOFF (1996) e da experiência e história da pesquisa qualitativa por CLANDININ e CONNELLY (2015), é que partirá a ação de busca sobre uma reflexão dos percalços da memória e das suas diferentes maneiras de se guardam registros afetivos.

Nessa etapa, levará em conta o método fenomenológico e léxico da imagem negra, da dança de São Gonçalo e língua Iorubá, buscando refletir sobre suas características e peculiaridades. Onde BACHELARD (1996, p. 04) que esse método coloca “em evidência toda consciência que se acha na origem da menor variação da imagem”.

As questões formuladas para o processo investigativo terá como tipo de pesquisa o estudo etnográfico, do ponto de vista de GEERTZ (1997) e BOGDAN e BIKLEN (1994),

utilizando de seus elementos formais para auxiliar na compreensão das vivências e o suas percepções. Já como procedimento de pesquisa, terão como base as narrativas, levando em consideração os estudos de CLANDININ e CONNELLY (2015) que norteará a compreensão delas, em face da dança de São Gonçalo, sob a ótica da retrospectiva, prospectiva, introspectiva e extrospectiva, situando a imagética negra dentro da dança. A proposta tem como base a investigação dos aspectos etnográficos e bibliográficos dos lugares brasileiros onde, ainda, exista a dança de São Gonçalo, seja como rito religioso, cultural, folclórico, ou, até mesmo, daqueles que já são grupo parafolclórico.

Para tanto, as técnicas utilizadas para a pesquisa são o estudo etnográfico; pesquisa documental e bibliográfica; a análise documental e fotográfica. E, a partir dos dados levantados, inicialmente, considera-se de suma relevância pesquisar, observar e analisar a imagética negra dentro das fotografias da Dança de São Gonçalo.

E, por fim, terá como ferramenta a pesquisa bibliográfica, a partir de FREYRE (2004), na tentativa de analisar a mestiçagem no território brasileiro após a colonização, pela resistência histórica do negro; tendo como parâmetro os estudos do hibridismo na cultura por CANCLINI (2011). Tomando por base os descritores, será feito o levantamento e análise da bibliografia para entender os dois aspectos na cultura brasileira, após a colonização, usando os estudos de FREYRE (2004), sobre a mestiçagem e CANCLINI (2011), com as teorias das culturas híbridas.

## **Referências**

- BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, San Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2019.
- CAMARGO, Denise. *Imagética do candomblé: uma criação no espaço mítico ritual*. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- DANTAS, Beatriz. *Dança de São Gonçalo*. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: Funarte, 1976.
- FOCILLON, Henri. *A vida das formas: seguido de elogio da mão*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. trad. Adelaíne La Guardia Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. trad. Tomas Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAYMAN, D'arcy. A arte: essência da vida. In: CIRCI, Alexandre (Org.). *As três faces da arte*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1975. p.19-63.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.
- LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.
- MARTINS, Ronaldo. *Antropologia visual: diferença, imagem e crítica*. São Paulo: Nova Alexandria, 2016.
- MARTINS, Saul. *A dança de São Gonçalo: folclore*. Belo Horizonte: Edições Mantiqueira, 1953
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PEREIRA, Kleide Ferreira do Amaral. Revivescência de cultos pagãos nos antigos cultos aos santos nacionais portugueses. *Revista Brasileira de Folclore*. São Paulo, v. 12, nº. 35, jan./abr., 1973, p. 33-43.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Sociologia e folclore: a dança de São Gonçalo num povoado bahiano*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- WHITE, Leslie A.. *O conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

## Anexos

Figura 9 – Sincretismos da senzala e Figura 10 – São Gonçalo de Amarante em Guaicuí-MG



Fonte: ROCHA, Wádson Pereira. Pesquisa de campo. Set. 2019.

Figuras 11 e 12 – Série “Corpo-senzala”



Fonte: ROCHA, Wádson Pereira. Pesquisa de campo. Set. 2019.

Figura 13 – Festa de São Gonçalo: sincretismo religioso popular



Fonte: ROCHA, Wádson Pereira. Pesquisa de campo. Set. 2019.

Figura 14 – O frango do caipira (alimento do langra)



Fonte: Eraldo Peres, Pesquisa de campo. 2017.

Figura 15 – Oferenda da Dança de São Gonçalo em Guaicuí



Fonte: ROCHA, Wádson Pereira. Pesquisa de campo. Set. 2019.

